REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX SUP. "E" AO Nº 207 SÁBADO, 19 DE DEZEMBRO DE 2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL E SUAS SUBCOMISSÕES

VOLUME I/IV

BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)
1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
3º Secretário

Senadora Ângela Portela (PT-RR)
4ª Secretária

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

Roberta Lys de Moura Rochael
Coordenadora de Elaboração de Diários

José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL E SUAS SUBCOMISSÕES

VOLUME I

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Ata da 16ª Reunião, Conjunta, realizada em 26 de maio de 2015 8

Ata da 39ª Reunião, Ordinária, realizada em 27 de outubro de 2015 11

Ata da 40ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de outubro de 2015 18

Ata da 41ª Reunião, Ordinária, realizada em 10 de novembro de 2015 40

Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de novembro de 2015 78

Ata da 43ª Reunião, Ordinária, realizada em 17 de novembro de 2015 82

Ata da 44ª Reunião, Conjunta, realizada em 18 de novembro de 2015 107

Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de novembro de 2015 127

Ata da 46ª Reunião, Conjunta, realizada em 24 de novembro de 2015 172

Ata da 47ª Reunião, Ordinária, realizada em 24 de novembro de 2015 185

Ata da 48ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de dezembro de 2015 214

Ata da 49ª Reunião, Ordinária, realizada em 15 de dezembro de 2015 240

1.2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 26ª Reunião, Conjunta, realizada em 30 de setembro de 2015 (em conjunto com a 87ª Reunião da CDH) **(vide item 1.6)**

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de outubro de 2015 269

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de outubro de 2015 292

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de outubro de 2015 297

Ata da 30ª Reunião, Conjunta, realizada em 21 de outubro de 2015 (em conjunto com a 58ª Reunião da CE) **(vide item 1.4)**

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de outubro de 2015 321

Ata da 32ª Reunião, Conjunta, realizada em 29 de outubro de 2015 (em conjunto com a 43ª Reunião da CCT) **(vide item 1.11)**

Ata da 33ª Reunião, Conjunta, realizada em 4 de novembro de 2015 (em conjunto com a 100ª Reunião da CDH) **(vide item 1.6)**

Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de novembro de 2015 351

Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de novembro de 2015 364

Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de novembro de 2015 367

Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de dezembro de 2015 397

Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de dezembro de 2015 414

Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2015 436

Ata da 40ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2015 447

1.3 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 34ª Reunião, Ordinária, realizada em 28 de outubro de 2015 465

Ata da 35ª Reunião, Ordinária, realizada em 4 de novembro de 2015 501

Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de novembro de 2015 535

Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de novembro de 2015 563

Ata da 38ª Reunião, Ordinária, realizada em 18 de novembro de 2015 566

Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de novembro de 2015 585

Ata da 40ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de novembro de 2015 594

Ata da 41ª Reunião, Ordinária, realizada em 2 de dezembro de 2015 626

Ata da 42ª Reunião, Conjunta, realizada em 8 de dezembro de 2015 (em conjunto com a 56ª Reunião da CMA) **(vide item 1.5)**
Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de dezembro de 2015 654
1.4 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE
Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de junho de 2015 672
Ata da 42ª Reunião, Ordinária, realizada em 8 de setembro de 2015 717
Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de setembro de 2015 735
Ata da 44ª Reunião, Ordinária, realizada em 15 de setembro de 2015 759
Ata da 49ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de setembro de 2015 779
Ata da 50ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de outubro de 2015 800
Ata da 51ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de outubro de 2015 814
Ata da 52ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de outubro de 2015 845
Ata da 53ª Reunião, Ordinária, realizada em 13 de outubro de 2015 862
Ata da 54ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de outubro de 2015 877
Ata da 55ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de outubro de 2015 880
Ata da 56ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de outubro de 2015 904
Ata da 57ª Reunião, Ordinária, realizada em 20 de outubro de 2015 936
Ata da 58ª Reunião, Conjunta, realizada em 21 de outubro de 2015 956
Ata da 59ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de outubro de 2015 975
Ata da 60ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de outubro de 2015 997
Ata da 61ª Reunião, Conjunta, realizada em 28 de outubro de 2015 1038
Ata da 62ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de novembro de 2015 1056
Ata da 63ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de novembro de 2015 1071
Ata da 64ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de novembro de 2015 1089
Ata da 65ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de novembro de 2015 1097
Ata da 66ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de novembro de 2015 1116
Ata da 67ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de novembro de 2015 1118
Ata da 68ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de novembro de 2015 1119
Ata da 69ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de novembro de 2015 1144
Ata da 70ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de dezembro de 2015 1164
Ata da 71ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de dezembro de 2015 1177
Ata da 72ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de dezembro de 2015 1187

VOLUME II

Ata da 73ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de dezembro de 2015 1203
Ata da 74ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de dezembro de 2015 1222
Ata da 75ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de dezembro de 2015 1230
1.5 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA
Ata da 17ª Reunião, Conjunta, realizada em 26 de maio de 2015 (em conjunto com a 16ª reunião da CAE e CMO) **(vide item 1.1)**
Ata da 40ª Reunião, Conjunta, realizada em 17 de setembro de 2015 1249
Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de setembro de 2015 1266
Ata da 42ª Reunião, Conjunta, realizada em 22 de setembro de 2015 1278
Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de setembro de 2015 1311
Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de setembro de 2015 1326
Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de outubro de 2015 1349
Ata da 46ª Reunião, Conjunta, realizada em 15 de outubro de 2015 (em conjunto com a 39ª Reunião da CRA) **(vide item 1.10)**
Ata da 47ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de outubro de 2015 1362
Ata da 48ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de outubro de 2015 1370
Ata da 49ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de outubro de 2015 1373
Ata da 50ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de outubro de 2015 1409
Ata da 51ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de novembro de 2015 1428
Ata da 52ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de novembro de 2015 1435
Ata da 53ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de novembro de 2015 1437
Ata da 54ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de novembro de 2015 1472
Ata da 55ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de dezembro de 2015 1496
Ata da 56ª Reunião, Conjunta, realizada em 8 de dezembro de 2015 1510

Ata da 57ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de dezembro de 2015 1525
Ata da 58ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de dezembro de 2015 1547
1.5.1 – Subcomissão Temporária para acompanhamento da execução das obras da usina de Belo Monte
Ata da 2ª Reunião, realizada em 8 de julho de 2015 1576
1.5.2 – Subcomissão Temporária de Acompanhamento e Fiscalização de Obras Inacabadas
Ata da 2ª Reunião, realizada em 9 de junho de 2015 1579
1.6 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
Ata da 71ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de agosto de 2015 1582
Ata da 72ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de agosto de 2015 1602
Ata da 73ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de agosto de 2015 1648
Ata da 74ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de setembro de 2015 1679
Ata da 75ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de setembro de 2015 1697
Ata da 76ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de setembro de 2015 1713
Ata da 77ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de setembro de 2015 1738
Ata da 78ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de setembro de 2015 1790
Ata da 79ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de setembro de 2015 1810
Ata da 80ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de setembro de 2015 1833
Ata da 81ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de setembro de 2015 1873
Ata da 82ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de setembro de 2015 1887
Ata da 83ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de setembro de 2015 1906
Ata da 84ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de setembro de 2015 1923
Ata da 85ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de setembro de 2015 1954
Ata da 86ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de setembro de 2015 1979
Ata da 87ª Reunião, Conjunta, realizada em 30 de setembro de 2015 2015
Ata da 88ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de outubro de 2015 2041
Ata da 89ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de outubro de 2015 2080
Ata da 90ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de outubro de 2015 2105
Ata da 91ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de outubro de 2015 2121
Ata da 92ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de outubro de 2015 2134
Ata da 93ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de outubro de 2015 2146
Ata da 94ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de outubro de 2015 2149
Ata da 95ª Reunião, Conjunta, realizada em 21 de outubro de 2015 (em conjunto com a 58ª Reunião da CE) **(vide item 1.4)**
Ata da 96ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de outubro de 2015 2178
Ata da 97ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de outubro de 2015 2200
Ata da 98ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de outubro de 2015 2240
Ata da 99ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de novembro de 2015 2291
Ata da 100ª Reunião, Conjunta, realizada em 4 de novembro de 2015 2329
Ata da 101ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de novembro de 2015 2363
Ata da 102ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de novembro de 2015 2366

VOLUME III

Ata da 103ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de novembro de 2015 2403
Ata da 104ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de novembro de 2015 2435
Ata da 105ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de novembro de 2015 2455
Ata da 106ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de novembro de 2015 2485
Ata da 107ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de novembro de 2015 2487
Ata da 108ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de novembro de 2015 2516
Ata da 109ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de novembro de 2015 2527
Ata da 110ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2015 2553
Ata da 111ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de novembro de 2015 2594
Ata da 112ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de novembro de 2015 2613
Ata da 113ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de novembro de 2015 2633
Ata da 114ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de novembro de 2015 2653
Ata da 115ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de novembro de 2015 2659
Ata da 116ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de dezembro de 2015 2682
Ata da 117ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de dezembro de 2015 2712
Ata da 118ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de dezembro de 2015 2732

Ata da 119ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de dezembro de 2015 2736
Ata da 120ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de dezembro de 2015 2776
Ata da 121ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de dezembro de 2015 2799
Ata da 122ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de dezembro de 2015 2824
Ata da 123ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de dezembro de 2015 2833
Ata da 124ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de dezembro de 2015 2877
Ata da 125ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de dezembro de 2015 2915
Ata da 126ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de dezembro de 2015 2935
Ata da 127ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2015 2954
1.6.1 – Subcomissão Permanente de Justiça de Transição
Ata da 1ª Reunião, realizada em 15 de abril de 2015 2971
1.7 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
Ata da 40ª Reunião, Ordinária, realizada em 29 de outubro de 2015 2974
Ata da 41ª Reunião, Ordinária, realizada em 5 de novembro de 2015 3005
Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de novembro de 2015 3030
Ata da 43ª Reunião, Ordinária, realizada em 12 de novembro de 2015 3033
Ata da 44ª Reunião, Ordinária, realizada em 19 de novembro de 2015 3070
Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de novembro de 2015 3101
Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de dezembro de 2015 3119
Ata da 47ª Reunião, Ordinária, realizada em 10 de dezembro de 2015 3148
1.8 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI
Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de outubro de 2015 3173
Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de outubro de 2015 3188
Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de outubro de 2015 3194
Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de outubro de 2015 3222
Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de outubro de 2015 3256
Ata da 35ª Reunião, Conjunta, realizada em 28 de outubro de 2015 (em conjunto com a 61ª Reunião da CE) **(vide item 1.4)**
Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de novembro de 2015 3275
Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de novembro de 2015 3304
Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de novembro de 2015 3316
Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de novembro de 2015 3333
Ata da 40ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de novembro de 2015 3372
Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de novembro de 2015 3407
Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de dezembro de 2015 3441
Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de dezembro de 2015 3451
Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de dezembro de 2015 3479
1.8.1 – Subcomissão Permanente de acompanhamento do Setor de Mineração
Ata da 1ª Reunião, realizada em 10 de junho de 2015 3486
Ata da 2ª Reunião, realizada em 24 de agosto de 2015 3487
Ata da 3ª Reunião, realizada em 5 de outubro de 2015 3507
Ata da 4ª Reunião, realizada em 19 de agosto de 2015 3522
Ata da 5ª Reunião, realizada em 10 de novembro de 2015 3540
Ata da 6ª Reunião, realizada em 24 de novembro de 2015 3552
Ata da 7ª Reunião, realizada em 15 de dezembro de 2015 3564

VOLUME IV

1.9 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
Ata da 25ª Reunião, Conjunta, realizada em 22 de setembro de 2015 (em conjunto com a 42ª Reunião da CMA) **(vide item 1.5)**
Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de setembro de 2015 3585
Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de setembro de 2015 3600
Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de outubro de 2015 3610
Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de outubro de 2015 3638
Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de outubro de 2015 3643
Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de outubro de 2015 3651
Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de outubro de 2015 3683
Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de outubro de 2015 3686

Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de novembro de 2015 3708
Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de novembro de 2015 3739
Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de novembro de 2015 3760
Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de novembro de 2015 3773
Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de novembro de 2015 3776
Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de novembro de 2015 3797
Ata da 40ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de novembro de 2015 3814
Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de novembro de 2015 3836
Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de dezembro de 2015 3843
Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de dezembro de 2015 3861
1.10 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de setembro de 2015 3891
Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de setembro de 2015 3922
Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de outubro de 2015 3950
Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de outubro de 2015 3969
Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de outubro de 2015 3993
Ata da 39ª Reunião, Conjunta, realizada em 15 de outubro de 2015 3996
Ata da 40ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de outubro de 2015 4012
Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de outubro de 2015 4018
Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de outubro de 2015 4048
Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de novembro de 2015 4067
Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de novembro de 2015 4089
Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de novembro de 2015 4092
Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de novembro de 2015 4116
Ata da 47ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de dezembro de 2015 4133
Ata da 48ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de dezembro de 2015 4139
1.11 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT
Ata da 43ª Reunião, Conjunta, realizada em 29 de outubro de 2015 4172
Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de outubro de 2015 4220
Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de novembro de 2015 4222
Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de novembro de 2015 4266
Ata da 47ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de novembro de 2015 4269
Ata da 48ª Reunião, Conjunta, realizada em 18 de novembro 2015 (em conjunto com a 44ª Reunião da CAE) **(vide item 1.1)**
Ata da 49ª Reunião, Conjunta, realizada em 24 de novembro de 2015 (em conjunto com a 46ª Reunião da CAE) **(vide item 1.1)**
Ata da 50ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de novembro de 2015 4298
Ata da 51ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de dezembro de 2015 4308
1.12 – COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF
Ata da 7ª Reunião, realizada em 7 de dezembro de 2015 4322
Ata da 8ª Reunião, realizada em 16 de dezembro de 2015 4346

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO CONJUNTA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 2015, PELAS COMISSÕES: MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO, DO CONGRESSO NACIONAL; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO - CFT; DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO - CDEIC; DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE - CFFC, DA CÂMARA DOS DEPUTADOS; DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE E DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA, DO SENADO FEDERAL.

Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, reuniram-se as seguintes Comissões: do Congresso Nacional, Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO/CN); do Senado Federal, de Assuntos Econômicos (CAE/SF) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA/SF); da Câmara dos Deputados, de Finanças e Tributação (CFT/CD); de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC/CD); e de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC/CD), no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados. A reunião foi convocada para receber o Presidente do Banco Central do Brasil – BACEN, Sr. Alexandre Antonio Tombini, para discorrer sobre o tema: *Avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil - referentes ao 2º semestre do exercício de 2014, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal Fiscal*. E, o Presidente do BACEN, por sua iniciativa, iria atender ao Requerimento nº 22/2015-CFT/CD, de autoria do Deputado Nelson Marchezan Junior (PSDB/RS), e também, ao Requerimento nº 80/2015-CFFC/CD, de autoria dos Deputados Vanderlei Macris (PSDB/SP) e Delegado Waldir (PSDB/GO). Foi registrado o comparecimento dos seguintes parlamentares: - Deputados: Alfredo Kaefer, titular da CFT/CD; Aluisio Mendes, titular da CFT/CD; Andres Sanchez, titular da CFT/CD; Benito Gama, titular da CFT/CD; Caio Narcio, titular da CMO/CN; Carlos Henrique Gaguim, titular da CMO/CN; Carmen Zanotto, suplente da CFFC/CD; Celso Maldaner, suplente da CFT/CD; César Halum, titular da CMO/CN; Conceição Sampaio, suplente da CDEIC/CD; Danilo Forte, suplente da CMO/CN; Delegado Waldir, titular da CFFC/CD; Edinho Bez, suplente da CFFC/CD; Edmilson Rodrigues, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD; Elizeu Dionizio, titular da CFT/CD e suplente da CFFC/CD; Enio Verri, titular da CFT/CD e suplente da CDEIC/CD; Esperidião Amin, suplente da CFT/CD e suplente da CFFC/CD; Evair de Melo, suplente da CMO/CN e suplente da CFT/CD; Expedito Netto, suplente da CMO/CN; Fernando Monteiro, titular da CFT/CD; Flávia Morais, titular da CMO/CN; Giuseppe Vecci, titular da CMO/CN e suplente da CFT/CD; Gonzaga Patriota, titular da CMO/CN; Herculano Passos, suplente da CDEIC/CD; Hildo Rocha, titular da CMO/CN e suplente da CFT/CD; Hissa Abrahão, titular da CMO/CN e titular da CFFC/CD; Hugo Leal, titular da CMO/CN; Izalci, suplente da CMO/CN; Jaime Martins, titular da CMO/CN; João Fernando Coutinho, titular da CMO/CN; Jorge Solla, suplente da CMO/CN e suplente da CFFC/CD; José Rocha, titular da CMO/CN; Júlio Cesar, titular da CDEIC/CD e suplente da CFT/CD; Julio Lopes, suplente da CMO/CN; Keiko Ota, titular da CDEIC/CD; Lázaro Botelho, titular da CMO/CN; Lelo Coimbra, titular da CMO/CN e suplente da CFT/CD; Leo de Brito, titular da CFFC/CD e suplente da CMO/CN; Leopoldo Meyer, suplente da CMO/CN; Luiz Carlos Busato, suplente da CMO/CN; Luiz Carlos Hauly, titular da CFT/CD; Luiz Carlos Ramos, suplente da CDEIC/CD; Marcelo Aro, titular da CMO/CN e suplente da CFFC/CD; Mauro Pereira, titular da CDEIC/CD e suplente da CFT/CD; Nelson Marchezan Junior, suplente da CFT/CD; Nilto Tatto, titular da CMO/CN; Pauderney Avelino, titular da CFT/CD; Pedro Fernandes, suplente da CMO/CN; Professora Dorinha Seabra Rezende, suplente da CMO/CN; Raimundo Gomes de Matos, suplente da CMO/CN; Ricardo Teobaldo, titular da CMO/CN; Samuel Moreira, titular da CMO/CN; Soraya Santos, titular da CFT/CD; Valtenir Pereira, titular da CFFC/CD, suplente da CMO/CN e suplente da CFT/CD; Vanderlei Macris, titular da CFFC/CD; Vicente Candido, titular da CFFC/CD; Vitor Valim, suplente da CMO/CN e suplente da CFFC/CD; Wadson Ribeiro, titular da CMO/CN; Walter Ihoshi, titular da CMO/CN e suplente da CDEIC/CD e Zeca Dirceu, titular da CMO/CN; – Senadores: Benedito de Lira, titular da CMO/CN, titular da CAE/SF e suplente da CMA/SF; Davi Alcolumbre, suplente da CMO/CN, suplente da CAE/SF e suplente da CMA/SF; Eduardo Amorim, titular da CMO/CN, suplente da CAE/SF e titular da CMA/SF; Hélio José, suplente da CMO/CN e suplente da CAE/SF; Rose de Freitas, titular da CMO/CN e suplente da CAE/SF; Valdir Raupp, titular da CMO/CN, titular da CMA/SF e suplente da CAE/SF e Wilder Morais, titular da CMO/CN e titular da CAE/SF. Compareceu, ainda, a Deputada Geovania de Sá – PSDB/SC, parlamentar não integrante das Comissões participantes. ABERTURA: às quatorze horas e quatorze minutos, a reunião foi iniciada sob a direção da Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES). Tomaram assento à Mesa de trabalhos o Sr. Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil e Sr. Altamir Lopes, Diretor de Administração do BACEN. A Presidente informou a participação da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados para atender o

Requerimento nº 80/2015-CFFC/CD, de autoria dos Deputados Vanderlei Macris (PSDB/SP) e Delegado Waldir (PSDB/GO), que "Requer seja convidado o Ministro ALEXANDRE TOMBINI, Presidente do Banco Central, para prestar esclarecimentos a respeito de atrasos nos repasses do Tesouro Nacional a bancos públicos responsáveis por pagamentos de benefícios sociais", aprovado com alteração pela CFFC/CD, em reunião realizada em 20/05/2015. Em seguida, a Presidente convidou para comporem à Mesa de trabalhos os presidentes das comissões participantes que estavam presentes: Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ), Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; Deputado Júlio Cesar (PSD/PI), Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados; e o Deputado Vicente Candido (PT/SP), Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados. Logo após, a Presidente anunciou a presença Sr. Luiz Awazu Pereira da Silva, Diretor de Política Econômica, do BACEN. Em prosseguimento, ressaltou a honra em receber os convidados e teceu comentários sobre a economia brasileira atual. Em sequência, a Presidente informou que de acordo com o estabelecido no *art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal*, o palestrante disporia de trinta minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteado desde que permitisse. Conforme o estipulado *no artigo 398, inciso X do* referido Regimento, os parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de cinco minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de dois minutos. A seguir, a Presidente divulgou a abertura da lista de inscrição para o debate e passou a palavra ao Presidente do Banco Central do Brasil. Às quatorze horas e vinte e seis minutos, o Sr. Alexandre Antonio Tombini cumprimentou a Presidente da CMO, os presidentes das comissões participantes e os parlamentares presentes e fez apresentação em *datashow* sobre o tema em referência, dividindo-o em três partes: 1. Demonstrações financeiras; 2. Economia global; e 3. Economia Brasileira, abordando: Atividade econômica, Mercado de Trabalho, Crédito e Sistema Financeiro Nacional, Setor externo, e Inflação. Em continuação, prestou esclarecimentos sobre o Requerimento nº 22/2015-CFT/CD, de autoria do Deputado Nelson Marchezan Junior (PSDB/RS), demandando a sua presença para "prestar informações acerca da infringência, por parte do governo federal, da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme apontado pelo Tribunal de Contas da União." E logo após, prestou informações sobre o Requerimento nº 80/2015-CFFC/CD, de autoria dos Deputados Vanderlei Macris (PSDB/SP) e Delegado Waldir (PSDB/GO), solicitando sua presença para "prestar esclarecimentos a respeito de atrasos nos repasses do Tesouro Nacional a bancos públicos responsáveis por pagamentos de benefícios sociais". Às quatorze horas e cinquenta e seis minutos, o Presidente do Banco Central do Brasil finalizou a sua exposição. A Presidente anunciou o início do debate e comunicou que inicialmente daria a palavra aos presidentes das comissões participantes, aos autores dos requerimentos e aos parlamentares inscritos, pelo prazo de 5 minutos. O Deputado Esperidião Amin (PP/SC) sugeriu que o tempo fosse reduzido para 3 minutos. Em seguida, a Presidente concedeu a palavra aos presidentes das comissões: Deputado Vicente Candido (PT/SP), Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ), Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados: e Deputado Júlio Cesar (PSD/PI), Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, que teceram questionamentos relativos ao tema. O Presidente do BACEN respondeu a todos os questionamentos. Foi assegurada réplica ao Deputado Júlio Cesar e o palestrante respondeu as suas perguntas. Logo após, a Presidente passou a palavra aos autores dos requerimentos. O Deputado Vanderlei Macris (PSDB/SP) fez questionamentos sobre o assunto do Requerimento nº 80/2015-CFFC/CD, de sua autoria. O Deputado Delegado Waldir (PSDB/GO), dispensou o uso da palavra e afirmou que aguardaria a resposta do palestrante às questões levantadas pelo seu par. Em seguida, o Deputado Nelson Marchezan Junior (PSDB/RS) pronunciou-se sobre o assunto do Requerimento nº 22/2015-CFT/CD, de sua autoria, e levantou questionamentos. O Presidente do BACEN respondeu aos autores dos requerimentos. Foi assegurada réplica aos Deputados Nelson Marchezan Junior e Vanderlei Macris e o palestrante respondeu aos parlamentares. Prosseguindo os trabalhos, a Presidente passou a palavra ao Deputado Pauderney Avelino (DEM/AM), Líder da Minoria no Congresso Nacional, que fez questionamentos sobre o tema da reunião. O Presidente do BACEN respondeu ao Líder. Logo após, a Presidente anunciou que chamaria os inscritos na lista para o debate e seria concedido 3 minutos para cada interpelador, sendo formado grupo e após a exposição de todos, a palavra retornaria ao Ministro que responderia ao grupo de interpeladores. Logo após, fez o uso da palavra o Deputado Julio Lopes (PP/RJ) que interpelou o expositor. Às dezesseis horas e dezenove minutos, o Presidente em exercício, Deputado Alfredo Kaefer (PSDB/PR), deu prosseguimento ao debate concedendo a palavra ao Deputado Benito Gama (PTB/BA), que teceu questionamentos relativos ao tema. Interpelaram, ainda, o expositor, sobre o tema, os Deputados Evair de Melo (PV/ES) e Edinho Bez (PMDB/SC). Às dezesseis horas e trinta minutos, a Presidente, Senadora Rose de Freitas, reassumiu a condução dos trabalhos outorgando a palavra aos demais oradores inscritos. E assim, fizeram uso da palavra os seguintes parlamentares: Senador Hélio José

(PSD/DF), Deputada Geovania de Sá (PSDB/SC) e os Deputados Edmilson Rodrigues (PSOL/PA), Alfredo Kaefer (PSDB/PR), Leo de Brito (PT/AC), Izalci (PSDB/DF), Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) e Expedito Netto (SD/RO). A Presidente encerrou a lista de inscrição para o debate e passou a palavra ao Presidente do Banco Central do Brasil para responder aos questionamentos feitos pelos debatedores e fazer suas considerações finais. O Presidente do BACEN respondeu aos questionamentos dos parlamentares. Foi assegurada réplica aos Deputados Edmilson Rodrigues (PSOL/PA) e Izalci (PSDB/DF), e o Ministro respondeu aos seus questionamentos e, concluiu a exposição agradecendo aos presentes e a Presidente. ENCERRAMENTO: às dezessete horas e trinta e nove minutos, a Presidente encerrou a reunião. Antes, porém, agradeceu a presença do Presidente do Banco Central do Brasil, Sr. Alexandre Antonio Tombini, da sua equipe técnica, dos presidentes das comissões envolvidas e dos demais parlamentares presentes. E informou que no dia 27 de maio, às 13 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, haveria reunião de audiência pública com o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. Nelson Barbosa, em atendimento ao art. 84, da Resolução nº 01/2006-CN, para prestar esclarecimentos acerca do Projeto de Lei nº 01/2015-CN – que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências" - (LDO 2016). Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata.

Senadora Rose de Freitas
Presidente

ATA DA TRIGÉSIMA NONA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2015, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e oito minutos do dia vinte e sete de outubro do ano de dois mil e quinze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do senador Raimundo Lira, vice-presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, reúne-se a comissão com a presença dos(as) senadores(as) Telmário Mota, Benedito de Lira, Paulo Rocha, Ivo Cassol, Waldemir Moka, Sandra Braga, Lúcia Vânia, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Valadares, Roberto Rocha, Douglas Cintra e Blairo Maggi. Deixam de comparecer os(as) senadores(as) Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe, Ciro Nogueira, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz, José Agripino, Davi Alcolumbre, Alvaro Dias, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes. A presidência declara aberta a reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a realização de audiência pública, a fim de debater sobre medidas contra evasão fiscal, mais especificamente sobre o anúncio da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE - sobre o pacote final do projeto Beps (Erosão Tributária e Transferência de Lucros), em atendimento ao Requerimento nº 47 de 2015, de iniciativa da senadora Vanessa Grazziotin e outros senadores, e tendo como expositores o coordenador do projeto Erosão Tributária e Transferência de Lucros (Beps) da OCDE, Raffaele Russo; e o analista de Política do Centro para Política Fiscal e Administração da OCDE, Paul Hondius. Após a exposição dos convidados, usa da palavra o senador Antonio Carlos Valadares. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo vice-presidente no exercício da presidência da comissão, senador Raimundo Lira, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador RAIMUNDO LIRA
Vice-presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Declaro aberta a 39ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Comunico o recebimento do seguinte documento para conhecimento: Aviso nº 768-Seses-TCU-Plenário, de 15 de outubro de 2015, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC 023.134/2015-1, na sessão de 14/10/2015, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam.

O expediente será encaminhado aos membros da comissão por meio de ofício circular.

Pauta. Assunto/finalidade: debater sobre medidas contra evasão fiscal, mais especificamente sobre o anúncio da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre o pacote final do projeto Beps (Erosão Tributária e Transferência de Lucros).

Requerimento de realização de audiência: Requerimento nº 47/2015, da Senadora Vanessa Grazziotin e outros.

Convidados: Sr. Raffaele Russo, Coordenador do projeto Erosão Tributária e Transferência de Lucros (Beps) da OCDE; Sr. Paul Hondius, Analista de Política do Centro para Política Fiscal e Administração da OCDE.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo, por meio do Portal e-Cidadania – no endereço www.senado.leg.br/ecidadania – ou ligando para o número 0800 612211.

Os convidados já se encontram no plenário da comissão. Peço que tomem seus lugares à Mesa.

Informo que a presente reunião será realizada com tradução simultânea.

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do RISF, a Presidência adotará as seguintes normas: cada convidado fará sua exposição por 15 minutos; em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos; a palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição; os interpelantes dispõem de três minutos – é lógico que eu não vou restringir a três minutos –, assegurado igual prazo para resposta dos interpelados.

Vamos iniciar.

Os aparelhos de tradução simultânea já...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senador Benedito de Lira, acho que seria bom aguardarmos um pouquinho até que chegassem mais alguns Senadores. É uma palestra tão importante, são informações importantíssimas. Vamos aguardar um pouco.

Vamos suspender o início, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, por dez minutos.

(Suspensa às 10 horas e 42 minutos, a reunião é reaberta às 10 horas e 52 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Informamos que esta audiência pública será transmitida ao vivo. Vários Senadores que se encontram já na Casa estão se dirigindo a esta Comissão.

Inicialmente vamos dar a palavra ao Sr. Raffaele Russo, membro da equipe de gestão sênior do Centro para Política Fiscal e Administração da OCDE (Paris). Raffaele Russo atualmente coordena o trabalho sobre Erosão da Base Tributária e Transferência de Lucros (Beps), um ambicioso projeto que visa redesenhar as regras de tributação cruzada de lucros fronteiriços. Portanto, é um assunto extremamente importante, que está sendo discutido hoje em todos os países importantes do mundo.

Passo a palavra ao Sr. Raffaele Russo.

O SR. RAFFAELE RUSSO (*Tradução simultânea*.) – Bom dia a todos. Muito obrigado, Presidente Lira.

Eu vou começar dizendo que é um prazer e uma honra estar aqui hoje à frente desta Comissão.

O que Paul e eu vamos falar é sobre os últimos desenvolvimentos da tributação internacional. Isso ocorre em um momento em que estamos em meio a uma revolução. Muitas coisas ocorreram nos últimos poucos anos que mudaram completamente a paisagem em termos de tributação internacional. Eu quero mencionar apenas algumas delas. O contexto é a chave para entender o que está acontecendo agora e o que ocorrerá nos próximos anos.

Primeiro, a crise financeira, o colapso de vários bancos importantes, governos investindo dinheiro para salvar o sistema financeiro e, ao mesmo tempo, vários escândalos relacionados a pessoas ricas escondendo seus ativos no estrangeiro, grandes multinacionais podendo transferir lucros legalmente a ilhas, a jurisdições onde não acontecia nada do ponto de vista econômico, em um momento em que cidadãos estavam tendo que pagar mais impostos, em que os impostos de consumo estavam aumentando em alguns países. E foi aí, então, que o G20, do qual o Brasil é um membro, se responsabilizou e decidiu tratar dessas questões e prover uma abordagem muito forte de cima para baixo.

Em 2009, o sigilo bancário para propósitos tributários deixou de existir. No passado, se uma pessoa pedisse um sigilo bancário em uma jurisdição, como a Suíça ou Luxemburgo, informações sobre as contas dos residentes, o banco diria: "Eu não posso dar essa informação; existe o sigilo bancário." Com a pressão do G20 e com o trabalho da OCDE, os países se comprometeram a trocar essas informações, mas esse foi apenas um ponto inicial da revolução. Então, passamos da troca da informação a pedidos para uma troca de informações automática.

E aqui nós temos dois desenvolvimentos principais: a legislação aprovada nos Estados Unidos, que obrigava os bancos a prover informação sobre os correntistas; e uma nova convenção multilateral de assistência em questões fiscais, que proveria várias ferramentas para os governos usarem para detectar evasão fiscal no estrangeiro. Ao mesmo tempo, tornou-se claro que várias multinacionais conseguiram brincar com as regras e alocar grandes quantidades de rendas nas Ilhas Cayman, Bermudas, de maneira legal, mas de modo que não faz sentido da perspectiva econômica. E essa é a gênese desses dois grandes projetos: um é o projeto Beps; o outro é o projeto de troca de informações automática. Eu vou falar do projeto Beps, e o Paul vai falar sobre a troca automática de informações.

Há vários motivos pelos quais as regras para tributação de atividades interfronteiras, seja na lei nacional ou em tratados bilaterais, têm que ser atualizadas, principalmente devido à digitalização da economia e ao fato de que hoje as pessoas estão continuamente interconectadas. Na época em que as regulações tributárias internacionais foram criadas, isso não era possível. E vários países também exigiram isso, pessoas protestaram nas ruas. Por que elas acham que o sistema não é justo? Porque grandes empresas conseguem escapar de pagar impostos, e os indivíduos, a pessoa pequena, tem cada vez mais impostos a pagar. Em terceiro lugar, porque as regras internacionais tributárias são baseadas em um conceito internacional que estava cada vez mais em perigo.

Então, há pessoas muito técnicas trabalhando na questão tributária, mas não é mais só uma questão técnica. É uma questão política em muitos países. Eu fiz um *tour* nesses países: semana passada, eu estava na China; duas semanas atrás, na Índia. Eu vi vários parlamentos em vários países, e essa é a sensação. O sentimento é de que é preciso um sistema justo e que seja visto como tal.

O que nós fizemos em dois anos? Incluímos todos os países da OCDE e do G20 em ponto de igualdade. É a primeira vez na história que isto ocorre: países como Brasil, China, Índia, África do Sul e Indonésia vêm à mesa e têm poder de veto, como todos os outros países, na formulação de políticas tributárias internacionais.

Nós consultamos países em desenvolvimento para levar em conta as suas diferenças em termos de capacidade de administração tributária.

E estamos fazendo isso de maneira muito transparente, tudo vai estar *on-line*. Então, nós podemos seguir as consultas com as empresas, com lobistas, com assessores e com a sociedade civil. E isso está funcionando bem, porque, em dois anos, nós fizemos algo que não havia sido feito nos cem anos anteriores. Esse pacote de medidas foi entregue na reunião de ministros de finanças em outubro, foi muito bem recebido e vai ser entregue aos chefes de Estado em reunião em Ontário, em 14 e 15 de novembro, e lá esperamos que todos os governos endossem esses pacotes.

O pacote é muito técnico. Há várias regras que foram modificadas, revisadas, esclarecidas, mas há um documento que, se vocês se interessam por esse assunto, eu sugiro que vocês leiam. É uma declaração explicativa que tem oito páginas, e todos os países concordaram com relação a este documento, aprovaram o documento. E explica o que o governo, no nível mais alto, espera desse projeto, desde as mudanças de regras nos tratados tributários bilaterais, mudanças de regras nos preços de transferências, mudanças de regras nas práticas tributárias nocivas. Não queremos que os países compitam para atrair artificialmente receitas que pertençam a outros países.

Na Europa isso é uma questão muito importante. Há vários regimes preferenciais que estavam dando benefícios sem exigir nenhuma atividade realizada, nada. E isso mudou. Agora, há um acordo de que os países são livres para prover regimes preferenciais, mas esses têm que estar ligados a uma atividade econômica significativa no local, e não lucros artificiais criados por advogados tributários nas Bermudas ou nas Ilhas Cayman. Eu sei o que estou falando, porque eu já fui advogado tributário.

E depois falamos das medidas nacionais. É aqui que vocês entram. Em relação aos híbridos, são instrumentos financeiros complexos que fazem a renda basicamente desparecer para propostas fiscais, porque usam as regras de sistemas fiscais diferentes.

Regras sobre empresas controladas no exterior. Então, eu tenho uma empresa nas Bahamas, mas eu não tenho... Eu ponho, aliás, toda minha renda naquele país. E acho que também vamos falar hoje do Congresso brasileiro, de regras que obrigam o contribuinte, promotores, a discutir logo de início se estão usando certos esquemas agressivos.

Finalmente, relatórios sobre o que vai acontecer também nos próximos 20 anos. Nós não queremos nos encontrar em uma situação para a qual estamos agora despreparados, com um sistema fiscal que não reflete a realidade econômica. Estamos na era da robótica, era digital, da internet. E como isso vai afetar os sistemas tributários pelo mundo? E uma convenção BEPS multilateral para implementar em um tratado, com uma ratificação, todas as mudanças dos tratados bilaterais.

Finalmente, do que estamos falando em termos de números? Os dados não existem, e há uma grande dificuldade em entender de quanto estamos falando. Só podemos fazer estimativas com base no que temos disponível, em um nível muito conservador. Estamos falando de US$100 bilhões a US$240 bilhões de impostos das empresas que são perdidos. Desde o início do projeto, US$0,5 milhão foi perdido.

E nosso projeto, finalmente, de implementação. O Congresso, os Parlamentos do mundo são importantíssimos para isso. A implementação é o grande desafio a nossa frente. Algumas medidas talvez já sejam aplicáveis; outras serão incluídas na Convenção BEPS Multilateral. Há 93 países agora negociando esse tratado multilateral – com o Brasil dentro desse grande grupo de países.

A expectativa é de que, no ano que vem, isso esteja refletido em vários projetos de lei que terão que passar pelos Congressos Nacionais e obter as suas modificações, as suas opiniões, para refletir o marco legal de cada país. Então, depois que isso for feito, os lucros serão tributados onde a atividade econômica é realizada, e não em algum lugar onde foi decidido colocar esses lucros artificialmente.

Nós acreditamos nisso, acreditamos que isso será uma grande mudança.

Estou feliz em responder qualquer pergunta que vocês tenham relacionada a isso.

Muito obrigado; e muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Vamos, em seguida, passar a palavra ao Sr. Paul Hondius, Analista de Política do Centro da OCDE para Política Fiscal e Administração, com sede em Paris, onde está cuidando do trabalho de cooperação internacional em matéria fiscal, em particular do relatório padrão para troca de informações bancárias e do intercâmbio automático de informações e medidas fiscais no âmbito da ação 13 do BEPS. Além disso, é encarregado dos trabalhos da OCDE sobre os programas voluntários de regularização de ativos e participa dos trabalhos sobre impostos e crimes.

Com a palavra, o Sr. Paul Hondius.

O SR. PAUL HONDIUS (*Tradução simultânea.*) – Muito obrigado, Sr. Presidente Lira. Obrigado pelo convite para esta audiência.

Nos próximos 5 a 10 minutos eu quero dar uma visão geral do trabalho que temos feito na área de troca de informações e troca involuntária de informações. Como o Raffaele disse, esse trabalho cresceu muito desde 2008, 2009. A maior consequência da crise financeira é que a era do sigilo bancário terminou. E a transparência fiscal é muito importante nas pautas desde então.

O primeiro ponto tem a ver com a troca automática de informações, de que eu vou falar brevemente para vocês. Um marco nisso foi a FATCA nos Estados Unidos, que determina que instituições financeiras estrangeiras têm que relatar as contas de contribuintes americanos no exterior. Isso foi muito importante em automatizar a troca automática de informações pelo mundo.

A OCDE, no ano passado, juntamente com os países do G20, incluindo – é claro – o Brasil, desenvolveu um padrão global para troca automática de informações de contas financeiras.

O que o padrão faz? Assegura que as instituições financeiras do mundo inteiro coletem informações de identificação sobre os correntistas não residentes e também os valores nessas contas e transfiram essa informação anualmente para suas autoridades fiscais no exterior. Então, essas autoridades enviam isso para os países de residência daqueles correntistas não residentes.

Então, o que acontece em termos práticos? Eu vou dar um exemplo: um contribuinte brasileiro tem uma conta na Alemanha, e a sua conta alemã todo ano manda essa informação para as autoridades tributárias no Brasil. E o segundo item no eslaide diz que a administração tributária brasileira obviamente vai saber quais são as contas no exterior daquele contribuinte.

Um papel importante é, claro, o dos intermediários financeiros, os bancos, as seguradoras, que então vão coletar essa informação e relatar anualmente. Por que nós chamamos um padrão de relatório? Porque é um padrão global, é um conjunto único de regras adotadas pelo mundo. E também assegura que, dessa maneira, haja uma harmonização e uma fácil implementação, especialmente, pelas instituições financeiras.

Como acordo político alcançado em 2014, agora a concentração está passando para a implementação na legislação nacional, os aspectos técnicos, garantindo que a informação seja transmitida de uma maneira automatizada, com tecnologia da informação. Estamos trabalhando muito nisso no momento.

A questão sobre quem se comprometeu a implantar esse padrão comum de relatório para garantir a troca de informações automática. Agora estamos em 95 jurisdições, que estão aqui no mapa-múndi, como vocês podem ver. Há diferentes cronogramas. Há um primeiro grupo de países que vai implementar até 2017; em relação à informação de contas, para 2016; e há um segundo grupo de países, do qual o Brasil faz parte, que, primeiro, vai trocar informações em 2018 em relação ao ano fiscal de 2017.

Aqui há um pequeno esquema sobre o que está acontecendo. Vocês podem ver que, basicamente, esse gráfico mostra o ponto de partida da FATCA, o que já existe nos Estados Unidos com base nos acordos intergovernamentais do FATCA, os casos dos bancos brasileiros e suíços, aqui, coletam informações e trocam com os Estados Unidos sobre FATCA. E o que estamos fazendo aqui, no nível de OCDE e G20, é criar uma ligação entre a Suíça e o Brasil, tirando dessa relação apenas com os Estados Unidos, mas fazendo disso uma coisa multilateral, em nível global.

Agora, a implementação. Eu acho que há três maneiras de implementar o padrão comum de relatório. Claro que existem instrumentos bilaterais tradicionais, acordos de troca de informação fiscal, também convenções de dupla tributação, no art. 26 nós temos a troca de informação, mas a maneira preferencial de que estamos falando é um programa global, multilateral.

Acreditamos que a preferência, então, é por uma convenção multilateral, em que cada país imediatamente pode ter uma relação de troca de informações com todos os outros 87 países que assinaram a convenção. Isso evita muito trabalho bilateral. Imaginem que nós temos cerca de 100 jurisdições no momento e, se todos fizessem acordos bilaterais, seriam mais ou menos 10.000 acordos. Um pouco menos, mas seria um grande trabalho, que não seria alcançado até 2017 e 2018.

E, por essa razão, o modo que preferimos é uma convenção multilateral. O art. 6 permite que as autoridades competentes, que são as autoridades fiscais dos países, possam acordar as especificidades do câmbio automático.

Isso foi assinado pela primeira vez em Berlim no ano passado. Agora temos 61 signatários. Isso é a base técnica, que especifica as regras para a troca automática de informações, baseada nessa convenção multilateral.

O Brasil é signatário da convenção, mas ainda não é uma parte, porque ainda falta ratificação. E, como vocês podem ver, baseado nos comentários que eu fiz nos últimos minutos, é crucial para esse programa que essa convenção multilateral seja ratificada, porque vai facilitar, englobar e conseguir pegar informação de todos os países relacionados, de uma forma rápida e eficiente.

Muito rapidamente – eu vou terminar minha apresentação aqui –, eu gostaria de montar uma conexão entre o passado e o futuro. O passado sendo o segredo bancário; depois, o pedido de troca de informação.

Agora, indo para o automático em 2017. É claro que, com a troca de informação se tornando automática, a chance de que contribuintes possam esconder fundos no exterior vai ficar cada vez mais difícil. Vai ser automático, não vai ter distinção por valor, risco ou associado com a conta. Todas as informações podem ser trocadas.

Por isso, eu acho que essa é a oportunidade correta, é a última chance para os contribuintes voluntariamente declararem seus bens no exterior, porque, depois de 2017, é bem provável que eles sejam pegos. Por isso, apoiamos muito a revelação voluntária desses fundos.

Há muitos desses programas voluntários. A OCDE tem esses programas publicados no nosso site – esses programas de praticamente 50 países e como esses programas podem aparecer. E, como vocês podem ver aqui, o programa mais típico demanda o pagamento de impostos, de multas, penalidades monetárias e também o processo criminoso. E, às vezes, o contribuinte está olhando isto: eles querem abrir o jogo sem que sofram penalidades criminosas.

Então, estamos em uma fase crucial para essa revelação voluntária. Estamos tentando seguir os números, saber quantos programas desses existem. Nossa estimativa, dos dados que temos de um grande número de países ao longo do mundo, é que, nos últimos cinco anos, US$40 bilhões foram coletados por esses programas voluntários. Então, há uma mudança. O mundo está mudando em termos de transparência fiscal. E vai ser um ano interessante quando isso tudo for implementado.

Muito obrigado, Sr. Presidente, por essa oportunidade. Concluo aqui meus comentários.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Quero informar, mais uma vez, a todos os telespectadores da TV Senado, que estão nos assistindo no Brasil, aos ouvintes da Rádio Senado, que estamos aqui com duas das autoridades mais importantes do mundo em relação a este assunto – transações internacionais e desvios de divisas. Portanto, é uma oportunidade única para o Senado Federal e para aqueles que estão nos vendo e nos ouvindo.

Aproveito aqui a oportunidade para indagar do Sr. Raffaele Russo quais são os artifícios mais usados pelas empresas transnacionais no seu objetivo de desviar recursos sem pagar os impostos às respectivas nações.

O SR. RAFFAELE RUSSO (*Tradução simultânea.*) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Antes de lançar o projeto BEPS, fizemos um diagnóstico que responde a pergunta do Presidente. E o diagnóstico concluiu que é uma combinação de diferentes esquemas, não é só um; é a combinação de diferentes partes que faz possível que lucros vão para outros países.

Quais são as diferentes peças? A falta de coordenação entre agências de governo. Quando você passa uma legislação, você não olha o que acontece nos outros países. E o mundo em que vivemos, um mundo global e interconectado, permite possibilidades para usar essas assimetrias nos sistemas.

Dois: tratados bilaterais de impostos estão lá para evitar taxação dupla. Isso é importante. É claro que promove investimento e crescimento, mas esses tratados de taxação dupla têm sido usados para não pagar impostos. Eu crio uma empresa em um país que tem uma rede de tratados favorável e eu faço todos os investimentos para aquela empresa.

Três: transferências de preço, como determinar que diferentes empresas do mesmo grupo fazem transações entre elas, e que isso é feito de uma forma formalística. Eu tenho um contrato que diz que o meu risco de moeda é levado para um grupo, parte do grupo, que está nas ilhas Bermudas. Então, todos os lucros relacionados ao risco monetário vão para as Bermudas. É o fato de que alguns países têm esses esquemas privilegiados para artificialmente atrair lucros que foram gerados em outros países. Esses são os blocos de construção de todas as estruturas que levam à erosão tributária e à transferência de lucros.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Como V. Sª falou a respeito de acordos internacionais, eu gostaria de ouvir a sua opinião em relação a esse acordão que houve agora entre 12 nações, o chamado Transpacífico, liderado pelos Estados Unidos e pelo Japão, e que do continente latino-americano também estão participando algumas nações, a exemplo do México e do Chile. Gostaria de ouvir a opinião de V. Sª a respeito desse assunto.

O SR. RAFFAELE RUSSO (*Tradução simultânea.*) – Obrigado. Pelo que eu entendo – eu sou especialista em impostos, e não em investimentos –, esses tratados são para promover investimentos; não são convenções de impostos ou fiscais. Então, estamos focados nas convenções tributárias ou fiscais. Por isso, eu tenho medo de sair da minha área de conhecimento ao responder isso, e não acho que é isso que esta Comissão merece.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Passo a palavra ao Sr. Paul Hondius para suas considerações finais.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Eu gostaria de fazer umas indagações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senador Antonio Carlos Valadares, com muito prazer. V. Exª tem a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – De início, eu gostaria de parabenizar a iniciativa desta Comissão ao requerer uma audiência pública para tratar de assunto tão importante para a economia dos países, notadamente para o Brasil, que é um país em desenvolvimento, que sofre as consequências dessa erosão tributária e transferência de lucros.

No momento específico em que o nosso País vive, devemos encontrar meios de garantir a permanência de receitas nas nossas fronteiras. Isso é primordial. Parece-me não haver dúvida quanto à necessidade de procedermos aos ajustes necessários na legislação brasileira de modo a proteger os interesses nacionais. Daí a importância desta audiência pública, em que podemos colher informações, dados, para fortalecer a nossa legislação e proteger o Brasil de perdas irreparáveis.

Em documento da OCDE denominado Mitos e Fatos sobre o BEPS, aponta-se que as perdas anuais dos governos com manobras fiscais de grandes empresas são de pelo menos 250 bilhões – por ano!

A OCDE tem estimativas relacionadas à distribuição dessas perdas entre os países? É a primeira pergunta que faço.

Elas se concentram nas grandes economias ou alcançam proporcionalmente todos os países, inclusive os países em desenvolvimento?

Outra pergunta: como o Governo brasileiro tem se posicionado em relação ao plano de ação do BEPS? Que ações concretas já foram realizadas e que compromissos o Poder Executivo tem assumido em termos de prazos de implementação das ações? O BEPS no Brasil é projeto de erosão tributária e transferência de lucros.

Internamente o Brasil vem lidando com problemas relacionados à chamada guerra fiscal, em que Estados oferecem vantagens de natureza tributária para atrair investimentos. Essa disputa ainda não foi definitivamente resolvida em nosso País, apesar das tentativas mais diversas no âmbito do Poder Legislativo. Essa corrida atrás de investimentos, guardadas as devidas proporções, também existe no âmbito internacional. Como o Plano de Ação do BEPS trata essa questão?

Por fim, considerando o esforço e o investimento feitos pelas empresas em planejamento tributário, justamente para encontrar meios de ampliarem seus lucros e sua liberdade de atuação quanto aos mesmos, considerando o fato de que o empresário sempre encontrará um meio de resolver suas questões, inclusive mudando de países, quando for o caso, e considerando ainda que o Brasil não dispõe de um marco regulatório suficientemente claro e objetivo, que os nossos custos trabalhistas são altíssimos e que a nossa carga tributária beira o absurdo, eu pergunto, então: qual a opinião dos senhores – qualquer um dos convidados pode se habilitar, ou todos –, que detém ampla experiência no assunto, sobre possíveis efeitos colaterais de tais medidas? Se isso redundaria, por exemplo, em fuga de multinacionais do Brasil ou de outros países periféricos, que necessitam atrair investimentos para impulsionar o seu desenvolvimento. Então, a pergunta é se essa ação do BEPS pode promover a fuga de capitais ou de multinacionais do Brasil e de outros países em desenvolvimento.

Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente, e a todos os convidados.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra, o Sr. Raffaele Russo para responder.

O SR. RAFFAELE RUSSO (*Tradução simultânea*.) – Obrigada, Senador Valadares. Eu vou responder em inglês as suas quatro ou cinco perguntas.

Infelizmente, com os dados que temos hoje em dia, não é possível quebrar esses 240 bilhões por país. Por quê? Porque não temos os dados suficientes. O que temos são as contas consolidadas das multinacionais, e esse é o motivo por que uma das medidas que já estão sendo implementadas em diferentes países – Espanha, Reino Unido, Holanda, Luxemburgo, Itália, Estados Unidos – é o relatório país por país. É um relatório, que vai ser dado à administração fiscal, que vai dizer qual multinacional, em quais países ela opera, quantos empregados ela tem, quais os seus bens, qual a renda que ela tem lá e que impostos ela paga.

Dois. O Projeto BEPS foi feito por representantes da OCDE, do G20 e do Executivo da maioria desses países. Agora, estamos na próxima fase, que é a implementação, que, dependendo do sistema legal e constitucional dos países, requer a sua aprovação. Eu gostaria de sublinhar isto: algo que é parecido com o BEPS, que é a Convenção Multilateral sobre Assistência Administrativa Mútua em Assuntos Fiscais, o Governo assinou em 2011, já é 2015 e ainda não foi ratificado.

Terceiro. Nós trabalhamos nestes projetos com as multinacionais, com os conselheiros, com a sociedade civil e com as ONGs. Nós queremos evitar danos colaterais, e os conselhos que o setor de negócio nos deu foram muito construtivos e nos garantiram que as medidas fossem precisas e que não causassem dano colateral.

Essa guerra fiscal que você mencionou é algo que todos os países concordam que deve acabar. Ao mesmo tempo, países competem por investimento. Mas uma coisa é competir em termos de eficiência e coisas, vamos dizer, honestas ou em termos de burocracia, o tempo que demora para declarar impostos, o tempo que demora para contratar alguém e aprovar um projeto, e, como multinacional, eu decido onde eu vou investir.

Essa é uma competição que nunca vai acabar. O que esse projeto vai impedir é a competição desleal. Venha para mim, mas se você só colocar lucro no meu país, eu não vou taxar. Isso não é o correto.

E uma coisa que eu gostaria de sublinhar é que a esse projeto a maioria ou quase todos os setores dos negócios dão apoio. Não é a OCDE, nem o Raffaele Russo. Isso é uma pesquisa de uma das maiores empresas de contabilidade: 80% dos presidentes de empresa acham que têm que mudar as regras. Eles querem um sistema tributário que seja sustentável e que promova crescimento e investimento. E é o que tentamos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – V. Exª ficou satisfeito com as respostas?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Eu falei aqui com o Sr. Raffaele Russo a respeito do Acordo Transpacífico. Na realidade, esses acordos tratam mais de tarifas do que de impostos. Como há uma certa analogia entre tarifas e impostos, eu fiz a indagação a V. Sª. Também eu não queria uma resposta sob o ponto de vista político, mas sob o ponto de vista de arrecadação e evasão de divisas.

Passo agora a palavra ao Sr. Paul Hondius para suas considerações finais.

O SR. PAUL HONDIUS (*Tradução simultânea*.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu acho que já ouvimos que está acontecendo muita coisa na área corporativa, nos ajustes feitos para o sistema de tributação corporativa, e há muito ocorrendo também no espaço da tributação individual. Como eu expliquei na minha apresentação sobre a troca automática de informações, acho que uma questão importante para se considerar é que a troca automática de informações não se limita a indivíduos. Há também um grande passo em transparência ocorrendo devido à troca automática de informações para corporações, porque também contas de pessoas jurídicas brasileiras no exterior serão relatadas.

Então, acredito que a iniciativa de troca automática de informações também vai equipar administrações fiscais por todo o mundo com informações muito mais detalhadas sobre as transações financeiras das suas corporações no exterior, suas contas no exterior.

Também, em relação à ligação que nós estabelecemos com a FACTA, que requer que as instituições financeiras olhem não apenas a estrutura legal presente, mas o que é mais importante para entidades financeiras é verem os donos beneficiários dessa estrutura. Isso está aliado com as recomendações de 2012 para identificar se você quer ter uma pessoa real atrás de uma estrutura. E acho que as administrações tributárias, com seus esforços de fazer valer sua regulamentação, estão muito interessadas em garantir. Eu acho que há um grande potencial de cooperação. E, como o Raffaele já disse, um dos passos cruciais é trazer a ratificação da convenção multilateral o mais breve possível em termos legais tanto internacionalmente como em cada país.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Passo a palavra ao Sr. Raffaele Russo para suas considerações finais.

O SR. RAFFAELE RUSSO (*Tradução simultânea*.) – Eu queria agradecer-lhe, Sr. Presidente, e agradecer aos Senadores pela atenção durante esta audiência. Na OCDE estamos à disposição para qualquer esclarecimento que necessitem em relação aos detalhes técnicos da medida. Eu lhe desejo boa sorte com o seu trabalho. Espero que também esteja ligado à implementação do BEPS e à ratificação da Convenção Multilateral.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Quero informar os senhores presentes aqui da presença do Prof. Heleno Torres, Professor Titular de Direito Financeiro da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, que está aqui acompanhando os nossos convidados.

Mais uma vez, quero ressaltar a importância da presença dessas importantes autoridades aqui, no Senado Federal, para debater um assunto que hoje é debatido internacionalmente e que, sem dúvidas, é um processo de complementação, modernização e avanço daquilo que nós chamamos de economia global. A tendência, ano a ano, é que o mundo fique cada vez mais integrado e, portanto, essa questão fiscal é de extrema importância para todos os países.

Encerrando esta reunião, quero agradecer a presença do Sr. Raffaele Russo, Coordenador do Projeto BEPS da OCDE, e do Sr. Paul Hondius, analista de política do Centro para Política Fiscal e Administração da OCDE.

Declaro, portanto, com os melhores agradecimentos às autoridades presentes, encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 37 minutos.)

ATA DA QUADRAGÉSIMA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2015, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e cinquenta e sete minutos do dia vinte e oito de outubro do ano de dois mil e quinze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do senador Raimundo Lira, vice-presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, reúne-se a comissão com a presença dos(as) senadores(as) Gleisi Hoffmann, Cristovam Buarque, Waldemir Moka, Ricardo Ferraço, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Douglas Cintra e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os(as) senadores(as) Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe, Telmário Mota, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Romero Jucá, Sandra Braga, Roberto Requião, Omar Aziz, José Agripino, Davi Alcolumbre, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin e Marcelo Crivella. A presidência declara aberta a reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a realização de audiência pública, a fim de debater possíveis avanços na regulação do mercado de câmbio, bem como discutir as recentes denúncias de formação de cartel para manipulação da taxa de câmbio no Brasil, em atendimento ao Requerimento nº 22 de 2015, de iniciativa do senador Ricardo Ferraço, e tendo como expositores o vice-presidente executivo da Federação Brasileira de Bancos, Alvir Alberto Hoffmann; o presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil, José Augusto de Castro; o superintendente-geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, Eduardo Frade; e o diretor de Política Monetária do Banco Central, Aldo Luiz Mendes. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os senadores Ricardo Ferraço e José Medeiros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e quatro minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo vice-presidente no exercício da presidência da comissão, senador Raimundo Lira, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador RAIMUNDO LIRA
Vice-presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Declaro aberta a 40ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Pauta: debater possíveis avanços na regulação do mercado de câmbio, bem como discutir as recentes denúncias de formação de cartel para manipulação da taxa de câmbio no Brasil. Requerimento de autoria do Senador Ricardo Ferraço.

Vamos estabelecer 15 minutos para cada um dos senhores convidados. Vamos anunciar o nome dos senhores convidados: Alvir Alberto Hoffmann, Vice-Presidente Executivo da Federação Brasileira de Bancos (Febraban); José Augusto de Castro, Presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil; Eduardo Frade, Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade); e Aldo Luiz Mendes, Diretor de Política Monetária do Banco Central.

Passamos a palavra ao Sr. Alvir Alberto Hoffmann.

O SR. ALVIR ALBERTO HOFFMANN – Boa tarde, Sr. Presidente, Senador Raimundo Lira, Senadores presentes. Estou aqui representando o Presidente Executivo da Febraban, Dr. Murilo Portugal, que hoje, infelizmente, não pôde comparecer tendo em vista que está programado um seminário lá em São Paulo justamente para discutir o projeto de lei da regularização de ativos no exterior. Então, pediu que eu o representasse aqui.

Bom, eu trouxe uma breve apresentação sobre os principais aspectos do mercado de câmbio no Brasil, mostrando aqui a evolução recente desse mercado, como se forma a taxa de câmbio, como se faz o enquadramento das operações de câmbio nas regras de prevenção à lavagem de dinheiro. Depois, vamos concluir e, eventualmente, temos mais alguns anexos com informações caso sejam necessárias em função de alguma pergunta que venha a ocorrer.

Como podemos ver nessa tela, o mercado de câmbio no Brasil, de 2002 para cá, cresceu muito, em função de uma inserção maior do Brasil no mercado internacional. Ao mesmo tempo, isso propiciou que o Banco Central acumulasse reservas cambiais em um volume hoje recorde. Então, nós viemos de um mercado na faixa de US$40 bilhões, em exportações, e importações bem mais baixas. Hoje temos um mercado que é, pelo menos, cinco vezes o que era em 2002. As nossas reservas também evoluíram, de um patamar inferior a US$50 bilhões para algo acima de US$300 bilhões.

O mercado de câmbio tem uma movimentação diária, em média, de US$6 bilhões por dia e, em 2014, chegou a um volume de US$1,5 trilhão. Quanto à composição desse mercado, podemos ver que a linha vermelha corresponde à importação; a linha azul, ao comercial de exportação; as linhas cinza e amarela são do fi-

nanceiro, operações financeiras, seja de clientes, que os bancos conduzem, seja operações de câmbio, de troca de moeda entre os próprios bancos.

Na sequência, nós temos um mercado, no Brasil, bastante pulverizado e competitivo. São mais de 180 instituições participando e um número razoável de agências de turismo. Na distribuição desse mercado – embora as letras sejam pequenas –, aquele azul mais vivo que aparece primeiro, com 13%, é o banco Santander; seguido pelo Itaú,10%; Citibank, 9%; HSBC, 8%; Banco do Brasil, 7%; JPMorgan, 6%; Bradesco, 6%; BTG, 5%; BNP Paribas, o banco francês, 4%; Société Générale, 4%; Deutsche Bank, 3%; finalmente, os outros, diluídos. Seriam 180 menos esses bancos, cerca de 170 bancos, que correspondem aos demais 25%.

Nesse contexto – o Diretor Aldo, do Banco Central, pode me corrigir –, o Brasil opera em um sistema de câmbio flutuante no qual as taxas são estabelecidas em mercado e flutuam em função da oferta e demanda das divisas. Há as taxas de fechamento do dia, conhecidas como PTAX, são calculadas pelo Banco Central, que divulga essas informações no mercado. Essas taxas são calculadas com base nos dados obtidos mediante consultas que o Banco Central faz, junto às operadoras, que, de forma automática, eletrônica, vão informando à medida que as operações vão ocorrendo. Com isso, vai-se passando, para o mercado, a formação de preços.

A formação de preços propriamente dita, entre os operadores, leva em conta uma série de variáveis disponíveis. Entre elas, como uma base importante para estabelecer as taxas, há a taxa de câmbio futuro dos mercados, na BM&F, e, certamente, a pressão de oferta e compra leva à formação de preços, em uma situação de mercado propriamente dito.

Essa formação da taxa de câmbio é informada pelo Banco Central ao mercado, ao longo do dia, com horários predefinidos. Vão se disponibilizando, para o mercado, essas informações, que são passadas, basicamente, pelos *dealers*, que, obrigatoriamente, devem fornecer, em dois minutos, a cotação de compra e venda, para uma taxa de câmbio, no mercado interbancário, à vista e sempre com a liquidação dois dias depois, de forma a garantir e mostrar uma previsibilidade de preço.

Eventualmente, o Banco Central pode alterar esse funcionamento, em situações em que interprete ou entenda que há um funcionamento diferenciado, no mercado, que exija a necessidade de alguma intervenção.

As taxas de câmbio correspondem às médias de cotações de compra e venda fornecidas pelos *dealers*, que são os principais agentes no mercado, que são escolhidos pelo Banco Central. O resultado é imediatamente divulgado após os procedimentos de validação pelo Banco Central.

Essas taxas de compra e venda correspondem especificamente às médias aritméticas das taxas de compra e das taxas de venda obtidas na forma já explicitada e que são divulgadas pelo Banco Central em conjunto com o resultado da última consulta do dia.

Essas taxas depois fazem parte dos boletins de abertura e intermediários e são divulgados pelo Banco Central na internet, sem prejuízo da divulgação por outros canais.

Aqui um pouco de como são definidos esses *dealers*, que na verdade são os maiores operadores – esse termo numa tradução livre seria os principais distribuidores, operadores no mercado. E o Banco Central elege esses d*ealers* para um período de 12 meses. Sempre a cada novo período substitui pelo menos dois deles mediante avaliação de desempenho desses bancos em função do relacionamento da mesa de câmbio com o Banco Central, da participação desses *dealers* nos leilões de câmbio e *swaps* cambiais, a qualidade da informação e regular registro nas consultas que formam a PTAX, em função do volume negociado no mercado interbancário e também o volume negociado no mercado primário. Quer dizer, esses são os fatores que levam o Banco Central a eleger esses *dealers*. E, eventualmente, qualquer operação, qualquer forma de operar que seja considerada inadequada, constitui-se num favor que leva o Banco Central a descredenciar essa instituição como *dealer*, o que o coloca, digamos, numa condição secundária na mercado, deixando de ser um grande agente de câmbio, passando a ser um operador ordinário, digamos assim.

Então, esses aí que estão elencados são o ranking até setembro dos bancos que mais operaram, liderados pelo Santander, Itaú, Banco do Brasil e por aí afora. Então, a taxa vai sendo formada ao longo do dia. E aqui, a título de exemplo, uma tela mostrando as taxas ao longo do mês de outubro de 2015.

Outro aspecto importante na questão das operações de câmbio é que são operações extremamente reguladas e que recebem um tratamento especial no que diz respeito a regras de prevenção e combate à lavagem de dinheiro. Então, isso exige que o banco conheça o seu cliente, que os funcionários que trabalham com câmbio, com operações de câmbio, sejam também conhecidos e escrutinados, digamos assim, pelo banco no que diz respeito à sua idoneidade. Os fornecedores, no caso, são fornecedores de informações, até mesmo dessas empresas que informam preços, informam cotações. É importante que o banco também conheça o seu parceiro, seja o seu correspondente, o outro banco com quem ele está operando.

Os produtos que são oferecidos para os clientes têm que ser avaliados de forma a evitar que essas operações sejam utilizadas para fim não adequado. E as operações que são consideradas suspeitas devem ser comunicadas ao COAF dentro da regulamentação vigente.

E obviamente, nesse contexto, todo o conjunto de agentes tem que está treinado e preparado para entender e praticar claramente essas regras de prevenção à lavagem de dinheiro.

Isso exige que os bancos adotem as regras aqui no Brasil e também nas dependências subsidiárias no exterior onde existe, além da legislação local, onde o banco esteja operando. Em função disso, então, um segundo diretor será responsabilizado pelo cumprimento, pelo *compliance* de todas essas operações.

Essa política, entrando um pouco mais em detalhes do: conheça o seu cliente, Know Your Customer, visa a garantir a procedência, a identidade de quem faz a operação, a coerência da origem dos seus negócios com o montante de recursos que é movimentado. Esse é um dos pilares mais importantes da prevenção à lavagem de dinheiro. Isso é recomendado não só pelo Comitê da Basileia, já que existe também todo um esforço internacional para combater a lavagem de dinheiro.

Então, dentro dessa linha, os bancos visam a prover o direcionamento e a padronização para o início do relacionamento com clientes e a manutenção, permanecendo sempre atualizados no monitoramento desse relacionamento para garantir a segurança de que os volumes movimentados e trazidos aos bancos sejam coerentes com a atividade econômica do banco.

Além de conhecer o cliente, os bancos devem fazer diligência reforçada em relação a esses clientes que realizam câmbio. Em função disso, existem alguns procedimentos adicionais, especificamente para o câmbio, tendo em vista que são consideradas transações um pouco mais complexas e sofisticadas e por atravessarem fronteiras, basicamente. Então, a verificação é sempre mais intensa, mais organizada e mais rigorosa com clientes que realizam câmbio.

Partindo para o final dessa apresentação introdutória, concluímos que o mercado de câmbio é amplamente regulado no Brasil. O País opera num sistema de câmbio flutuante, e as taxas são estabelecidas pelo mercado; no mercado, pela interação de oferta e procura.

A taxa oficial, a PTAX, é apurada e divulgada pelo Banco Central, a partir das informações que recebe do mercado e conforme condições ou personalidades definidas pelo Banco Central.

É um mercado pulverizado, que cresceu de forma expressiva num período recente. O volume é expressivo, o que torna a prática de manipulação difícil em função dos volumes que seriam necessários para interferir nessa taxa.

Essas taxas se formam no mercado, influenciadas pelos fundamentos econômicos, pela interação de oferta e demanda e, eventualmente, pela atuação da própria autoridade monetária, que, em seus momentos, emite sinais ou faz movimentos que levam a influenciar essas taxas.

As operações, em si, passam por um rigoroso processo de análise, com vistas a não ferirem as regras de prevenção à lavagem de dinheiro.

Então, a título de introdução, são essas as minhas palavras.

Fico aqui à disposição para esclarecimentos e perguntas que eventualmente os senhores queiram fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Passo a palavra ao Sr. José Augusto de Castro, Presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil, para que faça a sua exposição pelo tempo de até 15 minutos.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DE CASTRO – Boa tarde a todos.

Sr. Senador Raimundo Lira, Senador Ricardo Ferraço, obrigado pelo convite para estar presente aqui.

Nós vamos analisar a hipótese de ter ocorrido alguma denúncia de formação de cartel para a manipulação da taxa de câmbio no Brasil. É claro que não há como fazer nenhuma afirmação de que houve manipulação, mas existem alguns dados que sugerem que tenha ocorrido alguma coisa diferente. Porém, não é possível fazer, digamos, uma afirmação efetiva.

Vamos falar de algum cenário de mercado cambial mais voltado para o mercado de câmbio que utilize mercado futuro. Todos sabemos que a taxa de câmbio no Brasil é flutuante, e ela flutua em função de fatores econômicos e políticos internos ou do mercado internacional.

As operações derivativas são legais e largamente utilizadas no mundo todo. Então, o fato de haver operação derivativa não significa, é claro, manipulação cambial. Na realidade, com a operação derivativa, o que se busca é uma proteção cambial contra a oscilação da moeda. Como no Brasil há uma grande oscilação da moeda, é claro que a proteção é muito utilizada.

O conceito de *carry trade,* que é uma das operações, é o de que o investidor assume uma posição ativa em moeda cujos juros estão elevados – seria a moeda de investimento, no caso, o real – e uma posição passiva numa moeda cujos juros estão baixos, que é a moeda que financia a operação.

Sempre deve ter as duas pontas na operação. Esse investidor, com a posição vendida, porque recebe uma ordem no exterior, o dinheiro entra no Brasil, faz a venda no mercado à vista, e automaticamente faz uma compra, no mercado futuro, pelo mesmo valor em moeda que ele vendeu no mercado interno.

Para se prevenir contra oscilações futuras, ele faz uma operação derivativa, um *hedge*, de proteção contra essa moeda. Então, na operação de venda à vista existe uma operação cambial, quer dizer, legalmente existe um contrato de câmbio para legalizar a entrada da divisa do Brasil.

Nas operações no mercado futuro, já não existe taxa de câmbio, porque não existe uma movimentação cambial. Então, não existe taxa de câmbio, existe apenas o registro da operação no Cetip ou no BM&F.

O banco investidor assume uma posição no mercado à vista, quando ele vende, e uma posição contrária no mercado futuro, ou seja, eu vendo à vista e automaticamente compro à prazo no mercado futuro. As duas operações se casam, porque existe operação, nesse meio termo, do *hedge*, que é a operação de proteção cambial que a empresa faz.

No mercado futuro não há contratação de câmbio, nem movimentação de divisas, que eu falei, e o principal atrativo dessa operação decorre da diferença entre taxas de juros nos mercados brasileiros e exterior, no caso agora, que representam uma operação de arbitragem. Como eu disse, uma operação legalíssima, e concorre normalmente. No caso do Brasil, que geralmente nós temos uma taxa de juros elevada, e os países da Europa e Estados Unidos, que a taxa é baixa, claro que existe um diferencial de ganho que as empresas e os bancos procuram aproveitar.

Fatores que podem sugerir manipulação cambial – podem:

Entre 2006 e 2011, os bancos estrangeiros foram os que mais negociaram contratos de dólar no mercado futuro, isoladamente isso também não significa nada. Mas, em princípio, pode sugerir que houve alguma coisa basicamente. Porque quando você está negociando mercado futuro, você está pensando em alguma coisa no futuro. Então, claramente você tem que ter definida uma posição.

Segundo, um relatório do BIS, Banco Internacional da Suíça, mostra que, em 2010, o volume negociado no mercado futuro do Brasil representava cinco vezes o volume negociado no mercado à vista. Enquanto os países do G-7 normalmente o mercado à vista era maior que o mercado futuro. Ou seja, sinaliza alguma coisa. Por que eu faço uma operação no mercado à vista e ela representa cinco vezes mais operações no mercado futuro? Isso sugere, mas não asseguro nada.

Outro aspecto, o real foi a segunda moeda mais negociada no mercado futuro, no mundo, atrás apenas do dólar, nos Estados Unidos. Mas, na realidade, ele é apenas a 25ª moeda nas negociações em geral. O que também parece estranho, você ser a segunda moeda e, ao mesmo tempo, é a vigésima quinta.

Algumas vezes os bancos estrangeiros assumiram posições contrárias às tendências do mercado. O mercado caminha todo para um lado e eles estavam exatamente em posição contrária. Também não significa efetivamente nada, mas sugere alguma coisa diferente.

Todas as operações de *carry trade* tiveram lucraram entre 10% e 30% nas aplicações realizadas entre janeiro de 2006 e setembro de 2008, e entre setembro de 2009 e abril de 2011. Esse período de espaço aí foi exatamente o período do *subprime*, a crise no mercado americano, que fez com que os mercados tivessem uma mudança forte.

O elevado volume de operações no mercado futuro, claramente, vai gerar uma variação cambial, vou ter que dizer artificial, distorcendo a formação de taxa de câmbio no mercado à vista, PTAX, como foi mencionado aqui. Esse volume claramente é para limpar, embora não haja movimentação cambial, mas claro que o volume negociado acaba refletindo no mercado à vista.

E, de uma forma geral, o *carry trade* tende a fazer com que a moeda que financia a operação deprecie e aprecie a moeda que é o alvo. A moeda que financia: dólar ou euro. A moeda-alvo, no caso: real. Que é exatamente o que aconteceu no período de 2007 até 2012, nós tivemos uma forte valorização do real. Então, é uma tendência que acabou acontecendo de fato.

Ao valorizar o real, o exportador perde e o importador ganha, e vice-versa, se tivesse acontecido o contrário.

Só para verificar em termos dos impactos que essa situação ocorreu no comércio exterior brasileiro, como nós exportamos *commodities*, a taxa de câmbio da exportação de commodities é um fator de rentabilidade.

Por quê? Porque a *commodity* tem um preço fixo unitário no mercado internacional. O Brasil não define o preço pelo qual vai exportar soja, milho, café, minério; esse preço é definido no mercado internacional. Como a cotação nesses últimos anos, nesse período – é o que foi mencionado aí –, estavam muito elevadas, qualquer que fosse a taxa de câmbio, as empresas iriam exportar o produto. Então, uma eventual valorização artificial

do real fez com que as empresas que exportaram *commodities* deixassem de ter rentabilidade maior. Vou falar mais adiante, o Governo deixou de receber tributos.

Nos manufaturados é o contrário. Nos manufaturados, o preço é definido pelo exportador. Existe uma concorrência no mercado internacional; então, nos manufaturados, a taxa de câmbio é um fator de competitividade. Ou seja, se eu não tenho competitividade, eu não consigo exportar. Isso afeta as exportações brasileiras como um todo, o que a gente vai mostrar, também, mais adiante.

Essas são as taxas de câmbio que estavam vigentes a cada final de trimestre. Vejam que o marcado em vermelho é o período em que ocorreu, teoricamente, um volume grande de operações no mercado de futuros. No período em azul, 2007/2008, também ocorreram... E o período em branco, no meio, ali, entre setembro de 2008 e abril de 2009, é aquele período que eu mencionei, que foi o período da crise no mercado internacional. Só para registro.

Reflexo da suposta manipulação cambial. A partir de 2007, a valorização do real gerou diversos impactos negativos para o Brasil, porque nós tivemos uma valorização. Primeiro, reduziu ou inviabilizou mais de US$50 bilhões em exportação de produtos manufaturados. Vou mostrar esse dado porque, mais à frente, nós vamos ver que as exportações de manufaturados do Brasil, de 2007 pra cá, praticamente estão imóveis ou caíram, enquanto o mundo comercial, nesse período, teve um crescimento de exportação acima de 50%. Nós ficamos estáveis e o mundo cresceu 50%.

Se nós utilizarmos esses 50% de crescimento, no mundo, sobre o que nós exportamos, nós perdemos uma média, como eu disse, de US$50 bilhões. Isso impediu que mais de dois milhões de empregos qualificados fossem gerados, porque, se nós deixamos de exportar manufaturados, simplesmente não geramos empregos qualificados. Criou um forte incentivo à importação de produtos em geral, como todos nós acompanhamos, até o ano passado. Provocou elevados déficits comerciais na balança de manufaturados, o que vou mostrar mais adiante. Criou e acelerou um processo de desindustrialização no Brasil, que todos nós conhecemos. Muitas empresas deixaram de produzir no Brasil, ou transferiram a produção para o exterior, ou passaram a importar liquidamente. Estimulou a fuga de capital produtivo para empresas se estabelecerem no exterior, produzirem no exterior e exportarem para o Brasil. Reduziu a quantidade de empresas exportadoras e elevou a quantidade de empresas importadoras – a gente vai mostrar logo adiante. Reduziu a entrada de investimento produtivo no Brasil. A maioria do investimento que entrou foi para o setor produtivo e alguma coisa para serviço.

O Brasil é o sétimo PIB do mundo, mas é o vigésimo quinto país exportador; exporta, de produtos manufaturados, US$80 bilhões. A Coreia do Sul é o décimo quarto PIB, mas é o sétimo exportador; exporta US$570 bilhões de produtos manufaturados. A pergunta que a gente sempre faz é: o parque industrial da Coreia é sete vezes o parque industrial do Brasil? Com certeza não é.

Claramente, nós tivemos fatores internos que dificultaram as exportações de produtos manufaturados. Essa valorização do real que nós vivemos nos últimos anos destruiu as estruturas de exportação de manufaturados do Brasil e mostra que hoje... Nós estamos com um câmbio, hoje, arredondando, de R$4 a taxa de câmbio; as exportações continuam caindo e vão cair até o final do ano. Ou seja, nós não temos estrutura para exportar manufaturado, porque nós saímos do mercado internacional, e reingressar nesse mercado é muito difícil, porque ocuparam o nosso espaço.

Vejam um exemplo dos Estados Unidos, que é um mercado para o qual todos, hoje, querem exportar. No ano 2000, nós exportávamos para os Estados Unidos 25% de tudo que o Brasil exportava e de produtos manufaturados. Em 2014, nós exportamos 12%. Em 2009, 2012, nós exportamos 9%. Ou seja, perdemos um mercado e, hoje, o mundo todo quer exportar para os Estados Unidos, um mercado que cresce consistentemente, e o Brasil tem de exportar. Só que nós não temos tradição; o preço nosso, teoricamente, seria bom, mas não é tão bom, porque, na realidade, os outros mercados têm preços mais competitivos.

Por tudo isso, os Governos Federal, Estadual e Municipal deixaram de arrecadar bilhões de dólares em Imposto de Renda e contribuição social.

Veja que a exportação é isenta de tributo, exceto de imposto de renda. O lucro gerado na exportação paga imposto de renda, contribuição social como qualquer um. Como nós deixamos de gerar em torno de US$50 bilhões por ano, simplesmente se multiplicarmos isso aí, vamos dizer, arredondando, 30% a título de imposto de renda, nós teríamos um volume que o governo deixaram de arrecadar muito grande, porque o que se paga ao imposto de renda é distribuído através do Fundo de Participação dos Estados e Municípios.

Aqui é um quadro, como eu falei, da balança comercial de manufaturados. Vejam o que aconteceu a partir de 2007. O Brasil era superavitário até 2006, na exportação, e, a partir de 2007, nós passamos a acumular déficits comerciais na balança de manufaturados, de US$9 bilhões e até que, no ano passado, nós atingimos um negativo de US$109 bilhões. Este ano, em função da queda nas importações, principalmente, nós vamos ter uma queda do déficit para US$75 milhões. Mas veja, que, em 2015, nós vamos exportar menos do que ex-

portávamos em 2007. Ou seja, nós paramos no tempo e até regredimos um pouquinho. O mundo continuou crescendo e nós continuamos parados.

Essa é a quantidade de empresas exportadoras e importadoras. Mais uma vez, no mesmo período, de 2007 a 2012. O número de empresas exportadoras em 2007 eram 20 mil, quase 21 mil empresas; em 2014, caiu para 19 mil empresas. Paramos e as empresas foram saindo do mercado. À medida que saiam deixavam de exportar, possivelmente deixavam de produzir e gerar emprego. Em contrapartida, as empresas importadores passaram de 28 mil, 29 mil, arredondando, para 44 mil. Quer dizer, o mundo passou a ser, no caso do Brasil, um mercado importador.

O *ranking* do Brasil no mercado mundial. Hoje, nós somos apenas, como eu falei, o 25º país exportador. Temos uma participação apenas de, em 2014, 1,19% no mercado mundial. Em 2015, nós vamos cair para 0,98%. Nós voltamos à participação que o Brasil tinha no ano 2003. Quer dizer, nós estamos com 12 anos perdidos. O volume de exportação, 225; vai cair mais, pois este ano nós exportamos mais ou menos 190 bilhões, redondos, quer dizer, uma queda forte. E como eu mencionei, a Coreia do Sul, o 7º país exportador, tinha participação de 3% daquele mercado internacional.

Essa é uma frase que o Mário Henrique Simonsen sempre falava: "Inflação aleija, mas o câmbio mata.". Disso nós já vimos n exemplos no mercado internacional.

Muito obrigado. Estou à disposição para eventuais perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Passo a palavra ao Sr. Eduardo Frade, Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

O SR. EDUARDO FRADE – Obrigado, Sr. Presidente, agradeço o convite da Comissão. Acho que me caberá falar um pouco sobre a investigação que está em curso no Cade e tentar descrever um pouco o que nós temos e em que fase está. Algumas observações importantes iniciais. Esse é um caso em aberto, um processo em aberto, é o início de uma investigação, então, ainda não temos conclusões a respeito de nada disso. O que nós temos são indícios que estamos investigando.

Uma segunda observação é que uma parte relevante da investigação, das provas que estão nos autos ainda estão sendo mantidas confidenciais, tanto no interesse das investigações quanto por determinação legal. Não acho que isso vá atrapalhar a exposição aqui, nem o debate sobre o caso, mas tem alguns detalhes nos quais vou me abster de entrar.

Como os senhores sabem, essa investigação teve início com acordo de leniência celebrado entre o Cade, juntamente com o Ministério Público Federal, no Estado de São Paulo, com um dos participantes do cartel. A identidade do participante, oficialmente, ainda é mantida confidencial pelo Cade. No acordo de leniência, um dos participantes denuncia o ilícito, confessa sua participação, entrega os demais participantes do cartel, entrega provas, colabora com as investigações e, em troca disso, ele recebe ou imunidade ou uma redução da multa final.

A partir disso, foi instaurado, no dia 2 de julho de 2015, o processo administrativo contra os bancos estrangeiros que estão listados, e estamos numa fase agora de notificação dessas empresas no exterior, e de seus funcionários, para que possam apresentar defesa em termos de contraditório e dar continuidade à instrução do processo.

Reitero também que, sendo o início da investigação, a Superintendência do Cade ainda está compilando evidências e vai fazer vários expedientes de instrução para complementar as provas já existentes. Então, o que eu estou falando aqui pode ser que, no futuro, seja complementado por novas evidências, inclusive é o que nós esperamos.

Essas supostas condutas anticompetitivas de forma geral envolveram o mercado de câmbio, mais especificamente instituições financeiras estrangeiras que operam nesse mercado, no chamado mercado *offshore*, fora do Brasil. Esse é um mercado conhecido como *foreign exchange market*, porém, o que nós estamos investigando é a possibilidade de efeitos diretos e indiretos no Brasil, a partir dessas condutas ocorridas no exterior.

Eu lembro que a lei de defesa da concorrência brasileira de fato permite – e o Cade comumente faz isso – investigar condutas ocorridas no exterior, desde que tenham efeitos no Brasil.

As práticas anticompetitivas, de uma forma prática, foram viabilizadas pelas evidências que temos até o momento, precipuamente por *chats* em que participavam funcionários desses bancos que estão sendo investigados, bancos concorrentes, que trocavam informações entre si, o que gerou esse indício de cartel. Basicamente, são dois *chats* principais, um deles envolvendo moedas estrangeiras. E eu vou explicar, com mais detalhes, à frente essa conduta.

Os indícios são de que a conduta teria durado aproximadamente entre 2007 e 2013. E um segundo *chat* envolvendo mais especificamente a moeda brasileira, o real. E vou entrar em detalhes daqui a pouco. Embora os bancos estivessem no exterior, os indivíduos conversavam nos *chats* também no exterior. Estão nesse segundo

grupo, quase em sua totalidade, indivíduos brasileiros. Tanto é que normalmente as conversas no *chat* eram na língua portuguesa. Essa conduta teria durado, pelo que temos notícia até o momento, entre 2009 e 2011.

Explicando um pouco o mercado de câmbio... Aproveito a presença do Diretor Aldo aqui, ou seja, se eu falar alguma impropriedade sobre o mercado, por favor, fique à vontade para me corrigir, pois esse é um mercado complexo. Mas fazendo uma grande divisão inicial, nós podemos falar do mercado *offshore* e do mercado *onshore*. O mercado *onshore* no Brasil é o que tem os contratos de câmbio aqui dentro, tanto à vista quanto futuro. E o mercado *offshore* é com as empresas localizadas no exterior. Podemos falar, dentro do mercado offshore, de um mercado à vista, que é o mercado *spot*, e de um mercado de NDFs, que é o mercado de futuros. A tradução para isso seria *non delivery bol funds*. E eu vou detalhar isso um pouco também.

Eu faço aqui uma observação inicial no sentido de que a maioria dos indícios que temos até o momento relacionam-se estritamente ao mercado *offshore*. Tanto é que as empresas que estão no polo passivo são empresas estrangeiras. Há dois grandes tipos de conduta que nós estamos investigando. E eu acho que dadas as apresentações que foram feitas aqui, é importante fazer essa diferenciação. A primeira parte da conduta tem a ver com uma cartelização das taxas de câmbio nos contratos de câmbio. Aqui eu estou falando que o banco faz um contrato, seja no mercado à vista, seja no mercado futuro, com um cliente, no Brasil ou no exterior, e obviamente está lá no contrato uma taxa de quanto vai ser o câmbio que vai ser cobrado naquela transação. Então, essa é uma investigação.

Uma segunda parte da investigação tem a ver com tentativas possíveis de manipulação dos índices de referência, tanto de índices de referência estrangeiros, quanto do PTAX. Vamos falar sobre isso daqui a pouco. Essa é uma discussão um pouco diferente, porque teria a ver se a conduta foi capaz de afetar a taxa de câmbio de referência, tanto de outros países quanto do Brasil. Essas são discussões separadas, e o Cade entende que é da sua competência falar um pouco de ambas.

Então, falando dessa primeira conduta, da cartelização nos contratos especificamente, falando primeiro do mercado à vista, do mercado *spot, offshore*, que diz respeito a moedas estrangeiras, o que é esse mercado? Envolve operações de troca de moedas estrangeiras ocorridas no exterior, à vista, com conversão em até dois dias. Então, estamos falando de contratos no mercado à vista, para compra e venda de moedas estrangeiras, de euro para dólar, de dólar para libras, e assim por diante. Por que isso interessa ao Brasil e ao mercado brasileiro, potencialmente? Porque, embora a nossa moeda oficial seja o real, inúmeras empresas brasileiras, inúmeros agentes, empresas, entidades, fazem transações em moedas estrangeiras, nas suas transações no exterior.

Então, uma conduta que potencialmente carteliza essa taxa de câmbio nos contratos de mercado à vista no exterior pode ter uma magnitude maior ou menor, mas pode afetar clientes brasileiros. Isso é uma das coisas que estamos investigando.

Uma segunda conduta, ainda falando dentro da cartelização das taxas nos contratos, tem a ver com a possível cartelização dos mercados de NDF. Isso também ocorre *offshore* no exterior, só que já começa a envolver o real um pouco mais e a envolver clientes brasileiros de forma mais direta. O que é um mercado *offshore* NDF? Envolve operações de *hedge*, operações de garantia, digamos assim, ocorridas no exterior, com uma contraparte, que pode, inclusive, estar no Brasil. Essa contraparte contrata um NDF para garantir uma taxa de câmbio futura. Por exemplo, um NDF envolvendo o dólar e o real. Onde isso pode surtir efeitos, no Brasil, efeitos para um brasileiro? Se um cliente brasileiro faz um contrato de NDF com um desses bancos no exterior e esse contrato de NDF foi cartelizado, significa que esse cliente do Brasil pode ter sido afetado, pago um preço maior do que pagaria, por exemplo, num contrato num ambiente de concorrência.

A segunda grande conduta investigada tem a ver com uma possível manipulação dos índices de referência. O que são os índices de referência ou as taxas de câmbio de referência? São calculados com base nas taxas de câmbio à vista, de mercado, publicados periodicamente por entidades públicas ou privadas, entre elas, aqui no Brasil, o Banco Central, a PTAX, o índice *Reuters;* no exterior, o índice do Banco Central europeu. São publicadas essas taxas de referência no mundo todo para pares específicos de moeda. Esses índices de referência são utilizados normalmente como parâmetros por empresas multinacionais, instituições e assim por diante, em diversos contratos firmados por essas empresas.

Aqui uma observação importante, essa investigação também se divide entre uma potencial manipulação de índices de referência estrangeiros, de moedas estrangeiras; os principais são os *Reuters* e Banco Central europeu. O segundo questionamento seria de uma possível manipulação da PTAX. Em conversas recentes com o Banco Central, acho que o Aldo vai conseguir explicar isso melhor do que eu, pelo fato de a investigação no momento cingir-se ao mercado *offshore,* a expectativa de uma possibilidade de conduta, tal como está colocada, ter afetado a taxa de referência brasileira, a PTAX, de fato é duvidosa. Enfim, é uma pergunta em aberto, pelo menos para nós, se isso de fato poderia ter acontecido, mas a gente sabe que é algo muito difícil.

Outra coisa são as taxas no exterior. Inclusive, isso está sendo investigado por autoridades de defesa da concorrência em outros locais, e tem algumas provas contundentes, mas, de qualquer jeito, o que eu gostaria de dizer aqui é que, do ponto de vista da autoridade da defesa da concorrência, independentemente dessa conduta ter ou não afetado uma taxa de câmbio de referência, permanece sendo de competência do Cade avaliarmos em que medida clientes brasileiros que potencialmente podem ter sido vítimas desse cartel nos seus contratos de câmbio podem ter sido afetados por essa conduta. Essas são duas discussões distintas.

Detalhando um pouco mais para vocês entenderem do que estamos falando, que conduta de cartelização teria sido essa e de que forma teria acontecido, como já disse anteriormente, as principais evidências que nós temos são relatos de conversas entre funcionários desses bancos concorrentes nos *chats* que mencionei. Então, a gente tem, de fato, a degravação das conversas ocorridas entre funcionários de bancos competidores, o que por si só já é um indício relevante, não é para ser algo comum. Mas as conversas são muito reveladoras de indícios, primeiramente de acordos para fixar os *spreads* cambiais. O que é um *spread* ? É a margem entre o valor de compra e o valor de venda de uma moeda que é colocada numa determinada operação de câmbio, de forma bem simplista. Tenho certeza de que, tecnicamente falando, isso seria uma impropriedade, mas é o lucro que o banco fixa para aquela operação de câmbio.

Então, no mercado concorrencial, o que você espera? Há diferentes bancos concorrentes oferecendo contratos de câmbio e você procura aquele... especialmente se você é uma empresa ou um banco brasileiro e quer fazer uma grande operação, vai procurar aquele que está oferecendo o preço mais barato.

Indícios apontam que esses concorrentes, esses bancos estrangeiros combinavam entre si qual seria o *spread* a ser cobrado dos clientes, obviamente colocando *spread* a maior. O que significa? um lucro maior para os bancos e evidentemente um prejuízo para o cliente que está fazendo aquele contrato e tem que pagar um preço maior.

O segundo tipo de indício são acordos também nesses *chats* para coordenar propostas a clientes e compra e venda de moedas. Então, a gente tem indícios de divisão de clientes entre seus diferentes bancos. Então, "olha, você fica com esse cliente e eu fico com esse cliente..." Inclusive, propostas de falsas de cotação, ou seja, para induzir um concorrente cliente a ficar com um determinado banco para poder cobrar mais, o outro banco concorrente combinava com ele uma proposta falsa para induzir a erro os clientes. Então, são combinações de compra e venda e de divisão de mercado.

Uma terceira conduta tem a ver com indícios de acordo para dificultar ou impedir a atuação de determinados operadores no mercado de câmbio brasileiro, os *brockers*. O que acontecia? Há evidências de uma coordenação entre os bancos estrangeiros para deixar de aceitar ou dificultar a atuação de determinados *brockers* no mercado brasileiro quando esses *brockers* faziam uma concorrência agressiva demais contra eles ou se recusavam a se adequar a determinadas condições.

Indícios de compartilhamento de informações concorrencialmente sensíveis de vários tipos. Informação sobre negociações, contratos, preços futuros, ordens de clientes, estratégias etc., o que também não se espera de uma conversa entre concorrentes.

Finalmente, a conduta investigada de acordos para influenciar índices de referência nos mercados cambiais. Especificamente, em relação ao índice de referência de moedas estrangeiras, as evidências trazidas e estão sendo investigadas lá fora também são de que alguns desses bancos se coordenariam no momento em que a colheita de dados estaria sendo feita para comprar ou vender moeda, seja logo antes das colheitas ou durante as colheitas, de forma a aquecer ou desaquecer o mercado influenciando esses índices. São evidências das taxas de referência estrangeira, não estou falando aqui da PTAX especificamente.

Essas são as características principais do caso. Onde estamos agora nesse momento, na investigação? Como eu disse, estamos notificando as empresas para defesa. Passaremos, então, por uma fase de instrução em que continuaremos colhendo provas e outras evidências.

Ao final, a Superintendência-Geral do Cade opina pela condenação das empresas e indivíduos ou pelo arquivamento do caso. Isso sobe para o tribunal do Cade, que é o responsável pela decisão final.

No caso de condenação, essas empresas podem estar sujeitas a multas de 0,1% até 20% do faturamento bruto delas no Brasil, no ano anterior à instauração do processo, especificamente no ramo de atividade envolvido.

Administradores da empresa que também tenham participado da conduta, no caso de condenação, também estão sujeitos a multa. E lembro que o Ministério Público Federal, que assinou acordo de leniência, também tem competência criminal para perquirir a condenação de indivíduos eventualmente responsáveis pela conduta, além de poder promover ações civis de reparação de danos.

Existe a possibilidade, no âmbito do Cade, da celebração de novos acordos, que chamamos de TCC, se existe a possibilidade legal. Para isso, contudo, o proponente do acordo tem que confessar a conduta, tem que

colaborar com as investigações e entregar as provas de que dispõe e tem que também, obrigatoriamente, recolher uma multa ou uma contribuição pecuniária.

De forma bem resumida é isso. Fico à disposição para perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Passo a palavra ao Sr. Aldo Luiz Mendes, Diretor de Política Monetária do Banco Central.

O SR. ALDO LUIZ MENDES – Muito obrigado, Senador Raimundo Lira, Presidente desta Comissão. Agradeço também ao Senador Ricardo Ferraço a oportunidade de estar aqui hoje para tratar de um tema que considero muito importante.

E trazer esclarecimentos sobre isso é sempre uma oportunidade muito boa ao Banco Central, já existem muitas tecnicalidades por trás do mercado de câmbio, nem sempre depreendidas com facilidade pela sociedade de um modo geral.

Cumprimento meus colegas de Mesa: meu prezado Alvir, Dr. José Augusto de Castro, Dr. Eduardo Frade.

Gostaria de tecer algumas considerações um pouco na linha do que Eduardo Frade já colocou para nós.

O Cade, no item do seu histórico de conduta que se refere à taxa de câmbio, passou a analisar conversas entre operadores brasileiros trabalhando em instituições financeiras no exterior, entre os anos de 2009 e 2011 e, ao tomar conhecimento desse processo administrativo do Cade, o Banco Central solicitou e obteve do Cade elementos dessas informações que estão sob análise também do Banco Central, tanto do Cade como do Banco Central.

À vista dos elementos disponibilizados ao Banco Central e das conversas que temos tido, do trabalho em conjunto que temos levado adiante, estamos concluindo, como também foi colocado pelo Eduardo, que a taxa cambial do Brasil não foi afetada pelos fatos que aparecem até agora no processo em curso no Cade. Além disso, nenhum dos operadores citados operava aqui no mercado local, nesse período investigado, e lembrando que o mercado local é exatamente *locus* onde é definida a taxa de câmbio de referência, a PTAX, também lembrando, como foi dito pelo Eduardo, que algumas operações lá fora podem ter impactado clientes aqui dentro, como, de fato, pode ter acontecido.

De todo modo, estamos acompanhando a evolução dos trabalhos do Cade e qualquer evolução que possa apontar caracterização de fatos que ensejem atuações específicas do Banco Central, o Banco Central está pronto para agir.

Queria repetir um pouco o que já tive oportunidade de dizer a esta Comissão, quando aqui estive em 15 de setembro, juntamente com o Presidente Tombini, sobre esse trabalho em curso no Cade e também no Banco Central, relembrando também, como já foi dito pelo Eduardo, que essas práticas ocorreram fora das fronteiras nacionais e que estão sendo investigadas, tanto por autoridades lá fora como por autoridades aqui dentro, no Brasil; o Cade é um bom exemplo disso, e o próprio Banco Central.

O Cade nos franqueou os documentos e gostaria de falar um pouco sobre o que achamos até agora e o que não achamos até agora. Até agora, como o próprio Eduardo colocou – esse é um processo em curso – novas informações podem surgir e, à medida que forem surgindo, estamos prontos a analisá-las e nos debruçarmos sobre elas.

O que achamos? Na mesma linha do que foi colocado pelo Dr. Eduardo, indícios, de fato, de operações em conluio entre operadores de câmbio fora do País na tentativa de fixar os *spreads;* também, como já foi explicado, *spread* é a diferença entre a taxa de compra e a taxa de venda. Quanto mais curta for a diferença entre a taxa de compra e a taxa de venda, melhor o ganho em que aquela instituição financeira faz ao intermediar essa moeda. Quanto mais amplo esse *spread*, maior o ganho que essa instituição faz.Portanto, há indícios, nesses documentos, de que havia um conluio para se tentar alargar esses *spreads.*

Há indícios também de operações com relações a moedas estrangeiras, como foi colocado aqui, cotação de real contra euro, contra iene. Lembrando – e aqui é importante –, diferentemente do que acontece no caso brasileiro, os chamados *fixings* lá fora não contam com a participação da autoridade, muito menos da autoridade monetária, essa é a grande diferença e isso é que é importante que entendamos. A PTAX é bem diferente do que é a Libor, é bem diferente dos *fixings* que foram citados pelo Eduardo aqui.

Quando você tem um *fixing* que é fornecido por uma empresa de comunicação, ela simplesmente coloca a plataforma eletrônica dela à disposição dos intermediários financeiros que lá vão depositar informações de compra e venda e ela tem o motor de cálculo que oferece uma média.

Assim, toda aquela informação chega ali sem qualquer filtro de qualquer autoridade, diferentemente do caso da PTAX. Vou aqui fazer um paralelo com a Libor. O que é a Libor? É uma associação dos próprios bancos que recebem informações dos próprios bancos dizendo quanto praticam de taxa de juros sem qualquer interferência de qualquer autoridade. A PTAX é completamente diferente, o Banco Central do Brasil tem escrutínio total da formação da PTAX, sabemos exatamente o que está sendo informado e os nossos sistemas

conseguem comparar *on line, real time,* se aquela informação que está sendo passada ao Banco Central pelos sistemas está sendo condizente com o que o mercado pratica ou não. Se ela não estiver condizente, aquela informação é descartada.

Quando abrimos a janela, como foi dito... o Alvir me poupou um pouco aqui do trabalho, mostrou como funciona a apuração da PTAX com muita propriedade. E é exatamente isso. Os bancos informam, através de sistemas eletrônicos. Em determinadas janelas abertas de forma aleatória, em determinados momentos do dia, eles são obrigados a informar, em dois minutos, qual é a taxa praticada na compra e na venda. E o nosso sistema já coletou qual era a taxa que vinha sendo praticada na compra e na venda. E o nosso sistema consegue, por critério estatístico, perceber se aquela informação está de acordo ou não está de acordo com o que é praticado no mercado, totalmente automatizado, e o Banco Central tem absoluto escrutínio e poder da formação dessa taxa. Ele consegue identificar operação a operação. Qualquer operação fora de padrão é imediatamente... ou a mesa do Banco Central imediatamente entra em contato com a instituição que está operando dessa forma.

Portanto, nós temos absoluto conforto e absoluta segurança de que a forma com a qual nós fazemos o nosso *fixing* aqui é bem diferente do que acontece em alguns mercados lá fora, onde não há a interferência da autoridade na formação do *fixing*. O caso da PTAX brasileira é um reconhecido caso de sucesso. Nós temos sido demandados por outros bancos centrais para explicar como é a formação da PTAX no Brasil, como a gente atua, como o nosso sistema funciona, e ele tem sido considerado e citado como um exemplo bem sucedido de formulação de um *fixing* para a taxa de câmbio.

Bom, lembro mais uma vez que o real não é uma moeda conversível; portanto, a formação da taxa de câmbio do real é uma formação que por definição ocorre aqui dentro do Brasil, já que o real não é negociado lá fora. O que se negocia lá fora são contratos como o NDF, que é um derivativo, e ele depende da taxa de câmbio. Ele não tem capacidade, por si só, de influenciar a taxa de câmbio no Brasil, e muito menos a taxa de câmbio de referência. A taxa de câmbio de referência é feita aqui dentro, principalmente no mercado interbancário, e sob total observação e controle do Banco Central ao longo de toda a sua formação, ao longo do dia.

Foi citado também, na apresentação do representante da Associação de Comércio Exterior, Dr. José Augusto de Castro, o fato de que o mercado de derivativos no Brasil é muito maior do que o mercado *spot*. É verdade, isso é um fato; mas ele decorre de questões, na minha opinião, muito mais ligadas à estrutura legal que rege o mercado de câmbio no Brasil. Como sabemos, no mercado *spot* há a efetiva troca de moeda, um efetivo contrato de câmbio. Alguém entrega o real, ou recebe real contra uma moeda estrangeira. Há uma efetiva troca de moeda. No futuro não existe efetiva troca de moeda, não existe um contrato de câmbio; o que existe é a negociação de um índice que representa a valorização ou a desvalorização, enfim, a variação de uma moeda estrangeira. É uma mera referência, não há um contrato de câmbio.

Qualquer um pode atuar no mercado futuro, inclusive pessoa física. Nós podemos ir à BM&F e comprar um contrato de câmbio. Podemos vender um contrato de câmbio futuro. Qualquer empresa pode fazer isso.

No mercado real, no mercado *spot*, isso não é bem assim. Existe uma legislação que disciplina o mercado cambial no Brasil, e ele não é totalmente aberto. Ele funciona para exportadores, para importadores, para turistas, enfim, há uma série de regras que limitam o número de participantes no mercado de câmbio. Isso não acontece no mercado futuro. Por isso o mercado futuro cresce tanto.

Além do mais, sobre a questão de valorização do real, eu gostaria de lembrar que esse período citado foi um período em que de fato ocorreu uma valorização expressiva do real. E uma valorização expressiva do real diminui a capacidade de competição, digamos assim, do exportador. Isso é clássico em qualquer texto de economia. Agora, essa valorização do real se deu por fatores estruturais.

Existe uma conjuntura global, em que um influxo muito forte de capitais veio em direção a países emergentes, economias emergentes, e o Brasil, um deles, evidentemente, recebeu uma quantidade enorme de recursos estrangeiros. Tanto é que pudemos montar um colchão de US$370 bilhões em reservas internacionais. A formação de reservas internacionais é uma consequência do forte influxo de dólares em relação ou em direção ao País. Isso se dá por uma conjuntura global que existiu durante um período de tempo, e que proporcionou uma valorização do real e uma redução da taxa de câmbio. Agora, quando a gente faz uma comparação, para citar também o que o Dr. José Augusto mencionou, entre Brasil e Coreia, nós estamos comparando duas economias que são radicalmente distintas em termos das suas estruturas mais intrínsecas, digamos.

A Coreia tem um nível de escolaridade muito superior à do Brasil; o nível de produtividade da mão de obra na Coreia é completamente diferente do nível no Brasil; o tipo de produto que a Coreia exporta é completamente diferente do que o Brasil exporta.

Nós somos exportadores de *commodities.* Não só de *commodities,* mas um dos principais itens da nossa pauta de exportação são *commodities*. A Coreia é bem diferente. A Coreia hoje produz automóveis, exporta

automóveis, aparelhos eletrônicos. Enfim, tem outro nível de complexidade a pauta de exportação de um país como a Coreia em relação à do Brasil.

Então, também a gente não pode dizer que essa divergência, essa disparidade que existe – para citar aqui o exemplo que foi trazido – entre Coreia e Brasil é apenas em função do câmbio. Não, é muito mais a questão de toda a estrutura econômica que está por trás de cada país, que tem estruturas de nível de educação, de nível de produtividade da mão de obra, de nível de tributação muito diferentes e que dificilmente podem ser comparados de uma forma direta, sem que se faça – digamos –esse tipo de análise.

Portanto, não dá para colocar a culpa apenas no câmbio, pelo fato de que um país como a Coreia tem uma relação de exportação sobre o PIB muito mais favorável do que o Brasil.

Existem outros fatores tão ou mais importantes do que o câmbio, para citar apenas alguns, como já citei aqui: a produtividade da mão de obra, o nível de escolaridade, o regime de tributação, enfim, o nível de competitividade em cada uma dessas economias.

Então, termino por aqui esta minha breve apresentação, enfatizando, mais uma vez, que não vimos, até o momento, nesse processo que está sendo levado em parceria com o Cade, nenhum indício de manipulação da PTAX.

Acreditamos que é muito difícil que isso ocorra, como foi colocado pelo Alvir, porque o Banco Central possui escrutínio completo e total da informação. Qualquer taxa que venha fora de mercado, automaticamente pelo nosso sistema e também pelo acompanhamento dos nossos técnicos e da nossa Mesa, é identificado. E aquele *dealer* que passe uma informação incorreta, indevida, imprecisa, será penalizado, correndo o risco, inclusive, de ser descredenciado pelo Banco Central.

Desde que implementamos o atual regime de apuração da PTAX, nunca tivemos nenhum caso de nenhum *dealer* que precisou ser chamado à atenção ou que sofreu algum tipo de punição, porque as cotações sempre vieram dentro de um intervalo muito estreito, que definimos estatisticamente.

Nós já podamos as duas menores, as duas maiores, fazemos a média, trabalhamos para convergir a média, para diminuir o desvio dessas informações, e, ainda assim, só aceitamos informações que venham dentro de um canal muito estreito, em função daquilo que está sendo praticado no mercado.

O sistema, quando dispara a ordem para o *dealer*, dizendo "*Dealer*, informe qual é a taxa de câmbio de compra e venda real/dólar neste momento", o sistema já fotografou qual é a taxa que estava sendo praticada no mercado, naquele momento. E, ao receber o *feedback*, ao receber em dois minutos a informação do *dealer*, ele sabe filtrar se aquela informação está de acordo com o que está sendo praticado no mercado.

Portanto, eu diria que é praticamente impossível a manipulação da PTAX.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Passo a palavra ao autor do Requerimento nº 22, de 2015, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, nossos convidados...

Gostaria de agradecer, Sr. Presidente, a presença de S. Sªs e de me desculpar, porque chegamos aqui um pouco atrasados, mas a Comissão de Constituição e Justiça encerrou seus trabalhos, hoje, para além das 14h. Portanto, quero, com isso, justificar o breve retardo no início desta nossa reunião.

Dr. Aldo, pelo amor de Deus, não diga que isso é praticamente impossível. Depois de tudo que nós acompanhamos nas repúblicas lideradas pela Presidente Dilma e pelo Presidente Lula, não é possível afirmar que alguma coisa seja impossível.

Depois das cenas e de tudo a que nós assistimos, estarrecidos, no Brasil, precisamos estar atentos e precisamos considerar os fatos.

Se é verdade que a nossa estratégia de fiscalização é diferente, se é verdade que a operação que aconteceu fora do Brasil não aconteceu aqui, também é verdade que os investidores podem adotar estratégias diferentes, até porque não estamos tratando aqui de uma coisa que nós inventamos. Nós estamos tratando aqui de fatos objetivos.

Grandes bancos vão pagar US$5,6 bilhões por manipulação de taxas.

Autoridades americanas e britânicas, entre elas o Departamento de Justiça dos Estados Unidos e o Banco Central norte-americano, anunciaram, nesta quarta-feira, multas somadas de US$5,6 bilhões a seis grandes bancos de dois países por manipulação de taxas de câmbio entre 2007 e 2013. Imaginar que foi feito isso nos Estados Unidos e no Reino Unido e que isso não poderia acontecer aqui, parece-me algo próximo de uma falácia.

Os bancos americanos Citigroup e JPMorgan e os britânicos Barclays e Royal Bank of Scotland se declararam culpados neste novo escândalo financeiro, segundo um comunicado do Departamento de Justiça dos Estados Unidos. A maior multa será pelo Barclays, da ordem de US$2,4 bilhões.

Além da punição financeira, o banco suíço UBS perdeu a imunidade que o protegia de eventuais processos penais, enquanto o Bank of America pagará apenas o valor solicitado pelas autoridades para indenizar os clientes prejudicados.

As multas serão somadas a outros US$3,2 bilhões que alguns dos mesmos bancos pagaram em novembro para encerrar processos semelhantes nos Estados Unidos e no Reino Unido.

Segundo *The Wall Street Journal*, nenhum operador de câmbio foi acusado criminalmente pela manipulação, mas autoridades de Nova York determinaram que o Barclays demitisse oito funcionários; outras pessoas, enfim, também estariam nessa mesma situação.

As autoridades acusam os bancos citados de terem utilizado fóruns de discussão na Internet, os *chats*, aqui ditos pelo presidente do Cade, e serviços de SMS de forma ilegal etc., etc.

Muito bem, se isso aconteceu lá, é possível que aconteça aqui. Não posso afirmar, nenhum de nós pode afirmar, até porque há uma investigação em curso e seria absolutamente precipitado que tratássemos desse tema. Então, não estamos aqui lidando com um tema, como se diz, como se fosse uma jabuticaba, não, existem fatos objetivos, existem processos que já foram concluídos. E não apenas as investigações que foram citadas aqui pelo nosso diretor do Cade em relação às investigações, mas há um acordo de leniência assinado entre o Cade.

V. Sª não fala, mas os jornais falam que esse acordo de leniência foi assinado com o UBS. E vou ler aqui o que diz a nota do Cade em relação a esse acordo de leniência, assinado pelo Cade com a presença obrigatória do Ministério Público, para que possa avaliar inclusive as consequências penais, considerando que o limite do Cade no acordo de leniência no direito econômico é o limite administrativo. Aliás, acordo de leniência que trouxemos para a lei anticorrupção. E hoje aprovamos, na Comissão de Constituição e Justiça, a presença obrigatória do Ministério Público nesses acordos de leniência, para que possamos superar o que o Cade tem conseguido superar, que é a segurança jurídica para que esse acordo de leniência possa ser assinado e consolidado em linha, não apenas com as questões relacionadas ao ressarcimento eventual, mas também às questões penais.

O que diz a nota, Sr. Presidente, do Cade?

A nota técnica nº 7, de 2015, informa sobre acordo de leniência firmado entre a Superintendência Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica e o Ministério Público Federal, constituição financeira estrangeira. Esta teria relatado fatos relacionados à prática de condutas anticompetitivas consistentes na manipulação de taxas de câmbio no mercado de câmbio, envolvendo moedas estrangeiras, especificadamente no mercado de câmbio à vista e no mercado de câmbio envolvendo a moeda nacional brasileira, o real, incluindo produtos financeiros chamados de contratos a prazo com liquidação financeira e de condutas anticompetitivas consistentes na manipulação de índices de referência de mercado de câmbio, tais como WM/Reuters, do Banco Central europeu, e do Banco Central do Brasil, PTAX. Não somos nós que estamos inventando, foi um banco, quero crer creditado, que assinou um termo de colaboração premiada denunciando a ocorrência efetiva desses fatos.

Portanto, afirmar que nunca ocorreu?! Como, se alguém está dizendo que ocorreu e como ocorreu?! E, evidentemente, gostaria muito de perguntar ao Dr. Conde, Eduardo Fraga, desculpe, sobre essas investigações que o Cade está desenvolvendo, mas como isso corre em sigilo de justiça, então jamais perguntaria algo a V. Sª que pudesse, na prática, atrapalhar a conclusão dessas investigações.

É preciso que a gente dê dimensão aos fatos investigados, mas não apenas a isso, porque no âmbito da Operação Lava-Jato – e não estou vinculando uma coisa a outra -, mas no âmbito da Operação Lava-Jato a delação premiada tem produzido extraordinários resultados para a sociedade brasileira, na medida em que bilhões de recursos estão sendo recuperados em ativos que foram desviados, sem declaração, e assim por diante.

Assim, a delação premiada tem servido à Operação Lava-Jato e ela precisa servir para que o Cade possa alcançar os efetivos resultados dessa investigação que está em curso e que já conta com essa delação premiada.

Queria que o Dr. Fraga pudesse abordar, com um pouco mais de riqueza, o efeito e a consequência dessa delação premiada, quais são os passos que o Cade estará dando em relação a esse tema, com que prazos, porque o Senado estará acompanhando tudo isso, a Comissão de Assuntos Econômicos também, e com uma enorme preocupação. Quais sejam, há informações de que há um projeto de medida provisória na Casa Civil querendo esvaziar essa prerrogativa do Cade, deslocando essa matéria para o Banco Central. Aliás, diga-se de passagem, decisão que já foi adotada pelo Supremo Tribunal Federal, em que o requerente, a Confederação Nacional do Sistema Financeiro – CONSIF, de alguma forma tenta afirmar que essas questões não seriam relacionadas ao direito do consumidor. E o Supremo Tribunal Federal já decidiu, por acórdão do Ministro Carlos Mário Velloso e também Eros Grau, que, sim, esse tema é do domínio e da prerrogativa, portanto, do direito do consumidor e também do Cade.

Mas circula, e com muita veemência, o fato de que a Casa Civil estaria trabalhando uma minuta de medida provisória que altera a segunda instância, hoje concentrada no Conselho Nacional de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, o Conselhinho.

O texto em debate interno no Governo permite que o Banco Central firme acordo de leniência e termos de compromisso ainda na primeira instância, quando os processos correm sob sigilo. Também deixa totalmente nas mãos da autoridade monetária a investigação de condutas anticoncorrenciais eventualmente praticadas por instituições financeiras, como bancos, seguradoras, cooperativas de crédito, entre outras.

A investigação de violações de concorrências sempre opôs as equipes do Banco Central e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Eu queria perguntar como V. Sª encara essa tentativa e se isso é verdadeiro. E perguntar ao Diretor do Banco Central se o Banco tem feito pleitos na direção de esvaziar essa prerrogativa do Cade e levá-la para o Banco Central. Em sendo verdade, como o Cade vai se manifestar, uma vez que é um Conselho que não tem subordinação, que tem autonomia plena para agir na defesa da livre concorrência em nosso País.

Com essas observações preliminares e com esses indicativos todos, como a Febraban tem encarado o fato de um associado ter feito um acordo de leniência? Se V. Sª tem conhecimento desse acordo e de que forma que a entidade tem encarado esse fato?

Dr. Eduardo Fraga, o acordo de leniência e os demais elementos obtidos até o momento indicam que bancos estrangeiros atuaram no mercado brasileiro em forma de cartel para influenciar as taxas de câmbio.

É possível ter uma sinalização mais objetiva em relação a esse fato, considerando não apenas as investigações, mas a delação?

Quais as condutas utilizadas pelos bancos para influenciar o câmbio? As operações de *carry trade* com derivativos foram relevantes para o eventual esquema? Quais os ganhos decorrentes das condutas e a sua duração?

Haverá troca de informações entre o Cade e as autoridades estrangeiras que investigaram o caso em seus respectivos países para que esse *modus operandi* possa ser conhecido e possa haver face a face uma imersão em torno do conhecimento dessas eventuais práticas em relação a esses *cases*? O Cade está se posicionando, está se movimentando na direção de conhecer essas práticas e essas culturas?

As provas obtidas serão, enfim, naturalmente, usadas pelo Cade? Quer dizer, qual o prazo estimado para a conclusão desse processo?

Ao Dr. Aldo Mendes, em relação aos comentários que já fiz, de fato V. Sª esteve aqui, conosco, e foi V. Sª que afirmou que há fortes indícios de operações de câmbio nessa direção, quando V. Sª esteve aqui com o Presidente do Banco Central, o Ministro Bendine, quer dizer, Tombini, desculpe. Bendine é o Presidente da Petrobras, ex-Presidente do Banco do Brasil.

Quer dizer, desde que V. Sª esteve aqui, houve alguma evolução efetiva por parte do Banco Central, porque, àquela altura, havia fortes indícios? Quer dizer, o Banco Central evoluiu em alguma investigação nessa direção?

Foi noticiado sobre a transferência de eventuais prerrogativas do Cade para o Banco Central. Nós já indagamos, de modo, Sr. Presidente, que, por hora, são essas as questões que nós gostaríamos de levantar.

Uma última aqui. Aí, é ao Dr. Aldo: como as operações do mercado à vista e as operações com derivativos no mercado futuro influenciam a fixação da Taxa PTAX? Qual era a proporção entre os volumes de operações nos mercados à vista e futuro antes e depois da Medida Provisória nº 579, de 2011, que deu instrumentos ao Conselho Monetário Nacional para taxar em até 25% as operações envolvendo contratos derivativos?

As instituições financeiras investigadas pelo Cade eram autorizadas a atuar no mercado de câmbio e de derivativos no Brasil? Quais os volumes de operações de câmbio e derivativos realizadas por essas instituições no período investigado, ou seja, entre 2009 e 2011? Qual o percentual em relação ao total de operações no período?

O volume negociado pelas instituições financeiras e demais investigados poderia interferir na formação da PTAX, assumindo que as regras de mercado não estavam sendo observadas e que os investigados agiram em cartel? Quais as penalidades cabíveis em se confirmando a atuação do cartel? Em que estágio – nós já perguntamos, mas reiteramos –, em que estágio estão as investigações do Banco Central do Brasil?

Ao Dr. José Augusto de Castro, nós gostaríamos de perguntar se a entidade, a Associação de Comércio Exterior do Brasil estimou as perdas geradas pela sobrevalorização cambial artificial nas nossas cadeias produtivas exportadoras? Eu vi que V. Sª traz ali alguns elementos em perda de oportunidade, geração de emprego e assim por diante, mas se há uma perda dimensionada por parte da entidade, da Associação de Comércio Exterior, do que teria representado de impacto para o Brasil a evidente sobrevalorização artificial imposta ao real.

Por hora, Sr. Presidente, são essas as perguntas, agradecendo a atenção dos nossos convidados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Os senhores convidados, inicialmente, irão responder às perguntas do Senador Ricardo Ferraço e, em seguida, daremos a palavra ao Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente, como tenho apenas duas perguntas a fazer, eu sugeriria que eu já fizesse as perguntas e que eles as respondessem em bloco. O que o senhor acha?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Pode fazer as perguntas, Senador.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente, senhores convidados, todos os que nos assistem, faço a primeira pergunta. Os desdobramentos das investigações da Polícia Federal têm desvelado uma série de remessas expressivas ao exterior de origem ilícita e associadas a esquemas vultosos de corrupção. Isso sugere que o mercado de câmbio doméstico apresenta fragilidades e que as instituições financeiras, que são as que operacionalizam as remessas, não estão observando a regulação prudencial do setor. Em particular, a recomendação do Banco Central às instituições de atentar mais firmemente à operação de pessoas politicamente expostas, além da fundamentação econômica e da capacidade financeira do cliente, parece-me, não está sendo adequadamente observada. Pergunto qual a visão dos senhores sobre o assunto e se entendem que falta maior rigor na fiscalização do Banco Central e dos próprios bancos no controle das operações que conduz. O que pode ser feito para evitar que operação dessa natureza tenha trânsito pelo Sistema Financeiro Nacional?

Faço a segunda pergunta. A Polícia Federal divulgou, no dia 22 de setembro de 2015, que a operação Ex-Câmbio desarticulou um esquema de doleiros que movimentaram em torno de R$2,3 bilhões nos Estados de Santa Catarina, do Paraná e do Rio Grande do Sul. Segundo a Polícia, os grupos investigados que atuavam como agentes oficiais no mercado de câmbio usavam os correspondentes cambiais como fachada para a prática de uma série de crimes financeiros e de lavagem de dinheiro. Entre as fraudes praticadas, estava a falsificação da identidade dos adquirentes da moeda estrangeira (boletagem) como também dos reais remetentes e destinatários de divisas ao exterior decorrentes do pagamento de importações (fraude cambial). Também praticavam evasão de divisas mediante o sistema dólar-cabo. Pergunto: como é feito o monitoramento do mercado de câmbio, se a regulação cambial e o próprio processo de autorização do funcionamento dos agentes precisam ser aprimorados para mitigar esse tipo de operação? O Banco Central já abriu processo administrativo sobre esse caso? Quais as conclusões já tomadas?

Por fim, em audiência realizada recentemente nesta Comissão de Assuntos Econômicos, em 15 de setembro, o Diretor de Política Monetária do Banco Central afirmou que a entidade está fazendo um trabalho investigativo em colaboração com o Cade sobre eventuais práticas não competitivas no mercado de câmbio. O Sr. Aldo Mendes ressaltou indícios muito fortes de operação em coluio entre operadores de câmbio fora do País, bancos e corretores estrangeiros, mas que não há qualquer banco brasileiro ou nacional envolvido nessas investigações, que seriam todos estrangeiros atuando fora daqui. Pergunto ao representante do Cade qual a visão do órgão e se já há uma posição mais conclusiva sobre o assunto, inclusive em relação a eventuais medidas recomendadas derivadas da investigação.

É evidente que algumas questões que coloquei já foram tratadas, mas deixo essas perguntas.

Aproveito para parabenizar, Sr. Presidente, o Senador Ricardo Ferraço pela importante proposição deste debate aqui. Creio que, neste momento de crise que o País enfrenta, é muito importante sabermos, inclusive, sobre o tema a que o Dr. José Augusto já deu início, sobre essa questão da manutenção artificial do câmbio e dos potenciais prejuízos ao País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Vamos passar a palavra, inicialmente, ao Sr. Aldo Luiz Mendes.

Em seguida, quando ele fizer suas considerações e der as respostas que cabem ao seu assunto, passaremos a palavra ao Sr. Eduardo Frade, Superintendente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Nesta ordem, em seguida, ouviremos o Sr. Alvir Alberto Hoffmann, Vice-Presidente Executivo da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Por último, concederemos a palavra ao Sr. José Augusto de Castro, Presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil.

Cada um dos senhores convidados e debatedores responderá às perguntas que forem afins aos seus respectivos assuntos.

Com a palavra, o Sr. Aldo Luiz Mendes, Diretor de Política Monetária do Banco Central.

O SR. ALDO LUIZ MENDES – Obrigado, Sr. Presidente.

Inicio falando sobre a questão de manipulação de taxas de câmbio no exterior. Se isso pode acontecer lá fora, por que não acontece aqui dentro? Volto a afirmar: não acontece. É completamente diferente.

O sistema que nós temos é bem diferente do sistema que opera lá fora. São modelos distintos. Nós podemos optar por entregar ao mercado...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Mas, se há a colaboração premiada de um banco que opera aqui, como é impossível, se o próprio banco delatou que participou de um esquema desses?

O SR. ALDO LUIZ MENDES – Sr. Senador, estamos tratando de dois assuntos diferentes. Uma questão é o "conluio", palavra que usei, de fato, para fixação dos *spreads*; outra é a fixação da taxa de câmbio. Nós temos elementos, como o próprio Dr. Eduardo mencionou, e com os quais nós concordamos, que mostram que houve, sim, atuação em conluio para fixar os *spreads*. Não há elementos, nesse processo até agora, que indiquem que haja qualquer tentativa de manipulação da taxa. E volto a dizer que o nosso sistema é melhor do que o que existe lá fora, porque ele não prescinde da atuação da autoridade. É uma questão de modelo. Nós podemos escolher entre dois modelos: nós podemos ter um modelo em que nós entreguemos ao mercado fazer os *fixings* e podemos ter um modelo em que deixemos a autoridade monetária coordenando, controlando e tomando conta desse processo durante todo o tempo. Nós, no Brasil, optamos pelo segundo modelo que aqui citei. Nós não entregamos o mercado. Poderíamos tê-lo feito? Sim. Outros países o fizeram; entregaram ao mercado, o mercado estabeleceu seus *fixings*, e não há intervenção da autoridade monetária na hora de fixar essas taxas. Não havia, na hora de fixar a *libor*, como não há, na hora de fixar as taxas de câmbio, quando se entrega, por exemplo, uma firma privada que é provedora de informações. Ela coleta informações e divulga aquilo como um *fixing*. A autoridade não tem qualquer responsabilidade sobre aquilo. Aqui é diferente. A autoridade monitora todo o processo, e volto a afirmar que é um sistema bastante robusto.

Com relação à MP que está na Casa Civil, eu não conheço a matéria, não é da minha área, mas posso afirmar que, no caso em tela, que trata dessa investigação, que o Cade está levando adiante, o trabalho tem sido de extrema colaboração. Sou bastante agradecido ao Eduardo e equipe, porque nos passaram as informações, e eu imediatamente coloquei toda a equipe técnica do Banco Central à disposição do Cade, porque sabemos que estamos tratando de assuntos que têm tecnicalidades bastante específicas e que precisam do apoio técnico de uma mesa de câmbio como a do Banco Central. E o nosso trabalho até agora, na minha avaliação, tem sido muito bem-sucedido, porque estamos trabalhando em harmonia.

Com relação aos fortes indícios, reafirmo que há, sim, fortes indícios de tentativa de estabelecimento de preços de afronta à concorrência no que diz respeito à fixação dos ganhos, dos *spreads*, mas não ao nível da taxa de câmbio.

Uma outra pergunta diz respeito às operações no mercado à vista e futuro e influência sobre a PTAX. Também, como já citei, o mercado futuro no Brasil tem uma dimensão muito maior, porque ele não está sujeito à mesma legislação que o mercado *spot*, em que existe a troca efetiva da moeda e a feitura de um contrato de câmbio. Portanto, o mercado futuro é muito mais líquido; a formação de preço acaba se dando no mercado mais líquido. Daí ele migra para o mercado *spot*.

Preços à vista e futuro antes e depois de 2011.

Eu não tenho esses dados aqui comigo, mas, certamente, houve algum impacto no mercado quando se colocou um imposto. Aquele imposto existiu por um período de tempo, e aquilo, provavelmente, deve ter diminuído um pouco o número de operações, já que ficou mais caro atuar naquele mercado: menos gente, menos investidores, menos empresas quiseram atuar lá, porque estava mais caro e até inviabilizava as suas possibilidades de negócios, eventualmente, naquele momento.

Mas posso passar, sim, para o senhor, esses dados, que estão disponíveis no Banco Central.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Muito obrigado.

O SR. ALDO LUIZ MENDES – Sobre instituições financeiras autorizadas no Brasil.

Não. Já foi dito pelo Dr. Eduardo e por mim que as instituições que estão sob investigação nesse processo são todas instituições estrangeiras.

Qual o volume, no período?

Essa informação também não tenho aqui agora, mas posso lhe passar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – O volume de operações de câmbio e derivativos.

O SR. ALDO LUIZ MENDES – Exatamente. Posso lhe passar, mas já lembrando que o volume do mercado de derivativos, mercado futuro, é, de fato, maior do que no mercado *spot*.

Se esse volume pode interferir na PTAX.

Não. Na verdade, a PTAX reflete o que é o mercado de câmbio no Brasil. Todas as variáveis que estão operando e trabalhando no sentido de fazer com que o câmbio caminhe numa direção ou na outra é que vão influenciar na PTAX. Não necessariamente só o volume, mas outras considerações, as mais variadas possíveis, influenciam o mercado de câmbio, como, por exemplo, qual será o próximo passo da política monetária nos Estados Unidos, o que está acontecendo na China, o que está acontecendo na taxa da câmbio da China, a expectativa de crescimento da China, como vai a economia europeia.

Há um conjunto muito grande de variáveis que influenciam a taxa de câmbio no Brasil. A PTAX é um mero espelho disso, é uma média daquelas operações que foram cursadas ao longo do dia. Sabemos que a taxa de câmbio varia muito ao longo do dia nos dois sentidos e não existe uma taxa única, existe a taxa que está sendo praticada naquele momento. Como vários contratos, instituições, empresas e pessoas precisam ter uma referência, a PTAX é calculada para tentar representar a média do que foi negociado ao longo de todo o dia dentro do mercado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – E quem faz o fechamento dessas muitas variáveis que vão constituir e compor a taxa PTAX?

O SR. ALDO LUIZ MENDES – Quem faz o fechamento é o Banco Central, o Banco Central recebe as informações, publica-as e divulga-as.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Sim, mas qual é o departamento ou a unidade do Banco Central que faz isso?

O SR. ALDO LUIZ MENDES – É o Departamento de Operações Internacionais, o Depin, que é um departamento que está na minha diretoria.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Então, *grosso modo,* V. Sª é o responsável pelo fechamento da taxa PTAX?

O SR. ALDO LUIZ MENDES – Sim, senhor.

Penalidade? Sim, se algum *dealer* não estiver sendo fidedigno em sua informação, ele certamente será penalizado, inclusive podendo ser descredenciado e podendo sofrer um processo administrativo do Banco Central. Existem, sim, penalidades, e elas não simples nem são leves para aquele que eventualmente não seja fidedigno em sua informação – e ela será identificada pelo Banco Central.

Ao Senador José Medeiros, sobre a questão da Polícia Federal e da remessa ao exterior.

Essas são operações que estão correndo ao largo, à margem do sistema financeiro, dentro de um sistema informal de transferência. Foi citado o dólar-cabo e coisas do gênero, que são, evidentemente, objeto de preocupação e de interesse da Polícia Federal, não necessariamente do Banco Central, porque estão ocorrendo à margem do sistema financeiro.

E sobre o caso recentemente citado: eu não tenho conhecimento desse caso de 2,3 bi em Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, mas, certamente, se houver instituição financeira autorizada pelo Banco Central envolvida, o Banco Central fará o que tem que ser feito, que é imediatamente abrir processo e fazer diligência contra instituições. Mas geralmente essas são operações que ocorrem – volto a dizer – à margem do sistema financeiro, ocorrem através dos chamados doleiros e de outras estruturas informais, fora do alcance do Banco Central, muito mais dentro do campo de atuação da Polícia Federal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra o Sr. Eduardo Frade.

O SR. EDUARDO FRADE – Obrigado, Presidente.

Senador Ricardo Ferraço, abordando por partes os temas trazidos aqui por V. Exª, primeiro retomo o caso.

Num acordo de leniência – assim aconteceu nesse caso e acontece em outros – a beneficiária da leniência é obrigada a trazer para nós todos os tipos de indícios de que dispuser. Alguns são mais fortes, outros são mais fracos, dependem de uma investigação mais aprofundada.

Nesse caso, como relatei aqui durante a apresentação, foram trazidos indícios de possíveis práticas... Por que dizemos "possíveis"? Porque, de fato, o caso não se encerra após a assinatura do acordo de leniência, ele começa após a assinatura do acordo de leniência, e aqueles indícios podem se confirmar ou não, é um elemento de investigação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Mas a leniência foi assinada?

O SR. EDUARDO FRADE – Foi assinada a leniência sim.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Se a leniência foi assinada com a participação do Ministério Público, e alguém que colaborou afirmou que houve, sim, manipulação da taxa PTAX, o Cade considerou a possibilidade de manipulação no fechamento da taxa PTAX, diferentemente do que afirma o diretor do Banco Central?

O SR. EDUARDO FRADE – É, isso foi trazido como uma prática que poderia ter acontecido...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Sim, mas convenceu V. Sªs?

O SR. EDUARDO FRADE – Nos convenceu a iniciar uma investigação, sem dúvida. O Cade tomou isso como uma possibilidade a ser investigada.

Dentre as várias condutas que estão sendo investigadas – e eu citei várias aqui – algumas já nos parecem mais robustas.

Cito, primeiramente, a questão da cartelização dos *spreads* – talvez seja a mais robusta; temos a tentativa de manipulação das taxas de referência no exterior, o que também é outro assunto que parece um pouco mais avançado; e, finalmente, temos a denúncia da possível manipulação da PTAX aqui no Brasil, o que é outro assunto.

Para nós foi suficiente para iniciar uma investigação, e faz parte disso nós entendermos o mercado e ouvirmos os outros agentes para conseguirmos concluir se aquilo ocorreu ou não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Se V. Sª considerou indício, V. Sª, além de dimensionar como uma estrutura robusta, como disse o Dr. Aldo, apesar do fato de ser robusta, ainda assim, aos olhos do Cade e do Ministério Público Federal, pareceu indicativo, sim, de que pode ser alterada a taxa PTAX?

O SR. EDUARDO FRADE – Um indicativo de que poderia ser uma possibilidade, um indicativo inicial. Até para ser um pouco mais concreto...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Pois não.

O SR. EDUARDO FRADE – O que a gente tem, nesse caso, a respeito disso, sem avançar demais nos detalhes das falas, mas o que a gente tem? Conversas entre os concorrentes, a respeito da PTAX, falando como é que está o nível da PTAX, etc. Tendo em vista que isso fez parte do bojo completo do acordo de leniência, nós incluímos isso na investigação para, ao longo da investigação, ver se nós encontramos mais indícios que comprovem essa potencial conduta ou não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Parece-me o mesmo *modus operandi* que foi identificado pelo Departamento de Estado norte-americano...?

O SR. EDUARDO FRADE – Dos indícios que nós temos até agora, os indícios que foram achados pelo Departamento de Justiça americano são mais robustos, até porque, de fato, as taxas são distintas e a forma de formação dessas taxas é distinta.

Outra coisa importante: como disse o Diretor Aldo aqui, a PTAX é formada principalmente dentro do mercado brasileiro, e os indícios que a gente tem agora são de conluio no *offshore*, lá fora – lembrando que, para as autoridades americanas, é o contrário: lá fora, o que eles têm é o indício de *onshore*, enquanto que, para nós, é *offshore*. Então, isso, de fato, cria diferenças grandes entre o potencial conluio de manipulação daquelas taxas e da PTAX aqui no Brasil.

Parte da nossa investigação tem a ver, inclusive, com ouvirmos o Banco Central e ver o que ele tem a dizer sobre isso. O Diretor Aldo já falou um pouco a esse respeito.

Eu, contudo, afirmo aqui, e acho que não contradigo o Aldo quando eu digo isso: a investigação está em aberto. Eu acho que seria irresponsável da nossa parte, Cade, tendo ouvido indícios a esse respeito, não ter iniciado uma investigação sobre isso. Então, vamos ver que tipo de indícios surge. Vamos supor que, no meio dessa investigação, surjam indícios de conluio não só no *offshore*, mas conluio no *onshore*, por exemplo. Será que isso poderia mudar a visão sobre o caso de alguma maneira?

Nós estamos com a mente aberta, mas sabendo e contando com a ajuda do Banco Central para isso, no sentido de que a regulação, especialmente da PTAX, torna complicada uma manipulação dessa taxa.

Outra coisa que é importante diferenciar é o seguinte, e talvez isso também diferencie o caso no Banco Central e o caso no Cade, o Banco Central – e me corrijam de novo se eu estiver errado – está interessado em saber se: "Bom essa conduta foi de fato capaz de causar uma alteração, uma manipulação nessa taxa de referência?" Ele quer saber o efeito. A lei de defesa da concorrência brasileira não exige, para investigação nem para condenação das empresas, a efetiva comprovação do efeito. Então, uma mera tentativa, uma mera conversa inadequada sobre questões concorrenciais sensíveis entre os competidores, ainda que não afete no final a PTAX, seria suficiente, no âmbito do Cade, para temos uma investigação, o que significa que a gente pode perfeitamente ter uma situação em que a PTAX não tenha sido afetada e, ainda assim, haja uma condenação do Cade nesse sentido porque os agentes se mobilizaram ou trocaram informações sensíveis a esse respeito que não deveriam estar trocando. Então, essa era uma primeira observação que eu tinha a respeito.

Com relação à troca de informações com autoridades estrangeiras, o Cade já está fazendo isso há algum tempo. Então, assim que iniciamos o caso, tomamos as providências cabíveis para começar a conversar com o Departamento de Justiça americano e já estamos fazendo isso há algum tempo para trocar informações sobre o caso.

Prazos. Nós estamos numa fase de notificação agora. Existe uma complicação nesse caso, que é o fato de as empresas e os indivíduos estarem no exterior, o que torna a notificação deles um pouco mais prolongada. É difícil e ainda estamos investigando. Então, é difícil falar de um prazo, mas, obviamente, estamos nos movendo para fazer isso o mais rapidamente possível. Eu quero crer que isso não demoraria anos e anos para ser concluído.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Sr. Eduardo Frade, eu peço permissão a V. Sª para dar uma informação ao Senador Ferraço.

O art. 107 do Regimento Interno dispõe: "Em qualquer hipótese, a reunião de comissão permanente ou temporária não poderá coincidir com o tempo reservado à Ordem do Dia das sessões deliberativas ordinárias do Senado."

O painel está aberto para uma votação nominal agora. Quero propor a V. Exª para decidir, já que é o autor do requerimento, se nós suspendemos em definitivo esta reunião por dez minutos, enquanto fôssemos lá votar, e voltaríamos aqui, V. Exª. Decide, Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Eu proporia a V. Exª que nós pudéssemos suspender por cinco ou dez minutos, pudéssemos votar e retornar para ouvir o representante da Febraban e o representante da Associação de Comércio Exterior do Brasil, nós o convidamos e fica...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Isso. Apesar de contrariar um pouco o art. 106 do Regimento, nós vamos suspender esta reunião por dez minutos, vamos votar e, em seguida, recomeçaremos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – É, porque nós não vamos deliberar, não há deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Isso, em função de que esse assunto é de extrema importância, V. Exª realmente teve um requerimento de muita substância, e eu acho que nós devemos continuar.

Vamos lá, está suspensa por dez minutos. Os senhores convidados poderão sair da mesa diretora enquanto nós retornamos do plenário. Muito obrigado.

(Suspensa às 16 horas e 36 minutos, a reunião é reaberta às 16 horas e 46 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Reabrimos a reunião e passamos a palavra ao Sr. Eduardo Frade, para responder às indagações do Senador Ricardo Ferraço.

O SR. EDUARDO FRADE – Obrigado, Presidente.

Senador Ferraço, acho que ficou faltando responder uma última pergunta do senhor que tem a ver com a eventual passagem de competências do Cade para o Banco Central, no que diz respeito à investigação e análise de condutas anticompetitivas. Só para algumas informações base aqui, o senhor mencionou a ação no STF. E a discussão que sempre houve, enfim, as análises de competência Banco Central e Cade, elas até hoje sempre se cingiram à competência para análise de atos de concentração, fusões e aquisições. Esse é o objeto central da ação que está no Banco Central.

Outra discussão, e essa seria uma discussão nova, porque até hoje nunca tinha havido esse tipo de discussão, seria a competência do Cade para análise de condutas anticompetitivas, infrações à ordem econômica, como, por exemplo, a que estamos debatendo aqui hoje sobre isso ser passado para o Cade e para o Banco Central no que diz respeito a infrações que ocorressem no setor financeiro. Enfim, falando hipoteticamente, em tese, é evidente que o posicionamento do Cade seria contrário a isso. Primeiramente eu digo o que o Cade não tem um posicionamento, nem nunca teve, de fazer essas investigações e essas análises de forma isolada e sem contato com o Banco Central, sem prestar as informações que devem ser prestadas para o regulador.

É um mercado sensível. Isso, de fato, deve ocorrer. E eu acho que, inclusive esse caso concreto que a gente está debatendo aqui hoje, é um bom exemplo de como isso pode se dar de forma satisfatória. Retorno aqui as palavras do Diretor Aldo, e a nossa coordenação com o Banco Central nesse caso tem sido ótima.

Alguns problemas, a meu ver, que essa troca de competência poderia gerar são as seguintes: a primeira é que nós estaríamos andando ao contrário do que é a regra geral no mundo. Os órgãos de defesa da concorrência têm competência para investigar condutas em todo tipo de setores, e existe uma série de desvantagens de isso ficar restrito ao órgão regulador apenas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Eu vou passar à mão de V. Exª a minuta para que V. Exª possa se movimentar. Vou passar ã mão de V. Exª a minuta que está sendo discutida na Casa Civil e que esvazia as prerrogativas do Cade, para que V. Exª possa fazer chegar ao Governo...

O SR. EDUARDO FRADE – Sim, claro.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – ... o quanto isso aí caminhará, se consolidar-se na contramão daquilo que o mundo está fazendo.

O SR. EDUARDO FRADE – Não, eu até informo aqui que, na verdade, nós já estamos em contato com a Casa Civil. Foi a própria Casa Civil que nos procurou, para que o Cade desse sua opinião a respeito. Então, não me parece que já seja um assunto fechado; pelo contrário, isso também está...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Estou lhe passando a minuta.

O SR. EDUARDO FRADE – Está certo. Agradeço.

Como nós conseguimos ver na minuta, ela regulamenta uma série de coisas, e isso é um ponto específico que foi lá colocado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Mas é um ponto central!

O SR. EDUARDO FRADE – Para o Cade, sem dúvida.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – É evidente.

O SR. EDUARDO FRADE – Para nós, sem dúvida. Enfim, já manifestamos o nosso entendimento a respeito disso.

Outra coisa para a qual eu chamo a atenção é o fato de que montar uma estrutura de investigação e análise de infrações da ordem econômica não é algo trivial, nem acontece do dia para a noite. Então, faz 20 anos, literalmente, que o Cade está montando isso para chegar aonde chegamos, e, realmente, a meu ver, recomeçar do zero num outro órgão seria uma perda, um desperdício um pouco de tudo o que já foi construído.

Finalmente, eu chamo a atenção para um risco que, obviamente, tem de ser sopesado no caso concreto: dependendo de como isso for feito, talvez acabe por gerar a anulação de decisões pretéritas do Cade nesses últimos 20 anos, nesse setor. Esse tipo de argumento pode surgir.

Então, nós já nos manifestamos, estamos em contato com a Casa Civil, temos a informação de que é só uma minuta. Esse é o entender do Cade. Vamos ver como é que vai sair.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senador Ferraço, quando aprovamos aqui, neste ano, a nova composição dos diretores do Cade, jovens profundamente bem preparados, com bons currículos, foi um momento de muita satisfação. Às vezes, nós aprovamos aqui pessoas que não formam um grupo tão preparado como foi o caso do Cade.

Então, eu acho que é também papel do Senado Federal defender sua prerrogativa, já que assumimos essa responsabilidade de dar essa aprovação a pessoas que são bons profissionais, pessoas jovens e que estão com toda a vontade, toda a disposição, todo o patriotismo, todo o espírito cívico de defender os mais legítimos interesses do País.

Então, vamos ficar atentos para que possamos manter essas prerrogativas do Cade.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Sendo a Comissão de Assuntos Econômicos, regimental e constitucionalmente, a Comissão que sabatina as indicações presidenciais para composição do Cade e que acompanha e fiscaliza tudo aquilo que acontece no Cade, essa afirmação de V. Exª só robustece a direção de estarmos aqui debatendo um tema que, se enfraquecer o Cade, vai representar enfraquecer a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, o Direito Econômico e todas as responsabilidades que foram construídas ao longo desses 20 anos a que o Dr. Frade fez menção.

Então, eu agradeço a lembrança que fez V. Exª em relação a esse fato importante.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Passo a palavra ao Sr. Alvir Alberto Hoffmann, Vice-Presidente Executivo da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

O SR. ALVIR ALBERTO HOFFMANN – Obrigado, Sr. Presidente.

Em relação à pergunta de S. Exª o Senador Ricardo Ferraço a respeito do papel da Febraban nesse processo, cabe afirmar que a Febraban tem por finalidade a congregação dos bancos associados com vistas ao fortalecimento do sistema financeiro nacional e às suas relações com a sociedade, de maneira a contribuir com o desenvolvimento econômico e social do País, dentro de princípios e buscando um sistema bancário saudável, ético e eficiente.

Nesse contexto, é parte do Estatuto Social da Febraban que as associadas atuem no sistema financeiro de forma ética. É nessa linha que a Federação atua. Faz parte da obrigação dos associados ter essa postura como também cumprir com o Estatuto Social da entidade, da mesma forma que com algumas medidas, numa estrutura de autorregulação que existe na Federação. Além das regras impostas por leis e por toda a estrutura jurídica e legal que existe, com as regras, mais especificamente, do Banco Central, há também todo um conjunto de regras de autorregulação que são mais voltadas a essa questão das relações com o consumidor. A Febraban tem um conselho próprio que atua no sentido de fazer com que essas normas sejam cumpridas.

No caso particular, se houve uma comunicação formal, por parte desse banco, dessa proposição do acordo de leniência com o Cade, eu não tenho informação se houve ou não o posicionamento oficial, mas, de qualquer maneira, não seria necessário que o banco o fizesse, caso não o tenha feito, até porque, se eles estão seguindo na linha de buscar um acordo em função de práticas que eles imaginam irregulares que ocorreram no banco e que podem afetar o funcionamento do próprio banco no País ou sua posição, essa iniciativa estaria dentro desse conceito de buscar uma postura ética.

Dentro dessa linha de busca de um sistema financeiro saudável, ético e eficiente, a Febraban tem todo um conjunto de comissões que discutem temas técnicos e realizam seminários – hoje está-se encerrando em São Paulo um seminário específico sobre *compliance* e auditoria interna –, sempre buscando reunir os melhores técnicos da área, trazendo gente do exterior, trazendo exemplos, no sentido de aperfeiçoar e tornar esse sistema sempre mais saudável, ético e eficiente.

Com relação ainda às perguntas do Senador José Medeiros, eu até ressaltei, na minha apresentação inicial, o rigor das regras que existem em relação às remessas ao exterior, ao tratamento do câmbio. As chamadas

PEPs, que são as Pessoas Expostas Politicamente, são submetidas a um tratamento diferenciado. Eu, por acaso, que estava no Governo há menos de cinco anos, ainda continuo sendo uma PEP. Então, toda vez que eu tenho alguma coisa com banco, é um problema sério para transferir R$10 mil de uma conta para outra, porque eu sou uma PEP. Ainda não faz cinco anos que saí do Governo. E meus filhos têm problemas para abrir contas, porque vinculam meu CPF.

Então, os bancos são, até onde se vê, extremamente rigorosos com isso. E eventuais operações que apresentam algum tipo de suspeita são comunicadas ao Coaf, tanto é que esses recentes processos de investigação que a Receita Federal levou a cabo decorreram basicamente desses registros que estavam no Coaf que as instituições fizeram, cumprindo a sua obrigação, cumprindo os regulamentos que cabem aos bancos. Então, nessa linha, eu entendo que os bancos têm atuado da melhor maneira possível, e a Febraban tem feito o seu papel no sentido de incentivar essas práticas saudáveis em busca da eficiência e da ética no sistema financeiro.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Eu quero apenas chamar a atenção de V. Sª para o fato de que, no termo de delação premiada, no acordo de leniência que foi firmado com o Cade, um dos associados – quero crer, da Febraban – denunciou 30 pessoas físicas e 15 instituições que estão sob investigação.

Isso é parte do acordo de leniência que não foi, evidentemente, apresentado pelo Diretor do Cade, até porque não poderia, uma vez que corre em sigilo, para que as investigações possam se dar, mas eu gostaria de levar ao conhecimento de vossa...

O SR. ALVIR ALBERTO HOFFMANN – Sem dúvida. Os 15 bancos são conhecidos, os nomes foram divulgados.

A Febraban não tem esse caráter investigativo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – É claro, claro.

O SR. ALVIR ALBERTO HOFFMANN – Alguns desses 15 bancos nem operam aqui no Brasil.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – É porque V. Sª usou a palavra ética.

O SR. ALVIR ALBERTO HOFFMANN – Isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – E a Febraban...

O SR. ALVIR ALBERTO HOFFMANN – Busca pela ética.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Não me parece ético esse tipo de conduta adotado por esse conjunto de bancos que está sendo investigado pelo Cade.

O SR. ALVIR ALBERTO HOFFMANN – Sim, em todas as estruturas há desvios. Eventualmente, há desvios.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Investigação não significa dizer conclusão.

O SR. ALVIR ALBERTO HOFFMANN – Exatamente. É por isso que todas as organizações, inclusive esta, têm um conselho de ética, porque eventualmente alguns fogem àquilo e cabe a apuração.

Nesse contexto, também a Febraban atua no sentido de que seus associados desempenhem e cumpram o estatuto social da associação, que visa um sistema financeiro saudável, ético e eficiente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra, o Sr. José Augusto de Castro, Presidente da Associação do Comércio Exterior do Brasil, para as suas respostas e considerações finais.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DE CASTRO – Senador Ricardo Ferraço, é difícil calcular quanto o Brasil deixou de exportar. O dado que eu cito de US$50 bilhões é uma estimativa – pode ser mais ou pode ser menos. Seria pelo menos o valor de US$50 bilhões se considerarmos o que aconteceu nos últimos anos, desde 2007.

Se nós avaliássemos apenas pelo déficit comercial e industrial de 2007 até o que está previsto para este ano de 2015, nós teríamos um déficit de US$625 bilhões. É claro que tudo isso não seria gerado de exportação, mas mostra claramente que alguém passou a importar um volume que poderia ser fabricado no mercado interno ou pelo menos algo fabricado aqui para atender ao mercado interno, o que criaria escala e outros fatores mais que viabilizariam as exportações.

Além disso, um dado divulgado recentemente pelo Ministro Aldo Rebelo num evento de que participei mostra que, dos empregos gerados no Brasil, 90% são de até um salário mínimo, 5%, de até dois salários mínimos e os outros 5% são de valores maiores.

Isso basicamente mostra que à medida que a indústria está desempregando e que está diminuindo a participação da indústria no PIB, como todos estamos acompanhando, nós estamos fazendo com que o emprego qualificado também diminua. É o que estamos vendo hoje.

Então, a exportação de produto manufaturado claramente é um segmento que gera emprego qualificado, de melhor renda, e mais consumo.

O que nós vimos aqui com relação à taxa de câmbio, embora o Diretor Aldo tenha dito que ela não necessariamente teve impacto, nós pelo menos sentimos o impacto negativo sob todos os aspectos: na exportação, na importação, na geração de empregos, na fuga de capitais. Em diferentes áreas é possível avaliar o impacto negativo do comércio exterior.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Antes de concluir esta reunião, gostaria apenas de rememorar ao Senador Ferraço que, logo após a promulgação da Constituição de 1988, eu participei de um grupo de trabalho de Senadores para reduzir e racionalizar o número de Comissões permanentes.

Eu tive a felicidade de ser o criador da Comissão de Assuntos Econômicos. Nós transformamos três Comissões permanentes na Comissão de Assuntos Econômicos, exatamente para que os assuntos que interessam mais ao País fossem discutidos nas Comissões de uma forma mais robusta, com a presença maior de Senadores, facilitando o trabalho da imprensa e das pessoas que têm interesse nesses assuntos.

Infelizmente, temos hoje um número excessivo de Comissões, o que faz com que haja uma sobrecarga para os Senadores, que sempre estão participando ora de uma Comissão, ora de outra. É por isso que para um assunto de tamanha importância como esse nós não temos aqui uma presença maior de Senadores, até porque, nesse caso específico, nós deixamos de cumprir rigorosamente o art. 104, item III, do parágrafo único, que manda suspender imediatamente as Comissões permanentes, qualquer Comissão que esteja funcionando no horário em que esteja ocorrendo a pauta deliberativa do Senado Federal.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Diga, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Apenas para concluir, Dr. Frade, V. Sª não me deu um sinal do prazo em que essas investigações vão se concluir, porque a Comissão de Assuntos Econômicos quer sinalizar para V. Sª que nós continuaremos atentos e cobrando uma conclusão dessas investigações. Qual o prazo que o Cade imagina para as conclusões dessas investigações?

O SR. EDUARDO FRADE – Obrigado, Senador.

Na verdade, me deixa muito feliz o fato de a Comissão continuar acompanhando. De fato, é um assunto de extrema relevância. Para nós, do CADE, é sempre um prazer vir aqui informar como estão os nossos casos.

Como eu falei, esse caso está na fase de notificação, tende a ser uma notificação mais complicada que o normal, pelo fato de as empresas e pessoas físicas estarem no exterior, o que requer uma série de procedimentos que pode demorar mais ou menos.

É meio difícil, Senador, precisar um prazo, porque depende muito de como forem as investigações. Então, pode ser que a gente tenha novos elementos, pode ser que a gente consiga novas provas vindas do departamento de justiça americano, pode ser que a gente tenha pedidos de acordos que tragam novas provas. Então, nesse início da investigação, é muito difícil dizer. Eu acho razoável dizer que – para ser bastante sincero – é muito difícil esse caso ser concluído na Superintendência-Geral, que é o parecer, em menos de um ano. Acho que antes disso, de fato, não devemos ter nada.

Nós, hoje, no CADE, estamos bem mais rápidos do que no passado. Então, não temos mais a perspectiva de ficar nos alongando por anos e anos. Eu gostaria muito de dizer que, acredito eu, que num prazo de talvez uns dois anos, nós consigamos mandar esse caso para o Tribunal do CADE, a depender de como se der a investigação. Se vier mais coisa, talvez um pouco mais ou, se não vier nada, talvez menos, porque vão ter que concluir o caso como está.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – O Ministério Público Federal, a Procuradoria-Geral da República está atuando em conjunto com V. Sª, com o Cade.

O SR. EDUARDO FRADE – Exato. O Ministério Público Federal assinou um acordo conosco. A gente mantém um contato constante. A competência deles é criminal. Então, é na Justiça criminal. Eles movem uma ação criminal no *timing* deles, mas nós conversamos esse tempo todo e trocamos evidências. O que for produzido no Cade, muito provavelmente, passaremos para o Ministério Público também.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – E V. Sª está lançando mão dos acordos de cooperação que o Brasil dispõe com o Estados Unidos da América e com o Reino Unido para troca dessas informações, o que pode agilizar o processo de investigação?

O SR. EDUARDO FRADE – Sem dúvida, estamos. Na verdade, nós temos até acordos específicos entre o Cade e autoridades antitruste de outros lugares do mundo. Já estamos em contato com o departamento de justiça norte-americano, já trocando informações a respeito desse caso, o que tem sido bastante útil. Então, já está acontecendo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu agradeço a V. Sª, agradeço aos demais convidados. Muito obrigado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Ferraço, antecipando o desejo de V. Exª e a preocupação de V. Exª, eu já tinha conversado aqui com o Sr. Eduardo Frade sobre o fato de que esta Comissão pediu para que fossem informados todos os passos em relação a esse assunto.

Portanto, parabenizo V. Exª não só pelo requerimento, mas, sobretudo, por essa preocupação. E gostaria também que V. Exª individualmente, por ser o maior conhecedor desse assunto aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, também fizesse um acompanhamento deste caso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES. *Fora do microfone*.) – Fique certo que sim, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Muito obrigado Senador; muito obrigado, Srs. Convidados; muito obrigado a todas as pessoas presentes aqui nesta reunião.

Dou por encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 57 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 04 minutos.)

ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2015, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia dez de novembro do ano de dois mil e quinze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do senador Delcídio do Amaral, presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, reúne-se a comissão com a presença dos(as) senadores(as) Lindbergh Farias, Reguffe, Telmário Mota, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa, Cristovam Buarque, Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Lúcia Vânia, Marta Suplicy, Hélio José, José Agripino, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, José Serra, Ronaldo Caiado, Antonio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, José Medeiros, Douglas Cintra, Wellington Fagundes, Elmano Férrer e Blairo Maggi. Deixam de comparecer os(as) senadores(as) Gleisi Hoffmann, Walter Pinheiro, Davi Alcolumbre e Marcelo Crivella. O presidente declara aberta a reunião, submetendo à comissão a dispensa da leitura da ata da 38ª reunião, que é dada como aprovada, e propõe aos membros, ainda, a dispensa da leitura do parecer vencedor elaborado pelo senador Roberto Requião para o Projeto de Lei do Senado nº 424 de 2011, nos termos do art. 132, § 5º, do R.I.S.F., que é dado como aprovado. Em seguida, informa que a comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso 64 de 2015 (Aviso nº 1198-GP/TCU), de 26 de outubro de 2015, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo plenário daquela corte, nos autos do processo nº TC 015.999/2010-6, na sessão de 8/7/2015, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam; Aviso nº 835-Seses-TCU-Plenário, de 29 de outubro de 2015, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo plenário daquela corte, nos autos do processo nº TC 018.688/2014-4, na sessão de 28/10/2015, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam; Aviso 66 de 2015 (Aviso nº 410/GMF/MF-DF), de 26 de outubro de 2015, do Ministério da Fazenda, encaminhando a relação das operações de crédito analisadas no âmbito daquele ministério no mês de setembro de 2015 e tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; Aviso 65 de 2015 (Aviso nº 124/2015-BCB), de 27 de outubro de 2015, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões do real referentes ao terceiro trimestre de 2015, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como relatório da execução da programação monetária; e Ofício circular nº 61 de 2015, de 8 de setembro de 2015, da Câmara de Vereadores de Piracicaba, estado de São Paulo, encaminhando cópia da moção nº 170/15 de apoio ao procurador-geral da República por ajuizar no Supremo Tribunal Federal a ação direta de inconstitucionalidade por omissão fiscal (ADO 30). A presidência inicia a apreciação do item constante da primeira parte da pauta. **Item 1** - Mensagem (SF) nº 78 de 2015, não terminativo, de autoria da presidente da República, que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f da Constituição Federal, combinado com o art. 5º, Anexo I do Decreto nº 7.738, de 28 de maio de 2012, o nome do senhor Victor Santos Rufino para ser reconduzido ao cargo de procurador-chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça, com mandato de 2 anos", tendo como relator o senador Douglas Cintra, que oferece relatório concluindo que a comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação. Após a leitura do relatório, o presidente da comissão, senador Delcídio do Amaral, concede vista

coletiva, nos termos regimentais. A presidência inicia, então, a apreciação dos itens constantes da segunda parte da pauta. **Item 1 –** Projeto de Lei do Senado nº 273 de 2013, não terminativo, de autoria do senador Vital do Rêgo, que "altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para determinar que os fabricantes de produtos industrializados utilizem materiais reciclados como insumo", tendo como relator o senador Alvaro Dias, que oferece relatório contrário ao projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocada em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto. **Item 2 -** Projeto de Lei do Senado nº 307 de 2012, complementar, não terminativo, de autoria do senador Pedro Taques, que "altera o art. 3º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para estabelecer o prazo de trinta dias, prorrogáveis a critério do juiz, para cumprimento de ordem judicial de quebra de sigilo bancário, sob pena de configurar crime de desobediência", tendo como relator o senador José Agripino, que oferece relatório favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). **Item 3 -** Projeto de Lei do Senado nº 645 de 2011, não terminativo, de autoria da Comissão de Assuntos Sociais, que "dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a serviços de saúde para prevenção e tratamento de cânceres", tendo como relator o senador Waldemir Moka, que oferece relatório favorável ao projeto. Após a leitura do relatório, usam da palavra os(as) senadores(as) Fernando Bezerra Coelho, José Serra,

Blairo Maggi, Reguffe, Alvaro Dias, Telmário Mota, Romero Jucá, Lúcia Vânia. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. Aprova, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria.

Item 4 - Projeto de Lei do Senado nº 105 de 2012, não terminativo, de autoria do senador Pedro Taques, que "acrescenta parágrafo único ao art. 835 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, prevendo a possibilidade de exoneração da fiança na hipótese de alteração no quadro social da pessoa jurídica afiançada, independentemente do término do prazo contratual", tendo como relator o senador Wilder Morais, que oferece relatório favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta. A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **Item 5 -** Projeto de Resolução do Senado nº 50 de 2015, não terminativo, de autoria do senador José Serra e outros, que "altera a Resolução nº 43 de 2001, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências, para permitir que as cessões de recebíveis relativos aos direitos creditórios da dívida ativa não sejam enquadradas como operação de crédito, conforme estabelecido pela Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF)", tendo como relator o senador Ricardo Ferraço, que oferece relatório favorável ao projeto com uma emenda que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CAE. Aprova, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **Item 6 -** Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Resolução do Senado nº 84 de 2007, de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos, que "dispõe sobre o limite global para o montante da dívida consolidada da União", tendo como relator o senador José Serra, que oferece relatório favorável à Emenda nº 1-PLEN, nos termos da subemenda que apresenta. A matéria é adiada para aguardar a realização de audiência pública, em razão da aprovação do RQE nº49-2015. **Item 7 -** Projeto de Lei do Senado nº 414 de 2012, complementar, não terminativo, de autoria do senador Cidinho Santos, que "acrescenta inciso ao art. 3º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para dispor sobre o local do recolhimento do Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza em serviços relativos a cartões de crédito e débito", tendo como relator o senador José Agripino, que oferecer relatório contrário ao projeto. A matéria é adiada. **Item 8 -** Projeto de Lei do Senado nº 492 de 2013, não terminativo, de autoria do senador Eduardo Amorim, que "acrescenta parágrafo único ao art. 779 do Código Civil, a fim tornar obrigatória, nos seguros de automóveis, a cobertura de danos causados por desastres naturais", tendo como relator o senador Reguffe, que oferece relatório favorável ao projeto. A matéria é adiada. **Item 9 -** Projeto de Lei do Senado nº 422 de 2013, não terminativo, de autoria do senador Delcídio do Amaral, que "altera o inciso I do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para incluir o aviso prévio indenizado no salário-de-contribuição", tendo como relator o senador Roberto Requião, que oferece relatório favorável ao projeto com quatro emendas que apresenta. A matéria é adiada. **Item 10 -** Aviso nº 29 de 2012, não terminativo, de autoria do Tribunal de Contas da União, que "encaminha cópia do Acórdão nº 1233/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, cujo objeto foi avaliar se a gestão e o uso da tecnologia da informação estão de acordo com a legislação e aderentes às boas práticas de governança de TI (TC 011.722/2010-7)", tendo como relator o senador Ricardo Ferraço, que oferece relatório pelo conhecimento da matéria e por que dela se dê conhecimento à diretoria-geral do Senado Federal, para fins de verificação da recomendação constante do item 9.19 do Acórdão nº 1.233/2012-TCU-Plenário. A matéria é adiada. **Item 11 -** Projeto de Lei do Senado nº 375 de 2015, não terminativo, de autoria do senador Fernando Bezerra Coelho, que "institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional e dá outras providências", tendo como relator o senador Walter Pinheiro, que oferece relatório favorável ao projeto com três emendas que apresenta. A matéria é adiada. **Item 12 -** Projeto de Lei do Senado nº 388 de 2011, complementar, não terminativo, de autoria do senador Rodrigo Rollemberg, que "altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para dispor sobre a base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza dos serviços prestados pelas agências de viagens", tendo como relator o senador Ronaldo Caiado, que oferece relatório favorável ao projeto com uma emenda que apresenta. A matéria é adiada. **Item 13 -** Projeto de Lei do Senado nº 536 de 2015, complementar, não terminativo, de autoria do senador Ricardo Ferraço, que "altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para estabelecer o termo inicial do prazo decadencial para o lançamento nos casos de ocorrência de dolo, fraude ou simulação", tendo como relator o senador Alvaro Dias, que oferece relatório contrário ao projeto. A matéria é adiada. **Item 14 -** Projeto de Lei da Câmara nº 38 de 2014, não terminativo, de autoria do Deputado Beto Albuquerque, que "dispõe sobre o Selo Empresa Solidária com a Vida e dá outras providências", tendo como relator o senador Elmano Férrer, que oferece relatório favorável ao projeto. A matéria é adiada. **Item 15 -** Projeto de Lei do Senado nº 262 de 2008, terminativo, de autoria do senador Antonio Carlos Valadares, que "altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro 2005, para autorizar o INSS e os Municípios, no âmbito da sistemática do parcelamento de débitos previdenciários dos municípios, modificar a forma de corrigir monetariamente o montante das dívidas dos Municípios", tendo como relator o sena-

dor José Pimentel, que oferece relatório pela prejudicialidade da matéria. Em 20/10/2015, o senador Fernando Bezerra Coelho apresentou voto em separado pela aprovação do projeto nos termos de emenda substitutiva. Anunciada a matéria, usam da palavra os(as) senadores(as) José Pimentel, Fernanda Bezerra Coelho, Marta Suplicy, Romero Jucá, Telmário Mota, Antonio Carlos Valadares, Reguffe, Alvaro Dias, Benedito de Lira e Lúcia Vânia. Colocado em votação, a comissão rejeita o relatório pela prejudicialidade e, em seguida, aprecia o voto em separado do senador Fernando Bezerra Coelho, aprovando a Emenda nº 1- CAE (Substitutivo), por dezessete votos favoráveis, oito contrários e nenhuma abstenção, restando prejudicado o projeto. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria será submetida a turno suplementar, por ter sido aprovado substitutivo integral ao projeto. **Item 16 -** Projeto de Lei do Senado nº 285 de 2013, terminativo, de autoria do senador Ricardo Ferraço, que "altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para postergar o termo inicial de incidência de multas relativas ao não pagamento do Imposto de Renda da Pessoa Física sobre o ganho de capital auferido na venda de imóveis residenciais", tendo como relator "ad hoc" o senador Douglas Cintra, que oferece relatório pela aprovação do projeto com uma emenda que apresenta. Encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o projeto e a Emenda nº 1-CAE por vinte e cinco votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **Item 17 -** Projeto de Lei do Senado nº 518 de 2011, terminativo, de autoria do senador Benedito de Lira, que "altera o art. 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para destinar ao Ministério da Pesca e Aquicultura parte dos royalties decorrentes da produção do petróleo", tendo como relator o senador Alvaro Dias, que oferece relatório pela rejeição do projeto. Em 27/8/2015, o senador Telmário Mota apresentou voto em separado, pela aprovação do projeto. Anunciada a matéria, usam da palavra os(as) senadores(as) Alvaro Dias, Telmário Mota, Benedito de Lira, José Agripino, Flexa Ribeiro, Sandra Braga e Vanessa Grazziotin. Colocado em votação, a comissão rejeita o projeto por dezesseis votos contrários, sete favoráveis e nenhuma abstenção. **Item 18 -** Projeto de Lei do Senado nº 280 de 2013, terminativo, de autoria do senador Ricardo Ferraço e outros, que "dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde da totalidade dos recursos oriundos do pagamento referente aos bônus de assinatura dos contratos de partilha de produção de blocos exploratórios de petróleo e gás natural na área do présal", tendo como relator "ad hoc" o senador Reguffe, que oferece relatório pela aprovação do projeto e da Emenda nº 2-CAS, acatando a Emenda nº 1-CI e as Subemendas nºs 1-CE, 2-CAS, 3-CAS e 4-CAS na forma da emenda que apresenta. A matéria é adiada. **Item 19 -** Projeto de Lei do Senado nº 110 de 2012, terminativo, de autoria da senadora Vanessa Grazziotin, que "altera os arts. 4º e 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, em dobro, da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física, de encargo por dependente acometido das doenças que especifica", tendo como relator o senador Elmano Férrer, que oferece relatório pela rejeição do projeto. A matéria é a adiada. **Item 20 -** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 49 de 2015, de autoria do senador Lindbergh Farias, que "requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instruir o PRS 84/2007, com a presença dos senhores Marcelo Barbosa Saintive, secretário do Tesouro Nacional; José Roberto Afonso, economista e pesquisador do FGV/Ibre; Pedro Paulo Bastos, professor da Unicamp; e Manoel Pires, chefe de assessoria econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. A comissão aprova o Requerimento nº 49 de 2015-CAE. São lidos e serão apreciados posteriormente os seguintes itens extrapauta: minuta de requerimento de autoria do senador Ricardo Ferraço, que "nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, requer urgência para o Projeto de Resolução do Senado nº 50 de 2015, que altera a Resolução nº 43 de 2001, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências, para permitir que as cessões de recebíveis relativos aos direitos creditórios da dívida ativa não sejam enquadradas como operação de crédito, conforme estabelecido pela Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF)"

A comissão aprova a apresentação para o Plenário do Senado. Minuta de requerimento de autoria do senador Romero Jucá, que "nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, requer urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 645 de 2011, que dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a serviços de saúde para prevenção e tratamento de cânceres". A Comissão aprova a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e sete minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo presidente da comissão, senador Delcídio do Amaral, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador DELCÍDIO DO AMARAL

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Declaro aberta a 41ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 38ª Reunião.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico que foi apresentado o parecer vencedor, elaborado pelo Senador Roberto Requião, ao Projeto de Lei do Senado nº 424, de 2011, nos termos do art. 132, §5º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Proponho a dispensa da leitura desse parecer.

Os Senadores e Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A matéria será encaminhada ao Plenário para as devidas providências.

Comunico também o recebimento dos seguintes documentos para conhecimento de todos:

Tribunal de Contas da União. Aviso nº 64, de 2015 (Aviso nº 1.198-GP/TCU, de 26 de outubro de 2015), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº TC 015999/2010-6, na sessão de 8 de julho de 2015, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam.

Aviso nº 835, do TCU-Plenário, de 29 de outubro de 2015, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº TC 018688/2014-4, na sessão de 28/10/2015, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam.

Ministério da Fazenda, Aviso nº 66, de 2015 (Aviso nº 410), de 26 de outubro de 2015, do Ministério da Fazenda, encaminhando a relação das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério da Fazenda no mês de setembro de 2015 e as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Terceiro item: Banco Central do Brasil. Aviso nº 65, de 2015 (Aviso nº 124/2015), do Banco Central do Brasil, de 27 de outubro de 2015, encaminhando demonstrativo das emissões do real referentes ao terceiro trimestre de 2015, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária.

Quarto: correspondências.

Ofício Circular nº 61, de 2015, de 8 de setembro de 2015, da Câmara de Vereadores de Piracicaba, Estado de São Paulo, encaminhando cópia da Moção nº 170/2015, de apoio ao Procurador-Geral da República por ajuizar, no Supremo Tribunal Federal, Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão Fiscal (ADO) 30.

Os expedientes, Srªs e Srs. Senadores, serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Primeira parte da pauta.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 78, de 2015
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, combinado com o art. 5º, Anexo I do Decreto nº 7.738, de 28 de maio de 2012, o nome do Senhor VICTOR SANTOS RUFINO para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça, com mandato de 2 anos.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Douglas Cintra
O relatório será apresentado agora pelo Senador Douglas.
Observações:
De acordo com o art. 383, II, "b", do Regimento Interno do Senado Federal, após a leitura do relatório, será concedida, automaticamente, vista coletiva aos membros da Comissão.

E faremos a sabatina na próxima semana.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Douglas Cintra, para que proceda à leitura do seu relatório sobre o indicado.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Sr. Presidente, a Presidente da República, por meio da Mensagem nº 78, de 2015, submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Victor Santos Rufino para a recondução ao cargo de Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), do Ministério da Justiça.

Nos termos da alínea "f" do inciso III do art. 52 da Constituição Federal...

(Soa a campainha.)

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – E do art. 16 da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, é de competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha do Procurador-Chefe da Procuradoria Federal junto ao CADE.

No âmbito do Senado Federal, o assunto cabe a esta Comissão de Assuntos Econômicos, conforme o inciso VII do art. 99 e o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

O indicado apresentou toda a documentação exigida para o processo de aprovação de autoridades, nos termos do Ato nº 2, de 2011-CAE, que disciplina o processo de aprovação de autoridades no âmbito desta Comissão.

A Lei nº 12.529, de 2011, estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica, orientada, conforme seu art. 1º, pelos ditames constitucionais de liberdade de iniciativa, livre concorrência, função social da propriedade, defesa dos consumidores e repressão ao abuso do poder econômico. O referido art. 16 dessa Lei dispõe que o Procurador-Chefe da Procuradoria Federal junto ao CADE será nomeado pelo Presidente da República, depois de aprovado pelo Senado Federal, dentre cidadãos brasileiros com mais de trinta anos de idade, de notório conhecimento jurídico e reputação ilibada. De mesmo teor é o art. 5º do Anexo I do Decreto nº 7.738, de 2012 (Estrutura Regimental do CADE).

Conforme a documentação apresentada, o Sr. Victor Santos Rufino é brasileiro, graduado em Direito pela Universidade Federal do Piauí, em 2005, e possui especialização em Direito Concorrencial pela Fundação Getúlio Vargas. Consta em seu currículo também o exercício da docência de Direito Econômico no Instituto de Ensino Superior de Brasília.

O indicado é Procurador Federal, aprovado em concurso público no ano de 2006. Exerceu, de 2011 a 2013, o cargo de Procurador-Chefe Adjunto do CADE, tendo desempenhado várias atribuições nesse órgão. Desde janeiro de 2014, exerce a chefia da Procuradoria Federal Especializada, período em que conduziu a implementação das novas disposições da Lei nº 12.529, de 2011, a qual reformulou profundamente o protagonismo do CADE no País.

Em face do histórico pessoal e profissional apresentado e já resumido, entendemos que esta Comissão dispõe dos elementos necessários...

(Soa a campainha.)

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Para deliberar sobre a recondução do nome do Sr. Victor Santos Rufino ao cargo de Procurador-Chefe da Procuradoria Federal junto ao CADE.

Esse é o nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Douglas, pela presteza do relatório. É um currículo bastante compatível com as funções que, se assim o Senado entender, o candidato ocupará no CADE.

Nós vamos fazer a sabatina na terça-feira próxima. É importante registrar também que, na terça-feira próxima, nós teremos uma audiência pública aqui na CAE, que será a audiência com a diretoria da Petrobras – o Sr. Ivan Monteiro, diretor financeiro, e o diretor corporativo, João Elek.

Aproveitando os debates que têm ocorrido em função de vários projetos sobre modelos do setor de petróleo e gás, também teremos oportunidade, nesta audiência pública, de debater um pouco essa questão do pré-sal, do regime de partilha, do conteúdo nacional, da Petrobras como operadora exclusiva – até para formar uma opinião mais consistente dos Senadores.

Nós abriremos a reunião com a sabatina, que é uma coisa mais ágil, até pelo perfil do candidato, e depois passaremos à audiência pública com os diretores da Petrobras.

Quero só registrar que, em atendimento ao artigo 386, inciso II, alínea "b", do Regimento Interno Senado Federal, concedo vista coletiva da presente matéria, apresentada pelo Senador Douglas Cintra, sobre a sabatina do CADE. Senador Alvaro.

Uma vez que o Senador Alvaro Dias já se encontra na Comissão de Assuntos Econômicos, vamos começar pelo Item 1 da pauta. Senador Ferraço, o Senador Alvaro já chegou.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 273, de 2013
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para determinar que os fabricantes de produtos industrializados utilizem materiais reciclados como insumo.

Autoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria: Senador Alvaro Dias
Relatório: Contrário ao projeto.
Observações:
1. A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

Com a palavra o Relator, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Sr. Presidente, o projeto deixa evidente a preocupação do Senador Vital do Rêgo com o imenso volume do lixo produzido diariamente por nossa sociedade e lançado em lixões e aterros por todo o País.

Tendo em vista que diversos estudos apontam um importante potencial de aproveitamento econômico dos materiais reciclados, que atualmente se transformam quase que totalmente em fonte de poluição ambiental e risco para a saúde, o projeto em apreço propõe como solução obrigar o setor industrial a utilizar como insumo materiais reciclados e recicláveis.

Em que pesem as nobres intenções que certamente motivaram a iniciativa do Senador Vital do Rêgo, entendemos que o projeto não pode prosperar. Tornar simplesmente obrigatória a utilização de materiais reciclados, da forma proposta, traria em si dificuldades que, eventualmente, inviabilizariam essa solução.

Ao obrigar a utilização de materiais reciclados como insumo pela indústria, o projeto resultaria em uma custosa intervenção do Estado no setor industrial. Esses materiais costumam ser mais caros do que a matéria-prima disponível e, assim, o produto final teria um preço maior, prejudicando os consumidores. O custo adicional relaciona-se, por exemplo, à mão de obra para coleta, triagem e reciclagem, assim como à escala reduzida de disponibilidade desses materiais como insumos.

Conforme pretende a proposição, não haveria espaço para as indústrias que não quisessem ou não pudessem - dada as características do produto fabricado - utilizar reciclados como insumo, já que o projeto imporia a todas as empresas essa obrigação. Como consequência, o consumidor teria em suas mãos, ao final, um produto mais caro e uma menor oferta de produtos, o que diminuiria o poder de compra da sociedade.

Além disso, esse tipo de obrigação, quando imposta de forma indiscriminada, tende a prejudicar, principalmente, micro e pequenas empresas localizadas em regiões menos desenvolvidas do Brasil. Isso porque são justamente essas empresas que possuem menor disponibilidade orçamentária. Com o encarecimento do custo de produção proveniente da exigência de utilização de materiais reciclados,...

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – ...dificultar-se-ia a abertura e a sobrevivência de pequenos negócios no País, principalmente nas regiões menos desenvolvidas.

Assim, a obrigação imposta prejudicaria o mercado competitivo, uma vez que favoreceria empresas com estruturas maiores e maior capacidade financeira,...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Eu pediria silêncio, por favor, porque nós temos o Relator falando do Item 1.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – ... as quais poderiam, mais facilmente, adaptar-se à nova regulamentação e absorver a alta dos custos.

A instituição da obrigatoriedade implicaria também maior custo para o Estado, relacionado à regulação e à fiscalização para verificar o cumprimento dessa obrigação pelas empresas. Além disso, resultaria em incertezas regulatórias. Em outras palavras, o fiel cumprimento da obrigação dependeria de instituições e de recursos humanos capacitados para monitorar o setor industrial. É difícil imaginar que a economia proveniente da utilização de maior quantidade de materiais reciclados compensasse a grande estrutura burocrática necessária para a fiscalização de uma obrigação como essa.

Outra incerteza relaciona-se à dificuldade, e até à impossibilidade, de averiguação da proporção de material reciclado utilizado como insumo em determinado produto.

Essas são apenas algumas das complexidades associadas à ideia de obrigar a indústria a usar materiais reciclados como insumo, por meio de lei. Cabe notar, ainda, que como não há sanção prevista para o descumprimento da lei, a norma na prática poderia se tornar inócua, ou, pior ainda, prejudicar apenas aqueles que buscassem o seu cumprimento, distorcendo as condições de competição no mercado.

Melhor seria a ação livre do mercado, em um ambiente de concorrência, de forma voluntária. Um exemplo são as certificações ISO 14.000, que submetem as empresas certificadas à análise de requisitos que incluem a gestão ambiental de seus produtos e processos, de modo a beneficiar a sociedade. Possuidora da certificação, a empresa concorre com outras que não a possuem, deixando ao consumidor a decisão sobre que empresa (e que produto) utilizar.

Estou, Srªs e Srs. Senadores, lendo os tópicos principais deste parecer uma vez que ele é contrário ao projeto. Então, há que se justificar plenamente as razões dessa rejeição.

Outra solução mais ponderada seria promover incentivos fiscais à utilização de materiais reciclados. Ou seja, em vez de impor a obrigação, criar mecanismos que promovam a utilização desses materiais como insumo industrial. Ressalte-se que os incentivos fiscais, financeiros e creditícios são instrumentos já previstos na Política Nacional de Resíduos Sólidos, vide o art. 44 da Lei nº 12.305, de 2010. Além disso, está em tramitação nesta Comissão, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 385, do Senador Paulo Bauer, que pretende fomentar, por meio de medidas tributárias, o uso industrial de materiais plásticos reciclados.

Portanto, em que pese o senso de justiça que certamente motivou o autor da proposição, estamos convictos de que este projeto não pode prosperar.

Ante o exposto, o voto é pela rejeição do projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Alvaro Dias.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

Eu vou aguardar um pouquinho mais o nosso querido Eustáquio.

O Senador José Agripino já acabou de chegar. Então, item 2, Senador José Agripino, que é o Relator.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 307, de 2012
- Não terminativo -

Altera o art. 3º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para estabelecer o prazo de trinta dias, prorrogáveis a critério do juiz, para cumprimento de ordem judicial de quebra de sigilo bancário, sob pena de configurar crime de desobediência.

Autoria: Senador Pedro Taques
Relatoria: Senador José Agripino
Relatório: Favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta.
Observações:
1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.
Com a palavra, o Relator, Senador José Agripino Maia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esta matéria, de autoria do Senador Pedro Taques, que hoje governa o Estado do Mato Grosso, é meritória e foi objeto de várias discussões.

Inclusive, eu estive com representantes do Banco Central que aqui vieram para trazer as suas explicações com relação ao prazo que os bancos, o Banco Central, as instituições financeiras, as entidades teriam para apresentar os elementos solicitados às Comissões Parlamentares de Inquérito.

A matéria foi debatida com as partes interessadas e, na minha opinião, o relatório retrata, com equilíbrio aquilo que era o interesse do Senador Pedro Taques, fazer com que requerimentos apresentados em Comissões Parlamentares de Inquérito, de informações que são propriedades de instituições financeiras e que envolvam quebra de sigilo, cheguem com brevidade. E esse prazo ficou aqui estabelecido de acordo com o equilíbrio que a matéria determina. Com equilíbrio, nem tanto ao céu e nem tanto ao mar...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Eu queria pedir silêncio, por favor, aos assessores, que o Senador José Agripino está apresentando o seu relatório.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Obrigado, Presidente.

Nem demora, nem apressamento, para que aquilo que seja solicitado possa chegar às Comissões Parlamentares de Inquérito em prazo hábil e com a perfeição com que a matéria exige que cheguem os dados solicitados pelas Comissões Parlamentares de Inquérito.

Dito isso, eu resumo, Sr. Presidente, eu poderia até fazer, o voto foi distribuído por antecipação, foi objeto de longas discussões minhas com instituições financeiras, com o Banco Central, ela é produto de entendimento. O voto foi distribuído por antecipação. E para poupar tempo de V. Exªs, se quiserem eu posso ler a matéria toda com toda a análise. Eu me cingiria à leitura do voto.

Tendo em vista o exposto, manifestamo-nos pela aprovação do PLS nº 307, de 2012 – Complementar, nos termos do seguinte substitutivo:

> PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 307, DE 2012 – COMPLEMENTAR (SUBSTITUTIVO)
> Altera o art. 3º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para estabelecer o prazo de quarenta e cinco dias, esse é o polo central, prorrogáveis a critério do juiz, para cumprimento de ordem judicial de quebra de sigilo bancário, sob pena de configurar crime de desobediência e de outras sanções previstas.
> O Congresso Nacional decreta:
> Art. 1º – O art. 3º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:
> "Art. 3º - Serão prestadas pelo Banco Central do Brasil, pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelas instituições financeiras, no prazo de quarenta e cinco dias, prorrogáveis a critério do juiz, as informações ordenadas pelo Poder Judiciário, preservado o seu caráter sigiloso mediante acesso restrito às partes, que delas não poderão servir-se para fins estranhos à lide.
> .....
> § 4º O prazo de quarenta e cinco dias previsto no *caput* será ampliado para sessenta dias, prorrogáveis a critério do juiz, nos casos em que as transações bancárias tiverem sido realizadas em períodos superiores a cinco anos ou por instituições financeiras adquiridas, após consulta à instituição financeira demandada quanto à complexidade de atendimento das informações.

O que significa isso? Bancos comprados há bastante tempo ou sigilo de contas com prazo de cinco anos para trás, o juiz poderá prorrogar para 60 dias, para que a instituição financeira, ou quem esteja envolvido, Banco Central, CVM, possa ter mais tempo, tendo em vista o adiantado da fase em que esteja a investigação, baseado em informações pretéritas de cinco anos atrás. Haverá, portanto, necessidade de um prazo mais elastecido para que as informações cheguem precisas.

> § 5º - Os prazos previstos no caput e no § 4º serão reduzidos para trinta dias nos casos específicos de solicitação por Comissões Parlamentares de Inquérito.
> § 6º - Constitui crime de desobediência, nos termos do art. 330 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, imputável ao diretor designado pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários o não cumprimento ou o atraso no envio de ordem judicial para as instituições financeiras e no atendimento das informações que detiverem nos prazos previstos nesta Lei.
> § 7º - Constitui crime de desobediência, nos termos do art. 330 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, imputável ao diretor designado para o fornecimento das informações pelas instituições financeiras o não cumprimento ou o atraso no atendimento de ordem judicial de quebra de sigilo bancário.

Aí está a penalização ao dirigente da instituição que não cumprir os prazos determinados nessa lei.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) –

> § 8º A recusa ou o atraso injustificados em prestar as informações sujeita as instituições financeiras às seguintes sanções, cumulativamente ou não, a serem impostas pelo juiz:
> I – advertência;
> II – multa pecuniária por dia de atraso, até o cumprimento da ordem, no valor de 100 (cem) a 1000 (mil) dias-multas, calculada nos termos do § 1º do art. 49 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Agripino. Muito competente relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador José Agripino.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao projeto nos termos da Emenda nº 1, da CAE, substitutivo.

O item 3 da pauta é de relatoria do Senador Moka. S. Exª está fazendo alguns ajustes no relatório, portanto vamos aguardar a chegada do Senador Moka.

O item 4 é o PLS 105, também não terminativo, cujo Relator, Senador Wilder Morais, pede para retirá-lo da pauta.

É o seguinte o item retirado:

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, de 2012
- Não terminativo -

Acrescenta parágrafo único ao art. 835 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil –, prevendo a possibilidade de exoneração da fiança na hipótese de alteração no quadro social da pessoa jurídica afiançada, independentemente do término do prazo contratual.

Autoria: Senador Pedro Taques
Relatoria: Senador Wilder Morais
Relatório: Favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta.
Observações:
1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

ITEM 5
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 50, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Resolução nº 43, de 2001, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências, para permitir que as cessões de recebíveis relativos aos direitos creditórios da dívida ativa não sejam enquadradas como operação de crédito, conforme estabelecido pela Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).

Autoria: Senador José Serra e outros
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda que apresenta.
Observações:

Com a palavra o Relator Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, submete à apreciação desta Comissão projeto de resolução, como anunciado por V. Exª, subscrito pelo Senador José Serra e, também, pelo Senador Romário.

O projeto é composto por dois artigos, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

Nos termos do art. 1º do projeto de resolução, o inciso VII e os §§ 2º e 3º, do art. 5º da Resolução do Senado nº 43, de 2001...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ...passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º. É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos
Municípios:

.....

VII- em relação aos créditos inscritos em dívida ativa:

a) ceder o fluxo de recebimentos relativos aos direitos creditórios da dívida ativa de forma não definitiva ou com cláusula revogatória.

b) ceder o fluxo de recebimentos relativos aos direitos creditórios da dívida ativa com assunção, pelo Estado, pelo Distrito Federal ou pelo Município, perante o cessionário, de responsabilidade pelo efetivo pagamento a cargo do contribuinte ou de qualquer outra espécie de compromisso financeiro que possa, nos termos da lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, caracterizar operação de crédito.

§ 1º - .....

§ 2º Qualquer receita proveniente da antecipação de receitas de *royalties* será exclusiva para capitalização de Fundos de Previdência ou para amortização extraordinária de dívidas com a União.

§ 3º Nas operações a que se refere o inciso VI, serão observadas as normas e competências da Previdência Social relativas à formação de Fundos de Previdência Social....." (NR)

O artigo 2º do PRS nº 50, de 2015, revoga a alínea "c" do inciso VII do art. 5º da Resolução do Senado Federal nº 43 de 2001.

Na justificativa dos eminentes Senadores, está dito que este projeto de resolução tem por objetivo aperfeiçoar a Resolução nº 11...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Acho que estou atrapalhando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – V. Exª está falando muito alto e está atrapalhando quem está conversando.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – É. Se V. Exª puder me ajudar para que eu não continue atrapalhando, eu ficaria grato.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Com a palavra, o Senador Ferraço.

Por favor, solicito mais uma vez, temos o Senador Ferraço apresentando um projeto importante. Portanto, peço silêncio.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Muito obrigado pela deferência, Sr. Presidente.

Continuando, de forma a não criar barreiras inadequadas à operação de cessão de créditos da dívida ativa. Os dispositivos criados igualaram as operações de cessão de créditos às de antecipação de receitas de royalties – duas ações de natureza completamente distinta.

As operações relativas a *royalties*, participações especiais e outras compensações financeiras referem-se a fatos geradores de direitos e receitas futuras e não de direitos e fatos geradores ocorridos no passado e inadimplidos pelos contribuintes. Ou seja, no caso dos *royalties*, há uma expectativa de direito e consequentemente de receita por parte do Estado. A limitação de antecipação das receitas no tempo é uma maneira de evitar que todo o fluxo de direitos futuros seja empregado em um único período. Mas esta não se confunde com o direito já ocorrido, com fato gerador passado, como é o caso dos direitos creditórios da dívida ativa.

Assim, o PRS nº 50, de 2015, propõe nova redação ao inciso VII do art. 5º, para tratar de forma adequada e correta, a meu juízo, a natureza das operações de cessão de direitos creditórios da dívida ativa, garantindo-se, apenas, que a cessão do direito creditório seja feita de forma definitiva e explicitando que o risco associado à eventual inadimplência nos créditos cedidos não ficará nas mãos do Ente Federativo. Ou seja: uma vez a operação de crédito consolidada, uma vez feitas as chamadas diligências de ordem contábil, financeira e assim por diante, o Banco ou quem fizer a operação de crédito está absolutamente ciente dos seus riscos e, portanto, não terá operação de devolução, o que poderia, aí sim, se caracterizar algum tipo de operação de crédito.

No prazo, não foram apresentadas emendas, Sr. Presidente.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado n° 50, de 2015, na expectativa de que possamos não corrigir, mas aperfeiçoar a resolução que esta Comissão aprovou, criando uma diferença básica e específica entre fato gerador passado, portanto, coisa consolidada, com fato gerador futuro, que é apenas uma expectativa de receita, sobretudo no campo da volatilidade em que está caracterizado o mercado de rendas ou receitas governamentais que tenham como origem o mercado de *royalties* de participação especial vinculado ao arranjo econômico do petróleo e do gás.

É como relato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Ferraço.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Romero, perdão, V. Exª já tinha pedido a palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, considero extremamente importante se fixar efetivamente um limite de dívidas para a União, até porque, neste Senado Federal, já fixamos limite de dívidas para Estados e Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Não, mas não é esse projeto não, Senador.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Não é esse projeto? (*Risos.*)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN. *Fora do microfone*.) – V. Exª está adiantado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – V. Exª está falando sobre o item 6.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Então, não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório do Senador Ricardo Ferraço.

Parece que há uma angústia para se votar algum..

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAE.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Solicito a V. Exª que remeta esse processado em regime de urgência, a fim de que nós possamos deliberar ainda hoje, Sr. Presidente, sobre essa matéria, que é muito importante para os nossos Estados e Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Então, apresenta requerimento de urgência o Senador Ricardo Ferraço.

Em votação.

Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Portanto, a matéria segue hoje para o Plenário do Senado, Senador Ricardo Ferraço, a fim de que nós venhamos a votá-la ainda na tarde de hoje.

O Senador Waldemir Moka já se apresenta, Relator que é do Projeto de Lei do Senador nº 645, de 2011.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 645, de 2011
- Não terminativo -

Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a serviços de saúde para prevenção e tratamento de cânceres.

Autoria: Comissão de Assuntos Sociais.
Relatoria: Senador Waldemir Moka.
Relatório: Favorável ao projeto.

Com a palavra o Relator, Senador Moka.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – O som aqui está melhor que o do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – É porque aumentaram agora, pois, lamentavelmente, antes, não se conseguia ouvir os relatores.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, só para pedir que.. No processado aqui, no sistema – por isso até eu me enganei –, não está entrando qual é o projeto que está...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – O pessoal vai orientar V. Exª.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Não é preciso orientar, não; é só colocar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Não, não; está aí sim.

Senador Waldemir Moka, com a palavra.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 645, de 2011, da Comissão de Assuntos Sociais, caracterizado à ementa, permite o abatimento da renda bruta (pessoa física) ou lançamento como despesa operacional (pessoa jurídica) do valor de doações efetuadas a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que opere serviço de saúde destinado à prevenção ou tratamento de cânceres ou à prestação de cuidados e assistência social a pacientes com câncer.

No caso de pessoa física, o abatimento, que poderá atingir o total da doação, é limitado a dez por cento da renda bruta anual.

Permite, ainda, às pessoas jurídicas deduzir o valor da doação multiplicado pela alíquota cabível diretamente do valor do imposto de renda devido, desde que a dedução não ultrapasse a dois por cento dele, facultado ao contribuinte deferir o excedente para até os cinco anos seguintes.

Define o conceito de doação, para os fins da lei, proíbe intermediação ou corretagem e cria regras proibitivas quanto a eventuais doações a pessoa vinculada ao contribuinte.

Dispõe sobre penalidades administrativas e criminais para os doadores e para os donatários que fraudarem os termos ou os objetivos da lei.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Não há reparos a fazer quanto à constitucionalidade, regimentalidade e técnica legislativa da proposição. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, em especial sobre o sistema tributário.

Conforme explicita o art. 48, inciso I, da Constituição Federal. Legislar sobre direito tributário e, especificamente, sobre o Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR) é competência da União, a teor dos arts. 24, I, e 153, III, da CF, cujo art. 61 confere a todo parlamentar federal a titularidade da iniciativa.

Nos termos do art. 99, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre proposições pertinentes a tributos, como é o caso.

Em relação a esses aspectos, portanto, não se vislumbra qualquer óbice à sua normal tramitação ou necessidade de qualquer reparo ou adequação.

Em juízo de mérito, não há como deixar de acolher a proposição e de dar razão aos fundamentos apresentados pela Comissão de Assuntos Sociais que, quase em sua unanimidade, debateu intensamente e deliberou pela sua apresentação. O próprio fato de se tratar de um projeto de Comissão, na forma admitida pelo Regimento Interno, e não de iniciativa individual, revela sua importância e pertinência.

Com efeito, é absolutamente urgente e necessário criar instrumentos para aumentar e canalizar recursos para a área da saúde e, especificamente, para o tratamento do câncer, que é uma das doenças de maior incidência e letalidade no Brasil.

(Soa a campainha.)

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Desde que cercada das cautelas que permitam o controle fiscal adequado, aspecto, aliás, que está bem definido no projeto, a política de permitir que a própria cidadania doe diretamente às entidades que atendam, ao seu juízo, com qualidade e eficácia as necessidades sociais, é legítima e bastante saudável.

Em primeiro lugar, porque o normal é que o cidadão se disponha a fazer a sua doação somente quando tenha a percepção de que a entidade destinatária presta um bom serviço e é bem administrada. Ou seja, há um controle social direto sobre a atividade e sua eficácia.

Em segundo, porque a doação descontada do imposto representa um fluxo direto de recursos, do contribuinte para o atendimento de uma necessidade social, atalhando a complexa, longa e lenta caminhada que o mesmo dinheiro teria de fazer desde que entrasse nos cofres da União e fosse, através do orçamento da despesa, destinado à mesma instituição. Sem falar que todo esse processo tem seu custo, de tal forma que apenas o resíduo da quantia chegaria ao seu destino final.

Voto.

Em face do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 645, de 2011.

Esse é o meu voto e esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – A matéria está em discussão.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu teria algumas indagações a fazer ao Senador Waldemir Moka. Pela leitura do seu relatório, está se fixando um limite para a pessoa física de 10% da renda bruta anual. Em relação à pessoa jurídica, está se permitindo abater incluindo a despesa operacional.

A minha pergunta é: há limite para doação da pessoa jurídica ou ficou em aberto esse limite? Porque uma das minhas preocupações é que, pela forma como está redigido, na realidade, não poderemos nem calcular qual é o impacto fiscal desse projeto. Aqui se trata de mais um incentivo. É meritório.

Ontem o Hospital de Pernambuco completou 70 anos. Em Petrolina, minha terra natal, estamos implantando o Hospital Dom Tomaz, que é um hospital voltado para o tratamento de câncer.

Então, esse é um instrumento importante para ajudar as instituições que trabalham nessa área. Mas acho que nós temos que ter aqui algum cuidado para também proteger o Fisco brasileiro do ponto de vista de não deixar em aberto. Seria importante que houvesse um limite para a doação da pessoa jurídica. Aqui ficou definido, se é que eu fiz a leitura correta, apenas para pessoa física. E esse limite parece que é um limite adicional, não são os limites já existentes para a doação ao Conselho da Criança e do Adolescente, ao Conselho do Idoso. Esse aqui é um novo limite de dedução de pagamento de Imposto de Renda Pessoa Física.

Então, eu gostaria que o nobre Relator pudesse me esclarecer se há um limite para a doação que será incluída como despesa operacional da pessoa jurídica.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Moka, com a palavra para responder às indagações do Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – No caso de pessoa física, o abatimento poderá atingir o total da doação e é limitado a 10% da renda bruta anual.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Permite, ainda, às pessoas jurídicas deduzir o valor da doação multiplicado pela alíquota cabível diretamente do valor do imposto de renda devido, desde que a dedução não ultrapasse 2% dele, facultando ao contribuinte deferir o excedente para até cinco anos seguintes. Eu explico melhor: se o que ele tiver a mais ultrapassar os 2%, ele poderá fazê-lo, esse excedente, nos próximos cinco anos. Esses 2% são o limite, portanto, meu caro Ministro

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Não havendo mais quem queira discutir...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador José Serra, com a palavra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – É apenas para manifestar minha satisfação em votar um projeto como este defendido aqui pelo Senador Moka. É algo que, do ponto de vista financeiro, tem uma incidência muito pequena; por outro lado, tem uma incidência social, de verdade, muito importante.

Eu acho que o projeto é muito meritório, Senador. Quero lhe dar os parabéns e defender aqui, junto com V. Exª, sua aprovação.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu agradeço e quero dizer que o mérito desse projeto, Presidente, é da Comissão como um todo. Foi logo após aprovarmos aquele projeto da quimioterapia oral, relatado pela Senadora Ana Amélia, que, com várias entidades, surgiu a ideia de que se poderia ajudar essas entidades, como é o caso, lá no nosso Estado, que V. Exª conhece, de entidades sérias, de associação que trata de câncer em crianças. Nós, vários de nós poderíamos fazer isso, empresários podem fazer, deduzindo do imposto de renda. Essa ideia não é um projeto individual, tem a assinatura de todos os membros da Comissão, mostrando que há uma unanimidade, que havia uma unanimidade na Comissão de Assuntos Sociais quando o projeto foi apresentado.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Obrigado, Senador Moka.

Senador Blairo e depois o Senador Reguffe.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, eu quero cumprimentar o Senador Moka e a Comissão, que trouxeram a ideia desse projeto, e declarar o meu voto favorável, porque nós temos uma deficiência muito grande nessa área de tratamento oncológico em todo o Brasil, e ainda mais no interior dos nossos Estados. As pessoas sofrem demais. Em um Estado como o Mato Grosso, por exemplo, que não é diferente dos demais aqui, temos Municípios a mais de 1 mil km 1,2 mil km, da sede, em que não há qualquer tratamento oncológico, nesse meio entre as cidades e a Capital de Mato Grosso, a cidade de Cuiabá.

Quanto mais ao sul do Estado, mais recursos há, mais atendimento há, mas é louvável a atitude de centenas de pessoas que se envolvem em campanhas, em construir novas estruturas para atendimento de pacientes com câncer.

No Estado de Mato Grosso, temos várias dessas. Agora mesmo, na cidade de Rondonópolis, em que resido – assim como o Senador Medeiros e o Senador Wellington –, há um movimento, liderado pelo Miguel Weber, um empresário da cidade, juntamente com os demais, no sentido de criar uma estrutura bastante importante na atuação de combate ao câncer e de seu tratamento, para fazer com que essa região possa atender não só o sul, mas também o norte de Mato Grosso do Sul, bastante próximo, a 100km dessa divisa.

Quero, então, parabenizar o Senador Moka e os demais membros da Comissão. Isso vai ajudar, e muito, a atitude de pessoas desse nível. As sociedades locais se envolvem e querem ajudar, mas não têm recursos para fazê-lo. O SUS está com dificuldades, a União e os Estados. Uma vez aprovado, sancionado – espero que

a Presidente sancione esse tipo de lei –, espero que nós possamos, além das contribuições que fizemos hoje individualmente, fazer com as empresas também participem. Tenho certeza de que todos sairão ganhando.

Parabéns ao Senador Moka e a todos que votarão favorável a essa matéria nesta Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi.

Terão a palavra os Senadores Reguffe, Alvaro Dias, Telmário Mota, Romero Jucá, e Senadora Lúcia Vânia.

Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Presidente, quero também aqui parabenizar o Senador Moka e dizer que é um projeto muito importante. Sem dúvida alguma, trata-se de uma grande contribuição, como ele mesmo disse, desta Comissão para o enfrentamento da questão do câncer neste País.

Apenas quero fazer uma colocação aqui. O Senador Moka muito lembrou a luta para obrigar os planos de saúde a arcar com os tratamentos de quimioterapia oral. Quando era Deputado Federal, fui o relator desse projeto que obrigou os planos de saúde a terem com arcar com o tratamento de quimioterapia oral.

Hoje, pasmem V. Exªs, a ANS, Agência Nacional de Saúde Suplementar, a agência reguladora a quem caberia fiscalizar os planos de saúde, simplesmente está voltando atrás nesse avanço feito de os planos terem de arcar com o tratamento de quimioterapia oral, o que é um retrocesso sem tamanho, mostrando que esta Agência, ao invés de defender o consumidor deste País, atende muito mais a interesses comerciais das operadoras de plano de saúde do que se preocupa com aquelas pessoas que precisam de um tratamento oncológico, que teria uma vida muito mais cômoda, recebendo tratamento de quimioterapia por via oral.

Queria apenas deixar esse registro. Já falei no Plenário sobre esse assunto, mas é importante que esta Comissão tenha ciência disso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Reguffe.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Sr. Presidente, também gostaria de fazer algumas observações a respeito, cumprimentando o Senador Moka, que é médico e, portanto, tem sensibilidade apurada para essa causa do combate ao câncer, valorizando as instituições que cuidam dessa área da medicina. São instituições que, geralmente, lutam com tremendas dificuldades e se valem do apoio popular e financeiro para a manutenção. Cito como exemplo o Instituto do Câncer de Londrina, uma instituição que atende, inclusive, o Estado de V. Exª, o Mato Grosso do Sul, uma vez que é um instituto excepcional, com atendimento ímpar, extraordinariamente humano, que deve ser valorizado sempre.

Portanto, este projeto encontra uma forma organizada de contribuição da sociedade a essas instituições.

Aproveito o ensejo, Sr. Presidente, para fazer um apelo à Câmara dos Deputados, com relação a um projeto já aprovado pelo Senado Federal, uma proposta de emenda à Constituição, que quebra o monopólio para a produção, na medicina nuclear, de um produto chamado radioisótopo, fundamental para a pesquisa, a prevenção e o combate da doença do câncer. Este produto é de curta duração. A sua vida é limitada a poucas horas; portanto, produzido apenas em São Paulo e no Rio de Janeiro, não atendendo às regiões mais distantes do País. Daí, a necessidade de quebrar este monopólio na produção deste produto.

O Senado Federal aprovou a Proposta de Emenda à Constituição nº 100, e esta proposta está na Câmara dos Deputados já há alguns anos, aguardando deliberação.

Aproveito este ensejo para fazer, mais uma vez, esse apelo à Câmara dos Deputados.

Há poucos dias, tivemos uma audiência pública emocionante no Senado Federal, contando com a presença de vítimas do câncer, que prestaram depoimentos comoventes à Comissão do Senado Federal e à sociedade, quando se discutiu aqui a fosfoetanolamina, um produto pesquisado pela Universidade de São Paulo, que tem atendido a vítimas do câncer eventualmente em razão inclusive de liminares concedidas pelo Poder Judiciário.

Aproveitamos também este ensejo para retomar esta questão e fazer um apelo público, que é do Senado Federal, já que esta foi a conclusão dessa audiência pública, para que o Governo agilize os procedimentos para a realização dos testes clínicos oficiais necessários, a fim de que a produção possa ser autorizada ou não, dependendo das conclusões a que chegarem com esses testes, que serão realizados agora, sob a égide e o comando da Fiocruz, uma instituição acreditada no País e de grande respeitabilidade.

Portanto, formulamos mais este apelo, Sr. Presidente, no momento em que discutimos um projeto relatado pelo Senador Moka, da maior importância, para valorizar instituições de combate ao câncer neste País.

Parabéns ao relatório do Senador Moka.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Com a palavra o Senador Telmário Mota; em seguida, o Senador Romero Jucá e, fechando as inscrições, a Senadora Lúcia Vânia.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, quero iniciar parabenizando o Senador Moka por esta iniciativa. Ainda bem que S. Exª é médico e tem essa sensibilidade.

Essa iniciativa cai para o meu Estado como uma luva, porque, hoje, o transporte de um paciente com câncer, no meu Estado, chama-se avião; e hospital chama-se Manaus, Rondônia ou Goiânia, porque não há qualquer tratamento para o câncer no meu Estado.

Inclusive, estamos vendo, junto ao Ministério da Saúde, que seja instalado, o mais rápido possível, no Estado de Roraima, um aparelho para radioterapia e braquiterapia, porque hoje as pessoas que estão enfermas com câncer realmente sofrem muito no nosso Estado.

V. Exª vem com um projeto que cai como uma luva, pelo que quero parabenizá-lo e apoiar a sua proposta, que vai melhorar, e muito, a qualidade de vida do nosso povo no Estado de Roraima, que, com certeza, merece esse apoio e precisa dele para fazer os seus tratamentos. Normalmente, eles usam TFD (Tratamento fora de Domicílio), para se tratarem em outros Estados.

Quero parabenizar o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Telmário Mota.

Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, assim como todos fizeram, gostaria de registrar a importância do projeto e dizer que este é oriundo da Comissão de Assuntos Sociais, presidida, então, pelo Senador Waldemir Moka, que agora é o Relator do projeto.

Portanto, vamos não só acompanhar pessoalmente, votando "sim", mas orientar que a Liderança do PMDB encaminhe o voto "sim" tanto aqui quanto no Plenário.

Não sei se ele é terminativo aqui ou vai para outra Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Ele vai para o plenário.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Então, desde já, gostaria de apresentar um requerimento de urgência, para que ele possa ir ao plenário com urgência, tendo em vista a importância e o trabalho competente do Senador Waldemir Moka.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Portanto, em votação o requerimento de urgência do Senador Romero Jucá.

Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Portanto, o requerimento segue em caráter...

Bem; depois de votarmos o relatório, se este receber votação favorável, seguirá em regime de urgência para o plenário do Senado.

Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Apesar da discriminação, eu vou falar agora. (*Risos.*)

Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar, como membro da Comissão de Assuntos Sociais – e participei desse debate –, o Senador Moka pela sua sensibilidade. Aliás, ela tem sido evidenciada naquela comissão, uma vez que, sendo médico, ele tem dado uma colaboração muito grande na área de saúde naquela comissão.

Esse projeto, sem dúvida nenhuma, é de uma importância sem tamanho, haja vista o número de oradores que solicitaram expressar aqui o seu apoio, uma vez que esse projeto nos permite maximizar os orçamentos da área de tratamento oncológico, que se ressente muito da falta de recursos por parte dos Estados, da União e dos Municípios e que, agora, além do desconto, poderá contar também com o apoio do setor privado. Ele já conta, mas de forma incipiente, e, com esse desconto, naturalmente, o setor privado poderá ser muito mais atuante nessa área, ajudando a minimizar o sofrimento de centenas de pessoas que têm que se deslocar dos seus Municípios para os grandes centros. Nós estamos numa luta para descentralizar o tratamento oncológico. Sabemos o quanto é caro esse tratamento. Temos dificuldades nessa descentralização, mas projetos como esse ajudam a acelerar esse processo. Portanto, os meus cumprimentos aos Senador Moka, mais uma vez, reforçando a sua sensibilidade em relação a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Obrigado, Senadora Lúcia Vânia, que sempre nos prestigia com a sua competência, o seu charme, a sua determinação e a sua legitimidade como grande representante do Estado do Goiás, nosso vizinho, Estado querido e irmão do Mato Grosso do Sul.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Está recompensado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Waldemir Moka.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

Eu quero parabenizar o Senador Moka, Senador pela nossa terra de Mato Grosso do Sul, como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, pelo relatório, num tema absolutamente fundamental: saúde, especialmente na questão do câncer. Nós estamos muito orgulhosos de V. Exª, meu caro Senador Moka, pela relatoria e por ter conduzido a elaboração desse projeto como Presidente da CAS.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Sr. Presidente...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu quero apenas e tão somente, na verdade, dizer que o mérito do projeto é de todos os membros da Comissão de Assuntos Sociais. Eu apenas, como Presidente, pude conduzir.

Para encerrar, Sr. Presidente, eu quero dizer que, quanto a esse projeto que o Senador Alvaro Dias mencionou sobre radioisótopos, isso é uma necessidade, como no caso do iodo radioativo, por exemplo. Eu sei disto, porque V. Exª sabe que eu dei aula muito tempo de física e química: há algum radioisótopos cuja meia-vida, o período de duração, é seis ou oito dias. Então, essa questão é fundamental. Eu quero apenas e tão somente reforçar o apelo do Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Moka.

Eu quero só colocar em votação o requerimento de urgência do Senador Romero Jucá, para que nós votemos hoje ainda essa matéria no plenário do Senado.

Se todos os Senadores e Senadoras estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Esse projeto segue em regime de urgência para ser votado no plenário do Senado.

Parabéns ao Senador Moka e a todos os Senadores e a todas as Senadoras que participaram.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Pela ordem, Senador Ferraço...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – ... pelo Rio Doce, no Estado do Espírito Santo, inacreditavelmente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Lamentavelmente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Chegando ao Espírito Santo, hoje. Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Sr. Presidente, considerando que há itens terminativos e não terminativos na pauta desta reunião e considerando que estamos com um quórum aqui muito qualificado, eu queria sugerir, com a vênia de V. Exª, se não seria razoável que nós priorizássemos os temas terminativos que exigem o quórum qualificado.

Queria requerer que V. Exª avaliasse essa sugestão como forma de nós fazermos os projetos terminativos caminharem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Se todos os Senadores e Senadoras concordarem com a proposta do Senador Ferraço, que é bastante sensata...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – ... nós começaríamos pelo item 15 e fecharíamos as votações terminativas.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu proponho que a sugestão do Senador Ferraço valha a partir do próximo projeto que está em pauta, que é do teto da dívida, que está aguardando há tanto tempo. V. Exª mesmo se comprometeu, muito formalmente, que ele entraria na reunião de hoje, e tenho certeza de que o Senador Ferraço concordará...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Não, eu não me oponho.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – ... que ele tem realmente uma prioridade muito grande.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Claro; claro que não me oponho.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Serra, a minha única preocupação, por isso acho muito pertinente a proposta do Senador Ferraço, é que esse projeto, até pela po-

lêmica criada aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, vai acabar ocupando todo o espaço da reunião, e, mais uma vez, nós não votaremos os projetos terminativos. E são poucos os projetos terminativos. São quatro projetos terminativos. Como nós estamos com quórum máximo e se nós tivermos agilidade, nós deixaríamos todo o tempo do mundo para discutir o item 5, que não é um item simples.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não, não. Eu digo a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Portanto, eu coloco em votação.

Aqueles que concordarem que antecipemos os projetos em caráter terminativo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Portanto, aprovado.

Vamos ao item 15 da pauta.

ITEM 15
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 262, de 2008
- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro 2005, para autorizar o INSS e os Municípios, no âmbito da sistemática do parcelamento de débitos previdenciários dos municípios, modificar a forma de corrigir monetariamente o montante das dívidas dos Municípios.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares.
Relatoria: Senador José Pimentel.
Relatório: Pela prejudicialidade do projeto.
Observações:
1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto;
2. Em 20/10/2015, o senador Fernando Bezerra Coelho apresentou voto em separado, pela aprovação do projeto nos termos de emenda substitutiva;
3. Em 20/10/2015, foi concedida vista coletiva;
4. A votação do relatório pela prejudicialidade da matéria será realizada pelo processo simbólico, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 5, de 2015.

Conforme disposto na Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 5, de 2015, a apreciação da prejudicialidade da matéria será tomada pelo processo simbólico – isso aqui é pleonasmo vicioso. Repetiu mais uma vez.

O relatório já foi lido pelo Relator na 38ª Reunião, realizada em 20 de outubro.

Pergunto se o Relator gostaria de fazer uso da palavra.

Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, essa matéria já foi lida, já foi discutida, já foi apresentado o voto em separado, e eu acredito que nós temos condições de votar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Na mesma reunião, foi lido o voto em separado, apresentado pelo Senador Fernando Bezerra Coelho, ocasião em que foi concedida vista coletiva.

Pergunto se o Senador gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Com certeza, Sr. Presidente.

Só para aclarar as informações, porque nós temos o parecer do Relator, Senador José Pimentel, pela prejudicialidade e há a nossa posição, já aqui apresentada em voto em separado, acolhendo o projeto do Senador Antonio Carlos Valadares, com um substitutivo que nós apresentamos.

Eu gostaria apenas de rememorar aos membros desta Comissão que a Lei nº 12.810, apesar de tratar do tema da dívida dos Entes federados, não altera a sistemática vigente já prevista na Lei nº 10.522, de 2002, cujo indexador da dívida é a taxa Selic mais 1% ao mês.

Ao contrário, ao ratificar o mecanismo preexistente, a Lei nº 12.810, de 2013, consolida e reforça a situação de dificuldade com que se defrontam prefeitos no enfrentamento desses débitos previdenciários.

Em minuta de parecer não apreciado pela CAE, o então Senador Eduardo Braga, em 2011, já chamava a atenção para o que ele próprio considerava uma bomba relógio, pronta para detonar os tesouros municipais, que estava sendo construída com a aplicação da taxa Selic mais 1%, como fator de correção das dívidas previdenciárias municipais.

Mencionando as conclusões do estudo intitulado "Parcelamento de Débitos Previdenciários de Municípios", de autoria do pesquisador François Bremaeker, de 2005, o Senador Eduardo Braga adverte para o ce-

nário de impagabilidade das dívidas previdenciárias dos Municípios a partir 2021, mantida a atual sistemática de correção.

A opção de negociação da correção da dívida entre o INSS e os Municípios, conforme previsto pelo PLS nº 262, de 2008, abre a possibilidade de que, ao invés da taxa Selic mais adicional de 1%, seja utilizado o IPCA como indexador da dívida, o que possibilitará a muitos Municípios melhor organizar suas contas públicas e voltar a dispor de recursos para os investimentos necessários à melhoria da infraestrutura e do bem estar da comunidade.

Dessa maneira, Sr. Presidente, reiteramos nossa posição, entendemos ser meritório o PLS nº 262, de 2008, ao pretender facultar aos Municípios e ao INSS, estabelecer um novo índice de correção que pode evitar a inviabilidade do pagamento das dívidas.

No que tange à adequação orçamentária e financeira, embora o projeto de lei possa implicar alguma perda de receita em decorrência da redução da correção monetária dos montantes das dívidas previdenciárias dos Municípios, o equilíbrio orçamentário não seria afetado, pois as regras do parcelamento incentivam o pagamento de uma dívida que de outra forma permanecerá pendente.

Sr. Presidente, essa é uma matéria que vem sendo defendida por todos os municipalista; esse é um pedido dos prefeitos brasileiros durante a marcha aqui em Brasília; é pleito que está na pauta da Comissão Especial do Aprimoramento do Pacto Federativo e, portanto, faço um novo e reiterado apelo ao ilustre Senador José Pimentel para que a gente possa, de fato, dar prioridade para a votação do meu voto em separado com apresentação do substitutivo que troca a indexação da dívida da Selic para o IPCA.

Essa é a nossa posição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Com a palavra Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, é regimental o voto em separado. Uma vez apresentado, se não houver desistência, vai a voto. Portanto, quanto a isso, não temos a menor divergência. Contudo, eu quero registrar que, em 2013, por unanimidade, a Câmera e o Senado aprovaram a Lei nº 12.810, de 2013, que teve como Relatora, no Senado Federal, a Senadora Marta Suplicy.

Essa lei parcelou em 240 meses as eventuais dívidas do Pacto Federativo para com o INSS, e era o pleito naquela época ao qual atendemos em 100%. Essa lei abriu mão de 100% da multa, ou seja, a multa passou a ser zero. E os juros, nas dívidas existentes até ali, foram reduzidos em 50%, e, a partir dali, se porventura houver atraso, é que se paga a taxa de juros Selic mais 1%. Por que isso? Porque todas as obrigações que a Previdência paga aos seus beneficiários são acrescidas de juros de 1% mais a taxa Selic.

Portanto, se porventura algum Município – os Estados resolveram já suas questões previdenciárias – deixar de recolher as suas contribuições previdenciárias para com o INSS, a partir desta lei, ou seja, de 2014, é que passa a pagar a mesma taxa e a mesma correção que o INSS paga para com o beneficiário.

Nós todos estamos assistindo a um grande debate de que a Previdência pública brasileira está se inviabilizando. E é verdade. Está se inviabilizando por conta desses processos. Ou seja, os devedores, que recebem e recolhem a parte do trabalhador, principalmente dos Municípios, se apropriam e não fazem o repasse para a Previdência Social. E nós aqui, com o voto em separado, estamos premiando esse que se apropria da contribuição do servidor público municipal para com o INSS com um prêmio em que ele vai pagar menos juros e menos correção.

Volto a registrar: em 2013, nós zeramos todas as dívidas desde quando o INSS ou o INPS foi criado lá em 1967. Nós fizemos também, Sr. Presidente, um processo de conciliação de contas quando o Município que criou o regime próprio, a partir de 1992, com o propósito de não pagar a Previdência na época e, a partir dali, esse regime próprio não teve os aportes necessários. Vários Municípios conduziram corretamente, mas alguns não. E esta lei está dizendo que esse Município que criou o regime próprio, que é obrigado a capitalizá-lo, vai capitalizar com juro inferior àquele que ele vai pagar ao seu funcionário.

Portanto, aqui não tratamos apenas do INSS. Nós tratamos do regime próprio e do regime geral.

Volto a lembrar: no regime geral, nós fizemos as negociações integrais em 240 parcelas, e no regime próprio também. Portanto, se não tivermos um pouco mais de parcimônia na condução dessas questões, vamos quebrar a Previdência Social, e os velhinhos de hoje não terão como receber, assim como nós, que somos clientes fortes, ao chegarmos à terceira idade – aliás, eu já cheguei –, também não vamos ter como receber.

Por isso, eu peço o voto "sim" ao meu parecer, pela prejudicialidade dessa legislação, porque, em 2013, nós aprovamos a Lei nº 12.810.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senadora Marta, Senador Romero e, depois, Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, é importante. Se a Senadora Marta permitisse, porque é muito importante. O Senador José Pimentel...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senadora Marta, V. Exª permite que o Senador Fernando Bezerra Coelho...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu preferia que você respondesse para complementar o que vou falar, porque vou falar muito brevemente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Fernando, então, falam a Senadora Marta e o Senador Romero, e V. Exª fecha a discussão.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – É um minutinho, porque o que ele vai dizer vai complementar e esclarecer.

Eu não fui a Relatora deste projeto. Nós confundimos. Eu fui a Relatora do indexador da dívida. E este projeto, o que entendi, é mais favorável aos Municípios. E os Municípios estão até aqui de dívida. Então, parece-me interessante o projeto.

Agora, passo a palavra para o Senador Bezerra, que vai esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Romero Jucá, na sequência, e Senador Fernando Bezerra.

E vamos votar.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Meu caro Presidente, Delcídio do Amaral, eu quero dizer ao Senador Pimentel, preocupado como é com a Previdência, que foi Ministro da Previdência, como eu também fui, que temos, efetivamente, que ter uma solução para a Previdência estrutural e com profundidade, mas o que estamos discutindo aqui não é a questão estrutural da Previdência. Nós estamos discutindo aqui uma questão de justiça.

Primeiro, a situação das prefeituras no Brasil é caótica. Os prefeitos não estão recolhendo o INSS, Senador Pimentel, não porque estão se apropriando do dinheiro dos trabalhadores. É porque não têm dinheiro para pagar. Mal estão conseguindo pagar a folha líquida. Há prefeitura que está parcelando o pagamento. Então, o quadro é muito grave, porque estamos tendo decrescimento na economia, desemprego, travamento da atividade produtiva, travamento do consumo. E isso repercute nas prefeituras. A situação das prefeituras é muito grave.

Segundo, nós estamos aqui discutindo indexador da dívida que as prefeituras têm. É isso que estamos discutindo. Há duas opções. Hoje, é taxa Selic. O Senador Fernando está pedindo que seja IPCA, que é a inflação. Bom, quero colocar aqui dois argumentos: primeiro, não é justo que a prefeitura pague taxa Selic, que é uma taxa de remuneração do mercado financeiro para captação do Governo Federal. Isso não é inflação; isso é lucro!

Não é justo o Governo Federal lucrar com a dívida das Prefeituras, com a diferença entre a correção monetária e a política monetária equivocada de uma taxa de juros de 14,25%. As Prefeituras não podem ficar à mercê de uma política monetária que leve em conta outras questões – combate ao dólar, captação de recursos. O que é que o pobrezinho do prefeito do interior tem a ver com isso? Ele sai de uma taxa Selic de 9%, 8%, para 14,25% em um ano, sem nenhum tipo de controle, e explode a dívida dele.

Então, eu quero dizer o seguinte: se há um equívoco, é vincular taxa Selic, não só a essa questão, mas a outras questões do País. A taxa Selic tem que ser taxa de remuneração de empréstimo. É para isso que a gente vai votar aqui a questão do endividamento do Estado, exatamente para botar controle nessa questão.

Então, eu quero dizer aqui, com toda a tranquilidade de quem quer reforma estrutural, de quem quer salvar a Previdência, que essa questão é uma questão de justiça. Portanto, eu votarei e defenderei o projeto Senador Fernando Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Para concluir, o Senador Telmário, que pediu a palavra; na sequência, o Senador Valadares e, fechando, o Senador Fernando Bezerra.

Senador Telmário, com a palavra.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, a gente entende que as Prefeituras passam por dificuldades, como a Nação passa por dificuldades. Agora, se o Prefeito não administra as suas despesas...

Sr. Presidente...

(Soa a campainha.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – O mercado agora ficou grande aqui.

Sr. Presidente, voltando ao assunto: essas despesas com o INSS são previsíveis. Agora, como é sempre o INSS, eles vão deixando acumular e vão estabelecendo outras prioridades.

De ordem que o que não é justo é a Previdência, que recebe do trabalhador uma receita fixa, de repente não ter seus compromissos pagos e os devedores são beneficiados. Há dois anos, as dívidas foram zeradas, foram parceladas, e, agora, se tenta mudar novamente o benefício. Nós vamos beneficiar aqueles que nunca

cumprem com as suas obrigações nas Prefeituras, vão acumulando, naturalmente, essa dívida com o INSS e, depois, recorrem ao mecanismo de uma lei complementar.

Portanto, nós vamos beneficiar os prefeitos que não são bons pagadores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Com a palavra o Senador Valadares; em seguida, o Senador Fernando Bezerra e a Senadora Lúcia Vânia, para a gente concluir e votar primeiro o parecer do Senador Pimentel.

Senador Valadares, com a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, quando eu apresentei esse projeto, em 2008, a situação das Prefeituras já era quase de calamidade pública. Imaginem os senhores a situação das Prefeituras na crise econômica que estamos vivendo. Agravou-se muito mais, tanto que esse projeto está vindo à tona, em um reconhecimento, por parte do Senador Autor do voto em separado, Fernando Bezerra, de que essa crise, para ser resolvida, precisa de uma atuação do Senado Federal, do Congresso Nacional e do Poder Executivo para compreender que, do jeito que está, as Prefeituras todas vão fechar as suas portas.

Mais de 90% das Prefeituras hoje dependem de repasses federais, do Fundo de Participação e dos convênios assinados através de emendas que nós apresentamos. E ali o Senador Benedito está dizendo que, assim mesmo, não recebem. O dinheiro é empenhado, mas não chega na ponta, as Prefeituras não recebem.

Então, Sr. Presidente, o que o Senador Fernando Bezerra está propondo é uma coisa lógica e, como disse o Senador Jucá, justa. Mudando o índice de correção... Aliás, mudando o índice não, mudando o fator de correção, uma vez que, como foi instituída a taxa Selic mais 1%, isso significa uma exploração estatal conduzida pela Previdência Social sobre os Municípios brasileiros.

E essa proposta feita no voto em separado, que eu aceito totalmente, do Senador Fernando Bezerra, vem corrigir essa disparidade, essa distorção, que é, sem dúvida alguma, uma bomba-relógio que incidiu sobre as despesas municipais, que um dia iria explodir e está explodindo agora.

Por esta razão, Sr. Presidente, eu acompanho o voto em separado do Senador Fernando Bezerra, na certeza de que estaremos atendendo à pretensão dos Municípios brasileiros, que estão sofrendo com a taxa Selic mais 1%, e de que a mudança desse índice vai favorecer aos Municípios e, consequentemente, à sociedade. Obras de infraestrutura que precisam ser realizadas estão sendo paralisadas com essa aplicação da taxa Selic; ações na saúde e na educação que também estão sendo prejudicadas.

Por isto, voto favoravelmente à pretensão do Senador Fernando Bezerra, no seu voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Reguffe, com a palavra. E depois nós vamos concluir com o Senador Fernando Bezerra.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Presidente, eu vou votar também com o voto em separado.

Eu, aqui, tento me pautar sempre pelo que considero justo. E me parece que o índice correto de correção monetária deve ser o IPCA, que é baseado na inflação. Não tem cabimento ser a Selic; o correto é a defasagem que existe com relação aos preços anteriormente, e isso é medido pelo IPCA.

Então eu vou votar com o voto em separado, inclusive porque a Selic, neste País, é extremamente elevada e vem, inclusive, prejudicando a economia nacional, fazendo com que haja menos dinheiro em circulação, menos empregos sendo gerados.

Mas, enfim, o que é justo é o índice de inflação, é ele que diz qual foi a defasagem, qual foi a perda de poder aquisitivo. Então, como eu tento me pautar pelo que é justo, eu vou votar com o voto em separado, para que não seja a Selic e sim o IPCA o índice.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias. Depois, Senador Benedito de Lira.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Presidente, eu serei rápido. Apenas para dizer que também acompanho o voto em separado – iniciativa oportuna do Senador Fernando Bezerra –, porque, em alguns momentos, o governo da União se torna o "agiota oficial", pratica agiotagem oficializada. Em outros momentos, ele se apropria indevidamente de recursos dos Municípios brasileiros. Aliás, há muito tempo os encargos são transferidos aos Municípios sem a compatível transferência dos recursos para atender às novas demandas dos encargos transferidos.

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Por esta razão, Sr. Presidente, nós não temos o direito, nesta Casa, o Senado Federal, de legislar contra o interesse dos Municípios brasileiros. Nós sabemos que há

uma política de juros que comprime a economia, que promove recessão e que, neste caso, atinge brutalmente os Municípios brasileiros.

Por esta razão, nós vamos acompanhar o voto em separado do Senador Fernando Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Agora, antes do Senador Fernando Bezerra, o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente, eu vou fazer apenas um breve comentário.

O Senado Federal, como sendo o agente público que cuida da Federação, tem que ter uma preocupação generalizada com os Municípios brasileiros.

Em um determinado momento, na Legislatura passada, eu apresentei aqui um projeto de lei – aliás, há dois anos – para que pudesse haver uma flexibilização no que diz respeito aos Municípios brasileiros. Por exemplo: como bem disse o Senador Valadares, um número considerável de Municípios deste País só realiza a mínima obra de infraestrutura se houver repasse das emendas, particularmente, aos Municípios. Infelizmente, esse projeto morreu, porque isso era para quebrar o País.

Eu levantei ontem com uma preocupação, dando como exemplo o meu Estado. Por incrível que pareça, cem por cento dos Municípios estão inadimplentes. Aí, eu disse para a minha assessoria: puxa, no Brasil, 93,7% dos Municípios estão inadimplentes! Então, o que acontece? O País atravessa dificuldades. Nós estamos trabalhando aqui para fazer o ajuste fiscal. E por que, então, nós não podemos também ajudar os Municípios brasileiros a saírem das suas inúmeras dificuldades?

É lógico que praticar juros da Selic é uma coisa continuada; nunca mais na vida vai poder haver um Município adimplente.

Então, eu queria fazer uma ponderação aqui no que diz respeito ao que argumentou o eminente Senador Pimentel, porque não é isso que vai quebrar a Previdência; muito pelo contrário. Nós precisamos é evitar o caos total nos Municípios brasileiros.

Por essa razão, acompanho também o voto em separado do Senador Fernando Bezerra, por considerar que os Municípios terão que ter um tratamento diferenciado, principalmente na conjuntura atual que estamos vivendo.

Eram essas as observações que eu desejava fazer. E queria comunicar à Casa exatamente a preocupação que isso gera à vida dos Municípios brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Com a palavra, finalmente, o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, acho que o debate foi muito rico. Na realidade, todos os argumentos aqui esposados pelos Senadores e Senadoras terminam corroborando o nosso voto em separado.

Eu queria apenas tranquilizar o Senador José Pimentel de que esse projeto, cuja autoria é do Senador Antonio Carlos Valadares, como ele aqui lembrou, apresentado em 2008, nós apenas, como Relator da Comissão Especial do Pacto Federativo, enxergamos nesse projeto uma oportunidade de fazer justiça aos Municípios brasileiros.

Na realidade, este ano, o FPM não está sendo corrigido sequer pelo IPCA, que é a principal fonte de receita dos Municípios brasileiros. O FPM não vai crescer nem 6%, ou seja, vai ter um crescimento negativo este ano. E os Municípios brasileiros não sabem como fechar a conta daqui até o final de dezembro. Então, esse é um dos projetos que procura dar justiça, dar equidade, dar equilíbrio à nossa Federação.

A ementa do projeto trata de disciplinar a nova regra de cálculo do parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Municípios. E o art. 1º, que é o único artigo que o voto em separado apresenta, diz:

Art. 1º O art. 8º da Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013 [lei a que o Senador Pimentel se refere e que deu os 240 meses de parcelamento, uma iniciativa positiva do Governo Federal], passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º Ao parcelamento de que trata o art. 1º desta Lei aplica-se a regra de cálculo disposta no art. 2º da Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014.

Portanto, Sr. Presidente, peço encarecidamente o apoio de todos os membros desta Comissão para que possamos fazer justiça aos Municípios brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o primeiro registro é que os recursos da Previdência Social não integram o Orçamento do Governo Federal. É uma conta-

bilidade à parte, e é o único item em que o Estado Nacional não pode se apropriar, porque esses recursos se destinam a pagar benefícios da Previdência Social.

Segundo registro: tudo que a Previdência paga é Selic mais 1%. Desde os anos 80, há essa prática. E há uma lei que obriga esse pagamento. Portanto, todos os benefícios atrasados que a Previdência paga são acrescidos de Selic mais 1%.

Agora, nós queremos que, quando o cidadão que se apropriou da contribuição do seu empregado, que descontou do salário e que não fez o repasse à Previdência Social... Quando ele vai fazer o rapasse, aí não paga o mesmo indexador que a Previdência paga – por exemplo, para pagar os benefícios desse empregado que a prefeitura, por algum motivo, deixou de recolher.

Havia um *lobby* no Brasil, Sr. Presidente, nos anos 90 e no início deste século 21. Os prefeitos diziam: "Só paga à Previdência quem é tolo; nós não vamos pagar".

Em 2007, nós enfrentamos esse problema, e, a partir daí, passou a haver essas negociações generosas: parcelamento em 240 meses do dinheiro do empregado de que a prefeitura se apropriou.

Agora nós queremos que essa Previdência, que paga a taxa Selic mais 1%, as suas obrigações, quando paga ao segurado, ao receber desse que se apropriou do dinheiro do trabalhador, tenha um tratamento diferenciado... É simplesmente uma questão de visão sobre o sistema, que não pertence ao Governo Federal, mas que pertence a um fundo específico que é dos aposentados e das pensionistas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Pimentel.

Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, me preocupa, sim, a situação dos Municípios brasileiros, mas me preocupa também o projeto.

Eu acredito que, mesmo com o parcelamento que foi feito, os prefeitos são incapazes de cumpri-lo, fazendo com que a maioria das prefeituras se tornem inadimplentes. Isso não tenho dúvida de que é em função desse indexador. Mas me preocupa o projeto, porque os benefícios são indexados em Selic mais 1%.

Acho que o ideal seria que esse projeto tratasse concomitantemente do benefício e da dívida. Essa é a posição que tenho.

Mas, de certa forma, acho meritória essa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Vamos colocar em votação o relatório do Senador José Pimentel primeiro...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, só para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – ... por se tratar de questão preliminar ao mérito.

Então, aqui, segundo o Regimento, é simbólico.

Portanto, vou colocar em votação o relatório do Senador José Pimentel.

Quem estiver de acordo com o relatório do Senador José Pimentel, pela prejudicialidade, permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Foi rejeitado.

Foi rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Portanto, o relatório foi rejeitado.

A Comissão rejeita o relatório preliminar, pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2008.

Tendo sido rejeitado o relatório, vamos colocar em votação o substitutivo apresentado pelo Senador Fernando Bezerra Coelho.

É votação nominal. Vamos abrir a votação.

Os Senadores e Senadoras já podem iniciar a votação pelos computadores.

Gostaria de lembrar: para proceder à votação eletrônica, basta os Senadores digitarem o código de sete dígitos usado no plenário.

(Procede-se à votação.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, só para encaminhar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Agora, quem vota com o voto separado vota "sim".

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Quem vota sim vota a favor da emenda do...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Agora, quem vota com o voto em separado, o substituto apresentado pelo Senador Fernando Bezerra, vota "sim". Repito: vota "sim".

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – PMDB vota "sim", Sr. Presidente, encaminha favorável aos Municípios brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – PMDB vota "sim".

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Quem vota favorável aos Municípios brasileiros, às Prefeituras, vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Já abriu o painel para votação?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Camila...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, o PT vota "não". Quem vota favorável à Previdência Social e em defesa dos aposentados e pensionistas vota "não".

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – O encaminhamento do Senador Pimentel é pelo voto "não".

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Presidente, está com defeito esta máquina aqui. Meu voto é "sim".

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Vamos correr, então, nome a nome.

Está difícil. Esse sistema, a cada reunião da CAE, dá um problema: uma hora apaga, outra hora não funciona.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Está votando?

Então, agora, abriu de... Hein?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Vou fazer nominal.

Já votaram?

Nove já... (*Pausa.*)

Se V. Exªs me permitirem, vou chamar nominalmente, porque há alguns que não conseguem, outros conseguem...

Camila, cadê a relação?

Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Voto com o Senador Pimentel, voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Vota "não".

Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Voto "sim", voto com o voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Vota "sim".

Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Pela coerência, para salvar a Previdência, voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Vota "não".

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Vota "sim".

Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Voto "sim" a favor dos Municípios brasileiros, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senadora Sandra Braga.

A SRª SANDRA BRAGA (PMDB - AM) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Vota "não".

Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Voto "sim".
O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Vota "sim".
Senador Requião.
O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Sim.
Senador Omar Aziz.
O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Sim.
Senador Agripino.
O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Sim.
Senador Alvaro Dias.
O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Voto "sim", Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Vota "sim".
Senador Tasso Jereissati.
O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Sim.
Senador Valadares.
O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Contra a agiotagem oficial, voto "sim".
O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Vota "sim".
Senadora Vanessa Grazziotin.
A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Voto com o Senador Pimentel, voto "não".
O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Vota "não".
Senador Douglas Cintra.
O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Voto "não", Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Vota "não".
E os Suplentes?
Senador José Pimentel.
O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Voto vencido, Sr. Presidente, "não".
O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Vota "sim"... Ah, perdão! Vota "não". Vota "não", Senador Pimentel.
Senador Paulo Rocha.
O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Não.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Vota "não" o Senador Paulo Rocha.
Senador...
E, agora, o dos Suplentes?
O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, V. Exª precisa colher meu voto, também.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senadora Marta Suplicy.
A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Voto "sim".
O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Vota "sim".
Senador Humberto Costa.
O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Voto "não".
O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Vota "não".
Senador Flexa Ribeiro.
Vota "não"?
O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito bem, Senador Flexa!
O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – É "sim", rapaz! É "sim"!
O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Valeu, Senador Flexa!
O Senador Flexa aderiu ao Governo! (*Risos.*)
O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Flexa, "não".
Senador Raupp.
O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Vota "sim" o Senador Raupp.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Flexa aderiu ao Governo, Delcídio.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, o Relator aqui não votou.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. *Fora do microfone*.) – Eu não votei.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Portanto...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Calma aí, Presidente.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, calma.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – O Relator não votou.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – O senhor tem que coletar o meu voto também.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. *Fora do microfone*.) – Eu não votei.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. *Fora do microfone*.) – Embora seja ruim para a União, a matéria é a favor dos mais fracos. Eu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Vota "sim".

Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – "Sim."

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – "Sim".

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Pela ordem, Senador...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Presidente, eu voto com o Flexa Ribeiro.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Presidente, eu não votei.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Relator não pode votar, porque o voto é conhecido.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu não poderia nunca votar contra a justiça que está sendo feita com os Municípios para reduzir o indexador.

Eu acabei de chegar, pois estava numa audiência fora daqui, e V. Exª me induziu a um voto que a minha consciência não permite fazer.

Eu voto "sim", com os Municípios e com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – É um vira-casaca mesmo. (*Risos.*)

Qual é o resultado, Camila?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone*.) – Está faltando o Blairo Maggi.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – O Senador Blairo já votou.

Portanto, encerrada a votação.

Foram 17 votos SIM; 8 votos NÃO.

Aprovado.

A Comissão aprova a Emenda nº 1 da CAE (Substitutivo), ficando prejudicado o projeto, nos termos do art. 300, inciso XVI, do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Peço urgência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria será submetida a turno suplementar por ter sido aprovado o substitutivo integral ao projeto.

Vencido o Relator, designo, nos termos do art. 128 do Regimento Interno do Senado Federal, o Senador Fernando Bezerra, que será o Relator do parecer vencedor.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) –

ITEM 16
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 285, de 2013
- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para postergar o termo inicial de incidência de multas relativas ao não pagamento do Imposto de Renda da Pessoa Física sobre o ganho de capital auferido na venda de imóveis residenciais.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatoria: Senador Douglas Cintra
Relatório: Pela aprovação do projeto com uma emenda que apresenta.
Observações:
1. Em 20/10/2015, foi concedida vista coletiva

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

O relatório já foi lido pelo Relator na 38ª Reunião, realizada em 20 de outubro, ocasião em que foi concedida vista coletiva.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Vamos colocar em votação o projeto e, em seguida, a Emenda nº 1.

Votação nominal.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda.

Quem vota com o Relator Douglas Cintra vota "sim" ao projeto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – PT vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Portanto, vamos abrir o painel.

Quem vota com o Relator Douglas Cintra vota "sim".

Está aberta a votação.

Os Senadores e as Senadoras já podem iniciar a votação pelos computadores. (*Pausa.*)

Bom, está travado o computador.

Então, vou novamente chamar nome a nome.

Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Lindbergh Farias, "sim".

Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – "Sim", Senador Reguffe.

Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – "Sim", Senador Telmário Mota.

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – "Sim", Senador Benedito de Lira.

Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – "Sim", Senador Romero.

Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – "Sim".

Senadora Sandra Braga.

A SRª SANDRA BRAGA (PMDB - AM) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – "Sim".

Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Vota "sim", evidentemente, obviamente. Não vai votar contra V. Exª

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Sr. Presidente...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Autor não vota.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Apesar de ser do Ferraço, "sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Apesar de ser do Senador Ferraço, "sim"

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Abro mão do voto do Senador Requião, Sr. Presidente. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – "Sim".

Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – "Sim".

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – "Sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – "Sim", Flexa Ribeiro, atento.

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – "Sim".

Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – "Sim", Senador Tasso Jereissati.

Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – "Sim".

Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – "Sim".

Senador Marcelo Crivella. (*Pausa.*)

Ah, não está presente.

Senador Wellington Fagundes... Perdão, Senador Douglas Cintra... Mas ele é o Relator? Obviamente, o voto dele é favorável.

Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Pimentel, "sim".

Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – "Sim".

Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – "Sim".

Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – "Sim".

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Fechou?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Encerrando a votação e proclamando o resultado, são 25 votos SIM e nenhum voto NÃO.

A Comissão aprova o projeto com a Emenda nº 1, da CAE.

Passamos agora para o item 17.

ITEM 17
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 518, de 2011
- Terminativo -

Altera o art. 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para destinar ao Ministério da Pesca e Aquicultura parte dos royalties decorrentes da produção do petróleo.

Autoria: Senador Benedito de Lira
Relatoria: Senador Alvaro Dias
Relatório: Pela rejeição do projeto.
Observações:
1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com parecer contrário ao projeto;
2. Em 18/8/2015, foi concedida vista ao Senador Telmário Mota;
3. Em 27/8/2015, o Senador Telmário Mota apresentou voto em separado, pela aprovação do projeto.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

O relatório já foi lido pelo Relator na 26ª Reunião, realizada em 18 de agosto, ocasião em que foi concedida vista ao Senador Telmário Mota.

Pergunto se o Relator gostaria de fazer uso da palavra. Senador Alvaro Dias, V. Exª quer fazer uso da palavra?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – A menos, Sr. Presidente, que o Senador Telmário tenha observações a fazer, para que eu possa, depois, fazer as minhas considerações, uma vez que já apresentei o relatório e justifiquei. Não se trata de discordar do mérito, mas da oportunidade, da conveniência, da praticabilidade, da possibilidade, uma vez que o Congresso já legislou sobre essa matéria de *royalties* e petróleo, definindo para a educação e saúde a destinação desses recursos. Então, me parece que, embora a intenção seja louvável, não há condições de aprovar a pretensão do Senador Benedito de Lira, que, repito, tem boa intenção, porque o Congresso já fez a sua opção em relação aos recursos dos *royalties* do petróleo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Com a palavra, o Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, na verdade, os nossos pescadores hoje carecem de um financiamento.

Eu vejo muita crítica da própria oposição no sentido de que os programas governamentais, normalmente, são assistencialistas, que se dá o peixe. Aproveitando que se trata de pescadores, a proposta do Senador Benedito de Lira é exatamente para fazer o contrário. Na verdade, o projeto dele é um projeto "Meu Peixe, Minha Renda". Ele quer dar ao pescador a oportunidade de sobreviver e de se alimentar. Então, sem nenhuma dúvida, não estão esgotados esses *royalties* para a educação e a saúde. E, como esse dinheiro vem do mar, vamos devolver ao mar, aos pescadores, aos exploradores do mar. Então, eu mantenho...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – E os peixes de rio, Senador Telmário?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Eu mantenho a nossa posição. Embora se saiba que hoje o Ministério da Pesca foi incorporado pelo Ministério da Agricultura, a carteira está aberta, e os pescadores existem e precisam desse financiamento. Portanto, eu mantenho a minha posição e peço a compreensão dos Senadores, pois esse segmento hoje está desamparado no Brasil inteiro. É importante salvamos os nossos pescadores.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Alvaro Dias.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Apenas, Presidente, em respeito ao Senador Telmário e ao Senador Benedito de Lira, dois Senadores que considero, por quem tenho grande apreço, quero dizer que nós apoiaremos qualquer proposta que venha no sentido de proteger os pescadores, de valorizar os pescadores, de defender os pescadores. Mas, nesse caso, inclusive há uma pendência, está *sub judice* a matéria dos *royalties* de petróleo no Supremo Tribunal Federal, uma vez que já há uma destinação determinada inclusive pelo Congresso Nacional, que beneficiaria os Municípios brasileiros, uma nova redistribuição dos *royalties*.

Portanto, eu não considero este momento oportuno para fatiarmos ainda mais, para pulverizarmos ainda mais os recursos provenientes dos *royalties* do petróleo.

Mantenho, portanto, o relatório, em que pese o respeito que devoto aos dois Senadores a que me referi anteriormente.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quando eu apresentei esse projeto, eu apresentei-o visando exatamente a atender àqueles que são os mais prejudicados na exploração do petróleo em mar profundo.

Não é para atender pessoalmente ao pescador, é para dar qualidade à pesca, é fazer com que esses recursos pudessem ser atrelados ao Ministério da Pesca, para melhorar as condições da pesca artesanal. Infelizmente esse setor, que deveria receber uma privilegiada ação do Governo, não tem tido essa oportunidade, a ponto, neste momento, de o Ministério da Pesca ter sido incorporado ao Ministério da Agricultura.

Qual é o objetivo de pegar 5% dos *royalties* do petróleo em mar profundo para dirigi-los ao Ministério da Pesca? O fato de dizer: "ah, mas o Ministério da Pesca foi extinto", mas o departamento pesca continuará vigendo perante o Ministério da Agricultura. Sr. Presidente, os recursos que nós estamos propondo é para melhorar exatamente a qualidade da pesca no Brasil.

Por incrível que pareça, nós temos a maior costa pesqueira do mundo praticamente, e infelizmente o País é um dos que pescam um pouco menos do que aqueles que dependem do deserto. Por exemplo, nós, no Brasil, temos que importar peixe pescado, por quê? Porque infelizmente a pesca artesanal não tem as condições mínimas para fazer uma pesca com muito mais abundância.

Por essa razão, independentemente dessa história de que os *royalties* do pré-sal ou da perfuração de petróleo em mar profundo já estão distribuídos para a educação e saúde – muito bem, nada contra, muito pelo contrário, tem que ser mesmo –, nós precisamos melhorar a qualidade da pesca brasileira, particularmente manter o pescador, que foi o primeiro trabalhador do mundo, em condições dignas de continuar exercendo a sua atividade.

Por essas razões é que eu peço aqui, em que pese o respeito que eu tenho pelo eminente Senador Alvaro Dias, que os Srs. Senadores e Senadoras possam reavaliar o parecer do eminente Senador Alvaro Dias e votar no voto em separado do Senador Telmário, porque nós estamos fazendo, com isso, justiça à pesca artesanal neste País.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Presidente, pela ordem.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Anibal Diniz, pela ordem, e depois o Senador Agripino.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Apenas para informar aos Senadores e Senadoras que esse projeto já foi rejeitado na Comissão de Agricultura, com o parecer da Senadora Ana Amélia.

Portanto, já há uma posição de uma comissão da Casa contrária a aprovação, porque, quando o Senador Benedito de Lira apresentou o projeto, nós ainda não tínhamos discutido e deliberado sobre *royalties*, no Congresso. O projeto dele já tem algum tempo. Portanto, hoje ele chega tardiamente para deliberação, e nós já temos uma decisão anterior, adotada pelo Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Agripino Maia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente, eu queria manifestar uma posição que é de absoluta coerência com muitas posições que já tomei nesta Casa, no plenário e em comissões, em favor de uma categoria que eu entendo que é malsinada, a categoria do pescador.

O meu Estado, como os Estados do Nordeste, como os Estados do Sul, que têm costa, guardam, dentro da sua população, um contingente muito grande de pescadores – artesanais ou empregados em empresas que são pescadores.

Eu tive a oportunidade, Sr. Presidente, no plenário do Senado, de exibir fotografias de barco de pescador metralhado. Aquilo, para mim, foi o grande ícone, o grande emblema de uma luta que foi exitosa. O pescador desempenha a sua atividade, gerando o seu próprio emprego e ganhando a sua renda. Ser tratado como marginal é, no mínimo, deplorável.

Eu tive a oportunidade de chegar, com o apoio de muitos Senadores, no plenário, a obstruir votações, até que se encontrasse uma saída para a questão do pescador, da fiscalização exagerada por parte do Ibama e de órgãos ambientais. Fui a reuniões no Palácio do Planalto! Eu, um Senador de oposição, fui ao Palácio do Planalto, e conseguimos. Uma das conquistas foi o seguro-desemprego na época do defeso, na época em que

a pesca está proibida. Acabou de ser cortado, decapitado, parte do benefício conseguido a muita custa, por essa luta, anos atrás.

Agora vem esse projeto, que tenta recuperar, com a destinação de parte dos recursos do pré-sal para a atividade do pescador, para a proteção do pescador... São milhares de brasileiros, de Santa Catarina, do Paraná, do Rio Grande do Sul, do Rio Grande do Norte, do Pará, de toda parte do Brasil onde há costa. São brasileiros que merecem respeito e proteção.

Acabou de acontecer uma mutilação do benefício que nós conseguimos, um tempo atrás, obstruindo a pauta do Senado, para levar proteção a uma categoria de brasileiros desprotegida. Eu não precisaria de nenhuma outra razão para votar favorável ao Substitutivo do Senador Telmário, se não a manutenção de uma posição de coerência, coerência com uma luta que vem de muito tempo, para proteger brasileiros que não têm voz e, na verdade, merecem a proteção, porque são pessoas que não pedem emprego a ninguém, são pessoas que geram o seu próprio emprego e desempenham uma atividade produtiva em benefício do País.

Por essa razão é que o meu voto é entusiasticamente a favor do substitutivo, como parte de uma luta em favor do pescador do Brasil.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Presidente, eu não entendi bem os argumentos do Senador Agripino, quando ele se refere a tratar pescador como um selvagem ou como um marginal, algo dessa natureza.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Eu explico, Senador. Isso não se refere a V. Exª, não.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Não é o nosso objetivo.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Não, não, não. Deixe-me fazer um reparo.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – O nosso objetivo é atuar aqui com a responsabilidade de quem não deve fazer demagogia com os pescadores do meu Estado, o Paraná.

De forma alguma, eu votaria favoravelmente a um projeto que não tem praticabilidade, que não tem condições de prosperar, que já foi rejeitado em uma comissão – exatamente – porque chega fora do momento adequado para a sua deliberação, porque já é matéria vencida, matéria deliberada pelo Senado e pela Câmara dos Deputados, pelo Congresso Nacional. É uma matéria que está *sub judice* no Supremo Tribunal Federal.

Portanto, que não se queira insinuar que alguém está se colocando contra pescadores! Ao contrário! Que o Governo adote programas em benefício dos pescadores brasileiros, em apoio aos pescadores brasileiros. O que nós não podemos é distorcer a realidade, é falsear a realidade.

Aqui, nós estamos deliberando sobre uma matéria já vencida, matéria que já foi rejeitada em uma comissão exatamente porque não há como distribuir *royalties* de petróleo para outros setores, uma vez que esses *royalties* já estão destinados em legislação aprovada anteriormente no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Alvaro.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Pela ordem, só para...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Pelo respeito que eu tenho pelo Senador Alvaro Dias...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Agripino e Senador Benedito.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – O Senador Agripino já tinha pedido, Senador Benedito.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Eu não me referi a V. Exª, Senador Alvaro Dias, em hipótese alguma. Eu fui muito claro ao dizer que exibi no plenário do Senado fotografias de barcos metralhados. Quando me referi à categoria entendida como marginal, eu exibi um símbolo, fui muito claro, claríssimo. Longe de mim imaginar que V. Exª pudesse estar com atitudes demagógicas, isso ou aquilo; longe de mim. Cada um tem sua maneira de pensar, V. Exª tem a sua e eu tenho a minha.

Eu tenho, por dever de continuidade de raciocínio e de posicionamento, a obrigação de defender pontos de vista voltados para a proteção ao pescador, com meus argumentos e com a minha consciência.

Agora, não me referi a V. Exª em hora nenhuma. E fui claríssimo, eu disse que se tratava como marginal exibindo a fotografia que fiz, no plenário do Senado, de um barco de pescador metralhado – você metralha é marginal. Então, eu me referia, e renovo o argumento, àquele episódio que fez com que uma luta terminasse exitosa.

Obrigado a V. Exª pela oportunidade do esclarecimento.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Obrigado, Senador Agripino.

Senador Benedito de Lira. Em seguida, fechando, vamos colocar em votação o relatório – primeiro do Senador Alvaro Dias.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Os argumentos do Senador Relator são de que a matéria recebeu parecer contrário na Comissão de Agricultura. Mas se por acaso tivesse sido projeto terminativo lá, não estaria aqui. É terminativo aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos.

No que diz respeito aos *royalties*, estão distribuídos já para a educação e para a saúde, mas ele deixou explicitamente claro que está *sub judice*. Se está *sub judice*, logicamente, não é para ninguém. Vamos aguardar uma decisão do Supremo, porque o Supremo pode tornar sem efeito a decisão que o Congresso adotou.

O percentual é muito insignificante se nós fizermos uma avaliação do que isso representará para atender àqueles que praticam a pesca artesanal. Além disso, como bem disse o Senador Agripino, é o tipo de trabalhador que não bate à porta de ninguém para pedir emprego, ele enfrenta as dificuldades do mar, as intempéries da vida correndo riscos, é um trabalhador corajosíssimo. Seria bom que cada um de nós pegasse uma jangada, como eles pegam, e fosse para alto mar, aí sim.

Quando nós propusemos isso, Sr. Presidente, esse projeto com esse percentual mínimo de 5%, foi para proteger esse trabalhador, que, infelizmente, ao longo de séculos, vive tentando a sobrevivência, sua e de sua família, através do pescado. Infelizmente, ele não tem merecido a proteção que recebem outras produções.

Então, eu lamento profundamente o parecer do eminente Senador Alvaro Dias, mas o compreendo. S. Exª entendeu que a decisão adotada pelo Congresso, mesmo *sub judice* no Supremo Tribunal Federal, deve ser acatada por esta Casa e por esta Comissão no que diz respeito a esses pequenos pescadores.

Mais uma vez renovo, faço um reexame. Nós estamos atendendo aquele que não aborrece, não importuna, não anda batendo à porta de ninguém, não vai para as ruas fazer malfeitos, não entra na droga, no crime, na marginalidade. Vai para o mar pescar uma piaba um dia, um peixinho pequeno no outro, um peixe grande depois, mas para sobreviver. É isso.

O objetivo, o fundamento principal do projeto foi exatamente esse, Sr. Presidente. Por isso, Srs. Senadores, V. Exªs definirão e decidirão de acordo com a consciência de cada um.

Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Presidente, pela ordem. É só para esclarecer...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Alvaro Dias e Senador Flexa.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – O que está *sub judice* é a redistribuição dos *royalties* entre Municípios, Estados e a União.

Não é a destinação do objetivo da aplicação dos recursos. Estes serão aplicados, como se deliberou no Congresso Nacional, em educação e saúde. Essa foi a deliberação. Essa não está *sub judice*. O que está *sub judice* é a redistribuição entre as Unidades Federativas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Flexa Ribeiro, assíduo pescador do Tocantins e do Xingu.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente, Senador Delcídio do Amaral, Srªs e Srs. Senadores, quero deixar clara aqui a minha posição, com relação ao projeto do Senador Benedito de Lira.

Primeiro, quero dizer, quanto ao mérito, que o Senador Benedito de Lira está de parabéns, por ter se preocupado em colocar recursos não para o Ministério da Pesca, mas para atender à pesca artesanal, que é um segmento importante para o nosso País e em especial para o meu Estado, que rivaliza com Santa Catarina, como sendo o maior produtor de pescado do Brasil.

Senador Benedito de Lira, fui relator da Lei da Pesca, no Plenário do Senado Federal, e tive a oportunidade de, no parecer, no relatório, defender todas aquelas posições, em benefício dos pescadores, em especial do pescador artesanal, inclusive igualando os direitos dos pescadores artesanais aos do agricultor familiar, que deram ao pescador artesanal uma série de conquistas que ele não tinha.

Sei da posição de V. Exª em defesa do setor, desde que era Presidente da Comissão de Agricultura. Estivemos juntos, em várias audiências, defendendo o setor.

Lamentavelmente, o setor está sob uma situação de muita dificuldade, porque o Ministério do Meio Ambiente suspendeu o defeso. Isso é incrível! Quer dizer, o defeso, em um tempo em que a pesca é proibida, para que as espécies possam reproduzir-se... Foi uma luta do próprio setor, no sentido de criar esse defeso, para manter a pesca como uma produção rentável. Agora, o Ministério de Meio Ambiente suspende o defeso! Ou seja, diz que não são nesses quatro meses, que a reprodução da espécie... Houve um equívoco na pesquisa – e isso será mais adiante – e, ao suspender o defeso, suspende o seguro evidentemente – aí está correto – e manda fazer uma sindicância, um novo cadastro dos pescadores, porque temos de reconhecer, e a própria Confede-

ração dos Pescadores, o Abraham Lincoln, que é o seu Presidente, defende os pescadores que são realmente pescadores, mas sabemos que há um desvio, inclusive político-eleitoral, e o meu Estado é um verdadeiro escândalo quanto a isso. Há Municípios em que há mais pescadores do que eleitores.

Então, é necessário que se faça o recadastro, mas o justo não pode pagar pelo pecador. É preciso que, para quem efetivamente seja pescador, o defeso seja retomado, e o pescador tenha direito ao seguro.

A Câmara Federal já aprovou um decreto legislativo, derrubando a portaria do Ibama. Ele está chegando ao Senado Federal. Então, quero já pedir o apoio dos meus pares, para que possamos também aqui derrubar a portaria, retomando o defeso e o pagamento do seguro, logicamente com o novo cadastro.

Quanto ao projeto do Senador Benedito de Lira, entendo o seu mérito, mas vou votar contrariamente, por uma razão muito simples: essa questão dos *royalties* do pré-sal já foi debatida aqui, definida, aprovada e sancionada. Ela está com uma Adin no Supremo Tribunal Federal há três anos.

Há três anos, os Estados e os Municípios poderiam estar recebendo a partilha dessa riqueza, se bem que está tudo parado. Está parado o processo do STF lamentavelmente também pelo desmantelo que este Governo fez com a Petrobras.

Temos de aprovar o projeto do Senador José Serra, com a finalidade de mudar o meio de partilha para a concessão, ou seja, retornar à concessão, com um detalhe: sem alterar a distribuição para a educação e a saúde. Alguns Senadores estão alegando serem contrários ao projeto do Senador Serra, porque ele altera a distribuição dos *royalties*. Ele não altera não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Concluindo, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Ele só muda de partilha para a concessão, mas, no caso do projeto de V. Exª, voto pelo substitutivo, com o Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Para concluir, passo a palavra à Senadora Sandra Braga e, em seguida, à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª SANDRA BRAGA (PMDB - AM) – Sr. Presidente, apenas quero adiantar ao Senador Flexa Ribeiro que ele já tem o meu apoio para a derrubada do decreto que suspende o pagamento do seguro-defeso.

Portanto, já estou adiantando, Senador Flexa Ribeiro, que quero declarar o meu apoio para derrubar o decreto.

Muito obrigada.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Voltando à matéria, Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentar o Senador Benedito de Lira, porque considero extremamente justas as preocupações do Senador com este setor da pesca no País.

Aliás, o Brasil olha muito pouco para isso. Quero aqui repetir as palavras do Senador Crivella. Em todas as reuniões de que S. Exª participa, ele diz o seguinte: o Brasil tem de olhar para esse segmento, que pode trazer benefícios incalculáveis.

Não temos apenas uma costa marítima. Temos águas interiores extremamente produtivas, e o desenvolvimento do setor da pesca, através da piscicultura, é fenomenal, sobretudo no seu Estado do Mato Grosso do Sul, Sr. Presidente, no Estado do Mato Grosso e em toda a Região Norte. Os avanços que temos conseguido lá são fenomenais e fundamentais para o Estado do Amazonas.

Entretanto, só quero lembrar aqui que existem também várias outras propostas semelhantes à do Senador Benedito de Lira, que dirigem recursos também para outros setores.

Vou citar um exemplo: segurança pública. Tivemos um debate recente sobre esse setor. Para onde dirigir os recursos dos *royalties* do petróleo. Esse foi um debate recente, e decidimos, por maioria de votos, não dispersar esses recursos, ficando os mesmos para a educação. Abrimos uma exceção, em que parte dos recursos foi para a saúde.

Então, Senador, lamento muito. Com isso, não estou votando contra o segmento. Penso que temos de buscar outras fontes para ajudar no desenvolvimento do segmento, mas não esta exatamente.

Assim, acompanho a posição do nobre Relator, Senador Alvaro Dias, e penso que estamos muito próximos de fazer uma grande justiça, no sentido de votar o projeto de decreto legislativo, já votado na Câmara dos Deputados corretamente, na minha opinião, aprovando para garantir o pagamento do seguro-defeso aos pescadores do País.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Vamos colocar em votação o projeto.

Votação nominal.

Quem vota com o Relator, Senador Alvaro Dias, vota "não" ao projeto, pela rejeição ao projeto. É isso?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Vota "sim" ao relatório, não é? Vota "não" ao projeto.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, só para melhor esclarecer. Quem votar com o Relator, Senador Alvaro Dias, está votando contra o projeto. Quem votar pela nossa proposição, vota a favor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Não, não, não. Senador Telmário, deixe-me primeiro entender aqui, porque há um... O encaminhamento do Senador Alvaro Dias é que o *script* aqui é de rejeição do projeto. Então, quem estiver de acordo com o relatório do Senador Alvaro Dias vota "sim"...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Portanto, então, com o relatório vota "não"...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Presidente, como é o relatório...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Está em votação...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – O relatório.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Olha, eu nunca passei por essa confusão aqui, mas de qualquer maneira a gente sempre aprende.

Na verdade, o projeto é que está em votação. Então...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Não é o relatório? (*Pausa.*)

Então, está invertendo a coisa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Olha, eu vou...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – É. A ordem dos fatores não altera o produto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Bom, então nós estamos falando da mesma coisa e criando uma confusão danada. Afinal de contas, qual a orientação?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Portanto, agora, com a orientação da Mesa, porque eu nunca ouvi essa, mas a gente sempre aprende aqui, principalmente a burocracia que é extraordinária...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente, recorra aos universitários.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Já recorri, mas até eu estou confuso com os universitários.

Portanto, o seguinte: está sendo votado o projeto. Quem vota contra o projeto, vota "não", que coincide com o voto do Relator.

Quem vota com o Relator vota "não".

Está aberta a votação, se funcionar aqui...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – O PSB vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – O PSB vota "não".

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu preciso da ajuda dos universitários aqui, Sr. Presidente. Não estou conseguindo votar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – É difícil. É a informática criando problema para o dia a dia. Esse aqui é o negócio mais surreal do mundo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Também não funciona. É assim mesmo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Votação nominal. (*Pausa.*)

Senador Requião, só o de V. Exª é que não está funcionando. (*Pausa.*)

Senador Requião, V. Exª já votou. O Senador Requião já votou.

Já votou ali, Senador.

(Procede-se à votação.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, eu quero que fique registrado o meu voto "sim", a favor do projeto dos pescadores.

Obrigado.

(Continua em processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Encerrada a votação.

Dezesseis votos NÃO; 7 votos SIM.

Nenhuma abstenção.

Portanto, a Comissão rejeita o projeto.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Sr. Presidente, já são 12h50min e há o item nº 6, que é o PRS 84, de autoria do Senador José Serra, que é um projeto de resolução extremamente importante. Eu não sei se vamos votá-lo hoje, mas eu proporia a inversão da pauta, porque esse tema...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Não, se foi feito um acordo, eu preciso ser comunicado sobre o acordo.

Então, a minha preocupação é porque já são 12h50mim e, na última vez, não discutimos esse item.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Sr. Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – É essa inversão de pauta que eu proponho a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador José Serra com a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Vamos votar o item nº 18.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Na pressuposição de que V. Exª aceite a inversão de pauta, eu queria fazer uma proposta dentro da inversão: é que a votação desse projeto fique para a sessão da CAE que vai ocorrer em duas semanas, na outra terça-feira. Que na semana que vem façamos a audiência pública que o Senador Lindbergh quer tanto, convidando o Secretário do Tesouro e, eu sugiro, o economista José Roberto Afonso, que, aliás, é um dos autores da Lei de Responsabilidade Fiscal. Teríamos esse debate na semana que vem e a votação cravada daqui a duas semanas, como primeiro item da pauta.

V. Exª sabe – me permito informar ao restante da Comissão – que esse projeto transitou pela Comissão da Agenda Brasil, foi aprovado, foi para a reunião de Líderes para ir para o plenário. V. Exª fez um apelo para que voltasse à CAE para que pudéssemos debater o projeto. Não conseguimos até agora debatê-lo. Na prática, o que se está fazendo – na prática, não digo que seja essa uma intenção – é postergar indefinidamente. Então, para colocar um ponto final nisso, que nós façamos essa audiência. Proponho que, junto com o Secretário do Tesouro – o Senador Lindbergh é que propõe na verdade –, convidemos o economista José Roberto Afonso e façamos o debate. Tudo o que eu quero, aliás, é debater.

Há um trabalho do Senador Lindbergh e do Senador Requião a esse respeito que eu tenho analisado item por item, resposta por resposta. Gostaria que isso pudesse ser posto já na audiência pública para, em seguida, na semana subsequente, nós fazermos a votação.

Portanto, a minha proposta pressupõe o compromisso de que seja o primeiro item da pauta na outra semana.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu concordo com o Senador Serra. Nós também queremos debater esse ponto. Eu e o Senador Roberto Requião escrevemos um artigo, e eu acho a sugestão do Senador Serra de convidar, além do Secretário do Tesouro, o economista José Roberto Afonso, muito boa.

Eu sugiro mais um economista, o economista Pedro Paulo Zahluth Bastos. Viriam, então, Pedro Paulo, José Roberto Afonso e o Secretário do Tesouro. José Roberto Afonso é um grande economista, alguém que nós respeitamos muito; o Professor da Unicamp Pedro Paulo Zahluth Bastos também...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Então, para ser dois a dois, deixem-me também incluir o nome...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Não, o do Tesouro é meu, não é do nosso...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Está inteiramente ao seu lado.

Aliás, há uma união... É uma brincadeira, mas eu não posso resistir, não levem mal: há uma aliança entre bolivarianos e Tesouro no Brasil, essa é que é a realidade.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Veja o que V. Exª conseguiu: unir desenvolvimentistas e liberais contra o seu projeto!

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Presidente, vamos seguir a pauta.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Serra e Senador Lindbergh... Não...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Mas está bem, eu estou de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Ferraço, eu só quero fazer um registro. O item nº 19: o Senador Elmano não pôde permanecer; o item nº 18: a Senadora Gleisi foi deslocada para a Comissão de Orçamento agora e queria participar dos debates e da votação...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Sr. Presidente, me perdoe...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Eu queria propor o seguinte. Nós pautamos na próxima reunião deliberativa os itens 18 e 19, isso não altera absolutamente nada.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – E votamos só o requerimento do Senador Lindbergh. Essa é a proposta.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

V. Exª tirar um item da pauta porque a Senadora Gleisi não está presente me parece uma elegância com ela e uma deselegância com todos os que estão aqui...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Não, não..

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Me perdoe, Sr. Presidente, mas é uma deselegância inclusive comigo, até porque...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Um minutinho por favor, Senador Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – O requerimento que eu apresentei foi aprovado?

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu estou com a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Por favor, Senador...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senador Ferraço, um instante só.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Eu é que peço um instante a V. Exª, eu estou com a palavra...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Ferraço, nós vamos votar agora somente o requerimento do Senador Lindbergh e eu vou encerrar a reunião.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Lindbergh, eu vou encerrar a reunião. Nós não vamos votar os dois últimos itens nominais.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente. V. Exª me concede a palavra pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Pela ordem, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o combinado com V. Exª, a pedido de V. Exª, quando houve quórum, apresentamos um requerimento para que nós priorizássemos os itens terminativos. Assim foi feito, Sr. Presidente. Eu estou aqui, assim como V. Exª, desde às 10h, participando ativamente da reunião, embora tenhamos outras reuniões paralelas.

Na hora em que vamos votar um item, Sr. Presidente, que é da maior importância, porque a Senadora Gleisi não está aqui... Mas nós todos estamos. Então, vou reiterar: V. Exª está sendo extremamente elegante com ela e deselegante com seus companheiros, com seus colegas, que estão aqui até esta hora. V. Exª, com essa conduta, vai abrir um precedente para que qualquer Senador que doravante não esteja aqui possa requerer que a pauta seja alterada. V. Exª tem nos conduzido aqui com elegância, com espírito republicano. Não fica, sinceramente, adequado e razoável, mas V. Exª é o Presidente e pode interromper a reunião.

Agora, queria fazer uma proposta, de que, na próxima reunião, esse item fosse o item 1 da pauta, Sr. Presidente, porque nós íamos entrar nele. Se V. Exª quer ser elegante com a Senadora Gleisi. Tudo bem, eu também quero, mesmo sendo deselegante com todos nós. Mas eu queria que V. Exª fosse elegante comigo e com o Se-

nador Cristovam também, que somos os autores desse projeto que já veio à pauta várias vezes, já tem pedido de vista coletiva concedida. Que V. Exª, então, colocasse esse item como o primeiro item da pauta da próxima reunião. Aí V. Exª vai estar sendo elegante com a Senadora Gleisi e com todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Ferraço, eu só queria fazer uma observação. Primeiro, se existe uma coisa que nunca me faltou foi elegância com todos os Senadores e Senadoras. Eu sempre tive uma postura republicana, democrática, de ouvir a todos, de, pacientemente, trabalhar com o contraditório, porque isso é o que enriquece a Comissão de Assuntos Econômicos. Não estou abrindo nenhuma exceção.

A Senadora Gleisi foi a primeira relatora desse projeto e, por causa de um procedimento regimental questionável – alguns aqui lembram muito bem o que aconteceu –, ela acabou ficando fora da relatoria. Essa relatoria passou, primeiro, para o Senador Walter Pinheiro, que, não estando presente, passou para o Senador Reguffe, que hoje é o Relator. Então, não é simplesmente porque alguém faltou, senão, se eu levar a ferro e fogo esse precedente, qualquer Senador que faltar prejudicará as votações da Comissão de Assuntos Econômicos.

No caso da Senadora Gleisi, é uma situação especial, ela foi a relatora desse projeto, e, por um problema da Mesa Diretora da CAE, e a responsabilidade por isso é minha, ela ficou prejudicada num tema que se dedicou ao longo de todo o mandato, inclusive como Ministra-Chefe da Casa Civil. Ninguém está se negando a votar, até por que esse tema relativo a *royalties* ainda vai dar muito pano para manga, como disse muito bem o...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Isso é bônus de assinatura, não é *royalties*.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Bônus de assinatura e *royalties*. Esse tema ainda vai dar muito o que falar, porque, lamentavelmente, é mais um tema que foi judicializado pelo Parlamento brasileiro.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES. *Fora do microfone*.) – O bônus de assinatura não está judicializado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Então, eu vejo que isso não prejudica em absolutamente nada. Acho que essa proposta que está sendo colocada pelo Senador Serra... Na terça-feira, teremos uma audiência pública com a Petrobras. Virão os diretores da Petrobras, numa solicitação extremamente relevante do Senador Tasso, porque vamos estudar, olhar a questão financeira da Petrobras, olhar a alavancagem da Petrobras, as dívidas da Petrobras, a relação Dívida/Ebitda, cotejar o planejamento estratégico *vis-à-vis* com o preço do petróleo, a questão da governança, de *compliance,* de modelagem do setor de energia, que é outro projeto, inclusive, do Senador Serra.

Nesta audiência pública, Senador Serra, eu não posso mais mexer porque eles têm agendas complicadas, inclusive no exterior.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Mas pode fazer uma extraordinária na quarta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Eu faria uma reunião às 10h, na quarta-feira, uma reunião extraordinária, de audiência pública, para fazer um debate definitivo sobre a questão do limite da dívida. E na outra terça-feira, nós faríamos... Na verdade, eu quero encurtar a pauta para que a gente se concentre na votação desse projeto e nos projetos nominais que faltaram.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Então, quando será a próxima reunião deliberativa, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Na outra terça-feira, como o Senador Serra acabou de dizer.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Daqui a quinze dias.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – E a proposta que eu fiz a V. Exª para que esse item, que seria o primeiro a ser votado, possa encabeçar a pauta deliberativa?

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senador Ferraço, posso fazer-lhe um apelo? Que seja o segundo, para que a gente possa, finalmente, votar a questão da dívida.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Mas esse item está na pauta! Seria o próximo da pauta e é um item de ...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Mas, Senador Ferraço, queria fazer-lhe um apelo, porque nós somos o próximo item da pauta.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Eu quero fazer um apelo a V. Exª também, porque é muito mais antigo o nosso projeto. Já está com vista coletiva concedida há quatro ou cinco reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Ferraço, o Presidente ajustará a pauta atendendo aos interesses dos Senadores e Senadoras, fazendo uma pauta enxuta. Eu também tenho um interesse muito grande em... Eu estou igual ao Senador Renan. Alguns projetos, só de a gente pensar e ver na pauta, é igual àquele camarada que é pago para matar alguém e aí numa hora o mandante desiste e o cara fala: "Agora, não, porque eu fiquei olhando para a fotografia tantas vezes que agora eu quero matar o cara". Então, com relação a determinados projetos, nós temos que limpar a pauta, e esse é um deles.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Presidente, pela ordem.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Era o primeiro item da pauta hoje? Permita-me, Senador Cristovam.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – E não foi.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Era o primeiro item da pauta hoje. Talvez possamos inverter, pôr na frente aqueles que eram terminativos. Eu creio que deve ser mantida a questão da dívida como primeiro item da pauta. É uma questão de justiça. Esse projeto estava já para a reunião de Líderes. Voltou para cá. Nós não conseguimos examiná-lo. Fizemos agora um entendimento. Que seja o primeiro item da pauta. E aquele a que o Senador Ferraço alude pode ser o segundo. Não vejo maior inconveniente nisso. Mas eu insisto nessa questão, até porque esse foi um entendimento que fizemos entre vários Senadores aqui.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Por isso seria importante votarmos o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Presidente, ainda sobre esse tema, eu quero a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Ferraço, nós vamos votar na próxima reunião.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu quero dizer em primeiro lugar que eu sou favorável ao projeto do Senador Serra. Se esse projeto do Serra já existisse há algum tempo, a gente não estaria com 10% de inflação como está havendo neste ano e inflação é a pior das corrupções. A gente está reclamando dessa corrupção de alguns bilhões, mas ponha 10% mudando de mão pelo caos que a inflação provoca, Senador. É um roubo a inflação. O dinheiro não fica em uma pessoa, pois ele circula, mas é um roubo, e quem paga é o trabalhador, é o assalariado, sobretudo, porque ele não forma preços.

Então, sou favorável, Senador Serra. Acho que qualquer pessoa com compromisso com o trabalhador tem que votar para que não se possa fazer esses endividamentos que são pagos pelo povo. Agora, o nosso projeto já vem aqui sendo postergado há muito tempo e representa bilhões de reais para a educação, que não tem sido levada em conta apesar do *slogan* "Pátria Educadora".

E do jeito que está sendo postergado, Senador, eu queria saber se conscientemente ou não o senhor não está percebendo que o projeto está sendo jogado para o próximo ano. O projeto do Senador Ferraço e meu está sendo jogado para o próximo ano. Veja quantas reuniões a gente vai ter ainda aqui e vai verificar que não vai ser votado. Ou é a Senadora Gleisi que não está, ou é algum outro argumento, e ele será outra vez postergado. É isso que eu estou sentindo, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Cristovam, se eu não quisesse votá-lo, eu não o pautava. Quem faz a agenda da Comissão é o Presidente da Comissão. Se eu não quisesse votar essa matéria, eu não pautaria.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Mas às vezes fica mal não pautar...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Não, não!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – ... e fica bem pautar e postergar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – O projeto que vai para a pauta tem o meu aval e será votado a favor ou contra o Governo.

Portanto, nós encaminhamos da seguinte maneira: na semana que vem, na terça-feira, nós vamos fazer uma sabatina muito rápida com um novo nome do Cade, que foi aqui relatado, e depois audiência pública com a Petrobras, que é o requerimento do Senador Tasso e que tem ligação com vários temas que estão aqui tramitando, temas do Senador José Serra, temas do Senador Ferraço. E na outra terça-feira faremos uma reunião deliberativa enxuta.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Faremos um reunião deliberativa enxuta incluindo prioritariamente os três itens: o item da dívida e os itens 18 e 19 da pauta. É basicamente isso. São os três primeiros itens.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – A sugestão que eu quero dar a V. Exª é a seguinte: na reunião passada, os diretores da Petrobras avisaram praticamente no dia que não viriam, e nós tivemos que suspender a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. É preciso que V. Exª, na condição de nosso Presidente, nosso coordenador dos trabalhos, confirme com antecipação a presença dos diretores, para que, se não vierem de novo, possamos ter aqui uma reunião deliberativa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Eu só queria confirmar aqui, da presidência da Petrobras: confirmada a presença do Sr. Ivan Monteiro, do Sr. João Elek e da equipe que vai tratar da modelagem da partilha de operador. Exclusivo aqui: dia 17, confirmando agora pela manhã.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Caso não haja, teremos uma deliberativa.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Presidente, na quarta-feira, então, teremos audiência extraordinária?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Teremos audiência às 10h da manhã.

Quero já aqui colocar em votação o Requerimento nº 49 da Comissão de Assuntos Econômicos.

REQUERIMENTO, 49, DE 2015

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do R.I.S.F., a realização a realização de uma Audiência Pública para instruir o PRS 84/2007, com a presença dos seguintes convidados:

• Sr. Marcelo Barbosa Saintive - Secretário do Tesouro Nacional;

• Representante a ser indicado, posteriormente, pelo autor deste requerimento;

• Representante a ser indicado, posteriormente, pelo Senador José Serra, Relator da emenda de plenário nesta comissão.

Os nomes já estão definidos: José Roberto Afonso, economista, e Pedro Paulo Bastos, professor da Unicamp.

Portanto, os Senadores e as Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, às 10h, quarta-feira, nesta audiência pública. Na outra terça, o primeiro item da pauta será o projeto do teto da dívida líquida e dívida bruta.

É o seguinte o item aprovado:

ITEM 20
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 49, de 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instruir o PRS 84/2007, com a presença dos senhores Marcelo Barbosa Saintive, secretário do Tesouro Nacional; José Roberto Afonso, economista e pesquisador do FGV/Ibre; Pedro Paulo Bastos, professor da Unicamp; e Manoel Pires, chefe de assessoria econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Autoria: Senador Lindbergh Farias.

Observações:

1. o requerimento foi lido em 20/10/2015.)

A todos os Srs. Senadores e às Srªs Senadoras o meu muito obrigado.

Hoje, na 41ª Reunião, os itens apreciados: aprovados, 7; rejeitados, 1 e vista coletiva, 1.

Quero aqui registrar que teremos uma reunião amanhã, para aprovar as emendas do PPA, cujo Relator é o Senador Raimundo Lira.

Aos senhores e às senhoras, muito obrigado.

A reunião está encerrada.

(Iniciada às 10 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 7 minutos.)

ATA DA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2015, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e trinta e seis minutos do dia onze de novembro do ano de dois mil e quinze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) senadores(as) Telmário Mota, Paulo Rocha, Wilder Morais, Raimundo Lira, Sandra Braga, Omar Aziz, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, Antonio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes e Blairo Maggi. Deixam de comparecer os(as) senadores(as) Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Romero Jucá, Waldemir Moka, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, José Agripino, Davi Alcolumbre, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, Douglas Cintra e Marcelo Crivella. A presidência declara aberta a reunião e dá início à apreciação da pauta, destinada à discussão e votação das emendas desta comissão ao PL nº 6/2015-CN – Plano Plurianual para o período 2016-2019, que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. O presidente concede a palavra ao coordenador das emendas, senador Raimundo Lira, esclarecendo que foram apresentadas na comissão dezoito emendas, sendo sete de iniciativa, oito de objetivo e três de texto. Após a leitura do relatório, usa da palavra o senador Wilder Morais. Encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o encaminhamento ao PL nº 6/2015-CN de duas emendas de iniciativa, quatro emendas de objetivo e três emendas de texto, descritas a seguir. Emendas de iniciativa: **Emenda nº 1-CAE**/Elaboração de plano de exportação voltado para pequenos e médios produtores agrícolas da região nordeste/ 2024 - Comércio Exterior/ 0808 - Consolidar e fortalecer a base exportadora em todas as regiões do Brasil/Elaboração de plano de exportação voltado para pequenos e médios produtores agrícolas da região nordeste/Valor R$ 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões de reais); **Emenda nº 2-CAE**/Alteração de iniciativa com o objetivo de melhorar a gestão e o planejamento de projetos financiados com Fundos de Desenvolvimento Regional/ 2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial/ 0789 - Promover o desenvolvimento regional e o ordenamento do território brasileiro por meio do planejamento da ocupação e do uso do espaço de forma sustentável e com abordagem territorial/ Aperfeiçoamento dos mecanismos que conduzem a aplicação de recursos dos programas de financiamento dos Fundos Constitucionais e a estratégia de aplicação dos Fundos de Desenvolvimento Regional, com o estabelecimento de regras para definição de recursos alocados anualmente aos Fundos de Desenvolvimento Regional, de forma a melhorar o planejamento de projetos de médio prazo. Emendas de objetivo: **Emenda nº 3-CAE** /Ampliar de 3 para 65 os laboratórios da Rede Laboratórios Associados ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) para Inovação e Competitividade (RELAI)/ 2079 - Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços/ Fomentar a competitividade e a inovação nas cadeias produtivas e a harmonização/ Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; **Emenda nº 4-CAE**/ CAE II -Agências Reguladoras - Marcos Legais/ 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública /1157 – Ampliar a capacidade do Estado de prover entregas à sociedade com agilidade/ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; **Emenda nº 5-CAE**/ CAE III - Marco Regulatório das PPP e Concessões/ 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública/ 1157 – Ampliar a capacidade do Estado de prover entregas à sociedade com agilidade/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; **Emenda nº 6-CAE**/ Aumentar de 58 para 120 o número de empresas beneficiadas pelo PROEX-equalização/ 2024 - Comércio Exterior/ 0807 - Aprimorar os instrumentos de apoio creditício oficial às exportações/ Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Emendas de texto: **Emenda nº 7-CAE** /Modificativa/ Individual/ Corpo da lei - Artigo 14 Parágrafo único Inciso II/ CAE I Texto - Modificativa do Inciso II, art. 14 - Relatorio de Avaliação ao CN; **Emenda nº 8-CAE**/ Aditiva/ Individual/ Artigo 4/ Acrescenta ao Artigo. 4 o Inciso VIII, que trata da garantia do equilíbrio das contas públicas; **Emenda nº 9-CAE**/ Modificativa/ Individual/ Artigo 14 Parágrafo único Inciso II/ Modificar o Inciso II do Artigo 14. Antes de encerrar os trabalhos, a presidência dispensa a leitura da ata da presente reunião, que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo presidente da comissão, senador Delcídio do Amaral, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador DELCÍDIO DO AMARAL
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Declaro aberta a 42ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Pauta: emendas ao PPA 2016-2019.

Finalidade: discussão e votação das emendas desta Comissão ao PL 6, de 2015, do Congresso Nacional – Plano Plurianual para o período de 2016-2019, que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Coordenador: Senador Raimundo Lira.

Foram apresentadas 17 emendas a esta Comissão, sendo seis emendas de iniciativa, oito emendas de objetivo e três emendas ao Texto da Lei.

Com a palavra o Coordenador das emendas, Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Muito obrigado, meu estimado amigo Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, que me honrou com essa relatoria.

Quero avisar a todos os Srs. Senadores e Srªs Senadoras que tivemos o cuidado de ser o mais justos, agir de uma forma equânime, para atender os mais diversos setores da economia brasileira, respeitando, sobretudo, a igualdade das emendas.

As emendas com os mesmos objetivos, Sr. Presidente, eu juntei. Como não pode, pelo Regimento, atribuir uma mesma emenda a dois ou três autores, eu desmembrei e fiz com que cada um daqueles que apresentaram emendas semelhantes, como foi o caso da Senadora Lídice da Mata e do Senador Wilder Morais, eu escolhi uma emenda de cada um para que eles continuassem sendo os autores dessas emendas.

Eu pediria aos senhores presentes que aguardassem uns três ou quatro minutos, porque nós estamos acabando de fechar o relatório oficial, para que seja votado aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Informo que já estamos, Senador Wilder, Senador Raupp, terminando a impressão.

O Senador Raimundo Lira vai apresentar o seu relatório e nós teremos condições de deliberar sobre essas emendas ao PPA 2016-2019.

Gostaria também de aproveitar o ensejo para dizer que, na terça-feira, teremos uma audiência pública. Aliás, primeiro teremos uma sabatina de mais um membro do Cade, Senador Wilder. Acreditamos que seja uma sabatina rápida, às 10 horas. Depois, às 11h, a audiência pública, Senador Raimundo Lira, com o Diretor Financeiro da Petrobras, Ivan Monteiro; com o Diretor Corporativo da Petrobras, João Elek, e também com a equipe que estuda a questão da modelagem do pré-sal.

Isso é importante porque vai servir de subsídio até na discussão de vários projetos que estão tramitando na Agenda Brasil.

Na quarta-feira, às 10h, teremos aqui um grande debate sobre o PRS 84, que é o projeto do teto da dívida líquida e dívida bruta, de autoria do Senador José Serra. E vamos fazer um debate, Senador Raupp, com o Secretário do Tesouro e com convidados também do Senador José Serra. Esse debate será preparatório, virão o Dr. Marcelo Santivi, Secretário do Tesouro Nacional; o Dr. José Roberto Afonso, que é economista, por sugestão do Senador Serra; o Dr. Pedro Paulo Bastos, Professor da Unicamp e o Dr. Manoel Pires, Chefe da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento. Portanto, nós teremos um debate aqui amplo para, de certa maneira, esclarecer aos Senadores o objetivo desse projeto, seus prós e seus contras, porque a ideia é, na outra terça-feira, numa reunião deliberativa da CAE, votarmos esse projeto de resolução.

Então, a agenda da próxima semana ocorre na terça, com sabatina e audiência pública da Petrobras, que é um requerimento Senador Tasso; na quarta é o requerimento do Senador Lindbergh Farias para fazer o debate sobre o PRS 84, às 10h e, depois, na outra semana, às 10h, uma pauta deliberativa da CAE e, entre outros assuntos, nós vamos votar o Projeto de Resolução nº 84, projeto de resolução que, ontem, foi motivo de um grande debate, um debate amplo e que agora nós vamos ter os subsídios necessários para deliberar.

Já chegou o material? (*Pausa.*)

Queria também, porque o Manoel Pires foi incluído *a posteriori* por solicitação do Ministério do Planejamento, então, só queria consultar os Senadores e Senadoras se todos estão de acordo em ele participar dessa audiência pública também.

Caso V. Exªs estejam de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora, passo a palavra ao Senador Raimundo Lira para apresentar o seu relatório.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Sr. Presidente, Delcídio do Amaral, Srs. Senadores, esses minutinhos que nós esperamos para concluir o relatório não caracteriza que o relatório tenha sido feito de última hora. Foi apenas uma mudança e um aperfeiçoamento que nós fizemos agora pela manhã para que o relatório ficasse mais tecnicamente correto.

Relatório.

A Comissão de Assuntos Econômicos recebeu, no prazo por ela estabelecido, 18 propostas de emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 6, de 2015, projeto de lei que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016-2019.

Essas 18 emendas ao texto ou a despesa foram apresentadas pelos seguintes autores: Senadora Sandra Braga, 1; Senadora Lídice da Mata, 2 a 4; Senador Fernando Bezerra Coelho, 5; Senadora Vanessa Grazziotin, 6; Senador Cristovam Buarque, 7 a 9; Senador Raimundo Lira, 10 a 12 e 16 e 18 e Senador Wilder Morais, 13 a 15.

Análise das propostas.

A análise focalizou o exame da adequação das propostas de emendas apresentadas às disposições da legislação vigente, especialmente no que diz respeito às regras constantes do parecer preliminar e da já citada Resolução nº 1/2006 do Congresso Nacional.

Entendemos que as proposições em exame cumprem as exigências previstas de admissibilidade dos citados normativos.

Importa ressaltar que as emendas da Comissão de Assuntos Econômicos de inclusão de Iniciativas ou inclusão ou ampliação de metas à despesa observarão o limite de três, enquanto que não há limite para as emendas de texto. É inclusão de iniciativa ou meta a alteração de redação que implica aumento do valor gasto.

São emendas de texto: a) as emendas ao texto do Projeto de Lei do Plano; b) as emendas relativas aos atributos qualitativos dos programas objetivos (anexo 1, anexo 2, anexo 3); e c) as emendas relativas a alteração sem aumento de gastos, ou o cancelamento de iniciativas. Nesse sentido, as Emendas nº 5, 8 e 9 são também consideradas emendas de texto.

Voto do Relator.

Diante do exposto, votamos porque esta Comissão de Assuntos Econômicos apresente as seis emendas ao texto do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2016-2019, isto é, as Emendas nº 5, 7 a 11, dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Cristovam Buarque e Raimundo Lira. Então, apenas esclarecendo, essas emendas são de texto, portanto elas não têm limitação de quantidade.

Votamos ainda pela apresentação das três emendas à despesa, que é o limite, na forma das Emendas nº 2, da Senadora Lídice da Mata, com indicação também da Emenda nº 13, para o fomento da competitividade e da inovação da rede metrológica; e da Emenda nº 14, do Senador Wilder Morais, com indicação também da Senadora Lídice da Mata, Emenda nº 3, para o aprimoramento dos instrumentos de apoio creditício oficial às exportações. Tais emendas ampliam metas sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Então, apenas para esclarecer, a Emenda nº 2, da Senadora Lídice da Mata, foi exatamente igual à Emenda nº 13, do Senador Wilder Morais; a Emenda nº 3, da Senadora Lídice da Mata, foi exatamente igual à Emenda nº 14, do Senador Wilder Morais. Aí nós selecionamos uma emenda da Senadora Lídice da Mata e uma emenda do Senador Wilder Morais, pelo fato, Senador, de não poder constar do relatório mais de um autor para uma emenda.

A terceira Emenda, de nº 18, do Senador Raimundo Lira, de apoio às exportações de pequenos e médios produtores agrícolas da Região Nordeste, sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Veja que nós estamos exatamente sintonizados, a Comissão de Assuntos Econômicos, com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que é o principal objetivo da nossa Comissão, não é, Sr. Presidente?

Lembramos que as emendas devem fazer-se acompanhar da ata desta reunião, na qual se especificará a decisão aqui tomada. Propomos ainda que a secretaria da Comissão seja incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Aqui assinamos, Senador Delcídio do Amaral e Senador Raimundo Lira, na condição de Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Obrigado, Senador Raimundo Lira.

As emendas estão em discussão.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Wilder.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Obrigado, Presidente Delcídio do Amaral.

Senador Raimundo Lira, eu queria agradecê-lo por haver acatado a emenda de minha autoria. Quero lhe dizer que a gente fica muito contente pelo grande trabalho que foi feito e pela escolha das emendas.

Parabéns ao Relator!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Obrigado, Senador Wilder.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com as emendas, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a apresentação das Emendas nºs 7, 10 e 11, de texto; as Emendas nºs 5, 8 e 9, também consideradas emendas de texto; e a Emendas nº 2, que acata a Emenda nº 13, por serem idênticas, a de nº 14, que acata a Emenda nº 3, por serem idênticas, e a de nº 18.

As emendas estão aprovadas e serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 49 minutos.)

ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 2015, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e cinquenta e dois minutos do dia dezessete de novembro do ano de dois mil e quinze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do senador Delcídio do Amaral, presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, reúne-se a comissão com a presença dos(as) senadores(as) Walter Pinheiro, Ciro Nogueira, José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa, Cristovam Buarque, Jorge Viana, Waldemir Moka, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Omar Aziz, Valdir Raupp, Hélio José, José Agripino, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, José Serra, Ronaldo Caiado, Vanessa Grazziotin, José Medeiros, Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Elmano Férrer. Deixam de comparecer os(as) senadores(as) Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Reguffe, Telmário Mota, Benedito de Lira, Romero Jucá, Raimundo Lira, Roberto Requião, Davi Alcolumbre, Antonio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho e Wellington Fagundes. O presidente declara aberta a reunião e comunica que a comissão recebeu o seguinte documento para conhecimento: Ofício nº 819/2015, de 21 de agosto de 2015, da Câmara Municipal de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, encaminhando cópia de requerimento contendo manifestação contrária à antecipação dos royalties do petróleo. A presidência inicia a apreciação dos itens constantes da primeira parte da pauta. **Item 1** - Mensagem (SF) nº 78 de 2015, não terminativo, de autoria da presidente da República, que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f da Constituição Federal, combinado com o art. 5º, Anexo I do Decreto nº 7.738, de 28 de maio de 2012, o nome do senhor Victor Santos Rufino para ser reconduzido ao cargo de procurador--chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça, com mandato de 2 anos", tendo como relator o senador Douglas Cintra, que oferece relatório concluindo que a comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação. Em 10/11/2015, foi concedida vista coletiva da matéria. Após a exposição do sabatinado, usam da palavra os(as) senadores(as) Ciro Nogueira, Vanessa Grazziotin, Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, Hélio José, Flexa Ribeiro, Walter Pinheiro, Alvaro Dias, Douglas Cintra, Antonio Anastasia, Ronaldo Caiado e José Serra. Encerrada a sabatina, a comissão aprova a recondução do senhor Victor Santos Rufino para exercer o cargo de procurador-chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, do Ministério da Justiça, por dezessete votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Em seguida, a presidência coloca em apreciação, o seguinte item extrapauta: **Item 2** - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 50 de 2015, de autoria dos senadores Cristovam Buarque e outros, que "requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) para instrução do PLC 77/2015", com a presença dos seguintes convidados: Suzana Maria Gico Lima Montenegro, presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa científica e Tecnológica (Confies); Robson Andrade, presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI); Ivan Camargo, reitor da Universidade de Brasília (UnB); Cristina Quintella, presidente do Fórum Nacional dos Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia (Fortec); Helena B. Nader, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); e Sérgio Luiz Gargioni, presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina

(Fapesc). A comissão aprova o Requerimento nº 50 de 2015-CAE. A presidência inicia, então, a segunda parte da pauta, esclarecendo que estava prevista a realização de audiência pública destinada a tratar sobre o endividamento da Petrobras com entes federados, além de prestar esclarecimentos sobre como a empresa pretende lidar com a alta relação entre dívida líquida e Ebitda, em um contexto de real desvalorizado e preço do barril de petróleo a U$50, para recuperar sua capacidade de investimento, em atendimento aos Requerimentos nºs 15 e 39 de 2015, de iniciativa dos senadores Marcelo Crivella e Tasso Jereissati, e que teria como expositores os senhores João Adalberto Elek Junior, diretor de Governança, Risco e Conformidade da Petrobras; e Ivan de Souza Monteiro, diretor da Área Financeira e de Relacionamento com Investidores da Petrobras e Claudia Zacour, gerente jurídica para Exploração e Produção da Petrobras. Anunciada a impossibilidade de comparecimento pelo diretor da Área Financeira, usam da palavra os(as) senadores(as) Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro e José Serra. A presidência comunica o cancelamento da audiência pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e onze minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo presidente da comissão, senador Delcídio do Amaral, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador DELCÍDIO DO AMARAL
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Declaro aberta a 43ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Comunico o recebimento do seguinte documento, para o seu conhecimento: Ofício nº 819, de 2015, de 21 de agosto de 2015, da Câmara Municipal de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, encaminhando cópia de requerimento contendo manifestação contrária à antecipação dos *royalties* do petróleo.

O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/e-cidadania, e do Alô Senado, através do telefone 0800-612211.

Passamos à pauta.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 78, de 2015
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, combinado com o art. 5º, Anexo I do Decreto nº 7.738, de 28 de maio de 2012, o nome do Senhor VICTOR SANTOS RUFINO para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça, com mandato de 2 anos.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Douglas Cintra
Relatório: Concluindo que a Comissão encontra-se em condições de deliberar sobre a indicação.
Observações:
1. Em 10/11/2015, foi concedida a vista coletiva, nos termos regimentais.

O relatório já foi lido pelo Relator, Senador Douglas Cintra, na 41ª Reunião, realizada em 10 de novembro de 2015, ocasião em que foi concedida a vista coletiva, nos termos do art. 383, inciso II, "b", do Regimento Interno do Senado Federal.

O indicado já se encontra no recinto da Comissão. Solicito que a Secretaria o conduza ao plenário da Comissão.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Pela ordem. Creio que falo também em nome do Senador Jorge. Nós temos um requerimento de urgência porque é uma audiência que vamos fazer imediatamente e tem a ver com a aprovação de um projeto fundamental para a ciência no Brasil, e, como tenho que sair correndo para a Comissão de Ciência e Tecnologia que estou presidindo, eu gostaria de saber se o nosso conferencista me permite inverter a pauta e aprovar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – É somente um requerimento, Senador Tasso, Senador Douglas e Senador Jorge Viana, sobre uma audiência pública conjunta a ser realizada com a CAE para instrução do PLC 77, de 2015.

EXTRAPAUTA
ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 50, de 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para instrução do PLC 77/2015. Sugere-se para a audiência os seguintes convidados:
Suzana Maria Gico Lima Montenegro, presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa científica e Tecnológica (Confies);
Robson Andrade, presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI);
Ivan Camargo, reitor da Universidade de Brasília (UnB);
Cristina Quintella, presidente do Fórum Nacional dos Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia (Fortec);
Helena B. Nader, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); e
Sérgio Luiz Gargioni, presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc).

Autoria: Senador Cristovam Buarque e outros

Esta é uma audiência importante porque vai instruir os Senadores e as Senadoras, e foi inclusive motivo de uma conversa que tivemos com o Senador Jorge Viana e o Senador Cristovam, sendo fundamental para que se vote o PLC 77.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam e, depois, ao Senador Jorge Viana.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador, apenas para agradecer essa sua gentileza de fazer a inversão da pauta. Quero dizer que este encontro é fundamental. E aproveito até para dizer que isso faz parte de outras coisas relacionadas ao mundo científico e tecnológico e para informar aos Senadores que os dois dias que vamos fazer de debate, dias 8 e 9 de dezembro, sobre financiamento privado para a ciência e a tecnologia.

Mas, hoje, peço a aprovação desse requerimento.

Agradeço muito, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Rapidamente, Presidente Delcídio, eu queria cumprimentar V. Exª, que preside esta Comissão; o Senador Cristovam, que é o Relator dessa matéria nesta Comissão – eu sou Relator na CCT, que o Senador Cristovam preside.

Participamos nós de várias audiências com a comunidade técnica e científica brasileira e que lida com inovação. Essa é uma matéria, Senador Tasso, que conseguimos trabalhar suprapartidariamente.

Um dos que subscrevem, desde a origem, é o Bruno Araújo, desculpem, um dos Líderes do PSDB na Câmara; o Senador Sibá Machado, suprapartidariamente, atendendo, ouvindo a comunidade técnico-científica.

Este PLC chegou aqui maduro, tem ainda alguns pequenos ajustes que o Senador Cristovam e eu estamos vendo. Estamos fazendo esta audiência amanhã. Gostaria que V. Exª nos informasse o auditório ou qual espaço e horário para sua realização. Temos condição de fazer...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Sala 6 da Nilo Coelho, às 8h30.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sala 6 da Nilo Coelho às 8h30. Uma audiência conjunta. Eu vou estar lá com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Eu só faria um pedido, Senador Jorge Viana. Temos depois uma audiência pública na CAE, só da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Resolução nº 84, do Senador Serra, sobre o limite da dívida líquida e dívida bruta. Então, não podemos ter duas reuniões da CAE concomitantes. Eu só pediria atenção.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem. Então, vamos começar às 8h30.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Perfeitamente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Impreterivelmente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Na sala 6.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Amanhã, vou ter de chegar um pouco mais tarde ao Senado, porque normalmente chego entre 7h30 e 8h. Amanhã, vou ter de chegar às 8h30, eu e o Senador Tasso.

Mas eu queria, então, concluir e dizer que não é possível que o Brasil, que está entre as dez maiores economias do mundo, Senador Tasso, tenha 70 países na sua frente quando se trata de inovação.

Nós aprovamos a PEC 85 em fevereiro deste ano, que ajustou a nossa Constituição a esse desafio da ciência, tecnologia e inovação, e essa lei regulamenta a mudança que fizemos na Constituição, criando possibilidade para que o Brasil, de fato, rompa com essa caixa com que ele está metido, que bloqueia a atividade da pesquisa, da ciência, tecnologia e inovação. Que possamos estabelecer parcerias entre setor privado e instituições de pesquisa públicas. É um projeto realmente moderno, contemporâneo, do século XXI. E tenho muita satisfação de ser um dos Relatores, junto com o Senador Cristovam. Por isso, parabenizo V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação o requerimento de autoria do Senador Cristovam Buarque, também subscrito pelo Senador Jorge Viana.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É na sala da CMA.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Sala 6, amanhã, às 8h30. Não sei se é a sala da CMA.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É, da Comissão de Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Sala da CMA.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Amanhã às 8h30.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Às 8h30, e amanhã a CAE faz uma reunião a partir das 10h para discutir o projeto de resolução do Senador Serra, sobre dívida líquida e dívida bruta, que será votado na reunião da próxima terça-feira na Comissão de Assuntos Econômicos.

Passo a palavra agora ao Sr. Victor Santos Rufino, para que faça uma breve exposição.

Quero consultar os Senadores. Hoje, estamos com problema de quórum por causa da Convenção do PMDB. Então, eu gostaria de consultar os Senadores. Claro que já existem Senadores inscritos para interpelar o sabatinado, Dr. Victor Santos Rufino. Aí, talvez, ao longo do debate, eu poderia abrir a votação, até porque ele tem um currículo exemplar, é uma pessoa experiente, como são todos os diretores do Cade.

Como presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Tasso, praticamente todos os dirigentes do Cade passaram por mim aqui na CAE. Então, eu sou patrono do Cade, com muita honra, porque sei que a equipe do Cade faz um trabalho absolutamente exemplar para o País. Tive oportunidade de presidir as sabatinas.

Portanto, queria pedir aos Senadores presentes que permanecessem, Senador Cristovam, um pouquinho mais, para que a gente vote num profissional competente como o Dr. Victor Santos Rufino, a quem passo a palavra.

Meu caro Ciro, presente aí, firme e forte.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VICTOR SANTOS RUFINO – Muito obrigado, Senador Delcídio pelas boas palavras a mim direcionadas e ao Cade, em particular. Estou vindo aqui novamente após dois anos submeter-me ao escrutínio do Senado Federal para renovação do meu mandato de Procurador-Chefe do Cade.

Em primeiro lugar, é uma honra muito grande para mim estar aqui à frente da Comissão de Assuntos Econômicos para responder às perguntas que se queiram fazer acerca da minha atuação no Cade, da atuação da instituição de forma geral.

Ingressei na advocacia pública federal por vocação. Logo que terminei minha faculdade, fiz diversos concursos para a Advocacia-Geral da União. Tive a felicidade de passar em todos eles. Escolhi ser procurador federal. Escolhi integrar a Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade, aonde cheguei por remoção. Comecei como procurador do chão de fábrica da Procuradoria do Cade. Fui Chefe do Contencioso do Cade. Fui Procurador-Chefe Adjunto do Cade e indicado Procurador-Chefe no final de 2013, quando passei pela primeira sabatina nesta Comissão.

Tentei, Srs. Senadores, nos meus dois anos de mandato, exercer minhas funções com independência, com técnica. Minha carreira inteira foi dedicada, os melhores anos da minha vida, ao trabalho na Procuradoria Federal do Cade. O Cade é uma autarquia que lida com um assunto técnico muito específico.

Não fiquei parado no tempo em que fui procurador na instituição. Fiz pós-graduação em Direito da Concorrência na Fundação Getúlio Vargas. Hoje, sou aluno do Mestrado na UnB em Direito Econômico. Então, o meu estudo é esse. Durante quatro anos, fui professor da graduação de Direito da Concorrência no Iesb, em Brasília. Hoje, sou professor convidado do IDP, Instituto Brasiliense de Direito Público, e da Fundação Getúlio Vargas, onde dou aulas eventualmente. Minha atuação profissional é voltada para isso.

Em 2011, foi aprovada no Congresso Nacional a legislação que reformou o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.

Estou aqui por sabatina e, inclusive, fico muito feliz por ver aqui o Senador Flexa, que também esteve presente à primeira e é responsável, por meio de uma emenda, pelo fato de o Cade hoje ter uma procuradoria que continua sendo sabatinada. É a única procuradoria da Advocacia–Geral da União cujo procurador passa por escrutínio do Senado Federal e tem mandato. Fico muito feliz por ver o Senador Flexa aqui, mais uma vez nesta sabatina.

O Cade teve que fazer implementação desse projeto de lei, Senador Delcídio, em 2012. Reformulou profundamente a política de defesa da concorrência, o que foi um desafio muito forte. À época, eu era Procurador-Chefe Adjunto e participei do corpo técnico do Cade que tomou conta da aplicação desta nova legislação. Fui membro da comissão que elaborou o regimento interno do Cade. Do arcabouço normativo, da infraestrutura normativa do Cade, que não veio do Congresso Nacional, eu participei. Tive a felicidade de participar dela. Foi muito difícil a implementação da nova lei do Cade, mas foi um período muito feliz. Acredito que é um caso de sucesso a implementação da nova lei do Cade, e internacional e nacionalmente reconhecido como tal. Tive essa alegria de participar. Foi uma experiência que me enriqueceu muito.

Hoje, temos uma política de defesa da concorrência que está relativamente estabilizada. É preciso, agora, que façamos esses reparos para continuar mantendo essa política em passos positivos e consistentes com os

objetivos da legislação que foi aprovada aqui, no Senado Federal, e com a responsabilidade que esta instituição tem em fornecer um controle de defesa da concorrência que seja responsável, técnico, maduro, especialmente preocupado e direcionado aos grandes temas econômicos que o País enfrenta, particularmente neste momento que estamos vivendo.

Mais uma vez, ressalto o orgulho que tenho de servir a essa instituição, aos meus colegas que estão aqui acompanhando a sabatina, e conheço todos, porque, apesar de jovem, sou antigo no Cade. Já tenho quase oito anos de instituição. Ressalto esse orgulho de representar esse corpo técnico que aqui está presente e de me submeter ao escrutínio de V. Exªs e prestar os esclarecimentos que os senhores entenderem adequados.

São essas as minhas palavras, Senador Delcídio.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Dr. Victor Santos Rufino.

Gostaria de registrar a presença do Dr. Ruy Coutinho, ex-Presidente do Cade, e cumprimentar nosso querido Vinícius, Presidente do Cade, competente; Gilvandro Araújo, conselheiro do Cade; Dr. Eduardo Frade Rodrigues, Superintendente-Geral do Cade; e a Drª Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, também Conselheira do Cade que foi há poucos meses também sabatinada aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, todos eles muito competentes.

A palavra aos Senadores será concedida na ordem de inscrição.

O primeiro orador inscrito é o Senador Ciro Nogueira, a segunda é a Senadora Vanessa Grazziotin, o terceiro é o Senador Tasso Jereissati, o quarto é o Senador Walter Pinheiro, o quinto é o Senador Ricardo Ferraço, o sexto é o Senador Hélio José e o sétimo é o Senador Flexa Ribeiro.

Queria consultar os Senadores se eu poderia abrir a votação, uma vez que o Dr. Rufino já esteve aqui em outras ocasiões. É uma pessoa respeitada e muito conhecida pelo seu trabalho exemplar no Cade. E é do Piauí, terra do nosso querido Senador Ciro.

Então, se todos estiverem de acordo...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Então, V. Exª vai fazer um blocão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – É. Um blocão.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Todos nós falamos e no final...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Isso, e aí o nosso querido Rufino responde. Aí nós faríamos...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA (*Fora do microfone*.) – Que esperto.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA. *Fora do microfone*.) – É isso mesmo. Está bom. Não é questão de esperteza. Inclusive, esperteza não é a palavra correta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Mas se os Senadores quiserem falar cada um e fazer o debate, não há problema algum, até porque nós temos também, Senador Walter, mais uma audiência pública hoje, dentro daquilo que discutimos e aprovamos na Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Flexa.

Portanto, vou abrir a votação. A votação está aberta. Quem quiser votar pode votar.

Passo a palavra para o primeiro orador inscrito, Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - PI) – Meu nobre e querido Presidente Delcídio, quero saudar aqui a presença do querido conterrâneo lá da querida cidade de Picos, no Piauí, cidade dos picos, uma cidade muito querida, que tem no Dr. Victor uma figura que orgulha bastante aquela cidade, pelo trabalho, por tudo o que tem desempenhado no Cade. Então, tenho certeza de que esta sua recondução irá acontecer pelo trabalho que vem desenvolvendo no Cade.

Eu tenho uma preocupação, Dr. Victor, e até já cheguei a abordar isso com o senhor, no que diz respeito a essa queda de braço entre o Banco Central e o Cade. Nós temos um dos setores bancários mais fortes do mundo e precisamos exaltar isso. Nós temos bancos sólidos e bem estruturados, mas existe, no meu ponto de vista, uma concentração exagerada que vem aumentando nos últimos tempos. Eu não estou vendo, no Cade, instrumentos – talvez não os tenha – para coibir isso.

Nos Estados Unidos, nós temos mais de 300 bancos. A grande parte dos países tenta evitar essa condição. Aqui no Brasil, nós praticamente só temos dois bancos estatais que atuam diretamente, dois grandes bancos fortes nacionais e mais um banco estrangeiro. Um, agora, está sendo adquirido por um desses bancos. Então, é um setor que tem prestado grandes serviços ao País, mas temos de evitar essa concentração exagerada do setor bancário no País, que tem prejudicado – no meu ponto de vista – a população, principalmente no que diz respeito às tarifas bancárias.

Hoje, as tarifas bancárias no País sustentam e bancam toda a estrutura dos bancos, todas as suas despesas. São bilhões e bilhões cobrados, e eu não vejo uma concorrência como deveria acontecer.

Então, eu queria saber como está essa queda de braço, porque até parece que existem projetos aqui no Senado para evitar que o Cade tenha uma atuação mais efetiva nesse setor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – O Senador Anastasia fez questão de vir cumprimentar o Dr. Rufino, especialista em guerra da Crimeia também. (*Risos.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O Dr. Rufino é?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – É.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, a gente pode perguntar sobre a Crimeia também?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – E o Senador Anastasia participou de um debate com ele, em São Paulo, sobre a questão Síria.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Ih, Presidente! Aí o negócio já está...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – O negócio não é fraco, não! O homem não é fraco, não. É especialista, o homem.

Eu vou passar a palavra, agora, dentro do que ajustamos, à Senadora Vanessa Grazziotin. O Senador Ciro já fez a pergunta, e, agora, é a Senadora Vanessa Grazziotin.

Volto a repetir que nós já abrimos a votação, pedindo aos Senadores e Senadoras que estão nos seus gabinetes ou em ou em outras comissões, se pudessem, para vir aqui para votar. Seria muito bom para concluirmos rapidamente esta sabatina.

Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Obrigada, Presidente.

Eu quero, da mesma forma, cumprimentar o Dr. Rufino e dizer que estou aqui impressionada com o trânsito que ele tem não só no Senado, mas com o carinho e com o respeito que meus colegas Parlamentares nutrem pelo senhor, Dr. Rufino. Certamente tem prestado um belíssimo trabalho à frente da Procuradoria do Cade.

Sigo a linha levantada pelo Senador Ciro, quando fala da concentração do sistema financeiro. Veja: nós temos lido todas as notícias nessas últimas semanas, nos últimos meses e percebemos que o mundo vive uma crise econômica importante, a ponto de que empresas produtivas de todos os setores tenham experimentado prejuízos significativos, não só a Petrobras, mas todas as empresas do setor de petróleo, do setor de transporte aéreo, transporte marítimo. Enfim, na semana passada prestei muita atenção. Não tive tempo de ler todas as matérias e resumi minha leitura às manchetes: Gol, prejuízo; Petrobras, prejuízo; Shell, prejuízo. Quando chegamos ao Banco do Brasil, lucro significativo; Bradesco, lucro... Ou seja, o sistema financeiro, longe de viver uma crise, está ganhando muito com a crise, pelo que percebemos.

O que o Senador Ciro levanta é algo muito importante. Eu queria apenas agregar à pergunta dele um aspecto, que diz respeito aos juros cobrados pelos cartões de crédito. É inadmissível que continuemos sendo cobrados. É um absurdo! Os bancos cobram juros elevadíssimos. Agora, nada se aproxima dos juros cobrados pelos cartões de crédito, de todas as bandeiras. Percebemos que há uma proximidade dos valores cobrados por todas as bandeiras. O que o Cade tem feito a respeito disso e o que pode fazer, além do que tem feito?

Era basicamente isso.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senadora Vanessa.

Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

Senador Anastasia também, se quiser depois, passada a sequência dos membros da CAE, se V. Exª quiser também fazer algum questionamento... V. Exª manda e não pede aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Ele tem a Comissão de Educação. Se ele quiser...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Tasso com a palavra.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Eu gostaria de saudar o Sr. Victor Santos Rufino, nosso vizinho do Piauí e da área de influência do Ceará. (*Risos.*)

Diretamente aqui o Senador Ciro olhou para mim com olhar meio enviesado...

Mas as referências a V. Sª são fantásticas, vindas de todos os lados, agora do próprio Senador Anastasia. O ex-Senador, atual Deputado, Heráclito Fortes nos ligou só para falar sobre V. Sª. Enfim, com certeza não tenho nada que perguntar-lhe sobre sua capacidade para exercer o cargo a que está sendo reconduzido.

Vou fazer uma questão de ordem intelectual. Eu queria entender como funcionam esses acordos de leniência. Qual a base desses acordos de leniência e qual o papel do procurador nesses acordos de leniência? Essa é a questão que eu gostaria de fazer, colocando mais uma vez minha saudação a V. Sª.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Agora... O Senador Walter Pinheiro está dando uma entrevista.

Então, passo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o meu questionamento ao Dr. Rufino é na direção de indagar sobre um tema que tem chamado atenção, sobretudo, da imprensa econômica, que estaria e está relacionado com uma investigação comandada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que teria conduzido um acordo de leniência com o banco suíço UBS, relacionado ao cartel do câmbio.

A nota do Cade diz que a investigação teve início a partir de um acordo de leniência celebrado com a Superintendência-Geral do Cade e o Ministério Público Federal. Por meio da leniência, o instituto previsto na Lei 12.529, um participante do cartel denuncia o ilícito do qual fazia parte, aponta os demais envolvidos e se compromete a colaborar com as autoridades na apuração do caso, evidentemente em troca da extinção ou da redução da punibilidade.

Nós chegamos a fazer aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, uma audiência pública sobre esse fato, em fase de investigação por parte do Cade, para investigar esse suposto cartel de manipulação das taxas de câmbio envolvendo o real e as moedas estrangeiras.

Também será apurada a manipulação de índices de referência de mercado de câmbio, tais como Banco Central do Brasil, a WM/Reuters e o Banco Central Europeu envolvendo um conjunto de bancos que teria participado desse cartel com a finalidade de manipular a taxa de fechamento do câmbio (taxa PTAX).

A Associação Brasileira de Comércio Exterior decidiu participar da ação conduzida pelo Cade, e a avaliação da associação dá conta de que esse cartel teria produzido como prejuízo algo em torno de US$50 bilhões às exportações do nosso País.

A pergunta que faço é se V. Sª, na condição de procurador, está acompanhando esse fato? Qual é o estado da arte dessas investigações? Qual o prazo que o Cade estima para concluir as investigações desse fato, que teve e naturalmente tem um impacto muito grande sobre a economia brasileira? Até porque é de conhecimento também que o Governo Federal estaria subtraindo prerrogativas do Cade e transferindo-as para que o Banco Central tivesse a prerrogativa e a permissão para firmar acordos de leniência e termos de compromisso, na primeira instância, quando os processos correrem sob sigilo.

Isso deixa totalmente nas mãos da autoridade monetária a investigação de condutas anticoncorrenciais eventualmente praticadas por instituições financeiras.

Nós dispomos, aqui, inclusive, da minuta dessa medida provisória que está sendo avaliada no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, que subtrai prerrogativas do Cade. Se V. Sª tem conhecimento, como avalia essa tentativa de esvaziamento da atuação do Cade nesse tipo de prática anticoncorrencial que traz enormes prejuízos à economia brasileira e sobretudo à economia exportadora?

É a questão que eu gostaria de submeter, inicialmente, ao Dr. Rufino.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Ferraço.

Senador Hélio José.

Aos Senadores que estão chegando, digo que a votação já está em aberto. Senador Alvaro, se V. Exª...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Cumprimento o nosso Senador Delcídio, dirigindo estes trabalhos. Quero cumprimentá-lo também, Victor Rufino.

Com muita satisfação faço a intervenção, principalmente para elogiá-lo. Um jovem concursado, procurador, servidor público de carreira, formado lá no Piauí, demonstrando toda sua competência; está fazendo mestrado na UnB. Isso é importante. Continua estudando, evoluindo. Isso orgulha os servidores públicos. Também sou servidor público concursado do MPOG.

Não posso deixar de elogiar nossa Presidente Dilma e V. Sª. Sua Excelência indicou V. Sª, como indicou os demais membros do Cade, pessoas jovens, com a carreira pública bem formada. V. Sª também está na Procuradoria do Cade, fazendo um bom trabalho, e foi indicado para recondução.

Queria saber como V. Sª vê essa questão do ocorrido no Carf? O que acha que poderíamos fazer, com base na sua experiência do Cade? Acabamos de pedir prorrogação da CPI do Carf por causa de todo aquele escândalo, daquela confusão feita e do prejuízo que está ali colocado. Queria saber suas impressões sobre a questão do Carf. Sei que não é da sua praia, mas eu gostaria de saber, com sua experiência adquirida, de servidor público, sobre essa questão. Faço parte da CPI do Carf.

Gostaria de ver com V. Sª, que está lá dirigindo esse importante Conselho, que é o Cade, como podemos ajudar os nossos consumidores brasileiros com a política pública correta do Cade, no sentido de evitar essa carestia toda em alguns conjuntos de coisas, como acabaram de colocar meus queridos Senadores anteriores, com relação ao banco, com relação a alguns produtos específicos.

Como está vendo essa questão da defesa da livre concorrência no nosso País? O que pode ser feito para melhorar isso? Você, que está lá, sugere para nós algum procedimento, alguma lei que deva ser colocada para facilitar isso para vocês e ajudar nossos consumidores a terem uma concorrência mais tranquila?

Muito obrigado, Rufino.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Hélio José.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro. Depois, Senador Pinheiro, Alvaro Dias e Anastasia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Delcídio, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Dr. Victor Santos Rufino, é uma satisfação para mim estar novamente numa sabatina em que V. Sª é reconduzido como Procurador-Geral do Cade. Fico mais satisfeito porque, como V. Sª colocou, tem mandato; ou seja, tem independência em relação à direção do Cade. Isso, naquela altura em que fiz a emenda, era estendendo a todas as procuradorias. Não entendo como um procurador possa estar ligado administrativamente à sua presidência ou ao ministério sem ter independência para exercer a sua função nos seus pareceres.

Não haveria necessidade de questioná-lo. V. Sª já deu demonstração da sua competência ao longo do seu mandato, por tudo que foi dito aqui pelos Senadores que me antecederam.

Na linha do que o Senador Tasso Jereissati falou com relação aos acordos de leniência, o Cade foi premiado como agência antitruste das Américas em 2014, exatamente pelos aumentos dos acordos de leniência no Brasil e pelo incentivo ao aprimoramento do programa de *compliance* de empresas.

Pergunto a V. Sª se o nível dos acordos de leniência já é satisfatório ou há mais necessidade de integração do Cade com a CGU, com o Ministério Público e com a Polícia Federal.

E, ainda levando-se em consideração que o cenário ideal da regulação de concorrência no Brasil não é aquele em que há mais punições, mas aquele em que menos práticas anticompetitivas ocorrem, como o Cade vem buscando fomentar os programas de *compliance* pelas empresas?

Eu, talvez até fugindo da temática da sabatina, tenho a informação de que a AGU está discutindo a criação de um órgão único que vai ter sob a sua administração todos os advogados da União; ou seja, a AGU é que faria as indicações, a partir de então, de todos os advogados que iriam atuar nos ministérios e nas agências, inclusive os procuradores. Eu gostaria de saber como V. Sª vê essa questão que está sendo, por informações que me trouxeram, discutida internamente na AGU, o que a mim preocupa. Gostaria de saber se preocupa também a V. Sª.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, serei muito rápido ao trazer um pouco da preocupação nossa em relação ao Cade.

Acho que o Cade tem-se posicionado, eu diria até que já de forma muito consistente, nos embates da chamada concorrência no Brasil, mas uma preocupação para a qual eu queria chamar a atenção do Dr. Rufino tem a ver exatamente com as posições assumidas, às vezes, pelas agências reguladoras quanto às movimentações das empresas e à própria questão dos embates entre fusões e até mesmo à participação de leilões. Então, tem-se uma coisa muito crescente na área de telecomunicações, que é o processo de absorção de empresas ou até de fusão de empresas, e, na maioria das vezes, até quebrando a lógica concorrencial, em outras, até consagrando-a, eu diria, como solução para o sistema, para evitar colapso. Portanto, como isso tem se dado?

E, no caso dos leilões, meu caro Delcídio, inclusive da área de V. Exª, nós assistimos a muitos problemas nos leilões, a partir, inclusive, da formação de blocos. Portanto, como é que o Cade tem atuado nisso, na medida em que, às vezes, em nome até de estabelecer algumas regras para o leilão, o certame ocorra sem o rigor competitivo necessário para fazer a defesa do interesse, inclusive, do consumidor?

Acho que essa é a questão fundamental, porque, às vezes, a gente fica muito no pleito do Cade sempre no aspecto da defesa da concorrência no que diz respeito à questão econômica, mas o resultado desse processo tem que levar em consideração quem vai usar os serviços, e não quem vai auferir ganhos dos serviços.

Então, como o Cade tem interagido com isso? Porque o papel da defesa do interesse do usuário é da agência, mas a decisão do Cade é, na minha opinião, incisiva e determinante para que se tenha ou, na inteireza, o atendimento dos interesses do usuário ou, até, mitigado o interesse desse usuário num processo, às vezes só de olhar o interesse concorrencial ou até olhar as partes que estão em disputa.

O que as partes disputam, na realidade, é um nicho de serviços que, portanto, será prestado a alguém.

Então, na minha opinião, a tarefa do Cade é se envolver nessas tarefas também, e não só e somente só olhando quem vai prejudicar ou não o aspecto concorrencial ou o modelo de negócio. Todo modelo de negócio, Dr. Rufino, tem como objetivo auferir ganhos; e auferir ganhos, inclusive, nesse caso específico a que estou em referindo aqui, compreende pagamento de tarifa, contraprestação de serviço com, obviamente, pagamento por parte do usuário.

Vocês têm trabalhado isso de forma muito mais afinada e até "refinada". Não precisa ser com o "Rufino", mas, pelo menos, com esmero, para poder fazer o atendimento do interesse do usuário, e não das empresas em disputa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Walter Pinheiro.

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, prezado Victor Santos Rufino, o currículo do sabatinado recomenda, sem dúvida, a sua aprovação, que atesta a sua qualificação técnica; embora jovem ainda, um currículo rico, o que demonstra ter o sabatinado conteúdo necessário para exercer a função relevante que pleiteia.

Eu indagaria, primeiramente, a respeito de um fato que está na ordem do dia.

Vou pedir licença aqui para a assessoria do Senador Hélio, para que eu possa olhar o sabatinado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Isso é recorrente aqui. Não há nenhum problema, não! Muito obrigado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Então, o cartel das empreiteiras em obras públicas é um fato recorrente e está na ordem do dia, mas não é novo.

Desde que fui governador, eu e o Tasso Jereissati, já há uns 25 anos, um bom tempo, ao assumir o governo do Paraná, defrontei-me com uma licitação, concluída com a presença visível do cartel, impondo um preço de superfaturamento. Nós anulamos essa licitação pública e enfrentamos uma batalha judicial em 12 *rounds*. Tivemos um grande advogado, Miguel Reale, e fomos vitoriosos. De forma inusitada, fomos autorizados a realizar a obra, através de um consórcio de empreiteiras médias, sem licitação; e realizamos a obra, economizando US$103 milhões numa barragem. Ou seja, o Estado deixou de perder US$103 milhões. Ganhou muito mais do que isso, evidentemente.

Hoje, o petrolão traz à tona a existência do cartel. Novas preocupações, portanto, em relação ao combate a cartéis em licitações. Os arranjos entre as grandes empreiteiras mostram ações ilícitas, que não são isoladas, mas continuadas no tempo, por anos a fio, e que tornam o instrumento licitatório insuficiente para garantir a prevalência do interesse público sobre o interesse privado. Com isso, outras ações institucionais devem ser fortalecidas. No âmbito do Cade, historicamente, a autoridade antitruste brasileira tem poucas condenações de cartéis em licitações, seja pela dificuldade de instrução desses casos, seja pela ausência de ciência da ilicitude da prática pelos órgãos licitantes.

Sobre esse tema, indago quais os avanços e desafios do Cade. O senhor entende necessário algum mecanismo adicional para reforçar a atuação do Conselho?

Faço a última indagação. Desde a sua criação, o Cade convive com questionamentos judiciais de suas decisões em relação a atos de concentração de estruturas de mercado. Até meados dos anos 2000, foram bastante comuns as contestações judiciais e frequentes as suspensões e a reforma das decisões do Cade, gerando baixa efetividade no cumprimento das decisões. Isso mostra que os aspectos judiciais dos casos são tão ou mais relevantes do que a própria análise técnica do Conselho.

Como o senhor vê hoje a relação do Cade com o Judiciário? Há um maior alinhamento com a esfera judicial? Há necessidade de novos aprimoramentos institucionais e legais para azeitar essa relação? Qual a taxa atual de sucesso da autarquia em disputas judiciais?

Por fim, Senador Delcídio, não fosse o currículo extraordinário do nosso sabatinado, Victor Santos, a recomendação do Deputado Heráclito Fortes, por si só, justificaria nosso voto, pela credibilidade do Heráclito, que foi nosso companheiro no Senado Federal e que recomenda a nomeação de Victor Santos para o Cade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra ao Senador Douglas Cintra, que é o Relator da matéria.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Sr. Presidente, na oportunidade de relatar a matéria, já expressei nossas posições, mas, estando presente aqui não só o Victor, mas também boa parte da equipe do Cade, aproveito para registrar nossa alegria de ver um conjunto de jovens dedicados, responsáveis e competentes que fazem o Cade.

Então, acho que a recondução do Victor é merecida não só por seu currículo, pelo seu trabalho, mas também por esse grupo, que tem feito, realmente, diferença em nosso Cade. Esperamos que, com essa competência, com esse grupo técnico, não só possamos encontrar soluções para as demandas já existentes, mas que, sobretudo, possamos trabalhar para termos ideias para construirmos uma legislação cada vez mais adequada e mais eficiente na construção da livre concorrência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Douglas, Relator da matéria.

Passo a palavra ao Senador Anastasia, que muito nos honra com sua presença na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Delcídio do Amaral, por sua gentileza. Agradeço a cessão da palavra, mas serei muito rápido.

Eu não poderia deixar de vir aqui cumprimentar o Dr. Victor Rufino, como Procurador-Chefe do Cade, sendo indicado à recondução, pelo seu brilho, pelo seu conhecimento.

Ele está sendo cumprimentado pelo nosso querido Senador Elmano, do Piauí, seu Estado *mater*.

Minha palavra, Senador Delcídio, é somente de cumprimento, sem nenhuma indagação.

Em razão de um debate recente na Fiesp sobre um projeto de minha autoria que se encontra em tramitação nesta Comissão – a Relatora é a Srª Senadora Gleisi Hoffmann –, estamos atribuindo mais poderes ao Cade. O debate foi muito vivo. Fiquei muito impressionado não só pela cultura jurídica, pelo conhecimento de cultura geral, mas também pelo preparo e pelo equilíbrio desse jovem, que já se revela maduro pelo seu conhecimento. Tenho a certeza de que lá ele presta um excelente serviço. O Cade é um dos órgãos mais importantes no Brasil, é fundamental para a consolidação da nossa segurança jurídica e para o nosso desenvolvimento econômico.

Minha palavra é só para cumprimentá-lo e para lhe dar, certamente, caso reconduzido – espero que o seja –, o nosso aplauso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Anastasia.

Passo, agora, a palavra ao Dr. Victor Rufino, para que ele nomine de quem é cada questionamento feito. Aí, se os Senadores que fizeram os questionamentos entenderem que vale algum comentário ou alguma pergunta adicional de esclarecimento, eles o farão ao longo da exposição do Dr. Victor Rufino.

O Dr. Victor Rufino está com a palavra.

O SR. VICTOR SANTOS RUFINO – Senador Delcídio, obrigado.

Em primeiro lugar, quero agradecer a todos os Senadores pelas boas palavras a mim direcionadas.

Eu queria dizer que, se o senhor é o patrono do Cade, o Senador Flexa é o patrono da Procuradoria do Cade, porque fez a emenda que garantiu o mandato de Procurador-Chefe.

Eu queria também recordar e agradecer as boas palavras do Senador Ciro Nogueira sobre a minha cidade, Picos. O Piauí, que está ali pertinho do Estado do Ceará, Senador Tasso, é hoje um Estado conhecido pela qualidade da educação – seus estudantes são reconhecidos nacionalmente por bons resultados em provas, na Medicina, no Direito –, assim como o Estado do Ceará. Eu acho que esses dois Estados... Quando eu vejo um cearense num concurso, ou quando eu via algum que fazia um concurso, eu sempre tremia, porque é um pessoal muito qualificado. Eu gosto de pensar que sou caudatário dessa boa tradição do Piauí de ter bons estudantes, e gosto de pensar que os estou representando aqui, tentando fazê-lo da melhor forma possível.

Eu venho de uma cidade que o Senador Ciro conhece bem, uma cidade pequena; para os padrões do Piauí, é uma cidade grande, mas é uma cidade de 100 mil habitantes. Eu estudei lá durante todo o meu primeiro grau, fui para Teresina, fiz Direito na Universidade Federal do Piauí, onde muito me orgulho de ter estudado, porque é uma instituição também muito respeitada nacionalmente, pelos seus bons cursos.

O Sr. Senador Tasso Jereissati e o Senador Alvaro Dias citaram o Deputado Heráclito, que me deu a oportunidade de trabalhar no seu escritório político quando eu era ainda muito jovem. O Deputado Heráclito acreditou em mim quando eu era muito garoto ainda, e tenho muito carinho por ele. E, por guardar ainda esse carinho por mim, tem sempre dito boas palavras sobre mim para quem ele conhece – ele que é uma pessoa conhecida aqui no Senado –, e eu agradeço essas boas palavras.

Eu gostaria também de lembrar aqui a participação do ex-presidente do Cade Ruy Coutinho e a participação do atual presidente, Vinícius Carvalho. Isso mostra que o Cade é uma instituição que se vem consolidando. O Dr. Ruy Coutinho foi presidente na modificação da Lei nº 8.884, em 1994; o Presidente Vinícius é agora na modificação da Lei nº 12.529, de 2011. Isso mostra que o Cade tem um marco, tem história, tem pessoas que deram o sangue pela carreira nessa instituição. Eu também gosto de pensar que faço parte dessa boa tradição e me esforço para mantê-la.

Agradeço ao meu Relator, Senador Douglas Cintra, que me recebeu rapidamente após a sua designação. S. Exª teve toda a paciência de conversar e ouvir as minhas explanações e fez um relatório, submetendo-o aos Senadores e dizendo que eu tenho condições. Eu agradeço ao Senador Douglas Cintra e à sua assessoria pelo bom tratamento que nos foi dispensado.

Com essas explanações gerais, eu vou tentar aqui responder, ponto por ponto, pergunta por pergunta, e oferecer-me para outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Em primeiro lugar, eu noto que vários Senadores se preocupam com essa situação do setor financeiro – eu tenho perguntas aqui do Senador Ciro, eu tenho pergunta da Senadora Grazziotin, eu tenho pergunta do Senador Ferraço. Vários Senadores trazem essa questão à baila, e ela é realmente muito importante.

O Senador Anastasia, agora há pouco, falou muito boas palavras; pena que ele não esteja aqui, mas eu gostaria de dizer que também fiquei feliz de conversar com o Senador Anastasia sobre questões técnicas e sobre questões históricas. O Senador Anastasia gosta de História; por isso a citação à Crimeia. Ele fez uma citação sobre a política europeia do século XIX. Como eu sou também um amante da História, eu pude compartilhar esses pensamentos, e foi muito bom saber que Senadores aqui também têm essa base histórica e compartilham comigo. É sempre muito bom tratar de qualquer tema à luz da História, não só temas do Cade; é importante que o Senado Federal tenha essa cultura, esse repositório de cultura que acho importante para o País.

O Senador Anastasia tem um projeto de lei hoje tratando dessa questão do Cade e do Banco Central. Existe uma divergência de entendimentos entre o Cade e o Banco Central sobre a competência para apreciação de atos de concentração do sistema financeiro e de condutas anticompetitivas. A questão de conduta anticompetitiva nunca foi muito discutida, mas a questão de atos de concentração levou a um litígio, e tudo repousa, no final das contas, sobre se é lei complementar ou lei ordinária o tipo legislativo adequado para endereçar a questão.

O Senador Anastasia tem um projeto recente em que preserva as competências das duas instituições, as respectivas áreas de *expertise* – o Banco Central, na sua área regulatória; o Cade, na sua área concorrencial –, como é feito na maior parte das jurisdições civilizadas. Ficamos muito felizes com essa iniciativa do Senador Anastasia, porque achamos que o processo judicial que envolve essa discussão já corre desde o ano de 2002, e até hoje não teve uma solução adequada. O Poder Judiciário é bom para resolver esses litígios, mas eu acho que algumas pacificações só podem ser adequadamente conferidas pelo Poder Legislativo.

Então, ficamos muito satisfeitos com a iniciativa do Senador Anastasia e gostaríamos de ressaltar que entendemos que o fórum adequado para a solução desse problema é o Congresso Nacional. Temos uma iniciativa no Senado Federal que é boa porque preserva as duas competências e é boa também porque é simples; é um projeto de lei que só tem três artigos. Achamos que, se o Senado investir nesse projeto de lei, pode ser uma boa saída para esse problema. Acho positivo que haja discussão aqui nesta Casa. O Cade está sempre à disposição para vir. O Superintendente-Geral do Cade esteve nesta CAE há pouco tempo, tratando do assunto, e achamos que essa é a solução adequada, Senador Ferraço.

Conhecemos a MP que está em discussão na Casa Civil e temos participado dessa discussão, oferecendo as melhores alternativas que o Cade entende pertinentes, e elas são consistentes com essa solução que está apresentada no Senado Federal hoje. Entendemos que é mais adequado termos essa discussão aqui, no Senado Federal. Estamos à disposição para participar dela aqui, onde achamos que o fórum é mais aberto, as pessoas participam de uma forma mais efetiva. E, de um jeito ou de outro, por MP ou por projeto de lei complementar, vai ter que passar por aqui...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Mas qual é a opinião específica de V. Sª com relação a esse tema?

O SR. VICTOR SANTOS RUFINO – A opinião do Cade...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Não, a opinião de V. Sª, na condição de procurador candidato que é.

O SR. VICTOR SANTOS RUFINO – Achamos que há de se preservar as competências. O melhor é que a solução seja a solução que é dada no mundo inteiro, a saber: que o Banco Central avalie as questões no aspecto regulatório, que é sua área de *expertise*, e, no aspecto concorrencial, o Cade, que tem um corpo técnico que está trabalhando com isso há muito tempo, tenha a capacidade de fazer essas análises.

Mais adiante, vou tratar um pouco da pergunta especificamente em relação ao Sistema Financeiro Nacional, ao cartel da taxa de câmbio, o acordo de leniência que foi lá feito, e acreditamos que ele demonstra muito claramente a importância de se ter uma política de defesa da concorrência especializada voltada também para o Sistema Financeiro Nacional.

Então, falando de forma bem clara, Senador Ricardo Ferraço, a gente acredita que é bom manter as duas áreas de competência sem, obviamente, perder a coordenação. Isso é importante. Apesar dessa discussão antiga que há entre Cade e Bacen, as duas burocracias conversam e têm conversado muito nessa questão do cartel dos bancos. Não se perdeu ainda essa cooperação entre as duas burocracias. Um diretor do Banco Cen-

tral esteve aqui com o Superintendente-Geral do Cade. Conversa-se muito. Eu tive conversas também com a Procuradoria do Banco Central. Acho que é importante que a gente tenha coordenação, mas que as áreas de *expertise* sejam mantidas.

É por isso que a gente encaminha muito favoravelmente a solução que está sendo proposta pelo Senador Anastasia no seu projeto de lei, porque ele prevê exatamente isto: a competência do Cade fica mantida em matéria concorrencial, a competência do Banco Central fica mantida em matéria regulatória. Há questões de regulação prudencial e de risco sistêmico que são legítimas, que são trazidas pelo setor financeiro e pelo Banco Central e que têm que ser endereçadas, e são endereçadas nesse projeto de lei. A posição nossa, a minha, particularmente falando, é que se tenha essa preservação das competências e um incremento da cooperação entre as duas instituições.

Voltando aqui à sequência de perguntas, o Senador Ciro Nogueira perguntou se temos instrumentos para coibir a concentração bancária. Bom, se temos uma estabilidade normativa, fica ainda melhor, mas isso não tem impedido o Cade de atuar, hoje, em atos de concentração no setor financeiro. Houve atos de concentração do Banco do Brasil com a Nova Caixa em que o Cade fez algumas intervenções.

Hoje, nós temos em andamento no Cade uma fusão que tem chamado muito a atenção, que é a do Bradesco com o HSBC. Essa fusão foi notificada ao Cade recentemente, mas, mesmo antes da notificação, a Superintendência-Geral do Cade esteve conversando com representantes do HSBC e do Bradesco. Já estamos monitorando essa situação desde que as notícias começaram a surgir na imprensa. O ato de concentração está em andamento, vai passar por instrução, e nós temos certeza de que se vai chegar a uma decisão consistente com o que a técnica de defesa da concorrência exige.

Em relação ao setor financeiro, a Senadora Vanessa Grazziotin também fez uma pergunta específica ao mercado de cartão de crédito, que foi endossada pelo Senador Ciro Nogueira. É importante ter uma análise específica sobre esse mercado. O mercado de cartão de crédito no Brasil, desde os anos 90, cresceu vertiginosamente. A Senadora Vanessa Grazziotin perguntou se o Cade estava acompanhando esse mercado. Sim.

Hoje, nós sabemos que toda bandeira de cartão de crédito passa em qualquer máquina de cartão de crédito; não existe mais aquela coisa de pedir a máquina da bandeira A ou da bandeira B. Isso foi, curiosamente, uma intervenção conjunta do Cade e do Banco Central. Foram estudos conjuntos que foram realizados, do Cade e do Banco Central, e que terminaram com uma medida preventiva do Cade determinando a proibição de exclusividade de bandeiras nessas máquinas.

Hoje, nós temos uma fusão, uma *joint venture* que está sendo criada pelo Banco Itaú e outros bancos em relação à bandeira MasterCard. Isso já foi declarado complexo. O Cade está olhando esse ato. Nós temos investigações na área do mercado de cartão de crédito em andamento, em fase de instrução; acho que é importantíssimo. Nós realmente temos taxas que preocupam o cidadão, o consumidor, porque são taxas altas.

Sabemos que o principal efeito da defesa da concorrência, ou de uma concorrência saudável, é baixar preço – e o juro, de certa forma, é preço. Estamos, sim, olhando com muita atenção para esse mercado, e acho que, caso se pergunte de que tipo de instrumentos nós precisamos em relação ao sistema financeiro, quanto mais estabilidade normativa tivermos, quando mais estável estiver essa divergência de atribuições entre o Banco Central e o Cade, tanto mais teremos condição de fazer um serviço fino, um serviço técnico e um serviço que renda frutos ao País.

O Senador Tasso Jereissati perguntou como funciona o acordo de leniência, qual é a base para o acordo de leniência. Bom, esse tema, acordo de leniência, tem entrado cada vez mais na consciência nacional. Tenho a felicidade de a minha dissertação de mestrado, o meu trabalho de mestrado, ser relacionado a acordo de leniência.

Leniência, Senador Tasso, é uma coisa delicada, séria. Ela foi introduzida na Lei Anticorrupção e na Lei de Organizações Criminosas em 2013, mas já existe na Lei do Cade desde o ano 2000. Então, o Cade tem aí uma experiência de 15 anos com acordo de leniência, e eu tenho participado muito, seja de forma acadêmica, ou internamente, no Cade, orientando juridicamente a Superintendência-Geral.

Uma coisa que eu percebo é que leniência é um instrumento magnífico, mas é um instrumento muito sério; ele tem de ser analisado com muito cuidado. Fazer uso da colaboração de infratores no mundo moderno é absolutamente necessário: há infrações praticadas de forma muito sofisticada, e é muito difícil penetrar nesse tipo de infração sem a participação, sem o concurso de alguém que esteja lá dentro para que se decifrem algumas das técnicas de que esses esquemas criminosos se utilizam. Mas ele tem de ser analisado com muito, muito, muito cuidado.

Internamente, a leniência, hoje, funciona basicamente assim, Senador Tasso. Basicamente, são três pessoas no Cade que negociam a leniência. Há algumas leniências em andamento. Eu, particularmente, não participo diretamente; o segredo, nesse caso, é tão importante que a Superintendência, quando me pergunta,

pergunta em tese. Eu dou as orientações que posso dar com as perguntas em tese que a Superintendência vem elaborando.

Temos, hoje, um programa de leniência mundialmente reconhecido. O Cade firmou 50 leniências desde 2003, quando foi feita a primeira, e essa tem sido uma peça fundamental na política de defesa da concorrência brasileira – mas não pode ser, e nem é, a única técnica. Dois terços dos casos hoje em andamento começam sem leniência.

A Superintendência tem investido em formas de detecção econômica, em formas de detecção de cartéis, que se dão através de acesso à base de dados; tem feito convênios com órgãos de controle federais e estaduais, e com empresas públicas de grande porte, para ter acesso às suas bases de dados e analisar comportamentos, padrões de comportamento que sejam consistentes com a prática de cartel. Isso, hoje, é o que há de mais avançado lá.

O Senador Alvaro Dias fez uma pergunta relacionada a cartéis em licitações. Senador Alvaro, hoje há o acordo de leniência, mas há, também, essas técnicas. Das fronteiras que nós temos tido para crescer em combate a cartéis em licitações, hoje, com certeza, a fronteira do antitruste é a que mais cresce.

Já tive a oportunidade de representar o Cade em fóruns internacionais que debatiam a matéria da concorrência. É uma preocupação que não é só do Cade; todas as agências de defesa da concorrência no mundo, hoje, caminham para olhar muito esse setor de compras públicas, porque é um setor particularmente suscetível a esse tipo de arranjo. Então, tem de ser monitorado com cuidado e não pode ser, como eu estava falando, só dependente de acordo de leniência.

O Senador Walter Pinheiro citou o caso de leilões, aqui. A agenda de participação em leilões passa um pouco por essas técnicas. O Senador Walter Pinheiro falou em leilões e mercados regulados. É importante a gente ressaltar que o mercado não é regulado por acaso; ele é regulado, muitas vezes, porque há poucos agentes no mercado. Então, ele é particularmente mais suscetível a esse tipo de infração, Senador Walter Pinheiro. Portanto, o controle de mercados regulados passa por duas coisas: primeiro, o reconhecimento do caráter mais sensível dele e, segundo, pela conversa mais ativa do Cade com a agência reguladora em questão.

A agência reguladora é o caso do Banco Central nos bancos, mas é o caso das grandes agências que lidam com leilão. Elas detêm uma *expertise* que é muito específica. Eles sabem muito do seu setor regulado, e é importante que o Cade esteja sempre em contato com os reguladores, porque esse tema, sim, é delicado, Senador Walter Pinheiro. As empresas realmente buscam o lucro. No mercado oligopolizado, é preciso se tomar muito cuidado com isto – com o poder de mercado, com os poucos agentes que estão dentro desse mercado.

A gente acredita, Senador Walter, que a defesa da concorrência, quando funciona bem, ela funciona no atacado, bem para o consumidor. Uma defesa da concorrência forte significa mercados concorrencialmente atuantes e significa, portanto, benefícios ao consumidor final.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Até porque, doutor... O senhor me permite, Senador Delcídio?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Sim.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Por exemplo, esses dois setores que eu citei têm uma característica que a gente, até, no passado, chamava muito de monopólio natural.

O SR. VICTOR SANTOS RUFINO – Isso, isso.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Não é verdade? Não era nem oligopólio; a gente chamava de monopólio natural. Então, são setores que têm essa força. E ainda há outro risco, que é o risco da captura; além do próprio processo interno de combinação, enfim, uma série de coisas.

Então, por isso eu lhe fiz essa indagação. Acho que o Cade precisa ter um papel muito mais incisivo nessa defesa, porque aí, na ponta, o consumidor, de modo geral, é ultraisolado para se defender de um processo desses.

O SR. VICTOR SANTOS RUFINO – Senador, a gente tem diversos casos em setores regulados – setor de telecom, por exemplo. Recentemente, tentou-se haver um... Eu tive a felicidade de participar ativamente desse caso.

A Telefônica tentou aumentar a participação do capital social dela lá na Itália, na Telecom Itália, mas a Telecom Itália é a controladora da Tim aqui no Brasil. O Cade teve uma atuação muito vigorosa; proibiu esse incremento de capital, multou as duas companhias porque estavam fazendo um aumento de capital sem conversar adequadamente com o Cade. As companhias mudaram muito a postura desde então. A Telefônica se comprometeu a sair do capital social da Tim. Essa foi uma forma que entendemos, à época, importante para higienizar os quatro grandes *players* no mercado de telefonia celular do Brasil. Acho que mostra um pouco... Conversamos com a Anatel, à época. Acho que o caminho é muito esse.

Eu concordo com V. Exª: nós precisamos ter uma atuação incisiva, e acrescento aí que temos de ter uma atuação, também, de muita conversa com as agências reguladoras. Muita coisa feita no âmbito regulatório in-

terfere no âmbito concorrencial, e a gente tem essa missão de informar e de passar aos agentes reguladores, também, a importância de um processo concorrencial para o bem-estar do consumidor. Temos feito isso, Senador Walter Pinheiro, com muita frequência. Eu, pessoalmente, tenho participado de muitas dessas discussões e posso garantir a V. Exª que essa é uma agenda prioritária do Cade.

Senador Ricardo Ferraço, com relação ao acordo de leniência do Cade com o UBS, esse foi um acordo que deixou o Cade muito satisfeito; foi um acordo importante para o Cade fazer. Esse cartel de taxa de câmbio foi feito em Wall Street; afetou taxas de câmbio de diversos países. Já se chegou a alguns acordos bilionários com bancos para pagamento de multas nos Estados Unidos, na Inglaterra, na União Europeia, e é importante que o Brasil caminhe, também, no mesmo sentido.

É importante, Senador Ferraço, ressaltar que o fato de o UBS... O acordo de leniência nunca é o Cade que procura... Nunca é o Cade que procura a instituição; a instituição procura o Cade. Então, quando há um acordo de leniência feito com a instituição, é o infrator que procura, e é importante a gente ver que o infrator procurou o Cade, que o infrator reconheceu o Cade como o fórum adequado, no Brasil, para fazer esse tipo de acordo de leniência.

O acordo de leniência foi negociado durante muito tempo. A gente tem, hoje, um acordo sólido e uma investigação que está na fase inicial ainda. O Cade tem conversado com o Banco Central, porque é quem detém a *expertise* regulatória, para entender o funcionamento desse mercado, e a gente acredita que essa investigação vá correr com relativa rapidez.

É óbvio que o tempo de andamento de uma investigação é dependente de aspectos relacionados ao contraditório e à ampla defesa das instituições. O Cade tem conversado muito com as instituições e procurado acelerar essa parte do contraditório, mas também tem de ser cuidadoso. A gente não pode sair atropelando. Então, é até difícil você passar exatamente qual é o prazo final de uma investigação, mas posso garantir, Senador Ricardo Ferraço, que, nas investigações do Cade, o prazo de término de um processo administrativo tem declinado consistentemente, e isso é fruto de um esforço muito grande do corpo técnico do Cade. A gente espera que, com esse caso da taxa de câmbio, não seja diferente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Porque esse mesmo tipo de acordo de leniência foi firmado nos Estados Unidos e essas instituições financeiras já admitiram as suas ilegalidades e já pagaram, lá nos Estados Unidos, US$5,6 bilhões. E o Banco Central afirmou, aqui, nesta Comissão de Assuntos Econômicos, que é impossível que isso possa ter acontecido no Brasil entre os anos de 2007 e 2013, que foi o período dessas investigações. Ou seja, se aconteceu lá, por que não aconteceria aqui? E eu chamo a atenção de V. Sª, evidentemente, para os prazos, os ritos, o devido processo legal, mas chamo a atenção para o prazo em que essa investigação deve se dar para não gerar uma determinada percepção de impunidade em relação a esses fatos que causaram estratosféricos prejuízos à economia brasileira.

O SR. VICTOR SANTOS RUFINO – Senador Ferraço, com certeza, eu concordo com V. Exª. O Banco Central tem falado da dificuldade de se operar um cartel desse tipo, e temos ouvido o Banco Central. Quando alguém procura o Cade e diz que teve efeito no Brasil, a gente toma isso como um indício e vai investigar. Agora, eu já posso garantir ao senhor que a mera potencialidade de efeito já é suficiente para ensejar uma punição. A mera potencialidade de atingir os consumidores do Brasil já enseja uma punição. Então, muito provavelmente, se for verificado, se for confirmado o que foi dito no acordo de leniência, nós vamos ter punições, e punições adequadas e severas. O Cade não é tímido na aplicação de punições graves, quando é o caso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES. *Fora do microfone*.) – V. Exª afirmou que o Cade já fez até o momento alguma coisa muito próxima a 50 acordos de leniência...

O SR. VICTOR SANTOS RUFINO – Isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ... no campo do Direito Econômico.

O SR. VICTOR SANTOS RUFINO – Isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Que papel cumpre o Ministério Público Federal nesses acordos de leniência, considerando que o limite do acordo de leniência é o campo administrativo do ressarcimento, mas as questões penais não? Eu digo isto porque, no âmbito da Lei Anticorrupção, nós ajustamos a Lei Anticorrupção para que o Ministério Público tenha assento obrigatório na construção desses acordos de leniência considerando as questões penais. No âmbito do Cade, o Ministério Público Federal tem assento na consolidação desses acordos...

O SR. VICTOR SANTOS RUFINO – Senador Ricardo Ferraço, embora nunca tenha sido...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ..., considerando o art. 37 da Constituição Federal e as prerrogativas da defesa da Constituição que são concedidas ao Ministério Público Federal?

O SR. VICTOR SANTOS RUFINO – Senador Ricardo Ferraço, embora nunca tenha sido...

Em primeiro lugar, conhecemos o PLS 105, de V. Exª. Tivemos a felicidade... Eu não participei diretamente, mas orientei algumas das pessoas que participaram, em nome do Cade e da discussão aqui. Achamos importante o andamento desse projeto e o esclarecimento do acordo de leniência da CGU. Quanto mais forte a CGU estiver e quanto mais estabilizado estiver o acordo de leniência da CGU, tanto mais forte vai ser o acordo de leniência do Cade e tão mais eficaz vai ser a política de combate especialmente a cartéis em licitações, que ofendem a Administração Pública.

Em relação aos acordos de leniência do Cade, Senador Ricardo Ferraço, embora nunca tenha sido explicitada na lei a necessidade de participação do Ministério Público, sempre o Ministério Público participou da assinatura e da formulação desses acordos de leniência. Já é uma tradição do Cade que todos os acordos de leniência sejam firmados também por um membro do Ministério Público, porque há interface penal e é importante que o Ministério Público participe. Eu já participei de reuniões com o Ministério Público em que ele, por exemplo, dava sugestões de como deveria ser formatado o acordo de leniência para que esse acordo fosse importante também na persecução penal que o Ministério Público iria fazer aos executivos de outras empresas que tinham participado do cartel e não tinham feito o acordo.

Então, em relação a esse questionamento específico de V. Exª, acho importante que esse projeto de lei tenha andamento aqui no Congresso Nacional, porque acreditamos que a formatação atual dele... Ele reflete também muito, vamos dizer assim, as virtudes do processo legislativo: ele começou com um projeto de lei de V. Exª, depois houve uma emenda do Senador Randolfe, depois houve um encontro dessas emendas, uma aglutinação, com a participação da CGU, com a participação do Cade, com a participação do Ministério Público... E acreditamos que, com a formatação que ele tem hoje, estabilizando e esclarecendo o funcionamento do acordo de leniência da CGU, mantendo o acordo de leniência do Cade, que é um acordo, como eu estava falando, tradicional no Direito brasileiro e que tem funcionado positivamente, e esclarecendo a participação do Ministério Público, que é importante também, estamos num bom caminho.

Em relação a bancos, é aquilo que eu já falei para o senhor: nós vamos ter, sim, uma investigação firme, e, se forem comprovados os indícios que são trazidos nos acordos de leniência, com certeza, vai haver punições condizentes com o tamanho da infração e com o potencial econômico do infrator. O Cade tem um histórico de aplicar suas penalidades com desassombro quando é o caso, Senador.

Em relação à pergunta do Senador Hélio José sobre o Carf.

Senador Hélio José, o Ministro Levy falou algumas vezes, em público, que gostaria que o CARF fosse modelado de forma similar ao Cade.

Eu não conheço muito a atuação do Carf, não conheço muito a situação da investigação da CPI de V. Exª, mas eu posso falar das virtudes do Cade, virtudes que foram plantadas desde a década de 90, quando o Dr. Ruy Coutinho, que aqui está presente, foi Presidente do Cade.

O Cade opera de uma forma muito transparente, as sessões de julgamento do Cade são públicas, existe um regimento interno, do qual eu tive a felicidade de participar, que estabelece um procedimento dentro do Cade muito similar ao de um tribunal. Eu consigo enxergar aqui, como representante da burocracia do Cade, uma virtude muito forte do Cade, uma coisa que opera muito em favor do funcionamento do Cade, que é essa transparência na sua atividade judicante.

Eu consigo enxergar que o Carf é um conselho administrativo de julgamento, e, nesse quesito, apesar de haver diversas diferenças, inclusive em relação ao tamanho, porque o Carf é muito maior, eu consigo enxergar essa semelhança e acho que, se a atividade de julgamento for reforçada, a sua publicidade, o caráter público dela, eu acho que o Carf tem muito a ganhar, os servidores do Carf têm muito a ganhar e o Brasil tem muito a ganhar com isso também. Eu consigo enxergar essa similitude e esse caminho que pode ajudar o Carf a crescer também, que acho que é o que todo mundo espera.

Acredito que já respondi... Fiz as anotações e acredito que já tenha respondido todas as perguntas, mas, se eu tiver me esquecido de alguma, por favor, lembrem-me, pois eu faço questão de responder.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – E a da AGU?

O SR. VICTOR SANTOS RUFINO – Ah, sim, a da AGU! Essa é muito boa!

A AGU, Senador Flexa Ribeiro, tem quatro braços: Procuradoria do Banco Central, Procuradoria da Fazenda Nacional, Advocacia da União e Procuradoria Federal.

Eu tenho muito orgulho, Senador Flexa, de dizer para o senhor que, logo que terminei a faculdade, aos 23 anos, eu passei em concurso para essas quatro. A Procuradoria Federal, que foi aquela em que eu escolhi ficar, representa as 150 autarquias federais. O Cade é uma autarquia federal, e, por isso, eu sou habilitado a ser procurador do Cade.

A discussão que nós temos internamente hoje na AGU é sobre se faz sentido haver essas quatro carreiras. A minha resposta, Senador, é que eu acho que é bom que a gente una essas quatro carreiras, porque é o

mesmo concurso, é o mesmo salário, a gente tem, basicamente, a mesma função... Eu fui Procurador Federal em Sorocaba antes de ser do Cade e tinha dois colegas na PFN, três colegas na AGU, 20 na Procuradoria Federal trabalhando em prédios diferentes, mas, basicamente, fazendo a mesma coisa.

Em relação à nomeação, especificamente, o Cade tem essa similitude, à mercê da emenda de V. Exª em relação à chefia. Em relação aos procuradores, eles são providos pela carreira em um processo de remoção. Eu acredito que é bom. Eu tenho muito zelo pelo meu mandato. Acredito que é uma coisa positiva. Se continuar assim no Cade, estamos satisfeitos com isso, mas acreditamos também que haver essa união dessas quatro carreiras faz sentido do ponto de vista administrativo e faz sentido do ponto de vista jurídico, e acho que, por enquanto, temos caminhado bem lá. Se essa união vier a passar aqui pelo Congresso Nacional, eu, pessoalmente, posso falar ao senhor, Senador Flexa Ribeiro, que ela vai ser positiva para o País.

Em relação aos critérios de nomeação, é importante que a gente tenha nas chefias das consultorias jurídicas e das procuradorias de agências reguladoras, independentemente de ter mandato, pessoas habilitadas, pessoas capacitadas, colegas que representem o melhor da nossa carreira, porque é importante que você tenha – eu concordo totalmente com V. Exª – um advogado que tenha, seja formalmente, seja por meio de uma lei ou por sua própria atuação profissional, independência para defender posições jurídicas em relação à diretoria. É importante que o advogado tenha essa capacidade de dizer um "não" também para a diretoria, porque, no Direito, às vezes, a gente tem que fazer esse papel de dizer o que se pode e o que não se pode fazer, que é pelo menos o que eu, pessoalmente, lá no Cade, tento fazer, Senador.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Victor, eu tinha feito uma pergunta se você teria...

(Interrupção do som.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – ... que nós poderíamos colaborar, porque eu vejo a sua capacidade, a sua competência, que você fala com conhecimento de causa.

Então, estarei à disposição para colaborar, se houver alguma sugestão.

O SR. VICTOR SANTOS RUFINO – Senador, em primeiro lugar, quero agradecer ao Congresso Nacional porque a grande modificação legislativa que precisava ser feita no direito da concorrência foi feita em 2011. Nós temos uma lei nova, que está avançando muito, que permitiu que o Cade adquirisse um patamar internacional e nacional elevados. Ela modificou o sistema de análise de atos de concentração, e isso foi muito, muito positivo para a instituição. Nós temos dois projetos de lei em andamento: um projeto de lei sobre a competência do Banco Central, Cade, do Senador Anastasia, que é muito positivo, e o projeto de lei do Senador Ricardo Ferraço esclarecendo o acordo de leniência da Controladoria-Geral da União, que é muito importante para o avanço da política de defesa da concorrência de uma forma geral.

Senador, a gente fala muito em lei, mas há outra função do Congresso Nacional que acho que é importante, que é a função, que foi exercida pelo superintendente-geral recentemente aqui, na CAE, que é a de vir aqui para falar da importância da defesa da concorrência, de colocar o Cade nos fóruns de discussão que este Congresso tem sobre temas relacionados à concorrência. Isso, embora não tenha a força de um projeto de lei, tem uma força difusa que eu acho que é muito importante, porque pode esclarecer e evitar que problemas surjam. Informar a atividade legislativa de uma forma positiva eu acho muito importante.

O Senador Alvaro Dias fez uma pergunta sobre judicialização de acesso que eu acho que se encaixa aqui.

Senador Alvaro Dias, desde essa reforma legislativa que houve em 2011, a judicialização de atos de concentração caiu muito, a análise prévia aumentou muito o cumprimento de decisões voluntárias do Cade... A gente tem, hoje, uma análise de fusão, e aqui isso é muito mais forte. Eu acho que isso pode ser creditado, em grande parte, a essa modificação legislativa, a essa reforma legislativa de 2011.

Em relação à judicialização, Senador Alvaro Dias, a gente tem um número estável de manutenção de 80%. Gosto muito dessa pergunta porque ela diz respeito diretamente à atuação da Procuradoria do Cade.

Em relação ao processo judicial, nós somos uma procuradoria que trabalha duro. Tentamos trabalhar duro, tentamos ser litigantes respeitáveis. Litigamos com os principais escritórios de advocacia do País. É uma coisa que tentamos muito fazer, mas conversamos também com o Poder Judiciário. Na semana passada, tivemos um evento com o Poder Judiciário muito positivo. Conversamos com juízes. Há diversas teorias, do ponto de vista jurídico, que justificam a intervenção judicial. O que nós tentamos é ter uma atividade muito próxima ao Poder Judiciário, explicar os casos do Cade ao Poder Judiciário. Eu, particularmente, como procurador, sinto que, se eu não tiver a capacidade de explicar uma decisão do Cade bem para o Poder Judiciário, eu vou perder. Então, estou sempre tentando traduzir as questões específicas. E acho que essa pergunta do senhor sobre judicialização me traz aqui a uma proporção, Senador Hélio José, de modificação legislativa que pode ser muito importante.

Há, hoje, uma discussão muito forte, com *fintechs, com* a sociedade civil, sobre se é adequado haver varas especializadas para julgar questões de defesa da concorrência, de defesa comercial e outras questões legislativas importantes. Isso exigiria uma proposta de emenda constitucional. Mas, se é para ser ousado, Senador Hélio José, eu acho que o Congresso Nacional começar a discutir que, em determinadas agências reguladoras, em relação ao Cade, em relação à defesa comercial, em relação a determinados temas de alta especialização, pode ser um ganho você ter varas especializadas no Poder Judiciário para fazer isso também. O Poder Judiciário tem magníficos juízes, têm talentos notáveis, que, se forem colocados num ritmo de especialização, talvez façam o fator tempo diminuir. Hoje, o fator tempo, Senador Alvaro Dias, é menos do que a taxa de reversão de decisões do Cade. O mais importante é que o processo judicial seja mais encurtado. Eu acho que, quando uma parte entra em juízo por se sentir injustiçada de alguma forma por uma decisão do Cade, ela quer o provimento jurisdicional vindo rápido. A gente tem um Poder Judiciário altamente assoberbado, com um nível de litigiosidade alto, e é importante, em casos em que se exige uma *expertise* técnica alta, que haja essa especialização.

Acho que são essas as proposições legislativas que entendemos mais importantes, Senador.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Só quero comentar que eu fui presidente da MP 678 e que nós reajustamos a taxa do Cade, o que eu acho que ajuda um pouco vocês, inclusive, não é?

O SR. VICTOR SANTOS RUFINO – Substancialmente, Senador. Isso resolve um problema orçamentário do Cade. A gente precisa investir em tecnologia para tentar investigar práticas infratoras. Isso é um campo que vai exigir um esforço financeiro da instituição, e ficamos muito felizes com a aprovação dessa MP porque ela resolve um problema histórico de orçamento. O Cade é uma instituição pequena, com orçamento pequeno, mas com um trabalho muito relevante. Acho importante que essa autonomia orçamentária venha junto com a autonomia jurídica para que a gente possa desenvolver um bom trabalho, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – O Senador Caiado pediu para falar. Após a fala do Senador Caiado e a consequente resposta do Dr. Victor Rufino, eu vou encerrar a votação.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, pela concessão que foi feita, eu quero ser bem objetivo em relação a esse assunto específico.

A experiência que tive com o Cade não é das mais animadoras, até porque nós vemos muita ação do Cade quando há fusão de grandes blocos, onde há uma interferência, mas, na verdade, no dia a dia mesmo, nós entendemos que o Cade não presta o serviço que a sociedade brasileira precisa neste momento, que é o de combater cartel. Por exemplo, na semana passada, na quinta-feira, na Comissão de Agricultura, aqui, no Senado Federal, os próprios secretários, como também representantes do Estado do Mato Grosso confirmaram aquilo que nós já sabemos que tem acontecido no Brasil, que, das 41 plantas frigoríficas que existem no Mato Grosso, 20 estão abertas e 21 foram fechadas numa ação direta por financiamento via BNDES beneficiando alguns grupos, em especial o JBS. Essa situação não é diferente no Mato Grosso do Sul, não é diferente em Goiás, nem no Pará e nem em Rondônia, onde temos quase que 80% da pecuária de abate no Brasil.

No entanto, há uns cinco anos, como Presidente da Comissão de Agricultura, nós conseguimos, junto à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, provar a estruturação do cartel numa reunião que ocorreu na cidade de São José do Rio Preto, onde todos os frigoríficos acertaram o preço que deveriam pagar. E, por sorte nossa, veio toda a gravação, todo acerto de quanto se poderia pagar em Goiás, de quando se poderia pagar no Mato Grosso, de quanto se poderia pagar no Mato Grosso do Sul, e assim por diante.

Nós levamos isso à Secretaria de Direito Econômico, ganhamos essa nossa ação que foi impetrada no STF e foi para o Cade. Quando chegou ao Cade, a grande decepção. Ou seja, nós que propusemos não temos direito a participar da decisão, nós não temos direito sequer de argumentar lá no Cade. Isso nos é vedado em 100%. Ele é um órgão hermético e insensível à demanda do setor. Eles deliberam como acham que devem deliberar. E aí vem o mais grave: a punição que foi dada às estruturas frigoríficas que se cartelizaram, Sr. Presidente, indiscutivelmente, as estimularam muito a continuar montando o cartel e o preço. Por quê? Foram penas mínimas, irrisórias. "Olha, o frigorífico agora vai ter que fazer um trabalho social de não sei o quê e prestar conta disso". A multa, aquilo que se disse que deveria ser a multa, ou seja, 1% da receita bruta do ano anterior, isso sequer foi ouvido lá. O valor foi de centavos em relação ao que deveria ser.

Então, eu pergunto: esse processo está acontecendo em marcha batida no País, e acontecendo... Nós recorremos o que nós tínhamos para recorrer, nós fizemos o que nós tínhamos que fazer, e o resultado foi contrário, deu o efeito contrário, efeito rebote: eles ampliaram o processo de cartelização. Eles agora tomaram conta. Antigamente, eles tinham, vamos dizer, 50%; eles agora têm 90%.

Então, qual é a ação real do Cade em uma situação como essa em que vocês assistem essa concentração e estão vendo, o que está sendo denunciado por todos, a utilização de bancos oficiais para facilitar isso, que o setor não tem aonde... O setor hoje tem o boi para abate. Ele vai recorrer a quem? Ele vai ter que recorrer a

essas estruturas que estão montadas. E a que preço? O preço que é imposto ao produtor. Então, onde é que está realmente a função do Cade nesse fato específico? Porque a Secretaria de Direito Econômico atendeu a nossa solicitação, aceitou a denúncia e a encaminhou para o Cade, e o Cade simplesmente deu uma punição mínima, ou seja, uma pena de pequenas causas. Mas aí eu pergunto: qual é o fator educativo, punitivo ou de combate a esse cartel que nós já denunciamos e que tinha mais de cinco anos e só fez crescer nesses últimos anos? Então, essa é a frustração que existe, principalmente a de um segmento que é importante na economia nacional, que tem tudo hoje para crescer mundialmente.

Nós somos a única reserva de boi verde no mundo hoje, que não come resíduo animal, em um momento de grande demanda, mas, no entanto, o setor fica na dependência dessa situação que, antigamente, era constituída por um grupo que cartelizava e hoje é apenas um. Essa é a eficiência do Cade no caso específico.

Então, eu pergunto aqui a V. Sª qual é o resultado.

É a pergunta que formulo, Sr. Presidente.

Muito obrigado por ter me concedido o espaço.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Com a palavra o Dr. Victor Rufino.

O SR. VICTOR SANTOS RUFINO – Os casos relacionados ao setor agrícola que eu tenho visto recentemente lá no Cade são de muita preocupação. No último ato de concentração de compra de frigorífico que tivemos lá, o Cade determinou a venda de plantas industriais de frigoríficos e determinou que todos os atos de concentração que serão feitos pelo maior *player* do mercado sejam notificados ao Cade independentemente de eles perfazerem o critério de notificação obrigatória da lei. Então, há uma preocupação com essa concentração que o senhor traz.

Eu acho que, para cartel, se você analisar a evolução recente da jurisprudência do Cade, você tem evolução recente de aplicação de penas muito duras.

Recentemente, Senador, a crítica ao Cade tem sido até no sentido de que ele tem aplicado penas demasiadamente severas para cartel. Eu tenho certeza de que, sendo verificado um cartel, atualmente a penalidade tende a ser muito forte.

O que a gente tem observado no setor agrícola – e a gente tem recebido muitas manifestações sobre isso – é que casos que envolvem o setor agrícola têm levado a uma participação muito maior.

Eu fico feliz de poder responder ao senhor o seguinte: o último ato de concentração da história do Cade, que teve o maior número de terceiros interessados participando, foi a fusão entre ALL e Rumo. Eram representantes do setor produtivo, do setor agrícola, particularmente do Estado do Senador Delcídio, Mato Grosso do Sul, e do Estado do Mato Grosso, preocupados com os efeitos dessa fusão no setor de ferrovia, porque a produção é escoada, majoritariamente, pelo modal ferroviário, como o senhor bem sabe.

O Cade, nesse ato de concentração da ALL e Rumo, especificamente, impôs uma série de restrições à atuação da companhia, obrigações de tratamento isonômico aos produtores que tentavam escoar sua produção por essa ferrovia. E estamos monitorando isso com muita atenção.

Eu compartilho muito dessas preocupações de V. Exª em relação ao setor agrícola, em particular, porque o que eu tenho visto profissionalmente lá é uma preocupação.

Em relação à abertura do processo administrativo, a gente sempre tem muito prazer em responder aos questionamentos do Senado Federal. Eu posso garantir ao senhor que eu posso responder a todos eles pessoalmente ou por escrito, quando for necessário.

Mas eu acho importante a gente realmente ter essa sensibilidade. É o setor mais importante da economia nacional, que tem alguns *players* de porte elevado. Você tem visto hoje a BRF crescendo muito também para o setor de carne vermelha. Eu acho importante o Cade ser sensível a essas considerações de V. Exª, e eu, particularmente, posso garantir ao senhor que o sou e que posso levar isso para dentro do dentro processo administrativo lá.

Em relação à participação de terceiros, o senhor vem de um Estado que é forte e produtivo e pode informar aos seus constituintes que nós estamos abertos para receber e garantir que haja uma participação, inclusive, como o senhor bem mencionou, com voz, como ocorreu nesse ato de concentração da ALL e Rumo, que, como eu falei, foi o ato que mais teve participação de terceiros até o momento. Treze associações diferentes participaram como terceiros interessados, falaram ativamente no processo, e acho importante que seja assim mesmo, Senador.

Obrigado pela pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Não havendo mais nenhum Senador...

Senador Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, meu caro Victor, eu queria apenas mencionar, porque se trata de um assunto do Cade, duas matérias do jornal *O Globo*, de autoria do jornalista José Casado, a respeito de um tema muito importante do ponto de vista economia brasileira, que dizem que, nos Estados Unidos, um número grande de grandes instituições financeiras foi punido – são multas que se elevam a mais de US$5,5 bilhões – por manipulação da taxa de câmbio. Eu não sei se o Presidente Delcídio está a par desse assunto. É uma matéria muito importante, do jornalista José Casado, que um pouco resume o estado das artes a respeito do tema, que está hoje na órbita do Cade.

Ouvi vozes de que um setor do Governo estaria interessado em uma medida provisória que retiraria do Cade a atribuição dessa investigação. Mais do que os rumores, na verdade, temos indícios a esse respeito.

Então, o que eu queria pedir ao Victor é que desse uma atenção muito grande a esse assunto; e nós vamos dar aqui, no Senado. O nosso Senador Ferraço, inclusive, teve oportunidade de pedir uma audiência pública, que foi feita, mas já em um estágio ainda anterior de conhecimento dos assuntos.

Isso tem muito a ver, inclusive, com os problemas que a economia brasileira enfrenta. O Brasil talvez seja o maior foco mundial de especulação com taxa de câmbio, seja em uma direção, seja na outra, com ganhos selvagens. O ponto máximo dessa especulação foi em 2010, com a complacência do Banco Central. E outro ponto máximo agora, mas em sentido contrário, na época, foi através da sobrevalorização da moeda, que foi um escândalo naquela época. Aliás, isso abriu caminho para boa parte das dificuldades que a economia brasileira tem.

Nós tivemos um problema grave de populismo fiscal, no segundo governo Lula, paralelo ao populismo cambial, que é um populismo terrível, em certas circunstâncias até pior ou pelo menos competindo, em matéria de malignidade, com o populismo fiscal.

E, recentemente, houve a questão dos *swaps*, que também promoveram ganhos selvagens, absurdos, e que representam dispêndio. Há muita gente que diz "Não, se eu faço *swap*, ou seja, venda de dólar futuro, no equivalente a, aproximadamente, um terço das reservas, o governo está ganhando de toda maneira, porque os outros dois terços estão se valorizando". Mas esses dois terços não são realizados, enquanto que o outro terço da especulação é realizado, entra como despesa de juros, aumenta a dívida, aumenta o déficit e tem efeitos péssimos em relação às expectativas da economia.

De toda maneira, esse assunto, esse *affair* não está relacionado com o período recente. Mas o Senado – e aqui devo cumprimentar o Senador Ferraço por isso, num primeiro momento – já entrou no tema. E nós vamos entrar. E eu queria dizer que nós nos oporemos frontalmente a que haja essa retirada do Cade do assunto, que interessa ao Banco Central. O diretor do Banco Central veio aqui dizer o absurdo de que o câmbio não é manipulável. Era desde 2011 para trás, mas no novo sistema do Petex não seria.

Bom, mas toda essa investigação abrange esse período anterior a 2011. Já houve acordo de leniência, inclusive com o Cade, de uma das instituições. E isso está passando batido, o que é espantoso, Senador Tasso. Está passando batido. Envolve os interesses da nossa economia, envolve muito dinheiro, envolve danos significativos para o mundo real da economia brasileira.

Eu queria apenas fazer a advertência. Creio que o seu nome será aprovado aqui, mas quero que já leve para o Cade esse encargo. E nós vamos inclusive nos dirigir novamente à instituição para nos atualizarmos em matéria das investigações a esse respeito.

E sugiro também que leve para o Cade, temporariamente que seja, especialistas na área. Essa é uma matéria dificílima, para a qual, em geral, os bacharéis e os economistas também não estão preparados, uma vez que é um assunto complexo a manipulação de taxa de câmbio e requer uma especialização muito grande. Nesse sentido, eu me permito sugerir que o Cade procure se equipar melhor nessa matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Serra.

Dr. Victor Rufino, V. Sª tem interesse em fazer alguma consideração em relação aos comentários do Senador Serra?

O SR. VICTOR SANTOS RUFINO (*Fora do microfone*.) – Acredito que o Senador Ferraço já falou...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES. *Fora do microfone*.) – Já abordamos esse assunto.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Não era do meu conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – O Senador Ferraço fez esse questionamento, Senador, logo no princípio. Mas é evidente que, se o Dr. Vitor Rufino quiser faze alguma observação...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Recomendo a todos a matéria do José Casado, por coincidência capixaba como o nosso Senador Ferraço. Eu creio que é puro acaso um jornalista escrever e um Senador se empenhar nesse assunto, ambos do mesmo Estado. Para quem não sabe, existe a pátria capixaba, viu, Flexa? Você fica me olhando assim, mas existe a pátria capixaba, que tem presença forte na mídia e no Senado.

O SR. VICTOR SANTOS RUFINO – Agradeço os comentários do Senador José Serra.

Com certeza, esse é um dos casos de maior impacto no Cade, hoje, é um dos que temos analisado com o maior cuidado.

E quero dizer que estamos, sim, nos informando com especialistas – conhecemos a especificidade da matéria – e ressaltar que o próprio Banco Central, a despeito de divergências de competência, tem sido muito solícito em ajudar a decifrar essas minúcias que são próprias de um mercado regulado complexo, como é o caso do mercado de câmbio.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Não havendo mais nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, vou abrir o painel e concluir a votação proclamando o resultado.

Podemos fechar a votação. (*Pausa.*)

Foram 17 votos SIM e nenhum voto NÃO.

Portanto, a Comissão de Assuntos Econômicos aprova o nome do Sr. Victor Santos Rufino...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Presidente, eu não votei. Quero que contabilize o meu voto, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – O.k. Voto favorável, voto "sim" do Senador José Serra.

Portanto, a Comissão de Assuntos Econômicos aprova o nome do Sr. Victor Santos Rufino para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Eu pediria, Senador Flexa, se V. Exª puder, que solicitasse urgência para que...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Peço...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Houve uma falha aqui.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não é CVM, mas Cade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Estou com CVM na cabeça.

Solicito ao Senador Flexa que peça urgência para que votemos, se possível...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Peço para encaminhar com urgência ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Os Senadores e as Senadoras que concordam...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Com o apoiamento do nosso Partido.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Com o apoiamento do DEM e de todos os partidos aqui presentes.

Portanto, de acordo com o art. 165 do Regimento Interno, o parecer sobre a escolha de autoridade será incluído em série no final da Ordem do Dia de hoje.

Quero parabenizar o Dr. Victor Rufino e toda a equipe do Cade aqui presente, desejar muito sucesso na votação, hoje, no plenário do Senado e, se os Senadores aprovarem o seu nome, que o senhor faça um excelente trabalho, como já vem fazendo, no Cade, que é uma verdadeira referência para todos nós.

Muito obrigado.

Parabéns, Dr. Victor Rufino!

A segunda parte da nossa reunião seria uma audiência pública, Senador Tasso Jereissati, solicitada por um requerimento de V. Exª, para tratar do endividamento da Petrobras com entes federados, além de prestar esclarecimentos sobre como a empresa pretende lidar com a alta relação entre a dívida líquida e EBITDA, em um contexto de real desvalorizado e preço do barril de petróleo a US$50.00, para recuperar sua capacidade de investimento.

O Requerimento nº 39 é de autoria do Senador Tasso, mas há também um do Senador Crivella.

Nós havíamos combinado com o Dr. Armando Toledo, que não tem medido esforços para nos atender, que, no lugar do Dr. Bendine, viriam o Dr. Ivan Monteiro, o Dr. João Adalberto Elek Junior e a Drª Claudia Zacour para tratar dessas questões, desses temas à luz até da publicação do balancete do terceiro trimestre da Petrobras.

Lamentavelmente, nós fomos avisados ontem à noite de que o Dr. Ivan Monteiro não poderia vir.

Por isso, eu gostaria de ouvir os Senadores com relação à realização dessa audiência pública, porque estou vendo muitas dificuldades, dificuldades inclusive para acessar ou obter informação da presidência da Petrobras, o que é algo lamentável.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Sr. Presidente, não é a primeira vez que nós convidamos o Presidente da Petrobras para vir não só a esta Comissão, mas, no meu caso, também a outra comissão, no caso uma comissão especial que estudava a reforma das estatais, para vir dar uma palavra sobre go-

vernança e controle na Petrobras. E ele simplesmente não compareceu àquela comissão e não deu qualquer tipo de satisfação. Simplesmente não compareceu. Aqui, nesta Comissão, me parece que ele já foi convidado outra vez e também não compareceu.

Agora, em função de um noticiário muito vasto ocorrido nos jornais sobre a situação financeira, sobre novos negócios da Petrobras, sobre privatização de subsidiárias da Petrobras e até, também, em função da discussão que existe nesta Casa sobre um projeto do Senador José Serra que propõe a não obrigatoriedade de a Petrobras investir 30% nos projetos do pré-sal, para que esclarecesse a capacidade, ou não, de a Petrobras fazer esses investimentos, fizemos novamente esse convite ao Presidente Bendine.

Primeiramente, houve um contato, pelo que eu saiba, com V. Exª em que o Presidente Bendine disse que não poderia vir porque tinha alguns problemas, mas que mandaria em seu lugar o Diretor Financeiro, Dr. Ivan Monteiro. Logo em seguida, foi adiado esse encontro, essa vinda do Dr. Ivan Monteiro e de outros diretores aqui em virtude de preferirem vir aqui só depois do balanço, porque o balanço trimestral seria divulgado no dia 12. E nós fomos, de uma maneira, eu acho, muito compreensiva, entendendo as circunstâncias até chegar o dia de hoje, quando, novamente, a Petrobras faz... Aí já considero uma desfeita a esta Comissão e ao Senado Federal.

Eu me sinto insultado, na verdade, com, após tantos acontecimentos envolvendo a Petrobras nos últimos dois anos, ainda no dia de hoje, a negativa do Presidente, que representa a companhia, uma companhia que é nossa, que não é dele ou de seus diretores, mas nossa, dos brasileiros, de vir a esta Comissão, que é a comissão indicada para informar-se e informar os brasileiros da real situação da empresa.

Lembro que aqui há uma discussão sobre privatização, ou não, e que está se discutindo, intramuros, a privatização de uma série de subsidiárias da Petrobras, sem que sequer possamos ter o direito a essa informação.

Essa negativa eu considero um insulto.

Portanto, Sr. Presidente, eu proporia a V. Exª, que sei que está tão indignado quanto eu, que fosse suspensa essa audiência – nós não nos sentimos atendidos desta maneira – e que fizéssemos um memorando endereçado ao Ministro de Minas e Energia para que ele nos explicasse essa posição, nos desse uma satisfação, oficialmente, já na próxima semana, sobre essa posição do seu subordinado, o Presidente da Petrobras.

Faço esta colocação juntos aos outros Senadores aqui presentes para que nós façamos imediatamente essa comunicação ao Ministro de Minas e Energia.

É esta a minha posição, Presidente Delcídio.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Ferraço. Depois, Senador Alvaro Dias.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Sr. Presidente, não apenas em solidariedade à manifestação do Senador Tasso, mas também em solidariedade a V. Exª, que, na condição de nosso Presidente e coordenador dos trabalhos aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, está sendo desrespeitado e aviltado como nosso Presidente. Nós não podemos permitir que V. Exª, na condição de nosso Presidente, não tenha um convite, que foi feito e refeito em função de regras, porque nós estávamos na antessala da publicação do balanço da Petrobras, e concordamos, portanto, em adiar esta audiência pública. Essa audiência pública foi adiada e, de novo, a Petrobras se coloca sobre esta Comissão, se coloca sobre o Senado da República, como se ela não tivesse prestações, como se ela não tivesse satisfação a dar ao Senado da República.

Veja V. Exª o tamanho da falta de elegância, para dizer o mínimo.

Na sexta-feira, os jornais já anunciavam que quadros do mais alto escalão da Petrobras, inclusive o Dr. Ivan Monteiro, estariam indo para a África. Então, os jornais já anunciavam isso na sexta-feira. Não é possível que V. Exª tenha sido avisado ontem à noite ou agora pela manhã.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Fui avisado ontem à noite, às 22h30.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Acho que nós não podemos permitir que o nosso Presidente seja desmoralizado, até porque nós todos estamos sendo desmoralizados pela Petrobras, que não se submete a um debate aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, pois as notícias são absolutamente preocupantes em relação ao futuro da Petrobras.

Então, a manifestação do Senador Tasso, a meu juízo, é tempestiva, é oportuna, e não vai aqui qualquer ato de desagravo aos funcionários da Petrobras que vieram para cá por delegação.

Sinceramente, acho que nós deveríamos suspender esta reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. E acho mais: acho que nós não deveríamos fazer qualquer outra reunião na Comissão de Assuntos Econômicos sem que nos valêssemos da prerrogativa de trazer aqui não apenas o Dr. Ivan Monteiro. Por que o Dr. Bendine não pode vir à Comissão de Assuntos Econômicos? Ele não está acima do bem e do mal. Ele deve satisfações à sociedade brasileira e ao Senado da República.

Então, minha manifestação vem em solidariedade à humilhação que querem impor a V. Exª, que não é apenas Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, mas também Líder do Governo no Senado. Fica muito mal para o Líder do Governo não ter força para trazer aqui os diretores da Petrobras para que nós possamos debater assuntos que são do absoluto interesse da sociedade brasileira.

A minha solidariedade a V. Exª e à manifestação do Senador Tasso Jereissati, em nome da autonomia do Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Ferraço.

Senador Alvaro, depois o Senador Flexa, pela ordem de inscrição, e depois o Senador Serra.

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Presidente, apoio total à solicitação do Senador Tasso Jereissati. Não se justifica mais ouvir coadjuvantes na Petrobras. Aliás, é bom dizer que a direção da Petrobras tratou melhor a usina de Pasadena do que o Senado Federal. Isso é um descaso, uma desfaçatez com uma instituição tão importante como o Senado da República.

Aliás, quando Ulysses Guimarães promulgou a Constituição, no dia 5 de outubro de 1988, imaginávamos que estivesse restabelecida a interdependência dos Poderes e que o Congresso Nacional não seria mais subserviente ao Executivo, não se postaria de cócoras diante do Poder Executivo. Nós não podemos, de forma nenhuma, corroborar com atitudes dessa natureza que colocam esta instituição de cócoras novamente. Se, antes, existiam os atos institucionais, as cassações de mandatos para acovardar o Poder Legislativo, hoje lançam mão de outros métodos escusos, como o da corrupção, como o dessa relação promiscua instalada no balcão de negócios de Brasília. Nós temos de repudiar esse comportamento com veemência, sob pena de submeter o Senado Federal à humilhação diante da opinião pública. O que somos? Um almoxarifado do Poder Executivo, que se socorre desse almoxarifado quando necessita de determinado produto e o relega a um plano secundário? É evidente que o Presidente da Petrobras terá dificuldade de justificar uma dívida de mais de 500 bilhões. É a empresa mais endividada do Planeta.

Fala-se aqui em privatização, Senador Tasso Jereissati. Essa empresa já foi privatizada. Ela não nos pertence mais. Não pertence ao povo brasileiro. Ela pertence aos seus credores. São mais de 507 bilhões de dívida.

O que fizeram com a Petrobras? Uma organização criminosa? Uma quadrilha a assaltou nos últimos anos? E se recusam a comparecer aqui para prestar contas do que fazem agora, nessa fase que dizem ser de recuperação da empresa?

Ora, Sr. Presidente, nós repudiamos esse tipo de comportamento. É claro que nós temos as nossas limitações até para o repúdio. Nós temos as nossas limitações para o protesto, mas lavramos aqui o nosso protesto, e creio que a forma simbólica de rejeitar e repudiar esse tipo de comportamento é também rejeitando a presença de coadjuvantes da Petrobras. Se não pode vir o artífice principal no momento...

Aliás, o Ministro de Minas e Energia é um Senador da República, que deve prezar esta Casa e esta instituição. Portanto, cabe a ele, como chefe, como comandante do setor, colocar ordem naquela casa, que abrigou uma quadrilha há algum tempo e hoje abriga os que desrespeitam o Congresso Nacional.

Muito obrigado, Presidente.

Nós estamos aí como parceiros da proposta do Senador Tasso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Obrigado, Senador Alvaro.

Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Delcídio, e Srs. Senadores, na mesma linha dos Senadores que me antecederam, primeiro, quero solidarizar-me com o Senador Tasso e o Senador Ferraço, que foram os autores do requerimento, e com V. Exª, como Presidente da CAE e, mais do que isso, como aqui foi ressaltado, como Líder do Governo no Senado Federal.

Então, é inaceitável que o Senado Federal, através da Comissão de Assuntos Econômicos, faça um convite ao Presidente da Petrobras, Dr. Bendine, para que ele possa vir até aqui trazer os esclarecimentos, aos Senadores e ao Senado Federal, sobre os trabalhos para a recuperação da empresa, que, como foi dito, é de todos os brasileiros.

A mídia, no final de semana agora, trouxe a posição das ações da Petrobras comparativamente com as das outras petrolíferas mundiais, e é impressionante. Algumas petrolíferas tem o valor das suas ações positivo e a Petrobras tem a perda de 70% no valor das suas ações. Ou seja, perdeu 70% do seu patrimônio. E não se consegue que o Presidente venha aqui, porque é ele a pessoa que vai responder... Sem demérito aos diretores, aos gerentes que até aqui vieram, o convite, inicialmente, foi feito ao Presidente. Ele pediu, solicitou que fosse feita a audiência após a publicação do balanço do terceiro trimestre. Isto foi aceito pelos Senadores que fizeram o requerimento, mas, mesmo assim, ele não compareceu e se comprometeu a mandar o Diretor Financeiro, que, como foi dito por V. Exª, lhe comunicou ontem às 10h30 da noite que não viria.

Então, eu acho que isso é um desrespeito, um desrespeito com a Comissão, com o Senado e com o Líder do Governo.

Concordo com a proposta do Senador Tasso de que se faça um encaminhamento ao Ministro de Minas e Energia, o Senador Eduardo Braga, para que ele possa explicar o motivo da não vinda, ou melhor, da permanente ausência do Presidente da Petrobras. Parece que ele não quer vir. E ele não querer vir nos deixa muito mais preocupados ainda, porque, se a diretoria em que ele está, que ele preside, que tem o objetivo, que é o objetivo de todos nós, de todos os brasileiros, de ter a Petrobras novamente fortalecida, de tirar a quadrilha que a levou a essa situação...

Sugiro que ele possa explicar isso, ou, então, que nós façamos, Senador Tasso, um convite ao próprio Ministro. Já que o subordinado dele, como Presidente da Petrobras, não se dispõe a vir, que venha o Ministro para dar as informações, porque ele trará o Presidente da Petrobras. Como Ministro, ele trará o Presidente da Petrobras para essa audiência, que fica, desde já, proposta caso ele não possa vir.

Eu queria, Presidente Delcídio, sugerir que nós façamos a audiência agora com a presença do Presidente. Não vamos mais aceitar qualquer desculpa dele com relação a não poder vir hoje ou não poder vir amanhã. Lamentavelmente, nós não temos o poder de convocá-lo, porque, se tivéssemos esse poder, eu iria propor a sua convocação, que ele viesse não mais como convidado, mas como convocado. Então, sugiro que a audiência seja feita com a presença do Dr. Bendine na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Flexa.

Concluindo, Senador Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, quero, evidentemente, apoiar e me solidarizar com todas as intervenções feitas aqui, começando pela do Senador Tasso.

Na verdade, é a terceira vez que a Petrobras falta. O Presidente da Petrobras, Bendine, não compareceu à comissão de estatais, não compareceu à comissão do pré-sal, em função do nosso projeto que libera a Petrobras da obrigação de ser a operadora única de todo o pré-sal, além de dever comparecer com 30% de cada investimento, e não compareceram agora seus diretores, inclusive aquele a quem se atribui a direção da empresa de fato, que é o diretor financeiro.

É interessante uma matéria que saiu na revista *Piauí* esta semana que mostra muito bem de que maneira a presidência, de fato, é exercida pelo diretor financeiro. É interessante que, como diz a revista, subordinados, fornecedores e parceiros comerciais da Petrobras nem sempre encontram no Rio de Janeiro o Presidente Bendine às segundas e às sextas. Tanto é assim que internamente ele já tem o apelido de TQQ, "terça, quarta e quinta".

Quem sabe nós poderíamos trazê-lo aqui no dia do ócio, segunda ou sexta-feira. Nós nos disporíamos a comparecer. Ele não vai poder alegar obrigações.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES. *Fora do microfone*.) – Dia do ócio para ele.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Dia do ócio dele, evidentemente. Para nós, seria até um encargo adicional fazer uma convocação nesse dia. Quem sabe se poderia novamente fazer essa convocação.

Isso mostra também a importância de nós aprovarmos uma emenda constitucional, que, dizem-me os colegas, está em tramitação, para que o Senado tenha poder para convocar servidores. Se convoca o Ministro, como não vai poder convocar subordinados do Ministro? Isso é um absurdo! Nós temos que corrigir essa falha, digamos assim, do Texto Constitucional.

Por último, quero sublinhar que entre as outras questões que estariam sendo postas hoje está a autorização para a venda da Gaspetro. O Senador Tasso me passou dados mais precisos a esse respeito. Na Gaspetro, segundo a Diretoria Financeira da Petrobras, o Conselho de Administração aprovou a venda de 49% das ações para a Mitsui ao valor de cerca de R$1,9 bilhão, que é um preço de banana para 49% das ações da Gaspetro.

Os Senadores conhecem a minha posição. Sou a favor da venda do controle da Gaspetro, da Transpetro e da BR Distribuidora, mas com a Petrobras, inclusive, detendo, se possível, a maioria das ações. Ou seja, o que vale aí é que uma gestão privada poderia portar receitas, como acontece no caso do Banco do Brasil. A seguradora do banco é de controle privado e o banco tem 70% das ações, e ganha uma fortuna por ano, porque a área privada sabe explorar e sabe gerar receita. Isso é uma estratégia que poderia ser debatida.

Agora, a pior coisa que poderia ser feita era vender na bacia das almas. Não vende o controle, vende 49%, o que praticamente impede, depois, a venda do controle, a menos que seja para a Mitsui. Não há como, se ela tiver 49% das ações, vender o controle sem estar fora. No caso da Petrobras, só poderia vender o controle se vendesse 51%. É uma operação que me parece lesiva, oportunista e muito característica da situação em que se encontra a Petrobras hoje, à deriva, com os encargos de dívida que foram mencionados aqui e dentro de um contexto em que, praticamente, o Governo não governa.

Esse é um setor crítico da economia brasileira que parece continuar ao deus-dará, apesar de tudo aquilo que sofreu, de toda a tensão que se tem dado e da importância que tem, do ponto de vista estratégico, para recuperação da economia brasileira.

Menciono a questão da Gaspetro para efeito de mostrar que o Senado não vai poder questionar a diretoria da Petrobras a respeito dessa operação e levar à opinião pública os esclarecimentos a esse respeito. Isso é realmente muito lamentável.

Reitero também o que foi dito aqui em solidariedade a V. Exª, que eu sei o quanto articulou, pela segunda vez, essa audiência, num esforço exatamente para aumentar a taxa de transparência da ação governamental e, no caso específico, nessa área crucial para a vida brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Serra. Eu vou...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente, só um adendo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Senador Serra, Senador Tasso, a imprensa noticiou que o Presidente do Conselho pediu licença, se ausentou... Não, ele se afastou da presidência por não concordar com o que estava sendo proposto no Conselho. Então, assumiu seu lugar o Presidente do BNDES, parece-me.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Eu vou, por sugestão de todos os Senadores, e há consenso em relação a isso, cancelar a audiência pública de hoje registrando aqui que o Diretor João Elek ainda está aqui, na antessala, que a Drª Cláudia Zacour viria aqui com objetivo específico de discutir a questão do modelo do pré-sal, porque essa é uma das pautas que nos comprometemos em debater, até em função do projeto do Senador Serra, e que o Diretor Ivan Monteiro viria aqui para esclarecer todas essas ações que a Petrobras tem sinalizado implementar ao longo das últimas semanas e nos próximos meses.

Fui surpreendido ontem quando fui informado – já era tarde – que o Dr. Ivan Monteiro não viria. Depois, descobri, o que o Senador Ferraço falou, que os jornais já tinham informações que nós não possuíamos, de que alguns diretores iriam viajar, iriam em missões outras, representando a Petrobras no exterior.

Quero deixar aqui registrada, enfatizando algumas observações que eu não poderia deixar de destacar, primeiro, a dificuldade de trazer o Presidente Bendine aqui, não só à Comissão de Assuntos Econômicos, mas a qualquer comissão. Nós não pudemos discutir a questão do projeto do Senador Serra, não pudemos discutir a questão das estatais, que é um projeto que está na pauta do Senado Federal... Posso falar isto porque fui protagonista disso, do que aconteceu na semana anterior e nesta.

Na semana anterior, com as coisas todas encaminhadas, volto a repetir, apesar de todo o zelo e o cuidado do Sr. Armando Toledo, que é assessor do Presidente Bendine, fomos informados na última hora que os diretores não poderiam vir, alegando a quarentena, porque o balancete iria ser anunciado e eles não poderiam dar informações públicas. Compreendemos. Mas ontem esse fato se repetiu. Apesar de o Dr. João Elek estar aqui, assim como a Drª Cláudia Zacour, Gerente Jurídica da Petrobras, o Dr. Ivan, que, inclusive, faria aqui o esclarecimento de uma série de ações...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Ele teve o cuidado de ligar para V. Exª para dizer que não viria?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Não, não. Eu recebi uma mensagem. E quero aqui até dizer que a Camila, que secretaria a Comissão de Assuntos Econômicos, disse que nunca teve tantas dificuldades... Aliás, a Comissão de Assuntos Econômicos nunca teve tantas dificuldades para fazer contato com a Petrobras. É uma coisa surpreendente.

Eu passei pelo Joel Rennó, eu passei pelo Philippe Reichstul, com o qual eu tive a honra de trabalhar, pelo Gabrielli, pela Graça Foster, mas nenhum deles, com as suas qualidades, com as suas virtudes e com os seus defeitos, como todos nós temos, nenhum deles adotou um comportamento como esse ou deixou de vir aqui, mesmo em momentos extremamente difíceis. Eles vieram aqui. Sob pressão, em um quadro de denúncias graves, eles estiveram aqui, compareceram. Eu mesmo participei de várias reuniões nesse sentido.

Agora, o Senado Federal quer discutir o futuro, as medidas. Foi citada aqui a Gaspetro, mas há outros ativos para os quais cabe o mesmo raciocínio, mas, lamentavelmente, mesmo com uma pauta como essa, que é uma pauta positiva, nós não conseguimos fazer essa reunião.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Quem sabe V. Exª consegue trazer aqui a Val Marchiori! Talvez possa ser uma boa proposta.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Eu não entendi.

Presidente, eu pediria ao Senador Ferraço que explicasse. Não entendi.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Na impossibilidade de o Presidente da Petrobras vir à Comissão de Assuntos Econômicos, talvez ele possa mandar a Val Marchiori como sua representante para que nós possamos debater aqui o futuro da Petrobras.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Quem é Val Marchiori? (*Risos.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – O Presidente Delcídio conhece bem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Eu também não sei, Senador Serra.

Eu gostaria de... Então, eu lamento isso, porque é um desrespeito à Comissão, especialmente à minha pessoa, inegavelmente.

Eu gostaria, Senador Tasso, independentemente desse ofício que a Comissão de Assuntos Econômicos encaminhará ao Ministro Eduardo Braga, que é Senador como nós, eu gostaria, depois, de reunir *en petit comité* com alguns Senadores e Senadoras porque nós temos que mudar a estratégia aqui com relação a esses temas.

Nós nunca tivemos nenhuma dificuldade em receber ninguém aqui na CAE, nem nas outras comissões. É uma coisa hermética. Não se consegue falar, não se consegue dialogar. Quer dizer, é uma presidência inacessível. E é muito parecido com o comportamento do Banco do Brasil. Só que, no Banco do Brasil, havia todo um grupo que comandava o Banco do Brasil que era comandado pelo atual Presidente da Petrobras. E a Petrobras é outra conversa. Lá não é a casa dele.

Portanto, exige... Se o Banco do Brasil funcionava no piloto automático, a Petrobras não funciona, não. Por isso, eu vou elaborar um ofício a ser encaminhado ao Ministro de Minas e Energia, mas reitero aqui que o Presidente da Petrobras, o Presidente Bendine, virá, sim, à Comissão de Assuntos Econômicos independentemente do nível das discussões que nós tivermos aqui com relação à modelagem e com relação a outros temas que a gente tem debatido aqui. Não é possível que isso aconteça. E até eu, que sou, normalmente, por formação, tolerante... É difícil eu sair da minha... Eu opero *flat*. É difícil aguentar uma conversa dessa. É inacreditável! Eu vou fazer 13 anos de Senado e nunca vi um negócio tão complicado como receber um presidente de uma estatal aqui, especialmente uma estatal como a Petrobras, em função do momento que nós estamos vivendo.

Então, nós vamos fazer o ofício, por sugestão do Senador Tasso, mas, independentemente da vinda do Ministro Eduardo Braga, que eu sei que virá quantas vezes for solicitado a vir, porque é nosso companheiro e, como Senador, mais do que nunca, valoriza a força do Senado Federal e representa todos nós no Ministério de Minas e Energia, o Sr. Presidente da Petrobras terá que vir à Comissão de Assuntos Econômicos também, porque, se só vier o Ministro, no final das contas, estaremos fazendo o jogo que ele quer, que é o de não comparecer aqui.

Então, agora, esse diálogo, essa tolerância, essa cumplicidade vai acabar, porque agora, apesar de toda a generosidade e do respeito, agora não estão respeitando o Senado e não estão respeitando a Comissão de Assuntos Econômicos.

Portanto, vou conversar com alguns Senadores, porque nós vamos tomar outras providências. Eu vou conversar com o Dr. João Elek que ficou aguardando até agora, assim como sua equipe da Petrobras, até para justificar a razão do cancelamento. Mas esse tema não ficará assim.

Quero agradecer a todos os Senadores e Senadoras.

Muito obrigado.

E registro que amanhã nós teremos audiência pública, Senador Tasso. Amanhã, dia 18 de novembro, nós teremos, primeiro, uma audiência pública, às 8h30, com a Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação para instruir o PLC 77, de 2015, e às 10h, amanhã, conforme combinado, uma audiência pública do Projeto de Resolução nº 84, do Senador Serra, do limite da dívida líquida, dívida bruta, e na terça-feira teremos sessão deliberativa não só com esse projeto de resolução, mas também com o projeto do Senador Ferraço e outros projetos que nós vamos pautar, até porque nós vamos ter uma sessão deliberativa na próxima semana. Uma pauta mais enxuta, mas analisando aqueles temas com que todos os Senadores aqui têm se preocupado e têm exigido que sejam votados.

Aos Srs. Senadores e Senadoras, à imprensa, enfim, a todos aqueles que nos acompanharam meu muito obrigado.

Amanhã, às 10h, audiência pública.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 11 minutos.)

ATA DA 21ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE (44ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT (48ª REUNIÃO), EM 18 DE NOVEMBRO DE 2015, NA SALA DE REUNIÕES Nº 6 DA ALA NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às oito horas e quarenta e seis minutos do dia dezoito de novembro do ano de dois mil e quinze, na sala número seis da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do senador Cristovam Buarque, presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, reúnem-se a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos(as) senadores(as) Cristovam Buarque, Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro, Jorge Viana, Lasier Martins, Paulo Rocha e Sandra Braga. Deixam de comparecer os(as) senadores(as) Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Angela Portela, Antonio Carlos Valadares, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Davi Alcolumbre, Douglas Cintra, Elmano Férrer, Fernando Bezerra Coelho, Gleisi Hoffmann, Hélio José, Ivo Cassol, José Agripino, José Medeiros, João Alberto Souza, Lindbergh Farias, Marcelo Crivella, Omar Aziz, Raimundo Lira, Randolfe Rodrigues, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Sérgio Petecão, Tasso Jereissati, Telmário Mota, Valdir Raupp, Vanessa Grazziotin, Waldemir Moka, Walter Pinheiro e Wellington Fagundes. A presidência declara aberta a reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a realização de audiência pública, a fim de instruir o PLC 77/2015, que "dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015", em atendimento ao Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 50 de 2015, de iniciativa dos senadores Cristovam Buarque e outros, e ao Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 74 de 2015, de iniciativa dos senadores Jorge Viana e outros, tendo como convidados a presidente do Fórum Nacional dos Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia, Cristina Quintella; o presidente do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, Sérgio Luiz Gargioni; o vice-presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior, Fernando Peregrino; a diretora de Inovação da Confederação Nacional da Indústria, Gianna Sagazio; e o representante do reitor da Universidade de Brasília, Bergmann Morais Ribeiro. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os senadores Jorge Viana e Lasier Martins. O presidente concede a palavra, ainda, ao deputado Izalci. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, secretária da Comissão de Assuntos Econômicos, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico.

Senador CRISTOVAM BUARQUE

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Bom dia a cada uma e a cada um.

Havendo número regimental, declaro aberta, nesta data, a 21ª Reunião conjunta das comissões permanentes, sendo a 44ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e a 48ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, desta 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os trabalhos, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das atas das últimas reuniões da CAE e da CCT.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovadas e serão publicadas no *Diário Oficial do Senado* juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Iniciando os trabalhos da presente reunião conjunta, em atendimento aos Requerimentos nºs 50, de 2015, da Comissão de Economia, e nº 74, de 2015, da Comissão de Ciência e Tecnologia, ambos de autoria dos Senadores Jorge Viana e eu próprio, abrimos a audiência pública destinada a instruir o Projeto da Câmara nº 77, de 2015, que dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015.

Para tal, temos a honra de convidar para compor a Mesa os seguintes expositores: Srª Cristina Quintella, que é Presidente do Fórum Nacional dos Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia; o Sr. Sérgio Luiz Gargioni, Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina; o Prof. Dr. Bergmann Morais Ribeiro, representante da Universidade de Brasília; o Sr. Fernando Peregrino, Vice-Presidente

do Conselho Nacional de Fundações de Apoio às Instituições de Ensino; e a Srª Gianna Sagazio, Diretora de Inovação da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Comunico que esta reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Assim, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Durante o curso da audiência, a Mesa poderá fazer intervenções, mas procurará evitar isso, assim como apresentar comentários e questionamentos enviados pelos cidadãos que nos assistem.

Antes de passar a palavra na ordem, eu quero dizer que o Brasil é um país que, todos sabem, precisa de muitas reformas. Nós precisamos de reformas começando pela política, dentro da política eleitoral; nós precisamos de reforma no sistema bancário brasileiro; nós precisamos de reforma – ainda em pleno século XXI, de alguma forma – agrária; nós precisamos de uma reforma, a meu ver, profunda no sistema educacional brasileiro. Agora, de todas as reformas, a que terá mais consequência para o futuro do Brasil será a reforma que permita construir um sistema nacional do conhecimento e da inovação, porque esse é o vetor do progresso; esse é o motor que vai conduzir, no futuro – ou não –, para fazer do Brasil uma nação protagonista dos destinos do mundo inteiro, e nos colocar como uma nação desenvolvida no sentido amplo desta palavra. Não vem mais desenvolvimento pela terra de qualidade, como pensava Caminha, 500 anos atrás, nem mesmo de termos capital, porque o capital, hoje, chega aonde houver conhecimento e credibilidade para recebê-lo e aplicá-lo.

Do que o Brasil precisa para ser uma nação na ponta, na frente, de vanguarda é conhecimento, que passa, obviamente – é quase que sinônimo –, pela ciência e tecnologia. E ciência e tecnologia não caem do céu, não são produtos da natureza em si, são produtos da natureza através do cérebro humano. Não caem. A terra chega, mas a ciência e tecnologia, o conhecimento não chegam automaticamente. Só um sistema de criação de conhecimento permite fazer conhecimento, obviamente, começando pela educação de base para que nenhum cérebro seja desperdiçado neste País por falta da chance de receber a educação necessária, logicamente, por um sistema universitário capaz não apenas de ensinar numa espécie de terceiro grau, mas também de criar, como parte de um sistema de conhecimento. Fazem parte institutos de pesquisas que não fazem parte do sistema universitário especificamente. Faz parte disso o setor empresarial com vocação, com desejo para ser criador e não só fabricante, porque isto é uma das coisas de que temos carência: um setor empresarial que queira ser criador; escrever "criado no Brasil", e não "fabricado no Brasil" apenas.

E é nesse sentido que o Projeto nº 77 existe. O Senador Jorge Viana tem sido um dos grandes defensores, um dos grandes apoiadores, e é o Relator principal, porque, na Comissão de Ciência e Tecnologia, eu sou uma espécie de Relator adjunto. E nós temos que fazer com que essa nova lei que surja dê os estímulos que a ciência e a tecnologia precisam para colocar o Brasil na frente, como uma usina de conhecimento.

Nos dias 8 e 9 de dezembro, a Comissão de Ciência e Tecnologia vai realizar – por dois dias, portanto – um seminário sobre financiamento privado de ciência e tecnologia. Como podemos ter, praticamente, bancos específicos com vocação de financiar conhecimento. Seja pesquisador individual, seja instituto de pesquisa, seja empresa, ou até mesmo dentro das universidades, experiência que já há em tantos países. Nós estamos tentando trazer pessoas de fora para apresentar o que está se fazendo lá fora. Empresas que correm riscos ao financiar pesquisas e que se beneficiam, na medida em que essas pesquisas se transformam em elementos geradores de riqueza.

Mas, hoje, o que a gente quer é dar as condições para que o Projeto de Lei nº 77 seja votado o mais rápido possível.

Todos nós temos condições de saber que há possibilidade de melhorar o projeto. Claro que há. Todo projeto pode ser melhorado, mas todo projeto merece uma urgência, e alguns, mais do que outros.

Nossas conversas – Jorge, eu e outros – com a comunidade científica são no sentido de que este projeto, para ser melhorado, deve ser apressado.

E é neste sentido, levando em conta que estamos chegando ao final do ano, que, se esse projeto voltar para Câmara, nós não sabemos em que ano sairá. E assim nós estamos fazendo esta audiência para saber até que ponto a comunidade científica percebe que ele representa um grande avanço, embora, provavelmente, possivelmente, não o avanço desejado.

É isto que nós queremos saber: justifica aprovar este projeto como ele está? E aí é a nossa ideia é, aprovado na próxima semana aqui, sem modificação, não volta para a Câmara, vai para a sanção da Presidente. Dependendo desta audiência, nós vamos fazer isso; dependendo desta audiência, podemos mudar tudo isso, mas estamos prontos para aprovar rapidamente o projeto.

Queremos ouvir vocês e, por isso, sem perder mais tempo, eu quero passar a palavra para a Srª Cristina Quintella, que, como eu disse, é Presidente do Fórum Nacional dos Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia.

Professora.

A SRª CRISTINA QUINTELLA – Bom dia a todos e a todas, é com prazer que o Fortec recebeu esse convite da sessão conjunta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aqui chamando a atenção para a inovação, e da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Na figura do Senador Cristovam Buarque, eu quero saudar todos os presentes das duas Comissões, e quero parabenizar o Congresso Nacional, que desde 2011 atua em prol de resolver esse gargalo brasileiro de um País que, apesar de ter ótima ciência, haja vista os nossos indicadores de publicações, de fatores de impacto, infelizmente, a nossa balança comercial, no que tange a produtos industrializados ou de alta e média tecnologia, é extremamente negativa, e o pior, a tendência é cada vez mais negativa.

Então, como representante dos núcleos de inovação tecnológica do Brasil, que nós somos, e que estão justamente no meio da ponte entre a produção do conhecimento e a transformação de riqueza para a sociedade, nós consideramos que é urgente esse arcabouço legal, porque, apesar de ótimas intenções e ótimos recursos, nós não temos segurança jurídica hoje em dia para transformar a boa ciência brasileira em PIB, IDH, condições de vida para a nossa sociedade.

Eu gostaria de lembrar, já que o Senador me passou a palavra inicialmente, que esse é um esforço que está ocorrendo desde 2011, e que o Congresso Nacional foi extremamente sensível quando chegou à conclusão de que a nossa Constituição, apesar de ter aspectos muito bons, muito novos, olvidava a palavra inovação. Então, através de uma tramitação que nós consideramos rápida e consciente, foi possível se chegar à Emenda Constitucional nº 85, que foi promulgada, e que nos permite agora dar um outro passo. Uma lei de 2004, regulamentada em 2005, que se choca com uma série de outras disposições do arcabouço legal, a partir do momento em que 2015 ela seja aprovada no Senado, nós poderemos passar a, de maneira mais segura, transformar essa ótima ciência brasileira, reconhecida internacionalmente, em riqueza, em condições de vida para a população.

Então nós, do Fortec, esperamos que o Senado, que até agora tem sido tão sensível nesse aspecto, tramite realmente esse projeto e que ele seja votado por unanimidade no ano que vem. Existem vários itens, como sempre, como o Senador Cristovam Buarque bem falou, que podem ser aprimorados, ou em regulamentação ou em legislação complementar, como uma série de outras leis que estão ocorrendo. Mas, talvez o mais importante é que eu nunca tinha vivenciado e presenciado mais de 60 entidades se reunindo durante 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, há cinco anos, trabalhando cada detalhe, cada vírgula.

Por isso nós acreditamos que o texto como está foi consensuado pela sociedade brasileira com o direcionamento do Congresso Nacional, está pronto para ser votado, considerando, talvez, algumas emendas redação – porque redação a gente sempre pode mudar. Mas não consideramos que existam emendas de mérito, que sejam essenciais neste momento.

Com isso, o Fortec repousa, orgulhoso de fazer parte desta ação nacional, tão bem liderada pelo nosso Congresso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Pela ordem de chamada, passo a palavra agora ao Sérgio Luiz Gargioni, Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado Santa Catarina e do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa.

O SR. SÉRGIO LUIZ GARGIONI – Bom dia a todos os presentes. Em particular, saúdo o Professor, ex-Reitor, ex-Governador e Senador, Cristovam Buarque, por esta iniciativa de coordenar esta reunião do dia de hoje. Também faço referência aqui ao Senador Jorge Viana, que, desde o primeiro momento, junto com o Deputado Sibá Machado, esteve à frente desse projeto.

Quero registrar aqui a presença do meu colega Mauro José Ribeiro, Presidente da Fundação do Acre. Muito bom dia, Mauro.

Esse movimento todo surgiu em Minas Gerais, por iniciativa do Confap, que reúne hoje as 26 fundações estaduais do Brasil – só em Roraima ainda não temos fundação. Hoje o Confap representa um espaço importante na definição de políticas e na participação em várias instâncias de financiamento.

Essa primeira proposta, bastante simples, a ser trabalhada, ganhou asas – como foi dito aqui pela minha colega Cristina – e teve adesão geral. Então, foram muitas discussões, muitas audiências públicas. Eu acompanhei desde o início, aqui há um grupo também que tem acompanhado, o Reinaldo, o Gesil, o Gerson, todos eles. Chegamos, finalmente, a esse texto, que merece, de fato, a essa altura, ser aprovado.

De nossa parte, os Estados estão ansiosos para que isso aconteça, Senador, porque nós precisamos fazer a legislação concorrente. Os Estados precisam também fazer os seus ajustes. Assim, a modificação que houve na

Constituição por emenda e todos os pontos aqui colocados são da maior relevância, simplificam muito a nossa atividade e vão permitir que essa legislação decorrente nos Estados seja bastante homogênea com a nacional.

Hoje nós temos situações diferentes em cada Estado – embora muito semelhantes. Então, reforço aqui o ponto de que aperfeiçoamentos virão. É uma legislação que amplia, de forma importante, a governabilidade e a flexibilidade na execução da pesquisa, mas ela não é ainda, absolutamente, a final. Nós ainda temos sonhos pela frente, que precisam ser ampliados e colocados em prática.

Na pesquisa, nós temos um lema, que tem duas frentes. Uma é esta: nós precisamos de mais recursos e precisamos que esses recursos sejam aplicados de forma mais simples. Ainda há uma ineficiência muito alta no processo. Coloca-se um pesquisador de alto nível a trabalhar sobre burocracia. E não se vê no Brasil nenhum delito feito por um pesquisador, que comprou um microscópio em algum lugar, que não era exatamente aquele.

O grande objetivo do pesquisador é, de fato, ter os recursos necessários. Por isso, ele se preza e tem que ter a sua flexibilidade – em qualquer lugar do mundo é assim. Nós no Brasil ainda temos essas amarras, que nos dão um custo adicional muito importante.

Qualquer controle é custo. Ele é necessário? Sim. Sem ele, se o sistema não for estável, ele tem custo maior.

Mas temos que encontrar uma forma de operar, em que o custo de controle seja bem menor.

Eu gostaria de ter um modelo no Brasil semelhante ao da Finlândia, por exemplo. Senador, eu fui recentemente lá, e na discussão sobre os recursos pesquisa, lá há uma instituição, a Tekes, que é uma fundação que aplica recursos muito substanciais. Em um determinado momento, foi colocado que parte desses recursos vão para empresas. Imediatamente um colega nosso da comissão da visita disse assim: "Como é que vocês fazem a garantia real para esse empréstimo?" Então, um finlandês olhou para o outro e disse assim: "Mas que garantia real?" E eu disse: um fundo de aval? "Também não há". "Mas e se o sujeito não paga?" Um olhou para o outro e disse assim: "Mas como é que não paga?"

Finalmente, a última pergunta do representante brasileiro: "E se o projeto não der certo?" A resposta foi assim: "Se não der certo, é um risco. Todos nós decidimos sobre um determinado projeto". Então, fica tudo muito simples.

Nós visitamos lá, por exemplo, a incubadora – desculpe-me por trazer esse exemplo, mas é bem prático –, em que eu me perguntava: "Como é que essa empresa *start-up* entra aqui?" O gerente disse assim: "O cidadão vem aqui, convence-me, eu dou o crachá e ele entra. No dia em que acabar o projeto, ele vai embora".

Então, são exemplos que existem por aí. Até a revista *Veja* desta semana faz um pouco dessa reflexão sobre o modelo da educação na Finlândia. Quem sabe um dia – não precisamos ter todo esse avanço – nós tenhamos um avanço significativo.

Então, em nome de todas as 26 fundações do Brasil e dos Estados, que operam no Brasil – é um sistema único, que tem trabalhado muito próximo às agências nacionais e internacionais também –, espero que esse projeto possa ser aprovado da forma como está – e de imediato. Nós estamos ansiosos por essa conclusão. E, pelo que vejo, isso vai acontecer graças ao esforço de todo o Congresso Nacional, em especial o do Senado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Professor.

Eu passo a palavra agora ao Professor Doutor Bergmann Morais Ribeiro, representante da nossa UnB.

O SR. BERGMANN MORAIS RIBEIRO – Muito obrigado. Eu queria começar agradecendo convite e saudando o meu colega, Prof. Cristovam Buarque. Fui aluno da universidade quando ele era Reitor, também fui aluno durante a ditadura e vi tudo acontecer na universidade.

Então, é um prazer e uma honra estar aqui. Estou representando o Magnífico Reitor e também o Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação. Atualmente eu sou o diretor de pós-graduação e tomo conta de mais de 90 programas de pós-graduação – onde ocorre a pesquisa na Universidade Brasília e nas outras universidades do País. Além disso, eu sou o Presidente da Sociedade Brasileira de Virologia. Eu sou biólogo de formação – formei-me na Universidade de Brasília, de 1982 a 1986 –, fiz mestrado em biotecnologia na Universidade de Londres, fiz doutorado também lá, fiz um pós-doutorado nos Estados Unidos e voltei.

Então, em toda essa minha trajetória, o governo brasileiro me pagou mais de US$100 mil por ano, quando eu estava na Inglaterra. Quando eu voltei, todo esse investimento, que foi feito ao longo da minha carreira, tinha que ser devolvido.

Eu sou professor desde 1993 na UnB. Formei 15 doutores e 30 mestres. Sou pesquisador 1C do CNPQ, publiquei 70 artigos – todos em revistas internacionais –, fui coordenador de dois programas de pós-graduação e chefe departamento. Tudo isso foi o retorno do investimento que foi feito pelo Brasil em mim e em várias outras pessoas que foram para o exterior.

Como cientista da área de biotecnologia – que pode gerar alguma coisa –, eu tenho quatro patentes submetidas no País, duas em conjunto com a Embrapa e duas com colegas aqui da UnB. Nenhuma delas deu

produto. Por que não deram produto? Muito provavelmente porque não houve empresa interessada nesse tipo de desenvolvimento ou porque a burocracia em desenvolver esse produto é muito grande.

Como pesquisador da UnB, eu consegui vários financiamentos ao longo desses 22 anos. Mas sempre são financiamentos pequenos: R$100 mil, R$200 mil, R$80 mil. E, para eu fazer uma pesquisa de ponta e desenvolver um produto tecnológico, eu preciso de muito dinheiro. Só um exemplo para vocês aqui: há um pesquisador nos Estados Unidos, que trabalha com células-tronco e que tem um *grant* US$13 milhões. Então, não são R$100 mil, R$50 mil.

Para nós desenvolvermos a ciência de ponta para fazer pesquisa e desenvolver algum produto, realmente precisamos de investimento; só que, no exterior, o investimento vem das empresas privadas, na sua maioria, e no País é o Governo que dá esse investimento. Até compreendo que não há dinheiro para todo mundo, o Governo tem de gastar sabiamente esse dinheiro do contribuinte. Entretanto, é necessário, imperativo que o Governo pense, invista em ciência e tecnologia, invista nas pós-graduações, porque é de lá que você vai tirar um novo cientista. E esse cientista tem o potencial de desenvolver algo novo, mas só vai desenvolver se tiver as condições para isso.

Então, esse projeto de lei aqui é superimportante, a Universidade de Brasília apoia esse projeto. Nós temos lá um Centro de Desenvolvimento Tecnológico no País que é bem antigo, que toma conta das patentes, entra em contato com os professores para saber se existe alguma tecnologia que pode ser desenvolvida, ou não. Estando, agora, na Reitoria, desde 2012, eu vejo o quão difícil é você conseguir fazer as coisas. Eu tenho a AGU, a CGU, o TCU – todos os Us estão dentro da Universidade.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. *Fora do microfone*.) – E os Ministérios.

O SR. BERGMANN MORAIS RIBEIRO – E os Ministérios. Então, você não pode fazer nada.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BERGMANN MORAIS RIBEIRO – Exatamente.

Um exemplo. Um pesquisador fez a sua pesquisa e, de repente, no meio da pesquisa, percebeu: "Eu tenho um resultado que pode dar patente. Opa, vou pedir patente." Só que ele não poderia ter feito isso. Ele deveria, quando foi enviado para a assessoria jurídica da UnB, a PJU, ela falou: "Você deveria ter, no seu projeto, dito que você poderia ter desenvolvido uma patente", e a PJU sugeriu um Procedimento Administrativo Disciplinar contra aquele professor, porque ele não previu que daria uma patente. Mas não dá para se prever.

Eu trabalho com vírus de inseto, por exemplo – baculovírus –, ou descubro vírus em insetos no meio ambiente. Se, de repente, eu descubro um vírus que mata uma praga importante como, por exemplo, o vetor da dengue, o *aedes aegypti*, eu posso desenvolver esse vírus como um agente de controle biológico e posso tentar patenteá-lo. Mas eu já devo prever isso na hora em que eu faço o projeto, senão eu posso levar um Procedimento Administrativo Disciplinar por causa disso.

Então, é tudo muito amarrado; dinheiro para comprar as coisas, também. Por exemplo, na Universidade de Brasília nós recebemos dinheiro da Capes para pagar material de consumo, viagem de estudante para congresso, para professor ir para congresso, trazer pesquisadores de outras universidades para darem palestra na Universidade. O que acontece? Você solicita isso, há um sistema de compras, e tem de passar por três ou quatro mesas para alguém autorizar. Isso pode demorar meses e, até lá, o dinheiro já passou. É muito amarrado. Nós precisamos melhorar esse fluxo de liberação de recursos.

Outra coisa que o Prof. Sérgio falou aqui, com relação à prestação de contas. Você tem de acreditar na pessoa; não pode assumir que a pessoa é um ladrão. "Você é pesquisador, você foi pago, você trabalhou 20 anos em pesquisa. Aqui está o dinheiro para a sua pesquisa; faça. Só me apresente resultados no final." Porque eu, como pesquisador, tenho de ir ao banco; eu fico em fila de banco, eu tiro xerox, eu tenho de fazer uma prestação, eu sou contador, eu sou tudo. Eu faço praticamente tudo. Eu oriento 12 alunos, dou aula. Então, é muito trabalho nas costas do pesquisador.

No exterior, o pesquisador, no *grant*, no dinheiro que ele recebe, contrata uma secretária para tomar conta da burocracia, para ele se concentrar em ler artigos científicos, orientar o aluno e pensar em ciência; e não pensar em contabilidade, ir ao banco, conversar com o gerente. Eu, agora, estou gerenciando as bolsas de mestrado e doutorado da FAP-DF, que lançou, graças a Deus, um edital para alunos de mestrado e doutorado. Eu tive de abrir a conta, eu vou ter de pagar individualmente todo mundo. Isso é insano; isso não pode acontecer.

Eu dou suporte total a esse projeto e a outros que venham para tentar melhorar a vida do pesquisador. Então, meu depoimento, aqui, é de total apoio a esse projeto. Espero que ele seja aprovado e que outros venham para melhorar a vida do pesquisador no País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Professor, muito obrigado pelo depoimento que fez aqui e que permite muita reflexão. Inclusive saber se como está, o 77 vai ajudar a romper as amarras e romper a burocracia? Pelo menos dar uma contribuição?

Passo a palavra, agora, ao Prof. Fernando Peregrino, que é Vice-Presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior.

O SR. FERNANDO PEREGRINO – Bom dia.

Cumprimento o nosso querido Senador e Professor Cristovam Buarque; o querido Senador, também, Jorge Viana, protagonista desse projeto.

Também cumprimento um ausente muito importante, o Deputado Sibá, que é protagonista dessa ação nacional – como disse a minha companheira de mesa, a Cristina – em prol da inovação.

Farei uma exposição sintética, no tempo, vou tentar fazer muito rápido, mas, para eu concluir o que vou concluir, eu preciso me referir a algumas premissas iniciais.

Eu represento 98 fundações de apoio às universidades do País, principalmente as universidades públicas e federais, onde existe a maior produção científica do País. O nascimento da pesquisa científica se deu nas universidades, e se dá nas universidades dominantemente. Claro, muitas empresas estão fazendo, mas é de onde vem a produção científica do Brasil. Sou da Coppe, da UFRJ, e sou também diretor da Fundação Coppetec.

A pergunta que eu tento responder, e rapidamente, é: por que o Brasil é o 13º lugar em produção de *papers* em revistas, de editorial, revistas de reputação científica, e está em lugares tão baixos como 61º, ou alguma coisa parecida, como disse no memorial, no lugar 70 na inovação, segundo um fórum internacional? Por que o Brasil, então, é isso?

A China, por exemplo – recentemente estivemos, junto com o Senador Cristovam –, quer ser, daqui a 15 anos, o primeiro lugar em inovação e, daqui a 30, primeiro lugar em ciência e tecnologia. Ela inverteu a ordem; ela deu um passo inverso ao que a gente supõe seja o caminho natural – faz a ciência e depois faz a inovação. A China quer ser o primeiro lugar em inovação no mundo daqui a 15 anos, e demonstrou que está fazendo isso – eu vou até exemplificar algumas coisas.

Quais foram os avanços que fizemos nos últimos anos? O que representa o PLC 77? Quais os obstáculos que remanescem ao crescimento da inovação no País? Bom, premissas rápidas: o conhecimento é, de fato, o insumo mais importante da economia do século XXI; a inovação é uma atividade de risco de longo prazo. Isso, às vezes, é uma coisa tão óbvia, mas os órgãos de controle burocrático – ouviu, professor da UnB? – não entendem que essa é uma atividade de risco, e que o errado, às vezes, é certo.

Porque você testou uma hipótese e não deu certo, você conseguiu auferir uma vantagem ao estado da técnica. Eles não entendem isso. Eles acham que estão contratando empreiteiras, que as universidades são prestadoras serviços óbvios, previsíveis. Isso é uma farsa. Eles tentam nos impor isso. Então, é bom a gente repetir isso para eles; eu repito muito para eles que a inovação é uma atividade de risco, e não há não há como prever as etapas. Não é uma sequência de atividades previsíveis.

Outra característica da inovação é que a velocidade, a taxa de acumulação da inovação no mundo é exponencial, não é linear. Não é um mais um, não: é um mais um dá cinco! Eles têm de ver isso. Então, requer velocidade. Nós não podemos ficar dormindo em berço esplêndido porque este País vai ser grande. Ele só vai ser grande, como a China quer ser grande... Claro, eles têm milênios, nós somos muito novinhos, mas queremos, também, copiar um pouco as coisas boas.

A competição pela inovação é internacional. Não é uma briga interna do País. É uma disputa internacional, e o Brasil está perdendo. Não perdeu só na Copa do Mundo: perdeu e perde olimpicamente no que tange à inovação.

A participação do Estado não é irrelevante – não é irrelevante. Estamos aqui discutindo uma política de Estado! O Estado brasileiro representa o interesse público. A empresa privada representa, também, coabita nesse interesse, mas é importante o Estado querer. Ora, quem está dizendo que a China vai ser o primeiro lugar é o Estado da China! Os Estados Unidos também querem ser assim, e o fazem pelo seu aparelho de Estado. A participação do Estado é, também, relevante na atividade, porque a inovação é de risco.

Esse aparelhinho que a gente usa, esse tal de iPhone, foi fabricado, basicamente, pelas tecnologias desenvolvidas na Universidade da Califórnia! A Universidade da Califórnia, em Los Angeles... Todo aquele Silicon Valley Vale foi feito, inicialmente, pela participação dos pesquisadores das universidades – não foi pela Macintosh. O Steve Jobs, claro que ele desenvolveu, mas as tecnologias do *touch screen* e aquele Siri, que obedece ao comando de voz, foram desenvolvidos em laboratórios públicos, com recursos públicos. Então, não é irrelevante a participação do Estado, é muito importante, sob todos os ângulos. A participação da empresa é fundamental, porque é o que transforma esse conhecimento intangível em bens de consumo que o mercado requer.

Isso aqui não é a curva da burocracia; poderia ser a curva da burocracia brasileira. Essa curva é a taxa de crescimento da tecnologia no mundo – é exponencial, como estou mostrando.

Vem de anos – a imprensa, depois passa pela ida à lua, depois vem pelo DNA, em 1955, depois cresce a internet, e vai à frente, e é exponencial. Olha a velocidade com que ela cresce. Então, não é irrelevante o tempo, Senador, é muito importante a urgência. O senhor falou da urgência; é urgente, sim. Eu fui aluno do Prof. Darcy Ribeiro, e ele dizia: "Este País tem pressa, Peregrino, tem pressa em educar suas crianças, porque senão ele fica de joelhos, como ele está em certos aspectos perante as outras nações."

Obstáculos, excesso de burocracia. A razão do Professor da UnB é total. É um fenômeno que assola o País, como a saúva ia destruir a nossa agricultura, a burocracia vai destruir este País se algo não for feito. Dos 189 países pesquisados, o Brasil está em 120º lugar no ambiente de negócios. Para abrir uma empresa no Brasil, eu preciso de 12 procedimentos; em Singapura, três; na Nova Zelândia, um. Na China eram 12 também, mas o representante da China nesse seminário a que o Professor e Senador Cristovam foi, me disse: "Peregrino, acabou, é um passo só. Eu faço uma empresa e da mesma maneira encerro uma empresa."

O excesso de burocracia para realizar pesquisa em projetos. Pesquisa é feito por gente, não é por instituição privada nem pública, é gente, é capacidade, é competência. E essas pessoas precisam se dedicar à pesquisa, e não à burocracia. E o que ocorre hoje no Brasil é esse excesso de pesquisas, retardo na concessão de patentes – porque o prêmio que um inventor ganha é ter o monopólio durante um período – e baixo uso do poder de compra.

Aqui há uma pesquisa da CNI, desculpa eu ter roubado, Gianna, mas é uma pesquisa de junho de 2015. Aqui diz: se eu somar 42 com 30, dá 72 pessoas que concordam que o combate à burocracia é uma das prioridades de um Governo, então não sou eu que estou falando. Aqui diz que a burocracia do Governo faz com que os produtos e serviços ofertados pelas empresas fiquem mais caros. Claro, some, dá quase 80%.

Nós temos um sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação sólido, Senador, mas que carece de aperfeiçoamento, e é isso o que nós estamos fazendo, o que os senhores estão fazendo junto com a nossa modesta ajuda. A pesquisa nas universidades existe amplamente disseminada, algumas no setor privado. Nós temos o Ministério da Ciência, que é o centro do nosso sistema, temos várias agências de fomento, várias linhas de financiamento, temos sistemas estaduais, está aqui o Gargioni que os representa; os sistemas estaduais de fomento. Temos parques e encubadoras, 25 operando, outras 50 em projeto; temos todos os mecanismos, basicamente. Podemos criar mais, mas já temos um sistema sólido e completo.

Quero fazer referência a algumas leis, essa é a de importação. Ela é burocrática, precisa ser revisada e o projeto de PLC revisa. A Lei de Inovação, de 2004, incentiva essa parceria; é preciso reafirmar coisas da Lei de Inovação, e é isso que nós estamos fazendo; a Lei do Bem e a lei que cria as organizações sociais, que fazem contratos de gestão; isso é muito importante para quem faz pesquisa.

Agora, o que é estruturante e que ocorreu nos últimos anos no nosso País é essa emenda que produziu a revisão do artigo de ciência e tecnologia, 218 da Constituição Federal, essa emenda que introduziu a palavra eficiência em primeiro lugar. É muito importante, só se fala em moralidade, impessoalidade, transparência, e esqueceram a eficiência. O controle não pode ser mais caro do que o dano que pode ser causado ao Erário, ao Estado, e hoje é mais caro, eles dedicam profissionais de R$20 mil de salário, quase 1,5% do salário de um professor doutor, com experiência, da UFRJ, dedicam a uma pessoa recém-formada, com um salário dessa altura para ficar em cima de um projeto, de uma vírgula, de uma guia de passagem, de um *boarding pass*, de alguma coisa que o pesquisador não trouxe do exterior. Isso é uma falta grave, interdita as parcelas.

A PEC 85, parabéns ao Congresso por ter revisado isso com a interveniência do Senador. Eu me lembro de que eu fui à sua sala, Senador Cristovam, e depois o Senador Renan abriu a pauta, nós produzimos essas mudanças importantes e o PLC que representa o Código de Ciência e Tecnologia. Alguns destaques, para não me alongar. Bolsa sem imposto. Meus amigos, bolsa existe desde o CNPq. Acho que o CNPq foi criado em 1950, não é Reinaldo, mais ou menos, Getúlio Vargas; a Fapesp foi em 1949, Carvalho Pinto, se eu não me engano. Depois veio a Capes, e por aí afora, e desde essa época existe bolsa. Na bolsa o Estado abre mão dos seus impostos para fomentar a formação de recursos humanos, porque sabe que isso é uma questão de gerações, é o interesse público que está em jogo. No entanto, até hoje nós vamos discutir se ela tem imposto ou não. Ora, francamente. Mas a lei agora reafirma em uma redação brilhante, ela protege o Tesouro Nacional, protege o Erário, mas ela também libera a gente da espada sobre a nossa cabeça, que somos gestores públicos.

Um dia desses podem entrar na minha fundação, o INSS, e me pedir: "Me dê todos os INSS dos seus bolsistas, Peregrino. Me dê todos os impostos que você tem que recolher." Mas como? É bolsa, é formação de gente de que este País precisa, simplificação da gestão orçamentária, apoio aos parques e NIT – é muito bom. Embora os NITs tenham sido criados há 30 anos. É preciso reafirmar, porque ainda não estenderam – Gargioni, você sabe disso – qual é o papel de interface de núcleo de inovação. E é preciso que reafirmem o papel dele.

Dispensa de licitação para pequenas e médias empresas; ampliação do visto para estrangeiro. É preciso que este País abra as fronteiras, como sempre abriu, para trazer pesquisadores estrangeiros e sediá-los nos laboratórios. Às vezes, nós carecemos de pessoas assim. Contrato temporário para pesquisa; não podemos ficar só naqueles estamentos da estrutura da Constituição. Carga anual de dedicação exclusiva de 416 horas. Sabe o que o burocrata pensa? Quando eu falo em burocrata, não me refiro à pessoa, mas a mente burocrática pensa que o professor que é pesquisador e que trabalha na pós-graduação separa um tempinho para fazer um bico, uma pesquisa, uns trocadinhos. Não é isso! A atividade de formação de recursos humanos é a pesquisa. Não se pode separar, como o ouro e a prata, às vezes, vêm juntos na mesma mina, traz os dois. Não dá para separar lá embaixo.

Então, o que eles fizeram na lei anterior? Botaram 240 horas, para o pesquisador, professor, dedicação exclusiva trabalhar em pesquisa. Ora bolas, ele trabalha 100%. Ele só pensa em aluno, só pensa em pesquisa, em orientar a tese, sábado e domingo. Como querem separar isso? Mas é um senhor avanço! Nós tínhamos 240 horas, agora temos 416 horas. Muito boa essa intervenção do Congresso.

Simplifica a importação – muito bom, porque a lei de importação não é suficiente. Capital intelectual é um ativo. Nós não somos, na universidade, uma entidade prestadora de serviço. Nós detemos capital inovador. É preciso fluir isso para os outros agentes.

Autoriza o setor público a participar de empresa inovadora. Isso aqui é revolucionário. Jerzy ajudou muito nisso, o Reinaldo, o Gerson e outros tantos. Isso é fundamental. O Estado pode participar minoritário da empresas inovadoras, das *start-ups*, das empresas que criam processos de produção. Isso é um revolução! Parabéns àqueles que fizeram isso.

Permite o ressarcimento. A minha fundação não recebe nada e presta serviços à Petrobras e a outras empresas para fazer gestão e, em certos casos, é zero. "Ah, bom, você ganha taxa, Peregrino?!" Ganho não. Em certos projetos – Senador Jorge Viana, nos ajude – é zero o que nós recebemos. Não é possível isso. Tem que ressarcir os custos.

E simplificação da prestação de contas.

Finalmente, burocracia. Nós temos 75 mil leis federais e estaduais no País em dez anos. A cada duas horas, uma lei está sendo feita. Não é possível alguém fazer alguma coisa.

O Senador Cristovam fez um desafio para mim na outras reunião: "Peregrino, vamos, então, trocar 100 leis por uma lei!" Aí vai reduzindo a quantidade de leis, desse emaranhado conflitante. A hierarquia das leis não é obedecida. Eu fico muito desconfortável. A gente pode aprovar o PLC, como vamos aprovar, se Deus quiser, mas – Deputado Izalci, o senhor também é protagonista desta nossa tarefa aqui, meus cumprimentos! – a hierarquia das leis neste País não é obedecida. Às vezes uma instrução normativa é superior à Constituição, é superior a uma lei. Isto é primário: é preciso obedecer à hierarquia das leis.

O controle burocrático deve ser substituído pelo controle de resultados. Proposta: substituir o controle burocrático pelo modelo gerencial; promover a adoção do princípio constitucional da eficiência; substituir o controle prévio pela fiscalização da execução e punição – roubou, pune; desviou, pune –, mas não me venham punir um pesquisador, escasso no Brasil hoje em dia, num País desescolarizado, um pesquisador não é um material que possa se jogar fora, venham punir, bloquear seus bens porque ele trocou a rubrica A pela rubrica B. Ora, francamente! Isso não se faz. Mas é o que tem sido feito.

Eliminar as formalidades e exigências, porque elas custam mais caro do que o dano que elas podem criar se não forem cumpridas, viu, minha amiga Gianna? Se elas não forem cumpridas, o dano é muito pequeno. Vão em cima daqueles que estão desviando. Vão em cima daqueles que podem produzir danos. Fiscalizem antes, durante e depois. Mas nos deixem trabalhar.

O PLC é um avanço, para mim, horizontal. Horizontal porque toca em todos os pontos candentes. Os obstáculos foram todos tocados. Ali e acolá, precisa de algum retoque, mas vai para outra lei. Não precisa ser nesta. É um avanço, reafirma conquistas e introduz incentivos novos.

Foi um projeto construído por todos os segmentos, da academia mais básica, como tem aqui um virologista, até a empresa, a empresa grande e a empresa pequena. Desburocratiza a produção da inovação. No entanto, se a gente combinar com os órgãos de controle, vou agora fazer a minha última intervenção: há uma lei que se atribui ao Vicente Feola. Em 1958, o Brasil estava prestes a ser campeão do mundo pela primeira vez. No jogo contra os russos, um jogo decisivo, Vicente Feola diz ao Garrincha: "Garrincha, você passa pelo primeiro beque – se chamava beque à época –, passa pelo segundo, vai na linha de fundo e cruza porque o Vavá está no centro da área e vai cabecear e ele vai fazer gol, e nós vamos ganhar."

O Garrincha, com aquele jeito tosco, mas sábio, disse: "Professor, o senhor já combinou isso com os russos?". É o que eu digo a todos aqui: se nós não concitarmos os órgãos de controle, os que fomentam a buro-

cracia em nosso País para nos engajar nessa jornada pela inovação no País, daqui a dez anos nós vamos voltar reafirmando os mesmos princípios e valores da lei, o PLC 77.

Parabéns ao Congresso, aos Senadoras já citados e aos Deputados também.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu quero lembrar ao Fernando, primeiro, que foi excelente a fala de todos e a sua também. Mas quero dizer que lá a gente passou por cima dos russos. (*Risos.*)

Vai ser difícil combinar totalmente com esses russos aí.

Eu estava aqui pensando, Deputado Izalci, a quem agradeço, que a impressão que eu estou tendo hoje é que a gente acabou com a ditadura apenas abrindo a cadeia e mudando a roupa dos ditadores. Mas eles continuam aí. Eles continuam aí amarrando a gente, vamos dizer que com boa intenção, de zelar pela ordem, pela regra. Mas os ditadores também tinha boas intenções. Diziam que prendiam e matavam em defesa da Pátria.

Então, eu acho que a gente precisa quebrar uma ditadura que foi criada em nome do bem, de zelar pela ética. Mas não está sendo capaz de zelar pela ética com eficiência. Então, é uma ética incompleta. Não vou dizer errada, maldita, mas é incompleta. Não é a ética plena de que a gente precisa, que é uma ética que respeita a eficiência e o avanço do Brasil. Ética para frear não é suficiente.

Drª Gianna, que fala em nome do setor empresarial, sem o qual a inovação não chega na ponta.

A SRª GIANNA SAGAZIO – Isso. Quem faz a inovação é a empresa, que acontece no mercado.

Bom dia, senhora e senhores. Em nome da Confederação Nacional da Indústria e do Presidente Robson Braga de Andrade, agradecemos o convite para participar da audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para instrução do PLC 77, que dispõe sobre os estímulos ao desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica, a inovação.

Considerada sob todos os pontos de vista um importante avanço na reformulação do marco regulatório da inovação, a Emenda Constitucional nº 85 abra caminho para importantes atualizações na legislação vigente, estimulando o aumento da inovação da indústria estabelecida no Brasil, o fortalecimento do ecossistema de inovação do País e o desenvolvimento de competências para inovar.

A inovação é fundamental para aumentar a produtividade das indústrias que operam no Brasil e fortalecer globalmente a competitividade.

Nenhum outro setor da economia está mais envolvido com a causa da inovação do que o industrial. É a indústria que mais investe em pesquisa, desenvolve tecnologias e novos conhecimentos, produtos e processos produtivos mais eficientes. Nós vivemos uma grande revolução da ciência, tecnologia e inovação. As revoluções digital, biotecnológica, nanotecnológica e cognitiva estão mudando as regras da produção e dos serviços. Trata-se de uma era de conhecimentos sem precedentes, de poder tecnológico e inovação inconcebíveis. Estamos conectando pessoas e coisas em escala inimaginável.

E vamos usar esse conhecimento para melhorar a forma como trabalhamos, gerenciamos equipes e desenhamos organizações. Essas revoluções tecnológicas estão forjando o futuro, determinando setores econômicos que vão florescer e o bem-estar que será gerado, como as pessoas vão progredir e como a sociedade vai avançar.

O Brasil, hoje, se encontra em posição desfavorável nos principais *rankings* de inovação e competitividade do mundo. Caímos nove posições no Índice Global de Inovação do INSEAD, que é um dos principais *think tanks* de escola de negócios e inovações do mundo, ficando em 70º lugar em 141 países. No Índice Global de Competitividade 2015/2016 do World Economic Forum, caímos 18 posições, ficando em 75º lugar.

Se não efetuarmos mudanças significativas no ambiente institucional e regulatório da inovação, levaremos 34 anos para atingir o valor de 2% em P&D em relação ao PIB. Vou repetir: se não efetuarmos mudanças significativas no ambiente institucional e regulatório da inovação no Brasil, levaremos 34 anos para atingir o valor de 2% de investimento em P&D em relação ao PIB!

Esse cálculo aqui é uma taxa média do crescimento do investimento em P&D em relação ao PIB projetada até chegar aos 2% – foi assim que produzimos na CNI esse dado.

A Coreia, hoje, investe 4,15%; o Japão, 3,47%; a Alemanha, 2,85%; e os Estados Unidos, 2,73%.

A CNI entende que o PLC 77 vai ao encontro dos interesses defendidos por esta instituição e pelo setor industrial ao aprimorar o ambiente institucional e regulatório da pesquisam, do desenvolvimento e da inovação no País. O projeto de lei revê e amplia dispositivos imprescindíveis ao aprimoramento da estrutura de CT&I no País, bem como traz elementos que reforçam a cooperação entre os setores público, privado e científico. Amplia também o potencial inovador do parque industrial brasileiro, modernizando as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação essenciais à competitividade do País no cenário internacional.

A soma de esforços resultantes da aprovação desse projeto de lei permitirá elevarmos o desenvolvimento tecnológico brasileiro a patamares internacionais de produtividade e eficiência, com significativo impacto no desenvolvimento econômico e social brasileiro.

Para a indústria, as propostas de políticas endereçados por esse projeto de lei fortalecem a agenda nacional de inovação e desenvolvimento, com destaque para: apoio à constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação, envolvendo empresas, ICTs, entidades privadas sem fins lucrativos; simplificação da relação universidade/empresa para desenvolvimento de projetos em PD&I por meio da possibilidade do pesquisador público, sob regime de dedicação exclusiva, exercer atividades remuneradas de pesquisa, bem como facilitando o processo de transferência de tecnologias, entre outros; a consolidação de instrumentos de fomento e inovação empresarial e sua conexão com os ICTs.

Entendemos, contudo, que podemos aprimorar o atual texto de forma a mantê-lo ainda mais claro e coerente às demandas do setor industrial. Eu não vou mencionar os pontos que a gente acredita poderiam ser aprimorados no sentido de esclarecer porque nós já tivemos a oportunidade de mencionar isso aos Senadores. Então, são apenas alguns ajustes.

Senhoras e senhores, o PLC 77 sozinho não fará mudanças significativas de que precisamos; é necessário irmos além.

Acreditamos que é preciso mudar a cultura do país de forma a colocar a inovação no centro das estratégias empresariais e das políticas, no curto, médio e longo prazo.

Empresários, inventores, cientistas, formuladores de políticas, legisladores são as engrenagens da Inovação. Conhecimento é o óleo. Capital, talento e criatividade são a ignição. O Brasil também pode acessar estes ativos. É o ecossistema da inovação que liga estes ativos e que cria plataformas para ampliar a inovação e ultrapassar as barreiras que a limitam.

A CNI reforçou o seu compromisso com o desenvolvimento de CT&I ao dar um locus estratégico à inovação e à produtividade em seu Mapa Estratégico da Indústria 2013-2022 e localizando a Educação, incluídos os engenheiros tecnólogos como a base para ampliar a competitividade e sustentabilidade.

A Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), movimento coordenado pela CNI, acredita que para obtermos sucesso e prosperidade, hoje e no futuro, é fundamental que os setores empresarial, público e academia trabalhem de maneira conjunta e coordenada, para fortalecer a estratégia de inovação do Brasil.

Propomos, ainda, aprimoramentos no:

• Marco regulatório da inovação, que compreende o conjunto de leis, além de contemplar a proteção às inovações (PI) e a fiscalização (Anvisa);

• Marco Institucional da Inovação, revisando o atual modelo de governança e aprimoramentos institucionais, bem como o Monitoramento e Avaliação de políticas (Executivo e Legislativo);

• Financiamento à inovação, ao propor fortalecer o financiamento à inovação e reforçar os estímulos por meio de isenções fiscais e subvenção econômica – precisamos aumentar muito a subvenção econômica no País;

• Inserção Global via Inovação, por meio de estímulos ao desenvolvimento e retenção de Centros de PD&I no País, internacionalização de nossas empresas e a conexão entre Inovação e Comércio Exterior, de forma a termos uma pauta de exportação mais robusta, com maior valor agregado;

• Recursos humanos para inovação, atuando no ensino básico e médio, tecnólogos, com destaque para o fortalecimento das engenharias;

• PMEs inovadoras e *startups*, ao ampliar o estímulo ao empreendedorismo inovador, às empresas de base tecno lógicas e *startups* .

Senhoras e senhores, a conjuntura econômica mostra-se ainda mais desafiadora. Superar os desafios depende da obstinação pela excelência e tomada de decisões que contribuam para posicionar o Brasil como uma das principais economias do mundo. Os desafios são muitos e a nossa capacidade de vencê-los depende da nossa ousadia em inovar, no âmbito das empresas, das políticas públicas e do marco regulatório do País, gerando maior segurança jurídica e institucional.

Precisamos incentivar a CT&I com sentido de urgência. A razão é que o mundo, as informações e as tecnologias se movem cada vez mais rápido. Neste exato momento, nossos competidores não estão parados. Ao contrário, eles estão pesquisando, desenvolvendo novas tecnologias e inovações disruptivas. Precisamos acelerar o passo, ou ficaremos para trás e perderemos cada vez mais espaço na competição global e qualidade de vida. Essa é a realidade e esse deve ser o principal condicionante de nossas ações.

Através desses esforços conjuntos poderemos melhor entender e estimular o potencial de CT&I para tornar o Brasil uma Nação Inovadora.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Antes de passar a palavra ao Senador Jorge Viana e consultar o Deputado Izalci se quer usar da palavra – o que eu gostaria muito –, eu quero dizer que já fui presidente de algumas Comissões, como a de Direitos Humanos, Relações Exteriores, Educação e já disse, antes, não é a primeira vez que vou dizer, que devo ter dito umas duas vezes que esta foi uma das melhores audiências que eu já tive.

Não vou dizer que foi a melhor, mas já disse umas duas ou três vezes. Mas já devo ter participado de umas 50 ou 60 audiências, em que o resultado não fica tão patente quanto pode ficar esta aqui.

Creio que aqui estamos descobrindo o que amarra a ciência e tecnologia no Brasil, o que desarruma a ciência e tecnologia no Brasil e, por conta disso, o que amarra e desarruma o Brasil inteiro.

A ideia dos russos é muito interessante, mas quero deixar aqui para depois, na provocação, continuarmos, é que há uma porção de russos dentro do sistema também. Há uma porção de russos entre os professores que não gostam de relacionar-se com setor privado; dentro dos industriais que não querem se relacionar nem correr riscos; entre professores que não querem pesquisa ou só querem pesquisas com uma pureza absoluta que impede essa preocupação como a que você tem de patentes. Então, nós vamos ter que combinar com uma porção de russos. Há uma porção de russos dentro desta Casa também, até porque eles reagem aos russos através das corporações que chegam aqui pressionando a favor ou contra as coisas.

Então, nós temos que trabalhar em como desamarrar. E vocês deram uma boa contribuição, sinceramente. Muito boa!

Passo a palavra ao Relator Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Parece que o Deputado tinha, porque, ontem, quando eu o convidei, ele falou que estava tendo que atuar em várias pontas. Até por uma questão de gentileza, porque está nos visitando, e pelo seu envolvimento também nesse projeto, que eu acho está consolidando... O Senador Cristovam tem toda razão e eu assino embaixo dessa sua conclusão. E vou me referir a ela na minha intervenção sobre a eficiência desta audiência.

Acho que há uma preliminar ainda. Talvez tenha sido o processo mais eficiente do ponto de vista pedagógico de construção de uma legislação no Senado e na Câmara nos últimos anos. Pedagógico! Ele está deixando uma lição pedagógica. Estamos diante de professores. Eu não sou professor, mas estamos diante de professoras e professores. Eu acho que fica como lição.

Ontem, eu dava um abraço no Bruno Araújo, meu companheiro de viagem para a Califórnia, para ver um pouco como eles transformaram um deserto naquele PIB, naquela economia, naquela qualidade de vida. O Izalci está aqui e nós estávamos nos digladiando ontem no temas nacionais, mas estamos 100% juntos. O Líder Sibá, o Líder Bruno Araújo, o Izalci, eu, o Senador Cristovam. Esse processo pedagógico que deveria funcionar nos temas de interesse do Estado e do povo brasileiro.

Eu ouço, primeiro, o colega, até por deferência à construção desse processo que foi feito a tantas mãos e por tantos partidos e tantas posições aqui no Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Passo a palavra ao Deputado Izalci, lembrando que eu falei, no começo, dos dois dias de seminário que vamos fazer sobre financiamento privado para ciência e tecnologia, e lembrar que é em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara. Um dia será aqui e o outro será lá. Nós contamos muito com a sua participação nesse seminário.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – O.k. Primeiro, eu quero cumprimentar todos e todas e parabenizá-lo pela iniciativa desta audiência pública, Senador Cristovam. Agradeço as palavras do nosso Senador Jorge.

Percebemos que esse tema foi um tema suprapartidário e fizemos questão de tratar dessa forma na Câmara, tanto que nós dividimos os temas, porque dificilmente aprovaríamos o código. Quero dizer que tudo isso nasceu realmente da iniciativa das instituições e, de uma forma muito especial, do Consecti/Confap – eu também fui secretário por dois mandatos e vivi isto na pele, as dificuldades de fazer ciência e tecnologia no Brasil. Por isso é importante a experiência prática, porque na teoria é uma coisa, na prática é outra.

Nós sofremos muito. Eu fui vice-presidente do Conselho de Secretários e todas as dificuldades que nós sofremos tivemos oportunidade de colocar num projeto de lei e aperfeiçoar.

Eu também sou contador e auditor e conheço um pouco também a questão dos sistemas de controle.

Muitas vezes, as pessoas se pegam realmente no detalhe. Eu sempre disse, quando fui Secretário e éramos responsáveis também pela Fundação, que havia um pesquisador que apresentava um projeto de pesquisa e, se ele colocasse um determinado reagente naquela pesquisa e durante o processo tivesse que trocar o reagente, ele ficava impedido de receber mais recursos, porque o Tribunal de Contas impedia a troca do reagente. Independente do resultado. Se o resultado fosse maravilhoso, ele teria problemas. Agora, se ele cumprisse exatamente o que estava no roteiro, não trocasse nada e não tivesse resultado nenhum, aí ele estaria apto a receber recursos.

Então, no Brasil, existe isso. E nós buscamos realmente contornar essa questão na legislação. E subdividimos bem o projeto, de autoria da Depurada Margarida – a Emenda Constitucional 85 –; eu fui Relator; o Sibá ficou com o 2177; a Deputada Luciana, que foi Secretaria de Ciência e Tecnologia de Pernambuco, ficou com a área de biodiversidade. Nós dividimos bem, exatamente para dar um tratamento suprapartidário ao tema. E a participação das instituições foi maravilhosa. Acho que nunca se discutiu tanto esse projeto.

Tive o privilégio de presidir, e ainda continuo presidindo, na Câmara, a Frente Parlamentar de Ciência, Tecnologia e Inovação. E, através da Frente, pudemos fazer reuniões praticamente de 15 em 15 dias durante dois anos. Esse tema foi bastante debatido. Acho que, como disse o próprio Ministro, na época, quando fechamos o relatório, a ciência e tecnologia tem um marco. E o marco passa por essa aprovação, a partir da qual tenho certeza que o Brasil será outros, porque não teremos os gargalos que temos hoje da legislação.

Portanto, quero parabenizar o Senador Jorge Viana, que vai fazer esse relatório. Tenho certeza de que nós vamos conseguir aprovar isso num tempo razoável. Agradeço o nosso Presidente, Senador Cristovam, que é um ícone na área de ciência e tecnologia e educação.

Tenho certeza de que a matéria está em boas mãos e o Congresso vai aprová-la e nós poderemos, enfim, fazer pesquisa. Ainda ficou um gargalozinho, Jorge, que é a questão o INPI, a questão das patentes, mas esse é um assunto que podemos tratar rapidamente. Acho que o principal é aprovar esse projeto, que é o desejo de toda a sociedade científica e também do meio empresarial, de todas as instituições.

Quero dizer que é um privilégio participar da audiência. Infelizmente, como foi dito aqui, eu tenho reunião agora na Comissão de Ciência e Tecnologia, que já começou e também na Comissão de Educação. Peço desculpa, mas fiz questão de passar aqui para cumprimentá-los e desejar muito sucesso nessa empreitada.

Obrigado pela atenção e pela deferência.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Deputado Izalci.

Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Presidente Cristovam, V. Exª que é Relator na Comissão de Assuntos Econômicos, que queria cumprimentar e agradecer o empenho do Senador Delcídio do Amaral. Estamos fazendo aqui uma audiência conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Ciência e Tecnologia, onde sou Relator, pela confiança e oportunidade que me deu o Presidente Cristovam Buarque.

Eu fui Relator também aqui no Senado da PEC 85, que, como foi dito aqui, foi o primeiro grande passo que conseguimos dar este ano e, agora, estamos complementando com essa lei, com este Código que trata da Ciência e Tecnologia e Inovação no nosso País. E faz a mudança de século. Faz aquela mudança do gráfico fantástico que está ali: a descoberta da lâmpada, do telefone e, depois, consegue entrar em uma vertical, mas nós, lamentavelmente, ficamos na inércia numa horizontal. Acho que a gente, agora, tenta mudar o sentido do nosso propósito, da nossa caminhada e vamos também, sem dúvida, seguir nessa linha vertical e tentar recuperar o tempo perdido.

Falando nisso, nós temos um problema de tempo. Esta audiência tinha um objetivo, para o Senador Cristovam, que é o Relator, para mim que sou Relator, para o Senado Federal, de ouvir um último posicionamento ainda antes que nos manifestemos nos nossos relatórios. Nós temos um ano que nos impõe limites para as sessões para apreciação de uma matéria como esta.

Tanto esforço, cinco anos de dedicação, reuniões, 60 entidades quase que permanentemente, depois mais dois anos na Câmara de debates e reuniões regulares, eu acho que nós também temos que levar em consideração esse esforço todo e ver a oportunidade e o momento por que o País está passando, necessitando de uma mudança tão importante como esta.

Então, daqui a pouco, começa a reunião da CAE, não pode a CAE estar aqui e estar lá. Esse foi um pedido que o Senador Delcídio nos fez e nós vamos ter que, já, já, concluir esta audiência. O Senador Cristovam, certamente, saberá, porque a minha sugestão é que, depois de nossas falar, já tivéssemos as considerações finais e mais alguma observação dos colegas convidados.

Mas volto, para dizer que, para mim, que venho do Executivo, que venho de uma prefeitura, que venho de oito anos no Governo, sou oriundo de uma fundação que trabalha com ciência e tecnologia, a Funtac, sou funcionário da Funtac, tenho a carteira de trabalho nº 2 dessa instituição de pesquisa no Acre. Fui um dos seus idealizadores, inspirado um pouco no que Chico Mendes me passava. Falei isso, outro dia, em um encontro na UnB, lembrando os 30 anos de uma reunião que fizemos que fundou o Conselho Nacional de Seringueiro e consolidou o conceito de reserva extrativista. Foi aqui na UnB. Eu era aluno, formando. E, no auditório da ciência e tecnologia da nossa universidade, quando me formei também, nós tivemos algo que mudou a história das populações tradicionais na Amazônia brasileira.

Então, vejam como é necessária essa associação da academia, dos movimentos sociais, da sociedade e, obviamente, do Estado brasileiro, porque foi o Estado brasileiro que criou a proposta de reserva extrativista. Óbvio, apressou o passo em cima de uma tragédia, que foi a morte do proponente, no caso Chico Mendes. É uma história de que, feita a sua leitura, a gente tira muitos ensinamentos.

Devo reafirmar aqui que talvez tenha sido um dos projetos mais interessantes do ponto de vista de sua construção e é um tema complexo, difícil e estratégico.

Chegou, agora, o nosso Presidente Delcídio, que acabamos de citar e agradecer, ao falar que temos que encerrar aqui para que ele possa começar lá, mas é muito importante esse reconhecimento que acabei de fazer do papel de V. Exª e do Senador Cristovam para que concluíssemos o processo de oitivas, de audiências para podermos colocar na agenda de votação, tanto na Comissão de Assuntos Econômicos, como na Comissão de Ciência e Tecnologia, onde queremos fazer já na próxima semana.

É essa a informação que trago como resultado deste audiência. Queremos colocar em votação os nosso relatórios nas Comissões já na próxima semana e, com isso, estaríamos habilitados para votarmos no plenário, de acordo com entendimento com o Presidente Renan. Sou Vice-Presidente e também participo da definição da pauta de votação e vou estar ali, como fizemos na Proposta de Emenda à Constituição nº 85.

É muito importante o registro do papel que o Senador Delcídio cumpriu.

Estou aqui do lado do Mauro Ribeiro, um pesquisador e professor, está agora concluindo doutorado, trabalhou como Secretário na época em que fui governo e, hoje, é o responsável pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Acre. E não tenho dúvida de que está em boas mãos.

Izalci e Senador Lasier, estive na Califórnia, em viagem a convite do Brito, para conhecer todo o desenvolvimento tecnológico na área de fármacos, que está virando um endereço dos laboratórios conhecidos – laboratórios da Suíça, todos estão montando suas bases na Califórnia. E eu fazia uma pergunta nas três universidades que visitei, junto com Bruno Araujo, e outros colegas Senadores, como o Senador Aloysio Nunes e outros: como os senhores transformaram um deserto nessa potência econômica, que é a Califórnia? Um deserto transformado em um centro de tecnologia e inovação no mundo e de qualidade de vida! Eles disseram: "Nós implantamos um centro de conhecimento, geração de conhecimentos, que são as nossas universidades e, no entorno delas, nós tivemos a consolidação de atividades econômicas produtivas. Resumindo: transformamos conhecimento em bons negócios." Foi isso.

Se pegarmos a Universidade de São Francisco e vermos o que saiu dela. A Universidade de San Diego, na Califórnia, e vermos o que saiu dela. Eu ouvi a coordenadora de cursos de cooperação internacional, uma senhora, que falou: "Estou aqui há mais de 35 anos e eu chorei quando meu marido disse que viria para essa universidade porque eu achei que eu estava indo para o fim do mundo." Veja que o tempo em que eles fizeram a transformação não foi tão longo.

"Chorei porque pensei como meu marido está me levando para esse fim de mundo. Mal casamos, onde vamos criar nossos filhos? Lá é violento." Estou falando de San Diego. Ela disse: "Agora eu moro num dos lugares que tenha talvez um dos mais altos índices de qualidade de vida do mundo." Por quê? Porque, lá, todos os cientistas também tiveram mudanças na vida do ponto de vista material. Moram em extraordinárias casas, têm uma qualidade de vida extraordinária. Boa parte deles, surfam de manhã, pesquisa durante o dia e a noite, tem uma boa conta bancária e fazem com muita paixão o trabalho do qual o nosso Prof. Bergmann falou com tanto amor e compromisso de vida.

Sei que o senhor é um dos exemplos que temos no País. Será que isso é errado? As pessoas terem qualidade de vida para seus filhos, terem segurança, fruto da sua dedicação à formação, à pesquisa, a um centro de conhecimento, como uma universidade? Agora, aqui no Brasil, é proibido, Senador Cristovam. Aliás são palavras amaldiçoadas para alguns dizer que queremos, sim, que o professor universitário tenha uma das melhores casas da cidade. Não é só pelo salário. E eu fico indignado quando resumimos tudo a salário. É muito importante. Mas lá eles criaram uma lei nos anos 70 estabelecendo que, sim, a pesquisa básica é feita com o dinheiro do Estado, dentro da universidade, é base do trabalho do Estado, mas, quando se tem que correr risco, eles abriram uma janela para o setor privado correr o risco também.

E lá não é amaldiçoada a possibilidade, como ainda é no nosso País, de um cientista, que fez a opção de ser cientista, de ser pesquisador, ver a sua descoberta, a sua contribuição para humanidade se transformar em um negócio, que muda a vida das pessoas no mundo inteiro. Lá não é proibido. Ele e a equipe dele ganham, inclusive, dinheiro com isso, além de prestígio, respeito e ensinamento, que é a comunidade quer.

Eu ouvi o Prof. Pinguelli falando, com muita tranquilidade e sabedoria, que: "Nós não temos que ter muitos desses preconceitos." No sentido de que preconceito é quando a gente concebe previamente uma série de conceitos e, depois , não se livre mais deles a vida inteira.

Ele falou que nós não podemos. É óbvio que o papel maior da universidade é formar pessoas, é preparar essas pessoas para conduzirem a sociedade. Isso deixou isso muito bem claro. Mas, hoje, nós não podemos ter parceria de universidades com o setor privado porque dizem que fazendo o início da privatização do processo. Mas, gente, nós já fazemos isso! Onde o setor privado pega seus bons profissionais? Dentro das universidades públicas brasileiras! Tira de lá, exatamente pela falta de capacidade das universidades de segurar essas pessoas.

Mas quem faz a opção de ser cientista, como eu vi aqui num depoimento fantástico – com todo o respeito aos demais, que foram brilhantes, viu, Fernando, mas estou pegando um exemplo clássico – do Prof. Bergmann, que foi lá, reconhece que foi o Estado brasileiro que deu oportunidade na vida para ele, fez uma formação cara nele, ele está tentando passar adiante e falando das dificuldades que tem.

Esse processo aqui foi muito rico também por isso. Estou falando disso. O senhor, jamais, deixaria de ser pesquisador e professor, pelo que eu vi aqui. O senhor só quer ter as condições para ser isso a vida toda. E o que pode alterar a sua vida, a não ser para melhor, se o senhor puder ver as suas patentes usadas pela sociedade? Foi com este propósito: ver os seus escritos transformados em estudos que se ampliam e possam virar até atividades econômicas ou de mudanças de uma sociedade. Se isso lhe trouxer, ao senhor e a sua equipe, ganhos materiais, tanto melhor. Ou, então, vamos mudar tudo no mundo!

E as universidades, para mim, precisam ser a grande âncora, sim, para, de vez em quando, nos puxar com uma visão crítica. Eu defendo isso. Nos puxar para a realidade de que não podemos estar também nesse efeito manada que o mundo pega de um modelo de consumo e produção que só nos leva a um desequilíbrio do próprio planeta, como a gente está vendo agora. A universidade é para isso também.

Mas a universidade não pode deixar de ousar, não pode deixar de ser protagonista nas questões. E, lamentavelmente, nós não temos isso.

Lá, Senador Cristovam, eu falei – e o senhor não estava na palestra –, na conversa que eu tive na UnB com representantes das fundações. Eu olhei e vi muitos orientais na Universidade de San Diego, mais especificamente, e o reitor, que me recebeu tão bem e fez uma apresentação, tinha a aparência de indiano. Óbvio que eu perguntei: por que tantos orientais e aqui o reitor é indiano?

"O reitor é indiano e temos muito orientais e indianos porque eles são bons em matemática e nós estamos trazendo." Isso para a Universidade de San Diego!

Aqui no País, se nós fizermos algo parecido de que nós estamos pedindo uma ajuda de irmãos nossos de outros países ou pensarmos em algo, o pessoal vai queimado em praça pública.

Eu acho que nós deveríamos estar unidos, esse processo foi pedagógico. As nossas universidades precisam viver uma fase nova. Elas não podem ficar se achando ameaçadas. No governo do Presidente Lula, com todo respeito à história, dobrou-se praticamente o mundo de alunos de universidades públicas. Isso foi um feito importante que tivemos. As dificuldades estão aí. Os desafios estão postos também. Mas eu acho que temos que ser otimistas.

Eu ouvi uma palestra do ex-Presidente Bill Clinton, na semana passada, que me encantou. Ele falou para toda a indústria brasileira. Eu não tenho nenhuma dúvida de que mais de 90% daqueles industriais do Brasil inteiro – num encontro anual que a CNI promove...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Encontro Nacional da Indústria. Do meu Estado do Acre havia mais de 20 industriais. Eu não tenho dúvida de quem 90% deles estavam com pessimismo como guia. E aí vem o ex-Presidente Bill Clinton, que já veio 11 vezes ao País, e falou: "Olha, gente, se eu tivesse que escolher entre vários países do mundo, neste momento, eu escolheria o de vocês, o Brasil." E explicou os problemas da China, da Rússia, da Índia, do Oriente Médio, do país dele. Ele falou: "O meu país mesmo está querendo fazer muros – os republicanos –, cercas para nos separar do resto do mundo, quando nós temos que construir redes."

Ele falou que é óbvio que a gente acorda de manhã meio para baixo, às vezes, mas a gente vai ter um bom dia se a gente mergulhar nesse para baixo? Não. Então, eu estou muito otimista com essa possibilidade de tirarmos o Brasil da 70ª posição – perdeu nove posições – quando se fala de inovação, de tirar o nosso País de uma legislação que nos mantinha numa inércia horizontal e não nos colocava em concorrência e trazer para o século XXI.

Estou muito otimista ao ver que essa mudança não foi feita de fora para dentro. Essa mudança veio da comunidade científica, de pesquisadores, de professores, das instituições, das universidades que se reuniram. E aqui eu louvo os senhores, que começaram a entender, fizeram, fizeram, fizeram e mudaram a agenda do Senado, mudaram a agenda da Câmara e do Congresso Nacional.

Obviamente que temos leis como a de acesso à biodiversidade – e esta também – em que há o setor produtivo brasileiro clamando: "Nós não criamos ser biopiratas!" Então, nós temos que acabar com esses precon-

ceitos todos, nos reunirmos e fazermos essas alianças estratégicas, setor privado, os centros de conhecimento e governo. São três esferas que têm que trabalhar conjuntamente: o Estado brasileiro, as instituições públicas, as instituições de pesquisa e o setor produtivo nacional.

Eu acredito nisso. Acho que temos aí, Senador Cristovam, os elementos necessários para fazermos o nosso relatório. Estou muito satisfeito com as audiências que fiz. Fiz, inclusive, com a comunidade científica no meu Estado, dentro da Universidade Federal do Acre, dentro da Adufac (associação dos docentes), que são mais céticos, mais críticos. Aí eu pensei: então, vou lá, vou ouvi-los, vou falar também. E aqui com a Consultoria do Senado, Luciano, que é um rapaz profundo conhecedor do tema, e com o acúmulo que eu tinha tido, eu acho que fizemos bem esse papel.

Então, eu só queria que, nas considerações finais, se pudesse ter um breve comentário. Os senhores que são coautores, que estão como protagonistas, precisam também fazer esse debate enraizar-se dentro das instituições nossas, que são talvez o nosso passaporte para uma outra etapa, que são as nossas universidades. Como fazemos para romper esses limites que estão colocados dentro de instituições. Se elas não quebrarem esse muro invisível, as cercas invisíveis que as separam da sociedade, da atividade produtiva, nós não vamos muito longe.

Para mim, um dos russos é esse. Talvez o mais importante. O resto a gente está dando conta de fazer. O Governo está de acordo com este projeto; tomara que não haja vetos. É importante também que haja uma etapa ainda posterior de levarmos à Casa Civil. O Senador Cristovam e eu temos até falado sobre isso, para que aquilo que se decida fique valendo. E, depois, se resolva complementarmente em outro processo legislativo que possamos ter.

Os ajustes vou procurar fazer, levando em conta os posicionamentos que tive o privilégio de ouvir, como hoje nesta audiência, que me enriqueceu mais.

Vou sair daqui melhor, se Deus quiser, do que cheguei, porque aprendi muito hoje.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

Antes de passar a palavra a cada um para um fecho, porque temos que estar lá na Comissão de Economia, sem falar de outras duas que estão em andamento, eu quero dizer o seguinte, Jorge: tudo isso de Califórnia e outros lugares, a gente tem que lembrar que a base foi a educação de base que esses cientistas receberam. Aliás, não esses, mas todos receberam e permitiram que surgissem esses, como numa verdadeira seleção de futebol. Ou seja, no Brasil, a nossa seleção tem entre os melhores porque todo mundo joga bola. Se só poucos jogassem a nossa seleção seria uma porcaria. Mas, como a bola é redonda para todos, aí a gente vai selecionando até chegar aos melhores lá em cima.

Como educação tem enquadrado a escola e a escola é redonda, já começa errado.

Então, eu creio que um dos russos mais fortes são responsáveis pela educação de base – Ministério da Educação, Secretarias de Educação, professores. A educação de base é um dos mais difíceis a vencermos.

Segundo, eu quero dizer que houve boas emendas e quero aqui agradecer ao Senador Walter Pinheiro, que tem belíssimas emendas, mas que as retirou para facilitar a aprovação do projeto rapidamente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Se pudesse, eu também faria, porque o Senador Walter é dedicado à ciência e tecnologia e eu pedi a ele para ver se podia vir. Acho que é um brasileiro mal aproveitado no nosso País nesse aspecto. Ele é um conhecedor, um estudioso e, lamentavelmente, o nosso País teima em deixar de lado algumas figuras como Senador Walter Pinheiro.

E obviamente que as contribuições dele são extraordinárias, mas dentro desse espírito. Vamos em outros processos legislativos usando, inclusive, o conhecimento e a sabedoria do Senador Walter Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Só lembrando que, ontem nesta mesma Comissão de Ciência e Tecnologia, ele nos deu uma aula sobre inovação promovida pelo Brasil na área de telecomunicações, diversos pontos a partir do Bina, inclusive, que o mundo deve ao Brasil graças à ciência e tecnologia.

Segundo, quero dizer que, em relação à ideia de abrir para estrangeiros, a gente tem que aumentar no programa Ciência sem Fronteiras a vinda de mais cientistas estrangeiros para o Brasil, não apenas mandar nossos jovens para fora.

Esses jovens que vão é ótimo, ninguém pode ficar contra o Ciência sem Fronteiras, mas muitos quando voltam, por exemplo, não vão praticar ciência sem fronteira. Mas qualquer cientista estrangeiro que ficar aqui dois ou três anos cria uma escola. E é isso que a gente precisa fazer.

Finalmente, quero lembrar que precisamos quebrar certos paradigmas que estão errados. Eu me lembro que, quando reitor – e já faz 30 anos! –, eu fui quase que execrado porque defendia o conceito de dedicação exclusiva. Porque, burocraticamente, dedicação exclusiva é só quem recebe dinheiro da universidade. Dedi-

cação exclusiva é quem se dedica exclusivamente à ciência. Se recebe dinheiro de fora, melhor ainda. Por que a gente vai ficar contra receber dinheiro de fora? Eu me lembro que, naquela época, era passível de demissão receber dinheiro que não fosse puro e simples salário. Era proibido consultoria, mesmo na área científica.

Então, a gente tem que mudar alguns conceitos que amarram também. Existe uma burocracia dentro da cabeça da gente e que a gente precisa vencer.

Bem, dito isso, passo a palavra aos quatro, de lá para cá, começando pelo Fernando, para que façam suas considerações finais.

O SR. FERNANDO PEREGRINO – Mais uma vez agradeço aos Parlamentares aqui presentes o convite ao Confies e dizer que a pesquisa que o Senado fez no *site*, Senador Jorge Viana, que, há uns 15 dias, apontava 52 votos contra o PLC e 9 a favor; hoje, apresenta 1.386 votos a favor do PLC e 72 votos contra. Então, acho que houve uma razoável.... Então, não é pesquisa científica, mas é um balizamento.

Acho que isso traça um divisor de águas. Se nós queremos que o nosso País continue a ser exportador de matérias-primas, bens primários, ou se queremos ser um país soberano e altivo perante as outras nações que desenvolvem conhecimento e educação.

Vou lembrar apenas que o nosso País importa insumos de antibiótico, até hoje! E há base científica, na Fiocruz e em várias universidades, inclusive na UnB, capaz de fazer e produzir moléculas ou coisas que o substituam.

Faltar antibiótico para uma população é um pouco parecido com faltar comida e alimentação. E isso deixa o nosso País também vulnerável.

Por que eu acho que o PLC deve ser aprovado? Nós achamos, das fundações de apoio. Porque ele é amplo, atinge todos, não são 60 entidades da mesma categoria, são 60 entidades que representam o segmento empresarial acadêmico, científico e tecnológico, institutos estaduais, agências de fomento, sistemas estaduais, setoriais, tudo que eu já vi na minha vida em matéria de ciência e tecnologia – e eu estou nisso há uns trinta e poucos anos –, tudo está aqui dentro, todos os setores estão aqui dentro, remando a favor do voto do Senador Jorge Viana e do Senador Cristovam e dos demais.

Ele é amplo, ele é profundo o suficiente para desamarrar os obstáculos deste momento que estamos vivendo. É um alento! Se a gente vencer agora – e creio que vamos vencer –, nós vamos ter mais força para fazer novas reformas legais, mas, sobretudo, combinar com os russos.

Eu digo isso aceitando o desafio do Senador Cristovam. A gente tem que descobrir um método de saber e detectar onde está o russo. Eu, modesta e humildemente, vou terminar dizendo que um dos métodos é perguntar ao interlocutor: você é a favor do resultado de uma pesquisa ou é a favor dos procedimentos burocráticos se foram honrados ou não?

Façam essa pergunta a ele. Se ele disser que tem que cumprir a lei, tem que entregar a nota fiscal, tem que entregar tudo direitinho; bolsista que recebe bolsa tem que assinar recibo... Olha só este País! Bolsista que recebe pelo sistema *on-line* do banco tem que assinar um recibo! É redundante!

Eles querem isso, senão sua prestação de contas fica impugnada.

Então, eu, modestamente, só sugiro: vamos detectar onde estão os russos. Um detector de metais: onde estão os russos? Podem estar aqui, podem estar em qualquer lugar e vamos convencê-los, porque são brasileiros bem-intencionados, mas que estão com a mente – eu diria assim – com complexo de vira-lata, que nós não devemos ter.

Muito obrigado mais uma vez. Espero que o PLC vença. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Fernando.

Com a palavra a Drª Gianna.

A SRª GIANNA SAGAZIO – Mais uma vez eu gostaria de agradecer ao senhor, Senador e ao Senador Jorge Viana e a todos os Parlamentares que apoiaram o PLC.

Aproveito aqui para reforçar que eu trago um posicionamento de mais de 200 grandes empresas que operam no Brasil, empresas de capital nacional e empresas internacionais.

Na mobilização empresarial pela inovação, nós discutimos em profundidade as propostas de aprimoramento do marco legal, do marco regulatório. Então, de fato, além de representar a CNI, nós trazemos aqui o posicionamento de pessoas que têm a tomada de decisão de investir, de criar emprego e qualidade de vida no País. Eles estão acompanhando de perto o que está acontecendo.

Também estamos representando a ANPEI, que tem participado conosco desde o primeiro momento da discussão do Código de Ciência, Tecnologia e Inovação e que reúne mais 500 empresas.

Então, o nosso posicionamento é o posicionamento dos empresários que têm uma cabeça moderna e que querem investir no futuro deste País. Achamos que é fundamental a aprovação desse PLC, mas não gostaria de perder a oportunidade de registrar que entendemos que ainda há muito o que fazer com relação à

propriedade intelectual. Infelizmente, as nossas empresas levam, hoje, por volta de 12 a 14 anos para conseguir uma patente. Nós precisamos atuar com relação à PI, a questão da Anvisa, a questão da coordenação, da governança da inovação no Brasil. Precisamos assegurar recursos para ciência, tecnologia e inovação. Nós temos hoje o FNDCT, os fundos setoriais, que não estão operando com a sua destinação original. Não temos recursos para apoiar esses projetos de inovação.

Então, consideramos, sim, uma vitória se aprovado o PLC 77, mas entendemos que ainda há muito o que se fazer.

Coloco a CNI e os líderes empresariais que participam da MEI à disposição para que a gente faça um trabalho conjunto, cada vez mais, no sentido de propor, de trazer propostas que, de fato, faça avançar a inovação no País.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Prof. Bergmann.

O SR. BERGMANN MORAIS RIBEIRO – Eu gostaria de fazer minhas considerações finais falando um pouquinho mais sobre ser cientista em universidade. Então, eu fui formado na UnB, em 1986, saí para fazer doutorado, pós-doutorado, voltei. Eu poderia apenas dar oito horas de aula por semana na Universidade de Brasília e o meu salário seria o mesmo. Mas eu trabalho de 8h da manhã às 8h da noite. Tenho esse monte de aluno, pesquisa, porque eu gosto, como o Senador falou, como muita gente gosta. Por quê? Porque ele foi formado para isso, recebeu dinheiro para isso.

Então, a universidade e todo mundo tem que se pautar pela excelência. Colocar no lugar certo quem gosta de fazer as coisas. A universidade, muitas vezes, contrata pessoas que não deveriam estar ali. Há muita gente que vai para a universidade e apenas 30% – só resumindo – dos professores fazem pesquisa, em certas universidades. O resto está lá para dar aula e ir para casa. Então, na hora da contratação, em uma indústria, na universidade, ou mesmo aqui no Legislativo, quem tem que estar aqui é quem ama ser Deputado, quem ama ser Senador e quem ama o Brasil.

A minha mensagem é todo mundo tem que fazer o que gosta e procurar o melhor. Então, esta audiência acho que vai ter algum resultado positivo para a ciência e para a inovação no País. Então, por favor. Parlamentares, aprovem isso e tirem as amarras que estão presentes, pelo menos, na pesquisa atualmente no País!

Eu não queria falar mais nada, porque eu acho que já falei demais. Só isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Profª Cristina.

A SRª CRISTINA QUINTELLA – Olha, como encerramento, eu representando a Fortec, eu queria primeiro dizer que, hoje, nós temos 19,25 mais votos a favor na consulta pública, certo? Setenta e dois voos você consegue com algumas pessoas, mas 1.386 é uma posição da sociedade. E quero registrar que os votos deram um pulo quando nós distribuímos, na nossa *mailing list* do Fortec, das redes de NITs regionais e estaduais. E a Anprotec, cuja presidenta Francilene, ou Jorge Aldy, presidente eleito – não estão presentes porque tinham agendas, inclusive internacionais – também colocaram nas redes deles.

Então, essa postura da sociedade, essa clara postura da sociedade a favor da rápida aprovação pelo Congresso Nacional vem das bases, de quem sofre nos núcleos de inovação tecnológica com arcabouço legal acadêmico, com arcabouço legal empresarial e sem uma ponte, com os parques tecnológicos nas incubadoras da Anprotec, nos núcleos de inovação tecnológica, que, por incrível que pareça, a lei os criou como acadêmicos, mas o formict, do MCTI, é respondido, desde o início, pelo Senai, pelos particulares, com fins e sem fins lucrativos.

Não são apenas autarquias que estão respondendo no formict. O formict está sendo respondido pela sociedade. Nós temos uma clara posição da sociedade de que isso chegou para preencher uma lacuna, que é uma ânsia nossa. Eu estou representando associados, que são 226 pessoas jurídicas, núcleos de inovação tecnológica das ICTs. Um dos nossos associados é a Companhia Siderúrgica Nacional. Então, os NITs estão entrando pesado nos vários setores: acadêmico, empresarial, governamental e, também, da sociedade civil organizada.

Onde é que eu ponho as cooperativas? Onde eu ponho as indicações geográficas que o nosso Senador Jorge Viana, do Acre, tem tanto interesse dada o potencial da sua região? E, além disso, 137 gestores, pessoas físicas, de inovação, experientes, que estiveram envolvidos na estrutura da lei de inovação, de 2004, e na sua regulamentação.

Eu gostaria também de secundar as palavras do Senador Cristovam Buarque de conclamar a todos para, nos dias 7 e 8 de dezembro, estarem presentes neste evento que vocês estão organizando conjuntamente e que eu acho que será extremamente frutuoso.

Infelizmente, no dia 7 à tarde, o Fortec não estará presente porque nós, aqui em Brasília também, temos uma assembleia de estatuto para estarmos de acordo com a nova lei de organizações sociais e do Código Civil. Mas, no do dia 8 de dezembro à tarde, os NITs virão em caravana, os NITs que estarão presentes no dia anterior

para essa assembleia estão ficando mais um dia para vir em caravana e estarem presentes nesse evento conjunto, que é extremamente pertinente.

Eu acredito que, nessa época, nós vamos, também, estar ou já passados no Congresso, esperando Casa Civil, aprovação da nossa Presidenta. Então, eu acredito que seja o momento político interessante. E gostaria de reafirmar a sugestão que eu já enviei o para o Gerson, já enviei para o Deputado Izalci, já enviei para os que estiveram presentes na última audiência: as 63 entidades que trabalharam, durante 6 anos, 5 anos e meio, tão intensamente para que essa lei atendesse ao que a sociedade precisa no Brasil, que nós viéssemos e assinássemos um memorando de entendimento, já com o nome que foi aprovado na Emenda Constitucional nº 85, do Sistema Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação.

Meu sonho é que tenha dez páginas para cada um de nós estar presentes em uma cerimônia conjunta, Senado, Câmara dos Deputados, para que essas entidades assinem como se fosse uma coroação de todo esse trabalho que nós fizemos. Eu venho de movimento social, eu trabalhei muito na pastoral carcerária, fui presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescentes, ajudei a fazer a Lei Municipal da Criança e do Adolescente. Então, eu vi a miséria de perto e bati perna. Acompanhei muita apenado em regime aberto e vi que eles poderiam ser membros muito atuantes da nossa sociedade.

Não o foram por causa, Senador, da educação, porque,quando eles tinham 4, 5, 7,10 anos, o Estado não estava presente onde suas famílias não tinham condições. Então, eu acredito por demais nessa nossa ação e, Senador Jorge Viana, foi um trabalho de construção da sociedade, um trabalho com legitimidade, em prol das condições de melhoria de vida da sociedade, usando aquilo que é desenvolvido com os seus próprios impostos. Porque três quartos dos pesquisadores produtivos estão na academia paga por impostos federais e estaduais. E se nós olharmos para a ciência que vem, que pode ser convertida é 90%, aumenta ainda isso.

Então, se isso é desenvolvido com o quanto eu pago a mais quando eu vou comprar farinha para fazer cuscuz, porque não tem dinheiro para comprar pão, arroz, por que é que isso não pode ser revertido para minha sociedade?

Espero e desejo - agora voltando a falar como Fortec – que haja uma aprovação, por unanimidade, clamorosa. E não posso deixar de registrar, aqui, o trabalho inestimável do nosso diretor técnico Gesil Amarante Segundo, com Ferraz, com Gerson, que tanto contribuiu para que o texto pudesse refletir o que a sociedade, como um todo, precisa para este nosso Brasil.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Prof. Sérgio.

O SR. SÉRGIO LUIZ GARGIONI – Já que se falou tanto em russo, há três meses, eu fui a Moscou, em uma reunião dos Brics, das Agência de financiamento e eu disse: eu quero passar um dia na universidade, que quero conhecer. Eu fui à maior universidade, que é a Universidade de Moscou, fui ao Instituto de Física e, logo na entrada, um painel com oito prêmios Nobel. Lá, me atendeu o Vice-Presidente que ele chamam o Vice-Chanceler de Pesquisa, um jovem físico. Eu fiz algumas perguntas, para simplificar, pois nós não temos tempo, e perguntei: como é que o orçamento Instituto de Física? Ele disse, a metade vem do governo, a metade a gente capta, inclusive no setor privado está aumentado vendo governamental identificar um câncer um setor privado. E o salário do professor? "Da mesma forma, nós temos que buscar nossa parte. Aqui, inclusive, quando tem patente, a gente faz contrato com a universidade e a gente ganha uma parte. Não tem problema nenhum. E como é? Vocês são estáveis, não é?

Eu ainda tinha aquela visão da União Soviética. Houve uma época em que andei, sou um pouco mais antigo aqui, perguntei assim: vocês são estáveis? "Nada disso, a cada cinco anos temos que defender nosso projeto aqui senão vamos embora".

Por último, só para concluir, resumir, eu disse: como vocês conseguem ter tanto pesquisador em física neste país, que é a base? Disseram: "Muito simples, as crianças do primeiro e do segundo grau a toda hora estão aqui dentro e vamos lá e trabalhamos juntos." Então, desde cedo.

Vemos um país, uma organização que teve o regime comunista, que todos conhecemos como era regra, de repente virou muito mais capitalista do que nós, e é assim nos Estados Unidos. Fui visitar a universidade onde estudei, o professor tem sua empresa do lado de fora. Eu perguntei para a universidade: como é isso? "É muito simples, ele capta recursos, vem aqui, desenvolve com pesquisadores, ele não pode fazer feio lá fora, senão como vai ensinar aqui dentro e, por último, ele não vem pressionar o salário dentro da universidade, porque ele ganha dinheiro lá fora, e está tudo muito bem, obrigado. A universidade está ótima, tem um conselho de um pouco mais de 30 pessoas que financiam a pesquisa, tem vários estudantes, vem ver, no início do ano, o que é para fazer e, no final do ano, o que é feito. Isso é transferência direto para a sociedade. E é esta a nossa função.

Então, só para concluir, o nosso deserto é a desconfiança. Acho que temos um excesso de desconfiança, achando que todo mundo é ruim. Precisamos buscar confiança. Tendo confiança, não precisa ter controle, temos que ter resultado, temos que ter apostas.

Estou muito feliz de estar aqui neste momento como presidente da Confap, junto com o Peregrino e tantos outros aqui, o Gerson, começamos juntos lá no CNPq, Prof. Cristovam era professor da UnB, também fui professor da UnB uma época. Professor, o senhor fez um trabalho na Sudene. Bons tempos, faz algum tempo, alguns 40 anos.

Estou na sala de aula há 44 anos, não desisto, como professor em tempo parcial, mas a minha esperança é que, além de aprovar o que está aqui, que o Congresso Nacional, este movimento que foi aqui estabelecido tão útil, que não pare por aqui, estamos começando este trajeto. Lideranças, como estou vendo, tão fortes, por favor, insisto nisso, somos parceiros sempre, e os sistemas estaduais hoje são relevantes. Quem sabe, se consegue dar um jeito, ainda tem russo dentro da universidade. Acho que nosso sistema universitário de eleger reitor, essa burocracia toda dentro da universidade, impede, não existe mais em lugar nenhum. Se vai à Inglaterra, as universidades são públicas, mas cobram do seu aluno, e nós brasileiros pagamos lá na universidade inglesa, e muito caro, para os nosso alunos. E vale à pena. Então, por que não aqui?

Só para reflexão. Muito obrigado pelo privilégio de estar aqui neste momento.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu que agradeço.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Cristovam.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Lasier, com muito prazer.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado.

Permita-me uma participação rápida que seja. Acompanhei grande parte desta reunião pela Rádio Senado, que a está transmitindo, de modo que acompanhei o grande aproveitamento, a qualidade desta reunião. Aliás, fui o autor do projeto justamente para dar celeridade de análise conjunta deste tema.

Eu me permitiria dizer aqui em conclusão, parece-me que V. Exª está encaminhando para o final, que este ano que está terminando foi deficitário em vários setores da vida nacional. Mas houve coisas boas, Presidente Cristovam. E uma dessas coisas boas, um dos acontecimentos bons foi a qualidade, o desenvolvimento da nossa Comissão de Ciência e Tecnologia. Usando a expressão da Drª Cristina, foi um ano muito frutuoso, porque tivemos audiências públicas extremamente prósperas para continuarmos no ano que vem.

Então, quase reservadamente, trouxemos a nossa contribuição, começamos a nos preparar para uma produção maior no ano que vem de promoção, de conclamação para a pesquisa científica, para as inovações onde o Brasil está tão atrasado.

Este foi o fator positivo neste ano que vai terminando. E apresentei, senhoras e senhores da Mesa, um projeto para proibir o contingenciamento dos recursos para a ciência e tecnologia.

É o PLS 594. (*Palmas.*)

Obrigado. Então, estamos juntos nesta luta.

E o projeto está esperando apenas a designação do Relator na CAE. Sabendo do preparo que tem tanto o Senador Cristovam, um homem que é professor universitário, reitor de universidade, o Senador Jorge Viana, um dos melhores Senadores desta Casa, e já lhe disse pessoalmente, quanto mais eu o acompanho como Senador novo que sou aqui, eu o coloco naquele grupo dos mais preparados, dos mais produtivos, daqueles que têm uma contribuição muito grande a dar ao Brasil, que um dos senhores fosse o Relator desse projeto, que estaria em boas mãos.

De modo que, pela reunião de hoje, tão qualificada, e tenho certeza de que, se pouca gente das comissões esteve aqui, milhares de pessoas ouviram pela Rádio e vejo que também a TV Senado está acompanhando, isso significa milhares e milhares, somos incapazes de estimar a quantidade. Haveremos de dar esta contribuição para que o Brasil, num prazo menor do que se pode supor quando há tanto pessimismo, que a nossa Comissão possa contribuir para acelerar uma consciência da importância da inovação, da pesquisa, dos avanços científicos.

Lembrou bem o Senador Jorge Viana, que acompanhou a palestra do ex-Presidente Clinton, que diz que, se tivesse de optar por um país hoje, citou vários, o Brasil seria o da sua preferência. Isso significa que podemos transformar este pessimismo, que se abate de modo generalizado por todo o Brasil, em otimismo. Entre outras coisas, porque há, aqui no cantinho do Congresso Nacional, uma Comissão que trabalha, que convoca, que discute meios para avançarmos na tecnologia e não sermos ainda por muito tempo meramente uma sociedade agrária exportadora de *commodities*, como foi dito aqui, fazermos um novo Brasil. Temos uma contribuição, através desta Comissão.

Então, congratulo-me, Senador Cristovam, com sua presidência nesta Comissão, que não poderia estar em melhores mãos, com vários integrantes da Comissão, e vamos continuar trabalhando e que tenhamos, daqui por diante, cada vez mais, convites para audiências públicas da qualidade desta que tivemos hoje.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Senador.

Quero concluir, e já estamos atrasados para ir para a CAE, agradecendo a vocês e, mais uma vez, falando dos russos, os russos internos, dentro das cabeças da comunidade. Aliás, nesse sentido, vamos fazer uma audiência nesta Comissão, tentando que seja conjunta com a de Educação, sobre qual o melhor critério para escolha de reitor. Fui eleito por eleição direita, mas já naquela época eu dizia: isto é um instrumento provisório, para balançar a universidade. Hoje, acho que já não balança e é o contrário, aprisiona nos sindicatos, nos partidos e, com isso, impede o pleno desenvolvimento. Vamos discutir. Chegamos ao extremo de algumas universidades colocarem um anúncio no jornal no mundo inteiro, perguntando: "Você quer ser reitor? Mande seu currículo." Ou outro critério.

Outra coisa, é preciso trazer para dentro da universidade o gosto pelo mérito. Esse negócio de dizer que mérito é coisa de ditadura, de elite, isso é, na verdade, um sentimento de desprezo. Nenhum técnico de futebol sobrevive a duas derrotas do time dele. Agora, um professor sobrevive a ficar anos e anos e anos sem se dedicar como deseja.

E outra proposta que na época em que eu era reitor também incomodou muito era a ideia de que, a cada sete anos, é excelente a ideia de sabático, mas, na volta, tem que fazer um concurso mostrando o que você fez durante o seu sabático. Se não provar que usou o sabático para sabático, não é férias, pode inclusive perder o cargo. Discuta como fazer isso. Não é fazer um concurso novo, apenas fazer um trabalho com base no seu desempenho durante os seis meses de sabático. Temos que mexer com a cabeça das pessoas.

Os russos estão dentro de nós e se nós não os enfrentarmos, os nossos próprios demônios, não vamos conseguir chegar ao céu.

Senador.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É muito breve, porque a CAE já começou. Eu quero agradecer, não mereço as palavras do Senador Lasier, o presente que a gente teve do Dr. Sérgio, da Drª Cristina, do Fernando, que já estamos amigos, do Bergmann, também a Gianna.

Mas, vejam, eu assumi o Governo do Acre com o Binho, havia um problema, a eleição era eleição direta para diretor de escola, nós criamos um currículo, um padrão de escola, recursos diretos na escola, uma série de coisas e a gestão. Aí conseguimos um milagre, chamamos o sindicato, começamos a trabalhar e falamos o seguinte: para ser diretor tem que fazer uma prova e tem que apresentar um projeto de gestão para a escola.

Com isso, nós tiramos os mal-intencionados que queriam dirigir a escola e mudou radicalmente a gestão das escolas no Acre, com critérios.

Então, havia uma prova. E havia também apresentação de um plano. Eu estou me referindo a 2000, que nós começamos. Foi por isso o Acre saiu dos últimos lugares em educação e agora está disputando lugares melhores.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Muito obrigado a todos, está encerrada esta reunião. (*Palmas.*)

(Iniciada às 8 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 40 minutos.)

ATA DA QUADRAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 2015, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia dezoito de novembro do ano de dois mil e quinze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do senador Delcídio do Amaral, presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, reúne-se a comissão com a presença dos(as) senadores(as) Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Telmário Mota, Jorge Viana, Waldemir Moka, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Lúcia Vânia, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, José Serra, Ronaldo Caiado, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Douglas Cintra e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os(as) senadores(as) Gleisi Hoffmann, Reguffe, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Romero Jucá, Raimundo Lira, José Agripino, Davi Alcolumbre, Alvaro Dias, Antonio Carlos Valadares e Marcelo Crivella. A presidência declara aberta a reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a realização de audiência pública, a fim de instruir o Projeto de Resolução do Senado nº 84 de 2007, que "dispõe sobre o limite global para o montante da dívida consolidada da União", em atendimento ao Requerimento nº 49 de 2015, de iniciativa do senador Lindbergh Farias, e tendo como expositores o ministro da Fazenda, Joaquim Levy; o consultor legislativo do Senado Federal, Marcos Mendes; o subsecretário de Planejamento e Estatísticas Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional, Otávio Ladeira de Medeiros (representante de Marcelo Barbosa Saintive, secretário do Tesouro Nacional); o professor do IDP e pesquisador do Ibre/FGV, José Roberto Afonso; o professor do Instituto de Economia da Universidade de Campinas, Pedro Paulo Zahluth Bastos; o chefe da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Manoel Pires; e o professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, José Luís Oreiro. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os(as) senhores(as) Lindbergh Farias, José Serra, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Tasso Jereissati e Cristovam Buarque. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo presidente da comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador DELCÍDIO DO AMARAL
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 45ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos.

Pauta: instruir o Projeto de Resolução do Senado nº 84, de 2007, que "dispõe sobre o limite global para o montante da dívida consolidada da União".

O requerimento de realização da audiência é o Requerimento nº 49, de 2015, do Senador Lindbergh Farias. A reunião é destinada a instruir o Projeto de Resolução do Senado nº 84, da Comissão de Assuntos Econômicos.

Nomeio os convidados.

O Ministro chegou, está à porta.

Quais são os convidados?

O Ministro Joaquim Levy se convidou, porque tinha interesse em fazer este debate. Está mais fácil trazer o Ministro da Fazenda do que o Presidente da Petrobras à Comissão de Assuntos Econômicos.

São convidados o Dr. Otávio Ladeira de Medeiros, Subsecretário do Tesouro Nacional; o Dr. José Roberto Afonso, Economista e Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas; o Dr. Pedro Paulo Zahluth Bastos, Professor do Instituto de Economia da Universidade de Campinas; o Dr. Manoel Pires, Chefe da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; o Dr. José Luís Oreiro, Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800612211.

Os convidados já se encontram no plenário da Comissão. Peço que tomem seus lugares.

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: cada convidado fará a sua exposição por 15 minutos e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos. A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para resposta dos interpelados.

Eu quero registrar a presença do Ministro Levy, que muito nos honra mais uma vez aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, e agradecer, porque é mais fácil trazer o Ministro da Fazenda aqui, com todos os afazeres

que o Ministro Levy tem, do que trazer o Presidente da Petrobras e a diretoria. Parece que a Petrobras é maior que o Estado, pelo jeito, Ministro.

Por isso, quero agradecer, mais uma vez, Ministro, a presença de V. Exª. Como eu disse aos Senadores aqui presentes, Senador Ferraço, Senador Telmário, Senador Lindbergh, Senador Tasso, Senadores que estão chegando, Senador Serra já está vindo, depois de uma noite maldormida, muito provavelmente, tomei a iniciativa de começar esta audiência pública, porque continuaremos, Ministro Levy, com a sessão do Congresso, que ontem foi suspensa porque faltou quórum na Câmara e, portanto, a sessão caiu. Hoje, continuaremos a votar os vetos e, após a votação dos vetos, votaremos os famosos PLNs, Ministro, que V. Exª está acompanhando muito de perto.

Portanto, vou passar a palavra a V. Exª. Como já registrei aos Senadores, o Ministro Levy vai fazer um *speech* aqui rápido, vai fazer aqui uma fala. S. Exª nos honra com a sua presença. Depois da fala do Ministro Levy, nós, Senador Tasso, iniciamos efetivamente o debate com os técnicos e com os Senadores. Certo, Ministro?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – O.k. E o Ministro Levy pode responder a pelo menos três perguntas dos Senadores e Senadoras, porque ele também hoje está em um dia bastante agitado, mas nos honra com a sua presença, mais uma vez, aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

Com a palavra o Ministro da Fazenda, o Ministro Levy. Muito bem-vindo aqui à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. JOAQUIM LEVY – Obrigado, Senador, pelas suas gentis palavras. Mas quero fazer uma correção: na verdade, é uma honra vir ao Senado. Para qualquer servidor público, para qualquer cidadão, é sempre uma honra.

Quero também registrar, Senador, a grande satisfação e a importância exatamente dessa sessão do Congresso de ontem, que o senhor mencionou. Acho que foi de grande relevância. E, na verdade, a própria Câmara decidiu pela manutenção dos vetos. Tenho certeza de que, se tivesse sido necessário, o Senado também teria manifestado o seu apoio aos vetos que a Presidente considerou indispensável fazer, em relação a certas medidas que foram votadas.

E espero que hoje a sessão também transcorra com a mesma qualidade e os mesmos resultados. E que também se possa votar os projetos de lei, notadamente, os PLNs nº 4, 5 e 3, que terão impacto extremamente importante neste trabalho de modernização da máquina pública, de melhora da governança das estruturas públicas, ao permitir o pagamento dos conselheiros do Carf.

Entre as inúmeras atividades que temos desenvolvido, que vão além do ajuste fiscal, indispensável, mas não única atividade evidentemente da política econômica, está a reforma do Carf, trazendo transparência, trazendo nova abertura, trazendo governança para um órgão que é eminentemente um órgão de proteção ao contribuinte, um órgão onde o contribuinte pode ser ouvido de maneira republicana, de maneira transparente, e cujas decisões, dada a devida publicidade, servem também de orientação tanto para a Receita quanto para outros contribuintes.

Ou seja, essa reforma do Carf, além de seu aspecto de limpeza, de transparência, é uma atividade pró-crescimento, na medida em que diminui a insegurança jurídica, na medida em que diminui o ônus para o cumprimento das obrigações tributárias, que é um dos elementos, – vemos aquela pesquisa do *In Business* –, é um dos fatores que mais pesam na eficiência da economia brasileira.

Presidente, acho que temos a oportunidade de discutir esse projeto. Esse é um projeto de certa ambição. Acho que ele é mais uma das previsões da Lei de Responsabilidade Fiscal, um elemento institucional brasileiro extremamente valioso. A observância dos seus princípios é uma ferramenta de qualidade de gestão, é uma ferramenta de melhora do bem-estar da população inegável. Seguir a Lei de Responsabilidade Fiscal faz o País mais forte, faz a economia melhor, é bom para o cidadão.

A gente dá um curso, As Previsões da LRF, que, como uma lei inteligente, é uma lei que admite acomodações quando é necessário, de tal maneira que ela seja aplicável em qualquer cenário. Acho que é uma medida importante.

Ao se botar um teto no pagamento da dívida, evidentemente passa-se um sinal importante em relação à propensão ao endividamento. Nós sabemos que o endividamento excessivo é prejudicial ao crescimento, e nós sabemos que, para evitar um endividamento excessivo, nós temos de ter o equilíbrio fiscal, o que nos remete à questão que é a questão de hoje, a questão que é discutida cada vez mais: como alcançar esse equilíbrio fiscal? Apenas através de novos impostos? Apenas através de cortes nos gastos? Ou com uma combinação de impostos e cortes nos gastos?

Então, eu acho que este dispositivo que vem sendo discutido tem esse mérito, de forçar essa discussão, a discussão do equilíbrio fiscal. E nós sabemos que não vamos alcançar o equilíbrio fiscal, especialmente do

ponto de vista cíclico, apenas com gastos. Mas, do ponto de vista estrutural, quando a gente pensa no médio prazo, no longo prazo – que é o horizonte desta proposta de resolução –, aí é muito importante se começar a fazer as discussões sobre como será o gasto público, principalmente o gasto obrigatório, o gasto gerado por lei.

Aí é uma questão, como eu tenho dito inúmeras vezes, que eu acho que é a chave para a gente deslocar, abrir uma temporada de crescimento da economia: a discussão de verificarmos dois aspectos em relação ao gasto público. O primeiro é, vamos dizer assim, o processo. Estamos executando o gasto público, inclusive os gastos obrigatórios, da maneira mais inteligente? Estamos atentos à implementação, para evitar abusos, para evitar a fraude, para evitar desvios do desejo inicial do legislador em relação a algum programa? Isto é fundamental. E também a própria questão da necessidade do programa, quer seja um programa de apoio a empresas, quer seja um programa de apoio a indivíduos, quer seja um programa de apoio a alguma atividade, qualquer que seja.

Isso tem de ser feito, numa democracia, de maneira estruturada. Nós temos de montar sistemas que permitam, de maneira estruturada, a começar pelo Executivo, a avaliação do gasto para se poder fazer uma priorização, para se poder dar um horizonte do gasto. O gasto não pode – principalmente o gasto corrente – crescer, de maneira sistemática, acima do PIB. Isso é inviável, e o Governo tem de, evidentemente, se aparelhar – não sei se a palavra tem conotações inadequadas –, se preparar para conseguir orientar os gastos, principalmente os gastos obrigatórios para uma trajetória que seja compatível com a trajetória suportável pela própria sociedade.

Apenas aumentar impostos, como tem sido feito nos últimos 15 a 20 anos, está cada vez mais difícil, como vemos. Portanto, a sociedade brasileira, madura do ponto de vista da democracia, madura do ponto de vista da sua diversidade, está preparada, acho, para ter essa discussão do gasto público.

No fundo, a proposta de colocar um teto para a dívida é uma proposta de disciplina do gasto público e, portanto, deve ser acolhida. E o gasto público, quando tem disciplina no seu aspecto de gasto primário, das despesas, acaba gerando uma disciplina também do gasto financeiro e no gasto dos juros. Então, eles não são inimigos. Na hora que eu ponho disciplina no gasto primário, a minha carga de juros começa a cair.

Isso é fundamental, e eu acho que o Senado, em boa hora, aponta essa direção. Este é um projeto disciplinador. Este é um projeto que põe, junto com outras manifestações, inclusive de diversos partidos, a questão do gasto público tratado de maneira transparente, com respeito às necessidades e aos desequilíbrios de renda que existem no Brasil. Não é tratar o gasto público para desamparar uns e outros e, às vezes, superamparar uns e outros, mas, sim, uma discussão realmente profunda sobre o gasto público, que permita o País ter sustentabilidade fiscal, ter espaço para uma política monetária até mais branda.

Essa é a natureza desse projeto. Pode-se discutir se o nível melhor é – já há em outros projetos - é 2,5 ou é 3, se eu devo só olhar a dívida bruta, só a dívida líquida. São questões técnicas. Eu acho que aqui o Secretário do Tesouro vai poder discutir isso em detalhes, acho que vai haver um debate, mas acho que o que não deve ser esquecido nesta discussão é a questão de que estamos discutindo o futuro do gasto público.

O gasto público pode crescer sempre acima do PIB? O gasto corrente pode crescer esmagando a capacidade de o Estado financiar investimentos? Não só o investimento direto, mas, também, o investimento através de concessões? Isso porque, na hora que temos um crescimento do gasto corrente excessivo, temos a dificuldade por causa dos juros, que se criam, de financiar o investimento, também um investimento através do setor privado.

Nós temos aqui um projeto fantástico de investimento em logística: o PIL. O meu colega. Manoel Pires, do Planejamento, certamente poderá falar sobre o PIL. Agora, o PIL, para ter seu sucesso completo, precisa ter o ambiente de taxas de juros que incentive, que aponte para a possibilidade desse financiamento através, inclusive, do setor privado, de projetos mais variados.

A Fazenda considera que os investimentos são absolutamente essenciais. Eu estava discutindo, ainda hoje de manhã, uma ideia que acho que devemos levar avante: permitir, por exemplo, que os Estados tomem recursos emprestados para criar fundos de PPP. Tomem esses recursos com a garantia do Tesouro. Nós sabemos e estamos todos em um trabalho de reflexão em relação a Cofiex. Dentro da discussão do Cofiex, inclui-se essa possibilidade de permitir que os Estados tomem recursos emprestados com garantia da União para formar fundos garantidores de PPP e, com isso, alavancarem o seu investimento.

Esse mesmo mecanismo está previsto no projeto da MP, que não tem ainda muito tempo de vida, mas poderá ser incorporado através da PEC em relação aos fundos associados à reforma do ICMS, que são fundos que conversam, que foram inspirados na política de desenvolvimento regional, um dos temas mais importantes trazidos aqui.

Vejo aqui o Senador, um dos principais paladinos desse tema, a reforma do ICMS, associada à política, à iniciativa da regularização de recursos lá fora, chamado de repatriação.

Essa é uma outra iniciativa de caráter de desenvolvimento, muito além do ajuste fiscal, muito além do jardim. É, portanto, a reforma do ICMS a ser financiada pela repatriação. É uma reforma inspirada nos princípios da política de desenvolvimento regional. Ali está previsto também que os Estados poderão usar o recurso que vier da repatriação para financiar fundos de PPP. Eles podem usar os recursos para fazerem investimentos diretos, mas também podem usar aquele dinheiro para criar um fundo de PPP.

Então, para se alcançar o aspecto desenvolvimentista da própria regularização dos recursos do exterior, além de liberar recursos de brasileiros que vão querer trazê-los voluntariamente para o Brasil. Assim, também, poderão ser criados, através dos fundos da transição do ICMS, fundos garantidores de PPP, com uma enorme capacidade de alavancagem. E nós sabemos que o investimento em infraestrutura é hoje um dos principais caminhos para garantirmos o crescimento do País nos próximos dois, três, cinco anos, para podermos transformar as condições de vida no nosso País, para podermos retomar a industrialização, que vem sofrendo tanto nos últimos anos. Essa é a política do Governo, essa têm sido as propostas do Governo, através do Ministério da Fazenda, trazidas, inclusive construídas com o auxílio do Senador Delcídio e de todos os outros Senadores.

Então, chamo a atenção para a perfeita convergência dessa proposta do teto da dívida. Evidentemente, ela é uma proposta que talvez não seja tão incremental, pois há um elemento de desafio aí. Mas ela é uma proposta que pode nos servir muito bem, se acompanhada de outras medidas que vão enfrentar a questão do gasto público, principalmente do gasto corrente, que não pode de maneira sistemática crescer acima do PIB e que, se devidamente tratado, vai nos ajudar a fazer a taxa de juros cair e permitir que a dívida pública convirja para patamares que sejam sustentáveis e compatíveis com o crescimento de longo prazo do País.

Temos que dar alguns passos mais audaciosos. Temos que enfrentar a realidade a curto prazo, como disse a Presidente, da necessidade de novas receitas, mas temos que enfrentar as questões de longo prazo.

Presidente, felicito a CAE por estar fazendo este debate, porque esta é uma oportunidade para se discutirem as verdadeiras questões do Brasil, como a gente pode tomar medidas para a dívida pública não vir, no futuro, a nos estrangular, garantir o nosso grau de investimento, garantir condições favoráveis para as empresas investirem e criarem aqui empregos. E é isso que temos que fazer com medidas como a reforma do ICMS, a reforma do PIS/Cofins, simplificar, simplificar a vida do contribuinte, como dizia um amigo meu, talvez não nessa ordem, mas simplificar, simplificar, simplificar, na ordem que vocês quiserem. É isso que temos que fazer. E eu acho que este pode ser o primeiro passo, com desafio. Pode-se discutir exatamente o teto, mas eu acho que isso nos dá um horizonte.

Temos que ter coragem de botar metas para a frente. Só com esse tipo de desafio é que a conseguimos enfrentar as decisões do dia a dia. Elas criam um arcabouço, assim como a Lei de Responsabilidade Fiscal, que é de onde deriva esse projeto. Esse é um projeto que nasce da Lei de Responsabilidade Fiscal, cria um marco para que haja uma discussão democrática, estruturada sobre isso. E para tanto, é indispensável – e o Governo está-se movendo para isso – criar os instrumentos para o Governo poder avaliar, priorizar os gastos, inclusive os gastos obrigatórios, na sua implementação e na sua dimensão, para garantirmos uma trajetória realmente estável para a dívida, para os gastos e uma trajetória de crescimento para o PIB e para a renda do trabalhador, para a qualidade de vida das famílias.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador Delcídio...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Ministro Levy.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Rapidamente, Ministro Levy, na verdade não entendi, ou seja, V. Exª é a favor ou contra esse projeto?

O SR. JOAQUIM LEVY – Eu acho que o projeto... A favor. Podem ser discutidos, talvez, os níveis, acho que é uma discussão técnica, uma deliberação de cada um, mas, certamente, darmos mais esse passo na Lei de Responsabilidade Fiscal tem mérito. É um desafio? Cria, talvez, um desafio? É possível.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Ministro, conversei com técnicos do Tesouro esse processo inteiro. O Tesouro discorda, inclusive, dos números, e estava contra o projeto. Conversei com o Banco Central, que também estava contra o projeto; com o Ministério do Planejamento, que estava contra o projeto.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu só estou questionando porque não entendi. Parece que houve uma reunião de Governo na Casa Civil em que houve uma posição contrária ao projeto. Eu fui surpreendido com a fala do Ministro da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Lindbergh, o Ministro Levy, como estava programado, fez uma apresentação rápida, inclusive conceitual, colocou a opinião dele sob

o ponto de vista de mérito. Agora, vai caber à Comissão de Assuntos Econômicos, ao Congresso, com base nessa audiência pública que está sendo feita para que possamos aprofundar, ver as posições, ver até a proposta que foi apresentada pelo Senador Serra no que se refere aos tetos, no que se refere ao processo de transição, para que, com toda a autonomia que o Congresso tem, deliberemos. Então, vamos ter condições, Senador Lindbergh, de fazer um debate qualificado, como diz o Ministro Aloizio Mercadante. Essa é uma discussão que faremos depois da fala do Ministro Levy.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Tudo bem, a minha preocupação é justamente com os números, porque não dá para dizer que apoio o projeto e não entro no detalhe dos números.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – O Ministro Levy, gentilmente, dispôs-se a vir à Comissão, fez uma exposição geral abordando o tema. Creio que não compete agora discutir a exposição do Ministro Levy. Temos de ouvir os outros convidados para depois ter uma discussão.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu concordo, Senador. Só estou confuso, pois sou da Base do Governo e estou querendo entender.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – A minha preocupação, Senador Lindbergh, é o tempo. Nós temos na Mesa mais cinco expositores. A minha preocupação é que os Senadores os ouçam. Obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Uma Base que não vota com o Governo... Aliás, eu me lembro, meu caro Senador Lindbergh, que o Capitão Asa, que não é da época de V. Exª, dizia: quem pergunta quer saber.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – O pior é que eu não tenho ideia de quem seja, de que época ele seja. (*Risos.*)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – O Serra é do tempo do Mister Magoo, ele não conheceu o Capitão Asa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Acho que a exposição do Ministro foi muito objetiva, muito consistente, em função até do momento que estamos vivendo e dos projetos que estamos votando no Congresso e aqui também, no Senado, mostrando, efetivamente, os próximos passos que apontam para o futuro, que é a repatriação, o ICMS, os fundos.

A Senadora Lúcia Vânia, que discutiu todos esses temas, conhece muito bem, comandou os trabalhos neste Senado, assim como o Senador Fernando Bezerra, o Senador Pinheiro, o Senador Ferraço. Portanto, quero agradecer, meu caro Ministro, a exposição, e perguntar se algum Senador gostaria de falar, porque o Ministro também tem uma agenda complicada.

Então, Senador Ferraço, Senador Fernando Bezerra e mais um Senador, se esse for o entendimento. Algum Senador gostaria de fazer mais uma pergunta? Então, concluímos com o Senador Ferraço e o Senador Fernando Bezerra. Depois, vamos deixar o Ministro Levy partir para os outros desafios que ele tem ao longo do dia, que não são fáceis.

Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Srªs e Srs. Senadores, nossos convidados, de maneira especial o Ministro Levy, a quem quero cumprimentar e reiterar que a disposição de V. Exª para o debate é sempre muito importante. V. Exª pôde aqui, a meu juízo, declinar visões conceituais e de princípios em relação à necessidade desse objetivo que precisamos percorrer, até por que, Sr. Ministro, essa não é uma determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal, é uma determinação da Constituição Federal.

A Constituição Federal de 1988, que foi consagrada pelo Congresso brasileiro, determina, no seu art. 52, inciso VI...

Art. 52 – Compete privativamente ao Senado Federal:

.....

VI – Fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Portanto, esse não é um debate novo, esse não é um debate que está existindo em função dessa complexa crise conjuntural que o nosso País está enfrentando. Até porque, no ano 2000, o Presidente Fernando Henrique Cardoso encaminhou esse debate ao Senado da República; e, lá em 2000, o que fez o Senado? Fatiou, estabeleceu metas, diretrizes e limites para Estados e Municípios, e não estabeleceu limite para si.

A União, no ambiente da relação federativa, ela "se acha". Ela acha que pode estabelecer direitos, deveres, responsabilidades e diretrizes para os demais entes federados. Mas ela não se coloca com esse mesmo nível de responsabilidade.

Portanto, esse debate estamos fazendo, sim, com muito atraso, e esse debate não está vinculado a esta conjuntura que estamos vivendo de elevada crise e restrição fiscal. Essa é a observação que eu queria fazer, até para chamar a atenção, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, de que essa determinação não é uma determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal, em que pese a importância da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ela é uma determinação da Constituição Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – A impressão que eu tinha, quando vim a esta reunião, é que nós iríamos ouvir o conjunto dos convidados...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Mas é isso o que faremos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Mas se estamos abrindo um debate com o Ministro Levy, podemos dispensar os outros e levar esse debate em frente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Não, Senador Requião...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Que não se dê mais a palavra ao Plenário até que se ouça o conjunto dos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – É que V. Exª chegou agora há poucos minutos, e, anteriormente à chegada de V. Exª, os Senadores concordaram que ele responderia a no máximo três perguntas e depois se retiraria para fazermos o debate.

Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu queria, primeiro, cumprimentar o Ministro Joaquim Levy por ter vindo à Comissão para debater esse tema, que é um tema importante. Teremos oportunidade de ouvir os demais convidados.

Fico feliz que a manifestação do Ministro seja favorável à iniciativa do Senador José Serra. Fico mais feliz ainda que o Ministro tenha aqui resgatado, na sua fala, a importância de votarmos a unificação das alíquotas do ICMS; o apoio que o Ministro expressa para construção dos Fundos de Compensação e o Fundo de Desenvolvimento Regional.

E é nessa direção, Ministro, que eu gostaria de fazer apenas duas perguntas: ontem, a Comissão Mista de Orçamento, com o patrocínio de V. Exª, aprovou a revisão da meta fiscal para 2015 para algo próximo de R$120 bilhões. Trabalha-se com a proposta orçamentária do próximo ano para um déficit em torno de R$40 bilhões. Então, entre este e o próximo ano, estaremos fazendo esforço fiscal de quase R$90 bilhões!

A minha pergunta é a seguinte: com tamanho esforço fiscal que será feito, reduzindo investimento, reduzindo o custeio, sacrificando repasses de recursos para a Previdência, para Saúde, para a Educação, é possível prever uma redução no pagamento do serviço da dívida?

Neste ano, nós estamos pagando mais de R$530 bilhões de juros do serviço da dívida da União, dos Estados e dos Municípios. Fazer esse esforço deste tamanho, de mais de R$90 bilhões, vai sinalizar para que tenhamos uma redução da dívida de pelo menos o dobro disso ou nós continuaremos em uma conta sem fim em relação ao pagamento do serviço da dívida?

E é por isso que eu acho que esse projeto do Senador José Serra cria instrumentos para que possamos disciplinar o endividamento, limitar esse endividamento e reduzir o pagamento do serviço da dívida.

A segunda pergunta: para aprovar a unificação da alíquota do ICMS, o Governo terá de dizer de quanto será o Fundo de Compensação e de quanto será o Fundo de Desenvolvimento Regional, porque, do contrário, as bancadas não vão voltar, e não sabemos qual é o valor com que a Fazenda está se comprometendo a fixar.

V. Exª deu uma ideia muito boa de liberar os financiamentos através Cofiex para formar e construir os fundos garantidores de PPP dos Estados. Para cada recurso do fundo, poderia haver dois recursos de financiamento para a construção desses fundos garantidores, no sentido de ampliar os investimentos de infraestrutura nos Estados, durante os próximos oito anos Mas é importante que haja um número, porque, se não existir um número, os Estados do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste não vão se abalar a abrir mão da política de incentivos fiscais para atrair investimentos enquanto os fundos forem apenas números que não gerem nenhum impacto, do ponto de vista da construção da sua infraestrutura, para atração dos investimentos que são necessários.

Reservo-me a deixar essas duas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Fernando Bezerra. E, agora, o Ministro Levy com a palavra, concluindo as perguntas e as observações.

Vamos iniciar o debate.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador Delcídio.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Ministro Levy.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador Delcídio, não quero fazer uma fala, mas só queria que o Ministro falasse se ele é a favor da limitação da dívida bruta; só sobre esse aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Perfeito.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, se V. Exª me permite, gostaria que ele abordasse outro aspecto, não farei nenhuma intervenção.

O Senador Ferraço acaba de ler o art. 52, VI, da Constituição Federal, que fala que tem que haver estabelecimento de limites. Entretanto, diz que, é por iniciativa da Presidência da República. Há uma análise, por parte da Fazenda, do Ministro, da possível inconstitucionalidade desse projeto, visto que a sua iniciativa é de um Parlamentar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES. *Fora do microfone*.) – Não, não é.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Estou me dirigindo à Mesa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Só para contribuir.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, concluo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Com a palavra, o Ministro Levy, para concluirmos essa etapa e, assim, começaremos com o debate.

Quero aqui dizer que vamos iniciar o debate com a palavra do Consultor Legislativo Marcos Mendes, que vai simplesmente fazer um resumo do objeto desse projeto e, depois, vou chamando as pessoas que constituem a Mesa para falar sobre o tema.

Senador Levy, com a palavra.

O SR. JOAQUIM LEVY – Ainda não sou Senador, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Desculpe, desculpe.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Futuro Senador.

O SR. JOAQUIM LEVY – Calma, calma, vamos devagar.

Obrigado pelas questões, acho que mostra exatamente a importância do tema.

Realmente, o Senador traz uma luz adicional do aspecto constitucional do exercício que se pretende fazer aqui, o que, evidentemente, dá ainda uma luz a mais em relação à importância e eventual oportunidade dessa discussão.

Foi-me perguntado em relação ao esforço fiscal. Diria que, se realizarmos o esforço fiscal, sim, as condições para o crescimento aparecem. Na verdade, quando o senhor citou a questão dos cento e poucos bilhões, sabemos que metade disso se deve a uma tentativa que estamos construindo de dar uma solução a passivos que foram criados em anos anteriores, com intuito de criar medidas de estímulos, medidas de crescimento, além de, evidentemente, a ampliação muito importante que houve dos Planos Safra, inclusive o Pronaf, que aumentaram significativamente o volume de subvenções necessárias; e estamos pagando a subvenção dos Planos Safra de anos anteriores. Por isso, há essa segunda parte.

Assim como a questão dos planos da parte do BNDES, o PSI. Hoje, inclusive, analisamos, acerca disso, o fato de que alguns, vamos dizer assim, beneficiários desses empréstimos estão tentando digerir – e isso é público, é a questão da Abimac e outros que vêm pedindo uma postergação de pagamentos de empréstimos tomados no âmbito do PSI – , o que indica que não só o Governo está tendo que digerir esse programa, mas também o próprio setor privado, tentando encontrar caminhos para honrar com os empréstimos que, ainda com taxas muito beneficiadas, têm fazer agora, particularmente, no que tange à parte de amortização.

Mas, enfim, então acho que, quando olhamos o esforço fiscal para o ano que vem, é significativo, é indispensável,...

(Soa a campainha.)

O SR. JOAQUIM LEVY – ... e por isso mesmo a Presidente tem sido absolutamente clara e transparente quanto à necessidade de, no curto prazo, de maneira temporária, se encontrarem novas fontes de receita.

Por outro lado, como enfatizei, isso é o curto prazo. Quando pensamos no desenvolvimento do Brasil, quando a pensamos no médio prazo, no crescimento, na capacidade de as empresas aumentarem emprego, tenho que olhar o gasto público, tenho que garantir que o gasto público tenha uma trajetória adequada. E esse projeto, acho, cria o mecanismo de disciplina do gasto público – o gasto público primário, e aí com consequências também no gasto público, nos juros.

O senhor me perguntava sobre a questão da evolução da dívida. Eu acho que se tivermos um equilíbrio fiscal, se chegarmos à meta que a Presidente estabeleceu, de 0,7% do PIB de superávit no ano que vem, certamente a conta de juros vai cair, certamente a dinâmica da dívida se altera. E se altera tanto porque os juros vão cair, como porque o País vai crescer mais. Então esse é o desafio que temos que fazer, esse é o desafio de curto prazo que temos que vencer para voltar à trajetória de crescimento econômico.

Em relação ao fundo do ICMS, sabemos que, para evitar o aumento da carga tributária, que não teve tanto apoio do Senado, por razões óbvias, avançamos com essa questão, construímos, junto com o Senado, a questão de usar o dinheiro da regularização, exatamente porque as condições externas...

Esse foi um tema do G20. Curiosamente, um dos temas do G20 foi exatamente a discussão BEPS. O Brasil tinha duas iniciativas; uma, infelizmente ontem não teve curso, apesar da posição do Senado, que era a questão do tratamento transparente do planejamento tributário, que é uma defesa do contribuinte, mas não foi mantido. Mas esse era um dos temas de BEPS, um dos temas discutidos no G20, que o Brasil estava trazendo de maneira moderna e transparente para a nossa legislação. Mas apesar do esforço do Senado, não foi mantido, que era a questão da divulgação dos planos de planejamento tributário, sem haver sanções se a Receita achar que aquele planejamento não se sustenta.

O outro tema é exatamente o tema da troca de informações, e com isso a questão da necessidade de regularização dos recursos no exterior. Hoje corre-se o risco de a pessoa ter um recurso no exterior e perder esse recurso, ficar no outro país. Com essa lei, cria-se uma situação, segundo a qual, ao você regularizar, esse recurso fica para os brasileiros e pode ser trazido, na medida do possível.

Agora, o volume, o sucesso dessa lei vai depender de vários fatores. Vai depender da segurança jurídica, vai depender do continuado apoio do próprio Ministério Público à lei final, de tal maneira que haja segurança jurídica. Por isso, não temos uma estimativa completa de quanto vai ser disponível para os fundos, ainda que se volte para a redação original do Senado.

Agora, eu assinalaria que na PEC proposta pelo Senador Walter Pinheiro, há uma presunção de valores, que eu acho que são bem significativos. Seria 1,5 bilhão para o auxílio de eventuais perdas de transição em alguns Estados, já que alguns Estados que têm um papel importante no comércio podem vir a ter perdas, tanto na Região Sudeste, quanto na Região Centro-Oeste em particular. No Nordeste é improvável que haja perdas, mas alguns Estados no Sudeste e no Centro-Oeste podem ter perdas. Então, nessa proposta, se faria essa questão de 1,5 bilhão. E uma questão de três bilhões durante um período de tempo pré-fixado, de apoio ao investimento. E estudar uma boa ordem de magnitude. Eu acho que dá uma segurança para os valores. Os valores são valores, vamos dizer assim, compatíveis com a capacidade do Estado, com a capacidade de se ter receitas.

Eu só diria – um último comentário – o seguinte: a situação atual é insustentável; a situação atual tem um enorme risco jurídico, e o STF já sinalizou. Além disso, a situação atual é uma situação que não beneficia o Nordeste.

É lógico que preservar os programas de benefícios que já foram negociados é fundamental. Permitir, em alguns casos, que outras empresas se beneficiem do mesmo programa num horizonte predeterminado, que é o espírito da convalidação do Convênio 70, também é importante. Não se vai fazer nada contra quem já está instalado.

Agora, a guerra fiscal hoje não favorece os Estados menores, não favorece o Nordeste. Então, também faz parte do desafio do Brasil pensar, de uma nova maneira para o novo mundo que estamos vivendo, essa reforma do ICMS.

Temos de dar garantia jurídica para o que foi negociado nos anos 2000. Está correto. Inclusive, tem de dar garantia que hoje não existe, porque hoje, sem a convalidação, o Supremo Tribunal pode não só cancelar isso, mas fazer os Estados terem de ressarcir. Muito pior. Nós estamos trazendo garantia jurídica, em valores que são compatíveis com a capacidade do Estado.

Então, eu diria isso. Acho que, inclusive – desculpe-me estar saindo do assunto –, na questão da PEC, há uma sinalização bastante segura de quanto se estará tendo disponível para fazer essa transição.

Eu me permiti falar isso, porque acho que destravar o investimento é uma maneira de diminuir o teto da dívida.

Acho que a dívida bruta é importante, sim. O Tesouro vai apresentar cenários. São cenários para a reflexão, são cenários mais ou menos otimistas, está certo, mas também são cenários que indicam maior ou menor desafio que eventualmente essa resolução poria para a nossa trajetória fiscal, para a nossa trajetória do gasto, para a nossa trajetória de crescimento nos próximos anos.

Muito obrigado pela atenção. Muito obrigado pela oportunidade de compartilhar essa visão do Governo, aqui, com os senhores e com as senhoras.

Senadora, muito obrigado. Obrigado pelo apoio sempre às iniciativas do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Obrigado...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Sobre a dívida bruta. Falei sobre a dívida bruta, Sr. Presidente, muito rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Ele acabou de responder, Senador Lindbergh, mas manifestou que...

O SR. JOAQUIM LEVY (*Fora do microfone*.) – Eu manifestei que o teto da dívida bruta também é...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOAQUIM LEVY – Ele é importante também. Dentro dos cenários, como falei, haverá apresentação de cenários, alguns mais benignos, outros que mostram desafio maior, um risco maior, para poder haver essa avaliação.

Mas a dívida bruta tem de ser considerada. Evidentemente, sabemos que, como o Brasil não tem uma grande capacidade de poupança, a maior parte das nossas reservas internacionais é financiada pela dívida bruta, razão pela qual também, se eu vender as reservas internacionais para financiar gastos públicos, o resultado será que perdi os ativos e que apenas ficarei com a dívida.

Mas, sem dúvida nenhuma, acho que também vai ser tratado com toda a circunspecção que se pode esperar da administração da dívida pública, da administração do Tesouro, mas trará, de maneira muito transparente, os cenários, para que o Senado possa fazer a avaliação da conveniência de se adotar este mecanismo importantíssimo de disciplina do gasto público para os próximos 10 ou 15 anos e, assim, permitir a eventual, gradual, sólida redução da taxa de juros e o aumento do crescimento, da renda, do bem-estar das famílias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Ministro Levy.

Nos ficamos muito honrados. V. Exª mostra o respeito que tem pela Comissão de Assuntos Econômicos. Mais uma vez, V. Exª é sempre bem-vindo. Estaremos sempre à disposição de V. Exª e queremos agradecer, mais uma vez.

Queremos agradecer também aos Senadores.

Agora vamos iniciar o debate. Vamos iniciar através do Marcos Mendes.

O Marcos Mendes já pode falar daí mesmo, da bancada, para pautarmos o projeto e depois fazermos o debate, cada um expondo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador Delcídio, concordamos com o Senador Serra em que o Consultor Marcos Mendes fizesse uma explanação objetiva, falando sobre o projeto do Serra, para começarmos imediatamente o debate.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Sim, Senador Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não. Falei, pensei, retirei.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Então, o consultor Marcos Mendes vai fazer uma rápida exposição só para pautar o projeto para saber do que estamos tratando, para que todos nivelem as informações. Depois, os expositores vão apresentar seus pontos de vista e abriremos o debate.

O SR. MARCOS MENDES – Bom dia a todos. Apenas vou mostrar os valores quantitativos envolvidos.

A dívida consolidada hoje está na faixa de 5,8 vezes a receita corrente líquida, o que equivale a 65% do PIB. E a dívida consolidada líquida hoje, quer dizer, na posição de agosto, estava em 2,2 vezes a receita consolidada ou 25% do PIB.

O projeto permite uma grande margem de aumento dessa dívida de 5,8 para 7,1 vezes a receita corrente líquida, ou seja, permite que a dívida vá até 78% do PIB, em função do mau momento econômico que estamos vivendo, de baixo crescimento da receita e de vários desequilíbrios fiscais acumulados nos últimos anos.

Então, nos cinco primeiros anos de vigência do limite, vai haver um limite muito grande para absorver o problema de acumulação de dívida.

Ao longo dos dez anos seguintes, após esses cinco anos em que se permitirá uma dívida muito alta, essa dívida terá que ir caindo gradualmente, até que no 15º ano ela terá que estar em 4,4 vezes a receita corrente líquida, o que equivale a 50% do PIB. E a dívida consolidada líquida terá que estar na faixa de 25% do PIB.

Estas projeções foram feitas com base em parâmetros bastante conservadores, bastante razoáveis para tornar factível o atingimento da meta. Os senhores vejam, por exemplo, que a expectativa é de que o crescimento real da receita corrente líquida seja de 1,6% ao ano e o crescimento do PIB de apenas 1,8%.

Então, estamos previámos um crescimento bastante baixo do PIB para um longo período, bastante improvável que haja um crescimento médio de apenas 1,8% do PIB ao longo de 10, 15 anos. Além disso, estamos prevendo que a receita cresça abaixo do PIB, então mais conservador ainda.

Uma taxa Selic média no período após essa corcova, esse período de aumento da dívida, com o ajuste fiscal, a taxa Selic média convergindo para 8,4%. O resultado primário, em percentuais do PIB, de apenas 2,2% do PIB. É claro que, nestes primeiros anos, estamos supondo déficit primário, para depois lentamente convergir para estes 2,2% do PIB.

E uma redução bastante lenta dos créditos que o Tesouro tem em relação ao BNDES de 3% ao ano só a partir de 2018. E uma taxa Selic real de 3,5% ao ano.

Então, são parâmetros bastante razoáveis, não são draconianos e são factíveis dentro de um processo de ajuste fiscal ordenado.

Além disso, as regras não devem ser levadas a ferro e fogo, elas são bastante flexíveis. Temos este período de transição de 15 anos, durante o qual não haverá qualquer penalidade ou restrição ao Tesouro. A única coisa, ao longo de 15 anos, que precisará ser feita, se houver a extrapolação do limite da dívida, é que o Ministro da Fazenda terá que fazer uma carta aberta ao Presidente do Senado e vir à CAE discutir o conteúdo dessa carta, explicando as razões da extrapolação do limite. Isso é um instrumento de transparência, de debate com a sociedade, porque nessa carta aberta ficará claro se a dívida foi extrapolada, por que motivo foi extrapolada: aumentaram os gastos primários? Aumentou a taxa de juros? As operações de *swap* cambial introduziram custos muito altos? E vai ficar claro onde tem de ser feito o ajuste da política econômica para que a dívida retorne para o seu limite.

Mas há também muitos mecanismos de flexibilidade. Toda vez que o PIB crescer menos de 1%, esse período de transição fica estendido em mais um ano, de forma a fazer a trajetória da dívida decrescente ainda mais lenta.

E sempre que o PIB crescer menos de 1% ao ano, fica dispensada a publicação da carta aberta e a vinda do Ministro à CAE.

Além disso, por disposição constitucional, a qualquer momento o Presidente da República pode propor novos limites, enviar uma mensagem para o Senado propondo novos limites, seja durante o processo de apresentação do Orçamento, seja por drásticas mudanças na política cambial e monetária. O Senado também tem essa prerrogativa de propor a mudança dos limites quantitativos em função de drástica mudança na política cambial e monetária. E em caso de calamidade pública suspende-se o cumprimento do limite.

Após o período de transição, portanto daqui a 15 anos ou mais de 15 anos, se houver durante esse período o crescimento do PIB abaixo de 1%, aplicam-se as penalidades previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal e não no projeto. Essas penalidades já estão lá e se constituem, basicamente, em proibir a União de fazer novas operações de crédito, porém ressalvada a possibilidade de refinanciamento da dívida mobiliária, que constitui hoje aproximadamente 90% da dívida. Além disso, fica obrigado a obter superávit primário compatível com o retorno da dívida ao limite.

Mas também, após o período de transição, há muita flexibilidade, continua a possibilidade de o Presidente da República propor a qualquer momento a mudança do limite, continua a exceção em caso de calamidade pública. Nesse caso, após a transição, suspende-se a contagem do prazo para o retorno da dívida ao limite e, portanto, suspende-se a proibição de novo endividamento em caso de calamidade pública. O prazo para ajustamento da dívida vai ser duplicado em caso de crescimento do PIB abaixo de 1%. E, mais uma vez, em caso de drástica mudança da política monetária, o Senado também pode é ampliar o período de redução da dívida ao seu limite.

É basicamente esse o conteúdo do projeto. Durante 15 anos, então, vai se constituir num sistema de transparência e discussão da trajetória da dívida, permitindo acoplar a ele um programa de ajuste fiscal. Somente após 15 anos é que começa o processo de vedação de endividamento, caso não haja o cumprimento da dívida.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Obrigado, Consultor Marcos Mendes.

Agora já passo a palavra de imediato ao Subsecretário do Tesouro Nacional, Dr. Otávio Ladeira de Medeiros, e eu vou ser rígido no tempo. Dez minutos para cada expositor são suficientes? Então, dez minutos para cada expositor, porque o debate vai ser intenso.

Com a palavra o Dr. Otávio Ladeira de Medeiros, por dez minutos.

O SR. OTÁVIO LADEIRA DE MEDEIROS – Bom dia a todos, bom dia Senadora e Senadores. Vou ser breve.

Temos aqui seis pontos que gostaríamos de trazer para apresentação. Pensamos, pelo menos nós, técnicos do Governo, na nossa visão técnica, que não deve entrar na discussão se o limite é relevante ou não, pois é um limite constitucional previsto na LRF. Mas talvez discutir as condições da proposta que está aqui apresentada, o limite que está aqui proposto. Nós temos preocupação com relação ao percentual, ao valor definido no limite e, em particular, os riscos associados a esse número que está aí proposto.

A discussão, penso, no nosso caso, deveria se restringir à questão do limite proposto, principalmente. A nossa preocupação é que um limite que seja não alcançável pode trazer uma percepção incorreta para aqueles com os quais queremos nos comunicar. A existência de limite tem por objetivo não só criar regras, limites para o Governo na sua capacidade de endividamento, mas também passar essa mensagem para a sociedade e para os investidores.

No momento em que colocamos um limite que não é alcançável, nós não atingimos esse objetivo, porque o investidor, aquele que adquire títulos da dívida pública, vai ter duas possíveis leituras, ambas não interessantes. Uma é: se o limite não é alcançável, haverá uma mudança.

Então, em relação a um limite não exequível, não faz muito sentido o valorarmos como um elemento importante dentro do arcabouço fiscal.

Se ele é um limite inalcançável, vai chegar ao final do décimo quinto ano e o Governo vai ter restrições permanentes em relação a sua capacidade de endividamento. Em particular, a LRF cita que o Governo não pode fazer novas operações de crédito, apenas a rolagem do principal da dívida pública.

Então, um investidor, antecipando essa percepção de que não poderá ser alcançado aquele limite, antecipa os riscos associados a ela e começa a exigir do Governo um custo muito mais elevado ou até deixa de comprar títulos públicos, considerando o risco de não alcance daquele limite ao final dos 15 anos. Ainda que cartas sejam enviadas ao longo dos 15 anos, ao final deles haverá efetivamente um não alcance do limite.

Nós vamos ver aí, na apresentação, que, com base no grupo de cenários – e, aí, podemos discutir se os cenários aqui apresentados são razoáveis ou não são, se poderíamos pensar em outros cenários – que apresentamos, vemos que não conseguimos chegar ao final do período de 15 anos com aquele limite alcançável, e essa é a central mensagem que eu gostaria de trazer para os senhores aqui, nos próximos sete minutos.

Bom, então, o primeiro ponto já estaria aqui colocado, a questão do limite e a preocupação de que ele precisa ser exequível para que seja visto pelos investidores como algo valoroso e, consequentemente, reduzir os custos da dívida pública do Governo a partir desse novo arcabouço. Isso é muito importante, fundamental para a construção do arcabouço fiscal.

Em particular, o limite cria, por ser inexequível, uma série de travas para a execução da política econômica, seja para a política fiscal, mas principalmente a política monetária, porque inviabiliza um conjunto de relacionamentos entre Tesouro e o Banco Central, que atualmente existe com base nas leis, inclusive na própria LRF. Há uma troca de fluxos entre o Governo...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Você fala o limite de 7,2 vezes a receita corrente líquida. É esse limite que você está achando que é inexequível?

O SR. OTÁVIO LADEIRA DE MEDEIROS – Não, o proposto pela emenda, o de 4,4 vezes a dívida bruta, 2,2 vezes a dívida líquida.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Após 15 anos?

O SR. OTÁVIO LADEIRA DE MEDEIROS – Após 15 anos.

Nós vamos fazer a apresentação dos cenários e, aí, será possível observar isso melhor.

Então, novas necessidades do Banco Central com relação a títulos públicos para execução da política monetária podem ficar limitadas a partir desse limite em particular. E temos, também, a própria questão das operações compromissadas do Banco central, como já citado, e a particularidade que a própria lei permite que haja limites diferenciados para a União, para Estados e para Municípios.

Ela permite essa construção e, quando pensamos que, no caso do Governo Federal, temos a política monetária dentro desse indicador, então, estamos falando hoje de um estoque de títulos do Banco Central de aproximadamente R$1 trilhão, aproximadamente 15% do PIB, ou 1,7 vez esse limite proposto.

Então, se partíssemos – não é, obviamente, a proposta do Governo, a proposta do Governo é outra – de um limite de dois para Estados, ao colocarmos os títulos do Banco Central dentro dessa carteira, algo que os Estados e Municípios não possuem, já chegaríamos a 3,7.

Então, a existência de títulos do Banco Central dentro desse limite para fazer política monetária já faz com que não possamos comparar o limite da União com o limite de Estados e Municípios. Há uma diferença considerável entre os dois.

Ditas essas palavras iniciais, eu gostaria de ir diretamente para as nossas projeções. E, aí, com base nos diversos cenários... Chamo a atenção para o cenário considerado mais benigno, que seria um superávit primário de 2,5% do PIB ao longo de todo o período, exceto o período inicial, porque já temos uma proposta enviada ao Congresso. Então, mantida essa proposta original e a partir do quarto ano um superávit primário de 2,5% do PIB e um crescimento econômico de 2,5% do PIB.

Considerando que o mercado financeiro, a maioria dos analistas consideram, que esse é um cenário até um pouco otimista, infelizmente,nós, com esse cenário, chegaríamos, ao final do período, em 2,3. Seria o melhor cenário dentre esses apresentados. Ele chegaria próximo, mas não chegaria a alcançar o limite.

No caso da dívida bruta, é um pouco até mais complicado, porque chegaríamos a algo em torno de 5,5, um pouco acima de 5 vezes a receita corrente líquida, ao final dos 15 anos, com esse cenário bastante mais robusto, digamos assim, do que o cenário que o mercado está prevendo para os próximos anos. Então, acho que esse seria o principal ponto.

Também gostaria de comentar que houve uma troca de percepções entre os representantes do Tesouro Nacional e os técnicos do Senado. Nós percebemos algumas fragilidades no modelo que robusteceu esse limite de 2,2, de 4,4, em particular, desconsiderando algumas relações entre Banco Central e União, que são relações básicas, centrais.

Então, são três os pontos não considerados no modelo e que, depois de ajustados... Nós ajustamos, fizemos a conta reversa e chegamos a resultados semelhantes. Então, mostra, realmente, que aqueles três elementos não estavam considerados no modelo dos representantes do Senado.

O primeiro é a questão do resgate antecipado da carteira do Banco Central. Havia uma redução da carteira de títulos do Tesouro no Banco Central sem nenhuma contrapartida em nenhum outro item do ativo ou do passivo do Governo. A carteira não pode desaparecer. Se ela reduz, é porque ou o Governo paga ou o Governo emite títulos em mercado para substituir. Se emite títulos de mercado, deveria aparecer na carteira em mercado maior. Se ele paga, deveria reduzir a conta única. Percebemos que a carteira reduzia sem nenhuma contrapartida em nenhum outro item, reduzindo bastante ao final de 15 anos, o que nos pareceu não fazer muito sentido. E é um elemento não pouco representativo. Nós estamos falando de 1,7 vez a receita corrente líquida.

O segundo ponto que percebemos é a questão do carregamento das compromissadas do Banco Central. Não havia carregamento das compromissadas do Banco Central. Esse é um elemento também importante nas estimativas, menor, porém, importante.

O terceiro é o resultado negativo das reservas. Infelizmente, as reservas hoje têm um custo de carregamento não desprezível. Nós temos uma rentabilidade delas...

(Soa a campainha.)

O SR. OTÁVIO LADEIRA DE MEDEIROS – ...que é próxima de zero e nós temos, no passivo, um custo da taxa de juros. A diferença aí ultrapassa hoje 50 bilhões ao ano. Então, a não consideração disso ao longo do período, ainda que, no início, seja muito mais forte e, no final, vá se aproximando de zero, também é um elemento que deveria ser considerado.

Só um minuto. Volto só a reforçar o ponto de que, ao fazermos a reconstrução do modelo da equipe do Senado a partir do nosso, chegamos a conclusões semelhantes às nossas, o que mostra que há robustez. Apenas há fragilidade nesses três elementos.

Volto a frisar aqui, pelo menos no meu ver, no nosso ver técnico, que a discussão é quanto ao valor do limite, o respeito ao princípio da LRF, da Constituição, que esse limite se apresenta, como foi lido pelo Ministro da Fazenda.

Obrigado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Qual é a sugestão do Tesouro? É três e seis?

O SR. OTÁVIO LADEIRA DE MEDEIROS – A sugestão, a proposta do Governo, encaminhada ao Congresso Nacional em 2000, era de 3,5 para a dívida bruta e...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Não, 3,5 na dívida líquida.

O SR. OTÁVIO LADEIRA DE MEDEIROS – Desculpa. 3,5 para a dívida líquida e 6,6 para a dívida bruta.

Entretanto, considerando que o cenário se alterou de lá para cá, e aí temos alguns cenários que demonstram que seria... Na época, era um número estático. Agora, estamos falando de 15 anos, conforme a proposta. Então, poderíamos trabalhar outras opções que não...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Qual é a proposta do Governo para após o período de transição de 15 anos?

O SR. OTÁVIO LADEIRA DE MEDEIROS – Na proposta do Governo, encaminhada ao Congresso Nacional em 2000, não havia período de transição. Era um limite... Então, não se comunica...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Ele não está perguntando da proposta de 2000. Qual é a proposta...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Eu gostaria de pedir aos Senadores...

O SR. OTÁVIO LADEIRA DE MEDEIROS – Não tinha dívida bruta no projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Se nós abrirmos o debate, não vamos concluir. Acho que está posto. Nós vamos ter oportunidade, agora, de responder aos questionamentos depois que os expositores apresentarem.

O SR. OTÁVIO LADEIRA DE MEDEIROS – Obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Com a palavra, o Prof. José Roberto Afonso, economista, professor do Instituto Brasiliense de Direito Público e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, por dez minutos.

O SR. JOSÉ ROBERTO AFONSO – Bom dia. Muito obrigado, Presidente, Senador Delcídio. É mais uma oportunidade de estar presente aqui na Casa, onde trabalhei até poucos meses atrás, inclusive, por coincidência, convocado pelo Senador Lindbergh, com quem terminei minha carreira, e também pelo Senador Serra, com quem comecei a carreira na Constituinte. Aliás, quando tive oportunidade também de trabalhar com o Senador Fernando Bezerra.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Você foi trabalhar com o Lindbergh e terminou a carreira. (*Risos.*)

O SR. JOSÉ ROBERTO AFONSO – Não. Terminei a carreira no Congresso. (*Risos.*)

O SR. JOSÉ ROBERTO AFONSO – Não. Terminei a carreira no Congresso. Tive muita honra e aprendi muito com o Senador Lindbergh.

Dando sequência ao ponto que, principalmente o Senador Ferraço já tinha destacado, o que está se discutindo – acho que precisamos demarcar bem – são limites globais para o montante da dívida consolidada da União, por proposta do Presidente da República e com a competência do Senado. Acho que um ponto fundamental, na partida, é que estamos discutindo a regra do jogo; nós não estamos discutindo o jogo. A deliberação se dá em torno das instituições fiscais, não da política.

Você pode fazer uma política mais ou menos expansionista, mais ou menos contracionista, mais ou menos anticíclica, mas não é essa a discussão. A discussão que está posta aqui, quando se discute limite de dívida é: Quais são as regras pelas quais se vai demarcar o marco institucional em torno do qual você vai executar a sua política?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ ROBERTO AFONSO – Espero até que não seja uma novela, que possa ser decidido muito rápido, porque eu já adianto a minha posição final: mais do que nunca esse limite precisa ser aprovado. Pelo que eu entendi hoje da posição do Ministro Levy, vamos poder aprovar esse limite rapidamente. Até porque o Ministro Levy defendeu aqui o que o Economista Levy defendia; ele foi bastante coerente.

Na minha exposição, em oito minutos que me restam, eu quero falar: O que; Por que; Como; Qual; e Quando. Prometo que vou cumprir, Senador Delcídio.

Basicamente – fazendo uma analogia às regras de trânsito –, você tem um limite para andar, em uma rodovia, no trânsito. No caso, até aqui, o limite que está sendo proposto é 220, 440, eu não entendi qual é o limite que o Tesouro está sugerindo. Deve ser um pouquinho acima desse, mas tem que haver um limite.

O ponto principal é que ninguém está proibido de ultrapassar o limite. A lei já regulamenta que, se você passou do limite e há um excesso de velocidade, você não é multado, não há sanção porque extrapolou o limite. Você tem, pela lei, que tomar uma série de providências, na verdade, para frear aquele caminhão ali, naquele símbolo, ele vai ter que frear. Se você não tomar as providências para frear essa expansão da dívida, aí – sim – são aplicadas sanções.

Então, não há a menor chance de – na minha opinião pessoal – em se fixando o limite, parar o Governo, criar qualquer instabilidade. Estamos falando aqui em limite para a dívida pública, que é uma regra fiscal tradicional, defendida em teoria, em conceitos, como a medida mais eficaz para se atuar em torno da meta de endividamento. Eu até diria que se este fosse um País com uma dívida pública muito baixa, não seria tão urgente ou grave você criar essa meta, mas quem tem dívida alta precisa criá-la.

A base de cálculo pode ser estabelecida de diferentes maneiras: montante; corrente; PIB, que é usado na maior parte; ou receita. O caso brasileiro é o único, no mundo, que usa a receita, por conta da Lei de Responsabilidade, para balizar. Eu queria defender, como o mais correto, porque os governos não pagam em PIB. Há governos com dívida diferente, em proporção ao PIB, mas a receita deles, em proporção, é também diferente. Por isso, na Lei de Responsabilidade Fiscal, decidiu-se balizar a dívida pela receita.

Fazer essa mudança ajuda a mexer nas expectativas muito mais até do que em metas fiscais. E temos uma flexibilidade muito grande no Brasil, que o Marcos já colocou e eu quero reforçar, para a sua implantação. Eu só queria destacar que são dois limites: há um limite para a dívida consolidada, que está se discutindo aqui;

e outro limite para a dívida mobiliária. Acho que está havendo confusão. O limite da dívida mobiliária não é criado por resolução do Senado, mas por um projeto de lei, e aí – sim – é um montante. Esse projeto está parado. Não está aqui e não está sendo objeto de discussão.

Outro ponto principal, quando se lê a Lei de Responsabilidade Fiscal, não há dúvida de que tem que se fixar limite para a dívida bruta. A definição de dívida consolidada que está lá corresponde à divida bruta, mas, no parágrafo, colocou-se "as propostas mencionadas antes", que são a dívida consolidada e a dívida mobiliária, "também poderão ser apresentadas em termos de dívida líquida". Ou seja, eu tenho que ter dívida bruta; é obrigatório haver um limite para a dívida bruta, e se pode ter, alternativamente, para a dívida líquida.

Diga-se, de passagem, que a maior parte do mundo trabalha com dívida bruta, não só em meta quanto em análise. Poucos países baseiam a sua política fiscal, a sua análise complementos fiscais, em cima da dívida líquida.

O Brasil é quase que uma jabuticaba em torno desse ponto.

Por que regulamentar? Acho que há uma preocupação grande com dívida pública principalmente no pós-crise no mundo, preocupação com solvência. E há vários países adotando uma série de regras fiscais.

Estou passando muito rápido para cumprir o tempo. Entendo que está disponível depois à assessoria, aos Senadores, e podemos voltar ao debate.

Existem regras para dívida, como estamos aqui tratando, regras para superávit. Em muitos casos, agora, a tendência moderna é ter regras para o superávit estrutural, onde você tira o efeito ciclo, regras para despesa, regras para a receita.

Muitos países têm regras para a dívida. Aliás, antes dos países, os blocos, a União Europeia, a África do Oeste, o Caribe, os países que integram esses blocos econômicos têm que perseguir uma meta de dívida, que gera em torno de 60%, 70%. E os países, desde países ricos a países emergentes, pobres, têm limites.

Os Estados Unidos com a Dinamarca são os casos únicos que têm limite em valor nominal, que não é o nosso caso aqui.

Aqui há um estudo recente que mostra por bloco de países, e a gente vê, por exemplo, no segundo bloco ali, limites para dívidas estão sendo muito mais adotados em economias emergentes e em economias pobres do que em economias ricas. É o contrário inclusive do que surgiu no debate recente aqui no Brasil, não sei por que razão. Eu acho que o pessoal só está pensando nos Estados Unidos e está esquecendo o que acontece no resto do mundo.

Aqui, novamente, vemos os tipos de limites adotados e a sua origem. Inclusive, na maior parte dos casos, é legal e não determinado por um acordo, que é o que estamos dispondo no Brasil.

Estou preocupado com o tempo. Eu só quero dizer que, em alguns casos, há limites só para dívida, em outros países combina-se limite com dívida, limite de meta e limite de despesa. A tendência é combinar, e, aliás, é o caso brasileiro, porque as nossas outras metas para receita e despesa estão na LDO, revisadas a cada ano.

Válvulas de escape são comuns. Todo mundo tem. Aqui há uma lista dos países que adotaram a Lei de Responsabilidade Fiscal, e vocês repararam que o Brasil é o primeiro, todo mundo vem depois. Eu selecionei mais países emergentes. E todo mundo tem válvula de escape de recessão.

Na verdade, eu copiei do jeito que está. O Brasil tem muito mais válvulas de escape do que está colocado aqui, como o Marcos Mendes já colocou.

Como fazer? É regulamentar a Constituição, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que já foi colocada.

E podemos passar mais rápido.

Eu queria reforçar que o Senado tem várias competências em torno de endividamento público. Ora trata da dívida externa, ora trata da dívida global, ora trata de limite por operação, por fluxo, concessão de garantia e dívida mobiliária. Tudo isso foi feito. O único caso que não foi feito foi o limite da dívida da União. A própria União hoje já está sujeita a um limite sobre o fluxo, sobre operação de crédito aprovada nesta Casa.

Casos de desenquadramento: há várias alternativas, Marcos já colocou. Só queria reforçar uma: economia em recessão. Não é nem recessão, é baixo crescimento. Abaixo de 1% do PIB, por lei, desenquadrou, passou o sinal, tem um ano para frear. Quando a economia está abaixo do PIB, tem mais dois anos. Estamos falando de três anos. O que significa, inclusive, que, na prática, o atual Governo não vai estar sujeito a limite nenhum, até o final do seu mandato, dada até a recessão que estamos vivendo.

Várias flexibilidades na lei, que eu queria pular.

Qual o limite? Acho que aqui já foi ... Fixar limites para a dívida bruta, dívida consolidada. Há toda uma discussão de flexibilidade.

Eu queria também destacar que, primeiro, quando esta Casa fixou limites para os Estados, deu 15 anos uma trajetória decrescente. A União está recebendo a benesse. Aliás, não conheço nenhum país do mundo que fixou um limite, cinco anos de desajuste para dez anos de ajuste. Pela proposta apresentada pelo Relator

José Serra, permite crescer por cinco anos a dívida, significa que estou aceitando um desajuste por cinco anos para, só depois, começar a fazer o ajuste. Os Estados mantiveram essa vantagem.

São inúmeras válvulas de escape, eu só queria reforçar uma que passou despercebida: em caso de instabilidade econômica forte, a qualquer momento, estourou o câmbio, subiu muito o câmbio, subiram muito os juros, o Presidente da República vem aqui ao Congresso e diz: "mudaram as condições, eu preciso mudar o limite". E o Senado, sem precisar do Presidente da República, pode dobrar o prazo de ajuste. O Senado, por si só, sem o Presidente se mover, pode chegar e dizer assim: "esse limite aqui está muito rígido, vou aumentar o limite". Confesso que não entendo qual é a preocupação, aliás, não entendi muito bem qual é o novo limite proposto.

Eu acho que essa discussão sobre o limite... Por que fazer isso? Muito rapidamente, a nossa dívida está subindo, salvo a dívida líquida. Nós estamos na contramão dos países emergentes, em cima é a dívida brasileira, embaixo é a média dos BRICS. Nem estou falando em emergentes, só estou pegando os BRICS, a nossa dívida está muito acima dos emergentes, poucos países emergentes estão acima de nós.

Nós vamos fechar este ano passando a Índia. Basta dizer, a nossa dívida no final do ano, bruta, no conceito internacional, estará em 72%, a média dos emergentes é 45%. Ou seja, mais do que nunca é o momento de adotar essa medida.

E, por último, também para concluir, não vejo preocupação do Tesouro com o limite da dívida, porque o Tesouro paga a dívida com o caixa, há um colchão de liquidez para pagar caixa. Eu não sei se vocês sabem, em que pese essa crise que vivemos hoje, o Tesouro hoje tem o maior caixa, o maior saldo de caixa único da sua história. Nunca o Tesouro teve tanto dinheiro em caixa, ele tem 16% do PIB.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sugiro que essa informação seja sonegada à Comissão de Orçamento.

O SR. JOSÉ ROBERTO AFONSO – Pode começar a limitar a fala, eu estou aqui para falar para limitar a dívida.

Mas temos caixa de 16% do PIB, em grande parte, porque o Tesouro está emitindo muito, mais do que precisa para cobrir o seu déficit. E, por conseguinte, ele tem um colchão de liquidez que nunca nenhum outro Governo, na história, teve. Ou seja, de novo, é o momento para fazer essa limitação.

Quando se limitou, alguns Senadores estavam aqui, nesta Casa, quando se adotou o limite das dívidas dos Estados. Eu participei dos debates e disse assim: "em quinze anos não vai dar certo". E o que aconteceu? Os Estados cumpriram a trajetória, tirando um Estado desenquadrado. Os Municípios, de 5,5 mil Municípios brasileiros, só há três Municípios que estouram o limite fixado pelo Senado.

As trajetórias foram cumpridas, você tem um desenquadramento recente, que tem a ver com recessão, com uma certa liberalidade do Tesouro Nacional, mas menos por autonomia dos Estados. Os Estados cumpriram, há vários indicadores, eu não vejo porque o Governo Federal não possa cumprir.

E, por último, o momento é crucial para fazermos isso, porque nós estamos tendo uma desaceleração da economia brutal, não só o PIB, mas a absorção interna hoje está pior do que na crise de 2008, 2009.

E, por último, eu juro que é a última posição...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Explica o que é absorção, por favor.

O SR. JOSÉ ROBERTO AFONSO (*Fora do microfone*.) – Aí, o Senador Delcídio tem que ...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Tem que dizer o que é absorção.

O SR. JOSÉ ROBERTO AFONSO – Absorção é o que se compra dentro do mercado interno brasileiro de bens e serviços, ora para consumo, ora para investimento. Não é o que se produz; é o outro lado, é o lado da demanda, que é a taxa de variação, crescimento. Ou seja, estou com um decréscimo, a perda pelo lado do consumo é muito pior do que a perda pelo lado da produção.

Agora, o ponto principal, e eu queria aqui encerrar, eu queria fazer, se me permitirem, uma comparação muito rápida entre a Constituição de 67 e a Constituição de 88. A Constituição de 67 dava competências para o Senado Federal e, por lei ordinária, controlar Estados e Municípios, e não havia limite para a União. A Constituição de 88 acrescentou uma série de limites, inclusive a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas só há um que não foi feita até hoje, que é o limite da dívida da União.

Na prática, a Constituição de 67, nisso aqui, está valendo. Eu, pessoalmente, acho que, do ponto de vista de democracia, não faz sentido não democratizar completamente as finanças públicas. Se o limite não está bom, acho que se ajusta. Eu, inclusive, com todas essas válvulas de escape, não consigo entender qual é a preocupação que se possa ter de desajustar. E o ponto "quando fazer", acho que é assim: não dá para deixar para amanhã o que você pode fazer hoje.

Já tivemos muitos problemas na nossa economia deixando isso.

Por último, quero reforçar: acho que o Senado tem uma oportunidade ímpar, principalmente de tirar o País da contramão mundial em que ele está em termos fiscais. Em 2000 nós estávamos na liderança do mundo

e, hoje, nós estamos do outro lado. E nós já temos os mecanismos dados: fazer as reformas que o Ministro Levy aqui sinalizou é o caminho. Acho que limitação da dívida vai nessa direção, vários economistas apoiando isso.

Concluindo, mesmo, acho que isso aqui é uma questão de autonomia de Poderes. O que a gente está discutindo aqui não é Governo: nós estamos discutindo aqui qual é o papel do Congresso. O Congresso tem uma competência constitucional; se não a exerce, ele fica preso onde estava nos governos militares. Só que, naquele caso, o governo militar tirou do Congresso a competência. Agora o Congresso tem competência, e se ele não agir vai ser cobrado por responsabilidade, dependendo de para onde a gente vai.

Peço mil desculpas e agradeço muito ao Senador Delcídio.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Prof. José Roberto. Depois dessa exposição eu descobri por que ele encerrou a carreira dele no Congresso, com o Senador Lindbergh Farias. (*Risos.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Presidente, eu sei...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – O governista Lindbergh Farias.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Presidente, eu sei que temos muitos oradores, mas seria possível... Algo muito específico sobre esse colchão que ele falou, ou não?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Cristovam, nós temos mais três expositores e aí nós vamos abrir o debate.

Até outros Senadores tentaram fazer perguntas, e nós não conseguimos disciplinar os trabalhos. É importante registrar que, daqui a pouco, o Senado vai ter de marcar ponto lá no Congresso, porque na hora em que abrir o Congresso nós temos de marcar o ponto.

Então, com a palavra, o Sr. Pedro Paulo Zahluth Bastos, professor do Instituto de Economia da Universidade de Campinas.

Tem de bater o ponto no Congresso, daqui a pouco.

Com a palavra, o Sr. Pedro Paulo Zahluth Bastos. Dez minutos.

O SR. PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS – Agradeço muito o convite, Senador Delcídio do Amaral. Agradeço aos Senadores pela paciência de estar ouvindo, aqui.

Bem, eu vou mais direto ao ponto. Não vou discutir as questões constitucionais, nem fazer uma avaliação da experiência internacional, porque acho que não temos tempo. Meus pontos centrais... Eu, na verdade, vou ter tempo só para discutir os dois primeiros pontos. Primeiro: a definição do limite para a dívida consolidada bruta, na subemenda ao projeto – o Projeto de Resolução nº 84, de 2007 –, parte de um entendimento questionável da relação entre política fiscal, monetária e cambial e dos seus efeitos.

Segundo: sob o pretexto de restringir o custo fiscal das políticas cambial, monetária e creditícia, ela define metas fiscais contracionistas e – concordo inteiramente com o Tesouro – que são, também, metas inviáveis. Na verdade, o modelo de previsão que foi apresentado aqui pelo Consultor, e pelos documentos que eu vi, está cheio de equívocos de ordem técnica e de cálculo. A gente pode, eventualmente, fazer outra checagem com o Tesouro. A Unicamp pode ajudar, o Senado também, mas o Tesouro está certo.

Vou passar aqui pela discussão das definições e dos dados básicos. É importante o seguinte: que a subemenda... Ela, na verdade, está propondo fazer a incorporação do limite para a dívida bruta, mas, no fundo – uma vez que a relação entre dívida líquida e receita corrente líquida está muito próxima da meta que está definida na subemenda –, o limite efetivo e prático é o da dívida consolidada bruta. Por quê? A dívida consolidada bruta em 2015 vai estar numa diferença, digamos, de 927 bilhões em relação àquilo que está definido na meta. Mas hoje a diferença entre a dívida líquida e a meta é de apenas 10 bilhões. Evidentemente, como o denominador é o mesmo – a receita corrente líquida –, o limite efetivo é a dívida bruta; por isso que vou estar discutindo, aqui, basicamente, a dívida bruta.

Quais são os argumentos no projeto para agregar a dívida consolidada bruta como limite e, no fundo, substituir? Primeiro, a política monetária via operações compromissadas do Banco Central tem um custo fiscal que todo mundo conhece; mas ela também representaria um mecanismo desconhecido de financiamento inflacionário do déficit fiscal do Governo, e de falta de transparência da gestão fiscal.

Esse é o argumento que está colocado no projeto para definir a dívida bruta como limite efetivo. Essa primeira questão, vamos ver, é falsa. Segundo, a política de empréstimos para bancos públicos – é o argumento do projeto – especialmente para o BNDES, tem um custo fiscal implícito que ainda por cima, segundo o projeto, aumentar por causa do calote futuro da dívida do BNDS em relação ao Tesouro.

Acho complicado que, ao mesmo tempo em que o projeto diz que vai haver calote, se conheça agora, porque isso não está no projeto, que há uma de pagamento dessa dívida da ordem de 3% ao ano por parte do BNDES para o Tesouro. Então, é absolutamente incongruente uma coisa com a outra, evidentemente. Terceiro, impor um limite para a dívida consolidada bruta em relação à receita corrente líquida...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Perdão, o que é incongruente?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Vamos esperar. O tempo é pequeno, Senador.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senador, nenhum comentário. Só estou perguntando o que é incongruente para entender a exposição.

O SR. PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS – É incongruente o argumento que está no projeto de que os bancos não terão capacidade, particularmente o BNDES, de fazer o pagamento dos empréstimos tomados em relação ao Tesouro, porque eles vão fazer um calote disso e, ao mesmo tempo, na hora de apresentar os cálculos, está se fazendo, exatamente, a hipótese contrária, a hipótese de que, na verdade, o BNDES estaria fazendo o pagamento da dívida do estoque na ordem de 3% do total da dívida, acelerando o ritmo que está definido em contrato entre o BNDES e o Tesouro. É isso que é incongruente.

Terceiro, impor o limite da dívida bruta em relação à receita corrente líquida seria um meio de controlar a política monetária e cambial. E isso está sendo dito na emenda, forçando baixar juros e reduzir as reservas cambiais e, também, implicaria um controle da política de empréstimos para os bancos públicos, contraindo esse empréstimos.

Bem, sendo rápidos, a política monetária financia inflacionariamente o déficit público? O argumento do projeto é o seguinte: que a Secretaria do Tesouro teria decidido não aceitar taxas exigidas em certos leilões de dívidas porque sabia que, depois, os recursos líquidos do mercado seriam capturados pelo Banco Central através das operações compromissadas. Então, por meio dessa via, haveria um financiamento inflacionário do Banco Central ao Tesouro.

Primeiro ponto, problema conceitual desse argumento. Na verdade, é o que justifica a incorporação da dívida bruta nos termos em que estão postos. Vamos, depois, discutir os cálculos. Primeiro, as operações compromissadas, é verdade que elas têm por lastro títulos do Tesouro na carteira do BC, mas esses títulos não financiam dispêndios do Tesouro na forma de folha salarial ou obra, por exemplo. Pelo menos, não há um indício. o Banco Central argumenta que não faz isso, o Tesouro argumenta que não recebe dinheiro do Banco Central para isso e não é apresentada nenhuma prova de que isso ocorra, porque isso envolveria, sim, um crime de responsabilidade, uma pedalada fiscal, que envolveria o Tesouro e o Banco Central, pelo menos, desde 2002, parece-me. Segundo, o Tesouro não tem obrigação de aceitar as taxas que são solicitadas pelos investidores. E também não tem obrigação de controlar liquidez.

Na verdade, se o Tesouro fizesse isso que a subemenda pede, ele desrespeitaria o plano de financiamento da dívida. Por quê? Porque o plano de financiamento diz exatamente que o Tesouro tem que ser duro na negociação da dívida, não pode aceitar as taxas, qualquer taxa, e tem que alongar a dívida. Então, exatamente, ela não tem objetivo de controlar a liquidez. Por que, então, se não é pelo déficit público, o volume de compromissadas cresceu? Vou ser muito rápido aqui.

Basicamente, as compromissadas cresceram em um cenário em que o déficit nominal do Governo estava caindo fortemente, então não tem nada a ver com déficit. Quais são os determinantes? Como já foi colocado aqui por alguns, a acumulação de reservas cambiais é o primeiro ponto, e o segundo é verdade que as reservas cambiais têm um custo implícito. Por outro lado, além de elas oferecerem um colchão de segurança que contém a apreciação cambial em determinadas circunstâncias, quando ocorre desvalorização cambial, elas têm um enorme ganho patrimonial para o Governo. Isso não está sendo colocado aqui.

Então, em outras situações de crise internacional, quando ocorria a desvalorização cambial, as contas públicas arrebentavam. Então, não havia condições de uma política contracíclica. Assim, a acumulação de reservas cambiais garante a execução de políticas contracíclicas num momento de crises e de recessões.

Segundo, as operações compromissadas não crescem pelo déficit público, mas pelo custo de juros das próprias operações compromissadas. É muito estranho que o projeto coloque que "parou de acumular reservas cambiais, como que as compromissadas continuam aumentando", sugerindo que haveria um financiamento do déficit público. Mas é óbvio que as compromissadas aumentam por causa da capitalização dos juros dos títulos que fazem parte, que são lastro para as compromissadas. Todos os dados mostram isso. Veja aqui: primeiro, a relação entre compromissadas e reservas internacionais. Isso está aí no PowerPoint que foi apresentado. Quando há desvalorização cambial há uma queda da dívida líquida. Portanto, se você incorporar só a dívida bruta...

(Soa a campainha.)

O SR. PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS – ... como elemento principal, vai deixar de considerar o fato de que a dívida bruta ajuda na redução da dívida liquida nos momentos de crise.

E aqui mostra claramente como o principal fator de crescimento das compromissadas é a própria capitalização dos juros das compromissadas.

O mesmo vale para os títulos públicos. Os anos em que o Governo faz um resgate líquido, anual, no projeto está argumentado que isso significaria ... É uma coisa impossível, porque o Governo não gera superávit nominal a ponto de poder fazer isso. Mas o problema é que a dívida cresce justamente porque ela está alongada. Então, o que o Governo resgata são os títulos que estão vencendo, o resgate líquido dos títulos que estão vencendo. Os juros que são capitalizados dos títulos que ainda não estão vencendo produzem um aumento do estoque da dívida – está aqui. Isso não tem nada a ver com o financiamento do déficit público primário, sobretudo.

Só para concluir, já que não tenho tanto tempo, quanto ao custo fiscal líquido, mas há coisa antes, ou seja, é verdade que o empréstimo do BNDES implica um custo fiscal implícito para o Tesouro por conta da diferença entre o pagamento da Selic que o Tesouro faz e a TJLP que é aquilo pelo qual o BNDES é remunerado e pelo qual ele remunera o Governo. No entanto, não dá para fazer só esse cálculo do custo implícito. Por quê? Porque há benefícios como a taxa de intermediação do BNDES, que é o lucro do BNDES em cada um desses repasses. Segundo, a transferência de lucros e dividendos para o Tesouro, os impostos pagos pelo banco em cima desses lucros e os gerados pelas compras financiadas pelo banco, o BNDES.

Bom, se vocês forem calcular os cenários aí, na verdade os empréstimos para o BNDES têm benefícios fiscais líquidos, líquidos. Então, vamos fazer cálculos que mostrem o contrário e não apenas avaliar o custo fiscal do empréstimo. Todos os cenários mostram isso.

Para concluir, as metas – a meta é extremamente contracionista, eu diria, draconiana. Na verdade, os dados que foram apresentados aqui pela Consultoria do Senado não são confiáveis, como o Tesouro colocou. Por quê? Porque simplesmente excluem 1,7 da dívida, das operações compromissadas. Eles somem magicamente, não aparecem mais em nenhum outro canto e não há nem juros sobre esses 1,7. Mas a gente viu que, nos últimos quatro anos, é exatamente a capitalização dos juros sobre as compromissadas que implica a elevação dos títulos compromissados, o custo deles e o tamanho do estoque deles.

O outro grande problema do projeto é que, primeiro, para o BNDES pagar 3% do estoque de dívida seria preciso renegociar inteiramente os contratos. E isso não está no projeto. A gente só está sabendo aqui com base na afirmação do consultor legislativo. E principalmente a Selic de 3,5, ou seja, tomar a Selic de 3,5 como juros para corrigir a dívida, desculpem-me, mas é absurdo, completamente absurdo. Por quê? Porque, primeiro, a maior parte da dívida não é corrigida por meio de títulos pós-fixados. Então, você tem que fazer uma avaliação dos juros em que a maior parte da dívida foi contratada e os juros pré-fixados.

Mesmo que a Selic caia para 7,5, você pode considerar, por baixo, que os juros vão ser usados para o cálculo têm de ser jogados para cima de 7 ou em torno de 7, certo? Quer dizer, a projeção é completamente errada. Aqui eu tenho alguns dados. Depois eles podem refazer os cálculos, não tem problema nenhum. Eu tive a ajuda de alguns matemáticos para fazer esses cálculos. Fui auditado nos meus cálculos por dois grandes matemáticos da Unicamp. Isso mostra que, sem ajustes patrimoniais, ou seja, só os superávits primários reduzem a dívida e, desconsiderando esse elemento que assume isso das compromissadas, evidentemente, e desconsiderando também esse elemento, que é o pagamento do BNDES ao Tesouro. Só com isso...

Basicamente, R é taxa de juros, crescimento do PIB é P, SUP P é o superávit primário no ano T e a soma dos superávits primários de T1 a T10. Ou seja, de 2021 a 2030. O que vemos aqui? Nos cenário à esquerda, embaixo, o cenário, digamos, mais benigno, com os juros 3,5, que é o que está suposto erroneamente pelos cálculos da consultoria do Senado, e um crescimento do PIB de 4% ao ano, o superávit primário seria, no primeiro ano, de 2,5% e chegaria no décimo ano a 2,27%. A soma dos superávits, evidentemente, é PIB nominal e superávit nominal, de quase R$2,5 trilhões.

Agora, se jogarmos para o cenário em que o projeto alega que, a partir do qual, haverá meramente, digamos, a postergação por um ano do ajuste que tem de ser realizado, vejam no canto direito, no alto: juros com 7%, o que capta muito melhor a composição da dívida pública. Inclusive, a composição da dívida pública que ela vai ter até 2020, porque as pós-fixadas estão sendo agora lançadas com juros muito maiores e com um crescimento do PIB de 1%. Isso implica nada mais nada menos que um superávit no primeiro ano...

(Soa a campainha.)

O SR. PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS – ...de 7% do PIB, 5,6% no último ano e uma soma total de superávits, em termos nominais, de mais de R$ 7 trilhões. Então, desculpe-me, a estimativa que está embasando tecnicamente esse projeto tem de ser completamente revista, porque o superávit exigido para se chegar à meta dificilmente permitirá crescimento econômico a ponto de as receitas correntes líquidas gerarem os recursos por meio dos quais o Estado será capaz de pagar a dívida pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Professor Pedro Paulo Zahluth Bastos. Eu passo a palavra agora, imediatamente, ao Dr. Manoel Pires, Chefe da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por dez minutos.

O SR. MANOEL PIRES – Bom dia a todos. Quero agradecer o convite para debater um tema tão importante como este e cumprimentar todos os Senadores, Colegas de Governo, Consultores e demais presentes. Eu vou fazer uma apresentação um pouco diferente em relação ao que tem sido feito aqui. Ao invés de discutir a métrica, vou discutir algumas coisas que me parecem não estar sendo levadas em consideração.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Dr. Manoel, eu só queria pedir aos Senadores, porque vamos ter uma reunião longa ainda, até por que todos os vetos vão passar pela Câmara dos Deputados primeiro, que marcassem presença, porque já abriram a sessão do Congresso. Então, enquanto os expositores estão... Eu quero liberar os Senadores, porque vamos ter um debate amplo aqui, longo, e importante.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Sr. Presidente, acatando a recomendação de V. Exª, gostaríamos que todos esses modelos e cenários matemáticos que foram apresentados aqui pelo Professor Pedro Paulo pudessem estar disponíveis para que possamos cotejá-los.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Serão cotejados, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Então, libero os Senadores que já puderem se deslocar para que marquemos presença na reunião do Congresso, por favor. É porque são dez minutos lá também, Senador Requião. É para marcar presença.

Concedo a palavra novamente ao Dr. Manoel Pires.

O SR. MANOEL PIRES – A proposta já foi devidamente apresentada pelo Marcos Mendes. Eu queria só focar, nessa lâmina, nas regras que estão previstas na LRF.

A resolução aplica algumas sanções, algumas medidas que implicam custo reputacional para o Governo. Quero focar o debate nas regras previstas na LRF.

Pela Lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez atingido esse limite, ou excedido esse limite, o Governo fica impedido de realizar operações de crédito, ressalvado o refinanciamento corrigido do principal. É bom deixar claro o que significa isso do ponto de vista econômico: significa que se o Governo tem, em determinado momento, um déficit nominal – o que é extremamente provável e razoável, quando se atinge o limite de dívida –, significa que uma vez atingido esse limite de dívida, tem-se que zerar esse déficit nominal. Só se consegue refinanciar o que já se tinha colocado em mercado. Então, isso significa de imediato um *shutdown* nas despesas de governo.

A segunda questão que está prevista na LRF é que imediatamente se tem que fazer um contingenciamento do montante necessário para que o resultado primário seja no montante necessário para reconduzir a dívida ao limite. Isso significa hoje, a gente tem um déficit nominal acumulado, em doze meses, em torno de 9% do PIB; isso significa que o Governo teria de cortar algo dessa ordem de grandeza para poder atender o disposto na LRF. Do ponto de vista constitucional e legal hoje, dado o grau de engessamento das despesas do Governo, matematicamente é inviável.

Terceiro ponto. O prazo que a LRF dispõe é de um ano, como já colocou aqui o José Roberto, podendo ser dilatado por mais um ano em caso de baixo crescimento. Na LRF esse baixo crescimento é definido pelo percentual de 1%. Eu vou mostrar que os outros países que se envolvem em crises fiscais, em períodos de baixo crescimento, normalmente levam um período muito maior para poder produzir resultados de estabilização do nível de dívida, o que me parece um pouco descasado com a realidade. Então eu acho que a minha apresentação discute elementos semelhantes aos que o José Roberto colocou, mas eu acho que é importante casar a flexibilidade que a legislação dispõe com o que é factível no mundo real.

Bom, o que significa, do ponto de vista prático, a proposta da resolução? Esse gráfico aí mostra a evolução da dívida consolidada líquida desde 2002, quando começou a ser divulgada. A posição atual, de setembro, está em 2,2. Pela proposta, se permitiria um aumento para 3,8, nesse período de transição, depois uma queda gradual, proporcional ao período restante de dez anos, e depois ela se estabiliza em 2,2, que é o patamar que a gente observa hoje. Aí eu tenho uma dúvida jurídica, que eu acho que precisa ser debatida em algum momento: não me parece que a vedação da LRF, ou a sanção imposta pela LRF só deva ser cumprida daqui a quinze anos. Quando se define uma regra de transição, está-se definindo um limite de dívida ano a ano, e eventualmente se tem que aplicar a sanção da LRF, se porventura o limite de dívida estourar esse período de transição. Mas eu não quero me concentrar nesse tipo de polêmica. Eu acho que isso pode ser esclarecido para os Parlamentares.

Essa é a trajetória da dívida consolidada bruta. Novamente há uma regra. Historicamente, desde 2002, o nível mais alto que a gente atingiu é de 5,9. Pela regra de transição, seria para 7,1 por cinco anos, e depois haveria uma revisão, ou um processo de transição, para reduzir para o limite de 4,4. Queria ressaltar, sobre o

limite de 4,4, que a gente só teria obedecido a ele em 2007 e 2008. Em todos os anos anteriores a 2013, não se tinha muita discussão de mercado sobre dúvida a respeito de sustentabilidade da dívida pública. Então a regra de 4,4 bota o limite da dívida num nível relativamente abaixo, ou bastante abaixo do que seria, do ponto de vista de mercado, considerado financiável.

Bom, o que normalmente eu encontro no debate com os defensores de discussão de regras e limites de dívida? O primeiro ponto que é colocado é que ele fortalece o controle fiscal. As pessoas entendem que quando se define um limite para a dívida, vão-se tomar todas as ações necessárias para controlar o endividamento do Governo, que parece extremamente saudável.

O segundo ponto é que o limite pode ser alterado sempre que solicitado. Já foi colocado isso aqui. E aí há uma controvérsia sobre a eficácia, do ponto de vista de regras dessa flexibilidade, porque: 1) se o limite pode ser sempre alterado, que regra é essa? Essa regra não impõe nenhum tipo de limitação sobre a atuação do Governo. 2) Muitas vezes você cria um impasse sobre a discussão desses novos limites, o que acaba aumentando a percepção de risco de mercado da dívida pública. Então há um problema.

Se ela é efetiva, você traz riscos para a condução da política fiscal e monetária. Quando flexibiliza sempre, acaba-se tendo uma regra que, na verdade, não se constitui numa âncora, numa garantia de sustentabilidade fiscal.

Um ponto que já foi trazido à Mesa é que ela já foi regulamentada para Estados e Municípios. E aí existe uma diferença, porque Estados e Municípios não têm funções macroeconômicas, e isso tem que ser levado em conta para ser debatido. Estados e Municípios não fazem política monetária. Estados e Municípios normalmente não emitem títulos em mercado para poder criar instrumentos financeiros que possam financiar investimentos. Então, há uma institucionalidade para o Governo Federal, seja aqui, seja no resto do mundo, que é muito diferente da aplicação análoga que se tem feito para Estados e Municípios.

Só para lembrar, a União Europeia tem limites de dívida e sempre é um exemplo considerado neste debate. Acontece que depois que a União Europeia foi formada, do ponto de vista institucional ela funciona como uma federação de estados. Então, a analogia para Estados e Municípios funciona perfeitamente para a discussão da União Europeia. O Banco Central europeu não está submetido a essa jurisdição, ele está acima desse limite de dívidas para Estados e Municípios. Então, a arquitetura institucional da União Europeia e das demais uniões monetárias que existem e que aplicam limites de dívida é muito diferente de uma estrutura federativa.

O quarto argumento que ouço é que é necessário criar um custo reputacional. Eu concordo com essa tese. Normalmente, isso existe quando se tem limite de dívida, só que existem custos reputacionais que dão certo na experiência internacional e existem custos reputacionais que dão errado.

O custo reputacional que tem dado certo na experiência internacional é aquele que faz você discutir o resultado fiscal, aquele que traz para dentro o debate de despesas e de receitas. O custo reputacional que normalmente aumenta o risco de financiamento da dívida pública, o risco de mercado que normalmente traz riscos econômicos é o custo que a gente viu, por exemplo, na experiência americana em que a dívida foi rebaixada mesmo se refinanciando com taxa de juros zero. Aquele impasse aumentou a percepção de risco que os agentes de mercado tinham sobre o comportamento da dívida americana, o que acabou institucionalizando uma possibilidade de *default*.

Esse é o debate doméstico. O que normalmente vemos de discussão na experiência internacional sobre regras de dívida? E aí eu cito o mesmo texto que o José Roberto colocou na apresentação dele. O primeiro ponto que os autores levantam é que eles não fortalecem, na prática, o controle fiscal, porque eles não atuam sobre as causas do endividamento. E causa de endividamento é déficit nominal, déficit primário. Então, temos que trazer para dentro da regra fiscal uma discussão de estrutura de gasto, de rigidez de gasto e de financiamento da política fiscal.

Outro elemento que normalmente é trazido para este debate é que a política fiscal se torna pró-cíclica. Por exemplo, se aquela regra de transição por dez anos se aplicar, o Governo vai ter uma regra em que faz um ajuste fiscal por dez anos, mesmo que se tenha evidentemente, no meio do caminho, chegado em um patamar de dívida em que o mercado já se sinta mais confortável para financiar. Então, estaria contratando eventualmente por 10, 12 ou 15 anos, qualquer que seja o prazo, uma tendência para sua política fiscal.

O José Roberto está correto quando ele diz que você está discutindo as regras do jogo. Isso não necessariamente cria ou define esse aspecto da política fiscal, mas muitas vezes ele pode induzir principalmente numa trajetória de transição de curto prazo.

Um aspecto importante na institucionalidade brasileira é a questão da operacionalização da política monetária e cambial. A política monetária e cambial é feita por intermédio de títulos públicos. Então, se você atingir um limite de dívida evidentemente o Banco Central vai ter muito mais dificuldade para colocar esses

títulos no mercado e fazer o controle de liquidez, que, aliás, é a razão pela qual o Banco Central é criado em todos os países.

Só para dar um exemplo sobre a questão cambial. Se você tiver estourado um limite de dívida e o país sofrer algum tipo de influxo de capitais muito forte, o Banco Central não tem instrumento para controlar uma apreciação cambial proveniente dessa entrada de recursos, porque ele faz exatamente recebendo moeda e botando título público em mercado. Então, me parece que existe um risco de, uma vez atingido o limite de dívida, se cair numa situação de apreciação cambial talvez mais crônica ou mais difícil de lidar. Isso não é certo, mas eu acho que é um risco que tem que ser levado em conta nesse tipo de questão.

Os outros dois aspectos eu já mencionei, que Estados e Municípios não conduzem políticas macroeconômicas e o custo reputacional não deveria, na minha avaliação, institucionalizar uma possibilidade de *default* da dívida pública.

Quais são os exemplos que temos de regra de dívida em outros países? Bom, nos Estados Unidos, que é o exemplo, a princípio, mais conhecido, em função dos dilemas que ele apresentou nos últimos quatro, cinco anos, você tem um limite sobre a dívida que o Tesouro pode emitir, esse limite é nominal, e o Congresso tem que autorizar qualquer expansão de limite encaminhado pelo Governo.

Em 2011, isso criou um impasse que causou o rebaixamento de *rating* da dívida em função do risco que é a sanção que o alcance desse limite iria causar. Por quê? Porque, nos Estados Unidos, você não pode emitir. Então, você tinha um risco de *default* em função do alcance do limite de dívida.

Qual foi a saída? Depois do rebaixamento, o Congresso aprovou um novo limite pequeno e abriu uma Comissão para discutir despesas, para cortar, e, em 2013, se atingiu o novo limite e chegou-se à situação conhecida como *fiscal cliff,* em que o Governo teve que, em função de o Congresso não conseguir fechar um acordo sobre o corte de despesas,fazer um corte automático de despesas. Posteriormente, isso foi resolvido com a ampliação do limite.

União Europeia aplica um limite de 60% do PIB com previsão de multa para os países membros e a adoção de medidas para reconduzir a trajetória da dívida pública para o limite preestabelecido. A regra geral é um período de transição de 20 anos, em que você reduz a dívida à razão de um sobre vinte avos.

Quando essa velocidade não é atingida, normalmente você tem uma Comissão na União Europeia que renegocia esses prazos em função da realidade econômica daquele país e promove ou defende, negocia com aquele país a aprovação de algumas medidas econômicas mais estruturantes. Então, você tem uma flexibilidade ao longo, uma vez alcançado esse limite, para poder reconduzir o país para a trajetória fiscal.

Existem outras uniões monetárias que possuem limite de endividamento – África Oriental, Caribe. A Eslováquia também possui limite de dívida, mas não tem regra para limitar o financiamento da dívida, porque, na verdade, ela obriga o Governo a se explicar, apresentar um plano e eventualmente entregar um orçamento equilibrado, que é o debate que a gente está tendo aqui hoje esse ano, por exemplo, aqui, com o Congresso, para o PLOA 2016.

Na Nova Zelândia, a única menção que há para o controle da dívida pública é que ela tem que se manter em níveis prudentes. Nos documentos do governo neozelandês, isso significa algo em torno de 20% a 30%.

Aqui, é para mostrar a rigidez orçamentária hoje que temos no PLOA e a dificuldade que teríamos de cumprir aquele dispositivo da LRF, de contingenciar o necessário para alcançar o equilíbrio. Hoje, o Governo tem 8,5% do seu orçamento passível de contingenciamento. Se tivéssemos o limite de endividamento hoje, seria matematicamente impossível cumprir esse dispositivo. Na verdade, isso provém de uma série de regras constitucionais e legais sobre a determinação do gasto, que é salutar que aconteça nessa Casa.

Eu acho que a discussão em torno de uma regra de dívida não pode prescindir de trazer para o debate do Congresso como é que podemos avançar na conformação, de melhor conformação das despesas e receitas do Governo Federal.

Bom, como é que tem evoluído essa nova geração de regras fiscais que começou a surgir depois da crise financeira? O primeiro fato estilizado é que a crise financeira internacional tornou impossível aos países que foram afetados o cumprimento estrito de meta fiscal de curto prazo.

Então, a tendência, a solução técnica que foi adotada foi criar âncoras de médio prazo para recuperar a sustentabilidade da política fiscal. Você botou um horizonte de médio prazo e começou a trabalhar em medidas econômicas para conseguir alcançar o seu objetivo.

Então, a discussão hoje de sustentabilidade fiscal gira em torno...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. MANOEL PIRES – ... de conseguir formas de melhorar o resultado ao longo do tempo.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Por mais interessante, ou desinteressante, como eu acho, que seja a exposição da autoridade do Planejamento, está ultrapassando todos os limites de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – É, mas o Presidente Delcídio já, também, flexibilizou com praticamente todos.

Eu peço que conclua...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Bom, mas haja flexibilização.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Não, mas flexibilizou aqui com todos.

Eu peço que conclua, para a gente passar para o último, José Luís Oreiro.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Ele está entrando em coisas que não têm nada a ver, e o tempo vai passando.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Mas fique tranquilo, Senador Serra.

Fique tranquilo, Senador Serra. A gente tem que esperar, inclusive, para o debate político, que os Senadores voltem, porque é uma pena. Eu também estava querendo falar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – ... para os Senadores

Como?

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Se temos que aguardar e, por isso, temos mais tempo...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu estou propondo...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – ... dê aos outros também.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – ... para preencherem o tempo, depois de José Luís Oreiro, eu estou propondo passar para V. Exª, já, para começar a sua fala.

O SR. MANOEL PIRES – Bom, agradeço a observação.

Vou acelerar aqui a apresentação.

Bom, aqui é o histórico das regras fiscais no Reino Unido. Eles também têm limite de dívida, mas não há uma sanção.

Países que integram a Zona do Euro têm os limite de dívida. O que eles estabelecem para recorrer, para consertar o limite de dívida é o tal do procedimento para déficit excessivo.

É uma forma de adotar medidas para controlar o déficit público.

Aqui há uma lista dos países que adotaram isso. Percebam que a maioria dos países entraram em 2009 e pretende-se que eles saiam em 2015. Na verdade, há um histórico de seis, sete anos, em que se faz o processo de consolidação fiscal e não de um, dois ou três anos, como está previsto na LRF.

Aqui, uma notícia sobre a multa que foi cancelada para o governo francês, em função do não atendimento das multas.

Aqui, as cláusulas de escape que o José Roberto já mencionou. Só queria chamar atenção que, no Brasil, diferentemente de todos os outros países desta lista, não há cláusula de escape para recessão econômica em cumprimento de meta fiscal. O que está previsto na LRF é a ampliação de prazo de dívida e de despesa de pessoal para todos os entes da Federação, mas para meta fiscal não há.

Aí as trajetórias de dívida dos Estados Unidos e do Reino Unido. Eles passaram oito anos para estabilizar a dívida e estabilizaram em um nível muito acima do anterior à crise. A mesma coisa para os países da Europa.

Só para concluir, a experiência internacional, na minha avaliação, tem mostrado que limite para dívida não tem se mostrado mecanismo eficaz de controle fiscal. Sanções, tais como as que limitam o financiamento da dívida, tendem a aumentar a percepção de risco do financiamento da dívida.

O foco das regras fiscais, a meu ver, deve ser direcionado nas metas de resultado, principalmente prestigiando o planejamento fiscal de longo prazo e no princípio do *comply or explain*, tal como está previsto na resolução, o Governo não conseguiu alcançar os objetivos, a equipe econômica vem aqui, explica, detalha as causas desse descumprimento e apresenta para o País um plano que eventualmente tenha que ser discutido aqui no Congresso. O Governo já vem trabalhando junto dessas medidas no Congresso Nacional para efetivar e reforçar o Orçamento de 2016, a sustentabilidade da dívida pública para os próximos anos.

Obrigado e peço desculpas pelo tempo alongado que utilizei.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito obrigado, Dr. Manoel Pires.

Passo imediatamente a palavra para nosso Prof. José Luís Oreiro.

O SR. JOSÉ LUÍS OREIRO – Boa tarde a todos, quero agradecer o gentil convite da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, na figura de seu presidente, o Senador Delcídio do Amaral, e agora do seu substituto, meu colega do Rio de Janeiro, Senador Lindbergh Farias.

Eu ia fazer uma apresentação, quase uma aula, enfim, mas estava preparando para 20 minutos, então terei que fazer uma simplificação bastante razoável da minha apresentação. Quero, na verdade, responder a duas perguntas, que, para mim, são essenciais no que está sendo discutido hoje.

A primeira pergunta, acho que, pela fala do Ministro Levy, pareceu-me que o Governo concorda com a ideia de um limite para a dívida. Agora, a questão parece ser o tamanho do limite. Quer dizer, o projeto do substitutivo do Senador José Serra, na verdade, prevê uma redução da dívida. E vou argumentar com os senhores que isso é razoável, que isso é desejável e que isso produz benefícios econômicos de longo prazo para a economia brasileira.

E o segundo ponto que vou procurar argumentar é que esse limite é totalmente factível para a economia brasileira, dadas as transformações que já ocorreram nos últimos meses e que vão ser reforçadas pela responsabilidade fiscal adicional introduzida por este mecanismo.

Vou pular alguns slides, senão vamos ficar aqui até amanhã de manhã. O primeiro slide que quero mostrar para os senhores é isto aqui. Via de regra, quando se discute a dívida pública no Brasil, aparece um argumento dizendo: a dívida pública no Brasil é baixa, quando comparamos com o PIB. Coloquei aqui três países, Brasil, Reino Unido e França. Mas nossa dívida bruta só é 63% do PIB, mas olha só, o Reino Unido, 88% do PIB, a França, 95%, a Espanha provavelmente está batendo 100% hoje. Então, parece que é uma discussão meio sem pé nem cabeça, do tipo por que estamos discutindo redução da dívida?

Se lembrarmos que o Brasil é um país pobre, ou seja, que a riqueza líquida do setor privado como proporção do PIB é muito menor do que em países como o Reino Unido e a França, o que vamos constatar é que, quando fazemos a relação dívida bruta/riqueza líquida do setor privado, um quarto da riqueza líquida do setor privado no Brasil está aplicado em títulos da dívida pública. Riqueza que estou falando aqui é estoque de capital, máquinas e equipamentos, aplicações financeiras, residências e até mesmo automóveis, ou seja, um quarto da riqueza financeira no Brasil está aplicada em títulos da dívida pública.

Quando a gente faz esse mesmo cálculo para o Reino Unido, o percentual é muito menor, é de 17,64%; para a França, é de 15,93%. Ou seja, uma fração muito significativa da riqueza brasileira, da riqueza líquida do setor privado, descontando o passivo, está aplicada em títulos da dívida pública, o que é, certamente, uma das razões pelas quais a taxa de juros no Brasil é extremamente elevada. O setor privado, para absorver uma proporção tão grande de títulos da dívida pública, vai querer uma taxa de juros muito mais alta do que a que é cobrada em outros países.

O segundo ponto – vou diretamente para a questão da factibilidade – é que há o seguinte argumento: "Ah, se for adotado o limite para a dívida, o Brasil vai ficar numa espécie de estagnação permanente, porque isso vai impor um ajuste fiscal muito forte. E aí a demanda agregada não vai crescer. Como a demanda agregada não vai crescer, então a economia não vai crescer." Eu acho que esse argumento desconsidera uma série de coisas que vou apresentar nesse pequeno diagrama que estou chamando de Ciclo Virtuoso da Consolidação Fiscal. Esse Ciclo Virtuoso da Consolidação Fiscal tem dois pressupostos: o primeiro é o de que nós vamos fazer uma consolidação fiscal de longo prazo a partir de projetos como esses que estão sendo discutidos no Senado Federal, e o segundo pressuposto é o de que, finalmente, depois de vários anos, conseguimos ajustar a taxa de câmbio. Hoje, temos uma taxa de câmbio competitiva, em torno de R$3,60 a R$3,80, que veio para ficar, porque, agora, o preço das *commodities* internacionais está muito baixo. Passou o período de bonança internacional, e a taxa de câmbio vai permanecer num patamar muito mais competitivo.

Qual é o efeito dessas duas coisas sobre a economia? Essas duas coisas têm efeito tanto no lado da oferta da economia quanto no lado da demanda. Com o câmbio competitivo, vamos mudar o lado da oferta da economia. Finalmente, vamos voltar a reindustrializar este País. É óbvio que isso não é uma coisa que vai acontecer em curtíssimo prazo. Mas, em médio e em longo prazo, vamos observar novamente o crescimento da participação da indústria de transformação no PIB. Esse setor é o setor mais dinâmico, é o setor que tem maiores ganhos de produtividade. Então, essa mudança no lado da oferta, que vai ocorrer nos próximos três, quatro ou cinco anos, vai induzir uma recuperação do crescimento da produtividade do trabalho, o que vai ter impacto positivo sobre os índices inflacionários, ou seja, a inflação vai cair no médio e no longo prazo.

Por outro lado, a própria consolidação fiscal de longo prazo vai induzir uma disciplina fiscal, que vai ajudar também o controle da inflação. Então, tanto pelo lado fiscal, como pelo lado da mudança da estrutura produtiva, nós vamos verificar uma redução significativa dos patamares inflacionários, o que vai permitir o Banco Central, que opera no regime de metas de inflação, reduzir, de forma significativa, a taxa de juros no médio e no longo prazo. Essa redução da taxa de juros no médio e no longo prazo vai estimular o investimento produtivo do setor privado, vai estimular o consumo, e também o câmbio competitivo vai estimular as exportações de produtos manufaturados. Ou seja, não só vamos mudar o patamar das exportações, como ainda vamos sair desta doença maldita que tivemos nos últimos anos, que foi a reprimarização da pauta de exportações.

Então, combinando os efeitos sobre investimento, consumo e exportações, a economia brasileira vai recuperar uma trajetória razoável de crescimento. De quanto seria isso? Pelo Atlas de Complexidade Econômica,

que foi elaborado recentemente por um físico e por um economista, a estimativa é a de que a taxa potencial de crescimento da economia brasileira no longo prazo é de 3,6% ao ano.

Faço um modelinho. Não é o modelo usado pela equipe do Senador Serra, mas é um modelo que tem premissas muito parecidas com as do modelo da equipe do Senador Serra. Na primeira, estamos supondo uma elasticidade das receitas tributárias com respeito ao PIB igual a 1. A segunda premissa é a de que a economia brasileira vai crescer abaixo do seu potencial até 2020, apresentando uma aceleração gradual do crescimento a partir de 2017. Estamos supondo que, em 2016, o crescimento ainda vai ser negativo.

Haverá uma aceleração do crescimento a partir de 2017, puxado pela exportação de manufaturados e pelo gradual relaxamento da política monetária.

É óbvio que não é razoável supor que vamos manter esses juros nominais reais tão altos indefinidamente. Deve acontecer ainda por mais alguns meses.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ LUÍS OREIRO – Com certeza, Senador. Eu tenho certeza disso. Vai ocorrer, como houve em outros momentos, um relaxamento gradual da política monetária, o que vai induzir a um aumento de consumo e de investimento.

Na minha simulação, estou supondo que a taxa real de juros vá apresentar uma tendência de redução muito gradual. Não se trata de reduzir juro na marra, como aconteceu, infelizmente, em outros momentos do passado, mas ideia é a de a taxa de juros caia 0,0 ponto percentual a cada dois anos, convergindo para 2% ao ano, em termos reais, apenas em 2028. E o superávit primário, como proporção do PIB, vai apresentar uma trajetória de aumento bastante gradual, convergindo para 3,5% do PIB apenas em 2024. Três e meio por cento foi o que foi mantido na média durante o governo Lula/Dilma. É um número também bastante razoável de se obter no longo prazo.

Por fim, suponho que a carga tributária e o percentual das transferências da União para Estados e Municípios vão permanecer constantes ao longo de todo o período de simulação.

Portanto, essa é a trajetória de crescimento do PIB real. Observem que ele é negativo em 2016, recupera um pouquinho em 2017, vai acelerando gradualmente até chegar à sua trajetória de crescimento no longo prazo de 3,5%.

A média de crescimento do PIB, nesse período, vai ser de 2,76% ao ano. A taxa real de juros vai apresentar uma queda bastante gradual ao longo do tempo, alcançando 2% ao ano, em 2028, mas, na média do período de simulação, vai ficar em 3,43% ao ano.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – O senhor é muito otimista! Torço para que isso aconteça.

O SR. JOSÉ LUÍS OREIRO – Senador, se não acontecer, a situação, realmente, como país, estará complicada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Volta aquele gráfico anterior.

O SR. JOSÉ LUÍS OREIRO – O superávit primário, como proporção do PIB, vai aumentar gradualmente ao longo do período, ou seja, não é uma política de "austericídio", como já foi mencionado por outros em alguns momentos. É uma política de aumento gradual do superávit primário até que, lá em 2025, ele alcança 3,5% do PIB.

Aí nós temos a trajetória da dívida bruta como percentual da receita corrente líquida. De fato, nos primeiros anos, ela tem um pequeno aumento, fica abaixo do teto de sete vezes, que está no substitutivo do Senador José Serra, e chega, em 2030, ao índice de 4,4%.

Bom, para finalizar minha argumentação, já que já está estourado o meu tempo, recentemente houve o argumento no sentido de que, se você estabelecer um limite para a dívida, isso levaria ao aumento dos juros. Quer dizer, o argumento parece ser uma espécie de expectativas racionais ao limite. A ideia do argumento é a de que o mercado anteciparia uma probabilidade para o evento da incapacidade da União de emitir dívida pública a partir de 2030; isso levaria ao aumento do risco de calote. Logo, há uma elevação da taxa de juros requerida para o financiamento do Governo, no momento em que a nova legislação for aprovada; ou seja, se ela for aprovada neste ano, a taxa de juros aumentaria agora. Esse é o argumento.

Portanto, a imposição do limite seria uma espécie de tiro no pé. Bom, por que esse argumento é incorreto? Pelo simples fato de que o prazo médio de vencimento da dívida pública federal é muito inferior ao período de transição previsto no projeto. É lógico que existem títulos públicos de 20, 25, 30 anos de prazo de maturidade, mas essa não é a média. Segundo dados divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional, em julho de 2015, nós temos o seguinte: o prazo médio de vencimento da dívida pública federal é de 4,58 anos, quatro

anos e meio, ou seja, um terço do período de transição, sendo que o percentual da dívida pública que vence em doze meses é muito elevado, é 21,19%.

Dessa forma, ainda que o mercado acredite que exista uma probabilidade não desprezível de a União não ser capaz de atender ao limite da relação dívida bruta/receita corrente líquida em 2030, essas expectativas não teriam nenhum efeito sobre o custo de carregamento da dívida pública antes de 2025.

Mesmo após essa data, e supondo esse cenário que é altamente improvável em função das flexibilidades que o meu colega José Roberto Afonso já colocou em sua apresentação, o Tesouro ainda poderia contornar esse problema aumentando o percentual de títulos vincendos em 12 meses para empurrar o problema até 2030.

Quero fazer aqui um breve resumo dos argumentos. Na verdade, minha exposição era muito maior, como os senhores podem perceber, mas eu quero frisar alguns pontos.

Primeiro: a dívida pública brasileira é muito alta para padrões internacionais e ela precisa ser reduzida. A redução da dívida pública trará benefícios para o crescimento no longo prazo da economia brasileira, porque que vai permitir a manutenção da taxa de câmbio num patamar competitivo.

A definição de um limite para a relação dívida bruta/recente corrente líquida nos moldes do substitutivo encaminhado pelo Senador José Serra não exige a obtenção de superávits primários draconianos nos próximos anos e não é incompatível com a retomada do crescimento da economia brasileira. Pelo contrário: o substitutivo incorpora uma série de flexibilidades e cláusulas de escape que o tornam mesmo uma regra fiscal bastante flexível.

Por fim, a imposição do teto para a relação dívida bruta/receita corrente líquida não vai impor uma elevação do custo do financiamento do Tesouro ao longo do período de transição.

Portanto, feitas essas considerações, como economista profissional e cidadão brasileiro, se os senhores me permitem expressar a minha opinião, sou favorável à aprovação do projeto nos moldes do substitutivo do Senador José Serra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado ao expositores.

Passo agora a palavra ao autor do Requerimento nº 49, Senador "Lindobergh" Farias. Depois, ao o Senador José Serra, Relator da matéria.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Nosso Antônio Fagundes do Senado!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Depois ao Senador Telmário Mota, Senador Flexa Ribeiro, Senador Ferraço, Senador Tasso, Senadora Vanessa, Senador Fernando Coelho e, depois, ao Senador Cristovam Buarque.

Então, com a palavra, o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Queria perguntar ao Senador Serra, que é o autor do projeto, se quer falar antes de mim.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Quero falar depois do Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Está bem.

Eu queria, na verdade, ficar um pouco para depois, Senador Delcídio, porque o interesse é falar com os Senadores também aqui. V. Exª calcula que estão voltando ou houve um esvaziamento...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Não. Eu só queria registrar, só para posicionar os Senadores, que o Senado já tem quórum, mais uma vez. Já há quórum no Congresso. A Câmara, quando saí de lá, estava com 203, mas a Câmara precisa de 257.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – O Senador Fernando Bezerra vai falar. Eu falarei depois dele.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Então, as discussões estão andando.

Sendo assim, o Senador Flexa e o Senador Ferraço... O Senador Tasso está antes do Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – O Tasso quer falar depois.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Então, com a palavra, o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Presidente, primeiro eu queria trazer uma palavra aqui de cumprimento a todos os nossos convidados. Eu não tive oportunidade, pela ausência para dar presença na reunião do Congresso Nacional, de ouvir todos. Mas fiquei vivamente impressionado com as palavras do Dr. Otávio Ladeira, que fez uma exposição muito objetiva, sucinta, esclarecedora. É uma alegria poder rever meu amigo José Roberto Afonso, craque sempre quando expõe, convincente em seus argumentos. E queria também expressar minha alegria pelas palavras do Dr. Pedro Paulo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Estou me estendendo um pouco mais para que outros Senadores possam chegar, porque o nosso Senador Lindbergh gostaria de fazer... Se já fosse a votação, ele estaria só com o voto dele aqui e, então, seria desagradável, mas eu acho que nós temos aqui...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – No momento, não é, Senador?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Já tem o voto do Presidente, com o qual é importante poder contar nesse apoio ao projeto do Senador José Serra.

Enfim, mas eu acho que o importante é o seguinte, e eu queria fazer uma pergunta direta ao Subsecretário do Tesouro Nacional: qual é a proposta da Secretaria do Tesouro Nacional em relação aos limites desse endividamento? Eu entendi, pela palavra do Ministro da Fazenda e pela própria palavra do Subsecretário, que ele reconhece que é importante – depois de quanto tempo? Vinte e tantos anos da Constituinte – nós estarmos regulamentando o dispositivo da nossa Constituição cidadã. Então, depois da Lei de Responsabilidade Fiscal, depois de todos esses problemas que nós enfrentamos de desequilíbrio das contas públicas nos últimos anos, acho que é importante, é um passo a mais que se dá no sentido de termos as contas públicas equilibradas, de termos políticas de desenvolvimento que possam gerar emprego e renda, que possam recolocar o País na trajetória do crescimento, enfim, e também da inclusão social e da superação das desigualdades em nível regional.

Parece-me que a palavra do Tesouro e do Ministério da Fazenda é no sentido de apoiamento, mas no sentido de que os limites oferecidos na proposta do Senador José Serra deveriam ser revistos, deveriam ser recalculados para que pudessem ser números, digamos assim, que estivessem mais próximos dos cenários que se possam projetar para a economia brasileira ao longo dos próximos 15 anos. Então, eu gostaria de ter a oportunidade de saber qual é a proposta da Secretaria do Tesouro Nacional.

E o nosso Prof. Pedro Paulo, que também fez uma belíssima apresentação, trouxe uma série de números, falou de premissas equivocadas que porventura possam ter sido utilizadas pela assessoria do Senador José Serra, com o apoio da Consultoria Legislativa do Senado, e a conclusão da explanação dele é de que, adotados os limites sugeridos, nós estaríamos jogando, digamos assim, a política econômica para a construção de superávits primários que fatalmente, digamos, cercearia a possibilidade de colocar a economia brasileira na trajetória do crescimento e do desenvolvimento; nós estaríamos fazendo políticas de contração, em vez de estímulo ao desenvolvimento. Foi isso que entendi, digamos, de forma muito objetiva, do alerta que o Prof. Pedro Paulo trouxe para a consideração desta Comissão.

Mas a pergunta que faço a ele é se ele entende que seja importante regulamentarmos, darmos o passo no sentido de regulamentar e deixarmos agora para uma discussão que vai envolver, digamos, uma reanálise dessas premissas para saber onde houve erros ou equívocos, onde é que não foram consideradas determinadas preliminares, para que se possa chegar a um número que possa ser convincente e que possa apontar na direção de também não deixarmos o Banco Central ou o Tesouro Nacional com um cheque em branco para poder gastar sem haver, digamos, limites e sem haver o senso da responsabilidade de promover o equilíbrio das contas públicas.

Acho que é importante que a gente tenha espaço para políticas anticíclicas. Concordo com a palavra do Prof. Pedro Paulo, ao falar do papel que essas reservas cumprem nesse momento de forte desvalorização cambial, criando, portanto, um colchão financeiro para políticas anticíclicas que possam retomar a atividade econômica no Brasil, e isso é uma coisa que me aproxima das ideias do Senador Lindbergh. Eu acho que nós não podemos aqui nos pautar por políticas neoliberais clássicas, acho que, no momento que a economia brasileira está enfrentando, é preciso adotar políticas de estímulo.

Acho até que, no que concerne à política de redução de gastos, parece-me que o Governo comete alguns erros. Os gastos estão sendo cortados nos investimentos. Nós deveríamos estar cortando os recursos é de custeio, mesmo que o custeio signifique cortar as despesas na área social, que parece que são intocáveis. Não são não. O investimento na saúde, um orçamento de mais de 100 bilhões, dizer que não se pode economizar 5 bilhões no orçamento do Ministério da Saúde? Como não? O que tem de gordura, o que se pode economizar... Na educação. A reportagem do Fantástico, outro dia, sobre os leilões eletrônicos das compras de materiais e equipamentos, o orçamento da educação, que é mais de 100 bilhões.

Como é que não podemos cortar despesas na área social? Por que temos que ficar, digamos assim, amarrados, no momento de crise, a essas vinculações constitucionais? Debatemos tanto isso durante o período da elaboração da Carta constitucional.

Então, acho que o Governo deveria ter uma política de corte de despesas diferente da que está promovendo. É inadmissível que estejamos, este ano, reduzindo em quase 50% os investimentos em obras, sobretudo

em infraestrutura. Em qualquer país do mundo, há crise, o pessoal começa a investir em infraestrutura – consertar rodovias, fazer novas pontes, novos aeroportos, portos, construção de casas – para animar a economia, para gerar emprego. E aqui todos os cortes são nas áreas produtivas. Aí a economia mergulha. Então, precisamos ter um outro tipo de posição, outro tipo de visão em relação aos cortes dos gastos públicos.

Encerro, ao fazer essas duas colocações para o Otávio e para o Prof. Pedro Paulo, na certeza de que esta audiência, Presidente, Delcídio do Amaral, cumpriu a sua finalidade. Acho que estaremos seguros. Não sei se vamos votar o projeto hoje ou na próxima semana, na terça-feira. Teremos aqui os elementos para que cada um, evidentemente, professando as suas posições, defendendo as suas bandeiras, as suas convicções. Estamos aqui com informações esclarecedoras para termos a tranquilidade de dar um voto consciente.

Acho que o Senador José Serra merece todos os aplausos pela iniciativa. Ele foi muito oportuno em trazer este debate, em trazer esta discussão. Acho que chegou a hora de a gente também se empoderar. É o empoderamento do Senado Federal. É o empoderamento do Congresso Nacional. Mandar o recado para qualquer governo – esse que está de plantão e qualquer outro que venha – de que ele deve satisfação à sociedade brasileira e ao Congresso Nacional, especificamente ao Senado Federal, quando da definição da construção da dívida pública, seja a dívida consolidada, a dívida pública, os conceitos de dívida líquida, enfim, mas é preciso saber que isso não é um cheque em branco, que isso não tem limites, que a política monetária é algo intocável, que não se possa haver um debate com os representantes do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador Delcídio, eu posso falar? Não vai chegar mais ninguém, pelo jeito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Espera aí. Eu vou pedir para o Dr. Otávio e o Prof. Pedro Paulo... Vocês querem em bloco?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – O.k.

Então, passo a palavra, agora, ao Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador Delcídio, primeiro, a importância de fazermos este debate, porque, Senador Serra, há muita confusão. Lembro-me de que, quando foi pautado lá na agenda Brasil, havia uma primeira discussão em que alguns diziam: "Puxa, tem o limite das dívidas de Estados e Municípios. A dívida de Estados é duas vezes a receita corrente líquida." Só que os Estados não fazem política monetária e política cambial. Da relação da dívida líquida de 2,2, Senador Fernando Bezerra, 1,7 é carteira do BC. Então, se você for ver só o concreto, daria 0,5. Então, é importante isso ficar claro.

Segundo, a gente já teve, do início até aqui, três mudanças nos projetos. Por isso, espero que, agora, em cima dessa divergência de números, a gente discuta mais.

Eu me lembro do primeiro projeto do Senador Serra. Era um limite da dívida líquida em relação à receita corrente: 1,5; da dívida bruta: 3,5. E fui eu que, naquela reunião da agenda Brasil, pedi, pelo amor de Deus, para não ser votado, pedi vista. O Senador Fernando Bezerra fez uma intervenção pedindo que aumentasse para 2. O Senador Serra aumentou para 2. Depois, em cima dos números, José Roberto Afonso, porque o problema é concreto. Nós sabemos que a dívida vai crescer nesse próximo período. Eu vendo projeções do Tesouro, isso não vai dar certo. Aí o Senador Serra fez a transição de cinco anos e, depois de cinco anos, a gente tem que cair para 4,4 a relação da bruta e 2,2 a relação na dívida líquida.

Primeiro, acho que há um ponto aqui que a gente tem que resolver. A gente tem que resolver essas diferenças de projeções. Eu não acho que o Senado Federal pode votar sem que a gente resolva onde estão os erros aqui, as divergências. Então, este é um debate em que a gente tem que aprofundar. Tem que haver, Senador Serra, uma mesa-redonda...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sem prejuízo de... Não estou opinando, não estou interferindo na sua exposição...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Claro.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Aqui veio o Tesouro, veio um professor da Unicamp, veio o Planejamento. Qual é a proposta? Não há. Qual é a divergência que V. Exª compreendeu que existe?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Não, primeiro, sinceramente, acho que temos que limitar a dívida líquida e não a dívida bruta. Eu explico o porquê. Era um projeto do Fernando Henrique Cardoso inclusive e veio nesse sentido: 3,5 de dívida líquida; não falava em dívida bruta, e eu vou explicar o motivo. Inclusive há uma preliminar da constitucionalidade do assunto, que vai entrar na terça-feira. V. Exª, como Relator da emenda, podia dar parecer só sobre a emenda, não podia fazer, na verdade, um outro projeto, como V. Exª fez.

Mas eu acho que há uma preliminar que não é o que o Tesouro pensa como proposta – a discussão dos números –, para que se discuta aqui qual proposta nós vamos trabalhar. Aí eu vou entrar na discussão de fundo. Para mim, Senador Serra, aqui nós estamos construindo um plano de austeridade permanente, de longo prazo, para a economia brasileira, que é uma política, claramente, pró-cíclica.

Quando vejo a situação da Europa, da Grécia, não há política monetária. Quem faz a política monetária é o Banco Central Europeu. Há um conjunto de regras fixais, e, às vezes, pergunto-me de que vale a soberania popular, a democracia? Houve uma eleição no Canadá agora, e um presidente foi eleito, dizendo para o povo o seguinte: "Eu vou fazer déficit, por três anos, porque quero aumentar o investimento em infraestrutura e colocar este país para crescer". Ele foi eleito com essa proposta! Isso aqui aprovado, Senador Serra, é impossível fazer isso! É impossível alguém tomar uma decisão política, legitimada pelo povo, dizendo o seguinte: "Eu quero fazer política fiscal anticíclica, para colocar o País para crescer!" Aqui fica proibido.

Muito pelo contrário, o que o projeto estabelece, depois desse prazo de cinco anos de transição... Eu queria trabalhar em cima de números. O Professor Pedro Paulo tem um artigo em que diz que, para reduzir, em dez anos, a relação da dívida bruta de 7,1 para 4,4, estaríamos falando em R$1,750 trilhão, 31% do PIB. Eu queria pedir ao Prof. Pedro Paulo que entrasse neste debate. Ele chegou a falar, no texto dele, que seria necessário um superávit superior a 5% do PIB! Ora!

Aí, o Senador Serra diz: "Não, mas só depois. Esses limites só vão ser usados quando a economia crescer acima de 1%". Pois bem, sabe o que criaríamos, Senador Fernando Bezerra? Criaríamos, para o mercado, a seguinte situação: no ano em que a economia crescer acima de 1%, nós a colocamos, novamente, em recessão, porque fazemos um ajuste forte, como esse ajuste aí. Cada vez que subíssemos 1%, puxaríamos a economia para baixo, por termos que fazer um ajuste muito recessivo.

A projeção do Tesouro fala de 2,5% de superávit, o que sabemos que é dificílimo, 2,5% de superávit e não se atinge! Então, o que os senhores estão propondo aqui é uma radicalização violenta nessas metas! E aí, concretamente, há repercussão na vida do povo, porque vão cortar programas sociais, sim. Há a desvinculação que agora o PMDB defende e da qual eu não sou a favor. A desvinculação constitucional dos limites de investimentos – dos Municípios, Estados e União – de recursos em educação e saúde é o que tem salvado este País, Senador Fernando Bezerra. Imaginem os prefeitos dos Municípios não terem mais esse limite, aquela obrigação de investir aquilo em saúde e educação!

Aqui, eu vou entrar no ponto da dívida bruta, porque há muita confusão no debate. Para se entender, didaticamente, quando se fala em dívida líquida, está se falando da dívida bruta menos os ativos. E vejam que contradição: Qual é o maior ativo que nós temos? Temos 25% do PIB em reservas cambiais – 25% do PIB! US$360 bilhões! Um trilhão e quatrocentos bilhões! Qual é o segundo maior ativo? Temos 500 bilhões em créditos com o BNDES – 9% do PIB!

Então, sinceramente, a proposta de colocar esse limite na dívida bruta, se for levada às últimas consequências, só pode ser realizada se nós decidirmos nos desfazer das reservas cambias! É isso! Não há outro caminho. Há pessoas que acham errado. Eu não acho! Porque o que aumentou a dívida bruta foi isso, operações compromissadas também, muito, para fazermos as nossas reservas cambiais. Aí está a contradição: a dívida bruta cresce, mas a solidez institucional do País cresce em havendo essas reservas. Imaginem se nós não tivéssemos essas reservas!

Então é algo que tem que ser levado em conta. O projeto do Senador Serra atinge em cheio essa política nossa de acúmulo de reservas nesse último período. O argumento final, o Prof. José Luís Oreiro inclusive tentou contra-argumentar. Se nós já deixarmos claro que, daqui a 15 anos, não vamos atingir aquele limite e vamos proibir novas operações de crédito, é claro, Senador Fernando Bezerra, que o mercado vai se antecipar, aumentando a taxa de juros futura, porque está claro que nós não vamos conseguir atingir aquilo.

Então, é um projeto muitíssimo complexo. Acho que poucos Senadores estão entendendo a dimensão de todo esse projeto, Senador Delcídio.

Por isso que faço um apelo para, antes de votar esse projeto na terça-feira, a gente discutir em cima dos números.

E eu faço essa pergunta ao Pedro Paulo sobre esse cálculo que ele fez de superávit de 5%, ou seja, de 1,750 trilhão. E faço também ao Tesouro, que deixe mais claro as divergências de metodologias que existiram com o Senador José Serra.

Era isso.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Há uma afirmação do Senador Lindbergh que eu queria que os nossos convidados pudessem esclarecer. Ele diz assim: "O acúmulo de reservas internacionais é que leva ao aumento da dívida brasileira." Eu estou achando essa coisa meio complicada.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – É verdade, isso mesmo, elevou muito.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Quer dizer que, se a gente tiver superávit nas nossas transações de comércio, estamos acumulando superávit lá fora, o que é bom para o País.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Claro.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Inclusive se falou aqui que cria um colchão financeiro para se ter instrumentos de políticas anticíclicas e porque eu tenho essas reservas, eu tenho que aumentar a minha dívida.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – É porque, quando você compra dólar, você tem que enxugar a liquidez...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu queria ouvir aqui os universitários.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eles vão te explicar. Todos eles vão te explicar, Senador.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Sr. Presidente, só uma última questão que esqueci, é a seguinte: no prazo de cinco anos também, eu queria fazer essas perguntas ao Sr. Pedro Paulo, no prazo de cinco anos, nesse prazo de transição que a gente não está discutindo muito, ele fala que podemos aumentar a dívida líquida de 2,2 para 3,8, e, a dívida bruta de 5,8 para 7,1. Você veja que há uma folga maior aqui em relação à dívida líquida do que à dívida bruta.

Eu queria também que os senhores falassem sobre isso, porque isso para mim só se alcança de uma forma também: vendendo reservas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Com a palavra o Senador...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Senador Serra, eu preciso me retirar, são só 30 segundos.

Eu gostaria da opinião do José Roberto Afonso, que é um dos pais da Lei de Responsabilidade Fiscal, sobre a argumentação do Prof. Pedro Paulo Bastos.

Eu não vou ouvir, mas verei depois, porque infelizmente tenho um compromisso que me obriga a me retirar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Tasso.

Senador Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, senhores convidados, Srs. Senadores, infelizmente, ficaram muito poucos aqui, aliás, como era previsto. Não há nenhuma responsabilidade por parte do Presidente da Comissão...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – É porque, Senador Serra, nós tínhamos agendado esta audiência pública nas condições normais de temperatura e pressão, e fomos atropelados pela reunião do Congresso, que não estava marcada para hoje de manhã.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Mas, de toda maneira, como sou alguém ainda na política *démodé* sob certo aspecto, fora de moda, eu acredito no poder da razão, das ideias e da razão. Isso não é muito comum hoje em dia, mas eu continuo persistindo nessa atitude.

E tenho certeza de que um dia vou convencer o Senador Lindbergh do acerto. Aliás, ele hoje, inclusive, disse que é a favor de diminuir as reservas. Disse que, sim, e queria saber a opinião dos outros. Acabou de afirmar, está nas atas.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu não falei isso não, Senador.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Falou.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – V. Exª interpretou errado.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não, não, não. Eu tenho um ouvido de índio do interior da Amazônia.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – V. Exª escuta o que quer, então.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Mas o mais importante é que eu acredito no poder de a gente convencer as pessoas, pelo menos é sempre a minha tentativa.

O propósito do projeto é assinalar metas futuras, de longo prazo. Inclusive para oferecer um horizonte para quem investe na economia brasileira, para quem analisa a economia brasileira. Nós temos que ter metas de longo prazo.

O dispositivo que está na Constituição, eu mesmo que fiz a proposta na Constituinte de introduzir, porque tudo o que se refere à matéria financeira, esteja nos capítulos: orçamento, tributação e finanças, que nós compartilhamos, por exemplo, Senador Bezerra, que foi do capítulo tributário, passaram pela minha relatoria.

E, mesmo quando não era desses capítulos, como é esse caso, passou pelas nossas mãos e tomamos, inclusive, a iniciativa. Nós estamos cumprindo aqui uma determinação constitucional.

Por outro lado, é nosso propósito também estabelecer um debate permanente a respeito das questões da dívida e do déficit, que tem sido dominado no Brasil pelo enfoque dos resultados primários. Na verdade, muitos aqui se consideram ou imaginam que são de esquerda, etc. e tal, o tipo de oposição que faz esse projeto é exatamente o que a fina flor do neoliberalismo faria. É uma convergência curiosa, nesses aspectos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Mas Levy ficou com V. Exª, Senador.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não entendi.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – O Ministro Levy ficou com V. Exª.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Ficou comigo, mas convenhamos que o Ministro Levy, V. Exª concorda, é melhor do que as alternativas que o seu Partido e o seu chefe, de fato, o Presidente Lula, tem proposto.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu acho que as duas são muito ruins, estou lutando contra as duas.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Mas, de todo modo, tudo está dominado pela questão do primário, isso para mim é exasperante.

Quando eu estudei Economia, eu quase cheguei a me formar em Engenharia, não me formei por causa do golpe, mas o que eu aprendi é que a variável crucial, em matéria fiscal, é o déficit público. Pode parecer banal dizer isso, déficit público é receita menos despesa.

Mas, de repente, veio o conceito de primário, que exclui os juros. Não digo que não deva existir isso, mas, de repente, passou a dominar tudo. Na imprensa, inclusive, fala-se de déficit público identificando com o primário. O que nós queremos é que a cada período, a cada ano, haja um debate a respeito dos fatores que influenciam o déficit e a dívida pública.

E aqui fica uma pergunta, inclusive para as duas autoridades aqui presentes, o Subsecretário do Tesouro e o Secretário Executivo do Ministério do Planejamento: o que é que eles fizeram, neste ano todo? Eles agora estão obcecados com esse projeto modesto. O que eles fizeram, o que disseram, em que momento foram ouvidos, para essa absurda política de *swaps* do Banco Central?

É interessante isso. Isso significou, em matéria de custos fiscais... E não adianta vir com "trololó" de que também valorizou reserva, isso e aquilo, porque isso é pago, entra na conta de juros dispendidos pelo Governo, influenciam a dívida e o déficit, a dívida bruta, a dívida líquida e o déficit.

O que é que eles fizeram quando essa política errada foi feita pelo Banco Central? Eu estou pasmo aqui. É uma pergunta para o Secretário Executivo do Planejamento, o que é que foi feito em matéria de PPA? Eu fui ministro do Planejamento, e além do mais, na Constituinte, fui quem introduziu o conceito e a ideia de Lei de Diretrizes Orçamentárias e do PPA.

Com o PPA, o Governo não fez nada. Eu me pergunto o que ficou o pessoal do Planejamento fazendo? Se coçando? Se preocupando com a questão do nosso projeto? Eu acho surpreendente. Eu mesmo transmiti ao Governo, várias vezes, a importância, o Senador Fernando Coelho sabe disso, de nós termos, inclusive em um entendimento com o Congresso em base ao PPA, que funciona por quatro anos.

É uma vergonha, o PPA está jogado de lado. O que é que faz o Planejamento, que em vez de se preocupar com essa questão de PPA, está preocupado agora com uma frase que realmente me surpreendeu: "Metas podem ser alteradas"? Que limites está se pondo, se as metas podem ser alteradas? É uma pergunta inacreditável, porque isso supõe que nunca há projeção, nunca há planejamento de nada. Planejamento é exatamente fazer, no médio e no longo prazo, sabendo que é um mar de incertezas, e ter mecanismos de flexibilização para ir fazendo o ajustamento.

O que é que foi feito – eu insisto – em matéria de PPA, em matéria de LDO? E o erro elementar foi cometido pelos dois Ministérios, mas o Planejamento é o responsável por mandar um orçamento desfinanciado, meu Deus do céu! Orçamento este desfinanciado que levou à perda de grau de investimento do Brasil. Não discuto a qualidade, se devia ou não, mas que tenha uma influência concreta nas coisas.

Cadê o Planejamento, é a primeira vez que eu vejo uma autoridade do Planejamento falando e dizendo coisas absurdas.

Para que limites, se no final não vai ser cumprido? Ora, os limites, as possibilidades da trajetória, são um horizonte que a gente tem de ir modulando ao longo do tempo, para ir se ajustando.

Agora, o método de trabalho – que pode surpreender a muitos – que nós utilizamos foi aceitar todas as protelações que foram sugeridas: do projeto, etc. Segundo: dialogamos com o Tesouro profundamente. Houve contribuições? Claro que houve. Com relação ao projeto inicial? Claro que houve. É evidente. Esse é o processo de elaboração legislativa. Eu funciono, trabalho sempre dessa maneira. Tivemos muitas reuniões com o Tesouro, convidamos até assessores do Senador Lindbergh, que os fez presentes. Pegamos informações que não tínhamos – isso se pressupõe que vá acontecer... Foi um trabalho profícuo.

Agora, o que acontece? Chega um determinado momento... Eu não ia dar esse número, mas vou dar; não me parece nenhuma deslealdade tecnocrática. Você sabe qual era o limite sugerido pelo Tesouro, Senador Lindbergh, para a dívida bruta? De 6,6% do PIB. Isso iria botar fogo no País! Perdão, da Receita, 6,6 seis vezes a Receita. Isso iria botar fogo no País! Esse é o número implícito com que a Receita trabalhou. Eu vejo cálculo de professores – não sei se é o que aqui está, ou foram outros – que pressupõem que a receita não cresce. Alguém falou aqui, acho que o Senador Lindbergh sublinhou, mas não atribuo a ele a responsabilidade intelectual por esse assunto, que se esquece que a receita vai crescer, até 2014, pelo menos um trilhão. Quer dizer, aí não é um problema de discutir projeções: aí são equívocos.

O professor da Unicamp chegou aqui e disse que, nas projeções dele, a taxa de juro real daqui a 15 anos, no horizonte desse período, será acima de 7% real! Deve haver algum erro. Acho que o professor sabe a diferença entre real e nominal, e aqui nós trabalhamos com real, não dá para trabalhar com nominal. E ele propôs... No modelo dele é 7% real ao ano; no nosso é 3,5. Agora, entra uma questão de pessimismo ou otimismo. Por algumas exposições aqui, nós deveríamos, simplesmente – quem tem cabelo –, ficar puxando o cabelo, desesperado em relação ao futuro, porque é de um pessimismo atroz. É de um pessimismo atroz. Não tem de se fazer nada. Vai fazer o quê? O modelo de aumentar a dívida bruta para efeito de reativar o crescimento – isso já não acontece mais.

Aliás, eu gostaria também de saber, porque isso não foi dito, o que acha o Tesouro da política absurda de juros do Banco Central neste ano, num claro *overshooting*, que criou uma dinâmica de endividamento terrível. A partir da última medida, então, do último aumento, começaram a falar em dominância fiscal. Eu já falava isso no começo do ano, quando vieram aqui o Presidente do Banco Central, o Ministro da Fazenda, o Ministro do Planejamento. Ou seja, aumentam-se juros. Em vez de reduzir a inflação, ao contrário, fomenta-se a desvalorização cambial e a inflação. Nós chegamos a um ponto em que a economia agora está nessa situação.

Imaginar, agora, uma estratégia – que só pode ser implícita –, a estratégia proposta pelo Manoel Pires, pelo Otávio Ladeira de Medeiros e pelo Prof. Pedro Paulo, hoje... O que está implícito no que eles estão dizendo é: *más de lo mismo*; mais da mesma coisa. Mais da mesma coisa, não há outra, aqui – em relação à questão da dívida, em relação ao presente, ao curto e ao médio ou longo prazo. Isso não dá mais! Isso não dá mais. Nós vamos... Aí, sim, volta a hiperinflação.

Não me importa que digam que é pessimista, que não é pessimista, se isso, se aquilo. O fato é que essa estratégia *más de lo mismo* está nos levando à loucura. Nós estamos em depressão. Nós estamos em depressão: queda de 3% no ano, prevista de 2% no outro ano, Estados e Municípios sufocados pelo efeito da arrecadação. Estamos num círculo vicioso terrível. Agora, achar que esse círculo vicioso será combatido com aumento do gasto e aumento dos subsídios é uma loucura neste momento, inclusive porque nós estamos dominados pelas expectativas.

O fato é que as administrações petistas do Governo Federal levaram o País, hoje, a ficar de joelhos, dentro do que há de pior na comunidade financeira internacional. Estamos de joelhos, essa é a situação; é uma situação crítica. Não é isso que vai salvar, não; mas é uma pequena contribuição nessa direção.

Quero, ainda, a propósito.... Então, quando o Prof. Lindbergh fala de política anticíclica, ninguém mais do que eu poderia estar de acordo – numa outra conjuntura, de deflação, de expectativas mais ou menos estabelecidas, não exacerbadas.

Inclusive, quanto ao que houve com o câmbio, na verdade, o Prof. Oreiro pode ter razão no médio e no longo prazo, mas a subida de curto prazo não teve razão econômica, não tem problema de balanço de pagamentos, não tem problema de excesso de demanda, não tem problema de atividade aquecida. O Banco Central continuou subindo os juros, e o câmbio foi, exatamente, pela deterioração das expectativas e os ataques especulativos que V. Exª sabe que, no Brasil, são muito bem organizados.

Então, o meu propósito com projeto é, também, nós termos permanentemente um monitoramento do que está acontecendo, que fatores são determinantes. Essa questão dos *swaps* foi gravíssima, gravíssima, mais de R$90 bilhões que não foram decididos por nenhum setor do Poder Público. Pior ainda: no caso do Planejamento, que cuida do Orçamento, não piaram nessa matéria, não disseram um ai. É curioso que aparecem diferenças, por exemplo, o Ministro Levy esteve aqui e falou a favor do projeto em linhas gerais. O Planejamento

aqui mostra-se tão contra, na verdade, é surpreendente até, um Planejamento que não admite se faça projeções para o futuro e se vá corrigindo no meio do caminho.

Essa foi a frase dita, porque, para que limites se os limites não vão ser observados? Então, para que planejar se não vai acontecer aquilo? Pois bem, tudo isso passou batido. A questão da dívida bruta, por que ela tem importância? Porque ela foi manipulada no Brasil de uma forma perversa. Eu quero lembrar que a criação do Fundo de Amparo ao Trabalhador e a vinculação ao BNDES foi minha iniciativa na Constituinte. Estavam lá o PIS/Pasep, os Estados e Municípios iam pegar para o Fundo de Participação, eu era relator, não deixei, fizemos a proposta do FAT para financiar o seguro-desemprego, ou seja, mostrando a importância social e para financiar o BNDES.

Eu sempre batalhei e fui contra aqueles economistas todos que diziam que diziam que isso era um crédito subsidiado, que tinha um custo para o Tesouro. Essa é uma ideia que nunca me convenceu, porque o custo alternativo que teria, caso dinheiro não fosse, etc. O fato é que tinha lá o curso da arrecadação mais uma TJLP. Nesse sentido, não estava onerando o Tesouro. Podia ganhar de outra maneira, mas tem todos os efeitos que são conhecidos do ponto de vista de turbinar um investimento e tudo mais.

O que aconteceu? Como o salário mínimo real dobrou, e não foi só por causa do Governo do PT, isso começou do governo Fernando Henrique, isso aumentou o dispêndio com o seguro-desemprego e aumentou o dispêndio com o abono salarial. Acabou; não foi apenas, segundo o folclore, desvios no uso dos recursos, do seguro-desemprego, embora eles existam e muitos, muitos, inclusive, casos duvidosos funcionamento, como é o caso da área da pesca.

Mas, de todo modo, o Tesouro passou a bancar. Eu nunca fui contra. O que eu sou contra, no caso do BNDES, é a falta de prioridades para isso, porque financiar incorporação de empresas, financiar investimento no exterior não é prioritário. É evidente que a questão prioritária é a questão da infraestrutura.

Eu, uma vez disse, outro dia apareceu uma crítica minha à gestão do Meirelles, corresponde exatamente ao que eu penso, embora eu tivesse dito em um ambiente em que eu não sabia que havia imprensa. Mas tudo que eu escrevi a esse respeito continua escrito e mostrado. Quer dizer, o que aconteceu? Eu era governador de São Paulo, ia às reuniões da Febraban, criticava a política de juros, que, aliás, o então Presidente do Banco Central nunca capaz de me explicar – me visitava tentando explicar e não tinha consistência.

Qual era o problema que eu reclamava como governador? Que as concessões e parceria de PPPs dependem da taxa de juros. Se a taxa de juros é muito alta, não há parceria, dificulta, é evidente. Quer turbinar investimentos em infraestrutura no Brasil? Precisa-se ter uma taxa de juros mais decente. Então, eu acho que, no caso do BNDES, podia ir por esse caminho. A questão, aqui, sugerida, se eu não me engano, pelo Prof. Pedro Paulo de que significaria pegar o BNDES e agora vamos fechar tudo. Ele chega até a dar aquele argumento de bê-a-bá, que qualquer alfabetizado sabe: é evidente que, quando BNDES empresta...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu só queria pedir um esforço, só um esforço, para falar sem desqualificar.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu não estou desqualificando, estou apenas...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Na frase, desde a semana passada, em toda a sua fala. A sua fala é muito importante, mas faça um esforço.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – É que eu fico cansado. Supõe-se, em um diálogo que, quando alguém põe... Eu, pelo menos, funciono assim. Se você me diz algo que está certo, eu incorporo isso e não volto a repetir. Está certo? Quando eu vejo isso acontecendo, concordo que me dá uma certa exasperação. Mas a questão do BNDES, o projeto propõe um ajustamento de 3% ao ano, que é baixíssimo. Isso já corresponde ao que já iria acontecer de fato. Não é nenhuma coisa, de repente, chegar e sufocar o banco. O argumento de que a gera multiplicadores porque financia, isso o Luciano Coutinho... Já está circulando há dois anos. Isso não é novidade nenhuma.

Nós estamos tratando é de outra coisa, é do ajustamento no médio e no longo prazo e que é um ajustamento suave, no caso do BNDES, até para forçar que o banco realmente fixe as suas prioridades. Isso porque para mim é realmente a infraestrutura que deve ser uma grande frente de expansão no Brasil, por dois motivos: aumenta a produtividade e aumenta a demanda. O Brasil tem que crescer em três setores: exportações, infraestrutura e mediante o rearranjo do setor de petróleo. Isso é o futuro. Se isso não for equacionado, nós não vamos crescer.

Eu queria dizer que no longo prazo eu sou otimista com relação ao Brasil, eu sou otimista. Eu acho que o Oreiro tem razão ao falar que nós temos uma taxa de câmbio que precisa ser preservada em termos de competitividade. Não temos estrangulamento de balança de pagamento, até pela sobreacumulação de reservas que custou – vou dar um exemplo, Senador Delcídio -– historicamente 1% do PIB, ao ano, o carregamento dessas reservas. Hoje custa R$200 bilhões para carregá-las. Isso não é explicitado, não é explicitado. O País não tem

noção disso, e elas não foram acumuladas. Elas foram acumuladas como contrapartida de um processo especulativo que levou à sobrevalorização cambial, cujo reino chegou ao ponto máximo a partir da crise de 2008.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Só que de 2011 para 2015, as reservas se valorizaram pela desvalorização do câmbio 44% acima da taxa Selic.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sim, mas isso recentemente, foi neste ano.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – O estudo que eu tenho aqui pega de 2011 a 2015.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – O estudo oculta que na verdade a desvalorização foi neste ano. Só que a desvalorização fica, ela não rende receitas, mas os *swaps* rendem despesas. Só quero deixar isso bem claro, porque isso leva a um equívoco. Esse é um argumento... Pelo amor de Deus, eu não ache que estou sendo agressivo com V. Exª.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Claro!

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Mas é um argumento que os neoliberais usam e dizem: "Não, não, não!". Digamos, a reserva tem três terços, um terço foi para *swaps*, funcionando com *hedge* falso. Basta ver aí grupos poderosíssimos que operam em dólar e que ganharam de R$8 bilhões a R$12 bilhões nesse processo especulativo. Na verdade, o Governo alimentou a especulação. Não havia por que ter protegido um terço exatamente, que é o que foi feito, para grupos econômicos, alguns que não eram *hedge*, eram puro ganho especulativo. E os outros dois terços não se traduzem nem em receita para despesa nem entram no cálculo de dívida, de déficit e tudo mais.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Diminui a dívida líquida.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Hein?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Diminui a dívida líquida.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Mas não entra na...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Mas diminui a dívida.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sim, mas está lá, não entra no indicador dívida bruta, que é a questão essencial. E o Governo usou isso. Aí voltamos às maquiagens. A dívida bruta foi utilizada como um instrumento de manipulação e de não transparência.

Agora, quero lembrar ... Aqui há um argumento que dá o Prof. Oreiro, que é muito importante e pode ter passado, Senador Lindbergh, despercebido, porque é um argumento que vira e mexe vinha sendo posto e que ele desfez. Pegam-se dados de países desenvolvidos e se diz: "Olha aqui a dívida bruta deles como é alta!" Ele deu três exemplo – Brasil, França e Inglaterra –, pegando a riqueza líquida do País e dividindo pela dívida, mostrando que o Brasil tem um coeficiente de 0,25, no caso, o que é altíssimo, coisa que explica inclusive dificuldades com a dívida, enquanto a França e a Inglaterra têm padrões muito menores. Essa é uma contribuição interessante. Eu não sei como é que é medida a riqueza. Tenho minhas dúvidas, mas o fato é que esses são os dados disponíveis.

Eu acho que V. Exª pode falar em seguida para não criar o precedente.

Agora, há uma outra questão que é exasperante, volta-se sempre à questão dos Estados Unidos, usada de maneira espúria.

Senador Delcídio, a dívida, o teto da dívida nos Estados Unidos – *believe it* –, acredite se quiser, é em termos nominais, são tantos dólares, não é em relação ao PIB, é uma coisa completamente diferente. Não é em relação ao PIB, é em relação a termos nominais. Pode haver inflação durante alguns anos e isso vai diminuindo o teto da dívida real, porque há inflação, e aí chega-se ao limite. E nós não temos Tea Party no Brasil, aquilo que se chama direita no mundo, Reagan, Tea Party, Madame Thatcher, não existe no Brasil. Aqui a direita se caracteriza exatamente por não ser conservadora, caracteriza-se pelo atraso. Quer dizer, não há a mais remota possibilidade – não sei se o Fernando Coelho vê isso – de o Congresso, a Câmara e o Senado, fazerem birra com o Governo cortando gastos em áreas essenciais.

Não há a mais remota hipótese! E a dívida americana, como eu disse, é uma aberração, porque é fixada em termos nominais. No mundo, ninguém mais faz isso. Eles têm lá a sua organização e isso é usado contra, às vezes. Como vai acontecer no Brasil o que aconteceu nos Estados Unidos? É um esquema completamente diferente. Realmente, a ideia é de flexibilidade, porque o que nós queremos é o acompanhamento. Eu insisto que, na questão das simulações... O Senador Lindbergh, claramente mostrou qual será a estratégia, se não há acordo de números, não votemos ainda. Mas, nós trabalhamos a questão dos números, tanto que o Prof. Oreiro, de maneira absolutamente independente, até porque entramos em contato há uma semana, em função disso, e o modelo dele é parecido com o nosso. O nosso é um modelo otimista para o futuro? É. Vamos fazer um plano pessimista? Era só o que faltava. Já há pessimismo no mundo. Se os brasileiros forem pessimistas, pelo amor de Deus! Nós temos de fazer uma projeção otimista, de que o Brasil vai voltar a crescer. Com permanentes? Aqui,

eu tenho uma divergência. Para mim, austeridade fiscal é permanente, é um método de Governo. O que é austeridade fiscal? É economizar ao máximo nos custos dos produtos, bens e serviços que o Governo compra e, segundo, ter uma política de prioridade em matéria desses gastos. Isso chama-se austeridade fiscal. Foi o que fiz, na oportunidade que tive no governo Montoro, foi o que fiz como Prefeito de São Paulo, foi o que fiz como Governador de São Paulo e o que fiz no Ministério do Planejamento. Eu tenho até uma curiosidade, Senador Delcídio, a lembrar, que não tivemos nenhum problema com o Congresso, mas, quando assumi o Ministério do Planejamento, em janeiro, o Orçamento não tinha sido aprovado. Nós vetamos todas as emendas parlamentares. Todas, com exceção da irrigação, por causa da insistência de um tio do Fernando Coelho, o saudoso Osvaldo Coelho, que convenceu dessa hipótese, de que, na verdade, eram poucos recursos. Nós vetamos tudo. Isso não enfraqueceu, com relação ao Congresso, por incrível que pareça, porque tínhamos uma perspectiva de médio e longo prazo. Às vezes, o Congresso, quando vê, entrevê governos com planos, com metas, com seriedade, ele coopera, o Congresso cooperou naquele momento. Vai ser gastador? Sempre. A FUCE (Frente Única Contra o Erário), sempre vai estar presente, tem ciclos de auge, tem ciclos de declínio, mas está sempre presente. Agora, ele, realmente, é otimista. Como o Oreiro falou numa intervenção, se nós formos imaginar que a taxa de juros que um professor da Unicamp sugere, prevê, será de 7% ao ano, o Brasil acabou. Se nós não conseguirmos sinalizar, tirar o Brasil dessa situação depressiva em que está, oferecendo uma perspectiva adiante, vai ser a loucura total, do ponto de vista de unidade nacional, de tudo. É a crise mais grave que já vi na minha vida! Eu vivi dois golpes, no Chile e no Brasil, que tiveram implicações sobre a minha liberdade e tudo o mais. Pois bem, o nó político que o Brasil tem hoje é mais amarrado, mais difícil do que o chileno, na época do golpe, e do que o brasileiro, na época do golpe, por incrível que pareça. Então, nós temos responsabilidade com isso. Fortalecer o Senado e o seu papel, na questão da política econômica voltada para a área fiscal, é uma obrigação nossa. Então, aí vão dizer: lá vêm os cortadores, como se fossem do outro lado – eu não cometeria esse desrespeito –, os gastadores, como diriam no Chile dos anos 30, os papeleiros, que achavam que bastava imprimir e ir gastando que não daria problema. Isso não vai funcionar, como não funcionará agora usar a dívida bruta como meio de expansão. Não vai funcionar. Mesmo assim, prevemos que ela vai crescer dois, três anos mais. O Tesouro contribuiu para essa visão, Sr. Presidente? Contribuiu. Esse projeto não seria o que é sem a contribuição do Tesouro. Não é um paradoxo? Nós pegamos as contribuições. A Procuradoria-Geral da Fazenda contribuiu? Contribuiu. Fizeram um documento com dez pontos – não é, Marcos? –, em que rebatemos cinco ou seis e absorvemos os outros quatro. Nunca imaginei que fosse ser diferente. Acho que chegamos, inclusive, num ponto correto de convergência de previsões daquilo que é razoável fazer no Brasil. Enfim, falei bastante. Se consegui melhorar ou trazer um plano de convergência com o bravo Senador Lindbergh, com o Senador Delcídio e com o Senador Fernando Coelho de 5%, já me considero realizado por hoje.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Obrigado, Senador Serra.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador Serra, acho que é importante também, agora que V. Exª falou, que escute um pouco as falas, pois eu acho que isso pode...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu só não escutei metade do professor da Unicamp, porque tive de ir à CCJ, marcar presença. Havia um voto a ser dado lá e voltei.

Nem fui ao plenário. Confiei na pontualidade dos Senadores e nem fui dar número na Câmara.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Isso não é uma provocação. É que eu acho de fato muito importante escutar agora, para ver...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Eu vou passar agora a palavra, na sequência adotada nas falas.

Passo a palavra agora ao Dr. Otávio Ladeira de Medeiros, Subsecretário Tesouro Nacional.

O SR. OTÁVIO LADEIRA DE MEDEIROS – Obrigado, respondendo primeiramente o Senador Fernando Bezerra, infelizmente não será possível dar a resposta ao senhor, a que o senhor desejaria. O limite do Governo hoje é aquele encaminhado em 2000, um, para o Senado, um para Câmara. À época, 3,5 a dívida líquida, no Senado; à época, 6,5 vezes a dívida bruta na Câmara dos Deputados.

Posteriormente, em 2007, houve uma separação e até hoje não teria sido votada a dívida líquida. É um limite baseado em um limite estático. Não possui relação aquele limite, entendo, com essa proposta, como uma proposta de convergência ao longo de 15 anos. Eu não vejo como fazer uma junção daquela proposta com esta aqui.

Entretanto, nós apresentamos aqui um conjunto de cenários baseados em premissas que entendemos serem robustas, capturando os efeitos todos do relacionamento Tesouro/Banco Central. Foi citado aqui um ponto importante: mantendo o nível de reservas no que está lá; mantendo a evolução do endividamento junto ao BNDES, do recebimento de dívidas do modo que lá está. Então, não há nenhuma expectativa de mudança nessas relações.

Fizemos a projeção e temos algumas hipóteses de cenários. Se alguém, por exemplo, trabalhar um cenário um pouco mais otimista, um crescimento dois e meio, um primário de dois e meio, o longo de um período longo, o nosso número chega ao final, segundo as nossas hipóteses, a 2,3%... Perdão, 2,3 vezes.

Num cenário mais próximo do de mercado, que é de 2% de crescimento econômico e 2% de superávit primário – salvo engano é até mais otimista do que o de mercado – o nosso número apresentou 2,8. Se trabalharmos com cenários um pouco mais conservadores, ele pode chegar a 3,4. Há um cenário de 3,9, mas parece um pouco...

Há um *range* entre 2,3 e 3,4, que, a depender da percepção, entendo eu, do Senado Federal quanto a um possível cenário médio para os próximos 15 anos, é possível encontrar um *range*. Reforço: é um cenário montado em cima de hipóteses bastante... Não há hipótese de quebra de paradigma, de princípios, do relacionamento Tesouro/Banco Central. É um cenário que nós entendemos robusto, porque, inclusive, trabalhou na replicação do cenário dos assessores do Senado e se mostrou o robusto.Então, nós confiamos bastante.

Já para a dívida bruta – e a dívida bruta tem uma particularidade em relação à dívida líquida importante sobre o que eu vou falar em breve – ela trabalha também, nesse cenário mais otimista, 2,5 de PIB, 2,5 de médio, de primário, 5,3, até cenários mais conservadores, onde trabalhamos com crescimento de 1 e primário de 1 e chega até 6,1.

Então, há um *range* até um pouco mais estreito, entre os 5,3 e 6,1.

Novamente, o cenário é uma é uma percepção individual de cada um, a partir das suas percepções.

O cenário que se coaduna com 2,8, que é um cenário, digamos, médio de mercado – 2% de crescimento, 2% de primário – ficaria em 5,6.

Seriam essas as possibilidade de cenário à luz da leitura. A dívida bruta tem uma particularidade em relação à dívida líquida. Foi citado aqui o caixa do Tesouro, foi citada a questão das compromissadas, porque imaginamos que um país não pode ter um nível de compromissados que nós temos hoje, em torno de 800 bilhões ou 900 bilhões, ao longo de um período muito longo.

É razoável que essas compromissadas, ao longo do tempo, sejam substituídas por títulos do Tesouro. O Tesouro faz uma emissão maior do que necessita e vai reduzindo esse excesso de compromissados. Isso é um aperfeiçoamento, é positivo para a dívida pública, porque eu troco dívidas de curtíssimo prazo por dívidas mais alongadas, com outras características de perfil bem mais correto.

Entendendo isso como um bom princípio para 15 anos à frente, adicionamos a dívida do Tesouro Nacional ao longo do tempo, é essa dívida compromissada, substituindo uma dívida do Banco Central para o Tesouro, o endividamento bruto não muda, é só uma melhora na composição. Ela está considerada nesse trabalho aqui.

O *range* de que falei, entre 6,1 e 6,3, também incorpora essa hipótese de absorção da dívida do Banco Central no mercado, mas é a única variável, digamos assim, exógena, todas as demais são variáveis dentro da normalidade que entendemos que deva ser o relacionamento do Tesouro com o Banco Central, a política cambial e a política de relacionamento com o BNDES.

Não sei se respondi à pergunta do senhor.

Com relação à proposta do Tesouro, que o Senador Serra comentou, de 6,3, uma pequena correção, de fato, nosso modelo de dívida bruta apresenta um 6,6, é a primeira projeção do nosso modelo, sai da posição atual de 5,7, já pula, no ano que vem, por conta de um cenário que bem conhecemos, vai para 6,6, chega 7,3 e, depois, vai caindo, segundo vários possíveis cenários, até chegar a esse *range* de que falei de 6,1 a 5,3. Portanto, o Tesouro não tem nenhuma proposta de 6,6, até porque dos cenários mostrados ao final nenhum deles é de 6,6.

Não sei se teria mais algum ponto, mas creio que respondi a todas as perguntas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Dr. Otávio Ladeira de Medeiros.

Passo a palavra agora para o Prof. José Roberto Afonso.

O SR. JOSÉ ROBERTO AFONSO – Muito obrigado, Senador Delcídio.

Farei alguns comentários sobre todas as questões levantadas. Primeiro, a minha questão básica que acho que o que está em jogo é saber se vamos limitar a dívida ou vamos limitar o Senado. Ou o Senado vai se autolimitar de exercer uma competência que a Constituição delegou a ele. Uma competência sobre um assunto seriíssimo hoje para a economia brasileira e que, se você se omitir hoje, poderá ser cobrado à responsabilidade no futuro.

Acho que a discussão que está aqui é a discussão institucional. Volto a insistir, a questão econômica e a questão técnica são para subsidiar as decisões políticas, mas não são elas que vão pautar as decisões políticas.

Antes de tudo, honestamente, não vejo nenhuma grande diferença entre a modelagem usada pela Secretaria do Tesouro, que tem técnicos de primeira qualidade de excelência na Administração Pública... Tive até

a oportunidade de passar um dia inteiro na Secretaria do Tesouro, discutindo com eles, e o modelo que estão usando não é diferente do modelo que a Consultoria do Senado usa, até por um motivo muito simples: o Senado é responsável por regular o endividamento público. Tirando o endividamento federal, o resto, o Senado regula. Não consigo acreditar que a assessoria do Senado não tenha competência para lidar com essa matéria, porque, dessa forma, não sei o que aconteceu aqui nos últimos anos. Há assessoria no Senado de excelente qualidade e, de novo, o que ficou claro aqui nas conversas, é que se tem divergência não é de modelo, é de parâmetro, se se coloca um parâmetro para cá e para lá, sempre haverá diferença.

Todo mundo torce para o Brasil, mas, na hora de chegar no time, vou torcer para o Santos, o outro para o Corinthians, o outro para o Flamengo, isso não vai resolver nunca.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – A única coisa grave seria alguém aqui torcer para o Corinthians. Acho que não há nenhum corintiano aqui. (*Risos.*)

O SR. JOSÉ ROBERTO AFONSO – Essa brincadeira de clube, volto a insistir e quero reforçar, o Corinthians será campeão legítimo, jogando na defesa, melhor defesa do campeonato, compacto, funciona bem. Eu, por exemplo, sou santista, adoro ir para o ataque, tomamos três gols, mas fazemos seis, sete. Só estou querendo comentar isso, permitam-me, para dizer o seguinte: estamos tratando de regras, não estamos tratando de políticas, as regras que estão aqui impostas não impedem de se fazer política fiscal, de se fazer política monetária, de se fazer política creditícia – ora contencionista, ora expansionista. Vários países no mundo têm limite, e ninguém deixou de fazer política fiscal, aliás, mais do que nunca, as economias desenvolvidas precisaram ter uma política fiscal ativa para enfrentar a crise, e os limites não impediram isso.

O caso americano é um caso totalmente à parte. Não quero entrar aqui na discussão, a discussão mais relevante lá é no orçamento, não é na dívida, porque esse limite que há na dívida, na verdade, baliza uma forma peculiar de atuação do orçamento americano. O Congresso tem um poder que eu não sei se aqui o Governo concordaria de dar o poder.

Mas volto a insistir: não vejo diferença entre a modelagem, não vejo diferença entre os parâmetros, a construção técnica é a melhor possível, a diferença entre os técnicos é mínima. Botam um parâmetro de taxa de juros daqui para lá.

E o outro ponto, aí sim, eu queria ficar com o Ministro Levy. Ele disse: "Tem que haver limite e tem que ser em cima da dívida bruta." E eu queria aqui dar um testemunho pessoal: por que, quando se enviou esse projeto – porque esse projeto é do governo, não é do Senador Serra, ele é só Relator –, por que é que o governo, lá em 2000, não mandou o projeto com limite para a dívida bruta? Eu estava no governo, e ele não mandou o projeto com limite para a dívida bruta porque na época o Banco Central emitia títulos por conta própria, o que a Lei de Responsabilidade Fiscal proibiu e disse: "Banco Central, você não vai poder mais emitir título e você vai ter que fazer política monetária com os títulos da carteira do Tesouro." E nós não sabíamos qual seria o resultado disso, do ponto de vista da carteira, que carteira o Banco Central precisaria ter, qual era e como o Tesouro emitiria. Foi só por isso que não se colocou.

Eu acho que é uma omissão que pode ser corrigida pelo Congresso. Pessoalmente eu não acho que o fato de não constar uma coisa que a lei exige que conste torne... Aí, consertar a lacuna... Eu não diria um erro, foi uma lacuna, porque tecnicamente não havia como calibrar, porque aí, sim, calibraríamos no escuro e poderíamos, na minha opinião pessoal, naquele momento, sim, impor limites à política monetária, porque o Banco Central, até então, fazia política monetária com títulos próprios e passou a fazer com títulos do Tesouro. Hoje já se passaram doze, quatorze anos sobre isso e se sabe direitinho quanto é a dívida bruta, não há dificuldade nenhuma de limitar. O Ministro Levy defendeu aqui.

Agora, um outro ponto, vocês permitam-me, só para registrar, ao mesmo tempo eu acho que não faz o menor sentido a gente chegar e dizer assim: "Não, em 2015 o meu limite era aquele de 2000." Aí eu fiquei falando de modelo, eu tenho uma modelagem, eu tenho cenários. O mundo mudou. O mundo hoje não é o mundo de 2000. A política monetária mudou. Não tínhamos reservas lá, hoje temos reservas. Não tínhamos o Tesouro dando crédito para o BNDES em 2000, hoje temos. Então como é que eu chego aqui hoje e digo: "Não, o limite em 2015, o meu modelo mostra que o limite tem que ser aquele de 2000." Não, eu acho que não pode. O limite foi proposto dentro de uma realidade, a realidade mudou, e acho que dá para se mudar. O Congresso, não é a primeira e nem será a última vez que recebe proposta e aprimora.

Aliás, a Lei de Responsabilidade Fiscal, com que tive a oportunidade de trabalhar, o projeto que saiu do governo é radicalmente diferente do projeto que foi aprovado nesta Casa, nas duas Casas. O Congresso aprimorou o projeto que veio do governo. E um bom exemplo foi que o governo Fernando Henrique não queria proibir o Banco Central de emitir títulos; foi este Congresso que falou assim: "Não, Banco Central, você não emite título, você vai ser moderno, vai fazer política monetária em cima de títulos que adquire no mercado. E segundo, vocês, Ministro da Fazenda e Presidente do Banco Central, vão vir aqui toda hora dar explicações,"

que a CAE aqui, principalmente o Senador Delcídio já recebeu dezenas. É uma determinação que está na Lei de Responsabilidade Fiscal por criação do Congresso. E eu acho que o Congresso, o Senado em particular, saberá melhorar essa proposta.

Duas observações finais, ou três. Primeiro, eu acho que temos que tomar cuidado quando dizemos assim: "Não, o limite que foi proposto para a União é quase igual ao limite do Estado." Mas a União faz política monetária. Eu não posso olhar só a alíquota; eu tenho que olhar a base. A base não é a mesma. O limite da União é 2,2 vezes sobre uma receita corrente líquida que é – nem sei – três, cinco vezes maior que a do Estado ou do Município. Então eu não posso cair na ilusão de olhar só alíquota. A alíquota sobre a base dá um resultado muito maior do que a receita estadual ou municipal. Dá uma margem muito grande para a União. Acho que a gente não pode cair no fetiche do percentual.

Segunda questão, de reservas e de dívida bruta. Eu só queria fazer um comentário. Não teria muito tempo para expor, mas é o seguinte: o que neste debate todo é uma jabuticaba é o Banco Central ser tratado como governo para fins de política fiscal.

Não existe nenhum lugar no mundo em que o Banco Central... O Banco Central, como diz o nome, é uma instituição financeira. Ele, Banco Central, tinha de estar financiando o governo – e financia o governo.

No Brasil, a gente leva ao pé da letra que o Banco Central é uma autarquia. Como é uma autarquia, equipara-se o Banco Central à UFRJ, ao Detran, ao DNER, e coloca-se dentro do setor público. Nenhum país do mundo faz isso, nenhum!

Isso cria uma confusão. Eu diria que 90% do debate que a gente está tendo aqui, das divergências, é recorrente disso. E isso vai rebater nas reservas.

Inclusive, o outro fetiche que a gente tem é o de que o Governo tem reserva. A reserva não é do Governo. Não sei quem inventou... A reserva está depositada no Banco Central.

Por exemplo, se amanhã – isto não vai nunca acontecer – o Tesouro não tem o caixa que tem hoje, de 20% do PIB, ou seja, venceu um título, ele está sem caixa e precisa pagar o título, o Otávio aqui não pode chegar ao Banco Central e falar: "Você está cheio de dólar saindo pelos cofres, então você, Banco Central, me dê uns dólares, que preciso pagar aos credores da dívida pública". Não pode, até porque o dólar não está nem lá no Banco Central, está lá fora. Não existe o Tio Patinhas. A gente tem a ilusão do Tio Patinhas lá do cofre.

Então, por que... Eu nunca consegui entender por que preciso abater a reserva que não me pertence da dívida que devo.

Você conversa lá fora, nos organismos internacionais, e o pessoal olha a gente assim com cara de exótico. Não, mas a reserva... Há pessoa que diz assim: "Não, na Arábia..." Talvez você até possa dizer isso, por quê? Até no Chile, porque a estatal que gera reserva é do governo; guardadas as proporções, aquela reserva é do governo. Aqui, nem as nossas estatais geram reserva, *vide* Petrobras: geram dívida que não acaba mais.

Acho que se tem de tomar muito cuidado. Eu gosto do conceito, para o qual acho até que se estava caminhando, de dívida bruta pura, do governo geral, que, aliás, é como o Banco Central faz e trata nas suas estatísticas.

Eu acho que era isso.

Ah, sim, por último, tenho uma preocupação com a questão de mercado, de sinalização, de credibilidade.

Nunca vi o mercado ser contra dar toda hora explicação. O mercado é contra fazer criatividade escondida. Já nem falo pedalada, porque pedalada é um pedaço só do que aconteceu nos últimos anos.

Não consigo aceitar que fiz mundos e fundos de medidas fiscais atípicas, o mundo inteiro faz, todos os governos fazem, mas ninguém fez com a intensidade com que a gente fez nos últimos anos. E, graças a Deus, a atual equipe econômica não faz, não tem compromisso com isso.

Por isso mesmo, acho que ela não tem a menor dificuldade de colocar um limite e dizer: "Estou próximo do limite, estou estourando o limite, esse limite está perigoso." Vir a esta Casa para dizer: "Preciso corrigir." Tenho certeza de que esta Casa vai saber reagir corretamente.

Para mim soa estranho – e quero aqui concluir – dizer assim: "Não posso pôr um limite, porque vou podar o Governo". Ao pé da letra, eu teria de chegar e dizer assim: "Não, então não posso também aprovar diretor do Banco Central no Senado, o diretor da política monetária, porque esse diretor não vai ter autonomia, porque teve de vir ao Senado para ser sabatinado."

Nunca ouvi isso. Nunca ouvi que um Ministro do Supremo, um Procurador-Geral da República, um diretor do Banco Central tenham perdido sua autonomia, porque tiveram de vir ao Senado, ou para ser aprovado ou para vir consertar.

Tenho certeza de que a Casa vai saber aprovar os melhores indicadores. Não vejo diferença, as diferenças são mínimas. Como o Otávio aqui começou a colocar, acho que é sentar e ajustar. E volto a insistir: não funcionou? Explica, vem aqui e pede para corrigir.

A Lei de Responsabilidade Fiscal não está sendo cumprida... Com certeza, está lá escrito.

Todo ano, quando o Presidente da República manda o Orçamento para o Congresso, tem de dizer: "O limite está bom, então quero que mantenha"; "O limite está ruim, muda". Todo ano. Isso é política cíclica. Isso é explicar. Nunca foi feito.

Até entendo que nunca tenha sido feito, porque, como não havia limites, até se ficava sem graça ou não se tinha nem moral para se colocar isso.

Então, insisto: temos de limitar a dívida e não limitar o Senado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Prof. José Roberto Afonso.

Passo a palavra agora ao Prof. Pedro Paulo Bastos.

O SR. PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS – Obrigado, Senador.

Começo neste ponto que o José Roberto levantou a respeito da questão da modelagem ou da escolha de parâmetros, porque também, ao contrário do que foi dito aqui pelo Senador Serra, não escolhi um parâmetro, não disse que a taxa de juros será necessariamente 7%, não estou falando de Selic, estou falando da taxa de juros que carrega a totalidade da dívida.

De fato, uma taxa de juros Selic de 3,5% é extremamente otimista. Fora o período em que o Governo Dilma baixou a taxa de juros, não lembro que, desde o Plano Real, isso tenha se verificado.

Então, acho que o problema central é o seguinte: trabalhar com diferentes parâmetros, com diferentes cenários, a partir de uma modelagem que seja conjunta, que seja comum. E não é verdade que a modelagem da Assessoria do Senado e a modelagem da Secretaria do Tesouro sejam as mesmas. Não é verdade. O Secretário do Tesouro aqui falou com todas as letras... O representante da Secretaria do Tesouro falou com todas as letras, está apresentado no PowerPoint que há um conjunto de inconsistências conceituais e técnicas na modelagem do Senado.

A principal delas é que a Secretaria do Tesouro propõe que as compromissadas e o esforço de lançar dívida pública para enxugar a liquidez sejam repassados do Banco Central para o Tesouro ao longo do tempo. No modelo do Senado, as compromissadas simplesmente desaparecem, sem que nada seja colocado em troca. Esse é o primeiro problema.

O segundo problema é que não está na subemenda, pelo menos na subemenda que eu li, nas últimas três...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Na última não há isso.

O SR. PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS – Não está o argumento de que o BNDES...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não, eu digo das compromissadas, elas estão, sim, previstas. Você está se referindo a uma versão anterior provavelmente.

O SR. PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS – Não, eu li a última, mas, na verdade, as compromissadas não podem evaporar.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – É versão anterior das projeções. Mas, enfim, desculpe-me interromper.

O SR. PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS – Não, tudo bem, mas elas não podem evaporar, elas têm que estar em algum lugar. Então, o modelo é diferente. O representante da Secretaria do Tesouro falou com clareza, usando o mesmo modelo, alimentando com dados os resultados são diferentes. Então, o problema não é escolha de parâmetros. O que eu coloquei aqui também, não estou apostando em nenhum cenário, também fiz uma estimativa com o conjunto de cenários. Por quê? Porque não podemos escolher a taxa de juros que seja uma conta de chegada para o objetivo político e para o argumento que queremos defender. Temos que trabalhar com uma modelagem conjunta e trabalhar com diferentes cenários e, eventualmente, avaliar não se ela é ou não, se os números são ou não favoráveis ao que se quer defender, eventualmente se são ou não realistas.

Agora, o que eu quis colocar é que uma Selic de 3,5, na verdade, tem-se que trabalhar com uma taxa de juros de 3,5. E uma taxa de juros de 3,5 é muito abaixo daquilo que é verificado não apenas historicamente para Selic, desde 1994, no Plano Real, muito abaixo, muito, muito, em termos reais. Então, não tem base, digamos, histórica, é mais uma escolha de um parâmetro que satisfaz o argumento. Segundo, se levar em consideração a dívida pós-fixada, inclusive a dívida pós-fixada nos termos em que ela está sendo rolada hoje e dos novos lançamentos, inclusive da Selic, que está sendo lançada hoje e que vai carregar as compromissadas até lá, 2020, é muito superior a isso.

Então, acho importante que, independentemente das posições políticas, é muito importante que se trabalhe de fato com a mesma modelagem e que eventuais inconsistências técnicas da modelagem do Senado em relação às da Secretaria do Tesouro sejam resolvidas.

Eu acho que é fundamental para tomar, digamos, uma posição tecnicamente fundamentada.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu queria fazer uma pergunta. No período de transição, em relação aos limites que foram definidos, parece que não existe polêmica para os cinco anos. Esses limites...

O SR. PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS – Na verdade, é o seguinte...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Nas duas linhas de raciocínio, não há questionamento no período de transição, só para após cinco anos...

O SR. PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS – A economia não é...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Tenho uma dúvida, até fiz uma pergunta. Na verdade, o Senador Serra, no prazo de cinco anos, coloca a elevação da dívida pública menor do que a elevação da dívida líquida. Isso me causou uma dúvida, fiz até um questionamento...

O SR. PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS – Pois é. Nesse ponto em particular não é claro. Quer dizer, já está supondo, é algo mais do que a regra na verdade. Está supondo a maneira de jogar, ao contrário do que falou o José Roberto, porque se você está dizendo que a dívida bruta até 2020 já tem um comportamento diferente da líquida, então isso quer dizer que já há alguma suposição a respeito da maneira de jogar. Então, digamos, já complica o cenário.

Agora, o problema fundamental é o seguinte: a economia não é uma ciência exata, não é, muito longe de ser uma ciência exata. E eu não aposto nada na estimativa do Oreiro. Não aposto nada, porque o Oreiro sabe, ele é um keynesiano, que o momento atual é extremamente incerto, os estudos a respeito do impacto da taxa de câmbio sobre a taxa de crescimento no Brasil não mostram o que o Oreiro está apontando, os estudos do Ipea, econometria com vários cenários, não mostram isso. Pode ser que ocorra? Pode. Mas não tem fundamentação histórica. Pode ser? Pode ser. É uma aposta do Oreiro. E como toda aposta em economia, sobretudo numa conjuntura extremamente incerta, é uma aposta que tem, digamos, um peso muito pequeno. A gente não tem como definir uma estrutura de probabilidades e conferir uma probabilidade a cada um desses eventos.

Então mesmo para essa projeção até 6,9 ou 7,1 até 2020, tudo é extremamente incerto, dada a conjuntura atual. Quer dizer, definir o que vai acontecer de 2020 a 2030 envolve já um problema a mais, um problema adicional por conta do horizonte com que você pode trabalhar hoje em dia.

Eu insisto, não é uma questão de ser pessimista ou de ser otimista na escolha arbitrária dos parâmetros. Mas é trabalhar com o modelo conjunto e avaliar um conjunto de parâmetros para perceber, avaliar diferentes cenários e, a partir desses cenários, discutir qual o cenário mais viável e o que eles implicariam do ponto de vista da gestão fiscal, porque já envolve, sim, na prática envolve uma maneira de jogar. Dependendo de como se estabeleça a regra, você vai estabelecendo a maneira de jogar, evidentemente.

No que tange à política monetária política e à política cambial, elas têm problemas? Eu acho que têm problemas. Mas é difícil, não dá para resolver esses problemas fora da política, digamos assim. Quer dizer, um governo que considere que essa política monetária e essa política cambial estejam erradas, vai alterar essas políticas monetárias e cambiais. Mas ele não será forçado por um projeto de lei que define limite para dívida bruta. Esse que é o problema. Não existe garantia nenhuma, nenhuma, de que, definido esse limite e sendo difícil alcançá-lo, você vai forçar indiretamente, como está colocado na subemenda, que a política monetária e a política cambial vão ser alteradas.

Se a política monetária não foi alterada... Sim...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Porque, na realidade, o Governo eleito que queira alterar a política monetária ou a política cambial poderá mandar uma proposta de novos limites de endividamento. E vai ter que ter maioria no Senado Federal, porque é o Senado que vai fixar...

O SR. PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS – Não, não. O que eu estou dizendo é uma outra coisa. O projeto...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu estou falando que a regra do jogo poderá ser alterada por um Presidente constitucionalmente eleito...

O SR. PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS – Claro. Perfeito.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – ... legitimado pelas urnas. Poderá alterar os limites.

O SR. PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS – Perfeito. Concordo plenamente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Então...

O SR. PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS – Concordo. Não, o que eu estou dizendo é outra coisa.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Nós não estamos impondo nada a nenhum Presidente, a nenhum governo que venha a ser eleito.

O SR. PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS – Sim, eu concordo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Mas nós estamos criando parâmetros de uma boa política, de deter limites.

O SR. PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS – Sim. Perfeito.

Agora, a política, a lei está legislando sobre, o que a lei está legislando é sobre o limite da dívida bruta, e isso vai forçar o Executivo a fazer uma alteração do gasto da política orçamentária. Não existe nenhuma garantia de que o Banco Central, com autonomia operacional, passe a executar uma política tal como o Senador Serra e eu queremos, uma política com taxa de juros muito mais baixas e sendo muito menos, digamos assim, temeroso com liquidez, porque o Banco Central é muito temeroso com, digamos, um excesso de liquidez do mercado.

E as compromissadas pior – pior. As compromissadas não são um mecanismo, estou discutindo uma outra questão, as compromissadas não são um mecanismo nem adequado para segurar o crédito e a liquidez. Por quê? Porque elas são de curtíssimo prazo.

Então, na verdade, os bancos comerciais que têm recursos depositados no Banco Central com a garantia dos títulos vinculados das operações compromissadas sabem quando vão receber esses recursos, sabem que estão líquidos, têm uma aplicação de caixa rentável, é como se fosse um depósito remunerado, que é caro para o Tesouro, evidentemente, e, a partir desse depósito remunerado, eles, digamos, têm previsões a respeito da sua política de crédito, que não vai ser limitada, pelo fato de que o Banco Central está segurando as compromissadas.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Pedro Paulo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. *Fora do microfone*.) – Qual é o prazo médio de vencimento dessas compromissadas e qual é o prazo médio de vencimento dos títulos da dívida do Governo hoje, em média?

O SR. OTÁVIO LADEIRA DE MEDEIROS – Títulos.

As compromissadas, o prazo é bastante curto. Elas são de 15 dias, 30 dias.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – É quase um *overnight*.

O SR. OTÁVIO LADEIRA DE MEDEIROS – É quase um *overnight*. Os títulos do Tesouro estão com um prazo médio de aproximadamente 4 anos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Prof. Pedro Paulo, eu queria que, depois, antes de encerrar, o senhor falasse sobre a previsão de superávit nesses últimos 10 anos.

E há uma pergunta que foi feita pelo Senador Fernando Bezerra que é a relação entre essa política de acumulação de reservas com o aumento da dívida bruta.

O SR. PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS – Está bem.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Ele queria entender esse processo.

O SR. PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS – A relação entre...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Fernando.

Fernando, ele vai, aquela pergunta que você fez.

O SR. PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS – Então, quer dizer, as compromissadas são um problema, mas não me parece que há nenhuma garantia de que, ao definir o limite da dívida pública, você force uma mudança na política monetária. Se a política monetária continuar do mesmo jeito, aí, ao juntar tudo, qual vai ser a variável de ajuste? O gasto público. É esse que é o problema.

Num choque eventual entre o Tesouro e a sociedade, que pede gasto, e o Banco Central e os credores da dívida pública para saber quem vai recuar, nas condições políticas da importância da mídia, da importância dos economistas conservadores na mídia, me parece pouco provável que seja o Banco Central a recuar.

Então, aí, seria o caso de, eventualmente, regular o Banco Central diretamente, certo? E não, digamos, por meio da regulação do limite da dívida, imaginar que talvez o Banco Central vá mudar a política monetária.

No que tange à política cambial, por que a política de acumulação de reservas tem um custo? Mas ela também não é, o ganho dela, o ganho fiscal dela, quando há desvalorização, não é meramente contábil. Não é meramente contábil, porque existe algo chamado conta de equalização cambial.

Então, os resultados do Banco Central são transferidos para o Tesouro, está certo?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone*.) – Apesar de ele não ter vendido a reserva.

O SR. PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS – Apesar de ele não ter vendido a reserva, mas essa que é a norma contábil mundial, infelizmente. A norma contábil mundial.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone*.) – Algum banco, o Bradesco, pode distribuir lucro em cima do ativo que ele nunca vendeu?

O SR. PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS – Bom, mas o problema...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS – É nocional. Quer dizer, na verdade, os bancos marcam o mercado. Boa parte dos ativos são marcados a mercado. Basileia marca os ativos dos bancos a mercado, e eles fazem a alavancagem, em função da variação do patrimônio nocional também.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone*.) – Distribui resultado em cima de algo que não vendeu?

O SR. PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS – Bem, não acho que isso seja uma jabuticaba brasileira. É uma pesquisa grande do Antonio Carlos Macedo e Silva, na Unicamp, mostrando que a contabilização pelo valor justo é utilizada em um conjunto muito grande de bancos centrais.

Depois, posso passar a informação para o José Roberto tranquilamente, mas não é uma jabuticaba brasileira. Não é verdade que seja uma jabuticaba brasileira.

Qual é o problema? Como você tem conta financeira aberta, e a taxa de juros no Brasil é muito elevada, você gera um incentivo para a entrada de capitais, aproveitando o diferencial de taxa de juros. Se o Banco Central mantiver a liberdade de movimento de capitais, o real vai-se apreciar, e isso vai ter um impacto muito ruim nas exportações, pelo menos a médio prazo.

Então, esta política de compra de reservas cambiais não é só um colchão para o futuro, mas é também para evitar uma excessiva apreciação cambial. Vai exatamente, digamos, na linha do que eu, o Oreiro e o Bresser Pereira consideramos. Nós consideramos que, num certo limite, embora de maneiras diferentes, a taxa de câmbio é importante para a estrutura produtiva. Há amigos nossos que não acham tão importante.

Então, essa política de compra serve também para evitar a apreciação cambial, só que, evidentemente, isso tem por efeito aumentar a liquidez no mercado doméstico, e o Banco Central, para impedir que esse aumento de liquidez produza uma queda da taxa de juros, enxugue essa liquidez, ou seja, no fundo, está enxugando gelo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. *Fora do microfone*.) – Mas essa liquidez poderia ser enxugada com títulos do Tesouro, não precisaria ser do Banco Central.

O SR. PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS – Quer dizer, o impacto fiscal...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – O Presidente Renan está solicitando que o trabalho das Comissões seja suspenso, porque já vamos entrar em processo de votação na sessão do Congresso.

Então, vamos abreviar os debates, porque ainda vão falar o Dr. Manoel Pires e também o nosso querido Prof. Oreiro.

Por isso, gostaria de acelerar o debate, porque vamos ter de nos deslocar para a sessão do Congresso Nacional.

O SR. PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS – Pois não, Senador.

Então, talvez uma política mais adequada – eu tenho artigos a respeito; acho que Oreiro tem artigos a respeito também; compartilhamos da ideia, não é? – seja definir controles ao movimento de capitais de curto prazo, de maneira a que se possa ter mais autonomia de gestão da política monetária, ao invés de precisar ficar enxugando gelo.

Agora, o problema é de novo aquele: controle de capitais e mudança da política monetária é uma coisa – e podemos atacar isso. Acho importante que se ataque isso. Concordo plenamente com o Senador Serra – mas, nas condições atuais, não vejo que exista nenhuma garantia entre limitação da dívida bruta e modificação, um controle indireto, sobre a política cambial e monetária.

Para concluir, é verdade que a dívida bruta que representa os empréstimos para o BNDES tem um custo fiscal imediato. Como diz o Luciano Coutinho e a assessoria técnica do BNDES, o cálculo que o Tesouro faz – e agora estou junto ao BNDES; contra o Tesouro – não incorpora isso.

O cálculo do Tesouro para os próximos 45 anos seja o de que haveria um custo fiscal de R$184 bilhões. Isso é muito coisa! Colocado assim, não é?

Embora, em relação ao PIB, isso represente 0,1% do PIB nos 45 anos. Só que, se você incorporar – é o que o BNDES vem fazendo, para se defender, e eu acho que corretamente –, aí, sim, o lucro do BNDES, o pagamento de impostos do BNDES, o pagamento de impostos de quem compra máquinas, só na primeira rodada, já é suficiente para bancar esse custo implícito. Nas outras rodadas, é muito mais – é muito mais!

Então, aí, nesse caso, digamos, a eventual consequência política da tentativa ou da expectativa de impor um limite sobre a dívida bruta e, a partir daí, modificar a política monetária cambial e creditícia, nos dois primeiros casos, eu concordo plenamente com o sentido dessa limitação, embora não creia que essa legislação implique isso. No terceiro caso, o BNDES, eu já discordo do limite, já discordo do sentido dessa determinação, porque os empréstimos do BNDES...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Mas fixar o limite não impede de o Governo poder dar subvenção ao BNDES, o que eu também defendo. Eu acho até que não há pedalada no BNDES. Isso tem que ser discutido mais a fundo junto com o Tribunal de Contas da União, porque, na realidade, o ganho fiscal é a favor do estímulo, porque você está animando a economia.

O SR. PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS – Sim, mas o problema...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Prof. Pedro Paulo, concluindo, porque vamos ter que nos deslocar para a sessão do Congresso, por favor.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Proponho que... Não podemos deixar de ouvir os outros. Quanto tempo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Não, nós não temos mais muito tempo. Nós estamos desde as 10 horas da manhã aqui, meu carro Senador Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – E eu quero cumprimentá-lo pelo heroísmo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – E o Prof. José Roberto Afonso tem um avião agora às 15h30 da tarde também. Então, as coisas estão se apertando aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – O importante do projeto é, de maneira permanente, explicitar os custos fiscais da política monetária cambial. Isso no Brasil é revolucionário. Não se trata de aqui resolver o problema cambial, essa não é a pretensão, mas de entrar com o fator que altera a dívida e o déficit é essencial.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – O Prof. Pedro Paulo concluiu?

O SR. PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS – Posso concluir?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Sim, mas rapidamente.

O SR. PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS – Rapidamente.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu achei que já tinha concluído, por isso que eu falei.

O SR. PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS – Sim.

Eu concordo com o Senador, mas, digamos, eu discordo que para exigir que o Banco Central venha a explicar os efeitos fiscais da sua política monetária cambial, você precise definir, por exemplo, essa punição para o Tesouro, que é a incapacidade de eventualmente financiar algo além do que o principal em 15 anos. E isso eu acho que, sim, pode ter custos muito grandes, e esse custo acho que não compensa a transparência da gestão do Banco Central. E eu acho que conseguir transparência da gestão do Banco Central pode ser feito por meio de outras iniciativas legais que são há muito tempo esperadas.

E eu concordo plenamente com o Senador Serra, de que é preciso haver essa transparência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Prof. Pedro Paulo.

Passo a palavra agora ao Dr. Manoel Pires, Chefe da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento.

O SR. MANOEL PIRES – Bom, eu vou ser breve aqui em função do prazo. O Senador Serra fez uma série de observações que eu vou separar em dois blocos. Um primeiro bloco é sobre a atuação do Ministério do Planejamento, e um segundo bloco é especificamente sobre as propostas.

A primeira colocação feita foi a questão do *swap* cambial, Senador. Hoje o *swap* cambial está girando em torno de 2,3%, 2,1% de PIB de custo de juros. Eu acho que há argumentos favoráveis para contratar uma operação de *swap* cambial, e há argumentos contrários para a contratação de uma operação deste tipo.

O argumento favorável é que ele faz o *hedge* do setor privado, que muitas vezes pode ser importante em um momento de depreciação cambial. Então, o Banco Central estaria atuando a favor de proteger o setor privado.

O argumento contrário é no custo de juros em que uma aplicação desse tipo incorre.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Começa pelo fato de que nem todos estão fazendo *hedge*, não é mais do que 50%. Há exemplos gritantes, aliás, que estão na imprensa todos os dias.

Foi como fonte de especulação à custa de recursos fiscais.

O SR. MANOEL PIRES – Porque aí entra um ponto que acho justo. Primeiro, do ponto de vista da visão do planejamento sobre a questão, acho que se tem que dar transparência a esse processo. As pessoas têm que saber quanto custa o *swap* cambial, que aquilo não tem natureza fiscal e que, então, o déficit fiscal brasileiro não corresponde ao que é divulgado e que, por causa disso, um investidor estrangeiro não tem obrigação de saber isso, ou seja, quando ele olha o déficit fiscal brasileiro, ele tem que saber qual é a dimensão fiscal do desafio que temos e não ter outras operações ali. Então, é importante dar transparência. O segundo ponto, que é a visão que o senhor está colocando, acho que, independentemente de qualquer coisa, tem, sim, que haver um debate público sobre qualquer ação do Governo, avaliação de custo e benefício de qualquer política econômica.

Algumas manifestações sugeriram que a intenção do Governo é desempoderar o Senado Federal. Isso não existe de forma alguma. O que queremos fazer, aqui, é contribuir para o debate.

Sobre a questão do PPA, encaminhamos para o Congresso Nacional o PPA. Foi um trabalho profundo em que revisamos vários programas de Governo. Pelo PPA novo, remodelamos algo em torno de R$60 bilhões, R$50 bilhões em termos de programa, trazendo para a realidade econômica do País que estamos projetando para os próximos 4 anos. Evidentemente, o Ministério do Planejamento faz uma proposta para o Congresso,

um trabalho técnico, que é avaliado pelo Congresso. Estamos na fase de fazer a avaliação e a construção disso em parceria com o Congresso Nacional. O Ministério do Planejamento fez essa primeira etapa, deu o pontapé inicial para encaminhar isso ao Congresso, mas foi fruto de um trabalho de planejamento muito consistente, acredito eu. Se o senhor quiser ampliar o debate, podemos trazer aqui toda equipe de planejamento para mostrar o trabalho que foi feito. A equipe está à disposição para fazer isso. Acho que é valioso fazer isso com todo o Senado Federal, com todo o Congresso.

Sobre o Orçamento de 2016, houve muita incerteza. Acho que houve uma reação muito inesperada, de certa forma, por parte do encaminhamento do Governo. Acho que já foi dito aqui que tudo o que a equipe econômica tem tentado fazer, ao longo de 2015 e vai continuar fazendo para os próximos anos, tenho certeza, é tratar os assuntos com a transparência e a seriedade que eles merecem.

O encaminhamento da PLOA 2016 com o déficit é porque era a situação fiscal do País naquele momento, com a legislação vigente, isso não impede o Governo, tal como aconteceu nos dias seguintes, de encaminhar propostas e ampliar o debate. É o que estamos fazendo agora com a discussão em torno da CPMF, com a discussão em torno da PEC da revisão do abono de permanência, com todas as medidas fiscais que estamos encaminhando para o Congresso. O Governo não tinha como encaminhar uma peça orçamentária que não correspondesse à realidade. Então, essa foi a decisão tomada. Infelizmente, essa é a situação fiscal do Governo. Acho que a percepção que temos é que as pessoas tomaram maior clareza disso e estão recebendo as medidas fiscais que estamos tentando promover de maneira diferente.

Foi colocado também que estamos propondo, nesse debate de regras fiscais, fazer mais do mesmo. Temos uma avaliação diferente. Ao longo do ano de 2015, o conjunto de medidas fiscais que adotamos resultou em uma economia para o Governo de 2% do PIB. Esse é um ajuste fiscal muito sério, muito contundente, e temos trabalhado nisso. Para o ano de 2016, as medidas que já foram elencadas para adoção e construção com o Congresso já remontam a 2,3% do PIB. O que temos programado para 2016 já é maior do que o que foi implementado em 2015.

Além disso, já conseguimos reequilibrar todo orçamento de subsídios. Estamos pagando o que foi feito para trás, mas o que conseguimos revisar vai produzir resultados para a frente. Revisamos linha do PSI. Recentemente, o CMN retirou alguns recursos da linha do PSI. Revisamos o Plano Safra. Então, de tudo o que envolvia subsídios já fizemos a revisão. Hoje, os subsídios que estão sendo contratados têm um montante muito menor do que no passado.

O orçamento de capital do Governo também já foi reequilibrado. Acho que, em 2016, ainda há uma revisão um pouco menor, mas, para os próximos anos, devemos manter.

O desafio, agora, da política fiscal, me parece, ser avançar no que o Governo tem menos discricionariedade, que são as reformas estruturais. É a parte da despesa obrigatória. Esse também é um debate que vai acontecer aqui. Vamos encaminhar.

Gostaria de pegar um gancho, nessa etapa da discussão fiscal que estamos começando a fazer com os senhores, na questão da regra de dívida. A regra de dívida só vai ser eficaz, e esse é o meu ponto principal, em nenhum momento, tem nenhum tipo de controvérsia, como o Ministro Levy colocou aqui.

Ela só vai ser eficaz se enfrentarmos exatamente o debate da rigidez orçamentária e se criarmos espaços de manobra para poder adequar a política fiscal ao cenário de sustentabilidade fiscal de dívida que nós temos em mente.

Nesse sentido, a regra de dívida tem como objetivo principal simplesmente estabelecer uma referência: a partir daquele limite, estipula-se uma série de procedimentos e de regras de conduta para o Governo Federal negociar com o resto da sociedade um ajuste fiscal que seja permanente e sustentável ao longo do tempo.

Eu anotei algumas frases aqui do Ministro Levy que eu gostaria de reforçar. O Ministro Levy mencionou a necessidade de controles ao endividamento, a necessidade de forçar o equilíbrio fiscal, a necessidade de alcançar o resultado fiscal do ponto de vista estrutural e a necessidade de discutir o gasto obrigatório. Isso não tem nenhuma contradição com o que eu coloquei aqui. Essa é a linha do Ministério do Planejamento. A etapa agora da condução de política fiscal é exatamente fazer a discussão mais estrutural para conseguir ganhos de longo prazo.

São essas as minhas colocações.

Eu quero agradecer o convite, mais uma vez, e me colocar à disposição para manter um contato com esse debate.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Dr. Manoel Pires.

Eu passo agora a palavra ao último palestrante, o Prof. José Luís Oreiro, Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – depois, nós vamos encerrar a reunião, agradecendo, desde

já, todos, Senadores, Senadoras, imprensa, assessores, porque há uma longa caminhada ainda hoje que é o Congresso Nacional.

O SR. JOSÉ LUÍS OREIRO – Eu quero iniciar minha fala fazendo uma citação de Karl Marx. Marx disse, uma vez, que não existem crises eternas.

Isso significa que, se nós nos basearmos na situação atual da economia brasileira para projetá-la para 15 anos, é lógico que qualquer modelo de simulação de dívida vai dar um resultado muito ruim, mas essa crise vai passar. Estamos passando pelas dores de parto dela, mas alguns ajustes que já foram feitos são extremamente importantes. E eu quero frisar o ajuste da taxa de câmbio. Pela primeira vez em 15 anos, a taxa de câmbio está no lugar. Eu acho que o importante agora é não deixarmos a taxa de câmbio se apreciar e reduzirmos um pouco a volatilidade dela, pois ela está variando muito.

Se conseguirmos fazer isso e uma consolidação fiscal de longo prazo, nós vamos mudar as expectativas de mercado. É lógico que as expectativas de mercado hoje quanto a crescimento, a superávit primário, à taxa real de juros refletem o desânimo que está no País, com crise política, com crise econômica, um pouco com o Governo que não consegue dar um norte para o País – já dizia Sêneca que, para quem não sabe a que porto se dirige, todos os ventos lhe são desfavoráveis. Quando tivermos um norte, nós vamos conseguir mudar as expectativas de mercado.

Parece-me que as divergências entre a equipe do Senador José Serra e a equipe do Governo, Planejamento e Fazenda, é muito mais com respeito a parâmetros que cada um está usando no seu processo de simulação. Eu conheço tanto o Manoel quanto o Marcos Mendes e sei que são pessoas extremamente competentes no que fazem. Então, certamente, a divergência deles é no que se refere a parâmetros. Eu acho que aí a equipe do Governo está um pouco projetando *ad infinitum* uma situação da economia brasileira que não vai perdurar. Mesmo no que se refere à trajetória da taxa Selic – e aqui eu quero discordar do Pedro Paulo –, apesar dos ciclos de sobe e desce desde 1994, há uma tendência clara de queda da taxa Selic em termos nominais e em termos reais até o final do segundo mandato do Presidente Lula; só que, no mandato da Presidente Dilma Rousseff, a tendência de queda da Selic parou. Ocorreram mudanças significativas na condução da política econômica que interromperam o processo de queda da Selic, muito provavelmente relacionado aos problemas discais que nós vimos tratando já há algum tempo. Quando conseguirmos colocar esse arcabouço de consolidação fiscal em pé, que é só uma primeira etapa – eu acho que o Senador Serra sempre colocou isso –, é mais uma etapa na construção de instituições, que vem de longa data, que vão nos permitir ter um crescimento mais sólido no longo prazo. É disso que nós precisamos.

Se este País não voltar a crescer, nós seremos, *ad infinitum*, uma economia pobre. Sendo uma economia pobre, não vamos ter condições de resolver os enormes problemas sociais que nós temos neste País. Nós temos uma solução: crescimento. E, para isso, nós precisamos construir instituições que permitam a aceleração desse crescimento. E a proposta do Senador Serra é mais um tijolinho; não é o último; não é que, fazendo isso, nós vamos resolver todos os problemas. Não! É mais um tijolinho nessa construção institucional.

E eu quero terminar, aproveitando uma pergunta do Senador Lindbergh Farias sobre o porquê do crescimento das operações compromissadas.

Senador, o senhor tem razão: até mais ou menos 2010, 2011, as operações compromissadas cresceram basicamente por dois motivos: primeiro, pela política de acumulação de reservas, mas também, não se esqueça, do aporte de capital que o Tesouro fez ao BNDES. Eu acho que, durante a crise financeira internacional, aquilo foi absolutamente necessário e impediu que uma queda de 30% da produção industrial brasileira, no quarto trimestre de 2008, tivesse se transformado numa grande depressão. Mas eu acho que essa política foi levada um pouco longe demais, quer dizer – não vou citar aqui o nome da empresa –, tem-se financiamento do BNDES para empresas do agronegócio, o que simplesmente reforça a reprimarização da nossa pauta de exportação, a regressão da estrutura produtiva, o que compromete, portanto, o crescimento no longo prazo da economia brasileira.

Isso posto, do final de 2013 até 2014 – eu tenho os números, caso V. Exª queira consultá-los –, as operações compromissadas deram novo salto. Isso não está relacionado nem com acumulação de reservas, que estão estacionadas em R$370 bilhões, nem com novos aportes do Tesouro ao BNDES. Basicamente, o que começou a acontecer, no final de 2013, foi que o mercado começou a ficar preocupado com os ajustes que teriam que ser feitos pós-eleição presidencial de 2014. Ou seja, no cenário do mercado, já estava implícita uma elevação da taxa de inflação que, portanto, faria com que o Banco Central reagisse a isso, elevando a taxa de juros. Ora, quando o Tesouro fazia, a partir desse momento, seus leilões de títulos da dívida, o mercado, antecipando essa elevação da taxa de juros no futuro, pediu um prêmio de risco mais alto, ou seja, pediu uma taxa de juros mais alta. O Tesouro recusou-se a fazer esse tipo de jogo.

O Tesouro, então, teria duas opções. A primeira seria ofertar um título mais curto, com maior liquidez, que seriam as Letras Financeiras do Tesouro Nacional. O mercado compraria essas letras, porque a Letra Financeira do Tesouro Nacional é um título que, quando o Banco Central eleva a taxa de juros, o valor do título não cai. Assim, o risco de mercado desse título é zero. Só que o Tesouro preferiu não fazer isso. O que fez o Tesouro? Sacou da sua Conta Única no Banco Central. Ao sacar da sua Conta Única no Banco Central, o que ele está fazendo? Está ampliando a liquidez. Como o Banco Central compromete-se a manter a Selic na meta definida pelo Copom, ele não teve alternativa senão fazer as operações compromissadas, que, no fundo, enxugaram a liquidez, que, no fundo, foi criada pela decisão do Banco Central de não oferecer títulos líquidos para o mercado num momento de estresse financeiro. Essa foi a razão do grande crescimento das operações compromissadas nos últimos anos.

Com isso, eu encerro aqui a minha apresentação.

Muito obrigado aos Srs. Senadores.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – O Pedro Paulo parece que não concordou, não. O Pedro Paulo estava discordando desse raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Mas eu acho que as posições foram muito bem aqui consolidadas.

Eu quero agradecer ao Otávio, pela presença. Quero agradecer também ao Prof. José Roberto, ao Prof. Pedro Paulo, ao nosso Manoel Pires, do Planejamento, e ao Prof. José Oreiro.

Quero dizer a todas as Srªs Senadoras e Srs. Senadores que nós faremos a votação desse projeto de resolução na terça-feira próxima, às 10 horas da manhã. E queria só fazer uma observação pessoal.

Senador "Lindoberg" Farias e Senador Serra, nós não estamos muito distantes de um acordo.

Os números, eu estava avaliando aqui com o Otávio e também com o Professor José Roberto Afonso. Nós não estamos falando de coisas muito discrepantes. Pelo menos é a avaliação que está sendo feita aqui. Portanto, nós temos um espaço para trabalhar de hoje até terça-feira, para tentar buscar uma proposta consensual no que se refere ao Projeto de Resolução nº 84.

Quero agradecer a todos. O meu muito obrigado.

Aos Senadores e às Senadoras, a vida continua. A vida é dura. Vamos lá para o Congresso agora.

Obrigado.

A audiência pública está encerrada.

(Iniciada às 10 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 30 minutos.)

ATA DA 22ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE (46ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT (49ª REUNIÃO), EM 24 DE NOVEMBRO DE 2015, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e três minutos do dia vinte e quatro de novembro do ano de dois mil e quinze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do senador Delcídio do Amaral, presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, reúnem-se a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos(as) senadores(as) Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Telmário Mota, Benedito de Lira, José Pimentel, Humberto Costa, Cristovam Buarque, Jorge Viana, Ivo Cassol, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Omar Aziz, Valdir Raupp, Lúcia Vânia, Hélio José, Flexa Ribeiro, José Serra, Ronaldo Caiado, Antonio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Roberto Rocha, José Medeiros, Douglas Cintra e Elmano Férrer. Deixam de comparecer os(as) senadores(as) Gleisi Hoffmann, Reguffe, Ciro Nogueira, Romero Jucá, Roberto Requião, José Agripino, Davi Alcolumbre, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, Marcelo Crivella, Wellington Fagundes, Lasier Martins, Angela Portela, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira e Randolfe Rodrigues. O presidente declara aberta a reunião, submetendo às comissões a dispensa da leitura da ata da 44ª reunião da CAE e da 48ª reunião da CCT, que é dada como aprovada. Em seguida, inicia a apreciação do item constante da pauta. **Item 1** - Projeto de Lei da Câmara nº 77 de 2015, não terminativo, de autoria do deputado Bruno Araújo e outros, que "dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015; e altera as Leis nºs 10.973, de 2 de dezembro de 2004, 6.815, de 19 de agosto de 1980, 8.666, de 21 de junho de 1993, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, 8.010, de 29 de março de 1990, 8.032, de 12 de abril de 1990, e 12.772, de 28 de dezembro de 2012", tendo como relator na CAE o senador Cristovam Buarque, que oferece relatório favorável ao projeto e contrário às emendas apresentadas; e tendo como relator na CCT o senador Jorge Viana, que oferece relatório favorável ao projeto com três emendas que apresenta. Após a leitura dos relatórios, usam da palavra os senadores Ivo Cassol, Telmário Mota, Walter Pinheiro, Raimundo Lira e Omar Aziz. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão de Assuntos Econômicos aprova o relatório, que passa a constituir seu parecer, favorável ao projeto e contrário às emendas nºs 1 a 12. Em seguida, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática aprova o relatório, que passa a constituir seu parecer, favorável ao projeto com as Emendas nºs 13 a 15-CCT. É aprovado, ainda, por ambas as comissões, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria, colocado em apreciação como item extrapauta. **Item 2** - Minuta de requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos, de autoria do senador Jorge Viana e outros, que requer "nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 77 de 2015, que dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015; e altera as Leis nºs 10.973, de 2 de dezembro de 2004, 6.815, de 19 de agosto de 1980, 8.666, de 21 de junho de 1993, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, 8.010, de 29 de março de 1990, 8.032, de 12 de abril de 1990, e 12.772, de 28 de dezembro de 2012". Aprovada a apresentação, pela CAE e pela CCT, para o Plenário do Senado. Antes de encerrar os trabalhos, o presidente propõe a dispensa da leitura da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, secretária da Comissão de Assuntos Econômicos, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, senador Delcídio do Amaral, e pelo presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, senador Cristovam Buarque, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico.

Senador DELCÍDIO DO AMARAL
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Senador CRISTOVAM BUARQUE
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Declaro aberta a 22ª Reunião conjunta das comissões permanentes, sendo a 46ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e a 49ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, Comunicação e Informática.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 44ª Reunião da CAE e da 48ª Reunião da CCT.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação de item único.

Pauta.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 77, de 2015
- Não terminativo -

Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015; e altera as Leis nºs 10.973, de 2 de dezembro de 2004, 6.815, de 19 de agosto de 1980, 8.666, de 21 de junho de 1993, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, 8.010, de 29 de março de 1990, 8.032, de 12 de abril de 1990, e 12.772, de 28 de dezembro de 2012.

Autoria: Deputado Bruno Araújo e outros
Relatório: Favorável ao projeto e contrário às emendas apresentadas (CAE).
Observações:
1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto;
2. Em 28/10/2015, as Comissões de Assuntos Econômicos e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática aprovaram requerimento para que, nos termos do art. 113 do RISF, o estudo da matéria seja realizado em reunião conjunta das duas comissões;
3. Em 11/11/2015, foram apresentadas as emendas nºs 1 a 12, de autoria do senador Walter Pinheiro;
4. Em 18/11/2015, foi realizada audiência pública conjunta da CAE e da CCT para instrução da matéria;
5. O projeto é relatado, na CAE, pelo senador Cristovam Buarque e, na CCT, pelo senador Jorge Viana.

Com a palavra, o nosso querido Relator na CAE, Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia também. Estamos fazendo uma reunião deliberativa conjunta. Portanto, passo a palavra ao Presidente, Senador Cristovam Buarque, para a leitura do seu relatório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se de um dos projetos mais importantes, pelo menos desse tempo que tenho passado aqui, um documento que tenta trazer o que é necessário para estimular as pesquisas, a inovação e o conhecimento no Brasil, que é a base de qualquer projeto de nação, tanto na sua economia quanto na sua sociedade.

Diante de tantas funções que temos no dia de hoje, e, aqui, visa analisar na ótica da CAE e também da CCT, vou fazer uma leitura, Senador Delcídio, com a sua autorização, rápida. Já que todos têm o parecer, que foi distribuído ontem ou sexta, creio. Vou fazer uma leitura rápida sem seguir todos os detalhes.

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Com relação à parte de estímulos à ciência, tecnologia e inovação, o projeto, em seu art. 2º, altera diversos dispositivos da Lei de Inovação, bem como acrescenta outros, como, por exemplo: (I) a promoção da cooperação e interação entre os entes públicos, o setor público e o privado e entre empresas. Isso é fundamental. Uma das amarras da inovação no Brasil é a falta de cooperação entre as entidades públicas, sobretudo universidades, e privadas.

Prossigo: (II) estímulo à atividade de inovação nas instituições científicas, tecnológicas e de inovação – esse é outro ponto sério, porque elas trabalham com ciência, mas não trabalham com inovação –; (III) promoção da competitividade empresarial nos mercados nacional e internacional. Isso a gente sabe que não existe, porque, quando se quer dar mais competitividade, reduzem-se impostos, em vez de se dar mais competitividade de fato. Não se ataca a causa estrutural da nossa perda de competitividade.

Prossigo: (IV) simplificação de procedimentos para a gestão de projetos de ciência, tecnologia e inovação e a adoção de controle por resultados em sua avaliação; e, finalmente, (V) utilização do poder de compra do Estado para fomento à inovação. E isso é fundamental. O Estado tem um poder grande de compras; tem que usar esse poder para fomentar a inovação.

O projeto estende ao pesquisador em regime de dedicação exclusiva em instituição pública a possibilidade de exercer atividades remuneradas de ciência, tecnologia e inovação em empresas. Tentei isso, 30 anos atrás, como reitor. Naquela época, creio que não estávamos maduros, suficientemente, para isso.

A proposição também estabelece diretrizes e objetivos para a política de inovação a ser instituída pelos institutos de ciência e tecnologia públicos; acrescenta novas competências ao Núcleo de Inovação Tecnológica, como, por exemplo, a de definir estratégias para a transferência das inovações.

O art. 3º altera a Lei nº 6.815, de 1980, para possibilitar a concessão de visto temporário ao pesquisador, o que é muito importante. Hoje, para se trazer um pesquisador, se o Senador Hélio José quiser trazer alguém de fora para ajudar no desenvolvimento de energia solar, há um trâmite longo, como se essa pessoa viesse para cá com outras atividades, e não a de colaborar com a inovação.

O art. 4º altera a Lei nº 8.666 para definir nova hipótese de dispensa de licitação para a contratação de bens – fundamental – para o limite de até trezentos mil. Fundamental! Hoje, uma das amarras mais fortes da inovação no Brasil são as formas de licitação: para fazer uma ponte, a forma é igual à de comprar um equipamento científico. Não pode ser assim. A ponte vai durar cem anos; o equipamento de ciência e tecnologia vai durar dois anos. Hoje, o trâmite da Lei nº 8.666 termina levando esse tempo, sem falar que vai pelo preço menor. Não é pelo preço menor; é por qualidade para o seu destino.

No que se refere às contratações públicas, o art. 5º estabelece a possibilidade de utilização do Regime Diferenciado de Contratações Públicas, aquele que foi usado durante a Copa, podendo ser usado também num campeonato mundial de inovação, em que estamos perdendo não de sete a um, mas de setecentos a um. Então, queremos usar aquele instrumento.

O art. 6º permite a contratação temporária de pessoal para pesquisa em instituições públicas.

Conforme o art. 7º da proposição, fica possibilitado às entidades de apoio de pesquisa adotarem regime simplificado de contratações, o que, hoje, não podem. Tem de haver contratações temporárias. O pesquisador faz um trabalho, terminou, pode-se usar o dinheiro para outro.

O art. 8º confere tratamento aduaneiro prioritário. Hoje, para se importar um equipamento, se gasta o mesmo tempo que para importar um automóvel de luxo para satisfazer o exibicionismo de um consumidor.

Os arts. 9º e 10 desoneram e simplificam as importações de bens e equipamentos.

Em seu art. 11, o projeto possibilita que os institutos e os pesquisadores remanejem recursos de uma categoria orçamentária para outra. Isso devia ser óbvio, mas hoje não é permitido.

No art. 12, o projeto estabelece que os bens adquiridos e gerados em projetos de ciência, tecnologia e informação apoiados por financiamento e outros instrumentos de estímulo serão "incorporados, desde sua aquisição, ao patrimônio da entidade". É incrível que não poderia.

O art. 13 define que os professores das instituições federais de ensino poderão ocupar, sem prejuízo de suas funções ordinárias, o cargo de dirigente máximo de fundações de apoio. Sem isso, perdemos um cientista, porque ocupa um cargo de direção, ou perde bom gestor, porque ele é cientista; aqui se combina.

O art. 16 estabelece que não se configura vínculo empregatício a – aspas –"concessão de bolsas destinadas às atividades de ensino, pesquisa e extensão em educação e formação de recursos humanos." Não podemos contratar pessoas que darão uma grande contribuição, porque ficariam vitalícios no cargo por causa da impossibilidade de romper os contratos.

O art. 17 apresenta cláusula de vigência do novo...

Isso mostra, Senador, que esse projeto, naturalmente, recebeu o apoio de toda a comunidade, comunidade científica não só apoia como pede urgência para que aprovemos o projeto.

Por isso que analiso simplesmente lembrando que o mundo ingressou, nas últimas décadas, em uma nova fase histórica na qual a inovação é o principal fator do progresso. Mais do que a riqueza natural e o capital, hoje disponível em escala mundial, o conhecimento é que permite a dinâmica.

O sistema nacional de inovação brasileiro evoluiu consideravelmente ao longo das últimas duas décadas, mas as universidades federais ficaram prisioneiras da parte mais teórica, abstrata. Apesar de tantas inovações no campo institucional, os resultados reais são muito tímidos no que se refere a patentes, à inovação e mesmo aos gastos do setor privado com pesquisas e inovação.

Por isso, Senador, com essa lei, passa a ser dever do Estado promover e incentivar as inovações de serviços, além das inovações de produto e processo. Tal alteração é importante, tendo em vista a relevância do setor de tecnologias da informação e comunicação, fortemente baseado em serviços.

Nos doze instrumentos que analisamos, temos certeza de que vamos criar, com isso aqui, um instrumento que vai permitir o Brasil entrar numa nova fase.

Quero dizer que recebi sugestões de emendas, mas não apenas sei que deveria recusar algumas, mas, sobretudo, convenci alguns autores – especialmente aqui presto homenagem ao Senador Walter Pinheiro. Das

doze emendas apresentadas na CAE, pedi ao Senador que ele as retirasse para que pudéssemos colocá-las, porque são positivas, em projetos de lei posteriores. Com isso, poderíamos hoje, Senador Delcídio – e concluo –, aprovarmos esse projeto que espero que os Senadores entendam.

Chegando aqui o Senador Walter Pinheiro, que eu estava citando. Senador Walter, estava citando seu nome e agradecendo a compreensão de, em nome de atendermos às reivindicações de urgência da comunidade, aprovarmos esse projeto sem as belas emendas que o Senador Walter apresentou e que merecem ser transformadas em projetos de lei.

É isso, Sr. Presidente, com meu voto favorável, espero que os Senadores deem seu apoio para atender a reivindicações antigas, muito antigas, da comunidade científica, tecnológica e da inovação no Brasil.

Meu voto, portanto, é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Queria só pedir aos Senadores, que são dois Relatores, uma sessão conjunta – Senador Cristovam, aqui na CAE; e o Senador Jorge, na CCT –, vou primeiro deixar que os Relatores falem, o Senador Cristovam já se proferiu seu relatório, agora vou passar a palavra para o Relator, na CCT, o Senador Jorge Viana, para que façamos a discussão.

Quero, principalmente, registrar aqui o trabalho do Senador Walter Pinheiro, que tem sido um dos Senadores mais produtivos, mais protagonistas, não só do Senado, mas do Congresso também, e, principalmente, um homem voltado para essa área tecnológica, talvez o maior especialista que temos dentro do Senado Federal e no Congresso Nacional, um Senador de absoluta qualidade e que honra a Bahia e o Brasil.

Passo a palavra agora ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Ele só não é muito bom nesse negócio de pegar avião, Senador Delcídio, mas é um querido e bom amigo que todos temos aqui.

Eu queria cumprimentar as Senadoras, os Senadores e, de modo especial, o Presidente desta comissão e o Vice-Presidente, Senador Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, também o Senador e Presidente da Comissão de Ciência Tecnologia, Cristovam, e o nosso Vice, Hélio José.

Eu tenho a satisfação de, junto com o Senador Cristovam, estar procurando dar a minha contribuição nessa matéria, que eu acho que completa um trabalho que o Congresso está fazendo no ano de 2015. Certamente a ciência e a tecnologia não serão as mesmas no País depois deste ano. Eu estou me referindo à aprovação da Emenda nº 85, que nós fizemos ainda em fevereiro deste ano. Nós fizemos um ajuste na Constituição e agora estamos apreciando o que alguns chamam de Código da Ciência e Tecnologia. Então, o objetivo geral do projeto que estamos apreciando é regulamentar a Emenda nº 85. As alterações visam a simplificar e tornar mais dinâmico o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação no Brasil.

Colegas Senadores, quando o assunto é inovação, ciência e tecnologia, nós temos um número enorme de países na frente do Brasil. Há um desencontro, apesar de termos tido, nos últimos 15 anos, um crescimento enorme – praticamente dobramos a produção científica, que era perto de 1%, comparada com os outros países do mundo inteiro, e agora é perto de 2,5%. Nós ampliamos muito o número de doutores e mestres, e isso veio junto com a ampliação das universidades, que começou mais fortemente no governo do Presidente Lula. Mesmo assim, segundo alguns indicadores, um portal americano, por exemplo, coloca o Brasil, na inovação, atrás de 50 outros países. Nós devemos nos perguntar sempre se nós estamos de acordo com isso, onde é que estão os gargalos. E essa Emenda nº 85 que nós fizemos à Constituição abriu espaço, para que pudéssemos agora fazer essa regulamentação.

O Senador Cristovam já fez uma apresentação. Eu queria aqui dizer que o desenvolvimento de um País depende essencialmente da geração de conhecimentos e da capacidade de transformá-los em negócios. Esse é um desafio que temos. Essa matéria veio depois de um debate amplo das entidades ligadas à ciência e tecnologia no nosso País. Eu mesmo vi de representantes dessas entidades que eles criaram a sistemática de reuniões, debatendo esse tema, e depois conseguiram sensibilizar, de maneira suprapartidária, um grupo de Parlamentares ligados à ciência e tecnologia na Câmara dos Deputados. Para citar, trabalharam juntos os Deputados Izalci, Bruno Araújo e Sibá Machado, que têm uma atuação muito marcante nos temas ligados à ciência e tecnologia, e construíram essa proposta a muitas mãos. É óbvio que foram identificados, ainda, algumas lacunas, alguns problemas, mas o que a comunidade científica nos pediu, nas várias audiências, era se nós não podíamos fazer o mínimo de modificações, para que essa matéria pudesse ser aprovada ainda em 2015 não só aqui nas duas comissões, mas também no plenário do Senado. É óbvio que as modificações, numa lei complexa como essa – que lida com um tema fundamental para o presente e para o futuro do nosso País e que requer aperfeiçoamento –, poderiam ser feitas *a posteriori*.

Foi nesse sentido que o Senador Cristovam, e aí vale dizer o próprio Senador Walter também fez um gesto no sentido de retirar, a pedido nosso, as suas valiosas contribuições para que se possa fazer num outro

momento. Mas que imediatamente o Brasil possa ter esse instrumento que vai facilitar, que vai permitir que a história da ciência, tecnologia e inovação no Brasil comece uma fase nova daqui para frente.

Tive oportunidade, junto com o Senador Aloysio e outros colegas, inclusive com o Bruno Araújo, de fazer, há três anos, uma viagem ao Estado da Califórnia, nos Estados Unidos. E uma pergunta que eu fazia quando chegava aos laboratórios das universidades era: como os senhores transformaram o deserto no endereço da ciência, tecnologia e inovação no mundo?

A resposta sempre vinha: nós criamos uma universidade, um centro de conhecimento, criamos uma boa lei e estabelecemos relações entre o conhecimento gerado e a atividade econômica desenvolvida fora desse centro. E aprovamos uma lei na década de 70 que permite uma associação entre quem faz pesquisa, quem trabalha com inovação e quem investe, corre risco e cria atividade produtiva.

E o que nós tivemos quando visitamos é a constatação dessa relação. O que não acontece com o nosso País. Com a lei da inovação que fizemos, é claro que as coisas mudaram no Brasil, a lei de patentes. Nós temos hoje um número maior de patentes, a empresa que mais registra patentes é a Petrobras ainda, mas as universidades também. Mas há um descolamento, universidade de Campinas, a própria USP, a universidade de Minas, mas o que nós temos é um descolamento desse trabalho desenvolvido, que é fruto da capacidade da comunidade científica brasileira da atividade produtiva. A lei vem com esse propósito. Ela cria regras, ela estabelece como um código as possibilidades, inclusive de remuneração, de parceria entre universidades, centros de desenvolvimento de pesquisa e o setor privado.

Também facilita o processo de compra de licitação, de importação. A comunidade científica não pode ser tratada de maneira igual às que atuam em outros setores. Ela precisa, necessariamente, de ter um tratamento como é o seu papel estratégico no País. E a lei dá essa contribuição, estabelecendo regime diferenciado para licitações, para contratações, para importações, e cria todo um conjunto de regras que facilitam a atividade científica no País e de inovação.

Então, Sr. Presidente, estou propondo pequenas alterações, eu mesmo estou fazendo, que são fruto de conversas que tive, para que, do ponto de vista da técnica legislativa, se possa fazer alguma adequação.

O Senador Cristovam acabou de fazer a leitura mantendo, e eu estou fazendo pequeníssimas modificações que não implicam mudança de mérito. Por exemplo, nós trabalhamos com o bônus tecnológico, mas o bônus tecnológico não é tratando dentro da lei em nenhum outro espaço. E estou acrescentando aqui, no inciso XIII, que ele será tratado nos termos do regulamento. Com isso, suprimos uma lacuna que temos.

Ao mesmo tempo, apenas por uma questão de técnica legislativa, no art. 15-A, estou fazendo uma pequena alteração. Onde tem ICT de direito público, estava pública, e o termo adequado é direito público. Então não implica alterações maiores. E fazendo uma renumeração do inciso VII, em vez do VII.

Então, como o Senador Cristovam, nós não estamos propondo nenhuma emenda, nenhuma alteração que implique chegarmos ao Plenário – caso se aprove – em retorno dessa matéria para a Câmara dos Deputados. Eu acho que o ganho, o grande entendimento que nós estamos fazendo com os Deputados que se dedicaram, com as instituições que trabalham com a pesquisa, com a inovação, com a expectativa da comunidade científica brasileira, que tanto expressou para mim e para o Senador Cristovam, para os demais colegas nas audiências públicas, é que se possa ter a apreciação dessa matéria hoje aqui, já que ela é fruto de um grande entendimento, tanto na Câmara como aqui no Senado, e o relatório do Senador Cristovam é nesse sentido e o meu também. Não estamos propondo nenhuma mudança que implique alterar o mérito da matéria ou que essas alterações implicassem no retorno dessa matéria para a Câmara.

Tendo em vista ser algo fundamental para o País, a maneira como foi construída suprapartidariamente, trabalharam juntos lá PT, PSDB, PDT, Rede Sustentabilidade, PMDB, enfim, foi um trabalho suprapartidário feito na Câmara dos Deputados. Aqui também não foi diferente, nas audiências públicas que fizemos. E o meu relatório vai no sentido de manter a matéria como chegou, fazendo essas pequenas – esses pequeníssimos três ajustes, que é só uma questão de técnica legislativa, Sr. Presidente.

Então, eu gostaria de pedir aos colegas que nos ajudaram a votar a Emenda nº 85, fazendo a adequação, na Constituição, da Ciência Tecnologia e da Inovação, que nos deem o apoio necessário para que essa matéria possa ser aprovada aqui na Comissão de Assuntos Econômicos e na Comissão de Ciência e Tecnologia, e que possa ir o quanto antes para o Plenário. E que o Senado Federal possa dar esse presente para a comunidade científica, para as fundações que trabalham com ciência e tecnologia. Eu sou oriundo de uma fundação de tecnologia – sou funcionário da Fundação de Tecnologia do Estado do Acre – e não tenho nenhuma dúvida de que nós estamos aqui trazendo o nosso País para o século XXI com essa lei, com esse Código de Ciência Tecnologia e Inovação.

A partir dele o Brasil certamente vai construir uma fase nova no que diz respeito à ciência, tecnologia e inovação, vai ficar competitivo e vai, certamente, nos ajudar a promover o desenvolvimento que outros países

já alcançaram. O Brasil não é competitivo hoje, não tem uma lei adequada como a que estamos propondo hoje. E acho que ela vem com a chancela do Senador Cristovam Buarque, que é o relator.

Eu não tenho como encerrar, Senador Delcídio, sem citar o colega Walter Pinheiro que é, sem dúvida, talvez a maior autoridade que nós temos aqui – com todo o respeito aos demais colegas – nessa área. Eu acho até que o nosso País aproveita pouco o conhecimento, a capacidade que tem – estou me referindo ao Governo, aos governos – o Senador Walter Pinheiro. E, certamente, ele vai seguir nos ajudando a, complementarmente, fazer as adequações que essa legislação precisa.

Então, é esse o meu relatório. É pela manutenção do texto, conforme fez o Senador Cristovam. E que a gente possa fazer a apreciação dessa matéria hoje ainda, como pediu o Senador Cristovam, e ela possa chegar o quanto antes no Plenário do Senado e termos uma deliberação para encerrarmos este ano com a votação da matéria mais importante para a comunidade científica brasileira.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – A matéria está em discussão.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Cassol, Senador Telmário, Senador Walter Pinheiro. E, se não houver mais nenhum Senador inscrito, nós vamos submeter à votação das duas comissões.

Senador Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu quero aqui parabenizar o Senador Cristovam, também o Senador Jorge Viana, pela celeridade, como relatores, sobre essa matéria do Projeto nº 77, como é conhecido, que vem dar agilidade especialmente nessa área tão necessária para o Brasil.

Ao mesmo tempo eu queria aproveitar esta oportunidade, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores. Eu tenho defendido aqui nesta Casa, em audiência pública, a fosfoetanolamina. Ao mesmo tempo, eu vejo com tristeza... O próprio Ministério da Saúde, há poucos dias, baixou uma portaria, Senador Telmário, em que criou um grupo de trabalho, um grupo de médicos e pesquisadores para que pudessem trabalhar em cima da fosfo. O que me entristece é ver um depoimento do Dr. Carlos Gil, médico oncologista, diretor de pesquisas clínicas do Inca. Senador Cristovam, esse depoimento desse médico é absurdo. O Ministério da Ciência e Tecnologia colocou R$10 milhões para poder fazer o início das pesquisas da fosfo. Vem esse médico, que não está preocupado com a saúde das pessoas – está preocupado, no mínimo, é com dinheiro –, e falou que não colocaria nem R$100 mil para essa pesquisa. Eu queria fazer um desafio para o Dr. Carlos Gil: se ele topa tomar uma dose de quimioterapia, porque a fosfo, nosso Presidente Delcídio, é um medicamento barato. Estão aí já feitas as pesquisas em ratos, e nos seres humanos milhares de pessoas já estão utilizando e têm resultados.

Nós temos, aqui nesta Casa, a Maria Cecília, que foi minha assessora, diretora dos recursos humanos. O irmão dela foi para casa para morrer, aqui em Goiânia. No dia em que eu fiz o primeiro discurso, ela entrou na Justiça no outro dia, conseguiu o medicamento. O irmão dela está dirigindo, está com a vida normal. O tumor que tinha no pulmão era de quase 18cm, e hoje está com 7cm.

Aí vem um médico que participa desse grupo de trabalho e diz o seguinte: "não, eu não boto nem R$100 mil." Eu pedi para o Ministro que tire esse açougueiro dessa pesquisa, porque na verdade ele tem que voltar lá para o açougue. Se ele faz um tratamento desse hoje, antes de começar, ele não é profissional de oncologia. Ele devia ser neutro. Ele devia estar lá imparcialmente, para poder ver os resultados dos pesquisadores da USP, tanto do Dr. Gilberto, do Durvanei, como do Salvador, como também do Dr. Renato, que é oncologista, para saber os resultados junto com as pessoas. Não! Antes de começar a pesquisa, ele já deu o veredito, que ele não botava nem R$100 mil para poder fazer essa pesquisa.

O que nós buscamos aqui no Senado? É aprimorar, é inovar, é diminuir a burocracia. Nós não podemos ser um País que tem 1% só de índice de pesquisa, de nível nacional de inovação em pesquisa. Pelo amor de Deus! Nós temos muito mais. Nós temos pessoas sérias, competentes, mas o que é preciso, na verdade, é esta Casa dar a legalidade necessária para que se possa ter acesso, não só a essa pesquisa como às demais pesquisas.

Eu fico triste também porque, infelizmente, até a associação de farmácia entrou na Justiça, Senador Cristovam. Derrubaram a liberação, pela Justiça, desse medicamento. Esses pacientes que já vêm se tratando há 30, 60, 90 ou 120 dias hoje já estão desesperados. Estão sem o medicamento. Eu peço que, mais uma vez, o Supremo vote, e dê o direito à vida a essas pessoas, porque para quem já está em estado terminal, qualquer oportunidade que se dê é oportunidade, Senador Raimundo Lira, de poder continuar sobrevivendo. Infelizmente, pela burocracia, pelo interesse em dinheiro, nós estamos perdendo essa oportunidade. Eu fico triste, porque enquanto pessoas humildes e simples, ricas e pobres, estão sendo levadas pelo câncer, ainda há profissionais

na área da saúde que jogam fora tudo o que temos, pelo menos pelo conhecimento e pela oportunidade de fazer algo melhor para a humanidade.

Portanto, eu quero parabenizar tanto o Senador Jorge Viana quanto o Senador Cristovam Buarque, pela condução e pela rapidez para a aprovação desse projeto. Com isso, quem ganha não somos nós. Quem ganha é a comunidade científica, que vai dar à sociedade um prazo mais ágil, um resultado mais aprimorado, e aproveitar o nosso conhecimento. Por que quando descobrimos alguma coisa, Senador Delcídio, nós temos que sair do País para poder registrar e poder aprovar? Por que isso? Para depois comprar por milhões, quanto dinheiro a mais? O Yervoy, que cinco ampolas custam R$240. Há poucos dias, em São Paulo, o Estado de São Paulo era obrigado a comprar pela Justiça. Cada comprimido era R$4 mil, Telmário. Era R$4 mil o comprimido, que sequer curava, só dava uma sobrevida. Portanto, nós temos que aproveitar tudo que for de novo para ajudar a humanidade. Isso eu defendo e vou continuar defendendo como Senador da República.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Cassol.

Com a palavra, o Senador Telmário, depois o Senador Walter Pinheiro.

Nós encerramos a discussão para...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Eu quero começar parabenizando...

Desculpe, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Parabenizando o Senador Cristovam e o Senador Jorge.

E sem nenhuma dúvida, esse projeto vem num bom momento. Ele vem preencher uma lacuna, aqui já muito bem explicada pelo Senador Ivo Cassol.

Eu sinto o Senador Ivo Cassol abraçando essa causa como se estivesse nadando e querendo atravessar o mar sozinho, a braço. Não vejo assistência e não vejo amparo.

E foi nesse sentido que ontem eu tive a oportunidade de ter uma conversa com a Presidenta Dilma e levei alguns depoimentos, toda a documentação que o Senador Cassol me entregou, para que a Presidenta, que foi vítima de câncer, fez um tratamento e sabe o que é um tratamento como a quimioterapia, como eu tratei, como perdi duas irmãs com câncer no intestino, antes dos trinta anos.

Eu sei que sem nenhuma dúvida – ouvi os testemunhos –, essa droga pode realmente – é preciso, claro, uma análise mais profunda, é preciso ver os efeitos colaterais ainda –, mas a priori ela tem trazido um resultado extremamente satisfatório.

Então o Senador Cassol tem abraçado essa causa, e esse projeto vem com esse sentido de colocar, ampliar, tirar a burocracia, envolver a sociedade privada, as entidades privadas, porque só assim nós vamos evoluir.

E esse projeto não poderia ter passado em melhores mãos, tendo passado na mão do Senador Cristovam, do Senador Jorge Viana, que é ligado a isso, do Senador Walter. O Senador Walter não dorme antes de ler um livro ou uma matéria científica. Isso é praxe na vida dele. Por isso é que ele hoje tem um QI elevado e domina, sem nenhuma dúvida, quase como ninguém, esse segmento e endossa, avaliza esse projeto.

E esta Casa mais uma vez vai dar um passo positivo em busca de a gente aprimorar cada vez mais este momento tão importante para o nosso conhecimento científico.

Então eu acho o projeto de extrema importância, válido e oportuno. Mas quero aqui, sem nenhuma dúvida, fazer parceria e coro junto com o Senador Ivo Cassol, porque ele abraça uma causa extremamente justa, humanitária e coerente, e que a vaidade está naturalmente tentando impedir com um ou outro, que não serão tão grandes, o suficiente para atrapalhar o desejo e a ansiedade da população por um medicamento que vem numa hora oportuna.

Essa era a minha fala, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Telmário.

Agora a palavra é do Senador Walter Pinheiro, que vai para a cama com um livro. (*Risos.*)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Eu não quero dizer com quem vou para a cama, porque, na realidade, eu não preciso reafirmar algo que já faço há 38 anos. Portanto, não há necessidade.

Mas acho que a boa vontade de Telmário é porque ele tem a seguinte visão: como eu vim para o Planalto – viu, Cristovam? – como Deputado, e aqui é mais alto, quem me indicou me indicou para o lugar mais alto, meu QI está lá em cima, e foi o povo da Bahia. Portanto, Telmário, acho que essa é uma...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – É isso que vou falar. Na realidade, é o seguinte: eu quero primeiro chamar a atenção – viu, Telmário? – para duas coisas, para a importância desse tema.

Esse é um tema que nos é muito caro, Cristovam, e lamentavelmente a gente sempre tem feito um debate extremamente perverso sobre esse tema, e esse tema é o tema mais utilizado, meu caro Lira, V. Exª que é de um Estado que teima, inclusive, em produzir ciência e tecnologia, apesar das condições adversas. As nossas queridas universidades da Paraíba, localizadas em João Pessoa, uma, e a outra localizada em Campina Grande, são duas grandes universidades brasileiras. Mas essa teimosia a que eu quero me referir, Cristovam, e essa forma de como a gente trata isso, eu acredito que o projeto pode dar uma ajuda considerável, eliminando essas barreiras, meu caro Jorge. Eu não vou falar de descompromisso, mas é pelo menos um compromisso em quinta escala por parte de governos. Se a gente fizer uma comparação, Cristovam, desse projeto com o que se procedeu na Alemanha nos últimos anos, nós vamos encontrar umas diferenças assim substanciais.

E é importante que esse projeto seja absorvido pelo Governo, para tentar pelo menos seguir a trajetória do que fez a Alemanha ao longo dos anos. Nós não estamos querendo que o Brasil se transforme numa Alemanha. Saia de um terço, que temos hoje de empresas que investem em inovação, para os mais de dois terços de empresas que investem em inovação na Alemanha.

Eu tive oportunidade, Senador Jorge Viana, de participar do bom debate, inclusive o debate que levou a Presidenta Dilma a participar de um ato em Hannover, em 2012. Eu fui uma das pessoas que, junto com Sofitex, trabalhamos na organização desse ato. Uma das maiores feiras de tecnologia, que é a CeBIT, lá em Hannover. Ela virou uma Feira Brasil. Naquele momento ali, por exemplo, a Presidenta Dilma assinou um protocolo com a Angela Merkel. Com esse resultado, nós trouxemos o Brasil e coincidentemente está na Bahia um dos maiores institutos de pesquisas aplicadas do mundo. Da Europa ele é o número um. No mundo ele figura entre pelo menos os 10 mais importantes instituto do mundo, me caro Hélio. É o Instituto Fraunhofer, presente em todas as regiões da Alemanha. Em todas, Cristovam. Hoje provavelmente o Franholf deve ter unidade de ciência aplicada, pesquisa e principalmente uma vinculação com a vida, Jorge, da Alemanha, mais ou menos em 67 pontos da Alemanha.

Se colocarmos a extensão disso em relação a outros aspectos, como vínculo com universidade ou coisa do gênero, poderíamos dizer que ele tem uma presença em mais de 85 pontos da Alemanha. É possível você destacar, por exemplo, o que o Fraunhofer faz de Freiburg, o que o Fraunhofer faz em Kaiserslautern, o que ele faz em Bremen, o que ele faz em Berlim. Ou seja, em cada lugar desse, há uma especialidade sendo trabalhada. O mundo inteiro está festejando hoje os testes que estão sendo feitos na Lituânia em relação ao uso da internet pela luz. Não é o *wi-fi*. É *light-fi*. Quando o Fraunhofer abriu esse debate no mundo inteiro, todo mundo achava um exagero. Mas a tese principal do Fraunhofer para esse debate, de usar a internet pela luz, o *light-fi*, não era para botar a internet em praça pública, porque eu acho correto botar. Mas essa é uma consequência. O debate foi feito exatamente para colocar a utilização da internet inclusive como um meio para a gente usar o resultado da ciência. A ciência está aqui. Agora tem uns que pegam isso e aplicam e batizam de tecnologia. É isso que os alemães estão fazendo. É isso que na realidade nós estamos produzindo no mundo inteiro. Nós precisamos. Na realidade, essa é boa cópia, Cristovam, que nós precisamos fazer.

Agora, além do projeto é necessário que haja principalmente comprometimento. Depois daquele protocolo de 2012, o Fraunhofer se instalou na Bahia, no Parque Tecnológico. Agora, no mês passado inclusive, o Governador da Bahia esteve numa agenda, e eu tive oportunidade de participar da elaboração dessa agenda. Não pude ir por causa da sessão do Congresso Nacional que apreciava vetos. Então, terminei não podendo sair daqui. Um dos debates foi exatamente como a gente intensifica, por exemplo, essa nossa relação com o Fraunhofer na área de saúde. Portanto, pegar não só o aspecto da telemedicina, mas isso que o nosso companheiro Ivo Cassol falou aí que nós traduzimos no Projeto de Lei 200. Até nós temos apanhado mais do que mala velha para largar o mofo, porque todo mundo está dizendo que nós fizemos um projeto não sei o que mexe com questões éticas. Estou dizendo a todo mundo: tragas as sugestões. Nós fizemos o caminho, eu, a Senadora Ana Amélia, o Senador Moka, para a gente abrir o debate, exatamente para permitir que as coisas andem mais rápido. Mas nós não estamos querendo tirar os processos anteriores de análise. E o que esse projeto traz, na minha opinião, em cinco pontos? Em cinco pontos. Vou concluir, Senador Delcídio.

O projeto traz, em cinco pontos, na minha opinião, as coisas importantes. Agora, todas elas são diretrizes. Se o Governo não adotar essa posição, se o Ministério da Ciência e Tecnologia, que por sinal, Cristovam, está falando em acabar com a Sepin, área importante. Alguém pode achar que não. É sim. É através de exatamente do uso da internet, meu caro Telmário, que eu vou ter condição de fazer chegar o resultado da ciência lá na sua querida Roraima. Se não tiver isso, não tem como chegar o resultado lá. Nós não vamos deslocar imediatamente pesquisadores e centros de pesquisas para Roraima, mas eu posso deslocar pela internet o resultado disso.

Portanto, esse é o aspecto do debate que temos que fazer. O primeiro ponto é exatamente a questão da cooperação, Jorge, e interação entre os entes públicos, o setor público e o setor privado.

Como você põe as empresas nisso? Volto a dizer, Jorge, menos de um terço das empresas investe em inovação no Brasil. Inovação não é só *chip*. Inovação, Hélio, é escrever o futuro no presente. Isso que é a tradução de inovação. É a gente cravar, é a gente trabalhar, é a gente elaborar o nosso futuro no presente. Isso que é a tradução de inovação.

Esse é o primeiro aspecto importante para chamarmos essa parceria, tirar as arestas, tirar o preconceito e tirar inclusive essa barreira, que é uma barreira orçamentária. Portanto, botar recurso nisso.

O segundo, meu caro Delcídio, é exatamente o estímulo à atividade de inovação nas instituições científicas, tecnológicas e de inovação. Isso tem que ser uma prioridade. Por exemplo, nós estamos aprovando aí, Jorge, uma MP que trata de reoneração, na minha opinião, no momento errado.

Eu acho que a gente devia chamar as empresas, como nós fizemos a desoneração, e dizer assim: meu irmão, está aqui, está desonerado esse setor, mas a obrigação é a seguinte: na mesma monta que eu estou lhe desonerando, eu estou lhe obrigando a investir em inovação. Condicionar. O incentivo tinha que vir amarrado. Só se permitirá incentivo mediante a contraprestação, ou seja, o investimento em inovação. É fundamental fazer isso.

No entanto, a gente saiu distribuindo incentivo a três por quatro, sem fazer nenhuma amarração. É com inovação, meu caro Telmário, que a gente gera postos de trabalho. Todo mundo no passado, Telmário, eu venho de uma geração que chegou nos anos 80 com a introdução de tecnologia e inovação, chegamos a produzir um texto que dizia assim: automação gera desemprego e desemprego gera automação. Nós invertemos essa lógica hoje.

Agora, para essa lógica ser invertida, é preciso que governantes e empresas tenham na cabeça que inovar não é botar gente para fora. Inovar é fazer isso, é investir cada vez mais inclusive no conhecimento humano.

Não tem como a gente produzir se a gente não usar as cabeças boas que a gente tem. Portanto, não é botando para fora. O computador é decisivo no campo de batalha, Hélio, mas quem faz o *software* é que é o determinante para isso funcionar.

Portanto, esse é o elemento decisivo.

O terceiro caso, meu caro Delcídio do Amaral, que é importante, é exatamente a questão da competitividade empresarial nos mercados, tanto no interno como no de fora.

Ora, Telmário, num momento de crise como esse, com dólar em alta, o Governo devia selecionar quais as empresas nós teríamos que incentivar, meu caro Medeiros, para participar desse jogo mundial. Nós ganharíamos em duas oportunidades.

Primeiro, a gente botava as nossas empresas nesse cenário internacional, e segundo que a gente botava dólar para dentro, de lá para cá. Dólar vindo através, inclusive, da saída daquilo que a gente produz, e produz com muita sapiência. Essa é uma disputa que todo mundo, meu caro Telmário, faz no mundo, por cabeças brasileiras.

Uma das figuras mais importantes do mundo de TI é brasileiro, é o segundo homem na escala hierárquica de uma das empresas mais importantes de tecnologia do mundo.

Você vai à Qualcomm, que desenvolve tecnologia todo dia, os principais homens de desenvolvimento são brasileiros. E aqui eu declino os nomes, para todo mundo saber.

Nós vamos à Intel e, lá, está cheio de gente daqui. Na área que agora está bombando, a área de produção cultural, principalmente no que diz respeito depois da lei do cabo, que, aliás, Delcídio, eu mesmo apanhei muito, eu sou um dos autores dessa nova lei na Câmara dos Deputados e fui Relator aqui no Senado, a Sky fez uma propaganda contra a gente o tempo inteiro dizendo: querem tirar o seu direito de escolha. O que nós queríamos no projeto era aumentar a nossa capacidade de produção exatamente usando o nosso conhecimento. As grandes pessoas, Delcídio, da chamada animação mundial, os *softwares* dessa área são produzidos por brasileiros. O principal *software*, no mundo, de TV digital foi produzido em uma parceria entre diversas universidades brasileiras: o nosso Ginga! É o *middleware* mais importante que tem no mundo. Aliás, é o único vigorando no mundo hoje. Foi produzido a duras penas pela nossa turma das universidades, sem recursos! E com zero de participação de empresas.

Portanto, esse aspecto é importante: a gente dar competitividade às nossas empresas. Ora, nós queremos *players* mundiais para disputar o mercado internacional. Agora, nós vamos disputar com qual competitividade? Os caras lá inovando, como diz o outro, até o teto, e a gente aqui ainda rasteiro, no chão. Então, portanto, isso é fator decisivo de preço de produto e de qualidade de produto. Então, esse é um aspecto fundamental no projeto.

E os dois últimos pontos, para eu encerrar, meu caro Delcídio, eu acho que aí é uma questão fundamental. É a gente começa a mexer com procedimentos mais simples, simplificar o processo de gestão, principalmente dos projetos de inovação, ciência e tecnologia. Portanto, essa coisa de adoção de controles para o resultado em sua avaliação. É você ter agilidade. É isso, meu caro Ivo, que nós estamos querendo fazer também nos processos de avaliação, quando a gente trata da questão da pesquisa clínica. Queremos eliminar etapas,

não queremos romper a ética, mas nós queremos agilizar os processos, é esse o drama. Tem que haver avaliação, mas será que não dá para a gente fazer essa avaliação em um tempo mais curto? Para exatamente salvar vidas? Esse que é o drama.

E, por último, essa coisa da utilização do poder de compra do Estado com fomento à inovação. Eu fiz, meu caro Telmário, em 1999, um projeto provocativo para mexer nessa questão de poder de compra do Estado. Foi quando a gente abriu o debate, no Brasil, sobre a questão de utilização de *software* livre. *Software* livre não é *software* gratuito. *Software* livre é *software* sem o controle do chamado código-fonte. É eu lhe entregar um *software*, Jorge, e lhe entregar a receita. É você comprar um bolo e ter a oportunidade de saber qual é a receita. Se você quiser produzir um bolo igual a esse botando pimenta ou fazendo o que você quiser, problema seu! É isso que garante a segurança, a qualidade e a boa operação e interação de um *software*. É eu poder, inclusive, acompanhar as modificações.

Eu fiz isso, inclusive, baseado na experiência que partiu ali do Linux, na Finlândia. Eu tive a oportunidade de conhecer, inclusive, a universidade. Estive lá. E fiz a provocação botando poder de compra, Jorge. Na época eu fiz um projeto que eu sabia que nunca iria ser votado. Aliás, o meu projeto nunca foi votado, até hoje, está na Câmara dos Deputados. Dizia o seguinte: "a obrigatoriedade da aquisição de *software* livre pela esfera pública". Aí todo mundo dizia que era inconstitucional. Eu disse: "Vamos embora!". Depois eu tomei a seguinte decisão: peguei um vereador em cada capital no Brasil, Lira, e entreguei uma cópia do projeto e disse: "Apresente isso aí, meu irmão, para a gente provocar o debate!". Fiz isso nas Assembleias. Recife foi a primeira cidade brasileira...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Pinheiro, concluindo, porque nós temos uma agenda longa na CAE.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – ... a aprovar esse projeto.

Então, portanto, o poder de compra dessa questão é decisivo! É nessa hora que o Estado exerce o seu poder de compra para determinar, inclusive, um volume de investimentos, para priorizar o incentivo à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação. É nessa hora que, usando esses recursos, a União ajuda consideravelmente a dar competitividade às nossas empresas e, aí sim, patrocinar de uma vez por todas uma revolução na área da ciência e tecnologia.

Então, portanto, por isso, Jorge, é que eu aceitei o desafio até de abrir mão das emendas, para a gente tentar ganhar no tempo, ganhar na possibilidade de o Governo sancionar essa matéria. Mas mais ainda, de o Governo por em prática, imediatamente, esses cinco conceitos que vem com esse projeto ora apresentado.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Delcídio, só...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Walter Pinheiro.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – ... para a gente sair do discurso para a prática e dar celeridade. A nossa proposição é que esse projeto vá ao Plenário em caráter de urgência urgentíssima.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Não, mas nós precisamos primeiro votá-lo.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Não, depois da votação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Depois da votação.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Eu queria fazer essa proposição.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Já há um requerimento, inclusive Senador Telmário. Pegar a assinatura de V. Exª.

Senador Raimundo Lira e Senador Omar, eu só pediria aos Senadores que pediram inscrição, nós temos uma pauta gigantesca na Comissão de Assuntos Econômicos de temas importantes, relevantes. Nós não podemos, senão nós vamos ficar prejudicados novamente no exame dessa pauta.

Senador Raimundo Lira, e depois Senador Omar, encerrando a discussão.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Sr. Presidente, Senador Delcídio do Amaral, meus caros relatores, Senador Cristovam Buarque e Senador Jorge Viana, a Universidade Federal da Paraíba e a Universidade Federal de Campina Grande foram citadas de forma elogiosa pelo Senador Walter Pinheiro. Portanto, eu queria fazer um pequeno registro. Na década de 70, Senador Walter Pinheiro, o Reitor da Universidade Federal da Paraíba, o grande professor Lynaldo Cavalcanti, fez convênios com várias universidades estrangeiras, e o resultado é que, há uns anos, pesquisas mundiais de organizações internacionais disseram que Campina Grande tem o maior número de doutores e mestres, por habitante, do País. Foi o resultado desse trabalho iniciado na década de 70. A Universidade Federal da Paraíba foi a primeira universidade que iniciou as pesquisas para o uso comercial da energia eólica. Hoje, nós temos duas universidades que foram desmembradas dessa Universidade Federal da

Paraíba: a Universidade Federal da Paraíba e a Universidade Federal de Campina Grande. Hoje Campina Grande é um dos maiores centros tecnológicos do Brasil, exportador de mão de obra de alta qualificação.

Cito aqui o Senador Jorge Viana, com relação a sua viagem à Califórnia, em que ele ouviu que a criação de universidades e centros tecnológicos é a base para o desenvolvimento de qualquer região ou país. Nós temos aqui um exemplo, que foi a criação do ITA (Instituto Tecnológico da Aeronáutica), que gerou como filhote principal a Embraer, que é uma das maiores empresas de fabricação de aviões do mundo; e um exemplo menor, que é o centro tecnológico de Campina Grande e de João Pessoa, que fez com que hoje, Senador Jorge Viana, nas estatísticas de desemprego do Brasil, a Paraíba, pelo menos até setembro, tenha um saldo positivo, Senador Delcídio. Mais empregos criados do que desemprego é o que a Paraíba tem oferecido ao Brasil neste período de crise.

Eram essas as considerações que eu queria fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Raimundo Lira.

Por último, Senador Omar. É o último orador inscrito, e nós vamos passar para a votação, para iniciar a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente, vou procurar não ser repetitivo, mas bater em uma tecla em que venho batendo desde quando assumi o Senado.

Eu acho que a gente faz um grande avanço aprovando esta matéria aqui hoje, e depois, com o Senado, no Plenário, aprovando em regime de urgência. Eu fui designado pelo Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Cristovam Buarque, para ser Relator, para a gente avaliar o programa do Governo Federal que manda alunos para outros países, que é o Ciência sem Fronteiras, e deve estar lincado a qualquer tipo de projeto que faremos em médio e em longo prazo. Eu ouvi a explanação sempre pertinente do Senador Walter Pinheiro, há pouco. Ele realmente é uma pessoa que se aprofundou muito nessa matéria, conhece essa matéria. Citou algumas instituições nacionais. Eu, na minha região, tenho algumas instituições que são importantes para o desenvolvimento sustentável da nossa região, que precisam fazer pesquisa, inovar. A Embrapa é uma instituição onde nós temos potencial enorme para que possamos trabalhar e consolidar a agricultura familiar, a agricultura um pouco maior do que a familiar, mas falta investimento nessa área. Eu sou favorável – e repito aqui – a pegar essa oportunidade. Você tem lá o Centro de Biotecnologia da Amazônia, há mais de 13 anos. Agora é que nós o estamos formatando para que ele possa funcionar, depois de tantas lutas.

Então não adianta a gente criar lei se o Governo não der realmente a ajuda necessária.

Veja bem, Presidente Delcídio, olhe a preocupação do Governo em relação ao Ministério da Ciência e Tecnologia. O Ministério da Ciência e Tecnologia não pode ser um ministério político, em que você arranja emprego para partido político. Não pode. Enquanto a gente estiver nessa brincadeira, não adianta aprovar lei. O Ministério da Ciência e Tecnologia não pode ser local de pessoas que, para dar apoio ao Governo, você nomeia, sem saber da capacidade técnica ou não. Eu não conheço o Ministro atual. Conhecia o Aldo e sei da responsabilidade do Aldo. Também não sei se era a área do Aldo. Mas não é um ministério político, não é um ministério para troca de favores. Se nós quisermos realmente...

(Soa a campainha.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – ...levar a sério...

E não adianta, Senador Jorge Viana, não adianta, Senador Walter Pinheiro, não adianta, Senadores e Senadoras, aprovar a melhor lei do mundo, se ainda o Ministério da Ciência e Tecnologia estiver naquela repartição entre partidos políticos, que virou regra dentro do Governo Federal. Não é exceção mais, é regra. É o Ministério da Saúde para uma pessoa que não tem nada a ver com a área de saúde; é no Ministério da Educação, uma pessoa que não tem nada a ver. Não é o caso do Ministro Mercadante, mas estou colocando aqui o Ministério da Ciência e Tecnologia. Não pode, de forma nenhuma, servir de troca de votos na Câmara e no Senado.

Então acho que está na hora de o Senado, e lá na nossa Comissão, Senador Cristovam Buarque, exigir e fazer uma lei para critérios na nomeação de ministérios técnicos, ministérios comprometidos com a inovação e com a tecnologia, coisa que não está acontecendo até hoje neste País, porque se estivesse acontecendo, o CBA hoje, o Centro de Biotecnologia da Amazônia estaria pesquisando, gerando oportunidades de emprego e gerando renda para milhares e milhares de amazônidas, coisa que não faz hoje por falta de compromisso político, por falta realmente de compromisso.

E aí eu vou à prática: o Brasil não tem uma indústria de semicondutores; por quê? Porque não tem mão de obra, simplesmente não tem mão de obra. Não adianta falar em ciência e tecnologia sem qualificarmos. E mais: a ideia do programa Ciência sem Fronteiras é uma ideia boa, mas a realidade não é. O custo benefício não está chegando à grande massa do povo brasileiro, que paga essa conta. Exemplo: você manda um jovem

que está no terceiro ou quarto ano, fazendo Medicina, fazendo Engenharia, ele vai para o exterior, passa um ano lá, as matérias que ele faz lá fora não são aproveitadas no currículo, e ele teve uma experiência de viajar para outro país. Mas na prática, ele não estará colocando um produto pesquisado por ele nas prateleiras a um custo barato à população. É isso que eu queria colocar, Sr. Presidente.

A lei é importante, mas a prática é que tem que ser mais importante. Se quisermos realmente levar a sério ciência e tecnologia no Brasil, temos que passar primeiro pelas nomeações. É o quarto ou quinto Ministro da Ciência e Tecnologia que a Presidenta Dilma tem, rapaz. É o quarto ou quinto. Eu não tenho nada contra, não sei nem o nome de quem é o Ministro da Ciência e Tecnologia hoje. Eu não sei nem a que partido político pertence. Mas tenho certeza de uma coisa: não se pode brincar com essa área. Com atividade-fim não se pode brincar. Com a saúde não se brinca, com educação não se brinca, com a segurança pública não se brinca, e com este item – inovação e tecnologia – não se pode brincar.

E se o Senado realmente quiser dar uma contribuição ao povo brasileiro a médio e longo prazo, vamos aprovar uma lei que contenha critérios para a nomeação técnica, de pessoas comprometidas com a inovação, com a pesquisa e com a tecnologia no Ministério da Ciência e Tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado.

Encerrada a discussão.

Obrigado, Senador Omar.

Não havendo mais quem queira discutir, portanto, encerrada a discussão.

Em votação, no âmbito da CAE, o relatório do Senador Cristovam Buarque.

As Srªs e os Srs. Senadores da CAE que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto e contrário às emendas apresentadas.

Em votação no âmbito da CCT o relatório do Senador Jorge Viana.

As Srªs e os Srs. Senadores da CCT que concordam com o relatório permaneçam como se encontram.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 3 da CCT.

A matéria vai ao plenário do Senado Federal.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sr. Presidente, há um requerimento sobre a mesa. Se V. Exª pudesse colocá-lo em apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Em votação o requerimento de urgência, aqui assinado por vários Senadores, encabeçados aqui pelos Senadores Jorge Viana, Walter Pinheiro, Cristovam e Raimundo Lira.

EXTRAPAUTA
ITEM 2
MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , de 2015

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, requeremos urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 77 de 2015, que "dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015; e altera as Leis nºs 10.973, de 2 de dezembro de 2004, 6.815, de 19 de agosto de 1980, 8.666, de 21 de junho de 1993, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, 8.010, de 29 de março de 1990, 8.032, de 12 de abril de 1990, e 12.772, de 28 de dezembro de 2012".

Autoria: Senador Jorge Viana

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Portanto, aprovado. (*Palmas.*)

Aprovado e segue em urgência para o plenário do Senado Federal.

Quero parabenizar aqui todos os Senadores e Senadoras, especialmente o Senador Cristovam, o Senador Jorge, o Senador Walter Pinheiro, um militante da tecnologia, uma referência para nós pela sua vivência e por todo o conhecimento que tem.

Também agradeço ao Senador Walter por ter retirado as emenda que tinha apresentado, para dar celeridade a este projeto.

Portanto, dou por encerrada a sessão conjunta, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião.

Os Senadores e Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 26 minutos.)

ATA DA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2015, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e vinte e seis minutos do dia vinte e quatro de novembro do ano de dois mil e quinze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do senador Delcídio do Amaral, presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, reúne-se a comissão com a presença dos(as) senadores(as) Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Telmário Mota, Benedito de Lira, José Pimentel, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Humberto Costa, Cristovam Buarque, Jorge Viana, Ivo Cassol, Romero Jucá, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Omar Aziz, Valdir Raupp, Lúcia Vânia, Marta Suplicy, Hélio José, José Agripino, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, José Serra, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Antonio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, José Medeiros, Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Elmano Férrer. Deixam de comparecer os(as) senadores(as) Gleisi Hoffmann, Reguffe, Ciro Nogueira, Waldemir Moka, Roberto Requião, Davi Alcolumbre, Alvaro Dias e Wellington Fagundes. O presidente declara aberta a reunião, submetendo à comissão a dispensa da leitura da ata da 41ª reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, informa que a comissão recebeu o seguinte documento para seu conhecimento: Aviso nº 1310-GP/TCU, de 13 de novembro de 2015, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC-015.986/2014-4, na sessão de 28/10/2015, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam. A presidência inicia a apreciação dos itens constantes da pauta. **Item 1-** Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Resolução do Senado nº 84 de 2007, de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que "dispõe sobre o limite global para o montante da dívida consolidada da União", tendo como relator o senador José Serra, que oferece relatório favorável à Emenda nº 1-PLEN nos termos da subemenda que apresenta. Anunciada a matéria, usam da palavra os(as) senadores(as) Ricardo Ferraço, José Serra, Lindbergh Farias, Flexa Ribeiro, Telmário Mota, Vanessa Grazziotin, Humberto Costa, Walter Pinheiro, Tasso Jereissati, Cristovam Buarque, Ataídes Oliveira, Omar Aziz e Romero Jucá. Colocada em votação, é aprovada questão de ordem apresentada pelo senador Roberto Requião, considerando a inadmissibilidade da subemenda apresentada pelo relator, por quinze votos favoráveis, nove contrários e nenhuma abstenção. Diante da aprovação da questão de ordem, a matéria é retirada de pauta, para reexame. **Item 2 -** Projeto de Lei do Senado nº 280 de 2013, terminativo, de autoria do senador Ricardo Ferraço e outros, que "dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde da totalidade dos recursos oriundos do pagamento referente aos bônus de assinatura dos contratos de partilha de produção de blocos exploratórios de petróleo e gás natural na área do présal", tendo como relator "ad hoc" o senador Reguffe, que oferece relatório pela aprovação do projeto e da Emenda nº 2-CAS, acatando a Emenda nº 1- CI e as Subemendas nºs 1-CE, 2-CAS, 3-CAS e 4-CAS na forma da emenda que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 3 -** Projeto de Lei do Senado nº 105 de 2012, não terminativo, de autoria do senador Pedro Taques, que "acrescenta parágrafo único ao art. 835 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil -, prevendo a possibilidade de exoneração da fiança na hipótese de alteração no quadro social da pessoa jurídica afiançada, independentemente do término do prazo contratual", tendo como relator o senador Wilder Morais, que oferece relatório favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta. A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **Item 4 -** Projeto de Lei do Senado nº 414 de 2012, complementar, não terminativo, de autoria do senador Cidinho Santos, que "acrescenta inciso ao art. 3º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para dispor sobre o local do recolhimento do Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza em serviços relativos a cartões de crédito e débito", tendo como relator o senador José Agripino, que oferece relatório contrário ao projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto. **Item 5 -** Projeto de Lei do Senado nº 492 de 2013, não terminativo, de autoria do senador Eduardo Amorim, que "acrescenta parágrafo único ao art. 779 do Código Civil, a fim tornar obrigatória, nos seguros de automóveis, a cobertura de danos causados por desastres naturais", tendo como relator o senador Reguffe, que oferece relatório favorável ao projeto. O presidente designa a senadora Lúcia Vânia relatora "ad hoc" da matéria. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. **Item 6 -** Projeto de Lei do Senado nº 422 de 2013, não terminativo, de autoria do senador Delcídio do Amaral, que "altera o inciso I do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para incluir o aviso prévio indenizado no salário-de-contribuição", tendo como relator o senador Roberto Requião, que oferece relatório favorável ao projeto com quatro emendas que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 7 -** Aviso nº 29 de 2012, não terminativo, de autoria do Tribunal de Contas da União, que "encaminha cópia do Acórdão nº 1233/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamen-

tam, cujo objeto foi avaliar se a gestão e o uso da tecnologia da informação estão de acordo com a legislação e aderentes às boas práticas de governança de TI (TC 011.722/2010-7)", tendo como relator o senador Ricardo Ferraço, que oferece relatório pelo conhecimento da matéria e, posteriormente, pelo seu conhecimento pela diretoria-geral do Senado Federal, para fins de verificação da recomendação constante do item 9.19 do Acórdão nº 1.233/2012-TCU-Plenário. O presidente designa a senadora Lúcia Vânia relatora "ad hoc" da matéria. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, pelo conhecimento da matéria e, posteriormente, pelo seu conhecimento pela diretoria-geral do Senado Federal, para fins de verificação da recomendação constante do item 9.19 do Acórdão nº 1.233/2012-TCU-Plenário. A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. **Item 8 -** Projeto de Lei do Senado nº 375 de 2015, não terminativo, de autoria do senador Fernando Bezerra Coelho, que "institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional e dá outras providências", tendo como relator o senador Walter Pinheiro, que oferece relatório favorável ao projeto com três emendas que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto com as Emendas nºs 1 a 3-CAE. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e, em decisão terminativa, à de Desenvolvimento Regional e Turismo. **Item 9 -** Projeto de Lei do Senado nº 388 de 2011, complementar, não terminativo, de autoria do senador Rodrigo Rollemberg, que "altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para dispor sobre a base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza dos serviços prestados pelas agências de viagens", tendo como relator o senador Ronaldo Caiado, que oferece relatório favorável ao projeto com uma emenda que apresenta. O presidente designa o senador José Agripino relator "ad hoc" da matéria. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CAE. A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. **Item 10 -** Projeto de Lei do Senado nº 536 de 2015, complementar, não terminativo, de autoria do senador Ricardo Ferraço, que "altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para estabelecer o termo inicial do prazo decadencial para o lançamento nos casos de ocorrência de dolo, fraude ou simulação", tendo como relator o senador Alvaro Dias, que oferece relatório contrário ao projeto. O presidente designa o senador Raimundo Lira relator "ad hoc" da matéria. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto. **Item 11 -** Projeto de Lei da Câmara nº 38 de 2014, não terminativo, de autoria do deputado Beto Albuquerque, que "dispõe sobre o Selo Empresa Solidária com a Vida e dá outras providências", tendo como relator o senador Elmano Férrer, que oferece relatório favorável ao projeto. O presidente designa o senador Walter Pinheiro relator "ad hoc" da matéria. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais. **Item 12 -** Projeto de Resolução do Senado nº 54 de 2015, não terminativo, de autoria do senador José Serra e outros, que "altera a Resolução do Senado Federal nº 32 de 2000, para permitir a alienação ou a privatização do Produban", tendo como relator o senador Raimundo Lira, que oferece relatório favorável ao projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. Aprova, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **Item 13 -** Projeto de Lei do Senado nº 169 de 2011, não terminativo, de autoria do senador Marcelo Crivella, que "modifica a Lei nº 11.705, de 19 de junho de 2008, que "altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que `institui o Código de Trânsito Brasileiro', e a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que 'dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal', para inibir o consumo de bebida alcoólica por condutor de veículo automotor, e dá outras providências", no sentido de vedar a venda de bebidas alcoólicas nos estabelecimentos e nas condições que especifica", tendo como relator o senador Alvaro Dias, que oferece relatório favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta. O presidente designa o senador Valdir Raupp relator "ad hoc" da matéria. Após a leitura do relatório, usam da palavra os senadores Raimundo Lira e Marcelo Crivella. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto nos termos da Emenda nº 1-CAE (substitutivo). A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. **Item 14 -** Turno suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 262 de 2008, terminativo, de autoria do senador Antonio Carlos Valadares, que "altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro 2005, para autorizar o INSS e os municípios, no âmbito da sistemática do parcelamento de débitos previdenciários dos municípios, modificar a forma de corrigir monetariamente o montante das dívidas dos municípios", tendo como relator o senador Fernando Bezerra Coelho. Anunciada a matéria, encerrada a discussão e não tendo sido apresentadas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado. **Item**

15 - Projeto de Lei do Senado nº 110 de 2012, terminativo, de autoria da senadora Vanessa Grazziotin, que "altera os arts. 4º e 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, em dobro, da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física, de encargo por dependente acometido das doenças que especifica", tendo como relator o senador Elmano Férrer, que oferece relatório pela rejeição do projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 16 -** Projeto de Lei do Senado nº 202 de 2015, terminativo, de autoria do senador Otto Alencar, que "altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para prever isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) a imóvel rural localizado à margem do Rio São Francisco, dos seus afluentes e de suas nascentes em que esteja preservada ou em processo de recomposição a vegetação das áreas de preservação permanente de que trata o inciso I do art. 4º da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012", tendo como relator o senador Jorge Viana, que oferece relatório pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo que apresenta. O presidente designa o senador Walter Pinheiro relator "ad hoc" da matéria. Após a leitura do relatório, usam da palavra os senadores Omar Aziz, Flexa Ribeiro, Raimundo Lira, Ataídes Oliveira e José Serra. Colocado em votação, a comissão aprova a Emenda nº 1-CAE (substitutivo) por dezessete votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. De acordo com o art. 282 do RISF, o substitutivo será submetido a turno suplementar. Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão. É apreciado ainda o seguinte item extrapauta: **Item 17 -** Minuta de requerimento, de autoria do senador Romero Jucá, que requer, nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV do RISF, urgência para o Projeto de Resolução do Senado nº 54 de 2015, que "altera a Resolução do Senado Federal nº 32 de 2000 para permitir a alienação ou a privatização do Produban". Colocado em votação, é aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às trezes horas e trinta minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo presidente da comissão, senador Delcídio do Amaral, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador DELCÍDIO DO AMARAL
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Declaro aberta a 47ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 41º Reunião.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento do seguinte documento, para seu conhecimento: inciso I, Tribunal de Contas da União, Aviso nº 1.310-GP/TCU, de 13 de novembro de 2015, do Tribunal de Contas da União, encaminhado cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº TC015.986/2014-4, da sessão de 28/10/2015, acompanhado o relatório e do voto que o fundamentam.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Pauta.

Item 1 da pauta.

ITEM 1
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 84, de 2007
- Não terminativo -

Dispõe sobre o limite global para o montante da dívida consolidada da União.

Autoria: Comissão de Assuntos Econômicos
Relatoria: Senador José Serra
Relatório: Favorável à Emenda nº 1-PLEN nos termos da subemenda que apresenta.
Observações:
1. A matéria foi apreciada pela Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, com parecer favorável à Emenda nº 1-PLEN, nos termos da Subemenda nº 1-CEDN;
2. Em 20/10/2015, foi concedida vista coletiva;
3. Em 18/11/2015, foi realizada audiência pública para instrução da matéria.

O relatório já foi lido pelo Relator na 38ª Reunião, realizada em 20 de outubro, ocasião em que foi concedida vista coletiva.

A matéria está em discussão.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador Delcídio, eu ia propor que o Senador Serra falasse. Eu queria me inscrever logo depois dele.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Sr. Presidente, a questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Eu tenho aqui uma questão de ordem do Requião.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Que é uma questão preliminar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – E, respondendo essa questão de ordem, há também um parecer da Consultoria Jurídica do Senado Federal, que, sem dúvida nenhuma, será apreciado.

Senador Ferraço...

Fala o Senador Serra...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Por economia processual, porque este debate vai ser longo, julgo que V. Exª deveria decidir sobre a questão de ordem, que é uma questão preliminar. A questão de V. Exª a favor ou contra a questão de ordem vai ensejar um conjunto de outros encaminhamentos que antecedem o debate do mérito. Então, a solicitação que faço a V. Exª, por indelegável que seja, é que V. Exª decida sobre uma questão de ordem que está submetida à Mesa de autoria do Senador Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – O Senador Roberto Requião apresenta uma questão de ordem, falando sobre o art. 230, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, com relação ao Projeto de Resolução nº 84, dizendo que não se admitirá emenda que diga respeito a mais de um dispositivo, a não ser que se trate de modificações correlatas, de sorte que a aprovação relativamente ao dispositivo envolva necessariamente a necessidade de se alterarem outros. É importante destacar que, em função de todo esse arrazoado que já foi distribuído aos Senadores e Senadoras, e eu não vou ler o arrazoado inteiro, o Senador Requião diz o seguinte na sua conclusão, que, de forma distinta ao que sugere o proeminente Relator em seu parecer, a apresentação pela Comissão, ao se manifestar sobre as emendas de um único texto, no qual são reunidas a matéria principal e as emendas com parecer favorável, com os acréscimos e alterações que visem ao seu aperfeiçoamento, só é cabível, quando as emendas são regulares, sobejamente ancilares, em face do texto original sob escrutínio.

Uma subemenda que tenha a pretensão de ser um substitutivo à própria proposição principal não pode ser considerada adequada. Teríamos, se a isso se desse guarida, a legitimação do acessório ao acessório, subemenda oferecida à emenda em substituição à proposição original, um completo desvirtuamento do devido processo legislativo.

Por outro lado, também há uma resposta da consultoria do Senado Federal com relação ao PRS nº 84. Foi solicitada pela Mesa da Comissão de Assuntos Econômicos. Em nota afirmativa, a Consultoria do Senado Federal, a nosso pedido, esclareceu que uma subemenda não pode, de fato, inovar o conteúdo da emenda em apreciação.

No entanto, de acordo com a consultoria, embora o texto apresentado pelo Relator não se enquadre na definição de subemenda, tampouco se trate de matéria antirregimental, rapidamente aqui a Consultoria do Senado adianta que concorda parcialmente com a questão de ordem na parte em que sustenta não poder a subemenda inovar o conteúdo da Emenda nº 1 do Plenário, do então Senador Arthur Virgílio.

Isso, porque, por definição subemenda é uma emenda à própria emenda. Não pode, portanto, ampliar o alcance material desta, ainda que seja compatível com o teor do projeto original como parece ocorrer no caso.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Sr. Presidente, só para explicar rapidamente para os Srs. Senadores...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Qual é a decisão de V. Exª?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Deixe só eu explicar uma coisa que eu acho que é importante, Senador Delcídio do Amaral.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Eu não entendi a conclusão de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Lindbergh, deixe-me só concluir.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Nesse contexto, reconhece que o texto apresentado... Aí ele concorda parcialmente e depois entende que, de qualquer forma, reconhece que

o texto apresentado não constitui uma subemenda. Portanto, não significa que entendamos antirregimental o relatório apresentado pelo Senador José Serra.

Nos termos do §6º, art. 133 do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão, ao se manifestar sobre emendas, poderá reunir a matéria da proposição principal e das emendas com parecer favorável num único texto, com os acréscimos e alterações que visem ao seu aperfeiçoamento.

Depois, na conclusão – e eu já vou correr para a conclusão para que tenhamos celeridade –, analogamente, considerando o Regimento Interno do Senado Federal, não atribui ao Presidente da Comissão a competência para declarar a admissibilidade ou a inadmissibilidade de emendas e subemendas, indicando, ao contrário, que às comissões é admitido oferecer subemendas, entendemos, no texto regimental, ser tal competência prerrogativa da Comissão, no sentido de colegiado de Senadores designados para analisar matérias em determinada área temática, ou seja, cabe aos Senadores membros da Comissão de Assuntos Econômicos, utilizando a sua faculdade de voto, determinar a admissibilidade da subemenda, decidindo por submetê-la ou não ao Plenário do Senado Federal.

São duas posições: uma, do Senador Requião, muito clara; a outra, dos Consultores, que, no final, eu não vou repetir aqui, entendem que não é antirregimental o que o Senador Serra apresenta, mas, ao mesmo tempo, concluem, no final, dizendo que o reconhecimento dessa admissibilidade ou não cabe ao Plenário da Comissão de Assuntos Econômicos.

Portanto, na minha posição, até porque eu acho os argumentos do Senador Requião fortes e, no meu ponto de vista, valeria muito mais um substitutivo do que eventualmente uma subemenda, eu vou colocar em votação as duas propostas para acelerarmos a votação desse projeto de resolução.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Se todos estiverem de acordo, eu vou colocar em votação.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Explique como é que vai ser a votação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Quem concorda...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – ... com a questão de ordem...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Para encaminhamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Eu vou só repetir, Senador Serra.

Quem concorda com a questão de ordem do Senador Requião vota "sim". Quem não concorda, portanto, vota "não". Consequentemente, se o "não" vencer o "sim", nós vamos votar imediatamente o Projeto de Resolução nº 84, de autoria do Senador Serra.

Se todos estiverem de acordo, eu vou iniciar a votação. Todo mundo está de acordo?

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – V. Exª vai abrir para encaminhamento, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Eu acho que não é necessário, Senador Ferraço.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Cabe encaminhamento, claro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Então, vamos fazer o encaminhamento, um a favor do "sim" e outro a favor do "não", para que ganhemos tempo.

Senador Serra, a favor do "não".

Senador Ferraço.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador Lindbergh depois, a favor do "sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – O.k.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, cumprimento V. Exª, porque a sua decisão me parece a mais acertada. Há argumentos de ambos os lados, e V. Exª, portanto, está se valendo do próprio Regimento da Casa para que a Comissão coletivamente possa decidir se nós vamos ter a oportunidade de debater o mérito da questão ou não.

Neste momento, Srªs e Srs. Senadores, o que estamos aqui discutindo não é o mérito da questão que foi apresentada no relatório do Senador Serra. O que nós estamos debatendo, a este juízo, a este momento, é se, na prática, nós vamos nos omitir desse debate, que é um debate que frequenta o Senado há, pelo menos, 15 anos.

É importante que nós possamos trazer aqui, Sr. Presidente, aquilo que consagra o art. 52 da Constituição Federal. Portanto, o Senador Serra, quando traz esse tema para debate, não está trazendo um tema do seu livre arbítrio. Ele está traduzindo aquilo que os Constituintes definiram em 1988, quando o art. 52 da Constituição Federal consagra, no seu inciso VI, que compete privativamente ao Senado Federal "fixar, por proposta

do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios".

Além da Constituição Federal, no seu art. 52, o art. 30 da Lei de Responsabilidade Fiscal, um dos maiores e melhores patrimônios, julgo eu, do nosso País, na medida em que contribuiu na organização das contas públicas e, ao contribuir na organização das contas públicas, ajudou a fazer com que o País, até um determinado momento, pudesse resgatar a sua capacidade de investimento.

O Senado Federal, Sr. Presidente – prerrogativa que é somente dele –, já definiu, em outra oportunidade, os limites de endividamento dos Estados e Municípios. Ora, a Federação brasileira é constituída por três entes federados: a União, os Estados e os Municípios. Nós já definimos, em outro tempo, esses limites para os Estados e para os Municípios. O que nós estaríamos fazendo agora é definindo também, de maneira absolutamente flexível, de maneira absolutamente transitória, se também a União, assim como os Estados e os Municípios, deve trabalhar este valor, este princípio e este conceito que é o conceito da disciplina fiscal.

Vejam V. Exªs que a proposta do Senador Serra estabelece um limite para a União absolutamente flexível em torno de 2,2% da dívida líquida e de 4,4% da dívida bruta, com regras de transição e flexibilidade. Há que se considerar, Sr. Presidente, que, em 2013, a dívida líquida do nosso País esteve na faixa de 1,7%. Portanto, trata-se de uma meta absolutamente exequível.

Porém, esse não é o tema do debate agora. O que nós vamos decidir, neste momento, é se essa matéria prospera para que nós possamos debater as virtudes desse projeto ou se nós vamos, de plano, nos esquivar ou se vamos, de plano, nos afastar desse debate.

A decisão do Presidente Delcídio do Amaral me parece absolutamente compatível, até porque o Regimento Interno da nossa Casa, no seu §6º, art. 133, define que a Comissão, ao se manifestar sobre emendas, poderá reunir a matéria da proposição principal e das emendas com parecer favorável num único texto com os acréscimos e alterações que visem ao seu aperfeiçoamento.

Na prática, nós estamos tomando aqui uma decisão que me parece para muito além do Regimento Interno da Casa. O que nós estamos decidindo é se nós vamos, sim ou não, aprofundar o debate relacionado à necessária disciplina fiscal como forma de nós organizarmos o Estado brasileiro e fazermos o Estado brasileiro se justificar diante dos contribuintes brasileiros que pagam uma elevada carga tributária próxima de 38% do Produto Interno Bruto, ou se nós vamos continuar sem qualquer controle, sem qualquer limite, sem qualquer meta, o que me parece absolutamente contraditório, porque o Senado Federal já o fez para os Estados e para os Municípios. Ao não aprofundarmos esse debate, qual é o sinal que nós estaremos dando aos Estados e Municípios? Podem cumprir, por absoluto, as metas que nós mesmos estabelecemos aqui a partir da Resolução nº 40, porque é como aquela velha frase, Sr. Presidente: façam o que eu mando, mas não façam o que eu faço. Portanto, o Senado, a meu juízo, deve, sim, aprofundar esse debate, porque esse debate pode contribuir na organização das contas públicas do Governo Federal, da mesma forma que contribuiu na organização das contas públicas dos Estados e Municípios, a partir da Resolução nº 40, que estabeleceu esses limites. Basta que nós possamos observar quaisquer mapas, inclusive este que eu disponho aqui, que mostram que, a partir da Resolução nº 40, em que nós estabelecemos esses limites para os Estados e os Municípios, esses mesmos Estados e Municípios reorganizaram as suas contas e ampliaram a sua capacidade de investimento.

A meu juízo, parece-me absolutamente inadiável que nós possamos aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, ir adiante e, naturalmente, nos dar a oportunidade de uma contribuição cidadã à organização das contas públicas em nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Obrigado, Senador Ferraço.

E, dentro do que foi combinado, um a favor e outro contra. Então, concluindo o Senador Lindberg, em função da questão de ordem do Senador Requião, e depois vamos passar para a votação.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Como vários Senadores chegaram depois que V. Exª prestou os esclarecimentos...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Não, mas nós estamos com maioria já.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Serra, nós vamos... É um de um lado e outro do outro

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente! O Sr. Presidente não sabe o que eu vou dizer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Eu já sei a conclusão de V. Exª.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não, não sabe. Garanto a V. Exª que V. Exª não sabe. Sei que tem muito talento, mas, pelo que me consta, não faz telepatia.

O que é importante é o seguinte: V. Exª apresentou aqui o parecer da Consultoria. Vários Senadores chegaram depois e não têm presente qual foi o parecer da Consultoria, e a Consultoria a que V. Exª recorreu disse que este projeto não é antirregimental. V. Exª diz com muita clareza e está gravado.

Eu queria apenas fazer esse esclarecimento porque a posição da Consultoria é muito importante.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Não foi isso. Não foi isso que a Consultoria fez.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, não. Mas não diz que é regimental, Presidente.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – O que a Consultoria fez foi recomendar que se fosse. Do contrário, eu peço que leia novamente. A Consultoria disse que é não é antirregimental.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Eu vou passar a palavra ao Senador Lindbergh Farias e depois eu faço um rápido resumo das duas posições.

Com a palavra, o Senador Lindberg Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Sr. Presidente, para explicar aos Srs. Senadores que esse projeto de resolução tem que ser iniciativa do Poder Executivo. Chegou aqui no governo Fernando Henrique Cardoso. O que falava o projeto de resolução enviado pelo Executivo? Ele colocava um limite sobre a dívida líquida de 3,5% em relação à receita corrente líquida.

Foi aprovado aqui o relatório do Senador Romero Jucá com esses limites, foi para o plenário. O Senador Arthur Virgílio, então, fez uma emenda diminuindo de 3,5% para 2% a relação entre a dívida líquida e a receita corrente líquida. O projeto estava parado aqui. O Senador Serra foi indicado para ser o Relator dessa emenda, que diminuía de 3,5% a relação para 2%.

Vejam bem que a iniciativa tinha que ser do Poder Executivo. O que o Senador Serra fez? Ele criou um substitutivo completamente diferente, modificou tudo. Ele entrou, Senador Cristovam Buarque, na discussão da dívida bruta.

E aqui, o Regimento, art. 231, Seção 5, das emendas, diz o seguinte: "Às comissões é admitido oferecer subemendas, as quais não poderão conter matéria estranha à das respectivas emendas."

Muitos dos Srs. Senadores dizem: os Estados e os Municípios já têm um limite. É verdade. O art. 3º da Resolução nº 40, do governo Fernando Henrique Cardoso, fala claramente o seguinte:

A dívida consolidada líquida dos Estados, Distrito Federal e Municípios, ao final do décimo quinto exercício financeiro contado a partir do ano [...] [dessa] publicação [...], não poderá exceder, respectivamente, [...] no caso dos Estados e [...] Distrito Federal, duas vezes a receita corrente líquida; [...] no caso dos Municípios: a 1,2 vezes a receita corrente líquida [...].

Então, veja bem: a Resolução nº 40, do governo Fernando Henrique Cardoso, que fala dos Estados e Municípios, fala de dívida líquida. O projeto enviado tratava de dívida líquida. A emenda do Senador Arthur Virgílio é sobre a diminuição da dívida líquida, e ele colocou um tema completamente diferente. Está claro que isso é antirregimental.

Eu queria só explicar aos senhores um pequeno detalhe: há muita confusão sobre dívida bruta e dívida líquida. A dívida líquida é a dívida bruta menos os ativos. Quais são os dois maiores ativos que nós temos? Primeiro, reservas cambiais, e o segundo, créditos com o BNDES. De reservas cambiais, nós temos 370 bi, o que significa dizer um trilhão e quatrocentos bilhões.

Entrar na discussão da dívida bruta, como está querendo fazer o Senador José Serra, Senador Cristovam, significa sabe o quê? Que nós temos que vender reservas cambiais. A dívida bruta cresceu porque fizemos a construção dessas reservas, o que se mostrou acertadíssimo, Senadora Marta.

O Banco Central está contra esse projeto, o Tesouro está contra esse projeto, o Planejamento está contra esse projeto. Porque, na verdade, além de um plano de austeridade de longo prazo, nós estamos inibindo o papel do Banco Central de fazer política monetária e política cambial.

Para concluir, porque eu quero reservar o tempo para a discussão do mérito, Sr. Presidente, isso aqui que o Senador Serra fez é contra o Regimento. Nós temos que derrotar. E aí o Senador Serra tem a oportunidade de apresentar depois um outro relatório em cima do item específico da dívida líquida. Por que era isso que ele tinha que ter feito. Ele aproveitou...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – ... e volto a dizer a gravidade: projeto de resolução não pode ter veto da Presidente; não vai para a Câmara dos Deputados. Então, vejam bem: é uma iniciativa do Executivo. Ele pegou a carona na iniciativa do Executivo e fez um projeto completamente diferente.

Por isso eu faço um apelo aqui para que a gente vote essa questão de ordem do Senador Roberto Requião.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, o Senador Lindbergh se esquece de dizer que a Fazenda é a favor do projeto.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Pela ordem, Senador José Serra.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Não com esse limite se o Governo tem posição contrária.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – O Ministro Levy disse aqui...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, a Fazenda não, o Ministro. O Governo não aprovou não!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Depois da questão de ordem do Senador José Serra, eu vou, mais uma vez, resumir aqui as duas posições e nós vamos votar.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Vamos sim.

Sr. Presidente, pela ordem. V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – É que o Senador Lindbergh, e é legítimo que o faça, fez argumentações não apenas sobre a questão de ordem, mas também a respeito do conteúdo do projeto.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – O Senador Ferraço também.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – O Senador Ferraço também, fez direto.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu me vejo na obrigação, Sr. Presidente, se V. Exª me permite, de acrescentar algo a respeito do conteúdo, uma vez que ele o fez.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, se for assim, vamos abrir inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Eu vou concluir na fala do Senador Serra e vou colocar em votação.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – A Constituição, no inciso VI do art. 52, diz:

Compete privativamente ao Senado Federal:

.....

VI fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União [...].

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Sr. Presidente, era um de cada lado.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Dívida consolidada, Sr. Presidente, é dívida bruta, senão diria dívida consolidada líquida. Apenas isso. Apenas isso. O que a Constituição diz é dívida consolidada. Dívida consolidada envolve o conceito da dívida bruta. Apenas isso para ficar claro.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Continue lendo a Constituição que o senhor vai ver mais embaixo a questão da dívida...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Concluído já, os dois Senadores já falaram, o Senador Serra pediu a palavra para uma questão de ordem. Eu vou repetir aqui: existem duas posições, uma posição do Senador Requião – e todos já receberam esse posicionamento, tiveram acesso a ele, isso é um documento público. Eu queria só registrar aqui o final dos comentários do Senador Requião, dizendo o seguinte:

Uma subemenda que tem a pretensão de ser um substitutivo à própria proposição principal não pode ser considerada adequada. Teríamos, se a isso se desse guarida, a legitimação do acessório ao acessório, subemenda oferecida à emenda em substituição à proposição original. Um completo desvirtuamento do devido processo legislativo.

Portanto, resumidamente, essa é a posição do Senador Requião na sua questão de ordem.

E no parecer da Consultoria Jurídica do Senado Federal, diz o seguinte:

Em Nota Informativa, esclareceu a Consultoria do Senado Federal, a nosso pedido, que uma subemenda não pode, de fato, inovar o conteúdo da emenda em apreciação. No entanto, de acordo com a Consultoria, embora o texto apresentado pelo relator não se enquadre na definição de subemenda, tampouco se trata de matéria antirregimental.

Passemos à leitura da Nota Informativa elaborada pela Consultoria.

Eu vou ao finalmente:

Analogamente, considerando que o Regimento Interno do Senado Federal não atribui ao presidente da comissão a competência para declarar admissibilidade ou inadmissibilidade de emendas e subemendas, indicando, ao contrário, que às comissões é admitido oferecer subemendas, entendemos, no texto regimental,

ser tal competência prerrogativa da comissão, no sentido de Colegiado, Senadores designados para analisar matérias em determinada área temática.

Ou seja, cabe aos Senadores, membros da Comissão de Assuntos Econômicos, utilizando-se de sua faculdade de voto, determinar a admissibilidade da subemenda, decidindo por submetê-la depois ao Plenário do Senado Federal.

Portanto, são duas posições. Uma posição do Senador Requião, incisiva, clara, sem dúvida nenhuma, dizendo que não caberia. Ele vê a subemenda como uma jabuticaba dentro desse processo regimental. E do outro lado o parecer da Consultoria do Senado Federal entendendo que na proposta feita, em princípio o texto apresentado não se enquadraria na definição de subemenda, mas remete ao Plenário do Senado. Portanto...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Apenas isso, Sr. Presidente... Sr. Presidente, a Consultoria...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – ... eu, como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, poderia inclusive decidir pela Mesa. Mas, democraticamente, como sempre fiz, vou levar a voto dos Senadores e das Senadoras da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, V. Exª mesmo leu que a Consultoria considera que o PRS não é antirregimental. Ouvi de V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas também não é uma subemenda. Não é uma subemenda!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Mas também faz uma contrapartida com relação a esse texto.

Portanto, para orientar os Senadores e as Senadoras, aqueles que concordarem com a questão de ordem do Senador Requião votam "sim", e aqueles que não concordarem votam "não". Portanto, vou abrir a votação.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O PCdoB vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – O PDT também vota "sim". (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Está aberta a votação.

Mais uma vez, tem que digitar os sete dígitos, que é a senha da presença, para depois votar. Quem vota com o recurso do Senador Requião vota "sim". Quem não concorda vota "não".

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – O PT vota "sim", com a questão de ordem, Sr. Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, o meu não está votando! (*Pausa.*)

Presidente, tem que votar com o dedo. É melhor fazer o toque na tela, porque com o *mouse* não vota.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente, eu não sei quem fez esse programa, porque eu não registrei presença ainda na reunião e não posso votar. Quando eu voto, fica implícito...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Automaticamente deveria registrar presença.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Eu estou presente e aqui está aparecendo: "Não pode votar porque ainda não registrou presença". Pelo amor de Deus, em vez de facilitar...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – O sistema está sendo alterado. Aqui é por aproximação sucessiva, meu querido Senador Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Eu não entendo. Quer dizer, eu votando não estou presente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Mas V. Exª pode dar o voto oral mesmo.

Nós estamos em processo de votação. (*Pausa.*)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, V. Exª que usa muito esses computadores, que é uma das poucas Comissões, eu solicitaria a V. Exª que fizesse uma reclamação formal pelo seguinte, eu sou usuário de um equipamento desse que pedi ao Senado. O problema é inclusive do sistema operacional desses computadores que foram adquiridos pelo Senado. É por isso que tem impactado negativamente na utilização do sistema de votação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – É lamentável. Toda reunião nós temos um problema no sistema. É a informática criando problemas para o dia a dia dos Parlamentares.

Já estão votando.

Senador Omar...

Todos Senadores e Senadoras já votaram?

Senador Omar Aziz. Votando o Senador Omar Aziz.

Senador Pimentel, também já votou? Senador Pimentel também... Votando o Senador Pimentel.

Se todos os Senadores já votaram, vou encerrar a votação. Vou encerrar a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Encerrada a votação. (*Palmas.*)

Quinze votos SIM; nove votos NÃO.

Nenhuma abstenção.

Portanto, foi aceita a questão de ordem do Senador Roberto Requião. Sugiro o seguinte: nós vamos...

Pela ordem, Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Obrigado, Sr. Presidente, V. Exª é extremamente gentil.

Estou apresentando requerimento para que seja feito um reexame, já que é uma questão formal, pelo Plenário da Casa, desta resolução.

Então, estou apresentando requerimento. Peço que V. Exª faça a leitura ainda hoje, pois vou apresentar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu acho, Sr. Presidente. (*Fora do microfone.*)

É possível esse tipo de requerimento, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Eu gostaria até de... Dentro do bom senso que deve prevalecer e do diálogo, nós temos aqui alternativas colocadas. Aliás, este é um caso até inusitado. O que aconteceu hoje, pelas informações da assessoria da CAE, é um fato inusitado, até pela particularidade do projeto de resolução apresentado *vis-à-vis* com o projeto que tinha sido arquivado.

O que eu sugeriria, que seria uma coisa muito mais razoável, uma coisa muito mais coerente até com o que acabamos de votar. Nós retiraríamos esse projeto de resolução e aí o próprio Senador Serra ou outro Senador que nós indicaríamos, em cima do projeto original, apresentaria um substitutivo e a Comissão de Assuntos Econômicos analisaria sem nenhuma dificuldade.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Vamos colocar em votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Se todos os Senadores estiverem de acordo, acho até uma coisa muito mais razoável...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador, na verdade, com todo respeito...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – ... do que ficar numa disputa de voto.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – ... Com todo respeito ao Senador José Serra, ele sabe da admiração e do respeito, Senador Delcídio. Creio que ele foi derrotado nessa questão de ordem.

Pergunto a V. Exª se não seria o caso de indicarmos para relator da emenda específica feita pelo Senador Arthur Virgílio, que reduz a dívida líquida em relação à receita corrente de 3,5 para 2, um outro relator da parte vencedora para discutir em cima da dívida líquida e fazermos aqui o debate sob esses termos.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Com todo respeito e amizade que tenho pelo Senador Lindbergh, creio que ele foi contaminado pela ideia das pedaladas. Essa seria uma pedalada, Sr. Presidente. Nós temos o direito de pedir ao Plenário do Senado o reexame da questão, até para apresentar na linha do que V. Exª sugere.

Agora, querer inclusive inibir, dar uma pedalada no sentido de impedir até que eu reapresente um novo relatório, parece-me incrível, Sr. Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Pela ordem.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Realmente, isso que é ganhar no tapetão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senadora Vanessa primeiro, depois Senador Telmário e depois Senador Cristovam.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, primeiro eu quero concordar com o encaminhamento de V. Exª e dizer que não há nada inusitado. Nada, absolutamente nada!

Nenhum demérito ao nobre Senador José Serra, que foi o Relator dessa matéria. Entretanto, a praxe da Casa, inclusive regimental, é quando um relatório é rejeitado, quando é rejeitado um relatório, nomeia-se um Relator do vencedor.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Ele não foi rejeitado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Veja... Se eu puder concluir... É possível que eu conclua, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Claro.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É possível.

O que nós analisamos aqui foi uma questão de ordem que dialoga diretamente com o conteúdo do relatório. A questão de ordem questiona se haveria a possibilidade e a capacidade regimental de o Relator extrapolar o conteúdo da emenda. Então, nós analisamos o mérito, sim. Nós analisamos o mérito porque o entendimento de todos nós é que neste caso específico não caberia um substitutivo, mesmo que ele tenha o apelido subemenda. Na realidade, era um substitutivo que, inclusive, fugia a normas constitucionais.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exª colocasse o seu encaminhamento à apreciação, e no que diz respeito à questão de ordem do Senador Tasso Jereissati, essa é uma matéria de Plenário e não uma matéria para a Comissão. Qualquer um de nós, não satisfeito com o resultado de qualquer das Comissões, tem o direito de recorrer, nesse caso ao Plenário, porque o recurso ao Plenário nós acabamos de votar.

Então, o Senador Tasso tem toda liberdade para apresentar um recurso no plenário, e o Plenário o analisará. Mas da parte desta Comissão, acho que não cabe outro caminho a não ser o encaminhamento que V. Exª dá, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Telmário, Senador Cristovam, Senador Ataídes, Senador Omar Aziz, Senador Tasso.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, como aqui foi falado em pedalada, e pedalar em academia e pedalar de bicicleta mexe com a corrente sanguínea, aumenta a saúde, dá vida, então pedalar deu vida a esta ação aqui.

Veja você, saindo da questão da saúde e indo para o projeto, eu acho que é pertinente a colocação... Sr. Presidente, é pertinente a colocação de V. Exª de escolher outro Relator, até porque, sem nenhuma dúvida, o relatório do Senador Serra, com todo respeito, extrapolou a sua ação, tanto é que a questão de ordem do Senador Requião prevaleceu. E se deveria escolher, sim, outro Relator e discutir o mérito da emenda que foi proposta originalmente no projeto.

Então, a proposta de V. Exª é pertinente e permite a continuidade do debate do projeto em si, sem essa emenda majoritária que foi proposta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Delcídio, o meu voto, nesse caso, não foi considerado, porque eu sou suplente. Então, mudaram a cor e colocaram uma corzinha cor-de-rosa no meu nome, ali.

Mas quero explicitar que votei a favor de que debatêssemos esse assunto aqui hoje, só que eu voto até constrangido, porque questão de regimento não deveria nem ter voto, deveria ter uma decisão. Era coisa de juiz analisar. Então, foi o Regimento – como disse o Senador Lindbergh – que teve um lado vencedor, quando deveria ter uma interpretação correta e não um lado vencedor.

Então, o que está agora em discussão é continuar esse debate, que é fundamental. Não pode ser hoje, porque venceu a interpretação errada. Tem que ser de outra vez. Eu não vejo porque substituir Relator, sinceramente. E nós temos que discutir rápido isso.

A ideia de que é a dívida líquida ou bruta, a maneira como estamos trabalhando, Senador Lindbergh, a diferença entre bruta e líquida está escondendo a realidade, está escamoteando.

O Governo brasileiro, ao passar dinheiro para o BNDES, consegue esconder a dramaticidade da dívida, ao dizer que ela é líquida e não bruta.

As reservas cambiais, estou totalmente de acordo, são um ativo concreto. Se a gente pudesse até colocar outros ativos também... Mas o dinheiro do BNDES não é um ativo concreto, até porque ele pode não pagar. E eu começo a duvidar da capacidade do BNDES, a médio prazo, diante de tantos empréstimos escandalosos, se ele vai poder realmente pagar isso.

É uma escamoteação a maneira como consideramos a dívida líquida sendo a dívida bruta menos os repasses do Governo para o BNDES. Os dólares que estão lá no Banco Central, esses, sim, Senador Telmário, são ativos, concretos, sólidos, robustos. O do BNDES não o é, é criação do Governo.

Fiz aqui uma audiência, a meu pedido, sobre contabilidade criativa. Nós precisamos voltar, precisamos publicar. Aliás, devo dizer que aqui não foi aceita a audiência. Fiz na Comissão de Direitos Humanos, lá que nós fizemos. Aqui não aceitaram fazer sobre a contabilidade criativa. Está provado que houve, está provado nas pedaladas. O Tribunal de Contas provou que a maneira como nós estamos considerando dívida líquida no Brasil tem a ver com contabilidade criativa, sim, e tem a ver com escamoteação. Não podemos continuar deixando

isso ir adiante. O projeto que o Senador Serra trouxe propõe 15 anos. Às vezes me pergunto se não é demais 15 anos. Até porque se em 15 anos não conseguirmos, Senador Serra, o Brasil não vai ter mais finanças públicas. Vamos ter uma crise fiscal muito séria e a velha solução da dívida: a inflação, que é a maneira de roubar todo mundo, não para o bolso de ninguém, mas tirar de todo mundo e pagar a dívida porque ela deixa de existir porque se esfarela na perda de valor da moeda.

Esse projeto a gente tem que discutir o mais rápido possível. Por isso eu votei a favor de que se pudesse debater hoje. Se não pudermos, vamos debater o mais rápido possível. Pessoalmente, não vejo por que mudar relator, ainda menos, Senador Lindbergh, o relator ser do lado vencedor. Não houve um lado vencedor, houve uma interpretação vencedora. E não é com base, Senador Telmário, nessa vitória da interpretação, que a gente vai mudar o relator do mérito. Podemos até mudar por outras razões, se quisermos, mas não por essa da votação de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Cristovam e demais Senadores – o Senador Omar vai falar também e o Senador Tasso –, eu só gostaria de adiantar minha posição. Primeiro, só ajustar, Senador Cristovam. Logo no início aqui eu já disse qual era a minha opinião, até porque entendia que a função do Senador Requião era a posição correta. Mas democraticamente achei, até em função do posicionamento da Consultoria do Senado, que era melhor levar ao Pleno. E aqui não há nem ganhador nem perdedor, nós estamos discutindo aqui uma questão de ordem, não discutimos a matéria. Discutimos uma questão de ordem somente.

Quer dizer, o encaminhamento da Mesa vai ser o seguinte: que o Senador Serra apresente um substitutivo ao projeto e a CAE vai analisar com a mesma tranquilidade como analisou esse tema, como os demais. Nós não estamos discutindo o mérito aqui.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Sr. Presidente, na verdade, não é um substitutivo. Ele vai apresentar o relatório sobre a emenda do Senador Arthur Virgílio, que se referia à dívida líquida.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Com a palavra o Senador Ataídes Oliveira, depois Senador Omar e Senador Tasso.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, só uma questão de ordem para esclarecer, porque isso não está sendo levado em conta, Sr. Presidente.

Este projeto foi aprovado pela Comissão da Agenda Brasil do Desenvolvimento Nacional, houve pedido para que viesse para a CAE. Ele foi aprovado por uma comissão e rejeitado, na questão de ordem, por outra comissão. Portanto, ele tem todo o direito de ir ao plenário, uma vez que tem a aprovação de uma das comissões e na outra não houve o exame. Nem isso estamos requerendo, Sr. Presente, para que possamos vir a fazê-lo. Eu creio que não deve haver receio de discussão do conteúdo do projeto. Entendo que havendo uma questão de ordem ela deva ser examinada e até votada, como aqui foi feito. Mas quero lembrar que outra Comissão aprovou o projeto sem ressalvas e que, portanto, isso dá instrumento, sim, para recorrer ao Plenário, até para levar para votação no plenário, uma vez que as posições... Num caso uma comissão não se manifestou sobre o conteúdo, mas sobre a questão de ordem; no outro caso a Comissão do Desenvolvimento Nacional não objetou nem a parte regimental, muito menos o conteúdo. Isso já foi aprovado, inclusive.

Nós viemos, a pedido de V. Exª, a uma reunião de Líderes, concordamos de trazer para a CAE porque era o território – digamos – natural para um debate desse tipo. Impediu-se isso ao se fazer a questão de ordem, sobre a qual a própria Consultoria do Senado manifestou que o projeto não era antirregimental.

Mas a maioria decidiu o contrário. Agora, daí a já querer nomear um relator, como se a questão de ordem já tivesse envolvido uma aprovação a respeito do conteúdo, é um passo muito arriscado, muito grande, muito desproporcional. Apenas isso, Sr. Presidente.

Então, nós vamos nos reservar, inclusive, diante da aprovação da discussão...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Eu gostaria, até para abreviar a discussão...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Em função do que nós...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Em função do que foi apresentado... Nós temos outras votações nominais importantes aqui também.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Como nós estamos com quórum, acho que seria interessante a gente votar também os demais projetos que são terminativos.

Eu vou propor aqui à Comissão de Assuntos Econômicos o seguinte: nós simplesmente discutirmos essa questão de ordem do Senador Requião. Eu retiro o projeto de resolução da pauta, para reexame do Senador Serra, e nós vamos concluir o encaminhamento desse projeto na CAE, conforme combinado.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Uma questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Se todos estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Esse vai ser o encaminhamento. Nós vamos partir para o item 2.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Muito bem, Sr. Presidente. Muito bem.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Sr. Presidente, a Presidência havia me concedido a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Ataídes, eu queria só que a gente abreviasse, porque há o item 2, que é um item importante, porque também é terminativo, além de alguns outros projetos terminativos.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Prometo ser muito rápido, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu cheguei um pouco atrasado, porque estava em outra sessão, mas essa questão de ordem com relação à subemenda do Senador Serra é lamentável. Esta douta Comissão, CAE, está responsável para discutir tal quesito, tal assunto.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Brasil hoje tem dois grandes problemas: a dívida pública bruta, interna e externa, e o desemprego. Esse projeto, essa subemenda do Senador Serra, vem exatamente para coibir esse desastre que o governo Lula e o Governo Dilma causaram ao povo brasileiro.

Hoje nós estamos com algo em torno de R$3,8 trilhões de dívida bruta, que já ultrapassou 66% do PIB. Evidentemente, nós chegaremos a 31 de dezembro deste ano com uma dívida superior a R$4 trilhões, representando algo superior a 70% do PIB.

Só de juros este ano nós já pagamos mais de R$400 bilhões. E chegaremos, no final do ano, com um pagamento de juros acima de R$520 bilhões, para uma receita líquida corrente não superior a R$1,2 trilhão.

Portanto, Sr. Presidente, para encerrar, eu vejo que, se não estabelecer limites e este governo chegar até 2018 – que eu acredito que não chegará –, o Brasil, sim, pode piorar ainda mais, porque o governo do PT quebrou um ditado popular milenar: "Depois da meia-noite não se escurece mais." Neste Governo se escurece, sim.

Com essa subemenda, o Senador Serra só queria exatamente isto: estabelecer esses limites de endividamento.

E aqui eu quero encerrar, dizendo o seguinte: o governo Fernando Henrique deixou vários legados extremamente importantes à Nação brasileira, entre eles a Lei de Responsabilidade Fiscal, que hoje foi estuprada por este governo Lula e Dilma.

Acho que se o Governo do Fernando Henrique Cardoso tivesse deixado também a LREU, ou seja, a Lei de Responsabilidade Fiscal de Endividamento da União, nós não estaríamos hoje com endividamento na casa dos R$4 trilhões.

Sr. Presidente, encerro dizendo o seguinte: se esse endividamento continuar desse jeito, este País vai cair literalmente em um precipício e não vai ter como depois nós o tirarmos de lá.

Eu lamento profundamente que essa subemenda do Senador Serra nem de ser discutida hoje, nesta Comissão Econômica do Senado Federal, ela teve a oportunidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Ataídes.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – ...é para parabenizá-lo. V. Exª fez a coisa correta e deixa nas mãos do Senador José Serra. Podemos discordar de algumas ideias do Senador José Serra, mas o Senador José Serra é um grande brasileiro.

Se no fundo existem limites para os Municípios, existem limites para os Estados, nós também temos de procurar saber quais são os limites do Governo Federal. Isso nós temos de discutir. Agora, tirar a relatoria do Senador José Serra... Quem pensa dessa forma, além de deselegante com um Senador da República, nós estamos levando para o campo ideológico, quando aqui nós estamos procurando soluções para o Brasil.

Então, eu votei "sim", porque entendi que uma coisa não se sobrepõe à outra. Mas daí a mudar o Relator da matéria, isso não é nada educado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Não tem sentido.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Não tem sentido e não é educado. Então, V. Exª tomou a posição correta em manter o Senador José Serra.

Volto a repetir: nós divergimos, em algumas questões, do Senador José Serra, do ponto de vista político, mas não deixa de ser um grande brasileiro que quer o bem do Brasil, neste momento, como todos nós queremos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Omar.

Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Presidente Delcídio, eu vi três coisas aqui hoje que me preocuparam muitíssimo.

Uma: recusar-se a discutir, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, a questão de dívida bruta *versus* endividamento. O que houve aqui foi, por uma questão formal, recusar-se a ter essa discussão. Se esta Comissão não deve, não pode ou não tem capacidade de fazer a discussão, é melhor acabar com esta discussão.

Segundo: mudar o Relator simplesmente porque não se concorda com ele. É um dos maiores absurdos e grosserias que eu vi feitas nesta Casa.

E terceira questão: o empenho que o Governo, por meio de seus Líderes, fez aqui de não discutir a questão significa que existe o claro objetivo de o Governo aumentar ainda mais o nosso endividamento, o que já tem causado a este País a maior onda de desemprego e de recessão econômica dos últimos cinquenta anos.

Então, esses três pontos eu queria deixar aqui muito bem claros e que ficaram nítidos nesta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Tasso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Flexa.

Senador Cristovam, nós precisamos dar sequência aos demais itens, porque está caindo o quórum.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Senador Delcídio, é para dizer exatamente isto. V. Exª faz parte da Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Não, não faço.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não faz parte. Então, por não fazer parte, V. Exª, como Presidente da CAE, solicitou que o Projeto nº 84, relatado pelo Senador Serra, viesse à discussão da CAE, que é a Comissão de mérito. Muito justo.

Agora, quando a Comissão de mérito se nega a discutir o projeto em si, levanta a questão de ordem de o projeto não ser discutido por uma questão ideológica. O projeto do Senador Serra é um projeto para o Brasil e é isto que todos nós estamos procurando: contribuir para que o País possa sair da crise em que se encontra. E a implementação do projeto vai levar quinze anos. É em quinze anos a proposta de implementação.

Então, não vai ter nenhuma alteração com relação a este Governo que aí está. O que eu vejo aqui é um fechamento, Senador Serra, de questão da Base do Governo, para evitar que o Governo continue fazendo as estripulias econômicas que está fazendo.

O Senador Telmário veio aqui levantar uma questão de pedalada que faz bem para a saúde. A pedalada que está sendo feita é como se uma pessoa da UTI fosse indicada a fazer pedalada. É nisso que o Brasil está e é isso que o Governo está fazendo: pedalada com o País na UTI, em relação à situação econômica.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Bom, só para concluir o item 1 da pauta. Primeiro, quero deixar claro o seguinte: esse projeto, até para esclarecer, porque ouço alguns comentários, e eu, como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, não posso me calar, até em respeito aos Senadores e às Senadoras, à equipe, às pessoas que nos acompanham.

Esse projeto do Senador Serra vem sendo discutido há um bom tempo. Aliás, foi um dos poucos projetos da Comissão de Assuntos Econômicos para o qual nós fizemos uma audiência pública específica, inclusive exercendo o contraditório, trazendo economistas, trazendo o Governo, trazendo gente de universidade, para fazer um debate amplo.

Então, dizer que uma Comissão de mérito não faz essa discussão eu não posso concordar, porque, intelectualmente, não é uma coisa correta, não é uma coisa pertinente.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – É correto sim senhor, Presidente. Desculpe-me, mas é correto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Tasso, deixe-me concluir. Eu ouvi V. Exª com...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Não, não, outros fizeram esse mesmo... Não foi só V. Exª.

Agora, Senador Tasso, deixe-me prosseguir.

Segundo ponto, nós, em nenhum momento aqui... Podem pegar a gravação, depois, as notas taquigráficas. Ninguém aqui colocou qualquer posição de não discutir essa questão sob o ponto de vista de mérito, porque a discussão começou em uma questão de ordem. É muito diferente. Ou seja, em uma questão regimental. E aquilo que foi feito é que um Senador falou a favor e outro Senador falou contra. Ponto.

E o que aconteceu? O Plenário da Comissão de Assuntos Econômicos entendeu que o recurso do Senador Requião tinha pertinência majoritariamente, dentro, inclusive, de orientações da própria Consultoria do Senado. Quer dizer, não foi feito absolutamente nada para atravessar as coisas. E eu, como não foi sequer discutido, porque se fosse votado o relatório do Senador Serra, com certeza, o que o Regimento manda, é indicar...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – O Relator do vencido. Não teve votação do mérito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – O Relator do vencido, e não houve votação do mérito. Tanto é que eu, simplesmente, dentro do que o Regimento determina, retirei, sugeri ao Plenário retirar para o Senador Serra reexaminar e a gente debater aqui, no mérito, e votar.

Então, não tem nada, nada, nada, nada contrário ao bom senso, à lógica e à forma como eu sempre presidi a Comissão de Assuntos Econômicos.

O item 2 da pauta, o Senador Ferraço solicita a sua retirada, a não votação. Então, nós vamos jogar para as próximas reuniões.

É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280, de 2013
Terminativo -

Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde da totalidade dos recursos oriundos do pagamento referente aos bônus de assinatura dos contratos de partilha de produção de blocos exploratórios de petróleo e gás natural na área do pré-sal.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço e outros
Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann
Relatório: Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 2-CAS, acatando a Emenda nº 1-CI e as Subemendas nºs 1-CE, 2-CAS, 3-CAS e 4-CAS na forma da emenda que apresenta.
Observações:
1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com parecer favorável ao projeto e à Emenda nº 1-CI;
2. A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com parecer favorável ao projeto e à Emenda nº 1-CI, nos termos da Subemenda nº 1-CE;
3. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto; à Emenda nº 1-CI nos termos das Subemendas nºs 1-CE, e 2 a 4-CAS; e à Emenda nº 2-CAS;
4. Em 20/10/2015, a senadora Gleisi Hoffmann apresentou voto em separado, pelo arquivamento do projeto;
5. Em 20/10/2015, foi concedida vista coletiva.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Eu tenho aqui dois projetos terminativos...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador, pela ordem, sobre esse projeto. Só para dar... Como coautor, eu quero dar apoio à decisão do Senador Ferraço, até porque aqui não está nenhum dos três relatores que esse projeto tem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Cristovam, como as coisas são, não é? Na reunião passada, houve, aqui, um debate intenso em que eu pedi para que não votasse por causa da Senadora Gleisi, e eu fui questionado. Como a vida ensina a gente. Hoje aconteceu o mesmo do que aconteceu na vez passada, agora com o Senador Ferraço.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – É. Com a diferença que ele é o autor e são três Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Claro. E V. Exª é Relator. E o Senador Reguffe também.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Se tivesse um Relator aqui, eu já seria favorável.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Claro. Portanto, para todos os Senadores e Senadoras verem que eu simplesmente estou seguindo a regra, não estou fazendo nada nem para um lado e nem para o outro.

Temos quórum ainda.

Temos algumas matérias terminativas e vamos fazer isso muito rapidamente, se for possível.

Faremos simplesmente a leitura do item 14, em turno suplementar, substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 262.

ITEM 14
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 262, de 2008
- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro 2005, para autorizar o INSS e os Municípios, no âmbito da sistemática do parcelamento de débitos previdenciários dos Municípios, modificar a forma de corrigir monetariamente o montante das dívidas dos Municípios.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares
Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho
Relatório: Não aplicável.
Observações:
1. Em 10/11/2015, foi aprovado substitutivo integral ao projeto. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria é submetida a turno suplementar;
2. Não sendo oferecidas emendas até o encerramento da discussão, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do RISF.

O relatório é aplicável somente se houver apresentação de emendas.

Não sendo apresentadas emendas, em turno suplementar, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas em turno suplementar, o substitutivo é definitivamente adotado, nos termos do art. 284, do Regimento Interno do Senado Federal.

Passo agora para o item 15.

ITEM 15
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 110, de 2012
- Terminativo -

Altera os arts. 4º e 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, em dobro, da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física, de encargo por dependente acometido das doenças que especifica.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatoria: Senador Elmano Férrer
Relatório: Pela rejeição do projeto.
Observações:
1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer contrário ao projeto;
2. Em 20/10/2015, foi concedida vista ao senador Lindbergh Farias.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

O relatório já foi lido pelo Relator na 38ª reunião, realizada em 20 de outubro, ocasião em que foi concedida vista ao Senador Lindbergh Farias.

Pergunto se o Relator gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador Elmano.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O Senador Elmano não está.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Sabe o que acontece, Presidente. Na verdade, eu pedi vista, porque queria conversar com a Receita. Acho esse projeto muito importante. Cheguei a falar

da situação de pessoas que têm filhos autistas, que enfrentam um enorme dispêndio escolar, porque você tem que contratar profissionais adicionais especializados para estar na sala de aula.

Eu pedi, já comecei e vi no meu gabinete um processo de discussão com o Governo, com a Receita sobre o impacto disso.

Então, a minha proposta, Senador Delcídio... Colocaram na pauta sem nos consultar. Estamos tentando trabalhar com o Governo, com a Receita para viabilizar um projeto neste sentido.

A proposta que faria é de que retirássemos de pauta, para que eu continuasse esse trabalho e voltássemos, no próximo ano, a discutir esse tema.

Volto a dizer, já há um início de negociação com o Governo Federal. Por isso, queria fazer esse apelo novamente à Senadora Vanessa, ao Senador Elmano e aos Senadores desta Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Só gostaria de agregar, se V. Exª me permite, a essa breve intervenção do Senador Lindbergh, o fato de que o Senador Elmano, que não está presente agora, concordou perfeitamente com esse encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Nós vamos manter o projeto em pauta, Senadora Vanessa, até haver entendimento.

ITEM 16
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, de 2015
- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para prever isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) a imóvel rural localizado à margem do Rio São Francisco, dos seus afluentes e de suas nascentes em que esteja preservada ou em processo de recomposição a vegetação das áreas de preservação permanente de que trata o inciso I do art. 4º da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

Autoria: Senador Otto Alencar
Relatoria: Senador Jorge Viana
Relatório: Pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo que apresenta.
Observações:
1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com parecer favorável ao projeto.

Relator *ad hoc,* Senador Walter Pinheiro.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra o Relator.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, quero só realçar a importância desse projeto. O Senador Jorge Viana não está aqui e nem o Senador Otto, que está no interior hoje. Na realidade, esse projeto nasceu exatamente de um acompanhamento eu diria até *in loco* dos ribeirinhos do Rio São Francisco, de maneira que pudéssemos, de uma vez por todas, dar incentivo para uma das questões mais importantes e estratégicas para o São Francisco, meu caro Cristovam, que é a necessidade de recuperação de mata ciliar, é você tentar trabalhar isso.

A ideia do Senador Jorge Viana foi trazer a sua experiência no Código Ambiental e aportá-la nesse projeto. Por isso ele fez a sugestão com a modificação.

Eu diria, inclusive, de forma muito clara, que o Senador Jorge Viana fez os ajustes necessários, envolvendo as áreas de preservação, as APPs, como também as chamadas áreas adicionais de vegetação preservada, no processo de recomposição contínua.

Portanto, é uma matéria de suma importância, é um incentivo, meu caro Tasso. Isso vai contribuir muito mais para o São Francisco do que para as contas do primário. Portanto, querer pegar essa titica de galinha e achar que vai resolver o problema do primário, na realidade, mataria não somente o primário, mas também a nascente do São Francisco, que passa por gravíssimo problema. É uma forma de ajudar de uma vez por todas nessa árdua tarefa de recuperação do Rio São Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – A matéria está em discussão.

Senador Otto. Perdão, Senador Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – É a mesma coisa, Sr. Presidente, até porque somos do mesmo Partido, conheço a luta do Senador Otto em relação à sobrevivência do Rio São Francisco. Qualquer esforço que possa ser feito neste momento para que a gente mantenha o São Francisco vivo, é importante.

Tenho certeza absoluta de que se o Senador Otto estivesse aqui neste momento, estaria falando com muito mais conhecimento sobre os problemas que o São Francisco atravessa hoje. Ele é um defensor e tem como grande aliado o Senador Walter, que é o Relator desta matéria. Tenho certeza absoluta de que a Senadora Lídice da Mata também há de concordar com isso. Não falo só em meu nome, mas, como líder do PSD, falo em meu nome e em nome do Senador Otto.

Eu voto favorável a esta matéria por entender que o São Francisco não pode esperar mais para que a gente faça esforços para que ele sobreviva. Isso quem está dizendo é um Senador que tenta se inteirar de um assunto que não é da minha Região, mas que é de uma importância ambiental muito grande para o País, principalmente para o Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – A matéria está em discussão.

Senador Flexa e Senador Raimundo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente, parabenizo o Senador Otto Alencar. Ele, como nordestino, vindo da região do Rio São Francisco, é um lutador permanente pela revitalização do rio. Inclusive, ele defende a revitalização antes da transposição, para que possa haver água para ser transposta.

O Senador Otto Alencar conhece tão bem o Rio São Francisco que a próxima novela da Globo vai ser sobre o Velho Chico. Ele foi chamado para assessorar sobre o Velho Chico o autor da novela, que está escrevendo a novela, de tão conhecedor que ele é.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Flexa, mais um conhecimento, V. Exª acompanha as novelas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – A imprensa nacional já divulgou. Ele próprio, na Comissão de Meio Ambiente, já me disse isso.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – O Flexa agora vai fazer o 11º Mandamento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – O projeto é tão bom, Sr. Presidente, que quero parabenizar o Senador Walter, a Senadora Lídice, todos os Senadores do Nordeste. Já pedi licença ao Senador Otto Alencar para que eu faça o mesmo com a Amazônia. Aquelas áreas que sejam recuperadas, que sejam de recomposição das áreas de preservação, também fiquem isentas do ITR.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Flexa.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Ataídes, eu pediria somente para abreviarmos, porque o quórum está indo embora, e esta é uma matéria muito importante.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Rapidamente, Sr. Presidente. Eu tenho acompanhado o Senador Otto...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Eu já vou abrir... Se todos estiverem de acordo, eu já vou abrir o painel para votar.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Então, os Senadores que querem votar já podem votar. Quem vota com o Relator, Senador Walter Pinheiro, vota "sim" ao substitutivo. Vota "sim" quem vota com o Relator. Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pois bem, Presidente. Eu tenho acompanhado, como Vice-Presidente desta douta Comissão de Meio Ambiente, a atuação do Senador Presidente Otto Alencar.

Ele tem dito que, quando criança, percorria o leito do Rio São Francisco. Então, ele é um conhecedor profundo do Rio São Francisco, que hoje está se agonizando. E eu percebo sempre na fala do Senador Otto Alencar a sua indignação. Sua indignação quando o Governo Lula e o Governo Dilma gastaram R$8 bilhões e pouco para fazer a transposição do Rio São Francisco. E, no entanto, gastou cento e poucos milhões de reais para a vitalização do Rio São Francisco.

Olha que coisa antagônica, Sr. Presidente: R$8 bilhões gastos para a transposição, que até então não ocorrera, e R$115 milhões tão somente para a sua vitalização. Então, eu quero parabenizar o Senador Otto Alencar.

E quero fazer um registro. Nesse final de semana, eu fui fazer uma visita ao Sr. José Wilson Siqueira Campos, conhecido no Tocantins por todos nós como Governador Siqueira Campos. É cearense, e ele me deu um santinho do Padre Cícero, e eu me esqueci de trazer.

Em 1928, o Padre Cícero disse que as nossas nascentes iriam acabar, que os nossos rios iam secar e que o Brasil ia chegar a um momento em que nós não teríamos água doce. Isso em 1928. E o nosso Rio Tocantins e o nosso Rio Araguaia, dois grandes rios nacionais, também estão a cada ano perdendo o seu volume de água.

Então, eu quero parabenizar mais uma vez o Senador Otto e a relatoria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Ataídes.

Senador Raimundo Lira, nosso Vice-Presidente querido.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Sr. Presidente, como já está em votação, lógico que nós vamos... Não quero atrasar esse projeto terminativo. Mas, logo após a votação desse projeto terminativo, eu peço a V. Exª uma inversão de pauta do item 12, uma simples resolução – acredito – com que todo mundo vai concordar.

E gostaria também, em relação a este projeto que está sendo votado, dizer que apresentei o PLS nº 429, de 2015, que altera a Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, e a Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, para aumentar em 3% os percentuais da compensação financeira pela exploração de recursos hídricos de aproveitamentos hidroelétricos da Bacia do Rio São Francisco e destinar o aumento à revitalização do Rio São Francisco.

Esse é um projeto que está na Comissão de Infraestrutura e o Relator é o Senador Fernando Bezerra. Portanto, nós estamos também preocupados com a revitalização porque, no futuro, se não houver essa revitalização, de nada vai adiantar o investimento feito na transposição do Rio São Francisco.

Era o que eu tinha a avisar. E V. Exª, repetindo, peça a inversão do item 12, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado. Eu vou encerrar a votação. Se todos os Senadores já votaram, Senadoras, eu vou encerrar a votação. Encerrar a votação.

Estamos computando os votos. O quórum é de 18.

17 votos "sim"; nenhum voto "não".

Portanto, aprovado.

A Comissão aprova a Emenda nº 1, da CAE, do substitutivo, ficando prejudicado o projeto, nos termos do art. 300, inciso XVI, do Regimento Interno do Senado Federal.

De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria será submetida a turno suplementar, por ter sido aprovado substitutivo integral ao projeto.

Quero parabenizar o Senador Otto Alencar, autor do projeto, e quero também parabenizar o Senador Walter Pinheiro pela relatoria.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Serra...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Peço a V. Exª que consigne o meu voto "sim", porque o computador não concordou em acolhê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Voto "sim" também do Senador José Serra. Portanto, 18 votos "sim"; nenhum voto "não".

Por solicitação do Senador Raimundo Lira, consulto os Senadores e Senadoras se estão de acordo em se fazer uma inversão de pauta rápida.

ITEM 12
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 54, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Resolução do Senado Federal nº 32, de 2000, para permitir a alienação ou a privatização do Produban.

Autoria: Senador José Serra e outros
Relatoria: Senador Raimundo Lira
Relatório: Favorável ao projeto.

Com a palavra o Relator, Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Vou ser bem rápido no relatório.

A matéria promove alteração no parágrafo único do art. 1º da Resolução nº 32, de 2000, para autorizar não apenas a extinção do Produban e criação de agência de fomento, mas também a alienação ou a privatização do Banco do Estado de Alagoas.

Voto.

Em face do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 54, de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Raimundo Lira.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto.

A matéria vai ao plenário do Senado Federal.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Peço urgência para a matéria, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Portanto, se todos os Senadores e Senadoras concordarem...

Então, o projeto será encaminhado em caráter de urgência a ser votado no plenário do Senado Federal.

Por solicitação do Senador Walter Pinheiro aqui presente, se todos estiverem de acordo também, mais um projeto não terminativo.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 375, de 2015
- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional e dá outras providências.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Favorável ao projeto com três emendas que apresenta.
Observações:
1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e, em decisão terminativa, de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Com a palavra o Relator, Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, esta matéria é de suma importância para o debate que V. Exª e a própria Senadora Lúcia Vânia, que tem sido uma guerreira, têm travado sobre o desenvolvimento regional.

Este é um debate, Senadora Lúcia Vânia, que o nosso companheiro de Comissão do Pacto Federativo, Senador Fernando Bezerra, apresentou exatamente para instituirmos uma política nacional de desenvolvimento.

Criamos fundos de desenvolvimento regional e não temos uma política. Quer dizer, é aplicar... É colocar a costela sem ter espinha dorsal. Obviamente que isso não vai dar certo.

Portanto, em boa hora o Senador Fernando Bezerra apresentou essa sugestão, fruto de um bom debate produzido pela Comissão do Pacto Federativo, que contou com a presença de uma das importantes figuras do planejamento, principalmente em relação ao desenvolvimento regional, Tânia Bacelar. E das contribuições desse debate, o Senador Fernando Bezerra apresentou essa matéria composta por 59 artigos organizados em seis títulos. Ele teve a capacidade de produzir uma matéria com conteúdo e com qualidade, tratando de forma muito intensa a questão no que diz respeito aos objetivos e princípios dessa política, e tratando de eixos, meu caro Agripino – que é importante –, da intervenção prioritária na política de desenvolvimento regional, elegendo as regiões. Portanto, isso é fundamental.

O sistema de governança do desenvolvimento regional é outra ausência, uma lacuna das mais provocativas, poderíamos dizer assim.

Estávamos há pouco falando da transposição do São Francisco. Aqui, por exemplo, no mesmo momento em que votávamos a matéria, o Senador Raimunda Lira lembrou uma coisa importante: foi feito o projeto de transposição sem o refino, sem um acompanhamento, sem a incidência necessária para revitalização do rio. Anêmico não doa sangue, como já diz o bispo Dom Luís, de Barra.

É fundamental que façamos isto, revitalizemos esta história de política regional, constituindo este fundo, permitindo, desta maneira, por exemplo – como trata de forma muito enfática o proponente no título 3º desta proposta, nos arts. 39 a 44 – tratar da questão do planejamento e do orçamento.

O que será manejado pelo Governo Federal, mas o que obedecerá, Senadora Lúcia Vânia, a celebração de pactos, de metas, de estratégias, o próprio link entre o Ministério da Integração Nacional e órgãos das entidades federadas. Portanto, é um negócio absurdo! Às vezes, o Ministério aponta uma política, um órgão do mesmo Ministério, Senador Agripino, vai em outra direção e, às vezes, até colide com essa política.

É fundamental esse chamamento feito de forma competente pelo Senador Fernando Bezerra, e o que ele arremata: essa matéria no título 5º, nos arts. 45 a 53, quando trata do caminho para o financiamento. É um debate que estamos travando no Congresso Nacional. Não adianta falar em fundo de desenvolvimento regional sem ter uma política. Ele trata desses eixos, cria, de forma muito enfática, um caminho para que o Executivo possa dar sequência, cria, de certa maneira, o sistema de informação, que é outra peça fundamental.

Não temos, Senador Agripino, em plena era da informática, um núcleo, não temos uma centralização das informações sobre o Nordeste, sobre o Centro-Oeste, sobre o Norte. Agora, por exemplo, estamos enfrentando um dos períodos mais difíceis na nossa Região.

É fundamental que uma base de informação pudesse ser processada. É óbvio que há essa informação. A informação de que enfrentaríamos um longo período de estiagem agora é algo que nossos institutos, a ANA, que acompanha isso *pari passu*, para ver exatamente como vai tratar as bacias e a integração dos rios ou das bacias. Essa informação precisa ser processada, distribuída, acessada, disponibilizada, para que quem trabalha com planejamento tenha acesso imediato. Que isso seja canal orientador e não canal para posterior ficar fazendo discurso de estatística. Estatística do depois é chorar leite derramado. Aliás, nem leite temos para retirar no Nordeste, porque o que está derramando é a própria vaca que está indo embora para o brejo. Ou melhor, nem para o brejo, está arriando na seca, meu caro Delcídio do Amaral.

Queria destacar isso. Fizemos uns ajustes combinados com o Relator, buscando dar consistência ou poderíamos chamar higidez à norma, ao mesmo tempo preservando a competência regulamentadora do Poder Executivo.

Apresentamos estas duas emendas, volto a dizer, no sentido de contribuir com este ordenamento legislativo, para que não haja por parte do Executivo justificativas para a não sequência de uma importante matéria, que já deveria compor nosso ordenamento legal e jurídico há muito tempo, porque há muito se faz o discurso do regional, mas estamos precisando ir para a prática, para a ação do regional, buscando superar as desigualdades em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Walter Pinheiro.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queria discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Pinheiro.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto, com as Emendas nº 1 a 3, da CAE.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Passo agora, também...

Peço aos Senadores que permaneçam, porque nós temos alguns projetos, ainda, que não são votações terminativas.

Portanto, passo a palavra ao Senador José Agripino para relatar o item 4, Projeto de Lei do Senado nº 414, de 2012, não terminativo.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 414, de 2012
- Não terminativo -

Acrescenta inciso ao art. 3º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para dispor sobre o local do recolhimento do Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza em serviços relativos a cartões de crédito e débito.

Autoria: Senador Cidinho Santos
Relatoria: Senador José Agripino
Relatório: Contrário ao projeto.

Passo a palavra ao Senador José Agripino.

Quero registrar que, depois, vamos ao item 13, para o qual vou indicar, como Relator *ad hoc*, o Senador Raupp, por solicitação do Senador Crivella.

Depois, também teremos o item 3 da pauta, do Senador Wilder Morais, para o qual indico, como Relatora *ad hoc*, a Senadora Lúcia Vânia.

Com a palavra o Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, V. Exª já anunciou o objetivo do projeto do Senador Cidinho Santos que é, de todo, meritório: é de se concentrar, no plano municipal, a arrecadação do ISS.

Do ponto de vista constitucional, não há óbice a apresentar. No entanto, a esta Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 99 inciso IV do Regimento Interno do Senado, compete opinar sobre proposições que tratem, dentre outras, de assuntos referentes a tributos. Logo a Comissão é competente para analisar o presente PLS que visa a promover a equidade fiscal no âmbito municipal.

Distribuí o relatório por antecipação. Ele é do conhecimento dos senhores Senadores. Vou procurar fazer um resumo das partes mais importantes do relatório e do voto, para facilitar, do ponto de vista processual, a apreciação e a votação dessa matéria.

Quanto ao mérito, o PLS apresenta o potencial de beneficiar a ampla maioria dos Municípios brasileiros, com a distribuição mais equânime da arrecadação do ISS sobre serviços relativos a cartões bancários.

Hoje, a arrecadação do ISS imponível a esses serviços está concentrada em alguns poucos Municípios, diante do pequeno número de administradoras de cartões, que transferiram seu domicílio fiscal para municipalidades cuja cobrança do ISS fosse mais favorável. São poucas, portanto, as unidades federativas que se beneficiam do uso generalizado de cartões como meio de pagamento, o que ocorre em todos os Municípios do País.

Todavia, apesar de sua natureza justa, a alteração proposta apresenta algumas objeções que precisam ser previamente superadas. O PLS, ao sugerir que o ISS "será devido no Município onde estiver sendo efetuada a operação", acaba excluindo as receitas geradas pelo uso de cartões no exterior, que têm sido crescentes diante da abertura da economia brasileira. A omissão prejudicaria todos os Municípios brasileiros, pois nenhum receberia receitas do ISS provenientes do uso do cartão no exterior.

O critério proposto também desconsidera o faturamento proveniente dos gastos com o uso de cartões pela internet, inviabilizando a repartição sobre parte expressiva da arrecadação corrente. Não há, tecnicamente, como identificar o local de origem da operação de compra com cartão na internet. Esse também é o caso de compra em portais estrangeiros, não hospedados no Brasil e que vendem produtos em moeda estrangeira, com alcance por meio do computador de qualquer residente no País.

Esbarra-se, ainda, no grande universo esperado de sujeitos ativos potenciais, de mais de cinco mil Municípios. A sujeição das empresas prestadoras de serviços a mais de cinco mil potenciais legislações municipais distintas de ISS inviabiliza, na prática, modelo arrecadador derivado da proposição sob análise. Isso requer abordagem específica, que o PLS não contempla.

Esse é um fato muito importante.

Ora, não é intuito da lei onerar as empresas administradoras de cartões para aumentarem suas estruturas administrativas para executarem o pagamento desconcentrado do ISS.

Isso imporia um custo regulatório que geraria ineficiência e reduziria a produtividade doméstica. Entendemos que é preciso afastar esse viés altista ao chamado "custo Brasil", o que, a nosso ver, só seria viável por meio da centralização da arrecadação.

A União, a exemplo de outros impostos como o ITR e o Imposto de Renda de Pessoa Física, e como ocorre também em relação às obrigações tributárias das micro e pequenas empresas optantes do Simples Nacional, cujas receitas são divididas com outros entes federativos, poderia assumir esse papel.

A operacionalização da cobrança do tributo não ficaria mais complexa, já que o recolhimento continuaria sendo feito de forma centralizada, mas agora junto à Secretaria da Receita Federal, e não mais ao município eleito domicílio fiscal.

Isso evitaria potenciais custos colaterais que seriam impostos aos agentes ativos e passivos, na forma do PLS atual, bem como o aumento da complexidade do sistema tributário doméstico, já alvo de tantas críticas. A medida não geraria confusão aos departamentos jurídicos das empresas, que não teriam de lidar com a legislação de ISS de todos os municípios do País, mas apenas uma, unificada, com abrangência nacional. Haveria também benefício para os Municípios, especialmente os menores, que prescindiriam de novas estruturas para administrar a nova arrecadação.

Para alcançar tal fim, ao final, um PLS não constitui forma legislativa adequada, especialmente por envolver matéria relativa à competência tributária dos entes municipais, que é tema de esfera constitucional. Somente uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) teria a capacidade de viabilizar o fim almejado de redistribuição dos recursos arrecadados pelo ISS sobre cartões bancários, superando as objeções e dificuldades técnicas de operacionalização derivadas da proposta.

Em virtude do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 414, o que faço lamentando pelo fato de não poder dar um parecer a uma coisa que se fosse viável aumentaria as receitas municipais. Mas, como está proposto, geraria uma confusão de tal ordem que poderia terminar prejudicando o sistema tributário com um todo.

A proposta é, portanto, de uma PEC ou da concentração da redistribuição desses recursos na Secretaria do Tesouro Nacional.

O voto é pela rejeição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Agripino.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador José Agripino.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao projeto.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Agradeço ao Senador José Agripino e passo ao item 13 da Pauta.

ITEM 13
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, de 2011
- Não terminativo -

Modifica a Lei nº 11.705, de 19 de junho de 2008, que "altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro', e a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que 'dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal', para inibir o consumo de bebida alcoólica por condutor de veículo automotor, e dá outras providências", no sentido de vedar a venda de bebidas alcoólicas nos estabelecimentos e nas condições que especifica.

Autoria: Senador Marcelo Crivella.
Relatoria: Senador Valdir Raupp.
Relatório: Favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta.
Observações:
1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto;
2. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Com a palavra o Relator, Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o projeto foi inicialmente distribuído à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Após colher parecer favorável na CAS, foi aprovado requerimento do Senador Francisco Dornelles, para que a matéria fosse também distribuída à CAE. Após receber parecer nesta Comissão, o projeto vai à CCJ para decisão terminativa.

O projeto contém dois artigos: o primeiro altera a redação do *caput* e do §3º do art. 2º da Lei nº 11.705, de 2008, e o segundo é a cláusula de vigência, que seria imediata. A redação vigente do *caput* do art. 2º veda a venda varejista ou o oferecimento de bebidas alcoólicas para consumo no local, na faixa de domínio de rodovia federal ou em terrenos contíguos à faixa de domínio com acesso direto à rodovia.

A alteração proposta substitui a expressão "para consumo no local" por "em condições de pronto consumo". Ademais, a nova redação dada ao *caput* do art. 2º e ao seu §3º veda totalmente a venda de bebidas em postos de venda de combustível ou em lojas de conveniências a eles contíguas, independentemente de sua localização. Portanto, segundo o autor, a proposta visa a eliminar impropriedade da legislação em vigor, que consiste na tolerância à venda ou à oferta de bebidas alcoólicas em condições de consumo imediato nos postos de venda de combustíveis automotivos.

Da análise.

Compete à CAE opinar sobre o aspecto econômico e financeiro das matérias que lhes são submetidas nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal. A esse respeito, muito bem fez o autor da proposta ao apresentar dados de estudos realizados pelo Ipea, que dimensionam os custos de acidentes de trânsito. Em estudo de 2003, o Ipea estimou em R$5,3 bilhões por ano os custos de acidentes em aglomerações urbanas nas rodovias. A estimativa em 2006 foi de R$22 bilhões.

Nós, recentemente, assistimos nas mídias, nas televisões, à pesquisa sobre o alto consumo de drogas – Senador Crivella, que é o autor dessa proposta –, tanto de álcool quanto de drogas, por condutores de veículos, o que é lamentável.

Um estudo produzido pela Organização Mundial de Saúde, intitulado Global Status Report on Road Safety, estimou que uma pessoa com concentração de álcool no sangue de um grama por litro tem seu risco de envolvimento em acidentes de trânsito aumentado em cinco vezes, se comparado a outra pessoa com concentração de álcool zero.

Embora não haja estatísticas nacionais dos custos dos acidentes de trânsito diretamente relacionados ao consumo de bebidas alcoólicas, o aumento do risco de acidentes advindos da ingestão de bebidas alcoólicas certamente se traduzirá em acidentes de fato, e trarão custos tanto financeiros quanto de perda de vidas.

Dados os altíssimos custos dos acidentes, como mostrado nos estudos do Ipea, e o aumento do risco de ocorrência de acidentes provocados pela ingestão de álcool, medidas no sentido de reduzir o seu consumo

são de extrema importância, tanto do ponto de vista social como econômico. Entretanto, estender a proibição de venda de bebidas alcoólicas em condições de pronto consumo aos postos de venda de combustíveis e às lojas de conveniência a eles contíguas, localizadas em áreas urbanas, fora das margens das rodovias, não se revela razoável para alcançar o fim almejado, uma vez que, em toda e qualquer área urbana há diversos outros pontos de venda de bebidas na condição do pronto consumo, como supermercados, bares e restaurantes.

Do voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2011, na forma das seguintes emendas: Emenda da CAE, Substitutivo, Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2011, modifica a Lei nº 11.705, de 19 de junho de 2008, que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e a Lei nº 9.294, de 15 de junho de 1996, que dispõe sobre restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do §4º do art. 220 da Constituição Federal, para inibir o consumo de bebida alcoólica para o condutor de veículo automotor e dá outras providências, no sentido de vedar a venda de bebidas alcoólicas nos estabelecimentos e nas condições que especifica.

O Congresso Nacional decreta: Art 1º. O art. 2º da Lei nº 11.705, de 19 de junho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art 2º. São vedados, na faixa de domínio de rodovia federal ou em terrenos contíguos à faixa de domínio com acesso direto à rodovia, a venda varejista ou o oferecimento de bebidas alcoólicas em condições de pronto consumo.

.....

§ 3º Ressalvados os postos de venda de combustíveis e as lojas de conveniência a eles contíguas, não se aplica o disposto neste artigo a estabelecimentos localizados em área urbana, conforme delimitado em lei municipal ou do Distrito Federal.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Raupp, pela relatoria. Parabenizar também o Senador Crivella, sempre muito diligente, sempre muito competente tratando de temas importantíssimos para o País.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente, eu apresentei o PLS nº 708/2015, que altera a Lei nº 9503, de 23/9/1997, do Código de Trânsito Brasileiro, para aumentar a pena do crime de homicídio culposo praticado na direção de veículo automotor previsto no §2º do art. 302 e dá outras providências. Isso aí aumenta, dobra a punição de crimes cometidos por motoristas que estão alcoolizados ou com outras drogas, e que, nós temos verificado através dos noticiários, tem tido uma incidência relativamente grande.

Portanto, é um projeto que está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e o Relator é o Senador Jader Barbalho. Assim, está totalmente sintonizado com o projeto do Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Pois não.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Apenas para agradecer o relator *ad hoc,* Senador Valdir Raupp, e dizer a V. Exª que hoje nós estamos vendendo bebida nas praias – se o senhor perguntar aos bombeiros e salva-vidas quem mais se afoga são as pessoas que estão embriagadas –, nós estamos vendendo em estádio de futebol, nós estamos vendendo em todo posto de gasolina, em todo posto de estrada, estão vendendo em engarrafamento. A gente para no engarrafamento e vêm os meninos com latinhas de cerveja para vender bebida. Além disso, há uma propaganda maciça, nós somos, dos países do mundo, um dos que mais aumentam o consumo de álcool. Ao mesmo tempo, vários acidentes.

Então, eu quero agradecer ao relatório do Senador Valdir Raupp que, pelo menos neste momento, ainda que não tiremos os postos de gasolina urbanos, vamos tirar dos postos de gasolina das estradas. Dos urbanos, o Senador Valdir Raupp diz o seguinte: se ele não bebe no posto aqui, ele vai beber no botequim ali da esquina, então não vai dar para segurar. Mas, na estrada, onde só há o posto para vender, então nós vamos tirar a bebida alcoólica de lá.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Crivella.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. (*Pausa.*)

Em votação o relatório do Senador Raupp. (*Pausa.*)

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1, da CAE, e do Substitutivo.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

Eu quero, agora, ir para o item 5 da pauta.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 492, de 2013
- Não terminativo -

Acrescenta parágrafo único ao art. 779 do Código Civil, a fim tornar obrigatória, nos seguros de automóveis, a cobertura de danos causados por desastres naturais.

Autoria: Senador Eduardo Amorim
Relatoria: Senador Reguffe
Relatório: Favorável ao projeto.
Observações:
1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Com a palavra a Relatora, a Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Submete-se à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 492, de 2013, de autoria do Senador Eduardo Amorim, que modifica a Lei n° 10.406, de janeiro de 2002, o Código Civil, para tornar obrigatória a cobertura de danos causados por desastres naturais nos seguros de automóveis.

Em sua justificação, o autor argumenta que os veículos automotores representam, para grande parte da população, seu maior bem patrimonial, e que as seguradoras não costumam incluir, entre os riscos cobertos, perdas resultantes de desastres naturais, como chuva de granizo e queda de árvores causadas por temporal. Assim, a aprovação da obrigatoriedade da cobertura para esse tipo de dano evitaria significativos prejuízos financeiros para os segurados.

Conforme o despacho inicial da mesa, a proposição foi encaminhada a esta Comissão e à Comissão de Constituição e Justiça, cabendo à última decidir em caráter terminativo.

Análise.

Como os Srs. Senadores têm essa análise em mãos, eu pediria, Sr. Presidente, apenas para ler o voto. Não sei se há necessidade de ler toda a análise.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Não, só encaminhando, Senadora Lúcia Vânia, o voto mesmo.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pelo exposto, nos termos do art. 133, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 492, de 2003.

Quero apenas acrescentar que é um projeto extremamente importante e tem sido objeto de muito descontentamento e desconforto para aqueles que têm como único bem o seu veículo que, por desastres naturais, acabam perdendo.

Portanto, é um projeto que merece toda a nossa atenção.

E quero cumprimentar o autor do projeto, Senador Eduardo Amorim, pela sensibilidade em apontar um assunto tão pertinente como esse.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Obrigado, Senadora Lúcia Vânia, competente Senadora Lúcia Vânia.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório da Senadora Lúcia Vânia.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

Vamos agora ao item 7.

É de relatoria da Senadora Lúcia Vânia.

ITEM 7
AVISO Nº 29, de 2012
- Não terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão nº 1233/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, cujo objeto foi avaliar se a gestão e o uso da tecnologia da informação estão de acordo com a legislação e aderentes às boas práticas de governança de TI (TC 011.722/2010-7).

Autoria: Tribunal de Contas da União
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Pelo conhecimento da matéria e, posteriormente, pelo seu conhecimento pela Diretoria-Geral do Senado Federal, para fins de verificação da recomendação constante do item 9.19 do Acórdão nº 1.233/2012-TCU-Plenário.
Observações:
1. A matéria será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Com a palavra a Relatora, Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Aviso nº 29, de 2012, encaminha o Acórdão nº 1233/2012, do Tribunal de Contas da União, relativo ao relatório consolidado das ações do Tema de Maior Significância (TMS) – Gestão e Uso de Tecnologia da Informação, parte integrante do Plano de Fiscalização para 2010/2011, do TCU, cujo objetivo foi avaliar se a gestão e o uso da tecnologia da informação estão de acordo com a legislação e aderentes às boas práticas de governança de TI.

Como os Srs. Senadores têm a matéria em mãos, vou ler apenas a conclusão.

Gestão e uso da Tecnologia da Informação teve como objetivo avaliar se a gestão e o uso da tecnologia da informação estão de acordo com a legislação e aderentes às boas práticas de governança de Tecnologia de Informação.

A conclusão é a seguinte:

a) mais de 60% das organizações não possuem planejamento estratégico de Tecnologia de Informação;

b) algumas organizações continuam a ter sua TI totalmente controlada por pessoas estranhas a seus quadros de pessoal;

c) são graves os problemas de segurança da informação, já que informações críticas não são protegidas adequadamente;

d) metade das organizações não possui método ou processo para desenvolvimento de *softwares* e aquisição de bens e serviços de informática, o que gera riscos de irregularidades em contratações;

e) a atuação sistemática da alta administração com respeito à TI ainda é incipiente;

f) mais da metade das organizações está no estágio inicial de governança de TI e apenas 5% encontram-se em estágio aprimorado;

Essa é a conclusão a que chegou o TCU, recomendando aos órgãos competentes para que seja visto, e encaminhou para esta Comissão de Ciência e Tecnologia. E damos ciência aos Srs. Senadores que compõem esta Comissão.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório da Senadora Lúcia Vânia.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE pelo conhecimento da matéria e, posteriormente, pelo seu conhecimento à Diretoria-Geral do Senado Federal, para fins de verificação da recomendação constante do item 9.19 do Acórdão nº 1.233/2012-TCU-Plenário.

A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Nós passamos agora... Senador Agripino, se V. Exª permitir, o Senador Raimundo Lira está numa reunião lá com a Bancada do PMDB, e parece que já serviram um lauto almoço; então, ele pediu para eu antecipar. Aí passo a V. Exª e depois ao Senador Walter Pinheiro, para concluir.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Quero também, Sr. Presidente, pedir licença, que eu também tenho um almoço.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Eu quero agradecer muito, Senadora Lúcia Vânia, pelo...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Presidente, o Ministro da Saúde está me esperando também para um almoço lá no Bloco.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Perfeito, Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Quero agradecer a todos os Senadores pelo esforço para a gente limpar a pauta, foi fundamental isso.

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 536, de 2015

Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para estabelecer o termo inicial do prazo decadencial para o lançamento nos casos de ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatoria: Senador Raimundo Lira (Relator *ad hoc*)
Relatório: Contrário ao projeto.

Com a palavra o Relator.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Sr. Presidente, todos os Srs. Senadores já receberam o relatório completo, vou, portanto, fazê-lo de forma resumida.

A matéria foi distribuída unicamente à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e não foi objeto de emenda.

Salvo as justificativas para os casos excepcionais, não há no ordenamento jurídico brasileiro razões que sustentem a proposta em análise. Em que pesem os nobres propósitos do autor, se nem os crimes mais hediondos, como latrocínios ou sequestros seguidos de morte, são imprescritíveis, como poderiam ter essa qualificação a fraude, o dolo ou a simulação praticadas no campo do direito tributário?

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela rejeição do PLS nº 536, de 2015 – Complementar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Raimundo Lira.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Raimundo Lira.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Agora eu passo ao item 9 da pauta.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 388, de 2011
- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para dispor sobre a base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza dos serviços prestados pelas agências de viagens.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Relatoria: Senador Agripino Maia
Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda que apresenta.
Observações:
1. A matéria será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Com a palavra o Relator, Senador Agripino Maia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente, a matéria é meritória. O relatório foi distribuído por antecipação, é da lavra do Senador Ronaldo Caiado, que se debruçou sobre a matéria e fez um competente relatório, concluindo pela aprovação da matéria, com uma emenda que eu leio para conhecimento do plenário.

Emenda nº - da CAE:

Dê-se ao § 4º do art. 7º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, na forma do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 388, de 2011 – Complementar, a seguinte redação:

" Art. 7º.....

.....

§ 4º O imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza incidente sobre os serviços descritos pelo subitem 9.02 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar, prestados por agências de turismo que exerçam atividade econômica de intermediação remunerada entre fornecedores e consumidores, terá como base de cálculo o valor da comissão recebida pelos fornecedores e o valor que as agências agregarem ao preço de custo dos serviços turísticos.

Este é o relatório, com o parecer pela aprovação da matéria, com a emenda de que fiz a leitura e dei conhecimento aos membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, competente engenheiro, Senador Agripino.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador José Agripino.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, favorável ao projeto com a Emenda nº 1 da Comissão de Assuntos Econômicos.

A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Agradeço ao Senador José Agripino, mais uma vez, pela competência e agilidade, como é peculiar a V. Exª.

Agora, passo ao Senador Pinheiro o último item da pauta, item 11.

ITEM 11
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, de 2014
- Não terminativo -

Dispõe sobre o Selo Empresa Solidária com a Vida e dá outras providências.

Autoria: Deputado Beto Albuquerque.
Relatoria: Senador Elmano Férrer.
Relatório: favorável ao projeto.
Observações:
1. a matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais.

Com a palavra o Senador Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, percebe-se que o PLC nº 38, além de pertinente, ele é de uma nobreza sem igual, porque ele busca exatamente prover, instituir o Selo com o objetivo muito claro de exortar e, portanto, chamar as empresas para um dos processos mais complicados, ou seja, você quer cada vez mais contribuição para uma das áreas difíceis da sociedade, que é a questão da doação de sangue e, principalmente, doação de medula óssea por parte dos trabalhadores. Então, essa exortação, Senador Agripino, é na medida em que as empresas se envolvam, na medida em que as empresas, inclusive, para dentro, com os seus trabalhadores, estimulem esse processo de doação, tanto de doação de sangue quanto da doação de medula óssea. A constituição do Selo Empresa Solidária com a Vida busca até carimbar essas empresas, mas o objetivo inicial é exatamente tratar a importância do tema e estimular uma prática de doação.

O Beto Albuquerque, que é o autor dessa matéria, e o Senador Elmano, que foi o Relator designado por esta Comissão, argumentam que, no processo principalmente de compatibilidade, no que diz respeito à medula óssea e ao doador, nós temos encontrado cada vez mais índices reduzidíssimos e, portanto, chances cada vez menores de aproveitamento. A mobilização e a ampliação são as garantias de maior atendimento.

Aliás, Senador Delcídio, essa é uma das discussões que temos travado com o Ministério da Saúde, que é exatamente a questão da chamada histocompatibilidade. Há um decreto, que foi produzido, se não me falha a memória, em 2012, a partir de um núcleo de estudos, e até hoje o Ministério da Saúde não concluiu essa matéria. Nós precisamos fazer isto urgentemente: a partir desse decreto, melhorar a remuneração, criar condições para a fase mais importante do transplante, que é exatamente a realização da histocompatibilidade.

A Bahia, Senador Delcídio, inclusive, tem se esmerado nessa área do transplante. Na sexta-feira passada, participei de um importante evento internacional, que tratou de células-tronco, mas, principalmente, dessas questões do transplante, para que possamos viabilizar cada vez mais o sucesso no transplante, resgatando vidas.

Nesse sentido, não há como ficar contra uma matéria dessa natureza. Somos plenamente pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Walter Pinheiro, e pela exposição também, competente; uma pessoa que conhece as coisas, que trabalha com afinco aqui, como o Senador Agripino e outros Senadores, que ficaram até agora na Comissão de Assuntos Econômicos, desde as 10h da manhã.

Portanto, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Walter Pinheiro.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Quero dizer que, hoje, apesar de uma reunião polêmica, a Comissão de Assuntos Econômicos, na sua 47ª Reunião Ordinária, teve 11 itens apreciados, 10 itens aprovados e um item rejeitado.

Portanto, nós cumprimos muito bem a agenda que foi proposta e teremos, às 10 horas da próxima terça-feira – a pauta não cai, com toda a desculpa do trocadilho –, reunião deliberativa da Comissão de Assuntos Econômicos.

Quero agradecer a todos que nos acompanharam. Muito obrigado e até a próxima terça-feira, se Deus quiser.

A reunião está encerrada.

(Iniciada às 11 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 30 minutos.)

ATA DA QUADRAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE DEZEMBRO DE 2015, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e cinquenta e quatro minutos do dia oito de dezembro do ano de dois mil e quinze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do senador Raimundo Lira, presidente em exercício da Comissão de Assuntos Econômicos, reúne-se a comissão com a presença dos(as) senadores(as) Gleisi Hoffmann, Telmário Mota, Benedito de Lira, José Pimentel, Humberto Costa, Waldemir Moka, Ricardo Ferraço, Omar Aziz, Valdir Raupp, Marta Suplicy, Hélio José, José Agripino, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Antonio Carlos Valadares, Marcelo Crivella e Blairo Maggi. Deixam de comparecer o senador Delcídio do Amaral, tendo ausência justificada, e os(as) senadores(as) Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe, Ciro Nogueira, Romero Jucá, Sandra Braga, Roberto Requião, Davi Alcolumbre, Tasso Jereissati, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Douglas Cintra e Wellington Fagundes. O presidente declara aberta a reunião, submetendo à comissão a dispensa da leitura da ata das 39ª, 40ª, 43ª, 45ª e 47ª reuniões, que são dadas como aprovadas. Em seguida, informa que a comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 71 de 2015 (Aviso 138/2015-BCB na origem), de 26 de novembro de 2015, do Banco Central do Brasil, encaminhando o anexo demonstrativo das emissões do real referentes ao mês de outubro de 2015, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas; e Aviso nº 72 de 2015 (Aviso 454/GMF/MF-DF na origem), de 27 de novembro de 2015, do ministério da Fazenda, encaminhando a relação das operações de crédito analisadas no mês de outubro de 2015 e as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. A presidência inicia a apreciação dos itens constantes da pauta. **Item 1-** Projeto de Lei da Câmara nº 125 de 2015, complementar, não terminativo, de autoria do deputado Barbosa Neto, que "altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes do Simples Nacional; altera as Leis nºs 9.613, de 3 de março de 1998, e 12.512, de 14 de outubro de 2011; revoga dispositivo da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e dá outras providências", tendo como relatora a senadora Marta Suplicy, que oferece relatório favorável ao projeto, às emendas nºs 1 e 5 e, parcialmente, às emendas nºs 2 e 4, e contrário às emendas nºs 3, 6, 7 e 8, nos termos do substitutivo que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra os(as) senadores(as) José Pimentel, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Gleisi Hoffmann, Ricardo Ferraço, Ronaldo Caiado, Waldemir Moka, Dalírio Beber, Antonio Carlos Valadares, Telmário Mota e José Agripino. Durante a discussão, a relatora, senadora Marta Suplicy, acata sugestões dos senadores Flexa Ribeiro, Antonio Carlos Valadares e Dalírio Beber. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, às emendas nºs 1 e 5 e parcialmente às emendas nºs 2 e 4, nos termos da Emenda nº 9-CAE (substitutivo), e contrário às emendas nºs 3, 6, 7 e 8. Aprova, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria, colocado em apreciação como item extrapauta. Item 2 - Mensagem (SF) nº 11 de 2015, não terminativo, de autoria da presidente da República, que "encaminha, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 1º trimestre e para o ano de 2015, contendo estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, análise da evolução da economia nacional e justificativa da programação monetária", tendo como relator o senador Lindbergh Farias, que oferece relatório favorável nos termos do projeto de decreto legislativo que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. Item 3 - Projeto de Lei da Câmara nº 167 de 2015, complementar, não terminativo, de autoria do Deputado Mauro Mariani, que "altera a Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006", tendo como relator o senador Blairo Maggi, que oferece relatório favorável ao projeto com uma emenda que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. Item 4 - Projeto de Lei do Senado nº 46 de 2012, não terminativo, de autoria do senador Lauro Antonio, que "assegura aos estabelecimentos com atividades na área de turismo rural, ecoturismo e de aventura tarifação de energia elétrica equivalente à classe rural e suas subclasses", tendo como relator o senador Hélio José, que oferece relatório contrário ao projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 5** - Projeto de Lei do Senado nº 280 de 2013, terminativo, de autoria do senador Ricardo Ferraço e outros, que "dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde da totalidade dos recursos oriundos do pagamento referente aos bônus de assinatura dos contratos de partilha de produção de blocos exploratórios de petróleo e gás natural na área do présal", tendo como relator "ad hoc" o senador Reguffe, que oferece relatório pela aprovação do projeto e da Emenda nº 2-CAS, acatando a Emenda nº 1-CI e as Subemendas nºs 1-CE, 2-CAS, 3-CAS e 4-CAS na forma da emenda que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. Item 6 - Turno suplementar do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 202 de 2015, terminativo, de autoria do senador Otto Alencar, que "altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para prever isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) a imóvel rural localizado à margem do Rio São Francisco, dos seus afluentes

e de suas nascentes em que esteja preservada ou em processo de recomposição a vegetação das áreas de preservação permanente de que trata o inciso I do art. 4º da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012", tendo como relator "ad hoc" o senador Walter Pinheiro. A apreciação da matéria é adiada. Item 7 - Projeto de Lei do Senado nº 12 de 2014, terminativo, de autoria do senador Cássio Cunha Lima, que "dispõe sobre incentivos para fomentar a reutilização de recursos hídricos no âmbito da Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ", tendo como relator o senador Roberto Rocha, que oferece relatório pela aprovação do projeto, acolhida a Emenda nº 1-CMA e rejeitadas as Emendas nºs 2 e 3-CMA, nos termos do substitutivo que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. Item 8 - Projeto de Lei do Senado nº 276 de 2007, terminativo, de autoria do senador Valdir Raupp, que "acrescenta dispositivos à Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para permitir ao titular de benefício do Instituto Nacional do Seguro Social solicitar o bloqueio de seu registro, para impedir descontos decorrentes de operação de crédito consignado", tendo como relator o senador Douglas Cintra, que oferece relatório pela aprovação com três emendas que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. É apreciado ainda o seguinte item extrapauta: **Item 9** - Minuta de requerimento, de autoria do senador José Pimentel, que requer, nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 125 de 2015, que "altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes do Simples Nacional; altera as Leis nºs 9.613, de 3 de março de 1998, e 12.512, de 14 de outubro de 2011; revoga dispositivo da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e dá outras providências ". Colocada em votação, é aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quinze minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo presidente em exercício da comissão, senador Raimundo Lira, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador RAIMUNDO LIRA

Presidente em exercício da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Bom dia!

Srªs e Srs. Senadores, declaro aberta a 48ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 39ª, 40ª, 43ª, 45ª e 47ª Reuniões.

Os senhores Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico também o recebimento dos seguintes documentos para o seu conhecimento:

Banco Central do Brasil.

Aviso nº 71, de 2015, de 26 de novembro de 2015, do Banco Central do Brasil, encaminhando anexo demonstrativo das emissões do real referentes ao mês de outubro de 2015, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

Aviso nº 72, de 2015, de 27 de novembro de 2015, do Ministério da Fazenda, encaminhando a relação das operações de crédito analisadas no mês de outubro de 2015 e as tabelas demonstrativas da posição do endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Informo às Srªs e aos Srs. Senadores que, ontem, recebi um telefonema do Presidente do Banco Central, solicitando o adiamento da audiência pública que deveria realizar-se hoje. A audiência, como os senhores sabem, é regimental.

No seu ofício, ele diz o seguinte:

Audiência pública.

Sr. Vice-Presidente, referimo-nos ao Ofício nº 223, de 2015/CAE, Senado Federal, de 11 de novembro de 2015, em que esta Comissão de Assuntos Econômicos convida o Presidente deste Banco Central para participar como expositor de reunião de audiência pública destinada a discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da área política monetária, em atendimento aos §§ 1º e 2º do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, prevista para o próximo dia 8, terça-feira, às 10h.

A propósito, incumbiu-nos o Dr. Alexandre Tombini de solicitar a V. Exª o adiamento da referida audiência para outra data a partir da próxima semana.

Respeitosamente.

David Falcão.

Chefe da Assessoria Parlamentar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Concedo a palavra ao Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Sr. Presidente, a nossa expectativa era de que nós pudéssemos ter, hoje, de acordo com o que estabelece o nosso Regimento, um diálogo com o Presidente do Banco Central.

V. Exª está dando conhecimento de que não haverá mais esta audiência pública. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Exatamente, Sr. Senador.

De acordo com a solicitação do Ministro Tombini ontem, por telefone, pedi que mandassem, oficialmente, um expediente para que pudéssemos oficializar essa posição.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Sr. Presidente, o art. 99 do Regimento Interno, no seu § 1º, determina que:

§1º A Comissão [de Assuntos Econômicos] promoverá audiências públicas regulares com o Presidente do Banco Central do Brasil para discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária.

O § 2º consagra que:

§ 2º As audiências de que trata o §1º deste artigo ocorrerão na primeira quinzena de fevereiro, abril, julho e outubro, podendo haver [evidentemente] alterações de datas decorrentes do entendimento entre a Comissão e a Presidência do Banco Central do Brasil.

Nós não tivemos essa audiência em outubro, e já estamos em dezembro. Portanto, estamos atrasados. Estamos na antessala, se for o caso, eventualmente, de entrarmos em recesso.

V. Exª está anunciando para a próxima terça-feira a presença do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão? É isso que entendi?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Não, eu não estou anunciando, porque ainda não foi acordado se ele poderá vir na próxima terça-feira.

A questão do §2º do Regimento Interno, no seu art. 99... A flexibilidade do nosso regimento diz o seguinte: "(...) podendo haver alterações de data decorrentes de entendimento entre a Comissão e a Presidência do Banco Central do Brasil".

Quer dizer, nós temos um calendário, mas, com essa ressalva, passa-se a ter muita flexibilidade nesse entendimento entre o Presidente do Banco Central e a Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Mas eu acho que é de todo interesse desta Comissão que nós possamos ter, ainda neste ano, o Presidente do Banco Central do Brasil aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, assim como confirma o Regimento Interno, com essa flexibilização a que V. Exª faz referência, assim também como está previsto no art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal. É inimaginável que nós vamos chegar ao final do ano sem ter a oportunidade de fazer questionamentos com relação às diretrizes e à política monetária não apenas para 2015, mas às perspectivas para 2016.

O apelo que faço a V. Exª, na condição de nosso Presidente, é que V. Exª possa ultimar os esforços para que esta reunião possa acontecer na próxima terça-feira impreterivelmente. Parece ser esse o apelo que nós devamos fazer a V. Exª, para que, em nosso nome, na condição de nosso coordenador e nosso Presidente, possa ultimar esse entendimento com o Banco Central do Brasil.

É a reivindicação que apresento a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Quero informar a V. Exª, Senador Ricardo Ferraço, que ontem, em conversa com o Presidente Tombini, eu sugeri que ele viesse na próxima terça-feira, e ele ficou de, até quinta-feira desta semana, dar-me uma posição definitiva.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Mas acho que V. Exª não tem apenas que sugerir. V. Exª tem que determinar.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sr. Presidente.

Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Pela ordem, Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu gostaria de fazer só um esclarecimento ao Senador: não há nenhuma vontade deliberada do Presidente do Banco Central de não comparecer a esta Comissão; ele não se está recusando a isso. Houve, de fato, um problema nesta semana.

Eu acho que podemos conversar com ele, sim. Não vejo problemas em marcarmos para terça-feira – eu, junto com o Presidente, também posso fazer isso –, para trazê-lo. Eu acho importante, e V. Exª tem razão.

Acho que não haverá problema com relação a isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Gostaria só de fazer um pedido às Srªs e aos Srs. Senadores de que me tratassem como Presidente em exercício.

Eu ficaria mais confortável.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Presidente é Presidente; em exercício ou não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Presidente em exercício Presidente é. Acho que a ponderação da Senadora Gleisi faz sentido e está compatível com a minha expectativa.

Então, V. Exª, em nosso nome, poderá conduzir, dessa forma, os trabalhos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – É a bondade e a generosidade dos meus companheiros Senadores e Senadoras.

Então, vamos tomar essas providências, não é, Senadora Gleisi? As considerações que o Presidente Tombini fez eu considerei pertinentes, e tive até cuidado: normalmente, em audiência pública, não há pauta deliberativa, mas eu coloquei uma pequena pauta deliberativa, para uma eventualidade tanto de a audiência pública demandar menos tempo que o normal quanto pela ausência do Sr. Presidente do Banco Central.

Então, vamos iniciar agora a nossa pauta deliberativa.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 125, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes do Simples Nacional; altera as Leis nºs 9.613, de 3 de março de 1998, e 12.512, de 14 de outubro de 2011; revoga dispositivo da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e dá outras providências.

Autoria: Deputado Barbosa Neto
Relatoria: Senadora Marta Suplicy
Relatório: Favorável ao projeto e à emenda nº 1, com dezoito emendas que apresenta, acolhendo parcialmente a emenda nº 4 nos termos de emenda da relatora, e contrário às emendas nºs 2 e 3.
Observações:
1. Foram apresentadas as emendas nº 1, de autoria do senador Humberto Costa; nº 2, de autoria do senador Flexa Ribeiro; nº 3, de autoria do senador Alvaro Dias; nº 4, de autoria do senador Walter Pinheiro; nºs 5 e 6, de autoria do senador Fernando Bezerra Coelho; nº 7, de autoria do senador Dalírio *Beber; e nº 8, de autoria do senador Antonio Carlos Valadares;*
2. Em 23/11/2015, foi realizada diligência para instruir a matéria.

Concedo a palavra à Relatora, Senadora Marta Suplicy.

Peço a todos os presentes que façamos silêncio, para que possamos ouvir, com a máxima atenção, o relatório da Senadora Marta Suplicy sobre um projeto de extrema importância para o País.

Muito obrigado.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Obrigada, Presidente, Senador Raimundo Lira.

O projeto é gigantesco. O Supersimples é bastante longo e complexo. Eu fiz uma síntese, para que possamos simplificar inclusive a compreensão para os colegas.

O projeto, de autoria do Deputado Barbosa Neto, altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes do Simples Nacional.

Aprovado quase por unanimidade na Câmara dos Deputados – só foram dois votos contrários –, a proposição, recebida nesta Casa em 9 de setembro, altera, em diversos pontos, o tratamento legal dispensado à microempresa (ME) e à empresa de pequeno porte (EPP).

Nesta Casa, o PLC foi distribuído para análise desta Comissão de Assuntos Econômicos, onde fui designada Relatora. Desde então, nós realizamos uma sessão de debates temáticos no Plenário do Senado, com várias contribuições de Senadores, e uma audiência pública na Assembleia Legislativa de São Paulo, com o objetivo de instruir o projeto.

São Paulo é também o meu Estado, mas é lá que estão 2,9 milhões de empresas do Simples; é o local com o maior aporte. Neste sentido, também foi muito interessante e muito instrutiva essa reunião na Assembleia Legislativa.

Foram apresentadas oito emendas ao projeto, sendo que quatro delas, Sr. Presidente, vieram posteriormente à apresentação do relatório, no último dia 25 de novembro.

O projeto foi incluído na pauta da terça-feira passada, dia 1º de dezembro; porém, a apreciação da matéria foi adiada em virtude do cancelamento da reunião por falta de quórum para deliberação.

Nos últimos dias, quatro novas emendas foram apresentadas. Além disso, na discussão com vários Parlamentares membros desta Comissão, verificamos que alguns ajustes podem ser feitos ao projeto, de forma a construir um entendimento para a sua aprovação.

Então, no final, esse adiamento foi até interessante, pois permitiu novas emendas, novas conversas, nova articulação, para que nós possamos tramitar um projeto que está sendo muito esperado pelas pessoas que são do Simples, em virtude principalmente da possibilidade de o Refis entrar no ano que vem, por causa da dificuldade econômica que o País atravessa.

Deu para acomodar as principais reivindicações de empresários, de Estados e dos Municípios também. Por isso, em virtude de todas essas sequências, nós resolvemos fazer um relatório na forma de substitutivo.

Estão mantidas as essências das alterações já publicadas na versão anterior, que todos receberam. Manifesto-me, porém, com relação às novas emendas – isso é o novo, as novas emendas – e proponho os ajustes acordados com os nobres colegas de comissão, como já salientado.

Eu quero saudar aqui a presença do ex-Ministro das Microempresas, que foi o elaborador deste projeto, o grande idealizador, e agora está à frente do Sebrae.

Antes de apresentar a análise do projeto, é preciso salientar que o Simples não somente ajuda na formalização de empresas e no aumento de arrecadação, mas contribui, principalmente, como gerador de empregos, que afirmo ser a força do Simples Nacional.

É bom enfatizar que as micro e pequenas empresas, Presidente, Senador Raimundo Lira, representam 94% da expansão dos postos de trabalho no Brasil, sendo também grandes consumidoras – poucas pessoas atinam para isso – dos insumos das grandes e das médias empresas brasileiras.

Somente em 2015 até o mês de setembro, elas foram responsáveis pela abertura de 104 mil vagas, enquanto as médias e grandes empresas fecharam 774 postos de trabalho.

Então, a essência do Simples é um tripé: a simplificação, a tributação diferenciada e o estímulo ao emprego.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB. *Fazendo soar a campainha*.) – Eu peço, mais uma vez, a todos os presentes silêncio para que possamos ouvir com atenção o relatório da Senadora Marta Suplicy.

E aproveito, Senadora, para informar a presença aqui do nosso ex-Ministro e Diretor-Presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, um dos maiores conhecedores, especialistas e defensores das micro e pequenas empresas do País. É um prazer muito grande que ele esteja aqui nesta reunião, durante a leitura e, com certeza, aprovação do relatório de V. Exª.

Eu também quero anunciar a presença aqui de Alberto Nascimento, representante da Associação Brasileira de Micro cervejarias.

Muito obrigado.

Continua com a palavra a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Nós podemos dizer que o Simples é um sucesso. Ao mesmo tempo, nós temos um probleminha: quando o empreendedor cresce e muda de faixa, na situação atual, ele leva um "tranco" tributário que o faz não querer mudar de faixa. Aí, Senador Flexa, ele dá um jeito: abre uma filial para a sogra, outra para a tia, e esse problema foi o grande desafio que levou o ex-Ministro a fazer estudos, para chegar a uma proposta, a qual passou na Câmara e que agora retomamos. O principal objetivo desse Projeto de Lei da Câmara nº 125 são essas alterações.

Para se ter uma ideia, o Simples de hoje, quando muda de faixa, pode chegar a um aumento de 36% nos tributos. É impossível! Portanto, é compreensível o que ocorre. Quando o empreendedor sai do Simples, esse impacto da carga tributária, na transição para o lucro presumido, é pior ainda, porque, se ele vai para o comércio, no lucro presumido, tem um imposto de 54%; se ele vai para a indústria, tem um aumento de 40%; e, para serviços, é de 35%.

Então, o que está ocorrendo?

O instrumento é bom, as empresas estão crescendo, mas elas têm dificuldade de crescer, porque, na hora em que crescem, elas provavelmente correm o risco de pedir falência depois de um tempo. Então, a importância de aprovar esse Supersimples é bastante grande, principalmente neste momento econômico.

Para resolver esse grave problema, o projeto amplia o limite de enquadramento e reduz o número de faixas de faturamento, de 20 para sete faixas. Ele simplifica a lógica do sistema. Se formos ver em um gráfico, hoje é uma escada, e cada vez em que se muda de degrau vem esse tranco. Isso foi transformado em uma "rampa suave". Esta rampa suave é que permite esse crescimento e permite à pessoa – ao micro –, com cerca de R$7,2 milhões, chegar ao lucro presumido, se for de seu interesse.

Então, é um aumento gradativo, suave, das alíquotas incidentes sobre cada uma delas. Aplicando assim, é um conceito que não inventa nada, pois é um conceito de progressividade tributária, atualmente vigente no Imposto de Renda de pessoa física.

É importante ressaltar que as alterações nas faixas de faturamento foram objeto de profunda análise pela Secretaria de Micro e Pequena Empresa e pelo Sebrae, com a colaboração da Fundação Getúlio Vargas e da Fundação Dom Cabral. Esses institutos – que são confiáveis e renomados – chegaram à conclusão de que, do ponto de vista da dinâmica econômico-empresarial, para as empresas alocadas no comércio e serviços terem o mesmo patamar de competitividade, a ponto de ingressarem no lucro presumido em condições concorrenciais razoáveis, encontrariam o equilíbrio em R$7,2 milhões. Para a indústria, esse equilíbrio verifica-se em R$14,4 milhões. Nesses níveis, as empresas adquirem um porte que lhes permite serem mais competitivas, evitando assim a sua exclusão do mercado.

Todo cuidado foi feito para que as empresas possam até desligar-se e ter outro tipo de vida desligando-se do Supersimples, sempre nesses patamares, quando forem atingidos.

Quanto à análise do projeto, cabe afirmar que a competência da Comissão de Assuntos Econômicos em opinar sobre a matéria em questão decorre do art. 99, incisos I e IV do Regimento Interno do Senado.

A análise da constitucionalidade do projeto não indica óbice algum à sua regular tramitação. No quesito juridicidade, tampouco há qualquer restrição, visto que a matéria é tratada de forma genérica, inovadora e efetiva por meio do instrumento legislativo adequado.

No tocante à técnica legislativa, no geral, o PLC está em conformidade com as regras definidas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que rege o tema.

Quanto ao mérito, o projeto traz importantes alterações em relação ao Simples Nacional. Costumo dizer que o projeto veio redondo da Câmara dos Deputados. No entanto, com o tempo que tivemos para análise da matéria e com as contribuições recebidas – foram muitos os Senadores que conversaram, fizeram emendas e tentaram ajustes nos últimos meses –, entendemos oportuno oferecer alguns aperfeiçoamentos.

O primeiro diz respeito às organizações da sociedade civil. Essas entidades poderão optar pelo simples para a formalização das receitas não isentas, além das não imunes, anteriormente incluídas pela Câmara, uma vez que aquelas também se submetem a tratamento tributário de uma empresa normal em relação às suas atividades não próprias. Essa medida evitará que essas entidades sociais sejam obrigadas a se submeterem a tributação e escrituração contábil idênticas às das grandes empresas.

Vou traduzir isso: o que significa a escrituração contábil? O padre de uma paróquia resolve fazer uma quermesse; para ficar com o recurso que angariou, teria de fazer uma escrituração contábil e pagar tributo, o que é um absurdo, porque várias associações da sociedade civil são isentas e podem incorrer nessa dificuldade.

A outra é em relação às empresas do segmento de beleza. Por coincidência, eu estou relatando o projeto dos cabeleireiros, e deu para para perceber que os valores que são integralmente repassados para os profissionais parceiros são contabilizados para fins de enquadramento no regime simplificado, fazendo com que a faixa de enquadramento seja elevada e até mesmo excluída a possibilidade de enquadramento. Então, inserimos um novo parágrafo para excluir da base de cálculo da receita bruta tais valores.

O que é isso? Um salão de beleza tem o dono e tem os outros cabeleireiros, que são micro ou MEI. Eles pagam o seu imposto, mas tudo o que o salão arrecada vai para o dono do salão, que depois repassa. A tributação acaba ocorrendo duas vezes; não incide na mesma personagem, mas o recolhimento é feito duas vezes: aquele que está no MEI paga e, depois, o salão de cabeleireiro também paga. E paga mais, sendo, às vezes, desenquadrado. Então, nisso, a gente separou.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Exatamente.

Sobre bebidas alcoólicas, recuperamos o texto original do projeto, permitindo a opção pelo Simples Nacional de microcervejarias, vinícolas, produtores de licores e destilarias, desde que artesanais e devidamente registradas no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Assim, atendemos a uma importante reivindicação dos Estados.

Baixa do registro do MEI. Criamos um mecanismo de facilitação da baixa do registro do MEI quando identificada a ocorrência de fraude feita por terceiros.

O que é isso? Eles são muito pequenos e têm muita dificuldade de contabilidade e tudo o mais. Muitas vezes, eles são vítimas de terceiros que fazem uma fraude no seu negócio, transformando-se num verdadeiro inferno para ele conseguir se recuperar, sair da fraude e tal. Nós resolvemos facilitar uma agilidade para que ele possa provar mais rápido que não teve nada com aquilo, podendo continuar o seu trabalho.

Quanto à preferência nas licitações, muitos dos pequenos entram nas licitações.

Para que não houvesse injustiça, para que a elevação do teto do Simples não cause restrições às empresas de menor porte, que estão nas primeiras faixas de enquadramento, no caso de compras governamentais,

limitaremos a preferência àquelas empresas com receita bruta até R$3,6 milhões, para que elas possam concorrer de igual para igual.

Empreendedor rural. Isso já estava, mas melhoramos a redação do texto sobre o registro do empreendedor rural no MEI. A intenção é incluir os empreendedores do meio rural, como, por exemplo, um tratorista que aluga o seu equipamento para fazer uma roça ou um trabalhador que efetue somente serviço de podas em propriedade de outras pessoas. Fizemos de um jeito que eles consigam ser inseridos no processo.

Limites do MEI também. Aí nós sugerimos elevar o limite da receita bruta anual para o enquadramento dos atuais 60 mil para 90 mil, determinando a vigência dos novos limites apenas a partir de 2017. A Câmara dos Deputados havia aprovado o limite de 72 mil, porém com vigência imediata. Como, neste ano, verificamos um índice de inflação na casa dos 10%, o que provavelmente vai se repetir em 2016, nós achamos justo prever para 2017 um limite de enquadramento que considera ao menos as perdas inflacionárias do período.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Fica 72 mil, mas só vai acontecer mais para frente. O que mudou foi que colocamos para 2017.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Continua, mas houve uma recompensa, porque aumenta para...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Sim.

Regra de transição. Por fim, adotamos um período de transição para conformar o projeto ao aumento do limite da receita bruta anual proposto. A questão da transição é que tudo vai passar a funcionar em 2017, mas, em 2016, os Refis serão implementados. Por quê? Porque houve um número gigantesco de empreendedores colocando a possibilidade de falência, pois não estão conseguindo dar conta com o limite hoje do Refis. Então, nós vamos aumentar e vamos começar a partir do ano que vem – a única coisa que começa no ano que vem.

É importante ressaltar o avanço do projeto em facilitar o acesso ao crédito para as pequenas e micros. Esse pedaço é muito inovador. Eu quero parabenizar o Ministro Afif pelo artigo que fez ontem, na *Folha de S.Paulo*, explicando isso para muito mais pessoas, dando acesso a essa informação. Trata-se da criação – e isto já foi aprovada na Câmara – das Empresas Simples de Crédito, para formalizar uma atividade amplamente aceita na sociedade. Como é isso? É um cidadão organizado como empresa que pode emprestar o seu próprio recurso ao pequeno negócio do seu Município, sem captação no mercado financeiro. Eu acredito que se trata de um instrumento muito bom. Hoje, por exemplo, se você tem uma micro e vai pedir recurso ao banco, esquece, pois não vai ter esse recurso, mas, se houver um cidadão, totalmente legal, que vai emprestar esse dinheiro dentro da legalidade, isso pode ser uma possibilidade nova em termos de mercado. O sistema bancário tem uma imensa rede e oferecer muitos serviços, mas não consegue emprestar para os pequenos, pois está mais preparado para financiar o consumo do que a produção.

Depois, há um outro mecanismo com que fiquei encantada que é o investidor-anjo. Isso já existe em vários países. Trata-se de um indivíduo que dispõe de vastos recursos econômicos e os utiliza para financiar diretamente empreendimentos ainda em seu estágio inicial. Por exemplo, existe uma *start-up*, em que quero colocar recurso, mas hoje tenho certo receio, porque posso ficar envolvido nos problemas que essa empresa possa vir a ter. Com esse Simples novo, ele deixa isso normatizado com um mecanismo de financiamento que vem ganhando progressiva relevância na economia contemporânea, em particular na indústria tecnológica e no setor da tecnologia da informação.

Em geral, essas são as mudanças feitas a partir de conversas e de análises.

Eu quero agradecer à Consultoria da Casa, que trabalhou enormemente, com muito afinco, com pouquíssimo tempo, assim como o meu gabinete também.

Agora, vamos às emendas.

A primeira emenda apresentada foi do Senador Humberto Costa, que tem o objetivo de mudar o enquadramento das empresas de prestação de serviço na área de terapia ocupacional para que elas sejam tributadas pela mesma regra da fisioterapia.

Achei muito bom isso, porque as duas profissões são regulamentadas pela mesma legislação, fazem parte do mesmo conselho profissional. O pleito é superjusto, a emenda foi acatada.

A Emenda nº 2 é do Senador Flexa Ribeiro e pretende afastar a diferença das contribuições para o Sistema S das empresas que excederem o teto de R$3,6 milhões. Nós entendemos que ela não deve ser acatada por implicar a exclusão de um importante benefício decorrente do aumento do limite do enquadramento.

A Emenda nº 3 é do Senador Alvaro Dias, que propõe retirar sociedades anônimas do rol de exclusão do Simples Nacional. Ainda que com bons propósitos, a alteração é inviável, dadas as especifidades do regime das sociedades anônimas, sobretudo em relação ao seu regime contábil.

A Emenda nº 4 é do Senador Walter Pinheiro, que propõe alteração na entrada em vigor das medidas propostas ao PLC, ao argumento de que seria inviável colocar em prática qualquer alteração do Simples com vigência a partir do dia 1º de janeiro de 2016, sobre os aspectos operacionais orçamentários. Isso foi um dos aspectos principais pelos quais nós tivemos que refazer aqui o projeto. Concordamos com o argumento, acatamos parcialmente a emenda, alterando a vigência para que todas as alterações produzam efeitos a partir de 1º de janeiro 2017, exceto a ampliação dos prazos de parcelamento de débitos, que teria vigência imediata com a publicação da lei, conforme expliquei anteriormente.

A Emenda nº 5 é do Senador Fernando Bezerra, que introduz um limite de R$3,6 milhões de receita bruta anual para os optantes, até o qual o regime unificado do Simples Nacional abrangerá o ISS. Essa ressalva já existe em relação ao ICMS para os Estados. Cria-se, dessa forma, mecanismo que leva em conta as possibilidades e diferenças entre os entes federativos e, ao mesmo tempo, em que se ajuda a preservar a autonomia municipal, além de promover simetria de tratamento de Estados e Municípios. E essa foi uma longa conversação com o colega Bezerra, com o Senador Valadares, que fez algo semelhante, com vários Senadores, mas principalmente com a Frente de Municípios.

E acatamos, porque chegamos à conclusão seguinte: até R$3,6 milhões, são 90% das empresas que chegam até muito pertinho dos 5%. Então, eu tentava explicar que seria residual a perda para os Municípios, e isso não era compreendido, porque existiam valores de todos os tipos e cada ente federativo dá um valor, achamos que tudo bem. Nós vamos acatar, nós sabemos que a perda para os Municípios seria residual, mas acho que vamos todos ficar satisfeitos, e a gente agilizaria isso daqui.

Cabe destacar a Emenda nº 8, do Senador Valadares, que de igual maneira, como a Emenda nº 5, do Senador Fernando Bezerra, introduz o limite de R$3,6 milhões, a partir do qual o ISS será cobrado por fora do Simples. No entanto, por ser mais abrangente, optamos por aprovar a emenda do Senador Bezerra, rejeitar a emenda do Senador Valadares, sem prejuízo da intenção e do mérito da iniciativa do nobre Senador de Sergipe.

Neste momento, cabem alguns esclarecimentos. Nós vislumbramos o Simples Nacional como um instrumento sólido e consistente, para ampliar a arrecadação do ISS nos Municípios brasileiros. E a presente proposta manterá essa tendência de ampliação da base de contribuintes e do valor efetivamente arrecadado. Um estudo da FGV requisitado pelo Sebrae e realizado com base em dados da própria fundação e da Receita Federal atesta o desempenho do regime do Simples em relação aos demais, e mostra que tem impactos muito positivos ao longo dos anos para os Municípios.

O estudo mostra que, entre 2007 e 2015, a arrecadação do ISS teve crescimento médio anual de 35,3%. Esse fato corrobora o extraordinário efeito do Simples Nacional na formalização das empresas. A mesma tendência ocorre ao comparar a totalidade dos tributos arrecadados pelos três entes federativos.

O estudo também revela que os optantes do Simples Nacional não foram impactados pela crise 2008/2009, demonstrando que houve um crescimento real 16,35% em 2009.

Não obstante a crise recente das finanças públicas, entre 2014 e 2015, ter afetado seriamente a arrecadação dos optantes pelo Simples Nacional, esse regime tributário cresceu a taxas significativas: 21,17%, em 2014, e 15,67%, nos primeiros sete meses de 2015. Mas eu quero lembrar que, se não me engano, agora em outubro, saiu uma nova estimativa. Acho que uma perda já começou a existir no Simples. Então, é muito importante, eu reitero, a aprovação do projeto.

Além da aprovação da emenda do Senador Bezerra para garantir ainda mais a autonomia municipal, nós acrescentamos um dispositivo para que os Municípios, como entes federados, possam estabelecer regime de ISS mais favorável que o previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006. A distorção começa no momento em que uma empresa poderia pagar mais imposto por dentro do Simples Nacional do que pagaria pelo regime normal de ISS. Então, isso foi mais uma conversa com a Frente dos Municípios, e nós possibilitamos essa autonomia para o Município.

Ademais, acrescentamos um dispositivo que desburocratiza o compartilhamento de informações entre os fiscos. A alteração objetiva dotar as administrações tributárias de meios de controle com relação às operações desenvolvidas pelas empresas optantes com o livre trânsito de informações entre os fiscos, restabelecer o equilíbrio de mercado e fortalecer o combate à sonegação.

Ainda com relação à pauta municipalista, cabe ressaltar que os ajustes que promoveremos, na cláusula de vigência, em particular a entrada em vigor gradual das nossas faixas de enquadramento, a partir de 2017, atende reivindicação dos Municípios.

Agora vamos à Emenda nº 6, também do Senador Bezerra, que suprime os dispositivos do projeto que ampliam de 60 para 180 meses o prazo de parcelamento dos débitos do Simples Nacional. Nós conversamos com a Receita. Nós tivemos um gesto da Receita e concordamos que o prazo de 15 anos é demasiado, porém, entendemos que estão todos em uma situação de penúria e dificuldade. Então, vai ser ampliado, não para 180 meses, mas vai de 60 meses para 126 meses, principalmente levando em conta a crise financeira que hoje o País enfrenta e os seus reflexos que começaram a ser percebidos sobre as micro e pequenas, o Refis, que correm hoje o risco de quebrar sem a ampliação do parcelamento, agravando mais ainda os já expressivos números de desemprego.

Chamamos a atenção ao fato de que o prazo de 120 meses...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Chamamos a atenção ao fato de que o prazo de 120 meses é comumente utilizado em Refis estaduais e municipais. O fenômeno é verificado nos Estados de Tocantins, Espirito Santo, Paraná, São Paulo, Acre, Distrito Federal, Rondônia, Piauí, Maranhão, Alagoas e Ceará, todos com leis aprovadas nesse sentido.

Além disso, atendendo o pleito da Frente Nacional dos Prefeitos, propomos ajustes – eu achei que foi muito bom esse alerta –, no dispositivo, para deixar claro que não será permitido o acúmulo de parcelamentos, bem como para estabelecer como valor mínimo de cada parcela o equivalente a 0,5% do faturamento ou R$100, prevalecendo o que for maior. Assim, acreditamos evitar o estímulo à sonegação com valores de parcelas adequados tanto ao contribuinte quanto à Fazenda Pública. Em razão disso, nós opinamos pela rejeição da emenda do Senador Bezerra. Colocamos esse aditivo, porque poderia ser um estímulo para as pessoas não pagarem. Se eu tenho 120 meses sem nada, nenhum problema, por que eu vou pagar?

Por fim, a emenda do Senador Dalírio Beber, que altera o dispositivo que permite a opção pelo Simples Nacional de microcervejaria, vinícola, produtores de licores e destilarias devidamente registrados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Do ponto de vista de técnica legislativa, a Emenda nº 7 vai ser rejeitada, pois tem o mesmo sentido do texto original do PLC. No mérito, é igual.

Então, nós não podemos incorporar, mas a preocupação do Senador está atendida no nosso substitutivo.

Caros Senadores, nós precisamos fazer avançar esse projeto, para que o empreendedor individual, o microempreendedor fique cada vez mais forte. É preciso que não asfixiemos a pequena e média empresa, que está indo tão bem, para o MEI, que está indo bem. Eles têm carregado a economia do País, e nós temos de dar essa esperança a eles de que, quanto mais fizerem essa adesão, menos perderão o controle da sua empresa. E que se sintam estimulados a realmente crescer.

O que nós queremos é geração de emprego, menos impostos, e esse Supersimples é tudo isso.

Por tudo o que foi expresso, o voto é pela aprovação do PLC nº 125/2015 - Complementar, e das Emendas da CAE nºs 1 e 5; pela aprovação parcial da Emenda na CAE nº 4/2015; e pela rejeição das Emendas nºs 2,3,6,7 e 8, nos termos do substitutivo.

É esse o relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Para discutir, Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Antes de abrir a discussão, gostaria de informar aqui, com muito prazer, a presença do Deputado Jorginho Mello, do Estado de Santa Catarina. Ele é Presidente da Comissão Mista Parlamentar, Câmara e Senado Federal, que defende a micro e a pequena empresa no País.

Gostaria também de informar a presença de Zulmir Ivânio Breda, do Conselho Federal de Contabilidade.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Quero me inscrever, Presidente, para discutir.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES. *Fora do microfone*.) – Eu também estou inscrito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Vou inscrever esse agora.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Estou inscrito para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Vamos abrir a discussão.

Para discutir, está inscrito, em primeiro lugar, o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, Senador Raimundo Lira; nosso Ministro Afif Domingos, que, ao longo da sua história, sempre trabalhou com a agenda da micro e da pequena

empresa; nossa Relatora Marta Suplicy, quero parabenizá-la pelo parecer; nosso coordenador da Frente Parlamentar Mista, aqui presente, Deputado do Estado de Santa Catarina, eu quero começar registrando que a Senadora Marta Suplicy fez um conjunto de modificações para viabilizar a aprovação desse projeto e, ao mesmo tempo, dar segurança a 10,4 milhões de micro e pequenas empresas formais do Brasil, responsáveis por 52% de todos os empregos de carteira assinada neste País – e o primeiro emprego é gerado exatamente junto às micro e pequenas empresas, conforme mostram as estatísticas do IBGE, da Frente Parlamentar, e segundo confirmam aqueles que acompanham a micro e a pequena empresa.

Aqui, nós tínhamos quatro grandes preocupações.

A primeira delas é a cobrança do ICMS a partir do teto ora vigente, de R$3,6 milhões. Para que os 26 Estados e o Distrito Federal não tenham nenhuma redução de receitas por conta do ICMS, a nobre Relatora está determinando que o ICMS a ser cobrado das empresas do Simples a partir de R$3,6 milhões é por fora, ou seja, as contribuições devidas ao Governo Federal, acima de R$3,6 milhões, serão feitas na guia do Simples, mas o recolhimento do ICMS dos 26 Estados e do Distrito Federal será por fora, ou seja, não há nenhuma possibilidade de discutir diminuição de receita dos Estados. Isso já tinha sido aprovado também na Câmara Federal, antes de o projeto vir para cá, e a nobre Senadora está mantendo.

Havia uma reivindicação das entidades que representam os Municípios para que o ISS tivesse idêntico tratamento – como todos nós sabemos, o ISS é de, no mínimo, 2% –, para evitar a guerra fiscal entre os Municípios. Além disso, que tivesse o teto máximo de 5%.

Esse teto máximo de 5% é cobrado a partir de R$1,8 milhão, mas como nós estamos aprovando o princípio do efeito cascata do imposto de renda, poderia ter, como muito bem registra a nobre Relatora, algum resíduo de redução. Para não haver nenhuma dúvida sobre isso, a nobre Relatora, em sintonia com a Frente Parlamentar, está determinando que o ISS acima de R$3,6 milhões não faz parte da Guia Única de Recolhimento, ou seja, os Municípios vão recolher por conta própria.

E aqui eu quero fazer um registro. Em 2007, quando nós criamos o Simples Nacional, nós tínhamos em torno de 70% dos Municípios brasileiros, mais de 4 mil Municípios tinham zero de ISS na sua receita. Hoje, todos os 5.570 Municípios do Brasil têm receita do ISS a custo zero, porque ele é recolhido na Guia Única do Simples Nacional e é feita a transferência, a partilha no banco arrecadador. Não tem passeio de recursos e nem tampouco um centavo de custo para o Município arrecadar o seu ISS, porque é feito da guia única, que o empreendedor e os contabilistas preenchem, recolhem e não tem custo nenhum para o Município. Mas como havia essa dúvida, para não haver qualquer discussão, a nobre Relatora está determinando que o ISS acima de R$3,6 milhões seja cobrado por fora pela Receita própria de cada Município, para não parar nenhuma dúvida.

Nós temos, hoje, em torno de 400 mil micro e pequenas empresas que correm o risco de ser excluídas do Simples Nacional porque deixaram de recolher os seus impostos neste ano 2015, em face das suas dificuldades financeiras.

A Relatora e a Câmara já haviam aprovado um Refis, para as empresas do Simples, de até 120 meses. Para as empresas fora do Simples, na Medida Provisória 685, que nós já provamos na Câmara e no Senado, nós aprovamos o Refis com redução da sua dívida nas multas e também na correção monetária, e em algumas situações, também nos juros. Aqui não se reduz um centavo da dívida. O que se propõe é que ele possa parcelar em até 120 meses, para continuar existindo, mantendo seus empregos e mantendo na formalidade. Porque se não aprovar o Refis das micro e pequenas empresas, nós vamos ter, em 2016, algo em torno de 400 mil...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Cento e vinte e seis mil.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Para todos, quem está no Simples Nacional. O prazo, hoje, é de 60 meses, vai para 120 meses...126, tínhamos tratado 120. Portanto, aquele que votar contra esse projeto está determinando a morte de mais de 400 mil micro e pequenas empresários do Brasil. Eu acredito que o nosso Senado, que acompanha a vida das micro e pequenas empresas, que sempre votou por unanimidade, não vai contribuir para que mais de 400 mil micro e pequenas empresas sejam eliminadas, porque, sendo excluídas do Simples, elas não têm como sobreviver.

É bom lembrar que nós votamos, por unanimidade, a Medida Provisória nº 685, para que as empresas fora do Simples, do lucro real e do lucro presumido possam fazer o seu Refis, fazer suas negociações. Isso foi votado na última semana de novembro 2015. Estamos apenas a 15 dias da nossa votação, porque, para os grandes, nós fizemos o Refis. Aqui, pedimos a nossa Relatora fizesse outra alteração, para que os efeitos fiscais da União ficassem a partir de janeiro de 2017, ou seja, Estados e Municípios. Resolvemos integralmente o seu pedido, para não haver nenhuma redução, e para União, a vigência é a partir de janeiro de 2017.

Em 2016, para a União, isso representava em torno de R$6 bilhões de redução e aí, na audiência pública aqui do Senado Federal, o representante da Receita Federal apresentou esses números e o Governo pediu para que os seus efeitos fossem a partir de janeiro de 2017 para que, neste ano de 2016, que é um ano difícil, a gente possa assegurar o parcelamento das dívidas dos micros e pequenos para não serem condenados à morte. E, a partir de janeiro de 2017, eles voltam a ter todos os seus benefícios e a União suporta essa redução de R$6 bilhões.

Por isso, nobre Senadora, o Governo encaminha o voto favorável ao seu parecer, que é o voto acordado com a Secretaria de Governo, que acompanha esse tema.

Por isso o nosso voto é "sim" ao relatório.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu quero agradecer a fala do Senador Pimentel, que é fruto de uma grande negociação e que nos permite caminhar na direção da aprovação do projeto também com Estados, Municípios e União apoiando.

Mas eu quero dizer que eu me enganei e falei 126 meses, são 120 meses de Refis. No relatório está escrito e grifado corretamente, foi só na fala que eu me enganei.

Mas é importante, estão pedindo aqui que eu corrija, então, está corrigido.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Para discutir, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Raimundo Lira, nosso Ministro Afif Domingos, hoje presidindo o Sebrae, defensor permanente das micro e pequenas empresas.

Eu quero parabenizar a Relatora que fez um parecer atendendo a todas as preocupações.

O Senador Pimentel, também, como todos nós que somos defensores das micro e pequenas empresas, já apresentou, na sua fala, todos os argumentos que nos levam a votar favoravelmente com o parecer.

A preocupação que nós tínhamos, e conversamos há alguns dias com a Relatora, dizem respeito, primeiro, às perdas para os Estados e Municípios de receita quando ampliado o limite para as micro e pequenas empresas.

Nós todos sabemos que os Estados e Municípios passam por dificuldades extremas. Há perdas de receitas, sejam elas transferidas da União ou receitas próprias, mas pelo entendimento da Relatora com o Governo e atendendo às emendas que foram colocadas pelo Senador Bezerra, ela usou a solução salomônica de atender as micro e pequenas empresas sem que haja prejuízo, sem que haja queda de receita para os Estados e Municípios, quando ela destaca o ICMS e o ISS daquelas empresas, as micro e pequenas empresas com faturamento acima de R$3,6 milhões para entrar em vigor imediatamente.

Diferentemente dos impostos federais, como disse o Senador Pimentel, que passam a vigorar a partir de 2017 para que não tenha perda de receita estimada...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pois não, Senador Alvaro.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – É fundamental que essa correção proposta na emenda seja acolhida, como foi, pela Senadora Marta Suplicy, porque o meu Estado, por exemplo, o Estado do Paraná teria perdas de R$3 milhões, mais de R$3.006.890,00 do Fundo de Participação do Estado e para os Municípios as perdas estimadas seriam de mais de R$44,5 milhões.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Essa perda, Senador Alvaro, acontece em todos os Estados da Federação...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Exatamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – No Estado do Pará. A própria Confederação Nacional dos Municípios fez um trabalho mostrando o rebatimento em relação ao INSS.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu gostaria também de falar, se me dá licença, Senador Flexa.

É o seguinte, alguma perda residual eu acredito que todos terão. É residual. Agora, nós temos que pensar – e aqui muitos de nós somos empresários, acompanhamos a vida empresarial e sabemos que o volume traz mais vendas e traz mais recursos. Com o ISS, todos os dados que eu coloquei mostram isso: ele amplia, amplia, amplia. Nós estamos em uma situação econômica no País, hoje, que temos que pensar que gerentes e diretores de empresas médias vão estar na rua no ano que vem, e...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não, já estão!

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Já estão.

E vão fazer micros e médias, essas pessoas têm que ser incentivadas a vir. E a base de arrecadação, mesmo se nós estivéssemos bombando, de economia maravilhosa, aí seria mais ainda. Nós teríamos uma base de arrecadação como os números comprovam. Então, vai ser no volume de empresas onde eles vão, aos poucos, não vai ser amanhã, mas vai ser nessa direção. E nós temos que pensar em estimular o empreendedor, porque quem está gerando – e os números mostram isso hoje – emprego no Brasil hoje, é o pequeno.

Então, essa é a preocupação, não deixar eles fecharem e estimular o crescimento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – E criar novas empresas.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Exato, em um primeiro momento é possível que as perdas ocorram, mas, a médio prazo, haverá uma recuperação, em razão do dinamismo da economia, alcançando essas micro e pequenas empresas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – E a solução que a relatora deu, de deixar destacado o imposto Estadual e o imposto Municipal, a partir de R$3,6 milhões, inclusive fora da guia federal, isso vai fazer com que os Estados e os Municípios possam não ter perda.

Então, isso atendeu à preocupação maior que nós tínhamos, inclusive que é a sua, Senador Alvaro, que é a nossa pelo Estado do Pará e pelos nossos Municípios, e eu acho que do Brasil inteiro. Eu acho que todos nós temos que apoiar a micro e pequena empresa. Os números aqui dados pelo Senador Pimentel e de forma exaustiva colocados pelo Ministro Afif Domingos, mostram que a micro e pequena empresa é realmente sustentáculo, principalmente na geração de emprego.

Quer dizer, é importantíssimo não apenas fomentar, como disse a Senadora, mas apoiar a existência e a manutenção, porque o número de micro e pequenas empresas que abrem e fecham é muito grande.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Quatrocentas mil fecharam neste ano.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É impressionante! Então, nós temos que trabalhar no sentido, Senador Pimentel, de que elas sejam perenes. E que, como todos nós, comece como micro, se transformem em médias e possam chegar a grandes empresas.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE. *Fora do microfone*.) – A chamada longevidade.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – A longevidade, como diz V. Exª.

Eu queria fazer um destaque, um apelo à Relatora. Eu fiz uma emenda, na mesma direção do ICMS e do ISS, com relação, Ministro Afif, ao Sistema S, para que pudesse também ser a partir de R$3,6 milhões, como foram os outros dois, apartados, as empresas contribuiriam para o Sistema S.

Eu conversei com a Relatora para que nós tivéssemos uma transição, também, como é no federal. Em 2016 não teria nada e passaria a vigorar a partir de 2017.

Então, esse era o destaque que eu queria fazer, Senadora Marta Suplicy, queria ouvir de V. Exª se vai poder acatar ou não para que nós colocássemos em seu relatório.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. *Fora do microfone*.) – Eu não acatei, mas ele está fazendo destaque.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Não, eu estou fazendo destaque.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Para discutir, a palavra com a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Sr. Presidente. Eu também gostaria aqui de parabenizar a Senadora Marta Suplicy pelo relatório que fez.

É de grande importância tema, que já temos discutido bastante nesta Casa e, particularmente, quando estive no Governo, tive oportunidade de discutir muito com o nosso Ministro Guilherme Afif Domingos, a quem quero parabenizar pelo esforço, pela persistência. Se, hoje, temos uma lei da micro e pequena empresa, devemos a sua persistência, ao seu esforço, assim como também de lideranças desta Casa, como é o caso do Senador Pimentel, que muito trabalhou para que tivéssemos uma legislação diferenciada para a micro e pequena. E estavam corretos. Hoje, o saldo de balanço de empregabilidade, inclusive, de recolhimentos tributários, mostra que as micro e pequenas empresas têm força. Força no recolhimento tributário, na empregabilidade, na roda da economia.

Então, eu queria parabenizar e dizer que vem em boa hora essa melhoria da lei complementar que tanto ajudou as nossas micro e pequenas. Ela, na realidade, destampa, ajuda o empreendedor. O que tínhamos hoje? A empresa vai bem, começa a crescer, tem que parar de crescer para não ser prejudicada pelo tranco tributário, como disse, aqui, a nossa Senadora Marta Suplicy. Acho que essa rampa, que V. Exª, lá atrás, já tinha apresentado no Palácio do Planalto, quando apresentou o fechamento rápido de empresas, vem resolver esse problema, suaviza, dá condições para que a micro e pequena empresa realmente se fortaleça, cresça e aumente a sua atuação.

Então, eu queria parabenizar e dizer que essa preocupação que os Municípios trouxeram, embora a Senadora tenha aceito a emenda, acho que foi uma conformação importante para aprovarmos o projeto, mas que eu não teria grandes preocupações, porque, a partir do momento em que a micro e pequena empresa vai bem no Município, automaticamente, aumenta-se a arrecadação, porque se aumenta, amplia o negócio, coloca mais recursos na movimentação daquele Município e, por consequência, com uma alíquota menor, ou estando dentro do limite do Simples, a arrecadação aumenta pela quantidade. Mas acho que se chegou a um termo aqui, para que tivéssemos um equilíbrio.

É também louvável a questão do empréstimo para as micro e pequenas empresas. É uma espécie de banco do povo, um banco da micro e pequena empresa, que dá condições de realmente a economia local se

sustentar, ou seja, quem está naquele local empresta para o outro que o conhece, ajuda, enfim, acho que vamos ter um círculo virtuoso nesse processo.

Então, eu queria parabenizar V. Exª e dizer que é um projeto que enaltece esta Casa, o Congresso brasileiro; aprovarmos neste final de ano, com certeza, é um fechamento com chave de ouro, principalmente para a CAE, a Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu queria fazer um apelo a todos os Senadores presentes, que não peçamos vista desse projeto, que possamos votar, mesmo essa questão do Sistema S, se, por acaso, não chegarmos a uma conclusão aqui, que possamos fazer um destaque em plenário, mas fechar bem os trabalhos desta Comissão de Assuntos Econômicos, porque estamos dando uma resposta à economia da sociedade brasileira, estamos dando um suporte, para que entremos em 2016, principalmente para as empresas que estão com problema, com uma outra situação para o seu refinanciamento, o refinanciamento das suas dívidas e com uma perspectiva concreta de crescimento em 2017.

Então, parabéns, Senadora Marta, parabéns ao Ministro Guilherme Afif, também ao nosso Líder, Senador Pimentel, que tem sido um batalhador na causa das micro e pequenas empresas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Para discutir, o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

Inicialmente, cumprimentando o nosso estimado Ministro Guilherme Afif, também desejo cumprimentar a Senadora Marta Suplicy, que se esmerou para aperfeiçoar o projeto e incorporar um conjunto de inovações. É evidente que há unanimidade entre todos nós no que diz respeito à importância da pequena empresa, da média empresa, da microempresa, enfim, em nosso País, da empresa de pequeno porte, como é o conceito mais adequado na geração da oportunidade, na geração de liberar a pessoa para que ela possa empreender.

Mas eu tenho, Sr. Presidente, aqui, uma dúvida muito grande com relação à adesão ao Simples da chamada Empresa Simples de Crédito, que é uma novidade no sistema brasileiro.

Estou invocando, inclusive, por inspiração, uma entrevista que o Ministro Afif Domingos deu ao *Valor Econômico*, em que um conjunto de perguntas é feito a ele, que, seguramente, é a grande inspiração desse propósito, um propósito que tem o sentido de democratizarmos o crédito em nosso País, à medida que a concentração do crédito é, de fato, um gargalo para o desenvolvimento do dinamismo e da atividade econômica em nosso País.

O crédito, como sabemos, é muito caro ou não está disponível para quem precisa naquele momento, mas há que se ter alguns cuidados e algumas preocupações com relação a essa inovação no sistema de crédito brasileiro, porque, à certa altura, V. Exª é perguntado, Presidente Raimundo Lira: "Mas esse empreendedor individual, emprestando o próprio dinheiro, também não seria agiotagem?" Aí, responde V. Exª: "Aí, é mercado. Vamos estabelecer a concorrência. Foi a falta de concorrência que gerou a chamada agiotagem oficial, autorizada e controlada pela instituição central. Isso, sim, é agiotagem. O que queremos é estabelecer a concorrência."

V. Exª, mais adiante, é perguntado sobre a inspiração nesse modelo, se há referências em outros países. V. Exª diz que não, que veio da inspiração dos pais de V. Exª, da história econômica de sua família. "Lembrei dos meus avós, de como funcionava no interior, onde quem dava crédito era o comerciante. Era olho no olho, fio de bigode, etc...."

O mundo mudou, e as relações ficaram muito mais sofisticadas e muito mais complexas. Sinceramente, tenho muitas dúvidas e, na dúvida, costumo não ultrapassar, porque acho que temos lei, inclusive, que proíbe a agiotagem no Brasil, que é de 1951, está em vigor e pune a agiotagem com até dois anos de detenção. E nós estamos, na prática, criando um sistema muito novo. Restam-me dúvidas e questões de como esse sistema será fiscalizado porque...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Posso contra-argumentar, Senador? Para fazer uma conversa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Não, V. Exª não vai nem contra-argumentar. V. Exª, como Relatora, poderá me ajudar a entender. Estou buscando informação de como isso vai se dar na prática...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – É, eu também pensei...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – ...porque essa é uma inovação muito grande no sistema financeiro, e nós precisamos ter muito cuidado com aquilo que estamos fazendo aqui, até porque este projeto terá que voltar para a Câmara à medida que nós o mudamos profundamente.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Não, esse item já foi aprovado, ele vai voltar agora.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Mas outras tantas mudanças que V. Exª incorporou e aperfeiçoou bem, nós vamos ter que votar em plenário, e isso vai ter que retornar à Câmara.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Vai.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Portanto, não há solução de vigência para 2016...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Para 2016.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – ...porque isso terá que ser, de novo, apreciado pela Câmara.

Mas eu gostaria que V. Exª e, quem sabe, até o Ministro Guilherme Afif pudessem abordar esse assunto.

Peço vênia a V. Exª, Presidente, porque estamos incorporando um tema, aqui, absolutamente novo no sistema de crédito em nosso País. E tenho muita dúvida com relação a isso.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu gostaria também de dar a palavra ao Ministro Afif, mas, antes, quero ponderar um pensamento que eu tive parecido com o do Senador Ferraço.

Quando eu li, pensei: credo, mas o nome certo disso é agiotagem! Depois, eu pensei exatamente isto: o mundo mudou. E nós temos, hoje, uma realidade no Brasil que não é de centenas de milhares de bancos, como, por exemplo, nos Estados Unidos. Nós temos poucos bancos, e os bancos que nós temos, Senador, não emprestam para o pequeno, não emprestam para a produção. É a coisa mais difícil do mundo.

Então, exatamente pela peculiaridade do nosso País, exatamente pelo fato de os bancos não estarem atrelados a esse hábito e, para ser regularizada uma situação, porque, hoje, a agiotagem é proibida, como V. Exª falou, por lei, regularizar que esses cidadãos possam emprestar esse dinheiro, e aí eu creio que é uma atividade que será dentro dos parâmetros negociáveis, porque é uma forma diferente.

Agora, eu passo a palavra para o Ministro, se o Presidente da Casa permitir, para que ele possa também se pronunciar, porque isso é uma criação, como V. Exª colocou, totalmente dele.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Inclusive, temos aqui...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senadora Marta Suplicy, Senador Ferraço, a presença do Ministro Afif é um prazer muito grande, mas ele só poderia usar a palavra se fosse em audiência pública.

Regimentalmente não pode.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Pediria à Relatora que prestasse todos os esclarecimentos que satisfizessem plenamente ao interesse do Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Num outro trecho muito criativo na entrevista que dá o Ministro Afif – e é uma criatividade que nos faz pensar na ousadia dessa iniciativa –, é perguntado: "A Empresa Simples de Crédito, então, será um pequeno banco?". "Não, é o cidadão que tem o dinheiro dele, que, em vez de entregar para a instituição financeira aplicar, que depois faz a intermediação e acaba criando uma imensa cadeia alimentar, vai emprestar o dinheiro na localidade dele, onde ele conhece as pessoas". Porque hoje quem dá crédito é computador, é sistema. A pessoa que está na ponta não tem autonomia nenhuma para dar crédito.

O Brasil tem 228 bancos para 204 milhões de habitantes, portanto um banco para cada 896 mil habitantes; a União Europeia tem 107 mil cidadãos para cada banco; e os Estados Unidos, 40 mil pessoas por instituição financeira. Quer dizer, resta-me um conjunto de incertezas de como esse mercado estará sendo regulado, porque o dinheiro, no caso aqui, é um produto como outro qualquer, mas esse mercado exige algum nível de regulamentação. Quero crer que esteja relacionado à garantia, que esteja depois regulamentado. O credor vai se referir a quem ele emprestou o dinheiro de que forma? Com que forma ele vai receber esse recurso? Qual é a garantia? Há um conjunto aqui de dúvidas que eu, sinceramente, se não for satisfeito, vou pedir vista, porque eu sou movido na vida no sentido de que, se há dúvida, eu não ultrapasso – essa é uma regra de trânsito basilar –, e eu tenho muitas dúvidas com relação a isso.

Portanto, eu pediria à nossa Relatora que me pudesse esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senador Ricardo Ferraço, eu posso dar uma sugestão?

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – V. Exª, aqui na sala de reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, conversaria um pouco com o Ministro Afif.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Mas eu acho que essas dúvidas não são só minhas, Sr. Presidente.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Mas é muito simples: o Banco Central vai fazer a fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Possivelmente, essas dúvidas fossem...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – O Ministério da Fazenda, o Banco Central vão fazer essa fiscalização. Agora, que é um instrumento novo é, e nós vamos ter que acompanhar. Nós podemos, se, por acaso, daqui um tempo, for averiguado que não é o melhor instrumento, também extinguir, mas eu acho que, neste presente momento, com a carência que temos, não seria de bom senso impedirmos um instrumento novo desses, que tem a ver com a nossa realidade, com o nosso sistema bancário, poder ser experimentado no País.

Essa é a minha opinião, principalmente porque o Ministério da Fazenda acordou, e o Banco Central vai fiscalizar também. Quer dizer, temos algum risco de não dar certo? Sempre existe, mas há chance de também dar certo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Eu queria perguntar, inclusive, ao Líder do Governo se o Governo está atento a isso, se o Banco Central, o Ministério da Fazenda fizeram uma avaliação, porque sistema financeiro é uma coisa muito complexa, muito sofisticada, que envolve um conjunto de regras e condições.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – No início deste século XXI, nós tínhamos uma grande dificuldade com as cooperativas de crédito, uma resistência muito grande do Banco Central e dúvidas nossas aqui no Congresso Nacional.

Esse sistema, através da OCB, evoluiu, e hoje nós temos o banco da OCB, com emissão de talão de cheque, de depósito e de financiamento. Isso descentralizou crédito na área rural, portanto temos uma experiência de lá, entre 2004 e 2005, em que tínhamos muitas dúvidas...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – ... e hoje está consolidado esse sistema. Lá em 2004, o próprio Banco Central dizia que não tinha capacidade de normatizar e de fiscalizar.

Ele evolui e, hoje, tem total cobertura, inclusive, do Fundo Garantidor de Crédito para esse segmento. É evidente que foi um aprendizado ao longo desse tempo.

Temos também as cooperativas de crédito urbano fechadas. Um exemplo concreto é a Cooperforte, do Banco do Brasil, que é a maior cooperativa de crédito do Brasil. Tínhamos muitas dúvidas, lá em 2004, 2005, nesse processo, e hoje é um exemplo no Brasil.

Em seguida, foi criada outra cooperativa de crédito no Estado de São Paulo para os seus funcionários, e em seguida ampliou para os funcionários das prefeituras, que é outro exemplo bem-sucedido na terra do nosso Ministro Afif Domingos.

Eu poderia aqui citar um conjunto de outras cooperativas de crédito que foram estruturadas e deram certo. O que o Ministro está propondo aqui é muito parecido. É evidente que é um instrumento novo, e com tudo que é novo nós precisamos ter preocupação, precisamos acompanhar de perto. Portanto, o Senador Ricardo Ferraço levanta preocupações legítimas.

Agora, há um fator, se não enfrentarmos o novo, ele nunca virá. Por isso, da mesma forma, Senador Ricardo, que lá em 2004 e 2005, nós ousamos com a OCB, acredito que temos agora um espaço para dar um segundo passo para esse setor que vende a prazo. E normalmente o carnê, a dívida tem uma parcela de R$25 por mês. Há valor acima e há valor abaixo.

Temos a experiência da Casas Bahia, que foi feita para ela própria. Essa estrutura da Casas Bahia permitiu trazer a taxa de juros para 1%, e aí ela dinamizou muito as suas vendas da sua rede. Então, dessas experiências exitosas é que nós estamos a um passo. Pode dar errado? Pode dar errado. Mas como nós acertamos com a OCB um sistema livre, que na Casas Bahia também está dando certo, nós queremos evoluir para o micro e pequeno empresário não depender de banco diretamente. Ou pode depender, se quiser, porque os custos são muito altos. O objetivo é que esse lucro, que hoje vai para o banco, fique na mão do micro e do pequeno, para que ele possa crescer um pouco mais.

Mas as suas preocupações são legítimas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Bem, Sr. Presidente, eu não tenho medo...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Um minutinho.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Pois não, Senadora.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu tenho uma informação aqui que eu acho essencial até para a minha compreensão, até minha, que não tinha percebido isso. Essas empresas só podem operar de forma jurídica. Na hora que elas operam de forma jurídica, está descaracterizada a agiotagem. Realmente, é uma coisa nova, mesmo, então.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Porque a agiotagem é caracterizada como empréstimo de pessoa física para pessoa física.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Olha, eu não tenho medo do novo, tampouco de ousar. É importante que tenhamos consciência de que nós estamos incorporando uma regra muito nova no sistema financeiro brasileiro.

De modo que eu tenho as minhas dúvidas, as minhas questões, mas não vou ser óbice a que essa matéria possa seguir adiante, porque ela traz, de fato, muitos benefícios para o conjunto da empresa de pequeno porte, da média empresa, que são sustentáculos fundamentais da economia brasileira.

Mas nós estamos aqui diante de algo muito próximo a uma jabuticaba. Vamos ver se essa coisa, na prática, se desdobra com essa efetividade que nós estamos pensando. Mas a palavra aqui do Líder do Governo no Senado, de que o Banco Central, de que o Ministério da Fazenda olhou tudo isso e está dando sinal verde

eu acho que deve nos estimular a estarmos prontos para matar o velho e esperar que o novo possa, de fato, representar aquilo que eu acho que está na inspiração de V. Exª, Ministro, que é, na prática, a democratização do acesso ao crédito, que é fundamental para alavancar a capacidade empreendedora do brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – É isso, mesmo, Senador Ferraço. Obrigada pela contribuição e reflexão.

Senador Raimundo Lira, Presidente da nossa Comissão, o Senador Flexa teve que se retirar, mas eu fiz um entendimento com ele antes, porque ele realmente não podia ficar, para o seu destaque, que foi o de nº 2.

Eu gostaria de dizer que eu a acatei em parte, parcialmente. Então, vamos ver o que foi acatado: "Acato parcialmente, mudando o limite de 3,6 – que era o da sua proposta – para 7,2, em relação ao Sistema S, a partir de 2018".

Então, está acatada a Emenda nº 2, parcialmente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senador Ferraço, as preocupações de V. Exª são importantes, porque ainda está previsto crescer, este ano, 7,4%, e foi onde o crédito mais se democratizou no mundo, principalmente o crédito para as pessoas de baixa renda. Então, essa preocupação é realmente importante. E o Ministro Afif aqui falou que, naturalmente, esse processo vai ser aperfeiçoado no momento da regulamentação.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Há mais um detalhe, Presidente: só pode ser emprestado de empresa para empresa. Então, fica descaracterizada totalmente a agiotagem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – E esta aprovação que estamos aqui eventualmente fazendo – ou mais tarde, no plenário – vai determinar, evidentemente, a regulamentação por parte do Banco Central, assim como aconteceu com o movimento do cooperativismo em nosso País. Há alguns poucos anos, os bancos dos nossos cooperativistas, do cooperativismo brasileiro, sequer tinham acesso a operar com recursos como os recursos, por exemplo, do café, que era um monopólio do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, enfim.

Então, eu quero crer que a regulamentação do Banco Central poderá esclarecer todos esses pontos e trazer estabilidade e segurança a essa inovação que nós estamos incorporando nas regras do ambiente e do propósito, que é criar um ambiente de redemocratização ou de ampliação dos canais de acesso ao crédito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Antes de passar a palavra ao Senador Ronaldo Caiado, eu devo informar a ordem dos Senadores inscritos: depois do Senador Ronaldo Caiado, falará o senador Dalírio Beber; em seguida, o Senador Antonio Carlos Valadares, o Senador Telmário Mota e, por fim, o Senador José Agripino.

Com a palavra o Senador Ronaldo Caiado, para discutir.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, essa luta já vem de longa data, mas eu quero realçar aqui um ponto que tem sido discriminado em todo momento em que nós discutimos esse assunto sobre pequenas e microempresas. Refiro-me exatamente à situação na área da saúde.

A área da saúde já foi contemplada uma vez, e a matéria foi vetada. Agora, por exemplo, cria-se uma situação: o advogado – nada contra – tem lá o seu escritório. Ele vai pagar 13%. E o médico vai pagar 45%. O lucro presumido, é lógico... Aí o corretor também. Agora incluíram os fisioterapeutas. Incluíram também a terapia ocupacional. Quer dizer, é interessante aquilo que nós estamos vendo hoje acontecer no Brasil. Falo do caos na saúde, em que a estrutura que sustenta a saúde no País, composta em grande parte dos hospitais filantrópicos – exatamente os hospitais privados – está quebrando. Esses hospitais estão inviabilizados. No entanto, a receita é bastante contemplativa em facilitar agora esse formato novo de crédito – como é que se chama? –, a Empresa Simples de Crédito. Eles têm um tratamento diferenciado, enquanto a vida, o cidadão, a estrutura hospitalar, a saúde, estão totalmente destruídas. E não há como, hoje, poder incluir a sua clínica, incluir o seu hospital ou poder, como médico, se beneficiar dessa legislação. Então, o ponto importante é deixado sempre para outro momento. E aí identificam: "Nós vamos pegar o fisioterapeuta, nós vamos pegar a terapia ocupacional. Nós vamos pegar então agora o advogado, vamos colocar o corretor".

Por que essa seleção? Se não é pelo valor, o teto não é o valor? Não é essa a condição do faturamento? Por que a área da saúde está excluída do benefício? Sendo que nós já aprovamos isso. E a Receita e o Ministério da Fazenda têm sido extremamente refratários a essa área. O que adianta hoje, quantas vezes nós já fomos ao BNDES, à Caixa Econômica para renegociar exatamente essas dívidas hospitalares? Quantas audiências públicas nós já fizemos?

Então, eu acho que, num momento desse, onde, pela primeira vez, a corrupção passou a ser o primeiro item agora identificado pela sociedade brasileira como um problema nacional, o segundo, encostado, é a saú-

de, e, no entanto, não há nenhuma medida por parte do Governo que viabilize as estruturas poderem, amanhã, fazer uma qualidade de atendimento ao paciente brasileiro.

Então, Sr. Presidente, a única consideração que faço, com todo o respeito pela competência que tem a nobre Senadora Suplicy em poder fazer e apresentar esse seu relatório, é que fica sempre para depois essa situação. Outras novas são criadas, e a saúde sendo sempre excluída de qualquer alternativa. Não é benefício, é alternativa, porque, entre comparar essas outras atividades com a atividade médico-hospitalar, não há parâmetro de comparação, e, no entanto, essa área é simplesmente desconsiderada em todos os momentos.

É a ponderação que faço à nobre Relatora,...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Nobre Senador.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – ...ao cumprimentá-la pelo relatório que fez.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Senador Caiado, V. Exª me dá um aparte?

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu também quero falar.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Pois não.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu vou ser objetivo.

Eu concordo em gênero, número e grau. E há um detalhe, o médico é também tratado... vários profissionais podem recolher o Simples, o médico não pode. O advogado pode, e se você comparar o ganho de um advogado com o ganho de um médico, meu Deus do céu!

Então, essas coisas eu acho que nós precisamos também ver. Há uma emenda, e parece-me que da própria Relatora, em que ela admite, mas o médico está fora desse benefício.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Senador Moka e Senador Caiado, desde 2015, pela Lei nº 147, que foi aprovada em 2014, o médico já pode entrar no Simples, desde essa lei; só que agora, com a ampliação até 14 milhões, eu acho que realmente vai ser uma possibilidade que vai de acordo à pretensão que V. Exª está colocando.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Eu quero também, só para ajudar, Senador Ronaldo Caiado, Senador Moka, a Lei Complementar nº 147 deixou de tratar os profissionais liberais, que era uma discriminação negativa, para que pudessem vir para o Simples, mas foi criada a chamada Tabela 6, que é muito alta para eles...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Então, não foi. Vamos ser realistas, Pimentel, não vamos mascarar as coisas. Não há benefício algum.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – ...e agora a nobre Relatora está revogando a Tabela 6, e trazendo para a Tabela 4 todos eles, exatamente para diminuir essa carga tributária e ficar compatível com os outros profissionais liberais.

Portanto, essa era uma das brigas da Receita Federal, porque queria tratar o profissional liberal diferente dos outros, e, então, criava essa confusão toda. Agora ela está unificando, está na página 55.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Mas com as condicionantes de possuir três funcionários a mais, sendo que em um escritório de advocacia nada disso é necessário.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Com 22,5 de faturamento, ele cai da Tabela 4 para a Tabela 3. Há uma melhoria.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Diminuição significativa.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Veja bem, é aquilo que o Senador Ferraço colocou, é um texto também que nós não tivemos a oportunidade de trabalhar sobre ele. Modéstia à parte, nobre Relatora, V. Exª sabe da confiança que todos nós temos na competência de V. Exª, mas é um texto que nos chega aqui em que esses detalhes todos não são esclarecidos. Se essa alteração está sendo feita no relatório de V. Exª, é lógico, eu acredito que essa matéria irá ainda para plenário, discutiremos e buscaremos essas outras alternativas que estão sendo apresentadas.

Se isso, realmente, é a realidade, é o que vai acontecer, se nós temos de ter uma ampliação de crédito, se vamos ter, realmente, uma identificação em que não vamos ficar selecionando qual é o profissional que vai poder ter o benefício, mas sim uma tabela específica para que, independente da sua atividade ele possa ser atendido – aí, tudo bem; aí, eu acho que nós podemos construir esse entendimento.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu vou enviar para V. Exª, no seu gabinete, hoje à tarde, e do Senador Moka, que apresentou essa preocupação, os números e a tabela, para que V. Exªs possam ver do jeito que foi produzido.

Eu acho que vai melhorar a situação dos médicos.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Eu quero só tratar aqui... Pedindo para fazer um pequeno registro.

Esse texto do Simples Nacional começou lá em 1996 – 1995, 1996 –, teve uma série de adequações, e a grande mudança foi em dezembro de 2006, quando todas as entidades se envolveram nesse debate. Houve um trio na Câmara que, independentemente das suas posições político-partidárias, sempre trabalhou junto: o Luiz Carlos Hauly, aqui presente; Carlos Melles; e este careca. Portanto, ali nós fomos uma espécie de avalistas nesse debate do Simples Nacional.

De lá pra cá, muita gente se incorporou, e a maior frente parlamentar – uma das maiores frentes, hoje – é esta. E estão aqui exatamente os três e mais o nosso Presidente da Frente, para registrar que esta tabela foi construída, com os setores, com este olhar.

A Tabela 6 realmente era perversa – o termo é esse, perversa. A Tabela 4 melhora bastante. É ideal? Ainda não. É um processo de construção progressiva, mas reduz muito a carga tributária. E foi aqui que a Receita Federal mais se insurgiu: contra essa Tabela 4, que enquadra todos os profissionais liberais.

Portanto, nosso Senador Ronaldo Caiado, é a perfeição? Ainda não. Mas é uma melhoria muito grande com o que nós tínhamos feito na Lei Complementar nº 147.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Bom, V. Exª está de posse da tabela. Como Líder do Governo, tem todas informações, o que, infelizmente, não nos é dado neste momento do debate.

Mas a pergunta que eu faço é: esses profissionais foram realmente colocados na mesma tabela por um parâmetro de valores, como foram colocados também os advogados, como foram colocados os corretores? Ou, dentro dessa sua opção profissional, existe um que está na Tabela 2, o outro está na Tabela 3, o outro está na Tabela 4? Essa sempre foi a nossa grande discussão, porque a Tabela 6 e nada... Nós sabemos muito bem, ela não dava nenhum benefício; aquilo era simplesmente uma ficção para tentar aprovar um projeto.

Então, a discussão nossa realmente perde um pouco a condição do debate, até porque a matéria é nova. Eu vou buscar toda a informação da minha assessoria para que aí, sim, eu possa confrontar os dados com o nobre Senador José Pimentel, no momento em que a matéria for ao plenário.

Agradeço.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – E no plenário a gente faz os ajustes que forem necessários, com a anuência da nossa Relatora.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu gostaria, também, de fazer um esclarecimento, Senador Caiado.

Há um critério, sim. Se a empresa utilizar 22,5 do seu faturamento para funcionários, ela vai para a Tabela 3, o que parece razoável, porque a ideia do Simples é criar emprego, também.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu não lembro exatamente como era a dos advogados, mas os advogados...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu concordo plenamente. Eu não quero é...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – ...também têm um critério de empregabilidade.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu não quero é que haja exceção na advocacia para a saúde.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Não, não, porque no dos advogados também tem.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – A minha discussão é só essa.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Não é o advogado que vai para a faixa tal, simplesmente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Tudo bem.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – O escritório tem de ter um número de funcionários.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Tudo bem. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Então, saindo um pouco desse pingue-pongue e dando continuidade, para debater a matéria, o Senador Dalírio.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Presidente Telmário, demais Senadoras e Senadores.

Quero parabenizar a Senadora Marta Suplicy pelo excelente relatório que produz, em torno de uma matéria extremamente importante.

Eu manifesto, novamente, a preocupação com uma questão relacionada às empresas: as microcervejarias, as vinícolas e os produtores de licores e destilarias, uma vez que foi inserido o termo "artesanais", e há uma dificuldade enorme de se poder enquadrar o que são as cachaceiras ou destilarias artesanais.

Por isso, da Câmara, veio sem essa expressão, sem esse acréscimo. Acho que deveríamos eliminá-lo para que pudéssemos efetivamente não criar dúvidas em relação às destilarias. E o enquadramento dá-se pelo faturamento, ou seja, não atingido aquele valor, está enquadrado dentro do Supersimples.

Se tivermos ainda a diferenciação, que deverá ser escrita, hoje não existe informação precisa das próprias instituições que representam as destilarias de que não existe essa questão da informação sobre as destilarias nem cervejarias artesanais.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Senador.

Se V. Exª me permite, o critério que o Ministério da Agricultura está em processo é o do faturamento para ser artesanal.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Então, não haveria necessidade de estar aqui, porque vamos enquadrar as destilarias que aqui estão até o faturamento para ser enquadradas no Supersimples, não haveria necessidade colocar que é artesanal.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Nobre Senador Dalírio, o critério que foi utilizado, desde a Lei Complementar nº 147 e, principalmente, nesta daqui, é dizer quais são as que não podem, todas as outras podem, são os §§17 e 18 do art. 13.

Portanto, esse está sendo o critério.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Certo, mas o artesanal vai simplesmente confundir, porque qual a destilaria que é artesanal e qual não é?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Pelo faturamento.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Portanto, destilaria é uma palavra que não acrescenta em nada, destilaria poderia se tirar para evitar a dúvida.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Vamos fazer esse ajuste no Senado, vamos ler com carinho e fica o compromisso de fazermos esse ajuste.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Por outro lado, também existe uma profunda preocupação por parte dos Municípios e, apesar de a Senadora Marta ter afirmado que já mantiveram contato, mas a confederação nacional e a Federação dos Prefeitos, nesse momento, estão interagindo no sentido de darmos um tempo para que se aprofundem essa análise, e se permita que os Municípios brasileiros possam, de fato, estarem conscientes dos impactos que terão nas suas arrecadações.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Senador, ceder mais do que foi cedido, não dá, inclusive os dados que trouxeram não são dados... Posso até confirmar, porque a União dá um dado, quando eu, com a prerrogativa de Senadora, pedi para a Receita, formalmente, me dizer quais seriam as perdas e o que estava ocorrendo, não vem a resposta, diz que está em elaboração.

As prefeituras vêm com dados, mas dados que a própria Receita não confirmou. Agora, que haverá uma perda residual, achamos que sim. O que estava proposto é que nem entrassem, portanto, haverá um breque no 3,6, vamos ser realistas, mas não dá para fazer.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Não tenho dúvida, mas não será uma semana a mais, uma semana a menos que criará essa dificuldade com certeza.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Vai ser, sim, porque tem que ser aprovado esse ano, já está combinado de ir à Câmara, porque será um quebradeira generalizada no País e os prefeitos tinham que ser, nisso, mais responsáveis, porque a pressão que está acho correta porque são milhões que vão fechar, que não podem mais pagar o Refis, que já estão numa quebradeira, então eles têm que ter essa sensibilidade.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Mas, com certeza, as dificuldades de administrações municipais também estão enfrentando é tão grave e tão grande quanto às empresas.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Por isso mesmo.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Acho que fizeram um pouquinho mais para fazer com que...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Não vai mudar nada, porque os dados, como disse a V. Exª, não vieram da Receita e os dados que eles apresentam são questionados pela fundação.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Vamos abrir um prazo para que senhora tenha uma conversa com a confederação, com a Federação dos Prefeitos, é mais uma semana só.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Não é uma semana. Temos que mandar ainda para a Câmara aprovar.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Certo, mas, de qualquer forma, a Câmara também não vai ter condições de apreciar isso neste ano ainda.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Acho que não vai mudar, porque, até onde pude observar e pedir os dados, os dados que enviaram que, em uma semana não vão arrumar novos dados, não são dados que vão mudar o parecer e acho que nem a votação.

Isso, porque cada um dá um dado. A União não manda os dados definitivos – formalmente me colocou isso –, os Municípios apresentam dados, e os Estados, outros dados.

O que nós percebemos, Senador, usando o bom senso? E espero que todos possam compreender a situação. Nós temos uma perda residual provavelmente verdadeira. Não são os números apregoados, mas é provavelmente residual.

Agora, o número de empresas é o que fez o Simples vitorioso, a base de gente que entra em emprego criado. E, na situação que estamos vivendo, surpreende-me muito os prefeitos não estarem preocupados com o número de empresas que vão fechar e com o número de empresas que vão ser criadas, se houver uma situação conveniente.

Se não aprovamos isso neste ano, o ano que vem é só para...

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Mas nós vamos aprovar neste ano.

Peço vista...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu acho que dificulta enormemente. Dificultará enormemente, Senador.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Eu peço vista, para podermos rever essa matéria um pouco mais.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, embora ele tenha pedido vista, eu gostaria de falar depois da concessão.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Continuando, depois discutimos a questão do pedido de vista, queria passar a palavra ao Senador Antonio Valadares.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. *Fora do microfone*.) – Acaba dificultando o emprego. É a questão do emprego, que o prefeito tem.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Não, mas isso, em uma semana... Temos de tirar essas dúvidas, Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Senador, estamos numa situação política que todos estamos acompanhando. A Câmara está muito conturbada. Nós conseguimos ter uma conversação, graças aos Deputados atuantes em relação à Frente da Microempresa, muito boa, para que consigamos fazer essa votação.

Para que vamos criar mais uma confusão em algo que está acordado? Foi votado lá, vai ser votado aqui e pode caminhar para alegria de todos em 2016. Na realidade, vai começar a funcionar em 2017; só os Refis são em 2016.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Posso falar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Sim, com a palavra Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, só colaborando um pouquinho...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sou eu, Presidente. Meu nome já foi anunciado, Presidente.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – É claro, o Senador Valadares tem toda a oportunidade, mas só pedindo... Eu só queria responder ao Senador.

Veja você a questão das prefeituras. As prefeituras irão perder, se não aprovarmos, porque aí se vai para informalidade. Na verdade, o que existe aí é um complô dos agentes fiscais, porque unifica essa fiscalização. Portanto, as prefeituras não perdem; ao contrário, elas passam a ganhar. Perdem, sim, se não aprovarmos esse projeto.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senador...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, eu estou inscrito.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Senador Dalírio Beber.

Se eu responder ao Senador que pediu vista...

Senador Dalírio Beber, eu faria um apelo a V. Exª.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Vamos discutir isso, então, no plenário. O.k., se vocês querem isso, vamos discutir no plenário. Mas acho que é injusto não ouvirmos a Confederação Nacional e a Federação. (*Palmas.*)

Acho que estamos precipitando o jogo em função de uma pressão. Uma semana a mais seria muito legítimo, para dar muito mais consistência e legitimidade, digamos, a esse projeto, que é tão importante não só para os microempresários, mas também para os Municípios, o ente federado mais sacrificado em toda essa história, nos últimos anos.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Agradeço a compreensão de V. Exª, Senador.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, então vai ficar aqui – e acho o Senador Dalírio ponderado e equilibrado –, no sentido de que essa discussão com os Municípios... Porque a Senadora Marta

diz que os números não coincidem, mas eu os tenho no Mato Grosso do Sul, a perda do Mato Grosso do Sul seria de R$104 milhões, e há Municípios que vão perder muito também.

Agora, acho que não é o caso, superada a questão do pedido de vista, de ignorar a perda desses Municípios. Quero crer que a Senadora Marta Suplicy tem razão, quando diz que os empregos gerados, as micro e pequenas empresas que deixarão de fechar as suas portas acabarão compensando essas perdas, que, segundo ela, são residuais. Mas é fundamental que, até a votação no plenário, nós obtenhamos números reais das perdas dos Municípios, porque, de repente, a perda também pode asfixiar Municípios pequenos. Nesse caso, vou ficar realmente preocupado.

Em relação ao ICMS...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Desculpe-me, mas eu tenho o direito de externar o meu argumento aqui, com todo o respeito ao Hauly – tenho o direito de falar. Não estou falando de forma emocional, não; estou falando de forma equilibrada. Agora, se quiserem radicalizar, nós podemos radicalizar.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Agradeço a posição dos Senadores.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Estou querendo...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Vamos providenciar o que pudermos de mais informação. Tentei obter todas as informações possíveis, usando a prerrogativa de Senadora da República junto à Fazenda, mas o que obtive foi essa resposta que apresentei a V. Exª. Os Estados apresentaram números, mas nós temos também números da Fundação Getúlio Vargas, números da Fundação Dom Cabral.

O que me deixou muito impactada é que os números são realmente... Como será isso? Agora, nós usamos o bom senso também. V. Exª é um homem...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sim, Senadora. Mas a senhora há de convir comigo que, quando recebo os números...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Claro.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ... da Confederação Nacional dos Municípios, eu tenho que levá-los em consideração.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Tem mesmo.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu acho que é uma entidade que todos nós...

Eu tenho um compromisso com a Frente Parlamentar Municipalista. Ninguém aqui duvida do meu trabalho, porque sempre ajudei os micro e os pequenos empresários. Sou estou preocupado com o momento atual – este momento atual me preocupa.

Em relação ao Sistema S, V. Exª já disse que vai aceitar parcialmente o pedido do Senador Flexa Ribeiro. Vejo que V. Exª está tentando realmente equilibrar.

Da mesma forma, penso que essa boa vontade haverá de existir, até porque conheço V. Exª, que já foi Prefeita de São Paulo. Ninguém mais do que V. Exª conhece as dificuldades por que passam os Municípios. Os Estados estão com dificuldades; os Municípios, muito mais.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senador Moka, eu mantive a palavra de V. Exª, com muito prazer, considerando que seria – como o foi – um aparte à palavra do Senador Dalírio Beber.

Passo a palavra, agora, para discutir, ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, é de se enaltecer o esforço da Senadora Suplicy ao apresentar esse parecer. A Senadora Marta provou, por A mais B, a sua competência e, acima de tudo, o seu equilíbrio numa função tão relevante que lhe foi dada por esta Comissão, a de Relatora.

Quero crer que, talvez devido à exiguidade do tempo, S. Exª, a Relatora, ou mesmo um membro desta Comissão não tenha feito um requerimento pedindo uma audiência pública, quando seriam ouvidos todos os interessados: os representantes das empresas, das micro e pequenas empresas, quem sabe na pessoa da Dr. Guilherme Afif Domingos, que tem toda autoridade para representar essa entidade aqui, num debate público, como também os representantes dos Estados e dos Municípios, que se ressentem da falta, da ausência desse debate, antes de a Senadora proferir o parecer que foi lido aqui há poucos instantes.

Como não houve esse debate, essa audiência pública, eu inicialmente quero dizer que vou votar favoravelmente. Sempre fui um dos membros desta Casa, desde os primórdios do meu primeiro mandato, que mais atuou em defesa da microempresa, como instrumento indispensável ao incremento dos empregos em nosso País e ao desenvolvimento do Brasil. Por isso, eu sempre vou ser favorável a todas as propostas e discutir em pormenores tudo aquilo que passou no Senado Federal ao longo de todos esses anos.

Sr. Presidente, o que eu quero dizer é o seguinte: como o Secretário da Fazenda, por exemplo, do meu Estado não foi ouvido, eu considerei de bom alvitre trazer para conhecimento desta Comissão o que S. Exª o Secretário da Fazenda Jeferson Passos, do Estado de Sergipe, acha deste projeto. Veja que eu vou tomar uma posição que se confronta totalmente com a do meu Secretário da Fazenda, Secretário que eu apoio, um o homem ilustre, dos mais inteligentes que já passou naquela Secretaria da Fazenda, Jeferson Passos. Ele diz o seguinte que o Estado de Sergipe e os seus Municípios serão extremamente prejudicados se este projeto prosperar e se transformar em lei. A Secretaria da Receita Federal divulgou um estudo sobre este projeto de lei, que ora anexamos e que estima perdas na ordem R$11,43 bilhões por ano em arrecadação, a chamada renúncia fiscal, para a União, Estados e Municípios. Embora o projeto que aumenta o teto de faturamento anual do Simples Nacional não altere o teto com relação ao ICMS e ao ISS, atinge o Fundo de Participação dos Estados e o Fundo de Participação dos Municípios, porque reduz Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados.

A proposta, segundo ele, aumenta, no caso das microempresas, o limite da receita bruta anual de R$360 mil para R$900 mil. E, no caso das empresas de pequeno porte, a participação no sistema simplificado de tributação será permitida para um intervalo de R$900 mil a R$14 milhões anuais. Atualmente, é de R$360 mil a R$3,6 milhões – essa faixa aumentou 400%.

O nosso limite do Simples, segundo ele, já é um dos maiores do mundo. Nós temos um limite de R$3,6 milhões, o que dá por volta de US$1 milhão. E os maiores limites não chegam a US$500 mil, mesmo nos países mais desenvolvidos, assegura o Secretário da Fazenda do Estado de Sergipe.

Transcrevo a seguir, segundo ele, manifestações do Secretário da Receita Federal Jorge Rachid e do ex-Secretário Executivo do Ministério da Fazenda Bernardo Api, com os quais concorda e que são contrárias à aprovação.

Antes de fazer uma leitura rápida da opinião do Secretário Jorge Rachid, eu perguntaria ao Senador Pimentel se o Secretário Jorge Rachid mudou de opinião, se ele já é favorável a este projeto, porque aqui no Estado de São Paulo, ele ferra o projeto.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Nobre Senador Antonio Carlos Valadares, o Senado Federal fiz uma audiência pública plenária, a pedido da Senadora Marta Suplicy. Ali esteve presente o representante da Receita Federal. E esse representante nos declarou – e está nos *Anais do Senado Federal* – que a perda da União de R$6 bilhões.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sim. Mas aí estão também as perdas do Fundo de Participação dos Estados e Municípios?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – É global isso aqui. Global.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Então, os Estados e Municípios perdem.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Não.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Nesses R$6 bilhões está incluída a perda?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Aqui a ampla maioria é Previdência Social. Aliás, os números da Previdência Social estão indo para 6% do faturamento. Enquanto as grandes pagam 1,5, aqui se pagam 6% à Previdência Social, para se ter uma ideia de como a Receita trata os pequenos.

Estou aqui na Casa, Senador, desde 1995. Devo isso aos nossos cearenses. Nunca, nunca a Receita Federal foi favorável ao Simples Nacional, por um simples motivo, porque reduz as comissões dentro da Receita Federal e reduz a quantidade de auditores, porque o sistema de recolhimento é baratíssimo para os empresários, é simples para o Estado nacional...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Então, V. Exª diz textualmente, nobre Senador, que a Receita Federal age por interesse próprio, não em benefício da Nação.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Estou registrando os motivos. Inclusive, nobre Senador...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – V. Exª, Líder do Governo...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Estou registrando.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – ... do Congresso Nacional e está fazendo uma afirmação desse tipo, voto favoravelmente, sem nenhuma restrição.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Estou registrando. E mais...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Já que a Receita Federal é considerada suspeita a emitir opinião sobre esse projeto.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – A Receita Federal esteve na audiência pública no mês de novembro e disse que as perdas para União eram de R$6 bilhões gerais. Agora apresenta R$11 bilhões.

Portanto, na dúvida, eu fico com a audiência pública em que a Receita Federal declarou ao Brasil, ao Congresso Nacional e ao Senado Federal, na presença da nossa Relatora, deste Senador da República e de tantos outros que estavam lá, inclusive do nosso Ministro Afif Domingos. Eu fico com a posição pública. Volto a dizer: nunca a Receita Federal aprovou o Simples em nenhum estágio, sempre contrária, independentemente de delegado da Receita Federal do Brasil.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – De fato, Senador Pimentel, em reportagem no jornal *O Estado de S.Paulo, no* dia 2 de setembro, o Secretário da Receita Federal do Brasil, Jorge Rachid avaliou o projeto como prejudicial ao equilíbrio fiscal e disse que iria tentar reverter no Senado. De fato, não vi nenhum trabalho aqui do Secretário Rachid querendo reverter no Senado, já que um representante dele esteve no plenário e nada propôs em relação a qualquer mudança nesse projeto. Então, V. Exª tem razão, Senador Pimentel. A Senadora Marta Suplicy cumpre com seu papel.

Sem dúvida alguma que há perdas, já que renúncias fiscais já aconteceram aqui, no Brasil, inclusive com relação a veículos, linha branca, R$480 bilhões de renúncia fiscal. E essa renúncia hoje se reflete no equilíbrio das contas do nosso País, mas, com relação às microempresas, não houve essa preocupação. Não houve essa preocupação, nós não tivemos preocupação com as microempresas, porque não houve perdas. Agora, com relação à política que foi apreendida no ano passado e no ano anterior de renúncia fiscal para grandes empresas, aí, sim, houve perdas consideráveis pelas quais hoje muita gente está chorando. Gente do Governo.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Senador Antonio Carlos Valadares, de 2007 a 2014 a arrecadação tributária das micro e pequenas do Simples cresceu em média 14% todo o ano, inclusive em 2014. E, em 2014, as empresas fora do Simples tiveram arrecadação negativa. Neste 2015, até os números de outubro de 2015 demonstram que as micro e pequenas do Simples têm arrecadação real perante a inflação, e as de fora do Simples, do lucro real e do lucro presumido, têm arrecadação negativa.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, então eu voto favoravelmente à proposta. Vamos ampliar essa discussão, aprofundar essa discussão no plenário do Senado Federal. Quem sabe novas luzes poderão surgir com relação a esse projeto. Mas, no momento, eu acho que a saída apontada pela Senadora Marta Suplicy é a única que temos neste Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Recebei uma informação, Senador Antonio Carlos Valadares, de que também houve uma audiência pública na Câmara dos Deputados.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Houve, e lá...

Não, na Câmara dos Deputados houve, e, no Senado, nós tivemos aqui no nosso plenário. E houve também uma audiência pública na Assembleia Legislativa de São Paulo, que é o lugar onde há o maior número de microempresas no Brasil, com a participação do representante da Frente de Municípios, e lá não foi levantado nenhum argumento que me fizesse ter outra percepção da situação.

Então, parece-me que não é em uma semana ou em um mês que nós vamos ter respostas ou documentos que vão nos elucidar. E eu acho que nós temos uma proposta que até hoje é vitoriosa, e nós vamos...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Senadora Marta Suplicy, com a permissão do Presidente, queria dizer que a Assessoria da Receita Federal passou-me uma informação neste instante, que tenho em mão, e quero que V. Exª leve em consideração essa informação. É o seguinte:

Por todo o exposto, não se recomenda a aprovação das alterações à Lei Complementar nº 123, na forma da proposta do PLC nº 125, ressaltando-se que as alterações no Simples Nacional têm trazido reflexos negativos na arrecadação tributária da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios em seu conjunto.

Então, segundo a Receita, com a aprovação do substitutivo em análise, vai haver um impacto fiscal anual estimado, em nível federal, em R$13 bilhões em 2017!

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Senador, eles têm que mandar o documento, mas eles não mandam!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Está aqui. Foi entregue! Isto é da Secretaria da Receita Federal.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. *Fora do microfone*.) – Não, mas eles requerem um número assim...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Terminando a informação: em 2017, haverá R$13 bilhões de perdas. Esse será o impacto. E, em 2018, R$16,1 bilhões! Em nível municipal, a CNM – Confederação Nacional de Municípios aponta estimativas de perda de apenas R$1,5 bilhão.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Senador, é exatamente o que eles fazem. Eles fazem uma nota. Eu quero a base de dados. Nota não significa nada, e é exatamente assim que a Receita está fazendo desde que o Supersimples começou a ser discutido na Câmara dos Deputados. Com a prerrogativa do Senado Federal, nós pedimos a base de dados. Eles dizem que a base de dados não está ainda configurada. Então, como é que chegam a esse número? É essa questão.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Nobre Senador Antonio Carlos Valadares, só para ajudar V. Exª: quando nós estávamos votando...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – V. Exª já me ajudou demais.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Não, mas a lei...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Não precisa me ajudar mais.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Só para registrar: quando nós estávamos votando a Lei Complementar nº 123, veio uma nota idêntica a essa, dizendo que, em 2007, nós teríamos uma redução de R$5 bilhões! E previam, para os três anos seguintes, o dobro desse valor. Os números de 2007, 2008 – o ano da crise – e 2009 desautorizaram os técnicos da Receita Federal.

Os técnicos têm o papel de orientar, e nós, na política, de tratar do Estado nacional, para dar conta do crescimento econômico, geração de emprego e mais negócios do povo brasileiro. Por isso, na política, nós mostramos à Receita Federal que ela estava errada. E mais: se pedir a ela para nos trazer o crescimento real da arrecadação de 2007 a 2014, ou, se quiser, até outubro de 2015, porque é público e está na página da Receita Federal, há ganho real todos os anos.

Por isso, a nossa Receita deveria estar cuidando das empresas do Lucro Real e do Lucro Presumido, que essas, sim, estão arrecadando mais. E mais: terminamos a CPI do Carf e comprovamos ali que parte dessas empresas do Lucro Real e do Lucro Presumido levam, em média, 8 anos dentro do Carf, que é um órgão da Receita Federal, discutindo a sua dívida. Depois, com o ajuizamento de ação, leva mais 12 anos no Poder Judiciário, ou seja, o Brasil leva 20 anos para ter a solução de uma dívida de mais ou menos 4 mil empresas, que soma R$1,2 trilhão. Aqui se paga em dia! Por isso é que o crescimento é real.

É com esse olhar que este Senador da República pede o voto no parecer da Senadora Marta Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Antes de passar a palavra, para discutir, ao Senador Telmário Mota, o Senador Dalírio Beber precisa fazer algumas considerações rápidas e finais.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Eu gostaria de indagar à Senadora Marta Suplicy, que é Relatora, se ela acolheu o nosso pedido no sentido de retirar o termo "artesanais" dessa redação.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Se isso satisfaz V. Exª, com o maior prazer.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Vamos debater. Vamos debater.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Telmário Mota para discutir.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, primeiro eu quero parabenizar o Deputado Barbosa Neto, do PDT do Paraná, pela iniciativa desse projeto, e a Senadora Marta Suplicy, que, mais uma vez, com essa sua habilidade, essa sua competência, debruçou-se num projeto importante para o Brasil neste momento.

Nós sabemos que as pequenas e microempresas são o carro chefe, a sustentação do emprego, da geração de renda deste País nas horas mais críticas que nós passamos. Esse projeto traz importantes alterações que abrangem além do limite da questão tributária. O que nós estamos vendo aqui, alguma, e com todo o respeito ao Senador Antonio Valadares e a todos que aqui se posicionaram, é que há um corpo dos fiscais da Receita, por questão de vaidade, e não querendo perder poder, ficam emitindo essas notinhas na tentativa de travar o andamento de um projeto tão importante, que, ao contrário, se a gente não aprovar esse projeto hoje aqui nós vamos, aí, sim, ter perdas reais, porque inúmeras dessas micro e pequenas empresas cairão na informalidade, e não vai se cobrar imposto, não vai se arrecadar nada de quem não existe oficialmente.

Então, essas manifestações que sempre surgem neste momento, principalmente do corpo técnico e fiscal, são no sentido de atrapalhar o andamento de um projeto que pode não ser o projeto dos nossos sonhos, pode não ser o projeto composto de todos os ingredientes que precisamos, mas, para este momento, ele atende com muita propriedade essa demanda e essa necessidade. Portanto, Sr. Presidente, eu vejo com muito bons olhos o encaminhamento desse projeto para que a gente possa aprová-lo no menor intervalo de tempo possível para que a gente possa vir a atender aqueles que serão, naturalmente, as micro e pequenas empresas beneficiadas.

Com relação àquela pergunta específica do Senador Ferraço, claro que não vai ser o Bacen que vai controlar, e há como controlar esse novo mecanismo. É que o ser humano às vezes resiste de pronto a qualquer mudança, tiramos por nós aqui. Se rapidamente o Presidente Raimundo Lira resolver mudar a posição de cada um, todos vão fazer cara feia e resistência, porque ninguém quer mudar de lado, porque a gente tem o hábito de assim proceder. Hoje, a reforma tributária não sai neste País não é nem pela força de vontade praticamente política, mas é muito mais pela força do corpo técnico que quer impedir, que quanto mais tributo melhor para alguns que criam a burocracia, atrapalham e ganham dinheiro com isso, e dificultam o andamento e a simplicidade da carga tributária para os nossos empresários.

Portanto, Sr. Presidente, esse projeto merece ser encaminhado, passar por esta Comissão para ir a plenário para a gente colocar em prática.

Essa é a nossa posição.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente, recebi uma emenda agora do Senador Fernando Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Eu gostaria de falar sobre esse, é um destaque que eu já falei com o Senador Antonio Carlos Valadares, que subscreveu e ele vai retirar o destaque.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Eu também subscrevi.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Retiro o destaque, Presidente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Ao contrário, nós vamos acolher.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu quero acolher.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Vai acolher? Ótimo.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Vamos acolher, Presidente, porque trata da baixa na empresa.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Não queria era dificultar o andamento.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Eu tinha feito o apelo ao Senador Valadares pensando que a retirada do destaque simplificaria, mas, se ele vai colaborar, vamos manter o destaque.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Está acolhido. A emenda está sem número.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – É um destaque de votação em separado. E, então, eu subscrevo, eu e o Valadares subscreveremos o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Ótimo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, só para...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Quero parabenizar o Senador Valadares pela sua colaboração e a sua generosidade, se fosse necessário retirar o destaque.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, só permitir que a baixa do empresário da pessoa jurídica, mesmo que possuam débitos tributários e, ao mesmo tempo, institui a responsabilidade solidária de empresário dos titulares, dos sócios, dos administradores. Então, essa emenda procura corrigir essa possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senadora Marta Suplicy, não há necessidade de votação do destaque, porque V. Exª acolheu. Será incluído no seu substitutivo. Se V. Exª não o tivesse acolhido, então, teria que haver votação do destaque.

Passo, agora, a palavra a um Senador que conhece profundamente esse assunto da micro e pequena empresa, todas as questões relacionadas a arrecadações, porque foi, por várias vezes, Governador do Estado do Rio Grande do Norte, diga-se de passagem, com muito sucesso.

Portanto, passo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, esta matéria é da maior importância para a economia do País, principalmente neste momento, porque estamos tratando aqui de ativar a economia com geração de emprego. Diria que esta matéria é, na veia, ativar a economia com geração de emprego. Vou explicar. Fui Governador e, desde aquela época, prestigio a microempresa. Criei um programa, chamado Balcão de Ferramenta, lá atrás, há vinte e tantos anos, em que o BDRN, Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte, financiava, em época de inflação alta, ao pequeno pretendente a empresário, que fazia alisamento de piso, ou algodão doce, ou seja, financiávamos alguma coisa para que ele tivesse vocação.

Muito bem. A minha vocação de atender ao microempresário vem desde essa época. Mas o que queria passar mesmo aos companheiros da Comissão é a minha experiência como Governador.

Fui Governador – o Afif Domingos era bem mais jovem; somos amigos neste tempo, somos amigos desde essa época – numa época em que a inflação chegou a 20% ao mês. De três em três meses, havia ameaça de greve. E eu era obrigado a conceder aumento, havendo a reposição integral da inflação.

Ora, num momento de crise econômica, ter de dar, de três em três meses, aumento de 60% na folha é quase loucura. Eu dava esse aumento e conseguia colher um resultado. Sempre conseguia a folha em dia, porque a injeção de recursos na economia tinha resposta.

Aqueles que pensam que uma mudança brusca, afoita como esta, a de se incorporar milhares ou milhões de pessoas que estão fora do sistema, porque esse projeto vai trazer, principalmente no campo, agregação de milhares de pessoas para a microempresa, para o sistema Simples. E essas pessoas vão passar a ser geradoras

de empregos – um emprego a mais, dois empregos a mais –, vão ser contribuintes, porque não são, vão entrar na informalidade. E vai acontecer aquilo que aconteceu comigo, como Governador: atirava no que via, e matava o que não via.

Então, o que estamos votamos, uma matéria muito bem relatada pela Senadora Marta Suplicy, é, neste momento, enxergarmos que as grandes empresas que estão passando por grandes dificuldades precisam amoldar-se para sobreviver. Quem tem mil empregados, Presidente Raimundo Lira, para sobreviver, terá de aumentar a produtividade e a eficiência, mas vai continuar com mil empregados. Se se cria a expectativa, com uma lei como esta, para que outras pessoas ingressem no mercado formal, o empresário vai ter a produção aumentada pelas vocações naturais, pela capacidade de produzir, com a geração de empregos, que se vão multiplicar na proporção em que as empresas se criam, pois a informalidade gera espaço para a formalidade.

O que estamos querendo aqui é criar o espaço de ousadia para gerar retomada de crescimento, juntamente com geração de emprego. Agora, isso só acontece com ousadia e a coleção de experiências.

Fico muito feliz de poder votar, como a Senadora Marta Suplicy e o Senador José Pimentel, que rebateu aqui argumentos de perdas de receita, com números reais. Acho que vale a pena ousar, com matérias como esta, a atualização dos números do Simples, mesmo com uma coisa que pode parecer esdrúxula.

Vamos institucionalizar a *factory*, como um instrumento para emprestar dinheiro a taxas de juros altas. Não vai ser isso! Na verdade, é a expectativa de crédito para o pequeno, que não tem acesso aos Bradescos, aos Itaús, que vão ter a oportunidade, fiscalizada pelo Banco Central, de emprestar a 1,5 ou 1%, mas o pequeno vai ter oportunidade de fazer o seu empréstimo para crescer, com a sua vocação e com o seu talento, dentro do que ele é: um empreendedor. Vamos dar a mão ao empreendedor, com um instrumento financeiro que evidentemente terá de ser fiscalizado.

Quero prestar esse meu depoimento e transmitir essa minha experiência, porque, num momento de crise como esta, que é terrível, se não ousarmos, com boas ideias, em cima de um capital, que existe, que é o do empreendedorismo do brasileiro criativo, vamos demorar muito mais tempo para sair da crise.

O meu voto é sim.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o substitutivo da Senadora Marta Suplicy.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, peço urgência dessa matéria ao Plenário.

Portanto, queria apresentar um requerimento de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – V. Exª apresenta o requerimento de urgência, peça mais uma adesão, e o requerimento de urgência está aprovado. (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Vou pedir ao Senador José Agripino para também subscrever o requerimento de urgência, além dos Senadores Dalírio Beber, Antonio Carlos Valadares e da Senadora Marta Suplicy.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente, associo-me ao pedido de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Subscrevem o requerimento os Senadores José Agripino, Dalírio Beber e a Senadora Marta Suplicy.

Aprovado o requerimento de urgência. (*Pausa.*)

Gostaria que os Srs. Senadores permanecessem, para que possamos votar o item 6, em turno suplementar.

Depois, encerraríamos a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Projeto das micro e pequenas empresas foi aprovado com sucesso e encaminhado em caráter de urgência ao plenário do Senado Federal.

Quero parabenizar a todos aqueles que trabalharam por este projeto, a todos os micro e pequenos empresários do País, que contribuem, de forma extraordinária, para a estabilidade, a criação de empregos.

Em função do sucesso dessa aprovação, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 10 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 15 minutos.)

ATA DA QUADRAGÉSIMA NONA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2015, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e oito minutos do dia quinze de dezembro do ano de dois mil e quinze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do senador Raimundo Lira, presidente em exercício da Comissão de Assuntos Econômicos, reúne-se a comissão com a presença dos(as) senadores(as) Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Telmário Mota, Cristovam Buarque, Romero Jucá, Waldemir Moka, Ricardo Ferraço, Hélio José, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, José Serra, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Vanessa Grazziotin, José Medeiros, Douglas Cintra, Wellington Fagundes e Blairo Maggi. Deixam de comparecer o senador Delcídio do Amaral, tendo ausência justificada, e os(as) senadores(as) Walter Pinheiro, Reguffe, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Sandra Braga, Roberto Requião, Omar Aziz, José Agripino, Davi Alcolumbre, Antonio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho e Marcelo Crivella. A presidência declara aberta a reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a realização de audiência pública, a fim de discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária, em atendimento aos §§ 1º e 2º do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, tendo como expositor o presidente do Banco Central do Brasil, Alexandre Tombini. Após a exposição do convidado, usam da palavra os(as) senadores(as) Ricardo Ferraço, José Serra, Alvaro Dias, Gleisi Hoffmann, Tasso Jereissati, Cristovam Buarque, José Medeiros, José Agripino e Lindbergh Farias. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo presidente em exercício da comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador RAIMUNDO LIRA
Presidente em exercício da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Declaro aberta a 49ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Convido a Senadora Vanessa Grazziotin para, juntamente com o Senador Tasso Jereissati, conduzir o convidado de hoje, o Presidente do Banco Central, Ministro Alexandre Tombini.

Senadora Vanessa, convido V. Exª para, juntamente com o Senador Tasso Jereissati, conduzir o convidado.

Informo a todas as Srªs e Srs. Senadores presentes que esta reunião é regimental.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O Ministro Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, está acompanhando do Dr. Altamir Lopes, Diretor de Política Econômica do Banco Central do Brasil.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-612211.

S. Exª o Sr. Alexandre Tombini já se encontra aqui na mesa.

De acordo com os arts. 397 e 398 do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: S. Exª o Sr. Alexandre Tombini terá 30 minutos para fazer sua exposição; em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores inscritos; o interpelando dispõe de 5 minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado, tendo o prazo máximo de dois minutos para réplica, concedendo ao Ministro o mesmo tempo para tréplica.

Informo às Srªs e aos Srs. Senadores que, normalmente, flexibilizo esse tempo regimental pela importância da participação dos Srs. Senadores.

Passo a palavra ao Presidente do Banco Central, Ministro Alexandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Exmo Sr. Presidente em exercício da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Raimundo Lira, Exmas Srªs Senadoras e Exmos Srs. Senadores, é sempre uma grande honra retornar ao Senado Federal e à Comissão para prestar esclarecimentos a V. Exªs e à sociedade brasileira, em atendimento ao contido nos §§1º e 2º do art. 99 do Regimento Interno desta Casa para discorrer sobre as diretrizes, a implementação e as perspectivas da política monetária.

Aproveitarei esta oportunidade, como de praxe, para trazer a nossa avaliação sobre as condições atuais e perspectivas futuras das economias internacional e doméstica – nesse último caso, mais especificamente no que tange à inflação e à política monetária.

A economia global, Excelências, deve continuar a expandir-se a um ritmo moderado. Por um lado, as economias avançadas devem apresentar recuperação gradual da atividade. Por outro, os ajustes por que passam as maiores economias emergentes devem moderar o ritmo de crescimento de seu Produto Interno Bruto.

O Brasil tem sido afetado por dois importantes movimentos na economia internacional.

Entre as economias avançadas, o início do processo de normalização das condições monetárias dos Estados Unidos, que pode ocorrer na reunião de amanhã do Banco Central americano, tem levado ao fortalecimento do dólar. Ainda que a expectativa seja de que esse ciclo de aumento da taxa de juros americana seja gradual e cauteloso, trata-se de processo complexo, para o qual não se consegue prever a reação efetiva dos mercados.

Entre as economias emergentes de maior destaque, a desaceleração do crescimento econômico na China e a incerteza quanto à sua intensidade impactam desfavoravelmente os preços internacionais de *commodities*, que contribuem para a piora de nossos termos de troca com o exterior. Além desse impacto nos termos de troca, esse cenário especialmente desafiador para as economias emergentes se reflete na depreciação de suas moedas, na redução dos preços de seus ativos e em condições de financiamento mais rígidas para a maioria desses países.

O ambiente doméstico, como sabem V. Exªs, tem sido impactado por ajustes nas áreas externa, fiscal e monetária.

O natural descasamento temporal dos efeitos dos ajustes faz com que os custos sejam percebidos pela sociedade antes dos seus benefícios, levando a certo questionamento das medidas necessárias para a consecução dos objetivos desse processo de ajuste.

Essa percepção inicial adversa pode levar ao bloqueio, ainda que parcial, das propostas de ajuste, trazendo incertezas quanto à sua duração e intensidade ou mesmo quanto à sua consecução. A eventual postergação dos ajustes não traria benefícios à sociedade, pois ampliaria o círculo vicioso de incerteza, perda de confiança, adiamento de investimentos e reprecificação de ativos. Esse resultado aprofundaria a queda da atividade econômica e ampliaria o prazo de implementação e o custo do próprio ajuste, culminando no adiamento do início da recuperação econômica. No limite, esse atraso poderia comprometer fundamentos ainda sólidos da economia brasileira.

Para evitar esse resultado indesejado, é preciso ter claras as razões e a dinâmica da implantação dos ajustes no tempo. Clareza e determinação são elementos essenciais para o sucesso desse processo, inclusive para reduzir sua duração e seus custos econômicos.

Até o momento, alguns progressos decorrentes desses importantes e necessários ajustes já podem ser notados. Nesse sentido, trarei agora o ajuste do setor externo brasileiro.

A redução dos preços internacionais das *commodities* que mais exportamos tem levado à piora dos nossos termos de troca, ou seja, há uma relação mais desfavorável entre o preço dos produtos exportados pelo País e o preço de nossas importações. Os termos de troca do Brasil têm se deteriorado desde meados de 2011, o que tem feito com que menos produtos possam ser importados com a receita da mesma quantidade exportada.

Dentro de nossa abordagem do tripé macroeconômico, o regime de câmbio flutuante atuou como primeira linha de defesa nesse período, levando à depreciação cambial em resposta à deterioração dos termos de troca. Não é por coincidência que o processo de depreciação cambial também tenha se iniciado em 2011.

Os preços de várias *commodities* em moeda nacional têm aumentado recentemente, contribuindo para que a rentabilidade, em alguns segmentos exportadores, não sofra os efeitos negativos do choque adverso dos preços internacionais.

Nesse contexto, podemos destacar os seguintes progressos advindos do ajuste do setor externo da economia brasileira. Primeiro, a balança comercial apresenta US$13 bilhões de superávit até novembro, comparativamente a déficit de US$4,1 bilhões em igual período de 2014. Segundo, as quantidades vendidas ao exterior cresceram cerca de 7%, nos primeiros dez meses deste ano, enquanto as importações, também em quantidade, caíram quase 14% no mesmo período, o que tem colaborado para que, depois de dez anos, o setor externo volte a apresentar contribuição líquida positiva ao crescimento do País.

Terceiro, o saldo das transações correntes apresenta recuperação significativa, com redução de um terço do déficit, o equivalente a US$29,5 bilhões nos primeiros dez meses do ano, o que levou o Banco Central a projetar recuo de US$40 bilhões no déficit em transações correntes em 2015, um diminuição de cerca de 40% sobre o valor desse mesmo déficit em 2014.

Os ganhos de competitividade desse processo para a economia nacional são claros. Por exemplo, destaca-se a redução de quase 40% no custo unitário do trabalho na indústria, medido em dólares, desde o pico registrado em meados de 2014. Esses ganhos de competitividade deverão estimular a substituição de importações, favorecendo a balança comercial e a atividade econômica. Evidências setoriais desse processo já podem ser

vistas em alguns segmentos da indústria de transformação, enquanto a maior parte dos efeitos no setor manufatureiro ainda está por vir, principalmente devido à natural defasagem na resposta das exportações desse setor.

A depreciação da taxa de câmbio também torna a economia doméstica mais atrativa a investidores nacionais e estrangeiros. Mesmo em um ano de contração econômica como vivemos hoje, a economia brasileira continua atraindo montantes significativos de capitais internacionais na forma de investimentos diretos no País. O Banco Central projeta investimento direto no País da ordem de US$65 bilhões em 2015, o que demonstra a confiança dos investidores internacionais em nossa economia. Esse volume de investimentos diretos no País será suficiente para cobrir o déficit em transações correntes em 2015. Essa tendência positiva deverá ser ainda mais intensa, acentuada em 2016.

É importante destacar, nesse ponto, uma diferença fundamental do ajuste externo em relação ao que ocorreu em outros episódios semelhantes: a mesma depreciação cambial que gerava importantes impactos macroeconômicos negativos no passado, atualmente não causa desequilíbrios patrimoniais ou instabilidade financeira. A principal razão para a menor exposição do País a riscos cambiais foi a acumulação e a manutenção de um importante colchão de reservas internacionais. Desde o ano de 2007, o setor público brasileiro é credor em moeda estrangeira. Graças a essa condição, atualmente cada ponto percentual de depreciação cambial do real reduz a dívida líquida do setor público em mais de R$12 bilhões. Cada ponto percentual de depreciação cambial do real reduz a dívida líquida do setor público em mais de R$12 bilhões ou o equivalente a 0,2 ponto percentual do PIB.

Em síntese, o ajuste no setor externo está se processando com rapidez e beneficiando a economia brasileira, na medida em que é fonte de crescimento da produção para importantes setores da economia, atrai investimentos estrangeiros, favorecendo a expansão da capacidade, e contribuirá para que a retomada do crescimento econômico ocorra sem gerar desequilíbrios nas contas externas, o que poderia comprometer a própria recuperação.

Exma Senadora e Exmos Srs. Senadores, não há como assegurar a sustentabilidade das conquistas econômicas e sociais alcançadas até o momento, se não houver confiança de que Estado será capaz de honrar seus compromissos, sobretudo no horizonte de médio e longo prazos, o que torna o ajuste fiscal crucial e imprescindível.

O restabelecimento de uma trajetória de resultados primários que leve à estabilização e à posterior redução da relação entre a dívida pública e o produto interno bruto é condição *sine qua non* para a criação de uma percepção positiva sobre o ambiente econômico, para a recuperação da confiança dos agentes, para a melhoria da competitividade, para a ancoragem das expectativas de inflação e, por fim, para o estabelecimento das bases para a retomada do crescimento econômico sustentável.

Importantes passos já foram dados nesse sentido, como a contenção de gastos correntes, contingenciamento de despesas e aprovação pelo Congresso Nacional de medidas encaminhadas pelo Poder Executivo.

Além do curto prazo, o momento deve ser aproveitado para repensar as estruturas de tributos e de gastos obrigatórios do Governo Federal, componente majoritário das despesas públicas, tanto numa perspectiva de melhora dos resultados fiscais, no médio e longo prazos, quanto de melhora da eficiência econômica e de impactos para o crescimento do produto.

Algumas medidas de cunho fiscal ainda estão em discussão no Congresso Nacional. Tenho plena confiança de que a Casa tomará as decisões mais apropriadas para a conjuntura atual do Brasil. Nesse sentido, destaco a importância da aprovação de uma meta de resultado primário superavitária e crível para 2016, com o passo inicial fundamental para a redução das incertezas em relação à evolução da política fiscal no País, e para o fortalecimento da perspectiva de consolidação fiscal.

Exma Senadora, Exmos Senadores, no lado monetário, a inflação tem sido afetada fortemente pelo fortalecimento do dólar norte-americano e pelo aumento dos preços administrados em relação aos preços livres. Não obstante o fraco desempenho da atividade econômica, o efeito conjunto desses dois processos de recomposição de preços relativos é a elevação da inflação no curto prazo, que coloca importantes desafios para a condução da política monetária.

A inflação acumulada em 12 meses está atingindo o seu pico, impactada especialmente pela inflação de preços administrados, que acumula quase 18% nos últimos 12 meses até novembro. Entretanto, a realização plena do ajuste dos preços administrados em 2015 deverá levar a uma importante queda na inflação desses preços no próximo ano. Esse é claramente o caso do realinhamento dos preços de energia elétrica ocorrido majoritariamente no primeiro semestre do corrente ano.

Em 2016, observaremos maior convergência entre a variação dos preços administrados e dos preços livres, o que já se expressa nas expectativas de mercado coletadas pelo Banco Central e divulgadas no *Boletim Focus* todas as segundas-feiras. Além disso, a inflação deverá refletir melhor o estado na atividade econômica e das condições monetárias.

Por um lado, o processo de ajuste macroeconômico em curso contribuirá para uma dinâmica menos pressionada da inflação ao auxiliar na quebra da resiliência de preços. Por outro lado, as ações de política monetária conterão os efeitos de segunda ordem sobre os demais preços da economia, restringindo a propagação dessa alta para períodos mais distantes. Porém, ainda há incertezas associadas ao balanço de riscos, principalmente quanto à velocidade do processo de recuperação dos resultados fiscais e à sua composição. Ademais, o processo de realinhamento de preços relativos tem-se mostrado mais demorado e mais intenso que o previsto. Esses fatores têm contribuído para elevações dos prêmios de risco, que se refletem nos preços de ativos e na depreciação mais intensa da taxa de câmbio e impactam desfavoravelmente os índices de preço correntes e a expectativa dos agentes quanto ao seu comportamento futuro.

Efetivamente as expectativas de mercado para inflação em 2016 tem-se elevado desde agosto, invertendo a trajetória declinante até então. Em menor medida, essa elevação nas expectativas também se reflete nas projeções de mercado para 2017 e 2018.

Quanto ao repasse da depreciação cambial para os preços ao consumidor, seu impacto ocorre mais rapidamente que a transmissão das condições dos mercados de produto e de trabalho para os preços. Por isso, o efeito inflacionário da depreciação cambial tende a ser maior no curto prazo. Entretanto, no médio prazo, o efeito desinflacionário das condições da economia real tende a prevalecer. Nesse contexto desafiador, independentemente do contorno das demais políticas, o Banco Central adotará as medidas necessárias para assegurar o cumprimento dos objetivos do regime de metas para a inflação em 2016, circunscrevendo a inflação aos limites de tolerância estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional e fará convergir a inflação para a meta de 4,5% em 2017.

Ex^ma^ Sr^ª^ Senadora, Ex^mos^ Srs. Senadores, aproveito esta oportunidade para confirmar pronunciamento recente sobre um tema que tem sido objeto de discussão entre os analistas econômicos. Alguns alegam que o Brasil estaria vivenciando uma situação de dominância fiscal que tornaria a política monetária ineficaz, afetando, assim, as decisões do Banco Central. De acordo com essa visão, estaríamos numa situação extrema de insustentabilidade temporal da posição fiscal, que anularia qualquer tentativa da autoridade monetária em usar a política de juros no controle da inflação.

Em determinada versão dessa visão, a deterioração fiscal causada por aumentos na taxa de juros provocaria elevação nos prêmio de risco e depreciação cambial adicional, aumentando a inflação em vez de reduzi-la. Outra vertente considera que as decisões de política monetária do Banco Central estariam sendo afetadas por preocupações com os resultados fiscais. Nesse sentido, creio importante ter claro que o Brasil não está numa situação de dominância fiscal. De um lado, os desequilíbrios fiscais estão sendo corrigidos por um importante processo de consolidação, de outro, os mecanismos de transmissão da política monetária estão em pleno funcionamento e o Banco Central continuará a guiar suas decisões de política monetária de acordo com os objetivos do sistema de metas para inflação.

Os desequilíbrios atuais da área fiscal não são permanentes e não são vistos como tal. As próprias previsões dos analistas econômicos são de elevação do superávit primário e redução do déficit nominal ao longo dos próximos anos, com relativa estabilidade da dívida pública líquida, dívida líquida do setor público a partir de 2017.

Os resultados correntes na área fiscal não podem ser extrapolados mecanicamente como sendo aqueles a vigorar no médio e longo prazos, mesmo porque a receita tributária corrente tem sido bastante afetada pelas condições da atividade econômica. O processo de consolidação fiscal não é algo que se completa de forma rápida, mas um processo relativamente longo e complexo. Por outro lado, os atrasos e incertezas envolvidos nesse processo têm sido, como disse, um elemento desafiador para a condução da política monetária no Brasil.

Em particular, os efeitos da revisão das metas fiscais sobre os preços dos ativos no terceiro trimestre deste ano levaram a revisão para acima das expectativas de inflação. Esse fato, acompanhado de novos aumentos de preços administrados, impactou a velocidade e convergência esperada para a inflação, mas não diminuiu a determinação e a capacidade de o Banco Central fazer convergir a inflação para a meta. Na realidade, os atrasos no ajuste fiscal contribuíram para postergar o horizonte de convergência da inflação para 4,5%, adiando também a retomada do crescimento econômico.

Durante esse período, o Banco Central tem conduzido sua política monetária de forma autônoma e continuará a fazê-lo para trazer a inflação de volta à meta. Reafirmo que o Banco Central não limitará as suas ações pelos possíveis impactos fiscais de suas decisões. O modelo institucional brasileiro prevê plena separação entre as funções vinculadas às políticas monetária e fiscal, além de garantir os instrumentos para que a autoridade monetária possa cumprir com independência sua missão. Desequilíbrios fiscais devem ser e estão sendo corrigidos por medidas fiscais. Ressalto ainda que a determinação do Banco Central contribui favoravelmente

para a queda das taxas de juros mais longas ao ancorar a expectativa de inflação de longo prazo, concorrendo, assim, para reduzir e não ampliar o custo de gerenciamento da dívida pública.

É importante salientar que o Banco Central detém os instrumentos necessários para fazer com que sua determinação e perseverança se traduzam em redução da inflação. Em outras palavras, os mecanismos de transmissão da política monetária estão e continuarão operantes.

Em uma visão bastante pragmática, a percepção equivocada de que a política monetária perdeu efetividade decorre, a meu ver, da combinação de dois fatos. Primeiro, a inflação corrente está bastante influenciada pelos ajustes de preços relativos. Segundo, os efeitos do ajuste das condições monetárias nos mercados de produtos de trabalho se transmite para a inflação com maior defasagem. À medida que arrefeçam os efeitos do ajuste de preços relativos e se fortaleçam os efeitos defasados da política monetária, ficará mais claro que a tese da dominância fiscal não se aplica ao nosso contexto.

Exma Srª Senadora e Exmos Srs. Senadores, na fase em que estamos, quando ocorrem simultaneamente queda da atividade econômica e inflação alta, a percepção imediata dos agentes econômicos é naturalmente afetada pelos custos inerentes ao processo de ajustamento, por serem correntes e palpáveis. Entretanto, à medida que os ajustes se concretizarem, alguns fatores de dinamismo tenderão a ganhar tração. Como mencionado anteriormente, as exportações líquidas devem ser um importante componente para impulsionar a atividade econômica e, além disso, o processo de convergência da inflação para a meta ajudará a reduzir as incertezas e ampliará o horizonte de planejamento dos agentes, melhorando o ambiente macroeconômico e com isso estimulando investimento e o consumo privados.

Devemos lembrar que o próprio processo de ajuste de preços relativos, a despeito dos seus efeitos de curto prazo sobre a inflação, aumenta a eficiência na alocação de recursos, condição necessária para a recuperação da produtividade e do crescimento sustentado. No curso desses ajustes, a contribuição do Banco Central do Brasil se dá não somente pela condução da política monetária, mas também por sua ação para assegurar a solidez e a eficiência do Sistema Financeiro Nacional. O sistema continua bem capitalizado e líquido, com índices de inadimplência controlados, níveis adequados de provisionamento e instituições pouco dependentes de recursos externos.

Numa análise prospectiva, a solidez do nosso sistema financeiro continua sendo um fator que contribuirá para a recuperação de níveis sustentáveis de crescimento à frente. Para além deste conjunto de medidas, a construção de um futuro mais próspero requer ações em outras frentes, para superar gargalos estruturais da produção, acelerar a taxa de crescimento da produtividade e ampliar a capacidade de oferta da economia. Não podemos perder de vista a necessidade premente de buscarmos novos motores de crescimento.

É importante se ter em mente que a produtividade precisa crescer mais vigorosamente no País. Para que isso ocorra, é necessário dar curso a ações que tornem o ambiente de negócio mais receptivo ao investimento privado. O crescimento sustentável de emprego e a melhoria de salários depende de empresas competitivas e lucrativas.

Nesse sentido, o Governo está buscando soluções para melhorar a infraestrutura, diminuir a burocracia para o funcionamento das empresas, racionalizar a legislação tributária e incentivar o financiamento de longo prazo. Com o sucesso nessas ações, os ganhos de produtividade tenderão a proporcionar ciclos de crescimento e desenvolvimento mais duradouros.

Exma Srª Senadora e Exmos Srs. Senadores, a consolidação do processo de transformação econômica requer determinação e perseverança de todos. Os mencionados ajustes presentes e futuros têm grande potencial para estabelecer as bases para a retomada de um crescimento econômico sustentável no médio prazo, o que permitirá a continuidade do progresso social brasileiro, com benefício de longo prazo para esta e para as futuras gerações. No contexto atual, a principal contribuição do Banco Central é continuar trabalhando para proteger o poder de compra da moeda e para assegurar um sistema financeiro sólido e eficiente que apoia o crescimento do lado real da economia e promova a cidadania e a estabilidade financeira.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srª Senadora, são essas as minhas considerações iniciais. Coloco-me à disposição para o debate.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Ouvida a exposição do Sr. Presidente do Banco Central, vamos agora partir para a fase da interpelação dos Srs. Senadores. Vamos adotar a relação pela ordem inscrição, naturalmente fazendo a devida intercalação dos partidos. Os Srs. Senadores que eventualmente tiverem sido inscritos, e não estejam presentes, passarão para o final da relação, na ordem em que foram inscritos.

Passo a palavra, neste momento, ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Raimundo Lira.

Srªs e Srs. Senadores, S. Exª Ministro Tombini, Presidente do Banco Central, V. Exª é sempre bem-vindo à Comissão de Assuntos Sociais. E a presença de V. Exª, assim como a de sua equipe, é sempre um momento alto para esta Comissão, em razão dos estratégicos temas que nós sempre tratamos aqui.

Sr. Ministro, o momento é dramático. E cada dia é pior que o outro, cada semana é pior que a outra, e assim o mês. O País está mergulhado num círculo vicioso, como se não conseguisse sair de um movimento inercial, em que o aumento das taxas de juros eleva as despesas e o endividamento público, que, por sua vez, tem reduzido fortemente a confiança dos agentes, elevando fortemente o risco país.

Já perdemos um grau de investimento de uma das agências de crédito, e estamos caminhando, eventualmente, lamentavelmente, para a perda de outras notas de créditos de outras agências, a considerar as tendências que estão colocadas para a economia brasileira. Isso também está refletido em torno de uma tendência de maior pressão inflacionária e o aumento dos juros dos títulos emitidos pelo Governo. É como se estivéssemos em uma situação em que o cachorro, a todo momento, tenta morder o seu próprio rabo, o que significa um círculo vicioso.

Estamos agora com expectativa de restauração de pelo menos 3,6 do nosso PIB em 2015. E, segundo o *Relatório Focus* de ontem, 2,7 do PIB para 2016, sem qualquer sinalização de uma recuperação crível no médio prazo, contraditoriamente à manifestação de V. Exª.

Nas audiências públicas anteriores, V. Exª sempre negou permanentemente a existência de um processo de estagflação em nosso País. Eu acho que essa estagflação tem sinalizado e dado lugar a um ambiente de depressão. Há, inclusive, manifestações e estudos indicando que essa recessão contínua que estamos vivendo, nos anos de 2014, 2015 e 2016, já contratada, é a pior recessão da série histórica do Ipea desde 1901, e eu acho que isso dá a dimensão e a dramaticidade do nó górdio em que a nossa economia está mergulhada.

O Banco Central tem contribuído fortemente para essa conjuntura, para o agravamento da situação; não a Banco Central, mas a política monetária efetiva do Banco Central neste ano, por meio da forte elevação dos juros e seus impactos efetivos sobre a dívida de curto prazo. O déficit nominal acumulado nos últimos 12 meses é da ordem de 9,5 do Produto Interno Bruto, tornado-se um dos maiores do mundo, ficando menor apenas que o déficit de projetado para países, como Argélia, Egito, Líbia, Omã, Arábia Saudita, Venezuela e Mongólia – em grande parte, todos esses países grandes produtores de petróleo, assim como o nosso País.

Desse déficit nominal dos últimos 12 meses da ordem de 9,5 do nosso Produto Interno Bruto, 8,8 pelo menos disso são juros; e 0,7 é déficit primário.

A última Ata do Copom indica que o Banco Central sinaliza a manutenção em marcha batida dessa política para 2016. O *Relatório Focus*, com relação à inflação, apontava que, há quatro semanas, a inflação seria de 6,50; há uma semana de 6,7; e hoje, de 6,8. Portanto, indicando um nível crescente de inflação para 2016. E efetivamente não se apresenta, no nosso radar e no nosso GPS, a perspectiva e a possibilidade do centro da meta da inflação para 2016 ou para 2017.

Observa-se que o País já possui uma das maiores taxas de juros do mundo: 14,25. De novo, faço o registro do *Relatório Focus*, indicando que também a taxa Selic sinaliza, para 2016, uma elevação muito mais próxima de 15 do que de 14. Ou seja, 15 é um número, segundo o *Relatório Focus*, bastante razoável; não razoável para a nossa realidade, mas como projeção de onde poderemos estar em 2016, com a nossa taxa Selic elevando o nosso endividamento bruto para algo muito próximo a 70%, 72% do nosso Produto Interno Bruto.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Uma observação, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Com muito prazer, Senador Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – A taxa real – V. Exª mencionou a taxa nominal de 14,25 –, ou seja, deflacionando a taxa nominal pela inflação esperada, prevista, dá 7,5% mais ou menos, que é de longe a mais alta taxa do mundo. Mas é importante se distinguir isso para poupar o trabalho do Presidente do Banco Central, que gastaria algum tempo para explicar isso.

Na verdade, é muito simples: deflacionando uma pela outra, já dá 7,5% real, que é uma taxa recordista em escala internacional.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Agradeço a V. Exª a contribuição.

À nossa frente, estão, portanto, apenas Gana, Cazaquistão, Uganda, Ucrânia, Bielorrússia. Eles possuem taxas de política monetária maiores que o nosso País. Essas são as nossas companhias, nesse *ranking* e nesse campeonato por taxas elevadas. A título de comparação, a taxa de juros do Chile, nosso vizinho, é de 3,25; a do México, 3.

Nessa mesma última reunião do Copom, o Diretor Tony Volpon chegou a defender que o Banco Central deva adotar ainda uma ação contundente e tempestiva na política monetária, como se até aqui o Banco Central tivesse adotado uma política conservadora ou intempestiva na prática.

Ou seja, o ambiente, traduzindo isso em linguagem popular, é se ficar o bicho come; se correr o bicho pega. Diante disso, não está claro para os dirigentes do Banco Central, que são os responsáveis por nossa política monetária, que a inflação atual não tem relação com a demanda aquecida, muito pelo contrário, e sim com o elevadíssimo clima de incerteza existente entre os agentes econômicos, em função de uma absoluta desorientação e descasamento de política monetária com política fiscal.

Neste momento, há uma queda de braço entre a equipe econômica do Governo da Presidente Dilma e a sua base política. O Líder do Governo na Comissão Mista de Orçamento está trabalhando a redução do primário de ponto sete para algo inferior a isso, quem sabe com primário zero.

Ou seja, é como se viessem mais para confundir do que para explicar, e sinalizar para o mercado – e para todos nós – uma linha e uma unidade de ação em torno dos gravíssimos desafios da nossa economia. Eu queria que V. Exª falasse sobre esse descasamento e essa absoluta desorientação espacial na linha e na ação do Governo.

Já encerrando, Sr. Presidente.

Durante a anarquia fiscal do Governo Dilma, a dívida bruta saiu de 52% – no final de 2010 – para 66% – em outubro deste ano. E a expectativa – como disse aqui anteriormente, em função de 2016 – é de que essa dívida chegue a 72% do nosso Produto Interno Bruto. Entre os países emergentes, só existem quatro países do mundo que possuem dívida maior que o Brasil: a Hungria, a Croácia, o Egito e a Ucrânia. Apenas para efeito de comparativo, o México possui uma dívida de 52% do PIB, e o Chile, de 18%. De novo, nós estamos muito mal situados e muito mal colocados nessa fotografia.

Com esse aumento do endividamento e das taxas de financiamento, as despesas com juros do Governo passaram de R$195 bilhões – em 2010 – para R$507 bilhões – em outubro deste ano. O Governo pagou, este ano, R$507 bilhões de juros para rolar a sua dívida. O Governo do PT, que durante a campanha acusou a oposição de representar os interesses do setor financeiro, aspas, "nunca na história deste País gastou tantos recursos da sociedade e do contribuinte brasileiro com juros".

O Governo diz que está comprometido com o ajuste fiscal, mas, neste mês, usou todo o seu arsenal político para aprovar a mudança da meta fiscal de um superávit de R$55 bilhões para um déficit de R$120 milhões. Evidentemente, contra o meu voto. E, ao mesmo tempo, aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, trabalhou pesadamente para rejeitar projeto de resolução que sinalizaria um limite para o endividamento da União, assim como já fazem os demais entes federados: Estados e Municípios.

De novo, a União sinaliza que tipo de exemplo e referência para os demais níveis federados, ou seja: faça o que eu mando mas não faça o que eu faço! Essa é a grande contradição na relação federativa da União com os Estados e Municípios. Os Estados e Municípios – que já estão no nível e no limite prudencial – estão sendo fortemente advertidos por violação à Lei de Responsabilidade Fiscal a quaisquer dos princípios e pressupostos das leis fiscais. Mas o Governo Federal, do qual V. Exª faz parte, a equipe econômica, da qual V. Exª faz parte, não apenas do Governo Dilma II, mas do Governo Dilma I, na opinião de V. Exª, têm feito esforço fiscal suficiente para a retomada da trajetória sustentável para as contas públicas e para facilitar a atuação do Banco Central no lado monetário? Eu queria que V. Exª falasse um pouco sobre esse descasamento da política fiscal e da política monetária.

E para encerrar, nós estamos, possivelmente, votando hoje no plenário do Senado, um projeto de lei que tem recebido forte apoio do Governo Federal – do Governo de V. Exª –, que trata da criação da Empresa Simples de Crédito. E essas empresas, segundo o projeto apresentado, eles definem que sobre elas – as Empresa Simples de Crédito – não se aplicarão o depósito compulsório de reservas nem as regulamentações do Banco Central do Brasil, ou mesmo do Conselho Monetário Nacional. V. Exª, como Presidente do Banco Central, tem conhecimento desse projeto? Qual é a opinião de V. Exª sobre esse projeto, sobre a criação da Empresa Simples de Crédito?

Qual é a opinião do Banco Central sobre essa inovação na política de crédito, em nosso País, sem regulamentação do Banco Central e muito menos do Conselho Monetário Nacional?

São essas as questões que submeto a V. Exª, agradecendo a sua costumeira atenção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Quero fazer às Srªs e aos Srs. Senadores duas comunicações. Primeiro, vamos adotar o bloco de três Senadores, para não ficar muito longo. Segundo, gostaria de comunicar que hoje é o dia do aniversário do grande e valoroso Senador Tasso Jereissati, que merece todas as nossas homenagens.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – E vai nos convidar para o almoço inclusive! (*Risos.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Vamos cantar parabéns!

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Mas, Sr. Presidente, não é por isso que o senhor vai botá-lo na frente dos que vão indagar... (*Risos.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – É.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senador Serra, o que V. Exª falou?

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Hoje ele me disse. Hoje é o meu aniversário, e eu falo na frente! (*Risos.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Ah, fala isso para o primeiro! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Se as Srªs e os Srs. Senadores concordarem, eu darei essa preferência. (*Risos.*)

A Senadora Vanessa passa para o final da lista, pois não está presente. O Senador Blairo Maggi passa para o final da lista, pois não está presente.

Passo agora a palavra – já que o Senador Tasso Jereissati abriu mão dessa gentileza –, passo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Muito obrigado, Presidente. Meus cumprimentos ao querido Senador Tasso Jereissati, pelo seu aniversário.

Eu ouvi, com certo desânimo, a manifestação do Presidente do Banco Central, porque o que mais preocupa o povo brasileiro hoje é a ausência de credibilidade no Poder Executivo. É um Poder Executivo asfixiado pelos escândalos de corrupção, sem criatividade, sem inteligência, para buscar alternativas de solução para a crise. Sobretudo aqueles que ficam ao final da linha são os mais atingidos por esse desânimo visível, que se nota, inclusive hoje, na forma de se expressar do Presidente do Banco Central.

Aqueles que estão lá no fim da linha estão verificando o desemprego bater às portas, a inflação se avolumar, a recessão, empresas demitindo, preventivamente, na expectativa de que a crise se agravará. Outras empresas não demitem, porque não possuem recursos, no caixa, para atender às demandas da demissão; e outras demitem, porque já não suportam mais arcar com o ônus da folha, em função da crise que se abate, de forma sem precedentes.

O Governo se apresenta com esse desânimo, e as perspectivas são sempre encaradas com pessimismo, por todos nós, até porque os precedentes não recomendam otimismo. Quantas vezes nós discutimos aqui, nos últimos anos, com o Ministro Mantega, e as suas previsões jamais se confirmavam. A sua bola de cristal estava sempre embaçada, e ele não conseguia sinalizar à frente.

Nós continuamos nesse mesmo cenário de descrença em relação àquilo que ouvimos. Imagino, portanto, que constrangimento deve assaltar V. Sª, neste momento: falar em nome de um Governo desacreditado e consciente de que o que diz, nesta hora, não é recebido, certamente, com confiança por aqueles que o ouvem. Eu vejo que até o burburinho, nesta manhã, é menor do que em outros dias.

Não sei, Senador Caiado, se é consequência desse movimento que há, no entorno, com as sirenes da Polícia Federal ecoando forte, com abridores de cofre com maletas chegando à residência oficial. Talvez esse clima de tensão tenha também alcançado esta Comissão do Senado Federal, mas nós temos que fazer as indagações, cumprir tabela, fazer a nossa parte aqui, indagando o Presidente do Banco Central.

Nós verificamos que as promessas, reiteradas promessas de que a meta de inflação seria atingida nesses últimos cinco anos foram promessas descumpridas. De 4,5% foi a 6,5% e de 6,5% deve ficar agora em torno de 10,4%. Na última ata do Copom, a diretoria do Banco Central afirma que adotará as medidas necessárias de forma a assegurar o cumprimento dos objetivos do regime de metas, ou seja, trazer a inflação o mais próximo possível de 4,5% em 2016, circunscrevendo-a aos limites estabelecidos pelo CMN e fazendo-a convergir para a meta de 4,5% em 2007.

A indagação é exatamente esta: se nos últimos cinco anos as reiteradas promessas não foram cumpridas, o que nos autorizaria agora a acreditar no cumprimento desta promessa de que a inflação, nestes próximos dois anos, será reduzida para esse cenário de 4,5%, para a meta de inflação?

A inflação que temos – é a segunda indagação, vou ficar apenas em duas indagações exatamente para oferecer oportunidade aos demais colegas nesta manhã de muito desânimo por aqui –, a inflação que temos hoje se caracteriza mais como inflação de custos, explosão dos preços controlados pelo Governo – gasolina, gás e energia elétrica –, do que de demanda, e seguramente fechará o ano em dois dígitos. Nesse cenário, aumento da taxa de juros para patamar estratégico não funciona mais, é como gasolina na fogueira da inflação, ao tornar o custo da dívida pública cada vez mais caro e inviabilizar os investimentos. Essa é a questão para um leigo em Economia como eu.

É difícil entender como pode o Governo encontrar solução para a crise econômica se não encontra alternativa de administração financeira mais competente para a dívida pública deste País, que está asfixiando o Poder Executivo e os setores produtivos da Nação, uma dívida pública que consome, neste ano, do Orçamento, 47% para pagamento de juros e serviços. É a dívida pública brasileira que consome, portanto, pouco mais de R$3 bilhões, ao redor de R$3 bilhões por dia para pagamento de juros e serviços da dívida.

Aliás, nós já fizemos várias indagações ao Governo para explicitar detalhes dessa dívida pública. O País gasta ao redor de 7% do PIB para sua rolagem, para o pagamento, repito, de juros e serviços, enquanto outras nações, as mais endividadas do mundo, gastam, segundo números oficiais recolhidos pela nossa assessoria técnica, outros países mais endividados do mundo gastam em torno da metade, percentualmente, do que gasta o Brasil para a administração dessa enorme dívida pública que se agigantou muito em face da irresponsabilidade.

O que se diz por aqui, no Congresso Nacional, ou o que se diz fora daqui entre os especialistas em Economia pouco chega ao Governo ou pouco é ouvido pelo Governo. Nesses anos, não ouviu, quando se alertou que o Governo preparava uma bomba relógio de efeito retardado. O Governo não ouviu.

Foi mantendo a sua política de erros, de desvios, acumulando, nesse roteiro de mistificação, de manipulação de números, através de contabilidade criativa, de mágica fiscal, de pedaladas, de decretos não numerados, sem autorização legislativa, uma seleção de erros que culminou nessa tragédia vivida pelo País hoje.

Portanto, não há, a meu ver, solução para a crise econômica deste País sem uma administração mais competente da dívida pública. O Governo não tem ousadia de promover reformas de profundidade; não promove nem mesmo a reforma administrativa, embora apresente, de quando em vez, o anúncio de que reformará. Todavia, essa reforma fica, única e exclusivamente, no papel; a reforma não ocorre, não há redução de gastos, o Governo não adota nenhum mecanismo de controle dos gastos públicos, não estabelece limites para os gastos públicos e, de outro lado – repito o que considero o calcanhar de Aquiles –, o Governo não encontra nenhuma alternativa, não nos apresenta nenhuma alternativa; aliás, fala pouco nisso, discute pouco isso, demonstra estar distante disso.

E repito que, nesses anos, nós aprovamos aqui medidas, sempre alertamos, sempre demonstramos a preocupação de que a dívida pública brasileira estava crescendo extraordinariamente, que não havia nenhuma providência de parte do Governo para conter o seu crescimento. Quantos projetos aprovamos aqui autorizando o endividamento de Municípios, de Estados e da União? E isso de forma interminável; e hoje nós estamos diante desse cenário de dívida gigantesca e sem solução.

A indagação sobre essa questão da dívida é se o Governo tem realizado estudos, tem buscado experiências em outros países que administram melhor a dívida pública, como a Alemanha, para citar um dos exemplos; se há alguma perspectiva de que o Governo brasileiro apresente uma alternativa de administração dessa dívida, porque é evidente que, se o Governo consome, para pagar juros da dívida, 50% do que arrecada, não resolve cortar R$10 bilhões do Bolsa Família – é óbvio! Se o Governo consome R$3 bilhões por dia ou algo a redor disso – e V. Exª poderá confirmar ou não esses números, porque os detalhes nunca são esclarecidos –, é claro, é evidente que não é com esse ajuste fiscal ou com esse ajuste de contas com a sociedade que o Governo vai encontrar a solução para a crise.

Enquanto estivermos gastando a metade do que arrecadamos para pagar juros e serviços da dívida, é óbvio que faltarão os recursos para a saúde, para a educação, para o transporte, para a segurança pública etc. Nós não estaremos dinamizando a economia do País. Não resolve criar CPMF se nós não encontramos alternativa de solução para a dívida pública do País. Criar CPMF é enfiar a faca no peito do contribuinte que já paga impostos demais.

Sr. Presidente do Banco Central, é evidente que nós o respeitamos como técnico competente, mas V. Exª representa um Governo que está vivendo esse inferno astral, e eu tenho a obrigação de indagar a V. Exª, com a dureza necessária, essas questões que estão no dia a dia do povo brasileiro.

De forma muito singela, muito simples, pouco burocrática, pouco técnica, mas é a indagação que faz a nossa gente. Ninguém suporta mais os encargos da dívida, ninguém suporta mais a inflação, ninguém aguenta mais pagar impostos como estamos pagando, e o Governo não faz reformas. Onde estão as reformas que o Governo tem prometido? Quais as reformas que foram realizadas até agora neste ano de novo Governo da Presidente Dilma?

Portanto, são essas as minhas indagações, e as faço respeitosamente, embora procurando dar a elas a ênfase necessária em nome daqueles que nós representamos aqui, porque é importante colocar um pouco de dinamismo até na forma do discurso, pois essa forma desanimada de apresentar soluções para a crise do País empurra o povo para um cenário de maior desânimo ainda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Falará agora a Senadora Gleisi Hoffmann, concluindo o primeiro bloco de três Senadores, e o segundo bloco terá início com a palavra do Senador Cristovam Buarque.

Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar aqui o nosso Presidente do Banco Central, Ministro Alexandre Tombini, e também o nosso Diretor de Política Econômica, Dr. Altamir Lopes, que são muito bem-vindos a esta Casa para um debate importante e necessário.

E quero cumprimentar também meus colegas Senadores que aqui estão presentes.

Se V. Exª me permitir, Presidente, quero começar fazendo um chiste, uma brincadeira com o Senador Alvaro Dias, que disse que tudo está muito desanimado. Talvez a oposição esteja desanimada, Senador, porque não está conseguindo concretizar o golpe através do *impeachment*, pelos últimos acontecimentos que nós estamos vendo.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Não é a oposição. É o povo que está desanimado.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – É só uma brincadeira com V. Exª.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – O povo está tão desanimado que até deixou de ir para as ruas no último domingo.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – A gente percebeu que não deu certo o discurso de V. Exªs.

Falando aqui sobre o que foi colocado, em primeiro lugar, eu queria só fazer um registro sobre a questão de taxas de juros.

Isso não é novidade para o Brasil. Aliás, nós somos recordistas em taxas de juros há várias décadas. Não é a primeira vez que nós estamos em primeiro lugar em taxa de juros. As taxas de juros têm sido o nosso carma nas últimas décadas. Eu acho que é importante quando o Senador Ferraço faz essa colocação. Seria importante buscarmos no tempo qual foi o *ranking* do Brasil em termos de taxa de juros. Infelizmente, nós temos uma cultura rentista neste País, em que a taxa de juros é muito mais importante que a produção, que a produtividade. Então, não é certo fazer uma crítica em relação à taxa de juros no momento atual.

Aliás, eu quero lembrar que, durante o governo da Presidenta Dilma Rousseff, houve, sim, um grande esforço para a redução da taxa de juros e, pela primeira vez na nossa história recente, nós chegamos a um dígito de taxa de juros, que foi de 7,25%. E eu não vi, por parte desta Casa ou dos setores da sociedade, principalmente da área de produção, uma defesa ardente dessa queda da taxa de juros. Muito pelo contrário: muitos vieram criticar porque a queda da taxa de juros, diziam, estava aumentando a inflação e não era ou não estava adaptada à nossa realidade. Era como se sentissem saudade das altas taxas de juros. E, quando o Banco Central começou a subir os juros, houve aplausos de grande parte da sociedade, inclusive desta Casa. Foram vários os pronunciamentos feitos na tribuna do Senado e aqui, na CAE, sobre a necessidade de se retomar o reequilíbrio das taxas de juros e sobre a inaceitabilidade da taxa de juros de um dígito.

Então, acho que é importante fazermos esse corte para não acharem que taxa de juros é um problema atual, para não acharem que o Brasil está no *ranking* de grandes taxas de juros agora, porque isso é recorrente, há muito tempo. Em todos os governos que nós tivemos depois dos governos militares as nossas taxas de juros foram as maiores do mundo.

Outra coisa que eu acho importante também deixarmos clara é essa questão da anarquia fiscal.

Nós não temos uma anarquia fiscal e nem um descontrole fiscal. Aliás, as despesas fiscais com pessoal, por exemplo, reduziram em relação ao PIB. Se nós compararmos o que era em 2003 com o que é agora, nós vamos verificar uma redução de quase um ponto percentual em relação ao PIB com despesa de pessoal, mesmo fazendo recomposição salarial dos servidores públicos, o que não se fazia no passado.

As despesas correntes com custeio da máquina também diminuíram em relação ao PIB. Agora, se nós formos colocar como despesas correntes as despesas de educação – está aqui o Senador Cristovam que pode falar muito bem a esse respeito –, aí, sim, nós podemos dizer que essas despesas subiram. Mas subiram porque havia um clamor da sociedade, havia um clamor desta Casa para que elas subissem. Nós aumentamos, sim, as despesas de educação, aumentamos, sim, as despesas de saúde e aumentamos, sim, as despesas na área social, e não acho justo e nem acho certo cortar essas despesas para fazer um equilíbrio orçamentário, a fim de fazer frente a uma conta de juros, com cujo crescimento esta Casa não se preocupou.

Esta Casa não fez a discussão sobre a política da taxa de juros ou para pagamento de despesas da dívida. Nossa dívida subiu, como disse o Senador Ferraço, de R$195 bilhões, nos seus serviços, para R$507 bilhões, pelos aumentos que tivemos na taxa de juros. Mas eu não vi aqui nenhum discurso acalorado sobre isso. Muito pelo contrário: vi discursos acalorados quando conseguimos enfrentar isso e reduzir para um dígito a taxa de juros neste País, que chegou a 7,25%.

Então, acho importante termos clareza sobre a participação de nós, Senadores, da situação e da oposição, principalmente da oposição, nesse cenário, porque os que atacam os juros hoje são os mesmos que subiam à tribuna para cobrar uma política de combate à inflação. E eram os que defendiam o aumento da taxa de juros para combater a inflação. São os mesmos que defendem aqui aumentos de despesa.

Quantos fundos discutimos aqui na Comissão de Constituição e Justiça ou de Desenvolvimento Nacional? Eram fundos de defesa pública,aumentos de fundos para a área social, fundos disso, fundos daquilo, aumento de recursos para a educação. Não sou contra esses aumentos de recurso, mas isso vem pelo discurso da oposição, a mesma que agora quer que o Orçamento da União seja cortado. Poderiam dizer onde querem que seja cortado.

Essa mesma oposição que fala sobre o crescimento da carga tributária é a que também critica os subsídios que o Governo dá aos tributos neste País. Mas é essa mesma oposição que, quando chegaram aqui as medidas provisórias de desoneração da folha, aumentou em muito o número de setores que deveriam ser desonerados. É essa mesma oposição, com os setores que a apoiam, que pede aumento de desoneração, benefícios tributários, benefícios fiscais.

Então, como fechar a conta? É necessária certamente uma linha de discurso que seja equivalente.

Essa mesma oposição que defendia, antes, propostas de contenção de gastos e rigor fiscal vem aqui defender que se aumentem os gastos fiscais, e depois vem fazer um discurso político aqui na frente do Presidente do Banco Central.

Então, precisamos ter mais responsabilidade. São pessoas que falam contra o Sistema Financeiro, contra a política de juros, mas, quando chegam aqui propostas para enfrentar esse Sistema Financeiro, por exemplo, para aumentar a contribuição social sobre o lucro líquido dos bancos, se retraem e não aumentam. Não fazem a discussão e dizem que, muito pelo contrário, que não é possível aumentar-se a contribuição social sobre o lucro líquido dos bancos, porque isso teria impacto nas taxas dos bancos. Mas também não discutem medidas aqui – muitas estão na gaveta da Comissão de Assuntos Econômicos – para redução dessas taxas.

Assim, não adianta ter um discurso forte aqui se no dia a dia, na hora de definir as coisas, na hora de enfrentar o que realmente tem de ser enfrentado, se retraem e não enfrentam, porque têm medo, porque apoiam ou porque, sei lá, enfim, diversos outros motivos os levam a isso.

Então, é preciso parar com esse discurso fácil, de dizer que o Governo está errado. É, aliás, contraditório, pois, numa hora, ataca a política de juros; em outra hora, ataca a política de inflação; em outra hora, ataca a política de desenvolvimento, sem dizer o que se vai colocar no lugar delas.

Queria, em primeiro lugar, resgatar, porque senão vamos ficar aqui falando que somos recordistas em taxa de juros, que o Banco Central é um desastre em política, sem olhar a história, sem olhar o que este País já teve de taxas de juros e o que o Banco Central já fez em outros governos inclusive, que estão hoje criticando o Governo da Presidenta Dilma.

Mas eu gostaria de fazer algumas perguntas, aqui, ao nosso Presidente do Banco Central. Infelizmente, quando V. Exª estava expondo sobre a questão de crescimento de exportação e redução de importação e substituição de importação, V. Exª falou em ganhos de produtividade. Eu gostaria só de saber quais são os setores a que V. Exª se referiu na questão de ganhos de produtividades.

V. Exª também fala que a depreciação da taxa de câmbio não causa desequilíbrio patrimonial e que, portanto, ela é positiva, porque temos uma conta das reservas brasileiras também considerável.

E fala que cada ponto percentual de depreciação reduz a dívida líquida em mais de R$12 bilhões – é isso? Mas também fala que o fortalecimento da moeda americana é um dos causadores da inflação. Aí, se causa a inflação, nós aumentamos os juros e aumentamos a dívida. Dessa forma, nós temos um círculo vicioso nesse sentido: o que faz bem de um lado faz mal de outro.

Então, pergunto a V. Exª se o aumento dos juros, nesse sentido, é um enfrentamento à apreciação da moeda e também aos preços administrados, que, ao que me parece, aí, tem pouca eficiência.

Então, eu tenho também uma crítica com relação a essa política de aumento de juros em razão da dominância fiscal, como disse V. Exª. Não vejo que ela seja tão eficaz, tão eficiente neste momento para que a gente atinja um equilíbrio da inflação. Acho que está muito mais na política de câmbio.

E a outra coisa que queria perguntar a V. Exª é a questão do primário. V. Exª colocou a importância de a gente resgatar o pagamento da dívida e, portanto, a confiabilidade do mercado. Mas, como fazer isso se nós temos um impacto grande dos juros na questão financeira, ou seja, nós temos um aumento grande dos serviços da dívida?

Mesmo que a gente faça cortes consideráveis no Orçamento – e aqui é importante dizer que o Governo já fez cortes da ordem de R$90 bilhões nas despesas, nos últimos anos... Aliás, quando eu entrei no Governo, em 2011, nós fizemos um corte de R$50 bilhões no Orçamento da União; no ano seguinte, mais R$50 bilhões; depois, mais R$30 bilhões; e, agora, recentemente, R$90 bilhões, com o aumento de alguns tributos para buscar o equilíbrio. Quer dizer: nós não podemos, agora, entrar em um processo de corte de políticas que são sustentadoras da vida da população, como é o caso do Bolsa Família ou de outras políticas sociais.

Então, eu gostaria de ter de V. Exª uma análise sobre isso, quer dizer, como é que a gente chega a isso?

Parece que, com todos os cortes que possamos fazer no Orçamento, nós não vamos conseguir pagar o impacto causado pelos juros ou o resultado da política de câmbio nas finanças públicas. Acho que isso é importante.

Por outro lado, também penso que nós temos de trabalhar para que as políticas que dão sustentação ao emprego e ao desenvolvimento da economia possam ser preponderantes. O Brasil, nesses últimos anos, teve um aumento de renda dos setores mais pobres da sociedade em 190%, mas, ao mesmo tempo, houve também um aumento de renda para os mais ricos de 37%. Ninguém perdeu! Agora, quando se coloca uma política de que os mais ricos ou aqueles que mais têm teriam de dar uma contribuição maior para o ajuste fiscal em termos de recolhimento de impostos – e, aí, vamos falar de juros de capital próprio, de dividendos, de distribuição de lucros, de imposto sobre grandes fortunas –, nós temos uma reação avassaladora que encontra eco, inclusive, nesta Casa.

Então, eu gostaria também que V. Exª pudesse falar um pouco – e sei que se trata de política fiscal – sobre o impacto que teria, por exemplo, o aumento de tributos nessas áreas, se não for em grandes fortunas, pelo menos nas grandes heranças e também em juros de capital próprio e na distribuição de lucros e dividendos.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra o Ministro Tombini para responder as interpelações das Srªs e dos Srs. E Senadores do primeiro bloco.

Pelo Regimento, V. Exª dispõe de cinco minutos para cada Senador; mas, logicamente, pela importância do assunto, seremos flexíveis com relação à observância desse tempo regimental.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Pela ordem, agradeço aos Senadores e à Senadora pelo debate. Queria dizer que é com grande entusiasmo que nós voltamos a esta Casa para este debate institucional, previsto no Regimento Interno do Senado Federal.

Enfim, é sempre uma satisfação poder compartilhar com V. Exªs a nossa visão, independentemente do contexto econômico e político que vive o País.

Em relação às considerações do Senador Ferraço, o nosso objetivo no Banco Central tem sido já explicitar, de algum tempo, desde o final do ano passado, frente a um processo de alteração de preços relativos importantes para a economia. O próprio regime de política macroeconômica hoje, no País, que contempla, entre outras coisas, o câmbio flutuante, se refletiu na mudança das condições financeiras internacionais, de um lado, e na contínua deterioração dos termos de intercâmbio na economia brasileira. Como eu falava nas minhas considerações iniciais, o processo de deterioração dos termos de intercâmbio do comércio exterior brasileiro já vem de longa data, vem de meados de 2011, mas, naquele momento e até o início de 2013, esse processo, de certa forma, estava compensado, do ponto de vista da relação do Brasil com o exterior, por uma intensidade muito forte de influxos de capital decorrentes das políticas monetárias que vinham sendo adotadas nas economias avançadas, com as taxas de juros zero, enfim, com tudo aquilo que V. Exªs conhecem, como, por exemplo, a adoção de políticas monetárias não convencionais, ou seja, compra de ativos, injeções de liquidez no mercado. Uma parte dessa liquidez veio para os mercados emergentes. Sendo o Brasil o maior mercado emergente, ele recebeu muito desses fluxos, de maneira que a deterioração nos termos de troca era mais que compensada pelos fluxos de capitais. E várias políticas tiveram que ser adotadas para impedir que esse processo gerasse uma situação que, hoje, na reversão, criasse mais problemas do que a economia brasileira enfrenta. Então, esse processo vem acontecendo.

Neste momento, com a mudança nas condições internacionais, de um lado, e a contínua deterioração dos termos de troca, o regime de câmbio flutuante prevalece. Há um enfraquecimento da moeda nacional – neste ano, foi mais de 30%, uma boa parte relacionada com o quadro internacional e outra relacionada com as questões domésticas a que V. Exª já se referia na sua intervenção.

Diante desse ajuste importante de preços relativos, de um lado, que se sabia que estava por vir, e, de outro, também de uma recomposição dos preços administrados, como eu falava no início da minha apresentação, que chegou a 18% no acumulado neste ano, esses dois são choques característicos, choques de custo, como V. Exª mencionava. Poderíamos fazer uma analogia com choques de oferta: aumenta o custo da economia. Então, não cabe à política monetária compensar o efeito primário desses choques, tanto é que a inflação corrente subiu e está na casa apontando para 10,5% em 2015. O que nós temos nos proposto, desde o início deste ano, é combater os efeitos de segunda ordem e evitar que esses choques de preços relativos, esses ajustes que vêm ocorrendo, que tornam a economia para o futuro menos vulnerável, sejam repassados na forma de inflação ao consumidor. Naturalmente, algo repassa, há o repasse cambial – esse repasse cambial existe, apesar de ter sido reduzido ao longo do tempo – e há o impacto de custo em função dos preços administrados, entre outras coisas, o preço da energia elétrica que subiu bastante. Então, a política é a política de contenção dos efeitos de segunda ordem. Naturalmente...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Presidente, perdoe-me.

Ainda existem preços represados ou preços administrados na área de energia e gasolina a passarem para o ano que vem?

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Por exemplo, se pegarmos o IPCA, pegarmos o índice de preços administrados e dividirmos pelo índice dos preços livres, o que nós vemos é que os níveis atingidos agora em novembro deste ano, o último dado de inflação, estão mais ou menos no mesmo nível que estavam no final de 2010.

Então, na nossa visão – e isto está refletido até certo ponto nas expectativas de mercado –, as projeções para os preços administrados em 2016 são bastante menores do que foram no ano de 2015, ou seja, refletindo um pouco desse efeito. Então, se nós fizermos o gráfico, nós vamos ver que voltou para o nível de 2010.

Nas nossas projeções, que divulgaremos na semana que vem, no relatório de inflação, haverá uma seção especial para preços administrados, como sempre é o caso, em que veremos essa recomposição. O que é um custo agora retira, digamos, expectativa de inflação ou retira da projeção de inflação para os horizontes mais largos. Mas, enfim, estamos vivendo dois choques de preços relativos de grande intensidade, e a política monetária tem operado para fazer com que a inflação não se propague na forma de efeito secundário desses choques.

Se nós olharmos naquele gráfico – o Senador Serra mencionava a questão dos juros –, a linha azul é o juro *ex-ante*, e a linha vermelha é o juro *ex post*. Ou seja, qual foi a taxa de juros Selic praticada nos últimos doze meses e qual foi a inflação nesses últimos doze meses. Obviamente que a taxa de juros *ex-ante* é uma taxa mais focada pelos participantes de mercados, há mais foco em cima dessa taxa, a taxa que prevalecerá, dependendo das condições futuras, taxas de mercado, mas nós também vimos que a acumulação de choques de custo deste ano fez com que a taxa Selic real caísse nos últimos meses. Então, num momento de maior incerteza macroeconômica, essa taxa *ex post* também tem o seu papel. De maneira que a política monetária vem trabalhando e tem trabalhado no sentido de conter os efeitos de segunda ordem.

Como eu mencionava já em outras oportunidades – aí, Senador Tasso, só para exemplificar essa razão que eu mencionava –, razão de administrar os preços livres. Ela caiu muito ao longo desse período. Sobe agora, desde 2014 já sobe um pouco e agora subiu com mais intensidade. Então, nós já estamos mais ou menos no nível de dezembro de 2010.

Enfim, em relação à questão da política monetária, esse é um gráfico que eu acho que na última discussão nossa eu atualizei para esta discussão. A última vez em que o Banco Central aumentou os juros foi justamente naquela curva azul. Ou seja, o que a curva azul indica? No curtíssimo prazo, ou seja, que é à esquerda, nós estamos no nível de 14,25%, que foi a última elevação promovida pelo Comitê de Política Monetária, e as curvas para o horizonte de até sete anos indicavam uma redução das taxas. Quer dizer, sem o Banco Central fazer qualquer movimento em relação à política monetária, nós tivemos uma elevação das taxas de mercado. São nessas taxas que o Tesouro se financia, e não na taxa Selic necessariamente. O Tesouro se financia ao longo do tempo. E o que aconteceu? Da taxa azul para a taxa amarela, subiram praticamente 400 pontos. É como se o Copom tivesse aumentado em 400 pontos a sua taxa Selic.

Por que aumentou isso? Vamos começar nas incertezas em relação ao futuro da política fiscal. Nós tivemos um impacto, como eu falava na minha introdução, sobre as condições de mercado, sobre a percepção dos prêmios de risco da economia, e houve então esse ajuste na taxa, na estrutura termo das taxas de juros no País. Mais recentemente, a posição de 2014 já volta um pouco, mas, mesmo assim, está bem distante daquela que prevalecia na última vez em que o Copom elevou a sua taxa de juros.

Isso para ilustrar que a política monetária não necessariamente é a responsável pela evolução das taxas de juros da economia. Há outras políticas que concorrem para isso.

Indo já na direção da sua pergunta, a nossa política monetária está sendo adotada para conter os efeitos de segunda ordem e evitar que se propague a inflação de curto prazo de custo em horizontes de mais largo prazo. Nós tivemos bastante sucesso até agosto. Agora, o sucesso em relação a 2019. Menos em 2018, menos em 2017 e menos em relação a 2016.

E a estrutura de juros da economia responde a outras políticas também. De maneira que venho dizendo isto já há algum tempo: quanto mais apertada estiver a política fiscal, tanto mais fácil fica a vida do Banco Central para ancorar a expectativa de inflação e trazer a inflação para a meta.

Em relação à sua segunda pergunta bem específica, sobre a questão das empresas de crédito.

O Banco Central entende sempre como meritória a ideia de incentivar o crédito, especialmente a pequena e a média empresa. Nós temos, inclusive, algumas iniciativas; entre elas nós colocamos, desde outubro de 2014, em audiência pública, a proposta de criação das chamadas cooperativas de garantia de crédito, com o mesmo propósito de, através das associações de pequenos empresários, facilitar a obtenção de garantias e, portanto, o acesso ao crédito fornecido pelo Sistema Financeiro Nacional. É uma iniciativa do Banco Central.

Não foi consumada, mas continuaremos trabalhando nessa iniciativa, que, digamos, vai no mesmo espírito do assunto que V. Exª mencionava.

Em relação à proposta específica de Empresa Simples de Crédito, creio que a minha visão, a visão do Banco Central é a de que nós precisamos levar em consideração uma série de questões a respeito desse tema. Primeiro, potenciais riscos para os consumidores e para a economia local pela não aplicação de normas referentes à eficiência e à segurança das operações financeiras e pela ausência de procedimentos de autorização. Primeiro ponto.

Segundo ponto: potenciais riscos à integridade financeira pela não aplicação de procedimentos já bem estabelecidos de prevenção à lavagem de ativos no contexto dos intermediários financeiros.

Terceiro ponto: ausência de informações sobre operações de crédito das empresas simples pela não aplicação das normas referentes ao registro de operações, prejudicando as estatísticas e as bases de dados de crédito do País, com impacto negativo sobre a formulação de políticas públicas e no limite sobre a higidez das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

Quarto ponto: arbitragem regulatória com um tipo de instituição financeira que já existe e da atuação bastante semelhante a essa, que são as sociedades de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte, bem como às empresas de *factoring* que já estão aí.

Em conclusão à sua questão, acho que é uma iniciativa meritória sempre pensar no tema do crédito, principalmente à pequena e à média empresa, que sofrem o impacto das condições conjunturais talvez de maneira mais forte do que os demais segmentos do empresariado, mas há todas essas considerações.

Essa é a posição do Banco Central que vai ser sempre colocada na discussão desse tema, mas estamos abertos à discussão de outras alternativas para fomentar o crédito à pequena e à média empresa.

Em relação às questões do Senador Alvaro Dias, também agradeço a consideração ao debate.

Bem, nos últimos anos, o Banco Central vem atuando dentro do regime de metas de inflação, que foi estabelecido pelo Decreto nº 3.088, de junho de 1999, que prevê que o Conselho Monetário Nacional defina um objetivo e uma margem de tolerância para a consecução desse objetivo por parte do Banco Central, e o Banco Central tem sua autonomia operacional definida por esses diplomas para a execução da política e a busca do atingimento da meta de inflação, considerado todo o regime. Inclusive, o regime prevê também, no caso de não cumprimento das metas, que o Presidente do Banco Central escreva uma carta aberta ao Ministro da Fazenda de maneira a explicitar as razões pelas quais os objetivos não foram atingidos e o que está sendo feito e em que horizonte o Banco Central indica a consecução dos objetivos de metas para a inflação. Nesses últimos quatro anos, nós tivemos a inflação dentro dos contornos desse regime estabelecido lá atrás.

Em relação às perspectivas para a inflação, nós, recentemente, tivemos que alongar o horizonte de convergência. A última vez que nós discutimos aqui, a convergência era 2016.

As incertezas, em relação principalmente ao quadro da política fiscal, fizeram com que esse processo de choque de custo se prolongasse no tempo, se intensificasse. Isso afetou também as perspectivas, as projeções de inflação no mercado e do Banco Central.

Fizemos, então, esse ajuste – que V. Exª bem mencionou na sua leitura inicial –, com o objetivo, hoje, de fazer com que a inflação fique de acordo com o regime de metas em 2016, quer dizer, dentro dos limites desse regime, que, no caso de 2016, já está estabelecido, é de 6,5%, ou seja, de 4,5, mais uma margem de tolerância de 2,5, e fazer convergir a inflação para o centro da meta em 2017.

Então, é a isso que nós nos propomos e temos trabalhado nesse sentido.

Em relação à dívida pública, queria dizer que, como falei inicialmente, na visão do Banco Central, discussão sobre a ineficácia da política monetária está impactada, justamente por essa sequência de choques de custo – ou de oferta, como dizem os economistas –, que temos vivido, no ano de 2015.

Então, não é porque a política deixou de funcionar. A política opera com defasagem, como sabemos, mas, neste momento, estamos sendo impactados pelos choques – um preço administrado de um lado – do preço relativo da moeda estrangeira em relação à moeda nacional, que, como havia mencionado na resposta ao Senador Ferraço, já temos uma desvalorização no ano de 30% em relação ao dólar, um ajuste que, para o futuro, é positivo.

Depois, vou rapidamente falar rapidamente sobre isso, em resposta à Senadora Gleisi Hoffmann. Por um lado, é positivo; por outro, cria um desafio. Não estamos aqui, compensando na desvalorização cambial. O regime é flutuante. Estamos aqui tratando de conter a propagação dessa desvalorização cambial para os horizontes mais longos, distantes, nos sistemas de metas de inflação.

Também, por outro lado, não estamos aqui compensando o choque de preços administrados. Estamos que evitando que ele vá muito além de 2015, de forma a que tenhamos essa perspectiva de declínio, que, incidentalmente, quando pegamos a expectativa de inflação do mercado, que o Banco Central disponibiliza, toda

a segunda-feira, pela manhã, o que vemos é uma expectativa de inflação para 2015, chegando a 10,5 ou 10,6, e uma expectativa de inflação para 2016 de 6,8.

Essa é uma brutal desinflação, esperada pelo mercado. Esperamos ainda uma trajetória um pouco melhor, conforme mencionei acerca do nosso objetivo para 2016: manter a inflação abaixo de 6,5, que é o limite do regime de metas para o próximo ano.

Todos os esforços, no sentido de reduzir os custos na economia brasileira, a percepção de riscos, devem ser feitos, passando pelo fiscal, pela política monetária, pela desinflação.

Neste momento, o Banco Central tem duas missões constitucionais e institucionais: primeiramente, a de assegurar o poder de compra da moeda, fazendo com que essa inflação decline, com que as expectativas de inflação e as projeções se mantenham bem comportadas, a despeito do significativo choque de custo que estamos tendo no momento; e, em segundo lugar, a de manter a higidez do sistema financeiro, num momento de contração da atividade econômica, por um lado, e num momento, digamos assim, de maior volatilidade nos mercados internacionais, com a mudança nas condições financeiras, que estamos por ver no curto prazo.

Em relação às questões da Senadora Gleisi Hoffmann sobre ganho de produtividade, questões mais específicas, eu mencionava um dado que tem a ver.

Uma forma de medir a produtividade passa pelo custo unitário do trabalho, que, quando medido em dólares, o que vemos é uma redução significativa desse custo, que é importante para as empresas que competem com a economia internacional, tanto as exportadoras, quanto aquelas que podem substituir as importações.

Então, temos visto aqui que o custo unitário de trabalho volta para níveis observados, mais ou menos, em 2007 e 2008. De maneira que esse é um indicativo, num nível mais macro, digamos assim, de produtividade sobre o custo unitário do trabalho, medido em dólar, neste caso,

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Uma situação externa? Então, não é um esforço das nossas empresas essa produtividade.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Não. As empresas vêm fazendo esforços em função do ciclo econômico, da contração da economia, mas esse é um, digamos assim, indicador macro sobre a competitividade das empresas para o futuro.

Já vemos alguma coisa, com relação à defasagem, se olharmos o setor de intermediários. Já há um processo de substituição de importações, que é mais rápido.

Por exemplo, nesse quadrante, vemos, no lado direito, em cima: importação e produção industrial. Setor de bens intermediários. Vemos a importação, caindo de forma significativa, num período mais recente, e também a produção mais ou menos estabilizada, caindo um pouco, em função da conjuntura, mas bem menos do que a importação.

Então, a razão importação/produção local vem caindo, que é aquela linha verde. Sentimos isso mais rapidamente, no segmento de bens intermediários, em que a substituição é mais fácil.

Nos setores de bens de capital e bens de consumo duráveis, a substituição é mais demorada. Há defasagens maiores, mas aquele indicador de redução do custo unitário do trabalho em dólares é um indicador de elevação da competitividade do setor exportador, ou seja, o setor de comercializados, que compete com as importações também.

Em relação ao que mencionava eu no desequilíbrio patrimonial, que não vemos isso, primeiro, temos um colchão de reservas internacionais, que nos permitiu emprestar parte dessa proteção para o setor privado produtivo.

O País também tem, desde 2007, uma situação, no setor público, de credor em moeda estrangeira. Então, quando desvaloriza a moeda nacional, a nossa restrição financeira do setor público melhora e não piora, na razão de uma redução para cada ponto percentual de depreciação do real, cerca de R$12 milhões de redução da dívida líquida, ou 0,2 pontos do PIB de redução da dívida líquida. Pega-se a dívida bruta, tiram-se as reservas, e vemos o mesmo fenômeno.

Então, esse é um fato, que nos deixa um pouco mais confortáveis para enfrentar um cenário como o atual, com as nossas complexidades domésticas e com, digamos, a mudança dos ventos, no que diz respeito às condições financeiras internacionais.

De novo, a depreciação cambial tem um impacto inflacionário. O repasse cambial é reduzido. Ele não é 100%. Ele é 100% somente a longo prazo. A curto prazo, ele é menor. Ou seja, à medida que isso compromete o alcance dos objetivos de política monetário, esta é ajustada; se não comprometer, não é ajustada.

Os objetivos aqui explicitados são, hoje, de fazer o cumprimento dos objetivos de regime e metas de inflação em 2016 e fazer a inflação convergir para 4,5% em 2017.

Então, era o que tinha para colocar nessa primeira rodada.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Sr. Presidente, embora não faça uso da réplica, mas queria fazer um registro rápido.

Afirmei que não tinha recebido ainda as informações do Ministro da Fazenda, e essas informações acabam de chegar, confirmando aproximadamente os números que enunciei antes sobre dívida.

Neste ano, até 31 de outubro, o Governo já gastou R$939 bilhões com juros e amortizações da dívida pública. Portanto, nós vamos chegar a R$1 trilhão, neste ano, de juros e serviços da dívida.

É por isso, Sr. Presidente, que não entendemos por que o Governo não apresenta nenhuma alternativa para uma administração mais eficiente dessa dívida. V. Sª não enunciou nenhuma proposta do Governo, relativamente à dívida, que já alcança aqui, segundo o Ministro da Fazenda, três...

Eu ainda não olhei o documento porque acabo de receber. Mas 3.712. Nós estamos, portanto, com uma monumental dívida, e o Governo não apresenta solução.

E apenas respeitosamente à Senadora Gleisi, eu fico impressionado quando tentam dizer que a oposição é responsável por aprovação de matérias no Congresso. É bom lembrar ao povo brasileiro que nós tivemos nestes anos todos e temos ainda hoje a menor oposição da nossa história, sem número suficiente para aprovar coisa alguma no Congresso Nacional. Então, fica muito difícil tentar empurrar a responsabilidade para a oposição de matérias que são aprovadas no Congresso Nacional.

Enfim, Presidente, se V. Sª puder confortar o povo brasileiro com a informação de que o Governo tem, sim, alguma chance, alguma alternativa para reduzir o impacto asfixiante dessa dívida pública a curto prazo sobre a economia do País, certamente seria um conforto se o Governo tivesse uma alternativa oferecer.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – V. Exª vai abrir para réplicas, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Sim. V. Exª tem três minutos para réplica.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Sr. Presidente Tombini, quando V. Exª fala em outras políticas que podem contribuir com a política monetária, é evidente que V. Exª – eu não tenho aqui bola de cristal –, mas eu quero crer que V. Exª esteja se referindo à política fiscal.

Evidentemente que os sinais não são alvissareiros com relação à política fiscal, porque o Governo não sinaliza uma unidade de ação em relação àquilo que considera o mais adequado para que nós possamos sair desse círculo vicioso. E quem fala aqui não é alguém que aposta no quanto pior melhor, porque o quanto pior é pior mesmo, mas diz respeito às contradições, à queda de braço a que constantemente nós temos assistido ao Ministro da Fazenda realizar em função das contradições de que estamos aqui falando.

Neste momento, nós temos uma queda de braço na Comissão Mista de Orçamento. E quando se fala na manutenção do primário, significa dizer o seguinte: quem deve tem que fazer planejamento para o que deve ou para parte daquilo que deve, senão essa dívida vai aumentar. E se a dívida aumentar, é evidente que nós estaremos drenando mais recursos do contribuinte para esse tipo de conta e menos recursos do contribuinte para as mais diversas áreas que estão a necessitar de investimento público em nosso País, haja vista que a capacidade de investimento do Estado brasileira está reduzida a zero. Ou seja, nós temos uma queda de braço neste momento. O Ministro Levy tentando impor uma meta de 0,7 do Produto Interno Bruto para 2016. E a sua base política no Congresso brasileiro, na Comissão Mista de Orçamento reduzindo isso.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Ou seja, a tendência, portanto, é de que continue havendo contradição entre a política monetária e a política fiscal porque o Governo da Presidente Dilma não consegue unidade na sua ação. A impressão que fica é de que são vários governos trabalhando numa mesma direção. Ou seja, é como se nós tivéssemos condomínios de poder se instalando e, aí, na prática, a população brasileira fica desassistida de um horizonte de confiança, de expectativa. E isso se tem traduzido nas incertezas que se apresentam.

Quer dizer, eu queria que V. Exª se aprofundasse um pouco mais na importância da política fiscal para a política monetária. Claro que eu imagino que V. Exª não deva estar exercendo essa política monetária porque deseja. Seria absurdo, mas a prática é essa. E essa política monetária é o quê? Ela é consequência. Ela não é origem. Mas ela é origem e consequência ao mesmo tempo. Então, sem uma política fiscal coerente com a política monetária ou casada com a política monetária, como é possível nós sairmos desse círculo de giz, desse círculo vicioso em que se passa a impressão de que o cachorro quer morder o rabo o tempo todo e a inércia se apresenta como premissa.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senadora Gleisi, V. Exª quer réplica?

Com a palavra o Ministro Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Obrigado, Sr. Presidente, creio que a preocupação do Senador Ferraço sobre a política fiscal é uma preocupação bem-vinda, certamente, por aqueles que conduzem a política eco-

nômica do Governo. No caso, o Banco Central tem reiteradas vezes dito que quanto mais apertada a política fiscal tanto mais facilitado é o trabalho de estabilização e convergência da inflação para a meta.

Então, eu creio que o esforço do Governo é nesse sentido, ou seja, de mostrar clareza em relação à sustentabilidade da dívida, em relação a como os recursos, digamos, impactam na economia e, para isso, são necessários objetivos de curto prazo, de médio prazo e uma clareza em relação à evolução futura da métrica fiscal no caso. Pode ser dívida bruta do Governo em geral, pode ser dívida bruta ajustada por um ativo importante, que são as reservas internacionais, e esse esforço, acho, não está fora do radar de ninguém, certamente não está fora do radar da equipe econômica e hoje deve haver alguma decisão em relação à meta de curtíssimo prazo de 2016.

Eu creio que a sua preocupação fiscal é pertinente, do meu ponto de vista, do ponto de vista do Banco Central, certamente já tive oportunidade de dizer aqui, inúmeras vezes, e tratar deste assunto.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Encerrado o primeiro bloco.

Passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, em seguida ao Senador José Medeiros e, concluindo o segundo bloco, o Senador Tasso Jereissati.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Presidente, Presidente do Banco Central, Tombini, o senhor viu que o Senador Raimundo, há pouco, chamou-lhe de Ministro e eu já lhe disse aqui, algumas vezes, que, para mim, Presidente do Banco Central é muito mais do que Ministro, é o guardião da moeda brasileira.

Lamentavelmente, de fato, aqui, o nosso Presidente se confunde com o Ministro. Eu acho isso lamentável, sou defensor – e o Lindbergh fica arrepiado quando sabe disso – de um Banco Central independente.

Eu creio que se eu fosse um dia Presidente, sobre três coisas eu não queria ter poder: a moeda, a polícia e a imprensa, porque a tentação é muito grande, de censurar, de controlar e demitir. Até para boas coisas, por exemplo, no meu caso, fazer uma revolução educacional no Brasil, aumentar radicalmente o salário de professor.

Eu não quero ter poder sobre a moeda porque eu creio que isso é um perigo, começa sobre a moeda e depois vem o resto atrás.

Por isso as perguntas que eu vou fazer ao senhor, eu gostaria que fossem só ao Presidente do Banco Central, sem envolvimento com o Governo, esquecendo que senta na mesa de Ministros, mas não dá para fazer.

Então, as minhas perguntas, como Ministro ou como Presidente do Banco Central, a primeira seria se o senhor ainda aceita a posição que muitos do Governo têm de que a nossa crise é importada. Ainda dá, Ministro, Presidente, para falar que nós estamos importando uma crise, quando os Estados Unidos crescem a 3%? A Europa... a média do mundo também é 3%? E, no Brasil, estamos disputando com a Venezuela qual será o pior país em taxa de crescimento?

Então, em uma pergunta: dá para a gente ainda colocar a culpa no exterior ou não mais ou vamos aposentar isso?

Segundo, o senhor reconhece que a inflação dos pobres ainda está acima da inflação média, ainda cima do ICMS e que isso vai acabar com todas as conquistas sociais que vêm das transferências de renda?

Terceiro, o senhor considera que o fator credibilidade, hoje, atrapalha a luta contra a inflação e a retomada do crescimento?

Quando eu comecei a estudar economia tínhamos três fatores: capital, trabalho e recursos naturais. Depois, veio o tal do *know-how*, a tecnologia. Creio que, hoje, a credibilidade é um fator mais fundamental ainda, porque a terra já não é tão importante, o trabalho cada vez precisa-se de menos, e o capital vem com credibilidade, já não somos mais fechados. E, nesse sentido de credibilidade, e o senhor usou aí a palavra incerteza, em um certo momento, para explicar a necessidade de aumentar juros, incerteza é o contrário de credibilidade. Nisto, pergunto: a substituição do Ministro Levy, que se comenta, traria dificuldades muito grandes para continuar a luta contra a inflação e pelo crescimento?

Outra coisa, eu queria lembrar duas falas suas aqui, em relação a perguntas minhas. Uma, era sobre o que perguntei, veja bem, como as coisas estão piorando, eu dizia: li o relatório do Banco Central e, lá, está escrito que se prevê inflação de 6,7%. E a minha pergunta, veja bem, como estávamos piorando, é: o que o Banco Central vai fazer para que essa previsão não aconteça, 6,7, porque a gente queria baixar para os 4,5. De lá para cá, passamos dos 10% num período de 12 meses. E lembro que o senhor respondeu que se estava fazendo o possível para convergir a taxa de inflação real, da realidade, com a meta de 4,5. Em vez da convergência, tivemos uma divergência. A minha pergunta é: e agora? A resposta continua sendo que está fazendo esforço para convergir ou há algo diferente para dizer? A outra era sobre essa inflação dos pobres, cuja resposta também foi no sentido de que a estratégia do Banco Central era no enfoque de controlá-la ainda mais. Qual é a resposta agora?

Uma quinta pergunta, Presidente, é o seguinte: eu, além de defender a independência do Banco Central, coerente com isso, sempre digo que não me meto, como político, em taxa de juros, isso é uma questão técnica do Banco Central com o sentimento do mercado, e tendi sempre a dizer que a luta contra a inflação exige uma política de juros capaz de controlar demanda. Mas o Lindbergh é um dos que mais me cobra isso. E quero dizer aqui, de público, meu caro Presidente, que começo a duvidar se taxa de juros é um instrumento de controle da inflação. O que a gente viu aqui, há pouco, é uma corrida: a inflação cresce, e o juro cresce, e uma correndo para ver qual é que vai ser a que induz ou que controla. E, aí, a minha pergunta: será que não está na hora de termos um *mix*, por exemplo, reduzir, se é possível, juros dos títulos – por que não –, reduzir o compulsório, reduzir a taxa de redescontos, alongar a dívida e, obviamente, a redução de gastos do Governo? Não deveria ser uma pergunta ao Banco Central, mas, neste caso, está vinculado. E, aí, uma pergunta ao observador economista com a perspectiva que tem, não só da política econômica no Brasil, mas do mundo inteiro.

Senador, desculpe, Presidente, tenho insistido que estamos saindo da crise para entrar numa decadência, decadência, na economia brasileira. E, aí, vou dar os indicadores que vejo disso e queria saber se V. Exª comparte deste meu pessimismo. A primarização da nossa economia não é uma prova de decadência? A degradação da infraestrutura, o descrédito nosso, aqui, de políticos, não levará a uma decadência, tipo a Argentina, que já vem, há décadas, passando por isso? O atraso na ciência e na tecnologia e na capacidade de inovar – na incapacidade, aliás –, a baixa produtividade, a baixa taxa de poupança que não conseguimos, a falta de competitividade, isso não está levando a uma decadência?

A persistência da pobreza, a insistência de como a educação não melhora no Brasil – isso não leva à decadência –, a incapacidade, inclusive por causa da Constituição, de controlarmos os gastos. Neste ponto, a Grécia tem uma vantagem: a Constituição da Grécia permite o controle de gastos. Nós temos dificuldades constitucionais, já que aqui é proibido baixar salário e demitir. Até que ponto isso não vai nos amarrar numa posição difícil? A desorganização do setor produtivo já não é uma prova de decadência, sobretudo nas estatais? Há degradação da Petrobras, da Eletrobras e até do BNDES, onde se suspeita que houve uma degradação muito grande.

Então, eu gostaria de saber a sua opinião, às vezes como membro do Governo, às vezes como Presidente do Banco Central, que observa de fora do Governo, e às vezes como um economista importante, conceituado e experiente, que o senhor é.

São as minhas perguntas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Passo a palavra ao Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, todos que assistem a esta reunião pela TV Senado, o mercado elevou de 3,5% para 3,65% a expectativa de retração da economia brasileira para este ano e também aprofundou o cenário pessimista, para o próximo ano, para 2,67%.

Esse cenário econômico recessivo sugere que não existem pressões de demanda ou de descompasso entre oferta e demanda que constituam causa de inflação doméstica e sobre as quais a calibragem de juros pelo Copom pode ser eficaz no combate à inflação. Isso aponta para outras questões típicas do regime monetário doméstico que deveriam ser trabalhadas para ajudar no processo de estabilidade monetária.

Ocorre-me, em particular, que a economia brasileira ainda é muito indexada não apenas em relação a políticas públicas de elevação do salário mínimo e de revisão anual de salários do funcionalismo público, como também em relação aos chamados preços monitorados, que são anualmente revisados.

Qual é a sua visão sobre o nível de indexação da economia brasileira em relação a outras jurisdições?

E ainda: o senhor entende ser necessário e viável implementar medidas complementares de desindexação da economia que poderiam facilitar o trabalho do Banco Central na mitigação inflacionária?

Outra pergunta. Como sabemos, a inflação, há muito tempo, está fora de controle, e, nos últimos 12 meses, a inflação acumulada passa dos 10%, mais do que o dobro do percentual estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional. A última ata do Copom (Comitê de Política Monetária), referente à reunião dos dias 24 e 25 de novembro, reconhece esse cenário de persistência inflacionária. Vemos, por outro lado, que o Copom vem mantendo a taxa Selic em 14,25% ao ano, desde a sua reunião de julho, o que leva alguns analistas a considerarem o Banco Central pouco enérgico no combate à inflação, que aflige todos os segmentos sociais e econômicos. Todavia, na última audiência nesta Comissão, em setembro, o senhor afirmou o compromisso do Banco Central de reduzir a inflação para o centro da meta de 4,5%. Qual é a sua avaliação sobre a atuação recente do Banco Central, os condicionantes de sua política monetária e as perspectivas de ação e de convergência da inflação no curto prazo?

Essas são as minhas perguntas.

Por fim, ressalto que tenho visto vários analistas dizerem que estamos entrando num processo de dominância fiscal. Gostaria que V. Sª pudesse nos dizer se isso é uma realidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Para concluir o terceiro bloco, passo a palavra ao Senador José Serra, por permuta com o Senador Tasso Jereissati.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Esta reunião é duplamente meritória porquanto o Senador, por fazer aniversário hoje, poderia ter falado antes.

Inicialmente, caro Presidente, eu queria fazer uma menção ao quadro atual da economia brasileira. A sensação que dá é que a economia está em queda livre do ponto de vista objetivo, das variáveis econômicas, e do ponto de vista também das expectativas.

A contração dos investimentos no último triênio, de 2014 a 2016, é estimada em cerca de 30%, investimentos em capital fixo. Imagine o que isso representa, Senador Tasso, a médio prazo! A queda da indústria no biênio, cerca de 14%. Vendas a varejo, queda de 14,5% no biênio.

Se olhamos o mercado de trabalho, as estimativas para este ano, que era de destruição de 1,2 milhão de empregos com carteira assinada, aparentemente, pelos dados previstos para dezembro, será bem maior. De todo modo, em termos acumulados, neste ano e pelo que está previsto para o ano que vem, aproxima-se de cerca de três milhões de empregos destruídos.

Ou seja, é uma economia em queda livre, do ponto de vista objetivo, do ponto de vista da produção e do emprego.

Por outro lado, se olharmos a curva de risco, a situação para os próximos meses mostra que, por incrível que pareça, a curva do risco Brasil, medida pelo JPMorgan, alcançou a curva de risco da Argentina, o que é um fator extraordinário, levando em conta que a Argentina teve *defaults*, processos de moratória, tem uma inflação disfarçada, através de subsídios, imensa, que a inflação objetiva, hoje, de preço de mercado anda perto da casa dos 30%, mas, por incrível que pareça, no mercado internacional, o risco Brasil converge com o da Argentina.

Parece-me que, em face da performance estabelecida neste gráfico, poderemos perder o *investment grade* em todas as agências no curto prazo. Este é um outro lado, digamos, da crise na esfera real da economia.

Quero dizer que não me causa nenhum agrado. Muito pelo contrário. Não creio que a oposição pense que quanto pior, melhor para nós ou para o Brasil.

Em outro plano, a questão do Banco Central.

V. Exª sabe que um dos objetivos centrais do banco é a estabilização da relação dívida/PIB. Isso está fixado como um dos elementos que norteiam a atuação do Banco Central. Não há nada que tenha dado mais errado para o Governo e no contexto da missão do Banco Central, a estabilidade dívida/PIB. Saltamos, no caso da dívida bruta, de 59%, em 2014, para 67,5%, neste ano, sendo que está prevista uma dívida bruta de 72% para o ano que vem.

Não obstante um dos diretores do Banco Central ter feito apologia da dívida líquida, o indicador mais crítico é a dívida bruta. Lembro, inclusive, que o fenômeno da dívida bruta tem uma influência direta – que, provavelmente, esse diretor ignora, não seria surpresa –, que a taxa de juros implícita na dívida líquida está em cerca de 25%, 30%, por causa da dívida bruta.

Senador Tasso, na dívida bruta, contam reservas e a perda que o País tem... Não estou aqui propondo diminuir reserva ou aumentar nada, mas a dívida líquida cancela a percepção de que há uma perda com relação às reservas da ordem de R$200 bilhões por ano, entre o que o dinheiro rende, em dólar, da reserva, e entre o que custa manter essa reserva, uma vez que cada dólar que entra implica emissão de papel da dívida do Governo. Portanto, é evidente que a dívida líquida é um mal e um pobre indicador.

Fico surpreso. Não sei se também é uma posição que pode se estender ao Banco Central, pois o referido diretor é muito falante e pode ter falado em nome próprio, e não em nome do Governo ou mesmo da direção do Banco Central, mas não há nenhuma meta que se tenha cumprido menos ao longo deste Governo do que a meta do Banco Central de estabilizar relação dívida/PIB. Eu queria anotar isto e ouvir um comentário de V. Exª.

Não obstante, o mesmo diretor fez, recentemente, uma alusão muito clara, que foi assim percebida, de que, na próxima reunião do Copom, o Banco Central subiria os juros. Ele deu a entender que o Banco Central subiria os juros.

Tenho estado muito incomodado, Presidente Tombini, não é a primeira vez, com os vazamentos, com o comportamento de integrantes do Copom junto à opinião pública. O que aconteceu? Fez essa previsão, com muita clareza, e a taxa de juros – poderia expor o gráfico dois? – futuros, contratos e DI futuros, saltou da curva azul para a curva em preto. Esse é o efeito da fala... Está contado a partir do dia da fala do diretor do Banco Central em Nova York. Realmente, não sei o porquê dessa compulsão de ficar passando mensagens ao mercado. Ela é responsável por 0,1 de aumento da curva de juros, o que significa, em matéria de aumento, R$1,5 bilhão por ano. Mas essa é a sinalização que se passou.

Sempre pergunto o que está errado. Eu estava no Governo Fernando Henrique, já, se não me engano, no Ministério da Saúde, quando foi criado o Copom e se deu um salto no sentido da autonomia operacional

do Banco Central, o que eu defendo, viu, Presidente Raimundo? Mas creio que há algo errado hoje ou pelo menos algo que está sendo interpretado erradamente na política de comunicação do Banco Central e do Copom.

Para mim, não me parece um bom procedimento diretores passarem informações ao mercado, porque mudam as expectativas, sobem as expectativas de inflação e cumprem o papel da profecia que se autorrealiza, porque o Banco Central, dando indicações de que vai subir os juros, sobe os juros futuros e, se o Banco Central não subir, provoca perdas. Praticamente, como me disse um ex-diretor do Banco Central cujo nome me permito não citar, cria uma situação em que, praticamente, o Governo, o Banco Central se vê obrigado a fazer aquilo que o mercado está esperando em função dos sinais que o próprio Banco Central passou, no caso, os integrantes do Copom.

V. Exª tem um integrante que é muito especialista em tagarelice a esse respeito e exibicionismo nessa matéria, mas creio que valeria a pena refletirmos a respeito de normas de comportamento dos integrantes do Copom com relação ao mercado, Senador Cristovam, porque isso tem, sim, impacto naquilo que acontece.

Mas vamos à substância.

A ideia que está no anúncio é, praticamente, de que a taxa de juros do Copom vai subir.

Ora, a inflação, no Brasil, é, basicamente, determinada por choque de oferta. O que é choque de oferta? No caso, são dois. Não é por choque de demanda, mas de oferta. São dois: primeiro, o ajustamento dos preços relativos, preços atrasados de combustíveis, preços atrasados de energia elétrica e outros preços administrados, o mesmo do preço do dólar, que, à época, empurrado pra frente, através das operações de *swap*, em menor volume, mas já presentes antes mesmo de 2015.

Esses choques de oferta, naturalmente, se impuseram diante da política de contenção de preços anteriores, por motivos eleitorais, mas, em 2015, o Governo fez aquilo que tinha de fazer, que é caminhar para essa correção. Isso empurrou a inflação para cima. Preços administrados, posteriormente, aumento da taxa de câmbio, causado seja pelo aumento dos juros, seja pela deterioração fiscal. De que maneira? Aumentam os juros, não há pressão de demanda, os juros têm um custo grande, elevado – foram R$200 bilhões no último ano, entre a média do ano passado e a média deste ano –, e isso deteriora as condições fiscais pelo lado da dívida.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu me referi ao delta, ao aumento.

Piora a situação fiscal. Mais ainda: o efeito sobre a atividade econômica é contracionista, e essa contração leva à diminuição da receita.

Então, os juros atuam destas duas maneiras: aumentam a despesa e diminuem a receita. São o instrumento perfeito de deterioração fiscal neste contexto, sem que haja inflação devido a pressões de demanda ou mesmo que haja problema de balança de pagamentos, como havia nos anos 90, que levavam a um aumento da taxa de juros acima do que deveria ser, caso não houvesse esse desequilíbrio no financiamento externo do Brasil, o que não é o caso agora também.

Portanto, esse é o contexto.

De alguma maneira, numa inflação eminentemente decorrente de choque de oferta, o aumento dos juros não terá outra função senão a de ampliar a deterioração fiscal, o principal indicador inclusive para formar expectativas a respeito da economia brasileira.

Quanto ao grau de investimento, às perdas do grau em todas as áreas por muitas agências, isso pode ser discutido, mas tem uma consequência péssima sobre a economia, uma vez que encarece os financiamentos, dificulta as rolagens e tudo o mais.

Portanto, estamos em um ciclo vicioso em que a política adotada pelo Copom no ano passado, que, aliás, mostrou perfeitamente como a política monetária perdeu a eficácia, e a deterioração fiscal é o que predomina.

Enfim, podemos ficar aqui discutindo com os economistas se há ou não um quadro de dominância. A meu ver, há, e a prática tem mostrado isto com clareza, eu diria.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Senador Serra, V. Exª me permite um aparte?

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sim.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Para evitar uma pergunta ao Ministro Tombini, eu queria colocar uma preocupação que se coaduna com a colocação do Senador Serra.

A economia americana, Ministro Tombini, vem exibindo índices de crescimento positivos ultimamente, o que leva à preocupação, no Brasil, da elevação da taxa de juros dos Estados Unidos a partir de janeiro, do começo do ano.

Se isso acontecer, acho que a preocupação do Senador Serra vai potencializar-se, porque, para reter capital no Brasil, com o aumento da taxa de juros nos Estados Unidos, que não depende de uma ação do Brasil,

vamos ter fazer um sobre-esforço de aumento na taxa de juros, para evitar uma saída violenta de capitais, produzindo uma elevação na cotação do dólar, o que realimentaria a inflação do Brasil.

A minha preocupação, colocada ao Senador Serra e ao Ministro Tombini, é no sentido de saber se o Governo do Brasil está levando em consideração esse cenário e como está se preparando para essa eventualidade.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois bem. Eu vi uma citação – e me lembro desse tipo de colocação – do ex-Presidente do Banco Central Fernão Bracher, uma figura que tem uma folha de serviços prestada à causa pública no Brasil muito importante.

O Bracher dizia que, se a autoridade monetária comete um erro de comunicação com o mercado, é melhor reconhecê-lo rapidamente do que conviver com um problema real por muito tempo. São palavras verdadeiras, palavras de quem tem sabedoria, de quem tem prudência.

Na verdade, se os juros forem aumentados, estaremos incorrendo num erro no momento em que a demanda, no momento em que o mercado de trabalho está se esfarelando. E, mais ainda, não é estranho, e não estou dizendo nada novo, que o grande risco que temos hoje é a deterioração do sistema bancário por causa do aumento da inadimplência das empresas. Esse é um fator de risco imenso na economia brasileira. No meu entendimento, o aumento dos juros apressará esse processo.

Já que houve erro de comunicação, é melhor reconhecê-lo do que querer errar só para ser coerente com a comunicação que já foi transmitida.

Esse é o ponto essencial do que eu queria dizer aqui.

E é um erro de sinalização simétrico, embora mais grave, mas foi um erro também, do que aquele que se cometeu em relação à questão das metas fiscais. Foram fixadas as metas, este ano... E eu disse aqui, nesta Comissão, disse, inclusive, numa das audiências em que estiveram o Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, o Ministro Levy e o Ministro Barbosa, que as metas de déficit e superávit primário estavam erradas. Eu disse isto no começo do ano. Por quê? Porque supunham um crescimento da receita real, neste ano, de 7,4%. Estavam claramente erradas. E estavam erradas porque não tinham os elementos do ano passado. Ou seja, não se conhecia, Senador Agripino, qual havia sido o resultado primário de 2014. O Governo supôs, os Ministérios da área econômica supuseram que iria haver um superávit primário de mais 0,2, quando, na verdade, houve um déficit de menos 0,6. Ou seja, fixaram uma meta de 0,11 ou 0,12 do PIB, mas, na prática, a esta meta teria que se acrescentar 0,8 do erro do ano anterior. Deixou de dar dois e tirou seis. Entende, Senador Cristovam? Isso suporia um esforço fiscal 50% mais intenso, o que era inteiramente inviável. Isto paralelamente à superestimativa da receita real.

Posteriormente, também houve um fato que alterou mais para baixo ainda as expectativas quando o Governo mandou um orçamento sem financiamento.

Foram três equívocos. Não estou dizendo que a Senadora Gleisi mencionou esse aspecto, mas a Senadora concordará que a oposição não teve nada a ver com isso. Pelo contrário, na medida em que somos parte da oposição – eu não fui o único –, advertimos para o irrealismo das metas fixadas, que levam a uma frustração proporcional.

Agora, eu creio que, da mesma maneira que para o déficit agregado – eu estou falando do déficit agregado –, está-se fazendo uma sinalização equivocada em relação aos juros.

Por falar em déficit agregado, eu realmente fico assombrado com os números. Eu chamo de déficit agregado o que, na verdade, passou a se chamar de déficit nominal, cujo significado não é intuitivo, mas é o déficit que aprendemos na escola, na faculdade, receita menos despesa, que, em geral, por causa da predominância das preocupações com o primário, fica de lado. Mas o verdadeiro é esse.

Como proporção do PIB, o déficit agregado, o nominal, como se diz, saltou de 2,6%, em 2010, para 6,2%, em 2014, e para 10,5% este ano, Senador Cristovam. Isso parece fora de controle.

Em parte, não estou justificando, mas estou explicando aquela curva de convergência com o quadro argentino, que é humilhante para o Brasil. A Argentina deu o calote na dívida externa. Não estou nem entrando em juízo de valor, mas ela deu o calote na dívida externa. Há questões que ainda estão pendentes. O índice oficial lá é um terço da inflação de mercado, os subsídios à energia elétrica, a transportes e tudo mais são enlouquecedores para todas as classes. Tenho um conhecido, que não é rico, mas que tem uma vida de profissional universitário acomodada, que paga, de energia elétrica, US$10,00 por mês, tendo uma piscina com água aquecida. Digo isto para que se tenha uma ideia da loucura do quadro econômico argentino.

Pois bem, o Brasil, por uma política de más sinalizações, que não tem funcionado, está convergindo para o mesmo risco da Argentina! É uma situação muito preocupante, que não me agrada como oposição, não, porque isso termina tendo o efeito, que o Senador Cristovam já mencionou, da degradação. Entramos numa fase de degradação.

Tudo o que eu queria era que o Copom não atuasse prociclicamente neste caso.

Quero insistir, eu aplaudi... Eu era Ministro da Saúde, mas dava palpite para o Presidente da República em matéria de economia. Lembro até que, na época em que o Diretor do Banco Central Francisco Lopes propôs a criação do Copom, o Ministro do Planejamento reclamou, o Ministro Antônio Kandir, porque tirava poder do Conselho Monetário. Mas eu fui a favor, porque era uma forma mais moderna, mais enxuta, mais ágil de se tratar a questão dos juros. Mas isso não significa que não se cometam erros. Sobretudo, não significa que todos sabem economia. Há gente na Diretoria do Banco Central que não sabe economia. Isso só se vê na prática, caminhando. Temos que partir para o aperfeiçoamento e nos apoiar em pessoas que têm uma vivência maior. V. Exª tem ao seu lado o Altamir Lopes, que é um homem de muita experiência. Até houve alguém, Altamir, que foi diretor do Banco Central que me disse: "Não, eles não vão aumentar. O Altamir nunca concordaria com isso".

Mas é interessante vermos essas análises, esses entrechoques de opiniões. Não creio que é o caso de desafiar a autonomia operacional do Banco Central, mas é o caso, sim, de discutir economia. Temos o dever, aqui, no Congresso, de apontar os equívocos. A política de curar doenças matando o doente não é uma política para o Brasil, assim como não o é a de arrancar uma unha encravada cortando o dedo. Em economia, às vezes existe isso. Chama-se atuar prociclicamente: as coisas vão mal, tomam-se medidas que pioram. Às vezes, é melhor não fazer nada do que fazer algo errado. Eu defendo isto há muito tempo, em matéria de política econômica. Dou como exemplo a política em relação à energia elétrica, que não tem a ver diretamente com essa história. Era uma situação complicada? Era. A Presidente da República decidiu, naquele quadro, baixar as tarifas em 20%. Cometeu o que costumo chamar de um bom erro: gratuito, com custos elevados e irreversível, de difícil reversibilidade. Mas esse tipo de equívoco pode acontecer em todas as esferas.

Portanto, quero insistir nessa minha preocupação e ouvir um pouco a reflexão de V. Exª. Mas, mais do que ouvir, porque V. Exª é muito econômico nas explicações ou, às vezes, nas alusões que faz, espero tê-lo motivado, inclusive intimamente, falando de economista para economista, independentemente das declarações que, eventualmente, possa fazer. É um momento econômico angustiante. Temos de tomar cuidado para não procurar curar a doença matando o doente.

E eu queria dizer que, na verdade, há um elemento implícito que precisa ser revisado, que é tomar 2006 como o ano para aplicar a convergência da inflação e a meta. Creio que isso deveria ser deslocado para 2007. Diante do quadro real, de desemprego, de queda de produção, de riscos de inadimplências, deveria ser deslocado para 2007. O Banco Central tem os instrumentos para fazê-lo. É muito melhor reconhecer isso...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu disse 2007? Não, 2017.

Deveria ser deslocada a meta de convergência para 2017. Não tem nada de mais, não vai acontecer nenhuma tragédia, não vai piorar a avaliação de risco que se tem da economia brasileira, não vai trazer disparada da inflação que não tenha sua origem. Na verdade, será uma acomodação sábia deixar para 2017, mesmo que isso contrarie os anúncios feitos por um de seus diretores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Concluído o segundo bloco, passo a palavra ao Ministro Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado aos Senadores pelo debate.

Pela ordem, o Senador Cristovam Buarque fez um conjunto de perguntas específicas e uma mais geral.

Em relação a se é ou não crise importada, creio que nós temos que avaliar a evolução do quadro internacional – acho que isto é importante – e também as nossas complexidades aqui, no Brasil.

Em primeiro lugar, como tive oportunidade falar anteriormente, temos vivido uma deterioração dos termos de intercâmbio do comércio exterior brasileiro desde 2011, meados de 2011.

Há um gráfico, na apresentação distribuída, que mostra que o preço das nossas exportações cresceu menos que o preço das nossas importações. Isto desde meados de 2011. V. Exª bem sabe o que isso produz em termos da renda de um país.

Nesse período, também tivemos, coincidentemente, a adoção de políticas de expansão da liquidez nas economias avançadas, em particular nos Estados Unidos. Parte dessa liquidez foi para os mercados emergentes, parte para o Brasil.

Então, esse processo ficou um pouco, digamos, atrás dos fluxos de capitais, mas houve uma deterioração dos termos de troca que vem lá de meados desde 2011. Isto é importante. O que quer dizer isso? Para uma mesma quantidade exportada pelo País, temos que importar menos. Senão, começa a abrir um *gap* na balança comercial, na conta corrente, e vamos ter que financiar um *gap* maior com o resto do mundo. Isso, por si só, já levaria a uma desaceleração das economias, como temos visto em outras economias da região aqui que, nas

primeiras rodadas do debate, foram, inclusive, citadas como exemplo de condução macroeconômica e estão sofrendo uma desaceleração forte das economias em função, por exemplo, da deterioração mais marcada dos termos de troca e de uma condição de liquidez internacional menor do que havia.

Então, há a parte internacional, sim, mas há também as nossas questões.

Nós, no momento, estamos lidando com a recomposição do espaço fiscal, que foi usado aí na esteira da crise de 2008, e precisamos colocar de volta essas métricas fiscais, como já tivemos oportunidade de discutir e vamos discutir ainda hoje, numa trajetória, primeiro, de estabilização e, depois, de declínio, para justamente reduzir a percepção de risco da economia brasileira.

Então, parte desse processo passa pela redução da inflação, redução da percepção de risco no Brasil. Eu diria que uma parte tem a ver com o cenário internacional. Diga-se de passagem que o Brasil, nesse período pós-crise, teve um crescimento grande e agora está passando por essa contração econômica em meio a esses ajustes e a outros eventos não econômicos com que estamos tendo que lidar neste momento.

Em relação à inflação do IPCA, inflação daqueles de menor renda, V. Exª tem razão: se pegarmos a inflação medida pelo INPC, veremos que ela está, num acumulado de 12 meses, em novembro, em 10,97. Inflação e INPC são oito salários mínimos, a cesta de consumo para uma pessoa que ganha oito salários mínimos. A do IPCA, que é, digamos, o medidor do sistema de metas de inflação, está em 10,48. Não é muito diferente, mas, enfim, é menor. E o IPCA é uma cesta para aqueles que ganham até 40 salários mínimos.

Então, V. Exª tem razão em relação a isso. Temos que continuar o trabalho de redução da inflação, de fazer com que ela convirja para a meta estabelecida.

A questão da credibilidade, enfim... Eu diria que todos esses indicadores que são, digamos, indicadores de confiança têm impacto, sim. E V. Exª mencionava a importância que vem dando a isso depois de sua experiência como Parlamentar e como economista. Eu acho que não há dúvida em relação a quão importante é o que os americanos chamam de *soft data*. *Hard data* são os números da economia e *soft data* são os números da expectativa, da credibilidade, da confiança. Isso é importante.

Muitas vezes , eu debati, aqui e na Câmara, onde havia dúvidas em relação, por exemplo, às expectativas de mercado. Nós sempre defendemos. É um indicador importante. Isso reflete uma percepção. Se está certa, se está errada, se nós somos diferentes, se temos uma visão diferente, é outra coisa, mas é a percepção do mercado. E aí vem aquela ideia de que isso é percepção de economistas do setor financeiro. Enfim, não é de meia dúzia, e o setor financeiro tem um impacto que irradia na economia, enfim, nos clientes, nas empresas.

O Banco Central sabe da importância da confiança, do *soft data*, e da questão da comunicação, que é muito importante, tema a que vou voltar no debate com o Senador Serra.

Nós vemos aí o investimento caindo há vários trimestres. Parte disso tem relação com a queda da confiança, que também, coincidentemente, vem nesse mesmo período.

Então, tenho só a concordar com V. Exª em relação àqueles que não são os dados, o *hard data,* mas é o dado que amanhã vira dado na economia. Hoje é confiança, hoje é expectativa, amanhã vira realidade. Não estou falando da profecia autorrealizável, que também é outro fenômeno na economia, mas falando dessas percepções sobre os vários indicadores econômicos que podem, na frente, se materializar em dados efetivos da economia.

Eu creio que nós temos trabalhado com uma sucessão de choques, como aqui foi dito. Eu disse, no debate na rodada anterior, que estamos vivendo uma sucessão de choques de custos. A política monetária não procura, em momento algum, compensar esses choques. Ela tem que acomodar o primeiro efeito, que é, como mencionava o Senador Serra, um deslocamento, digamos, da curva de oferta. A curva de oferta diminui para uma mesma demanda. Nós temos visto essa sucessão de choques de custo, que fizeram com que a inflação de curto prazo subisse, como V. Exª mencionava, de 6,7, da última vez que vim aqui, para 10,5, e, incidentalmente, o mercado passou por revisões semelhantes nesse período. Tem a ver com a incidência de choques de oferta, a que a política monetária não deve se contrapor, mas deve cuidar para evitar sua propagação. E, incidentalmente, o fato de o investimento ter caído nesse período – V. Exª mencionava isto – tem a ver também com a capacidade futura da economia.

Então, ao tempo em que a economia desacelera nesse período... Isso não é um fenômeno brasileiro, diga-se de passagem, talvez intensificado no momento aqui, mas é um fenômeno de redução, digamos, da produtividade das economias, de redução dos investimentos. Até nas economias que foram mencionadas aqui, economias avançadas, tem havido uma queda significativa da produtividade. O que isso nos diz? Para uma mesma demanda, possivelmente, você abre um hiato do produto maior. Ou seja, a oferta vem retraindo também. Então, um investimento com curto prazo de demanda acaba por ser oferta no médio e no longo prazos, e nós temos vivido, no Brasil e no mundo, uma redução do crescimento potencial da economia. Acho que tem a ver com a reflexão que V. Exª mencionava.

Em relação ao *mix* da política, a reduzir a taxa de juros, a liberar o compulsório, enfim, são medidas não para este momento. Vamos fazer com que a inflação convirja para a meta, entre numa trajetória inequívoca de declínio, que, incidentalmente, está projetada pelo mercado uma redução de mais de dois pontos percentuais na primeira metade do ano que vem, está na expectativa de mercado, e nós já temos trabalhado para que isso se materialize, sempre considerando que choques, por definição, são imprevisíveis, mas às vezes há choques positivos também. De maneira que, olhando de hoje, veremos na semana que vem as projeções do Banco Central em relação a isso.

Sobre o quadro econômico, creio que precisamos, sim, demonstrar claramente as nossas convicções em relação ao tamanho do Estado na economia, para médio e longo prazos, e abrir o espaço para o crescimento sustentável à frente.

Acho que a lógica do ajuste de médio e longo prazos vai nessa direção, ou seja, de colocar as métricas fiscais em uma trajetória inequívoca de estabilização e, depois, de declínio. Naturalmente, parte também do processo tem a ver com esse período de ajuste porque vem passando a economia brasileira, tanto o choque de preços relativos quanto a questão da própria necessidade de trazer a inflação para baixo. Isso tudo tem refletido nos custos da economia. Nós vimos como as taxas de juros de mercado se movem independentemente das ações, inclusive da comunicação do Banco Central.

O Senador José Medeiros me fez algumas perguntas.

Economia indexada.

Existem vários setores indexados. Eu creio que temos que continuar fazendo um esforço para desindexar a economia, o que é algo de médio e longo prazos. Agora, não deve ser, digamos assim, a razão para a inflação não ser reduzida. Há economias com um grau de indexação bastante grande. O Senador Serra, certamente, conhece o Chile, que tem um nível de indexação elevado, mas isso não é, digamos assim, razão para a inflação não convergir. Talvez custe mais, seja mais resiliente, tenha mais inércia, mas, enfim, esse é um quadro institucional que precisa mudar. Tem muita indexação no setor privado, tem muita indexação nos preços administrados, tem muita indexação em vários segmentos da economia – transporte, saúde, aluguéis –, que têm esse condão de tornar a inflação mais resiliente, mas esse é o quadro institucional, e outros países com maior indexação têm inflações baixas. Enfim, isso não deve ser um fator.

Em relação à questão da dominância fiscal, vou aproveitar e responder as perguntas do Senador José Serra e a pergunta do Senador Agripino Maia em relação à política monetária americana, a seus dobramentos e ao que nós estamos antevendo e preparando.

Bem, primeiramente, o Banco Central não tem como um de seus objetivos estabilizar a relação dívida/PIB. Isso vem por consequência das políticas macroeconômicas. Não está nas missões do Banco Central um objetivo em relação à dívida, à razão dívida/produto.

Acho que é importante lembrar que, diferentemente dos entes sub-regionais, o Governo Federal tem a responsabilidade de conduzir, por exemplo, a política monetária, a política de combate à inflação e, por exemplo, a política cambial.

Nós vivemos, hoje, no Brasil, um regime de câmbio flutuante, uma variável que nós não controlamos, e vivemos um regime de política monetária de metas para a inflação, ou seja, uma autonomia operacional de facto em que o Banco Central usa o seu instrumento, a taxa de juros de curto prazo, o depósito interbancário, para fazer com que o sistema de metas seja atendido nos seus objetivos.

Então, primeiro, a política de juros de curtíssimo prazo. E nós vimos lá que, independentemente da política de curto prazo do Banco Central, as taxas de mercado podem flutuar, por percepção de risco, por aumento da volatilidade dos mercados internacionais, por uma série de razões. Eu não vou entrar aqui no debate em relação a essas razões. Vou procurar ser mais econômico para também não cansar V. Exªs nesse tema.

Mas a taxa de juros de curto prazo quem deve controlar é o Banco Central. No atual quadro institucional brasileiro, há instrumentos para isso, há uma separação da função fiscal em relação à monetária. Então, tem que ser assim, a não ser que mude o regime.

Segundo, o câmbio flutuante. Nós não temos o controle por definição, a menos que nós queiramos controlar o câmbio.

Bem, então, dito isto, a relação dívida bruta...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sem interromper, mas interrompendo, o Banco Central intervém no câmbio amplamente.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Mas não com esse objetivo.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Foi o que fez com a política dos *swaps*.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Mas não com esse objetivo. O objetivo do Banco Central...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sim, mas a política dos *swaps* foi interferência direta.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Não com esse objetivo, mas com o objetivo de estabilidade financeira.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Mas é no câmbio, é para segurar o câmbio.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Não, não é para segurar o câmbio, mas para permitir que a economia consiga transitar em um regime de câmbio flutuante.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Mas é um eufemismo.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Pode ser até um movimento abrupto.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – É um eufemismo. É controlar o câmbio.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Não controla o câmbio.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – A política dos *swaps* é uma política de controle de câmbio. Como não?

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Tanto não controla que a depreciação do real, este ano, acumulou 30%.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Porque a força da depreciação foi maior. Mas, se não houvesse a política dos *swaps*, a depreciação teria sido muito mais alta. Não estou defendendo que houvesse uma depreciação mais alta, mas é evidente que, sem a intervenção do Banco Central, o câmbio teria ido muito mais longe.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Bem, não é objetivo do Banco Central.

O câmbio é flutuante e tem flutuado ao longo do tempo, tanto na apreciação quanto na desvalorização. O que nós fizemos, ao longo do tempo, foi criar um colchão...V. Exª mencionava o tamanho da reserva, o custo de carregamento... Enfim, tem todas essas consequências que nós temos presentes. Agora, a acumulação foi justamente para criar um colchão de proteção, para não ficar o Brasil, a maior economia emergente, à mercê das vicissitudes do mercado financeiro internacional.

Então, é um colchão que é melhor não usar, mas, enfim, que serve lá como um seguro: quando precisar, usa, para retirar excesso de volatilidade, para dar proteção para o setor privado não financeiro, para fazer com que os mercados operem de maneira adequada independentemente da dinâmica de preços. O Banco Central tem falado isso.

Em relação ao Copom, ele tem uma governança bastante consolidada. Nós, recentemente, em 2012, salvo engano, explicitamos os votos dos diretores. Ou seja, os votos dos membros do Copom hoje vêm com nome e sobrenome, certo? Isto para permitir que o organismo, que o comitê não seja um bloco monolítico dominado, digamos assim, por um membro ou por um conjunto de membros. Então, todos explicitam o seu voto.

Em relação à comunicação, acho que ela é fundamental. Recentemente, o ex-Presidente do Banco Central norte-americano mencionava que a comunicação é 98% do trabalho dos bancos centrais. Então, essa questão é muito importante. Nós temos que sempre procurar melhorar, mas, de fato, uma comunicação eficiente faz parte do serviço do Banco Central de conduzir os mercados. A orientação, nesse caso específico que V. Exª mencionava, é a seguinte: vai falar com o investidor, divulga o *paper*, divulga as ideias no *site* do Banco Central antes mesmo de iniciar a fala. Então, se eu estou falando aqui hoje, eu estou me comunicando com o mercado. Já mandei algumas mensagens importantes para os formadores de preço no mercado financeiro. Falei aqui, ao vivo e em cores, para todo mundo ouvir simultaneamente. Então, faz parte. A nossa comunicação não é só a ata do Copom, não é só o relatório de inflação. A orientação, a recomendação, a determinação é que, toda vez que surgir uma ideia nova, a comunicação dela seja feita simultaneamente para todo mundo. Por exemplo, não podemos usar a imprensa escrita, porque tem uma defasagem entre o que é falado e o que é percebido pelos agentes. Então, tem que ser algo como é aqui. Por isso que esse fórum, além de todo o nosso debate, é importante pela simultaneidade da missão.

Então, eu não respondo por ninguém individualmente, respondo pela instituição, e a instituição tem fortalecido a governança. E a determinação é que qualquer mudança de rumo – ainda que seja um componente que tenha um voto dentro de um colegiado – seja comunicada explicitamente. E se ela for feita sem um *paper*, que seja feita simultaneamente, para todos ouvirem ao mesmo tempo.

Bem, em relação à questão que o Senador Agripino Maia colocava, quero dizer, incidentalmente, que amanhã terminará uma reunião do Comitê de Política Monetária do FED. Começou hoje e termina amanhã. Há uma expectativa grande nos mercados para que eles não esperem janeiro. Eu não saberia dizer quais são as probabilidades, mas são mais do que 80%, na percepção do mercado, de que haverá o primeiro movimento na reunião de amanhã. Nós não temos uma visão sobre o que será feito, usamos a percepção do mercado como um indicador forte de que pode haver um ajuste das taxas a partir de amanhã.

Eles têm tomado bastante cuidado, e isso já vem lá daquela redução dos estímulos não estímulos não convencionais, em março ou abril de 2013, porque a comunicação é muito importante neste momento, pois o mundo vem de uma crise financeira de grande proporções. Injetaram-se estímulos de toda natureza, principalmente monetários, e a reversão, por mais que seja o início da redução das injeções de liquidez, já gera im-

pacto sobre a expectativa. Nesse caso, a expectativa agora é pela normalização, pela subida das taxas de juros, a normalização da política convencional do FED.

Então, por mais que esse processo tenha sido bem preparado, com muito cuidado, os mercados americanos não veem aumento de juros desde 2006. São nove anos sem aumento da taxa de juros no mercado americano. Assim, mais do que, digamos, o cuidado com a comunicação – esta é a nossa visão –, pois as autoridades monetárias têm feito um trabalho muito cuidadoso de preparar esse movimento, o que conta nessas horas é como os mercados irão reagir.

Nós estamos avaliando no detalhe a repercussão dessa reunião de amanhã. Vamos ver, primeiro, qual será a decisão. Uma vez decidido pelo aumento de juros, veremos como os mercados reagem às várias taxas de juros que são impactadas por isso, a percepção de risco, e como isso se dará no momento em que ocorrer esse aumento de juros. Isto está no nosso radar.

Eu não acredito que, de tudo o que foi feito, zeramos e começamos tudo de novo, porque temos aí um aumento das taxas de juros norte-americanas. Não é assim, nós vínhamos preparando isso. Inclusive, a própria depreciação do câmbio já nos prepara mais para esse momento do que no passado. O câmbio é flutuante, como V. Exª bem sabe, e é a primeira linha de defesa se, por acaso, os mercados não receberem bem.

Esse é um movimento internacional, não vai ser o movimento do real. Vai ser o movimento, provavelmente, das moedas. Não temos visão sobre isso. Nós vamos ter que aguardar a decisão e a reação dos mercados. Mas o que eu quero dizer é que o real já tem avançado bastante. Há uma depreciação. Há, na visão de muitos, o fato de que os preços relativos se ajustaram.

Vemos isso, em parte, para o investimento estrangeiro direto, ainda da ordem de US$65 bilhões, neste ano, com toda a contração econômica. Vemos aqui um fluxo líquido do balanço de pagamentos acumulado, até o momento, da ordem de US$10 bilhões. Já era para não estar assim, mas ainda está ainda, e já estamos em pleno dezembro. Então, isso reflete também um pouco esses movimentos de preços que já ocorreram.

Então, sem querer pontificar sobre o que vai ocorrer, nós temos é que estar preparados e monitorando a situação dos mercados a partir de um eventual ajuste na taxa de juros.

Voltando à pergunta final do Senador Serra, nós, sim, reconhecemos e ajustamos a comunicação recentemente. Na última vez em que eu vim aqui, nós falávamos em trazer a inflação para 4,5% em 2016. De lá para cá, já ajustamos, porque essa incidência de choques de custo fez com que a inflação, neste ano, subisse a 10,5%. Então, mesmo com uma inflação de 6,5% no ano que vem, há uma desinflação de 400 pontos. É uma brutal desinflação, e nós vamos fazer isso, vamos conseguir. Porém, o que nós fizemos, ajustando a comunicação...

Hoje, como eu tive a oportunidade de confirmar nas minhas palavras introdutórias, o nosso objetivo é fazer cumprir o regime de metas em 2016, o que quer dizer passar nos 6,5%, que é a margem, ajustando isso, e trazer a inflação para 4,5% em 2017. Já fizemos isto. Concordo plenamente que tem que se fazer o ajuste. Há o propósito, foca a atenção dos agentes, mas, a partir do momento em que não é viável, tem que se fazer esse ajuste, e nós o fizemos.

Obrigado.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, vou ter que me retirar, devido à reunião de Líderes, que deve fixar a nossa pauta. Há várias questões que demandam minha presença lá.

Quero apenas insistir em um ponto, Presidente Tombini, sem me alongar mais.

Um diretor do Banco Central deu declarações sugerindo não aumentar os juros, e o mercado fez os ajustes e soprou nessa distância. Isso é fruto da declaração de um diretor do Banco Central. O mercado vai se ajustando a isso. Foi pequeno, 1%, mas aquilo que o banco diz influencia o mercado e, por sua vez, influencia o banco.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Esse é o papel da comunicação, Senador Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – O papel da comunicação não é piorar a expectativa.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Não sei exatamente o que isso diz, mas, certamente, nas comunicações, isso tem impacto sobre as variáveis de mercado. O importante é que seja público e simultâneo.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Esse aumento se deu por causa de uma declaração, nos Estados Unidos, de um diretor do Banco Central, que, aliás, fala demais. Eu gostaria que o Tombini falasse sempre. Esse é o custo de uma declaração.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Iniciamos agora o último bloco.

Com a palavra o Senador Tasso Jereissati, aniversariante.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Muito obrigado, Presidente.

Na verdade, *at last but not least,* eu não tenho nenhum ponto a acrescentar porque o assunto já foi vastamente discutido e qualquer coisa que eu falasse aqui a mais seria repetitivo.

O que eu queria enfatizar, como eu falava com o Presidente Tombini antes de entrarmos nesta sala, é que o objetivo desses debates... Respeito muito a Senadora Gleisi, entendo a sua posição, mas quero dizer a ela que boa parte da oposição, a maior parte dela, eu diria, na verdade, hoje está muito mais preocupada com o País do que em fazer oposição. Esta é a nossa preocupação. A situação é muito grave, Presidente Tombini. Sem dúvida nenhuma, é muito grave. Eu falava com V. Sª que nunca vivi uma situação de tamanha gravidade que se alongasse tanto. E ela se espalha para todas as áreas. Eu não estou falando só da área econômica. Na área econômica, o setor privado está sangrando lentamente, já chegando às portas de uma hemorragia. É preciso fazer alguma coisa também no sentido de parar essa queda tão bruta que está acontecendo na economia brasileira, porque ela se espalha por outras coisas. Nós temos tido, no Brasil todo, mas mais especificamente no Nordeste, determinadas coisas que nós não víamos há décadas, como, por exemplo, essa questão de bebês nascendo com microcefalia e de todos os agentes de saúde falando em falta de recursos. A falta de recursos é generalizada. Nós estamos vivendo uma crise social que se revela através desses índices de saúde, que são dramáticos.

Então, além de haver um controle da inflação, papel fundamental, papel central do Banco Central, é evidente que precisa haver uma preocupação, um olhar muito sério sobre essa questão do drama que se passa na economia brasileira, pois este é, repito, um dos momentos mais graves que eu já vivi, falando aqui no meu aniversário, nos meus 67 anos.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Não havendo mais Senadores inscritos – os Senadores inscritos estão participando de uma reunião no gabinete do Senador Presidente Renan Calheiros –, eu passo agora a palavra para...

Antes de passar a palavra para o Ministro Tombini, eu informei aos ouvintes da TV Senado e Rádio Senado que nós iríamos permitir que os cidadãos participassem com perguntas através do Portal e-Cidadania.

Vou ler aqui apenas aquelas perguntas que se referem exclusivamente aos aspectos econômicos.

O Sr. Renato Borges pergunta:

Por que mantemos essa política de juros altos se estamos passando por uma profunda recessão e um dos motivos do déficit da União é o pagamento desses juros altos? Na história, vários países que zeraram os juros para sair da recessão. Não se pode aplicar isso ao Brasil?

A segunda pergunta, do Sr. Felipe Gomes de Lima, do Rio de Janeiro:

Qual o posicionamento do Banco Central mediante a crise econômica que abrange as altas taxas de juros e o controle da aceleração do desemprego no País?

A última pergunta, do Sr. Fausto Silva Filho, também do Rio de Janeiro:

Pergunto para o Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, quais variáveis fiscais o Banco Central trabalha para assumir a convergência em 2016 e 2017.

Eram essas as perguntas.

Passo a palavra ao Ministro Alexandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço aos ouvintes pelas perguntas.

Em relação à política monetária, esse é um tema complexo e técnico, porém, talvez, um elemento importante de se ilustrar aqui é que a política monetária não pode ser feita por analogia. O fato de outros países terem um taxa diferente da do Brasil não, digamos, credencia o País a usar políticas que funcionaram em outros países. Nós temos idiossincrasias, questões institucionais, nós temos a nossa própria história, e hoje a taxa de juros está no patamar em que está para trazer essa inflação – este é o foco do Banco Central –, que está aí correndo na faixa de 10%. Nós precisamos trazer essa inflação para baixo. Esse é o instrumento do Banco Central.

Em relação ao posicionamento do Banco Central sobre a economia, neste momento, que, inclusive, é um momento de maior incerteza, nós temos que focar nas missões institucionais do Banco Central, quais sejam: assegurar, por um lado, o poder de compra da moeda, traduzido em trazer a inflação para baixo, em atingir as metas de inflação estabelecidas, e, por outro lado, assegurar a higidez, a segurança, a solidez do sistema financeiro nacional, que é muito importante para o crescimento. Certamente, pode dar uma contribuição importante para o crescimento à frente.

A política fiscal é tomada como um dado pelo Banco Central. Nós sempre temos dito que a política fiscal pode, sim, ajudar a política monetária no sentido de reduzir a inflação, de ancorar as expectativas em relação à inflação futura, mas as políticas monetária e fiscal têm que operar de forma autônoma, de maneira que o Banco Central tem que fixar o seu instrumento de política para estabilizar e trazer a inflação para baixo, que é o que temos feito.

Muito obrigado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Ministro, muito rapidamente.

Eu não vou fazer, Presidente Tombini, uma fala ao final. V. Exª já conhece minhas opiniões e minhas preocupações, mas eu queria destacar aqui o fato de que, pela primeira vez, nesta CAE, a gente pode dizer que há um consenso entre diversos Senadores de diversos Partidos em relação à necessidade de desaceleração da economia.

Eu acho muito importante o Presidente do Banco Central vir aqui conversar com os representantes do povo, que estão na ponta, conversando com as pessoas. O cenário econômico nos impressiona muito. Talvez estejamos frente à maior recessão da história do País, superior à de 1930 e 1931. Esta é a nossa preocupação: o nível de desemprego, que a gente fala que estará em 12% no meio do próximo ano.

Então, Presidente, eu queria que V. Exª sentisse um pouco esse pulso, que, ao falar com estes Senadores aqui, V. Exª entenda – e eu sei que entende – a preocupação de quem está em contato com as pessoas do outro lado. Eu não vou falar aqui – todos já falaram – sobre... Eu, sinceramente, acho que, fazendo esse ajuste fiscal com essa política monetária – eu já falei isto –, nós estamos enxugando gelo. Neste ano, nós já pagamos, até outubro, R$426 bilhões de juros, sendo que pagamos R$230 bilhões no mesmo período do ano passado. Essa é a nota do Banco Central. Então, fazemos um ajuste numa ponta, e, na outra ponta, mais de R$200 bilhões de um ano para o outro... Nós estamos comprometendo quase 9% do PIB com pagamento de juros.

Ontem, eu estava lendo um artigo do Luiz Carlos Mendonça de Barros, que tem uma posição diferente da minha, que, falando sobre esse impacto fiscal, falava o óbvio, o que todos sabemos, que o impacto dessa inflação... Está aqui: nos últimos 12 meses, a energia elétrica subiu 51% – preços administrados –, a gasolina subiu 19%, o gás de cozinha subiu 23%, a batata subiu 47%, a cebola subiu 48%... Não é com o aumento da taxa de juros que nós resolvemos isso. Todos sabemos disso.

Então, estou fazendo um apelo aqui porque sei que é uma discussão sobre o que o Banco Central vai fazer em janeiro. V. Exª não tem de me responder sobre isso, porque há critérios técnicos na hora da decisão, mas acho que os senhores têm de pensar muito no que significaria o Banco Central aumentar a taxa de juros em janeiro neste cenário. É o período do grosso das demissões, porque a gente está aumentando o desemprego no período do Natal, o que é uma coisa impressionante! Nós vamos ter uma pancada de gente desempregada em janeiro! Então, eu confio muito em V. Exª, como Presidente do Banco Central, para ter essa sensibilidade.

Eu me somo ao Senador José Serra nas críticas ao Diretor Tony Volpon, que tem de ter uma postura de recato, de equilíbrio, o que não está tendo. Acho que ele está expondo o Banco Central em demasia. Eu sempre fiz a defesa da diretoria de funcionários públicos do Banco Central, mas acho que essa última indicação, do Dr. Tony Volpon, saiu um pouco da curva. Eu queria fazer esta crítica pública a essa postura, como fez o Senador Serra e como fizeram Senadores de diversos Partidos.

Sr. Presidente, vou ser muito breve, vou encerrar. Fui Presidente da CAE e sempre recebi V. Exª aqui com o máximo de educação e respeito. Mantenho por V. Exª profundo respeito, mas quero, aqui, como Senador, como representante do povo, sabendo que existem critérios técnicos na decisão de janeiro, fazer esse apelo em nome de quem anda pelas ruas, de quem vive do outro lado, de quem está muito preocupado com o grau de desaceleração da economia.

Eu sou autor de um projeto que fala da dupla função do Banco Central. Eu acho que, se tivéssemos dupla função do Banco Central... Ao contrário do que falou o Senador José Serra, o Banco Central não tem nada a ver com a dívida. Na verdade, é a estabilidade monetária, o controle da inflação. O FED, o Banco Central norte-americano, cuida do controle da inflação, do crescimento e da proteção ao emprego. Há um equilíbrio na hora da decisão. Se existisse esse instrumento aqui, com certeza, não passaria pela cabeça do Banco Central aumentar a taxa de juros em janeiro na situação que a gente vive.

Então, com muito respeito, Presidente, era isso o que queria deixar. Não precisa nem me responder. Na verdade, é um apelo que deixo, porque acho que os diretores do Banco Central têm de saber da gravidade da crise, que sei que os senhores acompanham. Mas eu fiz questão de falar como representante do povo, de quem vive na ponta, no meu Estado, o Rio de Janeiro, e de trazer essa preocupação para os senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Para comentários, Ministro Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Encerrando, quero agradecer o debate.

Ouvimos com muita atenção, naturalmente, as exposições do Senador Lindbergh e do Senador Tasso Jereissati, com quem não tive a oportunidade de debater.

Em relação à questão do diretor, tive oportunidade de esclarecer ao Senador Serra, que fez a mesma indagação sem declinar o nome, o que V. Exª fez. Não sei se é o mesmo.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – É o mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – É o mesmo.

Então, não vou repetir, mas ficou para registro qual a posição do Banco Central em relação a esse assunto.

Muito obrigado, sinceramente, mais uma vez.

Declaro encerrada a presente audiência pública.

A Comissão de Assuntos Econômicos e seus membros agradecem pela presença ao Ministro Alexandre Tombini, sempre bem-vindo a esta Comissão, e agradecem pela presença também ao Dr. Altamir Lopes, Diretor de Política Econômica do Banco Central, e eu agradeço aos Srs. Senadores.

Eu pediria alguns minutos dos Srs. Senadores presentes para que possamos avançar um pouco na pauta deliberativa da Comissão de Assuntos Econômicos. Faremos, então, uma reunião deliberativa, em seguida, muito rápida.

Mais uma vez, meus agradecimentos ao Presidente do Banco Central, o Ministro Alexandre Tombini.

Apenas para encerrar, quero dizer que concordo totalmente com as considerações do Senador Lindbergh Farias, um profundo conhecedor da economia brasileira, de quem eu tenho a honra de ser conterrâneo, que representa o grande Estado do Rio de Janeiro.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Eu gostaria que a Comissão de Assuntos Econômicos registrasse nos seus anais que hoje, mais uma vez, repito, é aniversário do Senador Tasso Jereissati, que representa aqui, no Senado Federal, o querido Estado do Ceará, com muita honra, com muita dignidade e com muito trabalho.

Obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Presidente, eu gostaria, então, de pedir que fosse dado de presente a ele a convocação de uma audiência, que ele e eu pedimos, com o Tribunal de Contas, para tratar das pedaladas em 2015. Vai como um presente para ele e para a Nação brasileira, para sabermos o que é que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Está anotado, Senador Cristovam.

Não tendo nada mais importante aqui para oferecer ao Senador Tasso Jereissati, por gentileza do Senador Douglas Cintra, damos de presente ao Senador Tasso Jereissati algumas castanhas do Ceará.

Está encerrada a presente audiência pública.

(Iniciada às 10 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 43 minutos.)

ATA DA 27ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE OUTUBRO DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e quatro minutos, do dia sete de outubro de dois mil e quinze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Edison Lobão reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Rocha, João Alberto Souza, Waldemir Moka, Dário Berger, Dalírio Beber, Flexa Ribeiro, Roberto Rocha, Marcelo Crivella, Elmano Férrer, Eduardo Amorim, José Pimentel, Romário, Vicentinho Alves e das Senadoras Regina Sousa, Angela Portela, Ana Amélia, Maria do Carmo Alves, Lúcia Vânia, Lídice da Mata, Marta Suplicy e Vanessa Grazziotin. O Senador Ivo Cassol registra presença. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata das Reuniões anteriores, que são dadas por aprovadas. Antes do início da deliberação das matérias pautadas, os Consultores de Orçamento do Senado Eduardo Andres e Luiz Gonçalves, dão uma breve palavra sobre o orçamento. O Presidente Senador Edison Lobão agradece os Srs. Consultores pelas exposições e comunica que o Senador Elmano Férrer é designado Relator para as emendas oferecidas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2016 na Comissão de Assuntos Sociais. Passa-se à apreciação da Pauta. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 61, de 2015 - Não Terminativo - Autoriza a produção, a comercialização e o consumo, sob prescrição médica, dos anorexígenos: sibutramina, anfepramona, femproporex e mazindol. Autoria: Deputado Felipe Bornier. Relatoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2015. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2015. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, de 2007 – Complementar - Não Terminativo - Revoga o art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, que instituiu contribuições sociais e autorizou créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Autoria: Senador Raimundo Colombo. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 373, de 2007 - COMPLEMENTAR. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 112, de 2012 - Não Terminativo - Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução de despesa com nutricionista, professor de educação física e com academias de ginástica da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física. Autoria: Senador Eduardo Lopes. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2012, e das 2 (duas) Emendas que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2012, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 478, de 2013 - Não Terminativo - Altera a Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, para isentar do imposto de renda da pessoa física a remuneração percebida pelo servidor licenciado para tratamento de doenças graves. Autoria: Senador Fernando Collor. Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 478, de 2013, e da Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 478, de 2013, com a Emenda nº 1-CAS. - A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em Decisão Terminativa. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 217, de 2014 - Não Terminativo - Altera a Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que dispõe sobre o financiamento de bens de consumo duráveis a beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e dá outras providências, para incluir os materiais de construção entre os produtos adquiríveis pelo Cartão "Minha Casa Melhor". Autoria: Senador Romero Jucá. Relatoria: Senador Benedito de Lira. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2014. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, de 2012 - Terminativo - Dispõe sobre a obrigatoriedade de os laboratórios farmacêuticos inserirem diferenciador tátil nos recipientes dos medicamentos injetáveis com potencial de letalidade. Autoria: Deputada Sandra Rosado. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2012. Resultado: Retirado de Pauta para atender ao Requerimento nº 41, de 2015-CAS, aprovado EXTRAPAUTA, de iniciativa da Senadora Regina Sousa, solicitando Audiência Pública para instruir o PLC nº 53, de 2012. A tramitação da matéria fica suspensa na Comissão, nos termos do artigo 118, parágrafo 4º do Regimento, aguardando a realização de Audiência Pública em data oportuna. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 216, de 2011 - Terminativo - Modifica dispositivos do art. 28, § 9º, da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991. Autoria: Senador Eunício Oliveira. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2011, e das 3 (três) Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2012 - Terminativo - Altera o art. 457 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), para instituir o adicional por tempo de serviço aos

empregados que recebam salário mensal igual ou inferior a dois salários mínimos. Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senador Dalirio Beber. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2012. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 407, de 2012 - Terminativo - Altera a Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração e revoga a Lei nº 6.813, de 10 de julho de 1980, para tornar obrigatória a avaliação anual de saúde para os transportadores autônomos de cargas. Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2012, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 60, de 2014 - Terminativo - Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para dispensar da apresentação de pedido médico a realização de exame mamográfico de rastreamento nos serviços próprios do Sistema Único de Saúde (SUS). Autoria: Senador Antonio Carlos Rodrigues. Relatoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2014, e da Emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido da Relatora para reexame do Relatório. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, de 2014 - Terminativo - Altera o art. 59 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para proibir o uso de símbolo, figura, desenho ou recurso gráfico com elemento de apelo próprio ao universo infantil na rotulagem e na propaganda de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos. Autoria: Senador Ruben Figueiró. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2014. Resultado: Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, de 2014 - Terminativo - Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para dispor sobre a realização de mamografia no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senador Dário Berger. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2014, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovada, em TURNO ÚNICO, a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2014. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do RISF. Poderão ser oferecidas Emendas no Turno Suplementar, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral. Para a leitura do Item 13, assume a presidência o Senador Waldemir Moka. ITEM EXTRAPAUTA 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 552, de 2011 - Terminativo - "Altera o art. 136 da 'Consolidação das Leis do Trabalho', aprovada pelo Decreto-Lei n°. 5.452, de 1° de maio de 1943, e a ele acresce um § 3º, para dispor sobre a concessão de férias dos empregados membros de uma mesma família." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Edison Lobão. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Aprovada, em TURNO ÚNICO, a Emenda nº 2-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 552, de 2011. A Matéria vai a Turno Suplementar, nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do RISF. Poderão ser oferecidas emendas no Turno Suplementar, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral. Reassume a presidência o Senador Edison Lobão. ITEM EXTRAPAUTA 14 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 35, de 2015 - Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do requerimento nº 33 de 2015, desta Comissão, de que forma que seja incluída os seguinte convidado para participar da referida Audiência Pública: Marcelo Castro – Ministro de Estado da Saúde; Dr. Ruffo Freitas Júnior – Presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia. Autoria: Senadora Ana Amélia. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 15 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 36, de 2015 - Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do requerimento nº 33 de 2015, desta Comissão, de forma que seja incluída a seguinte convidada para participar da referida Audiência Pública: Sra. Luciana Holtz, Presidente do Instituto Oncoguia. Autoria: Senadora Angela Portela e outros. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 16 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 37, de 2015 - Requeiro, nos termos do disposto no art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, seja convidado a comparecer a esta Comissão, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Castro, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários da sua pasta. Autoria: Senadora Ana Amélia. Resultado: Aprovado.

ITEM EXTRAPAUTA 17 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 38, de 2015 - Requeiro, nos termos do disposto no art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, seja convidado a comparecer a esta Comissão, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Trabalho e Previdência, Miguel Rossetto, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários da sua pasta. Autoria: Senadora Ana Amélia. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 18 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 39, de 2015 - Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais em sessão conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia, destinada a prestarem esclarecimentos acerca da matéria veiculada no Portal G1, em 24/08/2015, inclusive em rede nacional de TV, sobre a descoberta e o desenvolvimento das pesquisas médicos-

-farmacológica-clínicas com a droga fosfoetanolamina sintética, na Universidade de São Carlos, no decorrer de 20 anos de trabalho, bem como os seus resultados clínicos e os entraves burocráticos que a equipe defronta para o registro de patente e produção no País deste importante medicamento. Gilberto Orivaldo Chierice – Professor e Pesquisador da Universidade de São Paulo – USP, Campus da cidade de São Carlos/SP; Durvanei Augusto Maria – Biomédico do Instituto Butantã, São Paulo/SP; Renato Meneguelo – Mestre de Bioengenharia, Universidade de São Paulo – USP; Marcus Vinícius de Almeida – Biólogo, Doutor em Biotecnologia e Professor da Uniesp - Bauru/SP; Dr. Jarbas Barbosa da Silva Júnior Diretor Presidente da ANVISA; Drª Meiruse Sousa Freitas – Superintendente de Medicamentos e Produtos Biológicos da ANVISA. Autoria: Senadora Ana Amélia. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 19 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 40, de 2015 - Nos termos do inciso II do art. 90 do regimento interno do Senado Federal, combinado com o Inciso II do § 2º do Art. 58 da Constituição Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para discutir as políticas públicas para o cuidado com os prematuros no Brasil, tendo em vista que os últimos dados divulgados pelo ministério da saúde afirmam que mais de vinte por cento das mortes de crianças com menos de cinco anos são relacionadas com a prematuridade. Para tanto, requeiro que sejam convidados a participar da referida Audiência Pública: Dr. Renato Procianoy – Presidente do Departamento de Neonatologia da Sociedade Brasileira de Pediatria; Paulo Bonilha – Coordenador-Geral da Saúde da Criança e Aleitamento Materno do Ministério da Saúde; Denise Leão Suguitani - Diretora executiva da ONG Prematuridade.com. Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 20 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 41, de 2015 - Com fundamento no disposto do Artigo 93, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA pela Comissão de Assuntos Sociais, destinada a instruir o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 53, de 2012, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de os laboratórios farmacêuticos inserirem diferenciador tátil nos recipientes dos medicamentos injetáveis com potencial de letalidade". Os convidados são: Federação Nacional dos Médicos – FENAM; Federação Nacional dos Enfermeiros – FNE; Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais – Alanac; Sindicato da Indústria Farmacêutica – Sindusfarma e a ANVISA. Autoria: Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senadores Marcelo Crivella, Waldemir Moka, Romário, Dário Berger, Eduardo Amorim, Flexa Ribeiro, Ivo Cassol e as Senadoras Regina Souza, Ana Amélia, Maria do Carmo Alves, Lúcia Vânia, Marta Suplicy e Vanessa Grazziotin e o Senador Edison Lobão, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e um minuto, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador EDISON LOBÃO
Presidente da Comissão de Assuntos Socias

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 25ª e 26ª Reuniões realizadas anteriormente.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A presente reunião destina-se à apreciação de cinco itens não terminativos e sete terminativos, conforme pauta previamente divulgada.

Antes de iniciarmos a deliberação das matérias pautadas, deveremos ouvir os nossos Consultores de Orçamento do Senado Eduardo Andres e Luiz Gonçalves.

O Deputado Ricardo Bastos, que é o Relator Geral da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pediu-me para fazer uma exposição sobre o Orçamento. Todavia, S. Exª está confrontado com um problema do qual não pôde escapar e pediu-me desculpas. Então, para que não percamos a oportunidade, vamos ouvir os nossos Consultores que falarão sobre orçamento, já que teremos que oferecer à Comissão Mista de Orçamento as nossas propostas de acordo com a lei e com as normas regimentais.

Concedo, portanto, a palavra ao Dr. Eduardo Andres.

O SR. EDUARDO ANDRES FERREIRA RODRIGUEZ – Gostaria de cumprimentar S. Exª o Senador Senador Edison Lobão, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais; Srªs e Srs. Senadores aqui presentes; servidores e demais autoridades, um ótimo dia para todos.

A Consultoria de Orçamentos, como adiantou o nosso Presidente, foi incumbida de realizar uma exposição em algumas comissões temáticas permanentes do Senado Federal. É uma iniciativa do Relator Geral do

Projeto de Lei Orçamentária para 2016, o Deputado Ricardo Barros, com o intuito de tentar uma maior aproximação entre as atividades das comissões temáticas do Senado Federal com apreciação da peça orçamentária que, como se sabe, se dá lá no âmbito da Comissão Mista de Orçamento.

Essa é uma breve exposição. A gente não vai tomar muito tempo dos senhores, até porque sabemos que a pauta da Comissão de Assuntos Sociais hoje está extensa. Então, faremos apenas alguns breves apontamentos sobre o Orçamento para 2016.

Nesta imagem do *data show*, colocamos os principais atores do processo orçamentário deste ano. A Presidência da CMO, em 2016, está a cargo da Senadora Rose de Freitas; o Deputado Ricardo Barros é o Relator Geral; o Senador Acir Gurgacz é o Relator da Receita. Nós destacamos aí duas relatorias setoriais cujas áreas de Governo são afetas à competência regimental da Comissão de Assuntos Sociais. A relatoria da Saúde está a cargo do Deputado João Arruda, e a relatoria de Trabalho e Previdência e Assistência Social a cargo do Deputado João Fernando Coutinho.

Neste ano, tivemos algumas alterações em relação aos anos anteriores. Foi aprovado o projeto que redundou na Resolução do Congresso Nacional nº 3, de 2015 e essa nova resolução detalhou as áreas temáticas. Se antes nós tínhamos, até o ano passado, dez áreas temáticas, a partir deste ano teremos 16 áreas temáticas. Conforme se pode ver, algumas áreas temáticas foram cindidas e outras transformadas. Até o ano passado nós tínhamos dez áreas, sendo que quatro dessas áreas eram relatadas por Senadores. A partir deste ano, são 16 áreas temáticas, das quais seis têm relatoria de Senadores.

No caso das áreas que interessam às atividades da CAS basicamente seriam a Área 2, saúde, e a nova Área 14, Trabalho, Previdência e Assistência Social. Essas áreas não sofreram alterações em relação aos anos anteriores.

Temos, aqui, um breve cronograma a respeito da tramitação do Projeto de Lei Orçamentária. Aqui também houve uma alteração significativa, que basicamente se concentra no terceiro item: apresentação de emendas. Até então, a apresentação de emendas à despesa era realizada apenas após a fase da relatoria da receita e da votação do relatório preliminar na Comissão Mista de Orçamentos e, agora, a apresentação da emenda à despesa ocorre juntamente com as emendas à receita e ao texto, inclusive nós estamos atravessando, neste momento essa fase. Até o dia 20 de outubro, todos atores legitimados à apresentação de emendas à despesa devem fazê-lo perante a Comissão Mista de Orçamentos, inclusive a Comissão de Assuntos Sociais.

Temos notícia de que semana que vem esta Comissão deverá se reunir para definir quais seriam as emendas a serem oferecidos à Comissão Mista de Orçamentos.

Aqui, nós apresentamos algumas das principais alterações para apreciação do Projeto de Lei Orçamentária. A Resolução nº 3 extinguiu, revogou o Anexo que existia na Resolução nº 1, de 2006 do Congresso Nacional, que era aquele Anexo que fazia a correlação entre as comissões temáticas e as áreas de Governo para quais órgãos elas poderiam apresentar. Com a revogação desse Anexo, a regra que irá contar é a regra apontada no terceiro item. As emendas de comissão devem ter interesse nacional e devem ter compatibilidade com a competência regimental de cada comissão permanente.

A Comissão de Assuntos Sociais continua podendo apresentar até quatro emendas de apropriação e até quatro emendas de remanejamento. Normalmente são apresentadas emendas de apropriação, uma vez que as emendas de remanejamento estão sujeitas a um crivo, a uma série de critérios que, eventualmente, não se tem grande interesse para apresentação dessas emendas.

Outra novidade, a título de informação, é que as comissões mistas permanentes também passam agora a poder apresentar as emendas ao Projeto de Lei Orçamentária. Até então, apenas as comissões da Câmara e do Senado apresentavam essas emendas.

Para mais informações, nós orientamos a leitura do relatório de atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas, que é composto por dez Parlamentares no âmbito da Comissão Mista de Orçamentos.

Este ano a coordenação do Comitê esta por conta do Deputado Genecias Noronha, e esse é o Comitê responsável por definir as regras de emendamento e também depois apreciar a admissibilidade das emendas, principalmente das demandas coletivas, as emendas de bancada e de comissão.

Outro material que a gente sugere é a leitura do Manuel de Emendas, que as Consultorias de Orçamentos, tanto do Senado quanto da Câmara elaboram todos os anos. Esses materiais já estão publicadas no *site* da Comissão Mista de Orçamentos.

Rapidamente, aqui essa imagem mostra as principais fatias em que se divide o bolo orçamentário em relação ao projeto para 2016. Os principais itens de gasto estão aqui representados. Então, nós temos itens mais expressivos: amortização da dívida, despesa com a Previdência Social, juros e encargos, enfim, todos os principais itens estão aí detalhados nesse gráfico.

Aqui apresentamos uma visualização do que se conhece como engessamento orçamentário. Quer dizer, hoje a estrutura orçamentária brasileira está muito engessada. Nós temos a preponderância dos gastos que a

gente chama de despesas obrigatórias, ou seja, são gastos que são os pré-definidos pela legislação e se tratam de obrigações legais e constitucionais e sobra pouca margem para alocação de recursos por parte dos gestores, apenas cerca de 12% do orçamento total.

Aqui estamos excluindo as despesas financeiras, que seriam só as despesas primárias, sem as transferências para os Estados, Distrito Federal e Municípios.

Competência Regimental da CAS. Eu disse, anteriormente, que a Comissão deve apresentar emendas ao Orçamento dentro das suas atribuições regimentais. E quais seriam suas atribuições? Isso é deferido no Regimento Interno do Senado Federal, em seu art. 100, que relaciona como áreas principais de atuação da CAS políticas de emprego e renda, seguridade social, abrangendo saúde, previdência e assistência social. Então, basicamente essas seriam as áreas de Governo para as quais a Comissão de Assuntos Sociais deverá apresentar emendas ao Projeto de Lei Orçamentária.

Esse gráfico segrega as áreas de atuação da CAS. Nós percebemos aí a participação expressiva do Ministério da Previdência Social. Aqui temos todos os gastos com o pagamento de benefícios previdenciários do Regime Geral de Previdência, o regime do INSS, que representa cerca de 42% do total das despesas primárias, do Projeto de Lei Orçamentária.

O Ministério da Saúde traz uma dotação total de R$108 bilhões; o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. No Ministério Desenvolvimento Social e Combate à Fome estão rubricas como o pagamento de Bolsa Família, o pagamento também dos benefícios assistenciais da Lei Orgânica da Assistência Social. Reparem que a participação dos Ministérios afetos à atuação da CAS é bastante expressiva no total do conjunto de órgãos do orçamento federal.

Em relação especificamente à programação do Ministério do Trabalho e Emprego e no Ministério de Desenvolvimento Social, no Ministério do Trabalho e Emprego, nós temos apenas um programa temático, que é o Programa 2071: Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária. Esse programa temático, abrange principalmente essas ações do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que realiza os pagamentos do seguro-desemprego e do abono salarial. Pouco tem sobrado nas receitas do FAT para financiamento das chamadas políticas ativas de emprego, que seriam aquelas ações de qualificação profissional e de intermediação de mão de obra, exatamente porque os gastos com seguro-desemprego e abono salarial têm uma trajetória de grande crescimento nos últimos anos.

Mais abaixo, nas dotações do MDS, nós temos esses dois principais programas: Consolidação do Sistema Único de Assistência Social. Aqui se inserem os pagamentos dos benefícios da Lei Orgânica, os benefícios para ação continuada da Lei Orgânica da Assistência Social, que são devidos às pessoas portadoras de deficiência e idosos acima de 65 anos com renda mensal *per capita* de até um quarto de salário mínimo.

E o Programa 2019, que é o programa do Bolsa Família. No caso, para 2016, tem uma dotação autorizada de R$28,8 bilhões.

Agora eu vou passar a palavra para o colega Luiz Gonçalves e ele vai falar um pouco a respeito da área de saúde.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ GONÇALVES DE LIMA FILHO – Bom dia, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Assessores, bom no caso da saúde, nós temos aí o Programa 2015, é fortalecimento do Sistema Único de Saúde recebe 79% das dotações do SUS. É o grande programa nosso, os outros são pulverizados por gestão e manutenção, previdência de inativos e pensionistas.

No caso da saúde, as ações que mais recebem dotações são atenção à saúde para população para procedimento de média e alta complexidade, é o MAC, que recebe 34% das dotações; depois vem o PAB. O Programa 20AD – Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família –, e a Ação 8577 – Piso de Atenção Básica Fixo –, que recebem 15% das dotações. Este ano foi criada a Ação 214U que se refere ao Programa Mais Médico, que recebe 3% das dotações.

Agora, vamos entrar no detalhe que interessa a nossa vinda aqui: onde a Comissão de Assuntos Sociais tem feito emendas ao Orçamento? Essas emendas são referentes ao Orçamento deste ano, 2015. Por exemplo, este ano a CAS recebeu 169 propostas de emendas, dentre as quais tivemos que escolher quatro emendas de apropriação para serem encaminhadas à CMO. E as quatro escolhidas pela Comissão, que foram as que mais foram apresentadas pelos Parlamentares, foram: a primeira, a Ação 6148, que tem o nome gigantesco, mas ela se refere à Rede SARAH; a segunda, a Ação 8581, que é a Estruturação da Rede de Serviço de Atenção Básica em Saúde; a Ação 8535, que é Estruturação de Unidade de Atenção Especializada em Saúde e a Ação 6175, que é a Implantação e Implementação de Políticas de Atenção Integral à Saúde da Mulher.

Reparem no quadro que a coluna da esquerda refere-se ao valor solicitado pela Comissão. A gente faz uma média entre todas as propostas apresentadas pelos Senadores e encaminhamos aquele valor ali da esquerda. E o valor da direita, foi o valor que a CMO, o relator da saúde no ano passado atendeu.

Para este ano, nós poderíamos fazer quatro emendas de remanejamento, mas fizemos apenas uma, que é Atenção à Saúde das Populações Ribeirinhas da Região Amazônica. A proposta foi de R$17 milhões, e foi atendida com apenas 10% do valor.

No exercício de 2014, vocês podem notar que as emendas apresentadas pela Comissão se repetem ao longo dos anos. A que mais tem demanda, por Parlamentar, é a Rede SARAH, de novo, depois Atenção Básica, Atenção Especializada e, em 2014, apresentamos, na 7652, Melhorias Sanitárias Domiciliares. De novo, o valor proposto para todas elas foi R$300 milhões. Reparem que o atendimento, em alguns casos, chega a ser 5% apenas do valor solicitado.

Bom, é isso.

Na Consultoria, eu e o Marcel Pereira estamos na área da Saúde, e o Eduardo na área da Previdência e Assistência.

Nossos ramais estão aí.

Obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Agradeço aos Srs. Consultores pelas exposições.

Comunico que o Senador Elmano foi escolhido por nós para ser o Relator desta matéria aqui na Comissão, até por sua experiência e por sua vocação para o Orçamento.

Nós teremos agora a fase de votação dos projetos em pauta.

Item 1.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 61, de 2015
- Não terminativo -

Autoriza a produção, a comercialização e o consumo, sob prescrição médica, dos anorexígenos: sibutramina, anfepramona, femproporex e mazindol.

Autoria: Deputado Felipe Bornier
Relatoria: Senadora Lúcia Vânia
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2015.
Observações:
- *Votação simbólica.*

Enquanto aguardamos a chegada da Senadora Lúcia Vânia, que já se aproxima de nossa sala de reuniões, passaremos ao item 4:

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 478, de 2013
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, para isentar do imposto de renda da pessoa física a remuneração percebida pelo servidor licenciado para tratamento de doenças graves.

Autoria: Senador Fernando Collor
Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 478, de 2013, e da Emenda que apresenta.
Observações:
- *A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em Decisão Terminativa.*
- *Votação simbólica.*

Concedo a palavra à Senadora Maria do Carmo, para proferir a leitura de seu relatório.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Oposição/DEM - SE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, vou me ater à análise do projeto.

Nos termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, é atribuição da Comissão de Assuntos Sociais opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde, temática abrangida pelo projeto em comento.

Conforme bem explica o autor, o art. 48 da Lei nº 8.541, de 1992, atualmente isenta do Imposto de Renda os rendimentos percebidos pelas pessoas físicas decorrentes de seguro-desemprego, auxílio-natalidade, auxílio-doença, auxílio-funeral e auxílio-acidente pagos pela Previdência Oficial da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e pelas entidades de previdência privada.

No âmbito do Regime Geral de Previdência Social, de acordo com a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, o auxílio-doença é devido ao segurado que ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 dias consecutivos.

O art. 12 dessa mesma lei determina que o servidor civil, ocupante de cargo efetivo, ou o militar da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, bem como o das respectivas autarquias e fundações, são excluídos do RGPS, desde que amparados por Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Dessa feita, o servidor público que está segurado por Regime Próprio de Previdência Social não tem direito ao auxílio-doença, a menos que a legislação específica que o rege assim institua.

No âmbito federal, os servidores públicos que estiverem incapacitados para o trabalho por causa de doença ficam licenciados de seus cargos, com remuneração integral, para tratar a moléstia que lhes aflige, nos termos do art. 202 da Lei nº 8.112, 11 de dezembro de 1990.

Segundo dados do Anuário Estatístico da Previdência Social 2013, elaborado pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, 37,9% dos benefícios de auxílio-doença pagos naquele ano tinham valor de até um salário mínimo; aqueles com montante entre um e dois salários mínimos corresponderam a 44,7%; os benefícios cujo pagamento se situou entre dois e três salários mínimos foram 10,2% do total. Assim, apenas 7,25% dos benefícios de auxílio-doença têm valor maior ou igual a três salários mínimos, sendo que é insignificante o número deles que ultrapassa seis salários mínimos. Isso significa que o valor da grande maioria dos benefícios pagos a título de auxílio-doença no Brasil está abaixo do limite de isenção do Imposto de Renda de Pessoa Física.

É importante apontar também que o cálculo do valor do benefício de auxílio-doença quase sempre resulta em valores menores que aqueles que o trabalhador recebe em sua remuneração corrente, ou seja, esse contribuinte já passa por uma redução salarial. Além disso, podemos notar também que a fração do auxílio-doença que seria devido ao Imposto de Renda – caso não houvesse a isenção legal – teria grande peso para o trabalhador nessa faixa de renda.

Por outro lado, se analisamos a Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis e dos Ex-Territórios referente ao mês de março de 2015, publicada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, podemos constatar que quase todos os cargos da Administração Federal possuem remuneração superior ao limite máximo de pagamento de benefícios do Regime Geral da Previdência Social – conhecido como "teto do RGPS". A exceção são os postos com jornada de trabalho reduzida e aqueles de nível auxiliar e intermediário, que geralmente exigem escolaridade fundamental e estão em processo de progressiva extinção.

Daí, conclui-se que há clara disparidade remuneratória entre os beneficiários do auxílio-doença e a maioria esmagadora dos servidores públicos licenciados para tratamento da saúde, sendo injusto estender indiscriminadamente ao segundo grupo o tratamento dado ao primeiro, visto que isso agravaria a citada desigualdade salarial.

Vale lembrar também que o atual cenário econômico vivido em nosso País não tem permitido a renúncia de receita sem um maior controle, pois isso pode piorar as contas do Governo brasileiro.

Assim sendo, apresentamos emenda que restringe as medidas pretendidas pela propositura sob análise dos servidores cuja remuneração não ultrapassa o teto do RGPS e que sofrem das doenças graves mencionadas pelas Leis nºs 7.713, de 1988, e 9.250, de 1995.

Acreditamos que nossa contribuição evita o agravamento das desigualdades e pode eliminar distorções, trazendo mais isonomia aos servidores públicos com menores remunerações.

Em vista do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 478, de 2013, com a seguinte emenda:

Dê-se ao inciso II acrescentado ao art. 48 da Lei nº. 8.541, de 23 de dezembro de 1992, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 478, de 2013, a seguinte redação:

Art. 48. .....

II - a remuneração percebida pelo servidor público licenciado para tratamento das doenças enunciadas no inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 1988, e no §2º do art. 30 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, desde que não seja superior ao limite máximo do salário de contribuição do Regime Geral de Previdência Social." (NR)

Era o parecer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei do Senado, nº 478, de 2013, com a Emenda nº 1 da CAS.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Apenas, Sr. Presidente, para enaltecer a figura graciosa da Senadora Maria do Carmo Alves, que é um anjo sem asa, servidora do povo, uma mulher que tem uma vida pública extraordinária. E, graças a ela o marido ainda não saiu. Ele se elege graças ao brilho e a ternura dela, senão ele já tinha terminado no melancólico crepúsculo.

Na verdade, é Maria do Carmo Alves que elege o marido lá em Sergipe, e eu quero enaltecer a figura da minha companheira.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – E que o Governador João Alves não ouça tais palavras.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Oposição/DEM - SE) – Isso é um desrespeito ao meu marido, viu? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Item 1.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Permita-me, Presidente, eu acho que o casal junto é que tem o brilho.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Já lido anteriormente, concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia para proferir a leitura do seu relatório acerca do item 1.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem ao exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 61, de 2015 (Projeto de Lei nº 2.431, de 2011, na Casa de origem), de autoria do Deputado Felipe Bornier.

O art. 1º do projeto autoriza a produção, a comercialização e o consumo, sob prescrição médica, dos anorexígenos sibutramina, anfepramona, femproporex e mazindol.

O art. 2º determina que o início da vigência da lei proposta ocorra na data de sua publicação.

Análise.

Compete à Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do art. 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e à defesa da saúde, campo em que se enquadra a matéria objeto da proposição em análise.

A respeito do tema, ressaltamos a honra que tivemos de atuar na relatoria do projeto de decreto legislativo elaborado para sustar a resolução que proibiu essas substâncias anorexígenas. Nosso parecer foi favorável ao projeto por entendermos que os médicos – e não a Anvisa – têm o conhecimento e a prerrogativa de decidir se seus pacientes devem ou não continuar a utilizar os medicamentos à base dessas substâncias, que já se encontram há tantos anos no mercado brasileiro.

A Anvisa assinala que as farmácias só poderão manipular esses medicamentos quando houver algum produto registrado na Anvisa. Além disso, a partir do momento em que as substâncias tiverem registro, tanto o produto manipulado quanto o produto registrado passarão a ter o mesmo controle da sibutramina.

O regulamento continua a permitir a produção industrial e a manipulação da sibutramina. Porém, fica mantido o mesmo controle já definido para a comercialização da substância, com retenção de receita, assinatura de termo de responsabilidade do prescritor e do termo de consentimento informado ao usuário.

Assim, destacamos nossa compreensão de que a Anvisa vem fazendo a sua parte do trabalho e buscando cumprir sua missão de zelar pela segurança do usuário de medicamentos.

No entanto, entendemos que é preciso garantir em lei a disponibilidade dos anorexígenos no Brasil, de forma a impedir que uma nova norma infralegal seja editada para retirá-los do mercado.

Voto.

Em vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2015.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Sr. Presidente, não é terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Não, não é terminativo.

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2015.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

O item 2 será retirado de pauta a pedido do Relator.

É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, de 2007
- Não terminativo -

Revoga o art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, que instituiu contribuições sociais e autorizou créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Autoria: Senador Raimundo Colombo
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 373, de 2007 - COMPLEMENTAR.
Observações:
- Em 30.08.2011, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou Parecer contrário ao Projeto.
- Votação simbólica.

Vamos ao item 3.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 112, de 2012
- Não terminativo -

Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução de despesa com nutricionista, professor de educação física e com academias de ginástica da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física.

Autoria: Senador Eduardo Lopes
Relatoria: Senador Romário
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2012, e das 2 (duas) Emendas que apresenta.
Observações:
- Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Romário para proferir a leitura de seu relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Bom dia, Sr. Presidente, bom dia Srªs Senadoras, Srs. Senadores.

Projeto de Lei do Senado no 112, de 2012, do Senador Eduardo Lopes, que altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução de despesa com nutricionista, professor de educação física e com academias de ginástica da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física.

Vou direto à análise, Presidente.

Compete à CAS, na forma do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre os temas concernentes à proteção e defesa da saúde, matéria de que trata o projeto sob análise.

Acerca do mérito da proposição – e lembrando que, do ponto de vista da CAS, é preciso ter o foco em sua dimensão sanitária –, os principais aspectos a analisar são a relevância do tema e a efetividade da medida proposta sobre o objetivo que se busca alcançar, isto é, reduzir os índices crescentes e alarmantes de sobrepeso e obesidade entre os brasileiros.

A relevância do tema ficou bem caracterizada pelos dados apresentados na própria justificação do projeto. Corroborando tais dados e a tendência por eles apontada, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou, no dia 21 de agosto último, a Pesquisa Nacional de Saúde conduzida em 2013, que detectou que 20,8% da população brasileira eram de obesos.

De acordo com o IBGE, 59,8% da população feminina com mais de 20 anos apresentavam obesidade. Esse é um dado novo, porque há dez anos o percentual era praticamente o mesmo entre homens e mulheres; ou seja, as mulheres engordaram mais nesse último período.

Quanto à efetividade da medida, limitamo-nos a avaliar o potencial da atividade física de reduzir os índices de obesidade. A esse respeito, salientamos que os benefícios da prática regular de ginástica e de outras modalidades, como a dança, os esportes e as lutas marciais, por exemplo, já foram evidenciados por inúmeros estudos científicos. O benefício mais direto diz respeito exatamente ao aumento do gasto calórico, que favorece a perda de peso. Assim, incentivar a prática de exercícios físicos, como almeja o projeto de lei em análise, constitui instrumento de grande valor nas políticas de saúde pública.

Não há como constatar, neste momento, se a possibilidade de deduzir os gastos com atividades físicas da base de cálculo do Imposto de Renda irá, efetivamente, estimular mais pessoas a adotar a prática regular de exercícios. Não obstante, essa ideia parece-nos promissora e merece nossa aprovação.

A nosso ver, porém, o estímulo não deveria ser restrito aos casos em que a atividade física é prescrita como parte do tratamento de patologias já instaladas. A ação preventiva da prática de exercícios deve ser realçada e as pessoas saudáveis que se dedicam a eles precisam ser igualmente incentivadas e até premiadas, pois, mediante os impostos que pagam, elas contribuem para o financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS), mas demandam menos dos serviços oferecidos e exercem menor sobrecarga sobre o equilíbrio econômico-financeiro do sistema.

É claro que também precisamos levar em consideração o impacto econômico das deduções almejadas, que pode ensejar argumentos contrários à proposta. Há que lembrar, contudo, que o ponto de vista econômico-financeiro deve ser analisado com profundidade – preferentemente com o apoio de dados solicitados à Secretaria da Receita Federal do Brasil – durante a apreciação do projeto pela CAE.

Por fim, é preciso fazer ajustes de redação para dar maior precisão ao texto do projeto.

Primeiro, consideramos mais adequado utilizar a denominação "profissional de educação física", em vez de "professor de educação física", conforme a recomendação dos conselhos de regulamentação da categoria.

Segundo, é preciso ampliar o alcance da expressão "academia de ginástica". Hoje em dia existem inúmeras modalidades de atividade física que não se classificam como ginástica, na acepção mais estrita da palavra, mas que também acarretam benefícios de emagrecimento e condicionamento físico para seus praticantes. Nesse universo estão incluídas as danças, as lutas marciais, as técnicas de reeducação postural, algumas modalidades de ioga e, principalmente, as práticas desportivas.

Terceiro, faz-se necessário deixar claro que o limite de dedução para as atividades físicas é adicional àquele estabelecido para as despesas com educação, pois não nos parece razoável contabilizar os dois grupos de despesas em um único limite, principalmente se levarmos em conta que o patamar para a dedução dos gastos com educação já é ínfimo em comparação com os reais dispêndios das famílias nesse item tão fundamental para o futuro dos indivíduos e da sociedade. Assim, se admitirmos a dedução dos dois grupos no mesmo limite especificado na alínea "b" do inciso II do *caput* do art. 8º da Lei do Imposto de Renda, na verdade não estaremos concedendo qualquer benefício ao praticante de atividade física.

Por fim, entendemos que a inclusão de aparelhos e próteses auditivas no elenco das deduções admissíveis para a base de cálculo do Imposto de Renda foge ao escopo do projeto e ao objetivo de seu autor, razão por que não contemplamos esse trecho nas emendas que sugerimos.

Assim, nosso parecer é pela aprovação do PLS nº 112, de 2012, com duas emendas: uma para adequar a redação da ementa, e outra para efetivar as mudanças aqui discutidas.

Voto.

Em vista do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2012, com as emendas abaixo apresentadas.

Emenda

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2012, a seguinte redação:

"Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências, para permitir a dedução, da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física, de despesa com nutricionista, profissional de educação física e com clínica ou academia de atividade física."

Emenda nº 2 – CAS

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2012, a seguinte redação:

"Art. 1º O art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 8º .....

II – .....

a) aos pagamentos efetuados, no ano-calendário, a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, nutricionistas, profissionais de educação física e hospitais, e também a clínicas ou academias de atividades físicas, nas modalidades especificadas em regula-

mento, bem como às despesas com exames laboratoriais, serviços radiológicos, aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias;

.....

§ 2º .....

VI - no caso de despesas com profissionais de educação física e com clínicas ou academias de atividades físicas, o valor da dedução está sujeito a limite adicional, também calculado na forma da alínea "b" do inciso II do caput deste artigo.

....."".

Era isso que eu tinha a dizer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Este projeto, nós todos sabemos que vai haver restrições por parte da Fazenda, sobretudo numa época de crise como estamos agora. Mas ele é um projeto muito inteligente. O Senador Eduardo está de parabéns, porque, se nós fazemos dedução para gasto com a educação, deve-se incluir nesse setor da educação a prática esportiva. Eu não sei se há uma coisa mais importante para se ensinar para uma criança do que praticar esporte. O que irá garantir a ela uma vida saudável, mas não é só fisiologicamente. Digo saudável psicologicamente. Ela vai entender que a vida é um trabalho de equipe. E ninguém ganha nada sozinho. Mesmo se o sujeito joga tênis, ele tem uma equipe atrás dele: o sujeito que treina com ele, o preparador físico e um monte de gente. Enfim, isso cria na criança um benefício extraordinário. E devia ser contemplado. Eu vou votar favorável, enaltecendo o relatório do Senador Romário e a iniciativa do Senador Eduardo Lopes, que, em boa hora... E digo mais: eu acredito que uma criança iniciada no esporte tem uma blindagem, uma vacina contra as drogas. Muitas vezes, por falta de ter um técnico que desperte nela o amor pelo esporte ou dê a ela oportunidade de exercer a sua capacidade esportiva, porque nem todo mundo é jogador de basquete. O sujeito não tem altura. Mas ele pode ser um grande jogador de futebol ou pode ser um grande nadador. Enfim, tem o seu biotipo para um certo esporte. E, por falta de ter vislumbrado essa sua virtude, essa perspectiva, às vezes é um frustrado. E, na frustração, pode tentar silenciar sua dor na droga.

De maneira que isso daí tem um grande benefício. Eu faço votos que prospere o projeto, embora haja esse setor do Governo só vê número, só vê arrecadação. O pessoal da Receita quer saber quanto arrecadou. E se tem qualquer projeto que diminua a arrecadação, sobretudo do imposto mais importante que nós temos em termos de arrecadação, eles vão ser contra. Mas nós devemos lutar, nós políticos que temos uma visão de horizonte mais distante, nós devemos lutar, porque isso traz benefícios, eu diria até incalculáveis, para o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Não havendo mais quem queira discutir o projeto, em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2012, com as Emendas 1 e 2, da CAS.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

Srªs e Srs. Senadores, não temos quórum para votação dos projetos terminativos. Todavia, poderemos proceder à leitura deles, como é o caso do item 9, cuja relatora é a Senadora Ana Amélia, e que se encontra presente, e o item 10, cuja relatora é a Senadora Lúcia Vânia, aqui presente, e o item extrapauta, do qual eu sou o Relator.

Peço ao Senador Moka que assuma a Presidência por alguns instante enquanto eu faço a leitura do relatório. Em seguida, faremos a leitura dos itens 9 e 10.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Assumindo a Presidência, vamos ao item 13.

ITEM 13
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 552, de 2011
- Terminativo -

"Altera o art. 136 da 'Consolidação das Leis do Trabalho', aprovada pelo Decreto-Lei n°. 5.452, de 1° de maio de 1943, e a ele acresce um §3º, para dispor sobre a concessão de férias dos empregados membros de uma mesma família."

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Edison Lobão

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo.

Observações:

Em 25/8/2015, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou o parecer ao projeto, com a Emenda nº 1, da CAE.

A votação será nominal.

Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/PMDB - MA) – A proposição anunciada pelo Presidente em exercício desta Comissão altera o §1º e acrescenta o §3º ao art. 136 da CLT.

Na sua justificação, o eminente autor argumenta que a fixação do período em que o empregado desfrutará suas férias é uma prerrogativa do empregador. A manutenção desse princípio é de fundamental importância para a preservação do bom funcionamento da empresa.

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais emitir parecer sobre o presente projeto, em caráter terminativo.

Proposições destinadas à regulamentação do direito a férias inserem-se no campo do Direito do Trabalho. Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal (CF).

Cabe ao Congresso legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta.

Observados esses pressupostos, a proposição está desprovida de vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade, merecendo apenas um pequeno reparo redacional para incluir o acréscimo do §3º ao art. 136 da CLT, o que fizemos na forma da emenda ao final proposta.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 552, de 2011, na forma da seguinte emenda (substitutiva):

EMENDA Nº (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 552, DE 2011

Acrescenta ao art. 136 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, os seguintes §§3º, 4º e 5º, para dispor sobre a concessão de férias dos empregados membros de uma mesma família.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 136 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1943, passa a vigorar acrescida dos seguintes §§3º, 4º e 5º:

"Art. 136. .....

§ 1º .....

§ 2º .....

§ 3º Os membros de uma família, que trabalharem em estabelecimento ou empresa distintos, terão também o direito a gozar férias no mesmo período, se assim o desejarem e se disto não resultar prejuízo para o serviço de ambas as empresas ou estabelecimentos.

§ 4º Havendo discordância quanto à definição do período em que serão usufruídas as férias de que trata o §3º, ou havendo acordo ou convenção coletiva que disponha a respeito, caberá aos empregadores fixarem o seu período de gozo, fundamentando a decisão e dando ciência, por escrito, aos interessados.

§ 5º Para cumprimento do disposto no §3º, os empregados deverão comprovar, no prazo previsto no art. 135, a opção de concessão de férias do outro ente familiar empregado" (NR).

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Srªs e Srs. Senadores, Sr. Presidente, o projeto visa a permitir que membros de uma mesma família, trabalhando na mesma empresa, possam gozar férias juntos, ou seja, concomitantemente. Isso é um acerto a ser feito entre os interessados, funcionários, empregados, e a direção da empresa. Na medida em que não haja um consenso, a empresa decidirá.

O projeto, da lavra do Senador Crivella, é bem articulado e de grande importância social.

Este é o meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Em discussão o relatório, lembrando que não temos número para votar, uma vez que o projeto é terminativo. Estou colocando apenas em discussão.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Sr. Presidente, acho que já há quórum.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Não há quórum.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Faltam quantos?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Faltam dois.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Tem que ver isso aí, porque a Senadora Marta vale por dois.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – O Senador Ivo Cassol, embora presente aqui, não faz parte da Comissão de Assuntos Sociais, mas evidentemente que o recebemos com a maior alegria.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Apoio Governo/PP - RO) – Permite-me?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – É claro.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Apoio Governo/PP - RO) – Obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vim aqui participar desta Comissão, e a nossa amiga, grande companheira, Senadora Ana Amélia já está subscrevendo meus dois requerimentos, porque eu encampei, o senhor é médico...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Ivo, só um minutinho. Vou então suspender a discussão e a votação do relatório lido pelo Presidente Edison Lobão, a quem transfiro a Presidência. Tenho a certeza de que, da mesma forma, o Presidente concederá a V. Exª a leitura ou a proposição do requerimento.

Passo a presidência ao Presidente Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Agradeço ao Senador Moka por me haver substituído.

Concedo a palavra ao Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Apoio Governo/PP - RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senador, desde a semana passada, fez um requerimento que, nesta Comissão, foi subscrito pela nossa parceira e companheira Senadora Ana Amélia, requerendo, nos termos do Regimento, no âmbito da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, onde já foi aprovado tanto aqui como na CAS, no sentido de serem convidados para audiência pública o Sr. Gilberto Orivaldo Chierice, Professor e pesquisador aposentado da Universidade de São Paulo (USP), *campus* da cidade de São Carlos; Salvador Claro Neto, professor pesquisador da Universidade de São Paulo, também do *campus* de São Carlos; Durvanei Augusto Maria, Biomédico do Instituto Butantan, da cidade de São Paulo; Renato Meneguelo, mestre em Bioengenharia da Universidade de São Paulo.

Também sobre a divulgação do G1 e da PTV sobre a descoberta e o desenvolvimento da pesquisa médico-farmacológico-clínica com as drogas fosfoetanolamina sintética, na Universidade e São Carlos, no decorrer de 20 anos de trabalho, bem como sobre seus resultados clínicos e sobre os entraves burocráticos com que a equipe se defronta, com o registro da patente e com a produção no País desse importante medicamento.

Ontem ampliei o requerimento, solicitando também participar desta audiência pública, substituindo a Drª Alexandra pelo Sr. Marcos Vinicius de Almeida. Ele é biólogo e doutor em Biotecnologia da Uniesp, Bauru, São Paulo. Ao mesmo tempo, quero convidar o Sr. Jarbas Barbosa da Silva Júnior, Diretor Presidente da Anvisa, bem como a Srª Superintendente de Medicamentos e Produtos Biológicos daquela instituição, Drª Meiruze Sousa Freitas, para prestar esclarecimento acerca da matéria vinculada no G1, no dia 24/08/2015, inclusive em rede nacional de TV, sobre a descoberta e o desenvolvimento de pesquisa médico-farmacológica.

Só quero comunicar a meus pares, a meus colegas aqui e a quem está nos assistindo em casa, Sr. Presidente, que acontece o seguinte: há hoje o tratamento de câncer por radioterapia e quimioterapia. Infelizmente, esse tratamento destrói o sistema imunológico das pessoas. Ao mesmo tempo, nós assistimos, a todo instante, um amigo ou familiar, infelizmente, sendo diagnosticado com câncer. Então, esses pesquisadores descobriram, no *campus* da USP de São Carlos, o remédio para a cura do câncer, que é a fosfotoetalonamina, mas têm dificuldade para colocar em prática...

Muitas pessoas, muitos pacientes entraram na Justiça, ganharam liminar. Na última semana, foram suspensas praticamente 800 liminares. Tenho depoimento, *e-mails*, documentos de cura de pacientes que se trataram com esse remédio.

Sr. Presidente, há uma enorme dificuldade em se colocar esse medicamento no mercado, porque até hoje a Anvisa, pelo sistema como libera os medicamentos, nós não temos medicamento que seja descoberta nossa, no Brasil.

Sabem V. Exªs quanto custa uma cápsula desse medicamento para a cura do câncer? Dez centavos. Os senhores sabem quanto custa uma ampola do medicamento importado? Cinco ampolas apenas custam R$240 mil! Uma quimioterapia varia de R$5 mil a R$30 mil. E o que acontece hoje, no Brasil? Todos os hospitais que tratam do câncer seguem à risca o que determina o São Judas Tadeu, lá não sei de onde, dos Estados Unidos, também o MD Anderson, não sei se da França ou dos Estados. Tudo segue rigorosamente o que vem de lá, tanto o tratamento como também a alimentação.

E, quando foi discutido com os pesquisadores, para que eles pudessem ter a oportunidade de desenvolver aqui, todo mundo criou dificuldade, todo mundo. Lá no seu Estado, Marta, é que foi descoberto isso, no Município de São Carlos. Sabem por quê? Porque dizem que não se pode colocar esse medicamento sem a autorização desses organismos internacionais.

Isso é um absurdo! No Brasil, os nossos pesquisadores descobrem o remédio, o medicamento da cura do câncer, e infelizmente a burocracia não deixa utilizá-lo.

Aí alguém diz o seguinte: "Mas se tem de fazer pesquisa sobre esse remédio". Quem está com câncer já está com os dias contados; está na expectativa de ser curado ou por um milagre de Deus ou por quimioterapia, que gera depois leucemia, ou outro problema grave, a partir do tratamento.

Esse medicamento custa R$0,10 cada um. E sabem o que os pesquisadores querem, Senadores e Senadoras? Eles só querem um centro de pesquisa em troca pela descoberta.

Esse medicamento já está registrado, a patente já está registrada desde 2005 – desde 2005. Hoje, à tarde, vou ter uma audiência com o Presidente da Anvisa. Espero que o Governo Federal, que está aí com a CPMF nos corredores do Congresso Nacional para ser aprovada a PEC da CPMF, quando estamos gastando bilhões – não são milhões, mas bilhões – com o tratamento do câncer. Esse medicamento, com certeza, mal não vai fazer, porque quem está com câncer, Sr. Presidente, a essa altura, tomaria qualquer remédio. Mas esse remédio já foi testado. A Justiça já havia dado liminar, que foi cortada agora, e o desespero bateu nessas pessoas que tinham a liminar.

Estive, na semana passada, lá em Araraquara, São Paulo. Andei mais de 500km de ida e volta, mas valeu a pena. E os pesquisadores estão à disposição para participar dessa audiência pública. Ela poderia ser marcada, já vi com o Presidente da CCT, para o próximo dia 29, uma quinta-feira, porque assim teremos mais tempo para debater junto com os pesquisadores e a Anvisa.

Se o senhor permitir, gostaria que colocassem em pauta, extrapauta, por gentileza, porque é uma causa de saúde. São nossos irmãos, nossos amigos que, infelizmente, estão com a doença, esperando uma expectativa nossa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Ivo Cassol, suponho que realmente o seu requerimento é de grande importância. Porém, precisa ser apresentado, e ainda não o foi.

Em seguida, votaremos os requerimentos, já com a assinatura da Senadora Ana Amélia nesta reunião ainda.

Já temos quórum para deliberação de projetos terminativos desta Comissão.

Vamos proceder, então, à votação do item 12.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pela ordem.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Eu queria fazer uma sugestão, não estou fazendo por escrito, mas verbalmente, não sei se os senhores têm notícia de que há alguns anos o Ministério da Saúde adquiriu 81 aparelhos de radioterapia. O meu Estado de Sergipe tem um aparelho do século passado, que quebra todos os dias, e as pessoas na fila.

Se os colegas assim concordarem, acho que poderíamos pedir explicações ao Ministério da Saúde. Pedir para que o Ministro viesse realmente dar explicação sobre esses 81 aparelhos de radioterapia. Foi até notícia desses dias nas redes de televisão do nosso País, falando dessa grande aquisição, a maior aquisição mundial, de uma vez só, de aparelhos de radioterapia, e que não se está utilizando.

Enquanto isso, milhares de brasileiros, como no meu Estado, morrem pela falta de assistência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Trata-se de uma informação que V. Exª sugere.

Esta Presidência acolherá, com todo o prazer, o requerimento, mas é indispensável que V. Exª formule essa propositura.

Item 12.

ITEM 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, de 2014
- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para dispor sobre a realização de mamografia no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatoria: Senador Dário Berger

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2014, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Em 19.08.2015, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

- Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do RISF, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.

- Votação nominal.

O relatório já foi lido pelo Senador Dário Berger.

Vamos proceder, então, à votação.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Sr. Presidente, só para relembrar os nobres Senadores e Senadoras que o Projeto de Lei, que será submetido à votação, é de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin e pretende dispor sobre a realização de mamografia no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Acontece que a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que é a tradicional Lei do SUS, estabeleceu que toda mulher, a partir dos 40 anos de idade, teria direito a fazer o exame de mamografia, independente de prescrição médica.

Na sua justificativa, a autora argumenta ser inadequado deferir em lei a idade ou a faixa etária a partir de determinada ação de saúde que seja efetivamente ofertada.

Bem, com base nesse entendimento, a autora propõe alterar, então, o art. 2º da Lei nº 11.664, de 2008, que confere o direito ao rastreamento de câncer de mama, mediante mamografia a partir da idade de 40 anos.

E o projeto da autora, resumindo, suprime essa questão dos 40 anos e propõe, vamos dizer assim, que todas as mulheres, independente de idade, tenham direito ao exame de mamografia, desde que com autorização médica, desde que prescrito por um médico.

O que fiz eu como Relator desta matéria? Na minha opinião, essa questão é extremamente relevante, tem um alcance social infinito. O câncer de mama atinge milhares e milhares de mulheres hoje, inclusive existe uma fila enorme no SUS para a realização desses exames, o que lamentavelmente é condenável do ponto de vista social e humano. O que fiz eu como Relator dessa matéria? Mantive o dispositivo da Lei nº 11.664, que dá o direito a toda mulher de fazer o exame, a partir dos 40 anos de idade, independente de prescrição médica, e também acolho a iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin de estender esse atendimento a todas as mulheres, independentemente da idade, inclusive com menos de 40 anos, que precisarem fazer um exame de mamografia, desde que com a devida prescrição médica.

Então, o meu projeto nada mais é do que a junção do que já existia com o projeto da Senadora Vanessa Grazziotin.

(Soa a campainha.)

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Em outra oportunidade, o projeto já suscitou da leitura e discussão. Faço esse resumo para relembrar às senhoras e aos senhores que o relatório é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Obrigada Senador, Presidente Lobão.

Quero parabenizar a Senadora Vanessa por essa sensibilidade e pelo substitutivo feito pelo Senador Dário, porque é justa essa preocupação, e corretíssimo ser depois dos 40 anos, porque está em sintonia com o mundo todo que a mulher tenha direito ao exame depois dos 40 anos. Então, não está nada errado na nossa lei.

Mas a lei acaba tirando a oportunidade de pessoas que têm necessidade de fazer a mamografia por situações outras, antes dos 40 anos. Então, a partir de um diagnóstico, de uma apreciação médica de uma questão de alto risco para a mulher, é absolutamente correto que ela possa ter acesso, porque senão veremos mulheres cujos médicos têm um diagnóstico ou suspeita de um câncer de mama e que, como não têm condições de fazer o exame, não terão o diagnóstico que têm de ter, por causa desta lei.

Então, eu diria que o substitutivo do Senador Dário realmente encaminha com muito bom senso. Não é para qualquer pessoa antes dos 40 anos.

Também lembro, Senador, que há muito tempo, há uns 15 ou 20 anos, quando as mulheres se rebelaram no Brasil na questão do câncer de mama. As pessoas não sabiam como fazer a apalpação, era uma coisa desconhecida, e essa pressão levou o Governo Federal a fazer uma campanha de câncer de mama na televisão.

Foi um desastre, em um certo sentido, porque todas as mulheres começaram a apalpação e, como todo mundo tem um pequeno caroço que acha que vai ser câncer, todas queriam fazer mamografia. Olha, na épo-

ca em que eu assumi a Prefeitura de São Paulo, em 2001, nós tínhamos quatro mamógrafos na cidade de São Paulo, para se ter uma ideia. Isso foi ontem. Quando eu saí, já tínhamos 21 e deve haver muito mais hoje.

Isso é para se ver a dimensão. É tudo muito delicado ao se tratar essa questão porque toda mulher – e estamos no mês de combate ao câncer de mama, de prevenção e tudo o mais –, tem essa preocupação e tem o direito de ser atendida.

Então, eu acho que já estamos muito tempo progredindo nesse sentido. O projeto da Vanessa é muito bom e o seu substitutivo põe em ordem essa questão.

Parabéns!

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente, eu também quero parabenizar tanto a autora com o Relator do projeto, Senador Dário Berger, pela sua emenda, porque como disse a Senadora Marta, ela tem toda a razão, tem que se ter cuidado porque não poder ser só apenas os 40 anos, tem que se deixar espaço para que a lei permita, realmente, quando necessário, dar essa oportunidade.

Chega aqui a autora do projeto. Lembrando apenas que os princípios que norteiam o SUS, o princípio da universalidade, ou seja, para todos, e da integralidade de tudo o que for possível, dentro da Medicina moderna, seja disponibilizado para todos os brasileiros.

Senadora Vanessa Grazziotin apenas ressalta e torna muito mais evidente essa cobrança, para que realmente as mulheres brasileiras tenham a oportunidade de fazer a mamografia em qualquer canto deste País, desde que seja necessário e que seja recomendado.

Então, parabenizo tanto a autora como o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em votação o projeto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Sr. Presidente, rapidamente, apenas eu queria dizer, eu sei que é para votar, também tenho pressa, como todos os Senadores, mas apenas para dizer que essa iniciativa da Comissão de Assuntos Sociais está exatamente cumprindo neste Outubro Rosa a missão de dar uma resposta afirmativa das questões relacionadas à preocupação da saúde da mulher, em especial do câncer de mama.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Sr. Presidente, o senhor me permite?

Como salientou a Senadora Ana Amélia, a Senadora Marta e demais Senadores, nós estamos vivendo o Outubro Rosa, e essa questão está relacionada diretamente à questão da saúde das mulheres brasileiras. E com saúde a gente não pode brincar. Eu tenho dito que a saúde é um bem de expectativa infinita. A gente quer viver mais e viver melhor. Essa que é a grande realidade. E nós não podemos poupar recursos, nem esforços para que nós possamos oferecer à Nação brasileira uma infraestrutura adequada para que não só as mulheres, mas que todas as pessoas possam ter um atendimento digno de saúde. O que, lamentavelmente, a gente não vê em dias atuais.

Portanto, considerando essas questões todas, e considerando a relevância desse projeto, eu quero solicitar a V. Exª e aos demais Senadores e Senadoras que, quem sabe, a gente pudesse aqui aprovar um regime de urgência para que esse projeto seja apreciado no Plenário do Senado Federal, ainda no mês de outubro, para que possamos prestar uma grande homenagem às mulheres brasileiras que estão a depender desse tipo de serviço.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, depois que votar, eu falo.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Se não votar, vai perder o quórum, Presidente. A melhor homenagem para as mulheres é votar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o substitutivo do Relator, responderão "sim".

Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – "Sim", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS. *Fora do microfone*.) – "Sim", meus cumprimentos à autora e ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador João Alberto Souza.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - MA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Dário Berger já votou.

Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – "Sim".

Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Obviamente agradecendo muito pelo relatório, eu voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – O projeto foi aprovado por unanimidade, em turno único, a Emenda nº1, da CAS, Substitutivo ao projeto de lei, por igual.

A matéria vai à turno suplementar, nos termos do art. 282 combinado com art. 92 do Regimento.

Poderão ser oferecidas emendas no turno suplementar, vedada a apresentação de novo substitutivo.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, se V. Exª me permitir...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Vamos votar o próximo item, Sr. Presidente, senão nós vamos perder o quórum. Só tem mais um terminativo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu serei muito rápida.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu faço o meu relatório em cinco minutos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas, Sr. Presidente, permita-me falar.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Vanessa, fala depois da votação, querida.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É só um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pois não, Senadora Grazziotin, autora do projeto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não é um minuto que vai atrasar. Eu me disponho a ficar aqui até a hora que for para que a gente mantenha o quórum. Todos aqui. Eu serei muito breve.

Primeiro para agradecer muito a todos os meus pares, Senadores e Senadoras, que, por unanimidade, aprovaram esse projeto, e resgatar aqui o que foi falado pelas Senadoras e reforçado pelo nosso relator.

Nós estamos no Outubro Rosa, Sr. Presidente, e muitos dos avanços que a gente conseguiu em relação à assistência à saúde da mulher, nós devemos ao avanço na legislação, é bom que se diga.

A possibilidade de fazer a recomposição imediata da mama, que hoje é lei, foi um projeto relatado pela Senadora Ana Amélia, de autoria da então Deputada Rebecca Garcia, e isso tem sido muito importante, muito importante. Se a gente apresenta projeto de lei é porque sente a necessidade, a gente sente a necessidade, e isso, repito, tem contribuído muito.

V. Exª anuncia que vai para o turno suplementar. Depois do turno suplementar é possível que aprovemos nesta Comissão requerimento de urgência para encaminhar o projeto ao plenário, Presidente? Eu pergunto a V. Exª, reforçando a fala do nosso relator.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Vanessa, vai cair o quórum.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em votação o requerimento do relator.

As Srªs e os Srs. que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Sr. Presidente, eu peço inversão de pauta para nós votarmos o item terminativo, lido o relatório por V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Já está em regime de extrapauta.

V. Exª será atendido.

Em discussão o item 13. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação nominal o substitutivo.

Como vota a Senadora Regina Sousa?

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – João Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - MA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Marcelo Crivella é o autor.

Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Com o Relator, Presidente.

Aprovado, em turno único, a Emenda nº 2 da CAS, Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 552, de 2011.

A matéria vai a turno suplementar nos termos do art. 282 combinado com art. 92 do Regimento.

Poderão ser oferecidas emendas no turno suplementar, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Item 9.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 407, de 2012
- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração e revoga a Lei nº 6.813, de 10 de julho de 1980, para tornar obrigatória a avaliação anual de saúde para os transportadores autônomos de cargas.

Autoria: Senador Eduardo Amorim
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2012, na forma do Substitutivo que apresenta.
Observações:
- Em 13.03.2013, a Comissão de Serviços de Infraestrutura aprovou Parecer favorável ao Projeto.
- Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do RISF, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.
- Votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, para a leitura de seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Faria esse relatório em cinco minutos, pena que não teremos mais quórum para votar e apreciá-lo, porque é terminativo, mas, de qualquer forma, farei ainda em cinco minutos.

Essa é uma iniciativa exemplar do Senador Eduardo Amorim, que, aliás, é um dos mais ativos legisladores e muito competente, porque é médico e sabe. Ele está propondo, tornando obrigatória a avaliação anual de

saúde para transportadores autônomos de cargas. Fazemos uma avaliação de todo o projeto, tendo em conta a gravidade dos acidentes de trânsito envolvendo motoristas de caminhão. A CLT já fez alterações para exames periódicos de toxicologia, já que o uso dos chamados rebites, no exercício dessa atividade profissional, é bastante elevado. Isso também tem resultado em muitos acidentes de trânsito.

Como a CLT já dá cobertura a isso, optamos por fazer um substitutivo, porque ele queria, no registro obrigatório do profissional, esse dispositivo de exigência de fazer o exame anual. Transferimos a regulamentação da lei, a definição da periodicidade desse exame de saúde, incluindo todos os profissionais da saúde, sendo feito pelo SUS, sejam eles das cooperativas, transportadores autônomos ou de empresas. Elas, por sua vez, já fazem, porque é interesse de cooperativas de transportadores ou de empresas transportadoras ter a saúde dos seus trabalhadores.

No caso dos autônomos, talvez isso seja mais necessário. Portanto, não entendemos que seja essa exigência rigorosa de ter uma obrigatoriedade no registro nacional do trabalhador motorista de caminhão de estar ali impresso, seria o mesmo que, em nossa carteira de identidade, está impresso também que estivéssemos de fazer exame anual todo dia de saúde. Isso é uma obrigação que temos para preservar a saúde.

A lei não pode ser tão, diria assim, chegar a esse rigor e a esse preciosismo, porque também viola a independência e a liberdade das pessoas. Optamos, portanto, por um substitutivo no qual diz que:

Art. 1º .....

O art. 2º da Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

Art. 2º .....

.....

§1º O direito previsto no inciso IV do *caput* inclui o de contar com programas permanentes de medicina ocupacional para avaliação periódica de saúde.

§2º As diretrizes, a periodicidade e o escopo da avaliação de saúde referida no §1º devem estar previstos em regulamento e levar em consideração as determinações dos arts. 2º, II e IV, 3º, 5º, 13 e 19 desta Lei, do art. 235-B, VII e parágrafo único, do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e do art. 148-A da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

§3º Nos casos em que julgar necessário, o regulamento deve prever mecanismos para tornar compulsória a submissão do motorista profissional à avaliação periódica de saúde prevista no §1º.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor 180 dias após a data de sua publicação.

Esse é o voto, Sr. Presidente, e, como não há quórum, ficará para discussão e sobrestado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em virtude da falta de quórum, já prevista pela Senadora Ana Amélia para votação nominal, ficam adiadas a discussão e votação dessa matéria.

Srªs e Srs. Senadores, os projetos vêm a esta Casa, a esta Comissão, como às demais, exatamente para que possamos sobre eles deliberar, e a deliberação implica, porque somos todos responsáveis, em um debate em torno da matéria. Em geral, nós o aperfeiçoamos com esse debate. Sucede que, quando ele se alonga, vamos perdendo quórum para votações terminativas. Então, o que se propõe é que, sem prejuízo da discussão de todos os projetos, possamos sintetizar o nosso pensamento para aproveitar o quórum que, em geral, existe, mas é fluido, é fugaz. Se não fizermos isso, vamos sempre nos atrasar nas votações todas.

Há um projeto não terminativo, cujo Relator é o Senador Flexa Ribeiro, projeto eu havia retirado de pauta, mas, em virtude de S. Exª se encontrar aqui agora...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, solicitei à Secretaria que o projeto fosse retirado de pauta na reunião de hoje para exame.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pois não. S. Exª, então, pede a retirada.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pela ordem, Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Sr. Presidente, em virtude da votação do projeto da Senadora Vanessa Grazziotin, eu solicitaria a retirada de pauta do item 10, uma vez que acredito que ele esteja prejudicado, em função da votação do projeto anterior.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – V. Exª será atendida.

(o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 60, de 2014
- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para dispensar da apresentação de pedido médico a realização de exame mamográfico de rastreamento nos serviços próprios do Sistema Único de Saúde (SUS).

Autoria: Senador Antonio Carlos Rodrigues
Relatoria: Senadora Lúcia Vânia
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2014, e da Emenda que apresenta.
Observações:
- Votação nominal.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Presidente, pela ordem, se houver possibilidade, de votar os requerimentos, eu agradeceria a V. Exª, com o apoio dos colegas, evidentemente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Temos diversos requerimentos a serem apreciados.

Requerimento da Senadora Ana Amélia e Ângela Portela.

ITEM 15
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 36, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do requerimento nº 33 de 2015, desta Comissão, de forma que seja incluída a seguinte convidada para participar da referida Audiência Pública:

• Sra. Luciana Holtz, Presidente do Instituto Oncoguia.

Autoria: Senadora Angela Portela e outros.

Estou lendo os requerimentos, em seguida, haverá discussão e votação em globo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Esse é um aditivo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – É.

Item 16.

ITEM 16
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 37, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do disposto no art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, seja convidado a comparecer a esta Comissão, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Castro, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários da sua pasta.

Autoria: Senadora Ana Amélia

ITEM 17
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 38, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do disposto no art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, seja convidado a comparecer a esta Comissão, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Trabalho e Previdência, Miguel Rossetto, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários da sua pasta.

Autoria: Senadora Ana Amélia

ITEM 14
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 35, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do requerimento nº 33 de 2015, desta Comissão, de que forma que seja incluída os seguinte convidados para participar da referida Audiência Pública:

• Marcelo Castro – Ministro de Estado da Saúde;
• Dr. Ruffo Freitas Júnior – Presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia.

Autoria: Senadora Ana Amélia
O requerimento do Senador Ivo Cassol, assinado também pela Senadora Ana Amélia.

ITEM 18
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 39, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais em sessão conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia, destinada a prestarem esclarecimentos acerca da matéria veiculada no Portal G1, em 24/08/2015, inclusive em rede nacional de TV, sobre a descoberta e o desenvolvimento das pesquisas médico-farmacológica-clínicas com a droga fosfoetanolamina sintética, na Universidade de São Carlos, no decorrer de 20 anos de trabalho, bem como os seus resultados clínicos e os entraves burocráticos que a equipe defronta para o registro de patente e produção no País deste importante medicamento.

• Gilberto Orivaldo Chierice – Professor e Pesquisador da Universidade de São Paulo – USP, Campus da cidade de São Carlos/SP;
• Durvanei Augusto Maria – Biomédico do Instituto Butantã, São Paulo/SP;
• Renato Meneguelo – Mestre de Bioengenharia, Universidade de São Paulo – USP;
• Marcus Vinícius de Almeida – Biólogo, Doutor em Biotecnologia e Professor da Uniesp - Bauru/SP;
• Dr. Jarbas Barbosa da Silva Júnior - Diretor Presidente da ANVISA
• Drª Meiruse Sousa Freitas – Superintendente de Medicamentos e Produtos Biológicos da ANVISA

Autoria: Senadora Ana Amélia e outros

ITEM 19
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 40, de 2015
- Não terminativo -

Nos termos do inciso II do art. 90 do regimento interno do Senado Federal, combinado com o Inciso II do § 2º do Art. 58 da Constituição Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para discutir as políticas públicas para o cuidado com os prematuros no Brasil, tendo em vista que os últimos dados divulgados pelo ministério da saúde afirmam que mais de vinte por cento das mortes de crianças com menos de cinco anos são relacionadas com a prematuridade.

Para tanto, requeiro que sejam convidados a participar da referida Audiência Pública:
• Dr. Renato Procianoy – Presidente do Departamento de Neonatologia da Sociedade Brasileira de Pediatria;
• Paulo Bonilha – Coordenador-Geral da Saúde da Criança e Aleitamento Materno do Ministério da Saúde;
• Denise Leão Suguitani - Diretora executiva da ONG Prematuridade.com

Autoria: Senador Flexa Ribeiro.

Esses são os requerimentos em discussão. (*Pausa.*)
Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – O primeiro, da Senadora Ângela Portela, que tenho a honra de subscrever com ela, porque ela fez um aditivo incluindo a Drª Luciana Holtz. Como no requerimento original, da Senadora Ângela, que foi aprovado em setembro, falava no Ministro Arthur Chioro, e houve a mudança, fiz um aditivo, incluindo o Ministro Marcelo Castro, que é o atual Ministro da Saúde, ou seu representante, acrescentando também o Dr. Ruffo Freitas Júnior, que é o Presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia, uma vez que o requerimento trata também, entre outras coisas, da relação do SUS, além daqueles já aprovados no requerimento anterior.

Quanto aos dois requerimentos dos novos Ministros, penso que seja oportuno, para conhecermos a opinião dos novos titulares dos Ministérios do Trabalho e da Previdência, Ministro Miguel Rossetto e Ministro Marcelo Castro, pelas situações óbvias, porque o Marcelo Castro é o novo Ministro da Saúde.

Essa é a razão dos requerimentos.

Agradeço a V. Exª pela leitura e também por submetê-los à apreciação dos colegas Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Há um requerimento sobre a mesa, da Senadora Ângela Portela.

ITEM 15
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 36, DE 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do Requerimento nº 33, de 2015, desta Comissão, de forma que seja incluída a seguinte convidada para participar da referida audiência pública: Srª Luciana Holtz, Presidente do Instituto Oncoguia.

Autoria: Senadora Ângela Portela e outros.

Votaremos agora os requerimentos lidos por esta Presidência.
Passamos à votação em globo.
As Srªs e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovados.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – A Senadora Vanessa Grazziotin é Relatora do item 11, terminativo.

ITEM 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, de 2014
- Terminativo -

Altera o art. 59 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para proibir o uso de símbolo, figura, desenho ou recurso gráfico com elemento de apelo próprio ao universo infantil na rotulagem e na propaganda de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos.

Autoria: Senador Ruben Figueiró.
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin.
Relatório: pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2014.
Observações: - *Votação nominal.*

Indago se S. Exª deseja ler seu relatório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Faço o que V. Exª me orientar, Senador Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – O que indaga V. Exª?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Estou dizendo que faço o que V. Exª me orientar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – V. Exª tem a palavra para ler seu relatório, adiantando, portanto, o expediente desta Comissão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Farei uma leitura bem abreviada, visto que o projeto já é do conhecimento de todos. Vou partir da análise.

Nos termos do art. 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete, sem dúvida alguma, a esta Comissão de Assuntos Sociais analisar o referido projeto. Ademais, por se tratar de apreciação em caráter terminativo, cabe igualmente à CAS examinar a constitucionalidade, a juridicidade, a regimentalidade e a técnica legislativa da proposição.

Em relação à constitucionalidade e à técnica legislativa, não há o que destacar, visto que se cumprem todos os pré-requisitos regimentais e legais.

Quanto ao mérito, cumpre destacar a importância da matéria: prevenção da intoxicação acidental em criança por medicamentos, saneantes e cosméticos. Todavia, a redução almejada dos índices de intoxicações esbarra na ausência de estudos ou de evidências científicas para embasar as medidas que o projeto de lei pretende instituir.

De fato, estudo realizado no Estado do Rio de Janeiro pelos pesquisadores Rosaura de Farias Presgrave, Luiz Antônio Bastos Camacho e Maria Helena Simões Villas Boas, publicado na revista *Cadernos de Saúde Pública*, em 2008, sobre intoxicação por saneantes, mostrou que a ingestão de alvejantes à base de hipoclorito de

sódio foi responsável pela grande maioria das intoxicações em todas as idades. Derivados de petróleo, raticidas e pesticidas completavam a lista dos principais produtos envolvidos.

Em todas as principais categorias de produtos, as crianças com idade inferior a 5 anos responderam por mais de 70% dos casos de intoxicação.

Vê-se que os produtos responsáveis pela quase totalidade dos casos de intoxicação não costumam ter imagens ou figuras de apelo infantil estampados nas embalagens. Nada indica que as figuras infantis nos rótulos de amaciantes e de xampus estejam a provocar elevação dos índices de intoxicação doméstica.

Com efeito, os pesquisadores identificaram o fator de risco atribuído à intoxicação em pouco mais da metade dos casos. Desses, em 77% das ocasiões, o produto estava ao alcance de uma criança ou de pessoa com deficiência mental.

O segundo fator de risco mais frequente foi o armazenamento em vasilhame diferente do original – em 83% dos casos de troca de vasilhame, o produto estava armazenado em garrafa de refrigerante, e em 8%, em embalagem de medicamento.

Outro aspecto a ser considerado é que o efeito dos agentes tóxicos é dose-dependente. Produtos domissanitários têm sabor desagradável, de modo que apenas pequenas quantidades são ingeridas. Esse fato certamente contribuiu para a ausência de casos fatais entre os relatados no estudo fluminense.

No caso dos cosméticos e medicamentos, há ainda de considerar que muitos são especificamente destinados às crianças, ou seja, têm uma formulação diferente daqueles destinados ao público adulto. Nesses casos, quaisquer elementos gráficos que diferenciem o produto infantil do adulto podem ser úteis para evitar o uso inadequado.

Dessa forma, não encontramos evidências científicas que pudessem embasar a aprovação da iniciativa sob análise no sentido de que as medidas por elas instituídas venham a resultar na redução dos índices de intoxicação.

Portanto, opinamos pela rejeição do referido projeto de lei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em virtude da falta de quórum qualificado para a votação nominal, ficam adiadas a discussão e a votação desta matéria.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Eu gostaria de apresentar um requerimento extrapauta, se possível.

É sobre o Projeto de Lei nº 53, terminativo. Eu gostaria de apresentar um requerimento de audiência pública antes da votação da matéria, já que é um projeto complexo, com manifestação da Anvisa, inclusive. O requerimento é no sentido de ouvirmos os representantes das áreas interessadas, pois a matéria envolve tecnologia e linha de produção. Poderíamos realizar uma audiência pública com representantes da Anvisa, da federação dos médicos e dos laboratórios, antes de votar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Trata-se do Projeto de Lei nº 53, de 2012, de autoria da Deputada Sandra Rosado e que tem por Relator o Senador Otto Alencar.

Em votação o requerimento de S. Exª a Senadora Regina Sousa.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A tramitação da matéria fica suspensa na Comissão, nos termos do art. 118 do Regimento, aguardando a realização, portanto, da audiência pública, em data oportuna.

A Senadora está formalizando o seu requerimento.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Agradeço a presença dos Srs. Senadores.

(Iniciada às 9 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 01 minuto.)

ATA DA 28ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE OUTUBRO DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e um minutos, do dia quatorze de outubro de dois mil e quinze, na Sala de Reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a Presidência do Senhor Senador Edison Lobão reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Rocha, Waldemir Moka, Dário Berger, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Elmano Férrer, José Pimentel, Romário, Vicentinho Alves e das Senadoras Regina Sousa, Ana Amélia, Maria do Carmo Alves, Marta Suplicy e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Esta Reunião destina-se à discussão e votação das Emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 7, de 2015, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, o texto do Projeto de Lei que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016. (Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2016). Autoria do Projeto: Presidência da República. Relatoria das Emendas da Comissão de Assuntos Sociais: Senador Elmano Férrer. A Presidência concede a palavra ao Relator, Senador Elmano Férrer, que comunica terem sido apresentadas 170 (cento e setenta) Emendas ao Projeto perante esta Comissão, sendo 166 (cento e sessenta e seis) de Apropriação, 3 (três) de Remanejamento e 1 (uma) de Texto. Encerrada a discussão, o Relatório conclui pela apresentação de 4 (quatro) Emendas de Apropriação e 1 (uma) Emenda de Remanejamento, nos termos do artigo 44, § 1º, da Resolução nº 1, de 2006-CN. Resultado: Aprovadas, por unanimidade, as seguintes Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2016, a seguir relacionadas: Emenda nº 1-CAS – Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde - Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais - Rede Sarah. Código da Ação: 6148. Valor: R$ 213.000.000. Iniciativa: Senadores Ana Amélia, Ângela Portela, Benedito de Lira, Edison Lobão, Elmano Férrer, Humberto Costa, Lídice da Mata, Lúcia Vânia, Raimundo Lira, Romero Jucá, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves e Waldemir Moka. Emenda nº 2-CAS – Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde. Código da Ação: 8535. Valor: R$ 239.000.000. Iniciativa: Senadores Ana Amélia, Elmano Férrer, Lídice da Mata, Lúcia Vânia, Raimundo Lira, Regina Sousa, Romero Jucá, Vicentinho Alves e Waldemir Moka. Emenda nº 3-CAS – Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Comunidades Rurais e Tradicionais. Código da Ação: 7656. Valor: R$ 150.000.000. Iniciativa: Senadores Ana Amélia, Edison Lobão, Elmano Férrer, Lídice da Mata, Paulo Paim e Romero Jucá. Emenda nº 4-CAS – Serviço de Atenção Social Básica. Código da Ação: 2A60. Valor: R$ 175.000.000. Iniciativa: Senadores Ana Amélia, Elmano Férrer, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, Lúcia Vânia, Romero Jucá. Emenda nº 5-CAS – Remanejamento – Aquisição de terreno para construção de sede da PREVIC – Nacional. Código da Ação: ATÍPICO. Valor: R$ 20.000.000. Iniciativa: Senador Waldemir Moka. Usam da palavra os Senadores Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Elmano Férrer e Convidado pelo Relator para fazer esclarecimentos técnicos, faz uso da palavra o Consultor de Orçamento do Senado Federal, Senhor Marcel Pereira. O Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, submete aos membros da Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da Ata desta 28ª Reunião (Extraordinária), que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às nove horas e cinquenta e nove minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador EDISON LOBÃO
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Srs. Senadores, a Comissão de Assuntos Sociais está reunida esta manhã para três tipos de atividades. Iniciaremos pela deliberação das emendas ao Orçamento. Em seguida, iremos deliberar dois projetos, em turno suplementar, aprovados em turno único, na reunião realizada na quarta-feira passada. E, finalmente, realizaremos a audiência pública requerida pelo Senador Moka.

Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2016.

Foram recebidas 170 emendas, sendo 166 de apropriação, três de remanejamento e apenas uma de texto. A votação será simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Elmano Férrer para a leitura de seu relatório.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como acabou de dizer o nosso Presidente, foram apresentadas 170 emendas, sendo 166 de apropriação e 4 de remanejamento, o que dificulta sobremaneira ao Relator escolher apenas 4 de apropriação entre as 166. Com relação a remanejamento, nós temos que ter de onde tirar o valor da emenda a ser remanejada.

Então, eu passo a ler o relatório, acrescentando que se encontra ao meu lado, além do Presidente, à minha direita, o nosso consultor Marcel para tirar qualquer dúvida de natureza eminentemente técnica.

Então, passo ao histórico do relatório.

A Comissão de Assuntos Sociais recebeu, no prazo estabelecido na convocação, 170 propostas de emenda a serem apresentadas ao Projeto de Lei nº 7, de 2015-CN (Projeto de Lei Orçamentária para 2016), conforme discriminado no anexo que acompanha este parecer.

Análise das propostas.

Preliminarmente, importa ressaltar que a Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do art. 44, § 1º, da Resolução nº 1, de 2006-CN, pode apresentar até 8 emendas ao projeto de lei orçamentária, sendo 4 de apropriação e 4 de remanejamento, relativas às matérias que lhe sejam afetas regimentalmente. Quanto às emendas de texto, não há limitações para apresentação. No entanto, vale destacar que foram apresentadas 166 propostas de emendas de apropriação, sendo 150 de acréscimo e 16 de inclusão, 3 de remanejamento e 1 de texto.

A análise por nós empreendida focalizou, inicialmente, o exame da adequação das propostas de emendas apresentadas às disposições da legislação vigente, especialmente no que diz respeito à Constituição Federal, à área de competência da Comissão e ao interesse nacional, tendo em vista as disposições constantes dos arts. 26 e 43 a 45 da Resolução nº 1/2006-CN.

Com relação à emenda de texto apresentada – parece-me que é do nosso querido Senador Moka –, consideramos que ela deva ser inadmitida. A emenda propõe a inclusão, no Projeto de Lei Orçamentária, de dispositivo tratando de reajuste dos benefícios concedidos pelo Regime Geral de Previdência Social. Tal pretensão encontra óbice no princípio da exclusividade orçamentária, previsto no art. 165, § 8º, da Carta Magna.

Passando às emendas de remanejamento, apenas a Emenda nº 1 está em condição de ser admitida. Aliás, essa aqui é que é a do Moka. Nas emendas de remanejamento n°s 2 e 3 foram indicados cancelamentos em programações diferentes do proposto no acréscimo, contrariando o disposto no art. 45 da Resolução n° 1, de 2006-CN. Ademais, no caso da emenda de remanejamento nº 2, foi proposto cancelamento de despesa primária obrigatória (RP1), procedimento vedado pelo item 4.2 da parte dispositiva do Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas. Já na emenda de remanejamento de nº 3, o acréscimo proposto beneficia órgão distinto do afetado pelo cancelamento, contrariando o previsto no art. 45 da Resolução nº 1, de 2006-CN. Por essa razão, as emendas de remanejamento n°s 2 e 3 devem ser inadmitidas.

Por fim, no que tange às emendas de apropriação, entendemos que todas as propostas apresentadas observaram os dispositivos exigíveis para sua admissão.

Ainda sobre as emendas de apropriação, com o objetivo de atender o maior número possível de sugestões, todas de inegável mérito, nosso estudo contemplou a semelhança verificada entre as que propunham ações dentro da mesma área temática, de forma a proceder à aglutinação das propostas. Ou seja, aquelas propostas que apresentaram um maior número foram acolhidas por esta relatoria.

Tal metodologia nos auxiliou a verificar quais ações foram mais demandadas pelos integrantes desta Comissão. A seleção das 4 emendas de apropriação a serem apresentadas por esse Colegiado materializa, então, as ações que obtiveram maior número de indicações dentre as 166 propostas apresentadas.

Como critério de desempate, selecionamos programação atribuída a unidades orçamentárias diversas, favorecendo, além do Fundo Nacional de Saúde, a Fundação Nacional de Saúde e o Fundo Nacional de Assistência Social. Dessa forma, propomos a apresentação das seguintes emendas pela Comissão de Assuntos Sociais. Foram quatro emendas de apropriação, sendo a primeira do Fundo Nacional de Saúde, cujas ações são de Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde - Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais - Rede Sarah.

Essas ações foram propostas por vários Senadores, pela maioria dos Senadores.

A segunda ação contempla o Fundo Nacional de Saúde, a Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde.

Foram propostas pela maioria de Senadores.

E a terceira contempla a Unidade Orçamentária Funasa, com descrição das ações Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Comunidades Rurais e Tradicionais.

Também, em terceiro lugar, proposta apresentada por vários Senadores.

E quarto, contempla a Fundação Nacional de Assistência Social, tendo como ação fundamental o Serviço de Atenção Básica na Área Social. Também em quarto lugar por Senadores.

E de remanejamento, contemplado por uma proposta do Senador Waldemir Moka, de aquisição de terreno para construção de sede da Previc - Nacional

Feitas estas considerações, o nosso voto, diante do exposto, é pela aprovação desse relatório.

Propomos à Comissão a apresentação das 4 emendas de apropriação anteriormente citadas, assim como da emenda de remanejamento acima discriminada, e propomos que a Secretaria desta Comissão seja incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO.

É este, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em discussão a matéria.

Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Edison Lobão, Relator, Senador Elmano Férrer, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, primeiro, eu quero parabenizar o Relator pelo seu parecer e pelas emendas para as quais ele sugere a aprovação pelo Plenário da Comissão de Assuntos Sociais.

A observação, Senador Edison Lobão e Senador Elmano, que eu gostaria de fazer é que o ex-Ministro da Saúde, ao deixar a Pasta, disse que a saúde do Brasil estava para entrar em colapso. Eu diria que ela já entrou em colapso. O problema é nacional. Não é preciso identificar Municípios ou Estados para que se verifique a escassez de recursos para o atendimento mínimo digno aos brasileiros no quesito saúde, que é, sem dúvida alguma, o mais importante, pois trata da vida humana.

Então, a sugestão que eu queria fazer para a Comissão não foi atendida, pois não há emendas em número suficiente de Senadores para que eu possa... Um dos critérios utilizados pelo Relator é que se coloque verba para custeio da saúde.

O problema da saúde é de investimento? É também, para equipamentos, para a construção de novas unidades, mas é, basicamente, de custeio. Os Estados, os Municípios e a própria União não estão com recursos suficientes para manter o atendimento de serviços de saúde aos brasileiros.

A imprensa noticia todos os dias... Ainda hoje, no noticiário da manhã, foi noticiada a crise por que a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo está passando, inclusive tendo que demitir 1.100 funcionários, inclusive médicos. A matéria, além de falar da má gestão ocorrida em gestões passadas, falou do fato de que a tabela do SUS não é reajustada, Senador Moka, há nove ou dez anos. Então, como é possível manter esses serviços quando não se reajusta a tabela de pagamento por parte do SUS e a inflação onera esses custos?

Além disso, na média e alta complexidade, há uma dificuldade, quase impossibilidade, de os Estados e Municípios cadastrarem serviços novos que são oferecidos no Ministério da Saúde para que possam ser ressarcidos pelo Governo Federal.

Então, o meu Estado, o Estado do Pará – eu dizia isto há pouco ao Senador Elmano e ao Senador Moka –, na área do saúde, teve que aplicar R$300 milhões, além do valor obrigatório, por necessidade de atendimento, por não haver recebido o ressarcimento, por parte do Ministério da Saúde, em vários serviços de média e alta complexidade que são feitos, como hemodiálise, quimioterapia, radioterapia, que não são ressarcidos.

Então, Presidente Edison Lobão – eu não faço parte, neste ano, da Comissão Mista de Orçamento –, eu acho que seria uma sugestão ou um encaminhamento desta Comissão que o Presidente e o Relator colocassem no Orçamento uma verba para custeio da saúde de todo o Brasil.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Eu compreendo perfeitamente as colocações do nobre Senador Flexa Ribeiro, pois no Estado do Piauí nós nos ressentimos desse grave problema que diz respeito ao subfinanciamento da saúde especificamente relacionado ao custeio. Inclusive, quando fomos prefeito de Teresina, nós sentíamos esse grave problema, especialmente considerando que a União aloca recursos significativos para a parte de investimentos – obras, etc. Mas o que pesa mais é o custeio dessas instalações, dessas unidades da área de saúde.

Eu creio que nessas quatro ações contempladas aqui – eu perguntaria ao Marcel, porque ele pode me ajudar com relação a isso – há também recursos para custeio. Inclusive, nós recebemos, através do Ministério da Saúde, tanto prefeituras como Estado, uma parte. Não é o suficiente, mas contempla também recursos aquém das necessidades, não resta dúvida.

Eu creio que nós podemos realizar um trabalho junto à Comissão Mista de Orçamento no sentido de conciliarmos, dentro da legislação específica, essa preocupação que não diz respeito tão-somente ao Estado do Pará, mas ao Brasil inteiro, como disse o nobre Senador. Eu creio que dessa forma a gente pode buscar, digamos, um equilíbrio.

Eu queria só aproveitar, Presidente – permita-me –, para dizer que esse é um problema de uma profundidade maior que nós temos que discutir quando tivermos que discutir a situação do Estado brasileiro. Nós temos que nos debruçar sobre isso, porque nos parece que, a par de todos esses problemas vividos hoje pela Nação, pelo Estado brasileiro, o problema maior está na crise do Estado, na repartição das receitas públicas para o País como um todo. Então, nós temos que reinventar, embora reconheçamos também que, no que se refere à questão do subfinanciamento da saúde, também temos gravíssimos problemas relacionados à gestão, ou seja, à disponibilidade dos recursos que nós temos hoje, não só para a saúde, mas também para a educação. Se houvesse uma gestão dentro da acepção da palavra, se não houvesse tantos gastos, não na ponta, mas nessa parafernália da burocracia, nós teríamos recursos, talvez não o suficiente, mas recursos que amenizariam muito as questões relacionadas ao custeio. Quer dizer, é o desperdício, o ralo, a má aplicação, ou seja, a falta de gestão e, eu iria mais além, de probidade na aplicação dos recursos que são disponibilizados para as gestões na área municipal e na área dos Estados federados.

Mas a observação, o pleito do nobre Senador procede. Nós temos aqui o Moka, que é da área da saúde, é médico, e outros Senadores que conhecem bem essa questão levantada pelo nobre Senador.

Eu não sei se o nosso consultor teria algum esclarecimento complementar para fazer.

O SR. MARCEL PEREIRA – Primeiramente, meu bom-dia aos Srs. Senadores, especialmente ao Presidente da Comissão, Senador Edison Lobão, ao Relator, Senador Elmano Férrer, e aos demais Senadores e Senadoras e convidados aqui presentes.

Quero só acrescentar à fala do Senador Elmano que, entre as quatro emendas que estão sendo apresentadas pela Comissão como de apropriação, há uma de custeio,que é realmente a emenda para a Rede Sarah, para pagar procedimentos e há uma de média e alta complexidade que é, basicamente, para estruturação, Senador, mais para compra de equipamentos. O senhor tem razão nesse sentido.

A ação genuína que, na área da saúde, tem atuado para essa de custeio é a 4.525, que trata de manutenção de unidades de saúde. Ela, inclusive, foi apoio à manutenção de unidades de saúde. Essa ação, normalmente, não vem no Projeto de Lei Orçamentária encaminhado pelo Executivo e tem sido, ao longo dos anos, criada aqui pelo próprio Congresso Nacional exatamente pela sensibilidade dos Parlamentares com essa questão do custeio, Senador.

Então, era este esclarecimento que eu tinha a fazer.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Objetivamente, primeiro eu já estive nesse papel do Senador Elmano, de Relator. Isso é extremamente difícil, porque são muitas emendas e são só quatro para escolher. Então, o critério mais justo foi o que ele escolheu, são as emendas que mais se repetem. Lamentavelmente, essa emenda oportuna do Senador Flexa Ribeiro não está contemplada no critério. Mas V. Exª disse que o Relator-Geral, o Deputado Ricardo Barros... Podemos ir juntos.

Mas, basicamente, nós temos um problema de subfinanciamento. Eu concordo com a questão da má gestão, eu concordo com uma série de coisas, mas, historicamente, se pegarmos todos os países, não apenas os grandes países, mas países da América do Sul, e compararmos, verificaremos que nós somos o País que menos investe *per capita* na saúde. Nós temos um problema crônico de subfinanciamento que precisa ser corrigido.

Então, nós temos um sistema universal de saúde, mas, lamentavelmente, subfinanciado. E quem mais sofre com isso são os Municípios, que têm a obrigação de investir 15% do que arrecadam, mas não há, hoje, nenhum Município brasileiro que invista menos do que 25%, e daí para frente; os Estados, 12%; e a União não tem a obrigação de percentual nenhum. Essa é a verdade. E hoje, historicamente, investe qualquer coisa em torno de 4,5, a 5%.

A nossa proposta, já debatida aqui várias vezes – nós tivemos oportunidade por duas vezes de votar esse projeto – estabelece um piso mínimo, básico, ou seja, a União teria que investir pelo menos 10% daquilo que arrecada. Aí, sim, nós teríamos recursos para a saúde.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu concordo tanto com as observações do Relator quanto com as do Senador Moka. A questão, Senador Elmano, a que V. Exª se referiu é um problema, como disse o Senador Moka, de gestão? É, mas é também de falta de recursos para o atendimento no custeio da saúde.

E V. Exª fez uma referência corretíssima, que é a divisão do bolo tributário brasileiro, da receita do nosso País e que nós denominamos de Pacto Federativo.

Nós temos uma oportunidade ímpar, Senador Moka, pois está tramitando na CCJ uma PEC do Senador Antonio Anastasia que define novos percentuais para a distribuição do bolo orçamentário do Brasil, para que ele não seja feito mais como é feito hoje, com 60% para a União e 40% para Estados e Municípios, que é onde, como disse o Senador Moka, as pessoas vivem. É lá que elas vão procurar o atendimento para a saúde, a educação e a segurança.

Então, vamos ver se nós conseguimos aprovar essa PEC do Senador Anastasia, que seria um passo importantíssimo para minorar as dificuldades dos entes federados.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Eu quero, desde logo, agradecer ao Senador Elmano pelo trabalho de qualidade que realizou com o seu parecer.

Ouvi as observações judiciosas do Senador Flexa no que diz respeito, basicamente, à tabela do SUS, que não é revisada há nove ou dez anos. S. Exª disse também que o Ministro da Saúde, recentemente, declarou que o sistema de saúde está falido, em colapso. Imagine de essa tabela viesse sendo ajustada, como é de justiça fazer. Em maior colapso estaria, portanto, a saúde. Se a saúde já não cumpre as suas obrigações no modo em que se encontra, precário, imagine se essa tabela fosse reajustada de tempos em tempos, como deveria ser.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Mas está em colapso por falta de recursos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Por falta de recursos, exatamente.

Creio que o grande problema está na origem e na ponta, no início e no fim. Primeiro as receitas. O cobertor é um só e tem que abrigar todos. Primeiro as receitas, depois as despesas, na outra ponta do problema. Ou se racionalizam as despesas gerais do Estado brasileiro, ou nós não nos encontraremos ao final desse caminho.

Mas, voltando ao nosso caso, eu convido o Senador Elmano e todos os Senadores para que tenhamos uma conversa com o Relator-Geral do Orçamento da União para tentarmos um acolhimento integral dessas emendas da Comissão, como ainda contemplarmos as sugestões do Senador Flexa e do Senador Moka.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, em votação o relatório do Senador Elmano Férrer.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer favorável, com as emendas desta Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei do Congresso nº 7, de 2015.

As emendas aprovadas serão apresentadas perante a Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Com base no art. 36, parágrafo único, da Resolução nº 1, de 2006, o Congresso Nacional propõe a dispensa da leitura e aprovação da ata da 28ª reunião.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião para que possamos iniciar outra.

(Iniciada às 9 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 59 minutos.)

ATA DA 29ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE OUTUBRO DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinquenta e nove minutos, do dia quatorze de outubro de dois mil e quinze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Edison Lobão reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Rocha, Waldemir Moka, Dário Berger, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Marcelo Crivella, Elmano Férrer, Eduardo Amorim, José Pimentel, Romário, Vicentinho Alves, e das Senadoras Regina Sousa, Ana Amélia, Maria do Carmo Alves, Rose de Freitas, Marta Suplicy, Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião que está dividida em duas partes: a primeira parte é deliberativa e composta por dois itens pautados; a segunda é uma audiência pública destinada a debater os critérios para o preenchimento de vagas reservadas às pessoas com deficiência nos concursos públicos e a utilização de instrumentos de classificação do grau de funcionalidade humana, em atendimento ao Requerimento nº 29, de 2015-CAS, de iniciativa do Senador Waldemir Moka. 1ª Parte: passa-se à apreciação da Pauta. ITEM 1 - TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 552, de 2011 - Terminativo - Autoria do Projeto: Senador Marcelo Crivella. Ementa do Projeto: "Altera o art. 136 da 'Consolidação das Leis do Trabalho', aprovada pelo Decreto-Lei n°. 5.452, de 1° de maio de 1943, e a ele acresce um § 3º, para dispor sobre a concessão de férias dos empregados membros de uma mesma família." Relatório: Turno Suplementar. Resultado: Não tendo sido oferecidas Emendas no Turno Suplementar, o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 552, de 2011, é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal. Relatoria do Projeto: Senador Edison Lobão. ITEM 2 - TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, de 2014 - Terminativo - Autoria do Projeto: Senadora Vanessa Grazziotin. Ementa do Projeto: Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para dispor sobre a realização de mamografia no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Relatório: Turno Suplementar. Resultado: Não tendo sido oferecidas Emendas no Turno Suplementar, o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2014, é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal. Relatoria do Projeto: Senador Dário Berger. EXTRAPAUTA - ITEM 3 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 42, de 2015. Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal e do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública desta Comissão de Assuntos Sociais – CAS, para debater sobre o risco de redução do programa Farmácia Popular. Sugerimos que sejam convidados para participar os seguintes representantes: do Ministério da Saúde; do Conselho Nacional de Saúde; do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS; do Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS e do Conselho Federal de Farmácia – CFF. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Resultado: Aprovado. EXTRAPAUTA - ITEM 4 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 43, de 2015. Autoria: Senadora Marta Suplicy. Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de instruir o PLC 133/2015, que altera a Lei nº 12.592, de 18 de janeiro 2012, para dispor sobre o contrato de parceria entre os profissionais que exercem as atividades de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador e pessoas jurídicas registradas como salão de beleza. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Andrezza Torres - Coordenadora Nacional de Beleza e Estética do SEBRAE; 2. Daniel Borges de Oliveira - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em São de Beleza, Instituto de Beleza, Clinica de Beleza do Distrito Federal - SINDBELEZA-DF; 3. Marcio Michelasi, diretor presidente do Sindicato dos Profissionaisda Beleza e Técnicas Afins de São Paulo - PROBELEZA; 4. José Augusto Nascimento R. Santos - Presidente da Associação Brasileira de Salões de Beleza - ABSB; 5. Aquiles Augustus Cavallo - Advogado Tributarista; 6. Maximiliano Nagl Garcez - Advogado CONTRACS/CUT. Resultado: Aprovado. 2ª Parte: audiência pública destinada a debater os critérios para o preenchimento de vagas reservadas às pessoas com deficiência nos concursos públicos e a utilização de instrumentos de classificação do grau de funcionalidade humana, em atendimento ao Requerimento nº 29, de 2015-CAS, de iniciativa do Senador Waldemir Moka, com a presença dos seguintes oradores: Adérito Guedes da Cruz Filho, Chefe do Setor de Perícia Médica do Ministério Público Federal; Thays Rettore Cabral Zocratto, Membro do Conselho Fiscal da Associação Brasileira de Medicina Legal e Perícias Médicas; Everton Luís Pereira, Pesquisador da Universidade de Brasília; Liliane Cristina Gonçalves Bernardes, Coordenadora da Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (representante de: Wederson Rufino dos Santos,

Coordenador-Geral de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República); Felipe Fritz Braga, Procurador da República no Distrito Federal; Rosylane Nascimento das Mercês Rocha, Conselheira do Conselho Federal de Medicina. Usam da palavra o Senador Waldemir Moka, a Senadora Ana Amélia, e o Senador Edison Lobão, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e seis minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador EDISON LOBÃO
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Declaro aberta a 29ª reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se, em sua primeira parte, à apreciação de dois projetos em turno suplementar, conforme pauta previamente divulgada. A segunda parte destina-se à realização de audiência pública atendendo requerimento de iniciativa do Senador Waldemir Moka.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Eu gostaria de pedir a inclusão de um item extrapauta. Trata-se de um requerimento para uma audiência pública tendo em vista instruir o projeto que diz respeito às atividades de cabeleireiro, esteticista, depilador, maquiador e pessoas jurídicas registradas em salão de beleza. Esse é um projeto que veio da Câmara, onde passou, por unanimidade, depois de muita deliberação, demorou bastante, e veio para cá. É um projeto bastante polêmico. Então, eu gostaria que nós tivéssemos a oportunidade de realizar uma audiência pública aqui e solicito a votação deste requerimento hoje.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Os Srs. Senadores que aprovam o pedido da Senadora Marta Suplicy permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pela ordem, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Edison Lobão, foi entregue à Secretaria um requerimento de nossa autoria solicitando a realização de uma audiência pública visando discutir as políticas públicas para o cuidado com os prematuros no Brasil, tendo em vista que os últimos dados divulgados pelo Ministério da Saúde afirmam que mais de 20% das mortes de crianças com menos de cinco anos são relacionadas à prematuridade.

Então, eu pediria, se possível, que V. Exª também submetesse à deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Os Srs. Senadores que aprovam a proposta do Senador Flexa permaneçam como se encontram.

Aprovado.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 552, de 2011
- Terminativo -

"Altera o art. 136 da 'Consolidação das Leis do Trabalho', aprovada pelo Decreto-Lei n°. 5.452, de 1° de maio de 1943, e a ele acresce um § 3º, para dispor sobre a concessão de férias dos empregados membros de uma mesma família."

Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador Edison Lobão
Observações:
- Em 07.10.2015, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou, em Turno Único, a Emenda nº 2 ao Projeto.
- Ao Substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada apresentação de novo Substitutivo integral.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas na discussão suplementar, o Substitutivo da CAS ao Projeto de Lei do Senado nº 552 é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, de 2014
- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para dispor sobre a realização de mamografia no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatoria: Senador Dário Berger
Relatório: Turno Suplementar
Observações:
- Em 07.10.2015, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou, em Turno Único, a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao Projeto.
- Ao Substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada apresentação de novo Substitutivo integral.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas na discussão suplementar, o Substitutivo da CAS ao Projeto de Lei do Senado é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, encaminhei à Mesa requerimento para realização de uma audiência pública. Seria possível ver se há acordo para que pudéssemos votar rapidamente, porque sei que teremos uma importante audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – V. Exª será atendida.

Requerimento da Senadora Marta Suplicy, que propõe o convite a pessoas jurídicas registradas como salão de beleza.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Não, eu estava só consultando o Plenário.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Devo ler, então, o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Srªs e Srs. Senadores, são requerimentos da Senadora Marta Suplicy, da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Flexa.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

(São os seguintes os requerimentos aprovados:)

ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 42, de 2015
- Não terminativo -

Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal e do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública desta Comissão de Assuntos Sociais – CAS, para debater sobre o risco de redução do programa Farmácia Popular. Sugerimos que sejam convidados para participar os seguintes representantes: do Ministério da Saúde; do Conselho Nacional de Saúde; do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS; do Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS e do Conselho Federal de Farmácia – CFF.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatoria:

Relatório:
Observações:

ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 43, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de instruir o PLC 133/2015, que altera a Lei nº 12.592, de 18 de janeiro 2012, para dispor sobre o contrato de parceria entre os profissionais que exercem as atividades de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador e pessoas jurídicas registradas como salão de beleza. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Andrezza Torres - Coordenadora Nacional de Beleza e Estética do SEBRAE;
2. Daniel Borges de Oliveira - Presidente do Sindicato dosTrabalhadores em São de Beleza, Instituto de Beleza, Clinica de Beleza do DistritoFederal - SINDBELEZA-DF;
3. Marcio Michelasi, diretor presidente do Sindicato dos Profissionaisda Beleza e Técnicas Afins de São Paulo - PROBELEZA;
4. José Augusto Nascimento R. Santos - Presidente da Associação Brasileira de Salões de Beleza - ABSB;
5. Aquiles Augustus Cavallo - Advogado Tributarista;
6. Maximiliano Nagl Garcez - Advogado CONTRACS/CUT.

Autoria: Senadora Marta Suplicy
Relatoria:
Relatório:
Observações:

Daremos início à audiência pública.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

Só um esclarecimento, Presidente.

V. Exª submeteu à apreciação os requerimentos. Brevemente, de que tratam os requerimentos, porque eu estava na CDH. Então, se V. Exª pudesse apenas... O da Senadora Vanessa é de audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora, enquanto anunciamos o convite para audiências públicas, encaminho a V. Exª os itens aprovados para a sua leitura pessoal.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Ótimo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Daremos início à audiência pública, atendendo ao requerimento do Senador Waldemir Moka, com o objetivo de debater os critérios para preenchimento de vagas reservadas às pessoas com deficiência nos concursos públicos e a utilização de instrumentos de classificação do grau de funcionalidade humana.

Convido para compor a Mesa os ilustres oradores: Adérito Guedes da Cruz Filho, Thays Rettore Orlando Cabral Zocratto Gomes, Everton Luiz Pereira, Liliane Cristina Gonçalves Bernardes, Felipe Fritz Braga e Rosylane Nascimento das Mercês Rocha. (*Pausa.*)

Informo aos Srs. Senadores e Senadoras, aos oradores aqui presentes e a todos que nos assistem que esta audiência pública conta com a participação interativa da sociedade por meio do Portal e-Cidadania, no *site* do Senado Federal.

Inicialmente, concedo a palavra ao Senador Moka, autor do requerimento.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, pedi esta audiência pública porque me solicitaram um projeto de lei, e quero me convencer se devo ou não apresentá-lo. Como é um tema importante, eu diria, pois trata-se de vagas por cotas para acesso ao serviço púbico de pessoas com deficiência. Ocorre que estamos fazendo concurso com pessoas com deficiências diferentes, bastante desiguais, eu diria, que concorrem da mesma forma.

Então, há duas ferramentas de classificação – vocês vão entender com a fala dos especialistas – chamadas CID e, agora, CIF, mas, com esse projeto, talvez possamos elaborar um texto que possa dar uma graduação diferente a pessoas que vão disputar cota. Acho que estamos tratando pessoas desiguais na hora de preencher esses concursos públicos. Então, o objetivo é exatamente este. Penso que, com a fala dos especialistas, os Srs.

Senadores e as Srªs Senadoras terão um melhor juízo da proposta. Ainda não é um projeto. Dependendo desta audiência pública, pretendo me convencer, ou não, da proposta desse texto na forma de um projeto do Senado.

É isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado, Senador Moka.

Concedo a palavra ao Dr. Adérito Guedes da Cruz Filho por dez minutos.

Peço aos senhores expositores que sejam o mais sucinto possível porque temos seis expositores.

Com a palavra o Dr. Adérito.

O SR. ADÉRITO GUEDES DA CRUZ FILHO – Bom dia!

Senador Edison Lobão, Senadores presentes, colegas presentes, a ideia desta fala é esclarecer um pouco sobre pessoa com deficiência e trabalho, basicamente isto, especialmente em relação ao serviço público.

No serviço público, especialmente o serviço público federal, temos aqui, na Lei nº 8.112, o art. 5º, no seu § 2º, dizendo que serão reservadas até 20% das vagas oferecidas às pessoas com deficiência. Já o Decreto nº 3.298, de 1999, fala que, no mínimo, 5% dessas vagas serão destinadas à pessoa com deficiência. Assim sendo, temos entre 5 e 20%, obrigatoriamente, de pessoas com deficiência com vagas específicas.

Este mesmo Decreto nº 3.298, de 1999, nos diz o que são pessoas com deficiência. Então, define pessoas com deficiência, o que é deficiência, o que é deficiência permanente, o que é incapacidade e quais são as deficiências que devem ser levadas em conta para efeitos do decreto. E aqui ele define deficiência física, deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência mental e deficiência múltipla. E aí ele coloca parâmetros bem específicos sobre o que deve ser considerado pessoa com deficiência.

O problema é que isso tem um caráter exclusivamente biológico. Você tem determinação de patologias ou de condições que determinariam a deficiência. Só que há várias decisões judiciais, e a jurisprudência é muito ampla, dizendo que a deficiência deve ser definida pela simples existência da deficiência e que aqueles exemplos são só exemplos, não têm um caráter exaustivo. O que ocorre é que aquele decreto, então, passou a não valer de forma efetiva.

O decreto fala, por exemplo – estou citando só um exemplo –, do deficiente visual e coloca parâmetros para o deficiente visual, que deve ter um determinado nível de deficiência no melhor olho com a melhor correção. E existe ampla jurisprudência que considera pessoa que tem uma visão monocular, que pode ser cega de um olho e ter tem uma visão normal no outro, equiparada à pessoa com deficiência visual completa. Então, basicamente, aquele decreto deixou de ser útil, por conta das decisões judiciais.

A CID é a classificação internacional de doenças. Então, se tenho duas pessoas com exatamente a mesma doença, essas duas pessoas serão consideradas pessoas com deficiência do mesmo jeito, independentemente da forma como essa deficiência afete a sua vida, afete a sua funcionalidade.

A Lei nº 13.146, de julho de 2015, que é o Estatuto da Pessoa com Deficiência, muda isso um pouco. Ela considera pessoa com deficiência aquela que tem um impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com os demais. Essa lei, publicada em julho de 2015, entrará em vigor seis meses depois. Portanto, no início do ano que vem.

É uma definição muito mais ampla, muito mais inteligente do que a anterior, mas traz alguns outros problemas. Entende-se por barreira qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição, o exercício dos seus direitos, a acessibilidade e assim por diante. E aí classifica todas as barreiras: barreira urbanística, que não precisa de explicação, barreira arquitetônica, barreira nos transportes, barreira nas comunicações e barreiras atitudinais, ou seja, atitudes e comportamentos que prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.

Essa mudança, do ponto de vista social, é extremamente importante, mas nos traz problemas específicos na hora de determinar que tipo de pessoa devemos considerar com deficiência para efeito de ingresso no serviço público, por exemplo, ou de ingresso em vagas para deficientes. Esse é um problema que nos aflige.

Sou médico perito do Ministério Público Federal e, como todos os outros médicos que têm a obrigação de dizer se uma pessoa deve ser considerada deficiente para determinado efeito ou não, tenho um grande problema em relação a isso.

Esse tipo de avaliação, essa avaliação da funcionalidade, não mais do diagnóstico biológico da deficiência, é muito importante. É importante que a gente entenda que a funcionalidade é mais importante para definir uma deficiência, se a pessoa tem ou não dificuldade de inserção no mercado de trabalho, por exemplo, do que simplesmente o diagnóstico, do que, por exemplo, afirmar que a pessoa tem uma amputação. Uma pessoa com uma amputação pode ter a amputação de um dedo ou das duas pernas, mas ambas têm a amputação de membros.

Então, a junção das duas coisas, da CID (Classificação Internacional de Doenças), e da CIF (Classificação Internacional de Funcionalidade), é que deveria ser levada em consideração para esse tipo de efeito.

Essa mesma lei, de julho de 2015, diz que a avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, que é exatamente a ideia da CIF, a ideia da Classificação Internacional de Funcionalidade, e realizada por equipe multiprofissional interdisciplinar, que vai avaliar impedimentos das funções, das estruturas do corpo, o fator socioambiental, o fator psicológico, o fator pessoal, a limitação no desempenho das atividades e as restrições à participação. E o §2º do art. 2º diz que o Poder Executivo criará instrumentos para avaliação da deficiência.

As ações afirmativas precisam ser justas. Não basta haver ações afirmativas do tipo "vamos criar cotas de entre 55 e 20% das vagas de concurso público para pessoas com deficiência". Nem sempre essa simples colocação, que é muito bem intencionada, é suficiente. Nós temos, por exemplo, uma pessoa com a amputação, ausência de membro, de dois dedos. Isso impacta na vida dela? Certamente. Andar dessa forma é um pouco mais difícil, mas não se pode comparar com essa pessoa. Ambas as pessoas têm deficiência, e essas duas pessoas estão concorrendo a cargos públicos.

Membros com deformidade congênita ou adquirida.

Essa pessoa de baixo concorre em igualdade de condição com a pessoa de cima.

Uma pessoa totalmente cega ou com uma visão subnormal tem enormes dificuldades de inserção no mercado de trabalho, na sociedade. Uma pessoa com visão monocular, por outro lado, tem outro tipo de alteração. Ninguém discute que uma pessoa com visão monocular tem deficiência. Obviamente, tem, mas essa pessoa tem uma inserção na sociedade totalmente diferente da citada anteriormente.

Ações de inclusão são tão mais justas quanto mais baseadas na funcionalidade, e não o diagnóstico puramente biológico.

As pessoas com deficiência necessitam de políticas de ação afirmativas. Às vezes, elas são colocadas, mas nem sempre elas são suficientes.

Obrigado.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Agradeço ao Dr. Adérito pela ilustração de sua fala e pela sua disciplina quanto ao tempo.

Agora, concedo a palavra ao Dr. Felipe Braga, que falará com afinidade sobre o tema já tratado pelo Dr. Adérito.

O SR. FELIPE FRITZ BRAGA – Eu agradeceria se fosse colocada a exposição do *pen drive*.

Exmo Senador Lobão, Exmo Senador Moka, Exmos Senadores presentes, o Ministério Público Federal tem uma experiência bastante intensa em matéria de concursos públicos porque nós somos sempre chamados pela Justiça Federal, em razão de lei, para oferecer parecer nos mandados de segurança contra os concursos públicos.

Em especial — pode passar o quadro — há muitos mandados de segurança impetrados por candidatos que são barrados pelas comissões multidisciplinares nos concursos pelo entendimento de não terem eles deficiência. O candidato se inscreve para concorrer à cota e a comissão a comissão barra, porque entende que ele não se enquadra no que está nas normas como deficiente. E aí ele ajuíza um mandado de segurança.

Por que esses candidatos não se enquadram? Por que são barrados pelas comissões?

Na tela nós temos as quatro definições de deficiência, um decreto de 1999. Ele está resumido: a deficiência física, auditiva, visual e mental. Todas as pessoas que têm essa deficiência têm direito à cota.

Pode passar.

Nesse decreto aí, esmiuçando, está a definição de deficiência física. É uma definição técnica, objetiva, detalhada até um certo ponto, e que permite ao médico dizer quem tem deficiência e quem não tem.

É uma norma antiga, de 1999. E os critérios que estão aí são insuficientes, como o Dr. Adérito bem mostrou. O decreto permite que a pessoa com uma amputação de dois dedos no pé seja considerada deficiente, assim como uma pessoa cadeirante ou amputada das duas pernas. Isso já gerou muitos problemas. Eu queria aqui relatar, rapidamente, os casos práticos que aparecem.

Por exemplo, essa definição diz: deficiência física, alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos... Dá vários exemplos e diz "exceto deformidades estéticas".

Aí a gente pensa: "Muito bem. Deformidade estética não é deficiência". Mas o fato é que a Justiça já vem concedendo alguns mandados de segurança para que pessoas escalpeladas concorram às cotas. O que é uma pessoa escalpelada? É algo, infelizmente, frequente na Região Amazônica, de rios. Lá, pessoas de cabelo comprido, principalmente mulheres, andando naqueles barcos a motor, no Rio Amazonas, no Rio Tocantins, no Rio Tapajós, ao se abaixarem para ver alguma coisa próxima ao motor, podem ter o cabelo, parte do couro cabeludo, às vezes até parte da face ou a face arrancada pelo motor, pelas correias e roldanas do motor. A pes-

soa perde a face e fica o resto da sua vida fazendo correções. Isto quando a pessoa tem acesso ao serviço de saúde. Essa pessoa não consegue mais frequentar uma escola, não consegue mais arrumar um emprego, não consegue mais ter integração social.

Pelo decreto, essa pessoa não é deficiente, porque é uma deformidade estética. Essa pessoa tem que ajuizar um mandado de segurança para conseguir concorrer às cotas num concurso.

Pode passar para o próximo quadro.

Deficiência auditiva. Outra definição do decreto. Uma definição boa, bem técnica. Ao contrário da deficiência física, que era muito longa, pouco precisa, a deficiência auditiva é bastante precisa. Entretanto, candidatos surdos de um só ouvido que são barrados em razão do decreto, que não são considerados como deficientes pelo decreto, ajuízam o mandado de segurança e, muitas vezes, conseguem. Os juízes permitem que eles concorram pelas cotas.

Por que eles não são deficientes? Porque eles têm uma vida completamente normal, ao contrário de uma pessoa que é surda dos dois ouvidos. Por quê? A pessoa surda dos dois ouvidos não consegue falar. Ela pode ter até aptidão vocal para vir a falar, pode aprender a falar se tiver um tratamento intensivo voltado para essa finalidade, mas, normalmente, não vai conseguir falar, vai ter que se expressar em libras, se aprender a libras. As escolas vão barrar: "Olha, sinto muito, mas nós, aqui, não temos como receber o seu filho!" Ela não vai conseguir emprego... E a pessoa que ouve só em um dos ouvidos vai ouvir, vai poder dirigir, pode obter uma carteira de habilitação – a lei permite –, exceto profissional, vai conseguir entrar numa escola, nunca vai ser barrada na escola porque tem um ouvido surdo, vai conseguir trabalho... Sua limitação funcional vai, muitas vezes, passar imperceptível na convivência social.

Pode passar.

Próximo.

Deficiência visual. A definição que está no decreto também é razoável, mas também vem gerando problemas. São as pessoas com visão monocular, as que são cegas de um olho e enxergam do outro. Essas pessoas conseguiram, ao longo do tempo, se mobilizar e fazer com que o STJ editasse uma súmula que permite que a pessoa com visão monocular possa concorrer à reserva de vagas. Só que, se nós formos conhecer um pouco, há um imenso abismo que separa as pessoas com visão monocular das pessoas cegas. Ninguém vai perceber que a pessoa com visão monocular é cega de um olho se ela tiver uma prótese. A qualidade das próteses atualmente é tal que ninguém consegue perceber. Nós temos, na minha instituição, servidores cegos que o colega do lado não sabe que ele é cego de um olho. Não sabe. Não há como perceber. A pessoa pode dirigir... Enquanto isso, a pessoa cega, se não tiver também um tratamento intensivo, uma atenção intensiva para superar as barreiras, não consegue ter ensino, trabalhar... Ela, muitas vezes, vai receber esmola na rua. Mesmo tendo todas as condições econômicas, ela vai andar na rua e vai receber uma esmola. A pessoa com visão monocular algum dia vai receber uma esmola? Nunca, porque nunca vão perceber. Ela mesma não vai querer revelar que é cega.

Temos, então, uma Súmula do STJ. Já que a qualificação da deficiência no decreto é extremamente numérica, não consegue perceber outras dimensões da deficiência, o Judiciário vem concedendo a reserva de vagas para essas pessoas.

O próximo, por favor.

Deficiência mental. Outro conceito que também apresenta problema em casos práticos. Atualmente, há toda uma mobilização bastante intensa, que já está aqui, dentro do Senado, que já está na Câmara, para que as pessoas com transtorno psíquico sejam incluídas como pessoas com deficiência mental. Isto é altamente deletério para essa política social de reserva de vagas para concurso.

Eu não posso me alongar sobre esse tema. Posteriormente, poderei ainda abordar, se houver interesse.

Muito bem. O decreto...

Eu vou ter que cortar parte do tempo. Depois, poderei abordar esses outros temas, não é?

O decreto também é altamente medicalizado. Então os atestados todos que comprovam a deficiência, que o candidato tem que levar para a banca, têm que ser emitidos por médicos. Na prática, vem se cobrando que os médicos façam isso.

Inclusive, quando o candidato pede o tempo adicional de uma hora, pede o auxílio de um *notebook*, pede um auxílio de um ledor, o fato é que os médicos, a não ser que tenham uma especialização excepcional, atípica para a formação médica, em geral, não sabem dizer se o candidato com aquela deficiência precisa de uma hora a mais, se precisa desse ou daquele auxílio, ele sequer conhece... Na prática, o candidato tem que dizer para o médico colocar no atestado que ele precisa de um ledor, ou de um *notebook*, ou de uma mesa maior, ou de uma cadeira separada da mesa, ou de uma sala individual... O médico não sabe isso. O profissional pedagogo, o profissional fisioterapeuta, os profissionais dedicados a essas funcionalidades teriam também aptidão, apesar... O fato é que as bancas não estão fazendo isso. Seria necessário uma nova normatização, abrir esse leque.

Desde 2007, internalizado no Brasil em 2009, nós temos a Convenção de Nova York, que o Congresso, através das suas Casas, com o mesmo quórum, o rito das emendas constitucionais aprovou, o que fez com que essa convenção dedicada à temática da deficiência tivesse eficácia de emenda constitucional. É um longo texto. Nele há uma definição de deficiência. Essa definição foi reproduzida na Lei Brasileira de Inclusão, que foi aprovada recentemente por essas Casas e vai entrar em vigor em janeiro do ano que vem. Essa definição é importante.

Eu teria muito mais a abordar, mas me coloco à disposição, mas quero dizer que ela altera a definição de deficiência de maneira importante porque diz o seguinte: é o impedimento de longo prazo, de várias naturezas, em razão do qual, em interação com diversas barreiras, pode obstruir a participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições. Isto é, só é deficiência aquela limitação funcional que impede a integração social. Se a pessoa tem uma limitação funcional, mas, no seu dia a dia, consegue ir para a escola, consegue ter um trabalho, consegue ter relacionamentos sociais como as outras pessoas, se ela não recebe esmolas na rua, essa pessoa não é deficiente. Isso é extremamente importante.

O Judiciário tem dificuldade de ver isso, em grande parte porque as nossas normas não estão bem redigidas nesses aspectos. Quer dizer, elas foram redigidas e hoje nós temos uma experiência, após cerca de 15 anos na temática, de que é importante incorporar à norma, para aperfeiçoá-la e superar essa problemática.

Então, por hora é só.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado, Dr. Felipe.

Agora, concedo a palavra à Doutora Thays.

A SRª THAYS RETTORE CABRAL ZOCRATTO – Bom dia, Exmo Senador!

Agradeço, na pessoa do senhor, ao Senador Moka pela oportunidade de estar aqui podendo falar de um assunto que movimenta tanta paixão entre os médicos e os médicos peritos.

Eu, atualmente, sou coordenadora de perícia médica do Distrito Federal. Então, hoje eu trago o trabalho de todos os médicos que trabalham conosco. Realmente, o que nos movimenta, quando falamos do exame admissional nessas vagas reservadas às pessoas com deficiência, é a paixão, como o Dr. Adérito falou, esse entrave, o que nos move a deferir ou não um benefício.

Então, eu trouxe essa passagem do livro do Dr. Cantídio em que ele diz que os critérios de constatação da deficiência para posse no serviço público vêm sendo alvo constante de críticas, pois relatam-se casos de deficiências mínimas sendo enquadradas como amparadas por lei para a posse nas vagas destinadas aos deficientes. Convenhamos tratar-se de um desrespeito ao sentido da lei, que é proporcionar ao deficiente uma compensação no ingresso ao serviço público. Devemos ter em mente que a deficiência a ser constatada deve produzir ou gerar dificuldade para o desempenho das funções profissionais pretendidas e não pode ser levada em conta o caráter puramente estético, como estabelece, claramente, o art. 4º do Decreto nº 3.298.

Então, é exatamente isso, é uma repetição sobre a fala e uma visão um pouco diferente, mas complementar.

Hoje, a gente tem o ingresso, para as pessoas com deficiência, e ele é muito amplo. Conforme o Dr. Adérito falou, conforme o Dr. Felipe falou, hoje a gente tem uma judicialização muito grande. Então, se, no admissional, não é dado como deficiência, porque a lei é muito ampla e, muitas vezes, são puramente estéticos... Se eu tivesse tempo, eu falaria aqui de casos e casos que já aconteceram na perícia médica sobre essa entrada.

O que acontece é exatamente isso. Muitas vezes, ele é barrado porque a gente vê que não criou um esforço acrescido. Aquela pessoa que se candidata como deficiente e entra num concurso como deficiente não teve um esforço, não concorreu em grau de dificuldade com o outro. Como ela não concorreu em grau de dificuldade, muitas vezes ela tem uma nota maior, e aí aquele pessoal que a gente considera deficiente, que tem aquele esforço maior diário para fazer todas as atividades, como um cadeirante, uma pessoa que tem uma deficiência visual, qualquer tipo de deficiência que gere essa restrição, essa dificuldade, não consegue entrar.

Então, eu sou servidora do Distrito Federal, e a nossa Lei, a Lei nº 840, diz, no seu art. 12, que o edital do concurso público tem que reservar 20% das vagas. E o § 3º é claro ao dizer que não está abrangida pelo benefício deste artigo a pessoa com deficiência apta para trabalhar normalmente e inapta para qualquer trabalho. Então, quer dizer que aquela pessoa tem que ter, realmente, um auxílio, tem que ser deficiente para aquele trabalho.

Esse Índice de Funcionalidade Brasileiro, que a gente está trazendo hoje, que agrega tanto a Classificação Internacional de Funcionalidade quanto a Classificação Internacional de Doença, trata de três conceitos. Um deles é o da independência. Então, na valoração, a gente trata da independência. Aquela pessoa consegue fazer atividades sozinha? Ela precisa do auxílio de uma órtese? Ela precisa do auxílio de algum mecanismo? Vamos supor que a pessoa tenha uma deformidade na mão. Para segurar uma caneta, ela vai precisar de um elástico? Ela vai precisar de alguma coisa? Isso a gente chama, dentro da área da saúde, de órtese. Ou ela vai precisar que outra pessoa segure junto com ela? Então, isso é valorado dentro do Índice de Funcionalidade Brasileiro.

Há o conceito da funcionalidade, que determina a interação do indivíduo com o meio. Se uma pessoa que tem uma deficiência visual, cegueira legal, e trabalha aqui, no Senado, mas mora sozinha, na Ceilândia, e vem trabalhar de ônibus, porque não dirige, então ela tem um esforço acrescido. Ela gasta horas para chegar aqui. Se outra pessoa, que também é servidora da mesma Casa, tem a mesma cegueira, mas mora aqui, no Plano Piloto, e tem alguém, um parente ou um companheiro, que a traga aqui, que a deixe na porta do Senado, ela tem um dispêndio energético menor. Então, isso também é graduado dentro desse índice de funcionalidade.

E há o conceito de incapacidade, o que ela pode ou o que ela não pode. Isso é visto junto com o conceito de barreira, que o Dr. Adérito já colocou para os senhores.

Então, a gente vai avaliar, dentro do IF-Br, o ambiente físico e social e as atitudes. Então, a gente divide em cinco categorias.

Categoria 1 – produto ou tecnologia. É aquilo que falei para os senhores: ela precisa de algum apoio, de algum auxílio? É o caso de um deficiente visual que tem visão, mas que precisa de uma ampliação da tela do computador para conseguir executar o seu trabalho. A gente vai, além de considerar as barreiras, considerar aquela relação. Para atravessar a rua, ela precisa de auxílio? Ela faz sozinha? Ela faz com ajuda de uma órtese? Isso tudo vai ser avaliado dentro dos índices, dentro das categorias. E há subíndices que a gente vai avaliar.

Categoria 3 – apoios e relacionamentos. Aquela pessoa consegue se relacionar? Então, pode ser a mesma dependência, mas, dependendo da vivência diária dela, isso vai acontecer de outra maneira.

Então, categorias são as atitudes. Há também os costumes. Como o doutor falou, há um costume na Região Norte do País, há outros no sul. Então, isso também tem que ser avaliado.

E há os serviços, sistemas e políticas. Dependendo de onde você mora, você tem uma acessibilidade muito maior do que em outra área.

No Distrito Federal, a gente está fazendo essa avaliação no exame admissional só para guardar, porque a gente ainda não tem uma legislação para que possa fazer isso, mas, ao mesmo tempo, a gente tem a avaliação da aposentadoria já. Então, a gente guarda no prontuário para saber como aquela pessoa entrou e como ela vai graduar nesse tempo de serviço que vai exercer, como ela vai fazer. Mas o nosso desejo mesmo é que isso seja colocado no admissional, para ser justo. Eu entendo que é a ideia das vagas reservadas.

Então, eu acho que esta frase resume bem o que a gente está falando aqui:

A regra da igualdade não consiste senão em quinhoar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desigualam. Nesta desigualdade social, proporcionada à desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade. [...] Tratar com desigualdade iguais, ou desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real.

Então, esse é o resumo. A gente não tem muito tempo.

Eu me coloco à disposição para discutir novamente.

Estão aí meus contatos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigada, Drª Thays.

Dr. Everton Luís.

O SR. EVERTON LUÍS PEREIRA – Primeiramente, bom dia a todos e a todas!

Eu quero cumprimentar aqui os Senadores, especialmente o Senador Edison Lobão, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, e o Senador Waldemir Moka, pelo convite, e quero agradecer especialmente pela coragem também de proporcionar este debate aqui neste momento.

Eu me chamo Everton Pereira. Sou professor do Departamento de Saúde Coletiva da Universidade de Brasília e venho pensando um pouco as questões da deficiência há, pelo menos, uns dez anos.

Eu venho trazer aqui para vocês um pouco da fala pautada nas minhas experiências de pesquisa. E me parece ser muito mais importante, neste momento, eu pensar alguns panoramas, alguns pressupostos teóricos que podem nos ajudar a pensar essas transformações e substituições que já foram faladas pelos meus colegas que me antecederam aqui, transformações da CID (Classificação Internacional de Doença) para Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, por exemplo, ou para o Índice de Funcionalidade Brasileiro.

Para não me alongar muito no tempo e não me perder, eu preparei um pequeno texto, que vou ler para vocês terem um pouco da dimensão de qual é a minha proposta.

Como eu disse, parece-me que meu papel aqui é muito mais pensar um pouco do panorama teórico que dá espaço para as projeções, pensar os modelos de classificação das pessoas com deficiência no Brasil, pensar as formas como, em alguns debates dados no nível internacional, principalmente, e no nível nacional, estão sendo desenvolvidas e estão sendo recebidas por diferentes esferas da sociedade, seja sociedade civil, seja Estado e suas políticas ou seja a academia e as reflexões que estão sendo postas, e as consequências desses debates na qualidade de vida das pessoas com deficiência: no acesso a bens e serviços, na redução do precon-

ceito e da discriminação e da exclusão. Acho que este é o nosso papel central: pensar em como fazer para que isso se encerre ou se minimize o máximo possível. Ou seja, meu papel é dar um passo anterior às classificações, é colocar um pano de fundo que precisa ser levado em consideração quando do debate sobre a garantia de direito para as pessoas com deficiência. Entre esses direitos, a vaga em concursos públicos.

É pensar minimamente o desenvolvimento de um campo de estudo sobre deficiência e as perspectivas progressistas, bastante progressistas, que esse campo possibilita para a compreensão da deficiência nas suas mais variadas esferas.

Esse campo não pode ser analisado apenas e somente como um campo teórico de reflexão sobre a deficiência, mas também deve ser pensado como um campo que auxiliou e que vem informando a produção de diretrizes normativas, especialmente – aqui eu volto a citar o que todos os colegas já falaram – a Convenção Internacional sobre o Direito das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas, que foi proposta na cidade de Nova York, em 2007, e ratificada pelo Brasil no ano de 2009.

A promulgação da convenção foi uma vitória para o movimento das pessoas com deficiência em todo o mundo e foi também um fato marcante em termos de mudança de paradigma para as políticas públicas.

A convenção deve ser lida e interpretada com base nas problematizações e conclusões trazidas pelo que aqui a gente chama de estudos da deficiência.

Esses dois marcos, ou seja, a convenção e os estudos da deficiência, se cruzam e possibilitam, de alguma forma, uma verdadeira transformação social. Acho que essa é a grande proposta.

Eu gostaria de propor aqui o debate, a reflexão e convidar os colegas para pensarem comigo a partir dos estudos da deficiência, desenvolvidos, principalmente na década de 70, nos Estados Unidos da América e na Inglaterra, dois grandes pilares, e hoje reconhecida internacionalmente como um campo de estudos válido para pensar políticas públicas e ações efetivas para a transformação da realidade das pessoas com deficiência.

São estudos construídos com base nas pautas produzidas por pessoas com deficiência que conseguiram chegar aos meios universitários. Vocês hão de convir comigo que isso, por si só, já era muito difícil na década de 60 e continua sendo. Esses estudos construíram o que a gente vem chamando de modelo social da deficiência.

Eu vou falar especificamente sobre o modelo social daqui a alguns minutos, mas preciso falar primeiro sobre o modelo que antecede – eu acho que já foi citado aqui, não, necessariamente, com esse nome – e que a gente conhece como modelo médico. O modelo médico antecedeu, de alguma forma, o modelo social.

Ele respondeu ao seu tempo de produção e impactou diretamente na realidade das pessoas com deficiência no mundo todo, inclusive no Brasil.

No modelo médico, temos a centralidade do corpo nas explicações e procedimentos. É o corpo individual que deve ser cuidado e tratado por meio de técnicas, por exemplo, de reabilitação. Nesse modelo, a deficiência pode ser considerada uma tragédia pessoal. Estatísticas são utilizadas para demonstrar o quão fora da curva, dentro desses pressupostos um pouco mais hegemônicos, essas pessoas se encontram. E a explicação a partir da etiologia da doença é a forma de pensar a deficiência. Então, essa deficiência está muito vinculada ao paradigma da doença.

Temos algumas consequências desse modelo. Eu citaria, pelo menos, uma consequência que, de fato, de alguma forma, é positiva. Essa consequência positiva é a nomeação dessas pessoas com deficiência fora dos pressupostos religiosos, por exemplo. Com o modelo médico, ser deficiente deixou de ser castigo, deixou de ser um conjunto de outras coisas que estavam postas até então. Isso foi importante ao seu tempo. E tem as nossas considerações.

Porém, as técnicas aplicadas pelo modelo médico quase sempre se pautaram na reabilitação. Caso não for reabilitado, o sujeito com corpo desviante precisaria fazer exercícios pessoais para conseguir chegar ao mais próximo possível do que a gente considera normalidade. Os sujeitos, nesses casos, foram pensados como fora da norma. E repito aqui: esse modelo exigiu por muito e demasiadamente dos sujeitos com deficiência. Eles eram sempre aqueles que deveriam se superar. Ao mesmo tempo, deixou de dar prioridade ao restante das coisas que também precisariam de superação, como, por exemplo, o meio social no qual esse sujeito vivia.

De repente, uma das consequências dessa exigência muito pesada para que o sujeito se superasse, e a gente não tivesse nenhuma medida para superação das barreiras, por exemplo, tenha sido a exclusão e a não inserção desses sujeitos nos meios nos quais eles poderiam ter sido inseridos ou poderiam ter sido muito mais bem recebidos.

O modelo social, no qual os estudos da deficiência se pautam e que, de alguma forma, é o modelo que nos possibilita uma leitura mais progressista da CIF (Classificação Internacional de Funcionaliade) ou do IF-Br (Índice de Funcionalidade Brasileiro) , questiona, veementemente, essa perspectiva. Sendo pensado por pessoas com deficiência – e repito: esse modelo é um modelo que foi pensado pelas pessoas em nível interna-

cional –, o modelo coloca em xeque o predomínio biomédico. E aí eu ressalto a explanação do Dr. Adérito na explicação da deficiência.

Para os autores que se dedicaram e se dedicam a essa corrente teórica, a deficiência não é uma questão biomédica. Ela é uma questão social. O argumento central é de que a deficiência não é apenas uma questão corporal, mas é o resultado da interação entre um corpo diferente com uma sociedade que não permite que esse corpo vivencie a sua totalidade, a sua plenitude. A deficiência seria, sim, a consequência entre a interação de um corpo diferente com uma sociedade que não permite isso. Nesse raciocínio, a incapacidade é um produto socio-histórico da interação entre um corpo diferente e uma sociedade pouco aberta para a diversidade.

O que esses teóricos nos falam é que a deficiência não é questão médica. Ela precisa ser pensada tendo como base a interação de sujeitos com as várias barreiras que ele encontra no convívio em sociedade. Essas barreiras impedem a plena participação do sujeito. E é isto: o impedimento da plena participação é a deficiência.

O que essas teorias nos ajudam a pensar é que todo e qualquer instrumento que se queira justo e devedor das inúmeras considerações teóricas empreendidas deve levar em consideração não apenas os impedimentos corporais, mas, principalmente, a interação entre esse corpo com impedimentos com o meio em que ele vive. Eu acho que esse é o ponto central.

Só um exemplo hipotético: João é um sujeito cadeirante. Ele teria menos dificuldade em uma sociedade em que todos os locais e meios de transportes fossem adaptados à sua forma de locomoção do que o outro sujeito que estivesse em uma sociedade em que os meios de transportes não estivessem adaptados. Falamos aqui de barreiras físicas e arquitetônicas que impedem ou auxiliam o deslocamento. No caso de João, auxiliam o deslocamento dele pela cidade.

Mas João também enfrenta outras barreiras. E é isso que, de fato, está causando uma reflexão um pouco mais profunda. João mora em uma sociedade na qual ser cadeirante é encarado como algo estranho, que precisa de consertos e constantes vigilâncias e cuidados. Nesse lugar onde João mora, as pessoas acham estranho andar de cadeira de rodas. Por esse motivo, mesmo que João possa deslocar-se, locomover-se pelos diferentes espaços da cidade, ele vai sofrer um conjunto de preconceitos, que vai impedir que ele adote relacionamentos ou tenha uma vida plena como as demais pessoas.

(Soa a campainha.)

O SR. EVERTON LUÍS PEREIRA – O corpo de João aqui tem duplo sentido.

Ele é um fenômeno que dificulta a locomoção, por um lado, caso não tenhamos os aspectos e os espaços acessíveis e sensíveis para essa diversidade de João. Mas o corpo de João não é um problema em si. O problema são as formas como ele é encarado pela sociedade e as atitudes e barreiras que auxiliam, mais ou menos, a sua participação plena nas questões sociais.

Assim, podemos dizer que os corpos com impedimentos semelhantes dependem do meio em que eles vivem. Dependendo do meio em que eles vivem, podem sofrer restrições de participação diferentes. São essas diferenças nas restrições de participação que dariam os certos graus, as certas diferenças das deficiências. Não é apenas a complexidade dos comprometimentos dos corpos que são válidos nesse conceito, mas como esses comprometimentos dos corpos são vividos em sociedade especificamente.

Assim, a Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF), por exemplo, ou o Índice de Funcionalidade Brasileiro (IF-Br) são instrumentos que devem ser lidos nessa perspectiva e com esse conceito. Caso contrário, não será feita uma leitura adequada desses instrumentos, volto a dizer. Os instrumentos devem levar em consideração as restrições de participação dos sujeitos. Ou seja, apenas essa forma de encarar os instrumentos nos permitirá a garantia da leitura correta desses à luz da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e à luz dos estudos da deficiência.

É importante salientar que temos um acúmulo de debates acadêmicos legitimados internacionalmente que precisam ser levados em consideração na leitura dos instrumentos, independente de qual instrumento estejamos falando.

Também precisamos considerar que temos um contexto político de transformação conceitual, protagonizado por um conjunto de movimentos das pessoas com deficiência, que precisa ser respeitado quando da produção de respostas para esse segmento da população.

Bom, eu não vou falar sobre o conceito de pessoa com deficiência, que está proposto pela Convenção, mas fica muito claro que o conceito é uma equação: impedimento + barreira = restrição de participação. É isso que é a deficiência, esse conjunto de questões. Então, a gente pode dizer que impedimento sem barreira não é deficiência, da mesma forma que a gente pode dizer que barreira sem impedimento não é deficiência.

As consequências da interação significam restrição de participação. E a restrição de participação é a deficiência. Esse é o conceito. E essa é a forma como ele deve ser visualizado para que possamos colocar as

diretrizes da Convenção Internacional para funcionar de fato e para que possamos ser justos na garantia dos direitos das pessoas com deficiência.

Colocar a funcionar esses conceitos é reconhecer que a deficiência não é uma questão meramente biomédica; reconhecer que a deficiência é uma coisa e doença é outra coisa. São duas coisas bastante diferentes. Reconhecer isso é iniciar, no meu ponto de vista – estou me pautando um pouco nos pontos de vista dos teóricos da deficiência –, uma transformação da realidade social, é olharmos com outros olhos para as pessoas com deficiência. E isso, de repente, pode nos possibilitar a mudança que queremos na nossa sociedade. Essa mudança conceitual pode possibilitar uma mudança real nas condições de vida das pessoas com deficiência no Brasil.

Então, o meu papel é um trazer um pouco isso para vocês e dizer que a implantação desse novo conceito, dessas novas perspectivas pode, de fato, ter uma mudança ou propiciar uma mudança radical na história das pessoas com deficiência no País.

Essa é a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado, Dr. Everton.

Agora concedo a palavra à Drª Liliane Cristina.

A SRª LILIANE CRISTINA GONÇALVES BERNARDES – Bom dia. Eu cumprimento os Exmºs Senadores e agradeço ao Senador Waldemir Moka o convite para estar aqui e esta oportunidade de falar um pouco sobre pessoas com deficiência, que é o tema da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da qual faço parte, que agora faz parte do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

Bom, eu acho que a gente tem de partir aqui da discussão do pressuposto, que é uma transição do conceito de pessoas com deficiência. Então, a avaliação e a valoração das deficiências para as políticas públicas brasileiras, agora, devem estar de acordo com a convenção. Isso desde 2008, 2009, quando a convenção foi internalizada com equivalência de emenda constitucional. E, agora, com o advento da Lei Brasileira de Inclusão, que foi sancionada recentemente, isso vai exigir a compreensão desse novo paradigma sobre a deficiência, que deve ser baseado no modelo biopsicossocial.

O conceito de pessoas com deficiência já foi amplamente falado aqui pelos meus colegas de Mesa. Acho que é importante ressaltar justamente essa interação que o Prof. Everton ressaltou, das barreiras com o impedimento de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial.

É importante ressaltar que houve, com a convenção, uma modificação das categorias em que são consideradas como pessoas com deficiência. Entrou a de natureza mental, o que foi até mencionado aqui. Isso pode trazer alguma confusão, mas, pela convenção, as pessoas também com impedimentos de natureza mental são consideradas pessoas com deficiência para nossa legislação.

Então, assim, há famílias de classificações internacionais, que nos auxiliam a categorizar a deficiência. Temos a Classificação Internacional de Doenças (CID), baseada no modelo biomédico, que leva em consideração, principalmente, as alterações corporais e as suas causas, os aspectos de saúde e o funcionamento dos corpos isoladamente.

Já o modelo social, que é da CIF, também valora os impactos que interferem na funcionalidade das pessoas. Leva em consideração o meio em que vivem, a condição de acessibilidade dos espaços que essas pessoas frequentam, as atitudes em relação a elas, e a abordagem da deficiência é considerada uma característica comum às pessoas dentro do espectro da diversidade humana, mas não desconsidera os aspectos relacionados ao conceito médico e às questões de saúde, também, que as pessoas com deficiência enfrentam.

Então, o que a gente considera para classificação da deficiência é que vem ocorrendo uma evolução do modelo médico para o modelo social. Não que o modelo social abandone as questões relacionadas ao modelo médico, mas que considera e amplia o entendimento da deficiência baseado nessas questões que são trazidas pelo modelo social.

A CID-10, que atualmente é utilizada por conta da nossa legislação que ainda não foi adaptada à convenção, oferece uma estrutura etiológica, de causas de doenças, diagnósticos, distúrbios.

Então, ela oferece elementos para a gente analisar as causas dos estados relacionados à saúde. Já, a CIF vai avaliar e descrever a funcionalidade levando em consideração as consequências sobre a saúde e também sobre os estados relacionados à saúde. Então, a CIF avalia a funcionalidade, como aspectos positivos da interação entre o indivíduo com uma determinada condição de saúde e os fatores do contexto, que são fatores ambientais e pessoais. Então, a CIF chega às deficiências pela avaliação das consequências dos impedimentos, e não da causa deles, que é o caso da CID.

Então, o modelo interativo da CIF leva em conta a funcionalidade, que abrange as funções do corpo, que, aí, seria aquela parte do modelo biomédico, as atividades e participação também, a incapacidade e deficiência. Aí, houve uma questão de tradução. Na CIF, a tradução para o português trouxe o termo "incapacidade", que a

gente entende que é deficiência, o conceito para a gente, e abrange as deficiências, a limitação de atividades e restrições na participação e os fatores ambientais que interagem com todos esses componentes.

Então, a gente tem ali os componentes da CIF.

Não vou me delongar muito, porque minha apresentação está bem extensa.

E, aí, como a CIF tem sido utilizada no Brasil?

A gente tem, desde 2007, o Decreto nº 6.214, sobre o benefício da prestação continuada, que já utiliza a CIF para avaliar a deficiência. Além disso, a Lei Complementar nº 142, de 2013, também utiliza um instrumento de avaliação baseado na CIF para concessão da aposentadoria da pessoa com deficiência no Regime Geral de Previdência, e também há o benefício por incapacidade de longa duração no Regime Geral.

Então, a gente já tem esse instrumento sendo internalizado nas políticas brasileiras para uma avaliação da deficiência calcada não apenas nesse modelo médico, que avalia só o corpo, mas também que avalia o contexto, o que para a gente é primordial.

E, aí, nós temos, agora, em 2015, a Lei Brasileira de Inclusão, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que traz esse conceito da convenção internalizado e estabelece que a avaliação da deficiência – especifica sobre a avaliação – vai ser biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional; ou seja, não vai ser apenas um médico que vai avaliar, e interdisciplinar, com várias disciplinas avaliando essa deficiência, considerando tudo aquilo de que já falamos um pouco, que é o que está na CIF – impedimentos, os fatores socioambientais, limitação no desempenho e a restrição da participação.

E, ali, no §2º, coloca que o Poder Executivo é quem vai criar esses instrumentos de avaliação da deficiência, e, por conta disso, a Secretaria de Direitos Humanos vem trabalhando, desde 2008, já tendo ciência de que esse modelo entraria em vigor em função da convenção, segundo o instrumento de avaliação da deficiência que já foi citado aqui, que é o Índice de Funcionalidade Brasileiro.

Então, foram feitos vários estudos. Esse Índice de Funcionalidade Brasileiro foi elaborado, e, agora, a gente está passando por uma fase de validação de testagem desse índice de funcionalidade, que vai contemplar todos esses aspectos do contexto, o aspecto social, e não vai focar apenas na questão médica.

E, além disso, vai atender ao disposto na LBI, a Lei Brasileira de Inclusão, que diz respeito a uma equipe multiprofissional, que vai ver essa pessoa com deficiência sob vários ângulos e não apenas com a visão do médico, e também de forma interdisciplinar. E, aí, a vigência para esse artigo específico é 7 de janeiro de 2018.

Então, durante esse período, enquanto a gente aguarda a lei entrar em vigor, a Secretaria tem trabalhado, junto com os vários ministérios, para criar esse instrumento, que seja um instrumento que possa ser utilizado em várias políticas, e que atenda todos esses critérios colocados pela LBI.

O Marco Legal sobre Concursos Públicos já foi citado aqui, e eu não vou me demorar nisso.

Há os princípios, também, que orientam a reserva de vagas para pessoas com deficiência.

Aí, a gente tem as fases do concurso público, que eu achei que era importante trazer aqui,o edital... A gente vai falar um pouco da nomenclatura.

O meu tempo está quase se esgotando, mas eu vou passar um pouquinho nessas questões, que afetam realmente as pessoas com deficiência e sobre as quais a gente, lá, na Secretaria de Direitos Humanos, tem recebido várias reclamações.

Aí fala o que tem de conter o edital, para ficarem claras para as pessoas as regras desse concurso público.

Sobre a nomenclatura: ainda muitos concursos, muitas organizadoras de concurso ainda usam a nomenclatura errada. Usam "pessoas com necessidades especiais", "pessoa portadora de deficiência", quando o conceito consagrado, o nome consagrado pela convenção é "pessoa com deficiência".

Aí, há um cálculo para determinar o percentual de vagas. A gente já recebeu várias reclamações relacionadas a esse cálculo, porque muitas vezes ele não é feito de forma adequada. E existe esse intervalo de 5 a 20%, que muitas vezes causa confusão.

O candidato com deficiência concorre a todas as vagas, mas tem um percentual reservado, que é o mínimo de 5%, dependendo da sua classificação. Quando esse percentual é um número fracionado, o número vai sempre ser elevado, para garantir que haja uma reserva de vagas para a pessoa com deficiência.

(Soa a campainha.)

A SRª LILIANE CRISTINA GONÇALVES BERNARDES – É importantíssimo citar aqui que é necessário que sejam providenciados os apoios para a realização do concurso. O conteúdo da prova tem de ser acessível. A pessoa com deficiência tem que ter as condições de apropriar-se do conteúdo das questões e ter condição de responder a essas questões de acordo com a sua deficiência, com as adaptações que sejam necessárias.

Para o caso da deficiência sensorial, que são a visual e a auditiva, são necessários todos os apoios que possibilitem a esse candidato fazer a prova em igualdade de condições com os demais.

Aí, há questões administrativas, em que o candidato tem de requerer com antecedência, para que essa organizadora possa ter condições de providenciar os apoios. E também há a questão do tempo adicional, que, para isso, vai ser avaliada a necessidade, mas que também a pessoa com deficiência pode requerer, porque isso possibilita a equiparação de oportunidades naqueles casos em que a pessoa tem uma dificuldade, realmente, muitas vezes, até no preenchimento da prova.

Os locais de prova têm de ser acessíveis, e a gente vê vários casos, em que, infelizmente, não há essa acessibilidade. Aí, há alguns exemplos: as salas têm que ser acessíveis; a prova em Braile, caso o candidato prefira em Braile; ou com um *software* de tela, ou um ledor, que é uma pessoa que vai fazer a leitura da prova; a letra ampliada; um tradutor, intérprete de Libras.

Então, são esses vários os apoios que a pessoa com deficiência tem que ter durante a realização da prova.

E, aí, há algumas etapas posteriores ao concurso, que eu só vou citar aqui, mas que, muitas vezes, as pessoas não atentam para essas etapas, e isso impede que o candidato nomeado realmente se efetive no serviço público.

Há a questão do curso formação, que ainda é uma etapa do concurso público, porque muitas vezes os apoios que ele teve na prova, ele não os tem no curso de formação. Há a questão das listas de aprovados: como esse candidato vai ser chamado? Muitas vezes, há muita reclamação em relação à nomeação, porque os candidatos com deficiência são deixados por último, quando, na verdade, tem que ser alternadamente.

E, aí, há a questão da inspeção médica, sobre o que os colegas aqui da Mesa já falaram bastante. Para ingresso no serviço público, essa inspeção médica vai avaliar as condições de saúde do candidato.

Não é a deficiência em si. Agora, se for caracterizado que aquela deficiência não estava no rol de caracterização, baseado ainda naquele modelo médico, aí, a Administração Pública pode até anular.

Só que a gente está nesse processo de transição. Então, toda essa forma de avaliar a pessoa com deficiência vai mudar, porque a gente vai ter um instrumento que vai avaliar os fatores contextuais.

Então, assim, muitas dessas questões que foram levantadas aqui – da visão monocular, dessa inclusão da pessoa na sociedade – vão ser avaliadas segundo esse novo instrumento, e vai ser ponderado isso na hora do exame.

Bom, aqui era mais uma questão realmente do pós-concurso, e eu vou colocar ainda alguns desafios que a gente enfrenta nessa área.

São as questões conceituais,pois a avaliação da deficiência ainda está baseada no modelo médico. A gente precisa fazer essa atualização da legislação, conforme a convenção e a Lei Brasileira Inclusão.

Há uma fragilidade dos dados e das estatísticas sobre a inclusão das pessoas com deficiência no serviço público, porque isso ajudaria a gente a verificar quanto da reserva realmente tem-se materializado em servidores públicos, porque há a reserva no concurso, mas não a reserva no serviço público. Então, a gente não tem dados precisos sobre essa quantidade de pessoas no serviço público.

E há outras questões relacionadas ao próprio concurso em si: a reserva de vagas inadequada, a falta de acessibilidade, falta de apoios adequados, e, aí, uma série de questões com que a gente lida no dia a dia lá, na secretaria, porque a gente recebe essas reclamações das pessoas com deficiência, e, em conjunto, com o Ministério do Planejamento, a gente tem trabalhado para que essas questões sejam resolvidas.

Aqui, algumas referências, e agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Muito grato à Drª Liliane.

Agora, como última expositora, a Drª Rosylane Rocha.

A SRª ROSYLANE NASCIMENTO DAS MERCÊS ROCHA – Exmº Sr. Senador Edison Lobão, Senador Moka, Senadora Ana Amélia, demais ilustres autoridades palestrantes, senhoras e senhores presentes, eu trago, primeiramente, os cordiais cumprimentos do nosso Presidente do Conselho Federal de Medicina, Dr. Carlos Vital Tavares Corrêa Lima, e, em nome do Conselho, eu agradeço o convite que recebemos para falar de tão importante tema.

Ao Senador Moka, eu digo que isso me traz muita satisfação pessoal e profissional, porque como já anteriormente dito aqui, esse tema aflige, muito, todos os médicos peritos do Regime Próprio, porque, como disse também o Dr. Felipe, muitas são as ações judiciais e, não raramente, nós perdemos todas as ações. Quando nós indeferimos uma deficiência declarada por um candidato, ele vai à Justiça e sempre ganha um mandado de segurança para adentrar à Administração Pública.

Eu vou falar um pouco do que nada foi dito aqui dessa parte, que é o que cabe ao Conselho, a questão ética do exercício do médico perito. Antes um pouquinho, eu vou falar, para trazer mais reforço ao que foi dito em relação às pessoas com deficiência nos concursos públicos, da necessidade que temos de ter realmente um instrumento de classificação no grau de funcionalidade humana. Isso não pode ser apenas aferido com base CIF, mas, sim, pela conjugação da CID e da CIF. Convido-os, inclusive, a ler a CIF. Os senhores logo perceberão

que, friamente, numa primeira análise, uma pessoa com calvície também terá comprometimento da sua funcionalidade, assim como eu, que tenho hérnia de disco.

O decreto trouxe os cargos cujas atribuições precisam ser compatíveis com a deficiência. Então, eu trago aqui uma análise para a questão do comprometimento ético com a coisa pública. Nós não podemos, simplesmente, além de deferir a deficiência declarada, também deixar de analisar a aptidão do candidato para o exercício da sua atividade no cargo proposto.

Uma, porque pode trazer sérios riscos e prejuízos à sua integridade física e agravamento acelerado da sua deficiência. Duas, porque ele não estará em condições de exercer as atividades do cargo, também causando um prejuízo para o Estado e também sobrecarregando os demais colegas de trabalho.

O decreto define também que precisa ter a aptidão, como eu já disse; precisa gerar uma incapacidade para o desempenho da atividade dentro do padrão considerado normal. Então, se ele tem uma atividade e pode realizar sua atividade em um padrão considerado normal, ele também não tem essa deficiência reconhecida. Então, a alteração na estrutura do corpo precisa impor à pessoa um comprometimento na sua capacidade funcional.

A Lei nº 142 já foi mencionada aqui. O que está acontecendo é que os critérios de constatação da deficiência para posse no serviço público vêm sendo alvo de constantes críticas, pois relatam-se casos de deformidades mínimas sendo enquadradas como amparadas por lei. Então, tivemos recentemente um candidato a um cargo alto dentro do concurso público, que tem uma competição expressiva, e ele adentrou nas vagas destinadas ao deficiente porque ele tinha apenas uma leve limitação na extensão do membro superior. Como ele não fazia a extensão, ele tinha uma limitação de 40%, nós indeferimos. Ele foi à Justiça e, por mandado de segurança, tomou posse.

A Lei nº 13.146, no art. 2º, também reforça o que nós já falamos aqui sobre ter que obstruir a sua participação plena e efetiva. Isso precisa ser avaliado. A avaliação, quando necessária, será biopsicossocial. A Organização Mundial de Saúde, há décadas, já definiu a saúde como completo bem-estar físico, mental e social. Então o médico está sim, por sua formação, habilitado a fazer – e tem que fazer; é mandatório que o médico perito o faça – a avaliação sob o aspecto biopsicossocial.

Isso trouxe uma evolução grande dentro da história da Medicina, porque a Perícia Médica não era uma especialidade. Os médicos atuavam na área da perícia, mas a perícia se tornou, desde 2008, uma das especialidades médicas, conhecida como Medicina Legal e Perícia Médica. O médico perito, em sua formação, tem um novo reforço para esse aprendizado. Eu falo isso com muita tranquilidade, porque estou como Presidente da Junta Médica Oficial de Recursos do Distrito Federal. Nós trabalhamos com uma equipe multiprofissional. Nós temos psicólogos, assistente social e médicos peritos de formação. Em várias avaliações e aplicações que nós fizemos do IF-BrA, nós comparamos e não tivemos diferença no final entre a avaliação multiprofissional, que foi feita sem o médico, e apenas pela junta médica.

O Código de Ética, então, traz que a Medicina é uma profissão a serviço da saúde do ser humano e da coletividade, e ela será exercida sem discriminação de nenhuma natureza. Então, buscando a questão da não discriminação e da inclusão social das pessoas com deficiência, nós buscamos avaliar quais os tipos de deficiência que temos nos quadros de serviços públicos. Nós não temos muitos cadeirantes, nós não temos muitas pessoas com deficiência visual, com deficiência auditiva. As grandes deficiências nós não temos. Nós temos, como aqui já foi exposto pelo Dr. Adérito, pessoas que perderam dois dedos, pessoas que estão com dificuldade de extensão de algum membro, pessoas que estão com encurtamento de 0,7cm na perna, e isso não traz a realidade que o legislador buscou, o objetivo que o legislador buscou com a lei para a pessoa com deficiência.

O alvo de toda a atenção do médico é a saúde do ser humano. O médico perito precisa avaliar se o candidato terá risco para sua saúde em tomando posse naquele cargo. A lei veio para proteger. É um benefício da sociedade, da coletividade, não do indivíduo próprio, singular, que busca seus interesses pessoais. A ciência médica mais a legislação são exatamente o fundamento da Perícia Médica, que traz justiça social, garantia de direitos legítimos, não discriminação, mas, sim, a inclusão, e a proteção integral da saúde da pessoa com deficiência.

Eu trago um pouco da bioética dessa análise para a atividade do médico perito na sua análise pericial do candidato com deficiência, porque a gente questiona: trata-se de um conflito com o princípio bioético da justiça ou estaria o perito salvaguardando o princípio da beneficência ao indeferir uma deformidade ou deficiência leve? Não basta seguir o princípio da beneficência, mas da não maleficência também. Para o médico perito, dentro dos princípios bioéticos, deferir uma leve deformidade em detrimento das pessoas que realmente possuem deficiência e que precisam do benefício da lei é também uma infração ao princípio bioético da não maleficência. A beneficência, no contexto médico, é o dever de agir no interesse do paciente. Aqui nós estamos falando do periciado, nós estamos falando do candidato.

(Soa a campainha.)

A SRª ROSYLANE NASCIMENTO DAS MERCÊS ROCHA – Nesse sentido, são formuladas duas regras como expressões complementares dos atos de beneficência: não causar danos, maximizar os benefícios e minimizar os possíveis riscos.

Na moralidade, nós trazemos a obrigação moral de agir em benefício dos outros. Esse benefício dos outros é em relação justamente às pessoas com deficiência que têm realmente dificuldade de superar as barreiras e que não conseguem adentrar o serviço público, cujas vagas são preenchidas por pessoas que, na verdade, não têm a deficiência conforme a definição legal.

Eu trouxe também os meus contatos e fico à disposição dos senhores.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Agradeço a Drª Rosylane pela exposição que acaba de proferir.

Concedo a palavra ao Senador Moka, autor do requerimento.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, eminente Senador Edison Lobão, Drª Rosylane, Dr. Everton – eu penso que seja "Everton" a pronúncia –, Dr. Adérito Guedes Filho, Drª Liliane Bernardes, Drª Thays, Dr. Felipe Braga. Primeiro, um agradecimento sincero.

Eu raríssimas vezes proponho audiência pública, até porque eu sei o trabalho que uma audiência pública como esta traz. As pessoas se preparam, as pessoas estudam. Invariavelmente, na Casa, no Senado, nós temos várias comissões. Só para vocês terem uma ideia, um Deputado chegou aqui e falou que vão votar um negócio lá do interesse do meu Estado, Mato Grosso do Sul, mas eu não tenho como ir. Essas coisas são assim.

Então, estamos eu, a Senadora Ana Amélia e o Presidente, mas, como eu disse anteriormente, com essa audiência pública, eu mesmo queria me convencer. Eu conversei com o Dr. Adérito antes da promulgação do Estatuto. Antes da promulgação, eu não tinha nenhuma dúvida. A minha dúvida – e eu vou ser muito objetivo... Essa nova lei, esse estatuto, eu sei que melhorou muito. E aí a Liliane disse, e eu vi uns artigos, que o Executivo vai traçar normas prevendo essas coisas todas.

Então, eu fico a me perguntar se não seria melhor, Presidente...Eu não vou questionar. Aqui, se a decisão é "Vamos propor um projeto de lei", eu convidaria o grupo todo para se unir ao nosso pessoal, aos consultores legislativos, para analisar, em conjunto, como seria esse texto, porque ninguém melhor do que vocês, como juristas, para isso. A nossa consultoria é fantástica, com pessoal altamente especializado. E eu posso garantir que, nessa área, nós vamos ter, com certeza, consultores com os quais os senhores se surpreenderão com o grau de conhecimento que eles têm a respeito dessa questão.

A questão da aposentadoria diferenciada do servidor com deficiência, eu, pessoalmente, conduzi, quando era presidente. Então, eu fiquei sabendo disso. E uma das pessoas que esteve lá era um desembargador com deficiência, e ele já falava nisso.

Nós estamos tratando aqui da saída, da aposentadoria, mas nós precisamos ter uma legislação mais justa para o ingresso. E aí vem essa ideia de que pessoas com deficiências leves se aproveitam de uma legislação ou da brecha da legislação e acabam se candidatando para uma vaga com grau de dificuldade e muito bem remunerada, valendo-se de uma dificuldade leve. Você falou em 40% de extensão. Isso não é possível.

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador, só o interrompo por um segundo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pois não.

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/PMDB - MA) – O que V. Exª propõe, isto é, a junção, a interconexão da nossa consultoria com os convidados é de extrema necessidade para se fazer o aperfeiçoamento da lei que se pretende. E, com isso, nós estaremos, inclusive, inaugurando um procedimento novo nesta matéria.

Parabéns a V. Exª!

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – É porque eu penso assim, viu Adérito? Acho que não é difícil fazer isso. E pode ser no meu gabinete, onde existe espaço para isso. Nós vamos ter dois ou três consultores ajudando e vocês. A Liliane ou alguém participaria disso. Não sei como isso funciona. Você faz parte de uma secretaria...Mas normalmente quem vem falar é a pessoa que mais entende do assunto na secretaria.

Então, faríamos isso em conjunto. E a única pergunta que eu tenho, e vocês rapidamente dirão: depois da promulgação do Estatuto, mesmo considerando que vai haver ainda uma normatização, se nós vamos trabalhar somente na normatização, tentando preencher todas as lacunas com essa normatização, ou se nós faríamos uma nova lei. Porque uma nova lei é difícil. A sua tramitação não é simples. Mas eu não estou dizendo que eu não posso fazer isso. Eu temo que ela possa demorar um ano, um ano e meio, na sua tramitação. E, às vezes, trabalhar só junto ao Executivo nessa normatização e, como sugestão, essa normatização tem de constar isso e aquilo. Ou se vamos fazer uma nova legislação, revendo vários conceitos.

E, aí, eu gostaria de ouvi-los, Presidente, se V. Exª me permite, rapidamente, para termos uma ideia de como isso funcionaria.

Eu fiquei impressionado, mesmo sendo médico, com a riqueza de detalhes. Quando pensamos na pessoa com deficiência, diferentemente de quem trabalha com isso no dia a dia, como o Dr. Adérito, não temos mesmo detalhes que realmente são necessários e precisam ser levados em consideração. Como disse o Everton, há desde a questão social do indivíduo, a interação dele, a forma como ele se relaciona; tudo isso tem de ser pensado na hora de realmente se aprovar ou não.

Aí, eu ouvi o Dr. Felipe falando dessa questão de doença mental. Essa é uma preocupação mesmo que precisa ser observada. Determinadas doenças podem causar problemas no trabalho. A pessoa, sob pressão, sob estresse, ela...Não estou dizendo que isso seja obrigatório, mas sabemos como isso se dá.

Essa questão precisa ser discutida. Não tenho dúvida disso. Agora, a minha questão é: vamos fazer uma nova lei ou vamos aperfeiçoar aquela parte em que foi deixada uma brecha e para a qual o Executivo vai ainda fazer uma estrutura?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Então, vamos ouvir rapidamente a Drª Liliane e os demais.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Presidente, podemos ouvir a Senadora Ana Amélia e aí dariam uma resposta só para mim e para ela.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – De uma só vez.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente Edison Lobão, quero cumprimentar o Senador Moka pela iniciativa de requerer esta audiência pública e cumprimentar, é claro, todos os expositores, que trouxeram muitas informações.

A conclusão a que chego, em mais um debate sobre direitos humanos, é a seguinte: nós temos dois tipos, eu diria, de preconceitos, de barreiras, melhor dizendo, para as pessoas com deficiência. A primeira barreira é o preconceito. A primeira – e talvez a mais grave –, porque ela é subjetiva; não é física, não é visível. Então, é o preconceito. A segunda é exatamente a questão da barreira da mobilidade. A questão sobre a qual você falou, Thays, da pessoa portadora de deficiência visual e de todas as formas de deficiências existentes. Então, esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto, parece-me que, para os legisladores e para o pessoal do Ministério Público, é que não temos clareza na lei, e isso também dificulta. A Liliane lembrou que o conceito hoje é "pessoa portadora de deficiência". Eu sei não por que, se foi uma questão ideológica, que antes tinha de se falar "pessoa portadora de necessidades especiais". E os códigos internacionais reconhecem uma coisa óbvia. Não é tornar a pessoa menor quando você diz isso. A pessoa tem uma deficiência e ela tem de se aceitar como é, e a sociedade tem de aceitar também. Não é um defeito. A deficiência não é um defeito. Ela não pediu para ser assim.

Bom, então, na questão legal da falta de clareza, nós temos aí: a CID, a CIF e o IF-Br. Mas, aqui, alguns especialistas acham que o melhor é o IFBr, que é o Índice de Funcionalidade Brasileiro, adotado aqui. O outro é uma classificação internacional, e o outro dá também uma classificação internacional sobre isso.

Bom, aí então, como diz o Moka é tudo...É claro que, em tese, é tudo a mesma coisa, mas, quando se altera um pouco, vê-se que existe diferença. Esse é um outro aspecto.

E a Dr. Rosylane falou que tudo que vai à Justiça – e esse assunto é judicializado – é aprovado.

Existe a história aqui de uma menina, Rosylane, que fez o concurso para a Caixa Federal. E ela está com esclerose múltipla. Ela passou, mas foi recusada, e perdeu em praticamente todas as instâncias da Justiça. Ela está agora no último recurso.

Eu queria saber qual é o índice de judicialização nesses aspectos. Qual é o índice? É 100%, em todos os casos? Quantos por cento? E se doenças, como o câncer, estão cobertas na deficiência. O câncer está coberto na deficiência. Aqui eu tenho a Oncoguia me falando que você pode conceituar.

Bom, para terminar, tenho uma questão – aí é para o representante do Poder Executivo – que é obrigar a lei brasileira a determinar o percentual de pessoas...Aqui, nós estamos discutindo concurso publico. Mas, de qualquer maneira, isso remete também a outra situação. As empresas privadas são obrigadas e têm penalização do próprio Ministério do Trabalho: se naquela região, não existem pessoas, ela pune a pessoa, pune a empresa que não consegue, mesmo que ela não consiga, mesmo que ela coloque anúncio nesse sentido.

Mesmo que ela coloque anúncio: "Precisamos de uma pessoa que seja isso ou aquilo", e não consiga, ela é penalizada por isso. Ela paga anúncio e faz isso.

Quer dizer, em primeiro lugar, na empresa pública, não existe essa exigência. Por que essa discriminação, esse tratamento? Não estou falando em concurso; estou falando em cota para pessoa portadora de deficiência no setor público, nas empresas públicas, como Petrobras, Banco do Brasil. São empresas públicas, e não falamos

de concurso. É claro, existem as que entram por concurso, mas a Petrobras tem muitas pessoas que entram sem concurso público. E tantas outras empresas, como as de economia mista, todas têm pessoas sem concurso.

Então, não é hora de também pensar que essas pessoas tenham, nas empresas públicas, o mesmo tratamento que é exigido no setor privado? Não no caso de concurso, mas no caso de direito a uma vaga de trabalho.

Então, essas são as minhas modestas colocações.

E eu queria também saber, Liliane, se existe hoje algum cadastro para saber, no nível municipal, estadual e federal, quantas pessoas portadoras de deficiência ocupam cargos no setor.

Essas são as minhas questões.

Obrigada.

Parabéns, Senador Moka!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vamos começar, então, pela direita, com a Drª Liliane. Peço a todos que sejam sucintos nas suas respostas ao Senador Moka e à Senadora Ana Amélia.

A SRª LILIANE CRISTINA GONÇALVES BERNARDES – Bom, respondendo a essa proposta de trabalharmos conjuntamente, de repente para a criação de um projeto de lei, o que a secretaria tem feito, desde 2008, é já criar esse instrumento que é conhecido como Índice de Funcionalidade Brasileiro. Ele agrega tanto a CiD, como a CIF e outros elementos para avaliar a deficiência.

Então, nesse período em que vamos aguardar a vigência da efetivação do instrumento, a secretaria tem trabalhado, juntamente com pesquisadores da UnB e com os outros ministérios., Se vocês forem ver, várias políticas reservam benefícios para pessoas com deficiência. Então, todo esse público terá de ser avaliado de acordo com a convenção. Então, esse instrumento que está sendo proposta pela Secretaria de Direitos Humanos vai avaliar não apenas para o concurso público, mas para os diversos benefícios e políticas que as pessoas com deficiência tenham a possibilidade de acessar.

Na verdade, eu queria fazer um convite a esta Mesa e aos Senadores que quiseram participar disso para nos ajudarem na construção do Índice de Funcionalidade Brasileiro. Estamos estudando esse índice. Teremos momentos de discussão pública deles, até porque a convenção diz que, na construção das políticas públicas, as pessoas com deficiência têm de participar dessa construção; elas têm de ser ouvidas. Então, nesse processo de construção do índice, teremos momentos de ouvir, de discutir esse instrumento e de agregar todas aquelas propostas e sugestões que toda a sociedade venha a trazer, para que esse instrumento seja o melhor possível e que possa atender a essa diversidade, sempre tendo como foco a deficiência não como doença, mas como uma característica da diversidade humana.

Então, eu faço essa proposta e também me coloco à disposição para participar, caso o Senador Moka entenda que há a necessidade de um projeto de lei. Eu, particularmente, acho que a Lei Brasileira de Inclusão é muito completa. Ela, enfim, já abrange vários aspectos que a legislação anterior não contemplava. E até precisamos fazer um trabalho de atualização da legislação anterior, porque vários exemplos do que trouxemos aqui são baseados na legislação passada, que não está dentro do paradigma da convenção. Ela já é a Constituição, mas nós vimos utilizando um modelo ultrapassado já, que não é o da convenção.

Então, acho que nós precisamos fazer esse trabalho de atualização da legislação, para ficar de acordo com a convenção, e fazer essa troca mesmo, esse diálogo entre os vários Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário –, justamente por conta dessa grande quantidade de judicialização.

E isso não é apenas no concurso público. Vemos no benefício de prestação continuada, no passe livre. Há vários benefícios que as pessoas com deficiência tentam acessar, mas são, muitas vezes, impedidas por um excesso ou pela falta mesmo, porque a avaliação da perícia, muitas vezes, peca por um lado, mas também peca por outro.

Então, a ideia é a de que possamos agregar esforços em relação a isso.

Em relação à existência de um cadastro – até na minha apresentação eu falei rapidamente sobre isso –, nós temos poucos dados, e eles são muito frágeis realmente sobre servidores com deficiência. Na esfera federal, nós agora já temos um sistema novo em que conseguimos mapear esses servidores.

Por outro lado, os servidores não são obrigados a declarar que têm deficiência. Essa é um opção deles. Então, muitas vezes, a pessoa tem deficiência, está no serviço público, e isso não está registrado, porque ela não quis. Essa é uma opção dela. Então, tudo bem.

Mas é importantíssimo que haja o registro, porque vamos saber quantas pessoas estão incluídas e se essas pessoas refletem aquelas vagas que estão no concurso, porque a ideia da legislação foi exatamente esta: criar um percentual de vagas para que essas pessoas acessassem e entrassem no serviço público e estivessem lá. Só que hoje não temos esse quantitativo. Quantas pessoas realmente estão incluídas?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Elas precisam ser informadas de que é um benefício não só para elas, mas para o conjunto de pessoas que, como ela, são portadoras de de-

ficiência e de que, também, se existir uma estatística confiável, ela poderá permitir a confecção de iniciativas que são favoráveis a todos, não só a ela.

A SRª LILIANE CRISTINA GONÇALVES BERNARDES – Com certeza.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, ela não deve, digamos assim, pensar só no caso dela, individual, mas no que significa o nome dela estar no cadastro.

A SRª LILIANE CRISTINA GONÇALVES BERNARDES – Exato. A própria Lei Brasileira de Inclusão cria o Cadastro Nacional de Inclusão, que é um cadastro que vai agregar todas essas informações sobre pessoas com deficiência, dos bancos de dados públicos, enfim, de dados estatísticos produzidos pelo IBGE. E esse cadastro vai entrar em vigor agora em janeiro. Então, já estamos também trabalhando na construção desse cadastro. E a ideia é a de que possamos fazer convênios com os Estados e Municípios e que eles possam aportar informações para esse cadastro.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Drª Thays.

A SRª THAYS RETTORE CABRAL ZOCRATTO – É cada vez melhor estamos aqui. Vemos que falamos a mesma linguagem em esferas diferentes e que, se nós nos unirmos, realmente, conseguimos construir um trabalho melhor.

No Distrito Federal, também temos uma deficiência muito grande no cadastro. E justamente, dentro da Subsaúde, procuramos fazer esse levantamento das deficiências. E o que vimos é que, no nosso sistema, havia um índice absurdo de doenças mentais. Os únicos que achávamos eram pessoas com doença mental. Aí, quando formos ver, era na Secretaria de Educação. E na Secretaria de Educação, não havia mais nenhuma outra; era só aquela. E quando fomos procurar saber o porquê, é que quem os inseria no cadastro, simplesmente colocava um número aleatório. Aprendeu, por exemplo, que era o número 2 que correspondia à deficiência e foi colocando. Então, as pessoas não têm essa cultura, não têm esse cuidado.

E, hoje, nós não temos esse dado. No Distrito Federal, não temos. Queremos fazer isso. A Drª Rosylane é a Coordenadora de Segurança e Saúde do Trabalho lá e ela tem um projeto para fazer o levantamento, para fazer a prevenção e fazer tudo o que nós não temos. Não há como chamar as pessoas, porque não sabemos mais onde elas estão.

Sobre o índice, ele justamente une, como a Drª Liliane falou, ele une a CIF e a CID a outros conjuntos. E hoje eu entendo, dentro de todo o estudo que já tivemos, que ele é o que mais se assemelha. No Distrito Federal, temos usado o índice, da maneira como falei, como uma parte no admissional; e, para aposentadoria, eu entendo que hoje não exista outro instrumento. A CID, sozinha, é pouco; a CIF, sozinha, é pouco. Mas quando houve a união, na construção desse instrumento, há um aporte bom. Existem dados em que ainda podemos mexer. E agradeço o convite, já me candidatando aqui a participar, mas estamos no caminho. É isso.

Só complementando...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Estou entendendo que vocês vão optar...Vocês duas optam já por trabalhar já no Estatuto.

A SRª THAYS RETTORE CABRAL ZOCRATTO – É...não sei...

Sobre o câncer, de que a Drª falou, sobre o índice, ele não vai pegar um rol de doenças; ele vai pegar justamente essa interação: o que aquela doença causou de debilidade, de deficiência, de funcionalidade? O que ela retirou disso? Então, não existe mais assim "o câncer", mas o contexto que aquela pessoa, com aquela doença, está vivendo. É por isso que ele é muito mais justo e amplo.

Obrigada.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito bem. O Senador Moka é médico e eu sou leiga nessa matéria. O Instituto Oncoguia é especialista em câncer e pergunta:

Paciente com câncer pode participar de concurso público, concorrendo à vaga destinada a pessoa com deficiência?

Não há nada que impeça o paciente com câncer de concorrer à vaga destinada à pessoa com deficiência em concurso, claro, desde que comprove essa condição. Também é importante que a deficiência apresentada e a condição clínica relacionada ao câncer não impeça o candidato de exercer as atividades exigidas para o cargo pretendido.

A SRª THAYS RETTORE CABRAL ZOCRATTO – É que fica muito genérico. Quando a gente fala "câncer" pode ser um melanoma, que você pode retirar, e pode ser um câncer em metástase no corpo inteiro.

Então, por isso, o índice é legal, porque não foca na doença.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Dr. Felipe.

O SR. FELIPE FRITZ BRAGA – Bom, eu acho que a mesma resposta se aplica às indagações tanto da Senadora quanto do Senador Moka.

O grande problema está na aplicação das normas. A norma que a gente tem, já de 99, o decreto, tinha alguns problemas, mas possibilitava que as equipes técnicas das bancas de concurso fizessem uma filtragem, com algumas dificuldades, em razão de deficiências nas normas.

Agora, a convenção e a lei deste ano, a Lei Brasileira de Inclusão, elas têm um critério perfeito, fruto de décadas de reflexão sobre a temática. Então, parece-me que as normas que nós temos são muito boas. O problema será a aplicação.

E, mesmo que tenhamos novas normas, a judicialização vai continuar, porque esse candidato que está perguntando se o câncer é deficiência, ele vai judicializar. Todos os que não forem colocados no grupo dos cotistas vão judicializar.

Eu fiz um cálculo aproximado. Aqui em Brasília, nós centralizamos os mandados de segurança de concursos federais. Acredito que cerca de 2% – e isso é estimado – dos mandados de segurança que nós recebemos; todos, de toda a universalidade dos mandados de segurança, 2% são sobre problemas de cota. É o candidato que foi barrado pela banca, que não foi reconhecido como pessoa com deficiência. E acredito que isso vá continuar.

Agora, é importante a regulamentação, porque o critério da convenção, que já existia, e o da lei são mais adequados, mas podem, dependendo da aplicação que se vá dar, ampliar demais e acabar por anular a cota.

De que forma? Se pessoas com transtorno psicológico começarem a entrar; pessoas com câncer... Acabou! O cego, que não pôde frequentar ou que dificilmente terá frequentado uma escola de qualidade não vai mais conseguir ocupar a cota. O cadeirante, que escolhe a faculdade, que escolhe a escola pela rampa: "Não, essa tem escada. Então, não posso estudar aqui. E se nenhuma escola próxima da minha casa, aonde alguém possa me levar, tem uma rampa, eu não vou poder estudar; porque as aulas de determinado ano são lá em cima..."

Então, essas pessoas acabam, elas anulam... E é uma política social criada por lei destinada a pessoas com deficiência, e não é uma política social geral, para pessoas que têm alguma dificuldade para entrar em um concurso. Não é isso. É para pessoas com deficiência. Se abrir, acaba. Por isso, a regulamentação é importante, na tentativa de...

Nós temos um critério aí que é quase sociológico, de criar algumas delimitações, de dizer se aqueles critérios do decreto continuam vigentes ou não. Isso seria importante.

A regulamentação vai sair? Essa é uma outra pergunta. Seria importante que saísse. Se não sair, há esse risco, sim, de o critério ficar aberto, e não filtrar convenientemente. Então, entendo que para já, um trabalho de legislação talvez pudesse aguardar ainda algum tempo, até que, efetivamente, em um prazo que se demarcasse de seis meses, depois de entrar em vigor...

Há essa regulamentação? Há. Se não há, aí sim, vamos começar um levantamento, refletir.

Essa é a minha humilde opinião, Senador.

(Soa a campainha.)

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu tenho uma proposta. No início do ano que vem, não a regulamentação, mas a lei começa a partir do ano que vem; não a regulamentação.

Então, no início, quando começar a valer a lei, eu teria um compromisso com vocês, que poderão fazer o contato – para o Adérito, eu acho mais fácil. E quando se começar a fazer a lei, nós já vamos ter uma ideia se esse trabalho, em conjunto, avançou ou não, ou se nós vamos precisar de uma nova legislação.

É só uma proposta, com um prazo para nós termos um critério sobre como isso está funcionando. Se não funcionar a normatização, teremos de partir para uma nova legislação, o que eu acho que não será necessário. Acredito que...

(Interrupção do som.)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – ...para que as pessoas, sobretudo em concurso públicos, sejam as pessoas realmente portadoras de deficiência, aí acho que vamos chegar ao objetivo que é a política social.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Drª Rosylane.

A SRª ROSYLANE NASCIMENTO DAS MERCÊS ROCHA – Bem, eu fui bem contemplada já na palavra dos anteriores.

Eu tenho uma dúvida, na realidade, em relação aos admissionais no concurso público. Isso porque, na legislação, não está descrito que esse instrumento poderá ser aplicado no regime próprio.

É exatamente a nossa preocupação. Vamos dar um exemplo do Distrito Federal. Hoje, a legislação do Distrito Federal, que é a Lei nº 4.317, amplia muito; esse funil está muito aberto, ele está muito largo. Então, adentra-se o serviço público mais para usufruir da aposentadoria especial... Ele poderá não ser classificado.

Então, já propusemos dentro do serviço – não é isso Drª. Thays? – que seja aplicado o IF-BrA já no admissional do servidor. E, dentro do Distrito Federal, temos a minuta de uma legislação distrital já sendo analisada para regulamentar.

Essa seria a minha dúvida, porque, acho que agora realmente a lei atende, mas me deixou apenas essa brecha de dificuldade em relação ao admissional no serviço público.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Mas isso nós poderíamos tratar com uma emenda ao estatuto que já foi aprovado.

A SRª ROSYLANE NASCIMENTO DAS MERCÊS ROCHA – Exatamente, para que seja aplicado nos Estados e nos Municípios...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Aí, ela deixar de ter validade só no Distrito Federal, se aprovada.

A SRª ROSYLANE NASCIMENTO DAS MERCÊS ROCHA – Sim, senhor.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Trataríamos como emenda...

A SRª ROSYLANE NASCIMENTO DAS MERCÊS ROCHA – Para os Municípios.

E em relação ao que a Senadora Ana Amélia falou, em relação à esclerose múltipla, eu fiquei na dúvida, Senadora, se foi indeferida a deficiência ou se ela estava inapta para o cargo?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ela explica que entrou na Justiça, porque passou e foi considerada inapta pela doença. Por isso, ela foi à Justiça e perdeu, porque se considerou, pelo tipo da doença, em todas as instâncias... Ainda está na última instância, a definitiva...

A SRª ROSYLANE NASCIMENTO DAS MERCÊS ROCHA – Sim, senhora.

Essa é a questão, é aquilo que eu e a Drª Thays abordamos: é a capacidade laborativa para o exercício do cargo proposto.

A avaliação durante o estágio probatório... Este é outro ponto de que eu senti falta na legislação: a avaliação da aptidão física da pessoa com deficiência durante o estágio probatório. Ele deve ser acompanhado, durante o estágio probatório, por uma equipe multiprofissional. Tanto seria um médico, como um assistente social e/ou um psicólogo e mais alguém que exercesse aquela mesma atividade do cargo proposto para a pessoa com deficiência.

É isso que nós colocamos no projeto do Distrito Federal, que é a gestão do processo de trabalho da pessoa com deficiência: para que ele seja acompanhado, durante o estágio probatório, verificando-se se ele tem condições de exercer aquela atividade e, também, se, porventura, está havendo um agravamento e um prejuízo para sua saúde em decorrência do desempenho da atividade.

Era isso.

Obrigada, Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado, Drª Rosylane.

Agora, o Dr. Everton Luis.

O SR. EVERTON LUÍS PEREIRA – Senadores, Senador Moka e Senadora Ana Amélia, eu agradeço. As considerações acho que são bastante pertinentes e me fizeram pensar algumas questões que eu vou colocar aqui para vocês e tentar responder a algumas questões pontuais, mas também colocar algumas reflexões que me parecem ser importantes para pensarmos essas problemáticas que vocês trazem.

Primeiro, eu acho que temos de levar em consideração que a convenção foi aprovada em 2009. Então, temos aí um peso constitucional e um texto bastante progressista, com questões muito boas e muito abertas para se pensar deficiência. Ela traz não só o conceito, não só o que deveria ser feito, mas também, em alguns momentos, como deveria ser feito.

Eu acho que uma das questões interessantes da convenção, além do conceito, e eu reforço a ideia do conceito de deficiência, é que no art. 4º, §1º, incisos A e B, a convenção obriga os Estados a transformarem as legislações infraconstitucionais. Então, há uma necessidade de modificação de nomenclatura, de legislação, de regulamentações, para que se coloque a funcionar a convenção.

Eu sei que isso foi em 2009, e a gente ainda tem um caminho para seguir, mas é importante que a gente pense nisso agora. A Lei Brasileira de Inclusão é outra lei bastante progressista, que traz, mais uma vez, um conjunto de medidas para superação da desigualdade, e acho que essa é proposta. Penso que essas duas juntas têm potencialidade de causar uma grande transformação na realidade social. E eu acho que o nosso papel – e estou me colocando nesse grande rol –, o papel dos legisladores é acima de tudo pensar um pouco, junto com o Executivo, como se faz para que isso aconteça.

Mas, por um lado, temos a convenção que dá esse panorama mais geral sobre o que seria deficiência. Para a convenção, existem duas pessoas: a pessoa com deficiência e a pessoa sem deficiência. Temos dois tipos

de pessoas com deficiência. O que vai dizer se essa pessoa é sujeito de direito ou não é a política específica na qual ela quer ser inserida. E aí a gente tem um conjunto de modificações de cada política.

Então, uma pessoa com deficiência é sujeito de direito do benefício de prestação continuada desde que ela cumpra um conjunto de critérios. Há renda, há alguns critérios de funcionalidade e gradações. Ela será sujeito da Lei Complementar nº 142, desde que cumpra alguns critérios, e os critérios são diferentes.

Então, a mesma pessoa com deficiência pode acessar um conjunto de políticas e benefícios, e não outros.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EVERTON LUÍS PEREIRA – O que a convenção vai nos dar é uma classificação de "sim" ou "não". E, aí, com um conjunto de critérios que ela estabelece, e não de forma necessariamente objetiva, mas de forma conceitual e ideológica.

O nosso papel agora é dizer: bom, afinal, quais são as políticas a que cada sujeito vai ter direito. E, aí, acho, é uma trabalho de regulamentação, de fato, e um trabalho de pesquisa e de reconhecimento das políticas em vigor.

Eu acho que é um trabalho duplo, tanto do Executivo... É um trabalho de toda a sociedade, cada um pegando da forma como acha mais conveniente. Mas eu acho que o nosso papel, da academia, é pensar agora essas políticas. Nós temos um estatuto, temos uma legislação, a Lei Brasileira de Inclusão; temos a convenção. Como eu disse, são duas ferramentas bastante progressistas, e agora, precisamos pensar: "Bom, afinal, quais são as políticas que versam sobre deficiência? Quais são as políticas que garantem direito para pessoas com deficiência? Como podemos pensá-las e fazer com que essa convenção seja de fato levada em consideração em cada uma das políticas?

E aí eu volto, novamente, a frisar a importância desse horizonte conceitual; que nós não fujamos desse horizonte conceitual; pessoa com deficiência é só a que tem impedimento, da mesma forma como não é só aquela que tem a barreira.

E aí entra um pouco da problemática que a Senadora Ana Amélia traz do senhor com câncer que veio reivindicar o benefício, a entrada no serviço público. O câncer vai ser definido de acordo com os critérios, o Índice de Funcionalidade Brasileiro, por exemplo, com base nessa definição de pessoa com deficiência. Então, é de longo prazo? Há uma conjunto de outras perguntas, além da funcionalidade, que de repente vão barrar esse sujeito justamente pela definição conceitual.

Então, mais uma vez, a importância disso.

E eu só preciso falar que não só a lei de cota para concurso público, mas a Lei Geral de Cotas para o acesso a outros tipos de trabalho, em empresas privadas, também está com conceitos...

(Soa a campainha.)

O SR. EVERTON LUÍS PEREIRA – ...ainda não necessariamente adaptados ao que a convenção promulga. Então, a gente ainda tem um trabalho bastante considerável para fazer pela frente.

Mas eu agradeço mais uma vez o convite, Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Dr. Adérito.

O SR. ADÉRITO GUEDES DA CRUZ FILHO – Bem, como os colegas, agradeço à Casa, aos Senadores presentes.

Com relação à regulamentação ou à nova legislação, que é a pergunta inicial e definidora, na verdade, deste nosso encontro, desta nossa audiência pública, é verdade, precisamos mesmo regulamentar os instrumentos, definir os instrumentos.

Na verdade, pelo que eu percebi, nós já temos esse instrumento. Ele não é novo. Esse instrumento já começou a ser utilizado, na prática, desde 2013 – final de 2013, início de 2014. Já há milhares de avaliações no INSS. É um instrumento já bastante conhecido. Há, sim, necessidade de se fazer alguma validação. Na verdade, não há uma única validação; são etapas de validação. Se não me engano, duas delas já foram resolvidas, e a outra terminará, agora, ao final do ano. O Everton é um dos pesquisadores que está fazendo essa validação.

Mas isso não basta. Toda legislação que hoje fala de pessoa com deficiência, com essa nomenclatura ou outra, precisa ser reformulada. A Lei nº 8.112 precisa ser reformulada. A lei de aposentadoria já foi reformulada em dezembro de 2013.

Então, há necessidade, sim...

O SR. EVERTON LUÍS PEREIRA (*Fora do microfone*.) – Regime de aposentadoria geral.

O SR. ADÉRITO GUEDES DA CRUZ FILHO – A aposentadoria, no regime geral, exatamente, não no regime único do servidor público federal.

Várias outras leis hoje vigentes precisam ser reformadas, sim. Obviamente, a partir dessa definição, que vai ser muito importante que se faça, mas a legislação precisa ser modificada. Do contrário, vamos ter uma regulamentação infralegal incompatível com a norma legal, que também é incompatível com a norma constitucional, que é a convenção.

Então, sim, há necessidade de um trabalho legislativo bastante extenso, que precise, talvez, consolidar o que se faz na área das políticas públicas para pessoas com deficiência.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Permita-me, Presidente.

Então, a opinião do Adérito, muito objetivamente, é a de que, independente do trabalho da normatização, a gente pensaria, sim, em uma nova legislação.

Eu fico à disposição da equipe aqui e mantenho a proposta de que a Casa tem excelentes consultores que poderiam ajudar.

O que não adianta é eu querer me arvorar em fazer um texto complexo como esse. Eu preciso de especialistas e de gente que, no dia a dia, esteja trabalhando com isso. Aí, eu me ofereço... – e já fiz isso com a Ana Amélia. Estamos fazendo um projeto sobre pesquisa clínica. Trabalhamos naquela questão do tempo de início do tratamento de quimioterapia. Vários projetos já fizemos aqui. Esse é mais um.

Mas aí eu preciso do compromisso de que vocês se reuniriam. Isso eu acerto com vocês. Eu deixaria o Adérito como a pessoa que faria o contato e marcaria essa primeira reunião, para começarmos a tratar disso, independentemente da questão da regulamentação.

Mas ele tem razão.

O SR. ADÉRITO GUEDES DA CRUZ FILHO – Senador, me desculpe. Eu acho que o senhor tem toda razão.

Independente, mais ou menos. É necessário que esse trabalho seja feito e, então, volto à proposta do Dr. Felipe...

(Soa a campainha.)

O SR. ADÉRITO GUEDES DA CRUZ FILHO – ...que é aguardarmos um pequeno prazo para que isso seja feito e, a partir daí, então, começarmos a discutir como isso vai modificar toda a legislação.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – O prazo que eu tenho é o início do ano que vem, quando começa a funcionar, não as normas, mas o último projeto aprovado aqui nesta Casa.

O SR. EVERTON LUÍS PEREIRA – Só lembrando que a Lei Brasileira de Inclusão traz um conjunto de medidas e mudanças propostas para a sociedade como um todo e algumas obrigações do Executivo e alguns prazos também. Vários dos prazos não se encerram no ano que vem. Então, eu acho que essa é uma questão a ser ponderada, Senador; eu não sei necessariamente os prazos...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu estou falando não para começarmos necessariamente, mas para termos um novo contato, senão nós fazemos essa audiência e, daqui a pouco, vocês vão me cobrar que não houve continuidade. Então, eu estou querendo amarrar um prazo aqui, para eu mesmo não esquecer desse compromisso e dar continuidade a esse trabalho.

A SRª LILIANE CRISTINA GONÇALVES BERNARDES – Está certo. Eu só vou relembrar que foi citado pelo Dr. Adérito, o IF-BrA, que é específico para aposentadoria. O que a gente tem pensado, como secretaria, são instrumentos para as políticas.

Então, esses instrumentos vão variar. Haverá instrumentos para cada especificidade da política. Para uma concessão para a aposentadoria, a análise a ser feita da pessoa com deficiência é diferente, por exemplo, para o passe livre, para a isenção de um IPI, no caso da compra de um automóvel, no caso do BPC.

São critérios diferenciados para cada política, e aí a gente já fez uma reunião com vários ministérios que trabalham essa políticas, para que eles nos ajudem a construir esse instrumentos com base no olhar daquela política. A secretaria, apesar de ser uma pasta transversal, não tem essa capacidade de ter o olhar da própria política.

Então, a gente está reunido com o Ministério do Trabalho, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério dos Transportes, todos esses que têm políticas para pessoas com deficiência, para que a gente possa criar instrumentos que atendam as especificidades dessas políticas. E, ao mesmo tempo, tudo isso amarrado dentro do conceito da convenção e do conceito da LBI, para que a gente também tenha uma linha mestra para seguir.

E a outra coisa que eu queria falar é em relação aos prazos. A Lei Brasileira de Inclusão entra em vigência em janeiro de 2016, e o Poder Executivo tem dois anos para construir esses instrumentos. Por que dois anos? A gente pensa que é um tempo muito longo, mas, na verdade, há instrumentos que serão inéditos. Apesar de a gente já ter um IF-Br geral, a gente precisa tratar das especificidades de cada política. E, por isso, a gente pre-

cisa passar por todo um processo de construção desse instrumento, de validação, de testagem. A gente tem que testar em várias regiões do País, porque existem especificidades regionais.

Então, essas coisas não podem ser desconsideradas e demandam um trabalho bem longo. Mas isso não quer dizer que a sociedade não possa participar, desde o início, do processo.

Então, a proposta é esta: que trabalhemos juntos desde o início, construindo esse instrumento, para que possamos abarcar todas as contribuições e para que ele seja um instrumento que venha a trazer justiça nessa questão da reserva de vagas para concurso público e acesso a todos os outros benefícios a que a pessoa com deficiência tem direito.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Nós falamos aqui recorrentemente sobre a judicialização da saúde no Brasil. Coincidentemente, está havendo, neste momento, preparativos para a realização de um diálogo público, no Tribunal de Contas da União, sobre a judicialização da saúde no Brasil. A abertura será feita, inclusive, pelo Presidente do Senado, Renan Calheiros. Isso se dará no dia 15 deste mês, amanhã. Os senhores que pretendam participar, ouvir alguns conferencistas, certamente, estão convidados.

Não havendo mais nada a tratar, encerro esta reunião, agradecendo os nossos convidados pela excelente exposição que aqui fizeram.

Muito obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 6 minutos.)

ATA DA 31ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e quatro minutos, do dia vinte e oito de outubro de dois mil e quinze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência em Exercício da Senadora Angela Portela reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Waldemir Moka, Dário Berger, Edison Lobão, Flexa Ribeiro, Elmano Férrer, Eduardo Amorim, José Pimentel, Vicentinho Alves, e das Senadoras Regina Sousa, Angela Portela e Ana Amélia. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se ao início da primeira parte da Reunião. Audiência Pública destinada a "discutir estratégias mais eficazes de prevenção e controle do câncer de colo do útero e do Câncer de Mama no País.", em atendimento aos Requerimentos números 33, 35 e 36, de iniciativa das Senadoras Angela Portela e Ana Amélia, com os seguintes oradores: Maria Inez Pordeus Gadelha, diretora-substituta do Departamento de Atenção Hospitalar e de Urgência do Ministério da Saúde, representante do senhor Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Castro, e do diretor-geral do Instituto Nacional de Câncer, Paulo Eduardo Xavier de Mendonça; Paulo Sellera, diretor-substituto do Departamento de Monitoramento e Avaliação do Sistema Único de Saúde, representante do diretor do Departamento de Informática do SUS – DATASUS, Giliate Cardoso Coelho Neto; e José Luiz Pedrini, vice-presidente da Região Sul da Sociedade Brasileira de Mastologia e Editor da *Revista News* da Sociedade Brasileira de Mastologia, representante do Presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia, Ruffo de Freitas Júnior. Inicia-se a segunda parte da Reunião que passa a deliberar os seguintes itens extrapauta: ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 45, de 2015. Nos termos do inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para debater os problemas enfrentados pelos pacientes oncológicos, devido aos atrasos e defasagem dos valores pagos pela tabela do Sistema Único de Saúde (SUS) nos repasses de verbas para os hospitais credenciados no tratamento dessa enfermidade, com repercussão na realização de exames, compra de medicamentos e procedimentos com rádio e quimioterapia. Solicita-se a participação dos seguintes expositores: Henrique Prata, diretor geral do Hospital de Câncer de Barretos, SP; Evanius Garcia Wiermann, presidente da Associação Brasileira de Oncologia Clínica (OSBC); Paulo Eduardo Xavier de Mendonça, presidente do Instituto Nacional do Câncer; Claudia Simone Barbosa Pacheco , coordenadora geral de Média e Alta Complexidade do Ministério da Saúde; Robson Freitas de Moura, da Sociedade Brasileira de Cancerologia; e Roberto Gurgel, Cirurgião Oncológico no Estado de Sergipe. Resultado: Aprovado. ITEM 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 46, de 2015. Autoria: Senador Elmano Férrer. Requeiro, com fundamento nos incisos II do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para debater a atual conjuntura das políticas públicas asseguradoras de direitos das pessoas idosas. Representante do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, Karla Cristina Giacomin, Médica Geriatra e docente em cursos de especialização em Gerontologia (PUC-MG), onde ministra o tema sobre Políticas Públicas; Marília Anselmo Viana da Silva Berzins, Presidente do Observatório da Longevidade Humana e Envelhecimento; Marlúcia Gomes Evaristo Almeida, Promotora de Justiça do Ministério Público do Piauí e Coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Pessoa com Deficiência e do Idoso; Monize da Silva Freitas Marques - Juíza coordenadora da Central Judicial do Idoso do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios; Paula Regina de Oliveira Ribeiro, Defensora Pública do Distrito Federal e Especialista em Gerontologia e Saúde do Idoso. Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senadoras Regina Sousa e Ana Amélia e os Senadores Waldemir Moka, Dário Berger, Flexa Ribeiro, Elmano Férrer e Eduardo Amorim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente em Exercício, Senadora Angela Portela, e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Angela Portela
Presidente em Exercício da Comissão de Assuntos Sociais

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Declaro aberta a 31ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública em atendimento aos Requerimentos nºs 33, 35 e 36, de 2015-CAS, de iniciativa das Senadoras Ângela Portela e Ana Amélia, com o objetivo de discutir estratégias mais eficazes de prevenção e controle do câncer do colo do útero e do câncer de mama no País.

Convido, agora, para compor a mesa, os ilustres convidados: Maria Inês Gadelha, Diretora Substituta do Departamento de Atenção Hospitalar e de Urgência, representante do Ministro da Saúde, Marcelo Castro, e do Diretor-Geral do Instituto Nacional do Câncer, Sr. Paulo Eduardo Xavier de Mendonça.

Convido também o Sr. Paulo Sellera, Diretor Substituto do Departamento de Monitoramento e Avaliação do Sistema Único de Saúde, representante do Diretor do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde, Sr. Gilliate Cardoso Coelho Neto.

Convido também o ilustre Sr. José Luiz Pedrini, Vice-Presidente para a Região Sul da Sociedade Brasileira de Mastologia e editor da revista *News*, da Sociedade Brasileira de Mastologia, representante do Presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia, Sr. Ruffo de Freitas Júnior.

A gente lamenta a ausência da Luciana, que é Presidente do Instituto Oncoguia. Infelizmente, ela não pôde participar, porque teve um problema e não chegou a tempo, mas foi uma pessoa que quis muito estar presente, Senadora Ana Amélia. Inclusive, solicitou que, através de requerimento, pudéssemos incluí-la nesta audiência pública para discutir esses dois temas tão importantes.

Neste momento em que o nosso País comemora... Na verdade, é uma campanha internacional; o Outubro Rosa tem destaque internacional, e a gente observa que o Brasil incorporou essa campanha. Nós vimos inúmeros prédios públicos, inclusive o Congresso Nacional, com a iluminação rosa, caracterizando o chamamento de atenção para o câncer de mama, que aflige as mulheres brasileiras.

Nós estamos aqui numa intensa campanha, Senadoras e Deputadas Federais. Inclusive, ontem, na Comissão Especial que discute a violência contra a mulher, houve uma audiência pública tratando sobre esse tema. Na CCT, amanhã, também haverá uma audiência pública discutindo o tema. Então, o que se quer é discutir amplamente essa questão do câncer de mama e também do colo de útero, considerando que a Região Norte, inclusive o meu Estado, Roraima, tem uma incidência três vezes maior de câncer de colo de útero do que a média nacional. Isso nos preocupa muito, porque sou do Estado de Roraima. Daí a nossa intenção de discutir também, nesta audiência pública, além do câncer de mama, o câncer de colo de útero, um câncer que é muito fácil de ser detectado inicialmente. E é preciso discutir seriamente políticas públicas que possam se dirigir à prevenção.

Então, a gente propõe campanhas educativas para dar maior visibilidade a essa questão, principalmente para aquelas mulheres que vivem no interior do nosso País, nas comunidades indígenas.

Aproveito para registrar que, no nosso Estado, 15% da população é indígena, e o grande índice, onde se registra o dobro da incidência de câncer de colo de útero em relação ao câncer de mama, é maior exatamente nessa população. E isso se dá exatamente porque nós temos dificuldades em levar essas mulheres indígenas das suas comunidades a um serviço de saúde que lhes assegure um exame de papanicolau preventivo, para um diagnóstico precoce que proteja as nossas mulheres desse câncer que é tão fácil de curar, se estiver diagnosticado precocemente, cerca de 100% de possibilidade de cura. A gente gostaria de agradecer aos nossos convidados.

Vamos iniciar o nosso debate aqui com a participação da Drª Maria Inês Gadelha, que é do Ministério da Saúde, representando aqui o Ministro.

V. Sª está com a palavra.

A SRª MARIA INEZ PORDEUS GADELHA – Muito obrigada. É um prazer estar novamente nesta Casa, onde já vimos discutindo problemas tão importantes.

O que eu gostaria de começar falando é que sou testemunha ocular de todo o processo de melhoramento que tem havido no âmbito da saúde no Brasil como um todo. Eu me formei em 1974 e, desde o meu estágio em medicina, optei pela cancerologia. Então, Senadora, eu tenho, ao longo desses anos todos, vivido o problema, tanto como médica como, após anos de atividade assistencial, na atividade de gestão. E eu posso dizer que a situação já foi muitas vezes pior e também testemunhar que a entrada de novas ideias, com estratégias bem consolidadas, faz uma diferença muito grande no curso dos acontecimentos.

Eu, pessoalmente, vivi no tempo em que havia, no Ministério da Saúde, uma Secretaria chamada SNPS, de Programas Especiais de Saúde, quando se abriu, em conjunto com o Inamps, um programa chamado Programa de Oncologia. Esse programa, que começou a funcionar em 1986, sediou-se no Instituto Nacional do Câncer, em conjunto com a Campanha Nacional de Combate ao Câncer. Até então, o que a gente tinha eram

ações muito dispersas no âmbito da assistência, unicamente da assistência, com uma ausência completa de normativa e de discussão teórico-científica sobre o tema.

De modo que julgo muito salutar esta oportunidade, porque as coisas acontecem por impulsos. Então, nós, em 1987, abrimos o Programa Nacional de Controle do Câncer do Colo Uterino, da mesma forma que abrimos o Programa de Combate ao Tabagismo, abrimos também um programa de educação em cancerologia e iniciamos a discussão para o Programa Nacional de Controle do Câncer de Mama.

Então, ao longo do tempo, o que nós temos visto, com essa minha experiência desde 1974, é que faltava muita informação para fazer o planejamento. A gente planejava muito em cima de séries. Por exemplo, as séries das Pioneiras Sociais, com o Campos da Paz, o pai. Ele simplesmente fazia um programa de controle do câncer do colo uterino muito localizado, mas foi a experiência que o Brasil ganhou em termos de laboratório e que se repetiu em São Paulo, no IBCC, no Instituto Brasileiro de Controle do Câncer, e, depois, com o Deputado Pinotti, que foi um médico muito ativo, muito atuante nessa área.

O que se vê, então, é que, à medida em que o País foi absorvendo conhecimento e evoluindo no sistema de saúde, deu-se um grande impulso com a criação do SUS, porque, com a criação do SUS, possibilitou-se também o desenvolvimento de políticas públicas muito mais abrangentes. Não seria uma política pública da Beneficência, não seria a atuação do Inamps e não seria a atuação de grupos de universidades.

Então, com o SUS, a situação passou a ser muito mais objetiva, do ponto de vista de política pública, e hoje o que a gente tem? Já há mais informação sobre o câncer. Eu fui professora universitária e sentia muita vergonha, quando dava aula, porque eu começava a falar sobre câncer... Por exemplo, eu me lembro muito bem de uma aula sobre câncer no endométrio que começava assim: "nos Estados Unidos..." Quando a gente ia falar de câncer de estômago, citávamos o Japão, e, na América do Sul, falávamos no Chile. A gente não tinha absolutamente nenhum dado que pudesse falar sobre a situação brasileira. E nós, professores de medicina, ensinávamos para os alunos uma coisa que eles teriam de abstrair.

Nesse Programa, em 1986, nós começamos também a estudar, junto com a Agência Internacional de Informação sobre o Câncer, da Organização Mundial de Saúde, e criamos, no Brasil, nesse mesmo programa de oncologia, a parte de registros de câncer. Criamos o Programa de Registros Hospitalares de Câncer e também do Registro de Base Populacional de Câncer. Isso contribuiu muito. Hoje em dia, é difícil ver um professor dando aula ou um artigo científico sendo publicado, de autor brasileiro sobre câncer, que não faça referência às estatísticas nacionais. Então, é uma evolução que houve.

E nós temos, para este ano, uma estimativa de mais de 576 mil casos novos de câncer, dos quais 182 mil são cânceres de pele não melanoma, ou seja, são cânceres basocelular, espinocelular de pele, que são muito mais factíveis de atendimento, porque são de atendimento ambulatorial. Então, restam-nos mais de 350 mil casos que temos de cuidar dentro da política pública.

Assim, quando falamos de câncer de mama, de câncer de colo do útero, especificamente, na verdade contemplamos as especificidades desses cânceres, mas a política pública teria de contemplar todo o arcabouço normativo e operacional para o câncer, porque a anatomia patológica que serve para o diagnóstico de câncer de mama vai servir para outros tantos mil casos. A medicina nuclear, que serve para avaliar metástase de câncer de mama, vai servir para tantos outros mil casos de câncer de próstata e para outros cânceres que metastatizam para o osso.

Então, vamos reduzir para 350 mil, porque o câncer de pele é de operação muito mais simples, e, entre esses, nós temos 57 mil casos por ano de câncer de mama e 15 mil novos casos de câncer do colo uterino. O que estou querendo dizer é que, ao invés de discutirmos serviços, discutamos sistema, a organização do sistema como um todo. E o câncer do colo de útero é um modelo médico, é um modelo de nosológico, patológico, excelente para se fazer uma conformação de um sistema de saúde. Por quê? Porque ele interessa desde a promoção da saúde, ou seja, evitar adoecer, implica a prevenção, ou seja, diagnosticar precocemente, implica o diagnóstico definitivo, no estadiamento, no tratamento, da reabilitação e nos cuidados paliativos.

Então, para enfrentar essa doença, que se costuma resumir ao nome câncer, mas são pelo menos umas 200 doenças diferentes, nós temos de discutir sistema. E, dentro da especificidade de cada tipo de câncer, fazer a sua discussão, como, por exemplo, no caso do câncer de mama, fazer a mamografia, com suas consequências de necessidades diagnósticas, e no caso do câncer do colo do útero, o rastreamento pela CID Patologia, sendo que o câncer do colo do útero é muito melhor modelo, porque a gente pode diminuir a incidência, o que é o mais importante.

No Brasil, se nós acompanharmos as séries históricas de incidência e mortalidade, vamos verificar que é o câncer que tem diminuído de incidência e diminuído em mortalidade. E ele, Senador, é um excelente indicador socioeconômico. Tanto o câncer de mama como o câncer do colo do útero são indicadores socioeconômicos também, porque naquelas populações de menor condição social e econômica, o câncer do colo do

útero é mais incidente, ao inverso do câncer de mama e de próstata no homem, que se fazem mais incidentes na população de melhor condição socioeconômica.

Então, só o fato de um país se desenvolver socioeconomicamente já leva à redução da mortalidade desses cânceres que são, vamos dizer, taxativos dessa condição. Então, há uma redução do câncer de colo do útero, há uma redução do câncer de estômago e há um aumento relativo do câncer de mama... Não, absoluto mesmo, porque a pessoa passa a viver mais e, assim, passa a ter cânceres de uma idade mais avançada, como é o caso do câncer de mama e de próstata etc.

Então, volto a dizer do meu testemunho porque assisti, acompanhei essa redução. Não podemos dizer que só foi pelo sistema de saúde. Não; contribuiu muito a criação do SUS, mas também contribuiu o pequeno desenvolvimento que houve no Brasil, ao longo desse tempo.

Então, se pelo câncer do colo do útero nós temos a condição de reduzir a sua incidência... Ou seja, o papanicolau, o exame preventivo, permite a detecção de lesão pré-neoplásica, que antigamente se chamava de displasia e, hoje, chamamos de neoplasia intraepitelial cervical. Nessa fase não é câncer. Até a fase de carcinoma *in situ* não é considerado câncer. Então, se cuidarmos dessas mulheres, primeiro não deixando que elas adoeçam, tendo uma vida sexual mais saudável, tendo menos infecções de repetição, nós podemos, mesmo assim, fazer com que a incidência desse tumor caia por conta da detecção de lesão pré-cancerosa. Esse é o grande fator, o grande segredo do exame de papanicolau. E, consequentemente, se nós reduzirmos a incidência, vamos reduzir a mortalidade. Menos casos, menos mortes, que é o que vinha acontecendo ao longo do tempo.

Fora o câncer do colo do útero, o único tumor que tem tido diminuída a sua mortalidade é o câncer de estômago, e não é por conta somente do maior acesso a diagnóstico e tratamento; é principalmente pela melhoria socioeconômica e pela conservação dos alimentos. A partir do momento em que o Brasil, a população brasileira, passou a ter mais acesso a geladeira e a *freezer*, a uma melhor conservação de alimentos... Nós não temos um solo como o do Japão ou do Chile, um solo que favorece muito a produção de nitrosamina, daí a grande incidência nesses países, porque o solo deles é muito rico em nitrato. Nós não temos esse problema aqui. Então, uma política pública bem conduzida, uma política de desenvolvimento socioeconômico boa fará com que esses tumores que cravam na população essa chaga de subdesenvolvida, de baixa condição socioeconômica, também se resolva.

Já com relação ao câncer de mama, nós não temos o objetivo de reduzir a incidência, muito pelo contrário. Um programa de rastreamento de câncer de mama aumenta a incidência, mas o que nós procuramos, e isso, hoje em dia, nos últimos anos, nos últimos quatro anos, é bastante contestado, é reduzir a mortalidade. Os epidemiologistas, os sanitaristas e os estudiosos de populações ainda discutem se há uma real redução de mortalidade ou se é um falso ganho de tempo.

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA INEZ PORDEUS GADELHA – Ou seja, se o diagnóstico era dado no ponto *A* e a morte ocorria no ponto *B*, se nós trazemos o diagnóstico para o ponto zero, automaticamente o tempo de sobrevida aumenta e a mortalidade, contada nesse tempo, também reduz.

De qualquer modo, na minha opinião, é um imperativo moral que se faça o rastreamento do câncer de mama num país como o nosso, porque temos ainda muitos casos ocultos, muitos casos dependendo dessa detecção. Para isso é muito importante que o exame seja feito na população que deu o melhor resultado, a melhor garantia de pequeno falso positivo ou pequeno falso negativo.

Resumindo... Eu não sei quanto tempo eu tenho; eu ouvi uma campainha.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Tem mais uns dois minutinhos.

A SRª MARIA INEZ PORDEUS GADELHA – Está bem.

Então, resumindo, o que eu gostaria de dizer é que temos, no câncer do colo do útero, um ótimo modelo; temos, no câncer de mama, estratégias que são conhecidas no Brasil. Podemos reduzir a incidência do câncer do colo do útero. É necessário que todo esforço seja feito. Se toda mulher se submeter a pelo menos um exame de papanicolau na vida, haverá redução da mortalidade da população. Então, isso é muito importante.

Então, o que a gente teria de fazer, na discussão de novas estratégias, é colocá-las no contexto do sistema, não é criar o roteiro ou o sistema do câncer de mama ou o sistema do câncer do colo do útero; é colocá-las no contexto do SUS, respeitando e observando as particularidades que cada tumor desses tem.

Obrigada pela oportunidade e pela compreensão, pois eu não percebi que estavam contanto o tempo.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Muito obrigada, Drª Maria Gadelha, por sua exposição, representando o Ministro da Saúde.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Paulo Sellera, que é Diretor Substituto de Monitoramento e Avaliação do Sistema Único de Saúde.

É o Datasus, não é?

O SR. PAULO SELLERA – Não; é o Demas.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Corrigindo: Demas.

Com a palavra. O Dr. Paulo Sellera.

O SR. PAULO SELLERA – Bom dia a todos e a todas.

Eu queria agradecer o convite das Senadoras Ângela Portela e Ana Amélia.

Apenas um adendo: na verdade, estou representando também o Secretário Executivo, Dr. José Agenor. O Departamento de Monitoramento e Avaliação faz parte da estrutura da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde. E, recentemente, através de um decreto, o Datasus também passou a integrar a estrutura da Secretaria Executiva, como já foi no passado. Na verdade, inclusive, essa volta do Datasus à estrutura da Secretaria Executiva visa também dar maior articulação com o Departamento de Monitoramento de Avaliação, que também lida com informações consideradas estratégicas para o Sistema Único de Saúde.

Eu vou me ater aqui... Eu trouxe uma pequena apresentação, mas não sei se o tempo será suficiente, já que são dez minutos. Na verdade, visa dar uma satisfação, uma transparência a todos os presentes do acompanhamento das metas em relação à ampliação de serviços de diagnóstico, em relação à ampliação a serviços para tratamento de câncer, que nós, pelo Departamento, fazemos mensalmente em relação ao Programa de Controle e Prevenção do Câncer.

Então, se puderem, por favor, passar...

Também procurei colocar, além desse acompanhamento da ampliação de serviços, um pouco do que já é sabidamente um problema em relação ao Sistema de Informação de Câncer, Siscan, que fez parte, inclusive, da pesquisa da Femama em relação à questão do sistema de informações, que faz não somente o acompanhamento, mas também o cumprimento da Lei dos 60 dias.

Então, em relação ao laboratório de citopatologia, a meta de 2014 era estruturar cinco laboratórios nas Regiões Norte e Nordeste. Acho que, com certeza, Inez, atentos a essa questão que já foi levantada, que os maiores problemas que nós temos hoje ainda são nas Regiões Norte e Nordeste, especificamente em Recife, Boa Vista, Manaus, Santarém e Belém. A situação atual, de um mês atrás, quando do último monitoramento, é de que temos dois laboratórios com contratos de repasse em cláusula suspensiva, Pernambuco e Pará. Elas estão canceladas no momento até que sejam equacionados os problemas em relação a essas propostas; três propostas sem pagamento e quatro propostas de equipamentos com recursos pagos: Pernambuco, dois no Pará e um em Roraima, sendo três em licitação – dois no Pará e um em Roraima –, e um em funcionamento em Pernambuco.

Aqui é um quadro que procura exemplificar o eslaide anterior, a situação de cada laboratório de citopatologia e o recurso que está aprovado, o recurso que já foi empenhado, se já foi pago, em que fase se encontra essa estruturação dos laboratórios.

Em relação a serviço de referência para diagnóstico de câncer de mama, a meta ainda é a mesma de 2014, isto é, implantar cinquenta serviços de diagnóstico. A situação atual é de 20 propostas empenhadas, sendo do total 24, sendo três canceladas. Quatorze já estão pagas e cinco desses serviços já se encontram em funcionamento.

Aqui, no quadro embaixo, o detalhamento dessas propostas. Nós temos ainda a liberar sete. Foram reenviadas ao Ministério duas do Mato Grosso do Sul, uma do Ceará e uma de São Paulo. Em diligência, nós temos 14, sendo duas no Ceará, uma no Espírito Santo, duas no Maranhão, nove em São Paulo. Também reenviadas ao Ministério uma do Espírito Santo e duas de São Paulo, e aprovadas, aguardando a portaria para liberação, duas de São Paulo e duas do Maranhão, num total de 30 serviços.

Para tratamento de lesões precursoras do câncer do colo de útero, a nossa meta é a implantação de 20 serviços. Situação atual: 29 propostas empenhadas, ou seja, além da proposta inicial; 27 já se encontram pagas, falta Recife e Grajaú, no Maranhão, e nove desses serviços já estão em funcionamento.

O quadro abaixo é apenas, de novo, o detalhamento.

Em relação à ampliação e à qualificação da assistência oncológica, a meta é de 80 novos aceleradores, através do Plano de Expansão, Projeto Expande, do Inca, e outros convênios. Situação atual: 22 aceleradores adquiridos e instalados, 12 entregues antes de 2011. No Projeto Expande, especificamente, 24 unidades previstas, 18 já entregues, 37 convênios pagos, 54 propostas de aceleradores vigentes, sete de braquiterapia, quatro em funcionamento, em Jaú, Muriaé, Criciúma e Belo Horizonte, e duas propostas canceladas, em Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul, e em Itaperuna, no Rio de Janeiro.

No Plano de Expansão, o contrato foi assinado em 1º de novembro de 2013, no valor de R$119 milhões. São 55 unidades com projeto básico e 18, em relação a 12 no último monitoramento em junho, com projetos executivos aprovados, prontos para licitação e o início de obras.

E, aqui, o detalhamento.

Foi publicado um aditivo em fevereiro deste ano, com extensão do prazo em 90 dias. O contrato definitivo foi assinado em 18 de maio, sendo quatro unidades com ordem de serviço para obras (Campina Grande, na Paraíba; Feira de Santana, na Bahia; Maceió, em Alagoas; Rio Branco, no Acre); 17 ainda não entregaram o projeto básico, três foram excluídos, dois por inviabilidade técnica e um por critério assistencial. Por quê? Não basta apresentar o projeto. A equipe da SAS, junto com uma comissão, vai ao local e vê se há condições, inclusive, de estrutura para poder implantar naquele local que está sendo proposto.

Prazo total estimado.

Depende se é um novo serviço ou se é uma ampliação. Então, aqui é para dar uma ideia da tarefa, realmente, muito morosa, muitas vezes, pela questão de a estrutura a ser implantada. Pode demorar de 556 dias até 736 dias por acelerador linear, sendo 162 dias até a aprovação do Plano de Expansão, em média demora isso por conta de todas as cláusulas que têm de ser cumpridas; 112 dias para a licitação até a contratação – obviamente que esse é um prazo estimado; 180 dias para obras de ampliação ou 360 dias se for de construção; 45 dias para a instalação. Quando se chega na quarta, indo para a quinta etapa do processo de obras, a comissão já informa ao Ministério para que se traga o equipamento para a instalação. A gente não faz isso antes por uma questão de morosidade, e o equipamento, muitas vezes, pode ficar obsoleto, se for trazido e ficar guardado num local, como já aconteceu no passado. Depois, 12 dias para comissionamento, licença final, etc. Isso só para vocês terem uma ideia de que o processo, realmente, é demorado, mas é por conta das etapas de obra e também das etapas técnicas que têm de ser cumpridas.

Aqui o cronograma. Eu vou deixar, obviamente, essa transparência na Comissão para que vocês possam avaliar melhor, com mais tempo. Qualquer informação necessária em relação a isso pode ser pedida ao Ministério. Nós teremos prazer em responder.

Outro problema que foi levantado também é a questão do Sistema de Informação do Câncer (Siscan).

O Siscan, hoje, não está mais sob gerenciamento técnico, do ponto de vista das informações, do Datasus. O Siscan está hoje sob o gerenciamento da SAS, do Departamento de Regulação, do Derac, justamente porque ele tem uma aderência muito grande a sistemas que o Derac, através da SAS, já vem há muitos anos trabalhando, que é o caso do SIA, do BPA-I. Então, a partir de junho deste ano, o Siscan volta para a SAS, subgerenciamento, justamente para podermos trabalhar em relação aos problemas que estão sendo informados pelos Estados, Municípios e prestadores de serviços na sua alimentação.

Então, quais são os principais problemas relatados? Dificuldades no encerramento da competência por inúmeros prestadores; BPA enviado a gestores com inconsistências; dificuldades na operacionalização das ações dos laboratórios tipo 2, que é o monitoramento externo da qualidade; dificuldades de acesso ao sistema e liberação de novos usuários.

Que ações, então, o Derac vem fazendo, a partir de julho deste ano? Além da transferência da gestão do processo em relação ao Siscan, está estabelecendo outros fluxos de trabalho interno também. E também, junto com o Datasus, o estabelecimento de um Disque Saúde específico para tratar dos problemas relacionados ao Siscan. Essa medida visa um ganho de eficiência, um maior controle das demandas recebidas, o que não existia até então.

Estamos numa versão em atualização, com a correção das seguintes inconsistências: o BPA, que estava sendo gerado vazio ou com erro no cabeçalho; erro na geração do laudo, visualização dos retornos dos laboratórios tipo 2, que não localizavam, no módulo de monitoramento externo, os exames de controle de qualidade; criação de rotina automatizada de reprocessamento para os prestadores que tiveram problemas na geração dos BPAs, nas competências maio, junho, julho e agosto, o que já foi concluída, agora em setembro; e ajustes de infraestrutura realizados em alguns equipamentos por parte do Datasus, que englobam os sistemas integrados ao CPA e o Cartão Nacional de Saúde ao Siscan, no desempenho da aplicação e servidor de balanceamento, objetivando melhoras na distribuição de carga de acesso, o que está em andamento neste momento.

O encaminhamento dos demais erros do sistema estão sendo tratados por ordem de criticidade: relatório de prévia, revisão de mensagens de erro, conexão ao barramento do CNES, relatórios gerenciais do Siscan.

Uma retomada importante do projeto de *web service*. Muitos Municípios ou Estados já têm sistema próprio. Então, não tem sentido, na lógica do Sistema Único de Saúde, o Ministério impor um sistema de informação. Na verdade, o Ministério da Saúde tem de ter as informações importantes para o acompanhamento do programa. Isso, estando garantido nos sistemas locais, a gente pode fazer um *web service* e colocar essas informações diretamente dos sistemas locais.

Alinhamento com a equipe do Inca e das doenças crônicas para a revisão dos regramentos técnicos de oncologia, incluindo a avaliação dos formulários utilizados pelo sistema; intensificar a capacitação da equipe de suporte. Como é um serviço novo, a SAS está, junto com o Datasus, capacitando essa equipe para um melhor atendimento através do 136; e a criação de um canal de comunicação entre o Ministério, o Inca e as Coordenações Estaduais na rede corporativa do SUS. Também na lógica de se aumentar mais agilmente a comunicação entre esses agentes. E, ainda, definição de prazo de descontinuidade do Siscolo e do Sismama, desde que observada a completa operacionalidade do Siscan.

Essa é uma questão importante, porque a gente não pode encerrar, de fato, o Siscolo e o Sismama se o Siscan não estiver plenamente aprovado para sua operação no Sistema Único de Saúde.

Acho que consegui falar no prazo.

Aqui, na verdade, é um resumo, como coloquei, do que a gente vem acompanhando em relação à estratégia de ampliar os serviços, qualificar os serviços hoje, tanto de diagnóstico como de tratamento do câncer no País, principalmente focado no câncer de colo de útero e no câncer de mama, e também em um problema, de fato preocupante, que faz com que 32% dos Municípios apenas informem no Siscan e que, entre esses que informam no Siscan, apenas algo em torno de 50%, informam dentro do prazo de 60 dias, conforme prevê a lei.

Então, o Siscan, de fato, é uma ferramenta muito importante. Sem ela vai ser muito difícil a gente fazer esse acompanhamento, tanto da implantação da lei como, de fato, na prática, se as mulheres estão sendo atendidas no prazo colocado pela lei.

Então, estou à disposição para demais esclarecimentos.

Obrigado.

(Soa a campainha.)

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Obrigada, Dr. Paulo.

Eu tenho até uma participação popular aqui, do Fábio Gomes, através do e-Cidadania, que permite que a população acompanhe e participe desta audiência de forma interativa.

O Fábio Gomes faz uma um comentário, e faz uma pergunta:

Também está previsto no PPA de 2012/2015 a implantação de 20 serviços para a ampliação do acesso à confirmação diagnóstica e tratamento de lesões precursoras do câncer de colo de útero até 2015. Até dezembro de 2014, havia 10 serviços. Essa meta será alcançada?

Depois a gente passa a palavra ao senhor para que possa responder ao Fábio, que participa, neste momento, desta audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais.

Passo agora a palavra para o nosso terceiro palestrante, o Dr. José Luiz Pedrini, da Sociedade Brasileira de Mastologia, Editor Chefe da Revista *News* da Sociedade Brasileira de Mastologia.

Com a palavra o Dr. Luiz Pedrini.

O SR. JOSÉ LUIZ PEDRINI – Bom dia, Senadora Ângela, obrigado pela oportunidade. Agradeço também à Senadora Ana Amélia.

Felicito a Maria Inez Gadelha por sua bela apresentação, e ao Paulo também. E só um comentário sobre serviços de informação. Sem informação, nós não sabemos nem quem somos, e, no momento – e trabalho num hospital público, o Hospital Nossa Senhora da Conceição, em Porto Alegre, que é 100% SUS –, o desencontro de informações... As pessoas que estão chegando lá para me pedir informações sobre o câncer de mama não têm noção do que estão fazendo. Eu quero até ser parceiro nessa ajuda.

Cumprimento os Senadores aqui presentes – eu já conhecia o Senador Moka, cardiologista – e os outros...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ LUIZ PEDRINI – Muito bom! Importante! Estão fazendo falta os anestesistas, mas aqui o senhor é mais importante, possivelmente.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – E, no caso, ele ainda é. No meu caso, eu há muito tempo fui.

O SR. JOSÉ LUIZ PEDRINI – Mas continua muito importante.

Sobre o Outubro Rosa a Senadora Ângela já comentou. Senadora, neste ano, a Sociedade Brasileira de Mastologia pautou a sua meta em "nenhuma mulher sem mama". Isso é outra coisa que a gente pode discutir outro dia, ou seja, o absurdo de poucas mulheres terem acesso à reconstrução imediata de mama, na mesma hora. Não há necessidade da mutilação. Está mais do que provado, no mundo inteiro, que a presença ou não da reconstrução mamária não altera em nada a sobrevida; muito ao contrário, melhora. Os serviços médicos têm de começar a cumprir a Lei de 1999, que até hoje não é cumprida.

Fica um exército de mutiladas, mulheres insatisfeitas, perdendo o companheiro, tudo o que já se sabe, não é? Às vezes, por um mutirão – e sou contra mutirão –, fazem uma reconstrução 10, 20 anos depois, e aquilo aparece em jornais. Eu acho que nós temos de ver isso também.

Estratégias mais eficazes para a prevenção e o controle do câncer de mama no País.

O rastreamento, do qual a Drª Gadelha já falou, inclusive. O objetivo de um rastreamento é pegar uma doença importante e ter alguma estratégia que consiga mudar a história natural dessa doença. Em mama é importante que se faça, são 57 mil novos casos, 14 mil mortes por ano, não baixando a mortalidade ainda. Então, a finalidade são os tumores iniciais, antes que eles se tornem potencialmente agressivos e metastatizem; ainda não palpáveis – é o ideal –, o que leva a menos cirurgias agressivas, menos tratamentos sistêmicos.

Sabe-se que, em tumores pequenos, a chance de invadir a axila, que é o primeiro sinal de doença agressiva, nós temos menos de 3% de envolvimento axilar. Isso se o tumor for pequeno; se ele for maior, já são 17% de chances de invasão.

O risco de desenvolver câncer de mama, até os 40 anos, é de 1 para 69 mulheres; dos 50 aos 60 anos, é de 1 para 42 mulheres; e, acima de 60 anos, vai aumentando a chance de ter o câncer de mama. Muitos se baseiam nesse fato para justificar a não realização de uma mamografia antes dos 50 anos.

É caro fazer o *screening* de câncer de mama, fazer o exame em mulheres sadias tentando encontrar lesões pequenas. Os Estados Unidos gastam de US$7 bilhões a US$10 bilhões por ano. É um plano de prevenção. Nos Estados Unidos, cada Estado tem a sua lei. Na Europa, é central em alguns países, quer dizer, existe o *screening*, escrevenina a prevenção de câncer de mama, a prevenção secundária, e, em alguns países, é oportunístico, faz quem quer.

Desde 2009, vem se discutindo quem tem razão. A Europa estabelece a partir de 50 anos a mamografia. Isso em 2009. Isso tem mudado. A American Cancer Society, *em* que pese a sua publicação agora, em 2009, dizia que tinha de começar aos 40 anos. Agora, já está falando em 45 anos. O Inca aos 50 anos, e a Lei nº 11.664 diz que, a partir dos 40 anos, toda mulher tem direito a sua mamografia. É um dever do Estado fornecer, pelo sistema de saúde, seja ele privado ou pelo SUS, a mamografia a partir dos 40 anos.

E essa controvérsia entre por que aos 50 ou aos 40 anos? Na verdade, todos têm razão ou talvez ninguém tenha razão. Não há um consenso em relação a isso.

O Daniel Kopans é um dos principais autores sobre exames de imagens em mama. E ele fala, muito claramente, que não existem estudos que confirmem alteração abrupta do risco somente a partir dos 50, que a partir dos 40 anos a mulher já está suscetível, com maior intensidade, ao câncer de mama, embora existam mulheres mais jovens do que isso com a doença.

Não existe evidência científica sobre a diminuição da mortalidade com o uso do *screening* somente para mulheres com alto risco. Ele disse que o *screening* não é só para as mulheres que não têm aquela alteração do BRCA, que não tem aquele caráter familiar, de múltiplos familiares com câncer de mama; ele deve ser feito para todas as mulheres da população, porque de 75% a 90% dos casos de câncer de mama aparecem esporadicamente, eles não são só naquele grupo de risco, eles aparecem nas mulheres da população, em geral.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Dr. Pedrini, sempre houve essa questão de característica familiar. Isso está sendo desconsiderado? Eu entendi o que ele disse, ou seja, de que se deve levar em conta essa questão familiar, mas que isso pode aparecer esporadicamente, isto é, não é só a paciente que teria o chamado alto risco.

Como é isso? Desculpe-me, fiquei meio confuso.

O SR. JOSÉ LUIZ PEDRINI –

O SR. JOSÉ LUIZ PEDRINI – Senador, 90% das mulheres que apresentam o câncer de mama não têm uma linha familiar. Noventa por cento são esporádicos, ocorrem em mulheres com o risco considerado médio.

O que é o risco médio? Ser mulher, estar vivo e a depender da idade. Que outras causas? Não ter filhos ou ter o primeiro filho mais tarde, o que aumenta o risco do câncer de mama. A hereditariedade de que falamos, mas esse risco familiar, hereditário, representa 10% do total de cânceres. As mulheres que têm essa característica têm uma chance muito grande de ter câncer de mama, mas 90% dos casos de câncer de mama encontrados no Brasil é aleatório; aparece não se sabe exatamente o porquê.

Como a Drª Gadelha falou anteriormente, o fato de se ter maior desenvolvimento socioeconômico aumenta também a chance do câncer de mama.

Outro viés, outra dificuldade que se tem é que a população tem crescido de forma diferente. Na década de 80, essa era a pirâmide social: muitas crianças e pouca gente lá adiante. Hoje, a partir dos 40 anos, nós já temos um contingente muito maior de mulheres. Se considerarmos aqui as Regiões Norte e Sul, a diferença se acentua mais nessa pirâmide social, com menos criança e a faixa de idade aumentando. Então, nós temos mais gente a partir de 40 anos do que se tinha há alguns anos.

As indicações de rastreamento, esse *screening* do câncer de mama. O Inca preconiza iniciar aos 50 anos e fazer uma vez a cada dois anos. A Sociedade Brasileira de Mastologia, o Colégio Brasileiro de Radiologia e a Febrasgo emitiram documento em conjunto considerando que a mamografia deva ser feita a partir dos 40 até os 70 anualmente.

Na verdade, com todos esses vieses – a Europa adotando uma idade, os Estados Unidos outra, Inca e Ministério da Saúde outra, as sociedades organizadas, as sociedades de medicina dando outra idade –, fica uma confusão de dados que, realmente, cria a necessidade de, em conjunto, estabelecer-se uma meta do que é importante para a nossa população.

Então, saíram daqui as recomendações do Colégio Brasileiro de Radiologia, da Sociedade Brasileira de Mastologia e da Sociedade de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo): mamografia, de 40 a 69 anos; ultrassonografia, nessa faixa de 40 a 69 anos, quando indicado ou quando a mama é muito densa; e ressonância magnética individualizada, principalmente em mulheres de alto risco. Então, a recomendação, o consenso é esse: de 40 a 69 anos, uma mamografia anual. Ultrassonografia não é método de detecção isolado e não deve ser feito isoladamente.

Por que iniciar a mamografia aos 40 e não aos 50? Redução da mortalidade. Há um estudo canadense e um estudo britânico que vou mostrar a seguir. Outra situação é que 25% dos casos de câncer de mama, no Brasil, ocorrem entre 40 e 50 anos. Temos, sim, mamógrafos suficientes no Brasil. A paciente que inicia a mamografia aos 40 anos vai ser mais aderente aos 50, ou seja, aos 50 ela vai continuar fazendo, isso se comparada àquelas que vão iniciar só mais tarde, que talvez nunca façam.

Esse é um estudo canadense, um estudo grande. Pegaram mulheres entre 40 e 74 anos. A conclusão é que às que participaram do *screening* de mamografia, no Canadá, foi associada uma redução de mortalidade grande. Foram escolhidas num braço... Foram 27 mil mamografias, um número grande.

"A participação em programa de rastreamento mamográfico, no Canadá, esteve associada com substancial redução de mortalidade por câncer de mama."

Esse é o dado importante nesse estudo canadense. Aqui é o risco padrão de ter câncer de mama. Tanto em mulheres entre 40 e 50 anos como entre 50 e 60 anos, houve redução da mortalidade. Aqui é a mortalidade para menos. Aqui os vários locais do Canadá em que foi feito esse estudo. Ela é efetiva, sim, entre os 40 e 50 anos.

Esse é um dado recente, é de julho de 2015, um estudo feito na Inglaterra, com um número grande mulheres acompanhadas por 17 anos. Então, havia um grupo convidado a fazer a mamografia a partir dos 40 anos e outro a partir dos 50 anos. Os resultados foram os seguintes: rastreamento anual em mulheres entre 40 e 50 anos, em 53 mil mulheres que faziam mamografia e em 106 mil que só faziam o controle médico anual e o autoexame.

"Após 17 anos de seguimento, houve 16% na redução da mortalidade".

Nos dez anos iniciais foi mais impactante; foi de 25% a redução da mortalidade. Claro que, ao longo do tempo, muitas mulheres vieram a falecer um pouco mais adiante disso.

Esse é um trabalho publicado nas revistas brasileiras, mostrando que aqueles lugares, como Barretos, têm um sistema muito bem monitorado de pacientes... Aqui são os estágios clínicos da doença: 1, 2, 3 e 4. Aqui é o bem inicial, *in situ,* quando ainda não é câncer. Olha o número maior, em quem faz mais exames, declinando para a doença avançada; ao contrário de outros lugares, que mantêm uma média, ainda, de quase 70% de tumores avançados, com a mama e a axila tomadas.

Então, o *screening* é importante de ser feito, sim.

O câncer de mama em mulheres jovens é mais frequente nos países em desenvolvimento. Dinamarca, Reino Unido, Austrália, Canadá e Alemanha têm uma proporção pequena de mulheres jovens com câncer de mama. Já, nos países em desenvolvimento, a proporção diminui: há mais mulheres jovens tendo câncer de mama, o que justifica o rastreamento anterior.

Aqui é um dado também do Brasil: a incidência de câncer de mama entre 40 e 49 anos é de 26%. A distribuição de mamógrafos não é a mais adequada, mas existe uma distribuição. No Amapá, temos um mamógrafo para 16.138 mulheres em fase de fazer o *screening*.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ LUIZ PEDRINI – No Norte, é um para 8 mil; no Nordeste, é um para 8.100. A Região Sudeste é onde se concentra uma melhor proporção entre mamógrafos e pacientes.

Com relação ao tipo de mamógrafo, os dois são bons, o DR, que é esse...

Eu tenho mais um tempinho?

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Sim; pode continuar.

O SR. JOSÉ LUIZ PEDRINI – Então, posso terminar a apresentação.

Mas, isso não é importante; o importante é o número que temos.

Com relação à cobertura mamográfica no Brasil, os dados não são os mesmos. Por Pesquisa de Amostra de Domicílio, nós temos 71% das pessoas fazendo mamografia; o IBGE diz que são 60%; e a Rede Goiânia diz que são 24%.

Mais importante, senhores, do que ter mamografias à disposição – e nós já temos, o Ministério da Saúde fornece um volume razoável, tanto que não tem muita gente esperando por uma mamografia –, é a questão da qualidade. Existe um selo de qualidade fornecido pelo Colégio Brasileiro de Radiologia, pela Febrasgo e pela Sociedade Brasileira de Mastologia, o Colégio Brasileiro e a Sociedade de Ginecologia e Obstetrícia, que é a imagem fornecida pelo aparelho, o profissional que a interpreta e a auditoria. Aí tem de entrar a Anvisa, através da Vigilância Sanitária, a Sociedade de Medicina controlando esse profissional, e o prestador de serviços tem de, a cada ano, demonstrar quantos cânceres novos conseguiu por mil mamografias feitas, quantos BI-RADs 0, 1, 2, 3, 4 e 5. No ano seguinte, faz-se a checagem e, no ano seguinte faz-se a checagem.

Dr. Paulo, não é difícil fazer isso, mas precisamos evoluir nisso.

Em 2005, fizemos uma representação junto ao Ministério Público do Rio Grande do Sul contra os maus exames. Na época, todos os serviços do Rio Grande do Sul foram notificados por irregularidades, vários foram fechados temporariamente. O Inca, em 2006, constatou o mesmo.

O plano de ação que nós temos é que mamografia seja um exame com selo de qualidade fornecido pelas sociedades de interesse com a saúde mamária, a fim de vermos se conseguimos diminuir essa situação, ou seja, a diminuição da mortalidade só aconteceu nesses Estados que estão em verde e aumentaram ainda nesses Estados em vermelho, na zona urbana, e, na zona rural, só diminuiu em São Paulo a mortalidade por câncer de mama. Nós temos de melhorar.

Surgiu agora, recentemente, essa publicação da American Cancer Society dizendo que o autoexame das mamas e exame médico anual não serve para diminuir a mortalidade por câncer de mama e que a mamografia associada à ressonância magnética em mulheres com alto risco é uma recomendação importante para diminuir a mortalidade também. As recomendações que saíram agora e que geraram grande polêmica na mídia é que a American Cancer Society estabelece que o *screening* deve ser dos 45 aos 54 anos, feito anualmente. Quem tem mais de 55, a cada dois anos; ou anual, se preferir. Entre 40 e 44 anos, a mulher só fará mamografia se ela assim o desejar. Mas tem que estar sabendo que a mamografia pode ter resultados duvidosos.

O rastreamento do câncer de mama, no Brasil, concluindo aqui, inicia aos 40 anos, anualmente. Mamografia digital é preferível sobre a analógica, mas as duas são boas desde que bem feitas. Não tem problema. O ultrassom e a ecografia em mamas densas. Ressonância, em casos de alto risco. Não há necessidade fazer ressonância magnética como rotina. Além de caro, além de irradiar a paciente, ela não vai acrescentar muito mais. Exames de qualidade. Buscar formas para melhorar o acesso.

O acesso à saúde é que continua sendo importante. Não adianta só fazer o diagnóstico ou assustar aquela paciente. Tem que fazer com que ela tenha para onde levar o exame.

A cobertura mamográfica no País ainda não atingiu a taxa recomendada, mas nós estamos no caminho. Em geral, mais de 50% das brasileiras têm feito mamografia pela saúde suplementar, e é necessário desenvolver ferramentas para que as mulheres façam o exame. Muitas mulheres fogem. Não adianta só oferecer; temos que fazê-las fazer os exames, tanto o de colo uterino como a mamografia.

O Programa Nacional de Qualidade é incipiente e precisa ser melhorado. E vamos estabelecer que o nome "mamografia" seja reservado para aquele serviço que oferta exames com o padrão de qualidade. E cumprir a lei de 60 dias.

Só pra finalizar aqui, eu queria apresentar uma cartilha que nós fizemos. E eu queria, de público, agradecer à Senadora Ana Amélia Lemos, pois, através do seu instituto, o Instituto Milton Campos, propiciou a feitura, a impressão dessa cartilha, que fala algumas coisas sobre as condições de vida e também da importância da mamografia, ou seja, de se fazer o exame.

E, infelizmente, lembrar que, ainda, apenas 10% das mastectomizadas conseguem a reconstrução da mama. Nós queremos todas façam no momento da cirurgia.

E as evidências que a gente vai discutindo ao longo do tempo mudam as nossas condutas.

Muito obrigado. Desculpe-me por ultrapassar o tempo.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Muito obrigada, Dr. José Luiz Pedrini por apresentação muito esclarecedora em relação a esses dois tipos de cânceres que tanto afetam as mulheres brasileiras.

Nós temos aqui a relação de oradores inscritos. A Senadora Ana Amélia seria a primeira por ser também a autora do requerimento, mas temos aqui inscritos a Senadora Regina Sousa, o Senador Eduardo Amorim, o Senador Waldemir Moka, o Senador Dário Berger e o Senador Elmano Ferrer.

Passo a palavra, agora, à Senadora Regina Souza, a primeira inscrita aqui.

Agradeço a presença do Deputado Wellington Prado, que é do PT de Minas Gerais.

Obrigado por sua presença nesta audiência pública.

E agradeço também a presença do nosso Presidente, Senador Edison Lobão.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Bom dia, Srª Presidenta, Srs. Senadores, senhores convidados.

Tenho algumas perguntas. Quando eu cheguei, já haviam se passado algumas falas, mas uma pergunta se refere a uma experiência própria: mamografia e ultrassom juntos é necessário?

Pergunto porque os meus médicos sempre pedem as duas coisas. Eu faço as duas coisas. Então, por que fazer? Eu sempre duvidei disso, daí estar fazendo a pergunta hoje.

A questão da anuidade, ou seja, de fazer anualmente. Eu tive um nódulo – não era maligno, graças a Deus –, já quase com 60 anos. E eu fazia o exame todos os ano. No ano em que eu não fiz, porque esqueci, com a agitação, com a vida agitada, eu passei um ano que espantei. O mastologista ligou para mim e disse: "você não fez mamografia". Aí deu um nódulo que era 60% de chance. Eles me apavoraram; eu chorei muito, porque era 60% de ser maligno. Mas, graças a Deus, quando foi feita a biópsia, constatou-se que não era. E eu o retirei.

Mas, quanto a essa questão de ser anual, há algum estudo científico dizer que tem de ter esse espaço de tempo necessariamente? Porque deixei de fazer um ano e aconteceu – e não era apalpável!

A questão é que eu queria perguntar sobre... O senhor falou da questão da qualidade, da irregularidade. Que tipo? Eu ouvi um especialista falando que aquelas carretas, a mamografia móvel, que o Governo do meu Estado está fazendo, por conta das distâncias das cidades para a capital e porque praticamente só as grandes cidades têm mamógrafo... E, aí, aquelas pessoas que já têm uma rejeição ao exame, já têm medo do exame, porque todo mundo que faz diz a barbaridade que é. Eu acho bárbaro. E não entendo por que tem de ser daquele jeito. Não é nem o tamanho da dor, mas aquele impacto que assusta.

Aí, como dizia, eu ouvi alguém questionando a qualidade da mamografia feita naquelas carretas, porque parece que, por conta das estradas, o aparelho pode... Mas, no meu Estado, há carretas andando nos Municípios fazendo mamografia com equipe especializada multifuncional. Então, u queria saber se tem a ver também sobre isso.

A questão dos 40, 50 anos. O problema é o que eu disse: o acesso. Dadas as distâncias, as mulheres não se deslocam para fazer o exame. Até vão fazer outras consultas, mas para a mamografia elas não se deslocam. Pode haver mamógrafos suficientes, mas a questão é a distribuição na região.

Quanto à polêmica que se levantou aqui, ou seja... Há projetos de lei aqui falando que a mulher tenha direito a fazer, independente de indicação médica. Queria que vocês comentassem também, porque eu fico preocupada. Se a mulher já é mais cuidadosa com a saúde, se já é mais apavorada com algumas coisas, por qualquer dor que ela sentir, por qualquer coisa que ela sentir no peito, ela corre para fazer uma mamografia sem que seja indicada? Essa é uma polêmica. Há uns projetos de lei aqui...

É de V. Exª esse?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – É da Vanessa.

Queria que os senhores pudessem comentar também.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Obrigada, Senadora Regina.

Eu vou propor que nós, primeiramente, ouçamos os Senadores, para que façam seus questionamentos, as suas perguntas, e, em seguida, a gente passa para que vocês possam responder.

Senador Eduardo Amorim, com a palavra.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Bom dia a todos. Bom dia a todos da mesa, a todos os colegas Senadores, a todos os que nos assistem pela TV Senado, que nos acompanham pela internet.

Presidente, dois questionamentos. Primeiro, uma questão de ordem. Eu apresentei um requerimento há algum tempo e gostaria, se possível, depois de terminada a audiência pública, de apreciar. Na verdade, seria uma continuidade desta audiência pública, agora chamando outras entidades para discutir realmente essa questão da política de combate ao câncer.

Gostaria que depois, se possível, pudesse ser apreciado.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Claro. Nós vamos atender a sua questão de ordem.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Obrigado, Presidente.

A pergunta que faço é exatamente para o Dr. Paulo.

Dr. Paulo, há algum tempo, um mês atrás, o Bom Dia Brasil fez uma matéria sobre esses aparelhos de radioterapia adquiridos pelo Ministério da Saúde. Dos 80 aparelhos, segundo ouvi na matéria, apenas alguns pontos estariam sendo instalados. E vejo aqui, nos seus eslaides – não sei se é possível demonstrar de novo, até para a gente tirar essas dúvidas – algo bem diferente do que foi apresentado naquela matéria. Dos 80 aceleradores, segundo o seu eslaide, 22 aceleradores adquiridos, e todos já foram entregues em 2011 mesmo. No Projeto Expande, das 24 unidades previstas. 18 entregues. Dos convênios, 37 pagos.

Eu queria que o senhor detalhasse esse eslaide, porque essa é uma batalha que, no meu Estado, no Estado de Sergipe, a gente vem perdendo. O Governo do meu Estado prometeu, há muitos anos, construiu o nosso Hospital do Câncer. Eu, como médico, não só com anestesista, mas também como especialista em dor, sou membro da Sociedade de Oncologia do meu Estado e sei que essa batalha a gente vem perdendo, porque recursos foram mandados, depositados em conta, e, Senador Moka, uma parede sequer foi construída. Isso há mais de cinco anos!

O aparelho de radioterapia que nós temos, o acelerador que nós temos é do século passado; é de quando ainda era Ministro o Senador José Serra – 2002. Eu era o coordenador do centro de oncologia. Então, não é por falta de recursos.

Quando eu vi que o Ministério da Saúde havia adquirido esses 80 aceleradores, pensei: "Olha, pelo menos dois ou três irão para o meu Estado, e vamos começar vencer essa batalha". Mas, infelizmente, o genocídio do povo sergipano continua, fruto da omissão creio que lá do Governo meu Estado ou, talvez, com a conivência do Ministério da Saúde.

Então, queria que o senhor esclarecesse de quem é responsabilidade da construção. São das entidades, do Ministério da Saúde? Por que não foram entregues? Segundo ouvi na matéria, apenas quatro centros estavam sendo construídos, exatamente aqueles que o senhor citou: em Maceió, no Ceará, em Feira de Santana... Então, queria que o senhor detalhasse esse eslaide e dissesse qual a situação desses 80 aparelhos. Todos foram pagos? Ou eles são pagos à medida que são solicitados? Como é que foi feita essa compra?

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Primeiramente, nós vamos ouvir os Senadores; depois, a gente passa. É o que eu proponho. Habitualmente se faz dessa forma.

Passo a palavra agora para o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – É evidente essa questão. Eu, por exemplo, preocupo-me muito com o seguinte: feito o diagnóstico, a pessoa recebe o diagnóstico e, aí, começa a batalha, porque a pessoa sabe que tem a doença, seja ela o câncer de mama ou de colo de útero. Mas, aí, a Lei dos 60 dias que não acontece. Daí o desespero dessas pessoas, porque elas sabem que, a cada dia que passa, aquilo só tende a se agravar, principalmente em se tratando de câncer de mama. Por exemplo, eu tive um professor que dizia que câncer de mama dá metástase até em pé de mesa. Então, é uma loucura. Começa com câncer de mama, pulmão, cérebro, coluna. Aí acabou. A pessoa está...

Então, essas coisas têm de caminhar paralelamente. Quer dizer, nós temos que ampliar os centros de diagnóstico, mas, ao mesmo tempo, nós temos que oferecer a esses pacientes o acesso ao tratamento, porque, senão, não adianta. Você só aumenta o tormento. A pessoa recebe o diagnóstico e não tem acesso ao início do tratamento. E, aí, a cada dia que passa, você imagina uma mulher ou uma outra pessoa qualquer, com diagnóstico firmado de que tem um câncer de mama ou de útero, e ela não tem acesso ao tratamento, a iniciar o tratamento. Imagine, Senadora Angela, o desespero dessa pessoa.

Eu não tenho pergunta, mas eu acho essas coisas têm que trabalhar juntas, porque, senão, nós vamos discutir, discutir, e as coisas vão continuar.

É claro que eu vejo avanços. O Outubro Rosa ajudou e muito. Hoje se propagou muito isso; isso é uma realidade. Tem aumentado a informação. Há que se reconhecer isso, mas ainda muito aquém da necessidade do que se precisa.

Campo Grande, por exemplo, eu olhei aqui nessa lista, não tem nem previsão, e nós temos um histórico lá – não quero entrar em detalhes aqui, porque é polêmica essa história lá – que é o tipo da coisa que eu...

Agora o cara não se forma ais em medicina; ele é bacharel em Medicina. Isso a última invenção de moda do MEC: bacharel em Medicina. Eu nunca vi isso na minha vida.

São coisas que eu gostaria de discutir, sobretudo com os colegas, a necessidade de se defender isso. Como na sua palestra falou o Dr. Luiz Pedrini, não adianta aumentar os exames que podem fazer o diagnóstico precoce... E a Drª Maria Inez Gadelha disse que, quanto mais precoce for o diagnóstico, maiores são a chance e o poder de resolutividade desse tipo de doença. Isso é fundamental! Se você pegar um câncer no início, as chances de isso se resolver ou de resolver satisfatoriamente são muito maiores.

Eu não tenho perguntas, Senadora Angela, mas agradeço a oportunidade dessa discussão e concluo dizendo o seguinte: eu gostaria sempre de discutir estas duas coisas juntas, ou seja, aumentar o número de

oportunidades de diagnóstico e, sobretudo, de doenças em que, quanto mais precoce o diagnóstico, maior é a chance de você ter um tratamento ideal. E, claro, diminuir o tempo que essas pessoas lamentavelmente ficam a esperar, em filas intermináveis, para começar o tratamento, com um tormento: sabendo que têm uma doença muito grave e que pode levá-las à morte.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Muito bem, Senador Waldemir Moka.

Passo a palavra agora ao Senador Dário Berger. (*Pausa.*)

Ele saiu.

Senador Flecha Ribeiro, então, com a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Bom dia a todos; bom dia, Presidente, Senadora Angela Portela, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, senhores convidados a esta audiência pública da CAS, Drª Maria Inez Gadelha, que representa o Ministro da Saúde; Dr. Marcelo Castro; Dr. Paulo Sellera, Diretor do Departamento de Monitoramento e Avaliação do Sistema Único de Saúde; Dr. José Luiz Pedrini, Vice-Presidente para a Região Sul da Sociedade Brasileira de Mastologia.

Senadora Angela Portela, eu não tenho formação acadêmica na área da saúde, mas venho aqui tratar, como cidadão, de algo que atinge a todos nós; atinge diretamente a todos nós, porque diz respeito à vida, ao bem mais precioso que Deus deu a cada um de nós.

Nós estamos em pleno Outubro Rosa. Foi aqui dito que o Outubro Rosa veio para mobilizar a consciência da sociedade brasileira e, em especial, daqueles que podem e devem atender a todos os brasileiros na área da saúde com relação ao câncer de mama.

Eu fui surpreendido, na quarta-feira passada, com a visita de duas senhoras de Belém ao meu gabinete. Elas tinham vindo participar de um encontro na Câmara sobre o Outubro Rosa e sobre o câncer de mama, onde vieram fazer um apelo dramático – dramático. Todas as duas tiveram câncer de mama: uma delas, dentista de profissão, Senador Eduardo, com câncer mama com metástase no pulmão e na base da língua; a outra iniciou com câncer de mama que fez uma metástase nos ossos.

Sabiam ambas que estavam com os dias de vida contados. E diziam, na sua coragem, que, enquanto tivessem vida, elas queriam se dedicar a ajudar que outras pessoas não passassem pela situação que elas estavam passando, engajadas que estão no movimento de prevenção ao câncer de mama, e não só ao câncer de mama, mas a todo tipo de câncer.

Já foi dito aqui – e é importante – da necessidade do Ministério da Saúde, do Governo no atendimento da saúde básica, na prevenção. Não é só o câncer. Está provado que a possibilidade de cura é maior do que 90% se ele for diagnosticado previamente, no início. Então, ele é curável hoje em dia. Mas temos doenças silenciosas que matam e gastam recursos públicos desnecessariamente. É o caso do diabetes, que leva ao problema renal, que leva à hemodiálise, que leva o paciente ao transplante ou ao óbito. Como é o caso da hipertensão, que é silenciosa também e acaba levando o paciente a um AVC, com consequências graves senão a óbito. E outras, como a hepatite C. São doenças que são silenciosas e que podem e devem ter uma prevenção por parte do Ministério da Saúde com exames periódicos. Os exames periódicos não custam caro e vão trazer o benefício de não se ter que gastar recursos enormes quando chegam ao estádio em que são essas duas senhoras que nos vieram até aqui.

Elas vieram ao meu gabinete me trazendo uma portaria, a Portaria nº 01, da Secretaria de Tecnologia, cujo secretário é o Dr. Adriano Massuda. Eu fiz uma solicitação de uma audiência a ele no mesmo dia, ele atendeu. Eu quero aqui de público agradecer a ele a forma bastante ágil como ele fez o atendimento. E reuniu toda a sua equipe. Não só ele, como o adjunto, como os técnicos, e nos atendeu com as duas senhoras, que relataram. Eu praticamente não precisei falar. Eu só deixei que elas falassem ao Dr. Adriano e à sua equipe o que estavam sentindo. Queriam elas entender por que que o Ministério da Saúde tinha mudado a questão da idade para o acompanhamento do câncer de mama por mamografia para a idade de 50 a 69 anos quando era de 40 a 69 anos.

Então, a pergunta, o Dr. Adriano me pediu que eu fizesse por escrito o pedido de informações. Eu o fiz e encaminhei a ele. Mas fiz um procedimento ontem não só sobre essa questão, mas sobre a questão do atendimento da saúde de um modo geral aos brasileiros.

O SUS, o ex-Ministro Chioro, antes de deixar o cargo, deu uma declaração de que a saúde no Brasil estava em colapso. Ou seja, não tinha como atender os brasileiros. A tabela do SUS, fiz também uma referência ontem, não é corrigida há 10 anos. Há 10 anos. Então, o que acontece? Os exames que são feitos e pagos de uma forma subfinanciada acabam, na realidade, eu acredito, Senador Moka, Senador Eduardo, que são médicos, que acabam sendo feitos não com o rigor que deveriam fazer. Eu vou usar a palavra rigor para não usar algo mais forte.

Eu pergunto aos representantes do Ministério da Saúde, primeiramente, isso, com relação ao atendimento da área da saúde, ao orçamento, à necessidade de recursos. Não me venham com resposta de dizer que o pro-

blema da saúde é a aprovação da CPMF. A própria Presidente da República já declarou que os recursos da CPMF, se aprovados, não irão para a Saúde. Irão para atender ao déficit da Previdência. Ou seja, não é mais problema de recursos. Eu acredito que recursos sempre são necessários. Mas o que falta para a Saúde no Brasil é gestão. É um problema de gestão. É fazer funcionar aquilo que já está instalado e que não funciona. Não funciona.

Nós aprovamos aqui, a Senadora Ana Amélia tem projetos, me parece que é seu, Senadora, o projeto para atendimento em 60 dias.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu fui Relatora desse projeto. Era de autoria do ex-Senador Osmar Dias e estava desde 97 na Casa. Ele foi aprovado e sancionado pela Presidente da República. É para que o SUS, em até 60 dias, inicie o tratamento após o diagnóstico do câncer. Mas é preciso um cadastro, e o Ministério ainda não tem uma estrutura adequada para fazer. As exigências para isso é que estão dificultando que se inicie e cumprimento da lei. O próprio Ministério Público Federal está fazendo avaliações junto com o TCU.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu acredito... Quero parabenizar a Senadora Ana Amélia por ter relatado um projeto de 97, né, Senadora Ana Amélia? De 97, e nós estamos 2015.

Agora, é um absurdo você ter que fazer uma lei, o Congresso brasileiro ter que aprovar uma lei para que o SUS atenda o paciente com diagnóstico de câncer em 60 dias, que já é um prazo que pode levar a complicações que não têm retorno. Não precisava de lei. Isso não precisa de lei. Precisa de gestão, de atendimento, de consciência do Executivo e do Ministério da Saúde nesse sentido.

Então, eu perguntaria...

Me foi dito também pelo Dr. Massuda que essa compra de 80 equipamentos para radioterapia, que serão distribuídos. Mas é preciso, e eu já estive, Senadora Angela Portela – e isso seria interessante a Drª Maria Inez poder esclarecer –, eu já estive com alguns Ministros da Saúde, pelo menos uns três ou quatro, questionando que a regulamentação para cadastrar serviços no Ministério da Saúde tem de ser flexibilizada, atendendo evidentemente as condições de segurança para as regiões, as diferentes regiões do nosso País. Para você cadastrar no Ministério da Saúde para ter o reembolso por parte do Ministério dos atendimentos de média e alta complexidade, por exemplo, na radioterapia, a exigência é de que você tenha dois físicos nucleares por sistema instalado. No Pará, tem um físico nuclear e tem quatro unidades de radioterapia espalhadas no território. Como é vai ser credenciada essa unidade no sistema de saúde?

Ou seja, o Governo, o Ministério da Saúde não retorna ao Estado o tratamento em radioterapia. O Estado tem que bancar. Por isso os Estados gastam mais do que os 12% constitucionais na Saúde, os Municípios gastam muito mais do que os 15% constitucionais na área da Saúde.

Então, a minha pergunta para a Drª Maria Inez é exatamente com relação aos atendimentos. Primeiro, o reajuste da tabela do SUS, a questão do orçamento da Saúde e da gestão na área da Saúde.

E para o Dr. José Luiz Pedrini, me foi dito, Dr. Luiz, algo sobre os Estados Unidos – e eu tenho a matéria do *Estadão* que me deram nessa reunião com Dr. Massuda. Segundo a manchete, "os Estados Unidos recomenda a mamografia anual a partir dos 45 anos".

Mas a Sociedade Brasileira de Mastologia não concorda com isso. Ela discorda. Então, há dúvida. Diz que as mulheres brasileiras têm tido a incidência do câncer de mama com uma idade menor do que os 45 anos e menor do que os 40 anos.

Então, gostaria de ter também a opinião da Sociedade Brasileira de Mastologia com relação a essa portaria do Ministério da Saúde.

E o Senador Lasier entrou, Senador Ana Amélia, com um projeto de decreto legislativo para tornar nula essa portaria. Está tramitando no Senado Federal. E vamos agilizar o encaminhamento, Senadora Angela Portela, para que posamos realmente tornar sem efeito a portaria.

E eu vou ouvir do Dr. José Luiz como é que a Sociedade brasileira Mastologia vê a portaria e o risco que a mulheres vão correr quando você eleva para 50 anos o acompanhamento de mamografia.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Muito obrigada, Senador Flecha.

Muito bem,

Agora, eu passo a palavra para uma das autoras do requerimento para a realização desta audiência pública, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Até para esclarecer ao Senador Flexa. Em 2013, o Ministério da Saúde fez duas portarias sobre a questão da mamografia. Uma em 2013 e agora renovou a mesma portaria.

Em 2013, eu fiz um projeto de resolução, assim como referido pelo Senador Flexa Ribeiro, que está ainda na CCJ. Em 2013. Nesse meio tempo, lá na Câmara, com mais rapidez, a Deputada Carmen Zanotto, que é

muito vinculada e atenta às questões de saúde, fez o mesmo projeto. Foi aprovado e veio para o Senado. Eu até pedi à minha assessoria...

É uma outra. Exatamente. Com o mesmo modo de limitar.

Eu penso que, mesmo reconhecendo, e referia novamente o que aconteceu domingo. O Fantástico mostrou dois casos de jovens. Uma, inclusive, estava grávida e teve que fazer mastectomia, câncer, ela grávida. Teve um filho é perfeito. Iniciou a quimioterapia. Uma outra era noiva e, ao saber do câncer, fez a quimioterapia e casou, não mudou a rotina dela. Casou. Casou de véu e grinalda, com a cabeça raspada, com um boné branco. Uma história belíssima.

Agora, antes falando com Dr. Pedrini, lá no Rio Grande do Sul, ele é mastologista reconhecido de dois grandes hospitais, do Grupo Hospitalar Conceição e do Hospital Ernesto Dornelles, que são referências também nessa área, operou uma jovem de 33 anos com câncer.

Então, nós temos a mutação genética ou os hábitos alimentares, os hábitos de vida, uma série de fatores influem nessa questão do câncer. Então, eu penso que tudo que for possível fazer será feito.

Eu queria, primeiro, agradecer ao Dr. Pedrini, pedir desculpas aos nossos expositores. Eu venho acompanhando esse tema com a Senadora Angela e todos os demais colegas Senadores aqui são médicos. Nós somos generalistas, mas aqui há médicos. O Senador Moka, o Senador Eduardo Amorim, que são especialistas. Mas eu tenho acompanhado isso. Eu só queria pedir desculpas sinceras por não ter ouvido a exposição do Dr. Pedrini, mesmo reconhecendo todo o trabalho relevante que ele faz tanto pela Sociedade Brasileira de Mastologia como lá no Rio Grande do Sul. Eu estava, sou Presidente da Comissão da Agricultura, recebendo uma comissão do Irã, uma comissão parlamentar de oito parlamentares e mais o embaixador e o chefe, o presidente da Comissão de Agricultura do Irã. Então, isso já estava marcado, e eu não podia, como sou Presidente, tive que fazer. E os outros Senadores estão também com comissões. Então, me coube isso. Por isso peço desculpas aos senhores. O motivo foi relevante.

Quando o Dr. Paulo falou muito dos novos mamógrafos que serão instalados, o senhor falou em empenhos, em empenhados. São frutos esses novos mamógrafos de emendas parlamentares? Pela distribuição nos Estados? Ou são frutos do orçamento próprio do Ministério da Saúde? É do Ministério da Saúde?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Bom. Isso é importante saber.

Quando se fala em acelerador, até eu conversei com a Drª Maria Inez, porque recebi uma informação de que, em 2012, foram comprados 82 aceleradores lineares e que não haviam sido usados. Eu até usei uma expressão: estão lá empoeirados, guardados, encaixotados. Estavam lá as duas moças do Pará, no dia lá na Câmara. Falei no senhor. Aí a Drª Maria Inez, com todo zelo de gestora do setor público, veio dizer: "Não, Senador, não estão encaixotados; é que eles não foram instalados". Então, eu brinquei com ela: para mim, não estando funcionando, está encaixotado. Porque não está funcionando. Então, ele só tem eficácia quando ele estiver em operação. Então, é o sentido figurado disso. Isso foi em 2012, há três anos. Essa é uma área de grande evolução tecnológica. Então, talvez já haja uma outra etapa de equipamentos mais modernos, com outras especificidades e melhores também para atender as pacientes.

Queria saber disso se o senhor puder informar.

Agora a Drª Maria Inez já disse que são das duas coisas, de orçamento próprio do Ministério da Saúde e também de emendas parlamentares.

E eu queria dos dois porque os Senadores acho que já fizeram pergunta apenas é esta: em que medida, Dr. Pedrini, o senhor que é de um hospital público, vem notando que a crise financeira tem afetado o empenho de recursos para os programas que estão em andamento no Rio Grande do Sul.

Ontem eu tive uma boa notícia sobre uma situação de AVC. Amanhã vai ser Dia Mundial do AVC. O Rio Grande do Sul está bem, tem dez unidades hospitalares aptas a receber um paciente com AVC para logo tratar. É o único Estado que tem isso. São Paulo tem três hospitais prontos. Três! São 40 no Brasil. Essas 40 unidades hospitalares para atender o paciente que está acometido por um AVC estão com capacidade para esse atendimento. No Rio Grande do Sul, são 10, graças ao ativismo de uma médica que cuidava muito dessa questão. Então, nós tivemos essa qualidade.

Mas eu queria saber se, na questão da mastologia, houve algum prejuízo, se está-se notando essa questão financeira que afeta todos, e o Estado do Rio Grande do Sul também de algum modo é afetado, especialmente no Ernesto Dornelles, ou naqueles pagamentos para os hospitais que ficam aguardando a remuneração.

Então, a Drª Maria Inez já deu a explicação. Eu queria saber se o acelerador que ele está falando são os mesmos aceleradores lineares de que eu falo, para tratamento de câncer.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Muito obrigada, Senadora Ana Amélia.

Passo a palavra agora ao Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Nossa Presidente, Senadora Angela Portela, cumprimento as Srªs Senadoras, os Srs. Senadores, os nossos estimados convidados nesta audiência pública. Inicio cumprimentando as mulheres que integram esta Comissão, principalmente a nossa Angela Portela, a nossa querida Regina e Ana Amélia pela iniciativa desta audiência.

Inclusive, quando fui Prefeito de Teresina e Secretário do Planejamento, preocupou-me muito a taxa de mortalidade tanto do homem, em decorrência da próstata, como da uma mulher, em decorrência do câncer de mama e outras doenças.

Reportando-me aqui ao que disse o nobre Senador Flexa realmente uma das questões da saúde é também a gestão e o subfinanciamento. Mas, se nós melhorarmos a gestão da saúde no âmbito dos Municípios, dos Estados, principalmente, e da própria União, a gente assegura uma saúde melhor para a população, sobretudo e especialmente para a população mais carente. Nós criamos, sem alocação de mais recursos para o Município de Teresina, o Ambulatório do Homem. E fizemos isso com recurso de que dispúnhamos àquela época. E fizemos um trabalho na área da prevenção. E para a mulher também. Como Secretário do Planejamento, há 20 anos, no Estado Piauí, a gente sentia, nas pesquisas realizadas, a alta taxa de mortalidade em decorrência do câncer de mama.

Mas a realidade é que, no grande Estado do Piauí, como no Brasil, nem sempre é possível fazer os exames recomendados pela legislação – e aqui nós temos uma –, considerando o território com quatro mil quinhentos e tantos Municípios. E é humanamente impossível se levar, digamos, toda a assistência, os exames de prevenção a cada Município ou região.

Eu queria ressaltar sobre isso. O Governador Wellington, agora, inclusive por iniciativa da Regina, que é uma Senadora do nosso Estado muito preocupada com essa questão, tem uma unidade móvel. Mas são 224 Municípios. Não atende realmente à demanda. Já há duas unidades. Então, esperamos que atinjamos as dez unidades. Mas a limitação de recursos não permite.

Eu, inclusive, tive dificuldade, mas trouxe umas perguntas, em parte já respondidas, principalmente pelo Dr. Pedrini. Mas eu gostaria de fazê-las.

Trata-se do seguinte: a Lei nº 11.644, de 2008, determina que o Sistema Único de Saúde deva assegurar a realização de mamografia para o rastreamento do câncer a partir dos 40 anos. Aí tem a questão da idade mínima, que varia de 40 a 50 e de 51 a 69. De outra parte, o Ministério da Saúde e o Instituto Nacional do Câncer preconiza a mamografia de rotina apenas para as mulheres de 50 a 69 anos a cada dois anos.

Então, a primeira pergunta: diante do que determina essa lei e o que preconiza o Ministério da Saúde, qual é a melhor recomendação para o início do rastreamento mediante mamografia?

A outra pergunta: que motivos explicam a controvérsia entre essas duas recomendações?

Por último, aqui é mais para o Dr. Paulo, creio, ou não sei se a Maria Inez, uma pergunta, que eu já respondi também. Creio que é difícil. O SUS tem condições de garantir o atendimento a todas as mulheres com mais de 40 anos de idade que requeiram o exame de mamografia conforme a Lei nº 11.664?

Eram essas as perguntas que nós tínhamos a fazer.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Muito obrigada, Senador Elmano. Agora que todos os Senadores fizeram os seus questionamentos...

Pois não, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senadora Angela, se V. Exª permite, eu gostaria de aditar uma pergunta ao Dr. Paulo Sellera.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – A imprensa tem noticiado, e o próprio Instituto de Estudos de Saúde Suplementar, que, em função da crise econômica, começando em 2014 e continuando agora em 2015, com o agravamento da crise, muito brasileiros deixaram de pagar os seus planos de saúde ou porque não tinham mais condições ou estão inadimplentes e perderam o atendimento e estão agora única e exclusivamente tendo que recorrer ao Sistema Único de Saúde. Ou seja, vai aumentar a carga de pessoas que irão procurar o SUS. Então, gostaria de ouvir do Dr. Paulo essa questão que vem em função da crise econômica. Mas que vai agravar o atendimento no SUS.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Muito bem. Agora que todos os Senadores se manifestaram, eu vou passar a palavra para as respostas aos questionamentos e às perguntas dos Senadores.

Primeiro, para a Drª Maria Inez Gadelha. Depois, para Dr. Luiz Pedrini. Em seguida, para o Dr. Paulo Sellera.

Com a palavra, a Drª Maria Inez Gadelha.

A SRª MARIA INEZ PORDEUS GADELHA – Muito obrigada. Eu agradeço muito a oportunidade, porque o Brasil está precisando de racionalidade. O senhor mesmo perguntou o motivo da controvérsia. Eu vou tentar chegar lá, porque uma situação muito clara na questão da mamografia é que Programa Nacional de Rastreamento não se baseia no risco. Ele se baseia na validade do exame, na acurácia de um exame que seja aceitável pela mulher. A mamografia até que se superou. Que seja de fácil operação, que a doença tenha uma incidência grande na população. Não adianta eu fazer rastreamento, por exemplo, em câncer de endométrio, porque vai ser botar muita gente sob exame, abrir muita ansiedade, abrir muita coisas para um resultado que vai ser mínimo e que não altera absolutamente a história biológica daquela doença.

A outra coisa é que a doença tenha uma história bem conhecida, bem determinada e que não seja aguda. É por isso que eu disse no começo que o câncer do colo do útero é o melhor modelo para isso, porque ele atende a todas essas premissas e exigências de um programa de rastreamento que atua sobre mulheres aparentemente normais. Nós normais estamos aqui. Não é nem sobre população de risco reconhecido nem sobre pessoas doentes.

Então, esse conceito precisa ficar muito claro porque – eu repito – um programa de rastreamento de câncer de mama não se baseia no risco de aquela mulher ter de desenvolver mais, por exemplo, uma história familiar muito acentuada, de mãe, de irmã, de prima. Isso aumenta o risco dela. Essa mulher precisa de mais vigilância, precisa de mais um acompanhamento. E não propriamente de rastreamento. O rastreamento se faz em população assintomática.

E por que a questão da faixa etária? Não é pelo risco. É pela acurácia do exame. O exame radiológico funciona com contraste. Então, os raios X, quando atravessam a estrutura, para bater no filme que está atrás daquela estrutura simplesmente, se a estrutura for muito densa, não deixa passar raio. Não queima o filme. Se a estruturas for mais rarefeita, o raio passa, queima o filme. Então, é esse filme queimado, dependendo do que se interpõe entre o filme radiográfico e a ampola de raios X que dá o chamado contraste. Em órgão oco, isso não é possível porque o órgão oco é oco, só tem gás lá dentro, quando não tem alguma comida ou algumas fezes, no caso do intestino, ou urina, no caso da bexiga, nós temos de usar contraste. Tem-se de tomar contraste para fazer seriografia gastroduodenal. Tem de se estilar contraste para fazer uma urografia excretora e visualização de bexiga. Tem-se que incluir contraste para fazer o enema opaco. Por quê? Porque o contraste é uma exigência para o exame radiográfico.

Então, o que acontece com a mama? A mama de uma mulher jovem, que ainda está no ciclo menstrual, em primeiro lugar é uma mama que se alterna muito durante o mês.

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA INEZ PORDEUS GADELHA – Ela não tem uma aparência única, porque vai depender... Eu vou ter de me acentuar porque eu acho isso muito importante para o País. Não é nem para nós médicos ou não médicos. É para o País. Nós temos de superar essa questão.

Então, o contraste na mama se faz de forma natural. Se uma mulher tem densidade mamária. Ou seja, tem tecido mamário, que é variável durante o ciclo menstrual, essa mamografia vai ser branca.

O filme não vai queimar porque essa mama impede mais a passagem dos raios X. No entanto, quando ela chega na menopausa – isso se dá em torno dos 50 anos de idade –, esse tecido mamário vai sendo substituído por tecido gorduroso. A gordura é transparente aos raios. É translúcida aos raios. Não chega a ser inteiramente transparente. Mas ela deixa passar muito mais raio do que a mama densa, a mama da mulher na pré-menopausa.

Resultado: qual é a importância disso? É o contraste natural. O contraste natural à mamografia se consegue a partir dos 50 anos de idade, que é a idade média da menopausa. Aí acontece que o nódulo mamário é branco. No momento em que ele se projetar sobre uma mama densa, ele pode passar desapercebido. Pode haver um falso negativo muito alto. Essa é a questão da validade da mamografia.

No entanto, numa mulher que já tem a sua substituição de tecido mamário por gordura, vai acontecer que aquele branco do nódulo ou da calcificação ou de qualquer alteração mamária vai aparecer naturalmente contrastado. Então, o motivo de a mamografia estar indicada para rastreamento – não é mulher de risco. Mamografia dá diagnóstico de câncer de mama em qualquer idade? Dá. Tenha a mulher 12 anos, 14 anos, 16 anos, 30 anos. Mas essa não é a questão. É o quanto uma mamografia, num programa de rastreamento, repetida periodicamente, é capaz de mudar a projeção ou a história natural do câncer de mama numa população que não seja de risco. Essa é a confusão que se faz.

Inclusive a lei que existe no Brasil diz claramente isto: a mulher que tenha risco não é mulher para rastreamento. Ela não vai poder ter periodicidade pré-determinada. Ela precisa, sim, de vigilância mais aprofundada, mais contínua, vigilância por médico preferentemente mastologista. E esse médico, sempre que julgar necessário, faz a indicação da mamografia.

Então, essa questão é que a gente tem de deixar clara. E isso é apoiado não por consenso de American Cancer Society. É apoiado por programas nacionais de rastreamento em países que o fazem há 30, 40 anos e que demonstram claramente. Os Estados Unidos não têm programa de rastreamento de câncer de mama. Isso tem de se deixar muito claro.

A American Cancer Society é uma sociedade de especialistas que faz seus consensos. Agora, no momento em que a American Cancer Society passasse a analisar as coisas em vez de, por artigos científicos isolados, fizesse revisões sistemáticas, fizesse meta-análises, que isso foi o que Conitec fez, e qualquer comissão e qualquer agência de avaliação tecnologia faz, os resultados aparecem. E um dos resultados de mamografia abaixo dos 50 anos é que, primeiro, o benefício não supera o risco. Faz mais mal do que bem. Com intervenções desnecessárias, porque começa a biopsiar mama densa, começa a fazer muitas intervenções. É o mesmo caso câncer de próstata. Começa a intervir demais no homem, e os malefícios são muito maiores do que um eventual benefício que pudesse trazer.

Então, eu sugiro que os Srs. Senadores, se puderem, peguem seus assessores e leiam, Senador Flexa, a portaria da SCTIE, que não mudou. Não houve mudança nenhuma. Está absolutamente o que sempre foi no Brasil. Respeita-se inteiramente a lei, que, aliás, está bem de acordo, porque a lei fala de rastreamento e diz das mulheres de risco.

Na mulher de risco não é para rastreamento. E a Conitec, inclusive, fez essa análise a partir de um pedido meu porque eu já não aguentava ficar em audiências e em congressos discutindo um foco que é mínimo dentro do processo todo, da necessidade toda que se apresenta para um doente ou uma doente ter acesso realmente ao que precisa.

Estratégias vão muito além de mamografia. Estratégias para o controle de câncer de mama não podem ser resumidas a essa discussão de faixa etária. Então, eu acho que a gente tem essa responsabilidade.

O Senador Elmano perguntou se o SUS tinha como garantir o atendimento a todas as mulheres de mais de 40 anos com mamografia. Para o senhor ter uma ideia, nós hoje fazemos no Brasil mais de quatro milhões de mamografias de rastreamento porque o procedimento é informado para rastreamento. Existe a outra mamografia que pode ser usada, inclusive, nessas mulheres de risco. Nós fazemos quatro milhões de exames por ano; no entanto, apenas 42% dessas são feitas em mulheres na faixa etária de melhor contraste radiológico, que é acima de 50 anos; ou seja, por uma questão que não se ajusta, não se adéqua, não é racional – para mim, está beirando à irracionalidade –, nós estamos simplesmente perdendo chance de proteger mulheres em que a mamografia seria muito mais adequada do ponto de vista da sua acurácia.

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA INEZ PORDEUS GADELHA – E eu respondo que sim, nós teríamos, sim, condição de fazer, como fazemos, porque, quando eu digo que são 40 milhões, são 40 milhões de mamografias de rastreamento; a outra está lá contando 800 mil, um milhão, quantas forem. Então, esse não seria o impedimento, a questão é a racionalidade científica com base em evidências que não sejam de artigos isolados.

Bem, respondendo rapidamente as outras questões, se a Senadora me permite, eu deixo para o Dr. José Luiz responder sobre mamografia e ultrassonografia junto, eu vou ficar naquilo que me compete.

Radioterapia: 80 aparelhos. Eu participo dessa reforma e da implantação do SUS desde o seu início – aliás, eu comecei antes, em 1986, a trabalhar nessa organização do sistema – e eu digo o seguinte: esse Projeto Expande, Senadora, que a senhora vê aí, nós abrimos pelo Ministério da Saúde no Instituto Nacional do Câncer e com ele a dificuldade era enorme de os hospitais fazerem a sua parte. Houve quem perguntasse assim: a quem compete a obra? A obra compete ao hospital. Nós financiamos a obra, financiamos reforma, financiamos equipamento, financiamos acessório, sim, porque não existe radioterapia sem acessório e a grande evolução tecnológica não é no equipamento de tratamento, é no acessório, principalmente com a informatização.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Então, a culpa é dos hospitais?

A SRª MARIA INEZ PORDEUS GADELHA – Não, não. Eu vou chegar lá, Senador.

Eu, inclusive, tenho o maior orgulho de informar para o senhor que, em 2002, o Projeto Expande instalou, no então Hospital Governador João Alves Filho. Nós instituímos aquele hospital para ser um centro público de oncologia, porque Sergipe era inteiramente dependente do Hospital de Cirurgia.

Aonde eu quero chegar? O que a gente observava é que a dificuldade de os hospitais gerenciarem – a questão de gestão é muito séria – o processo de compra e o processo de obra junto à Caixa Econômica era uma dificuldade tão grande, porque eu vivi isso no Expande e vivi isso nos convênios, que, então, em 2011, nós propusemos, quando o Ministro Padilha assumiu o Ministério, e ele disse: "Vamos tentar dar um encaminhamento a essa questão". E a proposta que surgiu na radioterapia foi exatamente isso: "Vamos fazer uma diferença?

Vamos juntar obra com equipamento?" E aí fizemos esse plano de expansão que não alterou o Expande, o Expande continuou, os convênios continuaram, tudo continuou. Por isso o senhor falou que os números não batem com o que passou na imprensa porque a imprensa está focando o plano de expansão de radioterapia de 80 aparelhos, que nós chamamos naquela ocasião "soluções de radioterapia".

Nós iríamos modificar a forma. Em vez de o hospital por norma e por lei ser obrigado a fazer a obra, nós compraríamos 80 aparelhos, 80 serviços de radioterapia e que a empresa ganhadora da licitação, que é internacional, fizesse as obras e nos entregasse o conjunto, a solução. Isso é um processo que ela faz muito no setor privado que se chama *turn key*. Então, compra-se o serviço, só que, por questões legais, por questões de dizerem que as empreiteiras iriam reclamar, iriam entrar na Justiça, iriam atrapalhar o plano, essa proposta em que nós trabalhamos por mais de seis meses, um grupo imenso trabalhando nela, inclusive eu, simplesmente não pôde ir adiante, e aí nós voltamos ao antigo, ou seja, compra de aparelho separadamente da obra, mas o Ministério financiando tudo.

Pelo Projeto Expande e por convênios, Senador, nós implantamos radioterapia em Tucuruí, implantamos em Santarém, e o grande problema é recurso humano. O de Santarém está funcionando, mas o de Tucuruí ainda está pendente de se resolver a questão de recursos humanos, inclusive físico. Então, essa é a história da radioterapia.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Quantos foram instalados?

A SRª MARIA INEZ PORDEUS GADELHA – Aí é aonde eu vou chegar.

O plano de expansão continua. Quantos foram instalados por Projeto Expande ou por convênios continuam.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Dos 80?

A SRª MARIA INEZ PORDEUS GADELHA – Com os 80 o que aconteceu? Nós tivemos de reformular todo o plano, separar a obra.

A Anvisa, juntamente com a CNEN e o Ministério da Saúde, andamos esses serviços todos e o papel que eles faziam, declaração de que queriam, nem sempre correspondia localmente, tanto que nós já botamos 12, alguns pedem para sair porque esse plano tem uma outra consequência boa para o Brasil. Não é qualquer país que compra 80 equipamentos, nem grandes países, nem nos Estados Unidos se faz compra de 80 equipamentos assim. A fábrica teria de, num tempo tal, implantar acessórios, produzir acessórios aqui porque eles vendem o equipamento, e ele tem uma duração de até 20 anos de uso, bem conservado, bem mantido, mas o que eles ganham é nesses acessórios. Num futuro maior, com mais tempo – e já iniciou-se a construção – eu acho que é no Estado de Pernambuco, não tenho certeza, eu fico devendo a informação –, de fábrica de acelerador no País, porque a radioterapia é 100% dependente tecnologicamente do exterior. Nada se produz aqui, tudo é absolutamente implantado.

Então, esses 80 equipamentos, na verdade, são o mote para fazer um plano maior e está em andamento, como o Paulo mostrou aí.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Isso foi pago?

A SRª MARIA INEZ PORDEUS GADELHA – Não, não. Pago, não. Foi licitado e o pagamento é progressivo, à medida que é a coisa vai acontecendo.

Agora, um acelerador linear...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Qual é o prazo de entrega, Drª Maria Inez?

A SRª MARIA INEZ PORDEUS GADELHA – Nós planejamos, Senador, de 2011 a 2015, gastando os primeiros anos para fazer, porque é um plano muito complexo, é uma área muitíssimo especializada, é a área mais complexa tecnologicamente da oncologia e mesmo da Medicina.

Então, nós fizemos isso, só que o primeiro ano seria gasto todo nessa questão de... Fizemos audiência pública, fizemos tudo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas nós estamos em 2015.

A SRª MARIA INEZ PORDEUS GADELHA – Mas aí eu falei...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Nenhum foi instalado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pois é.

A SRª MARIA INEZ PORDEUS GADELHA – Não, não foi.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Se o plano é de 2011 a 2015.

A SRª MARIA INEZ PORDEUS GADELHA – Aí é o que eu quero dizer.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – A empresa vai querer manter o compromisso?

A SRª MARIA INEZ PORDEUS GADELHA – Continua. Quem não vai querer? A fábrica inclusive...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Tem três anos e nenhum foi instalado!

A SRª MARIA INEZ PORDEUS GADELHA – Mas, olha, o tempo médio, como o Paulo mostrou, para instalar o serviço dele era muito maior, de seis anos no País. Então, a gente tentou diminuir, como eu já expliquei.

Agora, o seguinte: um acelerador linear só sai da fábrica depois da obra feita. Deixa-se uma parede aberta, o acelerador entra, porque é uma coisa imensa, é uma sala imensa e, depois de ele posto, é que a parede se fecha.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Então, a incompetência – desculpe-me a expressão, também sou médico, fui coordenador de Centro de Oncologia –, a perversidade, nesse caso, é dos hospitais ou do gestor responsável por ali, não é isso?

A SRª MARIA INEZ PORDEUS GADELHA – De todos nós, Senador. É de todos nós.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Está disponível.

A SRª MARIA INEZ PORDEUS GADELHA – É de todos nós.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – No meu Estado, Drª Maria Inez, há um aparelho do século passado.

A SRª MARIA INEZ PORDEUS GADELHA – De 2002.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – De 2002, do século passado, e tem uma fila de mais de 400 pessoas.

Em Arapiraca, uma cidade do Estado de Alagoas, agora tem o turismo da saúde; as pessoas saem do meu Estado para se tratar lá. Veja o custo disso e o sofrimento dessas pessoas porque muitos desses pacientes, Presidente Senadora Angela Portela, e os colegas médicos relatam que, quando essas pessoas, essas mulheres entram na fila e chega a sua vez, ou seja, passaram 400 pessoas, Senador Flexa, elas chegam não com um tumor, mas chegam com quatro ou cinco tumores, ou seja, já metastizou.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não dá para esperar.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Ou seja, a fila foi uma sentença, foi uma condenação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Corredor da morte.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Então, o que está acontecendo no meu Estado é um corredor da morte, é um genocídio, é a inoperância pela omissão, não é pela falta de recurso, o que seria mais difícil.

A SRª MARIA INEZ PORDEUS GADELHA – Isso é o que dói, porque o recurso teve.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – O recurso tem, nós temos recurso até para construir um hospital do câncer. Este ano coloquei a sexta emenda para construir o hospital do câncer de Sergipe. Sexta emenda! Não tem uma parede construída, um tijolo sequer. Isso dói.

A SRª MARIA INEZ PORDEUS GADELHA – Isso precisaria ser discutido porque a tendência no mundo não é especializar, não.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Alguém é responsável por isso. Essas pessoas estão morrendo, e não é um número pequeno, não, é um número grande de crianças, homens, mulheres, pais, mães de famílias. Vidas estão sendo perdidas pela omissão, sobretudo do Estado, seja ele Governo Federal, que está conivente com isso, seja ele Governo do Estado ou seja ele Governo municipal. Alguém está cometendo essa omissão.

O dinheiro está lá, os aparelhos foram adquiridos e, no meu Estado, está ocorrendo um genocídio, ou seja, são pessoas que não têm pena, que não têm dó, que não se colocam no sofrimento do outro. Já pensou o que é você entrar numa fila para enfrentar 400 pessoas, e a máquina como é velha e não tem nem peças de reposição mais – a senhora sabe disso.

A SRª MARIA INEZ PORDEUS GADELHA – Não. Essa máquina é um acelerador linear de...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Velho, antigo, que perde a precisão; por mais que ela seja consertada, sabe-se que perde a precisão. Quando chega na sua vez, já condenou.

A SRª MARIA INEZ PORDEUS GADELHA – O que pode estar acontecendo, Senador, é uma questão mesmo de manutenção, aí a máquina perde, mas ela, bem cuidada, dura 20 anos, 30 anos. Não é uma coisa assim porque é o que eu falei: a irradiação não muda, o equipamento não muda, o que muda é acessório. E lá, em Sergipe, também tem o Hospital de Cirurgia, que inclusive tem radioterapia também, não é só o Hospital Geral hoje, e que está inclusive no plano de convênio, ele tem convênio.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Drª Maria Inez, de 2002 para cá...

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – O debate está bem intenso, o Senador Flexa também está querendo se manifestar.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – ... no meu Estado, houve uma regressão. Temos hoje cerca de dez vezes mais recursos e muito mais pessoas estão morrendo. Alguém tem que ser responsabilizado por isso.

A SRª MARIA INEZ PORDEUS GADELHA – Essas palavras do senhor confirmam a questão de gestão do Senador Elmano e do Senador Flexa Ribeiro. É complicado. Agora, o que mais me dói como médica, oncologista que sou e servidora pública que sou, é isso, porque o dinheiro foi disponibilizado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Drª Maria Inez, primeiro, eu quero parabenizar a V. Sª pela excelente memória porque V. Sª se reporta aos Estados cirurgicamente: falou do meu Estado, falou de Santarém, falou da Unacon de Tucuruí, falou de Sergipe.

Ela fez o dever de casa! Mas eu diria que a Unacon de Tucuruí está pronta, não funciona por problema de custeio. O Governador agora vai colocar para funcionar através de uma OS, mas é aquilo que eu disse anteriormente: a radioterapia é um atendimento de alta complexidade e que, por obrigação, o Governo Federal teria que ressarcir o Governo do Estado pelo atendimento, e não o faz por um motivo principal que é o não credenciamento, e aí vem a questão a que me referi.

Eu quero também – V. Sª não fez referência –, mas o Hospital Barros Barreto, que é um hospital federal universitário, da Universidade Federal do Pará, tem uma Unacon. Há cinco anos, eu estive com o então Ministro, antes do Ministro Padilha – não me lembro do nome agora –, numa audiência com o Governador eleito Simão Jantene, que não tinha sido empossado, e com o Reitor da Universidade do Pará, para tratar da Unacon do Barros Barreto. O Ministério da Saúde disse que os recursos tinham que ser do Ministério da Educação, que o hospital era universitário, que não era do Ministério da Saúde.

Para resumir: o Estado teve que bancar a instalação do aparelho e até hoje não funciona porque não tem pessoal, então o Estado vai ter que assumir a operação da Unacon do Hospital Barros Barreto. Então, aí vem novamente o problema de custeio, e os Estados e os Municípios não têm mais condições por mais esforço que façam. O Governador Simão Jatene acabou de inaugurar o Hospital Oncológico Infantil no Pará. Existe o Ophir Loyola, que é o hospital de câncer, com graves problemas de atendimento, e acabou de inaugurar um novo, oncológico, para atender crianças e adolescentes, separar pelo menos o atendimento.

Então, o que eu acredito é que é muito mais, Senador Eduardo. É necessário recurso para investimento? Sim, é preciso que tenha recurso para investimentos, mas nós temos que encontrar o meio, Senadora Angela Portela, através da lei orçamentária, de colocar recursos que sejam efetivamente liberados. Não adianta brigar na Comissão de Orçamento e chegar ao final e eles serem contingenciados, não são liberados e não chegam ao objetivo que são os recursos para custeio da saúde, que é isso que está faltando.

A SRª MARIA INEZ PORDEUS GADELHA – Se o Senador me permite, eu lembro que, habilitado o hospital, ele passa automaticamente, e a gente publica a portaria de custeio.

Agora, na questão desse hospital universitário, o Ministério tem o REHUF, aquele programa de recuperação de hospitais universitários, junto com o MEC. Realmente, a responsabilidade, se o hospital quer ser apresentado à prestação de serviço, isso tem que ser feito em conjunto com o MEC. Na hora da habilitação, aí sim, é conosco. Eu posso verificar a situação de habilitação dele. Agora, Tucuruí eu não sei.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Muito obrigada, Drª Maria Inez. Muito obrigada, Senador Flexa.

A SRª MARIA INEZ PORDEUS GADELHA – Eu poderia dizer só uma informação, Senadora, que é muito importante, é a questão da habilitação do serviço ainda, que foi falado aqui.

A habilitação de serviço depende muito da Anvisa. Toda essa regra que o senhor falou de físico é uma regra de vigilância sanitária, é regra da Anvisa e que a gente tem de observar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É do Governo Federal, tem que fazer uma reunião então do Ministério da Saúde, com a Anvisa, para tratar de alterar, dentro da garantia, a coisa.

A SRª MARIA INEZ PORDEUS GADELHA – Eu sei. Aí é que vem a segurança, não é?

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Muito obrigada.

A SRª MARIA INEZ PORDEUS GADELHA – Nós não podemos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Dentro da segurança.

A SRª MARIA INEZ PORDEUS GADELHA – Eu lembro para o senhor o que é falta de segurança em radioterapia com o acidente de Goiânia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Dentro da segurança.

A SRª MARIA INEZ PORDEUS GADELHA – Perfeitamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu não abri mão da segurança.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Muito obrigada, Drª Maria Inez, mais uma vez.

O debate está intenso, está esclarecedor. É muito bom que os Senadores tenham objetividade nas respostas que são dadas pelos palestrantes.

Então, passo agora a palavra para o Dr. José Luiz Pedrini para fazer suas respostas.

O SR. JOSÉ LUIZ PEDRINI – Senadora Regina, realmente a mamografia é o exame recomendado para *screening*; uma vez ao ano, a partir dos 40 anos, é o que nós recomendamos. Quanto à ecografia, ela é um exame, na forma de *screening*, complementar; ela deve ser utilizada quando a mamografia não tiver aquela definição de imagem que nós consideramos assim boa. Então, a ecografia é um excelente método de complementação e é importante que ele seja feito na mesma hora, num mesmo serviço.

A senhora mesma declarou antes que teve uma imagem alterada e, na biopsia, felizmente não deu nada, como em mais de 70% das vezes. Esse é um problema do exame, Senador Flexa, que ele vai mostrar alguma coisa e vai ter que fazer algum procedimento. Então, quando se fala assim: "Fazendo-se mamografia, nós vamos intervir mais, nós vamos fazer biopsias desnecessárias." O que é desnecessária? É quando não é encontrado um câncer. Eu não acho que seja desnecessário, eu acho que é esclarecedor, mas é questão de interpretação.

Quanto à ressonância magnética, só em situações especiais porque no rastreio mais atrapalha, gasta, irradia do que nos ajuda, mas, em situações especiais, ela é extremamente útil.

A senhora perguntou também sobre o caminhão. Eu vou falar claramente aqui o que eu penso, aí é uma opinião própria de quem já estudou bem essa matéria. Eu acho que ele é ótimo para o fabricante de caminhão porque eu não consigo entender um caminhão passando por vários Municípios, indo de porta em porta, batendo, quando é um procedimento altamente técnico. Só o balançar do caminhão já atrapalha tudo. Aí vai pegar aquelas pessoas, cabrestear, botar dentro do caminho, fazer, a imagem é interpretada normalmente à distância porque senão vai ter que levar um corpo técnico muito grande. Eu acho que, se quiser levar para um serviço, então pegue um caminhão e leve para um centro, de manhã; vai lá, faz o exame, já faz o procedimento na hora.

No hospital que eu trabalho, o Nossa Senhora da Conceição, quando é feita a mamografia no serviço e existe uma alteração, o próprio médico que está ali, na sala ao lado, já faz a biopsia, a pulsão, e, quando eu recebo a imagem, eu já a recebo com o resultado do que aquilo representa.

Então, eu não acredito no caminhão. Ele funciona em Barretos, é fabricado caminhão lá. Eu acho bom, mas aí tem um serviço atrás, todo um interesse em provar que aquilo é bom, aí funciona, mas falta, Senador Flexa, aquela gestão de encaminhar pessoa e gestão de ter o que fazer com aquilo.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – No caso de Barretos, tem.

O SR. JOSÉ LUIZ PEDRINI – Barretos tem, mas aí é um exemplo que é difícil reproduzir em todo o Brasil. Por quê? Porque Barretos está preparado para isso. Então, antes de mandar o caminhão para outro Estado, tem que preparar o que vão fazer com que for encontrado de exame nesse caminhão.

Em Belo Horizonte, a empresa que ganhou a licitação para interpretar os exames fica no Rio de Janeiro. Então, vai uma imagem lá e volta, quando nós sabemos que a mamografia tem 20% de falso negativo em qualquer idade, são aqueles tumores periféricos que não aparecem – não é, Drª Gadelha? – na mamografia. Então, a mamografia não é a salvação, a mamografia é o exame mais importante em quem não está sentindo nada, mas ele não é único, Senador Amorim.

Então, esse sistema, além de onerar muito, porque o gestor paga para uma empresa fazer as biopsias, pulsões e tudo, perde-se o controle. Eu acho que Barretos – eu mostrei ali – tem um diagnóstico precoce maior do que nos outros serviços porque tem o interesse em fazer; mérito deles e tem que ser louvado. Acho que é um método que deu certo.

O Senador Moka, que saiu, nosso colega cardiologista, falou que chega a ser quase um sadismo quando se faz um diagnóstico de câncer, a pessoa chega ansiosa: "Olha, seu fulano, D. Maria...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ LUIZ PEDRINI – ... a senhora tem um câncer aqui, agora é um câncer de mama, eu vou-lhe encaminhar para uma central". E aí começa tudo. Sabe o que é, Senador Flexa, encaminhar para uma central? Vamos dizer assim o sadismo ou o erro que se comete?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Falta de sensibilidade.

O SR. JOSÉ LUIZ PEDRINI – Falta de sensibilidade.

Eu trabalho no segundo andar, setor de mama do Hospital Nossa Senhora da Conceição, 100% SUS, ligado ao Ministério. A oncologia clínica, a quimioterapia, funciona no primeiro andar. Aí eu diagnostico uma jovem lá – estou dizendo de semana passada –, 26 anos, câncer da mama, câncer avançado. Quando chego no serviço, já fazemos pulsão no mesmo dia; na semana seguinte, o resultado está na mão.

A voluntária do câncer de mama já está lá – depois eu vou falar do voluntariado para o senhor também, que é muito importante a questão quando tem metástase –, eu ligo para o Dr. Gorini e digo: "Gorini, eu estou mandando aí a D. Maria, vai descer aí agora. Ela está com um carcinoma avançado, é para fazer quimioterapia antes da cirurgia". E, quanto antes começa, melhor; não existem células espalhando.

A demora no tratamento do câncer, seja ele qual for, nunca vai ser benéfica; no mínimo, ela é ansiogênica e boa parte das vezes representa a divisão entre viver ou morrer daquilo ali.

Então, ela desce ao primeiro andar, chega lá no Dr. Gorini, oncologista, e, da porta: "Olha, o Dr. Pedrini já ligou aqui e está aqui." Aí vai dizer: "Então vamos começar a quimio?" "Não, não, tem que ter a regulação." Ela está ali, com a veia pronta, com o material todo, tem tudo ali para fazer. "Não, faltou o número da regulação." Aí volta para uma central, que liga para uma outra central, que aí vai determinar o local de atendimento. Eu chamo assim: todos têm o mesmo direito, isto é, nenhum; quem vai decidir onde vai ser, quem vai fazer... É muito bonito no papel. Se está aqui, pula para cá; daqui, pula para lá; de lá, para lá, mas nós estamos tratando de uma pessoa ali que precisa de atendimento. Deixe ela ser atendida ali, troque outra que seja de lá.

Eu não sei se eu lhe respondi, Senadora. A ideia do caminhão bem organizado é ótima, mas comprar um caminhão numa prefeitura e sair com ele e andar, isso não é muito bom.

O Senador Flexa perguntou sobre esses grupos de apoio. Por que fazer anualmente e não...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Qual é a posição da Sociedade Brasileira de Oncologia em relação à portaria do Ministério da Saúde?

O SR. JOSÉ LUIZ PEDRINI – Por que não 40 e, sim, 50 anos?

A Drª Gadelha disse que a mama até os 50 anos é densa, não vai mostrar nada, e o exame ruim pode ser pior. Concordo com ela, só que tem o seguinte: uma mulher pode ter mama densa aos 70 anos, aos 60 anos, aos 50 anos, não existe isso, chama-se genética. Abaixo de 40 anos não se faz porque realmente não há benefício, mas, entre 40 anos e 50 anos, existem trabalhos que mostram redução de mortalidade, tanto que o American Cancer Society define 45 anos, mas ele diz o seguinte: "Dos 40 anos aos 44 anos, se ela quiser, ela faz, mas nós aconselhamos a partir de 45 anos até 55 anos e, a partir daí, bianual." Então, por que anual? Porque, nesse intervalo, dificilmente alguém vai morrer se tiver um tumor. Esse câncer de intervalo que pode aparecer não seria tão agressivo e fazer mais de uma vez por ano não há necessidade. Vinte e cinco por cento dos casos de câncer de mama no Brasil são naquela faixa de 45 anos e 50 anos.

Então, nós achamos que, mesmo a partir de 50 anos, ele não é 100% seguro e não existe um limite assim: por que aos 49 anos é ruim e aos 50 anos já é bom? Aí nós entramos naquilo em que temos que fazer a qualificação do exame, que tenhamos um exame de qualidade. Ele vai reduzir em muito esse erro de interpretação e vai esconder menos os tumores.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Dr. Pedrini, o senhor há pouco fez referência a um caso de uma jovem de 23 anos, diagnosticada por V. Sª...

O SR. JOSÉ LUIZ PEDRINI – Isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ... com diagnóstico de câncer de mama.

Na matéria de *O Estadão*, de segunda-feira, no último parágrafo, diz assim: uma pesquisa inédita do A.C. Camargo, que é referência em tratamento de oncologia, constatou que 34,8% das mulheres com até 39 anos, ou seja, mais jovens, receberam os diagnósticos nos estágios 3 e 4, níveis mais avançados da doença.

Ou seja, 34,8% é um percentual considerável.

O SR. JOSÉ LUIZ PEDRINI – Antes dos 40 anos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É, próximo dos 40 anos, com pesquisa do Hospital A.C. Camargo, estágios 3 e 4, ou seja, estágios já avançados da doença.

O SR. JOSÉ LUIZ PEDRINI – É quase que incuráveis os dois. O 4 é incurável, sem dúvida nenhuma; no 3, a chance de morrer em cinco anos chega a mais de 50%.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu estou fazendo essas perguntas todas em função exatamente das pessoas que nos procuraram. Elas estão lutando com a doença para que outras não venham a passar pelo que elas estão passando, como foi dito aqui. Elas sabem, elas têm consciência do risco que estão enfrentando.

O SR. JOSÉ LUIZ PEDRINI – Senador Flexa, o Instituto Nacional do Câncer recebe mulheres para tratamento quando elas já têm o diagnóstico pronto. Então, nós sabemos, se regredir, aí elas, em 60 dias, começam o tratamento, sem problema nenhum, assim como, no meu hospital, quando começaram a atrasar cirurgias por câncer de mama, eu fui ao Ministério Público, no final de 2013, e denunciei o meu serviço por não estar cumprindo o que determina a lei. Claro que eu fui suspenso e tudo, mas eu consegui, conseguimos fazer um TAC (Termo de Ajustamento do Conduta).

O senhor não sabe o que é fazer isso dentro de um hospital público, tem que ter muita coragem. Ganhei uma suspensão de três dias, queriam me demitir, não conseguiram, mas depois eu disse: enquanto nós temos uma causa e Medicina não é só atender a quem vai ser curado, também é atender a quem é metastático, e tem que atender muito bem, porque nós temos hoje maneiras de prolongar bem a vida com tratamentos humanos – e eu estava falando com a Senadora Ana Amélia – e incluir nos serviços de oncologia os grupos de apoio. A

sociedade civil organizada tem que estar dentro do serviço. Os médicos não gostam muito disso, mas eu acho que se faz necessário. Controle de qualidade.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – ... funciona perfeitamente nesse atendimento.

O SR. JOSÉ LUIZ PEDRINI – No hospital em que eu trabalho, também.

E a Senadora Ana Amélia perguntou sobre o custeio. Está difícil, Senadora. Nós tivemos um problema agora, para vocês verem como é.

A Silimed, que fornecia silicones para todas as cirurgias de mama do Hospital Nossa Senhora da Conceição e do Hospital Fêmina... Nós cumprimos a lei desde 1999. Nenhuma mulher sem mama desde 1999, a não ser que ela queira ou que tenha uma comorbidade, uma doença que impeça a cirurgia no mesmo momento. Acontece que a Silimed, na Alemanha, constataram que na cápsula tinha algum elemento diferente, então a Anvisa suspendeu – e fez muito certo –, e a Silimed se retirou do mercado enquanto não corrige isso ou prove que isso não tem problema. Então, o hospital ficou sem prótese, e aí vieram me falar, e eu disse: "Não, vamos fazer uma trégua, então vamos resolver isso até a próxima paciente". Não sou eu que vou dizer para uma paciente que ela não tem direito ao exercício da lei, da cidadania dela porque o hospital perdeu aquele convênio. Compre de outra, existem 19 empresas que vendem prótese. Uma mulher não pode ser penalizada por uma decisão que foi correta do hospital, talvez tenha sido correta.

Senador Elmano, o senhor tinha perguntado porque de ano em ano... Não, eu acho que era a polêmica dos 40 anos ou 50 anos. Essa é a nossa justificativa. Então, eu vou fazer uma proposta a amiga aqui: quem sabe começamos, Drª Gadelha, aos 45 anos e vamos ver o que acontece, porque nós não temos dados de população brasileira, nós não temos isso ainda.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Tem que mudar a portaria.

O SR. JOSÉ LUIZ PEDRINI – Eu acho que sim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Mudar a lei, é lei.

O SR. JOSÉ LUIZ PEDRINI – Mudar a lei.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Na lei, é 40 anos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Na portaria, é 50 anos.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Uma missão para você, Angela, com o nosso apoio.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Certamente, essa é uma grande missão.

Bem, eu gostaria só de fazer uma pergunta também para o Dr. Pedrini. O que ele acha desse medicamento fosfoetanolamina? Há uma polêmica em torno desse medicamento, que foi desenvolvido pela Universidade de São Paulo. Hoje eu estava dando uma entrevista na Rádio Senado e uma ouvinte pediu para eu trazer o tema desse medicamento aqui, para o debate nesta audiência pública.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria só informar, Senadora Angela Portela, que amanhã, por meu requerimento, na CAS, conjuntamente com a CCT (Comissão de Ciência de Tecnologia), e por requerimento do Senador Ivo Cassol, às 9h, nós vamos fazer esse debate; virão o Ministério da Saúde, a Anvisa e todos os responsáveis pela criação dessa famosa pílula que tem um nome difícil, fosfoetanolamina, já decorei.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Eu estou tentando. Senadora, faz é hora que eu leio isso aqui para ler direitinho, mas está complicado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Fosfoetanolamina.

Vamos debater o tema e aproveito para já fazer o convite a todos os interessados: amanhã, a partir das 9h da manhã, reunião conjunta, na sala 3, da Alexandre Costa.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Certo, mas considerando, Senadora Ana Amélia, que uma ouvinte pediu para trazer para o debate nesta audiência, eu gostaria de ter a opinião do Dr. Pedrini a respeito desse medicamento para que a gente possa satisfazer a curiosidade dessa pessoa que participou através da Rádio Senado.

O SR. JOSÉ LUIZ PEDRINI – Eu faço pesquisa clínica internacional há 16 anos. Não existe nenhuma droga nova em câncer de mama que não tenhamos testado no hospital em que eu trabalho; existe um centro de pesquisas dentro do hospital.

Então, estudamos muito novas drogas, estudamos mecanismos de ação; nisso o Brasil está evoluindo. Nós não somos mais... Apesar de não criarmos novas drogas, nós participamos de todos os estudos de novas drogas.

Essa droga, sob o ponto de vista de tratamento de câncer, não existe.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu só queria aproveitar, Senadora Angela Portela, para dizer que está aqui o Senador Eduardo Amorim, que foi Relator na CCJ de um projeto que tem a assinatura do Senador Waldemir Moka, do Senador Walter Pinheiro e minha assinatura, o PLS 200, que trata de fazer uma regulação da pesquisa clínica no Brasil. Nosso objetivo é em favor do paciente e para simplificar os procedimentos. Então, o nosso objetivo é esse.

Aproveito aqui o Senador porque esse medicamento não foi submetido a uma pesquisa clínica, e isso prova a oportunidade desse projeto, e nós lamentamos profundamente que há pessoas se opõem ao debate, por isso nós estamos trazendo a questão da fosfoetanolamina. Mesmo que muitos oncologistas a condenem, achem que ela não tem eficácia, mas nós temos que trazer para o debate – democracia é isso. Agora, *a priori* impedir que a Casa faça um projeto dessa natureza de pesquisa clínica é um desserviço à democracia, não é um ato democrático.

Então, eu quero renovar o agradecimento ao Senador Eduardo Amorim, que fez um primoroso trabalho, corrigiu, aperfeiçoou o projeto na CCJ e agora ele está na Comissão de Ciência e Tecnologia.

Então, muito obrigada.

Aproveito por conta do tema.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Muito obrigada, Senadora Ana Amélia e Senador Eduardo Amorim. Realmente tem que trazer para o debate esse tema tão polêmico.

Antes de passar a palavra, agradecendo ao Dr. José Luiz Pedrini por sua participação, gostaria de trazer aqui uma pergunta do Fábio Gomes feita ao Paulo Sellera, pelo Portal e-Cidadania e está cobrando a resposta à pergunta dele, já que todos os Senadores foram atendidos, falta apenas a participação do Dr. Paulo.

Vou repetir a pergunta dele: a avaliação do Plano Plurianual 2012/2015 mostra que, na meta de implantar 50 serviços de referência para diagnóstico do câncer de mama, apenas quatro serviços iniciaram o fornecimento até 31/12/2014. De que adianta colorir tudo de rosa se ações planejadas não se cumprem? Essa é a primeira pergunta do Fábio.

A segunda tem também a ver com o planejamento: também está previsto no PPA 2012/2015 a implantação de 20 serviços para ampliação do acesso à confirmação diagnóstica e tratamento de lesões precursoras do câncer de colo de útero até 2015. Até dezembro de 2014, havia dez serviços. Essa meta será alcançada? Essa são as perguntas do Fábio Gomes, que está participando através do Portal e-Cidadania.

Eu gostaria de já passar a palavra ao Dr. Paulo Sellera para que ele possa responder o Fábio Gomes e os demais Senadores, obviamente.

O SR. PAULO SELLERA – A primeira pergunta em relação aos 50 serviços, de fato, é muito complexo, como a Drª Inez já colocou. Não basta apenas uma vontade política única do Ministério da Saúde para que esse serviço seja implantado. Como ela bem colocou, o Sistema Único de Saúde prevê e só funciona se todos os entes federados trabalharem de uma forma articulada. Então, de fato, eu concordo com ele, não basta só pintar de rosa, e nós temos muito a fazer para conseguir alcançar esse objetivo.

Em relação aos 20 serviços de referência para diagnóstico e tratamento de lesões precursoras, na verdade, são nove desses serviços em funcionamento. A meta, de fato, são 20, e nós temos quatro propostas habilitadas e sete aprovadas; portanto 11, no total. Então, existe ainda a possibilidade até dezembro de nós termos 20 serviços em funcionamento.

De fato, pelo andar da carruagem, muito provavelmente os serviços vão atingir 20, em 2016, mas existe ainda a possibilidade de se chegar em dezembro com os 20 serviços em funcionamento.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Parece-me que o Senador Flexa também lhe perguntou alguma coisa a respeito.

O SR. PAULO SELLERA – Sim, em relação aos planos de saúde, não é, Senador Flexa? De fato, essa é uma notícia recente que nós também acompanhamos através da mídia.

É muito difícil se avaliar neste primeiro momento qual vai ser o impacto dessas pessoas saindo do plano de saúde e buscando exclusivamente o serviço SUS. O que eu posso-lhe dizer – e acho que é de conhecimento de todos – é que a população de uma maneira geral não procura apenas os serviços de plano de saúde, ela também busca já tradicionalmente os serviços do SUS, e os serviços, principalmente de média e alta complexidade, a maioria ou pelo menos uma grande parte, são dupla porta. Então, eles não atendem só aos planos de saúde, eles também já atendem através do SUS, são contratualizados através do Sistema Único de Saúde.

Então, nós vamos obviamente acompanhar qual é o impacto, mas acho que é muito prematuro podermos aqui avaliar qual será esse impacto a partir de agora e também temos que considerar que talvez essa situação, pela questão econômica, possa ser superada e equilibrar novamente esse percentual entre população que usa exclusivamente planos privados e população que usa os serviços públicos através do SUS.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Pois não, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – V. Sª, Dr. Paulo, fez referência ao uso concomitante tanto do plano de saúde quanto do SUS. É importante que o SUS seja remunerado pelos seus gastos ao atender o paciente do plano de saúde, que tinha a obrigação de fazê-lo, que foi direto para o SUS; o SUS deve cobrar do plano de saúde esse atendimento. É importante isso. Parece-me que é uma questão que está judicializada e por aí vai. Mas eu perguntei também sobre a questão do reajustamento da tabela do SUS que não ocorre há dez anos.

Então, no pronunciamento de ontem, fiz referência, Senador Eduardo, que o SUS paga por uma consulta básica ao médico R$10. Então, não é possível a pessoa estudar 19 anos para ter uma especialização – residência, especialização, mestrado e doutorado – e receber R$10. Aí, sem demérito a nenhuma outra profissão ou serviço, é melhor eles treinarem e fazerem corte de cabelo porque eles vão receber mais do que os R$10, do que uma consulta médica, sem necessidade de ter mais de 20 anos de estudo. Também queria saber de V. Sª por que essa tabela não é corrigida.

O SR. PAULO SELLERA – Em relação à primeira questão, em relação ao ressarcimento, de fato, o Ministério – e a ANS, em particular – já está fazendo esse cruzamento de informações através do Cartão Nacional de Saúde para possibilitar esse ressarcimento devido ao Sistema Único de Saúde. Esse já é um trabalho que já vem sendo desenvolvido.

Agora, em relação à tabela, Senador, perdoe-me, mas esse é um assunto extremamente complexo, tanto é que, até o momento, não se chegou a um denominador comum quais valores seriam aqueles adequados para o ressarcimento de todos os procedimentos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu me refiro ao reajustamento só, eu não estou discutindo o valor da tabela que já é baixo, mas ela era reajustada antes e deixou de o ser há dez anos.

A SRª MARIA INEZ PORDEUS GADELHA – Eu posso complementar?

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Só um minutinho, é já que eu passo para a senhora.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pois não, eu lhe agradeço.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Complemente rapidamente, doutora.

A SRª MARIA INEZ PORDEUS GADELHA – Por favor, Senadora, porque eu lido muito com tabela do SUS e pelo menos na oncologia eu garanto para o senhor que ela não passa dez anos sem uma revisão, inclusive com a atualização de valores. Agora, o Ministério da Saúde está tentando se livrar desse modelo de procedimento. Médico nenhum recebe R$10 por consulta, não; ele recebe lá o salário dele, o pró-labore dele, o que seja.

Então, nós temos, de 2010 para cá, de 2011 para cá, tentado fugir dessa questão de procedimento, e a tabela passar a ter a finalidade que ela tem de informação, e esses hospitais que prestam esse serviço passaram a receber por incentivo. Contratamos metas, damos incentivos e recebem o valor tabelado, mas acima daquilo. Por exemplo, os hospitais universitários recebem 75%, 50%, muito além daquela produção.

É muito importante a questão de procedimento para o serviço privado com fim lucrativo, porque ele vive exclusivamente de tabela.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Filantrópico.

A SRª MARIA INEZ PORDEUS GADELHA – Não, o filantrópico tem todo o incentivo também, mas todo o equipamento é financiado. Então, o financiamento do SUS não é feito somente por tabela, ele realmente é só por tabela no privado com fim lucrativo, que assim mesmo é muito pouco, é muito pouco serviço privado com fim lucrativo no SUS.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Muito obrigada, Drª Maria Inez.

Eu gostaria de colocar duas questões em relação ao câncer do colo do útero e em relação ao câncer de mama.

O senhor colocou aqui, Dr. Pedrini, que existem mamógrafos suficientes em nosso País. Eu acredito que, pelo quadro que o senhor apresentou aqui, eles estão distribuídos de uma forma bem desigual, muito centralizado no Sudeste; Norte e Nordeste já têm uma quantidade menor.

O meu Estado fica no Norte, e, em Roraima, nós temos, enquanto a média de mamógrafos no Brasil é 2,19 por cada 100 mil habitantes, lá, no nosso Estado, é 0,85 mamógrafo para cada 100 mil habitantes. Nós temos em torno de 500 mil habitantes e temos dois mamógrafos. Um deles não está em funcionamento, exatamente por dificuldades de pessoas preparadas, capacitadas para operar o mamógrafo; portanto, existe um encaixotado. Aí o Governo do Estado faz convênio com clínicas particulares, privadas, para poder melhorar o atendimento.

Portanto, do ponto de vista da eficiência e da eficácia para o rastreamento do câncer de mama, nós não temos mamógrafos suficientes, considerando todos esses aspectos que nós colocamos aqui e que outros Senadores também colocaram.

Aí eu digo para o Dr. Paulo Sellera que fico feliz de saber que, no quadro que o senhor expôs ali, está previsto um laboratório de citologia para Roraima, porque lá um dos problemas que foi detectado por uma pesquisa feita pelo maior hospital de lá, o Hospital Geral de Roraima, que é referência no Estado e recebe inclusive pacientes da Guiana e da Venezuela, então é sobrecarregado, sem dúvida nenhuma, uma das questões graves é em relação à elevada proporção de resultados falso positivo e falso negativo. Então, esse novo laboratório de citologia, sem dúvida nenhuma, em funcionamento – esperamos que seja o mais rápido possível –, vai diminuir a incidência de câncer do colo do útero porque vai fazer investimentos em um exame mais preciso, mais fiel e vai evitar tantos erros. Lá em Roraima, Senador Flexa, nós temos três vezes mais incidência de câncer do colo do útero do que de mama. Três vezes mais! Quer dizer, é o índice de países que têm a situação socioeconômica muito ruim, muito baixa, por isso a importância desses investimentos que estão sendo feitos, principalmente esse laboratório de citologia vai amenizar.

O outro aspecto também é nas comunidades indígenas. Nós temos muitas mulheres nas comunidades indígenas que não têm acesso ao serviço de saúde que possa oferecer o exame Papanicolau, que pode ser feito no posto de saúde, mas elas têm essa dificuldade de acesso. Isso eleva os indicadores do nosso Estado por conta dessas duas questões, e são estudos feitos pelos médicos especialistas da Unacon Roraima, que é a Unidade de Atendimento Oncológico no Estado.

Então, eu gostaria de registrar essa situação do nosso Estado e fico feliz com esse laboratório de citologia que, sem dúvida nenhuma, vai ser providencial para as mulheres do nosso Estado.

Eu gostaria muito de agradecer a presença e a participação de todos os convidados.

Os debates foram muito esclarecedores, todos se preocuparam em dar respostas pontuais e objetivas para os questionamentos dos Senadores. Eu queria agradecer a todos vocês por essa objetividade, por essa clareza de propósito de esclarecer esse tema que aflige a nós todos aqui.

Cada um de nós trouxe problemas de seus Estados, e realmente é muito difícil a gente ouvir depoimentos de pessoas que têm o câncer, que não têm o tratamento adequado e que não pôde ser detectado de forma precoce para lhe dar uma sobrevida maior e até para curar, porque o câncer do colo do útero pode ser curado facilmente se for detectado no início.

Então, eu considerei esta audiência pública muito proveitosa e quero parabenizar a participação de todos os Senadores e também dos nossos convidados.

Senador Eduardo Amorim, ainda gostaria de falar?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – É sobre o requerimento, antes de encerrar.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – É um outro requerimento que nós temos sobre a mesa; se for possível, apreciar nesta reunião.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Está sobre a mesa um requerimento do Senador Eduardo Amorim.

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 45, de 2015
- Não terminativo -

Nos termos do inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para debater os problemas enfrentados pelos pacientes oncológicos, devido aos atrasos e defasagem dos valores pagos pela tabela do Sistema Único de Saúde (SUS) nos repasses de verbas para os hospitais credenciados no tratamento dessa enfermidade, com repercussão na realização de exames, compra de medicamentos e procedimentos com rádio e quimioterapia.

Solicita-se a participação dos seguintes expositores:
• Dr. Henrique Prata – Diretor Geral do Hospital de Câncer de Barretos – SP;
• Dr. Evanius Garcia Wiermann – Presidente da Associação Brasileira de Oncologia Clínica (OSBC);
• Dr. Paulo Eduardo Xavier de Mendonça, Presidente do Instituto Nacional do Cancer;
• Dra. Claudia Simone Barbosa Pacheco - Coordenadora Geral de Media e Alta Complexidade do Ministério da Saúde;
• Dr. Robson Freitas de Moura - Sociedade Brasileira de Cancerologia
• Dr. Roberto Gurgel, Cirurgião Oncológico no Estado de Sergipe.

Autoria: Senador Eduardo Amorim

Concedo a palavra ao Senador Eduardo, para encaminhar.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Na verdade, colegas Senadores, é para dar continuidade a uma audiência como esta.

Então, o tema é extremamente complexo e volto a dizer: no meu Estado, sofremos demais. Fico feliz em saber que a Drª Maria Inez sabe de toda a história e todo o acompanhamento, e que bom que ela está lá vendo! Percebo que ela procurou, na medida do possível, as soluções necessárias, mas, enfim, o fato é que ainda pagamos muito por isso. Drª Maria Inez, desde quando a senhora instalou aquele equipamento de radioterapia, há quase 13 anos, regredimos muito, pioramos muito. Então, é para discutir problemas como esse por que muitas pessoas, centenas de pessoas estão morrendo, não só no meu Estado, mas no Brasil afora.

Então, peço aí a compreensão e o sim dos colegas Senadores para que continuemos discutindo esse tema.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Eduardo Amorim.

Mais um requerimento do Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Meu foi só um.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Só um?

O próximo requerimento é do Senador Elmano.

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 46, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, com fundamento nos incisos II do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para debater a atual conjuntura das políticas públicas asseguradoras de direitos das pessoas idosas.

- Representante do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos
- Doutora Karla Cristina Giacomin – Médica Geriatra e docente em cursos de especialização em Gerontologia (PUC-MG), onde ministra o tema sobre Políticas Públicas;
- Dra. Marília Anselmo Viana da Silva Berzins – Presidente do Observatório da Longevidade Humana e Envelhecimento;
- Exma. Sra. Dra. Marlúcia Gomes Evaristo Almeida – Promotora de Justiça do Ministério Público do Piauí e Coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Pessoa com Deficiência e do Idoso;
- Exma. Sra. Dra. Monize da Silva Freitas Marques - Juíza coordenadora da Central Judicial do Idoso do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios;
- Dra. Paula Regina de Oliveira Ribeiro – Defensora Pública do Distrito Federal e Especialista em Gerontologia e Saúde do Idoso.

Autoria: Senador Elmano Férrer

Concedo a palavra ao Senador Elmano, para encaminhar o requerimento.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Nós esperamos a aprovação das Srªs e Srs. Senadores, considerando a importância das políticas públicas para o idoso, conforme prevê a Constituição da República Federativa do Brasil.

Sabemos que existem políticas púbicas, entretanto nós gostaríamos de ter uma série de informações a mais com relação à execução dessas políticas e pintar um horizonte que traduza e materialize o que preceitua a nossa Constituição.

Agora, eu gostaria de aproveitar a oportunidade, porque esta é a última semana do Outubro Rosa e o próximo mês será o Novembro Azul, que vai tratar da saúde nossa, do homem. Eu queria, nessa oportunidade, fazer esse registro e pedir que nós nos debrucemos também sobre os graves problemas que atingem o homem, especialmente daquelas camadas mais pobres, que não têm acesso às devidas informações preventivas com vistas à sua saúde.

Era isso que nós queríamos fazer, ressaltando o alto nível dos nossos estimados palestrantes, que esclareceram muito sobre as políticas públicas relacionadas à saúde da mulher.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Elmano, será no dia 25 de novembro, quarta-feira, a sua audiência pública.

Quero dizer ao senhor que o Novembro Azul deve também ser objeto de discussão e de pauta entre as mulheres também. Digo ao senhor que eu aprovei aqui, no Senado Federal e na Comissão de Assuntos Sociais, um projeto de lei que institui a Política Nacional da Saúde do Homem. Nós temos já a Política Nacional de Atendimento à Saúde da Mulher, do Ministério da Saúde, e aprovamos aqui, no Senado Federal, um projeto que institui a Política Nacional da Saúde do Homem. Mesmo havendo lá no Ministério da Saúde, quisemos dar a nossa contribuição para cuidar também dos homens do nosso País.

Senador Dário.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Bem, infelizmente, Senadora Angela Portela, não pude participar dessa audiência pública – apesar de ser membro titular da Comissão de Assuntos Sociais – em função de outros compromissos, inclusive em outras Comissões nas quais eu era um dos protagonistas do requerimento.

Mas eu tive oportunidade de ouvir e de assistir uma breve passagem por aqui do Dr. José Luiz Pedrini, que, de certa forma, trouxe-me um encanto muito grande pela didática, pela forma como V. Exª expôs o problema. E eu não tenho dúvida também de que a audiência seguiu da mesma forma pelos demais expositores.

De forma que eu quero aqui, primeiro, cumprimentar e parabenizar V. Exª, Senadora Angela Portela, pela iniciativa do tema, pela relevância que isso tem na nossa sociedade e pelo reconhecimento que nós todos temos que fazer, sobretudo pelo Outubro Rosa, que está se finalizando. Pelo que eu pude perceber, houve uma participação e uma aderência muito grande em todas as cidades brasileiras. Inclusive na minha cidade, Florianópolis, no domingo passado, houve uma passeata de quase 3 mil pessoas, todas vestidas de rosa, em uma demonstração dessa consciência.

E eu quero acrescentar – V. Exª tem conhecimento – que eu fui Relator de um projeto de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin...

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Foi. Verdade.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – ...com relação a essa questão do câncer de mama, do seu rastreamento e outras coisas mais.

À época, consegui conhecer um pouco mais dessa realidade, sobretudo nessa questão do rastreamento a partir dos direitos estabelecidos pela Lei do SUS, que toda mulher tem direito a fazer, então, o seu exame de mamografia a partir dos 40 anos.

Inclusive, recebi, Drª Maria Inez, uma certa recomendação do Ministério da Saúde, para que, nesse projeto de lei, eu ampliasse esse rastreamento a partir dos 50 anos, que é a tal discussão que o senhor colocou com muita propriedade.

Eu não pude ceder, vamos dizer assim, à sugestão do Ministério da Saúde, porque eu entendo que a saúde é um bem de expectativa infinita – as pessoas querem viver mais e viver melhor. E elas só vão conseguir isso se o Estado brasileiro construir uma logística de maneira a atender as pessoas em tempo real. Porque, se não se diagnosticar o problema na sua origem inicial, vamos dizer assim, depois não adianta mais. Então, eu acho que o ideal é que nós pudéssemos dar essa assistência, esse atendimento a todas as mulheres, inclusive menores de 40 anos.

No entanto, eu acho que nós estamos evoluindo bastante. E eu quero lhe dizer que muitas mulheres me procuram no meu gabinete em busca de uma emenda para aquisição de um mamógrafo nos seus Municípios. É uma coisa que realmente me comove muito e eu quero me solidarizar com toda esta Comissão e quero parabenizar os expositores, sobretudo os Senadores que participaram de maneira altiva e ativa desta Comissão.

Além do mais, evidentemente, quero parabenizar, mais uma vez, V. Exª, que é uma legítima e digna representante de Roraima, que expôs aqui com muita propriedade os problemas do seu Estado. Penso que o Estado de Roraima deve se orgulhar muito da sua representação, além de tudo por ser uma representante feminina e que luta pelos direitos das mulheres daquele Estado. Parabéns a V. Exª!

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Muito obrigada, Senador Dário, por suas palavras carinhosas.

Quero lhe dizer que o seu relatório foi muito elogiado por todos os membros da Comissão de Assuntos Sociais, que tratou dessa questão do aumento dos mamógrafos, da disponibilidade dos mamógrafos para mulheres a partir de 40 anos. O senhor diversificou a possibilidade da oferta desse exame, que é tão importante para o rastreamento do câncer de mama. Parabéns por V. Exª ter feito esse relatório muito bem escrito, muito bem fundamentado e que atende, sem dúvida nenhuma, à necessidade das mulheres.

Bem, eu gostaria de agradecer, mais uma vez, a todos os participantes: Drª Maria Inez Gadelha, muito obrigada; Dr. José Luiz Pedrini e Dr. Paulo Sellera. Muito obrigada pela participação de vocês aqui.

E quero agradecer ao Senador Edison Lobão, Presidente desta Comissão; à Senadora Ana Amélia, que foi também, junto comigo, uma das autoras do requerimento para realização desta audiência pública; à Senadora

Regina Sousa; ao Senador Eduardo Amorim; ao Senador Waldemir Moka; ao Senador Dário Berger, que está aqui conosco ainda; ao Senador Flexa Ribeiro; e ao Senador Elmano Férrer.

Muito obrigada pela participação de todos.

Declaro encerrada esta audiência pública, esta reunião.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 27 minutos.)

ATA DA 34ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta minutos, do dia onze de novembro de dois mil e quinze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Edison Lobão reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Sérgio Petecão, Waldemir Moka, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Elmano Férrer, José Pimentel, Walter Pinheiro, Raimundo Lira, Vicentinho Alves, e das Senadoras Regina Sousa, Ana Amélia, Maria do Carmo Alves, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se ao início da primeira parte da Reunião. Solenidade de aposição do retrato do Senador Waldemir Moka na Galeria de

Ex-Presidentes da Comissão de Assuntos Sociais. Resultado: Realizada. Inicia-se a segunda parte da Reunião que passa a deliberar os seguintes itens: ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 93, de 2013 - Não Terminativo - Autoria: Deputado Beto Albuquerque. Torna obrigatória a emissão de documentos relativos a órteses, próteses e outros materiais implantáveis. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2013, e da Emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. Relatoria: Senador Roberto Rocha. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, de 2007 – Complementar - Não Terminativo - Autoria: Senador Raimundo Colombo. Revoga o art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, que instituiu contribuições sociais e autorizou créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 373, de 2007 - COMPLEMENTAR. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 7, de 2009 - Não Terminativo - Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Dispõe sobre os depósitos bancários das entidades beneficiárias das contribuições sociais de interesse de categorias profissionais ou econômicas. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2009. Resultado: Lido o Relatório, a Presidência concede Vista à Senadora Ana Amélia. Relatoria: Senador Humberto Costa. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 665, de 2011 - Não Terminativo - Autoria: Senador Vital do Rêgo. Acrescenta e altera dispositivo da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 665, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido da Relatora. Relatoria: Senadora Lúcia Vânia. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, de 2015 - Não Terminativo - Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Acresce os incisos XVIII, XIX, XX ao Art. 20 da Lei nº 8036/90 – que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para permitir a utilização da conta vinculada do trabalhador na quitação de débitos vinculados à imóveis de parentes de primeiro grau. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2015, e das 2 (duas). Emendas que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2015, com as Emendas números 1 e 2-CAS. Relatoria: Senador Paulo Paim. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 294, de 2008 - Terminativo - Autoria: Senador Paulo Paim. Altera o art. 192 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a base de cálculo do adicional de insalubridade. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2008, e da Emenda nº 1-CAE. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. Relatoria: Senador Vicentinho Alves. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 216, de 2011 - Terminativo - Autoria: Senador Eunício Oliveira. Modifica dispositivos do art. 28, § 9º, da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2011, e das 3 (três) Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2012 - Terminativo - Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Altera o art. 457 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), para instituir o adicional por tempo de serviço aos empregados que recebam salário mensal igual ou inferior a dois salários mínimos. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2012. Resultado: Adiado. Relatoria: Senador Dalirio Beber. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 407, de 2012

- Terminativo - Altera a Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração e revoga a Lei nº 6.813, de 10 de julho de 1980, para tornar obrigatória a avaliação anual de saúde para os transportadores autônomos de cargas. Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2012, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. Relatoria: Senadora Ana Amélia. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO

SENADO Nº 276, de 2015 - Terminativo - Autoria: Senador Humberto Costa. Altera a Lei nº 11.903, de 14 de janeiro de 2009, para aumentar os prazos de implantação do Sistema Nacional de Controle de Medicamentos. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2015; da Emenda nº 4-CMA; da Emenda nº 6–CMA com a Subemenda que apresenta e das 2 (duas) Emendas que apresenta. E pela rejeição das Emendas números 1 e 2, oferecidas no prazo regimental, e das Emendas número 3-CMA e número 5-CMA. Resultado: Adiado. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. EXTRAPAUTA - ITEM 11 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 47, de 2015. Autoria: Senador Paulo Paim. Requeiro, nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública, proposta pelo RAS 7/2015, destinada a instruir o PLS 599/2011, que regulamenta o exercício da profissão de Quiropraxista. Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Waldemir Moka, Dalirio Beber, Elmano Férrer, Walter Pinheiro, e as Senadoras Ana Amélia, Vanessa Grazziotin e o Senador Edison Lobão, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador EDISON LOBÃO
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata do dia anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se, em sua primeira parte, à aposição do retrato do Senador Waldemir Moka na galeria de ex-Presidentes da Comissão de Assuntos Sociais, no biênio de 2013/2014. E a segunda parte destina-se à deliberação de dez itens conforme pauta previamente distribuída.

Passo a palavra à mestre de cerimônia para iniciarmos a nossa homenagem.

A SRª MESTRE DE CERIMÔNIAS – Senhoras e senhores, bom dia!

Tem início a cerimônia de aposição do retrato do Senador Waldemir Moka na galeria de ex-Presidentes da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal.

O Senador Waldemir Moka nasceu em Bela Vista, no Mato Grosso do Sul, em 10 de outubro de 1951. Médico pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, iniciou a sua carreira profissional atendendo em hospitais públicos e lecionando aulas de Química.

Filiado ao PMDB, em 1983, foi eleito Vereador em Campo Grande. Três anos mais tarde, tornou-se Deputado Estadual por três mandatos consecutivos, e, a partir de 1998, assumiu mais três mandatos de Deputado Federal. Senador eleito em 2010, é considerado um Parlamentar fiel às suas convicções políticas.

Entre 2014 e 2015, o Senador Moka presidiu a Comissão de Assuntos Sociais, período em que foram realizadas mais de 100 reuniões, 43 audiências públicas e votadas 224 matérias. A Comissão realizou ainda nove sabatinas para escolhas de autoridades indicadas pela Presidência da República para diretorias da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Entre os temas debatidos e votados, devem ser destacados a aprovação do projeto de autoria da Comissão para que possam ser descontados no Imposto de Renda as doações feitas para a prevenção e tratamento do câncer; a aprovação com celeridade do Estatuto da Juventude, confirmado pelo Plenário do Senado; a garantia de 18% da receita corrente líquida da União para saúde, de forma escalonada; o projeto, de sua autoria, para destinação de recursos públicos desviados pela corrupção recuperados por meio de ações judiciais, e a guarda compartilhada para os filhos, quando não houver acordo entre os pais.

Para expandir os direitos femininos, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou a proposta que garante às mulheres que sofrem abusos sexuais, a inclusão no atendimento de mulheres vítimas de violência pela saúde pública, a exigência de que o SUS ofereça condições para realização de partos humanizados; a reconstituição das mamas, imediatamente após cirurgia, em vítimas do câncer de mama; e a proposta legislativa que cria mecanismos para coibir a discriminação contra mulheres no mercado de trabalho. A avaliação das políticas públicas para a saúde da mulher foi feita pela Comissão de Assuntos Sociais, em 2014, fechando um biênio produtivo e de ritmo intenso.

Convidamos a fazer a uso da palavra o ex-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, Senador Waldemir Moka, e homenageado nesta cerimônia.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente Edison Lobão, Senadora Ana Amélia, Senadora Maria do Carmo, quero dizer que nada me deu mais satisfação do que presidir esta Comissão – e olha que tenho uma longa vida pública. Já presidi outras Comissões, inclusive a Comissão de Agricultura, na Câmara dos Deputados. Mas a Comissão de Assuntos Sociais é uma Comissão diferente, porque mexe com a vida das pessoas, e, em particular, nessa área social e na área de saúde. E pude constatar, durante o biênio, que, de todas as Comissões – já frequentei várias delas – é, de longe, a Comissão que traz, aqui para o Senado, os assuntos do dia a dia, da vida das pessoas. Darei um exemplo: a guarda compartilhada. Foi uma coisa que mexeu bastante com muita gente. É uma questão que realmente houve um debate muito intenso e percebíamos que havia uma dificuldade e até um sofrimento, e as crianças, filhos de pais separados, eram os mais prejudicados.

Estivemos aqui sempre tratando de temas ligados à saúde. Tive a oportunidade de, juntamente com a Senadora Ana Amélia, relatar e participar de inúmeros projetos inerentes à saúde, desde quimioterapia oral para tratamento de câncer – outro tema que foi muito debatido –, as audiências públicas, essa questão trabalhista, essa relação entre o patrão, o empregado, as leis – Senador Paulo Paim, sempre atuante.

Aqui há um grupo de Senadores comprometidos com esta Comissão. Esta é uma Comissão que dificilmente tem dificuldade de quórum, em função de que esta – é a impressão que tenho – é a Comissão que o Senador mais gosta de vir, a Comissão de Assuntos Sociais, e debater, porque é um debate que realmente – repito – mexe diretamente com a vida das pessoas.

Fizemos um esforço grande, fizemos inúmeras audiências públicas, vários projetos votados. Houve aquele dos aeronautas, um projeto que deu uma repercussão enorme aqui, disciplinando essa relação entre a tripulação e as empresas. Esse projeto ainda tramita na Câmara, mas aqui no Senado houve uma tramitação importante, tratando basicamente da hora trabalhada dessa tripulação, porque acaba que essa questão do tempo de hora trabalhada afeta desde o piloto até a tripulação e coloca em risco a vida das pessoas que são transportadas no dia a dia; mas, felizmente, houve um acordo e acabamos votando.

Aliás, Presidente, a maioria das vezes que foi possível fazer um acordo, usávamos as audiências públicas para tratar exatamente desses temas e sempre convergíamos para um texto que fosse aquele mais próximo dos dois lados quando havia conflito, e, quando não havia conflito, esse conflito sempre foi democraticamente dirimido aqui no voto na Comissão de Assuntos Sociais.

Finalizando, quero agradecer essa oportunidade que o meu Partido me deu para presidir – a indicação foi do Líder Eunício –, e agradecer, principalmente – aí um agradecimento especial –, aos componentes da Comissão de Assuntos Sociais, que aqui sempre estiveram comprometidos com a causa dos projetos que tratam da vida da população.

Encerrando, em nome da Dulcídia, eu quero agradecer a todos os funcionários desta Comissão, desde o mais humilde, até a nossa Secretária-Geral. Eu tenho a impressão de que esta Comissão funciona, eu diria, metodicamente. A nossa Secretária não deixa sair nada da linha, e eu me senti gratificado, porque eu me senti, de uma certa forma, muito cuidado aí na Presidência, especialmente pela Assessoria comandada pela Dulcídia.

Então, em nome da Senadora Maria do Carmo, da Senadora Ana Amélia, mas principalmente em nome de V. Exª, que preside a nossa Comissão neste biênio, eu quero agradecer e dizer que, mais uma vez, me sinto honrado de pertencer à Comissão de Assuntos Sociais.

Muitíssimo obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Presidente Edison Lobão, cara Senadora Maria do Carmo e caro Senador e amigo Waldemir Moka.

O Senador Moka, todos sabem, é um dos líderes mais expressivos na defesa da agropecuária brasileira. S. Exª fez isso em sua carreira na Câmara e também aqui no Senado. Mas eu penso que a formação dele na Medicina, como médico cardiologista e professor, fez, na passagem pela Comissão de Assuntos Sociais, extravasar aqueles valores que ele, como médico, desenvolveu com tanta habilidade e com tanta intensidade.

O Moka – posso dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores – transpira humanismo. E a Comissão de Assuntos Sociais extravasou toda essa capacidade, essa sensibilidade da sintonia com os dramas da sociedade brasileira, particularmente no campo da doença.

Aqui foram embates – como ele revelou muito bem, de boa memória – extraordinários. E a minha lembrança, na Presidência do Moka, era de que, sempre que terminava uma audiência pública, ele dizia: "Temos que tirar uma conclusão". Ou seja, nada podia passar em branco, ser uma audiência por audiência. "Temos que tirar uma conclusão e encaminhar uma solução para este caso".

Foram muitos projetos, alguns dos quais nascidos aqui, trabalhados por ele na sequência, como o relatado por ele ontem, fruto de um entendimento geral da CAS – na Presidência do Senador Jayme Campos, de

boa lembrança também –, que criava um mecanismo de incentivo fiscal para pessoas doadoras de instituições que lidem com o câncer, por exemplo, nascido de uma inspiração do Hospital de Barretos, de São Paulo.

Mas lembro perfeitamente quando os pacientes de mieloma múltiplo – que é um câncer que incide no tutano da coluna, conforme descreveu um médico que aqui veio para falar sobre o problema – pediam que a Anvisa retomasse o exame e a análise de uma medicação que servia para eles, chamada Lenalidomida. E o Senador Moka, na Presidência, convidou a Anvisa, o Ministério Público Federal e os pacientes, e todos se reuniram, e aquilo teve andamento. E encontrei recentemente as pessoas envolvidas naquilo, agradecendo aquela iniciativa do Senador Moka. E aqui vieram pacientes que diziam que aquilo ia representar não só a segurança e a garantia de uma qualidade de vida melhor, mas também uma economia, porque alguém disse naquela audiência: "Hoje vendi o meu carro para pagar o medicamento" – era um outro medicamento, não aquele mais barato.

Então, eu dou esse exemplo apenas porque é uma coisa concreta, visível, sentida aqui na Comissão. E, acompanhando toda a agenda que teve ao longo do período da gestão do Moka – e que segue agora na sua Presidência, Senador Edison Lobão –, nós pudemos perceber o comprometimento do Senador Moka com as questões sociais, não só na área da saúde, como ele lembrou bem, como na questão do trabalho – da relação entre o capital e o trabalho – e em outras questões de interesse para a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros.

Também lutou muito para a ampliação dos recursos para financiar o Sistema Único de Saúde, um tema crucial em nosso País ainda hoje. A saúde está na UTI, nós temos um sucateamento do sistema de saúde, e é uma luta contínua e permanente.

Então, eu fico extremamente honrada de compartilhar com esse Senador de grande valor, um representante de Mato Grosso do Sul que honra as tradições daquele Estado. Eu, como gaúcha, sei que lá há muitos gaúchos e que muitos são eleitores dele, pelo que pude constatar lá em Chapadão, que é praticamente uma cidade muito jovem, mais jovem do que o tempo que ele tem de experiência Parlamentar, porque eu estava vendo que foi Vereador primeiro em Campo Grande, e depois foram três mandatos de Deputado Estadual e três mandatos de Deputado Federal, e mais o primeiro mandato – primeiro, porque ele vai para o segundo, se não for para o Governo do Estado – aqui no Senado Federal, dando uma contribuição valiosa em todas essas questões.

Parabéns, Senador Moka! Vamos ter uma alegria muito grande de ver sua foto ali na galeria dos ex-Presidentes da Comissão de Assuntos Sociais.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu não poderia – apesar de ter projeto sendo votado lá na outra comissão, da qual eu tenho a titularidade, aqui eu sou suplente –, mas eu não podia deixar de estar aqui neste momento tão importante, mesmo porque, Senadora Ana Amélia, eu tive a alegria e a felicidade de ter sido a Vice-Presidente do nosso Presidente Moka. Eu não sei se isso foi bom ou foi ruim, porque foram raras as vezes em que nós tivemos a oportunidade de substituí-lo aqui, tamanha a assiduidade dele. Quando ele tinha compromissos muito sérios, representando a Comissão, inclusive fora, ele dizia: "Vou fazer de tudo para falar e voltar." Dito e feito, quando estava na metade da reunião, lá vinha o Senador Moka, chegando para assumir a Presidência.

Enfim, acho que o Senador Moka foi exemplo, como V. Exª está sendo também, mas um exemplo da busca da unidade. Ele não se preenchia apenas com o fato de termos aqui as reuniões ordinárias. Era frequente também ele chamar a todos nós na sua casa, para que nós pudéssemos ter um diálogo e debater as questões mais polêmicas.

Então, eu acho que o Senador Moka – e eu fico muito à vontade para dizer isso, eu não sei se alguém aqui no Senado tenha tido mais atrito com ele do que eu, são muitos os atritos, porque, em alguns temas, nós temos posições bastante diferentes – é alguém que, quando nós convivemos e conhecemos, admiramos muito. Eu digo isso com muita sinceridade. Admiro a capacidade, admiro a amplitude, repito, às vezes, perde um pouco a paciência, mas sempre antes buscando muito, através da conversa, do diálogo, um acordo e um consenso.

Não há uma categoria, Presidente Lobão, que tenha saído insatisfeita durante a gestão do Senador Moka. E foram projetos muito difíceis votados aqui. Às vezes, mesmo sendo contra, discordando do projeto, com a imparcialidade, ele votava; às vezes, mesmo ele discordando do Governo, com a imparcialidade, ele marcava. E todos os acordos marcados foram cumpridos. Isso eu falo do ponto de vista da direção política. Da questão técnica, o comprometimento que ele tem é algo fenomenal.

Presidente Lobão, V. Exª que já está quase encerrando o primeiro ano na Presidência desta Comissão, mesmo pode dar o testemunho de qual ou quais são os Parlamentares mais assíduos nesta Comissão, e o Senador Moka é um desses, sem dúvida nenhuma.

Então, eu quero aqui, Senador Moka, dizer da minha alegria de estar aqui inaugurando a sua foto. Não é só uma foto, é uma foto que, daqui muitas gerações, eles vão olhar, e alguém vai ter a curiosidade de querer saber quem foi o Senador Moka. Se eu estiver viva, eu direi: "Um Senador duro, às vezes, muito duro, além da conta, conosco, mas um Senador muito comprometido, um Senador muito dedicado, muito competente politicamente." Então, merece todas as nossas homenagens, Senador Moka.

Parabéns!

Obrigada, Senador Lobão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado, Senadora Vanessa.

Concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, essa nossa vida de comissões, enfim a forma como as coisas são conduzidas, principalmente aqui no Senado que, por conta do número de Senadores e da ampliação do número de comissões, a gente terminou tendo que, verdadeiramente, se desdobrar ou até, Moka, negando a lei da física. Portanto, colocando o nosso corpo em vários lugares ao mesmo tempo.

É uma tarefa que V. Exª está tendo a oportunidade de desempenhar agora, e a tarefa de quem comanda é a tarefa até mais complicada do que a tarefa de arregimentar, de chamar, de pautar, de incentivar e essa é uma característica muito importante em alguns Senadores, e o Senador Moka é uma das figuras que tem muito essa capacidade – o bicho é feio que é danando, mas sabe atrair. Ele supera exatamente com outra beleza que eu diria que é mais importante: que é aquilo que sai de dentro e que, portanto, salta aos olhos o seu comportamento, a sua a forma cada vez mais cortês, amiga, próxima. Então, é um sujeito difícil de se receber um "não" exatamente por conta dessa franqueza, dessa sua posição permanentemente solícita, a firmeza é uma da característica das mais importantes, mas a firmeza não significa brutalidade. Acho, portanto que Moka mostra isso de forma muito clara. Não precisa ser bruto e grosseiro. Pelo contrário, é exatamente um atributo que a gente não encontra nele, essa grosseria.

Eu conheci Moka em 1999. Quando ele chegou, eu já estava, ele veio da eleição de 1998, e a gente conviveu num período inclusive muito difícil na Câmara dos Deputados até pela forma, Moka, como as pessoas rotulavam e um dos maiores embates na Câmara dos Deputados, na Bancada do PT, por exemplo, era exatamente a Comissão de Agricultura. E aí as pessoas ficam só mexendo o rótulo, de um lado o PT e, do outro lado, o que todo mundo rotulava como defensores. Na época até, Moka, tinha muita efervescência naquela questão da UDR. Enfim, os rótulos cravados de lá para cá, de cá para lá, e, nesse processo todo, a gente terminou consolidando uma relação muito tranquila. Pelo contrário. Eu não me recordo de nenhum tipo atrito, pelo menos de minha parte.

Depois eu fui Líder da Bancada do PT e convivi, de forma muito harmoniosa, principalmente com o Senador Moka e estabelecemos ali uma relação de amizade e terminamos por chegar ao Senado no mesmo momento, portanto, em uma época que veio uma leva de Deputados. Assim, é uma alegria muito grande para todos nós aqui essa homenagem porque, às vezes, Lobão, a gente convive com a história da homenagem, e eu sempre costumo dizer que as pessoas deixam para fazer homenagem depois que as pessoas partem, e aí perdem a oportunidade inclusive desse momento de, efetivamente, podermos divulgar para outrem o que é que uma pessoa foi capaz de produzir num coletivo, o que ela foi capaz de influenciar no curso do seu trabalho, como ela conviveu num ambiente tão tenso, tão árido como é esse ambiente da política, e como é que ela conseguiu não só atravessar esse deserto – uma vez que o povo está na onda dos Dez Mandamentos – e, portanto, tendo a capacidade de superar as dificuldades, de lidar às vezes até com a adversidade dentro do próprio espaço de convivência, às vezes dos mais próximos, tendo que lidar com isso, mostrando a sua habilidade.

A homenagem é muito importante para isso. Não para orgulho, porque eu acho que Moka, pelo que eu pude extrair ao longo desses anos da nossa convivência, não acredito que o orgulho seja o elemento que move a sua vida, não acredito. Pelo menos extraindo do lado de cá, posso crer que não. O orgulho não faz bem a gente. Mas eu diria a satisfação de você saber que o que você fez, você fez para os outros, e foi bem recebido.

Então, é importante a gente fazer uma homenagem dessa. Falar da sua condução aqui no trabalho de direção, mas falar principalmente da sua relação para com cada um de nós, da sua relação com quem está aqui. Todos nós somos passageiros, um dia nós vamos embora, cada um vai para o seu canto. Talvez a gente viva, Moka, de lembranças, de coisas do gênero. Portanto, este momento é um momento que a gente, de certa forma, bota mais uma tinta nesse livro da sua vida, demonstrando que você é um sujeito que merece, não só estar na foto, mas merece estar registrado nos *Anais* deste Senado, como o que a gente poderia chamar de um sujeito, um companheiro, um amigo, alguém com quem trilhamos aqui a luta da política, mas mais do que isso.

Esta Casa nos ensina muito isto: mesmo na adversidade, a gente tem condição de construir bons amigos, consolidar boas amizades e mostrar que é possível viver com as diferenças e se encontrar naquilo que é a maior virtude de cada um: saber respeitar, sem invadir o limite do outro e sem perder as suas características.

Parabéns, Moka! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado, Senador Walter Pinheiro.

Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Bom, eu queria também me associar aos demais Senadores e Senadoras que se manifestaram na reunião de hoje, exatamente para reconhecer e prestar essa homenagem ao Senador Moka. Apesar de eu estar aqui há pouco tempo, tenho a impressão, a sensação, de que faz muito tempo que se conhece, digamos, essa figura.

Também porque o nosso saudoso Luiz Henrique da Silveira, ao longo da sua caminhada, da sua jornada política e da sua atuação aqui no Senado Federal, fez com que, em várias oportunidades, ele se referisse aos bons colegas de Senado, na construção de uma legislação que pudesse assegurar a todos os brasileiros melhores condições de vida.

Por isso, nesses poucos meses, eu reconheço que tudo aquilo que tem sido dito a respeito do Senador Moka é a pura realidade. Por isso me associo. Ele, que tão carinhosamente, recebeu-me em um momento difícil: dar continuidade a um mandato que vinha sendo desempenhado por uma figura tão ilustre quanto à de Luiz Henrique da Silveira, que não era apenas para nós Catarinense uma pessoa importante, a maior liderança política da atualidade, mas era também um cidadão e um grande político da Nação brasileira.

Com certeza ele está fazendo muita falta, em função da sua capacidade de construir canais de conversação e manter, através do diálogo, a construção e o ambiente necessário para a superação das dificuldades que existem a todo momento, em qualquer época e em qualquer cenário político do Brasil e do mundo.

Por isso, Senador Moka, eu me associo e faço minhas as palavras daqueles que tiveram o privilégio e a oportunidade de te conhecer há mais tempo, de saber que, de fato, você é um cidadão que se doa por inteiro na construção dessas alternativas que possam garantir sustentabilidade ao desenvolvimento do País, para que as pessoas possam se sentir bem vivendo e sendo brasileiros.

Então, meus parabéns! Acho que a homenagem é justa, por isso me associo a ela. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Elmano.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Eu queria também me associar aos companheiros e companheiras desta Comissão, no momento em que prestam essa homenagem, inclusive, de aposição da foto desse grande mato-grossense, com quem eu convivi por pouco tempo. Mas eu quero ressaltar aqui nesta oportunidade o espírito combativo, incisivo, autêntico e competente tecnicamente com que o nosso companheiro, Senador Moka, tem se havido aqui, neste Senado, e especialmente nesta Comissão.

Não tenho tido a felicidade dos companheiros e companheiras que privam dessa amizade de atuação Parlamentar conjunta, ao longo de várias Legislaturas, não só nesta Casa, como na Câmara dos Deputados. Mas eu quero também ser aqui um testemunho no reconhecimento do trabalho do nosso estimado companheiro Moka, dizendo que ele tem muito o que fazer ainda nesta Casa, considerando que passou 12 anos na Câmara dos Deputados e aqui está nos primeiros quatro, cinco anos, no mandato de Senador.

Tenho a alegria de compartilhar com os nossos companheiros deste momento em que se presta ao reconhecimento do trabalho do nosso companheiro Moka.

Que Deus o acompanhe nessa jornada difícil de construirmos uma sociedade menos desigual e mais justa em nosso País!

O meu abraço e o meu reconhecimento. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado, Senador Elmano.

Senador Moka, Srªs e Srs. Senadores, o Senador que homenageamos neste momento é um político de longo curso. Ele fez a sua maioridade política nas ruas e praças do seu Estado. De lá, extraiu os diplomas que, ao longo do caminho, tem dignificado e honrado. Conheci o Senador Moka não faz muito tempo, mas, por pouco que tenha sido o tempo, já consegui dele me aproximar e dele gostar.

Eu também vim de longe, Senador Moka. Estou nesta Casa há 30 anos. Estive na Câmara, por dois mandatos, e também no Governo do Estado. Mas sinto renovar-se em mim também, muitas vezes, as energias que assisto trazerem outros Senadores e Deputados para o Congresso Nacional. A sua assiduidade que é tão grande aqui quanto na obtenção dos mandatos, legitimamente conquistados no seu Estado, vem em favor da sua personalidade, do seu caráter e da sua estirpe de homem público.

Eu pessoalmente já presidi quase todas as comissões desta Casa, em épocas anteriores. Dessa vez eu não pedi a Comissão de Justiça, da qual já fui Presidente; pedi para ser Presidente desta, exatamente pelas razões que V. Exª aqui expôs. Por esta Comissão de Assuntos Sociais passam todos os interesses mais legítimos

do povo brasileiro. E V. Exª teve por esta Presidência uma passagem fecunda, porque foi ao seu tempo em que aqui muito realizou em benefício do social em nosso País.

V. Exª tem, portanto, os meus cumprimentos, a minha amizade, o meu apreço e a minha admiração por tudo quanto pôde fazer na Presidência desta Comissão e que faz, no exercício dos seus mandatos parlamentares.

Abençoo também, usando a expressão do Senador Elmano, a trajetória de V. Exª. E oxalá seja sempre assim, um modelo para os políticos do nosso País!

Aos Srs. Senadores devo comunicar que a Senadora Maria do Carmo Alves está nos deixando por algum tempo. Ela vai socorrer o seu filho, lá no Estado. Ela é a Vice-Presidente desta Comissão. Por um lado, lamentamos que ela tenha de nos deixar, mas, por outro lado, louvo a sua capacidade de amar os seus e de amar o próximo.

Espero que V. Exª, Senadora, seja muito feliz lá e leve felicidade também às funções que vai exercer.

Nós agora teremos a aposição da fotografia do Senador Moka.

Convido os Srs. Senadores e todos os presentes para o descerramento do retrato, que, a partir deste momento, passa a integrar o registro histórico dos ex-Presidentes.

(Suspensa às 10 horas e 4 minutos, a reunião é reaberta às 10 horas e 13 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Está reaberta a reunião desta Comissão.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 844, que encaminha cópia do acórdão proferido pelo Tribunal de Contas da União sobre possíveis irregularidades ocorridas no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Informo que o referido documento estará à disposição dos Srs. Senadores e Srªs Senadoras as consultas que se fizerem necessárias.

É com satisfação que comunico aos membros deste Colegiado que a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou, ontem, terça-feira, o projeto de autoria desta Comissão de Assuntos Sociais, que permite ao contribuinte abater do Imposto de Renda o valor das doações feitas a pessoa jurídica, com ou sem fins lucrativos, que opere serviço de saúde destinado à prevenção ou ao tratamento do câncer.

A proposta foi elogiada por diversos Senadores integrantes da CAE, e o Senador Romero Jucá apresentou requerimento para que a matéria seja examinada em caráter de urgência pelo Plenário do Senado Federal.

Damos início à deliberação das matérias previamente pautadas.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir, se for possível e da concordância de todos os integrantes da Comissão, a inversão de pauta, para que o item 3, já que não estão presentes aqui os relatores dos itens 1 e 2, possa vir a ser apreciado inicialmente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A Mesa atende a V. Exª.

Passo ao item 3.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 7, de 2009
- Não terminativo -

Dispõe sobre os depósitos bancários das entidades beneficiárias das contribuições sociais de interesse de categorias profissionais ou econômicas.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatoria: Senador Humberto Costa
Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2009.
Observações:
- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.
– - Votação simbólica.

A votação será simbólica, após lido o parecer do Relator, que é pela rejeição do Projeto de Lei nº 7, de 2009.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, vem a exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 7, de 2009, que dispõe sobre os depósitos bancários das entidades beneficiárias das contribuições sociais de interesse de categorias profissionais ou econômicas, de autoria do Senador Flexa Ribeiro.

Nos termos da proposição em análise, as disponibilidades das entidades beneficiárias das contribuições sociais de interesse de categorias profissionais ou econômicas, de que trata o art. 149 da Constituição Federal,

deverão ser mantidas em depósito exclusivamente no Banco do Brasil, na Caixa Econômica Federal, no Banco da Amazônia e no Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

As entidades abrangidas pela proposta são as seguintes:

1. Serviço Social da Indústria (Sesi),
2. Serviço Social do Comércio (Sesc);
3. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai);
4. Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac);
5. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra);
6. Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha (DPC);
7. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae);
8. Fundo Aeroviário:
9. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar);
10. Serviço Social de Transporte;
11. Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat).

Estabelece, também, o PLS nº 7, de 2009, que a inobservância da regra fixada para o depósito bancário das disponibilidades financeiras das entidades antes referidas importará a responsabilidade pessoal do dirigente da entidade, com a aplicação da penalidade administrativa cabível, independentemente da responsabilidade civil e criminal que resultar de eventuais danos patrimoniais. Por fim, revoga o Decreto-Lei nº 151, de 9 de fevereiro de 1967.

Na sua justificativa, o eminente autor entende que seria de todo conveniente que os bancos regionais federais também fossem depositários dos recursos das entidades do Sistema S, ao menos daqueles que serão aplicados nas regiões objeto de sua atuação, de forma a reforçar o caixa desses bancos. Argumenta, também, que uma das vantagens adicionais dessa medida seria a maior concorrência entre os bancos passíveis de receberem as disponibilidades do Sistema S, o que poderia ensejar uma disputa saudável, via oferecimento de vantagens na remuneração desses depósitos, além de fortalecer os bancos regionais federais, que têm como missão apoiar o desenvolvimento das regiões menos favorecidas do País.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição.

Nos termos do art. 90, inciso I, combina como o art. 100 do Regimento Interno, compete à Comissão de Assuntos Sociais dar parecer sobre o projeto.

O Congresso tem a competência para legislar sobre o tema.

Atualmente, nos termos do art. 1º do Decreto-Lei nº 151, de 1967, as disponibilidades do Sesi, Sesc, Senai, Senac e dos sindicatos, federações e confederações das categorias econômicas e profissionais deverão ser mantidas em depósito exclusivamente no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal.

A regra exclui apenas os depósitos dos sindicatos sediados em localidades onde não exista agência dos dois referidos bancos e quando destinados a manter nessas localidades, por período determinado, o pagamento de obras em realização ou de serviços prestados.

Segundo o autor, a Constituição Federal prevê a possibilidade de a União instituir contribuições sociais, contribuições de intervenção no domínio econômico e contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas.

Com base nessa última hipótese, foi criado um conjunto de onze contribuições parafiscais, instituídas por diferentes leis, compondo o chamado Sistema S. Em geral, essas contribuições incidem sobre a folha de salários das empresas pertencentes àquela categoria profissional correspondente.

As receitas das contribuições ao Sistema S são arrecadadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, que repassa os recursos a entidades de natureza privada, que prestam serviços considerados de interesse público. Os recursos têm a finalidade de financiar atividades que visem ao aperfeiçoamento profissional e à melhoria do bem-estar social dos trabalhadores. Destacamos que a criação desses organismos e de suas fontes de receita remonta a meados da década de 40.

Apenas quatro delas (Sebrae, Senar, Sest e Senat) foram instituídas após a Constituição Federal de 1988.

Segundo o art. 164 da Constituição Federal, "as disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei".

Embora as entidades que fazem parte do Sistema S tenham personalidade de direito privado, pelo fato de administrarem verbas decorrentes de contribuições parafiscais e gozarem de uma série de privilégios próprios de entes públicos, estão sujeitas a normas semelhantes às da Administração Pública.

Assim, o entendimento existente é o de que os recursos das contribuições transferidos para elas são públicos e, por isso, obedecem ao preceito constitucional citado.

Na mesma linha, as entidades do Sistema S seguem as normas fixadas no Decreto-Lei nº 151. Em princípio, esse diploma legal foi recepcionado pela Constituição Federal, não tendo havido sua revogação expressa.

Por sua vez, o TCU, órgão encarregado de fiscalizar os repasses da União, exige que os recursos das entidades do Sistema S provenientes das contribuições parafiscais sejam mantidos e aplicados no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal.

De forma a atender à exigência da legislação em vigor e do órgão de fiscalização, as entidades que compõem o chamado Sistema S recebem e mantêm aplicados os recursos no Banco do Brasil e na Caixa Econômica.

No entanto, o mandamento constitucional previsto no art. 164 da Constituição Federal, permite que esses depósitos sejam mantidos também em outros bancos oficiais, incluindo o Basa e o BNB, embora a legislação infraconstitucional não explicite essa possibilidade.

Em razão disso, o presente projeto inclui o Basa e o BNB como destinatários.

O projeto objetiva integrar essas duas entidades financeiras controladas pela União para, em conjunto com o Banco do Brasil e a Caixa, disputarem os recursos financeiros das entidades do Sistema S.

É, portanto, de postulação meritória, com vistas a oportunizar mais recursos aos bancos federais de fomento regional. Contudo, não vislumbro condições objetivas para o Basa e o BNB entrarem nesta disputa. Os dois bancos são instituições de fomento voltadas ao financiamento de programas do Governo Federal e não se caracterizam como bancos de varejo, com produtos financeiros e capilaridade suficiente para atender entidades nacionais desse porte, como as do Sistema S, o que acabaria gerando expectativa inversa à desejada pelo eminente autor.

Além disso, o gerenciamento financeiro de mais contas pelas entidades poderá aumentar os custos de gestão e a eficiência do controle, necessário para as prestações de contas aos órgãos de controle.

Por outro lado, Basa e BNB são bancos regionais praticamente sem agências nas outras três regiões do País. É mais provável que a execução de programas sociais e de educação dessas entidades gere renda, salários e remuneração de serviços para inúmeras pessoas, físicas e jurídicas, que irrigam outras instituições financeiras locais, dentre elas o Basa e BNB.

Some-se a tudo isso, o controle de transferências já executados principalmente pela Caixa Econômica e Banco do Brasil às entidades do Sistema S e, especialmente, para as entidades sindicais.

Em relação às entidades sindicais, a questão emerge mais grave, uma vez que a Caixa Econômica é o agente operacional da contribuição sindical, responsável pela arrecadação e rateio entre as entidades sindicais de grau superior (confederações), intermediário (federações) e de base (sindicatos) e agora também as gerais (centrais sindicais).

Assim, embora o PLS 7, de 2009, argumente em contrário, não acredito que haverá prejuízo local, pois os recursos são aplicados no local, gerando empregos, investimentos e tributos, especialmente os de competência estadual e municipal.

Além disso, a eventual transferência de recursos como proposta poderá gerar dificuldade na gestão, no controle e na adaptação de sistemas informatizados, além de pessoal especializado e treinado na matéria.

Em relação às entidades sindicais há uma forte corrente que se posiciona pela inconstitucionalidade do Decreto-Lei nº 151, de 1967, no que concerne à obrigatoriedade de depósito de suas contas na Caixa Econômica e Banco do Brasil. O princípio constitucional da autonomia e independência, inclusive financeira, das entidades sindicais não se coadunaria com qualquer norma que imponha obrigatoriedade na aplicação e gestão de seus recursos, razão pela qual as entidades sindicais estariam autorizadas a gerir seus recursos em quaisquer instituições financeiras, controladas ou não pelo Poder Público.

Ocorre, entretanto, que, por exigência do TCU, as entidades sindicais também devem prestar contas das receitas oriundas exclusivamente da contribuição sindical obrigatória, o que reforça a tese de uma arrecadação centralizada na Caixa Econômica Federal e não pulverizada em inúmeras entidades financeiras.

No que concerne às entidades do Sistema S, a situação é diferente, visto que há a necessidade de prestação de contas, bem como a obrigatoriedade de gestão de contas em instituições financeiras controladas pela União.

Além disso, o projeto contém vício de inconstitucionalidade quando elenca, entre as entidades descritas no parágrafo único do art. 1º, instituições como Incra, DPC, Fundo Aeroviário e Sebrae, pois as três primeiras integram a administração pública federal e a última entidade, embora se trate de serviço social autônomo, tem características distintas das demais entidades do Sistema S.

Assim, o disposto nos incisos V, VI e VIII, constantes da proposta, é inconstitucional por vício de iniciativa, de acordo com o art. 61, §1º, II, "e", da Constituição Federal, uma vez que cabe ao Presidente da República iniciar tais matérias.

Por fim, a revogação pura e simples do Decreto-Lei nº 151, de 1967, enseja também a revogação de outros dispositivos para o quadro legal do nosso País.

Não creio, portanto, ser adequada a revogação de tais dispositivos e instituição de novas regras de fiscalização.

Em face do exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2009.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente, apesar do trabalho do Senador Humberto Costa na relatoria, o autor do projeto, Senador Flexa Ribeiro, está relatando matéria em outra comissão e nos pediu que déssemos apoio a um pedido de vista, para que ele pudesse estar presente e fazer um debate sobre a matéria.

Então, em nome do autor, faço este pedido de vista aos colegas Senadores, com a compreensão do Relator, Senador Humberto Costa. Mas já estou aqui para apoiar o item 10, que é um projeto dele e que vou apoiar, para compensar o pedido de vista.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Não, o pedido de vista é regimental. Sem problema. Eu queria até, se não houver outros autores de projetos anteriores ao item 10, se houver quórum, votar esta matéria, que é importante.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – São 11 votos. Se a Secretaria conseguir pelo menos a votação – apreciaríamos o 10 e o 9; o meu já foi lido inclusive – faríamos a leitura do projeto do Senador Humberto Costa, uma matéria de consenso, e já adiantaríamos. Concordo com o encaminhamento do Senador Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Primeiro, concedo vista, nos termos do art. 132 do Regimento Interno. Então, fica adiada a discussão também.

Só para informar, há um pedido do Senador Humberto Costa, solicitando a inversão, para que pudéssemos votar o item 10. É isso, Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Humberto Costa, ainda não temos quórum qualificado para a votação deste projeto.

Vamos ao item 5.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, de 2015
- Não terminativo -

Acresce os incisos XVIII, XIX, XX ao Art. 20 da Lei nº 8036/90 – que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para permitir a utilização da conta vinculada do trabalhador na quitação de débitos vinculados a imóveis de parentes de primeiro grau.

Autoria: Senador Donizeti Nogueira
Relatoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, o projeto em questão é uma proposta do Senador Donizeti Nogueira.

Vem a exame desta comissão o Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2015, de autoria do Senador Donizeti Nogueira.

O projeto modifica a redação do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do Fundo de Garantia nas seguintes hipóteses:

- para a liquidação ou amortização extraordinária de saldo devedor de financiamento imobiliário obtido no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, instituído pela Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, referente a imóvel adquirido por parente de 1º grau do titular da conta (a saber, filhos ou pais);

- para a liquidação ou amortização de dívidas de qualquer natureza referentes a imóvel rural pertencente ao titular ou a parente de primeiro grau;

- para a aquisição de imóvel constante de inventário cujo inventariado pertença à família do titular da conta.

O projeto foi encaminhado à apreciação desta comissão e da Comissão de Assuntos Econômicos, a esta cabendo decisão em caráter terminativo.

Não houve, até o presente momento, qualquer emenda à proposição.

Nos termos do art. 100, I e IV, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS a análise de matérias atinentes às relações de trabalho e temas correlatos. Portanto, adequada a distribuição para apreciação desta Comissão.

Não se verifica inconstitucionalidade da matéria quanto à iniciativa do projeto, pois o Direito do Trabalho é um dos ramos do Direito sobre os quais a União possui competência privativa para legislar, conforme o art. 22, I, da Constituição Federal. Além disso, ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48, *caput*, da Constituição compete legislar sobre todas as matérias de competência da União.

O Direito do Trabalho e, em particular, a regulamentação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, ademais, não se encontram dentre as matérias de iniciativa privativa da Presidenta da República, arroladas no §1º do art. 61 da Carta Maior.

No mérito, entendemos que o projeto merece aprovação.

O FGTS foi criado como instrumento de poupança institucionalizada, um mecanismo de coesão social para permitir ao trabalhador a formação de uma reserva monetária que lhe permita fazer frente a algumas necessidades de grande relevância pessoal.

Notadamente, o FGTS seria útil para a aquisição da casa própria, anseio vital do trabalhador e de sua família.

A presente proposição se insere, precisamente, nesse propósito de coesão social, pela compra ou preservação de imóvel para a moradia.

Para tanto, acrescenta o nobre Senador Donizeti três hipóteses de movimentação da conta vinculada do trabalhador: o pagamento de financiamento de imóvel de pai ou filho, no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação; o adimplemento de dívida de imóvel rural pertencente ao titular, seus pais ou filhos; e a aquisição de imóvel pertencente a familiar do titular que seja objeto de inventário.

Trata-se, como bem percebeu o autor, de tema com grande relevância, cobrindo situações que, atualmente, não estão sob guarida da lei.

A primeira das hipóteses diz respeito ao amparo prestado no âmbito das famílias, permitindo que pai ou filho auxiliem seus familiares na aquisição da casa própria.

A segunda e a terceira hipóteses se referem à preservação dos bens da família, muitas vezes adquiridos com sacrifício, evitando sua perda ou a alienação a terceiro em detrimento de herdeiro que detém legítimo interesse na manutenção do bem.

Por sua relevância social e por sua justeza, temos de nos inclinar por sua aprovação.

Sugerimos, apenas, dois aperfeiçoamentos no tocante à redação do projeto e à adequação de sua redação aos fins indicados por seu autor.

O primeiro diz respeito à alteração da ementa, de forma a torná-la mais clara quanto ao objeto da proposição.

A segunda é referente à redação do inciso XX do art. 20 da Lei nº 8.036, de 1990, de forma a deixar claro que a possibilidade de compra no âmbito do inventário é dada ao sucessor do inventariado, evitando interpretação excessivamente elástica do dispositivo.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 337, de 2015, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº - CAS

Dê-se à ementa do PLS nº 337, de 2015, a seguinte redação:

Acrescenta os incisos XVIII, XIX e XX ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada no pagamento de débito referente a financiamento de imóvel de parente de primeiro grau, ao pagamento de dívida referente a imóvel rural de propriedade do titular ou de parente de primeiro grau e para aquisição de imóvel no âmbito de inventário.

EMENDA Nº - CAS

Dê-se ao inciso XX do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, na forma do art. 1º do PLS 337, de 2015, a seguinte redação:

rt. 20.....

.....

XX – aquisição de imóvel constante de inventário, no qual o titular se qualifique como herdeiro do proprietário falecido. ....." (NR)

Esse é o relatório, Sr. Presidente, do projeto do nobre Senador Donizeti, que, na minha avaliação, tem um alcance social no âmbito da família, de parentes de primeiro grau, ou seja, filhos e pais.

Como o projeto ainda vai à Comissão de Assuntos Econômicos, no aspecto social, entendo que esta Comissão pode aprová-lo, e, na Comissão de Assuntos Econômicos, poderão aprofundar o debate sobre o FGTS Caixa Econômica Federal e Governo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem pretenda discuti-la, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

A votação será simbólica.

O parecer do Relator é pela aprovação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2015, com as Emendas nºs 1 e 2 da CAS.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

Vamos ao item 11.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 47, de 2015

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública, proposta pelo RAS 7/2015, destinada a instruir o PLS 599/2011, que regulamenta o exercício da profissão de Quiropraxista.

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Presidente, como sou Relator desse projeto, informo que já fizemos audiências públicas – tinham-me pedido outra audiência pública –, mas, no fim, conversando com as partes, chegamos ao entendimento de que é melhor votar o projeto, que naturalmente vai suscitar um bom debate. Enfim, quando se vê que a audiência pública não resolve – e o objetivo a que eu tinha me proposto era o de construir um acordo bem tranquilo –, vamos a voto.

Devido a isso, Sr. Presidente, eu requeiro, nos termos do art. 93, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da audiência pública por mim proposta, destinada a instruir o PLS 599, de 2011, que regulamenta o exercício da profissão de quiropraxista.

Na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, estão centenas de alunos que se formam todos os anos, e, até hoje, a profissão não está regulamentada. Então, a pedido deles, no momento em que eu estive lá, chegamos a um entendimento de que o melhor mesmo é votar.

Por isso, eu peço a retirada da audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Retirada, então. V. Exª foi atendido, Senador Paulo Paim.

Srs. Senadores, o item 1 tem por Relator o Senador Roberto Rocha, que não se encontra presente; o item 2 foi retirado para reexame; o item 3 já votamos; o item 4 a Senadora Lúcia Vânia pede também a retirada; o item 5 foi, por igual, aprovado. Os demais itens, a partir do sexto, são terminativos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Assim mesmo, Sr. Presidente, o item 6 trata da insalubridade do trabalhador na sua área de atividade.

Nós chegamos a um entendimento, com o Senador Vicentinho, de pedir que se retirasse de pauta, para que tentássemos construir um acordo com outros setores envolvidos nesse tema.

A pedido do Senador Vicentinho, eu estou retirando de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – (São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, de 2007
- Não terminativo -

Revoga o art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, que instituiu contribuições sociais e autorizou créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Autoria: Senador Raimundo Colombo
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 373, de 2007 - COMPLEMENTAR.
Observações:
- Em 30.08.2011, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou Parecer contrário ao Projeto.
- Votação simbólica.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 665, de 2011
- Não terminativo -

Acrescenta e altera dispositivo da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais.

Autoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria: Senadora Lúcia Vânia
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 665, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta.
Observações:
- A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.
- Votação simbólica.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 294, de 2008
- Terminativo -

Altera o art. 192 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a base de cálculo do adicional de insalubridade.

Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Vicentinho Alves
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2008, e da Emenda nº 1-CAE.
Observações:
- Em 14.12.2010, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CAE.
- Votação nominal.

Quanto aos demais itens, por serem terminativos, não temos quórum necessário.
Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 43 minutos.)

ATA DA 35ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE NOVEMBRO DE 2015, QUINTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS E TRINTA MINUTOS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinquenta minutos, do dia doze de novembro de dois mil e quinze, na Sala de Reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a Presidência do Senhor Senador Edison Lobão reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Rocha, Waldemir Moka, Dário Berger, Flexa Ribeiro, Elmano Férrer, Eduardo Amorim e das Senadoras Regina Sousa, Ana Amélia, Lídice da Mata, Gleisi Hoffmann e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Esta Reunião destina-se à discussão e votação das Emendas da Comissão de Assuntos Sociais a serem apresentadas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 6, de 2015, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016-2019 – PPA 2016-2019, perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Autoria do Projeto: Presidência da República. Relatoria das Emendas da Comissão de Assuntos Sociais: Senadora Gleisi Hoffmann. A Presidência concede a palavra à Relatora, Senadora Gleisi Hoffmann, que comunica terem sido apresentadas 36 (trinta e seis) propostas de Emendas ao Projeto perante esta Comissão de Assuntos Sociais, sendo 5 (cinco) de Texto e 31 (trinta e uma) de Despesa. Após a leitura do Relatório e encerrada a discussão, esclarece que, nos termos estabelecidos na Resolução nº 1, de 2006-CN, com as alterações procedidas pela Resolução nº 3, de 2015-CN, a Comissão poderá apresentar até 3 (três) Emendas à despesa ao Projeto em exame, não havendo limite para as Emendas de Texto. O Relatório conclui pela apresentação de 3 (três) Emendas de Despesa e 5 (cinco) Emendas de Texto. Resultado: Aprovadas, por unanimidade, 8 (oito) Emendas ao Plano Plurianual da União para o período de 2016-2019 – PPA 2016-2019, a seguir relacionadas: Emenda nº 1-CAS – DESPESA – Iniciativa Nova – Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde – Custo Total R$ 1.000.000.000 – Programa 2015: Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) – Autores: Senadores Waldemir Moka, Ana Amélia, Elmano Férrer e Angela Portela. Emenda nº 2-CAS – DESPESA – Iniciativa Nova – Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde – Custo Total R$ 1.000.000.000 – Programa 2015: Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) – Autores: Senadores Waldemir Moka, Ana Amélia e Angela Portela. Emenda nº 3-CAS – DESPESA – Iniciativa Nova – Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica – Custo Total R$ 1.000.000.000 – Programa 2037: Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – Autores: Senadores Waldemir Moka, Ana Amélia e Angela Portela. Emenda nº 4-CAS – TEXTO – Modifica Iniciativa 058T do Objetivo 0370 do Programa 2037 – Programa 2037: Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – Autor: Senador Paulo Paim. Emenda nº 5-CAS – TEXTO – Modifica Iniciativa 05W8 do Objetivo 0725 do Programa 2015 – Programa 2015: Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) – Autor: Senador Paulo Paim. Emenda nº 6-CAS – TEXTO – Modifica Iniciativa 059Y do Objetivo 0372 do Programa 2037 – Programa 2037: Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – Autor: Senador Paulo Paim. Emenda nº 7-CAS – TEXTO – Modifica Iniciativa 058R do Objetivo 0370 do Programa 2037 – Programa 2037: Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – Autor: Senador Paulo Paim. Emenda nº 8-CAS – TEXTO – Modifica Iniciativa 06Q4 do Objetivo 1120 do Programa 2015 – Programa 2015: Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) – Autor: Senador Paulo Paim. O Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, submete aos membros da Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da Ata desta trigésima quinta Reunião (Extraordinária), que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às nove horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador EDISON LOBÃO
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Declaro aberta a 35ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

A presente reunião destina-se a discussão e votação das emendas desta Comissão ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 6, de 2015, PPA 2016-2019.

Foram recebidas 36 emendas.

Concedo a palavra à Relatora, Senadora Gleisi Hoffmann, para proceder à leitura de seu relatório.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Bom dia, Srs. Senadores.

A Comissão de Assuntos Sociais recebeu, no prazo estabelecido na convocação, 36 propostas de emendas a serem apresentadas ao PL nº 6, de 2015, Projeto de Lei que institui o Plano Plurianual da União para o período 2016-2019, das quais 5 são de texto e 31 de despesa.

Análise das propostas.

Importa, preliminarmente, ressaltar que a Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do art. 97, inciso I, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, com as alterações procedidas pela Resolução nº 3, de 2015, e em consonância com o item 2.3.4.b do Parecer Preliminar, pode apresentar até três emendas à despesa ao Projeto em exame, não havendo limite para as emendas de texto. Consoante consta do citado item do Parecer Preliminar ao Projeto de Lei do PPA 2016-2019, "considera-se emenda à despesa aquela relacionada à inclusão de iniciativas ou à inclusão ou ampliação de metas".

A análise por nós empreendida focalizou o exame da adequação das propostas de emendas apresentadas às disposições da legislação vigente, especialmente no que diz respeito às regras constantes do Parecer Preliminar e da já citada Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional. Entendemos que as proposições em exame cumprem as exigências previstas nos citados normativos. Além disso, consideramos que todas as emendas apresentadas estão estritamente relacionadas à área de atuação desta Comissão, bem como estão revestidas de caráter institucional e representam inegável interesse nacional.

No que tange às emendas de despesa, com o objetivo de atender o maior número possível de sugestões, todas de inegável mérito, nosso estudo contemplou a semelhança verificada entre as que propunham novas iniciativas ou ampliação de metas, de forma a proceder à aglutinação das propostas.

Tal metodologia nos auxiliou a verificar quais objetos foram demandados pelos integrantes desta Comissão. A seleção das três emendas à despesa a serem apresentadas por este Colegiado buscou contemplar, então, as iniciativas ou metas que obtiveram maior número de indicações dentre as propostas apresentadas.

Cumpre destacar que as emendas nº 7, 13, 20 e 34 propõem inclusão de iniciativa "NOVA – Estruturação de Unidade de Atenção Especializada em Saúde", no âmbito do "Objetivo 0713 – ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e especializada, ambulatorial e hospitalar". Embora tenha sido uma das iniciativas mais votadas, o referido Objetivo 0713 já contém a Iniciativa "06QD – ampliação do acesso na atenção especializada em todas as regiões do País", que atende perfeitamente o objetivo proposto nas referidas emendas. Por essa razão, optamos por não indicá-la nesta oportunidade, dando preferência aos temas não contemplados nas iniciativas constantes do Projeto de Lei do PPA.

Diante do exposto, votamos por que esta Comissão de Assuntos Sociais apresente as 5 emendas de texto ao Projeto de Lei do Plano Plurianual do período 2016-2019, emendas de 1 a 5, conforme anexo, todas de autoria do Senador Paulo Paim, bem como as seguintes emendas à despesa.

Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde; custo total R$1 bilhão: ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e especializada, ambulatorial e hospitalar.

Autores: Waldemir Moka, Ana Amélia, Elmano Férrer e Ângela Portela.

Segunda. Fortalecimento também do Sistema Único de Saúde (SUS). Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde; custo total R$1 bilhão: ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e especializada, ambulatorial e hospitalar.

Autores: Waldemir Moka, Ana Amélia e Ângela Portela.

Terceira. Também na consolidação do SUS: manter e ampliar, qualificar os serviços e programas de Proteção Social Básica e Especial ofertados às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal. Estruturação da Rede de Serviço de Proteção Social Básica, custo total R$1 bilhão.

Autores: Waldemir Moka, Ana Amélia e Ângela Portela.

Propomos, ainda, que a Secretaria da Comissão seja incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

É o parecer e voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, encerro essa discussão.

Em votação o relatório.
Os Srs. Senadores e Srªs Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovado.
Proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata desta Reunião, a 35ª.
Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovada.
Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.
Muito obrigado, Srs. Senadores.

(Iniciada às 9 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 57 minutos.)

ATA DA 36ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e um minutos, do dia vinte e cinco de novembro de dois mil e quinze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Edison Lobão reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Sérgio Petecão, Waldemir Moka, Otto Alencar, Flexa Ribeiro, Elmano Férrer, Romero Jucá, Vicentinho Alves, e das Senadoras Regina Sousa, Angela Portela, Ana Amélia e Vanessa Grazziotin. A Presidência registra a presença do Deputado Federal João Marcelo Souza e das Deputadas Federais Cristiane Brasil e Raquel Muniz. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. Passa-se à leitura dos expedientes sobre a mesa: por meio eletrônico, foram recebidos os Avisos do TCU nº 861, sobre Auditoria de Natureza Operacional realizada na Secretaria Nacional e Proteção e Defesa Civil, do Ministério da Integração Nacional; nº 1316, sobre Acórdão que tem por objetivo comparar o Regime Geral de Previdência Social brasileiro com os regimes previdenciários de 4 países da União Europeia – Portugal, Grécia, Polônia e Hungria. Passa-se ao início da Audiência Pública destinada a "debater a atual conjuntura das políticas públicas asseguradoras de direitos das pessoas idosas", em atendimento aos Requerimentos nºs 46 e 48, de 2015-CAS, ambos de iniciativa do Senador Elmano Férrer, com os seguintes oradores: Karla Cristina Giacomin, Médica Geriatra e docente em cursos de especialização em Gerontologia - PUC/MG; Marília Anselmo Viana da Silva Berzins, Presidente do Observatório da Longevidade Humana e Envelhecimento; Monize da Silva Freitas Marques, Juíza Coordenadora da Central Judicial do Idoso do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios; Paula Regina de Oliveira Ribeiro, Defensora Pública do Distrito Federal e Especialista em Gerontologia e Saúde do Idoso; Daniela Barros Tavares de Melo, Delegada de Polícia Civil na Delegacia de Segurança e Proteção ao Idoso, do Estado do Piauí. Foram aprovados durante a reunião os seguintes Requerimentos EXTRAPAUTA: ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 48, de 2015. Em aditamento ao Requerimento de nº 46, de 2015, aprovado nessa Comissão de Assuntos Sociais no dia 28.10.2015, solicito a inclusão como palestrante da Sr.ª Daniela Barros Tavares de Melo, Delegada de Polícia Civil, lotada na Delegacia de Proteção e Segurança do Idoso do Estado do Piauí, em substituição à Dr.ª Marlúcia Gomes Evaristo Almeida, que teve impedimentos de agenda. Autoria: Senador Elmano Férrer. Resultado: Aprovado. ITEM 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 49, de 2015. Nos termos do art. 90, II, IX e do art. 93, II, todos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais, para debater sobre o aumento do número de casos da MICROCEFALIA no país e as políticas públicas relacionadas à profilaxia da doença, com autoridades governamentais, cientistas, pesquisadores, profissionais de saúde etc., cujo rol detalhado será enviado a posteriori. Autoria: Senador Humberto Costa e outros.

Resultado: Aprovado. Usam da palavra a Senadora Regina Sousa, os Senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, as Deputadas Cristiane Brasil, Raquel Muniz, o Deputado João Marcelo Souza e o Senador Edison Lobão, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Às onze horas e três minutos, assumiu a presidência o Senador Elmano Férrer. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e quatro minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador EDISON LOBÃO
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Declaro aberta a 36ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento, por meio eletrônico, dos seguintes avisos do Tribunal de Contas da União:

- nº 861, sobre auditoria de natureza operacional realizada na Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, do Ministério da Integração Nacional;

- nº 1.316, sobre acórdão que tem por objetivo comparar o Regime Geral de Previdência Social Brasileiro com o regime previdenciário de quatro países da União Europeia (Portugal, Grécia, Polônia e Hungria).

Informo que os referidos materiais ficarão à disposição dos Srs. Senadores, na Secretaria desta Comissão, para as consultas que se fizerem necessárias.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 46, de iniciativa do Senador Elmano Férrer, com o objetivo de debater a atual conjuntura das políticas públicas asseguradoras de direitos das pessoas idosas.

Convido para compor a Mesa a Drª Karla Cristina Giacomin, a Drª Monize da Silva Freitas, a Drª Paula Regina de Oliveira Ribeiro e a Drª Daniela Barros Tavares de Melo.

Inicialmente, concedo a palavra ao Senador Elmano Férrer, para suas considerações iniciais.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, faço um cumprimento especial às estimadas convidadas para esta audiência pública.

Esta audiência pública decorre de uma preocupação nossa, como Senadores, especialmente como integrante desse estrato social...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – Advoga em causa própria.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Em causa própria e em causa dos 21 milhões de brasileiros, talvez, nesta idade: acima de 60 anos.

A realidade é que nós temos, não só na Constituição, mas também na legislação ordinária, dispositivos de lei que tratam da proteção das pessoas desta idade de que faço parte. E nós observamos que, no Brasil inteiro, principalmente no Estado do Piauí, no tocante às pessoas da terceira idade, como chamamos, apesar de toda a legislação, de todos os dispositivos da legislação ordinária, as coisas não se materializam, as coisas não ocorrem. E, nessa organização federativa do Brasil, os entes federados não se integram, não interagem nas políticas que poderiam materializar ações concretas para pessoas da terceira idade, especialmente aquelas que nascem na base da pirâmide social.

Neste final de semana, anteontem, tive a oportunidade de convidar coordenadores e diretores dos abrigos lá da capital, Teresina, para um café da manhã na minha casa, para que tivéssemos uma conversa franca, aberta, com o intuito de verificar as condições de acolhimento de pessoas na capital do Piauí, saber como elas vivem, sobretudo nas instituições. De seis instituições que lá existem, compareceram representantes de cinco delas: quatro da sociedade civil e uma ligada ao Estado do Piauí.

Essas instituições são mantidas praticamente pela sociedade. Apesar de nós termos um fundo nacional para pessoas idosas constituído em 2010, a realidade é que essas instituições, esses abrigos, essas casas de acolhimento não recebem os recursos, nem do Governo Federal, nem do estadual. Elas recebem um pequeno repasse – fiquei pasmado quando soube da importância – de R$2 mil, cada instituição dessas. São abrigadas em torno de 222 pessoas em seis casas de acolhimento. Enfim, a gente nota a ausência do Estado. E isso só no que se refere àquelas pessoas que são abandonadas, muitas delas, pelas famílias.

O fato é que, apesar de nós termos uma Lei Orgânica da Assistência Social e dispositivos da Constituição que asseguram o dever, a obrigação do Estado de cuidar dessas pessoas, isso não está ocorrendo. Então, nós lamentamos aqui a ausência do representante do Governo Federal. Fizemos o convite. Aliás, eu tenho aqui um requerimento feito ao órgão competente do Governo Federal, a Secretaria de Direitos Humanos, em 17 de junho, em que nós pedíamos uma série de informações com relação à política pública ou ações, programas, projetos do Governo Federal, e até hoje esse requerimento, feito através da Mesa Diretora do Senado, não mereceu resposta, que já deveria ter sido dada. De outra parte, para surpresa nossa também, aqui não está presente o representante ou a representante do Governo Federal, especificamente da secretaria específica que trata dessa questão.

Então, a ideia era fazermos essa audiência pública no primeiro semestre. Nós achávamos que não poderíamos fazer sem ter uma resposta ao nosso requerimento, inclusive para nos nortear não só por essa resposta ao nosso requerimento, como pela presença do representante do Governo Federal, que não está aqui. A nossa assessoria, ouvindo algumas pessoas, especialistas que estudam esse assunto, achou por bem convidar as pessoas que aqui estão, que já estudam essa questão relacionada a esse segmento importante da nossa sociedade, que, se hoje é 11% da população, em breve nós seremos um universo de vinte e poucos por cento, 22% da população brasileira, segundo algumas previsões.

E foi lendo os trabalhos da Drª Karla que se deu meu primeiro acesso, foram eles que me motivaram a abraçar essa bandeira, essa causa. Então, o sentido maior é nós ouvirmos aqui os especialistas, as pessoas que têm se debruçado sobre essa questão. E eu serei aqui, nesta Casa, uma pessoa que vai defender essa bandeira da pessoa da terceira idade, que todos nós, inexoravelmente, seremos. Inclusive, nosso Presidente também já faz parte desse universo, deve fazer parte... Talvez aqui somente o Moka e a nossa querida Ana Amélia é que ainda estão se preparando para entrar nesse universo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Faço parte desse universo para o meu desgosto. (*Risos.*)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – E eu me orgulho.

Agora, só para nossas convidadas saberem, eu tive oportunidade de participar de uma reunião da constituição de uma frente parlamentar mista de Senadores e Deputados que trata do envelhecimento ativo. Eu, por curiosidade, estava em um restaurante e fui com uma pessoa jovem, inclusive seu conterrâneo, o Deputado Federal João Marcelo, cujo pai, de 82 anos, disse que não ia porque se sentia em um estrato diferente, que era mais jovem. Pois bem, eu fui a esse evento, à instalação dessa comissão, e eu disse que eu era um exemplo de envelhecimento ativo, considerando que fui eleito Senador, com mandato de oito anos, aos 72 anos de idade, era um exemplo. E que estava me programando, Moka, para os 80 anos, daqui a sete, oito anos, eu já tinha um projeto para os 80 anos, e estava pensando em outro para quando eu completasse 90, enfim, até os 100 anos, porque eu acredito que, quando eu completar 90, enfim, até os 100 anos, com a evolução da Medicina, da Ciência, o "veinho" aqui, como é conhecido lá no Piauí, o Senador "veinho" – mas veja bem, "veinho" trabalhador, ainda há mais essa... Então eu me considero, digamos, um exemplo dessa grande temática, esse programa de envelhecimento ativo.

Estamos aguardando aqui, talvez, a nossa querida Deputada Cristiane Brasil, que é uma entusiasta dessa questão. Então nós vamos ouvir, o meu interesse, meu Presidente, é ouvir as nossas estimadas e queridas convidadas, a experiência de cada uma a fim de armazenar novos conhecimentos e nos energizar para essa batalha que nós estamos iniciando, todos nós aqui.

Era só, meu Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Agradeço as palavras iniciais do Senador Elmano, autor do requerimento que deu lugar a esta audiência pública. Mas posso tranquilizá-lo também, dizendo que Moisés viveu 120 anos e Noé, da arca, chegou a 950 anos de vida. Nós iremos também nessa direção.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Sr. Presidente, eu queria pedir permissão para ler um requerimento em que nós solicitamos a substituição de uma das convidadas, nestes termos que eu vou ler.

EXTRAPAUTA
ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 48, de 2015
- Não terminativo -

Em aditamento ao Requerimento de nº 46, de 2015, aprovado nessa Comissão de Assuntos Sociais no dia 28.10.2015, solicito a inclusão como palestrante da Sr.ª Daniela Barros Tavares de Melo, Delegada de Polícia Civil, lotada na Delegacia de Proteção e Segurança do Idoso do Estado do Piauí, em substituição à Dr.ª Marlúcia Gomes Evaristo Almeida, que teve impedimentos de agenda.

Autoria: Senador Elmano Férrer

Esse é o requerimento que pede a substituição de uma convidada pela Drª Daniele.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Concedo inicialmente a palavra à Drª Monize da Silva Freitas Marques, Juíza Coordenadora da Central Judicial do Idoso do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. A Drª Monize, como os demais palestrantes, terá dez minutos para a sua exposição. Se necessário, ampliaremos esse tempo.

A SRª MONIZE DA SILVA FREITAS MARQUES – Cumprimento a todos os presentes na pessoa do Presidente e gostaria de pedir licença ao senhor para conceder inicialmente a palavra à Drª Karla Giacomin, porque ela iniciaria os trabalhos, se o senhor...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Então vamos ouvir a Drª Karla Cristina Giacomin, que é Médica Geriatra e docente em cursos de especialização em Gerontologia da PUC, Minas.

A SRª KARLA CRISTINA GIACOMIN – Primeiramente eu gostaria de agradecer ao Senador Elmano Férrer pela oportunidade de estar nesta Casa que defende os direitos do povo brasileiro. Então é com muita honra e alegria que a gente aceitou esse convite.

Gostaria de pedir a oportunidade de apresentar para vocês algumas imagens que vão nos ajudar a refletir um pouco sobre esse tema.

Por favor, o próximo.

Nós estamos numa época de lama neste País, e é com muita tristeza que eu sou representante de Governador Valadares, uma das cidades mais atingidas pelo drama de Mariana. Então, eu não queria que vocês se esquecessem das vítimas idosas que morreram soterradas na lama e da população futura, que já está sofrendo e vai continuar sofrendo os efeitos do descaso dos Governos Federal, Estadual e Municipal em relação à operação das mineradoras em nosso Estado.

Eu estou aqui como porta-voz de 26 milhões de idosos que não se encontram presentes e dos 184 milhões de brasileiros envelhecentes, que também não estão interessados em saber como se dá o envelhecimento no nosso País. E é muito difícil ser porta-voz de um público que não se reconhece como idoso, porque cada um de nós nega a sua velhice. A sociedade brasileira nega que está envelhecendo. O Poder Público, há mais de cinquenta anos, está sendo alertado por organismos internacionais e nacionais do envelhecimento acelerado do nosso País. E a gente dá as costas para essa realidade, enfia para debaixo do tapete, como se fosse uma sujeira que a gente não quer ver. Eu estou aqui para dizer que chega de colocar a velhice do Brasil debaixo do tapete.

Esse homem velho enxerga longe o que as pessoas não conseguem enxergar de perto. Às vezes, a gente precisa de um binóculo para fazer as coisas que nos parecem longe se aproximarem. Então, lá longe está a perspectiva de que, em vinte e cinco anos, de cada quatro brasileiros, um será idoso. Mas, esses idosos já nasceram, eles estão aí. Os futuros idosos do Brasil são todos os brasileiros que nascem neste País com perspectiva de uma expectativa de vida atual de 76 anos. Podia ser mais, se a gente tivesse mais acesso a políticas de qualidade e com responsabilidade.

Nós estamos transformando a sociedade brasileira numa díade, numa disputa entre vencedores e perdedores. Então, vencedores são aqueles que conseguem envelhecer de forma ativa, e perdedores são os pobres coitados que precisam de cuidados. Se a gente conseguir convencer o Senado brasileiro de que não existe cidadão de segunda categoria... Portanto, velho, precisando de cuidados ou envelhecendo ativo, é cidadão como outro qualquer. Se o art. 5º da Constituição Federal for respeitado por esta Casa, é um cidadão com direitos iguais a todos os demais.

Essa imagem é da minha família. A minha avó morreu com 101 anos. Ela teve dezesseis filhos. A filha mais velha dela teve seis filhos. A filha mais velha da minha tia teve dois filhos. E a primeira filha ela a teve com mais de 38 anos. Essa é a transição demográfica brasileira a que a gente assiste no Piauí e no Rio Grande do Sul: dezesseis filhos, seis filhos, dois filhos, talvez nenhum filho. Então, estamos trabalhando com uma perspectiva de que existiam cinco potenciais cuidadores para cuidar dos idosos nas famílias brasileiras em 2010, mas, brevemente, nós já teremos menos de dois cuidadores. Então, quem vai cuidar de nós? Até quando a gente vai depositar sobre a família o ônus completo do cuidado?

Estruturas previstas não nos faltam, tanto para o idoso ativo quanto para o idoso que está com alguma incapacidade, quanto para o idoso dependente. Na assistência social nós temos os Grupos de Convivência, os Cras, os Creas. Na equipe de saúde, nós temos os Centros de Saúde, nós temos as equipes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família, da Estratégia de Saúde da Família. Como modalidade de abrigamento, nós temos as repúblicas, as Casas Lares, as instituições de longa permanência, como aquelas que o Senador Elmano recebeu na sua casa, as Casas de Acolhida, e, como modalidade de assistência, nós temos, no SUS, os hospitais, a previsão de Hospital Dia, de Centros de Referência, de Programa de Atenção Domiciliar, de Unidades de Pronto Atendimento, de Centros de Reabilitação, mas, na prática, nós não temos hospitais com visão gerontológica, nós não temos hospitais com leitos prolongados suficientes para o cuidado de pessoas idosas. Na prática, nós não temos Hospitais Dia, nós não temos Casas Lares, nós não temos Casas de Acolhida, nós não temos república, nós não temos Centro Dia, e, das instituições de longa permanência, apenas 6% delas são públicas. Mesmo as públicas valem-se do dinheiro dos velhos para custear a sua atuação. Então, na prática, Senhores, na lei, nós temos vários direitos. Falta-nos efetivar esses direitos.

Então, eu me sinto como aquele Sísifo, aquele mito que, entra governo e sai governo, conta para os senhores a mesma história, a mesma história vocês escutam, e continua tudo como era, como se nada tivesse sido dito, como se nada tivesse sido ouvido, como se nada tivesse sido visto. Basta vocês olharem que vocês vão enxergar. Essa população idosa está aí. É impossível não enxergar. Mais de 13% da população brasileira hoje é idosa. Mas o que nos falta?

A falta de políticas públicas de cuidados prolongados e de cuidados paliativos, dado o esgotamento dos recursos sociais e de saúde, leva a uma piora da qualidade de vida e uma piora da qualidade de morte. Se a velhice não vos interessa, pensem que, num *ranking* de 40 países do mundo, o Brasil é o antepenúltimo em cuidados com a morte. É difícil até morrer neste País. Envelhecer já é difícil, mas o Brasil só perde para a Índia e para Uganda em qualidade de morte.

Então, quem é que assumiu a responsabilidade pela proteção social do idoso? O Estado brasileiro é um parceiro apenas pontual. Cabe à família a maior responsabilidade pelos cuidados. Essa parceria pontual do Estado brasileiro, a antropóloga Guita Debert chamou de "reprivatização da velhice". Quer dizer, a velhice é um problema de cada um. O Estado não se envolve com isso. E a essa falta de políticas de cuidados nós estamos chamando de "reprivatização do cuidado". Quer dizer: faça tudo o que você tem que fazer e dê um banho na sua mãe, passe lá e cuide dos remédios dela, mas continue fazendo tudo o que você tem para fazer, porque ninguém tem nada com isso; o problema é só seu.

Se a gente pegar o Censo Suas, que estabelece as prioridades das metas municipais para o período de 2014 a 2017, sequer é citada a palavra "idoso", sequer é citada palavra "instituição de longa permanência para idosos", que é uma entidade da responsabilidade da assistência social no nosso País. E isso é uma publicação governamental.

Então, nós estamos assistindo pacatamente à omissão do Poder Público em relação à política de cuidado. Mas isso não acontece por nada, não. Isso acontece porque existe uma discriminação contra a pessoa idosa. O idoso sofre *bullying* no ônibus diariamente. Sofre *bullying* no metrô. Sofre *bullying* na perspectiva de precisar de trabalho. Diariamente o idoso é discriminado. O idoso é culpabilizado pelo déficit da Previdência, como se fosse dele a responsabilidade de gerar o dinheiro para a Previdência custeá-lo, como se não fosse um pacto social, como se isso não fosse constitucional, como se essa não fosse uma cláusula pétrea da nossa Constituição.

(Soa a campainha.)

A SRª KARLA CRISTINA GIACOMIN – E isso repercute na falta de priorização, numa violência contra a pessoa idosa. A família que é negligenciada pelo Estado é negligente com a população idosa. E 25% dos idosos que são negligenciados morrem por falta de cuidados.

No Brasil, quem não tem cão caça com gato. Então, quem não tem ILPI de qualidade vai para o hospital. E eu não sei se os senhores sabem, mas 50% dos idosos permanecem mais tempo hospitalizados do que seria necessário por falta de políticas de cuidado. E quando o Governo dá com a mão, ele tira com a outra. Então, ele dá o BPC, mas ele se utiliza do BPC para custear políticas públicas, ele se utiliza do BPC para pagar internação, a Instituição de Longa Permanência da população idosa.

E eu já estou encerrando.

Isso não significa que nada esteja acontecendo. A fiscalização sanitária, a fiscalização do Ministério Público, a atuação da Defensoria Pública tem permitido mudanças na realidade das instituições, mas são realidades muito mais físicas do que do processo de cuidado, porque as instituições não têm como bancar os recursos humanos necessários. A fiscalização não tem flexibilização nos itens que são vistoriados. Isso precisa evoluir para que a gente tenha itens que são necessários, recomendáveis, informativos e, se possível, aplicáveis. No momento, a gente exige tudo de todos ou a gente não exige nada de ninguém, porque a gente está sob a chantagem: para onde irão os idosos caso as instituições sejam fechadas?

Esse foi um trabalho que eu fiz em 2008, que demonstrava que, para cada x investido pelo Poder Público para o idoso institucionalizado, havia 10x de investimento na criança, na creche – e faltam creches; não estou dizendo que tem creche –, existia 15x de investimento para o menor em conflito com a lei e 30x para os presidiários. Eu espero que vocês possam equacionar um pouco essa situação. Mas quem se importa? É velho, está na hora de morrer, não contribui mais, é um peso para a Previdência, é um peso para o Estado, é um ônus para a sociedade.

Então, a prioridade legal para uma política de cuidados continuados e coordenados de acordo com os diferentes olhares. Para o idoso, ele é uma carga, é um fardo, ele se sente um fardo; para a saúde, o apoio à família com idosos frágeis é precário e a Instituição de Longa Permanência é considerada uma entidade de baixa complexidade para a saúde; para a assistência, os Cras e Creas são subdimensionados.

O grau de desigualdade social do nosso País exigiria uma amplitude da assistência social muito maior do que ela tem hoje. E a Instituição de Longa Permanência é considerada, ao contrário, uma entidade de alta complexidade. Para o orçamento público, a Instituição de Longa Permanência e as estruturas de políticas de cuidados não têm nenhuma complexidade, porque não estão nem lá, nem fazem parte do orçamento, não estão contempladas no orçamento. Isso é um crime.

Então, a falta de uma educação da nossa sociedade para a velhice, que está presente no Plano Nacional de Educação, que não inclui o envelhecimento entre os seus eixos estruturantes, a falta de investimento público nas políticas de cuidado da população idosa, a falta de avaliação e de controle social da sociedade brasileira sobre o que está acontecendo com a velhice, a falta de uma atuação intergeracional, é cada um por si, é cada geração lutando pelo seu quinhão, representa a falta de uma política de cuidados. Mas isso pode ser revertido se houver educação, se houver investimento público, se o Senado Federal avaliar e monitorar o que compete a ele também fazer, se houver um estímulo à atuação intergeracional, assim, criando uma política de cuidados.

Quero concluir com esta fala: o que as pessoas dizem que querem e aquilo que elas estão dispostas a fazer são duas coisas bastante diferentes. O que a gente pede para vocês é: façam alguma coisa.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Encontra-se entre nós a Deputada Cristiane Brasil, que nos dá muito prazer com sua presença.

Vamos ouvir, então, todos os nossos convidados e, em seguida, as indagações dos Srs. Senadores.

Drª Monize Freitas Marques.

A SRª MONIZE DA SILVA FREITAS MARQUES – Bom dia a todos.

Cumprimento a todos na pessoa do Presidente Edison Lobão e agradeço a oportunidade de fazer parte desta Mesa. Agradeço também, pela fala, a Drª Karla, que já nos introduziu muito bem ao tema.

Em função do tempo que nos foi destinado, vou me fixar numa perspectiva de tentar trazer alguma solução, tentar dividir com vocês a nossa experiência no âmbito do Distrito Federal no que se refere à aplicação de políticas públicas. Antes, porém, queria chamar atenção para um ponto que a Drª Karla mencionou, que é a questão do reconhecimento.

Dificilmente temos condição de trabalhar em prol de algo ou de algum grupo em que a gente não se reconhece. O critério é legal: o idoso tem 60 anos ou mais. Não significa, no entanto, que o idoso tenha dificuldade de se locomover, que não tenha participação ativa na sociedade ou ainda que tenha dificuldade de se comunicar. Esse não é o critério utilizado pela lei. A lei foi taxativa e simplesmente adotou um critério de faixa etária. Então, independentemente da sua condição de participação social, de estrutura familiar ou de ser o arrimo da sua casa, hoje percebemos grande quantidade das famílias sendo sustentadas pelo BPC, pelo Benefício da Prestação Continuada, que depende do idoso, enfim, teve 60 anos ou mais, ele se apresenta nesse critério.

Por que acho importante mencionar isso? Porque, às vezes, o idoso tem dificuldade em se reconhecer ou dificuldade de aceitar uma fila preferencial, mas ele sabe que, nessa condição de idoso, ele pode se beneficiar de uma meia entrada em um cinema, em um espetáculo, em um lazer.

Enfim, o importante é que, havendo esse reconhecimento, essa inserção nessa camada, todos possamos fazer parte dela ou de uma perspectiva prospectiva – assim já me reconheço, ou de uma forma mais ativa, já na condição de próprio idoso.

A nossa população hoje não apresenta mais esta pirâmide etária, como o Senador Elmano mencionou. Em pouco tempo, não seremos mais pirâmide. Em pouco tempo, a nossa capacidade produtiva diminuirá, em virtude desta inversão da população idosa. E não estamos preparados para assumir este grupo que depende de todos nós, que depende muito do Poder Público e que depende também de uma família que esteja estruturada pelo Poder Público.

Delegar essa responsabilidade à família, sem conceder a ela possibilidades de suportar esse ônus, é penoso demais, é prejudicial demais, e com certeza, vai voltar para o Poder Público, diante da incapacidade de se reverter essa situação no eixo privado.

Com a nossa Constituição e o Estatuto do Idoso, temos esta divisão de responsabilidades. Entendemos que o Estado assume uma parcela muito importante. Por quê? Quando vivenciamos especialmente os crimes realizados por pessoas idosas, e agora já falo na condição de juíza coordenadora da Central do Idoso, identificamos que a maioria deles é praticado no interior da família, em um espaço em que o Estado não entra, em um espaço em que a própria família se sente incomodada de uma certa intervenção estatal. Sem mecanismos de prevenção, não estaremos falando de políticas públicas. Não adianta termos investimento naquilo que já é consequência de uma violação de direitos.

Os hospitais, as notificações compulsórias realizadas pelos núcleos de atenção à violência da Secretaria de Saúde são muito importantes, mas a nossa perspectiva é de trabalhar no antes. O nosso investimento tem que ser na educação e em condições para garantir que esse idoso não tenha seu direito violado.

Como a Drª Carla mencionou, e posso dividir com vocês a experiência do Distrito Federal, não temos equipamentos de proteção à pessoa idosa aqui, nenhuma instituição de longa permanência pública no Distrito Federal, absolutamente nenhuma. Todas as nossas ILPIs são filantrópicas ou particulares, e a mensalidade gira em torno de R$12 mil, para que um idoso seja inserido em uma instituição como esta. E olhe que estamos

falando de filas de espera, famílias que se cotizam para que seu idoso seja incluído ILPI particular para pagar R$12 mil por mês. E o Estado não pode se omitir nessas circunstâncias, porque uma série de violações são satélites a essa situação.

Neste contexto, em relação à participação do Estado, o Poder Judiciário tem feito sua parte. Na condição de juíza, recebemos muitas críticas em relação ao nosso ativismo judicial. Temos consciência de que uma decisão judicial não tem força material para se abrir uma UTI. Temos consciência disto, mas o fato é que, dentro desta perspectiva de separação de poderes, que já foi amplamente debatida, e dessa ponderação de interesses, os juízes só têm tido uma atuação mais ativa, e temos caído nesta perspectiva de imersão em outras tarefas do Estado, porque os demais poderes têm se omitido. Então, de certa forma, quando o Poder Judiciário interfere na programação de políticas públicas, o recado não deve ser que o Judiciário está crescendo em relação a outros poderes. O recado deve ser: este Poder está sendo omisso, porque não há vácuo de poder.

O fato é que temos um orçamento destinado pelo Fundo de Participação do Idoso, que este ano não foi usado, e temos uma grande quantidade de idosos em fila de espera para ser incluído numa ILPI, que não existe no Distrito Federal, por exemplo.

Então, algo precisa ser feito.

E, quanto a esses idosos que têm um pouquinho mais de acesso ou que contam hoje com a participação da Defensoria Pública muito bem estruturada para atendê-los nesse quesito, estamos sendo instados a nos manifestar em relação a essa ausência de políticas públicas. E o Poder Judiciário vai dar uma resposta, porque não pode se omitir.

Esse é um ponto bastante importante, em que precisamos refletir, porque, quando o Poder Judiciário tenta resolver o problema de uma parte que o procura, de certa forma, sabemos que estamos desequilibrando a balança de uma perspectiva social em relação a outros investimentos. Mas é necessário que trabalhemos com uma perspectiva de atuação antes da violação do direito do idoso.

Pensando nesse aspecto, o Poder Judiciário do Distrito Federal, nosso Tribunal de Justiça, em 2007, realizou um convênio com a Defensoria Pública do Distrito Federal e com o Ministro Público do Distrito Federal e Territórios e criou uma minirrede de proteção ao direito dos idosos, que é a chamada Central Judicial do Idoso.

Eu trouxe essa perspectiva para dividir com vocês, para que possamos identificar caminhos alternativos e extremamente valiosos para que algo possa ser feito em outros Estados, já que essa é uma iniciativa exclusiva do Distrito Federal.

Trabalhamos em parceria e com a rede maior de proteção que vem do Poder Público, do Executivo. Assim, o idoso ou qualquer outro denunciante que nos procure, quando está numa situação de violação de direitos, é atendido por um acolhimento que chamamos de escuta ativa, com um profissional da área jurídica e com um profissional da área social.

O profissional da área jurídica identifica quais são os mecanismos de proteção que podem ser feitos imediatamente, inclusive já encaminhando para a Defensoria Pública...

(Soa a campainha.)

A SRª MONIZE DA SILVA FREITAS MARQUES – E o profissional da área social – Presidente, o senhor me permite só concluir? – trabalha com a inserção desse idoso em situação de risco nos demais mecanismos de proteção – Creas, Cras.

Assim, conseguimos movimentar toda a rede de proteção dos direitos dos idosos no Distrito Federal, de uma forma rápida, de uma forma bastante eficiente.

Como o tempo acabou, peço ao Presidente a gentileza... Eu trouxe a nossa Cartilha do Idoso, que foi elaborada pela Central Judicial do Idoso, e também o Mapa da Violência da Pessoa Idosa no Distrito Federal, que também é a única base estatística de violência contra a pessoa idosa no Brasil e que é um norte para que possamos programar as políticas públicas que estão por vir no âmbito do Distrito Federal.

Só um dado que gostaria de destacar: a nossa maior vítima é a senhora idosa, e o seu maior agressor é o seu filho homem. E o maior índice de violência realmente é feito dentro de casa, por pessoas que gozam da confiança do idoso; e é justamente por isso que o Estado precisa agir de uma forma mais prospectiva e mais informativa.

E não podemos nos calar diante da possibilidade de que um local que assume legalmente o dever de cuidar esteja exatamente violando os direitos dos idosos.

Eu me coloco à disposição e peço a gentileza de que esse material seja distribuído, para que os senhores possam nos contactar quando quiserem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado, Drª Monize, que terá, em seguida, a possibilidade de desenvolver melhor o seu pensamento, de acordo com as indagações que forem feitas pelos Srs. Senadores.

Agora, concedo a palavra à Drª Marília Berzins, que é Presidente do Observatório da Longevidade Humana e Envelhecimento.

A SRª MARÍLIA ANSELMO VIANA DA SILVA BERZINS – Bom dia. Bom dia para todos.

A minha palavra inicial é de agradecimento ao Senador Elmano Férrer pelo convite de participar desta Mesa. Muito obrigada ao Presidente da Comissão pela oportunidade. E me alegra muito rever aqui o Senador Waldemir Moka, por quem tenho apreço, porque é de autoria dele a criação da profissão de cuidador de idosos. Eu tive a oportunidade de participar desta Comissão em tempo anterior, para defender a criação, como também a Deputada Cristiane Brasil.

Vou falar um pouco do olhar que temos. Vocês veem esse idoso que está olhando para o infinito? Talvez na cabeça dele esteja a seguinte pergunta: que país é esse? Ou que país é este, conforme diz o título da música do Legião Urbana. Que país é esse que é extremamente contraditório porque investe muito e investiu na redução, por exemplo, da mortalidade infantil? Hoje temos indicadores extremamente favoráveis. Ele investe na criança, mas abandona os seus idosos à própria sorte na sua velhice.

Então, é tão significativo que me traz um sentimento, por exemplo, de ausência de representação aqui do Governo Federal nesta Mesa. Acho que preciso destacar isso, porque talvez seja um pouco do reflexo de como se trata essa população idosa do nosso País.

Trago aqui uma citação do Sêneca que diz que "nenhum vento sopra a favor de quem não sabe para aonde ir". Eu acho que sabemos o que queremos para a população idosa, mas esse vento não tem soprado a favor.

Um cenário muito rápido para vocês verem em documento recente publicado pela OMS que diz o quanto o mundo estará envelhecido. Não teremos tempo de considerar isso, mas cada vez mais pessoas idosas estarão presentes no nosso cenário. E o Brasil continua envelhecendo, vai envelhecer cada vez mais. Isso não é mais novidade para boa parte da população. Precisamos falar desses dados, sim, para que eles nos sirvam de motivação para agirmos. E, aí, quando trazemos para o nosso cenário, vemos que há esse discurso de que estamos envelhecendo, mas não temos a oferta das políticas necessárias para atender a esse segmento etário que tanto precisa.

Não podemos nos esquecer de que envelhecimento é conquista, é triunfo, que se precisa celebrar. Envelhecer com dignidade é um direito humano fundamental, não podemos nos esquecer disso. O Brasil já alcançou a longevidade, e agora o nosso grande desafio é ter dignidade nesses anos que conquistamos.

Não sendo problema social, o envelhecimento também apresenta-nos alguns desafios extremamente importantes.

Quando vejo essa senhora de cabeça baixa ali, fico a pensar – e a Karla já destacou o número dos nossos brasileiros idosos – nos 26 milhões de pessoas, que não são visíveis às políticas públicas, que estão ao léu, estão abandonadas em suas casas, à espera de uma ajuda. Muitas vezes elas são achadas e não pela política, mas por um vizinho que se sente incomodado com aquela situação e aí vai a órgãos de justiça, delegacia, defensoria, promotoria. Então, quem tem assumido muito esse cuidado não é o Estado na sua pessoa do Executivo de oferta de políticas públicas, mas é a judicialização do envelhecimento, vai buscar no campo do direito, pela lei, e não por aquilo que ele tem.

Então, é verdade, para muitos brasileiros, em vez de ser a melhor idade, acaba sendo a pior idade. E é nesse sentido que chamamos a atenção e desejamos que isso aconteça.

E o Brasil tem um marco legal extremamente reconhecido, eficiente, mas é simbólico. Temos Política Nacional do Idoso, Estatuto do Idoso, Política Nacional de Saúde do Idoso, temos o Suas (Sistema Único de Assistência Social), temos o SUS (Sistema Único de Saúde), ou seja, nós temos um conjunto de políticas públicas que, em tese, simbolicamente, contemplam as necessidades. Mas na prática está muito longe de oferecer.

E, considerando o pouco tempo que temos aqui, chamo a atenção para um dos grandes desafios importantes que temos. É a política de cuidados para pessoas idosas. Acho que esse é o maior agravante. A Guita Debert, que a Karla já citou, diz que, para os idosos que estão muito bem, nós avançamos algumas coisas. E eu trago, como exemplo, centros de convivência que já é uma prática no cenário todo brasileiro. Mas, quando olhamos para os idosos que estão em situação de fragilidade, de vulnerabilidade, nossa oferta é praticamente zero.

Já foi citada daqui a questão das instituições de longa permanência para idosos. Eu venho da cidade de São Paulo, e a situação de São Paulo não é diferente da do resto do Brasil. Na nossa cidade, temos hoje cerca de 400 vagas em instituições públicas conveniadas com assistência social. Isso é insuficiente para a demanda, e, nesta terra, quem ocupa essa vaga é aquele idoso que foi achado, que foi abandonado lá pela comunidade e entra, na maioria das vezes, pelo Ministério Público, para usar essa vaga.

Então, aquelas famílias que precisam de uma vaga para institucionalizar os seu idoso não têm acesso a isso. Não é diferente a questão do custo das instituições particulares, privadas. Chega-se a apagar R$15 mil ou R$16 mil nas *tops,* naquelas que são as maiores na cidade de São Paulo. Então, essa demanda de oferta de cuidado para aqueles idosos que precisam de cuidado é extremamente importante.

Eu gostaria de chamar a atenção para a importância da família. Eu tenho uma imagem aqui – depois eu a localizo –, mas não podemos culpabilizar a família pela ausência do cuidado. Eu acho que as famílias, e uma pesquisa foi feita a respeito, desejam cuidar, mas elas não estão cuidando porque não têm recursos para isso. E devemos ter o cuidado de dizer também que as mulheres foram para o mercado de trabalho e, por isso, não há oferta, porque, senão, contabilizamos as mulheres pelas conquistas que temos.

O que acontece é exatamente isto: ela quer, mas não tem um suporte. E para trazer como uma política operativa. Por exemplo, porque não temos cuidadores de idosos nas políticas de saúde da Assistência Social? Os profissionais estão aí, prontos e preparados.

Eu queria fazer um comentário: esta Casa aprovou rapidamente um projeto de lei que institui a criação da profissão do cuidador de idosos. Mas ela está parada na Câmara dos Deputados, também na Comissão de Assuntos Sociais da Câmara, há dois anos. E não andamos nisso.

Então, precisamos ter cuidadores de idosos nas políticas, precisamos ter oferta de instituições que possam atender à necessidade desses idosos que precisam de cuidados, e aqui há uma variedade muito grande nisso. Precisamos ter centros-dia. Em São Paulo, na cidade de São Paulo, temos três centros-dia públicos, inaugurados agora, no primeiro semestre deste ano, para uma população de um milhão e meio de pessoas idosas que temos na cidade de São Paulo. Isso já está contemplado desde 1996, quando a Política Nacional do Idoso foi aprovada.

Então, eu me junto aqui ao apelo que a Karla fez, no sentido de que esta Casa, Senadores, assuma um compromisso por um Brasil que está envelhecendo, e o envelhecimento diz respeito a todos nós que estamos aqui, que vamos envelhecer ou que já somos envelhecidos.

Portanto, temos que ir em busca disso e não ficar restritos apenas àquelas condições das políticas que foram contempladas nos documentos formais, mas alargar mais ainda a nossa compreensão de que as pessoas idosas precisam contemplar outras necessidades.

Já foi citada a questão da violência. Ela realmente é doméstica, ela acontece dentro de casa e, muitas vezes, essa violência ocorre dentro de casa porque a família, repito, não tem condições de cuidar. Ela não tem recursos e aí comete a violência.

Eu não estou aqui protegendo famílias em relação à violência, mas estou chamando a atenção para o fato de que devemos ter um olhar bem amplo em relação a essas formas de violência. E esse idoso que se nos apresenta aqui sentado, deste jeito, talvez esteja à espera de um Brasil justo, de um Brasil que contemple os direitos dessa parcela da população, desses cidadãos, frutos de uma conquista, de um investimento que foi feito em toda a história que temos.

E o Brasil realmente precisa pensar as suas políticas para um País que envelhece. É nesse sentido que eu gostaria de trazer a minha colaboração e olhar para um País que realmente pense, opere e que valorize a sua população idosa.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Agradeço a Drª Marília.

Concedo a palavra a Drª Paula Regina Ribeiro, Defensora Pública do Distrito Federal e Especialista em Gerontologia e Saúde do Idoso.

A SRª PAULA REGINA DE OLIVEIRA RIBEIRO – Bom dia a todos e a todas.

Cumprimento todos aqui presentes na pessoa do Presidente Senador Edison Lobão. É um desafio muito grande falar depois das pessoas que me antecederam, porque são grandes cabedais de conhecimento nessa área. Então, eu me sinto quase que totalmente contemplada nas palavras da Drª Karla, da Drª Marília, da Drª Monize, porque conhecem muito a fundo tudo isso que foi dito, vivenciam e sentem isso diariamente nos seus trabalhos, na nossa labuta diária.

Mas alguns pontos eu gostaria de destacar, até para não ser repetitiva, porque o que percebo é que ficamos – e hoje vinha conversando com a Karla nesse sentido, esta semana estive na Câmara Distrital, também em uma audiência pública, falamos mais do mesmo, a gente acaba falando a mesma coisa toda vez – em uma posição, muitas vezes, de fazer o papel de palhaço, com todo o respeito.

Nós falamos, mas será que estamos sendo realmente ouvidos? Qual o impacto disso? Qual o sentido dessas audiências de que participamos há tantos anos? Quantos anos a gente está nessa militância, Karla, Marília? A Alba Maria está aqui presente e pode falar também: há quantos anos frequentamos todas essas casas de lei, todos os espaços públicos? Falamos, imploramos, clamamos por uma resposta do Estado e essa resposta não vem.

Então, causa-me surpresa, Senador Elmano, quando o senhor coloca a ausência da representação do Executivo aqui, do Governo Federal. Não me causa surpresa nenhuma, porque nós, que trabalhamos com isso, e falo por mim que fui do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso por oito anos, sabemos que essa ausência foi sempre constante. Não me causa espanto o Governo Federal não estar aqui presente. Até porque tenho tranquilidade em questionar que contribuição ele traria. O que seria apresentado efetivamente ao final das contas? Para nós, que estamos na ponta, atendendo diariamente esse contingente populacional de idosos, percebemos que não há reflexo nenhum dessa Política Nacional do Idoso.

Estamos com mais de 20 anos dessa política, e o que foi efetivado? O que saiu do papel? Nada. Posteriormente a isso, tivemos o Estatuto do Idoso, estamos com 12 anos de Estatuto do Idoso. E na prática, o que nós temos? Nada ou muito pouco, para não dizermos absolutamente nada. É uma ausência total, percebemos, do Poder Público. Isso fica evidenciado a toda sorte. Estou realizando uma pesquisa, aqui no Distrito Federal, que inclusive é o tema da minha dissertação de Mestrado, que estou concluindo, e o que resta muito evidente é que, na verdade, a Política do Idoso não está evoluindo, está involuindo.

Para os senhores terem uma ideia, e trago dados concretos agora e atuais do Distrito Federal, em 2014 tínhamos 976 idosos sendo atendidos em serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, que são os chamados Centros de Convivência. Agora, até outubro de 2015, tínhamos apenas 704 idosos tendo esse mesmo atendimento, para uma população de mais de 400 mil idosos no Distrito Federal.

Quantos idosos efetivamente estão sendo atendidos? Menos de 0,5% da população. Isso efetivamente é algum atendimento? Ou estamos fazendo de conta que a população está sendo atendida? Então, não temos uma política do idoso.

Também penso, Srs. Senadores, que precisamos não de mais leis. Sei, Deputada Cristiane Brasil, que a senhora tem um projeto de lei que estabelece Política Nacional de Cuidados.

Estive estudando esse projeto. Acho, sinceramente, que é um projeto belíssimo, mas me angustia imaginar que será mais uma letra morta. E é isso que sinto, efetivamente. Se não temos uma Política Nacional do Idoso sendo efetivada com mais de 20 anos, sinceramente, não consigo imaginar que simplesmente, com mais uma lei, vai-se conseguir efetivar a política de cuidados.

Como bem disse a Drª Marília Berzins, é uma política premente, é uma política mais do que necessária, mas é uma política que já está inserida na Política Nacional do Idoso e no Estatuto do Idoso; bastaria que ela saísse do papel, e que todos esses serviços que já estão ali previstos – centros de convivência, centros dias, casa lar, casas de passagem ou acolhida, dependendo da nomenclatura, e ILPIs – fossem efetivamente cumpridos, e é o que a gente não tem.

Muito se orgulhou, alguns anos atrás, de dizer – e isso foi propalado, e o Governo Federal dizia isso com muito orgulho – que menos de 1% da população idosa vivia em Instituições de Longa Permanência. Então, era um mito dizer que os idosos estavam aí, entre aspas, "abandonados". Mas, não; eu gostaria de levar isso como motivo para uma reflexão. Por que será que menos de 1% da população idosa está numa ILPI? Será que é porque, realmente, ela está sendo bem cuidada por suas famílias? Ou é porque eu não tenho ILPIs em número suficiente? Temos filas e filas e filas de espera. Aqui no Distrito Federal, dados recentes – da semana passada, no último levantamento que fiz – informavam que tínhamos 96 idosos esperando por uma vaga em ILPI, e temos tão somente 229 vagas conveniadas com o Distrito Federal.

Como bem colocou a Drª Monize, nós, no Distrito Federal, não temos nenhuma instituição pública. Nenhuma. Então, os idosos ficam submetidos a essa forma de tratamento. Os idosos independentes não são atendidos nos serviços de convivência, e os idosos dependentes e que sofrem algum tipo de vulnerabilidade, ou estão diante de algum risco social, também não têm nenhum tipo de atendimento. Então, onde está esse idoso? Onde está esse idoso?

Considero, também, Drª Marília, como a senhora bem colocou, que a responsabilidade não é só da família. A gente joga um encargo e um peso muito grande na família. A família, sim, tem a obrigação dos cuidados, como bem estabelece o Estatuto do Idoso no seu art. 3º; mas o mesmo Estatuto do Idoso estabelece, lá no art. 10, que compete ao Estado a efetivação das políticas públicas. Ora, isso é um somatório! Se a família não tem o apoio dessas políticas, como ela poderá exercer esse cuidado? Ela não está se omitindo desse cuidado, de maneira alguma, porque, efetivamente, o lar ainda é um *locus* de afetividade. Por mais que tenhamos todas as dificuldades, ainda é o melhor local para se cuidar, ainda é um local de grande afetividade. Mas com que estrutura? Com que amparo? Cadê a nossa política de cuidadores domiciliares, que está prevista na legislação há mais de 20 anos e foi muito pouco executada?

Segundo o levantamento que eu fiz, temos duas iniciativas, no Brasil inteiro, de um cuidador domiciliar: em Minas Gerais, que é o programa Melhor Cuidado, e em São Paulo, que é o PAI – Programa de Acompanhante de Idosos. No restante das outras 25 Unidades da Federação, o que temos?

Então, não basta pensarmos, como se propala, numa cidade amiga do idoso. Não: nós precisamos de uma cidade acolhedora para todos. A cidade tem de ser amiga da mulher, da pessoa com deficiência, do idoso, do negro, de qualquer um. A cidade tem de estar preparada para todas as gerações. Nós não podemos criar a ditadura das gerações, cada uma no seu espaço. Nós precisamos ter ambientes intergeracionais. Não se pensar só numa cidade para o idoso, mas numa sociedade para todas as idades, efetivamente.

Aí eu concordo com o que foi colocado aqui: envelhecer é uma conquista? A gente questiona toda vez. Será que, realmente, envelhecer é uma conquista? Acho que envelhecimento só passa a ser uma conquista social quando nós pensamos e refletimos sobre esse pertencimento.

(Soa a campainha.)

A SRª PAULA REGINA DE OLIVEIRA RIBEIRO – Todos nós somos potencialmente idosos. Então, quando a gente milita em favor da população idosa, não é porque é uma causa bonitinha; não é porque vai me dar destaque; não é porque eu vou aparecer na mídia. Não: é porque eu sou egoísta, mesmo. Estou aqui defendendo os meus interesses do futuro. O que a gente percebe, na prática, é que se nós, hoje, não defendermos esses direitos, daqui a alguns anos, quando eu for beneficiária direta desse direito, eu não vou ter mais direito nenhum.

Então, não há uma relação de altruísmo, mas de sobrevivência.

Peço que avaliemos, sim, e reflitamos que o idoso está inserido, na verdade, no maior fosso social. Esse idoso está, realmente, escondido embaixo do tapete. E não podemos mais continuar pactuando com essa situação. Não precisamos mais – e, aí, eu faço um trocadilho com as palavras – de leis compridas. Precisamos que as leis sejam cumpridas. É disso que precisamos, e é isso que penso que devemos exigir desta Casa, do Poder Executivo, mas, principalmente, com o poder que V. Exªs têm nas mãos, que isso seja feito.

E, aqui, eu gostaria de fazer um reconhecimento público, porque foi desta forma que conheci o Senador Elmano Férrer, numa audiência que nós tivemos num evento da Universidade da Maturidade da UnB, aqui no Interlegis, eu acho. Eu estava dando uma palestra, e o senhor colocou assim: "Estou assumindo um compromisso com a população idosa. Eu, realmente, pertenço a essa categoria; eu me vejo como tal. Sou um velho, ainda que com um envelhecimento ativo, mas sou um velho. Faço parte desse segmento populacional e vou fazer a diferença."

E eu digo, Senador Elmano, que, há quase dois meses, eu ando em contato com a sua assessoria parlamentar e vejo que este dia de hoje é o início dessa diferença.

Então, gostaria de parabenizá-lo por essa iniciativa.

Muito obrigada, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Agradeço a Drª Paula pela contribuição significativa que nos traz.

Está presente também a Deputada Raquel Muniz. Seja bem-vinda, Deputada.

Agora, concedo a palavra à Drª Daniela Barros Tavares de Melo, Delegada de Polícia da Delegacia de Segurança e Proteção ao Idoso do Estado do Piauí.

A SRª DANIELA BARROS TAVARES DE MELO – Bom dia.

Em primeiro lugar, agradecer ao Senador Elmano o convite de estar aqui, cumprimentando a todos.

Minhas palavras vão complementar tudo que já foi colocado aqui, principalmente no âmbito da atuação da Polícia Judiciária. Gostaria de ressaltar que a pessoa idosa sofre diversas e frequentes violações em seus direitos patrimoniais, em sua integridade física, em sua segurança. Essas violações são constantes, e, lamentavelmente, esses índices são crescentes.

Então, ressaltar, principalmente, o que já foi colocado. Sinto, na ponta de atuação em que estou – por exemplo, a Delegacia de Segurança e Proteção ao Idoso recebe frequentes denúncias de maus tratos a idosos. A minha realidade prática da atuação da Polícia Judiciária demonstra a grande dificuldade que tenho de resgatar esse idoso e acolhê-lo, porque o Estado é provocado por um vizinho, por um ente qualquer que descobriu aquela situação ou por nós, a polícia, que também atuamos no sentido de verificar essas denúncias. Então, descobrimos o idoso em situação de risco.

O meu dever, a atuação do Estado, quando provocado, é resgatá-lo daquela situação de perigo, salvá-lo daquela situação. E, aí, onde colocá-lo?

Na cidade de Teresina – o Senador Elmano Férrer já ressaltou –, nós só contamos com seis instituições de longa permanência; dessas, apenas uma é estatal. As demais possuem natureza jurídica de Oscip, com poucas vagas; quer dizer, eu resgato o idoso, porque ele não tem condições de continuar naquele meio. Infelizmente, lamentavelmente, ele está numa situação de abandono, ele está numa situação de risco da sua segurança, da sua integridade física.

Recentemente, eu resgatei um idoso de 83 anos, que estava jogado num depósito, onde nem um animal de estimação seria colocado. Ele estava confinado num quarto, com dejetos, como um lixo humano, numa situação triste, que chocou toda a delegacia. Eu me emocionei por encontrar um ser humano naquela situação, colocado pelo filho.

O filho confinou em um... Não chamo aquilo nem de cômodo, porque era um depósito, onde ele estava convivendo com fezes, com restos de construção, jogado. Fomos resgatá-lo daquela situação, e até para de removê-lo de lá tivemos dificuldade, pois se encontrava impossibilitado de locomoção. Nós o encontramos despido, em cima da cama. Tivemos dificuldade de removê-lo, porque até o atendimento de saúde que acionamos não pôde atendê-lo, o hospital disse que não tinha condições de mandar ambulância; o Samu disse que não podia atender, tive que contar com o apoio do Corpo de Bombeiros para ajudar a removê-lo. E o segundo problema: levá-lo para onde? Não poderia mais ficar naquele lar, porque aquele não era um lar, era uma situação de degradação humana. Onde acolhê-lo? Essa era a grande questão. Procurar uma vaga numa instituição de longa permanência para poder acolhê-lo.

Com dificuldade, conseguimos acolhê-lo, mas isso foi um caso em que tive que pedir, implorar, porque a situação dele não tinha condições, não tinha para onde levá-lo. Essa é a realidade com que deparo diariamente, essa ausência...

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – E ele era um aposentado, um oficial de Polícia aposentado, era bom complementar.

A SRª DANIELA BARROS TAVARES DE MELO – Exatamente. Nesse caso, é o caso da atuação da família em muitas situações, porque ele era aposentado, era explorado financeiramente. No dia a dia, observo que uma das maiores violências que o idoso sofre é a violência patrimonial, porque a família usurpava todos os seus proventos e o confinava em um cômodo, em um depósito, e o deixava lá. Fazia cinco anos em que ele não tinha nenhum contato com o médico da família, que era proibido de entrar. O filho desviava todos os proventos em benefício próprio, o idoso não frequentava o médico, já estava em um estado de saúde ruim, avançado, debilitado, e a dificuldade era acolhê-lo, porque ele não poderia continuar mais naquele ambiente, não poderia mais continuar.

O seu abrigamento em uma instituição de longa permanência seria definitiva, não tinha como ter o retorno àquela família que o maltratava daquela forma e só usurpava do seu patrimônio. Portanto, há ausência de uma política pública que amplie essa rede, que é de fundamental importância, porque hoje a cidade de Teresina, por exemplo, só conta com seis instituições, apenas uma estatal, hoje só conta com dez vagas disponíveis.

Essa é a grande dificuldade que temos, que observo no meu dia a dia.

Quero também ressaltar o que já foi colocado, evidentemente, mas, principalmente, a necessidade de uma política pública que buscasse ampliar essa rede de acolhimento, com as instituições de longa permanência, com as casas dia e todas que pudessem acolher. A Polícia é provocada a agir, nós recebemos a denúncia, porque a sociedade se incomoda com aquela situação e procura, de imediato, o Poder Público na figura da delegacia de polícia, procura para socorrer aquele idoso. Vamos atuar, vamos agir, vamos resgatá-lo, mas e para aonde levá-lo é a dificuldade, muitas vezes, na grande maioria, não temos o que fazer com o idoso.

(Soa a campainha.)

A SRª DANIELA BARROS TAVARES DE MELO – Esse é o grande apelo que faço no sentido de que políticas públicas sejam destinadas a melhorar esse atendimento ao idoso. Essa é a minha colocação e meu apelo, porque envelhecer é um privilégio e, no Brasil, não estamos vendo o envelhecer como um privilégio, e o idoso sente-se um fardo dentro da família.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Agradeço também à Drª Daniela com sua exposição esclarecedora e o Senador Elmano.

Está aqui presente, também, o Deputado João Marcelo, que nos dá prazer com a sua presença.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Há mais Deputados que Senadores, aliás, está empate.

As perguntas que eu faria se dirigiriam mais ao representante do Governo, inclusive não queria falar, mas sou obrigado. Desde o princípio do semestre passado, tentei falar com a Coordenadora da Secretaria de Direitos Humanos, a pessoa que coordenava as políticas públicas do Governo Federal. Tive dificuldades, fui até aconselhado a não ir, e isso me chamou até a atenção.

Então, o questionamento que eu faria seria ao Governo Federal. Inclusive, meu requerimento está lá aguardando resposta, com uma série de coisas que considero importante. Tentei verificar no Orçamento, na execução orçamentária, os recursos que já tinham sido liberados pelo Governo Federal para os demais entes, Estados e Municípios, e não consegui. Só neste instante acabei de receber aqui, um assessor me entregou uma

separatazinha em que consta, no Orçamento da União para esse exercício, quinze milhões quinhentos e tantos mil reais, dos quais foram empenhados apenas quatrocentos e poucos mil. Vejam, do Orçamento de quinze milhões, foram empenhados quatrocentos e poucos mil reais. É uma fatura e não diz para quê, para onde, etc. É uma situação difícil.

Você foi feliz, estimada Paula, realmente sou do setor público, aposentado. Reconheço hoje a crise profunda do Estado brasileiro, que gera as demais crises que estamos vivenciando. Inclusive, talvez, essa ausência de Parlamentares aqui se deva ao fato inusitado que aconteceu, está todo mundo perplexo. Essa crise profunda do Estado brasileiro, é, no meu modesto entendimento, a crise maior que estamos vivendo. Isso aqui é uma coisa pequena que decorre dessa desestruturação, dessa falência do Estado que está aí, que temos que reinventar, meu querido Presidente Edison Lobão – V. Exª, que tem uma história política, Governador, Senador várias vezes, Presidente desta Casa, Ministro de Estado. Eu, como simples servidor público, vejo a falência do Estado brasileiro. Temos que reinventar esse Estado, para não continuarmos como estamos aqui. Estamos vivenciando uma realidade vivida pelas minhas queridas e estimadas palestrantes.

A Drª Karla, a quem eu gostaria de ouvir – ela queria ocupar um tempo aqui de uma hora, duas horas; só ocupou dez minutos –, já que a representante do Governo Federal não está aqui, acerca da vivência. Não sei se ela poderia acrescentar mais alguma coisa, mas eu gostaria de ouvir acerca da vivência que ela teve na Presidência do Conselho Nacional. Considerando isso, o que podemos fazer? Eu já fui prefeito da capital, Teresina, sei que é possível, mesmo com limitações de recursos, desde que haja um compromisso, fazer algo com pouco, como fizemos, e em pouco tempo. Considero que fizemos muito, porque havia um compromisso. Procuramos fazer uma gestão de forma compartilhada, participativa, com a própria sociedade. Ela nos ensina. O setor público sempre se arvorou, nos seus gabinetes refrigerados, encastelados, de que sabe tudo e, no final, não faz nada, faz é atrapalhar.

Tive anteontem, repito aqui: sempre frequento essas instituições de longa permanência, como se chama hoje, lá em Teresina.

E chamei as coordenadoras para uma conversa comigo no café da manhã. E vi que a sociedade está fazendo muito mais, está fazendo o que o Estado deveria fazer. E faz melhor. Digo isso porque tenho experiência, uma instituição ligada à sociedade, uma organização da sociedade civil, Oscip, ONG, uma instituição da própria sociedade que presta melhores serviços que o setor público. Essa é que é a realidade. E com um custo muito mais reduzido. Ou seja, quando a sociedade se organiza e assume uma responsabilidade, sai melhor, realiza melhor que o próprio Estado, em todos os níveis.

Lamentamos aquilo que a Paula disse. Eu já tenho muitos anos dessa história de setor público, fui secretário, prefeito, e somos incompetentes, ineficientes, enfim, uma decepção para a própria sociedade.

Repito, temos que reinventar este Estado que temos. Não tem outra saída.

Então, a minha pergunta seria para a Drª Karla Giacomin acerca dessa experiência que ela viveu. Eu queria que a deixássemos falar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Ela tem uma pergunta a fazer, e depois essa minha... a Karla responderia depois.

A SRª CRISTIANE BRASIL (Bloco/PTB - RJ) – Peço desculpas até por ter interrompido o meu Senador.

Cumprimento todas as autoridades na pessoa do nosso Senador Presidente, Edison Lobão; cumprimento todas as palestrantes e parabenizo pelas falas.

Eu tive que interromper, realmente, porque estou indo a uma reunião que tem a ver com o tema envelhecimento, no Cofen. Então, vou para lá agora para falar sobre os meus projetos que vão envolver o Cofen.

Eu peguei a palestra da Karla do meio para o fim. E me incomodou um pouco "façam alguma coisa", porque há um grupo de pessoas que está fazendo alguma coisa. Só que o outro grupo de pessoas, que têm a caneta na mão, não está. Agora, dizer que não é importante uma política nacional de cuidado, com a crise mundial de cuidado que temos, Paula, você me perdoa, mas eu discordo de você plenamente.

O projeto está aguardando a interferência do Ministério da Saúde para aprovarmos na Comissão de Seguridade, porque faço questão de ouvir os órgãos. Dado que eles não fizeram, nós fizemos! Inclusive a Marília participou desse projeto, fez o projeto junto comigo. E agora os Ministérios estão correndo atrás porque eles têm um grupo de trabalho há milênios que não dá em nada, como todo grupo de trabalho que não dá em nada dentro de governo. Ou o governante pega na mão para fazer ou nunca vai acontecer.

Eu só queria passar rapidamente para vocês o que temos feito, nós do PTB, porque o Elmano Férrer é do meu partido, assumiu comigo essa bandeira do envelhecimento. Estou muito feliz com isso, porque é importantíssimo ter uma pessoa maior de 60 anos com a atividade que tem, no cargo que ocupa, ajudando prin-

cipalmente disseminar essa informação, principalmente sensibilizar os outros Parlamentares que podem ter influência sobre os governantes. Com isso, tentamos fazer uma mobilização maior de energia para as coisas acontecerem no Brasil.

Olha, já fui dirigente pública. Falaram de 12 anos de Estatuto, eu tenho 12 anos de política, eu fui secretária municipal exatamente no ano em que o Estatuto foi sancionado. E estou conseguindo hoje, com o prefeito do Rio de Janeiro, fazer a municipalização da Secretaria do Idoso

Estou conseguindo hoje convencer o Prefeito do Rio de Janeiro a fazer a municipalização da Secretaria do Idoso, para haver um organismo permanente de política pública numa cidade que é emblemática pelo número de idosos. Fui eu que botei nas propostas de governo dele – ele nem sabe disto – o Programa de Atenção Domiciliar ao Idoso. Por isso, o programa é um sucesso. Por isso, o programa existe na Prefeitura do Rio de Janeiro. E outras políticas a gente fez no Rio.

Como Deputada, só para começar, já consegui liberar R$3 milhões para a Secretaria de Saúde do Rio de Janeiro, para se operar catarata de velhinho no Rio. Por quê? Não é uma das diretrizes, uma das metas da Organização Mundial de Saúde, quando fala de envelhecimento, a questão da visão? Então, estou alinhada com a meta também, fazendo minha parte, para acabar com a fila da catarata.

Tenho aqui o projeto Cidade Amiga do Idoso. Trouxe duas pesquisadoras, cientistas – uma delas, inclusive, fez o Cidade Amiga do Idoso na Organização Mundial da Saúde, a Louise Plouffe –, para cá, para, junto com a Frente Parlamentar, discutirmos como é que se implementa uma Cidade Amiga do Idoso. Para quê? Para fazermos as diretrizes, para isso virar um projeto que, realmente, possa ser de fácil implementação no Brasil.

Há o projeto dos cuidadores. A gente sabe onde ele está. Está na gaveta de uma Parlamentar. Mas eu me comprometo a resolver isso. Antes do fim do ano, ele já saiu pelo menos para o plenário. Vou fazer isso. Pode ficar tranquilo, Senador.

Aprovei a curatela compartilhada. Estamos fazendo uma atualização com a Consultoria Legislativa da Câmara, que é muito qualificada. Eles fizeram um trabalho belíssimo de atualização do Estatuto e querem agora fazer um estudo chamado Brasil Mais 50. Como é que vai ser o Brasil Mais 50? Vamos fazer marcos hoje da situação que vocês estão apresentando aqui. Como é que vai ser o Brasil Mais 50 se nada for feito no tema do envelhecimento?

Então, aqui, o que posso fazer eu faço. Vocês podem ter certeza disso. Ele faz, ela faz. Mas é difícil. Não é mole, não!

Entrei na Comissão do Marco Legal dos Jogos. Qual é a minha intenção nessa Comissão, que vai liberar todos os jogos no Brasil? Garantir que aquele dinheiro seja destinado para a política pública voltada ao idoso, para não se dizer que não há dinheiro. Então, já que se está criando um novo dinheiro, esse dinheiro tem de ser aplicado na política voltada ao idoso, não pode ser destinado a outra coisa que não seja a política de idoso.

E quem sabe se pode aplicar justamente a metodologia das Cidades Amigas do Idoso? Você compromete o Município, dizendo que ele só vai receber dinheiro se ele fizer a Cidade Amiga do Idoso. Então, é esta a minha intenção: fazer a coisa casada com o projeto Cidade Amiga do idoso. Ele vai ser obrigado a isso. Ele não recebe a segunda parcela se ele não fizer uma mobilização social, se os atores não forem idosos, se eles mesmos não disserem o que para eles significa a cidade deles ser amigável com as pessoas mais velhas.

Então, esse é meu pensamento. Agora, como Presidente de Partido, eu queria compartilhar com vocês que estou fazendo uma pesquisa interna, para sabermos quais são as diretrizes que vamos defender, inclusive, estatutariamente. Eu vou colocar o tema do envelhecimento. Mas também testei as pessoas que estou entrevistando, para saber o que elas acham de colocar o envelhecimento populacional como um tema pelo qual o Partido tem de lutar. Setenta por cento delas não sabem. Não é que elas não queiram isso, não. É que elas não sabem dizer.

Essa questão da sensibilização para esse tema é complicada. Então, coloquei na minha fundação do Partido, que tem como obrigação fazer conhecimento e disseminar estudos etc., o tema do envelhecimento populacional. Isso tem de estar no *site*, tem de haver trabalho sobre isso, tem de haver tudo, porque, pelo menos internamente, temos de começar a criar esse caldo, para trazer isso como uma política pública do Partido também.

Era isso o que eu tinha para dizer para vocês.

Conheço o trabalho, em especial, da Marília. Gostei de conhecer o trabalho das outras palestrantes. Somos um time pequeno, mas pelo menos fazemos a nossa parte.

Eu queria agradecer a parceria com o Senado, a parceria dos Senadores que estão aqui presentes, em especial a do meu Senador Elmano Férrer, que está dedicado à causa.

Eu tenho certeza de que, graças a ele, nós ainda vamos aprovar e fazer acontecer muita coisa boa para os idosos do Brasil.

Era isso que eu tinha para falar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Agradeço à Deputada Cristiane Brasil.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Meu caro Presidente, Senador Edison Lobão; Drª Marília; Drª Karla Cristina Giacomin; nossa MM. juíza Monize Freitas Marques; defensora pública Paula Regina Ribeiro; e Daniela Barros de Melo, que é delegada da Polícia Civil do Piauí, eu perdi uma parte da fala da Paula e outra da Daniela. Quero começar explicando. Nós estamos com uma outra Comissão funcionando ao mesmo tempo e precisei ir lá para dar um voto, mas é claro que só votei, porque minha prioridade é esta audiência pública.

Sou médico e professor; quer dizer, já fui. Tenho até uma filha que diz: "Você não pode mais falar que é médico, porque você não sabe mais nada de Medicina." Portanto, já estou desautorizado em casa!

Com a minha formação, é muito difícil ser insensível a essa questão. Basta olharmos mesmo a pirâmide populacional.

Adorei a iniciativa da Deputada, dizendo que essa pesquisa é Brasil + 50. Isso vai dar Raios X de corpo inteiro. Qual é a projeção? Deve-se projetar o Brasil daqui a 50 anos em termos de população, e vamos ver, realmente, se não se fizer nada, se não houver políticas específicas e preocupação, mas preocupação real, que vamos chegar a um tempo em que é claro que a maioria das pessoas, ou a grande maioria das pessoas, terá mais de 60 anos. Não tenho a menor dúvida disso. Quer dizer, ao mesmo tempo em que você tem que saudar a longevidade, é preciso saudar com alegria. As pessoas estão vivendo mais, mas agora as pessoas precisam viver mais e melhor; têm que viver mais com qualidade de vida.

Nesse ponto, há a questão da família. A família não é a única responsável. A questão é cultural. Nós precisamos também ter atenção. Por exemplo, no Japão, os anciãos são quase venerados na família. Eles cuidam deles. Hoje, há um distanciamento disso. As pessoas não convivem, os netos quase não veem os avós. É uma coisa estranha, pelo menos para a minha geração. Além da questão do dinheiro, do recurso, da estrutura, está o carinho, o bem-estar das pessoas. A pessoa precisa se sentir bem naquela casa. E, se for para alguma instituição, observar as pessoas que vão cuidar desses anciãos. Daí o Projeto Cuidador do Idoso. Não é qualquer pessoa também que pode ser cuidador de idoso. Antes e mais nada, esses cuidadores têm que ter carinho por aquelas pessoas. As pessoas não podem ser maltratadas. É igual a uma criança nos seus cinco primeiros anos de vida, quando tudo se forma. Depois nós reclamamos da sociedade cruel, dura, mas as crianças judiadas, maltratadas na primeira infância terão como reflexo um comportamento inadequado quando forem adultas. Isso está mais do que provado, quando se forma o sistema nervoso central, em que as sinapses vão formando os núcleos emocionais e afetivos. Aí você não consegue entender por que um jovem, de família boa, age com uma crueldade absurda! Você olha a vida pregressa dele e descobre que esse adulto foi maltratado, foi judiado quando criança.

Então, eu acho que todas essas coisas andam juntas.

Eu quero me somar ao esforço do Senador Elmano, dos Parlamentares aqui presentes, dos Deputados, e dizer que a forma de pressionarmos o Governo é pela mobilização. Vamos começar mobilizando na Câmara, porque a matéria que diz respeito ao cuidador é um avanço. Há famílias que até podem pagar um cuidador, mas não encontram pessoas qualificadas para isso. É preciso qualificar essas pessoas, é preciso haver uma preocupação em relação a isso.

Quanto à Defensoria, Drª Paula, eu confesso que é importante o trabalho dos defensores no sentido de denunciar maus tratos e abandono. O que ocorre é que a pessoa idosa ou aposentada fica na família até que seu salário seja todo comprometido com empréstimos, despesas, etc. Quando seu salário não serve mais como garantia para o empréstimo, ela passa a ser um peso morto na família. Isso é cruel demais.

Nós também temos que impedir que isso aconteça, mas é muito difícil. Eu até entendo a descrença de alguns, mas acho que temos que nos unir. É neste momento que temos que nos unir. É nas grandes quedas que os rios ganham sua maior força. Nós, vocês e as pessoas que estão dispostas a ajudar, aqui no Senado e na Câmara, temos que nos unir em relação à chamada política da terceira idade.

Graças a Deus, minha mãe é viva. Eu até me emociono com isto, mas a nossa família não abre mão dela e a trata com muito carinho. É claro que são realidades diferentes. Não se pode querer que famílias sem estrutura e sem recursos, que ganham salário mínimo, tenham as mesmas condições. São realidades diferentes. Mas também existem famílias em que as pessoas têm condições de tratar de seu avô, de sua avó, e nem por isso tratam. Quando muito, colocam os idosos em um asilo. Hoje há casas de repouso que cuidam dos idosos com carinho, mas também há as que são um verdadeiro depósito de pessoas.

Portanto, eu quero parabenizar e me somar ao Senador Elmano, aos Parlamentares presentes, e dizer que eu, Senador Moka, sou muito sensível a isso, mais do que vocês imaginam. Como médico e como político, conheço a situação e acredito que precisamos cuidar das pessoas. Não podemos simplesmente abandoná-las. Temos que pressionar o Poder Público, Senador Elmano. Temos que criar um grupo de Senadores. Hoje está

ausente porque está presidindo outra comissão, mas temos a Senadora Ana Amélia, assim como temos o Senador Paulo Paim. Posso garantir a vocês que esta Comissão de Assuntos Sociais, nosso Presidente, é muito sensível ao tema.

Penso que deveríamos encerrar esta audiência pública com um encaminhamento. O meu encaminhamento é no sentido de que um grupo de Senadores e de Deputados solicite uma audiência com a convidada que não veio. Este seria o encaminhamento: uma audiência pública para falar aquilo que falamos aqui. Pois é inadmissível, Sr. Presidente, que uma comissão permanente do Senado da República convide a pessoa para uma audiência pública da maior importância e simplesmente lamente sua ausência. Ela deveria estar aqui para dar explicações pelo menos no sentido de confortar: "Não, o Governo vai fazer isso, o Governo está atento a isso, o Governo ainda pode ajudar nesse sentido".

Então, encerro, não tenho perguntas. Concordo com vocês, até porque eu conheço essa realidade, e por conhecer é que eu apresentei projeto para tentar contribuir, no sentido de que haja profissionais nessa área, porque, daqui a algum tempo, os problemas vão se agravar. As famílias trabalham, o marido sai para trabalhar, a mulher sai para trabalhar, há um idoso na casa, e é preciso ter alguém responsável, com algum tipo de experiência, com algum tipo de formação, para cuidar dessa pessoa.

Então, meu encaminhamento é de que poderíamos solicitar, com este grupo aqui, Senador Elmano, uma audiência com aquela que deveria estar sentada aqui nos ouvindo.

Muitíssimo obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO MARCELO SOUZA (Bloco/PMDB - MA. *Fora do microfone*.) – Vai continuar...?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O Deputado João Marcelo e suponho que também a Deputada Raquel...

O SR. JOÃO MARCELO SOUZA (Bloco/PMDB - MA. *Fora do microfone*.) – Vão com a Raquel as mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Sim, mas eu peço ao Senador Elmano que me substitua aqui por algum tempo, porque estou sendo chamado para uma reunião que certamente será na Presidência. Peço, então, ao autor do requerimento que me substitua.

Antes, devo dizer algumas poucas palavras, no sentido de que considero as audiências públicas, a exemplo desta, de grande valia para os nossos trabalhos. O instituto da audiência pública é recente. Havia certo preconceito quanto a esse instituto, até que, no Senado e na Câmara, foi-se entendendo que ele é de grande valia para a tomada de grandes decisões.

Temos feito nesta Comissão, já a partir do Senador Moka, audiências públicas frequentes, com resultados extraordinários, profundos. Nós aqui não tomamos nenhuma deliberação maior sem antes realizarmos uma audiência pública. Durante tais audiências, nós ouvimos especialistas – e as senhoras o são, e da mais densa competência – e, depois de ouvir pessoas como as senhoras, que aqui nos dão a honra da presença, encaminhamos as nossas decisões. Com isso, estamos dando certa segurança às decisões legislativas que aqui adotamos. E esta é uma Comissão técnica destinada a informar ao grande Plenário do Senado sobre como agir em razão de determinadas iniciativas legislativas.

Quero, portanto, agradecer a presença das doutoras que hoje aqui vieram e, dentro daquilo que propõe o Senador Moka, haveremos de fazer com que a autoridade que deveria estar aqui e não está venha prestar a esta Comissão as informações que são do seu dever. Em lugar de irmos lá, pediremos ao ministro da Pasta que faça com que ela venha aqui, e convidaremos também, à medida que possam comparecer, as nossas convidadas de hoje, que nos honraram com sua presença.

Peço ao Senador Elmano que me substitua e peço desculpas por ter de me retirar, pelo menos por alguns minutos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Concedo a palavra à nobre Deputada Federal Raquel.

A SRª RAQUEL MUNIZ (Bloco/PSC - MG) – Quero cumprimentar o Presidente, nosso Senador e companheiro desta luta importante...

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Aliás, permita-me, Raquel: a Raquel Muniz é médica geriatra e é uma estudiosa desta matéria.

A SRª RAQUEL MUNIZ (Bloco/PSC - MG) – Quero cumprimentar todas da Mesa.

Essa Mesa está muito bonita hoje, porque nos espaços de poder, normalmente, são mais homens, e esta Casa, hoje, está composta por mulheres. Quero cumprimentar todas vocês na pessoa da Drª Karla Cristina, que é minha conterrânea de Minas Gerais e que tem um trabalho importante, não só como médica, mas especialmente como gerontóloga.

Eu sou uma pessoa otimista. A minha visão aqui é para dizer que nós evoluímos bastante, até como consequência de estarmos vivendo mais. Nosso Estatuto do Idoso é novo, mas existe. Nós já estamos pensando em discutir alguma reformulação.

Quando eu saí da faculdade de Medicina, não sei se isso aconteceu com a Karla, não sei se ela é mais nova que eu, mas, no currículo da minha escola, não tinha a disciplina de Geriatria, e hoje é uma realidade no meu Município, no norte de Minas, onde eu ajudei a fundar escolas de ensino superior. Então, perpassa pelos cursos, hoje, a disciplina de Geriatria. E, como essa visão que eu digo que é otimista, eu acredito também que, com a minha chegada aqui, com a chegada da Cristiane Brasil, a Deputada que falou para nós aqui, há um grupo interessado. Eu vi, este ano, aqui, parcerias, inclusive com o Senado Federal, para realizarmos importantes eventos nessa área.

A discussão também da questão da profissão do cuidador, iniciada como cuidador do idoso, ganhou mais força quando se pensou na profissão como cuidador: cuidador da criança, do portador de necessidades especiais e também do idoso.

Vê-se que todas essas iniciativas, representadas na Mesa, a gente tem que estimular para que o Brasil todo tenha. A gente vê a delegada especializada nessa área: isso não tem no Brasil inteiro. Então, essas experiências exitosas, a gente tem que divulgar cada vez mais, porque isso vai melhorando o tratamento com a pessoa idosa. A solução prática, o Senador acabou de falar: convocar aquele que pode nos ajudar a implementar isso de maneira mais generalizada pelo Brasil. Então, acredito que tem jeito.

No meu Município, pelo SUS, não se atendia geriatria. Quando se resolveu atender saúde plena, foi necessário fazer essa implantação, e eu ajudei a fazer essa implantação, atendendo lá, junto com a Drª Mariângela, que a Karla deve conhecer, lá do meu Município, implantando no SUS o atendimento geriátrico.

Em Belo Horizonte, a Fundação Hilton Rocha, depois da morte do professor, ia se extinguir. Nós assumimos essa fundação, resolvemos a fila de catarata de Belo Horizonte e, mais do que isso, implantamos o mesmo serviço em Montes Claros. Belo Horizonte é a capital e atende a todo o Estado.

E, na Câmara Federal, tive a oportunidade de conhecer a Marília, falando também da teleassistência ao idoso, para mim, uma novidade, também em poucas cidades do Brasil implantada, e que merece que seja feita toda uma divulgação.

Então, a minha fala é com esse otimismo de que avançamos e precisamos divulgar isso mais, porque há boas iniciativas dentro do Brasil inteiro. Não é preciso inventar a roda. Efetivamente, é conclamar para que o Congresso, a Câmara, que possamos dar essa divulgação e sensibilizar, porque o Brasil tem jeito, como diz o Senador Amorim, do meu Partido. E o jeito quem dá é cada um de nós.

Eu acho que, como médica, no meu Município, nessa área, eu procuro ajudar. Se hoje a gente tem esse Mapa da Violência aqui do Distrito Federal, a gente pode ter o do Brasil inteiro, e não só ter esse Mapa, mas cada um, na sua área, pode atuar e melhorar esses dados. Se temos essa cartilha, nós, como Parlamentares... Eu já fiz isto aqui, até com relação ao Estatuto do Idoso, com a minha verba parlamentar, eu fiz várias cartilhas e distribuí no norte de Minas.

É essa minha fala. Muito obrigada. Quero trabalhar junto com vocês. Sou só uma Parlamentar, mas que tem uma história, uma vivência nessa área que pode apoiá-los.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Muito boa a participação da nossa Deputada Raquel Muniz.

Nós passamos a palavra, em seguida, ao nosso querido Deputado João Marcelo.

Depois, começando pela Drª Karla, nós poderíamos dar oportunidade aos palestrantes de se manifestarem, em decorrência da participação dos nobres Senadores e nobres Deputados e Deputadas.

Com a palavra o nosso João Marcelo.

O SR. JOÃO MARCELO SOUZA (Bloco/PMDB - MA) – Meu querido Senador, cheguei um pouco atrasado e acabei não ouvindo. Eu estava na Comissão de Saúde, de que sou titular – sou Psicólogo de formação – lá na Câmara, e também depois desta situação, acho que os Parlamentares estão a par, da prisão do nosso Senador Delcídio do Amaral, algo sem precedentes, não sei nem como é que vai ficar...

Estou acompanhando o "zap", prestando atenção na conversa e acompanhando o grupo de "zap" do PMDB, de que faço parte, para ver qual vai ser o desenrolar dessa situação. O PMDB está reunido, o do Senado está se reunindo agora – o Senador Edison Lobão – e o da Câmara se reunirá logo mais à tarde. E eu acho que vai haver, companheiros, sessão do Congresso que estava marcada para 11h30, mas vamos voltar ao tema, porque realmente é algo assombrante, assustador para falar melhor.

Faço parte, sou o terceiro Vice-Presidente, da Frente Parlamentar em Apoio ao Idoso. Como falei, sou Psicólogo de formação. E eu gostei muito das palavras do Senador Moka na situação em que se refere à família.

Eu acho que a família veio se esfacelando de alguma maneira, principalmente depois da Primeira Guerra e da Segunda Guerra Mundial, quando criamos, na sociedade moderna, os grandes hospitais e os grandes colégios. Antes disso, até o século XIX, no século XIX, as crianças acompanhavam os pais normalmente nas suas profissões. Então, se havia um marceneiro, o filho era marceneiro com o pai, fazendo o trabalho dele, ou numa padaria, e aprendendo. Aquilo não passava só um ensinamento, passava toda a cultura e toda a forma de ser que uma família tinha, o que era superimportante para a nossa individualização.

Hoje, não. Hoje nós vamos para as escolas. E o idoso, como o Senador Waldemir Moka colocou, passou a não ter aquele valor do ancião, aquele valor daquele que ensina, aquele que traz certa sabedoria para a gente poder se virar nesta vida, que não é fácil – a gente sabe que não é fácil para ninguém!

Eu tenho também uma grande felicidade, Senador. Eu sou filho do Senador João Alberto, que está com 80 anos. E ele fez 80 anos agora em 1º de outubro, que é o Dia Nacional do Idoso. Então, é uma grande coincidência.

E não por ele, eu já tenho esse tema comigo já faz muito tempo. E eu caminho muito com o meu pai, a gente caminha, brinca, briga, discute, e vamos viajar juntos agora. E, na minha campanha agora para Deputado, a gente esteve junto o tempo todo, e aprendi muito com ele, aprendi o que eu pude.

Infelizmente eu não convivi com meus avós, mas eu tenho histórias dos meus avós que passaram para minha mãe, meus filhos, minhas tias e que chegaram até mim. E você sente a veracidade. E isso vai além do corpo, isso está na alma da gente, você sente o quanto são importantes aqueles ensinamentos que chegam até você. E, com o meu pai, eu sinto isso, e, com minha mãe, também.

É importante que o idoso esteja presente. É importante que a gente almoce junto. A gente não almoça mais junto, a família não tem mais tempo para almoçar junto, para um ensinar ao outro.

Eu tenho muita preocupação com os meus filhos: o meu filho mais velho tem 18 e a minha filha tem 11. E eu tive meu pai muito distante, quando era mais novo. O João Alberto está com 50 anos de política, e eu o tive muito distante, fazendo política, e eu pensava: "Poxa! Eu me tornei político também!" (*Risos.*)

E eu não queria que meus filhos sentissem essa distância, porque a gente sente a falta.

Há um trabalho, e eu me empenho muito com isso, em Bacabal, na cidade em que o meu pai nasceu e em que faço política muito forte também, que é chamado Jades. É um trabalho organizado por uma amiga minha chamada Vanusa Bacelar. E é um trabalho de cunho privado, não há nenhum apoio governamental das três esferas.

Ela conseguiu, junto com o Sebrae, o Sistema S, o espaço, e eu o apadrinho, assim como outro Deputado estadual o apadrinha. E ela fez um trabalho da cabeça dela. Ela bolou um trabalho chamado Jades, já de idade, em que ela leva as senhoras idosas ao Sebrae, ao espaço fornecido pela nossa colega Magna, e lá elas dançam – há dança, há artesanato, e é um trabalho profícuo de uma forma da sociedade civil organizada

Eu achei isso superinteressante. Eu agora estou mandando uma emenda para lá. Eu tenho o depoimento delas sobre as melhoras. Elas têm amizades, deixaram de tomar remédio para depressão. É o convívio. Quando eu estou lá, sempre as visito e fazemos brincadeiras. É uma situação totalmente diferenciada. Para você ver como é a questão psicológica, a pressão alta abaixa, o diabetes melhora. Tudo isso por causa de um espaço de convívio.

Não vou me alongar. Há, na Câmara – e acho que no Senado também –, uma funcional programática do Ministério do Desenvolvimento Social, em que colocamos emenda para a casa do idoso. Eu agora estou enviando duas emendas. Enviei para Bacabal e para outro Município chamado Sítio Novo, onde há justamente um prefeito também com essa ideia.

Nós também temos que ver que, em 2050, salvo engano, vamos triplicar a quantidade de idosos. Eu tenho esses dados – e já os li e reli – de quantos idosos há agora e quantos haverá daqui a muito pouco tempo, já que a situação da Medicina melhorou bastante.

Voltando à situação das nossas emendas, nós temos essa possibilidade parlamentar de emendas individuais para a construção de um espaço para a casa do idoso, no valor de 630 mil. A funcional programática já é determinada e se cria um espaço. Eu estou procurando fazer isso. É uma coisa particular, além das políticas públicas.

Como eu falei, eu não ouvi. Infelizmente, não cheguei e não ouvi vocês. Mas é uma coisa que, como Parlamentares, nós podemos fazer. Eu estou fazendo na cidade de Bacabal, em Mearim e em Sítio Novo, na Região Tocantina, em que o prefeito também tem uma banda de forró com os idosos. Nós gostamos muito do nosso forrozinho, nosso velhinho, no Piauí, meu vizinho piauiense. E vemos o quanto isso é capaz de melhorar a vida, a situação e a saúde dos nossos idosos.

Era isso o que eu queria dizer. Estou disponível sempre. Já estive com o Elmano em outras situações da frente parlamentar e vamos trabalhar juntos. Conte comigo para conversar com a Deputada Benedita, porque o seu projeto está com ela. Eu estou por lá. Estou sempre com a Benedita, sentamos em bancadas que ficam

uma atrás da outra, PT com PMDB. Tenho contato com ela para tocarmos projetos de cunho nacional e de cunho das políticas públicas em relação ao idoso.

Muito obrigado, meu Senador.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Elmano, só para...

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Fique à vontade.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – As emendas individuais são importantes, mas nós temos condições, nas comissões, de colocar emenda de comissão para o Ministério de Ação Social, vinculando esses recursos a um montante bem maior, desde que o Governo assuma...

O SR. JOÃO MARCELO SOUZA (Bloco/PMDB - MA) – Essas são difíceis demais de sair.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sim, mas o Governo tem que assumir o compromisso de que, se você colocar lá 200, 300, 500 milhões, esse recurso, no Ministério, será carimbado para ajudar a política na área social.

Eu acho que a emenda individual, como iniciativa, é importante. Se cada um dos Senadores e Deputados Federais fizesse isso, já seria uma grande ajuda, mas as comissões têm a chamada emenda de comissão.

Aqui, principalmente, não neste ano que já foi, mas no ano que vem, eu particularmente vou tentar alocar esses recursos, mas combinado com o Governo. Não adianta também colocar... Ele tem razão, esses recursos são muito difíceis de serem liberados. Porém, se fizermos um acordo no sentido de que nós vamos colocar, mas vocês vão ter que liberar, eu acho que isso pode dar realmente um alento para aquelas pessoas e entidades que cuidam do pessoal da chamada terceira idade.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Uma boa ideia do nosso estimado Senador Moka.

Nós queríamos agradecer a intervenção do Deputado João Marcelo.

Vamos passar agora a palavra às nossas palestrantes, àquelas que queiram se manifestar em decorrência dos questionamentos feitos aqui, iniciando pela nossa Drª Karla, que foi uma solicitação nossa sobre a experiência vivida por ela quando da sua passagem pela Presidência do Conselho Nacional de Política do Idoso.

A SRª KARLA CRISTINA GIACOMIN – Eu gostaria, realmente, de agradecer esta oportunidade de ter essa janela aqui, para poder ter essa conversa.

De fato, militamos na causa do idoso desde 1997 – então, lá se vão... O tempo passa depressa. Neste ano, eu completo 25 anos de formada em medicina e só fiz geriatria e lutei pela política do idoso desde sempre.

Eu queria ter oportunidade de trabalhar com vocês os argumentos demográficos, mas eu não quis trazer números, porque eu acho que isso é uma grande chateação, quando podemos contemplar os números no próprio discurso. Então, pensem o seguinte: há 3% dos idosos acamados; e há 16% dos idosos com alguma incapacidade, incapacidade para as atividades da vida diária, ou seja, alguém que tem dificuldade para comer, para tomar banho, para sair da cama, para ir ao banheiro. Todas essas necessidades demandam o cuidado de um terceiro.

No Japão, eles estão apostando nos robôs. Nós não temos robôs, nós não chegamos a esse nível. No Japão, tudo que era creche hoje é centro de convivência para idoso, porque lá não há criança. E a população e os estudantes de São Paulo estão chocados com a perspectiva de fechar escolas. Essa perspectiva nada mais que é que a repercussão da demografia. Não há estudante suficiente para ocupar as escolas. Agora, o que causa espanto é que ninguém pede para utilizar esse espaço das escolas em favor da população idosa, que é uma população que está absolutamente carente, que tem políticas já definidas estabelecendo para que serve cada instituição de cuidado, mas isso não chegou até agora à notícia. Isso também não causa espanto, porque o Plano Nacional de Educação não cita o "i" de idoso.

Nós estamos formando cidadãos brasileiros que negam a perspectiva de envelhecer: engenheiro que vai formar para uma sociedade envelhecida não vai saber construir para uma sociedade envelhecida; advogados que vão trabalhar em favor dos direitos do idoso não estão sendo formados para pensar o envelhecimento; médicos, enfermeiros e aí vai toda a cadeia em linha.

Eu poderia tratar com os senhores dos argumentos epidemiológicos. Envelhecer significa lidar com doenças crônicas, doenças com as quais vamos ter que conviver. E vamos ter que prevenir, vamos ter que tentar limitar ao máximo as incapacidades...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª KARLA CRISTINA GIACOMIN – Alzheimer, Parkinson, AVC (Acidente Vascular Cerebral), as fraturas, como as fraturas de fêmur, todas são doenças que mudam a vida do sujeito e que impactam a vida das famílias.

No entanto, eu queria pensar na questão orçamentária. Por quê? Nós estamos de ouvidos cansados de escutar a mesma conversa, que é a seguinte: idoso não tem política, porque não tem verba; quando reclama-

mos o orçamento, a resposta é que idoso não tem verba, porque não tem política, não tem onde atuar. Por isso, podem dar toneladas de milhões de reais para a Secretaria de Direitos Humanos, mas ela não vai fazer nada, porque ela não tem capilaridade, ela não tem capacidade de articular política, que era o que se esperava de uma secretaria responsável pela política do idoso. Então, para mim, a ausência dela é natural, é sintomática, é reveladora do descompromisso da Secretaria com a própria causa. E o que eu acho mais grave é que a 3ª Conferência Nacional do Idoso estabeleceu como uma das 26 prioridades ter uma secretaria nacional do idoso. Há a Secretaria Nacional da Criança dentro da Secretaria de Direitos Humanos, a Secretaria Nacional da Pessoa com Deficiência dentro da Secretaria de Direitos Humanos...

Eu não sei se o senhor sabe, mas a Política Nacional do Idoso já mudou de casa seis vezes desde que ela foi criada. Ela já foi do Ministério da Previdência e Assistência Social – está aqui a Alba Maria, que é baluarte dessa situação –; depois, ela ficou no Ministério do Desenvolvimento Social; depois, ela foi para o Ministério da Justiça; depois, ela foi para a Secretaria Especial dos Direitos Humanos; e está na Secretaria de Direitos Humanos. Ela é uma batata quente que ninguém quer. Ela não está sendo disputada, não é "me dá que eu quero o idoso para mim", mas é "toma que o idoso é seu, eu não quero mais". Essa é que é a questão. Então, ninguém quer se haver com isso.

Eu queria colocar as três situações que, para mim, são cruciais.

Esta Comissão de Assuntos Sociais trata das questões da assistência social; portanto, trata do repasse de verbas da assistência social para o cuidado institucional. A verba, o *per capita* que o SUAS passa para uma instituição de longa permanência que se dispõe a cuidar de um idoso independente, para fazer o papel que era do Estado fazer, então eu compro o serviço dessa instituição, são incríveis R$44,00 por mês por idoso. Não estou falando por dia, não estou falando por hora, estou falando por mês, se o idoso for independente. Se ele for dependente, despende R$66,00. Toma, leva um para casa, cuida dele. Eu te dou R$44,00 para você ter gente para cuidar, ter remédio para dar, ter condições de higiene, ter atividades sociais recreativas. Está aberto para a comunidade.

A gente lida com isso há muito tempo, e essa verba nunca foi revista O que é que o Governo brasileiro acha, equivocadamente? Que se eu te dou o BPC, o problema é seu. Só que, até onde eu sei, a política de assistência social, constitucionalmente, é uma política não contributiva. Ninguém pode pagar para ter assistência social. Pode! Se for idoso, pode. Não pode se for criança, não pode se for presidiário, não pode se for menor em conflito com a lei. Mas se for idoso, o Estatuto do Idoso criou, no seu art. 35, um dispositivo de burlar a lei. É o jeitinho brasileiro elevado à enésima potência.

O artigo fala o seguinte: "É facultado ao idoso o direito de contribuir com a instituição em até 70% do valor do seu salário." Tente internar um idoso sem garantir os 70% do salário. Tente falar com a instituição que o SUAS vai bancar, não os R$44,00, mas o custo verdadeiro de uma institucionalização. E nós estamos assistindo a isso, incólumes, como se isso não nos dissesse respeito. E talvez não diga mesmo porque, se for para nós, nós vamos conseguir uma alternativa. Nós estamos aqui lutando por quem não tem alternativa. Essa é a minha responsabilidade. Eu acho que essa é a responsabilidade dos senhores.

Não adianta uma política baseada no BBB – bingo, baile e bolo. É fácil de agradar, mas não muda realidade de ninguém. A família, quando precisar de cuidar, bingo, baile e bolo e bolo não vão tirar o velho do lugar.

Nós estamos falando de uma política de cuidado. É pena a Profª Cristiane Brasil não estar. As ressalvas que temos em relação à política nacional de cuidados é não contribuirmos para mais uma letra morta. Não será letra morta caso vocês pensem em mecanismos de efetivação da lei. Essa lei vai ser efetivada se houver sanções para quem não cumprir a lei, porque hoje não existem essas sanções. O Pacto pela Saúde, o Pacto pela Vida, firmado em 2006 pelo SUS, fala que o idoso é prioritário. Isso não é cumprido porque o gestor municipal não deve nada se o pacto for descumprido. Ele não deixa de ganhar e ele não ganha mais se ele fizer. Então, a política nacional de cuidados tem que pensar de onde virão os recursos e o que vai acontecer se os recursos não forem executados.

A Secretaria de Direitos Humanos já está destituída do cargo há muito tempo. Se fosse por essa tendência, eu vou dar dinheiro para quem gasta dinheiro. Vocês não fazem assim no Orçamento? Não é esta a regra no Ministério do Planejamento: a verba só volta se ela for executada?

Cada vez mais, assistimos a menos verba, menos verba, menos verba e cada vez menos verba. É disso que nós estamos falando.

Eu já estive em várias audiências, Senador Moka, também pela questão do cuidador. Pense o senhor o seguinte: nós queremos um cuidador e a sociedade não está esperando, ela já contratou um cuidador há muito tempo, já nomeou de cuidador. O senhor pode dar o nome que quiser: acompanhante, cuidador, amigo do Idoso, qualquer coisa, não vem ao caso. Vem ao caso é que tem que haver alguém para apoiar família, porque é isso que acontece nos países que já envelheceram.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Deixe-me interrompê-la. O pessoal quer, na verdade, a profissão, mas, mais do que isso, que a família que contrata possa abater do Imposto de Renda a despesa que ela tem com o cuidador.

Creio que isso faz a diferença.

A SRª KARLA CRISTINA GIACOMIN – É claro.

Nós somos favoráveis ao projeto. Eu só estou dizendo que, em outras audiências de que participei, chegou um Deputado e falou assim: "Eu não gosto do nome cuidador".

Então eu já estou me adiantando. Deem o nome que quiserem, mas, pelo amor de Deus, façam alguma coisa. É nesse sentido.

O que eu quero dizer do cuidador?

Um velho que ganha um salário mínimo, se depender de um cuidador, pela lei de trabalho, ele precisa contratar três. Ele ganha um salário, mas vai ter que pagar três cuidadores para cuidar dele. Essa é a lógica. Então não há como o Estado dizer que não é com ele. Dá para entender? Ou ele multiplica o salário mínimo por quatro a partir de amanhã, para quando a pessoa ficar velha.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Drª Karla, deixe-me explicar.

O termo cuidador, como a senhora disse, dê o nome quiser, é que muitas famílias... Aí nós não estamos falando exatamente disso. O Estado entra naquilo que ele precisa assistir, mas há famílias que têm condição de dar o atendimento, e não têm o profissional qualificado. É nesse sentido.

A SRª KARLA CRISTINA GIACOMIN – Sim, deixe-me falar com o senhor.

Aproveito para esclarecer que também concordo *ipsis litteris* com o senhor. Estou trazendo à luz, problematizando, essa situação.

Quando propusemos o Programa Maior Cuidado em Belo Horizonte, ele foi fruto da defesa do direito do idoso no Conselho Municipal do Idoso, quando eu era Presidente.

E por que foi assim? Nós sabíamos que Belo Horizonte tem nove mil idosos acamados àquela época. Setenta e cinco por cento dos idosos dependem exclusivamente do SUS. Então, trabalhamos com seis mil idosos. Nós pedimos para atender a um terço dessa população, que seria aquela altamente vulnerável em áreas CRAS, o que corresponderia a dois mil idosos. Nós conseguimos 200 cuidadores.

É disso que estou falando. Nós conseguimos 200 cuidadores que assistem a 600, 700 pessoas porque fazem muitas coisas, mas é iniciativa do Município. A partir de uma política de cuidado, essa iniciativa pode ser replicada.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Se conseguirmos dar o primeiro passo e ter esse profissional, o segundo passo será expandir essa política exatamente para as pessoas necessitadas.

A SRª KARLA CRISTINA GIACOMIN – Concordamos mais uma vez.

O que eu estou dizendo é o seguinte: a questão do cuidador está com a Senadora Benedita da Silva. Tem nome e sobrenome. Sabe onde está, tem que correr atrás. E ela falou conosco – eu estava na audiência pública – que em 15 dias ela dava o parecer. Já se foram dois anos. E falou no Conselho Nacional dos Direitos do Idoso. É disso que estamos falando. Só que tem velho que já morreu e não viu o cuidador.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Drª Karla, aqui no Senado, apresentei o projeto. Creio que ele não ficou dois meses na Casa. Foi feita a audiência pública. E já vinha essa polêmica do nome e tal e uma polêmica também com os enfermeiros, porque pensaram que estava invadindo a profissão deles. Enfim, é só para dizer que, às vezes, as coisas, ao tramitar para se tornar lei, têm umas complicações. E a pessoa que não está aqui não percebe.

A SRª KARLA CRISTINA GIACOMIN – Não, eu entendo.

Eu entendo...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Agora, dois anos é muito tempo para se deixar parado um projeto de tamanha importância, não porque seja meu, mas porque temos destaque.

A SRª KARLA CRISTINA GIACOMIN – Eu estou encerrando, porque há mais pessoas na Mesa que precisam falar e dar a sua opinião, mas quero dizer para o Senador Elmano Férrer que, quando era Presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, escrevi 18 cartas para 18 Ministros, e não recebi nenhuma resposta. A pergunta era quanto do seu orçamento será destinado a pessoas idosas? Quais são as atividades que o senhor executa? Porque está citado na Política Nacional do Idoso que o senhor tem um papel nessa política. E eu não recebi.

Então, Senador, eu me junto ao senhor na lista dos não respondidos. Mas creio que há uma resposta. A não resposta é uma resposta. É uma resposta contundente do descompromisso em relação à população idosa.

A SRª MARÍLIA ANSELMO VIANA DA SILVA BERZINS – Pensando um pouco, Senador Waldemir, em relação...

O SR. JOÃO MARCELO SOUZA (Bloco/PMDB - MA) – Deixe-me falar só por um segundo, Drª Marília.

Talvez os caminhos, Drª Karla, pelos quais andamos, por exemplo, escrever direto ao Ministro... Ele não vai responder mesmo. Há outras formas de...

A SRª KARLA CRISTINA GIACOMIN – Mas eu era Presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso. Eu era a esfera máxima de política do idoso nesse País. Era o que eu achava. Descobri tardiamente que eu não era para isso. E não estou falando isso de forma personalíssima. Estou falando como instituição Conselho Nacional dos Direitos do Idoso.

A SRª PAULA REGINA DE OLIVEIRA RIBEIRO – A lei do Conselho lhe dá essa prerrogativa de exigir, solicitar informações de todos os Ministérios, mas não houve...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Nesse ponto, quero dizer à senhora que erraram os Ministros que não responderam.

Agora, aqui, Drª Karla, a senhora vai ver... Por isso, acho que só fazer audiência pública... Fui Presidente desta Comissão e nunca terminei uma audiência pública sem que ela tivesse um encaminhamento. E o Senador Elmano fez parte aqui. Acho que audiência pública serve para ouvirmos, mas temos que encaminhar. Ela não pode terminar sem um encaminhamento, e esse encaminhamento tem que dar resultado, senão o Congresso tem que ter uma forma de fazer algum tipo de sanção. Não pode é continuar do jeito que está, com as pessoas simplesmente ignorando o idoso e continuando a falta de compromisso com ele. Dessa forma, realmente, não dá.

A SRª MARÍLIA ANSELMO VIANA DA SILVA BERZINS – Senador Waldemir, sobre o cuidador de idoso, em uma audiência da qual participei, havia uma representante do Ministério da Saúde que foi bem enfática nesta opção: se não vier para o Ministério da Saúde, tudo bem. Ela não queria a presença de cuidador porque implicaria o compromisso de o Ministério da Saúde pagar, financiar a existência desses profissionais na rede de saúde.

A SRª PAULA REGINA DE OLIVEIRA RIBEIRO – Sou testemunha.

A SRª MARÍLIA ANSELMO VIANA DA SILVA BERZINS – Você é testemunha. Nós ouvimos. Não, desde que não esteja no Ministério, que não seja um profissional da saúde, não é problema meu.

A SRª PAULA REGINA DE OLIVEIRA RIBEIRO – Eu não posso mais ter esse gasto.

A SRª MARÍLIA ANSELMO VIANA DA SILVA BERZINS – E era questão financeira. Eu, pelo menos, almejo, um dia, ver, nas equipes da Estratégia Saúde da Família, a inclusão do cuidador de idoso como um profissional que possa atender e intervir nas situações que se apresentarem dentro do SUS.

Quero dizer, acerca das manifestações, que não tenho uma descrença. Acho que esse espaço nos favorece justamente em se tratando da reflexão das necessidades que temos em relação às políticas da pessoa idosa. Não é só do ponto de vista negativo. Mas acho que, pelo menos, o meu compromisso é trazer aqui onde está falhando, onde está errado e onde temos que intervir. Acho que a Karla, assim como as demais colegas de Mesa, foram muito felizes nesta visão, nas colocações. Acho que abrimos um leque muito grande das necessidades da política pública dentro do cenário do Brasil. Então, precisamos, sim, incomodar, falar, publicizar, e esta Casa tem um compromisso. Alegra-me ouvir "tenho o compromisso de...", "tenho o compromisso de...", mas precisamos mais desse compromisso: que ele seja operante na resolução.

A minha última palavra. Tenho refletido muito sobre a questão da família e do envelhecimento, e vou voltar a esse ponto porque sou assistente social de formação. Aposentei-me no serviço público depois de 38 anos de trabalho. Hoje, sou presidente de uma organização do terceiro setor, mas toda minha vivência profissional foi no serviço público. Sou uma assistente social pé na lama, no sentido não da lama de Minas, nem na lama da corrupção, mas trabalhei em todas as frentes a que o serviço social pode chegar, terminando no gabinete da Gestão de Políticas Públicas.

Na minha experiência, e vendo isso no envelhecimento, a família é muito mais uma organização ideária do que real. Na construção da sociedade é tão forte esse valor de idealização de uma família bonita, acolhedora, supridora de todas as necessidades que as políticas públicas se fundamentam no ideal da família legal, bacana e boa, mas, infelizmente, no cenário brasileiro, ela não repercute toda essa situação.

Só para lembrar, o primeiro trabalho que tive como assistente social – aliás, naquela época, era estagiária ainda –, foi uma mãe que jogou uma criança de seis meses na parede. Em decorrência disso, ela foi parar em um hospital, teve sequelas neurológicas e um comprometimento muito grande.

Foi para mim, naquele momento, um susto muito grande imaginar que as famílias com as quais eu trabalharia – e assim foi – não eram como a da minha mãe e do meu pai, que me dedicaram amor integral, cuidado.

Então, eu acho muito importante termos esse diálogo, inclusive porque envelhecemos conforme vivemos. E eu tenho trabalhado com violência contra a pessoa idosa e acho que precisamos trazer a questão.

A defesa dos direitos humanos é inegociável em qualquer circunstância que seja, e também nós envelhecemos conforme vivemos, e o envelhecimento não é um fenômeno fechado que diz respeito a tudo. Ele é

subjetivo, ele é social, ele é econômico, ele é uma questão de gênero, de raça, de cultura. Então, tudo isso envolve inclusive essas relações com a família.

Então, tenho chamado muita atenção sobre isso. O Estatuto fala que é a família, a sociedade e o Estado, e estou provocando uma inversão dessa inversão. Nós deixamos com a família a total responsabilidade do cuidado, e o Estado simplesmente cobra esse cuidado, mas ele não faz a parte dele nessa sequência de prestação de cuidados. Eu gostaria só de ressaltar aqui, em respeito também ao tempo das demais colegas, que isso é importante.

E outra coisa, para finalizar, é a questão da institucionalização. O sentimento é tão forte de que é a família que tem que cuidar, que muitas vezes famílias, quando precisam institucionalizar um idoso – às vezes, é na instituição que ele vai voltar a viver, que os direitos dele serão preservados – ela tem uma culpa muito grande. Então, tenho visto que, no futuro – com a mudança do cenário da família, do número, redução da taxa de fecundidade, mudanças de papéis, recasamentos, casamentos, toda essa estrutura –, muitos de nós poderemos viver a nossa velhice em instituição. Mas eu não gostaria que essas instituições fossem esse retrato do que temos hoje; nós temos que lutar muito para que as instituições de longa permanência para idosos sejam lugares para pessoas morarem, e não morrerem.

E eu particularmente defendo muito essa modalidade de atendimento. Eu entendo as instituições de longa permanência como uma das diversas modalidades de atendimento à pessoa idosa, mas precisamos...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Deixe-me ver se eu entendi bem. A família se sente culpada muitas vezes de...

A SRª MARÍLIA ANSELMO VIANA DA SILVA BERZINS – De institucionalizar o seu idoso.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – E isso é realmente um equívoco, porque, às vezes, numa instituição ele vai ser muito mais bem cuidado, muito mais bem tratado. Agora, o fato de ir para uma instituição também não proíbe os filhos de estarem lá no dia a dia e...

A SRª MARÍLIA ANSELMO VIANA DA SILVA BERZINS – Com certeza. E, aliás, muitas instituições equivocadamente sequestram os idosos e não dão a oportunidade, inclusive, de eles saírem da instituição para terem uma vida na sociedade, para saírem, fazerem as suas compras.

Então, acho que, na institucionalização, é hora de pensarmos. E um equívoco grande, em relação às instituições, é que elas dão assistência social. Eu acho que a instituição tem que ser tanto da saúde quanto da assistência.

Nós ainda temos um ranço dos asilos em que eram colocadas lá as pessoa que não tinham família etc.

(Soa a campainha.)

A SRª MARÍLIA ANSELMO VIANA DA SILVA BERZINS – Então, acho que temos muitas coisas a pensar.

Eu trago aqui, só para finalizar mesmo, a questão de que é hora de revermos a RDC 283, que é da Anvisa, que regula boa parte dos funcionamentos das instituições de longa permanência para idosos. Ela foi feita em 96, está bastante desatualizada para o que nós precisamos para este País em relação às instituições.

Muito obrigada, Senador, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Eu gostaria de registrar a presença da nossa colega Senadora Regina Sousa, do PT, inclusive do nosso Estado, e muito comprometida com essas questões sociais não só do Piauí, do Nordeste, mas do Brasil.

E aproveito a oportunidade para ler o requerimento de autoria dela e do Senador Humberto Costa.

EXTRAPAUTA
ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 49, de 2015
- Não terminativo -

Nos termos do art. 90, II, IX e do art. 93, II, todos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais, para debater sobre o aumento do número de casos da MICROCEFALIA no país e as políticas públicas relacionadas à profilaxia da doença, com autoridades governamentais, cientistas, pesquisadores, profissionais de saúde etc., cujo rol detalhado será enviado a posteriori.

Autoria: Senador Humberto Costa e outros

Submeto à discussão dos Senadores presentes. (*Pausa.*)

Não havendo manifestação, submeto à votação.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento dos Senadores Humberto Costa e Regina Sousa.

Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Bem rapidamente, eu iria justificar, mas o requerimento, em si, já justifica. Aumentou imensamente o número de casos e tem que haver uma investigação para se saber... Principalmente no Nordeste, em Pernambuco há uma epidemia, crianças estão nascendo com o cérebro menor. Precisamos investigar, saber quem está pesquisando, que remédios já estão sendo pensados. Por isso, esse requerimento.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Também estabelecer realmente qual é o vínculo, porque se fala que... Pelo menos, neste momento, tenta-se estabelecer uma relação do chamado zika vírus com a microcefalia, mas nós não temos nenhuma evidência científica de que isso seja real. Não que não seja, mas eu acho que a audiência pública é necessária e importante – eu quero reforçar – até para que possamos debater. Esse é um assunto alarmante. Se você imaginar que o *Aedes aegypti*, que está no País inteiro, possa também transmitir o chamado zika vírus, é preocupante.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Seria importante, Senadora Regina, o convite a pessoas especializadas do Ministério da Saúde, de instituições de pesquisa, conforme consta do requerimento.

Senadora Regina, nós estamos aqui, na parte final da nossa audiência, e as nossas convidadas... Por sinal, não houve nenhum homem aqui como palestrante. Só o Presidente titular, que é o Edson Lobão...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Será que é um sintoma de que são as mulheres que cuidam dos seus idosos? (*Risos.*)

Eu queria só justificar, porque eu estive ausente com alguns problemas, inclusive de saúde. Estou aqui meio febril. Eu tenho rinite alérgica e, em alguns dias, ela me atormenta muito.

Eu queria parabenizar o Senador Elmano pela iniciativa da audiência. Estou na idade *sex*, sexagenária. Eu tenho 65 anos e tenho convivência... Há muito idoso na minha família, porque a minha família tem tendência a viver muito. No domingo, comemorei o aniversario de 92 anos da minha mãe. Então, é uma preocupação realmente.

Eu acho que as políticas são equivocadas. Precisamos fazer alguma coisa tanto na questão do Estado quanto da família, no sentido de que a família é a que mais explora financeiramente e, às vezes, deposita num asilo, fica com o cartão da pessoa e não vai lá visitar. Acho que tem que haver um trabalho com a família. Acho que a família, em todos os casos, desde a criança, precisa ser trabalhada. Não se trata de levar a culpa, de colocar a culpa nela, mas se você trabalha a conscientizando sobre a importância, acho que acabamos virando algumas cabeças para o bem.

Há muita denúncia dessa história de exploração, principalmente quando se refere à aposentadoria dos nossos idosos e ao depósito. Você tem razão naquela história de que, quando chega ao abrigo, vira dependente total. Às vezes, a pessoa ainda está inteira e pode fazer suas coisas, mas vira aquela dependência total de levar tudo lá no local, de não fazer nada. Seria bom para o idoso, inclusive, ajudar nas coisas da casa. Às vezes, ele tem uma habilidade, sabe bordar, sabe costurar, mas isso não é visto. Chega-se lá e é um depósito. Realmente é muito ruim. Eu tenho experiência de ver, de visitar os abrigos e realmente são dependentes. É só assistência.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Passaremos a palavra à Drª Monize, mas antes eu queria falar, em decorrência de algumas conversas que mantive com pessoas ligadas à área, sobre as casas ou os chamados centros-dia, ou seja, observamos que, em muitas famílias, as pessoas trabalham e têm pai e mãe sob os cuidados da famílias.

Sentimos que a ideia de termos – permitam-me a expressão – a creche para a pessoa idosa, que é exatamente esse centro-dia ou casa dia, como chamam, em que as pessoas da família, quando todos trabalham, não podem pagar o cuidador diariamente e deixam o idoso numa casa, num ambiente que não é um centro de convivência que funciona por um turno ou por duas ou três horas, mas que vá abrigar aquela pessoa idosa durante a hora de trabalho, por dez ou oito horas por dia... Se as três que ainda não se manifestaram ou mesmo a Drª Karla e a Marília quisessem falar sobre essa questão da – permitam-me novamente – creche para pessoa idosa... A realidade é o que a Karla já disse aqui: as creches de hoje amanhã não serão ocupadas por crianças e, sim, provavelmente, por pessoas idosas.

Pela ordem, a Drª Monize.

A SRª MONIZE DA SILVA FREITAS MARQUES – Novamente, eu gostaria de agradecer a iniciativa do Senador Elmano Férrer em relação a esta audiência pública, nos colocar à disposição e reforçar a questão da educação, como a Drª Karla mencionou. Se, no nosso plano educacional, não há menção ao idoso, nós não

temos como exigir muito nem dos nossos filhos, nem dos nossos netos esse respeito que nós precisamos ter para com essa faixa etária dos idosos.

A cultura de culpa ainda persiste muito. Quando nós identificamos a idosa como sendo a nossa maior vítima, nós identificamos nela uma dupla condição de vulnerabilidade: ela é a mulher e ela é a idosa. Ela carrega sobre si a culpa de ter sido responsável por aquela personalidade violenta que ela vê na pessoa do filho.

Quando a Drª Daniela mencionou que ela é acionada para retirar um idoso de uma condição de vulnerabilidade em casa e se questiona o que se vai fazer, nós também temos essa aflição no âmbito do Judiciário. Nós nos deparamos com penas baixas. Na maioria das vezes em que é possível a aplicação de uma transação penal ou a aplicação da suspensão condicional do processo, o agressor entra com a vítima e volta para a mesma casa da vítima. A vítima já se encontra numa situação de vulnerabilidade por tê-lo denunciado. Na maioria das vezes, ela se sente culpada por ter que visitá-lo na prisão. E nós nos sentimos também de mãos atadas, porque, como aplicadores da lei, não temos muito o que fazer. É justamente por isso que, no âmbito do Tribunal de Justiça, nós temos apostado nessas conciliações e mediações no âmbito familiar, para tentar resolver de uma forma estrutural e para tentar evitar a violência, porque, depois que ela está instalada, nós não temos o que fazer. Nós vamos chamar a polícia, que vai pegar o idoso e vai devolvê-lo para o mesmo lar em que ele foi violentado por tanto tempo. Nós vamos dar para esse idoso uma resposta do Poder Judiciário que não o atende: ele vai voltar para o mesmo lar com o agressor, porque o agressor vai pagar cesta básica ou qualquer outra coisa nesse sentido.

A nossa preocupação é justamente esta: nós temos que agir lá na ponta, porque, depois que violentou, depois que precisamos utilizar meios de coerção para o agressor, nós não temos resposta do Estado. Mais uma vez, nós reforçamos a necessidade de políticas preventivas em relação à violação dos direitos.

E nós nos colocamos à disposição, agradecendo novamente a oportunidade.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Concedo a palavra agora à Drª Paula.

A SRª PAULA REGINA DE OLIVEIRA RIBEIRO – Eu queria aproveitar a oportunidade, Senador Elmano, para fazer quatro considerações.

Primeiro, eu quero fazer coro ao que a Drª Karla e a Drª Marília colocaram, mas, como uma boa brasileira, eu acredito. Tanto acredito que eu não estaria aqui se não acreditasse nessa política.

Então, eu sou uma otimista nata e luto para que, realmente, a Política Nacional do Idoso seja implementada. Do contrário, acho que não faria sentido eu estar aqui. Penso que essa política é extremamente incipiente, e na fala dos senhores aqui, do Deputado Marcelo, da Deputada Cristiane Brasil, da Deputada Raquel, que teve que se retirar, do próprio Senador Moka, me resta mais do que claro que não temos uma política pública institucionalizada, nós temos ações pontuais isoladas. Tanto é assim que cada uma aqui conseguiu nominar qual era o serviço e qual era a pessoa que o executava. Se isso fosse uma política pública institucionalizada, ela não seria personalizada. Então, realmente precisamos trabalhar para que a política seja para todos e executada de maneira não personificada. Não é a Carla, não é a Marília, não é Monize, não sou, não é a Daniela, é a política voltada para todos e todos têm um papel importante nessa execução.

Senador Moka, eu tenho acompanhado, já há algum tempo, o PL do Cuidador. Estive aqui na primeira audiência pública, que o senhor estava presidindo. Ao longo desse tempo, nessa caminhada com a Marília, com o Daniel Grossman também, que é um grande militante nessa temática, não pude estar presente na última porque estava de férias. Mas o que eu observo, o meu sentimento de impotência é o seguinte: nessas audiências, o que eu verifico é que temos um *lobby* das entidades classistas muito grande, porque estamos trabalhando com uma reserva de mercado, e aí temos aquela dicotomia do financeiro com o ser humano. O que pesa mais: se vou discutir dinheiro ou se vou discutir o cuidado ao ser humano.

Por outro lado, vemos esse *lobby* das entidades classistas e dos órgãos gestores, como foi a saúde, dizendo: "Esse pepino não é meu, carrega que o velho é seu." – literalmente, quase nessas palavras. E de técnicos, por outro lado, tentando lutar por esse importante projeto. Para nós ele é fundamental.

Por outro lado, não percebemos – e aí eu entendo plenamente justificável – a presença das pessoas que realmente vão ser atingidas e beneficiadas por esse projeto, que são os idosos. Por que eles não têm como estar aqui? Porque eles precisam de cuidados, eles estão em casa necessitando de cuidados. E por que as famílias também não estão aqui mobilizadas, pedindo a aprovação desse projeto, cobrando? Porque elas têm que estar em casa, cuidando desses idosos.

Então, realmente, é uma luta inglória. Nós não estamos lidando com as mesmas armas, porque não conseguimos enfrentar todo esse *lobby* que existe. Mas acho que é um projeto – e entendo quando a Carla se posicionou – extremamente relevante e que precisamos mesmo ter uma mobilização muito grande, para que ele tramite da maneira mais célere possível.

O projeto do senhor já está há dois anos tramitando, mas nós já tínhamos outros projetos nesta Casa que também não conseguimos tirar do papel. Já passou do tempo. Precisamos, efetivamente, de uma política dos cuidadores, sejam eles familiares, sejam profissionais, enfim.

Acredito também, como o senhor bem colocou, que muitas vezes a decisão da família de colocar um idoso numa ILPI é o maior ato de amor dessa família para com seu familiar, porque é o reconhecimento da sua impotência, da sua incapacidade de prestar o melhor cuidado para aquele idoso e lidar com essa angústia de ter que colocá-lo numa instituição que ainda é extremamente estigmatizada no nosso País. Eu não vejo com nenhum preconceito essa família, ao contrário, acho que é uma família que merece ser apoiada, inclusive com um trabalho de suporte psicológico, Deputado Marcelo, porque para ela é muito angustiante colocar o seu idoso numa instituição.

Concordo, Marília, quando você coloca, que para mim é uma contradição muito grande... Ontem, conversando com a Carla, eu estava me questionando justamente sobre isso. Como é que pode as ILPIs serem um equipamento da política de assistência social que a saúde não quer assumir, mas, em contrapartida, é a saúde, através da Vigilância Sanitária, que fiscaliza e regulamenta.

Eu não entendo. Isso é uma política de saúde ou não? Se não é uma política de saúde, por que é a Vigilância Sanitária que regulamenta isso tudo, que expede uma RDC, que determina quantos cuidadores tem que haver para que tipo de atendimento, qual é a medida da porta. Então, está mais do que claro que as duas têm que assumir essa política e nós não podemos mais ficar protelando isso.

Quando mencionei mais cedo essa questão de muitas leis, que o que precisamos é cumprir o que já existe no papel, foi porque me lembro bem de uma audiência pública em que estive aqui, quando a brilhante ideia, com todo o respeito a esta Casa, que surgiu como um encaminhamento, nobre Senador, foi que a solução para acabar com o preconceito seria mudar o nome de Estatuto do Idoso para Estatuto da Pessoa Idosa. Isso resolveria o problema do preconceito contra a população idosa no Brasil.

Eu fiquei chocada, porque não precisamos de mudança de nome. Nós precisamos enfrentar a realidade que está aí posta.

Então, agradeço, Senador Elmano, imensamente a oportunidade de estar aqui.

Comungo desta postura de que, unindo esforços e ideais, conseguimos realmente uma mudança. E fico à disposição de toda a sua assessoria e da assessoria de Deputados e Senadores no que pudermos ajudar.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Elmano, só uma observação.

Eu gostaria muito que vocês fizessem uma autocrítica, todas vocês, no sentido de que nenhum Senador, nenhum Deputado acorda e diz assim: hoje eu vou fazer isso, hoje eu vou fazer aquilo.

É preciso que haja uma demanda para isso. Se não dá a impressão de que a Casa não tem preocupação. Isso não é real. Pode ter os efeitos que tem e tal, mas aqui, sobretudo nesta Comissão, sempre vai haver muita gente... Não é o Moka, não. Eu enumero um monte de Senadores que teriam o maior prazer.

É claro que esse encaminhamento dado é um encaminhamento infeliz, na minha avaliação. Se eu estivesse presente nesta audiência – não estava – também não concordaria com isso.

Hoje o nosso encaminhamento é prático: nós temos que cobrar daquelas pessoas que realmente têm a responsabilidade.

Para as pessoas que estão nos ouvindo, eu quero dizer que, hoje, lamentavelmente, não estão presentes aqueles Senadores com quem costumo conviver nesta Comissão, que, durante os dois anos que a presidi, nunca deixou de votar por falta de quórum. Nós precisamos no mínimo de 11 Senadores.

Estou fazendo essa defesa da Comissão, que é muito atuante. Vários encaminhamentos que saíram daqui tiveram solução, como a importação de remédio, a questão do aeronauta. Eu poderia citar um monte de vezes em que esta Comissão... Agora, é preciso saber realmente quem vai encabeçar. Por exemplo: o Elmano convocou, mas eu já me coloco solidário. Convoque, porque você tem a prerrogativa, e me chame para que eu possa ajudar. E vamos chamar os outros. Está aqui a Regina. Nós podemos fazer isso junto com vocês. O que não se pode é falar isso aqui, depois cada um vai para o seu canto e, um mês depois, dois meses, voltamos e continuamos reclamando da mesma coisa.

Nós já conhecemos. Agora vamos em busca realmente de encontrar o caminho, a solução para isso.

Às vezes eu me incomodo, porque sou um daqueles que pegam as coisas para fazer. E vou ficar aqui. Desde o início fiquei, fiz questão. Muita gente me chamou. Eu disse: não, eu vou ouvir, porque esse é um assunto que começou lá atrás. Não foi inspiração minha.

Foi o pessoal da área social, a Drª Tânia Garib, que me pediu para fazer esse projeto do cuidador de idoso. Esse compromisso eu tenho junto com vocês. Gostaria que os senhores acreditassem que juntos, não só nós, mas junto com os senhores, podemos fazer essa mobilização. Eu acredito nisso.

O SR. JOÃO MARCELO SOUZA (Bloco/PMDB - MA) – Vou complementar um pouco, até porque, Senador, nós somos, aqui, passageiros. Ficamos oito anos e não sabemos se somos candidatos, se saímos, como ficamos. Estou aqui há quatro. Venho, não venho. Sou do PMDB e o Ministro, agora, é o Marcelo Castro, meu colega, Deputado do PMDB. Como Vice-Presidente da Frente Parlamentar do Idoso, digo que é a hora de usar a gente. O cavalo passa selado. Vou deixar o meu cartão com as senhoras para ser usado mesmo. Gosto também do que o Senador Moka colocou: vamos ver o que podemos fazer em prol do idoso, até porque vamos ter um corte, agora, Senador, de R$3,8 bilhões na saúde. Estamos lutando na Câmara – não sei se vocês estão a par disso. Estamos em crise. O Brasil está passando por uma crise. Então, temos que ver para onde vamos direcionar as políticas públicas. E o idoso não pode ficar fora.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Passamos a palavra à Drª Daniela para suas considerações finais.

A SRª DANIELA BARROS TAVARES DE MELO – Já foi colocado, mas volto a frisar a questão das políticas públicas direcionadas à ampliação da rede de Instituições de Longa Permanência para Idosos.

Há muitas situações, no âmbito da política judiciária, que conseguimos resolver dentro da delegacia, porque são situações de instrução criminal, mas o resgate da pessoa idosa, além da questão criminal, que gera um procedimento de natureza policial a ser encaminhado ao Judiciário, há também a questão social. Onde vou abrigar esse idoso? Eu não termino o meu trabalho com o auto de prisão em flagrante daquele infrator.

Nesse ponto, volto a ressaltar o que a Drª Monize falou, a questão das penas baixas. Por exemplo, o art. 99, que trata de maus-tratos, é um termo circunstanciado. Para o idoso que eu encontrei, que eu resgatei em um depósito como um lixo humano, se eu não tivesse usado o concurso material com outro delito, ele teria assinado um termo circunstanciado e ido embora, e o idoso estava em uma situação de penúria. Então, a pena realmente é baixa. Mas o meu trabalho não terminou só na finalização do auto de uma prisão em flagrante, mas sim no abrigamento daquele idoso que não poderia retornar mais ao âmbito daquela família, daquele filho.

Esta questão é muito importante em termos de política pública: ampliar esta rede das Instituições de Longa Permanência. Como o Senador Elmano mencionou, não existem, na cidade de Teresina, as casas dia. Há situações em que a polícia é provocada, em que eu atendo a ocorrência, mas verifico que não se trata de maus-tratos, não se trata de uma situação de violência e de desumanidade ao idoso, simplesmente a família precisa trabalhar para prover, a família não dispõe de recursos, todos precisam trabalhar, e o provento do idoso é normalmente o benefício de um salário mínimo, que não se trata nem de uma aposentadoria, mas de um auxílio. A família, então, tem que pagar um cuidador, que não é uma pessoa habilitada, é uma pessoa que recebe muito pouco para estar ali somente olhando o idoso. O que acontece? Eu recebo uma denúncia de um vizinho que o idoso está sozinho, levou uma queda e está gritando em casa. Ele supostamente deveria estar com o cuidador, mas o cuidador, sem maldade, precisou sair para resolver um problema pessoal e disse que voltava rapidinho e deixou o idoso sozinho. Estou diante de um problema policial, porque estou com um idoso que sofreu um acidente porque foi deixado sozinho, mas o cuidador, pago com parcos recursos, recebe muito pouco para aquilo e, conforme observamos, ele não tem maldade, não tem dolo. Ele saiu porque precisou. Então, conduzo à delegacia? Qual procedimento eu adoto? Ele não teve maldade.

Existem também, então, esses problemas que viram casos policiais, que viram casos de polícia, mas nos quais não verificamos dolo, não verificamos maus-tratos, verificamos, simplesmente, que o idoso não tem com quem ficar durante o dia. Resolveria o problema se houvesse uma casa de atendimento para que a família com poucos recursos pudesse deixar o idoso o dia inteiro.

Seria menos uma demanda policial e resolveria o problema se você tivesse uma casa de atendimento, para que a família que tem poucos recursos pudesse deixar o idoso o dia inteiro. Seria menos uma demanda policial, porque eu atendo a muitos casos para verificar esse tipo de denúncia – de idoso sozinho em casa. Ele caiu e ele está lá só e tenho que invadir a casa, porque o idoso não consegue abrir, e aí depois aparece o cuidador, que não é nem um cuidador habilitado. Você vê que ele não teve maldade, mas cometeu um delito. Ele abandonou o idoso, que estava sob a sua responsabilidade. Então, é uma situação social também, que acaba virando policial.

Então, é importante que aqui as políticas públicas também se voltem para essa questão de ampliação dessa rede. Esse é o principal ponto que eu gostaria de frisar aqui, que vai além do atendimento policial, porque, quanto à questão dos crimes, eu vejo que eu faço, sim, o que é devido: eu instruo os inquéritos policiais, encaminho no tempo hábil, mas, na maioria das vezes, eu estou diante de questões sociais. Eu resolvo, dentro da delegacia, muitos conflitos de natureza social. Principalmente esse.

Então, uma política pública voltada a esse tipo de acolhimento do idoso, realmente, seria de grande valia para a nossa sociedade. Eu vim trazer essa experiência para cá. A minha participação foi nesse sentido. Eu não

vim trazer aqui os problemas da segurança pública, porque eu vim a uma audiência que vem tratar de políticas públicas para o idoso. Então, eu não vim falar das deficiências que a estrutura pública tem para atender o idoso, embora também tenha. Uma delegacia de segurança e proteção ao idoso também tem dificuldades no atendimento e até na solução dos conflitos para a qual o idoso nos procura, por uma deficiência da segurança pública, mas aqui eu vim tratar da questão realmente de políticas públicas. Então, eu trouxe essa minha realidade. Dentro da minha realidade de segurança pública, eu verifico essa ausência, essa falta de política pública, no sentido de abrigar o idoso.

Era essa a contribuição que eu queria deixar. (*Palmas.*)

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Senador Elmano, foi V. Exª quem convocou esta audiência. V. Exª fez isso por iniciativa pessoal, ou alguém o procurou?

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Eu estava me lembrando aqui de que o Governador do Estado do Piauí foi Senador e participou desta Comissão. E, depois de eleito, estávamos conversando, e ele me disse: "Por que você não adota essa política pública do idoso como uma de suas grandes metas?" Então, eu estou buscando fazer isso. Mas, para tanto, nós temos que ter uma...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – É importante isso. Quer dizer, a iniciativa é pessoal, do Senador, e a demanda é grande. É uma demanda enorme. Quer dizer, nós, aqui, a Casa, precisa também disso. Eu, embora não possa dizer que tenha uma militância nessa área, eu vim porque o Senador Elmano convocou. Eu tenho a impressão de que, se a gente transformar, a partir de hoje, da primeira reunião, mais um grupo capaz de estar mobilizando e reivindicando essa política, a verdade é que eu acho que ela... É porque é recente também. O País, com essa quantidade de pessoas, não é muito... Vamos exagerar: nos últimos 20 anos... Antes, você tinha um País de jovens. Então, isso tudo é muito – entre aspas – "recente". E quero ser otimista num sentido: eu acho que, se nós colocarmos este dia, aqui no Senado, como uma data em que o Senador Elmano coloca um marco no sentido de que, daqui para frente... Por exemplo, foi discutido o PNDE, será que houve uma mobilização do pessoal para ver a situação do idoso?

Você fez isso?

A SRª KARLA CRISTINA GIACOMIN – Imensamente, no Conselho Nacional do Idoso, procurando o Deputado Relator, procurando...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Está vendo?

Aí, se a gente estivesse, já, com um grupo organizado, e a Karla não estivesse sozinha, ou se houvesse mais representantes, talvez nós tivéssemos um grupo de Parlamentares, no sentido de dizer: "Para a gente votar esse PNDE aí, vocês têm que colocar também a questão do idoso."

Eu não quero que vocês me interpretem mal, mas eu quero dizer o seguinte: eu quero ser demandado. Estou provocando vocês: eu quero ser demandado em relação a poder ajudar mais. Está bom, apresentou um projeto de cuidador, mas isso não é o suficiente.

Então, eu quero que a minha contribuição seja a melhor possível, porque eu respeito muito vocês, respeito muito as entidades e tenho sensibilidade para fazer esse trabalho.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Só um pouquinho pela ordem, Senador.

Só para complementar o que ele disse da provocação.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Aqui, no Senado, há a possibilidade de vocês mandarem um projeto de lei. Às vezes, na minha cabeça, não passou nada; nem na dele; mas vocês têm uma ideia maravilhosa para virar um projeto de lei. Vocês podem mandar que ele é formatado, ele vem para a comissão, é votado, vai para o plenário, é votado, de iniciativa de uma pessoa, não é aquele coletivo de 1 milhão de assinaturas.

Então, às vezes, a pessoa não sabe disso, mas há o Portal e-Cidadania, senado.leg.br/ecidadania. Você pode mandar o seu projeto e não precisa se preocupar com a formatação, porque aqui ele recebe a formatação. Ele vai para votação, ele vai para apreciação.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Mande do jeito que vocês puderem. A Consultoria transforma num projeto, com a técnica legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Só complementando: as coisas acontecem na comunidade. Eu digo isso porque, quando nós fomos Prefeito de Teresina, eu sempre procurei descer lá para as vilas, porque quem conhece os problemas de uma vila é quem nela mora, amanhece e anoitece. Nós íamos aos bairros, caminhando, conversando com as pessoas, ou seja, uma administração participativa e compartilhada. Da mesma forma, eu não apresentarei nenhum projeto aqui de iniciativa minha, pessoal, da minha equipe. Eu tenho que buscar lá na comunidade.

Este ano, já se realizaram quatro ou cinco eventos relacionados a este estrato da população das pessoas idosas. Eu, para tomar conhecimento, fui. Inclusive, só fui eu. Eu disse até que essa ideia é do Wellington, nosso ex-Senador, atual governador – eu sempre me identifiquei com as pessoas idosas. Desde a minha juventude, eu chegava à minha cidadezinha do interior, Regina, eu procurava as pessoas idosas, meus tios e eu gostava muito de conversar com essas pessoas. Quando realmente nós nos tornamos políticos, após os 60 anos, elegemo-nos Senador com 72, vou, reeleito, depois, Regina, se vocês quiserem, com 80, aí, depois, aos 90, eu tenho umas ideias já na cabeça.

Pois bem, mas a realidade é que é na comunidade. Eu vim de uma comunidade em que nascem as ideias dos bons projetos. Não é de nossas cabeças. Está certo que podem nascer dentro dos nossos assessores, consultores aqui. Não! Não! É lá! É essa a minha concepção, porque eu sempre fui um servidor público e, como servidor, exerci a atividade como um sacerdócio, procurando servir sem me servir da coisa pública.

Então, eu estou indo direto às associações, sindicatos, buscando extrair da comunidade, da sociedade o que devo materializar, corporificar em projetos. Então, é lá que nasce, é na comunidade.

Sempre nós tivemos...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Mas a demanda é importante, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Veja bem. É importante nós sermos demandados, mas veja: nós temos que ir é lá, quer dizer, a sociedade nos mandou para cá, e eu não posso ficar aqui, eu tenho que voltar para aquela comunidade que me mandou para cá, quer dizer, através da organização da própria sociedade.

E há tanta coisa que nós não sabemos, como o povo, a sociedade lá numa vilazinha... Nascem soluções para os problemas que nós, muitas vezes, não percebemos. Eu concordo que nós temos, sempre peço isso, mas, se não chega, vou ter que ir atrás. Vou ter que ir atrás.

Então, eu queria, primeiro, agradecer ao Moka, que está aqui há mais de 20 anos. Deputado Federal por cinco ou seis mandatos?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – Não, eu tive umas quatro...

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – É, ele tem uns 30 anos... Mas, nesta Casa, ele está há muito tempo, e sou testemunha da participação dele.

A SRª MONIZE DA SILVA FREITAS MARQUES (*Fora do microfone*.) – Por isso, o senhor esqueceu a Medicina.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Eu queria agradecer os Senadores e as Senadoras que passaram por aqui.

Muitos assinaram a frequência, mas, hoje, eu tenho três Comissões permanentes, quarta-feira. O ele participa de mais de quatro, sei lá... Regina também.

Pois bem, então, eu queria agradecer os Senadores, Deputados Federais que estiveram aqui, e mais um agradecimento especial aos colaboradores aqui da CAS, que nos ajudaram muito na realização desta...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Elmano, desculpe interromper de novo.

Seria importante que marcássemos uma data em que pudéssemos deixar para eles, mais ou menos, porque estamos nos aproximando do recesso. A minha pergunta seria: vamos fazer a vinda da diretora antes, ou no início da outra Legislatura? Por que estou dizendo isso? Porque, no final de ano, esta Casa fica uma loucura de tanta coisa para votar. Eu queria ouvi-los, porque, muitas vezes, se a gente começar a nova Legislatura – um compromisso nosso – trazendo a responsável, ou vamos trazer antes do dia 17, porque, senão, eu temo que o tema fique, depois, esquecido. Eu temo isso.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – O nosso Presidente, Senador Edison Lobão, já se comprometeu a fazer esse encaminhamento.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – Mas não marcou uma data.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Não marcou.

Agora, estamos contanto tempo para o encerramento. Temos um problema que vocês já sabem...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Por isso que estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – A secretária acabou de comunicar...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Mas eles vão ficar na expectativa de que ainda seja neste ano.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Ele está se antecipando. Então, vou ter que fazer o convite para almoçarmos, depois – você está convidado, a Regina –, aqui no Senado, e a gente vai conversar no que podemos avançar extraoficialmente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – E nós vamos dar, inclusive, esse encaminhamento. Eu disse já aqui e tenho reiterado em algumas oportunidades que essa vai ser uma das minhas bandeiras.

Eu quero ser aqui – eu e V. Exª, o nobre Senador...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Você fica com a responsabilidade de marcar, e eu vou estar presente no dia em que V. Exª marcar.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Pois bem, agradeço aos Senadores, as Senadoras e os Deputados que estiveram aqui presentes, além dos colaboradores da Comissão, os meus companheiros e minhas companheiras de trabalho do nosso gabinete, que muito contribuíram para a realização deste evento, especialmente, as senhoras que aqui estão. Sei que podemos ter omitido outras pessoas tão importantes quanto cada um de vocês que estão aqui. Permitam-me que assim as trate, para manter esse relacionamento muito amigável. Foi de grande importância. Inclusive, nós tivemos muito cuidado em quem poderia dar a contribuição que foi dada aqui nesta manhã.

Então, eu queria agradecer e que fossem conosco a um almoço, mas é muito rápido, um almoço de trabalho. É uma continuidade, um desdobramento.

Tenho certeza que o Moka, que deve estar indo para outras reuniões, deve aparecer por lá, com a contribuição sempre profícua que ele faz. Então, os nossos agradecimentos, bom dia a todos vocês, vamos nos reencontrar proximamente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 24 minutos.*)

ATA DA 37ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 2 DE DEZEMBRO DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dezesseis minutos, do dia dois de dezembro de dois mil e quinze, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência em exercício do Senhor Senador EDISON LOBÃO reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Paulo Paim, Waldemir Moka, Dário Berger, Otto Alencar, Dalírio Beber, Flexa Ribeiro, Marcelo Crivella, Elmano Férrer, José Pimentel, Benedito de Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Vicentinho Alves; e das Senadoras Regina Sousa, Angela Portela, Ana Amélia, Lídice da Mata, Gleisi Hoffmann e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à leitura do expediente sobre a mesa. A Presidência comunica o recebimento de Aviso n° 909, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do acórdão sobre auditoria, realizada com o objetivo de avaliar aspectos de governança, de pactuação intergovernamental do Sistema Único de Saúde. Informa que o referido documento ficará à disposição dos Senadores na Secretaria desta Comissão, para as consultas que se fizerem necessárias. Após leitura do expediente, passa-se à apreciação da Pauta. ITEM 1 PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, de 2015 - Não Terminativo - Autoria: Deputado Ricardo Izar. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de designer de interiores e ambientes e dá outras providências. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2015, com a Emenda de Redação que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2015, com a Emenda nº 1-CAS de Redação. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação. ITEM 2 PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 7, de 2009 - Não Terminativo - Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Dispõe sobre os depósitos bancários das entidades beneficiárias das contribuições sociais de interesse de categorias profissionais ou econômicas. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2009. Resultado: Não houve manifestação decorrente do Pedido de Vista. Rejeitado o Relatório do Senador Humberto Costa, a Presidência designa Relator do Vencido o Senador Waldemir Moka. A Comissão de Assuntos Sociais aprova Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2009. A matéria vai a Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. ITEM 3 PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 665, de 2011 - Não Terminativo - Autoria: Senador Vital do Rêgo. Acrescenta e altera dispositivo da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais. Relatoria: Senadora Lúcia Vânia Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 665, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 217, de 2014- Não Terminativo - Autoria: Senador Romero Jucá. Altera a Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que dispõe sobre o financiamento de bens de consumo duráveis a beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e dá outras providências, para incluir os materiais de construção entre os produtos adquiríveis pelo Cartão "Minha Casa Melhor". Relatoria: Senador Benedito de Lira (Substituído por Ad Hoc). Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2014. Resultado: A Presidência designa Relatora "ad hoc" a Senadora Ana Amélia, em substituição ao Senador Benedito de Lira. Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2014. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. Relatoria Ad hoc: Senadora Ana Amélia em substituição ao Senador Benedito de Lira. Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2014. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. ITEM 5 PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, de 2011- Terminativo - Autoria: Deputada Laura Carneiro Dispõe sobre o exercício da atividade profissional de Guarda-Vidas. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2011, e da Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 216, de 2011 - Terminativo - Autoria: Senador Eunício Oliveira. Modifica dispositivos do art. 28, § 9º, da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2011, e das 3 (três) Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2012 - Terminativo -Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Altera o art. 457 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), para instituir o adicional por tempo de serviço aos empregados que recebam salário mensal igual ou inferior a dois salários mínimos. Relatoria: Senador Dalirio Beber. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2012. Resultado: Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2012. ITEM 8 PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 407, de 2012 - Terminativo - Autoria: Senador Eduardo Amorim. Altera a Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o transporte rodoviário de

cargas por conta de terceiros e mediante remuneração e revoga a Lei nº 6.813, de 10 de julho de 1980, para tornar obrigatória a avaliação anual de saúde para os transportadores autônomos de cargas. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2012, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovada, em Turno Único, a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2012. A matéria vai a Turno Suplementar nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal. Poderão ser oferecidas emendas no Turno Suplementar, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral. ITEM 9 PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 276, de 2015-Terminativo - Altera a Lei nº 11.903, de 14 de janeiro de 2009, para aumentar os prazos de implantação do Sistema Nacional de Controle de Medicamentos. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2015; da Emenda nº 4-CMA; da Emenda nº 6–CMA com a Subemenda que apresenta e das 2 (duas) Emendas que apresenta. E pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, oferecidas no prazo regimental, e das Emendas nº 3-CMA e nº 5-CMA. Resultado: Aprovados o Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2015, e as Emendas nºs 4-CMA-CAS, 6-CMA-CAS (Emenda nº 6-CMA nos termos da Subemenda nº 1-CAS), 7-CAS e 8-CAS. Rejeitadas as Emendas nºs 1-T e 2-T, de prazo regimental, e nºs 3-CMA e 5-CMA. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. ITEM 10 PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 694, de 2015 - Terminativo - Autoria: Senador Marcelo Crivella. Altera o art. 2º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, e o art. 243 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para vedar o uso de produto fumígeno derivado do tabaco em veículos automotores, públicos ou privados, quando neles estejam gestantes ou crianças e adolescentes e tipificar tal conduta como crime. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 694, de 2015. Resultado: A Presidência designa Relator "ad hoc" o Senador Paulo Paim, em substituição à Senadora Marta Suplicy. Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 694, de 2015. Relatoria: Senadora Marta Suplicy (Substituído por Ad Hoc) Relatoria Ad hoc: Senador Paulo Paim. EXTRAPAUTA ITEM 11 REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 50, de 2015. Autoria: Senador Edison Lobão. Nos termos do disposto nos artigos 58, da Constituição Federal, combinado com o artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro convidar o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, MARCELO CASTRO, para comparecer a esta Comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de debater o aumento de números de casos de MICROCEFALIA no País; as Políticas Públicas relacionadas a medidas de prevenção, controle e contenção de riscos; e os danos e agravos à saúde pública. Resultado: Aprovado. O Senador Waldemir Moka preside inicialmente a Reunião, sendo substituído pela Senadora Vanessa Grazziotin às nove horas e vinte e dois minutos, reassumindo-a às nove horas e vinte e nove minutos. O Senador. Edison Lobão, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, assume definitivamente a presidência às nove horas e cinquenta e cinco minutos. Usam da palavra os Senadores: Waldemir Moka, Paulo Paim, Dalírio Beber, Dário Berger, Flexa Ribeiro, Paulo Rocha, Romero Jucá, Marcelo Crivella, as Senadoras Vanessa Grazziotin, e Ana Amélia, e o Senador Edison Lobão, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezessete minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador EDISON LOBÃO
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Declaro aberta a 37ª Reunião, Ordinária, da Comissão Permanente de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 909, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do acórdão sobre auditoria, realizada com o objetivo de avaliar aspectos de governança, de pactuação intergovernamental do Sistema Único de Saúde. Informo que o referido material ficará à disposição dos Srs. Senadores, na Secretaria desta Comissão, para as consultas que se fizerem necessárias.

A presente reunião destina-se à apreciação de quatro itens não terminativos e seis terminativos, conforme pauta previamente divulgada.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do nosso Presidente Edison Lobão, que passo a ler.

Antes, porém, esclareço que S. Exª pediu-me que eu desse início à reunião. Já que estou presidindo os trabalhos, vou aproveitar e ler o requerimento, que é da maior importância.

Vamos ao item 11.

ITEM 11
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 50, de 2015
- Não terminativo -

Nos termos do disposto nos artigos 58, da Constituição Federal, combinado com o artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro convidar o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, MARCELO CASTRO, para comparecer a esta Comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de debater o aumento de números de casos de MICROCEFALIA no País; as Políticas Públicas relacionadas a medidas de prevenção, controle e contenção de riscos; e os danos e agravos à saúde pública.

Autoria: Senador Edison Lobão

Em votação.

Os Srs. e as Srªs Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O item 1 da pauta...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente, eu solicitaria a V. Exª, ouvindo o Plenário, que fizéssemos a inversão de pauta para apreciarmos o item 2. Trata-se de projeto de minha autoria, e que a Senadora Ana Amélia – eu já a agradeci e quero fazê-lo de público – pediu vista na reunião da semana anterior. O Relator é o Senador Humberto Costa, e o parecer é pela rejeição. Portanto, eu gostaria de discutir com o Senador Humberto Costa e com os demais Senadores, pedindo o apoiamento para a aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Eu vou pedir à Senadora Vanessa Grazziotin... Na verdade, o autor é o Senador Flexa Ribeiro e o Relator é o Senador Humberto Costa que, no momento, não se encontra presente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, o problema é que eu não concordo como o relatório. Então, eu não poderia...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Mas o relatório é pela rejeição.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas eu sou a favor do projeto do Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – V. Exª vai fazer a inversão de pauta? Eu gostaria de defender o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Deixe-me explicar: eu vou conceder a inversão. O problema é que a Senadora Ana Amélia não pode ser a relatora *ad hoc*, porque ela pediu vista. Como a Senadora Vanessa está dizendo que tem divergência com o relatório do Senador Humberto Costa, tenho dificuldade, porque V. Exª é o autor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – E aí V. Exª não pode ser o relator.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu posso presidir a reunião, Senador Moka, e V. Exª relata a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Eu posso.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, eu dirijo, e V. Exª relata.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Com o maior prazer.

Vou submeter ao Plenário o pedido de inversão do Senador Flexa Ribeiro.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, estão dizendo aqui que a matéria já foi lida, portanto, não dá mais para relatá-la como relator *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Mas de qualquer forma...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então é imediatamente para votação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Então vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Senador, por favor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Só para defender.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Fale para o teu auxiliar ficar ali no...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Por favor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – O que estou dizendo, Senador, é que eu, de qualquer forma, tenho que submeter o pedido de inversão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Está certo, correto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Eu tenho que submeter o pedido.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Correto. V. Exª tem toda razão.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Então, as Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a inversão, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está feita a inversão.

Convido a Senadora Vanessa Grazziotin para que ela possa presidir a reunião, enquanto eu faço... (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Feita a solicitação do pedido de vista pela Senadora Ana Amélia, eu questiono S. Exª se há algum ato em relação ao pedido de vista feito.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, nenhum pedido. Apenas penso que seja oportuno votarmos o projeto.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Perfeito.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A matéria já foi lida e já foi apresentado o relatório, mas é bom lembrar aos colegas Parlamentares do que trata a matéria, de iniciativa louvável do Senador Flexa Ribeiro.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Perfeito.

Vamos ao item 2 da pauta.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 7, de 2009
- Não terminativo -

Dispõe sobre os depósitos bancários das entidades beneficiárias das contribuições sociais de interesse de categorias profissionais ou econômicas.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatoria: Senador Humberto Costa
Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2009.
Observações:
- Em 11.11.2015, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista à Senadora Ana Amélia nos termos Regimentais.
- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.
- Votação simbólica.

Passo a palavra então ao Senador Moka, como Relator *ad hoc*.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Dispõe sobre os depósitos bancários das entidades beneficiárias das contribuições sociais de interesse de categorias profissionais ou econômicas.

A Senadora Ana Amélia já foi consultada e disse que não há nenhuma manifestação decorrente do seu pedido de vista.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Concedo a palavra ao autor, Senador Flexa Ribeira, para discutir.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Moka, Relator do projeto, quero dizer que é uma pena o Senador Humberto Costa ter se ausentado. Eu conversei com ele há pouco sobre o parecer que S. Exª emitiu pela rejeição.

O projeto, Senador Moka, tem por objetivo única e exclusivamente fortalecer os bancos regionais Basa e o Banco do Nordeste, para que, nesses bancos, possam ser feitos os depósitos do Sistema S, que hoje só são feitos no Banco do Brasil e na Caixa Econômica.

O TCU define o depósito nesses bancos porque não há uma legislação infraconstitucional que explicite onde pode ser feito. E o projeto é exatamente para dirimir essa dúvida.

Então, eu pediria o apoio para que pudéssemos fortalecer esses bancos. Como os recursos para as aplicações do Nordeste, do Centro-Oeste, da Amazônia e da União também deviam ir para esses bancos de desenvolvimento.

Portanto, peço o apoio de V. Exªs.

Vamos à votação.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Para discutir, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Apenas para apoiar a iniciativa do Senador Flexa Ribeiro em homenagem a um ex-Presidente do Basa, um gaúcho, Jorge Babot Miranda, que teve uma atuação destacada. Ele levava empresários para lá.

Penso que como é banco público. Se fosse outra circunstância. Como são dois grandes bancos públicos importantes para a região, não há motivo para não tratarmos dessa forma.

Assim, acho que é importante e apoio o projeto.

Meu voto é a favor.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito bem, Senadora Ana Amélia.

Na condição de Presidente desta Comissão no momento, eu não deveria sequer expressar juízo de valor, mas quero dizer que temos hoje um presidente do Basa que é de lá da Região Amazônica, nascido no meu Estado, o Amazonas, mas que serviu em todos os Estados. Ele serviu no Pará, fui Superintendente em Santarém, no Acre, em Tocantins, enfim. E, de fato, acho que é um projeto muito importante, sobretudo para a Amazônia e para o Nordeste.

Lido o relatório, pergunto se alguém quer usar da palavra. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – O relatório é pela rejeição.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pela rejeição.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Quem for votar a favor do relatório tem que votar contra...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É não terminativa, mas tem que levantar a mão.

Quem é contra o relatório e a favor do projeto levante a mão, por favor.

Maioria por votos.

Então, aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da Comissão, contrário...

Aprovado o relatório que passa – se os senhores tiverem um pouquinho de calma – a constituir parecer da Comissão, contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2009.

A matéria vai...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nós votamos a favor do projeto, contra o relatório.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É verdade.

Rejeitado o relatório, que dava parecer contrário ao projeto. Portanto, o relatório foi rejeitado.

Precisamos designar um relator *ad hoc*.

Pode ser o Senador Moka? O Senador Moka, na próxima reunião trará... Apenas para elaborar, para formalizar o parecer vencedor perante a Secretaria desta Comissão. Apenas isso o Senador Moka formalizará.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Está aprovado o projeto original.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Projeto aprovado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Rejeitado o relatório.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Devolvo a direção dos trabalhos ao Senador Waldemir Moka.

Obrigada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, se puder retornar ao item 1, que também é não terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Vou retornar à pauta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – O item 1 da pauta.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, de 2015
- Não terminativo -

Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de designer de interiores e ambientes e dá outras providências.

Autoria: Deputado Ricardo Izar
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2015, com a Emenda de Redação que apresenta.
Observações:
- *Votação simbólica.*

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, vou direto à análise.

No que tange ao mérito, somos favoráveis à regulamentação, já que não há nada tecnicamente e juridicamente que se posicione contra o projeto.

A par disso, examinando a profissão sob a perspectiva do meio ambiente do trabalho, verifica-se que os projetos elaborados pelo *designer* de interiores estão intimamente ligados à saúde e à segurança do trabalhador.

Não se pode olvidar, outrossim, que a profissão de *designer* de interiores de nível médio e superior consta da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), documento elaborado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Portanto, o objetivo da proposição, ao disciplinar o labor do *designer* de interiores, é permitir o exercício da atividade por prestadores que possuam especialidade na área, sem prejuízo da atuação de outros profissionais de setores similares, a exemplo dos arquitetos.

Sr. Presidente, vou sintetizar o relatório, não vou ler todo. Venho tratando deste tema há anos praticamente. Fiz uma última tentativa realizando uma audiência pública na CDH há uma semana. Nesta reunião, buscamos um acordo. E o acordo é que, no nosso projeto, no projeto que veio da Câmara e do qual sou relator, colocaríamos a seguinte a emenda, que atenderia a todos:"Dispõe sobre a garantia do exercício da profissão de *designer* de interiores e ambientes e dá outras providencias".

O acordo foi pela palavra "garantia" ao invés de colocar a palavra "regulamentação".

Então, estou propondo a aprovação do projeto com essa emenda, fruto do grande entendimento da última audiência pública de que participei.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Para discutir?

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Para discutir. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Senador Dalirio.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Ontem, tivemos uma apreciação do Veto nº 47, que tratava da profissão de *designer*. Acho que o Executivo apresentou um veto, justificando que essa atividade poderia ser exercida independente de uma regulamentação especial. Parece-me que vamos bater na trave novamente. Foi mantido o veto ontem. Então, simplesmente queria chamar atenção...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Há uma pequena diferença, Senador Dalirio, em relação a este projeto que está sendo discutido, embora seja da mesma família, vamos dizer assim, da legislação, ele tem uma diferença conceitual em relação à legislação. De qualquer maneira, entendo sua preocupação, mas acho que nosso papel é propor aquilo que aqui na Comissão, e temos de valorizar o esforço do Senador Paim de construção de uma alternativa que seja, mesmo que haja uma determinação do Poder Executivo de pensar de maneira diferente. Mas só porque o Governo pensa de maneira diferente e tem políticas diferentes, não podemos deixar de cumprir com nossa responsabilidade aqui, num debate que foi amplamente, eu mesma fui solicitada pela categoria no sentido de ajudar a formular este processo. Então, o Poder Executivo poderá emitir, digamos, um juízo.

Foi o mesmo questionamento que levantei também, que o Senador Dalirio Beber fez agora, sobre o veto de ontem, mas acho que são abordagens diferentes da mesma matéria.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Vou fazer o seguinte, Senador Paim, vou conceder a palavra aos outros Senadores e V. Exª fala por último, na condição de autor.

Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Obrigado, Presidente, acho bem democrática e legítima a atitude de V. Exª, para eu expressar que, inegavelmente, ontem apreciamos o veto da questão da profissão de *designer*. Eu tinha interesse inclusive de votar favorável à regulamentação da profissão, porque acho que isso só traria benefício a esses profissionais que desenvolvem uma atividade econômica importante, principalmente no mundo moderno, porque é uma profissão nova, é diferente da profissão de médico, como V. Exª é, e como Parlamentar brilhante que hoje atua no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Na verdade, já fui médico há muito tempo.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Quem já foi continua sendo e V. Exª continua com o mesmo brilho de quando praticava Medicina e que, agora, o brilho se estendeu para o Senado Federal.

Entretanto, uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. O projeto apresentado é muito bem relatado – não poderia ter um Relator mais bem qualificado do que o Senador Paulo Paim, autor de milhares de projetos e de milhares de discussões de audiências públicas nesta Casa, um Parlamentar extremamente atuante, responsável, competente e que deu um parecer favorável a essa questão.

Associo-me, então, ao Senador Paulo Paim, para que possamos dar continuidade a essa matéria e que, evidentemente, não podemos deixar de legislar aqui, de apresentar projeto, porque, supostamente, um projeto semelhante ou parecido já sofreu um veto pela Presidente da República, portanto, precisamos continuar avançando, construindo, somando, multiplicando, para que possamos efetivamente chegar a um bom termo, ao termo que uma regulamentação dessa maneira possa representar um avanço para a categoria e, consequentemente, para toda a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Com a palavra o Relator, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Presidente, de forma muito rápida.

Primeiro, na linha do que falou aqui o Senador Dário Berger, se toda vez que a Presidente da República vetar uma matéria não tratarmos mais do tema – por ser parecido, o *designer* que foi vetado e foi mantido o veto é *designer* de exterior, esse é, especificamente e bem diferente, só de interior, então, não há força nenhuma discutir uma estrutura de um prédio, de uma casa, é só de interior. Essa é a primeira questão.

Segunda questão, Sr. Presidente. Isso aqui foi uma conversa que tivemos que fazer durante quase dez anos para chegar nesse acordo, enfim, com aquelas categorias correlatas à mesma, tanto que não li todo o relatório, porque achei que era tranquilo mediante o acordo que fiz com os setores.

Após a audiência pública, realizada na Comissão de Direitos Humanos, para debater o tema "o exercício da profissão de *designer* de interior", ficou consignada a concordância com a apresentação de uma emenda de redação com vistas a alterar, na emenda da proposta, o termo "regulamentação" por "garantia", porque já existem, já estão atuando, já se formam, já há universidade no País todo, portanto, é apenas assegurar aquilo que há de fato já está acontecendo.

É isso, Sr. Presidente, e, como é simbólico, ainda vai a outra Comissão, peço o voto de todos os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Chamo a atenção para o fato de que esta Comissão não é terminativa e estamos discutindo o mérito, é incomum isso, mas acho que o Relator tem razão, se trata, diferentemente do que foi vetado, do *designer* interno, há um acordo inclusive com outras categorias que antigamente se opunham. Esse é o tipo de projeto que tem tudo para tramitar e não sofrer veto.

Peço vênia e entendo as colocações muito ponderadas do Senador Dalirio, dizendo que foi vetado ontem. Mas nós vamos continuar insistindo, porque trata-se de um projeto com uma formatação diferente.

Então, peço para que possamos deliberar. A votação é simbólica.

Encerrada a discussão.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam com o relatório do Senador Paulo Paim permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2015, com a Emenda nº 1 da Comissão de Assuntos Sociais, de redação.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da sua tramitação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só queria agradecer a todos os Senadores e Senadoras e às categorias que ajudaram a construir um entendimento.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Para o item 4 será nomeada Relatora, como diria um companheiro meu lá do interior, "ad hocmente", a Senadora Ana Amélia.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 217, de 2014
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que dispõe sobre o financiamento de bens de consumo duráveis a beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e dá outras providências, para incluir os materiais de construção entre os produtos adquiríveis pelo Cartão "Minha Casa Melhor".

Autoria: Senador Romero Jucá
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2014.
Observações:
- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em Decisão Terminativa.
- Votação simbólica.

Concedo a palavra à Senador Ana Amélia, como Relatora *ad hoc*.oc.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente Moka, caros colegas Senadores e Senadoras, primeiro é uma alegria ter sido nomeada e indicada por V. Exª Relatora *ad hoc* dessa matéria.

Veja só, o enunciado dela é absolutamente lógico e absolutamente justo. Lamentavelmente, estamos vivendo um momento de muitas dificuldades econômicas, e também estão afetados esses programas de financiamento.

De qualquer maneira, quero sintetizar, para apressar as deliberações e os resultados.

Vou direto à análise, simplificando, para a economia regimental.

No mérito, esse projeto de lei do Senador Romero Jucá e também relatado pelo Senador Benedito de Lira é oportuno.

Trata-se de um tipo de consumo, no caso, o dos bens de material de construção, mais similar ao investimento desejado no Programa Minha Casa, Minha Vida do que outros bens de consumo, como o financiamento de TV digital já previsto. Estamos falando dos materiais de construção.

Como justificou o nobre autor, a proposição é declaradamente inspirada na sugestão de uma beneficiária do Programa, a qual, na condição de cadeirante, pretendia adaptar a casa recebida às suas necessidades, mas não pôde usar o cartão Minha Casa Melhor com essa finalidade.

A proposição agora vai resolver esse problema de adaptação à mobilidade do morador, o que é extremamente justo e adequado.

Falando de novo do Senador Paulo Paim e do Estatuto da Pessoa com Deficiência, o projeto abriga também esses aspectos, não apenas sociais, mas também do ponto de vista da deficiência.

De fato, a mencionada linha de crédito foi instituída, caros colegas Senadores, para complementar o Minha Casa, Minha Vida, no sentido da qualificação da moradia adquirida.

Nada mais justo que essa possibilidade alcance, ao lado dos equipamentos domésticos, televisão, geladeira, enfim, já abrangidos, a aquisição de materiais de construção necessários à melhoria das condições de vida da família recém-instalada.

Tendo em vista toda essa argumentação, o voto, apresentado pelo Senador Benedito de Lira ao projeto do Senador Romero Jucá, é pela aprovação do projeto, que confirmo neste relatório, na relatoria *ad hoc*.

Este é o voto, Senador Waldemir Moka, pela aprovação do projeto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Para discutir, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, eu vou votar favoravelmente, acompanhando a Relatora ad hoc, Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Paim, para que possa utilizar esse programa, que, lamentavelmente, foi um programa eleitoreiro, Senadora Ana Amélia. Esse programa foi um programa eleitoreiro, lançado no ano passado, a fim de captar votos para a candidata Dilma. Tanto que ele hoje não existe mais. Endividou as famílias. Foi um programa para equipar os imóveis do Minha Casa, Minha Vida com utensílios, e o Senador Jucá estende também o financiamento para adaptação dos imóveis aos deficientes. Acho até que essa adaptação teria que ter sido feita durante a construção. Se o imóvel fosse para um deficiente, Senador Jucá, ele deveria já ser entregue adaptado às condições necessárias.

Então, utilizaram o programa – V. Exª não tinha chegado ainda –, que é um programa eleitoreiro e que não existe mais, já está fora de uso, refiro-me ao Minha Casa, Minha Vida. Mas, como a utilização do recurso é para atender a necessidade do deficiente, vou votar favorável, só fazendo essa ressalva.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Para discutir, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Na verdade, eu quero responder ao amigo Senador pelo Pará, como eu, destacando que tudo o que se transformou em política pública nos últimos 10, 12 anos o pessoal do PSDB, no desespero por conta da disputa política, diz que é eleitoreiro.

O Minha Casa, Minha Vida, na última semana, ele mesmo sabe – queria inclusive participar da inauguração –, lá na cidade importante de Redenção, inauguraram-se mais 800 casas. Na próxima sexta-feira ou sábado, lá em Itupiranga, vai inaugurar mais 800 casas. No Pará, está cheio do Minha Casa, Minha Vida. Na cidade de Castanhal, seis mil casas foram inauguradas. Você anda nas ruas e vê a questão da adaptação para os deficientes. É um programa de inclusão de cidadania. A política de dar oportunidade por meio do microcrédito, do crédito para comprar móveis, para dar mais ainda satisfação à família em casa, Flexa, não é um programa eleitoreiro. Dava-se por microcrédito e a compra era para alavancar a indústria desses móveis, da geladeira, da indústria branca para gerar emprego. Não tem nada de cunho eleitoreiro.

Por razões diversas das dele, vamos aprovar esse programa, a despeito desse discurso amarelado que se trata de programa eleitoreiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu não vou pedir o art. 14, em respeito à Senadora Vanessa, pois temos que votar o projeto terminativo do qual ela é Relatora, e também o item 8. Mas é tão eleitoreiro o programa que deixou de existir e endividou as famílias brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Vamos deixar esta discussão para mais tarde.

Vou conceder a palavra ao Senador autor do projeto, Romero Jucá.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eleitoreira não é a adaptação, é o Programa Minha Casa Melhor. Não é o projeto do Senador Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Eu queria dar uma justificativa até para dizer por que fiz esse projeto. Fui à inauguração de um conjunto Minha Casa, Minha Vida lá em Boa Vista e, lá na festa, uma das famílias que receberam a chave era a de uma cadeirante, Dona Ivone, que me disse: "Senador, eu queria lhe pedir uma coisa. O programa é muito bom. Essa questão do cartão é boa, porque vou poder comprar uma televisão, mas, para mim, é mais importante, em vez de comprar uma televisão, eu poder fazer uma rampa e murar a minha casa, porque eu preciso ser protegida."

E aquilo me sensibilizou, e realmente eu acho que as necessidades das pessoas diferem de situação para situação, e eu a prometi, naquele dia, apresentar um projeto.

Então, em nome de todas as pessoas que têm deficiência, que têm algum tipo de especificidade por conta da necessidade de adaptação, eu quero pedir o voto dessa matéria e dizer da importância que é o Programa Minha Casa, Minha Vida. Eu acho que essa é uma discussão além da questão eleitoral, política. Eu quero dizer que um dos primeiros cargos que eu tive na vida foi de Diretor de Programas Especiais, fazendo recuperação de favelas e, depois, dirigindo a Cohab de Pernambuco, e nós fizemos muitas casas lá no Governo Marco Maciel, e eu trabalhava com o BNH, então, a gente viu a evolução desse processo de lá pra cá.

Então, eu acho que a gente tem que aprimorar os programas, os programas vão ser ajustados, mas sem dúvida nenhuma, nessa questão específica eu solicito o apoio de todos e, em homenagem à Dona Ivone – que eu não sei se está me assistindo –, mas eu quero dizer que a minha palavra e a palavra do Senado estão cumpridas, olhando para aquelas pessoas que precisam mais.

Muito obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

Eu queria como Relatora *ad hoc*, com muita alegria, fiz todas as homenagens ao autor, inclusive ao relator, lembrando que isso cobre não apenas os aspectos sociais, mas também os aspectos contidos no Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, Senador, lembrando aqui o Senador Paim, que é o autor desse Estatuto, então, a cobertura é muito mais ampla do que se possa imaginar. E, claro, é muito melhor atender socialmente essa demanda porque, para ela, era mais importante a acessibilidade à casa dela com a cadeira de rodas do que evidentemente ter uma televisão ou um aparelho eletrônico. De fato, ele tem um valor social enorme. Parabéns pela iniciativa!

Meu voto, claro, é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Dário, V. Exª está pedindo da palavra?

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Com a palavra, ainda em discussão, o Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Sr. Presidente, inegavelmente, o Programa Minha Casa, Minha Vida é um bom programa, ele vem sendo aprimorado sistematicamente pelos governos que se sucederam. E eu quero demonstrar aqui o meu voto favorável a essa matéria e cumprimentar o Senador Romero Jucá, cumprimentar o Relator, Senador Benedito de Lira, e também a Senadora Ana Amélia, que dá uma contribuição importante hoje como Relatora *ad hoc* para esse projeto.

Esse projeto é um projeto de cunho social extremamente relevante e importante, porque, sobretudo, atinge as famílias que mais precisam. E a questão habitacional no Brasil é uma questão que vem sendo gradativamente atacada após anos e anos de atraso. Dizem até as estatísticas que, para cada déficit habitacional no Brasil, existe uma casa fechada. O que significa isso, Senador Moka, que preside os trabalhos hoje? Significa as desigualdades que ainda temos no Brasil. Representa, sobretudo, as desigualdades e as diferenças sociais.

Presta a atenção no que eu estou dizendo: para cada déficit habitacional, para cada pessoa que não tem casa, nós temos, no Brasil, uma casa fechada. Significa que tem gente que tem mais de uma casa, tem mais de duas, mais de três, mais de quatro, mais de cinco. Então, se nós conseguíssemos ocupar todas as casas que estão fechadas hoje, nós eliminaríamos por completo o déficit habitacional.

Isso é muito importante na medida em que não tem – eu acredito – nada mais importante, evidente que tenha a questão da segurança, a questão da saúde, a questão alimentar e tal, mas em termos de infraestrutura para uma família não tem nada mais importante do que o seu teto, você ter a sua casa, de ter o seu lugar para descanso, para criar sua família e, nesse sentido, o projeto aprimora as relações, dá uma importante contribuição e, evidentemente, que eu quero me solidarizar ao autor, Senador Romero Jucá e ao Senador Benedito de Lira, a quem eu prezo e tenho uma profunda admiração, que não está aqui, que quero fazer uma defesa também do seu relatório para que nós possamos votar esse projeto e aprová-lo por unanimidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, comigo é um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Programa Minha Casa, Minha Vida é um grande projeto e um grande projeto agora do Senador Romero Jucá, então, não tem o que discutir, é votar.

Um amigo meu sempre dizia: "Projeto bom é votado". É isso que nós temos que fazer.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Muito obrigado.

Então, encerrada a discussão.

Em votação, o projeto.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2014.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, se V. Exª me permite pedir inversão de pauta, eu já dialoguei aqui com os relatores das matérias e iniciar pelo item 9 e depois...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas todos os outros já foram lidos, Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Eu vou passar a Presidência ao Presidente que está aqui ao meu lado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu sou item 8, mas eu concordo com a solicitação da Senadora Vanessa. Darei preferência a ela pela matéria, que há consenso, extremamente relevante. Então, com o meu apoio Senadora Vanessa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu consulto, então, o Plenário se está de acordo com a inversão da pauta. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu agradeço o Senador Moka por ter presidido esta Comissão durante a minha estada em outras Comissões.

Item 9.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 276, de 2015
- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.903, de 14 de janeiro de 2009, para aumentar os prazos de implantação do Sistema Nacional de Controle de Medicamentos.

Autoria: Senador Humberto Costa
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2015; da Emenda nº 4-CMA; da Emenda nº 6–CMA com a Subemenda que apresenta e das 2 (duas) Emendas que apresenta. E pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, oferecidas no prazo regimental, e das Emendas nº 3-CMA e nº 5-CMA.
Observações:
- Durante o prazo regimental, o Senador Davi Alcolumbre ofereceu 2 (duas) Emendas ao Projeto.
- Em 07.07.2015, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle aprovou parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 3 a 6-CMA; e contrário às Emendas nºs 1 e 2, do prazo regimental.
- Votação será nominal.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin para proferir a leitura do seu relatório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, eu gostaria enormemente de ler com bastante pausa o relatório inteiro, mas em homenagem e até em agradecimento a meus companheiros, sobretudo, os que permitiram essa inversão de pauta, porque há projeto já com relatório lido, eu vou passar apenas, Sr. Presidente, à análise e ao voto imediatamente.

Mas antes, dizendo que este é um projeto que modifica uma lei aprovada pelo Congresso Nacional, em dezembro de 2009, uma lei foi de minha iniciativa, que passou vários anos tramitando no Senado e na Câmara e uma lei que estabelece o Sistema Nacional de Controle de Medicamentos, que é conhecida como a Lei do Rastreamento de Medicamentos. Entretanto, a lei que nós aprovamos determina que tem que vigorar após a sua aprovação, mas concede à Anvisa o dever de regulamentar. E o fato é que, por falta de um consenso, a gente até agora não viu a lei vigorar na prática.

Esse projeto de lei apresentado pelo Senador Edison Lobão e pelo Senador Humberto Costa é fruto de um diálogo que envolveu todos os segmentos do setor: produção, atacado, varejo, os profissionais, o Governo, a Anvisa, tudo. Não foi um diálogo fácil, foi uma decisão construída unanimemente por todos os setores. Então, eu aqui estou relatando um projeto que é consensual.

É bom que se registre, é um projeto muito importante, ele visa garantir o controle da utilização humana de todos os medicamentos fabricados no Brasil ou importados e é um projeto fundamental não só para a melhoria da qualidade, mas para combater a falsificação, combater vários problemas que o setor enfrenta.

Então, Sr. Presidente, eu quero dizer que, V. Exª aqui já destacou, o projeto recebeu emendas na Comissão de Meio Ambiente,

O meu voto é o seguinte: pelos motivos expostos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 276, das Emendas nºs 04 e 06, da CMA, e das emendas a seguir indicadas.

Votamos também pela rejeição das Emendas nºs 01, 02, 03 e 05, apresentadas na CMA.

SUBEMENDA Nº - CAS

(À EMENDA Nº 6 - CMA)

Substitua-se o termo "art. 5º" por "art. 4º" no *caput* do parágrafo único a que se reporta a Emenda nº 6 – CMA.

EMENDA Nº - CAS

Dê-se aos artigos 2º e 5º da Lei nº 11.903, de 14 de janeiro de 2009, nos termos do que dispõe o art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2015, a seguinte redação:

"Art. 1º .....

.....

"Art. 2º O órgão de vigilância sanitária federal competente determinará, em normativa própria, as categorias de medicamentos produzidos, distribuídos, comercializados, prescritos ou dispensados no Território nacional sujeitos ao Sistema Nacional de Controle de Medicamentos. "

Parágrafo único.....

'Art. 5º O órgão de vigilância sanitária federal competente regulamentará os aspectos operacionais do Sistema Nacional de Controle de Medicamentos no prazo de quatro meses, prorrogáveis mediante justificativa.

Parágrafo único. Depois de concluída a regulamentação de que trata o *caput*, as demais etapas de implantação do sistema obedecerão aos seguintes prazos:

I – até 1 (um) ano, para que a indústria e importadores, além de representantes da distribuição e do varejo escolhidos pelo órgão de vigilância sanitária pelo órgão de vigilância sanitária federal, possam, em caráter experimental, receber e transmitir dados referentes a, no mínimo, 3 (três) lotes de medicamentos que contenham as informações previstas nos incisos do §1º do art. 3º;

II – até 8 (oito) meses após o término da etapa estabelecida no inciso I deste parágrafo único, para que os resultados obtidos durante a fase experimental sejam objeto de análise, correção e emissão de um relatório de validação pelo órgão de vigilância sanitária federal e Comitê Gestor;

III – até 3 (três) anos após o término da etapa estabelecida no inciso II deste parágrafo único, para a completa implementação do sistema.' (NR)"

EMENDA Nº - CAS

Altera-se o *caput* e acrescentem-se os seguintes §§4º e 5º ao art. 4º-A, a ser inserido na Lei nº 11.903, de 14 de janeiro de 2009, nos termos do art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2015:

"Art. 2º .....

Art. 4º-A O Sistema Nacional de Controle de Medicamentos deverá prever a existência de banco de dados centralizado em instituição do Governo Federal para armazenamento e consulta de todas as movimentações dos medicamentos sob sua responsabilidade.

§1º Cada membro da cadeia de movimentação dos medicamentos é responsável por transmitir ao banco de dados a que se refere o *caput*, todos os registros a respeito da circulação dos medicamentos sob sua custódia.

.....

.....

§4º O membro da cadeia de movimentação dos medicamentos terá acesso, para consulta, apenas aos dados por ele inseridos no sistema e àqueles estritamente necessários à adição de novas informações sobre a movimentação dos medicamentos sob sua custódia.

§5º As informações e dados constantes do banco de dados previsto no caput devem ser tratados como informações confidenciais, não podendo ser divulgados ou comercializados.

Lembrando que, mesmo determinando prazos aparentemente mais longos, ainda o prazo determinado no Brasil é bem menor do que aquele adotado por vários países.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Lido o relatório, em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, gostaria apenas de registrar que considero extremamente importante esse programa. Trata-se de um programa de rastreabilidade de medicamentos, levando em conta as peculiaridades do Brasil, as condições operacionais das farmácias distribuídas por todo o País, que são diferentes.

A Senadora Vanessa Grazziotin, uma *expert* no assunto, com formação nesta área, traz um relatório extremamente consistente e realista.

Portanto, acompanho o voto da Senadora Vanessa Grazziotin, ressaltando que é importante a aprovação deste projeto, para termos efetividade da lei. Não adianta ter uma lei, com prazos irreais, que não vão ser cumpridos, porque isso dificulta e joga por terra a ideia fundamental do programa, que é a rastreabilidade e o acompanhamento da venda de medicamentos no Brasil.

Portanto, meu voto é "sim", Sr. Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para discutir ainda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Gostaria apenas de registrar que, em uma matéria tão complexa como esta, Senadora Vanessa, chegar a um consenso afirmativo e propositivo favorável é um exercício de engenharia política bastante importante, porque todas as cadeias, não só de quem faz o medicamento, mas de quem transporta o medicamento, de quem o consome, de quem o vende, enfim, há uma cadeia extraordinariamente grande de agentes que entram nesse processo.

Então, encontrar um consenso de todos os interesses acolhidos pela Relatora é um fato extremamente relevante.

Por isso, também sou favorável ao projeto, cumprimentando a iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin e o seu relatório, e também a autoria do Senador Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas que apresenta.

Votação nominal.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o projeto responderão "sim".

Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Sr. Presidente, voto com a Senadora Vanessa Grazziotin. Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Também voto "sim".

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Com a Relatora, que inclusive é farmacêutica, parabenizando-a e o autor também.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Voto com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A Senadora Vanessa Grazziotin é a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Aprovado o projeto, à unanimidade dos presentes.

Consulto às Srªs e aos Srs. Senadores se podemos repetir o resultado da votação para as duas emendas e a subemenda, para as Emendas nºs 04 e 06, que receberam parecer favorável da Relatora.

(Pausa.)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – A Bancada do PT vota "sim", Sr. Presidente.

(Intervenção fora do microfone.) (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Aprovadas.

Em votação as Emendas nºs 01 e 02, do prazo regimental, e de nºs 03 e 05, da CMA, que receberam parecer contrário da relatora.

Quem vota com a relatora, vota "não" às emendas.

Passo à votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – "Não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Sr. Presidente, voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A Senadora Vanessa Grazziotin é a Relatora.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 276, as Emendas nºs 04 e 06, CMA/CAS, as de nºs 07 e 08, da CAS, e a Subemenda nº 01. Rejeitadas as Emendas nºs 01 e 02, do prazo regimental, e as de nºs 03 e 05, da CMA.

Será anunciada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Sr. Presidente, o Senador Paulo Paim é Relator de um projeto de minha autoria, o item 10, e ele precisa sair para a presidir a CDH. Portanto, eu pediria a V. Exª a gentileza de fazer a inversão da pauta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tenho que presidir a Comissão de Direitos Humanos, Sr. Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Também gostaria de pedir a compreensão de V. Exª, Sr. Presidente.

Já foi lido o item 8. Vou relembrá-los. Trata-se de uma exigência de atualização... O projeto é de autoria do Senador Eduardo Amorim, médico, que trata de exames toxicológicos a motoristas profissionais. Ele completa, abriga dentro da CLT, do Código Brasileiro de Trânsito, dentro da CLT, do Código Brasileiro de Trânsito. É um projeto que prevê a segurança dos motoristas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É bom lembrar que esse projeto é terminativo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É terminativo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, faço a relatório do item de autoria do Senador Crivella em 30 segundos.

O projeto proíbe fumo em locais onde há crianças e deficientes.

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A Senadora Ana Amélia havia solicitado antes e, em seguida, ...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ele está pronto. Já li o meu também.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – O item 7 também já foi lido?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Já foi lido.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Já foi para a pauta por três ou quatro vezes.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Esse projeto, inclusive, já passou pela Comissão de Infraestrutura, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vamos ao item 8.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 407, de 2012
- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração e revoga a Lei nº 6.813, de 10 de julho de 1980, para tornar obrigatória a avaliação anual de saúde para os transportadores autônomos de cargas.

Autoria: Senador Eduardo Amorim
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2012, na forma do Substitutivo que apresenta.
Observações:
- Em 13.03.2013, a Comissão de Serviços de Infraestrutura aprovou Parecer favorável ao Projeto.
- Em 07.10.2015, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.
- Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do RISF, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.
- Votação nominal.

Em discussão. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.
Em votação o substitutivo, que tem preferência regimental, oferecido ao Projeto de Lei nº 407.
As Srªs e os Srs. Senadores que acompanham a Relatora votam "sim".
Como vota o Senador Paulo Rocha.
O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – "Sim".
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Paulo Paim.
O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – "Sim".
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Regina Sousa.
A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – "Sim".
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A Senadora Ana Amélia é a Relatora.
Senador Dário Berger.
O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – "Sim".
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Dalirio Beber.
O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – "Sim".
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Flexa Ribeiro.
O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – "Sim".
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Marcelo Crivella.
O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – "Sim".
Parabéns ao Senador Eduardo Amorim e à Senadora Ana Amélia.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Garibaldi Alves Filho.
O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – "Sim".
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Romero Jucá.
O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – "Sim".
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Vanessa Grazziotin.
A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – "Sim".
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Regina Sousa.
A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – "Sim".
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Elmano Férrer.
O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – "Sim", Sr. Presidente.
A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, vamos votar os dois projetos terminativos que faltam.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Aprovado a Emenda nº 01, da CAS, ao Projeto de Lei do Senado nº 407.
A matéria vai a turno suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado.

Poderão ser oferecidas emendas no turno suplementar, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

O item 7 é o Projeto de Lei do Senado nº 63.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Não, Sr. Presidente. Agora é o item 10.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É o item 10, Sr. Presidente. Nós havíamos acordado que seria o projeto de lei do Senador Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Sim, mas acontece que o item 7 já foi lido e discutido, então, apenas votá-lo. Em seguida, passaremos ao item 10.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos ao voto então.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em votação o projeto.

Quem vota com o Relator, vota "não" ao projeto.

O Relator é o Senador Dalirio Beber.

Como vota o Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Waldemir Moka saiu. (*Pausa.*)

Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – O meu parecer é "não".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – "Não".

Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 63. Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Vamos ao item 10.

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 694, de 2015
- Terminativo -

Altera o art. 2º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, e o art. 243 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para vedar o uso de produto fumígeno derivado do tabaco em veículos automotores, públicos ou privados, quando neles estejam gestantes ou crianças e adolescentes e tipificar tal conduta como crime.

Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senadora Marta Suplicy
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 694, de 2015.
Observações:
- *Votação nominal.*

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, o item 10 diz o seguinte: em lugares onde houver crianças, adolescentes e deficientes, não se pode fumar, até dentro de veículos ainda.

Esse é o relatório.

O autor é o Senador Marcelo Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A relatora deste projeto é a Senadora Marta Suplicy.

Como ela não está presente, peço ao Senador Paulo Paim para substituí-la.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, já me antecipei e já fiz o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

Procede-se à votação nominal.

Como vota o Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Voto "sim", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O Senador Paulo Paim é o Relator. Vota "sim".

Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – voto "sim", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – "Sim", Sr. Presidente, parabenizando o autor, Senador Marcelo Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – "Sim", Sr.Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 694. Será comunicada decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente reunião, agradecendo às Srªs e aos Srs. Senadores pelo comparecimento.

(Iniciada às 09 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 17 minuto

ATA DA 38ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 9 DE DEZEMBRO DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dezenove minutos, do dia nove de dezembro de dois mil e quinze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Edison Lobão reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Rocha, Paulo Paim, Waldemir Moka, Dário Berger, Otto Alencar, Ricardo Franco, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Marcelo Crivella, Garibaldi Alves Filho, Wilder Morais, Vicentinho Alves e das Senadoras Regina Sousa, Ana Amélia, Lúcia Vânia e Fátima Bezerra. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 84, de 2015 - Não Terminativo - Autoria: PAULO PAIM. Veda a publicação em jornais de anúncio de emprego sem a identificação da empresa contratante. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2015, e da Emenda que apresenta. Resultado: O Presidente da Comissão, Senador Edison Lobão, designa Relator "ad hoc" o Senador Dalírio Beber, em substituição ao Senador José Pimentel. Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2015, com a Emenda nº 1-CAS. Relatoria: Senador José Pimentel (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Dalirio Beber. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 151, de 2015 - Não Terminativo - Autoria: Deputado José Mentor. Dispõe sobre o exercício da profissão de podólogo e dá outras providências. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2015. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2015. Relatoria: Senador Paulo Rocha. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 665, de 2011 - Não Terminativo - Autoria: Senador Vital do Rêgo. Acrescenta e altera dispositivo da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 665, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta. Relatoria: Senadora Lúcia Vânia. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 665, de 2011, na forma da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 67, de 2013 - Não Terminativo - Autoria: Senador Vital do Rêgo. Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para dispor sobre a logística reversa de veículos automotores. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 67, de 2013. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator, Senador Elmano Férrer. Relatoria: Senador Elmano Férrer. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 480, de 2015 - Não Terminativo - Autoria: Senador Marcelo Crivella. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 (Lei dos Planos de Saúde), para considerar abusiva a cláusula contratual que estabeleça autorização prévia como condição para a realização de atendimento de saúde e para tipificar o crime de condicionar atendimento de saúde à exigência de autorização prévia da operadora do plano de saúde. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 480, de 2015, e das 2 (duas) Emendas que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. Relatoria: Senador Paulo Paim. ITEM 6 - TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 407, de 2012 - Terminativo - Autoria do Projeto: Senador Eduardo Amorim. Ementa do Projeto: Altera a Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração e revoga a Lei nº 6.813, de 10 de julho de 1980, para tornar obrigatória a avaliação anual de saúde para os transportadores autônomos de cargas. Relatoria do Projeto: Senadora Ana Amélia (Substituído por Ad Hoc). Resultado: O Presidente em Exercício, Senador Waldemir Moka, designa Relator "ad hoc" o Senador Paulo Paim, em substituição à Senadora Ana Amélia. Não foram oferecidas Emendas durante o Turno Suplementar. O Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2012, é dado como definitivamente adotado, sem votação, após discussão no Turno Suplementar, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal. Relatoria Ad hoc: Senador Paulo Paim. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, de 2011 - Terminativo - Autoria: Deputada Laura Carneiro. Dispõe sobre o exercício da atividade profissional de Guarda-Vidas. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2011, e da Emenda que apresenta. Resultado: Aprovados o Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2011 e a Emenda nº 1- CAS. Relatoria: Senador Otto Alencar. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 453, de 2013 - Terminativo - Autoria: Senadora Ana Amélia. Altera a Lei n° 12.546, de 14 de dezembro de 2011, para incluir as fundações entre as beneficiárias do regime temporário da substituição das contribuições previdenciárias patronais previstas nos incisos I e III do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, por outra incidente sobre a receita bruta. Relatório: Pela apro-

vação do Projeto de Lei do Senado nº 453, de 2013. Resultado: O Presidente da Comissão, Senador Edison Lobão, designa Relator "ad hoc" o Senador Dalírio Beber, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. Lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. Relatoria: Senador Walter Pinheiro (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Dalirio Beber. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 83, de 2015 - Terminativo – Autoria: Senadora Angela Portela. Altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, a fim de prever, no conceito de Segurança Alimentar e Nutricional, a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio das medidas que mitiguem o risco de escassez de água potável, bem como a formação de estoques reguladores e estratégicos de alimentos. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2015. Resultado: Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2015. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 368, de 2015 - Terminativo - Autoria: Senador Alvaro Dias. Modifica o art. 12 da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, para determinar que a concessão de repouso semanal remunerado em dias diferentes não implica em infração administrativa, quando o intervalo entre a sua concessão exceder de sete dias. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2015. Resultado: Retirado de Pauta para atender ao Requerimento nº 51, de 2015-CAS, aprovado EXTRAPAUTA, de iniciativa do Senador Paulo Paim, solicitando Audiência Pública para instruir o PLS nº 368, de 2015. A tramitação da matéria fica suspensa na Comissão, nos termos do artigo 118, parágrafo 4º do Regimento, aguardando a realização de Audiência Pública em data oportuna. Relatoria: Senador Wilder Morais. EXTRAPAUTA - ITEM 11 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 51, de 2015. Autoria: Senador Paulo Paim. Com fundamento no disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Assuntos Sociais, para instruir o "PLS 368/2015, modifica o art. 12 da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, para determinar que a concessão de repouso semanal remunerado em dias diferentes não implica em infração administrativa, quando o intervalo entre a sua concessão exceder de sete dias." Para tanto, os convidados serão indicados posteriormente à Secretaria da Comissão. Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senadores Paulo Rocha, Paulo Paim, Waldemir Moka, Dário Berger, Otto Alencar, Dalírio Beber, Marcelo Crivella, Garibaldi Alves Filho e as Senadoras Regina Sousa, Marta Suplicy, Ana Amélia, Lúcia Vânia, Fátima Bezerra e o Senador Edison Lobão, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. O Senador Waldemir Moka preside inicialmente a Reunião e, às dez horas e seis minutos, o Senador Edison Lobão assume a presidência. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e seis minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador EDISON LOBÃO
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Declaro aberta a 38ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais.

O termo "extraordinária" é esquisito. Na verdade, a reunião da Comissão de Assuntos sociais não deveria ser na quarta-feira, deveria ser na quinta-feira. É como se todas as nossas reuniões fossem extraordinárias.

Mas é uma reunião, então, normal da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Palmas.*)

Aprovadas.

A presente reunião destina-se à apreciação de cinco itens não terminativos e cinco terminativos, conforme pauta previamente divulgada.

Antes, um esclarecimento. O Presidente Edison Lobão me pediu que presidisse a reunião, o que faço com o maior prazer, por conta de não querer atrasar o seu início. Daqui a pouco, S. Exª estará presente.

O relator do primeiro item da nossa pauta, o item 1, ainda não se encontra presente. Eu solicitaria que o Senador Dalirio fosse o Relator *ad hoc* do item 1 da nossa pauta.

Ou melhor, com a presença do Senador Paulo Rocha, que é relator do segundo item, eu faria a inversão. Se ao cabo da votação do segundo item ainda não estiver presente o Senador Paulo Rocha, eu pedirei novamente ao Senador Dalirio que seja o Relator *ad hoc*.

Posso proceder dessa forma?

Então, começaremos pelo segundo item, com a presença do relator.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 151, de 2015
- Não terminativo -

Dispõe sobre o exercício da profissão de podólogo e dá outras providências.

Autoria: Deputado José Mentor
Relatoria: Senador Paulo Rocha
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2015.
Observações:
- Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Rocha para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, por acaso, eu e o Senador Paulo Paim estamos sentados do mesmo lado aqui. Nós passamos muito tempo na Comissão do Trabalho lá da Câmara, e um dos grandes temas lá abordados, de iniciativa de Parlamentares, individualmente, era sobre a regulamentação de profissões. Há um debate na sociedade sobre a necessidade de algumas profissões serem regulamentadas a fim de que os profissionais tenham acesso a direitos e sejam mais qualificados. Em contraposição a isso, há o debate sobre a reserva de mercado. E é esse o grande debate entre um e outro. Fizemos muitos debates nesse sentido.

Eu mesmo sou autor de um projeto, que depois se transformou em lei e que trouxe muitos avanços, sobre os agentes comunitários de saúde, que criou condições de se organizarem. Eu entendi que se trata de uma profissão complementar, que está na ponta do SUS, dentro da comunidade, o que acabou provocando isso.

Então, é esse o debate que gira em torno da regulamentação de profissão.

Eu confesso para vocês que, quando o Deputado Mentor apresentou o projeto na Câmara, eu fiquei em dúvida, porque a profissão de podólogo, no interior e em nossas cidades menores, envolve poucas pessoas.

Mas, como o Mentor vem lá de São Paulo, onde há grande concentração populacional, o podólogo acaba tendo um papel importante nesse processo. Não se trata apenas do cortador de unhas, a profissão envolve todo um tratamento, inclusive há ciência sobre os cuidados com as mãos e com os pés. Portanto, é um projeto que tenta regulamentar esse profissional, chamado podólogo, e dá outras providências.

As providências são aquelas de terem o direito de se organizar em sindicatos e etc. Outras profissões de maior qualificação se organizam em conselhos nacionais, como é o caso dos médicos e dos engenheiros. Então, cada um vai se organizando conforme a sua natureza.

O objetivo principal da regulamentação dessa profissão é que ela seja reconhecida e incluída no código de ocupação, organizado pelo Ministério do Trabalho. E as outras providências dizem respeito a assegurar direitos e deveres da profissão.

Assim como em todas as profissões que envolvem qualidade de vida, saúde, segurança do cidadão, eles, além da conquista de direitos, têm deveres rígidos também.

Então, o projeto trata desse conjunto de aspectos para a regulamentação da profissão de podólogo.

Nesse sentido, pela conversa com o autor, eu me quedei aos seus argumentos e às exposições feitas lá.

O meu relatório é pela aprovação do projeto de lei, Sr. Presidente.

É esse o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Em discussão o presente projeto.

Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu só queria elogiar o Senador Paulo Rocha. De fato, ele, como Presidente da Comissão do Trabalho na Câmara dos Deputados, tinha uma preocupação enorme com essa questão das regulamentações. Criou até um grupo especial, como fez com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, a fim de que pudéssemos aprimorar os debates e avançar em relação à regulamentação de profissões.

Neste caso específico, como a tantas outras profissões em que aqui demos parecer favorável, por uma questão de coerência, ele não poderia dar outro parecer a não ser pela regulamentação dessa profissão, projeto do nosso colega José Mentor, que tem também uma história bonita de luta nessa área.

V. Exª mesmo, quando presidia esta Comissão, demonstrou, como ele demonstrou lá, uma preocupação enorme. Tentamos construir um caminho, mas, no fim, estamos no mesmo passo.

Por isso, meu voto é pela aprovação do projeto, até que regulamentemos, de forma definitiva, a questão.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – É incomum, mas vou dar uma opinião.

O Senador Paulo Rocha enfocou bem a questão. Em grandes centros, por exemplo, há inúmeras pessoas especializadas nessa profissão, pois existem muitas pessoas com problemas de unha, sobretudo do pé, como unha encravada, etc., o que requer a ação de um profissional.

O problema é a reserva de mercado, pois, no momento em que se regulamenta a profissão, aquela pedicura que não tem essa especialização fica proibida de exercer a profissão. Eu creio que o Ministério do Trabalho e a Previdência acham que isso já está regulamentado. Enquanto isso não acontece, não há essa definição, nós continuamos aprovando, porque essas pessoas se organizaram, se mobilizaram para trazer o projeto até aqui.

Eu também, embora seja incomum, me somo à fala do Senador Paulo Rocha e à do Senador Paulo Paim.

Continua em discussão o presente projeto. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o relatório do Senador Paulo Rocha, pela aprovação do projeto de lei, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, o relatório passa a constituir parecer da Comissão, que é favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2015.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Eu havia nomeado *ad hoc* o Senador Dalirio para o item 1 da pauta.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 84, de 2015
- Não terminativo -

Veda a publicação em jornais de anúncio de emprego sem a identificação da empresa contratante.

Autoria: Paulo Paim
Relatoria: Senador José Pimentel
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2015, e da Emenda que apresenta.
Observações:
- *Votação simbólica.*

Concedo a palavra ao Senador *ad hoc*, Dalirio Beber, para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Sr. Presidente, na verdade, eu estou sendo pego de surpresa. O projeto é de autoria do Senador Paulo Paim, e o relator é o nosso colega Senador José Pimentel. Para que eu possa realmente me manifestar, eu gostaria de pedir vista e fazer a leitura, então, deste relatório na próxima reunião da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Vista concedida ao Relator *ad hoc*.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Senador José Pimentel me ligou agora. Ele está vindo para cá e faz questão de ler o relatório.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Melhor ainda. Ele é o relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – O Senador Dalirio está pediu vista porque foi nomeado Relator *ad hoc*.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Mas Presidente, não há a menor dificuldade. Aguardamos o Senador José Pimentel, para que faça a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Não foi lido o projeto e a vista só seria concedida depois da leitura do projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso. Ele viria, faria a leitura e, se o Senador assim entender...

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – O.k.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Na hora tomamos a decisão.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Entendido.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Regimentalmente é perfeito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Quanto ao item nº 5, quero aproveitar a presença do relator, que é o Senador Paulo Paim. Estou dando preferência a projetos de lei cujos relatores se encontram presentes.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 480, de 2015
- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 (Lei dos Planos de Saúde), para considerar abusiva a cláusula contratual que estabeleça autorização prévia como condição para a realização de atendimento de saúde e para tipificar o crime de condicionar atendimento de saúde à exigência de autorização prévia da operadora do plano de saúde.

Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 480, de 2015, e das 2 (duas) Emendas que apresenta.
Observações:
- A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.
- Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, este projeto é do Senador Marcelo Crivella, ele me pediu muito que eu apresentasse com rapidez o relatório, e assim o fiz.

Ainda esta semana, pediram para que eu ponderasse a possibilidade de um diálogo maior, para construirmos um entendimento. Eu disse que eu já havia assumido a responsabilidade e que o meu relatório estava pronto, mas agora, Sr. Presidente, aqui mesmo no plenário, estão presentes os Diretores da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) e também representantes do próprio Ministério da Saúde, demonstrando que eles não são contra o projeto, mas que queriam pelo menos uma semana para dialogar com este Relator, para ver se conseguimos ajustar de forma que não fique tão genérica a redação dada atualmente, tão ampla. Eu acho que é procedente o pedido deles.

Então, eu solicito a V. Exª que retire o projeto de pauta. Vamos conversar amanhã, na quinta-feira ou, no máximo, na sexta-feira, e o projeto voltaria para a pauta na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Na condição de autor, o Senador Paulo Paim pode pedir a retirada do projeto. Então, de ofício, a Presidência concede o pedido do Senador Paulo Paim, retirando o projeto da pauta.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Waldemir Moka, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Pois não, Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu concordo que isso seja mais estudado e conversado com os planos de saúde, até porque V. Exª é médico, eu também sou médico e sabemos que cada caso é um caso. Há o caso eletivo, há o caso de emergência, e não se pode generalizar dessa forma. Isso pode até causar dificuldades para aumentar o valor do pagamento do plano de saúde e criar grande dificuldade.

Eu tinha lido antes e achei que realmente está muito generalizado. Tem que se especificar e detalhar mais, para que não venham a acontecer problemas e venha até a ser negada a realização do contrato do plano de saúde.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com aval de dois médicos, a minha decisão, então, foi correta.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Eu concordo. O texto é genérico, e é importante que isso seja feito. E tenho certeza de que V. Exª vai encontrar o texto que vai dar essa garantia, mas tomando cuidado para que não seja generalizado.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu só queria acrescentar que eu não tenho nenhum interesse, absolutamente, pessoal ou material, até porque não exerço mais a Medicina, mas eu acho que...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas é um profissional da área.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ... toda letra de lei exarada por este Senado tem que ser uma letra de lei que corresponda à realidade dos planos de saúde com os pacientes.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – V. Exª tem credibilidade o suficiente, e jamais seria questionada a postura de V. Exª.

Só vou dar uma atualizada: com relação ao item 1, eu estou esperando o Senador José Pimentel; quanto ao item 2, já o aprovamos; sobre o item 3, a Senadora Lúcia Vânia está se dirigindo também para esta Comissão; quanto ao item 4, o Senador Elmano Férrer, que é o Relator desse item, acabou de pedir a retirada do projeto; em relação ao item 5, o Senador Paulo Paim também pediu para que fosse feita essa retirada para semana que vem.

Então, eu vou colocar em votação o item nº 6, cuja Relatora é a Senadora Ana Amélia, que não está presente.

Senador Paulo Paim, peço que V. Exª assuma, porque, na verdade, é turno suplementar. Então, é um projeto que já foi votado e só precisa ser ratificada a votação.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 407, de 2012
- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração e revoga a Lei nº 6.813, de 10 de julho de 1980, para tornar obrigatória a avaliação anual de saúde para os transportadores autônomos de cargas.

Autoria: Senador Eduardo Amorim
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório:
Observações:
- Em 02.12.2015, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou, em Turno Único, a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao Projeto.
- Ao Substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada apresentação de novo Substitutivo integral.

Agora, será Senador *ad hoc* o Senador Paulo Paim.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, se V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Eu quero conceder a palavra ao Relator *ad hoc,* Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, como eu tenho aqui um resumo de dois parágrafos para situar a todos – e meu voto será pela aprovação, naturalmente –, a matéria pretende alterar a legislação que dispõe sobre transporte rodoviário de carga para condicionar a manutenção de inscrições dos trabalhadores no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas...

Aí vem o que a Senadora Ana Amélia propôs, e nós somos totalmente favoráveis. A Senadora Ana Amélia apresenta parecer pela aprovação, com um substitutivo que acrescenta somente dois parágrafos ao art. 2º da Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015 – e não mais a Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007 –, prevendo o oferecimento de programas permanentes de saúde ocupacional com o propósito de submeter os motoristas profissionais a avaliações periódicas de saúde e remetendo para o regulamento a previsão das diretrizes, da periodicidade e do escopo dessa avaliação.

Só isso!

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas na discussão suplementar, o substitutivo – que é a Emenda nº 1 desta Comissão ao Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2012 – é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Eu volto ao item de nº 3 da nossa pauta. A Relatora é a Senadora Lúcia Vânia

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 665, de 2011
- Não terminativo -

Acrescenta e altera dispositivo da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais.

Autoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria: Senadora Lúcia Vânia
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 665, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta.
Observações:
- A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.
- Votação simbólica.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia para proferir a leitura do seu relatório.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem ao exame desta comissão o Projeto de Lei do Senado nº 665, de 2011, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que promove alterações na Lei de Organizações Sociais, a Lei nº 9.637, de 1998, para impor condições e critérios mais rigorosos para que uma organização da sociedade civil seja tida como organização social.

Para tanto, são procedidas alterações na redação do art. 2º da lei citada, de modo a exigir, como condição para que uma entidade seja qualificada como organização social, primeiro: possuir, no mínimo, cinco anos de serviços prestados em seu campo de atuação; regularidade jurídico-fiscal nos campos tributário, previdenciário e trabalhista, comprovada mediante certidões oficiais; produção acadêmica, científica e tecnológica que ateste a excelência da instituição.

Ademais, acrescente-se o novo artigo, o art. 2º-B, pelo qual toda qualificação de entidade privada como organização social será procedida de licitação específica para esse fim, na forma do regulamento.

Vou direto ao voto, uma vez que todos os Srs. Senadores já têm conhecimento do projeto.

Em face do exposto, opino pela conveniência e oportunidade do Projeto de Lei do Senado nº 665, de 2011, e voto por sua aprovação nos termos da emenda substitutiva que apresento.

Substitutivo:

Art. 1º A Lei nº 9.637, de 15 de março de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais, mediante licitação, pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei.....

Parágrafo único. Só poderão ser qualificadas como organizações sociais entidades privadas que:

I – possuam, no mínimo, cinco anos de serviços prestados em seu campo de atuação;

II – possuam regularidade jurídico-fiscal, nos campos tributário, previdenciário e trabalhista, comprovada mediante certidões oficiais;

III – possuam produção acadêmica, científica ou tecnológica que ateste a excelência da instituição pretendente à qualificação, quando se tratar de instituições de ensino, pesquisa científica e desenvolvimento." (NR)

"Art. 3º.....

.....

VI – o Conselho de Administração deve reunir-se ordinariamente a cada dois meses, e extraordinariamente, a

qualquer tempo.

....." (NR)

"Art. 8º .....

§1º A entidade qualificada apresentará ao órgão ou entidade do Poder Público supervisora signatária do contrato, semestralmente ou a qualquer momento, conforme recomende o interesse público, relatório pertinente à execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado da prestação de contas correspondente ao exercício financeiro.

§2º Os resultados atingidos com a execução do contrato de gestão devem ser analisados por comissão de avaliação, indicada pela autoridade supervisora da área correspondente, composta por especialistas de notória capacidade e adequada qualificação." (NR)

....." (NR).

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se o inciso XXIV do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Portanto, esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação o relatório da Senadora Lúcia Vânia.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, que é favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 665, de 2011, na forma da Emenda nº 1 da Comissão de Assuntos Sociais.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão que lá será terminativa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quero primeiro agradecer a V. Exª – eu estava a caminho desta comissão – por ter delegado ao Senador Paulo Paim a relatoria *ad hoc* do turno suplementar – já havíamos apreciado o item 6, que é terminativo. E quero agradecer as providências tomadas por ele e a aprovação.

Então, agradeço a todos os colegas Senadores e Senadoras e, especialmente, ao Senador Paulo Paim e a V. Exª.

Queria também saudar a iniciativa do Senador Paim, porque eu vinha para cá e fiquei preocupada com o item 5, de autoria do nosso Senador Marcelo Crivella e relatoria do Senador Paim, em relação à matéria já tirada de pauta; mas eu gostaria de lembrar qual era a minha dúvida a respeito disso.

O Brasil todo tomou conhecimento do problema grave da máfia das órteses e próteses, com um índice de judicialização, eu diria, inaceitável para um processo em relação a todo o setor de saúde, inclusive envolvendo o SUS e os planos saúde; e a minha preocupação era: você vai criminalizar o plano de saúde; mas, se um paciente é atendido por um médico que não está credenciado pelo plano, o cliente do plano teria direito à prótese? Ou seja, a questão é saber se o paciente teria ou não direito ao atendimento do médico pelo credenciamento. Vamos supor que o médico cobre por fora; aí, ele vai estabelecer uma prótese superfaturada; se ele não aceitar essa prótese superfaturada, será criminalizado, pelo que o projeto prevê.

Assim, considerei extremamente oportuna a iniciativa do Senador Paim, à luz desses problemas que tivemos em relação a isso, porque teria de haver, pelo menos, a previsão de uma análise de um grupo técnico independente para avaliar se aquela prótese ou aquele procedimento requerido teria, digamos, um valor adequado àquilo, para não se cometa uma injustiça.

Gostaria de saudar, Senador Paulo Paim, a iniciativa. Penso que talvez tenha sido o Governo que solicitou essa providência, porque estaríamos criando uma situação até em desfavor dos pacientes, que é a nossa preocupação maior.

Então, quero cumprimentar duplamente o Senador Paulo Paim e as providências de V. Exª, Senador Waldemir Moka.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Presidente, permita-me só...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Só um minutinho: V. Exª, como especialista na área, também ratificou o meu posicionamento e o do Senador Otto Alencar, que é ortopedista.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada.

A transmissão desta reunião não está sendo ao vivo; eu estava vindo de carro, costumo acompanhar a Rádio Senado, mas a que está sendo ao vivo é a Comissão de Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Mas nós respeitamos...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Temos de cobrar que a TV Senado também dê um espaço para a nossa CAS, Senador Moka. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para deixar claro, Sr. Presidente, que inclusive a ANS está presente e conversou comigo, mostrando para os assessores que o projeto estava muito genérico, embora a iniciativa do Senador Crivella seja elogiável. Esse projeto também vai na linha do que aconteceu com um Secretário Executivo do Ministério do Planejamento, que faleceu apesar de ter plano de saúde, porque simplesmente exigiram dos familiares um cheque de não sei quantos mil para que ele fosse atendido naquele momento, e ele acabou morrendo.

Então, a iniciativa do Senador é nobre, mas entendi a posição da Agência; vamos conversar amanhã, provavelmente, e talvez votemos o projeto já na próxima semana.

Mas quero dizer, primeiro, à Senadora Ana Amélia que só fiz aqui a questão protocolar em relação ao seu relatório brilhante, que elogiei, incluindo suas emendas. O mérito do relatório é todo de V. Exª. Faço questão de dizer isso, porque, às vezes, pegamos a relatoria *ad hoc* com o relatório já pronto, dizemos uma frase e acabamos sendo o Relator da matéria. A Relatora é V. Exª, de um belo projeto, que fiz questão de elogiar aqui.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

O autor é o nosso Senador Eduardo Amorim, um grande Parlamentar.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – O Relator do item 07 é o Senador Otto Alencar.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, de 2011
- Terminativo -

Dispõe sobre o exercício da atividade profissional de Guarda-Vidas.

Autoria: Deputada Laura Carneiro
Relatoria: Senador Otto Alencar
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2011, e da Emenda que apresenta.
Observações:
- *Votação nominal.*

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Concedo a palavra ao Senador Otto Alencar para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Agradeço, Sr. Presidente.

Vem a exame desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 66, de 2011 (PL nº 1.685, de 2003, na origem), da Deputada Laura Carneiro, que se destina a regulamentar a profissão de guarda-vidas.

O projeto tem por escopo a regulamentação da profissão de guarda-vidas. Para tanto, define as características e requisitos para o exercício da profissão (arts. 2º e 3º) e dispõe sobre o credenciamento para o exercício da profissão (art. 4º). As suas atribuições são previstas nos arts. 5º e 6º, ao passo que o art. 7º delimita a responsabilidade pela contratação do profissional e da contratação de seguro pelo empregador.

A matéria foi destinada para exame desta Comissão de Assuntos Sociais, em decisão de caráter terminativo, já tendo sido objeto de relatório do ex-Senador João Durval Carneiro, pela aprovação com emenda, o qual, contudo, não chegou a ser votado. Afora essa emenda, não houve nenhuma outra apresentada no âmbito do Senado Federal.

Análise.

Adequada a distribuição para a análise da CAS, a teor do art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal. Não se verifica, ademais, qualquer óbice de processamento desse projeto no tocante à competência do Congresso Nacional, dado que, nos termos dos arts. 22, I, 48 e 61 da Constituição, a regulamentação para o exercício de profissões e para o Direito do Trabalho, de maneira geral, são matérias de competência de apreciação do Congresso e cuja iniciativa é atribuída indistintamente a todos os Parlamentares.

No mérito, entendemos devida a aprovação da proposição. A regulamentação das profissões e de seu exercício profissional é matéria da mais elevada importância quando se trata, como é o caso, de labores cujas atividades sejam diretamente pertinentes à preservação da vida, que é o caso aqui, e da incolumidade física da população.

O trabalho do guarda-vidas tem – precisamente – esse escopo. Desnecessário recordar, neste momento, a natureza e a abrangência de suas funções. Além disso, o projeto busca destacar a dimensão preventiva da atuação do guarda-vidas (daí a adoção dessa designação, em vez da mais usual "salva-vidas").

Nesse sentido, é de interesse geral estabelecer parâmetros para o exercício escrupuloso da profissão, de forma a evitar que profissionais menos capacitados venham a comprometer a segurança da população em seus momentos de lazer.

Apesar de sua evidente necessidade, temos a sugerir alguns aperfeiçoamentos ao projeto.

Inicialmente, destacamos o art. 1º, que se limita a dispor que "fica reconhecida a atividade de guarda-vidas como profissão". Ora, o reconhecimento de profissão prescinde de comando legal. O surgimento de novas profissões decorre da realidade da vida laboral, na qual sempre surgem novos ofícios, destinados a preencher as necessidades decorrentes do progresso técnico e da dinâmica social.

Sendo livre o exercício de qualquer ofício ou profissão, temos que qualquer profissão, ao surgir – sendo lícito seu objeto –, já é legítima, prescindindo do reconhecimento do Estado. Sua inclusão na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) não possui, de forma alguma, efeitos constitutivos, tratando-se unicamente de um catálogo estatal para fins estatísticos. Por esse motivo, desnecessário o comando do art. 1º: a profissão de guarda-vidas já existe e já é reconhecida; trata-se agora de regular seu exercício.

Além disso, o art. 4º estabelece obrigação de que o guarda-vidas seja credenciado por órgão competente de fiscalização profissional, órgão que, não obstante, não existe nem poderia ser estabelecido por projeto

de lei apresentado por Parlamentar, por caracterizar possível invasão à esfera de iniciativa do Poder Executivo. Outrossim, entendemos excessiva a obrigação de revalidação bienal de credenciamento, com a burocracia e os custos pertinentes.

Destarte, sugerimos a supressão desses dois artigos, com a aprovação do restante do projeto.

Voto.

O voto, Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, é pela aprovação do PLC nº 66, de 2011, com a seguinte emenda:

Emenda nº -CAS

Suprimam-se os arts. 1º e 4º do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2011, renumerando-se os demais.

Esse é o voto, Sr. Presidente, para análise das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Para discutir, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, estamos com um problema. Vou explicar por quê. Nada contra o relatório do nobre Senador Otto Alencar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu também.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A Senadora Ana Amélia até está acompanhando esse outro projeto, que nós já aprovamos aqui, porque ela inclusive apresentou uma emenda, que é exatamente sobre a mesma questão.

Então, estamos com um problema. O projeto é do Deputado Nelson Pellegrino – eu sou o Relator – e trata do mesmo assunto, só mudando o nome de "guarda-vidas" para "salva-vidas". A Senadora Ana Amélia apresentou uma emenda que estamos discutindo com os setores, no sentindo de construir um acordo.

Para mim, a relatoria não é o problema, mas penso que o melhor aqui, para não ficar uma dupla posição de uma mesma questão...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E contraditória.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... seria fundir os dois projetos. Inclusive, posso passar a relatoria para V. Exª, se for o caso. Essa não é a questão para mim; a questão para mim é: como é que nós vamos aprovar dois projetos que tratam, no fundo, da regulamentação da mesma profissão? Esse é o impasse criado.

Penso que o correto seria apensar um ao outro, até porque o Deputado Nelson Pellegrino é da Bahia, Senador Otto, e, se V. Exª concordar, entraríamos com um pedido para que os projetos fossem apensados, um ao outro, pois os dois tratam da mesma questão, e ele poderia fazer o substitutivo global.

Só quero ajudar no encaminhamento. Eu quero regulamentar essa profissão. Acho que a Senadora Ana Amélia tem o mesmo ponto de vista.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Com a palavra, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço, Sr. Presidente.

Acho que a sugestão do Senador Paim faz todo o sentido. Senão, nós estaríamos aprovando aqui duas leis sobre o mesmo tema, de forma contraditória.

No projeto do Deputado Nelson Pellegrino, que é da Bahia...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – Eu vou pedir silêncio, para que a gente possa ouvir a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – No projeto, se não me falha a memória, está "salva-vidas", e aqui está "guarda-vidas". Então, começa por aí. Qual é o que vai prevalecer?

Acho que essa providência do Senador... São dois Relatores, dois Deputados, e o atual Secretário de Estado Nelson Pellegrino me ligou – Secretário de Turismo, se não me engano, na Bahia –, falando sobre a relevância do projeto, para votarmos. O Senador Paulo Paim está com essa matéria na Comissão de Direitos Humanos, inclusive fazendo um amplo debate com toda a categoria do País.

Dessa forma, eu penso que é excelente, oportuna e prática a sugestão do Senador Paim de que o Senador Otto Alencar seja Relator, até em homenagem à Bahia, porque esse projeto originalmente vem de um autor da Bahia; e que se faça o casamento das duas matérias de maneira a não haver dúvidas, porque, se sair desta Casa um projeto dizendo guarda-vidas e o outro, salva-vidas, já começaríamos por aí a criar uma confusão, não atendendo ao objetivo principal, que é uma clareza na regulamentação dessa atividade.

Esse é o meu ponto de vista.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pela ordem, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Eu vou conceder a palavra ao Relator, o Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Olha, eu começo achando que o termo guarda-vidas é muito mais abrangente do que salva-vidas, até porque guarda-vidas é aquele que, conhecendo a situação do seu ofício, faz a prevenção do acidente ou das dificuldades que com qualquer outra pessoa venha a ocorrer.

Por exemplo, no caso, foi abordada no meu Estado a questão das praias de Pernambuco. No banho de mar perigoso de Pernambuco, que já levou tubarão a ceifar vidas, hoje se estabelecem critérios, ensinamentos e até a educação de como você pode tomar banho de mar, mas de forma a guardar a vida, porque, depois de entrar no mar e perder a vida, salvar a vida é muito difícil.

Então, eu acho que a nominação deve ser realmente guarda-vidas e que se estabeleçam critérios, inclusive, para que a educação ocorra em todos os sentidos para a preservação da vida. Mas eu não tenho... A maioria das pessoas e dos interessados pedem que se aprove com essa nominação de guarda-vidas. Já passou por aqui pela CAS, e está na Comissão de Direitos Humanos com o Senador Paulo Paim. Podemos aprovar aqui como guarda-vidas, e lá o Senador Paulo Paim, que é o Relator, muda apenas a...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – É só apensar lá. Eu peço o apensamento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu concordo.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Aprova e muda apenas... Na minha opinião, é abrangente guarda-vidas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Essa é uma questão...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Senadora Ana Amélia, tudo bem?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu acho que está correto o encaminhamento. Desse jeito, limpa o nosso passivo de matérias a serem aprovadas na CAS, e o encaminhamento é correto, porque ela é terminativa na CDH.

Então, penso que seja assim, apesar dessa questão da etimologia, Senador Otto; eu penso que também o salva-vidas tem essa missão de colocar a bandeira vermelha e dizer: "Olhe, aqui não entre. Não pode, não dá!"

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exatamente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O salva-vidas também tem essa missão de fazer esse alerta aos banhistas em todas as praias, não só em Pernambuco, mas também quando há muita arrebentação, está muito forte o mar, os ventos. Ele também alerta: "Não vá além, fique lá!" Mas isso é coisa para o Senador Paulo Paim, que, com a habilidade costumeira, há de encontrar a solução lá na CDH.

Concordo com a proposta do Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Com a palavra, o Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Eu tenho a impressão de que os dois têm o mesmo conteúdo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Eu penso que a sugestão do Relator é: temos quórum, vamos aprovar a matéria, que não é terminativa aqui, é terminativa na outra Comissão, e o Relator na outra Comissão, por coincidência o Senador Paim...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – É terminativa aqui.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Ela é terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Aliás, ela é terminativa aqui...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – É terminativa, e eu posso pedir o apensamento.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Lá no plenário, V. Exª vai fazer a correção. Está bom.

Então, a votação é nominal. Se o Presidente me permitir, eu termino a votação.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Voto "sim". Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Senador Presidente Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – O voto do Senador Otto Alencar, o Relator, é conhecido: voto "sim".

Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Sr. Presidente, eu voto com o Relator, apenas consignando um fato que é bom ficar para nossa ponderação. Com exceção de crianças, 90% dos casos de afogamento, nas praias brasileiras, decorrem de pessoas que bebem demais. A venda de álcool, na beira da praia, no calor, potencializa isso, e essas pessoas acabam se afogando.

Presto aqui também uma reverente homenagem aos guarda-vidas, aos salva-vidas, porque são verdadeiros anjos sem asa. No momento em que o sujeito se debate nas ondas, eles aparecem para salvar as pessoas.

Agora, essa é uma discussão que um dia nós teremos que ter aqui. Hoje se vende álcool nos engarrafamentos de trânsito, nos estádios, nas praias. O consumo cresce a cada dia, com graves consequências.

Eu voto com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Portanto, voto "sim".

Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – O projeto foi aprovado, por unanimidade.

Consulto aos Srs. Senadores se podemos repetir o resultado da votação anterior para a emenda do Relator. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2011, e a Emenda nº 1, da CAS.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Passo a Presidência ao Presidente Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Agradeço ao Senador Moka pela gentileza de ter presidido esta reunião, sempre com arte, até este instante.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 453, de 2013
- Terminativo -

Altera a Lei n° 12.546, de 14 de dezembro de 2011, para incluir as fundações entre as beneficiárias do regime temporário da substituição das contribuições previdenciárias patronais previstas nos incisos I e III do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, por outra incidente sobre a receita bruta.

Autoria: Senadora Ana Amélia
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 453, de 2013.
Observações:
- Em 04.11.2014, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou Parecer favorável ao Projeto.
- Votação nominal.

Como o Senador Walter Pinheiro não se encontra presente, eu peço ao Senador Dário Berger que o substitua. Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – É sempre essa confusão entre o Dário Berger e eu. Para mim, é uma honra que falem de Berger, porque o patrimônio dele é bem maior do que o meu.

Dário, para mim, é uma honra. Se confundirem o patrimônio, vou ter uma vantagem muito grande.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. *Fora do microfone*.) – Só se for eleitoral.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Também, com certeza.

É uma honra muito grande fazer a leitura do parecer proferido pelo nosso Senador Walter Pinheiro a um projeto de autoria da Senadora Ana Amélia Lemos, essa Senadora brilhante do Estado do Rio Grande do Sul, que engrandece o Sul do Brasil.

Vamos direto à Análise nesta leitura do relatório.

Nos termos do art. 90, I, combinado com o disposto no art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal, é atribuição da Comissão de Assuntos Sociais discutir e votar, terminativamente, projetos de lei que versem sobre a matéria em exame.

Sob o aspecto formal, não há óbice à tramitação da proposta. A disciplina da matéria é de competência legislativa da União (art. 22, I, da Constituição Federal) e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da Constituição Federal).

Quanto ao aspecto constitucional, cabe à União legislar sobre direito e sistema tributários e contribuições sociais, haja vista o disposto nos arts. 24, I, e 48, I, e 195, I, todos da Constituição Federal. A iniciativa parlamentar encontra-se amparada pelo art. 61 da mesma Carta.

O projeto está em plena conformidade com os ditames da técnica legislativa, segundo a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Como bem lembrou o autor em sua justificação, a proposta é meritória por incluir as fundações no regime favorecido da Lei nº 12.546, de 2011.

De fato, não há razão plausível para a exclusão, pois as fundações também estão submetidas ao pagamento dos encargos trabalhistas e, justamente em razão das finalidades a que se destinam – religiosas, morais, culturais ou de assistência –, necessitam, ainda mais que outras entidades, de todo incentivo possível para alcançar seus objetivos. Além disso, ao contrário das empresas, que, obviamente, visam ao lucro, as fundações não têm a quem repassar seus encargos.

Cabe lembrar, também, que as fundações podem se deparar com situações em que figuram como competidoras das empresas. Tome-se como exemplo o caso das radiodifusoras pertencentes a fundações, que têm, entre as fontes de renda, a publicidade. Elas certamente contarão com maiores dificuldades para firmar novos contratos, tendo em vista a perda de competitividade em relação às demais radiodifusoras que possuem finalidade econômica e estão incluídas no regime da desoneração da folha de pagamentos regulado pela Lei nº 12.546, de 2011.

Outro mérito do projeto é a formalização das relações de trabalho e o fomento das atividades dos setores beneficiados, especialmente no sentido de lhes proporcionar maior geração de emprego e renda.

Voto.

Pelas razões expostas, o voto é pela aprovação do PLS nº 453, de 2013.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Sr. Presidente, em boa hora, este projeto vem à discussão.

Digo isso pelo seguinte. As fundações são obrigatoriamente fiscalizadas pelo Ministério Público, de tal maneira que não paira nenhuma dúvida quanto à idoneidade de sua gestão e ao cumprimento das metas e objetivos para os quais foram criadas.

Sendo esta lei aprovada – não sei se a Presidenta Dilma iria sancioná-la, porque a Fazenda, com o furor de arrecadação que a caracteriza desde sempre, recomenda o voto contra –, nós, com certeza, poderemos fazer com que cresçam diversas fundações que trabalham com o meio ambiente, com a educação religiosa, com a educação formal, secular, outras que trabalham com as comunicações, como citou, em sua justificativa, a Senadora Ana Amélia.

Nos Estados Unidos, elas têm grande participação na vida das pessoas; aqui, não. Aqui elas são pequenas. Com exceção da Fundação Roberto Marinho – e esta tem fontes de financiamento inclusive externas e faz campanhas anuais, usando uma mídia de altíssima penetração –, eu não conheço outra fundação que possa prestar grandes e relevantes serviços ao nosso País. Eu acredito que isto aqui é um passo nessa direção, se elas puderem contar com as mesmas benesses que outros setores da economia já contam agora.

A renúncia não é grande, não são tantas assim as fundações, mas, com certeza, poderia dar uma grande ajuda àqueles que, no nosso País, dedicam-se às atividades beneméritas, aquelas pessoas, aquelas almas que são caridosas.

Uma vez, lutei muito, Ana Amélia, e acabei no programa do Jô Soares, em defesa de que a Lei Rouanet devesse também abrigar doações para igrejas históricas. Nem falo da minha igreja, porque ela é recente, mas igrejas históricas dos séculos XVI, XVII, XVIII. Ninguém concebe que as esculturas de Aleijadinho, em Congonhas do Campo, fiquem daquele jeito, caindo aos pedaços, que várias igrejas fiquem com o teto caindo, aí

pelo interior. São mais de 50 mil igrejas católicas. Eu não sou católico, mas de maneira alguma gostaria de ver qualquer uma delas ruindo.

Pois bem, os artistas, de maneira corporativa, fizeram uma campanha tão grande contra esse projeto que eu fui parar no Jô Soares, debaixo de muita humilhação e desprezo, ridicularizado, menosprezado. Isso é coisa da carreira política, não adianta, a gente não consegue ultrapassar essas coisas. Mas o fato é que o doador, na Lei Rouanet, que quer fazer doação para restaurar templos históricos não é o doador que quer patrocinar *show* do Roberto Carlos ou peça de teatro do Jô Soares. São públicos diferentes.

Agora, se a Lei Rouanet prevê apoio à cultura do nosso País, as entidades religiosas também são cultura, matriz da nossa formação, dos nossos antepassados, e eu não sei por que não podem se beneficiar da Lei Rouanet. Infelizmente, este meu Congresso Nacional recuou, agachou-se, transigiu e traiu um interesse daqueles.

Portanto, acho que hoje, de certa forma, a gente se redime, votando favoravelmente à Senadora Ana Amélia, que, com sua alma feminina, dotada das ternuras, da bondade, apresenta este projeto, a que eu sou plenamente favorável, embora aqui o Governo já tenha colocado para votarmos contra. Mas eu vou votar a favor.

Parabéns, Senadora!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Muito bem, Senador Crivella.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Sem questionar o mérito, eu gostaria de pedir vista, porque implica renúncia, de certa forma. Quero estudar um pouquinho mais e, na próxima semana, trarei de volta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, tenho um carinho muito grande pela autora e pelo Relator, meu parceiro de tantas jornadas, Walter Pinheiro; mas eu tenho preocupações, Sr. Presidente, porque aqui nós estamos falando de receita da Previdência. Previdência lembra-me aposentado e pensionista.

Quando o Ministro Levy assumiu, assisti, pela TV, à primeira entrevista coletiva que ele deu. Ele chamou um ato de total irresponsabilidade do Ministro anterior ter concordado em desonerar a folha de pagamento das empresas em 20%, passar para 1% ou 2% ou até zero por cento, o que aumentou o chamado déficit da Previdência – que eu não digo que tenha déficit, mas assim ele disse –, e por isso ele mandou para cá uma medida provisória, querendo passar, de novo, para 20% do total sobre a folha.

O Ministro Garibaldi, como ninguém, conhece isso. Essa questão vai nessa linha. Eu entendo a intenção, quanto ao mérito, de atender essas fundações, enfim, mas acho que merece, no mínimo, Sr. Presidente, de nós todos aqui – quem sabe? –, uma audiência pública, para discutirmos um pouco mais. É um projeto interessante, mas que trata de renúncias para a Previdência.

Ontem mesmo, tivemos uma reunião, cerca de 40 Senadores, com o ex-Ministro Maílson da Nóbrega, e ele dizia que uma das coisas que nós temos que enfrentar é o problema da Previdência. Disse, com todas as letras, que não há como não enfrentar essa questão.

Se nós entendemos que este debate nós temos que fazer, eu me sinto meio, digamos, sem condições de, no momento, dar o meu voto favorável a este projeto, que entendo procedente no mérito. Se, ao mesmo tempo, falamos que a Previdência vai quebrar... Alguns assim pensam e dizem, todos os dias, que ela está falida e vai quebrar, e vai quebrar, e vai quebrar e que nós temos que achar outros caminhos – aumentar a idade e diminuir o salário. Ontem foi dito lá – vejam bem o que foi dito –, e eu naturalmente contestei, que até o salário mínimo do aposentado não poderia ser vinculado ao salário mínimo de quem está na ativa. Significa que o salário mínimo da ativa é um, e o do aposentado é um menos um, ou 50% a menos, ou 70% do valor de quem está na ativa.

Se tudo isso é verdadeiro, nós temos que, no mínimo, olhar com carinho a iniciativa da nobre Senadora e do Relator, para ver o que podemos construir, mas apontando outras fontes de recurso para a Previdência. É sobre isso que eu gostaria de refletir. Não sou contra a ideia, contra a tese, mas merece de nós todos, neste momento, no mínimo chamar aqui o Ministro da Previdência, fazer uma audiência pública, para dialogarmos mais sobre o tema.

Se eu chego ao plenário e digo que quero que o aposentado receba inflação mais PIB e alguém me diz "Paim, aponte a receita", eu começo a apontar receitas. Se eu tenho que apontar receitas e quero que o aposentado tenha um salário melhor, eu tenho que me preocupar também com o caixa da Previdência. Então, toda vez que vem um projeto que, de uma forma ou de outra, diminui a receita do caixa da Previdência, eu tenho que fazer uma reflexão.

Por isso, de forma muito respeitosa à autora e ao Relator – no mérito, a intenção é das melhores –, eu acho que deveríamos refletir um pouquinho mais antes da aprovação da matéria, como já fizemos aqui em

outros projetos, inclusive de minha autoria – salva-vidas e o nº 1 também. Provavelmente, o Senador vai pedir vista em virtude de eu pedir que a empresa divulgue o endereço certinho antes de botar o anúncio para quem vai contratar.

Eu me somo, neste momento, ao pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A argumentação do Senador Paim é conhecida. Ele tem uma preocupação absolutamente compreensível, que é o financiamento da Previdência Social, que está numa crise aguda. O próprio Senador Paim sempre falou que a Previdência não tem déficit, tem superávit, e eu me valho disso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Continuo dizendo isso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu vou pela palavra do próprio Senador Paim. Eu acredito nele porque ele conhece isso. Toda a sua carreira política está sustentada por isso. A Previdência tem superávit. Ponto.

Segundo, nós estaremos aqui, neste projeto, apenas eliminando um setor que tem um grande alcance social.

Agradeço a posição do Senador Crivella. O senhor usou a palavra "benesse". Não é uma benesse, é um direito, porque, se foi concedido a outros setores, então é um direito, não um privilégio. Se fosse só ele, só as fundações recebendo essa isenção, seria um privilégio ou uma benesse; no caso, como o Governo já concedeu para vários setores – cooperativas, associações –, então se trata de igualar um direito, para não criar uma situação de injustiça tributária.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Inclusive, contribuintes de comunicação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Injustiça tributária. Exatamente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – V. Exª cita os meios de comunicação, porque há os meios de comunicação de fundação...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – São várias.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – ... que não conseguem competir com os meios de comunicação privados, que hoje estão pagando 2% sobre a folha de pagamento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Evidente.

Eu queria também agradecer a lembrança de igrejas, da Lei Rouanet, ou dessa mesma matéria, de fundações. Na cidade histórica de Rio Pardo, as igrejas históricas estão caindo, ruindo, como as de Minas Gerais, por conta de praga de cupins. Na Bahia do Senador Otto também.

Achei muito boa a sua argumentação, Senador Crivella.

A esse aspecto particular, Senador Paim, eu tenho me atido. Fui ao Tribunal de Contas da União para ver a questão da Previdência. Hoje, estou apresentando um projeto de transparência. A Lei de Transparência obriga os órgãos a dar transparência. Só que a lei existe, mas, se eu quiser saber quanto a Previdência Social está pagando para aposentados e pensionistas, eu tenho que ir a determinado *site* da Previdência, e lá, num lugar complicado para achar, você tem que usar um monte de códigos para encontrar a relação.

Então, o que eu estou dizendo é que benefícios pagos pela Previdência Social devem estar numa lista à disposição, com simplicidade e clareza.

Fraude, Senador Paim, continua acontecendo na Previdência Social, em grande monta. Estão pagando ainda benefícios e aposentadoria para pessoas que já morreram. Eu sei que são milhões e milhões de pessoas. É preciso uma peneira, um filtro em tudo isso, porque o aposentado acaba sendo penalizado, visto que o seu reajuste é abaixo do valor do salário mínimo, decorrente exatamente disso.

Ontem, o ex-Ministro Maílson disse – não sei se V. Exª já havia chegado – que, no caso da Previdência, a situação do Brasil é a única no mundo em que o aposentado sai com 80%.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu me socorri dele. Eu estava lá. Ele disse que a Previdência está falida. Eu acompanhei o debate no Tribunal de Contas também, e todos que falaram lá, todos, disseram que ela está falida. Se isso é verdadeiro, embora eu não concorde – e eu digo que é superavitária... Agora, se eu concordar com que comecem a retirar – e fui contra – 20% sobre a folha e que ninguém mais pague, ou começar a dizer que esse ou aquele outro setor, ampliando cada vez mais, também não pague, daí, amanhã ou depois eu vou ter que dar razão àqueles que dizem que ela está deficitária, porque ela vai quebrar mesmo.

É uma simbologia. Aqui, para mim, o gasto é até pequeno. Eu tenho os dados aqui: fica em torno de R$25 milhões, R$30 milhões/ano. Para a Previdência, isso não é nada. Mas, se nós não nos cuidarmos no princípio e começarmos a desonerar folha de todo mundo, aí quebra mesmo. Daí, aqueles que tinham uma posição se contrapondo a mim vão dizer: "Viu, Paim? Eu não disse que estava falida?" E eu direi: "Estava falida, não; vocês

fizeram-na falir. A partir do momento em que começaram a dizer 'esse setor não paga, esse setor não paga, esse setor não paga, aquele setor não paga', daí, sim, vocês a quebraram".

No tempo em que eu dizia – e continuam dando – que o superávit era de 50 bi... Mas eu tenho que ouvir, todo dia, que ela está falida.

Eu ouvi no Tribunal de Contas, assisti a toda a gravação. Não houve um lá que não dissesse que se deve fazer uma reforma da Previdência, que se deve aumentar a idade, que, se diminuir o valor... Eu penso diferente. Agora, se eu penso diferente e, ao mesmo tempo, eu chego aqui e aprovo toda vez que alguém propõe que se diminua a receita da Previdência, para mim, é uma posição contraditória de minha parte. Eu sou obrigado, embora o valor seja pequeno, a pelo menos pedir vista, a querer que façamos uma audiência pública e um debate equilibradíssimo sobre essa questão da Previdência, porque senão eu seria incoerente em tudo aquilo que eu tenho dito.

Eu continuo dizendo: a Previdência, apesar de tudo, das anistias que dão para os grandes empresários, principalmente... Mandam pagar em 20 anos, depois o cara não paga. Depois dão mais 20 para as prefeituras, e essas também não pagam. Isso tudo traz consequências sobre o salário do trabalhador e sobre o dinheiro do aposentado e do pensionista, que só ficam chorando e lamentando.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, eu quero só que esse debate seja mais amplo. Aqui, no momento, é só um pedido de vista. Eu gostaria até de ouvir uma palavra da Presidência e do Lourival, que está aqui, que poderia também nos ajudar nessa questão. E nós poderíamos chegar a um ponto de vista e – quem sabe? – submetê-lo a uma audiência pública.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Ana Amélia, quero dizer a V. Exª que não sou contra o projeto. O projeto é bem-intencionado. E o Senador Crivella é meu parceiro de todas as horas. Eu só acho que não dá para votar temas como esse sem aprofundar um pouco mais o debate e buscarmos – quem sabe? – até uma solução que não seja a de retirar, por exemplo, o dinheiro que vai para o aposentado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra, a Senadora Ana Amélia. Em seguida, ouviremos o Senador Garibaldi, ex-Ministro da Previdência.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu jamais seria empecilho ou obstáculo para ampliar o debate de uma matéria quando ela suscita dúvidas, até por respeitar muito a todos os Senadores e, em especial, o meu conterrâneo, Senador Paulo Paim, que tão bem representa o nosso Estado.

De fato, aqui se trata de igualdade de direitos em setores análogos, semelhantes. O que se fez foi uma, eu diria, "discriminação" contra as fundações.

Em segundo lugar, a Comissão de Assuntos Econômicos, que tem o crivo de analisar os impactos econômicos e financeiros sobre os setores aos quais se refere, inclusive a Previdência, aprovou esta matéria. A Comissão de Assuntos Econômicos era presidida pelo Senador Delcídio Amaral. A relatoria deste projeto agora, aqui na CAS, era do Senador Walter Pinheiro, que fez um relatório favorável.

Agradeço ao Senador Dalirio Beber, que fez a relatoria *ad hoc* – claro, mantendo o relatório –, por aceitar essa missão. Agradeço também ao nosso Presidente, Senador Edison Lobão, por ter dado a relatoria *ad hoc*. E concordo, evidentemente, porque não penso que seja...

Agora, teremos que trazer não apenas a área da Previdência, que sempre terá uma posição, eu diria assim, igual à do Senador Paim em relação a isso, mas também trazer as pessoas do setor impactado por isso, para que a discussão seja equilibrada em torno dos dilemas desse setor que também gera empregos, gera renda. E iríamos caminhar para a formalização, que é a coisa mais importante, inclusive para a própria Previdência Social. A informalidade não tem carteira assinada, a informalidade agrava os problemas da Previdência, do nível de emprego e dos níveis sociais em nosso País.

Muito obrigada, Presidente, e acolho a sugestão dada para dar uma contribuição adicional, mesmo lembrando que a CAE aprovou esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra, o Ministro Garibaldi – Ministro Senador.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Sr. Presidente, tenho uma saudade, de certa maneira aliviada, do Ministério da Previdência. E esse debate é muito antigo, que já me levou a discutir isso com o Senador Paulo Paim, e não seria agora que voltaríamos a discutir, porque há outras matérias terminativas em pauta.

Quero louvar a Senadora Ana Amélia e a preocupação do Senador Paulo Paim. Eu tenho claro um ponto de vista diferente da visão do Senador Paulo Paim: eu comungo das preocupações daqueles que veem o déficit da Previdência cada vez mais crescente. Mas não é o caso de discutir isso agora. Queria só ponderar que realmente há necessidade de uma reforma da Previdência, mas também não seria o caso de se discutir isso agora.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Mas vamos continuar.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Vamos continuar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar a Senadora Ana Amélia pelo mérito do projeto. (*Fora do microfone.*)

No meu Estado, temos talvez o maior acervo de igrejas do século XVII e do século XVIII, na capital e no interior também. Há uma igreja construída em 1714, no Município de Ibitiara, que se chama Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, porque, para cada igreja de Nossa Senhora que há em Portugal, há uma na Bahia: dos Remédios, da Nossa Senhora das Candeias, da Conceição, da Misericórdia; toda Nossa Senhora que houver em Portugal existe lá.

E essa igreja foi construída no meio do mato, na época, pelos bandeirantes, que vinham de Minas com muita sede, morriam no meio do caminho por falta d'água e chegaram no sopé da Serra da Mangabeira, na região onde nasci, na Chapada, e encontraram um riacho chamado Riacho dos Remédios. Eles ficaram ali, povoaram o local e disseram: "Só vamos sair depois que construirmos a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, porque aqui eis o remédio para as nossas vidas" – que era a água; e ela está lá. Inclusive trabalhei para ajudar essa recuperação dela e de todo o acervo nosso, que é um acervo espetacular e que está todo abandonado por falta de recurso.

O Congresso Nacional, Senadora Ana Amélia, Senador Paulo Paim, já aprovou aqui a Timemania, para salvar clube de futebol, onde grassa a maior corrupção deste País, agora na CBF; a Lotex, que votei contra, e não voto a favor, porque conheço e sei dos desvios de recursos, onde estão os maiores salários, que normalmente são divididos com dirigentes, com outros dirigentes que agenciam esses jogadores.

Portanto, não vejo por que não se encontrar outra fonte de renda para essas fundações, que poderia ser até via loteria mesmo; já que se arrumou para clube de futebol, deveria ser para recuperar...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já há um apoiador da sua proposta aqui.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – ... o patrimônio histórico deste País, que está se acabando nas nossas vistas, sem nenhuma ação nesse sentido!

Eu posso até sugerir o nome da loteria: se é loteria da fundação, seria "Lotação". (*Risos.*)

Fazer uma loteria para recuperar esse patrimônio histórico todo do Brasil.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Vocês estão rindo, mas é sério!

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – "Lotação dos Remédios".

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Dos Remédios. Lotação Nossa Senhora dos Remédios. (*Risos.*)

Pois bem, vou estudar, inclusive, um caso dessa natureza – o Paulo Paim concorda comigo...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Ajudo!

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ... para se fazer uma letra de lei que possa criar um tipo de loteria, qualquer coisa ou até a própria loteria do governo do Estado, bancado pela Caixa, um valor para recuperar o patrimônio histórico.

Há sítio histórico na Bahia, que visito, e me emociona, corta o meu coração. É doloroso ver, por exemplo, São Francisco do Paraguaçu, na beira da Baía de Todos os Santos, com uma história belíssima, inclusive com uma arquitetura interessante para a época, pois havia até condição de aquecimento das águas que serviam aos padres para o banho: embaixo havia a área do forno e do fogão, em cima havia uma lâmina de metal, a água passava por cima, era aquecida, e os padres tomavam um banhozinho quente na época do frio. Está lá abandonada. Eu fiz inclusive o acesso a esse local. Fizemos um píer lá, para atracação, para que se pudesse ver essa situação. A igreja é belíssima, à beira do mar, em frente à Baía de Todos os Santos.

Portanto, eu acho que devemos estudar isso, para encontrar, talvez, um recurso, que não seja da Previdência. Aí eu concordo com Paulo Paim: na minha opinião, embora seja contra a vontade de muitas pessoas, a CPMF, que está aqui para ser votada no Senado, Paim, para a Previdência, eu concordo plenamente. Eu votarei a favor da CPMF, desde que seja para cobrir o rombo da Previdência. Não pode é continuar como está, cortando-se aposentadoria, salário do trabalhador, por erros do passado. Inclusive não é coisa de agora. Não se podem culpar os presidentes da República de agora. Desde Fernando Henrique se fala que está quebrada.

(Soa a campainha.)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Nem o Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Ana Amélia.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. *Fora do microfone*.) – Muito menos o Ministro.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Nem os ministros. Não vá sobrar...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Nós ainda vamos perder o quórum.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Tenha calma! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Falta apenas um.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não pode culpar os ministros, (*Fora do microfone.*)

...muito menos os ministros da Previdência, inclusive o nosso Ministro Garibaldi Alves, que, além de Ministro e Senador, foi um Governador operoso, responsável, lá do Rio Grande do Norte.

Portanto, eu acho que nós podemos estudar e encontrar outra fonte de recursos para recuperar o patrimônio histórico do Brasil e da minha querida Bahia também.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Concedo, então, vista coletiva, na medida em que o Senador Paim está falando do art. 132. Por igual, solicita, então, vista coletiva.

Esse projeto será reincluído na pauta da próxima reunião da Comissão.

Item nº 9. Decisão terminativa...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, alguns Senadores perguntaram se eu ia pedir uma audiência pública, como foi já acertado com a Senadora – e, pelo que vi, ela concorda –, para nós ouvirmos diversos segmentos, inclusive o setor que seria beneficiado com a aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª requer, e o Plenário decidirá.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k. Estou encaminhando à Mesa o pedido de audiência pública então.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) –

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 83, de 2015
- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, a fim de prever, no conceito de Segurança Alimentar e Nutricional, a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio das medidas que mitiguem o risco de escassez de água potável, bem como a formação de estoques reguladores e estratégicos de alimentos.

Autoria: Senadora Angela Portela
Relatoria: Senadora Fátima Bezerra
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2015.
Observações:
- *Votação nominal.*

Concedo a palavra à Senadora Fátima, para proferir a leitura do seu relatório.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, é um projeto muito meritório, e segue o nosso parecer.

Nos termos do inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete a esta Comissão manifestar-se sobre proposições que digam respeito a assistência social. No caso específico, por tratar-se de matéria terminativa, compete à Comissão também a análise da constitucionalidade, da juridicidade e da técnica legislativa do PLS n° 83.

No que diz respeito à constitucionalidade da proposição, foram obedecidas todas as disposições constitucionais.

No tocante à juridicidade também, a proposição, pelos mesmos motivos, demonstra-se correta.

Portanto, não há nenhum ajuste a ser feito no tocante à técnica legislativa do projeto, uma vez que foi elaborado em conformidade com a Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Com respeito ao mérito, Sr. Presidente, entendemos que o projeto de lei de autoria da nobre Senadora Angela Portela é muito oportuno. Reconhecendo a importância da Lei nº 11.346, de 2006, para as estratégias nacionais de segurança alimentar e nutricional no Brasil, o projeto trata de aprimorar essa legislação vigente.

E qual é a proposta que a Senadora Angela apresenta para, repito, aprimorar a lei que trata da segurança alimentar? A proposta é no sentido de prever que se ampliem as condições de acesso aos alimentos por meio de medidas que mitiguem o risco de escassez de água potável, bem como que se contemple a formação de

estoques reguladores e estratégicos de alimentos no conceito de segurança alimentar e nutricional. Tais medidas coadunam-se com as estratégias contemporâneas de desenvolvimento social, contribuindo para eliminar a vulnerabilidade socioeconômica de famílias hipossuficientes.

É isso, Sr. Presidente.

Diante do exposto, o voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Já que o parecer da Relatora é favorável, sem prejuízo da discussão, eu desejo colher, desde logo, o voto da Senadora Ana Amélia, que precisa se ausentar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quero cumprimentar a Senadora Fátima Bezerra pela relatoria, também pela colaboração de ter resumido – e muito bem, Senadora, parabéns! –, e também a Senadora Angela Portela, que é autora. Todo esforço que se fizer, na área legislativa, a respeito da segurança alimentar, será sempre benéfico. Então, ela trata de ajustar a lei existente, as políticas públicas existentes nessa matéria.

Meu voto é favorável, com nota dez pela autoria e pela relatoria.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Garibaldi.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Sr. Presidente, eu também quero antecipar meu voto, pedindo desculpa aos colegas, e louvar o parecer da Relatora e a iniciativa da Senadora Angela Portela.

Voto com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a Relatora.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Elogiando a Relatora, Senadora Fátima Bezerra, e a Senadora Angela Portela, autora, com muita convicção, digo "sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – "Sim", Sr. Presidente. Voto com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a Relatora.

Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Eu queria fazer um pequeno comentário, Sr. Presidente.

Voto "sim", é claro, com a Relatora. Estou vindo de visitas a Municípios no meu Estado do Piauí. Lá, a questão da água não é mais só em relação ao Semiárido, é no Estado inteiro, inclusive em regiões em que não costumava faltar água. O carro-pipa já não dá conta, há carro-pipa indo buscar água a 120km do Município, o que encarece a água. Então, é uma questão urgente. Essa lei vem bem na hora, para todo mundo voltar as atenções para essa questão da água, que não é mais só do região Semiárida do Nordeste, é de todo o Nordeste. Inclusive, outras regiões estão sofrendo com a falta d'água.

Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – "Sim".

Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Voto "sim", cumprimentando a autora do projeto e a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Sr. Presidente, com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Fátima Bezerra já votou como Relatora.

O projeto foi aprovado, à unanimidade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, o item 1 não é terminativo. O Senador Pimentel disse que viria, mas teve um problema.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Só um momento.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2015

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Senador Dalirio havia se disposto a fazer o relatório. Eu pedi a ele que esperasse o Senador Pimentel chegar. Só que o Senador Pimentel disse que não poderá vir, e os Senadores que se dispõem a fazer o relatório...

É um projeto simples e não é terminativo. Vai para outra Comissão, e lá, se tiver que alterá-lo, alteramos.

Esse é o pedido, Sr. Presidente. Ele já havia sido indicado como Relator *ad hoc*. O Senador Pimentel teria me ligado, mas ele não vai poder vir e pediu que o Relator *ad hoc* dê o parecer do item 1, que não é terminativo, é um projeto simples e poderíamos votar simbolicamente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Muito bem.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 84, de 2015
- Não terminativo -

Veda a publicação em jornais de anúncio de emprego sem a identificação da empresa contratante.

Autoria: PAULO PAIM
Relatoria: Senador José Pimentel
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2015, e da Emenda que apresenta.
Observações:
- *Votação simbólica.*

Peço ao Senador Dalirio Beber que leia o relatório.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Em análise o PLC nº 84/2015 (PL nº 4.361-C, na origem), de autoria do então Deputado e ora Senador Paulo Paim, que proíbe a veiculação de anúncios de emprego que não informem claramente o nome da empresa contratante.

Argumenta o autor, na sua justificação, que esse tipo de conduta, ainda que proteja empregadores do assédio de grande número de trabalhadores interessados num posto de trabalho, pode servir como blindagem para negócios escusos, representando grande risco para os candidatos a um emprego, que enviam seus dados pessoais, tais como endereço, RG e CPF, para caixas postais, por exemplo, podendo essas informações ser usadas para fins diversos dos anunciados.

A proposição foi analisada e aprovada na Casa de origem pelas Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No Senado, a proposição foi destinada a esta Comissão de Assuntos Sociais, e até o momento não foram apresentadas emendas.

Análise.

Em conformidade com o art. 90, XII, e 100, I, do *Regimento Interno do Senado Federal*, compete à Comissão de Assuntos Sociais opinar sobre proposições que digam respeito às relações de trabalho e a matérias a elas correlatas.

Pretende-se promover alterações nas normas de proteção ao trabalhador. Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal.

Cabe ao Congresso Nacional legislar sobre o tema, nos termos dos arts. 48 e 22 da mesma Carta. Observados esses pressupostos, a proposição está desprovida de vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade no que se refere aos seus aspectos formais.

No mérito, assiste razão ao autor. De fato, não é razoável sacrificar a segurança dos trabalhadores, deixando seus dados pessoais fragilizados, sem que se saiba, ao menos, para qual instituição estão sendo enviados.

Além disso, há o grave problema do aliciamento ilegal de mão de obra. Vastas ações de combate ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas são implementadas de maneira conjunta por governos e organizações internacionais. No entanto, estas ainda são realidades aflitivas, que ceifam milhares de vidas.

Muitas vezes, o início do aliciamento se dá justamente por propagandas enganosas, sem divulgação dos empregadores. O projeto sob análise vem agregar ao sistema jurídico mais uma ferramenta de combate ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo.

Propomos somente uma emenda, com a finalidade de ampliar o escopo da iniciativa, para que alcance todos os meios de comunicação. Hoje, os anúncios de empregos são feitos não só pelos jornais impressos, mas também, e talvez já preponderantemente, por intermédio das mídias sociais. Assim, é necessário que a proibição veiculada no projeto alcance todos os meios de divulgação de vagas de emprego.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do PLC 84, de 2015, com a seguinte emenda:

EMENDA nº 1 - CAS

Dê-se ao *caput* e ao §1º do art. 1º do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 340, de 2015, a seguinte redação:

"Art. 1º É vedado o anúncio em qualquer veículo de comunicação oferecendo empregos que não informem claramente o nome da empresa contratante.

§1º O descumprimento do disposto no *caput* implica em multa de R$532,05 (quinhentos e trinta e dois reais e cinco centavos) e, no caso de reincidência, de R$1.064,10 (mil e sessenta e quatro reais e dez centavos)".

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

Os senhores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 84, com a Emenda nº 1, desta Comissão, a matéria vai à Secretaria da Mesa para prosseguimento da tramitação.

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 368, de 2015
- Terminativo -

Modifica o art. 12 da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, para determinar que a concessão de repouso semanal remunerado em dias diferentes não implica em infração administrativa, quando o intervalo entre a sua concessão exceder de sete dias.

Autoria: Senador Alvaro Dias
Relatoria: Senador Wilder Morais
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2015.
Observações:
- *Votação nominal.*

Quanto ao item 10, de decisão terminativa, o Senador Paim pretende propor algo de natureza regimental.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Todo mundo sabe que eu gosto muito de audiência pública. Eu gosto mesmo, porque eu acho que é uma oportunidade – claro, não é em todos os casos – de aprofundar o debate, principalmente de projetos.

São dois os casos hoje – aquele da Senadora Ana Amélia e este em questão – que falam sobre a licença do trabalhador do fim de semana, se ele pode ou não pode ter licença para ficar em casa no domingo ou se poderia ser em outro dia qualquer da semana, conforme a vontade do seu empregador.

É uma questão polêmica e mexe na CLT. Achamos que o domingo é um dia sagrado para a família se encontrar. Eu, por exemplo, só tenho oportunidade de me encontrar com eles – de vez em quando durante o mês, pois, nem todos os domingos, eu posso – no domingo, quando todos os que trabalham podem naquela oportunidade se aproximar, dialogar e até, às vezes, criticar algumas coisas em relação ao que eu faço na vida parlamentar. E é bom, pois a crítica só ajuda a crescer.

Por isso, Sr. Presidente, eu peço respeitosamente aos autores da matéria que façamos uma audiência pública, chamando aqui empregado e empregador para discutirmos essa questão que não é só no comércio. Da forma que fica, é generalizada: na construção civil, na vigilância, no banco, na loja, no comércio, na escola. A qualquer momento, poderá se trocar o descanso remunerado –que, em tese, é no domingo – para um outro dia na semana. Então, eu proponho uma audiência pública para aprofundar o debate para ver se é possível ou não isso acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em votação o requerimento do Senador Paulo Paim.

Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Sr. Presidente, eu quero concordar com o Senador Paulo Paim com relação à ampliação desse debate.

Eu entendo também que o repouso semanal remunerado em dias alternativos que não o fim de semana ou o domingo não tenha a mesma essência, o mesmo caráter e o mesmo sentido verdadeiramente do repouso semanal do final de semana, especialmente do domingo. E, como posso perceber neste projeto de lei, embora eu o tenha achado interessante, porque, de uma certa forma, essa questão também merece uma regulamentação, Senador Paulo Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E, no comércio, já existe. Isso é verdadeiro.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Isso merece uma regulamentação, porque isso aqui se insere numa insegurança jurídica que gera conflitos de toda ordem com relação ao repouso semanal remunerado. De maneira que eu penso que é salutar essa iniciativa. Ela é pertinente e pode trazer uma segurança maior e esclarecer de maneira mais objetiva e cabal...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quais os casos, por exemplo...

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – ... quais os casos que nós poderíamos, especificamente, regulamentar, para que a segurança jurídica pudesse ser estabelecida nesses casos, e atender, de certa forma, parcialmente, esse projeto de lei e essa iniciativa louvável do Senador Alvaro Dias, que tem como Relator o Senador Wilder Morais.

Era isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A tramitação da matéria fica, em consequência, suspensa na Comissão, nos termos do art. 118 do Regimento Interno, aguardando a realização da audiência pública em data oportuna.

É o seguinte o requerimento aprovado:

ITEM 11
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 51, de 2015

- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Assuntos Sociais, para instruir o "PLS 368/2015, modifica o art. 12 da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, para determinar que a concessão de repouso semanal remunerado em dias diferentes não implica em infração administrativa, quando o intervalo entre a sua concessão exceder de sete dias."

Para tanto, os convidados serão indicados posteriormente à Secretaria da Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim*)*

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, se me permitir, eu quero só um esclarecimento, porque eu não gosto que, às vezes, fique comigo mesmo a dúvida. A dúvida não é boa para ninguém. Então, eu queria, inclusive, recorrer à assessoria da Mesa.

Eu não entrei hoje com o requerimento em relação àquele projeto que trata de recursos da Previdência, porque ele não estava pronto. Pelo que entendi, eu posso entrar – pelo que vi, há um acordo entre todos nós – com um requerimento esta semana, para votar na próxima quarta, sem prejuízo do pedido de vista, para que se realize, primeiro, a audiência pública e para, depois, então, votarmos a matéria. Foi o que nós entendemos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O pedido de vista – aliás, vista coletiva – já foi acatado. Nesse ínterim, V. Exª formalizará o seu pedido de audiência pública, e a Comissão, por seu Plenário, deliberará.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Perfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 56 minutos.)

ATA DA 39ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dez minutos, do dia dezesseis de dezembro de dois mil e quinze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Edison Lobão reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Rocha, Paulo Paim, Waldemir Moka, Otto Alencar, Ricardo Franco, Dalírio Beber, Flexa Ribeiro, Roberto Rocha, Elmano Férrer, Eduardo Amorim, Vicentinho Alves e das Senadoras Regina Sousa, Angela Portela, Ana Amélia, Lúcia Vânia, Marta Suplicy e Vanessa Grazziotin. O Senador Valdir Raupp registra a presença. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública para debater o aumento do número de casos de MICROCEFALIA no País; as Políticas Públicas de prevenção, controle e contenção de riscos; e os danos e agravos à saúde pública, em atendimento ao Requerimento nº 50, de 2015-CAS, de iniciativa do Senador Edison Lobão, com a presença de Sua Excelência o Ministro de Estado da Saúde, Senhor Marcelo Castro. Usam da palavra os Senadores Waldemir Moka, Paulo Rocha e as Senadoras Ana Amélia e Vanessa Grazziotin. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e um minuto, lavrando eu, Pedro Glukhas Cassar Nunes, Secretário Adjunto da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador EDISON LOBÃO
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Declaro aberta a 39ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. e Srªs Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

É com grata satisfação que recebemos S. Exª o Sr. Ministro da Saúde, Marcelo Castro, que comparece a esta Comissão para debater o aumento do número de casos de microcefalia no País, as políticas públicas de prevenção, controle e contenção de riscos e os danos e agravos à saúde pública, em atendimento ao Requerimento nº 50/2015, de minha autoria.

Convido o Senador Moka e a Senadora Ana Amélia para que conduzam S. Exª o Ministro Marcelo Castro ao plenário desta Comissão.

Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria de informar que, nesta manhã, haverá duas audiências públicas: a primeira com a presença do Ministro da Saúde, Deputado Marcelo Castro; logo em seguida, iremos dar início à segunda audiência pública, destinada a debater as embalagens das bebidas açucaradas.

Iniciaremos a primeira audiência pública, com o comparecimento do Ministro da Saúde, Marcelo Castro.

Sr. Ministro, nós sabemos que esse é um mal que está se alastrando em todo o País. A imprensa registra que já são mais de 20 Estados atingidos por ele. O meu Estado, o Maranhão, já registra 56 casos de microcefalia. Eu concedo a palavra a V.Exª para que discorra sobre o assunto. Em seguida, os Srs. Senadores e Srªs Senadoras terão a palavra para as indagações que julgarem pertinentes. Com a palavra, o Ministro.

O SR. MARCELO CASTRO – Eu quero cumprimentar todos. Cumprimento o Senador Edison Lobão, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, agradecendo convite, e os Senadores Paulo Rocha e Waldemir Moka e a Senadora Ana Amélia.

Eu vou fazer aqui um relato dos casos de microcefalia que estão acontecendo no Brasil e as providências que o Ministério da Saúde está tomando.

Na nossa primeira transparência, está escrito: o mosquito da dengue pode matar e ainda é mais perigoso para gestantes – proteja-se. Aqui, já estamos dando o foco da nossa linha: combater o mosquito e ter um cuidado especial com as gestantes.

Situação de emergência em saúde.

O Brasil vem registrando um aumento significativo de recém-nascidos com suspeita de microcefalia, uma malformação congênita grave em que o cérebro não se desenvolve de maneira adequada. A microcefalia já existia, o que é inédito é o aumento do número de casos suspeitos da doença, por conta da circulação do vírus zika. Essa é uma situação completamente nova em termos de saúde pública mundial e para a comunidade

científica internacional. Desde o início, o Governo Federal está tratando deste tema com a responsabilidade e urgência necessárias.

Quero chamar a atenção para esse aspecto de ser algo inédito em toda a história da humanidade. Não há registros, em nenhuma parte – e é essa uma das grandes dificuldades que tivemos desde o começo, Senador –, dessa correlação entre microcefalia e o vírus zika, que já habitava grande parte globo terrestre.

Esse vírus entrou no Brasil e foi detectado pela primeira vez, agora, em maio. E as pessoas percebiam a enfermidade zika como se fosse uma dengue mais branda, com uma sintomatologia menos intensa. Então, a pessoa sentia até um alívio quando se dizia que era zika, porque era considerada uma dengue menor. Só que, seis, sete, oito meses depois do contato, vieram os resultados catastróficos, que foi a microcefalia. Então, nossa concentração hoje – também não deixa de ser contra a dengue e a chikungunya – é maior com o zika.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Desculpe-me, Sr. Presidente, mas a relação do zika com a microcefalia foi identificada no Brasil e agora?

O SR. MARCELO CASTRO – No Brasil e agora, pela primeira vez.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCELO CASTRO – É verdade.

O Ministério da Saúde uniu esforços de especialistas de diferentes áreas da medicina, para conduzir as investigações no País. Há ainda diálogo constante com órgãos internacionais, como a Organização Mundial de Saúde (OMS), a OPAS e o Centro de Controle de Prevenção de Doenças de Atlanta, nos Estados Unidos. É necessário um esforço concentrado de toda a população, junto com a União, os Estados e Municípios, na adoção de medidas que possam reduzir a presença do mosquito Aedes aegypti, transmissor do vírus zika.

Qual é a nossa estratégia? Unir o Governo Federal, o Estadual e o Municipal, toda a população e meios de comunicação para combater o mosquito, porque as outras tecnologias, conforme vou falar mais à frente, ainda não estão disponíveis. Então, a tecnologia que temos é o combate ao mosquito.

Vou passar rapidamente a cronologia das atitudes que tomamos;

No dia 22 de outubro, o Ministério da Saúde foi comunicado pela Secretaria de Saúde de Pernambuco de um aumento de caso de microcefalia.

Nós mandamos uma equipe imediatamente a Pernambuco. No dia 26 de outubro, já comunicamos o acontece à Organização Mundial de Saúde e à OPAS, em Genebra e em Washington.

No dia 10 de novembro, nós já ativamos o Coes (Centro de Operações de Emergência em Saúde).

No dia 11 de novembro, nós já decretamos Situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional.

Isso aqui demonstra, Senador Elmano Férrer, que o Ministério da Saúde foi absolutamente diligente para tomar as providências necessárias à enfermidade que nós encaramos, desde o início, como da maior gravidade. Então, do dia 26 ao dia 11 novembro, nesse lapso de pouco tempo, nós já decretamos emergência em saúde pública.

No dia 17 de novembro, nós divulgamos o primeiro boletim epidemiológico de microcefalia e estabelecemos um cronograma em que, toda semana, às terças-feiras, atualizamos esse boletim, tornando tudo absolutamente transparente, para toda a sociedade tomar conhecimento do fato grave que está se passando.

No dia 18 de novembro, acionamos o Grupo Estratégico Interministerial de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional, envolvendo grande parte dos ministérios.

No dia 28 de Novembro, foi confirmado o primeiro óbito decorrente do zika. Também no dia 28, o Ministério confirma a relação entre o vírus zika e a microcefalia no País, resultado do grupo de especialistas de diferentes áreas criado para investigar e estudar o caso.

Exatamente um mês depois, os nossos técnicos e os que não são nossos – foi um grupo de especialistas que nós constituímos no Brasil com mais de 20 cientistas – chegaram à conclusão de que era o zika vírus que estava causando a microcefalia.

No dia 4 de dezembro, as Forças Armadas chegaram a Pernambuco.

No dia 5 de dezembro, a Presidenta Dilma Rousseff lança o Plano de Enfrentamento ao Aedes e Combate à Microcefalia, envolvendo 19 ministérios e outros órgãos do Governo Federal.

No dia 8 de dezembro, foi o lançamento do Protocolo de Vigilância e Resposta à Microcefalia Relacionada ao Zika, com diretrizes e orientações técnicas para profissionais de saúde e vigilância.

No dia 9 de dezembro, agora, a reunião da Presidenta Dilma Rousseff com todos os governadores de Estado e seus secretários de saúde.

No dia 11 de dezembro, houve a instalação da Sala Nacional de Coordenação e Controle, para concentrar a coordenação de todas as ações do País. É uma sala no Ministério da Integração Nacional, comandada pelo Coronel Adriano, que é o Chefe da Defesa Civil.

E, no dia 14 de dezembro, houve o lançamento do Protocolo de Atenção à Saúde e Resposta à Ocorrência de Microcefalia Relacionada à Infecção pelo Vírus Zika.

Ontem, nós publicamos o último boletim – todas as terças-feiras, eles são publicados. Então, nós já vamos aí com 2401 casos em 20 Estados, 449 Municípios, 26 óbitos em investigação e 1 confirmado. E, aqui, por Estado: o Estado que detém o maior número é Pernambuco; em segundo, a Paraíba; depois, a Bahia; Rio Grande do Norte; e aí vêm Alagoas; depois, os outros.

Aqui é o gráfico do número de casos de microcefalia no Brasil de 2000 a 2014, que girava em torno de 150 casos por ano. E aí, agora em 2015, esse número explodiu para 2401 casos. O gráfico é bem elucidativo. Então, há uma explosão de microcefalia no País comparativamente ao número de casos que existiam,

Aqui são os Estados em que foi identificada a presença do zika.

E, aqui, começa propriamente o nosso plano de enfrentamento ao mosquito e à microcefalia: o Plano Nacional de Enfrentamento ao Aedes e à Microcefalia.

O objetivo: reduzir o índice de infestação por Aedes aegypti para menos que 1% nos Municípios brasileiros, para diminuir o número de casos de doenças transmitidas pelo mosquito. Então, o nosso objetivo é este aí: combater o mosquito, esse é que é o nosso foco, para que ele tenha uma população inferior a 1%.

Monitoramento: instalação da Sala Nacional de Coordenação e Controle, de que já falei; instalação de uma sala dessa em todos os Estados do Brasil, o que já está sendo feito, e estímulo aos Municípios para fazerem a mesma coisa; ações integradas entre saúde, educação, assistência social, defesa civil, Forças Armadas e outros órgãos convidados e sociedade civil. Todos têm que estar coordenados e são coordenados por essa Sala de Coordenação e Controle.

As metas: intensificação da campanha de dezembro deste ano a junho do ano que vem; inspecionar todos os domicílios e instalações públicas e privadas urbanas – então, a nossa meta é inspecionar todos os domicílios, os terrenos baldios, os muros e as casas abandonadas, que têm que ser inspecionados e corrigidos; e intensificar a visita de controle do mosquito com visitas mensais até fevereiro e bimensais a partir de março.

São três eixos de atuação: primeiro, combate ao mosquito e mobilização da sociedade; segundo, é a parte médica propriamente dita de assistência às pessoas; e, terceiro e último, desenvolvimento tecnológico de novas tecnologias e pesquisas para o combate ao mosquito.

O primeiro eixo de mobilização e combate ao mosquito. Vou falar da parte da governança que é a instalação da Sala Nacional de Controle no Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres, que é do Ministério da Integração, com a participação do Ministério da Saúde, do Ministério da Educação, do Ministério da Defesa, do Ministério da Integração, com a Defesa Civil, que é quem coordena isso, do Ministério do Desenvolvimento Social, da Secretaria de Governo e da Subsecretaria de Assuntos Federativos. A instalação das salas estaduais, regionais e municipais está sendo feita já na maioria dos Estados, A mobilização com os secretários estaduais de saúde, educação, defesa civil e assistência social; mobilização do controle social de todas as áreas: saúde, educação, idoso, criança, adolescente, meio ambiente; mobilização com movimentos sindicais, patronais, educacionais, religiosos, sociais, indústria, comércio, redes sociais, comunicação. As igrejas têm participado ativamente e têm dado uma força muito grande.

Na Sala de Coordenação e Controle, nós temos a coordenação nacional, as coordenações estaduais e as coordenações municipais. Aí está a composição delas – que não tem tanta importância –, com essa parte aqui da mobilização da rede de saúde para combater o vetor.

E há operações integradas com os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias para orientação e controle do vetor. Para que os senhores e as senhoras avaliem a importância disso aí, nós devemos ter em atividade mais de 300 mil agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, todos pagos pelo Ministério da Saúde. Então, esse pessoal todo está mobilizado e vai de casa em casa visitar com o foco de controlar e de exterminar os criadouros do mosquito. Este é o objetivo: é não deixar o mosquito nascer. O lema da nossa campanha é: se o mosquito pode matar, ele não pode nascer. Então, todas as nossas ações com o Exército, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, agentes de combate às endemias, agentes comunitários de saúde, Programa Mais Médicos, sociedade civil, todo mundo envolvido para destruir os criadouros do mosquito, para não deixar o mosquito nascer.

O outro item é adquirir e disponibilizar os equipamentos para a aplicação dos inseticidas, que são os fumacês e bombas costais; adquirir maior quantidade de inseticidas e larvicidas, o que já estamos fazendo, já estamos contratando; e adquirir e disponibilizar repelentes para gestantes acompanhadas pelo SUS. O que é isso aqui? É que o nosso foco, como eu disse, e a nossa preocupação maior são com a gestante, porque a zika

numa pessoa que não está gestante não traz grandes transtorno, é como se fosse sintomatologicamente uma dengue atenuada. O problema são as consequências para a criança. Então, o que nós estamos recomendando? Que as grávidas tomem um cuidado adicional, que elas se protejam, que elas andem, se possível, de manga comprida, de calça comprida, de meia, de sapato, cobertas ao máximo, que usem repelentes, que, se puderem, usem mosquiteiro, telem as casas. Todo cuidado é pouco, porque as consequências são devastadoras. Então, é uma atenção superespecial que nós estamos pedindo para as grávidas.

Mobilização das Forças Armadas e Defesa Civil: operações Integradas na abordagem das residências para eliminação e controle do vetor; disponibilização de profissionais para as ações de prevenção, promoção e assistência; ação cívico social (ações de promoção, prevenção e mutirões); apoio logístico para transporte e distribuição de inseticidas e larvicidas; apoio logístico no deslocamento dos profissionais de saúde; instalação da Sala de Coordenação e Controle.

Mobilização dos alunos e familiares vinculados ao Programa Saúde na Escola e outros estabelecimentos de ensino na prevenção e eliminação do vetor; mobilização de alunos, professores e familiares das universidades públicas e privadas e institutos federais; mobilização dos profissionais e usuários dos CRAs, dos CREAs, da rede de segurança alimentar e de beneficiários do Bolsa Família, entre outros programas. Aqui nós estamos fazendo um leque. Todos têm que estar envolvidos nessa luta, mobilizados.

Comunicação e mobilização da sociedade: disseminação contínua de orientações e informações sobre a microcefalia e o vírus zika. Aqui, eu quero abrir um parênteses para elogiar os meios de comunicação do Brasil, sobretudo, as televisões, que estão dando uma ampla divulgação, fazendo uma campanha verdadeiramente educativa e esclarecedora à população de como o mosquito se reproduz, de como o vírus ataca, as consequências. Isso está ajudando demais a mobilizar a sociedade brasileira para combater o mosquito e, por consequência, o vírus zika. Campanha de massa em rádio, televisão, jornais e redes sociais (já estão no ar); campanha de combate ao mosquito; campanha focada na gestante e mulheres em idade fértil; disponibilização de homepage e aplicativos com informações sobre microcefalia e vírus zika; envio de SMS com informações sobre campanha, prevenção e controle do mosquito.

Capacitação de profissionais de saúde, educação, assistência social, defesa civil e militares: equipes de Saúde da Família, todas envolvidas; equipe multiprofissional de reabilitação – isso é uma coisa importante, porque essas crianças precisam de atenção, de fisioterapia, de reabilitação, centros de reabilitação; profissionais de 737 maternidades fazendo triagem neonatal no Brasil inteiro; profissionais de saúde da mulher, da criança, da pessoa com deficiência; profissionais dos Laboratórios Centrais de Saúde Pública Estaduais para PCR e sorologia específica – todos os laboratórios centrais de todos os Estados do Brasil estão sendo equipados para poderem fazer o teste de zika, que hoje não fazem e que só é feito em cinco laboratórios federais do Governo Federal; profissionais para investigação e resposta de emergência em saúde pública; profissionais da educação, assistência social e os militares.

Esse foi o eixo de combate ao mosquito.

Agora, vamos ao eixo de atendimento às pessoas. Fortalecer a atenção para gestantes e crianças da Rede Cegonha: disponibilizar para todos os profissionais de saúde o protocolo de diretrizes clínicas para o atendimento da microcefalia – esse é um protocolo que é repassado para todos; disponibilizar 4 milhões de Cadernetas da Gestante; ofertar 10 milhões de teste rápido de gravidez; e disponibilizar grupos de Telessaúde, para apoio aos profissionais de saúde.

Ampliar a cobertura para exames de tomografia: mobilização dos profissionais do Mais Médicos com oferta regionalizada e ampliada de exame de tomografia, utilizando capacidade instalada na rede pública e privada; apoiar Estados e Municípios na definição de fluxos. E envolver os profissionais do Programa Mais Médicos nas ações de promoção prevenção e assistência ao paciente.

Ampliar a capacidade de atendimento às pessoas com deficiência – Viver sem Limite, que é um programa nosso: nós vamos implantar e habilitar novos Centros Especializados em Reabilitação, que são os nossos CERs, conforme pactuação com os Estados e Municípios; aquisição e distribuição de equipamentos para triagem auditiva neonatal; e disponibilizar protocolo clínico para estimulação precoce.

Agora, vamos para o eixo de desenvolvimento tecnológico e pesquisa – isto aqui é o futuro, só que esse futuro ainda está muito distante.

Trata-se de desenvolver tecnologias laboratoriais para o diagnóstico da infecção por vírus Zika e desenvolver pesquisas sobre tecnologias inovadoras para o controle do vetor. Então, desenvolver técnicas diagnósticas com base em sorologia e biologia molecular – são estudos que estão bastante avançados e logo estarão disponibilizados no mercado.

Pesquisas sobre o Aedes (ovitrampas, mosquitos transgênicos e mosquitos infectados com a bactéria Wolbachia). O que é isto? Esses ovitrampas são armadilhas – não são propriamente armadilhas – são locais em

que o Aedes vai por os ovos e, aí, fazemos um monitoramento e, fazendo o monitoramento bem feito, podemos ver quais são os bairros que estão com maior infestação para poder agir de maneira direcionada. Natal, no Rio Grande do Norte, é o melhor exemplo que nós temos no Brasil, eles vêm fazendo isso com muita perfeição, com muita acuidade, e eles têm conseguido manter a população sempre abaixo de 1%, que é de baixo risco.

O mosquito transgênico. Isso é uma imitação do combate à mosca da fruta. No Moscamed, em Juazeiro da Bahia, eles desenvolveram uma tecnologia pela qual fabricam/produzem os mosquitos transgênicos. Nessa população de mosquitos transgênicos, são separados os machos das fêmeas. Os machos são soltos para cruzar com as fêmeas, competir com os outros machos silvestres, e do cruzamento do mosquito transgênico com a fêmea silvestre não nasce o mosquito – ela põe o ovo, o ovo vira larva, mas a larva não eclode, não vira o mosquito. Então, você baixa extraordinariamente a população de mosquitos.

Qual é a deficiência dessa tecnologia? É que você precisa ter uma produção constante num volume fantástico de mosquitos. Isso foi testado numa cidade da Bahia, Jacobina, com resultados extraordinários, mas, para um país da dimensão do Brasil, fica muito difícil desenvolver uma tecnologia dessa.

E outra tecnologia, também promissora, é essa da bactéria Wolbachia. O que os cientistas dizem é que essa bactéria existe saprofitamente na grande maioria dos mosquitos, mas não existe no mosquito da dengue, no Aedes. Então, você contamina o mosquito com essa bactéria, e o mosquito contaminado com a bactéria Wolbachia perde a capacidade de transmitir a dengue. Acreditam os cientistas, embora não esteja comprovado ainda, que ele perderia também a capacidade de transmitir a chikungunya e a zika também. Essa bactéria é transmitida sexualmente, e é transmitida da mãe para o filho, para o ovo. Então, é quase como que se nós espalhássemos uma doença sexualmente transmissível para os mosquitos e, aí, um vai contaminando o outro. É uma tecnologia promissora, e esperamos com bastante ansiedade que ela possa se concretizar.

Na questão das vacinas, nós estamos em fase bastante avançada para a dengue. Para a zika, nunca nem se falou, porque esse vírus simplesmente não existia em volume suficiente para justificar o desenvolvimento de uma vacina.

Quanto à vacina da dengue, nós temos um laboratório internacional, Sanofi Pasteur, que já teve o registro dessa vacina concedido no México e, brevemente, deverá ser concedido aqui no Brasil também. É uma vacina com três doses – aplica-se uma dose, depois outra com seis meses, depois outra – que tem um índice variável de imunização, mas o ponto mais positivo dessa vacina é que o laboratório diz que a pessoa que foi vacinada, mesmo que venha a se contaminar com o mosquito da dengue, terá sintomas bem atenuados, bem menos intensos, e o número de casos graves é muito menor, e o número de mortes, muito menor ainda. O grande inconveniente é que uma dose da vacina custa em torno de €20. Então, para cada pessoa, seriam €60 e, para 200 milhões de pessoas... Nem pensar!

Se fosse como no caso da zika, em que nós temos um universo definido – mulheres gestantes – poderíamos adquirir para mulheres gestantes, mas adquirir para a população inteira é impossível.

E está sendo testado agora, com grande esperança também, esse inseticida residual domiciliar, que seria um borrifamento nas paredes – o mosquito se contaminaria com esse inseticida e morreria.

No desenvolvimento tecnológico, educação e pesquisas, precisamos fomentar as pesquisas e estudos sobre o vírus Zika, o comportamento da doença, suas correlações, e desenvolver pesquisas sobre tecnologias inovadoras para o controle do vetor – então, pesquisas sobre microcefalia e outras malformações congênitas. Nós estamos falando em microcefalia por ser a mais grave, mas as crianças, normalmente, têm outras malformações associadas.

E há também a Síndrome de Guillain-Barré, que é uma doença autoimune, neurológica, que paralisa as pessoas, normalmente é ascendente, e está correlacionada, na maioria dos casos, também com este danado do vírus Zika.

E estamos lutando pelo desenvolvimento da vacina. Nós estamos chamando parceiros nacionais e internacionais para desenvolver uma pesquisa, uma vacina contra a zika, só que isso é medido em décadas – se conseguíssemos fazer isso em 4 ou 5 anos seria uma coisa extraordinária, menos que isso nem pensar.

Bom, vamos para a parte de recursos, ações e planos de contingência.

Então, os recursos crescentes para vigilância...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Ministro.

O SR. MARCELO CASTRO – Pois não.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Com licença, Presidente.

Ainda nas informações gerais, ali: foi identificado por que começou naquele canto exatamente, por que houve uma maior fluência ali em Pernambuco e arredores?

O SR. MARCELO CASTRO – Não se sabe, isso é uma coisa que está intrigando os cientistas, porque na Bahia houve também, e os casos da Bahia não são tão... No Ceará houve também... Na Bahia houve mais casos

de chikungunya, mais do que de zika. Porque tudo é a primeira vez, nós estamos construindo agora a bibliografia, não existe nada no mundo em relação a isso.

Os recursos: aqui nós estamos demonstrando o que nós gastamos em 2015. Tivemos um aporte adicional de R$150 milhões para o combate ao Aedes: aquisição de larvicidas e adulticidas, 17,9 toneladas de larvicidas foram distribuídas em dezembro para o Nordeste e Sudeste, totalizando 114 toneladas – foi o que nós distribuímos este ano de larvicidas.

Para o próximo ano já estão garantidas 100 toneladas de larvicidas, já fizemos o pedido. A definição da quantidade de larvicida é feita de acordo com o histórico de consumo e a situação epidemiológica de cada Estado. Então, temos um comparativo de 2014/2015, só mostrando que os larvicidas foram distribuídos, serão distribuídos, o fumacê ali, a bomba costal. Todas as providências estão sendo tomadas.

Fortalecer o Centro de Comando e Comunicação da Saúde: atualizar a rede lógica de videoconferência nos 27 centros regionais que estão sendo montados; atualizar a rede lógica de videoconferência da sala de comando e controle do Ministério da Saúde.

Aperfeiçoar o sistema de informação e comunicação, indicadores, aplicativos e boletins: adquirir equipamentos de software para análise de situação de saúde; adequar o sistema de controle da dengue; construir o sistema de informação para levantamento rápido do índice de infestação por Aedes aegypti, que chamamos de LIRAa – com esse sistema, aplicamos de dois em dois meses, os agentes de combate às endemias são obrigados a fazer isso, e eles dão um mapa do Brasil inteiro, onde é que está melhor, onde é que está pior, onde é que está preocupante – realizar ajuste no Registro de Eventos em Saúde Pública; e disponibilizar os módulos de triagem auditiva e ocular do sistema de informação de saúde.

Bom, eu fiz uma apresentação rápida – é claro que essa é uma ação muito mais detalhada – para poder ficar à disposição de V. Exªs e esclarecer alguma dúvida que, por acaso, eu esteja em condições de esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Presidente Edison Lobão, caros colegas Senadores e Senadoras.

Caro Ministro Marcelo Castro, quero cumprimentá-lo não só pela clareza das informações, mas também porque o senhor chegou ao Ministério e pegou esse grande desafio pela frente, além de tantos outros problemas na área da saúde, e com escassez de recursos. Então, acho que estado de guerra, vamos dizer assim, o combate ao mosquito, foi feito de maneira estratégica.

Eu tenho algumas dúvidas, Ministro, sobre algumas orientações iniciais, mas eu também queria agradecer-lhe pela referência ao papel dos meios de comunicação no processo.

Hoje mesmo, de manhã, no Bom Dia Brasil, estava lá uma especialista mostrando como se desenvolvia o mosquito e dando uma orientação técnica para facilitar a compreensão das pessoas.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – E a rapidez, Ana, a rapidez.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim, a rapidez de como tudo isso aconteceu.

Isso é para mostrar e alertar a população. Essa não é uma tarefa do Ministro da Saúde apenas. O senhor é o líder de um processo, mas essa é uma responsabilidade de cada cidadão, daquele cidadão que deixa uma planta com água parada, um pneu com água parada, o que é muito comum. Em algumas cidades, o Exército mostrou a quantidade de pneus que foram recolhidos, não sei se em Campo Grande ou em Cuiabá – o Exército recolheu esses pneus e os mandou para reciclagem. Quer dizer, vimos muitas coisas que poderiam fazer parte do cotidiano, mas só aconteceram graças a essa ação.

No começo do processo, houve a orientação de alguns médicos no sentido de que as potenciais gestantes aguardassem um pouco, mas houve uma divergência de enfoque em relação a esse tipo de orientação.

Eu vi casos de pessoas relacionadas a mim que tiveram abortos, jovens que tiveram abortos espontâneos, e o relato das pessoas que viram o feto era de que a criança teria um crânio pequeno e um corpo maior do que normalmente tem uma criança – isso foi aqui em Brasília. Oficialmente, agora é que se está identificando a relação entre zika e microcefalia. Então, houve dois casos de abortos nessas circunstâncias – abortos espontâneos em função disso.

Há outra coisa. Houve uma redução do diâmetro do cérebro: de 33 para 32 centímetros de circunferência craniana. Qual a razão dessa redução? Isso seguiu uma métrica da Organização Mundial de Saúde? O que, além do que o senhor já disse, os nossos cientistas estão fazendo hoje na área da ciência e tecnologia, na área do Cientec, no seu Ministério, para ter o controle dessa epidemia?

E repetindo a pergunta do Senador Paulo Rocha: por que começou ali? E eu quero lhe dizer que no Rio Grande do Sul já há – foi oficializado pela Secretaria da Saúde – um caso de microcefalia. Esse é um problema que se observa hoje em todo o território brasileiro, mas onde os riscos são maiores?

São essas as perguntas que eu faço para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Com a palavra, o Sr. Ministro.

O SR. MARCELO CASTRO – Eu agradeço as perguntas da Senadora e as referências elogiosas ao meu trabalho.

Quero concordar, Senadora, com a expressão que a senhora usou. Em verdade, nós estamos em estado de guerra contra esse mosquito, e nós não podemos perder esta batalha, porque, como eu gosto de dizer sempre que falo, não são números – hoje a televisão fez o acompanhamento: "Aumentou 20% de uma semana para a outra, está muito grave". Temos que ver que são dramas humanos que vão acompanhar essas pessoas pelo resto da vida.

Então, tudo o que nós pudermos fazer enquanto agentes públicos, e a sociedade... Esta outra fala da senhora, também achei muito importante: todos nós, sociedade, temos que nos sentir responsáveis pelo combate ao mosquito. Se isso ficar só a cargo do Poder Público, será uma batalha perdida. Oitenta porcento dos criadouros estão dentro das casas. Então, é a pessoa, dentro de casa, que tem o papel principal para resolver esse problema. E o que nós temos à mão neste momento é só isto: destruir os criadouros de mosquito.

O que é um criadouro de mosquito? É qualquer e toda porção de água parada. Então, a tampinha de uma garrafa virada de boca para cima: ali se acumula água e vira um criadouro. E como foi mostrado hoje muito bem por aquela técnica na televisão: o ovo que o mosquito fêmea põe fica lá um ano sem água esperando; na hora que molha um pouquinho, onze minutos depois, já existe a larva. Quer dizer, aquele ovo já tinha eclodido, já tinha virado uma larva, e ela já estava andando dentro d'água. Então, ele fica esperando pelo momento propício. Então, tem que combater e exterminar todo e qualquer potencial criadouro. E o que não puder destruir, colocar o larvicida.

Nós estamos recomendando agora, e o Exército brasileiro está fazendo... Existem muitos caminhões-pipa distribuindo água no Nordeste e, como no Nordeste está sem chover, poderíamos dizer: "Bom, não está acumulando água, então não há mosquito." Não: estão criando os mosquitos nos reservatórios. As pessoas armazenam a água para poder beber: vai o carro-pipa, e a pessoa armazena no balde; e ali fica um criadouro. Então, no Nordeste, o grande criadouro de mosquito hoje é a água armazenada.

Então, o que nós estamos fazendo? Botando o larvicida dentro do caminhão-pipa para já distribuir a água...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Limpa.

O SR. MARCELO CASTRO – ... limpa. Quer dizer, com o larvicida, para não deixar que as larvas se desenvolvam, ou que mate as larvas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ministro, esses larvicidas são inofensivos para a saúde humana? Não existe nenhum problema?

O SR. MARCELO CASTRO – São inofensivos se usados na dose recomendada. Como diz o Drauzio Varella, até água, se bebida em excesso, pode matar, não é? Então, há uma dose correta, e esses cuidados precisamos tomar.

Senadora, a senhora falou aqui sobre a questão das gestantes, da divergência de orientações. O Ministério sempre teve o cuidado de dizer que a gravidez deve ser um ato programado, deve ser uma gravidez responsável, uma maternidade responsável, uma paternidade responsável, que é uma opção da pessoa, do casal, da família, e que, neste momento que nós estamos vivendo, a pessoa pode também chamar o seu médico de confiança para orientar essa decisão. Então nós nunca dissemos que não é para as pessoas engravidarem; o que nós estamos dizendo é que, se a pessoa tomar essa decisão, deve se cercar de todo cuidado. Aí a coisa é grave: uma grávida não pode ser picada por um mosquito, porque se for...

E há outra coisa sobre a qual as pessoas ainda não estão bem informadas: a imensa maioria dos casos de zika é assintomática. Então, a pessoa pode ter zika sem saber que teve, só saber nove meses depois, oito meses depois, quando a criança nascer com microcefalia. Então, é um caso... Não sei se nós já vivemos uma situação tão difícil como a que nós estamos vivendo atualmente em saúde pública. Então, não dá para brincar.

O Ministério não diz para ninguém que não engravide, mas diz que, se a pessoa engravidar, deve se cercar de todos os cuidados. Se puder telar a casa, dormir debaixo de um mosquiteiro, melhor – aliás, o problema não é nem tanto à noite, porque o mosquito tem hábito diurno. Deve usar repelente, cobrir-se toda, fazer tudo para não entrar em contato com o mosquito, porque um transtorno desse é uma coisa gravíssima.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aqui, Ministro, eu gostei desse Sábado da Faxina. A faxina é uma palavra que tem um conceito muito apropriado, não só neste setor aqui. A questão da limpeza não é só em relação à água parada, é a própria limpeza das áreas onde se está.

Por exemplo, se existe um monturo ou lixo acumulado, e o senhor vai passar o larvicida ou os outros produtos químicos ali por cima, no meio ficará um reservatório, um depósito de mosquito. Então, perde-se o produto e não se alcança o objetivo.

O SR. MARCELO CASTRO – É verdade.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, eu penso que está muito bem esta palavra "faxina".

O SR. MARCELO CASTRO – Esses monturos, esses terrenos abandonados... As pessoas também costumam comprar terrenos, murar e deixar lá. Ali, qualquer caco de garrafa, uma latinha, qualquer coisa, uma garrafa plástica, um pedaço de pneu, uma manta, tudo que acumula água é criadouro de mosquito. E, aí, pode ficar contaminando um quarteirão inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – E as piscinas espalhadas no Brasil todo?

O SR. MARCELO CASTRO – Essas são extraordinários criadouros. Tem que botar o larvicida, não há outro jeito. A pessoa não vai ficar sem a piscina, então tem que botar o larvicida para controlar.

E há a questão, Senadora, que a senhora falou, do perímetro craniano, a mudança de 33 para 32. Na verdade, a Organização Mundial da Saúde sempre preconizou, e preconiza, 32 cm – essa é a orientação técnica. O Ministério da Saúde, inicialmente, para não deixar nenhum de fora, deu uma elasticidade para caso suspeito de notificação – para depois realmente fazer o estudo, fazer a ultrassonografia, a tomografia se necessário, para chegar à conclusão se é ou não. Mas, depois, nós vimos que isso estava gerando uma dúvida, uma celeuma. Então, nós passamos à orientação que é preconizada pela Organização Mundial da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA. Fazendo soar a campainha.) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente. E quero cumprimentá-lo, pois V. Exª é autor do requerimento que convidou o Ministro Marcelo Castro para que estivesse hoje aqui, na nossa Comissão.

Eu vou ser muito objetivo para não ser repetitivo, Ministro Marcelo.

Eu comentava aqui com a Senadora Vanessa Grazziotin que o meu Estado do Mato Grosso do Sul, em especial, a Faculdade da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, tem uma grande preocupação, até por causa do nosso clima. Já houve ano em que Campo Grande, na questão da dengue, chegou a ser, proporcionalmente, uma das cidades com maior índice de dengue: pela chuva e pelo calor que faz lá.

Com tudo isso, eu queria reforçar algo mencionado por V. Exª, que são os agentes comunitários de saúde. Na verdade, é um exército, são 150 mil, não é?

O SR. MARCELO CASTRO – Não, nós temos 265 mil agentes comunitários de saúde. E não está catalogado, mas nós devemos ter ainda de 70 a 90 mil agentes de combate a endemias. Então, por baixo, nós temos 300 mil.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Então, eu acho que é importante apostar neles. Por quê? Porque essas pessoas já são treinadas, já estão preparadas. Alguém aqui nesta Comissão disse que eles deveriam ter algum aparelho, um tablet talvez, para que esta comunicação fosse mais rápida: "Aqui existe um foco detectado".

Lá no Estado, estão fazendo o seguinte: detectou a incidência maior, de dengue ou de zika – agora, evidentemente, o cuidado maior é com zika... Sabemos também que se delimita o raio em torno do local onde apareceu a doença. Quer dizer, localiza-se onde mora o paciente que está com um diagnóstico positivo de dengue, de zika ou de chikungunya e, aí, delimita-se um raio, e aquele raio é vasculhado. Invariavelmente se descobrem ali focos do mosquito Aedes aegypti.

Então, na verdade, para não ficar repetindo: o grande problema é evitar mesmo. E não existe outro jeito enquanto não houver uma tecnologia que mude isso, como essa do mosquito geneticamente modificado – quando eu ainda era Deputado Federal lá na Comissão de Seguridade, já se falava nisso, mas sempre o problema era a quantidade de que precisaríamos.

Então, quero parabenizá-lo. A exposição foi clara, acho que as medidas foram todas tomadas. Eu disse à Senadora Vanessa: isso tudo que está sendo feito é o que poderia ser feito, inclusive a agilidade com que isso foi feito.

Agora insisto em uma coisa. Percebo que as nossas televisões e rádios estão fazendo quase que espontaneamente uma campanha. Isso é uma grande ajuda, chama muito a atenção das pessoas toda vez que aparece na televisão que você precisa combater o foco. Na minha avaliação, é uma grande ajuda na prevenção.

E a prevenção é isto: a pessoa se conscientizar de que, na verdade, depende dela, ela tem que limpar a casa dela, o quintal dela, e, principalmente, fazer a conscientização dos vizinhos, das pessoas que moram ao lado.

E há a questão das casas das pessoas que saem para trabalhar e, quando chega a equipe, a casa está fechada. Tem que ter uma autorização para a equipe entrar na casa. As câmaras municipais, as assembleias legislativas têm que votar legislações específicas no sentido de que tem que ter essa autorização para adentrar a propriedade e vasculhá-la. Em casas abandonadas, muitas vezes não se entra; em terrenos, também – V. Exª abordou isso aqui. Você cuida direitinho, mas, ao lado da sua casa, há um terreno que a pessoa não cuida, cresce o matagal, e é ali, na maioria das vezes, que se vai encontrar foco do mosquito.

Então, basicamente é o que o Ministério está fazendo. Eu o parabenizo pela agilidade da sua equipe. E saio da audiência... Tranquilo não dá para ficar, porque isso é uma tragédia, principalmente os casos de microcefalia – é uma tragédia isso.

Eu lembro que o professor que falou pela primeira vez da relação que poderia existir entre zica e microcefalia é lá da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Ele levantou essa possibilidade, ele achava real isso. Hoje me parece que não existe mais dúvida quanto a essa relação, mas era uma coisa sobre a qual, até então, todo mundo dizia: "Zica é uma dengue atenuada" – não se prestou atenção, e explodiram os casos de microcefalia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Só uma observação.

O senhor falou, e é correto, sobre o sofrimento para a família, mas, mais do que isso, há o peso que logo isso vai representar para o Estado brasileiro. Essas pessoas demandarão assistência social, também um atendimento prestado pelo Estado. Então, haverá também o custo financeiro sob esse aspecto.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Então, Sr. Presidente, eu não tenho nenhum questionamento. Quero apenas dizer que, na minha opinião, quem está ouvindo, quem está nos assistindo, vai perceber que existem, sim, providências que estão sendo tomadas, e isso certamente já está chegando a cada um dos Municípios do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Agradeço ao Senador Moka.

Com a palavra, a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Se V. Exª me permite, eu quero, primeiro, cumprimentar, de forma muito carinhosa, o nosso querido Ministro Marcelo Castro, que é uma pessoa com a qual eu convivo há muitos anos, é alguém que aprendemos a respeitar na Câmara dos Deputados.

Quero dizer que fiquei muito feliz, Ministro, quando da sua escolha para dirigir os destinos da saúde do País. Tenho certeza absoluta de que o Ministério está em muito boas mãos.

O SR. MARCELO CASTRO (Fora do microfone.) – Obrigado, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É um prazer tê-lo conosco neste momento e como Ministro da Saúde do Brasil.

Eu também, da mesma forma que fez o Senador Moka, não quero repetir nada aqui. Eu apenas quero destacar o que V. Exª ressaltou do início ao fim.

Nós estamos diante de um problema inédito no mundo. Cheguei um pouco depois de o senhor ter começado – já estou lendo toda a sua apresentação – mas recebi socorro do Senador Moka, a quem perguntei em que países o problema vem se apresentando. A África tem muito mais... Nunca houve uma correlação.

E quero dizer, Ministro, que fiquei muito intrigada, porque, uma ou duas semanas antes de o assunto vir a público, estive na Fundação Oswaldo Cruz do meu Estado do Amazonas. Lá fizeram uma prestação de contas a mim, porque todos os anos eu faço emendas à Fundação Oswaldo Cruz, que desenvolve no meu Estado pesquisas importantíssimas sobre doenças tropicais, endemias, malária e tudo mais. Fizeram uma belíssima apresentação de contas, inclusive de atividades de saúde que desenvolvem em comunidades indígenas com recursos de emendas que eu aporto no Orçamento.

E, nesse dia, vários técnicos levantaram a questão, Senador Lobão, dizendo que não tinham dúvida nenhuma – eu tomei um susto – de que os casos de microcefalia eram causados pelo zika vírus. Eu fiquei assim... O que eu faço? Eu não tenho o que fazer – pensei: "Eu vou ficar calada e ouvir, isso é coisa de cientista". E logo o assunto veio.

Isso é ruim e é bom. É bom porque nós estamos trabalhando. Eu não tenho dúvida nenhuma de que o Brasil será um grande líder no desenvolvimento do estudo dessa doença. Eu não tenho dúvida nenhuma. Isso graças a pesquisadores e a profissionais da área de saúde que nós temos no Brasil que insistem, apesar de todas as dificuldades, dos baixos salários e de tudo, em continuar no País, em continuar fazendo pesquisa. Então, acho que nós temos mais é que aplaudir o trabalho que essas pessoas vêm realizando em benefício do povo brasileiro e da humanidade.

E creio que o Governo vem tomando as medidas necessárias. Eu acho que agora não é hora de dizer: "Ah, mas diminuíram os investimentos na prevenção contra o mosquito". Eu acho que agora se trata de decidir o que fazer.

E vi que já foi criada uma comissão, por iniciativa da Presidência da República, que envolve 19 Ministérios, o Exército, as vigilâncias em saúde estaduais e municipais, todos atuando em perfeita sintonia. Isso é muito importante, porque os recursos têm que ser muito bem controlados para que estejam todos no mesmo lugar e não muitos em poucos lugares. O que nós temos tem que estar em todos os lugares.

Eu vejo aqui no mapa que, na Região Norte, eles já estão muito próximos na fronteira do Pará. A nossa Região está branca, mas, se não houver esse trabalho de prevenção, logo ela deixará de estar branca e estará cheia de pontinhos vermelhos, como outras. Então, acho que o grande desafio neste momento é isto: além dos estudos e das pesquisas, como evitar que a doença avance.

Aí pergunto ao senhor: dentro desse grupo de crise – poderíamos dizer assim – dos 19 Ministérios, que estão trabalhando no enfrentamento ao Aedes aegypti e à microcefalia, qual é o papel do Ministério da Educação? Porque, além da saúde, o que nós temos muito ramificado no Brasil é a educação, a escola, desde a creche. Eu queria que o senhor falasse mais um pouco sobre como as escolas, como o setor de educação está ajudando nesse enfrentamento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Permite-me, Senadora? Presidente?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Claro.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A Senadora falou sobre o Ministério da Educação. Eu acrescentaria, Senador Paulo Rocha – V. Exª é muito ligado aos pequenos agricultores – a necessidade de uma interlocução com o Ministério da Agricultura e com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, com os movimentos sociais, as organizações da Contag, as organizações dos trabalhadores, o sindicato dos trabalhadores da área rural. Não se pode olhar apenas para a área urbana, onde o número de pessoas é muito maior, mas também para a área rural, para dar a eles a proteção da informação, porque, às vezes, a informação não chega até o meio rural.

Então, era apenas para acrescentar isso e cumprimentar a Senadora Vanessa pela colocação.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Ministro, refiro-me ao interior de um Estado que tem essa característica da criação de pequenos víveres, os pinteiros, os galinheiros, onde se armazena água para esses animais: como isso é tratado?

O SR. MARCELO CASTRO – Senador Paulo Rocha, vou ter que levar esse problema para os nossos técnicos, porque quando traçamos o plano visamos sempre a zona urbana. Realmente, preciso ver como se está cuidando disso, porque o agente de combate às endemias não vai a esses lugares distantes, ele vai às casas. Esses povoados são atendidos também, são visitados, são controlados, agora, em locais isolados fica mais difícil. Mas o nosso objetivo é visitar todos os domicílios do País. Essa é a nossa meta a ser atingida.

O papel da educação aqui, Senadora Vanessa – aproveito para agradecer as suas palavras elogiosas, que só podem ser motivadas pela nossa grande amizade e pela simpatia que existe entre nós – é uma das ações que acho mais importantes, em que ponho mais fé em trazer bons resultados. A dificuldade é que a intensificação da campanha agora está coincidindo com as férias escolares. Mas a nossa grande esperança é que as crianças sejam os grandes combatedores dos criadouros de mosquito. Eu tenho certeza de que, quando nós intensificarmos isso nas escolas, as crianças vão chegar em casa com o radar ligado, procurando qualquer água acumulada para destruir criadouros. As crianças são muito receptivas a essa mudança de comportamento, a essa nova informação. Eu acho que este aqui é o papel preponderante que o Ministério da Educação, com certeza, vai fazer: preparar gente para o futuro.

Então, o que estamos dizendo constantemente? Infelizmente – não estou culpando ninguém; a culpa é de todos nós –, nós contemporizamos um pouco no combate ao mosquito. Ficamos sempre naquela da loteria: "Ah, morreram 800. É, mas eu tive e não morri. Meu irmão teve e não morreu." Porque o número é tão grande... Agora não. Agora eu acho que temos todos os sinais acesos para a sociedade ficar alerta. Todos têm que se sentir responsáveis pela exterminação do mosquito. E só depende de nós.

Se fizermos uma ação coordenada entre o Exército brasileiro, junto com a Polícia Militar, junto com os Corpos de Bombeiros, a sociedade mobilizada, os meios de comunicação dando todo apoio, as redes sociais intensificadas, com os agentes de combate às endemias, com os agentes comunitários de saúde, para visitar todos os lares, orientar as pessoas, voltar àquele mesmo lar para saber se a pessoa tomou aquelas medidas que foram preconizadas... Em Sergipe, eles estão multando quem não faz. Então, a sociedade está vendo que precisa chamar a si essa responsabilidade. Imagina uma pessoa grávida ser picada por um mosquito... Essa pessoa entra em pânico, não tem como. Ela vai passar a gestação indo ao médico para fazer ultrassonografia para saber como vai ser o desenvolvimento da criança. Ela vai ficar em pânico.

Então, nós temos que combater esse mosquito de todas as maneiras.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente, pela ordem.

É a última questão, Ministro Marcelo Castro. Faço-a em nome do Senador Magno Malta, que não pôde chegar a tempo e me pediu que perguntasse ao senhor se já houve algum caso registrado, nas comunidades ou nas reservas indígenas, de mulheres indígenas gestantes. Ele quer saber se houve algum registro em relação às comunidades indígenas – a intenção é a prevenção.

O SR. MARCELO CASTRO – Não tenho essa informação, porque temos indígenas espalhados pelo País inteiro. Não há essa distinção, quer dizer, qualquer comunidade, qualquer local pode ser acometido. Então, não tenho uma resposta precisa, mas acho que, em relação àqueles indígenas que estão em zonas urbanas, não há nenhuma distinção. Agora, nas aldeias isoladas, não temos notícias de casos registrados.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Sr. Ministro, quando fiz o convite a V. Exª para que viesse aqui, tinha a consciência da gravidade desse problema. E nós pretendíamos ouvir, nesta Comissão Temática, uma palavra tranquilizadora, se possível – se não, pelo menos uma radiografia exata da situação que vive o País e das providências que eventualmente pudessem estar sendo tomadas.

V. Exª nos traz informações concretas que advertem o País quanto ao que significa esse mal que assola hoje os Municípios e os povoados brasileiros.

Não ficou bastante claro, porém, Ministro, no meu pensamento, o que ocorre, por exemplo – V. Exª falou de raspão – nas piscinas, nos grandes lagos, nos açudes e, sobretudo, nos lagos das grandes hidrelétricas. Qual é a situação objetiva desses locais? Sabemos que existem no Brasil milhões e milhões de piscinas residenciais, milhões, a além dos rios, dos córregos, das barragens, dos grandes depósitos de água para moverem as hidrelétricas, reservatórios gigantescos, além dos açudes que estão no Nordeste brasileiro. Então, creio que essa é uma palavra que V. Exª nos precisa dar para que, se não nos tranquilizar, pelo menos nos advirta sobre as consequências que poderão advir se não houver uma providência objetiva, total, nesses reservatórios.

O SR. MARCELO CASTRO – Senador, sobre essa preocupação de V. Exª: tive que consultar ali os universitários, porque é uma pergunta muito técnica e, evidentemente, eu não tenho a devida formação para responder.

O que ele está nos dizendo aqui é que o mosquito tem hábito urbano, não é rural. Os açudes e as barragens não têm sido detectados como criadores da larva – os peixes comem as larvas. Na verdade, não precisamos ter essa preocupação.

Quanto às piscinas... O cloro que botamos na água das caixas d'água, que podemos beber, não é suficiente para matar as larvas. Agora, na piscina, quando as pessoas usam o cloro na proporção recomendada, é suficiente para matar as larvas. Então, a água com a dose adequada de cloro para piscina é suficiente para matar a larva do mosquito.

A minha preocupação é com relação a essas piscinas abandonadas, que acumulam água, o dono não liga: nelas você tem que colocar o larvicida, porque aquilo é um potencial criadouro de mosquito.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – No caso dos larvicidas: seria permanente naquela piscina abandonada ou de tantos em tantos meses?

O SR. MARCELO CASTRO – O larvicida tem uma duração de aproximadamente de 60 dias. Então, os agentes comunitários de saúde têm que passar naquelas casas botar e botar de novo. Essa é a recomendação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – É uma ação dos agentes de saúde, não do proprietário da piscina?

O SR. MARCELO CASTRO – Não, a responsabilidade é do proprietário da piscina, ele é que tem que fazer todas essas coisas. Agora, se ele não faz, tem que ser chamado à responsabilidade.

Eu estou pensando na piscina de uma casa que está abandonada – a pessoa fechou a casa – que não está sendo usada, porque na casa habitada a responsabilidade é do dono da casa. Então, naturalmente, se ele está usando a piscina, vai clorar a água com uma dose de cloro que já é suficiente para matar as larvas, para elas não se desenvolverem. Isso é diferente da água que usamos para beber, para uso doméstico, porque nessa você tem uma quantidade de cloro que não é suficiente – no caso da piscina, seria.

Agora, quando há uma piscina abandonada que acumula água e essa água não é clorada, é evidente que é preciso usar um larvicida ou, se for o caso, o cloro em maior quantidade.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Agradeço a presença do Ministro, foi extremamente útil para nos advertir – todos e não somente alguns – das consequencias danosas, perigosas, letais desse vírus que tanto nos atormenta.

Obrigado, Sr. Ministro.

O SR. MARCELO CASTRO – Obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Lembro aos Srs. Senadores que nós teremos uma reunião em seguida para realizarmos uma nova audiência pública.

(Iniciada às 9 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 21 minutos.)

ATA DA 40ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS ONZE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e cinquenta e três minutos, do dia dezesseis de dezembro de dois mil e quinze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Edison Lobão reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Rocha, Paulo Paim, Waldemir Moka, Otto Alencar, Ricardo Franco, Dalírio Beber, Flexa Ribeiro, Roberto Rocha, Elmano Férrer, Eduardo Amorim, Vicentinho Alves e das Senadoras Regina Sousa, Angela Portela, Ana Amélia, Lúcia Vânia, Marta Suplicy e Vanessa Grazziotin. Registraram a presença os Senadores Valdir Raupp e José Medeiros. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 20, de 2015-CAS, de iniciativa da Senadora Lúcia Vânia e da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de debater a questão da obesidade infantil para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2015, que "acrescenta §3° ao art. 6° da Lei n° 8.918, de 14 de julho de 1994, para determinar que as embalagens de bebidas açucaradas contenham advertência sobre os malefícios do consumo abusivo dessas bebidas", com a participação dos seguintes oradores: Elias Hanna, Médico Endocrinologista de Goiás; Gisele Bortolini, Analista Técnica de Políticas Sociais, Representante de Antônio Carlos Figueiredo Nardi, Secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde; Albaneide Maria Lima Peixinho, Vice-Presidente do Conselho Federal de Nutricionistas, Representante de Élido Bonomo, Presidente do CFN; Paula Fabrega, Médica Endocrinologista da Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica – ABESO; Thalita Antony de Souza Lima, Gerente-Geral de Alimentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Usam da palavra as Senadoras Ana Amélia, Lúcia Vânia e os Senadores Otto Alencar e José Medeiros. A Presidência propõe a dispensa da leitura e a aprovação da presente Ata, que é dada por aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e um minutos, lavrando eu, Pedro Glukhas Cassar Nunes, Secretário Adjunto da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador EDISON LOBÃO
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 40ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 20, de iniciativa da Senadora Lúcia Vânia e da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de debater a questão da obesidade infantil, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2015, que "acrescenta §3° ao art. 6° da Lei n° 8.918, de 14 de julho de 1994, para determinar que as embalagens de bebidas açucaradas contenham advertência sobre os malefícios do consumo abusivo dessas bebidas".

Convido a compor a Mesa a Srª Gisele Bortolini, Analista Técnica de Políticas Sociais, representante de Antonio Carlos Figueiredo Nardi, Secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, a quem concedo a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, antes que se inicie essa exposição.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Com a palavra, pela ordem, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quero fazer um registro necessário, e tenho a convicção de que contarei com o apoio de todos os Senadores.

Lembro aquela que está deixando a função de braço direito do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, que hoje é o senhor. Quando cheguei ao Senado, o Presidente desta Comissão era o ex-Senador Jayme

Campos, que nos brindou com uma dedicação grande. Posteriormente, veio o Senador Waldemir Moka. O senhor, agora, tem a missão de nos coordenar e liderar nos assuntos de interesse social.

O tema da saúde é prioritário. Acabamos de ouvir, por sua iniciativa, a excelente palestra do Ministro Marcelo Castro, uma palestra esclarecedora, didática. Também todas as perguntas foram bastante complementares à exposição do Ministro.

Faço este registro desejando muito sucesso e êxito à Secretária Executiva desta Comissão, a nossa querida Dulcídia Calháo, que se está aposentando. Penso que ela o merece, como servidora pública exemplar que foi no trato com os colegas, no trato com os Parlamentares, na relação de responsabilidade. Ela está sempre atenta. Ela está sempre apoiando, com o rigor técnico do Regimento, o Presidente nas horas de dúvida, orientando-o sobre como proceder numa iniciativa, numa votação ou numa avaliação.

Então, pela relação respeitosa que com ela tive, faço questão de fazer este registro, como admiradora da Dulcídia, pelo trabalho que ela e sua equipe fizeram. Ela liderou uma equipe fantástica, que continua sob os cuidados da Patrícia, que, creio, é da mesma escola da nossa Dulcídia Calháo.

Então, desejo à nossa querida Dulcídia um descanso merecido.

Acho que você é muito jovem para pendurar a chuteira, mas é um descanso merecido. Que sua aposentadoria sirva de reflexão sobre todo o bem que você fez aqui, nesta Comissão de Assuntos Sociais e no Senado Federal, Dulcídia. Tive muita honra de tê-la aqui.

Desejo à Patrícia a mesma sorte e o mesmo empenho nessa missão desafiadora.

Muito obrigada, Sr. Presidente Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Ana Amélia, eu pretendia, ao final desta reunião, tratar desse assunto, ao fazer o relatório das atividades desta Comissão ao longo deste ano de 2015, mas, já que V. Exª oportunamente aborda este assunto, traçando um perfil rápido e merecido da nossa querida Dulcídia, quero acrescentar algo.

Passei pela presidência de muitas comissões do Senado, até pelo fato de que minha longevidade aqui – isto faz muito bem a mim – me tornou o decano do Senado hoje.

A Dulcídia faz parte desse mundo moderno de técnicos que garantem a solidez do funcionamento de comissões em todas as partes do mundo. Hoje não se funciona mais sem assessores qualificados. É o que ocorre nas comissões do Senado, é o que ocorre na Mesa do Senado – enfim, em toda parte.

Eu lastimo que ela tenha que nos deixar, porque, ao longo das gestões de vários Senadores na Presidência, ela foi uma garantia permanente de que as sessões funcionariam com a precisão devida e com a orientação devida do maestro da comissão, que é o Presidente.

Portanto, felicito a Dulcídia Calháo por essa qualificação intrínseca dela e pelo fato de ter preparado uma equipe, como dizia a Senadora Ana Amélia, azeitada, uma equipe da melhor qualidade. Tanto assim que nós não precisamos recorrer a um técnico igualmente qualificado de fora dos quadros da Comissão.

Assume o seu lugar a Patrícia, que já começou a operar como Secretária da Comissão a partir de hoje, também com semelhante competência, ainda que não com a experiência que acumulou a Dulcídia.

Dulcídia, seja feliz no recolhimento da sua vida privada!

Drª Gisele.

A SRª GISELE BORTOLINI – Bom-dia a todos.

Em nome do Ministério da Saúde, eu agradeço o convite. Dirigindo-me ao Senador Edison Lobão, Presidente da Comissão, agradeço pela oportunidade de estar conversando um pouco com vocês sobre as políticas públicas específicas para combater a obesidade infantil.

Tenho uma apresentação.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª GISELE BORTOLINI – Há um problema técnico na apresentação que preparei. Vou iniciando enquanto eles providenciam uma cópia.

A obesidade no Brasil tem crescido muito nos últimos anos, principalmente entre o público infantil. O Ministério da Saúde realiza diversos inquéritos para fazer o diagnóstico da obesidade no País, não só em crianças, mas em adultos também.

Sobre crianças menores de 5 anos, o último inquérito nacional foi realizado em 2006 e avaliou que o excesso de peso, já em 2006, era muito mais prevalente do que o baixo peso e a desnutrição. Inquéritos mais recentes que avaliam o estado nutricional das crianças que frequentam o Sistema Único de Saúde já mostram que a prevalência do excesso de peso em crianças de até 5 anos é próximo de 20%.

Quanto às crianças entre 5 e 9 anos: 30% das crianças no Brasil já estão com excesso de peso. Destas, em torno de 15% a 16% já têm obesidade. Quando olhamos para os adolescentes, vemos que aproximadamente 20% deles têm excesso de peso.

São inquéritos que foram realizados no Brasil com apoio do Ministério da Saúde.

Na faixa etária de criança até adolescente, o público de 5 a 9 anos é o que hoje apresenta maior prevalência, ou seja, a cada 3 crianças no Brasil, uma já apresenta excesso de peso. Portanto, de fato, é um problema de saúde pública que precisa, realmente, ser enfrentado por toda a sociedade brasileira.

Quanto à população adulta do País: recentemente o Ministério da Saúde realizou a Pesquisa Nacional de Saúde, que mostrou que mais de 50%, ou seja, quase 60% dos adultos no Brasil estão com excesso de peso. Então, isto se reflete na pesquisa: o problema começa na infância e vai se agravando conforme o ciclo de vida e, quando chega à fase adulta, a cada 10 brasileiros, 6 já apresentam excesso de peso.

Isso tem repercussões enormes para o Sistema Único de Saúde relacionadas às doenças crônicas. O tratamento dessas doenças crônicas está associado à ocorrência da obesidade no País.

Existem diversos fatores que estão associados hoje ao excesso de peso no País, mas o consumo alimentar – o que a população brasileira, de fato, está consumindo – é um dos fatores que impactam e que contribuem para o aumento do excesso de peso.

Esses mesmos inquéritos têm mostrado que crianças, antes mesmo de 2 anos de idade, já estão consumindo alimentos que são ricos em açúcar, gordura e sal, como refrigerantes, bolacha recheada e salgadinhos. O consumo desses alimentos que são associados ao excesso de peso já é muito frequente mesmo antes de dois anos de idade.

Quando nós olhamos as crianças em idade escolar, vemos que também existe uma elevada frequência: 30% das crianças em idade escolar consomem refrigerantes e biscoitos. Existe um perfil alimentar de consumo de alimentos não saudáveis.

Já há estudos no Brasil que mostram a relação do consumo desses alimentos com o excesso de peso. Por meio da Pesquisa de Orçamentos Familiares foi possível observar que, hoje, a população que tem mais excesso de peso no Brasil é aquela que mais consome alimentos ultraprocessados, que são alimentos ricos em açúcar, gordura e sal e que contribuem para aumentar a quantidade de energia que a população consome.

O consumo alimentar no Brasil ainda é baseado no arroz com feijão, mas a participação de alimentos considerados não saudáveis vem crescendo de forma alarmante, o que nos preocupa, principalmente pela associação do consumo desses alimentos com o excesso de peso da população, especialmente das crianças brasileiras.

Recentemente a OMS fez a revisão das recomendações de açúcar para a população mundial. A Organização recomenda que a ingestão de açúcar seja de no máximo 10% da energia ingerida por um indivíduo. Hoje, 16% do que o brasileiro consome vem de açúcar livre. Ou seja, nós consumimos 50% a mais do que a recomendação. De fato, no Brasil, há o diagnóstico de que o consumo de açúcar está elevado quando comparado às recomendações da Organização Mundial da Saúde. E nós sabemos que o consumo de açúcar livre de forma excessiva é um dos fatores que contribuem para o excesso de peso e para a obesidade no País.

Quando nós avaliamos a participação desse açúcar, que alimentos contribuem para maior ingestão de açúcar no Brasil, também por meio de uma análise da Pesquisa de Orçamentos Familiares, foi possível observar que 40% desse açúcar vêm de refrigerantes e sucos adoçados. Os produtos que mais contribuem para a ingestão de açúcar no Brasil hoje são as bebidas açucaradas. Em segundo lugar, bolachas e biscoitos; em terceiro, chocolate em pó. São pesquisas com dados de inquérito nacional representativo da população brasileira indicando que as bebidas açucaradas contribuem para o elevado consumo de açúcar no Brasil.

Dito isso, temos o diagnóstico de que o excesso de peso é um problema no Brasil. O consumo alimentar contribui para essa situação, e o consumo de açúcar, de fato, é elevado.

O que o Ministério da Saúde tem feito para enfrentar esse problema?

Em 2011, foi lançado o Plano de Enfrentamento das Doenças Crônicas, que tem como meta reduzir a prevalência da obesidade em crianças e em adolescentes e deter o crescimento da obesidade em adultos. Esse Plano tem um conjunto de ações que o Ministério da Saúde se compromete a implementar no âmbito da vigilância, na continuidade dos inquéritos para acompanhar essas condições na população, para identificar quais são os fatores de risco que contribuem para agravar a situação, um conjunto de ações de promoção da saúde – as evidências mostram que as ações de promoção da saúde contribuem para a prevenção da obesidade – e um eixo de cuidado integral. O Sistema Único de Saúde também é responsável pelo cuidado de indivíduos que hoje já se encontram com excesso de peso ou com doenças crônicas não transmissíveis. E há um conjunto de ações intersetoriais, porque a prevenção e o controle da obesidade também precisam ser feitos pelos diversos setores do Governo e por toda a sociedade, para contribuir, de fato, com a redução do excesso de peso.

Além disso, o Governo brasileiro elaborou uma estratégia intersetorial para prevenção e controle da obesidade no âmbito da Caisan (Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional), que é uma câmara que reúne 19 ministérios para conjugar esforços intersetoriais para prevenção e controle da obesidade, que são ações que aumentam a disponibilidade de alimentos saudáveis nos territórios. Há um eixo de educação, comunicação e informação; um eixo de promoção de modos de vida saudável; vigilância alimentar e nutricional; acompanhamento das condições de saúde da população; ações a partir do Sistema Único de Saúde para prevenir, controlar e tratar a obesidade; e um eixo de regulação e controle dos alimentos, ou seja, medidas regulatórias que contribuiriam para a prevenção e controle da obesidade no País.

São dois planos de suma importância para o Governo e que preveem diversas ações para contribuir com a prevenção e controle da obesidade no País.

Especificamente no setor saúde e para crianças, o Ministério da Saúde tem um rol de ações que acontecem no Sistema Único de Saúde, principalmente na atenção primária. Hoje, no Brasil, nós temos mais de 40 mil Unidades Básicas de Saúde que desenvolvem ações que contribuem para a prevenção e controle da obesidade. Essas ações começam com a promoção do aleitamento materno – as evidências mostram que a promoção do aleitamento materno e a ingestão de alimentos saudáveis nos primeiros anos de vida contribuem para a prevenção do excesso de peso.

O Ministério da Saúde também é responsável pela elaboração de guias alimentares que contribuem com diretrizes oficiais sobre a alimentação saudável; ações no âmbito da escola, por meio do Programa Saúde na Escola, que está em quase todos os Municípios do Brasil, em que as equipes de saúde desenvolvem ações junto com as equipes de educação para promover a alimentação saudável; ações para promover cantinas escolares mais saudáveis, para que as crianças, de fato, tenham acesso a alimentos mais saudáveis.

O Ministério da Saúde também desenvolve uma grande campanha nacional para promover a saúde da população brasileira; nessa campanha, há um eixo específico de promoção da alimentação adequada e saudável.

Além disso, o Ministério da Saúde tem realizado alguns acordos com o setor produtivo de alimentos para melhorar o perfil nutricional desses alimentos, no sentido da redução do sal, do açúcar e da gordura trans, presentes nesses alimentos.

Igualmente, é importante destacar dois significativos avanços na regulamentação da publicidade e *marketing*. Evidências mostram o quanto a publicidade e o *marketing* indevidos de alimentos não saudáveis contribuem para o excesso de peso. Houve uma resolução do Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) que dispõe sobre a abusividade da publicidade direcionada a crianças. Recentemente, houve a regulamentação da Lei 11.265/2006, que controla a publicidade indiscriminada dos alimentos e produtos que concorrem com a amamentação no País. Então, são dois importantes avanços que aconteceram recentemente e que contribuem para a proteção das crianças no Brasil e, com isso, para a prevenção da obesidade.

Finalizando meu tempo e finalizando a apresentação...

(Soa a campainha.)

A SRª GISELE BORTOLINI – O que ainda precisa ser feito para prevenir a obesidade infantil?

As evidências mundiais da Organização Mundial da Saúde e de diversas instituições colocam que ainda é preciso avançar em medidas regulatórias, tais como: regulamentar a publicidade de alimentos não saudáveis voltada para crianças e adolescentes; rotulagem nutricional que apoie escolhas alimentares mais saudáveis; medidas fiscais para tornar os alimentos saudáveis mais baratos; medidas fiscais para taxar alimentos ricos em açúcar, gordura e sal e, com isso, reduzir seu consumo; regulamentar a oferta de alimentos não saudáveis nas escolas.

Sobre a taxação de alimentos, recentemente o México teve uma experiência de sucesso ao adotar medidas fiscais de taxação de bebidas açucaradas: houve redução no consumo dessas bebidas no país.

Então, essas são medidas nas quais o Brasil precisa ainda avançar e, por isso, nós precisamos do apoio de toda a sociedade e desta Casa. Precisamos adotar essas medidas de proteção para que, de fato, a população tenha acesso a alimentos mais saudáveis, o que previne a obesidade.

Essas recomendações são baseadas em outras de diversas organizações internacionais, seja a Organização Mundial da Saúde, seja o Instituto Internacional de Pesquisa contra o Câncer (IARC), seja a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), que recentemente lançou um plano estratégico para prevenir e controlar a obesidade nas crianças, recomendando que os países adotem políticas fiscais de regulamentação do *marketing* e rotulagem dos alimentos.

São ações, de fato, efetivas, e contribuiriam com a prevenção da obesidade infantil.

Muito obrigada pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado, Drª Gisele.

Concedo a palavra à Drª Thalita Antony de Souza Lima por 10 minutos.

A SRª THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA – Bom-dia.

Agradeço o convite feito pela Anvisa para estarmos discutindo este tema de tanta importância para a Agência.

Vamos passar uma apresentação pela televisão, mas vou mostrar aqui para vocês os principais pontos, ressaltados, inclusive, pelo Ministério, em relação à questão regulatória sobre esse tema.

Bem, primeiramente, gostaria de destacar que a Anvisa tem uma competência legal de controlar, regulamentar e fiscalizar os alimentos e bebidas. Isso está previsto na Lei nº 9.872, que a criou, e a Anvisa faz isso por meio dos regulamentos técnicos ou resoluções da Diretoria Colegiada. Então, por meio dessas normas, a Anvisa estabelece os critérios e os requisitos que devem ser cumpridos pelo setor produtivo.

A Anvisa também trabalha com uma agenda regulatória, que é muito importante para dar uma previsibilidade para o País de qual é o foco da Anvisa, qual é a prioridade regulatória da Agência nos próximos dois anos.

Então, estamos agora com a agenda 2015/2016 e, nesta agenda regulatória, temos temas de rotulagem de alimentos – rotulagem geral e nutricional – que vou explorar um pouco mais à frente.

Temos duas normas que gostaria de citar: a Resolução nº 259, 2002, e a Resolução nº 360, de 2003.

A primeira resolução traz regras gerais para a rotulagem de alimentos. Ela explica o que cada alimento embalado precisa ter no rótulo: lista de ingredientes, prazo de validade, a empresa fabricante, quais são as suas informações obrigatórias.

A RDC nº 360 traz as obrigatoriedades em relação à rotulagem nutricional. Aquela tabela que costumamos ver nos rótulos, cheia de números, é regulamentada por essa resolução, que diz quais nutrientes têm de ser obrigatoriamente declarados nos rótulos dos alimentos.

Essas duas normas têm de ser harmonizadas no Mercosul, nesse Bloco Econômico. Então, existe essa necessidade de alterações na rotulagem, tanto geral quanto nutricional, que precisa ser discutida no Mercosul com vistas a um consenso, a fim de que tenhamos um regulamento que posteriormente seja internalizado pelo Brasil e se transforme em norma vigente.

O Ministério da Saúde já explorou muito bem essa questão, mas gostaria também de falar sobre a estratégia global de alimentação saudável, atividade física e saúde da Organização Mundial da Saúde.

Essa estratégia tem o objetivo de reduzir as taxas de morbidade e mortalidade relacionadas à alimentação não saudável e ao sedentarismo. Ela traz diversas diretrizes. Uma delas é restringir a ingestão de açúcar, justamente o tema que estamos aqui debatendo.

Essa estratégia não se foca somente no açúcar. Para contribuirmos para a redução das doenças crônicas não transmissíveis, precisamos também focar em outros aspectos. Além do açúcar, há outros nutrientes de preocupação: temos a questão do sódio, que pode contribuir para essas doenças; gordura trans e gorduras saturadas. É preciso aumentar a prática de atividades físicas. É preciso aumentar o consumo de frutas e vegetais.

Então, existem vários pontos levantados pela Organização Mundial da Saúde que pretendem contribuir para a redução dessas taxas de mortalidade e morbidade.

Faço agora a análise mais propriamente dita da proposta do projeto de lei.

Primeiramente, o projeto se propõe a regulamentar as embalagens de bebidas açucaradas, alterando a Lei nº 8.918, que fala de bebidas, pois ela não tem a definição clara do que sejam as bebidas açucaradas. Como não existe isso, inclusive em regulamentos do Ministério da Agricultura, esse escopo muito amplo do projeto pode trazer algumas dúvidas, inclusive se o açúcar é um açúcar adicionado, se é um açúcar natural – temos muito açúcar nos sucos de frutas naturais. Então, o que são as bebidas açucaradas? Existe um mínimo de açúcar para considerar uma bebida açucarada?

Então, temos algumas considerações a fazer em relação ao escopo e à necessidade de definição da aplicação desse projeto.

Em relação à necessidade de se informar o teor calórico, faço uma ressalva. A Resolução nº 360, que trata da rotulagem nutricional, já obriga a isso. Então, todos os alimentos embalados já têm de trazer na rotulagem a declaração do valor energético, que seria um termo técnico mais adequado do que valor calórico. Então, essa proposta do projeto de lei já está coberta.

Em relação à necessidade das advertências sobre os malefícios decorrentes do consumo abusivo, segundo frases estabelecidas pelo Ministério da Saúde, usadas sequencialmente de forma simultânea e rotativa e acompanhadas de imagens ou de figuras, faço as seguintes considerações.

Existem muitas estratégias internacionais que têm tentado melhorar a forma de divulgação das informações para os consumidores. Sabemos que, muitas vezes, o consumidor não entende a rotulagem nutricional, que é aquela tabela cheia de números, mas é o que ainda temos no Brasil. Temos plena consciência disso

e vimos trabalhando para melhorar isso, para que o consumidor, ao olhar para o rótulo dos alimentos, saiba o que há ali dentro, com o que ele tem de se preocupar em relação à saúde.

Então, existem muitas estratégias internacionais. E o que é muito interessante é que elas são diferentes. Em cada país analisado, as estratégias são diferentes – vou mostrar alguns exemplos. Isso mostra a complexidade desta discussão. Não existe um consenso hoje sobre a melhor forma de colocarmos essa informação para o consumidor. O que temos de considerar no debate para o nosso País são as características de educação, de desenvolvimento socioeconômico. Muitas vezes, as estratégias adotadas lá fora podem não ser adequadas para o consumidor brasileiro, para que ele possa compreender. Quando os países adotam essas estratégias internacionais, geralmente eles fazem pesquisas, eles dão algumas opções para a população, para que a população consiga entender, por exemplo, que a cor vermelha significa que não se pode consumir ou que o produto tem grande quantidade de determinado nutriente. Então, são feitas, muitas vezes, pesquisas para definir qual a melhor forma de divulgar isso para a população.

Pode passar o eslaide, por gentileza. Não sei se vocês vão conseguir ver. Isso é meramente ilustrativo. Eu trouxe alguns exemplos de que como isso é feito no Reino Unido, na Austrália e, recentemente, no Equador, que usa o semáforo nutricional...

(Soa a campainha.)

A SRª THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA – ...que é uma estratégia que utiliza as cores do semáforo para fazer alertas. Inclusive, internacionalmente, muitas vezes essas iniciativas são voluntárias, são decorrência de uma adesão do setor produtivo.

Além disso, preciso ressaltar que, para conseguirmos chegar a um ponto desse – é o que está sendo discutido –, existe uma etapa para se estabelecerem limites nos alimentos. Preciso dizer o que significa o vermelho, quanto de açúcar é preciso haver para a cor ser o vermelho, quanto de gordura é preciso haver para a cor ser o amarelo, o que significa o verde. Um refrigerante que não tenha açúcar vai receber a cor verde? Um leite que tenha muita gordura vai receber a cor vermelha? Essas faixas de nutrientes não estão estabelecidas e também não existe um consenso internacional. O que existe hoje é uma norma de Informação Nutricional Complementar, em que se diz o que tem de ser declarado. Para se declarar que o produto é baixo em açúcar ou que ele não contém açúcar, existe uma quantidade conforme a Informação Nutricional Complementar. Mas também não há uma diretriz da OMS e do *Codex Alimentarius* em relação a isso.

A Anvisa está trabalhando com prioridade nessas normas de rotulagem nutricional e na Rotulagem Geral da Agenda Regulatória. Essas normas são prioritárias para a Anvisa. A Anvisa formou um grupo de trabalho com previsão de conclusão no meio do ano que vem. Esse grupo vai fazer apenas mais uma reunião e está discutindo justamente isto: como melhorar a rotulagem nutricional? Como colocar no rótulo uma informação mais clara? Isso, não necessariamente, será feito por meio de frases ou de advertências.

Então, para concluir: a Anvisa compreende e apoia o mérito desse projeto, toda a discussão em relação às doenças crônicas não transmissíveis, mas entendemos que, do jeito que está, ele é muito restrito, é muito focado em bebida. Bebida não é o único problema. Os alimentos processados que têm essa quantidade de açúcar também são um problema. Além disso, o açúcar não é o único problema: temos problema com sódio, com gordura trans, com gordura saturada.

Temos muita preocupação com o desenvolvimento tecnológico e científico. Esses países que fizeram esses semáforos já fizeram a revisão dessas normas, dessas formas de divulgação. Então, a nossa preocupação é que isso fique muito engessado – dizer que têm de ser frases, que têm de ser imagens – sem termos concluído essa avaliação sobre a melhor forma de divulgação no Brasil.

Era isso. Obrigada.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sr. Presidente, pela ordem. Tenho uma relatoria na CCJ, casualmente do nosso querido Senador Otto Alencar, que é o Relator desse assunto.

Primeiro eu queria cumprimentar todas as conferencistas, jovens mulheres – agora chegou o Dr. Elias – que tratam de um tema muito relacionado à questão da família.

Estamos num processo que eu chamo de fúria legiferante. E, na verdade, isso vai muito da educação da casa, da alimentação que a mãe dá para o filho – todos os alimentos, alimentos saudáveis à mesa. Começa por aí.

A escola foi o segundo lugar referido aqui pela Drª Gisele, a questão da merenda saudável nas cantinas das escolas – comia-se muita porcaria; a criança comia muita porcaria.

A senhora está falando de uma questão que acho ser correta. Há uma preocupação referida pela senhora sobre a harmonização das políticas de rotulagens no Mercosul. Só que o Brasil, depois que abriu o mercado à importação, passou a importar de todos os países do mundo. A senhora vai criar um mecanismo dentro do

Mercosul, mas e as coisas que vêm de outros lugares? Nós consumimos até peixe panga, que vem da Ásia – que processo de alimentação complicado!

Discutimos na Comissão de Agricultura, Presidente Edison Lobão, outro problema. Do Mercosul, nós importamos frutas, e vou citar um produto: maçã. Lá se usam defensivos agrícolas para combater moscas e para combater alguma bactéria que são proibidos no Brasil. E essa maçã vem para o nosso mercado, nós pegamos a maçã e a comemos!

Isso foi discutido na Comissão. Detonaram a discussão o Ministério da Agricultura, o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Indústria e Comércio. Sabem qual foi o argumento? Fere toda a regulação da Organização Mundial do Comércio em relação a isso, porque nós estaríamos impondo uma restrição de entrada ao mercado brasileiro, o que não se pode fazer.

Vamos fazer uma rotulagem, que só nós vamos ter, dos produtos brasileiros. E o que nós importamos?

Também concordo quanto à necessidade de um tema genérico. Só bebida, com todos os outros alimentos? É difícil isso.

Mas eu queria saudar a Anvisa, que está preocupada com esse código, com a elaboração de uma regulação geral, para todos os alimentos, sobre índices de sódio, açúcar. Mesmo as frutas têm frutose – uma forma de açúcar –, que também, se consumida em excesso, é prejudicial – como disse o Ministro há pouco, até a água faz mal se consumida em excesso.

Quero cumprimentar, Presidente, e lamentar por não poder ficar, mas é que tenho que ir para a CCJ defender um projeto do Senador Otto Alencar.

Parabéns às jovens expositoras – e ao jovem também!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Muito obrigado, Senadora, por sua participação e contribuição.

Quero pedir aos nossos convidados que se atenham, que fiquem adstritos ao tempo, pelo fato de que, embora as suas manifestações sejam muito úteis a esta Comissão, nós estamos começando a reunião um pouco atrasados e, além disso, teremos uma sessão do Congresso Nacional daqui a alguns minutos, às 12h – são 11h30 – e a sessão do Congresso suspende a reunião das comissões. Então, peço a todos que reduzam suas exposições, o que é lamentável para nós, uma vez que os conhecimentos que os senhores estão trazendo são de grande utilidade para nós, mas, infelizmente, não temos outra solução.

Concedo a palavra agora à Drª Albaneide.

A SRª ALBANEIDE MARIA LIMA PEIXINHO – Bom-dia a todos e a todas.

Eu gostaria, em nome do Conselho Federal de Nutricionistas, de agradecer o convite ao Presidente da Mesa, Senador Edison Lobão.

Entendemos que este é um tema extremamente caro para todos nós, nutricionistas – hoje somos 110 mil nutricionistas no Brasil inteiro. É uma profissão nova – vai fazer 50 anos em 2017 – mas nós já nos preocupamos muito com a saúde da população brasileira, até porque nós somos caracterizados na lei como profissionais de saúde.

Então, temos a preocupação com o tipo de alimentos que devem ser ofertados para a população brasileira e com os riscos da alimentação.

Com isso, Presidente, eu vou passar muito rapidamente – até considerando o que o senhor está colocando –, porque a Gisele já tratou muito da questão da obesidade no Brasil e suas consequências, o índice alto de crianças e adolescentes com risco muito alto de sobrepeso e obesidade.

Nós tivemos uma preocupação grande... Eu assumi a coordenação, de 2003 até fevereiro de 2015, do Programa de Alimentação Escolar, mais conhecido como merenda escolar, e a grande preocupação do Ministério da Educação era exatamente com as crianças. Nós assumimos a partir do governo do Presidente Lula, com a estratégia Fome Zero, e assumimos também o atendimento às creches.

Então, tivemos uma preocupação grande em introduzir, por exemplo, frutas e legumes para essa população. Existia uma legislação, que era uma medida provisória de 2001, que não permitia o atendimento a creches, por exemplo, e estabelecia que deveria haver teste de aceitabilidade nas escolas para qualquer aluno.

O que acontecia? Quando se introduziam frutas, verduras e legumes, o teste de aceitabilidade dava negativo. É óbvio que as crianças não iriam aceitar. Eles preferiam *pizza*, refrigerantes. Com isso, os órgãos de controle ficavam procurando o cumprimento da lei com a aceitação desses alimentos pelos gestores públicos. Por isso que, em 2009, aprovamos uma lei que permite, na realidade, que testes de aceitabilidade para crianças menores de três anos em frutas, verduras e legumes não sejam considerados, na linha da formação de hábitos saudáveis. E é esta linha, a formação de hábitos saudáveis, que o Conselho Federal está defendendo.

A população hoje sofre investidas da mídia, do *marketing*, que é forte, e indústrias alimentícias têm um percentual altíssimo de recursos financeiros para que se façam publicidades muito bonitas. A gente brinca, Se-

nador: não se vê na televisão, por exemplo, nas novelas da Globo, ninguém comendo frutas e verduras num café da manhã; mas vê-se uma jarra de suco de laranja que provavelmente é industrializado, porque a cara dele é de industrializado. Então, a gente não sabe o teor de açúcar que o suco tem e o que essa imagem subliminar passa.

O Senador Otto Alencar deve se lembrar – e os senhores também, apesar de parecerem jovens, mas nem tanto assim – daquela propaganda do "Compre Baton! Compre Baton! Seu filho merece Baton". Essa é uma propaganda subliminar. Passava também, no cinema, "Danoninho vale por um bifinho". Essa o Conselho Federal de Nutricionistas conseguiu suspender na Justiça, porque um Danone não vale um bife; em termos proteicos, em termos nutricionais, não têm nenhuma relação. Então, são propagandas que induzem a população a adquirir produtos e a formar maus hábitos alimentares. Mas esse tipo de propaganda pode formar hábitos saudáveis também.

Nós consideramos que é extremamente importante esse projeto de lei. Pelo menos é o início. Apesar de estar na resolução da Anvisa, um projeto de lei ou uma lei, no Brasil, infelizmente, tem uma conotação muito mais forte do que uma resolução, apesar de que uma resolução da Anvisa às vezes tenha o mesmo patamar de algumas legislações – nem todas, óbvio. Mas é importante trabalharmos na linha de conscientização da população.

É importante trazer para cá também a alimentação saudável, a exemplo do tabaco, cuja propaganda teve restrições colocadas que foram fortemente impactantes. Essas iniciativas nós consideramos extremamente importantes.

Para finalizar, o que nós teríamos a dizer? Eu estou resumindo, pelo tempo. Eu tinha dados de obesidade e outros dados, mas é importante dizer que temos informações favoráveis à indústria em destaque, infelizmente. A gente não consegue evitar, principalmente nos canais abertos, que as propagandas infantis interfiram muito, internacionalmente, no consumo dos alimentos. Personagens infantis, ídolos, imagens de diversão estão muito atrelados à questão da alimentação.

Além disso, há informações negativas que não são claras. Percebe-se perfeitamente que as informações negativas não são explícitas, principalmente sobre nutrientes, e, quando essas informações aparecem nos rótulos, ninguém as lê.

Então, nós, que precisamos usar óculos, não conseguimos nem ler e, quando conseguimos ler, não conseguimos entender. Tudo isso, pensando no Brasil, que tem uma população de analfabetos funcionais. Temos uma dificuldade, e as pessoas não têm costume de ler rótulo. A preocupação maior, infelizmente, é com o preço. As pessoas não leem muito.

Assim, é importante fazer essa disseminação, essa divulgação. Consideramos muito importante que haja leis, no sentido de fazer com que a indústria se adeque, se adapte, e, com isso, consigamos fazer com a população tenha uma saúde de qualidade.

Nós, em nome do Conselho Federal de Nutricionistas, parabenizamos a iniciativa e apoiamos a legislação. Temos dados, Senador, de que o consumo de refrigerantes, hoje, numa população que passou do nível de pobreza para um patamar melhor, está aumentando, e está diminuindo o consumo de frutas, verduras e legumes.

O que é isso, se não *status*? Entrar na fila de um supermercado, na sua cesta ou no seu carrinho, precisa haver alguns itens que lembrem *status* de classe média. Então, é óbvio que se vê *chips* em carrinho da população pobre, vemos quando estamos trabalhando com o pessoal de Bolsa Família nas escolas, no Ministério da Saúde, na Secretária de Saúde, pelo Programa Saúde na Escola e por vários outros programas.

E, para finalizar mesmo, temos uma preocupação grande, porque há uma tese de Doutorado, da Drª Michele, que é nutricionista, hoje Coordenadora da CGEAN – e a Gisele está aqui –, que mostra o custo da obesidade para o SUS.

É um custo altíssimo, Senador, que chega à ordem, em 2014, de aproximadamente R$488 milhões. Então, é realmente uma questão de preocupação fortíssima entre todos nós. Os gestores públicos, os Senadores e os Deputados devem ter essa preocupação para garantir a saúde e a qualidade de vida da população brasileira.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Agradeço à Drª Albaneide Peixinho e concedo a palavra à Drª Paula Fabrega.

A SRª PAULA FABREGA – Bom dia a todos. Meu nome é Paula. Sou médica endocrinologista. Eu vim falar, representando a Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica, sobre o parecer desse projeto de lei do Senado, a respeito das bebidas adoçadas.

Como todo mundo já explicou aqui, a obesidade é uma doença complexa, multifatorial, com consequências para o paciente e para a sociedade. Ela é uma doença muito custosa e está relacionada a doenças cardiovasculares e a diabetes. Então, medidas que possam reduzir fatores que aumentem o risco da obesidade são muito importantes.

É muito importante enfatizar, como já foi dito aqui também, que culpar um único alimento é complicado, porque, como a dieta é composta de várias outras coisas, é importante ver a quantidade de gordura de carboidratos e outros açúcares, enfatizando que é o consumo abusivo e excessivo de um determinado alimento que causa o desbalanço da alimentação.

A Organização Mundial de Saúde recomenda que uma dieta tenha 10% do valor calórico em torno de açúcares adicionados. Isso está relacionado a bebidas açucaradas, bolachas e outros produtos industrializados.

Um estudo nacional mostrou que estamos consumindo cerca de 60% a mais. Então, cerca de 16% do valor calórico da nossa dieta é por causa desses açúcares adicionados. O principal é o açúcar de mesa. Ele é o responsável por 75% dessa ingestão de açúcares livres, mas o consumo dessas bebidas adoçadas vem crescendo e sendo muito importante nesse aumento de açúcar da dieta.

Há várias pesquisas que mostram a questão da dose dependente. E quanto maior a quantidade de açúcar e de bebidas industrializadas, maior o risco de obesidade.

Há até uma, feita em crianças que consumiam duas porções de bebidas adoçadas por dia, apontando que elas tiveram risco 55% maior de desenvolver diabetes.

Então, é muito importante.

Em conclusão, temos estudos suficientes mostrando que o consumo excessivo de bebidas adoçadas está relacionado à obesidade.

Agora, um posicionamento importante da Abeso é o quanto essas medidas, no sentido de rotular os alimentos vão ter impacto na sociedade. Então, enfatizamos que sejam feitos estudos sobre esse impacto, estudos epidemiológicos, com a presença de epidemiologista mesmo, que avalie a prevalência de obesidade antes e após as medidas se este projeto de lei for aprovado.

Em conclusão, a Abeso é a favor deste projeto de lei, sendo que vai ser importante para o controle da obesidade no País.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado, Drª Paula, por sua exposição e pela obediência religiosa ao tempo.

Concedo a palavra ao Dr. Elias Hanna.

O SR. ELIAS HANNA – Bom dia, Senador Edison Lobão, na pessoa de quem cumprimento as pessoas da Mesa. Quero agradecer a deferência das Senadoras Lúcia Vânia e Lídice da Mata, pelo convite para estar aqui.

Represento a Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia. Obviamente, o tema é absolutamente de interesse da sociedade brasileira em ver aprovada essa questão da rotulagem, em termos de alimentos, destinados ao consumo infantil, sejam eles líquidos, sejam eles outros alimentos.

Como não temos a projeção, eu queria colocar a dimensão hoje da obesidade. Não é só uma pandemia brasileira, mas mundial. Hoje, nos Estados Unidos, para se ter uma ideia, existem três doenças que exigem uma atenção especial do NIH: a obesidade, o diabetes e a depressão. Isso é o que o governo americano tem para maior investimento nos próximos dez anos. O consumo exagerado de alimentos, à medida que aumentou, e é o que mostra ali o diapositivo, o consumo daquilo que chamamos de refrigerante, aumenta a obesidade, e aumentando a obesidade, aumenta o diabetes tipo 2.

Temos, no Brasil, os dados mais recentes são os do Vigitel – não sei se alguns dos que me precederam falaram – e apontam hoje para uma população adulta com mais de 50% de pessoas, tanto na faixa do sexo masculino, quanto do sexo feminino, acima do peso, ou seja, com sobrepeso, com percentual acima dos 25% já em obesidade. Esses são dados que vão refletir em um custo muito elevado, em termos de saúde pública, num país que tem deficiência em investimento nessa área.

Os outros dados importantes de se colocar em relação a essas pesquisas do Vigitel, que já foram tema da Albaneide, são a questão do consumo das hortaliças e frutas, que é uma recomendação do Opas, em torno em cinco porções/dia.

Temos lutado, há mais de uma década, junto à sociedade brasileira, com relação à implementação dessa questão da alimentação saudável. Hoje, estamos lutando para que ela seja implementada no Brasil. Nosso País não é signatário ainda quanto à questão da alimentação saudável em nível mundial.

Uma coisa que chama a atenção também no dado Vigitel é o tempo de exposição que as pessoas levam, assistindo televisão. Isso é extremamente importante, porque, em relação aos adultos, no Brasil, temos mais de três horas e meia destinadas diariamente à televisão, muito mais do que se destina à atividade física.

Um estudo mostra que uma criança, na primeira infância, passa mais tempo na televisão do que tempo em escola. Quer dizer, o estudo mostra que, para cada 900 horas na escola, ela destina 1.500 horas assistindo televisão. Isso é importante.

Outra coisa é a influência da propaganda. Este é um estudo do Datafolha de 2011, encomendado pelo Instituto Alana – isso é importante que se coloque: 78% das crianças conseguem influenciar os pais na hora da

compra de um determinado alimento, de um determinado produto que elas veem ou assistem na televisão. E mais importante ainda: 73% dos pais dessas crianças pedem que haja uma regulamentação do *marketing* e propaganda no Brasil. Quer dizer, já é um desejo dos pais, é um pedido de socorro dos pais, de um alerta dos pais para que tomemos uma decisão no sentido de fazer com que essa questão, que é extremamente importante, seja colocada.

Foi colocada aqui, não há uma regulamentação que seja única em determinados países. Há vários países que têm diversas regulamentações, mas cito alguns que deveriam ser exemplo para nós. Estamos muito longe da Escandinávia, em que, por exemplo, a propaganda da alimentação infantil só pode ser passada a partir de 21 horas, em horário mais restrito de televisão. Só para se ter uma ideia de como eles encaram esse problema lá fora.

Eu vou terminar meu tempo, e pedindo desculpa pelo atraso, Senador Edison. Eu vim de Anápolis, e o senhor não sabe o que é chegar no Núcleo Bandeirante e pegar um trânsito em que fiquei 45 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Eu sei, eu sei.

O SR. ELIAS HANNA – O senhor sabe.

Então, para concluir, a Sociedade Brasileira de Endocrinologia apoia a ideia, aplaude a ideia desse Projeto de Lei do Senado nº 8/2015. Somos absolutamente favoráveis à questão da regulamentação. Queremos que isso se expanda a outros tipos de alimentos infantis. Somos favoráveis, sim, a implementações de que o Estado, no caso a União, invoque mais a questão de fazer com que a população entenda a importância desse tema, regulamente não só a propaganda, mas também a questão da prática da alimentação saudável e da prática de atividade física.

Peço desculpas, mais uma vez, pelo atraso.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Agradeço pelas palavras do Dr. Elias Hanna, que é o componente masculino nesta mesa, junto com o Presidente.

Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria também de pedir desculpas porque me atrasei, mas, de qualquer forma, gostaria de cumprimentar os expositores, cumprimentar as diversas opiniões. E eu pude ouvir o relato da Anvisa, que é responsável por toda essa regulamentação.

Agradeço a presença do Dr. Elias e quero dizer da nossa satisfação de ver a posição de V. Sª em relação a essa questão da obesidade infantil.

Como mãe, como avó, tenho uma preocupação muito grande porque vejo isso no cotidiano de nossas vidas, o quanto as crianças têm sido prejudicadas com essa propaganda, com essa falta de regulamentação nessa área.

Mas eu não faria nenhuma pergunta, porque na verdade já foi colocada de forma muito clara a posição de cada um. E acredito que o que foi dito aqui já nos dá subsídios suficientes para aprimorar o projeto, para evoluir no sentido de buscar uma saída que venha contemplar não só a questão da saúde, que acho mais importante, como também ver a forma de implementar isso no meio empresarial.

Eu só perguntaria se esse projeto poderia prejudicar os acordos que temos com a Organização Mundial do Comércio e também com o Mercosul.

Essa é a pergunta que faria a todos os expositores para que pudessem clarear para mim. Sei que já foi tocado esse assunto, mas não tive a oportunidade de ver em profundidade.

Agradeço a todos e aguardo a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Vamos começar com o Dr. Elias.

O SR. ELIAS HANNA – Bem, Senadora, quero dar um exemplo: quando eu era adolescente, os meus olhos vibravam com a propaganda dos cigarros da TV, eram as mais belas propagandas que havia, evocavam a masculinidade, o bem-estar e também o poderio, por que não dizer?

Na semana passada, na minha cidade, que a senhora conhece muito bem, Anápolis, meu sobrinho de três, quatro anos de idade foi às ruas, à noite, para assistir a um Papai Noel de uma empresa de refrigerantes. Os olhos dele também vibravam. E essa questão da propaganda subliminar que foi colocada aqui é extremamente importante.

Eu entendo até a preocupação que, se não me engano, foi do Senador Otto Alencar, em relação à questão do Mercosul. Mas não vejo em que isso possa, digamos assim, travar o projeto, porque, na verdade, o que estaríamos colocando seriam alguns avisos, alguns alertas no sentido de que aquele alimento em consumo exagerado poderia causar problemas relacionados à obesidade, consequentemente também ao diabetes tipo 2, que é outra preocupação, é outra pandemia mundial.

Nós já estamos trabalhando, para 2030, saiba a senhora, uma população de 580 milhões de pessoas no mundo com diabetes. São três brasis de diabetes, só para se ter uma ideia, para daqui a pouco mais de dez anos. E essa é uma preocupação absolutamente mundial.

Então, pequenas ações que sejam como essa vão nos ajudar.

Lembro também que a Organização Mundial de Saúde coloca, entre as suas nove metas, uma meta que não é de redução de obesidade, mas simplesmente de estabilização de obesidade para o próximo decênio.

Olha só, nós não estamos falando em redução, nós estamos falando em estabilização, quer dizer, crescimento zero.

Então, não vejo como a Organização Mundial de Comércio, o Mercosul, ou outras entidades ligadas à área de livre comércio internacional possam impedir que alguma coisa ligada a uma legislação do Brasil não possa, digamos assim, estar presente em alimentos que sabidamente fazem mal a uma série de crianças que não sabem, aliás, do risco que estão correndo com aquele tipo de alimento.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Drª Albaneide.

A SRª ALBANEIDE MARIA LIMA PEIXINHO – Nós, do Conselho Federal de Nutricionistas, também entendemos da mesma forma que o Dr. Elias, que o Brasil é protagonista de várias questões, de várias políticas públicas que estão servindo de modelo para outros países. Então, acho que também o Brasil pode estar discutindo essas questões. Há uma pandemia. Isso vai prejudicar o produto interno bruto de vários países, isso prejudica a população de vários países e é o momento, então, de o Brasil também avançar em determinados aspectos.

Como o Brasil pode querer ser a referência numa política nacional de saúde, numa política nacional de nutrição, por exemplo, se tivermos uma população, como já temos, com sobrepeso e obesidade em alto grau. Então, a gente não consegue ser referência, nós conseguimos ser referência na desnutrição, no combate à fome. Nós conseguimos avançar, hoje, com níveis de desnutrição de mortalidade infantil pequeno. Já conseguimos sair do mapa da fome, pela FAO, e precisamos aprofundar discussões sobre a obesidade.

Então, o Conselho Federal de Nutricionistas entende que podemos sim, tanto na Organização Mundial do Comércio, como no Mercosul, ser protagonistas dessas discussões e avançar para melhorar a qualidade de vida da outra população. A exemplo também do tabaco e de outras questões que a gente já estabeleceu rotulagem e que não criou tanto atrito, a indústria precisa se adaptar. Não adianta só discutir o lucro na realidade, mas que tipo de lucro, o lucro saudável que é preciso ter, não prejudicando a população, do Brasil ou de qualquer outro país.

Só para finalizar, é importante a gente discutir essa questão, como foi a questão do colesterol, do óleo, que muitas indústrias aproveitaram para dizer: "óleo vegetal, aqui não tem colesterol." Óbvio, não tem colesterol. Então, a população era induzida a comprar aquele tipo de óleo e não foi refutado em nenhum outro local, nem no Mercosul, nem na OMC.

Acho que é importante a gente pautar essa discussão e avançar para ser protagonista da história.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Dr. Thalita.

A SRª THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA – Do ponto de vista da Anvisa, vemos um obstáculo. Existe um acordo no Mercosul de que algumas questões relacionadas a embalagem, a rotulagem de alimentos são harmonizadas nesse bloco. Não só de rotulagem, temos outras questões: limites de aditivos e contaminantes. Mas focando na rotulagem, as normas gerais de rotulagem e de rotulagem nutricional e de declarações de informações nutricionais complementares, que é o caso de baixo em açúcar, não contém açúcar, elas são harmonizadas no Mercosul.

Então, existe uma discussão, existe necessidade de se ter um consenso, publica-se uma norma no Mercosul e posteriormente o Brasil internaliza por meio das resoluções da Anvisa. E essa é uma questão que envolve a rotulagem nutricional. É uma declaração que se confunde com a questão da informação nutricional complementar. Nós vemos isso com uma certa preocupação.

Eu gostaria de fazer uma ressalva, que foi levantada por todos os colegas da Mesa, sobre a publicidade, fazer, inclusive, um alerta da importância desse tema, mas que ele não está sendo coberto por esse projeto de lei, o foco dele são as embalagens.

Quanto à questão da publicidade, houve uma tentativa da Anvisa de regulamentar, em 2010, pela RDC 24. Ela sofreu judicialização. Essa RDC não está sendo aplicada, então, existe uma lacuna muito grande em relação à publicidade que realmente é muito abusiva. E ela não é harmonizada no Mercosul. Em relação à embalagem, à rotulagem, existe esse consenso feito pelo Brasil, em nível de Itamaraty, não é uma coisa da Anvisa, de necessidade de harmonização nesse bloco econômico.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Drª Gisele.

A SRª GISELE BORTOLINI – Eu gostaria, de fato, de reforçar aqui que a obesidade infantil é uma preocupação do Ministério da Saúde.

Como colocado, a obesidade é multifatorial, tem muitos fatores que impactam na obesidade infantil.

No entanto, como eu coloquei para vocês, o Brasil tem dois grandes planos de enfrentamento da obesidade no País, que é o Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas não Transmissíveis e uma Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade. Se vocês olharem esses dois documentos, há um rol de ações com que todos os setores do Governo estão se comprometendo para facilitar o acesso a alimentos mais saudáveis.

Então, temos um conjunto de ações que seguem o que a estratégia global da OMS recomenda.

No entanto, ainda estamos muito aquém de outros países na área da regulamentação de ações de proteção, que são ações que protegem as nossas crianças da publicidade e também medidas de rotulagem que apoiam escolhas mais saudáveis.

Temos diversos países aqui no âmbito da América Latina. Chile, recentemente, avançou muito, tanto na questão de rotulagem quanto de publicidade, e Equador e México, com medidas que apoiam escolhas mais saudáveis que contribuem para a prevenção da obesidade infantil.

Em relação a bebidas açucaradas, o Ministério da Saúde também tem uma preocupação importante. Nós entendemos que o consumo de alimentos ultraprocessados, que são ricos em açúcar, gordura e sal, impactam na obesidade, mas nós temos evidências suficientes, evidências muito fortes mostrando a relação do consumo das bebidas açucaradas, que é um grupo específico de alimentos, e o impacto que isso tem especificamente na obesidade.

Outros alimentos também têm, mas as bebidas açucaradas têm uma relação muito forte, e o consumo está crescendo cada vez mais entre as crianças.

O Ministério da Saúde é a favor de medidas que avancem nessa área, que é importante, da regulamentação. Ou seja, de publicidade, de rotulagem, de taxação, medidas fiscais que protejam nossas crianças e, de alguma forma, protejam essas crianças do consumo dos alimentos não saudáveis.

O Brasil é exemplo mundial em ações de estímulo à agricultura familiar. Então, o Brasil tem diversas ações já em curso que precisam ser potencializadas para aumentar a disponibilidade de alimentos saudáveis, mas ainda estamos muito aquém em medidas regulatórias de proteção das crianças no Brasil.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Drª Paula.

A SRª PAULA FABREGA – Só reforçando o que a Gisele falou, essa regulamentação, eu acho que é importante, principalmente no suco. Por quê? Porque é o que a senhora falou das mães, das avós: "refrigerante faz mal." Agora o suco não, porque é "natural" – entre aspas.

Acho que é importante para as pessoas saberem que aquilo tem muito açúcar, que aquilo não é bonzinho, que está liberado, pode consumir em grandes doses. Então, eu acho que essa regulamentação de realmente constar que é um alimento que é rico em açúcar, que o seu consumo excessivo está relacionado a doenças, principalmente no suco, eu acho que é muito importante.

Então, se tiver uma regulamentação no Brasil, se ainda puder ser extrapolada para outros países, melhor ainda.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Passo a palavra ao Senador José Medeiros, que é o autor do projeto que está sendo discutido em audiência pública.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente, senhores convidados, Srªs e Srs. Senadores aqui presentes, todos que nos acompanham pela TV Senado, eu creio que o projeto já trouxe um grande ganho, a propositura do projeto, independentemente de se ele vai caminhar ou não, que é o Plenário do Parlamento brasileiro começar a discutir esse assunto, que já é discussão no mundo inteiro. E até um apelo que eu faço é para que o projeto possa continuar tramitando, e essa discussão com certeza colocará o Brasil no protagonismo da discussão desse assunto na América do Sul.

Eu tenho algumas discordâncias em relação à questão de dizer que a rotulagem vai impactar ou que essa questão impacta na rotulagem, porque eu faço uma diferenciação. Eu penso que, se amanhã ou depois qualquer dono de empresa de bebidas açucaradas, sejam sucos, sejam refrigerantes, quiser, de repente, por deliberalidade, colocar na embalagem "este produto contém mais açúcar" ou se quiser fazer algum alerta, eu não vejo como o Mercosul ou a própria Anvisa possa dizer como ele deve fazer, vamos dizer assim, a publicidade ou o *design* da sua marca.

Eu concordo com a rotulagem com aquele padrão do teor, quantidade de açúcar, a composição do produto. Aí eu concordo. Mas, com relação a esse pequeno alerta, eu acho que, na verdade, essas empresas todas deveriam estar defendendo este projeto, e eu digo o porquê. Eu não tenho dúvida de que a sociedade, do jeito que está indo, com o acesso à informação, vai evoluir para um momento em que isso vai vir como um *tsunami*,

e a própria sociedade vai exigir que essas coisas sejam regulamentadas, que a propaganda possa ser regulamentada. E aí pode vir com mais severidade do que um simples alerta numa lata.

Eu acho que a indústria do tabaco poderia estar com a vida melhor se ela não tivesse sido tão draconiana em reprimir, e sim houvesse dado vazão a esses reclamos sociais. Quando o Dr. Elias disse aqui sobre a propaganda do cigarro... Eu também me lembro da propaganda do Marlboro, da propaganda da Hollywood, e era uma coisa emocionante aquelas pessoas com aquele cigarro Charm, e os pobres fumavam Arizona. (*Risos.*)

Mostravam aquela galera rica fumando aquele cigarro Charm ou aqueles outros. Então, aquilo realmente trazia uma...

E foi colocado aqui na Mesa também hoje, às vezes, ficam só as baterias em cima dos refrigerantes. Há poucos dias, eu vi um vídeo no YouTube impactante. Enquanto uma latinha de refrigerante contém certo teor de açúcar, na dos sucos é uma coisa absurda! Mas eu creio que o cerne da questão aqui é o seguinte, e todo mundo concorda, seja a favor do projeto, ou não seja a favor do projeto: que o excesso de consumo de açúcar faz mal.

E mais uma preocupação: o Dr. Elias falou aqui sobre a primeira infância. Eu tenho dito que nós temos falado pouco e temos nos preocupado pouco com a primeira infância. Também é uma realidade provada pelas universidades de ponta do mundo que é de 0 a 6 anos que se formam as pilastras, o alicerce daquele futuro adulto.

E nós os estamos bombardeando com maciça publicidade. E que publicidade está indo? O que estamos dizendo dessas coisas todas?

Então, eu acho importante essa discussão e esse debate, porque vai fazer pelo menos um pequeno contraponto. Eu até não entendi por que há sanha tão grande, a oposição está dizendo, porque é só um pequeno contraponto se for comparar com o tanto de propaganda que sai a respeito dos produtos.

Eu, por exemplo, adoro refrigerante, sou um viciado em refrigerante. A minha esposa lá em casa é que controla, mas eu tenho essa consciência. Agora, eu acho muito importante que venha...

Eu não vejo com que... E, mesmo que fosse contra o Mercosul, eu faço uma pergunta aqui: nós vamos ficar nos envenenando por causa de uma norma do Mercosul?

Aliás, sobre o Mercosul, o que não tem a ver com o assunto, tenho defendido aqui a imediata saída do Brasil desse bloco, que só tem prejudicado o País, porque ele tem, entre as suas premissas, que os acordos têm que ser feitos em bloco. Está bom, o Brasil tem feito isso, mas os parceiros não têm feito. Então, é um acordo de ganha-perde para o Brasil. Mas isso é outra discussão.

Então, eu fico por aqui e quero só deixar algumas perguntas, Sr. Presidente. Foi feito um estudo na Universidade da Califórnia, e está sendo feito um debate também na América do Norte. Eu quero deixar uma questão aqui. O Código de Defesa do Consumidor determina expressamente que a oferta e a apresentação de produtos devem assegurar informações corretas, claras, precisas e ostensivas sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores. Esse é o nosso Código de Defesa do Consumidor.

Sabe-se que a obesidade assegura inúmeras disfunções como apneia do sono, pressão alta, inchaço no coração, asma, gordura no fígado, pedras na vesícula, doença de refluxo, ovário policístico, resistência à insulina, diabetes tipo 2, problemas nos ossos, hormônios alterados, índice elevado de colesterol, triglicérides, entre outros problemas. Assim, eu indago se as atuais informações constantes das embalagens de bebidas açucaradas são suficientes para alertar os consumidores dos inúmeros riscos inerentes ao consumo excessivo do açúcar.

A questão dois: desde a década de 50, a indústria do açúcar e a indústria do tabaco manobram para desacreditar as pesquisas científicas que mostram seus malefícios, desviando a atenção dos elaboradores de políticas públicas na área de saúde, conforme comprovado agora no caso do açúcar por pesquisadores da Universidade da Califórnia, em São Francisco, que publicaram na revista *PLOS Medicine* recentemente uma análise de centenas de documentos internos da indústria do açúcar produzidos entre 1959 e 1971. O Estado da Califórnia, inclusive, já está em fase avançada de discussão de projeto de lei que determina que toda embalagem de bebida açucarada contenha a seguinte advertência: "Aviso de segurança. A ingestão de bebidas com adição de açúcar contribui para obesidade, diabetes e cárie dentária."

Vejam que o nosso projeto nem está solicitando isso. Mas essa é uma legislação que já está dizendo isso. Por isso que eu faço alerta às empresas aqui no Brasil de que o nosso projeto é bem mais leve até.

Nesse sentido, no que concerne à eficácia das frases de advertência, objeto da proposição, cumpre mencionar uma pesquisa realizada entre 2002 e 2005, nos Estados Unidos, Canadá, Reino Unido e Austrália, coordenada pela Universidade de Waterloo, de avaliação de efeitos da advertência constante de maços de cigarros. A conclusão é que elas foram efetivas para diminuir o consumo daqueles produtos, principalmente as que incluem imagens ilustrativas, conforme previsto no ordenamento jurídico brasileiro. E, mesmo sabendo que o consumo excessivo do açúcar não se restringe ao consumo de bebidas açucaradas, indago aos componentes da Mesa se a medida em discussão não teria um importante impacto na redução do consumo geral do açúcar.

Questão três, e já finalizo, Sr. Presidente: a obesidade e a ingestão desmesurada de açúcar consistem em sério fator de risco para as doenças crônicas não transmissíveis, como câncer e as doenças circulatórias e respiratórias, entre outras, enfermidades essas responsáveis por 72% das causas de morte no Brasil. Assim, pergunto ao representante do Ministério da Saúde se há dados, no caso a Anvisa, sobre o real impacto estrutural e financeiro do consumo excessivo de açúcar no sistema público de saúde do Brasil. Eu creio que essa questão seria para o Ministério da Saúde, se tem esses dados. Acho que não há nenhum representante... Sim, está ali.

Essa tem sido a nossa preocupação, Sr. Presidente, e é no sentido de que a gente possa capitanear esse debate tão importante que já está sendo feito em vários lugares do mundo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pergunto a V. Exª se poderia escolher um dos nossos convidados para responder? (*Pausa.*)

Drª Gisele.

A SRª GISELE BORTOLINI – Bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Olhe a responsabilidade! (*Risos.*)

A SRª GISELE BORTOLINI – Na minha apresentação, eu coloquei que nós temos dados no Brasil, sim. A Pesquisa de Orçamentos Familiares foi a última pesquisa que avaliou o consumo individual da população brasileira. Então, foi possível avaliar o que de fato os brasileiros estão consumindo.

E, nessa pesquisa, a gente fez um diagnóstico: o brasileiro ainda come arroz com feijão. No entanto, a participação dos alimentos ultraprocessados, que são ricos em açúcar, gordura e sal, tem crescido muito. E, especificamente em relação ao açúcar, a gente tem um dado de que o brasileiro consome açúcar em excesso sim: a recomendação da OMS é de que 10% do que os indivíduos devem ingerir venham de açúcar livre, e o brasileiro está consumindo 16%, ou seja, é muito mais.

E, quando nós fazemos uma análise dessa mesma pesquisa, para avaliar quais são os alimentos que mais contribuem com a ingestão excessiva de açúcar, isso já está comprovado: a principal categoria de alimentos que contribui com a ingestão de açúcar são os refrigerantes e sucos adoçados.

Então, 42% desse açúcar em excesso que o brasileiro está consumindo está vindo, sim, de refrigerantes e sucos adoçados. Isso já é um fato no Brasil e, por isso, a preocupação do Ministério da Saúde especificamente com as bebidas açucaradas, porque, de fato, elas estão sendo consumidas de forma excessiva pela população brasileira.

Quanto aos dados do Sistema Único de Saúde, há diversos estudos internacionais que mostram a relação. Recentemente, o Ministério da Saúde fez uma revisão – e nós podemos disponibilizar uma nota técnica – da relação do consumo de bebidas açucaradas com a obesidade em diversos lugares do mundo, inclusive em crianças, o impacto que esse consumo tem na obesidade e diabetes.

Em relação ao impacto no Sistema Único de Saúde, há uma tese de doutorado da Universidade de Brasília que mostra o quanto a obesidade tem custado para o SUS, e considerando apenas a média e a alta complexidade – no Sistema Único de Saúde nós temos toda a atenção primária, a média e a alta. Então, essa tese fez um recorte de quanto a obesidade – ou seja, a obesidade num grau mais elevado, que é quando o indivíduo de fato precisa buscar o nível ambulatorial hospitalar, e isso inclui a cirurgia bariátrica – tem impactado para o SUS. De fato, os números são alarmantes. Por isso a preocupação do Ministério da Saúde com a obesidade infantil e com o consumo de alimentos não saudáveis.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Eu queria só fazer uma pergunta à Anvisa. Gostaria de saber se esse tema já foi levado a pacificação no Mercosul.

A SRª THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA – Sim, o tema de rotulagem em geral já está sendo discutido. O tema de rotulagem nutricional já teve sua inclusão solicitada desde o início deste ano no Mercosul, com previsão de início agora, em 2016. Mas o de rotulagem nutricional, devido à complexidade, a Anvisa já vem discutindo desde o meio de 2014, desde junho de 2014, por meio desse grupo de trabalho, para já ter uma posição do Brasil. Esse grupo de trabalho conta com a participação do setor produtivo, de órgãos de governo, da academia, para que uma posição mais consensual possa ser levada ao Mercosul nas discussões que vão se iniciar em 2016.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu queria só esclarecer ao Senador José Medeiros que nós ouvimos a questão legal, nós ouvimos a assessoria jurídica do Senado, que

pontuou que o projeto tinha vício de lei, ou seja, se aprovado aqui, poderia ser vetado pelo Poder Executivo. Então, não discordo de nada do que foi falado aqui pelos endocrinologistas, Dr. Elias e Drª Paula, Drª Gisele, é só a questão da legislação do Mercosul. Nós fizemos uma consulta à assessoria jurídica do Senado, também ao Ministério da Indústria e Comércio, que tem que cumprir a legislação do Mercosul, e o nosso parecer foi em cima disso. Não aceitei nenhuma influência de nenhuma empresa de produtos, até porque não tenho nenhuma relação com nenhuma delas.

Agora, se falou aqui na educação alimentar, que vem até da própria família. A questão dos alimentos no mundo e no Brasil diferem por região. Na capital do meu Estado mesmo, na Bahia, o problema da obesidade está relacionado com a culinária. Inclusive lá, por uma questão que não foi nem levada em consideração, certa feita, um vereador quis que se colocasse em cada tabuleiro de acarajé que acarajé engorda, faz mal à saúde, o que foi rejeitado.

O que engorda no meu Estado é o acarajé, o dendê, a moqueca, não é nunca, nem será nunca, o refrigerante. Tenho absoluta certeza. Portanto, é um tema muito amplo que precisa ser discutido com vistas a uma legislação que possa de alguma forma ir a fundo e fazer a complementação do projeto do nobre Senador José Medeiros. Portanto, não discordo da iniciativa e também do propósito dele de fazer a prevenção da obesidade, mas essa foi a questão que levamos aqui em consideração, somente a parte da legislação que rege o Mercosul.

O SR. ELIAS HANNA – Senador, V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – O Senador José Medeiros pede a palavra pela ordem.

O SR. ELIAS HANNA – Senador, V. Exª me permite fazer uma intervenção em um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Dr. Elias.

O SR. ELIAS HANNA – É só para reforçar o que a Drª Gisele falou.

Essa Pesquisa de Orçamentos Familiares colocou um aumento crescente do consumo de doces, de refrigerantes e de carnes gordas, que é uma tendência hoje no Brasil. Só para se ter uma ideia: nessa mesma Pesquisa de Orçamentos Familiares, mais de 30% dos adultos tomam refrigerante quatro a cinco vezes por semana – se não me engano, é o que coloca a pesquisa.

Aumenta a atividade física, mas aumenta a obesidade.

E há uma coisa interessante que ela falou em relação aos grãos: na pesquisa de 2010, foi registrada uma diminuição do consumo de feijão, o que forçou... Eu fiz uma aula num congresso em que coloquei "Menos feijão, mais anfetamina. Por que o brasileiro engorda?" Era o pico do consumo de anfetamina, e estávamos diminuindo o consumo de feijão. O consumo de feijão voltou a aumentar com a ascensão da classe C – alvíssaras a isso –, mas realmente hoje nós temos aí um consumo de feijão em torno de 68% a 70% das famílias adultas brasileiras, o que é saudável.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Obrigado, Sr. Presidente.

O Senador Otto pode ficar tranquilo. Jamais pensei que V. Exª estivesse como defensor, até porque vi a nota técnica expedida pela Consultoria da Casa, embora discorde dela. Eu não vejo confusão entre a questão da publicidade – vamos dizer assim, porque eu considero quase uma publicidade esse aviso – e a tabela nutricional.

Em outra direção também, eu vejo que é competência, sim, do Legislativo fazer através de lei geral, até porque o fizemos com relação ao tabaco, e funcionou muito bem. Então, não vejo como o Parlamento não se preocupar com a questão de saúde pública, até porque estamos aqui... O Senador Edison Lobão, que está aqui há mais tempo, com certeza pode falar com maior propriedade sobre a quantidade de dinheiro que vai para a saúde. O que pudermos fazer para que tenhamos menos filas, menos...

Na minha cidade, por exemplo, já existem filas de liminares a serem cumpridas porque o Estado não dá conta da demanda na saúde. Então, o que pudermos fazer para diminuir essa demanda, eu não tenho dúvida, vai ser positivo.

Eu queria também deixar meus parabéns aqui aos vereadores lá da Bahia, que estão preocupados também com a questão da saúde pública. Acho que o debate é bom, e começar com essa questão das bebidas açucaradas já é um avanço. Há quem diga que não vai resolver, mas é um avanço. Quero que o pessoal da Anvisa e todos os que estão aqui saibam que o Parlamento é parceiro para fazer esse debate. Eu acho que o importante é nós debatermos.

Queria parabenizar a Senadora Lúcia Vânia. Temos que ter mais mulheres na Casa, porque elas trazem essa sensibilidade que só a mulher tem. Ela tem essa percepção e trouxe um debate muito rico. Vi aqui um alto nível, o que com certeza vai nos trazer subsídios.

Também quero aqui parabenizar o Senador Otto, que foi um relator corajoso: está aqui enfrentando o debate, está todo mundo contra, e ele está trazendo... E está preocupado também com a questão legal.

E aqui fazemos este debate no sentido de convencer um ao outro. Um vai convencer o outro ou não, mas o certo é que o debate é importante.

Agradeço ao Presidente, Senador Edison Lobão, pela paciência, porque ficou rouco de ouvir hoje aqui este debate.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pela ordem, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu queria esclarecer ao Senador José Medeiros e aos participantes todos quanto ao seguinte. Cheguei um pouquinho atrasado a esta audiência pública, porque aqui somos 81 Senadores com as mesmas atribuições de 513 Deputados Federais, é preciso correr de comissão em comissão. Já participei, agora pela manhã, com a Senadora, da Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, a Agenda Brasil – inclusive foi apreciado um projeto polêmico hoje: a regulamentação dos jogos no Brasil; foi apreciado também outro, o dos depósitos judiciais, do qual a Senadora pediu vista.

E fui eu que solicitei ao Presidente Edison Lobão que se marcasse uma audiência pública para fazer o contraditório. Esta audiência pública foi solicitada pela Senadora Lúcia Vânia e pela Senadora Lídice da Mata, mas, como não era marcada, eu pedi que fosse marcada para que se fizesse o contraditório.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – É um democrata!

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não, claro, porque se estou aqui como Senador, não foi porque eu quis de alguma forma, ao longo da minha vida, impor o que acho correto. Como médico... Aliás, não sou médico. Médicos são a Drª Paula e o Dr. Elias. Eu sou ortopedista, e ortopedista não é considerado médico, porque trabalha com parafuso, com placa, com broca, com hastes metálicas. Então, sempre fui considerado no meu Estado como um sujeito...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – É o ferreiro da saúde!

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – É, exato.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Um mecânico!

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois é.

Então, a minha vida inteira, como professor universitário que fui da Universidade Federal da Bahia, na cadeira de Ortopedia e Traumatologia, era sempre discriminado pelos endocrinologistas, pelos anestesistas, pelos clínicos: "Esse cara não é médico. Ele pega um osso quebrado em dez, quinze lugares, bota no lugar, arruma tudo direitinho. É um sujeito que faz apenas trabalhos manuais." Portanto, eu não me considero mais nem como médico, até porque, sem operar desde 2009, já estou numa fase em que não me arrisco mais a atender um doente. Nenhum doente confia mais no meu trabalho. Então, estamos empatados os dois.

Aliás, eu tenho uma cliente aqui. Ela estava com uma fascite plantar, uma dor na fáscia do pé e eu percebi que ela...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – V. Exª tem imunidade, mas não... Ainda existe *bullying,* é sua paciente. (*Risos.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois é. Aqui no Senado, estou com quatro ou cinco pacientes, todos eles 0800. Não é nem pelo SUS, é 0800. (*Risos.*)

Mas a Senadora Lúcia Vânia estava com uma dor na fáscia plantar, uma fascite plantar, que pressionava o nervinho pedial, e eu passei para ela um complexo de vitaminas – B1, B6 e B12 – e ela ficou boa. Então, ela está me elogiando muito. Como há muito tempo eu não ouço elogio de nenhum paciente, eu espero que a senhora continue divulgando isto: que eu sou um bom médico, espalhando que eu sou um bom médico, que eu realmente consegui melhorar o seu problema. (*Risos.*)

O médico Elias – não é nem meu colega – quer falar.

O SR. ELIAS HANNA – O Senador é ortopedista, mas teve a sensibilidade social de ser um dos criadores do Cedeba (Centro de Diabetes e Endocrinologia da Bahia), que é um exemplo na área de atenção à saúde e à diabete. Então, o ortopedista também pensa. (*Risos.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Na verdade, Elias, eu era Secretário de Saúde do Estado da Bahia, em 1991-1994, e observei a obesidade dos baianos de maneira geral, porém mais os soteropolitanos. Nós temos uma ascendência muito grande do povo negro, com muito orgulho inclusive. Aliás, o Governo brasileiro nunca, realmente, fez nenhuma política. Começou agora, lentamente, com o Presidente Lula, uma política de reparação da contribuição que trouxe o negro para o Brasil.

Nós temos lá, no nosso Estado, na capital sobretudo, 80% da população com ascendência da raça negra, com muito orgulho, inclusive. Aliás, aquele baiano que disser que não tem mistura não está falando a verdade. Eu mesmo tenho grande parte do meu sangue índio – minha avó e minha bisavó. O Jorge Amado, uma vez –

eu repito isso muito – brincando com um governador que se dizia ariano, virou para ele e disse: "Olhe, não fale que é branco não, que na Bahia só tem branco o cônsul da Suécia. Todo mundo é misturado."

Fui Secretário de Saúde no governo Antonio Carlos Magalhães, em 1990-1994. Quando observei a obesidade lá no meu Estado e não tinha nenhum serviço – você deve conhecer a Drª Reine Chaves – eu criei o Centro de Diabetes do Estado da Bahia, que hoje é um centro de referência para o nosso Estado e presta serviço gratuito pelo Sistema Único de Saúde, e de alta capacidade técnica.

Vejo lá, quando vou visitar a obra que na época eu comecei, pessoas da classe média e média alta visitando o Cedeba e buscando o atendimento, o acompanhamento, inclusive a medicação, que é distribuída de forma gratuita para aquelas pessoas.

Então, eu quero explicar que a minha observância aqui é muito dentro das normas legais e também dentro das normas que estabelecem o bom princípio da alimentação saudável.

O SR. ELIAS HANNA – Eu vou dar uma notícia ruim para o senhor. Eu vinha ouvindo a Rádio Senado. Eu ouvi o Senador José Medeiros, que estava lá na Comissão de Assuntos Econômicos, o Senador Edison Lobão, e não ouvi o senhor lá. Parece que boicotaram o senhor lá.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – É, boicotaram. A Agenda Brasil está sendo um pouquinho boicotada mesmo.

O José Medeiros também é um Senador que tem muita militância e muita atividade. Está sempre no plenário, sempre na Rádio Senado. Então, ele tem mais capacidade, inclusive por ser mais jovem, na flor da idade, para apresentar projetos, debater assuntos. Ele sempre está lá. É um Senador que orgulha muito o seu Estado.

Vou reobservar, ver de novo, discutir, talvez, com o pessoal da Anvisa, rever alguma coisa que possa ser revista dentro da legislação. Depois, nós vamos, sem açodamento, avaliar e votar aqui o projeto, porque o Parlamento tem que votar.

Sem nenhuma dúvida, não pode postergar decisões. Muitas que foram postergadas no passado levaram a graves situações que o País atravessa hoje.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Otto Alencar, quando os franceses chegaram ao Maranhão para fundar a capital São Luís – já que V. Exª evoca as tradições da sua terra –, eles vieram fardados com as composições da época. Era um uniforme azul com faixas amarelas. E aí passaram a ser chamados pelos índios de papagaios amarelos. Já os índios da Bahia, modernos, chamam o Senador Otto Alencar de índio louro. (*Risos.*)

Mas, Srs. Senadores, eu quero agradecer comovidamente aos nossos convidados, as nossas convidadas, sobretudo, e ao nosso convidado Elias, que nos deu também uma aula sobre essa matéria.

Poucas vezes tivemos uma audiência pública tão frutífera quanto a de hoje, a despeito da exiguidade, do contingenciamento do tempo. Eu comentava aqui com a Drª Thalita que as convidadas, os convidados, exceto o Dr. Elias, procuravam nos convencer com a verdade dos fatos, mas também com a doçura das suas vozes.

Nós temos tido no Brasil, de um tempo a esta data, a boa prática da audiência pública. Ela ajuda a conhecer melhor a propositura e a fazer o exame, por parte dos Senadores, e na outra Casa, por parte dos Deputados. É extremamente útil para a costura final de cada projeto. É o que tivemos, portanto, aqui hoje: uma aula de conhecimentos sobre essa questão tão importante.

De fato, nós estamos envolvidos, sabe o Senador Medeiros, numa espécie de guerra santa contra a obesidade, que começa com os refrigerantes, ou eles são um composto importante desses malefícios. Não é fácil suprimir os refrigerantes. Eu vejo, nos países por aí afora, o quanto a juventude gosta do refrigerante.

Com a abertura do regime soviético, o refrigerante chegou lá com muita força e há uma explosão. Ocorre isso na China e em toda parte. Conter essa avalanche não é fácil, até porque refrigerante é uma coisa deliciosa, e a juventude acha que não vai adoecer nunca, não vai ter problema de saúde jamais e não respeita muito esses conhecimentos científicos a respeito dos quais estamos aqui nos debruçando.

Mas agradeço ao Dr. Elias, que veio lá de Anápolis, uma bela cidade goiana, a convite da Senadora Lúcia Vânia, que, como o Senador Otto Alencar, o Senador José Medeiros e o Senador Ricardo, que agora chega a esta Casa, é muito atuante, muito presente e muito responsável no encaminhamento das questões atinentes ao seu mandato. Agradeço, portanto, muito ao Dr. Elias, à Drª Gisele, à Drª Albaneide, à Drª Paula e à Drª Thalita pela contribuição valiosa que nos trouxeram.

Srªs e Srs. Senadores, nós estamos chegando ao final desta Sessão Legislativa.

Está aqui o meu "espírito santo de orelha", recomendando não esquecer o detalhe regimental da sessão.

Encerramos esta sessão e propomos a dispensa da leitura e aprovação da ata desta última reunião de 2015.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Mas eu dizia: chegamos ao final desta reunião.

Foi possível realizar, Srªs e Srs. Senadores, quarenta reuniões.

Audiências públicas como esta: quinze, ao longo do ano.

Projetos deliberados, a maioria dos quais em caráter terminativo, como se Plenário do Senado nós fôssemos: oitenta e dois.

Sabatinas de autoridades, da Anvisa, etc.: três.

Regulamentação de profissões: nove.

Tenho aqui um calendário de todas essas reuniões. Hoje mesmo tivemos o Ministro da Saúde, Deputado Marcelo Castro, agora Ministro da Saúde, que veio nos falar sobre essa coisa que tanto nos afeta e nos preocupa, que é a microcefalia, uma coisa assustadora, hoje, no Brasil e no mundo. E tivemos o ex-Ministro Arthur Chioro, que veio algumas vezes falar sobre dengue e sobre outras questões.

O fato é que a Comissão foi fecunda na realização de sua tarefa essencial e fundamental.

Agradeço aos Srs. Senadores, aos nossos convidados e aos visitantes desta Comissão.

Está encerrada a presente reunião.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente. Deixe-me fazer um elogio a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pela ordem, Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Eu gostaria de cumprimentá-lo pela eficiência, pela aplicação com que V. Exª conduziu os trabalhos desta Comissão. Sinto-me honrada em participar desses trabalhos, sob a liderança de V. Exª.

Parabéns, e um bom ano para todos nós!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Muito obrigado, Senadora.

Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Da mesma forma, quero elogiar a condução dos trabalhos por parte de V. Exª, por esse equilíbrio, seu conhecimento do Regimento e da legislação. Vamos continuar, em 2016, com essa mesma forma de trabalhar e de ouvir as pessoas que estão tratando os problemas do nosso País.

Parabéns e felicidades para o senhor e para toda a sua família!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Gratíssimo pelos encômios de V. Exª.

Desejo também um Natal muito feliz a todos!

Encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 31 minutos.)

ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2015.

Às dez horas e quarenta e um minutos, do dia vinte e oito de outubro de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador José Maranhão, com a presença dos Senadores: Jorge Viana, José Pimentel, Humberto Costa, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Valdir Raupp, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, José Serra, Antonio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues, Eduardo Amorim, Magno Malta, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Garibaldi Alves Filho, Dário Berger, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, José Medeiros, Douglas Cintra, Blairo Maggi, Vicentinho Alves e das Senadoras Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Simone Tebet e Ana Amélia, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Acir Gurgacz, Wilder Morais, Jader Barbalho, José Agripino, Antonio Anastasia e Roberto Rocha. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 32ª Reunião Ordinária e 33ª Reunião Extraordinária, que são dadas por aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: ITEM 1) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 51, de 2015 - Não Terminativo. Acrescenta o art. 32-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para dispor sobre a convalidação de atos de delegação de atividades notariais e de registro. Autoria: Senador Vicentinho Alves e outros. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Retirado de pauta para aguardar realização de audiência pública em data oportuna. ITEM 2) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 62, de 2015 - Não Terminativo. Altera os arts. 27, 28, 29, 37, 39, 49, 73 e 93 da Constituição Federal para vedar a vinculação remuneratória automática entre subsídios de agentes públicos. Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann e outros. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Favorável à Proposta, contrário às Emendas nºs 1, 2 e 3 e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 4, na forma de subemenda, e com a emenda que apresenta. - Em 28/10/2015, foram apresentadas as Emendas nºs 5, de autoria do Senador Ronaldo Caiado, e 6, de autoria do Senador Ricardo Ferraço (dependendo de relatório). Resultado: Concedida vista aos Senadores Ronaldo Caiado, Ricardo Ferraço e Aloysio Nunes Ferreira, nos termos regimentais. ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 293, de 2015 – Terminativo. Acrescenta art. 55-A à Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para facultar ao eleitor com setenta anos ou mais e ao eleitor deficiente físico a transferência de zona ou de seção eleitoral. Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. ITEM 4) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 110, de 2015 - Não Terminativo. Altera o art. 37 da Constituição Federal, para restringir a quantidade de cargos em comissão na administração pública e estabelecer processo seletivo público. Autoria: Senador Aécio Neves e outros. Relatoria: Senador Alvaro Dias. Relatório: Favorável à Proposta e às emendas nº 1 e 2, nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta nos termos da Emenda nº 3-CCJ (Substitutivo). ITEM 5) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, de 2015 - Não Terminativo. Altera a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 – Lei dos Cartórios, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro. Autoria: Deputado Osmar Serraglio. Relatoria: Senador Romero Jucá. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de pauta para aguardar realização de audiência pública em data oportuna. ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, de 2015 – Terminativo. Acrescenta parágrafo ao artigo 16 da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, determinando que os acordos de leniência celebrados por entes da Administração Pública sejam homologados pelo Ministério Público. Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Em 28/10/2015, foi apresentado Relatório reformulado pelo Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Aprovado o Substitutivo, que será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282 do RISF. ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 537, de 2015 - Não Terminativo. Regulamenta o parágrafo único do art. 116 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), com a finalidade de estabelecer regras e procedimentos para desconsideração de atos ou negócios jurídicos para fins tributários. Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. ITEM 20) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 124, de 2011 - Não Terminativo. Dá nova redação à alínea b do inciso X do § 2º do art. 155 da Constituição Federal para excluir da imunidade relativa ao ICMS as operações interestaduais com energia elétrica. Autoria: Senador Acir Gurgacz e outros. Relatoria: Senador Blairo Maggi. Relatório: Favorável à Proposta, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Retirado de pauta para aguardar realização de audiência pública em data oportuna. ITEM 24) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, de 2015 – Terminativo. Altera a Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, para criar mecanismos de proteção às vítimas e testemunhas vulneráveis. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Raimundo Lira. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda n° 1-CDH, com duas Emendas que apresenta. Resul-

tado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. EXTRAPAUTA: ITEM 27) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 36, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 93, I do Regimento Interno do Senado Federal-RIS a realização de audiência pública para instruir a PEC 124 de 2011, que dá nova redação à alínea "b" do inciso X do § 2º do art. 155 da Constituição Federal para excluir da imunidade relativa ao ICMS as operações interestaduais com energia elétrica. Para tanto, sugiro que sejam convidados os seguintes especialistas: - Representante da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; - Dr. Bernard Appy – Diretor do Centro de Cidadania Fiscal, think tank da Fundação Getúlio Vargas. - Dr. Ricardo Varsano – Especialista em matéria tributária. Economista Sênior do Fundo Monetário Internacional/FMI. Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Resultado: Aprovado. ITEM 28) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 37, de 2015. Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública nesta Comissão, para instruir as discussões sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2015, que "Acrescenta o art. 32-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para dispor sobre a convalidação de atos de delegação de atividades notariais e de registro", e sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2015, que "Altera na Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 – Lei dos Cartórios, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre os serviços notariais e de registro", indicamos os seguintes convidados, sem prejuízo de outros nomes que poderão, eventualmente, serem acrescidos: Representante do Conselho Nacional de Justiça – CNJ; Representante da ANOREG; Representante da Associação Nacional de Defesa dos Concursos de Cartórios – ANDECC; Representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; Representante da Associação dos Magistrados do Brasil – AMB; Professor André Ramos Tavares, da Universidade Federal de São Paulo. Autoria: Senador Roberto Rocha. Resultado: Aprovado. O Senhor Presidente declara encerrada a presente Reunião às treze horas e trinta minutos do dia vinte e oito de outubro de dois mil e quinze, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2014; ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 476, de 2011; ITEM 9) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 121, de 2014; ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2011; ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 385, de 2014 TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, de 2015; ITEM 13) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, de 2012; ITEM 14) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, de 2014; ITEM 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, de 2015; ITEM 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 257, de 2014; ITEM 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, de 2013; ITEM 18) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 276, de 2013; ITEM 19) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 477, de 2013; ITEM 21) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 78, de 2015; ITEM 22) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 286, de 2009; ITEM 23) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 56, de 2014; ITEM 25) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, de 2014; ITEM 26) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, de 2014; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Senador José Maranhão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR JOSÉ MARANHÃO

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição e Justiça, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Pauta da reunião.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas da 32ª Reunião Ordinária e da 33ª Reunião Extraordinária.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam as atas queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado*.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, o Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Sr. Presidente, cumprimentando V. Exª, eu quero fazer o registro aqui a uma solicitação que foi feita, inclusive, na reunião anterior, pelo Senador Alvaro Dias, que solicitou a V. Exª que incluísse na pauta o PLS nº 402, que propõe importantes e corretas alterações ao sistema recursal processual penal, do qual, inclusive, sou o Relator. Lembro a V. Exª que esse tema já esteve na pauta e houve, por parte do Senador Antonio Carlos Valadares, requerimento para que nós fizéssemos uma audiência pública de modo a instruir esse debate. Essa audiência pública já ocorreu há semanas, há mais de mês. E o nosso rela-

tório está pronto. Então, a solicitação que faço a V. Exª é que nós pudéssemos incluí-lo na pauta até por conta da solicitação do Senador Alvaro Dias na reunião anterior. Talvez por algum equívoco da assessoria ou da Presidência esse tema não ficou, de certa forma, bem evidente.

Portanto, eu tomo a liberdade de me dirigir a V. Exª para apelar. Esse projeto é importante, Sr. Presidente. É um projeto que dará um protagonismo não apenas a esta Comissão, mas ao Senado, à medida que corrige, de fato, distorções no processo recursal da Justiça brasileira.

Aliás, no último domingo, tivemos uma entrevista do competente Ministro Barroso, do Supremo Tribunal Federal, em que faz uma fala muito contundente na direção de nós rediscutirmos a presunção de inocência e a sua elasticidade no País.

Então, esse é o apelo que faço a V. Exª para que, no princípio da reunião, pudéssemos incluir esse tema na reunião de hoje, Sr. Presidente. É o apelo que faço a V. Exª, e em nome do Senador Alvaro Dias também, se S. Exª me autorizar, na medida em que houve o compromisso de V. Exª na última reunião.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu queria apenas esclarecer a V. Exª que, sobre essa mesma matéria, há um requerimento, de autoria do Senador Delcídio do Amaral, solicitando que seja enviada à Comissão de Assuntos Econômicos para oitiva daquela Comissão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Pois é, mas não houve deliberação em relação a esse requerimento, Sr. Presidente. Esse tema constava da pauta. Foi feita uma audiência...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu queria só lembrar a V. Exª que a deliberação é competência...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Presidente, sobre a matéria.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Como, Sr. Presidente?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Presidente, eu pedi inscrição.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Presidente, apenas aduzindo às palavras do Senador Ricardo Ferraço, eu gostaria de lembrar a V. Exª que esse projeto já foi colocado em deliberação. Houve a leitura do relatório do Senador Ricardo Ferraço e um pedido de vista do Senador Valadares. Portanto, regimentalmente, o projeto deveria estar em deliberação na reunião seguinte desta Comissão. Ocorre que houve uma solicitação de audiência pública, que foi realizada.

Portanto, Sr. Presidente, para que esse projeto seja remetido a outra Comissão, ele precisa, antes, ser deliberado aqui. Nós temos que iniciar o processo de votação, porque já houve apresentação do parecer e houve um pedido de vista, portanto, nós estamos em condições de deliberar sobre esses projetos, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Concluindo a minha fala, Sr. Presidente, ressalto que nada tenho a oponho a que a Comissão de Assuntos Econômicos possa deliberar.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Sem querer interromper V. Exª e já interrompendo...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Mas o ideal é que vá para a Comissão de Assuntos Econômicos após a deliberação desta Comissão, ainda porque ele era parte integrante da pauta. Ele saiu da pauta para uma audiência pública; então, tem que retornar automaticamente.

Esse é o apelo que faço a V. Exª.

Já foi dada vista, vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Só relembrando a V. Exª – e isso é fato e contra fatos não há argumentos, penso eu –, esse projeto saiu de pauta para a realização de audiência pública.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – E V. Exª tem ciência disso porque V. Exª esteve muito presente a todo este debate. Então, o tratamento que a Mesa está dando ao projeto está dentro da regularidade: ele saiu por isso.

Então, eu queria dizer a V. Exª que há um requerimento do Senador Delcídio do Amaral e outros mais estão aqui...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Mas esse requerimento é a V. Exª?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Estão aqui, um requerimento do Senador... Essa assinatura aqui...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O requerimento é do Senador Paulo Rocha.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Como?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Há um requerimento do Senador Paulo Rocha pedindo que a Mesa delibere sobre a oitiva de outra comissão...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Mas a Mesa não deliberou.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Mas, para haver sobrestamento da matéria nesta Comissão, é preciso que o Plenário delibere.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Essa matéria não foi analisada no Plenário porque...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu estou esperando que V. Exª remeta à Mesa as suas ponderações, a sua opinião sobre o assunto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Por isso que a Mesa não colocou ainda em pauta.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Qual a vênia que eu quero pedir a V. Exª?

O Senador Humberto Costa está correto. Esse assunto está no Plenário. Não tendo o Plenário deliberado sobre o tema, ele não pode sobrestar o debate nesta Comissão.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – A minha posição é outra, Senador.

Eu queria usar a palavra porque eu estou inscrito.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Eu queria que V. Exª pudesse me responder regimentalmente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu queria aproveitar o assunto que V. Exª trouxe, embora colateralmente à pauta...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... para dizer que o que tem acontecido é que a Presidência da Casa, na pessoa do Senador Renan Calheiros, criou uma comissão, cujos objetivos são muito bons, mas que, de um certo modo, tumultua...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Tumultua completamente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... o trabalho da Comissão de Constituição e Justiça e de outras comissões.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Completamente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Vários projetos...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – V. Exª tem razão.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... que estavam aqui em tramitação, alguns já com parecer, como o de V. Exª, foram solicitados pela Presidência da Casa para o pronunciamento desta Comissão a que estou me referindo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Mas não é o caso deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Então, o que é que está acontecendo? O que está acontecendo é que, muitas vezes, até os objetivos pretendidos pelo Ato da Mesa são frustrados, porque cria mais uma burocracia, cria mais um complicador e subverte a própria determinação, o próprio espírito do Regimento Interno da Casa.

Afinal de contas a maioria dos projetos de lei e outros atos do Senado da República não podem tramitar sem o parecer de Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Não, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Nós estamos aqui para isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Perfeitamente; mas não é o caso desse projeto. Esse projeto... Se há requerimento sob re a mesa para que ele ouça outra comissão, é preciso que o Plenário se manifeste. Enquanto o Plenário não se manifesta, esse requerimento não pode...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Eu já vou encerrar, Senador Humberto Costa.

Eu estou fazendo uma questão de ordem e não estou sendo devidamente informado...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – V. Exª deu um aparte na sua questão de ordem e quem está na lista está sendo prejudicado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Mas não foi respondido, meu caro amigo, Senador Humberto Costa.

O requerimento não foi deliberado pelo Plenário. Se não foi deliberado pelo Plenário nós podemos estar aptos aqui para deliberar, para discutir.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Presidente, houve já o início de um procedimento, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu peço ao Senador Alvaro Dias, uma vez que nós estamos respeitando rigorosamente os pedidos dos Senadores...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Então, eu peço a minha inscrição também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, o Senador Humberto Costa, que tinha pedido antes de V. Exª.

Com a palavra, o Senador Humberto Costa.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Peço em seguida, então, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, se fosse...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Eu continuo não respondido na minha questão, Sr. Presidente. Esse requerimento que solicita que a Comissão de Assuntos Econômicos avalie e delibere sobre essa matéria não foi deliberado pelo Plenário; logo, isso não sobresta a matéria na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Assim como a modificação que V. Exª fez no relatório não foi ainda apreciada por este Plenário.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – É por isso que nós estamos pedindo inclusão na pauta. V. Exª, como Presidente, evidentemente, tem o exercício de incorporar na pauta ou não, porque o Regimento é presidencial, e é deliberação discricionária de V. Exª. V. Exª pode não incluir.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Vamos ouvir o Senador Humberto Costa...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Apenas lembrando a V. Exª que, na reunião passada...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... porque ele pode trazer luzes...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – ... o Senador Alvaro Dias requereu, e V. Exª sinalizou que pautaria. Apenas isso. Apenas isso!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, eu quero contraditar a ideia de se colocar aqui na pauta. Primeiro, por uma razão de ordem política. Eu participei da audiência pública em que esse projeto foi discutido, e o conteúdo do debate que aconteceu lá nos coloca numa posição de avaliar que esse projeto não pode ser votado de uma hora para outra, como se não fosse uma coisa relevante e grave.

De que trata esse projeto? Da possibilidade de, a partir de uma condenação em segunda instância, já haver o cumprimento da pena; portanto, isso é algo extremamente inovador, é algo questionável do ponto de vista constitucional e é algo que, dada a gravidade das suas consequências, inclusive pela retomada da política de reencarceramento, pela rediscussão do que é presunção de inocência, por uma série de questões...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Por isso é importante pautar, para debater.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Eu queria que V. Exª, que já falou tanto, deixasse-me falar um pouquinho.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES. *Fora do microfone*.) – É para colaborar com o raciocínio de V. Exª.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Não, não colabora; atrapalha.

Então, na verdade, trata-se de um assunto de extrema gravidade para se discutir aqui a toque de caixa. Temos que ouvir, discutir em outras condições também.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Depois.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Então veja... Não, não, não. E não, porque ele é terminativo. Ele é terminativo! Se ele for votado aqui, ele não vai para comissão nenhuma; ele vai para a Câmara.

Agora, esses requerimentos já estão no Plenário há um mês. O que precisa é que... E o Secretário-Geral da Mesa declarou que só vai colocar em votação se o processado estiver lá.

Então o que eu peço a V. Exª é que, por meio da assessoria, encaminhe o processado lá para o Plenário, e, ali, V. Exª defende contra o requerimento, lá no Plenário.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Perfeitamente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – E, aí, o Plenário do Senado decide se vai passar em outras comissões ou não, porque o sentido do requerimento é exatamente o de que a gente não vote isso somente aqui.

Então, eu peço a V. Exª que considere essas questões que levantei aqui agora. E reafirmo que sou contra a inclusão, especialmente na condição de um projeto, estando fora da pauta, ser incorporado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu acho que o assunto está encerrado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Não está esgotado ainda, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com licença.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Eu gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com licença. Está encerrado, sim.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Eu gostaria de falar sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Peço a V. Exª que escute o que eu vou falar. Pelo menos isso.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Estou pedindo pela ordem e aguardo V. Exª me conceder a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª não sabe o que vou falar.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Mas eu estou inscrito e peço a V. Exª depois a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Porque, para colocar esse projeto em extrapauta, eu precisaria da unanimidade, e já se viu que não há unanimidade.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Mas, Presidente, é sobre isso que eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não há unanimidade, então eu não posso colocar em extrapauta.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Era isso que eu queria esclarecer a V. Exª, e V. Exª quase não me permite.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – V. Exª sempre foi condescendente, um democrata, muito elegante na Presidência desta Comissão.

Eu gostaria apenas de indagar de V. Exª o seguinte: a Presidência desta Comissão tem sido extremamente rigorosa no cumprimento do Regimento, e há um procedimento regimental que tem sido respeitado rigorosamente: quando há um pedido de vista coletiva, na reunião seguinte o projeto está na pauta para deliberação. Esse é o caso. Houve um pedido de vista do Senador Antonio Carlos Valadares. O projeto, portanto, deveria estar na pauta na reunião seguinte. Ocorre que, na reunião seguinte, houve audiência pública; portanto, nada mais justo do que, após a audiência pública, o projeto ser incluído na pauta, cumprindo os dispositivos regimentais.

Essa é a nossa solicitação. Qualquer outra alternativa vem em descumprimento do Regimento, vem para alterar uma norma que tem sido praticada rigorosamente por V. Exª. Assim, fica a suposição de que está havendo um expediente protelatório, não de V. Exª, mas de Parlamentares que não desejam a deliberação dessa matéria, que procuram ganhar tempo, adotam expedientes protelatórios, para que não deliberemos sobre uma matéria tão importante, em um momento crucial da vida deste País.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu concordo com V. Exª que essa matéria é extremamente importante. Geralmente, um Plenário político, como é o Plenário de qualquer comissão, apesar de ser comissão técnica antes de ser política, se divide em torno de matérias políticas. E essa matéria não é política; é de natureza técnico-jurídica e, talvez, social. Então, eu acho que aqui não está havendo o que V. Exª considera uma distorção, por conta de qualquer interesse político, mas de interesse estritamente técnico-jurídico.

Agora, eu gostaria de dizer a V. Exª que esse parecer que V. Exª se refere, o parecer da audiência pública, foi reformulado pelo Senador Ferraço. Em virtude disso é que aconteceram algumas modificações na tramitação do projeto. Agora, incluir um projeto como extrapauta sem haver unanimidade, como não está havendo unanimidade em torno do assunto, eu não posso, até em obediência ao Regimento da Casa.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Aqui, Senador Aloysio.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu, na reunião passada, pedi a V. Exª que deixasse para submeter à deliberação da Comissão hoje um requerimento de audiência pública sobre uma proposta de emenda à Constituição que foi relatada, com a competência de sempre, pelo Senador Blairo Maggi – é o Item 20 da pauta de hoje.

Naquela ocasião, o Senador Maggi não estava presente porque estava em outra comissão. Assim, na ausência dele, eu achei que era, e V. Exª concordou que seria de bom tom adiarmos para quando ele estivesse aqui.

Eu peço a V. Exª, uma vez que tenho um compromisso decorrente das minhas funções na Comissão de Relações Exteriores, um compromisso por volta de 12h30min, se fosse possível, dar preferência ao Item 20, para que o requerimento de audiência pública pudesse ser votado para, em seguida, retomar a pauta original.

É o Item 20, é um projeto que trata de uma mudança muito profunda no sistema...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª está requerendo inversão de pauta.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não havendo objeção, esta Presidência concede a inversão de pauta solicitada.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sr. Presidente, há objeção. Há objeção quanto à inversão de pauta. Eu gostaria que nós seguíssemos a pauta.

Peço desculpas ao Senador Aloysio, mas em todas as reuniões sistematicamente, da Comissão de Constituição e Justiça, nós estamos fazendo com inversão de pauta. Vários temas que foram pautados antes, inclusive pela Mesa, ficam para depois.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – E aqui, Senadora, dificilmente alguém poderá atirar a primeira pedra nesse assunto, porque a maioria dos Senadores já pediu inversão de pauta...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu só muito ecônomo nessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... que é um recurso parlamentar.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Concordo plenamente que é um recurso...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu lamento. É uma reação hostil. Tomo isso, talvez, como hostilidade, porque não há nenhum prejuízo.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu sou muito cauteloso em pedir inversão de pauta, mas se a Senadora Gleisi Hoffmann quer manter a pauta como está, se ela faz uma objeção de fundo... Eu não quis votar na semana passada exatamente porque o Senador Blairo Maggi estava ausente, mas eu recolho essa manifestação de hostilidade e lamento.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sr. Presidente, eu quero só esclarecer que não há nenhuma hostilidade da minha parte, ainda porque tenho pelo Senador Aloysio um grande respeito. Mas V. Exª sabe que, na reunião passada da CCJ, eu me posicionei assim em vários momentos, para que a gente pudesse manter a pauta e seguir essa pauta o máximo possível. Se não estiver presente o relator, se não estiver presente o autor, pula-se o projeto e vai para o próximo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – A inversão de pauta, como todos sabem aqui, é um recurso regimental, mas nos termos estabelecidos pelo Regimento, desde que haja unanimidade.

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Em seguida, peço pela ordem, Sr. Presidente. Senador Ricardo Ferraço.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Aqui o Senador Blairo Maggi, também pela ordem.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, eu queria ponderar junto à Senadora Gleisi Hoffmann justamente porque acompanho, como Líder, a CCJ e todos sabemos da presença constante – e desde o início das reuniões – do Senador Aloysio Nunes.

Esse requerimento trata de uma questão muitíssimo importante para os Estados brasileiros. Trata-se de uma modificação nas operações interestaduais com energia elétrica com repercussão, portanto, na receita de diversos Estados.

Seria muito danoso se nós não pudéssemos ter um processo de debate maior a respeito desse assunto; e, como o Senador Aloysio Nunes é o autor do requerimento que permite a realização de uma audiência pública para debatermos essa questão, eu queria apelar para Senadora para que nós pudéssemos ter.

Se assim não for possível a votação normal e nós pudéssemos, aqui, votar o requerimento de realização dessa audiência pública, eu gostaria de poder assinar junto esse requerimento do Senador para que, no caso da sua ausência, eu pudesse aqui permanecer e garantir a votação desse requerimento no horário certo, exatamente porque compreendo que essa PEC é extremamente danosa ao Estado da Bahia. Portanto, como Senadora baiana, eu não poderia deixar de solicitar que aqui nós tivéssemos a oportunidade de debater essa questão de forma mais profunda, trazendo inclusive o Secretário da Fazenda do meu Estado para participar de uma mesa em que o Confaz, que tem tido a possibilidade de acordar posições em relação ao ICMS pudesse ser ouvido.

Muito obrigada.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O apelo foi feito ao Senador Aloysio Nunes e cabe a ele se pronunciar a respeito, mas parece que o Senador Aloysio Nunes está convergindo com V. Exª.

Aqui a discordância da liberação foi da Senadora Gleisi.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu respeito a posição da Senadora. Interpretei mal, como sendo hostilidade, pelo que lamento, Senadora. Mas vamos tocar em frente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sr. Presidente, o que estou entendendo é a votação do requerimento agora, no início.

Há uma discussão antes dessa votação ou é só votação do requerimento?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Tudo bem então. Vamos votar o requerimento até para que não fique o mal entendido em razão da hostilidade que o Senador Aloysio se referiu, ainda porque eu não são hostil a ele e lhe tenho um grande respeito.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senadora Gleisi, o mal entendido já havia sido dissipado. Não tomo por hostilidade esteja certa V. Exª disso.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Ante a desistência do pedido formulado pela Senadora Gleisi Hoffman, passemos à apreciação do requerimento.

ITEM 27
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 36, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) a realização de audiência pública para instruir a PEC 124 de 2011, que dá nova redação à alínea "b" do inciso X do § 2º do art. 155 da Constituição Federal para excluir da imunidade relativa ao ICMS as operações interestaduais com energia elétrica. Para tanto, sugiro que sejam convidados os seguintes especialistas:

- Representante da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL;
- Dr. Bernard Appy – Diretor do Centro de Cidadania Fiscal, think tank da Fundação Getúlio Vargas;
- Dr. Ricardo Varsano – Especialista em matéria tributária. Economista Sênior do Fundo Monetário Internacional/FMI.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros.

O requerimento está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se manifestar sobre o assunto, coloco em votação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, eu quero discutir.

Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª está pedindo pela ordem?

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Eu estou pedindo a palavra para discutir o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Sim, com a palavra V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – O Senador Blairo Maggi tem a preferência na condição de Relator; eu falo em seguida.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Presidente Maranhão.

Esse projeto está suscitando uma discussão aqui na Comissão e não é para menos, pois é um projeto importante que mexe com as questões de ICMS ligadas à energia.

Por muitos anos, na energia – e até hoje é assim – o ICMS é cobrado no destino, diferentemente de tudo. O que acontece? Os potenciais hoje explorados e que estão sendo implementados estão na Região Norte, mais precisamente na Região Amazônica. Ocorre que esses Municípios dos Estados onde estão sendo montadas as geradoras não têm tido nenhum tipo de benefício por cederem a água, o espaço e até os danos ambientais e os problemas sociais decorrentes da implantação desses grandes projetos na Região Amazônica.

Então, foi pensado, numa das visitas que nós fizemos a Jirau e Santo Antônio – também presente o Senador Acir Gurgacz –, numa conversa que tivemos, ou seja, foi quase uma decisão da Comissão de Meio Ambiente, à época, a apresentação de uma PEC para mudar essa questão, mas mudar como? Não é retirar dos Estados consumidores o ICMS que, hoje, está sendo cobrado sobre a energia, que está sendo gerada nessas geradoras

onde elas estão, mas sim prevendo que, a partir de 2011, quando da instalação dos grandes projetos das regiões, esse ICMS pudesse ser dividido entre o Estado gerador e o Estado consumidor.

Portanto, a discussão dessa PEC vem nessa direção. Não é retirar totalmente o que está acontecendo; é distribuir o que vem para o futuro, para que a gente possa também deixar um pouco dessa riqueza nos Estados e nos Municípios onde estão sendo implantados esses projetos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senador Blairo, permita-me.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Pois não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Como a nossa Comissão é a única a se pronunciar, uma vez que se trata de PEC – proposta de emenda à Constituição –, aqui vamos discutir a juridicidade, a constitucionalidade e o mérito. Por isso é que eu pedi...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Não há problema nenhum. O Senador Jader Barbalho pediu vista, porque o Pará tem muito interesse nesse assunto e, combinadamente, ele disse: "Blairo, eu vou pedir". Eu falei: "Não há problema nenhum. Vamos discutir".

Eu acho que é um assunto que merece uma grande discussão. Então, que tenhamos audiências públicas, uma ou duas, porque nós vamos mexer com uma coisa que é de muito interesse dos Estados. Mas não podemos agir como se só interesse do Estado consumidor, neste momento, seja levado em conta, porque nós mudamos. Quer dizer, no passado, São Paulo era um grande gerador e um grande consumidor. O Estado do Paraná: grande consumidor e grande gerador. A geração era muito próxima do consumo. E era óbvio que fosse assim, devido à economicidade das grandes redes. Hoje, nós temos redes de transmissão de três mil quilômetros – de Rondônia até aqui. Do Pará até aqui. Então, há que se discutir tudo isso. Eu sou totalmente favorável à audiência pública, sem nenhum problema. O requerimento tem meu voto favorável.

Obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Sr. Presidente, quero me somar à manifestação, tanto do Senador Aloysio como do Senador Blairo Maggi. Temos aqui uma convergência sobre a necessidade de aprofundarmos o debate sobre esse tema, porque, quando o Constituinte, Sr. Presidente, criou uma questão exclusiva e objetiva para o ICMS, não apenas de energia, mas de petróleo, combustível e lubrificantes... Porque, de forma geral, o ICMS é partilhado entre o Estado de origem e o Estado de destino. No caso da energia elétrica, todo o ICMS incide no destino. O que fez o Constituinte para compensar esses Estados que são produtores de energia? Deu a eles os *royalties* como compensação, não apenas no caso do petróleo, mas também no caso da energia. Nós estamos falando aqui em redistribuir recursos da ordem de R$32 bilhões. Isso impacta a vida dos Estados federados.

Portanto, essa audiência pública é absolutamente importante para que os Estados brasileiros, exercendo aqui a chamada "solidariedade federativa", possam fazer esse debate. Então, eu saio aqui em defesa dessa boa iniciativa do Senador Aloysio Nunes Ferreira, porque este é um projeto que impacta os 27 Estados federados. Portanto, trazer aqui o Confaz, trazer aqui Secretários de Fazenda, trazer aqui técnicos do Tesouro Nacional – para que nós possamos ter uma ideia de como nós estamos alterando o fluxo de caixa e financeiro dos Estados – é algo inadiável.

Portanto, eu quero manifestar a minha concordância, agradecendo à Senadora Gleisi Hoffmann por ter concordado que a gente possa votar esse requerimento. E há convergência na tese do Senador Blairo e do Senador Aloysio em relação à necessidade e à importância de aprofundarmos um pouco mais esse debate, pelo impacto que ele tem nos Entes federados brasileiros.

Mas, Sr. Presidente, eu quero também apelar a V. Exª: já que há resistência para a inclusão extrapauta do PLS nº 402 – e é regimental –, eu quero apelar a V. Exª para que, na próxima reunião então... V. Exª tem tido esse cuidado e esse rigor com o Regimento, pelo que quero cumprimentar V. Exª, que tem sido republicano e democrático com os seus companheiros – e eu me incluo entre esses companheiros. Eu quero apelar a V. Exª para que a gente, então, possa incluir o projeto na pauta da próxima reunião. Parece-me uma proposta absolutamente salomônica. Vamos, portanto...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Já encerro, Senador Humberto Costa.

E vamos fazer o quê? Vamos discutir esse tema aqui. Se há requerimento para discutirmos esse tema em outras comissões, vamos fazer esse debate também em outras comissões. Não há problema nenhum. O que nós não podemos é ficar adiando *ad aeternum* a apreciação de um tema que é de fundamental importância para satisfazer uma das demandas mais importantes da sociedade brasileira, que clama por uma Justiça mais célere.

Agradeço a V. Exª.

Está, pois, feito o apelo para inclusão na pauta da próxima reunião. Mas V. Exª é o Presidente e tem, de fato, o papel discricionário de incluir ou não na pauta. Apelo a V. Exª que inclua, para fazermos o debate.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Eu queria apelar para que V. Exª determinasse o envio à Secretaria-Geral da Mesa do processado desse projeto, exatamente para que a Mesa possa submeter ao Plenário os requerimentos para que nós possamos analisar em outras comissões aquele projeto, que já foi objeto, inclusive, de deliberação de V. Exª aqui, agora.

Quero lembrar que o projeto é terminativo. Terminativo. Portanto, é ideal que possamos aprovar em Plenário esses requerimentos, fazendo com que vá para outras comissões, sem que façamos essa decisão aqui.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Presidente, para discutir o requerimento do Senador Aloysio.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, oportuna a iniciativa do Senador Aloysio Nunes. Meu Estado tem sido vítima, ao longo dos anos, de uma flagrante injustiça: gerador de energia elétrica, lastimavelmente, não conta com os recursos tributados sobre a geração de energia elétrica.

Durante a Constituinte, houve uma espécie de barganha. O Paraná, em vez de ver o ICMS tributado na origem, teve, como compensação, a adoção de *royalties* que os Municípios lindeiros a Itaipu passaram a receber. Ocorre que isso foi por tempo limitado, com uma determinação de prazo, não uma permanência de receita que certamente beneficiaria meu Estado. Por essa razão, esse é um assunto presente, tem que ser debatido, temos que buscar a justiça distributiva. O País arrecada muito, mas distribui muito mal, então, é hora desse debate.

Em relação à solicitação do Senador Ricardo Ferraço, faço minhas as palavras dele, já que esta Comissão não pode abdicar de sua responsabilidade. Esse projeto é de inteira responsabilidade desta Comissão. É por essa razão que é terminativo aqui. Não entendo como a Comissão de Assuntos Econômicos possa debater matéria dessa natureza. Isso é inusitado, Sr. Presidente. Eu diria que é estapafúrdio. Isso é uma brincadeira, é um deboche. É afirmar: "Olha, eu estou pretendendo protelar a discussão, a decisão; na verdade, eu não quero que esse projeto seja votado, eu não quero que esse projeto seja aprovado e estou adotando expedientes protelatórios."

A Comissão de Justiça não pode abdicar dessa sua prerrogativa essencial, que é deliberar sobre matérias dessa natureza. Por essa razão, eu enfatizo o apelo do Senador Ricardo Ferraço, para que V. Exª possa colocar na pauta da próxima reunião o PLS nº 402.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Continua em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira se manifestar, a Presidência coloca em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O item 20, que seria o próximo, sairá de pauta para atender a realização da audiência pública solicitada, cujo requerimento acabou de ser aprovado.

É a seguinte a matéria retirada de pauta:

ITEM 20
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 124, de 2011
- Não terminativo -

Dá nova redação à alínea b do inciso X do § 2º do art. 155 da Constituição Federal para excluir da imunidade relativa ao ICMS as operações interestaduais com energia elétrica.

Autoria: Senador Acir Gurgacz e outros
Relatoria: Senador Blairo Maggi
Relatório: favorável à proposta, nos termos do substitutivo que apresenta.
Observações:
- Em 07/10/2015, a Presidência concedeu vista à Senadora Gleisi Hoffmann e ao Senador Jader Barbalho, nos termos regimentais.)

Passemos ao item 1.

ITEM 1
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 51, de 2015
- Não terminativo -

Acrescenta o art. 32-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para dispor sobre a convalidação de atos de delegação de atividades notariais e de registro.

Autoria: Senador Vicentinho Alves e outros
Relatoria: Senador Eduardo Amorim.
Relatório: favorável à proposta.
Observações:
- Em 07/10/2015, a Presidência concedeu vista à Senadora Gleisi Hoffmann e ao Senador Marcelo Crivella, nos termos regimentais

Consulto a Srª Senadora Gleisi Hoffmann e o Sr. Senador Marcelo Crivella sobre eventual manifestação decorrente do pedido de vista.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sr. Presidente, esta é uma matéria que tem suscitado diversos questionamentos. Conversamos aqui com o Senador Vicentinho. Há requerimento sobre a mesa, de autoria do Senador Humberto e do Senador Anastasia, de realização de uma audiência pública para discutirmos essa matéria. Então, gostaríamos que acontecesse a audiência pública e esse projeto, portanto, ficasse suspenso da pauta, até que fizéssemos essa discussão.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Há um requerimento, de autoria do Senador Roberto Rocha, subscrito também pelos Senadores Humberto Costa, Antonio Anastasia e Aloysio Nunes.

ITEM 28
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 37, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública nesta Comissão, para instruir as discussões sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2015, que "Acrescenta o art. 32-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para dispor sobre a convalidação de atos de delegação de atividades notariais e de registro", e sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2015, que "Altera na Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 – Lei dos Cartórios, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre os serviços notariais e de registro", indicamos os seguintes convidados, sem prejuízo de outros nomes que poderão, eventualmente, serem acrescidos:

Representante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
Representante da ANOREG;
Representante da Associação Nacional de Defesa dos Concursos de Cartórios (ANDECC);
Representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);
Representante da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB);
Professor André Ramos Tavares, da Universidade Federal de São Paulo.

Autoria: Senador Roberto Rocha e outros.

O requerimento está em discussão.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senador Vicentinho, para discutir o assunto. Penso eu é a intenção de V. Exª.

Com a palavra o Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, nós estamos de acordo – já conversei com a Senadora Gleisi –, mas que sejam audiências públicas distintas, porque o nosso projeto é completamente diferente do projeto que veio da Câmara. Nós não tratamos de concurso público; nós tratamos, no nosso projeto, da segurança jurídica no vácuo de 88 a 94 – apenas isso!

Já existe aqui, no Senado, e foi aprovado aqui, na CCJ e no plenário, a PEC nº 57, de 2008, que vai na mesma linha dessa que apresentamos, apenas dando segurança jurídica neste período de 88 a 94; não até o ano atual.

Então, eu queria pedir a V. Exª que façamos a audiência pública sobre a nossa PEC. Sobre o projeto de lei que veio da Câmara, que tem outro sentido, que não fosse na mesma audiência pública, senão vai confundir. Nós não tocamos na questão de concurso público. E creio que o requerimento é para as duas...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu queria só esclarecer a V. Exª que o requerimento subscrito por V. Exª solicita audiência pública para...

Aliás, não.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Não, não. Nós estamos de acordo em relação à audiência pública, mas em separado, Sr. Presidente, uma vez que são assuntos distintos.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Mas o requerimento que está aqui, assinado por Roberto Rocha, Humberto Costa e Antonio Anastasia, pede a realização de uma só audiência pública para os dois projetos.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Pois é. E eu gostaria de pedir a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu não posso desmembrar. Os autores é que podem desmembrar.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – ... ou aos autores, porque vai confundir uma PEC e um projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pois não; eu respeito o argumento de V. Exª. Então, eu apenas pediria a V. Exª que se dirigisse a um dos três autores, ou aos três conjuntamente...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO. *Fora do microfone*.) – Eu solicitaria ao Senador Roberto Rocha que façamos duas audiências públicas.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, de minha parte, não há qualquer objeção a que nós possamos fazer duas audiências. Não vejo problema.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Desmembrar os dois requerimentos.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Porque são assuntos distintos.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Então, vamos votar aqui o requerimento com a modificação sugerida pelo Senador Vicentinho, com o apoio do Senador Humberto Costa, que está presente e concorda, desmembrando os dois requerimentos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Também concordo.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Então, aprovamos.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Agradeço a V. Exª, ao Senador Aloysio, ao Senador Humberto.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – São duas audiências, ao invés de uma só, com os mesmos convidados, para não mexer muito no requerimento.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Isso. E eu gostaria de sugerir também a indicação de um grande jurista, cujo nome completo não tenho agora, para que fosse incluído na lista de convidados para essa audiência pública. Não estou com o nome agora, mas vou remetê-lo a V. Exª, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O próprio requerimento considera a possibilidade de acrescentar outros nomes.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – É só mais um.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª pode acrescentar, sem problema.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não havendo mais quem pretenda discutir o assunto, nós vamos à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento, com a sugestão de modificação proposta pelo Senador Vicentinho, com o apoio do Senador Humberto Costa, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento. (*Palmas.*)

Em função disso, os itens 1 e 5 saem de pauta, para atender a manifestação do Senado, que acabou de aprovar audiência pública em torno do assunto versado pelos itens 1 e 5. (*Pausa.*)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Enquanto V. Exª consulta os papeis, quero apenas registrar que, em relação ao que nós estávamos discutindo, sobre os cartórios, isso já foi votado, mas o Senador Vicentinho argumenta que não mexe na questão de concurso público. Ontem, encontrei-me com vários aqui que são contra a PEC 51, de autoria do Senador Vicentinho. Eles entendem que isso mexe no concurso público e cria uma série de intranquilidades. Portanto, a decisão aqui tomada, das audiências públicas, está correta. A separação das duas também. E nós teremos oportunidade de discutir. Se o Senador Vicentinho tem certeza do que nos tem dito aqui e se a assessoria dele foi assertiva, não vejo problema em aprovarmos sua PEC, e teremos a oportunidade de fazer isso na audiência pública, quando formos discutir o assunto.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Esta Presidência anota as ponderações formuladas por V. Exª.

Com a palavra, a Senadora Gleisi Hoffmann. (*Pausa.*)

Não?!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Passemos, então, ao

ITEM 2
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 62, de 2015
- Não terminativo -

Altera os arts. 27, 28, 29, 37, 39, 49, 73 e 93 da Constituição Federal para vedar a vinculação remuneratória automática entre subsídios de agentes públicos.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann e outros.
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues.
Relatório: Favorável à Proposta com quatro emendas que apresenta.
Observações:
- Em 30/09/2015 a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais;
- Em 30/09/2015 foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Roberto Rocha, dependendo de relatório; em 27/10/2015, foram apresentadas as Emendas nºs 2 e 3, de autoria do Senador Eduardo Amorim, dependendo de relatório; e em 28/10/2015, foram apresentadas as Emendas nº 4, de autoria do Senador Roberto Rocha, nº 5, de autoria do Senador Ronaldo Caiado, e nº 6, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, dependendo de relatório.
– Em 28/10/2015, o Relator, Senador Randolfe Rodrigues, apresenta relatório reformulado.

Consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras sobre eventual manifestação decorrente do pedido de vista. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao autor do relatório, Senador Randolfe Rodrigues, para proferir o seu relatório sobre a emenda e para suas considerações finais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, eu agradeço a V. Exª.

Eu queria, inicialmente, cumprimentar a primeira signatária desta proposta de emenda à Constituição, a Senadora Gleisi Hoffmann, pela iniciativa, pelo tema que traz, que eu acho fundamental para a República, para os princípios de moralidade da Administração Pública.

Ao mesmo tempo, eu quero destacar que, ainda ontem, objeto de uma reunião que fizemos – eu, a Senadora Gleisi e o Senador Roberto Rocha, autor de uma das emendas –, construímos um texto que vem a atender à intenção da primeira signatária, Senadora Gleisi Hoffmann, e também às preocupações, que advinham principalmente da Magistratura, de que o texto da proposta de emenda à Constituição quebrasse o princípio da unidade da Magistratura.

Dito isso, Sr. Presidente, passo ao relatório, indo direto para a análise.

Preliminarmente, há que se firmar, quanto aos aspectos relativos à constitucionalidade formal da proposição em exame, que nada há a opor, restando respeitadas as prescrições do art. 60 da Constituição Federal atinentes à apresentação e tramitação de proposta de Emenda à Constituição.

Igualmente, não se registra vício por nenhuma lesão às limitações circunstanciais ao poder reformador estabelecidas pelo § 1º do art. 60 do Texto Constitucional.

Quanto aos aspectos constitucionais materiais, impende assinalar que o sistema remuneratório dos agentes públicos no âmbito da Federação brasileira, em todos os níveis, foi erigido da forma tributária da essência do federalismo adotado pela Constituição Federal em vigor, mas – principalmente em atenção ao histórico de desvios e excessos registrados nessa seara temática – impondo parâmetros máximos aos subsídios praticados no âmbito de cada entidade federativa. Assim é que, por exemplo, o art. 27, § 2º, da Carta Magna, remete ao próprio Estado a competência para fixar, por lei própria, os subsídios a serem pagos aos respectivos Deputados Estaduais, mas os limita a 75% dos valores pagos aos Deputados Federais. No primeiro núcleo, o modelo positivado homenageia a autonomia de cada Estado, prestigiando elementos como a condição econômica e fiscal e a decisão política relativa aos próprios agentes do Legislativo, enaltecendo atributos do federalismo brasileiro. No segundo núcleo, prestigia o interesse da Federação como um todo, impondo um teto para os valores que o Estado venha a adotar.

Esse padrão se repete em relação aos demais agentes políticos, com exceções para Ministros do Tribunal de Contas da União e para os membros dos Tribunais Superiores. Nesses casos, a Constituição Federal afasta-se da técnica de imposição de limite de subsídios para determinar a equiparação, para membros do TCU, e a vin-

culação, para os integrantes do Superior Tribunal de Justiça, do Superior Tribunal Militar, do Tribunal Superior do Trabalho e do Tribunal Superior Eleitoral.

Relativamente a Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, é bastante nítida a intenção do constituinte originário de permitir a cada uma dessas entidades a liberdade para fixar subsídios de agentes políticos, considerada principalmente a respectiva realidade econômica, fiscal e tributária, possibilitando assim, a partir da responsabilidade pública e de gestão, que a expressão financeira da remuneração dos referidos agentes não venha a ser fixada de molde a comprometer os recursos orçamentários necessários ao atendimento de todas as áreas de competência de cada um desses entes.

Lamentavelmente, contudo, o sistema não logrou atingir esse superior objetivo. Na prática, a regra – e a superior finalidade federativa marcada pelo texto constitucional em vigor – foram burlados pela produção de normas jurídicas que, ao invés de estabelecer um valor para os subsídios dos agentes públicos, impôs, ao contrário, um sistema de reajustamento automático de valores que despreza a realidade econômica de cada entidade federativa, dissociando definitivamente os valores pagos aos membros do Executivo, do Legislativo e do Judiciário do elemento orçamentário.

A proposição que temos sob exame oferece uma resposta objetiva a essa distorção, vedando, diretamente, as vinculações remuneratórias automáticas.

Assim e por isso, por recuperar a moralidade do sistema e devolver o modelo ao seu curso original, nossa inclinação é favorável à aprovação da proposição em análise.

No entanto, no mérito, julgamos que deve ser mantido o caráter unitário e nacional da magistratura, do ministério público e da defensoria pública, já reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal (ADI 3854 MC/DF, rel. Min. Cezar Peluso, 28/02/2007). Assim, pretendemos manter a regra de escalonamento vertical para esses órgãos com ligeira inovação para se evitar a vinculação automática, conforme proposto pela eminente Senadora Gleisi Hoffmann.

Deste modo, apresentamos emenda com este intuito e acatamos emenda apresentada por S. Exª o Senador Roberto Rocha, que foi fundamental para a contribuição com esta discussão. S. Exª não pôde estar presente nesta reunião da CCJ em função de missão parlamentar no exterior, para a qual foi designado.

Cumpre, contudo, um ajuste de fundo técnico. Ao remover a previsão de equiparação remuneratória dos Ministros do TCU do art. 73 e alocar um novo modelo no art. 93, V, ambos da Constituição Federal, a proposta incorre em deficiência de localização topológica da matéria, já que este último dispositivo é única e exclusivamente voltado ao regramento do Poder Judiciário, sendo de todo estranha a previsão relativa ao Tribunal de Contas da União, órgão constitucional autônomo auxiliar do Poder Legislativo. À guisa de correção, estamos também oferecendo, com este parecer, emenda saneadora da deficiência apontada.

A Emenda nº 1-CCJ, apresentada pelo ilustre Senador Roberto Rocha, assevera o caráter nacional da estrutura judiciária reafirmada através da chamada regra de escalonamento vertical dos subsídios. Na essência, propõe a manutenção do atual inciso V do art. 93 da Constituição Federal, acrescentando-lhe a cláusula de vedação de vinculação remuneratória automática de outras carreiras do serviço público aos subsídios dos membros do Poder Judiciário.

No nosso relatório, durante a discussão da matéria nesta Comissão, já havíamos concordado quanto a manutenção da unicidade da magistratura nacional. Assim, a regra de escalonamento vertical aplicável à magistratura, ao ministério público e aos detentores de mandato eletivo manteve-se intacta. Porém, com relação a esses últimos, concordamos com a autora, para manter a redação proposta na íntegra.

Por outro lado, não nos parece adequado suprimir a essência da proposta original, qual seja, a necessidade de aprovação de lei específica pelo Supremo Tribunal Federal e a vedação a vinculação remuneratória automática.

Nesse ponto, passamos a análise das Emendas nºs 2, 3 e 4 oferecidas.

A Emenda nº 2, do Senador Eduardo Amorim, em essência, pretende prestigiar o caráter nacional que a Constituição confere ao Poder Judiciário, porém, para incluir o art. 129, §4º, que trata do Ministério Público, e o art. 134, §4º, que trata da Defensoria Pública.

Louvamos a iniciativa do eminente colega, porém, nosso parecer é contrário, embora a parte final da emenda esteja contemplada na subemenda que apresentamos à Emenda nº 4, de autoria de S. Exª, o Senador Roberto Rocha.

A Emenda nº 3-CCJ, também de autoria do Senador Eduardo Amorim, mantém a redação atual do mencionado dispositivo, porém para incluir as instituições erigidas pela Constituição como funções essenciais à Justiça – Ministério Público, a Advocacia Pública, a Defensoria Pública e a Advocacia geral –, constantes do Capítulo IV do Título IV da Constituição.

Como a emenda pretende manter inalterado o atual dispositivo mencionado, fazendo alterações, embora louváveis, porém que não se encontram no escopo pretendido pela autora da proposta de emenda constitucional, que ora relatamos, nosso parecer é contrário a essa emenda.

Outra emenda foi apresentada no dia 28 de outubro de 2015 – que já citei –, que é a Emenda nº 4, de autoria do Senador Roberto Rocha, que visa a adequar o texto originalmente proposto para o inciso V do art. 93 às demais estruturas constitucionais para manter a unidade e o caráter nacional que é conferido pela Constituição ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e à Defensoria Pública.

Esta última emenda, Sr. Presidente, resultou de um esforço para se alcançar um entendimento para a redação do art. 93, V, de modo que, se pudesse preservar o caráter unitário e nacional da magistratura, do Ministério Público e da Defensoria e, simultaneamente, também manter a alteração pretendida pela Senadora Gleisi Hoffmann de vedar qualquer vinculação remuneratória automática.

Nesse sentido, nosso parecer é favorável à Emenda nº 4, na forma de subemenda que apresentamos.

Voto.

Por todo o exposto, Sr. Presidente, somos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 62, de 2015, nesta Comissão, pela rejeição das Emendas nºs 1, 2 e 3 e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 4, de S. Exª, o Senador Roberto Rocha, na forma de subemenda, e com a seguinte emenda que aqui relatamos:

O §3º do art. 73 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação, removendo, no inciso no inciso V do art. 93, a referência aos Ministros do Tribunal de Contas da União:

"Art.73.....

.....

§ 3º Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, aplicando-se-lhes, quanto à aposentadoria pensão, as normas constantes do art. 40, sendo remunerados por subsídios fixados por lei ordinária e limitados a noventa e cinco por cento do subsídio mensal fixado aos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

.....(NR)

A subemenda que passamos a acatar passa a ter a seguinte redação:

V – o subsídio dos Ministros dos Tribunais Superiores corresponderá a noventa e cinco por cento do subsidio mensal fixado em lei para os Ministros do Supremo Tribunal Federal, e os subsídios dos demais magistrados serão fixados e escalonados, mediante ato normativo do respectivo órgão, em nível federal e estadual, conforme as respectivas categorias da estrutura judiciária nacional, não podendo a diferença entre uma e outra ser superior a dez por cento ou inferior a cinco por cento, nem exceder a noventa e cinco por cento do subsídio mensal dos Ministros dos Tribunais Superiores, vedada a vinculação remuneratória automática e obedecido, em qualquer caso, o disposto nos arts. 37, XI, e 39, §4º, 129, §4º e 134, §4º.

..... (NR)

O restante da proposta de emenda constitucional, Sr. Presidente, no que se refere a deputados estaduais, a prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, fica a redação apresentada por S. Exª a Senadora Gleisi Hoffmann.

É esse o meu relatório, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Concedo vista solicitada...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Não, não, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... pelo Senador Ferraço, tendo em vista que o parecer modifica o projeto original.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Houve modificação, é verdade.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Não, ele pediu vista coletiva, Sr. Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Muito bom, por sinal.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Concedo vista ainda aos Senadores Ronaldo Caiado e Aloysio Nunes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Parece-me que é vista coletiva, certo, Presidente?

Presidente, é vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Concedo vista coletiva, solicitada pelo Relator.

Vamos ao item 4.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – E o item 3, Sr. Presidente?

Como já foi lido o relatório, não poderia ter...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O autor não está presente.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Não; a autora sou eu.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Aliás, o Relator não está presente.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Como o Relator já leu esse relatório na semana passada, eu gostaria que V. Exª designasse um relator *ad hoc* e, assim, nós pudéssemos votar.

A gente não votou porque não havia quórum. É um projeto terminativo.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – A dificuldade é que o Relator, não estando presente...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Não; já foi relatado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Sim, mas pode haver questionamento ao relatório.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Não; então, podemos agora pôr em discussão, já que ele foi relatado. Fazemos a discussão; se houver questionamento, não vai ser votado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Vamos votar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Quero só informar a V. Exª que a discussão já foi encerrada no dia 21 de outubro de 2015.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Então, vamos votar. É terminativo, e há quórum, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Tudo bem.

Passemos ao

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 293, de 2015
- Terminativo -

Acrescenta art. 55-A à Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para facultar ao eleitor com setenta anos ou mais e ao eleitor deficiente físico a transferência de zona ou de seção eleitoral.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann.
Relatoria: Senador Paulo Paim.
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
- Em 21/10/2015, foi encerrada a discussão e adiada a votação da matéria;
- Votação nominal.

Em votação o projeto.

Trata-se de matéria terminativa; portanto, com votação nominal.

O painel já está aberto...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... para acolher a manifestação dos Srs. Senadores.

(Procede-se à votação.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Sr. Presidente, enquanto se procede à votação, eu gostaria de cumprimentar a Senadora Gleisi Hoffmann.

Veja, Senadora, que nós não discordamos em tudo. Cumprimento V. Exª...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Que bom, Senador! Agradeço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – ... por essa iniciativa, o que sinaliza um efetivo respeito a esse importante segmento social, não apenas à terceira idade, mas também, eventualmente, a pessoas acometidas por algum nível de deficiência, que precisam conviver com essa burocracia a que V. Exª, por sua iniciativa, coloca fim.

Cumprimento a V. Exª pela sensibilidade e pela iniciativa.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço, Senador. Muito obrigada pelas suas palavras e comentários de apoio ao projeto. (*Pausa.*)

(Continua em processo de votação.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Presidente, eu quero um esclarecimento de V. Exª.

Eu sou diretamente interessado no assunto, uma vez que tenho mais de 70 anos. Eu posso votar? O meu voto seria computado? Como é que fica a minha situação? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Mas o projeto tem um caráter geral. V. Exª é claro que pode votar.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Presidente Maranhão, eu gostaria de solicitar a V. Exª e à Secretaria da Comissão que pudesse incluir, na próxima reunião, o PLS nº 663, de 2015, de minha autoria, cujo Relator é o Senador Ricardo Ferraço e cujo relatório já está em condições de ser debatido nesta Comissão.

É um tema correlato às questões da reforma política que aqui foram discutidas. Portanto, agradeço a V. Exª se puder incluí-lo na próxima Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O pedido de V. Exª está deferido.

(Continua em processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – A Presidência solicita aos Senadores que ainda não manifestaram o seu voto que o façam. O painel continua aberto.

Quero lembrar ao Senador Randolfe, que ainda não votou, para consignar o seu voto.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente, Senador José Maranhão...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra a Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Presidente, é apenas para pedir a V. Exª para considerar o meu voto, pois está dando um probleminha aqui na inclusão digital e eu não estou conseguindo digitalizar o meu voto, que é favorável ao projeto de lei de iniciativa da Senadora Gleisi.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – A Ata registrará a declaração de V. Exª.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada.

(Continua em processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu lembraria aos Senadores presentes para votarem, se algum ainda não manifestou o seu voto. (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

O painel registra 16 votos – com o voto do Presidente, 17 – SIM. Dezesseis votos NÃO.

Abstenção, zero.

A matéria, que foi aprovada, será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 4
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 110, de 2015
- Não terminativo -

Altera o art. 37 da Constituição Federal, para restringir a quantidade de cargos em comissão na administração pública e estabelecer processo seletivo público.

Autoria: Senador Aécio Neves e outros.
Relatoria: Senador Alvaro Dias.
Relatório: Favorável à Proposta e às Emendas nºs 1 e 2, nos termos do substitutivo que apresenta.
Observações:
- Em 27/08/2015, foram apresentadas as Emendas nº 1 e 2, de autoria do Senador Antônio Anastasia.

Concedo a palavra ao autor do relatório para proferir o seu voto.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras.

Esta proposta do Senador Aécio Neves, que chega em boa hora a esta Comissão, veicula uma alteração de índole permanente e outra transitória.

Pela primeira, que o inciso V do art. 37, determina-se um conjunto de condicionantes à utilização dos cargos de provimento em comissão na estrutura da Administração Pública, sendo, em síntese, o seguinte:

a) ressalvados os casos de assessoramento direto aos detentores de mandato eletivo, aos Ministros de Estado e aos Secretários de Estado, do Distrito Federal e de Municípios, a quantidade de cargos em comissão não pode superar um décimo dos cargos efetivos de cada órgão ou entidade;

b) dentro dos limites referidos acima, pelo menos a metade dos cargos em comissão deve ser preenchida por servidores ocupantes de cargo efetivo no respectivo órgão ou entidade;

c) o provimento dos cargos em comissão e funções de confiança será precedido de processo seletivo público, que deverá estabelecer critérios de seleção baseados em conhecimentos técnicos, capacidades e habilidades específicas.

Na parte transitória, sob o art. 2º da proposição, determina-se que deverá haver redução parcial do número de cargos em comissão, até atingir o limite estabelecido pela nova redação do art. 37, sendo que tal gradualidade admitirá até 30% de cargos comissionados relativamente aos cargos de provimento efetivo no primeiro ano de vigência da Emenda à Constituição em que se converta a proposição em exame, e de até 20% no segundo ano, devendo acomodar-se ao máximo de 10% estabelecido na parte permanente no terceiro ano de sua vigência.

Na justificação são destacadas especialmente a pródiga multiplicação de cargos em comissão na estrutura pública e as relações que essa situação mantém com o incremento da corrupção.

A proposição recebeu duas emendas, ambas de autoria do Senador Antonio Anastasia.

Na Emenda nº 1, propõe a inclusão da meritocracia como princípio da Administração Pública. Também é pretendida uma segmentação de percentuais de cargos em comissão, devendo ser de 10% no âmbito da União, 20% para os Estados e de 30% para Municípios, sempre tendo como referência os cargos efetivos de cada órgão ou entidade em cada nível federativo.

Na Emenda nº 2, o autor pretende inserir a presteza do atendimento entre as questões a serem consideradas na avaliação periódica do serviço público, à altura do §3º do art. 37, e, também, no art. 39, §9º, o condicionamento de pagamento de adicional ou prêmio de produtividade a previsão orçamentária, disponibilidade financeira e outros elementos, como avaliação de desempenho e periodicidade mensal.

A análise, Sr. Presidente.

Preliminarmente, não se divisa qualquer situação de inconstitucionalidade, portanto a matéria está em condições de ser aprovada em razão de ser constitucional. Exame... Perfeitamente conformada às limitações formais e materiais ao Poder Reformador.

Anota-se, igualmente, que a técnica legislativa não demanda reparos.

No mérito, a providência deve ser saudada e acolhida, consideradas, contudo, as alterações pontuais de mérito que sugerimos ao final deste parecer, e que decorrem do acolhimento das emendas apresentadas à proposição nesta Comissão, todas fazendo parte integrante do parecer. Dão as emendas de autoria do Senador Antonio Anastasia, a que me referi anteriormente.

O objetivo central da proposição em exame é a redução do número e destinação dos cargos de provimento em comissão, providência normativa que já tarda.

Ao estabelecer um percentual máximo de cargos em comissão na estrutura da Administração Pública, ao determinar que pelo menos a metade dos nomeados sejam servidores efetivos do órgão, e ao impor um processo seletivo mínimo para parte das nomeações, a proposição confere melhor disciplina ao tema, especialmente num momento em que se questiona o gigantismo da máquina pública e o excessivo número de cargos comissionados.

Nossa posição, portanto, é indiscutivelmente pela aprovação da proposição à qual ora nos dedicamos.

Como noticiamos precedentemente, foram oferecidas emendas à proposta, e estamos acolhendo essas emendas.

Quanto às emendas apresentadas, somos:

a) pela aprovação da Emenda nº 1 e sua incorporação, com modificação ao caput do art. 37 e os ajustes redacionais necessários, à alínea "a" do inciso V do art. 37, na forma como consta da emenda substitutiva que apresentamos. Entendemos que a previsão de máximos escalonados por nível federativo, combinado com possibilidade de investidura sujeita a prazo para implementação de políticas públicas temporárias, como preconizamos, também no substitutivo, responde, de forma objetiva e eficaz, às necessidades, principalmente estaduais e municipais;

b) pela aprovação da Emenda nº 2, de forma integral, e sua incorporação ao substitutivo.

O acolhimento da Emenda nº 1, especificamente com relação à modificação do caput do artigo 37 da Constituição, que introduz a meritocracia nos princípios que orientam a Administração Pública, cumpre argumentar que a Administração Pública brasileira tem um longo histórico de continuidade, pontuado por transformações substanciais, que, longe de caracterizar predicados contrapostos, demonstram a capacidade dos legisladores e doutrinadores de reconhecer a Administração Pública como um instituto em constante evolução. A Administração que se espera no futuro difere daquela que a antecedeu, seja com relação às competências, responsabilidades, qualificação de seus membros, qualidade do serviço prestado, bem como pelas modalidades dos procedimentos, técnicas e meios de comunicação e interação com os administrados. Tudo isso faz com

que o aparato administrativo, ao mesmo tempo em que influencia, criando procedimentos e competências, é influenciado pela dinâmica social e tecnológica.

De forma geral, introduzir a meritocracia como princípio orientador da Administração Pública consagra um método salutar, que é considerar o mérito dos servidores públicos para que possam galgar posições de maior destaque na administração.

Deve ser referido também que o acolhimento da Emenda nº 1 levou à necessidade de uma disciplina mais cuidadosa da utilização dos cargos em comissão nos percentuais autorizados, principalmente nos âmbitos estaduais e municipais.

Portanto, Sr. Presidente, para resumir, o nosso voto, pelas razões expostas, é pela aprovação.

Apresentamos, para atender as exigências da tecnicidade, uma emenda substitutiva, em que o art. 37 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 37. A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e meritocracia e, também, ao seguinte...

Aí incorporamos aquilo a que já nos reportamos, que é exatamente a proposta do Senador Aécio Neves de moralizar a Administração Pública no que se refere à composição dos quadros de confiança, os cargos comissionados, que são de livre provimento da parte do governante.

Portanto, Sr. Presidente, uma iniciativa que merece destaque nesta hora, com os nossos aplausos e aprovação de forma absoluta e integral. É uma contribuição que o Senador Aécio Neves oferece a esta Casa e ao País, na defesa de uma Administração Pública mais eficiente e, sobretudo, mais econômica, excluindo o desperdício vigente em razão desse sistema de loteamento dos cargos públicos para atender o interesse de eventuais apaniguados.

Por essa razão, com louvor, o nosso voto é favorável à proposta do Senador Aécio Neves.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Para discutir, Sr. Presidente, como autor.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O relatório está em discussão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Para discutir.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Para discutir, Sr. Presidente.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Aécio Neves, pela ordem de pedido de inscrição.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, pouquíssimos temas encontrarão tanta convergência não apenas no Congresso Nacional, mas no seio da sociedade brasileira, quanto à necessidade de qualificarmos a gestão pública no Brasil em todos os seus níveis. O que temos assistido de forma crescente no Brasil, nos últimos anos – e faço aqui justiça: mesmo em períodos anteriores ao atual Governo –, é a desqualificação crescente da máquina pública, subordinada, cada vez mais, a interesses e necessidades momentâneas do governante. Cada vez nós assistimos a um maior distanciamento da meritocracia quando da ocupação ou da seleção dos gestores públicos.

Recentemente, o Brasil assistiu, atônito e perplexo, aos critérios que levaram à ocupação de áreas importantes da gestão pública.

Este projeto, na verdade, como disse, de forma correta, o Senador Alvaro Dias – a quem cumprimento pelo relatório e pela qualidade das propostas que a ele incorporou, em especial aquelas vindas da lavra e da experiência do Senador e ex- Governador Antonio Anastasia –, busca, em um primeiro momento, frear o crescimento alarmante dos cargos chamados comissionados, aqueles de livre provimento na máquina pública. Ano a ano, governo a governo, o número desses cargos vem crescendo. E, com esse crescimento, a absoluta falta de critérios para a sua devida ocupação.

O que estamos propondo, na verdade, é racionalização na ocupação desses cargos no sentido de garantir eficiência a cada uma das áreas de responsabilidade do Estado.

Se fizermos um rápido passeio por algumas das democracias mais sólidas do mundo, veremos a discrepância entre aquilo que o Brasil pratica do ponto de vista de nomeações de livre provimento e aquilo que democracias sólidas como a americana e outras da Europa, como a Francesa, praticam. Já há um exagero enorme no número desses cargos, mas uma absoluta falta de controle, como disse, para sua ocupação.

E nós, sem dificuldade alguma, vamos perceber que mais eficientes se apresentam os Estados nacionais e mesmo subnacionais quanto maior estabilidade eles demonstram ter na sua burocracia.

Sr. Presidente, peço que V. Exª peça também silêncio ao Plenário para que possamos discutir de forma adequada um tema desta relevância.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu peço ao Plenário que guarde o necessário silêncio há um orador na tribuna, e o assunto é de extrema relevância.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Agradeço a V. Exª. Agradeço ao Plenário.

E dizia que é fácil perceber que, quanto mais estabilidade ou maior estabilidade exista em algumas burocracias mundo afora, maior eficiência vamos encontrar nessas gestões. Portanto, a volatilidade, a forma efêmera e passageira como muitos desses cargos são ocupados, repito, sem qualquer critério meritocrático – e não vou entrar aqui nem na questão de valores, de princípios, de questões morais, fico apenas na questão da eficiência, dos resultados – prejudica e muito a ação dos diversos órgãos da administração pública.

O que estamos, portanto, propondo, Sr. Presidente, é, como disse, colocar um freio na ampliação ou na criação de novos cargos em comissão. E estabelecemos aqui alguns limites. Os cargos comissionados, em primeiro lugar, não poderão ultrapassar em 10% o conjunto de cargos de cada órgão, portanto, de cada área da administração pública. Com isso, estamos impedindo que, a bel-prazer do governante, sejam criados, a cada necessidade de compor, seja com a base aliada, seja com outros interesses, novos cargos, o que obviamente não pode ser contestado, acredito, por quem quer que seja.

Por outro lado, nós estamos estabelecendo alguns critérios para ocupação desses cargos no seio da máquina pública. O primeiro deles é que metade dos cargos de livre provimento deverão ser ocupados por servidores concursados daquela área. Nós estamos valorizando, na verdade, aqueles que, ao longo da sua vida, se dedicaram e obviamente adquiriram conhecimento específico em relação às atribuições que irão assumir.

Portanto, estamos garantindo que metade dos cargos sejam preenchidos por servidores do mesmo órgão, daquele órgão ou daquela entidade. E para outra metade, Sr. Presidente, nós estamos propondo aqui critérios de seletividade, que obviamente serão regulamentados por lei. Obviamente não falo aqui de concurso público. A inspiração, na verdade, desse projeto – e aqui faço vênia a uma iniciativa do Senador Garibaldi, que aqui está, na mesma direção –, que já tramitou nesta Casa, infelizmente sem aprovação, que buscava efetivamente a qualificação da máquina pública e da ocupação desses cargos.

Quero dizer, Senador Garibaldi, vendo aqui V. Exª, que o projeto de V. Exª foi inspirador para que, obviamente com alguns aprimoramentos ou com alguns avanços, apresentássemos esta proposta.

Para essa outra metade, criaremos critérios para essa seleção. E aí buscamos inspiração em um banco de cargos. O Senador Serra acompanhou isso de perto, várias vezes a esse processo fez referências. Como governador de Minas, construímos um critério de banco de cargos, como chamávamos. Na verdade, era um banco de qualificação. As pessoas se apresentavam, indicados que eram. E não há, *a priori,* a princípio, uma negação, uma proibição de que alguém seja indicado para ocupar um cargo de livre provimento sem estabilidade.

Mas esse indicado precisava passar por uma certificação, Presidente Maranhão, que era feita por um órgão externo, no nosso caso, ao governo de Minas, que era a Universidade Federal de Minas Gerais.

Portanto, há indicação ou alguém se candidata livremente a determinada função, mas ela se submete a partir de critérios que a lei definirá, como, por exemplo, curso superior para determinados cargos, uma experiência mínima naquela área. Isso obviamente não está no texto, mas seria discutido no momento da elaboração da lei, ou se submeteria a uma certificação. E a partir de aprovada, de qualificada nessa certificação, estaria apta, aí sim, a partir da definição do governante, ou do chefe daquela área, do Ministro de Estado, a ocupar esse cargo de livre provimento.

O que estamos, em síntese, propondo, Senador Maranhão, é um choque de gestão, de qualificação, de meritocracia na gestão pública. A grande verdade é que, seja no nível federal, de forma mais clara, mas também em nível estadual e nível municipal, os cargos de livre provimento se transformam em instrumentos da barganha política. São tratados como mercadorias a serem distribuídas em função da necessidade momentânea do governante. E quem paga o preço? A sociedade brasileira, pela consequente baixa qualificação daquele gestor e a pouca qualidade do serviço público ali apresentado.

Portanto, ao cumprimentar mais uma vez o Senador Alvaro Dias, agradeço a presteza com que apresentou o seu relatório. Essa proposta vai ao encontro de uma expectativa crescente da sociedade brasileira, de que teremos um serviço público que não atenda ao governante de plantão, porque todos passam, mas atenda a sociedade brasileira.

Criar um mínimo de estabilidade, também nesses cargos de livre provimento, é um avanço que já ocorreu em inúmeras outras democracias muito mais sólidas e avançadas do que a nossa, e é hora de que chegue ao País.

Portanto, não invento aqui a roda. Busquei inspiração em iniciativas, não apenas de Minas, mas de vários outros governos que prezam pela meritocracia. Acho que estaremos, aprovando essa proposta, dando um sinal muito claro de que o serviço público, os cargos públicos, devem, acima de tudo, servir aos cidadãos e não às conveniências do governante de plantão.

Por isso eu peço aos Srs. e Srªs Senadoras apoio para essa proposta relatada, com a competência de sempre, pelo Senador Alvaro Dias.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Permite-me um aparte, Senador Aécio?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Claro, Senador Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – É um aparte ao orador.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Pois não, será uma honra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu queria me congratular com V. Exª por esse projeto. A ideia da certificação é uma ideia preciosa que precisa ser valorizada na administração federal. Começou em Minas e fizemos também em São Paulo, a partir da experiência de Minas, verificando o que estavam fazendo nessa área lá, e funcionou muito bem. O elemento qualificação, o elemento certificação, no contexto brasileiro, já é revolucionário, por incrível que pareça.

Ou seja, para ocupar cargos de confiança, esses de livre nomeação, deve haver um currículo mínimo. Isso já é um avanço incrível. E tem a ver não só com o empreguismo. Mesmo que o número de cargos de confiança no Governo Federal – que deve ser de 23, 24 mil, pelo que diz – se mantenha, a mudança dos critérios para nomeação aumentará a eficiência, tudo mais constante, afora a proposta oportuna que essa PEC contém, que é de entregar metade dessas funções a pessoas que já são dos Ministérios,

Eu, particularmente na minha vida pública, sempre valorizei o pessoal das instituições que estiveram sob o meu comando em nível de secretara, de Ministério, em nível de governo do Estado, porque temos que motivar os funcionários, temos que dar... Eles estão aí com estabilidade. Então, o que é que tem que fazer? Motivar, premiar, fazê-los se sentirem úteis e serem gratificados por aquelas coisas que a sua instituição está fazendo.

No caso Ministério da Saúde, dou como exemplo duas instituições: a Fiocruz e a Funasa. A Fiocruz era, classicamente, um foco de problemas, dominada, no plano político, pelo partidão, pelo pessoal do Partido Comunista, e, posteriormente, um consórcio com o PT.

No entanto, embora não tendo maior afinidade política com as orientações que lá prevaleciam, conseguimos dar à Fiocruz uma produtividade que ela nunca teve, em muitas matérias, seja desde a produção de remédios até a defesa das questões brasileiras no plano da Organização Mundial da Saúde.

Por isso, queria enfatizar bem: lembro-me da experiência da Funasa, que foi dramática. Quando entrei no Ministério da Saúde, a Funasa estava toda loteada, essa é a verdade. Nós desencadeamos um processo de mudança disso, sem nenhuma truculência, sem chegar a demitir todo mundo, nada disso. Apenas onde havia irregularidade, onde havia insuficiência, fazíamos uma investigação. A partir daí, concluindo que tal coordenador não podia continuar, dávamos a satisfação para quem tinha feito a indicação: "Olha, não dá". E, a partir daí, não deixávamos mais ninguém indicar.

Inclusive, fizemos uma certificação, no caso da Presidência da Funasa, de diretoria e tudo mais, Senador Aécio, Senador Alvaro Dias, que funcionou muito bem.

Não por coincidência, um dos primeiros atos do Governo Lula, em março, em abril de 2013, foi revogar o decreto que tínhamos encaminhado para o Presidente Fernando Henrique, que o tinha assinado. E a Funasa voltou aos padrões de loteamento tradicionais. E eles tiveram como consequência... Não quer dizer que todos os funcionários que entram por recomendação sejam assim, mas o fato é que escapou do controle e passou a ser um dos maiores focos, em vez de eficiência, como estava, de corrupção. Essa é a verdade. É uma coisa que desacredita o trabalho da Saúde, que desmoraliza os funcionários. Mesmo aqueles que não estão envolvidos, acabam perdendo toda e qualquer motivação para o trabalho.

Essa emenda à Constituição vai nessa direção e tem meu enfático apoio, Senador Aécio. Acho extremamente oportuna.

E vocês guardem, inclusive, algo que é importante ter em mente: muita gente quer resolver o problema dos cargos de livre nomeação com concurso, mas isso seria um equívoco, porque o concurso iria engessar concursados, que têm estabilidade. Por 200 anos, vão ser feitos os gastos, porque há a aposentadoria, as pensões. Isso nunca mais acaba. Isso tira a flexibilidade da Administração Pública. E muito sabiamente tanto o autor quanto o Relator cuidaram para que isso não acontecesse.

Portanto, quero me congratular e, mais ainda, acho que deveríamos dar uma tramitação urgente a esse projeto; aqui, no Senado, a mais urgente possível, para que possa ir à Câmara, porque esse processo é demorado, uma vez que não há finalização: vai para a Câmara, pode voltar para o Senado, vai para a Câmara. Então, temos de trabalhar muito rapidamente.

A meu ver, a época é propícia, oportuna, por incrível que pareça, para que um projeto como esse seja aprovado.

Dou meu apoio enfático. Meus parabéns ao autor e ao Relator.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Eu agradeço ao ilustre Senador Serra, que, com sua larga experiência, inclusive, de administrador público, compreende a importância de resgatarmos, minimamente que seja, a meritocracia na gestão pública.

E aproveito – para encerrar, Sr. Presidente – para fazer referência às duas emendas propostas pelo Senador e ex-Governador Anastasia, que foi vital para a implementação desse processo de qualificação de Minas Gerais.

Ele propõe, em uma das emendas, o escalonamento para a sua implementação. No primeiro ano, isso atingiria o total de 30% dos cargos efetivos, passando para 20%, reduzindo para 20% no ano seguinte, chegando aos 10%, que é a proposta que trouxemos, no terceiro ano.

E a segunda emenda, também acatada pelo Relator, a mim traz uma satisfação pessoal muito grande, porque busca, Senador Maranhão, introduzir no *caput* do art. 37 da Constituição a meritocracia nos princípios que orientam a Administração Pública. Por incrível que pareça, ainda lá não está. Isso, por si só, é uma sinalização clara de uma mudança de padrão na gestão pública brasileira.

Portanto, não vou me alongar, outros Parlamentares certamente estão aqui para discutir a matéria, mas quero apenas ressaltar a importância e a oportunidade, como disse o Senador Serra, de darmos celeridade tanto se possível à votação e à aprovação dessa matéria na Comissão, pedindo urgência para que ela possa ir a plenário em seguida e obviamente trabalhando para que a Câmara dos Deputados possa também, o mais rapidamente possível, dar esta nova e virtuosa sinalização ao País de que a gestão está realmente, a partir de agora, buscando ser novamente qualificada.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Ferraço, previamente inscrito.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, desejo cumprimentar, inicialmente, o autor desta mais que oportuna iniciativa, o Senador Aécio Neves, o que sinaliza, Senador Aécio Neves, todo o compromisso de V. Exª com o mérito. Foi assim por onde V. Exª passou, sobretudo quando teve a oportunidade de governar – e bem governar – o Estado de Minas Gerais por dois mandatos. E, seguramente, foi a partir do mérito que V. Exª conseguiu produzir e sinalizar para todo o País uma gestão exitosa e bem-sucedida. E, naturalmente, cumprimentar o Senador Alvaro Dias, que foi o Relator da proposta, assim como o inspirador dessa proposta, o nosso querido e estimado Senador Garibaldi.

Sr. Presidente, no centro dessa Proposta de Emenda à Constituição, o mérito, o reconhecimento. O setor público não pode continuar sendo casa da mãe joana. Essa é que é a verdade, à medida que o mérito não é considerado como essência e, sim, como acessório no preenchimento das funções públicas.

Quando nós comparamos a realidade brasileira com algumas realidades mundo afora, o Poder Executivo dispõe de aproximadamente 21 mil cargos comissionados ao seu inteiro dispor. Os Estados Unidos, Sr. Presidente, 9 mil; a Alemanha, 500; a França, 500; a Inglaterra, 300. A diferença é que nós somos um país muito rico; nós somos um país com poucos desafios; nós somos um país que não enfrenta desafios fiscais, e esses países todos são emergentes, são países que podem esbanjar, diferentemente da realidade brasileira.

Agora, o descuido com relação a essa questão, Sr. Presidente, não se limita à União. Se nós observamos Estados e Municípios, há também esse trato cultural com essa questão, que está no núcleo das preocupações do Senador Aécio Neves em relação a essa Proposta de Emenda à Constituição, porque estamos não apenas estabelecendo critérios de acesso, critérios de reconhecimento, limites de restrições para ocupação dessas funções públicas para o Governo Federal. Nós estamos estabelecendo esse tipo de exemplo para todos os entes federados, de modo que nós possamos virar essa página da vida pública brasileira.

Aliás, Sr. Presidente, matéria do jornalista José Casado, do jornal *O Globo*, no último domingo, dá conta do nível de desperdício.

Senadora Simone, os cargos comissionados e o custo da Presidência da República do Brasil são o dobro do custo. Senador Serra, estou citando um brasileiro capixaba competente, que fez uma matéria investigativa e chegou à seguinte conclusão: a Família Real britânica custa a metade daquilo que custa a estrutura da Presidência da República. Claro, de novo, a Inglaterra é um país muito pobre, nós somos um país muito rico, nós podemos esbanjar. E não é apenas a Rainha Elizabeth, é a Família Real britânica inteira que custa a metade daquilo que custa a Presidente da República para o contribuinte brasileiro, numa quadra que o Governo quer ampliar ainda mais a carga tributária, impondo imposto sobre cheque para o cidadão brasileiro.

Entre outras coisas, Sr. Presidente, a iniciativa corrige uma espécie de fenômeno novo no setor público brasileiro, que é o chamado patrimonialismo partidário, a eliminação da fronteira daquilo que interessa ao contribuinte e à sociedade e aquilo que interessa ao aparelhamento do partido hegemônico.

Estudo realizado pela cientista política Maria Celina D'Araújo, doutora e mestre em Ciência Política pela Sociedade Brasileira de

Doutora e Mestre em Ciência Política pela Sociedade Brasileira de Instrução e graduada em Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense, mostra que 23,5% dos integrantes da elite do funcionalismo público brasileiro à frente dos Ministérios, Agências Reguladoras e Estatais são filiados a legendas políticas. Mas desses 23,5%, oitenta e dois por cento são vinculados ao Partido dos Trabalhadores e 18% são vinculados às legendas que fazem parte da base aliada, Sr. Presidente.

Clara está a necessidade de nós virarmos essa página e de nós incorporarmos um outro tipo de postura em relação ao serviço público, até porque serviço público não é propriedade de quem quer que seja; é propriedade do cidadão brasileiro.

Por isso, essa iniciativa do Senador Aécio Neves, com a relatoria do Senador Alvaro Dias e com a inspiração do Senador Garibaldi, merece de mim – merecerá, com certeza –, o entusiasmo pela oportunidade, pela tempestividade, para que o Estado brasileiro possa justificar a sua existência, ampliando a sua poupança para investir em políticas públicas que possam beneficiar a sociedade e não os projetos de poder a todo e qualquer custo, como nós estamos observando lamentavelmente nessa quadra da política brasileira.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – V. Exª me permite apenas uma pequena contribuição ao debate?

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Com muita alegria, Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – V. Exª, com a sua explanação, fez-me relembrar um episódio que, se essa medida for implantada, provavelmente acontecerá no plano federal.

Eu digo sempre que a indicação política, por natureza, não é algo que se possa recriminar *a priori*. Podem existir indicações políticas de qualidade e, obviamente, isso será consagrado no momento em que houver essa avaliação, no momento em que essa certificação ocorrer. Mas aconteceu em Minas Gerais, no tempo do meu Governo – e o Senador Anastasia acompanhou isso muito de perto –, algo muito curioso.

Nós recebíamos a área da Casa Civil do Governo sugestões de indicação da nossa base aliada, o que é legítimo no processo democrático, para determinadas funções. Logo na largada, nós estabelecemos, Senador Serra, a qualificação: "Olha, o nome vai ser avaliado. Agora é preciso que o cidadão se apresente na Universidade Federal, na área tal, para proceder a essa qualificação." Na largada, mais de 70% dos indicados não apareceram para fazer a certificação. Imagine a alegria do Governador, Senador Ferraço, no primeiro momento.

Aí nós começamos a fazer a qualificação para aqueles que estavam ocupando essas funções, que vinham de outros governos, já que esses cargos não estavam vazios. E começamos gradualmente a submetê-los à qualificação. O Governador Anastasia tem esse número exato. Mas alguma coisa em torno de 40% a 45% daqueles que ocupavam os cargos de livre provimento e que precisariam se submeter à certificação para que pudessem continuar nesses cargos não apareceram para fazer a certificação, com receio, obviamente, de ali não serem aprovados.

Isso possibilitou aquilo que V. Exª disse no início da sua intervenção: que nós pudéssemos buscar na meritocracia, na qualificação das pessoas, o critério mais claro e prioritário para a ocupação dos cargos na máquina pública.

Lá nós fizemos uma redução inicial de três mil cargos de livre provimento. Imagine que no Governo do Estado de Minas Gerais foram extintos três mil cargos no primeiro mês de governo, algo que lamentavelmente o Governo Federal ainda não conseguiu implementar, se bem que já anunciado numa máquina do gigantismo da máquina estatal.

Isso tudo mostra que nós temos de tratar dessa questão com absoluta urgência, porque, infelizmente, quem paga o preço pela baixa qualificação dos gestores da máquina pública – e falamos aqui, em especial, daqueles que não são concursados, daqueles que são indicados única e exclusivamente ou pela filiação partidária ou pela afinidade com o governo de plantão – é o cidadão brasileiro, com a baixa qualidade dos serviços públicos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Agradeço o aparte de V. Exª. Na realidade, é exatamente isso. A questão central não está na indicação política. A questão central está na indicação política sem mérito, até porque o servidor público serve à sociedade; ele não pode servir ao Partido hegemônico de plantão, o que, na prática, transformou-se em cultura nos últimos anos.

E isso tem um impacto direto no grau de eficiência ou de ineficiência da máquina pública e não apenas no atendimento à sociedade, mas também no sentido de nós estimularmos e motivarmos os servidores públicos a que eles possam ascender na carreira pelo mérito.

Então, a indicação política não é problema, mas a indicação política sem mérito representa a ausência de compromisso com a sociedade e com a evolução do setor público.

Ouço, com prazer, o Senador José Serra, que me solicita uma aparte.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu queria enfatizar...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sr. Presidente, só... Senador José Serra, desculpe-me, é porque há uma lista de inscrição, eu pedi inscrição. Está havendo muitos apartes, e eu não sei se posso pedir um aparte também para falar meio rápido. (*Risos.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Para mim, seria uma honra conceder um aparte a V. Exª, evidentemente. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Claro, Senadora, que V. Exª não pode estar excluída.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Mas é que eu estou aqui esperando... (*Risos.*)

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senadora Gleisi Hoffmann, já está resolvido, porque eu darei um aparte ao meu aparte. (*Risos.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Muito bem, muito bem. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª é a terceira oradora inscrita.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – O aparte do aparte.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – E naturalmente vai fazer o seu discurso, até porque até agora os Senadores que se pronunciaram sobre essa matéria, que é uma matéria eminentemente política, são contrários...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – São favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com exceção do Senador Ricardo Ferraço, que parece que é do PMDB. Não é? O PMDB é um partido da Base. (*Risos.*)

É claro que não podemos concordar com tudo o que o Governo quer porque somos da Base. Eu também sou da Base, mas faço questão de manifestar a minha independência social e política em relação a assuntos que não são partidários, e são assuntos de interesse geral do País, como este que está sendo tratado agora.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Agradeço a V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Sr. Presidente, eu terei...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Há possibilidade, sim, de o Brasil encontrar caminhos decentes, como o próprio Senador Garibaldi, que já serviu ao Governo do PT como Ministro, mas revelando que na atualidade os políticos não fazem um engajamento absoluto aos compromissos políticos de maneira a concordar cegamente com tudo o que o aliado faz e quer, mas...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – De minha parte, eu tenho um enorme prazer em ser aparteado pela Senadora Gleisi Hoffmann. Mas ouço o Senador José Serra e, em seguida, V. Exª, com prazer.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Então, Presidente, quero abordar um ponto que tem muito a ver com o que estamos falando agora. É que, em certas circunstâncias, estou inteiramente de acordo com o que disse o Senador Aécio e o Senador Ferraço: não necessariamente uma indicação política, por ser política, não vá significar uma indicação de qualidade. Há certas circunstâncias, no entanto, em que é importante que a indicação não seja política.

Caso típico, insisto, foi o da Fundação Nacional de Saúde. E me reporto a um período em que V. Exª era Governador, Senador Garibaldi, e haverá de lembrar, quando era Ministro da Saúde, o caso da Funasa. Desenvolvemos um programa de saneamento, com base no fundo da pobreza, criado pelo Senador Antonio Carlos.

Eram outros tempos. O Senador Antonio Carlos era Presidente do Senado e fez uma proposta de aumentar a CPMF e, com isso, construir um fundo de pobreza. Uma parte desse fundo veio para o Ministério da Saúde para as obras de saneamento dos Municípios mais carentes – nós escolhemos os Municípios.

Na época o Prof. Vilmar Faria, mineiro como o Senador Aécio e o Senador Anastasia, trabalhou nesse projeto. Definimos todos os Municípios por IDH. No entanto, V. Exª, que ocupava o Governo da Paraíba, outros Senadores da época e então Governadores, enfim, todos receberam, os Parlamentares e os Senadores, a lista dos Municípios que seriam beneficiados. E quem comunicou a eles foram os senhores.

Do ponto de vista do chamado assim faturamento político, ele foi plenamente preenchido e de maneira equânime, eu diria. Não foi privilégio de alguém que tivesse indicado alguém. Na verdade, a relação do Governo com o Congresso seria muito mais saudável, sadia, se ela fosse na base do mecanismo do crédito para quem está lidando com a sua região – basta ter crédito, porque o que o Parlamentar quer, ou o próprio Governador e o Senador, é o crédito pela realização.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – É o prestígio.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – E nunca houve, V. Exª lembra, qualquer espécie de queixa em relação a que o Ministério estivesse favorecendo o grupo A ou B, ou, por outro lado, faturando para si uma obra que era uma obra do Governo para determinada região.

Lembro-me de que nós íamos tirar o coordenador de um Estado, porque não estava tendo uma conduta adequada, e veio um Senador do meu Partido e me disse: "Olha, eu tenho um nome excelente". Eu disse a ele: "Olha, se você tem, não me fala, porque se você falar ele não vai. Ele tem que chegar por outro lado, porque se

for, eu vou ter que arranjar um outro cargo para o governador, um outro cargo para o seu colega, Senador, e um terceiro cargo para outro". Esse é um hábito na política brasileira que precisa ser combatido não por moralismo, mas por questão de eficiência e democracia, para que o Governo possa fazer o atendimento correto e adequado das demandas políticas do Congresso. Isso é legítimo. Isso acontece em qualquer lugar do mundo. Elas não podem ser mal-encaradas.

A minha experiência pessoal mostrou sempre que mais de 90% das emendas parlamentares são pertinentes, merecem, têm méritos. Não são fontes luminosas ou coisas de outra natureza. Só quero aqui reforçar o espírito que, a meu ver, está neste projeto, e de coisas que nós deveríamos desenvolver inclusive como prática política, não apenas legislação, mais adiante.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Ouço com igual prazer a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – O Presidente me informou que eu sou a terceira inscrita, depois de V. Exª. Então, pode concluir que eu aguardo a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – De qualquer maneira, seria uma alegria ser aparteado por V. Exª.

Por esses fundamentos, Sr. Presidente, nós estamos aqui manifestando, evidentemente, o nosso integral apoio, entusiasmados com essa proposta, pelo tanto que evolui na direção de fazer com que o serviço público brasileiro se aproxime do interesse da sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra, a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, eu queria manifestar a minha concordância com o projeto apresentado pelo Senador Aécio Neves e me somar a esse esforço. Penso que temos sempre que contribuir para melhorar a qualidade da gestão e do serviço público. Iniciativas como essa são muito bem-vindas, qualificam os ocupantes de cargos comissionados e, ao mesmo tempo, dão uma limitação.

Eu queria fazer apenas algumas considerações em relação às questões que ouvi aqui.

Em primeiro lugar, acho que ninguém nesta Comissão, que governou o País ou que está em partidos políticos, tem a supremacia da moralidade, da eficiência e da meritocracia. Eu acho que todas as gestões, se analisadas, têm lados positivos e lados negativos. Então, não há como colocar aqui, exemplarmente, a referência de uma ou outra gestão para sustentar o que diz o projeto, é importante deixar claro.

E faço uma referência a uma fala do Senador José Serra, por quem tenho muito respeito. Na época em que V. Exª assumiu o Ministério da Saúde, antes dessa época, o PT não era governo. Portanto, era impossível o PT ter cargos no Ministério da Saúde, na Funasa, ou aparelhar aquela instituição. Às vezes acho que há uma vontade imensa de politizar o debate sobre alguns aspectos, e acaba-se incorrendo nisso. V. Exª teve ações importantes na área da saúde, reconheço aqui, mas, como um todo, aquele governo, que foi do PSDB, também teve muitas dificuldades e muitos problemas. Vou citar uma...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senadora, posso dar uma palavrinha?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Já vou encerrar o raciocínio e lhe concedo a palavra.

Vou citar uma, por exemplo, com que nós nos deparamos, e conseguimos, com muito trabalho, tentar recuperar, e ainda não está completamente adequada, que era o Ministério do Meio Ambiente. No Ministério do Meio Ambiente, Senador José Serra, a maioria dos servidores era de terceirizados, seja por empresas terceirizadas ou por ONGs. Não estou dizendo que esse era um problema do governo de V. Exª, já vinha assim, mas era um problema. Quer dizer, nem todos os gestores pensavam como V. Exª quando V. Exª fez a gestão na saúde. Nós encontramos muitos problemas. É uma máquina grande, uma máquina difícil. O Brasil é um país continental, um país que tem um número de servidores imenso. Nós temos 500 mil servidores na ativa, mais uma quantidade de aposentados. É uma máquina pesada. É um processo que foi construído e que temos que tentar melhorar. Por isso eu acho que a iniciativa é positiva, e vou apoiá-la. Nós vamos aprová-la.

Mas eu queria fazer essas ressalvas para não parecer que existem os absolutamente certos, de um lado, e absolutamente errados, do outro porque, se formos partidarizar isso, posso falar do Paraná, por exemplo, que é um Estado que tem problemas gravíssimos na área de gestão e de pessoal. Temos a Sanepar, empresa de saneamento do Estado, em que foram criados inúmeros cargos comissionados, com assessorias de alta remuneração, dizendo-se especializadas, e a maioria são compostas, utilizadas, por ex-prefeitos, ex-vereadores, pessoas que não têm qualificação.

Então, precisamos ter uma consciência de que, cada vez mais, temos de melhorar a máquina pública. Não tenho dúvidas em relação a isso. O Governo do PSDB teve méritos, no Governo Federal, em algumas áreas, assim como acho que o Governo do PT teve méritos em outras áreas. Não nem foi 100% bom para um lado, nem para outro.

Acredito que conseguimos, até pela visão que tínhamos de desenvolvimento do Estado, melhorar determinadas áreas, porque também concurso público é importante. Ficamos um bom tempo, em governos passados, sem fazer concurso público, e isso acabou por afetar a qualidade dos serviços prestados à população, principalmente em áreas como a de educação, saúde, em que é necessário o capital humano, pessoas, para prestar o serviço. É importante que coloquemos isso.

Outro esclarecimento que quero fazer, que é muito repetido e fica parecendo verdade, é em relação aos cargos comissionados da União. Temos hoje cerca de 26 a 27 mil cargos comissionados, mas, na realidade, entram aqui as funções gratificadas, não só os cargos de livre nomeação.

O que são essas funções gratificadas? São funções em que os servidores são colocados, da própria máquina, para exercer cargos de chefia.

Vamos pegar, por exemplo, a situação da Receita Federal, da área de Fazenda. Temos lá chefe da Receita, chefes de delegacia, enfim, pessoas responsáveis pela condução dessa máquina. Todos têm de ser carreira. Não há como, por exemplo, colocar um chefe da Receita, seja na Superintendência do Paraná, seja na de São Paulo, seja na de qualquer outro local, que não seja de carreira. Nesse caso, há a função gratificada.

Também, grande parte dos DAS, que são os cargos comissionados hoje, DAS-1, 2 e 3, é ocupada, na sua maioria, por pessoas que estão no serviço público através de concurso público.

Então, hoje, se tivermos na União, Sr. Presidente, cerca de 8 mil cargos de indicação livre para DAS, cargos comissionados, é muito num País que, volto a dizer, com as dimensões continentais que tem, com as dimensões de serviços públicos muito diferentes, obviamente, de países da Europa.

Não é possível nem fazer comparação, porque os países europeus são pequenos, têm outra realidade, outra história. O tempo de existência desses países é diferente. Então, no afã de querermos fazer comparações, podemos cometer, inclusive, injustiças em relação a isso.

Feitos esses esclarecimentos, só queria, para deixar claro, dizer que apoiamos este projeto. Achamos que ele é meritório, que vem ao encontro de, sim, melhorar a máquina pública, de qualificá-la, e mostra que não fazemos, aqui, uma discussão de "Fla-Flu". Não é porque o projeto é do PSDB, do Senador Aécio Neves, que vamos ser contra por princípio.

Considero que o projeto tem, de fato, mérito. É uma necessidade que temos de aperfeiçoar a gestão e a máquina pública.

Concedo um aparte, pedido pelo Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Vou desistir do aparte em função do horário já avançado e porque V. Exª declarou apoio ao projeto.

Então, vou procurar pelo em casca de ovo e ficar debatendo esse assunto. Agora, esteja certa de que, em outro momento, vamos retomar esse assunto, inclusive, na minha modesta visão, sobre o que aconteceu com o PT, em matéria de Administração Pública, ou seja, de como era antes de chegar ao poder, como foi durante e na fase atual, mas vamos deixar isso para outro momento.

Obrigado.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Será um prazer, Senador José Serra.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Quero agradecer a manifestação correta e republicana da Senadora Gleisi Hoffmann e vou incorporar ao meu currículo o seu apoio a esta proposta.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O próximo orador inscrito é o Senador Aloysio Nunes, que, não estando presente, segue-se o seguinte, que é o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, para não obstruir a votação do projeto do Senador Aécio, que eu quero que seja aprovado, registro apenas que esse projeto é extremamente importante, consentâneo com a realidade, diminui gasto público, melhora a profissionalização do serviço público. Portanto, eu pessoalmente voto favoravelmente, e o PMDB, como partido, encaminha favoravelmente. E aqui e no Plenário do Senado, inclusive, subscreve o pedido de urgência. No caso é PEC, é claro que não tem urgência, mas de prioridade, para que seja pautado até, se possível, com calendário especial. Essa é a posição do partido e a minha, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente, também na mesma linha do Senador Romero Jucá, dado o adiantado da hora – quero também que o projeto seja votado – quero simplesmente dizer que esse debate sobre o servidor público creio que tem que ser realmente travado, até porque, como dizia o Ministro Ayres Britto, tão honrosa é a função do servidor público, que ele nem deveria ser chamado de servidor público, mas de "servidor do público". E neste momento em que passamos por uma discussão muito forte, e que há inclusive certa demonização dos servidores públicos, como se fossem eles res-

ponsáveis pela grave crise pela qual está passando o País, a esse projeto, que visa fortalecer essa nobre função, cabe nosso total apoio, e a bancada do PPS no Senado dá total apoio ao projeto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Senador Medeiros, me permite um aparte?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Concedido, Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Muito rapidamente, para dizer que hoje, 28 de outubro, é o dia do servidor público. Então esse projeto se reveste,...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – É uma homenagem ao servidor público.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – ... ele se revela uma homenagem ao clássico servidor público, a esse servidor público que serve ao público e que V. Exª coloca no núcleo de sua manifestação.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Exatamente . E agora mesmo está acontecendo, paralela a esta reunião aqui, uma audiência na CDH, em que está sendo tratado o tema do servidor público.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Apenas chamando a atenção, Presidente, como teremos votação nominal, quero apenas solicitar aos Srs. Senadores, dentro do possível, sobretudo os que concordam com o projeto, que possamos dar a ele a celeridade necessária, para não perdermos o quórum, que já me parece comprometido.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Presidente, uma sugestão: como há entendimento entre o Governo e Oposição, V. Exª poderia já abrir o painel para colher os votos, a fim de...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – É PEC.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não é terminativo.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Ah, não é nominal então, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu esclareci ao Senador Garibaldi Alves, que já está inscrito.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Só são duas palavras, porque eu sou suplente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Então está inscrito agora o Senador Valadares.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Eu sou suplente. Então, antes de dar a palavra para o Senador Valadares – já combinei com ele aqui –, eu queria dizer que sou favorável a essa iniciativa do Senador Aécio Neves. Acho-a altamente meritória. Não é porque ele tenha se lembrado da minha iniciativa anterior; é porque ela condiz com a nova realidade que estamos vivendo. Não podemos admitir o preenchimento de cargos públicos sem esses cuidados que o Senador Aécio Neves inseriu no seu projeto.

Então a minha intervenção é rápida, é intervenção de suplente. Na verdade eu não tenho me feito presente nas reuniões aqui, porque eu sou Presidente da Comissão de Infraestrutura, e às vezes os horários colidem; mas graças a Deus, tive hoje a oportunidade de vir a esta Comissão e vou participar com meu voto – se é que o suplente vai ter vez –, para realmente dar aprovação a esse projeto.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Acho que V. Exª vai ser convocado como suplente, porque está baixo o quórum, inclusive da nossa Bancada do PMDB.

Com a palavra, o Senador Valadares, se ainda deseja falar. (*Pausa.*)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, quero dizer que essa matéria da iniciativa do Senador Aécio Neves, que tem como Relator o Senador Alvaro Dias, vem se harmonizar com o pensamento, hoje dominante, não só no Congresso, como em todo o Brasil, de economia e, acima de tudo, do reconhecimento do mérito no preenchimento dos cargos públicos.

Sem dúvida alguma, votarei favoravelmente, mas quero manifestar uma preocupação que até agora não foi levantada: o Poder Legislativo, o Congresso Nacional como também as Assembleias Legislativas, no intuito de contornar possíveis impedimentos constitucionais, para não serem acusados de atentarem contra a Constituição no que diz respeito ao processo de iniciativa parlamentar, resolve usar da emenda constitucional com esse objetivo. O que os especialistas dizem? Quando a matéria a ser legislada não for materialmente constitucional, é importante, é imprescindível que haja a iniciativa do Executivo.

Neste caso, o art. 61 da Constituição é muito claro, quer dizer, a iniciativa de lei que diga respeito à organização administrativa e serviços públicos e pessoal da administração dos territórios e provimento de cargos deverá obedecer a um critério que eu considero importante, uma parte desses cargos, pelo critério do mérito.

Essa proposta vai ser aprovada, sem dúvida alguma, inclusive com o meu voto, mas ela pode ser objeto em um amanhã de uma contestação no Poder Judiciário, por vício de iniciativa, já que o Poder Legislativo, não podendo apresentar uma lei sobre esse assunto, apresenta uma emenda à Constituição.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Com o objetivo justamente de contornar essa proibição constitucional, quer dizer, como a lei não permite...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – V. Exª me permite?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Darei daqui a pouco.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Agradeço a V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Estou dizendo o seguinte: essa matéria é materialmente – não é materialmente constitucional – de lei ordinária, da iniciativa do Executivo.

Reduzir cargos em comissão, estabelecer regras para provimento de cargos, isso é iniciativa do Poder Executivo segundo a própria Constituição. Como o projeto de lei é inconstitucional, resolve-se apresentar uma emenda à Constituição. É uma forma de, por via transversa, cometer uma inconstitucionalidade. Essa é apenas a dúvida que tenho, mas vou votar favoravelmente, porque concordo inteiramente com os argumentos aqui apresentados com todos os oradores, porque o Brasil está vivendo realmente não só um momento difícil mas também – não só na União, como em muitos Estados e Municípios – abusos no emprego de cargos de comissão como instrumento inclusive para conquista de votos ou de apoio político nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras de Vereadores.

Eu estou inteiramente de acordo. Agora apenas apresento essa preocupação. Não vou votar contra, apenas quero que essa matéria tenha seguimento, não só nesta Comissão, como aqui no Senado, no plenário, mas também na Câmara dos Deputados.

Vai aparecer alguém, sem dúvida alguma, com essa argumentação de inconstitucionalidade, por vício de iniciativa, já que o Senado, por via transversa, para contornar a inconstitucionalidade prevista no art. 61, resolve apresentar uma emenda constitucional retirando poderes do Executivo Federal e dos Executivos estaduais e municipais.

Era essa a manifestação que eu queria fazer.

Voto favoravelmente com a iniciativa do nobre Senador Aécio, com essa ressalva que estou fazendo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Eu agregaria apenas um comentário. Já que V. Exª encaminha voto favorável, seria desnecessário fazê-lo, mas apenas para reiterar minha convicção de que não estamos de forma alguma cometendo qualquer inconstitucionalidade, até porque o art. 61 da Constituição diz que são de iniciativa privativa do Presidente da República as leis...e aí lista quais são essas leis.

Nós estamos apresentado uma emenda à Constituição, até porque, Senador Valadares – e sei que a contribuição de V. Exª é positiva, na verdade é para alertar para um problema que possa vir no futuro – esta proposta vai além da União, estende-se a Estados e Municípios.Por isso, o instrumento da PEC é um instrumento adequado e, obviamente, isso nos protege com muita segurança de qualquer risco de ilegalidade.

Aproveito para agradecer o apoio, sempre muito importante e relevante de V. Exª. a esta proposta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB. *Fora do microfone*.) – Com a palavra a Senadora Simone Tebet.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, V. Exª me inscreve?

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Sr. Presidente, acho que todos os méritos já foram dados ao autor da proposição. Eu quero, mais uma vez, parabenizar o Senador Aécio Neves pela iniciativa e dizer que a colaboração do Senador Anastasia foi fundamental.

Há muito que o art. 37 da Constituição teria que já ter previsto a meritocracia como princípio básico quando se trata de promoções a servidores públicos, acabar com estes adicionais por tempo de serviço e colocar avaliações individual e pessoal como mérito para não só promoção, mas, também, para que possamos fazer o pagamento do adicional por desempenho, enfim, prêmio de produtividade etc.

Então, acredito que a emenda do Senador Anastasia acresceu, e muito, o projeto do Senador Aécio Neves.

Apenas uma observação que eu gostaria de fazer: confesso que gostaria de ter votado o projeto original do Senador Aécio, só por uma questão que me deixou em dúvida. Eu não tenho como fazer conta neste momento, mas, na forma do substitutivo do Senador Alvaro Dias – eu também o cumprimento pelo relatório – está disposto, de forma separada, o percentual de cargos comissionados para a União, os Estados e os Municípios. Claro que são realidades distintas, estamos falando de uma organização administrativa diferenciada, mas preocupa-me esse número excessivo de cargos comissionados para os Municípios, 30% para os Municípios, ainda que 50% desses cargos terão que ser ocupados por cargos efetivos, porque me lembra muito o que está acontecendo na realidade. Talvez isso seria, ao invés de restrição, ampliação da possibilidade dos gestores municipais poderem ter cargos comissionados.

O que está acontecendo na prática é que, através de TACs - Termo de Ajustamento de Conduta, o Ministério Público tem conseguido avançar nesta questão junto com Prefeitos para que eles possam diminuir ao máximo possível, chegando a 10, 15%, no máximo, os cargos comissionados. E da forma como está aqui me dá a sensação de que estamos fazendo um retrocesso, ampliando o número de cargos comissionados na instância municipal.

É a única ressalva que faço, mas parabenizo o autor e vou votar, conforme a maioria aqui determina, pelo substitutivo.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Eu agradeço a V. Exª, Senadora Simone, permita-me apenas – fico muito à vontade – fazer uma consideração sobre essa questão, até porque o projeto original era isonômico, eram 10% para todos os níveis da Administração Pública.

Essa foi a emenda sugerida pelo Senador Anastásia, que obviamente pode ser objeto, inclusive, de uma emenda em plenário, que eventualmente possa restabelecer o projeto original. A Senadora Gleisi manifestou a mesma preocupação, mas lembro-me de que o sentido da apresentação desta emenda, acolhida pelo Relator, era a pouca estrutura técnica que, sobretudo, as pequenas prefeituras do Brasil têm, fazendo com que haja necessidade, para a prestação de determinado tipo de serviço, do recrutamento de pessoas ali qualificadas.

Eu não vou entrar no mérito porque a minha proposta era de 10%, mas apenas uma justificativa que me parece ter sido a central. No entanto, reconheço que esse é um tema que pode voltar ao plenário, e eu não me oporia, eu pessoalmente como autor, a que se restabelecesse a proposta anterior.

Eu só pediria realmente aos Srs. Senadores para que pudéssemos, se possível, votar a matéria.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Sem dúvida. Apenas para complementar, Senador, não podemos nos esquecer de que 30% em cima de mil servidores, estamos falando um pouco mais de 300, talvez aí um meio termo, não é? Deixar 10% para União e 20 para os Estados e Municípios.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – V. Exª poderia sugerir, inclusive, por meio de uma emenda em plenário e eu tratarei de tentar acatá-la.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Mas, de qualquer forma, a minha manifestação é apenas para parabenizar e dizer que vou votar favoravelmente o projeto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Acho que sou o último, não é, Sr. Presidente?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – O último, para terminar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Acho que sou o último. Então, serei...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não sei se outros poderão surgir, não é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Então, serei bem breve, Sr. Presidente, para não comprometer o quórum desta matéria.

Este projeto é uma das matérias mais republicanas que já votei aqui no Congresso Nacional, Senador Aécio.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Agradeço a V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – É uma matéria que já votei aqui no Congresso Nacional, Senador Aécio.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Agradeço a V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – É uma matéria que inclusive quebra a triste tradição patrimonialista e a tradição do "quem indica" na estrutura da Administração Pública brasileira.

É uma das matérias que nós votaremos aqui que mais condiz com o art. 37 da Constituição, que diz que a Administração Pública deve ser regida por um conjunto de princípios, e, dentre esses princípios, o mais importante deles é a moralidade, acompanhada da publicidade, da eficiência.

Então, quero só cumprimentar o autor fazendo essa fala. Esta é uma das matérias mais republicanas que, no meu entender, colocará um ponto final no "quem indica", no troca-troca e na utilização da máquina pública em função de favores e da corrupção.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito importante...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Não só votarei a favor, como também quero recomendar que vá, o quanto antes, para o plenário.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Agradeço imensamente. É extremamente importante o testemunho e o apoio de V. Exª, Senador Randolfe.

Vamos votar, Presidente?

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Presidente, também quero me manifestar a respeito desse projeto, dessa PEC.

Na verdade, bem rapidamente, quero expressar também o meu desejo de votar favoravelmente ao projeto, sobretudo justificando que os tempos mudam. Com o tempo, nós precisamos aprimorar conceitos.

Eu acho que o que o Senador Aécio Neves está propondo nessa PEC é aprimorar conceitos no sentido de tornar o setor público mais ágil, mais produtivo, valorizando a capacidade dos servidores, sobretudo os servidores de carreira.

Quando exerci a função de Prefeito, procurei, Senador Serra, na medida do possível, valorizar os servidores de carreira. São eles que têm a memória do Poder Público e são eles que precisam ser valorizados, porque nós passamos, e os servidores públicos permanecem na administração para dar continuidade ao seu trabalho.

Portanto, esse projeto tem muitos méritos, e eu também quero expressar aqui o meu voto favorável ao projeto do Senador Aécio Neves.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Vamos votar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais oradores, passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Resultado: o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, é favorável às propostas e às Emendas nºs 1 e 2, nos termos da Emenda nº 3-CCJ, substitutivo.

A matéria vai a plenário.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, requerimento de urgência para o plenário.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Quero apenas registrar, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, com a palavra, o Senador Romero Jucá.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Senador Romero.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Ouço o Senador Aécio.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Será apenas um segundo.

Quero agradecer a participação das Srªs e dos Senadores nesse importante debate, ressaltar o fato de ter sido aprovado por unanimidade e dizer que, por ser PEC, nós vamos solicitar ao Presidente da Casa que estabeleça um calendário especial, dada a relevância e a importância dessa matéria.

Faço um agradecimento particular a V. Exª, Senador Maranhão, por ter pautado, com sua sensibilidade, uma matéria de tamanha relevância para a qualificação do setor público no Brasil.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu agradeço o reconhecimento de V. Exª. Sou entusiasta desse projeto...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... da natureza desse projeto. Ele pode inaugurar um novo tempo no serviço público e, sobretudo, na relação da classe política com a gestão pública do nosso País.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, como estou com a palavra, eu gostaria fazer um apelo, sem quebrar o rito que V. Exª definiu.

Sou Relator do próximo item, item 5, comentado no início da reunião – eu não estava presente –, que diz respeito à solução de uma questão dos cartórios do Paraná, cartórios concursados que nada têm a ver com a PEC 51 do Senador Vicentinho.

Eu gostaria de propor a V. Exª, como Relator do item 5, que esse projeto ficasse para a próxima semana, assim como o item 6, cuja Relatora é a Senadora Gleisi.

Como o Senador José Pimentel, Relator do item 7, não está presente, eu pediria que pudéssemos entrar no assunto do item 8, que é um projeto extremamente relevante para o Brasil, para a manutenção de empregos, para destravar a economia. É um projeto do Senador Ricardo Ferraço, relatado brilhantemente pelo Senador Randolfe.

Foi construído um grande acordo, um entendimento com o Ministério Público Federal, TCU, CGU, AGU, SRI, Ministério da Justiça, para que nós tenhamos efetivamente uma regra de efetividade dos contratos de leniência com a intervenção dessas instituições, exatamente para viabilizar o funcionamento e a entrega de obras e a manutenção de empregos importantes para o País, inclusive com o risco de haver impactos no sistema financeiro brasileiro.

Então, peço a V. Exª que pudéssemos entrar no Item 8, que é um item terminativo. O Senador Randolfe acolheu os entendimentos todos, comandou esse processo. Eu participei de todo o debate com esse órgãos que há aqui. Portanto, eu queria solicitar a V. Exª, em nome da possibilidade de termos uma matéria extremamente relevante – é terminativa, precisa ir à Câmara dos Deputados – que pudéssemos ingressar no Item 8, sem ferir a decisão que V. Exª tomou no início da reunião.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Agora, Senador, estamos com um problema regimental. Nós não temos quórum...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Nós vamos chamar o quórum, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ...para decidir sobre um projeto terminativo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – O quórum chegará.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Enquanto o Senador relata, nós vamos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Só insistindo nisso, me parece que o quórum vai chegar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – O quórum está a caminho. (*Risos.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Vou deixá-lo ler o relatório.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu acho que quórum mais significativo aqui, só se for em sessão espírita. (*Risos.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Não, Sr. Presidente. Vamos ao Item 8.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu vou dar uma sugestão ao Senador Randolfe e ao Senador Romero Jucá, fazer a leitura do relatório, evidente que...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Relator é o Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ...não votaríamos o relatório, por falta de número.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Se houver número, nós votamos, se não é dado vista coletiva e a gente vota na próxima semana. Mas nós vamos trazer o quórum, Sr. Presidente, estamos trabalhando nessa linha.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pois não, se V. Exª conseguir essa proeza.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Conseguirá, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Porque já são 13h.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, posso iniciar então a leitura do relatório?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues, para leitura do relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço a V. Exª, quero destacar primeiramente o que já foi dito pelo Senador Jucá. Primeiro, cumprimento o autor, Senador Ricardo Ferraço, traz o Ministério Público a um importante e conhecido instrumento que é o acordo de leniência. Segundo, a mediação, a construção do acordo que foi feito envolvendo as diferentes partes, a AGU, a CGU (Controladoria Geral da União) e o próprio Ministério Público, que resultou, com a contribuição do Senador Jucá, no relatório que apresentamos agora.

Então, passando direto para a análise, Sr. Presidente.

A análise que se apresenta é resultado de entendimentos mantidos com os órgãos de controle envolvidos na celebração dos Acordos de Leniência na nova sistemática pretendida, quais sejam eles, Ministério Público Federal, Controladoria Geral da União e Advocacia-Geral da União.

Assim, foram feitas alterações em relação ao relatório anterior, retirando-se alguns dispositivos, tornando o substitutivo que ora se apresenta mais conciso.

Além disso, no parecer que ora apresentamos, estamos acatando contribuições aos arts. 16, 17, 17-A, 17-B, 18, 25 e 30 da Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013, sugeridas pelo nobre Senador Romero Jucá e consagradas por diversos órgãos do Poder Executivo e Ministério Público.

Entre as alterações propostas sugere-se adicionar às finalidades da celebração do acordo de leniência a cooperação da pessoa jurídica com as investigações e o comprometimento desta quanto à implementação ou melhoria dos mecanismos de integridade. Optou-se, ainda, pela manutenção do prazo de prescrição atual das infrações previstas nesta lei, ao invés de alterá-lo para dez anos, entre outras modificações pontuais, com o objetivo de dar maior clareza e rigor técnico a termos e procedimentos retratados na proposta anterior.

Assim, passamos a explicitar as alterações que aperfeiçoam o projeto original de autoria do Senador Ricardo Ferraço.

A mudança que se propõe no art. 15 no sentido de que a comissão designada para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica, após a instauração do processo administrativo, dará conhecimento ao MP de sua existência, está em melhor consonância ao princípio da eficiência.

A redação atual, que prevê que o conhecimento ao MP ocorrerá após a conclusão do processo administrativo, além de dar margem a prescrições, vai de encontro ao combate à corrupção que tem no MP um aliado essencial.

Já adentrando na questão do acordo de leniência em si, cabe esclarecer que ele é um instituto importado e alterado do Direito Norte-Americano onde existe o *plea bargain,* ou pedido de negociação. Numa análise feita entre os acusados de crime e em artigo publicado pela Universidade de Chicago, em 1979, Albert Alschuler sustenta que a negociação é pertinente e necessária, tanto do ponto de vista social, quanto do ponto de vista econômico.

1. Outro instituto também derivado do similar americano é o Acordo de Colaboração Premiada, que se tornou mais amplamente conhecido após o Caso Lava Jato, e utilizado para quebrar o pacto de silêncio entre os membros de complexas organizações criminosas, que tanto sangram os cofres públicos. A experiência norte americana demonstra que, nos casos de ações judiciais que demandam a participação do Ministério Público, a par da defesa da autonomia privada (ou direito da defesa de requerer a negociação), a presença e fiscalização do *Public Prosecutor* em tais acordos são essenciais.

No direito brasileiro, cabe ao Ministério Público a titularidade exclusiva da ação penal pública incondicionada, bem como a sua presença é obrigatória nas ações de improbidade administrativa, como parte ou *custos legis*. Por mais que se deva preservar a independência entre as esferas penal, cível e administrativa, o fato é que essa independência não pode acarretar um anacronismo ou levar que o sistema constitucional entre em uma contradição profunda no que diga respeito a provas e conclusões de processos administrativos e judiciais nos quais se discutam casos graves de corrupção e desvios de bilhões de reais. Dessa forma, o nosso sistema anticorrupção atual recomenda que o Ministério Público seja incluído no protagonismo da celebração dos acordos de leniência.

A exemplo do que ocorre no Caso Lava-Jato, a corrupção normalmente é revelada em investigações criminais complexas, cuja coordenação fica a cargo do Ministério Público, com tentáculos sigilosos os quais a autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública, em especial a Controladoria Geral da União - CGU em âmbito federal, não tem acesso.

Dessa forma, a redação que se propõe ao art. 16 inclui o MP e a Advocacia Pública da seguinte forma: "A Controladoria-Geral da União e os órgãos de controle interno dos Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito de suas competências, de forma isolada ou em conjunto com o Ministério Público ou com a Advocacia Pública, ou com ambos, poderão celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos e fatos investigados e previstos nesta Lei que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, sendo que dessa colaboração resulte".

E aí vem o resultado.

A nova redação do inciso II do art. 16 dispõe que a colaboração deve resultar na "obtenção de informações e documentos que comprovem a infração notificada ou sob investigação".

No art. 16 foram acrescentados dois incisos: o III e o IV. Tanto o III quanto o IV visam a deixar mais evidente que a pessoa jurídica não só tem responsabilidade com a infração noticiada ou sob investigação, mas que também por conta disso ela possui duas frentes de deveres.

O § 1º do art. 16 trata dos requisitos para a celebração do acordo. A apresentei redação nova. O foco dessa mudança reside em se reafirmar a responsabilidade da pessoa jurídica em relação à infração noticiada.

Acrescenta-se, também, o inciso IV ao § 1º do art. 16 com nova redação. O §2º do art. 16 e sua nova redação ampliam os benefícios resultantes do acordo. Os benefícios são especificados.

Acrescentam-se três novos parágrafos ao art. 16. Pelos §§ 11 e 12, o acordo de leniência que conte com a participação das respectivas Advocacias Públicas impede o ajuizamento ou o prosseguimento de ação.

O Ministério Público é exclusivo titular da ação penal e, mesmo que haja a possibilidade, em tese, de a Controladoria-Geral da União e a Advocacia Pública celebrarem Acordos de Leniência separadamente daquele, este prevalecerá.

Tem nova redação o §3º pelo artigo e nova redação dada também aos arts. 17 18, que já está à disposição dos Srs. Senadores Também o §5º do art. 19 trata da celebração do Acordo de Leniência. Pelos §§ 1º e 2º do art. 25, na esfera administrativa ou judicial, a prescrição será interrompida com a instauração de processo que tenha por objeto a apuração da infração. O art. 29 resguarda as atribuições do Cadê. A redação do art. 30 foi alterada, tendo em vista as disposições dos §§ 11, 12 e 13 do art. 16. Também nova redação demos ao art. 17-A e 17-B, conforme as sugestões do Senador Romero Jucá. O art. 5º, substitutivo, fica revogado. Por fim, já concluindo, Sr. Presidente, convém lembrar que os Acordos de Celebração e de Leniência são importantes instrumentos de investigação e de desmantelamento de organizações criminosas que atuam contra a administração pública e o Erário e que, por essa razão, devem ser incentivados. Há revogações também do inciso I, do §1º do art. 16 da Lei nº 12.846.

O voto, portanto, Sr. Presidente, e pelo que foi exposto, é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2015, e, no mérito, pela aprovação com as alterações aqui propostas, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Já temos quórum, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Muito bem, em discussão...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Temos quórum e temos um pacto de não discussão.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... o parecer. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

O painel já está aberto e os Srs. Senadores poderão votar. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aliás, perdão.

A votação do parecer é nominal.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Sr. Presidente, enquanto concluímos a votação e a apuração, se V. Exª me autorizar, eu faria aqui algumas poucas palavras sobre a importância desse projeto, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, só para registrar que V. Exª não vota, mas conta para o quórum. É assim o Regimento. Então, na verdade, já pode abrir, se quiser... Ainda não?

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Já temos o quórum alcançado.

Considerando que já há o quórum alcançado, vou abrir mão da palavra, Sr. Presidente. Estou abrindo mão da palavra para que V. Exª possa concluir o processo de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Consulto se há algum Senador que ainda falta votar. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Já terminou.

SIM, 13 votos; NÃO, zero; abstenção, zero.

Com a presença do Presidente, 14 foi o quórum registrado.

Está aprovado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Será submetida a turno suplementar nos termos do art. 282 do Regimento Interno.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu peço que possamos considerar no turno suplementar a votação do painel já que foi aprovado por unanimidade.

Peço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Os Srs. Senadores concordam?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Aprovado, Sr. Presidente.

Concordamos, Sr. Presidente.

Não há discordância, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Não há discordância, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Nós não podemos votar o substitutivo agora porque o projeto precisa primeiro ir ao Plenário para apresentação de emendas.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Não, Sr. Presidente, o projeto é terminativo.

O projeto só vai ao Plenário se houver recurso e não há recurso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Não há recurso, é terminativo e vai direto para a Câmara.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – E no turno suplementar é votado aqui.

Há um entendimento dos Líderes de que possamos votar...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Só para V. Exª entender a decisão da Mesa.

§ 2º – Poderão ser oferecidas emendas no turno suplementar por ocasião da discussão da matéria, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Poderão, mas se há o entendimento de levar essa matéria com urgência e se pede a supressão desse prazo e se votar...

Nós já fizemos isso aqui na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª é regimentalista..

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Eu respeito a decisão de V. Exª, mas já fizemos isso aqui.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Mas eu quero respeitar o que diz o Regimento Interno.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Aí diz que poderá haver. Não abre um prazo específico para...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Nós não podemos revogar o Regimento Interno.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Sr. Presidente, o Regimento fala em "poderá" e não fala em "deverá".

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Em "poderá", não fala em prazo, não diz isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Não é "deverá"; é "poderá".

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Não fala "deverá" em cinco dias ter prazo de emenda...Isso aí é facultativo dependendo do entendimento e aqui fizemos o turno suplementar no mesmo dia da votação da Comissão.

Eu respeito V. Exª, mas quero argumentar que já fizemos isso, que não é explicitativo, não abre prazo específico, é apenas uma faculdade se entendesse a Presidência abrir prazo e definiria qual é o prazo porque não está definido nesse artigo do Regimento.

Então, faço esse apelo a V. Exª tendo em vista a importância da matéria para a sociedade brasileira.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – A Presidência não se sente a vontade para acolher essa interpretação que V. Exª está fazendo porque vamos cercear o direito dos Senadores em Plenário apresentarem as suas emendas.

Veja que essa é uma decisão muito grave.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, aceito e gostaria que V. Exª fixasse o prazo efetivamente de emendas que pudessem ser feitas em Plenário para que pudéssemos votar essa matéria na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Olhe, o rito desse processo está definido. As emendas serão apresentadas após lidas no Plenário do Senado. Então, eu não posso estabelecer prazo..

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – No Senado, sim.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Então, eu gostaria de pedir a V. Exª que pudesse ser encaminhado hoje, ainda agora, para a Mesa para que pudéssemos ler hoje essa matéria e pudesse contar o prazo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Nós faremos...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – A matéria é terminativa aqui...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – A senhora é Senadora?

(Tumulto no recinto.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Como é que ficou então a definição de V. Exª, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O projeto vai ao Senado para apreciação no Plenário inclusive abrindo o prazo para apresentação de emendas, que é regimental.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – E volta na próxima quarta-feira para votação de turno suplementar?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Vai depender do andamento lá no Senado, o Senado é que vai devolver.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Então, eu gostaria de solicitar a V. Exª que todo o processado pudesse ir de imediato para Mesa porque aí, sendo..

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Sim, com certeza.

O meu interesse não diverge do interesse de V. Exª com o adendo apenas de que quero respeitar o Regimento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Não, se eu não puder contribuir, não vou atrapalhar V. Exª. Apenas solicitar que possa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Claro, sempre. Que esse processado ir para a Mesa para que a Mesa ainda hoje comunique aos Senadores que está aberto o prazo para votação em turno suplementar...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu volto a dizer a V. Exª. A nossa parte vamos fazer, vamos remeter hoje mesmo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Pronto.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Se o Plenário do Senado vai agilizar ou não o processo... Acredito que vai, mas depende do Senado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Eu agradeço a V. Exª a diligente decisão de enviar o processado à Mesa, considerando a relevância desse tema, Sr. Presidente. Fundamentalmente, ele determina uma mudança muito importante na Lei Anticorrupção.

A Lei Anticorrupção não estabeleceu obrigatoriamente a presença do Ministério Público na construção do acordo de leniência. Se o Ministério Público não está presente, isso gera uma enorme incerteza ou insegurança jurídica, sobretudo, porque, sendo titular da ação penal, ato seguinte o Ministério Público poderá ajuizar penalmente. Então, este projeto traz o Ministério Público para a mesa e subtrai, retira qualquer tipo de insegurança jurídica, para que o acordo de leniência, que já é praticado no âmbito do Direito Econômico, possa ser aplicado no âmbito administrativo, com a presença efetiva do Ministério Público.

Por isso, eu agradeço a decisão diligente de V. Exª, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu acredito firmemente, faço a mesma interpretação que V. Exª faz da importância que tem a presença do Ministério Público nesse tempo do acordo de leniência, não há a menor dúvida.

E nós, afinal de contas, somos um Estado de direito.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – E evidentemente não podemos suprimir instâncias que são importantes, como é importante a presença do Ministério Público para esse processo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – É por isso que, na condição de autor, eu estou apelando a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Então, V. Exª pode ficar tranquilo, porque a decisão que nós tomamos aqui foi em respeito ao Regimento e em nome disso que V. Exª, como advogado brilhante e grande Senador, tanto preza: o Estado de direito.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu já vou ganhando o dia, a semana e o mês por conta desses elogios.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Item 12

ITEM 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 537, de 2015
- Não terminativo -

Regulamenta o parágrafo único do art. 116 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), com a finalidade de estabelecer regras e procedimentos para desconsideração de atos ou negócios jurídicos para fins tributários.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:
- A matéria será analisada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.
- Em 21/10/2015, a Presidência concedeu vista ao Senador Marcelo Crivella, nos termos regimentais

Eu consulto o Senador Marcelo Crivella, que lamentavelmente não está presente, sobre eventual manifestação decorrente do pedido de vista.

Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues, para as suas considerações finais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, como já foi lido o relatório desta matéria, não tenho mais nada a acrescentar.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório, favorável ao projeto.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, a matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Não havendo mais assuntos a serem tratados na presente reunião, declaro-a encerrada.

(Iniciada às 10 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 30 minutos.)

ATA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE NOVEMBRO DE 2015.

Às dez horas e trinta e nove minutos, do dia quatro de novembro de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador José Maranhão, com a presença dos Senadores: Jorge Viana, José Pimentel, Humberto Costa, Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Valdir Raupp, Jader Barbalho, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Antonio Anastasia, Antonio Carlos Valadares, Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues, Eduardo Amorim, Marcelo Crivella, Magno Malta, Walter Pinheiro, Delcídio do Amaral, Paulo Paim, Omar Aziz, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão, Raimundo Lira, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes Oliveira, José Medeiros, Vicentinho Alves e das Senadoras Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Simone Tebet, Angela Portela, Ana Amélia e Vanessa Grazziotin, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Wilder Morais e José Serra. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 34ª Reunião Ordinária, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: ITEM 1) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, de 2015 – Terminativo. Ementa do Projeto: Acrescenta parágrafo ao artigo 16 da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, determinando que os acordos de leniência celebrados por entes da Administração Pública sejam homologados pelo Ministério Público. Autoria do Projeto: Senador Ricardo Ferraço. Relatoria do Projeto: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo. Resultado: O Substitutivo é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do RISF. ITEM 2) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 62, de 2015 - Não Terminativo. Altera os arts. 27, 28, 29, 37, 39, 49, 73 e 93 da Constituição Federal para vedar a vinculação remuneratória automática entre subsídios de agentes públicos. Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann e outros. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Favorável à Proposta e à Emenda nº 5, contrário às Emendas nºs 1, 2, 3 e 6, pelo acolhimento parcial da Emenda nº 4, na forma de subemenda, e com a emenda que apresenta. Resultado: Concedida vista aos Senadores Aécio Neves e Ricardo Ferraço, nos termos regimentais. ITEM 5) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 121, de 2014 - Não Terminativo. Altera a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003 - Estatuto de Defesa do Torcedor, para vedar sanção reflexa a torcedor na individualização de pena aplicada às entidades que especifica. Autoria: Deputado Marcelo Matos. Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 385, de 2014 – Terminativo. Acresce o §5º ao art. 22 da Lei n° 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor que o descumprimento de medida protetiva configura crime de desobediência a decisão judicial, além sujeitar o agressor à multa mínima de 10 (dez) salários mínimos. Autoria: Senador Ivo Cassol. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, de 2015 - Terminativo. Acresce o § 5º ao art. 22 da Lei n° 11.340, de 7 de agosto de 2006, para esclarecer que o descumprimento de medida protetiva de urgência, prevista nesta Lei, configura crime de desobediência (art. 330 do Código Penal). Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Relatoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Pela rejeição do PLS nº 14, de 2015 e da Emenda nº 01, bem como pela aprovação do PLS nº 385, de 2014, na forma do substitutivo que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. ITEM 8) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, de 2012 - Não Terminativo. Altera os arts. 34, 144 e 167 da Constituição Federal, para assegurar os recursos mínimos nas ações e serviços de segurança pública e dispor sobre a instituição de programa de valorização e capacitação dos servidores policiais de segurança pública. Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Relatoria: Senador Roberto Rocha. Relatório: Favorável à Proposta, com duas emendas que apresenta. Resultado: Concedida vista ao Senador Ricardo Ferraço, nos termos regimentais. ITEM 9) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, de 2014 - Não Terminativo. Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para tornar obrigatório o uso de temporizador em equipamentos de sinalização semafórica com aparelhos detectores de avanço de sinal. Autoria: Deputado Antonio Bulhões. Relatoria: Senador Marcelo Crivella. Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ. Em 04/11/2015, foi apresentado Relatório reformulado pelo Senador Marcelo Crivella, com voto favorável ao Projeto e à Emenda nº 1. ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, de 2015 - Não Terminativo. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de educadora e educador social e dá outras providências. Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ. ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 257, de 2014 – Terminativo. Regulamenta o inciso V do art. 37 da Constituição, para prever os casos, condições e percentuais mínimos de preenchimento, por servidores de carreira, dos cargos em comissão na administração pública federal. Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senador Ataídes Oliveira. Relatório: Pela apro-

vação do Projeto. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Senador Aécio Neves, com anuência do Relator. ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, de 2013 – Terminativo. Acrescenta o inciso XI ao art. 21 e o art. 88-A à Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que "Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências", a fim de atribuir às cooperativas a possibilidade de agirem como substitutas processuais dos seus associados. Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1, nos termos da Subemenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1, nos termos da Subemenda nº 1. Durante a discussão, a Senadora Gleisi Hoffmann acolhe a Emenda nº 1, nos termos da Subemenda que apresenta. ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 276, de 2013 - Não Terminativo. Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA). Autoria: Senador Blairo Maggi. Relatoria: Senador Roberto Rocha. Relatório: Favorável ao Projeto, com dezesseis emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CCJ a 16-CCJ. ITEM 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 477, de 2013 - Não Terminativo. Estabelece normas gerais em contratos de seguro privado. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Roberto Rocha. Relatório: Favorável ao Projeto, com seis emendas que apresenta. Resultado: Retirado de pauta para reexame do Relatório. ITEM 17) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 56, de 2014 - Não Terminativo. Dá nova redação ao inciso I do § 1º do art. 40 da Constituição Federal e dá outras providências. Autoria: Deputada Andreia Zito e outros. Relatoria: Senador Romero Jucá. Relatório: Favorável à Proposta com a emenda de redação que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta com a Emenda nº 1-CCJ, de redação. ITEM 23) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 451, de 2015 – Terminativo. Altera a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, para dispor sobre a revista pessoal nas unidades de internação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Encerrada a discussão e adiada a votação. ITEM 25) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, de 2014 - Não Terminativo. Dá nova redação ao caput do art. 1º da Lei nº 5.970, de 11 de dezembro de 1973, para dispor sobre a remoção de animais que tenham sofrido lesão em caso de acidente de trânsito. Autoria: Deputado Ricardo Izar. Relatoria: Senador Valdir Raupp (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda de redação que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ, de redação. EXTRAPAUTA: ITEM 29) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 38, de 2015. Em aditamento ao Requerimento nº 37/2015-CCJ, aprovado por esta Comissão em 28 de outubro de 2015 para a realização de audiência pública para instrução da PEC nº 51/2015, requeiro seja formulado convite para participação do Desembargador Marcelo Martins Berthe do Tribunal de Justiça de São Paulo. Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Resultado: Aprovado. ITEM 30) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 39, de 2015. Requeiro o aditamento, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, do Requerimento nº 37, de 2015-CCJ, destinado à realização de audiência pública com vistas à instrução e discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2015, que "acrescenta o art. 32-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para dispor sobre a convalidação de atos de delegação de atividades notariais e de registro", para que sejam acrescidos os seguintes nomes ao rol de convidados: Sr.Leandro Augusto Neves Côrrea, Tabelião de Notas e Protesto em Maracaju- Mato Grosso do Sul; Sra.Milena Guerreiro, Advogada e especialista em Direito Notarial e Registral; Sr.Marcelo Martins Berthe, Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo; Sr. Marcelo Rodrigues, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais; Sr. Herbert Carneiro, Presidente da Associação dos Magistrados Mineiros- Amagis. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Aprovado. ITEM 31) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 40, de 2015. Em aditamento ao Requerimento nº 34/2015-CCJ, aprovado por esta Comissão em 21 de outubro de 2015 para a realização de audiência pública para discutir a segurança pública e a organização das polícias, com o objetivo de instrução da PEC nº 102/2011 e demais proposições a ela apensadas, requeiro seja formulado convite para participação do Senhor OSÉIAS FRANCISCO DA SILVA, Presidente da Conferência Nacional das Guardas Municipais do Brasil (CONGM). Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Resultado: Aprovado. O Senhor Presidente declara encerrada a presente Reunião às treze horas e dez minutos do dia quatro de novembro de dois mil e quinze, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2014; ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 476, de 2011; ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2011; ITEM 15) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 78, de 2015; ITEM 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 286, de 2009; ITEM 18) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, de 2014; ITEM 19) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, de 2014; ITEM 20) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 51, de 2015; ITEM 21) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 663, de 2015; ITEM 22) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 18, de 2015; ITEM 24) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, de 2012; ITEM 26) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, de 2015; ITEM 27) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 4, de 2012; ITEM 28) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 51, de 2014; e

para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Senador José Maranhão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR JOSÉ MARANHÃO

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 34ª Reunião, Ordinária.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 28.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, de 2015
- Terminativo -

Acrescenta parágrafo ao artigo 16 da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, determinando que os acordos de leniência celebrados por entes da Administração Pública sejam homologados pelo Ministério Público.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatório: Pela aprovação do Substitutivo.
Observações:
- Em 28/10/2015, foi aprovado o substitutivo oferecido ao PLS n° 105, de 2015, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Ao substitutivo, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Resultado: não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, sem votação (art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal).

Será comunicada a decisão à Comissão, ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Concedo...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Na condição de autor...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Concedo a palavra ao Senador Ferraço...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – ... eu consulto V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... que ainda não tinha falado surpreendentemente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – É porque V. Exª não tinha chegado. Se V. Exª tivesse chegado, com certeza eu já teria falado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Mas eu não estou me considerando o galo Chantecler, que o sol só nasce depois que ele canta.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Apenas para chamar a atenção, Sr. Presidente, para a relevância desse projeto que nós estamos aprovando em turno suplementar de forma terminativa, ou seja, esse projeto não será submetido ao Plenário do Senado, esse projeto irá direto para a Câmara dos Deputados. E ele aperfeiçoa, Sr. Presidente, o PLC nº 39, de

2013, que dispõe sobre a responsabilidade civil e administrativa de pessoa jurídica pela prática de atos contra a Administração Pública nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

Em 2013, nós aprovamos esse projeto e, no seu art. 15, nós determinamos que a comissão apuradora desses fatos dará ciência ao Ministério Público para apuração de delitos.

O art. 16 prevê o acordo de leniência, uma espécie de delação premiada proposta no interesse da Administração Pública, sempre que necessário for, para a coleta essencial ao processo de investigação e condenação.

O acordo de leniência beneficiará ou pode beneficiar o infrator com a redução da pena de multa em até dois terços e poderá isentá-lo de outras penas, tais como a publicação em mídia de extrato de decisão condenatória.

O que estamos fazendo na prática, Sr. Presidente, é aperfeiçoar a proposta para tornar obrigatória a presença do Ministério Público na homologação dos acordos de leniência, pelas prerrogativas que o Ministério Público tem, consagradas no art. 127 da Constituição Federal, que garantem ao Ministério Público a titularidade da ação civil pública e da ação penal pública. Ou seja, no âmbito administrativo, estamos mantendo o limite do acordo de leniência, porque é nesse momento que o pecador se apresenta e é punido com ressarcimento dos danos que ofereceu ao setor público, sobretudo em questões relacionadas a indenização, mas, sem a presença do Ministério Público, as questões penais não estariam ali resolvidas.

Portanto, a presença do Ministério Público, antes de mais nada, uma premissa, dá segurança jurídica a que esses acordos de leniência possam ser consagrados, sem que, como desdobramento, haja qualquer tipo de ação penal a quem se ofereceu para a assinatura desse acordo de leniência.

De modo que, de forma objetiva, o que estamos fazendo é tornar obrigatória a presença do Ministério Público na assinatura ou na homologação desse acordo de leniência, o que me parece um avanço extraordinário, ao tempo em que propõe a V. Exª, na condição de nosso Presidente, que possa fazer contato com o seu homólogo, Presidente da Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados, na dimensão de termos este projeto e esta proposta aprovada o mais rápido possível pelos Deputados Federais, pela consequência e pelo desdobramento efetivo que este projeto pode trazer na proteção do interesse público.

É a sugestão que modestamente ouso fazer a V. Exª a partir dos debates que foram estabelecidos nesta Comissão, inclusive com proposta aperfeiçoada pelo Senador Randolfe Rodrigues, em parceria com o Senador Romero Jucá, para que os Deputados Federais possam deliberar sobre isso o mais rápido possível.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – A ata registrará as judiciosas ponderações ou registros de V. Exª.

Esta Mesa subscreve inteiramente todas as ponderações que foram expendidas aqui.

Com a palavra o nosso querido Líder, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, só para fazer uma observação, já que aprovamos a matéria.

Queria apenas registrar a importância do projeto do Senador Ricardo Ferraço e dizer da sua determinação, no sentido de fazer essa proposta, que foi ampliada pela relatoria competente do Senador Randolfe Rodrigues, construindo-se o entendimento com o Ministério Público Federal, com a CGU, com a AGU, com o Cade, exatamente para haver uma linha de entendimento e de construção, com a finalidade de manter a atividade produtiva de diversas empresas brasileiras e, consequentemente, manter o emprego de milhares de pessoas. Trata-se de um projeto extremamente relevante para a economia do País.

Então, quero aqui registrar a participação de todas essas instituições, que construíram coletivamente essa proposta, enaltecendo sobretudo a ação dos Senadores Ricardo Ferraço e Randolfe Rodrigues, que foram autor e relator desta proposta em segundo turno.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, rapidamente, só para uma brevíssima consideração.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Esta Comissão está de parabéns pela aprovação deste texto agora em turno suplementar.

A iniciativa do Senador Ricardo Ferraço é brilhante e vem na esteira dos acontecimentos recentes, da notória participação do Ministério Público e da necessidade de ele estar presente a partir dos acontecimentos, dos mais recentes acontecimentos da atuação em ações como a Operação Lava Jato, da imposição da necessidade de o Ministério Público estar presente no acordo de leniência.

Eu queria também registrar, Sr. Presidente, que nós não chegaríamos a um bom termo com todos os agentes que é necessário participarem do acordo de leniência: AGU, OGU, o próprio Ministério Público se não

fosse a competente mediação do nosso "Relator-Geral da União", que é o Senador Romero Jucá. O Senador Romero interveio no momento certo, adequado, justo; as emendas que ele trouxe, e foram incorporadas pelo nosso relatório, foram centrais para pacificar todos os agentes num contexto do acordo de leniência; e nós temos agora uma proposta de legislação avançadíssima, que segue para a Câmara dos Deputados, e que eu acredito e eu espero que, sinceramente, não tenha alteração, depois de aprovada em terminativo, não tenha alteração lá na Câmara, e, mesmo se tiver, voltará aqui para nós.

O fato é que eu espero que, no mais tardar até o primeiro semestre do ano que vem, nós possamos remeter, o Congresso Nacional possa remeter esse projeto de lei para sanção da Senhora Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Item 2.

ITEM 2
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 62, de 2015
- Não terminativo -

Altera os arts. 27, 28, 29, 37, 39, 49, 73 e 93 da Constituição Federal para vedar a vinculação remuneratória automática entre subsídios de agentes públicos.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann e outros
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatório: Favorável à Proposta, contrário às Emendas nºs 1, 2, 3 e 6, favorável à Emenda nº 5 e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 4, na forma de subemenda, e com a emenda que apresenta.
Observações:
- Em 30/09/2015 foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Roberto Rocha;
- Em 27/10/2015, foram apresentadas as Emendas nºs 2 e 3, de autoria do Senador Eduardo Amorim;
- Em 28/10/2015, foi apresentada a Emenda nº 4, de autoria do Senador Roberto Rocha;
- Em 28/10/2015, foram apresentadas as Emendas nº 5, de autoria do Senador Ronaldo Caiado, e a Emenda nº 6, de autoria do Senador Ricardo Ferraço;
– Em 4/11/2015, o Relator, Senador Randolfe Rodrigues, apresentou relatório reformulado.

Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues, para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Já foi lido o relatório, Sr. Presidente. Vou passar, então, direto para a leitura do voto e proferir parecer sobre as Emendas de nºs 5-CCJ, de autoria do Senador Ronaldo Caiado, e de nº 6-CCJ, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, recebidas na última reunião da CCJ.

Assim que eu puder localizar...

Então, passando diretamente ao voto: por todo o exposto, somos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 62, de 2015, nesta Comissão; pela rejeição das Emendas nºs 1, 2, 3 e 6-CCJ; pelo acolhimento da Emenda nº 5-CCJ; e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 4-CCJ, na forma de subemenda, e com a seguinte emenda, que passo a incorporar ao texto.

EMENDA Nº - CCJ

O § 3º do art. 73 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação, removendo-se no inciso V do art. 93 a referência aos Ministros do Tribunal de Contas da União:

Fiz essa alteração para, especificamente, dizer que, em relação ao Tribunal de Contas da União, está estabelecida a mesma regra que o restante do texto estabelece para as outras instituições.

"Art.73.....

.....

§ 3º Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, sendo remunerados por subsídios fixados por ato normativo correspondentes a noventa e cinco por cento do subsídio mensal fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal, vedada a vinculação remuneratória automática.

SUBEMENDA Nº - CCJ

(à Emenda nº 4-CCJ a PEC nº 62, de 2015)

O inciso V do art. 93 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"V – o subsídio dos Ministros dos Tribunais Superiores corresponderá a noventa e cinco por cento do subsidio mensal fixado em lei para os Ministros do Supremo Tribunal Federal, e os subsídios dos demais magistrados serão fixados e escalonados, mediante ato normativo do respectivo órgão, em nível federal e estadual, conforme as respectivas categorias da estrutura judiciária nacional, não podendo a diferença entre uma e outra ser superior a dez por cento ou inferior a cinco por cento, nem exceder a noventa e cinco por cento do subsídio mensal dos Ministros dos Tribunais Superiores, vedada a vinculação remuneratória automática e obedecido, em qualquer caso, o disposto nos arts. 37, XI, e 39, § 4º, 129, § 4º e 134, § 4º.

....."(NR)

Para completar, Sr. Presidente, sobre este relatório, cabe-me fazer algumas considerações. Um conjunto de agentes públicos nos procuraram – inclusive pelo objeto de uma emenda do Senador Eduardo Amorim – para incluir, entre aqueles legitimados, essas instituições.

Já estamos debatendo esta matéria nesta Comissão há, pelo menos, oito reuniões, já tendo havido dois pedidos de vista, com alterações do relatório.

Então, creio que o justo e adequado, neste momento, é apreciarmos agora, nesta Comissão, esta matéria. Sendo aprovada, ela seguirá automaticamente para o Plenário e terá lá o espaço necessário para quem assim quiser apresentar emendas, no sentido de completar o texto.

Segundo aspecto: saúdo a Senadora Gleisi Hoffmann pela iniciativa. No meu entender, é uma deformação do nosso princípio federativo a atual conformação da Constituição, em que, automaticamente após o reajuste do subsídio dos membros do Congresso Nacional e dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, todos os demais agentes tenham os seus subsídios realinhados. O fim dessa vinculação automática parece-me mais justo e adequado ao princípio federativo, como um dos fundamentos da nossa República e também como uma cláusula pétrea da nossa Constituição, como está estabelecido no art. 60.

Em terceiro lugar, em decorrência da inspiração desta proposta e pelo caráter que ela traz, quero deixar bem claro o nosso entendimento à autora da dessa proposta, que é Parlamentar da Base de Apoio ao Governo, de que o Relator dessa matéria é Parlamentar da Oposição. Esta matéria não é uma matéria nem de Governo, nem de Oposição, mas é, neste momento, de interesse fundamental para o País, para ajustar o que considero uma deformação do nosso Pacto Federativo.

Por fim, Sr. Presidente, realizamos todos os debates possíveis e necessários com a Magistratura e com o Ministério Público, para construir um texto que – penso que esta é a arte da política: saber ceder, e tivemos inclusive a compreensão da autoria desta proposta neste sentido – não ameaçasse garantias invioláveis da magistratura como unidade, mas, ao mesmo tempo, não mantivesse uma deformação do nosso princípio federativo, que é a vinculação automática de subsídios.

Diante disso, este é o relatório.

Ditas essas considerações, o meu voto é pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 62, com a emenda que aqui anunciamos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Peço vista, Sr. Presidente.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Queria somente esclarecer ao Relator, Senador Randolfe Rodrigues, que se tem empenhado de forma meticulosa para encontrar a melhor equação no seu relatório, que esta já é a quarta modificação que V. Exª propõe.

É evidente que, todas as vezes que o Relator procede a qualquer modificação no seu relatório, cabe vista. Por isso o processo tem demorado. Mas acho que essa demora é positiva. A pressa sempre foi inimiga da perfeição.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Concordo com V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Peço vista, Sr. Presidente. Peço vista, Sr. Presidente.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Considero justo e adequado pedir vista.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Concedo a vista solicitada pelo Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Vista coletiva e eu queria me manifestar.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Acredito que o assunto já morreu.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Já morreu?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Nesta reunião.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Não, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Nesta reunião. Já está resolvido.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sr. Presidente, se me permite...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Há um pedido de vista.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Se me permite, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra, a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Muito obrigada. Eu agradeço.

Sr. Presidente, sem querer entrar no mérito da matéria, eu não podia deixar de me manifestar hoje, aqui, até pela movimentação que foi feita, política, com esta Casa, para que esse projeto não fosse aprovado hoje.

O Supremo Tribunal Federal submete a esta Casa os seus pedidos de aumento. A Presidência da República também submete a esta Casa seus pedidos de aumento, com os seus Ministros. E nós apresentamos à sociedade, a cada quatro anos, os aumentos que queremos dar aos Senadores e aos Deputados. Fico me perguntando: se o Supremo, a Presidenta da República, Senadores e Deputados, abertamente, discutem e votam os aumentos de seus subsídios a cada quatro anos, por que outros órgãos ou outros Parlamentares se escondem atrás disso para não votar?

Eu vou contar um caso *sui generis* que é do meu Estado, o Estado do Paraná, que nada tem a ver com o Tribunal de Contas da União, a respeito do qual quero falar depois. O Estado do Paraná, por exemplo, tem uma legislação aprovada há muito tempo que é automática, e faz com que o teto que a Constituição estabelece como limite para que deputados estaduais ganhem, no máximo, 75% do que ganha um deputado federal, acabe sendo um piso, e não se precise discutir e votar a legislação a cada quatro anos, como faz este Congresso Nacional. Eles já deixaram um gatilho automático. Se o Congresso Nacional aprovar um aumento de 20% para os Deputados e Senadores, automaticamente, os Deputados do meu Estado já têm 75% desse aumento garantido.

E pior do que isso, Sr. Presidente, não é sobre a remuneração, como é a nossa, aqui. Eles colocam todas as verbas a que têm direito – as verbas a que nós temos direito, aqui, que não entram, para efeito de aumento salarial – para fazer o aumento deles. Aí eu pergunto: será que cada Estado tem a realidade da União? Será que as assembleias legislativas não mereceriam discutir, a cada quatro anos, a necessidade de seu orçamento? E discutir, dentro do teto de 75%, se deve chegar ao teto ou ser menos? A Constituição não deu um benefício a eles, a Constituição deu um limite claro, um teto. Não pode ser automático.

Todas as vezes em que nós votamos aqui salários, a cada quatro anos, o que eu ouço no meu Estado – tenho certeza de que muitos Senadores ouvem, também, nos seus Estados – é que os aumentos que deputados estaduais, governadores, vereadores e prefeitos têm é por causa do Congresso Nacional, porque nós...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Mas hoje a lei já veda essa vinculação. Desculpe, Gleisi. A Constituição já veda essa vinculação.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Só deixe-me terminar o raciocínio e eu lhe concedo depois um aparte, ou o senhor pede. Não é verdade que a lei já veda a vinculação.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – A Constituição veda.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – A lei... Não. Não veda automaticamente, porque acontece. Onde veda? Me diga, por favor.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Eu vou dar para você.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – É automático, hoje. Nós temos o efeito cascata.

Mas, Sr. Presidente, não era sobre isso que eu queria falar, que é mérito da matéria. Eu queria falar sobre o posicionamento do Tribunal de Contas da União. Eu respeito muito o Tribunal de Contas da União, que é um órgão auxiliar, assessor desta Casa – um órgão auxiliar, assessor desta Casa.

Há uma matéria hoje no jornal *Valor Econômico* que eu achei surpreendente. Eu queria ler alguns trechos, porque acho que é uma matéria de extremo desrespeito aos Parlamentares e a esta Casa. A matéria diz o seguinte:

> *Está prevista para a sessão de hoje da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado a apreciação da Proposta de Emenda Constitucional 62, que veda a vinculação remuneratória automática entre subsídios de agentes públicos.*

Quero dizer que não está prevista só para hoje, Sr. Presidente. V. Exª mesmo falou aqui que várias vezes foram feitos adendos ao relatório. Há oito sessões nós discutimos essa matéria.

Mas continua a matéria:

> *De autoria da Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), o texto tem como principal mudança a desvinculação salarial entre os ministros do TCU e os integrantes dos tribunais superiores.*

Não é verdade. O objetivo da PEC não é atingir o Tribunal de Contas da União. O Tribunal de Contas da União ou está com estigma de perseguição ou está se achando o centro das atenções políticas. A PEC é clara, e a PEC mexe com vários setores, com os membros dos Poderes, com os deputados estaduais, com governador e vice, com secretários municipais, com vereadores, com desembargadores do TJ, com Deputados Federais, com Senadores, com o Presidente da República e Vice, com Ministros de Estado e também com os Ministros do TCU – que eu saiba, eles não são uma casta diferenciada dos demais dirigentes públicos e servidores públicos da União.

"Os integrantes", diz a matéria, "do TCU enxergam na PEC uma clara retaliação ao órgão, que no início do mês passado rejeitou as contas da Presidenta da República, algo que não acontecia desde 1937."

Alguns Ministros do TCU se reuniram na tarde ontem para debater a questão e fizeram uma maratona de telefonemas a Parlamentares com o objetivo de evitar a aprovação da matéria – e vários Parlamentares conversaram comigo, porque receberam essas ligações do Tribunal de Contas da União.

Por que o Tribunal de Contas fez isso ontem? Por que não fez antes? Até porque o Senador Randolfe fez uma alteração na minha emenda constitucional muito grande, que foi tirar a previsão em lei para um ato normativo da instituição que tem autonomia orçamentária. Então, tudo o que o Tribunal de Contas tem que fazer é mandar no orçamento dele, a cada quatro anos, o quanto ele pretende dar de aumento aos seus Ministros.

Qual é o problema nisso? Por que o Tribunal de Contas não quer essa transparência? Se V. Exª, Presidente desta Comissão, eu ou qualquer Senador desta Casa temos que votar e discutir os nossos aumentos em plenário, sendo inclusive julgados pela população, eu me pergunto por que o Tribunal de Contas, no seu orçamento, não coloca qual vai ser o seu percentual de aumento?

Eu acho lamentável que tenhamos que parar uma discussão por conta de uma ação do órgão que tem o dever – e devia fazer isso para si mesmo – de trazer transparência e fiscalização. Se o Tribunal de Contas da União está se achando perseguido, ele que leia, por favor, a proposta de emenda constitucional que eu fiz, que mexe com todos esses setores, todos, inclusive conosco. Não há aqui nenhum direcionamento.

E eu apresentei esta PEC em maio deste ano. Portanto, bem antes da discussão das contas da Presidenta. Aliás, em junho, o próprio Tribunal de Contas deu trinta dias para a Presidenta se referir às suas contas.

Então, Sr. Presidente, eu não posso deixar de fazer um desabafo aqui. Acho isso desnecessário, acho que isso não é respeitoso com esta Casa. O Tribunal de Contas não tem mais prerrogativa do que o Congresso Nacional, é um órgão, sim, de assessoramento e, se for para fazer realmente, de fato, com que seja um órgão de

assessoramento, nós temos que mexer na Constituição e, aí sim, com foco claro no Tribunal de Contas para colocá-lo de forma a assessorar esta Casa.

Agora, dizer que isto aqui é uma retaliação, se fazer de vítima é querer compactuar com a falta de informação e de transparência nas informações financeiras!

Por último, eu queria dizer, inclusive para o Senador Aloysio, que estava tentando fazer um aparte, que são três os pilares desta PEC.

O primeiro é o fim da vinculação automática. A Constituição proíbe a vinculação, estabelece um teto, para que não se passe desse teto em relação a determinados Poderes.

Mas o que acontece? Em vez de, a cada quatro anos, Senador Aloysio, a Assembleia Legislativa do Paraná, de São Paulo ou outras assembleias, como a de Minas, não sei como era lá, votarem uma lei, como nós votamos aqui – nós votamos uma lei para aumentar o salário do Supremo, os nossos salários e para aumentar também os salários da Presidenta –, as assembleias legislativas já colocam isso em lei anterior, dizendo que automaticamente fica reajustado o salário no limite que a Constituição coloca.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Mas essas leis são inconstitucionais. A Constituição é claríssima: exige lei. A prática das assembleias que está errada, não a Constituição.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pois é, então nós teríamos que deixar claro...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – O que precisaria é os Governadores ou as pessoas que são legitimadas para isso pudessem acionar a Justiça.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Exige lei, mas não diz o temporal da lei – não diz o temporal da lei. Se a lei foi aprovada há dez anos, dizendo que a cada...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Se for assim, a lei é inconstitucional, Senadora.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pois é, eu sei que a lei é inconstitucional.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Cabe aos Governadores...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Não vamos ficar entrando...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – A senhora quer mudar a Constituição...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – ...quando a Constituição já proíbe.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Essa mudança na Constituição foi feita. A Constituição originária, de 1988, não trazia isso. Isso foi feito depois, por uma PEC.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Uma PEC que mostrou claramente não haver vinculação. O seu alvo é o TCU, Senadora.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Não é o TCU.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – É o TCU, evidentemente.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Essa legislação é para deixar claro que não há vinculação automática. Olha, eu fico aqui, sinceramente, Senador Aloysio, pelo respeito que lhe tenho, sensibilizada ao dizer que o meu alvo é o TCU.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Basta ler a Constituição. A Constituição já proíbe vinculação automática.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – A senhora diz que as leis hoje dizem respeito à Constituição, tem que mudar as leis.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu queria só terminar, Sr. Presidente, por favor. Aí depois...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – A Presidência assegura a palavra a V. Exª, pode continuar.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Muito obrigada, agradeço.

Então, eu quero dizer isto, Sr. Presidente, primeiro, que é o fim da vinculação automática à lei. As assembleias legislativas já fazem, o Congresso faz a cada quatro anos, e os demais Poderes não fazem a cada quatro anos, já fizeram lá trás. Então, há lei. Você vai dizer que essa lei não serve? Qual é a lei, ou qual é a qualidade de lei a que se refere a Constituição?

Segundo pilar da PEC que eu apresentei é a exigência de lei específica para cada ajuste ou ato, ou seja, a cada quatro anos tem que se apresentar a lei – ficou claro isso na Constituição – ou um ato do Poder, um ato normativo. O Tribunal de Contas, o Tribunal de Justiça, o Superior Tribunal de Justiça colocam um ato normativo dizendo que a pretensão de aumento salarial deles é de 75%, ou é de 68%, ou é de 50%. E o teto limite deixar de ser um piso. A Constituição colocou um teto que é limite.

Então, Sr. Presidente, eu fico bastante chateada com essa intenção aqui de se colocar que é perseguição a um órgão. Não estou fazendo perseguição a órgão nenhum, tenho bastante tranquilidade para fazer de maneira aberta o debate com quem quer que seja, como já fiz no plenário desta Casa. E quando achar que o Tribunal de Contas da União está errado eu vou falar. Assim como quando achar que o Poder Judiciário está vou falar. Como eles fazem também em relação a nós. Sem problema nenhum.

Agora, eu não vou admitir que isso seja colocado, nesta Comissão, uma PEC que foi estudada, foi debatida, foi discutida, como uma PEC que é para fazer apenas uma contraposição, uma retaliação ao Tribunal de Contas da União. Não vou aceitar isso, porque não tem cabimento – não tem cabimento.

Essa Corte de Contas, se acha isso, eu já queria deixar um pedido a V. Exª para que chame aqui o Presidente do Tribunal de Contas da União, chame os Ministros que querem vir aqui, e nós vamos fazer essa discussão sobre como a gente faz formulação de aumento salarial no setor público e para agente público.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Pela ordem o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu acho que eu fui mal interpretado. Quando eu disse que o alvo da PEC é o TCU, eu estou dizendo que a única mudança substancial que a PEC traz é em relação à vinculação do TCU com o Superior Tribunal de Justiça. Esse objetivo não foi evidentemente o da Senadora Gleisi Hoffmann.

Porque em relação aos demais tribunais estaduais, em relação às assembleias legislativas e em relação também às câmaras municipais, a Constituição já estabelece com muita clareza a proibição das vinculações. E a PEC da reforma administrativa a que a Senadora se referiu ainda torna essa proibição mais clara e evidente.

Se há abusos nas assembleias e nas câmaras municipais, e eu sei que há, cabe àqueles que são legitimados para impugnar essas leis perante os tribunais fazê-la. Mas não mudar uma Constituição que, nesse ponto, já está absolutamente clara e inequívoca quanto à vedação da vinculação automática.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu queria, Senador Romero Jucá...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu queria esclarecer o seguinte: aqui há uma lista de inscrições. Nessa lista, em primeiro lugar, está o Senador Omar Aziz; em seguida, vem o Senador Romero Jucá.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Mas alguém pediu a palavra pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Eu havia pedido pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Eu também havia pedido pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Eu ouço o Senador Omar Aziz primeiro, tem prioridade.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Obrigado, Senador Romero.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Eu já me posicionei em outras vezes aqui, eu coloquei isso pessoalmente para a Senadora Gleisi, já, e falei isso para o Senador Randolfe. Eu acho um dos maiores retrocessos o que estamos cometendo neste momento. Cada Estado terá direito de colocar o subsídio que for conveniente, por Estado, se a gente deixar essa regra, que é uma regra democrática para o País. Até porque, hoje, um juiz que está julgando causas milionárias, bem acima daquilo que ele imagina ganhar a vida toda, não pode ficar à mercê da boa vontade do Executivo para que esse reajuste seja dado em final de ano ou de quatro em quatro anos, Sr. Presidente. Coloquei isso. É o maior retrocesso.

Essa questão é importante por quê? Porque ninguém mais vai procurar o Governador de plantão para negociar reajuste do Judiciário. Ele é automático. E a emenda que foi feita pelo Senador Roberto Rocha vem corrigir um pouco essa questão. Mas volto a repetir, Presidente: acho que tínhamos de discutir isso com mais profundidade.

Tirar a autonomia do Judiciário neste momento – e essa autonomia é financeira também – é um perigo para a nossa democracia, é um perigo para a transparência, para este País. Imagine o senhor, no seu gabinete, receber juiz federal, desembargador federal, pedindo para o senhor aprovar aqui uma lei que reajuste o salário dele mensalmente. Vai voltar tudo novamente a ser como era antes: dependência do Judiciário em relação ao Executivo; dependência dos tribunais de contas dos Estados em relação ao Executivo; dependência do Minis-

tério Público em relação ao Executivo. É isso que estaremos aprovando aqui, hoje, se aprovarmos essa emenda constitucional.

Por isso, peço aos nossos pares, Senadores e Senadoras, que deem uma olhada com carinho.

Eu vou votar contra essa matéria, por entender que essa matéria não atende a democracia brasileira; não atende a transparência do Judiciário e do Ministério Público Federal; não atende a autonomia dos Poderes, a partir do momento em que o Executivo é chamado a discutir salários do Judiciário. Isso aí é uma questão importante para o nosso País, foi uma conquista que o povo brasileiro teve e as instituições independentes tiveram.

Nós temos o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Não há como um intervir na questão do outro. E cada um tem de ter a responsabilidade necessária para saber qual o subsídio que pode receber. E não nós, aqui, dizermos para o Ministério Público ou para os tribunais de Justiça o que eles devem ou não fazer. Essa é uma interferência que faz voltar a ser como era antigamente: presidentes de tribunais de Justiça pedindo audiência com Governador, pedindo para o Governador repassar mais dinheiro porque eles querem aumentar o subsídio dos desembargadores, e assim por diante.

Então, sou contrário, Presidente, porque isso é uma interferência direta do Legislativo em relação ao Judiciário que, há muito tempo, já tem essa autonomia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, eu posso...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Romero Jucá, previamente inscrito.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, serei rápido.

Primeiro, quero registrar aqui que não tenho procuração para defender o Tribunal de Contas da União. Vou tratar da questão, do assunto do Tribunal de Contas, mas tecnicamente. E aqui quero dar um depoimento: em nenhuma tratativa do Tribunal de Contas comigo sobre essa questão da PEC, em nenhum momento foi colocado qualquer tipo de intenção de retaliação ou de acusação a quem quer que seja sobre essa questão. Portanto, o que vou tratar aqui é estritamente técnico.

Hoje o art. 73 da Constituição diz o seguinte, no §3º:

> *Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, aplicando-se-lhes, quanto à aposentadoria e pensão, as normas constantes do art. 40.*

Dá o mesmo tratamento.

A emenda feita pelo Senador Randolfe diz: "Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça" – até aí está igual –, "sendo remunerados por subsídios fixado por ato normativo correspondente". Ou seja, traz um ato normativo correspondente que poderá ser feito não só para o TCU, como nós queremos, mas depois pode ser pedida similaridade para os Tribunais de Contas dos Estados, já que o TCU está fazendo também.

Então, eu quero dizer que, em nome da técnica e em nome das prerrogativas do Tribunal de Contas da União, eu vou apresentar um destaque para votar em separado e vou tentar rejeitar esse texto que está na PEC, a emenda, para manter o artigo do jeito que está hoje, porque atende o Tribunal de Contas, atende a independência dos Poderes e, portanto, não estende nenhum tipo de despesa do TCU para TCEs, que é algo que se quer evitar, com a indexação aqui correspondente na PEC da Senadora Gleisi Hoffmann.

Eu queria registrar apenas esse posicionamento, tecnicamente o farei na hora certa, mas quero ressaltar que, efetivamente, em nenhum momento, me foi colocado qualquer tipo de argumento que não seja esse argumento técnico. Portanto, nenhuma acusação à Senadora Gleisi Hoffmann, nenhum tipo de posicionamento do Tribunal de Contas quanto à questão de retaliação. Não é esse o tema que o Tribunal de Contas está tratando, pelo menos comigo, nesse caso aqui da discussão técnica, eu queria fazer essa justiça ao Tribunal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, eu solicitei novamente a palavra, porque eu acredito que é necessário prestar alguns esclarecimentos.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, chamo a atenção para a manchete do jornal *Estado de Minas* do dia de hoje. A manchete é a seguinte, Senadora Gleisi: "Assembleia de Minas aprova reajuste automático para desembargadores e procuradores". Ou seja, o que essa Assembleia Legislativa acabou de aprovar é que o aumento

de salário de desembargadores, juízes, procuradores, promotores, do Estado de Minas Gerais, sempre que o subsídio do Ministro do Supremo Tribunal Federal realinhar, será automático.

Ora, Sr. Presidente, a questão a se perguntar é a seguinte: hoje talvez o Estado de Minas tenha condição de fazer isso, de fazer o realinhamento dos vencimentos dos seus procuradores, promotores, desembargadores, sempre que houver o do Ministro do Supremo Tribunal Federal. Mas e no momento em que o Estado não tiver condições de fazer isso? Continuará sendo automático? A pergunta é: isso é razoável? Ou seja, no momento em que um Estado está em situação pré-falimentar, como é o caso de alguns Estados da Federação, é o que está acontecendo no Rio Grande do Sul, ocorrendo o realinhamento dos vencimentos do Ministro do Supremo, terá que ser automático o de desembargadores, promotores e procuradores?

Foi esse o tema, Sr. Presidente, sobre que nós dialogamos, inclusive com a Associação de Magistrados e com a Associação Nacional de Promotores de Justiça. Foi sobre esse tema que dialogamos. E no diálogo sobre esse tema, eles concordaram com a nossa argumentação de não continuar a vinculação automática, mas que também, em contrapartida, como no texto original da Senadora Gleisi, lei específica regesse isso.

Para cedermos em relação à lei específica, concordamos, acatamos uma emenda do Senador Roberto Rocha, dialogada essa emenda com a Associação de Magistrados e com a Associação Nacional do Ministério Público, e nessa emenda nós estabelecemos o ato normativo.

Só reitero o seguinte: não há negociação nenhuma com Governador de Estado, não há nenhum tipo de negociação. Quando houver o realinhamento dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no caso da Magistratura estadual, dos Poderes Legislativos estaduais, do Ministério Público Estadual, cada um vai ter uma forma, mas terá que deliberar se aquela remuneração tem que ser realinhada ou não.

No caso da Assembleia Legislativa, dos Deputados Estaduais, o lógico é que aprove em lei. No caso dos Tribunais de Justiça, do Ministério Público, a ideia e a proposta, essa era a emenda do Senador Roberto Rocha que nós acatamos para fazer uma mediação, é a apreciação de um ato normativo interno.

Ou seja, soberanamente, os Tribunais de Justiça e o colegiado dos procuradores gerais de justiça tomarão a deliberação sobre isso e essa deliberação terá a transparência necessária para a sociedade compreender e dialogar com os membros do Ministério Público e membros do Tribunal de Justiça.

Em nenhum momento, Sr. Presidente – esse é outro esclarecimento que eu quero aqui apresentar –, em nenhum momento, houve o debate sobre o Tribunal de Contas da União. E olhe: nós estamos há seis ou sete reuniões debatendo esse tema.

De ontem para hoje, surgiu a circunstância envolvendo o Tribunal de Contas da União. Para deixar claro que caberá aos Ministros do TCU deliberarem sobre isso, colocamos isto, inclusive, no texto: que os Ministros do Tribunal de Contas da União deliberarão sobre a conveniência dos seus realinhamentos ou não.

Hoje, já acontece o realinhamento automático em relação aos Tribunais de Contas dos Estados. Hoje, isso já é uma realidade. O que nós estamos trazendo para o ordenamento constitucional é a possibilidade de as instituições, nos seus Estados, e, no caso, o Tribunal de Contas da União tomarem a deliberação a respeito do tema. Ou seja, suspender essa dita automaticidade. E eu reitero, Sr. Presidente, que, no meu entender, ela fere o princípio federativo.

Então, feitos esses esclarecimentos, quero reiterar que o debate sobre o Tribunal de Contas surgiu nas últimas 24 horas. Foi quando surgiu o debate sobre o Tribunal de Contas. Antes, nós tivemos vários debates – e o Senador Roberto Rocha é testemunha disso – envolvendo a Associação de Magistrados, envolvendo a Associação dos Promotores e Procuradores de Justiça, a Conamp. Em nenhum momento, foi trazido o Tribunal de Contas da União para o debate. É a primeira vez. Mesmo assim, sendo trazido pela primeira vez para o debate o Tribunal de Contas da União, nós deixamos claro no texto da proposta de emenda à Constituição que não diferenciará das demais instituições que desvincula da chamada automaticidade.

Por fim, essa decisão hoje da Assembleia de Minas, no meu entender, demonstra que nós não podemos deixar esse tema ficar dessa forma sem que haja uma pacificação. E essa pacificação só pode ocorrer no texto constitucional para que situações como essa que ocorreu em Minas Gerais não continuem a acontecer, porque, se, por um lado, pode não se achar justo com desembargadores, com procuradores, por outro lado, também não é justo com o ente federativo, com o Estado e com a sociedade, que têm o direito de primar pela transparência dos atos públicos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Presidente...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Sr. Presidente...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – ...eu quero uma sugestão aqui.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com licença. Eu estou percebendo que o parecer está com pedido de vista.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Então, o pedido de vista encerra a discussão, senão nós não vamos terminar nunca. E o restante da pauta? Nós estamos agora no terceiro item da pauta, agora nós vamos entrar no terceiro item da pauta.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Parabéns, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Então, eu ponderaria aos Senadores para deixar qualquer observação, senão vamos entrar em um oito aqui e não vamos sair mais.

Obrigado pela compreensão de V. Exªs.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, com a palavra, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Presidente, é para pedir a retirada de pauta do item nº 16, Projeto nº 286, de autoria do Senador Cristovam Buarque, a pedido dele.

Eu já me entendi com a Senadora Gleisi, que pediu vista e tem um voto em separado. Ela concorda com a retirada de pauta, no dia de hoje, e com a transferência para a próxima semana, a fim de que o autor da matéria possa estar presente e debater o assunto.

Muito obrigado, desde já, pela condescendência de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Atendo o pedido de retirada de pauta do Relator da matéria correspondente ao Item nº 16.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 16
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 286, de 2009
- Não terminativo -

Altera para Programa Bolsa Escola o nome do Programa Bolsa Família.

Autoria: Senador Cristovam Buarque
Relatoria: Senador Alvaro Dias
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:
- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.
- Em 21/10/2015, a Presidência concedeu vista à Senadora Gleisi Hoffmann, nos termos regimentais;
- Em 28/10/2015, foi apresentado Voto em Separado da Senadora Gleisi Hoffmann, contrário ao Projeto.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, o Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Eu solicito se digne V. Exª a fazer uma inversão de pauta aqui, incluindo o Item nº 11, Sr. Presidente. Para fazer uma inversão de pauta e colocar o item 11, por favor, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Concedo a inversão solicitada por V. Exª.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Como já tinha anunciado o item 3, eu vou fazer a leitura. Em seguida, atenderei como próximo item a inclusão solicitada por V. Exª.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2014
- Terminativo -

Racionaliza e simplifica atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União e dá outras providências.

Autoria: Senador Armando Monteiro
Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com quatro emendas que apresenta.
Observações:
- Em 21/10/2015, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais;

- Em 27/10/2015, foram apresentadas as Emendas nº 1 e 2, de autoria do Senador Antonio Anastasia (dependendo de relatório);

- Votação nominal.

Consulto os Srs. Senadores e Srªs Senadoras sobre eventual manifestação decorrente do pedido de vista.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Consulto V. Exª se não houve uma solicitação de audiência pública para debater esse projeto, se já não houve uma solicitação de audiência pública. Se não houve, Presidente, já que temos audiência pública convocada para discussão de outros projetos que dizem respeito a cartórios, talvez fosse interessante incluir também esse projeto para um debate ampliado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não existe um pedido de audiência pública específico para este projeto.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Eu consulto V. Exª se haveria ainda possibilidade de incluir este projeto em audiência pública já...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª pode formular o requerimento e nós submetemos à apreciação.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Eu teria que formular esse requerimento oralmente, já que já estamos...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª pode fazê-lo oralmente e, em seguida, reduzir a termo.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Então, eu submeto a V. Exª, para que V. Exª possa consultar a Comissão, os colegas da Comissão. Se houver aprovação, eu redigirei o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não. V. Exª tem que redigir de qualquer forma, se houver aprovação ou não, de qualquer forma, senão eu não posso submeter...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Requerimento oral, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Mas o requerimento, pelo Regimento, é escrito, não é oral. Então, por isso, eu acho que V. Exª... Mas eu concedo a V. Exª a prerrogativa especial de fazer o requerimento, como já está fazendo e, simultaneamente, reduzir a termo.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Pois não. Já estou, então, preparando o requerimento e peço a V. Exª que submeta à apreciação da Casa.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Sr. Presidente, pela ordem. Senador Aécio.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Vamos fazer a seguinte ponderação a V. Exª, só para economia processual: enquanto V. Exª redige o pedido de audiência pública, discutiremos o item seguinte, que é o item 11 da pauta, para o qual houve pedido de inversão.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Eu gostaria de falar sobre esse assunto. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Eu consultei aqui o ilustre Senador Ataídes, meu companheiro de partido, ponderando que esse tema de que trata o Senador Cássio Cunha Lima nesse projeto, na verdade, ele é correlato com uma proposta de emenda constitucional que nós aprovamos aqui na última semana. Há apenas uma divergência em relação a percentuais.

Eu solicitei ao Senador Ataídes que pudesse pedir a V. Exª que seja retirado de pauta esse projeto para que nós pudéssemos fazer uma compatibilização do que propõe o Senador e Líder do meu Partido, Cássio Cunha Lima, com aquilo que já foi aprovado por esta Casa e que está sendo objeto, inclusive, de um calendário especial para votação em Plenário. Para que não colidam essas duas propostas, que têm o mesmo objetivo, solicitei vênia ao Senador Ataídes para que ele aceite a retirada de pauta desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Ataídes, para sua manifestação a respeito do assunto levantado pelo Senador Aécio Neves.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Sr. Presidente, atendendo à solicitação do nosso Presidente do Partido, nosso amigo e competente Senador Aécio Neves, peço, então, a retirada de pauta.

Muito obrigado.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Agradeço a V. Exª, Senador Ataídes, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Esta Presidência defere o pedido que acabou de ser formulado pelo Relator do projeto, Senador Ataídes Oliveira.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 257, de 2014
- Terminativo -

Regulamenta o inciso V do art. 37 da Constituição, para prever os casos, condições e percentuais mínimos de preenchimento, por servidores de carreira, dos cargos em comissão na administração pública federal.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima
Relatoria: Senador Ataídes Oliveira
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:

- Votação nominal.)

Esta Presidência informa que os projetos seguintes seriam o de nº 4 e o de nº 5. Como os relatores estão ausentes, passa-se ao Item 8.

ITEM 8
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, de 2012
- Não terminativo -

Altera os arts. 34, 144 e 167 da Constituição Federal, para assegurar os recursos mínimos nas ações e serviços de segurança pública e dispor sobre a instituição de programa de valorização e capacitação dos servidores policiais de segurança pública.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
Relatoria: Senador Roberto Rocha
Relatório: Favorável à Proposta, com duas emendas que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Rocha para proferir o seu relatório.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente, a Proposta de Emenda à Constituição promove a alteração dos arts. 34, 144 e 167 da Constituição Federal para, em linhas gerais, dispor sobre a obrigatoriedade da aplicação de recursos mínimos nas ações e serviços de segurança pública e sobre a instituição de programa de valorização e capacitação.

A iniciativa propõe, especificamente, alterar os seguintes dispositivos da CF:

a) alínea *e* do inciso VII do art. 34, para incluir, como permissivo para a intervenção da União nos Estados e no Distrito Federal, a não aplicação percentual mínimo de suas receitas em ações e serviços de segurança pública;

b) §7º do art. 144, para estabelecer que lei preverá a criação de programa de valorização e capacitação dos servidores policiais de segurança pública;

c) inciso IV do art. 167, para permitir a vinculação de receitas a despesas em ações e serviços de segurança pública.

Além disso, a PEC acrescenta o §10 ao art. 144 da CF, obrigando a União e os Estados a aplicarem percentual mínimo da receita proveniente de impostos em ações e serviços de segurança pública.

A proposta decorre de sugestão do "Programa Jovem Senado Brasileiro", cujo texto original foi parcialmente acatado pela CDH, com exclusão da parte que determinava o estabelecimento, por lei federal, de piso remuneratório para policiais civis e militares e bombeiros.

Não foram oferecidas emendas até o momento.

A PEC atende os princípios de constitucionalidade, não fere cláusula pétrea.

Portanto, no mérito, somos favoráveis à proposição.

Por fim, Sr. Presidente, após prudente intervenção do Corpo de Bombeiros Militares, cumpre-nos efetuar ajuste no relatório anteriormente apresentado, a fim de garantir a plena compreensão de que a nova redação do §7º do art. 144 também abarca os Corpos de Bombeiros Militares, posto também constituir órgão de segurança pública enumerado no *caput* do referido dispositivo constitucional.

Por todo o exposto, somos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2012, com as emendas apresentadas.

É esse o relatório, Sr. Presidente

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Sr. Presidente, peço vista.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Concedo vista a pedido do Senador Ferraço.

ITEM 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, de 2013
- Terminativo -

Acrescenta o inciso XI ao art. 21 e o art. 88-A à Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que "Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências", a fim de atribuir às cooperativas a possibilidade de agirem como substitutas processuais dos seus associados.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

- Em 07/10/2015, a Presidência concedeu vista aos Senadores Ronaldo Caiado e Humberto Costa, nos termos regimentais;

- Em 21/10/2015, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Ronaldo Caiado (dependendo de relatório);

- Votação nominal.

Concedo a palavra à Srª Senadora Gleisi Hoffmann, para proferir o relatório sobre a emenda e para as suas considerações finais.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sr. Presidente, nós recebemos a emenda do Senador Caiado e também recebemos da Organização das Cooperativas Brasileiras um adendo a essa emenda.

Eu gostaria de ler, então, a emenda do Senador Caiado com esse adendo, que reproduz o que a Organização das Cooperativas Brasileiras acha mais correto em relação a esse tema. E queria submeter isso, portanto, ao Plenário.

A emenda é a seguinte: "As cooperativas poderão ser dotadas de legitimidade extraordinária autônoma concorrente para agir como substituta processual em defesa dos direitos coletivos de interesse direto dos associados que tenham relação com as operações de mercado das cooperativas, desde que tais poderes sejam expressamente previstos nos seus estatutos e haja, de forma expressa, autorização manifestada individualmente pelo cooperado ou por meio de assembleia-geral que delibere sobre a propositura da medida judicial".

É essa a proposição, Sr. Presidente, que nós submetemos ao Plenário.

Conversamos com a assessoria do Senador Ronaldo Caiado. *A priori* não houve nenhum impedimento em relação a isso.

Acredito que, se aprovarmos essa emenda... Também conversei com o autor do projeto, Senador Valadares. Entendo que, se o aprovarmos com essa emenda, nenhum prejuízo isso trará ao projeto, e estaremos atendendo ao que o Senador Ronaldo Caiado gostaria e também ao que a Organização das Cooperativas Brasileiras nos posicionou.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Coloco em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à votação.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Para encaminhar, Presidente.

Apenas para agradecer à Senadora Hoffmann pelo parecer que emitiu sobre essa matéria – ela estudou em profundidade os objetivos a que a matéria se propõe – e, assim, também ao Senador Ronaldo Caiado, por apresentar uma emenda que visa ao seu aperfeiçoamento.

Na verdade, o que queremos é atribuir às cooperativas a possibilidade de agirem como substitutas processuais dos seus associados, o que até então – até esse projeto – não é permitido.

Sancionado, as cooperativas serão beneficiadas com essa atribuição, com esse direito que lhes será concedido através desse projeto.

Portanto, à Senadora Gleisi Hoffmann, meus parabéns pelo seu parecer.

Concordo inteiramente com a emenda do Senador Caiado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Continua facultada a palavra.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Gostaria de me pronunciar, Sr. Presidente, se for possível,...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra, a Senadora Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – ... se não houver outro orador inscrito anteriormente.

Primeiro para parabenizar o autor da proposição, é uma proposição mais do que meritória e justa, e a Relatora, pelo seu pronunciamento e, pela contribuição, ao Senador Caiado.

Quero dizer que as cooperativas têm que ter mesmo legitimidade processual para defender os interesses coletivos dos seus cooperados.

Portanto, no mérito nós só temos que louvar o parecer e dizer que essa é uma tendência mesmo do mundo, e não é diferente aqui no Brasil. Já é uma tendência no Brasil a de acordos coletivos, dissídios coletivos serem resolvidos pelos seus entes em caráter geral, fazendo efeito *erga omnes*.

Então quero parabenizar o autor e parabenizar também a Relatora pelo relatório brilhante que fez.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Continua facultada a palavra. *(Pausa.)*

Não havendo mais oradores...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, eu quero...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, eu quero agradecer a nobre Relatora pela inclusão da emenda. Foi uma demanda feita também pela Organização das Cooperativas Brasileiras, o que dará ao cooperado uma condição de sobreviver a muitos momentos de dificuldade que, às vezes, não são explícitos a todos os membros de uma cooperativa, dando a ela a condição de defendê-lo ou de estar presente no momento de uma discussão que interessa à ampla maioria, desde que seja matéria também lavrada em ata e dando consistência, para que a cooperativa possa representar os seus cooperados.

Eu vejo como sendo importante esse acréscimo acolhido pela nobre Relatora, com isso atendendo um segmento da sociedade que é para mim o mais importante em relação ao combate aos grandes cartéis no Brasil, que são as cooperativas. É um reconhecimento ao cooperativismo brasileiro.

Aplaudo a iniciativa da nobre Relatora.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Só peço para acabar de votar aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Continua em discussão o projeto. *(Pausa.)*

Não havendo mais oradores, em votação.

A votação será nominal.

O painel já está aberto para recepcionar os votos dos Srs. Senadores. *(Pausa.)*

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente. Enquanto encerramos a votação, gostaria de pedir a palavra pela ordem. Não é possível?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pode. V. Exª quer a palavra pela ordem para falar sobre a votação?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Não, não, não. Para solicitar a leitura de dois requerimentos ao final da reunião. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pois não.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Há sobre a mesa, Sr. Presidente, eu apresentei a V. Exª, dois requerimentos. Um requerimento em aditamento ao Requerimento nº 34, aprovado por esta Comissão em 21 de outubro de 2015, para realização de audiência pública para discutir segurança pública e organização das polícias, com o objetivo de instrução da PEC nº 102 e demais proposições a ela apensadas. Eu requeiro seja formulado um convite para a participação do Sr. Oséias Francisco da Silva, que é Presidente da Conferência Nacional de Guardas Municipais do Brasil, para que participe desta audiência pública.

O outro requerimento também é em aditamento ao Requerimento nº 37, que foi aprovado por esta Comissão no dia 28 de outubro, para a realização de audiência pública para instrução da PEC nº 51. Requeiro seja formulado convite para a participação do Desembargador Marcelo Martins Berthe, do Tribunal de Justiça de São Paulo.

São dois requerimentos de adendo a requerimentos já aprovados por esta Comissão para audiência pública.

Muito obrigada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, eu estou presidindo a Comissão de Direitos Humanos e o item 10, graças ao Senador Anastasia, foi concertado e feito um grande acordo. Eu queria ver se poderia apenas ler o relatório do item 10 e voltar lá para presidir, porque eles me aguardam para concluir o debate em uma audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª está pedindo a inversão, que é processo regimental.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Estou pedindo socorro a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pois não. Com toda certeza. V. Exª tem a minha simpatia e cooperação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Estou apenas sugerindo a forma regimental, que é a inversão de pauta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado, Presidente.

Posso fazer a leitura?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Um minuto.

Eu consulto aos Srs. Senadores presentes se todos já exerceram o seu direito de voto.

Há 17 votos já registrados no painel e ainda não conhecidos.

Não havendo mais...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Já está votado, Senador. V. Exª não precisa ter essa preocupação.

Encerrada a votação, passa-se ao conhecimento do resultado. *(Pausa.)*

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se o Senador permitir, o meu leva um minuto, e não é terminativo. Eu só vou dizer que o Senador Anastasia apresentou duas emendas e resolveu o problema.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu queria apenas pedir ao Senador para aguardar, porque estamos em processo de votação. Já está sendo revelada a votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k., Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Votaram SIM 16 Srs. Senadores; NÃO, zero.

Não houve abstenções.

Há a presença do Presidente, que não vota.

Aprovado o projeto por 16 votos em 17.

Em votação a Emenda nº 01, nos termos da subemenda, e da Emenda nº 02.

Se os Srs. Senadores concordarem, podemos repetir a votação do projeto para as emendas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Apoiado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Aprovado o projeto e a Emenda nº 01 da Comissão de Constituição e Justiça, nos termos da subemenda; e a Emenda nº 02, da Comissão de Constituição e Justiça.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em um minuto eu libero, se me permitirem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu só queria reforçar o apoio à solicitação da inversão de ordem do Senador Paim, porque estou também...

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ...acompanhando a audiência pública que trata da regulamentação do salão parceiro, do cabeleireiro parceiro. É uma matéria muito importante. A Senadora Marta Suplicy é a Relatora e o Senador Paulo Paim é o Presidente da CDH, onde a audiência se realiza e assistíamos até há pouco, com grande número de Senadores.

Eu concordo com a solicitação da inversão de pauta do Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, eu quero primeiro agradecer aos Senadores Aloysio Nunes, Senador Ferraço, Senador Anastasia e ao autor, o Senador Telmário Mota, que me apresentaram duas emendas do relatório que eu já li e consertaram aquilo, que eu também entendo que o projeto tinha alguns vícios.

Assim, acatamos as emendas, suprimindo os arts. 3º e 5º e o voto é mediante o exposto, opina-se pela aprovação do PLS 328/2015 com a seguinte emenda: "Suprima-se os arts. 3º e 5º do Projeto de Lei do Senado que trata da regulamentação da profissão de educadora e educador social."

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo oradores, passa-se à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o relatório com as respectivas emendas permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório.

(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, de 2015
- Não terminativo -

Dispõe sobre a regulamentação da profissão de educadora e educador social e dá outras providências.

Autoria: Senador Telmário Mota
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.
Observações:
- A matéria será apreciada pelas Comissões de Educação, Cultura e Esporte e pela Comissão de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa;
- Em 21/10/2015, a Presidência concedeu vista ao Senador Antonio Anastasia, nos termos regimentais;
- Em 26/10/2015, foi recebido Relatório reformulado pelo Senador Paulo Paim.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CCJ. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Ferraço, pela ordem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Solicitar a V. Exª, quando julgar oportuno, que nós possamos também fazer inversão de pauta com relação ao item 21, Sr. Presidente.

Trata-se de um item terminativo e nós estamos, por hora, com quorum elevado. Projeto de autoria do Senador Aécio Neves, que me foi designada a relatoria e eu gostaria que V. Exª pudesse consultar.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O projeto é terminativo e nós não temos quórum no momento para submeter esse projeto à votação. Mas o quórum pode aumentar a qualquer momento. No momento que for aumentado...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Se V. Exª me designar a palavra até lá o quórum chega. O próprio Senador Aécio está a caminho, como autor da matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pois não.

ITEM 13
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 276, de 2013
- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA).

Autoria: Senador Blairo Maggi
Relatoria: Senador Roberto Rocha
Relatório: Favorável ao Projeto, com dezesseis emendas que apresenta.
Observações:
- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última a decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Roberto Rocha para proferir relatório.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente. É rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, V. Exª, com a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Apenas comunicar a V. Exª que estou desistindo do requerimento formulado oralmente anteriormente. Em entendimento com a Senadora Gleisi, peço a V. Exª que transfira a deliberação do item nº 3 para a próxima semana, já que com o adiamento para a próxima semana não há necessidade.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Atendido o pedido de V. Exª.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Roberto Rocha, para proferir o seu relatório.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente, este é um daqueles projetos de elevada importância e, desde já, quero cumprimentar o autor, Senador Blairo Maggi.

O projeto institui a Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais (PNPSA). Na justificação, o autor destaca a afeição principiológica do tratamento conferido à matéria pelo novo Código Florestal, padecendo de normas integrantes para lhe conferir concretude.

Por essa razão, S. Exª, Senador Blairo Maggi, intentou preencher as lacunas com o objetivo de classificar, inventariar, cadastrar, avaliar e valorar os bens e serviços ambientais e seus provedores.

Primeiramente, cumpre destacar que não vislumbramos qualquer vício a comprometer a iniciativa.

Trata-se de matéria não albergada por iniciativa privada, privativa ou reservada à lei complementar pela Carta política. Por outro turno, inova no ordenamento jurídico; obedece aos atributos de generalidade, permanência e coercitividade; revela-se compatível com os princípios do sistema do direito pátrio e mostra-se vazada na boa técnica legislativa de que tratam os atos normativos regentes.

No mérito, não nos ocorre no Direito Ambiental moderno medida mais digna de honraria, na esteira de experiências internacionais exitosas, como particular, mas não exclusivo. Destaque para Costa Rica, estado nacional que tem logrado conciliar os interesses do desenvolvimento econômico com respeito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Direito difuso fundamental.

A virtude do PSA (Pagamento por Serviços Ambientais) está a irromper com a lógica, exclusivamente punitiva, do Estado em matéria ambiental. Por considerá-la insuficiente para pacificar os conflitos entre a manutenção do patrimônio natural e a promoção de usos alternativos do solo que caracterizam a exploração econômica. Nesse sentido, destaco a convergência com a PEC 92, de 2015, da qual nos orgulhamos de constar como primeiro signatários que buscam agregar parâmetros socioambientais no sistema tributário nacional no que nominamos Reforma Tributária Ambiental, aqui em tramitação nesta Comissão.

São iniciativas que, em conjunto, buscam robustecer o interesse do proprietário arrendatário, foreiro ou ocupante de qualquer ordem, para concorrer na conservação ou na alteração positiva dos ecossistemas. Nesse sentido, ocupou-nos, primeiramente, complementar os fragmentos de norma de natureza descritiva, para açambarcar questões que a efervescência contextual já demanda tutela jurídica, assim o é a integração entre as políticas ambientais, energéticas, de fomento produtivo e de PSA, fruto da Emenda nº 6, que apresentamos, para inclusão do inciso XI ao art. 4º do projeto.

Outrossim, pareceu-nos oportuno rever conceitualmente o que já ecoa na doutrina, por exemplo, as definições distintivas entre serviços ecossistêmicos e serviços ambientais. Aqueles correspondem aos serviços prestados normalmente pelos ecossistemas, estes aos que decorrem, positivamente, da ação humana individual ou coletiva.

O objeto foi tratado pelas Emendas de Relator de nºs 1 a 4, dando nova redação ao art. 3º ou incluindo novos dispositivos. Assim, pois, ao aclararmos que pessoas jurídicas de direito público também possam figurar como agentes provedores, Emenda nº 5 ao art. 3º, §2º, inauguramos o novo veio colaborativo entre as pessoas políticas, reconhecendo que os serviços ambientais prestados por uma unidade federativa com o sacrifício econômico em que possa incorrer, converge para o interesse de toda a Federação.

Parece-nos ser essa uma preocupação legítima das representações de Estados que se sujeitam a maiores limitações exploratório-econômicas nos usos alternativos do solo, como é o caso do Maranhão, que represento, e do Mato Grosso, Estado do Autor da proposição, ambos situados na área da Amazônia Legal, conquanto não tenham acesso a todos os instrumentos fiscais de relevo, como Fundo Constitucional e Financiamento do Norte (FNO). Neste ponto, gostaríamos de promover oralmente uma retificação às Emendas nºs 7 e 8, que apresentamos, intentam instituir o Cadastro Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais e arrolá-los entre os instrumentos de implantação e gestão no PNPSA.

Entretanto, ao fazê-lo referenciamos o dispositivo errado do projeto original. Nos dois casos, onde se lê: "Acrescente-se ao art. 5º, do Projeto de Lei do Senado nº 276", leia-se: "Acrescente-se ao art. 6º do mesmo certificado com as redações propostas, respectivamente, para o novo inciso III e novo §2º, renumerando-se os demais".

Para os programas públicos, por meio da Emenda nº 12, incluímos como fontes de receita o Fundo Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais e novos incisos do art. 8º, os decorrentes de transferências voluntárias com finalidade aderente. Incluímos também a reversão dos saldos anuais não aplicados no melhor espírito do art. 8º, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que estatui que recursos legalmente vinculados a atender um objeto, mantenham-se atrelados ao objeto, mesmo em exercícios diversos daqueles em que ocorreu o ingresso.

Incluímos, por fim, os rendimentos decorrentes da aplicação do patrimônio do fundo. Na mesma toada, previmos, por meio da Emenda nº 13, a inclusão do §2º do art. 8º, que abre a possibilidade de utilização dos recursos arrecadados em razão do uso de recursos hídricos no pagamento de serviços ambientais que promovam a conservação e melhoramento da quantidade e da qualidade da água disponível.

Sobre o fundo especial dos *royalties* do petróleo, proposto pelo autor como fonte de financiamento dos programas públicos de pagamento por serviços ambientais, houvemos por bem promover uma referência mútua, incluindo o PSA na própria Lei nº 9.478, de 1997, como destinações possíveis dos recursos do fundo especial, Emenda nº 15.

Para fomentar os programas governamentais e tendo em vista tratarmos de regras específicas de contratação para o alcance do bem comum, propusemos a Emenda nº 16, que inclui a seleção e a contratação de provedores ou recebedores de serviços ambientais no rol exaustivo de situações dispensáveis de licitação.

Parece-nos óbvio que atenda ao interesse público que os provedores de PSA sejam selecionados em razão da importância dos serviços ambientais que prestam, cabendo outro tipo de chamamento público menos formalista para a seleção, para a singular característica das prestações envolvidas.

Por derradeiro, buscamos elidir eventuais questionamentos sobre a compatibilidade vertical da proposta com o texto constitucional, para minorar a possibilidade de veto jurídico quando da sua aprovação, ou pior, questionamentos ulteriores em sede de controle concentrado, comprometendo a segurança jurídica com que buscamos regular as relações usualmente de longo termo no mercado de carbono e de outros serviços ambientais.

Por essa razão, respeitamos a competência privativa da Presidente da República para tratar da organização e funcionamento da Administração Federal. Assim, a Emenda nº 9 altera o art. 7º, que incluía as atividades ali dispostas como competência para o Conama, órgão consultivo e deliberativo do Poder Executivo, o que poderia caracterizar vício de iniciativa. Como modificação similar, tornamos autorizativo o art. 8º, que prevê a criação do Fundo Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais, por meio da Emenda nº 11.

Nesses termos, Sr. Presidente, votamos favoravelmente à matéria, com as emendas que apresentamos.

Finalmente, queremos, nesta oportunidade, agradecer o prestimoso apoio da Consultoria Legislativa da Casa e da nossa assessoria do gabinete na feitura desta peça complexa e de grande envergadura. Mas, acima de tudo, nos congratulamos com o ilustre Senador Blairo Maggi, pela meritória iniciativa que ora temos a satisfação de relatar.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Está em discussão o parecer. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira se pronunciar, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Resultado.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, com Emendas nº 1-CCJ a 16-CCJ.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

ITEM 14
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 477, de 2013
- Não terminativo -

Estabelece normas gerais em contratos de seguro privado.

Autoria: Senador Humberto Costa
Relatoria: Senador Roberto Rocha
Relatório: Favorável ao projeto, com seis emendas que apresenta.
Observações:

- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.
Concedo a palavra ao Senador Roberto Rocha, relator, para apresentar o seu relatório.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente, estamos debatendo com a Susep e, por isso, pedimos para retirar de pauta este projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O pedido de V. Exª será atendido.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

Não sei se os demais relatores das matérias subsequentes à que foi retirada de pauta pelo Senador Paulo Rocha... Se não tiver relatores presentes, se eu pudesse fazer a leitura pelo menos do projeto do Senador Eduardo Amorim, de que sou Relatora. Ele é terminativo, mas, para adiantar, eu faria a leitura, porque, também como o Senador Paim, farei a breve apreciação de uma matéria já conhecida, porque vai ter que ser postergada a discussão e a aprovação eventual da matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O Relator do próximo item da pauta, Senador Romero Jucá, não se encontra presente.

Em seguida vem o item 23, terminativo. A Senadora Ana Amélia solicitou a leitura do relatório.

ITEM 23
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 451, de 2015
- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, para dispor sobre a revista pessoal nas unidades de internação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).

Autoria: Senador Eduardo Amorim
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Pela aprovação do Projeto
Observações:

- Votação nominal

Como não há o quórum necessário exigido pelo Regimento Interno, e a Senadora Ana Amélia, que é a Relatora, pede para, por questão de economia processual, fazer a simples leitura do relatório, esta Presidência concede a palavra à Senadora para fazer a leitura do relatório, como já foi dito.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço muito aos colegas Senadores e Senadoras e ao Presidente José Maranhão.

Este projeto do Senador Eduardo Amorim chega em boa hora e trata da questão relacionada à revista pessoal nas instituições de internação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).

O Senador Eduardo Amorim tem-se mostrado aqui um legislador com muito comprometimento social. É um médico dedicado a essas causas não só de saúde pública, mas também aos direitos humanos.

Passo à análise já resumindo também o teor, porque é conhecido e divulgado com muita frequência na mídia.

Diz a nossa análise que a revista vexatória viola o princípio da dignidade da pessoa humana e o direito e a garantia de não submissão a tratamento desumano e degradante. Dificulta que o adolescente sujeito à medida de restrição de liberdade tenha acesso à convivência familiar e comunitária.

A revista íntima vem sendo proibida em diversos estabelecimentos prisionais brasileiros. Pelo menos em nove Estados foram baixadas normas que vedam a realização de averiguações, onde o visitante é obrigado a ficar nu, saltar, agachar ou ter as partes íntimas inspecionadas.

Foi por considerarem tal procedimento ofensivo a direitos previstos na Constituição que diversas instituições brasileiras recomendam o seu fim.

Conforme consta, aliás, da justificação do PLS, recentemente, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária publicou a Resolução nº 5, de 28 de agosto de 2014, determinando a substituição da revista íntima pelo uso de equipamentos eletrônicos detectores de metais, aparelhos de raios x, *scanner* corporal e outras tecnologias capazes de identificar armas, explosivos, drogas e outros objetos ilícitos.

Tal norma substitui outras duas resoluções do colegiado, uma de 2000 e outra do ano de 2006, que igualmente eram contrárias à revista vexatória.

Aliás, esses *scanners* e essa forma de inspeção são muito mais adequados hoje às pessoas. Em qualquer aeroporto do mundo inteiro essa questão é feita com total proteção à individualidade e aos direitos humanos.

O Conselho Nacional de Justiça, a propósito, também recomenda o fim da revista vexatória sempre que ela é verificada...

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... obrigada, Presidente – nos mutirões carcerários ou mesmo denunciada ao referido órgão.

Inclusive há relatos de apenas visitantes de líderes de facções criminosas estarem livres da revista íntima, o que configura aí um tratamento desigual e, sobretudo, injustificável e antidemocrático.

No âmbito do Poder Legislativo, também há iniciativas para acabar com essa prática. Na Casa, aliás, tramita o PLS 480, de 2013, que pretende vedar a realização da revista íntima em todos os estabelecimentos penais do nosso País.

Da mesma forma, no âmbito do Sinase, no qual os adolescentes ficam privados de liberdade ao cumprir medida socioeducativa de internação, a revista íntima vexatória não deve permanece. Além de violar a dignidade, a garantia de não submissão a tratamento degradante do visitante, essa espécie de procedimento afasta o menor infrator do convívio familiar e comunitário, prejudicando seu retorno ao convívio social.

Além disso e diante disso, a regulamentação da revista pessoal trazida pelo PLS nº 441, do Senador Eduardo Amorim, é salutar e oportuna.

Além de estabelecer que regra será revista por meio de equipamentos eletrônicos, por exceção a revista manual, claro, nesse caso, o projeto regulamento o procedimento da revista manual e determina que a revista pessoal em crianças ou adolescentes deve garantir o respeito ao princípio da proteção integral da criança e do adolescente, sendo vedada a revista sem a presença e o acompanhamento de um responsável.

Assim, fica claro meu voto favorável à aprovação do projeto do Senador Eduardo Amorim, nº 451, de 2015.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O projeto está em discussão.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Objetivamente, pedi a palavra para cumprimentar o Senador Eduardo Amorim pela iniciativa do projeto – que eu acho importante, fundamental e essencial para os tempos atuais – e, sobretudo, gostaria de parabenizar também mais uma vez a Senadora Ana Amélia como Relatora, que parece que foi escolhida a dedo por V. Exª para relatar uma matéria dessa importância.

Nada nos toca mais do que a violência praticada por uma revista tal qual a gente tem observado ao longo da nossa existência. Parece que estamos vivendo ainda em tempos medievais. Parece-me que isso chega às raias da humilhação completa, ato ultrajante que precisa ser debelado o mais rapidamente possível.

Eu mesmo, quando bem jovem, que, diga-se de passagem, não faz muito tempo, fui funcionário, fui gerente de uma empresa na qual as pessoas que eram submetidas a esse tipo de revista pessoal. Esse fato era muito constrangedor e suscitava muitas reclamações na oportunidade. E as pessoas eram escolhidas aleatoriamente.

Então, recordo-me desses tempos e não poderia deixar de me manifestar a favor dessa matéria porque a julgo importante, fundamental para os tempos atuais em que estamos vivendo, sobretudo porque dispomos hoje de uma tecnologia moderna, capaz de identificar qualquer tipo de droga, de objetos, sem o constrangimento da revista e, sobretudo, da revista íntima.

Era o que eu tinha a relatar a respeito deste projeto, Sr. Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Dário.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Para discutir, Senador.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada.

Primeiro, queria dizer ao Senador Dário que ele continua jovem, jovem há mais tempo, como todos nós aqui. Jovem com mais experiência.

Eu também queria parabenizar aqui a Senadora Ana Amélia, queria parabenizar o Senador Eduardo Amorim.

Acho de grande relevância esse projeto, a discussão que fazemos aqui e agora. Resgata a dignidade e a garantia de não submissão a tratamento degradante do visitante. É o sistema Sinase.

Quero dizer como isso é importante. Nós vamos sempre evoluindo na nossa legislação em termos de respeito e garantias a direitos individuais e direitos humanos.

Então, eu queria apenas me somar às palavras do Senador Dário e parabenizar a Senadora Ana Amélia pelo relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senadora Gleisi.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais oradores, está encerrada a discussão. Todavia, o projeto não poderá ser votado porquanto não há quórum suficiente de acordo com o Regimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu faço uma solicitação, e gostaria de ter o apoio dos Srs. Parlamentares, para que ele seja o primeiro item da pauta da próxima reunião, porque já é matéria sem controvérsia. Já foi feita a discussão principal e votado o primeiro item com a gentileza e generosidade do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – A Presidência acolhe o pedido de V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, de acordo com a sua conveniência e com a conveniência da Mesa e do Plenário, eu gostaria que fossem apresentados extrapauta dois requerimentos de minha autoria.

O primeiro é sobre a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a chamada PEC dos Cartórios, que já está marcada por V. Exª, sugerindo a indicação de mais duas pessoas para essa audiência pública: o Sr. Marcelo Martins Berthe, Desembargador Tribunal de Justiça de São Paulo e Sr. Marcelo Rodrigues, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

O outro, Sr. Presidente, que já foi aprovado nesta Comissão, é o requerimento para audiência pública de debate da proposta de emenda constitucional que trata do ciclo único da segurança pública e da chamada desmilitarização, para o qual V. Exª me designou como Relator. Eu solicito a V. Exª que, na melhor conveniência da Comissão, se fosse possível em uma terça-feira antes do término do ano, fosse agendada essa audiência pública.

São as solicitações que lhe faço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – A Presidência atenderá a solicitação de V. Exª.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Sr. Presidente, eu sou Relator do próximo item da pauta. Porém, trata-se de projeto deliberativo e, como não temos quórum, eu prefiro fazer a leitura dele no momento em que possamos fazer a discussão também.

Eu queria pedir a V. Exª para sobrestá-lo, mas que pudesse não colocar como um dos últimos itens, porque, como ele é terminativo, nós não teremos quórum em uma próxima reunião novamente. Então, se V. Exª pudesse incluí-lo não em primeiro, mas em segundo, terceiro ou quarto lugar, como é terminativo, acho que ganharíamos tempo e poderíamos apreciar essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – A Presidência acolhe as colocações de V. Exª em relação à colocação em um lugar conveniente em nossa pauta. Realmente, V. Exª faz uma ponderação judiciosa, já que sabemos que o começo das reuniões é sempre mais favorável em relação ao quórum.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – No item 21, o Relator é o Senador Ricardo Ferraço. O projeto é terminativo, como diz a Senadora Gleisi Hoffmann, mas nós aqui já concedemos o direito ao Relator de fazer leitura, ficando a discussão para a próxima reunião.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu queria pedir, Sr. Presidente, dada a complexidade desse projeto, que entrou na pauta agora, que nós não fizermos isso. Acho que em projetos que a gente tem mais entendimento ou condições de criar consenso, não vejo problema. Mas nesse caso eu queria pedir, até pela complexidade do projeto, que nós pudéssemos fazer a leitura do relatório na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu consulto o Senador Ferraço sobre a ponderação que acabou de ser feita pela Senadora Gleisi Hoffmann. Realmente, o quórum está muito baixo e tratando-se de matéria mais complexa, seria conveniente a sua leitura para que todos os Senadores tivessem conhecimento.

Esta Presidência vai, para a próxima pauta, adotar a seguinte medida: colocar nos primeiros lugares da pauta os projetos não terminativos. Então, esse projeto estaria numa situação privilegiada em relação à vez na pauta.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Presidente, o senhor falou os terminativos?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Terminativos.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Dá para aproveitar o...

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Sim, eu entendi que o senhor teria falado os não terminativos.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Se assim falei, foi um equívoco.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Perfeito.

Presidente...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pela ordem.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Eu sou...

Pela ordem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – O que solicita a Senadora Gleisi Hoffmann é que, em lugar de nós fazermos a leitura desse projeto nessa semana, que nós possamos fazer na próxima. V. Exª tem como priorizar a leitura desse...?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu acabei de dizer isso, é porque V. Exª estava atento aí em outra leitura e não ouviu.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Nós vamos colocar os projetos terminativos...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ... nos primeiros lugares da pauta.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Não me oponho, Sr. Presidente, a...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Em seguida, virão os não terminativos que podem ser discutidos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Não, não me oponho à iniciativa da Senadora Gleisi Hoffmann, até para que nós possamos fazer a leitura desse relatório com presença de diversos Senadores, para que todos possam tomar conhecimento...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Muito bem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ... e possamos debatê-lo.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Era exatamente sobre isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Amorim com a palavra.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Eu também sou Relator do item 19, terminativo, portanto ficaria para a próxima semana, é isso? Ficaria entre os primeiros.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com certeza.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Seguindo esse entendimento de que os projetos terminativos, ficando nos primeiros lugares da pauta, teriam mais chance de ser votados.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, há aqui o item 25, não terminativo, que foi designado para o Senador Valdir Raupp, que nos solicitou que nós pudéssemos apresentar o relatório *ad hoc*. É um item não terminativo, me parece não polêmico, se V. Exª entender, nós estamos aqui aptos a apresentar o relatório de forma *ad hoc*, em lugar do Senador Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) –

ITEM 25
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, de 2014
- Não terminativo -

Dá nova redação ao caput do art. 1º da Lei nº 5.970, de 11 de dezembro de 1973, para dispor sobre a remoção de animais que tenham sofrido lesão em caso de acidente de trânsito.

Autoria: Deputado Ricardo Izar
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Favorável ao Projeto com Emenda de redação apresentada.

Concedo a palavra e nomeio o Senador Ferraço como Relator *ad hoc*, já que o Relator, o Senador Valdir Raupp, está ausente.

Com a palavra o Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o projeto analisado contém apenas dois artigos, sendo que o primeiro visa a permitir a imediata remoção de animais que tenham sofrido lesão em caso de acidente de trânsito, e o segundo, é a cláusula de vigência, que seria imediata.

Segundo o autor, o projeto visa a suprir lacuna deixada na legislação pátria acerca da retirada de animais do local onde ocorreu o acidente de trânsito, o que seria consentâneo com o dever do Estado de zelar pela fauna e protegê-la e também com a Declaração Universal dos Direitos dos Animais, da qual o Brasil é signatário.

O projeto foi distribuído exclusivamente à CCJ e não foram oferecidas emendas.

O projeto aqui analisado, quanto à constitucionalidade: determina a Carta Magna que a União detém competência para legislar, privativamente, sobre o Direito Penal e Processual e sobre trânsito e transportes.

Da mesma forma, a deliberação sobre a matéria é de competência do Congresso Nacional, conforme disposto no art. 48, não havendo restrição à iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Constituição Federal.

Quanto à técnica legislativa, devemos substituir a expressão "e/ou", presente no texto, e que não é a mais adequada do ponto de vista da norma culta da língua portuguesa. A utilização da conjunção "ou" não perderia nada em termos de clareza e adicionaria elegância ao texto final. É como recomenda o Senador Valdir Raupp.

Nesse sentido, apresentamos emenda de redação.

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade e juridicidade do PLC nº 116, de 2014, e no mérito, por sua aprovação com as alterações decorrentes da seguinte emenda de redação:

Substitua-se a expressão "e/ou pela conjunção "ou", no art. 1º do PLC 116, de 2014.

É como relato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em discussão o relatório, Srs. Senadores. *(Pausa.)*

Não havendo oradores, passa-se à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação.

A matéria vai ao Plenário.

ITEM 20
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 51, de 2015
- Não terminativo -

Altera as Leis nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências, e nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para instituir normas sobre o abastecimento de água por fontes alternativas.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima
Relatoria: Senador José Medeiros
Relatório: Favorável ao Projeto
Observações:
- A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador José Medeiros para proferir o relatório.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente, chegou-me uma informação de última hora, ou seja, o Governo tem interesse em conversar com o autor do projeto a respeito. Eu tinha retirado o projeto para que fosse dado um prazo. Mas parece que por uma questão de agenda não tinham conseguido. Mas me asseguraram agora que já está marcado com o autor do projeto.

Então, eu retiraria o projeto para trazê-lo para a próxima semana, a pedido do...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Retirado o projeto a pedido do Relator.

EXTRAPAUTA
ITEM 29
REQUERIMENTO Nº 38, de 2015

Em aditamento ao Requerimento nº 37/2015-CCJ, aprovado por esta Comissão em 28 de outubro de 2015 para a realização de audiência pública para instrução da PEC nº 51/2015, requeiro seja formulado convite para participação do Desembargador Marcelo Martins Berthe do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em discussão o requerimento que acaba de ser lido. *(Pausa.)*

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

O convite será formulado.

EXTRAPAUTA
ITEM 31
REQUERIMENTO Nº 40, de 2015

Em aditamento ao Requerimento nº 34/2015-CCJ, aprovado por esta Comissão em 21 de outubro de 2015 para a realização de audiência pública para discutir a segurança pública e a organização das polícias, com o objetivo de instrução da PEC nº 102/2011 e demais proposições a ela apensadas, requeiro seja formulado convite para participação do Senhor OSÉIAS FRANCISCO DA SILVA, Presidente da Conferência Nacional das Guardas Municipais do Brasil (CONGM).

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

EXTRAPAUTA
ITEM 30
REQUERIMENTO Nº 39, de 2015

Requeiro o aditamento, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, do Requerimento nº 37, de 2015-CCJ, destinado à realização de audiência pública com vistas à instrução e discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2015, que "acrescenta o art. 32-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para dispor sobre a convalidação de atos de delegação de atividades notariais e de registro", para que sejam acrescidos os seguintes nomes ao rol de convidados:

– Sr. Leandro Augusto Neves Côrrea, Tabelião de Notas e Protesto em Maracaju- Mato Grosso do Sul;

– Srª Milena Guerreiro, Advogada e especialista em Direito Notarial e Registral;

– Sr. Marcelo Martins Berthe, Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo;

- Sr. Marcelo Rodrigues, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais;

- Sr. Herbert Carneiro, Presidente da Associação dos Magistrados Mineiros- Amagis.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sr. Presidente, eu tive de me ausentar, em função de uma reunião com o Presidente Renan e demais Ministros também. E eu gostaria de ler o relatório do item nº 5, se V. Exª assim me permitir, para que possamos avançar. É uma matéria importante, é evidente, como todas as outras são.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Esta Presidência atende a solicitação de V. Exª até por uma questão de isonomia. Nós já atendemos a vários outros pedidos nesse mesmo sentido.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 121, de 2014
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003 - Estatuto de Defesa do Torcedor, para vedar sanção reflexa a torcedor na individualização de pena aplicada às entidades que especifica.

Autoria: Deputado Marcelo Matos
Relatoria: Senador Acir Gurgacz
Relatório: Favorável ao Projeto
Observações:
- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Sendo uma matéria não terminativa, V. Exª poderá fazer a leitura, embora não tenha número para deliberação, o que deverá ocorrer em reunião adequada.

Concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz, para proferir o seu relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O relatório.

Vem a esta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 2014, de Autoria do Deputado Marcelo Matos, que pretende acrescentar o art. 36-A na Lei nº...

Pois não.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Houve um equívoco aqui na leitura.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Esse projeto é não terminativo. Então, com o quórum atual, ele pode ser objeto de deliberação.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pode ser votado.

Muito bem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em síntese, a proposição legislativa em exame tem como escopo vedar a aplicação de sanção reflexa ao torcedor quando for cominada pena a confederações, federações, ligas, clubes, associações, entidades esportivas ou recreativas, bem como a quem de qualquer forma promove, organiza, coordena ou participa de eventos esportivos.

Na justificação, o autor da proposição, o ilustre Deputado Marcelo Matos, afirma que é preciso estabelecer como direito do torcedor partícipe a vedação para que efeitos reflexos sejam por ele sofridos em decorrência da individualização de penalidades aplicadas a infrações praticadas por confederações, federações, ligas, clubes, associações ou entidades esportivas ou recreativas, inclusive a quem de qualquer forma promova, organize, coordene ou participe de eventos esportivos e para as quais não tenha o torcedor contribuído.

Ademais, conclui o referido Parlamentar que o presente projeto reafirma o princípio constitucional inscrito no art. 5º, no sentido de que nenhuma pena passará da pessoa do condenado.

Não foram apresentadas emendas ao PLC no prazo regimental.

A análise, Sr. Presidente.

Preliminarmente, registramos que a matéria sob exame não apresenta vícios de constitucionalidade formal, uma vez que compete à União estabelecer normas gerais sobre desporto, nos termos do art. 24, inciso IX e §1º, da Constituição Federal.

Ademais, não se trata de matéria submetida a iniciativa privativa do Presidente da República nos termos do §1º, art. 61, da Carta Magna.

E o voto, Sr. Presidente, para nós adiantarmos, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 2014.

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente, agradecendo a sua, sempre, atenção para com os membros desta Comissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não havendo mais quem queira se manifestar a respeito, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Item 9.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, de 2014
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para tornar obrigatório o uso de temporizador em equipamentos de sinalização semafórica com aparelhos detectores de avanço de sinal.

Autoria: Deputado Antonio Bulhões

Relatoria: Senador Marcelo Crivella [que está presente]

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

- Em 21/10/2015, a Presidência concedeu vista à Senadora Gleisi Hoffmann, nos termos regimentais;

- Em 27/10/2015, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann (dependendo de relatório).

Concedo a palavra ao Senador Crivella, para relatar a emenda e para suas considerações finais.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Ilustre Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, sinto que V. Exª está de dieta. Só 28 itens na pauta, uma pauta que costumava ter 60, 70. V. Exª está de dieta.

Submete-se ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o Projeto de Lei da Câmara de autoria do Deputado Antonio Bulhões, de São Paulo. O projeto tem três artigos: o primeiro o objeto da lei; o segundo promove no Código de Trânsito as alterações pretendidas pelo autor da proposição.

Para tanto, insere no Código o art. 87-A e o inciso III ao parágrafo único do seu art. 281.

O terceiro artigo é a cláusula de vigência, que seria depois de decorrido um ano da publicação.

Em relação ao art. 2º, a primeira alteração determina que os equipamentos de sinalização semafórica para controle de fluxo com aparelhos detectores de avanço de sinal devem possuir temporizador que informe aos condutores o tempo restante para mudança de sinal luminoso.

A segunda inclui entre as hipóteses de o auto de infração ser arquivado e seu registro ser julgado insubsistente os casos nos quais a infração tipificada no art. 208 (avançar o sinal vermelho do semáforo) for comprovada por aparelho detector de avanço de sinal conjugado a semáforos sem temporizador que informe o tempo restante para a mudança de sinal luminoso.

Na justificação, o autor adverte para a possibilidade de colisões, quando da mudança do sinal luminoso verde para o amarelo, causadas por condutores que freiam bruscamente para não receberem a multa por avanço de sinal vermelho. Argumenta o nobre Deputado que a incidência desse tipo de acidente poderia ser reduzida com a instalação de semáforos com temporizadores.

O projeto foi distribuído com exclusividade a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Durante a tramitação recebeu emenda, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, para restringir a exigência da comprovação da penalidade por meio de semáforos equipados com temporizadores somente para as vias de trânsito rápido nas cidades com mais de duzentos (200) mil habitantes.

Então, Sr. Presidente, a Senadora Gleisi Hoffmann aprimorou o projeto, e nós vamos direito ao voto, já que houve acordo na Comissão para ser votado.

Diante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade do Projeto de Lei da Câmara, e no mérito, por sua aprovação, com a emenda da nobre Senadora Gleisi Hoffmann.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Está em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira se manifestar, encerrada a discussão.

Passa-se à votação.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1- CCJ.

A matéria vai a plenário.

iTEM 28
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 51, de 2014
- Não terminativo -

Obriga o uso de torneiras com dispositivo de vedação automática de água em todos os banheiros de uso coletivo.

Autoria: Deputado Lincoln Portela

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatório: Pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto.

Observações:

- A matéria será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Marcelo Crivella, para proferir o seu parecer.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Sim, Sr. Presidente, sempre aqui às suas ordens.

O projeto é do Deputado mineiro Lincoln Portela, que obriga o uso de torneiras com dispositivo de vedação automática de água em todos os banheiros de uso coletivo.

O projeto foi muito discutido na Câmara, Sr. Presidente. Mas com a falta de água que aflige o Nordeste, que atinge o Sudeste, a matéria foi aprovada na Câmara dos Deputados com o objetivo primordial de evitar vazamentos em torneiras de uso coletivo.

Agora, praticamente, Sr. Presidente, está tendo um uso, diria a V. Exª, corrente.

Agora, o Deputado Lincoln Portela quer que nos novos projetos, ao serem submetidos às prefeituras, aos órgãos licenciadores, na parte do projeto de instalação hidráulica, já seja tomada essa medida daqui para frente. Alguns dirão: mas ela pode ser mais dispendiosa. É verdade se nós não tivermos escala. Mas, se nós tivermos escala, elas vão ser, amanhã, mais econômicas. Então, o Deputado de Minas pensou nisso, em fazer com que haja escala. Para quê? Para a preservação do meio ambiente. Nada é tão caro, Sr. Presidente, quando nós pensamos no futuro, quando nós pensamos no meio ambiente.

Então, é um bom projeto. Ainda tem muito a caminhar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – É, são banheiros coletivos.

Ainda tem muito a caminhar, mas o meu voto, como Senador e engenheiro, é pela aprovação não só pela constitucionalidade e juridicidade, mas também pelo mérito do projeto.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Está em discussão o projeto.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Para discutir, o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu queria cumprimentar o Senador Crivella, pelo seu relatório, e o Deputado Lincoln Portela, meu conterrâneo, pela iniciativa, certamente meritória e louvável, mas fazer aqui um alerta que ponderava, há instantes, com a eminente Senadora Simone Tebet quanto à questão da constitucionalidade, pedindo licença ao Senador Crivella, na medida, de fato, em que compete à União legislar sobre normas gerais sobre a matéria do Direito urbanístico.

E aqui, data vênia, não me parece uma norma geral. Parece-me uma norma bem específica e concreta, determinando a questão de torneiras automáticas, que, sob o ponto de vista ambiental, procede. Mas imagino, a essa altura, Municípios e Estados construindo as suas escolas municipais com dificuldades e equipando-as com torneiras que não só são mais caras, ainda com a questão da escala, mas cuja manutenção é sabidamente também mais onerosa. Fica tão somente o alerta.

Não vou me posicionar contrário ao projeto, mas não poderia deixar de, na discussão, fazer aqui essas observações que me parecem de cunho, ao mesmo tempo, técnico e no merecimento do projeto.

Muito obrigado.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Para discutir, Sr. Presidente.

Na mesma linha do Senador Anastasia – estávamos conversando sobre isso –, compete, realmente, à União legislar concorrentemente sobre o Direito urbanístico. Então, ela estabelece normas gerais, cabendo aos Estados e Municípios legislarem sobre as normas específicas, que me parece que é o caso aqui.

Mas, além dessa questão, eu quero só alertar em relação à questão de mérito também. Este projeto visa a estabelecer essas torneiras automáticas nas construções novas não só de prédios púbicos, mas também co-

merciais e residenciais. Preocupa-me um pouco a não diferenciação em relação ao poder aquisitivo daquela população mais carente em relação às edificações residenciais. Talvez se pudéssemos especificar.

A ideia é interessante. O projeto é louvável. Cabem aqui os méritos ao autor da proposição. O próprio Relator, Senador Marcelo Crivella, me deu essa sensação pela sensibilidade que tem. Ele nos alertou: o projeto é bom. Pode até precisar de algum acréscimo, mas o projeto é muito bom e importante até pela situação em que o Brasil atravessa com a crise hídrica.

Eu sugeriria algo, talvez, para que nós pudéssemos realmente salvar o projeto, Senador Crivella, porque ele não é terminativo. A preocupação é aprovarmos aqui e, de repente – não sei se ele vai para outra comissão ou para plenário –, às vezes, ele é derrubado por uma questão menor. Se nós pudéssemos, no que se refere às edificações residenciais, fazer algum critério de diferenciação, ainda que, no futuro, daqui a dez anos, possamos estar estendendo para todas as residências. É um ponto, porque sabemos que, hoje, uma torneira dessa é infinitamente mais cara que a torneira comum. E, segundo, talvez, começarmos fixando essa obrigatoriedade para os prédios públicos federais. E, claro, automaticamente, Estados e Municípios vão se enquadrando dentro de uma regra que é uma regra geral para a União.

São essas as observações. Do contrário, estou pronta para aprovar o projeto se for do entendimento do Relator.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Eu gostaria de aquiescer com os meus companheiros. Acho que o projeto já diz que são banheiros coletivos, os residenciais não entrariam, mas nós poderíamos permitir, nós faríamos uma emenda, que haveria, ou a legislação concorrente, melhor, suplementar, nós diríamos que a regra geral é que, nas instalações hidráulicas, fossem adotados dispositivos para economia de água. Caberia, então, aos Municípios e aos Estados, dentro das suas prerrogativas, tomarem as providências.

Agora, é importante mesmo que a gente entenda que, quando há escala, o preço vai lá para baixo. Lembro que participei de uma reunião quando discutíamos, com o Presidente Lula, o Minha Casa, Minha Vida. Eu insistia muito para que houvesse aquecimento solar. Na ocasião, o Ministro Guido Mantega dizia: "Não há viabilidade econômica para isso, não há dinheiro para isso. Isso é muito caro. Aquecimento solar não pode. De mais a mais, as fábricas de chuveiro elétrico empregam 70 mil funcionários. Nós vamos desempregar".

O que ocorreu? Ocorreu que nós aprofundamos os estudos, verificamos, em primeiro lugar, que sairia a menos de R$200 a instalação. Ela não era concorrente com chuveiro elétrico, porque era instalado o relé. Se, durante o dia, não aquecesse a água, o chuveiro elétrico funcionaria da mesma maneira. Para os dias de inverno, então, o chuveiro elétrico precisava estar lá de plantão. De mais a mais, o chuveiro elétrico, pela forma como aquece a água, economiza água. Então, ele é importantíssimo. O chuveiro elétrico tem outra função, não é só esquentar, mas diminuir o volume de água. Adotou-se. O Minha Casa, Minha Vida hoje tem aquecimento solar, porque, na escala, claro que o preço vai lá embaixo.

Então, acho que podemos fazer a emenda proposta pelo Senador, não proposta nem insinuada, mas alertada pelo Senador Anastasia, que é dizer o seguinte: nos banheiros coletivos, deverão ser adotados dispositivos para economizar água. E, Senador Anastasia, os prefeitos, os governadores, os gestores federais iriam adotar, porque aí não feríamos: estamos fazendo o que o senhor disse, vamos adotar a norma geral. O senhor concorda?

Então, Presidente, tiro de pauta, vou preparar a emenda, semana que vem, submeto aos meus colegas, se houver acordo, nós votamos. O projeto ainda tem muita coisa para andar, vai a várias...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª pretende retirar de pauta?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Se V. Exª permitir.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Sem problema.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu, apenas, aqui da Presidência não posso participar dos debates, a não ser que eu me ausente da Presidência, só uma ligeira palavra.

Acho que a questão da matéria que estamos discutindo aqui se relaciona muito mais com a cultura. Temos, ainda, lamentavelmente, a cultura do desperdício. Quantas vezes apagamos a luz, quando não precisamos mais da luz, no compartimento da nossa própria casa que estamos utilizando? Faço isso, não vou querer bancar aqui o leão, não é fábula dos animais, não, mas faço isso. Mas lá em casa, só quem faz sou eu, os outros não fazem. Eu passo o dia bancando o chato, reclamando: vocês estão não somente aumentando o consumo de energia, que é um problema social, sobretudo, na crise hidráulica que temos nas geradoras de energia, mas também uma questão geral, para todo mundo. Então, acho que a questão do desperdício da água é uma questão cultural também.

Vejo, muitas vezes, numa casa popular, no Minha Casa, Minha Vida, o cidadão que tem um carro lavando o carro e depois lavando a calçada com a mangueira.

Ora, estamos diante, desde São Paulo, que a água sempre foi muito abundante, da escassez de água. E eu já nem falo lá na Paraíba. Na Paraíba, todo o verão é época de escassez de água. E agora estamos ameaçados pela meteorologia, mais dois anos de seca além dos quatro que já tivemos. E os nossos mananciais quase todos a zero. No entanto, a questão cultural que deve ser, não sei em que programa, ensinada nas escolas e nos próprios lares. Deve-se ensinar as pessoas a terem racionalidade. Você não gasta só água, gasta energia também. Água é movida à energia. No caso da energia, quando você deixa uma lâmpada acesa, você não está só aumentando o consumo, você está diminuindo o tempo de vida do filamento dessa lâmpada.

Eu estava lendo outro dia sobre a história da eletricidade no mundo, as grandes empresas fabricantes de lâmpadas gastaram uma fábula de dinheiro para diminuir a um prazo conveniente a seus interesses a duração do filamento da lâmpada. E os primeiros filamentos tinham uma duração quase infinita. Isso dava prejuízo às indústrias, prejuízo entre aspas, dava menos lucro às indústrias. E eles gastaram uma fábula de dinheiro para diminuir a resistência dos filamentos nas lâmpadas elétricas. E hoje temos aí essa lástima. Todo ano se lança uma lâmpada diferente, lâmpada fria, agora está vindo a lâmpada LED. São sempre cada vez mais caras e com prazo de validade definido.

Outro dia, a revista *Veja* publicou um artigo muito grande sobre essas questões brasileiras: a ducha do sanitário que não funciona. Você usa duas vezes, ela já está quebrada. Enfim, a qualidade dos nossos produtos industriais é terrível. E nós temos aí uma série de agências reguladoras que até hoje não sei para que servem e têm poder absoluto, inclusive em matéria de legislação. As normas que elas baixam são sempre favoráveis às indústrias, sempre favoráveis aos que têm capital e não ao consumidor.

São coisas que afloram nessa hora, mesmo a gente sem a condição de falar aqui da tribuna do Senado. Outro dia, o Senador Petecão se incomodou porque fiz uma intervenção desse tipo, mas eu não resisto, dá uma coceira, que a gente tem que falar porque isso é uma coisa que incomoda todo brasileiro de bom senso, é claro.

Eu atendo o pedido de V. Exª e lembraria também que esse projeto ainda vai para a Comissão de Defesa do Consumidor e, evidentemente, para o Desenvolvimento Regional, mas o que é mais importante é a Defesa do Consumidor, que acho que é o sujeito de todo esse processo, cujo projeto é uma tentativa de solucionar.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Quando o sujeito não tem cultura de fechar a torneira, a torneira fecha sozinha.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

Queria pedir vênia a V. Exª para que pudéssemos colocar o item 17, de que eu sou Relator. Se eu pudesse discorrer rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pois não.

Vou anunciar agora o item 17.

ITEM 17
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 56, de 2014
- Não terminativo -

Dá nova redação ao inciso I do § 1º do art. 40 da Constituição Federal e dá outras providências.
Autoria: Deputada Andreia Zito
Relatoria: Senador Romero Jucá
Relatório: Favorável à Proposta com a emenda de redação que apresenta.
Observações:
- Em 21/10/2015, a Presidência concedeu vista à Senadora Gleisi Hoffmann, nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá para as suas considerações finais.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, serei bastante rápido. Essa é uma emenda constitucional de autoria da Deputada Andreia Zito, que procura cobrir uma lacuna na legislação de aposentadoria por invalidez. Pretende que os servidores contratados até 31 de dezembro de 2003, portanto, anteriores a uma nova norma, possam ser equiparados e possam ser aposentados, levando-se em conta a mesma regra atual e levando-se em conta que não se diferencie a aposentadoria pelo tipo de invalidez que a pessoa teve.

Então, na verdade, é uma questão de justiça.

O parecer é favorável. É uma emenda à Constituição. Portanto, ao sair da CCJ, ela irá para o Plenário.

E eu espero, com a aprovação desta matéria, fazer justiça a centenas de pessoas que hoje já estão aposentadas, algumas por invalidez, mas recebendo menos do que aqueles que se aposentaram por invalidez depois da lei de 2003.

Portanto, esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em discussão o parecer. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira se manifestar, em votação... Ah, eu não ouvi. Perdão a V. Exª.

Com a palavra, o Senador Antonio Anastasia, antes que a matéria seja efetivamente colocada em votação.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito agradecido. V. Exª foi célere, lépido, mas eu gostaria só de fazer um registro, cumprimentando o Senador Romero Jucá, mas também fazendo só o alerta de que trata de uma matéria muito complexa.

Na realidade, nós temos, em termos de aposentadoria, uma tradição no Direito Administrativo brasileiro de que a aposentadoria por invalidez se desdobra na consequência dos seus proventos em dois grandes grupos: quando decorre de moléstia decorrente de acidente de serviço, decorrente do trabalho ou de moléstia grave indicada na lei geral, que é o Estatuto, proventos integrais. Quando se trata de uma invalidez decorrente de outra causa, isso é assim já há décadas, a aposentadoria se daria com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

A proposta, que é meritória quanto ao ponto de vista da sua sensibilidade, não há dúvida, pretende equiparar todos os casos com proventos integrais e revisão integral.

É sempre bom lembrar o alerta de que isso vai significar impacto nas contas públicas no momento em que nós vivemos. E é um tema – vamos dizer assim – polêmico, dado o seu desdobramento.

Mas como a matéria não é terminativa nesta Comissão, por se tratar de uma proposta de emenda constitucional, certamente, ela será objeto de uma discussão mais viva no Plenário.

Então, é somente um alerta. Não vou me colocar contrário, mas o alerta fica em razão, de fato, da complexidade do assunto, que inova um instituto já muito consagrado no Direito Administrativo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira se pronunciar, passa-se à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da Comissão, favorável à proposta, com a Emenda nº 1-CCJ, de Redação.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, o item nº 19 da pauta é projeto de autoria do nosso colega, Senador Marcelo Crivella. É o Projeto nº 117, de 2014, que eu reputo de muita importância, Sr. Presidente.

O relator, não estando, eu quero me habilitar junto a V. Exª para ser o relator ad hoc para que nós possamos somente fazer a leitura desta matéria aqui, já que é terminativa nesta comissão, para abreviar o processo de sua apreciação para a próxima reunião, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu só queria lembrar a V. Exª que o Relator esteve presente e requereu inclusive para subir, na próxima pauta, esse projeto.

É só essa a ponderação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Eu consulto V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – É de natureza política. Eu não sei como... Talvez o Relator pretendesse, quando fez esse requerimento, fazer ele próprio a leitura do seu relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Não, então, não cometerei aqui essa descortesia, Presidente.

Obrigado pela advertência.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu só falei isso porque sei da delicadeza no procedimento de V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço a advertência de V. Exª. Deixemos, então, para a próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não foi advertência. Apenas V. Exª não sabia desse detalhe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Então, a lembrança de V. Exª.

V. Exª é um gentleman, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Antes de encerrarmos a reunião, comunico que a audiência pública destinada a instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2015, a 36ª Reunião Extraordinária convocada para amanhã, dia 05/09/2015, às 10h, está adiada para o dia 12/09/2015, quinta-feira, às 10h.

Informo aos membros que, segundo a informação da nossa assessoria, a única Comissão que deliberou hoje – e deliberou uma pauta bem volumosa – foi a Comissão de Constituição e Justiça.

Agradeço a todos os Senadores aqui presentes e aos que já estiveram também a assiduidade, que nos permitiu esse rendimento.

Evidentemente, estamos vivendo um tempo difícil para o nosso País, e a TV Senado é a maior fiscal que temos. A sociedade está acompanhando os nossos trabalhos e está vendo o empenho e a vontade de acertar de cada um.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Isso é possível, Presidente, graças à disposição e à condução de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu agradeço a V. Exª, mas devolvo ao Plenário essas referências atenciosas, apesar de imerecidas da minha parte.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 10 minutos.)

ATA DA 36ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2015.

Às dez horas e quarenta e sete minutos, do dia doze de novembro de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador José Maranhão, com a presença dos Senadores José Pimentel, Edison Lobão, Ronaldo Caiado, Antonio Anastasia, Delcídio do Amaral, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Dário Berger, Douglas Cintra, Blairo Maggi, Vicentinho Alves e as Senadoras Simone Tebet, Ana Amélia e Vanessa Grazziotin, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Humberto Costa, Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Wilder Morais, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Valdir Raupp, Jader Barbalho, José Agripino, Aécio Neves, José Serra, Antonio Carlos Valadares, Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues, Eduardo Amorim, Marcelo Crivella, Magno Malta e as Senadoras Gleisi Hoffmann e Fátima Bezerra. Registra a presença o Senador Flexa Ribeiro. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 35ª Reunião Ordinária, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: 1ª PARTE: EXTRAPAUTA. ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 41, de 2015 Em aditamento ao Requerimento nº 37, de 2015-CCJ, subscrito pelos Senadores Roberto Rocha, Humberto Costa e Antonio Anastasia, os quais solicitaram, nos termos regimentais a realização de audiência pública destinada a instruir as discussões sobre a PEC 51/2015 e o PLC 80/2015, indico os seguintes convidados, sem prejuízo de outros nomes que poderão, eventualmente, ser acrescidos: - Professor Tércio Sampaio Ferrar Júnior; - Professor Valmir Pontes; - Deputado Osmar José Serraglio. Autoria: Senador Antonio Anastasia. Resultado: Aprovado. 2ª PARTE: Audiência Pública. Assunto / Finalidade: Instruir a discussão sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2015, que "Acrescenta o art. 32-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para dispor sobre a convalidação de atos de delegação de atividades notariais e de registro". Requerimento(s) de realização de audiência: RQJ 37/2015, Senador Roberto Rocha; RQJ 38/2015, Senadora Gleisi Hoffmann; RQJ 39/2015, Senador Randolfe Rodrigues; PEC 51/2015, Senador Vicentinho Alves e outros. Reunião destinada a instruir a(s) seguinte(s) matéria(s): PEC 51/2015, Senador Vicentinho Alves e outros. Participantes: Rogério Bacellar, Presidente da Associação dos Notários e Registradores do Brasil; Pedro Lenza, Advogado da Associação Nacional de Defesa dos Concursos para Cartórios (representante de: Pedro Ivo, Presidente da Associação Nacional de Defesa dos Concursos para Cartórios); Gilberto Netto de Oliveira Junior, Presidente da Comissão Especial de Direito Notarial e Registral do Conselho Federal da OAB (representante de: Marcus Vinicius Furtado Coêlho, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil); Herbert José Almeida Carneiro, Presidente da Amagis e Representante da AMB, (representante de: João Ricardo Costa, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros); André Ramos Tavares, Professor da Universidade Federal de São Paulo; Leandro Augusto Neves Corrêa, Tabelião de Notas e Protesto em Maracaju-MS; Milena Guerreiro, Advogada e especialista em Direito Notarial e Registral; Tércio Sampaio Ferraz Junior, Professor; Valmir Pontes, Professor; Osmar José Serraglio, Deputado Federal PMDB/PR. Resultado: Realizada a Audiência Pública. O Senador José Maranhão passa a Presidência ao Senador Antonio Anastasia. O Senhor Senador Antonio Anastasia passa a Presidência ao Senador José Maranhão. O Senhor Presidente declara encerrada a presente Reunião às treze horas e trinta e quatro minutos do dia doze de novembro de dois mil e quinze, e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Senador José Maranhão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR JOSÉ MARANHÃO
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

(*Texto com revisão.***)**

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião, Extraordinária, da 1º Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2015, que acrescenta o art. 32, "a", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para dispor sobre a convalidação de atos de delegação de atividade notarial e de registro, conforme o Requerimento nº 37, de 2015, CCJ, de iniciativa dos Sr. Roberto Rocha, Humberto Costa, Antonio Anastasia, Aloysio Nunes Ferreira, o Requerimento nº 38, de 2015, CCJ, da Senadora Gleisi Hoffmann e o Requerimento nº 39, de 2015, CCJ, de iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues.

Há sobre a Mesa requerimento do seguinte teor:

Em aditamento ao Requerimento nº 37, de 2015-CCJ, subscrito pelos Senadores Roberto Rocha, Humberto Costa e Antonio Anastasia, os quais solicitaram, nos termos regimentais, a realização de audiência pública destinada a instruir as discussões sobre a PEC 51/2015 e o PLC 80/2015, indico os seguintes convidados, sem prejuízo de outros nomes que poderão, eventualmente, ser acrescidos: Professor Tércio Sampaio Ferrar Júnior; Professor Valmir Pontes; Deputado Osmar José Serraglio.

Assinado pelos Senadores Antonio Anastasia, Edison Lobão e Douglas Cintra.

Está em discussão.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Pareceu-me que nesta audiência pública iríamos discutir a PEC 51, Pelo visto, temos duas matérias agora. Temos o PLC 80 também? Só para eu me informar.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Veja bem. Nós, realmente... No requerimento a solicitação foi no sentido de incluir os dois projetos.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – O PLC 80 diz o que, Presidente? Só para...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – No entanto, a reunião de hoje vai versar sobre a PEC 51.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Sobre a PEC 51, não é?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – É.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Sobre o PLC 80...Ele não está na pauta para audiência pública?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – OK.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não havendo mais quem queira se manifestar sobre o requerimento que acabei de ler, está em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Já se encontram no recinto desta Comissão os convidados Rogério Bacellar, Presidente da Associação dos Notários e Registradores do Brasil; Marcus Vinícius Furtado Coêlho, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, representado por Gilberto Netto de Oliveira Júnior, Presidente da Comissão Especial de Direito Notarial e Registral do Conselho Federal da OAB; André Ramos Tavares, professor da Universidade Federal de São Paulo; Leandro Augusto Neves Corrêa, tabelião de notas e protestos; Pedro Ivo, Presidente da Associação Nacional de Defesa dos Concursos para Cartórios, representado por Pedro Enzo, advogado da Associação; Milena Guerreiro, advogada e especialista em Direito Notarial e Registral; Humberto Carneiro, Presidente da Associação dos Magistrados Mineiros; o Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, João Ricardo Costa; professor Tércio Sampaio Júnior; professor Valmir Pontes, Deputado Osmar José Serraglio.

Convido as autoridades já nominadas para tomarem assento à mesa dos trabalhos.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Sr. Presidente, pela ordem, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Presidente.

Tendo em vista o grande número de convidados, só queria indagar a V. Exª qual o tempo que destinará para cada um, tendo em vista o número expressivo.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Considero a ponderação de V. Exª muito pertinente, já que efetivamente temos muitos convidados. Então, temos de, por economia processual, reduzir esse tempo, que não está explicitado no Regimento. Via de regra se concedem 20 minutos. Vamos reduzir para a metade do tempo: 10 minutos, sem muita rigidez. Se a exposição e as circunstâncias do debate subsequente exigirem, poderemos conceder alguma prorrogação de maneira que os convidados possam expressar os seus pontos de vista.

Vamos seguir a ordem de chegada ao plenário. Em primeiro lugar está aqui presente o senhor Rogério Bacellar, Presidente da Associação dos Notários e Registradores do Brasil. Com a palavra o Sr. Rogério Bacellar.

O SR. ROGÉRIO BACELLAR – Primeiramente, quero agradecer a oportunidade ao Senador José Maranhão, aos Senadores presentes, em nome da Associação dos Notários e Registradores do Brasil - Anoreg-BR.

Quero, simplesmente, iniciar contanto um pouquinho da história da Anoreg. A Anoreg era, anteriormente, chamada Ateb – Associação dos Titulares de Serventias Extrajudiciais do Brasil. Ela, na Constituinte de 88, pediu ao Senador Bernardo Cabral, então Relator, que colocasse concurso público para todos os níveis da atividade notarial e registral. O Senador Bernardo Cabral, ainda vivo, nos 25 anos da Constituinte, esteve fazendo uma palestra para nós e relembrou o trabalho que fizemos junto com ele para que isso acontecesse.

Nós sempre fomos a favor do concurso público e de que o serviço notarial e registral fosse...Existem alguns problemas que, vou dizer, a Constituinte de 88...A Lei nº 8935 é de 94. De 88 a 94 houve um tempo e o

Conselho Nacional de Justiça, por equívoco talvez, usou um artigo errado na Constituição, o art. 22, quando na verdade teria de ter usado o art. 24. Usou o art. 22 dizendo que "É competência da União tratar sobre registros públicos." Fala-se da matéria registros públicos e não da função notarial e registral. O art. 24 já diz que: "Não tendo lei que regulamentasse os artigos da Constituição [que é o art. 236], as leis estaduais terão plena validade." Com isso, houve uma confusão tremenda dentro da nossa categoria. Essa confusão até hoje está atropelando o Supremo, o CNJ, o Congresso Nacional e todos os demais.

Nós queremos que o concurso público seja realizado, claro. Nós queremos que haja uma modificação no critério do concurso público? Claro! Porque o que hoje está havendo em vários pontos do País é que existem alguns cartórios que são preenchidos...Seus titulares passam em vários concursos e vão deixando os seus prepostos nos outros cartórios. Com isso, o Conselho Nacional de Justiça, através do parecer do então Corregedor Nacional de Justiça, interpôs aos interinos um teto salarial. Claro! Por quê? Porque estava se transformando numa indústria de cartórios. Existe alguma possibilidade de mudança? Tem de haver uma mudança legislativa para ter critérios diferentes para o concurso. O concurso para os cartórios maiores: um concurso grande; e regionalizar os concursos para os cartórios pequenos. Isso seria o ideal, seria a maneira correta de trabalhar.

Nós já fizemos várias propostas, tanto para o Conselho Nacional de Justiça quanto para a própria Câmara e para o Senado. Que fizessem um projeto de lei que estabelecesse critérios mais claros para não haver essa confusão tremenda que existe.

Hoje, reclamam ao Presidente do CNJ, Ricardo Lewandowski, que a pauta do CNJ está lotada por causa do serviço notarial e registral. Culpa nossa? Não. Culpa do próprio Poder Judiciário na organização dos seus concursos. Tinha de ser mais organizado na confecção dos editais e dos próprios concursos. Queremos que os editais sejam claros e menos confusos. Com isso, haverá menos recursos e os cartórios serão preenchidos como manda a Constituição. Um cartório não pode ficar vago por mais de 6 meses. Hoje, os cartórios ficam vagos anos e anos. Os cartórios pequenos não são preenchidos porque os novos titulares assumem e os abandonam. Então, ficam acéfalos. Pegam um Estado como o do Senador Anastasia, onde nós temos o maior número de cartórios do Brasil, regiões diferenciadas. Há regiões ricas como há regiões paupérrimas. É o "Brasilzinho". Podemos analisar Minas como se fosse um outro Brasil ou o Brasil inteiro, aliás, porque existem todas as regiões dentro de Minas Gerais. Então, a realidade de um Estado como o Amazonas, como o Pará, não é mesma realidade do Rio Grande do Sul, de São Paulo, do Paraná e de outros Estados mais.

Nós temos que ter critérios? Sim, claros e objetivos. Não podemos ter critérios que possam trazer incerteza. É isso que está acontecendo dentro da nossa categoria, incerteza, muita incerteza.

Oitenta por cento dos cartórios são pequenos. Nós temos a maior capilaridade do Brasil. As pesquisas do Datafolha mostram que temos a maior credibilidade do Brasil junto com os Correios e com a Igreja, isso foi apurado na penúltima pesquisa, sabedores que somos de que a Datafolha está fazendo uma nova pesquisa sobre cartórios. E garanto a vocês que a nossa credibilidade está aumentando. Nós recebemos delegações da China, da Índia, da Rússia para conhecer o nosso sistema. Implantaram na China e na Rússia sistemas parecidos com o nosso.

Levamos o problema ao Haiti. A pedido da Ministra Carmen Lúcia, nós vamos ao Haiti para criar um sistema notarial e registral, porque lá ele não existe. É o mais seguro do mundo o nosso sistema. Apesar da nossa origem ser portuguesa, avançamos demais. No sistema notarial, hoje, nós estamos integrados através de rede. Fechamos, no final do ano passado, um convênio com a Samsung para que a internet possa chegar a todos os pontos da Amazônia legal, porque a dificuldade que havia nessa integração era a Amazônia Legal. Hoje, temos quase todos os pontos fechados na Amazônia legal. Minas Gerais também tem alguns pontos que não pegam internet e, com esse sistema que nós fechamos, lá isso ia ser possível em todos os pontos.

No sistema registral, hoje, é um absurdo o sistema alemão ou o francês aonde você... Só que é muito mais perfeito, é perfeitíssimo o nosso sistema. A segurança jurídica que ele dá ao comprador do imóvel é total, o que não acontece nos Estados Unidos, onde o sistema é baseado em seguro, e todo ano é preciso renová-lo, e o custo é imenso. O proprietário tem de renová-lo todo ano. O registro, a escritura ou o contrato particular só se paga uma vez. Não tem que pagar todo ano, como nos Estados Unidos.

Hoje, o reconhecimento de firma que é feito no Brasil custa menos de R$3,00 ou R$4,00. Nos Estados Unidos, custa US$100, e não dá segurança jurídica porque é profissional que não é habilitado.

Então, vamos conhecer a realidade dos outros países e vamos conhecer a nossa realidade. Convido a todos vocês, Senadores, para conhecer os cartórios por dentro porque a maior parte conhece cartório por ouvir falar, e não se não conhece nada do Direito notarial e registral. Isso não são só os Senadores, mas também Deputados, Juízes Desembargadores e até Ministros.

Nós queremos que conheçam o sistema notarial e registral, e convidamos vocês para conhecê-lo. Estamos convidando vocês para o congresso que estamos fazendo em Balneário Camboriú, que começa dia 15 e termina dia 19, onde nós vamos tratar de toda celeridade do serviço notarial e registral.

O inventário, a separação e o divórcio são exemplos do que nós temos competência para fazer. Demoravam na Justiça – e quem é Advogado sabe – o inventário, a separação e o divórcio anos para sair. Hoje, em 15 dias, a pessoa pode usufruir dos bens que herdou ou conseguir a separação. A mediação e a conciliação, hoje, podem ser instaladas em todos os cartórios do Brasil, temos postos em distritos, municípios e comarcas. Isso vai desafogar os juizados especiais se for bem usado.

Nós estamos prontos para atender o Governo, para atender o Poder Judiciário, para sermos parceiros, mas parceiros trabalhando de maneira correta e dando a segurança que tanto merece a população tão sofrida que é.

Nós poderíamos contribuir muito mais se a burocracia dos tribunais não atrapalhasse com provimentos exagerados e normas de serviço que atrapalham todo o dia a dia do serviço notarial e registral.

Se houvesse um conselho federal de notários registradores, e isso foi proposto, no fim do Governo do Lula, e está tramitando na Câmara Federal, esse conselho poderia trabalhar junto com o Conselho Nacional de Justiça e dirimir todas as dúvidas. Os notários registradores, a população, todo mundo merece.

Vamos melhorar as leis, vamos melhorar as condições que eu garanto a vocês que nós daremos a resposta com um serviço seguro e bem feito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O segundo inscrito na lista de autoridades ouvidas nesta região: Marcos Vinícius Furtado Coelho, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, representado por Gilberto Neto de Oliveira Júnior, Presidente da Comissão Especial de Direito Notarial e Registral, do Conselho Federal da OAB.

S. Sª tem o tempo de 10 minutos para a sua exposição.

O SR. GILBERTO NETTO DE OLIVEIRA JUNIOR – Obrigado, Presidente.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, no sua de suas atribuições, convidou o Sr. Marcos Vinícius Furtado Coelho, Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, para participar de audiência pública destinada a instruir a referida proposta.

Esse, por sua vez, indicou para apresentá-lo eu, Gilberto Netto, Presidente da Comissão Nacional de Direito Notarial e Registral do Conselho Federal da OAB, que ora se manifesta.

Trata-se de processo de análise para aprovação de projeto de Emenda Constitucional nº 51/2015 e, trâmite no Congresso Nacional, da lavra do Senador Vicentinho Alves, cujo objeto é a convalidação das delegações de atividades notariais e de registros, decorrente do ato do Poder Executivo e Judiciário, feito em observância das normas estaduais vigentes à época da delegação.

Tal proposta visa acrescentar nos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias o art. 32-a, de assim determina: as delegações das atividades notariais e de registros, decorrentes do ato do Poder Executivo ou judiciário, feito me observância às normas estaduais vigentes à época da delegação e que não tenha sido tornada sem efeito, em caráter definitivo, ficam convalidadas, independentemente do disposto no art. 236 da Constituição Federal, quando outorgada:

Primeiro, no período compreendido entre a promulgação da Constituição Federal e o início da Lei nº 8.935, de 1994.

Segundo: após o início da vigência da Lei nº 8.935/94, desde que o titular da outorga tivesse há cinco anos ininterruptos no exercício da delegação na data da decisão que tenha determinado a desconstituição do ato delegatório ou declarado a vacância do serviço notarial ou de registro.

Isso significa que aquele ocupante de serventia que não tenha se enquadrado nos requisitos para se tornarem titulares à época da promulgação da Constituição Federal de 88, bem como os que têm acessado de forma provisória, buscam agora outra chance de acessar o cargo público, sem concurso, a despeito de toda previsão legal e constitucional contrária.

Alegam os signatários da proposta, a título de justificativa para tal alteração que a segurança nas relações jurídicas, pilar do Estado democrático de direito, estaria ameaçada se aqueles titulares interinos de cargos abrangidos pelas situações previstas na mesma, fossem afastados das serventias em que atuam, pelo que deveriam ter condições convalidadas.

Esse é o nosso relatório.

Passamos a opinar.

Um breve histórico da delegação do serviço notarial e registral no Brasil.

Insta demonstrar, inicialmente, como tem sido realizada a delegação de serviços notariais e registrais no País desde o Império.

O Imperador Dom Pedro II, por meio de seu Ministro Francisco Maria Sodré Pereira, regulamentou o concurso público para notários registradores, Decreto nº 9.420, de 1885, estabelecendo que nenhum ofício de justiça, seja qual for a sua natureza e denominação, será conferido a título de propriedade. Seu provimento, porém, será dado por meio de concurso.

Por sua vez a Princesa Imperial Regente, a Princesa Izabel, por meio do Decreto 3.322, de 14 de julho de 1887, ratificou a necessidade de concurso público para a atividade notarial e registral, estabelecendo que:

> Art. 1º – Serão providos nas províncias, pelos respectivos presidentes, mediante concurso público, segundo a legislação em vigor, mas restringindo os prazos à metade, os ofícios:
>
> .....
>
> § 1º – de tabeliães públicos, judiciais e notas, escrivão de órgãos, dos feitos da fazenda, júri, execuções criminais e de provedoria.
>
> § 2º – de oficiais de registro e de hipoteca.

Já na República, a Constituição Federal de 1967 também estabelecia a aprovação em concurso público para acesso, sendo que a Emenda Constituição nº 22, de 29 de junho de 1982, acrescentou o art. 208, que efetivou os interinos que constavam com 5 anos de exercício da mesma serventia até 31/12/1983, como segue:

> Art. 208 – Fica assegurado ao substituto da serventia extrajudicial e do foro judicial na vacância efetivação do cargo de titular, desde que, investido na forma da lei, contenha ou venha a contar 5 anos no exercício nessa condição e na mesma serventia, até 31 de dezembro de 1983.

Nesse contexto jurídico, chegou-se à Constituição Federal de 1988, que mais uma vez afirmou a necessidade de concurso público para ingresso na atividade notarial e registral, conforme o disposto no § 3º do art. 236:

> Art. 236 – Os serviços notariais de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do poder público.
>
> .....
>
> § 3º – O ingresso na atividade notarial e de registro depende de concurso público ou de provas e títulos, não se permitindo que qualquer serventia fique vaga sem abertura de concurso de provimento ou remoção por mais de 6 meses.

Essa mesma Constituição, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, mais uma vez ratificou o período pretérito, estabelecendo que: Art. 32 – "O disposto no art. 236 não se aplica aos serviços notarias e de registro que já tenham sido oficializados pelo poder público, respeitando o direito de seus serviços".

Finalmente, em 1984 foi editada a Lei Federal nº 8.935, que regulamentou o art. 236, da Constituição Federal e definiu os requisitos para o ingresso na atividade notarial e registral. Art. 14 – "O exercício da atividade notarial e registral depende dos seguintes requisitos: habilitação em concurso público e de provas e títulos".

Entretanto, mais de 25 anos após a promulgação da Constituição Federal e mais de 100 anos da legislação que exigia a realização de concurso público para ingresso na atividade notarial e registral, o tema tem retornado repetidamente à discussão, tendo em vista a apresentação da PEC nº 471, de 2015; da PEC nº 51, de 2015 e da PLC nº 80, de 2015.

Análise Jurídica.

Como demonstrado no ordenamento jurídico pátrio, desde o Império, corou-se o concurso público como meio para acesso à delegação de atividades notariais e de registro. Tal fato é confirmado ainda pela jurisprudência do STF, que, reiteradamente, atesta a aplicação do § 3º do art. 236, desde a promulgação da Constituição, bem como a inconstitucionalidade de qualquer disposição contrária ao mesmo, senão vejamos:

Serventia extrajudicial. Provimento mediante remoção sem concurso público. Ilegitimidade.

Art. 236, §§, da Constituição Federal: normas autoaplicáveis, com efeito imediato, mesmo antes da Lei nº 9.835, de 1984. A jurisprudência do STF é no sentido de que o art. 236, *caput*, e seu § 3º da Constituição Federal são normas autoaplicáveis que incidiram imediatamente de sua vigência, produzindo os efeitos, portanto, mesmo antes do advento da Lei nº 8.935, de 1994. Assim, a partir de 05/10/1988, o concurso público é pressuposto inafastável para a delegação de serventias extrajudiciais, inclusive, em se tratando de remoção, observado, relativamente a essa última hipótese, o disposto no art. 16 da referida lei, com a redação que lhe deu a Lei nº 10.506, de 2002. As normas estaduais editadas anteriormente, que admitem remoção na atividade notarial e de registro, independentemente de prévio concurso público, são incompatíveis com o art. 236, § 3º, da Constituição, razão pela qual não foram essas recepcionadas.

E mais inúmeros julgados. Nós teríamos aqui mais de 100 páginas de julgados do STF, nesse mesmo sentido, em mandato de segurança, dos quais vou economizá-los.

E não poderia ser diferente. Afinal, são os registradores e notários responsáveis por dar publicidade, autenticidade, segurança e eficácia aos atos jurídicos por eles praticados. Exercem, privada e exclusivamente,

atividade que tem múnus público. Daí a importância de se delegar tais serviços apenas por meio de concurso público de provas e de títulos.

Destarte, o acesso ao cargo público, mediante concurso publico, reflete os mais altos princípios constitucionais, visto que garante isonomia dos candidatos, que dependem unicamente de seu esforço e conhecimento para acessar a carreira, sem preferência ou apadrinhamento.

Garante ainda a impessoalidade no trato com a coisa pública e a moralidade da função, inafastável no exercício de qualquer atividade pública. Assim, caminha em sentido oposto ao princípio elencado na Constituição Federal de 1988 qualquer dispositivo que afaste o acesso a cargo publico mediante concurso público, visto que esse próprio é outro princípio de viés democrático igualitário.

Não se pode olvidar, portanto, que toda a análise jurídica acerca do caso já foi realizada à exaustão e ainda que todas as propostas de alteração, seja por lei ou por emenda constitucional, buscam burlar a forma de delegação dos referidos serviços, a fim de beneficiar alguns em detrimento de toda a sociedade, na medida em que promove desigualdade de condição de acesso ao referido cargo, preterindo concursados a nomeados políticos, buscando a regularização de situação inconstitucional.

Nossa conclusão.

Ante o exposto, como não poderia deixar de ser a Ordem dos Advogados do Brasil se coloca totalmente contrária à PEC em questão, repudiando qualquer ato ou fundamento que tenha por fim a sua aprovação, sob pena de afronta aos mais elevados princípios constitucionais.

Aproveitamos o ensejo para reiterar os nossos protestos de eleva estima e consideração.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Sr. André Ramos Tavares, Professor da Universidade Federal de São Paulo.

O SR. ANDRÉ RAMOS TAVARES – Excelentíssimo, Sr. Senador José Maranhão, na pessoa em quem peço licença para cumprimentar todo os Senadores, cumprimentar também os presentes, a audiência, os meus colegas de mesa, alguns hoje em posição diferente.

Antes de mais nada, eu gostaria de expressar o meu profundo respeito pelas opiniões contrárias e, a partir daqui, dizer que eu também precisaria contextualizar um pouco a minha fala. Acredito que a contextualização da minha fala sirva exatamente também para contextualizar também esta PEC.

Em primeiro lugar, essa discussão, do meu ponto de vista, não é uma discussão sobre a constitucionalidade do que foi feito pelos Estados ou a constitucionalidade de leis ou decisões tomadas no âmbito estadual por tribunais de justiça ou pelo Poder Executivo. Em segundo lugar, essa discussão me parece que é uma discussão interna à Constituição.

Portanto, estamos aqui hoje na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para debater o aspecto técnico de uma PEC em relação ao seu alinhamento à Constituição, com a possibilidade, portanto, de que essa PEC não fira cláusulas pétreas, cláusulas de eternidade da Constituição, situação na qual ela certamente deveria ser rejeitada.

E eu gostaria, para compreendermos um pouco melhor essa discussão, que é bastante delicada e complexa, retomar rapidamente o art. 236, que é a base da nossa discussão, é a base daquilo que já foi exposto e certamente daquilo que ainda será apresentados pelos demais oradores.

O art. 236 da Constituição, no meu modo de ver, apresenta um sistema muito próprio, específico para o regime cartorial brasileiro. No art. 236, nós temos aquilo que eu tenho identificado como um sistema mesmo, um microssistema próprio que procura estabelecer parâmetros, condições, limites e também, obviamente, deveres. Esse sistema pressupõe o concurso público, é verdade, mas não só o concurso público. Todo o sistema cartorial brasileiro está vinculado ao Poder Judiciário. Está, portanto, sob a égide da Corregedoria e da fiscalização do Poder Judiciário.

Portanto, além do controle de acesso, via concurso público, nós temos o próprio Poder Judiciário realizando a fiscalização. Nós temos também a exigência de que lei estabeleça o padrão de emolumentos a serem cobrados pela atividade cartorial. Nós temos uma cobrança que é destinada não apenas aos cartórios, mas que também atende parte da cobrança por via dos emolumentos, atende também a outras finalidades: públicas, caixas de assistência, muitas vezes também relacionadas à participação do próprio Poder Judiciário, para fins de fiscalização.

Portanto, no meu modo de ver, o sistema de cartórios, estabelecido no art. 236, tem como o concurso, ou a falta dele, um dos elementos desse sistema. E de novo, pra mim, não é isso que está em causa.

Pessoalmente, acho que não é essa discussão hoje aqui, mas tenho também a minha convicção sobre a relevância do concurso público para a melhoria da qualidade, pelo menos para alguma segurança, da prestação realizada.

Mas não é isso que está em causa. Portanto, não venho aqui expressar a minha posição pessoal. Acredito que esta fique obviamente no âmbito desta Casa. A nossa discussão é sobre um contexto problemático que se apresentou no Brasil, num período específico.

Então, desde 1988, com a promulgação da Constituição, até o ano de 1994, tivemos uma lacuna. Assim, até a sobrevinda da conhecida Lei dos Cartórios, da Lei nº 8.935, passaram-se seis anos. Durante esse período, como já foi aqui bem colocado pelo Dr. Rogério Bacellar, os Estados atuaram dentro da sua competência legislativa, reconhecida também pela Constituição. Esta, portanto, reconhece que, na falta da legislação federal, é possível que a legislação estadual seja reconhecida como válida, assim ocorreu efetivamente no País.

Então, estamos também lidando com expectativas legítimas daqueles que assumiram um cartório, com todo um sistema de responsabilidade, todo um sistema de fiscalização, enfim, todo um contexto muito maior do que aquele elemento relacionado ao concurso público.

Chegamos a esse ponto pela discussão, que ainda era incipiente, a partir da Constituição de 1988, sobre a incidência imediata do art. 236, assim a incidência imediata de todos aqueles ingredientes desse sistema próprio e também a discussão sobre a incidência imediata da exigência do concurso público.

Então, para mim, esse é um ponto fundamental, para que possamos melhor compreender o contexto. Gostaria, então, de reafirmar aqui que o problema não é apenas discutir se o concurso público é ou não a melhor forma de acesso. Esse é um juízo de conveniência e oportunidade; um juízo político que pode ser feito, inclusive a qualquer momento, pelo Congresso Nacional, a diversas exceções. A própria Constituição trouxe exceção. No Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no art. 34, temos uma exceção expressa da Constituição.

Essa não é a discussão sobre a qual gostaria de me posicionar e sim sobre aquela outra, pois estamos discutindo um contexto, no qual uma das resultantes, ou um dos pressupostos, foi a falta do concurso público, mas ele não foi o único e não foi o determinante.

O determinante foi a falta de segurança sobre a incidência imediata do art. 236 e a falta de segurança decorrente da falta da Legislação Federal, que levou diversos Estados, executivos estaduais, e o Poder Judiciário – os Tribunais de Justiça estaduais – a editarem ou decidirem, no sentido da concessão da delegação sem a realização do concurso público.

Neste ponto, talvez seja importante uma pergunta: Mas será que, mesmo tendo o Supremo Tribunal Federal declarado que agora, recentemente, o art. 236 tenha incidência imediata, ainda seria válida uma discussão para aquelas situações complexas que ocorreram nesse período? Creio que sim.

A pergunta aqui que é a seguinte: É possível uma PEC tratar de assunto ou de matéria já reconhecida como inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal?

Nesta Casa, obviamente, todos já vimos diversas situações nos quais o Congresso Nacional – alguns exemplos, já me corrigindo – já promoveu uma superação de decisões de inconstitucionalidade do Supremo Tribunal Federal inclusive.

Desde que não estejamos discutindo direitos fundamentais ou questões atinentes à separação de Poderes, ao voto secreto, universal e periódico e à Forma Federativa de Estado, ou seja, se estivermos fora do contexto das cláusulas de eternidade, nada há que obste a que uma proposta de emenda à Constituição acabe por superar uma decisão de inconstitucionalidade de um determinado contexto.

Assim, ainda que estivéssemos reconhecendo a incondicionalidade imediata desde 1988, como se todos já estivéssemos tranquilos, naquela época, sobre a incidência imediata do art. 236, ainda assim, no meu modo de ver, é possível a discussão válida de uma PEC que trabalhe especificamente esse período.

Portanto, também é bom registrar que não se trata de uma PEC que promova uma porta de abertura, o chamado "trem da alegria", para que, agora, restabeleçamos um sistema já superado até na nossa história atual, mas simplesmente de que possamos reconhecer uma situação de complexidade, na qual um dos ingredientes foi, de fato, a falta do concurso público, mas todos aqueles demais ingredientes daquele sistema próprio do art. 236 vinham sendo observados – e foram observados – por esses delegatários e, para finalizar, desde que – essa é uma condicionante importante, no meu modo de ver, que consta da proposta de emenda – estas situações não se tenham consolidado num passado recente ou distante.

Quer dizer, para todos aqueles cartórios, para aquelas delegações, que já se extinguiram, seja por qual motivo for, por decisão do Conselho Nacional de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal, não estão mais sob discussão, não estão mais abertos a uma discussão, não estão pendentes, portanto, de qualquer tipo de discussão, na Justiça ou administrativamente falando, desde que haja a observância dessa condição, a PEC se propõe a oferecer uma alternativa que conceda, então, agora, uma segurança e repare uma situação de complexidade que acabou surgindo no País, por todos esses motivos que acabei de relatar.

Agradeço, mais uma vez, Sr. Presidente, pela possibilidade de contribuir aqui para a discussão dessa proposta de emenda à Constituição.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Sr. Leandro Augusto Neves Corrêa, Tabelião de Notas e Protesto.

O SR. LEANDRO AUGUSTO NEVES CORRÊA – Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Senadores e colegas presentes.

Meu nome é Leandro. Sou formado em Direito. Estudei e fui aprovado em um concurso em Minas Gerais. Exerci a delegação por três anos, continuei estudando e consegui uma nova aprovação para uma cidade melhor, uma serventia melhor, e mudei de serventia.

Desculpe-me, Dr. Rogério Bacellar, mas, falar em indústria de cartório, porque o concursado passa em outro concurso e deixa preposto, é má-fé. O que queremos transformar aqui, com esta fala, é o mérito da aprovação num problema. Aquele que insistiu em estudar mais um pouco para ir morar em uma cidade melhor está sendo visto como um vilão. Onde está o mérito daquele que está estudando? Vamos falar de coisas simples: do mérito.

Então, acho que não é bem assim. Desde que os tribunais cumpram a Constituição e, em seis meses, façam concurso, a delegação vai ficar interinamente por pouco tempo. Não é bem assim.

Queria deixar isso claro, porque nós – falo dessa forma, porque estudei e tenho colegas que ainda estão estudando – só cumprimos a regra posta. Era um concurso. O edital foi aberto, fiz o concurso e fui aprovado. É simples!

Então, queria deixar esse ponto bem claro, porque considero má-fé falar em indústria de cartório, em colega que sai passando pelos concursos, como se "sair passando", ou melhor, fazer prova objetiva, prova escrita, prova oral, submeter-se a anos de concurso, porque os concursos demoram, pois existem inúmeras influências contra os concursos públicos.

Dizer que o que está sendo tratado aqui não vai contra o concurso também é complicado, Dr. Bacellar, porque...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LEANDRO AUGUSTO NEVES CORRÊA – Dr. Rogério, não o estou acusando, mas estou dizendo que o discurso, no sentido de que a indústria de cartórios com os concursandos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO BACELLAR – Se você estar agindo de boa-fé, é uma coisa!

Desculpe-me, Senador José Maranhão, mas não podia ficar quieto!

Ele diz que usei de má-fé. Não fiz isso! Sou claro e transparente. O que acontece é o seguinte: se você está agindo dessa maneira...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Veja bem...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª tem direito à palavra, mas precisa pedir licença ao orador.

O SR. ROGÉRIO BACELLAR – Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Vamos deixar isso muito claro aqui. Se alguém discorda do ponto de vista, pode pedir um aparte, sem problema.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, o Senador Vicentinho Alves.

Se admitirmos o discurso paralelo, esta reunião vai tornar-se catastrófica.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Concordo com V. Exª, Sr. Presidente. Quero fazer uma observação: recentemente, na Mesa Diretora, reunida com os Presidentes de Comissões, deixou clara a participação da população sem manifestação. Casa haja manifestação, que V. Exª solicite a retirada dos mesmos, que eles fiquem à vontade dentro das regras e do Regimento da Casa. É proibida a manifestação contra ou a favor.

Portanto, solicito a V. Exª o cumprimento do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Só quero esclarecer ao Senador Vicentinho que a manifestação estranha aos objetivos da reunião.

Evidentemente, os que foram convidados a participar deste debate têm esse direito, não significando isso transgressão ao Regimento...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Refiro à manifestação dos visitantes, não dos expositores.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Agora, é preciso que o façam, seguindo o Regimento.

Se alguém aqui discorda da opinião, ou quer colaborar até com a opinião daquele que está com a palavra, tem de pedir um aparte.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Concordo com V. Exª. Não estou referindo-me aos ilustres expositores, convidados, mas aos que estão nas galerias. O Regimento Interno não permite manifestação nem contra, nem a favor, Sr. Presidente, porque isso atrapalha a audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Parece-me que isso não aconteceu.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Agora há pouco. Talvez V. Exª não tenha ouvido, mas fica registrado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Foi tão tímida a participação, que não deu para ouvir.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Mas fica registrado. Pelo menos para eles, fica registrado.

O SR. LEANDRO AUGUSTO NEVES CORRÊA – Senador, gostaria de saber como fica a questão do tempo: se reponho o tempo a partir de qual momento, só para me organizar na fala.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pois não.

O SR. LEANDRO AUGUSTO NEVES CORRÊA – Continuando, só quis fazer esse aparte, Dr. Rogério Bacellar – respeito muito a sua pessoa. Não quis, de forma alguma, ofendê-lo –, porque, enfim, esse é assunto para depois. Vamos continuar. Quero tratar especificamente da questão técnica e constitucional que está sendo debatida aqui.

O vácuo legislativo, que parece ser o argumento principal, entre 1988 e 1994, com o argumento de que as pessoas não puderam fazer nada, não existiu. O legislador, em 1994, tratou da matéria e disse estar ciente desse período que demorou a ser regulado. Mesmo ciente, foi reiterado o concurso público (art. 47 da Lei nº 8.935).

O legislador, preocupado com o período que passou, disse no art. 47: "O notário oficial de registro, legalmente nomeados até 5 de outubro de 1988, detém a delegação constitucional".

Então, o legislador não ficou omisso. Não houve vácuo. O legislador, em 1994, sabia do período que se passou e, mesmo assim entendeu: "vamos insistir no concurso público". Se não houve, se os tribunais retardaram, se não havia norma a fazer, que façam depois! Os que entraram após 1988, leram a Constituição e sabiam do seu conteúdo. Não existiu expectativa legítima de direito. Não existiu!

O texto constitucional era claríssimo, no sentido de exigir concurso público. E isso é repetido pelo STF há 27 anos! O STF, desde a década de 90, trabalha com isso.

As normas estaduais, em que se ampara essa PEC, vigentes, todas, Senadores, foram derrubadas no STF ou revogadas nas assembleias legislativas antes de serem cassadas no STF. Todas! Tenho aqui inúmeros exemplos.

Então, essas normas estaduais que amparam essa PEC são inconstitucionais. A PEC está pautada em inconstitucionalidades, em normas estaduais que foram afastadas pelo STF. O Ministro Sepúlveda Pertence, que, em uma delas julgada por ele, disse expressamente que era necessário secar a fonte, preocupado com as inúmeras normas estaduais que estavam batendo no STF, por meio de Adin, para criar mecanismos de convalidação de delegações.

Então, ao dizer a PEC que aqueles que estavam, foram nomeados por normas estaduais vigentes – detalhe: todas essas normas foram declaradas inconstitucionais ou foram revogadas para não serem, porque há várias, em Rondônia, no Espírito Santo, no Rio de Janeiro, Goiás, e o STF julgou todas, por unanimidade, inconstitucionais... Então, a PEC está amparada em normas estaduais, cujo texto dizia "vigentes à época", porque não estão mais vigentes: elas foram derrubadas nessa época ou revogadas. É por isto que se fala desta forma: o mecanismo foi cassado pelo STF. Este Tribunal disse que isso não podia acontecer. A Constituição é autoaplicável. Ela diz isso há 27 anos.

Por que demorou 27 anos? Porque o CNJ fez cumprir a Constituição. O CNJ, depois de criado, começou a exigir, com ordens aos Presidentes dos Tribunais – o Desembargador Herbert pode dizer isso –, a todos os Tribunais, que cumprissem a Constituição e fizessem o concurso.

Em razão disso, a pressão foi aumentando, o Tribunal teve de fazer o concurso, e o problema ganhou força novamente, porque as delegações seriam providas por concurso público. Aí, reavivou-se a PEC nº 471 como nunca neste ano. A PEC nº 51 nasceu neste ano.

Existem inúmeras delimitações. O inciso II da PEC foi... O senhor fez uma emenda para que ela fosse retirada. Senador, queria parabenizar V. Exª pela justificativa que deu para retirá-lo. V. Exª o fez na Resolução nº 80 do CNJ. Não sei se V. Exª a conseguiu ler integralmente, mas eu a trouxe. E ela é justificativa para se rejeitar a PEC inteira, e nãos somente o inciso II.

Vou ler rapidamente, permitam-me, um pequeno pedaço da Resolução nº 80 do CNJ, que foi fundamento para a supressão do Inciso II.

Os considerandos já são bastante firmes, mas vou ler:

Art. 1º É declarada a vacância do serviço de autorais e registros, cujos atuais responsáveis não tenham sido investidos por meio de concurso público, de provas e títulos, para a outorga de delegação e de registro, na forma da Constituição de 1988.

Diz ainda esta Resolução: "Cumprirá aos tribunais realizar o concurso". Está escrito aqui.

Então, a Resolução nº 80, Senador, não delimitou período, mas disse que, após 88 – e foi esse o ato que gerou todas as vacâncias no País inteiro –, qualquer tipo de delegação, não importando âmbito estadual, não importando nada, depois de outubro de 1988, é inconstitucional, e está vago o cartório.

Esse fundamento usado para retirar o inciso II é suficiente, além de todos os que já trouxemos, para afastar totalmente a PEC nº 51. Se se partir da premissa que a reunião do CNJ está correta, não deveríamos nem estar aqui discutindo esse assunto; a rejeição já deveria ter ocorrido.

Ainda para terminar, o Professor Tavares falou da complexidade. Não há complexidade, mas simplicidade. A Constituição disse que era por meio de concurso e, em 1994, o legislador repetiu o mesmo, reforçando o ano de 1988. "Nós, legisladores, não nos esquecemos de que se passaram seis anos, mas insistimos que seja o ano de 1988. Então, quem não fez concurso ainda, faça!"

Está aqui uma regra geral para o concurso público. Não há esse vácuo, essa expectativa legítima. Se houvesse a expectativa, não precisaria de PEC. Em 2005, entraram com a PEC nº 471, para que houvesse convalidação já. Se fosse uma expectativa legítima de direito, não precisava mudar a Constituição. O direito já estava lá. Estão querendo criar o direito.

Então, o concurso está sendo afetado? Sim. Por quê? Existem concursos em andamento, em que essas serventias estão sendo ofertadas. As serventias, que hoje estão aqui representadas pelos que pediram a proposta, que procuraram os Senadores para a proposta de emenda, assim como os que orientaram e pediram às pessoas que defenderam a PEC, estão com as pessoas em concurso público hoje. Se a PEC for aprovada, há Estados da Federação, com um concurso em andamento há três anos, porque o concurso vai e volta, pelas influências externas, o concurso vai ser esvaziado, vai ter zero serventia.

A questão de cartório pequeno, de colega que troca de cartório, não tem nada a ver com PEC. Esta está convalidando quem está no cartório, não tem nada a ver com isso.

Vamos ser francos, Senadores, V. Exªs tem uma vivência muito maior do que a minha: não se movimenta o Congresso Nacional, com uma PEC, para deixar nos cartórios aqueles que têm serventias pequenas com renda mínima. O que se busca é a efetivação de quem tem condições de viver daquele cartório, que tem uma condição boa. V. Exªs conhecem a realidade. A PEC não está aqui por causa dos coitadinhos. O que a gente pede é respeito ao concurso público. Se há cartório pequeno, o STF já decidiu também, ou seja, é lei estadual que extingue cartório. Então, façam um estudo na Assembleia Legislativa estadual e vejam se o cartório merece ficar aberto ou fechado, se há viabilidade econômica. Isso não tem nada a ver com PEC.

Então, eu tinha mais coisas para falar, mas não vou conseguir terminar.

Reitero o meu pedido, ou seja, se Deus me permitir, desejo ficar onde estou. Não pretendo prestar novo concurso. Eu sou de Minas, mas estou no Mato Grosso do Sul hoje. Estou satisfeito, mas acho que a atividade vai perder muito com uma proposta como essa. Eu acredito que fica sempre uma esperança, de parte daqueles que perderam a serventia por algum motivo, de conseguirem voltar. E aí a nossa qualificação pela Lei nº 8.935, como profissionais do Direito, acaba ficando arranhada, e não é dessa classe que eu desejo participar. Eu respeito, repito, estive na reunião da ... aqui há dois meses, respeito a história de todos que estão até hoje. Tenho amigos que estão na situação de perder a delegação, amigos, mas acho que as coisas devem ser separadas nesse ponto.

É isso que eu tinha para dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Sr. Pedro Ivo, Presidente da Associação Nacional de Defesa dos Concursos para Cartório, representado por Pedro Lenza, Advogado da Associação.

O SR. PEDRO LENZA – Bom dia a todos!

Sr. Senador José Maranhão, muito obrigado pela oportunidade. Em nome de S. Exª eu parabenizo e agradeço por essa opção de se abrir o debate sobre a audiência pública. Sinto-me privilegiado e honrado por estar ao lado do grande mestre, Prof. André Ramos Tavares, com quem muito aprendi. É uma grande honra também estar dividindo este debate com o Prof. Tércio.

Gostaria de dizer que este é o local que o Constituinte entendeu que deve fazer o controle técnico das propostas de emendas à Constituição. É a CCJ que tem a atribuição de verificar, dentre outras questões, a constitucionalidade de uma proposta de emenda à Constituição. Na minha visão, essa proposta de emenda à Constituição é daquelas, segundo disse o Ministro Ayres Britto, é marcada por uma inconstitucionalidade

desvairada, enlouquecida. A inconstitucionalidade é brutal. Há uma flagrante violação à regra do princípio do concurso público, que se conquistou com o texto de 1988, com a República de 1988.

Portanto, esse é um típico caso, se fosse esse o entendimento de qualquer Senador da República, de impetração de mandado de segurança preventivo para trancar essa proposta de emenda à Constituição. O Supremo, buscando rever o conceito de supremocracia, no voto do Ministro Fux, tem respeitado muito a separação dos Poderes. Mas numa situação como esta é a única hipótese em que o Supremo ainda admite controle preventivo de constitucionalidade pela impetração do mandado de segurança, ou seja, no caso de se tratar não de projeto de lei, mas de PEC, de proposta de lei, manifestamente violadora da Constituição – e este é o caso.

Portanto, parece-me que se a CCJ não fizer o seu controle, abre-se um risco muito grande da impetração do mandado de segurança, e diante de diversas decisões do Supremo, já consolidadas no voto brilhante da Ministra Cármen Lúcia, que aloca todas no MS 27.505. Lá eu tenho toda a exposição do entendimento do Supremo, mas parece que o risco muito grande e muito caro para esta Casa da República. Portanto, o papel tem que ser exercido aqui, na CCJ, ou seja, o controle da constitucionalidade dessa proposta de emenda. Quando passei a analisá-la fiquei chocado com a tentativa de se violar o princípio do concurso público.

Quando se fala em manifestação do poder constituinte originário, nós sabemos que a Constituição, diante da revolução de 1988, permite a violação inclusive de direitos adquiridos. Eu vou citar o art. 17 do ADCT. Nós estamos diante do poder constituinte originário, de um poder incondicionado do ponto de incondicionado do ponto de vista jurídico. Contudo, quando se fala em um poder constituinte derivado, reformador, derivado do próprio originário, os limites devem ser observados. O Constituinte permitiu que fosse reformado, mas dentro dos limites. E estão aí os limites materiais.

Prof. André – uma pessoa por quem tenho um profundo respeito –, com o máximo respeito, não me parece possível a constitucionalização por emenda de atos normativos posteriores que nasceram violando a Constituição. Não me parece que possa a emenda à Constituição constitucionalizar atos normativos que nasceram com um vício congênito, um vício de essência, um vício de origem. Quando se fala num ato normativo – e é nisso que se funda a PEC –, que eventualmente nasceu violando a Constituição, o Supremo é bastante claro ao dizer que se trata de vício congênito, de vício de origem, que o ato é nulo, que se trata de uma nulidade *ab origine*, uma nulidade insanável, incurável.

Portanto, não me parece possível que uma emenda à Constituição venha a constitucionalizar esses vícios congênitos de nascimento de todos esses atos normativos, como disse o Leandro, todos muitos deles já cassados ou nulificados pelo Supremo, que não modulou os efeitos, diga-se de passagem. Nenhuma Adin modulou os efeitos da decisão em relação a essas leis. Todas reconheceram o vício congênito, o vício de origem. Se houvesse modulação poderíamos até pensar num apoio do Supremo. Mas nenhum foi modulado. Portanto, houve o reconhecimento de vício desde a origem. Essa emenda, se viesse ressuscitar esses atos nulos, que nasceram com essa nulidade *ab origine*, ela seria flagrantemente inconstitucional, porque o poder constituinte derivado e reformador deve observar cláusula pétrea.

Muito embora eu concorde que o Supremo já disse que o núcleo intangível permite que se trate de matéria desde que não tenda a abolir. E eu sou um defensor da possibilidade de proposta de emenda que mexa, mas não tenda a abolir. E o Supremo tem precedente, como na reforma da Previdência. O caso aqui não é tender a mexer. O caso é afrontar brutalmente a regra do concurso público. Essa proposta não está tendendo, ela está violando, rasgando a Constituição. Não há sentido...

E o Supremo foi bastante claro em diversos precedentes ao dizer que a norma do art. 236, § 3º, é norma de eficácia plena, autoaplicável, que independe de lei. Se o Supremo disse isso, não se pode rever essa interpretação por meio de uma emenda. A emenda não pode rever o que o Supremo, que é aquele que tem o papel da última interpretação, disse qual é a natureza jurídica do dispositivo que nasceu em 1988, pelo poder constituinte originário. Veja que se o Constituinte originário quisesse ter preservado essas pessoas, teria que ter dito, como fez no art. 19 em relação aos servidores, como fez no art. 22 do ADCT em relação à Defensoria Pública. Mas quando se tratou de delegação de cartório, tratou-se no art. 32 e não se falou nada sobre essas pessoas que estavam na situação que se pretende convalidar. Poderia ter convalidado, mas a opção constituinte foi não convalidar. Convalidou no art. 19, convalidou no art. 22, mas no art. 32 não convalidou. Não pode a emenda agora querer convalidar.

O que vigorava à época, para tentar salvar essas pessoas que estão nessa situação, era o art. 208 da Constituição, na redação dada pela Emenda nº 22, de 1982. Esse art. 208, na redação dada pela Emenda à Constituição nº 22, de 1982, permitia a convalidação, mas deixava claro os requisitos, que eu vou fazer questão de frisar. Primeiro, o substituto tem que ter sido investido nessa condição na forma da lei. Segundo, a condição de substituto deve contar com pelo menos cinco anos de exercício na mesma atividade até 31/12/1983, até 31/12/1983, e ter ocorrido a vacância da serventia até 5/10/1988. Portanto, pensar na vacância da serventia

depois de 1988, pensar no exercício da atividade por cinco anos depois de 1988 é violar a Constituição. O que se admitia, o único dispositivo era o art. 208 da Constituição. Portanto, se em 1988 se tem a ruptura e nada se falou naquele período de 1982, que é a data da emenda, até 1988, não dá para inovar depois de 1988, porque a Constituição foi muito clara.

O Leandro comentou muito bem, ou seja, o legislador, quando editou a Lei nº 8.935, de 1994, foi bastante prudente no art. 47, ao dizer que só estariam convalidadas aquelas serventias que estivessem ocupadas na data da promulgação da Constituição.

Concordo com S. Exª que não há vácuo, porque o legislador de 94 deixou muito claro isso. Se tivesse havido vácuo ele teria dito, ele teria regulamentado. Houve a opção de regulamentar, e ele não o fez.

Não pode querer agora uma emenda rever o que o Constituinte originário decidiu em 88. Isso seria, se pudermos lembrar Otto Bachof, falar numa norma constitucional inconstitucional com essa emenda, porque ela estaria violando o que o Texto de 88 fixou.

Eu também gostaria de chamar a atenção...

Eu gostaria de ler de novo o art. 236, § 3º.

Eu não tenho dúvida quando leio o art. 236, § 3º, que diz:

O ingresso na atividade notarial e de registro depende de concurso público.

O Texto de 88 disse:

O ingresso na atividade depende de concurso público.

A OAB definiu com muita precisão. Aliás, a fiscalizadora da melhor escolha do concurso...

Não há como interpretar, o leigo não tem por onde sair daqui. E o Supremo já disse o que é isso. Não é nem o leigo. É o Supremo quem está dizendo como deve ser lido o art. 236, § 3º, que é muito claro. Ele não permite qualquer tipo de interpretação diferente daquela que está sendo feita aqui.

Se me permitem mais um argumento que tem sido falado é aquele que diz que o art. 54 da Lei nº 9.784, de 99, teria convalidado se até hoje, dentro do prazo decadencial de cinco anos, nada tivesse sido feito.

Agora, dizer que legislação que vai fixar o prazo decadencial de cinco anos vai convalidar vício congênito, isso é inaceitável.

Nós sabemos – o Professor André sabe muito bem dessa questão – que não há prazo decadencial para a propositura de Adin. Não há prazo decadencial. Vemos recentemente a ADPF que entendeu que a Lei de Imprensa não foi recepcionada depois de 20 anos. Portanto falar num prazo decadencial de cinco anos para convalidar, isso é inaceitável. Se houve vício congênito, esse vício é discutível. Se não há mais objeto, a emenda vai ser objeto de uma Adin. E o momento é agora para se desfazer essa violação, com o máximo respeito ao texto que tem sido proposto.

Falar em segurança jurídica e confiança, com o máximo respeito, o princípio da segurança jurídica e da confiança não pode se sobrepor ao princípio do concurso público, ao princípio que busca selecionar os melhores para o exercício não de uma função privada, mas de uma função pública.

Veja que a Constituição diz, no seu art. 236, que os serviços notariais são exercidos em caráter privado. A forma de exercício é em caráter privado. Contudo a função é pública! Portanto o concurso público deve ser respeitado.

Peço licença pela minha exaltação, mas, como professor que luta pelos concurseiros do Brasil, que ensina diariamente os alunos, que vê a luta dos alunos concurseiros do Brasil, uma luta impressionante, uma renúncia impressionante, largam tudo, largam família, cinco anos estudando, violar a regra do concurso público dói muito, violar a Constituição. Por isso peço licença, Senador, por ter me exaltado tanto aqui.

Eu me manifesto totalmente contrário a esta proposta de emenda. E vejo que é este o momento. A Casa deve matá-la na origem, porque vai ficar muito mal a impetração de mandado de segurança preventivo para trancar. E o Supremo tem vários precedentes. Qualquer Senador que se anime a impetrar esse mandado de segurança deve conseguir uma liminar, diante de, como disse S. Exª, o representante da OAB, mais de 100 laudas de precedentes mansos e pacíficos.

Tanto é que hoje, Senador – estou terminando –, os Ministros do Supremo estão julgando mandado de segurança pessoalmente. A matéria já está tão pacificada que o Regimento Interno do Supremo permite não mais o julgamento em plenário. Eles julgam monocraticamente. Art. 557, § 1º, do Código de Processo Civil. Essa é uma tese tranquila no Supremo.

Agradeço. Peço desculpas, Sr. Senador, por combater uma proposta de S. Exª, mas o debate, a República nos permite isso. A minha exaltação não foi contra ninguém. A minha exaltação foi pela luta dos concurseiros do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra, a Drª Milena Guerreiro, advogada e especialista em Direito Notarial e Registral.

A SRª MILENA GUERREIRO – Bom dia, Excelência.

Cumprimento o Senador José Maranhão e estendo este cumprimento a todos os Senadores.

Cumprimento também os colegas que estão aqui presentes, porque hoje recebi o convite como advogada especialista em Direito Notarial e Registral, mas também, Senador José Maranhão, recebi o convite da associação da qual faço parte, a Associação Nacional de Defesa dos Concursos de Cartório (ANDECC). É uma associação que tem quase 10 anos de luta, de história na defesa dos concursos de cartório.

Os senhores podem estar se perguntando o porquê de uma associação para defender concurso. Eu não tenho conhecimento de nenhuma outra categoria que tenha associação formada para defender os concursos, mas, por essa polêmica instaurada aqui e por ela ser tão antiga, os senhores já devem imaginar que os concursos de cartório são muito problemáticos. Como o representante da OAB, Dr. Gilberto, muito bem colocou, é muito antiga essa luta para que o concurso público torne-se regra e para que se dê efetividade à regra do concurso público. O Código do Notariado Brasileiro, de 1911, já previa a realização de concurso público para ingresso. Então, nós estamos diante de um tema que, há 100 anos, vem sendo debatido, mas não se tem colocado efetividade para que os concursos sejam realizados e para que os concursados efetivamente assumam.

E aí, Excelência, eu lastimo que o Presidente do CNJ não tenha mandado representante, porque a ANDECC atuou e atua junto ao CNJ e faz um esforço hercúleo. Desde 2009, percorreu o Brasil inteiro, e, como bem lembrou aqui o Leandro, a Resolução 80 destacou a situação precária no interior do Brasil, principalmente nas serventias que eram titularizadas por interinos. Então, o CNJ, melhor do que ninguém aqui, poderia demonstrar quantas serventias precisaram de declaração de vacância porque não existia um título jurídico plausível para justificar aquela investidura.

Então, Excelência, Senador Vicentinho, entendo a sua preocupação de querer ajeitar a situação daqueles cartorários que, depois de 1988, mesmo sabendo que estavam recebendo a delegação a título precário, já buscaram no Judiciário, e os senhores bem ficaram sabendo aqui que eles não encontraram respaldo em nenhuma esfera do Judiciário. O Supremo já tem proferido diversos votos no sentido de dizer que não existia vácuo legislativo, que aquela norma do art. 236 da Constituição Federal era de eficácia plena e imediata. Ainda assim, esses interinos buscam a convalidação de suas delegações, mesmo tendo-as recebido a título precário.

E o senhor, na sua justificativa, demonstra essa preocupação de querer convalidar esses atos declarados vagos pelo CNJ, para, mais uma vez, "ajeitar" – desculpe-me o termo – a situação. E não é a primeira vez que isso acontece no Brasil, Senador. Vários dispositivos legais ingressaram nas Casas Legislativas...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Só um aparte: não tem nada de "ajeitar".

A SRª MILENA GUERREIRO – Então, o senhor me perdoe...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Eu peço a V. Sª que...

A SRª MILENA GUERREIRO – ... pelo tema...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Obrigado.

A SRª MILENA GUERREIRO – Mas me diga então: qual seria a expressão equivalente?

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Eu vou chegar ao ponto de explicar, logo após a fala V. Sª.

A SRª MILENA GUERREIRO – Obrigada, Excelência.

Eu digo a V. Exª que falo "ajeitar" porque eu não consigo ver juridicamente uma resposta plausível. Então, digamos "convalidar" essa situação. Pronto.

Regularizar uma situação que, para nós, Senador...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Até porque, Drª Milena – só para contribuir e ser gentil com V. Sª –, se, de 1988 a 1994, não houve o vácuo, eu não sou jurista. Eu sou apenas um aviador e um nativo tocantinense, e vou explicar as razões dessa PEC, o porquê dela. Eu não entendo, não sou nenhum jurista.

Então, os atos são nulos. De 1988 a 1994, todos os atos são nulos, na minha modesta compreensão. E, se são nulos, veja o prejuízo que se causaria à população daquelas comunidades.

A SRª MILENA GUERREIRO – Senador, permita-me continuar, para eu não perder...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – V. Sª continue.

O SR. PEDRO LENZA – Posso fazer um aparte sobre a questão técnica, Senador?

A SRª MILENA GUERREIRO – Por favor, professor.

O SR. PEDRO LENZA – Existem várias decisões do Supremo. Vou dar um exemplo: o Supremo decidiu...

Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu queria só advertir a V. Sª: se V. Sª deseja fazer um aparte, faça à oradora.

O SR. PEDRO LENZA – À oradora?

A SRª MILENA GUERREIRO – Eu...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O Senador Vicentinho é aparteante. V. Sª está pedindo um aparte ao aparteante.

A SRª MILENA GUERREIRO – Com todo o prazer, cedo ao Prof. Pedro Lenza para fazer suas considerações.

O SR. PEDRO LENZA – Senador, essa questão é bastante interessante. Das várias decisões do Supremo, vou dar um exemplo: uma delegada de Polícia atuou por 9 anos como delegada de Polícia; depois de 9 anos, o Supremo entendeu que ela não poderia continuar na vaga, porque houve um problema no concurso público. Depois de 9 anos, o Supremo disse: "A senhora está fora do concurso público." Depois de 9 anos! Imaginem a vida dela. Todos os atos que ela praticou são convalidados. O Supremo já tem várias decisões que convalidam esses atos, porque, enquanto foram praticados dentro de uma suposta aparência de validade, são totalmente perfeitos. Não há o risco, segundo várias decisões do Supremo. Eu dei o exemplo dessa delegada de Polícia que, depois de 9 anos, após ter praticado todos os atos de delegado, recebeu a decisão: "A senhora está fora do concurso." E o Supremo convalidou tudo.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO. *Fora do microfone*.) – Não é esse o caso.

O SR. PEDRO LENZA – Então, não há risco. Esse não seria um problema para rejeitar a proposta, com o máximo respeito.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Dr. Pedro, nesse caso, é diferente de um que vou lhe citar agora.

No Tribunal de Contas do Estado, foi nomeada uma conselheira, e o STJ a destituiu porque era vaga do Ministério Público, etc. E está correndo o risco de todos os atos dela serem nulos, o que é completamente diferente do que V. Sª está colocando aqui.

Portanto, não é bem assim.

O SR. PEDRO LENZA – Eu estou trazendo algumas posições do Supremo. Se essa é a do STJ, eu não a conheço. Trago as recentes do Supremo. Num caso recente, há três semanas, envolvendo os delegados de Polícia do Amazonas, o Supremo disse, o Ministro Fux disse, o Ministro Barroso disse: "Os atos estão convalidados; não há problema algum, saem daqui para a frente". Os atos são convalidados. Não há esse risco.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO. *Fora do microfone*.) – O que tenho é este aqui.

A SRª MILENA GUERREIRO – Claro, Leandro. Por favor.

O SR. LEANDRO AUGUSTO NEVES CORRÊA – Eu também gostaria de fazer um aparte de 30 segundos à Milena, se ela me permitir, já que o tempo dela está se esgotando.

A SRª MILENA GUERREIRO – Por favor.

O SR. LEANDRO AUGUSTO NEVES CORRÊA – Não há doutor... O que sofre nulidade é a outorga da delegação como titular. O que ocorre quando se nulifica uma titularidade é que aquela pessoa que responde torna-se, imediatamente, interina. Então, ela praticou todos esses atos, de 1988 a 1994, como interina da serventia. Não há risco de invalidade nenhuma. O interino pratica com validade os atos. O que se nulificou foi a qualidade de titular. Transformou-se em interino. Essa foi a decisão do CNJ. Aqueles cartórios estão vagos, ou seja, tudo o que se praticou foi feito pelo interino da serventia. Os atos são plenamente válidos, porque todos os interinos praticam também atos válidos. Nem se chega a esse tipo de atuação, na minha opinião, porque todos atuaram como interinos da serventia, em atos válidos. E os que estão até hoje estão praticando atos válidos ainda.

A SRª MILENA GUERREIRO – Continuando, Senador, o senhor ficou chateado porque eu disse "ajeitar", mas foi uma palavra amena, inclusive, em comparação ao que o próprio Supremo Tribunal Federal já utilizou para se referir. (*Pausa.*)

Não, mas eu não disse que o senhor estava praticando. Eu disse que o texto acabaria ocasionando isso. Inclusive, o Ministro Gilmar Mendes chamou de gambiarra jurídica qualquer dispositivo que viesse a tangenciar a regra do concurso público.

Então, não é nada contra o senhor, de maneira alguma.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO. *Fora do microfone*.) – Eu sou a favor do concurso público.

A SRª MILENA GUERREIRO – E agora o senhor chega, Senador, ao cerne da questão, porque eu vim aqui falar em nome de concurseiros, como dizem. Como disse o Prof. Pedro Lenza, eu prefiro chamar de candidatos, porque somos e estamos lutando, como o Leandro bem descreveu, para cumprir o que a Constituição determina, que é o concurso público. Aqui, nesta reunião, temos vários colegas, muitos aprovados, muitos esperando que os concursos cheguem ao final para terem a investidura no seu cartório.

E aí, Senador, eu lhe digo que o senhor comete, sim, um engano, um equívoco. O senhor parte de uma premissa de que essa PEC não interferiria em concursos. O senhor disse aqui, numas duas sessões da CCJ, que

eu acompanhei junto com os colegas, que a PEC não mexia em concursos. Mas o senhor me responda depois em sua fala como não mexe em concurso, se nós temos hoje 4 mil vagas em 20 Estados brasileiros, que estão em andamento; concursos que começaram em 2012, 2013, e têm as suas dificuldades de andamento, principalmente por medidas protelatórias, que acabam atrapalhando o andamento normal. Os tribunais tentam fazer os concursos andarem, mas os concursos são trancados por qualquer medida protelatória.

Então, diga-me: como não afeta? Como não nos afeta? Como não afetar milhares de concursandos, milhares de aprovados, que estão só esperando as suas audiências de escolha para serem investidos?

Então, é um argumento que nós, da Associação Nacional de Defesa dos Concursos para Cartórios, não podemos deixar passar em branco. Se aprovada a PEC, ela termina com 4 mil vagas de concurso em andamento, Prof. Pedro Lenza. E aí eu entendo por que o senhor chegou a se emocionar quando defendeu o tema, porque é realmente muito triste dizer que jovens que acreditaram na Constituição posta...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB. *Fora do microfone*.) – Dez minutos.

A SRª MILENA GUERREIRO – ... não tenham hoje o respaldo e não poderiam ter tido confiança no Estado que lhes pediu que fossem fazer esse concurso, que lhes outorgou esse direito.

Eu gostaria até que o Senador Blairo Maggi estivesse aqui presente. Foi ele quem questionou, e, se não me engano, ele disse: "Se essa PEC fere concurso, nesta Casa não pode passar". E a dúvida jurídica que estava instalada aqui naquele dia era se a PEC feria concurso público. Fere, sim, Senador! Desculpe-me por discordar de V. Exª.

Só pra concluir, eu gostaria de me dirigir ao Senador Anastasia, porque aqui foi dito – é um argumento que nós encontramos e é muito corriqueiro nos discursos favoráveis a essas emendas – que os candidatos a concurso de cartório não assumem serventias no interior, serventias pequenas. Senador, isso não é verdade. Nós temos dados, planilhas que demonstram que, nas últimas audiências de escolha realizadas no Acre, em Rondônia, no Maranhão, no Rio Grande do Norte, todas as serventias foram providas. A última serventia ofertada no Acre é numa cidade de 800 habitantes. E ela foi provida, sim, por concurso. Está lá um colega nosso que trabalha e chega de barco à sua serventia.

Então, dizer aqui que nós não vamos... Eu saio da minha casa e viajo o Brasil inteiro, procurando o meu lugar. E espero um dia, por mérito, ser aprovada, como já estou aprovada em concurso. Espero que o Estado, sim, garanta a confiança que eu depositei nele, como milhares de candidatos aí pelo Brasil. O que não se pode comparar com a situação daqueles que receberam a título precário, sabiam que deveriam prestar e poderiam ter prestado concurso, Senador, porque o concurso é aberto para todos, inclusive para eles. E a legislação preocupou-se com eles: a Lei 8.935 dispõe que, se não forem bacharéis em Direito, mas tiverem 10 anos de atividade, podem concorrer como eu, que sou bacharel!

Então, não existe aí... Será, Senador Vicentinho, uma distorção do que pode ser considerado confiança legítima nos atos do Estado.

Encerrando, eu gostaria de deixar um pensamento que tem sido muito recorrente entre nós. Não somos políticos, Senador, não temos nenhuma intimidade com estas Casas, mas tivemos que sair das nossas casas para lutar, primeiro, na Câmara dos Deputados, contra uma PEC que tem praticamente a mesma intenção e o mesmo texto. Saímos de nossas casas, abrimos mão da nossa família, do nosso conforto e também dos estudos para estarmos aqui. E um apelo que eu faço, em nome de todos os candidatos por esse Brasil e de todas as famílias envolvidas, é que os senhores realmente ponderem e não se deixem levar por argumentos tangenciais e falaciosos.

Eu encerro, Senador José Maranhão, agradecendo a oportunidade, com uma frase do poeta e dramaturgo alemão Bertold Brecht. Ele diz: "que tempos são estes, em que temos que defender o óbvio?"

Muito obrigada, Senador.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, o Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Presidente, como é facultado a nós falarmos em qualquer momento da audiência pública, e eu tenho que, daqui a pouco, tomar o voo para o meu Estado, o Tocantins, indago a V. Exª, com a compreensão dos demais que ainda não se manifestaram – não é nenhuma desatenção, nenhum desrespeito; é a necessidade de me ausentar –, se eu poderia me manifestar agora e, logo em seguida, ausentar-me, com a compreensão de todos e dos colegas Senador Anastasia e Deputado Osmar Serraglio.

Consulto V. Exª sobre a possibilidade de me manifestar.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu acho que o princípio que rege a lei é o bom senso. Nós convocamos, a Comissão convocou, inclusive por solicitação de V. Exª e de outros Parlamentares, as autoridades...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Eu apenas concordei. A autoria não foi minha.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Sim, mas V. Exª concordou.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – De acordo.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... as autoridades aqui presentes para ouvir a opinião delas a respeito dessa questão, que eu lhe digo é de muita importância...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Compreendo.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ...para esta Comissão e para o Brasil.

Eu não sei se seria de bom tom V. Exª se pronunciar antes de ouvir a opinião de quem...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Eu acompanharei pelas notas taquigráficas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ...a Casa, a Comissão e V. Exª queriam ouvir.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Eu me comprometo. Naturalmente, é do meu interesse acompanhar toda... Pela minha ausência, eu vou recolher as notas taquigráficas e vou acompanhar.

É porque hoje eu tenho um evento em Ponte Alta do Tocantins. É o aniversário da cidade, está havendo festividades; nós éramos Goiás, e, quando Goiás foi desmembrado, emanciparam-se quase 15 cidades, entre hoje, amanhã e depois. E V. Exª sabe do nosso dever de estar junto com a nossa comunidade. Inclusive, a cidade de Ponte Alta está com vacância com relação a pessoas que passam no concurso e lá não exercem sua função, o que prejudica muito a comunidade. Eu vou explicar depois.

Mas eu gostaria de me manifestar, com a aquiescência de V. Exª e a compreensão costumeira...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Nada a opor. Estou fazendo apenas uma ponderação, que me parece vai ao encontro aos interesses de V. Exª...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Vai.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... nesta matéria. Mas, se V. Exª quiser se pronunciar antes da manifestação das autoridades convidadas a se apresentarem nesta Comissão, nesta audiência pública, de minha parte, nada a opor.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Se os ilustres palestrantes concordarem e compreenderem, eu me comprometo, naturalmente, a acompanhá-los depois. A nossa assessoria vai recolher as notas taquigráficas, e é claro que eu vou ter o mesmo interesse como se aqui estivesse presente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª tem 10 minutos para fazer sua manifestação.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Agradeço a V. Exª e aos demais convidados, que concordaram e compreenderam que não é fácil a vida de políticos. Trouxemos vocês aqui, e imaginem o que nos cobram lá.

Primeiro, cumprimento o Dr. Rogério Bacellar, Presidente da Associação dos Notários e Registradores do Brasil; o Dr. Gilberto Netto de Oliveira Junior, representante da OAB; o Prof. André Ramos Tavares; o Dr. Leandro Augusto Neves Corrêa, tabelião de notas de Mato Grosso do Sul; o Dr. Pedro Lenza, a Drª Milena Guerreiro, o Dr. Herbert Carneiro, o Dr. João Ricardo, o Prof. Tércio Sampaio, Valmir Pontes, o Deputado Osmar Serraglio e o Senador Anastasia.

Senhores e senhoras, eu venho como um filho nativo do meu Estado, o Tocantins – aliás, o primeiro Senador nativo. Eu não sou nenhum jurista; eu venho com o sentimento do povo. Eu fui prefeito da minha cidade, Porto Nacional, centenária cidade; fui presidente da Associação dos Municípios; fui deputado estadual, presidente da Assembleia, Deputado Federal e, ora, estou exercendo honrosamente esta missão que Deus e os tocantinenses me delegaram para estar aqui.

Eu venho com o sentimento de um Estado que V. Exª, Presidente, ao lado de Siqueira Campos e de tantos outros Constituintes, em 1988... Nosso Estado passou pela luta secular do desmembramento do então norte goiano – nós já éramos tocantinenses... O palco dessa grande causa foi Porto Nacional, minha terra natal. Esse sentimento de pioneirismo, é com esse sentimento que eu venho; não é de ajeitamento.

Em 1988, houve as eleições, e fui eleito prefeito da minha cidade – eu era muito jovem ainda. E ali, de 1988 a 1994, não havia essa discussão. Hoje, nós estamos em 2015 discutindo 1988 a 1994.

Os proprietários de cartório que eu conheço são pessoas honradas, pessoas de bem, zelosas do ofício que ali exercem. É a esses que eu me refiro, no meu Estado, principalmente, que é de pequenas comunidades.

Quando eu retirei o inciso II, não era por outra razão que deixar incisivo que estou defendendo os tocantinenses – e, naturalmente, muitos brasileiros – de 1988 a 1994. Foi apenas por isso que eu o retirei. O inciso II poderia dar uma margem de vir aos dias de hoje. Era só isso.

Eu compreendi. Eu tenho dois ouvidos para ouvir – principalmente, quando não é da minha área; aí é que eu tenho de ouvir. E ouvi muitas pessoas decentes, pessoas de bem, que chegaram ao nosso gabinete e se manifestaram nesse sentido.

Por que eu propus isso na PEC? A proposta tem como objetivo dar legitimidade aos serviços notariais instituídos e realizados durante o período de vacância. Eu, como cidadão, compreendo isso. Não estou afrontando o Supremo ou as decisões. Eu estou trazendo à luz essa discussão.

Eu penso que é tão importante que a presença dos senhores, da Drª Milena e dos manifestantes contra e pró. Isso é democrático e legítimo, e é bom trazer isso para cá. Eu tenho de trazer o sentimento das ruas, das pequenas cidades, das comunidades.

Eu não sou contra o concurso. Mais à frente, eu vou dizer como imagino que deva ser o pós-concurso nesse caso, porque isso mexe com as comunidades, mexe com as pessoas.

Quando o Dr. Leandro saiu da dele, legitimamente, para outra, ele deixou uma vacância. As pessoas daquela comunidade têm de ser atendidas em outra até chegar outro. Lá no Tocantins, é assim...

A SRª MILENA GUERREIRO – Um aparte de 30 segundos, já que eu lhe concedi...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Mas deixe-me concluir.

A SRª MILENA GUERREIRO – Mas é muito pequeno e tem de ser nesse ponto.

Excelência, talvez falte um pouquinho de rigor técnico nesse conceito que o senhor colocou...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Não, no Tocantins, é assim. Eu vou dar um exemplo só para a senhora...

A SRª MILENA GUERREIRO – Quando nós saímos...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Só um minutinho. Eu estou com a palavra.

Eu vou dar o exemplo de Ponte Alta do Tocantins e Pindorama – depois, observe –que são regidas por Natividade, com um que passou no concurso. E a cidade de Ipueiras, onde até recebi um título de cidadão, com muita honra, agora, talvez seja uma das menores do Estado. Todos eles têm de se deslocar para serem atendidos em Natividade.

Ali, eles estão gastando com combustível, precisam levar um dinheirinho para se alimentar na outra cidade. Eu estou contando fato real do meu Estado. Eu não vou nem entrar pelo Brasil afora porque eu não conheço. Eu estou com sentimento do meu Estado; é o que me fez trazer a PEC. Vou continuar.

Destituir os serviços notariais instituídos nesse período, que compreende o intervalo dos de 1988 a 1984, causaria grande tumulto no sistema notarial nacional. É fato que os cartórios existiam, e o serviço notarial foi prestado. Trata-se, sim, de convalidar esses relevantes serviços, além de evitar um conflito. Por isso, eu a apresentei.

Quanto às alegações de inconstitucionalidade, vale lembrar da Emenda Constitucional nº 57, de 2008, que convalidou os atos de criação, fusão, incorporação e desmembramento de Municípios, cuja lei tenha sido publicada até 31 de dezembro de 2006, mesmo estando em desacordo com as regras do art. 18, §4º, da Constituição Federal.

Reitero que a real intenção dessa PEC, Presidente, é tão somente convalidar o serviço notarial executado naquele período, apenas naquele período, em razão do vazio normativo existente para os fins dessa atividade no período 88-94, Dr. André, apenas isso.

Entendo que, eventualmente, há que se pensar que estaria infringindo a determinação do concurso público que, nesse caso, só foi imperativo a partir da Lei nº 8.935, de 1994. Temos que ouvir também o outro lado. Democracia é isso. O concurso público, eu quero deixar claro, é um excelente instituto, Presidente.

Portanto, quando propus a PEC nº 51, tive a intenção, sob o manto constitucional, de dar amparo a uma situação bem peculiar, quando não havia uma lei complementar que disciplinasse o concurso público para essa atividade.

As delegações de atividades notariais e de registros decorrentes de atos do Poder Executivo ou Judiciário feitas em observância às normas estaduais vigentes à época não objetivavam burlar... Eu estou dando o exemplo do meu Estado, do Tocantins, recém-criado naquela época, em 1988. Os mandatos de prefeitos, governadores e Deputados começaram a ser exercidos em 1989, dia 1º de janeiro de 1989.

Portanto, eu reafirmo que as delegações de atividades notariais e de registros decorrentes de atos do Poder Executivo ou Judiciário feitas em observância às normas estaduais vigentes à época...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – ...não objetivavam burlar o mecanismo do concurso público, mas meramente suprir uma demanda real e imediatamente, no caso do meu Estado e de alguns outros Estados brasileiros.

Já tocou a campainha aí, Presidente? Os dez minutos já se foram? Mas só para concluir.

A defesa vai ao encontro de bons exemplos, como alguns do meu Estado. Eu quero deixar claro que sou a favor do concurso, com essa observância para aquele tempo real de 1988 a 1994 lá no meu Estado. As pessoas trabalharam de forma honesta, correta, com atos do governo do Estado e ali cumpriram, com muita dedicação, o dever de notário. Passou 1994, não.

Mas com relação, Presidente, senhoras e senhores, ao concurso, precisamos ter regras pós-concurso. Eu penso que o cartorário tem de conviver com a nossa comunidade, assim como o juiz, assim como o delegado, assim como o promotor.

Não é possível, em Tocantins, uma pessoa passar em Paraíso, pôr a mãe dele, passar em Minas e ir exercer lá em Minas. Eu tenho exemplos aqui a dar em números em meu Estado. E é bom que os senhores e as senhoras ouçam esses exemplos, porque a realidade é outra.

Vou dar exemplo aqui. É bom que anotem.

Tocantínia. O titular nomeou sua mãe e assumiu uma serventia no Maranhão. Cidade do Tocantínia, onde há muitos índios, próxima à minha cidade, Porto Nacional.

Babaçulândia, quase defronte a Carolina, no Maranhão. A titular fez concurso para juiz e nomeou o noivo. Assumiu a serventia.

Então, temos de respeitar as pessoas que estudam, que se dedicam. Eu tenho um sobrinho aqui, fazendo curso, Pedro Henrique, advogado. Está trabalhando, está estudando, está ralando. E Ave Maria! Tenho carinho especialíssimo. Eu tenho uma filha médica, que se formou há 23 anos. Um outro que está se formando no ano que vem, médico. Tenho um filho Deputado Federal, que está exercendo a nobre função como Deputado Federal. Nós respeitamos. Ave Maria. Não respeitar esses jovens? O que é isso? Parece até que estou contra os jovens sonharem, correrem atrás, realizarem seus sonhos.

Eu sonhei na vida. Sonhei em ser aviador. Segui os passos do meu pai. Por um desígnio de Deus, entrei na política e estou aqui, mas, na realidade, o meu projeto de vida não era a política. Era ser apenas um aviador.

Então, eu quero dizer que eu respeito, mas que, depois do concurso, se criem mais critérios, porque os Constituintes de 88 não perceberam que isso poderia vir a ocorrer. Não perceberam. Então, eu penso assim.

A Drª Milena, que falou tão bem – todos, por sinal – passou num concurso. Ela vai lá para a comunidade, conhecer a comunidade, porque a senhora está cuidando dos livros da comunidade. Não é só teoria. Antigamente era um livrão. Agora não. Agora, é no computador. Modificou.

Naquele livro, de 88 a 94, foram bem zelados. A capa bonita, as letras bem feitas. Não tinha nada que desabonasse. Está aí o Presidente que sabe disso. Então, a senhora passando, vá para a comunidade e tenha um prazo para ficar lá. Porque se a senhora sair dali após um mês, passando em outro, a senhora cria uma confusão no meio da comunidade, das pessoas e dá prejuízo a quem nós temos que tratar com muito respeito, que são o cidadão e a cidadã brasileira. É quanto a isso que nós temos de ter também essa responsabilidade.

A SRª MILENA GUERREIRO – Eu lhe concedi um aparte. O senhor me concede um aparte?

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Só um minutinho, porque, senão, perco o raciocínio. Vou lhe conceder.

Então, estamos aqui, nós, como políticos, e a senhora como jurista e tudo, e nós temos de compreender que a nossa finalidade é prestar um bom serviço ao cidadão lá na frente. Na hora em que uma pessoa passa num concurso e nomeia a mãe, ela nomeia o noivo, o outro nomeia o irmão e nem pisa... E o mais grave – viu, Presidente? –é o fato de eles estarem morando em Minas e em São Paulo. Substabelecem-se e nunca mais voltam àquela comunidade, a não ser para ir ao banco lá em São Paulo retirar o dinheiro. Isso está errado. Isso está errado.

Eu acho que é necessário o concurso, respeitando-se as pessoas que ali prestam concurso. Eles precisam ir para a comunidade, respeitar as pessoas da comunidade e não aprontar o que se está aprontando no meu Estado. Não sei se está nos demais Estados da Federação.

Para o senhor ter uma ideia, Presidente, o senhor que gosta muito de avião – é aviador também como eu –, o de Natividade já comprando aeronaves, hangares.

Bom, mas por que tantos cartórios na mão de um só? Eu acho que não está certo. Cartório é uma pessoa para cuidar daquele cartório e cuidar daquela comunidade, seja ela pequena, grande ou média – seja o cartório pequeno, médio ou grande.

É isso que eu vim trazer à luz da CCJ. É um sentimento de lá para cá. Não é nem daqui para lá. Não estou aqui jamais desrespeitando os jovens com os seus sonhos de prestarem concurso, jamais desrespeitando decisões do Supremo Tribunal Federal, a quem eu tenho respeito e amizade – a todos os ministros e ministras do Supremo. Tenho um ótimo relacionamento com o Poder Judiciário, com o Ministério Público. Não tenho nenhuma dificuldade. Mas precisamos trazer isso para cá, para essa discussão. Essa é a finalidade de apresentarmos a PEC nº 51, Presidente.

Portanto, Drª Milena, eu quero ouvir a senhora em deferência.

A SRª MILENA GUERREIRO – Eu serei breve porque o colega aqui também quer aparteá-lo.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Vamos ouvir todos.

A SRª MILENA GUERREIRO – Sobre aquela questão técnica, que eu estava lhe falando que não estava bem colocada, é assim, Senador: quando um titular se afasta por qualquer motivo – por morte, por invalidez, por ter passado em um outro concurso –, a serventia não pode ficar vaga. A serventia fica funcionando com um responsável interino, porque o serviço extrajudicial não pode parar.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Mas é em outra cidade.

A SRª MILENA GUERREIRO – Não, mas...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – E o mais grave...

A SRª MILENA GUERREIRO – Escute, escute. Onde está o problema aí?

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Uma cidade tem ciúme da outra. Eles não querem ir lá.

A SRª MILENA GUERREIRO – Onde está o problema, Senador? Não é a PEC que vai resolver esse problema. A organização judiciária estadual é a responsável por resolver essas questões particulares do seu Estado, do meu Estado e de todos os Estados brasileiros. Por isso, a legislação dá a competência para o Tribunal Estadual regulamentar...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Está virando franquia essa história de cartórios.

A SRª MILENA GUERREIRO – Mas a PEC não resolve isso, Senador. A PEC vai piorar essa situação.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Mas não é isso que eu trouxe. A PEC é em outro sentido. Eu estou trazendo à luz da CCJ essa franquia de cartórios. Não é essa a intenção aqui do Congresso Nacional e não foi a dos nossos Constituintes. Inclusive está ali um Constituinte.

A SRª MILENA GUERREIRO – Não, com certeza não foi. O senhor tem razão.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Então, nós temos que acabar com essa franquia. Cartório é uma coisa séria. A pessoa passou, vai para a comunidade, fica lá no mínimo cinco anos convivendo com aquela comunidade, com aquela responsabilidade, porque ele não pode ir lá já com a cabeça para passar em outro concurso. Ele prejudica o cidadão. Vocês estão longe do que prejudica. Vocês estão longe!

Agora mesmo eu vou para Ponte Alta, hoje. Vou ser cobrado: "Senador, nós tínhamos a D. Bieca" – vou até dar o exemplo, ela até faleceu recentemente – "e agora nós não temos ninguém? Nós temos que ir lá a Natividade, lá a Porto Nacional!" E é no Jalapão, cidade por onde vocês passam para desfrutar as nossas belezas, mas não sabem das dificuldades em que está o povo lá.

Esse assunto tem que ser discutido aqui, Presidente, muito embora não seja o tema da PEC. Não é o tema da PEC. Da PEC eu já disse as razões: razão sentimental, de um filho do Estado, de um pioneiro, que vivi 1988 e 1994, o início do nosso Estado, que estou lá na cidade em que nasci e me criei. Moro lá, sou o mais votado, graças a Deus, da capital, mas morando na minha terra, Porto Nacional. Então, eu trago esse sentimento de quem viveu de 1988 a 1994 no meu Estado, e que trataram com denodo, com seriedade, com retidão e com zelo. Esses aí. Eu tenho que trazer. Então, não é ajeitamento. É sentimento.

Era isso que eu queria colocar.

O SR. LEANDRO AUGUSTO NEVES CORRÊA – Senador, também um aparte bem rápido.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Esse discurso do orador já está encerrado. Não cabe mais aparte.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Não, mas eu concedo. Eu concedo.

O SR. LEANDRO AUGUSTO NEVES CORRÊA – Eu pedi antes de terminar.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Se nós ficarmos nesse *tête-à-tête* aqui, nesse pingue-pongue, nós não vamos ouvir as outras autoridades que se inscreveram para falar.

O SR. LEANDRO AUGUSTO NEVES CORRÊA – O senhor me concede um minuto?

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO. *Fora do microfone*.) – Não, Presidente, eu concedo.

O SR. LEANDRO AUGUSTO NEVES CORRÊA – Um minuto. Eu encerro minha fala em um minuto. Prometo.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pois não.

O SR. LEANDRO AUGUSTO NEVES CORRÊA – Duas coisas, Senador. Uma, a Milena disse claramente: o interino responde pela serventia enquanto da vacância. O Tribunal de Justiça do Tocantins – quando vagou, botou no concurso e ninguém escolheu – decidiu fazer anexação com a cidade de Natividade. Isso é competência estadual. O STF já disse: o tribunal decide anexar serviço ou não. Então, o TJ do Tocantins foi o responsável por levar para Natividade.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – E sabe por que foi isso? Porque o que passou ganharia entre mil e dois mil reais. O atual, o ex – agora não é mais atual, porque saiu –, ganhava pouquinho, mas morava na comunidade, Presidente. É conhecido de todos nós, cidadezinha de mil habitantes, oitocentos ou mil. Graças a Deus, além de ser homenageado com o título recentemente, no Dia de Finados – é uma cidade de quilombolas –, comemora-se com festas, com congadas, etc., e eu lá presente na comunidade.

Então, quem era o cartorário está lá, desempregado, passando fome, necessidade – correto, honesto, conhece todo mundo, conhece o cartório, conhece tudo. Olha como estão as duas pontas? O senhor está certo de defender, mas eu também tenho que ver o outro lado. Então, é isso. Ele está lá e falou: "Ó, Senador, eu estou aqui. Arruma um emprego para mim." Como eu arrumo? Você entendeu? Para você ter ideia, lá não tem nem posto de gasolina. Eles têm que levar o tambor de gasolina, Presidente, para abastecer o carrinho para ir à Natividade, cento e tantos quilômetros. É sofrido para a população. Nós temos que ver essa outra ponta.

Por isso, trouxe este assunto para cá. Muito embora não seja um tema exclusivo da PEC 51, eu também queria dar luz a este assunto.

Sou a favor, com regras após, para que atendamos melhor o cidadão e a cidadã lá nas cidades – pequena, média ou grande.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em prosseguimento, anuncio o Sr. Herbert Carneiro...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Vou pedir licença e pedir desculpas a todos os convidados por não poder ficar, Presidente. A nossa intenção, podem ter certeza, é com muita clareza. Aliás, nem conhecia o Dr. Rogério Bacellar. É um prazer. Não o conhecia. Não fiz por causa de cartório. Aqui pode causar a impressão de que o Senador Vicentinho é ligado a cartório. Não. Tem isso não. Sou ligado ao povo, que está sofrendo com essa história. Então, não tem essa de ligado a cartório, ligado a isso. Às vezes, escuto opiniões, como escutei o Dr. André ali para elaborar essa posição, porque não sou jurista. Eu tenho que me embasar de alguma maneira, de alguma forma. Escutei... Ele está até presente. Esqueci o nome dele. Escutei o Marcelinho, a Lívia, que é lá de Tocantins. Lá de Minas, esqueci o nome do senhor. Escutei o Sr. Dirceu, que, inclusive, me recomendou, Governador Anastasia, para retirar o inciso II. Não fui eu, porque, como disse, eu não sou jurista. Eu fico com aquele sentimento querendo aprimorar a questão jurídica. Ele chegou, me visitou, perguntou se eu o recebia no gabinete. Eu o recebi. Ele falou: "Olha, Senador, se tirar aqui, fica com mais ênfase no que o senhor quer falar. Nesse aqui, pode causar a interpretação que o senhor quer levar até os dias de hoje, etc." Entendeu, Presidente? Então, foi com esse sentimento.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Está entendido, Senador.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Creio que todo mundo entendeu.

Agora, eu quero anunciar o próximo orador. Nós ainda temos aqui o Sr. Herbert Carneiro, Presidente da Associação dos Magistrados Mineiros e representante do Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros.

Concedo a palavra ao Sr. Herbert Carneiro.

Eu convido o Senador Antonio Anastasia para presidir a reunião enquanto eu atendo outra atividade aqui na Secretaria da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB - MG) – Tem a palavra o Desembargador Herbert.

O SR. HERBERT JOSÉ ALMEIDA CARNEIRO – Sr. Presidente, Senador Anastasia, ainda aproveitando também a presença do Senador José Maranhão, quero agradecer a oportunidade.

Presidente, em respeito ao Deputado Osmar Serraglio, que sei que tem atividades parlamentares na Casa, eu abro mão da minha fala neste momento – naturalmente se S. Exª quiser falar, porque tem atividades parlamentares, se não houver objeção dos demais.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB - MG) – O Deputado Osmar tem compromisso, não há dúvida. Havendo a aquiescência, então, por gentileza, Deputado Osmar. Agradeço ao Desembargador Herbert pela sua iniciativa.

Deputado Osmar, com a palavra V. Exª. Eu só pediria, de fato, a observância do prazo de dez minutos, em decorrência do número de convidados que ainda temos para ouvir. Agradeço muito V. Exª.

Deputado Osmar Serraglio.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (Bloco/PMDB - PR) – Sr. Presidente Senador Antonio Anastasia, Srs. Parlamentares, senhores que se fazem presentes e a Mesa, é um prazer estar aqui, falando para essa plateia numerosa que eu percebo aqui. Eu imagino o interesse que tem.

Eu sou o autor. Então, venho como alguém que defende a obra que criou. O Projeto de Lei da Câmara, que aqui é o PLC nº 80, é de minha autoria. Eu vou explicar no que eu me fundo. Eu ouvi o Senador Vicentinho e, de alguma maneira – ao menos, a mim me parece –, nós nos aproximamos na mesma reflexão.

O objetivo do meu projeto de lei é fazer com que nós legitimemos aqueles que ingressaram através de concurso público, pelas normas vigentes na época, cuja competência, depois, a sobrevinda da Constituição de 88 determinou que passasse para a União. Exatamente nesse período, nessa lacuna, e sobre ela, é que nós estamos procurando resolver a situação daqueles que estão sendo surpreendidos, 20 anos depois, com, sim-

plesmente, o vazio que está sendo apresentado, na vida deles: estão, simplesmente, sendo alijados do serviço público do qual eles participavam.

Em que eu fundamento essa possibilidade jurídica? Eu sei que se contesta e que, eventualmente, haveria inconstitucionalidade. Eu quero sustentar em cima disso, demonstrar que não entendo que incida inconstitucionalidade.

No período em que havia essa vacância, os tribunais foram provocados. Eu menciono as diversas decisões em que os tribunais confirmaram que se autorizava, sim,que se aplicasse a regência precedente enquanto não sobreviesse a lei federal.Inclusive, eu tenho aqui e posso, rapidamente, fazer referência, por exemplo, ao Ministro Vicente Leal.

Se a legislação que busca regular a incidência e a aplicação do dispositivo constitucional prevê a edição de lei estadual fixando normas e critérios a serem observados para efeito de preenchimento de vagas por remoção, sua aplicação fica na dependência da edição de lei regulamentadora. Enquanto não editada lei estadual regulamentadora, não se põe como desarrazoado o entendimento quanto à possibilidade de o preenchimento das serventias que vagaram antes da Lei 8.935 ser feito sob a forma da legislação anterior e vigente à época da ocorrência.

O que eu quero dizer? A gente sabe que, na sequência, houve uma mudança da jurisprudência, tanto é que o CNJ, muito mais adiante, declarou a inconstitucionalidade de todos aqueles que se abrigaram sob os preceitos da época. Mas eu provoco a reflexão sobre princípios que estão acima disso. Ou nós realmente entendemos que o que sustenta toda a estrutura, o arcabouço constitucional, são os princípios, ou então nós, de fato, não percebemos o que significa a construção teórica de uma Constituição.

Há, em primeiro lugar, o princípio da segurança jurídica. Eu questiono as pessoas que aqui estão. Se alguém de vocês tivesse prestado um concurso, dentro de uma regra, dentro de uma norma e, através de uma decisão de um ato do Presidente do Tribunal de Justiça, obedecendo a todo o rito, o procedimento da época, fosse alçado à ocupação de um cargo, entenderia possível – 20 anos depois, 20 anos depois –, que lhe dissessem: "Olha, desculpe-me, você vai ter que sair desse cargo em que você está"?

Isso atenta contra o princípio da segurança jurídica. Nós temos inúmeras decisões dos tribunais falando isso – Ministro do Supremo e Ministro do STJ –, que, naquele período, reconheciam. Até quando se muda uma jurisprudência, diz-se que essa mudança é dependente de aplicação posterior. As pessoas não podem ser surpreendidas pela oscilação das interpretações. E, aqui, de novo: nós estamos falando e eu estou preconizando a solução daqueles que estão há 20 anos e se submeteram à regra que era vigente à época e que não foi questionada. É um ato administrativo que os nomeou. Existe prescrição, prazo, para que se invalide um ato administrativo – são 5 anos, e nós estamos há 20 anos.

Quando o Supremo Tribunal Federal reconhece a inconstitucionalidade de uma lei, ele pode aplicar o princípio da modulação. Ele pode dizer: "Não, vamos fazer o seguinte: isso vai significar, daqui para a frente, essa interpretação; daqui para trás, nós aplicamos tais ou quais efeitos."

O que eu sustento? Que, se o Supremo pode aplicar o princípio da modulação e não é o Supremo que legisla – quem legisla somos nós –, se nós concedemos ao Supremo a possibilidade de ele modular, nós não podemos modular? O outorgante não pode se valer daquilo que ele outorga? Se eles podem através de uma decisão judicial assim proceder, nós podemos através de um ato legislativo fazer essas correções. É nesse sentido...

Aliás, eu estou vendo o meu professor de Filosofia, o Prof. Tércio Sampaio – é uma alegria estar aqui com o senhor!

Então, nós nos fundamos, volto a dizer, em princípios constitucionais. O princípio da boa-fé, que faz com que nós acreditemos no sistema jurídico; que nós não possamos ser surpreendidos com alterações que nos atinjam nos nossos direitos. Eu falo, como falei, no princípio da segurança jurídica; falo no princípio da modulação; falo no princípio da presunção de legitimidade dos atos administrativos – há uma presunção, é o sistema. Isso faz parte, volto a dizer, dos princípios constitucionais. Os atos administrativos têm presunção de legitimidade e de veracidade. Estamos falando de atos de 20 anos – de 20 anos!

Então, não é algo que nós queiramos introduzir no sistema, malferindo o princípio do concurso público. É só ler a minha proposta: "aqueles que ingressaram na atividade notarial através de concurso público". É a esses que eu estou preconizando, que eu estou postulando, que eu estou pedindo os votos dos Senadores. Nós, lá na Câmara, já aprovamos. Eu sei que foi à Presidência da República, já, uma vez, e ela vetou. Mas vetou, e, agora, nós estamos colocando, dentro do projeto, toda essa fundamentação, essa sustentação jurídica, para que o jurídico lá perceba o diferencial que existe entre aquilo que se prega e aquilo que eu vejo em relação a tantas faixas e cartazes, como se nós tivéssemos apadrinhando algo inusitado em relação aos cartórios.

Eu volto a indagar a todos aqueles que são contra o meu projeto se acham que é normal que alguém tenha se submetido...

(Soa a campainha.)

O SR. OSMAR SERRAGLIO (Bloco/PMDB - PR) – Eu concluo, logo, Sr. Presidente.

Se é normal que alguém se tenha submetido a um concurso público, que se tenha submetido às regras então vigentes e, depois, 20 anos depois, nós, simplesmente, dizermos: "Eu lamento, mas você não tem direito a nada". Isso me soa... Há uma outra que eu estou enfrentando, que é a PEC dos Indígenas, eu pergunto a este País... Todo mundo bate na PEC 215, e eu sou o Relator da PEC 215. Todo mundo bate na PEC 215, e eu pergunto se acham normal alguém chegar e dizer assim: 'Vocês estão há 100, 200, 300 anos, todas as gerações de vocês estavam ali ocupando, e, agora, vocês têm que sair sem um centavo"?. E é isso o que está!

Então, eu acho que nós mudamos. Nós, hoje, precisamos aplicar outros princípios de novo, como o princípio da razoabilidade: é razoável sustentar isso?

É razoável sustentar que essas pessoas simplesmente devam arredar-se diante de um princípio? Eu reconheço aquilo que se disse sobre o concurso público. Eu sou a favor do concurso público. E essas pessoas prestaram concurso público. Podem ter prestado, como ele falou aqui, concurso para cartório de imóveis, não sei o quê, ou cartório de protesto de uma cidade e passou para o cartório de imóveis de uma outra maior... Não vejo por que qualificar isso como algo que não deva merecer da Casa Legislativa uma solução.

É impossível que nós mantenhamos todas essas pessoas nessa insegurança que, lamentavelmente, nós temos testemunhado. Às vezes, as pessoas estão distantes e não percebem que nós estamos vendo, lá na ponta, os casos e os fatos que estão afligindo tanta gente.

Por isso, eu encareço aos Senadores que, na mesma linha da Câmara dos Deputados, aprovem esse projeto. E que a gente prossiga na intenção de resolver, de vez, esse problema que, como eu disse, aflige tanta gente.

Perdoem-me um pouquinho... Eu estou vendo aqui o meu professor do mestrado e, agora – eu não tinha percebido –, o Valmir Pontes, o meu colega de mestrado na PUC de São Paulo. É um orgulho enorme recebê-los aqui. Eu acho que vou ter que suspender o compromisso aonde eu ia, dou uma chegadinha, e volto correndo.

Enfim, é um prazer estar aqui e sustentar aquilo em que eu efetivamente acredito e imagino que seja obrigação de a Casa Legislativa resolver.

Sr. Presidente, muito obrigado, meu Senador Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Na sequência, que foi alterada voluntariamente, anuncio agora o Dr. Herbert Carneiro.

O SR. HERBERT JOSÉ ALMEIDA CARNEIRO – Sr. Presidente, agradeço especialmente a V. Exª a deferência da oportunidade de estar aqui nesta audiência pública. Na pessoa de V. Exª, cumprimento todos os Senadores presentes. Cumprimento muito especialmente o Senador mineiro, Antonio Anastasia Júnior, para nós, mineiros, padrão de homem público, referência de homem público nacional, com certeza.

Sr. Presidente, eu tive a sorte, para as minhas reflexões, de secundar o próprio Senador Vicentinho Alves, que mais uma vez, hoje, fazendo a sua exposição, me deixou ainda mais em estado de perplexidade e de apreensão com relação a essa PEC 51. Eu vou me ater naturalmente à 51. Embora o nobre Deputado Osmar Serraglio tenha feito referência à 80, eu acho que a oportunidade para discussão é outra.

Aqui hoje nós estamos, na Comissão de Constituição e Justiça, para debater a PEC 51, e é, exatamente como já frisado aqui, esta a oportunidade do exame, sob seus aspectos formais, para dizer se ela tem ou não constitucionalidade para prosseguimento.

A Associação dos Magistrados Mineiros, da qual sou presidente, e também a MB, que ora represento, registraram através de nota – e eu vou me permitir, rapidamente, fazer alusão à nota – o estado de apreensão com relação a essa PEC 51:

A Associação dos Magistrados Mineiros vem a público manifestar a sua preocupação pela tramitação e aprovação da PEC nº 51, de 2015, a chamada 'PEC dos cartórios', em tramitação nesta Casa. Consagra-se, por meio dela, a retomada de valores arcaicos, que já havíamos sepultado há quase 30 anos: o apadrinhamento, o hereditarismo, o 'QI' – quem indica. Ressaltamos que a sociedade brasileira, apesar de ainda jovem na sua formação, experimentou avanços pontuais em suas conquistas, à custa de muito sacrifício do povo e de suas lideranças. Esses avanços nos aproximaram de parâmetros adotados pelas nações desenvolvidas. A Constituição Federal de 1988 é conhecida como 'a Constituição Cidadã', em razão de inúmeras regras morais transformadas em preceitos de ordem pública. Permitiu a nossa inserção e afirmação entre as nações de vanguarda, no campo constitucional. Consagrou valores e princípios de raízes tão profundas que, hoje, se tornaram muito caros ao povo brasileiro e indispensáveis à nossa convivência social e ao Estado de direito democrático.

Entre esses princípios, destacam-se a impessoalidade, a moralidade, a transparência e o livre acesso aos cargos públicos, mediante a forma mais democrática possível, o concurso público. A aprovação dessa PEC

abala todas essas conquistas. Pior: arruína a tão necessária credibilidade dos serviços notariais e de registros, portadores, sabidamente, de fé pública.

Parece-nos, assim, que a aprovação não se efetivará, por violar os já consagrados valores constitucionais. Além do mais, há uma potencial inconstitucionalidade na proposta pela violação de cláusulas pétreas, com a qual a sociedade brasileira não deverá transigir.

Por isso, esperam a Associação dos Magistrados Mineiros e a AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros) que V. Exªs, os Srs. Relatores, reflitam profundamente sobre essa questão e, naturalmente, colhendo nossas modestas ponderações feitas aqui hoje, reflitam sobre a inconstitucionalidade dessa proposta.

Sr. Senador, eu, mais uma vez, refiro-me ao Senador Vicentinho Alves – e eu me ative a essa reflexão quando me debrucei sobre a PEC. A justificativa da sua proposição – isso também isso foi dito aqui, mas não é demais reiterar – tem por razão o estabelecimento da segurança jurídica. Hoje, S. Exª, que nos precedeu, deixou muito claro – embora com uma nobreza de sentimento que deve ser destacada, porque preocupado S. Exª com pessoas, com situações, com supostos direitos conquistados –, disse muito bem que não se conforma com que essas pessoas estejam colocadas numa situação, eu diria, de limbo constitucional e legal, em razão de terem exercido as suas funções e hoje estarem prestes a perder essas funções.

Bem, é preciso, primeiro, frisar que essas pessoas tiveram, como muitas outras, a oportunidade de saber que estariam num período de regra transitória e que teriam a oportunidade, sim, de fazer concurso. O certo é que o legislador constituinte de 88 estabeleceu um marco – embora, com o devido respeito, o constitucionalista renomado André Ramos Tavares diga que trata de um microssistema o art. 236 –, é preciso deixar claro que lá se introduziram sim, como no art. 37, princípios, os quais eu já declinei, cláusulas pétreas, que, naturalmente, não podem ser alteradas.

Há circunstâncias de pessoas e situações – e essas pessoas são muitas –, como também estão muitos hoje – segundo dados do CNJ, 100 mil cidadãos – preparando-se para o concurso público dos cartórios. Essas pessoas merecem respeito em condição de igualdade. O concurso público, que o legislador constituinte fez consignar na Constituição como um marco, estabeleceu, como já dito aqui, a hipótese da transitoriedade e, para além da transitoriedade, naturalmente, a vigência e a força da norma constitucional tão somente.

Não dá, definitivamente, para encontrar saída, ainda mais valendo-se de uma proposta de emenda constitucional para acertar, ou contemplar essas situações, que, como eu disse, não se ajustam à ordem jurídica brasileira, com a Constituição vigente e com a transitoriedade pela qual ela passou.

Não se justifica segurança jurídica. Segurança jurídica não se dá às pessoas; segurança jurídica se dá ao sistema. O sistema é que deve ser juridicamente seguro, através de uma Constituição que tenha seus princípios garantidos, através de leis boas, que garantam esses princípios constitucionais, e as pessoas, sim, busquem, através desse sistema jurídico seguro, o prevalecimento dos seus direitos.

Não é o que se pretende com a Proposta de Emenda Constitucional nº 51. Sob a égide ou sob a justificativa, penso eu, frágil da segurança jurídica, penso que não se sustenta também essa PEC, a despeito de ferir frontalmente, como já destaquei, princípios constitucionais pelos quais o ilustre Senador Anastasia – um dos maiores administrativistas deste País, professor renomado da Universidade Federal de Minas Gerais, da Escola de Paulo Neves de Carvalho –, lá na Constituição de 1988, trabalhou intensamente – e, depois, em 1989, na nossa constituição estadual –, para que o prevalecimento do concurso público fosse naturalmente a vontade da Constituição e a vontade das leis.

Foi feita alusão aqui ao Conselho Nacional de Justiça e eu, embora não tenha procuração, tenho de fazer o registro de que o Conselho Nacional de Justiça, em 2009, fez editar as Resoluções nºs 80 e 81, que estabeleceram critérios para o concurso público.

Todos sabemos que o Conselho Nacional de Justiça veio à Constituição pela reforma da Constituição 45, a reforma do Judiciário, e o Conselho Nacional de Justiça tem papel de fiscalização e controle, inclusive sobre os serviços extrajudiciais, notariais e de registro. E o Conselho Nacional de Justiça, embora tenha demorado um pouco, de 2005 até 2009, fez editar essas duas resoluções, determinando aos tribunais do País que, naturalmente, fizessem os concursos. E os tribunais passaram a fazer os concursos. O nosso, de Minas, por exemplo, depois da edição da Constituição, depois da norma do Conselho Nacional de Justiça, já fez cinco ou seis concursos. Deu a possibilidade a pessoas em condição isonômica, em condição de impessoalidade, em condição de transparência, de moralidade e de legalidade, cada uma naturalmente fazendo prevalecer a sua condição meritória, de qualificar o serviço notarial. Falo como juiz que sou há 23 anos.

Fui juiz em comarca considerada de difícil provimento no noroeste mineiro. Tive a oportunidade de conviver – e merecem todos os respeitos – com registradores notariais e de registro civil, especificamente, com pessoas apadrinhadas, vamos dizer assim, muitas que não tinham a mínima condição de exercer o múnus público. Hoje, a experiência que colho, com dados registrados pelo próprio Conselho Nacional de Justiça, que já

tem esses dados estatísticos, censitários de evolução pelo mérito da qualidade do serviço notarial brasileiro, temos de reconhecer que, nesse particular também, o concurso público tem representado uma evolução na boa qualidade do serviço notarial que é recebido por delegação do Poder Público.

Meus senhores, Sr. Presidente, fico, mais uma vez, agradecido pela oportunidade. Vou deixar uma nota com cada um dos senhores, em que faço, mais uma vez, essa reflexão, e chamo os senhores para este momento importante nesta Comissão, que é a comissão que tem poder de dar prosseguimento ou não a essa proposta de emenda constitucional, mas frisando que ela causa uma frustração, sem perder de vista que os concursados – boa parte deles em exercício das suas atividades –, se forem frustrados pela aprovação desta PEC nº 51, ensejarão, aí, sim, insegurança jurídica no Poder Judiciário, porque pleitearão e, com muita razoabilidade, indenizações milionárias contra os Estados, porque acreditaram no concurso, acreditaram nos princípios previstos na Constituição Federal, acreditaram no republicanismo brasileiro, que tem assentado, no serviço público, como porta de seu ingresso, o concurso público. E não podem, definitivamente, se verem frustrados nesse particular.

Muito obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Concedo a palavra ao Prof. Valmir Pontes, que inverteu a ordem de inscrição aqui com o Sr. Tércio Sampaio Ferraz Júnior, que seria o orador da vez.

Tem a palavra o Prof. Valmir Pontes.

O SR. VALMIR PONTES – Eminente Senador José Maranhão, digno Presidente desta Comissão; Prof. e Senador Anastasia; Deputado Osmar Serraglio; eminentes e ilustres componentes da Mesa e demais, também ilustres, debatedores do tema.

Cometerei a humilde ousadia de divergir de alguns posicionamentos aqui tão cientificamente expostos e o faço de modo respeitoso, mas convicto das minhas ideias.

Tem razão o Prof. Pedro Lenza quando afirma que aqui se exerce, nesta Comissão, um controle prévio, mas prévio de constitucionalidade de projetos.

Também tenho em mente que as emendas constitucionais devem valer doravante e nunca desde sempre. Emendas são regras infraconstitucionais, tanto que podem ser declaradas inconstitucionais.

Há alguns anos, tive o privilégio de escrever em parceria com o então Prof. – e apenas isso até aquela época – Carlos Ayres Britto um artigo intitulado *A Prevalência do Direito Adquirido contra as Emendas Constitucionais,* tendo por pressuposto que não se pode cogitar que uma emenda, regra infraconstitucional, possa ferir direitos constitucionalmente assegurados. Uma coisa é uma emenda ferir cláusula pétrea da Constituição originariamente posta; outra é modificar dispositivos outros da Constituição, inclusive os do art. 37, que não são cláusulas pétreas. Tanto não são que diversos dispositivos desse mesmo artigo – incisos – foram modificados, suprimidos ou alterados.

Pois bem: estabeleceu-se um suposto litígio entre a regra, e não o princípio, no meu humilde entender, do concurso público, que é saudabilíssimo, e o super princípio da segurança jurídica. E aí reside o ponto nodal da questão.

Digo isso porque eu não posso ser – nem seria jamais – contrário à realização de concursos. Exerci dois cargos públicos na vida, dos quais estou aposentado: o de procurador de Estado do Ceará e o de professor da Universidade Federal daquele mesmo Estado. A ambos cheguei pela via do concurso público. Mas uma coisa é olvidar o princípio ou super princípio da segurança jurídica de que decorre o princípio da boa fé... A Administração não pode induzir o administrado em erro.

Escrevi eu, há algum tempo: "Não é demasiado lembrar que não pode haver progresso, notadamente social e econômico, sem permanência e estabilidade das relações jurídicas".

E, nessa linha, cito o Prof. Celso Antônio Bandeira de Mello:

É sabido e ressabido que a ordem jurídica corresponde a um quadro normativo que enseja às pessoas a possibilidade de se orientarem, graças à ciência, que, de antemão, lhes é dada sobre o que devem ou o que podem fazer por lhes ser obrigatório ou conveniente e o que não devem, não podem ou não lhes convém fazer [...]. Com isto, os sujeitos de direito dispõem de uma certa segurança em relação ao futuro, o qual se lhes apresenta, então, com alguma estabilidade no que atina aos efeitos que terão amanhã os comportamentos que praticarem hoje [...]. Portanto, é a segurança, a estabilidade, o que condiciona a ação humana. Esta é a normalidade das coisas. Daí que o Direito não poderia alhear-se disto.

Ora, bem. Quanto à situação sob discussão, não se está aqui a defender – nem se poderia fazer isso –, para usar uma expressão que foi usada de passagem, um "trem da alegria", de modo algum, mas a cuidar de certos atos de provimento de cargos ou de funções fundados em lei, válida e legitimamente editados na vacância da norma nacional, pelos Estados membros e que cumpriram todo o formalismo jurídico normativo até então vigente.

Ora, a situação não é complexa? É complexa, sim.

Percebam os senhores que o próprio Ministro Marco Aurélio Mello, no julgamento do Mandado de Segurança nº 28.155, diz:

Não se não se pode desprezar a segurança jurídica, pouco importando que o ato praticado se mostre contrário a lei ordinária ou à Constituição Federal. Num e noutro caso, não cabendo distinguir onde a lei não o faça, é impossível revisão administrativa do ato praticado quando passados mais de cinco anos.

Ora, nessa esteira também de raciocínio consultado sobre a matéria, o Professor – novamente, eu cito Celso Antônio Bandeira de Mello – quanto à resolução do CNJ diz:

A decisão foi nula por ofensa aos indeclináveis princípios da segurança jurídica, da presunção de legitimidade dos atos administrativos, da lealdade e da boa-fé e da proteção à confiança aos administrados.

A nulidade da decisão do CNJ é igualmente verificada de modo flagrante em face do art. 3.054 da Lei 9.784, de 99, cujo teor abrangente contempla quaisquer atos maculados por violação ou direito, quer se trate de atos infraconstitucionais, quer se trate de atos diretamente contrários à Constituição.

Há situações, eminentes Senadores e todos que estão aqui a debater tão elevadamente o tema, em que notários registradores se submeteram, sim, a concurso público e, apenas às vezes, permutaram as suas serventias, como fazem, por exemplo, os magistrados que permutam as suas comarcas sob o beneplácito do tribunal. Não há nenhuma invalidade ou nulidade nisso. Depois de 20 anos, como lembrou o Deputado, isso não vale nada? Acaba sendo levado de roldão? Não. De forma nenhuma. Há decadência. O poder de autotutela da administração tem limites, e as declarações de inconstitucionalidade podem, sim, ser moduladas de acordo com as circunstâncias.

Senhores, eu ouvi com atenção os argumentos todos e, uma vez que a Drª Milena encerrou a sua fala com uma referência poética que muito me tocou, eu o faço também. Serei muito breve até porque a fala mais densa, sem dúvida, será do nosso eminente Professor Tércio Sampaio Ferraz. Faço isso, mas com uma citação espiritualista.

Francisco Cândido Xavier nos ensinou que não se pode, com efeito, voltar atrás e recomeçar a vida, mas ele também nos disse que doravante é possível, sim, reconstruir um novo final. Portanto, eu creio que a convalidação, em circunstância bem específica, é plenamente válida.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Concedo a palavra ao Professor Tércio Sampaio Ferraz Junior.

O SR. TÉRCIO SAMPAIO FERRAZ JUNIOR – Sr. Senador José Maranhão, que preside esta reunião, Srs. Senadores, senhoras e senhores, eu gostaria de principiar lendo três decisões do Conselho Nacional de Justiça. Uma se refere a um concurso 16 de novembro de 1990, em que ocorreu uma remoção; o outro se refere a um concurso de 20 de janeiro de 1991, que também se refere a uma remoção; e, o terceiro, a um concurso de 14 de maio de 1993, que também se refere a uma remoção.

O primeiro caso se tratava de processo seletivo promovido pelo Tribunal de Justiça do Paraná com publicação de edital de convocação sem impugnação com base na Lei Estadual 7.297, de 80.

O segundo processo seletivo promovido pelo Tribunal de Justiça do Paraná com publicação de edital de convocação sem impugnação com base na Lei Estadual nº 7.297.

O terceiro processo seletivo promovido pelo Tribunal de Justiça do Paraná, com publicação de edital de convocação, sem impugnação, com base na Lei Estadual nº 7.297. Os três casos são absolutamente iguais.

Nos três casos, houve remoção provida mediante permuta. No primeiro caso, a serventia foi considerada vaga e, portanto, não houve provimento. No segundo caso, a serventia foi considerada provida – e foi provido. No terceiro caso, a serventia foi considerada provida e, portanto, provido.

No primeiro caso, não se considerou legítima. No segundo caso, considerou-se legítima a remoção. No terceiro caso, considerou-se legítima a remoção.

Esses são apenas três exemplos. Existem inúmeros exemplos desse tipo – e não são apenas do CNJ; são exemplos de decisões judiciais no mesmo padrão. O que nós temos no Brasil hoje, inclusive no Supremo Tribunal Federal, é uma enorme incerteza a respeito do assunto.

É dever do Senado e da Câmara pôr fim a essa incerteza – nós estamos falando em incerteza jurídica. Não é verdade que todas as decisões estão ocorrendo com base em padrões paradigmáticos; não é isso o que está acontecendo. Nós temos decisões que estão variando e, às vezes, em casos absolutamente semelhantes.

Eu não vou falar da PEC. Eu vou falar do projeto de lei, porque foi colocado pelo Sr. Presidente desta reunião logo no início: que nós falaríamos também do projeto de lei.

Aquilo para o que eu gostaria de chamar atenção é que efetivamente esse projeto de lei se refere a um caso muito especial. Casos, aliás, mencionados nesses julgados do Conselho Nacional de Justiça; ou seja, daqueles que ingressaram por concurso, nos termos do art. 236 da Constituição Federal.

E o que é que se diz aqui? Que "ficam preservadas todas as remoções reguladas pela lei estadual ou do Distrito Federal, homologadas pelo respectivo tribunal de justiça" e que ocorreram naquele período que vai da Constituição à publicação da lei federal.

O que se tenta pôr fim é a uma incerteza jurídica sobre esses casos. Nós não estamos falando de não concursados. Nós estamos falando de concursados, no caso desse projeto de lei.

E, mais do que isso, houve, da parte da Presidência da República, há algum tempo, por conta de um projeto de lei semelhante a esse, no ano passado, uma decisão, a meu ver, absolutamente contraditória. Na mensagem de veto, uma norma semelhante foi vetada. E qual foi a razão do veto lá atrás? Ao resguardar remoções, no âmbito da atividade notarial e de registro, realizadas independentemente de concurso público, o projeto viola o disposto no art. 236, §3º, da Constituição.

Mas não é disso que nós estamos falando neste projeto de lei. O que nós estamos falando nesse projeto de lei é sobre remoções no âmbito da atividade notarial, realizadas mediante concurso público.

De que concurso público nós estamos falando? O art. 236, a meu ver, é muito claro quando, ao falar de concurso público, fala de serviços notariais e de registro, que são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público. "A lei regulará as atividades e disciplinará a responsabilidade civil e criminal dos notários".

Pois bem, o que se diz no §3º é que:

O ingresso à atividade notarial do registro depende de concurso público de provas e títulos, não se permitindo que qualquer serventia fique vaga sem abertura de concurso de provimento e de remoção por mais de seis meses.

Nós temos duas normas aqui. Uma norma se dirige a concurso para o exercício da atividade notarial e de registro. A outra norma se dirige à autoridade para a abertura de concurso de provimento e de remoção.

Pois bem, no período que vai da promulgação da Constituição até a promulgação da lei federal, nesse período, vigiam – e isso é reconhecido tem sido reconhecido no Supremo Tribunal Federal – as legislações estaduais.

Houve remoções ocorridas nesse período, conforme a lei estadual então vigente. É disso que este Projeto de Lei nº 80, o PLC nº 80, de 2015, está falando. Portanto, neste caso, nós estamos falando de concursados e de remoções mediante concurso público, conforme leis estaduais. Esse projeto não poderia ter outro destino senão a sua aprovação. E seguramente, esclarecido o Gabinete da Presidência da República, isso jamais poderia ter sido vetado. Não faz sentido.

A PEC é um outro caso. Sobre a PEC, eu não vou me manifestar. Estou me manifestando sobre esta lei, que realmente coloca um fim a uma incerteza jurídica. Quanto à questão da PEC, ela é um problema de segurança pública? O.k., que seja um problema de segurança pública. O senhor tem razão, Dr. Carneiro: segurança pública é uma segurança do sistema. Aqui, vêm os grandes problemas jurídicos. Segurança jurídica também é um direito fundamental individual. Não há como olhar os dois lados. E há pessoas aqui sofrendo pessoalmente.

E, neste caso, acho que nós devemos fazer a devida ponderação. De um lado, a segurança jurídica como princípio, mas, de outro lado, a segurança jurídica como direito individual do cidadão. Isso também tem de ser olhado. Não estou nem dizendo sim nem não à PEC, mas eu acho que a segurança jurídica, nesses dois sentidos, tem de ser olhada.

Em favor do meu colega André Ramos Tavares, eu também diria – aliás, já foi dito – que concurso público realmente é uma instituição fundamental da República. É uma instituição fundamental da República e, como instituição fundamental da República, está consagrado nas suas normas. Mas não é cláusula pétrea. O senhor tem razão: não é cláusula pétrea.

O Constituinte de 1988 regulou, por isso mesmo, o que ele achava, naquele momento, conveniente como exceções aos casos disciplinados. Ela abriu as exceções. Eu não vejo por que, formalmente, o nosso Parlamento, o nosso Congresso Nacional não possa mexer em Disposições Transitórias. Isso é possível. Se é certo, se é errado, sobre esse tema, eu não me manifesto. Mas que é possível, o Dr. André Ramos Tavares tem razão. Possível é. Não se trata de cláusula pétrea e de nenhuma afronta ao Supremo Tribunal Federal, que, certamente, vai olhar isso com os olhos de juízes, aceitando o que o Parlamento decide dentro da sua competência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, eminente Presidente, Senador José Maranhão. Cumprimento todos os eminentes convidados. Saúdo a todos e agradeço a presença de cada um, em um tema, Sr. Presidente, que, como observamos ao longo dessas últimas horas, é extremamente polêmico e complexo.

Eu queria, antes de fazer a minha intervenção, agradecer as palavras do Desembargador Herbert Carneiro, fruto do seu coração serrano, em prol desse seu conterrâneo, tão gentil como sempre.

Em primeiro lugar, eminente Presidente, senhores convidados, o tema, como eu dizia há pouco, é extremamente polêmico, como, aliás, são as coisas do Direito em geral.

Nós faremos, hoje, nesta reunião, nesta audiência pública, a discussão da PEC, e não do projeto de lei. De todo modo, como as matérias são muito ligadas, são quase siamesas, os dois assuntos foram trazidos a lume. Pelo que eu entendi, V. Exª vai designar outra audiência pública específica sobre o tema do projeto de lei já aprovado na Câmara e ora em tramitação na CCJ.

Eu gostei muito de acompanhar, durante todo o período, porque confesso que o tema do sistema de cartórios é extremamente complexo, como eu disse há pouco, muito complicado e pouco conhecido, inclusive daqueles que militam na área jurídica, como é o meu caso. Acho até que uma das melhores ações do meu governo foi exatamente, logo no início, a de delegar ao Poder Judiciário tudo aquilo que era competência do Executivo de Minas Gerais. Tudo que ainda remanescia na área do Executivo eu passei para o Poder Judiciário, para que o Tribunal de Justiça desempenhasse, na plenitude, os poderes de vigilância, fiscalização e controle e ainda os necessários à outorga e ao controle dos concursos.

Mas, nesse aprendizado, que é permanente, espantaram-me alguns temas correlatos – não vou fazer perguntas e vou ser muito rápido, até em razão da hora – que merecem um estudo posterior nosso no Congresso Nacional.

Em razão até da iniciativa louvável do Senador Vicentinho, que se preocupou com questões concretas e importantes, minha primeira dúvida é: o titular do cartório pode não residir na comarca? Não sei. Se não puder, devemos fazer uma lei que determine que ele habite permanentemente, sob pena de perder a sua atividade.

Segunda dúvida: como é possível – ele trouxe à colação exemplos – designar como substitutos parentes – noiva, mãe, filho? Inconcebível. Foi notificado que o CNJ não teria aprovado por um voto, talvez sob o prisma – não vi a decisão, não a conheço – do caráter privado, mas é uma função pública. Então, acho que também devemos legislar sobre o assunto, se for o caso.

Resumindo, Sr. Presidente, nós percebemos que, na CCJ, no momento do debate sobre essa emenda e sobre o projeto de lei, teremos muito trabalho, e certamente serão debates acesos.

Em relação à emenda, propriamente, ouvi, com muita atenção, todos e, com imenso respeito, o Prof. Valmir Pontes, a quem rendo homenagens permanentes, meu caro colega do Direito Administrativo, e, mais ainda, com respeito, o Prof. Tércio Sampaio, luminar absoluto do nosso Direito. Mas eu não posso aqui, publicamente, concordar com a tese, com respeito também ao Prof. André Ramos, de que a abolição do concurso estaria talvez na nossa esfera. Imaginem um Congresso que resolva, por sua maioria, fazer uma emenda constitucional abolindo o concurso como um todo – para magistrados, para membros do Ministério Público, para todos os cargos. Em tese, isso seria possível, mas uma aberração dentro desse princípio. Acho que isso fere o direito fundamental de acesso ao cargo público.

Hoje, a instituição do concurso, do acesso republicano é muito robusta e está enraizada não só no sentimento das pessoas, daqueles que fazem o concurso – é legítimo que façam concurso e cada qual se aprimore para obter um cargo melhor –, mas também no sentimento do próprio cidadão de ser servido por uma pessoa qualificada e dedicada.

Estamos empenhados, a essa altura – o Senador Maranhão, ao presidir a CCJ, tem dado muito amparo a isto –, em adotar diversas medidas legislativas para reduzir os cargos comissionados e, de fato, prestigiar a meritocracia, diminuir a discricionariedade dos poderes, trazer para o Brasil mecanismos de carreira e de gestão já existentes em países mais desenvolvidos, exatamente para prestigiar uma gestão empreendedora, gerencial e de resultados que tem, na meritocracia, um de seus pilares mais fortes.

Então, acredito, eminente Presidente, que vai ser muito difícil a aprovação da PEC em razão não só dos posicionamentos do Supremo Tribunal, mas também do sentimento que existe na Casa em favor do concurso público.

No caso do projeto, vai-se discutir por que havia, de fato, esse ingresso original por concurso. Mas é sempre estranho que uma pessoa faça concurso para ser titular em uma cidade pequena e, do dia para a noite, seja removida para um cartório na capital, bastante...

O SR. VALMIR PONTES – O nobre Senador me concederia um aparte, com a anuência da Presidência?

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Pois não, Prof. Valmir. É claro.

O SR. VALMIR PONTES – Obrigado, Senador, pela referência muito bondosa de sua parte ao meu nome.

Quero só para esclarecer. Eu jamais defenderia a extinção do concurso público, de forma nenhuma, ou uma emenda que visasse à eliminação da figura do concurso público; até porque isso ofenderia, como V. Exª bem disse, o princípio segundo o qual todos têm acesso aos cargos públicos, e o princípio da isonomia, também – este, sim, um princípio pétreo.

O que sustento é que é possível, sem abolir minimamente, sem ferir no seu âmago a regra do concurso, regular situações consolidadas no passado, de modo a evitar que a vida daquelas pessoas, depois de tantos e tantos anos, se modifique de maneira radical, sem que nenhuma proteção lhes caiba.

É apenas isso, Senador, para que não fique uma má impressão minha, de sua parte, maior do que, eventualmente, a que V. Exª possa ter de mim.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Jamais; ao contrário; as impressões são sempre as melhores.

E volto a reiterar a V. Exª, Prof. Valmir, que o bonito do Direito é exatamente isto, as diversas teses que nós todos temos. É claro que eu jamais iria conceber que V. Exª pudesse levantar essa bandeira da abolição do instituto... Eu fiz exatamente o exemplo *ad terrorem* para mostrar o risco que é, porque é uma pequena exceção hoje, uma segunda amanhã, e sabe-se lá aonde nós podemos chegar.

Com relação à situação das pessoas, é claro que eu acho que todas elas terão de discutir os seus direitos – não é o tema nosso, aqui –, inclusive requerendo indenizações ou procedimentos adequados em razão de se considerarem lesados por atos de boa-fé que foram incorporados no passado também.

Então, Sr. Presidente, é a observação que eu queria fazer: acho que a audiência pública foi muito rica, de grande conteúdo. Percebemos, como eu disse, que o tema vai suscitar, na hora da reunião da Comissão, da sua deliberação, um debate extremamente aceso, vivo, até interessante, e que será acompanhado, certamente, pela televisão. As pessoas no Brasil inteiro verão o que significa, de fato, um tema candente, que mostrará, é claro, a competência do Senado e da CCJ para identificar os melhores caminhos.

Eu quero agradecer muito a V. Exª, nosso Presidente, e, sobretudo, aos convidados, que trouxeram tantas luzes sobre este assunto tão delicado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Encerrando esta reunião, quero agradecer a todos os convidados, que trouxeram as luzes de seu conhecimento acadêmico, de seu conhecimento jurídico, assim como a experiência vivenciada nas funções que ocupam, seja em órgãos representativos das várias categorias envolvidas com os objetivos da matéria, seja pela sua alta qualificação.

Quero dizer que esta audiência pública cumpriu plenamente o seu papel regimental de informar bem aos Parlamentares, especialmente aos integrantes da Comissão de Constituição e Justiça, de maneira que a decisão proferida pela Comissão seja a mais judiciosa e a mais sábia possível.

Agradeço mais uma vez a todas as autoridades e a todos os convidados aqui presentes, dizendo que eles estão de parabéns pelos substanciosos depoimentos que trouxeram e que, certamente, servirão muito à própria orientação do voto dos membros desta Comissão.

Antes de encerrarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 35ª Reunião Ordinária. Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 34 minutos.)

ATA DA 37ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2015.

Às treze horas e trinta e seis minutos, do dia doze de novembro de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senador José Maranhão, com a presença dos Senadores José Pimentel, Edison Lobão, Ronaldo Caiado, Antonio Anastasia, Delcidio do Amaral, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Dário Berger, Douglas Cintra, Blairo Maggi, Vicentinho Alves e das Senadoras Simone Tebet, Ana Amélia e Vanessa Grazziotin, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Humberto Costa, Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Wilder Morais, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Valdir Raupp, Jader Barbalho, José Agripino, Aécio Neves, José Serra, Antonio Carlos Valadares, Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues, Eduardo Amorim, Marcelo Crivella, Magno Malta e as Senadoras Gleisi Hoffmann e Fátima Bezerra. Registra a presença o Senador Flexa Ribeiro. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM ÚNICO: EMENDAS AO PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 006/2015**, que *"Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016-2019 (PPA 2016/2019)".* A Presidência designa Relator "ad hoc" o Senador Antonio Anastasia. O Senador Antonio Anastasia apresenta o Relatório sobre as **8 (oito) emendas** sugeridas ao referido Projeto, da quais **2 (duas)** Propostas de Emendas de Texto – Alteração de Iniciativa, **2 (duas)** Propostas de Emendas à Despesa – Inclusão de Iniciativas, e **4 (quatro)** Propostas de Emendas à Despesa – Inclusão de Metas. Após a discussão, são aprovadas as seguintes Emendas ao PPA-2016/2019: **EMENDAS DE TEXTO (Altera iniciativa)**: **EMENDA 01-CCJ) EMENTA:** Apoio ao aprimoramento dos projetos de acolhimento de refugiados e imigrantes em situação irregular segundo orientação de tratados internacionais no Brasil. **PROGRAMA:** 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. **OBJETIVO:** 0255 - Promover a fruição de direitos, o fortalecimento da educação e da cultura em direitos humanos, o respeito e a valorização das diversidades de raça, nacionalidade, gênero, região, cultura, religião, orientação sexual, identidade de gênero, idade e deficiência, atuando de forma interfederativa e interinstitucional. **INICIATIVA NO PL:** 06QB - Apoio ao aprimoramento dos projetos de acolhimento de refugiados e imigrantes em situação irregular segundo orientação de tratados internacionais no Brasil. **TEXTO PROPOSTO:** Apoio ao aprimoramento dos projetos de acolhimento de refugiados e imigrantes em situação irregular de vulnerabilidade, segundo orientação de tratados internacionais no Brasil. **JUSTIFICATIVA:** Está emenda visa o apoio a projetos para acolhimento temporário a refugiados; custeio de suas necessidades básicas, no que diz respeito à alimentação e vestuário; aquisição de móveis e imóveis; aquisição de bens permanentes, contratação de serviços; repasse de recursos financeiros ao governo federal, estadual ou municipal, além de outras organizações parceiras. Assim solicito à aprovação desta emenda**. EMENDA 02-CCJ) EMENTA:** Redução do grau de vulnerabilidade social em zonas de alto nível de violência, por meio da prevenção e resolução de conflitos. **PROGRAMA:** 2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública. **OBJETIVO:** 1043 - Ampliar o acesso à justiça e à informação, promover os direitos da justiça de transição, os direitos de migrantes e refugiados e fortalecer o enfrentamento ao tráfico de pessoas. **INICIATIVA NO PL:** 04WS - Redução do grau de vulnerabilidade social em zonas de alto nível de violência, por meio da prevenção e resolução de conflitos. **TEXTO PROPOSTO:** Redução do grau de vulnerabilidade social em zonas de alto nível de violência, por meio da prevenção e resolução de conflitos, e através de projetos educacionais, esportivos e culturais. **JUSTIFICATIVA:** Segundo o Ipea, a vulnerabilidade social no país entre 2000 e 2010 caiu 27%, influenciada principalmente pela melhoria de renda da população. O resultado da pesquisa está na publicação do Ipea batizada de Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros, que analisa os 5.565 municípios do país. O Ipea concluiu que a quantidade de municípios brasileiros com alta ou muito alta vulnerabilidade social caiu de 3.610 em 2000 para 1.981 em 2010. Já o número de municípios com baixa ou muito baixa vulnerabilidade social passou de 638 em 2000 para 2.326 dez anos depois. A evolução foi mais nítida em alguns Estados das regiões Centro-Oeste (como a faixa de fronteira de Mato Grosso do Sul), Norte (especialmente Tocantins) e Nordeste (com destaque para o sul da Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte e leste de Pernambuco). Apesar disso, o Ipea avalia que continua havendo um quadro de disparidades regionais, com muitos municípios na faixa de muito alta vulnerabilidade social na região Norte – especificamente nos Estados do Acre, Amazonas, Pará, Amapá e Rondônia – e no Nordeste (principalmente no Maranhão, em Alagoas e Pernambuco). Diante estas informações solicito à aprovação da presente emenda. **EMENDAS À DESPESA – INCLUSÃO DE INICIATIVAS: EMENDA 03-CCJ) EMENTA:** Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), no Estado do Mato Grosso do Sul. **PROGRAMA:** 2058 - Defesa Nacional. **OBJETIVO:** 1123 - Monitorar, controlar e defender o espaço terrestre, aéreo e as águas jurisdicionais brasileiras. **INICIATIVA NOVA:** Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), no Estado do Mato Grosso do Sul. **CUSTO TOTAL PROPOSTO:** R$ 360.000.000,00. **DATA DE INÍCIO:** 01/01/2016. **DATA DE TÉRMINO:** 31/12/2019. **VALOR PRIMEIRO ANO:** R$ 90.000.000,00. **VALOR DEMAIS ANOS:** R$ 270.000.000,00. **JUSTIFICATIVA:** O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) foi concebido para fortalecer a presença e a capacidade de ação do Estado na faixa de fronteira terrestre, bem como servir de instrumento de integração e desenvolvimento econô-

mico e social regional. Os meios de sensoriamento do SISFRON estarão desdobrados ao longo de toda a faixa de fronteira do Estado do Mato Grosso do Sul, abrangendo diretamente 45 dos 79 municípios do Estado e uma população de 1.143.784 de habitantes, segundo estimativa do IBGE de 2013. O Sistema proporcionará, na medida em que os investimentos sejam feitos, melhorias nas condições ambientais e da qualidade de vida das populações de regiões desassistidas, como também dos centros urbanos, principalmente os de maior população. Uma vez operacional, o Sistema permitirá melhores condições no combate aos ilícitos transfronteiriços e ambientais, bem como às ameaças à segurança sanitária, considerando a possibilidade de se obter condições mais adequadas de monitoramento da faixa de fronteira e maior efetividade nas operações interagências, envolvendo o Exército e os demais Órgãos Federais, Estaduais e Municipais com responsabilidades na área fronteiriça do Mato Grosso do Sul. Os recursos de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) do Sistema poderão, ainda, ser empregados em atividades como telessaúde, inclusão digital e ensino à distância. A implantação do Projeto Piloto do Sistema proporcionará a geração de mais de 7.600 empregos diretos e um efeito renda de mais 16.000 empregos, muitos dos quais, no Estado do Mato Grosso do Sul. Os recursos da presente emenda serão aplicados na implantação do Projeto, nas áreas de atuação das 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (Dourados/MS) e 18ª Brigada de Infantaria de Fronteira (Corumbá/MS), ou seja, em toda faixa de fronteira do Estado do Mato Grosso do Sul. Os resultados esperados são: a) fortalecimento da presença e do poder de ação do Estado na faixa de fronteira, devido à ampliação da capacidade de monitoramento e de pronta resposta dos órgãos governamentais em áreas estratégicas do País; bM maior capacidade de atuação em operações interagências, em função, dentre outras iniciativas, da interligação do SISFRON com sistemas congêneres de outros órgãos governamentais; c) maior efetividade no combate aos delitos transfronteiriços e ambientais; d) aumento da segurança nos centros urbanos, em virtude da redução dos ilícitos na faixa de fronteira; e) concluir a implantação do Projeto Piloto, com foco na área da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (Dourados/MS), que corresponde a quase 50% da faixa de fronteira do Estado do Mato Grosso do Sul; e f) implantar a infraestrutura do SISFRON na área de atuação da 18ª Brigada de Infantaria de Fronteira (Corumbá/MS). **EMENDA 04-CCJ) EMENTA**: Indenização aos atuais possuidores de Títulos das áreas sob Demarcação Indígena – Nacional. **PROGRAMA:** 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas. **OBJETIVO:** 1014 - Garantir aos povos indígenas a posse plena sobre suas terras, por meio de ações de proteção dos povos indígenas isolados, demarcação, regularização fundiária e proteção territorial. **INICIATIVA NOVA:** Indenização para solução de conflitos indígenas. **CUSTO TOTAL PROPOSTO:** R$ 2.000.000.000,00. **DATA DE INÍCIO:** 01/01/2016. **DATA DE TÉRMINO:** 31/12/2016. **VALOR PRIMEIRO ANO:** R$ 500.000.000,00. **VALOR DEMAIS ANOS:** R$ 1.500.000.000,00. **JUSTIFICATIVA:** Esta emenda tem a importante finalidade de planejar recursos para a FUNAI assegurar uma reparação financeira aos atuais possuidores das áreas sob demarcação, sem, por outro lado desguarnecer os direitos dos indígenas à terra. Os títulos dominiais emitidos precisam ser protegidos sendo necessário conciliar os interesses em conflito. Para isso, deve-se garantir aos possuidores de títulos de domínio o direito de receber indenização pela terra nua e eventuais benfeitorias úteis e necessárias realizadas de boa-fé. Já há uma sinalização nesse sentido, mas é fundamental que esse processo avance e os recursos fiquem garantidos no Orçamento Geral da União. Em meu Estado de Mato Grosso do Sul, por exemplo, a política de ocupação, historicamente em função da Guerra do Paraguai, tinha um interesse de segurança nacional. Ao considerar a fronteira com o Paraguai uma área de segurança nacional, temendo uma guerra e a possível ocupação desse vazio demográfico, o governo federal à época, realizou uma série de projetos que visavam justamente colonizar a nossa região, são diversas propriedades com mais de 50, 100 anos de ocupação e produtividade, não podendo agora sob a alegação de devolução de terras consideradas indígenas não levar em consideração o marco temporal de reconhecimento e ignorar o título emitido ou comercializado considerando-o nulo; Em 2013, foi aprovada emenda da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania - Senado Federal, que constou da Lei 12.798/2013, cuja funcional-programática era nº 14.125.2065.20UF.7000, que trazia na especificação da meta o descritor: - TERRA INDIGENA REGULARIZADA /PROTEGIDA (mais abrangente). Em 2014, consta do OGU, por meio de emenda da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania - Senado Federal Emenda - 60030005 - a mesma Funcional- Programática 14.125.2065.20UF.7000. (Terra indígena fiscalizada). Em 2015, no OGU, constas duas programações relativas a este objetivo: Emenda 60030005 desta CCJ, no valor de R$ 5.000.000,00 e 81000194 - FP - 14.125.2065.7W21.0001 - Indenização para solução de conflitos indígenas - Nacional - Valor: R$ 30.000.000,00. O Assunto é de extrema importância, visto os conflitos que tem havido pelo país e propagados este ano, que resultaram na aprovação por unanimidade da PEC 71/2011, encaminhada para CD acerca de um mês. **EMENDA À DESPESA – AMPLIAÇÃO DE META: EMENDA 05-CCJ) EMENTA:** Fomentar o funcionamento de instâncias de articulação intersetorial sobre políticas de álcool e outras drogas em todas as unidades da federação e em 100% dos municípios. **PROGRAMA:** 2085 - Redução do impacto social do álcool e outras drogas: Prevenção, Cuidado e Reinserção Social; **OBJETIVO:** 1073 - Redução do impacto social do álcool e outras drogas: Prevenção, Cuidado e Reinserção Social. **ÓRGÃO:** 30000 - Ministério da Justiça. **AMPLIAÇÃO DE META:** Fomentar o funcionamento de instâncias de articulação intersetorial sobre políticas de álcool e outras drogas em todas as unidades da federação em 100% dos municípios. **JUSTIFICATIVA:** Com rela-

ção à prevenção, o governo federal está focando suas ações junto às escolas e às famílias, com o intuito de prevenir o uso de álcool e outras drogas por crianças, adolescentes e jovens e diminuir as chances de uso problemático na vida adulta. Pesquisa do Ministério da Saúde revela que mais de 66% dos escolares no 9º ano já experimentaram bebida alcoólica alguma vez, e quase 20% já experimentaram cigarro. Outra pesquisa da Fiocruz, de 2013, aponta que de modo geral, o aumento do consumo de substâncias estimulantes, inclusive o álcool, vem sendo observado em todo o mundo quando analisado de forma agregada, ainda que para cada droga específica diferentes padrões de consumo se apresentem dependendo da localidade. No Brasil, especialmente preocupante tornou-se o consumo de crack. Os usuários regulares de crack e/ou de formas similares de cocaína fumada (pasta-base, merla e oxi) somam 370 mil pessoas nas 26 capitais brasileiras e no Distrito Federal. Considerada uma população oculta e de difícil acesso, ela representa 35% do total de consumidores de drogas ilícitas, com exceção da maconha, nesses municípios, estimado em 1 milhão de brasileiros. Para superação destes desafios, os programas de prevenção serão expandidos e capilarizados por meio das redes e políticas de saúde, educação e assistência social. As estratégias de prevenção também implicam a produção e disseminação de informações de qualidade sobre a temática para a sociedade, e a formação de trabalhadores da rede de atenção às pessoas com problemas com drogas, de modo a produzir um cuidado que contemple as diversas necessidades e direitos dos usuários e suas famílias. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a Reunião, às treze horas e trinta e oito minutos, e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada.

Senador JOSÉ MARANHÃO
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

(*Texto com revisão.***)**

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª Reunião, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas desta Comissão ao PL nº 6/2015-CN, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016-2019 (PPA 2016/2019), que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Com a palavra, o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Se me permite V. Exª, passaremos desde logo, em razão de o relatório já ser de conhecimento, ao voto do Relator.

Diante do exposto, votamos para que esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprove o presente projeto de lei do Plano Plurianual para o período 2016/2019, as propostas de Emenda nºs 1 e 2, que são consideradas emendas ao texto, bem como as propostas de Emenda nºs 3, 4 e 6, consideradas emendas à despesa, relacionadas ao quadro constante do item 1.2 deste parecer, com ressalva de que a Emenda nº 3 deve ser proposta como simples iniciativa, e não como empreendimento individualizado, pois o seu valor não ultrapassa o valor de referência do programa.

Propomos ainda que a Secretaria da Comissão seja incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Este é, portanto, o relatório e o voto do Relator a essa proposição das emendas ao PPA, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB. *Fora do microfone*.) – Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ...encontra. (*Pausa.*)

As emendas são aprovadas.

A matéria segue para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 13 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 38 minutos.)

ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 2015.

Às dez horas e quarenta e oito minutos, do dia dezoito de novembro de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador José Pimentel, com a presença dos Senadores: Jorge Viana, Humberto Costa, Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Valdir Raupp, José Maranhão, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, José Serra, Antonio Anastasia, Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues, Eduardo Amorim, Marcelo Crivella, Walter Pinheiro, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Omar Aziz, Waldemir Moka, Dário Berger, Raimundo Lira, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes Oliveira, José Medeiros, Blairo Maggi, Vicentinho Alves e das Senadoras Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Simone Tebet, Ana Amélia e Vanessa Grazziotin, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Wilder Morais, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Jader Barbalho, Antonio Carlos Valadares e Magno Malta. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 36ª Reunião Ordinária, que é dada por aprovada. O Senhor Senador Blairo Maggi registra a presença de Suas Excelências: Ministra do Superior Tribunal de Justiça, Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues; Ministros do Superior Tribunal de Justiça, Paulo de Tarso Vieira Sanseverino, Marco Aurélio Gastaldi Buzzi, Paulo Dias de Moura Ribeiro, Reynaldo Soares da Fonseca, Sérgio Luíz Kukina e Marco Aurélio Bellizze Oliveira; Vice-Presidente da 1ª Região da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), Candice Lavocat Galvão Jobim; e Vice-Presidente da 3ª Região da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), Fernando Marcelo Mendes. A Presidência também registra a presença de Suas Excelências os Ministros do Superior Tribunal de Justiça mencionados. Passa-se à apreciação da pauta: ITEM 1) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 168, de 2015 - Não Terminativo. Disciplina o processo e o julgamento do recurso extraordinário e do recurso especial; altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 — Código de Processo Civil; e dá outras providências. Autoria: Deputado Carlos Manato. Relatoria: Senador Blairo Maggi. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Aprovado Requerimento nº 42, de 2015-CCJ de urgência para a matéria. ITEM 2) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 99, de 2015 - Não Terminativo. Altera o inciso XVIII do art. 7º da Constituição Federal, para dispor sobre a licença-maternidade em caso de parto prematuro. Autoria: Senador Aécio Neves e outros. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta. ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 451, de 2015 – Terminativo. Altera a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, para dispor sobre a revista pessoal nas unidades de internação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ. ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, de 2014 – Terminativo. Altera a Lei nº. 7.210, de 11 de julho de 1984, "Lei de Execução Penal", para prever a remição de pena para o condenado que doar sangue. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Lido o relatório e adiada a discussão da matéria. ITEM 12) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, de 2012 - Não Terminativo. Altera os arts. 34, 144 e 167 da Constituição Federal, para assegurar os recursos mínimos nas ações e serviços de segurança pública e dispor sobre a instituição de programa de valorização e capacitação dos servidores policiais de segurança pública. Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Relatoria: Senador Roberto Rocha. Relatório: Favorável à Proposta, com duas emendas que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. EXTRAPAUTA: ITEM 30) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 42, de 2015. Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 168, de 2015. Autoria: Senador Eunício Oliveira. Resultado: Aprovado. O Senhor Senador José Pimentel passa a Presidência ao Senador Edison Lobão. O Senhor Senador Edison Lobão passa a Presidência ao Senador José Maranhão. O Senhor Presidente declara encerrada a presente Reunião às doze horas e vinte minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e quinze, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 4) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, de 2012; ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 286, de 2009; ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 663, de 2015; ITEM 8) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 62, de 2015; ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2014; ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 476, de 2011; ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2011; ITEM 13) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 78, de 2015; ITEM 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, de 2014; ITEM 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 51, de 2015; ITEM 16) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 18, de 2015; ITEM 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, de 2015; ITEM 18) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 4, de 2012; ITEM 19) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 51, de 2014; ITEM 20) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 133, de 2015; ITEM 21) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 388, de 2015 – Complementar; ITEM 22) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº

395, de 2015; ITEM 23) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 101, de 2012; ITEM 24) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 147, de 2014; ITEM 25) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75, de 2012; ITEM 26) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, de 2012; ITEM 27) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, de 2012; ITEM 28) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 204, de 2015; ITEM 29) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 113, de 2015; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Senador José Maranhão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR JOSÉ MARANHÃO
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

(*Texto com revisão.***)**

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 38ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 36ª Reunião extraordinária.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens de 1 a 29 da atual pauta.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Eu quero pedir inversão de pauta do item 22.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Antes de conceder a palavra pela ordem, quero propor aos nossos pares, aos nossos Líderes que fizéssemos um acordo de procedimento. A partir das 11h30, haverá sessão do Congresso Nacional, e o Presidente do Congresso está pedindo a todos nós para que façamos o possível e o impossível para, às 11h30, encerrarmos os trabalhos. Por isso que estou abrindo os trabalhos, já que o nosso Presidente, o Senador José Maranhão, está a caminho.

Nessa fase, eu proporia que votássemos dois itens: o item 1 e o item 2. Por acordo, faremos o debate, mas com o compromisso de votarmos esses dois itens. Um, em que o Senador Aécio é o autor, e a Senadora Simone Tebet...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Senador Pimentel, eu solicitaria a V. Exª, dentro desse entendimento, com o qual nós concordamos, que fizéssemos uma inversão de pauta, já que o item 2 me parece razoavelmente consensual, relatado pela Senadora Simone Tebet.

E uma homenagem também, se me permite dizer. Nesta semana, comemora-se, no mundo inteiro, o Dia Internacional dos Prematuros, que foi exatamente ontem; e é do que trata esse projeto. Seria também uma homenagem a todas as pessoas que se dedicam a essa nobre causa.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Fez parte do diálogo para se chegar a essa agenda, em uma manhã muito curta, que o item 2 passa a ser o item primeiro, e o item 1 passa a ser o item segundo, até porque o Relator do item 1, o Senador Blairo Maggi, tem acordo com esse procedimento desde que a gente...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Agradeço ao Senador Blairo Maggi, pela compreensão, e a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Portanto, está aprovada a inversão.

Item 1, que era o item 2.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Desculpa.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Se der tempo ainda, eu gostaria de pedir inversão de pauta também do item 22 da pauta. O Senador Romário é o autor e gostaria de estar presente. Ele havia solicitado. Então, se for possível e der tempo...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Vamos aguardar o autor chegar, até porque é terminativo. Há essas dificuldades, mas, José Medeiros, está anotado aqui. Não estamos deliberando ainda.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Permita-me concordar com a Mesa, reafirmar o entendimento da Mesa. Nós teremos, daqui a pouco, uma sessão do Congresso Nacional das mais importantes, com uma pauta longa para ser votada desde ontem. A realidade é que não conseguiremos votar mais do que os dois projetos apontados por V. Exª. Então, eu queria só concordar com o encaminhamento proposto, que nós ficássemos hoje nessa votação dos dois itens, que creio que é o tempo para cumprirmos aqui o rito, inclusive, do debate, e liberássemos os Senadores e Senadoras para poderem ir à sessão do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Obrigado.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Embora eu entenda as razões do querido colega Randolfe Rodrigues e da Mesa também, eu argumento apenas que o item 3 já teve apresentado o relatório e é terminativo, Senador Pimentel. Ele já foi lido. Apenas esperamos o tempo para acrescentar um parágrafo, sugerido pelo Ministério da Justiça, na matéria relacionada à revista *Íntima*. É uma matéria já consolidada, já entendida e já acordada. Basta fazer apenas a leitura verbal, que seria, no máximo, em 15 minutos. Ajudaríamos também a Defensoria Pública, que estimulou muito esse debate para preservar um direito humano na matéria relacionada à revista *Íntima.*

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – V. Exª tem razão na fundamentação, só que ele é terminativo. Por ser terminativo, dificilmente vamos ter quórum. E, como queremos votar o PLN 2, que trata do crédito para...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Em havendo condição...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Muito justo. Está bom, então.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Vamos começar com os itens 1 e 2. É o tempo para que o Presidente chegue.

Item 1, que era o item 2 antes.

ITEM 1
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 99, de 2015
- Não terminativo -

Altera o inciso XVIII do art. 7º da Constituição Federal, para dispor sobre a licença-maternidade em caso de parto prematuro.

Autoria: Senador Aécio Neves e outros
Relatoria: Senadora Simone Tebet
Relatório: Favorável à Proposta

Concedo a palavra à Senadora Simone Tebet para proferir o seu excelente parecer.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Antes de ler o meu relatório, se V. Exª me permitir, eu gostaria de dizer que, para mim, sem demérito de nenhum projeto que já tenha relatado nesta Comissão ou que está sob a nossa relatoria ainda para ser emitido relatório, este projeto me é muito caro e é um presente que ganhei do Senador Aécio Neves. Ele me procurou pessoalmente e disse que gostaria que uma mulher pudesse relatar um projeto dessa envergadura. Eu me sinto muito honrada e agradeço ao Presidente, Senador José Maranhão, pela deferência.

Como V. Exª mesmo disse – aqui está presente a ONG Prematuridade.com; em nome da Denise Suguitani, eu cumprimento todas as mães e pais também de filhos prematuros que fazem parte dessa ONG –, trata-se de um projeto de emenda à Constituição, de autoria do ilustre Senador Aécio Neves, subscrito por demais Senadores e Senadoras, que tem o objetivo de modificar, Senadora Ana Amélia, o inciso XVIII do art. 7º, que trata dos direitos sociais neste caso da licença-maternidade de 120 dias. Hoje nós sabemos que a mulher tem direito a essa licença por 120 dias sem prejuízo salarial ou de perda do emprego.

O que o Senador Aécio Neves faz, com muita sensibilidade e maestria, é dizer que, no caso do nascimento de prematuros, de crianças que nascem antes do tempo, antes do 37ª semana, o tempo de licença-maternidade começa a contar apenas a partir da saída da criança do hospital. De forma muito objetiva, é esse o cunho desse projeto.

No que se refere à análise – cabe, realmente, à CCJ a análise da admissibilidade do mérito da matéria –, não vimos nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental. O projeto também se encontra de

acordo com a técnica legislativa e, no mérito, como disse, não poderia concordar ainda mais, de forma plena, com a matéria.

Eu preciso apenas enaltecer o pioneirismo do Brasil, que, desde 1943, tratou da licença-maternidade, na Consolidação das Leis do Trabalho, que era de três meses. Já lá naquela época, previa-se a possibilidade de a licença-maternidade começar antes do próprio parto, em casos de indicação médica, talvez até se pensando na prematuridade de alguns filhos. A Constituição de 1988, inovando, estendeu esse prazo para 120 dias, e hoje, temos uma lei, de 2008, que prevê inclusive o Programa Empresa Cidadã, que permite até que essa licença-maternidade se estenda por mais dois meses, passando de quatro para seis meses.

Quando fui Prefeita, em 2008, tive o privilégio de ser uma das pioneiras, no Brasil, a apresentar a licença-maternidade extensiva ao servidor público, por seis meses. Fico muito feliz, portanto, de estar relatando essa matéria, Senador Aécio. Mas nós estamos tratando aqui dos partos prematuros, que merecem, realmente, toda a nossa atenção.

Eu gostaria apenas de fazer a observação, Senador Anastasia, de que o objetivo da lei foi cuidar e preservar a saúde da criança normal, prematura, nesse caso. Nós sabemos que a criança prematura exige cuidados e demanda maior tempo; sabemos da fragilidade desse ser que nasce fora do tempo, com menos peso, com uma série de complicações, tendo que ir direto para uma incubadora, distante da mãe. Há uma série de problemas ocasionados pelo seu desenvolvimento psíquico e físico, mas foi o objetivo do meu relatório, Senador Aécio, dizer que o seu projeto tem um alcance social muito maior no que se refere à mãe.

Nós nos preocupamos muito com os filhos, mas temos que pensar que a mãe de um prematuro está diante de uma situação na qual ela sofre de forma dupla: há uma interrupção prematura da gestação e ainda um cuidado excepcional e especial com um filho tão fragilizado. A mãe que tem um filho prematuro sofre em dobro. Além da interrupção antecipada, ela é privada de ter seu filho nos braços; ela é submetida a uma rotina de acompanhante do filho na UTI; ela fica afastada do lar e da família e, muitas vezes, afastada de seus outros filhos; mesmo após a hospitalização, com alta do recém-nascido, ela retorna para casa com um filho frágil no colo, sem noção, muitas vezes, de como cuidar dessa criança; e mais grave – aí o grande mérito do projeto do Senador Aécio Neves –: sabendo que o tempo que tem com seu filho está se esgotando.

Por isso, nada mais justo do que permitir que essa mãe tenha direito a ficar com seu filho, a partir do momento que chega ao seu lar, por pelo menos 120 dias, podendo amamentar, cuidar e dar afeto.

Finalizo, Sr. Presidente, sabendo que há uma preocupação do Governo – uma preocupação de todos nós – com um possível impacto financeiro, com relação a essa proposta, no que se refere ao orçamento da Seguridade Social. No entanto, quero tranquilizar não só o Governo, mas a todos, pois eu fiz um estudo preliminar. O tempo médio de internação de uma criança que nasce antes do tempo é de mais ou menos 30 dias. Ao se garantir esses 120 dias – a partir do momento em que a criança chega, no colo da sua mãe, em casa –, em vez de causar um impacto financeiro, dentro desse parâmetro que sempre fazemos de custo-benefício, isso vai garantir que o Governo possa economizar. Isso porque essa mãe, provavelmente, não vai ter que voltar com seu filho para a maternidade; não vai gastar com consulta médica; não vai ter que gastar com remédios; porque o seu afeto, o seu amor vão ser suficientes, muitas vezes, para superar essa deficiência momentânea, essa fragilidade momentânea do filho.

Portanto, mais do que justa e adequada é a proposta, que busca garantir à mãe e à criança o direito de cuidar e de ser cuidado.

Nesse sentido, somos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade da PEC. E, quanto ao mérito, pela sua aprovação, esperando que esta aprovação aconteça e seja por unanimidade, Sr. Presidente.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Em discussão a matéria.

Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero agradecer mais uma vez V. Exª e o Senador Maranhão, pela compreensão e sensibilidade que nos permitem, nesta semana, que possamos aprovar, no plenário da Comissão de Constituição e Justiça, esse projeto.

Solicito que V. Exª peça àqueles que nos acompanham aqui nesta reunião que nos permitam aqui debatermos os temas sem a concorrência de outras discussões paralelas.

Agradeço o respeito de V. Exªs, que são muito bem-vindos nesta Comissão.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – O pedido de V. Exª está acolhido.

Com a palavra o Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Agradecendo a V. Exª, Sr. Presidente, quero dizer que esse projeto, na verdade, é fruto de uma experiência pessoal muito intensa que vivi no ano passado e que me

permitiu conhecer de perto a vida e o drama de inúmeras mães, obviamente onde os meus filhos estavam internados.

A partir daí em contatos com dirigentes de entidades, de ONGs, inclusive com a Drª Denise, que nos visitou ontem, podemos perceber a extensão desse drama por todo o País.

Os meus filhos estiveram mais de 60 dias internados numa UTI. E me lembro de uma cena, Presidente Pimentel, muito marcante. Logo que chegamos lá, existia já uma criança com cerca de três meses, Senadora Simone, internada. Era um parto extremamente prematuro e com inúmeras complicações. Cerca de dois meses, três dias exatos antes de o meu filho sair da UTI, essa menina veio a óbito. E a mãe, que havia ficado muito próxima da minha esposa, deu um abraço muito afetuoso e disse: "Estou indo para casa sem minha filha e sem o meu emprego. Meu marido também perdeu o emprego".

Então, algo tão singelo, uma medida que podemos tomar simplesmente com sensibilidade, permitir que, no caso das mães de prematuros, a licença-maternidade possa ser contada, sem mexer no preceito constitucional no seu art. 18, após a alta, após o momento em que essa mãe possa voltar à residência com seu filho. Isso me parecia tão natural e tão possível de ser alcançado e tomei essa iniciativa. E tive da Senadora Simone uma sensibilidade e uma compreensão para mim extremamente marcantes.

O que nós estamos fazendo talvez não alcance, entre tantas preocupações que temos aqui neste Senado, os grandes temas que o Congresso e o Senado em especial têm que debater. Mas, podem ter certeza, hoje, em UTIs pré-natais espalhadas por todo este País veremos sorrisos e tranquilidade maior nas mães que não podem ter como única opção ou ficar com o filho ou ficar com o emprego. Algo, singelo, com alcance talvez limitado do ponto de vista quantitativo, mas de um alcance ilimitado do ponto de vista da vida e da realidade que essas pessoas vivem.

Portanto, quero agradecer a todos os Srs. Senadores, a todas as Srªs Senadoras que permitiram que este projeto tramitasse de forma muito célere nesta Casa.

E na esteira dele, por sugestão dessas ONGs, estou apresentando um novo Projeto, de número 742, que define de forma mais clara a prematuridade, estabelecendo aquela extrema, crianças nascidas até 28 semanas, a moderada, de 28 a 31, e a tardia de 32 a 36 semanas, para que a rede pública, Senadora Simone, possa também se preparar. E esse é o grande desafio que temos pela frente. A rede pública hoje é despreparada para atender prematuro. Isso significa diferença entre a vida e a morte.

Hoje 53 dos óbitos ocorridos no primeiro ano de vida de um bebê têm como matriz ou razão principal a prematuridade. Cerca de 12% de todos os partos realizados no País são de prematuros. Portanto, o Brasil se alinha a legislações modernas de países mais desenvolvidos que o nosso, que dão uma atenção maior a essa questão.

É um momento extremamente marcante, porque mostra que, além dos temas áridos da economia, da tributação, da política, o Senado respira por alguns instantes e dá o seu apoio – eu espero que possa ocorrer – a um tema tão sensível para a vida, para o cotidiano de milhares de famílias brasileiras.

Agradeço, portanto, o apoio de V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Senador José Medeiros, com a palavra.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, todos que nos acompanham, Senador Aécio, V. Exª foi muito feliz. Contou aqui uma experiência que, com certeza, emocionou todos e traz ao debate, na Câmara Alta do País, um tema muito importante, que é a primeira infância, a primeiríssima infância.

Eu tive a oportunidade, há poucos dias, de ter uma reunião com o nosso Presidente, Senador José Pimentel, em que falávamos justamente sobre o marco legal da primeira infância, que tramita nesta Casa e que aborda assuntos na linha do projeto que V. Exª trouxe à Casa.

Recentemente, eu tive a oportunidade de participar, na Universidade de Harvard, numa missão do Senado Federal, de um curso com os maiores especialistas do mundo – neurologistas, psicólogos, enfim, uma equipe multidisciplinar da Universidade de Harvard – que conduzem estudos, há muitos anos, sobre a primeira infância. Eles chegaram à conclusão de que é neste primeiro momento em que as pilastras que vão sustentar o futuro adulto se desenvolvem: de 0 a 6 anos.

No nosso País, nós temos tratado de vários assuntos, de várias faixas etárias, Sr. Presidente, mas não temos tratado tanto desse momento, um momento sublime e importante, que, muitas vezes, vai nortear como vai ser a personalidade e o comportamento desse futuro adulto.

V. Exª traz esta preocupação de a criança ser cuidada e amparada pela mãe nesse primeiro momento. E eu vou mais longe. Talvez tenhamos que evoluir mais e começar a pensar também numa licença para o pai, uma licença-paternidade, porque esse momento é de uma importância muito grande.

Sr. Presidente, há estudos feitos junto a uma comunidade em que havia grande vulnerabilidade. Nesse espaço amostral, estudiosos pegaram dois grupos de crianças. Em um deles, o Estado fez um acompanhamento, norteando as políticas públicas para aquelas crianças, e a mãe e o pai também acompanharam, e, no outro, eles simplesmente observaram. Fizeram esse estudo com crianças de 0 a 6 anos. Eles gastaram pouco dinheiro nisso, Senador Aécio, mas, após os 18 anos, chegaram à conclusão de que, para cada dólar que investiram naquele primeiro momento, com a licença da mãe, com a licença do pai, com as políticas públicas, gastaram US$7 a mais com o outro grupo que não havia recebido esse acompanhamento, porque o nível de aprendizado daquelas crianças que foram acompanhadas, o baixo nível de criminalidade e o baixo nível de drogadição compensaram o investimento em relação ao outro grupo com o qual eles gastaram muito mais. Então, para cada dólar gasto na primeira infância, eles economizaram US$7, porque, no outro grupo, tiveram que gastar com cadeia, com n políticas públicas que fizeram.

Portanto, V. Exª foi muito feliz nesse projeto. Creio que ele vem justamente na esteira de começarmos a evoluir neste momento, a investir na primeira infância, porque é nessa fase que podemos criar alicerces. Já está provado, cientificamente, que investir na vida adulta requer mais dinheiro, e o resultado é menor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem. Para discutir, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Está inscrita.

Com a palavra, o Senador Antonio Anastasia e, depois, a Senadora Ana Amélia.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, por favor.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – V. Exª não consegue me ouvir porque isso aqui está parecendo um verdadeiro mercado persa. É impossível o Senador se concentrar no trabalho da Comissão de Constituição e Justiça com tamanho vozerio. As pessoas vêm para conversar aqui dentro. Não é possível isso. É preciso manter um mínimo de disciplina, de solenidade no plenário da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – V. Exª tem toda a razão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – É absolutamente inadmissível esse comportamento aqui.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Faço novamente o pedido já feito pelo Senador Aécio Neves e pelo Senador Aloysio Nunes. Sei que hoje é um dia atípico.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não é atípico, não. É típico. Todo dia acontece isso.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – O.k.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Todo dia acontece isso. Apesar de ter havido uma reunião com os Líderes e com os Presidentes das Comissões, em que foi decidido que a presença na Comissão, sempre muito bem-vinda, deve ser feita com silêncio absoluto das pessoas que nela estão, obedecendo ao número de cadeiras que existem para a galeria, apesar disso, persiste esse clima de balbúrdia na Comissão. Isto é inadmissível!

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Renovo o pedido.

Com a palavra o Senador Antonio Anastasia e, depois, a Senadora Ana Amélia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador José Pimentel.

De maneira muito célere, para todos poderem participar, eu não poderia deixar de registrar aqui meus cumprimentos ao Senador Aécio Neves pelo caráter humanitário da sua proposta, singular pela sua iniciativa, tenho certeza, aplaudida por todo o Brasil e, ao mesmo tempo, igualmente, de cumprimentar a Senadora Simone Tebet pela sua sensibilidade ao apresentar um relatório tão completo.

A ambos, tenho certeza, o agradecimento de milhões de famílias, porque os números, Sr. Presidente, são expressivos. Vejo aqui, na camiseta mostrada pela Senadora Simone, que reflete o movimento social que defende essa legítima e justa causa, que um em cada dez partos é prematuro. O número é muito expressivo. Por isso, meus parabéns ao Senador Aécio, pelo caráter humanitário da proposta, e à Senadora Simone, por seu trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Presidente José Pimentel, cara Senadora Simone Tebet, Senador Aécio Neves, a Senadora Simone Tebet conseguiu, em oito minutos, fazer a apresentação de um relatório, contribuindo para a economicidade regimental, mas com a profundida-

de necessária à relevância dessa matéria não só para os pais, mas, sobretudo, especialmente para a saúde dos bebês prematuros.

Eu queria cumprimentar o Senador Aécio Neves e dizer que entendo perfeitamente. Até lembro que, na campanha eleitoral de 2014, em Porto Alegre, sob a emoção, a expectativa e o risco também de nascerem prematuros, eu disse a ele, um dia, na campanha, que desejava que seu presente do Dia dos Pais fosse o nascimento dos seus filhos. E ele teve essa graça, foi abençoado com o nascimento dos seus filhos. E eles não só nasceram prematuramente, como são gêmeos, o que é um adicional de retrabalho para a mãe e para a atendente hospitalar.

Então, na Constituição de 1988, Alceni Guerra, de quem temos uma memória importante, conseguiu, como pediatra, convencer os Constituintes a concederem, Senador Medeiros, uma licença-paternidade de cinco dias. Foi uma discussão até bastante relevante àquela época.

Tramitam no Senado e no Congresso Nacional propostas no sentido de dar atendimento especial a mães de gêmeos. Vejam só! E, no caso do Senador Aécio, os filhos prematuros, um casal, uma menina e um menino, também são gêmeos. Então, adiciona-se a essa questão serem duas crianças, dois seres humanos que nascem precisando de um tratamento muito especial.

Então, eu o cumprimento pela iniciativa, cumprimento as mães brasileiras e os pais brasileiros, porque um em cada dez bebês que nascem no Brasil é prematuro. Essa estatística precisa ser levada em conta na dimensão da relevância dessa proposta legislativa.

Parabéns, Senador! E meus especiais parabéns à Senadora Simone Tebet, que conseguiu, em oito minutos, apresentar um relatório tão consistente e tão importante.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, meus cumprimentos à Senadora Simone Tebet e ao meu querido Senador Aécio Neves.

O Senador Aécio, transbordando de emoção, nos mostra as razões pelas quais esse projeto foi apresentado. É um dos mais belos projetos, uma das mais belas propostas que nós estamos apreciando aqui no Congresso Nacional.

Quero lembrar que a Sociedade Brasileira de Pediatria, há bem pouco tempo, fazia uma campanha pela ampliação da licença-maternidade para 120 dias, o que foi objeto de um conjunto de matérias que foram aprovadas desde o ano 2000 até agora em várias assembleias legislativas do País instituindo e estendendo esse direito principalmente para servidoras públicas.

Essa matéria foi anteriormente também votada aqui, no Congresso Nacional. O Senador Aécio, com a sensibilidade enorme de quem é pai e de quem tem a dimensão do que significa isso, apresenta esse projeto aqui, que, reitero, Aécio, é uma das matérias mais belas que nós já votamos aqui, no Senado Federal.

E só poderia ter sido escrita e elaborada por você com a sensibilidade e as lágrimas que você demonstrou para todos nós aqui, ainda há pouco.

Então, Senadora Simone Tebet, parabéns pelo relatório; Senador Aécio, mais que parabéns, meus cumprimentos pela belíssima iniciativa, que dá a honra, a todos nós, de aprová-la nesta manhã, aqui na CCJ.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Com a palavra, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Sr. Presidente, vou ser bastante sucinto, para não prejudicar a deliberação sobre o PLC 168, mas eu também não poderia deixar de registrar a emoção que todos sentimos diante do depoimento do Senador Aécio Neves. E a sua emoção, por si só justifica a aprovação desse projeto, se não existissem outros argumentos consistentes. Creio que é a revelação da sensibilidade humana na sua profundidade maior.

Aproveito, além de cumprimentar o Senador Aécio e a Senadora Simone Tebet pelo trabalho na defesa dessa proposta, para pedir prioridade para outro projeto, que é a extensão desse e trata exatamente da licença-maternidade e procura também aprimorar a legislação no que diz respeito à licença-paternidade. São temos cruciais, como o próprio Aécio enfatizou. Temos grandes problemas no País, e, muitas vezes, nos esquecemos de problemas que aparentemente são pequenos, mas que dizem respeito ao ser humano e à necessidade de exercitar, na sua plenitude, a cidadania. É o respeito, especialmente nessa fase da existência, a seres humanos fundamentais: a mãe e, obviamente, o pai e o filho – a família, em síntese.

Sr. Presidente, é claro que manifesto o nosso apoio e os nossos aplausos a essa iniciativa feliz do Senador Aécio Neves.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Com a palavra, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, todos sabemos, ou, pelo menos, pretendemos saber que a norma jurídica é uma expressão da razão aplicada aos fatos sociais, com o objetivo de orientar o seu desenvolvimento. Nesse caso, temos a confluência da razão e também da emoção, do coração, do sentimento, que moveram o Senador Aécio Neves a apresentar essa Proposta de Emenda à Constituição.

A minha palavra é muito breve, apenas de alguém que foi testemunha, por ter vivido ao lado de Aécio durante momentos importantíssimos das nossas vidas. Vi o Senador Aécio se projetar no Senado, se projetar em sua Minas Gerais e se tornar um grande líder nacional. Na nossa campanha presidencial, acompanhei toda a angústia do meu companheiro de chapa, do meu querido amigo, quando teve que compatibilizar as exigências, as correrias, as atribulações da campanha com os cuidados que mereciam seus filhos, que nasceram prematuros.

Estou aqui muito honrado, também compartilhando com o Senador Aécio da sua emoção neste momento importante da sua vida política e Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Encerrada a discussão.

Em votação.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu não poderia deixar de registrar, se V. Exª me permitir, quebrando um pouco as normais regimentais, que o Senador Aécio comentou: "Ah, esse projeto pode não ser de relevância neste momento em que discutimos questões tão importantes."

Eu gostaria apenas de deixar registrado que, se esse projeto já tivesse sido aprovado, se já tivéssemos essa licença estendida no caso de crianças prematuras, nascidas prematuramente, aqueles casos de microcefalia que estão acontecendo e que estão nos assustando, em Pernambuco, em que crianças estão nascendo com essa doença gravíssima que significa nascer com o crânio menor que a média, com menos de 33 cm, que causa problemas ou de retardo mental, ou problemas de linguagem e consequências, sequelas físicas – e que está comprovado que, em Pernambuco, está acima da média mundial, 12 vezes mais do que a média mundial – casos como esse, por exemplo, de mães que hoje se angustiam no nosso Nordeste, estariam, pelo menos, amenizados na dor, no que se refere ao tempo que teriam com as suas crianças.

Eu precisava deixar registrada aqui a minha solidariedade a essas mães. Nós estamos falando, parece-me, que, dos 400 casos relatados no Nordeste, já de 270 ocorridos em Pernambuco, quando a média está entre 10, 12, no máximo 14 casos por ano. E, como disse, Pernambuco já registra quase 270 casos!

Então, é importante dizer que esse projeto é relevante, sim. Eu aprendi, Senador Aécio Neves, com o meu pai, principalmente, depois da sua morte – e, ontem, fez nove anos que ele faleceu, exatamente no dia em que comemoramos o Dia Internacional da Prematuridade –, que o homem público passa, as suas grandes obras passam; o que fica é aquilo que ele deixa no coração das pessoas. E, com um projeto dessa envergadura, V. Exª será lembrado eternamente, principalmente nos corações das mães de filhos prematuros pelo País afora.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Portanto, encerrada a discussão, coloco em votação o relatório, favorável à proposta.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CCJ, favorável à proposta.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal com o louvor de todos os membros da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Sr. Presidente, apenas para registrar que solicitarei ao Presidente Renan um calendário especial, a fim de que essa matéria possa ser votada em plenário ainda antes do início do recesso, portanto, ainda antes de 17 de dezembro, conforme compromisso já assumido ontem pelo próprio Senador Renan.

Mais uma vez, meus agradecimentos a todos os membros da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Passemos ao próximo item.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 168, de 2015
- Não terminativo -

Disciplina o processo e o julgamento do recurso extraordinário e do recurso especial; altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 — Código de Processo Civil; e dá outras providências.

Autoria: Deputado Carlos Manato.

Relatoria: Senador Blairo Maggi.
Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo a palavra ao Senador Blairo Maggi para proferir o seu parecer.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Presidente José Pimentel.

Eu, antes de começar o meu relatório, quero agradecer a presença dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça: a Ministra Isabel Gallotti, o Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, o Ministro Marco Aurélio Buzzi, o Ministro Moura Ribeiro, o Ministro Reinaldo Soares da Fonseca e também o Ministro Sérgio Kukina, todos do Superior Tribunal de Justiça.

Também quero registrar a presença da Srª Candice Galvão Jobim, Vice-Presidente da 1ª Turma da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), bem como do Sr. Fernando Marcelo Mendes, Presidente do Tribunal da 2ª Região, também membro da Ajufe.

Sr. Presidente, vamos, então, iniciar o relatório, que é um pouco extenso em função da importância desta matéria.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 168, de 2015, de autoria do Deputado Carlos Manato, que busca promover modificações no novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015), cuja entrada em vigor está prevista para 17 de março de 2016.

A proposição se constitui de quatro artigos.

O art. 1º sintetiza o objeto da lei.

O art. 2º objetiva imprimir nova redação aos arts. 12, 153, 521, 537, 966, 988, 1.029, 1.030, 1.035, 1.036, 1.038, 1.041 e 1.042 do novo Código de Processo Civil.

O art. 3º pretende coincidir a entrada em vigor do diploma ora projetado com a do novo Código de Processo Civil.

O art. 4º anuncia a revogação dos seguintes dispositivos do novo Código:

a) art. 945;

b) §2º do art. 1.029;

c) inciso II do § 3º e § 10 do art. 1.035;

d) §§2° e 5º do art. 1.037;

e) incisos I, II e III do *caput* e o §1°, incisos I e II, alíneas a e b, do art. 1.042; e

f) incisos II e IV do *caput* e o §5º do art. 1.043.

Na justificação da proposição, o seu autor esclarece que o objetivo principal é "restabelecer e aprimorar a sistemática do juízo prévio de admissibilidade do recurso especial e extraordinário, suprimida pelo novo Código de Processo Civil". Aponta que esse juízo de admissibilidade é um importantíssimo "filtro preclusivo do exame de admissibilidade nos tribunais locais". Ilustra essa afirmação com a lembrança de que, atualmente, esse juízo de admissibilidade poupa o Superior Tribunal de Justiça (STJ) de receber cerca de 48% (quarenta e oito por cento) dos recursos especiais interpostos, o que representa uma quantidade de 146.800 (cento e quarenta e seis mil e oitocentos) recursos.

Acresce que a proposição também busca assegurar "uma breve intervenção dos advogados (cinco minutos) para viabilizar o destaque do colegiado por inteiro, de maneira a amenizar as graves distorções do sistema de listas, atualmente adotado para julgamento dos recursos de agravo". Aduz que, em nome da sistematicidade, outros preceitos do novo Código também precisam ser retocados, como o relativo à competência para a concessão de efeito suspensivo aos recursos especial e extraordinário. Reivindica a urgência dos demais parlamentares na aprovação da matéria, em razão dos prejuízos incalculáveis que a entrada em vigor do novo Código poderá causar ao adequado funcionamento dos tribunais superiores, se os ajustes ora projetados não forem realizados.

A matéria foi distribuída à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), no âmbito da qual foi-nos conferida a relatoria.

Não foram apresentadas emendas à matéria.

Análise,

1 – Introdução

Em boa hora nos chega a presente proposição que se gaba do mérito de aparar pequenas arestas que ficaram em uma das normas mais relevantes que o Congresso Nacional entregou recentemente aos brasileiros, o novo Código de Processo Civil (CPC), materializado na Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.

Esse novo Código – após passar por um processo legislativo maduro e coberto de pródigas consultas à sociedade civil – adotou as experiências mais avançadas no mundo em matéria de processo civil, além de se revestir de soluções extremamente úteis à realidade brasileira, tudo de modo compatível com a nossa tradição jurídica e com as principais tendências doutrinárias e jurisprudenciais.

Todavia, após a sua publicação, diversos juristas passaram a apontar alguns poucos aspectos do novo CPC que poderiam ser burilados.

E, com atenção a esses reclamos, a presente proposição busca ajustar o texto do novo Código antes da sua entrada em vigor.

Sendo assim, passamos a analisar cada uma dessas sugestões.

2 – Art. 3º da proposição:

A proposição em pauta indica que o início da vigência da lei ora projetada coincidirá com a entrada em vigor do novo Código (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015), ou seja, em março de 2016.

A proposição é irretocável nesse ponto.

3 – Art. 12, *caput*, do novo CPC:

O atual *caput* do art. 12 do novo CPC impõe a observância da ordem cronológica de julgamento aos órgãos judiciários, admitidas apenas exceções legais. Esse é o texto atual do art. 12:

Art. 12. Os juízes e os tribunais deverão obedecer à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.

§1º A lista de processos aptos a julgamento deverá estar permanentemente à disposição para consulta pública em cartório e na rede mundial de computadores.

§2º Estão excluídos da regra do *caput*:

I - as sentenças proferidas em audiência, homologatórias de acordo ou de improcedência liminar do pedido;

II - o julgamento de processos em bloco para aplicação de tese jurídica firmada em julgamento de casos repetitivos;

III - o julgamento de recursos repetitivos ou de incidente de resolução de demandas repetitivas;

IV - as decisões proferidas com base nos arts. 485 e 932;

V - o julgamento de embargos de declaração;

VI - o julgamento de agravo interno;

VII - as preferências legais e as metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça;

VIII - os processos criminais, nos órgãos jurisdicionais que tenham competência penal;

IX - a causa que exija urgência no julgamento, assim reconhecida por decisão fundamentada.

§3º Após elaboração de lista própria, respeitar-se-á a ordem cronológica das conclusões entre as preferências legais.

§4º Após a inclusão do processo na lista de que trata o §1º, o requerimento formulado pela parte não altera a ordem cronológica para a decisão, exceto quando implicar a reabertura da instrução ou a conversão do julgamento em diligência.

§5º Decidido o requerimento previsto no §4º, o processo retornará à mesma posição em que anteriormente se encontrava na lista.

§6º Ocupará o primeiro lugar na lista prevista no §1º ou, conforme o caso, no §3º, o processo que:

I - tiver sua sentença ou acórdão anulado, salvo quando houver necessidade de realização de diligência ou de complementação da instrução;

II - se enquadrar na hipótese do art. 1.040, inciso II."

Acontece que a ordem cronológica de julgamento com a rigidez monolítica anunciada pelo texto do novo Código revela-se, em verdade, contrária às necessidades práticas de gestão de processos nos tribunais.

Disso, aliás, já tinha dado notícia o então Senador e atual Ministro do Tribunal de Contas da União Vital do Rêgo, quando da análise derradeira feita pelo Senado do projeto que gerou o novo Código de Processo Civil (Substitutivo da Câmara dos Deputados – SCD nº 166, de 2010). De fato, no Parecer nº 956, de 2014, da Comissão Temporária do Código de Processo Civil, o referido Senador, por não poder regimentalmente readaptar o texto do art. 12 do projeto de novo Código, defendeu que a ordem cronológica de julgamento deveria ser vista com flexibilidade, para não inviabilizar a celeridade da tramitação processual. Nesse sentido, transcreve-se trecho do aludido parecer. Vou pular essa parte.

Vamos ao art. 12 do novo CPC, que deve assumir a seguinte feição: "Art. 12. Os juízes e os tribunais atenderão, preferencialmente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão."

Diante disso, reputamos extremamente oportuna a iniciativa nesse ponto.

Art. 153, *caput*, do novo CPC.

O atual art. 153 do novo CPC assim dispõe:

Art. 153. O escrivão ou chefe de secretaria deverá obedecer à ordem cronológica de recebimento para publicação e efetivação dos pronunciamentos judiciais.

§1º A lista de processos recebidos deverá ser disponibilizada, de forma permanente, para consulta pública.

§2º Estão excluídos da regra do *caput*:

I - os atos urgentes, assim reconhecidos pelo juiz no pronunciamento judicial a ser efetivado;

II - as preferências legais.

§3º Após elaboração de lista própria, respeitar-se-ão a ordem cronológica de recebimento entre os atos urgentes e as preferências legais.

§4º A parte que se considerar preterida na ordem cronológica poderá reclamar, nos próprios autos, ao juiz do processo, que requisitará informações ao servidor, a serem prestadas no prazo de 2 (dois) dias.

§5º Constatada a preterição, o juiz determinará o imediato cumprimento do ato e a instauração de processo administrativo disciplinar contra o servidor.

Acontece que, em harmonia com a flexibilização da ordem cronológica de julgamento mediante ajuste do *caput* do art. 12 – conforme já explicado neste parecer –, é necessário também ajustar o dispositivo acima, a fim de afastar a rigidez monolítica da ordem cronológica dos atos cartorários decorrentes dos processos. E é nesse sentido que a proposição em pauta defende este novo texto do art. 153 do novo CPC:

Art. 153. O escrivão ou o chefe de secretaria atenderão, preferencialmente, à ordem cronológica de recebimento para a publicação e efetivação dos pronunciamentos judiciais.

A matéria merece aplausos nesse ponto, pois dá coerência ao sistema.

II.5 – Art. 251, III, do novo CPC

O texto do preceito em epígrafe é o seguinte:

Art. 251. A caução prevista no inciso IV do art. 520 poderá ser dispensada nos casos em que:

(...)

III - pender o agravo fundado nos incisos II e III do art. 1.042;

(...)

O dispositivo acima excepciona, no caso de interposição de agravo de recurso especial ou extraordinário, um importante mecanismo de precaução adotada pelo legislador para o cumprimento provisório de sentença, qual seja o de condicionar a prática de atos de consumação de constrições judiciais (como o levantamento de valores pecuniários depositados) à prestação de caução pelo exequente.

Acontece que, como os incisos II e III do art. 1.042 devem ser revogados, nos termos do que se exporá mais a frente neste relatório, convém readaptar a redação do inciso III do art. 251 do novo CPC. É isso que tenciona a proposição em pauta, conforme alvitra este novo texto:

Art. 251.....

.....

III – pender o agravo do art. 1.042;

.....

É forçoso, pois, o acolhimento da matéria nesse ponto.

II.6 – Art. 537, §3º, do novo CPC

O texto do preceito em epígrafe é o seguinte:

Art. 537. A multa independe de requerimento da parte e poderá ser aplicada na fase de conhecimento, em tutela provisória ou na sentença, ou na fase de execução, desde que seja suficiente e compatível com a obrigação e que se determine prazo razoável para cumprimento do preceito.

(....)

§3º A decisão que fixa a multa é passível de cumprimento provisório, devendo ser depositada em juízo, permitido o levantamento do valor após o trânsito em julgado da sentença favorável à parte ou na pendência do agravo fundado nos incisos II ou III do art. 1.042.

Conforme já noticiado, os incisos II e III do art. 1.042 devem ser revogados nos termos dos argumentos que se exporá neste relatório.

Disso decorre a necessidade de readaptar o texto do §3º do art. 537 do novo CPC, que faz remissão a esses preceitos revogados. Porém, esse reajuste deverá ir um pouco além de meros reparos gráficos.

É que o referido preceito atualmente estabelece que os valores depositados em juízo a título de *astreintes* – que é a multa estabelecida como coerção na tutela de obrigação de fazer ou de não fazer – somente podem ser levantados após o trânsito em julgado da sentença favorável à parte ou quando estiver pendente de julgamento o agravo em recursos nobres.

Acontece que admitir o levantamento de valores pagos a título de multa antes do encerramento definitivo da demanda é providência exagerada, onerosa e perigosa, visto que, no caso de eventual reversão do julgamento na instância extraordinária, a recuperação dos valores pecuniários depositados poderá ser inviável materialmente.

Diante disso, convém restringir o levantamento da multa cominatória ao trânsito em julgado. Nesse sentido, a proposição em pauta alvitra o seguinte texto ao §3º do art. 537 do novo CPC:

Art. 537. .....

§3º A decisão que fixa a multa é passível de cumprimento provisório, devendo ser depositada em juízo, permitido o levantamento do valor após o trânsito em julgado da sentença favorável à parte.

A proposição é irreparável nesse ponto e, por esse motivo, merece prosperar.

II.7 – Art. 966, §§5º e 6º, do novo CPC

O inciso V do art. 966 do novo CPC prevê o cabimento de ação rescisória no caso de manifesta violação a normas jurídicas. A amplitude hermenêutica do texto poderá ensejar muitas dúvidas na jurisprudência e na doutrina, razão por que convém que o legislador se antecipe a se pronunciar sobre uma situação importantíssima a ser considerada como causa de rescisão.

É que, entre as várias diretrizes teóricas que inspiraram o novo Código, o respeito à jurisprudência pelas instâncias inferiores desempenha um papel de destaque, do que dá prova o art. 927 do novo CPC, que, além de exigir dos juízes e tribunais observância a manifestações jurisprudenciais vinculantes ou procedentes do plenário ou dos órgãos especiais dos respectivos tribunais, impõe que o magistrado exponha textualmente a pertinência ou não dos precedentes citados pelas partes.

Naturalmente, se o magistrado decidir o caso violando essas manifestações jurisprudenciais, isso deve ser interpretado como uma manifesta violação à norma jurídica. Nesse sentido, a proposição em pauta orna-se com o mérito de acrescer dois novos parágrafos ao art. 966 do novo CPC, a fim de esclarecer isso, de maneira que esse preceito deve ficar assim formatado:

Art. 966. .....

§5º Cabe ação rescisória, nos termos do inciso V do caput deste artigo, contra decisão baseada em enunciado de súmula, acórdão ou precedente previsto no art. 927, que não tenha considerado a existência de distinção entre a questão discutida no processo e o padrão decisório que lhe deu fundamento.

§6º Quando a ação rescisória fundar-se na hipótese do §5º deste artigo, caberá ao autor, sob pena de inépcia, demonstrar, fundamentadamente, tratar-se de situação particularizada por hipótese fática distinta ou questão jurídica não examinada, a impor outra solução jurídica.

A matéria é digna de elogios nesse aspecto, por realçar a necessidade de observância, pelos magistrados, da jurisprudência das instâncias mais elevadas do Poder Judiciário. Merece, então, aprovação.

II.8 – Art. 988, III e IV e §5º, do novo CPC.

Assim se veste o preceito acima:

Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para:

(...)

III - garantir a observância de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;

IV - garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de precedente proferido em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência.

(...)

§5º É inadmissível a reclamação proposta após o trânsito em julgado da decisão.

A matéria em pauta sugere mudanças na redação desse dispositivo. Nesse ponto, a proposição merece acolhimento.

É que, realmente, admitir, nos termos do texto atual do inciso IV do art. 988 do novo CPC, reclamação diretamente ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), por inobservância a decisões proferidas em recursos especial ou extraordinário repetitivos, seria um desserviço à celeridade que se exige dessa Corte nesse novo cenário de prestígio à jurisprudência. De fato, esse tipo de inobservância pode ser resolvido nas instâncias ordinárias, de modo que o STJ poderá corrigir qualquer disfunção em sede de futuro recurso especial.

É nesse sentido que caminha a proposição em pauta.

Por essa razão, a proposição merece acolhimento nessa parte.

II.9 – Art. 1.029 do novo CPC.

O dispositivo acima, no relevante à presente discussão, está assim esculpido:

Art. 1.029. O recurso extraordinário e o recurso especial, nos casos previstos na Constituição Federal, serão interpostos perante o presidente ou o vice-presidente do tribunal recorrido, em petições distintas que conterão:

(...)

§2º Quando o recurso estiver fundado em dissídio jurisprudencial, é vedado ao tribunal inadmiti-lo com base em fundamento genérico de que as circunstâncias fáticas são diferentes, sem demonstrar a existência da distinção.

(...)

§5º O pedido de concessão de efeito suspensivo a recurso extraordinário ou a recurso especial poderá ser formulado por requerimento dirigido:

I - ao tribunal superior respectivo, no período compreendido entre a interposição do recurso e sua distribuição, ficando o relator designado para seu exame prevento para julgá-lo;

II - ao relator, se já distribuído o recurso;

III - ao presidente ou vice-presidente do tribunal local, no caso de o recurso ter sido sobrestado, nos termos do art. 1.037.

De um lado, o §2º do art. 1.029 do novo Código merece ser revogado, por exigir um trabalho desnecessário do juízo de admissibilidade dos recursos nobres. No caso de divergência notória, por exemplo, a própria jurisprudência dispensava a realização de cotejo analítico nos recursos excepcionais, de maneira que é incongruente exigir que o juízo de admissibilidade desça a minúcias em situações como essas. Além do mais, o dever de fundamentação das decisões judiciais já está fartamente anunciado ao longo do novo Código de Processos Civil.

De outro lado, a atribuição de efeito suspensivo aos recursos excepcionais merece ser reformulada, de modo a deixar clara a competência jurisdicional para a sua concessão.

Presidente, se não for para ouvir, vou dar como lido o restante do meu relatório.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – É. Isso aqui virou uma sala de visitas. Só isso.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Já que ele foi colocado à disposição dos eminentes Senadores e todos tiveram acesso a ele, vou dar como lido o restante do meu relatório, e vamos à votação.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Para discutir, Sr. Presidente.

Eu consegui, a duríssimas penas, ouvir o competente relatório do Senador Blairo Maggi, que deveria merecer uma atenção maior se esta Comissão não tivesse se transformado numa sala de visitas. Pode-se servir aqui um chá, um drinque, porque aí fica mais de acordo com o ambiente que se instalou aqui.

Mas, enfim, Sr. Presidente, não tome isso como ranzinzice da minha parte não, mas é que realmente eu considero que estão acontecendo coisas no Congresso que me revoltam. Por exemplo, a sessão de ontem. Aquilo foi um carnaval! Foi um carnaval de gritaria, corredor polonês, galeria insultando Senadores, e Senadores se dirigindo à galeria, o que é pior, talvez. Mas, enfim, eu sou um homem de outros tempos.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Dos bons tempos, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Mas o fato, Sr. Presidente, é o seguinte: esse projeto de Código, o Código de Processo Civil que ainda não está em vigor, que entrará em vigor agora em março, foi votado em circunstâncias ruins aqui para o Senado, não sei se os colegas se lembram.

Houve uma comissão de juristas que preparou um anteprojeto. Esse anteprojeto foi submetido ao Plenário sem passar pela Comissão de Constituição e Justiça. Aliás, existe uma certa flexibilidade no Regimento, alguns projetos que passam por comissões especiais vêm à Comissão de Constituição e Justiça, como, por exemplo, o projeto de Código Penal, outros não, vão direto para Plenário. Depende um pouco do humor do Presidente da Casa. O fato é que não passou pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça, foi, e foi aprovado aqui no Senado. Foi aprovado em condições difíceis, porque não havia quem conseguisse, diante do clima que se criou de que era preciso votar de qualquer maneira, quase que como uma solenidade... Havia o relator da comissão de juristas presente, sentado ao lado do Presidente do Senado, e quem quer que ousasse levantar alguma reserva, quisesse discutir, apresentar alguma emenda, era imediatamente apontado como um desmancha-prazeres, como um réprobo. E não se conseguiu levantar objeções em alguns pontos que depois vieram a ser questionados, porque, evidentemente, o processo é uma relojoaria complicada. Não é à toa que os juristas mais sofisticados intelectualmente são geralmente processualistas, porque é realmente algo muito delicado, mexe uma coisa aqui, repercute lá.

Então, eu considero que é urgente, realmente, nós aprovarmos esse projeto porque vai entrar em vigor o CPC em março, e essa disposição que constitui o centro da preocupação dos nossos eminentes convidados que estão aqui, representantes do STJ, é a preocupação central que inspira esse projeto porque, se nós mantivermos a regra que foi esculpida no CPC, nós vamos, realmente, inviabilizar em grande parte o funcionamento do STJ, porque nós vamos abolir um filtro de admissibilidade, que é um filtro que funciona com base em critérios já consolidados. São tribunais regionais que não vão tomar decisões açodadas. E esse filtro permite realmente nós evitarmos a subida de cerca de 50% dos recursos. Eu penso que esse é o ponto central que deve ser aprovado, e por isso é que eu acho que deveremos pedir urgência para esse projeto, de olho na data de março.

Eu tenho algumas reservas em relação ao projeto que veio da Câmara. Se conseguirmos um bom entendimento com a Câmara, é possível, talvez, trabalharmos com base em alguns destaques.

Por exemplo, o CPC prevê a possibilidade de os tribunais superiores adotarem, em seus regimentos internos, o voto eletrônico, nos casos em que não houver a necessidade de sustentação oral. Não havendo sustentação oral, os magistrados votam eletronicamente. Tendo estudado seus autos, votam e, depois, se computa o resultado – tanto faz estarem presentes em seu gabinete de trabalho no tribunal, em sua casa ou em seu escritório. Isso seria possível em função da desnecessidade de sustentação oral. Esse é um ponto que, penso, poderia ser examinado com mais cuidado.

Existem ainda outras questões, como, por exemplo, essa restrição à reclamação – está aqui, no §5º do art. 988. É uma restrição à reclamação que faz com que as decisões tomadas pelos tribunais superiores, sob o argumento da

repercussão geral ou mesmo da súmula vinculante, percam, de certa forma, sua eficácia, porque é preciso que se processe na primeira instância e na segunda instância antes de ser admissível a reclamação. Esse é um ponto que me parece delicado, e eu pretenderia, daqui até a chegada ao plenário, estudá-lo com mais cuidado.

Há também o caso da inadmissibilidade de recursos quando houver alegação, por parte do recorrente, de similaridade das questões de fato, o que exigiria decisões semelhantes às decisões anteriores – para que os tribunais superiores, especialmente o STJ, cumpram sua função de uniformização da jurisprudência. Essa regra é alterada pelo projeto que veio da Câmara. Talvez fosse o caso de suprimi-la.

Enfim, é preciso votar a urgência e, se for possível um entendimento com as lideranças da Câmara, fazermos outro retoque no projeto que estamos examinando agora.

Eu louvo o parecer do nosso competente Senador Blairo Maggi, que sempre se dedica às questões jurídicas com muita profundidade e consegue trazer boas soluções para o Senado. Não sei se é jurista ou não...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – É engenheiro.

O jurista, de alguma maneira, é também um construtor, é um construtor de soluções razoáveis para os problemas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Está em discussão o parecer ao projeto.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, só faltou eu concluir aqui – perdoem-me os colegas – o voto.

Já que eu dei como lido, eu vou ao voto: por todas essas razões, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 168, de 2015.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Cássio Cunha Lima. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Como não está mais presente o Senador Cássio Cunha Lima, passo a palavra ao Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Sr. Presidente, de forma bastante célere, na verdade, concordo com a introdução feita pelo Senador Aloysio em relação ao processo que culminou com a aprovação do Código de Processo Civil, que, sem dúvida alguma, era necessário, traz avanços, mas nós devemos estar preparados para, a partir de março do ano que vem, quando ele passará a vigorar, acompanhar algumas repercussões das inovações ali introduzidas.

Sem dúvida alguma, a participação da experiência de ministros, em especial de Cortes Superiores, como o STJ, será essencial para que possamos constatar a eficácia ou não de algumas inovações ali contidas e suas efetivas repercussões. Como disse o Senador Aloysio, o Código de Processo Civil, quando trata de determinada matéria, tem efeitos que não se limitam ao tema tratado – as repercussões acabam sendo de naturezas múltiplas.

Tive oportunidade, ontem, na Liderança do PSDB, de receber a visita, muito honrosa, dos Ministros Moura Ribeiro e Paulo de Tarso, que vieram mostrar uma preocupação, que já nos havia chegado também, até mesmo de tribunais regionais, sobre a necessidade de mantermos aquilo a que o Senador Aloysio chamou de um filtro hoje existente e que deixaria de existir, segundo proposta contida no Código.

Alguns argumentavam que essa correção deveria ocorrer *a posteriori*, portanto, a partir já da aplicação desse Código e obviamente das suas consequências. Mas parece-me que esse tema em especial encontrou consenso nesta Casa, porque, na verdade, o que se busca é a permanência de uma análise prévia tanto dos recursos especiais quanto dos recursos extraordinários pelos tribunais federais e estaduais.

Sem dúvida alguma, a retirada dessa análise de admissibilidade sobrecarregaria imensamente os tribunais superiores, criando quase um paradoxo, porque seria necessário, além obviamente do acúmulo, que levaria a quase uma impossibilidade física de uma atenção adequada a esses novos processos por parte dos ministros dos tribunais superiores, isso acarretaria a necessidade de novas estruturas, inclusive de funcionários, para o atendimento dessas novas demandas. Ao mesmo tempo, a estrutura já existente nos tribunais locais, estaduais, se tornaria obsoleta.

Portanto, é algo que não se justifica. Dessa forma, discutimos após a visita que recebemos com a Bancada, sempre orientados pelo Senador Aloysio, e o Partido votará, unanimemente, a favor desta correção prévia, deixando aqui – essa seria a razão da minha rápida introdução – já um alerta de que fatalmente precisaremos estar atentos, principalmente no primeiro ano de implementação ou de aplicação do novo Código, para eventuais correções ou aprimoramentos.

Para isso, contaremos sempre com a contribuição da vivência, da experiência e consequentemente do tratamento diário da matéria por parte dos ministros, com os quais o Congresso Nacional mantém uma extraordinária relação.

Assim, o nosso voto será favorável à proposta, ao relatório do Senador Blairo Maggi, a quem mais uma vez cumprimento também pela qualidade da proposta aqui trazida.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

Já estamos sendo convocados para a sessão do Congresso Nacional. Já foi aberto o painel. Queria fazer um apelo, mais do que uma questão de ordem, no sentido de que os oradores pudessem abrir mão de suas falas, para que pudéssemos votar o projeto, a fim de irmos à sessão do Congresso Nacional.

Peço a V. Exª e aos demais colegas, sem prejuízo de podermos conversar mais sobre isso quando a matéria for a Plenário.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Sr. Presidente, estou inscrito e abro mão da minha inscrição.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Abro mão da minha inscrição também.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Peço ao Senador Alvaro Dias que me permita responder ao Senador que fez uma observação agora sobre a possibilidade de suspendermos a reunião, para participarmos da reunião do Congresso Nacional.

Estamos monitorando, Senador Humberto Costa. A sessão realmente foi aberta, mas não entrou ainda na Ordem do Dia.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Não, Sr. Presidente, mas precisamos dar presença, por favor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Já há número lá.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias, pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Para contribuir com a eficiência dos trabalhos, abro mão da minha inscrição e faço um apelo para os demais colegas, a fim de que façam o mesmos para que possamos votar a matéria, o que me parece ser consensual.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Transmito a todos o apelo feito pelo Senador Alvaro Dias. Creio que é uma forma consensual e inteligente de atendermos a essa emergência: a aprovação desse projeto, que é de suma importância para o bom funcionamento da Justiça.

Consulto aos colegas inscritos se seria possível o atendimento ao apelo feito pelo Senador Alvaro Dias, ao qual subscrevo também.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente, abro mão também da minha inscrição, tendo em vista o objetivo, que é votar e fazer essa matéria aprovada.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente, pela ordem.

Concordo com tudo o que foi decidido pela Mesa, pelas propostas dos Senadores Humberto Costa e Alvaro Dias, mas tenho um texto de cinco linhas. É um parágrafo sobre a questão relacionada à revista *Íntima*, que é terminativa.

Nós temos quórum agora. Esse projeto do Senador Blairo Maggi não é terminativo. Então, penso que não há qualquer dúvida. Já houve consenso sobre a aprovação.

Então, eu gostaria de pedir aos colegas Senadores, porque até abrir, até a chegada do Presidente na sessão do Congresso Nacional, podemos ler, porque é um trecho de um parágrafo apenas.

Quero, então, pedir o apoio para encerrar esse matéria, que tem o interesse do Senador Eduardo Amorim e também da Defensoria Pública.

Muito obrigada.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Tem o meu apoio, Sr. Presidente. Vamos continuar a nossa reunião até que se efetive a sessão do Congresso.

V. Exª é sábio. Vamos continuar aqui trabalhando.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – É evidente.

Respondendo à Senadora Ana Amélia, o projeto a que V. Exª se refere está no item 3, que já foi objeto de deliberação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ele já foi lido.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu não sei se foi lido e aprovado, porque eu não estava presente à reunião.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não. Foi apenas lido.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – A Mesa acolhe a solicitação de V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Continua em discussão o item 1.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Eu também abro mão da palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O Senador José Medeiros abre mão da palavra.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Todos nós.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Nesse caso, em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer favorável da Comissão.

O projeto vai a Plenário.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Sr. Presidente, requeiro a urgência para o Plenário.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Pedimos urgência para o Plenário, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Vamos atender ao apelo da Senadora Ana Amélia e votar o projeto do Senador Blairo.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exªs concordam com a urgência solicitada pelos Senadores Blairo Maggi e Eunício Oliveira? (*Pausa.*)

Todos concordam

Aprovado.

Vai ao Plenário.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, quero agradecer a compreensão dos colegas, agradecer mais uma vez a presença dos Ministros aqui e também registrar a presença do Ministro Marco Aurélio Bellizze, que se encontra conosco.

Muito obrigado aos Senadores e Senadoras.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – A Mesa registra também a presença dos Ministros do STJ, o que revela a consideração e o bom relacionamento entre o Judiciário e o Legislativo.

Vamos ao item 3.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 451, de 2015
- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, para dispor sobre a revista pessoal nas unidades de internação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).

Autoria: Senador Eduardo Amorim
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Pela aprovação do Projeto
Observações:
- Em 04/11/2015, foi encerrada a discussão e adiada a votação;
- Votação nominal

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caros colegas é simples. São cinco minutos. Lerei apenas o parágrafo que foi acrescentado ao texto já distribuído a todos e já lido aqui nesta reunião.

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Trata-se de projeto do Senador Eduardo Amorim com inspiração da Defensoria Pública da União.

O §2º, que foi acrescentado ao texto já distribuído e já lido aqui nesta Comissão de Constituição e Justiça, inspiração do Ministério da Justiça e acolhido pelo autor e pelos autores inspiradores, diz:

§2º Considera-se revista manual toda inspeção realizada mediante contato físico da mão do agente público competente sobre a roupa da pessoa revistada, sendo vedados o desnudamento total ou parcial, o uso de espelhos e os esforços físicos repetitivos, bem como a introdução de qualquer objeto nas cavidades corporais da pessoa revistada.

Apenas este é o parágrafo acrescentado ao que foi apresentado e lido nesta Comissão de Constituição e Justiça.

Este é o projeto.

Muito obrigado. Espero o apoio dos Srs. Senadores para o projeto, que é terminativo.

Obrigada, Senador José Maranhão.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Pelas mulheres, vamos votar "sim"

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – A votação do projeto que a Senadora Ana Amélia acabou de fazer um adendo é nominal.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Vamos abrir a votação, Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Já abriu.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Porque S. Exª apresentou uma emenda ao projeto.

Em votação, o projeto, ressalvada a emenda.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

Acho que o sistema caiu, alguns computadores não estão abrindo a votação.

Se pudesse ser nominal...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada. É mais rápido.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Vamos adotar o seguinte procedimento: os Senadores que usarem o sistema eletrônico e não conseguirem a resposta adequada poderão fazê-lo verbalmente.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Senadora Simone Tebet vota favoravelmente ao projeto, parabenizando a Relatora, Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Registrado o voto da Senadora Simone Tebet.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Senador José Medeiros vota favoravelmente ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Registrado o voto da Senador José Medeiros.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Eduardo Amorim, Sr. Presidente, vota favoravelmente ao projeto e pede o apoio de todos os colegas para que acabemos com essa mazela no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Registrado o voto.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Aloysio, "sim".

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senador Aloysio Nunes, "sim".

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Senador Roberto Rocha, "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Roberto Rocha, "sim".

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Aécio Neves, "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Aécio Neves, "sim".

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – José Agripino, "sim".

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – José Agripino, "sim".

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Antonio Anastasia, "sim".

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senador Anastasia, vota "sim".

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Randolfe Rodrigues, "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Randolfe Rodrigues, "sim".

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO. *Fora do microfone*.) – Senador Ataídes, "sim".

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senador Ataídes, "sim".

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Blairo Maggi, "sim". Já registrado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Blairo Maggi, "sim".

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ. *Fora do microfone*.) – Crivella, "sim".

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senador Crivella, "sim".

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA. *Fora do microfone*.) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senador Lobão, "sim".

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senador Jorge Viana, "sim".

Quantos votos já foram registrados?

A Mesa consulta aos Senadores se alguém ainda não se manifestou. (*Pausa.*)

Os votos "sim" registrados são em número de 15, portanto, já atingimos o quórum necessário.

SIM, 15 votos; nenhum voto NÃO.

O projeto está aprovado.

Se os Senadores concordarem, podemos repetir a votação do projeto para a emenda.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Os Senadores concordam, portanto, as emendas também foram aprovadas.

Resultado: aprovado o projeto e Emendas de nº 1 – CCJ.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com pedido de urgência, de preferência, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O projeto é terminativo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente, pela ordem.

Peço a retirada de pauta, como Relator, do item 12, PEC 26.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Atendo ao pedido de V. Exª.

É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 26
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, de 2012
- Terminativo -

Institui normas relacionadas à responsabilização na contratação de obras públicas e dá outras providências.

Autoria: Senador Pedro Taques
Relatoria: Senador Alvaro Dias
Relatório: Pela aprovação do Projeto, das Emendas nº 1-CAE a 6-CAE e 22-CI, pelo acolhimento parcial da Emenda nº 7-CAE, com a subemenda apresentada, e com três Emendas que apresenta.
Observações:
- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura e pela Comissão de Assuntos Econômicos;
- Votação nominal)

Retirado de pauta o item 26.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Gostaria de saber se poderíamos apreciar ou pelo menos fazer a leitura do item 5, Sr. Presidente, projeto do Senador Marcelo Crivella.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não há número suficiente.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Poderemos fazer a leitura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pode sim. V. Exª pode fazer a leitura.

Item 5.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, de 2014
- Terminativo -

Altera a Lei nº. 7.210, de 11 de julho de 1984, "Lei de Execução Penal", para prever a remição de pena para o condenado que doar sangue.

Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
- Votação nominal.

Tem a palavra o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Vou direto à análise.

Preliminarmente, registramos que a matéria sob exame não apresenta vícios de constitucionalidade formal, uma vez que o direito penitenciário e a defesa da saúde estão compreendidos no campo da competência legislativa concorrente, consoante dispõem, respectivamente, os incisos I e XII do art. 24 da Constituição Federal. Conforme o §1º do art. 24 da Carta Magna, no âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais. No caso em questão, o estabelecimento de requisitos (como a doação de sangue) para a concessão do benefício de remição de pena possui o caráter de generalidade exigido pela referida regra constitucional.

Por sua vez, ainda sob o enfoque da constitucionalidade formal, não se trata de matéria submetida à iniciativa privativa do Presidente da República, nos termos do §1° do art. 61, da Carta Magna.

No mérito, Sr. Presidente, temos que a proposição é conveniente e oportuna.

O art. 3º, inciso I, da Constituição Federal, estabelece que constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil "construir uma sociedade livre, justa e solidária". Para tanto, todos os membros da sociedade podem e devem ajudar uns aos outros.

A doação de sangue é um ato essencialmente nobre e solidário, destinado a salvar vidas. Na grande maioria das vezes, o doador não conhece o seu destinatário, o que ressalta a humanidade e o amor ao próximo.

É também um ato de cidadania, uma vez que representa o conhecimento do cidadão em relação aos seus direitos e deveres para com a sociedade.

Assim sendo, permitir que os condenados possam remir parte da sua pena por meio de doação de sangue é possibilitar o cumprimento de um dos objetivos da execução, que é o de proporcionar as condições para a harmônica integração social do preso. O condenado que doa sangue está demonstrando, com esse ato, seu esforço para retornar ao convívio social.

Conforme proposto pelo PLS, é essencial que a doação de sangue pelo condenado seja um ato voluntário. Ninguém pode ser compelido a doar sangue, sob pena de violação ao princípio constitucional da dignidade humana (art. 1º, III, da Constituição Federal) e da garantia fundamental de que "é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral" (art. 5º, XLIX, da Constituição Federal).

Ademais, na forma também proposta pelo PLS, o ato deve ser precedido de avaliação médica, para verificar se o condenado possui condições físicas para doar sangue.

Finalmente, nos termos do §7º do art. 126 da Lei de Execução Penal, na forma dada pelo art. 1º do PLS, as doações de sangue "poderão ser feitas a cada três meses pelos homens, e quatro meses pelas mulheres". Tal distinção entre homens e mulheres decorre da circunstância de o organismo necessitar de oito semanas para os homens e de doze semanas para as mulheres, para atingir o mesmo nível de estoque de ferro que apresentava antes da doação.

Assim, nesse aspecto, por haver uma justificativa para a distinção, não há que se falar em violação ao princípio constitucional da isonomia.

O voto, Sr. Presidente.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2014, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Feita a leitura do parecer, a matéria entrará na pauta da próxima reunião.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Quero agradecer, comovido, o gesto de nobreza do meu companheiro de Bloco, que ficou aqui comigo, resistindo aos apelos mais fortes, para que nos retirássemos daqui para a sessão do Congresso.

Mas ele permaneceu em homenagem aos doentes que precisam de sangue no Brasil, porque é um médico solidário. Também, o Senador Anastasia. São pessoas humanas, que têm consideração com os doentes que precisam de sangue no Brasil.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Quero comunicar aos Senadores ainda presentes a esta reunião que amanhã teremos uma reunião às 10h, uma reunião de audiência pública, destinada à instrução do Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2015, que inclui na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, Decreto-Lei nº 4.657, de 1942, disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e aplicação do Direito Público.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 20 minutos.)

ATA DA 39ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 2015.

Às dez horas e dezoito minutos, do dia dezenove de novembro de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência da Senadora Simone Tebet, com a presença dos Senadores José Pimentel, Valdir Rupp, José Maranhão, Ronaldo Caiado, Antonio Anastasia, Eduardo Amorim , Delcídio do Amaral e das Senadoras Ana Amélia e Vanessa Grazziotin, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Humberto Costa, Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Wilder Morais, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Jader Barbalho, José Agripino, Aécio Neves, José Serra, Antonio Carlos Valadares, Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues, Marcelo Crivella, Magno Malta e as Senadoras Gleisi Hoffmann e Fátima Bezerra. Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara aberta a Reunião. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública. Assunto / Finalidade: Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2015, de autoria do Senador Antonio Anastasia, que "Inclui, na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-lei nº 4.657, de 1942), disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e aplicação do direito público". Requerimento de realização de audiência: RQJ 35/2015, Senadora Simone Tebet. Participantes: Sr. Arnaldo Sampaio Moraes Godoy, ex-Consultor-Geral da União e Procurador da Fazenda Nacional; Alexandre Schubert Curvelo, Consultor da Confederação Nacional dos Municípios (representante de: Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios e Advogado); Danilo Takasaki Carvalho, Assessor Jurídico da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda (representante de: Fabricio Do Rozario Valle Dantas Leite, Secretário Executivo Adjunto do Ministério da Fazenda). Resultado: Realizada a Audiência Pública. A Senhora Presidente declara encerrada a presente Reunião às onze horas e doze minutos do dia dezenove de novembro de dois mil e quinze, e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Senador José Maranhão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR JOSÉ MARANHÃO
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

(*Texto com revisão.***)**

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 39ª Reunião, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de uma audiência pública, conforme aprovamos na reunião deliberativa anterior desta Comissão, para instrução do PLS (Projeto de Lei do Senado) nº 349, de 2015, do ilustre, queridíssimo e competente Senador Anastasia, que inclui na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, conhecida ainda como Lei de Introdução ao Código Civil, disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e aplicação do direito público, conforme Requerimento – como disse, aprovado – nº 35, de nossa autoria.

Nós fizemos os convites e agradecemos aos convidados pela presença.

Gostaria, neste momento, de convidar para compor a Mesa, para fazer parte desta audiência pública, o Sr. Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy, ex-Consultor-Geral da União e Procurador da Fazenda Nacional.

O Sr. Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy é doutor e mestre em Filosofia do Direito e do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – acredito que seja colega da ilustre Drª Maria Helena Diniz.

Foram colegas?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Aluno? Também fui. Tive o prazer de beber dessa fonte de sabedoria.

Ele fez estudos e pós-doutorado na Universidade de Boston, é especialista em Direito Constitucional e em Direito Tributário e, como disse, Procurador da Fazenda Nacional. Foi assessor de Ministro do Supremo Tribunal Federal, e tenho certeza de que veio para contribuir, em muito, com esta audiência pública.

Também solicito e convido para compor a Mesa, representando o nosso querido presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Dr. Paulo Ziulkoski, o Sr. Alexandre Curvelo. Ele é consultor da Confederação Nacional dos Municípios.

O Dr. Paulo pediu desculpas, Senador Anastasia. Ele gostaria muito de estar aqui, mas representa uma confederação que engloba mais de 5,6 mil Municípios e não consegue estar em todos ao mesmo tempo. Mas tenho certeza de que está muito bem representado.

Por fim, convido para fazer parte também da Mesa, representando o Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Fazenda, Dr. Fabricio do Rozario Valle Dantas Leite, que teve um probleminha de saúde ontem e pediu para ser representado – e tenho certeza de que será muito bem representado –, o assessor jurídico da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda, Dr. Danilo Takasaki Carvalho.

Por favor. Seja bem-vindo.

O Dr. Danilo também é mestre em Direito, pós-graduado em Contratos de Responsabilidade Civil pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDF), bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), procurador do Banco do Brasil desde 2006. Hoje, como assessor da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda, tem larga experiência e tem muito a contribuir com informações, engrandecimento e aprimoramento desse projeto de lei, que, embora pareça ser muito complexo, Senador Anastasia, no médio e longo prazo, tenho certeza de que a população brasileira vai enaltecer a sua iniciativa.

É importante lembrar que a antiga Lei de Introdução ao Código Civil, modernamente conhecida como Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, regula, basicamente, o direito privado. Nós precisamos fazer jus ao novo nome de introdução dessa lei. Por isso, o projeto de V. Exª, que traz mandamentos gerais de direito público, no escopo dessa introdução, e visa justamente, acredito, suprir essa lacuna, é o que faltava para que pudéssemos ter aquilo por que todos nós ansiamos.

Desde 1988, todos sabem que se foi estendendo, cada vez mais, o controle interno e externo das atividades públicas, seja administrativa, legislativa ou mesmo judicial, com os conselhos nacionais. E esse controle, feito por diversos órgãos, muitas vezes concomitantemente, não só prévio ou posterior, muitas vezes gera interpretações diversas, causando o que é inadmissível no direito e nas relações modernas, que é a insegurança jurídica; insegurança para a sociedade, insegurança para os agentes públicos, insegurança para a iniciativa privada, que quer colaborar com o Poder Público.

Diante dessa percepção, eu louvo já, de pronto, a iniciativa e a sensibilidade do Senador Anastasia de trazer para esta Casa, na realidade, um projeto que trata de uma proposição não só bem fundamentada, mas já também muito discutida e analisada por inúmeros mestres do direito brasileiro.

Sei que é uma proposição que saiu da academia – o que é importante –, da faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas, tendo como nosso coordenador o Prof. Carlos Ari Sundfeld e também o Prof. Floriano de Azevedo Marques Neto como um colaborador no âmbito da Sociedade Brasileira de Direito Público. Portanto, uma vez bem compreendido pelos Srs. Senadores e pelas Srªs Senadoras, eu não tenho dúvida de que esse projeto passará, por unanimidade, nesta Comissão.

E, para que ele seja mais bem esclarecido para a sociedade – é importante dizer que estamos aqui sendo assistidos pela TV Senado, ouvidos pela Rádio Senado –, nós trouxemos pessoas que poderão, através da sua capacidade, conhecimento e experiência, colaborar e contribuir ainda mais com o projeto.

Eu sou Relatora, portanto, mera mediadora nesta audiência pública. Vamos ouvi-los aqui e, para que não nos percamos – já aproveito para pedir desculpas, porque, depois de um Congresso Nacional exaustivo de mais de 11 horas ontem, nós fomos convocados para, logo mais, às 11h30, votarmos uma medida provisória –, para que possamos aqui coordenar de forma eficiente e célere os trabalhos, se não houver nenhuma objeção dos meus colegas aqui, colaboradores – vou chamá-los assim –, eu darei um tempo de dez minutos para as colocações iniciais. Se houver a necessidade de complementação do tempo, ela será fornecida. Os Srs. Senadores que quiserem fazer alguma pergunta, terão três minutos para a pergunta, e os senhores terão cinco minutos para fazer as suas considerações.

Sem mais delongas, passo a palavra, neste momento, ao Dr. Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy pelo prazo de dez minutos.

O SR. ARNALDO SAMPAIO MORAES GODOY – Obrigado.

Bom dia a todos que estamos aqui no Senado Federal; bom dia, Srª Senadora; bom dia, Senador Anastasia, a quem cumprimento pela passagem exuberante pelo Governo do Estado de Minas Gerais, no qual enfrentou, com muita coragem, um dos maiores problemas que há na Administração Pública brasileira e que esse projeto, de algum modo, também contempla e enfrenta, que é a litigância intragovernamental.

Tanto quanto sei, no Estado de Minas Gerais, um órgão, um ente da Administração litiga contra outro somente quando há autorização do Advogado-Geral do Estado, razão pela qual se consegue, em Minas, evitar um dos maiores problemas que hoje temos a enfrentar.

Temos execuções fiscais da Fazenda Nacional, por exemplo, protocoladas contra o Ibama. Nós temos, por exemplo, uma litigância absoluta e esquizofrênica entre órgãos e entes da Administração que tem como pano de fundo, justamente, a impossibilidade que o Direito brasileiro até o momento tem no sentido de enfrentar um problema gravíssimo, que é a responsabilização do agente público – no caso, o advogado público ou o parecerista – pelas opiniões que eventualmente emite.

Por essa razão, Senador, vou concentrar as minhas observações no art. 27 do projeto, que me parece ser o mais emblemático e o mais inovador. O art. 27 nos dá conta de que o agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em casos de dolo ou de erro grosseiro.

Eu quero sintetizar que um dos maiores problemas que há hoje radica no fato de que não temos ainda essa regra no Direito brasileiro. Qualquer das pessoas que hoje, eventualmente, buscarmos na rua e às quais perguntarmos os problemas que há no Brasil, além daqueles que todos sabemos, com toda certeza, colocarão os problemas nas costas dos burocratas.

O Brasil tem uma tradição muito agressiva para com o burocrata. O burocrata é aquele que é motejado nos contos, na literatura; é aquela figura que, via de regra, parece um freio de mão puxado; é aquela figura que não deixa que, eventualmente, as coisas andem. Mas eu gostaria de chamar atenção para o outro lado. O burocrata brasileiro hoje vive sob um sistemático e obsessivo modelo de controle, que é necessário, mas que, no entanto, faz com que cada um dos burocratas pense duzentas vezes antes de lançar a assinatura em qualquer documento.

O burocrata – e eu me refiro ao servidor público federal – é fiscalizado pela Controladoria-Geral da União, é fiscalizado pelo Tribunal de Contas da União, é fiscalizado pelo Ministério Público Federal, responde a ações civis, é fiscalizado por suas próprias corregedorias; enfim, ele é fiscalizado por um sem número de órgãos, razão pela qual, para que, eventualmente, possa apor a sua assinatura em algum documento, ele precisa contar com uma zona de conforto absolutamente densa para que, enfim, possa assumir os seus próprios atos.

Nós temos uma lista de colegas advogados públicos, a quem me refiro especialmente, que hoje são pessoas responsáveis pelo não andamento da máquina pública em uma série de circunstâncias. E muitas vezes há uma razão explicativa para isso. Nós não temos hoje uma paridade de armas entre aquele que fala pelo Poder Público, que fala pelo Poder Executivo, e os vários órgãos de controle que há.

Eu insisto: não estou defendendo a percepção de que não tenhamos de ser controlados. Esse controle é necessário. Todavia, o servidor também precisa de um referencial normativo para que possa, com independência, para que possa, com objetividade, exprimir as suas opiniões. Eu sei de procuradores da Fazenda Nacional, meus colegas, que nos recusamos a dispensar um crédito, que é um crédito incobrável, porque efetivamente estamos precavidos com as nossas corregedorias.

Eu conheço colegas advogados da União que pensam três vezes para autorizar uma determinada licitação por conta do fato de que uma interpretação distinta daquela interpretação que ele possa dar possa resultar, infelizmente e efetivamente, num nível gravíssimo de responsabilização, razão pela qual, então, é necessária a construção de um mecanismo normativo, de um arranjo institucional que, definitivamente, resolva essa questão.

Daí, então, o elogio para o conteúdo do art. 27. Primeiro, o conceito de agente público, que é um conceito absolutamente amplo e que contempla todos os interessados nesse tipo de problema. A responsabilidade aquiliana, a responsabilidade pessoal, muito bem colocada aqui, por suas decisões ou opiniões técnicas, essa responsabilização se dá, nesse contexto, em dois momentos: no dolo ou no erro grosseiro. E aqui vem uma sugestão: por que não, no dolo – vírgula –, na fraude – porque, eventualmente, pode haver um mecanismo de aproximação com aquele que é o administrado, para usarmos uma expressão hoje fora de uso.

O erro grosseiro, em princípio, é algo que também suscita um volume muito grande de questionamentos. O que seria o erro grosseiro? O desconhecimento da jurisprudência, o desconhecimento de uma norma, o desconhecimento de uma norma de orientação – caso específico da Advocacia-Geral da União, do Advogado-Geral da União.

De qualquer maneira, eu quero louvar a qualidade do art. 27, que, definitivamente, desenha para o agente público um escudo herético por meio do qual ele realmente terá certeza de que será responsabilizado quando age com dolo ou com erro grosseiro.

O art. 27, Senadora, definitivamente, pode sepultar no Brasil o crime de opinião, que hoje estamos vivendo. Eu conheço colegas que são responsabilizados, junto ao Tribunal de Contas da União, junto às várias corregedorias, porque os pareceres ou opiniões que emitiram são pareceres ou opiniões que não passaram pelo escrutínio daquele que controla os atos da Administração, razão pela qual o art. 27 tem, nas suas entrelinhas, no seu sentido hermenêutico e interpretativo oculto, um recado absolutamente emblemático para a cultura jurídica dos nossos dias, na medida em que ele mitiga, diminui o crime de opinião, que é o que existe no mundo fático.

O §1º também me parece absolutamente muito bem desenhado, porque ele enfrenta algo que a Administração Pública federal há muito tempo procura desenhar, que é o conceito de erro grosseiro, que não é um tipo aberto, não é um tipo generalizado; é algo muito objetivo e muito bem colocado aqui. Inclusive, em doutrina, ainda que não pacificada, isso é de uma grandeza conceitual sem precedentes. Quero enfatizar a qualidade desse parágrafo.

Creio que, pelo menos no art. 27, estamos em face de um grande monumento de legística – legística é aquela ciência que estuda a qualidade das leis.

O §2º também outorga e oferece ao servidor público a possibilidade de que seja defendido, efetivamente, pelo próprio órgão para o qual ele trabalha. Nós, na Advocacia-Geral da União – enquanto estive lá –, criamos um departamento de Defesa das Prerrogativas. Nós tínhamos advogados, Senador, que eram objeto de ordens judiciais de prisão porque não entregaram remédios do SUS, de uma determinada decisão de um magistrado do interior do Estado de Santa Catarina, em que ele não podia fazer absolutamente nada.

Resumidamente, eu estou aqui nesta manhã absolutamente encantado com a qualidade do projeto, com a densidade conceitual dessa iniciativa. E, provavelmente, em nome dos colegas que tenho na advocacia pública federal, quero enaltecer a qualidade do art. 27, que, aliás, vem em consonância e simetria conceitual com o novo Código de Processo Civil, que também responsabiliza os advogados apenas por dolo. Eu apenas sugeriria que a redação fosse ampliada: dolo – vírgula –, fraude ou erro grosseiro.

São essas as observações que eu gostaria de dividir com o auditório, mais uma vez cumprimentando o nobre Senador Anastasia e também a Senadora Simone pelo modo tão gentil e delicado como me recebeu.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Nós é que agradecemos ao Dr. Arnaldo pelas considerações, pela importância das colocações feitas. Quero dizer ao Dr. Arnaldo que nós levaremos em conta essa sugestão em relação à inclusão no dispositivo legal, no art. 37, na questão da fraude, lembrando realmente que esse artigo garante uma segurança jurídica muito grande a quem procura, como nós, atuar sempre a favor do interesse público.

Hoje em dia, diante da insegurança que há, o agente público fica realmente muitas vezes tolhido em função do medo – a realidade é esta, a palavra é medo – de agir de acordo com a sua consciência, de acordo com o que acha que é correto, sabendo que há jurisprudências muitas vezes até desarrazoadas, interpretando de forma contrária e impedindo que possamos desempenhar bem a nossa função.

Louvo, novamente, o Senador Anastasia pela coragem de colocar esse art. 37. Teremos algumas polêmicas em relação a ele.

Já escutei algumas pessoas, inclusive, talvez com uma mentalidade um pouco mais retrógrada, questionando a respeito: "Mas o agente público, o parecerista, como ele não vai ser responsabilizado pelo dano que causar?". Como se ele não fosse um cidadão e não tivesse de responder de forma subjetiva, havendo dolo, havendo culpa ou, no caso, a culpa no sentido do erro grosseiro, ou mesmo aqui, com a inclusão do termo "fraude".

Agradeço as suas colocações e passo, neste momento, a palavra ao Dr. Danilo Takasaki Carvalho, que está aqui representando o Ministério da Fazenda.

O SR. DANILO TAKASAKI CARVALHO – Bom dia a todos. Bom dia, Senadora Presidente e Senador Anastasia. Em nome do Ministério da Fazenda e do Dr. Fabricio Dantas, eu gostaria de agradecer o convite feito ao Ministério para podermos externar as opiniões que nos foi possível alcançar do estudo desse projeto.

É um projeto, como disse o Dr. Arnaldo, bastante ambicioso e muito importante, na nossa visão, para a construção de estruturas mais sólidas, do ponto de vista jurídico; estruturas essas que vão capacitar o Estado brasileiro – e refiro-me a todos os níveis governamentais – a dar condições a que a sociedade, os agentes econômicos e a sociedade em geral tenham segurança, tenham certeza de realizar investimentos, de tomar decisões, seja de investimentos, seja de suas vidas, com mais tranquilidade, com mais perspectiva do que acontecerá no futuro.

Nesse ponto, há alguns artigos relevantes aqui. Não é um nem outro, são vários artigos que vão possibilitar dar essa visão, essa tranquilidade para a sociedade.

De maneira geral, nós temos, na Lei de Introdução ao Código Civil... Perdão; na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – novo nome que ela alcançou, ainda nesta década –, partes que se dedicam a, digamos, porções diferentes do Direito. Existe uma parte que se pode chamar de metajurídica ou de sobredireito, que fala de interpretação, aplicação da lei, normas bem gerais, e existe uma parte também de Direito Internacional Privado, que vai tratar de como se resolvem conflitos entre leis, de como se resolvem situações concretas em que há possibilidade de aplicação de mais de um ordenamento jurídico.

Há uma parte mais final da lei que trata também de inserção de comandos ou de decisões judiciais estrangeiras no País e do confronto dessas decisões com o ordenamento jurídico nacional.

É bem evidente que falta – olhando de fato para o projeto que se apresenta aqui – alguma dedicação dessa lei, que se propõe a ser uma lei de introdução às normas do Direito brasileiro, ao ordenamento brasileiro; falta uma parcela de dedicação ao Direito Público, às normas da Administração e à atuação da Administração.

Então, vejo como muito louvável – e o Dr. Fabricio compartilha desta opinião – a iniciativa, e em nossa opinião, realmente, ela vem a engrandecer o ordenamento brasileiro, vem trazer um aspecto estruturante para a sociedade. E, do ponto de vista do Ministério da Fazenda, na nossa área de interesse, para a economia também, uma maior certeza, uma maior segurança jurídica do Estado e dos particulares sobre a aplicação do Direito é fundamental para a tomada de decisões, para se olhar para o futuro, enxergar algo previsível e poder, então, fazer os investimentos, fazer a poupança, que é tão necessária para o País e para o crescimento.

Eu queria fazer um comentário breve, na linha do que o Dr. Arnaldo já expôs aqui, e que também é algo que vem povoando algumas discussões que ocorrem em diversos projetos de lei, de medidas provisórias, com os quais tenho trabalhado, nas equipes em que tenho trabalhado, e que se volta para essa questão da responsabilização do agente público.

De fato, existe uma cultura de olhar para o burocrata e achar que ele é culpado de tudo, seja porque agiu, seja porque se omitiu. E temos que pensar uma coisa: o burocrata, aquele que passou em um concurso público e passou

a ocupar um cargo público, tende a ser alguém mais avesso ao risco. Ele não foi para a iniciativa privada buscar o risco de o negócio dele dar errado ou de ele ser demitido. Ele foi para uma carreira em que a demissão, a exoneração é mais difícil de acontecer; depende de um processo administrativo etc. Então, ele já tem esse perfil de aversão ao risco. No momento em que existe alguma possibilidade de ele tomar uma decisão que lhe vai gerar uma responsabilização no futuro, a tendência, obviamente, é de ele não tomar a decisão; tentar evitar, de toda maneira, sair dessa situação.

O fato é que algumas pessoas, alguns servidores podem até ter uma disposição à assunção de algum risco, quer dizer, ele quer alcançar os objetivos daquela organização pública – posso falar um pouco do Banco Central do Brasil, de onde eu venho de carreira –, quer alcançar o objetivo da instituição, por exemplo, na supervisão da instituição financeira, quer fazer um melhor trabalho, mas ele tem receio de que uma decisão que ele tome vá causar um prejuízo para aquela instituição, para aquele agente econômico, e que ele então seja, depois, responsabilizado, porque a Administração Pública é responsável por seus atos objetivamente. Então, o particular vai facilmente tentar a responsabilização do Poder Público, e isso vai, de alguma forma, respingar na pessoa física desse servidor que está agindo. Ele fala: "vou preferir a omissão", porque, na omissão, a Administração Pública é responsabilizada por culpa, e provar a culpa da Administração é um pouco mais difícil. Então, ele se resguarda por conta disso.

O resultado disso é que uma série de atuações dos órgãos públicos poderiam ser mais eficazes, atendendo ao interesse público dessa maneira, alcançando a missão desses órgãos públicos, caso houvesse mais certeza, mais segurança para a atuação desse agente.

Então, na linha do que o Dr. Arnaldo bem falou, se isso já é verdade para o advogado público, que faz uma atividade de consultoria, de assessoramento, normalmente, dos tomadores de decisão, imagine-se para os tomadores de decisão, para aqueles agentes públicos que tomam decisão. Então, vejo isso também com muito bons olhos. Vejo que há uma grande utilidade em se inserirem esses textos na nossa legislação.

Enfim, eu gostaria de agradecer, novamente, a oportunidade.

Essas seriam as nossas considerações por agora.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada ao Dr. Danilo, lembrando que, nesta audiência pública, estamos tratando de um projeto de lei do Senado, de autoria do Senador Antonio Anastasia, e que os nossos internautas, aqueles que estão assistindo a esta reunião podem nos acompanhar e também fazer as suas perguntas pelo portal e-Cidadania.

Lembro que é um projeto complexo, amplo. Estamos tratando e falamos agora aqui pelo lado do agente público, seja do parecerista, seja do agente público de modo geral, mas não podemos esquecer que esse projeto tem uma abrangência ímpar.

Um dos artigos que eu louvo mais nessa proposta do Senador Anastasia é justamente o art. 22, combinado com o art. 25 também, que fala sob a ótica do cidadão, de garantir-se segurança jurídica ao cidadão, diante de interpretações diversas que acontecem – é natural, diante de normas, principalmente, principiológicas, e mesmo por conta do tempo, que muitas vezes as interpretações sejam variadas; que haja uma transição proporcional, equânime, garantindo essa segurança jurídica ao cidadão. É salutar, nessa relação jurídica, que o cidadão confie no Poder Público e que o Poder Público sempre olhe o cidadão pelo olhar da boa-fé, nessa relação, que tem que ser, acima de tudo, a mais saudável possível.

Quanto ao art. 22, eu gostaria apenas de citá-lo. Ele diz:

A decisão administrativa controladora ou judicial que, com base em norma indeterminada, impuser dever ou condicionamento novo de direito, ou fixar orientação ou interpretação nova, deverá prever um regime de transição, quando indispensável para que a submissão às exigências se opere de modo proporcional, equânime e eficiente, e sem prejuízo aos interesses gerais.

No parágrafo único, o projeto estabelece que:

Se o regime de transição não estiver previamente estabelecido, o sujeito obrigado terá direito a negociá-lo com a autoridade, segundo as peculiaridades de seu caso e observadas as limitações legais, celebrando-se compromisso para o ajustamento [os conhecidos TACs], na esfera administrativa, controladora ou judicial, conforme o caso.

Acho que esse é um grande avanço, Senador Anastasia. Se conseguirmos aprovar este projeto, não tenho dúvida de que a segurança do Direito vai agradecer.

Sem mais delongas, passo agora a palavra ao último convidado, que vem representando a Confederação Nacional dos Municípios, o Dr. Alexandre, que dispõe de dez minutos.

O SR. ALEXANDRE SCHUBERT CURVELO – Bom dia.

Primeiramente, agradeço o convite e, desde já, parabenizo o Senador pelo projeto. O projeto é realmente muito relevante. Também cumprimento os Profs. Carlos Ari e Floriano Marques pelo substancioso projeto que elaboraram.

De fato, como os outros dois convidados ressaltaram, a lei trata de dispositivos que teriam por objetivo dar um pouco mais de segurança jurídica. Por ora, percebe-se que em vários dispositivos há uma menção indireta à proporcionalidade, que é um dos grandes temas do Direito brasileiro. Portanto, meus cumprimentos ao projeto.

No entanto, não só sob a ótica dos Municípios, mas também como advogado, mestre, doutor, pós-doutor em Direito Administrativo, posso também falar um pouco a respeito desses temas a partir de outro viés.

Em primeiro lugar, a Lei de Introdução tem por objetivo – e cumpriu esse papel nessa trajetória muito bem – tratar da aplicação das normas. Então, ela é uma lei que vale tanto para o direito privado quanto para o direito público. Os critérios de hierarquia das normas, o modo de solução dos conflitos das leis, de fato, estão na Lei de Introdução, que é o lugar correto para isso. No entanto, o projeto trata de alguns dispositivos de matéria de cunho processual.

O exemplo citado pelo Dr. Arnaldo, muito bem captado, do art. 27, parece-me que poderia fazer parte da Lei de Improbidade Administrativa, e não de uma Lei de Introdução. Isso porque a responsabilidade do agente é um tema que foge do espaço das leis que tratam de outras leis, que tratam do conflito das leis e do modo de aplicação do direito. É deveras importante tratar da responsabilidade do agente público, mas parece que o local para isso não é aqui. O local não seria nessa Lei de Introdução, conquanto, ressalto, tenhamos aqui uma boa redação e a preocupação com um tema que, efetivamente, é muito relevante.

Eu também gostaria de chamar atenção para outro artigo, o art. 24, que foi ressaltado aqui pela Presidente dos trabalhos. Novamente, temos aqui uma questão relacionada a uma matéria processual.

Diz o art. 24: "Quando necessário por razões de segurança jurídica de interesse geral, poderá ser proposta ação declaratória de validade de ato [...]".

A Lei de Introdução, salvo melhor juízo, não deveria aqui lançar a ideia de uma ação declaratória ou enunciar uma ação declaratória, o que seria próprio de outra norma, de uma norma de natureza processual, mesmo voltada para a Administração Pública, e não no âmbito de normas de introdução ao Direito.

Nós temos aqui, novamente, uma matéria que seria própria, talvez, de outro instrumento normativo, que não a própria Lei de Introdução.

De fato, temos aqui alguns dispositivos que, pela concretude com que visam tratar de temas processuais, poderiam integrar projetos para adequação de outras leis de natureza processual, que não poderiam fazer parte da Lei de Introdução, justamente porque o objetivo da Lei de Introdução é outro; não seria tratar de temas processuais, propriamente falando, temas concretos.

O art. 25, que também foi referido, igualmente inova, de forma muito adequada, ao falar da questão de normas de transição, quando nós teríamos a revisão de algum ato. De fato, na esfera administrativa, da concessão de licenças e de outras atividades, a questão de um... Isso, no Direito norte-americano, na parte de agências reguladoras, já é tratado há muitos anos; a questão da regulamentação negociada ou até do modo, às vezes, de retirada de um ato administrativo com o estabelecimento de regras de transição e de adequação aos efeitos que isso pode gerar.

O fato é que a enunciação disso na Lei de Introdução, de um lado, é muito boa, mas de outro pode causar um simples percalço, que é o seguinte: quando nós vamos aplicar isso? Para todos os tipos de procedimentos administrativos – por exemplo, de licença municipal –, para todos os procedimentos no âmbito do Direito Ambiental ou para alguns, as leis que tratam desses procedimentos terão que se adequar a esse dispositivo. De que modo vão se adequar? Teria que haver algum tipo de regulamentação para isso. Então, aqui, como um enunciado isolado, ele parece justamente adequado. No entanto, como ele trará problemas concretos, seria ideal que ele não estivesse na norma de introdução ou em uma lei de introdução.

É perceptível no projeto que a tônica principal de vários dispositivos é, justamente, o princípio da proporcionalidade. De fato, a proporcionalidade é um problema teórico e também um problema de aplicação da lei no Brasil, e fora do Brasil também isso ocorre. O fato é que a adequação desses preceitos que foram trazidos aqui me parece já existente no Direito brasileiro, no regime estabelecido pela Lei nº 9.784/99, a Lei de Processo Administrativo, que trata de um conjunto de regras e princípios inafastáveis no Direito brasileiro, lá no seu art. 2º, que é o Regime Jurídico Administrativo.

Então, hoje, isso que o projeto tenta colocar em debate, de certo modo, já existe no Regime Jurídico Administrativo, que é também hoje um modo de condução da Administração Pública pelos Municípios, pelas demais esferas da administração direta e indireta.

Eu acredito que, talvez, um *link* com a Lei de Processo Administrativo, com aqueles preceitos de Regime Jurídico Administrativo, seria mais próprio da Lei de Introdução do que ela estabelecer, como de fato fez, alguns preceitos de modo um pouco mais concreto. Talvez trazer os princípios do Regime Jurídico Administrativo para esse texto, como o início do projeto, estivesse mais adequado à natureza da norma, que é uma lei de introdução.

Agradeço, novamente, o convite e parabenizo os proponentes do projeto.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Obrigada, Dr. Alexandre Curvelo, pelas considerações e pelas críticas construtivas. Nós as levaremos em consideração.

Acredito que o autor possa dizer melhor do que eu qual foi a ideia do projeto, mas, como disse, sem entrar muito no mérito, eu gostaria apenas de fazer uma defesa em relação a algumas colocações que V. Sª fez.

É importante lembrar – eu comecei a minha fala dizendo isso – que a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro mudou apenas de nome, mas não no mérito. Os artigos continuaram os mesmos. E acredito que o propósito do legislador, ao mudar o nome de Lei de Introdução ao Código Civil – portanto, com uma atuação mais específica em

normas gerais de direito privado – para Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, tenha sido exatamente este: mostrar que, no mundo de hoje, globalizado, por mais que haja dicotomia entre direito público e privado, está cada vez mais difícil fazer essa separação. O público se mistura no privado, no dia a dia, na vida do cidadão. Há momentos em que não dá nem para falar, por exemplo, que um instituto como o casamento é do direito privado. Quando, por exemplo, Dr. Arnaldo, nós estamos diante de uma briga de casal em que o marido espanca a mulher, isso passa a ser uma questão, sim, de ordem pública.

Então, diante dessas situações do cotidiano, da vida, da modernidade, da agilidade, diante da realidade que temos no Brasil hoje, acredito que tenha sido esse o espírito do legislador, no sentido de transformar realmente a antiga Lei de Introdução ao Código Civil em algo maior, em uma norma de âmbito nacional que quer trazer diretrizes, como faz a própria Constituição. Talvez tenha sido esse o grande propósito e, a meu ver, até o grande mérito do projeto idealizado também pelo Senador Anastasia.

Quando V. Sª fala da questão do art. 34, realmente nós estamos inovando aqui, se aprovarmos esse projeto, ao criar a Ação Declaratória de Validade dos Regulamentos – não é, Senador? –, inclusive com efeito *erga omnes*, o que é importante mencionar, em nome da segurança jurídica, da celeridade, para que tenhamos essa estabilidade, previsibilidade das relações. Mas concordo com V. Sª e vamos levar isso em consideração. Este é o começo; não é o fim. Quer dizer, não adianta colocarmos na Lei de Introdução a criação de mais um instituto processual, como a Ação Declaratória de Validade. Ele vai requerer, sim, que depois, ou no Código de Processo Civil ou em outro dispositivo, nós possamos colocar os pré-requisitos, as competências, as atribuições, dizendo a que se propõe esse instrumento. Acho que foi esse o espírito. Mas agradeço V. Sª.

Em um primeiro momento, causa estranheza mesmo esse projeto. Quem olha, principalmente os estudiosos do Direito, que, como eu, estudaram sob a égide da Lei de Introdução ao Código Civil, pensa: "Espere aí; o que o direito público está fazendo dentro de um livro que é, eminentemente, uma bíblia do direito privado brasileiro?".

Então, são normas que vão ser discutidas. E, se aprovadas e colocadas no escopo da Lei de Introdução, como eu disse, isso é um começo, e não um fim, porque vamos precisar regulamentar, disciplinar em outros dispositivos também. Mas eu concordo e agradeço, porque realmente essa é a primeira impressão que nós temos.

Talvez, Senador, ele tenha dado uma grande contribuição para defendermos o projeto inclusive na Comissão, que é tentar, como preliminar, levantar esta questão: por que essas normas na Lei de Introdução ao Direito Brasileiro? Então, só tenho a agradecer pelas colocações. Estão nas notas taquigráficas, e nós vamos levar em consideração tudo que foi colocado aqui.

Vou passar, imediatamente, a palavra – estamos com o tempo muito curto – ao autor da proposição, para fazer as suas considerações, mas não sem antes, de forma muito especial e carinhosa, agradecer a presença do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, José Maranhão, nosso Líder, nosso mestre, e dizer que o lugar dele é aqui, e o meu lugar é ao lado do Senador Anastasia. Então, eu gostaria de convidá-lo para que pudesse assumir esta Presidência enquanto o nosso autor, o autor da proposição, faz as suas considerações.

Já estamos na fase final aqui da audiência pública, mas vai ser uma honra ter esta audiência pública finalizada por V. Exª, Senador José Maranhão.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu vou declinar do convite honroso que está me fazendo para V. Exª continuar com o comando desta reunião, que está exercendo com tanta habilidade e, sobretudo, com proficiência, com conhecimento da matéria que está sendo tratada aqui.

Eu preferiria continuar aqui para ouvir as lições que V. Exª acabou de expender aí nas suas observações sobre o depoimento que acabou de fazer o Dr. Alexandre.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Fico honrado com o convite para concluir e com as palavras generosas que proferiu ao meu respeito, mas eu preferiria ficar aqui como ouvinte atento às considerações que V. Exª vem fazendo ao longo do debate.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente. Nós é que nos sentimos honrados com a sua presença.

Senador Antonio Anastasia, V. Exª tem a palavra.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Srª Presidente, Senadora Simone Tebet. Estendo meus cumprimentos ao Senador José Maranhão, nosso querido e permanente Presidente da CCJ, Comissão que é o coração do Senado Federal.

Quero saudar os eminentes convidados, agradecer a presença deles, cujas contribuições certamente serão de altíssima relevância à nossa digna Relatora, Senadora Simone, igualmente professora de Direito Administrativo e de Direito Público, e que conhece, como demonstrou aqui – no bom adjetivo do Senador Maranhão –, com excelente proficiência, a conduta dos trabalhos de sua relatoria e o objetivo, exatamente, de um projeto como este, por nós apresentado, pela sua dimensão, pelos seus contornos, exatamente até pelo desdobramento que ele traz, com grande repercussão na vida jurídica nacional, mormente na Administração Pública e, tratando de Administração Pública,

também na vida cotidiana de cada um dos cidadãos. É evidente que a Senadora tem todas as precauções e cautelas necessárias para apresentar as alternativas.

Eu ouvi, Srª Presidente, com muita atenção, todas as muito bem lançadas colocações dos nossos três convidados. Quero, igualmente, como V. Exª o fez, agradecer a cada qual pela sua colaboração e dizer que, em síntese, o projeto se inspirou, como V. Exª disse no início, em uma contribuição da academia, que é a nossa origem, através da palavra do Prof. Floriano Marques e, especialmente, do Prof. Carlos Ari Sundfeld, e da Sociedade Brasileira de Direito Público, que reúne a plêiade dos constitucionalistas e juspublicistas brasileiros, com o objetivo de suprimir a lacuna que aqui foi dita: exatamente a grande deficiência que hoje temos na Administração Pública brasileira, que é a segurança jurídica, quer para o gestor, quer para o cidadão.

O cidadão, à mercê de alterações arbitrárias, unilaterais, de *motu proprio* de interpretações, fica, obviamente, na insegurança e na inquietude de saber se aquele ato de que, eventualmente, ele tenha sido objeto ou de que participe terá o seu reconhecimento no futuro em razão de mudança da interpretação. E, por outro lado, o gestor, como aqui foi muito bem dito também, fica extremamente cauteloso, temeroso.

Na realidade, Presidente José Maranhão, V. Exª também presidiu com muito garbo o nosso querido, valente, heroico, Estado da Paraíba, como eu também tive a honra de governar Minas Gerais, e a Senadora Simone foi Vice-Governadora de Mato Grosso do Sul – só não foi governadora porque não o quis – e Prefeita do seu Município. Nós todos fomos gestores do Poder Executivo e sabemos o que é uma assinatura em uma decisão, da mais singela à mais complexa, nos dias de hoje, ou seja, quais serão as consequências, quais serão os desdobramentos daquela decisão, que você toma imbuído da melhor boa-fé, mas, muitas vezes, em uma interpretação que pode dar um desdobramento futuro, especialmente em razão dos fatos que nós conhecemos hoje do sistema de controle.

Por que a Lei de Introdução? Exatamente pelo fato de que essa Lei de Introdução tem o seu caráter genérico, abrangente. Quando eu estudei isso, em priscas eras, Senador Maranhão, lembro que o meu professor de Direito Internacional Privado – cujas normas estão aí – dizia que o Direito Internacional Privado não é nem internacional nem privado; ele é, na verdade, um ramo do Direito Público que cuida da aplicação das normas.

É o mesmo caso aqui: a Lei de Introdução ao Código Civil não era uma lei do Código Civil; era uma lei de introdução – e o nome agora é correto – ao Direito brasileiro. E, por isso mesmo, o *locus* escolhido para essas regras e esses preceitos fundamentais para robustecer a segurança jurídica no Brasil foi essa legislação, em caráter genérico e de aplicação também nas três esferas da Federação. Porque a Lei de Processo Administrativo, só para dar um exemplo, está restrita à esfera federal, e nós queremos que isso se desdobre para os Municípios e também para os Estados.

Por outro lado, quando falamos da questão da improbidade, temos de lembrar que improbidade é uma espécie de responsabilização, e aqui estamos dando o conceito genérico da questão da decisão técnica da opinião, se por dolo, fraude – muito bem lembrado – ou erro grosseiro.

Acho também – tem razão o Dr. Alexandre, e eu já disse isso outro dia à Senadora Simone em uma conversa *têtе-à-têtе* – que nós temos de enfrentar aqui a Lei de Improbidade, porque o seu art. 10, a meu juízo, está causando também os mesmos distúrbios no dia a dia, porque o mero descumprimento da lei, Senador Maranhão, muitas vezes, nem por desconhecimento, mas por uma interpretação equivocada, tem gerado ações de improbidade contra os gestores, especialmente gestores municipais. Convênios mal aplicados, dificuldades de interpretação; isso tem dado azo a inúmeras ações e processos.

E o objetivo da nova ação é, exatamente, instrumentalizar a confiança jurídica. Por isso, essa ação direta que foi aqui concebida, colocada, manifestada, exatamente para permitir ser o meio necessário à garantia e à efetividade da confiança jurídica.

Mas eu queria, eminente Senadora – não me estendendo muito, em razão do nosso horário, e eu ainda tenho de votar os embaixadores na CRE –, agradecer muito a condução de V. Exª, que tem sido uma Relatora excepcional. Aliás, muito bem escolhida pelo nosso Presidente, Senador José Maranhão, que tem sido muito generoso com os projetos de minha autoria, só indicando relatores dedicados, como é o caso de V. Exª e de todos os nossos colegas.

Muito obrigado a todos pela participação. Tenho certeza do proveito para a Relatora desta bela audiência.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Obrigada, Senador Anastasia, pelas gentis palavras.

Mas, também, com um projeto dessa magnitude e com essa qualidade, fica fácil relatar, Senador. Ainda mais tendo ao meu lado o autor, que vai não só ser o autor, mas também correlator. Ele vai estar ao meu lado, nos momentos difíceis da relatoria, para nos auxiliar, sempre sob a batuta e a tutela – quero aqui dizer aos convidados – do nosso querido, experiente Senador José Maranhão, de cujo currículo vou declinar de falar, porque já não sei quantas vezes foi Deputado Estadual – acredito que quatro –, foi três vezes Governador de seu queridíssimo Estado, Senador da República, fora o início da sua vida pública.

Ele começou na vida pública, Senador Anastasia – ele estava me contando recentemente –, como Deputado Estadual aos 18 anos de idade. Na época, perguntei se a Constituição Federal permitia que, aos 18 anos, ele pudesse sê-lo, e ele me contou um episódio que acho que é preciso – se me permitir, Senador – compartilhar, não só com os cidadãos da nossa querida Paraíba, mas de todo o Brasil. Ele disse que, à época, para que ele pudesse ser candidato, o

seu pai, comerciante, o emancipou. E aí foi à Justiça dizendo: "uma vez emancipado, sou maior de idade; consequentemente, não serão os 18 anos apenas de vida, mas a minha experiência que vai contar". E aí começou a sua vida pública. Acho que é uma bela história de vida. E, se está onde está até hoje, é pela integridade. Se o povo o reconduziu, diversas vezes, nos seus mandatos eletivos, foi pela capacidade, pela competência e pela integridade. De homens como ele nós estamos precisando no País. Eu estou me alongando em relação a isso, porque o projeto trata exatamente disso.

Já que V. Exª iniciou, não vou aqui refutar e não vou me omitir com relação ao assunto. Quando disse que não quis ser candidata a governadora, eu não quis mesmo. Talvez, se houvesse uma lei como essa... Eu poderia até perder a eleição, mas não quis sequer ser candidata. Se tivéssemos a garantia desses dispositivos, eu, que já passei pela gestão municipal por duas vezes e sei o que é assinar um documento e depois ter que ser responsabilizada, mesmo sem dolo, sem culpa, sem erro grosseiro, e muitas vezes estar sob o jugo de interpretações divergentes e, muitas vezes, equivocadas, fora do tempo, fora do contexto, pensei duas vezes. Pensei, principalmente, nas minhas filhas. Acho que nós só temos duas coisas a deixar na vida, que é o nosso nome e aquilo que deixamos no coração das pessoas – sempre digo isso. Eu olhei bem para as minhas filhas e falei assim: por muito tempo, Executivo eu não quero mais na minha vida. É uma responsabilidade muito grande, e nós infelizmente não temos a segurança de fazer aquilo que devemos fazer. Ficamos, muitas vezes, amarrados a certas jurisprudências, a certas decisões, e com essa temeridade nós deixamos de fazer o que é certo, o que é bom para o País.

Eu finalizo, agradecendo muito a presença dos convidados.

Se quiserem fazer algumas colocações, eu vou facultar a palavra por dois minutos, mas não sem antes dizer que eu tenho este projeto como um filho adotivo muito querido. E vou tratar com muito carinho o seu projeto, Senador Anastasia. Não tenho a competência nem a sua capacidade para relatá-lo, mas farei com gosto e com convicção.

Se eu pudesse resumir o seu projeto numa única linha, este é um bom momento de nós termos um excelente equilíbrio. Creio que a palavra de que nós precisamos neste momento para o País, não só na esfera jurídica, mas no mundo fático, seria, no caso específico, o equilíbrio entre a legalidade, e somos todos escravos da Constituição e da nossa legislação, e a eficiência da gestão pública. Legalidade e eficiência são, neste projeto, sinônimos ou terão que ser daqui para a frente.

Agradeço a todos que estão nos acompanhando e aos que estão nos presenteando com a sua presença.

Pergunto se mais alguém quer fazer colocações.

Peço desculpas pelo tempo.

Nós vamos sair agora para fazer uma votação importante de uma medida provisória.

Então, nada mais havendo a tratar e agradecendo mais uma vez a presença de todos, eu declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 12 minutos.)

ATA DA 40ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2015.

Às onze horas, do dia vinte e seis de novembro de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senador Randolfe Rodrigues, com a presença dos Senadores José Pimentel, José Maranhão, Ronaldo Caiado, Antonio Carlos Valadares, Davi Alcolumbre, José Medeiros e das Senadoras Simone Tebet, Ana Amélia e Vanessa Grazziotin, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Humberto Costa, Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Wilder Morais, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Valdir Raupp, Jader Barbalho, José Agripino, Aécio Neves, José Serra, Antonio Anastasia, Roberto Rocha, Eduardo Amorim, Marcelo Crivella, Magno Malta e as Senadoras Gleisi Hoffmann e Fátima Bezerra. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião. A Presidência registra a presença de Sua Senhoria: Denise Brasil Menezes, Assessora Parlamentar da Associação Nacional de Entidades Representativas de Policiais Militares e Bombeiros Militares; e de Suas Excelências: Deputado Federal Major Olimpio e Deputado Federal Subtenente Gonzaga. Usam da palavra os Deputados Federais Major Olimpio e Subtenente Gonzaga. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública. Assunto / Finalidade: Discutir a segurança pública e a organização das polícias, visando instruir a PEC nº 102, de 2011, e demais proposições que tramitam em conjunto, quais sejam as PECs nºs 40, de 2012, e 19, 51 e 73, de 2013. Requerimentos de realização de audiência: RQJ 34/2015, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues e RQJ 40/2015, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann. Participantes: Alexandre Camanho de Assis, Procurador Regional da República e Ex-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (representante de: José Robalinho Cavalcanti, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República); Jesus Castro Caamaño, Diretor Jurídico da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (representante de: Pedro da Silva Cavalcanti, Presidente da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais); Alexandre Cavalcanti Barretto Ferreira, Diretor de Relação do Trabalho da Federação Nacional dos Policiais Federais (representante de: Jones Borges Leal, Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais); Elisandro Lotin de Souza, Presidente da Associação Nacional de Praças; Alessandri da Rocha Almeida, Assessor Parlamentar do Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (representante de: Silvio Benedito Alves, Presidente do Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares); Elias Miler da Silva, Diretor de Assuntos Legislativos da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais (representante de: Marlon Jorge Teza, Presidente da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais); Marcos Leôncio Ribeiro, Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal; Wladimir Sérgio Reale, Primeiro Vice-Presidente Jurídico da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil e Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil-Rio de Janeiro (representante de: Carlos Eduardo Benito Jorge, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil); Jânio Bosco Gandra, Presidente da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis; Oséias Francisco da Silva, Presidente da Conferência Nacional das Guardas Municipais. Resultado: Realizada a Audiência Pública. O Senhor Senador Randolfe Rodrigues passa a Presidência ao Senador José Medeiros. O Senhor Senador José Medeiros devolve a Presidência ao Senador Randolfe Rodrigues. O Senhor Presidente declara encerrada a presente Reunião às catorze horas e vinte e um minutos do dia vinte e seis de novembro de dois mil e quinze, e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Senador José Maranhão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR JOSÉ MARANHÃO
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Bom dia a todas e a todos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 40ª Reunião, Extraordinária, da 1ª Legislatura Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, para instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 102, de 2011, que altera dispositivos da Constituição Federal, para permitir à União e aos Estados a criação de polícia única e dá outras providências.

Conforme o Requerimento nº 34, de 2015-CCJ, de minha iniciativa, e o Requerimento nº 40, de 2015, de iniciativa de S. Exª, a Senadora Gleisi Hoffmann, esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular.

Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www12.senado.gov.br/ecidadania/ ou ligando para o número 0800-612211.

Quero, antes de chamar os convidados, pedir desculpas pelo nosso atraso inicial. Além desta reunião da Comissão, nós estávamos tendo agora a leitura do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Carf. Era necessária lá a minha presença.

Dito isso, então, tenho enorme prazer de chamar os convidados que integrarão a Mesa desta audiência pública.

Meu caríssimo José Robalinho Cavalcanti, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, neste ato representado por meu caríssimo Alexandre Camanho de Assis, Procurador Regional da República e ex-Presidente da ANPR.

Sr. Pedro da Silva Cavalcante, Presidente da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais, representado neste ato pelo Sr. Jesus Castro Caamano, Diretor Jurídico da Federação.

Sr. Jones Borges Leal, Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais, representado aqui pelo Sr. Alexandre Cavalcanti Barreto Ferreira, Diretor de Relações de Trabalho da Federação.

Sr. Elisandro Lotin de Souza, Presidente da Associação Nacional dos Praças.

Sr. Sílvio Benedito Alves, Presidente do Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares, representado por Alessandri da Rocha Almeida, Assessor Parlamentar do Conselho.

Sr. Marlon Jorge Tesa, Presidente da Federação Nacional de Entidades Oficiais Militares Estaduais, representado pelo Sr. Elias Miler da Silva, Diretor de Assuntos Legislativos da Federação.

Seja bem-vindo.

Sr. Marcos Leôncio Sousa Ribeiro, Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal.

Sr. Carlos Eduardo Benito Jorge, Presidente da Associação de Delegados de Polícia do Brasil, representado pelo Sr. Wladimir Sérgio Reale, Vice-Presidente Jurídico da Associação e Presidente da Adepol do Rio de Janeiro.

Seja bem-vindo.

Sr. Janio Bosco Gandra, Presidente da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis.

Por favor, avance.

Justificaram a ausência nesta audiência pública a Srª Norma Cavalcanti, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, e o Sr. Luiz Eduardo Soares, doutor e especialista em segurança pública.

Bem, já com todos os convidados em seus lugares para estar audiência pública, apresento para os senhores os procedimentos com que transcorrerá esta audiência.

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno, esta Presidência adotará as seguintes normas: cada convidado fará a sua exposição e, em seguida, abriremos fase de interpelação para quem assim desejar; aos Srs. Senadores e Senadoras que aqui estiverem presentes será concedida a palavra na ordem de inscrição; os interpelantes disporão de prazo de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, sendo vedado interpelar os membros da Comissão; nós concederemos o tempo inicial, com os acréscimos que se fizerem necessários, de dez minutos para melhor dinâmica desta audiência pública.

Dito isso e dando, de imediato, início à audiência, eu tenho a enorme satisfação de ouvir, meu caríssimo Alexandre Camanho de Assis, Procurador Regional da República, ex-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República. Dr. Camanho, esteja à vontade.

O SR. ALEXANDRE CAMANHO DE ASSIS – Obrigado.

Bom dia a todos, bom dia, Presidente. É uma honra estar aqui. Quero deixar claro que participo no papel de representante do Presidente atual da Associação Nacional de Procuradores da República, Dr. José Robalinho Cavalcanti, que não pôde vir. Reitero minha saudação a todos os participantes, colegas, amigos, Senador Randolfe.

O tema que me parece majoritário hoje, a ser dito, é a questão da unificação das polícias e outras providências que a emenda aborda. A questão em si da unificação é um tema que, para os Procuradores da República, não traz nenhum percalço e é visto com alguma vantagem, na medida apenas em que essa unificação é uma faculdade que se abre aos Estados, e não uma imposição.

Não me parece lícito desconhecer que uma imposição aos Estados de unificação dos estamentos militares e civis traria, quando menos, imediatamente, por força justamente dessa natureza impositiva e ab-rupta, uma série de dificuldades que hoje me parecem absolutamente incontornáveis. Não consigo ver como determinados Estados, como Minas, São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo, pudessem, com facilidade e mesmo

com proveito, unificar as suas polícias sem que isso não ocasionasse grandes percalços às instituições e, inclusive, aos cidadãos.

A nota que me parece, portanto, digna de relevo e que precisa ser dita na audiência pública em nome dos Procuradores da República é de que, constitucionalmente, a unificação pode ser bem-vinda se ela vier sob o signo que algo facultativo. Se for dado aos Estados ponderar sobre as vantagens e os procedimentos, ouvidos os estamentos de uma unificação, então, do ponto de vista constitucional, isso, quando menos, não parece ser algo que afronte a Constituição e que se limitaria apenas, enfim, ao advento de um novo modelo, que é comum a vários Estados, a vários países, assim como também mesmo países que hoje compõem o Olimpo dos países civilizados, têm polícias militares sem que isso desfigure a natureza de Estado democrático de direito.

Parece-me bastante claro que é preciso conjurar a ideia de que polícias militares são resquícios ditatoriais e que são forças marcadas pela opacidade ou pela truculência. É preciso entender que a persistência das polícias militares no Brasil acarretou uma série de mudanças nos seus estamentos, e o que parece fundamental é que essas corporações, crescentemente, alberguem a ideia inafastável de que, sendo uma polícia militar, ela precisa ser uma polícia cidadã, uma polícia, portanto, majoritariamente vocacionada ao serviço do cidadão, à proteção da cidadania.

Com essa nota que me parece imprescindível e crescente no seio das polícias militares, não veem os Procuradores da República, evidentemente, qualquer mal, e não seriam os Procuradores da República a dizerem alguma coisa contrária a esse espírito crescente que nós vemos nas corporações militares.

Algumas coisas periféricas precisam ser ditas em relação à questão da unificação. A unificação, se ela vem, acarretaria um espírito de unicidade e, acima de tudo, determinados papéis que seriam atribuídos de forma universal a uma única polícia, que hoje nós já vemos como um reclamo também crescente e que me parece, Presidente, inexorável, que é a questão do ciclo completo.

Antes mesmo e mais premente, nós deveríamos ponderar sobre a utilidade, sobre o proveito e nós poderíamos fazer uma discussão sobre se seria, ao fim e ao cabo, vantajoso, que nós unificássemos, no âmbito dos Estados, Polícia Militar e Polícia Civil. Essa ponderação não me parece ser dada no âmbito do ciclo completo, porque nós estamos falando de alguma coisa a cuja renúncia, a cuja teimosia em adotar está fazendo com que o País tenha índices vergonhosos de apuração de crime e a adoção do ciclo completo traria uma possibilidade de maior eficácia.

A emenda, a proposta de emenda traz, se eu não me engano, a ideia de um Conselho Nacional de Polícia. Se nós estamos falando realmente desse texto, essa me parece, Sr. Presidente, uma ideia sem sentido. Conselhos nacionais, pensados no modelo europeu e adotados no Brasil já há dez anos, servem para um controle firme e social das chamadas magistraturas constitucionais. No Brasil, existem duas magistraturas constitucionais: o Judiciário e o Ministério Público. As outras instituições não são magistraturas constitucionais, e não haveria por que essa necessidade grandiloquente de nós entregarmos um conselho nacional para a Polícia.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Dr. Camanho, desculpe a interrupção, só para registrar a presença aqui do Presidente da nossa Comissão de Constituição e Justiça, o Senador Maranhão, que nos dá a satisfação de estar acompanhando e prestigiando esta audiência pública.

Dr. Camanho, pode continuar.

O SR. ALEXANDRE CAMANHO DE ASSIS – Agradeço, Presidente.

É preciso entender, no passado recente, nós vimos a necessidade, o Brasil discutiu determinados temas, sobre possibilidades constitucionais, e, lá pelas tantas, era frequente se dizer, perguntar-se se isso não era um embate de carreira. Não há a mínima possibilidade de colocarmos no mesmo pé, no mesmo estamento, uma magistratura constitucional, que é o Ministério Público, uma instituição cuja carreira é uma magistratura constitucional, e um segmento do Poder Executivo, que é a segurança pública, e, necessariamente, portanto, a polícia. Isso não tem como acontecer, porque é próprio dos Estados democráticos de direito que quem quer que capitaneie o Poder Executivo, seja federal, seja estadual, ofereça à população uma plataforma de segurança pública, e essa plataforma de segurança pública...

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE CAMANHO DE ASSIS – ...precisa ser chancelada pela população. É o governante quem vai dizer: "Eu quero a segurança pública em tal e qual formato", motivo porque não haveria jamais a possibilidade de ascendermos a polícia a um correlato de magistratura. Não há país no mundo, democrático de direito, pelo menos, que tenha uma magistratura armada.

De forma que vai bem o segmento constitucional quando se entrega o controle da polícia a uma magistratura constitucional, que é o Ministério Público. E entrega não pela circunstância, evidentemente, de ser uma magistratura constitucional, mas pelo fato inarredável de que o Ministério Público é o titular da ação penal e

que precisa fazer também, majoritariamente, o controle da qualidade da prova e da impecabilidade desse estamento que produz a prova.

Em relação, portanto, ao Conselho Nacional de Polícia, Sr. Presidente, os membros do Ministério Público são, evidentemente, veementemente contra. Não por conta de argumentos de confrontação ou tentativas de equiparação, mas apenas pelo fato de não verem o mínimo sentido em se criar um Conselho Nacional para fazer o controle de um setor do Poder Executivo.

O Ministério Público Federal, junto com um gabinete de segurança pública, tem proposto o ingresso único na carreira. Ao invés de perpetuarmos determinadas condições, determinadas situações, determinadas circunstâncias, que têm se provado absolutamente contraproducentes, o Ministério Público, junto com várias instituições policiais, tem proposto um novo modelo de segurança pública, que fale de ciclo completo, que fale de ingresso único na carreira. Temos proposto isso porque entendemos que a investigação não pode continuar sendo como é hoje em dia, um simulacro de processo, com mil burocracias, com mil reverências, enfim, com mil terminologias que privilegiam o jurídico e que menosprezam aquilo que deveria ser essencial, que é a apuração do fato criminoso. Os senhores entenderão.

Sempre me parece, Sr. Presidente, pernicioso o apelo à experiência, mas o Sr. Presidente me fará uma concessão. Sou membro do Ministério Público, sou Procurador da República há vinte e dois anos. Eu sei bem dizer o que era abrir prorrogação de prazo e ver inquéritos fazendo um pequeno calvário de delegacia para delegacia, com uma série de enfeites documentais, sem que muitas vezes uma única providência se tome.

Não é o momento de aqui se fazer um libelo contra isso, contra aquilo.

O que nós firmemente temos buscado é a adoção de um modelo que supere algo que não nos é dado desconhecer, que é a absoluta ineficiência de determinadas dinâmicas que se comprovaram obsoletas, arcaicas. Elas se comprovaram, elas se provaram...

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE CAMANHO DE ASSIS – ...aliadas da impunidade, quando não de coisas piores.

Ao invés de privilegiarmos determinadas carreiras e colocarmos em nível de Constituição, porque quem capitaneia uma investigação precisa ser um Bacharel em Direito, o que o Ministério Público, junto com várias outras instituições, tem pedido é que renunciemos, no Brasil, a esse modelo e que adotemos um modelo de eficácia, em que o investigador, em que a polícia terá um único cargo, como aqui mesmo no Brasil já temos, e que a investigação será feita por quadros que privilegiem a técnica, o conhecimento, a experiência e, acima de tudo, a necessidade inevitável, a necessidade incontornável de o Sistema de Segurança Pública ser mais eficiente na prevenção e na repressão do crime.

Eu penso ter dito o essencial, Sr. Presidente. Agradeço por ter aberto este espaço aos Procuradores da República. Com isso, mais uma vez, agradecendo a atenção de todos, termino o meu pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Dr. Alexandre Camanho, nós que agradecemos a presença da ANPR, representada por V. Exª nesta audiência pública, e a contribuição que traz.

Ato contínuo, passo a palavra ao Sr. Jesus Castro Caamano, Diretor Jurídico da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais.

O SR. JESUS CASTRO CAAMANO – Bom dia, Sr. Presidente.

Eu gostaria de saudar toda a Mesa, todas as autoridades presentes, todas as entidades representativas de classe, de categorias aqui presentes. Eu gostaria de dizer também, afirmar que aqui venho representar a Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais, cujo Presidente é o Sr. Pedro Cavalcanti.

Com relação a essa unificação das polícias, parece-me que tem um fim, um caráter, associa-se à desmilitarização, porque, necessariamente, vai-se unificar. Quando se fala em polícia, naturalmente, cai-se naquela divisão entre Polícia Civil e Polícia Militar. Então, necessariamente, vai ter de se fundir para um tipo apenas. Naturalmente, parece-me que tem vínculo, tem uma relação direta com a desmilitarização.

Nesses debates que têm sido feitos Brasil afora, também pela Câmara, a gente pôde verificar o que o Dr. Alexandre Camanho – e eu tinha uma curiosidade grande em conhecê-lo pessoalmente. É um prazer conhecê-lo! – bem disse, traz-nos sempre, nessas discussões, um resquício muito grande da Ditadura Militar, que não foi só militar, como bem sabemos.

Eu posso dizer que ingressei nas Forças Armadas como fuzileiro naval em 1988 e não vi esse resquício da Ditadura Militar. Permaneci lá por dezessete anos. Cheguei a fazer a carreira de praça, cheguei a suboficial, e não vi esse resquício, não havia esse resquício. Evoluiu, sim, em várias facetas, mas eu não vi esse resquício.

Da mesma forma, conversando com os colegas das Polícias Militares, a gente verifica também que isso já não existe na Polícia Militar há muitos anos. Então, não é um argumento que se sustenta.

Não tem como hoje traçar esse paralelo da Polícia Militar como se fosse uma polícia autoritária. Peço até licença para tratar desse tema, mas é um tema que impacta a todos, como operadores da segurança pública. A PM é uma grande parcela deles, uma parcela importante. Se não me engano, salvo melhor juízo, são 430 mil profissionais em todo o País. Então, isso nos impacta diretamente.

Acho que a proposta aqui, Presidente, é justamente termos um debate amplo. Então, peço até licença dos colegas da Polícia Militar para falar nesse sentido. Diversos países, no mundo, convivem bem com polícias civis e militares, cada uma no seu mister e principalmente com o ciclo completo. E esse é um ponto importante. Está apensada também a PEC 102 à 51, que é bem abrangente nesse sentido, tratando de remuneração, como trata a 102, como também do ciclo completo, de carreira única.

Então, há um primeiro passo, antes de se falar em unificação. Nós vivemos um momento emergencial no Brasil. Foram 58,5 mil homicídios no ano de 2014. É um modelo que precisa urgentemente ser mudado. Não há mais tempo para desdobrarmos isso em debates e mais debates. Nós precisamos disso. Há um consenso, pelo que já levantamos com todas as entidades, com a grande maioria, pelo ciclo completo. É uma mudança necessária. Os modelos mais eficientes do mundo, como o Chile, aqui, ao nosso lado, tem o ciclo completo de polícia. É um modelo eficiente. Precisamos largar de vez... Na segurança pública não temos mais tempo para tratar do modelo burocrático, patrimonialista, com interesses classistas. Nós não temos mais tempo para isso. O sangue da sociedade e a sociedade somos nós. Nós vemos nossos vizinhos, vemos nossos parentes, vemos nossos colegas tombarem.

Há um tempo, eu estava fazendo uma conta, a que chegamos mais ou menos, porque os dados oficiais são muitos difíceis nesse sentido, mas cheguei a uma conta, outro dia, de 552 mil policiais, de operadores da segurança pública, juntando todas as polícias civis, militares e Federal. E o número que nós temos são 490 homicídios de policiais no Brasil, em 2013, com uma taxa de 88 por 100 mil mortes de policiais no País. Isso é um absurdo! Vinte e oito por 100 mil é a da população como um todo, o que já é um absurdo. Acima de 10, para a ONU, já é endêmico.

Então, nós vivemos um momento extremo, terrível no País. O sangue corre pelas calçadas. O sangue lava as nossas ruas. Nós precisamos sair desse momento dos debates e mais debates, de se prolongar e de se falar em unificação, o que vai levar dez, quinze, vinte anos, para que possamos cessar um pouco desse sangue. É o nosso sangue.

Ciclo completo é necessário. Carreira única – e também pegando um gancho na fala do Dr. Alexandre Camanho – e a experiência. A experiência não deve ser entendida como tempo de serviço. Não é isso. Tempo de serviço lembra aquela máxima – e aí, sim, do período da ditadura, em 1980, para trás ainda – que dizia que antiguidade é posto. Não é isso. A nossa Constituição hoje não tem espaço para isso. A máxima é a eficiência, é a meritocracia.

Então, a experiência deve se traduzir por aquela experiência necessária no cargo, nos ossos do ofício, no dia a dia, da experiência de como se opera uma investigação, qual é o *modus operandi* das diversas modalidades de quadrilhas, de crimes. Isso é uma *expertise* que não se aprende em livros, uma parte talvez, mas a grande maioria se aprende no dia a dia, no trabalho, na labuta, no suor.

A liderança é muito importante. Como militar, como ex-militar, eu posso dizer bem, eu posso dizer que sempre aquele mais antigo, o mais graduado e que tinha uma conduta que condizia também, não tinha só tempo de serviço, mas experiência, enfim, isso era reconhecido por todos, se transformava em um exemplo a ser seguido, era um verdadeiro líder. Então, essa liderança também está ligada ao ingresso único à carreira única. Não é só carreira única e dividido em vários cargos. O cargo de policial com ciclo completo necessita de uma entrada única, uma carreira única.

Por fim, Presidente, gostaria de abordar a experiência da PRF como polícia de ciclo completo nos crimes de menor potencial ofensivo, na lavratura de TCO, a qual fazemos em 19 Estados e cuja eficiência é inegável. Há uma dinâmica no dia a dia, principalmente trabalhando com o trânsito, acidentes de trânsito, lesões corporais. É muito simplificada a lavratura do TCO. Em geral, o indivíduo, o cidadão envolvido naquele ilícito, naquele acidente de trânsito já sai com a data da audiência.

Santa Catarina... Eu estava conversando agora com nosso amigo Elisandro Lotin, Presidente da Anaspra, e ele estava nos falando algo que já é notório, porque a própria mídia tem transmitido bastante, ou seja, a evolução que a PM de Santa Catarina tem feito na lavratura de TCOs. Eu acho que é um passo necessário, a eficiência... nós temos histórias verdadeiras de um flagrante, por exemplo, no Rio de Janeiro, com 28 horas. Um caminhão roubado carregado de drogas. A droga é da Polícia Judiciária da União. Mas o caminhão roubado não, é da Polícia Civil. Então, vai para lá e vem para cá e 28 horas se passaram e uma equipe ficou fora do seu

trecho de atuação. Naquele período como fica guarnecido aquele trecho de rodovia? Como fica guarnecido? Como fica a população? Desde um auxílio ao usuário, que é atribuição da Polícia Rodoviária Federal, até coibir uma atuação criminosa. Como fica então? Então, precisamos dar esse passo necessário.

O primeiro passo é o ciclo completo. Acho que não tem que se falar em unificação neste momento, até porque temos exemplos do mundo e não precisamos viajar *in loco* para ver o que acontece no outro país. Nós sabemos. Hoje a informação é o que nós temos. Então, sabemos que diversos países trabalham com polícias militares, polícias civis e nós precisamos avançar: ciclo completo e carreira única.

Eu acho que essa é a nossa máxima. Essa é a minha contribuição. Gostaria de agradecer a oportunidade e que Deus nos abençoe a todos e ao País. Que possamos romper e fazer essa mudança necessária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Jesus Castro Caamano, quero agradecer a sua exposição em nome da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais.

Faço questão de registrar e agradecer a presença dos Deputado Federal Major Olímpio, Deputado Federal pelo Estado de São Paulo.

Esteja à vontade e seja bem-vindo. No momento que quiser, a palavra estará facultada para questionamento aos presentes.

Passo então, em seguida, ao Sr. Alexandre Cavalcanti Barretto Ferreira, Diretor de Relações do Trabalho da Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef), representando aqui o Sr. Jones Borges Leal, Presidente da Federação.

Dr. Alexandre, por favor.

O SR. ALEXANDRE CAVALCANTI BARRETTO FERREIRA – Bom dia. Quero cumprimentar o Senador Randolfe Rodrigues em nome de todos os presentes, Presidente da Mesa.

Discutir segurança pública nunca é fácil. Estamos participando de várias atividades e vemos a dificuldade que é tentar conseguir um consenso dentro de tantos interesses díspares que acontecem em todas as discussões.

Esta audiência pública, hoje, para tratar da unificação das polícias, principalmente das estaduais, hoje se trata das estaduais, parece um pano de fundo, na verdade, para o ciclo completo e a desmilitarização das polícias. O próprio texto do projeto torna irrelevante a unificação em si, a partir do momento em que ele deixa para os Estados a resolução, a aplicação verdadeira da unificação. Cada Estado vai resolver se aceita a unificação ou não.

Mas temos em mente em nossas lutas que existem outros temas que são muito mais importantes para se discutir, como já foi comentado aqui, por exemplo, o próprio fim do inquérito policial. Há mais de 30 anos, o Senador, à época Deputado Federal, Pedro Simon já discursava em plenário pelo fim do inquérito. Então, isso não é uma discussão nova, mas uma coisa que estamos tentando há muito tempo atacar, qual seja, a questão dessa burocratização da atividade policial, essa ineficiência, essa lentidão da investigação e essa centralização que hoje é feita de todos os procedimentos investigativos. Então, é uma pauta que temos que trazer para discussão também, como a carreira única nas polícias, a importância de se ter um policial completo e não só uma polícia de ciclo completo, mas um policial que se sinta verdadeiramente policial.

A desmilitarização também é um tema interessante para se discutir e para que possamos avançar. Mas não a desmilitarização no sentido da não uniformização de polícia, porque a toda a polícia completa tem o seu lado uniformizado, tem o seu lado descaracterizado, mas sempre atendendo a todo momento da investigação e do pré-crime e do pós-crime.

Eu participei da audiência pública da Câmara dos Deputados, promovida pelo Deputado Raul Jungmann, em Pernambuco, e expliquei que o ciclo completo tinha um marco que era o crime e existia um vácuo dentro da falta do ciclo completo, que se chama os atos preparatórios para o crime, que nem a PM nem a Polícia Civil investigam. Quer dizer, hoje eles investigam um atravessando a competência do outro. Então, o ato preparatório não é teoricamente um crime, mas um ato, uma preparação para o crime. E como não aconteceu o crime, não é responsabilidade da Polícia Civil ainda, porque ela é uma polícia que trabalha no pós-crime. E a Polícia Militar está no pré-crime, mas de forma preventiva. Ela quer evitar o crime. Mas se não tem a configuração da aplicação do crime, eles não podem agir, têm que esperar, na verdade, o crime acontecer para encaminhar para Polícia Civil. Então, fica esse vácuo sem que se saiba para onde ir.

Em relação à PEC 102, especificamente, eu elenquei aqui que essa PEC acerta em algumas coisas, mas no geral ela não traz nenhuma condição boa para a segurança pública. Ela acerta na tentativa de construção de um ciclo completo, evitando assim o retrabalho. Ela acerta também quando deixa para os Estados resolverem a unificação ou não, porque aí você entra na questão da peculiaridade de cada Estado, de cada um trabalhar de acordo com as suas condições. Mas ela se equivoca ao não permitir que os guardas municipais, por exemplo, tenham o ciclo completo. Então, volta-se ao problema que hoje já existe, que é o das PMs terem que levar para a Polícia Civil, que vai levar um problema para a Guarda Municipal.

A PEC se equivoca também quando mantém um modelo cartorizado de polícia, criando o cargo de Analista de Polícia da Área Cartorária. É um nome comprido, mas de pouca eficiência para a segurança pública. Nós temos que acabar com a cartorização das polícias no Brasil.

A PEC também mantém essa situação de dois meios policiais, porque ela tenta transformar os oficiais em delegados, e os outros praças, os agentes e os escrivães ficam no limbo. Não se sabe, pela PEC, o que é que vai ser feito desses servidores. Há os três cargos previstos, que são o cartorário, o operacional e o investigativo, mas fica em aberto, sem se saber o que é que vai acontecer.

Então, a gente acha que essa questão da valorização da carreira policial é muito importante, para que a gente tenha, efetivamente, uma melhora na qualidade do serviço prestado para a população, e para isso se passa realmente por um ciclo, por uma composição de uma polícia completa – não só de ciclo completo, mas de policial completo.

A PEC também faz uma breve passagem por um tema que é bem equivocado, pois eu acho que, no texto constitucional, você não precisa dar nenhuma orientação à polícia em relação à hierarquia e disciplina. Talvez seja uma forma maldosa de querer remeter à organização militar, mas hierarquia e disciplina existem em toda organização. Em toda organização, seja ela pública ou privada, existe hierarquia e disciplina. Você não precisa trazer isso para um texto de um projeto de lei, ou projeto de emenda constitucional, para determinar que uma organização tenha hierarquia e/ou disciplina.

E uma coisa boa que a PEC traz também é a garantia do direito, para a aposentadoria do policial, à paridade e integralidade com os ativos e pensionistas.

A Fenapef tem certeza de que a proposta que mais atende aos anseios não só da categoria, mas de toda a população, no geral, é a Proposta de Emenda Constitucional nº 51, de 2013, pois ela foi pensada de forma a atender a todos esses anseios das categorias de polícia, pois nela se prevê o ciclo completo, a desmilitarização e a carreira única, bem como atende a algumas demandas das guardas municipais. Então, ela tem esse grande diferencial, porque ela trata da carreira única, em que a gente poderá ter um policial de verdade, completo, do início ao fim da carreira policial, e não um policial pela metade.

Nós estamos lutando na Fenapef pela prerrogativa de sermos policiais. Essas prerrogativas que são de outras categorias, de outras carreiras não são de nosso interesse. Nós temos interesses em que policial seja policial.

Eu encerro agradecendo a oportunidade, informando que o Presidente hoje não pôde comparecer, porque hoje a Federação encontra-se em processo eleitoral, e vários diretores são candidatos à reeleição. Eu vim representando aqui o Presidente, Jones Borges Leal.

Uma boa audiência para todos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Muito obrigado, Sr. Alexandre Cavalcanti, Diretor de Relações de Trabalho da Fenapef. Agradeço a Fenapef pela atenção a esta audiência.

Dr. Alexandre Camanho tem audiência no tribunal neste momento; justifica, então, a sua saída aqui. Foi uma honra para nós contar com sua presença, representando a ANPR nesta audiência pública.

O SR. ALEXANDRE CAMANHO DE ASSIS – Obrigado.

Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Quero registrar aqui e agradecer a presença do meu caríssimo Senador Davi Alcolumbre, Senador da República também pelo meu Estado do Amapá, que prestigia esta audiência pública.

Registro também a presença da Srª Denise Brasil Menezes, Assessora Parlamentar da Associação Nacional de Entidades Representativas de Militares e Bombeiros.

Ato contínuo, passo a palavra, então, para o Sr. Elisandro Lotin de Souza, Presidente da Associação Nacional de Praças.

O SR. ELISANDRO LOTIN DE SOUZA – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero, primeiro, agradecer o convite do Senado Federal, nossas congratulações ao Presidente, Randolfe Rodrigues, extensivo aos Senadores, aos representantes de classe das entidades de policiais e bombeiros militares e também de todos os policiais do Brasil.

Sr. Presidente, antes de falar especificamente sobre o objeto da audiência pública, eu queria fazer um registro da nossa decepção, do nosso repúdio ao veto de que tivemos conhecimento hoje da Presidente do Governo Federal ao Projeto de Lei de Anistia, que foi aprovado por este Senado, foi aprovado pela Câmara, que anistia todos os policiais e bombeiros militares do Brasil, eram 11 Estados, se não me falha a memória. Tivemos a informação hoje, pela manhã, de que a Presidente Dilma vetou o nosso projeto de lei.

Esse projeto de lei, que, enfim, passou por todas as comissões da Casa, anistiava policiais e bombeiros militares que lutavam por salário, por respeito, por dignidade, por condições de trabalho. A despeito de terem

feito, nos seus Estados, debates com os governadores, com as autoridades políticas, com todas as autoridades, levando esta questão da necessidade de se respeitar o profissional de segurança pública, para que ele tenha condições de trabalho, para que ele tenha salário justo, para que ele tenha dignidade, lamentavelmente as autoridades políticas estaduais não compreenderam, o que acabou gerando manifestações e mobilizações que, por sua vez, redundaram em punições, inclusive prisões. Então, policiais e bombeiros militares estavam sendo presos, e foram presos, porque reivindicaram condições de trabalho, porque reivindicaram salário. Somos a única categoria subcidadã no Brasil. A nós não são dados os direitos garantidos na Constituição da República Federativa do Brasil. Policial e bombeiro militares ainda são subcidadãos.

O que mais me entristece, Sr. Presidente – e aí eu evito fazer um debate político-partidário, mas inevitavelmente eu tenho que fazê-lo numa situação dessas –, é que esse veto veio de um Governo Federal que, na sua gênese, ensinou aos trabalhadores do Brasil a se manifestar. Esse veto veio de um Governo Federal que nos ensinou a fazer mobilização, que, no passado, inclusive, incentivou mobilização. Especificamente no caso da Bahia, em 2001, o atual Ministro da Casa Civil ajudou na mobilização da Bahia que foi feita em 2001; em 2012, quando ele era o governador, ele repeliu o mesmo movimento que ele ajudou a fazer.

O desrespeito para com os praças para com os praças da Polícia e do Bombeiro Militar, que são 75% dos trabalhadores da segurança pública, precisa acabar nesse País.

É preciso que nos tratem como profissionais, trabalhadores e cidadãos. Enquanto as autoridades não fizerem isso e, independentemente de questões político-partidárias, discutir qualquer tipo de mudança na segurança pública é utopia, porque, com todo respeito às outras categorias que estão aqui, quem está na ponta, lá na rua, atendendo à ocorrência todo dia, 24 horas por dia, é o cabo, é o soldado, é o sargento e é o subtenente. Quem tem que enfrentar a marginalidade de peito aberto, todos os dias, e tem que decidir pela sua vida e pela vida de um cidadão em três, quatro, segundos, é uma praça da Polícia ou do Bombeiro Militar. E, lamentavelmente, desde 1988, não se respeita a nossa categoria, aliás, se humilha e se utiliza dessa categoria, dos votos dessa categoria, para se eleger e, depois que se elege, simplesmente esquece, ignora inclusive legislações.

Portanto, qualquer mudança a ser discutida aqui, qualquer mudança a ser discutida na questão da segurança pública passa, inevitavelmente, pelo respeito ao praça da Polícia e do Bombeiro Militar, que, repito, são 75% dos trabalhadores da segurança pública. De nada adianta, e tenho a preocupação – entrando no debate agora, só para registrar o nosso repúdio ao veto –, termos inúmeras PECs, inúmeros projetos de lei, se continua se tratando um praça da Polícia e do Bombeiro Militar como um subcidadão, como um acéfalo. Nós que estamos na ponta, que temos que enfrentar de peito aberto a criminalidade, a marginalidade, sem nenhum demérito a outra categoria em absoluto, e quero crer que os senhores entendem o que estou falando.

Sr. Presidente, me preocupa muito uma lógica em que, quando querem mudar tudo, não se muda nada, me preocupa muito isso. Estava contando aqui só de PEC temos umas quatro, cinco; se falarmos em projetos de lei, deve ter mais um monte, não consigo nem mensurar o número. E me preocupa muito essa quantidade de debate feito quando, na prática, efetivamente, não encaminhamos absolutamente nada. Deve ser a décima audiência pública no último ano; se formos analisar nos últimos dez, doze anos, perdi a conta de quantos debates vim para tratar sobre segurança pública. Enquanto isso, enquanto debatemos, discutimos, cada qual defendendo o seu interesse – o que é um erro, porque é preciso crescer nisso também em todas as categorias, de pensar a segurança pública na ponta, para a sociedade, que é ela que nos paga –, temos 58 mil mortes; enquanto isso, há policiais e bombeiros sendo assassinados todos os dias – e, especificamente, permitam-me de novo, com todo respeito às outras categorias, mas tratando da minha –; no Rio de Janeiro, no Brasil todo, são 400, 500 mortes de policiais por ano. Não temos colete, o equipamento é velho, salário... Estamos discutindo todo um debate macro. Há lugar no Brasil em que o salário de soldado da PM é R$1 mil. Como vai discutir segurança pública, com qualquer tipo de mudança, se não discutir a base?

Não estou dizendo que não devam ser discutidas as outras coisas, é óbvio que têm, mas há prioridades. Há policial preso porque ousou questionar o comandante. É uma coisa absurda, por exemplo, o policial militar ser preso porque estava sem o chapéu na cabeça. Mas ele pega um cidadão, um traficante, com o dez, 15, 20 gramas de cocaína, responde um TC, dependendo, e o cara está solto; e o policial, preso, porque estava sem o boné na cabeça.

Como é que vai se falar em direitos humanos para a Polícia Militar, pelo amor de Deus? Que utopia é essa? Quando nem jornada de trabalho temos. Há policiais trabalhando 300, 400, horas por mês, e, se não trabalhar, se recusar, em preso em flagrante por desobediência, porque ainda estamos sob a égide do regime militar, respondendo ao Código Penal Militar, a regulamentos arcaicos da década de 60, 70, da época da ditadura, em que academias de polícia infelizmente ainda torturam fisicamente policiais militares na formação e tenho exemplos claros disso. Já mudou, está mudando, mas é muito lentamente ainda. Santa Catarina, que é um Estado que se falou que tem evoluído, mas ainda se perpetua isso.

Então, a discussão do ciclo completo, da carreira única e de outras coisas é necessária, sim, faz parte, mas é preciso também discutir um pouco a base, e, se não houver respeito aos 75% dos trabalhadores de segurança pública do Brasil, policiais e bombeiros militares, é utopia qualquer outro tipo de coisa. E me perdoem, inclusive, o desabafo. Não esperava esse veto a essa legislação de anistia. Não esperava. Fui pego de surpresa, inclusive, até porque trabalhamos muito para isso, e a própria Presidente Dilma foi a pessoa que assinou a primeira Lei de Anistia, em 2010, contra alguns membros do Governo Federal.

Todas as PECs que estão aqui trazem situações de mudança pontuais na questão de segurança pública. Agora, há questões que são muito mais pragmáticas e necessárias para uma mudança efetiva.

A questão do ciclo completo que a Anaspra defende...

(Soa a campainha.)

O SR. ELISANDRO LOTIN DE SOUZA – ...perpassa necessariamente pela carreira única, perpassa necessariamente por jornada de trabalho. É inadmissível ter trabalhador de segurança pública, hoje, com 300, 400 horas por mês sem receber hora extra. Ela perpassa pela desvinculação do Exército para que tenhamos numa polícia cidadã efetiva e não só no nome, porque não adianta falar em polícia cidadã, se, lá na base, ainda existe tudo aquilo que eu falei.

Defendemos, sim, a carreira única; defendemos o ingresso único; defendemos a desvinculação das polícias militares de bombeiros e militares do Exército, e o ciclo completo. Mas defendemos também que se faça, junto a este debate, um debate para nós, hoje, mais necessário, mais urgente, que é o de respeitar o praça da Polícia e do Bombeiro Militar, como trabalhador, como cidadão, e como ser humano. Se nada for feito nessa questão, qualquer outro debate é utópico e ilógico, inclusive. Não adianta dizer para nós, policiais e bombeiros militares do Brasil: respeitem os direitos humanos, se ainda continuam humilhando e vilipendiando os trabalhadores em seus direitos mais básicos, que são garantidos a qualquer trabalhador do Brasil, como, por exemplo, jornada de trabalho e respeito a todos os outros direitos inerentes a qualquer trabalhador.

Agradeço, Sr. Presidente, pelo espaço e nos colocamos à disposição para o debate, que, com certeza, faremos de forma muito mais franca, muito mais aberta, criticando a quem for e elogiando quando necessário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Obrigado, Sr. Elisandro, representando aqui a Associação Nacional de Praças.

Tenho o prazer, ato seguinte, de passar a palavra para o Dr. Marcos Leôncio Sousa Ribeiro, Presidente da Associação dos Delegados da Polícia Federal.

Dr. Marcos Leôncio, fique à vontade.

O SR. MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO – Senador Randolfe, quero agradecer a oportunidade da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal, também cumprimentar o Senador José Medeiros, os Senadores José Maranhão e Davi Alcolumbre, que também já estiveram aqui na audiência; o Deputado Major Olímpio, que nos prestigia com a sua presença, aqui, hoje, e colocar a posição dos delegados federais.

Basicamente, nós elegemos três PECs, aqui, como matrizes desta discussão: a PEC nº 102, de 2001, do Senador Blairo Maggi, foca a questão da unificação das polícias. É importante que se diga que, em vários países que compõem o Olimpo, como dito pelo nosso amigo, Dr. Camanho, também têm essas polícias unificadas. Existem polícias unificadas em vários países da Europa e até mesmo aqui no continente americano; a PEC nº 51 enfoca mais essa questão do ciclo completo; e a PEC nº 73, que fala da carreira única.

Como representante da Polícia Federal, permitam-me começar pela parte que me diz mais respeito, que é a carreira única na Polícia Federal. A PEC nº 73, do então Senador Anibal Diniz, propõe a criação de uma carreira única exclusivamente na Polícia Federal.

Eu vou passar às mãos do Senador Randolfe um material que trata dessa questão e também um *pen drive* com todas essas informações em que constam basicamente o quê? Um parecer da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, um da Consultoria Legislativa do Senado Federal, pareceres do jurista Ives Gandra e do ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal Carlos Velloso e uma série de precedentes do Supremo que enfrentam essa questão da carreira única na Polícia Federal.

Pois bem. A carreira única na Polícia Federal é uma mudança, é uma reforma estrutural na organização e funcionamento da Polícia Federal. Ela muda significativamente o modo de funcionar a Polícia Federal do Brasil. E a primeira pergunta que eu gostaria de compartilhar com os Senadores é: qual a razão de se fazer uma mudança tão profunda e radical na organização e funcionamento da Polícia Federal do Brasil?

Eu indago: é por acaso uma instituição que goza de confiança e de credibilidade da sociedade brasileira? Goza dessa confiança e credibilidade produto do quê? Do reconhecimento do seu trabalho. Seu trabalho eficiente. Essa instituição é uma instituição que tem reconhecimento tanto da sociedade brasileira como da

comunidade internacional, uma instituição que é marcada pela baixa letalidade em suas operações, baixa mortalidade policial, também nas suas operações, dificilmente nós temos um caso de morte em operações da Polícia Federal. Então ela tem baixa letalidade e baixa mortalidade em suas operações e mesmo assim se propõe uma grande mudança na carreira da Polícia Federal.

A primeira indagação que também nos leva a fazer é: a Polícia Federal é um órgão do Poder Executivo. E como é que se inicia uma discussão que provoca uma profunda modificação na Polícia Federal sem se perguntar qual é a opinião do Poder Executivo? Pois bem, senhores, a opinião do Poder Executivo, da Presidência da República, da Casa Civil, do Ministério do Planejamento e do Ministério da Justiça é que carreira na Polícia Federal é um assunto *interna corporis* que diz respeito à direção da Polícia Federal.

Você imaginar... E até eu me solidarizo com a preocupação que a Associação Nacional dos Procuradores da República tem com a organização e funcionamento da Polícia Federal: de realizar eventos lá na Procuradoria-Geral da República com entidades de classe para, de lá, partirem diretrizes de como deve funcionar a Polícia Federal do Brasil, como se ela não tivesse uma direção geral que comandasse essa instituição. Ou seja, estão decidindo como funciona a Polícia Federal do Brasil lá na PGR, ANPR e algumas entidades de classe ligadas à Polícia Federal.

É o mesmo que a gente imaginar que um Ministro da Justiça fosse dizer como é que funciona a Polícia Legislativa do Senado: como é que deve fazer o concurso, como é que deve se fazer a carreira da Polícia Legislativa do Senado. Guardadas as devidas proporções, é mais ou menos isso que, de certa forma, está ocorrendo. Um assunto que surge não se sabe de onde e com que interesse.

A carreira única na Polícia Federal, imaginemos a seguinte situação: se houver o trabalho de se perguntar à direção geral como a Polícia Federal funciona nas suas unidades centrais, aqui próximo, aqui em Brasília, na sua sede, ou no setor policial, vai-se verificar que a carreira única na Polícia Federal é simplesmente inexequível. O que é que nós vamos fazer com a carreira dos administrativos? A Polícia Federal não pode ser um órgão de carreira única. Nós temos a carreira policial no mínimo e a carreira dos administrativos. Só por aí a gente já descartaria.

O segundo fator que a gente tem que indagar é: carreira de cargo único? Nós precisamos parar de ser seletivos. Procurem no mundo também, no Olimpo, carreiras policiais de cargo único. Vamos falar do FBI. Em qualquer pesquisa no Google, de cinco minutos, você vai verificar que o FBI tem uma dezena de cargos. E não poderia ser diferente, porque, se nós formos até a Polícia Federal, pela complexidade das atribuições dela, constitucionais e legais, vamos perceber que não é possível que um único cargo desempenhe todas as atividades dela: de identificação, de perícia, atividade de gestão, atividade administrativa, questão dos psicólogos, questão do atendimento médico, de professor, de gestor. É inadmissível! Ou seja, propõe-se algo por ouvir dizer, sem conhecer a realidade da Polícia Federal brasileira.

Outra questão que me preocupa é essa régua linear. A Polícia Federal do Brasil é de um jeito; a realidade da Polícia Rodoviária Federal é outra; a realidade da Polícia Militar é outra; a realidade das Polícias Civis é outra, e nós imaginamos que uma única fórmula serve para todas essas polícias. Não serve!

Repito: a proposta de carreira única na Polícia Federal interessa a quem? Vai melhorar a Polícia Federal em quê?

Então, fica esse nosso questionamento sobre a oportunidade de conveniência de mudar aquilo que está dando certo.

Só nesta semana, a Polícia Federal deu exemplos de que, com seus 14 mil servidores, policiais e administrativos, num país continental, está cumprindo com seu papel, com seu dever, e a sociedade reconhece isso. Mas nós estamos discutindo aqui uma profunda mudança na estrutura da Polícia Federal, sem participação – repito – do Poder Executivo, sem ouvir o Poder Executivo e sem ouvir a direção da Polícia Federal.

Alguns podem dizer: "Essa carreira única vai melhorar a relação entre delegados e agentes da Polícia Federal." Com todo o respeito a este Parlamento – este é o momento de se fazer a discussão –, a relação funcional entre agentes e delegados é um assunto interno da Polícia Federal que nós vamos resolver e estamos resolvendo no dia a dia. Não vai ser uma PEC... Eu tenho certeza de que uma proposta de emenda à Constituição não foi concebida para tentar resolver discordâncias eventuais e pontuais de classes. Esse é um assunto que a Polícia Federal vai enfrentar no devido momento.

Avançando para as outras PECs e saindo um pouquinho da questão da Polícia Federal, preocupa-me...

Acho que o Senador Blairo Maggi foi feliz com a PEC 102 quando fala da facultatividade.

Senador Randolfe, o senhor será Relator de todas essas PECs e vai enfrentar a questão da constitucionalidade. Nós não podemos dizer a um governador de Estado ou à Presidência da República...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO – ... que o modelo constitucional da polícia é único. É preciso dar uma faculdade para que os governadores dos Estados possam optar pelos modelos de polícia possíveis: o modelo unificado, se for o caso, ou talvez o modelo de ciclo completo, ou a manutenção do modelo que aí está. Nós não podemos imaginar um mandamento constitucional que, do Oiapoque ao Chuí, estabeleça um único modelo linear de polícias, sendo todas elas iguais, idênticas. Isso fere o princípio do Pacto Federativo e também a separação dos Poderes.

Confesso, Senador Randolfe, que tenho dificuldade de entender o que é uma polícia de ciclo completo, que está na PEC 51. Por quê? Porque nem na legislação brasileira nem na estrangeira o senhor vai encontrar uma lei que fale em polícia de ciclo completo. Não existe. Na doutrina estrangeira, também não. Nós vamos encontrar uma dezena de sociólogos e estudiosos da segurança pública no Brasil que fazem sua definição do que é ciclo completo.

Nesta audiência mesmo, se nós pudermos fazer essa discussão, cada um tem o seu conceito de ciclo completo. Para alguns, ciclo completo é fazer TCO; para outros, ciclo completo é fazer o auto de prisão em flagrante. Então, como nós vamos constitucionalizar o conceito "polícia de ciclo completo" se não chegamos ao consenso sequer do que é uma polícia de ciclo completo? Polícia unificada eu sei o que é – está muito claro; não há dúvida. Carreira única de cargo único está correto. Agora, o que é uma polícia de ciclo completo para colocarmos no texto constitucional? Estão aqui as minhas dúvidas.

Outra grande preocupação que eu tenho é trazermos uma gênese que ocorre nos Estados para a seara federal. Essa discussão toda – vamos ser muito francos – decorre de um problema de organização das forças policiais estaduais.

O Senador José Medeiros pode confirmar, mas a relação que a Polícia Federal do Brasil tem com a Polícia Rodoviária Federal, com a Força Nacional de Segurança Pública é, de longe, o que a acontece entre as forças policiais estaduais. Ou seja, eu temo – e quero deixar aqui um alerta – nós trazermos para a esfera federal um problema e uma discussão que não existe. E digo mais: a relação da Polícia Federal com as forças estaduais também é perfeita – o Miler pode confirmar aqui –, a relação com as polícias militares.

Então, o que estamos trazendo para discussão? A discussão, no âmbito federal, em que não há esse problema, essa problemática, de que vamos unificar a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal? Vamos trazer essa discussão que nunca foi posta? Esse debate levanta isto: se vamos discutir a unificação estadual, por que não discutir a unificação das polícias federais?

Ciclo completo. Vamos estimular uma disputa, ou seja, parte de atribuições da Polícia Federal serão repartidas com a Polícia Federal, com as polícias legislativas? Uma problemática que não existe no âmbito da União poderá ser suscitada por uma discussão que, repito, tem que ser enfrentada no âmbito dos Estados. É um alerta para o qual eu gostaria que se atentasse.

Com relação às propostas, no Texto Constitucional, nós não vamos encontrar, em nenhum dispositivo constitucional ou capítulo, as minúcias e os detalhes que as três PECs, principalmente a 51 e a 102, fazem, porque não é matéria constitucional. Não pode um Texto Constitucional chegar ao ponto de dizer ao governador, ao Presidente da República o nome dos cargos; dizer como essa carreira vai começar, do início ao fim. Isso é uma atribuição do Poder Executivo. O que tem de estar no Texto Constitucional são as atribuições das forças policiais. O que tem de estar no Texto Constitucional são questões macro. Ele não pode chegar a essa riqueza de detalhes. Por quê? Está-se engessando... E o que a Constituição proíbe? Isso.

Então, nós temos um fenômeno: existem alguns que defendem a desconstitucionalização, tirar as polícias da Constituição, para dar mais liberdade aos chefes do Poder Executivo de organizar suas forças; e o extremo, que é engessar no Texto Constitucional de tal forma as forças policiais, que o chefe do Executivo não é mais o chefe da polícia, porque ele recebe, pronto e acabado, nos textos das PECs, como vai funcionar a polícia no Estado dele.

Vamos ser muito francos: o federalismo, que é o modelo brasileiro, tende a ser um modelo que respeita as diferenças. O país que adota o modelo federal, o federalismo, respeita, sabe que a realidade de um Estado – como o do Senador, o Amapá – é diferente da realidade de outros Estados e quer dar a esse Estado a possibilidade de organizar sua força policial conforme a realidade do seu Estado, dando o quê? O que o Texto Constitucional tem que trazer? Balizas e parâmetros macro.

E como nós podemos enfrentar essa questão de forma muito técnica? Com o Ipea, Senador. O Ipea, recentemente, realizou um trabalho extraordinário: "Cenários da Política de Segurança Pública até 2030". Ali eu vejo um trabalho técnico, em que se analisa a segurança pública sem os corporativismos, sem esta questão, por exemplo: eu não posso dizer que a polícia judiciária é culpada de 50 mil homicídios, porque seria o mesmo que dizer que as polícias que fazem a área de segurança viária são culpadas pelos homicídios de trânsito, que também são 50 mil no Brasil. Então, não podemos fazer esse tipo de relação e vínculo direto.

Nesse trabalho, o Ipea faz um prognóstico de vários cenários até 2030, avaliando o Estatuto do Desarmamento, avaliando a questão das organizações das forças policiais, avaliando a questão da letalidade policial, o auto de resistência. Então, é um trabalho técnico muito interessante.

E o que mais me chamou a atenção no cenário do Ipea? Nós precisamos avançar para, no Brasil, respeitando as peculiaridades do federalismo, criar grades curriculares, uniformes; os primeiros passos. É ingenuidade imaginar que vamos migrar, da noite para o dia, para o ciclo completo ou para uma polícia unificada. Esse é um processo que requer uma série de condições anteriores. Como? As nossas academias têm uma grade curricular única? Cada uma tem uma grade curricular de um jeito. Nós tivemos os grandes eventos. Como a polícia de São Paulo lidou com os distúrbios civis? Ela lida de um jeito; a do Paraná, de outro; a da Bahia, de outro.

Então, nós primeiro temos que pensar em uniformizar grades curriculares, temos que pensar na questão do piso salarial, de dar um mínimo, de uma política de capacitação mínima, respeitadas as realidades de cada polícia, para, aí sim, nós avaliarmos ou a unificação ou a adoção de ciclo completo.

Preocupa-me, e os grandes eventos também mostraram que a Constituição de 1988 estimula a integração das forças. Senador, muito francamente, o meu medo, o meu receio do ciclo completo é nós irmos exatamente ao oposto do caminho da integração, mas estimularmos, no Brasil, a cultura da disputa entre instituições. Isso realmente me preocupa, é algo que hoje existe muito fortemente nos Estados entre Polícia Militar e Polícia Civil, e pode começar também a haver essa disputa entre outras polícias. Imaginemos, Senador, que, com o ciclo completo, a Polícia Legislativa do Senado passe a interpretar que a apuração de crimes envolvendo os membros do Poder Legislativo é dela, e não mais da Polícia Federal. Ou talvez uma disputa das competências da Polícia Rodoviária conosco.

Então, isso me preocupa no sentido de nós, em vez de construirmos um sistema integrado, um sistema único de segurança, caminhemos para várias ilhas de disputas pela competência para um determinado crime. E, então, falo da importância talvez de um conselho nacional. Eu só consigo ver, vislumbrar polícias de ciclo completo no Brasil com um conselho nacional de polícia, e, ao contrário do Dr. Camanho, eu...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO – ...vejo o Conselho Nacional de Polícia como controle social.

As conferências nacionais de segurança pública têm cobrado muito o controle social da atividade policial. Não podemos imaginar que o Ministério Público seja o único órgão constitucional que exerça controle sobre a atividade policial. Ele exerce controle externo, o Judiciário exerce controle jurisdicional, e nós temos que avançar no controle social, que é um reclame da sociedade.

O que é o Conselho Nacional de Polícia na minha visão? É a participação da sociedade civil, da OAB, de representantes da sociedade civil, a organização das ouvidorias nacionais, é permitir que o cidadão faça parte desse processo, representantes do Legislativo, Senado e Câmara, representantes do Judiciário, trazer para esse Conselho Nacional de Polícia uma discussão que não se faz. O Judiciário, por exemplo, é magistratura. Ele está aqui discutindo reforma da polícia? Não. A única magistratura que só existe no Brasil, que é a magistratura de pé de ouvido de magistrado, que é o Ministério Público, está. Por quê? Porque ele tem a pretensão de ser o coordenador dessas polícias, de ele exercer...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO – ...o controle dessas polícias. É muito temerário nós termos uma única instituição fazendo isso.

Então, o Conselho Nacional de Polícia é plural, ele reúne o maior número de pessoas, e acho que isso é muito mais democrático que a gente pense. E o Conselho Nacional de Polícia vai ajudar na uniformização, na padronização de polícias no mínimo, no básico, em todo o nosso País.

Então, são essas as considerações, Senador, que a gente gostaria de dizer. Quero convidar o Senador e todos os Senadores que se assim acharem conveniente para a gente ir à direção geral da Polícia Federal, fazer esse debate, que represente qualquer mudança estrutural na Polícia Federal, com seu diretor-geral, com a sua direção geral, que é, ao nosso ver, o caminho adequado para uma discussão de algo extremamente institucional e *interna corporis*.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Obrigado Dr. Marcos Leôncio, Presidente da Associação dos Delegados de Policia Federal.

E só acho pertinente um esclarecimento. Como se tratam de três propostas de emenda constitucional, que, como V. Exª disse, apresentam propostas de mudanças profundas na estruturação das polícias no Brasil,

é óbvio que nós pretendemos, eu assim pretendo, como Relator, e acredito que é assim que deve ser o procedimento, exaurir ao máximo o debate sobre essas propostas de emenda constitucional.

Essa, na verdade, é uma das primeiras audiências públicas que estamos realizando sobre o tema. Sabemos que, de igual forma, Major Olimpio, tramitam propostas semelhantes na Câmara dos Deputados, e pretendemos também estabelecer contato com os relatores lá para realizarmos audiências seguintes sobre esse tema.

É de nosso interesse chamar o Executivo para esse debate. Há autoridades que não estiveram presentes, lamentavelmente, hoje aqui, mas justificaram a ausência, a Drª Norma Cavalcanti, Presidente da Associação Nacional dos Promotores e Procuradores de Justiça, assim como outras autoridades doutoras desse tema serão bem-vindos para este debate.

Portanto, só quero reiterar e destacar que pretendemos estar abertos para realizar outros debates e agradeço, inclusive, as sugestões da associação, assim como de quaisquer uma das associações que aqui estão de nomes para esses debates.

Ato contínuo, então, passo a palavra ao Sr. Sílvio Benedito Alves, representado pelo Sr. Alessandri da Rocha Almeida, que representa o Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares.

Sr. Alessandri, por favor.

O SR. ALESSANDRI DA ROCHA ALMEIDA – Tema: discutir a reestruturação do Sistema de Segurança Pública, instruir a PEC 102, de 2011 e demais proposições que tramitam em conjunto, PEC 102, do Senador Blairo Maggi, PEC 40, do Senador Armando Monteiro e outros, PEC 19, do Senador Vital do Rêgo e outros, PEC 51, do Senador Lindbergh Farias e outros, e PEC 73, de 2013, do Senador Anibal Diniz e outros.

A PEC 102, do Senador Blairo Maggi, fala sobre piso nacional a ser fixado em lei federal, vinculação de percentuais do orçamento, faculta à União e Estados a unificação das suas polícias, cria o Conselho Nacional de Polícia.

A PEC 40, de 2012, do Senador Armando Monteiro e outros, coloca a guarda municipal no exercício de atividade de polícia ostensiva.

A PEC 19, do Senador Vital do Rêgo, criação de brigadas de incêndio pelos Municípios, que não têm contingente de corpo de bombeiro.

PEC 51, do Senador Lindbergh, cria polícias estaduais civis, carreira única, ouvidoria externa.

A PEC 73, do Senador Anibal Diniz, a Polícia Federal, carreira única.

O Conselho Nacional dos Comandantes Gerais da PM e dos Bombeiros Militares não se opõem a nenhum debate sobre unificação, desmilitarização, mas queremos, hoje, o que for melhor para a sociedade.

O exemplo da unificação. Como fazer uma polícia unificada se, em São Paulo, hoje, há 130 mil homens, que resolvem parar ou fazer greve? Aí, vêm os freios e contrapesos de mais de uma polícia. Se é polícia unificada, como faria, hoje, um Estado paralisado em sua segurança pública? Como ficaria o aspecto salarial? O soldado, como o Lotin falou, ganha R$ 4 mil de início, aquele que está ganhando bem, enquanto o agente da Polícia Civil, hoje, não ganha menos de R$7 mil? Temos que trabalhar, hoje, com o que é melhor, o que é mais palpável.

Neste ano de 2015, está fazendo 20 anos que foi criada a Lei 9.099, que é o TCO, que, hoje, contempla a sociedade. Podemos ver que os Estados em que a polícia militar faz o TCO, temos uma diferença grande no índice de criminalidade. Vamos pôr o exemplo de Santa Catarina, vamos comparar com Goiás. Em Goiás, hoje, temos uma dificuldade muito grande de implantar o TCO, mesmo com o governador assinando dia 21 de julho e mandando seu gabinete fazer um decreto para a PM fazer o TCO. Temos lá, no Estado, dois Deputados que são delegados da Polícia Civil que trabalham 24 horas contra isso. No meu ponto de vista, para atrapalhar mais um benefício que a sociedade podia ter.

Debates com argumentos, e não com vagas ofensivas e acusações. Esse foi, em São Paulo, sobre o Seminário do Ciclo Completo, que o Deputado Gonzaga, o Deputado Olímpio tentou, que participaram de todos os seminários, trazer uma mudança para a sociedade, porque isso não é para a polícia militar não, mas para a sociedade, fazemos parte da sociedade.

O Ciclo Completo de Polícia hoje... Vamos começar, o TCO, para mim, hoje, é o pontapé inicial para o ciclo completo de polícia. Nós precisamos avançar nesse sistema falido que é a segurança pública do Brasil hoje. O texto comum em todas as PECs é o ciclo completo de polícia, até porque esse é o padrão mundial de polícia.

A mentira é o que se tem feito, falando as inverdades sobre militarização, que o militar vai levar o cidadão para dentro de um quartel. São as inverdades que estão sendo ditas do Oiapoque ao Chuí. Mentira: militar é feito para matar. Uma mentira repetida mil vezes torna-se verdade (Joseph Goebbels). "PM não pode fazer policiamento, porque é uma função civil. Temos que desmilitarizar a PM". Esse é o ministro da propaganda nazista.

Mais de 50 países hoje no mundo têm polícias militarizadas. Vamos dar um exemplo: a guarda nacional republicana de Portugal, militar; a gendarmeria francesa, militar – país da liberdade, igualdade e fraternidade;

carabineiros do Chile tem o segmento militar; a gendarme na própria Argentina. Nós pegamos exemplos de dois países da América do Sul, que estão perto do Brasil, onde está dando certo o policiamento com o militarismo. A experiência do ciclo completo no Rio Grande do Sul pelo TCO, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. PM do Rio Grande do Sul lavra TCO há 18 anos. Em média, 140 mil por ano, chegando a um número atual de 2 milhões; 4 milhões de pessoas que não foram a delegacia, que não tiveram o direito de liberdade limitado.

Polícia Militar de Santa Catarina, 127.116 TCOs, 250 mil pessoas que não foram conduzidas a delegacia, que não tiveram o direito de liberdade limitado.

Ciclo completo de polícias, sinônimo de Direitos Humanos. Evita condução desnecessária, evita o uso da força, constrangimento, há eficiência. Continuidade de ação pela polícia que atende e soluciona ocorrências, sem jogo de empurra-empurra entre as instituições.

Vou dar um exemplo novamente. No Estado de Santa Catarina a PM faz um TCO entre 7 a 10 minutos. Em Goiás, que é minha cidade, onde a PM não faz o TCO, em que uma lesão corporal leve tem que ser conduzida para a delegacia, a viatura fica parada de duas a três horas na delegacia, sendo que podia estar fazendo patrulhamento em benefício da população.

Apoio pelo ciclo completo de polícia. Temos o Conselho Nacional do Ministério Público, a Federação Nacional da Polícia Rodoviária Federal, os agentes da Fenapef, o CNCG, a Associação Nacional dos Procuradores da República, a Anaspra (Associação Nacional dos Praças), a Associação dos Peritos Criminais federais, estaduais, a Ligabom.

A posição do CNCG. O ciclo completo para as polícias do Brasil em nível federal e estadual, criação do fundo de apoio União, Estados, DF e Municípios, criação de Conselho Nacional de Polícia descentralizado e fiscalização, piso nacional para os policiais.

Antes de encerrar, eu queria dizer mais uma vez que não defendamos nossas instituições, como há várias pessoas que trabalham no sentido só de defender a sua instituição. Vamos ver primeiro a sociedade. Uma simples lavratura de TCO, se estivesse sendo feita em todos os Estados brasileiros, como em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, e somente seis Estados estão fazendo TCO hoje, tendo em vista que essa Lei 9.099 nos faculta fazer o TCO há 20 anos, que estão sendo completados este ano agora... Somente seis Estados. Por quê? Porque não se pode falar que há integração, que há unificação, porque não há.

O Estado de Goiás tenta unificar academia, tenta unificar o boletim único, mas não vai para a frente, não unifica. A PM e a Polícia Civil têm uma rixa que eu não sei o que vai ser feito para poder solucionar isso.

Eu acho que nós devíamos olhar para o lado do cidadão, da população primeiro, para depois vir discutir qualquer melhoria para as nossas instituições.

Obrigado, Senhores.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Nós agradecemos ao Sr. Alessandri, que representou aqui o Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares.

Em seguida passo, então, para o Sr. Elias Miler da Silva, Diretor de Assuntos Legislativos da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares.

Antes, Sr. Elias, só registrar e agradecer a presença aqui, nessa nossa audiência pública, do meu caríssimo e querido amigo José Medeiros, do PPS de Mato Grosso.

Sr. Elias, por favor.

O SR. ELIAS MILER DA SILVA – Senador Randolfe, presidindo neste ato esta Comissão, desta Casa do Povo, Casa do Estado, a Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais, na sua pessoa, saúda a toda esta Casa e agradece por esta oportunidade. Federação que congrega mais de 40.000 oficiais, entre PMs e Bombeiros do Brasil, que tem como Presidente o Coronel Marlon, de Santa Catarina.

Saúdo, também, o Senador Medeiros que tem a sua história justamente nesta área da segurança pública e da defesa da sociedade.

Saúdo o meu amigo, colega de academia, Deputado Major Olimpio, que teve a sua passagem pela corporação na luta pela defesa do povo paulista, exercendo dois mandatos como Deputado Estadual e, agora, aqui nesta Casa, na Câmara dos Deputados, na defesa do povo paulista e do povo brasileiro, que nós ombreamos neste trabalho.

A Mesa composta por Leôncio, Alessandri, Jesus e os demais membros, o Gandra, de longo tempo também, juntos aqui, o Lotin, Dr. Reale, que tinha os cabelos brancos e agora já está até sem cabelo, na luta. E nós temos que ser coerentes, entender quando a pessoa defende uma causa por tanto tempo, e está presente, nós temos que ter um respeito profundo pela pessoa que está há tanto tempo. A Fenapef na luta que ela tem.

Eu inicio, realmente, fazendo coro à fala do Lotin, pela Anaspra, e nós tivemos lá, Senador Randolfe, V. Exª que é um defensor dos Direitos Humanos, nós estivemos na greve da PM da Bahia, justamente para que

não fosse feita a greve e nós vimos o absurdo praticado pelo Governo, à época. A greve ocorreu por causa de R$200,00, aprovado em lei, que o Governo não quis pagar. E a sociedade baiana ficou refém, ou seja, os policiais militares foram jogados em uma situação que gerou essa greve.

E o mesmo Governo, que antes estimulou uma greve, usou toda a força do Estado, mais de mil militares do Exército para impedir a greve da PM, pois nós, pela Federação dos Oficiais, não apoiamos nenhum movimento paredista daqueles que a Constituição proíbe, mas nós reconhecemos que as praças são vitimadas, porque muitos Governos insensíveis usam o estamento militar justamente para não dar o devido direito e jogam em um quadro, instigando inclusive oficiais contra praças. E ficam assistindo de longe.

Então, fazendo essas preliminares, a Federação vem a esta Casa para discutir essas propostas, que são cinco e já foram expostas pela Presidência do Conselho de Comandantes Gerais, na figura do Tenente-Coronel Alessandri. E a Feneme tem debatido no Brasil inteiro essas propostas. Agora, uma coisa é fática, a ineficiência do modelo.

Eu quero, aqui, prestar honra a todos os policiais que estão aqui representados, e aqui não há que se demonizar, não é o cargo de delegado, não é do oficial, não estamos aqui para isso, não é o escrivão. Os nossos policiais brasileiros, rodoviários, são heróis no quadro que existe no Brasil. São heróis e fazem muito pela defesa do Brasil.

Então, nós não estamos aqui para dizer que é o cargo A, cargo B ou cargo C, nós estamos aqui para falar que o sistema que nós herdamos, com todo o nosso sacrifício, com todo o nosso esforço, é ineficiente. Nós temos que pôr o dedo na ferida.Onde eu vejo essa ineficiência? Vai fazer uma pesquisa com o povo, como fez o Ibope, e a pesquisa demonstra de forma clara que a preocupação do povo é: 71% com a segurança pública.

O povo tem medo, o povo não trabalha, não estuda, porque o Brasil virou um estado de guerra – isso é realidade! Isso é comprovado! Nós mesmos, policiais, em nossa hora de folga, também ficamos reféns – juntamente com nossas famílias – desse quadro.

Mas vejam a avaliação das instituições. Quando este mesmo Ibope vai avaliar, a Polícia Civil e a PM estão abraçadas – 34% e 35% – em uma avaliação péssima. Mas pior do que a Polícia Civil e do que a PM nós temos o Poder Judiciário. O Judiciário está pior avaliado e o povo não confia no Judiciário. Então, essa discussão que passa pelo sistema de segurança pública tem que chegar ao sistema de justiça também. Por isso que nós estamos primeiro discutindo o nosso, dando a nossa contribuição, para depois chegarmos também ao sistema de justiça.

E como foi colocado pelo Coronel Alessandri, está aqui o Gabinete Integrado, todos os profissionais estão no Gabinete Integrado, mas faltam duas categorias: uma dos agentes (dos EPAs) da Polícia Civil – e o Gandra sempre esteve ombreado, mas ele também defende o ciclo completo, porém de maneira diferenciada do Gabinete, contudo é uma pessoa democrática e que atua nesta Casa –, faltam os agentes da Polícia Civil e faltam os delegados de polícia, tanto Federal como Civil, para que nós possamos discutir. Ou todos esses estão errados ou quem não está participando está errado, não há meio termo. Então nós temos que, democraticamente, vir discutir. Então por isso – esses apoiadores já foi falado, eu vou só passar, para que a gente fique bem marcado – todos estão apoiando. Portanto, não é uma proposta da Polícia Militar.

E acrescento, Senador Randolfe, nós tivemos a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, o Brasil inteiro discutiu segurança pública – do Município, do Estado e Federal –, e a Conferência terminou, como uma das diretrizes mais votadas, o ciclo completo de polícia. Então, quem está obrigando este debate não são as instituições, quem está obrigando é a própria sociedade brasileira que, na Conferência, assim deliberou.

E, por último, lá na Câmara, a CPI da Violência contra os Jovens, Negros e Pobres – na qual o Deputado Major Olímpio teve uma participação efetiva – começou da seguinte maneira: quem extermina o jovem, negro e pobre é a Polícia! Quer dizer, a culpada de todas as mazelas sociais acabou sendo a Polícia. E, no final, a CPI concluiu que uma das grandes medidas para nós evitarmos a morte do jovem negro e pobre, é justamente a reformulação do sistema policial brasileiro – com a participação do Deputado Major Olímpio, inclusive na redação final.

Mas nós temos que ter consciência – e aqui eu tenho profissionais renomados e a sociedade que aqui se encontra, no Brasil, nós sabemos aqui são brilhantes profissionais – que as causas da violência não são causas policiais. O Brasil é um país de uma dívida social milenar. Nós tínhamos seis milhões de índios em 1.500, Senador Medeiros, hoje não temos nem 700 mil índios. Os índios foram exterminados neste País! O Brasil foi um dos últimos países a ter a abolição da escravatura. O negro não continua escravo na senzala, mas continua escravo social. Ele é jogado nas periferias do Brasil – porque não tem oportunidade – e ali o crime se utiliza desse quadro de miséria. Enquanto o Estado não vier com políticas públicas, nós estaremos – e os policiais são vitimadíssimos, do agente ao delegado, do soldado ao coronel, nós somos vítimas dessas mazelas sociais,

porque jogam em nossas costas: "A Polícia que resolva as mazelas sociais". Nós, que temos que atuar nas consequências, somos culpados pelas causas. Essa é a realidade.

Vejam a violência no Brasil, causa um prejuízo de 10% a 15% do PIB. O Brasil perde R$407 bilhões com a violência. O País está em déficit no orçamento, se investisse em segurança pública nós estaríamos com superávit, porque o Brasil é recordista em assassinatos. A Organização Mundial de Saúde falou: "O Brasil está em um quadro epidêmico!". E em um quadro epidêmico nós temos que tomar medidas imediatas! Sessenta mil mortes – e o Deputado Major Olímpio coloca que esse dado é oficial, oficioso passa de cem mil mortos! Nós estamos vendo o quadro crítico lá na França. Morreram, infelizmente, menos de 200 pessoas. O país está em crise. O país declarou guerra, porque morreram 200 pessoas.

(Soa a campainha.)

O SR. ELIAS MILER DA SILVA – No Brasil morre isso por dia, só pela violência. E o País não está em crise, não está em crise.

Vejam que morte de policiais, que foi falado pelo Jesus, foi falado aqui, o Brasil é o primeiro do mundo em morte de policiais. Essa cena aqui, olha, todos nós, o Deputado Major Olimpio, toda semana ia ao enterro de um policial. Ia só, porque os outros não vão. Aqui está a situação, olha. Desse quadro aqui, nós estamos cansados. Senador Medeiros, São Paulo tem um cemitério de PMs que morrem em serviço. E se V. Exª, como policial que é, estiver de folga, atuar como policial que é e vier a morrer, não tem direito de ser enterrado lá como herói; só quem está em serviço. E não cabe mais. E não há uma reportagem sobre isso.

O Brasil é um dos países com maior encarceramento. Chega a 700 mil encarcerados, 300 mil mandados de prisão. A polícia trabalha. Mas o que acontece – e o Dr. Leôncio colocou isso –, o que acontece é isso aqui. O cidadão chega para o policial, acontece um crime, ele vai à Polícia Civil ou à Polícia Militar? Ele vai à Polícia Militar. E o que ela fala? "Bom, eu vou prevenir, mas manda o delegado investigar." Ele vai ao delegado. "Eu vou investigar, mas manda a PM prevenir." Aí vem aquela velha tese: quem nasceu primeiro, o ovo ou a galinha

O Dr. Leôncio e o Dr. Reale viajam pelo mundo afora e sabem que no mundo há duas máximas para qualquer polícia do mundo. E a Polícia Federal não tem uniforme, deveria ter; a Polícia Civil não tem uniforme, deveria ter. Porque na hora em que o Dr. Reale vai ao mundo, a um seminário internacional, chega para um policial, ele fala assim: "Olha, qualquer polícia do mundo tem uniforme e investigação." O que quer dizer uniforme? Qualquer polícia do mundo previne e investiga. Qualquer polícia do mundo. E no Brasil eles falam: "Vocês não são polícias; vocês são meias polícias."

(Soa a campainha.)

O SR. ELIAS MILER DA SILVA – O modelo de polícia no Brasil – isso tem que estar bem em mente, inclusive para o nosso Relator e para os membros desta Comissão –: nós herdamos esse modelo do governo militar. O governo militar unificou as polícias ostensivas na Polícia Militar. Em São Paulo, nós tínhamos sete polícias; foram todas unificadas na Polícia Militar. E a Polícia Civil ficou à parte, e o SNI/Dops comandava a polícia, exercendo um ciclo completo. Acabou o governo militar, ficou o modelo que havia antes, e sem resolverem aquilo que era fundamental. Aí nós ficamos... Antes eu punha, Dr. Leôncio, um joguinho de futebol, mas eu punha o Flamengo, aí eu tive que tirar devido à reação, porque eu colocava um flamenguista hipoteticamente, então eu tive que mudar. Aí mudei o joguinho de futebol para o *iter criminis*: cogitação, preparação, execução, consumação, exaurimento. Aí, lá vem o bandido sem time. Ele exerce o ciclo completo. A organização criminosa cogita, prepara, executa, consuma, e em alguns casos, exaurimento. Aí vem a polícia, em primeiro lugar a PM. "Olha, já aconteceu; para, senão é usurpação de função pública". Aí lá vem a Polícia Civil. Em tese, ela só pode agir depois que aconteceu. Ou nós somos o País mais inteligente do mundo, ou nós estamos falidos, porque só existe esse modelo no Brasil. O crime faz tudo, e o Estado, que reprime o crime, que previne o crime, age fracionado e pela metade.

Essa é a razão de nos Estados nós termos esse conflito, porque esse modelo é anacrônico e não funciona. Funciona por amizades pessoais. Se eu estou numa delegacia, em que o Dr. Reale foi meu amigo, por questão pessoal funciona, ou o Leôncio; mas senão, formalmente não funciona.

E aí vamos desfazer as mentiras que acontecem. "Não devemos copiar nenhum modelo do mundo; temos a nossa realidade." A nossa língua não é nossa, então voltemos ao tupi-guarani. O nosso Direito não é nosso, voltemos para o Direito costumeiro tribal, porque o nosso Direito é romano e americano. O nosso Judiciário é copiado do americano. O nosso sistema policial nós copiamos de Portugal, e Portugal abandonou, mas nós continuamos colônia. Portugal não tem meias polícias. E nós ficamos no passado e defendendo aquilo que é indefensável. Então o Brasil é um País miscigenado no mundo, múltiplas culturas, e o idioma também.

E aí, para a gente finalizar, aprenda com o erro dos outros. Você não consegue viver. Eu tenho que pegar a experiência do mundo e adaptar aqui. Vamos adaptar. É óbvio que eu não vou pegar montado e colocar aqui, mas vou adaptar à minha realidade e à realidade do Brasil, que é continental.

O ciclo completo só é possível se for desmilitarizada. Há 41 anos que acabou o governo militar e ainda ficam com um discurso, como bem falou o Jesus, ele entrou como fuzileiro, não viu nada de ditadura, mas até hoje carrega. Se souberem que ele é fuzileiro, falam: "Ih, isso é um policial rodoviário ditador porque foi fuzileiro".

Vamos acabar com esse discurso. Viremos a página. Nós que aqui estamos, o Olímpio e eu, nossa geração, nós não participamos do governo militar. Acabou, mas ficam com um discursinho ideológico, rancoroso, que nada tem a ver.

Na América do Sul, do Norte e na Europa têm polícias militares. Vamos pegar agora, e os que estão aqui nesta audiência acompanharam o seminário da Rede Globo. A Rede Globo fez seis meses de seminário sobre impunidade no Brasil e no mundo. E terminou o seminário falando: "O Chile, um país semelhante ao Brasil, conseguiu resolver a questão da segurança pública". E como é que resolveu? Com um carabineiro do Chile, que é extremamente militar. Ué, como é que o Chile resolveu? Resolveu. É simples, porque o Chile soluciona 98% dos homicídios. Como é que resolve isso? Porque a polícia trabalha em harmonia com o Ministério Público e a polícia leva direto para um juiz de plantão. Aqui não tem juiz de plantão e a eterna briga entre delegado e Ministério Público por espaço.

Por que está funcionando a Operação Lava Jato, Dr. Leôncio? A Lava Jato está funcionando por quê? As equipes estão trabalhando integradas: Polícia Federal, Ministério Público e o juiz à frente. Desmonte isso! O Chile funciona! Se nós não tocarmos nisto: integração da polícia com o Ministério Público, Poder Judiciário, se nós não trabalharmos nisso, nós continuamos ainda com isso aqui. Por mais que questionem. Eu sei que os delegados, por quem eu tenho respeito, Dr. Reale e Leôncio, disserem: "Esse número é mentiroso, porque o Brasil não elucida de 5% a 8%". Bom, se o número é mentiroso, eu estou ofendendo instituições sagradas deste País.

Eu estou dizendo que o Conselho Nacional de Justiça é mentiroso! Eu estou falando que o Ministério da Justiça é mentiroso! E eu estou falando que o Conselho Nacional do Ministério Público é mentiroso, porque eles fizeram um anuário e colocaram que só se elucida de 5 a 8. Mas não é culpa do delegado, não é culpa da Polícia Civil, não é culpa da Polícia Federal; o sistema é que é burocrático e o sistema é arcaico.

O ciclo completo é volta da ditadura e para as torturas. Estão usando isso. Isso não parte do Dr. Leôncio nem do Dr. Reale, mas eu já vi delegados dizerem: "Olha, vai voltar a tortura e a ditadura". Eu não quero ir para esse debate baixo. É debate de quem não tem argumento, é debate de quem não tem compromisso com a sociedade. Querer colocar essa pecha nas Polícias Militares, como bem colocou o Jesus.

Mas vejam, o relatório da Comissão Nacional da Verdade apontou que as torturas foram nos quartéis do Exército, onde nós tínhamos o DOI-Codi, e foi nos DOPs, nas delegacias. Então, se voltar à delegacia... Veja uma colocação, Dr. Leôncio, que não podia ser feita: quem foi criada pelo governo militar foi a Polícia Federal. Aí, eu vou dizer o seguinte: "Olha, que a Polícia Federal, criada pelo governo militar, e a Justiça Federal são filhotes da ditadura". Mas que colocação, que despropósito! Então, o debate tem que ser debate de outro nível, de um outro padrão.

Na Comissão da Verdade de São Paulo e na Nacional, delegados envolvidos: 77; PMs: 18. Na Nacional, 41 delegados; oficiais da PM, somente 11. Conclusão da Comissão Nacional da Verdade: extingue a Polícia Militar.

Relatório da ONU deste ano, se fosse levar o debate para outro lado. Relatório da ONU deste ano, olha o que falou Juan Méndez: "Existe um alto grau de atos de tortura no interrogatório de suspeitos detidos nas delegacias brasileiras". Eu vou usar isso como regra? Ou, então... está aqui um Delegado de Polícia, Marcelo Barros, Delegado de Polícia de Pernambuco.

(Soa a campainha.)

O SR. ELIAS MILER DA SILVA – O que ele falou? Na tese de doutorado dele, ele ficou oito anos pesquisando as delegacias onde ele trabalhou. Olha a conclusão dele: "A prática perdura porque torturar é mais fácil do que gastar tempo com recurso na investigação". Eu vou dizer que isso é a regra?

Segundo a Ouvidoria de Polícia de São Paulo, 121 denúncias de tortura: 67 da Polícia Civil, 54 da PM. E a PM tem o dobro do efetivo. A condição de Militar impede o exercício da Polícia Judiciária, investigativa. A PM já faz a investigação nos crimes militares e a faz benfeita. Exército, Marinha e Aeronáutica também fazem.

Situação atual – fechando, Sr. Presidente, agradecendo a tolerância, Senador Medeiros –: o modelo é ineficiente. Ponto. Nós temos que apresentar sugestões. Existe uma luta de classe nas polícias. Eu estou aqui com Lotin ao meu lado.

(Soa a campainha.)

O SR. ELIAS MILER DA SILVA – Se eu disser que não teve e que não tem luta de classe entre Praça e Oficiais, eu estou mentindo. Hoje é possível nos sentarmos juntos porque a luta de classe nos levou a sentarmos juntos. E hoje ele pode falar coisa que ele não podia falar antes porque saía daqui preso. Luta de classe existe entre Agente e Delegado, entre Praça e Oficiais. E tem que pôr o dedo na ferida. Existe luta de classe entre as Polícias. Não tem entre a Polícia Federa e a Civil, entre a Polícia Federal e a PM, porque não disputam o mesmo espaço. A competência está bem definida. A Polícia Federal não luta com a Polícia Civil porque a competência é material. Estão no mesmo território, mas é material. Eu sei que aquele crime é de competência da Federal. A Civil encaminha para ela e vice-versa. Luta entre delegados e Ministério Público, isso é comprovado. Essa luta também é comprovada.

Morosidade da Justiça. Outra comprovação.

Nós apresentamos, então, como sugestão, Senador Medeiros, Presidente, ciclo completo imediato, é possível fazer sem investimentos e sem provocar conflitos. É possível, começando pelo termo circunstanciado, que é um ciclo completo no menor potencial ofensivo.

Ascensão para as carreiras operacionais. O Agente tem que ascender, o Escrivão tem que ascender e os Praças têm que ascender. Como será essa ascensão? Vai ser ingresso único ou cota? Esta Comissão tem que pôr o dedo na ferida. Vai ser ingresso único ou vai ser cota? Vai ter que discutir.

Um sistema integrado nacional. A Polícia Federal não tem um sistema integrado com a Polícia Civil, que não integra com a Polícia Militar. Cada um tem seu feudo. Ninguém tem os dados neste País.

Investigação destinada ao MP. Eu não sei por que essa resistência. Direciona essa investigação ao Ministério Público, que é o titular da ação penal pública.

Perícia autônoma, Guarda Municipal. E aqui colocando para todos. A PM resiste? Não. Nós entendemos que a Guarda Municipal tem que ingressar no policiamento, porque nós não damos conta. Isso já é realidade.

Uma polícia penal, investigação destinada ao Ministério Público. E aqui eu coloco para os delegados, isso aqui não é consenso na Feneme – Federação Nacional de Entidades de Militares Estaduais –, não é consenso, é uma sugestão minha, porque eu acho que nós podemos, temos que ter também uma opção para os delegados, que, historicamente, vem, desde o juiz de paz, exercendo funções quase que judiciais.

Eu quero iniciar esse debate aqui. Sei que é polêmico. Sei que o Ministério Público é contra. O Judiciário é contra. Mas estou trabalhando isso na Feneme. Uma saída para os delegados: criar o juiz de garantia. Juiz de garantia, de que maneira? A competência do Juizado Especial criminal para o juiz de garantia. Medidas cautelares, para o juiz de garantia. E a composição dele: Ministério Público, se quiser, como opção, policiais e bacharéis em Direito, a composição inicial. "Ah, é inconstitucional. Não pode". O advogado pode ser juiz sem concurso para os tribunais e tribunais superiores. O promotor pode mudar de carreira e ser juiz sem concurso. Por que eu não posso transformar os cargos de delegados em juiz de garantia e, a partir daí, começar uma nova discussão?

Muito obrigado, Presidente, pela tolerância.

E a Feneme agradece esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Agora com a palavra, Carlos Eduardo Benites Jorge, Presidente a Associação de Delegados de Polícia do Brasil, representado por Wladimir Sérgio Reale, aqui presente.

O SR. WLADIMIR SÉRGIO REALE – Nobre Senador José Medeiros, através de quem cumprimento todas as demais autoridades, os demais Parlamentares, é uma alegria muito grande estar aqui mais uma vez mais. Digo mais uma vez, porque, desde 1987 acompanhando todas essas discussões, já perdi a conta de quantas vezes nós já discutimos essas matérias.

Na nossa visão, antes de tudo, sob o ponto de vista de política pública, está se discutindo aqui inicialmente a questão central de ciclo completo. Antes qualquer outra, eu observei que tudo girou em termos basicamente do ciclo completo.

O que se sucede em relação ao ciclo completo? Com todo respeito a todos que pensam de forma diferente. Eu começaria inicialmente pelo próprio TCO. Por que o TCO?

Porque o próprio Supremo Tribunal Federal, em passado recente, já decidiu que a atribuição de Polícia Judiciária, sob pena de usurpação da função pela Polícia Militar, esse exercício. Está na Ação Direta de Inconstitucionalidade. Houve uma discussão também, com relação àquela questão de São Paulo, salvo erro de memória, a Ação Direta nº 2.862, em que não houve o exame de mérito, houve apenas uma questão preliminar.

Falo assim, não só como advogado participante nessas causas, no Supremo Tribunal Federal. Recentemente, o Ministro Fux, no Recurso Extraordinário nº 702.617, do Amazonas, reafirmou, e por quê? Não é essa questão de falar apenas no TCO, uma questão meramente simplificada. Quando se pega, por exemplo, o Código Penal e as leis extravagantes, nós temos mais de cento e tantos tipos penais que são afetos aos juizados de competência da Lei nº 9.099. A título exemplificativo, eu diria: rixa qualificada; fraude no comércio; incêndio

culposo; atentado ao pudor mediante fraude; exercício ilegal de Medicina ou dentária; moeda falsa; figura privilegiada; e vais assim por diante.

Então, não se pode falar apenas em questão de tempo circunstanciado nessas ocorrências de menor relevância, quando acontecem, por exemplo, nas estradas federais, quando há uma colisão de veículos, com alguém que foi... Ou, então, uma questão de contrabando, que também surpreende, nas estradas federais; ou com relação a outras ocorrências.

O que sucede? Discute-se, sempre como base, a questão do Rio Grande do Sul e a questão de Santa Catarina. É certo que tudo começou no Rio Grande do Sul. Lá estava um ex-Senador, que foi Secretário de Segurança, que começou exatamente naquele Estado esse tipo de processo. Em Santa Catarina, a mesma coisa. Só que também não se diz quantas ocorrências, segundo informações que recebemos, que são devolvidas depois para as respectivas delegacias, porque é também uma função de natureza técnica, técnico jurídica, não é só uma questão mais simples. O patrulheiro, no exercício da Polícia Militar, tenha condições de resolver todos os casos; lavrar ali, na hora; mandar direto para... Essa não é a questão. Realmente é uma questão técnica, e, como tal, ela está na esfera da Polícia Judiciária. Não sou eu que digo isso. Quem diz isso é o Supremo Tribunal Federal, em decisões já pacificadas, como falou agora, e disse-o bem, o Supremo Tribunal Federal.

Então, o que quero dizer, respeitando as posições divergentes, é que se fala do tempo circunstanciado e ocorrido de forma muito simplificada, porque há leis extravagantes e há mais de cem tipos penais. Não se pode, digamos, analisar a possibilidade apenas de conferir à Polícia Militar, a quem eu sempre respeitei muito, muito. E digo mais: a Polícia Militar, pela sua estrutura, pela sua história, é indispensável para o País, inclusive faz parte até da defesa territorial do País! Eles são militares, embora com comparação com outros Estados, são militares no sentido estrito. Eu costumo dizer: toda vez que vai se mexer nas policiais militares, ou das Polícias Militares – o nosso companheiro Miler, a quem respeito, estamos juntos aqui, muitas vezes, discutindo tudo isso –, mas toda vez que se mexe na Constituição, no que diz respeito às polícias militares, elas ficam ainda mais militares.

Vejamos, por exemplo, o art. 42 que, antigamente, era restrito às Forças Armadas, as Forças Armadas foram para o 142, e ela ficou com os militares dos Estados e do Distrito Federal, exatamente pelas Emendas nºs 3, de 1993; 18, de 1998; 20, de 1998; 41, de 2003. A Emenda nº 18, de 1998, foi a grande reforma administrativa, antes da 19, que manteve as polícias militares como militares, no sentido estrito. Quando se vai adiante, há a Justiça Militar Estadual. Então, há também uma questão diferenciada, quando se fala dos militares de outros países, que não são militares no sentido estrito, como aqui no Brasil, regulados pelo Código Penal Militar, pelo Código de Processo Militar.

É certo que também está a cargo dos militares a presidência dos inquéritos policiais militares. No Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, temos as Delegacias de Polícia Judiciária Militar, algo corretíssimo, porque cuidam exatamente dos crimes militares assim praticados. Portanto, não está em discussão isso. O que está em discussão é se, efetivamente – chegou agora o nosso nobre Deputado, Subtenente Gonzaga, que, em última análise, estimulou toda essa discussão, no País, a quem aproveito para cumprimentar, já que tive a honra de participar, também, de seis seminários, na Câmara dos Deputados, sobre essa discussão por este País afora –, então, o que se verifica é um ponto que estava na sombra.

O papel do Ministério Público. Eu já disse, em Fortaleza e em Recife, mostrando ali a questão do Ministério Público, que, na realidade, qual o interesse do Ministério Público nisso? Qual o interesse do Ministério Público nisso? Na realidade, o Ministério Público tem lá suas funções constitucionais – e que, cá entre nós, o Constituinte de 1988 colocou uma série de matérias dessa natureza que nem tem índole constitucional. Colocar notificação de procedimento administrativo em sua competência é matéria infraconstitucional. Não tinha nada que estar na Constituição, mas está. Mas eles sustentam aquilo a ferro e fogo.

Eu diria mais: além do controle externo da atividade policial – e aí eu estou com o Dr. Leôncio, porque eu acho que essa ideia, na 102 do Conselho é muito melhor para o País – está aqui, com todas as letras, que a coordenação seria do Ministério Público e tudo a ele encaminhado. E, com isso, qual é a consequência lógica disso? Já dissemos isso em alto e bom-tom – é pena que o Dr. Camanho aqui não esteja –: na realidade, eles querem exatamente fazer não só o controle, mas a grande coordenação, neutralizando evidentemente os secretários de segurança e obviamente os delegados gerais, as chefias da Polícia Federal, o diretor-geral da Polícia Federal, porque eles passam a coordenar.

Mas isso não é de agora, isso vem de 1962.

Já que falamos no Chile, tudo começou no Chile, quando o MP da América do Sul se reuniu e dali surgiram as primeiras diretrizes dentro desse objetivo de querer transformar as polícias como seus órgãos de execução, para ter o poder e a força a seu cargo, a seu nome, e praticando os excessos que ocorrem no cotidiano. E, pior ainda: sem qualquer responsabilização.

Disse também lá e repito aqui que nós tivemos uma reforma do Judiciário que começou pós-Constituição, como também começou na segurança pública com o Deputado Hélio Bicudo, como também, a reforma do Ministério Público, que está na Câmara dos Deputados, em geral, com o passar desses anos, desde 1995, engavetada. E conseguimos agora, pelo menos, iniciar a sua tramitação, porque a responsabilização é necessária em relação aos membros do Ministério Público, que partem para quê? Judicialização da política; eles provocam isso tudo.

Então é preciso haver muita cautela com essa preocupação de contribuição por parte dos membros do Ministério Público, que, em última análise, eles querem transformar todos em seus agentes de execução. E isso não é bom para o País – com os poderes que eles tiveram. E não existe nenhum MP que tenha tido esse poder no Brasil e, agora, querem as polícias sob a sua coordenação. E não é o controle externo – que nunca funcionou –, mas, sim, sob sua coordenação, não é?

(Soa a campainha.)

O SR. WLADIMIR SÉRGIO REALE – Então, é difícil, realmente, num prazo tão exíguo, a gente fazer uma abordagem mais ampla dessa questão. Mas eu pediria vênia para o nosso eminente Senador Randolfe Rodrigues para trazer, também, alguns aspectos adicionais.

Porque, na realidade, essa discussão começou em 1991 e foi até 1996. Eu tive a honra de participar de uma audiência pública, na década de 90, discutindo aquela PEC primitiva, que também falava na desmilitarização das polícias. Mas não funcionou, e depois vieram outras, outras, outras, e estamos até hoje discutindo.

O que me parece muito importante é – e eu vejo aqui na 102 alguns dados extremamente relevantes – quando se coloca, evidentemente, a questão da verba carimbada: a necessidade de o art. 67 estabelecer também vinculação da receitas de impostos, como existe na saúde, como existe na educação. E eu vou mais longe: quer dizer, na realidade, desde o nosso saudoso Senador Romeu Tuma, com quem tivemos a oportunidade até de elaborar um texto que ele acolheu e passou a tramitar nesta Casa, como também do atual Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros, com quem tivemos também uma reunião lá trás, há uns 15 anos ou mais, e ele também acolheu, mas a verdade é que, em momento algum, se conseguiu avançar com essa questão, que é central, porque o problema básico é de recursos. Independentemente de outros argumentos, eu acho que esse inciso da vinculação da receita de impostos pode ser extremamente relevante, como existe nas outras áreas – saúde, educação. É o mínimo que se possa ter no sentido de avançar exatamente nessas questões policiais. E até menos nesse embate de – entre aspas, no bom sentido – de "instituições contra instituições", etc. Porque o problema maior versa sobre questões de recursos.

Nós achamos que as polícias militares têm uma função relevante no País, quer pela própria ordem pública, aliás, isso foi discutido em 1988, e nós estávamos lá também, ajudando a discutir com as assessorias parlamentares. Quer dizer, quando se fez essa regra – e eu já falei muito nisso, e o nosso Coronel Mira vai lembrar –, quando se falou em relação à questão das polícias militares, e se disse, em alto e bom-tom, que, no que cabe à polícia ostensiva, houve uma evolução da regra primitiva do Decreto-Lei nº 667/1969, quando foi estabelecido o policiamento ostensivo fardado. E naquela discussão, lá atrás, o Coronel Terra, do Estado de São Paulo, conseguiu aumentar o posicionamento das polícias militares nisso, através da chamada polícia ostensiva. Não era só exercer o policiamento ostensivo, fardado, de forma restrita. Então, isso tudo ocorreu dentro de um longo processo. E está aqui o que é fundamental para as polícias militares: "Como execução do Ministério de Defesa Civil, etc., e a preservação da ordem pública". Como é possível se fazer a manutenção da ordem pública sem as polícias militares? Então, elas têm um papel relevante.

Eu penso que essa ideia de passar a ter o exercício também das funções de polícia judiciária, da função de poder lavrar certos termos ali mesmo na rua, com o pretexto de que o cidadão não vai lá... Não pode. Isso tem uma sequência. E qualquer que seja o modelo no sistema da administração da Justiça criminal... Eu recebi com perplexidade, quando o então Procurador, o respeitável Dr. Camanho, mencionou como magistrados constituintes, o Judiciário e o MP. O MP é órgão. É um órgão do Poder Executivo com algumas prerrogativas. Ele não é Magistratura do Ministério Público, como se dá na Itália. Lá é Magistratura do Ministério Público. Não é assim aqui. Aqui é um órgão que tem certas autonomias e, pior do que isso, sem responsabilização pelos excessos praticados. Então, o que é que isso significa? Ele falou, mas isso é em Portugal – quando se fala que os membros do Ministério Público são magistrados. E lá eles presidem o inquérito. O inquérito, hoje, em Portugal, é presidido pelo procurador da República.

E eu diria mais ainda: aqui no Brasil, recentemente, o Supremo Tribunal Federal, num caso com repercussão geral, de Minas Gerais – é o Recurso Extraordinário nº 593.727, eu o conheço bem, porque sou o patrono da causa –, decidiu que os procedimentos investigatórios criminais feitos pelo Ministério Público devem observar estritamente as regras do inquérito policial. E, com perplexidade, eu assisti a ele satanizando o inquérito

policial, quando o Supremo decidiu que agora tem que ter controle, segundo as regras do Código de Processo Penal e do inquérito policial. Foi colocado agora, nesse caso. Eu até recorri, porque na parte da competência do Ministério Público pode ser em qualquer coisa. Não. Pode ser de forma subsidiária, em casos excepcionais.

Por que nós estamos falando e ampliando um pouco essa discussão dentro do sistema de administração da Justiça criminal? Eu gostaria de ressaltar bem que, no Brasil, o nosso modelo do sistema de administração da Justiça criminal tem a parte, obviamente, preventiva; começa com a repressão imediata – que está exatamente a cargo da Polícia Militar –, e nada impede que ela inicie ali, na repressão imediata, as investigações iniciais, arrolando testemunhas, fazendo acontecer. Não há nenhum impedimento quanto a isso. Essa é a repressão imediata, que todos nós já discutimos na tramitação do §7º do art. 144, e não se conseguiu até hoje, desde 1988, regulamentar esse sistema, em que a parte imediata está a cargo da Polícia Militar. Nada a impede de arrolar testemunhas. Ela não tem uma posição estática. Ela pode fazer as investigações iniciais sim. Nunca houve nenhuma vedação. Ela não vai, depois, fazer o inquérito policial, a investigação, mas a parte inicial não. Ela está lá, chegou ao local. Se eu cheguei ao local, não vou ficar só parado no local, e sim procurar saber quem foi, como é que foi. As investigações iniciais podem ser feitas. É exatamente a repressão imediata. E no art. 144, §7º, de um dos projetos que tramitam na Câmara, está lá a repressão. Então, isso é fundamental.

Senador Randolfe, com toda honestidade – conceitualmente falando –, desde a Constituição de 1988, nenhuma regra infraconstitucional se conseguiu, por falta de acordo, por falta de entendimento, quer em relação ao sistema previsto no §7º, quer na disciplina, organização, funcionamento desses órgãos todos, para garantir a eficiência de suas atividades, o que é perfeitamente possível. Mas não se conseguiu.

A Lei Orgânica da Polícia Federal também não conseguiu avançar, existe a Lei Orgânica das Polícias Civis, das Polícias Militares, por que não? Ainda é o Decreto-Lei nº 667/1969, com a alteração do Decreto-Lei nº 1.072.

Então, eu fico me perguntando, talvez, como, permita-me dizer, o decano dos decanos que aqui esteja, nesta discussão, ao vivo, não lendo nos livros, e, sim, participando integralmente disso desde a década de 60, em 1967, inclusive, eu acompanhei isso tudo.

O fato é que é extremamente difícil, quer dizer, não se conseguiram, até hoje, os acordos para a regulamentação do sistema, que eram importantes, nem as leis orgânicas, então as dificuldades também nas emendas constitucionais são muito mais naturais. Nós temos mais de dez na Câmara dos Deputados, aqui também temos algumas. Então, esse debate é altamente oportuno, mais uma vez, para a discussão, mas para que, de forma pragmática, nós pensemos que se há a ideia, se assim entender o Congresso Nacional, de que a fusão, a unificação da polícia, como unificada, que aqui está, seria o modelo melhor para o País, todos nós, evidentemente, vamos concordar. Quem decide é o Congresso Nacional. Mas, o que sucede? Nessa questão das propostas, em que prevalece a maioria, seja na PEC 430, na Câmara dos Deputados – as outras estão apensadas a ela –, sejam as daqui, fala-se sempre em unificação, com desmilitarização das polícias militares. Eu não sei se realmente seria desmilitarização, porque acaba sendo uma consequência para essa ideia de querer fazer o ciclo completo.

Então, com todo o respeito, evidentemente nós temos que entender que, nessa contribuição – porque, mais uma vez, aqui estamos para trocar essas ideias –, é importante que se consiga a vinculação permanente. Isso é fundamental. Das demais, em termos de hipótese de unificação, também discordo, com todo o respeito ao que eu ouvi aqui, Dr. Leandro, a questão da faculdade.

(Soa a campainha.)

O SR. WLADIMIR SÉRGIO REALE – Essa questão do Pacto Federativo também pode ter um sentido maior, que possa abranger tudo, e não necessariamente a questão de forma facultativa para o Estado. Aí é que nós teremos o grande problema, porque nós não temos mais... O Código de Processo Penal nosso é nacional e vai continuar sendo nacional. Então, amanhã, quando colocar cada instituição de uma forma diferente – nós tivemos antes, na década de 30, nós tínhamos o Código de Processo Estadual até 1932 –, e cada Estado amanhã, como quer São Paulo, com aquela proposta do atual secretário de segurança pública, delegar aos Estados as regras desse procedimento, aí sim as divergências provavelmente serão ainda muito maiores. Então, eu penso que isso deve ser visto com muito amadurecimento.

Eu até, cá entre nós, acharia melhor mesmo regulamentar essas coisas que estão ao alcance da mão do que buscar toda agora essa alteração tão profunda.

Na Polícia Federal, digo sempre que tive a honra de participar também daquela Casa por um certo tempo e daqui também, ajudando nesse embate.

Nós, fazendo a conclusão, entendemos que a PEC 102 tem alguns aspectos interessantes, sobretudo em relação à vinculação.

O Conselho Nacional de Polícia, também, de caráter social, dará uma amplitude muito maior, porque está demonstrado que o controle externo da atividade policial nunca funcionou, porque uma entidade, um órgão

não vai conseguir comandar ou controlar outro órgão, porque eles não são poderes. Ele é um órgão, e, como órgão, fica acontecendo o que está aí até hoje. Dentro da linha deles, o que eles querem – repito e finalizando – transformar as polícias como seus órgãos de execução, para que eles tenham maior "poder" – entre aspas –, aqui, controlando os demais Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Vejam, no dia a dia, o que está acontecendo, sobretudo praticando a judicialização da política.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Dr. Wladimir Sérgio Reale, Vice-Presidente Jurídico da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil, quero agradecer sua exposição aqui.

Nosso último conferencista, expositor desta manhã tarde, Sr. Janio Bosco Gandra, Presidente da Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis.

O SR. JANIO BOSCO GANDRA – Queremos agradecer o convite formulado pelo Presidente e Relator das matérias, Senador Randolfe Rodrigues – amazônida, assim como eu e outros que estão aqui.

Quero saudar a todos os representantes que aqui estiveram durante essa manhã, a partir das 10 horas. Sou o último orador e, geralmente, o que fica por último tem duas opções: ou comenta e faz uma síntese e emite sua opinião pessoal de todas as falas dos que o precederam, ou faz uma fala totalmente diferente, aborda, até porque temos um tempo limitado para fazer essa abordagem.

Como representante da categoria Polícia Civil, tenho a obrigação de estar presente e emitir o posicionamento da entidade. É claro que nem sempre é o posicionamento pessoal, mas o que interessa, nesse momento da audiência pública, é o posicionamento da entidade, até porque não foi convidada a pessoa que representa a entidade e, sim, a entidade; claro que, como representante da entidade, me faço presente na qualidade de Presidente da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis.

Viemos aqui tratar da PEC 102 e das demais que estão a ela apensadas, que o Relator é o Senador Randolfe e que já se pronunciou que irá realizar outros encontros, outros debates como esse.

Como representantes sindicais, não podemos nos omitir diante dos debates, não vamos nunca desistir de debater, até porque entendemos que todo processo de mudança no País que quer exercitar a democracia tem que passar pelo debate, até, às vezes, debates calorosos e mesmo oportunistas e irresponsáveis que estamos vendo desses "policiólogos" que se dizem conhecedores da segurança pública do nosso País e que tratam de impor fórmulas de mudanças, porque o que é fato todos nós conhecemos e o povo brasileiro conhece.

Desde 1500, quando aportaram lá na Bahia, não temos uma política nacional de segurança pública. Nunca nenhum Governo Federal teve a oportunidade ou quis fazer ter a oportunidade de enfrentar esse problema. E o problema, pessoal, é mais embaixo. Não é questão de ciclo completo apenas não, porque ciclo completo não vai mudar a insegurança com que vivemos. Portanto, é balela afirmar e dizer que só o ciclo, por si só, vamos mudar da água para o vinho. Isso é falácia. Sabíamos disso!

Participamos de todos os debates. Todos eles têm o condão do ciclo completo. Aí eu fiz uma pesquisa na nossa base e perguntei: "O que é o ciclo completo?" Houve uma grande interrogação. O que é ciclo completo? Começa, termina, quem faz, quem não faz, o que é? E vimos que ainda essa expressão "ciclo completo" é muito boa para chamar para um debate e, talvez, a forma e a metodologia que estamos fazendo para chamar para o debate de uma grande mudança na segurança pública, talvez o ciclo completo tem sido o carro-chefe para dizer: "A segurança pública não vai bem, há muitas mortes no País, mais de 50 mil mortes etc.".

Ora, todos sabemos que a segurança pública vai mal. A Polícia Civil, que é a instituição a que pertencemos e temos vasta autoridade para falar sobre ela, não como representante da instituição, mas representante dos membros que estão labutando no cotidiano, nós entendemos que temos mazelas, Sr. Presidente. Elas existem e são muitas.

Uma delas, que nós poderemos encontrar, é a falta de uma estrutura, de uma padronização das nomenclaturas. Lá em São Paulo, são mais de 15 nomenclaturas para o policial civil. Há o telemático e tantos e tantos outros. No Norte, já há uma outra nomenclatura; no Sul, há o inspetor. Então, é uma balbúrdia que existe no nosso País, apesar de que o Código de Processo Penal é uno para os brasileiros.

Então, se nós vamos tentar fazer uma mudança profunda na segurança pública, a confederação entende que tem que passar pela valorização dos membros da instituição. Sem isso, nós não podemos dar nenhum passo, sob pena de estarmos tentando copiar modelos de outros países mais avançados do que o nosso, mas onde a valorização existe, enquanto aqui não existe.

Os colegas que representam a Polícia Militar... Aproveito o colega que aqui está para nos solidarizar com essa falta de coerência por parte da nossa Presidente da República, que vetou o projeto de lei que foi trabalhado aqui nas duas Casas, anistiando os policiais militares que reivindicavam salário. Por essa incoerência, fica, então, a nossa solidariedade a todos aqueles pais de família que trabalham no dia a dia. Se eles revindicam é

porque utilizam o salário para bancar as suas despesas e as de sua família. Aquele que não reivindica, para mim, nós temos que ficar de olho, porque, se ele não reivindica é porque ele não precisa e tem uma outra fonte de renda. Portanto, nós somos defensores, sim, de que toda a categoria tem direito de reivindicar, e, para tanto, não deve haver punição alguma.

Voltando ao tema, nós entendemos que a PEC 102 é eivada de inconstitucionalidade. A Cobrapol não pode e não aceita ainda se tratar de unificação das polícias quando ambas vão mal das pernas. Como nós vamos poder unificar duas instituições que possuem mazelas – e muitas mazelas –, não só a Polícia Civil, mas também a Polícia Militar? Quais as mazelas que poderíamos extirpar logo de pronto? A primeira é que ambas as polícias são divididas. Há a Polícia Militar, que tem o ingresso como soldado, por analogia às Forças Armadas. Eu nem sei se o nome deveria ser soldado. Particularmente, discordo. Acho que não deveria nem ter major, nem ter capitão, nem ter cabo, nem ter tenente-coronel nessa estrutura militar. Esse é um posicionamento meu. Acho que deveria ter o policial militar e o corpo superior, como acontece com todos os outros países. Lá na *Gendarmerie*, por exemplo, não há tenente-coronel, não há capelão, não há capitão, como, no Chile, também não há. Então, tem que ver essas diferenças todas. A nossa Polícia Militar é, sim, diferente das demais polícias do país.

A Polícia Civil, da mesma forma, totalmente diferente. Por quê? Porque o ingresso na polícia não é na base. O ingresso é nas carreiras. Então, se você vai ser, por exemplo, no meu Estado, investigador, você ingressa como investigador e termina como investigador. Como escrivão: ingressa como escrivão e termina como escrivão. Não há expectativa nenhuma de crescimento profissional.

Os cargos superiores são ocupados pelos delegados, cujo ingresso também é lá no topo da carreira. Ele faz uma faculdade muito bem-feita, passa no concurso para delegado e vai chefiar equipes de policiais experientes, com mais de 25 anos de Polícia.

Isso está errado. Esse é um cancro que a Polícia Civil carrega e que traz essas confusões todas e esses problemas interclasse.

E na Polícia Militar? Da mesma forma. Por sinal, são três polícias dentro de uma só: tem a polícia dos praças, que vai até subtenente; depois tem a dos aspirantes, que é dos tenentes; e depois tem até dos superiores, que são os tenentes-coronéis. Os superiores: major, tenente-coronel e coronel.

Ora, se o ingresso não possibilita para o policial, que vai ter que ser avaliado pela sua conduta, pela sua disciplina, pelo seu caráter laboral, como então nós vamos poder aferir, para que possa haver promoções? Diferentemente da Polícia Rodoviária, que também já está tendo os seus problemas, as suas mazelas, vocês estão buscando reestruturação, então se estão buscando reestruturação é porque alguma coisa também não vai bem, alguma coisa não vai bem.

Então, a gente pode concluir dizendo o seguinte: nosso sistema de segurança pública não vai bem. A questão do ciclo completo, que nós até entendemos que vamos ter que passar por essa discussão sim, nós vamos ter que passar por essa discussão, mas lá na frente. Antes, é necessário que a gente corrija a verba carimbada para a segurança pública, como já tem aqui no Senado a PEC 24, aprovada aqui na CCJ, e nós temos que também, antes de tudo, criar o cargo único de ingresso.

Eu não sei também por que bacharel em Direito para delegado; é exigido curso de bacharel em Direito para policial eu também não sei por quê. Nós não entendemos como confederação, e nem sabemos onde que está na Constituição que, para ser delegado, tem que se exigir o curso de bacharel em Direito. Para ser coronel ou para fazer concurso para oficialato da Polícia Militar, em alguns Estados, também se exige curso de Direito. Ora, se a Polícia vai mal por conta do delegado, desse sistema, por que é que a Polícia Militar também está buscando esse sistema anacrônico e falido?

Então, tem algumas incoerências nas propostas. É preciso que a gente abra o peito e diga: o Governo sabe que o policial militar faz bico para poder sustentar a sua família? O Brasil sabe quanto que o policial militar recebe e o policial civil? Não seria melhor, então, nós corrigirmos essas distorções salariais, colocarmos ao molde do Ministério Público, que ganha muito bem? Também um plano de cargos, para que a gente possa, o policial, ser bem remunerado, não seria melhor a gente tratar de um plano de cargos federalizado, que seria aplicado a todas as polícias, a todos os membros das polícias Brasil afora, como é também a mesma legislação penal, que serve aqui no Acre, serve no Rio Grande do Sul e no Rio Grande do Norte, se a mesma legislação de persecução penal, onde está trazendo o Código de Processo Penal, é una, será que não poderíamos também ter um salário unificado? Eu acho que sim.

Quanto à questão da 102, e já para concluir, eu quero dizer que, infelizmente, o membro da Associação dos Procuradores da República teve que se ausentar, então eu vou fazer apenas, vou tecer um comentário, não na sua fala, mas dizer que eles já, em relação à PEC 102, Senador Randolfe, disseram o seguinte: "PEC que unifica polícias é inconstitucional, defende a ANPR". Então, eles dizem aqui, na nota deles, pública, que eles não defendem essa Emenda nº 102, apesar de estar contidas nela algumas mudanças no intuito de acertar.

É preciso, então, que a gente faça um pacto se quisermos mudar. Se quisermos mudar a segurança pública, se quisermos colocar uma política nacional de segurança pública, é necessário que a gente comece a enfrentar logo, de cara, a questão do ingresso de polícia, do ingresso na carreira da polícia.

Por que as academias de polícia não se unificam? Por que não se prepararem, então, para que possamos adequar à polícia, não à polícia única, pois a confederação rechaça essa ideia de polícia única, até porque ambas têm a sua gênese totalmente diferente. É necessário que haja mudanças estruturais muito profundas – e eu, particularmente, acredito que não vão acontecer –, até porque já se questiona se o Governo Federal vai permitir, como já foi dito aqui, que haja greve na polícia una? "Ah, eu acho que não". Então, é utopia tentarmos buscar isso. Mas não podemos fugir do debate.

Agradecemos poder contar pelo menos com os Senadores, com os Parlamentares que nos convidam. Nós já estivemos aqui. É a nossa segunda participação, nesta mesma Casa, tratando de segurança pública. Vimos que havia aqui o Senador Pedro Taques, com quem debatemos. Eu fui muito cético na época e disse que não acreditava muito nessas propostas mirabolantes e complexas de uma mudança estrutural profunda que vai acontecer ao estanque. Eu acho que mudanças têm de acontecer sim, porque segurança pública tem as suas deficiências, em todos os órgãos, mas elas devem ser sim de maneira responsável, prevalecendo, acima de tudo, a mudança no tratamento que os Governos, tanto Estaduais como o Governo Federal, dispensam a seus membros.

É necessário, sim, que possamos discutir o ciclo completo, pois vamos passar por isso, mas antes temos de adotar outras mudanças. Como já foi dito aqui, por exemplo, desde 1988, Senador, para concluir, que vimos a Carta Cidadã, que possui um comando, no art. 144, para regulamentar, através do seu §7º, que poderia delimitar as atribuições de cada uma das forças. Eu acho que esse é um papel preponderante para começarmos a mudança. Depois, nós vamos tirando as mazelas – mazelas da Polícia Civil, mazelas da Polícia Militar, as mazelas, se existem, da Polícia Federal, pois parece que existem algumas; na Polícia Rodoviária também – de maneira que possamos, paulatinamente, com muito debate, aí sim enfrentar essa mudança pelo que o povo tanto anseia e, mais ainda, os profissionais da segurança pública.

Nós queremos um cargo único. Depois, nós vamos discutir o ciclo completo, a forma como se dará esse ciclo completo, se mitigado, se por território ou por tipificação penal.

(Soa a campainha.)

O SR. JANIO BOSCO GANDRA – Então, é essa a nossa contribuição. Nós temos uma proposta. Vamos encaminhá-la ao nobre Senador, que é justamente a unificação das academias, a criação de um curso de polícia com nível 3º Grau, abrigado, por meio de convênios, com as universidades e as academias. Aí sim nós poderemos mudar e, quem sabe um dia, nós vamos comemorar os índices de solucionabilidade que nós vamos mostrar para o nosso País.

Além do que nós sabemos que, se hoje, nós também não mudarmos, juntamente com o sistema carcerário, com o sistema prisional, que é falido da mesma forma que a segurança pública, nós também vamos ter um grande problema.

(Soa a campainha.)

O SR. JANIO BOSCO GANDRA – Onde vamos colocar os presos? São quinhentos e poucos mil presos, encarcerados. E quem encarcera o preso não é ninguém senão as polícias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Obrigado, Sr. Janio Bosco, Presidente da Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis.

Por força do Regimento, faço um questionamento a outro colega Senador aqui presente, o Senador José Medeiros, pois nós temos dois Deputados Federais, e gostaríamos de ouvir as posições deles. Refiro-me ao Deputado Federal Major Olímpio e o Deputado Subtenente Gonzaga, do PDT, de Minas Gerais.Consulto o Senador Medeiros se há alguma objeção em facultar a palavra a ambos.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – De acordo.

Sendo assim, vamos ouvir as intervenções do Plenário, antes de passarmos à fase seguinte de conclusão desta audiência pública.

Pela ordem, passo inicialmente a palavra ao Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente, senhores convidados, todos que nos assistem aqui na CCJ, todos que nos acompanham pela TV Senado e pelas redes sociais, queria parabenizar o Senador Randolfe pela forma democrática com que está conduzindo esse assunto.

O assunto é extremamente polêmico e importante. Só pelas falas que ouvimos aqui, percebemos que há pontos controvertidos de toda sorte e visões diferentes. Mas, ao mesmo tempo, o tema aborda a vida da população, a vida da sociedade.

Alguém falou aqui – perdoem-me a falta de memória, pois não lembro qual dos debatedores – justamente sobre as listas de prioridades do ser humano. Lá em casa é assim: nós nos preocupamos muito com a saúde – lista de prioridade – e, logo em seguida, com a segurança. Mas, sem querer repisar o chavão, essa lista está invertida no País hoje. A segurança tem sido o patinho feio no que diz respeito às verbas, à lista de prioridade e à importância.

Quando vemos um Senador tratar de várias matérias, como o Senador Randolfe – este é um assunto que não dá voto, um assunto complicado –, ele tem que ser parabenizado. Parabenizo também todos vocês que estão aqui para discutir esse tema relevante.

Nós temos falado aqui sobre várias teses, sobre saídas, e eu trago o tema um pouco para a realidade ao me referir a uma delegacia de polícia por esses rincões agora. Falo do Estado de Mato Grosso, principalmente, onde há realidades interessantes. Às vezes, a distância entre um Município e outro é de 300km, 400km, e há um escrivão, um ou outro policial militar e um delegado para tomar conta de várias cidades. Em certas ocasiões, brincávamos ao dizer que ficava no Município só um "escravão" tomando conta da situação. Então, essa é a realidade.

Nós estamos falando sobre um assunto muito importante, muito sofisticado, e às vezes discutimos – nós temos que fazer isso. Mas, do ponto de vista do cidadão que recebe o serviço, faz-se aquela caricatura: geralmente é um prédio velho, sujo, com um policial mal-humorado para receber, e uma cela fedorenta, que, em finais de semana, se sobrecarrega, com uma fila imensa. Esse é o retrato da segurança pública que a sociedade recebe. Estou falando da realidade que eu conheço. Pode ser que, em algum Estado, a coisa funcione no estilo dos filmes de Hollywood que vemos, mas esse é o retrato que temos.

Além disso, há conflitos de toda sorte, como já foram citados aqui – não vou repisar. A grande discussão é: nós estamos contentes com esse modelo, com o que está aí? Temos que mudar o modelo? O que temos que fazer? Nesses debates aqui, com certeza vamos encontrar uma saída – e temos que encontrar. Não dá mais para continuar da forma como está, porque, no frigir dos ovos, quem está sendo prejudicado está pagando a conta, e a conta é cara. A conta da segurança brasileira não é barata.

Agora, algumas cadeias, por exemplo, são bem remuneradas, e em outras, como foi falado aqui, o sujeito ganha R$800 mil, com um agravante: a nossa sociedade – não sei se é uma questão cultural – não gosta de polícia – não gosta! E quem geralmente leva no lombo essas sapatadas é a Política Militar mesmo. Sempre digo que, quando acontece qualquer tragédia, o sujeito se lembra, primeiro, de Deus e, logo em seguida, do 190, mas a relação para por aí com os dois; só na próxima.

Então, o que acontece?

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Já encerro, Sr. Presidente.

Foi falado aqui sobre os regulamentos – agora estou falando especificamente da Polícia Militar – que regem as relações lá dentro. Eles são realmente draconianos. No regulamento de Mato Grosso, por exemplo – eu estive dando uma olhada –, há um fato interessante.

Se um soldado e um oficial cometerem uma falha, a mesma falha, dependendo, um vai para casa, fica em prisão domiciliar, e o policial, o praça vai para a grade. Nós precisamos evoluir nessa discussão. Isso parece uma coisa pequena – que o tema é amplo, e estamos discutindo questiúnculas aqui –, mas, não; essas coisinhas, essas raposinhas é que contaminam todo o sistema.

Quando digo que a relação da sociedade precisa mudar com esse policial, ela precisa, desde o salário até a relação de ser bem vista. Como eu digo, qualquer pai tem um orgulho danado de dizer: "Minha filha está se casando com o tenente fulano, ou com o delegado fulano". Mas ninguém fala: "Minha filha está se casando com o soldado fulano". Não! Sinceramente, nós temos essa percepção das pessoas, o que impacta, sim.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Nós tratamos mal a polícia e queremos um tratamento de primeira. Essa é a grande realidade. E isso é um problema grave. Como vamos mudar isso? Falando.

Então, Senador Randolfe, agradeço-lhe a tolerância e quero sempre estar neste debate, porque ele com certeza vai fazer com que nós possamos evoluir.

Aqui se falou – acho que foi o Dr. Leôncio – sobre a questão de não se fazer mudança alguma sem debater. É lógico; não tenho dúvidas. O Senador Randolfe é um democrata, já mostrou isso, e nós temos que ouvir muito e ficar roucos de falar sobre o tema, mas a algum lugar nós temos que ir. Não podemos é ficar parados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Eu que lhe agradeço, Senador Medeiros. V. Exª, junto comigo, relata matérias que confluem para tratar da estruturação do sistema de segurança pública e da polícia no Brasil. Tenho certeza de que esta audiência e as próximas, inclusive as faremos juntos, porque temos relatórios em conjunto, relatórios sobre temas similares para apresentar a esta Comissão de Constituição e Justiça.

Tenho o prazer de ouvir o Deputado Federal Major Olimpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (PDT - SP) – Senador Randolfe, Senador José Medeiros, quero cumprimentar esta Casa, cumprimentar a condução dos trabalhos por V. Exªs, dizer que compareço, e compareci, humildemente, para aprender, e saio com esse sentimento do aprendizado.

Ingressei na Polícia Militar em 1978, portanto, há mais de 37 anos, e desde o primeiro dia estou ouvindo que temos que fazer mudanças urgentes. Confesso que não desanimo, mas a grande verdade é que a segurança pública está podre, está falida há muitos anos, na sua estrutura, na forma arraigada de lutas corporativistas e classistas. E o fato – e aí falo mais como um velho policial – é que os policiais de verdade, que são a grande maioria, na corporação em que estejam, não aguentam mais. Aparecem os "ólogos", "policiólogos", exatamente porque vai passando o tempo – o Dr. Reale falava, até citou um grande professor meu, o Coronel Terra, e, na Constituinte, acho que só o senhor e o Miler já estavam aqui na luta naquele momento – e não há expectativa de mudança.

Nós estamos falando, por exemplo, em unificação, Senador, e eu faço uma sugestão a V. Exª. Estou com o Gonzaga discutindo o ciclo completo, e nós temos essa preocupação. A sugestão minha a V. Exª e ao Senado é procurarmos os órgãos técnicos, a academia, os "ólogos" para saber quanto custaria, de fato, um processo de unificação de polícias no País? Quantos anos, quantas gerações custaria fazer isso?

Vejo a PEC do Senador Blairo. Facultar para o Estado é o mesmo que tentar revogar a lei da gravidade. Nenhum governador vai ter nem o recurso, Gandra. Você fala no fundo, e vamos lutar pelo fundo, mas ele não é uma realidade ainda, e só com boa vontade não se chega à Lua, não. É preciso amadurecer a luta por valorização profissional é uma verdade. As meias verdades que são colocadas hoje para a opinião pública. O fato de ter o estatuto militar significa que é violento.

E até o Leôncio falava da baixa letalidade da Polícia Federal, mas quem trabalha com polícia ostensiva, meu caro, que tem o elemento surpresa contra, é diferente. Respeito o papel constitucional, mas, por exemplo, a Polícia Federal raríssimas vezes está em enfrentamentos com criminosos, há colarinho branco, há Senador ladrão, há desembargador que é preso, há de tudo, mas, possivelmente, um Senador não vai reagir à prisão dando tiro contra o policial. Eu até vi o currículo de V. Exª, ingressou na Polícia Federal em 2013, depois me conta se já teve alguma ação armada em que atiraram em V. Exª. E depois conta, Alessandro, você, oficial de polícia em Goiás, em quantas vezes já tiraram em você e quantos companheiros você já enterrou no cumprimento da missão.

Então, falar simplesmente, jogar o fato de estar regido por um estatuto militar significa que eu seja violento; começaram a me treinar para ser violento e matador em 1º de fevereiro de 1978.

(Soa a campainha.)

O SR. MAJOR OLIMPIO (PDT - SP) – Isso são coisas que não dá para aceitar.

O ciclo completo de polícia, o Gonzaga realmente tem uma grandeza nisso e tem impulsionado a discussão em todo o País, e nós também temos essa preocupação: quanto custa isso, como é que vai se fazer de fato isso? Realmente nós não temos legislação em outros países falando com a terminologia "ciclo completo", que é tão óbvio, que todo mundo pratica com tanta intensidade, que parece uma idiotice nós termos meias polícias como nós temos no Brasil.

Mas, Senador, eu estou aqui para cumprimentá-lo, já me coloquei, antes da minha manifestação, à disposição de V. Exª. Tenho certeza que o Gonzaga, as comissões estão discutindo na Câmara dos Deputados, nós temos todo o interesse do mundo de fazemos audiências públicas conjuntas, é um processo de aprendizado. Nós vamos ter que ouvir, sim, nós temos que evoluir, sim, falar em carreira única – talvez haja impropriedade constitucional –, mas o acesso único. As próprias Polícias Militares têm que enfrentar isso, sim, tem que discutir, sim, que o soldado de polícia possa ingressar hoje com o sonho de ser comandante da força policial; que possa se ingressar na Polícia Rodoviária Federal, na Polícia Civil, na Polícia Federal com o sonho de dirigi-la. Para ser gestor público, para ser dirigente, para ser capaz na Administração Pública, isso é um outro assunto que nós temos que debater com profundidade, se é necessário o curso de Direito, ou curso de Administração,

a formação superior, a formação específica para gestor de polícia. Por enquanto, muitas vezes, nas nossas lutas, nós estamos tentando dar cotovelada e disputando o torneio de maior anão do mundo, e não estamos chegando a absolutamente nada.

Então, eu quero deixar aqui o meu posicionamento, dizer que o debate mais do que aberto há de ser feito, dizer exatamente, Dr. Reale, quando se fala no termo circunstanciado é uma forma de dizer: "Pelo amor de Deus, gente, vamos fazer alguma coisa, nós estamos fazendo fila de uma polícia para apresentar para a outra, uma travando a outra, a outra dizendo que é autoridade, além de autoridade para tratá-la de excelência, que, além de autoridade, é também excelência", e não acontece absolutamente nada.

Quando se dá o dado oficial, Senador, de 8% dos homicídios esclarecidos, o Governo de todas as áreas e as polícias pulam e dizem: "Não, nós esclarecemos 40%". Sabe por que, Senador? Porque quando o senhor vai pesquisar no registro de um homicídio, se já está lavrado no encaminhamento pelas polícias militares, pelas guardas civis, pela Polícia Rodoviária Federal, dizendo da autoria ali que está conhecida, nós colocamos na estatística que nós esclarecemos, quando, de verdade mesmo, de cada 100 pessoas assassinadas neste País, só oito nós esclarecemos a autoria. Se nós formos para crimes outros, nós só esclarecemos 2%.

E exatamente o que nós estamos dizendo é o seguinte: nós precisamos empoderar, dar condição a todas as forças policiais para fazerem melhor e com maior intensidade.

(Soa a campainha.)

O SR. MAJOR OLIMPIO (PDT - SP) – Só para concluir, Senador, quando nós falamos ainda de modelos inexistentes de Polícias Militares, depois eu vou encaminhar a V. Exª, 66 países que têm Polícias Militares hoje na sua estrutura, quando nós falamos, e exatamente porque, para demonstrar, que fala: "Não, isso é um braço autoritário, resquício de governo autoritário, de forma nenhuma.

E nós queremos participar. Dentro desse processo nós temos uma obrigação. Comungo do que foi manifestado por alguns dos senhores aqui. Não será uma coisa que será feita em um mês, em um ano. Talvez uma geração faça, mas nós temos que impulsionar.

Parabéns a V. Exªs aqui no Senado. Nós também acompanharemos e vamos fazer a nossa mobilização na Câmara dos Deputados.

Parabéns, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Major Olímpio, nós que agradecemos e antecipo a nossa disposição de que as próximas audiências sejam inclusive em conjunto com a Câmara dos Deputados, com a comissão que está tratando de temas similares, de PECs similares também na Câmara dos Deputados.

Tenho o prazer então de passar a palavra ao Deputado Subtenente Gonzaga.

Temos a satisfação de receber agora o Sr. Oséias Francisco da Silva, Presidente da Confederação Nacional dos Guardas Municipais. Parece-me que houve problema no voo para chegar aqui, mas lhe concederei, Oséias, os cinco minutos finais e a honra de concluir essa nossa audiência pública. Após a fala do Deputado Subtenente Gonzaga, o senhor será o último orador, com os seus minutos para conclusão desta audiência.

Agradeço ao Dr. Leôncio, que tem que sair.

Queria só registrar, o que já falei para o Dr. Leôncio também, Presidente da Associação dos Delegadas, e aqui me comprometo que a próxima audiência seja em conjunto com a Câmara, e vamos fazer as tratativas para isso, que também assumo aqui o compromisso de convidar o Ministério da Justiça para a audiência seguinte.

Deputado Subtenente Gonzaga, nosso penúltimo orador desta audiência pública como a palavra.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG) – Exmº Senador Randolfe, primeiro quero cumprimentá-lo pela iniciativa da audiência, pela deferência de nos permitir aqui a palavra.

Não estive presente desde o início porque estava presidindo uma audiência pública na Comissão de Agricultura da Câmara, onde eu era o requerente.

Antes de mais nada, eu queria, aqui, expor a nossa indignação com a decisão da Presidente Dilma que, somente nos últimos 20 dias, vetou dois projetos de interesse dos policiais, do segmento de segurança pública.

Primeiro, ela vetou a nossa proposta de criar um programa nacional de habitação para os profissionais de segurança pública, que era uma proposta sem nenhum custo financeiro, que apenas criava uma política pública, criava um laço jurídico, que houve aprovação, por unanimidade, tanto na Câmara quanto no Senado, e ela vetou. E agora vetou também o projeto de anistia, agora sim específico dos policiais, bombeiros e militares.

Quero manifestar aqui a nossa indignação porque o Governo, com a oportunidade que tem de dar um sinal pelo menos de respeito, de interesse, de reconhecimento com os profissionais de segurança pública com relação a habitação e para os policiais e bombeiros em relação a anistia, prefere o caminho do desprezo, do menosprezo. Eu gostaria muito de entender essas razões, porque, para mim, até agora, são incompreensíveis.

Eu pedi também para poder me manifestar, Senador, porque na Câmara federal também tramitam várias PECs, são sete PECs, seis apensadas à PEC 430, sobre esse mesmo tema, e inclusive uma das PECs, a 431, de 2014, de minha autoria.

A Câmara realizou, pela CCJ, nos meses de setembro, outubro e novembro, nada menos que 12 audiências públicas, sendo duas no Distrito Federal, aqui na Câmara, e as demais em vários Estados do Brasil, debatendo esse tema com esses segmentos, e muitos deles estão aqui presentes nessa audiência. E aproveito para cumprimentar a todos, porque nós temos feito esse debate em outros espaços, praticamente as mesmas representações.

O Gandra encerrou a fala dele fazendo muitos questionamentos. Será que é isso? Será que é aquilo?

Na nossa convicção, tanto a proposta da PEC 102 quantos as propostas que estão na Câmara, que vão na linha da unificação das polícias, visam resolver um problema diagnosticado, que é o problema da solução de continuidade que os modelos de polícia no Brasil impõem. Então, as propostas que defendem a descentralização estão buscando resolver o problema da eficácia na investigação, da eficácia no processo, que o modelo partido de polícia impõe.

Portanto, o ciclo completo está presente em todas estas PECs, na PEC 102, na PEC 51. E ainda que a 102 não traga a expressão ciclo completo como princípio, mas a 51 traz o ciclo completo como uma proposta concreta.

Na Câmara a PEC 423, a PEC 431, a PEC 127, a PEC 89, todas propõem e tratam da questão da ineficácia da atuação das polícias do Brasil sob a perspectiva de ter que termos polícia de ciclo completo.

Portanto, todas as PECs, na minha convicção, tratam de um mesmo problema que é a ineficiência. E nós temos um princípio constitucional imposto à Administração Pública no Brasil que é o princípio da eficiência.

Então, o ciclo completo se impõe como premissa de eficiência para a Administração Pública e diz respeito à atuação das polícias do Brasil.

Eu quero apenas somar-me, aqui, às manifestações do Deputado Major Olimpio, dizendo que nós criamos e instalamos na Câmara Federal uma Frente Parlamentar de Apoio à Adoção, no Brasil, da Polícia de Ciclo Completo, e que me coube a coordenação, a Presidência, e ao Major Olimpio a Vice-Presidência.

Quero fazer tratativas para que nós possamos transformar em uma frente mista da Câmara e do Senado para esse assunto, porque eu entendo que a unificação ou o ciclo completo, uma medida dessa não virá por vontade de um ou de outro de nós, por pressão de um do outro de nós, ela se impõe, mas se impõe também como uma decisão de Estado. Fazer uma mudança na forma de atuação de organização das polícias no Brasil é uma decisão do Estado brasileiro.

Então, por mais que nós tenhamos boa vontade, tenhamos nossas convicções, a minha convicção é que nós precisamos envolver o Estado e envolver o Estado a partir da Câmara e do Senado, mas, também, a partir do Executivo.

Por isso, acho importante nós transformamos a Frente, inclusive, em uma Frente mista da Câmara e do Senado.

Mas eu queria insistir na defesa da alteração, porque nós, inclusive, nos apropriamos de uma expressão trazida, pelo menos do que eu tive conhecimento a partir do Dr. Luis Eduardo Soares, quando ele diz que nós precisamos de uma nova arquitetura para a segurança pública. E, nessa nova arquitetura, nós precisamos efetivamente pensar a eficiência, e a eficiência passa pela adoção do Brasil pela polícia de ciclo completo.

Na minha convicção, quando nós propomos a solução desse problema, a partir da unificação, nós reduzimos os problemas em duas polícias e, por consequência, apontamos as soluções em duas polícias. Mas o Brasil já possui sete agências que compõem o sistema de segurança pública, ainda que nem todas estejam no 144, como é o caso dos Agentes Penitenciários, mas nós temos a Polícias Civil, nós temos as Polícias Militares, nós temos a Polícia Rodoviária Federal, temos os Guardas Municipais, temos os Agentes de Trânsito, temos os Agentes Penitenciários e temos o Corpo de Bombeiros, fazem parte de um mesmo sistema; há a Força Nacional, que podemos chamar de uma outra agência.

Então, quando nós apresentamos como solução de um mesmo diagnóstico, que é baixa a eficácia na investigação policial no Brasil, que é excessiva a perda de recursos financeiros e humanos quando nós temos que fazer esse retrabalho pela Polícia Civil daquilo que as Polícia Militar, Rodoviária e a Guarda já fizeram, que é excessiva a perda de tempo e dinheiro jogado fora nos deslocamentos que os policiais têm que fazer para ir a uma delegacia para um simples registro de TCO, que é o absurdo que se joga no lixo de informações concretas, precisas, de identificação de autoria e materialidade de crimes feito pela Polícia Rodoviária Federal, feito pelas polícias militares, feito pelos Guardas Municipais, feito pelos Agentes Penitenciários dentro das penitenciárias, que, por falta do empoderamento legal de fazer o ciclo completo e, portanto, de poder investigar, é jogado na lata de lixo.

Eu sou de Minas Gerais e afirmo, com muita convicção, que pelo menos 80% dos crimes em Minas Gerais estão apurados pela Polícia Militar, que atua. E em 504 Municípios de Minas Gerais, não há sequer uma delegacia da Polícia Civil. E aos sábados, domingos e feriados e à noite, de 19 às 7 da manhã, apenas em 59 Municípios nós temos delegacia aberta.

Portanto, os policiais militares, os policiais rodoviários federais nas estradas, os guardas municipais no território hoje a eles destinado estão apurando, têm identificação de autoria e materialidade de crimes, que têm que jogar na lata de lixo, porque eles, se levarem para a delegacia, se levarem para a Polícia Civil, vão ser processados por usurpação de função.

Não se admite no Brasil, com os números – pelo menos é o que as estatísticas e as pesquisas apontaram, e o Deputado Major Olimpio reproduziu aqui de forma muito apropriada –, com esse baixo índice de elucidação, que nós joguemos na lata de lixo informações preciosas colhidas no dia a dia por todos os agentes de polícia. Portanto, o ciclo completo se impõe pela realidade da segurança pública no Brasil. Não é mais resultado ou objeto da vontade de ninguém ou de uma corporação.

Precisamos desconstruir o raciocínio que se tentou implementar, que se tentou convencer, de que é o ciclo completo da Polícia Militar. Não. Eu posso falar com muita tranquilidade, porque estou debatendo esse assunto todos os dias. Portanto, o que eu estou falando aqui, eu estou repetindo todos os dias. Nós não estamos apontando o ciclo completo para a Polícia Militar; nós estamos apontando o ciclo completo para todas as agências de segurança pública do Brasil. Nós estamos apontando o ciclo completo para os guardas municipais. O território que eles ocupam hoje, se vão expandir esse território, se vão expandir o tipo de crime em que eles vão atuar é uma discussão a ser feita; mas nós não podemos admitir que no território em que eles estão hoje definidos, pelo menos se considerarmos sua origem, que eles não façam no mínimo o TCO. Nós não podemos admitir que os agentes penitenciários, únicos agentes do Estado num território específico, que é o interior das penitenciárias, que eles não possam fazer das informações diárias de prática de crimes que acontecem dentro das penitenciárias, que eles tenham que jogar tudo na lata de lixo pela falta de empoderamento legal de transformar aquela informação e dizer que foi investigado. "Está aqui".

(Soa a campainha.)

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG) – Qualquer um que for transformar essas informações, que for transformar isso num processo formal e legal de investigação tem que assinar embaixo, tem que se responsabilizar. Nós não tratamos de menino e nem de irresponsável, nós estamos falando de Estado. E nós temos competências, delegações diferentes, mas nós temos um conjunto de servidores com competência técnica, de formação, de treinamento. E ainda que não tenhamos, há espaço e necessidade de se formar.

Nós não estamos falando que de um dia para o outro serão mil maravilhas. Nós estamos falando de uma mudança necessária na estrutura, na arquitetura. Mas para isso, Senador Randolfe, nós precisamos pensar. Eu tenho insistido que o ciclo completo é uma condicionante para a eficácia, é uma condicionante para a eficiência. Mas obviamente não é esse o único problema.

Nós precisamos ter coragem, sim, de defender e aprovar a autonomia das perícias. A perícia não pode, os peritos e a perícia não podem estar presos apenas a um delegado orientando o inquérito. A perícia tem que atender todas as outras agências. Nós temos agentes de controle interno que investigam. Os auditores fiscais, AGU, CGU, TCU, todos trabalham num processo de investigação, e a perícia tem que atender a todos.

Nós precisamos pensar e consolidar um sistema. O fato de nós estarmos defendendo que todas as polícias e todas as agências tenham a competência legal, o empoderamento legal de fazer o ciclo completo, que elas atuem a seu bel-prazer.

(Soa a campainha.)

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG) – Nós precisamos consolidar um sistema. Temos o Susp – Sistema Único de Segurança Pública – aí colocado, e eu acho que o Susp é a referência. Mas é um absurdo que, no Brasil, nós não tenhamos um ministério da segurança pública. E se não for possível um ministério da segurança, deve haver uma agência capaz de fazer a interlocução, o diálogo, e transformar tudo isso num sistema, transformar a política numa política sistêmica, envolvendo União, Estado e Município.

É um absurdo que a União, para dialogar com os Municípios, com os Estados, dialogue por meio de entidades de classe, porque não pode ter uma orientação direta para o governador, não pode ter orientação direta para um chefe de polícia ou comandante das polícias! Tem que dialogar por meio do CNCG, do colegiado de conselhos, do colégio de secretários, do conselho de chefes de polícia.

Então, é fundamental que tenhamos todos a autonomia do ciclo completo, mas que tenhamos um sistema que funcione e coordene todo esse processo.

Nós precisamos e temos que admitir, e aí somos nós, policiais, que temos que ter a coragem de falar do controle externo. E eu não falo do controle externo do Ministério Público. Para mim, todos os agentes de Estado que fazem controle externo estão fazendo controle externo para o Governo.

Nós precisamos empoderar a sociedade. E aí defendemos, sim, um conselho de segurança pública, mas que não enxergue apenas o soldado, que enxergue o Ministério Público, que enxergue o Poder Judiciário, que enxergue o sistema prisional e que tenha o empoderamento da sociedade civil e dos trabalhadores, dos gestores. Temos vários conselhos funcionando com esse formato. Precisamos empoderar para, de fato, fazer o controle externo.

Da mesma forma, defendemos, e aí eu trago um posicionamento que é fruto do debate com relação ao acesso único à carreira.

(Soa a campainha.)

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG) – Essa é uma reivindicação histórica da base da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. É uma reivindicação histórica dos agentes da Polícia Civil e dos agentes da Polícia Federal.

Institucionalmente, nem os delegados nem os oficiais admitiam isso. Mas, nas polícias militares, nos corpos de bombeiros, começa um passo, que é pequeno em relação a tudo que nós temos que caminhar, mas gigante do ponto de vista de uma mudança de postura pelo menos de parte dos policiais, de parte do comandantes, que assumem. E Minas Gerais é um dos Estados que eu posso falar. O comando da Polícia Militar, portanto a Polícia Militar de Minas Gerais passa a defender o acesso único como uma premissa de valorização não condicionante do ciclo completo, mas como uma premissa de valorização necessária e importante nesse momento.

(Soa a campainha.)

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG) – E defendemos que as guardas municipais tenham, sim, o seu ciclo completo também. É discutível e vamos discutir a sua área de atuação. E defendemos um modelo, que nós não estamos inventando nada, mas que possamos, por exemplo, adotar – é o modelo que eu defendo, tem outros – o modelo de uma divisão por territórios nesse ciclo completo para todas as agências...

(Soa a campainha.)

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG) – ...um modelo de divisão por territórios por estado de flagrância, em que o que é flagrante já está definido. Quem atender leva direto para a Justiça. O que não for, que a Polícia Civil, a Polícia Federal, que deve ser uma agência de excelência em investigação, assuma. E que no território que não tenha a Polícia Civil ou a Polícia Federal que aquela polícia presente faça, de fato, o ciclo completo.

É preciso que tenhamos a responsabilidade de oferecer segurança pública à sociedade. E o ciclo completo se impõe como uma medida de eficácia, de eficiência, que é um fundamento, que é um princípio da Administração Pública.

Obrigado. Desculpe por ter ultrapassado um pouco o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Obrigado, Subtenente Gonzaga, Deputado Federal.

Agora, passarei a palavra ao Oséias, Presidente da Conferência Nacional das Guardas Municipais, para encerrar – eu juro – encerrar esta audiência pública. Nós já estamos com quatro horas de audiência pública. Iniciamos às 10h15, quase quatro horas, portanto, peço a compreensão do Oséias ao direito humano da alimentação dos que aqui estão presentes desde às 10 horas.

Então, muito obrigado, Oséias, pela sua vinda, de qualquer forma, sabemos do impertinente que foi a perda do voo, mas, de qualquer forma, lhe concedo cinco minutos e também para concluir esta audiência.

Por favor.

O SR. OSÉIAS FRANCISCO DA SILVA – Muito obrigado, Senador Randolfe Rodrigues, pela deferência, pelo respeito pelas guardas municipais do País. De fato houve esse imprevisto, mas fiz um grande esforço aqui para participar deste momento tão importante aqui desta Casa.

Eu quero parabenizar pela iniciativa. O tema é urgente e oportuno. E as guardas civis municipais no País hoje nós somos, segundo a última pesquisa do IBGE, nós estamos presentes em 1.100 Municípios no Brasil, com efetivo já chegando a 140 mil, entre homens e mulheres, se constituindo na segunda força de segurança pública neste País.

Então é importante que as guardas civis municipais sejam chamadas para protagonizar um debate tão importante como esse, tanto que a única instância concreta e efetiva que existe na Federação é o Município. O

Estado e a União são abstrações jurídicas. As pessoas vivem e convivem nos Municípios, os crimes acontecem nos Municípios. E as guardas civis municipais agradecem ao Senador esta participação.

Eu quero falar rapidamente que o debate é muito importante. Nós tivemos alguns momentos históricos em que o País iniciou a tentativa de se construir um novo modelo de segurança pública. Eu quero fazer referência rapidamente à chegada da Família Real aqui no País, em 1808, quando se estabelece esse modelo que temos hoje, baseado na cultura francesa, no modelo francês no País, que perdura até os dias de hoje.

Com o golpe militar de 1964, iniciou-se também a construção de um novo modelo de polícia no País de segurança pública que correspondesse e sustentasse o regime que ali estava iniciando. Com a Constituição Cidadã, de 1988, também reivindica um novo modelo de segurança para o País.

Senador, nós temos uma avaliação de que o nosso País e a nossa sociedade brasileira perderam uma grande oportunidade de, no ato de construção da nova Constituição Cidadã, iniciar, sim, um grande empreendimento e construir um modelo de segurança pública que correspondesse à expectativa do Estado de direito, um modelo de segurança pública focado e orientado para a cidadania, um modelo de segurança pública cujo objetivo maior seria garantir e promover direitos.

Infelizmente, o art. 144 da Constituição Federal reservou e atualizou, na presente Constituição, no Texto Constitucional, elementos anacrônicos. Decorrem, a partir dele, todos os problemas que nós temos na segurança pública. Todas essas PECs que aqui estão sendo colocadas têm aspectos importantes. Eu não queria ver, Senador, este debate sendo reduzido apenas ao aspecto do ciclo completo de polícia, como se fosse a solução para o debate, porque esse é um discurso que, a meu ver, é falacioso, é um falso discurso, porque nós temos uma arquitetura que precisa ser mexida. Nós temos um modelo que tem que ser construído. Eu compreendo que o ciclo completo é um tema grandioso, que precisa ser debatido, sim, porém, não é a resposta para a segurança pública no País. Não é. Isso é fato. Isso é fato.

Também esse debate não pode ser polarizado entre a Polícia Civil e a Polícia Militar, como tem sido feito até hoje. Participei do debate em São Paulo e parece que o debate está polarizado. Não pode ser. A sociedade civil tem que participar desse debate, porque a segurança pública não é feita apenas com ação de polícia. A segurança pública é uma questão de Estado e questão da sociedade também.

Fiquei bastante triste ao ouvir duas notícias semana passada, uma, que, no Estado de São Paulo, 60% da população têm medo das polícias militares. Foi divulgado isso na semana passada. A outra, que o Estado de São Paulo fez uma manobra para esconder os homicídios, para publicar que estava havendo redução de homicídios no Estado de São Paulo. Então, nós temos problemas seriíssimos em transparência de dados, problemas políticos de ingerências políticas na questão da coleta e divulgação dos dados que comprometem e manifestam questões muito mais profundas do que simplesmente debater o ciclo completo de polícia.

(Soa a campainha.)

O SR. OSÉIAS FRANCISCO DA SILVA – Quero fazer referência rapidamente à Lei nº 13.022, que foi aprovada nesta Casa no ano passado, que é o Estatuto Geral das Guardas Municipais é uma lei que, de fato, sinaliza para um novo modelo de segurança pública, um novo modelo de polícia, uma polícia de proximidade, uma polícia comunitária, uma polícia que preserva os direitos do cidadão, uma polícia que pauta sua atuação pela preservação intransigente da vida, prioritariamente, uma polícia comunitária. Essa lei já é um desenho, é uma iniciativa muito positiva, que alinha o País ao que há de mais moderno no mundo, ao que há de mais importante, e que a ONU recomendou inclusive para o nosso País.

Então, é urgente sim esses aspectos todos.

Eu queria citar a questão de que nós precisamos, sim, pagar uma dívida com Estado brasileiro e iniciar um processo de transformar as polícias em civis. No Estado democrático de direito, nós temos que ter polícias civis. Não cabem polícias militares para cuidar da segurança pública. Polícia Militar tem de ter sua atuação muito bem definida: a defesa da Pátria, a defesa das fronteiras, a defesa do Estado brasileiro. Mas, para a questão de conflitos urbanos, é necessário, sim, ter uma polícia que tenha orientação para a cidadania, não para o combate; para a defesa de direitos, não para o abate de ditos criminosos ou bandidos. Então, superar a questão do militarismo no País é uma dívida que o País paga consigo mesmo, porque isso era para ter sido feito no ato da Constituição de 1988. E não foi feito. Era para ter-se sepultado definitivamente esse modelo de gestão, esse modelo de segurança pública.

A questão das guardas civis municipais é fundamental. Hoje é a realidade muito concreta, irreversível; cresce a cada dia. Nós temos um parâmetro legal. Nós temos que pautar a nossa atuação, pela transparência, pelo controle social, pelo controle interno, mas, sobretudo, a partir de ações integradas.

Eu quero fazer uma referência, um destaque especial à fala do Deputado Subtenente Gonzaga sobre a necessidade de um sistema de segurança pública no País. Precisamos consolidar o Susp – senão reinventá-lo –,

porque hoje nós temos problemas de dados seriíssimos na coleta e no compartilhamento de dados, pois cada instituição quer ter a sua informação como se fosse segredo de justiça, não a compartilha.

As guardas civis municipais são as que mais sofrem, porque nós não temos um sistema de dados, de informação. Nós precisamos do Infoseg, do Governo Federal, ou do sistema do Estado, mas dependemos sempre da conivência, porque nós não temos um pacto federativo que permita essa troca de informação, até para qualificar a gestão das secretarias municipais de segurança pública.

Então, é importante, sim, que essas PECs consigam ser unificadas em uma única PEC que contemple todos esses aspectos: a desmilitarização; o debate sobre uma polícia única, é importante pautar isso; o debate sobre a criação de um conselho de polícia no País, é importante que esse novo modelo o contemple; a questão da transparência, nós não podemos abrir mão da transparência, que está ligada à confiabilidade. Se, no Estado de São Paulo, a população tem medo e não confia, é porque não há transparência, há um distanciamento da população, e a polícia tem que estar ao lado do povo, a polícia tem que proteger o povo; o controle externo autônomo e independente, a população tem que participar; o controle interno também.

É importante, Senador, encarar a questão dos autos de resistência ou a chamada resistência seguida de morte. Esse é um debate que não pode ficar escondido, esse debate tem que ser colocado, e temos que construir e descobrir como nós vamos resolver esse problema. O Brasil é um País muito violento: são quase 60 mil mortes, fruto da violência urbana, por ano; é um País que tem a cultura da violência muito arraigada, mas o auto de resistência – o número de homicídios que as polícias cometem –, no Brasil, é assustador também. É muito assustador!

Isso tem que ser encarado, tem que ser encarado, porque, no Estado democrático de direito, nós não temos uma guerra civil. No Estado democrático de direito, bandido bom não é bandido morto; não há bandido, há cidadão! Mesmo que tenha cometido um crime, ele tem direito e tem que ser preservado. As instituições de Estado têm que se pautar pela legalidade. Nós existimos e vamos continuar existindo enquanto nos pautarmos pela legalidade das nossas ações. Então, a defesa de direitos tem que ser algo prioritário na atuação das organizações de segurança pública.

Quero finalizar e agradecer. Esse é um debate que demanda bastante tempo, como o Deputado Major Olimpio falou. A sociedade tem que ser chamada. Em 2009, participamos da Conseg. A sociedade já aprovou a desmilitarização e a unificação. Temos que chamar a sociedade, não sei se por intermédio de uma grande conferência novamente, pois esse é um tema grandioso e não pode ser reduzido a apenas ao aspecto do círculo completo, que é relevante e tem que ser debatido. Reconheço toda a importância do argumento do Deputado Gonzaga. De fato, isso tem que ser debatido, mas não pode ser debatido como se fosse a solução para a segurança pública. Eu disse, recentemente, que, se nós reconhecemos que a segurança pública está falida ou está em processo de falência, é importante discutirmos as causas dessa falência, antes de querermos acrescentar algo mais a essa falência. Seria irracional detectarmos a falência do sistema e querer acrescentar algo mais, fazer esticadinho, sem discutir suas causas estruturais, o porquê dessa falência. Então, é importante, sim.

Parabéns pela audiência pública! Muito obrigado pelo convite, Senador. Muito obrigado pela deferência de garantir a nossa fala. As guardas civis municipais do País estão à disposição, para contribuir com esse debate. Esperamos que esse debate se prolongue.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Eu que agradeço, Oséias.

Com a sua exposição, nós ouvimos todos os conferencistas, todos os expositores convidados – o Deputado Gonzaga, o Deputado Major Olimpio –, todos que participaram desta audiência pública.

Quero reiterar que esta é uma de outras audiências públicas que pretendemos fazer. E antecipo, Tenente Gonzaga, o nosso interesse em fazer as próximas agora também em conjunto com os relatores que tratam do mesmo tema na Câmara dos Deputados.

Como foi possível perceber, há controvérsias no tema, há a ausência de unanimidade entre os expositores sobre os diferentes temas, além de sua complexidade. Portanto, modificar a estrutura da segurança pública brasileira é um tema que não pode ser mexido abruptamente. A apresentação do relatório dessas PECs não pode ocorrer de forma abrupta sem que todos os envolvidos sejam ouvidos para esse debate. E é essa a pretensão que este Relator tem, e, em especial, fazer – repito, Tenente Gonzaga – em conjunto com a Câmara dos Deputados.

Não havendo mais oradores, declaro encerrada esta audiência pública.

(Iniciada às 11 horas, a reunião é encerrada às 14 horas e 21 minutos.)

ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE DEZEMBRO DE 2015.

Às onze horas, do dia dois de dezembro de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador José Maranhão, com a presença dos Senadores: José Pimentel, Humberto Costa, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Valdir Raupp, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Antonio Anastasia, Antonio Carlos Valadares, Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues, Eduardo Amorim, Marcelo Crivella, Magno Malta, Walter Pinheiro, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão, Raimundo Lira, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, João Capiberibe, Douglas Cintra, Vicentinho Alves e das Senadoras Gleisi Hoffmann, Simone Tebet, Ana Amélia e Vanessa Grazziotin, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Acir Gurgacz, Wilder Morais, Jader Barbalho, José Serra e a Senadora Fátima Bezerra. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação das atas da aprovação das atas da 38ª, 39ª e 40ª reuniões extraordinárias, que são dadas por aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: ITEM 1) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, de 2012 – Terminativo. Altera a redação do inciso XX do art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a expedição da permissão internacional para conduzir veículo. Autoria: Deputado Mauro Mariani. Relatoria: Senador Dário Berger. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a emenda de redação que apresenta. Resultado: Concedida vista à Senadora Simone Tebet e ao Senador Ronaldo Caiado, nos termos regimentais. ITEM 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, de 2014 – Terminativo. Altera a Lei nº. 7.210, de 11 de julho de 1984, "Lei de Execução Penal", para prever a remição de pena para o condenado que doar sangue. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Concedida vista ao Senador Ronaldo Caiado, nos termos regimentais. ITEM 3) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 113, de 2015 - Não Terminativo. Reforma as instituições político-eleitorais, alterando os arts. 14, 17, 57 e 61 da Constituição Federal, e cria regras temporárias para vigorar no período de transição para o novo modelo, acrescentando o art. 101 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Raimundo Lira. Relatório: Pela admissibilidade da Proposta e, no mérito: a) favorável aos arts. 2º, 8º e 9º, renumerados na forma da emenda apresentada; b) contrário aos arts. 5º (parcialmente), 6º e 10; c) pelo destaque para constituição de proposição autônoma, com base no art. 314, VIII, do Regimento Interno, dos arts. 1º, 3º, 4º, 5º (parcialmente), 7º e 11 da PEC nº 113/2015, modificados conforme texto apresentado, que deverá retornar à Câmara dos Deputados; e d) pelo acolhimento parcial da Emenda nº 1, na forma do § 15 acrescentado ao art. 14 da Constituição Federal, conforme o texto destacado para tramitar como proposição autônoma. Em 02/12/15, foi apresentada a Emenda nº 4, de autoria do Senador Lindbergh Farias (dependendo de Relatório). Resultado: Concedida vista aos Senadores Lindbergh Farias, Aécio Neves e Vicentinho Alves, nos termos regimentais. ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 286, de 2009 - Não Terminativo. Altera para Programa Bolsa Escola o nome do Programa Bolsa Família. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Senador Alvaro Dias. Relatório: Favorável ao Projeto. Em 02/12/2015, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Marcelo Crivella (Dependendo de Relatório). Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. ITEM 7) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 111, de 2015 - Não Terminativo. Altera o Artigo 62, § 1°, da Constituição Federal, que dispõe sobre as vedações à edição de medidas provisórias. Autoria: Senador Renan Calheiros e outros. Relatoria: Senador Romero Jucá. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Concedida vista aos Senadores Randolfe Rodrigues e Antonio Anastasia, nos termos regimentais. ITEM 8) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 62, de 2015 - Não Terminativo. Altera os arts. 27, 28, 29, 37, 39, 49, 73 e 93 da Constituição Federal para vedar a vinculação remuneratória automática entre subsídios de agentes públicos. Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann e outros. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Favorável à Proposta e à Emenda nº 5, contrário às Emendas nºs 1, 2, 3 e 6, pelo acolhimento parcial da Emenda nº 4, na forma de subemenda, e com a emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 15) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 78, de 2015 - Não Terminativo. Altera o art. 7º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 – Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil. Autoria: Deputado Arnaldo Faria de Sá. Relatoria: Senador Romero Jucá. Relatório: Favorável ao Projeto, com a emenda de redação que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ, de redação. Aprovado Requerimento de urgência para a matéria. ITEM 22) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 388, de 2015 – Complementar - Não Terminativo. Altera a Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, para aprimorar os dispositivos de governança das entidades fechadas de previdência complementar vinculadas à União, aos Estados, Distrito Federal e aos Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas. Autoria: Senador Paulo Bauer. Relatoria: Senador Aécio

Neves. Relatório: Favorável ao Projeto e pelo acatamento da Emenda nº 1–CAS, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Retirado de pauta para reexame do Relatório. ITEM 23) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 395, de 2015 – Terminativo. Altera o art. 69 da Lei no 9.099, de 26 de setembro de 1995, para permitir que qualquer policial lavre termo circunstanciado de ocorrência. Autoria: Senador Romário. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a emenda que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1-T. Resultado: Retirado de pauta para aguardar realização de Audiência Pública. ITEM 31) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 73, de 2015 - Não Terminativo. Altera o art. 103 da Constituição Federal, para permitir que entidade de representação de municípios de âmbito nacional possa propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade. Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares e outros. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta. ITEM 32) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 51, de 2015 - Não Terminativo. Dispõe sobre a utilização pelo Governo do Distrito Federal das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, de que trata o § 4º do art. 32 da Constituição Federal, e dá outras providências. Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de pauta para reexame do Relatório. EXTRAPAUTA: ITEM 39) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 43, de 2015. Com fundamento no disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública nesta Comissão, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 395 de 2015 que "Altera o art. 69 da Lei no 9.099, de 26 de setembro de 1995, para permitir que qualquer policial lavre termo circunstanciado de ocorrência". Para a realização da Audiência Pública sugiro a participação dos seguintes convidados: Representante da ADEPOL - Associação dos Delegados de Policia Civil; Representante da FENDEPOL - Federação Nacional dos Delegados de Policia Civil; Representante da FENADEPOL - Federação Nacional dos Delegados da Policia Federal; Representante da CONCPC - Conselho Nacional dos Chefes de Policia; Representante da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil; Representante da CNCG – Colégio Nacional dos Comandantes Gerais da Polícia Militar; Representante da DPU- Defensoria Pública da União. Autoria: Senador Dário Berger. Resultado: Aprovado. ITEM 40) OFICIO "S" Nº 86, de 2015 - Não Terminativo. Encaminha documentação exigida pela Resolução 7/2005, do Senado Federal e pelo Ato 1/2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, bem como o nome do Procurador Regional da República ROGÉRIO JOSÉ BENTO SOARES DO NASCIMENTO, da 2° Região, indicado pela Procuradoria-Geral da República para compor o Conselho Nacional de Justiça. Autoria: Conselho Nacional de Justiça. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Concedida vista coletiva automaticamente, nos termos regimentais. ITEM 41) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 44, de 2015. Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2015. Autoria: Senador Romero Jucá. Resultado: Aprovado. O Senhor Presidente declara encerrada a presente Reunião às treze horas e onze minutos, do dia dois de dezembro de dois mil e quinze, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 5) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 133, de 2015; ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 663, de 2015; ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2014; ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 356, de 2012; ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 204, de 2015; ITEM 12) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 20, de 2014; ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 476, de 2011; ITEM 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2011; ITEM 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, de 2014; ITEM 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 51, de 2015; ITEM 18) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 18, de 2015; ITEM 19) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, de 2015; ITEM 20) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 4, de 2012; ITEM 21) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 51, de ITEM 24) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 101, de 2012; ITEM 25) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75, de 2012; ITEM 26) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, de 2012; ITEM 27) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, de 2012; ITEM 28) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 580, de 2015; ITEM 29) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 55, de 2015; ITEM 30) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 58, de 2015; ITEM 33) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 13, de 2015; ITEM 34) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 203, de 2015; ITEM 35) EMENDA(S) DE PLENÁRIO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 45, de 2009; ITEM 36) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 199, de 2013; ITEM 37) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 54, de 2015; ITEM 38) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 152, de 2015; ; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Senador José Maranhão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR JOSÉ MARANHÃO
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 41ª Reunião, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 38ª, 39ª e 40ª Reuniões Extraordinárias.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 38.

Item 1.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, de 2012
- Terminativo -

Altera a redação do inciso XX do art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a expedição da permissão internacional para conduzir veículo.

Autoria: Deputado Mauro Mariani
Relatoria: Senador Dário Berger
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a emenda de redação que apresenta.
Observações:
- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional;
- Votação nominal

Concedo a palavra ao Senador Dário Berger para proferir o relatório.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Obrigado, Sr. Presidente.

A proposição que ora se examina pretende estender a possibilidade de delegação desses serviços a associações privadas.

Atualmente, a prestação desse serviço é delegada pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) aos Departamentos de Trânsito dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do art. 19, inciso XX, do CTB.

Na justificação, destaca-se a necessidade de adequação da legislação de trânsito brasileira ao art. 41, §1º, alínea "c", da Convenção de Viena sobre Trânsito Viário, de 8 de novembro de 1986, que, ao tratar dos documentos de habilitação internacional, autoriza que sua emissão seja feita por associação devidamente habilitada.

Em sua versão original, o projeto de lei restringia a possibilidade de delegação da prestação do serviço de expedição da Permissão Internacional para Dirigir à Associação Automobilística Nacional filiada à Federação Internacional de Automóveis (FIA), o que foi alterado por emenda do relator na Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados, através do Deputado Hugo Leal, mediante a exclusão da referência à FIA.

A proposição, com a emenda, foi aprovada na Comissão de Viação e Transporte e confirmada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara Federal de modo terminativo. O substitutivo da Comissão de Viação e Transporte foi encaminhado ao Senado Federal, com a seguinte redação:

> "Art. 19. .....
> .....
> XX – expedir a permissão internacional para conduzir veículo e o certificado de passagem nas alfândegas mediante delegação aos órgãos executivos dos Estados e do Distrito Federal ou à associação habilitada a este efeito pelo Poder Público federal. ....." (NR)

Nesta Casa, o projeto foi inicialmente distribuído à Comissão de Relações Exteriores, tendo sido verificado naquela Comissão que, à época da promulgação da Convenção, por meio do Decreto nº 86.714, de 10 de dezembro de 1981, havia sido feita reserva, entre outros dispositivos, ao art. 41, §1º, alínea "c", da Convenção em questão.

A exigência de que os motoristas habilitados em países que conduzem veículos com volante à direita fizessem teste prévio antes de conduzir veículo com volante à esquerda, foi o motivo declarado para que o Executivo da época houvesse feito reserva ao art. 41 retromencionado.

Ao considerar que a adaptação para dirigir pelo outro lado não requereria maior habilidade e, em atenção ao princípio da reciprocidade, já que o Reino Unido não requer exame prévio de brasileiros, e, considerando,

ainda, que a alteração da lei interna reforçaria a ideia original da Convenção de Viena, o Relator, Senador Jorge Viana, emitiu parecer favorável à aprovação do projeto, no que foi seguido por seus pares.

Aprovada a matéria na Comissão de Relações Exteriores, a proposição veio à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para ser apreciada em caráter terminativo. Na Sessão Legislativa anterior, o PLC foi distribuído ao Senador Luiz Henrique, que chegou a apresentar parecer pela aprovação com uma emenda. Tal parecer, porém, não chegou a ser votado.

Não foram oferecidas emendas à matéria no prazo regimental.

Análise.

Não vislumbramos, na proposição, defeitos relacionados à constitucionalidade e à juridicidade da matéria, que é de competência da União, nos termos do art. 22, XI, da Constituição Federal, inexistindo reserva de iniciativa em favor do Presidente da República.

Convém salientar que a alteração proposta abrange o certificado de passagem nas alfândegas, cuja expedição também poderá ser delegada a associação habilitada.

No mérito, considero que a iniciativa que se propõe facilitará o acesso ao cidadão para a obtenção da documentação, o que, na minha opinião, é bastante desejável.

Do ponto de vista redacional, entendemos deva ser mantida a emenda proposta no relatório precedente, do saudoso e ilustre Senador Luiz Henrique da Silveira, para que fique claro que a delegação não deve ficar restrita a uma associação específica.

Voto.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2012, com a emenda de redação que apresentamos.

> EMENDA Nº – CCJ (DE REDAÇÃO)
> Exclua-se, no art. 1º do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 95, de 2012 (Projeto de Lei nº 4.530, de 2008, na origem), a crase que antecede o vocábulo "associação".

Essa emenda de redação já, à época, proposta pelo eminente e saudoso Senador Luiz Henrique.

Sr. Presidente, é o relatório que submeto à apreciação das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em discussão o parecer. (*Pausa.*)

Com a palavra, a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero aqui parabenizar o relatório do nosso Senador Dário Berger, cumprimentá-lo, fez um relatório cuidadoso. Mas eu queria aproveitar para levantar alguns aspectos que considero importantes em relação a esse projeto e que têm a ver com o enfoque desta Comissão, que é a constitucionalidade.

Sr. Presidente, Sr. Relator, eu entendo que, em relação aos aspectos formais, a delegação de função pública exclusiva de Estado a uma associação é inconstitucional.

Com efeito, o art. 144 da Constituição Federal dispõe:

> A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:
> [...]
> §10. A segurança viária, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas:
> I - compreende a educação, engenharia e fiscalização de trânsito, além de outras atividades previstas em lei, que assegurem ao cidadão o direito à mobilidade urbana eficiente; e
> II - compete, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aos respectivos órgãos ou entidades executivos e seus agentes de trânsito, estruturados em Carreira, na forma da lei."(NR)

Desse conjunto normativo, Sr. Presidente, é possível extrair que as atividades de trânsito são inerentes ao sistema de segurança pública que, por sua essência, é a atividade típica de Estado, que não pode ser delegada às pessoas jurídicas de direito privado.

No caso específico da expedição de permissão internacional e de certificado de passagem nas alfândegas, a lei prevê que é atribuição privativa da União.

Ou seja, cabe ao órgão de segurança do trânsito da União expedir esses documentos e dotá-los de fé pública. A transferência dessa função pública para entidade privada resultaria na expedição de documento sem a necessária fé pública de que eles necessitam para surtir os efeitos esperados.

Essa atribuição só pode ser delegada aos Estados e ao Distrito federal em razão do que dispõe o Inciso II, do §10. Não havendo no texto constitucional qualquer previsão para que as atividades da autoridade de segurança do trânsito possam ser delegadas à entidade privada.

Em caso análogo, ao tratar da fiscalização de profissões, o STF já decidiu por declarar a inconstitucionalidade de lei que delega funções típicas de Estado a entidades privadas.

Diz a decisão do STF:

> Isso porque a interpretação conjugada dos artigos 5°, XIII, 22, XVI, 21, XXIV, 70, parágrafo único, 149 e 175 da Constituição Federal, leva à conclusão, no sentido da indelegabilidade, a uma entidade privada, de atividade típica de Estado, que abrange até poder de polícia, de tributar e de punir.

Diante disso, e sem adentrar ao mérito, opino pela declaração de inconstitucionalidade da matéria, Sr. Presidente. Portanto, eu queria apor, com todo o respeito que tenho ao Senador Dário Berger e ao seu parecer, mas votar aqui, o voto pela declaração de inconstitucionalidade da matéria.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Sr. Presidente, só para...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Continua em discussão a matéria.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Eu gostaria de esclarecer pelo menos dois pontos que a Senadora Gleisi Hoffmann levanta. Em primeiro lugar, ela expressou manifestação de que essa delegação seria concedida a apenas uma associação, o que não é verdade. Com a emenda redacional do eminente Senador Luiz Henrique, que retirou a crase, como da emenda que eu inclusive propus, é exatamente para que a abrangência possa acontecer e as entidades possam ser credenciadas.

Em segundo lugar, a questão da fé pública. A fé pública já está institucionalizada na própria carteira de motorista. Acontece que alguns países, além da carteira de motorista, exigem uma certificação própria para que a gente conduza os nossos veículos, como é o caso do Chile, por exemplo, aqui muito próximo de nós.

E como os órgãos públicos são extremamente burocráticos e, muitas vezes demoram e não atendem as nossas necessidades, a ideia de um credenciamento, a instituição devidamente credenciada, imagino que o Governo Federal não vá fazer um credenciamento de qualquer instituição para receber qualquer autorização, uma vez que nós já detemos essa característica peculiar de dirigir com a nossa carteira própria de habilitação, em que a grande maioria dos países já aceitam a habilitação, mas alguns não aceitam. Então, isso só vem a facilitar a vida dos brasileiros que porventura precisam dirigir no exterior.

A matéria já passou por diversas comissões, passou pela Câmara dos Deputados, passou pela Comissão de Relações Exteriores e chega a esta Comissão.

Não vejo, sinceramente, óbice nem inconstitucionalidade para que não possamos apreciar e votar essa matéria. Peço, evidentemente, o apoio dos Senadores, para que a gente possa aprovar o projeto de lei.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Com a palavra, a Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Sr. Presidente, é claro e já pacificado na jurisprudência que a delegação de funções típicas do Estado, como é o caso de segurança pública, e, portanto, segurança viária, é inconstitucional. Delegar à iniciativa privada atividade típica de Estado, como é o caso de segurança pública, e, no caso, segurança viária, é inconstitucional. A dúvida que tenho é se, neste caso, nós estaríamos tratando da segurança viária, como diz o art. 144 da Constituição, para preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas.

Mas o que quero levantar aqui é algo maior. Estamos aqui votando em caráter terminativo. Portanto, também no mérito dessa questão. Ainda que haja dúvidas em relação a ser ou não inconstitucional, isso é uma matéria que poderia ser resolvida depois, com o veto da Presidente, tenho dúvida em relação ao mérito. Não sei de que associação estamos tratando. Em que pese confiar na regulamentação do Denatran e do próprio Poder Executivo Federal, acho temerário, porque não estamos falando apenas da permissão internacional de conduzir veículos, estamos também falando de certificado de passagem nas alfândegas. Por conta de tudo isso, vou dar meu voto contrário, com todo o respeito ao relatório do Senador Dário, pela dúvida em relação à inconstitucionalidade ou não, não tive tempo de analisar, mas como tenho que entrar no mérito também para decidir, tenho dúvida em relação à precariedade dessa relação que pode surgir daqui para frente.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Sr. Presidente, só para esclarecer a Senadora Simone que é exatamente nas alfândegas que os países exigem a certificação, além da carteira de motorista, ou, eventualmente, numa *blitz* ou numa parada eventual. De maneira que, se você entrar hoje na Argentina, eles vão exigir um certificado, além do certificado de propriedade do veículo, além da carteira de habilitação. Então, nada mais justo e mais legítimo. Caso não aprovemos isso, vamos ficar sempre com aquela dificuldade, na hora de passar por uma alfândega, de ficarmos retidos, de fazermos pesquisa etc. e tal, para que a gente possa, efetivamente,

passar de uma alfândega para outra. Quando, na verdade, a coisa é muito mais simples do que parece, mas, quando estamos no exterior, isso pode proporcionar uma dificuldade muito grande, sobretudo, de uma situação, Senador Anastasia, em que já temos a essência, que é a habilitação reconhecida no mundo inteiro, mas, lamentavelmente, alguns países exigem, além da habilitação, mais um certificado.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino. Bloco Oposição/DEM - RN) – Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Só para perguntar se já foi dada vista nesse projeto, aqui na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Ainda não.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Então, eu gostaria de solicitar vista, porque, de repente, podemos melhorar a redação, para deixar claro de que tipo de associação estamos tratando.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Concedo a vista solicitada por V. Exª.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Vista coletiva pelo requerimento do Senador Caiado.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Sr. Presidente, pela ordem, por gentileza, já que não tenho importunado muito nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, ao Senador Dário.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Estou na condição de Suplente, mas nem por isso deixo de expressar a minha admiração pela Comissão e o meu desejo de um dia tornar-me efetivo nesta Comissão.

Solicito inclusão extrapauta de requerimento de minha autoria, que se encontra sobre a mesa de V. Exª. Se V. Exª me permitir, rapidamente, eu faria aqui a defesa do requerimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Da mesma forma, Excelência, para o momento que V. Exª achar mais conveniente, eu estou com o relatório pronto do currículo do Dr. José Bento Soares Nascimento, para compor o Conselho Nacional de Justiça, representando a Procuradoria Geral da República, relatório que foi designado por V. Exª. Eu solicito a V. Exª para o momento que melhor convier a V. Exª e à ordem da pauta dos trabalhos, fazer a leitura extrapauta desse relatório.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Presidente, pela ordem.

Eduardo Amorim aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eduardo Amorim, pela ordem.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – O próximo item da pauta é o item 2. Assim que seguiremos, Sr. Presidente. É essa a sequência? Já foi lido o relatório, e, portanto, o projeto do Senador Crivella, uma proposta que tem como objetivo possibilitar que o condenado cumpra a pena em regime fechado ou semiaberto possa permitir parte do tempo de execução da pena por meio da doação de sangue, Sr. Presidente.

Peço que a gente mantenha a sequência.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, o Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Mantendo a ordem solicitada pelo Senador Eduardo Amorim, eu gostaria que, quando oportuno, o item 38 tivesse direito à inversão de pauta, tendo em vista que esse é um projeto já aprovado pela Câmara dos Deputados, um projeto de 2003. Não, desculpe-me, altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. Esse projeto já foi aprovado pela Câmara, é de autoria do Deputado Tadeu Filippelli.

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Gostaria que V. Exª invertesse a pauta, naturalmente que atendendo aos ditames regimentais.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Esclarecendo ao Senador Valadares, eu informo que há dois pedidos sobre a matéria a que acabou de se referir: um de V. Exª, de autoria de V. Exª, Senador Valadares, requerendo inversão de pauta.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O outro, de autoria do Senador Randolfe, solicitando a leitura do relatório extrapauta.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Melhor ainda. Os dois se completam. Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª retira o seu requerimento em favor do requerimento do Senador Randolfe?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Retiro o meu pedido em favor do requerimento do Senador Randolfe, uma vez que a leitura imediata desse projeto vai certamente redundar na apreciação do requerimento de que estou falando.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Sr. Presidente, questão de ordem, antes de V. Exª definir a questão de ordem do Senador.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Raimundo Lira, para uma questão de ordem.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – O próximo item é o item 3, que trata da PEC 113 da reforma política, a janela, que é extremamente importante. Se V. Exª eventualmente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Só informar a V. Exª que o próximo item é o 2, não foi votado ainda.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Não, refiro-me ao próximo, ao 3. Caso V. Exª for atender ao pedido de inversão da pauta, que V. Exª permaneça com o item 3 na ordem, porque é um projeto de extrema importância. Trata-se da PEC 113 da reforma política.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu queria corroborar as palavras do Senador que me antecedeu, Raimundo Lira, porque realmente essa matéria tem um prazo político para ser deliberada, e nós temos logo mais uma sessão do Congresso, marcada para meio-dia. Então, se pudermos pelo menos apreciar o item 3, seria, no meu entender... O item 2 está pronto para votar; depois, seria o item 3.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Isso, perfeito. Portanto, vamos votar o 3 ainda hoje, antes do meio-dia.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, primeiro para pedir a retirada de pauta do item 32 para reexame, do qual sou Relator. E queria acompanhar também os Senadores Alvaro, Aloysio e outros nessa questão da reforma política.

Estamos vivendo uma confusão, uma completa confusão. O Partido da Mulher, com todo o respeito... Está com 20 Deputados Federais, não teve um voto, foi criado agora recentemente, e tem 18 homens e duas mulheres. Dezoito homens e duas mulheres, o Partido da Mulher Brasileira.

Então, é uma confusão generalizada essa questão da nossa legislação eleitoral. Ou fazemos alguma coisa ou vamos continuar essa confusão generalizada na questão de criação de partidos, levando Deputados de tudo que é partido para outros recém-criados. Isso porque a janela hoje é o partido novo. A janela é o partido novo. Quem quer sair de um partido, vai para um partido novo. Quando se cria um partido novo... A exemplo do PSD, com todo o respeito ao PSD que o Kassab criou, que levou 50, o PSD levou 50 Deputados Federais sem ter um voto. Agora, o Partido da Mulher Brasileira leva 20 Deputados e quer levar 50. A informação que eu tenho é que eles querem 50 Deputados Federais nesse Partido até o final do ano.

É uma esculhambação a nossa legislação eleitoral!

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu queria só lembrar aos Senadores...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Todo mundo atrás do fundo partidário.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com licença.

Eu queria só lembrar aos Senadores que ainda estamos no item 2 e já se quer discutir o item 3, que não está em pauta por ora. Quer dizer, que não está em discussão e votação, por ora.

Então, vamos decidir sobre o item 2.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Presidente, o senhor não se manifestou quanto à minha solicitação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Sobre o item 2...

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – O senhor me autoriza?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – É um requerimento sobre o item 23.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O Relator, Senador José Medeiros, não está presente.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Eu inclusive quero dizer a V. Exª que já conversei com o Relator da matéria a respeito desse assunto. Ele não colocou nenhum óbice que pudesse atender ao requerimento que estou propondo a V. Exª. Portanto, eu queria que V. Exª me desse oportunidade para solicitar o apoio dos demais Senadores e Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Vamos ao item 23.

ITEM 23
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 395, de 2015
- Terminativo -

Altera o art. 69 da Lei no 9.099, de 26 de setembro de 1995, para permitir que qualquer policial lavre termo circunstanciado de ocorrência.

Autoria: Senador Romário
Relatoria: Senador José Medeiros
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a emenda que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1-T
Observações:
- Em 01/07/2015, foi apresentada a Emenda nº 1-T, de autoria do Senador José Agripino;
- Votação nominal

Em discussão. (*Pausa.*)
Em votação...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Qual é o item, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – É o item 23, para o qual foi pedido inversão.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, já foi feito o relatório? Foi lido o relatório?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não. Como tem esse pedido de audiência pública, naturalmente ele vai inibir a leitura e aprovação do relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Eu ia pedir vista desse projeto, mas...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Se esse requerimento de audiência pública for aprovado, a matéria sai automaticamente de pauta. Então, não precisa V. Exª pedir vista.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Exatamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em votação o requerimento.
As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.

É o seguinte o item aprovado:

EXTRAPAUTA
ITEM 39
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
Nº 43, de 2015
- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública nesta Comissão, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 395 de 2015 que "Altera o art. 69 da Lei no 9.099, de 26 de setembro de 1995, para permitir que qualquer policial lavre termo circunstanciado de ocorrência".

Para a realização da Audiência Pública sugiro a participação dos seguintes convidados:
• Representante da ADEPOL - Associação dos Delegados de Policia Civil
• Representante da FENDEPOL - Federação Nacional dos Delegados de Policia Civil
• Representante da FENADEPOL - Federação Nacional dos Delegados da Policia Federal
• Representante da CONCPC - Conselho Nacional dos Chefes de Policia
• Representante da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
• Representante da CNCG – Colégio Nacional dos Comandantes Gerais da Polícia Militar
• Representante da DPU- Defensoria Pública da União

Autoria: Senador Dário Berger)

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senador Aécio Neves, com a palavra pela ordem.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Apenas para solicitar a V. Exª a retirada de pauta de um item que está na pauta de hoje, o item 22, projeto do qual sou Relator, que trata de um problema extremamente... É um projeto de autoria do Senador Paulo Bauer, que trata dos fundos de pensão, da reformulação na gestão dos fundos de pensão.

É um projeto extremamente complexo. Estamos em entendimento com representantes dos fundos, especialistas na área, enfim, e precisaremos fazer alguns aperfeiçoamentos no projeto para que chegue aqui em melhores condições de ser aprovado.

Então, solicito a retirada de pauta. Já solicitei tantas vezes a V. Exª a inclusão, então coloque no meu crédito esta exclusão, a retirada de pauta do item 22 para que ele possa voltar já com alguns ajustes que considero adequados de serem feitos.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 22
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 388, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, para aprimorar os dispositivos de governança das entidades fechadas de previdência complementar vinculadas à União, aos Estados, Distrito Federal e aos Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas.

Autoria: Senador Paulo Bauer
Relatoria: Senador Aécio Neves
Relatório: Favorável ao Projeto e pelo acatamento da Emenda nº 1–CAS, nos termos do Substitutivo que apresenta.
Observações:
- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais.)

Não havendo objeção, concedida a retirada de pauta para reexame da matéria.

Vamos ao item 2.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, de 2014
- Terminativo -

Altera a Lei nº. 7.210, de 11 de julho de 1984, "Lei de Execução Penal", para prever a remição de pena para o condenado que doar sangue.

Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
- Em 18/11/2015, foi lido o relatório e adiada a discussão da matéria;
- Votação nominal.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, peço vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não havendo objeção, concedida vista ao Senador Ronaldo Caiado.

A matéria sai da pauta.

Vamos ao item 3.

ITEM 3
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 113, de 2015
- Não terminativo -

Reforma as instituições político-eleitorais, alterando os arts. 14, 17, 57 e 61 da Constituição Federal, e cria regras temporárias para vigorar no período de transição para o novo modelo, acrescentando o art. 101 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Raimundo Lira
Relatório: Pela admissibilidade da Proposta e, no mérito:
a) favorável aos arts. 2º, 8º e 9º, renumerados na forma da emenda apresentada;
b) contrário aos arts. 5º (parcialmente), 6º e 10;
c) pelo destaque para constituição de proposição autônoma, com base no art. 314, VIII, do Regimento Interno, dos arts. 1º, 3º, 4º, 5º (parcialmente), 7º e 11 da PEC nº 113/2015, modificados conforme texto apresentado, que deverá retornar à Câmara dos Deputados; e
d) pelo acolhimento parcial da Emenda nº 1, na forma do §15 acrescentado ao art. 14 da Constituição Federal, conforme o texto destacado para tramitar como proposição autônoma.
Observações:
- Em 17/11/2015, foi recebida a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Roberto Rocha;
- Em 25/11/2015, foi apresenta a Emenda nº 2, de iniciativa do Senador Roberto Rocha, e a Emenda nº 3, de iniciativa do Senador Vicentinho Alves (ambas dependendo de relatório).

Concedo a palavra ao Senador Raimundo Lira, para proferir o relatório.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a PEC 113, de 2015, chegou ao Senado Federal com 11 artigos aprovados pela Câmara dos Deputados, sendo o art. 1º tratando de financiamento; o art. 2º, da vedação; o art. 3º, da restrição ao acesso ao Fundo Partidário; o art. 4º, da fidelidade partidária; o art. 5º, da redução da idade para ser candidato a Senador, Governador e Deputado Federal; o art. 6º, de iniciativa popular; o art. 7º, de regulamentação por parte da Justiça Eleitoral; o art. 5º, da janela partidária; o art. 9º, do voto impresso; o 10, da reeleição da Mesa da Câmara e do Senado; e o art. 11, a respeito de policiais militares e bombeiros.

Passo a ler o relatório.

Vem à análise desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 113, de 2015 (nº 182, de 2007, na Câmara dos Deputados), que reforma as instituições político-eleitorais, alterando os arts. 14, 17, 57 e 61 da Constituição Federal, e cria regras temporárias para vigorar no período de transição para o novo modelo, acrescentando o art. 101 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A proposição tem origem na PEC 23, de 2007, cujo primeiro signatário é o Senador Marco Maciel, tendo sido encaminhada à Câmara dos Deputados depois de aprovada pelo Senado Federal. Retorna agora, com alterações adotadas por aquela Casa.

A proposta trata de diversos temas em torno da chamada reforma política. Inicialmente, cuida do tema do financiamento eleitoral e partidário (art. 1º), estabelecendo, mediante acréscimo de parágrafos ao art. 17 da Constituição Federal, que os partidos políticos podem receber doações de recursos financeiros ou de bens estimáveis em dinheiro, tanto de pessoas físicas como de pessoas jurídicas.

Ademais, estatui que os candidatos podem receber doações de recursos financeiros ou de bens estimáveis em dinheiro apenas de pessoas físicas.

Outrossim, consigna que os limites máximos de arrecadação e gastos de recursos para cada cargo eletivo serão definidos em lei.

Por outro lado, veda a reeleição (art. 2º) do Presidente da República, dos Governadores de Estado e do Distrito Federal, dos prefeitos e de quem os houver sucedido ou substituído nos seis meses anteriores ao pleito, retornando à proibição do texto original da Constituição de 1988.

Todavia, por regra transitória, garante aos prefeitos eleitos em 2012 e aos governadores eleitos em 2014, o direito de concorrer à reeleição, desde que não tenham sido reeleitos naquelas eleições.

De outra parte, a PEC 113, de 2015, permite o acesso ao fundo partidário, ao rádio e à televisão (art. 3º) somente aos partidos políticos que tenham concorrido, com candidatos próprios, à eleição geral para a Câmara dos Deputados e eleito pelo menos um representante para qualquer das Casas do Congresso Nacional.

No que diz respeito ao tema da fidelidade partidária (art. 4º), a proposição pretende constitucionalizar a matéria estabelecendo que o detentor de mandato eletivo que se desligar do partido pelo qual foi eleito perderá o mandato, salvo nos casos de grave discriminação pessoal, mudança substancial ou desvio reiterado

do programa praticado pela agremiação e de criação, fusão ou incorporação do partido político, nos termos definidos em lei.

A proposta também reduz a idade para quase todos os cargos eletivos (art. 5º), da seguinte forma: a) de 35 para 29 anos, para Senador; b) de 30 para 29 anos, para Governador e Vice-Governador; de 21 para 18 anos, para Deputado Federal, Deputado Estadual e Deputado Distrital (mantida essa idade para Vereador).

Sr. Presidente, gostaria de consultar V. Exª para que consulte os Srs. Senadores considerando que as pessoas, os Senadores estão conversando muito, se eles concordam que eu passe diretamente para ler diretamente para ler o meu voto.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, concordo com o nobre Relator. Está impossível acompanhar a leitura.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Está parecendo uma feira, de fato.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu peço aos Srs. Senadores que colaborem com o apelo feito agora pelo Senador Raimundo Lira, que está relatando um projeto da maior importância para o Brasil, portanto, guardem o silêncio necessário.

Idêntico apelo faço também aos convidados, às pessoas que se encontram aqui nas galerias, inclusive aqui nos corredores laterais: guardem o necessário silêncio, porque senão eu vou ser obrigado a suspender a reunião até que o silêncio seja restabelecido. Inclusive uma medida extrema, mas nós temos que considerar a importância das decisões que são tomadas aqui e a necessidade de que todos possam ouvir a leitura do relatório e outras peças que compõem os atos desta Comissão.

Restabeleço a palavra ao Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Por outro lado, veda a reeleição (art. 2º) do Presidente da República, dos governadores de Estado e do Distrito Federal, dos prefeitos e de quem os houver sucedido ou substituído nos seis meses anteriores ao pleito, retornando à proibição do texto original da Constituição de 1988.

Todavia, por regra transitória, garante aos prefeitos eleitos em 2012 e aos governadores eleitos em 2014, o direito de concorrer à reeleição, desde que não tenham sido reeleitos naquelas eleições.

De outro lado, a PEC 113, de 2015, permite o acesso ao Fundo Partidário, ao rádio e à televisão (art. 3º) somente aos partidos políticos que tenham concorrido, com candidatos próprios, à eleição geral para a Câmara dos Deputados e eleito pelo menos um representante para qualquer das Casas do Congresso Nacional.

No que diz respeito ao tema da fidelidade partidária (art. 4º) a proposição pretende constitucionalizar a matéria, estabelecendo que o detentor de mandato eletivo que se desligar do partido pelo qual foi eleito perderá o mandato, salvo nos casos de grave discriminação pessoal, mudança substancial ou desvio reiterado do programa praticado pela agremiação e de criação, fusão ou incorporação do partido político, nos termos definidos em lei.

A proposta também reduz a idade para quase todos os cargos, da seguinte forma: de 35 para 29 anos, para Senador; de 30 para 29 anos, para governador e vice-governador; de 21 para 18 anos, para Deputado Federal, Deputado Estadual e Deputado Distrital (mantida essa idade para Vereador).

Outra alteração promovida pela PEC ora relatada reduz o número mínimo de assinaturas para a apresentação de projetos de lei de iniciativa popular (art. 6º). Atualmente é requerida a subscrição de, no mínimo, 1% do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de 0,3% de cada um deles. A redação proposta reduz para 500 mil eleitores o número mínimo de assinaturas e para 0,1% dos eleitores de pelo menos cinco Estados.

A iniciativa também trata do poder regulamentar da Justiça Eleitoral (art. 7º), estabelecendo que as resoluções e demais atos normativos editados pelo Tribunal Superior Eleitoral entrarão em vigor na data de sua publicação, não se aplicando a fatos que ocorram até 18 meses da data de sua vigência.

Outra medida adotada pela PEC dispõe sobre a chamada "janela partidária" (art. 8º), facultando ao detentor de mandato eletivo desligar-se do partido pelo qual foi eleito nos 30 dias seguintes à promulgação da Emenda à Constituição de que se trata, sem prejuízo do mandato, não sendo essa desfiliação considerada para fins de distribuição dos recursos do Fundo Partidário e do acesso gratuito ao tempo de rádio e televisão.

A proposição também determina a impressão do voto no processo de votação eletrônica (art. 9º) e veda a recondução dos membros da Mesa (art. 10) na eleição subsequente, independentemente de Legislatura.

Por fim, a PEC 113, de 2015, estatui um novo regime para as candidaturas de policiais e bombeiros militares (art. 11) às eleições. Esses militares passarão a ser agregados, como candidatos, independentemente do tempo de atividade e, se forem eleitos, poderão retornar ao seu posto ao final do mandato.

Foi apresentada a Emenda nº 1, do Senador Roberto Rocha, que pretende estabelecer a perda de mandato apenas para os cargos eletivos proporcionais e constitucionalizar a regra que foi adotada pela Lei nº 13.165, de 2015 (art. 22-A acrescentado à Lei dos Partidos Políticos), no sentido de facultar a mudança de partido durante o período de 30 (trinta) dias que antecede o prazo de filiação partidária exigido em lei para concorrer à eleição ao término do mandato vigente.

Como já registrado acima, a proposição tem origem na PEC 23, de 2007, cujo primeiro signatário foi o Senador Marco Maciel, e que altera os arts. 17 e 55 da Constituição Federal, para assegurar, aos partidos, a titularidade dos mandatos parlamentares. Aprovada na Câmara dos Deputados, na forma de substitutivo que ampliou significativamente o seu escopo, a proposta volta agora a esta Casa.

Análise.

Passamos a analisar as alterações promovidas pela PEC 113, de 2015, seguindo a sua ordem sequencial.

Quero apenas fazer aqui uma consideração regimental: aqueles artigos da PEC que nós mantivemos aqui exatamente como a Câmara aprovou serão promulgados imediatamente. Aqueles que forem rejeitados irão para o Arquivo, e os que forem modificados vão compor uma nova PEC, a chamada PEC Paralela que retorna à Câmara dos Deputados.

Passamos a analisar as alterações promovidas pela PEC 113, de 2015, seguindo a sua ordem sequencial, conforme o texto da proposta.

Financiamento eleitoral e partidário.

No que diz respeito ao financiamento eleitoral e partidário, manifestamo-nos de forma contrária à permissão adotada pela proposta no sentido de facultar a doação das pessoas jurídicas aos partidos políticos.

Com relação a esse tópico, concordamos com o posicionamento da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e de diversas outras entidades representativas da sociedade brasileira, ratificado pelo Supremo Tribunal Federal, no sentido de que eleição é matéria que deve ficar restrita à cidadania.

Assim, estão legitimadas a participar do processo eleitoral as pessoas físicas, que podem e devem manifestar as suas preferências eleitorais e partidárias, inclusive contribuindo financeiramente e dando suporte material para os seus candidatos.

Já as pessoas jurídicas não têm o direito de voto e não estão legitimadas a participar do processo eleitoral, não podendo interferir na vontade dos eleitores, não lhes cabendo, portanto, financiar candidatos, nem partidos.

Por outro lado, entendemos que o limite de 10% (dez por cento) dos rendimentos auferidos no ano anterior pela pessoa física para contribuições aos candidatos às eleições, como hoje fixado na Lei nº 9.504, de 1997, é insuficiente.

Entendemos que é necessário ampliar esse limite, tendo em vista a necessidade de aumentar fontes de recursos destinados ao financiamento eleitoral, já que a PEC sob análise proíbe o financiamento das campanhas eleitorais por pessoas jurídicas, até então sua fonte de recursos mais significativa.

Uma vez que, a partir de agora, as pessoas jurídicas estarão impedidas de participar das campanhas eleitorais, é preciso encontrar alternativas para que os candidatos possam fazer suas campanhas com um mínimo de recursos.

Por essa razão, estamos alterando o dispositivo para fixar, na Constituição Federal, que o limite das doações das pessoas físicas será de 50% (cinquenta por cento) dos rendimentos brutos auferidos no ano anterior às eleições.

Todavia, cabe vedar a contribuição de pessoas físicas que sejam proprietários ou sócios cotistas de empresas que tenham contrato de prestação de serviços ou de construção de obras firmado com o Estado ou com o Distrito Federal, na eleição para o correspondente governador e vedar a contribuição de pessoas físicas que sejam proprietários ou sócios cotistas de empresas que tenham contrato de prestação de serviços ou de construção de obras firmado com Município, na eleição do correspondente de prefeito.

Não estendemos essa proibição à eleição para Presidente da República, tendo em vista que, no que se refere à União, há hoje um sistema de fiscalização dos contratos, por diversos órgãos públicos, que permite maior transparência e uma mais efetiva inibição e repressão aos abusos e ilegalidades.

De outra parte, estamos acolhendo o dispositivo que consigna que os limites máximos de arrecadação e gastos de recursos para cada cargo eletivo serão definidos em lei, pois, sem dúvida, é hoje uma exigência da sociedade a limitação expressa e clara dos recursos arrecadados e dos gastos efetuados nas campanhas eleitorais.

Vedação da reeleição.

Por outro lado, no que diz respeito ao retorno da vedação à reeleição para os cargos de Presidente da República, governador de Estado e do Distrito Federal e prefeito, somos plenamente favoráveis.

A nossa convicção é a de que foi um equívoco termos alterado nossa tradição republicana, adotada desde o início da República, que veda ao Chefe do Poder Executivo pleitear a reeleição no pleito subsequente ao que o elegeu.

Estamos certos que a grave crise política hoje vivida pelo País não estaria ocorrendo se tivéssemos mantido a opção original da República, ratificada pela Constituição de 1988.

Também estamos de acordo com a regra transitória que garante aos prefeitos eleitos em 2012 e aos governadores eleitos em 2014, o direito de concorrer à reeleição, desde que não tenham sido reeleitos naquelas eleições.

Entendemos que essa ressalva é coerente com os princípios da segurança jurídica e do direito adquirido, constantes da Constituição Federal (art. 5º, caput e inciso XXXVI).

Restrição de acesso ao fundo partidário e ao rádio e à televisão.

Quanto à regra que restringe o acesso ao fundo partidário e ao rádio e à televisão somente aos partidos políticos que tenham concorrido, com candidatos próprios, à eleição geral para a Câmara dos Deputados e eleito pelo menos um representante para qualquer das Casas do Congresso Nacional, entendemos que devemos ser mais incisivos no que diz respeito à necessidade de promovermos as condições necessárias à governabilidade.

Deveras, a crise que hoje vivenciamos demonstra cabalmente que não é mais possível a convivência da nossa democracia com a pulverização partidária hoje existente, que estimula toda a sorte de barganha, em prejuízo dos interesses maiores do País.

Por isso, o que propomos é que seja estabelecida na Constituição Federal uma cláusula de barreira suficiente para reduzir com eficácia a quantidade de partidos no Congresso Nacional.

Diversos países adotam essa cláusula exatamente para permitir a governabilidade e evitar que o Governo seja paralisado por interesses minoritários. Estamos propondo, assim, uma cláusula de barreira de 5% (cinco por cento) dos votos apurados nas eleições para a Câmara dos Deputados para que o partido tenha direito a funcionamento parlamentar no Congresso Nacional, percentual que é adotado na Alemanha. A Turquia adota uma cláusula de barreira de 10% (dez por cento).

Cabe, a propósito, recordar que o percentual de 5% (cinco por cento) foi o adotado pela Lei nº 9.096, de 1995 (Lei dos Partidos Políticos). Como o dispositivo legal foi considerado inconstitucional pelo STF, estamos propondo agora que a matéria seja tratada na própria Constituição Federal.

Fidelidade partidária.

No que diz respeito à fidelidade partidária, cumpre registrar que é preciso deixar expresso na Constituição Federal que os mandatários eleitos pelo voto majoritário não estão sujeitos à perda de mandato por deixar o respectivo partido, pois, como o próprio STF já decidiu, ADI 5.081, tal regra afeta a soberania do voto popular, arts. 1º e 14 da Constituição Federal.

Desse modo, estamos alterando a redação dos dispositivos referentes à fidelidade partidária constantes da PEC sob análise.

Redução da idade mínima para o exercício de cargos eletivos. No que diz respeito à redução da idade para acesso aos cargos eletivos, estamos acolhendo parcialmente a proposta, especificamente a redução da idade para os cargos de governador, vice-governador de Estado e do Distrito Federal.

Aqui quero fazer uma consideração aos Senadores e Senadoras, não estou aceitando a redução da idade mínima para 29 anos, mas, para constar na PEC paralela, é necessário fazer qualquer alteração, ou seja, 29 anos e um dia, 29 anos e um mês, 29 anos e três meses. Enfim, estou colocando aqui 29 anos e três meses para que possa ser discutida na PEC paralela. Estamos tirando dessa que possamos aprovar, ela volta na PEC paralela. Portanto, as Srªs e os Srs. Senadores poderão entender como uma idade exótica, 29 anos e três meses, para governador, mas é apenas um artifício regimental para que possa voltar para a PEC paralela e esse assunto ser novamente discutido.

Todavia, estamos ampliando a idade mínima para os cargos acima referidos para 29 anos e três meses, idade que nos parece razoável – o que não é verdade –, para que essa alteração conste da PEC e retorne à Câmara dos Deputados para reapreciação.

As demais alterações de idade estão sendo rejeitadas no presente relatório, ou seja, redução de 35 anos para 29 anos, para Senador; estamos rejeitando, portanto, vai ao arquivo, e permanece como está no Texto Constitucional. Estamos rejeitando também a redução da idade mínima para Deputados Federais, de 21 anos para 18 anos, porque entendemos que o Deputado Federal, nas democracias chamadas de congressistas é uma função extremamente importante e entendemos que 18 anos é uma idade precoce para chegar à Câmara dos Deputados, até porque o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que um jovem adolescente com 18 anos e menos um dia não entende muito bem das suas decisões, não se responsabiliza totalmente pelas suas decisões.

Redução do número de assinaturas dos projetos de lei de iniciativa popular. No que se refere à redução do número de assinaturas para a apresentação de projetos de lei de iniciativa popular, com a devida vênia, somos contrários à medida. Cabe atentar que o percentual nacional exigido é de apenas 1% dos eleitores do País, o que, de nenhuma forma, pode ser considerado excessivo.

Registre-se que, quando efetivamente há mobilização popular, esse percentual é alcançado, como foi o caso da Lei Complementar nº 135, de 2010, a chamada Lei da Ficha Limpa.

E ocorre que não podemos correr o risco de banalizarmos esse importante instrumento de participação popular, nem permitir que seja utilizado por movimentos apenas corporativos, para obter benefícios para determinados segmentos sociais, em detrimento do interesse público.

Então, o que foi aprovado na Câmara dos Deputados foi a redução de 1%, que daria hoje algo em torno de 1,420 milhão de votos, para apenas 500 mil votos.

Então, nós entendemos que devemos rejeitar exatamente de pronto. E fica prevalecendo o que consta da Constituição, ou seja, o projeto de iniciativa popular tem de ter 1% de assinaturas do número total de eleitores inscritos no País, o que é aproximadamente 1,426 milhão.

Poder regulamentar da Justiça Eleitoral.

No que diz respeito ao poder regulamentar da Justiça Eleitoral, a proposta de que as resoluções e demais atos normativos editados pelo Tribunal Superior Eleitoral entrem em vigor na data de sua publicação, não se aplicando a fatos que ocorram até 18 meses da data de sua vigência, parece-nos equivocada, uma vez que o comando não se harmoniza com o disposto no art. 16 da Lei Maior, que prevê que a lei que disciplinar o processo eleitoral se aplicará à eleição que ocorrer um ano após a sua publicação.

Isso significaria dizer que a Justiça Eleitoral já diria que não poderia regulamentar a lei que aprovássemos aqui, no Congresso Nacional, faltando um ano para a eleição.

Desse modo, a manutenção da regra contida na proposta, no sentido de que as resoluções da Justiça Eleitoral não se aplicariam a fatos que ocorram até 18 meses da data de sua vigência, impediria a Justiça Eleitoral de regulamentar as leis aprovadas pelo Congresso Nacional a tempo de serem aplicadas às eleições.

Por essa razão, estamos alterando a PEC, para estabelecer a mesma lógica adotada pelo art. 16 da Constituição Federal, no que diz respeito às leis eleitorais, com um prazo de 90 dias (três meses) para a Justiça Eleitoral regulamentar as eleições após a aprovação da lei correspondente pelo Congresso Nacional.

Assim, as resoluções e demais atos normativos editados pelo Tribunal Superior Eleitoral entrarão em vigor na data da sua publicação, não se aplicando a eleição que ocorra até nove meses da data de sua vigência.

Isso quer dizer o seguinte: o Tribunal Superior Eleitoral não pode baixar qualquer resolução a respeito da eleição, como vem ocorrendo, faltando dois meses, três meses, 60 dias, 90 dias para as eleições. Tem de ser até nove meses antes. Ou seja, se o Congresso Nacional vai aprovar uma lei para a eleição seguinte, até a um ano das eleições, a Justiça Eleitoral tem o prazo de 90 dias para regulamentar. Ou seja, ela não pode ser regulamentada para a eleição seguinte com o prazo mínimo de nove meses.

Janela partidária.

Cabe acolher o dispositivo que permite a troca de partidos pelos detentores de mandato por 30 dias, a partir da publicação da emenda constitucional que se originar da presente proposição, sem punição por infidelidade partidária, na medida em que a atual realidade política impõe que se permita esse procedimento, para que o quadro partidário possa se ajustar à nova realidade.

Todavia, cabe relembrar que a desfiliação prevista no dispositivo não será considerada para fins de distribuição de recursos do Fundo Partidário e do acesso gratuito ao tempo de rádio e televisão, como foi recentemente decidido através de liminar do Supremo Tribunal Federal.

Impressão do voto eletrônico.

Também somos favoráveis à aprovação da impressão do voto eletrônico, para que o eleitor confira o seu voto, sem contato manual, conforme reivindicação de parte expressiva da opinião pública e da sociedade.

Tal confirmação afastará suspeitas e desconfianças hoje existentes e ampliará, de forma expressiva, a legitimidade do voto eletrônico, reforçando nossa democracia e nossas instituições.

Vedação da reeleição para os membros das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

No que toca à proibição da recondução dos membros das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal na eleição subsequente, independentemente da legislatura, somos contrários a essa vedação e opinamos pela sua rejeição.

Por um lado, entendemos que a vedação de reeleição, no segundo biênio de uma mesma legislatura, dos Parlamentares eleitos para as respectivas Mesas no início da legislatura, tem-se mostrado adequada.

Por outro lado, é preciso também reconhecer que a permissão de reeleição dos membros das Mesas de ambas as Casas do Congresso Nacional, quando há mudança de uma legislatura para outra, tem contribuído para o bom desempenho da atividade parlamentar e é legítima.

Devemos, a propósito, recordar que, com o início de uma nova legislatura, há sempre uma renovação de mandatos de Parlamentares que compõem o Congresso Nacional (renovação de um ou dois terços dos mandatos dos Senadores e da totalidade dos mandatos dos Deputados).

Regime eleitoral dos policiais e bombeiros militares.

Finalmente, quanto à alteração do regime eleitoral dos policiais e bombeiros militares, para que esses militares passem a ficar agregados, enquanto candidatos, independentemente do tempo de atividade e, sendo eleitos, possam retornar à atividade ao final do mandato (art. 11), somos favoráveis, com apenas uma condição adicional: a de que o retorno ao serviço militar se dê no mesmo posto ou graduação ocupado na ocasião da diplomação.

Passamos, agora, a analisar a Emenda nº 1-CCJ, do Senador Roberto Rocha.

Quanto a essa emenda, estamos acolhendo-a parcialmente no texto destacado para tramitação paralela, no que se refere à aplicação da regra da perda de mandato apenas aos cargos proporcionais e estamos rejeitando a constitucionalização permanente da mudança de partido durante o período de trinta dias que antecede o prazo de filiação partidária exigido em lei para concorrer à eleição ao término do mandato vigente.

Acreditamos que tal matéria deve ser tratada na legislação ordinária, como o foi pela recente Lei nº 13.165, de 2015, conforme visto acima (Lei dos Partidos).

Enfim, estamos propondo que as partes da PEC nº 113, de 2015, que esta Casa aprovar, sejam encaminhadas à promulgação e as partes que forem alteradas sejam destacadas para formar PEC separada daquela, ou "PEC paralela", retornando à Câmara dos Deputados para reapreciação por aquela Casa.

Desse modo, o procedimento que ora propomos, separando em proposições diversas os dispositivos que estamos acolhendo, nos mesmos termos em que vieram da Câmara dos Deputados, com pequenas alterações de redação, permitirá a promulgação das partes da presente PEC aprovadas pelas duas Casas, conforme já ocorreu quando da votação das Propostas de Emenda à Constituição nºs 29, de 2000 (Reforma do Judiciário), 67 (Reforma da Previdência), 74 (Reforma Tributária) e 77-A, todas de 2003 (a chamada PEC Paralela" da Reforma da Previdência), bem como, mais recentemente, na apreciação da PEC nº 43, de 2013 (a Emenda à Constituição que aboliu o voto secreto em algumas deliberações parlamentares).

Vale comentar que este tipo de procedimento – a promulgação apenas da parte consensual de uma proposta de emenda à Constituição – já foi debatido pelo Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade nºs 2.031, 2.666, 3.367 e 3.472, e considerado plenamente constitucional.

Antes do voto, vou ler um pequeno adendo, em função de duas novas emendas que foram apresentadas.

Além da Emenda nº 1, do relatório do Senador Roberto Rocha, já relatado, foram também apresentadas as Emendas nº 2 e 3, a saber.

A Emenda nº 2, também do Senador Roberto Rocha e também referente ao tema "fidelidade partidária", reafirma que há perda do mandato apenas para cargos proporcionais. Ademais, ressalva que não se aplica a perda de mandato aos casos de grave discriminação pessoal, mudança substancial ou desvio reiterado de programa praticado pela agremiação e de criação, fusão, incorporação do partido político, nos termos definidos da lei, além de constitucionalizar a regra que foi adotada pela Lei nº 13.165, de 2015, art. 22-A, acrescentado à Lei dos Partidos Políticos, no sentido de facultar a mudança de partido durante o período de 30 dias, que antecedem o prazo de filiação partidária exigido em lei para concorrer à eleição no término do mandato vigente.

Ademais, a Emenda nº 2, pretende estabelecer que o detentor de mandato eletivo que foi eleito pelo voto proporcional e que alcançar votação equivalente ou superior ao coeficiente eleitoral, se se desligar do partido pelo qual foi eleito também não está sujeito à perda de mandato, bem como o detentor de mandato eletivo, eleito pelo voto majoritário que se desligar do voto pelo qual foi eleito, também não está sujeito à perda de mandato.

Emenda nº 3, do Senador Vicentinho Alves, que pretende reafirmar redação original, aprovada na Câmara dos Deputados, no que diz respeito ao Estatuto Eleitoral dos Policiais e Bombeiros Militares, ou seja, esses militares passarão a ser agregados enquanto candidatos, independente do tempo de atividade e, se forem eleitos, poderão retornar ao seu posto ao final do mandato.

Análise.

Passamos a analisar as Emendas nºs 2 e 3.

Quanto à Emenda nº 2, que é similar à Emenda nº 1, como uma variação, estamos acolhendo-a parcialmente, como acolhemos parcialmente a Emenda nº 1. No texto destacado para tramitação autônoma, no que

se refere à aplicação da regra da perda do mandato apenas aos cargos proporcionais, excetuando expressamente os majoritários, conforme §§14 e 15, que propomos acrescentar ao artigo para Constituição Federal.

Todavia, estamos rejeitando a constitucionalização em termos permanentes do direito de o Parlamentar, eleito no sistema proporcional, mudar de partido, durante o período de 30 dias, que antecede o prazo de filiação partidária de seis meses, exigido em lei para concorrer à eleição.

Acreditamos que tal matéria deve continuar a ser tratada na legislação eleitoral, como foi pela recente Lei nº 13.165, de 2015, mediante o acrescimento do art.22–A, da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, a chamada Lei dos Partidos.

Recordamos a proposta que estamos acolhendo do dispositivo que permite a troca de partido pelo detentor de mandato por 30 dias, a partir da publicação da emenda constitucional que se originar da presente proposição sem punição por infidelidade partidária, na medida em que a atual realidade política impõe que se permita esse procedimento para que o quadro partidário possa se ajustar à nova realidade.

Por fim, ainda no que se refere à Emenda nº 2, estamos rejeitando a definição de que o detentor eletivo, eleito pelo voto proporcional, que alcançar a votação equivalente ou superior ao coeficiente eleitoral e que se desligar do Partido pelo qual foi eleito, não está sujeito à perda de mandato.

Embora adotando inicialmente tal compreensão, alteramos nosso entendimento quanto à matéria, pois não cabe dar o mesmo tratamento dos eleitos pelo sistema majoritário aos eleitos pelo sistema proporcional.

E aqui quero fazer o esclarecimento de que não acolhemos essa emenda para que os Deputados que alcançarem o quociente eleitoral, por terem uma votação própria para a sua eleição, não acolhemos porque não deixa de ser voto proporcional e a regra, que foi definida pelo Supremo Tribunal Federal, é a que ao eleito por voto proporcional via coligação não é permitido mudança de Partido sem ser através de um dispositivo próprio e transitório.

No que se refere à Emenda nº 3, com a devida vênia do Senador Vicentinho Alves, opinamos pela sua rejeição, pois, conforme já ponderamos no relatório da proposição principal, somos favoráveis à alteração do regime eleitoral dos policiais e bombeiros militares, para que esses militares possam ficar agregados enquanto candidatos, independentemente do tempo de atividade e, sendo eleitos, possam retornar à atividade ao final do mandato. Porém somos favoráveis com uma condição adicional, que não consta da proposta aprovada na Câmara dos Deputados. Vale dizer que a condição de que o retorno ao serviço militar se dê no mesmo posto ou graduação ocupada na ocasião da diplomação.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vou ler meu voto.

Ante o exposto, votamos pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 113, de 2015, e no mérito:

a) pela aprovação dos seus arts. 2º, 8º...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Peço licença para interromper o orador, que já reclamou do início do seu relatório, para chamar a atenção para a algazarra que está predominando aqui no plenário. Esta matéria – repito – é da maior importância para a vida do País e, em particular, dos próprios Parlamentares. Mas o que observo é que não somente as pessoas das galerias, mas também os próprios Senadores falam em voz alta como os seus companheiros. Para ser sincero, tenho que dizer isso. Quando o mesmo orador que está interrompendo o orador na tribuna reclama, ele se esquece de que, quando não estava na tribuna, procedia da mesma forma.

Mais uma vez, quero fazer um apelo no sentido de que possamos ouvir os querem ouvir efetivamente o relatório que está sendo proferido pelo Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Presidente, quero, antes de continuar a leitura do voto, fazer algumas considerações: esse foi um trabalho muito exaustivo, esta é praticamente a sétima versão do parecer, porque nós ouvimos o maior número possível de partidos, Líderes partidários, Parlamentares influentes, para que pudéssemos trazer um resultado que atendesse o interesse do fortalecimento do sistema político brasileiro e dos partidos e, em consequência, do Congresso Nacional.

a) pela aprovação dos arts. 2º, 8º e 9º, renumerados na forma da emenda a seguir apresentada. O art. 2º trata da vedação da reeleição, mantido o direito dos Prefeitos e Governadores que foram eleitos com essa expectativa de direito. O art. 8º trata da janela partidária e o art. 9º trata do voto impresso. Então, somos pela aprovação desses três artigos e, se o Senado Federal, aprovar esses três artigos, eles vão à promulgação imediata, porque exatamente dessa forma que foram aprovados na PEC original, oriunda da Câmara dos Deputados;

b) pela rejeição dos seus arts. 5º (parcialmente), que trata da idade. Nós rejeitamos a redução da idade de 35 para 29 anos para Senador, de 21 para 18 para Deputados e estamos remetendo a PEC paralela com re-

lação à idade de Governador e Vice-Governador. Os arts. 6º e 10 também estamos rejeitando. O art. 6º trata de projeto de iniciativa popular. Como já dissemos, foram aprovadas na Câmara 500 mil assinaturas para um projeto de iniciativa popular e nós restabelecemos o que está na Constituição: 1% do total dos eleitores inscritos, o equivalente a quase 1,5 milhão de assinaturas.

Rejeitamos também o art. 10, restabelecendo o que está atualmente em vigor: a permissão de Presidente da Mesa Diretora da Câmara e do Senado poder ser reeleito – apenas – na Legislatura subsequente, não o podendo ser na mesma Legislatura.

Na letra "c", pelo destaque para constituição de proposição autônoma, com base no art. 314, VIII, do Regimento Interno, dos arts. 1º, 3º, 4º, 5º (parcialmente), 7º e 11 da PEC, modificados conforme texto apresentado, que deverá retornar à Câmara dos Deputados.

Então, nós estamos levando para a PEC paralela, o art. 1º, que trata do financiamento de campanha; o art. 3º, que trata da restrição no acesso ao fundo partidário e ao tempo televisão; o art. 4º, que trata da fidelidade partidária; o art. 5º, parcialmente, sobre a redução da idade para cargos de Senador, Governador e Vice-Governador e Deputados Federais; o art. 7º, acerca da regulamentação da Justiça Eleitoral; o art. 11, que trata dos direitos dos policiais militares e bombeiros, para que possam se manter agregados quando diplomados em mandato eletivo.

Na letra "d", pelo acolhimento parcial da Emenda nº 1, na forma do §15, acrescentado ao art. 14 da Constituição, conforme o texto destacado para tramitar como proposição autônoma.

Emenda CCJ (de Redação). Proposta de Emenda à Constituição nº 113. As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar...

Isso não preciso ler, pois trata-se de uma questão mais de redação daquilo que for aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e, em seguida, pelo Plenário.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O projeto está em discussão.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Queria fazer uma...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Deixe-me dar uma explicação que, talvez, responda a sua angústia.

V. Exª é o primeiro orador inscrito.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Eu queria colocar uma questão pela ordem (*Fora do microfone*.). Antes de definir a questão da discussão, eu queria, primeiro, registrar o excelente trabalho – equilibrado, atencioso, amplo, ponderado – do Senador Raimundo Lira, usando todas as qualidades em adjetivos que sejam importantes ressaltar.

O Senador Raimundo Lira montou uma estratégia que, efetivamente, visa à objetividade, para que possamos enfrentar um desafio de curto, de curtíssimo prazo, que é a questão da janela e a questão da decisão preliminar que o Supremo Tribunal Federal tomou e que criou um desbalanceamento, uma diferenciação entre partidos políticos, no Brasil, e outros temas que são também relevantes.

O Senador Raimundo Lira dividiu a PEC que recebeu em duas. Uma PEC que, em tese, deveria ter um rito sumário e enfrentaria o desafio da urgência; e uma PEC em que iríamos discutir, efetivamente, questões de profundidade, como financiamento e outras questões que estão colocadas, inclusive a do voto impresso, algo que deve se discutido se vai ser constitucionalizado ou não.

Bom, o que eu quero propor? Na primeira proposta, feita pelo Senador Raimundo Lira, existem três temas: o tema da janela, o fim da reeleição e o voto impresso. Essa matéria do voto impresso é matéria nova, ou veio da Câmara? Veio da Câmara. Então, veja bem, essa questão do voto impresso não é uma questão... Tem um consenso porque nós derrubamos o veto majoritariamente por essa questão.

O que eu queria propor aqui? Que nós tivéssemos, nessa emenda constitucional emergencial, dois temas, a janela e o voto impresso, porque isso é um ponto que nós temos, efetivamente, que votar, urgentemente, aqui tem um calendário especial para votar no plenário, porque, a cada dia, Parlamentares trocam de partido para os três partes foram excepcionalizados, levando tempo de televisão, fundo partidário e fazendo acordo para, depois, sair desse partido e ir para outro partido. Ou seja, nós criamos uma situação de trampolim para outros partidos como se fosse um atalho legal provisório. Lembro que não é uma decisão conclusiva do Supremo Tribunal Federal, e, sim, uma liminar. Essa questão, portanto, precisa ser encarada.

Quanto à questão do fim da reeleição, eu quero aqui dizer que eu sou favorável ao fim da reeleição e, mais do que isso, não vejo necessidade da reeleição, porque eu acho que, quando passar essa tormenta que nós vivemos, nós temos, efetivamente, que discutir a questão do parlamentarismo e, havendo parlamentarismo, haverá continuidade de governo com o parlamentarismo e o presidencialismo exercido de outra forma, sem necessidade de reeleição. É o modelo que eu vejo, mas não é o modelo majoritário e unânime aqui para se construir uma proposta.

Então, qual seria a proposta? Nós teremos uma emenda com janela e voto impresso. Nós teríamos outra emenda, que não é emenda paralela, que seria discutida posteriormente, com o fim da reeleição. Ficaria aqui, também, para ser discutido e, no momento certo, pedindo vista e tudo mais. E nós teríamos a PEC paralela, que voltaria para a Câmara. Se nós colocarmos o fim da reeleição na PEC paralela, ela já foi votada na Câmara, não tem por que voltar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Então, Senador Magno Malta, deixe-me concluir. Depois V. Exª faz a sua...

É uma forma de a gente concluir esse procedimento, talvez até esta semana, Sr. Presidente, porque, a cada dia que passa, se desestrutura o quadro partidário por conta da excepcionalidade dada pelo Supremo. Então, fica aqui a sugestão. É claro que depende de V. Exª, principalmente do Relator Raimundo Lira e da maioria do Plenário, mas acho que nós precisamos construir um acordo para votar, rapidamente, a questão da janela e do voto impresso, que é uma unanimidade.

O restante seria...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Sr. Presidente, pela ordem. Senador Eunício.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, o Senador... Aqui, simultaneamente, três Senadores pediram.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Presidente, é um minuto só para tentar fazer o encaminhamento, Se V Exª me permitir.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª pediu a palavra pela ordem, o Senador Ronaldo Caiado também pediu a palavra pela ordem.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Aqui também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – E Aécio Neves. Honestamente, eu não sei quem pediu primeiro.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – O Senador Eunício tem preferência.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu estou pedindo desde da leitura do processo, Sr. Presidente.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Sr. Presidente, retira a minha inscrição. V. Exª tem muita dúvida, retiro a minha inscrição.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, então, V. Exª poderia priorizar as inscrições.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Resta, agora, o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Sem que a Presidência tenha decidido, porque V. Exª pediu por ocasião da leitura, pois, pela ordem, não seria o caso.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Presidente, eu queria saber se V. Exª vai seguir a ordem, porque, senão eu também vou pedir pela ordem, na sequência.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Vamos ouvir o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Quando ele concluir a questão levantada, em seguida, podemos atender aos demais Senadores que estão solicitando e que manifestaram o desejo de pedir a palavra pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Solicito minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Agora, eu queria só lembrar que nós temos aqui, ainda, cinco oradores inscritos.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu estou inscrito.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Eu solicitei a inscrição. Sou o sexto.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, realmente é uma matéria que tem me preocupado sobremaneira, porque, daqui a pouco, a Constituição brasileira vai ser transformada na lei dos partidos e na lei eleitoral. A que ponto estamos chegando no Brasil? Nós temos de repassar tudo para a Constituição brasileira, porque a legislação já não garante mais a estabilidade dos partidos e, muito menos, a interpretação de um processo eleitoral. Então, vejam que loucura a que chegamos: a Constituição brasileira já está se transformando em lei dos partidos e lei das eleições. Primeiro ponto, Sr. Presidente.

Segundo ponto. É a primeira vez no Congresso Nacional que nós estamos criando este precedente, ou seja, uma única PEC tratando de dezenas de matérias distintas. Então, essa é uma outra discussão que deveria haver.

Mas vamos aos fatos. O nobre Relator, com a competência e o conhecimento que tem da matéria, elegeu, então, três pontos a serem discutidos: o voto impresso, detalhando muito bem como é feito, não dando margem a ser amanhã alegada inconstitucionalidade, porque a impressão é feita sem ser manuseada pelo eleitor; a abertura do prazo de 30 dias, no momento em que essa PEC for promulgada para que haja a janela; e também a vedação – junto com isso aí – da reeleição. Então, são os três temas propostos pelo nobre Senador.

O que vamos fazer neste momento? A tese levantada aqui pelo nobre Senador Romero não é uma decisão monocrática, já é uma decisão de Plenário do Supremo. Nós aprovamos uma lei, cuja emenda era de nossa autoria, em que o Parlamentar, migrando para partido, não teria mais a portabilidade. Isso foi sancionado. A Rede entra com um requerimento ao Supremo, o Supremo decide por 6 a 5 e, aí, autoriza novamente, Ministro, a portabilidade.

Com isso, o que nós estamos vivendo neste momento é algo que fará com que, se nós não aprovarmos rapidamente essa janela, os partidos sejam saqueados, os partidos sejam saqueados. Porque nós estamos vendo matérias nos jornais em que o partido oferece a garantia – está certo? É como se fosse um partido coiote. "Eu lhe garanto que você chegará lá, você pode me usar aqui nessa transição, e, aí, lá na frente, eu o libero e ainda lhe dou parcela no fundo partidário." Ora, a que ponto nós chegamos!

Então, quer dizer, isso aí é o mais grave de tudo. Ou nós vamos votar rapidamente essa janela ou, senão, nós vamos desestruturar rapidamente, vai virar um processo de mercantilização, e, amanhã, serão outras CPIs, denúncias, e eu não sei mais onde isso vai acabar. É o grande escândalo que está sendo montado hoje para tentar subverter aquilo que, infelizmente, o Supremo interpretou e que, hoje, está sendo usado dessa maneira de se poder buscar uma solução de ordem pessoal, sem escrúpulos e sem limites.

Então, eu apoio a decisão do nobre Relator, Sr. Presidente. Acho que foi extremamente prudente que se desse essa prioridade.

Em relação à impressão do voto, é fundamental também, é um clamor popular. Ninguém aqui está fazendo queda de braço com quem quer que seja.

É uma questão de como é que pode haver amanhã algo que seja respeitado se não há direito à contraprova, se não há a garantia de se poder fazer uma auditoria naquilo que foi dado como resultado final.

Eu acho que o Relator também teve a prudência de encaixar aquilo que, hoje, pode colocar *sub judice* o resultado de uma eleição. E, com essa inclusão dele, do voto impresso, da maneira detalhada como ele fez o voto em separado aí, isso ficou bem claro e dentro daquilo que toda a sociedade espera.

Em relação ao terceiro item, Sr. Presidente, eu, pessoalmente – e não falo pelo Partido –, sou favorável ao fim da reeleição, mas respeito os muitos colegas que divergem dessa tese.

Como acho que nós temos de construir algo aqui que seja em caráter de urgência urgentíssima, eu estou aberto exatamente a esse entendimento para que possamos, Sr. Presidente, estancar isso que está ocorrendo com os partidos hoje. Então, essa é a minha posição pessoal, Sr. Presidente – e está aqui o Presidente do meu Partido, Senador José Agripino.

Com isso, nós buscaremos, se possível ainda na reunião de hoje, um entendimento para construir esse grande acordo, aprovar e promulgar esse projeto de autoria de V. Exª, Senador Raimundo.

E aproveito para parabenizá-lo pelo equilíbrio, pelo bom senso e também pela capacidade de se restringir aos temas mais momentosos e mais graves que precisam de ser tratados nessa hora.

Muito obrigado e meus cumprimentos!

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Esta Presidência quer esclarecer que os Senadores estão pedindo a palavra pela ordem, mas, pelo que ouvimos agora do brilhante e oportuno discurso proferido pelo Senador Ronaldo Caiado, S. Exª falou sobre o parecer, e não levantou uma questão de ordem.

O Regimento é muito claro quando diz "pela ordem" para indagação sobre andamento dos trabalhos, reclamação quanto à observância do Regimento, indicação de falha ou equívoco em relação à matéria da Ordem do Dia, sendo vedado, porém, abordar assunto já resolvido pela Presidência.

Então, eu vou me ater ao Regimento...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Então, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Licença. Só espero que V. Exª aguarde a conclusão da minha decisão.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Pois não!

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O Senador Ronaldo Caiado pediu a palavra pela ordem, mas, honestamente, não levantou uma questão de ordem, que é uma questão formal de interpretação do Regimento ou de qualquer dúvida no andamento dos trabalhos. Mas discutiu a essência da matéria.

Então, eu gostaria de seguir a ordem de inscrição, porque, senão, nós não vamos caminhar.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Mas eu tenho uma indagação pela ordem, Sr. Presidente, com base no Regimento.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Só uma questão. Eu fiz...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com licença.

Eu vou...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – É pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... dizer também que o Regimento estabelece um tempo de cinco minutos nos pedidos feitos para se falar pela ordem.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Senador Romero, aguarde só um instantinho. Só um segundo. É dentro da sua preocupação.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pois não.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Eu vou manter a minha inscrição para discutir a matéria. Mas eu quero fazer um questionamento que acho que ajuda que compreendamos o que estamos discutindo.

O Senador Raimundo Lira, não preciso aqui relembrar tudo isso...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O relatório que está em discussão é o relatório do Senador Raimundo Lira.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Se eu puder concluir, eu acho que todos vão entender a minha preocupação, Senador Maranhão.

O Senador Raimundo Lira apresentou aqui uma proposta de se tratarem os três temas, apenas esses três temas, nessa PEC. Os outros seriam retirados dela.

O Senador Jucá, a quem V. Exª deu a palavra em seguida, apresenta uma proposta um pouco diferente, de se tratarem dois temas, apenas dois temas, numa PEC: um referente à janela; e outro referente ao voto impresso, porque esses poderiam ser decididos de forma definitiva aqui no Senado; e os outros seriam encaminhados à PEC paralela. Acho que foi essa a solicitação.

Então, é essa a indagação que faço a V. Exª; é o que nós estamos discutindo aqui: se o Senador Raimundo Lira concorda com essa propositura, com essa sugestão do Senador Jucá, que, a meu ver, facilita a discussão, que, a meu ver, é adequada. Eu não vou aqui discutir. Parece-me que facilita.

Eu percebo que algumas dúvidas que havia, por exemplo, em relação à reeleição já estariam – não quero nem externar meu ponto de vista – fora dessa discussão. Nós centraríamos essa decisão, ou limitaríamos essa discussão a esses dois temas.

Se o Senador Raimundo Lira concordar, é uma modificação de encaminhamento. Acho que facilita, porque nós discutamos a matéria na ordem dos inscritos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Então, V. Exª pede que a Mesa solicite o pronunciamento do Senador Raimundo Lira a respeito da sugestão que...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – do Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – foi oferecida pelo Senador Romero Jucá.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Que, a meu ver, facilita a tramitação.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu concedo a palavra ao Senador Raimundo Lira...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ...para que ele responda à questão que acabou de ser formulada.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente. Por uma questão de esclarecimento, Sr. Presidente, aqui, antes de dar a palavra ao Senador Raimundo Lira.

Já há alguns dias, estamos discutindo que uma forma de conseguir aprovar um projeto de emenda constitucional, avançando um mínimo que seja na reforma política, seria pinçarmos alguns itens daqueles já aprovados pela Câmara dos Deputados para que aqui votássemos e, assim, pudéssemos promulgar, sem ter de voltar para a Câmara dos Deputados. Certo, Sr. Presidente?

Pergunto ao Senador Raimundo Lira. Certo, Senador Raimundo Lira? Aprovar, pinçar alguns...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Peço ao Senador Raimundo Lira que responda, também, à questão formulada pela Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pinçar alguns itens consensuais para que não voltasse a PEC para a Câmara, e, votada, que pudesse a mesma ser promulgada, correto?

Até então, o que nós debatíamos, como disse o Senador Jucá, eram três itens: o fim da reeleição, o voto impresso e a janela.

Agora, estou ouvindo aqui que não há mais consenso. Não sei de que hora, de que momento em diante esse consenso se desfez. Eu gostaria de saber por que não há consenso. Quem é contra o fim da reeleição? Porque até então parecia que havia consenso; agora, não há mais consenso.

Senador Aloysio Nunes...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Exatamente. Eu vou encrencar com isso.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, desfez o acordo do fim da reeleição. Mas quero dizer que eu acho...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu, pessoalmente, acho que...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Olha, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ...não há acordo sobre nada, aí. (*Risos.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sabe por que, Presidente? Deixe-me dizer uma coisa.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não há acordo sobre nada, a verdade é essa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Olha o que eu escutei aqui, Presidente. Olha o que eu escutei aqui. O Senador Caiado... Senador Caiado, quero dizer que concordo com V. Exª, mas vamos prestar atenção nas palavras que usamos para argumentar a necessidade de aprovar, pelo menos, a janela.

Veja o que o Senador Caiado disse: os partidos políticos estão sendo saqueados. Mas os partidos políticos estão sendo saqueados por quem? Por forças terroristas? É o Estado Islâmico? São ladrões? São marginais? Não. Os partidos políticos estão sendo saqueados por partidários, por Parlamentares, Deputados Federais, é bom que se diga! E como nós vamos corrigir isso, piorando a situação?

Então, deixe-os continuarem mudando. Só que, em vez de mudar para partido novo, um tal de Partido da Mulher que criaram aí, que não tem nenhuma mulher...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não, aí V. Exª está trazendo questões de fatos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ...que aliás, é contra a bandeira da mulher, para eles poderem mudar...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senadora, eu peço a V. Exª...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, Sr. Presidente. Não, esse é um debate.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Respeitosamente, V. Exª pediu a palavra para uma questão de ordem.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sim, porque eu quero. Eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª está trazendo questões de fatos aqui...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas aí não dá, acho que nós temos de debater a matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ...que não têm nada a ver com questão de ordem.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Têm sim, têm sim, porque a questão de ordem feita anteriormente, qual é? Passo a palavra ao Senador Raimundo Lira. Se o Senador Raimundo Lira concordar em tirar da proposta dele a reeleição, aí segue o debate e eu sou contra isso. Então, eu apenas me contrapus. Eu apenas me contrapus a isso. Acho que esses três temas, no mínimo, têm de andar juntos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Raimundo Lira.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, agora é questão de ordem. Artigo 14...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu consulto o Senador Raimundo Lira se vai se pronunciar sobre a questão levantada por Romero Jucá.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Mas, Sr. Presidente, a questão de ordem, agora. O art. 14, pela citação que foi feita do meu nome.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Ah, Caiado! Não, Caiado, pelo amor de Deus!

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Mas não é para discutir, Senadora. É simplesmente para dizer que, quando estamos numa sigla partidária, o Parlamentar – a menos que atinja acima do quociente eleitoral – não dependeu do partido. Pelo contrário, 99%, ou quase 90% de todos os Parlamentares, se elegeram dentro de uma somatória de todos os pré-candidatos.

Então, ele não pode se colocar em decorrência de uma portabilidade, porque na verdade ele usufruiu da condição do partido para ser eleito Deputado Federal – diferente de Senador, que é eleição majoritária. Então, quando o partido recebe o fundo partidário, é exatamente pelo número de Deputados que tem na sua Bancada.

Ora, no momento em que esse Deputado, que se beneficiou da estrutura partidária da coligação existente e do voto de todos, sai do partido e leva o tempo de rádio e televisão e o fundo partidário, sem dúvida nenhuma, ele está saqueando aquela estrutura que é do partido. Ele levou aquilo, ele foi Deputado Federal em decorrência de uma somatória de voto. Com raríssimas exceções, não deve atingir nem 5% dos Deputados Federais que atingiram um resultado acima do quociente.

Como tal, é realmente o partido que é penalizado, é o partido que é saqueado, porque essa verba e esse tempo são do partido e não do indivíduo, pessoa física.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Sr. Presidente, por economia processual...V. Exªs sabem que, se há um Senador aqui que admiro, de quem sou amigo, é o Senador Raimundo Lira. Tenho, de fato, uma enorme estima, de verdade. Mas vou usar o meu direito regimental de pedir vista – vou pedir, é um direito meu – pelos seguintes motivos: sou contra tudo o que o Caiado falou. De fato, é um absurdo esse Partido da Mulher Brasileira. Só que estamos vivendo um momento também de profunda crise partidária dos grandes partidos. E qual é a minha preocupação, Senador Romero Jucá? É preservar. Por exemplo, o processo de criação da Rede foi um processo legítimo. Ele não faz parte desse processo que o Senador Caiado, com razão, falou do PMB. Ele surgiu de um processo legítimo. Eu quero preservar a possibilidade de surgimentos de processos de novos partidos legítimos, que pode existir, goste o PMDB, o PT, outros partidos, ou não. Nós estamos vivendo uma crise gravíssima nas estruturas partidárias.

Então, o meu medo é que congelemos a possibilidade de surgimentos de processos legítimos, novos, no futuro. É claro que o tempo de televisão é fundamental para se criar não uma enganação, pois sou contra e temos de encontrar forma de proibir isso.

Então, Senador Raimundo Lira, é com todo o pedido de desculpas pessoais a V. Exª, porque V. Exª está fazendo um esforço. Eu entendo. Mas tenho dúvidas reais sobre o tema. E eu queria uma semana pelo menos para ver se contornamos isso, porque podemos estar cerceando o surgimento de estruturas novas, que não necessariamente passem por um processo como esse, como falou o Senador Ronaldo Caiado.

Então, pedindo desculpas ao Senador Raimundo Lira...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Sem querer interromper o orador, o que V. Exª quer está contemplado no Regimento: o prazo de pedido de vista de cinco dias úteis.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Então, normalmente, entraria na próxima reunião da Comissão, que ocorrerá na próxima quarta-feira.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Volto a fazer o meu pedido de desculpas ao Senador Raimundo Lira. A minha estima ao Senador é algo importante.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – São vistas coletivas porque está pedindo o Senador Lindbergh e o Senador Aécio Neves.

O item 4 foi retirado de pauta a pedido do Senador Alvaro Dias.

ITEM 5
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 133, de 2015
- Não terminativo -

Acrescenta § 1º-A ao art. 156 da Constituição Federal para prever a não incidência sobre templos de qualquer culto do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), ainda que as entidades abrangidas pela imunidade tributária sejam apenas locatárias do bem imóvel.

Autoria: Senador Marcelo Crivella e outros
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatório: Favorável à Proposta.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu gostaria só de solicitar a V. Exª que nós pudéssemos suspender a reunião da Comissão, porque acabou de iniciar a sessão do Congresso Nacional. E temos prazo de 20 minutos para quórum e para fazer as discussões.

Então, eu gostaria de solicitar isso a V. Exª, Presidente.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu tenho feito, na prática, Senadora Hoffmann, uma observação do andamento do Plenário.

Nós não sabemos nem se haverá número, e muitas vezes não tem havido número na nossa experiência aqui. Então, se nós imediatamente encerramos apenas porque foi anunciada uma reunião do Congresso Nacional, que é muito importante igualmente, mas esta Comissão aqui é quem faz o Plenário do Congresso andar. Se não há matérias aprovadas, discutidas aqui e pareceres favoráveis ou contra, a ordem do dia do Plenário fica precarizada.

Então, eu gostaria de seguir a mesma norma aqui, nós vamos observar, Senadora Gleisi Hoffmann, se porventura iniciar a Ordem do Dia, nós suspendemos imediatamente a reunião, ou melhor, encerramos a reunião.

Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Eu queria só fazer um pleito, eu entendo a preocupação da Senadora Gleisi, porque tem meia hora para dar 41 Senadores no painel. Então, eu queria pedir que os Senadores fossem marcar presença no plenário da Câmara e voltassem para cá.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – E retornar. Está certo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – E a gente continua votando até se instalar a Ordem do Dia. Eu acho que as duas coisas podem acontecer...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Mas para que isso aconteça, nós não podemos encerrar a reunião.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Não, não precisa encerrar a reunião.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Mas tem que dar quórum lá, se não...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Nós vamos suspender a reunião só na hora que começar a Ordem do Dia do Congresso. Agora, é importante que Senadores possam dar a presença lá, voltem para cá e a reunião prossiga sob o comando de V. Exª, temos muitas matérias para aprovar.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não iremos cortar o ponto de ninguém por isso. Aliás, não podemos.

Concedo a palavra ao Senador Benedito de Lira para proferir o seu relatório sobre o item 5.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR. *Fora do microfone*.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pela ordem, Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu queria só, não quero contraditar V. Exª, concordo também que a Comissão tenha que continuar. Mas eu queria fazer um apelo, principalmente os Senadores da Base, que pudessem dar quórum no plenário agora. Podemos voltar à Comissão para continuar, até iniciar a Ordem do Dia.

Mas é importante até pelo prazo curto que nós temos para dar esse quórum. Então, gostaria de reforçar esse pedido.

Muito obrigada.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente, considerando que essa matéria vai gerar uma discussão muito própria, tendo em vista essa dificuldade de estar totalmente esvaziado o plenário, eu requeiro a V. Exª, em que pese a vontade de V. Exª em dar continuidade à reunião, a retirada de pauta desse processo.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não havendo objeção, atendo ao Senador Benedito de Lira para retirar da pauta...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ...a Proposta de Emenda à Constituição nº 133, de 2015.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues, pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, eu solicito a V. Exª para ser incluído extrapauta, e me comprometo em fazer brevemente o relatório que V. Exª me designou da indicação do Dr. Rogério José Bento Soares do Nascimento, Procurador Regional da República, para o Conselho Nacional de Justiça, representando a Procuradoria Geral da República.

No momento que V. Exª acha por bem, garanto fazer brevemente a leitura do relatório.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Atendido o requerimento do Senador Randolfe Rodrigues, concedo-lhe a palavra para ler o seu relatório, referente ao seguinte item.

EXTRAPAUTA
ITEM 40
OFICIO "S" Nº 86, de 2015
- Não terminativo -

Encaminha documentação exigida pela Resolução 7/2005, do Senado Federal e pelo Ato 1/2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, bem como o nome do Procurador Regional da República ROGÉRIO JOSÉ BENTO SOARES DO NASCIMENTO, da 2° Região, indicado pela Procuradoria-Geral da República para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Autoria: Conselho Nacional de Justiça
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatório: Pronto para deliberação

Nos termos do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal, esta Presidência comunica às Srªs e aos Srs. Senadores que o processo de apreciação de escolha de autoridade nesta Comissão será feito em duas etapas. Na primeira etapa, o relator apresentará o relatório à Comissão com recomendações, se for o caso, para que o indicado apresente informações adicionais, ocasião em que não será exigida a presença do indicado.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço, Presidente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é submetida ao exame desta Comissão a indicação efetuada por S. Exª o Procurador-Geral da República o nome do Procurador Regional da República Rogério Bento Soares do Nascimento para, como membro do Ministério Público da União, compor o Conselho Nacional de Justiça para mandato de dois anos nos termos do art. 103-B, *caput*, combinado com o inciso X da Constituição da República.

Assim, consoante o art. 103-B da Lei Maior, os membros do Conselho Nacional de Justiça, ao qual cabe o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, serão nomeados pelo Presidente da República depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta dos membros desta Casa para mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Em obediência às normas legais aplicáveis, foi encaminhado o *curriculum vitae* do indicado, que passamos aqui a resumir.

O Dr. Rogério José Bento Soares do Nascimento é natural da cidade do Rio de Janeiro, capital do Estado com mesmo nome, onde nasceu em 19 de Março de 1963. Graduado em Direito em 1985 pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, obteve o título de Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro no ano de 1989 e o título de Doutor também em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro no ano de 2002. O douto indicado é ainda Pós-Doutor pela Universidade Federal do Estado do Paraná, tendo obtido o título em 2009.

Quanto à sua atuação profissional, cumpre destacar que o Dr. Rogério José Bento Soares do Nascimento é membro do Ministério Público Federal, tendo integrado na carreira de Procurador da República por concurso público no ano de 1992 e exercido diversas e relevantes atividades e funções na instituição ao longo de 23 anos que dela fez parte.

No ano 2003, o ilustre indicado foi promovido a Procurador Regional da República por merecimento, tendo sido lotado na Procuradoria Regional da República da 2ª Região, que abrange os Estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Cabe ainda registrar que, antes do seu ingresso no Ministério Público, o ilustre indicado exerceu a advocacia.

O douto Rogério José Bento Soares do Nascimento também exerce a docência, sendo atualmente professor titular do Programa de Pós-Graduação em Direito e da Graduação na Universidade Estácio de Sá e professor adjunto na graduação da PUC Rio de Janeiro.

No que se refere a publicações na área de atividade profissional, o *curriculum vitae* do ilustre Procurador ora indicado para compor o CNJ registra a publicação dos livros *Lealdade Processual: elemento de garantia de ampla defesa em um processo penal democrático* e *Abuso do Poder de Legislar – Controle Judicial da Legislação de Urgência no Brasil e na Itália 2004.*

Além da participação em diversas obras coletivas, além da publicação de artigos em periódicos e outras publicações especializadas, o ilustre indicado tem ainda participado de diversos eventos técnico-científicos de sua área de atuação profissional, inclusive como palestrante e conferencista, além de orientar mestrandos e doutorandos nos respectivos trabalhos de pesquisa e estudos destinados à obtenção dos respectivos títulos de pós-graduação, tendo também participado de missões institucionais no exterior.

Por fim, cumpre notar que, além do *curriculum vitae* instrui a presente indicação as declarações e demais documentos requeridos pela Resolução nº 7/2005 desta Casa.

Diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores e Senadoras integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional de Justiça.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir o assunto, esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para reunião futura o processo de arguição do candidato e a votação respectiva.

ITEM 7
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 111, de 2015
- Não terminativo -

Altera o Artigo 62, § 1°, da Constituição Federal, que dispõe sobre as vedações à edição de medidas provisórias.

Autoria: Senador Renan Calheiros e outros
Relatoria: Senador Romero Jucá
Relatório: Favorável à Proposta

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá para proferir o seu relatório.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é uma proposta de emenda constitucional que coloca mais um inciso no art. 62, que é muito simples. Diz o seguinte: "É vedado medida provisória para fazer qualquer tipo de intervenção que concorra para o desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos." Ou seja, o contrato é um ato jurídico perfeito. Eventualmente, o Governo tenta desequilibrar esse ato jurídico perfeito propondo, através de medidas provisórias, algo que desequilibre. Isso não é possível.

Em nome da segurança jurídica e da credibilidade das ações do Governo, precisa ser aprovado.

O parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, solicito vista da matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O Senador Randolfe Rodrigues está pedindo vista da matéria.

Esta Presidência, não havendo objeção, concede vista coletiva, a pedido do Senador Antonio Anastasia. (*Pausa.*)

Vista concedida.

ITEM 15
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 78, de 2015
- Não terminativo -

Altera o art. 7º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 – Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.

Autoria: Deputado Arnaldo Faria de Sá
Relatoria: Senador Romero Jucá
Relatório: Favorável ao Projeto, com a emenda de redação que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá para proferir o seu relatório.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, este é um projeto extremamente importante, um projeto que tem sido trabalhado pela OAB. Foi apresentado por mim um projeto parecido com este aqui no Senado. Foi apresentado também pelo Senador Arnaldo Faria de Sá, que andou mais rapidamente. É um projeto que garante a assistência jurídica, judicial, nos inquéritos em qualquer tipo de ação onde alguém esteja sendo acusado, que seja garantida a presença do advogado. Portanto, algo extremamente importante.

Qual é o ponto? Havia, no inciso XXI, duas prerrogativas, que seria para o advogado apresentar razões e quesitos, o que é válido, mas havia também uma prerrogativa de o advogado requisitar diligências durante o período de informação. Isso gerou uma certa celeuma com o Ministério Público Federal. Então, nós construímos um acordo com o Ministério Público Federal, com a OAB e com o Governo. Eu apresentei uma emenda de redação no inciso XXI e coloquei em dois itens, itemizei os dois pontos. O "a" apresenta razões e quesitos e o "b" requisita diligências. O acordo é que o item "b" seja vetado. Portanto, nós vamos garantir a presença do advogado, o projeto não volta para a Câmara e haverá o veto no inciso "b", atendendo o Ministério Público Federal, a OAB e também com a participação do Governo.

Esse é o relatório.

Voto pelo projeto, com a emenda de redação apresentada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O relatório está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais oradores, está em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O relatório que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, CCJ, de redação, a matéria vai a plenário.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, peço urgência da matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em votação a urgência.

As Srªs e o Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

É o seguinte o item aprovado:

ITEM 41
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 44, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2015.

Autoria: Senador Romero Jucá)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, o item 8 da pauta, que é a Proposta de Emenda à Constituição nº 62 é de autoria da Senador Gleisi Hoffmann e é de minha relatoria.

Eu queria solicitar a V. Exª que fosse retirada da pauta, que não constasse na pauta, para uma melhor discussão.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Atendendo pedido do Senador Randolfe Rodrigues, o projeto está sendo retirado da pauta.

É o seguinte o projeto retirado:

ITEM 8
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 62, de 2015
- Não terminativo -

Altera os arts. 27, 28, 29, 37, 39, 49, 73 e 93 da Constituição Federal para vedar a vinculação remuneratória automática entre subsídios de agentes públicos.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann e outros
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatório: Favorável à Proposta e à Emenda nº 5, contrário às Emendas nºs 1, 2, 3 e 6, pelo acolhimento parcial da Emenda nº 4, na forma de subemenda, e com a emenda que apresenta.
Observações:
- Em 30/09/2015 foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Roberto Rocha;
- Em 27/10/2015, foram apresentadas as Emendas números 2 e 3, de autoria do Senador Eduardo Amorim;
- Em 28/10/2015, foi apresentada a Emenda nº 4, de autoria do Senador Roberto Rocha;
- Em 28/10/2015, foram apresentadas as Emendas nº 5, de autoria do Senador Ronaldo Caiado, e a Emenda nº 6, de autoria do Senador Ricardo Ferraço;
- Em 04/11/2015, foi recebida a Emenda nº 7, de autoria do Senador Eduardo Amorim (dependendo de relatório);
- Em 04/11/2015, a Presidência concedeu vista aos Senadores Aécio Neves e Ricardo Ferraço, nos termos regimentais;
- Em 11/11/2015, foi apresentada a Emenda nº 8, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira(dependendo de relatório);
- Em 12/11/2015, foi apresentada a Emenda nº 9, de autoria do Senador Vicentinho Alves(dependendo de relatório);
- Em 19/11/2015, foi apresentada a Emenda nº 10, de autoria do Senador Antônio Anastasia(dependendo de relatório);
- Em 25/11/2015, foi apresentada a Emenda nº 11, de autoria do Senador Douglas Cintra(dependendo de relatório).)

ITEM 31
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 73, de 2015
- Não terminativo -

Altera o art. 103 da Constituição Federal, para permitir que entidade de representação de municípios de âmbito nacional possa propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares e outros
Relatoria: Senador Antonio Anastasia
Relatório: Favorável à Proposta.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia para proferir o seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, trata-se de matéria extremamente meritória, que na verdade já com grande ansiedade é aguardada pelos Municípios de todo o Brasil. Aliás, fazendo parte daquele antigo rol de reivindicações dos prefeitos municipais de nosso País, que para o aperfeiçoamento do modelo federativo brasileiro já reclamavam desde muito que, no art. 103 da nossa Constituição, alteremos o rol das entidades legitimadas para propor ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, havia ausência da menção a entidade municipal ou a entidade que representasse os Municípios. Lá existem a Presidência da República, os Governadores, a Mesa da Câmara e do Senado, o Conselho Federal da Ordem, entidades sociais, confederações patronais e de empregados, mas havia lacuna, ausência dos Municípios.

O Senador Antonio Carlos Valadares, em boa hora, ouvindo o reclamo e o anseio das entidades municipais, apresenta, portanto, essa PEC, que insere no art. 103 da Constituição um novo inciso, que é o inciso X, prevendo que uma entidade, representação nacional dos Municípios, tenha também legitimidade ativa para propor ADI perante o Supremo Tribunal Federal.

Portanto, essa proposta se enquadra bem nos limites da constitucionalidade, da juridicidade.

Desse modo, o nosso parecer é pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em discussão o parecer. (*Pausa.*)

Não havendo mais oradores, passa-se à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam a proposta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável à proposta, a matéria vai ao plenário.

Não havendo mais...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei 80 estava na pauta durante diversas reuniões. E terminou sendo solicitada uma audiência pública, que já foi realizada, e foi dirimida aqui qualquer dúvida.

Eu gostaria de pedir a V. Exª duas questões. Ou que a gente pudesse votar essa matéria extrapauta, porque não há mais nenhum contencioso, ou se pudesse colocar novamente na pauta para a próxima reunião. Então, fica a critério de V. Exª.

Eu só queria que fosse retomado o assunto porque a audiência pública esclareceu tranquilamente. Foi uma audiência bastante proveitosa e não resta nenhuma dúvida sobre a questão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, há divergência da primeira proposta do Senador Romero Jucá, convergência com a segunda.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Nós ainda não realizamos, porque o pedido incluía duas audiências públicas para duas matérias diferentes.

Nós até agora não concluímos a primeira etapa do processo. Evidentemente, após a conclusão, vamos aprovar...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Só que, na primeira audiência, foi tratada essa questão também...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Então, eu queria pedir a V. Exª que pudesse marcar a audiência, logo após, para ver se até o final do ano teríamos condições de votar essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu gostaria de consultar o autor do requerimento, qual a data mais adequada para a realização dessa audiência.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – A data que V. Exª marcar será cumprido.

V. Exª é o comandante e chefe desta Comissão. V. Exª marca e os interessados virão.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª quer me confundir.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Não, eu quero lhe valorizar, Presidente.

Podia ser na próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Então nós vamos ver e comunicamos aos subscritores e ao Plenário em geral o dia da realização da audiência pública em que V. Exª tem interesse legítimo.

Antes de encerrar a reunião, até gostaria que a Senadora Gleisi Hoffmann estivesse presente, porque ela formulou uma questão, mostrou-se muito preocupada em relação à reunião do Congresso Nacional, dentro do bom senso a que nós imprimimos a manutenção desta reunião, nós conseguimos avançar muito.

Aprovamos várias proposições que de outra forma não teriam sido aprovadas. Porque aqui já ocorreu de se perder as duas sessões. Encerrou-se a reunião da Comissão de Constituição e Justiça para a sessão do Congresso e, às vezes, até do plenário do Senado, e lá também não deu número. Resultado, perdemos as duas. Com um tiro só, perdemos duas oportunidades de produzir. Porque, na realidade, o que interessa a todos é que haja produção, especialmente aos Srs. Senadores.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Mais uma vez V. Exª tem razão.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Sr. Presidente, V. Exª me permite cumprimentá-lo por essa iniciativa e também cumprimentá-lo pelo fato de ter alertado que as questões de ordem estão substituindo aqui o pedido de inscrição para debater a matéria.

V. Exª agiu muito bem, e quero fazer aqui esse registro. Porque, do contrário, nós não vamos ter debate, só questões de ordem se avolumando umas sobre as outras.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Às vezes, Sr. Senador, o autor do pedido para uma questão de ordem já está inscrito para debater o mérito da propositura. Então, fica uma coisa interminável.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, eu quero cumprimentar V. Exª pela condução que tem dado a esta Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Obrigado a V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Uma condução aplicada e procurando sempre a melhor produção possível nas matérias que para cá vêm.

Cumprimento V. Exª pela condução, pela serenidade com que tem conduzido esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Muito obrigado a V. Exª.

É preciso muita serenidade para não se deixar contaminar pelo frenesi que, às vezes, ocorre por justa e legítima paixão nas discussões.

É preciso que esta Presidência tenha a necessária calma, a necessária fleuma, para não deixar que a emoção tome conta das coisas que acontecem aqui.

A emoção é muito boa no palanque, no comício, mas aqui nesta Casa legislativa o mais importante é a razão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas, a reunião é encerrada às 13 horas e 11 minutos.)

ATA DA 43ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2015.

Às dez horas e quarenta e seis minutos, do dia dez de dezembro de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador José Maranhão, com a presença dos Senadores: José Pimentel, Acir Gurgacz, Ciro Nogueira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Antonio Anastasia, Randolfe Rodrigues, Eduardo Amorim, Marcelo Crivella, Walter Pinheiro, Telmário Mota, Paulo Paim, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão, Alvaro Dias, Davi Alcolumbre, José Medeiros, Blairo Maggi e das Senadoras Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Simone Tebet e Ana Amélia, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Humberto Costa, Benedito de Lira, Eunício Oliveira,

Valdir Raupp, Jader Barbalho, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, José Serra, Antonio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Magno Malta. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião. Passa-se à apreciação da pauta: ITEM 1) OFICIO "S" Nº 86, de 2015 - Não Terminativo. Encaminha documentação exigida pela Resolução 7/2005, do Senado Federal e pelo Ato 1/2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, bem como o nome do Procurador Regional da República ROGÉRIO JOSÉ BENTO SOARES DO NASCIMENTO, da 2° Região, indicado pela Procuradoria-Geral da República para compor o Conselho Nacional de Justiça. Autoria: Conselho Nacional de Justiça. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer que conclui pela escolha do Senhor Rogério José Bento Soares do Nascimento, para exercer o cargo de Membro do Conselho Nacional de Justiça, por unanimidade, com 21 votos favoráveis. EXTRAPAUTA: ITEM 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 45, de 2015. Requeiro, nos termos do art. 93, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública proposta pelo RQJ nº 37, de 2015, destinada a instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2015, e a Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2015. Justificação O tema da audiência pública proposta já foi tratado em audiência pública realizada, na CCJ, a propósito da discussão da PEC nº 51/2015. Autoria: Senador Romero Jucá. Resultado: Aprovado. O Senhor Senador José Maranhão passa a Presidência ao Senador Romero Jucá. O Senhor Presidente declara encerrada a presente Reunião às doze horas e trinta e nove minutos, do dia dez de dezembro de dois mil e quinze; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Senador José Maranhão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR JOSÉ MARANHÃO
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 43ª Reunião, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à deliberação do Ofício "S" nº 86, de 2015.

ITEM 1
OFICIO "S" Nº 86, de 2015
- Não terminativo -

Encaminha documentação exigida pela Resolução 7/2005, do Senado Federal e pelo Ato nº 1/2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, bem como o nome do Procurador Regional da República ROGÉRIO JOSÉ BENTO SOARES DO NASCIMENTO, da 2° Região, indicado pela Procuradoria-Geral da República para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Autoria: Conselho Nacional de Justiça.
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues.
Relatório: Pronto para deliberação.
Observações:
- Na 41ª Reunião Ordinária, realizada em 02/12/2015, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.
- A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

Na presente reunião, procederemos à arguição do indicado e à votação do relatório referente à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários e/ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou ligando para o número 0800-612211.

Concedo a palavra ao Sr. Rogério José Bento Soares do Nascimento, para sua exposição, pelo prazo de dez minutos.

O SR. ROGÉRIO JOSÉ BENTO SOARES DO NASCIMENTO – Muito bom dia, Exmo Senador José Maranhão, Presidente desta prestigiosa Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a quem eu agradeço todo o empenho para a realização breve de todo este processo de indicação, neste período de final de trabalhos legislativos, que é um período sempre muito assoberbado na atividade das Casas Legislativas, onde o esforço para viabilizar as rotinas é sempre um esforço grande e que merece aqui ser reconhecido.

Exmo Sr. Senador Randolfe Rodrigues, destacado representante do Estado do Amapá, pernambucano de origem, mas amigo do meu Rio de Janeiro, eu tenho certeza, que é o Relator da minha indicação, a quem também saúdo, aproveitando para agradecer, de público, a gentil acolhida, a presteza no andamento da matéria e pelo generoso parecer.

Também, de público, saúdo e agradeço às Srªs e Srs. Senadores aos quais eu tive a oportunidade de me apresentar nas últimas semanas, por vezes em instantes fugazes, pelos corredores do Senado, em geral, e, em reunião de comissões, em especial àqueles que cederam um pouco de seu tempo escasso para me ouvir. A brevidade, no entanto, em nenhum momento, comprometeu a cortesia com que fui recebido nesta Casa.

Agradeço a cada um, em particular ao Senador Eunício Oliveira, que, atarefado, como se pode imaginar seja um Líder da bancada majoritária, encontrou tempo até para me acompanhar ao plenário, onde fui ter com o Senador Randolfe Rodrigues, na semana passada, quando precisávamos conversar.

E, bem assim desculpo-me com tantos quantos não tive a oportunidade de uma apresentação pessoal anterior. Os deveres do cargo que exerço no Ministério Público Federal no Rio de Janeiro me impediram de estar mais vezes no Distrito Federal, e essa foi a única razão pela qual não pude me apresentar antes a todos os Senadores que compõem esta Comissão. Felizmente, a Constituição e o Regimento Interno do Senado exigem e proporcionam esta arguição pública, que me serve para pôr-me à disposição, dando-me a conhecer.

Eu fiz a minha graduação na Faculdade Nacional de Direito lá no Palácio do Conde dos Arcos, no Campo de Santana, centro do Rio de Janeiro, ali onde estão...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Dr. Rogério, V. Exª me permite?

O SR. ROGÉRIO JOSÉ BENTO SOARES DO NASCIMENTO – Claro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Rapidamente.

Presidente, só um rápido "pela ordem".

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Obrigado, Presidente.

Com a aquiescência de V. Exª e para tentar otimizar o quórum aqui desta reunião, porque é necessário ter o quórum de 14 Srªs e Srs. Senadores para obviamente a indicação do Dr. Rogério Nascimento seguir para o plenário, eu queria solicitar a V. Exª – obviamente, se ocorrer a aquiescência de V. Exª – que a urna já fosse aberta para a disponibilidade de voto das Srªs e dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O que V. Exª solicita não é muito usual na Comissão, mas, dada a situação atípica que o Congresso Nacional, especialmente o Senado da República, está vivendo no presente momento, nós vamos atender ao pedido de V. Exª e abrir o painel, de maneira que os Senadores já poderão manifestar o seu voto, ao passo em que o sabatinado apresentará a sua exposição, e V. Exª, como Relator, fará o seu relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço a V. Exª.

Minha escusas ao Dr. Rogério.

O SR. ROGÉRIO JOSÉ BENTO SOARES DO NASCIMENTO – Não por isso.

Sr. Presidente, Sr. Relator, retomando o que dizia, eu recordava que fiz minha graduação na Faculdade Nacional de Direito no Palácio do Conde dos Arcos, no centro do Rio, onde funcionaram, primeiro, o Senado da Câmara do Rio de Janeiro e, depois, o Senado do Império e, da Proclamação da República, até 1925, funcionou esta Casa. De modo que, para mim, é muito tocante estar aqui, neste Senado, para ser arguido, no Senado que teve origem ali onde também teve origem a minha formação como profissional do Direito no mesmo espaço, na mesma Casa, no mesmo palácio.

O protocolo e a natureza deste ato exigem que eu me apresente, e vou fazê-lo naturalmente, mas não sem antes registrar o quanto me honra a indicação do Dr. Rodrigo Janot, Procurador-Geral da República, para

compor o Conselho Nacional de Justiça na condição de representante do Ministério Público da União. Eu me sinto muito honrado por S. Exª me julgar merecedor de representar essa instituição permanente e essencial à prestação da justiça com 125 anos de serviço à República, que o Ministério Público Federal, instituição que me orgulha representar e integrar há 23 anos já, dos pouco mais de 30 anos que tenho de exercício profissional; e me sinto muito estimulado pela chance de ter assento nesse colegiado plural e democrático que é o Conselho Nacional de Justiça, uma instituição jovem que, tendo completado há pouco uma década, já se revelou à altura das tarefas que foram atribuídas por V. Exªs com a reforma do Judiciário em 2004.

Estou certo de que não há necessidade que eu me detenha falando sobre o papel e a importância de nenhuma dessas duas instituições aos Srs. Senadores, que contribuíram diretamente para o desenho de cada uma delas no nosso modelo de Estado democrático de direito. Lembro que são cerca de 17 mil magistrados no País, distribuídos por cinco ramos da justiça; são 91 tribunais dos quais só o Supremo Tribunal Federal está fora da órbita de atenções do Conselho Nacional de Justiça, ao qual me habilito neste momento e me ofereço a integrar; e só esses poucos números, acredito, servem para dar a medida da tarefa desempenhada pelo Conselho, que envolve harmonizar, sem comprometer autonomias e sem eliminar particularidades, este complexo sistema de prestação jurisdicional no modelo federativo.

Penso que a atuação de zelar pela autonomia e a legalidade dos atos dos envolvidos na jurisdição é pautada no Conselho Nacional de Justiça por três vetores: moralidade, eficiência e justiça. Iniciativas pioneiras como a de repúdio ao nepotismo e as recentes como de regulamentação da Lei de Acesso à Informação no âmbito do sistema judiciário brasileiro são sinais claros desse compromisso moralizador complementado diuturnamente pela firme atuação disciplinar do Conselho. A consolidação de fusão de dados, tarefa do comprometidíssimo Departamento de Pesquisa Judiciária do Conselho, é uma preocupação constante que denota o cuidado do Conselho Nacional de Justiça com a difusão de dados e o planejamento do sistema judiciário. Também, as atenções que o Conselho volta à profissionalização e à impessoalidade das serventias cartorárias, que consomem uma parte importante da atividade, e com a padronização, por exemplo, dos processos judiciais eletrônicos demonstram esse compromisso com a busca de eficiência.

De outro lado, os já consolidados mutirões carcerários, os projetos de audiência de custódia ou de apresentação, conforme se prefira chamá-las, e o esforço persistente de difusão de mecanismos para solução consensual de conflitos, passando pela justiça restaurativa, pelos projetos de estímulo à conciliação e à mediação, dão conta da busca por uma justiça prestada com correção, em um tempo razoável.

Mas há um limite para a capacidade do Poder Público de ampliar o acesso à justiça. É preciso, dentro de uma realidade em que há tanto por fazer, num País que busca progredir e reduzir desigualdades, como é o nosso esforço comum, que se amplie a máquina do Estado inclusive a máquina jurisdicional. Por isso, só se terá acesso à Justiça plenamente neste País se garantirmos acesso a direitos e reduzirmos a litigiosidade.

Pois, bem; dito isso, agora me apresente.

Graduei-me em Direito na Faculdade Nacional de Direito, ainda no começo dos anos 80. Fiz o meu mestrado em Direito Constitucional, em um momento muito feliz, porque tive a oportunidade de estudar Direito Constitucional ao mesmo tempo em que se elaborava a Constituição brasileira, no final dos anos 80, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Fiz o meu doutorado em Direito na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, também em Direito Público, ocasião em que me calhou estudar o controle do emprego excessivo de medidas provisórias no Brasil, e esse é o tema da minha tese, depois publicada no livro *O Abuso do Poder de Legislar*. Tive a oportunidade de, depois, vir a fazer o meu pós-doutoramento em Direito, na Universidade Federal do Paraná, o que me enriqueceu, sobremaneira, pela chance de ter passado por quatro instituições de excelência de ensino superior, neste País.

Iniciei a minha atividade na advocacia cinco anos antes de ingressar no Ministério Público Federal, passando pela advocacia na área trabalhista e na área consultiva. Estou há 23 anos no Ministério Público Federal, atuando, na maior parte do meu tempo, na área criminal. Hoje, como Procurador Regional da República, oficio junto ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que atende às demandas da Justiça Federal no Estado do Rio de Janeiro e no Espírito Santo, em grau de recurso.

Tive oportunidade, ao longo desses 23 anos no Ministério Público Federal, de desempenhar inúmeras tarefas, das quais destaco, em particular, o final do exercício do mandato de representante do Ministério Público Federal no Conselho Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro, ainda neste ano de 2015. Destaco a minha atuação no Conselho Penitenciário do Rio de Janeiro, porque, a exemplo do Conselho Nacional de Justiça, o Conselho Penitenciário é uma instituição plural.

O Conselho Penitenciário é o único órgão da execução penal que reúne, lado a lado, Defensoria, Ministério Público, sociedade, comunidade e a própria Administração Penitenciária. A minha passagem pelo Con-

selho Penitenciário me fez mais entusiasta desses espaços plurais de convergência. Eu tenho certeza de que o Conselho Nacional de Justiça não é diferente.

Caminhando para concluir esta breve apresentação, gostaria de dizer que a minha vivência – tanto na universidade onde sou professor titular de Teoria da Constituição no Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Estácio de Sá e de Direito Penal, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, e, no plano prático, profissional, no Ministério Público – permite-me aliar, com um ponto de vista acadêmico e um ponto de vista prático, um olhar de alguém mais que um mero espectador da atuação da Justiça. Quem está no Ministério Público está, o tempo todo, encarregado, pela Constituição e pelas leis, de promover e fiscalizar a aplicação da lei, e tem uma posição privilegiada para observar a atuação da Justiça.

Essa minha vivência acadêmica me proporcionou pensar a jurisdição como uma função de Estado e como um serviço público relevante. Essa minha experiência prática – acredito – permite-me compreender o drama do cidadão que busca a Justiça e do profissional que se esforça para prestá-la.

Mas estudo e experiência não bastam. O Conselho Nacional de Justiça não é, simplesmente, um órgão de administração; é um tribunal de ética. E, para além da vida pública, eu tive a felicidade de contribuir para a formação e a manutenção unida de uma família que me orgulha. Minha esposa está aqui presente, neste momento, como sempre, em todos os momentos, está me apoiando. Esta base – acredito – e o compromisso e a fidelidade com os valores que essa base familiar me proporcionam também me habilitam para este olhar ético que, acredito, seja indispensável num fórum como o Conselho Nacional de Justiça.

Essa história, a conjugação dessas vivências é que me encorajam a submeter meu nome ao escrutínio de V. Exªs.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Passamos agora à fase de arguição do interpelado.

Cada Senador poderá exercer o seu direito de arguição pelo tempo de 10 minutos, cabendo ao interpelado o mesmo tempo para a sua resposta. Ainda serão admitidas réplica e tréplica, pelo prazo máximo de cinco minutos para a réplica e cinco minutos para a tréplica, e igual tempo para a resposta do interpelado.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria só de solicitar a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª tem a palavra.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Antes de tudo, eu gostaria de cumprimentar o nosso Procurador, Dr. Rogério José Bento Soares do Nascimento, pela sua indicação pelo Procurador-Geral da República.

Eu tive oportunidade de ler o belíssimo relatório apresentado pelo nosso colega Senador Randolfe, que, aliás, tem sido um especialista nessa questão. Toda vez que temos essa missão, ele a exerce com galhardia, com muita isenção, muita responsabilidade e competência.

Eu quero dizer que, vendo o seu currículo, eu fico feliz de saber que V. Exª é formado na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Eu também tive oportunidade de me formar em Direito na Federal, na Rua Moncorvo Filho, e vi que, à época que V. Exª fazia o seu mestrado, eu morava muito perto da PUC, ali no Baixo Leblon, nessa mesma época. E, enquanto V. Exª acompanhava os movimentos da redemocratização no seu mestrado, eu tive oportunidade de fazê-lo enquanto na graduação. Eu tive oportunidade de estudar concomitantemente a nossa nova Constituição. Eu estava tendo aulas de Direito Constitucional quando a Constituição estava sendo elaborada pela Assembleia Nacional Constituinte.

O currículo de V. Exª fala por si só. Não vejo nenhum elemento impeditivo da sua indicação. Aliás, nunca neste ano dei um voto no sentido contrário e não vai ser diferente desta vez. Apenas uma pergunta, mais por curiosidade. Eu vi que V. Exª escreveu um livro intitulado *Lealdade Processual, Elemento de Garantia de Ampla Defesa em um Processo Penal Democrático.* Achei muito interessante. Normalmente se fala muito do processo civil, do devido processo legal, sem muita especificidade na área criminal. E V. Exª aponta que, nessa mudança do século XX para XXI, o Brasil e o mundo passaram por grandes transformações, entre elas, o alargamento das funções estatais; e que uma sociedade plural, democrática, complexa, como é o caso da sociedade brasileira, reclamaria – esta é a frase sobre a qual eu gostaria de esclarecimentos – "um Estado protetor de liberdades e direitos, provedor de bens e aberto ao pluralismo de valores".

Eu confesso que me coaduno com o seu posicionamento. Vejo realmente ainda uma dificuldade não só da legislação, portanto, da nossa atividade, mas também em relação ao Ministério Público e ao Poder judiciário de conseguirem chegar ao meio termo e encontrar, com justiça, não só a jurídica, mas, acima de tudo, a justiça social, o equilíbrio na condenação, o equilíbrio nos direitos públicos – e os interesses públicos e têm, sim, que se sobrepor aos interesses particulares –, mas sem ferir também as liberdades e os direitos individuais.

Eu ainda vejo certo conflito que não poderia existir. Nós sabemos que há uma supremacia do interesse público sobre o interesse particular, mas vejo, cada vez mais, o cerceamento do direito do indivíduo, do cidadão numa sociedade sempre pensando basicamente no coletivo.

Eu gostaria só de saber, dentro desse limite, o que V. Exª entende. Em que posição estamos? Cada vez mais no sentido de colocar o direito público e os interesses públicos acima de qualquer liberdade ou direito de indivíduo, ou se já estamos conseguindo chegar nesse equilíbrio, que é o ideal, que é o que nós buscamos dentro do Direito.

O SR. ROGÉRIO JOSÉ BENTO SOARES DO NASCIMENTO – Muito obrigado Senadora.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Dr. Rogério José Bento, para sua resposta à interpelação que acabou de ser feita pela Senadora Simone Tebet.

O SR. ROGÉRIO JOSÉ BENTO SOARES DO NASCIMENTO – Senadora Simone, Srs. Senadores que aqui se encontram, público presente, eu sou um incorrigível otimista e acredito, sinceramente, que é possível olhar para os nossos desafios, tal como esse desafio que enfrento na obra *Lealdade Processual*, que é o desafio de conciliar eficiência na garantia da segurança, ao mesmo tempo com o respeito às liberdades individuais. Esse desafio não é menor do que o desafio de fazer democracia com justiça social. E, ao longo desses 52 anos de vida, minha avaliação pessoal é de que o País anda para frente. Eu não sou um saudosista; não acho que deixamos para traz uma era de ouro perdida. Eu estou convencido de que, com dificuldades – porque nada na vida é fácil, também na vida dos povos e na vida dos países, as conquistas não são fáceis –, estamos andando para frente! E a minha avaliação não é negativa.

Democracia não é simplesmente encontrar mecanismos para aferir a vontade da maioria para o exercício do poder. Democracia que valha a pena precisa ser mais do que, pura e simplesmente, o respeito da regra da maioria na investidura do exercício do poder. A democracia que a nossa Constituição desenha, a Constituição que S. Exªs escreveram, é uma democracia que precisa estar casada com eliminação de desigualdades, que precisa estar casada com justiça social e que precisa estar casada com o respeito ao pluralismo e à alternância. E é nessa tensão que acho que está o desafio de todo o cidadão, e não só das pessoas que exercem funções públicas.

É possível conciliar a busca do interesse público com o respeito às liberdades individuais? Eu estou absolutamente convencido de que sim! Para isso, precisamos ter consciência do valor do indivíduo, precisamos ter consciência do valor da diversidade e precisamos ter um compromisso humanista com a redução das desigualdades. Mas isso impõe tarefas! E as tarefas da redução da desigualdade levam – e é isso que eu dizia na obra –, necessariamente, a uma ampliação do Poder Público e da atuação do Estado. Esse Estado precisa ser ampliado e precisa ser ativo? Sim! É possível pensar, em um País que busca reduzir desigualdades, em um Judiciário neutro, em um Judiciário passivo, em um Judiciário indiferente aos dramas sociais? Não acredito que um Judiciário neutro e passivo fosse cumprir as promessas da Constituição.

Então, algum grau de ativismo é necessário. E, se algum grau de ativismo é necessário, como conciliar ativismo e democracia? Em minha visão, a única maneira de conciliar ativismo e democracia é ter um muito rigoroso respeito ao devido processo legal; muito rigoroso respeito aos procedimentos. Porque são as regras de procedimento que vão permitir que se exerça controle para que o ativismo, ainda que bem intencionado, não vire voluntarismo. E o voluntarismo é antidemocrático!

Acho que isso não vale só para as demandas de direito de cidadania. Acho que isso é possível ser pensado, também, no âmbito criminal, embora não seja muito frequentemente discutido. É mais ou menos intuitivo perceber que o Poder Público que acusa precisa acusar com justiça. Não é tão intuitivo perceber que é preciso, também, cobrar daquele que exerce o múnus público de defender o acusado de crime também precisa estar comprometido com lealdade. E é isso que a obra enfoca.

Espero ter respondido a V. Exª.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB. *Fora do microfone*.) – Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Presidente.

Na realidade, o meu questionamento quase já foi respondido pelo Dr. Rogério e vem exatamente nesta direção do ativismo no Judiciário, uma coisa que tem deixado algumas preocupações. Tenho lido já manifestações de juristas, de advogados, que estão a condenar essa atitude.

Quando se pretende, numa nova interpretação, de repente manter pessoas em condições que normalmente não seriam mantidas. Assim, nos preocupa muito o que está acontecendo neste momento, quando, na Operação Laja Jato, por exemplo, percebemos que só estão sendo liberados aqueles que fazem uma delação premiada.

Não sou jurista, estou aqui como observador, e a preocupação é essa. Quer dizer, essa é a nova regra que a Justiça vai colocar? Uma vez investigada, uma vez pedida a prisão preventiva, a pessoa, se não for colaboradora, não vai mais sair da cadeia? É sobre esse ativismo aqui que estamos a falar.

Nesta semana mesmo, parece que um dos Procuradores, numa audiência pública, deixou até vazar esse tipo de coisa: "Não, se o cidadão não fizer uma colaboração, não merece ser solto".

Quer dizer, a situação é: tem merecimento para ser solto ou vai se observar a lei para ser solto? Então, essa é a pergunta que gostaria de fazer a V. Sª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra, o interpelado para a sua resposta ao questionamento feito pelo Senador Blairo.

O SR. ROGÉRIO JOSÉ BENTO SOARES DO NASCIMENTO – Ah, desculpe-me, o Senador Dário quer fazer um...

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Presidente, V. Exª pode me inscrever, por gentileza, também?

O SR. ROGÉRIO JOSÉ BENTO SOARES DO NASCIMENTO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senador Blairo, eu não integro a força-tarefa da Lava Jato. Atuo em matéria penal no Rio de Janeiro, mas não integro nem a força-tarefa que cuida desse caso de tantas proporções no Estado do Paraná, nem o grupo que assessora o Procurador-Geral nesse caso, quer no Supremo Tribunal Federal, quer no Superior Tribunal de Justiça.

São três grupos que compõem diferentes facetas desse esforço. A força-tarefa, na verdade, são três forças-tarefas, e não integro nenhum dos três, nenhum desses grupos.

Não tive notícia sobre essa referência de um colega a respeito de só merecer a liberdade aquele que colabora com a Justiça, mas posso, embora não conhecendo o contexto em que essa observação tenha sido feita, dizer que com ele não concordo.

As regras para prender no curso do processo ou por força de uma condenação estão claramente traçadas pelo legislador. A Constituição e as leis estabelecem, com muita clareza, quando é possível a medida extrema de cercear a liberdade, no curso do processo, de alguém que ainda não se sabe culpado ou inocente, e essa é uma medida de enorme excepcionalidade.

Não faz tanto tempo, em 2008 o Congresso fez uma ampla reforma no Código de Processo Penal, para tornar mais explícito que não se admite num Estado democrático de direito que se imponha prisão no curso do processo, quando for possível garantir o processo e a persecução penal através de medidas que sejam menos invasivas. Essa foi uma evolução importante no sentido de um processo penal mais democrático.

É preciso que estejam presentes os pressupostos que a Constituição e a lei estabelecem para que alguém seja mantido preso no curso do processo. E esse é o controle que se faz.

De outro lado, não sou contrário à premiação penal. A premiação penal não é uma novidade nem no mundo, nem no Brasil. E a colaboração premiada, que hoje é tão presente no noticiário, sequer é a única nem a mais comum forma de premiação penal.

O Direito Penal, como técnica, não cumpriria as suas funções se fosse limitado à sanção. A verdade é que o Direito melhor funciona quando combina mecanismos de estímulo com mecanismos de punição. Se isso é evidente no Direito Privado, se isso é mais natural no Direito Privado, que é centrado na ideia do estímulo, isso não é menos verdadeiro no Direito Penal. A proteção dos bens jurídicos sensíveis que o Direito Penal tem por tarefa não se realiza plenamente sem alguns mecanismos de estímulo. É tradicional no Direito Penal brasileiro, por exemplo, a atenuante pela confissão. Está no Código Penal desde o começo da década de 40. Atenuar a pena pela confissão é premiação penal. É tradicional no Direito brasileiro e está no Código Penal desde a sua redação original, em 1940, diminuir a pena pelo arrependimento posterior. O Código Penal prevê a possibilidade de não aplicar a pena no peculato culposo quando há reparação integral do dano. A legislação penal prevê a extinção da punibilidade no crime contra a ordem tributária – essa já uma inovação da década de 90 – quando pago integralmente o tributo. Então, a extinção da punibilidade pelo pagamento do tributo, a atenuante da confissão, causa de diminuição do arrependimento posterior, são todas as formas de premiação penal.

A colaboração premiada, que está na Lei de Proteção de Testemunhas, que está na Lei de Crimes de Repressão a Organizações Criminosas, de que hoje tanto se fala, é mais um instrumento do repertório de técnicas que o Direito oferece, para que se combinem mecanismos de estímulo e mecanismos de proteção e de punição por uma proteção mais eficiente para os bens jurídicos tutelados. Não me parece que isso seja um mal; me parece que precisamos ter a grandeza de usar esses instrumentos com sabedoria.

Em relação ao ativismo – só mais uma palavra –, não é raro ouvir que o século 19, a partir das revoluções democráticas, foi o século do Congresso. O momento de instauração das democracias se fez com o fortalecimento do poder do povo e esse poder do povo é melhor espelhado no Congresso, no Parlamento.

Diz-se também, com muita frequência, que o século 20 foi o século do executivo. A tarefa de desenvolver no século 20 exigiu uma expansão do Executivo e uma atuação proativa do Executivo. Mas é possível também

dizer que o século 21 tem sido o século do Judiciário. O ativismo é hoje uma realidade com a qual precisamos conviver, e precisamos saber lidar com essa realidade. A questão já não é mais discutir se concordamos ou discordamos com o ativismo. Acho que o problema, hoje, é como conciliar o ativismo com o compromisso com a democracia, como controlar o ativismo, como racionalizar o ativismo, como garantir que o ativismo seja racional e democrático. Eu acredito que isso é possível.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Maggi, para exercer o seu direito de tréplica.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado.

Agradeço a sua resposta, Dr. Rogério, mas eu também não sou contra a evolução das coisas. Acho que tudo na vida evolui, tudo precisa ser devidamente estudado.

Acho que essa questão do ativismo, nesse primeiro momento, é uma vontade, é uma força, alguns fazem, mas, com o tempo, isso tem que ser trazido para a legislação. O que não pode é o tempo inteiro ficar, vamos chamar assim, fora, muitas vezes, dos padrões normais.

Quanto à questão do ativismo, temos visto, em muitas situações, que essa garantia da liberdade, ou a opção por alguma coisa menos invasiva não tem sido levada, talvez, como primeira prioridade. Talvez, em alguns momentos, essa prisão preventiva tenha sido muito mais uma punição social do que propriamente dentro dos processos que aí estão. É só uma constatação.

Quero dizer a V. Sª que também não sou contra a questão do colaborador premiado. Hoje isso está muito mais focado nessa questão das operações Lava Jato, crimes do colarinho branco etc, mas não podemos esquecer que, em determinados momentos da história, nós já clamamos por isso no caso de crimes bárbaros, sequestros, quando pessoas conheciam alguma coisa e ficavam reticentes em falar para não serem penalizadas.

Então, tem ajudado, sim, e vai ajudar a esclarecer muitos crimes no Brasil. Não tenho dúvida nenhuma disso. Acho que é um avanço da sociedade. Nós aprovamos isso no Senado Federal em 2013. E as coisas estão andando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Relator, para proferir o seu relatório.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Peço desculpa ao Senador Dário. Foi um erro aqui na anotação.

Com a palavra o Senador Dário, para fazer a sua interpelação.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Preliminarmente, quero cumprimentá-lo, Dr. Rogério, pela indicação da Procuradoria Geral da República para que V. Exª possa exercer uma função junto ao Conselho Nacional de Justiça, órgão máximo da Justiça brasileira. Quero cumprimentar também o Senador Randolfe Rodrigues, Relator desta matéria.

Quero acrescentar aqui que, inegavelmente, o Ministério Público exerce um papel estratégico para a democracia. Portanto, seus posicionamentos devem ser justos, lúcidos e tranquilos para que não se corra nenhum risco de cometer qualquer injustiça, porque, na dúvida, embora eu não seja advogado, nós nunca podemos seguir em frente, vamos dizer assim, com um procedimento que possa suscitar algum tipo de dúvida quanto à condenação de um ser humano. É preferível absolver mil culpados que condenar um inocente. Quer dizer, isso são chavões da Justiça, meu Senador José Maranhão, meu querido Presidente da CCJ.

Parece-me que, nos últimos tempos, está havendo – queria que o senhor se posicionasse sobre isso – uma judicialização exagerada e exacerbada, vamos dizer assim, da política propriamente dita. Preocupam-me algumas questões, que gostaria de relacionar.

Muito mais que o Ministério Público Federal propriamente dito, preocupam-me os processos de instrução, os processos de inquéritos, porque já tive conhecimento de algumas pessoas que foram inquiridas em inquéritos policiais onde, parece-me, houve um exagero na instrução por parte dos delegados, vamos dizer assim. Eles utilizam... E o mais impressionante é que, quando uma pessoa é processada, a qual nunca foi processada – então, a pessoa é de bem –, ela chega na frente de um delegado e realmente... O senhor, que é do Ministério Público, sabe quem efetivamente pode ter culpa e quem não pode ter culpa preliminarmente, só no *modus operandi* do inquirido. Entretanto, aconteceu com uma pessoa conhecida minha de um delegado começar um inquérito, começar a inquirir o cidadão, dizendo o seguinte: "Ou você entrega as pessoas, ou eu vou te colocar 12 anos na cadeia".

A questão aqui é a seguinte: o diabo sabe para quem aparece, porque, infelizmente, eles exageram no poder de polícia que têm para criar já um constrangimento imediato ao cidadão que está ali. Este já fica perdido, perplexo e, muitas vezes, não sabe mais o que dizer, enfim. E o inquérito decorre sempre da mesma ameaça.

Invariavelmente, esses inquéritos... Essa pessoa, por exemplo, que não tinha nada a temer, foi sem advogado. Foi sem advogado, e ele não era advogado, etc. e tal. Depois, relatando-me esse fato, eu pedi a ele assim: "mas por que tu não pediste para contar em ato essas inúmeras..." Porque havia testemunha, havia a escrivã e tal, etc. Enfim, não colocou. Bem, essa é uma questão; a questão do inquérito propriamente dito.

A outra questão que me preocupa muito é a judicialização da política em primeira instância. Hoje, a Constituição de 1988 – agora, o Senador Anastasia preside a nossa Comissão... A Constituição de 1988 estabeleceu uma série de direitos e obrigações. E todos nós sabemos – evidentemente, o senhor também sabe – que os Municípios, os Estados e a própria União têm dificuldade para cumprir com essas obrigações que foram estabelecidas. Mas não existe, vamos dizer, um espírito mais cooperativo para que as instâncias possam, efetivamente, construir um cenário que possa atender à Constituição de 1988. E, invariavelmente, o que se observa? Processos e mais processos, transformando hoje, digamos, a função ou a delegação de um prefeito em uma das atividades de maior risco do País, infelizmente.

Na verdade, eu penso – eu fui prefeito – que o Ministério Público deve atuar de maneira cabal e resolutiva de casos que inspirem, vamos dizer assim, malversação do dinheiro público, má-fé do gestor. Mas, porque ele não atingiu uma meta ou porque deixou de atingir determinados princípios ou determinadas ações que estão previstas na Constituição, mas que são impossíveis de realizar, acho que ele merece, de certa forma, um tratamento diferenciado. E o que vemos, em primeira instância – o senhor sabe disso –, não é isso; é uma avalanche de ações em cima dos prefeitos. Não há um prefeito hoje que não tenha 10, 20, 30, 40, 50 processos. E, lamentavelmente, isso tem diminuído a qualidade dos nossos administradores públicos, porque há muitas pessoas que são convidadas a administrar um Município, que, diga-se de passagem, é a maior instituição municipal normalmente – é o que mais emprega, o que mais arrecada, o que tem os maiores princípios sociais e econômicos para atender a população, sobretudo a população que mais precisa –, e, no entanto, de certa forma, pelo que posso observar, existe, de uma maneira objetiva, uma exagerada atuação do Ministério Público nessas ações.

Não há como negar, também, que estamos passando por uma transição importante. E a questão anterior que eu relatei tem a ver com certa delação premiada, vamos dizer assim: "você entrega, que eu te livro, etc. e tal, no inquérito" – não estou falando do processo; no inquérito. "Você dá o depoimento, eu te livro, e você entrega quem tiver que entregar." Quer dizer, isso é um absurdo, porque nem sempre o cidadão tem alguém para entregar. Muitas vezes, não tem. E isso me causou, de certa forma, uma revolta e uma indignação com relação a esse assunto, porque, se isso aconteceu com uma pessoa conhecida minha, deve estar acontecendo, por esse Brasil aí, com muitas pessoas, onde, possivelmente, alguns – como existem administradores x e y...

(Soa a campainha.)

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – ... procuradores também etc., promotores e Senadores, e assim a vida segue.

Dito isso, acho que a questão da transição que nós estamos vivendo é muito importante e oportuna, demonstrando que hoje a Justiça está funcionando, e está funcionando para todos.

Acho isso essencial para a democracia e pode proporcionar uma nova página na história do Brasil: de justiça social e de combate à corrupção. Entretanto, preocupa-me o seguinte: estamos tratando casos diferentes de maneiras iguais.

Quer dizer, tenho percebido, principalmente em Santa Catarina, que se estão prendendo... Aliás, outro dia, prenderam um pessoal em Santa Catarina, por seis, sete, dias, e foi provado que, se eles fossem condenados por todos os crimes imputados, Senador Maranhão, eles teriam sido condenados por menos de quatro anos. Logo, seria pena alternativa, mas ele ficou sete dias preso, numa disposição cinematográfica de deixar o cidadão preso, de acabar com a sua carreira, de eliminar a sua autoestima, o orgulho próprio do cidadão, que fica marcado com essa atitude para o resto da sua vida não só para a pessoa em si, mas também para os seus semelhantes e também para a sua região.

Então, objetivamente, só queria que V. Exª me respondesse quanto à judicialização da política, principalmente em Primeira Instância, mas existe também em Segunda e em Terceira Instância. Não sei se posso qualificar como exagero esses instrumentos de instrução do processo e também de um acordo, vamos dizer assim, com o Ministério Público, para que ofereça denúncia e prenda o cidadão, como nesse caso, que, se fosse condenado, em todos os crimes, receberia pena de menos de quatro anos, quando, na verdade, entendo que ele poderia ser convidado a comparecer, a prestar os esclarecimentos, construir um inquérito, ser denunciado e, depois de denunciado, efetivamente, se condenado, cumprir pelos erros que cometeu.

Somos responsáveis por aquilo que fizemos. Somos responsáveis pelos nossos acertos, mas somos também responsáveis pelos nossos erros. Por isso, existe a Justiça, com as punições necessárias, mas parece-me que, neste momento, estamos vivendo um exagero midiático de que cada delegado tem a responsabilidade

de prender mais gente, porque, se ele assim o fizer, está atuando mais, está demonstrando mais trabalho à comunidade.

Isso é muito preocupante, inclusive para a democracia.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Sr. Rogério José Bento Soares do Nascimento.

O SR. ROGÉRIO JOSÉ BENTO SOARES DO NASCIMENTO – A minha vida se confunde com o Direito na sala de aula, ou nos tribunais, já há 30 anos.

A minha tentação, Senador Dário Berger, diante de tantas questões importantes que V. Exª suscita, seria passar todos os dias com V. Exªs, fazendo um esforço de reflexão e de diagnóstico destes problemas e de caminhos para a solução. No entanto, os limites deste momento e da arguição não permitiriam, mas gostaria de responder, sim, a alguns pontos.

Há uma explosão de litigiosidade no Brasil nos últimos tempos e muito particularmente depois da Constituição de 1988, no sentido de restaurar a legitimidade democrática entre nós.

Essa explosão de legitimidade se manifesta em muitos diferentes campos. Hoje, ela se transforma em um problema, muito claramente enfrentado e administrado, inclusive no campo da judicialização da política, mas essa explosão da litigiosidade não se circunscreve apenas ao campo da judicialização da política.

Temos matéria de consumidores, por exemplo. Hoje, há uma explosão de demandas e, muitas vezes, o cidadão brasileiro prefere ir à Justiça em busca de uma solução paternalista para o problema do que dialogar ou buscar, através da conciliação, a resolução dos problemas e transtornos do dia a dia.

Mas, no campo da política, que envolve a preservação da harmonia dos Poderes, essa explosão de litigiosidade é mais sensível, evidentemente, ela é mais sensível. Ela não é exclusivamente um problema da política e só se resolve com diálogos institucionais, na minha visão.

Não se contém esse excesso de judicialização da política sem diálogo institucional, mas é exatamente porque vivenciamos esse tipo de problema na sociedade brasileira, no nosso tempo, que órgãos como o Conselho Nacional de Justiça se fazem vitais e estratégicos, uma vez que têm esse papel não só de controlar abusos como também de formular projetos que permitam racionalizar, padronizar e diminuir os riscos do voluntarismo e do abuso.

É da natureza humana o fato de que quem detém poder está sujeito ao risco de abusar desse poder. E é por isso, como isso é natural, que é preciso que as instituições estejam preparadas para enfrentá-lo. Essa é uma das razões da grandeza do Conselho Nacional de Justiça.

Eu dediquei a minha vida ao Ministério Público Federal. O Ministério Público Federal promove justiça, não é um acusador profissional. Eu costumo dizer que vivo a melhor das profissões, porque sou pago para exercer cidadania. O membro do Ministério Público é um profissional do exercício da cidadania. Estamos numa Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Promover significa provocar, e não prestar. E, nesse sentido, se há abusos também por parte dos órgãos do Ministério Público, cabe ao Judiciário exercer o controle da atividade abusiva do Ministério Público. O Ministério Público não prende, o Ministério Público não condena, o Ministério Público leva à Justiça o problema, a fim de que ele possa ser resolvido.

Em *Solo de Clarineta* há um pequeno trecho em que Érico Veríssimo comenta sobre o início da sua vida como escritor. *Solo de Clarineta*, para quem não recorda, é um livro que tem um conteúdo autobiográfico. O pai do grande escritor Érico Veríssimo era boticário numa cidade do interior do Rio Grande do Sul, e o consagrado escritor Érico Veríssimo relata que, um belo dia, um brigadista com um sabre abre a barriga de alguém que estava num conflito numa praça pública e, sem médico no local, ele vai à farmácia do pai do Érico Veríssimo para ser atendido, E ele, jovem com 12 anos, num final de tarde, tem que ajudar o pai a costurar esse ferido, mas tem dificuldade, porque não está acostumado com sangue, com aquela situação de violência. E o pai diz que ele precisa segurar uma lâmpada para iluminar, para que ele possa atender. O pai diz ao jovem Érico Veríssimo que ele só tem que segurar a lâmpada. O outro está ali, com a barriga aberta, e ele só tem que segurar a lâmpada. Depois, Érico diz que, ao longo da vida como escritor, ele sempre pensou a sua tarefa como escritor como alguém que segura a lâmpada e que mostra a realidade, ainda quando ela não seja bonita, ainda quando ela seja algo do qual não nos orgulhamos.

Essa também é, um pouco, a função do Ministério Público, o Ministério Público segura a lâmpada, o Ministério Público ilumina o problema, para a sociedade, mas é a sociedade que precisa resolvê-lo. O Ministério Público não resolve pela sociedade, não quer, nem poderia, nem estaria autorizado a substituir a sociedade e nem o Judiciário.

A nossa tarefa é segurar a lâmpada, inclusive, no controle externo da atividade policial, que é também acometido ao Ministério Público. Para evitar esse tipo de abuso na fase preliminar da investigação, é importante

que o Ministério Público dê mais atenção, porque temos uma cultura autoritária e, na nossa cultura autoritária, a Polícia, não raro, ainda acha que a sua tarefa é pura e simplesmente identificar autores de crime.

Precisamos ter a consciência de que num Estado democrático de direito não se condena sem prova e que ter uma convicção sobre a autoria de um crime é só o primeiro passo, é só o ponto de partida.

O que de fato interessa, na democracia, é decidir com base em provas, julgar com base em provas. Então, ter a convicção de que alguém é suspeito está muito longe de ser o ponto de chegada. É só o ponto de partida. Mas, numa cultura em que a polícia acredita que basta a ela esclarecer a autoria dos crimes, muitas vezes a reunião de provas é negligenciada. Além disso, uma polícia com essa cultura de que só esclarece autoria muitas vezes descamba ou para o uso da violência como forma de obter a confissão, ou para a delação.

A delação e a confissão são o binômio da percepção penal, historicamente, no Brasil. E aí a delação, muitas vezes, leva o policial para uma convivência que é promíscua com a criminalidade: delata quem conhece; conhece quem vive. E essa proximidade de quem persegue com quem pratica o crime é sempre deletéria. Então, vivemos muitas vezes uma polícia que ainda é pautada nesse binômio confissão-delação, e essa não é a polícia de que precisamos, não é a polícia que queremos e não é a polícia que vamos ter, porque todos estamos comprometidos no esforço de mudar esse cenário.

Espero ter respondido.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – O senhor me permite a réplica, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Desculpe-me insistir, Procurador. Eu acho que o debate eleva a discussão e tira algumas dúvidas que possamos ter.

Eu queria que o senhor me dissesse: é normal, é justo um cidadão ser preso se, apurando todas as penas da acusação e aplicando a pena máxima, ele fosse condenado a menos de quatro anos de prisão? Isso seria normal? Isso é justo? Isso é possível ou isso é impossível?

A outra questão é a seguinte: o que o senhor pensa do atual estágio das delações premiadas? O senhor pensa que é normal ou está existindo realmente uma predisposição de prender o cidadão, para que efetivamente ele faça a delação? É como se, enquanto ele não fizer a delação, ele não será solto. Pelo menos, é o que observamos e se discute nos meios menos jurídicos, vamos dizer assim, do sistema. Se o senhor pudesse falar sobre isso, só para tirar essa dúvida que paira sobre a minha...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O interpelado olhou para mim e fez um gesto, como se dissesse: "Eu devo responder?"

O debate aqui tem que ser, antes de tudo, democrático. Vamos fugir um pouco dos padrões rígidos, estabelecidos no Regimento, de resposta-interpelação-réplica-tréplica. V. Exª, na realidade, já exerceu os dois direitos que lhe cabiam, a interpelação e a tréplica. E ele exerceu a tréplica. Mas, como a pergunta que V. Exª formulou agora, por último, é esclarecedora, e pode ser esclarecedora a primeira interpelação que V. Exª fez, a Presidência concorda em que o interpelado preste novos esclarecimentos.

O SR. ROGÉRIO JOSÉ BENTO SOARES DO NASCIMENTO – Senador Dário, é possível que alguém seja preso no curso do processo, quando responde por um crime para o qual a pena prevista, em abstrato, não ultrapassar quatro anos de privação de liberdade? É, embora seja algo excepcionalíssimo. Não é possível prender, no curso do processo, quem responde por um crime culposo; não é possível prender, no curso do processo, com uma prisão preventiva, quem responde por uma infração de menor potencial ofensivo. Mas uma infração de médio potencial ofensivo não tem, para a substituição da pena privativa de liberdade por penas alternativas, exclusivamente o critério objetivo. É uma situação de enorme excepcionalidade. Muito raramente, na minha vida profissional, tenho me manifestado favorável a uma prisão nessa circunstância, e a minha vivência é de 23 anos.

Tenho dificuldade de lembrar exemplos em que isso me pareceu justo e razoável, mas é juridicamente possível, por quê? Porque pode ser que circunstancialmente outros requisitos de índole subjetiva, que o art. 44 do Código Penal também impõe para a substituição da pena privativa da liberdade, estejam ausentes. Aí, naquelas circunstâncias do caso concreto, a Justiça pode entender possível a prisão, mas parece-me que é algo muito excepcional e que, quando ocorre, é mais provável que seja fruto do erro do que da correta aplicação da lei possível. Possível é.

Quanto à colaboração premiada, eu antes já havia dito que não integro nenhum dos três grupos de força-tarefa que atuam na Lava Jato, que tem sido marcada por inúmeros acordos de colaboração premiada. No entanto, sem atuar diretamente, dentro do Ministério Público, sem um número preciso, pelo que me consta, pelo menos 70% dos casos de acordo firmado de colaboração premiada não são firmados por alguém que esteja preso. Então, embora o acordo firmado por quem está preso tenha maior repercussão e, para a sociedade, dê essa sensação de que a prisão tem servido como um instrumento, não é requisito para a prisão ser mantida ou imposta concordar, ou discordar da colaboração.

A colaboração é decisão do próprio acusado no interesse da sua defesa, é um cálculo do próprio acusado julgar que lhe convém, ou não lhe convém, do ponto de vista prático, do ponto de vista de resultados, colaborar, e não é um requisito que a lei imponha como um critério de controle para prender, ou manter em prisão. Pode parecer que a maior parte dos acordos de colaboração premiada sejam firmados por quem está preso, mas isso não retrata a realidade: a maior parte dos acordos – e são inúmeros os acordos de colaboração premiada – não são firmados pelas pessoas que têm projeção pública, e, daqueles que têm maior repercussão pública, alguns deles, a maior parte dos que tiveram grande repercussão pública foram firmados ainda por quem estivesse preso, mas isso não retrata a realidade. Então, eu acho que essa relação entre prisão e colaboração está mais no imaginário do que na realidade.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Na sequência, com a palavra, o Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, José Maranhão, Srs. Senadores, Sr. Procurador Rogério, quero dar meu bom-dia.

Deixe-me dizer-lhe: essa missão que lhe estão dando, sem nenhuma dúvida, bem relatada pelo Senador Randolfe, que tem altíssima competência, hoje é da maior importância.

Ruy Barbosa dizia que a pior ditadura é a do Judiciário, porque depois não há para quem recorrer. O cargo que V. Exª vai desempenhar é exatamente aquele a que se recorre, mas os procedimentos do Judiciário nos colocam, muitas vezes, em dúvida, talvez até porque sejamos leigos. Num exemplo recente, um Senador da República foi preso, porque estava prejudicando, segundo a gravação, o andamento de um inquérito. Eu vejo o Cunha manipulando de todos os sentidos e eu não vejo esse mesmo procedimento com o Cunha, mais do que isso: os procedimentos dele avançam no que diz respeito à República brasileira, porque principalmente não é um caso só de polícia, é em caso de política em cargo muito importante. Não sei se a minha visão é muito grosseira, mas é uma ótica talvez do leigo, como representante do povo, que fico a pensar.

As multas, às vezes, por exemplo, também que o Judiciário coloca ficam muito a critério. Por exemplo, com todo o respeito, esses juízes classistas, em todos os sentidos, seja no TSE, seja no TRE, seja onde for,

Às vezes, as posições deles são muito duvidosas. No meu Estado, na campanha em que a Presidente Dilma foi eleita, no primeiro mandato dela, o Presidente Lula por duas vezes foi multado por campanha antecipada, em R$5 mil, duas vezes, uma e a outra em seguida.

Eu era vereador, o governador de Roraima havia feito um empréstimo violento, convocou de última hora, e a Assembleia aprovou. Fui para a rua criticar porque os meios de comunicação são dominados pelos políticos e você não tem acesso, tem que usar um carro de som. Eu fui multado como campanha antecipada porque eu seria candidato a Deputado Federal – nem candidato eu fui – em R$20 mil, em R$20 mil.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone*.) – É pouco.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – É pouco para quem rouba, mas é muito para quem trabalha. Então, eu tive essa dificuldade imensurável de entender o comportamento da Justiça.

No meu Estado, passamos o mandato inteiro de um governador sob liminar, sob liminar. Você imagina o que é um governador governar com liminar, a porta aberta para a corrupção e para a chantagem. Chantageiam-no os políticos que têm poder, os Deputados, todo mundo o chantageia. Ele é um homem, é um governador sem força. Nós temos o presidente da assembleia com dois mandatos, com liminar. Ele é Presidente da Assembleia com liminar, o Presidente do Tribunal de Contas com liminar. Até quando isso vai dormir nos porões da Justiça ou até quando a Justiça vai deixar cargos importantes da Federação brasileira, de órgãos importantes de um governo dormindo? Por qual critério? O que está acontecendo?

Então, são coisas que, às vezes, você fica a questionar. E o cargo que V. Exª vai ocupar é um cargo nesse sentido, é um cargo de fiscalizar as ações do Judiciário. Como V. Exª, Dr. Rogério, vai sentar-se naquela cadeira, eu queria que V. Exª abrisse o seu leque e o foco para esses aspectos, porque é incompreensível haver dois pesos e duas medidas, nesse Brasil afora, na Justiça brasileira. E a Justiça brasileira goza de credibilidade, e pesquisas recentes demonstram isso, talvez muito mais pelos atos dos próprios Procuradores do que mesmo pelo Judiciário em si. Eu queria que V. Exª, ao sentar naquela cadeira, sentasse com essa preocupação, um olhar periférico para o que acontece hoje Brasil afora.

Estou lhe contando fatos que é para enumerar tantos outros. Peguei um fato graúdo da República e levei para o meu Estado, um Estado pequeno, porque, nesse meio de pontas, imagine o que não pode estar acontecendo.

Então, eu queria que V. Exª levasse em conta o porquê da nossa preocupação, para que a Justiça desse celeridade, desse confiabilidade, passasse aquela garantia necessária que as pessoas precisam buscar e encontrar, principalmente as pessoas mais carentes, as pessoas mais necessitadas. Que possam enxergar sempre na procuradoria, na promotoria pública, nas defensorias, nos juizados a segurança da legalidade jurídica.

Faço essas observações, quero desejar a você sucesso. Vou me antecipar e abrir o meu voto. Vi seu currículo, gostei, mas quero que V. Exª entre naquela casa com total independência, é assim que vejo que V. Exª vai fazer para que essas providências sejam tomadas. No meu Estado, eu vou forçar a Justiça a tomar essas providências nem que eu tenha que vir para a frente do Superior Tribunal de Justiça, nem que eu tenha que ir para a frente da Procuradoria-Geral da República, mas não admito mais que o meu Estado seja administrado por pessoas que legalmente deveriam estar na cadeia.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Dr. José Bento.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Na verdade, eu não fiz pergunta, eu fiz sugestões, mas fique muito à vontade.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Veja se você liga o microfone...

O SR. ROGÉRIO JOSÉ BENTO SOARES DO NASCIMENTO – Eu uso este.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Há um comando aí retardando a ligação, não é?

O SR. ROGÉRIO JOSÉ BENTO SOARES DO NASCIMENTO – Muito obrigado, Senador Telmário. Eu, com certeza, se for honrado com o voto desta Casa, vou manter essas preocupações e zelar pelo exercício independente das funções do Conselho Nacional de Justiça.

Eu, quando escrevi, em 2003, sobre o emprego excessivo de medidas provisórias, na obra *Abuso do poder de legislar*, me ocupava de uma peculiaridade: a nossa medida provisória é inspirada no modelo italiano; e na Itália havia um emprego excessivo de medidas provisórias, que foi controlado pela ação da Corte Constitucional da Itália. E entre nós, o emprego excessivo de medidas provisórias foi controlado por uma contenção do Congresso, por meio de uma emenda constitucional, e não pelo Supremo Tribunal Federal. E o que me intrigava um pouco era por que foi o Judiciário o árbitro dessa tensão entre o Executivo e o Legislativo na Itália e por que, no Brasil, isso foi equacionado por meio de uma emenda constitucional.

Mas, naquele momento, uma das coisas que me marcava era a ideia de que vivíamos sob o signo do provisório. E viver sob o signo do provisório não era algo que se expressava só porque a legislação muitas vezes se perpetuava nas renovações das medidas provisórias, não; vivemos sob o signo do provisório também porque liminares e medidas cautelares no âmbito da Justiça se prolongam por tempo muito grande neste País. E ainda, mais de dez anos depois, acredito que embora o quadro hoje seja melhor do que já foi, ainda, em grande medida, vivemos sob o signo do provisório.

Então essa preocupação, quando se pensa em duração razoável do processo, não envolve pura e simplesmente resolver em definitivo o processo num tempo razoável, mas envolve também que decisões que sejam conferidas em caráter liminar não se perpetuem por um tempo prolongado. Se todo processo precisa ser resolvido em tempo razoável e célere, aqueles processos onde há antecipação de tutela, onde há medida de cautela, onde há liminar, esses são mais delicados e mais sensíveis, esses merecem uma atenção mais ágil. E com certeza o CNJ não está despreocupado com esse tipo de problema, e esse é um problema de todos nós, da sociedade brasileira.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, só para completar, minha replicazinha...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Concedo a palavra ao Senador Telmário,...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Um minuto, um minuto.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ...para sua réplica.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Está bom.

Nesse contexto, agradeço a explicação e queria também colocar uma outra preocupação. Hoje a maioria dos meios de comunicação nos Estados estão dominados por grupos políticos; e de forma sólida, eles atacam a imagem das pessoas. Embora tenhamos aprovado, agora recentemente, uma lei de resposta, uma lei que me parece que contenta, vemos a morosidade da Justiça em dar esse direito de resposta. Até sair o direito de resposta... Imagine um meio de comunicação dominado por pessoas que não têm procedimento republicano, não têm compromisso com a verdade, são feitos com exclusividade para denegrir a imagem das pessoas, com total irresponsabilidade, até você conseguir o direito de resposta, você toma um prejuízo de imagem extremamente, quase que irrecuperável. Também há uma preocupação nossa de que haja uma celeridade, o mais rápido possível, porque não é fácil. Uma concessão pública que tem que servir à sociedade serve a interesses escusos, de pessoas inescrupulosas. Isso é preocupante dentro da República brasileira. Eu queria colocar isso.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra, o Dr. José Bento.

O SR. ROGÉRIO JOSÉ BENTO SOARES DO NASCIMENTO – Bom, eu só tenho a dizer que as preocupações do Senador Telmário, tenho certeza, são as preocupações de todos os brasileiros e minhas também.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, apenas para fazer uma declaração de voto. Não tenho pergunta a fazer ao Dr. Rogério, mas quero registrar a importância do CNJ e o papel que ele foi galgando ao longo dos últimos anos. Sem dúvida nenhuma, é um instrumento extremamente importante, de transparência, de controle.

O Ministério Público Federal tem indicado membros que têm engrandecido aquele Conselho. Todos os setores têm, de certa forma, colocado o que há de melhor no Conselho e não tenho dúvidas de que V. Exª vai, no CNJ, desempenhar um papel extremamente importante.

Vivemos hoje um momento em que muitas questões são judicializadas. Tenho debatido muito internamente, dentro do Congresso, que temos que melhorar a qualidade das leis, dar mais clareza às leis, exatamente para que tenhamos menos busca ao Judiciário por conta de interpretações. O formato de legislação brasileira historicamente tem sido um formato que não define precisamente o instrumento da lei. Como há uma busca de entendimento e de maioria ampla, termina se construindo leis que são mais interpretativas do que definidas. Isso vai buscar o Judiciário de uma forma muito grande.

Quando vemos o acúmulo nos tribunais regionais federais, principalmente aqui no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que pega o nosso Estado de Roraima, que pega quase que metade da área geográfica – aliás, mais da metade – do País, vemos o acúmulo de procedimentos.

Quero, primeiro, registrar a importância de V. Exª assumir. Não tenho dúvidas de que haverá uma votação com aprovação maciça do nome de V. Exª. Quero dizer que essa Casa é parceira para buscar caminhos que possam ampliar a rapidez e a prestação do serviço de justiça a toda a população brasileira.

Quero parabenizá-lo pela indicação e dizer que V. Exª tem um grande desafio pela frente, mas que o Congresso é parceiro desse fortalecimento do Judiciário e do trabalho específico do CNJ.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra, o Dr. José Bento.

O SR. ROGÉRIO JOSÉ BENTO SOARES DO NASCIMENTO – Só posso agradecer as elogiosas palavras do Senador Romero Jucá. Tenho consciência da dimensão da função, da importância e do desafio que representa e que estou muito honrado com a declaração de voto de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente e Dr. Rogério Bento Nascimento, primeiramente, agradeço, Presidente, a sua gentileza e a dos colegas da CCJ na minha designação – em especial, sua gentileza – para tão honrada missão, que é relatar um membro do Ministério Público Federal, da Procuradoria-Geral da República, que tem tão rico currículo, professor estudioso, vem da academia das áreas das ciências jurídicas. Só reiterar, Presidente, que a honra é maior do que aquela a qual fui designado.

Já fiz aqui, anteriormente, o relatório e o parecer, obviamente favorável, à designação do Dr. Rogério, para ocupar a cadeira da PGR no Conselho Nacional de Justiça. Quero só, complementarmente, fazer dois questionamentos para concluir obviamente os questionamentos da sabatina de V. Exª.

O primeiro deles é o seguinte: a Resolução nº 63, do CNJ, editada recentemente, trouxe a tramitação direta de inquéritos policiais entre o Ministério Público e a Polícia Federal. Obviamente, por claro, quando não for necessária alguma medida sujeita à reserva de jurisdição, isso reduz em anos o tempo de tramitação da investigação criminal e obviamente dá mais celeridade. Entretanto, há enormes pressões de associações, organizações corporativas para que os inquéritos voltem a passar para o Judiciário.

Gostaria de ouvir a manifestação de V. Exª a respeito desse tema.

Além disso, Dr. Rogério, o CNJ tem editado orientação e manual sobre alienação antecipada de bens. Não obstante isso, ainda vemos o pátio das polícias repleto de objetos e veículos.

Eu vejo que, apesar dessa norma editada pelo CNJ, os juízes ainda se encontram um pouco tímidos na alienação desses bens. Eu lhe pergunto como fazer para dar mais efetividade a essa orientação do Conselho Nacional de Justiça.

Ontem, Dr. Rogério, foi o Dia Internacional de Combate à Corrupção, como é sabido, como é de conhecimento de V. Exª. Ontem, em pronunciamento aqui, nesta Casa, eu, inclusive, dizia que lamentavelmente temos um dia de combate à corrupção e que, nos outros 364 dias, parece que há um culto a ela.

Mas esse é um clamor hoje da sociedade brasileira. A pauta da corrupção está na agenda central da sociedade brasileira.

Tenho conhecimento de que o CNJ editou uma resolução para disciplinar o prazo de vista dos tribunais. Inclusive, essa é uma das dez medidas propostas pelo Ministério Público Federal. E, atento a V. Exª e aos membros do CNJ, há o Projeto de Lei nº 201, de 2015, que propõe isso, a regulamentação disso.

Saiu uma matéria veiculada recentemente que diz que os tribunais cumprem somente 55% das metas do combate à corrupção. Aí eu lhe pergunto: o que o CNJ pode fazer para dar maior celeridade ao combate à corrupção?

Por fim, pergunto como o senhor vê a aplicação da, entre aspas, "pena" de aposentadoria compulsória para os casos de corrupção. Eu lhe pergunto: o senhor acha justo que alguém que tenha sangrado os cofres públicos, por meio do Judiciário, que deveria ter os deveres de vigiar e de ter dignidade com o próprio Judiciário, tenha como punição ainda ser aposentado, ganhando dinheiro dos cofres públicos?

Essas são as perguntas complementares que tinha, Sr. Presidente, José Maranhão, ao nosso sabatinado do dia de hoje.

Mais uma vez, agradeço a honra de V. Exª, Senador José Maranhão, me ter designado para grandiosa tarefa, que – digo aqui – acrescento, com muito orgulho, ao meu currículo, de ter aqui relatado o nome de tão douto Procurador da República.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Esta Presidência diz apenas que foi justo, ao indicar V. Exª como Relator, porque V. Exª é, de longe, titular de todos os títulos necessários a essa tarefa tão nobre.

Com a palavra, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, três questões ao Dr. Rogério José Bento Soares do Nascimento.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Sem querer interromper, já interrompendo o Senador Alvaro Dias...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Houve um lapso aqui. Pela sequência, deveria ter concedido a palavra primeiro ao Dr. José Bento, para responder ao Relator.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Sem problema.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, de minha parte, sem problema algum. Até para dar mais celeridade, se o Senador Alvaro quiser seguir, e aí o Dr. Rogério responde em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pronto.

O SR. ROGÉRIO JOSÉ BENTO SOARES DO NASCIMENTO – Eu respondo em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Então, a conciliação vem fácil.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Está certo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O interpelado vai responder em conjunto.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Pois não.

A primeira indagação diz respeito a uma obra, Dr. Rogério, que analisa o abuso do poder de legislar, mais especificamente o instituto das medidas provisórias no Brasil e na Itália.

O Supremo Tribunal Federal recentemente considerou inconstitucional a prática da inserção no texto de projetos de lei de conversão de matérias que não guardam relação com o objeto da medida provisória, o que chamamos aqui de jabutis. Os jabutis ficaram famosos nos últimos tempos, no Congresso Nacional.

Como estudioso do tema, qual a visão de V. Sª a respeito do chamado contrabando legislativo.

Na Itália, a legislação dispõe que as medidas provisórias devem ter conteúdo específico, homogêneo e correspondente ao seu título. No Brasil, o estado de coisas que dá ensejo ao contrabando legislativo não é também favorecido pelo uso excessivo por parte do Poder Executivo.

Aliás, recentemente, mesmo depois da decisão do Supremo – esta exatamente é a razão da indagação – o Senado aprovou uma medida provisória com "jabutis", o que nos motivou, inclusive, a ingressar com mandado de segurança junto ao Supremo Tribunal Federal, obtendo liminar. Obtivemos limitar que suspendeu os efeitos do projeto de conversão sancionado pela Presidente Dilma. Então, essa questão ainda está pendente. Por isso, indago a sua opinião a respeito.

Recentemente, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de repatriação de capitais. E o Senado discute agora esse projeto, está na pauta. E esse projeto tem sido objeto de críticas por alguns juristas, como Lenio Streck, para quem ele promoveria uma descriminalização *ad hoc*, incompatível com os princípios da moralidade e da isonomia. O jurista questiona: caso aprovado um projeto desse tipo, com descriminalização *ad hoc* para os repatriadores, o que dizer para o sujeito que furta ou comete outro delito contra o patrimônio? Se ele devolver o dinheiro furtado, pagando uma multa, não deveria receber uma benesse do mesmo quilate? Ou a lei deve beneficiar apenas o andar de cima? Com a posição de V. Sª a respeito desse tema, o projeto de repatriação de capitais violaria o princípio da proibição da proteção deficiente?

Esse projeto está no plenário do Senado. O Relator não acolheu as emendas. Eu próprio apresentei emendas. Uma delas quebrando o sigilo na origem e no destino dos recursos repatriados. Essa emenda não foi acolhida.

Portanto, é um tema que está em discussão no Senado atualmente.

A sua opinião é balizadora certamente.

Em trabalho doutrinário, V. Sª escreveu o seguinte sobre o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público: "na falta de uma maior clareza sobre o papel desses órgãos, eles têm transmitido a sensação de que, exercendo um controle externo menor do que aquele para o qual eles foram concebidos, acabam servindo como instância de repercussão das demandas corporativas do próprio sistema". Passados sete anos, como V. Sª vê a situação do Conselho Nacional de Justiça e do CNMP?

Persiste a impressão de que muitos se ocupam das demandas corporativas. Em caso afirmativo, que medidas poderiam ser adotadas para reduzir os riscos de conversão dos conselhos em órgãos de repercussão dos interesses de magistrados e membros do Ministério Público?

São essas as indagações, Sr. Presidente e Sr. Procurador.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB - RR) – Para encerrar a lista de oradores, passo a palavra ao Senador Marcelo Crivella. Logo após, o Dr. Rogério fará uma observação sobre as três colocações feitas pelos três Senadores.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Sr. Presidente, quero aqui dizer da alegria e do orgulho do povo fluminense em ver o Procurador-Geral da República Rogério José Bento Soares do Nascimento assumir sua posição no Conselho Nacional de Justiça, no CNJ. Tenho certeza de que esta Comissão irá aplaudi-lo.

Eu gostaria apenas, Sr. Procurador, de indagar sobre a prisão do Parlamentar Delcídio por ordem do Supremo Tribunal Federal fora das hipóteses expressamente previstas na Constituição. Há quem diga que o Supremo Tribunal Federal extrapolou os seus poderes, inclusive por não ter havido flagrante.

A própria expedição da ordem de prisão é um paradoxo. Afastaria a situação de flagrante. Eu gostaria de saber a opinião de V. Exª, levando em conta o perfil garantista da nossa Constituição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB - RR) – ... para concluir as suas colocações.

Logo após, vamos apurar a votação.

O SR. ROGÉRIO JOSÉ BENTO SOARES DO NASCIMENTO – Obrigado, Senador Romero Jucá.

Vou fazer o esforço de responder com objetividade tantas e tão importantes e intrigantes indagações.

Primeiro, Senador Randolfe, a honra com certeza é minha de tê-lo tido como Relator desta minha indicação, sem dúvida alguma.

A Resolução nº 63 busca implantar, em caráter nacional, experiências que já vêm sendo testadas em mais de duas décadas. Quando ingressei no Ministério Público, no começo dos anos 90, era recente um provimento conjunto do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e do Procurador-Geral de Justiça daquele Estado, na ocasião, que estabelecia – recém-promulgada a Constituição de 1988 – a tramitação direta de inquéritos entre o Ministério Público e a polícia, criando centrais de inquéritos no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, algo que logo em seguida foi também implantado no âmbito da Justiça do Estado em São Paulo, por solução semelhante à do conjunto do Tribunal de Justiça de São Paulo com o Ministério Público do Estado de São Paulo. E ali se fazia a leitura de que, com a exclusividade da ação penal cometida ao Ministério Público, o juiz, que se quer em um sistema acusatório público parcial, não deveria ter participação direta na fase inicial de persecução.

Os anos se passaram, e outros Estados adotaram solução semelhante. No âmbito da 2ª Região, onde atuo, também há um provimento do Tribunal Regional Federal da 2ª Região que autoriza a tramitação direta dos inquéritos entre Ministério Público e polícia. Mas isso tem ficado a critério da administração de cada tribunal, daqueles 90 tribunais a que eu me referia na minha fala inicial. E é papel do CNJ mesmo pegar as boas práticas e nacionalizá-la. Esses 20 anos mostraram que a tramitação direta é extremamente vantajosa, do ponto de vista de permitir um maior controle pelo Ministério Público da atividade policial, coibindo abusos, mas, principalmente, aumentando a celeridade da persecução. Nós temos um índice de resolutividade muito baixo nos inquéritos policiais no Brasil.

A questão da alienação antecipada de bens está parametrizada, primeiro, pelo Conselho de Justiça Federal. Ela hoje é uma orientação do próprio Conselho Nacional de Justiça. Essa é uma prática mais comum no âmbito da Justiça Federal do que no âmbito da Justiça dos Estados. Mas temos ainda dois problemas que precisam ser enfrentados: um, do ponto de vista da difusão dessa orientação mesmo, que é cultural, que é fazer com que todos os juízes, de cada canto deste País, conheçam essa orientação e os mecanismos para implementá-la; e o segundo, que é conseguir construir interpretações que superem algumas dificuldades do ponto de vista da legislação processual penal para maior celeridade nessa alienação antecipada de bens.

Nosso Código de Processo Penal tem 74 anos. Ele é do Estado Novo ainda. E urgia que tivéssemos ultimado aqui no Congresso... O Senado fez isso com celeridade, e hoje o projeto de um novo Código de Processo Penal se encontra na Câmara, e não no Senado, mas seria desejável que nós tivéssemos um novo Código de Processo Penal, a esta altura, no País, que, entre outras coisas, cuidasse dessas demandas mais novas, como é a questão da repercussão patrimonial do crime. Essa é uma medida importante.

Em relação à aposentadoria compulsória, há inúmeros projetos nesta Casa, inclusive, que tocam no problema da aposentadoria compulsória como sanção disciplinar. Ela não é o melhor mecanismo de sanção. Ela já foi pior, porque, em um regime de aposentadoria antes das reformas previdenciárias, ela era uma premiação. Hoje, para juízes que ingressaram depois de 1998 na magistratura, ela já não é mais tão compensadora, então ela já não tem mais um caráter tão injusto como ela já teve no passado, mas ainda temos um grande contingente da magistratura brasileira ingressado antes de 1998.

A melhor solução para isso, parece-me, seria mesmo legislativa, porque só com uma emenda constitucional conseguiríamos enfrentar o problema da aposentadoria compulsória como medida de sanção. O ideal seria que aquele que foi reconhecido como autor de uma falta administrativa, de uma falta disciplinar grave, não fosse remunerado pelos cofres públicos.

Senador Alvaro Dias, já lá em 2002, quando publiquei *O Abuso do Poder de Legislar*, que é o produto da minha tese de doutorado, eu me colocava explicitamente contrário a essa prática de inserir conteúdos que não têm pertinência temática em medidas provisórias – jabutis, contrabando legislativo. Eu usava, inclusive, uma antiga expressão latina – *lex furtiva* – para criticar essa solução. A gente tem duas práticas que contrariam a lei complementar que traça a orientação para a produção legislativa brasileira, e ela já é uma lei de meados dos anos 90. A gente tem instrumentos para coibir isso. Há uma lei complementar que explicitamente repudia essa prática. Não precisávamos sequer esperar. Talvez não tivéssemos precisado que o Supremo Tribunal Federal afirmasse a ilegitimidade dessa solução. Há lei que aponta para isso. Mas as *lex furtivas* ou as *lex omnibus* são aquelas que contêm jabutis, ou aquelas que vão tendo acréscimos, nas quais novos passageiros vão entrando no curso de sua tramitação, seja na Câmara ou no Senado, e aí ela vai abrigando não apenas algo que destoa da sua pertinência temática, mas um colcha de retalhos de matérias e tratamentos. Essas duas práticas, na minha concepção pessoal, não são compatíveis com a Lei Complementar nº 15 – salvo engano –, a lei complementar que estabelece os parâmetros de processo legislativo. A decisão do STF é fundamental nesse ponto, mas o papel essencial é do Congresso. Acho que não precisamos que o Supremo Tribunal Federal diga. Eu defendia também, na obra, uma solução que na técnica constitucional europeia se chama transferência da questão constitucional, dizendo que é possível reconhecer a ilegitimidade da lei por um vício na sua tramitação. Acho que o Supremo faz bem em condenar, mas acho que não precisamos do Supremo para isso. Acho que o papel do Congresso é que é essencial para eliminar essa prática.

Quanto ao projeto de repatriação de capitais, ele é um projeto ainda. Eu estou aqui na expectativa de ver o que será o resultado da atuação do Congresso Nacional. O Prof. Lenio Streck é meu colega do programa de pós-graduação na Universidade Estácio de Sá, no mestrado e no doutorado em Direito na Universidade Estácio de Sá. Tenho uma relação de muita amizade com o Prof. Lenio Streck, com sua retórica poderosa, com suas posições firmes. Ele se manifestou publicamente no sentido explícito de que isso violaria, por proteção insuficiente, a proteção dos bens jurídicos que são tutelados pelas normas que incriminam lavagem de dinheiro, proteção do sistema financeiro, lavagem de capitais. Eu não estou tão seguro de que uma medida de repatriação de capitais seria necessariamente inconstitucional. Depende do modo como a matéria seja tratada. Essa não é uma experiência que tenha ocorrido única e exclusivamente no Brasil. Outros países adotaram soluções semelhantes.

Acho que é possível encontrar soluções compatíveis com a Constituição. Não sei se o Projeto, tal qual está hoje, satisfaz um controle de constitucionalidade. Tenho dúvidas quanto a sua solução, mas hoje ainda é um projeto, e não me detive para estudá-lo. Estou falando do mesmo, pelo o que dele conheço, através da cobertura sobre isso na imprensa. Posso estar sendo equivocado.

Não acho que sejam intrinsecamente inconstitucionais projetos de repatriação de capitais, mas eles são sempre medidas de risco alto, sem muito cuidado e muita técnica, eles podem ser um tiro pela culatra. E aí pode ser um problema.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Excelência, uma pergunta. Desculpe interrompê-lo.

O SR. ROGÉRIO JOSÉ BENTO SOARES DO NASCIMENTO – Fique à vontade.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – O art. 11 desta Lei diz que ficam fora dos benefícios da Lei os diretores de empresa e os políticos, independentes de terem sido culpados na lei de ficha limpa ou de improbidade ou de qualquer outro tipo de lei.

O senhor acha que essa discriminação extrapola se o senhor considerar *a priori* que todos os diretores estatais e todos os políticos – vereadores, deputados, prefeitos, senadores, governadores – estão fora dos benefícios da lei, simplesmente pelo cargo. Isso extrapola? Ou o senhor acha que esses entes têm...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB - RR) – Só para registrar, Senador Crivella, são políticos, seus parentes e afins.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Chega até aos afins, aos consanguíneos. Não sei se a Constituição permite passar pena dele até para um parente adotado.

Qual a sua impressão, Dr. Rogério Bento?

O SR. ROGÉRIO JOSÉ BENTO SOARES DO NASCIMENTO – Senador Crivella, em seguida, vou responder também às demais indagações, mas ainda há uma do Senador Alvaro Dias, a que não respondi.

Tratamento diferenciado não é necessariamente anti-isonômico. As discriminações não são intrinsecamente incompatíveis com a Constituição, porque assegurar igualdade muitas vezes passa por diferenciar no ponto de partida para conseguir estabelecer a igualdade no ponto de chegada.

Então, a isonomia não significa um tratamento uniforme. Uniformidade não é igualdade; igualdade pressupõe o reconhecimento de diferenças, e o que é vedado é a discriminação. Toda a discriminação é suspeita e precisa ser suficientemente justificada. Quando há situações materialmente diferentes, é normal, comum, que a legislação reconheça essa diferença e dê tratamento diferente.

Pessoas politicamente expostas já são submetidas a regras diferentes em inúmeras situações. Eu, por exemplo, sou obrigado a compartilhar a minha declaração de renda, em decorrência do cargo que exerço. Preciso apresentar a minha declaração de renda ao Tribunal de Contas, prestar contas do meu patrimônio. Isso é inerente ao cargo que exerço. É uma opção que faço ao exercer esse cargo público. Eu escolhi exercer esse cargo público. Não fui forçado a exercer esse cargo público.

Quando fiz essa escolha, sabia que ela me impunha ônus, que alguém que optou por simplesmente realizar a sua vida no âmbito privado não tem. Aceitei voluntariamente esses ônus quando ocupo um cargo público, ao ser uma pessoa politicamente exposta.

É razoável? É excessivo? Extrapolou? Isso melhor dirão V. Exªs, ao julgar se essa regra vai ser mantida ou não, porque isso ainda vai ser apreciado pelo Senado. Se isso for incorporado à legislação, melhor do que eu sobre isso se pronunciará o Supremo Tribunal Federal. Diferença de tratamento faz parte da regra do jogo.

As instâncias são corporativas? Hoje, acho que não são. Este texto existe há sete anos. Os Conselhos existem há 10 anos. Era o início da atividade tanto do Conselho Nacional do Ministério Público quanto do Conselho Nacional de Justiça. Há uma série de projetos, inclusive, no Congresso Nacional, que mexem na composição do Conselho. Do modo como o Conselho está desenhado, pela Emenda nº 45, ele tem um peso significativo das carreiras fiscalizadas na sua composição.

Há propostas em ambos os sentidos tramitando no Congresso, propostas que mudam a composição do Conselho, ampliando o número de conselheiros que são de fora da órbita dos sistemas fiscalizados. E há propostas que ampliam o número de conselheiros que integram esse próprio sistema.

Qual é a composição ideal? Isso o Parlamento está mais bem habilitado para dizer do que eu, que sou um técnico. Não sou um político. Eu tenho uma limitação ao responder aqui, que é a limitação da minha formação e do meu olhar sobre os problemas, porque o meu olhar sobre os problemas não é um olhar político, é um olhar técnico, decorrente inevitavelmente do modo como eu convivo com eles. Mas, na minha opinião, não. Hoje não são instâncias corporativas, legitimaram-se e mostraram que são essenciais à democracia brasileira hoje, Senador Marcelo Crivella.

A prisão do Senador Delcídio foi submetida a este Senado e ao Supremo Tribunal Federal. Quem cabia dizer, se ela era ou não válida, era o Senado, que se manifestou, e o Supremo Tribunal Federal, que também se manifestou. Há uma expressão latina antiga, mas muito verdadeira: *Roma locuta, finita quaestio*. Quem tinha legitimidade para dizer disse. Não me cabe. Eu não tenho papel de exercer críticas. Quem sou eu para censurar o Senado? Quem sou eu para censurar o Supremo Tribunal Federal nessa matéria?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – V. Exª, então, aquiesce conosco de que cabe a nós errar por último?

O SR. ROGÉRIO JOSÉ BENTO SOARES DO NASCIMENTO – Alguém tem que dar a última palavra. (*Risos.*)

Imagino ter respondido.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB - RR) – Eu agradeço ao Dr. Rogério.

Vou proceder ao encerramento da discussão, da votação.

Solicito a apuração dos votos. (*Pausa.*)

Foram 21 votos SIM, nenhum voto NÃO.

Aprovado, por unanimidade, o Dr. Rogério José Bento Soares do Nascimento.

A escolha do nome do Dr. Rogério José Bento Soares do Nascimento foi aprovada pela Comissão. A matéria vai ao Plenário.

Antes de encerrar, eu quero colocar em votação o Requerimento nº 37, que pede a dispensa da audiência pública, pautando o Projeto de Lei nº 80 para a próxima sessão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, pela ordem, rapidamente. Só o encaminhamento para o Plenário do nome do Dr. Rogério José Bento Nascimento obviamente na oportunidade de melhor quórum, que deve ser na terça-feira ou na quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB - RR) – Nós daremos toda prioridade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB - RR) – Em votação o requerimento. (*Pausa.*)

Aprovado.

É o seguinte o item aprovado:

EXTRAPAUTA
ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
Nº 45, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública proposta pelo RQJ nº 37, de 2015, destinada a instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2015, e a Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2015.

Justificação

O tema da audiência pública proposta já foi tratado em audiência pública realizada, na CCJ, a propósito da discussão da PEC nº 51/2015.

Autoria: Senador Romero Jucá

O Presidente José Maranhão me pediu que comunicasse ao Plenário, que comunicasse à Casa, que ele está realizando uma convocação extraordinária da CCJ para a próxima terça-feira, às 10h. Portanto, nós teremos, na próxima semana, com a condução do Presidente José Maranhão e no esforço para votar diversas matérias, reunião extraordinária da CCJ, terça-feira, às 10h, e reunião ordinária, na quarta-feira, às 10h.

Está encerrada a reunião.

Determino que o requerimento, sendo aprovado o projeto de lei da Câmara, conste da pauta já da próxima terça-feira.

(Iniciada às 10 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 39 minutos.)

ATA DA 29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2015.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às treze horas e vinte e quatro minutos do dia trinta de junho de dois mil e quinze, no Auditório Senador Antonio Carlos Magalhães - Interlegis, **sob a Presidência da Senhora Senadora Fátima Bezerra, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Gladson Cameli, Simone Tebet, Lídice da Mata, Eduardo Amorim e Telmário Mota, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ângela Portela, Lasier Martins, Paulo Paim, Ivo Cassol, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Otto Alencar, Dário Berger, Jader Barbalho, Maria do Carmo Alves, Wilder Morais, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Dalirio Beber, Romário, Roberto Rocha, Blairo Maggi e Douglas Cintra. A Presidência inicia o presente Seminário Internacional, convocado na forma de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 41/2015-CE e ao Aditamento nº 57/2015-CE, de autoria da Senhora Senadora Fátima Bezerra, destinados a "**Debater a Política Nacional do Livro e regulação de preços e traçar um panorama do setor no Brasil e no mundo**". Dando início aos trabalhos, a presidência convida para compor a primeira mesa da reunião denominada "**As Políticas de Incentivo ao Acesso ao Livro e à Cultura no Brasil**", os seguintes convidados: **Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Cultura, Juca Ferreira; Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação Interino, Luiz Cláudio Costa; e Senhor Secretário Executivo do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), José Castilho Marques Neto**. Neste momento, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Fátima Bezerra, registra a presença para acompanhar a Audiência Pública do Excelentíssimo Senhor Odorico Monteiro, Deputado Federal (PT\CE); Excelentíssimo Senhor José Airton Cirilo, Deputado Federal (PT\CE); Senhor Antonio Luiz Rios da Silva, Presidente da ABRELIVROS; Senhor Luiz Antonio Bezerra Lacerda, Vice-Presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio Grande do Norte (Fecomércio); Senhor Arnaud Vin, Diretor Executivo do Grupo Autêntica; Senhor Donaldo Walter Buchweitz, Diretor Administrativo da Editora Ciranda Cultural; Senhor João Carlos Canossa Mendes, Diretor Executivo da Editora Fiocruz; Senhora Lucinda Marques, Presidente da Câmara Cearense do Livro; Senhor Marcos Linhares, Presidente do Sindicato dos Escritores do Distrito Federal; Senhora Eloá Carvalho Souza, Coordenadora de Vendas da Editora Ciranda Cultural; Senhora Maria Helena Piquet Carneiro, Coordenadora de Relações Institucionais do Relxgroup; Senhor Fabrício Brollo Dunham, Gerente do Departamento de Cultura, Entretenimento e Turismo do BNDES; Senhora Zoara Failla, Gerente Executiva de Projetos do Instituto Pró-Livro; Senhor Marcelo Di Renzo, Presidente da Associação Brasileira das Editoras Universitárias; Senhora Flavia Rosa, Professora e Diretora da Editora da Universidade Federal da Bahia; Senhora Selma Lúcia Lira Beltrão, Gerente-Geral Interina da Embrapa Informação Tecnológica; Senhora Natália Helena de Oliveira, Supervisora de Marketing e Comercialização da Embrapa Informação Tecnológica; Senhor Lucio Cunha, Representante da Editora Phorte; Senhora Regiana Carvalho Siqueira, Representante da Leitura e Arte Editora; Senhor Flavio Seibel, Diretor Comercial da Livraria da Vila; Senhor Paulo Escariz, Representante da Livraria Escariz; Senhora Rejane Dias dos Santos, Representante do Grupo Autêntica; Senhor Jean-Pascal Quiles, Adido Cultural da França; Senhor Alvaro Modernell, Autor (Instituto Casa de Autores); Senhora Cláudia Santa Rosa, Diretora Executiva do Instituto de Desenvolvimento da Educação – Natal/RN; Senhor Antônio Miranda, Diretor da Biblioteca Nacional de Brasília; Senhor Victor Alegria, Editor da Thesaurus Editora; Senhor Volnei Canônica, Coordenador do Programa Prazer em Ler do Instituto C & A – Brasília/DF; Senhor Sérgio Herz, Presidente da Rede de Livrarias Cultura; Senhor Gustavo Gurbanov, 1º Vice-Presidente do Grupo Iberoamericano de Editores; Senhor João Scortecci, Diretoria Setorial da Associação Brasileira da Indústria Regional do Estado de São Paulo; Senhor Carlos José dos Santos, Diretor Administrativo do Centro Editorial e Gráfico da Universidade Federal de Goiás; Senhor Alisson Cardoso, Secretário Administrativo do Centro Editorial e Gráfico da Universidade Federal do Goiás; Senhor Raúl Ernesto Larrosa Ballesta, representante do Colegiado Setorial de Literatura, do Sindicato dos Escritores do Distrito Federal, da Academia de Letras do Distrito Federal e do Fórum de Cultura do Distrito Federal; Senhor Marcos Barbosa, representante da Academia Águas Lindense de Letras; e Senhora Cida Fernandes, representante do Centro de Cultura Luiz Freire. Finda a exposição dos convidados, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usa da palavra o Senhor Senador Cristovam Buarque. Logo após, a presidência dá início à segunda mesa intitulada "**Lei de Preço Fixo no Mundo - Experiências Internacionais**", com a presença dos seguintes convidados: **Senhor Jean-Guy Boin, Diretor do Escritório Internacional da Edição Francesa (BIEF/França) e Senhor Richard Charkin, Presidente da International Publishers Association (IPA/Inglaterra)**. Após as exposições dos convidados, a presidência declara encerrados os trabalhos da segunda mesa e convida para um *coffe break* a ser realizado nas dependências do Interlegis. Re-

tornando aos trabalhos, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Fátima Bezerra, dá início à terceira e última mesa denominada "**Panorama do Mercado Livreiro Nacional**", com a presença dos seguintes convidados: **Senhor Luís Antonio Torelli, Presidente da Câmara Brasileira do Livro (CBL); Senhor Marcos da Veiga Pereira, Presidente do Sindicato Nacional dos Editores de Livros; Senhora Raquel Menezes, Presidente da Liga Brasileira de Editores (LIBRE); Senhor Afonso Martin, Presidente da Associação Nacional de Livrarias; Senhor Marcus Teles Cardoso de Carvalho, Presidente da Rede de Livrarias Leitura; e Senhor Júlio Cesar A. S. da Cruz, Diretor Presidente da Catavento Distribuidora de Livros**. Finda a exposição dos convidados, a presidência passa a palavra, excepcionalmente, aos seguintes integrantes da plateia: Senhor Victor Alegria, Senhor Marcos Linhares, Senhor Raúl Ernesto Larrosa Ballesta, Senhor Marcos Barbosa e Senhora Cida Fernandes. Após as considerações finais dos expositores, a Presidência agradece a todos pela presença, declarando encerrados os trabalhos da sessão. Nada mais havendo a tratar, a **Senhora Vice-Presidente, Senadora Fátima Bezerra**, encerra a reunião às dezesseis horas e seis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA FÁTIMA BEZERRA
Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Senhoras e senhores, bom dia. Tem início o Seminário Internacional Política do Livro, de iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

O evento será realizado em atendimento ao Requerimento nº 41/2015 e ao Aditamento nº 57/2015-CE, propostos pela Senadora Fátima Bezerra, Vice-Presidente da Comissão.

Serão três as Mesas deste evento, compostas por autoridades, em cada um dos seguintes temas:

Na primeira parte, As Políticas de Incentivo ao Acesso ao Livro e à Cultura no Brasil. Na segunda parte, Lei de Preço Fixo no Mundo - Experiências Internacionais. E na terceira parte, Panorama do Mercado Livreiro Nacional.

Para fazer a abertura oficial do Seminário, convido a Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, Srª Senadora Fátima Bezerra. (*Palmas.*)

Convidamos para compor a Primeira Mesa o Ministro de Estado da Cultura, Sr. Juca Ferreira. (*Palmas.*)

O Ministro de Estado da Educação Interino, Sr. Luiz Cláudio Costa. (*Palmas.*)

O secretário executivo do Plano Nacional do Livro e Leitura, Sr. José Castilho Marques Neto. (*Palmas.*)

Passamos a palavra, então, à Senadora Fátima Bezerra. (*Pausa.*)

Neste momento, queremos também fazer o registro das seguintes presenças: Deputado Odorico Monteiro, do PT do Ceará, Deputado José Airton Cirilo, também do PT do Ceará, Sr. Antonio Luiz Rios da Silva, presidente da Abrelivros, Sr. Luiz Antônio Bezerra Lacerda, vice-presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio Grande do Norte (Fecomércio), Sr. Arnaud Vin, da Diretoria Executiva do Grupo Autêntica, Sr. Donaldo Walter Buchweitz, diretor administrativo da Editora Ciranda Cultural, Sr. João Carlos Canossa Mendes, editor executivo da Editora Fiocruz, Srª Lucinda Marques, presidente da Câmara Cearense do Livro, Srª Eloá Carvalho Souza, coordenadora de vendas da Editora Ciranda Cultural, Srª Maria Helena Piquet Carneiro, coordenadora de relações institucionais do Hexcel Group, Sr. Fabrício Brollo Dunham, gerente do Departamento de Cultura, Entretenimento e Turismo do BNDES, Zoara Failla, gerente executiva de projetos do Instituto Pró-Livro, Flávia Rosa, professora e diretora da Editora da Universidade Federal da Bahia, Srª Selma Lúcia Lira Beltrão, gerente-geral interina da Embrapa Informação Tecnológica, Natália Helena de Oliveira, supervisora de marketing e comercialização da Embrapa Informação Tecnológica, Sr. Lúcio Cunha, representante da Editora Phorte, Srª Regiana Carvalho Siqueira, representante da Leitura e Arte Editora, Sr. Flávio Seibel, diretor comercial da Livraria da Vila, Sr. Paulo Escariz, representante da Livraria Escariz, Srª Rejane Dias dos Santos, representante do Grupo Autêntica, Sr. Jean-Pascal Quiles, adido cultural da França, e Sr. Álvaro Modernell, autor do Instituto Casa de Autores. Queremos agradecer a presença de todos e, a partir deste momento, passamos a palavra, então, à Srª Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, Srª Senadora Fátima Bezerra.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Bom dia a todos e todas. Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública, atende aos Requerimentos nº 41, de 2015, Comissão de Educação, e ao Aditamento 57, de 2015, Comissão de Educação, ambos de autoria da Senadora Fátima Bezerra, para realização do Seminário Internacional destinado a debater a política do livro.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão. Os serviços são: Alô Senado, através do telefone 0800 61 2211, e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.gov.br/ecidadania. O e-Cidadania transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet. Informo ainda que a reunião contará com o serviço de tradução simultânea inglês e português e estamos também tentando providenciar a tradução também do francês.

Bom, eu quero aqui, ao abrir os trabalhos, agradecer a presença de cada um e cada uma de vocês. Eu comentava com o Ministro Juca Ferreira, a quem quero cumprimentar neste exato momento e agradecer a sua valiosa presença, Ministro, aqui no Seminário, bem como aqui o nosso Ministro Interino, Prof. Luiz Cláudio Costa, Ministro Interino da Educação, Prof. José Castilho, que é o nosso secretário executivo do Plano Nacional do Livro e Leitura, cumprimentar aqui os nossos convidados internacionais e cumprimentar aqui a cada um e cada uma de vocês, enfim os representantes aqui da cadeia produtiva do livro.

Eu comentava exatamente com o Ministro Juca Ferreira do quanto o Seminário está exatamente representativo, e é isso, exatamente, o que nós queremos: de fato, discutir, buscar caminhos, buscar alternativas para fomentar, para incentivar o livro e a leitura no nosso País, e a discussão tem que ser exatamente com vocês, os representantes da cadeia produtiva do livro. Ou seja, os editores, os livreiros, os distribuidores, representantes de gráficas, professores, especialistas na área, bibliotecários, as organizações sociais, as empresas públicas e privadas, ou seja, nós temos aqui um público, portanto, extremamente qualificado.

Bom, "Há aqueles que não podem imaginar o mundo sem pássaros; há aqueles que não podem imaginar o mundo sem água; ao que me refere, sou incapaz de imaginar um mundo sem livros".

Creio que a maioria aqui sabe de quem são essas palavras aqui. É exatamente do nosso escritor argentino Jorge Luis Borges. E é com as palavras do consagrado escritor argentino Jorge Luis Borges que eu quero, portanto, desejar as boas-vindas a cada um e cada uma de vocês.

Quero aqui registrar a presença, com muita satisfação, dos nossos Parlamentares: Deputado Odorico, muito obrigada, Deputado lá do Ceará; Deputado José Airton também; Parlamentares que têm, enfim, expressado, através da ação política dos seus mandatos, um compromisso com a luta em prol da expansão e do fortalecimento do livro, da leitura e da biblioteca no nosso País.

É com imensa satisfação que abro este Seminário Internacional, para tratar de um tema essencial para a libertação do indivíduo e para garantir a cada um de nós o exercício pleno da cidadania. É por meio da leitura que abrimos a porta do conhecimento, desenvolvemos nossa criatividade, alimentamos nossa imaginação e adquirimos cultura e valores, passando a contribuir de forma relevante para o desenvolvimento do País.

Infelizmente tem-se notado em todo o mundo uma dinâmica de queda na leitura. No Brasil, a pesquisa Retratos da Leitura, realizada em 2011 pelo Instituto Pró-Livro e pelo Ibope Inteligência, demonstrou que o número de leitores, que em 2007 era de 95,6 milhões, caiu para 88,2 milhões, quatro anos depois. Isso representa uma queda de 9,1% no total, percentual que fica ainda mais significativo se considerarmos que a população cresceu, no mesmo período, 2,9%.

Na condição de educadora, de coordenadora também, da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Livro, da Leitura e da Biblioteca, quero aqui, claro, ressaltar que esses dados nos preocupam muito. Quais os dados a que nos referimos? Exatamente os dados de constatar, Ministro Juca e Ministro Luiz Cláudio, o baixo índice de leitores e leitoras no nosso País.

E mais ainda, constatar que, segundo as últimas pesquisas feitas, o índice de leitores, inclusive, ao invés de aumentar, vem, exatamente, diminuindo. E é exatamente dialogando com essa realidade que nós, dando continuidade a nossa militância em prol das políticas públicas voltadas para o incentivo ao livro e à leitura, apresentamos, exatamente, o projeto de lei que pretende instituir a lei do preço fixo do livro no Brasil. A proposta estabelece um preço fixo para livros lançados no Brasil por um período de, pelo menos, um ano. Durante esse tempo os percentuais para promoções são limitados. A grande vantagem dessa medida é resgatar a competitividade das livrarias menores, mas também queremos resguardar o direito de todos os consumidores, e não apenas daqueles que vivem nos grandes centros urbanos, de terem acesso a produtos de qualidade e com conteúdo diversificado.

Com a regulação de preços, garantiremos a multiplicação dos pontos de venda pelo País afora, ampliando o acesso ao livro em todo o território nacional, e diversificando o conteúdo do que é oferecido como leitura ao cidadão brasileiro.

Estamos convictos de que esse projeto, claro, não é o suficiente para fazermos do Brasil um país de leitores. As livrarias, as editoras desempenham um papel de fomentadoras de um hábito que nasce na escola e dentro da família, para formar leitores.

São essenciais, no entanto, não apenas um projeto, mas políticas públicas que incentivam o acesso ao livro pelo cidadão desde a mais nova idade, instigando a curiosidade em cada uma de nossas crianças e fomentando em nossos meninos e meninas o hábito da leitura. Afinal, não é um projeto que muda a cultura de um povo. Temos que buscar o desenvolvimento de políticas públicas de forma articulada entre os Governos Federal, Estaduais e Municipais, inclusive com a fundamental parceria da sociedade civil, das organizações públicas e privadas. Nesse sentido, temos que lutar para tornar realidade o Plano Nacional do Livro e Leitura, lançado em 2006 pelos Ministérios da Educação e da Cultura. O Plano Nacional do Livro e Leitura foi fruto de sugestões colhidas em mais de 150 reuniões públicas.

Quatro eixos principais orientam a organização do Plano: primeiro, a democratização do acesso, o fomento à leitura e a formação de mediadores, a valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico e o desenvolvimento da economia do livro.

O Plano Nacional previu, entre outras medidas, a implantação e a modernização de bibliotecas, a concessão de bolsas e de prêmios literários a escritores, a criação de pontos de leitura em locais os mais diversos, como bibliotecas comunitárias, hospitais, sindicatos, presídios e associações comunitárias. E aí entra uma ação fundamental, que é a implantação, a manutenção e o estímulo às bibliotecas públicas e escolares. Temos que formar os professores para a necessidade de apropriação das bibliotecas escolares, não como um complemento distanciado da sala de aula, mas como parte da sala de aula. Temos que transformar os espaços enfeitados com livros em verdadeiras bibliotecas, ou seja, em espaços frequentados por leitores. Não existe biblioteca sem leitores e leitoras.

Dados do Ministério da Cultura no final do ano passado indicam que o Brasil tem uma biblioteca pública para cada 33 mil habitantes em média. O Governo não conseguiu ainda sequer zerar o número de Municípios sem bibliotecas no País. Hoje, mais de cem cidades ainda não contam com uma biblioteca. Há outros casos em que a biblioteca está fechada ou não passa de um amontoado de livros sem nenhum tipo de controle, organização ou profissionais especializados para atender.

É bom ressaltar que as bibliotecas públicas são um grande instrumento de acesso ao livro em todo o mundo. Apesar disto, segundo o Instituto Pró-Livro, 76% dos brasileiros não frequentam bibliotecas e mais de 50% das pessoas com mais de cinco anos não têm o hábito de ler.

Nossa tarefa agora, como Parlamentares, é transformar o PNLL em lei para que o incentivo à leitura não fique a depender de decisões de governos. Nesse sentido, cobramos que o Governo envie o mais rapidamente possível o projeto que institui o Plano Nacional do Livro como legislação federal, para dar prosseguimento às políticas públicas de incentivo à leitura.

Bom, feitas essas considerações, Ministro, eu comentava agora há pouco, inclusive com o senhor, do nosso propósito e de um dos objetivos e compromissos da Frente Parlamentar, que, no âmbito nacional, é somar, junto com o Ministério, nessa luta para fazer com que o Plano Nacional do Livro e da Leitura, enfim, se torne, de fato, uma realidade. E o primeiro passo que tem que ser dado é a Casa Civil encaminhar o projeto de lei ao Congresso Nacional. Esse plano, vocês sabem do que é que eu estou falando, é um plano que foi carinhosamente acolhido, que foi, de forma muito intensa, debatido em todo o País, e é um plano, Prof. Luiz Cláudio, que, sem dúvida nenhuma, aponta os caminhos e tem suas metas e suas estratégias bastante definidas com vistas à gente fortalecer as políticas voltadas para o livro e para a leitura, para a biblioteca e para a literatura no nosso País.

No que diz respeito ao projeto de lei que nós estamos apresentando, que é o projeto de lei que tem por objetivo instituir a lei do preço fixo do livro no Brasil, esse projeto, inclusive, foi idealizado, foi discutido, claro, com os representantes da cadeia produtiva do livro aqui no nosso País. Esse projeto também foi beber na fonte de experiências já em curso da lei do preço fixo do livro em outros países, experiências, inclusive, exitosas, como na França – não é à toa que nós estamos exatamente aqui com convidados da França, que virão aqui exatamente trocar ideias conosco e, enfim, apresentar aqui como se deu o debate da lei lá na França, a sua implementação e os reflexos positivos dessa lei na França e nos outros países onde ela foi implementada. Reflexos positivos na medida em que contribuiu, sem dúvida nenhuma, para fomentar a cadeia produtiva do livro, da leitura, e consequentemente cumprir o seu papel nobre, o seu objetivo principal, que é ampliar o acesso, que é democratizar o acesso ao livro e à leitura.

O fato é que eu disse aqui, no início da minha fala, que não é só no Brasil, mas no mundo inteiro percebe-se uma queda no que diz respeito ao índice de leitores e de leitoras, e aqui no Brasil essa queda está sendo, inclusive, ainda mais acentuada. Os números, inclusive, falam por si. Ao invés de a gente ver livrarias ou pontos de vendas de livros sendo abertos, o que a gente tem presenciado é exatamente o contrário: são livrarias fechando as suas portas; são pontos de vendas de livros cada vez mais, exatamente, desaparecendo.

Não é à toa que, enquanto a ONU recomenda que nós devamos ter uma livraria para cada 10 mil habitantes, no Brasil nós temos uma livraria para cada 65 mil habitantes. É pouco mais de 3 mil livrarias em todo o

País, e boa parte dessas livrarias, inclusive, fica concentrada no eixo Sul-Sudeste. A Região Norte tem menos de 10%; a minha Região, a Região Nordeste, 16% apenas da presença das livrarias. Então, enfim, associado ao desafio que é termos um custo do livro mais acessível, tem exatamente esse outro grande desafio, que é, repito, ao invés de estar se fechando livrarias ou fechando os espaços de circulação dos livros, nós termos que pensar em iniciativas que venham, exatamente, no sentido contrário: fazer com que o livro possa estar mais acessível para o conjunto da população, e essa acessibilidade ao livro, inclusive, com qualidade.

Então, é nesse sentido, meu caro Senador Cristovam Buarque, que muito nos honra com sua presença e acaba aqui de chegar, é com esse sentimento que nós estamos, exatamente, apresentando o projeto de lei. Fruto, repito, de discussão com toda a cadeia produtiva do livro. Porque o que nós queremos com essa iniciativa, repito, é promover o acesso ao livro e à leitura.

Para concluir, quero aqui citar três poetas, escritores, educadores por quem nós temos toda a estima e respeito. Começo citando o grande poeta Carlos Drummond de Andrade, quando diz – abro aspas:

É preciso, pois, ler muito. Muito mesmo. [...] É preciso, ainda, ler tudo, absolutamente tudo. Não se recomendam livros. Todos os livros são bons, porque são livros. Há em todas as obras literárias uma ideia, um pensamento, uma frase, interessante.

O essencial era, e é, assinalar esse pensamento único. Porque é preciso ler [fecha aspas.]

Aliás, Ministro, há, já, sugestões de que essa lei, se Deus quiser, vindo a ser aprovada, ela seja denominada de Lei Carlos Drummond de Andrade.

Mario Vargas Lhosa: "Um público comprometido com a leitura é crítico, rebelde, inquieto, pouco manipulável e não crê em lemas que alguns fazem passar por ideias" [fecha aspas.]

E o ato de ler, para o nosso querido Paulo Freire, nos transforma de meros espectadores do mundo em cidadãos capazes de interpretar o mundo em que se vive e de passar a interferir na nossa realidade. Ler, como bem definiu Paulo Freire, nos permite construir uma visão crítica sobre a realidade que nos é apresentada. Portanto, fazer do Brasil um país de leitores é fazer do País uma pátria educadora, em que cada um de nós seja objeto e também sujeito deste processo. Este é o sonho que esperamos ainda ver concretizado e que, com debates como esse, cada um de nós possa dar a nossa contribuição. Muito obrigada. (*Palmas.*)

Já registrei, Júlio, a presença, você já chegou atrasado. Júlio é o secretário da nossa Comissão. Já registramos aqui a presença do Senador Cristovam.

Bom, nós vamos agora passar a palavra aqui para os nossos convidados e, conforme combinamos aqui, nós vamos começar com o Prof. Castilho. Castilho, que é secretário executivo do Plano Nacional do Livro e Leitura.

O SR. JOSÉ CASTILHO MARQUES NETO – Obrigado, Senadora. Bom dia a todos. Eu queria saudar, na figura da nossa anfitriã, Senadora Fátima Bezerra, também do Senador Cristovam Buarque, que são dois grandes defensores no Congresso Nacional da área do livro, da leitura, da literatura, das bibliotecas, a todos os Parlamentares aqui presentes e àqueles que sempre nos recebem no Congresso Nacional com muita boa vontade e muito ânimo na defesa da leitura.

Eu queria saudar o Ministro Juca Ferreira, o Ministro Luiz Cláudio Costa, Ministro Interino da Educação, saudar também os colegas editores, livreiros, bibliotecários que estão aqui presentes, mediadores de leitura, autores, enfim nós temos, realmente, hoje uma audiência muito importante, bastante qualificada para essa discussão e para as outras que estamos empreendendo em todo o País em torno do Plano Nacional do Livro e Leitura.

Essa iniciativa da Senadora Fátima Bezerra, quero ressaltar, faz parte, como também da vida parlamentar e política do Senador Cristovam Buarque, de um longo percurso em defesa do livro, da leitura, da literatura, das bibliotecas. Desde seu mandato como Deputada Federal, temos tido na Senadora Fátima Bezerra uma parceira permanente, constante, nessa longa luta por um Brasil de leitores, e, portanto, esse debate a respeito da lei do preço fixo, ou da regulação de preços do mercado do livro, é algo que se soma a essas muitas iniciativas que a Senadora vem tomando e que me parecem fundamentais para o momento que estamos vivendo.

Queria ressaltar também que essa discussão é uma longa e antiga, já, discussão dentro do mercado editorial brasileiro e junto aos livreiros. Nós temos, talvez, mais de dez anos desse debate, seguramente mais de dez anos, e a nossa satisfação, não apenas enquanto editor universitário durante muito tempo, que fez parte desse debate desde o início, é perceber – e aí saúdo os principais, os presidentes das entidades do livro do nosso País, a Câmara, a SNEL, a ANL, a Abrelivros, a Libre, enfim todos aqueles que estão em torno do nosso ofício de editores e livreiros, pela maturidade com que essa discussão chegou neste momento. Há uma maturidade que busca o consenso de todos, uma posição que os colegas devem se lembrar que sempre defendi: essa lei é uma lei que deveria chegar aqui já com o respaldo profissional, com um respaldo maduro de todo o setor editorial e livreiro do nosso País.

Ao dizer isso, eu queria dizer também a vocês que, ao saudar a todos aqui presentes e a essa discussão, eu queria ressaltar a presença do Ministro da Cultura e do Ministro Interino da Educação, porque é fundamental, cada vez mais, nós ilustrarmos com a presença física, com a presença pública dos Srs. Ministros da Educação e da Cultura, os debates sobre o livro e da leitura, porque nós somos, seguramente, o país que dá o exemplo para toda a América Latina na união da cultura e da educação em torno da leitura. É sempre bom reafirmar isso. E não sou eu que estou dizendo, são colegas da Argentina, do Chile, que nos disseram isso muito recentemente, da própria Colômbia, de todos os países que têm os seus planos nacionais de leitura e que veem no Brasil um exemplo forte de que a cultura e a educação, de fato, precisam estar juntas nessa luta pela construção de um país de leitores.

A importância da regulação de preços para o desenvolvimento da leitura no Brasil se faz muito presente em vários pontos do Plano Nacional do Livro e Leitura. Eu realço o Eixo 4, que é o Desenvolvimento da Economia do Livro, entendendo Desenvolvimento da Economia do Livro todo o ciclo criativo que começa com os autores – sem eles nada seria possível –, pelos editores, pelos livreiros, pelos distribuidores. Ou seja, toda essa discussão que envolve a fixação de uma política de regulação de preços parte, principalmente, do Eixo 4 e fomenta também o conjunto, digamos assim, dos objetivos do Plano Nacional do Livro e Leitura, ao proporcionar ao País a possibilidade não só, apenas, da manutenção, mas, principalmente, da expansão da bibliodiversidade: que todos os autores de todos os cantos deste País tenham a possibilidade de estar nas livrarias, de concorrer nas editoras para que, com pé de igualdade, cheguem a uma ampla distribuição, a uma ampla oferta, atendendo também, neste caso, o item 1 dos nossos quatro eixos, que é exatamente o eixo da Democratização do Acesso.

Democratizar o acesso significa também oferecer tudo que se faz neste País em termos de livro, leitura e da nossa literatura, principalmente. Nós temos, ao mesmo tempo, a exemplo do que já ocorre na França também – e aproveito para saudar o nosso amigo Jean-Guy Boin, que está aqui para nos trazer o exemplo francês –, uma competição comercial igualmente saudável, no sentido de que podemos ter uma rede de livrarias que possa competir entre si, dentro das regras, obviamente, comerciais, mas também proporcionando aos clientes, aos leitores, que, realmente, são aquilo que nos interessa enquanto política pública de livro, leitura e literatura, a possibilidade de acesso a todos os cantos do País, em qualquer lugar em que estejam, da nossa literatura e da oferta do mercado editorial.

É bom lembrar que, dentro dessas grandes perspectivas do PNLL, é onde esse projeto de lei, que ora discutimos, se insere dentro de uma busca muito importante que estamos tendo no nosso País, de afirmação dessa política de Estado representada no Plano Nacional do Livro e Leitura. E é bom dizer também, e sempre reafirmar, que esse caminho está longo. Foi iniciado em 2006 e envolveu todo o País em centenas e centenas de debates, e, hoje, nós podemos, Srs. Ministros, dizer com todas as letras que nós temos um Plano Nacional do Livro e Leitura, que ainda não é uma lei, ainda se mantém como um decreto, como projeto de lei, como bem lembrou a Senadora Fátima Bezerra, na Casa Civil. Deverá vir a esta Casa, espero em breve, para um bom debate parlamentar, os aperfeiçoamentos que se fizerem necessários e a sua promulgação o mais rapidamente possível. Se estamos, do ponto de vista legal e formal, ainda como um decreto, é importante dizer que o que eu ouço por todo o País e em todos os cantos em que estou, e viajo bastante na formação dos Planos Estaduais, dos Planos Municipais do Livro e Leitura, é que já não existe mais o Plano Nacional do Livro e Leitura do Ministério da Cultura e do Ministério da Educação; existe, na linguagem de todos os bibliotecários, escritores, livreiros, autores, militantes, mediadores da leitura, "o nosso Plano de Leitura" – é assim que se referem ao Plano Nacional: "o nosso Plano" e os Eixos desse Plano.

Então, me parece que aquele Plano, que começou num debate lá em 2006, que foi crescendo aos poucos, é agora um plano, realmente, capilarizado por todo o Brasil. E tem tudo a ver, nos seus valores e complementos, com aquilo que hoje se busca como Pátria Educadora. Isso é muito importante ser trabalhado, principalmente porque, no entendimento do Plano Nacional do Livro e Leitura, a Pátria Educadora precisa da leitura para se afirmar, e a leitura, para se afirmar, precisa da cultura e da educação.

Então, nesse sentido é que nós temos o maior orgulho e prazer de saber que, neste momento em que se discutem vários projetos de lei, um conjunto de projetos de lei – ontem mesmo, estávamos discutindo um projeto de lei que cria o Fundo Setorial Pró-Leitura, também em audiência pública na Câmara Federal –, vários projetos estão em tramitação, mas todos eles são importantes, devem seguir, devem ser trabalhados buscando o consenso, ressalto, mais uma vez, que aquilo que nos dá a total unidade, consenso e abrangência se encontra, claramente, na lei do Plano Nacional do Livro e Leitura, que, com seus quatro eixos – da democratização do acesso; da formação de mediadores; do valor simbólico do livro e da leitura; do apoio à economia do livro – nos dará o caminho, a chave, a estratégia para chegarmos a um Brasil de leitores plenos que nós precisamos.

Vamos em frente. Vamos nos somar às dezenas de Planos Estaduais e Planos Municipais de Livro e Leitura que já existem pelo País e que estão em formação, e eu espero que, em breve, estejamos também comemorando no Congresso Nacional a promulgação da lei do Plano Nacional do Livro e Leitura.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Bom, agradecemos a contribuição valiosa do Prof. Castilho ao debate e passamos agora, imediatamente, a palavra ao professor Luiz Cláudio Costa, Ministro de Estado da Educação Interino.

O SR. LUIZ CLÁUDIO COSTA – Queria cumprimentar a todos os presentes neste encontro, àqueles que contribuem para que a leitura nesse País se estenda, cada vez mais, e chegue aos níveis que todos nós desejamos.

Queria saudar e cumprimentar a Senadora Fátima Bezerra, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Esporte e Cultura do Senado, e dar aqui o testemunho que a Senadora tem sido uma parceira do Ministério da Educação em todas as etapas, em todas as nossas discussões que envolvem a educação, principalmente no PNE; saudar o Ministro Juca Ferreira, Ministro da Cultura, parceiro do Ministério da Educação, já fizemos diversas reuniões juntamente com a equipe dele, com o Ministro Renato Janine, e temos a convicção de que, com o Ministro Juca, nós vamos avançar cada vez mais nessa parceria; saudar o José Castilho, secretário executivo do Plano Nacional do Livro e Leitura, agradecer pelo trabalho, pela dedicação, pela competência com a sua equipe; saudar o nosso Senador Cristovam Buarque, parceiro do Ministério da Educação, ex-Ministro da Educação, que tanta contribuição dá à educação neste País; saudar o Deputado Federal José Airton Cirilo, o Deputado Federal Odorico Monteiro, também reconhecendo o trabalho e a dedicação que a Câmara Federal, a Câmara dos Deputados, dá sempre às causas da educação; saudar o nosso Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação, Prof. Manuel Palacios, o Presidente do Sindicato Nacional dos Editores de Livros, Marcos da Veiga Pereira, o Richard Charkin, Presidente da International Publishers Association, Jean-Guy Boin, Diretor do Escritório Internacional da Edição Francesa.

Esse momento, Senadora, talvez seja tão histórico quanto o momento que nós tivemos em 2006. Em 2006, quando nós tínhamos, praticamente, 20 anos de separação do Ministério da Educação e Cultura e criação do Ministério da Cultura, que se deu em 1985, e, a partir daí, curiosamente, uma separação que deveria ser, simplesmente, uma separação para gestão, por diversas razões trouxe também uma separação filosófica, não é? E essa ação, talvez, Ministro Juca, de 2006, tenha sido a primeira em conjunto de uma portaria interministerial. Os dois Ministros se sentaram, à época o então Ministro Haddad e o Ministro Gilberto Gil, e aí começou a reaproximação daquilo que nunca devia ter sido apartado filosoficamente – na gestão, sim, eu acho que é importante, pela relevância dessas duas áreas, mas isso não se faz, nós sabemos que não se faz educação sem cultura nem cultura sem educação. Então, nós temos que estar juntos nas nossas ações, que podem estar separadas, e devem estar, entendo, da forma que estão, em ministérios, mas nós temos que ter objetivos comuns, porque o Ministro Renato Janine disse que a cultura é a educação livre. A educação, sem a formalidade, ela tem verdadeiramente esse aspecto. Ela pode avançar, mas, muitas vezes, nós na educação, apesar de termos que ser ousados, temos que ser formais.

Eu acho que esse avanço que nós tivemos em 2006, com a criação dessa portaria, logo depois em 2011 nós tivemos o decreto, que já foi um avanço, e agora nós temos a proposta de um projeto de lei. É isso mesmo, não é? Quando as coisas são discutidas, e nós percebemos, isso é muito importante, o Plano Nacional do Livro e Leitura teve mais de 150 reuniões públicas. Muitas pessoas gostam que as coisas sejam decididas sem discussões, sem reuniões, mas eu gosto muito dessas discussões, porque não se pode ter a prepotência de alguém que conhece tudo e sabe tudo, não é? Nós temos que ouvir todos que participam dessa construção.

Na educação é assim também. O Plano Nacional de Educação veio de quê? De conferências municipais, de conferências estaduais, de conferências nacionais, é assim que se constrói, não é? Porque, senão, nós vamos, simplesmente, ter alguns poucos que julgam ter todo o conhecimento e competência para tomar as decisões. Então, esse Plano nasceu, os números já mostram o quanto nós avançamos, nós avançamos muito, temos muito o que fazer. O Brasil é sempre assim: quando a gente olha o filme dos últimos anos, o filme é muito bom; quando a gente olha a foto, a foto é desafiadora, temos muito o que fazer. Então, quando a gente olha o que avançou, a trajetória, é uma trajetória de sucesso. Mas quando a gente olha o que falta a gente vê que temos muito que fazer.

É por isso que nós estamos aqui hoje. Eu tenho a convicção que, com esse projeto de lei, nós vamos avançar naquilo que todos nós queremos. Além dos Eixos que já foram falados aqui e que estavam lá na portaria, quando nós criamos o Plano Nacional do Livro e Leitura: Democratização do Acesso – quer dizer, é o direito à leitura; é mais do que a oportunidade, é verdadeiramente o direito. Nós não podemos permitir que um jovem, pela sua classe social, pelo seu CEP ou por qualquer outra situação, esteja privado da leitura, que ele não tenha esse direito. Ele tem que ter esse acesso; Fomento à Leitura e à Formação de Mediadores – aí também, na pe-

dagogia, na formação dos nossos profissionais; Valorização institucional da Leitura e o seu valor simbólico – se isso já era atual em 2006, hoje é muito mais com as concorrências que nós temos. A tendência que nós temos hoje, se nós não cuidarmos disso, é que os jovens se afastem da leitura por diversas razões que nós sabemos – você tem outros atrativos; e aí o Eixo 4, que, como já foi falado pelo Castilho, a lei trata um pouco disso, sem descuidar dos outros aspectos, que é o Desenvolvimento da Economia do Livro – no sentido de que nós possamos ter essas ações todas numa política de Estado, que, verdadeiramente, é o que estamos construindo aqui.

Nós temos os números do Ministério da Educação, no Plano Nacional do Livro Didático, que é parte de todo esse processo que a gente avança. Nós, só para vocês terem ideia, em 2015, agora, que é o ensino médio, nós estamos com 15 milhões de livros para o Norte, 40 milhões de livros para o Nordeste, 52 milhões para o Sudeste, 17 milhões para o Sul, 10 milhões para o Centro-Oeste, atendendo muita gente. No PNBE também, que é Biblioteca na Escola, nós tivemos em torno de 19 milhões de livros distribuídos desde a educação infantil e creche até a educação de jovens e adultos, e precisamos avançar cada vez mais.

Nós temos um grande desafio agora que é o nosso Plano Nacional de Educação. O Plano Nacional de Educação tem 19 Metas e mais uma que financia as outras 19; então, são 20 Metas. Quando nós observamos o Plano Nacional de Educação, construído nessas discussões que todos nós fizemos, observamos que o Brasil será uma pátria educadora se nós conseguirmos esse Plano Nacional de Educação. Quer dizer, o caminho pavimentado para a Pátria Educadora é o do Plano Nacional de Educação, pois nós temos ali metas e estratégias muito bem colocadas, discutidas, responsabilidades do Governo Federal, do governo estadual, do governo municipal, da sociedade, das redes municipais, estaduais e federais de educação; enfim, de todos nós, da Câmara, do Senado, que aprovaram isso por unanimidade, e, evidentemente, da sociedade brasileira.

Quando nós observamos os indicadores quantitativos e qualitativos da nossa educação, com certeza, nós temos como parte disso tudo a leitura. Sabemos que ela forma pensamento crítico e cidadania, porque permite que os jovens possam ter a opinião própria baseada em reflexão, e que isso possa ser aberto a todos, como eu disse, independentemente da sua classe social.

Nós temos, no Ministério da Educação, em termos de filosofia, de discussão do projeto e que atua diretamente com o Castilho e também com o Ministério da Educação e o Ministério da Cultura, a Secretaria de Educação Básica, que é a nossa secretaria que cuida de todo o processo formal do nosso Ensino Básico, e temos também a nossa secretaria ética por natureza, que é a Secadi. A Secadi é a secretaria que nós sonhamos extinguir um dia no Ministério da Educação, porque, no dia em que todos os nossos problemas éticos de inclusão estiverem resolvidos, nós podemos extinguir a Secadi, mas até lá, nós precisamos fortalecê-la. Ela participa efetivamente do PNLL exatamente para permitir acesso a todos os públicos e nos dar uma visão diferente sobre esse plano. Nós vamos continuar participando efetivamente, como o Castilho sabe, o Ministro Juca sabe, e a Senadora também, desse projeto, desse plano.

Quero trazer aqui a saudação do nosso Ministro Renato Janine, que está acompanhando a Presidenta nessa viagem aos Estados Unidos. S. Exª pediu que trouxesse todo o apoio do Ministério da Educação para que nós possamos continuar nesse processo que começou em 2006 e avança agora, para que tenhamos um projeto de lei que simplesmente vai concretizar aquilo que já foi dito aqui – e o Castilho falou muito bem, e é verdade: quando você vai ao interior deste Brasil, quando você vai a uma escola, quando você vai a um Município, você percebe que ninguém fala de um programa federal. Todos se sentem parte. E isso é muito importante, porque você incorpora a cultura. E eu tenho a convicção de que isso está incorporado.

E eu quero reiterar aqui, Ministro Juca Ferreira, que com certeza essa é mais uma das ações que nós estaremos fazendo em conjunto, dessas reuniões que fizemos, e o Ministro antes de entrar aqui me disse: "Luiz Cláudio, nós temos que fazer isso porque o MEC é educação – 2+2 não são 4, são muito mais do que 4. E é verdade, pois quando nós nos unimos assim, avançamos muito.

Parabéns, Senadora. Parabéns a todos que aqui estão. Contem com o Ministério da Educação para que nós possamos avançar cada vez mais.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Agradecemos a presença e a contribuição valiosa do Prof. Luiz Cláudio.

Quero também aqui dizer da minha alegria, Prof. Luiz Cláudio, por de repente ver o MEC e o MinC aqui conversando, numa paquera, sobre a questão do livro e da leitura. Isso é muito bom, muito bom mesmo, pois renova muito as nossas esperanças.

Com muita alegria, vamos passar a palavra ao Ministro da Cultura Juca Ferreira.

O SR. JUCA FERREIRA – Bom dia a todos e a todas!

Queria saudar a Senadora Fátima Bezerra pela iniciativa. O Parlamento, quando mobiliza a sociedade para discutir um projeto de lei, está realizando de forma qualificada a sua função de ser a principal instituição

da democracia brasileira. Então, queria parabenizá-lo, pois o tema é altamente relevante e é sobre isso que eu vou me referir aqui. E quanto à percepção de que era preciso convocar a sociedade para um processo de reflexão, eu parabenizo e reverencio V. Exª por isso.

O Sr. Luiz Cláudio Costa, Ministro interino da Educação, e nós estamos vivendo um momento de afinidades e expectativas muito fortes na relação MinC/MEC. Já vimos construindo esse clima desde quando o Gil era o Ministro da Cultura e o Fernando Haddad era Ministro da Educação. Mas evidentemente, com a nomeação do atual Ministro da Educação, Renato Janine, aumenta ainda mais essa expectativa de que consigamos, de fato, dar um salto de qualidade na relação entre MinC e MEC, porque parte da nossa finalidade só se realiza com interação com o Ministério da Educação, e tenho certeza de que parte da missão do Ministério da Educação só se realiza em interação com o Ministério da Cultura. Então, acho que estamos condenados a trabalhar juntos e vamos tirar o máximo prazer possível dessa experiência. A sociedade tem uma expectativa com relação a esse processo.

Queria saudar o meu amigo José Castilho, que vem desenvolvendo um esforço enorme para a consolidação do Plano Nacional do Livro e Leitura. Eu farei gestões – já tenho feito –, mas intensificarei as gestões dentro do Governo para que o Governo envie esse projeto de lei para o Congresso, para que possamos ter esse debate público em torno do Plano Nacional do Livro e Leitura.

Talvez eu seja o mais inquieto e, sem nenhum pejo, o mais descontente com o estágio a que nós chegamos. Vou me referir aqui a ele, mas de qualquer jeito é um patrimônio já da sociedade brasileira, tem estimulado aos Estados e Municípios realizar esses planos municipais e estaduais do livro e leitura, porém eu acho que a gravidade do tema, a importância do tema exige que façamos um esforço suplementar. Eu até acho que, para complementar o Plano Nacional do Livro e Leitura para que ele não fique nas nuvens, é preciso definir uma estratégia que envolva todos os entes da Federação, o Governo Federal, os governos estaduais e municipais, o Congresso, os meios de comunicação, as lideranças sociais.

É de uma gravidade enorme a questão da leitura no Brasil – 1,7 livro per capita/ano! Eu diria, parafraseando um apresentador de televisão, que é uma vergonha! Está abaixo do índice de leitura de vários países vizinhos. Eu não vou nem me referir ao Uruguai, à Argentina. Refiro-me a países com um nível de pobreza maior, mas que sempre compreenderam que não enfrentarão os desafios necessários, não criarão a sociedade que precisam sem um nível de leitura. Portanto, o Brasil, que é a 7ª economia do mundo, que se propõe a ser um País que resolverá as suas questões sociais, nunca, de fato, deu a atenção que a leitura precisa, a leitura e, por extensão, o livro. Então, essa batalha pela afirmação do Plano Nacional do Livro e Leitura precisa de uma complementação, que é uma grande estratégia social de afirmação da leitura como um dos principais mecanismos de construção de igualdade, de qualidade de vida, construção das condições que nos possibilitem, de fato, enfrentar os desafios do século XXI.

Senador Cristovam Buarque, que está me devendo um cafezinho, precisamos tomar esse cafezinho para combinar. V. Exª é um dos batalhadores, no Brasil, pela educação de qualidade ao acesso de todos e evidentemente pelo livro e pela leitura. Sua presença aqui demonstra a importância desse encontro. Além de V. Exª, cito José Airton Cirilo, Deputado Federal, Odorico Monteiro, Deputado Federal, Suzete Nunes, Diretora de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, Jean-Guy Boin, que vem fazer uma palestra e é diretor do escritório internacional da edição francesa – o presidente da internacional é Richard Charkin.

Daqui de cima eu reparo que a cadeia do livro está muito bem representada aqui neste encontro. A relevância do tema estimula essa presença. Acho que temos que fazer uma segunda para estimular as lideranças sociais do Brasil, para que elas também venham para compreenderem que sem elas não há possibilidade de enfrentamento de uma questão tão importante e tão grave em razão dos índices de deficiência no Brasil. É preciso trazê-las para esse debate.

Na verdade, todas as pesquisas mundiais indicam que é preciso criar um ambiente favorável para a leitura, principalmente num país como o Brasil que não tem boas tradições de leitura. Nós temos um índice bastante pequeno e todas essas pesquisas mundiais indicam que pelo menos três entes são fundamentais – a família, a escola e as bibliotecas. Nós não temos famílias de leitores em números significativos no Brasil. Começa por aí. A classe média já tem um percentual que desenvolve razoavelmente a leitura e que passa para os filhos a importância da leitura não só para o sucesso individual, mas também como uma contribuição para a possibilidade do desenvolvimento do País, mas a grande maioria da população, quando chega à leitura, chega à leitura pela sua periferia, que são os livros de autoajuda, os livros técnicos e com um sentimento de obrigação de leitura para ascender socialmente. Na verdade, ainda não conseguimos afirmar a leitura como uma porta para a aventura intelectual, por deleite estético, para o conhecimento, para o crescimento individual e para o crescimento do País, para que possamos, de fato, resolver os grandes desafios do século XXI. Então, é preciso

reconstituir, desde os primórdios, a relação com o livro e com a leitura para que possamos ser de fato ser bem-sucedidos e, daqui a cinco, dez anos, termos um outro país em relação ao livro e à leitura.

Eu insisto que 1,7 livro *per capita* ano é um índice muito baixo para que não fiquemos preocupados enquanto Nação. E estamos vivendo um momento muito importante no Brasil: ou retrocedemos, fragilizando as conquistas sociais, criminalizando a juventude, acirrando os comportamentos racistas que sobrevivem na nossa sociedade como sobrevivência da escravidão, a discriminação contra as mulheres – essa é uma pauta, eu diria aterradora, que nós temos diante de nós e que emergiu no Brasil no último ano – ou avançamos, pois uma crise é sempre um momento de construir as plataformas e as estratégias para novos ciclos de desenvolvimento e para enfrentar os problemas. Então, este Seminário aqui e esse projeto de lei se inserem exatamente numa visão otimista de reconstruir estratégias para que possamos enfrentar os desafios que ainda não foram devidamente respondidos. Se nós não temos famílias em números suficientes que cumpram essa função de satisfazer a necessidade de formar as novas gerações numa relação de intimidade com o livro e na busca da leitura como um mecanismo importante de crescimento pessoal e coletivo, nós temos as escolas e as bibliotecas como dois mecanismos importantes.

Nós não temos boas tradições, com raríssimas exceções, de bibliotecas ativas no Brasil. Nós temos que sair de um projeto de biblioteca passiva, que fica esperando alguém que peça um livro emprestado, para as bibliotecas que hoje já existem em todos os lugares do mundo. E o grande incentivador desse novo modelo de biblioteca foi exatamente um país vizinho nosso, a Colômbia, que desenvolveu bibliotecas que são verdadeiros centros culturais, estimulantes da leitura, de treinamento prazeroso do exercício da leitura. As bibliotecas são fundamentais. Nós temos que convocar as bibliotecárias para participarem ativamente desse processo de construção e de uma grande estratégia de enfrentamento desse déficit brasileiro.

E quanto às escolas, eu concordo inteiramente com o balanço que foi feito, pois nós tivemos avanços significativos no Brasil na área de educação, na área de inclusão, de portas abertas para que todo o povo brasileiro tenha acesso à universidade, às escolas públicas. Mas é preciso um esforço enorme agora para qualificar a educação, e a leitura é um item importante. Deveríamos levar a questão da leitura para campanhas semelhantes, como Fome Zero, combate à saúva, eliminação da paralisia infantil. Nós já tivemos várias campanhas sociais de envergadura bem-sucedidas no Brasil. Para isso, é preciso mobilizar meios de comunicações de massa, gerar processos de fato de sensibilização das lideranças sociais. Enquanto nós tratarmos isso entre especialistas e diretamente interessados, não seremos bem-sucedidos enquanto Nação, no sentido de gerar índices que de fato nos orgulhem e que resolvam as questões nessa área do livro e leitura.

Eu fui Secretário de Cultura antes de ser reconvocado para o Ministério da Cultura da cidade de São Paulo. O Secretário de Educação Municipal, que foi Secretário da Educação Básica, o Callegari, me deu um dado a respeito do qual eu perguntei dez vezes a ele, pois, cada vez que eu ouvia, eu dizia: "Secretário, é verdade esse dado?" É difícil acreditar que existem cinco milhões de analfabetos funcionais na cidade de São Paulo. Considerando que a população é de 12 milhões, é assustador esse dado. É um complemento, quer dizer, é um enredo de horror.

Analfabeto funcional é o que lê e não entende quase nada, o que lê e entende razoavelmente e o que lê e perde uma boa parte do que lê. É preciso enfrentar isso. Não podemos encarar esse dado como um normal, natural na sociedade brasileira. Não podemos encarar a educação apenas para formar para o mercado de trabalho. É preciso constituir um esforço, eu diria, civilizatório, porque não enfrentaremos os desafios do século XXI com esse índice assustador de leitura no Brasil e com essa incapacidade de leitura. A herança que nós temos, a herança histórica não é boa. E é preciso enfrentar isso. E há países vizinhos que têm um índice excelente nessa área. (*Palmas.*)

Eu vejo a necessidade de uma campanha de mobilização de todos os setores, do empresariado, das organizações dos trabalhadores, dos meios de comunicação de massa, dos que lidam diretamente com educação, dos que lidam diretamente com cultura, com os criadores, com os escritores, com todos, para que possamos produzir um esforço social que, de fato, gere uma outra realidade.

Com relação à leitura, eu acho que temos que começar do início. A leitura tem que ser apresentada como algo prazeroso. Nós deveríamos desenvolver tecnologias no sentido de as crianças terem curiosidade de mergulharem no livro, de conhecerem o texto, porque dali vai sair alguma coisa interessante.

Todos, aqui, que certamente são leitores pelo caráter seleto desse auditório vão se lembrar como é que chegaram até a leitura. Eu cheguei até a leitura pela minha família. Acordava para ir para a escola e meu pai ainda estava acordado lendo, lendo assuntos inclusive que não eram da sua profissão. A revista em quadrinhos para mim foi muito importante como porta de entrada. Na época, não existia internet. A porta de entrada para a leitura para mim foi a revista em quadrinhos, pelo que me despertava de fantasia. E o primeiro livro que eu li todo foi dado por Papai Noel, que foi a história de Robinson Crusoé, traduzida para o português por Monteiro

Lobato. Cada um aqui tem uma história para contar. Não importa a motivação inicial. O que importa é ter sustentação da família ou da biblioteca ou da escola.

Eu me lembro de um professor de português, Davi – eu me esqueço do sobrenome dele – que chorava lendo Machado de Assis, no 1º ano de ginásio. Ele fazia leitura coletiva e quando cabia a ele ler, ele se emocionava numa profundidade que nos comovia e nos envolvia. Se um professor de quem gostamos tanto e respeitamos tanto chega às lágrimas por um texto, isso é evidente, não precisa nem ser dito, o sentimento que passa imediatamente para os alunos é que há algo que precisa ser também desfrutado. Isso não pode ser como tarefa, obrigação.

É esse esforço de mudança de paradigma no Ministério da Cultura, no Ministério da Educação, nas bibliotecas, em todas as áreas, na sociedade que precisamos constituir. É preciso constituir uma nova base. Acho que é possível, o Brasil está maduro para isso. Eu não acredito nessa agenda reacionária e regressiva que está em pauta. Isso passa rapidamente, porque não responde a nenhum anseio.

Eu fiquei pensando outro dia, numa dessas noites de insônia, que basta ir a qualquer praia do Brasil – Praia de Ipanema ou Praia de Ramos ou Praia de Copacabana ou, no Nordeste, Praia de Amaralina – e olhar para o povo brasileiro para ver que a pauta dele não é a pauta regressiva, pois todo mundo quer viver, quer avançar. Eu falo das praias, mas vá a qualquer ambiente social e entre em contato com o povo brasileiro, com as vivências coletivas, e perceberá que nós queremos ir para a frente, nós queremos resolver os problemas estruturais, queremos um Estado qualificado, queremos serviços de qualidade, mobilidade urbana, queremos bicicleta também. O reacionalismo está tão grande que há pessoas contra as bicicletas nas cidades brasileiras. É impressionante, pois, enquanto, no mundo inteiro, o automóvel individual já foi condenado a ser uma peça de museu, precisa ser reciclado, no Brasil, ainda estão deslumbrados com ele.

Eu acho que essa pauta do preço único tem a ver com dois grandes temas, um deles urbano. No Brasil, se for permitido fechar as pequenas lojas, as pequenas livrarias, vai-se criar uma urbanização concentrada em *shopping centers*. O Brasil acreditou, a partir da década de 1970, que o País cabia dentro de *shopping centers*. A cidade era só para locomoção entre a casa, o trabalho, a casa e o *shopping center*, quando, na verdade, o *shopping center* é um equipamento importante da vida contemporânea, mas as lojas de rua, a livraria de rua, a pequena livraria que atende as demandas culturais do bairro ou de uma região da cidade são fundamentais. Eu estou me referindo à livraria, mas essa discussão que nós estamos tendo é como uma intervenção reguladora no sentido de garantir que o monopólio não se estabeleça e que não reduzamos certos equipamentos que são fundamentais, no mínimo. (*Palmas.*)

O segundo grande tema. Disse-me a Ministra da Cultura da França que a rede de livrarias francesas é parte da vida urbana da cidade e que, se permitirem que a internet monopolize a venda de livros, vão ter um impacto social e urbano enorme na vida da cidade. Dizem que Paris tem mais livrarias do que o Brasil inteiro. Eu acredito nisso pela quantidade de livrarias que há lá e pela pouca quantidade que há aqui. Então, se a gente permitir a extinção de um equipamento tão importante...

Há algumas livrarias que são como deveriam ser nossas bibliotecas. Você chega lá, pega um livro, deita em uma almofada, lê, toma um cafezinho. É um ambiente hiperagradável, estimulante, convidativo ao contato. Por que não aprendemos? Já que o Brasil gosta tanto da empresa privada, por que não olhar a empresa privada sob esse aspecto de que se modernizou para vender mais, de que criou um ambiente acolhedor para o leitor? É preciso que compreendamos isso para estender ao setor público uma modernização desse setor que é tão importante. E como eu disse anteriormente, a biblioteca é fundamental.

Eu falei da agenda urbana.

A segunda agenda que tem a ver com esse tema que a Senadora Fátima está nos propondo refletir a respeito são os desafios do século XXI. A internet hoje é o espaço cultural mais importante do mundo, independentemente da nossa avaliação e do nosso humor em relação a ela. Não podemos permitir que ela traga consigo impactos negativos sobre a sociedade. Quer dizer, o *dumping* que a internet pode fazer na venda do livro quebraria toda a estrutura, toda a cadeia do livro brasileiro, todo. Então, é preciso regular, pois é uma área como todas as outras áreas da vida social e demanda regulação. Hoje é uma tarefa, que nunca deixou de existir porque não havia internet, não havia essa possibilidade de oferta de tantos serviços. É preciso que nos debrucemos sobre essa experiência importante, que é a internet, para que o Brasil tenha uma postura que de fato garanta uma inserção no contexto mundial, através da internet, da melhor maneira possível.

Quase todos aqui presentes sabem, talvez não os nossos colaboradores que vieram de outros países, que o Facebook censurou uma página do Estado brasileiro, porque havia uma foto de uma indígena de saia, mas com os seios nus. Eu achei que era o robô automático. Como Ministro, liguei para o responsável pelo Facebook no Brasil, que me disse o seguinte: "É norma interna da empresa e nós só estamos submetidos à lei da Califórnia". Eu disse-lhe: "Meu senhor, o senhor está estabelecendo um colonialismo digital". Se uma estrutura

tão poderosa opera no Brasil sem respeitar o contexto legal do Brasil, está-se estabelecendo um sistema colonial baseado na internet. O segundo argumento que eu dei foi o seguinte: se o índio, para aparecer na internet, precisar se travestir de não índio, haverá um etnocídio simbólico da maior gravidade. Então, eu disse a ele: "Vou abrir processo". E de fato abrimos um processo em nome do Estado brasileiro. Eles já voltaram atrás e já botaram a foto do índio. Mas na verdade isso é um processo diário. Isso é uma demanda de regulação.

O Brasil deu um exemplo mundial com a aprovação do Marco Civil da Internet, e a Presidenta fez um discurso na ONU sobre a necessidade da regulação da internet para que seja um espaço civilizado, mas é preciso de desdobramentos. Por exemplo, não pagam direito autoral. Os autores brasileiros, os autores de conteúdos brasileiros não recebem o pagamento do direito autoral, os compositores e os proprietários de peças audiovisuais. É preciso constituir um sistema legal brasileiro que seja capaz de dialogar com a rede, mantendo um caráter aberto, democrático e neutro e, ao mesmo tempo, cumprindo obrigações sociais na relação com o Brasil. Essa ideia de que funcionam nas nuvens é uma ideia falsa. Funcionam nas nuvens, mas os negócios são terrenos, todos são terrenos. Essa é uma das maiores economias do mundo hoje e precisa de regulação para que não represente uma pirataria com os conteúdos nacionais, no caso, um sufoco para a cadeia do livro e leitura no Brasil. Pelo contrário, a internet tem que ser um estímulo.

Eu sou favorável, vejo com bons olhos, ao livro digital e a todo esse estímulo à leitura, que, de alguma maneira, as redes sociais têm gerado, mas é preciso regulação. A responsabilidade que nós temos é regular para resolver os problemas não só da cadeia do livro no Brasil, para harmonizar, para não haver *dumping,* nem posturas monopolistas, mas também da internet, que é um tema do século XXI. Então, é fundamental que nos debrucemos sobre isso.

Quero parabenizar mais uma vez a Senadora e dizer que o Ministério da Cultura está empenhado em fortalecer os vínculos com o Ministério da Educação, não só para qualificar a educação, mas também para qualificar as políticas públicas de cultura.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Queremos agradecer a contribuição do Ministro Juca ao debate, uma contribuição com qualidade e clareza.

Queremos mais uma vez dizer da nossa alegria de poder reunir exatamente na Mesa tanto o MinC como o MEC.

Vamos dar prosseguimento ao nosso Seminário, agora com a 2ª Mesa de Debates, que é a Lei de Preço Fixo no Mundo, Experiências Internacionais.

Antes disso, queremos passar a palavra, com muita alegria, ao Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Um bom dia a cada uma e a cada um, aos que estão na Mesa e aos que não estão na Mesa, até porque fazemos aqui uma grande Mesa na verdade.

Quero dizer da satisfação de ver, Senadora Fátima, sua preocupação de organizar este evento para discutir um tema tão fundamental, que é a formação do Brasil e de qualquer país, pois a formação de qualquer país passa pela leitura. Não há outra alternativa.

O que eu gostei aqui é que o assunto educação apareceu. Muitas vezes, falamos de livro pensando que é uma questão industrial, e não é. É uma questão educacional, que passa pela industrial, como passa também pela construção das bancas, fabricação das bancas, construção dos prédios, produção de computadores e livros. O que faz realmente a leitura é a educação agregada obviamente a uma promoção da leitura.

Eu ainda acho que falamos pouco da educação aqui, porque, no Brasil, olhamos as coisas pelo lado dos incluídos, apesar de que o Ministro Juca tocou no analfabetismo. Mas o primeiro passo para vender mais livros é resolver o problema de 13 milhões de analfabetos. Esse é o primeiro passo, pois são 13 milhões que não vão comprar livros, por mais que baixemos o preço. Depois, vêm os analfabetos funcionais, como o Ministro Juca falou, aqueles que sabem decifrar as letras conforme a arrumação delas, mas não são capazes de lerem ideias para lerem um livro. Depois, daqueles que não são analfabetos funcionais, há uma minúscula parcela de brasileiros que saem com uma boa educação de base e uma parcela menor ainda, com boa educação de base, tendo superado o analfabetismo, o analfabetismo funcional, mas que não concluem o ensino médio. Há aqueles que concluíram um bom ensino médio, mas que fizeram um ensino médio em que não há promoção de leitura, o que é uma característica mesmo das boas escolas brasileiras. Eu acho que foi o Castilho que me falou um dia desses que há escolas que usam a biblioteca como lugar de castigo para os meninos malcomportados. Foi você, Castilho? (*Pausa.*)

É um número muito pequeno aqueles que pela educação chegam à leitura. Por isso, o grande desafio nosso está na educação, na erradicação do analfabetismo, numa educação de qualidade, igual para todos e com alto conteúdo de literatura.

Eu, pessoalmente, acho que isso é impossível deixando as escolas nas mãos dos Municípios, não apenas porque são pobres, mas também porque são desiguais. Mesmo que um possa ter uma educação boa, outros não têm. E aqui está o exemplo de que o Ministro Juca falou: São Paulo. Eu até acho que houve um erro no dado nos 5 milhões. Pelo que eu sei, há 1,8 milhão, no Estado – e é muita gente! E é um Estado riquíssimo! Mas, se analisarmos a desigualdade no Ideb das escolas públicas em São Paulo, ela é imensa entre os que estão quase em 8 e os muitos que estão em 3. A desigualdade é imensa, mesmo em São Paulo, o Estado mais rico do Brasil! Eles não têm condição de dar uma boa educação. Em outros, mesmo que coloquemos dinheiro, eles não vão encontrar os professores, nem a técnica para se fazer uma boa escola, o *know-how* de se fazer uma boa escola, não encontram.

Por isso, eu não vejo outra saída, a não ser o Governo Federal adotar o sistema educacional de base, aliás, não o sistema que está aí, mas um novo sistema. O sistema que está aí, Ministro, podemos até melhorá-lo, mas não vai dar o salto. O salto para a educação brasileira se parecer com os melhores sistemas do mundo necessita de um novo sistema. É preciso encolher esse sistema e ir fazendo outro no lugar, ao longo de algumas décadas. E eu não vejo isso pelo Município, mas, sim, pelo Governo Federal.

Mas já que aqui o tema ainda é especificamente o livro, eu vou fazer uma pergunta: O que os senhores acham de federalizar as bibliotecas escolares? Não vamos federalizar os professores, não vamos federalizar os equipamentos em geral. A biblioteca é um lugar tão importante na formação do Brasil e os Municípios são tão pobres em todos os sentidos para fazerem boas bibliotecas que o Governo Federal deveria colocar biblioteca federal em cada escola, assim como são federais as gotinhas de Poliomielite. Poderíamos fazer um programa nacional para isso, um programa nacional não apenas do livro, um programa genérico, e continuaria esse programa maravilhoso. Mas por que não adotamos, é a minha pergunta, por que não ou por que sim? O que impediria? O que não justificaria que as bibliotecas das escolas, mesmo municipais, fossem entes federais no Brasil? Essa é a minha pergunta.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – O Senador Cristovam fez uma pergunta aqui. Deixe-me também dar aqui o meu pitaco, Senador.

Nesse momento, o principal desafio para nós nessa área é o Plano Nacional do Livro e Leitura. É disto que nós precisamos exatamente nesse momento: o Plano Nacional do Livro e Leitura à luz dos eixos que aqui foram colocados, a questão da democratização, a questão da economia do livro. Enfim, o que nós precisamos nesse momento são políticas, iniciativas direcionadas para isso, para que, por exemplo, tenhamos bibliotecas pelo País afora e não a biblioteca pela biblioteca. O senhor tem toda a razão. Há bibliotecas que ainda são um amontoado de livros. Durante muito tempo, nós convivemos com uma realidade, mas, de repente, o professor não está mais em condições de dar aula e será aposentado na biblioteca. Não, não é isso que se quer de maneira nenhuma! Nós queremos uma biblioteca com professor, com quem estiver lá motivado, preparado para exercer o papel dele lá dentro, de orientador. Nós queremos uma biblioteca com os agentes mediadores.

Houve um tempo, no Ministério da Cultura, em que foi idealizada e chegou a ser realizada uma experiência simples, porém, muito interessante: os agentes de leitura. Por que não voltar a essa iniciativa? Como o Ministro Juca colocou, não basta só ter a biblioteca, a biblioteca tem que abrir as suas portas, repito, muitas vezes com toda essa precariedade, com um acervo totalmente defasado, com condições extremamente precárias lá dentro. Não queremos a biblioteca desse jeito. Nós queremos uma biblioteca viva, como ele colocou aqui, uma biblioteca que também vá atrás das pessoas. O chamado agente de leitura tinha exatamente esse papel.

Mas, enfim, eu vou parar, até porque eu acho ...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – A senhora acha que os Municípios estão em condições de fazer isso com que a senhora sonha?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Não, os Municípios só terão condições de fazer isso se houver exatamente o apoio do MEC; se não houver, não terão condições, e, nesse ponto, concordo com o senhor. Entendo que, nesse momento, o Plano Nacional do Livro e Leitura é fundamental para estabelecer as ações e estratégias que possibilitarão aos Municípios evoluir na direção de modernizar as bibliotecas, de ter bibliotecas com esses conceitos, sem falar que também podemos associar a isso a ideia da biblioteca mais ousada, como as experiências da Colômbia e de outros países, como mencionou o Ministro Juca.

Vou parar. Só quero dizer que não creio que isso possa avançar se não houver este casamento, o casamento da Cultura com o MEC. Penso dessa maneira, Senador. Acho que, nesse momento, o maior desafio para nós é o Plano, como instrumento que possibilite chegar ao que o senhor quer, com o Governo Federal assumindo. (*Falha na gravação.*)

A SRª PRESIDENTE (Lucinda Maria Marques de Azevedo) – ... todas as regiões do Brasil, principalmente a Região Nordeste.

Então, na hora que for definido, e o Ministro Juca lembra disso porque, quando ele foi Ministro, na administração anterior, foi colocada uma pauta de 25% das produções regionais, na hora que essa produção regional for colocada em pauta, todas as regiões vão ter acesso, vão ter participação e vão ter estímulo, porque a criança vai perceber que os escritores são pessoas que podem sobreviver da sua profissão.

Acho que a leitura deve levar exatamente o cidadão a ser livre, parafraseando aqui um autor potiguar, que é meu autor querido e preferido: "ser escritor é ser Zé Ninguém, sem ser escravo de nenhum Zé e viver plantando sonhos, saudade, vontade e fé". Eu acho que a gente tem que levar essa política para esse caminho.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Eu quero passar agora a palavra ao Ministro, agradecendo aqui a participação de Lucinda, que está ali e não se conteve com vontade de falar, ela que é uma batalhadora, Ministro, diretora da Editora Imep, Vice-Presidente da Câmara Brasileira do Livro, do Ceará, e tem participado muito de todos esses debates acerca da promoção do livro, da leitura, etc. Mas passemos, agora, a palavra ao Ministro Juca.

Se os Srs. Ministro Luiz Cláudio ou Castilho quiserem, também poderão se posicionar frente ao questionamento que o Senador Cristovam fez, para que possamos partir para a 2ª Mesa.

Com a palavra, Ministro Juca.

O SR. JUCA FERREIRA – Basta organizar o debate que começam a vir temas correlatos, e vamos chegar até os fundamentos da República.

Por força do exílio, Senador, vivi, na Suécia, 8 anos. É um país um pouco maior do que Sergipe, que já foi o menor Estado da Federação – não sei se ainda é, não me atualizei depois da criação dos últimos Estados.

A Suécia é dividida em três regiões culturais. O ensino básico é federalizado, para que todos, independentemente de onde morem, tenham as mesmas chances de participar da vida nacional e do mercado de trabalho. Mesmo na área rural, é impressionante essa preocupação deles com a educação como meio de integração e inclusão social. Eles publicam, diariamente, nos jornais suecos, as matérias que, em cada ano escolar, estão sendo dadas naquele dia, e são dadas da mesma maneira, para permitir que todos tenham acesso a uma educação de qualidade, sem diferenciar na origem da formação. Na escola rural, também está sendo dada aquela matéria. Eles guardam, se não me engano, 25% dos conteúdos para serem regionalizados, para permitir também que a cultura local se manifeste, tenha acolhida por parte da estrutura de formação, o que demonstra um não domínio da região central, onde a capital Estocolmo fica localizada. A Estônia, ao sul, e a Lapônia, ao norte, têm direito também a ter a sua cultura, mas a educação é federalizada no país do tamanho de Sergipe.

Eu não sou da área de educação, eu manifesto minha simpatia, mas eu acho que, de fato, a responsabilidade municipal tem gerado aumento da desigualdade no Brasil, através da educação, e não aumento de igualdade. Em alguns Municípios, a educação é de qualidade; em outros...

Quando eu fui Ministro da outra vez, zeramos três vezes os Municípios sem uma biblioteca pública. Três vezes! Depois de pesquisas, verificávamos que 300, 400, 600 Municípios haviam fechado a biblioteca depois de recebê-la toda pronta com a única contrapartida de manter dois funcionários trabalhando na biblioteca. Três vezes! E eu já soube que estamos com mais de 600 Municípios, agora, sem nenhuma biblioteca, exatamente porque há um descompromisso. Chegamos a instituir uma regra, através de portaria do Ministro, de que Municípios que não tinham biblioteca pública, não poderiam ter acesso a recursos de cultura, como um elemento básico.

É preciso repensar e acho que, aqui, estamos abrindo a discussão que o Senador trouxe.

Senador, eu não sei se é prático federalizar a biblioteca sem federalizar a escola, porque talvez crie um enclave federal. O nível de conflito que vai haver entre as duas instâncias vivenciando o mesmo espaço, talvez ainda vire um gueto mais contundente do que é hoje, que é – como disse a Senadora – o lugar de refúgio dos que já não estão mais na sala de aula, é o lugar de castigo. O menino está de castigo, vai ficar lá na biblioteca durante a manhã.

Então, eu acho que a reversão disso, certamente será um processo, porque a gente deve evitar qualquer medida traumática na área de educação, mas um processo que vai em uma direção determinada que eu, mesmo sem ser da área, simpatizo com a ideia de federalizar a educação básica.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Seria um gueto libertário.

O SR. JUCA FERREIRA (*Fora do microfone*.) – Mas aí se abandona a dimensão da escola.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – A palavra para o Ministro, Prof. Luiz Cláudio.

O SR. LUIZ CLÁUDIO COSTA (*Fora do microfone*.) – ... Aí não há mérito meu. Pelo brilhantismo do Senador Cristovam, novamente, eu concordo com ele muito no mérito da proposta e discordo talvez na maneira de implementá-la.

Nós já tivemos um debate. O Senador Cristovam coloca muito a questão da federalização das redes municipais, estaduais, enfim. O que o Senador, com muito propósito aponta? Ele faz a comparação inclusive de que se nós participássemos do Pisa – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – com as nossas escolas federais, nós estaríamos na oitava posição, ou algo assim – estamos na décima quinta, enfim. Veja só: o que significa isso? Significa que as escolas federais conseguiram fazer aquilo que os Senadores e todos nós sonhamos com o Brasil, ou seja, você tem uma carreira, você tem uma dedicação exclusiva, você tem um projeto pedagógico, você tem infraestrutura adequada, você tem gestão. É aquilo que se faz em uma boa escola.

Então, o que o Senador propõe? "Vamos fazer isso para o Brasil inteiro". A tese é perfeita e com conhecimento que ele tem de educação é isso. Todos nós apostamos nessa tese e nós temos que trabalhar para isso. O Plano Nacional de Educação aponta para isso. Eu acho que é possível fazer isso na parceria com os Estados e Municípios. E acho que nós temos que ter a presença Federal nessa parceria, mas é possível nós construirmos carreiras, nós construirmos propostas juntamente com os Estados e Municípios para nós avançarmos, até porque nós temos hoje 197 mil escolas no Brasil.

Outro dia eu li um dado de uma pesquisa dizendo o seguinte: "A maioria das escolas brasileiras não tem infraestrutura". Dessas 197 mil escolas no Brasil, em torno de 50 mil têm menos de 20 alunos, em torno de – estou dando números aproximados – veja só, aí falaram assim: "Mas não tem biblioteca". Eu confesso aos senhores que eu estou mais preocupado em acesso ao livro do que com a biblioteca física nesse caso. O que eu quero é que esses jovens tenham acesso ao livro. É a maior preocupação. E se me disserem assim: "Olha, esse jovem não tem acesso ao livro", eu ficaria extremamente preocupado, como gestor do Ministério da Educação, mas não, o livro está chegando lá. Não tinha biblioteca por uma característica da escola, mas o jovem está tendo acesso ao livro.

Então, eu acho que esse caso também, Senador, da mesma forma, eu concordo na tese, o que o Senador está dizendo: Olha, nós estamos fazendo isso e precisamos ampliar o Programa Nacional de Biblioteca na Escola que nós temos, é um programa Federal, quer dizer, de certa forma, é a presença Federal na escola colocando disponibilidade dos livros.

Agora, vamos apostar na gestão municipal em parceria com o MEC, na gestão estadual para a gente avançar. Quer dizer, a tese é meritória e vamos continuar avançando. Eu acho que a biblioteca está lá, o aporte de livros pelo Governo Federal é significativo. Nós vamos ampliar. A questão é discutir como. Mas eu acho que é isso mesmo. Um seminário como esse serve para levantar essa ideia. Agora imagine: nós, hoje, fazemos gestão de 64 universidades dos nossos 40 institutos. Nós estamos falando de uma rede de 197 mil escolas, com dois milhões de professores, que eu acho que, pela característica do Brasil, nós podemos chegar ao mesmo fim que o Senador propõe, talvez de uma forma um pouco diferente, mas, enfim, tudo é válido para reflexão.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada. (*Falha na gravação.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pois não, Sr. Castilho.

O SR. JOSÉ CASTILHO MARQUES NETO – As considerações, obviamente, a respeito da federalização, a palavra é dos Ministros. Eu só queria lembrar que todas essas questões que foram levantadas dos autores regionais, da questão das bibliotecas escolares, também, do ponto de vista conceitual, do ponto de vista indicativo, entraram em consenso também com aquilo que está expresso no Plano Nacional do Livro e Leitura dentro desses parâmetros aqui colocados.

Eu lembraria apenas uma questão, que eu já levantei junto ao MEC na gestão anterior, e agora, com a retomada também dessa nova gestão, nós colocaremos nas bibliotecas escolares, não necessariamente como uma federalização das bibliotecas, como sugere o Senador Cristovam, mas a questão de termos um programa de biblioteca escolar como centro de referência da aprendizagem única para o País todo. Essa é uma experiência muito bem-sucedida no Chile, que são as chamadas bibliotecas CRA, da rede de escolas chilenas. É um programa que se tornou uma política de Estado chileno, completou, ano passado, 20 anos, com uma condução muito interessante e muito importante. Nós já apresentamos isso ao Ministério da Educação, há um diálogo muito importante a ser feito nesse sentido, mas talvez pudesse atender essa diretriz pelo menos para todo o Brasil do que deveriam ser as bibliotecas escolares.

É isso aí.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – O.k..

Ministro, mais uma vez, quero agradecer a contribuição, a participação valiosa do Ministério da Cultura, Educação e o Plano Nacional do Livro, e também ao Prof. Castilho.

Quero aqui, neste momento, entregar o *Catálogo de Obras Raras e Valiosas da Coleção Luiz Viana Filho*, do Senado Federal, coleção que foi cedida aqui pela coordenação de edições técnicas.

Por favor, entregue o *Catálogo de Obras Raras e Valiosas da Coleção Luiz Viana Filho* aos nossos convidados.

Muito obrigada.

Vamos passar para a segunda Mesa. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Dando prosseguimento ao nosso seminário, vamos passar para a segunda Mesa do nosso seminário, em que teremos o debate sobre a Lei de Preço Fixo no Mundo – Experiências Internacionais. Para tanto, convido, com muito prazer, para tomar assento à Mesa, o Sr. Jean-Guy Boin, Diretor do Escritório Internacional da Edição Francesa. (*Palmas.*)

Convido também o Sr. Richard Charkin, que é o Presidente da International Publishers Association, para tomar assento à Mesa. (*Palmas.*)

Quero, mais uma vez, dizer que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do Jornal do Senado, da Rádio Senado, enfim, nós estamos bem conectados, ouviu Marcos, totalmente conectados.

Quero, aqui, também registrar, com muita alegria, a presença de Sérgio Herz, que é o Presidente da rede da Livraria Cultura, e também registrar a presença de Marcos Linhares, que é Presidente do Sindicato dos Escritores do Distrito Federal.

Mais uma vez, quero agradecer a presença dos nossos palestrantes e colaboradores, Jean e Richard, por tudo que simbolizará para nós o diálogo com vocês, tendo em vista exatamente a implementação da lei em seus países e, portanto, a experiência exitosa da lei do preço fixo do livro na França. Acredito que será muito valioso para nós, neste exato momento, mantermos esse diálogo, a fim de conhecermos, de forma mais detalhada, mais sistematizada, como se deu exatamente o debate na França e a implementação dessa lei.

Eu queria também, desde já, agradecer aqui a parceria com a Câmara Brasileira do Livro através de Torelli, a parceria também com o Presidente da Associação Nacional de Livrarias, Afonso; agradecer a presença de Marcos, representando o Sindicato Nacional dos Editores de Livros; a presença de Raquel, que é Presidente da Liga Brasileira de Editoras, enfim, agradecer aqui à Câmara; ao SNEL; à Associação Nacional de Livrarias e outras entidades pela importante colaboração que deram, no que diz respeito à parceria para que nós pudéssemos chegar ao dia de hoje e realizar esse seminário que está aqui cumprindo exatamente o seu papel, que é promover a reflexão, que é promover o debate com vistas a avançarmos no que diz respeito aos encaminhamentos presentes e futuros acerca da questão do livro e da leitura.

Então, daremos início à segunda Mesa do seminário com o tema Lei de Preço Fixo no Mundo – Experiências Internacionais.

Passo a palavra ao Sr. Jean-Guy, que é Diretor do Escritório Internacional da Edição Francesa.

O SR. JEAN-GUY BOIN (*Tradução simultânea.*) – Bom dia!

Vou interromper aqui minha experiência com o Português.

Eu já tive a oportunidade de me encontrar, na Feira do Livro de Paris, com esse mesmo tema e com os meus amigos editores brasileiros, entre os quais Marcos Pereira, que está aqui, além de todos os amigos do livro, a quem quero saudar.

Eu vou tentar descrever a experiência francesa. Vocês escolheram esse título de experiência que é mais pertinente do que modelo. Muitas vezes a gente critica os franceses por quererem dar lições para os outros e eu vou tentar fazer de outra forma.

Eu sou economista. Vou falar através de gráficos e me apoio sobre a excelente inovação do adorno em torno da indústria cultural. Preciso abordar a questão cultural falando da sua indústria, a palavra indústria já é muito ampla, e esse é o tema do dia de hoje.

Eu vou propor três partes. A primeira parte dando uma rápida contextualização histórica sobre a questão do preço fixo do livro. A gente fala de preço único na França. Essa questão é antiga. Os alemães criaram isso por volta de 1850; os britânicos dispunham de um acordo sobre o preço único e, na França, havia o chamado preço "aconselhado". Cada editor aconselhava um preço impresso na capa do livro e cada livraria podia fazer descontos para professores ou para os materiais escolares. Tudo isso funcionava muito bem. A economia francesa estava em pleno crescimento econômico depois da Segunda Guerra Mundial. Foram 30 anos, chamados anos gloriosos, até os anos 70, quando foi criada a FNAC, o que nós chamamos de supermercado cultural, que vende, ao mesmo tempo, livros, DVDs, computadores e outras coisas, todos os tipos de setores possíveis.

Quando a FNAC foi criada, em 1974, num bairro chique, "intelectual" – entre aspas –, de Paris, chamado Montparnasse, eles anunciaram que teriam no mínimo 100 mil títulos, 100 mil referências na loja, no estoque, e que fariam um desconto sistemático de 20%. Logo depois, chegou a vez dos hipermercados. Na França, há grandes hipermercados como o Carrefour, que se encontra no mundo inteiro, e todos começaram a dar descontos de até 30% para os hipermercados. Frente a essa situação, houve uma reação tanto dos profissionais quanto entre os partidos políticos, é também no sentido da reflexão no Brasil. Hoje, podemos ver que é uma questão matemática que interessa toda a sociedade tanto os políticos quanto os profissionais e os consumidores.

Essa reflexão tornou-se política, isto é, será preciso introduzir liberalismo no sentido econômico da questão, como em certos países, ou será que é preciso regular, segundo o princípio de regulação econômica, apoiando-se nas experiências internacionais, especialmente, na da Alemanha e na do Reino Unido à época, que dispunham de um preço fixo?

O Presidente da República, à época, Valéry Giscard d'Estaing resolveu instituir um "preço livre" – entre aspas –, isto é, o preço é fixado livremente pelo varejista, pela livraria. Ele instituiu esse preço livre porque se traduziu, em 1979, por uma situação muito dramática com livrarias que fechavam todos os dias, já que havia alguns best-sellers que se vendiam com descontos muito importantes, mas com o encarecimento dos livros de fundo ou de pouca venda. Houve uma reflexão tanto dos profissionais livreiros, tradutores, escritores, consumidores, bibliotecários, mas também no nível político.

A França é um país de alternância política e nas eleições seguintes Giscard d'Estaing foi vencido por Miterrand. François Mitterrand era a favor do preço único do livro. Esse preço fixo foi votado em agosto de 1981, com um decreto de aplicação em 1982. Eu acho que na justificativa da lei havia a importância de se manter um número grande de livrarias no ordenamento do território francês. A França obviamente é bem menor que o seu País, mas o acesso ao livro é determinante tanto nas livrarias quanto nas bibliotecas, um ponto ao qual somos muito sensíveis. Também prioridade dada à diversidade, isto é, a importância de se ter um número importante de títulos como sinal de democracia cultural. Hoje se fala de diversidade cultural.

Eu vou propor vários dados estatísticos. O primeiro que vocês têm na tela é de 1990 para 2014. Qual é a evolução do faturamento da edição? Por que a partir de 1990? Por que não comecei antes o gráfico? Porque o índice do preço do livro só começa em 1990. Então, para fazer uma comparação, o verdadeiro instrumento estatístico só existe a partir do ano de 1990. O que se observa? Vemos uma certa progressão e depois uma certa queda nos últimos anos. Vou voltar sobre esses números.

Um comentário: primeiro é preciso saber que em países como o meu, especialmente nos países da Europa – eu acho que o Richard Charkin concordará –, a editoração é uma profissão já madura, não é como o computador, por exemplo, que está se multiplicando o tempo todo. Essa é a primeira explicação.

A segunda, é a crise mundial que apareceu a partir de 2010, mas fato surpreendente, a gente falava a respeito com Marcos Pereira, nos seis primeiros meses de 2015, assistimos a uma progressão de mais 4%, medida não por nós e sim pela JFK, que é um índice no caixa das livrarias – eu queria fazer esse comentário –, expresso em preços públicos, porque o faturamento, tal como estamos falando aqui, é o preço dos vendedores, mas, em termos de preço para consumidor, que é uma norma internacional, isso representa €4,6 bilhões, o que põe a França no 6º lugar do mundo – €4,6 bi comparados com os alemães que estão em €9 bilhões, também em preço ao consumidor.

Eu convido os vários países a adotarem o mesmo parâmetro para podermos fazer comparações.

Um pequeno comentário sobre o ano de 2014. O livro digital, o eBook, apresenta 2,3% do total do nosso faturamento, comparados com os 23% nos Estados Unidos da América, podemos considerar que são 6%, se integrarmos a editoração profissional que é mais banco de dados, sobretudo na área jurídica. De certa forma o numérico representa 6% do mercado, mas para a literatura, para o público em geral é da ordem de 2,3%.

O quadro seguinte, o gráfico seguinte, para o mesmo período, a evolução do número de títulos, segundo a Classificação Dewey – alguns de vocês devem conhecer –, vocês podem ver que passamos de 21 mil títulos para 68 mil num período de 25 anos, isto é, uma multiplicação por três, em termos de diversidade cultural. Acho que a gente não pode dizer que o preço único tenha quebrado o ritmo de produção. É muito mais um problema de gestão das novidades, mas em termos de diversidade cultural, que é uma das preocupações, uma das reivindicações gerais que existia, temos um êxito. Se observarmos o volume, isto é, o número de exemplares vendidos sofre a mesma evolução.

Nesse gráfico, o que interessa muito aos estrangeiros, mas também ao nosso Ministério da Fazenda, qual é a evolução comparada com o preço do livro em geral em relação ao preço dos outros produtos? Isso é medido por um instituto oficial, chamado INSEE, o Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos da França, que implementou, em 1990, um índice dos preços de livros. Observa-se que há uma progressão menos importante da evolução do preço do livro do que da evolução dos preços em geral.

É interessante, porque ao mesmo tempo em que se tem um mercado maduro em termos de faturamento, produz-se mais títulos, o que significa que está funcionando graças a ganhos de produtividade. Somos um indústria em que houve ganhos de produtividade muito grande no setor editorial, graças a novas tecnologias, como também através do desenvolvimento do *know-how* e das experiências que são a dimensão essencial para desenvolver as empresas.

Examinemos agora os dados da nossa associação profissional, chamada Sindicato Nacional da Editoração (SNE), vocês podem constatar que alguns números correspondem, já que o total das novidades passou

de 20 mil para 43.6 mil no mesmo período, uma multiplicação por dois e meio. A evolução das produções foi também isso. E a publicação média passou de 10 mil para 5,6 mil exemplares. Isso mostra a rentabilidade das estruturas que se fez unicamente a partir de ganhos de produtividade importantes, que não são observados apenas na França, como também na editoração da Europa e dos Estados Unidos.

Muito rapidamente, um elemento de contexto para situar a edição francesa em relação à edição de seu país. O faturamento para o ano de 2014, em literatura, é de um livro em cinco, é importante falar isso, porque muitas vezes, quando a gente fala livro, as pessoas pensam literatura. A gente, na França, pensa em Balzac, Le Clézio, Modiano e outros, mas apenas um quinto. Temos um setor da literatura juvenil muito importante, setor de gibis muito importante e gibis para adultos também muito importante.

O que aconteceu em termos dos locais de compra? O Ministério da Cultura faz um estudo há 30 anos, desde a implantação do preço único e tenta saber, com o mesmo método, onde são comprados os livros. Podem ver que o que é chamado de livraria representa 22%, em 2014 – à direita, na coluna da direita, é a última coluna –, 22%, com uma divisão de 18,5 e 3,5 entre as grandes livrarias e livrarias especializadas por um lado, e os pontos de venda muito pequenos que vendem livros, jornais, papelaria etc.

As grandes lojas culturais especializadas, a FNAC, mas também a Virgin, que hoje faliu, uma empresa mundializada, um símbolo desses tenha falido, não funcionou. As grandes lojas culturais representam 22%, então, o mesmo tanto. As grandes lojas não especializadas, que são supermercados e hipermercados, representam 19% das vendas. A venda por internet 18,5%, que chamo de venda por internet, é a venda de livros em papel encomendados pela internet, por exemplo, na Amazon. Na França dentro desse número, Amazon representa quase 80% desses 18,5%, depois temos os clubes de venda e o porta a porta. O porta a porta diminuiu muito na França, nos clubes também, e depois os outros setores.

No período 1994-2014, vê-se que a venda pela internet, que não existia, hoje, representa um livro de cinco e observa-se também uma queda certa no lugar das livrarias de 33%para 22%.

Então, vocês falam: "Mas vocês querem defender as livrarias e como é que a parte deles diminui na participação?" Primeiro, no mesmo período, desenvolveram-se muitas lojas da FNAC, hoje há 95 lojas da FNAC, enquanto que na época havia apenas 24. Segundo, as práticas de consumo mudaram. As pessoas preferem lojas de um certo tamanho, não lojas muito pequenas, há todo um problema de sociologia do consumo e sociologia de *marketing* de lojas, como a FNAC, que explicam isso.

Há um indicador que eu não mencionei aqui, mas se a gente pegar a rede das 800 livrarias com maior faturamento na França, por exemplo, no setor da literatura ou no setor das ciências humanas, faz parte dos 22% que estão aqui, é claro, mas também são lançadores, quando há um primeiro romance de alguém, muitas vezes são eles, essas 800 mil livrarias de maior faturamento que vão fazer descobrir essa novidade. A Muriel Barbery, com *L'Élégance du hérisson*, vendeu, nas livrarias, no primeiro dia, 2.500 exemplares.

Então, essas livrarias funcionam muito boca a boca, e alguns best-seller*s* que são vendidos pela empresa, pelas críticas, aquele livro conseguiu se vender sozinho. No início a gente via que ali se vendeu em 700, 800 livrarias apenas e aos poucos se vendeu, virou um *best-sellers* e acabou sendo vendido 1,6 milhão de exemplares.

Se olharmos alguns pontos jurídicos, a lei sobre o preço do livro, aqui estamos falando em 1981, portanto, o livro em papel, o editor que fixa o preço e o varejista, o livreiro deve vender com, no máximo, 5% de desconto, então, entre 95 a 100% do livro fixado.

O art. 2 é muito importante, ele indica, como se falava no painel precedente, que as condições gerais de venda devem ser muito claras, devem ser publicadas pelas editoras para as livrarias e entre as condições de venda nos descontos dados pelas editoras às livrarias, a dimensão qualitativa deve ser superior à dimensão quantitativa O que significa isso? Significa que o fato de o livreiro ser qualificado competente, traga conselhos, orientações, organize momentos de animação dentro da sua livraria, nas escolas, com as bibliotecas, toda essa qualificação da profissão de livreiro é remunerada mais do que o fato de ele conseguir um faturamento importante. Esse ponto é determinante.

Eu vejo os nossos amigos alemães, que têm o mesmo tipo de leis que a nossa, não desenvolveram muito esse aspecto, para nós é um ponto determinante. Eu citei há pouco que a FNAC Montparnasse, em Paris, a mais antiga das FNACs, tem junto a uma editora como a Gallimard ou Hachette, o mesmo desconto que a pequena livraria de 100m^2 que está na esquina e que faz um trabalho muito qualitativo de encontro, inclusive, de encontro com os autores. Isso é muito importante.

A lei de preço fixo não é uma lei anticoncorrência, o que nós sempre repetimos para a União Europeia, é uma lei de concorrência sobre a qualidade e sobre preço de serviços. A gente promove a concorrência, porque temos um dispositivo econômico e não num dispositivo "cultural" – entre aspas – que não levaria, não contemplaria as questões de ordem econômica.

Quanto às bibliotecas, elas podem conseguir até 9% de descontos, é o que estipula o art. 3. Os manuais escolares, quando é uma associação de pais de alunos, podem conseguir um desconto maior de 5%. Depois somos o único país do mundo, por enquanto, desde 1º de janeiro de 2011, temos uma lei sobre o preço fixo digital, sobre o *eBook*, construído exatamente no mesmo padrão daquele do papel. Insisto sobre o fato de que em 1980 ,como em 2011, com o presidente da República de posições ideológicas diferentes, as duas leis foram adotadas por unanimidade do congresso, isso é consenso total quanto à questão. É importante lembrar isso aqui.

No que tange ao número digital, também as questões qualitativas devem ser contempladas. A livraria deve demonstrar que faz notas de informação sobre os livros, não usa apenas os metadados e os dados demográficos. Esse ponto é importante.

Por fim, o decreto de 10 de novembro, que eu vou mencionar muito rápido, somos, os franceses, um pouco detalhistas, quisemos definir o *eBook*. O que é um livro digital? O livro digital é a retomada do texto com algumas possibilidades de acréscimos, de enriquecimentos feitos. Não é um livro em multimídia, em que haveria diversos campos de produção tanto de textos quanto de imagem, de som. Aí não se chama de livro digital, mas é um livro digital com propostas, com algumas variações tipográficas, um motor de busca eventual, modalidades de rolagem das telas, enfim, é uma lei que foi implementada há três anos e meio, inclusive as grandes operadoras, como a Amazon, a aceitaram. Do lado da tributação é um pouco mais complicado, mas, enfim, esses são alguns elementos jurídicos, esses textos estão à sua disposição e eu quero dizer que essa lei é auditada periodicamente.

A Ministra da Cultura, em 2008, a Srª Albanel, a pedido do Presidente Sarkozy, pediu que se avaliasse essa lei. Foi um ex–ministro da economia que a analisou e demonstrou que a lei correspondia aos seus objetivos e também era positiva quanto ao desenvolvimento da venda dos livros e à prática da leitura.

Os grandes inimigos da lei, no início, a FNAC e os hipermercados, hoje todos concordam totalmente quanto a sua existência e reconhecem os seus méritos para o mercado do livro.

Obrigado pela sua atenção. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Queremos agradecer a participação do Sr. Jean. Já deu para a gente perceber o quanto é importante, o quanto é valiosa para nós aqui a participação do Sr. Jean por tudo o que ele traz aqui de conhecimento, com relação à experiência da lei do preço fixo do livro lá na França.

E eu quero registrar aqui, com muita alegria, a presença da Senadora Lídice da Mata, do PSB da Bahia, Senadora que também atua muito nessa área da educação, do livro e da leitura. S. Exª também faz parte, juntamente comigo, da coordenação da Frente Parlamentar em Defesa do Livro e Leitura e da biblioteca aqui no Congresso Nacional. Esteve comigo no Salão de Leitura de Paris. Portanto, quero deixar aqui ressaltado que a Senadora tem-se colocado à disposição para a gente somar nessa luta, no que diz respeito às políticas públicas do livro, da leitura aqui no nosso País e também está exatamente aqui ao nosso lado comungando da tese da nossa iniciativa que foi o projeto de lei que tem por objetivo instituir a lei de preço fixo do livro no Brasil.

Senadora, nós vamos passar a palavra agora ao Sr. Richard. Depois, se V. Exª quiser, a palavra lhe será facultada.

Convido V. Exª a tomar assento à Mesa, por favor.

Concedo a palavra ao Sr.Richard. (*Pausa.*)

Richard, só um minutinho, antes, porém, quero agradecer o apoio da Embaixada da França, e dizer também que está havendo tradução simultânea em inglês e em francês.

Quero aqui registrar, permita-me, a presença de Lacerda, do Sesc, do Fecomércio do meu Estado. Muito boa sua presença, Lacerda. E aqui falar também do Sesc que, em nível nacional, tem sido um parceiro importante nosso na luta tanto em defesa da educação quanto em defesa da cultura também e saudar aqui também as presenças da Profª Salizete e da Profª Cláudia Santa Rosa, professoras mesmo, duas militantes, duas ativistas no que diz respeito à luta em prol do livro, da leitura e da biblioteca.

A Profª Cláudia tem exercido um papel muito importante lá no nosso Estado, que já ultrapassou as fronteiras inclusive do Rio Grande do Norte, sem dúvida nenhuma. E também a Profª Salizete, que tem dado uma contribuição muito importante nessa área.

Com a palavra, o Sr. Richard.

O SR. RICHARD CHARKIN (*Tradução simultânea*.) – Obrigado.

Vocês estão me ouvindo bem? *O.k.*.

Senadores, Senadoras, senhoras e senhores, eu nunca estive numa sala tão cheia. Eu tenho uma função muito importante aqui agora, porque sou presidente, eleito democraticamente, mas muitos processos democráticos são imperfeitos, eles apontaram a pessoa imperfeita para essa função. Eu agora sou o Presidente da IPA, e agora eles talvez se arrependam por isso.

Bom, eu tenho que dizer também que a IPA, a International Publishers Association (Associação Internacional dos Editores) não tem uma posição quanto ao preço fixo dos livros, porque nossos membros, que são associações de editores do mundo todo, têm visões diferenciadas. Você não pode ter mais de dois editores numa sala, e nós vamos ter discordância. Isso é sempre verdade, é verdade em toda a nossa organização e também nas outras. E, como resultado, hoje eu não falarei como Presidente da IPA; falarei como Richard Charkin, pessoalmente.

E apenas para me apresentar, eu sou um editor há 43 anos, e você pode ver meu cabelo branco, já estou envelhecendo. E eu já publiquei muitos livros que não tiveram sucesso, sem sucesso. E dentro dessas falhas, bom, elas não são bem falhas. Só para dar essas credenciais, eu fui responsável também pela digitalização do dicionário de inglês *Oxford*. Lá nos anos 1970, faz muito tempo, eu também sinto que faz muito tempo, fui responsável pelo best-seller, O *Silêncio dos Inocentes*, de Thomas Harris, que salvou as minhas economias e a minha conta por dois ou três anos. Eu fui responsável pela péssima publicação do livro da Madonna, *Sex*, que agora por acaso, bom, ele é o melhor best-seller de segunda mão, usado, semi-usado no eBay. E aquele magicozinho, o Harry Potter, que chamou a atenção e entreteve muitas pessoas, também continuo publicando até hoje. Nós fazemos 2,5 mil livros por ano, a maioria deles não obtém lucro algum, e é assim que funciona o negócio.

Eu também já trabalhei com a publicação de ficção infantil e com muito livro digital. O digital começou lá em 1979 para mim, quando nós tivemos essas novas versões e os direitos para a era digital. Bom, não é nada muito novo para mim, e esse pessoal de direitos autorais trabalhou muito bem.

Se eu pudesse achar aqui o meu equipamento...

Bom, eu também estou ciente de que o horário de almoço está chegando, e eu não gostaria de ser um empecilho para manter vocês longe do almoço mais do que deveria, então vou acelerar um pouco.

IPA, quem somos nós? Bom, esses eslaides estarão disponíveis no *site*, na internet, então não vou precisar passar por todos eles, eu não farei isso.

Nós somos uma federação de associações. Nós temos 60 membros em 50 países. A CBL e a SNL no Brasil são membros. Nós somos a voz global de editores. Nós lutamos por todos, nós lutamos pela publicação em nível nacional, regional e internacional também. Nós acreditamos, simplesmente pela paixão.

Nós trabalhamos com direitos autorais fortes. Bom, temos algumas exceções para os direitos autorais, apenas casos excepcionais. Nós acreditamos na liberdade de publicação, e eu estava muito interessado essa manhã em poder ouvir que nós temos problemas aqui também sobre empresas de tecnologia, empresas tecnológicas americanas que estão afetando os censos, liberdade de expressão para os autores.

É uma escolha. Nós gostamos de múltiplas escolhas, vários modelos, não apenas modelos únicos. Nós gostamos do mercado aberto, nós queremos acesso para todos e nós queremos essa interoperabilidade. Nós não gostamos de jardins restritos e nós queremos encorajar a inovação e o profissionalismo de alto nível.

Então, voltando para o preço fixo do livro, como um editor da língua inglesa, de algumas maneiras, isso aqui não é um problema, porque nenhum de nossos mercados tem um preço fixo para os livros. Então não pensamos muito sobre isso no trabalho do dia a dia. E muitas pessoas no mundo fazem isso já. Então não é uma surpresa. Há esses países que já têm isso e os países que já tiveram no passado, mas não têm mais o preço fixo: Austrália, Finlândia, Hungria, Suécia, Reino Unido, Suíça mais recente. Então nós temos um cenário misto. E há um caso para isso.

Nós não temos nada como o regime de preço fixo. Cada país tem seu próprio caminho, não há nada de imposição, não precisa ser a mesma coisa em todos os lugares. Em alguns casos, baseados no estatuto, em alguns casos são acordos voluntários, como na Noruega, mas todos têm os quatro principais objetivos: manter o número de livrarias; permitir que elas possam competir contra o monopólio *on-line*, ou a tentativa do monopólio *on-line*, ou o monopólio que se tornará realmente um monopólio se não fizermos nada; apoiar a diversidade de títulos; e também as pessoas devem ser capazes de comprar um livro a um preço fixo, não importa onde esteja no país.

Então alguns estudos de caso. A Noruega, como vocês provavelmente já sabem, está envolvida com gás. Eles têm muito dinheiro, não tanto quanto eles tinham antes da crise, mas mesmo assim eles têm bastante dinheiro. E eles estabeleceram vários pontos para discutirem como eles poderiam tornar a vida melhor. Fizeram algumas pesquisas que mostraram que o preço fixo do livro não elimina a competição, muda dos livreiros para os editores. Então os editores terão que ser mais competitivos. Nós temos que usar as livrarias. As livrarias teriam que utilizar outras estratégias, além do preço, para atrair as pessoas. O Jean aqui já falou bastante sobre isso também. Algumas pesquisas já foram concluídas. Nós temos muitos *best-sellers* e o sistema FBP, nós temos uma grande variedade de títulos, não temos nenhuma dúvida quanto a isso. Mas eles não conseguiram ver muita diferença quanto ao preço entre essas duas formas.

Como temos políticos aqui, gostaria de contar uma anedota, uma piada. Quando o Reino Unido teve a manutenção do preço de varejo, nós tínhamos uma primeira-ministra chamada Margaret Thatcher, se vocês se lembram da Margaret Thatcher. Ela publicou suas memórias imediatamente depois de sair do poder, e o primeiro volume, de 250 mil cópias, custava £25,00, e todos pagaram £25,00, porque era o preço que era mantido. Vários anos depois, foi para £15,00. Houve outro primeiro-ministro chamado Tony Blair, e quando ele saiu do poder, ele também publicou suas memórias. E quinze anos depois, eu sei que para o livro dele também foi estabelecido um preço de £25,00. E também vendeu 250 mil cópias. Na verdade, eu acho que vendeu 10 mil a menos do que o da Srª Thatcher, mas para esse propósito, foi o mesmo número. Apesar de o preço ser £25,00, o preço real de venda, os vendedores estavam vendendo esse livro abaixo de £10,00. Então as rendas que eram geradas, o rendimento que era gerado para a indústria pelos vendedores dos livros era significativamente inferior. Eu suspeito que o Sr. Blair recebeu a mesma quantia de dinheiro, porque ele teve uma grande quantia de dinheiro adiantado, mas mesmo assim a indústria estava mais pobre e a habilidade de reinvestir foi reduzida.

Outro estudo de caso aqui é Israel. Eles não tinham a manutenção do preço até recentemente. A indústria era uma bagunça, literalmente. Acho que havia duas cadeias ali, que competiam uma contra a outra pela fatia do mercado, forçando os editores e também forçando os autores a terem contratos melhores. Mas a indústria estava fraca, estava falindo. Desde 2014 eles fizeram uma lei, que foi introduzida, e os editores foram apoiados, o preço foi estabelecido fixo por 18 meses, e depois eles poderiam negociar os valores anuais. E o preço médio caiu de 89 para 70 shekels. Houve um grande benefício para os consumidores e uma indústria muito mais estável. Nós vamos dar apoio à associação dos editores israelenses. Nós temos um caso contra a manutenção desse preço único, e o interesse... Nós ouvimos muitas coisas boas sobre isso e agora nós vamos mencionar os casos que não são tão bons. Os casos contra, geralmente são vistos como sendo da língua inglesa, mas não são apenas os da língua inglesa. Nós temos os suíços, que olharam também e falaram: "Não, nós não queremos isso." E realmente ele vai de encontro um... Eu não sei se essa palavra é algo que vocês possam traduzir, mas é um mercado extremamente livre sobre a interpretação da economia, a ideia é que alguém poderia impor para outros os preços que seriam vendidos. Isso vai contra a filosofia anglo-americana de mercado livre. Em outras palavras, o estabelecimento de preço não era muito legal. E o FBP é um exemplo de editores que assumem o controle das cadeias, e isso deveria ser feito pelos que vendem o livro, não pelos editores.

Bom, nós temos aqui a Austrália. A Austrália tentou a manutenção do preço. Em 1972, eles tiveram uma força contra, e desde então está funcionando muito bem, eles já tiveram momentos bons e momentos ruins, mas é um mercado que está adaptado ao preço livre. E os vendedores de livros independentes estão indo muito bem, com mais de 25% das vendas. Isso não implica que... Bom, 25% é um número alto, e eu não estou certo se é um número muito alto, um número muito baixo ou um número moderado, não sei. E as vendas dos livros subindo. Então você consegue operar em um país como a Austrália sem a manutenção do preço. Você tem também uma geografia lá muito similar ao Brasil, com poucas grandes cidades e vários acres de territórios livres entre essas cidades.

Mas agora eu vou falar sobre um caso de estudo que eu conheço melhor, que é o do Reino Unido. Nós já ouvimos falar muito sobre o lado francês, e nos contam uma história muito bem-sucedida. Eu sou um cientista por formação. Estudei Medicina inicialmente, depois Biologia, então eu fui criado na teoria experimental. Você tinha que provar a tese. E aqui nós temos um experimento bem-sucedido de manutenção do preço único sendo ajustado e funcionando a favor da indústria. Na ciência, um dos principais experimentos que você poderia fazer seria o negativo, o experimento negativo.

Então, lá atrás, em 1954, o Matemático Richard Doll parou de fumar. Ele parou de fumar porque tinha visto as evidências de que fumar levava ao câncer, e ele não queria morrer de câncer. Mas você não conseguia provar nada disso, porque havia tantas outras coisas acontecendo que poderiam levar ao câncer. Então ele desenvolveu um experimento em que buscava – creio – 10 mil, não sei se eram 10 mil ou 20 mil doutores ingleses para pararem de fumar.

Então eles mediram o que aconteceu com as taxas de câncer no pulmão. Essa foi a prova definitiva, que provavelmente salvou mais vidas do que qualquer prática clínica do século XX.

Então, no Reino Unido nós temos um caso bem similar. Nós tínhamos a manutenção do preço, mas desistimos. Vamos ver o que aconteceu então.

Em 1995, Net Book Agreement faliu. Um dos editores me ligou e tentou obter uma vantagem comercial. Não era apenas uma vantagem comercial. Se você publicasse na Grã-Bretanha, na língua inglesa, você estaria competindo com outro país chamado Estados Unidos da América, que não têm nenhuma manutenção de preço fixo. Aí nós percebemos que não tínhamos nunca como manter esses livros americanos fora do nosso mercado, porque tínhamos esses editores internacionais. Então tínhamos pouca escolha, mas mesmo assim avançamos.

Nós tínhamos os vendedores de livros independentes, que tinham mais competição no passar do tempo. Uma competição dos supermercados, *selling p-books,* da Amazon, e também dos livros digitais em todas as plataformas. Temos uma queda no número de vendedores de livros. Esse aqui é o desafio da associação.

O que nós temos que observar aqui: é que nós temos menos de mil livreiros independentes em um país em que a população é de 70 milhões de pessoas, com um nível de graduação muito alto e um nível de alfabetização muito alto. Isso é muito chocante. Esse número representa apenas 4% da renda total, do rendimento total. Então, 96% do rendimento não vêm das livrarias independentes.

O que aconteceu é que nós fomos para os supermercados, nós fomos para o mercado *on-line*, fomos para os livros digitais, e, como resultado, as vendas do que nós chamamos de títulos medianos – e nós temos que achar outro título diferente para esse *middle list* – lista média –, esses livros são a alma de um país. Não precisa ser um *best-seller* para você ser um escritor importante. O que acontece aí no meio da lista também tem muito a ver com o que fazemos.

Perdão, eu desliguei aqui. O.k?

O que aconteceu no Reino Unido, na indústria de publicação? Nós tivemos uma dominância nas biografias; nós tivemos um declínio da ficção literária; nós tivemos também quase nenhum mercado para ficção traduzida, um mercado muito pequeno; nós tivemos que aumentar o preço de edições acadêmicas, para podermos custear a falta de lucratividade e outros problemas. O sistema das bibliotecas até que foi resolvido parcialmente. Nós tivemos uma consolidação da publicação. Você tem que ler as publicações para ver isso. E nós temos vários problemas associados com livros educacionais e sua lucratividade. Então tem sido bem difícil.

E falando sobre Richard Charkin e não a IPA, eu me sinto um pouco culpado de que nós perdemos essa manutenção do preço fixo. Eu acho que isso foi inevitável, mas conseguimos sobreviver mesmo assim. Nós perdemos um território de edição. Em termos de publicação mundial, creio que o Reino Unido ainda continua acima, numa posição boa, parcialmente, porque nós tivemos que desenvolver o mercado internacional, porque o nosso mercado doméstico estava muito difícil na época e continua numa situação muito difícil.

Então eu creio – e já vou concluir – que a fixação de preços de livros seria um grande benefício para os atores no Brasil, para todos os envolvidos. E acho que é algo que devemos analisar aqui, especialmente em relação aos livros educacionais.

No Reino Unido separamos os dois. Então temos os livros didáticos, que não são cobertos por essa política de fixação de preços.

No entanto, é necessária, na minha opinião, a fixação de preços, mas não é suficiente. Nós precisamos de apoio antimonopólio que venha dos governos, e vocês com certeza sabem do que estou falando. Precisamos de ação contra a pirataria e todo tipo de pirataria, a oficial e a não oficial, ou seja, fotocópias etc.

E não estamos falando apenas do apoio do governo, mas as empresas de tecnologia também estão envolvidas. Precisamos de grande apoio para a criatividade, e eu fiquei muito feliz de ouvir isso aqui hoje de manhã. Também, grande apoio na área da educação. Tudo isso, claro, anda de mãos dadas.

E gostaria de concluir, dizendo que me parece que a indústria de publicações no mundo inteiro, não apenas no Brasil, é um excelente motor para o bem. E a proteção dessa indústria só pode ser positiva para a sociedade.

Então muito obrigado a todos vocês pelo tempo e pela presença. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Muito bom. Obrigada, Richard. Com certeza, o relato que você e o Jean fizeram aqui, com certeza, enriquece, e muito, a reflexão e o debate que nós estamos fazendo neste momento, com vistas a tornar realidade a lei do preço fixo do livro no Brasil.

Nós vamos dar um intervalo agora. Antes eu perguntaria à Senadora Lídice...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Hein?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Perguntas? A ideia nossa era deixar as perguntas para o terceiro bloco, porque é para a gente ganhar tempo, entendeu? Eu inclusive tenho uma pergunta a ser colocada para eles, e gostaria que eles pudessem discorrer um pouco mais sobre a questão: por que a venda dos livros escolares é fixada livremente? Você quer tecer algumas considerações agora, Jean? Por que a venda dos livros escolares é fixada livremente?

Tem a palavra o Sr. Richard.

O SR. RICHARD CHARKIN (*Tradução simultânea*.) – No Reino Unido não é fixado. Não é. Nunca foi fixado, não para os livros didáticos, mesmo no tempo em que tínhamos a fixação de preços de outros livros. Então os livros didáticos não eram cobertos.

Não é apenas o preço de um livro que importa, mas o serviço que se presta, porque com o estabelecimento educacional, estamos lidando com mais do que livros: *software* e outros materiais. Eu trabalhava como professor de inglês, e até mesmo o treinamento dos professores era incluído. Então não era possível associar, por exemplo, um preço fixo ao treinamento de professores. (*Pausa.*)

O SR. JEAN-GUY BOIN (*Tradução simultânea*.) – É preciso entender, eu falei que o preço do livro escolar era fixo, mas que as associações de pais e alunos podiam conseguir descontos sobre o preço do livro. Mas eu não falei, estou dizendo agora, que, na França, até o segundo grau, os livros são comprados pelas escolas e pelos colégios. Então a questão do preço público não é uma verdadeira questão.

Isso diz respeito ao Estado ou às regiões. Mas isso, nós não sabemos muito bem administrar.

A questão do preço do livro escolar, na verdade não é de atualidade, não cabe. O livro escolar é uma economia diferente e pode-se entender que ele não dependa da política do preço único.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – *O.k.*.

Nós queremos, enfim, mais uma vez, aqui, agradecer – repito – a participação, a contribuição valiosa do Sr. Richard e do Sr. Jean.

Vamos encerrar agora os trabalhos desta segunda Mesa, realizar um breve intervalo, para em seguida instalarmos a terceira Mesa, e aí, ouviu, Marcos, abriremos para o debate.

Quero ainda registrar, também com muita satisfação, a presença de Volnei, que é o Coordenador do Programa Prazer em Ler, do Instituto C&A, um parceiro muito importante nessa luta; de Victor Alegria, editor da Thesaurus, editora aqui de Brasília, Distrito Federal; de Antônio Miranda, que é diretor da Biblioteca Nacional de Brasília; e das Profªs Cláudia Santa Rosa e Salizete, de quem eu já havia feito o registro.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sim.

Quero, agora, entregar aqui aos nossos convidados também um exemplar das obras raras da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho. Queria convidar a Senadora Lídice da Mata para fazer a entrega comigo aqui, por favor. (*Pausa.*)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Senhoras e senhores, retomamos agora os trabalhos do Seminário Internacional Política do Livro, de iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

O evento atende ao Requerimento nº 41/2015 e ao Aditamento nº 57/2015, da Comissão de Educação, propostos pela Senadora Fátima Bezerra, Vice-Presidente da Comissão.

Pela manhã dois temas foram debatidos. Na primeira parte, "As políticas de incentivo ao acesso ao livro e à cultura no Brasil." Na segunda parte, "Lei de preço fixo no mundo – experiências internacionais."

Agora nós damos início à terceira parte, com o tema "Panorama do mercado livreiro nacional."

Convidamos, para compor a terceira Mesa, o presidente da Câmara Brasileira do Livro, Sr. Luís Antonio Torelli; (*Palmas.*)

O presidente da Associação Nacional de Livrarias, Sr. Afonso Martin; (*Palmas.*)

O presidente do Sindicato Nacional dos Editores de Livros, Sr. Marcos Pereira; (*Palmas.*)

O presidente da rede de livrarias Leitura, Sr. Marcus Teles; (*Palmas.*)

O Diretor-Presidente da Catavento Distribuidora de Livros S.A., Sr. Júlio Cesar A. S. da Cruz; (*Palmas.*)

E a presidente da Liga Brasileira de Editores (Libre), Srª Raquel Menezes. (*Palmas.*)

A partir deste momento, a Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, Srª Senadora Fátima Bezerra, presidirá a Mesa e conduzirá os trabalhos.

Nós desejamos a todos um ótimo evento.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Bom, dando início à terceira parte da reunião, ou seja, do nosso seminário, eu gostaria, mais uma vez, de dar as boas-vindas aos nossos convidados e agradecer desde já aqui as contribuições que cada um trará para este importante debate.

Então registro aqui, com muita satisfação, a presença de Torelli, presidente da Câmara Brasileira do Livro; Raquel, presidente da Liga Brasileira de Editores; Marcus, da livraria Leitura; Afonso, aqui da Associação Nacional de Livrarias; Júlio, da Catavento Distribuidora de Livros e Marcos Pereira, presidente do SNEL.

Eu gostaria, só rapidamente aqui, de colocar, enfim, agora na hora do intervalo, constatei que todos nós estamos muito contentes com o debate que foi feito hoje pela manhã. E esta Mesa agora, que encerrará o nosso seminário, inclusive com a participação do plenário, sem dúvida vai coroar, Torelli, todo esse esforço que foi feito.

E eu quero aqui agradecer a todas as entidades aqui presentes pelo quanto vocês se empenharam e pela parceria que foi feita junto com a Comissão de Educação do Senado, para que nós pudéssemos realizar o presente seminário, que, sem dúvida nenhuma, simboliza um passo muito decisivo, um passo muito importante, um passo muito qualificado para a gente avançar no que diz respeito ao projeto de lei ora em tramitação, que pretende instituir o preço fixo do livro. A participação dos nossos convidados internacionais, Jean e Richard foi extraordinária, extraordinária mesmo.

E por fim, quero só dizer o seguinte: eu também estou aqui e ao mesmo tempo de olho lá no Plenário do Senado, porque aqui acontecem mil coisas ao mesmo tempo. E é nos dias de terça e quarta-feira que a agenda naturalmente é mais intensa. Mas por que é que estou de olho também lá no Plenário do Senado?

É porque lá está sendo realizado, neste exato momento, um debate que tem interface muito forte com o que nós estamos conversando aqui. Refiro-me ao debate que está sendo feito agora lá no Senado, no que diz respeito à questão do projeto de lei que trata do regime de partilha, que diz respeito ao marco regulatório da exploração do pré-sal. Vocês acompanharam esse debate e sabem que a mesma lei que instituiu o chamado regime de partilha, regime de partilha esse que dá uma condição de prioridade exatamente à nossa empresa brasileira, a Petrobras... (*Falha na gravação.*) ... à exploração do pré-sal.

Pois bem, essa lei que instituiu o regime de partilha, é bom a gente lembrar, traz também no seu bojo dispositivos muito importantes, um dispositivo inclusive que pretende destinar 50% do Fundo Social do Pré-sal exatamente para a educação e para a cultura também. Então o debate, neste exato momento, se prende ao fato de que infelizmente há iniciativas em curso aqui na Casa com o intuito exatamente de flexibilizar o modelo atual de partilha. E nós julgamos que se isso for realmente concretizado, perde a educação, perde o livro, perde a leitura, perde exatamente o País.

Em que pese respeitar as opiniões aqui, inclusive contrárias ao que estou aqui colocando, mas me permitam fazer aqui essa consideração, porque acredito que o regime de partilha, da forma como ele foi idealizado, da forma como ele foi pensado, é o modelo que faz bem ao Brasil, é o modelo que faz bem ao País. E faz bem exatamente por quê? Porque essa riqueza extraordinária que é esse pré-sal tem endereço; e o endereço de parte dessa riqueza é exatamente para quê? Para financiar, para ajudar a financiar o nosso novo Plano Nacional de Educação, que tem tudo a ver com o que nós estamos inclusive discutindo aqui. Até porque nós precisamos avançar também no que diz respeito ao acesso à educação, inclusive para que as pessoas desenvolvam cada vez mais a habilidade de ler, para ter acesso ao livro, à leitura.

Então faço essas considerações porque, de fato, estamos preocupados, sim, com esse debate e gostaríamos que os senhores e as senhoras pudessem acompanhar. A meu ver, esse debate aqui não é um debate que diz respeito ao Governo e à oposição; é um debate que diz respeito aos interesses do País, aos interesses do Brasil.

A Petrobras está apta, sim, ela está em condições, até porque a parte mais difícil ela fez, que foi quando desenvolveu a técnica, a *expertise* que ela tem em águas profundas. E depois de vencida essa fase, agora é que é exatamente o quê? O momento de o País usufruir dessa riqueza.

Então vamos para o nosso debate do livro e da leitura e, ao mesmo tempo, também esperando que o debate, enfim, possa prosperar na direção de a gente manter o regime de partilha existente, por tudo o que ele significará do ponto de vista de promover o desenvolvimento econômico e social do nosso Estado. (*Palmas.*)

Vamos passar a palavra, agora, com muita alegria, ao Sr. Torelli, da Câmara Brasileira do Livro.

Eu estava combinando aqui com os nossos convidados, os nossos expositores, debatedores, já que nesta Mesa nós temos agora um número maior de participantes, se a gente poderia pactuar em torno de 15 minutos. (*Pausa.*)

Então, concedo a palavra ao Sr. Luís Antonio Torelli, Presidente da Câmara Brasileira do Livro.

O SR. LUÍS ANTONIO TORELLI – Boa tarde a todos!

Eu quero, em nome da Câmera Brasileira do Livro, agradecer à Senadora Fátima Bezerra por essa oportunidade de participar desta Mesa. Mas Senadora, me permita, antes de iniciar, fazer um elogio público à forma como a senhora vem conduzindo esse Projeto de Lei do Preço Fixo, com toda serenidade, fazendo as consultas necessárias ao setor, aceitando as nossas sugestões. Isso, com certeza, Senadora, a forma como a senhora conduziu esse processo, vai nos trazer uma lei verdadeiramente positiva para o mercado.

Oxalá outros colegas seus, Deputados, conduzissem essas questões relativas à formatação das leis da forma como a senhora conduziu, com a serenidade com que a senhora conduziu! Se assim fosse, muitas das leis que são promulgadas não teriam morrido, não teriam eficácia, porque não tiveram a opinião, a cooperação, daqueles que eram os mais interessados. Então, quero fazer publicamente um agradecimento à senhora, um elogio, pela forma com que a senhora nos colocou, nos inseriu, nesse processo todo. Muito obrigado.

Neste seminário, eu vou fazer uma apresentação, mostrando dados de duas pesquisas importantes. A primeira delas é Retratos da Leitura, uma pesquisa feita pelo IPL. A última pesquisa foi em 2011. A pesquisa

Retratos da Leitura é promovida pelo IPL, pelo Instituto Pró-Livro, com o patrocínio da Abrelivros, da Câmara Brasileira do Livro e do Sindicato Nacional dos Editores. A outra pesquisa é a pesquisa Fipe, uma pesquisa encomendada e patrocinada pela Câmara Brasileira do Livro e pelo SNEL, que teve os seus resultados, de 2014, apresentados agora, no mês passado. Ou seja, são dados bem recentes.

Eu vou falar um pouquinho sobre os leitores no Brasil, baseado nessas pesquisas, sobre o comportamento do setor livreiro e editorial, sobre as políticas públicas e sobre aquilo que a gente imagina que seja, Senadora, importante discutir para a questão do preço fixo do livro.

Sobre os leitores no Brasil, os dados não são muito animadores, mas acho que temos de tomar esses dados como uma força para superarmos esses números que considero extremamente abaixo daquilo que um país como o nosso pretende em termos de livre leitura.

No ano de 2000, tínhamos 1,8 livro por ano. Em 2007, passamos para 3,7 e, em 2011, o último dado, esse número caiu para 3,1 livros. Esse gráfico nos mostra o que os nossos respondentes, os pesquisados, responderam com relação ao que eles preferem, ao que eles gostam de ler. Disparadamente, nós temos as revistas e os jornais como preferência e, curiosamente, se bem que esses dados são de 2011, não são atualizados, os livros digitais e os audiolivros ainda não estão consolidados como meios de leitura do povo brasileiro. Os livros gerais, de literatura, ocupam a quarta posição, muitos próximos aos quadrinhos, que devem crescer na próxima pesquisa, pelo que temos observado. Os outros conteúdos praticamente não têm muito significado.

Aqui é um resumo. Esses dados foram obtidos na pesquisa Retratos da Leitura, quatro livros por ano. Cinquenta e cinco por cento da população foi pesquisada, ou seja, essa pesquisa contemplou 95,6 milhões de pessoas, que leram pelo menos um livro nos três meses imediatamente anteriores à pesquisa. Essa pesquisa foi feita com respondentes acima de 15 anos e que pelo menos tivessem lido um livro nos três últimos meses da data da pesquisa.

Quarenta e sete por cento leem livros que foram recomendados ou exigidos pelas escolas. Quase 7 milhões estavam lendo, declararam ser leitores da Bíblia, um terço disseram que lê com frequência e 85% leram pelo menos um livro durante o ano em curso.

Nesse novo eslaide, já que é uma pesquisa, são números apontados pelo Cerlalc, que mostram a posição do Brasil em relação a alguns países do nosso continente e também Portugal e Espanha. Como os senhores podem perceber, a Espanha tem mais do que o dobro de leitores que nós temos. Ficamos atrás, inclusive, dos nossos vizinhos, Argentina e Chile, e também de Portugal. Eu sempre imagino que esse número tão distante, Senadora, não tem que ser uma coisa de lamentação – eu discutia, conversava sobre isso ontem –, mas tem de ser uma meta nossa. Por que será que esses países conseguem ter um nível de leitura tão superior ao nosso? O que esses países fazem? O que eles estão desenvolvendo? Ao invés de lamentarmos esses números, deveríamos tomá-los como uma grande meta, como uma forma de conseguir isso num prazo razoável de tempo.

Agora a gente vai falar um pouquinho do comportamento do leitor, dos resultados de uma pesquisa Fipe. No Brasil, hoje, temos 716 editoras. Dessas, 498 declararam ter lançado pelo menos cinco títulos no ano da pesquisa e terem imprimido pelo menos 5 mil cópias por ano.

Os preços médios dos livros são sempre uma coisa bastante contestada, bastante comentada, que o livro no Brasil é caro, que o livro no Brasil precisa ter custo melhor equacionado, essa pesquisa nos mostra, desde 2004, quando o setor foi desonerado do PIS/Cofins, uma queda sistemática de preços até 2012. Essa coluna azul representa os preços fora da inflação. A coluna vermelha representa os preços com inflação. A gente percebe que, até 2012, esses preços vinham caindo. Em 2013, houve um pequeno aumento. Em 2014, talvez até por conta da volta da inflação, nós crescemos um pouco. É importante ressaltar que, de 2004 até hoje, até 2014, do momento da desoneração até agora, observamos uma redução de 43% no preço do livro praticado do editor para o varejo.

Nesse outro quadro, a gente mostra um pouco o que aconteceu de 2011 a 2014, com relação aos títulos. Em 2011, nós tínhamos 58 mil títulos; em 2014, 60 mil. Porém, caiu em relação ao ano de 2013. De qualquer forma, esse gráfico, tanto nos títulos como no faturamento e na impressão, mostra também uma estagnação do nosso mercado. O nosso mercado oscila e não cresce, ele é bastante constante durante todo esse tempo. Como vocês podem observar nos exemplares produzidos, tínhamos quase 500 milhões, em 2011, e, em 2014, continuamos por volta de 500 milhões de livros produzidos. O faturamento do setor era de R$4,9 bilhões, em 2011. Chegamos em 2014 com R$5,4 bilhões, com uma forte redução das vendas, do faturamento produzido através das vendas para o Governo.

Da mesma forma, os exemplares vendidos, que estavam no montante de 470 milhões, em 2011, e caiu agora, em 2014, em relação a 2011, para R$435 milhões, com uma queda, inclusive, em relação ao ano de 2013, de 9%, quase 10%.

Esse é um resumo, um gráfico mais simpático, para mostrar aquilo que conversamos, como esses títulos evoluíram de 2011 para cá e também como se comportou a produção dos títulos. Ela caiu e, em 2014, ela cresceu.

Aqui os exemplares vendidos. A gente pode observar que houve também uma constante, na questão dos exemplares vendidos.

O faturamento do mercado, considerando aquilo que se vende para o mercado e mais o Governo, também houve, em 2012, uma queda por conta da redução das vendas ao Governo. Chegamos a 2014 novamente com uma queda bastante acentuada, novamente por conta das vendas ao Governo.

As políticas públicas, aquilo que nós entendemos ser necessário trabalhar com mais afinco. Esse é um desafio que a gente tem enfrentado na Câmara Brasileira do Livro, formando comissões, tentando desenvolver esses projetos, mas é um trabalho não só do setor, ele envolve o Governo, envolve autores e bibliotecários, em função de um cenário preocupante com relação ainda a esses baixos índices de leitura mostrados nos gráficos anteriores, a diminuição na produção de títulos, a diminuição no número de livrarias. Esse talvez seja o nosso grande problema, o Brasil é extremamente carente em pontos de venda de livros. Não adianta, Senadora, a gente fazer um trabalho para conquistar novos leitores se não temos locais onde esses leitores possam conseguir esses livros. O que a gente tem observado nos últimos tempos, a ANL e a Liga, a Raquel talvez toque nesse assunto, mas a gente tem observado, até pela imprensa, a quantidade imensa de livrarias que tem fechado suas portas. Isso é extremamente preocupante! Nós temos que tentar recuperar isso de uma forma rápida e com bastante cooperação entre a sociedade civil e o Governo.

Também a gente coloca aqui a redução dos investimentos, de ações de leitura. Entendemos que para o fortalecimento da cadeia produtiva do livro, para a ampliação da rede de distribuição de livros, nós deveríamos manter esses programas de aquisição de livros pelo Poder Público. São Paulo acaba de anunciar o cancelamento de um projeto, de um edital que tinha sido formatado em 2013. E agora, em 2014/2015, recebemos um ofício da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo cancelando esse programa. A Prefeitura da cidade de São Paulo, e eu me refiro a São Paulo, que é o maior Estado da Nação, a Prefeitura de São Paulo não compra um único libro há mais de quatro anos. Isso não só é preocupante para a cadeia produtiva do livro, para a indústria, mas também e principalmente para os estudantes, para aqueles que necessitam do livro.

Entendemos que incentivos para a criação e ampliação de livrarias são fundamentais, como comentei agora há pouco, com algumas ações que poderiam ser feitas com bastante simplicidade, como, por exemplo, a isenção de IPTU e de programas de financiamento para motivar a abertura de novas livrarias. E, sem sombra de dúvida, a aprovação da Lei do Preço Fixo, que é o motivo do nosso encontro.

Por que a gente entende, e vou ler, porque esses dados foram coletados das experiências que conseguimos lá fora, o que mostra bem, Senadora, o que a gente pretende, que a gente vem discutindo com a Senhora, sobre o que é e por que é importante a gente conseguir que essa lei seja aprovada, principalmente com relação à democratização do acesso, porque a gente entende que o preço fixo vai, realmente, proporcionar um cenário mais saudável para a competição entre grandes e pequenos varejistas. O que pode significar a manutenção de um maior número de livrarias e a ampliação dos pontos de venda de livros no país, que é aquilo que a gente vinha colocando.

A ampliação do número de pontos de venda de livros no país, ao evitar a concentração de mercado, tende, evidentemente, a proporcionar maior oferta de títulos, e aí a gente está falando de maior diversidade. Com a adoção dos preços fixos, as receitas decorrentes dos lançamentos de livros permitem investimentos na produção e distribuição de livros menos promissores, aqueles livros que não são *best-sellers*, menos promissores comercialmente, mas de alto valor cultural e acadêmico. Aí a gente está falando da produção e da difusão do conhecimento.

Era isso o que a gente queria trazer e dizer que a Câmara Brasileira do Livro, junto com as entidades aqui representadas, está absolutamente à disposição, como sempre esteve, para que a gente leve esse projeto o mais rápido possível, que a gente obtenha a aprovação disso.

Mais uma vez, agradeço à senhora, Senadora, por tudo o que tem feito, desenvolvido, não só pelo livro, mas pela leitura e pela educação.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Parabéns, Torelli. Agradeço a você pelas palavras generosas com relação à nossa atuação. Mas amigo, é meu dever, é nosso dever, é nossa obrigação, enfim, eu o saúdo pela contribuição que, mais uma vez, está trazendo ao debate.

Vamos passar a palavra agora, imediatamente, ao Marcos, que é o Presidente do SNEL, Sindicato Nacional dos Editores de Livros.

O SR. MARCOS DA VEIGA PEREIRA – Muito boa tarde!

É um prazer estar aqui. Também louvo a Senadora pela sua iniciativa, pela sua capacidade de mobilização, muito feliz , de ter podido contribuir com o debate com a vinda do Richard Charkin e do Jean-Guy Boin, que fizeram excepcionais apresentações esta manhã. Também é excepcional a sua capacidade de mobilização, de ter aqui o Ministro da Cultura e o Ministro interino da Educação, assim como o José Castilho. Quer dizer, a senhora está qualificando esta discussão de maneira extraordinária.

Eu, como o Richard, fui imposto democraticamente ao cargo de Presidente do Sindicado Nacional dos Editores de Livros (SNEL). É aquela coisa que, quando você pergunta quem quer ser, o último que sai pela porta é o que fica. E, nesse caso, era eu. Então, essa é a minha posição agora. Também estou fazendo todos os esforços, Richard, para ver se eles me expulsam nesse meio tempo, mas não tenho sido muito bem-sucedido.

No nosso trabalho aqui, acho que a primeira coisa muito importante sobre a definição do preço do livro, antes de pensarmos em preço fixo, a ideia de preço. Dentro da cadeia produtiva existe uma definição muito clara, legal, que está na Lei do Direito Autoral, no seu art. 60, que diz: "Ao editor compete fixar o preço da venda, sem, todavia, poder elevá-lo a ponto de embaraçar a circulação da obra." O que significa isso? Que o editor não pode precificar um livro de forma a prejudicar o autor. Mas, o editor deve encontrar o preço correto para cada produto que ele lança. Essa definição de preço é uma função do nicho de mercado em que o livro se coloca, o que vai indicar qual é a tiragem inicial que esse livro terá, a quantidade de páginas que ele terá, a complexidade gráfica que ele terá, a importância do autor. Todos esses elementos, porque, a importância do autor, desculpem-me, eventualmente, pode significar que o autor tem um direito autoral maior do que outros autores.

Quer dizer, todos esses elementos são considerados pelo editor como sendo determinantes para que ele defina o preço de venda do livro ao mercado.

Eu fiz um quadro bastante simplificado, de como é a cadeia produtiva do livro, que provavelmente os senhores conhecem muito bem, mas que vale a pena registrar, entre autor, editor, livraria, leitor, e aqui eu me permiti colocar livraria porque achava mais fácil colocar na caixinha, mas, basicamente, estamos falando de canais de comercialização, onde entram, inclusive, distribuidores. Quer dizer, dentro dessa cadeia, o editor define o preço de venda do livro. É sobre esse preço de venda do livro que o autor é remunerado, em média em 10% do preço de venda. O editor negocia com a livraria a margem com que ela vai trabalhar. Ela vai ser, em média, no Brasil, de 50% a 55% de desconto, dependendo principalmente do tamanho da editora e da sua capacidade de ter uma distribuição num país com as dimensões continentais que nós temos, o que é um grande problema. Nós temos problemas de logística muito sérios, que impactam essa necessidade de margem. E a livraria, então, vende ao leitor pelo preço de venda. O que quero dizer com isso? A livraria sempre indica, qualquer livraria no Brasil, sempre indica ao leitor o preço de capa, mesmo que ela ofereça um desconto. Muitas vezes ela utiliza essa oferta do desconto como forma de atrair o leitor.

Então, foi muito interessante ouvir o Jean-Guy falar da década de 1970, na França, porque eu comecei a trabalhar em 1981. Eles permitiam que menores trabalhassem nessa época. E, na década de 1980, desconto em livraria era uma coisa que você dava para o bibliotecário, para o professor, para o cliente assíduo, mas não era mais do que 10%, 15%. Efetivamente, com o advento das grandes cadeias, das novas práticas comerciais, esse processo foi se deteriorando.

O que aconteceu no Brasil de 1990 até hoje? Tivemos um crescimento da classe média. Nós saímos de uma população de 150 milhões de habitantes para uma população de 196 milhões, dados de 2011. Mesmo que fossem atualizados, não seria muito diferente. Mas, fundamentalmente, considerando pessoas com renda familiar acima de US$700,00, o que é considerado, no Brasil, como classe média, esse é o limite baixo, nós tivemos a inserção de 73 milhões de pessoas nessa classe média, o que é mais ou menos a população da Inglaterra, um pouco maior do que a população da França. Essa foi a inserção social que o Brasil trouxe. Foi daí que a gente olhou e disse: "Uau, nós somos o País do presente, não somos mais o País do futuro!"

Saímos de uma inflação anual de 500% ao ano para uma inflação em torno de 7% ao ano, neste momento um pouco mais alta, mas, em média, nesses últimos quatro anos, é isso o que estamos vivendo. Com isso, houve um ganho expressivo para a população. Como é que esse ganho se traduziu em vendas? Se nós pegamos de 2004, e não fiz esse histórico para trás, mas, se pegarmos de 2004 a 2013, nós saímos de 150 milhões de livros vendidos, e esses dados são de livros vendidos somente ao mercado, para 280 milhões de livros atualmente. Quer dizer, com toda a estagnação do mercado, como disse o Ministro Interino da Educação, quando a gente olha o filme, a gente vê uma história melhor do que quando a gente vê a foto. A nossa foto atual é de um mercado estagnado, enfrentando muitas dificuldades, mas, como disse o Torelli, o filme pode melhorar. Só em termos comparativos, Jean-Guy, é interessante pensar no que você nos colocou hoje, que o mercado francês tem um faturamento de 2,8 bilhões de Euros. O mercado brasileiro tem um faturamento anual, de vendas de editores para livrarias, de R$5,4 bilhões. Se nós dividirmos por um câmbio muito favorável para a nossa conta, de R$3,00 por Euro, isso dá R$1,8 bilhão.

Se descontamos as vendas para o Governo, teremos um mercado de R$1,4 bilhão. Ou seja, é metade do mercado francês com uma população que é três vezes o tamanho da população da França. Então, como diz o Torelli, isso é motivo de grande esperança, não é motivo de desespero.

Novamente – o Torelli já apresentou isso de uma maneira melhor do que a minha –, esse é o gráfico da queda do preço do livro. Todo esse crescimento, de R$150 para R$ 280 milhões, quando você decresce 40% do preço, você fica com um mercado mais ou menos do mesmo tamanho, que foi o que aconteceu ao longo desses anos todos.

E, só para exemplificar, e eu vou maltratar o olho de vocês, peguei quatro títulos que talvez vocês reconheçam. O *Código da Vinci,* que foi lançado em 2004, ao preço de R$39,90. Se ele fosse corrigido pela inflação até o final do ano passado, ele deveria custar, somente pela correção da inflação, R$68,00, sendo que o preço dele atual é de R$39,90. Com o *Harry Potte*r acontece a mesma coisa, com *O Caçador de Pipas* a mesma coisa, assim como com *A Menina que roubava livros*. E, se você for olhar a lista de mais vendidos da *Veja* desta semana, você vai encontrar livros com 500 páginas no mesmo formato, vendidos a R$39,90, a R$49,90. Quer dizer, nós não fomos capazes de aplicar a inflação aos nossos preços ao longo desses anos todos.

Então, dentro desse contexto, por que achamos importante discutir uma lei do preço fixo para o livro no Brasil? Originalmente, devo confessar que eu não era um partidário da lei do preço fixo. Eu encontrei no Fernando Pessoa a frase que me definia. Fernando Pessoa diz: "Quanto mais o Estado intervém na vida espontânea da sociedade, mais risco há, se não positivamente mais certeza, de estar prejudicando." Fernando Pessoa disse isso. Eu achei sensacional! Agora, deixe-me descobrir um hiperliberal, o *Alan Greenspan*, que foi o presidente do banco central americano, que, para mim, um dos grandes responsáveis pela crise financeira que o mundo passou, em 2008. O *Alan Greenspa*n disse o seguinte: "Sim, encontrei um defeito na ideologia do livre mercado. Eu não sei quão significativo ou profundo é, mas fiquei muito agoniado com isso, o que me fez pensar". Se o *Alan Greenspan* tem uma dúvida a respeito do livre mercado, é capaz de eu não estar tão certo assim com relação às minhas convicções. Aí eu fui a um dos meus autores preferidos, pelo humor, pela inteligência, pela capacidade de entender a humanidade, *Oscar Wilde*, que diz: "O cínico é aquele que sabe o preço de tudo e não sabe o valor de nada". Eu acho que aqui estamos falando de valores. Eu acho que a nossa discussão sobre preço é uma discussão formal, mas a nossa principal discussão é sobre valores.

Agora, pior ainda. Qual é a nossa situação hoje? É de um mercado absurdamente desregulado! Essa apresentação é a mesma do ano passado, porque não mudou muito, mas ela exemplifica o ponto. Esses eram, na ocasião, os três livros mais vendidos da *Veja* na semana específica que pesquisei. Como vocês podem ver, todos eles são oferecidos com 40% ou próximo de 40% de desconto.

Então, lembro que um pequeno livreiro tem 40% de margem de desconto. Um livreiro menor ainda, que tem de comprar o livro com um o Júlio, da Catavento, vai ter de brigar muito para conseguir 40% do Júlio, da Catavento, porque o Júlio também precisa sobreviver, como distribuidor. Então, talvez ele tenha 35%. Ele não tem a menor condição de competir com esse preço. Então, o pequeno livreiro montou a sua livraria, ele, eventualmente, fez o café, estabeleceu um relacionamento com o seu consumidor. O consumidor foi lá, conversou com ele, recebeu uma boa indicação do livro, pegou o seu celular, entrou na internet, no *site* Buscapé, e descobriu o menor preço. Comprou o livro na internet, recebendo o livro dois dias depois na sua casa. Eu não acho essa competição justa. Acho que há uma necessidade de efetivamente criarmos modelos que fortaleçam esse pequeno livreiro com o seu investimento.

Outro dado importante para analisar é que, recentemente, tivemos o advento da *Nielsen,* como sendo um instituto que mede a venda efetiva nas livrarias, coisa que nunca tivemos no Brasil, que é um dado muito importante. Por quê? O que a *Nielsen* nos diz? Que os 500 livros mais vendidos no Brasil a cada semana são vendidos com um desconto médio de 23,3%. É importante, não está nessa lâmina, que os 500 livros mais vendidos no Brasil representam 30% de toda a venda daquela semana. É 0,5%. São vendidos toda semana aproximadamente 100 mil livros diferentes no Brasil. Meio por cento dos livros representa 30% das vendas. Então, está bom, vamos a 5 mil exemplares, agora vamos para 5%. Os 5 mil exemplares e títulos que representam 66% da venda total, são vendidos com 24% de desconto. Tenho certeza absoluta de que a maior parte dos lançamentos da indústria estão inseridos nesses 500 ou 5 mil, porque são esses livros que têm maior visibilidade no ponto de venda, são esses livros para os quais nós buscamos maior exposição nas vitrines, nas mesas centrais.

Então, por que é importante para nós discutirmos o preço fixo? Porque vivemos num mercado concentrado e em concentração. O Richard falou muito bem, isso é uma tendência, é uma inevitabilidade. Deixar o mercado desregulado vai gerar concentração de mercado. Isso gera uma pressão permanente sobre as margens, uma discussão muito pouco produtiva entre editores e livreiros. Ao invés de montar uma agenda positiva, editores e livreiros ficam com agendas reativas permanentemente, o que é muito desgastante!

Pode passar.

Pensando de novo no que o Torelli falou, numa comparação, se a gente pegar o número de livrarias por 10 mil habitantes, nós temos um décimo do que tem a França. E é interessante olhar o Reino Unido, dentro da exposição que o Richard colocou, como um país desenvolvido que tem índices muito menores do que os dos seus pares, que têm leis de preço fixo.

Só mostrando um pouco o por que de eu falar desse mercado concentrado, essa é uma pesquisa, a fonte é do *PublishNews. S*e nós temos hoje 3 mil pontos de venda no Brasil, 16% desses pontos de venda representam 76% das vendas totais. Isso é – não sei se vocês conhecem um filósofo italiano chamado Vilfredo Pareto – a forma mais clara de Pareto que conheço. Agora, é um pouco pior quando chegamos nas editoras, e aí, de novo, esse é um dado da *Nielsen,* mas ele mostra o seguinte: o Torelli apresentou 500 editores que publicaram pelo menos um livro. Então, vou usar esse número. Quinze editores, que estão pintados e relacionados nesse gráfico de *pizza*, representam 60% de mercado. Três por cento dos editores representam 60% do mercado. Acho que o nosso Pareto aqui é bastante pior.

Quais são os nossos desafios para o futuro? O primeiro deles é estabelecer um novo pacto comercial, e, nesse sentido, Senadora, eu vou lhe dizer que a senhora conseguiu uma coisa inédita. Richard*,* quando começou a sua dele, disse: "Estou numa sala com muitos presidentes". O Brasil, certamente, é o país com mais presidentes de entidades do livro *per capita* do mundo. A senhora conseguiu reunir todos em torno de uma mesa para discutir. Não é hoje, nós passamos o primeiro semestre de 2015 sentados e discutindo o seu projeto de lei e a importância da adoção do preço fixo no Brasil. Isso é uma coisa inédita! Só por isso a senhora já tem um mérito extraordinário! Eu acho que, em seguida, nós temos de pensar como queremos as condições para o crescimento do mercado.

Nós passamos a manhã inteira e o dia de ontem falando sobre isso. O mercado de livros cresce com o crescimento da leitura, o mercado de livros cresce com a valorização do livro, a valorização da leitura, a importância disso. Está aí o PNLL, o Plano Nacional do Livro e Leitura, estão aí todas as ações que o Ministério da Cultura e o Ministério da Educação têm de fazer. A união das entidades em torno de um debate construtivo é uma coisa que já mencionei anteriormente e, nesse contexto, um dos meus heróis, o físico americano John Nash*,* que morreu recentemente – talvez vocês tenham visto o filme sobre ele, chamado *Uma mente brilhante* –, dizia que o melhor para o grupo é quando todos no grupo fazem aquilo que é melhor para si próprios e para o grupo. Ele desenvolveu a Teoria dos Jogos a partir desse conceito. Eu acho que é a partir desse conceito que nós estamos trabalhando e estamos muito convictos de que nós temos agora uma boa plataforma, um bom projeto, e que vamos mudar o nosso País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada, Marcos. Quero aqui mais uma vez ressaltar o papel do SNEL (Sindicato Nacional dos Editores de Livros) desde o início, que tem tido um papel muito proativo nesse debate todo. Inclusive, colaborou muito para a realização deste seminário, e dizer, Marcos, que é isso o que nos enche de esperança e confiança de que a tese avance, porque essa tese está calcada no que estamos vendo aqui, um debate feito com serenidade, mas com muita responsabilidade, com muito compromisso com o nosso País. Todos nós estamos movidos pelo desejo de que essa lei venha para o bem do País.

Quero registrar, com muita satisfação, a presença do Senador Garibaldi Filho, meu conterrâneo, que foi presidente, inclusive, do Senado e é Senador pelo Rio Grande do Norte. Obrigada, Senador, pela presença.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Vamos concluir a bancada daqui.

Não, vamos chamar um daqui e outro de lá. Vamos passar para o Marcus Teles, Presidente da Livraria Leitura.

Com a palavra, Marcus. Seja muito bem-vindo!

O SR. MARCUS TELES CARDOSO DE CARVALHO – Boa noite. Em primeiro lugar, obrigado, Senadora, por nos representar e fazer essa lei que entendemos tão importante para todos, para o mercado, para a população. Agradeço também à Mesa e aos nossos expositores internacionais, ao Richard, ao Jean-Guy. Obrigado.

Eu vou tentar passar mais rapidamente algumas partes da apresentação que já foram faladas e mostrar algumas coisas que possam estar um pouco diferentes. Aí alguns países que têm a Lei do Preço Fixo, o que já foi mostrado; alguns que ainda têm um acordo de desconto entre os editores e livreiros. Esses países são alguns dos que não têm nenhuma regulação de preços.

No Brasil, o projeto da Senadora Fátima Bezerra está prevendo 10% de desconto nos primeiros 12 meses, o que daria uma certa igualdade na competição entre as grandes redes, lojas virtuais e as pequenas livrarias. No Brasil, uma grande rede na internet oferece descontos nos livros que ultrapassam 70%, conforme uma pesquisa que fizemos nessa sexta-feira. Vou apresentar mais à frente.

Aqui, também, uma contribuição que eu queria dar, de que ainda não falamos. É que algumas das leis tiveram algumas atualizações, algumas emendas, de acordo com os problemas da realidade do País. No caso de Portugal, ele fez algumas emendas prevendo que também consideraria dentro do preço, do limite de desconto, brindes e bonificações, porque alguns varejistas usaram brindes, venda casada, para conseguir fazer um preço diferenciado. Na França, também houve alguns problemas, mas, atualmente, eles fizeram uma atualização, talvez o Jean-Guy possa falar para a gente, sobre a atualização da lei quanto ao frete, porque eles estavam dando também os fretes grátis. Aí, veio uma lei também para prever o frete no cálculo do preço do livro vendido.

A vantagem da Lei do Preço Fixo já foi bastante falada; eu vou passar.

Aqui, são as entidades que já tinham, em vários momentos, declarado o apoio formal à Lei do Preço Único, há bastante tempo encabeçada pela Associação Nacional de Livrarias, pela Câmara Brasileira do Livro, desde o início com o apoio da ABDL (Associação Brasileira de Difusão do Livro), da ABEU (Associação Brasileira das Editoras Universitárias), também da Libre (Liga Brasileira de Editoras). Aqui, duas entidades que vinham discutindo muito a lei, que inicialmente eram contra. Agora, estamos mais próximos de chegar juntos a favor da realização e da aprovação da Lei do Preço Único.

Aqui, um dado estatístico de uma pesquisa que foi feita à época pela Câmara Brasileira do Livro, que não está atualizada. De lá para cá, a gente acha que já houve... Quando mais a lei vai sendo discutida, e as pessoas vão entendendo... Muitas pessoas têm, à primeira vista, a ideia de que é uma lei contra a população e a concorrência, mas, além de dar diversidade, ela mantém a concorrência e faz com que o preço do livro abaixe, como se viu aí. Então, esse número não está atualizado. A gente entende que, nas livrarias, o nível, hoje, de apoio é de mais de 98%; que, também nas editoras e nas entidades, houve um crescimento de apoio em relação à Lei do Preço Fixo.

Aqui um dos problemas atuais da lei, que são as lojas virtuais, que são, hoje, fortes vendedoras de livros físicos também. A venda de livro físico pela internet, no último levantamento que temos, estava entre 16 e 18%, e crescendo. Aí é o resultado do último balanço de 2014, de algumas delas. A Amazon teve um prejuízo de US$248 milhões; a B2W, que são as Lojas Americanas, a Shoptime e a Submarino, teve um prejuízo, no último ano, de R$163 milhões, parecido com os dois anos anteriores. A Nova Pontocom, que é do grupo controlado pelo Casino, uma multinacional que tem as bandeiras Extra, Ponto Frio e Casas Bahia, também teve prejuízo. Para esse eu não consegui os dados atuais, coloquei os de 2013. As livrarias Saraiva, no varejo, tiveram uma dificuldade no mercado, também complicado pela internet; a Netshoes, R$93 milhões; a Dafiti, que vendeu pouco mais de R$500 milhões no ano passado e perdeu duzentos e vinte e tantos milhões – essa até me impressionou:como perderam tanto, proporcionalmente às vendas.

Mas, todas as dez maiores varejistas virtuais do País, que divulgam separadamente os seus balanços, tiveram resultados negativos, as que vendem produto físico. Algumas que são comissionadas têm uma situação diferente, como, por exemplo, de leilão, Mercado Livre ou decolar.com.

Alguns varejistas, como o Carrefour, a própria livraria Leitura e as Pernambucanas, depois de perderem dinheiro alguns anos, fecharam o *sit*e. Nós fomos, talvez, a terceira ou quarta livraria do Brasil a ter um *site*. Ela abriu em fim de 98, nós colocamos em 99, fechamos em 2013, depois de permanecer quase 14 anos sem ter conseguido nenhum resultado no azul.

Aí alguns livros, por exemplo, *Se eu Ficar*. Nós pegamos todos no mesmo dia, nessa sexta-feira agora; quer dizer, cerca de quatro dias atrás – todos da lista da Veja. Eu peguei a lista dos mais vendidos da Veja, porque também os grandes descontos concentram-se exatamente nos *best-seller*s.

Este é um livro que caiu de R$38,90 por R$12,84, um desconto em torno 67%. Outro livro, com desconto de 63%, de R$29,90 por R$11,02; 41%, de R$49,90 por R$29,61. Outro livro com 40%, e este com 47%, 45%. Aí eu peguei os dez mais vendidos de ficção, Marcos, que você apresentou agora há pouco. Estavam na faixa de R$40,00. Neste momento, nessa sexta-feira, tiveram 45,2% de desconto médio os dez mais de ficção. Se incluísse as outras áreas, baixaria para próximo de 43%.

Aí, alguns livros que não vão ser atingidos pela lei. É bom que se deixe isso claro: o Brasil hoje tem números entre 180 e 200 mil títulos vivos, não é?Somando todas as lojas, há mais de 200 mil títulos em Língua Portuguesa, mas alguns já estão esgotados, de estoque antigo.

Mas a gente vai entender que a Lei do Preço Fixo só vai limitar o desconto nos livros lançados até 12 meses. Saem de média de 1.000 a 1.500 livros por mês, com novo código de barras, com novo ISBN, o que vai dar, conforme o ano, próximo de 15 mil livros novos – um pouco mais, um pouco menos. Todos os outros 180 mil livros são passíveis de livre concorrência, mesmo com a aprovação da lei. Pode ser dado o desconto em todos os livros, exceto nos novos, exatamente para as grandes cadeias. Vocês devem ter reparado que muitas nem são livrarias tradicionais. São grandes varejistas *on-line*. Que eles não vendam aqueles *best-sellers* que ajudam, tanto na livraria, quanto na editora, a fazer uma média que possibilite trabalhar também com os livros – não só com os *best-sellers* mais vendidos, mas também com a bibliodiversidade.

Esse livro por acaso está com 82%; mais um livro razoavelmente novo, com 79%; outro, com 74%.

Era isso que eu queria apresentar.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Esse foi Marcus Teles, que é Presidente da Livraria Leitura.

Obrigada, Marcus, pela colaboração.

E vamos passar agora imediatamente para Júlio Cesar, Diretor-Presidente da Catavento Distribuidora de Livros S.A.

O SR. JÚLIO CESAR A. S. DA CRUZ – Boa tarde a todos. Realmente tinha de ser uma mulher de fibra para conseguir tirar uma coisa que estava dentro da gaveta há mais de dez, doze anos e trazer à Mesa e realmente, como disseram os colegas, fazer com que várias entidades se juntassem e, de uma forma geral, chegassem a um consenso.

Parabéns e obrigado pelo esforço.

Todos os colegas aqui fizeram uma apresentação e falaram da importância disso. Eu acho que é redundante falar da importância das pequenas livrarias para a bibliodiversidade, para o bom atendimento ao cliente, para fazer com que o livro efetivamente chegue aonde tem que chegar, ao maior número possível de pessoas.

É redundante falar sobre isso. Então, eu preferi dar outro foco nesta apresentação. Se isso aqui funcionar... – funciona, não é? A ideia é tentar, junto com a política total que está sendo feita, mostrar alguma coisa ou alguns pontos em que nós da iniciativa privada podemos colaborar com o Poder Público no sentido de incentivar a leitura; não somente deixar a cargo do próprio Estado, mas fazer com que haja um acréscimo da chegada do livro às escolas, fazer com que os alunos estudem mais, com que as famílias façam com que seus filhos leiam. A iniciativa privada também tem de se mexer e fazer com que, de alguma forma, possamos dar a nossa contribuição nesse sentido de incentivo à cultura.

Esse é um dos mecanismos, uma sugestão de alguns dos mecanismos. A princípio, quero colocar também que, devido à dimensão continental do Brasil, um distribuidor agrega valor a partir do momento em que consegue fazer com que haja uma diminuição de frete, com que haja uma diminuição de informação, fazer com que haja um filtro de lançamentos principalmente para os pequenos livreiros. Além dessa parte de agregar valor dentro da operação ou dentro da cadeia, talvez seja um papel importante também fazer com que o produto que nós chamamos de livro chegue, na medida do possível, aos mais recônditos locais do Brasil e que chegue ao maior número possível da população. Dados foram apresentados em que o número de livrarias ocorre nas grandes capitais, nos grandes centros urbanos, nas principais cidades. São dados constantes que nós levantamos, que, mesmo no interior de São Paulo, o número de livrarias tem-se reduzido. Imagine o que não pode acontecer no Norte imenso. E nós vemos na realidade – informações e dados numéricos mostram isso – que o principal ponto de venda de livros de uma rede, vou nominar, Lojas Americanas, loja física, se encontra em São Luís do Maranhão. É o ponto que mais vende livros. Por quê? Então, você percebe que existe uma carência, uma necessidade muito grande de informação, de leitura, certo? Quer dizer, o brasileiro lê, sim. Isto é outra utopia que se estabeleceu há muito tempo, de que o brasileiro não lê. É mais do que provado que, se ele tiver acesso físico ao produto, que se ele tiver condições econômicas... – e foi demonstrado que o seu preço final de venda ao consumidor caiu em média 40% nos últimos anos. Se isso efetivamente são coisas que vão sendo feitas, nós temos que ir... Não é para desesperar, mas, ao contrário, é para incentivar. Ao vermos a quantidade, ou seja, o que nós podemos crescer com o livro neste Brasil, é realmente elevar ao máximo o acesso a esse produto.

Então, aqui vem uma sugestão nesse sentido. A primeira ideia seria pensar da seguinte forma: o livro também é uma necessidade básica do cidadão. Talvez seja meio utópico falar assim, mas deveria fazer parte da cesta básica. Então, junto com o macarrão, com o óleo, vamos colocar um livrinho lá também. Isso também é fundamental. Está certo? Dizem que alimenta a alma, alimenta o espírito, alimenta o intelecto. Mas não importa. Se nós enxergarmos desta forma, que o livro realmente é uma necessidade básica do cidadão, como fazemos a nossa parte em fazer com que ele tenha acesso a isso, partindo do pressuposto de que ele tem interesse, partindo do pressuposto de que ele tem essa necessidade.

Passaríamos, então, ao objetivo: facilitar o acesso ao livro. O foco dado aqui foi muito mais no sentido de saber que instrumentos a iniciativa privada poderia tomar juntamente, colaborando dentro do mesmo panorama, dentro do mesmo escopo, com o Poder Público? Primeira coisa, incrementar a aquisição por impulso. Segundo, a introdução do livro em pontos não tradicionais.

Eu vou explicar depois, para não brigar com meus amigos livreiros, que tanto colaboram conosco, principalmente os pequenos, nessa operação durante o ano inteiro, vendendo a chamada "cauda longa", os livros realmente que formam a cultura, que formam o conhecimento. Não que os *best-sellers* não o formem, pelo amor de Deus.

Bom, a segunda coisa é definir *mixes* de produtos de interesse do consumidor, a exposição diferenciada e oferecer oportunidades.

Vamos falar um pouquinho de cada um. Aquisição por impulso. Há uma frase que me foi dita com sendo do Paulo Coelho – Marcos, acho que você pode dizer. E eu peço desculpas aos puristas. A frase é do Paulo Coelho. É o autor, e é amigo do Marcos. Os puristas que me perdoem, mas ele diz que o produto livro tem de estar onde a Coca-Cola está.

Quem achar que o livro é muito mais importante que a Coca, desculpe; quem achar que o livro também é um produto como a Coca, a frase é para vocês.

Então, é o seguinte: aquisição por impulso. Inverter o processo que nós temos hoje. Então, eu necessito, eu quero, eu vou comprar. Vamos inverter um pouquinho essa ideia. Se é para estar onde a Coca-Cola está... A Coca-Cola vende

mais, porque, além de ser gostosa, particularmente, mas encontra-se em tudo o que é lugar. Quer dizer, na hora em que eu quiser tomar, eu acho. Pode ter certeza de que eu acho. Ou a Pepsi. É uma das duas.

Mas, enfim, vamos inverter esse processo. Achei, encontrei um livro, topei com um livro. Ele estava no meio do meu caminho; acabei trumbicando com ele, achei. Era isso que eu queria. Nesse sentido, essa aquisição por impulso. Não há. Porque o leitor, o chamado leitor é o que sai muitas vezes à procura e à pesquisa do livro. Ele vai a uma livraria realmente. O consumidor não tem essa necessidade, porque ele é consumidor, ele não é leitor. Então, se nós conseguirmos colocar um livro no meio do seu caminho, se nós conseguirmos fazer com que o livro de alguma forma esteja presente no seu dia a dia, podemos transformá-lo em leitor. Esse era o finalzinho. Não devia ter dito agora, mas muito bem: inverter esse processo. Aquisição por impulso, sabendo que a maioria da população brasileira não é leitora; é consumidora.

Segunda coisa: como podemos fazer isso? Colocando em pontos de vendas não tradicionais, porque infelizmente neste momento, e aí não adianta falar se Tostines é fresquinho porque vende mais ou se vende mais porque é fresquinho; vamos tomar a iniciativa. Vamos colocar o livro, como o Paulo Coelho fala, onde a Coca-Cola está; vamos abrir esse leque. Cada vez em mais pontos. E uma sugestão inicial é colocar em pontos de venda não tradicionais. Isso vai fazer com que a haja uma expansão do hábito da leitura. Isso é democratizar o acesso. Isso é democratizar o acesso, independentemente do preço e dos gêneros.

Expandir o hábito da leitura seria, hipoteticamente ou dando um exemplo, colocar o livro em pontos onde a maioria da população que não é leitora está – em supermercados, em bazares, em papelarias, lojas de conveniência, padarias e bancas de jornal.

Agora, todos vocês sabem... Também vou deixar para depois.

Tudo o que eu falei está escrito aqui, gente. Depois vai para o próximo.

Mix de produtos. Como colocar? Sabemos que esses pontos de venda chamados alternativos não são e nunca vão ser uma livraria, por maior ou menor que sejam, em que se tenha assistência, em que se tenha uma diversidade, em que se tenha uma indicação, em que se tenha uma sugestão, em que se tenha uma ambientação, independentemente do cafezinho. Isso é uma livraria. É isso que caracteriza uma livraria: uma espaço em que você entra e sente o perfume, sente o cheiro do livro, sente o ambiente gostoso. Os autores estão circulando por ali, as histórias estão lá. *O.k.*? Não é nesses pontos alternativos. Então, o *mix* de produto tem de ser diferente. Ele não está destinado a um público leitor; ele está destinado a um público consumidor, aquele que está acostumado e precisa comprar o óleo, precisa comprar manteiga, precisa comprar o macarrão, precisa comprar um detergente. Está certo? Os considerados como os mais vendidos. É fundamental, porque é o que todo mundo fala. Isso é boca a boca, é o que está na mídia, é o que está na revista, é o que sai no jornal. São os autores mais consagrados. Sai na Ana Maria Braga. Sai no Jô. É isso que o pessoal sabe. Aquele público que não é leitor, são esses títulos que eles conhecem. Então, isso tem de fazer parte desse *mix*. Não vamos entrar no mérito se é uma boa ou uma má literatura. Está certo? Não compete a nós. Eu acho que é a população, é o leitor que decide o que é boa ou má literatura. Então, já que há uma necessidade disso, e há esse boca a boca, esses produtos têm de fazer parte desse *mix* nesse chamados pontos alternativos. *O.k.*?

Outra coisa: novidades e tendências. Alguns conseguem uma facilidade muito grande em descobrir novidades e tendências, certo? Mas isso tem de fazer parte desse *mix* de produtos também, fazer com que novamente – vou repetir dez vezes – esse consumidor, num futuro próximo, se transforme num leitor. Para isso, nós temos que oferecer a eles novidades, tendências, saber aquilo que vai para frente. Como nós chegamos? Como nós conseguimos torná-lo passível desse hábito de pegar o livro, abrir o livro, comprar o livro, levar para casa, abrir o livro, ler o livro.

E com uma diversidade de gêneros. A população brasileira é bastante eclética. O livro, a grande vantagem dele é que ele serve para tudo. Você pode fazer um livro sobre geladeira, sobre mesa, sobre flor, sobre qualquer coisa, sobre biografia, sobre carpete, sobre copo. Enfim, ele atende a mil e uma necessidades. Então, diversidade de gêneros, porque nós temos, graças a Deus, uma diversidade de população muito grande. E o livro com certeza consegue abranger isso.

É importante ler livro de ficção, de biografia. o de não ficção, o infantil, o de autoajuda, o de desenhar, o livro em que criança interage. Está certo? A Bíblia. Não importa. É isso aí, qualquer gênero. Diversidade de gêneros – inclusive o jornal, que está aqui.

E através de uma exposição diferenciada. Então, estamos falando de pontos alternativos, com a colocação do livro, por exemplo, no supermercado, na gôndola que está do ladinho da papelaria. E conseguimos colocar em alguns supermercados perto do café. Tem coisa mais gostosa do que abrir um livro, sentar à mesa e tomar um cafezinho gostoso, um café com leite, chocolate quente, comer um pãozinho de queijo? Faz parte do contexto. É uma coisa que nós fazemos no dia a dia, não é?

A partir do momento em que eu vou colocar dentro do meu carrinho um quilo de açúcar, um litro de óleo, que eu possa colocar um livro também. Faz parte. Está dentro do jogo.

Então, nós temos alguns modelos de exposição que tornam o livro atrativo, uma exposição limpa. E não são muitos títulos. Em pontos de venda alternativos, você oferecerá no máximo 100, 120, 130 títulos. E é muito. É daí pra baixo. Estamos falando de um consumidor, aquele que vê normalmente o óbvio, aquilo que é mais falado.

Então, é realmente propiciar uma exposição um pouco diferenciada e que compita de igual para igual com os outros produtos que eles veem nesses próprios pontos de venda. A Kibon está lá com seu *freezer*, com o preço sugerido marcado lá. A ponta de gôndola custa uma fortuna, mas é agressividade na exposição, para que o consumidor se motive a comprar. *O.k.*?

Haveria aí também, dentro desse processo, as chamadas oportunidades, que fogem da Lei do Preço Fixo. São aqueles livros de fundo de catálogo, que já foram lançados há mais de um ano e que, por n motivos, a editora repassa isso constantemente por preços diferenciados. Então, vamos oferecer isso também a esse consumidor.

Se o problema hipoteticamente for o preço, que ele tenha oportunidade de levar uma coisa com qualidade e com preço um pouco mais acessível. Seria utópico dizer que o livro é caro. Pelo amor de Deus. Um livro de R$39,00. Quanto você gasta para ir ao cinema, em que você vai assistir a um filme de duas horas, fora a pipoca? Estou falando nas grandes cidades. Ou quanto você gasta tomando cerveja que seja nas pequenas cidades ou de repente comprando um sapato, mesmo em pequenas cidades? Falar que o livro de R$39, ou de R$29, ou de R$24 ou de R$14, em que você tem um atrativo para dois, três, quatro, cinco dias, uma semana de entretenimento, de cultura, de conhecimento, de imaginação...

Então, para finalizar, por que a Lei do Preço Fixo? Onde nós enxergamos a Lei do Preço Fixo? Em todos esses pontos alternativos, o que se vê constantemente, já que nós vamos trabalhar com livros de lançamentos, com as novidades e com a lista dos chamados mais vendidos, porque é isso que esse público que não é um público leitor, é um público consumidor... Mas, a partir do momento em que adquire alguma coisa, que leva pra casa, que atende às suas necessidades, que lhe dá alegria, lhe dá conhecimento, lhe dá prazer, quem sabe ele não se torne um leitor? A partir do momento em que ele se tornar um leitor, não é mais nesses pontos que ele vai adquirir seus livros. É um *mix* muito pequeno de produtos. Ele vai procurar uma livraria, ele vai pra a internet, ele vai para algum lugar, mas ele vai buscar alguma coisa que o atenda. Ele começa a saber o que ele quer. Este é o leitor: ele sabe o que quer. E aí assume um papel muito mais importante. E aí nós estamos alimentando de uma forma "rosca sem fim', vamos chamar assim, as pequenas livrarias. É nesse processo, porque nós estamos gerando leitores. Eles vão ter público, sim. Eles vão promover seu sarau, sim. Eles vão promover as suas exposições, as suas feiras. Enfim, não há problema, mas nós temos que aumentar o número de leitores, para que as próprias pequenas livrarias possam ser ampliadas e cresçam. Esse é o objetivo.

E a Lei do Preço Fixo. Nesses pontos alternativos, fundamentalmente, trabalha-se com os livros mais vendidos e com os livros de lançamento. E quais são os livros que foram apresentados aqui por todos os colegas – e a própria lei diz isso? São lançados nos últimos 12 meses de um ano. São eles que são o grande vilão dessa brincadeira, porque aí há as grandes deduções. O próprio Marcus acabou de mostrar isso. Chegou a 42% da lista dos mais vendidos.

E são eles a porta de entrada hipoteticamente para o futuro leitor.

Então, quando esses pontos alternativos pegam os pontos tradicionais, trabalhando com esses descontos mostrados numericamente, quantificados e qualificados, eles perdem a motivação para isso, porque deixa de ser um produto economicamente viável, deixa de ser um produto com que eles possam trabalhar, porque vem a reclamação do cliente que ainda não é um leitor, mas é um consumidor, de que comprou um livro de R$29 e de repente o vê na PontoCom por R$14,90.

Então, esses pontos não vão querer trabalhar mais com esse tipo de produto e que, detalhe, além de agregar uma série de coisas para o ponto financeiramente e economicamente falando, agregam uma coisa muito importante que é fundamental você associar a qualquer ponto de venda: cultura. Esse ponto passa a vender cultura. Isso agrega valor ao ponto de venda.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Agradeço aqui a contribuição de Júlio Cesar.

Vamos agora passar imediatamente para a Raquel, que é Presidente da Liga Brasileira de Editoras, Libre. Depois, em seguida, para o Afonso.

Raquel, com a palavra.

A SRª RAQUEL MENEZES – Obrigada, Senadora.

Boa tarde a todos. Cabe a mim corroborar o que disseram os colegas no que diz respeito aos elogios à Senadora por trazer este projeto, desencavar este projeto, como já citaram, reunir todas as entidades que historicamente não costumavam reunir-se em torno da mesa; e mais a mobilização de hoje de manhã, com a união do MEC e do MinC, a presença do Castilho...

Agradeço também por ter ouvido as excelentes e muito construtivas falas do Jean-Guy e do Richard.

Estar aqui como representante da Libre é muito bom, sem dúvida alguma, mas também causa um certo constrangimento. Então, vou pedir licença a vocês para ler o texto que eu preparei. Entre um momento e outro, vou fazendo alguma digressão.

A lembrança de como foi o meu contato com o objeto livro pela primeira vez realmente não tenho, mas me recordo com afeto e doçura de meu pai ler algumas histórias pra mim. Já com 9 anos, ganhei de uma tia muito querida uma coleção de livros de capa dura lançada pelo extinto *Jornal do Brasil*. Os livros não eram novos. Ela ganhara quando

trabalhava no RH do jornal. Bons tempos quando tínhamos outro grande jornal em circulação no Rio de Janeiro. Mas não era um problema, pois estavam em ótimo estado, e tinha até muita graça ter como meu algo que foi de algum outro familiar, principalmente que eu respeitava tanto.

Lembro-me com certeza, ou talvez para efeito afetivo de narração aqui neste momento, da minha alegria ao me deparar com *O Menino no Espelho* e alguns poemas do Drummond. Confesso que a poesia me sabia difícil ou melhor diferente. Não entendia que história podia sair dali. Graças essa tia, a relação com a leitura foi crescendo, ou melhor acontecendo. E, se eu não tivesse essa tia, única na família formada até então? No bairro onde cresci e em que minha mãe vive até hoje, não havia ou há livrarias. Minha experiência de frequentar lojas de livros, as livrarias, e essa frequência mais agradável de tomar um café, ver um livro, folhear e tal, começou só aos 17 anos, quando eu entrei na faculdade de Letras.

A partir da minha experiência com livros, que, como acabo de contar pra vocês, começou tarde – e uma pequena digressão: meu filho hoje com quatro anos tem uma biblioteca já invejável – e se transformou no meu ganha-pão e muitas vezes também no "perde-pão", como os colegas sabem. Minha proposta de fala se desenvolverá em articular como a implementação da Lei do Preço Fixo desenvolve as diretrizes do PNLL.

Articulo, portanto, o projeto de Lei do Preço Fixo, ou melhor, a regulamentação do desconto do preço dos livros pelos varejistas, porque é muito importante enfatizar que a gente não vai fixar um preço. Durante um período de um ano, os livros poderão ter no máximo 10% de desconto.

Acho que o Afonso vai falar disso a seguir, mas é importante inclusive estarmos sempre muito atentos a usar mesmo a expressão Lei do Preço Fixo, ou tratar de regulamentação ou o projeto que temos discutido de homenagear alguém ou algum membro do nosso catálogo literário, do nosso cânone literário, para nomear essa lei.

Enfim, a diferença é que devem ser sempre ser assinalados por nós, como acabei de dizer, articuladores da cadeia do livro, para uma maior compreensão do que objetivamos. E aí vou só relembrar as diretrizes: democratização do acesso, fomento à leitura e à formação de mediadores, valorização institucional da leitura e incremento do seu valor simbólico, desenvolvimento da economia do livro.

Dos quatro eixos que eu acabei de citar, escolho começar pelo terceiro por ele dar conta, inclusive, de uma bandeira da entidade que aqui represento, a Libre, principalmente no segundo sintagma: incremento do seu valor simbólico – do livro, da leitura.

Por que assinalo esse como sendo o que mais articula a Libre? O papel da Libre, ou melhor, a vocação da Libre é representar um mercado que reproduz os vícios de qualquer mercado, mas que também, como qualquer mercado, possui uma dinâmica que abre muitas frestas, editoras independentes que, queiramos ou não, precisam competir com o mínimo de desigualdade com os grupos empresariais mais estruturados economicamente e socialmente.

Queiramos ou não, outrossim, as editoras que representamos possuem quantidade considerável de um material que vai ao mundo a partir da autonomia de nossas casas editoriais com o precípuo objetivo de melhorar o mundo, investindo no livro e na leitura como veículos de transformação de pensamento e, consequentemente, de transformação social.

É mais ou menos assim que entendo uma ideia norteadora de nossos princípios, a bibliodiversidade que foi citada pelo Torelli.

Em tempos de discussão ecológica de sustentabilidade, quando entendemos que o mundo enquanto ser vivo precisa da diferença, em tempos de discussão social de direitos civis, quando a intolerância não é mais suportada como fato dado nas relações humanas, em tempos de redefinição do papel das minorias e de novas configurações de informação, comunicação, precisamos cada vez mais da diferença, da diversidade no universo do livro e do mercado que o acolhe. Precisamos, pois, da bibliodiversidade.

Como articular a bibliodiversidade à valorização institucional da leitura e principalmente ao incremento de seu valor simbólico? Pensando nas editoras ditas independentes, ou seja, nas casas comandadas pela figura do editor independente, que, segundo a definição da Aliança Internacional dos Editores Independentes, é aquele que concebe sua política editorial com toda a liberdade, de um modo autônomo e soberano. Ou seja, são incontornáveis agentes da divulgação do que podemos chamar de "capital cultural", termo caro ao sociólogo Pierre Bourdieu.

Como a abordagem do editor independente não é unicamente comercial, ele garante junto com os outros atores da cadeia do livro... E é muito bom lembrar as palavras do Wolney ontem sobre a cadeia do livro, porque a construção, até num primeiro momento, pela similaridade das palavras – cadeia do livro e cadeia alimentar – pode parecer óbvia, mas eu acho que é mais da conta da imagética do que a gente está dizendo... Todos os entes dessa cadeia precisam ser respeitados, porque assim como, se um elemento da natureza faltar, aquela cadeia alimentar vai sofrer, o mesmo acontece na cadeia do livro.

O editor independente trabalha pela democratização do livro, por uma edição plural e crítica.

E é assim o artesão de uma bibliodiversidade essencial. Ou seja, ao pensar cultura e temas caros ao pensamento e à reflexão, ele incrementa o valor simbólico como sendo o detentor da capacidade de transformação do mundo. Em outras palavras, é o agente capacitador de uma sociedade civil pensante.

Hoje mais cedo, alguém propôs o regionalismo, a necessidade de inserção do regionalismo nas compras governamentais. Então, acho que, quando se pensa e se começa a discutir a bibliodiversidade, e não ir contra a bestialização, abrem-se portas para outras culturas, que na verdade não são outras culturas; é ainda a nossa própria cultura. O autor nacional é a nossa cultura. Abrir essas portas só faz com que estejamos mais desenvolvidos como entes pensantes. Isso só potencializa a cadeia do livro, que deixa de ficar concentrada, inclusive porque uma das ideias do projeto da Lei do Preço Fixo é a não concentração.

Por tudo o que acabo de mencionar, ter uma lei que regulamente o preço dos livros não nos permitirá aumentar a democratização do acesso ao livro, à leitura, à literatura. Sem a lei que regulamenta o preço fixo do livro, não haveria diversidade e quantidade de editoras e livrarias, mesmo num país como a França, e nem livros de todos os tipos, seja em pequenas ou grandes tiragens.

Limitar o desconto permitirá que, nas grandes livrarias e nas pequenas, o livro seja comprado pelo mesmo preço em todo o País. Com o preço fixo do livro, as livrarias menores poderão concorrer com as poucas grandes redes existentes. Isso é bom para o consumidor. Ou melhor, eu gostei muito da separação que o Júlio fez entre consumidor e leitor, acreditando que o consumidor tem de virar um leitor. É. Eu gosto muito dessa separação se eu acreditar na segunda ideia dela, não é? Um consumidor tem que virar um leitor. E eu acho que somos nós, da cadeia do livro, os responsáveis por essa formação de leitor, não é? Estando aqui, debatendo juntos.

Quem sabe se houvesse já o preço fixo do livro, a Da Vinci não estaria na situação em que está. Acho que a maioria conhece a situação histórica da livraria Da Vinci do centro do Rio. Cito o exemplo da livraria história do centro do Rio ainda que muitos digam que o seu problema tenha sido a falta de atualização como negócio, pois acredito que, se houvesse uma regulamentação, talvez a Milena, a sua proprietária, não precisasse mesmo fazer malabarismos que talvez reconfigurassem a sua livraria a ponto de ser outra coisa. Ou seja, a Da Vinci poderia ser a Da Vinci com livros para leitores sem precisar tornar-se um comércio para consumidores e estaria em uma situação diferente da que se encontra hoje.

O que vejo sem exageros é que títulos que não sejam publicados em alta tiragem, ou que tenham rápida comercialização irão desaparecer aos poucos talvez. Sem o preço fixo dos livros, as pequenas editoras independentes, com a sua valiosa contribuição para a diversidade literária e cultural, com seus programas que vão além dos *best-sellers*, poderão deixar de existir no longo prazo. A Lei do Preço Fixo tem uma vantagem: protege as livrarias locais e, por isso, no médio prazo, o leitor ou o consumidor se preferirmos, já que esse vai ter mais opções.

Então, em vez da situação que vocês mais descreveram – entrar na livraria, olhar um livro, interessar-se pelo livro, procurar na internet, no Buscapé, para achar o mais barato –, talvez, sem essa possibilidade, o leitor vá entrar na livraria, vá gostar do livro e, em vez de perder tempo procurando no Buscapé, ele vá procurar um outro livro, porque terá mais opções para ele ler, por exemplo.

Protege ainda todos os parceiros do livro – o autor, o editor, o designer, o ilustrador, essa cadeia tão importante – da pressão dos grandes retalhistas, para fazer saldos cada vez mais draconianos, nos quais os principais investidores, os citados editor e autor, acabavam vendo suas margens reduzidas – e os colegas apontaram isso muito bem com seus números – sob a pressão das grandes superfícies. É assim que o desenvolvimento da economia do livro se dá.

Para finalizar, eu dedico um pouco do tempo para falar como o fomento à leitura e à formação de mediadores, que foi o único eixo de que não falei, se beneficiará com a Lei do Preço Fixo.

No Rio, já há 15 anos a gente faz uma feira chamada Primavera do Livro, que é organizada pela Libre. É uma feira que, pelo menos há nove anos, tem uma parceria com a Secretaria de Educação. E a gente recebe 600 professores de sala de leitura. Com esses 600 professores que a gente recebe, faz-se uma formação – levamos autores, levamos pesquisadores, levamos pessoas que podem ajudar essas pessoas a se desenvolverem como mediadores de leitura; para a biblioteca não ser o espaço do castigo, como foi citado hoje, não ser o lugar de encostar o professor aposentado, o que também foi citado hoje. E há uma outra situação também: o professor de Matemática faltou. O que vamos fazer? Vamos levar as crianças para a sala de leitura, onde podemos fazer origami. Não é nem para ver os livros. A sala de leitura, quando há, acaba sendo um espaço...

O que se observa desses professores, desses mediadores, é que são ávidos por essa mediação, sim, por essa interlocução, sim. E compram os livros na feira, sejam os que estão com desconto, sejam os lançamentos sem descontos. Eles querem comprar os livros. E se houver a possibilidade, em todos os lugares onde os livros estejam, principalmente de os lançamentos de que a gente está tratando estarem com o mesmo preço, esse mediador – além das interlocuções que, por exemplo, a Primavera promove, ou mesmo a CBL promove, o Instituto C&A promove – também será capaz de escolher o livro e comprar o livro.

Bem, era isso que eu tinha para dizer.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Raquel foi precisa. Na hora em que Torelli estava aqui entregando o papelzinho, acabou o tempo. Enfim, parabéns, Raquel.

A SRª RAQUEL MENEZES – Isso porque escrevi um texto para não passar do tempo.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Parabéns pela participação, pela contribuição ao debate.

Vamos, agora, ao último debatedor aqui da nossa Mesa: Afonso Martin, Diretor Presidente da Associação Nacional de Livrarias.

O SR. AFONSO MARTIN – Olá. Boa tarde a todos. Obrigado, Senadora. É um privilégio realmente estar aqui numa Mesa, cercado de amigos do livro, todos nós. Realmente, a ANL fica muita feliz de o projeto estar nas mãos de uma educadora com o histórico da Senadora e com essa sensibilidade. Fiquei muito feliz quando ela também falou do belíssimo poema do Drummond hoje mais cedo. E a ANL gostaria de apoiar essa ideia do Drummond, aproveitando a fala um pouco aqui do Júlio. Tinha um livro no meio do caminho, não é? Acho que a ideia é essa.

Bom, fica para mim o desafio, depois de tantas falas construtivas, de tentar apresentar alguma coisa nova. Então, eu vou falar um pouco do que eu preparei para vocês.

Eu vou tentar fugir um pouco do tema, mas fazer um certo arcabouço do livro, que é a ferramenta mais importante da cultura humana da civilização. O livro simboliza exatamente a linguagem quando ela se transforma em escrita. E nesse momento a gente deixou de ser *homo sapiens* e passou a ser um ser humano. É nesse momento, há dez mil anos, que a gente passa a se construir uma civilização. E o livro é a coisa mais fundamental que tem diante disso. Essa imagem que vocês estão vendo aí é do livro de heróis e heroínas do Brasil, que fica aqui na Praça dos Três Poderes.

Aí eu que aproveitar um gancho, de que é preciso trazer o prazer da leitura para as crianças. Na verdade, as crianças adoram livros.

Eu nunca vi uma criança entrar numa livraria e não falar: "Mãe, leva esse livro." Normalmente, o que se escuta é o adulto dizer: "Você não vai ler. Para que você quer o livro?". Então, em algum momento, a criança deixa de gostar do livro.

E, aí, por que eu pus essa foto? Porque eu comentei com algumas crianças que existia esse livro, e a primeira resposta foi: "Eu quero fazer uma coisa muito importante para estar nesse livro".

Então, é preciso realmente a valorização do livro, e aí a frase da Malala junto com *A Arma de Instrução,* do Raul Lemesoff, que fica circulando nas ruas de Buenos Aires, trazem as consequências que esse aparato livro traz para a sociedade, da transformação mais profunda que temos.

Então, quando falamos de regulação do varejo do livro, nós estamos falando de regulamentar a venda, a comercialização daquele bem que é mais importante para a cultura humana dentro da civilização. Quando pensamos dessa forma, uma pessoa que não lê, uma pessoa que é analfabeta, ela não está à margem da sociedade; ela está à margem da civilização.

O Estado de S. Paulo, no ano passado, fez uma matéria, com dados do IBGE, que trazia que o maior número de morte infantil não se dava por falta de saneamento básico, mas por analfabetismo dos pais que não tinham condições de ter acesso às informações mais básicas de cuidado com seus filhos.

E aí eu entro no que eu gostaria de falar: nós somos muito felizes como cidadãos brasileiros porque nós, apesar de todos os desafios que todos os colegas colocaram aqui, vivemos num País – eu ousaria dizer – talvez o único no mundo em que o livro está expressamente citado na Constituição Federal. Naquele texto imenso que nós temos, se vocês fizerem uma busca *on-line* e colocarem a palavra "livro", ela vai direto para o art. 150. Não existe outro momento na Constituição em que se fale disso, e o livro está lá, isento. E a intenção não é isentar o livro para ele ficar mais barato; a intenção é isentar o livro para que ele seja a expressão da liberdade, livre. O livro livre é a liberdade. Então, nós já temos o aparato jurídico-constitucional completamente diferente de qualquer outra realidade nacional.

Eu queria puxar aqui também, além do art. 150, que traz essa isenção não só do livro quanto da liberdade religiosa, prevendo essa importância da liberdade do ser humano, o art. 170 da Constituição, que também estabelece o parâmetro de como funciona a economia do País. Está lá a livre concorrência, está lá a propriedade privada, mas está lá que é preciso cumprirem com sua função social. Então, a livre concorrência e a propriedade privada, antes de mais nada, têm de cumprir a sua função de bem-estar social, e a nossa Constituição é reverenciada internacionalmente por conta não só desses artigos, como de muitos outros, que preveem, pelo menos constitucionalmente – infelizmente, não ainda na prática –, os arcabouços para que tenhamos uma sociedade mais equânime.

E aí política para o livro não se faz com uma lei só. É importante entender que o livro... Recentemente eu estive em um encontro em que se falava de alternativas de acesso ao livro e eu coloquei que sem leitor não há alternativa. Então, é importante reforçar a questão que nós tivemos hoje de manhã do Plano Nacional do Livro e da Leitura. Precisamos que esse decreto vire lei, porque ele vai embasar a nossa política de Estado, perene, que não depende de gestão. Não se trata de programa de governo; trata-se de uma questão fundamental para o desenvolvimento da sociedade, da democracia brasileira, para que sejamos todos cidadãos plenos. Diferente do que Luís XIV falava, nós todos aqui somos o Estado, somos todos representantes do Estado, cada um com o seu papel cidadão e vigilantes diante da democracia.

E, diante dessa complexidade toda, eu vim aqui defender o projeto da Fátima, essa ideia que a ANL tem dentro desde o seu cerne. Quando foi fundada, em 1978, a ANL foi fundada porque os livreiros, já naquela época, começavam a ter problemas com o varejo. Já naquela época, a ANL se reunia para fundar e buscar alternativas para que o mercado

fosse mais saudável, mas essa discussão, apesar de falarmos muito no mercado – nós aqui representamos o mercado –, não é uma discussão sobre o mercado do livro; é uma discussão sobre a maturidade da sociedade brasileira.

Nós vimos que a classe média cresceu, as pessoas estão com melhores condições de vida hoje. É o momento de ter uma mudança de passo; é o momento de ter uma mudança política mais madura para o livro.

E, aí, a livraria é a responsável pela capilaridade da produção intelectual de um país. Não existe outra forma. Não existe outra alternativa de acesso, porque a livraria é o ponto varejista que vende livro. Se é um ponto varejista que se concentra em vender livros, é livraria. Jerry Seinfeld diz que a livraria é um sinal de que "as pessoas ainda estão pensando". E é isso. É ela que faz a conversão de toda a produção intelectual de um país, que vem dos autores, e é ela que faz a conexão para que se chegue até o consumidor e, posteriormente, ao leitor. Sem livraria, não existe alternativa para que tenhamos uma sociedade mais instruída, o que é muito diferente do papel da biblioteca. Não existe concorrência entre papel de bibliotecas e livrarias. São dois papéis complementares e fundamentais.

E a regulamentação do varejo do livro traz algumas questões – Marcos colocou a questão da intervenção do Estado –, e aí nós estamos falando da intervenção do Estado exatamente para aquele bem que é fundamental, Júlio, na cesta básica. É importante. Ele não é uma questão só de lazer; é uma questão de instrução do ser humano. E, quando se traz a regulamentação, independente do setor, ela traz a proteção de um bem que é importante, e, com a proteção, ela tenta estabelecer uma equidade, que, às vezes, é dar um tratamento diferenciado entre os diferentes atores, e, com essas duas coisas juntas, ela consegue dar melhor acessibilidade para todo mundo. É como pensar o direito de ir e vir da Constituição. Existe uma regulamentação para isso: o Código de Trânsito. Ninguém atravessa a rua do jeito que bem entende, dirige à velocidade que bem entende. Qual é a proteção? A proteção da vida do cidadão brasileiro. Então, é uma restrição de certa maneira da liberdade individual, para que haja uma regulamentação, e todos tenham uma equidade de circulação segura.

A regulamentação do varejo do livro no Brasil vem ao encontro disto, de proteger uma bibliodiversidade, de proteger o acesso do cidadão ao livro diante de uma equidade, porque, quando nós falamos de promoções, nós estamos falando de internet, de grandes centros urbanos, em um País em que metade das pessoas não tem acesso à internet, em que as pessoas não têm acesso a grandes centros urbanos. Então, quem tem acesso a essa promoção? Só que o restante da população está pagando o outro preço sem promoção. Então, é preciso uma regulamentação, para que se dê equidade de acesso ao livro.

E aí eu queria trazer para vocês uma coisa que o Marcos já introduziu da Lei do Autor. Na verdade, realmente essa lei é de regulamentação do varejo. Ela não é uma lei de preço fixo, ela nem trata a questão de fixar o preço, como na lei francesa está lá a fixação do preço.

A lei trata especificamente de regulamentar como o varejo funciona no País. A Lei de Direito Autoral, para proteger a sobrevivência daquele que faz a obra da liberdade de expressão, já estabelece que quem dita o preço é o editor. Então, o livro no Brasil hoje já não é mais livre concorrência, como um produto qualquer. E aí eu mostro para vocês – até peço desculpas pelo tamanho da letra: num produto, no arroz, você tem o produtor que passa para o varejista a um custo, e o varejista vai determinar a margem que ele vai ter – a roupa normalmente trabalha com 300% de margem –, e aí o consumidor vai escolher o lugar mais barato, a melhor experiência de compra e vai comprar. No caso do livro, isso não acontece. É o produtor que determina o preço de capa e determina, nem sempre de comum acordo, um desconto sobre o preço de capa. Então, o varejista recebe uma condição já preestabelecida para fazer a venda, e aí ele faz a venda num valor nunca maior do que o preço de capa.

Então, o aparato legal que já existe hoje no Brasil, desde a Constituição, desde o Código Civil, desde o direito autoral, já estabelece uma série de regulamentações para o livro nacional, e aí fica aberto. Hoje, o único ponto que não está regulamentado é justamente o varejo, e é por isso que temos distorções tão grandes que prejudicam todo mundo.

Eu sou de uma livraria que está na terceira geração e está há mais de 40 anos no endereço. Há 20 anos eram dez livrarias; eu sou a última livraria.

Então, o que vemos hoje da Leonardo da Vinci e de outras livrarias não é uma situação de hoje. Faz 20 anos que as livrarias vêm sendo massivamente fechadas, e aí a pergunta fica: até que ponto vamos aguardar para fazer essa mudança social, democrática, cidadã?

Então, a questão maior é a valorização do livro *versus* as promoções que temos hoje. O que acontece com o movimento hoje das grandes promoções dos livros que são lançamentos? Isso acontece ao longo já de mais de 30 anos; não é de hoje que existem esses grandes descontos. Então, vocês vejam: a ANL foi fundada em 1978 para começar a pensar isso...

Hoje, o consumidor ou o leitor tem uma desvalorização tácita do produto. Ele chega à livraria e, quando ele pede o livro, e é dito que custa R$29,90, a primeira pergunta dele é: "Tem desconto?" Às vezes, ele fica até bravo porque não tem desconto. "Mas é meu direito como consumidor." Mas ele não pede desconto no arroz, ele não pede desconto na tevê, ele não pede desconto na roupa, e essa promoção, no resto do varejo, só funciona no fim da vida econômica do produto. A roupa sofre liquidação quando troca a estação, e o livro sofre liquidação no lançamento. Isso gera um pro-

blema de valorização monetária e conceitual do livro muito sério, e aí, às vezes, escutamos uma questão de pessoas do órgão público dizerem: "O livro é caro." Eles também já foram contaminados pela desvalorização conceitual do livro.

Nós escutamos uma vez um...

Devido a meu tempo, vou acelerar aqui.

Então, é preciso que haja realmente um resgate. A regulamentação de varejo traz um resgate da valorização monetária e, consequentemente, da valorização conceitual do livro como ferramenta que é.

E aí, para terminar, eu trago uma frase do Monteiro Lobato, que eu vou pedir licença para ler:

Suprima-se o livreiro, e estará morto o livro – e com a morte do livro, retrocederemos à idade da pedra, transfeitos em tapuias comedores de bichos de pau podre.

Só para ilustrar essa questão da frase do Monteiro Lobato, ele também diz uma outra coisa, para fechar e ilustrar para vocês, do porquê o livreiro é um empresário tinhoso. Com todas essas dificuldades, continuamos brigando por uma questão em que o terceiro setor é bem famoso. A resposta à frase "entre ganhar dinheiro e mudar o mundo", o terceiro setor diz: "Optei pelos dois", e a livraria sempre fez esta opção de ganhar dinheiro e mudar o mundo.

A frase do Monteiro Lobato é:

Entre os mais humildes comércios do mundo está o do livreiro. Embora sua mercadoria seja a base da civilização, pois que é nela que se fixa a experiência humana, o livro não interessa ao nosso estômago nem à nossa vaidade. Não é portanto compulsoriamente adquirido.

O pão diz ao homem: ou me compras ou morre de fome. O batom diz à mulher: ou me compras ou te acharão feia. E ambos são ouvidos.

Mas se o livro alega que sem ele a ignorância se perpetua, os ignorantes dão de ombros, porque o próprio da ignorância é sentir-se feliz em si mesma...

Precisamos mudar essa realidade.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Queremos agradecer a participação, muito qualificada também, de Afonso, que aqui representou a Associação Nacional de Livrarias.

Nós vamos agora facultar a palavra ao plenário.

Júlio, há uma outra cadeira e gostaria que você a colocasse aqui para convidar Castilho para vir para a mesa, por favor.

Eu queria só fazer uma pactuação por conta do horário. Gostaria de saber se seria possível concedermos dois minutos para cada pergunta. Pode ser? (*Pausa.*)

Então, vamos começar.

Nós temos aqui Marcos Linhares, Victor Alegria, Raul Ernesto, Marcos Barbosa e Cida Fernandes.Dou-lhe dois minutos, Victor Alegria.

O SR. VICTOR ALEGRIA – Tenho 50 anos de livreiro, de editor e outras coisas ligadas ao mundo do livro. Estou aqui nesta cidade e sou testemunha do descalabro cultural que nós atingimos.

De qualquer maneira, eu quero parabenizá-la porque os outros elogios já foram ditos e seriam redundâncias, mas por ter trazido, ter feito o milagre de trazer uma pessoa que foi meu distribuidor durante 25 anos, que é a Catavento. E, na cadeia do livro, admirou-me estar ali editor, etc., e não figurar a parte do distribuidor, porque uma das coisas, das maiores crises do livro no Brasil, foi a morte, o assassinato dos distribuidores. É que há que dizer que o rei vai nu, meu querido amigo da Catavento, e fui amigo do seu pai, possivelmente.

O que acontece é que há coisas de que se estão esquecendo, e eu quero chamar a atenção para todos os editores e para os grandes espaços também. Acontece que os livreiros antigos – o que não sou eu, apenas eu vi isso – trabalhavam com uma coisa de que nem se falou aqui, que é o livro didático. Hoje, imaginem que, dentro do mercado livreiro, existem milhares de pequenas livrarias que ganham muito dinheiro com livro didático. Antigamente, o livro didático era vendido pelas livrarias.

A crise das livrarias começou com a venda do livro didático o que é proibido até por impostos etc. dentro dos colégios, e todo mundo está esquecido! E eu fico espantado quando se fala em preço barato do livro, como se falou aqui, e eu vejo, para comprar para os meus netos – eu tenho seis nascidos aqui, nesta cidade –, livros a quase R$150, R$100, e vejo as editoras tirarem cem mil livros para darem aos professores. Essas verdades têm de ser ditas.

Por outro lado, ainda, além desse problema que poderia resolver um bocado – e sou adepto do preço fixo também –, há 30 anos, eu mandei para o Encontro Nacional dos Editores e Livreiros um programa com o preço fixo. Ninguém ligou porque aquilo era palavrão: preço fixo. Ninguém ligava. Agora, com a crise, para o assassinato pelos grandes espaços das pequenas livrarias – e desculpem-me eu empregar essas palavras um pouquinho duras –, é que a coisa começou a piorar, porque 1.800 livrarias morreram. O nosso amigo da parte da venda do livro, da ANL, sabe muito bem que essas estatísticas não foram sequer atualizadas. Nesta cidade, de 58 livrarias, sobram três, e agora – digamos – a imitação da FNAC era a Saraiva, também vai fechar possivelmente.

Tudo isso é muito lindo, e outra coisa: quem é que está dizendo que nós estamos lendo o livro nacional? As maiores editoras de livro didático são estrangeiras. A nossa autoestima está em baixa.

Quando se fala também no preço do livro e nessas distribuições, vejam que é o seguinte: as grandes redes estão substituindo os distribuidores – eu posso confirmar – porque 55% da carga ou frete de uma pequena editora, para mandar o livro, por exemplo, do Rio para São Paulo, de São Paulo para o Rio, o que acontece? Nós não temos sequer uma distribuição que seja barata. É caríssima!

E sabem outra coisa espantosa? Um dos maiores inimigos do livro é o Estado. Por quê? Porque, nos Correios, no outro dia, para mandar um livro daqui, de Brasília, para Porto Alegre, eu paguei, além do preço do livro – lógico, cobrei o preço do livro –, R$56 para mandá-lo daqui para Porto Alegre. Como é que se pode divulgar, num país de dimensões continentais, a leitura para esse espaço fantástico – não é verdade? – com um correio que cobra preços abusivos? Quando ali me disseram que demorava o livro para chegar dois dias, que mentira! O livro demora oito, dez dias, e ainda existem tabelas de preço, e inventaram, além do Sedex, agora o Sedex corrente 10; ou seja, para cobrar mais de nós.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – São dois minutos. O senhor já usou quatro minutos.

O SR. VICTOR ALEGRIA – É verdade. Não posso nem falar.

Só para acrescentar: além disso, em cima do preço do livro, vejam o Simples, que todo mundo acha lindo porque diminui os impostos. A Senadora sabe que, em cima do Simples, se houver prejuízo, estará pagando ao nosso grande sócio que é o Estado, de 5% a 10%?

É claro que teria muito mais coisa, mas há a limitação do tempo.

Desculpem-me, porque muita coisa fica entalada na garganta. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Ok, Sr. Victor. São importantes a sua participação e a contribuição ao debate.

Quero só adiantar já rapidamente, enquanto vou chamar o próximo orador, que é Marcos Linhares, para o senhor que o debate do livro didático não foi feito hoje aqui, porque nós vamos fazer um debate à parte, e o senhor será convidado.

O tema do livro didático nós todos temos compreensão de que é muito importante. Exatamente por ser tão importante é que ele vai merecer uma discussão e um debate à parte.

Marcos Linhares, por favor.

Só pediria agora a generosidade no tempo por conta da simultaneidade de agendas que está acontecendo neste exato momento aqui, no Senado.

Marcos, com a palavra.

O SR. MARCOS LINHARES – Bem, eu vou ser muito rápido.

Em primeiro lugar, já que a senhora falou que vai fazer um espaço para o livro didático, sugiro também uma audiência pública para discutir as bibliotecas públicas deste Brasil, as bibliotecas escolares deste País.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Vou descontar o seu tempo. A audiência pública, mais do que audiência pública. Nós já temos um seminário definido.

O SR. MARCOS LINHARES – Perfeitamente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Muito boa a sua lembrança.

O SR. MARCOS LINHARES – A segunda coisa eu falei para a senhora mais cedo. A senhora está nesta Casa com uma Frente Parlamentar muito importante que foi criada. Eu, como Presidente do Sindicato dos Escritores do Distrito Federal, mandei um *e-mail* para a senhora, há mais ou menos 20 dias, para o seu gabinete, registrei no corredor pessoalmente e estou em campanha, porque a sua Casa extinguiu um único programa que tínhamos sobre literatura, que era o programa Leituras, do Maurício Melo Júnior. Um absurdo!

Então, nós estaremos nesse combate, para que o programa volte, quer seja esse ou quer seja qualquer programa, e que não toquem no programa da Profª Margarida Patriota, na Rádio Senado, senão teremos, de um lado, uma Frente Parlamentar brigando pelo livro e pela leitura, e a sua Casa destruindo os instrumentos de comunicação e de defesa do livro e da leitura. É, no mínimo, contraditório.

Rogo ao Presidente do Senado Renan Calheiros que possa ter essa sensibilidade, porque tenho certeza de que, para chegar a esta Casa, ele teve que ler.

Em terceiro lugar, para finalizar, eu estive conversando com a sua colega do Ceará, e essa questão da regionalização é extremamente importante.

Eu acho muito bacana esta Mesa, com todos esses membros, mas o livro começa por onde mesmo, minha cara Senadora? Por um escritor, minha querida. Cadê os escritores nesta Mesa? Muito bonito. A senhora tem uma assessoria maravilhosa, Júlio Linhares, grande figura, mas cadê um escritor nesta Mesa? Nós não participamos da cadeia? Nós somos meros expectadores, coadjuvantes, figurantes do processo, sentados aqui a ver. Bonito. Rede Leitura, Liga Brasileira de Editores. Lindo. E nós, escritores, aqui sentados, vendo vocês falarem do que é o nosso dia a dia.

Então, espero também – e finalizo minha fala com isso – que, mais do que ter a participação de escritores nas políticas públicas do livro, em que nós integramos aqui o Colegiado Setorial do Livro e da Leitura no Distrito Federal – já finalizando os meus 30 segundos –, que vocês não se esqueçam de que a fala da sua conterrânea de hoje tem uma significação muito importante. Até o Sr. Castilho, que está aí – eu falei com ele mais cedo –, porque é muito bonito um Plano Nacional do Livro e da Leitura, e, de repente, chegam às escolas do meu Maranhão livros do Sudeste, que não dialogam porque têm outras realidades que não dialogam com aqueles meninos. E como é que eu quero ler uma coisa que não fala para mim? Então, a regionalização da escolha dos títulos é importantíssima. Um aluno que vai fazer o vestibular na Universidade de Brasília tem que ler autores ou de um século passado ou autores que não lhe dizem respeito por mais importantes que sejam, mas não há escritores de Brasília.

No Ceará, há uma grande conquista, porque há autores cearenses sendo estudados na universidade.

Então, finalizo com essa provocação: pensem na regionalização. O escritor local faz parte dessa cadeia e não pode ser esquecido solenemente, porque cansamos de ser aquele boneco bonito que fica no posto de gasolina dando tchau.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Muito obrigada, Marcos.

As provocações que você fez elas são todas bastante pertinentes, o tema da regionalização.

Com relação à questão da Rádio... Foi na TV Senado? Eu quero me solidarizar com você. Eu realmente não sabia. Tomei conhecimento disso hoje no intervalo do nosso seminário. Acho lamentável isso, inaceitável, e, de forma bem objetiva, vou propor que tiremos daqui uma moção, exatamente endereçada ao Presidente da nossa Casa, para que reveja essa posição. (*Palmas.*)

E, com relação ao escritor, Marcos, você tem toda a razão, mas o escritor não foi esquecido, não. Foi convidado e confirmou inclusive presença. Enfim, hoje, houve um problema, e, hoje, ele nos comunicou que, por motivo de saúde, não poderia estar aqui. O escritor convidado foi Fernando Morais, mas você já está convidado para fazer parte da Frente. Vou convocá-lo.

Agora, rapidamente, Marcos Barbosa. Desculpem-me, Raul Ernesto.

O SR. RAUL ERNESTO – Damas e cavalheiros, boa tarde a todos.

O presidente se adiantou. Eu ia puxar a sua orelha, Senadora, porque não tem um escritor na mesa, e ele se adiantou.

Eu não quero ficar fazendo proselitismo, mas, sem o escritor, não tem livro, não tem livreiro, não tem editor; aliás, quase todos aqui, nessas mais de cem pessoas, quase a metade já escreveu. Quase todos editores primeiro foram escritores, certo?

Então, precisamos discutir muita coisa entre nós, escritores, e seguramente você não encontrou uma instituição, uma organização que seja o núcleo. Escolheu Fernando Morais porque ele tem transcendência, é o tal, mas, se você procurar uma instituição que seja a voz dos escritores, não temos.

Aqui, em Brasília, temos um sonho e estamos construindo esse sonho, que é uma entidade que, em nível nacional, possa ser o núcleo do coletivo literário.

Enfim, nós precisamos discutir, como alguém falou agora, a redução da tarifa postal. Custa o mesmo mandar um livro que pesa 1kg ou mandar 1kg de revistas pornográficas ou 1kg de veneno pelos Correios.

A regulamentação da carreira de escritor é necessária, e por aí vai. Levar o escritor à escola; que o escritor seja conhecido em suas próprias secretarias estaduais. Aliás, no seu bairro, onde ele está, ele tem que ser conhecido, mais um debate interno entre os escritores.

Esperamos que em breve aí, na sua bancada, tenha espaço para um escritor que nos represente. Eu estou falando isso com o intuito de ajudar. Isso é uma construção coletiva.

Sobre os números que apresentaram todos vocês, eu contesto todos. Estão todos errados os números que vocês colocaram aí, e sabem por quê? Porque vocês não estão levando em conta a quantidade de escritores que publicam de maneira independente, com recursos do seu bolso, endividando-se para ter seu livro publicado. Isso não aparece nos números de vocês, e, pela minha experiência, escritores que conheço na Argentina, no Uruguai e em várias partes do Brasil, a grande maioria já publicou de seu bolso seus livros. Então, nem todos os que estão protegidos sob o guarda-chuva de uma grande editora têm bens.

Então, era esta simples observação: um pouco mais de atenção para o escritor, porque nós não nos sentimos representados hoje a tal ponto que o presidente do sindicato acabou estrilando aí.

Parabéns, Marcos, você vai nos representar na próxima reunião.

E, sobre esse pequeno detalhe que surgiu agora na fala do Marcos do programa do Melo, poxa, é uma vergonha.

O único programa que tratava de literatura, o único programa que dava apoio aos escritores brasilienses, foi fechado. Isso deve fazer parte dessa campanha, dessa pauta estranha que está acontecendo este ano no Congresso e de que hoje o Juca falava aqui. Realmente, é muito conservadora, muito reacionária e, de pronto, gente que acha que cultura e literatura não são importantes.

Obrigado a todos e parabéns, Senadora. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada, Raul.

Raul, você nem me mencionou. Na verdade, eu inclusive perguntei, mas a informação foi exatamente esta: de fato, não há em nível nacional – não é, Marcos? – uma entidade que congregue o Sindicato Nacional dos Escritores.

Alguém me lembrou aqui de que nós também convidamos Ana Maria Machado; ela também foi convidada, mas também não pôde participar. E convidamos o escritor Fernando Morais, inclusive por ele se colocar claramente e fazer a defesa da iniciativa da lei, mas houve esse problema. Mas – repito – foi bom porque agora eu sei que existe um sindicato dos escritores aqui, em Brasília. Você vai ter muito trabalho pela frente, entendeu?

Eu estava comentando aqui rapidamente com o Torelli, e, enfim, é o perfil mesmo. Eu lembro que, quando Deputada Estadual no Rio Grande do Norte, tomei a iniciativa na época e apresentei um projeto de lei para criar a lei de incentivo à cultura, e nós conseguíamos fazer reunião com os demais segmentos, mas, quando era com os artistas, era a coisa mais difícil do mundo.

É claro que é muito importante a presença aqui de vocês, sem dúvida nenhuma, e é bom vocês estarem aqui. Repito que já estão convocados e convidados por nós, da Frente, para se integrarem de forma mais sistemática a esse debate.

Nós vamos passar agora para Marcos Barbosa; depois, Cida.

O SR. MARCOS BARBOSA – Eu quero concordar com os outros dois Marcos que me antecederam. Somos três Marcos aqui – parece que nós fizemos uma reunião antes de comparecer –, mas eles estão certos.

Eu sou escritor. Eu publiquei alguns livros. Eu publiquei três livros, livretos, com recursos próprios. Eram cinco mil livros; vendi 3.500 de mão em mão. Vendi tudo, tirei o dinheiro, deu lucro, e o resto eu estou até distribuindo de graça por aí porque já consegui tirar o dinheiro da editora. E tenho material, que dá para publicar mais uns cinco livros de umas 200 páginas cada um, publicado na internet, no Recanto das Letras, no Facebook. Meus livros estão à disposição para leitura, porque é muito difícil publicar livro impresso.

Agora, eu vim aqui para dar uma ideia para a Senadora. Eu ontem estava conversando com a minha esposa, Profª Socorro Maranhão, que é autora daquele projeto Despertando Talentos, que funcionou em Brasília muitos anos, quando ela ainda estava na ativa, e falei assim: "Amor, eu vou lá dar uma ideia para a Senadora".

Nós temos 2.700 livrarias no Brasil, e o Brasil tem 5.700 Municípios, o que significa que existem mais de três mil Municípios, com certeza, que não têm uma livraria sequer – muito mais de três mil, porque muitos Municípios têm 100, 200 livrarias, como São Paulo, que sei lá quantas tem, eu não tenho essa estatística; vocês que são do mercado. Meu papel é escrever, e eu não entendo nada do mercado do livro – vocês devem ter dados atualizados sobre isso.

Então, a ideia minha é a seguinte: que se faça uma lei para que todo Município tenha em sua sede, na sede da prefeitura, uma livraria; que se coloque lá. Os órgãos públicos não alugam, não cedem um espaço para fazer uma lanchonete? Nas prefeituras, existe um local onde funciona o Sebrae, para empreendedorismo. Então, pode-se colocar isso aí, e cada prefeitura ter obrigatoriamente uma sala que ela vai ceder a um empresário local sem cobrar aluguel, sem nada, há lá uma sala. Pode-se fazer uma licitação, do jeito que quiser, para ver a pessoa na cidade que se habilite a colocar uma livraria, na sede da prefeitura. Não pode ser em qualquer lugar, não, senão o prefeito empurra a livraria para um canto onde não tenha movimento. Nos Municípios pequenos – eu conheço muitas cidadezinhas pequenas que não têm uma livraria –, a prefeitura é um ponto central, é o ponto de movimento das pessoas. As pessoas mais cultas da cidade frequentam a prefeitura, frequentam a Câmara de Vereadores e o fórum, aquele ambiente por ali.

Então, que se tenha obrigatoriamente, na sede da prefeitura, uma livraria, mantido o espaço ali pelos cofres públicos, e a pessoa que vai funcionar lá dentro vai ter o lucro, vai trabalhar, vai servir à população com os livros; e esses livros dentro da lei do preço fixo, com os livros de preço fixo a serem vendidos lá, dentro dessa legislação, cujos detalhes ainda não conheço. Eu não conheço o texto da lei, mas seria uma forma de ampliar mercado para os senhores – vocês vão ganhar muito dinheiro –, e nós, escritores, vamos ficar satisfeitos porque vamos vender nossos livros.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Ok, Marcos. Já anotamos aqui a sua sugestão, para que ela possa ser estudada com todo o carinho.

E, agora, Cida Fernandes, do Centro de Cultura Luiz Freire, de Pernambuco.

A SRª CIDA FERNANDES – Boa tarde.

Primeiro, parabéns! Este, para mim, é um momento histórico, porque, desde os anos 90, eu milito na causa do livro, e a gente nunca conseguiu trazer editores e escritores para a discussão. E o movimento foi do Senado.

Então, quando na esfera nacional se mobiliza, tanto que, no colegiado do livro, há representação, mas no resto do País a gente não consegue nunca mobilizar.

Queria dizer, Júlio, que talvez eu seja uma das pessoas puristas, mas você me tirou do lugar em relação à formação de leitores com novas estratégias. Eu gostei muito das ideias e acho que dá para a gente sair desse lugar e pensar em fazer coisas diferentes e inusitadas.

Eu tenho uma dúvida em relação a isso. Em Recife, em Pernambuco, uma grande rede de mercado, numa época, começou a vender livros, e eu achei isso, primeiro, esquisito, porque era livro junto com as outras coisas. Durou um

tempo e hoje em dia não tem mais, e aí me chamou a atenção também não ter mais. Será que não deu certo? Não sei o que aconteceu.

Mas uma pergunta que eu tenho é a seguinte: essa crise das pequenas livrarias também não tem a ver com o crescimento das grandes corporações? Recife é uma cidade que, historicamente, tinha livrarias fantásticas e tinha livreiros históricos; hoje existem três megalivrarias que detêm tudo. E você não consegue encontrar livros... Se eu quiser um livro que não existe nelas, eu tenho que pedir pela internet ou então encomendar e esperar que venha – demora dez dias para chegar numa dessas livrarias. Talvez essa concorrência desigual também tenha matado. Não sei se vocês falaram sobre isso, e me passou.

Eu entendi que ficou mais focado no preço do livro por que acontece essa crise, e aí eu aproveito para dizer que talvez se tenha conseguido que o Ceará tivesse força na regionalização e no fortalecimento de uma editora local, porque lá há uma participação muito intensa, depois de muito sofrimento, da cadeia; há livreiros, há editores que atuam na política local.

E aí eu vou pedir licença, Senadora, para dar um puxão de orelha na cadeia produtiva do livro e na cadeia criativa. A gente tem tentado, em 23 cidades que eu acompanho, trazer vocês para discutir. Essa ideia da livraria nas câmaras municipais tem que passar pelo Município, o Estado tem que discutir isso. Então, não adianta a gente ficar na esfera nacional discutindo o fundo público. (*Falha na gravação.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Só para a Cida concluir.

A SRª CIDA FERNANDES – Não fiquem com raiva de mim, mas é muito importante. Vocês têm que estar na esfera local para discutir. A gente só conseguiu trazer editores, livreiros e escritores para as discussões da política do plano nacional da municipalização e estadualização da política de leitura quando eles... (*Falha na gravação.*)

Meu Deus, o negócio está feio.

Todo mundo falou, e eu vou ter esse problema. É minha energia tensa aqui.

Peço encarecidamente que vocês respondam aos convites locais. Vão falar da situação de vocês porque a cadeia mediadora não sabe. Eu não posso discutir a problemática específica dos livreiros, dos editores e dos escritores. Eu sei da cadeia mediadora, e a gente precisa de vocês, senão a gente vai se matar em vez de construir alguma coisa juntos.

Parabéns, Senadora, pela iniciativa, e, por favor, quem estar na Mesa e que faz parte da articulação dos coletivos mobilize as pessoas nos Estados e nos Municípios, os seus associados, para participarem desse processo.

Muito obrigada, Senadora, e desculpe por extrapolar o tempo. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – *O.k.*, Cida. Valeu. Obrigada por sua participação.

O Marcos já está distribuindo os livros dele. Eu quero um também.

Eu quero aproveitar também, rapidamente, para registrar a presença do Prof. Carlos, da Universidade Federal de Goiás. É técnico, e ele trouxe aqui uns livros, Torelli, da editoria da universidade. Trouxe aqui livros.

Obrigada, Prof. Carlos, e seja muito bem-vindo.

Aqui estão os livros do Marcos. A câmera pode focar aqui?

Nós vamos encerrar agora os trabalhos do nosso seminário.

Eu perguntaria se os nossos convidados ainda querem dar alguma palavrinha, bem rápida.

Se quiserem dar uma palavrinha rápida, enfim, a gente faculta aqui a palavra.

Castilho vai dar uma palavrinha. Quer, Torelli, dar uma palavrinha? (*Pausa.*)

Não.

Então, nós vamos chamar aqui Castilho. Por favor, Castilho, com a palavra aqui nas considerações finais.

O SR. JOSÉ CASTILHO MARQUES NETO – A nossa companheira de lutas e amiga Cida Fernandes, que interferiu em todo o sistema de comunicação do Senado, falou basicamente uma coisa que é muito importante ser ressaltada: estamos num momento de mobilização de uma grande cadeia, que começa com os autores e vai até os leitores, que somos todos. Eu sempre costumo brincar com os autores que a gente não sabe se as coisas começam com os autores ou se começam com os leitores. Há um certo ciclo muito virtuoso entre essas duas pontas, do autor ao leitor.

De fato, eu acredito, Senadora Fátima Bezerra, que todo esforço legislativo em torno desse momento que vivemos, que é o esforço para a discussão da lei da regulação de preços – ontem, foi a questão do fundo; no final do ano passado, a lei das bibliotecas –, ou seja, nós estamos num momento importante do País em que se combinam momentos de crise profunda, de várias discussões, com agendas regressivas, como disse o Ministro hoje pela manhã, mas, ao mesmo tempo, um momento importante e oportuno para discutirmos a questão daquilo em que se pode avançar. E, nesse contexto, seguramente a questão da leitura desponta novamente como despontou em 2006, como despontou quando regulamos e começamos de fato, no Ministério da Cultura e no Ministério da Educação, a criar um movimento pela leitura no País, com investimentos consequentes, de acordo com os quatro eixos do Plano Nacional do Livro e Leitura, onde as coisas, de fato, começaram a acontecer, e não apenas com a vontade e com a intenção do Estado.

Mas o Estado também começou a colocar isto, a partir de um planejamento seguro, de eixos seguros, de investimentos, que são os eixos do Plano Nacional do Livro e Leitura. Nós começamos a sentir investimentos até do mirrado Orçamento do Ministério da Cultura. Nós percebemos que, dos 6 milhões que se destinavam à área tradicionalmente,

há mais de 20 anos, nos anos de 2008, 2009 e 2010, a média de investimento do Ministério da Cultura para a área foi de 92 milhões. Então, não houve apenas um pequeno aumento. Houve exatamente um grande esforço de investimento, que veio do quê? Veio exatamente da união de todos, naquele período de 2006 a 2008, em torno do Plano Nacional do Livro e Leitura, o que possibilitou, inclusive, ao MinC mesmo se repensar do ponto de vista de estrutura, criando a Diretoria do Livro e Leitura, cuja secretaria do livro havia sido extinta, como vocês todos lembram, em 2003, quando morreu o então Secretário Waly Salomão. E, depois, as coisas não aconteceram. Voltaram a acontecer a partir de 2006, com o plano e, em 2008, com a criação da Diretoria do Livro e Leitura. O percurso de lá pra cá não vale a pena nós discutirmos.

A questão é que hoje novamente se trabalha não apenas no âmbito dos ministérios, mas vejo, Cida, com muita alegria que nós estamos começando novamente a concentrar os esforços e as forças de cada uma das partes em torno da questão do livro, da leitura, da literatura e das bibliotecas, que é um esforço. Ademais, eu ando com a intenção de ver e, principalmente, mais que ver, ouvir o que se faz em todo o País. Os movimentos do terceiro setor, os movimentos ligados ao livro, à leitura, à literatura e às bibliotecas em todo o País estão cada vez mais presentes e explodindo em todos os cantos deste País. É importante dizer isso. É importante colocar isso. Existe, ao mesmo tempo, o movimento do Estado e, principalmente, o movimento fortíssimo do conjunto da sociedade, que, como característica de todo movimento em defesa da leitura no Brasil – que não é de agora; é de décadas –, sempre esteve disperso.

A marca do Plano Nacional do Livro e Leitura, em 2006, que continua até hoje, é exatamente concentrar, trazer forças, trazer luz ao movimento real em defesa da leitura e da formação de leitores. Nós temos que juntar as forças. E nada melhor para juntar as forças do que uma ação, como essa que a Senadora Fátima Bezerra, na liderança da Frente Parlamentar em Defesa da Leitura, está fazendo neste ano de 2015, retomando o seu trabalho na Câmara.

Então, nestas palavras finais, eu queria louvar este seminário e dizer que ele representa, de fato, um ponto importante de reaglutinação dessas forças, conclamado pelos nossos colegas editores, livreiros, autores, distribuidores, toda a cadeia criativa, produtiva, distributiva do livro e também a cadeia mediadora, para que não percamos o pique. Não vamos perder o pique dessa corrida. Nós estamos em um momento importante do País.

Com a minha a formação em Filosofia bastante intensa, uma das coisas que sempre me convenceram, desde que comecei a trabalhar com a filosofia política, é que é exatamente nas crises que temos os saltos. As crises são parteiras. As crises são momentos em que damos ótimos e importantes saltos civilizatórios.

Então, talvez, contra o reacionarismo presente e retrógrado que estamos vendo acontecer em todos os cantos do nosso País, uma reação muito reativa quando o País quer avançar, nós precisamos, seguramente, não apenas defender, mas ir à frente. Ir à frente hoje com a leitura é uma medida realmente emancipatória. Nós sabemos disso.

Então, não podemos perder esse pique. Não podemos deixar que a energia que está marcando este seminário se perca. E, para isso, precisamos ter questões práticas a serem levantadas.

O horizonte está bastante claro. Eu acho que hoje a fala dos dois Ministros, da Educação e da Cultura, deixou isso bastante evidente. Há um engajamento verdadeiro e efetivo do Ministério da Educação dentro da política da formação de leitores no País. Ou seja, abre-se o Ministério da Educação, que é, se não me engano, o segundo Orçamento ministerial da República, para fazer um debate da formação de leitores, das bibliotecas escolares, etc. e tal. Eles estão abertos para isso. É importante não perder essa chance.

Ao mesmo tempo, o Ministro Ferreira colocou claramente a sua posição perante todos nós, no sentido de fazermos uma grande campanha para aumentar o valor simbólico da leitura e incorporá-la definitivamente ao cotidiano, ao imaginário do brasileiro. Citou até a campanha para matar a saúva. Ou seja, ele está querendo ir à raiz. A saúva era quanto eu tinha cinco anos. Então, temos que aproveitar todo esse movimento.

Então, fica aqui a conclamação, como Secretário do Plano Nacional do Livro e Leitura, que é o plano que une a todos nós, desde os autores até os leitores, para que não percamos o pique.

Senador, sugiro que se faça, rapidamente, alguma rodada, talvez, agora na Flip, aproveitando a presença de muitas entidades e escritores, para nós conversarmos nesse seminário, prepararmos os próximos passos – cada um de nós no seu nicho de atuação, mas, ao mesmo tempo, juntos – e podermos realmente avançar quando chegar ao Congresso Nacional o projeto de lei do Plano Nacional do Livro e Leitura, onde, rigorosamente, nós precisaremos ter uma mobilização de todo o País e de todas as cadeias pensantes deste País, e não apenas do livro e da leitura, uma grande mobilização que possa vir a partir da chegada do Plano Nacional do Livro e Leitura ao Congresso Nacional.

Agradeço o empenho da Senadora. Ela representa muitos Parlamentares que também estão junto com ela nessa luta. Parabéns! Realmente, parabéns a todos que estão aqui e que juntos poderão fazer diferença nessa luta por um Brasil leitor.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Nós queremos aqui, mais uma vez, saudar o Prof. Castilho pelas considerações finais que acaba de fazer, e dizer para vocês que a nossa Frente Parlamentar em Defesa do Livro, da Leitura, da Literatura e da Biblioteca conta com mais de 240 Parlamentares, entre Deputados e Senadores. Além disso, eu também estou na Mesa Diretora da Comissão de Educação, junto, inclusive, com o Senador Romário, que pretendia estar aqui hoje também, mas que, enfim, teve um imprevisto.

Mas o fato é que, como aqui mencionou o Prof. Castilho, eu não estou aqui só falando em meu nome. Eu estou aqui falando em nome de um conjunto, de um colegiado de Parlamentares tanto no âmbito da Frente como no âmbito também da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado.

Segundo, eu quero dizer para vocês da nossa alegria deste reencontro. Os que acompanham um pouco mais a minha trajetória sabem que, como Deputada Federal, enfim, nós fizemos um movimento lá na Câmara de retomada da Frente Parlamentar em Defesa do Livro.

Portanto, é um tema em que vimos militando já há um certo tempo. É um tema, inclusive, que também tem, absolutamente, tudo a ver com a principal militância da minha trajetória política, que é a militância na área da educação. Isso, sem dúvida nenhuma, digamos assim, facilitou em muito para que também abraçássemos, convocados que fomos, a causa do livro e da leitura, pela absoluta vinculação da educação com a leitura, com o livro, com a cultura, etc.

Não é à toa – eu fico aqui olhando para a Profª Cláudia Santa Rosa, que é professora lá do nosso Estado, e para a Profª Salizete também – que as escolas que têm apresentado melhores índices do ponto de vista da melhoria do seu ensino e aprendizagem são exatamente as escolas onde se está conseguindo avançar – não é, Cláudia? – nos incentivos à prática do livro e da leitura. Enfim, isso é dado de pesquisa mesmo e que tem mostrado essa realidade.

Quero dizer, Castilho, que investir na questão do livro da leitura, inclusive na escola, tem sido eficaz no ponto de vista exatamente de contribuir com o processo de ensino e aprendizagem dessas crianças.

Outro dado que também me deixa feliz é ver o MEC e o MinC dialogando, porque lembro que, quando começamos esse trabalho da Frente Parlamentar em Defesa do Livro e da Leitura, me inquietava muito ver, de repente, ações do MinC, de um lado, e ações do MEC, de outro, quando nós temos mais é que buscar essa integração do ponto de vista da racionalidade, de evitar duplicidade e somar esforços, somar energia, inclusive levando em consideração os aspectos de natureza orçamentária também.Nós sabemos que o Orçamento do MEC é um, e o do MinC é outro, bem inferior. Então, quero colocar isso, porque me anima muito, repito ver o MEC e o MinC caminhando juntos nessa direção. E nós temos uma longa estrada pela frente.

Terceiro, não perdermos de vista, de maneira nenhuma, os desafios que temos do ponto de vista de também dar condições ao Estado brasileiro para que ele possa ter, de fato, uma política permanente voltada para o apoiamento e para o incentivo a essas ações do livro e da leitura.

E, a nosso ver, não tem por que estar inventando a roda. A nosso ver, é somarmos esforços para que o Plano Nacional do Livro e da Leitura saia do papel, chegue ao chão das escolas deste País, enfim, chegue às cidades deste País. O plano é bom. Ele tem um conteúdo programático bom, até porque foi feito com a participação de todos vocês. O Plano Nacional do Livro e da Leitura vai dar uma contribuição extraordinária para a questão da formação dos leitores, vai dar uma contribuição extraordinária do ponto de vista dos espaços de acesso à leitura, quando, através desse plano, nós poderemos cuidar, Marcos, da questão das bibliotecas.

Agora, também é preciso termos claro que esse plano, para funcionar, precisa de financiamento, precisa de dinheiro, precisa de orçamento. Por isso, é importante também ficarmos atentos ao debate agora retomado, que está sendo retomado, inclusive, na Câmara, que é o debate que tem por objetivo constituir também o Fundo Nacional Pró-Leitura.

Então, o projeto de lei que trata do Plano Nacional do Livro e da Leitura, só para reforçar, está pronto, está na Casa Civil. Eu proponho que tiremos daqui, novamente, Ricardo, o manifesto assinado aqui por todas as entidades, por todos e todas, para entregarmos ao Chefe da Casa Civil e, inclusive, à Presidenta da República, para que envie o mais breve possível ao Congresso Nacional o projeto de lei que trata de instituir o Plano Nacional do Livro e da Leitura. (*Palmas.*)

Por fim, o nosso projeto em tela, que foi o que originou – não é, Torelli? – todo o seminário, que é o projeto de lei que tenta instituir a lei do preço único do livro no Brasil

Eu quero sugerir, Marcos, Júlio, Afonso, Torelli, Raquel, Marcus Teles, Castilho e demais presentes, que nós possamos agora fazer uma reunião para fazermos um balanço da atividade de hoje, do seminário de hoje, que todos nós consideramos positivo, fazer um balanço à luz agora dos encaminhamentos seguintes. Eu já conversava um pouco com vocês no intervalo.

Proponho que agora nós devamos partir para fazer o ajuste no texto, chegarmos, realmente, à redação final do nosso texto, ou seja, do projeto de lei, para que, neste segundo semestre, enfim, acompanhemos a tramitação do projeto de lei nas comissões. Assim, até o final do ano, Castilho, esse projeto de lei poderá chegar à Câmara dos Deputados.

Acho que deveríamos aqui estabelecer a partir deste seminário – se eu estiver errada, vocês podem me corrigir –, se puder ser antes, ótimo... Que data é hoje? 30 de junho. Pois vou aqui lançar um desafio a vocês. Acho que, a partir de hoje, 30 de junho, deveríamos dar a nós mesmos o prazo de, no máximo, um ano para termos essa lei concluída, para ela ter sua aprovação.

Eu estou falando isso porque, evidentemente, no âmbito do Senado, nós queremos acelerar esse processo, mas é importante levarmos em consideração que há a Câmara também. E a Câmara pode, naturalmente, enfim, querer cumprir o ritual dela e fazer também o debate lá nas comissões. Eu estou dando esse prazo, mas, sinceramente, se pudermos concluir a aprovação deste projeto até o final do ano, Torelli, melhor ainda. Não custa nada tentarmos. Quando

eu coloco o prazo de um ano é no sentido exatamente de não passar desse prazo de maneira nenhuma. Se pudermos aprová-la em seis meses, é melhor ainda.

Por fim, agradeço mais uma vez ao Jean e ao Richard. Queria, inclusive, convidá-los para fazermos uma foto e dizer que vamos buscar o contato com vocês mais vezes. Foi muito valiosa a participação e a contribuição de vocês.

Eu termino dizendo que estou mais do que esperançosa. Eu estou muito confiante, confiante exatamente por conta do clima que está estabelecido aqui, um clima de debate, mas um debate feito, como foi dito aqui, com serenidade, com respeito; um debate movido pelo mais sincero e nobre sentimento que une a todos nós, que é o sentimento exatamente de que tenhamos mais iniciativas voltadas para promover o acesso livre à leitura no nosso País.

Eu estava conversando com o Flávio, da Livraria da Vila, que disse das dificuldades, assim como o Marcus aqui também colocou.

O fato é que, sem aqui alarmismo – não se trata disso –, todos nós estamos constatando a dificuldade que é a sobrevivência das pequenas livrarias, Afonso, e, inclusive, das médias livrarias. E daí exatamente o quê? Essa união agora de esforços. E o melhor de tudo é todos nós percebendo que a lei não vem para prejudicar de maneira nenhuma, não é, Marcos? A lei vem para fazer o bem. Ela não vem para prejudicar. Ela vem para fazer o bem. Se essa lei, a exemplo dos outros países, possibilitar que, em vez de se fecharem livrarias, nós as mantenhamos, inclusive, ampliando-as; se essa lei possibilitar, inclusive, que possamos ampliar os espaços de circulação e de venda dos livros, enfim, terá cumprido um papel extraordinário. Isso é verdade ou não, pessoal? É extraordinário!

Então, não vou aqui nem mais tecer considerações filosóficas acerca do que significa o livro para a identidade de um país, de uma nação. Isso não se faz mais necessário, porque todos nós sabemos que o livro, enfim, abre portas, alarga o horizonte. Portanto, ele possibilita o acesso ao conhecimento, à própria libertação e à nossa liberdade como pessoas.

Então, quero mais uma vez, Torelli, agradecer demais, demais mesmo, o empenho e a participação.

Como a maioria está indo para a Flip – nós vamos participar, inclusive, de mesas redondas lá –, quem sabe lá haja quórum para fazermos uma reunião preliminar lá na Flip, durante esses dias, para organizar os encaminhamentos, que são os passos seguintes, para ver se conseguimos concluir a aprovação deste projeto até o final deste ano, até exatamente dezembro.

E fica aqui aquela sugestão que foi colocada, de que poderíamos dar o nome a essa lei, se Deus quiser, uma vez aprovada.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Não. Fátima Bezerra não. Vamos homenagear o grande poeta Carlos Drummond de Andrade.

Eu quero terminar novamente com ele, quando diz:

É preciso ler muito, muito mesmo. E é preciso, pois, ler absolutamente tudo. Não se recomendam livros. Todos os livros são bons porque são livros.

Então, enfim, que prospere esta nossa luta, que venhamos a ter a lei Carlos Drummond de Andrade, para que possamos inserir o nosso Brasil, o nosso País no círculo dessas experiências internacionais exitosas no que diz respeito a esses países terem adotado a chamada Lei do Preço Fixo, Lei do Preço Único, que, lá nos seus países, contribuiu muito para fomentar a cadeia produtiva do livro e, principalmente, para ampliar o acesso ao livro e à leitura para a população.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

(Iniciada às 13 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 06 minutos.)

ATA DA 42ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE SETEMBRO DE 2015.

Às onze horas e vinte e seis minutos do dia oito de setembro de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Romário**, e com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Lasier Martins, Simone Tebet, Dário Berger, Maria do Carmo Alves, Alvaro Dias, Douglas Cintra, Antonio Anastasia, Telmário Mota, Ana Amélia, Hélio José, Marta Suplicy, José Agripino, Ataídes Oliveira e Antônio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fátima Bezerra, Cristovam Buarque, Paulo Paim, Ivo Cassol, Gladson Cameli, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Otto Alencar, Jader Barbalho, Wilder Morais, Dalirio Beber, Lídice da Mata, Roberto Rocha, Blairo Maggi e Eduardo Amorim. Neste momento, o Senhor Presidente Senador Romário inicia a primeira etapa da reunião esclarecendo que, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o exame de indicações seguirá duas etapas: na primeira, o Relator apresentará o Relatório à Comissão, com recomendações, se for o caso, para que sejam apresentadas informações adicionais, após o quê será concedida, automaticamente, vista coletiva aos membros da comissão e divulgado o Relatório por meio do portal do Senado Federal. **Item 1: Mensagem (SF) nº 60, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea 'f', da Constituição Federal, combinado com o art. 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, o nome da Senhora DÉBORA REGINA IVANOV GOMES, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, na vaga da Senhora Vera Zaverucha". A relatora designada é a Senadora Marta Suplicy, que lê o relatório, e a matéria é submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades. Usam da palavra o Senador Lasier Martins e a Senadora Ana Amélia. A Presidência concede vista coletiva, nos termos regimentais. Prosseguindo, a Presidência passa à apreciação da segunda parte da reunião. **Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 403, de 2015,** de caráter terminativo, de autoria do Senado Alvaro Dias, que "Confere ao Município de Curitiba, Paraná, o título de Capital Nacional da Arte em Mosaico". O relator designado é o Senador Dário Berger e o projeto é aprovado. **Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2013,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir critérios de assiduidade e inovação pedagógica na progressão funcional dos profissionais da educação". O relator designado, ad hoc, é o Senador Telmário Mota e o relatório é pela aprovação do projeto com duas emendas que apresenta. Durante a discussão, é apresentado Voto em Separado pela rejeição do Projeto pela Senadora Marta Suplicy. A Comissão rejeita o Projeto. Ficam prejudicadas as emendas. Vota vencido, com o Relator, o Senador Hélio José. A Presidência designa Relatora do Vencido a Senadora Marta Suplicy, autora do Voto em Separado pela rejeição do Projeto. **Item 2: Projeto de Lei da Câmara nº 134 de 2011,** de caráter terminativo, de autoria do Deputado Angelo Vanhoni, que "Institui o ano de 2011 como o Ano da Ucrânia no Brasil". O relator designado é o Senador Hélio José e, em Turno Suplementar, o Substitutivo oferecido ao PLC nº 134, de 2011, é definitivamente adotado. **Item 9: Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Inácio Arruda e Senadora Vanessa Grazziotin, que "Altera a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, para dispor sobre gratuidade de ingresso em museus". O relator designado é o Senador Donizeti Nogueira e o relatório é pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. Atendendo a pedido do relator a matéria é retirada de pauta. **Item 8: Projeto de Lei do Senado nº16, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ana Amélia, que "Dispõe sobre a criação e o funcionamento de fundos patrimoniais vinculados ao financiamento de instituições públicas de ensino superior". A matéria é retirada de Pauta. **Item 11: Projeto de Lei do Senado nº 194, de 2012**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ângela Portela, que "Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, para condicionar o pagamento das parcelas do financiamento pelos beneficiários ao credenciamento de escola pública de educação infantil e de ensino fundamental no respectivo conjunto habitacional". O relator designado, ad hoc, é o Senador Douglas Cintra, em substituição ao Senador Paulo Paim, e o parecer favorável ao projeto, com as emendas nºs 1–CE e 2–CE, é aprovado. **Item 12: Requerimento da Comissão de Educação nº 92, de 2015**, de autoria do Senador Hélio José e do Senador Antonio Carlos Valadares, que requerem "(...), em aditamento ao Requerimento CE nº 76, de 2015, de minha autoria, pelo qual solicito a realização de Audiência Pública pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, para debater a capacitação policial para a 'Lavratura de Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO)' nos crimes de menor potencial ofensivo e a 'Mediação de Conflitos', a inclusão do nome do seguinte convidado: Paulo Ayran da Silva Bezerra, Presidente da Associação Brasileira dos Papilocopistas Policiais Federais – ABRAPOL". O Requerimento é aprovado. **Item 14: Requerimento da Comissão de Educação nº 96, de 2015**, de caráter não terminativo,

de autoria dos Senadores Dalirio Beber e Antonio Anastasia, que requer "na forma do disposto no art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal e nos arts.90, V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA entre esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e a Comissão de Infraestrutura (CI), para tratar de transporte de menores de 10 anos e a utilização do dispositivo de retenção para o transporte de crianças em veículos de transporte escolar. Com os seguintes convidados: 1) o Senhor ALBERTO ANGERAMI, Diretor do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN); 2); o Senhor LUIZ MOAN YABIKU, Presidente da Associação Nacional Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), ou representante por ele indicado; 3) o Senhor JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA, Presidente do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (InMETRO); 4) o Senhor RENATO AUGUSTO, Presidente da Associação Nacional dos Transportadores de Escolares e Passageiros; e 5) o Senhor PEDRO JANUÁRIO DE SOUZA NETO, Presidente do Sindicato dos Transportadores Escolares de São Jose e Região no Estado de Santa Catarina (SNETRE/SJ/SC)". O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2014; Item 5: Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2015; Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2014; Item 7: Projeto de Lei do Senado nº 403, de 2013; Item 9: Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2014 e Item 13: Requerimento da Comissão de Educação nº 96, de 2015**. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Romário,** encerra a reunião às doze horas e quarenta minutos, determinando que eu, **Willy da Cruz Moura**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR ROMÁRIO
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 42ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho... (*Pausa.*)

A presente reunião será destinada à deliberação dos Itens de nºs 1 a 14.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 60, de 2015
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, o nome da Senhora DÉBORA REGINA IVANOV GOMES, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, na vaga da Senhora Vera Zaverucha.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senadora Marta Suplicy
Relatório: Pronto para deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, esta Presidência comunica aos Srs. Senadores e Srªs Senadoras que o processo de apreciação da escolha de autoridades nesta Comissão será feita em duas etapas. Na primeira etapa, que ocorrerá nesta reunião, a Relatora apresentará o relatório à Comissão com recomendações, se for o caso, para que a indicada apresente informações adicionais, ocasião em que não será exigida a presença da indicada.

Após apresentação e discussão do relatório na primeira etapa, será concedido vista coletiva automaticamente.

Na segunda etapa, em reunião a ser agendada oportunamente, a indicada será submetida à arguição dos membros da Comissão e, em seguida, será realizada a votação, em escrutínio secreto.

Concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy para proferir o relatório.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Obrigada, Sr. Presidente.

Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre a Mensagem (MSF) nº 60, de 2015, da Presidente da República (nº 303, de 6 de agosto de 2015), que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 8º da Medida Provisória nº

2.228-1, de 6 de setembro de 2001, o nome da Srª Débora Regina Ivanov Gomes, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Cinema – Ancine, na vaga da Srª Vera Zaverucha.

Em atendimento ao comando do art. 52, inciso III – já foi lido este pedaço –, que "estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, cria o Conselho Superior do Cinema e a Agência Nacional do Cinema - Ancine, institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Nacional - Prodecine, autoriza a criação de Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional - Funcines, altera a legislação sobre a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional e dá outras providências".

A Srª Presidente da República submete à consideração do Senado Federal, nos termos da Mensagem (MSF) nº 60, de 6 de agosto de 2015, e seu apenso, o nome da Senhora Débora Regina Ivanov Gomes para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Cinema.

O referido apenso traz o *curriculum vitae et studiorum* da indicada, em atendimento ao disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), de que constam suas qualificações, seus dados pessoais, sua formação, as atividades empresariais, audiovisuais, setoriais e de pesquisa e de atuação social por ela exercidas, em documento por ela datado e assinado.

A Srª Débora Ivanov informa ser advogada e produtora de cinema e televisão. Sua trajetória inclui a realização de mais de 60 obras audiovisuais, entre curtas, médias e longas-metragens, telefilmes e séries para televisão, projetos que participaram dos mais importantes festivais nacionais e internacionais, acumulando mais de 200 prêmios e conquistando as maiores bilheterias do cinema nacional nos anos de 2012 e 2014.

Ela é Diretora Executiva do Sindicato da Indústria do Audiovisual do Estado de São Paulo (Siaesp), filiado à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que representa empresas produtoras de cinema, televisão, publicidade, *games* e infraestrutura. Por indicação do Conselho Superior do Cinema, é titular do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual e membro do Conselho Consultivo da Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo (SPCine), empresa pública de cinema vinculada à Prefeitura e ao Governo do Estado de São Paulo.

É também Diretora Executiva do Instituto Querô, organização sem fins lucrativos dedicada à capacitação e à inserção no mercado audiovisual de jovens em situação de risco social na região portuária de Santos, com destaque para os seguintes projetos:

– Oficinas Querô, destinadas à capacitação em produção audiovisual, numa carga horária de 1.200 horas-aulas por ano;

– Querô na Escola – oficinas realizadas por jovens em escolas públicas;

– Querô Filmes – incubadora de produtora audiovisual formada por jovens.

É membro do Comitê Gestor do projeto Objetiva, Programa de Capacitação de Empresários do Audiovisual, promovido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Associação Brasileira da Produção de Obras Audiovisuais (Apro), Sindicato da Indústria do Audiovisual do Estado de São Paulo (Siaesp) e Associação Brasileira de Produtoras Independentes de Televisão (ABPITV).

Já prestou consultoria no desenvolvimento de Pós-Graduação em Direito na Cultura e no Entretenimento, promovido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).

Coordenou Ciclos de Seminários promovidos pelo Siaesp/Fiesp:

– Produção Internacional;

– Evolução do Mercado Audiovisual;

– Fundo Setorial do Audiovisual;

– Registro de Obras Brasileiras;

– Análise e Acompanhamento de projetos na Ancine;

– Prestação de Contas.

Coordenou as seguintes pesquisas:

– Evolução do cinema brasileiro 2004/2013 – comparativo com 12 países, mercado interno e análise de performance regional (Siaesp 2014);

– Políticas regionais de fomento à produção audiovisual (Siaesp 2012/13);

– O cinema brasileiro no cenário internacional 2000/2010 (Siaesp 2011);

– Evolução do cinema brasileiro 2000/2010 (Siaesp 2011);

– O cinema paulista no cenário nacional 2000/2010 (Siaesp 2011).

Produziu 36 filmes para o cinema e 26 para a televisão.

Atuou como palestrante na Universidade de São Paulo (USP), no Senac, no Serviço Social do Comércio (Sesc), na *Entertainment and Sports Programming Network* (ESPN), na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na Fiesp, no Sebrae, no Ministério da Cultura (MinC), no Rio *Content Market*, no Congresso Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA), no Fórum Brasil de Televisão, na Rede do Centro de Estudos do

Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Cemec), na Academia Internacional de Cinema (AIC) e no Instituto dos Advogados de São Paulo, entre outros.

Em sua formação acadêmica salientam-se os cursos de Direito, pelas Faculdades Metropolitanas Unidas, e a participação no Programa de Desenvolvimento de Conselheiros, ministrado pela Fundação Dom Cabral, todos concluídos. Além desses, cursa o programa de *Master Business Administration* (MBA) em Gestão Estratégica e Econômica de Negócios da Fundação Getúlio Vargas.

Em suas atividades setoriais, foi membro do Conselho de Administração da Associação Brasileira da Produção de Obras Audiovisuais (Apro), membro do Conselho Consultivo da Rede Brasileira de *Film Commissions* (Rebrafic) e Diretora de TV e Secretária-Executiva da Associação Paulista de Cineastas.

Atualmente, é membro titular do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual e do Conselho Consultivo da Empresa do Audiovisual Paulista e Diretora Executiva do Siaesp.

A indicada declara ser casada com o Sr. Carlos Américo Erreria Cortez, roteirista e diretor de obras audiovisuais, e apresenta o portfólio da atuação profissional do marido.

Declara, também, que, no período de 2 de julho de 1991 a 2009, foi sócia e diretora da Estúdio de Comunicação Ivanov Ltda., inicialmente denominada Birô de Criação ME, conforme contrato e alteração apresentados em documento anexo.

Desde 12 de agosto de 2005, é sócia e diretora da Gullane Entretenimento, sociedade por ações, com sede no Município de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda, conforme demonstram atos societários da empresa também anexos. Atualmente, encontra-se em fase de desligamento formal da referida sociedade, conforme também atesta.

Estribada em certidões constantes do processado, declara manter regularidade fiscal, não possuir dívidas tributárias ou qualquer passivo de natureza fiscal nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Em documento apensado, a Srª Débora declara que não participou, nos últimos cinco anos, de juízos ou tribunais, de conselhos de administração de empresas estatais ou de cargos de direção de agências reguladoras.

A indicada declara, também, a existência de dois processos na Justiça de São Paulo, de que é parte, ambos em tramitação. Referidos processos ainda se encontram em fase de decisão, não tendo, portanto, transitado em julgado, o que afasta a arguição de descumprimento de preceito legal quanto ao quesito "reputação ilibada".

Por fim, em peça argumentativa, a indicada justifica a importância da Ancine para o estabelecimento de políticas de fomento e regulação do setor audiovisual, tais como o aumento das salas de exibição, da participação do conteúdo nacional e independente na TV por assinatura, de empresas produtoras, inclusive em novas regiões que não apenas o eixo Rio-São Paulo, e do número de filmes nacionais produzidos no País.

E assim justifica sua contribuição como diretora da Agência, caso seja confirmada sua indicação. Entre aspas, fala a pretendente:

> O momento é de ajustes para acelerar esse futuro e o cumprimento das metas pactuadas entre o setor público e os agentes privados. Instruções Normativas estão sendo atualizadas; algumas leis de incentivo à produção expirarão em breve e outras precisam de revisões urgentes; a gestão de processos em sobrecarga necessita de aprimoramento para dar conta do volume de ações que o crescimento do setor atualmente demanda. Amadurecendo frente a essa nova realidade, o mercado exige, a cada dia, maior sofisticação das políticas de indução do crescimento, da gestão da Agência e dos processos regulatórios.

Por derradeiro, baseada na vasta experiência profissional anteriormente descrita, a pretendente conclui que:

> Essas inúmeras frentes de atuação me permitiram construir uma visão abrangente do setor audiovisual e estabelecer um compromisso com seu fortalecimento. Assim, me coloco à disposição para contribuir com a gestão da Agência Nacional de Cinema (Ancine) na sua missão de promover o desenvolvimento econômico, cultural e social da atividade audiovisual no Brasil.

Diante do exposto, e em cumprimento às disposições constitucionais, legais e regimentais, submeto à apreciação e ao julgamento desta Comissão as informações coletadas no processado, que caracterizam a vida profissional da Srª Débora Regina Ivanov Gomes, certa da existência de elementos suficientes que orientem a deliberação deste colegiado quanto à indicação de seu nome, pela Senhora Presidente da República, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Cinema na vaga da Srª Vera Zaverucha.

Sr. Presidente, acho que esse extenso currículo mais que qualifica a experiência em atividades privadas, e ela é muito bem-vinda, na minha avaliação, para se incorporar à Ancine, que hoje realmente necessita de novos quadros e de pessoas que tenham essa formação.

Eu gostaria de acrescentar algumas considerações para além das atribuições que me cabem na condição de Relatora.

A TV por assinatura atinge um terço dos domicílios, o dobro de 2010, e cresce também a participação das obras brasileiras nas grades de mais de 100 canais de TV paga, o que repercute no aumento de postos de trabalho nas empresas produtoras.

A Lei nº 12.485, de 2011, profundamente discutida nesta Casa, organizou o segmento de TV por assinatura, ampliou espaços para as produções brasileiras e fez crescer as empresas produtoras. A despeito dos desequilíbrios históricos presentes na TV brasileira, que permanecem, houve conquistas materializadas nesse dinamismo da produção. A relação de aproximação entre TVs e produção independente, um objetivo repetido pelos encontros e congressos do audiovisual, é hoje uma pauta concreta construída no dia a dia das empresas e profissionais.

No cinema, neste ano, até o mês de maio, são mais de 17% em bilhetes vendidos e 23% em receitas em relação a 2014. Lançamos cerca de 130 filmes por ano, que ainda precisam encontrar seu espaço nos cinemas, mas nos aproximamos das três mil salas em operação. Mais de 90 já foram abertas neste ano, e a digitalização deve se completar em breve. Vídeos na internet, computadores, *tablets*, celulares fazem parte do cotidiano de todos, situação bem diversa daquela de há bem pouco tempo. Essa é uma economia em situação especial, muito diferente da de outros setores, que, tenho certeza, pode muito contribuir para o conjunto da economia e da cultura do País.

Na condição de Ministra da Cultura entre 2012 e 2014, tive a oportunidade, a responsabilidade e o prazer de contribuir para a Política Nacional do Cinema e do Audiovisual e da Ancine. Nesse período foi lançado o Plano de Diretrizes e Metas para o Audiovisual Brasileiro, documento amplamente pactuado no setor, que norteia toda a atuação da agência do Governo Federal para o desenvolvimento do cinema e do audiovisual até 2020.

Juntamente com o Plano, a Agência foi fortalecida para desempenhar melhor as suas funções recebendo mais recursos orçamentários e novos servidores. O MinC, a Ancine e o BNDES lançaram, implementaram o Plano de Digitalização das Salas de Cinema do Brasil. Esse foi um grande avanço.

O Programa Cinema Perto de Você desonerou a digitalização e a construção de salas de cinemas do Brasil e ofereceu crédito subsidiado para a abertura de novas salas de cinema no País.

A linha de crédito e investimento do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) deu suporte para que fosse acelerado o ritmo de abertura de novos cinemas. Algumas das principais empresas se reorganizaram e passaram a planejar a sua expansão de forma agressiva. O Recine tem reduzido custos e foi um instrumento essencial para a digitalização dos complexos. O crédito para a digitalização tem um instrumento financeiro para a integração dos cinemas.

O MinC e a Ancine lançaram o Programa Brasil de Todas as Telas, que foi um investimento de R$1,2 bilhão no desenvolvimento, produção e circulação de filmes e obras audiovisuais brasileiras de todos os Estados do País. O Programa significa a consolidação do FSA como o principal instrumento de financiamento público do audiovisual e coloca o Brasil entre os países com políticas mais expressivas e articuladas do mundo nessa área.

Todos esses movimentos representam avanços e novos desafios para as políticas audiovisuais. O cinema deve buscar mais salas e o fortalecimento das distribuidoras, a TV precisa de programadoras brasileiras fortes, de conquistar expertise e construir marcas nos seus formatos; a internet é um imenso espaço para inovação. Há que se tratar das cadeias produtivas de forma integrada, cuidando da capacitação, do ambiente regulatório, do desenvolvimento regional, do debate e da preservação. Deve-se proteger a liberdade criativa, mas não descuidar do direito de acesso dos brasileiros aos serviços audiovisuais.

Nesse sentido, Sr. Presidente e demais Senadores e Senadoras membros da Comissão de Educação, estou convencida de que, pela sua experiência, a Srª Débora Regina Ivanov Gomes possui conhecimento e experiência para contribuir, na condição de diretora da Agência Nacional de Cinema, no enfrentamento de todos esses desafios para a consolidação das políticas audiovisuais.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora Marta Suplicy.

Antes de colocar em discussão, eu gostaria de registrar a presença da Srª Débora Regina Ivanov Gomes, que está presente nesta sala.

Desejo-lhe boa sorte.

Em discussão o relatório.

Passo a palavra ao Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Presidente Romário, como há uma omissão sobre um ponto importante e como a Senadora Marta, que já foi Ministra da Cultura, mostrou que conhece a indicada, acho que a própria Senadora Marta poderia suprir uma deficiência nas informações.

Consta que "a indicada declara, também, a existência de dois processos na Justiça de São Paulo, de que é parte, ambos em tramitação. Referidos processos ainda se encontram em fase de decisão – isto faz supor que estão esperando sentença – não tendo, portanto, transitado em julgado, o que afasta a arguição de descumprimento de preceito legal quanto ao quesito 'reputação ilibada'."

Não sabemos se esses dois processos são de origem cível, de origem criminal, se são esses, muito comuns hoje a muitos gestores públicos, de uma deficiência aqui ou ali na sua gestão, ou se são processos infamantes.

Então, eu gostaria de saber – acho que a própria Senadora Marta pode nos explicar – que processos são esses.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Marta Suplicy, com a palavra.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Pelo que é do meu conhecimento, trata-se da compra de terrenos, pessoalmente, pela candidata. O processo é cível, e eu acredito que nós vamos ter uma audiência pública onde isso poderá ser melhor elucidado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

Mais alguém para discutir? (*Pausa.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Presidente, acho que a questão levantada pelo Senador Lasier é fundamentação. Há um detalhe: primeiro, não houve julgamento final desse processo e, segundo, pelo fato de termos aqui uma audiência pública para debater com a sabatinada indicada para esse cargo, ela própria esclarecerá os detalhes desse processo, que pode ter, digamos, pouca relevância do ponto de vista ético na gestão, mas, se constatarmos que não há condições para exercer o cargo, nós, na arguição e na sabatina, veremos.

Penso que o relatório que a Senadora leu dá a mim, que não a conheço, elementos para avaliar que se trata de uma pessoa qualificadíssima para o exercício do cargo a que foi indicada pela Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu quero dizer, Senadora, que também essa foi a minha impressão. Com sua credibilidade, a Senadora Marta praticamente chancela a recomendação para aprovação. Agora, como nós vivemos uma época muito visada, muito crítica pelo elevado número de gestores públicos que estão sendo processados, nós temos a responsabilidade de avaliar bem essa circunstância. Como há uma audiência pública, a solução é aguardar essa audiência para sabermos do que se trata.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

Não havendo mais quem queira discutir, esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para reunião futura o processo de arguição da candidata e a votação.

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 403, de 2015
- Terminativo -

Confere ao Município de Curitiba, Paraná, o título de Capital Nacional da Arte em Mosaico

Autoria: Senador Alvaro Dias
Relatoria: Senador Dário Berger
Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Eu gostaria de lembrar que está ocorrendo a 5ª Bienal do Mosaico na cidade de Curitiba, Paraná, no período de 19 de agosto a 27 de setembro. O evento, promovido pelo Depósito do Mosaico, traz a exposição Natureza, Amores e Sonhos, com obras de mais de 40 artistas brasileiros, além da participação de artistas argentinos. A Bienal enaltece a cultura pelas belas obras artísticas em mosaico que embelezam seus logradouros públicos, igrejas e museus.

Concedo a palavra ao Senador Dário Berger para proferir o relatório.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Sr. Presidente, vem a exame na Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei do Senado Federal de nº 403, de 2015, do Senador Alvaro Dias, que confere ao Município de Curitiba, Paraná, o título de Capital Nacional da Arte em Mosaico.

A proposição conta com dois artigos. O primeiro confere o referido título à capital paranaense. O segundo e último artigo determina a entrada em vigor da projetada lei na data de sua publicação.

Na justificação, o autor, depois de fazer breve apanhado sobre a história da arte do mosaico, ressalta sua forte presença na cidade de Curitiba, tanto por abrigar importantes criadores que elegeram essa modalidade de expressão, como pelas obras marcantes que se espalham por seus logradouros públicos, igrejas e museus.

O PLS nº 403, de 2015, foi distribuído em caráter exclusivo e terminativo à CE, não lhe tendo sido oferecidas emendas.

Partindo para a análise, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, compete à Comissão de Educação, Cultura e Esporte opinar sobre matérias que versem sobre homenagens cívicas, tal como disposto no art. 102, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

No caso da homenagem intentada pelo PLS nº 403, de 2015, salta a vista o vínculo especial que se teceu entre a capital paranaense e a arte musiva, como é tradicionalmente chamada essa expressão plástica que tem origem antiquíssima e alcançou incontestes alturas na arte grega e romana, na arte bizantina e em outras manifestações da arte religiosa.

No Brasil, um destacado praticante desse gênero artístico foi o carioca Paulo Werneck, que realizou, dentre diversos outros, importantes mosaicos associados a edifícios de Oscar Niemeyer, como na igreja da Pampulha e mesmo, bem próximo de nós, no Anexo II do Senado Federal. Mais contemporaneamente, o jovem Marcelo de Melo, natural da cidade paranaense de Paranaguá, obteve renome internacional com seus trabalhos inovadores, que utilizam o chamado mosaico estrutural.

Ressaltam em Curitiba tanto a qualidade dos seus artistas já consagrados na arte do mosaico, a exemplo de Bea Pereira, Rosângela Kusma Gasparin e Inês Grisotto, como a criatividade de seus artistas mais jovens e, ainda, o forte e amplo interesse que essa arte desperta entre seus habitantes. Contribuem para isso, sem dúvida, os belos mosaicos que se dispõem no espaço público da cidade.

Sejam quais forem as explicações, é comovente ver como a arte musiva conquistou os curitibanos. Muitos a praticam como amadores e multiplicam-se os cursos que buscam revelar seus segredos. Constatamos que são frequentes as exposições realizadas na cidade com mosaicos artísticos e que seus museus e igrejas contam com diversas peças importantes no gênero. Neste ano, está prevista para setembro a realização da 5ª Bienal do Mosaico de Curitiba, mais uma prova cabal da adoção pelos cidadãos curitibanos dessa expressão artística.

Assim sendo, Sr. Presidente, não apenas se mostra justa e apropriada a homenagem pretendida, como tal reconhecimento pode incentivar ainda mais o interesse por essa expressão plástica, com suas relevantes dimensões artística e social, além de chamar a atenção dos turistas para mais uma atraente singularidade da capital paranaense.

No que se refere à constitucionalidade e à juridicidade, julgamos que a proposição atende plenamente a seus requisitos.

Voto, Sr. Presidente.

Conforme o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 403, de 2015, do Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador Dário.

Eu dou como lido o relatório, mas, infelizmente, por falta de quórum – falta um –, vamos adiar a discussão.

Passemos ao item 3.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 95, de 2013
- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir critérios de assiduidade e inovação pedagógica na progressão funcional dos profissionais da educação.

Autoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria: Senador João Alberto Souza (Substituído por *ad hoc*)
Relatoria *ad hoc*: Senador Telmário Mota
Relatório: Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta.
Observações:
1- Serão realizadas duas votações nominais: uma para o Projeto, outra para as emendas.
2- Na Reunião do dia 1/9/2015, foi concedida vista coletiva.
3– *Em 8/9/2015, a Senadora Marta Suplicy apresentou Voto em Separado.*

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy para proferir o Voto em Separado.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Presidente...

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Sim, Senador.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – ..., pela ordem.

O Senador Paim pediu que eu fosse o Relator *ad hoc* do item 11 para ele.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – O.k. Vamos olhar aqui.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Eu vou relembrar primeiro o projeto. Ele faz duas alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, para dispor sobre os profissionais de educação.

Na primeira alteração, o PLS determina que a progressão funcional dos profissionais do magistério deve levar em conta, sem prejuízo de outros fatores, a assiduidade e a inovação das práticas pedagógicas, de acordo com avaliação do desempenho, que deve ser feita com a participação da comunidade escolar.

Já a segunda mudança interdita que, no transcurso dos períodos letivos, os docentes da educação básica sejam convocados pelo Poder Público para prestar serviço durante as eleições ou para outros serviços de natureza cívica ou comunitária que demandem ausência ou dispensa da presença em sala de aula, salvo em casos excepcionais.

O Senador João Alberto Souza emitiu parecer favorável ao projeto, com duas emendas que operam correções de técnica legislativa.

Por ter juízo distinto sobre o mérito educacional da proposição, apresento este voto em separado e vou ler a análise.

De início, cabe concordar que a matéria se inscreve entre aquelas regimentalmente atribuídas ao exame desta Comissão.

Igualmente, cumpre ressaltar a necessidade de avançar na busca de qualidade no âmbito da educação básica pública. Diversos estudos comprovam que o fator educação tem um peso enorme na trajetória das pessoas, tanto no que se refere à vida profissional quanto nos campos mais amplos da autoestima e da inserção mais bem-sucedida no convívio social. Portanto, a democratização do acesso educacional apenas se efetiva com a oferta de uma escola pública de boa qualidade.

Também se encontra amplamente comprovado o papel central da atuação dos profissionais do magistério no sucesso do processo educativo. Exatamente por isso, as reformas educacionais efetuadas em todos os países buscam formas mais adequadas de valorizar a carreira docente.

Ao dispor sobre a matéria, a LDB foi bastante feliz em, cumprindo o seu papel de lei que trata de princípios gerais da educação, determinar que, na valorização dos profissionais da educação pública, os sistemas de ensino devem elaborar estatutos e planos de carreira que garantam ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim, piso salarial profissional, progressão funcional baseada na titulação ou habilitação e na avaliação do desempenho, período reservado a estudos, planejamento e avaliação incluído na carga de trabalho e condições adequadas de trabalho.

Com o objetivo de orientar os entes federados, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE) aprovou a Resolução nº 2, de 28 de maio de 2009, que "Fixa as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública". Esse documento evidencia que vários critérios devem ser adotados na busca da valorização da carreira docente. A progressão funcional e a avaliação de desempenho constituem uma das facetas desse processo, cuja definição deve ser da alçada dos sistemas de ensino, conforme a autonomia que a Constituição Federal (art. 24, inciso IX) confere aos entes federados para legislar concorrentemente sobre educação e ensino.

Ademais, conforme se evidenciou em reformas educacionais efetuadas em diversos países, a busca da definição mais adequada dos critérios concernentes ao processo de avaliação de desempenho, tanto individual quanto sistêmico, deve contar com a efetiva participação dos profissionais da educação, para que tenha a legitimidade necessária à eficácia sobre a melhoria da qualidade do ensino.

Com efeito, o "absenteísmo docente" é terrível e constitui um fenômeno complexo, como reconhece o próprio autor do projeto. Assim, cabe aos sistemas de ensino a tarefa de gerenciá-lo, oferecendo, em primeiro lugar, condições de trabalho que favoreçam o pleno engajamento dos profissionais no processo educacional, inclusive mediante a criação de oportunidades para a promoção de inovações no campo pedagógico.

Quero dizer que não acho que é uma lei como esta que está que sendo proposta que vai mudar a assiduidade das pessoas ou torná-las mais inovadoras pedagogicamente, mas, simplesmente, toda uma mudança de espírito dentro da carreira educacional.

Quanto à restrição à participação de professores da educação básica pública em atividades cívicas e comunitárias que impliquem abono ao trabalho, evidencia-se a inadequação da ausência de parâmetros para fundamentar os "casos excepcionais". Essa indefinição compromete a aplicabilidade da lei, ao deixar aos gestores educacionais a exclusiva responsabilidade de acatar ou não a convocação do profissional.

Pode-se identificar nessa proposta, ainda, o sério risco de criação de mais um encargo não "bonificado" aos professores, como reconhece o Relator. Não creio que essa seja uma forma de valorizar esses profissionais, que já enfrentam grandes desafios no exercício de seu ofício.

Dessa forma, não há como vislumbrar o mérito educacional da iniciativa em exame, embora se deva enaltecer o nobre propósito de seu autor e o digno esforço do relator para aperfeiçoá-la.

Em face do exposto, meu voto seria pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Coloco em discussão a matéria.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado.

Sr. Presidente. Srªs Senadoras e Srs. Senadores, eu queria cumprimentar o nosso Relator e, igualmente, a Senadora Marta Suplicy, pela autoria de seu voto em separado.

Permito-me tão somente reiterar a minha posição a respeito de critérios que possam aferir o desempenho do corpo docente para melhor qualificação do ensino brasileiro.

Aliás, fizemos isso no Governo de Minas Gerais com um êxito tão retumbante, que o Estado, a despeito da sua desigualdade, levou o nosso patamar ao primeiro lugar no Ideb.

Todavia, o projeto, como bem lançou a Senadora Marta Suplicy no seu voto em separado, entra em detalhes que talvez não sejam convenientes para uma legislação federal, ainda mais agora, quando há um esforço da nossa Casa, a Casa da Federação, para fortalecer os Estados Federados.

A Lei de Diretrizes, como seu nome diz, é um conjunto de diretrizes, uma moldura que se dá para que cada Estado e cada Município, diante da sua realidade, possa complementar esses critérios.

Então, é evidente que todos nós, eu acredito, em sã consciência, defendemos que haja um combate ao absenteísmo, um favorecimento à assiduidade, com critérios que devam ser dados em cada realidade.

Desse modo, parece-me que o projeto, extremamente bem intencionado, de autoria do Senador Vital do Rêgo, pretendeu combater algo que é muito grave: a ausência dos professores e a falta de novas metodologias inovadoras. Mas me parece que o Estado federado e os Municípios sejam os *locus* mais adequados para o detalhamento desses princípios.

Ademais, o segundo dispositivo, de fato, criaria certa dificuldade, porque nós não saberíamos bem qual o momento cívico que permitiria ausência daquele professor, que, de fato, já tem uma carga, um ônus, como diz a Senadora Marta, muito grande.

Então, eu queria cumprimentar o autor do projeto pela sua iniciativa e saudar o Relator pela sua redação também bem dada do parecer, mas, na discussão, colocar-me favoravelmente ao voto em separado da Senadora Marta Suplicy, a despeito, reitero, de concordar quanto aos princípios. Eu só acredito que o local mais adequado seria a legislação regionalizada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Concedo a palavra ao Relator, Senador Telmário Mota, para as suas considerações finais.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Como fui Relator *ad hoc* desta matéria, sem nenhuma dúvida, a intenção do projeto é louvável no sentido, é claro, de evitar uma ausência, uma quebra de continuidade nos serviços dos docentes principalmente.

Quanto à posição do Senador Antonio Anastasia, creio que a legislação municipal ou estadual não teria força suficiente para disciplinar um assunto dessa ordem. Portanto, eu vejo que ela deveria ser disciplinada em nível nacional, sim. E, sem nenhuma dúvida, ela contribui muito para evitar essa ausência, que, às vezes, torna-se sistemática no contexto das escolas. Vê-se muito isso. Quando participam, principalmente no caso de serem convocados para as eleições, eles são liberados. Então, é nesse sentido mais que o projeto disciplina.

Mas, naturalmente, estou colocando minha posição como Relator *ad hoc* acompanhando a relatoria original.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – É uma pena que o autor do projeto já não se encontre nesta Casa, mas, pela justificativa, eu acredito que nós temos condições de entender qual foi o espírito, a intenção do autor.

Na realidade, nós estamos tratando de duas questões muito distintas aqui. Uma coisa é a progressão funcional, que, a meu ver, era o objetivo do ex-Senador Vital do Rêgo, e outra coisa é tratar da questão do absenteísmo dos professores.

Sendo assim, é importante dizer que esta questão é complexa e requer, talvez, audiências públicas por parte desta Comissão para tentarmos entender efetivamente o que está acontecendo no Brasil em relação à questão do absenteísmo.

Em relação à progressão funcional, a LDB, como disse a nobre Senadora Marta Suplicy, em seu voto em separado, deixa muito claro que a questão da progressão funcional se baseia na titulação, na habilitação e na avaliação de desempenho.

Nesse aspecto, em relação à avaliação de desempenho, eu acredito que nós poderíamos estar salvando o projeto quando ele fala que a progressão funcional levará em conta, entre outros aspectos e fatores, a questão da inovação das práticas pedagógicas. Esta, sim, poderia ser incluída como uma das formas de se garantir progressão funcional. Mas, em relação à assiduidade, eu acredito que nós não podemos estar fazendo essa correlação. É uma questão muito complexa, que precisa ser tratada com mais cautela.

Então, acredito que nós poderíamos retirar o projeto, se a intenção for no sentido de melhorar, e, a partir daí, iniciar aqui, na Comissão, um debate em relação a essa questão da ausência do professor em sala de aula, que é gravíssima. O que está acontecendo? Por que tantos casos de licenças médicas? Por que tantos professores, às vezes, com medo de frequentar a sala de aula? Essa é uma questão que nós não vamos exaurir em uma ou duas audiências, mas é uma questão de que nós precisamos, urgentemente, começar a tratar.

A questão da inovação das práticas pedagógicas me deixou extremamente interessada. Acho que essa é uma questão que também podemos aprimorar, de forma a colocar na Lei de Diretrizes e Bases da Educação este como um fator também determinante para a progressão funcional dos nossos docentes.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

Votação nominal.

Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Acabei de chegar, mas a minha orientação é para acompanhar o voto da Senadora Marta Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Com o voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Com o voto em separado da Senadora Marta Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Com o voto da Senadora Marta.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Com o voto da Senadora Marta.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Com o voto da Senadora Marta.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Acompanho o Relator original, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Acompanho o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Com o Relator, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Com a Senadora Marta Suplicy e seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Aprovado o projeto.

Desculpem-me.

Rejeitado o projeto.

Ficam prejudicadas as emendas.

Designo a Srª Senadora Marta Suplicy para relatar o vencido...

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – ..., nos termos do art. 128 do Regimento Interno.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Presidente, eu não votei.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Dário.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – O senhor acabou não me chamando, mas quero só dizer a V. Exª que eu também voto...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Dário Berger.

Eu o pulei. Desculpe-me.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – ... com a Senadora Marta Suplicy.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu queria um esclarecimento, Presidente.

Há o relatório lido pelo Senador Telmário e um voto em separado, que são duas coisas distintas. Quem vota com o Telmário vota um projeto; quem vota com a Senadora Marta vota com o voto em separado.

Então, quero esclarecer que o meu voto é com o voto em separado da Senadora Marta.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma correção: o meu voto é com o voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Apenas duas pessoas votaram com o Relator: o Relator e o Senador Hélio José. Todos os outros foram a favor da Senadora Marta Suplicy.

Voltaremos ao item 10, cuja discussão havia sido encerrada por falta de quórum. Como há quórum agora, coloco em discussão a matéria.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Terminativo?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – É terminativo.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – O senhor poderia repetir, por favor, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – O projeto confere ao Município de Curitiba, Paraná, o título de Capital Nacional da Arte em Mosaico.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A favor dos mosaicos de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – A favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Cumprimentando o Senador Alvaro Dias e o nosso Relator, Senador Dário, a favor.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – A favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Em homenagem ao povo do Paraná, aos curitibanos, e ao Senador Alvaro Dias, voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Pois não, Senador.

Qual é o item?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Item 10: confere ao Município de Curitiba, Paraná, o título de Capital Nacional da Arte em Mosaico.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Voto com o Relator, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Cumprimento o Paraná, pois é uma bela iniciativa, voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Com o Relator e o autor da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Aprovado o projeto.

Item 2.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 134, de 2011
- Terminativo -

Institui o ano de 2011 como o Ano da Ucrânia no Brasil.

Autoria: Deputado Angelo Vanhoni
Relatoria: Senador Hélio José
Relatório: Não se aplica.
Observações:
Em 1/9/2015, foi aprovado Substitutivo oferecido ao PLC nº 134, de 2011, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Ao Substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novos Substitutivos integrais.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Coloco em discussão a matéria, esclarecendo que poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo até o encerramento da discussão. Vedada a apresentação de novos substitutivos integrais.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Não havendo emenda no turno suplementar, o substitutivo é dado como definitivamente adotado pela Comissão.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu queria, Excelência, registrar a importância desse projeto que nós acabamos de aprovar para a comunidade ucraniana, que tanto sofrimento tem tido lá com relação às questões do seu país, e parabenizar todos da Comissão por terem sido solidários com este projeto que eu relatei.

A comunidade ucraniana, com certeza, agora, está em festa com essa data comemorativa, que a gente vai fazer no próximo ano.

Muito obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 49, de 2014
- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, para dispor sobre gratuidade de ingresso em museus.

Autoria: Senador Inácio Arruda e outros
Relatoria: Senador Donizeti Nogueira
Relatório: Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta.
Observações:
Serão realizadas duas votações nominais: uma para o Projeto, outra para a emenda.

Concedo a palavra ao Senador Donizeti Nogueira para proferir a leitura do relatório.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidente, eu gostaria de retirar de pauta o item 9 para trazer o relatório na próxima semana, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Retirado de pauta o item 9.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Passaremos ao Item 8...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Se não for incômodo, eu gostaria que V. Exª, quando anunciasse as matérias, desse um "chute" na voz, na sua voz.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Desse o quê?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Um chute. Eu gostaria que V. Exª, quando anunciasse as matérias, desse um "chute" na sua voz, para a gente aqui ajudar a fazer o gol. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Está certo.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, de 2015
- Não terminativo -

Dispõe sobre a criação e o funcionamento de fundos patrimoniais vinculados ao financiamento de instituições públicas de ensino superior.

Autoria: Senadora Ana Amélia
Relatoria: Senadora Simone Tebet
Relatório: Favorável ao Projeto, com seis emendas que apresenta.
Observações:
Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente. Solicito a retirada de pauta, com a anuência da autora, porque estamos fazendo aqui ainda uma redação final para que este projeto possa ficar "redondo" e nós todos possamos fazer um "gol de placa" para a educação brasileira.

Obrigada.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Gostei, Simone. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Retirado o projeto.

Melhorou, Senador?

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – É um gol do Romário, Simone. É um gol do Romário. (*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Passamos ao item 11.

ITEM 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 194, de 2012
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, para condicionar o pagamento das parcelas do financiamento pelos beneficiários ao credenciamento de escola pública de educação infantil e de ensino fundamental no respectivo conjunto habitacional.

Autoria: Senadora Angela Portela
Relatoria: Senador Paulo Paim (substituído por *ad hoc*)
Relatoria *ad hoc*: Senador Douglas Cintra
Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.
Observações:
Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.

Concedo a palavra ao Relator *ad hoc*, Senador Douglas Cintra, para proferir a leitura do relatório.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Sr. Presidente, o projeto modifica a Lei nº 11.977, de 2009, que trata do Programa Minha Casa, Minha Vida, para condicionar o pagamento das parcelas do financiamento pelos beneficiários à disponibilidade de escola pública de educação infantil e de ensino fundamental no respectivo conjunto habitacional.

Para tanto, o PLS inclui o art. 5º-B na referida lei, determinando que, decorridos 60 dias da emissão das cartas de "habite-se" das residências de conjuntos habitacionais do Plano Nacional de Habitação Urbana, o pagamento das parcelas vincendas devidas pelos beneficiários ao agente financeiro fica condicionado à com-

provação da existência de vagas suficientes para atender as crianças e os adolescentes residentes no conjunto habitacional em estabelecimentos públicos de creche, pré-escola e ensino fundamental.

O projeto especifica, ainda, que a comprovação da oferta de vagas deve ser feita pela confirmação dos órgãos competentes de cada sistema de ensino sobre o credenciamento das escolas públicas que atenderão o respectivo conjunto habitacional, seu funcionamento regular e sua disponibilidade de vagas.

Determina, também, que a Caixa Econômica Federal deve expedir correspondência aos beneficiários, após a entrega das residências e do respectivo "habite-se", para notificá-los do endereço das escolas que atenderão as crianças e os adolescentes residentes no conjunto habitacional.

Caso essa notificação não seja emitida no prazo devido, os beneficiários do financiamento habitacional ficam desobrigados de pagar as prestações vincendas, até que se efetive o direito das crianças e dos adolescentes residentes no conjunto habitacional à educação infantil e ao ensino fundamental. Os débitos com vencimento em data anterior ao prazo de 60 dias estipulado no projeto não serão considerados.

O início da vigência da lei em que o PLS se transformar é estabelecido para a data de sua publicação.

Na justificação, a autora identifica o descompasso entre o direito à educação, principalmente em creches, e seu atendimento nos conjuntos habitacionais criados pelo Programa Minha Casa, Minha Vida.

Após a apreciação da CE, o projeto será analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas.

Considerando as competências atribuídas a esta Comissão pelo inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, é indiscutível a regimentalidade da apreciação do PLS. Não se trata, aqui, da análise dos aspectos econômicos e financeiros da matéria, mas, sim, da perspectiva do mérito, do impacto que as medidas sugeridas podem trazer para a área educacional.

Nesse aspecto, registramos que o Senador Luiz Henrique, que nos antecedeu na relatoria, ofereceu reflexões relevantes e sugestões de aperfeiçoamento, que retomamos, em parte.

A Constituição de 1988 trouxe grandes avanços no que respeita ao direito à educação. A partir do princípio inscrito no art. 205 de que a educação é um direito de todos, outros dispositivos, principalmente no art. 208, estabeleceram o dever do Estado na oferta de acesso à educação.

Parte expressiva da população beneficiária do Programa Minha Casa, Minha Vida encontra-se nas camadas mais carentes da sociedade, exatamente aquelas que são as usuárias diretas dos serviços públicos. Por isso mesmo, a própria Lei nº 11.977, de 2009, no art. 5º-A, inciso IV, prevê que a implantação dos empreendimentos urbanos deve observar a existência ou o compromisso do Poder Público local de instalação ou de ampliação dos equipamentos e serviços relacionados a educação, saúde, lazer e transporte público.

No caso da educação, em particular, o requisito legal, contudo, nem sempre era cumprido.

O próprio Governo Federal reconheceu essa realidade e editou, em 12 de abril de 2013, a Portaria nº 168, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre diretrizes gerais do PNHU, integrante do Minha Casa, Minha Vida. Essa portaria, modificada posteriormente pela Portaria nº 518, de 8 de novembro de 2013, determina que o Termo de Adesão a ser firmado pelos estados, municípios e o Distrito Federal para participar do programa contenha Relatório de Diagnóstico da Demanda por Equipamentos e Serviços Públicos e Urbanos – aí incluídos os equipamentos de educação básica – e exige que, a cada empreendimento contratado, o ente federado firme Instrumento de Compromisso para instalação ou ampliação desses equipamentos e serviços.

Adicionalmente, nas Diretrizes Gerais para elaboração dos projetos dos empreendimentos, a citada portaria estabelece condições para que seja contratada a edificação de escolas, bem como de outros equipamentos públicos complementares à habitação, simultaneamente e na própria área do empreendimento habitacional contratado ou em área a ele adjacente.

Vê-se, portanto, que é indiscutível a relevância social do problema abordado pelo PLS, e é oportuno o momento de debatê-lo nesta Casa. Embora a matéria tenha sido detalhadamente abordada nas Portarias nºs 168 e 518, de 2013, supracitadas, são ainda requeridos mecanismos operacionais para garantir o efetivo atendimento do direito à educação das crianças e adolescentes das famílias beneficiárias do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Cabe lembrar que, a partir de 2016, por determinação constitucional, o atendimento escolar das crianças e adolescentes de 4 a 17 anos de idade deverá ser universalizado. Todos os esforços devem ser empreendidos pelo Poder Público para cumprir esse desiderato.

Nesse sentido, julgamos que a medida proposta pelo projeto – qual seja, condicionar o pagamento das prestações vincendas dos beneficiários à garantia do direito à educação de seus filhos – é meritória e propiciará a concretização do compromisso que a lei já impõe ao Estado.

Não obstante, considerando as inovações promovidas pelas mencionadas normas infralegais, julgamos pertinente introduzir pequenos aperfeiçoamentos no PLS nº 194, de 2012.

Inicialmente, sugerimos ampliar para 120 dias o prazo estipulado para comprovação da oferta de vagas em estabelecimentos públicos de creche, pré-escola e ensino fundamental para atender as crianças e adolescentes residentes no conjunto habitacional. Esse prazo é compatível com o compromisso que deve ser assumido pelos entes federados para equipar e assumir a operação das unidades escolares contratadas no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Em segundo lugar, julgamos conveniente introduzir na lei que rege o programa a previsão expressa de que a população em idade escolar residente nos empreendimentos habitacionais financiados pelo Minha Casa, Minha Vida seja atendida em escolas situadas no interior ou no entorno do empreendimento. Com isso, ao tempo em que damos cumprimento ao dispositivo do Estatuto da Criança e do Adolescente que garante acesso à escola pública e gratuita próxima da residência da criança ou adolescente, garantimos a devida flexibilidade para que os entes federados direcionem para escolas já existentes ou ainda a serem construídas a demanda por vagas gerada pela criação de novos conjuntos habitacionais.

Com essas modificações, não temos dúvidas sobre o mérito educacional do PLS nº 194, de 2012, sem prejuízo da análise da competência na CAE.

O voto, em face do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 194, de 2012, com as seguintes emendas:

> EMENDA Nº – CE
> Substitua-se no *caput* do art. 5º-B acrescido à Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, pelo art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 194, de 2012, o termo "sessenta" por "cento e vinte".
> EMENDA Nº – CE
> Inclua-se no Projeto de Lei do Senado nº 194, de 2012, o seguinte art. 2º, renumerando-se o atual art. 2º como art. 3º:
> "Art. 2º O art. 5º-A da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, passa a viger acrescido do seguinte parágrafo único:
> 'Art. 5º-A. .....
> .....
> Parágrafo único. O cumprimento do disposto no inciso IV do *caput* implica o atendimento escolar das crianças e adolescentes das famílias beneficiárias em estabelecimentos públicos de educação infantil e de ensino fundamental situados no interior ou no entorno dos empreendimentos."

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador Douglas Cintra.

Eu coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

Senadora Angela, com a palavra.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Sr. Presidente, eu, como autora do projeto, quero agradecer o relatório do Senador Paulo Paim, que é sempre muito sensível a essas causas sociais, educacionais e da Previdência Social, e agradecer a relatoria *ad hoc* do Senador Douglas Cintra.

O objetivo principal deste projeto é tocar em um ponto que é problemático no Minha Casa, Minha Vida: a falta de oferta de vagas na educação infantil, nas creches, pré-escolas e ensino fundamental.

Considerando que estas famílias, a grande maioria delas, que são beneficiárias do Minha Casa, Minha Vida têm uma renda familiar de em torno de um a quatro salários mínimos, se elas têm que pagar a prestação da casa própria e não tem no ambiente em que elas estão se instalando, no conjunto habitacional, uma escola gratuita, elas, obviamente, vão precisar ter despesas adicionais com o pagamento de creche, escola privada, e também com o deslocamento. Elas vão ter duas despesas adicionais: com o pagamento das mensalidades da escola, creche, pré-escola e ensino fundamental, e com o transporte diário.

Então, a gente está condicionando. O Poder Público tem a obrigação... E todas as leis, do Programa Minha Casa Minha Vida e dos programas habitacionais em nosso País, mostram a obrigatoriedade de o Poder Público oferecer equipamentos sociais e educacionais.

Então, enquanto o Poder Público não cumpre o seu papel de oferecer essas vagas para as crianças, os pais também ficam liberados para não pagarem a mensalidade até que o Poder Público cumpra a sua parte.

Nós precisamos levar a sério as políticas públicas em nosso País. Então, se o programa já prevê essas escolas e não se está oferecendo, então, a família também pode não pagar, segundo o projeto, até que a gente tenha o cumprimento, pelo Poder Público, da oferta de escolas.

Sr. Presidente, 80% das 6 milhões de crianças de 4 e 5 anos já frequentam a pré-escola. Agora, no caso das creches, apenas 20% das nossas crianças, isso incluindo vagas na escola pública e privada. Então, nós precisamos, sim, implementar. O legislador tem essa obrigação de dar as condições reais para que esses programas atendam melhor às nossas crianças e aos nossos adolescentes.

Nós temos exemplos, no dia a dia do Minha Casa, Minha Vida, de que, de repente, começam a surgir escolas e creches improvisadas nas casas, porque falta esse equipamento social importante no conjunto habitacional e nos arredores também.

Então, agradecemos ao Senador Paim, ao Senador Douglas e a todos os demais Senadores pela compreensão da obrigatoriedade de que o Poder Público tem de oferecer mais vagas em creche, no ensino fundamental e na pré-escola.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Parabéns pelo projeto, Senadora Angela Portela!

Mais uma vez, o Senador Paim é genial e brilhante. E parabéns ao Senador Douglas Cintra por ser o Relator *ad hoc* aqui!

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Presidente Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Passo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Apenas um comentário também a propósito dessa iniciativa, cumprimentando a autora pela iniciativa inspirada na realidade.

Quem visita esses conjuntos habitacionais do Minha Casa, Minha Vida em muitas localidades... Eu fiz isso, há algum tempo, em Londrina, no Paraná, e ouvi moradoras preocupadas em perderem a casa, porque já não tinham, ao final do mês, valor suficiente para o pagamento da prestação e de outras despesas, já que, não havendo creche nas proximidades do conjunto habitacional, as mães eram obrigadas a deixar o trabalho para cuidar dos filhos. Com isso, reduzia-se o orçamento da família, dificultando, inclusive, o pagamento da prestação da casa.

Portanto, essa iniciativa que impõe obrigatoriedade, aumentando vagas para as creches nessas localidades, é fundamental, inclusive para preservar o patrimônio adquirido pela família. Portanto, os nossos cumprimentos à Senadora Fátima Cleide e ao Relator, Paulo Paim. A iniciativa realmente merece o apoio unânime desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Passo a palavra ao Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Só para ajudar o Senador Alvaro Dias, eu quero parabenizar a Senadora Angela Portela.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Senador Telmário, desculpe-me, mas a Senadora Angela Portela é que é a autora do projeto. Houve um lapso de memória e homenageei a Senadora Fátima Cleide. Ela deve ter ficado satisfeita com a homenagem.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – As duas merecem.

Neste momento, sem nenhuma dúvida, Senadora Angela, quero parabenizar V. Exª, que tem sempre essa sensibilidade, como professora, como mãe, como uma grande Parlamentar do meu Estado, o que me orgulha muito. V. Exª sempre teve essa preocupação. É muito pertinente isso de V. Exª, que, sem nenhuma dúvida, foi inspirada de forma empírica, porque, no nosso Estado, dois grandes conjuntos desses foram implantados...

V. Exª sabe que são dois sonhos. O primeiro sonho é o sonho da casa própria e o segundo sonho, que também está no mesmo nível, é o sonho da educação e da formação do filho. Então, veja em que situação, às vezes, ficam determinadas famílias ao se instalar na casa própria, no sonho da casa própria e, de repente, ver seus filhos impedidos de frequentar a sua sala de aula tanto na creche, no estudo fundamental, no estudo médio.

V. Exª teve aí uma grande lucidez, estava muito iluminada, como sempre está. Eu quero parabenizar V. Exª por essa iniciativa, que tem um cunho social fantástico, tem uma visão maravilhosa. Sem nenhuma dúvida, V. Exª está contribuindo para que, cada dia mais, essas ações da casa própria tenham o contexto e abranjam todas as necessidades daquela sociedade que vai compor esses conjuntos habitacionais.

Já quero até declarar meu voto, Sr. Presidente, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Donizeti.

3O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidente, só para parabenizar a Senadora Angela Portela pela iniciativa do projeto, que é fundamental para complementar as garantias das pessoas que estão adquirindo suas moradias e lembrar que a Senadora Angela Portela vem cumprindo, de certa forma, aquele papel extraordinário que a Senadora Fátima Cleide cumpriu no Senado, sempre preocupada com a educação.

Senadora Angela Portela, meus parabéns!

O meu voto é a favor, obviamente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

O relatório é favorável ao projeto, com duas emendas oferecidas.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da comissão favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2 da CE.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM 12
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 92, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, em aditamento ao Requerimento CE nº 76, de 2015, de minha autoria, pelo qual solicito a realização de Audiência Pública pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, para debater a capacitação policial para a "Lavratura de Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO)" nos crimes de menor potencial ofensivo e a "Mediação de Conflitos", a inclusão do nome do seguinte convidado: Paulo Ayran da Silva Bezerra, Presidente da Associação Brasileira dos Papiloscopistas Policiais Federais – ABRAPOL.

Autoria: Senador Hélio José e outros

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Eu subscrevi o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Subscreveu o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Eu preciso sair.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Sim, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Apenas para ratificar o que outros Senadores disseram a respeito do Projeto de Lei de autoria da Senadora Angela Portela, que vem ao encontro de uma realidade palpável do Brasil. Nós que participamos ativamente das condições políticas, sociais e econômicas dos nossos Estados notamos que o Programa Minha Casa, Minha Vida, que é realizado nos Estados, não contém a previsão da instalação de equipamentos comunitários sociais importantes como os ligados à educação, saúde, creches, quadras esportivas, que ajudam, sem dúvida alguma, na formação da nossa juventude.

Por isso, acho que essa proposta tem o condão de obrigar o Governo, de agora em diante, a, antes de executar os projetos, fazer a sua elaboração prevendo a instalação desses equipamentos antecipadamente.

Por isso, Senadora, meus parabéns por essa iniciativa louvável, que vem atender uma necessidade imperiosa dos Estados e Municípios brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

ITEM 14
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 96, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, na forma do disposto no art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal e nos arts.90, V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA entre esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e a Comissão de Infraestrutura (CI), para tratar de transporte de menores de 10 anos e a utilização do dispositivo de retenção para o transporte de crianças em veículos de transporte escolar. Com os seguintes convidados: 1) o Senhor ALBERTO ANGERAMI, Diretor do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN); 2); o Senhor LUIZ MOAN YABIKU, Presidente da Associação Nacional Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), ou representante por ele indicado; 3) o Senhor JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA, Presidente do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO); 4) o Senhor RENATO AUGUSTO, Presidente da Associação Nacional dos Transportadores de Escolares e Passageiros; e 5) o Senhor PEDRO JANUÁRIO DE SOUZA NETO, Presidente do Sindicato dos Transportadores Escolares de São José e Região no Estado de Santa Catarina (SNETRE/SJ/SC).

Autoria: Senador Antonio Anastasia.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais havendo a declarar e a tratar, encerro a presente reunião.

Agendada para a próxima reunião ordinária a sabatina da Srª Débora Regina Ivanov para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Cinema – Ancine e convocada para amanhã, quarta-feira, às 10 horas, audiência pública destinada a debater as dificuldades de acesso à internet por parte de jovens do campo e de cidades do interior do País, em atendimento aos Requerimentos nº 58 e 64, de 2015, de iniciativa do Senador Donizeti Nogueira, com a presença dos seguintes convidados: André Moura Gomes, Karla Crosara Ikuma Rezende, Eron Braga Bezerra e representantes do Ministério da Educação e do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal – SindiTelebrasil, a serem, em tempo, indicados pelas referidas entidades.

Boa tarde a todos!

(Iniciada às 11 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 40 minutos.)

ATA DA 43ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE SETEMBRO DE 2015.

AUDIÊNCIA PÚBLIwCA

Às dez horas e nove minutos do dia nove de setembro de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senhor Senador Romário e com a presença dos Senhores Senadores Donizeti Nogueira, Ivo Cassol, Gladson Cameli, João Alberto Souza, Wilder Morais, Dalirio Beber, Eduardo Amorim e das Senhoras Senadoras Simone Tebet, Maria do Carmo Alves, Lídice da Mata, Regina Sousa e Ana Amélia, reúne-se a presente Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 58, de 2015, da CE, de iniciativa do Senhor Senador Donizeti Nogueira e da Senhora Senadora Fátima Bezerra e ao Aditamento nº 64, de 2015, da CE, de autoria dos Senhores Senadores Donizeti Nogueira, Maria do Carmo Alves e Paulo Paim, para a realização de audiência pública destinada a debater "As Dificuldades de Acesso à Internet por parte de Jovens do Campo e de Cidades do Interior do País". Comparecem à Audiência Pública como expositores: Senhor Carlos Duprat, Diretor do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTelebrasil); Senhor Jefferson D'Ávila de Oliveira, Secretário de Inclusão Digital do Ministério das Comunicações; Senhora Karla Crosara Ikuma Rezende, Gerente de Universalização e Ampliação de Acesso da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); Senhor André Moura Gomes, Diretor Substituto do Departamento de Banda Larga do Ministério das Comunicações; Senhor Eron Bezerra, Secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e Senhor Dilvo Ilvo Ristoff, Diretor de Políticas e Programas de Graduação da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC). O Senhor Senador Romário passa a Presidência ao Senhor Senador Donizeti Nogueira. Posteriormente, o Senhor Senador Donizeti Nogueira passa a Presidência à Senhora Senadora Regina Sousa. Finalmente, a Senhora Senadora Regina Sousa devolve a Presidência ao Senhor Senador Donizeti Nogueira. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a presente reunião às doze horas e quarenta e quatro minutos do dia nove de setembro de dois mil e quinze, determinando que eu, Willy da Cruz Moura, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR DONIZETI NOGUEIRA
Presidente em Exercício da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 43ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública, atende ao Requerimento nº 58, de 2015, desta Comissão, de autoria dos Senadores Donizeti Nogueira e Fátima Bezerra, e ao Aditamento nº 64, de 2015, desta Comissão, de autoria dos Senadores Donizeti Nogueira, Maria do Carmo Alves e Paulo Paim, para a realização de audiência pública destinada a debater as dificuldades de acesso à internet por parte dos jovens do campo e de cidades do interior do País.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

Convidados: Sr. Eron Bezerra, Secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); André Moura Gomes, Diretor Substituto do Departamento de Banda Larga do Ministério das Comunicações; Sr. Jefferson D´Ávila de Oliveira, Secretário de Inclusão Digital do Ministério das Comunicações; Srª Karla Crosara Ikuma Rezende, Gerente de Universalização e Ampliação de Acesso da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel; e Sr. Carlos Duprat, Diretor do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTelebrasil).

Sejam todos bem-vindos.

O Sr. Dilvo Ilvo Ristoff, Diretor de Políticas e Programas de Graduação da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, ainda não chegou.

Gostaria de dar as boas-vindas aos senhores e dizer-lhes que sua presença aqui é de grande importância e relevância para este momento que estamos atravessando em relação à internet, não só nos campos e nas cidades do interior, mas em todo o País.

Como é de praxe, vou passar esta Presidência para o autor do requerimento, o Senador Donizeti Nogueira, mas, antes, gostaria apenas de fazer um comunicado.

Está em andamento, na Agência Nacional de Telecomunicações, a Consulta Pública nº 18, que tem por objetivo ouvir a sociedade sobre a proposta de Regulamento Geral de Acessibilidade em Telecomunicações – RGA, visando a estabelecer regras para proporcionar às pessoas com deficiência a fruição de serviços de telecomunicações e a utilização de equipamentos de telecomunicações em igualdade de oportunidade com as demais pessoas, por meio da supressão das barreiras à comunicação e à informação.

A sociedade poderá contribuir até o dia 2 de outubro de 2015 no site da internet da Agência, http://sistemas.anatel.gov.br/cacp, ou por meio do e-mail biblioteca@anatel.gov.br.

Passo a Presidência ao Senador Donizeti Nogueira.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Sr. Presidente Senador Romário, agradeço a disposição de colaborar com a realização desta importante audiência pública.

Srs. Convidados, desde já os nossos agradecimentos por sua presença aqui nesta manhã.

Queria começar os trabalhos fazendo algumas considerações.

Eu queria agradecer a todos e todas que aqui vieram nesta manhã de quarta-feira, 9 de setembro, para debatermos sobre as dificuldades de acesso de um setor importante de nossa juventude, que são os jovens do campo, de comunidades rurais, assentamentos e cidades do interior do País, que, por falta de acesso à internet, são excluídos de serviços em suas comunidades e acabam alijados de algumas oportunidades, como o acesso a processos seletivos do Sisu, MEC, atividades de ensino à distância, redes sociais, acesso a mercados e à informação.

Atualmente, há cerca de oito milhões de jovens do campo, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010. A juventude representa 27% da população rural do País e se ressente da falta de acesso à rede mundial de computadores, já tão comum na maioria das nossas cidades.

No último mês de março, integrantes da Comissão Nacional da Juventude Rural, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag, entregaram ao Governo Federal algumas demandas da juventude rural de todo o Brasil. Nessa oportunidade, realizamos aqui, no plenário do Senado, uma sessão especial em homenagem ao Grito da Terra Brasil. Também os jovens, representados por suas lideranças, fizeram essa reivindicação, motivo que deu origem a esta audiência pública.

Entre os pedidos, estava, além da qualificação técnica e da valorização de práticas agroecológicas alternativas, a inclusão digital. Acontece, senhores e senhoras, Senadores e Senadoras presentes, que o jovem e a jovem que vive no interior nem sempre tem acesso à internet ou, quando tem, carece de qualidade esse acesso.

Dados do Censo Escolar de 2014, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), mostra que apenas 16% das escolas da zona rural têm acesso à internet, realidade muito diferente das escolas urbanas, que possuem 86%. Existem hoje no País 122,214 mil escolas na área urbana e 67,604 mil escolas na área rural, totalizando 189,818 mil instituições de ensino básico.

Mesmo o acesso a programas de Governo como o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que é porta de acesso às universidades públicas, é prejudicado pela exclusão digital do campo. Estudantes com altas médias no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), são prejudicados não por suas capacidades pessoais, mas pela falta de acesso à internet. Esses jovens sofrem para conseguir o resultado dos exames, sofrem com a dificuldade de acesso ao sistema em decorrência da exclusão digital.

O Brasil, que vive seu melhor momento no setor da educação, com o lançamento do Programa Pátria Educadora pela Presidenta Dilma, muito já evoluiu com a criação, pelos governos de Lula e de Dilma, de programas como o Pronaf, ProUni, Pronatec, Fies, com a instituição do Enem e do Sisu, mas, mercê desse grave problema, continua perdendo verdadeiros talentos pelo fato de esses meninos e meninas morarem no interior, em assentamentos rurais e em comunidades tradicionais.

E eu falo de casos impensáveis nestes dias do século XXI. Não é preciso ir longe para detectar essa falha. Na cidade de Cabeceiras, Goiás, aqui pertinho, na divisa do Distrito Federal, os jovens aprovados pelo Enem precisam vir a Brasília para acessar a internet porque o sinal na cidade é instável e insuficiente para que eles se inscrevam e disputem uma vaga pelo ProUni.

A Secretária Nacional de Jovens da Contag, Mazé Morais, afirmou recentemente: "Queremos ter os mesmos direitos daqueles que moram nas cidades. Reconhecemos que conseguimos avançar nas políticas públicas para a juventude rural, mas enquanto não formos incluídos na esfera digital, vamos lutar".

Estamos falando de talentosos jovens de escolas públicas, gênios em potencial, que não conseguem acesso à universidade pelo fato de residirem no interior. Se, por um lado, a criação do Enem e do Sisu facilitou o acesso de jovens pobres, negros e índios às universidades, por outro lado, a falta de acesso à internet tem negado a parte deles nesse direito. O Brasil está desperdiçando talentos porque o serviço de comunicação, que seria imprescindível, está faltando.

Ficam as seguintes perguntas.

Até quando o Brasil vai desperdiçar talentos de sua inteligência por causa de um acesso privatizado que não atende aos interesses da Nação brasileira? O que é possível fazer para ampliar a inclusão digital dos nossos jovens no campo?

Ao receber as demandas dos jovens da Contag, a própria Presidenta Dilma manifestou a intenção de abordar e solucionar esse problema. Abro aspas:

> "A internet é uma forma de te ligar com o mundo onde quer que você more. Se você mora num lugar mais distante, você pode conversar com outro lugar mais distante. Daí a importância da internet para a juventude de trabalhadoras e trabalhadores rurais, de pequenos agricultores familiares, de assentados da reforma agrária. Essa é uma condição de vida essencial. Sem isso, não vai haver a presença dos jovens no campo."

Por isso, o convite para este debate para tentar esclarecer o assunto e dar a esses jovens brasileiros as mesmas condições que têm os que moram em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e grandes metrópoles é importante.

Aqui nós estamos falando de um contingente importante de jovens brasileiros que estão no meio rural ou em pequenas cidades do interior. Se considerarmos as pequenas cidades, talvez esse contingente se amplie de oito milhões para alguns milhões a mais. É preciso que o Poder Público, o Estado, com suas responsabilidades, perceba isso. Mas é preciso também que a iniciativa privada veja...

E ver é diferente de apenas olhar. Ver é conseguir perceber que temos um contingente de jovens brasileiros que não é o futuro, é o presente, precisa de oportunidades no presente para poder cumprir, no futuro, papéis importantes: de governantes, empreendedores, cientistas. E aí é preciso que a iniciativa privada perceba que esse é um mercado potencial que agora carece de investimentos que, se feitos, produzirão empreendedores que vão contribuir para o desenvolvimento do País, inclusive dando lucro para as empresas do setor.

Por isso, nesta manhã, senhores e senhoras convidados, queremos debater com carinho, com atenção, essa temática, que é muito necessária para o processo de desenvolvimento sob a ótica que tem expressado o Ministro Patrus Ananias: olhar os Municípios abaixo de 20 mil habitantes a partir da perspectiva da ruralidade e não da urbanidade, que é a orientação da Presidenta Dilma – de forma análoga se tem expressado a Ministra da Agricultura ao se referir à classe média rural.

Por isso, a importância de investimentos para melhorar esse serviço de comunicação, que vai possibilitar que os jovens possam estudar lá do campo mesmo através do ensino à distância, que possam ter acesso a todas as informações, às redes sociais, e que os atuais assentados, produtores e agricultores familiares possam, através desse meio, fazer pesquisas de preço de mercado e, com isso, ter acesso a novas tecnologias que se agreguem às suas condições de trabalho, melhorar a sua capacidade de produção e produtividade. Por isso, nós vamos iniciar aqui nesta manhã este debate.

Quero convidar para fazer uso da palavra, neste instante, o Sr. Eron Bezerra, Secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Nós vamos trabalhar com dez minutos, com uma pequena tolerância de mais três minutos, dado que somos um número bastante significativo aqui para debater o assunto.

Com a palavra, então, o Dr. Eron.

O SR. ERON BEZERRA – Bom-dia a todas e a todos. Saúdo o nosso Senador Donizeti e todos os presentes, o Senador Romário e os colegas aqui do Ministério.

Quero, em primeiro lugar, parabenizar a Comissão por pautar este tema, que não diz respeito apenas a um problema de inclusão digital, mas de inclusão social de maneira mais geral. Por isso mesmo, fiz questão de explicar rapidamente, em alguns eslaides que vou passar aqui, um pouco do que a Secis faz.

Ela tem como objetivo geral, através do incremento da ciência e da tecnologia, promover a inclusão das pessoas e aumentar o seu padrão de renda. Orienta-se por fundamentos que vão desde a sustentabilidade à questão da eficiência econômica.

Nós entendemos que nenhum projeto pode ser apoiado pelo Governo se ele não tiver estas premissas: sustentabilidade, eficiência econômica, capacidade tecnológica e justiça social.

Sustentabilidade aqui deve ser entendida não como sinônimo de preservação florestal, como muita gente imagina. Sustentabilidade é todo e qualquer processo que reduza gradativamente a dependência política,

econômica e cultural de um determinado processo e que permita às pessoas, através da tecnologia, elevar o seu padrão de renda, o seu padrão de vida, melhorar as suas condições sociais.

Esses são os principais eixos de atuação da Secretaria, vão desde a difusão da ciência e tecnologia, passando pela inclusão digital, Senador Donizeti – esse é um dos itens de que tratamos, a inclusão digital, mas nós também tratamos de pesquisa em desenvolvimento social e assistiva destinada a buscar novas tecnologias, como energia solar, eólica, o tratamento de resíduos.

O chamado garimpo urbano. Para quem não sabe, em uma tonelada de lixo eletrônico há mais ouro do que na mesma tonelada de barro em Serra Pelada. Há uma média, Senador Romário, de 300 gramas de ouro desperdiçados em cada tonelada de lixo eletrônico. Nós temos uma tecnologia no CTI de Campinas, que é um instituto nosso, voltada exclusivamente para garimpar o que nós chamamos de ouro urbano – em cada tonelada de lixo eletrônico há 300 gramas de ouro que nós desperdiçamos.

E nós desenvolvemos toda uma tecnologia de assistividade para cegos, mudos, cadeirantes, idosos, qualquer tipo de deficiente. Dentre elas, há uma cadeira de carbono já desenvolvida que pesa 900 gramas, o que vai facilitar enormemente a vida do cadeirante.

Mas também há um sistema que estamos desenvolvendo em parceria com a Universidade da Paraíba, um avatar para as pessoas que não conseguem ler nem, obviamente, ouvir no aeroporto. Muitos de nós nunca se perguntaram como uma pessoa dessas pega um avião ou um ônibus numa rodoviária. Ele não sabe ler em português e ele não escuta. Como é que ele pega o ônibus ou o avião? Então, nós estamos desenvolvendo uma tecnologia em avatar para ficar nos painéis dos aeroportos e das rodoviárias dialogando com o surdo-mudo para que ele possa ter acessibilidade.

Da mesma maneira, estamos buscando...

Já desenvolvemos uma bengala eletrônica que apita quando a pessoa se aproxima de um obstáculo ou de uma poça d´água, por exemplo, para evitar que a pessoa com essa deficiência tenha problemas.

Tudo isso, nós entendemos, é inclusão.

E acabamos de inaugurar em Santa Catarina o primeiro Centro de Capacitação e Pesquisa em Energia Solar, onde estamos desenvolvendo um barco movido a energia solar que vamos inaugurar agora, dia 2 de outubro, e um ônibus movido a energia solar. Imagine, Senador Donizeti, quanto vamos economizar de despesas no Ministério da Educação, por exemplo, com o deslocamento de crianças para escolas, tanto por ônibus como por barco, na medida em que tenhamos uma tecnologia dessa universalizada.

Isso é o campo da pesquisa social e assistividade que nós desenvolvemos.

E há um quarto eixo de extensão tecnológica, que vai desde segurança alimentar e nutricional, passando pelos parques de tecnologia social, passando pelos CVT, que são os Centros Vocacionais Tecnológicos, e cidades sustentáveis.

Nesses quatro grandes eixos, nós desenvolvemos toda uma política, que vai desde adaptar a cidade a um novo padrão de sustentabilidade até a criação de programas que garantam a segurança alimentar.

A humanidade praticou a antropofagia por muitos anos não por maldade ou crueldade, mas porque não dispunha de comida. A maneira que encontraram para resolver o problema foi comer uns aos outros, literalmente falando. Isso era antropofagia. Com a descoberta da agricultura 10 mil anos atrás aproximadamente, a humanidade pôde se sedentarizar, parar a perambulação e passar a produzir comida socialmente organizada. Com isso diminuiu, naturalmente, todo o processo de antropofagia.

Portanto, hoje, nós vivemos um problema que não é mais de falta de comida. A humanidade produz comida suficiente, o que falta hoje é, muitas vezes, dinheiro para comprar comida, por conta da concentração de renda nas mãos de poucos. Mas hoje a tecnologia já dá conta de garantir, resolver, todo o processo de produção de alimentos, derrubando e desmoralizando por inteiro a teoria de Malthus, que dizia que a humanidade ia morrer de fome por falta de comida, porque a população crescia em progressão geométrica enquanto os alimentos cresciam em proporção aritmética. A tecnologia deu conta de resolver isso.

A tecnologia mostrou que não há problema sem solução, que nós seremos capazes de resolver qualquer dilema que nós queiramos enfrentar com eficiência e com competência. Naturalmente, como muito bem lembrou aqui o Senador Donizeti, isso implica em políticas públicas e também da iniciativa privada que enfrentem esses dilemas e esses gargalos que a humanidade nos impõe.

Portanto, desse ponto de vista, nós...

Aqui são exemplos. Isto aqui, por exemplo, é bambu. Nós temos um CVT para laminar bambu. Na Amazônia e em grandes partes do Brasil, isso é vendido como taboca, não tem valor nenhum, mas isso pode se converter num laminado de alto valor agregado com belíssima plástica para fazer pisos, deques etc.

Isto aqui é um PCTIS, um Parque de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social. A diferença para um parque de tecnologia tradicional é que isso não é apenas um prédio. O prédio pode até existir como incubadora, mas

há um conjunto de ações que às vezes envolvem 200, 300 atividades em torno desse parque, e não só numa cidade, mas numa região, capaz de dar conta desses problemas.

Isto aqui, Senador Donizeti, é uma cidade digital, é uma foto aérea. Não dá para ver muita coisa, mas essa é uma cidade digital, que nós também desenvolvemos dentro da Secretaria.

Este é o barco solar, que estamos inaugurando agora, dia 2.

E este é o Centro de Capacitação e Pesquisa em Energia Solar lá em Santa Catarina, em Florianópolis.

Isto é um CVT de pescado. Nós produzimos também CVT que vai desde o bambu mineral a pescado, de acordo com a vocação de cada Município, de cada região. Nós fazemos um arranjo tecnológico para beneficiar e agregar valor àquela matéria-prima local para permitir que a população tenha acesso a uma riqueza maior.

Aqui é um resumo do que nós investimos. A Secis, não o Ministério da Ciência e Tecnologia apenas... Apenas a Secis, aliás, investiu, nesses últimos anos, R$1,72 bilhão nesses programas que acabei de mencionar, com os percentuais ali discriminados por região.

Aqui está em gráfico...

E concluo aqui com o seguinte. Este é o valor de uma cidade digital média, que oscila entre R$900 mil e R$2,5 milhões, de acordo com o arranjo tecnológico que se monte.

Nós vamos inaugurar agora, no dia 19 de outubro, a primeira cidade brasileira com tecnologia 4G – é aqui em Luís Eduardo Magalhães, uma cidade da Bahia, que entra aqui pelo Tocantins, com tecnologia 4G. Essa cidade custou para nós, o seu projeto, R$1,6 milhão.

O preço oscila entre R$900 mil e R$2,5 milhões para fazer uma cidade sustentável, de acordo com aquilo que queiramos colocar lá dentro. Um telecentro custa, em média, R$50 mil. No momento, nós já fizemos ou estamos fazendo 149 cidades dessas. Investimos R$230 milhões e fizemos 1.273 convênios, o que dá, em média, mais ou menos 6 mil telecentros, porque cada convênio desses tem no mínimo 5, 6 ou 10 telecentros.

Portanto, o Ministério da Ciência e Tecnologia, hoje dirigido pelo nosso companheiro Aldo Rebelo e, no momento, a Secretaria tocada por mim, já fez, já organizou, mais ou menos 6 mil telecentros no Brasil. Ainda é muito pouco para a dimensão de um país continental como o nosso, mas já foram feitos 6 mil. Certamente, os colegas do Ministério da Comunicação fizeram outro tanto, e isso nos custou R$302 milhões.

Eis o resumo da história para que possamos abrir este debate.

Agradeço o convite e parabenizo o Senado por esta belíssima iniciativa de discutir, polemizar a inclusão social e digital em particular.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Nós é que agradecemos a sua participação aqui, Dr. Eron.

Vamos registrar aqui já a presença da Senadora Regina, lá do Piauí, da Senadora Vanessa, que acaba de chegar lá do Amazonas e vamos ouvir, agora, o Sr. André Moura Gomes, Diretor substituto do Departamento de Banda Larga do Ministério das Comunicações, com o tempo também de dez minutos mais três acrescidos.

O SR. ANDRÉ MOURA GOMES – Muito obrigado, Senador Donizeti. Eu queria, em primeiro lugar, em nome do Senador Donizeti que preside esta audiência pública, cumprimentar todos os membros da Mesa e agradecer o convite ao Ministério das Comunicações para participar desta audiência pública que discute um tema tão importante para o nosso País.

Eu vou fazer uma apresentação um pouco mais sucinta, dado que o Ministério das Comunicações tem participação de dois representantes de duas áreas que trabalham com aspectos diferentes da política de expansão do acesso à internet para a população rural, de uma maneira geral, mas também em cidades do interior.

Começarei só relembrando que o Programa Nacional de Banda Larga estabeleceu, em 2010, para todo o País três pilares fundamentais para se trabalhar a expansão do acesso à internet: um pilar de redução do preço médio do serviço, para que a população efetivamente possa ter acesso à internet, um pilar de expansão na cobertura nas regiões em que esse acesso nem estava disponível e um pilar de expansão da velocidade média do serviço.

Desde de 2010 então, segundo dados do IBGE, a partir de uma série de ações que infelizmente não terei tempo de abordar aqui, o acesso efetivo ao serviço cresceu cerca de 77% em todo o Brasil. Então, saltamos de aproximadamente 17.6 milhões de domicílios com acesso, em 2010, para 31.2 milhões de domicílios em 2013. Os dados de 2014 ainda não foram disponibilizados pelo IBGE, mas temos a expectativa de que a meta estabelecida em 2010, de atingir cerca de 35 milhões de domicílios com banda larga, tenha sido atingida em função das iniciativas que foram implementadas ao longo desses anos.

Não obstante, nós vemos, a partir dos dados que são recolhidos pelas instituições de pesquisa, que o acesso à internet, efetivamente, como já foi discutido aqui, ainda é bastante desigual no nosso País. Então, dados de 2013, por exemplo, indicam que, na área urbana, cerca de 48% dos domicílios têm internet, enquanto que, na área rural, cerca de 15% somente dos domicílios têm acesso à internet.

Apesar dessa diferença, é possível ver que ela vem diminuindo. Então, entre 2010 e 2013, o aumento da penetração domiciliar da internet na área rural cresceu quase três vezes mais do que esse aumento na área urbana. Enfim, a área rural tem, apesar das dificuldades, se desenvolvido de maneira mais rápida do que a área urbana de uma maneira geral.

Isso ocorre por uma série de tecnologias, não vou me ater de maneira especifica a esse eslaide, em virtude do tempo, mas o fato é que a banda larga móvel, inclusive na área rural, tem sido uma alternativa efetiva para que a população tenha acesso à internet. Então, cada vez mais, as pessoas procuram acessar internet não só por meio de um computador pessoal, de um *laptop*, mas também fazendo uso do celular.

Dando sequência, efetivamente a área rural tem melhorado a sua capacidade de atrair investimentos para que o serviço esteja disponível. Então, desde 2010, olhando os dados, é possível identificar que o principal motivo para não se ter acesso à internet em um certo domicílio não é mais a falta de disponibilidade naquela área específica, mas, sim, o custo elevado do serviço – elevado, obviamente, em relação à renda daquela população, à renda do domicílio que poderia ter o serviço, que, como nós sabemos, na média, é muito mais baixa inclusive do que a renda na área urbana. A tendência é que cada vez mais a disponibilidade de infraestrutura não seja obstáculo, mas, sim, a renda efetiva da população.

E por que é importante – isso já foi discutido aqui, apresentaram, mas eu só queria pontuar do ponto de vista do Ministério das Comunicações. Aí estão só alguns dos motivos para que se promova política de acesso à internet na área rural, de maneira específica.

Então, a internet promove, como a gente sabe, melhores possibilidades de venda dos produtos do agronegócio, não só para o grande agronegócio, mas para a agricultura familiar também, para o pequeno produtor. É possível implementar tecnologias que aumentam a produtividade no campo a partir do uso de tecnologias da informação e comunicação; dispositivos máquina a máquina, que melhoram a produtividade, o controle da safra, enfim, existem várias aplicações. É possível que serviços avançados de saúde sejam prestados de maneira mais barata e mais eficiente, fazendo uso de tecnologia da informação e comunicação; aplicações de telemedicina; diagnósticos mais fáceis; enfim, acesso a outras especialidades que não estariam disponíveis naquela região, e muitas vezes a internet também é um meio que promove o uso de tecnologias educacionais mais avançadas e que podem, eventualmente, suprir algum tipo de lacuna que exista naquela região específica.

E o que o Ministério das Comunicações, em parceria com a Anatel principalmente, mas também a partir dos investimentos que são feitos pelas empresas do setor, tem promovido? Recentemente foram atingidas as primeiras metas de cobertura de áreas rurais em torno dos Municípios brasileiros. Então, só para dar um pouco mais de contexto, existe uma meta de atendimento de um raio de 30 quilômetros a partir do limite das localidades-sede, daqueles distritos urbanos, de 100% dos domicílios até dezembro deste ano, até dezembro de 2015. Até agora os dados indicam – esses dados são de dezembro, na verdade – que 55% dos Municípios foram atendidos, e, em relação às escolas que estão nessa área, nós já temos um percentual significativo também de cerca de 40% das escolas elegíveis para serem atendidas.

E aí eu gostaria de fazer um comentário que é, na verdade, um reconhecimento das limitações de infraestrutura do nosso País. Em princípio, todas as escolas dentro desse raio de 30km deveriam ser atendidas, mas foi feito um diagnóstico que mostra que muitas dessas escolas não têm sequer acesso a um PC, a um laboratório de informática mínimo ou têm acesso à energia elétrica, apesar das políticas que são empreendidas pelo Governo Federal. Isso, na prática, inviabiliza que o serviço de internet seja útil naquela escola. Então existe um desafio muito grande não só do ponto de vista das políticas de conectividade, de expansão da banda larga em si, mas é preciso que se tenha uma abordagem holística ou mais ampla para que efetivamente as escolas tenham acesso, aqueles alunos possam fazer uso dos benefícios de se conectar à internet.

Só dando um pouco mais de detalhes sobre essa política de expansão da cobertura na área rural: existe obrigação de que os serviços, tanto de voz quanto de dados naquela área, sejam prestados a um preço... Essa foi uma das condições estabelecidas em um edital de radiofrequência da Anatel; existe também uma obrigação de expansão da velocidade média desse serviço, da velocidade ofertada desse serviço ao longo do tempo. Segundo estimativas que nós fizemos, cerca 191% da população rural residem nesse raio de 30km ao redor dos Municípios brasileiros.

Então, embora se possa ver que boa parte do País, do território, ainda não seja coberto por essa política específica, temos a expectativa de que efetivamente uma boa parte da população deva ter um serviço disponível, porque reside nessas áreas.

Um dos atores fundamentais para que se faça a expansão do acesso à internet, tanto em cidades menores como também na área rural, é o segmento de pequenos e médios – pequeno e de caráter regional –provedores, pequenos e de caráter regional...

(Soa a campainha.)

O SR. ANDRÉ MOURA GOMES – Já concluo, Senador.

O Ministério, de uma maneira geral, não vou me ater aqui aos detalhes, tem empreendido uma série de políticas em parceria com a Anatel para incentivar esse segmento. Uma dessas iniciativas que deve ter resultado ainda este ano é a disponibilização de radiofrequência em caráter licenciado, que permite oferta de serviço de uma maneira mais adequada, com mais segurança para o consumidor, com mais qualidade.

Eu gostaria, nestes três minutos que me restam, de explicar, de maneira bem sucinta, alguns detalhes sobre a política que deve ser empreendida neste novo ciclo, que sucede o Programa Nacional de Banda Larga. Temos chamado essa nova fase de Programa Banda Larga para Todos. Então, a partir desse diagnóstico de desigualdade regional a que eu fiz referência, o Ministério das Comunicações, nesse novo ciclo, tem trabalhado com duas políticas principais: uma política de expansão da rede de transporte, que deve reduzir a desigualdade entre Municípios e entre regiões do Brasil – então existe um estudo que mostra que, a partir da conexão de Municípios com a tecnologia mais avançada, e aqui fazemos referência especificamente à fibra ótica, existe uma redução bastante significativa no preço de varejo – e nós temos trabalhado também com a perspectiva de redução da desigualdade na velocidade do acesso à internet, a partir da implantação de redes avançadas para cobrir os domicílios urbanos, que deve ter benefícios não só para Municípios maiores, mas para Municípios também de menor porte, digamos assim.

Um pouco mais de detalhes sobre a política da rede de transporte. Cerca de 47% dos domicílios hoje somente têm acesso à fibra ótica, e o Governo Federal pretende incentivar a implantação em mais Municípios, a partir de um mecanismo aberto, de escolha de um parceiro privado que possa, efetivamente, acelerar a cobertura desses Municípios por meio dessa tecnologia, com uma série de benefícios para a população que lá reside.

Em relação à rede de acesso, a nossa meta é que cerca de 45% dos domicílios urbanos sejam cobertos com tecnologias baseadas em fibra ótica. Hoje, a situação é que, aproximadamente, 10% somente dos Municípios têm acesso a essa tecnologia, e, em relação às cidades de menor porte, cidade com menos de 100 mil habitantes, a ideia é que, de maneira complementar, se possibilitem mecanismos de financiamento, com condições especiais de garantia, que, segundo as nossa estimativas e também estudos que foram feitos pelas associações do setor, vão viabilizar a oferta de tecnologias mais avançadas, ofertas mais baratas para a população de cidades menores.

Eu queria finalizar minha intervenção, Senador...

(Soa a campainha.)

O SR. ANDRÉ MOURA GOMES – ...fazendo referência, muito rapidamente, a uma política que tem sido empreendida também pelos Estados, que é complementar à política do Governo Federal. Não se pode imaginar que, dada as nossas disparidades regionais, a nossa dificuldade de infraestrutura, que o Governo Federal sozinho dê conta do desafio. E aí eu cito dois casos específicos: o caso do Estado do Espírito Santo e o caso do Estado de Rondônia, que, por meio da seleção de empresas parceiras para fazer uso de créditos de ICMS, têm incentivado a expansão dos serviços de telecomunicações também na área rural.

Com essa referência, com esse elogio e com essa provocação também para que os Estados possam contribuir para a melhoria da infraestrutura em nosso País, encerro a minha intervenção e me coloco à disposição para resolver eventuais dúvidas

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Nós é que agradecemos a sua participação aqui, Dr. André, e vamos dar continuidade agora, ouvindo a Drª. Karla Ikuma Rezende, Gerente de Universalização e Ampliação de Acesso da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel.

Aproveito para informar que estamos fazendo esta audiência pública interativa, através do e-Cidadania,aqui do Senado, e já temos aqui questionamentos de uma pessoa de Tutoia, no Maranhão, que está nos acompanhando nesta manhã, sobre essa temática que considera de relevante importância para ele.

A SRª KARLA CROSARA IKUMA REZENDE – Bom dia a todos. Inicialmente gostaria de agradecer o convite e agradecer, na pessoa do senador Donizeti, a oportunidade de estar aqui falando sobre um tema de tal monta, de tal relevância, nos dias atuais.

A minha fala, representando a Anatel, é no sentido de esclarecer exatamente quais são as metas hoje que foram estabelecidas para a expansão da banda larga, tanto móvel quanto fixa no Brasil, e como está hoje a situação do Brasil em relação a isso.

Inicialmente, eu acho que é interessante sempre pontuarmos, que existem regras legais diversificadas para diferentes serviços entre banda larga fixa, banda larga móvel e telefonia fixa. Nós temos uma distinção e,

dentro dessa distinção jurídica, nós temos uma diferenciação também de poder de coerção e poder de estabelecer regras.

Dentro da telefonia móvel e da banda larga fixa, todos os dois serviços, dentro da seara de serviços de telecomunicações prestados em regime privado, nós temos alguns mecanismos que não os mecanismos específicos da universalização, para imputar obrigações de expansão do acesso e de ampliação desses serviços no Brasil. Por isso, então, nós temos – está tendo uma falha técnica, acho que todos vocês têm a apresentação em mãos, vai ser mais fácil de acompanharem – algumas, diria até, vitórias já alcançadas em relação à expansão da banda larga móvel por meio dos editais de licitação de radiofrequência, que são, exatamente, os instrumentos que nós temos como órgão regulador, órgão implementador das políticas públicas de telecomunicações de impor metas de ampliação do acesso às prestadoras de serviços de telecomunicações.

Dentro desses editais de licitação, já foram estabelecidas progressivamente, a cada licitação feita, metas de expansão do acesso. Hoje nós temos já 267 Municípios, acima de cem mil habitantes, cobertos com a tecnologia 3G;temos também seis Municípios, que foram aqueles de sede das Copas das Confederações, também atendidos com a tecnologia 4G e 39 também com 4G, que foram aqueles Municípios designados como sede ou subsede da Copa do Mundo de Futebol.

Em 2014, teremos mais 43 Municípios também já atendidos com a tecnologia 4G. Temos aí, a partir de dezembro de 2015, mais um grande caminho a ser trilhado, incluindo vários outros Municípios a serem atendidos, tanto com a tecnologia 3G quanto com a tecnologia 4G.

Podemos visualizar um resumo em relação à quantidade de Municípios já atendidos com a telefonia móvel – e aí estamos falando, além de telefonia móvel, também de internet móvel: 5.539 com a tecnologia 2G, 3.776 com a tecnologia 3G e 149 com a tecnologia 4G – dados de junho de 2014.

Esse é o eslaide em que eu estava me referindo a etapas que já foram cumpridas e a etapas futuras que serão cumpridas. Nesse sentido, focando mais especificamente o atendimento da zona rural, no último edital de licitação que nós tivemos, como o André, do Ministério das Comunicações, já adiantou, existiu um foco na telefonia em levar banda larga, serviço de conexão de dados e voz para a área rural.

Nesse sentido, nós vamos atingir... Porque as metas especificamente da telefonia móvel antes desse edital atendiam 80% da área urbana do Município sede. Distritos não sede não eram o objeto de atendimento ainda. Então a inovação deste último edital foi o atendimento desses distritos não sede, não só em termos de distritos, mas também em termos de domicílios.

Então todos os domicílios situados nesse raio de 30km terão direito – e terão direito por meio de duas prestadoras – a concessionária que lá é responsável por aquela área de prestação e a autorizada proponente vencedora do edital, então temos aí disponibilidade de duas prestadoras a atender esse público da zona rural, tanto com voz quanto com conexão de dados.

Então, já existiria uma perspectiva de atendimento de 99% da população brasileira, e como o André já ressaltou, que abrange 91% da população rural.

Dentro desse edital, também foi estabelecida uma meta de atendimento às escolas públicas rurais, de forma gratuita, com conexão de dados, atingindo em torno de 96% das escolas situadas na zona rural, mas, como também o André havia ressaltado, existem algumas dificuldades de implantação dessa infraestrutura nas escolas rurais que extrapolam o âmbito do setor de telecomunicações. Independentemente disso, existe uma esfera muito grande de escolas que serão atendidas por meio de conexão de dados.

Este é um gráfico, uma ilustração, que deixa um pouco mais claro essa questão dos 30km, essa questão do atendimento. Se vocês prestarem atenção, aquela há casinha que está fora do raio mais acima e que faz parte daquele distrito não sede. Só que, como o raio de 30km, não está dentro daquele distrito não sede, nem por isso ela não será atendida, porque ela está abrangida no raio de 30km do distrito não sede vizinho. Por isso essa perspectiva de atendimento de cerca de 99% da população brasileira, justamente porque esse raio de atendimento é extremamente extenso, podendo efetivar o atendimento para uma população que até então, até esse edital, não estava prevista a obrigação de atendimento.

De toda forma...

(Interrupção do som.)

A SRª KARLA CROSARA IKUMA REZENDE – Nesse sentido, então, teremos 5.570 distritos atendidos e 100% também dos Municípios atendidos.

A partir desse atendimento das escolas públicas rurais, até então 11.196 escolas já estão conectadas. E, aí, temos o panorama em relação aos Estados. É claro que cada Estado tem uma quantidade diferente de escolas, mas temos o panorama de quantas delas já estão atendidas com base em dados de maio de 2015.

Aqui são as prestadoras, proponentes vencedoras da licitação, responsáveis pelo atendimento de cada Estado.

E temos, agora, um panorama de um programa de política pública que foi implementado, que é o Programa Banda Larga nas Escolas Públicas, que não foi decorrente desse edital, foi um programa de política pública anterior a esse edital, mas que também visava o atendimento das escolas. Não mais as escolas rurais, mas sim as escolas urbanas. E, aí, temos um panorama também de 63.285 escolas conectadas, com base em dados de junho de 2015. Então, temos essas escolas. Claro que a evolução é sempre necessária, sempre temos que evoluir, tanto em termos de velocidade quanto em termos de possibilidades de incremento e de acessos a serviços de telecomunicações.

Vemos que a grande maioria das escolas, hoje, está atendida somente com dois megabits.

(Soa a campainha.)

A SRª KARLA CROSARA IKUMA REZENDE – Estou finalizando.

Então, temos um panorama de melhora, mas já temos a conexão em relação às escolas.

Aqui é só um panorama de evolução de acessos em relação à banda larga fixa, onde temos acessos de banda larga fixa por Estado – dados agora de julho de 2015.

E aqui vemos a questão da densidade. Dentro de mapa, quanto mais escuro maior o número de acessos de banda larga fixa por domicílio. Vemos exatamente as diferenças entre o Brasil, onde existe um trabalho de política pública muito sério a ser efetivado e onde ficam realmente mais evidentes as discrepâncias deste nosso grande Brasil.

Temos as faixas de velocidade e vemos que, com o tempo, essa diferença em relação às velocidades a está se modificando. Cada vez mais a população brasileira exige um acesso com velocidades maiores, aplicações exigentes mais de banda e um perfil de usuário cada vez mais necessitando de velocidades maiores.

Temos hoje uma prevalência na faixa de 2 mega a 12 megabits e temos uma tendência mundial, não só brasileira, em aumentar a necessidade dessa faixa.

Coloco-me à disposição para qualquer esclarecimento.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Drª Karla, agradecemos a sua participação e, certamente, daqui a pouco retornaremos.

Agora, vamos ouvir o Dr. Carlos Duprat, Diretor do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal – SindiTelebrasil.

Por favor.

O SR. CARLOS DUPRAT – Bom dia a todos. Agradeço o convite para estarmos aqui.

Tenho uma apresentação que passarei muito rapidamente, pois muitos dados já foram colocados aqui pelos meus antecessores.

Começaria falando um pouco do que está acontecendo com o setor de telecom, falar um pouco do crescimento, da demanda, o que veio com as obrigações e algumas ideias de como resolver. Por fim, proporemos uma conclusão.

O que aconteceu com o sistema de telecom nos últimos anos? A chegada, principalmente, de dados móveis levou-nos a um crescimento de 56% ao ano. Quando falamos de aumento de demanda, você vê estradas, rodovias, portos, você vê 10%, 15%. Em nosso caso, é 56% ao ano. Então, não é muito simples resolver isso. E iremos focar, especificamente, *smartphones*. Tínhamos previsão, e, hoje, já está prejudicada em função dos últimos acontecimentos que citaremos mais adiante, de 64 milhões de *smartphones* vendidos em 2015.

Então, cada vez que alguém troca um telefone antigo daqueles para um *smartphone*, o acréscimo de tráfego na rede é extremamente considerável. Estamos crescendo ano a ano e, neste ano, achamos que não vai ser tão acentuado, mas ainda assim será importante.

No passado, a rede telecom móvel era só voz, agora cada foto que alguém envia para um amigo corresponde a 20 ligações, o tráfego é equivalente a 20 ligações – cada vez que você tira uma foto e manda para um amigo, por WhatsApp, seja o que for, 20 ligações; cada vídeo, a 16 fotos, que correspondem a 20 ligações. Então, um vídeo corresponde a 320 ligações. Fazemos isso com uma naturalidade e estamos consumindo um recurso escasso. Como é que conseguimos evoluir? Para 2019, a rede estará praticamente cursando vídeos, porque é a tendência natural. Então, como conseguir atender a esse crescimento de demanda é um desafio que temos incorrido.

Estamos investindo, e o investimento do Brasil, hoje, no setor de telecom é um dos maiores do mundo: 22% da receita líquida. Batemos o recorde de investimento no ano passado. Investimos, considerando a licença de 4G, 37 bilhões em 2014. Foi um valor extremamente considerável, recorde de todos os tempos em nosso País.

Temos dado contribuições significativas. O preço médio do minuto celular caiu de 2008 a 2015 de 32 centavos para 13 centavos. Por isso que temos hoje 300 milhões de pessoas falando no celular, e, ao mesmo tempo, a quantidade de minutos por usuário cresceu. Agora já estamos chegando a uma faixa de saturação e já está novamente caindo.

Um dado bem atual: alcançamos, em julho de 2015, 221 milhões de acessos em banda larga, basicamente móvel. Sabemos que grande parte disso é móvel e é através do *smartphone*, que é bem mais barato do que um computador.

Conectamos, como banda larga gratuita até 2025, 68 mil escolas públicas urbanas e 18 mil rurais.

Agora colocaremos um problema: o que a sociedade demanda? Demanda muito mais. Hoje, quem não está conectado 100% do tempo é uma pessoa que está...Há um Porta dos Fundos muito recente que caracteriza isso muito bem. O sujeito tem de estar conectado senão vai estar morto, porque a demanda é muito forte hoje.

Hoje, todo mundo demanda que haja cobertura, e a cobertura do fixo... Por exemplo, na minha casa, normalmente nem atendo ao fixo, porque sei que normalmente é *telemarketing*. A maioria das pessoas passou a ter o móvel como instrumento de acesso essencial.

A cobertura dos serviços móveis é resultado de leilões de frequência. O serviço móvel no Brasil está completando 25 anos, e, de dois em dois anos, temos um leilão de espectro de frequência realizado pela Anatel, todos eles com valores bastante razoáveis de montante de investimentos, ou seja, paga-se pelo ar para se ter o direito de oferecer o serviço. E a cada leilão desses são introduzidas obrigações. Nessas obrigações, vamos interiorizando, ruralizando. Estou falando de 25 anos e não estou falando apenas deste Governo, o governo anterior também, todos eles tiveram um viés muito arrecadatório de todos esses leilões.

Não é bem assim no mundo que isso acontece. No mundo, nesse mesmo período de 25 anos, em algum momento, foi considerado que a cobertura era mais importante do que o dinheiro. Então, conseguiu-se chegar um pouquinho mais à frente do que chegamos no Brasil.

A questão que estamos vivendo aqui é a seguinte: será que o sujeito que mora em uma área rural não tem mesmo direito de estar conectado do que um que mora em uma área urbana? Na realidade, não tenho dúvida que a resposta é sim, contudo isso não está aparecendo nos editais. Se apareceu, não na necessidade que a sociedade demanda. Essa é uma questão.

Por exemplo, de acordo com os editais de licitação – a Karla e o próprio André já conversaram sobre isso –, o Município é atendido quando temos 80% da área sede urbana atendida. Isso é suficiente? Essa é a medida que está sendo cobrada. Só que hoje tem gente que está fora dessa área, e podem ou não estar atendidos.

Por isso, nos editais há definido, e aqui foi colocado, o cronograma de implantação em todos os Municípios do Brasil. Existe um caso que citamos sempre, que é o caso do Município de Altamira, no Pará. É um Município gigantesco que tem um distrito que fica a 971km da sede do Município. Então, aqui não há como... Levamos 16 horas para trafegar dentro do Município, e só tenho obrigação de cobrir 80% da área sede do Município. Com isso, fica muita área descoberta.

E por que é feito dessa forma? Para arrecadar mais. Tivemos, ao longo desses anos, muita arrecadação do valor dos editais e pouca obrigação. O sujeito que paga mais antes tem muita dificuldade de se rentabilizar e concentra o serviço naquelas áreas em que ele tem obrigação de fato.

Vamos ter cobertura 3G ao longo do tempo, até 2019 vamos estar cobrindo... Aí pergunto: puxa vida, vão ter de esperar até 2019 alguns Municípios? Sim, senhor! Essa é a regra do jogo. É isso que a sociedade demanda? Infelizmente, demanda muito mais do que isso. Hoje em dia quem não está conectado está por fora do mundo de hoje, global.

No 4G temos, também, de forma razoável, uma penetração. Teremos em 2017 1.079 Municípios. O setor sempre excede toda essa cobertura, que é obrigatória. Então, quando falamos, Municípios que são, obrigatoriamente, cobertos em 3G, o que está sendo coberto hoje é muito mais do que a obrigação, e o mesmo se dá com o 4G.

O cronograma prioriza, sempre, os centros urbanos.

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS DUPRAT – Então, teremos 3G em 100% das cidades só em 2019, e o 4G, em 2019, nos Municípios até 30 mil habitantes.

Então, esse aqui...

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO. *Fora do microfone*.) – Acima de 30 mil?

O SR. CARLOS DUPRAT – É.

Temos uma questão aqui que gostaria de esclarecer que entendo ser educativa: hoje, em nenhum desses leilões, temos qualquer obrigação de cobertura nas estradas. Então, imagine a situação: você está no carro,

fura o pneu na estrada, e você fica louco com a gente. A imagem das empresas é muito deteriorada porque não tem cobertura em locais que são essenciais, mas isso é assim nos editais. É assim para quê? Para arrecadar mais. Não se colocam obrigações, porque, cada vez que se coloca uma obrigação, você é obrigado a reduzir o preço mínimo. É assim que o TCU analisa.

Hoje, o brasileiro está vulnerável, porque, quando pega uma estrada, a menos que esteja próxima ao Município, ela não necessariamente precisa estar coberta.

Vamos ter a obrigação de cobertura de 450MHz dos 30km, isso acontecerá de fato. Aqui já se comentou aqui sobre isto, sobre obrigações de internet rural. Agora, expliquei que há uma lógica econômica no valor pago. Quanto maior o número de obrigações, menor o valor a ser pago. Como quero arrecadar mais, coloco menos obrigações, e convivemos com isso há muito tempo.

Também, no Brasil, temos a questão dos fundos. Arrecadamos muito para fundos. Oitenta e quatro bilhões foram arrecadados para fundos setoriais, e um deles é criado para a universalização do setor. Arrecadei, no caso do Fust, especificamente, 18 bilhões, e nada foi utilizado. Esse é um fundo arrecadado e hoje está para superávit primário.

Então, quando se reclama que não tem dinheiro, não, dinheiro é arrecadado. Está aí, tem 18 bilhões, e 18 bilhões é uma grana considerável para atendimento seja de escolas rurais... Agora, infelizmente, não foi usado. E isso é culpa dos governos, não foi usado desde o início. Estou falando de 25 anos. Não é do governo do PT, não é do governo... Esse é um fato.

O Fust foi criado para proporcionar o cumprimento das obrigações de universalização. Aí vão dizer: o que é hoje essencial? Essencial, eu defendo, é a cobertura móvel. O fixo é importante? Sim, mas hoje se o cara não está conectado o tempo todo....

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS DUPRAT – ...ele não é um ser humano conectado.

Recolhemos, só em 2014, 60 bilhões de tributos, e a tendência é só aumentar, como todos sabem aqui. O Brasil tem a maior carga tributária do mundo no setor de telecom, disparado em relação ao segundo colocado, e a qualidade, por força de parte do que falamos, sempre precisa ser melhorada. Não há dúvida. Não podemos chegar aqui e dizer que a qualidade está no nível que queremos, pois precisamos, de fato, melhorar bastante, mas para isso tivemos um grande avanço com a Lei Geral das Antenas, que foi aprovada recentemente, e uma ajuda muito forte da própria Anatel e do MiniCom nisso.

Então, como resolver? Para resolver a qualidade do móvel são antenas. Não adianta, não há como não colocar antenas e imaginar que o móvel possa falar. É assim que funciona no mundo inteiro.

Já temos um arcabouço regulatório bastante razoável, aprovamos essa Lei Geral das Antenas este ano, só que essa lei precisa chegar aos Municípios. Essa é uma demanda que fazemos aqui ao Congresso, que tem influência nos Municípios, para que nos ajudem a fazer com que os Municípios incorporem essa lei que foi aprovada, essa lei brilhante, de força desta Casa.

Vou para o final aqui, porque já passou meu tempo.

Então, tem todo esse procedimento de instalação de antenas, que é fundamental, mas que depende muito dos Municípios.

Queria colocar aqui este ponto: até então era éramos o sucesso de Natal; 2014, Papai Noel rindo, foram mais de 5,8 milhões de aparelhos habilitados só no Natal de 2014. Ocorre que Papai Noel de 2015 está meio cinza, por quê? Porque há vários Estados com previsão de aumento de ICMS.

Então, nós estamos com um serviço de telecom,tele com, que já é uma carga extremamente maior do que em qualquer outro lugar do mundo, com tendências de aumento. Vários Estados já estão – Distrito Federal, Rio Grande do Sul – propondo aumento em função da dificuldade que os Estados estão passando, e é fácil arrecadar...

O Ministério das Comunicações, junto com o PNBL, lançou uma coisa fantástica: vamos desonerar o *smartphone*, que é a forma de conectar hoje, por ser muito mais barata a conexão via *smartphone* do que via computador. O sujeito fica acessando tudo a qualquer momento. Então, tivemos essa desoneração e acabamos agora, há 15 dias, de ver que caiu essa desoneração, assim vamos ter um Natal, fora o aumento do dólar, fora o aumento do ICMS que vai onerar a conta, com um *smartphone* muito mais caro. Hoje, com a economia do jeito que está, tirando o Natal do nosso comércio... Isso é um tiro no pé do meu ponto de vista. Eu acho que tudo que a gente não precisa é ter um Natal cinzento.

Eu diria que precisamos hoje da utilização desses fundos setoriais, da elaboração de editais focados na expansão de cobertura, disseminar a Lei Geral dos Municípios e tentar, de alguma forma, evitar essa reoneração dos *smartphones*, que veio com essa recente medida provisória. Ou seja, isso vai fazer com que todo esse

avanço que temos tido nos últimos anos venha por terra, exatamente no momento em que precisamos cobrir as áreas rurais.

Eu estou à disposição e agradeço o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Obrigado, Dr. Carlos, do Sindi-Telebrasil.

Nós vamos ouvir agora o Dr. Jefferson D'Ávila de Oliveira, Secretário de Inclusão Digital do Ministério das Comunicações.

O SR. JEFFERSON D'ÁVILA DE OLIVEIRA – Inicialmente o meu bom-dia a todos e a todas. Gostaria de fazer uma saudação especial ao Senador Romário, Presidente desta Comissão, pela iniciativa, parabenizá-lo pela iniciativa, especialmente o Senador Donizeti, que foi o proponente desta audiência pública, para tratar de um tema polêmico e tão candente na sociedade, que é essa questão do jovem rural; como nós incluímos formas; encontramos alternativas para que esse problema seja minimizado.

Acho que falar sobre inclusão digital e a importância da inclusão digital nunca é demais, porque, quando formos olhar a realidade do que temos hoje no Brasil, das desigualdades sociais ainda existentes, não obstante tudo que foi feito nos últimos 13 anos, como políticas públicas para incluir as pessoas, nós ainda temos um caminho a trilhar em relação à inclusão digital.

Nós da Secretaria de Inclusão Digital do Ministério das Comunicações consideramos que inclusão digital é um direito humano, que proporciona às pessoas ter uma igualdade em vários aspectos: aspectos da educação, aspectos da comercialização dos seus produtos, da melhoria das suas relações sociais como um todo.

Eu vou citar, antes de fazer a apresentação especificamente, dois fatos: nós, como Estado, temos esse déficit e nós da Secretaria de Inclusão Social somos clientes de tudo que foi falado aqui, eu acredito; clientes internos, dentro do Ministério das Comunicações, porque a nossa função não é fazer a conectividade, a nossa função é organizar, de alguma forma, os grupos que necessitam dessa conectividade para buscar essa sua condição melhor de igualdade social.

Então, existe o mercado, que foi muito bem colocado aqui pelo Duprat, assim como pelos que me antecederam; agora, nós como Estado temos de ter ciência de que, enquanto nós não minimizarmos situações – e aí eu citar dois exemplos, um do Norte e um do Sul.

Do Sul, fico tranquilo porque é no meu Estado, quando eu recebo representantes das cooperativas de vinho e uva da serra gaúcha, uma região, que, se formos perguntar lá, todo mundo parece que tem uma condição econômica diferenciada, e, ali, eles me relatam o seguinte: a falta de conectividade naquela região, e eu pego 62 Municípios, 22 específicos da Federação das Cooperativas que dizem que não é a produção que está sendo desestruturada, o que nós estamos desestruturando lá são as famílias, porque a família italiana se apega muito, com razão, à questão cultural de ter o núcleo familiar muito coeso, e o êxodo rural que está instalado ali, para eles, é surpreendente.

Então, quer dizer, nós não teremos uma sucessão, segundo a avaliação deles, do núcleo familiar na produtividade, porque o êxodo rural está sendo muito intenso com os jovens. E, quando se fala da questão dos jovens, é porque ele vai atrás de oportunidades, e, se ele não conecta – e esse é um direito –, as coisas se complicam. Nós vivemos em um mundo conectado.

Mas eu cito outro exemplo: quando nós dialogamos com as comunidades extrativistas. E eu tive a oportunidade de lá, no Pará, fazer um diálogo com as comunidades extrativistas, onde tive a ousadia de perguntar a uma menina, quando ela me perguntou se era possível que, em um telecentro - um telecentro é um equipamento público que oferece a possibilidade de comunidades acessarem a internet –, ela pudesse ter cinco máquinas daquele telecentro, que ela e a comunidade dela frequentavam, mais próximas de onde ela morava efetivamente. Aí deu para ver que, na comunidade onde ela morava, não tinha um telecentro. Mas o que seria alguma... Cinco máquinas daquelas dez que estão funcionando lá. E aí ousei perguntar para ela: mas que distância é essa? O que dificulta vocês chegarem a um telecentro? E ela me disse o seguinte: Secretário, nós andamos um dia e meio de barco para poder frequentar o telecentro.

Essa é a realidade que nós temos na Região Norte do País.

Então, nós como cidadãos temos esse desafio pela frente. Nós não temos o direito, para um País que busca igualdade, que busca oportunidade para as pessoas, de não fazer tudo... O nosso dia tem de ser incansável na busca de oportunizar para essas pessoas. Estive, uma semana atrás, no interior do Pará e lá se constata que temos conectividade, mas, muitas vezes, ela é deficitária e, aí, também o que foi colocado aqui.

Então, pessoal, eu quero dizer para vocês que a Secretaria de Inclusão Digital foi criada em 2011, em um esforço do Governo Federal, no sentido de que esta Secretaria tivesse a função de coordenar as ações dentro do Governo em relação à inclusão digital.

Fizemos, em parte, essa tarefa. Estamos em uma audiência pública, nada mais justo do que relatarmos os problemas, os pontos positivos e os pontos negativos desse processo. Fizemos em parte. Nós como Governo fizemos em parte.

Hoje, por determinação do Ministro Berzoini, nós estamos reorganizando esse processo, oferecendo, para o Governo e para a sociedade, uma nova política de inclusão digital; uma política que corrija esses erros e, ao mesmo tempo, jogue uma perspectiva para frente. Por quê? Entendemos extremamente importante o que foi colocado aqui: o avanço da comercialização dos *smartphones*. Não temos absolutamente nenhum questionamento quanto a isso, agora entendemos muito claramente que os equipamentos públicos que foram disponibilizados nos últimos anos, que são telecentros, que são os pontos de cultura que agregam a produção local de cultura nas comunidades, que são os CVTs do Ministério da Ciência e Tecnologia, são absolutamente necessários para um processo de organização da sociedade.

Portanto, nós estamos hoje em um momento de revitalizar esses pontos de inclusão digital. Não tratamos somente mais, hoje, de telecentros, tratamos de pontos de inclusão digital. E por que isso? Porque entendemos que essa forma é a maneira mais correta de nós corrigirmos aquilo que foi feito nos últimos anos, numa mudança de rota.

O Governo Federal, nos últimos 13 anos, concentrou-se muito em distribuir equipamentos. É necessário distribuir equipamentos? Sim, é necessário distribuir equipamentos.

Vou dar outro exemplo para vocês: quando a gente tem oportunidade de visitar um assentamento da reforma agrária que tem uma excelente produção de banana e uma excelente produção de café, no interior do Acre, no Município de Acrelândia especificamente, com 250 pessoas reunidas, a gente pergunta para eles: quem é que sabe o que é um telecentro? Naquela comunidade, a realidade foi exatamente uma pessoa. Quando perguntei como, essa pessoa respondeu que trabalhava em uma universidade que selecionou monitores. Então, ele sabia o que era um telecentro, os demais não sabiam. E aí pergunto para essas 250: quem tinha computador em casa? Duas pessoas que tinham computador em casa levantaram a mão.

Isso quer dizer que temos realidades diferentes, elas são díspares. Por isso, o tamanho do desafio. E o que queremos hoje como Secretaria de Inclusão Digital é exatamente implementar uma nova política, que não seja somente distribuição de máquinas e que não seja somente distribuição de móveis, para que esses equipamentos públicos, chamados telecentros – porque hoje queremos dar outra significação para eles, como pontos de inclusão digital – tenham um outro significado; que esses pontos de inclusão digital possam dialogar com a cultura local...

(Soa a campainha.)

O SR. JEFFERSON D'ÁVILA DE OLIVEIRA – - ... possam dialogar com aquilo que é produzido com aquela comunidade e que possa, sim, efetivamente se transformar em elemento agregador não só junto a outros pontos de inclusão digital, como com aquilo que ele oportuniza através de uma complementariedade do ensino formal, porque foi feito aqui explanação do que é – estou concluindo, Senador Donizeti...

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Só uma emergência. Eu tenho de ir ali defender um projeto que está sendo votado em outra Comissão. Eu quero convidar a Senadora Regina para presidir aqui por uns dez minutos, enquanto vou lá e volto.

Pode ser, Senadora? Por favor. Aí pode continuar, inclusive ele já descontou o tempo.

O SR. JEFFERSON D'ÁVILA DE OLIVEIRA – Perfeito.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI. *Fora do microfone*.) – Presidente, quero fazer uma indagação. Só fiquei para fazer uma intervenção.

O SR. JEFFERSON D'ÁVILA DE OLIVEIRA – Quero dizer que ter a Senadora Regina presidindo neste momento esta Comissão, para nós, é de um extremo orgulho, porque tudo que queremos fazer, a revitalização dos pontos de inclusão digital, será iniciado pelo Estado do Piauí, numa iniciativa absolutamente protagonista do Governador Wellington, e vamos iniciar dentro de, no máximo, 30 dias toda a revitalização dos pontos de inclusão digital no Estado do Piauí. Então, isso não acontece por acaso.

Complementando, quero dizer para vocês que essa nova ressignificação dos pontos de inclusão digital, para nós, é uma questão fundamental; que eles possam dialogar entre si, os CVTs, os pontos de cultura, os telecentros, os telecentros comunitários, os telecentros BR. Só dentro do Ministério das Comunicações, temos 11 mil telecentros que precisam ser revisitados no Brasil inteiro.

Para isso precisa de conectividade? É claro que precisa de conectividade. Então, nós vamos continuar fazendo esse processo de revitalização. Estamos reavaliando um programa que nós temos, que é a implantação das antenas Gesac. Se fala aqui em banda, e isso é extremamente importante, aliás tudo que foi falado aqui é

extremamente importante, mas quero dizer para vocês que nós temos hoje oito mil antenas Gesac conectadas a um mega. Ter essas antenas instaladas lá é a salvação de muitas comunidades.

Só para dizer para vocês que o Ministério da Saúde, em um edital de tomada de preço que fizemos, adquiriu 11 mil dessas antenas, que servem para os centros de saúde espalhados pelo Brasil. Então, quer dizer, para quem não tem nada, ter um mega, hoje, talvez, seja o presente de Natal até que a conectividade chegue com o *smartphone*. Então, hoje a iniciativa de oferecer talvez mais antenas – que em um futuro eu espero que sejam obsoletas, mas, hoje, não – seja um grande presente de Natal para essas comunidades.

Vamos continuar falando sobre computadores pela inclusão. O que é isso? Vamos lançar um edital, agora, em setembro, para novos centros de recondicionamento de computadores.

Nós temos um descarte de computadores, no Governo Federal, que precisa ter um destino mais nobre, como vem acontecendo nos últimos anos. E vamos continuar com o programa, sim, de distribuir computadores para comunidades carentes, para esses pontos de inclusão digital. Um computador pode não ser novo, mas uma revisão pode permitir que ele tenha alguns anos de uso ainda. Existe muito descarte de computador. O Banco do Brasil descarta 20 mil computadores/ano, e estamos num diálogo muito próximo com eles nesse sentido.

Para concluir mesmo, já que vão descontar o tempo, quero dizer para vocês que a Secretaria de Inclusão Digital do Ministério das Comunicações continua no seu firme propósito de apresentar essa nova política. Vamos declará-la através de uma portaria ministerial nos próximos dias. Essa nova política vai revitalizar os pontos. Vamos continuar, sim, buscando atender essas pessoas, principalmente os jovens, no meio rural, no sentido de oferecer-lhes uma condição melhor de enfrentar esse mundo do capital que, às vezes, é duro, é perverso. A conectividade, com certeza, vai oferecer para eles uma melhor condição de igualdade, como um direito humano.

É esse o nosso sentido, é essa nossa finalidade. Espero que todos aqui possam, de alguma forma, entender e nos ajudar nessa missão. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Jefferson.

Antes de passar para o Dilvo, do Ministério da Educação, vou fazer uma intervenção rápida, porque você já pode incluir na sua fala o que eu vou dizer. Eu fiquei, mas eu também estou, lá na Comissão de Direitos Humanos, com um projeto para relatar.

Eu andei no sul do Piauí, esses dias, justamente naquela região chamada Matopiba. Eu pensava que a primeira demanda da população, com quem eu conversei, seria água, mas a demanda foi internet. Em todos os Municípios por onde andei, eu conversei com muita gente, com sindicato, com gente de escola, com diretor de escola. Essa é uma questão séria. Eu encontrei escolas com computadores na caixa desde 2007. Quer dizer, fizeram o inverso: levaram os computadores, mas não havia como usá-los.

Vou falar tudo, porque aí cada um incorpora na sua fala depois. Eu vou ter que sair também.

Estive agora numa comunidade chamada Cajueiro, que fica no Município de Patos. Nós falamos tanto aqui em 30 mil habitantes, mas 30 mil habitantes, no Piauí, é cidade grande. Em cinco Municípios onde estive agora, todos têm menos de dez mil habitantes. Lá em Patos, há nove mil habitantes: cinco mil estão no chamado centro urbano e o resto está na zona rural, em comunidade. Eu fui à comunidade de Cajueiro porque ela é maior, inclusive sonha com a emancipação. Só que agora está cada vez mais difícil essa história de emancipar Município. Mas eles têm quase 4 mil desses nove mil e pouco. É um Município de abrangência pequena. São 12km do centro da cidade para lá, em estrada de asfalto, que o governador levou.

Mas há uma coisa interessante. Eu cheguei à comunidade e eles soltaram foguetes. Eu achava que era festejando a minha chegada, mas não, era comunicando que eu havia chegado, porque eles tinham combinado que iam comunicar para as pessoas quando eu chegasse, para as pessoas não saírem de casa, porque sempre que eu ando eu me atraso. Então, eles comunicaram. Soltaram os foguetes, depois eu vi o pessoal chegando. Chegando gente para me ouvir. É uma forma de comunicação, porque eles não têm. Sobem no muro, sobem na árvore. E lá tem escola de ensino médio, inclusive, que nosso Governador Wellington Dias colocou.

Eles dizem: mas só tem a torre lá no centro da cidade. Mas como a cidade fica meio dentro do buraco, a comunidade, eles não conseguem.

A gente precisa ver como resolve essas coisas. E aí é com as empresas. Será que é tão caro botar uma torre para eles lá também? Lá tem um laboratório montado na escola de ensino médio, uma sala com computadores novinhos, para nada também.

E há um Município chamado Cocal dos Alves. Eles me ligaram pedindo isso. Cocal dos Alves é um Município modelo no Piauí, é um Município que o Brasil inteiro conhece porque é campeão de tudo.

É campeão das Olimpíadas de Matemática. O Piauí, este ano, na última olimpíada, levou 93 medalhas de ouro. Mas não é só em matemática que eles são bons. Eles ganham a Provinha Brasil, estão entre os melhores do Ideb. Mas eles não têm internet de qualidade. Lá é outra dificuldade. Eles mereciam como prêmio. Cocal dos Alves pediu um laboratório de informática. A escola campeã até que tem alguma coisa, mas o sinal é ruim.

É bem pertinho do litoral o Município, que tem 5 mil habitantes. Então, acho que não é nem considerado na hora de estabelecer prioridades, mas Cocal dos Alves merecia tudo como um prêmio pelos que eles fazem em educação, que é um fenômeno que a gente não sabe nem como explicar. A escola pública lá é fantástica. Os meninos andam sete quilômetros de bicicleta para chegar à escola, com a maior felicidade do mundo, pedalando numa estrada de chão, porque têm prazer de ir para aquelas escolas. Então, acho que é preciso ver essas coisas.

Como já foi dito aqui, internet tem que ser serviço essencial, um direito humano, e tem que ser obrigação do Governo, mas as empresas também têm que colaborar.

Outra coisa que eu ouvi nessa viagem que fiz ao Sul. Passei quatro dias na região do Matopiba e foram quatro dias sem internet. Quando eu cheguei a Bom Jesus, que era a última cidade, eu tive internet. Fui visitar uma empresa que está construindo um linhão de transmissão de energia que vai passar por 20 Municípios. Lá, disparou a internet. Eu perguntei: o que foi isso? O engenheiro disse: É porque aqui temos satélite da Nasa. E a empresa mandou um recado para o governador e eu dei, porque eu também não entendo muito dessa coisa: "Diga ao governador que nós estamos instalando fibra ótica nesse percurso todo. No linhão tem fibra ótica. Para ele aproveitar e fazer o projeto." Como de parte técnica eu não entendo nada, eu cheguei e dei o recado. Não sei se o governador já tomou providência. Porque ele disse assim: "Aproveitar enquanto nós estamos instalando o linhão para energia; aproveitar para outras coisas também."

Então, que eu queria fazer essas colocações e falar também para as empresas que, às vezes, oferecem serviço que não conseguem entregar e botam coisas que as pessoas não pediram. Acho que isto tudo também é até apropriação indébita, botar coisas que a pessoa não pediu nos telefones. Era isso.

Passo, agora, a palavra ao Dilvo, Diretor de Políticas e Programas de Graduação da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação.

O SR. DILVO ILVO RISTOFF – Bom dia a todos e a todas. Agradeço o convite para estar aqui.

Eu gostaria de começar dizendo por que eu entendo que essa é uma das questões cruciais para a área da Educação, especialmente.

O Ministério da Educação, desde o último Plano Nacional de Educação, tem trabalhado com uma imagem de futuro para o País, uma imagem de futuro que está expressa e, em alguns pontos, implícita no texto do PNE, que se reproduz no novo PNE. Mas qual essa imagem de futuro? É a ideia da criação de uma sociedade soberana, avançada nas artes, na ciência, na tecnologia.

Para que isso possa acontecer, nós temos que ter um forte sistema educacional, tanto na educação básica quanto na educação superior. A imagem de futuro que está expressa ali fala de uma nação democrática, de uma nação inclusiva, de uma nação soberana e de uma nação que promova as oportunidades de emancipação dos indivíduos e dos grupos sociais.

Quando a gente fala em nação soberana, não dá para imaginá-la soberana sem que ela seja forte nas ciências, nas tecnologias, especialmente, nas artes. Não dá para imaginar uma nação inclusiva, se nós não conseguirmos imaginar as populações historicamente excluídas da educação fazendo parte do sistema educacional, tanto na educação básica quanto na educação superior. Por isso, estão expressas no PNE as preocupações com a taxa líquida, no ensino médio, de 85%, *vis-à-vis* as atuais de jovens de 15 a 17 e de 50% de taxa bruta na educação superior e 33% de taxa líquida. Hoje nós temos 20.

Então, temos desafios hercúleos pela frente, mas eu diria que, com relação a essas questões, nós avançamos bastante nos últimos anos. Vejo o futuro com muito otimismo. Eu milito na educação há mais de três décadas e sou da época em que o Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras ajudou a criar um programa chamado Proinfo, que era o programa de informatização das universidades, com o objetivo de superar o analfabetismo em informática. Quando a gente observa essas últimas três décadas, vemos o salto enorme.

Eu tive oportunidade de participar de duas conferências sobre inovação na área educacional. Numa de que eu participei, ainda em 2009, estavam presentes duas figuras muito interessantes. Uma delas era um dos criadores do Twitter, o Biz Stone, e o outro, o Sugata Mitra, um pesquisador indiano que trabalha na Inglaterra.

Eu vou ler rapidamente o que escrevi. Logo que eu voltei dessa conferência, eu disse: o criador do Twitter estava ao lado de Sugata Mitra, o autor de A *Hole in the Wall* – um buraco na parede, ou buracos na parede. Literalmente, o Sugata Mitra Abriu buracos em paredes, junto às ruas e cidades – os professores não querem ir em geral – e instalou computadores. Ele queria ver o que acontecia com as crianças e, para sua surpresa,as crianças aprenderam em três meses, sozinhas, a usar o computador e, rapidamente, como todos nós, aprenderam a exigir um processador mais veloz: ô doutor, não dá para botar um processador mais rápido nessa máquina?

Ele concluiu que, sem qualquer tipo de ajuda, os meninos de rua aprenderam 30% dos conteúdos de genética disponibilizados e, com o auxílio de tutor, obtiveram resultados superiores aos dos estudantes das melhores escolas da Índia.

Mitra argumenta que hoje importa menos o que você sabe ou quem você conhece, mas se você está lincado. Já não estamos mais na época em que o computador apenas fazia melhor o velho trabalho. Agora, a própria ideia do velho trabalho está sendo redefinida e a escola precisa rapidamente compreender esta redefinição, para não tornar-se chata e obsoleta. Estamos decididamente numa era em que o conhecimento brota de coconstruções produzidas em múltiplos sítios eletrônicos, não mais exclusivamente por gênios iluminados, mas por cidadãos comuns envolvidos com seus afazeres diários, por inteligências coletivas e democráticas. Aos poucos, o usuário do Google questiona, e não raro com razão, as recomendações do médico, a originalidade do artista, o conhecimento do professor.

O acesso fácil à informação, trazido pelas novas tecnologias, gerou a era do espanto, do desconforto, da instabilidade de doutores acomodados ou de mestres oniscientes e de pseudoespecialistas.

Um ano depois, eu participei de outro evento e escrevi o seguinte: se em 2009 os destaques foram o Twitter, de Biz Stone, e os computadores para meninos carentes, de Sugata Mitra, em 2010 o vencedor disparado foi o iPad, com suas incríveis potencialidades para o redesenho de bibliotecas e a reinvenção da pedagogia. Já é hoje possível imaginar um aluno receber, no dia do seu ingresso na universidade, a bibliografia exigida em todo o seu curso, podendo levar na mochila uma biblioteca maior e melhor que a maioria das nossas faculdades. O trabalho dos professores será, portanto, profundamente afetado por essa nova tecnologia e é impossível imaginar que alunos da geração pós-iPad aceitem métodos, ritmos e salas de aula incompatíveis com a agilidade a facilidade do acesso ao conhecimento que a comunicabilidade móvel proporciona.

Por que estou colocando essas questões? É porque, na verdade, vivo isso todos os dias como Diretor de Políticas e Programas da Educação Superior do Ministério da Educação e sempre me lembra muito do que colocava o Alvin Toffler, no seu livro *Choque do Futur*o: quando as coisas andam rápido demais, as pessoas resistem. E nas escolas, nós ainda temos muita resistência às novas tecnologias. Nós temos muita gente dizendo: tudo que eu quero é um telefone. Mas hoje não existe mais só o telefone. Hoje o telefone é despertador, é câmera, é relógio, ele é até telefone. Ele é muitas outras coisas.

No âmbito do Ministério, todos os conjuntos de programa com os quais trabalhamos, seguem uma tônica que temos nos programas do Ministério da Educação chamada inclusão, porque é a inclusão via ProUni (Programa Universidade para Todos); é a inclusão via Fies (Fundo de Financiamento Estudantil); é a inclusão via Sisu (Sistema de Seleção Unificada); e todos os demais programas de bolsa permanência.

Então, em todas as reuniões de que participo, sempre tenho alguém da informática, tanto que eu costumo brincar, dizendo que o Ministério da Educação se divide em duas grandes partes: a informática e o resto, e os demais departamentos, setores, porque todos dependem disso. Então, eu só quero alertar. O Enem teve nove milhões de inscritos na penúltima edição, na última teve um pouquinho menos. Isso também se traduz no Sisu. No Sisu, para vocês terem uma ideia – vou terminar rápido –, saímos, em 2010, com 51 inscrições participantes, hoje temos 128 participantes. Isso quer dizer que todos os institutos federais que estão disseminados pelo interior do País, hoje, participam. Só duas universidades federais que não participam e uma delas participa do Enem. A Unir, na verdade, é a única que hoje não participa. E temos ainda 28 universidades estaduais.

De certa forma, o Sisu passou a substituir o vestibular, que era pequeno, estadualizado, pago, com mobilidade restrita às classes média e alta, e, aos poucos, ele está se tornando coisa do passado, cedendo lugar a um processo seletivo que é amplo, nacional, democrático, nacionalmente referenciado na qualidade via Enem, gratuito e com oportunidade de mobilidade para todos, ricos e pobres, o que gera novas dificuldades. São problemas bons, inclusive, de se ter, mas são problemas importantes.

Tudo depende, evidentemente, da informática. Só para se ter uma ideia, em questão de 5 anos, nós saímos de 180 Municípios para 517 Municípios com inscrições. O Sisu começou com 793 mil escritos, em 2010, na última eleição ele já tinha 2,791 milhões, ou seja, ele é, sem dúvida o maior processo seletivo. As vagas, que eram de 47 mil, passaram para 205 mil. Eu estou citando apenas uma edição do primeiro semestre. No segundo semestre, isso se repete pela metade. Mas, além se repetir pela metade no Sisu, também se repete no ProUni. Então, vocês podem ver a dependência que nós temos. O estudante que se inscreve no Sisu e no ProUni e agora, também, no Fies – por que é que eu digo "agora também no Fies"? Porque no novo Fies, agora, passamos a ter um período de adesão das instituições e um período de seleção dos alunos, com base na nota do Enem.

Todo esse processo tem como base a possibilidade de que internet funcione bem em todos os locais do País. Isso é fundamental, até porque não basta apenas ter o local da inscrição.

(Soa a campainha.)

O SR. DILVO ILVO RISTOFF – É importante que ele tenha o local e possa estar lá vários dias, pelo menos três dias, porque ele pode trocar de opções muitas vezes.

Então, um aluno que não tem essa oportunidade não tem as mesmas oportunidades de competitividade que têm os demais.

Então, eu paro a minha intervenção por aqui e me coloco à disposição, com esta questão: sem inclusão digital, a inclusão plena na educação superior e na educação básica não se realiza. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Dilvo. Com isso, encerramos os painelistas.

Temos aqui a presença da Senadora Lídice. Não sei se quer fazer alguma intervenção. O Senador Donizeti não voltou. Então, vou passar às considerações finais de cada um, porque aí respondem aquilo que foi feito na minha intervenção e outras que possam ter sido feitas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Pode falar. Três minutos para a intervenção.

O SR. OSNI CALIXTO – Meu nome é Osni Calixto, eu sou morador de João Pinheiro de Minas, aqui "pertim", como o mineiro gosta de falar.

Esta audiência foi provocada. E pasmem vocês: não é de coisas de longe, não. Vocês têm uma visão mais ampla do trem, não é? Um citou lá o exemplo do Rio Grande do Sul, comparou com Altamira, no Pará.

Eu vou falar um trem para vocês: se você sair daqui agora, de carro, a menos de meia hora no caminho de Unaí, você não fala mais. Professor, uma moça, em Cabeceiras de Goiás – a primeira cidadezinha primeira corrutela, como a gente fala, depois do Distrito Federal – faz 850 pontos no Enem e ela não se inscreve no Sisu por falta de internet, companheiro. Talvez por conta dessa anteninha.

Já deu para ver que eu tenho cabelo branco e barba branca e que sou militante. Já deu para ver que o meu sonho, em 1968, em 1970, era acabar com o vestibular. E aí esse sonho deu no Sisu, deu no Enem, e que é maravilhoso. Este Brasil mudou muito. Só não vê quem não quer. Nós mudamos muito. Todos esses sonhos...

Às vezes, eu fico pensando que eu não tenho mais bandeira, porque as bandeiras já foram. Já acabamos com o vestibular, o fora já, o fora já daqui, dois caboclos aqui e uma entidade também já foram, não é? Só que nós precisamos fazer uma coisa que é um sonho que a Dilma falou para nós aí e eu fiquei doido na hora em que ela falou: Pátria Educadora. Nós não podemos perder quem faz 850 pontos no Enem só porque ele não consegue acesso no Sisu, Secretário. Nós não podemos.

Particularmente, eu e mais quatro pais estamos entrando no MEC com um recurso, para conseguir que os nossos filhos, que fizeram esses... eles não paguem pelo crime de morar em Cabeceiras de Goiás, em João Pinheiro de Minas, em Uruana de Minas. O pai do Iran disse: "o Iran não vem para a escola" Mas como? O companheirinho até me perguntou: "mas eles não podem vir aqui?" Não, eles não podem, porque eles trabalham e ganham um salário mínimo lá, de balconista do Supermercado Líder, e não podem sair. O dono do supermercado não deixa. Não podem vir a Brasília fazer a inscrição.

Foi por isso que a gente provocou esse trem, que deu nesta audiência aqui. Nós temos que prestar atenção a isso, não podemos perder esses menininhos lá de Cocal, os campeões da matemática. Nós não podemos perder.

A escola das minhas filhas, em João Pinheiro, é uma das dez melhores de Minas. É o Colégio Estadual Quintino Vargas. Aqui em Brasília, eu acho que não tem um colégio melhor do que o Quintino Vargas, que é um dos melhores do Brasil. Só que os meninos do Quintino que passam no Enem, que é maravilhoso, não conseguem ingressar no Sisu, que também é maravilhoso. E aí nós perdemos esses meninos. E não se constrói a Pátria educadora perdendo pelo meio do caminho a metade da produção cultural que nós tivemos, metade da produção escolar que nós tivemos.

Eu tive uma aula, uma pós-graduação aqui, de como é que a gente precisa fazer. A gente precisa fazer; 2019 está longe para minha filha, que já passou no segundo Enem. Em 2019, não dá para ela começar.

E vocês sabem o que é que acontece? A Regina sabe, o Donizeti sabe, quem mora no interior sabe. Sabe o que é que acontece com o menininho que passa no Enem e não entra, e passa duas vezes e não entra? A menina vira caixa do supermercado e nunca mais volta para a escola; o menino vira frentista de posto em João Pinheiro, e nunca mais volta para a escola. Esses meninos, que a Pátria educadora está perdendo, precisam ser resgatados. Tem que abrir a porta. Se é uma anteninha de um mega, é uma anteninha de um mega; se é uma anteninha 3G, é uma anteninha 3G. Mas tem que ter antena em Cabeceiras de Goiás, aqui pertinho do ministério.

Sr. Secretário, para você ir de carro daqui a Cabeceiras de Goiás, o trem é um pulo assim, é um negócio. Para você ir aqui, no Jardim ABC, é um pulinho assim.

A gente costuma fazer uma brincadeira lá em João Pinheiro. Esse menininho de cabelinho encaracoladinho que fica zombando do Fábio Júnior, que tira repórter, lá ele não namora minhas filhas. Sabe por quê? Se faltar crédito no "vivinho" dele, no smartphone dele, ele vai lá no posto pôr crédito e o cara fala assim: "Ah, moço, o sistema não está funcionando, o sistema está fora do ar." Esse menininho, lá em João Pinheiro, eu não perco minhas filhas

para ele não. Ele não vai namorar filha minha nunca, porque lá ele não vai conseguir falar. Ele pode esnobar aqui em Brasília, ou lá em São Paulo, lá no Rio, o Fábio Júnior e a repórter da Globo. Lá em João Pinheiro, só depois que instalar uma antena boa, só depois que a Vivo cumprir o que ela fala; só depois que a Oi cumprir o que ela fala; só depois que a Claro cumprir o que ela fala. E vou terminar com outra brincadeira: "Oi, claro que eu vivo com raiva da TIM." Porque não funciona nenhuma, nada.

Pátria educadora nossa é o meu próximo sonho. E aí vou terminar dizendo para vocês que eu nunca acredito que o sonho acabou. Eu acho que o sonho nunca acabou. O vestibular, eu quero que acabe; o sonho, nunca. A Pátria educadora que nós vamos construir precisa disso, nós precisamos olhar para isso. E não pode ser em 2019, companheirinho. Pode também ser, mas agora, agora, agora, nós temos pressa, nós temos urgência.

O Colégio Quintino, que é, volto a insistir, é um dos 10 melhores de Minas e um dos 50 melhores do Brasil, põe 2 mil alunos, todos os anos, na universidade. Vamos aproveitar. Esses meninos são muito bons. Eles fazem 850 pontos. Quando a Globo saiu falando por aí que todo mundo tirou zero, minha filha falou: "eu não. Tirei 850." E o pai aqui ficou orgulhoso demais. E até hoje eu não consegui colocá-la na UnB.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada.

Há uma participação aqui pelo e-Cidadania.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Senadora, já que estamos abrindo, eu queria apenas aproveitar a oportunidade e saudar a realização da audiência pública. Eu estava em outra comissão.

Quero também aproveitar para fazer um pedido, já encaminhado pelo reitor da Universidade do Estado da Bahia, pelo nosso gabinete também, pelo núcleo de expansão da universidade em Canudos, ao Diretor do sindicato Nacional das Empresas de Telefonia. Nós já encaminhamos esse pleito à Oi. Nós – o MEC – estamos tentando implantar cursos abrir cursos de educação a distância lá na Uneb, em Canudos. Dependemos, portanto, da ampliação da antena, da capacidade de atendimento lá, porque não existe educação a distância sem internet funcionando como deve funcionar.

Então, eu queria fazer só esse registro. Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Senadora Lídice.

Não sei se já foi lida aqui a intervenção do Igor José, de Tutoia, no Maranhão. Ele fez uma constatação. Ele participou duas vezes pelo e-Cidadania e fala sobre a Comissão aqui: "O que vocês dizem aqui está distante da prática, a não ser que isso que vocês falaram que está acontecendo seja só para as grandes cidades; que em Tutoia é péssima a qualidade da internet; que na escola em que ele estuda, apesar de haver dez computadores, só dois podem funcionar ao mesmo tempo.

É a participação popular aqui.

Passemos às considerações finais. Vamos começar a ordem inversa, agora.

Dilvo, para as suas considerações finais, representando o Ministério da Educação.

O SR. DILVO ILVO RISTOFF – Eu só gostaria de dizer que, de fato, esse é um dos temas centrais para a questão da inclusão das pessoas. Não é possível fazer uma educação de qualidade, hoje, se nós não tivermos a internet funcionando em todos os espaços, em todas as escolas do País. Eu diria até mais: a criação de redes internacionais de pesquisa que permitam a participação das pessoas em todos os cantos do País também se torna difícil, a menos que a gente tenha uma internet cada vez mais ágil e com acesso para todos, fundamental para a inclusão.

Concordo com o que disse o nosso Professor Osni. Para participar bem nos programas de inclusão que nós temos hoje, nós temos que garantir que em todos os lugares haja esse espaço. Eu só lembro que nós temos uma exigência legal, expressa nas portarias do Sisu e do ProUni, que diz que todos os institutos federais, todas as escolas públicas que participam do Sisu, por exemplo, ou todas as universidades federais de todos os cantos, espalhadas pelo País, devem ofertar gratuitamente o acesso à internet a esses candidatos. Mas o ideal seria que a gente pudesse também ter isso para todas as escolas do País.

Com algum deslocamento, muitas pessoas podem se beneficiar. É uma questão que já está prevista em lei, porque, de fato, várias pessoas reclamam que têm dificuldade de acessar.

Feitas essas considerações, eu gostaria de parabenizar o Senado pela iniciativa e dizer que o Ministério da Educação está à disposição para trabalhar junto com o Ministério das Comunicações, a Anatel e todos os órgãos, para estudarmos possibilidades de melhorarmos ainda mais o que nós temos. Eu quero dizer que nós avançamos muito. Eu sou otimista muito forte nessas questões. Eu sou da época em que a própria ideia da informática nas universidades era muito limitada. Em 2001, quando foi feito o primeiro PNE, tínhamos 9% dos jovens de 18 a 24 anos na educação superior. Nós estamos falando de 91 de cada 100 cérebros, sensibilidades e inteligências. Nós não estávamos aproveitando plenamente o potencial dessas pessoas. Avançamos muito, somos 20 hoje, mas ainda há 80. Se nós compararmos isso com outros países que já têm mais de 40 há décadas...

Então, nós temos que trabalhar, não para melhorar os números, mas para poder fazer com que essas sensibilidades, essas inteligências, essas criatividades possam ser postas a serviço do desenvolvimento do País. É disso que nós estamos falando. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Obrigado, Dr. Dilvo

Tive que me ausentar rapidamente. Vou aqui justificar porque nós estamos aqui, agora, com duas Senadoras e um Senador. Estão ocorrendo várias comissões. A Senadora Lídice da Mata já deve ter justificado aqui. Eu fui para a Comissão de Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente porque eu tinha lá um projeto de lei para debater, que trata de instituir o aproveitamento de águas da chuva, criando dispositivos nas residências.

Então, agradeço à Senadora Regina por ter conduzido – e conduziu bem.

Eu, ouvindo o que apresentou aqui o representante do SindiTelebrasil, Dr. Carlos Duprat, e vendo que o aumento da demanda é 56%, eu consigo responder agora, Dr. Duprat, porque eu costumo brincar que, às vezes, eu sinto que a Claro está escura, que a Oi está cega, que a Vivo está morta e que a TIM... É uma brincadeira, mas é assim: às vezes, passamos alguns constrangimentos e raiva por deficiência de sinal. Eu quero reconhecer que é praticamente impossível dar resposta a uma demanda de 56% em tempo tão ágil. Mas esperamos que essa resposta seja dada, com a compreensão da sociedade, do nosso Governo, inclusive dessas iniciativas dos governos estaduais que foram colocadas aqui, e da iniciativa privada, das empresas as quais o senhor tão bem aqui representa.

Então, eu passo a palavra ao senhor, para as considerações finais.

O SR. CARLOS DUPRAT – Muito obrigado, Senador.

Eu acho que eu cheguei a abordar esse tema ao longo da minha apresentação. Vejo os representantes desta Casa muito importantes para a solução desse tema que foi aqui destacado. Nós temos, hoje, 84 bilhões de fundos recolhidos, que poderiam estar sendo usados para essa finalidade. Isso é um confisco porque o fundo foi criado para uma determinada finalidade e não está sendo usado para a finalidade para a qual foi criado. É óbvio que poderíamos estar aqui discutindo: puxa, é essencial! Eu não tenho dúvida dessa essencialidade.Sabemos que, no início, era o telefone fixo o essencial, e hoje, de fato, é a internet.

Nós precisamos utilizar esses fundos para colocar esse serviço à disposição do consumidor, desses alunos que ficam passando no Enem, como muito bem colocou o nosso amigo de Minas Gerais. Eu vejo hoje que é um papel dos representantes do Congresso Nacional, em especial do Senado, se envolver nesse tema, porque dinheiro existe, o dinheiro está aí, está sendo arrecadado e não está sendo usado.

Eu acho que é muito fácil resolver, não é difícil. As empresas têm cumprido todas as metas, antecipado as obrigações. Esses fundos são recolhidos e não são usados. Então, esta para mim é a saída e é muito simples: basta vontade política.

Então, aqui fica o desafio. Eu acho que nós estamos muito preocupados com esse tema. Destacamos aqui que estamos, hoje, com atendimento aquém das necessidades da demanda, mas estamos recolhendo esses fundos e eles não estão sendo usados. Eu acho que essa é uma maneira simples de se chegar a essas comunidades rurais com um serviço de alguma qualidade, pelo menos no primeiro momento.

Agradeço aqui a oportunidade. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Registro a presença do Senador Dalirio Beber, de Santa Catarina, que veio aqui assumir a tarefa, não pequena, de substituir o saudoso Senador Luiz Henrique, lá de Santa Catarina, e está aqui fazendo bem o trabalho, como era de se esperar. Bem-vindo, Senador.

Eu gostaria de saber se o senhor quer fazer alguma ponderação, pois estamos nas considerações finais. (*Pausa.*)

Então, passo a palavra ao Dr. Eron Bezerra, Secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

O senhor nos apresentou aqui um conjunto de iniciativas que eu considero extraordinárias, do ponto de vista do desenvolvimento científico e tecnológico para essa área e com a visão da inclusão social. Gostaria que o senhor fizesse as suas considerações finais, para caminharmos para a conclusão da nossa extraordinária audiência pública na Comissão de Educação, nesta manhã.

O SR. ERON BEZERRA – Em primeiro lugar, eu queria agradecer o convite do Senado e saudar o Senador Donizeti, o Senador Berger, a Senadora Regina, os colegas do Ministério e da iniciativa privada que estão aqui.

Eu fiz questão, Senador Donizeti, de primeiro apresentar um quadro geral, exatamente para que situemos o problema da inclusão digital dentro de um conjunto de outras inclusões. O papel do Ministério da Ciência e Tecnologia é exatamente desenvolver tecnologias que diminuam esse custo, por exemplo. Como ficou claro aqui, esse é, na verdade, o grande gargalo. Tecnologia para colocar internet, amanhã, em todo o Brasil existe disponível. O grande desafio é recurso que dê conta de suportar tudo isso.

Não se falou aqui, mas o Ministério da Comunicação instala um telecentro por algo como R$50 mil. Há um custo mensal de operação. Nós instalamos uma cidade digital por algo como R$900 mil, R$2 milhões, dependen-

do do que se vá fazer lá dentro. Nós vamos inaugurar agora a Luís Eduardo Magalhães, que é uma cidade interior da Bahia, com tecnologia 4G. Às vezes, nós temos que fazer a conta, Senador, para ver a racionalidade do investimento, até mesmo privado ou do Município. Por exemplo, nós investimos R$1.600 milhão para fazer a cidade digital de Luís Eduardo Magalhães.

A prefeitura está economizando R$35 mil de telefone, porque o sistema permite que ela faça um sistema intranet e tenha o seu próprio número de telefone. Ela não depende mais da Oi, da Vivo, de nada, tem seu próprio número de telefone; R$35 mil/mês e economizou, com um sistema de controle, uma facada que a Coelba, da Bahia, queria dar neles, da chamada iluminação pública, reduzindo em R$500 mil a taxa de iluminação pública. A conta é simples. Eles já economizaram, por ano, mais ou menos R$900 mil com esse sistema. Em dois anos, já se pagou todo investimento que foi feito lá. Isso é para dar um exemplo de que investimento em ciência e tecnologia não é despesa, é investimento. Por isso nós temos um desafio adicional, que é desenvolver todo um sistema que barateie isso.

A nossa grande missão no MCTI é exatamente buscar desenvolvimento de tecnologias que reduzam, cada vez mais, os custos operacionais, para que nós possamos universalizar efetivamente, para todos e todas, o conhecimento, o alcance não só da internet, mas de outros mecanismos, como eu expus aqui, que vão desde a energia solar...

Acho que foi o Jefferson que falou dos milhares de computadores que Banco do Brasil e a educação jogam fora. Eu expliquei: nós temos uma tecnologia que chamamos de ouro urbano, que é exatamente pegar esse resíduo eletrônico e transformar em ouro. Para cada tonelada de resíduo eletrônico, há mais ou menos 300g de ouro. Isso é mais ouro do que uma tonelada de barro em Serra Pelada, por exemplo, que é o maior garimpo a céu aberto.

Essas tecnologias, portanto, estão disponíveis. Nós precisamos usar e perguntar quem paga a conta também. É evidente que nós temos fundos, mas o colchão, às vezes, não é suficiente para dormirem todos ao mesmo tempo. Então, temos que saber uma escala de prioridades. Eu, entretanto, sou muito otimista porque os dados que nós vimos aqui já alcançam milhares e milhares de Municípios, nas várias formas: ou pelo MCTI, ou pelo Ministério das Comunicações, pela Telebras. Há vários alcançados já, ainda com tecnologia bastante precária. Mas eu repito: tecnologia maior está disponível.

O satélite é o mesmo, você pode captar e receber. Aonde a Telebras chegar com *backbone*, que é a rede geral, a espinha dorsal da internet, facilita a nossa vida de banda larga. Aonde não chegar, nós somos obrigados a receber por rádio e redistribuir isso por via banda larga, porque aumenta a qualidade, e, às vezes, com equipamentos não tão baratos para fazer essa distribuição. Portanto, a expansão da banda larga é o primeiro desafio que temos levar adiante, colocar em todo canto.

Por fim, Senadora Regina, eu quero aqui me comprometer com a senhora publicamente. Nós vamos fazer uma cidade digital lá em Cocal, para acabar com essa novela de sua cidade ficar isolada. Já que a senhora reclamou tanto aqui de Cocal dos Alves, em homenagem ao Senado da República, em homenagem à senhora, eu estou me comprometendo – depois a senhora pede que um assessor seu entre em contato conosco, nós vamos resolver – a instalar uma cidade digital lá em Cocal dos Alves, para acabar com esse sufoco e premiar os alunos, como a senhora disse, de Olimpíadas de Matemática, organizada pelo nosso Impa, que é um instituto do MCTI. Portanto, mais do que justo que premiemos duplamente essa juventude lá de Cocal dos Alves.

Leve um abraço ao nosso Governador Wellington e à senhora, em particular, por ter aqui defendido os nossos irmãos de Cocal dos Alves. A senhora pode voltar lá e dizer que o seu pleito atendido. Nós vamos fazer uma cidade digital, integrar todo o sistema, e todo mundo lá, a depender do prefeito e do governador, vai ter internet.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada. Tenho certeza de que alguns deles estão assistindo a esta hora e estão dando pulos de alegria já. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Vamos dar continuidade.

Vamos ouvir o Dr. Jefferson D'Ávila de Oliveira, Secretário de Inclusão Digital do Ministério das Comunicações, também para suas considerações finais.

Eu queria aproveitar para perguntar uma coisa, Dr. Jefferson. A Eletronorte, com o Ministério das Comunicações, tinha um programa, pontos de inclusão digital na zona rural, via Satélite, alguns telecentros rurais. No Tocantins, temos alguns que não foram concluídos. A primeira fase foi cumprida, os equipamentos chegaram e faltou chegar a antena. Esse programa ainda está em vigência? Há como dar continuidade?

O SR. JEFFERSON D'ÁVILA DE OLIVEIRA – Para finalizar, então, quero agradecer ao Senador Donizeti a oportunidade de estar aqui e falar sobre as ações, projetos e programas que Secretaria de Inclusão Digital do Ministério das Comunicações está procurando levar à frente.

Especificamente sobre a sua pergunta, eu acredito que esteja falando sobre as antenas GSAC, que são aquelas antenas levadas a pontos remotos. Eu comentei, na ocasião da sua saída, sobre as antenas.

Nós temos hoje, no Ministério, oito mil antenas instaladas, com custo do Ministério. Só vocês terem uma ideia, isso gera um uma despesa anual de R$60 milhões. Não é simples. Tanto é que a política de continuidade da implantação desses antenas vai se dar de outra forma. Nós estamos procurando cada um dos Ministérios

Nós estamos procurando cada um dos Ministérios que demandaram antenas, porque essas antenas não foram instaladas por um protagonismo direto do Ministério das Comunicações e, sim, envolvendo políticas de outros Ministérios, a exemplo do Ministério da Educação, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Ministério da Aquicultura e Pesca, Ministério de Minas e Energia, Ministério da Justiça. Esses ministérios demandaram e quem faz a gestão desse contrato com a Embratel, que é a líder de um consórcio, é o Ministério das Comunicações. Nós continuaremos fazendo a gestão desse contrato, mas a política é que cada um dos ministérios, a partir de 2016, assuma as suas despesas em relação ao custo dessas antenas. Mas queremos que esse processo avance.

O que foi relatado aqui, Senador, foi o seguinte: essas antenas, a partir do momento que avançarmos com o fibramento, a partir do momento que tivermos a perspectiva concreta do satélite estar em funcionamento, a partir de 2017, como vem sendo anunciado pelo Governo, elas perderão o significado. Mas hoje não. Nós continuaremos avançando nesse processo. Só estamos, na verdade, redistribuindo essa questão do custo dentro dos ministérios, considerando que é muito difícil para o Ministério das Comunicações justificar esses 8 milhões dentro do seu orçamento, sabendo que essas antenas servem a diversos ministérios. Mas a intenção é, sim, continuar com as antenas.

Eu queria dizer aqui, para encerrar, que, como Secretaria de Inclusão Digital do Ministério das Comunicações, queremos assumir alguns compromissos, e o compromisso de que nós daremos, sim, continuidade ao processo de revitalização dos pontos de inclusão digital. Queremos que comunidades com vulnerabilidade social, com dificuldade de acesso, tenham gradativamente possibilidade de ter o seu equipamento, de ter a sua conectividade, que façam uma interação mais real, que não seja somente uma distribuição de máquinas. Não entendemos que a máquina é importante, que o jovem rural e urbano tenha acesso a redes sociais? Claro que é, mas nós queremos muito mais que isso. É por isso que estamos buscando, através de uma plataforma que estamos criando, com o apoio do Serpro, proporcionar conteúdos para esses pontos de inclusão digital.

O Ministério da Educação é fundamental nesse processo. Estamos acertando já detalhes sobre essa questão de disponibilizar conteúdos. Não foi comentado aqui – se me permite o diretor Dilvo dizer –, mas há uma intenção do Ministério das Comunicações de transformar os conteúdos dos cursos do Pronatec em EAD, numa maior dimensão. E nós queremos que esse seja um elemento fundamental a ser levado para esta plataforma dos pontos de inclusão digital para a juventude rural. Queremos que essas ações ajudem esses jovens a ter acesso a um conteúdo concreto de formação, a um conteúdo que trate da comercialização da sua produção, porque esse jovem que está no meio rural tem diálogo com várias situações. Há o ensino formal, mas há o trabalho que é desenvolvido, e ele pode, sim, ajudar muito nesse processo.

Um exemplo que eu citei aqui: imagine que um assentamento da reforma agrária que produz e não tem acesso à internet para saber se vai chover, uma questão básica; para saber que técnica é essa que pode melhorar, a chegada de uma praga, que pode complementar a ação de uma assistência técnica no meio rural. Então, esses são os compromissos que a Secretaria de Inclusão Digital do Ministério das Comunicações quer assumir aqui. Nós vamos continuar, sim, avançando nossas políticas, no sentido de minimizar as desigualdades de populações com vulnerabilidade social, com destaque especial ao jovem do meio rural.

Queremos que esse processo avance. Logicamente que nós precisamos de parcerias. O problema é complexo e precisamos de parcerias com os Estados e Municípios. Nos Estados, semelhante ao que está acontecendo com o Estado Piauí. Já estamos avançando com o Estado de Goiás, Minas Gerais. Gradativamente, dentro dessa nova proposta da nova política, estamos buscando essas parcerias com os Estados e, consequentemente, com os Municípios.

Precisamos das operadoras? É lógico. A Secretaria não leva a conectividade.

Nós precisamos da conectividade para que as nossas políticas se efetivem e se implantem. Portanto, é um conjunto de ações que vão complementar esse processo.

Eu acho que a conversa não se encerra aqui. Eu entendo, Senador, que precisamos avançar uma discussão para outros setores, que podem, sim, contribuir. As universidades podem contribuir. O que foi colocado aqui pelo Secretário Eron, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, é fundamental.

A inclusão não está relacionada somente à inclusão digital. É um conjunto de inclusões para que nós possamos levar, como Estado, e aí é aquela história. Mercado, que foi colocado aqui quais são as dificuldades, quais são os desafios; e Estado. Se o mercado ainda não chegou, como é que fazemos para que o Governo possa, efetivamente, levar suas políticas para quem ainda não as tem?

Considero o aspecto com o qual iniciei e pretendo encerrar: inclusão digital é um direito humano, portanto precisamos fazer um esforço para que a população do Brasil inteiro possa ter esse direito adquirido e conquistado.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Obrigado, Dr. Jefferson. Vamos ouvir agora, está na ordem aqui, o Dr. André Moura Gomes, diretor substituto do departamento de banda larga do Ministério das Comunicações.

E, Senadora Regina, essa conquista sua aqui hoje é algo extraordinário. Nós temos um Município lá em Tocantins que chama Colinas. Há internet nas escolas, mas o prefeito resolveu colocar internet *wi-fi* em todas as praças.

A gente chega lá no final da tarde, a meninada está lá sentada no banco da praça estudando ou participando das redes sociais. É um negócio extraordinário. E, mais no início da noite, estão os adultos lá também, com seus instrumentos, entrando na rede para poder se comunicar.

Então, a senhora sai daqui hoje com uma conquista extraordinária lá para o seu Município, e nós a parabenizamos por isso.

Então, vou passar aqui para o Dr. André Moura Gomes, para fazer as suas considerações finais.

O SR. ANDRÉ MOURA GOMES – Obrigado, Senador. Queria mais uma vez, em nome do Ministério das Comunicações, agradecer o convite para participar dessa audiência pública, que trata de um tema tão importante, como já foi dito aqui. E aproveito essa oportunidade para tecer alguns comentários sobre o que foi dito, colocando o Ministério das Comunicações à disposição para seguir esse debate. Seguir esse debate de maneira consequente, Senador.

O Ministério das Comunicações sempre teve uma postura, com a sociedade, com o Congresso Nacional, com a Anatel, com as empresas, de discutir de maneira transparente quais são os problemas, quais são as causas desses problemas e que mecanismos precisamos construir, como sociedade brasileira, para que esses problemas sejam resolvidos.

Foi dito hoje que em 2014, se não me engano, foram arrecadados cerca de R$60 bilhões pelo setor de telecomunicações em tributos. É verdade, é verdade. Mas quanto desses bilhões foram arrecadados pelo Governo Federal e quanto foi arrecadado pelos Estados? É preciso que se discuta isso. É preciso que se discuta quais são as condições de contorno que contribuem para que a gente tenha um cenário de não aplicação de recursos no setor de telecomunicações.

Esses recursos que foram arrecadados foram aplicados, foram aplicados em saúde, foram aplicados em transporte, foram aplicados em educação, foram aplicados em tantos outros programas sociais. Foram, sim, utilizados de alguma forma para prestação de serviços para a sociedade brasileira.

É preciso que se discuta por que hoje essas mesmas condições de contorno fazem com que esses recursos, por uma questão legal, que se autorize que esses recursos sejam utilizados somente para telefonia fixa, sendo que toda a sociedade brasileira, sendo que, enfim, em Minas Gerais, no Piauí, em Tocantins, o que se demanda é o serviço de dados. Essa é uma questão legal. O gestor público tem as suas mãos amarradas diante dos órgãos de controle, todos nós sabemos disso.

Então, é importante que o Congresso Nacional junto, é claro, com o Ministério das Comunicações, com a Anatel, com as empresas, discuta de maneira profunda quais são essas condições de contorno e o que queremos para que alcancemos os resultados.

O Ministério das Comunicações se coloca à disposição. Deve encaminhar, ainda no início de 2016, uma proposta específica para que a banda larga fixa e móvel, esteja no centro da política pública do setor de telecomunicações.

De fato, vivemos um cenário legal, anacrônico, que não corresponde mais à demanda da sociedade brasileira. E nós estamos à disposição. Queremos contribuir e vamos fazer isso, no início de 2016, em parceria com a Anatel obviamente. Enfim, as propostas são construídas de maneira conjunta para que as soluções efetivas para os problemas sejam construídas.

Eu queria fazer mais dois comentários específicos. Em relação ao atendimento da comunidade que foi citada, uma comunidade próxima ao Município de Patos, cerca de 12km, a partir do atendimento das metas que foram estabelecidas de 30km – eu me referi, ao longo da minha apresentação, a essas coberturas de 30km que alcançam a área rural – temos expectativa e convicção de que essa comunidade deve ser atendida, não como nós gostaríamos, em virtude de todos os problemas que foram levantados, mas algum atendimento deve haver lá. E, se não houver, aguardamos uma provocação para que as medidas necessárias sejam tomadas.

Eu digo o mesmo em relação... O mesmo se aplica obviamente para Minas Gerais, para Tocantins, enfim, para todas as situações. Nós temos sempre – e eu posso falar em nome da Secretaria de Telecomunicações do Ministério – essa abordagem que olha para o Brasil inteiro, que, claro, entende as peculiaridades de cada região, tem sempre em vista a redução das desigualdades regionais, mas quer criar oportunidades para todos, quer efetivamente que as soluções sejam propostas de uma forma abrangente, para que não perpetuemos privilégios, mas sim reduzamos efetivamente desigualdades regionais.

Então, Senador, muito obrigado, mais uma vez, pelo convite. Estamos à disposição dentro do Ministério das Comunicações. Tenho certeza de que posso falar em nome do Governo Federal em relação a isso, para discutir efetivamente o que pode ser feito para que os problemas que enfrentamos hoje não se perpetuem mais. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Obrigado, Dr. André. Nós aqui temos a necessidade de agradecer a presença de vocês aqui, nesta manhã.

Nós vamos ouvir agora a Drª Karla Crosara Ikuma Rezende, Gerente de Universalização e Ampliação de Acesso da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), para suas considerações finais.

A SRª KARLA CROSARA IKUMA REZENDE – Novamente, agradeço o convite e a possibilidade de estar aqui expondo, sob a ótica da agência reguladora, que implementa as políticas que são formuladas.

Muito me entristece quando eu escuto a fala do Prof. Osni sobre a filha. Também tenho filhos e acho que esse é um problema realmente que acontece não só em João Pinheiro, mas também em outros Municípios. Mas, como o André até colocou, aqui digo que não gostaria que meus filhos, fazendo uma analogia, só fizessem o que eu lhes peço para ser feito.

Como agência reguladora, eu acho que as prestadoras tem que fazer, já que existe essa demanda e foi demonstrado, inclusive, pelo próprio sindicato que existe essa demanda, existe esse clamor da população, só se ater às obrigações que são postas pelos editais, apesar de essas obrigações, com o tempo, serem cada vez mais ousadas. A cada edital essas obrigações aumentam e são mais vantajosas em termos de atendimento e ampliação de acesso para a população. Especificamente, nesse último edital, em que se falou em 30km, extrapolou-se, inclusive, para conexão de dados, obrigações de conexão de dados. Ainda é o que se espera, o ideal? Não. Não é o ideal, mas para uma comunidade em que inexiste o acesso qualquer acesso já é alguma coisa.

Então, dentro dessa perspectiva de ampliação do acesso deste último edital, João Pinheiro, ou o centro ou esses 30 km têm, sim, a possibilidade de solicitar essa internet, especificamente Minas, para a prestadora Vivo. A Vivo tem que atender. E a agência, como implementadora dessas políticas e fiscalizadora dessas obrigações, em caso de descumprimento, sim, deve ser incitada.

Dentro do nosso papel de fazer cumprir todas essas políticas e obrigações aqui, em nome da Anatel, nós nos colocamos à disposição.

E, dentro da nossa esfera, nós temos nossos braços nos Estados, mas são braços que acho que, como todo Estado, são insuficientes. A informação, acho, é a maior das armas em relação à prestação dos serviços.

Então, o cidadão, hoje, tem de estar ciente dos direitos que lhe são oferecidos por meio da regulamentação. E esse direito a esse acesso, dentro dos 30km, tanto de conexão de dados quanto de voz, hoje já é possível.

Já tivemos aqui em Brasília, inclusive, solicitações de embaixadas. "Olha, não temos uma conexão de dados suficiente dentro da área urbana". Então, nós demos a informação de que "Não, esse direito existe. Esse direito é seu e deve ser demandado."

A informação é uma das grandes armas, e eu acho que esta Casa, com representantes de todos os Estados, é um porta-voz mais do que legítimo e eficaz para transmitir a esses cidadãos na ponta que eles têm esse direito e que esse direito tem de ser exigido.

Então, coloco-me, aqui, à disposição para qualquer tipo de informação em relação a essas fiscalizações, a esses direitos que, hoje, já são estabelecidos por meio da regulamentação.

Agradeço novamente a possibilidade de estar aqui presente, hoje, nesta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Nós é que agradecemos a sua participação aqui, Drª Karla.

Eu queria caminhar aqui para o nosso encerramento...

Quer fazer o uso da palavra, Senador Dalirio Beber? (*Pausa.*)

Aquela história que diz que crise há para quem acredita nela. Não é bem essa questão, mas a crise está aí, existe, não devemos ignorar. Nós só não podemos acreditar que ela nos impede de avançar, porque, na verdade, nós vamos perceber nela uma oportunidade.

Como diria um contador de "causo" lá de Goiás, Geraldinho, já falecido. Nós perguntávamos: Como você está, Geraldinho? E ele dizia: "Olha, eu vou esbarrando na precisão e trupicando na dificuldade." E trupicar não é o mal, porque o cara que trupica cai pra frente.

É preciso aproveitar a crise para gerar oportunidades, aproveitar as oportunidades que ela pode apresentar para nós.

E Deus dá o frio conforme o cobertor. Eu sou dos que acredita que não existe nada impossível. O impossível só existe para quem acredita nele. Eu preciso é compreender que, em determinado momento, uma situação aparece, e eu não tenho os instrumentos e as ferramentas para superar aquela dificuldade daquele momento, mas isso não quer dizer que aquele problema é impossível. Que nós haveremos, se insistirmos e acreditarmos, de superar esse problema.

Daí, que acredito no seguinte: sonhar, acreditar, trabalhar e apaixonar pelo sonho é o caminho para realizar esse sonho.

O trabalho e a paixão por aquilo que estamos construindo como projeto, como ideia, para desenvolver vai ser realizado se seguirmos aquela máxima do poeta compositor Raul Seixas. Porque, na verdade, eu acho que esses versos que vou falar aqui vêm de Sócrates, mas que ele usou tão bem numa música. "Sonho que se sonha só é só um sonho. Sonho que se sonha junto é realidade."

Nesse sentido, eu quero me colocar aqui, em nome desta Comissão, em nome do Senado, que vamos procurar discutir esse fundo que está, neste momento, cumprindo uma tarefa importante para o País, mas, como vamos equilibrar o cumprimento dessa tarefa importante, e não deixar de cumprir a função para a qual ele foi criado.

E, aí, é no diálogo com o nosso Governo, com o Governo Federal, com a nossa Presidenta, que nós vamos buscar, mesmo não inviabilizando essa tarefa que esse fundo cumpre, neste momento, a partir do ano que vem, colocá-lo à disposição da finalidade para qual ele foi criado.

E, aí, eu, como Senador aqui, hoje, honrado, queria me desculpar com a Contag, com a juventude da Contag, porque a Contag também precisava estar nesta Mesa, mas infelizmente passamos batido. Poderíamos ter aprovado aqui hoje um aditamento a este requerimento, mas, infelizmente, essa roda-viva que fazemos aqui não me fez perceber isso. Por isso, meu amigo Willian da Contag e Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado Tocantins, haveremos de continuar dialogando e trabalhando para que a internet de banda larga de qualidade chegue o mais rapidamente possível à zona rural para que os jovens possam ter acesso a todas as informações e meios para se preparar... E é uma notícia muito boa essa questão de transformar as aulas do Pronatec para aulas em EAD, que vão chegar mais rapidamente a um número ainda maior de jovens no campo e em todos os cantos do Brasil.

Então, aos nossos convidados.

Prof. Dilvo Ilvo Ristoff, Diretor de Políticas e Programas de Graduação da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, estamos muito agradecidos pela sua contribuição aqui hoje.

Dr. Carlos Duprat, Diretor do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia do Serviço Móvel Celular e Pessoal do Brasil (SindiTelebrasil), também nossos agradecimentos. Você trouxe informações importantes para o conjunto desta Comissão e da sociedade brasileira.

Dr. Eron, Secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), também os nossos agradecimentos. Tomei conhecimento de algumas coisas que eu imaginava que precisava ter e que já existem, porque nós não conhecemos tudo. Precisa ter humildade de reconhecer que precisa ir atrás de mais informações.

André Moura Gomes, Diretor Substituto do Departamento de Banda Larga do Ministério das Comunicações, nosso muito obrigado pelas informações relevantes que você trouxe aqui para nós. E o desafio que você nos faz: que o Ministério das Comunicações está à disposição para debatermos e encontrarmos saída.

Drª Karla Crosara Ikuma Rezende, Gerente de Universalização e Ampliação do Acesso da Agência Nacional de Telecomunicações, nós estamos agradecidos. Esta Mesa ainda não tem paridade, mas acabamos de aprovar uma emenda constitucional, que garante que, nas próximas eleições, 10% das Parlamentares sejam mulheres. Na próxima eleição, 12% e, depois, na outra eleição, 16% no Parlamento brasileiro. Isso será só o começo para que a gente tenha mais equidade de gênero na legislação brasileira.

E o Dr. Jefferson D´Ávila de Oliveira, companheiro, amigo, Secretário de Inclusão Digital do Ministério das Comunicações, muito agradecido. Quero que o senhor leve os nossos cumprimentos ao Ministro das Comunicações, companheiro Ricardo Berzoini, a quem o senhor tão bem representou aqui hoje. Conte conosco e saiba que nós vamos bater à porta do ministério para discutir estas demandas que não só os jovens rurais estão demandando, mas toda sociedade brasileira: mais serviço de qualidade no acesso à internet e à rede de comunicações do mundo.

Encerro agradecendo também aos assessores da Comissão, que sempre estão aqui a postos e muito prestativos, aos assessores do meu gabinete que estão aqui me acompanhando – não vou falar no nome de ninguém para não falhar com ninguém – e a todos que, nesta manhã, estiveram aqui conosco nos acompanhando. Muito obrigado.

Encerro esta exitosa audiência pública da Comissão de Educação com um muito obrigado aos que contribuíram com ela. Valeu! Um beijo no coração de cada um e cada uma, um abraço na alma de todas.

Viva o Brasil!

(Iniciada às 10 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 44 minutos.)

ATA DA 44ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2015.

Às onze horas e dezoito minutos do dia quinze de setembro de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência da Senhora Senadora Fátima Bezerra**, e com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, Donizeti Nogueira, Lasier Martins, Paulo Paim, Gladson Cameli, Simone Tebet, Dário Berger, Maria do Carmos Alves, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Dalirio Beber, Lídice da Mata, Blairo Maggi, Eduardo Amorim, Douglas Cintra, Regina Sousa, Telmário Mota, Lindbergh Farias, Marta Suplicy, José Agripino, Ataídes Oliveira, Antonio Carlos Valadares e Randolfe Rodrigues reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Ivo Cassol, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Otto Alencar, Jader Barbalho, Wilder Morais, Romário e Roberto Rocha. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação dela, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência passa à leitura do seguinte comunicados: "Comunico aos Srs. Senadores e às Senhoras Senadoras o recebimento dos seguintes expedientes: Ofício da Câmara Municipal de Barretos, São Paulo, encaminhando moção de repúdio à adoção de contingenciamento orçamentário pelo Governo Federal no Ministério da Educação; Ofício nº 075, de 2015, da Câmara Municipal de Palmitos, Santa Catarina, encaminhando moção de apelo na qual manifesta contrariedade a todos os projetos que visem alterar ou extinguir o regime vigente de partilha na exploração do petróleo do pré-sal. Os Senadores que desejam cópias dos ofícios poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão. Os ofícios vão ao arquivo". Logo após, a Senhora Presidente, Senadora Fátima Bezerra, esclarece que a reunião será realizada em duas partes: a primeira destina-se à deliberação da Mensagem nº 60, de 2015, e a segunda destina-se à deliberação da pauta ordinária e inicia a primeira parte. **Item 1: Mensagem (SF) nº 60, de 2015,** de caráter não terminativo, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea 'f', da Constituição Federal, combinado com o art. 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, o nome da Senhora DÉBORA REGINA IVANOV GOMES, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, na vaga da Senhora Vera Zaverucha". A relatora designada é a Senadora Marta Suplicy e o parecer favorável é aprovado, após a arguição pública da Senhora Débora Regina Ivanov Gomes, em escrutínio secreto, por unanimidade, com 17 (dezessete) votos favoráveis. Usam da palavra as Senadoras Marta Suplicy e Simone Tebet, os Senadores Paulo Paim, Telmário Mota, Lasier Martins e Donizeti Nogueira, e a Vice-Presidente da Comissão, Senadora Fátima Bezerra, no exercício da Presidência. É consignado o voto da Senadora Fátima Bezerra, na Presidência da CE. Neste momento, a Presidência inicia a segunda parte da reunião. **Item 1: Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2015,** de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Chico Lopes, que "Institui no Brasil o Dia Nacional do Educador Social". O relator designado, ad hoc, é o Senador Paulo Paim e o parecer favorável ao projeto é aprovado. **Item 7: Requerimento da Comissão de Educação nº 95, de 2015,** de autoria do Senador Paulo Paim, que "com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para debater o 'Marco Regulatório da Educação a Distância – EaD'. O Requerimento é aprovado. **Item 9: Requerimento da Comissão de Educação nº 98, de 2015,** de autoria do Senador Roberto Rocha, que "nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, solicito a realização de audiência pública, nesta Comissão, em conjunto com a Comissão de Constituição e Justiça (Requerimento nº 14, de 2015-CCJ, aprovado na reunião de 19/08/2015), para debater o Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2014, que Institui o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura – PROCULTURA; altera as Leis nºs 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e 9.250, de 26 de dezembro de 1995; revoga as Leis nºs 8.313, de 23 de dezembro de 1991, 9.312, de 5 de novembro de 1996, 9.999, de 30 de agosto de 2000, 11.646, de 10 de março de 2008, e dispositivos das Leis nºs 8.849, de 28 de janeiro de 1994, 9.064, de 20 de junho de 1995, 9.065, de 20 de junho de 1995, 9.874, de 23 de novembro de 1999, e das Medidas Provisórias nºs 2.189-49, de 23 de agosto de 2001, e 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; e dá outras providências, com os seguintes convidados, sem prejuízo da inclusão de outros posteriormente indicados: Juca Ferreira – Ministro da Cultura; Chico César – Compositor e Ex-Secretário Estadual de Cultura da Paraíba; Albino Rubim – Pesquisador e ex-Secretário Estadual da Bahia; Zulu Araujo – Presidente da Fundação Pedro Calmon; Irene Ferraz - Presidente da Escola Cinema Darcy Ribeiro; Fernando Portella, Diretor Executivo da Rede do Instituto Cidade Viva; Miguel Gomes – Produtor Cultural; Regina Miranda – referência na área de Ballet e Dança; Coordenadora da Agenda 21 da Cultura; Moacyr Goes – Diretor de Teatro e de TV; Myriam Brum – ex-Diretora da Casa da Gávea e da

Funarte; Aspasia Camargo – Socióloga, Professora da FGV, ex-Secretária de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, ex-Presidente do Ipea; Marcio Calvão Moura – Engenheiro, Ator e Urbanista, criador do Circo Voador e da Fundição Progresso, revitalizou o patrimônio histórico do Recife Antigo, Pelourinho, Porto Geral de Corumbá; hoje atua com a Casa do Empreendedor Urbano (CEU), coletivo de empresas de economia criativa e formação de empreendedores; Wilma Barbosa – Diretora e Organizadora do Festrio". O Requerimento é aprovado. Neste momento, a Presidência passa à deliberação dos itens extrapauta. **Extrapauta, Item 10: Requerimento da Comissão de Educação nº 101, de 2015,** de autoria do Senador Donizeti Nogueira, que "Nos termos dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, destinada a debater proposta de instituição da 'Semana Nacional do Feijão e Arroz', a ser comemorada na semana do dia 16 de outubro de cada ano, 'Dia Mundial da Alimentação', instituído pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Para tanto sugiro o envio de convite às seguintes instituições: Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Embrapa Arroz e Feijão; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF); Federação das Associações de Arrozeiros do Estado do Rio Grande do Sul (Federarroz); União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes); Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)". O Requerimento é aprovado. **Item 11**: **Requerimento da Comissão de Educação nº 102, de 2015**, de autoria do Senador Paulo Paim, que requer "nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2015, que 'Institui no Brasil o Dia Nacional do Educador Social'". O Requerimento é aprovado. **Item 12: Requerimento da Comissão de Educação nº 100, de 2015,** de autoria do Senador Telmário Mota e do Senador Donizeti Nogueira, que "em aditamento ao Requerimento nº 45, de 2015, aprovado nesta Comissão, requeiro que seja convidado um representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República". O Requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a **Senhora Presidente Em Exercício, Fátima Bezerra,** encerra a reunião às doze horas e quarenta e sete minutos, determinando que eu, **Willy da Cruz Moura**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA FÁTIMA BEZERRA
Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 44ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da ata e aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras o recebimento dos seguintes expedientes: Ofício da Câmara Municipal de Barretos, São Paulo, encaminhando moção de repúdio à adoção de contingenciamento orçamentário pelo Governo Federal no Ministério da Educação; Ofício nº 075, de 2015, da Câmara Municipal de Palmitos, Santa Catarina, encaminhando moção de apelo na qual manifesta contrariedade a todos os projetos que visem alterar ou extinguir o regime vigente de partilha na exploração do petróleo do pré-sal.

Os Senadores que desejam cópias dos ofícios poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão. Os ofícios vão ao arquivo.

Informo que a reunião será realizada em duas partes: a primeira destina-se à liberação da Mensagem nº 60, de 2015, e a segunda destina-se à liberação da pauta ordinária da nossa Comissão de Educação dos itens de um a dez.

Queremos registrar, com muita satisfação, a presença do Diretor-Presidente da Ancine, Sr. Manoel Rangel. Seja bem-vindo.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 60, de 2015
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, o nome da Senhora DÉBORA REGINA IVANOV GOMES, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, na vaga da Senhora Vera Zaverucha.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senadora Marta Suplicy
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
1- Na 42ª Reunião Ordinária, a Matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.
2- A votação do Relatório será procedida por escrutínio secreto, nos termos do Art. 383, VI, do Regimento Interno do Senado Federal.

Na presente reunião, prometemos a arguição da indicada e a votação do relatório, em cumprimento ao art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Convido o Senador Anastasia e o Senador Paim a conduzirem a Srª Débora Regina Ivanov Gomes ao recinto da reunião, à Mesa, por favor. (*Pausa.*)

Como a Senadora Marta já apresentou – não foi, Senadora? – o relatório na reunião passada, de acordo com o Regimento, vamos passar a palavra para a Srª Débora e depois vamos facultar a palavra aos Parlamentares. E a senhora teria a preferência para ser a primeira a fazer uso da palavra. Se quiser, inclusive, vir à Mesa Diretora, será um prazer.

Concedo a palavra à Srª Débora Regina Ivanov Gomes, para a sua exposição.

A SRª DÉBORA REGINA IVANOV GOMES – Bom dia, Senadora Fátima Bezerra, Presidente desta Comissão; Senadora Marta Suplicy, Relatora desta indicação; Srªs e Srs. Senadores aqui presentes; Sr. Manoel Rangel, Diretor Presidente da Agência Nacional de Cinema. Eu agradeço a oportunidade de estar aqui hoje, para expor a minha motivação em contribuir com a Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Cinema (Ancine).

A Ancine e o Conselho Superior de Cinema foram criados em 2001, com a Medida Provisória 2.228. De sua criação aos dias de hoje, foram muitos os avanços das políticas públicas construídas para impulsionar a atividade audiovisual independente no Brasil. Aos mecanismos que foram criados em 1993, com os arts. 1º e 3º da Lei do Audiovisual, que aproximou empresas e distribuidoras da produção independente, somaram-se novos mecanismos, inserindo os arts. 1-A, 3-A, 39 e 41, na Lei do Audiovisual, que simplificaram a busca por investimento junto a empresas; aproximaram da produção independente as TVs fechadas e abertas; e propuseram ao mercado modelo de fundos de investimentos através dos FUNCINEs; foram criados incentivos à qualidade e à *performance* junto ao público com o Programa de Incentivo à Qualidade e o Prêmio Adicional de Renda, para aqueles que se destacam nas bilheterias de cinema e nos principais festivais do mundo.

Em 2006, com a aprovação da Lei 11.437, foi criado o mecanismo que hoje é a grande alavanca de crescimento do setor, o Fundo Setorial do Audiovisual, com recursos vindos da própria atividade, o Condecine, uma taxa sobre a veiculação de obras no País. Foi criado um programa de desoneração fiscal para a construção e digitalização de salas de cinema, e também oferecido crédito subsidiado para a abertura de novas salas.

Em 2011, houve um marco histórico para a atividade: após cinco anos de debate no Congresso Nacional, a aprovação da Lei 12.485 estabeleceu a obrigatoriedade de conteúdo nacional e independente nas TVs por assinatura e trouxe novas contribuições para o fundo setorial, que triplicou a sua capacidade de investimento na atividade.

Em 2012, o Conselho Superior do Cinema aprovou plano de diretrizes e metas para o audiovisual e apresentou o desafio de transformar o Brasil no quinto maior polo de produção audiovisual do mundo. Toda essa construção, que somou esforços do Ministério da Cultura, da Ancine, do Poder Legislativo, de agentes de mercado e da sociedade civil trouxe o audiovisual brasileiro para um novo patamar: saltamos de 30 para 130 filmes produzidos por ano; a bilheteria das salas de cinemas saltou de 76 para 155 milhões de bilhetes vendidos; em faturamento, o crescimento foi de 426%, saltando de 460 milhões para 1,960 bilhão no mercado de exibição.

Para os filmes brasileiros, o salto foi de 540%, saltando de R$41 milhões para R$222 milhões de faturamento.

Muitos de nossos filmes já disputam o público, de igual para igual, com os gigantes internacionais. Saltamos de dois para oito filmes com bilheterias acima de 1 milhão de expectadores. Os distribuidores nacionais foram fortalecidos. Hoje, respondem por 59% da bilheteria dos filmes nacionais e por 30% do mercado geral.

A ampliação do parque exibidor cresce a cada ano. Saltou de 1.500 salas para 2.833 nesse mesmo período. A digitalização dessas salas já chega a 80% concluída.

A pequena cota de três horas e meia semanais na TV por assinatura, uma média de 30 minutos por dia, revolucionou a produção e a programação no País, quintuplicou o volume de obras nacionais exibidas em horário nobre. Podemos, finalmente, assistir a nossos conteúdos, a nossos costumes e a nossos sotaques na TV fechada.

As políticas de fomento regional, com a destinação de parte do Fundo Setorial para o Nordeste, Norte e Centro-Oeste e as parcerias com governos locais permitiram que novas regiões despontassem na produção audiovisual, e podemos visualizar, hoje, uma produção plural que reflete a cultura de norte a sul do País.

No cenário internacional, estamos cada vez mais presentes nos principais festivais e mercados do mundo, além de avançar com um grande volume de coproduções com diferentes países. Esses resultados, entre outros que poderiam ser citados aqui, demonstram o enorme potencial de crescimento dessa economia. Esses avanços ainda demandam grandes esforços do Poder Público e dos agentes do mercado para se consolidarem. Temos pela frente novos desafios e um novo ciclo de crescimento.

O aquecimento do mercado estimulou diferentes arranjos econômicos e produtivos que desafiam produtores, distribuidores, exibidores e gestores públicos a rever suas estratégias.

As instruções normativas que regulam a atividade estão sendo reformuladas para compatibilizar essas novas demandas e precisam ser simplificadas e sincronizadas.

O Fundo Setorial do Audiovisual já tem um histórico de resultados que nos permite calibrar suas políticas de investimentos. A produção de conteúdos para a TV enfrenta escassez de mão de obra. É preciso formar e qualificar profissionais em diversos níveis, tanto técnico, gerencial como criativo.

Pequenas produtoras precisam rapidamente profissionalizar sua gestão, para dar conta das novas oportunidades. Os filmes realizados precisam garantir, todos eles, o seu adequado espaço de exibição. Alguns mecanismos de incentivo expiram sua vigência em breve e precisam ser renovados. Outros mecanismos precisam ser revistos com urgência.

A gestão de processos da Ancine necessita de aprimoramento para dar conta do crescente volume de demandas com celeridade e é preciso preservar as conquistas da Lei 12.485, que ainda enfrenta resistências.

Esse ambiente em constante transformação exige, cada dia mais, agilidade e sofisticação das políticas públicas, da gestão da agência e de seus instrumentos regulatórios. O momento é de ajustes para acelerar esse futuro e alcançar a meta traçada de transformar o Brasil num importante polo de produção e programação.

Senti-me muito honrada com o convite do Ministro Juca Ferreira para compor a Diretoria Colegiada da Ancine. Sou advogada, venho da iniciativa privada e aceitei prontamente o convite. Apresentei toda a documentação necessária, incluindo meu desligamento das atividades anteriores. Cito também na minha documentação um pequeno processo civil de direito privado, onde discuto custos de obra de infraestrutura em um condomínio onde adquiri um pequeno terreno.

Minha trajetória profissional conta com mais de 20 anos como produtora de cinema e televisão. Acompanhei cada avanço das políticas públicas e realizei os mais diferentes modelos e tamanhos de produção; realizei projetos autorais e projetos de apelo popular; realizei obras de diretores consagrados e lancei novos talentos; realizei obras de ficção e documentários; coproduzi com diferentes países, como Argentina, Portugal, França, Itália, China, Japão, entre outros; realizei mais de 60 obras, entre filmes de longa e curta duração, telefilmes e séries para a televisão. Essas obras conquistaram mais de 200 prêmios nos mais diferentes festivais do Brasil e do mundo. Tive a felicidade de conquistar também, com essas obras, as maiores bilheterias do cinema nacional, nos anos de 2012 e 2014. Muitas dessas obras foram distribuídas também no mercado internacional se inserindo em mais de 60 países.

Aproveito, inclusive, para comentar que o último filme que produzi acaba de ser indicado pelo Brasil para concorrer ao Oscar. Que Horas Ela Volta?, da diretora Anna Muylaert, com Regina Casé, como protagonista, no papel de uma empregada doméstica, conquistou o prêmio de público no Festival de Berlim, e já está sendo exibido em mais de 30 países.

Paralelamente, sempre me empenhei em contribuir com ações setoriais. Nos últimos cinco anos, fui diretora executiva do Sindicato da Indústria do Audiovisual do Estado de São Paulo (Siaesp), filiado à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a Fiesp, a entidade que representa produtoras de cinema, televisão, publicidade, *games* e também infraestrutura. Anteriormente, fiz parte, por duas gestões, da diretoria da Associação Paulista de Cineastas. Também fiz parte do Conselho da Associação Brasileira de Produção de Obras Audiovisuais, a Apro. Sou membro do Comitê Gestor do Projeto de Capacitação de Empresários do Audiovisu-

al, promovido pela Apro, pela Associação Brasileira da Produção de Obras Audiovisuais, Sindicato da Indústria do Audiovisual do Estado de São Paulo...

(Soa a campainha.)

A SRª DÉBORA REGINA IVANOV GOMES – ... e Associação Brasileira de Produtoras Independentes de Televisão. Sou membro do Conselho Consultivo da SPCine, empresa pública de cinema, vinculada à Prefeitura e ao Governo do Estado de São Paulo, e fui indicada pelo Conselho Superior do Cinema como membro titular do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual.

Também sempre me empenhei em ações sociais. Fundei e exerci a diretoria executiva voluntária do Instituto Querô, organização sem fins lucrativos, dedicado à capacitação e inserção no mercado audiovisual de jovens em situação de risco na região do Porto de Santos.

Há dez anos, são realizadas anualmente 1.200 horas de atividade de capacitação por ano. São realizadas também oficinas em escolas públicas para que jovens e educadores se apropriem dessa linguagem e incubamos também ali uma produtora administrada por jovens, hoje totalmente autossustentável, prestando serviços para o mercado e realizando projetos audiovisuais. Essas inúmeras frentes de atuação me permitiram construir uma visão abrangente do setor e estabelecer um firme compromisso com o seu fortalecimento.

Se o Senadores acolherem a minha indicação, estou pronta para dedicar integralmente o meu tempo, a minha experiência e energia para contribuir com a missão da Ancine de promover o desenvolvimento econômico, cultural e social da atividade audiovisual no Brasil.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Vamos dar continuidade agora, facultando a palavra, ou seja, a fase de arguição, aos Srs. Parlamentares.

Começo concedendo a palavra à Senadora Marta Suplicy, que foi Relatora do presente processo de indicação.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Muito obrigada, Presidenta em exercício, Senadora Fátima Bezerra.

Primeiro, quero cumprimentá-la pelo currículo altamente qualificado, e a minha primeira pergunta vai nessa direção, porque a senhora tem uma experiência larga no mundo privado, no mundo público e também no social.Isso, nos currículos da Ancine, não é o mais frequente e pode trazer um sangue novo, um oxigênio que acho bastante interessante.

Começo perguntando, em virtude dessa junção de diferentes competências, como a senhora pensa que pode contribuir para este momento da Ancine? Primeira pergunta.

Outra pergunta é: tenho uma preocupação – acompanho a Ancine já há algum tempo como ministra da Cultura –, nós aprovamos a Lei 12.485, de 2011, foi criada uma nova demanda pelo conteúdo brasileiro na TV paga. Foi uma iniciativa bastante importante, mas isso acompanhei de perto, porque foi criada a Lei e não há filmes para colocar, porque não temos condições – não sei se temos ou não –, mas não conseguimos criar condições de produção nacional e a Ancine recebe bastantes críticas frente a isso, que os roteiristas são roteiristas para a televisão, não conseguem ter agilidade para serem roteiristas... Ao contrário, para filmes e agora têm que ter uma demanda enorme para televisão e eles não dão conta. Não sei se o número aumentou ou não, mas creio que, pela dificuldade que vivemos já há algum tempo, deve ter sido difícil esse aumento de pessoas. Então, realmente, ali é um engarrafamento com uma demanda muito grande dos cineastas, porque todo mundo fica vendo a oportunidade "da vida" de poder finalmente colocar a sua obra e não existindo condição de produção com a ajuda que a Ancine poderia dar – e está com essa dificuldade, não é?

Então, a senhora mencionou que gostaria de ver maior qualificação técnica, formação. Eu também digo de mão de obra qualificada, porque isso acompanhei um pouco. A senhora tem alguma ideia concreta de como fazer isso? Porque, se já estava difícil antes, eu imagino agora, não é? Como é que seria isso?

Acrescentando a essa questão, eu diria que existem vários programas de ação da Ancine que são prioritários. Mas um deles, que sempre me preocupou também, é o acesso – a democratização – às salas de exibição. Hoje, os cinemas de ruas estão sendo fechados, substituídos por igrejas ou por comércio, não conseguem abrir. E abrir portas novas então nem se fala. E eles estão caminhando: os que sobram vão para os *shoppings*. Nos *shoppings*, os preços são muito caros. Então, está ficando cada vez mais restrito. Então, eu gostaria de saber a opinião da senhora frente a isso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidenta, pela ordem!

Queria, até, para ajudar no encaminhamento...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... enquanto a nossa convidada responde as perguntas, se V. Exª pudesse abrir já o processo de votação, a gente ia votando e ia dialogando com ela. Ajudaria para aqueles Senadores que normalmente vêm à Comissão, votam e saem.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Perfeito, Senador Paim.

Nós vamos acatar – claro – a sugestão de V. Exª pelo caráter de praticidade que ela tem. Quero, só, aqui, acrescentar algumas orientações com relação ao processo de votação. Em seguida, nós vamos passar a palavra para a Senadora Simone.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP. *Fora do microfone*.) – Não, eu não acabei.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Não? Desculpe-me. Depois, quando terminar é que... Não, você já fez as indagações?

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP. *Fora do microfone*.) – Não.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Ah, desculpe-me. Pensei que quando o Senador Paim fez a questão de ordem V. Exª já tivesse terminado.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP. *Fora do microfone*.) – Não.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Então, desculpe-me, Senadora Marta. Assim que a Senadora terminar...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só dizer que não é nem o meu caso: eu vou ficar aqui até o fim.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Não, perfeito, perfeito. Não há problema. Quando a Senadora Marta terminar, é o tempo que nós vamos providenciar a urna e daremos as orientações.

Senadora Marta com a palavra.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Bom, a outra questão é que existem duas frentes importantes no âmbito da produção audiovisual e para as quais seriam importante darmos uma atenção cada vez maior.

Primeiro, é a regionalização, a Ancine já tem uma preocupação com isso. E, agora, recentemente, em setembro, o Fundo Setorial do Audiovisual destinou 60 milhões para a produção de conteúdo regionalizado a ser veiculado nas TVs do campo público de 26 unidades da Federação.

A outra frente que eu considero muito importante, porque me bati muito, é pela questão do *soft power* – e eu acredito que o cinema é um instrumento de *soft power* fortíssimo. Nós vemos, por exemplo, se pensarmos em Hollywood, foi isso que ajudou os Estados Unidos a expandir as suas ideais. Concordando ou não, foi um instrumento fortíssimo. É o que tornou a Itália também muito conhecida e toda a cultura italiana. A própria França, o *Nouvelle Vague*. Então, eu considero que nós temos condição, hoje, por toda a nossa competência, até técnica e tudo mais, artística, de termos cooperação muito forte. Nós tentamos algumas: na Itália, não sei bem se aquilo acabou acontecendo e se continuou ou não. Mas queria saber a sua posição frente a essa questão.

A última questão é que, vindo da iniciativa privada, a senhora pode, certamente, contribuir para tornar a relação entre a Ancine e o setor regulado mais dinâmica e mais ágil. Nós sabemos que existe um trâmite que é necessário, mas isso também foi uma... Eu até cansei de ouvir essa reclamação dos processos muito burocratizados e muito demorados.

Volto à questão anterior. Nós sabemos que para concurso agora, há uma impossibilidade real. O que fazer? Se não há como fazer do jeito com que estamos acostumados, como é que nós vamos dar esse salto para conseguir agilizar? Eu considero extremamente importante. E dentro da própria Ancine, com os recursos que há, como é que nós podemos remodelar para dar mais celeridade a esses processos? Essa é a questão.

Terminando, com relação ao filme Que Horas Ela Volta?, que eu ainda não vi, mas já tenho, como todos aqui, lido a respeito... O Senador Anastasia comentou, bem como a Senadora Angela, que está um sucesso nas críticas internacionais e brasileiras, todo mundo quer ver, quem ainda não foi. É uma grande atriz nossa, por quem eu tenho profunda admiração. E a Anna Muylaert, que eu conheço desde pequenininha também. Estou muito entusiasmada para ver.

Eu lembro que, no Ministério da Cultura, nós fizemos um grande esforço financeiro para ajudar na promoção do filme que foi estrelado pela Glória Pires para o Oscar. Ele foi escolhido, e nós fizemos um esforço. Sabemos que é necessário muito recurso para conseguir de fato concorrer. Eu queria saber qual é a sua opinião sobre isso, porque a senhora produziu ou ajudou a produzir esse filme, e eu percebo, por tudo o que tenho escutado, que nós temos chance real. Seria importante as pessoas terem consciência de que a nomeação de um filme brasileiro para o Oscar e que ganhar esse Oscar coloca os nossos atores, o nosso cinema... Dá um salto e vale muito o investimento. Sei que o momento é difícil, mas a senhora tem alguma ideia de como proceder, o que fazer para isso?

Essas são as minhas questões.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Nós vamos passar a palavra agora à Srª Débora, para responder à arguição da Senadora Marta. Depois, Senador Paim, nós daremos início ao processo de votação, até porque, de acordo com o Regimento, quem tem que abrir o processo de votação é a Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Posso abrir na hora em que a urna chegar.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – A urna já se encontra aqui, mas vamos ouvir a resposta da Srª Débora. Em seguida a senhora abre o processo.

O processo vai ser eletrônico. Está aqui, a nossa direita.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pela ordem, Senadora Fátima.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pois não.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Quantos oradores estão inscritos?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Somente a senhora.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Se eu pudesse, então, fazer as perguntas e se a Senadora Marta não se importasse, ela poderia responder em globo, porque é uma questão muito parecida com a da Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Não há óbice da minha parte.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Aí nós poderemos abrir a votação.

Eu quero facilitar. Para mim é indiferente, mas eu poderia fazer a pergunta e, enquanto ela responde, nós poderíamos fazer a votação.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Eu queria ponderar.

A senhora quer fazer a pergunta porque está dentro... A pergunta está relacionada ao que a Senadora...

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Não, é que ela pode responder de uma forma mais global, já que só temos mais um orador inscrito. Assim nós...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Perfeito. Nesse sentido...

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sem atrapalhar o processo de votação. Não quero atrapalhar o compromisso dos outros Senadores.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – O que eu queria ponderar é que, nesse caso, é melhor escutar a Srª Débora responder à Senadora Marta, porque é regimental. Eu só posso abrir o processo de votação...

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sem problema.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... depois que a Senadora Marta votar, porque ela é a Relatora. Está certo, Senadora Simone?

Então ela vai responder à Senadora Marta, a Senadora Marta abre o processo de votação e imediatamente depois eu passarei a palavra à senhora e ao Senador Lasier também, que acaba de se inscrever.

Srª Débora, com a palavra para responder à arguição da Senadora Marta.

A SRª DÉBORA REGINA IVANOV GOMES – A primeira pergunta, como contribuir.

Como o meu crescimento profissional foi totalmente impactado e induzido pelas políticas públicas, eu interagi dia a dia com todas essas regras, leis. Tudo isso impactou o meu dia a dia profissional. Então eu espero levar essa experiência de como foi, como produtora, lidar com todos esses processos, procedimentos, burocracias, encaminhamentos, alegrias e tristezas para a Agência.

Com muito entusiasmo, creio que posso ajudar a propor, agregar esforços para simplificar processos que continuem dando segurança à agência, aos órgãos reguladores, mas que possam ser mais céleres, porque realmente a agência não tem condições de contratar mais gente. Nós estamos num momento muito bom, de crescimento e aquecimento. Então, muitos novos entrantes no mercado. E a agência é estrangulada por esse volume de processos. Então nós vamos ter que discutir muito gestão e revisão de processos.

Tenho grande prazer em discutir gestão. Tenho, aliás, me proposto a estudar muito. Fiz um belo curso agora na Fundação Dom Cabral, especializando-me na Fundação Getúlio Vargas, para, além da minha experiência, poder contribuir também com algumas ferramentas de gestão que vêm do mercado privado e podem somar esforços com a Ancine. Fico muito entusiasmada em conversar sobre gestão e poder colaborar.

A Lei nº 12.485, para atender a essa demanda está faltando mesmo mão de obra em todos os níveis: diretor de fotografia, técnicos de cenografia. Faltam pessoas que entendam um pouco de gestão, de produção executiva, que saibam lidar com os números e os instrumentos regulatórios. As políticas públicas cresceram muito, são muitos os assuntos. Antes nós tínhamos duas leis de incentivo; hoje nós temos mais de 13 mecanismos. Então os pequenos produtores ainda têm dificuldade de lidar com todos esses instrumentos e precisam se capacitar.

Quanto à área criativa, a Senadora Marta falou muito precisamente: nós temos muita experiência na área de cinema, e pouca na área de televisão, que é outra linguagem, é outro ritmo, é outro processo de criação de grupo. Então estamos ainda nos adequando.

Estou coordenando um seminário que será na semana que vem, reunindo instituições de ensino de todo o País e instituições privadas de curso avulsos e especialização, exatamente para discutir o que poderia ser adequado nas grades curriculares que já existem e como poderíamos estimular para que esses cursos avulsos, cursos técnicos possam ofertar para acelerarmos essa qualificação, além do Pronatec. Nós vamos amadurecer esse relacionamento aos pouquinhos. Apesar desse refluxo, contamos com uma parte do Pronatec para capacitar tecnicamente.

Cursos de especialização.

Tenho conversado com a FGV para criar um curso de especialização focado no audiovisual, com a FAAP, com o Senac, enfim, para rapidamente ofertar novos cursos e qualificar essa mão de obra.

Com esse curso de capacitação do Sebrae, que eu citei aqui, nós corremos o Brasil todo e a receptividade é imensa, porque o Sebrae fala a linguagem do pequeno produtor e é esse mercado que está em expansão, com capacitação na área jurídica, societária, tributária, trabalhista, enfim, gestão empresarial, como distribuir o seu filme, como participar desse momento histórico. Tem sido muito bom e eu espero que essas iniciativas continuem. Não só espero como trabalharei para que essas iniciativas prossigam.

Quanto ao cinema, estar muito restrito aos *shoppings*, isso é inibidor, principalmente para os nossos jovens de classe mais popular, realmente é uma grande questão. Eu saúdo inclusive uma proposta da Senadora, quando Ministra, de levar o cinema para os CEUs, para as periferias, a preços populares. E tenho me engajado, através da SPCine, em São Paulo, para qualificar essas salas para que possam receber uma programação que seja adequada também a esse público. Creio que vai dar certo. Temos que trabalhar por isso, porque temos muitos Municípios pequenos que não têm salas de cinema. São Paulo concentra o maior número de salas do País, porém as regiões periféricas não estão incluídas. Há um vazio cultural enorme. E precisamos, sim, trabalhar nesse sentido, para aumentar o acesso a toda a população.

Quanto à regionalização, eu acompanhei também os investimentos do Fundo Setorial com governos e Municípios por todo o Brasil. Tenho a impressão de que fecharam quase todos os Estados, faltou só um. Isso fomentou parcerias locais de investimento do fundo setorial com investimentos locais, Estados ou Municípios. Ali vão sendo criadas políticas públicas locais e continuadas. Com esse projeto para televisão agora, para televisão pública, em que foram investidos 60 milhões, estimulando que a produção seja bem diversificada de norte a sul do País, foram milhares de projetos inscritos e se vê um grande empenho dos outros Estados em participar. A boa notícia é que vieram projetos muito criativos, muito bem elaborados. Vamos poder ter nessa ação de regionalização uma maior amostragem, uma maior fluidez da cultura do País de norte a sul, porque está muito concentrado em São Paulo e Rio.

É bacana de se ver. Estive agora no lançamento dessa premiação e os projetos são realmente muito qualificados.

Quanto ao *soft power*, acredito e milito para que trabalhemos intensamente, como já temos trabalhado, a agência tem trabalhado e nossos produtores também, através do programa, junto com a Apex Cinema do Brasil, de levar nosso cinema, nossa televisão e nossa publicidade aos principais mercados do mundo. Acho que estamos avançando, estamos conseguindo. Esse prêmio de Berlim é um prêmio dificílimo de se conseguir. Temos muitas participações em festivais, mas ganhar um grande prêmio é bastante difícil. Isso causa uma cadeia de ações a partir de um prêmio como esse, de pedidos. Não paramos de receber pedidos de inserção desse filme em outros mercados. Ele está sendo passado na Polônia, na Suécia, na Coreia e nos Estados Unidos. Enfim, é realmente um forte instrumento de divulgação da nossa cultura, do nosso modo de ser, da nossa... Como foi mesmo a indústria de Hollywood, que influencia o mundo inteiro até hoje. Precisamos levar um pouco da nossa cultura também.

Quanto à dinâmica, entendi que a dinâmica frágil ainda – foi isso que entendi – na Ancine em relação aos processos...

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Acho que a senhora respondeu, é a burocratização, que é insuportável.

A SRª DÉBORA REGINA IVANOV GOMES – A burocratização insuportável. É insuportável! Temos que admitir que também não é simples. Vemos que o Estado brasileiro é burocrático, não é só a agência, mas existem esforços. A Ancine acabou de lançar nesta semana Ancine Mais Simples, que é um estudo do qual tive o privilégio também de participar com muitas contribuições através das entidades, para simplificar muito esses processos. Se eles não forem simplificados, realmente a máquina não vai girar.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Eu acho que a sua experiência, estando do outro lado, pode realmente ajudar.

A SRª DÉBORA REGINA IVANOV GOMES – Sim, com certeza. Senti claramente o impacto...

(Soa a campainha.)

A SRª DÉBORA REGINA IVANOV GOMES – ... desse volume de recursos chegando no mercado e nós com dificuldades, tendo as televisões pedindo. Pela primeira vez na história não fomos lá implorar para as televisões aceitarem os nossos projetos, as televisões começaram a nos procurar. Vimos que ainda não estávamos preparados criativamente e do ponto de vista de negócio. Em um filme são 90 minutos, uma série de 13 episódios equivale a cinco longa-metragens. Imaginem desenvolver isso? É preciso fôlego e muito empenho. Também as políticas de financiamento, de aprovação de projetos sendo lentas dificultam muito a relação com a TV, que tem uma grade a cumprir.

Então, acredito que essa experiência, o impacto que eu vivi podem colaborar bastante. Estou bastante ansiosa para encontrar os técnicos, para colaborar nesse sentido.

Quanto ao Que Horas Ela Volta?, a pergunta foi sobre a inserção no mercado internacional. Não é? A inserção no mercado internacional e a nossa campanha para o Oscar. Realmente, não basta o filme ser bom, é preciso ter estratégia de comunicação, é preciso ter profissionais de imprensa, é preciso todo um arcabouço de ações de *marketing* e de relações institucionais para a gente ter a chance de ganhar um prêmio como esse. Então, faltam recursos.

A Ancine colabora com uma parte desses recursos quando o filme chega a essa estatura, mas sabemos que é insuficiente. Na nossa experiência anterior, a gente procurou casar esforços, fazer parcerias com o Ministérios das Relações Exteriores, o MinC, a Ancine...

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Se a senhora me permite, eu tive uma ideia um pouco fora da casinha, mas...

A SRª DÉBORA REGINA IVANOV GOMES – Oba!

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – É a seguinte: um filme que está tendo enorme sucesso... Com um bom trabalho com as principais televisões, talvez conseguíssemos uma doação de tempo de televisão e de campanha. Por que a Regina Casé tem condição de fazer uma campanha dessa, de pedir, voluntariamente, como acontece com o Criança Esperança e tal, que as pessoas doem para que nós possamos concorrer com um filme nosso de primeiríssima linha, termos essa chance. Senão, nós vamos, de novo, ter um filme maravilhoso, como o Flores Raras...

A SRª DÉBORA REGINA IVANOV GOMES – Mas que não é competitivo do ponto de vista de *marketing*.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – E tem que se entender que nós vamos levar cultura para lá, mas que também haverá a abertura de portas para o nosso cinema, o que também é uma coisa muito importante.

Acho que é uma ideia, porque a gente fica tão desesperado de ver essas coisas nossas, essas produções tão qualificadas morrendo na praia se não acontecer algo e sabendo... Por exemplo, o Flores Raras foi o Banco do Brasil que ajudou, com R$800 mil.

Eu sei que hoje isso vai ser muito difícil, mas a gente tem que tentar. Talvez até consigamos. Mas eu acredito que talvez a população se sensibilize, talvez não. Vamos ver.

A SRª DÉBORA REGINA IVANOV GOMES – Mas é uma boa ideia.

Realmente, não basta o filme ser bom e tocante; ele precisa ser profissionalmente competitivo em termos de *marketing* e de ações institucionais. Não há como. O jogo lá é bastante pesado. Nos Estados Unidos, uma assessoria de imprensa de primeira linha – eu não posso ter uma assessoria de imprensa fraca; eu preciso ter nomes que tenham realmente inserção no mercado – custa caro. Campanhas, cartazes, circular por ali, levar toda a equipe, jantares, etc., tudo isso requer realmente muito empenho. Estamos entusiasmados em fazê-lo. Estamos muito felizes. Isto é representar o Brasil lá fora, levar a imagem do País, como você falou, dos nossos talentos, dos nossos profissionais...

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – O Senador Anastasia já está dando o nome correto: *crowdfunding*.

A SRª DÉBORA REGINA IVANOV GOMES (*Fora do microfone*.) – Boa ideia. Excelente ideia.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Na verdade, acho que já está todo mundo doido aqui para ver o filme. (*Risos.*)

A SRª DÉBORA REGINA IVANOV GOMES (*Fora do microfone*.) – Vamos promover uma sessão do filme aqui.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Era exatamente isto que eu iria colocar. Eu vou sugerir que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Senadora Marta, faça um convite para que a diretoria da Ancine possa vir aqui com a Regina Casé e parte do elenco para promover uma sessão do filme aqui, no Congresso Nacional.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Aí a gente já lança o *crowdfunding*.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Exatamente. Vamos ver com a Comissão para fazer um convite coletivo em nome de toda a Comissão.

Antes de passar a palavra para a Senadora Simone, vamos abrir o processo de votação, por meio de urna eletrônica, começando exatamente com a Senadora Marta Suplicy, que é a Relatora da matéria.

Depois, o processo continuará aberto para que os Senadores titulares possam se dirigir à cabine de votação.

Queremos registrar a presença do Deputado Federal Orlando Silva, ex-Ministro do Esporte.

Vamos passar agora...

Então, está aberto o processo de votação.

A nossa urna eletrônica está aqui, à direita.

Queremos ressaltar que, caso não seja possível a autenticação pelo sistema biométrico, o Senador deverá comunicar ao Presidente, que vai autorizar a votação sem biometria. Também lembro que, ao se dirigirem à cabine, os Senadores deverão informar o código de três dígitos usado em plenário e colocar, portanto, a biometria.

Com a palavra agora, imediatamente, a Senadora Simone, que, pelo tempo regimental, disporá de até dez minutos, mas, se for necessário, prorrogaremos o tempo.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Não há necessidade, Srª Presidente. Serei muito breve.

Cumprimento a Presidente da Comissão de Educação, Senadora Fátima; a Senadora Marta, Relatora e indicadora do nome aqui colocado, da Srª Débora; os Srs. Senadores que se fazem aqui presentes; e a indicada ao cargo de Diretora da Agência Nacional do Cinema (Ancine), Srª Débora Gomes.

Eu confesso que fiz algumas anotações daquilo que foi apresentado por V. Sª em relação aos avanços das políticas públicas voltadas a essa atividade cultural audiovisual no Brasil. Fiz algumas anotações em relação aos investimentos, aos fundos de investimento, inclusive, o fundo setorial, desses prêmios que hoje visam garantir qualidade, renda, principalmente essa questão de hoje já sermos o quinto polo audiovisual do mundo, e isso graças a incentivos como a desoneração fiscal para construção de salas audiovisuais por todo o Brasil, enfim, a questão do aumento do faturamento, do aumento da quantidade de pessoas que foram ao cinema, aumento de bilheteria e tudo mais.

Mas eu confesso, Srª Débora, que eu me ressenti um pouco das outras duas grandes atribuições da Ancine. A Ancine foi criada como uma agência reguladora não só para fomentar, aliás, eu nem acho que esse seja o grande papel da Ancine, para isso nós temos o Ministério da Cultura. O fomento, o incentivo à cultura, seja ela qual for – cinema, teatro, museu –, tem que ser, de alguma forma, gerenciado diretamente pelo Ministro da Cultura. Enfim, a Ancine tem esse papel, é importante, soma-se à atribuição do Ministério da Cultura, mas ela tem também o papel muito grande, além de fomento, de regulação e fiscalização. E aí é que vêm todos os meus questionamentos.

Sei que V. Sª vai chegar agora, inclusive, tem o meu apoio e o meu voto no sentido de estímulo para que nós possamos melhorar ainda mais o que já está caminhando bem. Mas acho que nós precisamos focar menos um pouco essa questão empresarial e mais essa questão do cidadão, porque há pesquisas que são assustadoras.

Eu tenho por hábito ir pelo menos duas vezes por mês ao cinema. E eu me ressinto de ver sempre as mesmas pessoas chegando. É o mesmo público jovem, o mesmo tipo, perfil de condição social. Isso se deve, claro, como foi dito aqui pela Senadora Marta Suplicy, com muita propriedade, ao fato de se estar concentrando a construção dessas salas de cinema nos grandes *shoppings* brasileiros.

E aí vêm todas as minhas dúvidas em relação a isso: esse programa que foi criado recentemente, o Cinema Perto de Você, é esse o tema?

A SRª DÉBORA REGINA IVANOV GOMES – Isso.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – O Cinema Perto de Você veio justamente com essa ideia de democratizar.

A SRª DÉBORA REGINA IVANOV GOMES – Sim.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Embora seja muito recente, não é isso que a gente tem visto. Aí vêm algumas perguntas que eu faço: as pesquisas mostram que 50% da população brasileira não têm acesso, nunca foram a uma sala de cinema, museu ou teatro. Isso é gravíssimo. Então, o aumento do faturamento, o aumento do público nas salas de cinema representa muito pouco se nós pensarmos que são sempre as mesmas pessoas que vão. Ótimo que vão e continuem a ir! É sinal de que já incorporaram a cultura dentro de si como essencial à evolução como ser humano. Mas nós temos, principalmente nos pequenos Municípios e mesmo no meio rural, nesse nem diga, essa dificuldade. No meu Estado, nem 10% dos Municípios têm salas de cinema e, quando têm, como eu disse, ficam nos *shoppings*.

Então, a primeira pergunta que eu faço é essa, não sei se V. Sª tem essa informação. Se não tem, fica aí para depois, não há problema nenhum. Isso aqui não é uma sabatina da minha parte, é um desabafo, uma troca de ideias.

Essas desonerações fiscais para construção de salas têm percentual diferenciado? Elas são, de forma generalizada, no caso, só para construção de salas em *shoppings*? Há um percentual maior de desoneração quando essas salas são construídas em pequenas cidades ou cidades de porte médio, lembrando que 60% dos nossos Municípios brasileiros têm menos de 20 mil habitantes, portanto, provavelmente 60% dos Municípios brasileiros não têm salas de cinema? Quanto a essa talvez possamos nós, do Legislativo, contribuir, em relação a essa questão da desoneração, diferenciar um pouco.

Segundo, eu estou vendo cada vez mais esse abismo crescer. Nós estamos, e isso não é ruim, tendo salas *VIPs* de cinema, onde há poltronas extremamente confortáveis, quem pode paga um pouco a mais e pode até dormir, porque parece uma cama, com toda uma infraestrutura, volto a repetir, em detrimento...

A pergunta é: essas salas *VIPs* também têm essa desoneração fiscal? Nós não estaríamos aumentando ainda mais esse fosso, essa diferença cultural?

Em relação à questão da fiscalização. Como vai se dar, na sua gestão, a fiscalização em relação à questão dos preços praticados nas salas de cinema do Brasil?

Hoje, uma família de classe média não consegue ir ao cinema, porque quatro filhos vão pagar pelo menos R$60,00 só para comprar ingresso, fora a pipoca. Muitas vezes, a mãe tem vergonha de levar o filho ao cinema porque sabe que vai ter que dizer não para o filho porque ela sabe que não vai poder comprar um saco de pipoca que custa, às vezes, mais que o ingresso.

Então, como vai se dar essa fiscalização na sua gestão em relação a isso?

Então, é esse olhar.

Deixo estas considerações e me coloco à disposição e o próprio Legislativo para que a gente possa aperfeiçoar o que já está dando certo.

A Ministra Marta Suplicy teve grandes méritos ao avançar essa questão mesmo do conteúdo nacional na televisão, no próprio cinema.

No fomento, acho que nós estamos indo bem, obrigada, apesar de todos os percalços.

Mas fica aí o nosso comentário em relação à questão de regulação e fiscalização.

No que se refere à desoneração fiscal, talvez, possamos colocar limitação a essas salas *VIPs*, essas salas de *shoppings*. Quanto a esses fundos setoriais, nós tenhamos um cuidado maior para se levar realmente salas para o interior.

Última observação que faço: embora fosse nacional o último filme que eu vi, eu acho que cultura é uma coisa muito difícil de se colocar na vida de uma pessoa, principalmente quando a pessoa não nasce nesse meio.

Por mais que eu tenha todo um carinho e uma atenção para com o cinema nacional... Eu fui Prefeita de uma cidade do interior, de um Município com pouco mais de cem mil habitantes, um Município de porte médio a pequeno, e nós procurávamos levar... E eu comecei a perceber que, muitas vezes, quando eu buscava parceria, seja aqui, no Ministério da Cultura, seja com terceiros, a gente conseguia levar só filmes, muitos documentários, o que eu acho excelente, mas isso não vai fazer com que a criança tome gosto pela cultura. E aí esse olhar de que, de repente, ela quer ver mesmo Os Vingadores, mas é a porta de entrada para ela, depois, ver o filme nacional, ver um documentário, para poder entender e tudo mais. Então, quando for levar – claro que isso é responsabilidade do Ministério da Cultura, mas eu estou aproveitando a Ancine aqui na parte de regulação, do próprio fomento –, que nós possamos ter esse olhar de como atrair a criança.

E aí eu finalizo. Eu não tenho dúvida – sou uma apaixonada pelo cinema – de que o cinema é a porta de entrada para o teatro e para o museu.

Então, que V. Sª tenha muito sucesso na sua nova atribuição, e conte conosco aqui, na Comissão de Educação.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – O Senador Lasier estava inscrito.

V. Exª quer se inscrever?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Perfeito.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Eu já inscrevi V. Exª, certo?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – A minha fala é muito rápida. O Lasier vai estar nesta Comissão e vai fazer um comentário mais longo.

Eu só quero, Débora, desejar a você muito sucesso. Conte com meu apoio. Eu não tenho dúvida de que você vai fazer um trabalho maravilhoso nessa área que domina muito bem. E muita gente está pedindo por você.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Vamos passar agora a palavra para a Srª Débora para responder à arguição que acaba de fazer a Senadora Simone, que faz uma reflexão e traz uma contribuição muito importante, a exemplo da Senadora Marta, para o debate em curso.

Com a palavra a Srª Débora.

A SRª DÉBORA REGINA IVANOV GOMES – Nós tivemos, ao longo dos anos, uma queda muito grande no número de salas de cinema. Hoje, o esforço é para voltar ao número de salas que tivemos há 30 anos. Então, todas essas políticas, oferecendo créditos, desoneração, etc., são exatamente esse esforço de fazer crescer o número e condições diferenciadas – eu não vou saber dizer as condições exatas – para quando uma sala de cinema é de menor porte, que não tem... São salas de cinema menores e nacionais. Então, elas têm condições diferenciadas de pagamento desses créditos e a desoneração fiscal para a digitalização das salas é para todos, quer dizer, a desoneração para a compra de equipamentos para digitalizar o parque exibidor, o que, na Europa e nos Estados Unidos, já é uma realidade, facilitando a transmissão dos filmes. Antes, a gente tinha que levar aquelas latas, e para cada filme são cinco latas. Então, é uma loucura! Ficávamos emendando as latas... Lembra, gente? Eram aqueles equipamentos gigantescos para se dar conta. E, com a digitalização das salas, facilita-se muito a transmissão por todo o território.

Existem, sim, políticas para atingir Municípios menores, inclusive com a participação dos Municípios, com projetos em que o Município oferece o terreno, a Ancine oferece parte do fundo setorial, crédito subsidiado, no sentido de somar esforços para construir essas salas de cinema. Também não é simples encontrar administradores, empreendedores para tocarem esse empreendimento nos Municípios menores. Mas acho que estão em marcha, sim, esses projetos, em diversas frentes, para conseguirmos permitir o acesso.

Imaginem quantas crianças, jovens e adultos, nas cidades menores, não gostariam de ir a uma sala de cinema, principalmente aqueles que nunca foram!

Quanto à programação, concordo plenamente. A gente está discutindo, em São Paulo, através da SPCine, qual programação levar para os bairros periféricos. Nós vamos conseguir qualificar os CEUs para exibir e ofertar à população uma boa programação?

Agora, desses nossos 130 filmes, muitos deles são muito intelectuais, para um público mais preparado. Eu não posso convidar uma mãe da periferia para assistir a um filme que vai discutir uma questão mais complexa do País. Eu tenho que começar, como você disse, levando filmes mais populares, enfim, permitindo que essa mãe tenha prazer de ir ao cinema, e, aos pouquinhos, a gente vai introduzindo também os outros filmes.

Isso é claro quando vemos algumas experiências que existem, Brasil afora, de cineclubes em escolas públicas, que também têm que ser incentivados em algumas partes do País. É muito bacana você empoderar o jovem para ele criar uma programação dentro das escolas. E você vai preparando os jovens aos pouquinhos, porque, para ele entender alguns filmes, ele precisa ser introduzido nesse meio.

Então, essa é uma grande questão que também tem de ser trabalhada. Por mais que a gente gostasse de que só filmes nacionais fossem exibidos, mesmo entre os filmes nacionais é preciso ser muito seletivo, porque têm que ser filmes populares.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Presidenta Fátima Bezerra, posso fazer um comentário sobre isso?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sim.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Eu penso que não sei se isso procede, porque principalmente os jovens, com o acesso que se tem hoje à televisão, têm uma informação muito ampla.

Eu vou contar um episódio para a gente poder pensar. No CEU, 80%, 90% das pessoas nunca havia entrado numa sala de cinema, e 100% nunca havia entrado num teatro. Então, começamos a apresentação de filmes, muitos deles filmes nacionais, enfim, um pouco nessa linha – e no teatro também. Até que um dia, por uma situação específica, foi convidada a Denise, a maior mímica brasileira...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Denise Stoklos.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – ... que iria fazer o circuito CEU.

Ela começou o espetáculo... As pessoas já haviam visto uma ou duas apresentações de teatro, mas eram absolutamente cruas no que se referia à mímica. Aí, ela começou o espetáculo e, na plateia, depois de alguns minutos, houve um zum-zum de grande insatisfação, de inquietação com aquilo, porque ninguém entendia nada. De repente, as pessoas entenderam, e não se ouvia uma mosca. Eram 450 pessoas fascinadas com o que estavam vendo. E, quando acabou, houve um grande aplauso, e todo mundo queria aprender a fazer mímica.

Então, eu acho que os jovens, hoje, têm mais informação do que nós tínhamos, de modo que eu faria um *mix* disso.

E a outra coisa que eu queria já acrescentar é que foram feitos... Em São Paulo, há 45 CEUs, com cinemas na periferia, de grande qualidade. No Ministério, fizemos mais; deve haver quase cem CEUs no Brasil. Há CEU

desde nos ianomâmis até em outras localidades. Lembro-me de que foi uma parceria em que o Manoel Rangel, da Ancine, que está aqui presente, ajudou muito. Elas eram bem menores, não eram salas de aula de educação, mas eram de cultura e esporte. E, na área de cultura, que era pequenininha, nada semelhante a um CEU de 450 lugares, havia projeção e havia uma seleção de filmes que a Ancine começou a enviar. Não sei como isso prosseguiu, mas eu gostaria muito, caso a senhora seja aprovada – e certamente o será – que a senhora desse uma olhada nisso, porque não pode ficar abandonado como está.

A SRª DÉBORA REGINA IVANOV GOMES – Sim, nos resultados.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – São 350. Acho que não conseguimos construir os 350, mas cem, pelo menos, sei que devem estar funcionando.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidenta...

A SRª DÉBORA REGINA IVANOV GOMES – Temos que avaliar o impacto dos filmes, porque começamos com filmes mais simples, mas também podemos mesclar com filmes mais sofisticados, ajudando a formar esse público, a sofisticar esse público também. Mas é muito bom, vamos fazer essa pesquisa, sim.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Vamos agora...Diga, Senador.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – É um ligeiro comentário.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Deixe-me só...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Praticamente me contemplou, mas eu gostaria de falar.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Mas V. Exª está inscrito.

Quero propor o seguinte: só temos agora inscritos o Senador Lasier e V. Exª, Senador Donizeti. Vou passar a palavra ao Senador Lasier e, em seguida, a V. Exª. Depois, retornaremos a palavra para a Débora.

Com a palavra, Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Presidente Fátima.

Saúdo a Drª Débora e formulo duas perguntas. Em primeiro lugar, percebo a saudável disposição com que S. Sª se propõe a dirigir a Ancine. Nota-se, inclusive, muito entusiasmo nesse planejamento de fomentar, ampliar, regular o setor audiovisual, não apenas limitando ao Rio e São Paulo, mas estendendo a outras regiões do País.

Entretanto, estamos vivendo, Drª Débora, um momento muito complicado de ajuste fiscal, de corte de gastos, iminência de aumento de impostos. Então, nessa primeira pergunta, eu gostaria de saber com que recursos a senhora vai contar. Não adianta ter recursos para incentivar as produções se elas não chegarem ao público, se o público não estiver preparado, apto, com condições de desfrutar dessas produções, desse trabalho. Qual seria o orçamento de que a senhora vai dispor? Como compatibiliza este nosso momento de crise econômica tão profunda, em que a senhora vai precisar de recursos?

A segunda pergunta é para desfazer uma interpretação, que foi um pouco longe demais, quando ouvimos, na reunião passada, o relatório da Senadora Marta Suplicy, que, aliás, fez muito boas recomendações e é uma pessoa muito autorizada, muito idônea para recomendar uma pessoa. Entretanto, vivemos uma época em que nós, sabatinadores do Senado Federal, estamos sob o crivo da crítica.

Então, segundo está no relatório, a Drª Débora responde a dois processo judiciais e merece mérito por tê-los registrado. No entanto, não sabemos do que se trata. Se forem processos de ordem privada, seja cível ou criminal, eu até diria que não têm maior interesse, mas, se são de ordem pública, poderemos ser cobrados, amanhã ou depois, "olha, vocês aprovaram uma pessoa que está com um probleminha". Como fica isso nesta época em que há tanta cobrança das pessoas públicas? E, às vezes, por pouca coisa, já estão sendo processados injustamente.

Então, seriam essas as minhas duas perguntas: como a senhora vai enfrentar essa fase de carência de recursos? Isso considerando toda a disposição que nos mostra aqui para alavancar, cada vez mais, a Ancine, o que é ótimo, o que é muito bem-vindo, mas contrasta com uma crise dolorosa no aspecto das finanças públicas.

E, depois, se a senhora pode – ou se prefere se reservar – nos revelar o que está havendo em relação a esse processo. É coisa que pode comprometer o seu nome ou o nosso julgamento? Digo isso muito embora, pelo que eu fiquei sabendo, ainda está em primeiro grau, ou seja, que pode terminar logo ali adiante.

Então, são essas as minhas duas perguntas.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – O.k.

Nós vamos ouvir, agora, o Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – A minha ponderação é sobre o tema da colocação de produtos à disposição da comunidade, da população. Eu partilho da preocupação da Senadora Marta Suplicy, porque, às vezes, nós somos levados a subestimar a capacidade de compreensão das pessoas, a sua capacidade de fazer uma leitura.

A filme ruim ninguém gosta de assistir, seja quem for. Agora, o ruim para mim pode não ser ruim para outra pessoa. Também há isso, ainda porque a capacidade de qualificar o bom e o ruim é da visão de cada um.

Eu me lembro de uma experiência, na Prefeitura de Goiânia, quando eu, pessoalmente, pensava, Senadora Marta Suplicy, que o povo não gostava de música clássica. E a Prefeitura de Goiânia começou a fazer, com a Orquestra Sinfônica, apresentações nas praças, nos parques. E era uma coisa fantástica a gente ver o cidadão mais simples, ali parado, de um modo que você não ouvia um ruído sequer.

Então, eu acho que essa preocupação da Senadora Marta Suplicy é muito relevante. Eu acho que a gente tem de dar opção ao público de assistir e rejeitar, se for o caso. A ideia de mesclar e evoluir é muito importante.

Eu, que fui homem de teatro amador por um bom período, trabalhei muito essa questão de construir a plateia nas escolas etc. E fazer teatro no Estado do Tocantins, ainda quando era a região norte do Estado de Goiás, não era uma coisa fácil. Mas essa preocupação precisa ser muito considerada, para nós não corrermos o risco de subestimarmos a capacidade das pessoas de apreciar o que é belo e o que é bom.

Era essa a minha consideração, e parabéns pelo que ouvi da senhora aqui, pelo menos o que pude acompanhar, porque estava em outra Comissão.

Espero que o seu nome seja aprovado. V Sª já tem o meu voto.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Vamos, agora, passar a palavra para a Srª Débora.

A SRª DÉBORA REGINA IVANOV GOMES – Bom; com relação à primeira pergunta, Senador, sobre a crise, realmente, vivemos um período de instabilidade, de insegurança em relação ao futuro, de modo que caberá a nós, também, lutarmos muito para preservar as conquistas e dar continuidade ao crescimento.

Temos já uma feliz notícia de que conseguimos, para este ano, a aprovação do fundo setorial com um valor de R$600 milhões – e já serão anunciadas as linhas de investimento. Isso é muito bom, porque não para o nosso processo, E, para o ano que vem, trabalharemos arduamente, do começo do ano até a aprovação de novos recursos, para garantir a continuidade. A economia do entretenimento e do audiovisual é uma das que mais cresce no mundo. Então, importante para nós participarmos dessa economia, uma economia que, com certeza, gerará muitos tributos e muitas outras colaborações também para o fortalecimento da economia geral do País. Então, temos em vista aqui uma boa continuidade.

Quanto aos processos que citei nos relatórios apresentados – e fiz questão de apresentar com total transparência qualquer processo que houvesse na minha vida pessoal –, declaro, como declarei, que são processos de ordem cível, privada. Comprei um terreno e questionei o valor das obras de infraestrutura do condomínio. É isso que estou discutindo na Justiça do Estado de São Paulo e espero logo resolver.

Então, não se trata de nada de ordem pública, mas de ordem privada.

E coloco também, nos meus registros, o número do processo e o seu andamento, para quem quiser acompanhar.

É muito bom saber da minúcia do Senador, de se precaver de todas as...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Hoje em dia, é uma necessidade.

A SRª DÉBORA REGINA IVANOV GOMES – Sim, sim.

Bom, quanto à programação, fico muito feliz em saber que o Senador trabalhou com teatro nas escolas e na formação de público. Muito bom!

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu cheguei a ser vice-presidente regional da Confenata. Naquele tempo em que o teatro amador era quase que perseguido e condenado.

A SRª DÉBORA REGINA IVANOV GOMES – Sei, supermarginal, não é? Muito boa essa experiência.

Portanto, o Senador sabe a dificuldade que é formar público. Quando levamos uma música clássica, fico pensando que levamos a música clássica, a população ama, mas não posso levar muitas vezes, logo de cara, uma música dodecafônica ou uma coisa mais complexa para um público que está começando. Então, concordo com a Senadora Marta e com o Senador também em que temos que mesclar: temos que começar com músicas mais populares, clássicas, e ir mesclando aos pouquinhos outras linguagens mais contemporâneas, por exemplo.

No cinema, não é diferente, porque temos muito a expressar sobre a nossa realidade. Os cineastas querem expressar os seus sentimentos, a sua compreensão da realidade, e muitas dessas reflexões são, muitas vezes, complexas para a nossa chegada na comunidade. Então, mesclar e, aos pouquinhos, ir introduzindo obras mais complexas é realmente o caminho.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – O.k. Terminou?

A SRª DÉBORA REGINA IVANOV GOMES – Acho que sim. Respondi as perguntas?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Vamos, agora, já que terminamos a fase dos inscritos e temos quórum, encerrar a votação.

Por favor. O Senador Lasier já terminou de votar?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS. *Fora do microfone*.) – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Por favor, vamos encerrar a votação e proclamar o resultado. (*Pausa.*)

Resultado: SIM, 17; NÃO, zero. (*Palmas.*)

O nome da Srª Débora recebeu parecer favorável da Comissão, e a matéria, agora, Senadora Marta, vai direto ao plenário.

Parabenizo a Senadora Marta, Relatora, e parabenizo-a, Débora, em meu nome e em nome do Senador Romário, Presidente da nossa Comissão, em nome de toda a Mesa Diretora da Comissão de Educação e Cultura, dizendo que a votação que V. Sª acaba de receber reflete o seu mérito, pela história, pela bela trajetória do ponto de vista profissional, ligada ao tema do cinema, ao tema do audiovisual.

Não tenho dúvidas de que, repito, com seu preparo, com sua experiência, com a sua vivência, você vai dar – não é, Senadora Marta? – uma importante contribuição para o fortalecimento a expansão do cinema brasileiro. É esse o nosso desejo. Boa sorte.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Pela ordem, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pois não, Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Podemos pedir urgência?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sim.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Para ir ao plenário o quanto antes?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Vamos submeter agora a proposição de V. Exª ao Plenário.

Consulto o Plenário sobre a inclusão extrapauta de requerimento de urgência apresentado agora pela Senadora Marta para a Mensagem que acabamos de votar, nº 60, de 2015.

As Srªs e Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado.

Então, requerimento exatamente para dar curso ao envio imediato da matéria ao plenário da nossa Casa.

O Senador Donizeti tinha pedido a palavra.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Era para requerer a urgência. A Senadora Marta já a requereu.

E também há um requerimento de audiência pública que queria colocar extrapauta, se possível.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Nós vamos dar continuidade à nossa reunião e vamos passar imediatamente à fase seguinte.

Concedo a palavra à Srª Débora.

A SRª DÉBORA REGINA IVANOV GOMES – Gostaria de agradecer imensamente o apoio de vocês e dizer que saberei honrar esta confiança e me dedicar integralmente, com muito entusiasmo, para somar esforços com a agência e o crescimento do audiovisual brasileiro.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Nós vamos fazer o convite para você vir aqui e a gente fazer a sessão do Que Horas Ela Volta?

A SRª DÉBORA REGINA IVANOV GOMES (*Fora do microfone*.) – E já diretora...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Exatamente. Já vir aqui na condição de Diretora da Ancine, junto com o Presidente Manoel Rangel e com o elenco, etc.

Bom, vamos dar continuidade à reunião agora. Temos requerimentos. Vamos dar continuidade à segunda parte da nossa reunião.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 58, de 2015
- Não terminativo -

Institui no Brasil o Dia Nacional do Educador Social.

Autoria: Deputado Chico Lopes
Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:
A Matéria constou da pauta das Reuniões de 1/9/2015 e 8/9/2015.

Como a Relatora não se encontra presente, peço ao Senador Paim para assumir a relatoria do presente projeto.

Convém lembrar que, no dia 19 de setembro, comemora-se o aniversário de Paulo Freire, patrono da educação no Brasil. Paulo Freire é o grande responsável pela formulação de uma Pedagogia capaz não só de compreender o contexto social mas principalmente de modificá-lo. E são justamente as mudanças sociais e políticas por meio da educação o cerne da atuação dos educadores sociais. Esses profissionais veem na escola o instrumento capaz de transformar profundamente a dura realidade que muitas crianças e jovens ainda enfrentam em nosso País. A participação desses educadores é, portanto, fundamental para que possamos dar aos nossos alunos instrumentos para uma vida melhor.

Por isso, este projeto de lei visa a reconhecer a importância do educador social no combate às desigualdades e na transformação do País.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para proferir o relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Fátima Bezerra, com satisfação, assumo *ad hoc* a relatoria do projeto do Deputado Chico Lopes aí descrito por V. Exª.

A Relatora é a Senadora Maria do Carmo Alves. Vou entrar direto na análise, Srª Presidente.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento da Casa, compete a esta Comissão apreciar matérias que versem sobre datas comemorativas, caso do projeto de lei em análise.

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição a esta Comissão, cabe igualmente a ela apreciar os aspectos de constitucionalidade e de juridicidade da proposição.

Sr. Presidente, ninguém tem dúvida quanto ao mérito, quanto à questão jurídica e quanto à questão constitucional.

No que respeita ao mérito, vale lembrar que a Lei nº 9.394, de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece, em seu art. 1º, que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

É nos espaços não formais que se insere o educador social, figura que pode estar relacionada à educação de criança e adolescente em situação de risco; à educação de jovem e adulto ou de pessoas com necessidades especiais; à atividade de arte e educação e de preservação de identidade cultural.

Como bem enfatiza o autor da matéria, os educadores sociais vêm implementando esse trabalho com fundamento na educação popular, influenciados pelo legado do grande educador Paulo Freire.

Dessa forma, é, sem dúvida, justa e meritória a iniciativa de celebrar o Dia Nacional do Educador Social na data do nascimento de Paulo Freire. A criação de um dia nacional, além de valorizar esses agentes que tanto contribuem para a educação social, pode suscitar importantes debates acerca da educação no seu sentido mais pleno.

Devido a tudo isso, Sr. Presidente, e cumprimentando tanto a Relatora original, Maria do Carmo Alves, quanto o Deputado Chico Lopes, é que dou meu voto pela aprovação do projeto em questão.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – O.k.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Paim, favorável ao projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao plenário.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidenta, na sequência, se puder já ler o item 7.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Presidente, pela ordem, em seguida.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Em seguida.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Requerimento, Srª Presidenta, da Comissão Permanente de Educação, Cultura e Esporte.

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno desta Casa, requeremos a realização de audiência pública nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para debater o marco regulatório da educação a distância – EaD. Os convidados serão enviados posteriormente para a Secretaria desta Comissão.

Essa é a intenção, Srª Presidente, desse requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – O.k.

Em discussão. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Aprovado.

É a seguinte matéria aprovada:

ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 95, de 2015
- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para debater o "Marco Regulatório da Educação a Distância - EaD".

Autoria: Senador Paulo Paim)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Vou conceder a palavra, pela ordem, solicitada pelo Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Excelência, queria encaminhar o item 9, que é requerimento do Senador Roberto Rocha, que propõe uma audiência pública para debater o Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2014, que institui o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura.

Ressalto, Excelência, que esse requerimento já foi aprovado na CCJ e se propõe à audiência pública em conjunto.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

É a seguinte matéria aprovada:

ITEM 9
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 98, de 2015
- Não terminativo -

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, solicito a realização de audiência pública, nesta Comissão, em conjunto com a Comissão de Constituição e Justiça (Requerimento nº 14, de 2015-CCJ, aprovado na reunião de 19/08/2015), para debater o Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2014, que Institui o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura – PROCULTURA; altera as Leis nºs 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e 9.250, de 26 de dezembro de 1995; revoga as Leis nºs 8.313, de 23 de dezembro de 1991, 9.312, de 5 de novembro de 1996, 9.999, de 30 de agosto de 2000, 11.646, de 10 de março de 2008, e dispositivos das Leis nºs 8.849, de 28 de janeiro de 1994, 9.064, de 20 de junho de 1995, 9.065, de 20 de junho de 1995, 9.874, de 23 de novembro de 1999, e das Medidas Provisórias nºs 2.189-49, de 23 de agosto de 2001, e 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; e dá outras providências, com os seguintes convidados, sem prejuízo da inclusão de outros posteriormente indicados: Juca Ferreira – Ministro da Cultura; Chico César – Compositor e Ex-Secretário Estadual de Cultura da Paraíba; Albino Rubim – Pesquisador e ex-Secretário Estadual da Bahia; Zulu Araujo – Presidente da Fundação Pedro Calmon; Irene Ferraz - Presidente da Escola Cinema Darcy Ribeiro; Fernando Portella, Diretor Executivo da Rede do Instituto Cidade Viva; Miguel Gomes – Produtor Cultural; Regina Miranda – referência na área de Ballet e Dança; Coordenadora da Agenda 21 da Cultura; Moacyr Goes – Diretor de Teatro e de TV; Myriam Brum – ex-Diretora da Casa da Gávea e da Funarte; Aspasia Camargo – Socióloga, Professora da FGV, ex-Secretária de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, ex-Presidente do Ipea; Marcio Calvão Moura – Engenheiro, Ator e Urbanista, criador do Circo Voador e da Fundição Progresso, revitalizou o patrimônio histórico do Recife Antigo, Pelourinho, Porto Geral de Corumbá; hoje atua com a Casa do Empreendedor Urbano (CEU), coletivo de empresas de economia criativa e formação de empreendedores; Wilma Barbosa – Diretora e Organizadora do Festrio.

Autoria: Senador Roberto Rocha

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Presidente, ainda nesse requerimento que já foi aprovado, quero destacar que essa audiência pública terá a presença do Ministro da Cultura Juca Ferreira; do Sr. Chico César, compositor e ex-Secretário Estadual de Cultura da Paraíba; de Albino Rubim, pesquisador e ex-Secretário Estadual da Bahia; de Zulu Araújo, Presidente da Fundação Pedro Calmon; de Irene Ferraz, Presidente da Escola Cinema Darcy Ribeiro; Fernando Portella, Diretor Executivo da Rede do Instituto Cidade Viva; Miguel Gomes, produtor cultural, Regina Miranda, referência na área de *Ballet* e Dança, e Moacyr Góes, Diretor de Teatro e TV.

Agradeço, Excelência.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Pela ordem, Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sim.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu gostaria de colocar em votação, se possível, dois requerimentos extrapauta; um meu e outro do Senador Telmário, que estou assinando na ausência dele.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pois não, Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – O meu requerimento trata de fazermos uma audiência pública, nos termos dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado.

Requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, destinada a debater a proposta de instituição da Semana Nacional do Feijão e Arroz, a ser comemorada na semana do dia 16 de outubro de cada ano,"Dia Mundial da Alimentação", instituído pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Para tanto sugiro o envio de convite às seguintes instituições: Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Embrapa Arroz e Feijão; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf); Federação das Associações de Arrozeiros do Estado do Rio Grande do Sul; União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária; Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

Quanto a esse requerimento, Presidenta, chega ao meu conhecimento de que existia um projeto em tramitação, do saudoso Deputado Adão Preto, do Rio Grande do Sul, que foi arquivado e não conseguimos desarquivar mais. Então, em homenagem ao grande Deputado Adão Pretto, que foi um grande Deputado em defesa dos trabalhadores e tinha intenção de aprovar essa semana em homenagem ao arroz e feijão, esse par perfeito da culinária brasileira, eu peço apoio dos Senadores para que possamos aprovar essa audiência pública. Com ela, quero também homenagear, então, o Deputado Adão Pretto, já falecido.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Bom, Senador Donizeti, esta Presidência se associa à iniciativa de V. Exª pela realização do debate, inclusive pelo caráter de homenagear este grande militante político, grande Parlamentar, com quem tive a alegria de conviver, o Deputado Adão Pretto, um homem que honrou a luta dos trabalhadores, especialmente dos trabalhadores que lutam pelo direito à terra.

Consulto o Plenário sobre a inclusão extrapauta do requerimento apresentado pelo Senador Donizeti. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão extrapauta.

Passo a palavra ao Senador para a leitura do requerimento, que já foi feita.

Portanto, agora, as Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento apresentado pelo Senador permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

É a seguinte matéria aprovada:

ITEM 10
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 101, de 2015
- Não terminativo -

Nos termos dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, destinada a debater proposta de instituição da "Semana Nacional do Feijão e Arroz", a ser comemorada na semana do dia 16 de outubro de cada ano, "Dia Mundial da Alimentação", instituído pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Para tanto sugiro o envio de convite às seguintes instituições: Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Ministério do Desenvolvimento Agrário

(MDA); Embrapa Arroz e Feijão; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF); Federação das Associações de Arrozeiros do Estado do Rio Grande do Sul (Federarroz); União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes); Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

Autoria: Senador Donizeti Nogueira)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidenta, na hora em que li o meu requerimento, não pedi a urgência da matéria. Então, se V. Exª permitir, peço urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2015, que institui no Brasil o Dia Nacional do Educador Social.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Perfeito. Consulto o Plenário sobre a inclusão extrapauta de requerimento apresentado pelo Senador Paim. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão extrapauta, passo a palavra ao Senador Paim para a leitura do requerimento, que já foi feita.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento apresentado pelo Senador permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senadora, então, a minha outra inclusão extrapauta trata de um aditamento ao Requerimento nº 45, de 2015, do Senador Telmário Mota.

Que seja convidado um representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para participar dessa audiência pública.

Consideramos relevante a presença da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República na audiência pública já aprovada. Por isso, estamos ao dispor.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Perfeito.

Consulto o Plenário sobre a inclusão extrapauta de requerimento apresentado pelo Senador. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão extrapauta.

Passo a palavra ao Senador Donizeti para a leitura do requerimento, que já foi feita.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento apresentado pelo Senador permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

É a seguinte matéria aprovada:

ITEM 12
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 100, de 2015
- Não terminativo -

Em aditamento ao Requerimento nº 45, de 2015, aprovado nesta Comissão, requeiro que seja convidado um representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Autoria: Senador Telmário Mota e outros)

Nada mais havendo a tratar...

Antes de encerrar a reunião, eu só queria pedir à assessoria da Mesa que formalizasse meu pedido para o convite à diretoria da Ancine, ao Sr. Presidente e à Srª Débora, que teve o nome hoje aprovado aqui, por unanimidade, na nossa Comissão, e com certeza, vai ter o nome aprovado pelo Plenário da nossa Casa. Então, que a assessoria da Mesa providencie requerimento, para que eu o assine, no sentido de fazermos o convite para a vinda, inclusive, do elenco ou de parte do elenco do filme Que Horas Ela Volta? para que pudéssemos ter, a exibição do filme,e que isso seja um momento para que possamos avançar no que diz respeito às políticas voltadas para a expansão e o fortalecimento do cinema brasileiro, do audiovisual.

Diga, Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidente, é só para fazer o encaminhamento que já fiz na Comissão de Meio Ambiente por considerá-lo relevante.

Quero encaminhar a possibilidade de instalarmos aqui os *notebooks* para que possamos acompanhar as matérias via computadores a fim de economizar papel e contribuir com o meio ambiente. Gostaria que a Presidência desta Comissão visse junto à Mesa Diretora se isso é possível ou, se está previsto, para quando é.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Perfeito, Senador. O encaminhamento, a sugestão de V. Exª é bastante pertinente, e a Mesa Diretora da Comissão de Educação vai continuar cobrando junto à Mesa Diretora do Senado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agendando para amanhã, dia 16, às 10 horas, audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 417, de 2013, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que institui o Dia Nacional de Combate à Tortura, em atendimento aos Requerimentos nºs 45 e 68, de iniciativa do Senador Telmário, com a presença dos seguintes convidados: Virginius José Lianza da Franca, Diretor da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça; André Saboia Martins, Secretário-Executivo da Comissão Nacional da Verdade; Carlos Alves Moura, da CNBB, Secretário-Executivo da Comissão de Justiça e Paz; representante da Ordem dos Advogados do Brasil a ser, em tempo, indicado pela referida entidade.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 11 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 47 minutos.)

ATA DA 49ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2015.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e treze minutos do dia trinta de setembro de dois mil e quinze, na sala de reuniões número quinze da Ala Senador Alexandre Costa, **sob a Presidência do Senhor Senador Romário** e com a presença dos Senhores Senadores e das Senhoras Senadoras Simone Tebet, Lasier Martins, Maria do Carmo Alves, Blairo Maggi, Douglas Cintra, Regina Sousa, Telmário Mota, Hélio José, Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, reúne-se a presente Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Romário, declara aberta a reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nºs 90 e 97/2015-CE, de autoria do Senhor Senador Romário, destinada a institucionalizar o Dia Nacional do Nanismo no Brasil. Comparecem à Audiência Pública como expositores: **Senhora Kenia Maria de Souza Rio, Presidente da Associação de Nanismo do Estado do Rio de Janeiro (Anaerj); Senhora Liana Cristina Hones, Representante da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Assembleia Legislativa de Santa Catarina; Senhor Vanderlei Linck, Representante das Pessoas com Nanismo; Senhor Marlos Nogueira, Representante dos Pais das Pessoas com Nanismo; Senhora Lorena de Castro Oliveira, Representante da Associação Pequenos Guerreiros; Senhor Luiz Numeriano, Representante da Associação Gente Pequena do Brasil e Senhor Luciano Bezerra Dantas, Atleta Profissional de Halterofilismo (categoria nanismo), Medalha de Bronze no Parapanamericano em Toronto 2015**. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a presente reunião às doze horas e trinta e quatro minutos do dia trinta de setembro de dois mil e quinze, determinando que eu, **Willy da Cruz Moura, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR ROMÁRIO
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 49ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública, atende aos Requerimentos nº 90 e 97, de 2015, da CE, de minha iniciativa, para a realização de audiência pública destinada a debater a institucionalização do Dia Nacional do Nanismo no Brasil.

Dando início à audiência pública, solícito ao Secretário da Comissão que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

Temos aqui a Srª Kenia Maria de Souza Rio, Presidente da Associação de Nanismo no Estado do Rio de Janeiro (Anaerj); Liana Cristina Hones, representante da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência na Assembleia Legislativa de Santa Catarina; Vanderlei Linck, representante das Pessoas com Nanismo; Luiz Numeriano, representante da Associação Gente Pequena do Brasil; Lorena de Castro Oliveira, representante da Associação Pequenos Guerreiros; Marlos Nogueira, representante dos Pais das Pessoas com Nanismo; Luciano Bezerra Dantas, atleta profissional de halterofilismo, categoria nanismo, medalha de bronze no Parapan-American em Toronto, 2015, que ainda não chegou. Acabou de chegar. (*Palmas.*)

Gostaria também de registrar a presença do Vereador Edi Carlos Pereira de Souza, de Santa Catarina. Seja bem-vindo Edi.

Juliana Lopes Yamin, representante do Movimento Nacional do Combate ao Preconceito às Pessoas com Nanismo, de Goiânia. Seja bem-vinda.

Ao Sr. Ricardo Castro Torres, Presidente do Consejo Nacional de Gente Pequenã no México. Seja bem-vindo. (*Palmas.*)

E fazer uma saudação especial e um agradecimento também à nossa Ministra do Superior Tribunal de Justiça, Srª Laurita Vaz.

Seja bem-vinda, é um prazer tê-la aqui com a gente. (*Palmas.*)

É muito papel, gente. (*Risos.*)

Informo que essa audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do Jornal do Senado, da Rádio Senado, e contará com os serviços de interatividade com o cidadão, Alô Senado, através do telefone 0800612211 e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.gov.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores, via internet.

Bem, estamos aqui reunidos para debatermos o projeto de lei que institui o Dia Nacional do Nanismo. A criação dessa data pode ter implicações na educação, na relação entre alunos, na produção cultural, nos esportes, no mundo do trabalho, na sensibilização da sociedade quanto ao respeito às pessoas que apresentam essa característica.

Do ponto de vista médico, o nanismo é uma doença genética que provoca um crescimento esquelético anormal, o qual resulta em uma pessoa cuja altura é muito menor do que a altura média de toda a população.

No Brasil estão identificados 200 tipos de nanismos e 80 subtipos. Ainda que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não disponha de levantamento estatístico preciso, a Medicina estima que dentre 15 a 26 mil crianças nascidas vivas, uma delas tem nanismo.

É importante considerar que o nanismo passou a ser classificado como deficiência e, consequentemente, a receber o mesmo tratamento legal concedido às pessoas com deficiência somente a partir da edição do Decreto nº 5.296, de 2 dezembro de 2004.

Muitas dessas pessoas para sobreviver acabaram por se submeter a trabalhos que desumanamente ridicularizaram a sua imagem em função do seu tamanho, tornando-as alvos de piadas e lendas urbanas.

As pessoas com nanismo enfrentam sérios problemas. São indivíduos que se tornam adultos, desenvolvem-se, mas carregam o estigma de serem sempre vistos como personagens infantis, por isso existem ainda algumas pessoas que acham que o Dia Nacional do Nanismo pode influenciar no aumento da discriminação, mas o que tem nos mostrado, por exemplo, em outros casos semelhantes, é totalmente o contrário, ou seja, a criação de um dia nacional serve para esclarecer a sociedade sobre a pessoa com deficiência e, neste caso específico, a pessoa com nanismo, demonstrando que são pessoas com direito de viver uma vida normal e completa, sem a imagem de que são engraçadas ou nascidas para provocar o riso.

Diante disso, a instituição do Dia Nacional do Nanismo tem o objetivo de mobilizar esforços com vistas a divulgar informações, promover encontros, trocar experiências e ampliar conhecimentos com profissionais especializados no assunto, bem como buscar a inclusão social e a inserção no mercado de trabalho.

O dia 25 de outubro foi escolhido por se tratar da data internacionalmente consagrada à mobilização da sociedade em prol do conhecimento e debate da questão que envolve o nanismo.

Dessa forma, espero contar com o apoio dos nobres colegas Parlamentares, primeiramente, para viabilizar a tramitação e, em seguida, para aprovar o projeto de lei que cria o Dia Nacional do Nanismo, fortalecendo a imagem positiva e, especialmente, que possa servir para apresentar o potencial dessas pessoas que devem ser tratadas com muito respeito.

Era o que eu tinha a dizer, muito obrigado e sejam muito bem-vindos nessa audiência pública.

Eu tenho certeza de que nós vamos fazer com que esta audiência pública se torne um dia especial na minha vida como Parlamentar e na de vocês também.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

Vou quebrar um pouco aqui o protocolo.

Gostaria de perguntar à nossa Ministra se ela quer oferecer algumas palavras?

A SRª LAURITA VAZ – Eu não vim preparada para falar, mas como sempre, não posso perder essa oportunidade.

Eu quero, inicialmente, saudar o Senador Romário Faria, já agradecendo e parabenizando o Senador por mais esta causa, uma causa tão nobre; e que não preciso dizer mais com relação a ela.

E dizer que esta audiência pública em apoio à iniciativa de se instituir, em nosso calendário, o Dia do Nanismo, é um ato de grande relevância. E eu quero apenas, nesta oportunidade – eu tinha até registrado as palavras que iria falar o Senador –, voltar os olhos... Nesta oportunidade, eu peço que todos voltem os olhos à família de Gabriel Yamin, uma criança...

Cadê o Gabriel? Gabriel está ali. Como conheço o Gabriel, conheço a sua família, e quem é o Gabriel? É uma pessoa portadora do nanismo. Olha lá o Gabriel na tela, gente. Olha o Gabriel naquele vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Está bem, Gabriel. Melhor do que eu. (*Risos.*)

A SRª LAURITA VAZ – Então, nem por isso o Gabriel deixa de viver bem a sua infância. E é um estudante aplicado. Eu sei disso.

É um desportista incansável. É um gigante, como é conhecido pelos seus familiares e pelos seus amigos. É um exemplo de altivez e superação.

Por isso, Senador e familiares presentes, eu quero, em nome do Gabriel, de seus dedicados familiares e pais, principalmente Juliana e Marlos – a Juliana está ali presente e Marlos faz parte desta Mesa –, render as nossas sinceras homenagens a todos os portadores. Eu nem digo que são portadores, que estão aí com essa dificuldade, a nossa sincera homenagem a todas essas pessoas e seus familiares, esperando que a instituição

de uma data, em nosso calendário, volte a obter da sociedade e do Estado, ou melhor dizendo, inspire a sociedade e o Estado a uma reflexão maior a respeito desses cidadãos, que merecem ser integrados no meio social, com oportunidades de educação plena, de trabalho e de lazer.

Eu gostaria também de registrar, queridos familiares e Senador, que o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal da Cidadania, órgão do qual eu sou atualmente a Vice-Presidente, está também engajado nesta campanha. (*Palmas.*)

E dizer que não só o Superior Tribunal de Justiça, mas todos os seus Ministros, que hoje aqui também represento, dizer que contem conosco, escrevam para o Superior Tribunal de Justiça quando sentirem necessidade.

Muito obrigada pela oportunidade de estar aqui e um bom retorno aos seus Estados de origem.

E para as crianças, que continuem sendo felizes e lutem para superar todas as dificuldades que certamente encontram pelo caminho. Quem não encontra dificuldades pelo caminho? Todos nós encontramos dificuldades, mas tenho certeza de que com muita força, com muita dedicação, com muita determinação, irão superar essas dificuldades.

E gostaria de registrar também, já finalizando, que o amor está no ar, neste momento. (*Risos.*)

Então, vamos ser contaminados por esse amor, por esse intuito, por esse sentimento de voltar os nossos olhos para todas essas dificuldades que enfrentam as nossas crianças, os nossos jovens no Brasil, não só os portadores de nanismo, mas o portadores de outras dificuldades que nós já conhecemos.

Muito obrigada pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Ministra, na verdade, eu, como Presidente desta Comissão, agradeço, e é uma honra tê-la conosco aqui.

Vou passar a palavra agora a um dos convidados.

Kênia Maria de Souza Rio, representante da Associação de Nanismo do Estado do Rio de Janeiro (Anaerj).

Por favor, Srª Kênia.

A SRª KENIA MARIA DE SOUZA RIO – Bom dia.

É uma honra estar aqui presente. Primeiro, porque já me sinto tímida, porque tem um Senador do qual sou fã. Sempre fui fã, desde o tempo em que ele jogava futebol. E, agora, na frente da Ministra, da qual eu tenho muito orgulho, como operária do Direito, de participar de várias audiências de V. Exª.

Então, assim, se eu me emocionar vocês me perdoem, é difícil com esses dois grandes titãs, dois grandes líderes dentro das suas especialidades, um no Senado e outro no Superior Tribunal de Justiça.

Bom, Exmo Sr. Presidente, Senador Romário, não poderia deixar de mencionar neste momento e registrar a presença do nosso companheiro Ricardo Castro. Muito obrigado pelos seus esforços em sair lá do México e vir para cá prestigiar esse momento. Agradeço humildemente mesmo, e com muita alegria.

A todos vocês que estão presentes e que saíram dos seus Estados e acreditaram nesse sonho dessa maluca.

Eu comecei essa luta e já estou nela há nove anos, e não acreditei que um dia chegaria este momento. De dois a três meses para cá eu vi que no momento em que eu ia desistir, esse sonho iria se concretizar.

Eu gostaria muito de agradecer ao Senador, porque em dois meses ele conseguiu colocar esse projeto nesta audiência pública. E a gente vê essa justiça, que às vezes tem um sistema tão burocrático; mas ele, arduamente, deu essa força, ele com sua assessoria, e nós conseguimos hoje estar aqui lutando pelo Dia Nacional contra o Preconceito às Pessoas com Nanismo.

Essa data, na verdade, pela qual estamos brigando, o dia 25 de outubro, a sua origem foi em homenagem ao aniversário do ator americano e anão, Billy Barty, que era um ativista notável na promoção dos direitos das pessoas com nanismo.

Barty fundou a Little People of América, organização para ajudar as pessoas com nanismo, em 1957, quando ele chamou as pessoas de baixa estatura para se juntar a ele em uma reunião em Reno, Nevada. Essa reunião originou-se com 21 pessoas, cresceu e tornou-se um grupo mundialmente conhecido como Little People of América. Um grupo que até 2010 tinha mais de 6.800 pessoas. Foi a primeira organização norte-americana para as pessoas pequenas.

Atualmente, 28 países comemoram esta data que nós estamos pleiteando. Inclusive, eu gostaria de registrar que quando nós pedimos ao Senador, nós pedimos o Dia do Nanismo, mas achamos que ia ser uma coisa muito pequena, que as pessoas não iriam entender o motivo da nossa luta; então, estamos pedindo hoje, aqui no Senado, que se mude para o Dia Nacional da Luta contra o Preconceito às Pessoas com Nanismo.

Eu acho que é um dia para conscientização.

A estrutura da sociedade, desde os primórdios, sempre inabilitou as pessoas com nanismo, marginalizando-as e privando-as de liberdade. Sem respeito, sem atendimento, sem direitos, somos alvos de atitudes preconceituosas e ações impiedosas. Somos as pessoas com deficiência mais ridicularizadas e subestimadas pela mídia, que é a principal responsável em fomentar o preconceito e as lendas urbanas.

Quem nunca ouviu a história que anão não morre? Já foi a algum enterro de anão?

A literatura clássica e a história do homem refletem esse pensar discriminatório, pois é mais fácil prestar atenção aos impedimentos e às aparências do que aos potenciais e à capacidade de tais pessoas.

Somente em 2004, através da Lei nº 5.296, ou seja, há 11 anos, o nanismo foi considerado uma deficiência, mas nada mudou. Estamos aqui para buscar pelas políticas públicas de inclusão social de pessoas com nanismo, com o objetivo de proporcionar nossa melhor qualidade de vida e a promoção de projetos de inclusão social destinados às pessoas com nanismo nas diversas áreas da sociedade, abrangendo a educação, a saúde, o trabalho, a cultura, a acessibilidade, o urbanismo, o esporte e o lazer. A conscientização da população de que o nanismo não é um fator que impede a perfeita convivência na sociedade como um todo.

Pleiteamos também estimular a sociedade científica no sentido de fortalecer pesquisas com especialização no nanismo, proporcionando melhor atendimento e diagnósticos precoces.

Dos profissionais da saúde, é de se ressaltar, Exª e os nossos nobres convidados, vem o diagnóstico dos aspectos limitantes da deficiência, pois, invariavelmente, são eles que são os primeiros a serem chamados a dar o diagnóstico.

Os médicos raramente esclarecem ou informam aos familiares sobre as possibilidades de desenvolvimento, as formas de superação das dificuldades, os locais de orientação familiar, os recursos de estimulação precoce ou centros de educação e terapias.

Para efeito de informação, a prevalência de casos de acondroplasia, que é o tipo mais comum de nanismo, é de quatro para cem mil nascimentos. Ano passado nasceram, aproximadamente, três milhões de crianças, isto nos permite estimar que nasceram 120 crianças com acondroplasia, no Brasil.

Oitenta por cento das pessoas cadastradas na associação são filhos de mutação genética, ou seja, ocorreram por um acidente genético, sobre o qual ninguém tem controle, de onde se conclui que qualquer casal pode ter um filho anão.

Para os Senadores, para o Senador aqui presente e para a Ministra, para terem uma ideia, temos vários relatos de médicos que apresentam diagnóstico no período gestacional informando à mãe da seguinte maneira: "Seu filho vai nascer anão." "Mas como assim?" a mãe pergunta. O médico, em contrapartida, responde: "Sabe anão de circo, é assim que seu filho vai nascer."

Pode soar engraçado, mas imaginem uma mãe que não tem ciência nenhuma da deficiência e ser informada dessa forma como vai vir ao mundo o seu filho?

A inclusão nos projetos de acessibilidade nos ambientes urbanos, nas habitações, nos comércios, nos prédios, enfim, em todos os lugares que facilitem o uso por pessoas com nanismo. A inclusão e inserção no mercado de trabalho, incentivando as empresas na contratação dessas pessoas. Criar projetos de lazer e esporte para as pessoas com nanismo. Por fim, desenvolver estratégias publicitárias públicas e privadas contendo frases afirmativas em defesa desta causa.

Eu acredito em um mundo melhor. Eu sou mãe, eu sou mãe de uma criança com nanismo, meu filho tem 26 anos. Sou avó, agora, de uma criança de 3 anos. Eu espero, não só para o meu filho, para o meu neto, para cada uma dessas crianças que está aqui, um mundo melhor. Eu não tive a chance que as crianças estão tendo agora. Eu, há 11 anos somente, é que fui considerada como deficiente. Eu não quero que aconteça isso com essas crianças. Eu não quero que elas sofram preconceitos. Eu quero que elas sejam respeitadas como qualquer outra deficiência. Eu não quero mais que venham as mães desesperadas dizendo que os seus filhos não querem ir para a escola porque estão sofrendo *bullying*. Eu quero um mundo melhor para elas.

E vou lutar, não por elas, por todos nós, para que sociedade nos respeite e nos aceite.

Era isso que eu queria falar e passo, agora, a palavra para Liana Hones. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigada, Kenia.

Quero agradecer a presença de um dos Senadores mais respeitados desta Casa, Senador Ronaldo Caiado.

Seja bem-vindo a esta audiência.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu agradeço e é uma honra poder participar desta audiência que V. Exª propôs.

Meus parabéns, Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Obrigado, Ronaldo.

Passo a palavra agora para Liana Cristina Hones, representante da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

A SRª LIANA CRISTINA HONES – Bom dia.

Cumprimentando o Presidente da Mesa, Senador Romário, cumprimento as autoridades e os demais presentes.

Meu nome é Liana, sou servidora pública, trabalho na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Assembleia Legislativa e tenho acondroplasia.

Nesta manhã, estamos aqui para defender a iniciativa e a importância do Dia Nacional do Combate ao Preconceito às Pessoas com Nanismo.

Senhores, o nanismo é associado a uma baixa estatura que é resultante de uma mutação genética, em que a pessoa pode ter de 0,70 a 1,40.

A Medicina nos diz que existem 200 tipos e o principal deles, o mais comum, é a acondroplasia. Essa deficiência não é hereditária, ou seja, qualquer pessoa pode vir a ter um filho com nanismo, popularmente conhecido, e pejorativamente como anão. Dos casos, 80% são espontâneos e 20% são herdados.

No Brasil, nós não temos um número preciso de pessoas com essa deficiência, tampouco o IBGE tem esse dado para nos dizer, mas nós, com nanismo, temos conhecimento de que existem muitas pessoas no Brasil.

Essas pessoas, desde o nascimento, nascem com problemas de saúde; otites agudas, distúrbios motores, problemas respiratórios. E cada caso necessita de um cuidado específico. Outro problema é a acessibilidade. E o que mais preocupa é a discriminação pela sociedade não adaptada às diferenças.

Na questão trabalho, poucos têm as mesmas oportunidades do que as pessoas de estatura normal. Muitos sujeitam-se a ridicularização, viram alvos de piadas e brincadeiras. E, infelizmente, isso repercute em todas as pessoas com nanismo que não estão nesse meio.

Falta informação sobre nós; falta às pessoas, à sociedade saberem porque nós somos assim, que nós temos deficiência, sim; saber das nossas necessidades e das nossas habilidades.

Nós temos referências em nosso meio, pessoas com nanismo são médicos, são servidores públicos, são advogados, são psicólogos, são atletas. E isso é importante que a sociedade veja e mude a imagem que nós trazemos para eles do nosso passado, a visão de circo, a visão somente de humor.

É muito comum encontrar na rua pessoas apontando para nós, fazendo piadinhas, e eles não têm vergonha.

Vou contar um caso para vocês bem rapidinho. Eu fui buscar a minha irmã, e eu estava dentro do carro, dentro do meu carro. E por acaso eu estava de vidro aberto. E no momento da saída do colégio, havia um monte de adolescentes pela rua. Com trânsito, eu estava de vidro aberto, cinco adolescentes me viram dentro do carro, era apontando, era rindo, chegando ao ponto de se agachar, o menino fora do carro, para falar de mim. Quem estava ao meu redor, na fila, observava que dentro do meu carro tinha alguma coisa, que estavam falando sobre mim.

Juro para vocês, naquele dia a minha perna tremeu, eu não sabia o que eu deveria fazer, qual era a minha melhor atitude. Descer, conversar, explicar a situação, fingir que não era nada, enfim, pedi que Deus me iluminasse e assim foi, porque eu pensei, não é a primeira vez, não vai ser a última vez e nós temos que combater isso aí.

Isso acontece na balada, no shopping, no mercado, na praia, em qualquer lugar que a gente esteja, somos alvos de olhares diferentes.

Digo para vocês, apesar de não ter cura e nem prevenção, há muito o que se fazer pela independência e pela qualidade de vida das pessoas com nanismo.

O primeiro passo já foi dado, o nanismo é reconhecido como deficiência pelo Decreto nº 5.296, de 2004, com ele nós passamos a ter, legalmente, todos os direitos relacionados à pessoa com deficiência, mas agora é preciso mudar, é preciso continuar, tirar a lei do papel.

Estou há dez anos nesta causa, plantando sementinha para os nossos pequenos.

De Floripa a São Paulo, de Floripa ao Rio de Janeiro, promovendo encontros com os pais – eles estão aqui presentes, eles podem testemunhar isso –, trocando informações com os adolescentes, buscando a socialização deles.

Dessa época para cá, observo que a pessoa com deficiência, esse segmento vem crescendo muito, vem se fortalecendo, e o nanismo precisa acompanhar esse crescimento. É por isto que estamos aqui, porque o Estado de Santa Catarina já plantou a sua sementinha e queremos plantar a nacional.

O Deputado José Nei Ascare abraçou a causa da pessoa com deficiência no meu Estado. E o senhor, Senador Romário, abraçou a causa da pessoa com deficiência nacional.

Estamos aqui envolvidos com o tema dia-a-dia, trabalhando sempre pelo melhor da pessoa com deficiência. E o nanismo? Talvez pela sua incidência relativamente menor do que as outras deficiências, visto também em menor proporção, o nanismo é deixado de lado, mas isto não pode continuar.

Vendo a nossa luta, a nossa dedicação, entendendo a nossa necessidade, minhas angústias, o Deputado proporcionou que o Estado de Santa Catarina instituísse, e fosse o primeiro a instituir, o Dia Estadual da Pessoa com Nanismo, Dia Estadual do Combate ao Preconceito à Pessoa com Nanismo. Isso resultou na Lei nº 16.615, de 2014.

É muito importante relembrar aqui, como a Kenia bem falou, que a escolha do dia 25 não é apenas um dia e não foi escolhido à toa. Ele surge em homenagem ao ator Billy Barty, uma das primeiras pessoas a batalhar pela pessoa com nanismo. Fundador da maior associação da América, Little People.

Nesse dia, os 29 países têm como objetivo o quê? Promover movimentos, divulgar informações, tornar conhecida a nossa deficiência, que é pouco falada, estimular a Medicina a cuidar dos nossos pequenos, divulgar as nossas necessidades e as dificuldades e, com isso, promover a inclusão e fortalecer o reconhecimento dos direitos fundamentais da pessoa com nanismo. Temos nossas limitações, sim, mas também temos nossas capacidades e habilidades.

Hoje, mais do que nunca, continuamos unidos. Com o apoio do Senador Romário queremos o reconhecimento, uma sociedade mais consciente e, com isso, o respeito da população brasileira.

Senador, o senhor sabe e vem colocando em prática; a política é coisa séria e através dela é possível melhorar e mudar a vida das pessoas. É por isso que estamos aqui e contamos com o apoio dos nobres senhores para instituir o Dia Nacional do Combate ao Preconceito à Pessoa com Nanismo.

Acreditamos que quanto mais pessoas envolvidas, mais sucesso teremos na nossa causa. Fico feliz em ver aqui, presentes nesta sala, autoridades do Estado de Santa Catarina. Cumprimento o Vereador Ed, Vice-Presidente da Câmara do Município de Florianópolis, que me conhece e sabe o quanto a gente trabalha por esta inclusão. Obrigada, Vereador.

E também não poderia deixar de agradecer ao Deputado José Nei Ascare, que abraçou a causa da pessoa com nanismo no Estado e proporcionou-me hoje estar aqui, e querendo ou não nos motivou – não é Kenia? – na instituição deste dia.

E finalizo dizendo: Nada sobre nós sem nós.

Obrigada pela oportunidade, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Passo a palavra, agora, ao Sr. Vanderlei Linck, representante das pessoas com nanismo.

O SR. VANDERLEI LINCK – Bom dia a todos, meu nome é Vanderlei. Bom dia, Senador Romário; bom dia, Ricardo Castro; bom dia às demais autoridades. Sou servidor público do IFSUL Pelotas, Rio Grande do Sul.

Primeiramente, gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui para a institucionalização desse dia, o Dia Nacional do Combate ao Preconceito às Pessoas com Nanismo. Para nós é muito importante, muito importante mesmo.

Segundo o IBGE, quase um quarto da população brasileira possui alguma deficiência, o nanismo é uma delas, e que, ao longo do tempo, vem sendo, digamos, quase que esquecida.

Nós com nanismo, pela total falta de conhecimento da sociedade, acabamos sofrendo preconceito, somos alvos de deboches, piadas, entre outros. Esta discriminação reflete no nosso dia-a-dia, e um quesito que podemos destacar é o trabalho.

Como já foi dito, pessoas com nanismo não têm a mesma oportunidade que as pessoas de estatura normal, e algumas acabam pendendo para outros ramos, sujeitando-se a trabalhos que ridicularizam a imagem, como alguns espetáculos de circo, alguns programas humorísticos, entre outros. E isso causa um mal visto a todas as pessoas que não estão somente neste meio, todos nós com nanismo. Infelizmente, como falei, reflete direto.

Eu sou servidor público, ingressei na administração pública faz cinco anos através da Lei de Cotas, da reserva de pessoas com deficiência. Colegas com nanismo, com os quais convivo, muitos desconhecem essa lei de reserva e tampouco conhecem a possibilidade de fazer um concurso. Digo isso pela discriminação que sofreram durante a sua adolescência, pela falta de estímulos na educação, os quais deveriam ter sido estimulados a prestarem um concurso, a terem uma profissão mais digna e assim em diante.

Outro caso, também, que podemos colocar dentro de concurso e ao qual testemunhei. É necessário, para prestar o concurso, uma inscrição, um laudo que comprove a deficiência, e os médicos, senhores com doutorados, capacitados, desconhecem o nanismo como deficiência, eles enfrentam dificuldades em preencher um laudo, eles não conseguem detalhar as suas limitações e tampouco, ainda, sabem a CID.

Já na questão da iniciativa privada, trabalhei muito pouco, posso relatar experiências que me falaram. Colegas com nanismo hoje falam que as empresas estão contratando um maior número de pessoas do que antigamente, e um maior número também frente a outras deficiências. Isso devido à baixa quantidade de adaptação que há para ser realizada para inclusão no mercado de trabalho. Só que com tudo isso há um porém, um porém contra, eles contratam as pessoas e as pessoas ficam eternizadas no cargo, contratam apenas para cumprir a lei, para não pagar a multa, e geralmente são cargos de baixa remuneração, de baixa complexidade, não oferecendo, assim, uma oportunidade de crescimento, uma oportunidade para a pessoa com nanismo mostrar a sua capacidade, de ser reconhecido pelos seus méritos. E isto tem que mudar, nós precisamos de divulgação, as empresas devem focar na capacidade da pessoa, não só em cumprir a lei.

Cabe lembrar que todas as pessoas executam atividades de uma forma diferente da outra. O fato de a pessoa ter alguma limitação, não enxergar, não ouvir, ser uma pessoa com nanismo, baixa estatura, mobilidade reduzida, não a faz nem melhor nem pior do que as outras. É uma pessoa diferente, com possibilidades diferentes, necessidades e capacidades.

Uma frase que eu vi, não me recordo agora o autor, que cabe, é bem pertinente: "Competência independe de deficiência".

E por esse e outros motivos, como já foi falado também, nós com nanismo, pessoas com nanismo, temos o nosso talento não tão aproveitado assim. Nós temos em nosso meio servidores públicos, médicos, advogados, psicólogos, entre outros, que não conseguem, não têm a divulgação do seu espaço devido a essa não propagação, a esse não reconhecimento.

Senhores, com base nos dados, eu estou aqui para pedir encarecidamente a institucionalização desse dia para que seja dado esse grande passo para o Brasil, para que neste dia, através de movimentos e ações, sejamos vistos e reconhecidos com respeito pela sociedade, pelo poder público, estando cientes de nossas limitações, mas, também, de nossas capacidades. Como eu digo, queremos ser reconhecidos pelas nossas capacidades e respeitados pelas nossas limitações.

Temos a esperança que o futuro da nova geração será diferente do passado da nossa geração, com mais reconhecimento e mais respeito.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Vanderlei.

Passo, agora, a palavra ao Luiz Numeriano, representante da Associação Gente Pequena do Brasil.

O SR. LUIZ NUMERIANO – Bom dia a todos, minhas mamães e meus papais, como é difícil estar aqui diante de vocês.

Sou Luiz Numeriano Santiago, sou anão há 30 anos, então, nisso eu tenho experiência. Sou técnico de segurança do trabalho, já fui instrutor de rapel, paraquedista, já brinquei bastante com altura, para compensar.

Há 10 anos, eu brinco com a causa de acessibilidade e luto por ela. Sou hoje responsável pelos grupos nas redes sociais: Acondroplasia sem preconceito, no Face; o Acondro, no WhatsApp, e pelo grupo das mães. E todos os dias eu tenho uma de vocês entrando em contato comigo para perguntar alguma coisa.

O meu tema é muito sobre a saúde, e aí a gente vê o quanto a gente ainda pode crescer nisso. Alguns pediatras de pequenos de vocês já entraram em contato comigo, porque não tinham dados suficientes.

Hoje, o Hospital das Clínicas de São Paulo direciona vocês, mamães, aos nossos grupos, para que nós possamos ajudá-las. Muito mais do que saúde física, a saúde é muito mais complexa. A gente vai juntar a saúde emocional e por que não dizer a saúde social? Um indivíduo não socializado não é um indivíduo saudável.

Falar de nanismo é fácil, fazer a coisa ficar diferente é que é difícil. Mamães, quantas de vocês aqui eu já vi entrar em contato comigo: "Luiz, o médico disse que meu filho tem nanismo, o que é que vai acontecer com ele agora?" Não é, Clara? Deixa eu ver quem mais a gente tem de mãe aqui que está no grupo? Gente, até os médicos ignoram isso.

Eu acho muito peculiar o fato das mães entrarem em contato conosco: "O que vai ser do meu filho agora?" Vai ser o que ele quiser; vai ser o que ele quiser! De Billy Barty a hoje, nós temos médicos, que infelizmente não puderam comparecer, mas fazem jus aqui, o Dr. Wagner Baratella, nós temos advogadas, a Drª Kênia Rio, nós temos representantes do poder público, nós temos gente em todos os graus da sociedade, de todos os níveis.

Quando eu falo de saúde, e eu penso nos meus pequenos, eu penso que os médicos ignoram que, por causa de uma baixa na região nasal, nós temos desvio de septo, com problemas auditivos. Alguns de vocês já foram abordadas pelos médicos para fazer aquela cirurgia de colocação do duto, no aparelho auditivo, e algumas de vocês já chegaram para mim com medo, para saber o que estava acontecendo.

Gente, é muito comum encontrar vocês falando comigo para perguntar se isso é normal ou aquilo é normal. Cada um dos meus pequenos é um mundo, e um mundo muito complexo. Todas as vezes que eu entro em contato com uma de vocês, é com isso que eu me preocupo. Quando eu falo de problemas sociais e de saúde social, eu começo na infância, a educação é a base de tudo, e a institucionalização do dia do nanismo, a ideia é que professoras falem nas escolas. Anão não tem que ser um assunto proibido.

Quantos de nós aqui têm o dedinho apontado em riste: "Mãe, olha um anão". E por que isso acontece? Porque as crianças não têm informação. A pergunta não respondida é a mãe da ignorância, e a ignorância é a mãe do preconceito. Muitos de nós fomos à escola e sofremos *bullying*. Eu, graças a Deus, não. Eu sempre fui o Luizinho, o anão, todas as vezes que eu me metia em confusão, tinha 30 alunos na sala para me proteger, e olha que eu me metia em muitas. Eu não era o último a ser escolhido no futebol, era sempre bom jogar comigo porque eu sempre sofria falta.

Aí eu pergunto a vocês: Essas crianças que conviveram comigo, como é que se portam diante da sociedade hoje? Como é que eles olham o nanismo? Como é que eles olham o cadeirante? Como é que eles olham o surdo? Por isso a defesa do dia nacional do nanismo.

Quantos de vocês ligaram para mim, até de madrugada: "Luiz, meu filho está caindo muito". Os filhos sofrem quedas constantes, não é, mamães? É normal, gente, nós temos braços mais curtos e pernas mais curtas, e a caixa craniana avantajada. Isso muda o nosso centro de gravidade, e boa parte das nossas quedas são de cabeça. Quantas de vocês já passaram medo por isso?

Pois é, a minha também.

Nossos pequenos sofrem bastante de problemas respiratórios, inclusive de problemas dentários. Eu ouvi uma vez um dentista dizer que nanismo não afeta a dureza óssea dos dentes, a formação dos dentes. Mas nanismo afeta a respiração. Por causa da respiração, da baixa na nossa fossa nasal, nossos pequenos roncam, dormem de boca aberta e precisam reforçar a respiração pela boca, isso faz com que resseque mais a região bucal, facilita o aparecimento de cáries, de problemas dentários.

Além disso, a má formação da nossa arcada dentária faz com que os dentes se entramelem e isso facilita a formação de cáries e perdas de dentes. E por que não dizer que esses itens também afetam a saúde social do indivíduo? É muito ruim você chegar a alguém e sorrir sem o dente. Meus pequenos podem deixar de sorrir por causa disso, e isso também faz parte do nosso preconceito.

Eu preciso que a ideia do nanismo seja tratada na saúde como um todo, na saúde pública; eu preciso que o médico entenda de nanismo, eu preciso que ele fale de nanismo, eu preciso que o nanismo não seja tabu. O nome, meus papais e minhas mamães, anão, não deve pesar para vocês. Na minha casa, um anão era qualquer um. O anão era eu.

Quando eu falo de saúde emocional dos meus pequenos, eu fala do convívio. Eu tenho muitos pequenos aqui, e aí eu falo de uma estatística informal, mas uma estatística muito mais exata do que os censos brasileiros, pois eu contemplo hoje mais de 1500 membros dentro dos meus grupos, entre papais, mamães e pequenos, de crianças entre sete e quatorze anos que se negam a ir à sociedade, que não querem ir à escola, que não querem dividir o mesmo espaço com outras crianças, em uma atitude defensiva.

Bom, uma coisa eu digo a vocês, meus papais, só estamos aqui hoje porque quem veio na nossa frente não teve oportunidade de fazer. E agora estamos tendo. Então, eu peço o apoio a cada um vocês. Agradeço ao Senador a oportunidade de uma pessoa grande, sem ter alguém com nanismo dentro de casa, ter essa visibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Grande, em termos. (*Risos.*)

O SR. LUIZ NUMERIANO – Senador, eu acho que eu posso considerar o senhor o maior anão do mundo. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Está feito.

O SR. LUIZ NUMERIANO – Mais do que isso, quando eu falo da saúde dos meus pequenos, e aí eu posso falar não como Luiz, mas como Tio Lu, eu falo da saúde da família e eu falo da importância disso para cada um de nós. Se 126 mil crianças nasceram com nanismo no ano passado, eu tenho 126 mil famílias afetadas pelo nanismo. E eu tenho 126 mil oportunidades de fazer a diferença.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Luiz.

Passo a palavra agora à Srª Lorena de Castro Oliveira, representante da Associação Pequenos Guerreiros.

A SRª LORENA DE CASTRO OLIVEIRA – Bom dia a todos, bom dia Senador Romário, bom dia Ministra, bom dia Ricardo, bom dia Ronaldo, bom dia a todos os presentes aqui que estão nos acompanhando nesta luta. E nós queremos agradecer a presença de todos, é muito emocionante ver as pessoas aqui presentes e engajadas nesse movimento conosco e proporcionando a satisfação deste dia de combate ao preconceito à pessoa com nanismo, o dia da pessoa com nanismo.

Eu sou de Belo Horizonte, Minas Gerais, lá estou com a Associação Pequenos Guerreiros do Brasil, e tentamos mobilizar as pessoas a estarem juntas e discutirmos a relevância do dia-a-dia nosso, da nossa vivência, do que vem a ser o nanismo para a sociedade. Nós somos, para a sociedade, anões, anãs, e precisamos mostrar que somos essas pessoas.

É muito importante também falarmos um pouco sobre o nosso dia-a-dia, na convivência do espaço urbano, da acessibilidade. A acessibilidade acontece? Acontece, nós temos uma lei que assegura a acessibilidade, a Lei nº 10.098. Porém, ela não permite que os espaços sejam adequados à nossa estatura.

O que é que acontece? A NBR 9050 determina para a pessoa com mobilidade reduzida, a pessoa obesa e a pessoa com cadeira de rodas. A estatura média da pessoa com nanismo... Nós temos aqui um grupo de anões e crianças também, que têm a estatura variada de 0,70m até 1,40m; é de 1,40m para as mulheres e 1,45m para os homens.

Então, como tratar isso? Como intervir para que o espaço adaptado à pessoa com nanismo seja prático, usual, tenha a utilização adequada? Como definir isso? Participamos, diversas vezes, Kenia e Luiz, de pesquisas científicas, os estudantes querem nos estudar, eles querem pesquisar, eles querem saber qual é a nossa necessidade.

Estaremos sempre disponíveis, asseguro que todos aqui presentes estarão sempre disponíveis para qualquer pesquisa, para qualquer estudo, isso é muito importante para nós. É muito importante essa curiosidade dos acadêmicos. Então, por favor busquem, sejam curiosos, despertem esse estudo, tenham essa vontade de descobrir o nanismo.

Na última semana, participamos, em Belo Horizonte, eu e o Luiz, de um desfile de moda inclusiva. Então, a importância disso, de estar no meio social com outras deficiências e sermos reconhecidos como anões e como pessoas com deficiência. Aos poucos vamos nos engajando nisso. E precisamos que isso aconteça diariamente.

Bom, falando um pouco dos nossos espaços urbanos, bem como da estrutura do nanismo, eu, como uma futura dona de casa, no meu espaço doméstico, vou precisar de algumas adaptações. Essas adaptações serão feitas de forma manual, muitas vezes com um padrão manual, não um padrão já montado para uma pessoa com estatura normal.

Essa questão do espaço doméstico vem intervir com vários outros acessórios, na cozinha, na sala, no banheiro. Então, temos aqui a dificuldade de entendermos como esses espaços serão adaptados, como esses espaços serão provenientes para essas pessoas.

O banheiro, é necessário o chuveiro ter a ducha, ter um tamanho mais baixo? É necessário. Na minha casa eu fiz isso. A pia, o lavatório, é necessário ele ser mais baixo? É necessário. Na minha casa também eu fiz isso. Um banheiro para uma pessoa com cadeira de rodas não é adaptado para nós, não é proveniente para nós. A própria barra de proteção nos impede. O anão tem os membros mais curtos. Então, nos impede de acessar o lavatório. Nós utilizamos esse espaço sim, mas ele ainda não é adequado.

Então, estamos chegando na sociedade agora, estamos precisando desses estudos, desses laudos ergonômicos, dos fisioterapeutas; que nos permitam a busca desses profissionais, para virem até nós, nos procurarem. Vamos trabalhar juntos, vamos falar a nossa necessidade, vamos expor o que o nanismo tem de representatividade nisso.

O mais importante, não só esse ambiente domiciliar, o ambiente urbano. Como todos citaram aqui, a dificuldade dessa vivência diária, dos olhares e tudo. Mas hoje já partimos para um outro olhar: o olhar no espelho. Hoje eu olho para o Luiz, hoje eu olho para a Kenia, hoje eu olho para a Liana, para o Vanderlei e para muitos aqui, e olhamos um ao outro como espelho.

Não consigo me enxergar tão diferente de tantos outros, mas consigo me ver igual a eles. No andar, no caminhar, no dia-a-dia, isso fica tão igual, tão singular, e passo a ter uma vivência tão diferenciada que passamos a perceber que isso não nos motivará a sermos tão diferentes, vamos sempre pensar que somos anões, pessoas com nanismo, e que vamos ser sempre felizes assim.

Agradeço aí, pessoal. A importância da acessibilidade nisso... Vamos estar sempre abertos para discutir isso e contamos com vocês na caminhada. Obrigada pela presença de todos.

Obrigada, Senador, muito obrigada mesmo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Lorena. Agradeço a presença do Senador Lasier Martins, é um prazer tê-lo aqui nesta audiência pública.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Quando tiver a oportunidade, apesar de rouco, sem voz, gostaria de dizer uma palavra, Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Por favor.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Bom, eu peço desculpas, eu hoje estou muito rouco, acho que é em decorrência do clima de Brasília. Mas eu não poderia deixar de estar aqui, pelo menos durante algum tempo, porque nós aqui vivemos uma correria muito grande. Nós saímos de uma Comissão e vamos para outra. Eu estava, até há pouco, na Comissão de Infraestrutura, e não poderia estar aqui.

Agora, a minha primeira palavra, Senador Romário e prezados amigos que aqui estão presentes, é uma palavra de congratulações ao nosso Senador Romário, pela iniciativa desta audiência pública.

Nós temos percebido que o nosso Senador Romário não apenas pontuou a sua vida como um grande craque de futebol, como alguém que foi decisivo, por exemplo, na Copa do Mundo dos Estados Unidos, quando foi apontado como o jogador decisivo para a conquista da Copa pelo Brasil. O Senador Romário tem se caracterizado também como um craque humanitário. Ele promoveu aqui no Senado a Comissão das pessoas com deficiência, que ainda realizamos; na semana passada, uma sessão plenária especial, emocionante, no Senado Federal.E hoje nos proporciona esta audiência pública também para discutirmos o nanismo. Então, é um homem que pensa em todos, é um homem que combate o preconceito, que todos nós devemos comba-

ter. Estamos aqui discutindo a criação do dia nacional do nanismo, como já existe o 25 de outubro, para o dia internacional, no qual devemos nos inserir.

E esperamos, Senador Romário, que uma reunião parecida com esta, só que mais abrangente, seja levada para o plenário do Senado Federal. Porque nós estamos aprendendo a respeitar as pessoas com nanismo como pessoas iguais a nós. Existe uma velha surrada sentença, um ditado, um aforismo, que diz que tamanho não é documento. E nós temos a comprovação disso.

Pelos pronunciamentos que nós ouvimos há pouco, o Vanderlei, que tive a honra de receber ontem, no meu gabinete, assim como o Luiz, assim como a Lorena, assim como a Kenia, são pessoas de uma inteligência igual ou superior a nossa, são pessoas que atingem *status* elevados em profissões, seja de grau superior ou seja de grau médio. São pessoas iguais, têm apenas a diferença na altura.

Estamos vendo aqui, pelo pronunciamento brilhante, muito bem articulado por parte do Luiz, que são pessoas que têm problemas às vezes respiratórios, por causa da estatura. Mas não têm problema de inteligência. São pessoas iguais. Rui Barbosa, o maior jurista que este Brasil teve, tinha uma estatura muito baixa e foi um dos mais brilhantes brasileiros que tivemos até hoje.

Então, realmente, uma audiência pública como esta, Senador Romário, serve de alerta, de advertência, para que todos nós nos engajemos em uma campanha contra o preconceito, pelo respeito e pela exaltação das pessoas que não tiveram a sorte de ter a estatura normal das outras pessoas. Mas elas são iguais, têm inteligências iguais ou superiores às nossas, e prestam grande serviço à sociedade brasileira nas funções que exercem, nas profissões, possuem formação universitária igual a nós, e que devem ser recebidas com a maior naturalidade na sociedade nacional.

Então, Senador Romário, nosso craque do futebol e do humanitarismo, nós estamos de parabéns com a sua presença e por essas promoções que V. Exª tem feito. E vamos levar uma reunião igual a esta para o Plenário do Senado, para que através da TV Senado, que hoje é extremamente acompanhada e ouvida pelo Brasil inteiro, possamos levar adiante esta promoção, esta campanha pela boa recepção aos nossos irmãos que têm uma estatura menor, mas são iguais a nós.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Obrigado pelas palavras, Senador Lasier.

Passo a palavra aqui agora ao Sr. Marlos Nogueira, representante dos pais das pessoas com nanismo.

Vamos inverter aqui. Passaremos a palavra, então, ao Luciano Bezerra Dantas, nosso atleta profissional de halterofilismo, medalhista do Parapan-Americano de Toronto, de 2015.

O SR. LUCIANO BEZERRA DANTAS – Desejar um bom dia a todos. Quero cumprimentar primeiramente o Senador Romário. Tenho 34 anos, e na minha adolescência fui conhecer o esporte, o futebol, e como jogou bastante, tentei jogar futebol, mas a minha praia foi outra. Quero parabenizá-lo por alguns momentos felizes para os quais ele levou o nosso País; e também a Ministra Laurita Vaz e os demais que se encontram presentes.

Gente, eu estou meio emocionado, qualquer coisa vocês me perdoem. O meu nome é Luciano Bezerra Dantas, como já foi falado, o meu apelido é bem diferente, é o oposto: Montanha. (*Risos.*)

O meu apelido é Montanha, eu tenho 34 anos e moro em Uberlândia. Eu sou halterofilista. Muitos, talvez, não irão saber o que é halterofilismo, mas saberão depois de alguns vídeos que foram passados via internet, via Jornal Nacional, em cinemas mesmo, eu fiquei sabendo que esse vídeo que eu fiz por último agora, no Rio de Janeiro, foi passado no cinema.

Eu fui convidado por um amigo meu. Aliás, o rapaz me conheceu, me convidou, porque viu que eu tinha nanismo – e o nanismo, como já foi falado, encaixa como deficiente físico, – e me apresentou o esporte paralímpico. E eu dou graças a Deus e ao nanismo, na minha vida. Eu já conheço três países. Eu creio que sem o nanismo e sem o esporte, eu não teria conhecido lugar nenhum fora do Brasil, só nacionalmente.

Eu já estou no esporte há sete anos, e no ano de 2013, houve um Mundial de Anões, nos Estados Unidos, lá em East Lansing, em Michigan, e nesse Mundial de Anões, o Brasil levou, pela primeira vez, quatro anões da minha modalidade: Erinaldo, que é de Goiânia, tem nanismo; Maria Rizonaide, que é de Natal; Lucas Elias, que é de Uberlândia, onde eu moro, e eu.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUCIANO BEZERRA DANTAS – O Bruno dessa vez não foi, porque ele tinha feito uma cirurgia e estava ausente no momento daquela convocação.

Gente, quando eu descobri que eu tinha nanismo não foi fácil, eu posso falar porque muitas famílias aqui têm parentes com nanismo. O *bullying*, para quem não tem um psicológico legal, eu falo para as crianças: Fiquem tranquilos, porque o que Deus tem para vocês são coisas grandiosas. (*Palmas.*)

Obrigado.

Porque o *bullying* faz parte na nossa vida, o Montanha, o nanico, o anãozinho. Infelizmente, nós somos, muitas vezes, reconhecidos como palhaços de circo, como já foi falado, para fazer o povo rir. Mas nem sempre a felicidade que sai da gente para ir até outras pessoas não é só desse lado; ela vem na Medicina, em várias áreas de trabalho; no esporte, que, graças a Deus, eu e mais alguns fazemos parte da equipe brasileira; em cantores. Quem conhece Nelson Ned? Fez muita gente alegre, muita gente rir.

Nos Estados Unidos, quando eu fui em Michigan... Na minha adolescência eu não gostava do meu nanismo, mas só que quando eu fui descobrindo que o nanismo traria muitas coisas a meu favor, eu joguei a bola para cima, eu chutei a bola e fui buscar o sucesso.

Porque, graças a Deus, quando eu chego em uma competição, eu sou atleta paralímpico, me deparo com uma pessoa que não tem um braço esquerdo, não tem o braço direito, não tem a perna esquerda, não tem a perna direita e tem um sorriso melhor do que o meu. Para que eu vou ficar triste? Que tristeza é essa? Você tem que ser alegre, tem que olhar para dentro de você e perguntar o que é que está acontecendo, se ele está feliz, por que é que você não pode ser? É isso que eu tenho a falar para vocês também.

O nanismo veio através de um tumor que veio na minha cabeça, que a Medicina não tentou me ajudar. Mas eu não fico triste, eu não desisti e nem culpo a Medicina, porque se a Medicina tivesse me ajudado, eu teria feito alguma cirurgia, eu não ia trazer o que eu estou trazendo no momento, que são conquistas, autoestima da minha família, o meu casamento. Eu consegui casar, não foi fácil, eu falo para vocês. (*Risos.*)

Eu tenho 34 anos, casei há dois anos atrás. Mas eu não desisti, sou brasileiro. (*Risos.*)

Temos que ser brasileiros, quando você quer alguma coisa não pode desistir, porque muitas vezes há barreiras impedindo o seu sucesso, mas o que é que você tem que fazer? Você tem que focar. O objetivo é você focar, porque se você focar no que pretende fazer, no final dá tudo certo.

Quando eu já estava morando em Uberlândia, na cidade que moro atualmente, eu trabalhava em uma sorveteria, eram tantas piadinhas que no início a gente acha ruim, mas depois a gente leva para a frente e faz parte do nosso sucesso. A sorveteria era em uma esquina e na esquina seguinte, havia uma família de anões, três anões na família, os pais tinham 1,70m de altura. Ele teve cinco filhos, dois puxaram a altura dos pais e três com nanismo. Eu cheguei até a conhecê-los.

Esse anões trabalhavam em uma sorveteria, passou um rapaz alcoolizado e viu o Sr. Air, que já é de idade, aí eu estava na outra esquina, o rapaz alcoolizado desceu a rua e me encontrou, falou: "Mas você já está aqui?" Aí eu não entendi no momento. (*Risos.*)

Depois que eu fui ver, que eu fui analisar, eu olhei na esquina e o rapaz estava lá na esquina, o que tem baixa estatura, nanismo, eu fui ver que eu me encontrava na esquina também. Aí a ficha caiu. É complicado para ele, porque, para mim, foi tranquilo.

Mas eu dou graças a Deus pelo nanismo na minha vida. Eu fui um menininho que não tinha jeito, eu dei muito trabalho para os meus pais, mas foram trabalhos produtivos. (*Risos.*)

Eu morava no Rio Grande do Norte. Eu não sou de Minas Geris; eu moro em Uberlândia, mas eu nasci em Currais Novos – não sei se alguém já ouviu falar –, que fica no Rio Grande do Norte. Meu pai teve um comércio de madeira, uma madeireira. E havia um caminhão do meu pai na rua da minha casa, na frente da minha casa, e eu, como fui levado, subi nesse caminhão, fui brincando no caminhão, em cima dessa carga de madeira, e cai. Como o nosso irmão Luiz falou que nós temos um crânio avantajado, eu escorreguei e cai no paralelepípedo. Eu dou graças a Deus pelo meu crânio avantajado, porque eu fiquei desacordado por alguns momentos. Foi meu pai que conseguiu me acordar.

Mas não é fácil! A sociedade, infelizmente, de 100%, uma grande quantidade ainda discrimina o nanismo. Mas só que o nanismo... Eu não queria que acontecesse essa discriminação sobre a nossa pessoa, porque nós somos felizes. Para que discriminação? Eu sou feliz, eu consigo o que eu quero.

Uma pergunta básica ao Sr. Marlos, você consegue levantar quantos quilos no supino? E eu estou falando da minha profissão, quero que vocês entendam. Não sei se você já fez atividade física, mas, no supino, quantos quilos você consegue levantar? Pode responder, por gentileza.

O SR. MARLOS NOGUEIRA – Montanha, eu já vi seu filme, eu sei aonde você vai chegar. (*Risos.*)

Sei lá, uns 40k.

O SR. LUCIANO BEZERRA DANTAS – Que legal, parabéns! (*Palmas.*)

Qual a sua altura?

O SR. MARLOS NOGUEIRA – Um metro e oitenta e quatro.

O SR. LUCIANO BEZERRA DANTAS – Um metro e oitenta e quatro, muito bom ainda. Mas o Montanha tem 1,30m e alguma coisa. Alguém já deve ter visto esse vídeo meu que está correndo em algumas partes do nosso País e fora do Brasil.

O Rio 2016 é o organizador das olimpíadas e das paralimpíadas do Brasil. E o Rio 2016 fez um vídeo para promover a turma a comprar os ingressos para as paralimpíadas, porque os das olimpíadas os ingressos já foram encerrados. Aí o que acontece? Houve esse vídeo, e o CPB, que é o Comitê Paralímpico Brasileiro, que é o organizador do esporte paralímpico no Brasil – no plano internacional é o IPC –, entrou em contato comigo para ver se eu me interessava em fazer uma participação, eu não era obrigado a fazer essa gravação, e eu falei: "De maneira nenhuma vou desistir; eu quero mostrar o que o nanismo é capaz de fazer".

Eu fui nessa academia, moro em Uberlândia, mas fui como morador do Rio, fazer uma aula experimental. Foi meio burocrático, mandaram eu ir para uma sala, o escritório da academia, aí eu fui fazer essa aula. Estava querendo dar um BO lá, mas graças a Deus, no final, deu tudo certo. Entrei na academia, fui direto para o setor... Na realidade, foi uma "gravação", entre aspas. As pessoas estavam gravando, mas ninguém sabia que aquilo ali estava sendo gravado. As gravações, para vocês verem, foram feitas de celular.

Os que estavam gravando ali estavam como se fossem alunos, gravando disfarçadamente. Eu cheguei em um certo rapaz e fiz um convite a ele: "Você pode revezar comigo?" Infelizmente, eu tive que fazer essa pequena maldade. Como eu sou pequeno, eu fiz uma pequena maldade. Aí ele estava fazendo uma carga com 30k de cada lado, que dava 60k, mas a barra, foi para 70k.

Perdão, o meu tempo está acabando, mas eu não posso ficar sem falar. Peço que me perdoe, Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Pode falar.

O SR. LUCIANO BEZERRA DANTAS – Tudo dava 70k. Aí esse rapaz falou: "Eu sou fisiculturista, não posso fazer isso". Eu falei: Mas vamos lá. Ele fez algumas repetições, mas infelizmente teve que parar. Aí eu finalizei com 130k, 140k na barra. (*Palmas.*)

É o que eu tenho para falar. Aonde você quer chegar, não desista, que você vai chegar até o fim. Igual ao Sr. Gabriel. Do jeito que o Sr. Romário teve muito talento no futebol, estou te falando que você vai ter, basta você querer. Está bom? (*Palmas.*)

Desde já eu agradeço a oportunidade a todos vocês.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Obrigado, Luciano.

Passo a agora a palavra ao Sr. Marlos Nogueira.

O SR. MARLOS NOGUEIRA – Obrigado, Senador; eu o cumprimento e, na pessoa de V. Exª, cumprimento todos os servidores, assessores, funcionários desta Casa. Cumprimento o Senador Ronaldo Caiado, que tem honrado o Estado de Goiás, de onde eu venho, como lembrou o Senador Romário no início, sendo um Senador aguerrido aqui nesta Casa. Cumprimento a Ministra Laurita Vaz pelo carinho da presença. É uma honra ter a senhora aqui conosco. E todos os demais presentes. Peço desculpas pelo plenário cheio, Senador, porque a nossa família é um pouco grande, Senador.

Mas eu não poderia deixar de abrir, pegando a deixa do Senador Romário, para dizer o seguinte: a gente está aqui hoje para discutir uma estratégia de combate ao preconceito contra as pessoas portadoras, contra as pessoas com nanismo. E esse preconceito vem da interpretação que a gente faz da diferença. A gente tem um entendimento acerca da diferença que faz com nós, sociedade, tenhamos preconceito.

E é curioso como esta Mesa está montada, porque a gente, às vezes, tem preconceito porque leva a diferença para um caráter absoluto, mas a diferença é sempre muito relativa. Deem uma olhada para esta mesa, já que o Senador Romário se excluiu dos caras grandes, e vejam quem é o diferente?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Só você aqui que não é anão. (*Risos.*)

O SR. MARLOS NOGUEIRA – O diferente aqui sou eu hoje. Não é isso? E é curioso também que a pessoa que está liderando isso aqui, nesta Casa, seja alguém a quem nós nos acostumamos, durante a brilhante carreira que teve como jogador de futebol, a chamar de Baixinho. Só que a gente chamava o Romário de Baixinho com carinho, com amor. E os outros baixinhos aqui presentes nem sempre recebem essa palavra com tanto carinho, com tanto amor. É disso que estamos falando.

O que nós estamos trabalhando – e agora eu falo como representante dos pais –, o que as nossas famílias se empenham em fazer é buscar uma transformação do entendimento da nossa sociedade acerca do nanismo.

Porque, como eu disse, o preconceito vem quando nós levamos a diferença para o campo do absoluto. E, quando a gente leva essa diferença para o campo do absoluto, a gente tende a tratar isso de forma excludente.

Na nossa sociedade, muito orientada pela tradução judaico cristã, nós temos no Livro do Gênesis, na Bíblia, por exemplo, a história da Torre de Babel. Muitos aqui já devem ter ouvido falar. Qual foi a história da Torre de Babel? Diz a Bíblia que, em um determinado momento, os homens resolveram fazer uma torre que chegava até o céu. E, naquela época, as construções era feitas com pedras, e pedras têm tamanhos diferentes.

E os homens entenderam que em vez de usar pedras, eles usariam tijolos, e tijolos têm tamanhos iguais. Os homens abandonaram uma característica natural de utilização de pedras, cujas diferenças não são absolutas, mas relativas, porque há determinados espaços, em uma construção, que você só preenche com pedra pequena, e passaram a utilizar, para a construção daquela torre, tijolos feitos de maneira padronizada, todos eles iguais.

Quem já acompanhou uma construção civil com tijolo vai entender que, quando se chega a um determinado local de uma parede, quando você tem um buraquinho na parede, pode ser que você não tenha um tijolo na exata medida para tapar aquele buraco. Aí você vai pegar o tijolo e quebrá-lo para tapar aquele buraco. E, às vezes, você erra na medida da quebra, você tem que encher de massa.

Ou seja, quando o homem quis levar a diferença para um campo absoluto, excluiu algo que resolveria a tarefa dele: excluiu utilização de pedras, e pedras têm tamanhos diferentes.

Também, a Bíblia, em Gênesis, relata que Deus criou o homem e colocou o homem em um jardim. E o que é um jardim, senão o espetáculo da diferença? O jardim só é jardim porque tudo o que existe lá é diferente entre si. Se as plantas de um jardim fossem iguais, aquilo não seria um jardim, seria uma lavoura, seria uma plantação de soja, de milho.

No entanto, porque ali há rosas, cravos, grama, árvores, aquilo é um jardim. E mesmo as rosas são diferentes entre si. Então, a diferença é relativa. Hoje, eu, aqui, sou o diferente; eu e o Senador, somos os diferentes. E está tudo certo.

Nós temos a nossa experiência com o nanismo, e, como foi dito aqui, no início, pela Kenia, o nanismo acontece em famílias comuns. Uma pessoa alta como o Senador Ronaldo Caiado poderia ter sido pai de uma pessoa com nanismo, porque, na origem, é uma mutação nova.

E a gente recebeu essa notícia... O Gabriel é o nosso primeiro filho; nós temos mais dois – o Fernando e a Laura –, ou seja, somos pais de três filhos. E, para nós, mexeu muito quando a Kenia mencionou que a forma como essas coisas são comunicados é muito dura, porque o médico vira para a gente e comunicou, de forma muito ríspida, seca: "Seu filho é anão e não há nada que a medicina possa fazer por ele". Desse jeito. E, para nós, foi uma tragédia.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARLOS NOGUEIRA – Mas, para nós, foi aquela experiência traumática de receber a notícia dessa forma. Mas a gente veio aprendendo, ao longo do tempo, e, hoje, a gente entende que este momento aqui é a convergência, na história, de toda a caminhada que a gente teve até aqui nas nossas vidas – minha esposa e eu. Tenho certeza que ela pensa de igual forma.

Quando a gente recebeu o Gabriel, a gente entendeu que, em algum momento, a nossa função, a nossa tarefa, o nosso papel, seria apoiar essas pessoas tão queridas nessa luta e nesse desafio.

Então, a diferença, meus queridos, é relativa. A diferença não é absoluta.

Nós precisamos trabalhar juntos para transformar o entendimento, a consciência deste País acerca dessas coisas. Porque, Senador Romário, em um País em que as pessoas com Síndrome de Down não são mais chamadas de mongoloides, as pessoas portadoras de alguma deficiência motora não são mais chamadas de aleijadas, mas de cadeirantes, as pessoas com nanismo ainda são tratadas como anões. E anão, como disse o Luiz, não é uma palavra feia, mas a forma como a gente fala "anão" é.

Quando a gente usa anão, no nosso coração, no fundo, nós estamos falando de uma forma jocosa; nós estamos falando da pessoa que toma torta na cara em programa de televisão, do palhaço de circo, como o Vanderlei lembrou; nós estamos falando de algo que nos faz rir; e a gente esquece que são pessoas cujas diferenças não são absolutas, são relativas.

Quando estava começando a reunião, Senador, antes de entrar, eu fui em uma pequena cozinha que tem ali no fundo, bem pequenininha, tomar um café, e o Benedito, que nos atende, que é esse que está aqui desde a época do Presidente Figueiredo – não é, Benedito? –, pediu: "Oh, amigo, você que é grandão pega uma xícara que está ali em cima para mim".

Então, talvez, a minha diferença de ser grandão permitiu que eu pegasse a xícara, mas, se eu fosse do meu tamanho e fizesse a função do Benedito, eu quebraria aquela cozinha inteira, porque ela é muito pequenininha.

Então, essas coisas elas têm que entrar no nosso coração de forma a mudar o nosso entendimento. E é disso que a gente está falando. Então, o tamanho de uma pessoa não pode ser medido pela sua estatura. O tamanho de uma pessoa, o tamanho de um ser humano tem que ser medido por coisas invisíveis, por aspectos subjetivos. Então, qual é o tamanho da nossa ética? Qual é o tamanho do nosso compromisso, da nossa responsabilidade? Qual o tamanho do nosso empenho para lutar contra o preconceito? Qual o tamanho do nosso amor, da nossa caridade?

Os tamanhos que importam são os tamanhos subjetivos, invisíveis; os tamanhos das coisas visíveis são muito pouco importantes. E a gente aprendeu isso com o Gabriel – não é Gabriel? A gente aprendeu isso com você, meu filho, porque, quando você nasceu, você nos ensinou a relativizar as diferenças, entender que cada um tem uma função, cada um tem um papel. Quando a gente recebeu a notícia que você vinha ao mundo, a gente recebeu com muita alegria, mas com surpresa, temor, pois era algo desconhecido. E, quando você nasceu, com aquelas bochechinhas rosadas, lindas, maravilhosas, a gente aprendeu que a gente tinha uma missão neste mundo, que é ajudar pessoas como você. E a gente sabe que você sofre quando os seus amiguinhos te chamam de anão, quando os seus amiguinhos te chamam de baixinho, quando os seus amiguinhos te chamam de nanico. Mas a gente está aqui meu filho para te ajudar, a fazer com que a sua geração, daqui em diante, não sofra mais essas coisas. Está bem? (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Marlos.

Gostaria de passar a palavra aqui ao nosso Senador Ronaldo Caiado.

Por favor.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Bom, eu quero agradecer a oportunidade, Senador Romário, e, ao mesmo tempo, dizer a V. Exª que a manhã de quarta-feira sempre é uma manhã bem atropelada, porque são várias as comissões de que somos membros titulares. Mas, como médico que sou, há quarenta anos formado, ortopedista, então ligado exatamente a essa área – e tive a oportunidade de me formar no Rio de Janeiro, de me especializar no Hospital Miguel Couto e no Hospital do Fundão –, a minha vida variou para a cirurgia da coluna vertebral. E, lógico, que sempre fui um estudioso e sempre me dediquei, nunca deixei a medicina. E eu ouvi de vários expositores que estão aqui... Na verdade, nós recebemos uma verdadeira aula hoje. Tive a oportunidade, nesta manhã turbulenta de quarta-feira, de me dar o direito de ficar aqui ouvindo as lições que vocês puderam proporcionar a todos nós. Essa é uma verdade.

E quero dizer que são desafios que nos motivam. Sem dúvida alguma, nós temos que avançar cada vez mais, ter cada vez mais sabedoria, entender o psicológico das pessoas. Como o Marlos mesmo colocou, como se dirigir, como realmente poder informar, como amanhã receber essas pessoas e não ridicularizá-las. Acho que esse é o ponto alto.

Na nossa área da medicina, as nossas limitações são claras. Infelizmente, nós não progredimos para dar a vocês correções maiores que poderiam ser feitas para que, amanhã, não tivéssemos também outros problemas articulares em decorrência de malformações ou de deformidades existentes.

Mas o que é importante e que ficou muito bem colocado aqui é que todos foram muito contundentes no momento de dizer que aceitam a condição de serem pessoas com nanismo; agora, não aceitam serem tratados de uma maneira jocosa, pejorativa, quando se dirigem a cada um de vocês.

Eu quero dizer, puxando a bola para o Romário, que ele, Ministra Laurita, teve uma capacidade, ao chegar aqui na Casa, de ter uma atuação que, pela imagem dele e pelo prestígio internacional que ele tem, e de assumiu a bandeira – e ele poderia estar muito mais confortável naquilo que ele conhece a fundo, que é o esporte, entrando apenas nessa discussão, podendo ser o grande debatedor sobre esses temas –, que ele trouxe para dentro da Comissão de Educação, para dentro do Plenário do Senado Federal, desse grande debate, um debate que é aquilo que nós temos que criar no País.

O governo francês, em 1995, Senador Romário, tomou essa decisão de não aceitar a ridicularização das pessoas, até mesmo quando as pessoas aceitavam ser ridicularizadas. Como disse o Marlos, alguns se propõem a tomar tortas no rosto, outros se propõem a fazer uma atuação que não seja compatível com a dignidade do ser humano. No entanto, o governo francês aprovou uma norma onde ele considerou assunto de ordem pública, ou seja, aquele evento é interditado pelo governo para que as pessoas não sejam ali expostas a uma situação que induz outros a ridicularizarem aquela pessoa.

Então, o debate deste dia de hoje é fundamental, não só pela criação do dia, não só pela criação do dia em que todos nós reverenciamos essa iniciativa do Senador Romário, mas também é importante para que, amanhã, tenhamos ações para que o conceito que seja transmitido às crianças que nascem, às famílias, ao debate nas escolas seja exatamente de respeito e de compreensão, e não um olhar como sendo uma figura estereotipada que estaria ali simplesmente para ser ridicularizada ou podendo atuar em algumas coisas que pudessem trazer alegria para terceiros, como se fossem uma imagem de circo. Eu acho que é esse o ponto alto que nós precisamos também reconhecer nesta iniciativa do Senador Romário.

É dizer: "Olha, são pessoas que têm competência para o exercício da medicina, da advocacia, seja de áreas técnicas, seja como funcionalismo público, seja o cidadão que tenha a sua inteligência e a sua capacidade de debater conosco, de estar aqui". Vocês precisam ter um representante amanhã na Casa, é lógico! Por que não? Por que não assumir o debate político? Por que não mostrarem o conteúdo que vocês têm para argumentar diante de todos os assuntos de que vocês são conhecedores nas suas áreas? E a melhor maneira que se tem é

a de se exporem ao debate, é de poderem enquadrar as pessoas com argumentos. E, aí sim, é que vocês vão crescer cada vez mais.

Contem conosco. Podem ter certeza: as ações do Senador Romário, eu posso garantir, têm quase que uma unanimidade no Plenário. São ações suprapartidárias. Ele consegue, desde o Estatuto do Deficiente, como também nesse trabalho que fez e que faz em relação a vocês... Vocês podem saber que ele, melhor do que ninguém, terá o comando nas votações, e todas as propostas que vierem avalizadas, relatadas, ou apresentadas por ele, terão, no Plenário desta Casa, uma votação, posso garantir, por unanimidade dos demais presentes.

Essa atitude... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Obrigado, Senador, pelas palavras.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Essa atitude, Senador, é mérito de V. Exª, que, por vários momentos, na exposição feita aqui pelos nosso convidados, encheu os olhos de lágrimas. E é um momento em que todos nós, que somos pais também, como o Marlos descreveu, temos que conviver com uma realidade muito dura, já que nós não fomos preparados para receber assim.

E, com essa ação, não só política, eu acredito, Senador Romário, que V. Exª, como ninguém, poderia alavancar esse sentimento de que passa a ser também uma determinação de ordem pública, para que, amanhã, ninguém, mesmo tendo autorização para fazer, não possa fazer e seja interditado por uma decisão de Estado. (*Palmas.*)

Isso é algo que eu acho fundamental. E aí nós podemos dar a vocês aquilo que vocês são, ou seja, pessoas altamente qualificadas e preparadas.

E eu espero – já estou há 20 anos como Deputado Federal e agora há dez meses como Senador da República – tê-los aqui para, exatamente, mudar o debate no plenário da Casa como também na tribuna do Senado Federal. É fundamental que vocês pensem nisso; não se omitam!

Quando eu vi o Luizinho ou, se não me engano, outro expositor colocar aqui que muitas crianças ficam confinadas em casa porque não querem, não aceitam dividir o espaço, porque são vítimas de *bullying*, de preconceito, é algo que corta fundo qualquer pai que, de repente, vê o filho nessa situação. E é por isso que vocês podem contar conosco, mas ninguém melhor para pilotar esse processo do que o Senador Romário, com a experiência e, ao mesmo tempo, com o prestígio que tem, sabedor de que terá do Senador Ronaldo Caiado o total apoio, reconhecimento e, ao mesmo tempo, esforço para que todos os seus projetos alcancem a aprovação e a sanção o mais rápido possível.

Muito obrigado pelo espaço e pela aula que vocês me deram. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Não precisa falar mais nada do nosso Senador, não é? (*Risos.*)

Quero agradecer a presença do Senador Hélio José, da Deputada Carmen Zanotto, do PPS de Santa Catarina.

Aproveito, então, para passar a palavra ao nosso Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Pessoal, queria dar um bom dia a todos e agradecer profundamente o nosso Senador Romário por ele estar nesta Casa e a gente ter o privilégio de fazer companhia a ele, de estar junto com ele... O trabalho que ele tem feito é excepcional, a questão da síndrome de Down, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, essa questão aqui do autismo; tudo isso demonstra o ganho em termos de cidadania que representa para o nosso País a presença do Senador Romário aqui nesta Casa, como o Senador Caiado acabou de relatar, pela importância das propostas que ele traz à discussão. Também, presidindo a CPI da CBF, em que eu e ele estamos juntos, bem como outros aqui, para passar a limpo algumas coisas importantes do futebol. Ele que, carinhosamente, o mundo, não foi o Brasil, conheceu e batizou por Baixinho, por representar bem o nosso País. Um outro baixinho, o Tostão da Copa de 70, todo mundo lembra o tanto que era maravilhoso o que Tostão e outros baixinhos naquela época representaram. Então, o baixinho para nós, aqui, é um baixinho carinhoso, um baixinho de amigo, um baixinho de amizade. O baixinho jocoso nós não podemos aceitar.

Por isso, eu fiz questão, mesmo com as dificuldades que o Senador Caiado aqui relatou, de tantas comissões ao mesmo tempo, de passar aqui, em nome de Brasília, do Distrito Federal, porque sou Senador pelo DF, por Brasília, para dar um abraço a todos vocês, falar que nós estamos juntos nesta proposta relevante, importante, que o Senador Romário traz de apoio a esse setor tão importante da nossa sociedade, que são mentes brilhantes. E, por isso, o Senador Caiado aqui colocou que precisam participar da política, dos processos, de todos os espaços, com o respeito que merecem. Cada um de nós no seu quadrado, sem aceitar qualquer tipo de tratamento que não seja o tratamento correto.

Ao pai ali, o Marlos, eu quero dizer que eu sou defensor da família, o nº 1; sou uma pessoa temente a Deus e acredito nos valores da família. Eu acho que, como você colocou em relação ao reconhecimento e a

importância do seu filho, tal como Deus lhe presenteou, na situação que ele tem, com todo o seu carinho por tudo isso, é uma dádiva de Deus você está ajudando todo mundo.

Então, é com muita alegria que estou aqui. Queria cumprimentar a Kenia Maria de Souza Rio, Presidente da Associação de Nanismo do Estado do Rio de Janeiro.

Kenia, parabéns pelo seu trabalho.

Ao Marlos, a quem já me referi, que é o pai, representando a nós, todos os pais com filhos com nanismo ou não, quero dizer ainda que o coração de um pai amoroso e que quer realmente que a sua família esteja numa situação de família... Os valores da família têm sido muito ameaçados e eu acho que a gente, cada dia mais, tem que defender os valores da família.

A Liana Cristina Hones, representante da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, nossa Santa Catarina, do nosso saudoso Senador Luiz Henrique da Silveira, que foi uma das maiores perdas que nós tivemos aqui neste ano nesta Casa.

Mando um abraço para você!

A Lorena de Castro Oliveira, representante da Associação dos Pequenos Guerreiros, mas que são os pequenos guerreiros de coração grande, e com grande importância para o País. Por isso é que estamos aqui.

Quero lhe mandar um abraço, Liana, e dizer que estamos juntos.

O Luiz Numeriano, representante da Associação Gente Pequena do Brasil... É aquele negócio: pequeno no tamanho, mas grande na importância. Então, Luiz, vamos continuar tocando em frente – ouviu?

Ao Vanderlei Linck, representante das pessoas com nanismo. Todos nós temos problema. Eu tenho diabetes B, aquela adquirida pelo estresse, a diabetes do tipo 2. Por quê? Porque é tanta correria, tanta coisa para nós fazermos que acabamos tendo uma dificuldade alimentar, coisa e tal. Então são vários segmentos. Então, o nanismo não é uma coisa que... É um presente de Deus! Nanismo! Aconteceu. Então a pessoa tem que se valorizar, independentemente da questão em que ela esteja. Eu, hoje, ser um diabético B, tipo 2, me faz defender uma qualidade de vida melhor para as pessoas, para evitar exatamente esse mal e termos condições de derrubar. Ser pai de uma filha com TDAH me faz ver o tanto que é importante estarmos discutindo aqui a valorização de cada um com as dificuldades que nós temos. Daí nós termos votado, por unanimidade, o Estatuto da Pessoa com Deficiência que o Senador Romário bem relatou e levou para esta casa.

E, para concluir, o Luciano Bezerra Dantas, que é atleta profissional de halterofilismo, categoria nanismo, medalha de bronze no Pan-americano de Toronto, que vai ser medalha de ouro no Rio, se Deus quiser, mostra que, independentemente da situação de cada um, tal como Deus nos presenteou, nós podemos ser grandes e brilhar em várias coisas. Então, o seu exemplo, Luciano, mostra que todo mundo tem as suas capacidades.

E, aqui ao meu lado, está a Carla, que é de Fortaleza, 32 anos de vida, não é Carla? Que presente! Que maravilha! Nosso Ceará está em todos os lugares, e está você aqui dando um exemplo da dignidade e da luta. Pequena no tamanho, mas grande no coração, na sabedoria...

Contem com o nosso apoio aqui no Senado – você e todo mundo – a essa proposta do Senador Romário. Estamos juntos!

Obrigado, Senador Romário. Estou indo, mas deixo aqui o meu abraço. E o Romário representa, como o Caiado falou, todos nós. Vamos estar juntos nessa luta com vocês.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senador.

Antes de passar a palavra ao Marlos, indago se a Deputada Carmen Zanotto quer dar uma palavra.

Por favor.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Obrigada, nobre Senador Romário.

Eu, como Deputada Federal, que tive a oportunidade de trabalhar com o senhor na Câmara, na Legislatura passada, não poderia me furtar de estar aqui reconhecendo o seu trabalho, reconhecendo tudo aquilo que o senhor fez conosco lá na Câmara com relação às doenças raras, com relação à Lei Brasileira de Inclusão e, agora, a nossa Comissão Permanente da Pessoa com Deficiência, que foi fruto do seu trabalho intenso conosco lá; e de estar aqui registrando a importância desta audiência pública que instituiu o Dia Nacional do Nanismo no Brasil, parabenizando-o por esta iniciativa.

E aqui, em nome da Liana Cristina, quero cumprimentar todos os demais oradores e convidados que estão aqui conosco – ela que representa a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, do meu Estado, onde há a comissão instituída e que tem trabalhado intensamente.

E quero dizer que todos nós que defendemos essas causas precisamos estar mais fortalecidos ainda a partir da aprovação da lei, na tentativa inclusive de fazer com que essa lei seja aplicada efetivamente – a Lei Brasileira de Inclusão –, porque a gente já está vendo vários movimentos de vários setores, inclusive da educação, para que o que foi aprovado pelo conjunto de Deputados e Senadores não seja efetivamente implementado.

Então, não poderia me furtar – e saí rapidamente da Comissão de Seguridade Social, onde estamos em processo de votação – a trazer aqui o meu depoimento com relação à importância que tem o seu papel, tanto na Câmara como aqui no Senado, frente a essas causas, porque, com certeza, a partir da sua vinda, para a Câmara Federal e aqui para o Senado, agora, a partir desta Legislatura, os projetos de lei têm até uma outra rapidez na tramitação em função da figura e da pessoa que o senhor representa como nosso grande ídolo do futebol e, especialmente, agora, como nosso grande ídolo das causas, em especial, das pessoas com deficiência, das pessoas com nanismo e das doenças raras.

Então, eu quero, como parlamentar do PPS de Santa Catarina, parabenizar a V. Exª e dizer que nós, lá na Câmara, estamos à disposição, e, mais uma vez, agradecer ao convite que a Liana nos fez para estar aqui em nome do conjunto das pessoas com nanismo e seus familiares, porque nós precisamos lutar, cada vez mais, para a inclusão e a não discriminação de quem quer que seja no nosso País.

Parabéns, Senador e obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado pelas palavras e muito obrigado pela presença, Deputada Carmem Zanotto.

O Marlos quer passar um vídeo.

O SR. MARLOS NOGUEIRA – Na verdade, ontem, nós recebemos um presente de um pessoal lá em Goiânia: um vídeo curto, de pouco mais de três minutos, que eu queria exibir, não como presente nosso, mas como um presente para todos vocês pequenos que estão aqui conosco, nossos queridos e amados, para quem a gente está lutando e ajudando.

Só um contexto desse vídeo: uma característica interessante das famílias que recebem essas crianças é que elas têm que aguardar o dia em que elas vão comunicar ou explicar a essas crianças que elas têm nanismo, até porque ela não compreende isso nos primeiros anos de vida.

Quando o Gabriel tinha dois meses de idade, nós o levamos a uma consulta em São Paulo, e o médico nos advertiu: "Olha, preparem-se, porque, mais ou menos aos cinco anos de idade, cinco ou seis anos, ele vai ter a compreensão da diferença. E aí, nesse momento, quando ele perguntar – e não tentem explicar antes –, vocês vão explicar. E a gente aguardou, durante cinco anos, esse dia chegar. A gente aguardou esse dia, e esse dia chegou. Eu escrevi, então, uma carta, e alguém viu essa carta e quis montar um vídeo com ela.

Então, a gente vai passar o vídeo e, aí, eu queria só deixar aqui um desafio.

Na verdade, a carta é intitulada *Carta a um Gigante*, porque é assim que eu vejo o Gabriel. Como eu disse, a diferença dele não é porque ele é baixinho, mas porque eu vejo o gigantismo dele em algo que é invisível aos olhos humanos. E, aí, a gente quer lançar um desafio: que todos aqui utilizem uma *hashtag*, nas redes sociais: #*somostodosggantes*. Compartilhem esse vídeo, compartilhem este evento que nós tivemos aqui hoje, compartilhem essas ideias, vamos gerar um movimento nas redes sociais – e essa é uma ferramenta muito útil que nós temos hoje –, com a *hashtag* #somostodosggantes. Combinado?

Vamos passar o vídeo e vou ler a cartinha.

> Carta a um Gigante.
> Foram quase seis anos de uma indecifrável espera. Desde o dia em que ouvimos do médico, ainda antes do parto, a indesejada notícia de que você, meu filho, "tinha um problema", até quando deveríamos contar isso a você: o Dia. A espera de um amadurecimento que nem chegou, mas que já lhe permite perceber sua "diferença". Diferença que, para nós, é diferencial, é charme, é privilégio, meu filho. Mas que, para você, poderia ser objeto de uma violência psicológica da qual você pode vir a ser vítima por toda a sua vida.
> Nunca me esquecerei da sua carinha de perplexidade quando...

Desculpem.

> Nunca sairão do meu coração as lágrimas que escorreram dos seus olhinhos mesmo quando perguntamos se queria chorar e você, docemente, dizia: "não". Você é um forte, amigo. Mesmo no dia de te explicar, no auge de seus 5 anos de idade, por que a sua amiguinha havia lhe chamado de "anão" na escola. Até agora não sei direito se você chorou pela notícia em si, ou em solidariedade a nós. Mas sei que o "não quero chorar" que você falou chorando era uma tentativa amorosa de cessar as nossas lágrimas.
> Tem gente que questiona se doenças congênitas são maldição de Deus. O papai e a mamãe acreditam que toda a Justiça provém de Deus e que, sem Ele, não conheceríamos o bem ou o mal, o feio ou o belo, as luzes ou as trevas. Sendo assim, que referência alguém pode ter para julgar justo ou

injusto algo que consideramos imperfeito, se nem mesmo temos autoridade para discernir o que verdadeiramente é ou não Perfeito?

O privilégio da vida já é, por si só, sinônimo de perfeição para Deus. Afinal, há cegos que veem mais que certos olhudos, embora não enxerguem. Há surdos que ouvem mais que certos orelhudos, embora não escutem. E há baixinhos que têm uma grandeza maior que certos Gigantes, embora sejam gente pequena. Se estão todos vivos, receberam igualmente o privilégio de experimentar a crise do Amor, aprendendo a viver a vida para que sua vida seja prolongada e projetada para além da sua morte.

Amigo, você, para nós, é um desses baixinhos Gigantes. Gigante de coração, de sorriso, de olhar. Gigante de abraço, de amor, de carinho. Gigante de inteligência e de alegria. Gigante da bola, do mergulho, da bicicleta. Você me inspira a buscar ser forte como você é, meu filho. "Anão", a que a sua coleguinha se referia, é apenas um jeito feio de falar do nanismo que te acomete. Mas isso não é importante, porque não muda, em nada, tudo aquilo que nós e quem te conhece sabemos e sentimos sobre e por você. Ser pequeno em estatura foi apenas um cuidado de Deus para permitir que o que lhe falta de tamanho seja abundantemente preenchido por este inesgotável amor que sentimos por você.

O importante é que você, Amigo, é um Gigante!

No amor incontrolável do Papai e da Mamãe, Marlos e Juliana. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Parabéns, Marlos!

Parabéns, Gabriel, principalmente pelo número 11 nas costas. Tem bom gosto! (*Risos.*)

Temos mais um vídeo aqui.

(Procede-se à exibição de vídeo.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Nós temos mais um filme aqui, que será exibido pelo Luciano Bezerra Dantas, mas antes de passar esse filme, eu gostaria de conceder a palavra ao Ed Carlos Pereira de Sousa, Vice-Presidente da Câmara de Florianópolis.

O SR. EDMILSON CARLOS PEREIRA JUNIOR – Só corrigindo, Ed Pereira, não é?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Está aqui Ed Carlos Pereira de Sousa. Por isso que eu fiquei meio assim de falar.

Seja bem-vindo!

O SR. EDMILSON CARLOS PEREIRA JUNIOR – Primeiramente, antes de parabenizar e referir a palavra ao Senador Romário, em nome da Liana, da Kenia, acho que todos os grandes gigantes, que é assim que vamos usar agora na *hashtag*, acho que parabenizar o que vocês promoveram e provocaram ao Senador para trazer isso como pauta da política, da nova política que o País espera ter daqui para frente.

Acho que a sociedade tem que deixar de reclamar e provocar temas positivos.

Hoje, para mim, nesta manhã, eu que vim de Florianópolis, foi uma escola, é uma faculdade. Como eu sempre digo aos meus amigos, para aqueles que acham que é uma diversão, que é uma coisa boa, é antes, sempre, um aprendizado, uma escola. Isso aqui, hoje, para mim, foi uma faculdade.

Eu sempre tive uma visão do nanismo, conversando com a Liana, e sempre a valorizei pela pessoa, e ela se refere ao Estado de Santa Catarina, mas não tendo o entendimento do depoimento do pai. Acho que foi muito gratificante.

Mas eu quero só, para todo mundo entender a minha presença aqui, dizer que a minha fala não vai ao ex-craque do futebol, Romário, mas sim ao meu amigo. Acho que há uns três anos, posso relembrar, que a gente teve um encontro com o Deputado José Nei Ascari, e a gente dizia que o Romário foi pioneiro no desenvolvimento desse tema na cidade de Florianópolis, apadrinhando esse tema, e, graças a ele, hoje, fora a comissão que a gente tem dentro da Câmara de Vereadores, a Prefeitura de Florianópolis é a primeira no Estado de Santa Catarina e uma das poucas cidades no Brasil a ter uma Coordenadoria em Defesa da Pessoa com Deficiência e Doenças Raras.

Então, Romário... E doenças raras foi um encaminhamento de V. Exª, e existe uma moção de aplausos protocolado, sendo aprovado na tarde de hoje, que eu não vou estar presente, mas vai ser aprovado, porque, graças à sua presença, conseguiu somar ainda mais para quem, infelizmente, identifica-se com esse tema.

Então parabenizo-o novamente o seu trabalho, e com certeza a mudança do Brasil começa com bons parlamentares, como a sua presença e a presença do Ronaldo Caiado, de cuja fala gostei muito.

Novamente parabenizo o seu trabalho. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Ed.

Agora, só mais um tempinho, vou passar a palavra aqui ao Sr. Ricardo Castro Torres, Presidente do Conselho Nacional de Gente Pequena, do México.

O SR. RICARDO CASTRO TORRES –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Sr. Ricardo Castro Torres. *Gracias!*

Antes do vídeo, mais uma fala. O Luiz quer falar por apenas um minuto.

O SR. LUIZ NUMERIANO – Meu ilustre amigo Ricardo Castro, meu companheiro de luta, queria dizer a você que, antes de sermos Anerj, antes de sermos AGP, antes de sermos Associação Pequenos Guerreiros, antes de sermos Comissão da Pessoa com Deficiência, antes de sermos Conselho Nacional de Pessoa com Nanismo do México, somos todos gigantes, certo? Eu quero dizer que essa luta não é de um País, essa luta não é de um Estado e muito menos de uma pessoa. Meus papais e minhas mamães, assim, como sempre me refiro a vocês, não estão sozinhos nesta luta. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Mais um minuto apenas.

Eu gostaria de passar a palavra à Maria Eduarda Soares, a Duda, estagiária do Ministério Público Federal.

Onde está a Duda?

Duda, por favor.

A SRª MARIA EDUARDA SOARES – Bom dia a todos!

O meu nome é Maria Eduarda, eu tenho 23 anos, sou estagiária do Ministério Público Federal e tenho um tipo de nanismo raríssimo que foi cadastrado este ano, que é um nanismo que tem a deficiência física com a deficiência visual juntas; então, eu enxergo muito pouco. E queria agradecer novamente a todos.

Este dia é extremamente importante para mim e para todos. E agradecer ao querido amigo Romário, porque ele está sendo amigo de todos nós, ele está lutando por uma causa que é dele com um espírito nobre, com um caráter que pode ser muito, e é, além da sua altura, como todos nós. E eu quero agradecer porque eu sei o quanto ele luta diariamente e sei também o quanto ele sofre, como todos nós sofremos, com os vetos que a lei do deficiente sofreu e que não conseguimos derrubar – e isso é pouco falado. E sei o tanto que isso é importante para mim como para todos vocês, porque é a primeira vez na minha vida que eu vejo pessoas iguais a mim, pessoas que possuem nanismo e pessoas que têm orgulho disso.

Quando eu era criança, a última cosia que eu queria ser no mundo era um anão, porque eu via na TV anões sendo ridicularizados ou sendo coitados. Então, tudo na vida que eu não queria ser era aquilo, e eu remoía aquilo por dentro. Meus colegas sempre tinham respeito por mim porque eu sempre fui, apesar de muito feliz, muito marrenta; então, eu impunha respeito, mas eu sempre fui a única. Uma vez na minha vida eu vi um outro igual a mim, e, mesmo assim, com muitas restrições, porque eu fui criando um bloqueio dentro de mim. E, quando eu me tornei adolescente, eu consegui quebrar esse bloqueio, porque o tamanho quem decide somos nós; a deficiência somos nós. (*Palmas.*)

Eu aprendi a lidar com a deficiência não como uma deficiência. Como minha professora desde criança me ensinou, um deficiente não é deficiente, é eficiente porque é capaz. A pessoa é medida pela sua capacidade, e a deficiência está na sociedade, no modo que ela tem de olhar as pessoas. Nós temos limitações que nos fazem enxergar a vida de modo diferente, mas que nos fazem ser capazes, íntegros, com coragem de enfrentar barreiras que, muitas vezes, as pessoas deixam se limitar, e nos fazem a cada dia... Eu não sou fácil de chorar, mas, hoje, eu chorei de felicidade por ver vários lutadores, guerreiros iguais a mim, vários gigantes que não se deixam limitar por falas infelizes, falas de pessoas que, apesar de não terem nenhuma deficiência, ainda são cegas e surdas pela vida e ainda precisam abrir o coração para o mundo.

A luta é grande. O Senador Romário luta com muitos que apoiam, mas com poucos que fazem, poucos que realmente estão na batalha, porque é fácil falar, difícil é fazer. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado pelas palavras. Parabéns, Eduarda!

Agradecer a presença da Senadora Marta Suplicy e da Senadora Regina Sousa.

V. Exªs querem fazer uso da palavra?

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu quero parabenizar o Senador Romário, Presidente desta Comissão, pela audiência, e dizer do nosso apoio a tudo o que pude escutar. No gabinete a gente fica com a televisão ligada e vai acompanhando, e eu fiquei também bastante comovida e resolvi participar desse tempo final para dizer que eu acredito que, desde 2004, quando a lei das cotas para deficiente entrou em vigor, foi um passo importante, mas é muito importante a autonomia, e autonomia através da possibilidade de educação e oportunidade de trabalho.

Acho fundamental se distanciar dos trabalhos que acham que deficiente tem que fazer, o nanismo tem que se acomodar. Não, eu acredito que as portas têm que estar abertas para todo tipo de trabalho, e trabalhos mais sofisticados, trabalhos que exijam mais capacidade de articulação, de cérebro, porque o nanismo não impede nada disso. E acho que a gente tem que lutar grande, pensar grande, porque a fala da jovem que me antecedeu é muito bonita: a gente faz a estatura da gente.

Estamos juntos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senadora Marta.

Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Eu quero respeitar se houver pessoas inscritas entre os participantes. Eu posso falar por último.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Não, não; todos já falaram.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – O foco aqui é para eles.

Queria parabenizar, primeiramente, o Presidente da Comissão, Senador Romário, porque a gente percebe que o foco dele é a questão da inclusão, e ele foi muito responsável pelo Estatuto. Embora o Estatuto tenha ainda suas debilidades, eu acho que dá para aperfeiçoar, e algumas coisas já estão sendo. Já há algumas emendas ao Estatuto sendo propostas.

A gente sabe que o pior que as populações sofrem é a discriminação. Você já é discriminado pela população em geral e, às vezes, entre as pessoas com deficiência, também há a discriminação. Eu acho que tem mais é que se mostrar, que dizer "eu estou aqui, eu existo". E, assim, vamos brigar pelos direitos. Há coisas simples que passam, como na construção de um prédio, por exemplo, onde, às vezes, eles colocam os botões do elevador numa altura que você não alcança. Então, essa é uma questão para ser vista. São coisas bem simples que são discriminatórias, porque ninguém pensa nessa população que tem apenas a estatura menor que nós, mas que é tão capaz quanto nós.

Eu estou aqui para ajudar no que for possível.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – O vídeo pode esperar mais um pouquinho. (*Risos.*)

Eu passo a palavra aqui à Kenia.

A SRª KENIA MARIA DE SOUZA RIO – Para finalizar, eu estou entregando em mão ao nosso Senador a nossa luta, a consulta pública, a petição que nós fizemos. Em dez dias conseguimos 1.324 assinaturas das pessoas sendo favoráveis ao Dia Nacional do Combate ao Preconceito às Pessoas com Nanismo. Então, já está sendo entregue aqui ao Senador.

Senador, essa responsabilidade agora é sua. Passo a bola e tenho certeza de que o senhor, como um grande jogador que foi e um grande Senador que é, vai fazer o melhor por nós, mais um gol de placa, como o Luiz Numeriano assoviou agora aqui no meu ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado. (*Palmas.*)

Já que a bola está comigo, eu quero aqui fazer um anúncio oficial, o projeto de lei do Senado já foi encaminhado para a Mesa, e estou agora oficializando aqui na presença de vocês.

> O Congresso Nacional decreta:
> Art. 1º. Fica instituído o Dia Nacional do Combate ao Preconceito às Pessoas com Nanismo, a ser celebrado anualmente no dia 25 de outubro. (*Palmas.*)
> Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
> Justificação.
> O nanismo é uma doença genética que provoca um crescimento esquelético anormal... (*Pausa.*) (*Palmas.*)

Está me emocionando aqui, Kenia.

A SRª KENIA MARIA DE SOUZA RIO – É uma luta de 50 anos, Senador! Há 50 anos eu luto por este momento.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Você pode ter certeza de que essa luta passou a ser nossa também.

A SRª KENIA MARIA DE SOUZA RIO – Amém.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – O nanismo é uma doença genética que provoca um crescimento esquelético anormal, resultando em um indivíduo cuja altura é muito menor que a altura média de toda a população. As características mais comuns do nanismo são a baixa estatura, pernas e braços pequenos e desproporcionais ao tamanho da cabeça e ao cumprimento do tronco. O encurtamento

ocorre principalmente na parte superior dos braços e das coxas. O indivíduo afetado possui uma estatura entre os 70 centímetros e um metro e quarenta, dependendo da condição que o afeta.

Atualmente existem 200 tipos de nanismos e 80 subtipos. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não tem um levantamento de quantas pessoas possuem a anomalia no Brasil, entretanto, a Medicina estima que entre 15 a 25 mil crianças nascidas vivas têm a deficiência.

O nanismo passou a ser classificado como deficiência e, consequentemente, recebeu o mesmo tratamento legal concedido aos portadores de necessidades especiais somente a partir da edição do Decreto nº 5.296, de 2/12/2004, o qual regulamenta as Leis nº 10.048, de 8/12/2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº 10.098, de 19/12/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e diz outras providências.

Parabéns a vocês! (*Palmas.*)

Agora, sim, Luciano, vamos exibir o vídeo.

(Procede-se à exibição de vídeo) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – O nome disso é superação. Mais uma vez é um prazer.

Quando eu fui procurado pela Kenia, pela Liana, enfim, por todos vocês para apresentar esse projeto, eu me senti bastante honrado. Como é de praxe no Senado, de acordo com o Regimento, tem que ser feita uma audiência pública.Essa audiência pública foi realizada hoje, e a gente, a partir dessa audiência pública, começou a dar o primeiro passo para a possibilidade dessa lei que vocês tanto merecem e tanto precisam e correm atrás já há tantos anos.

Muito obrigado, Ministra Laurita Vaz, pela presença, muito obrigado a todos. Eu fiquei muito feliz por tudo o que ouvi aqui, principalmente pelo aprendizado. Vocês passaram coisas que, realmente, quem não vive o dia a dia não tem conhecimento.

Marlos, parabéns pelo seu entendimento como pai. Eu tenho uma filhinha que tem síndrome de Down e sei das dificuldades e das consequências que nós passamos como pais. Mas a gente, como diz o Luciano, é brasileiro, tem que ter pensamento positivo, não pode desistir. E esse direito que todos eles devem ter que o tenham o mais rápido possível.

Muito obrigado a todos.

Não havendo mais nada a declarar e a tratar, encerro a presente reunião, convocando para o próxima dia 16 de outubro, às 11 horas, reunião ordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 34 minutos.)

ATA DA 50ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 6 DE OUTUBRO DE 2015.

Às dez horas e trinta e um minutos do dia seis de outubro de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Romário**, e com a presença dos Senhores Senadores Fátima Bezerra, Angela Portela, Gladson Cameli, Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Dário Berger, Maria do Carmo Alves, Dalirio Beber, Blairo Maggi, Regina Sousa, Telmário Mota e Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins, Paulo Paim, Wilder Morais, Gladson Cameli, Rose de Freitas, Otto Alencar, Jader Barbalho, José Agripino, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Lídice da Mata, Roberto Rocha, Eduardo Amorim e Douglas Cintra. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Atas das Reuniões anteriores e suas aprovações, com o que todos concordam. Logo após, comunica-se o seguinte expediente: "Correspondência eletrônica do Deputado Federal Ricardo Barros (PP/PR), Relator Geral do Orçamento de 2016, colocando a Consultoria de Orçamento à disposição dos membros desta Comissão para orientar e facilitar a escolha das emendas, no Orçamento Geral da União de 2016. A apresentação do conteúdo referente às áreas de atuação da Comissão terá duração de uma hora e poderá ser agendada para hoje, quarta ou quinta-feira no período da tarde. As Senhoras e os Senadores que desejarem participar da exposição, favor entrar em contato com a Secretaria desta Comissão. Lembro a todos que o prazo para apresentação das emendas ao projeto de lei orçamentária para 2016 encerra-se às 12 horas do próximo dia 9 de outubro, sexta-feira. Informo ainda que a reunião para definição das emendas a serem apresentadas pela CE ocorrerá no próximo dia 14 de outubro, quarta-feira, às 9h30". Passa-se à deliberação da pauta. **Item 1) Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2015 – Não terminativo.** Disciplina a profissão de Cientista. Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatório: Contrário ao Projeto. Resultado: Aprovado Parecer contrário ao Projeto. **Item 4) Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2015 – Não terminativo**. Altera o art. 60 do Estatuto da Criança e do Adolescente para dispor sobre a participação artística, desportiva e afim. Autoria: Senador Valdir Raupp. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo). **Item 5) Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2015 – Terminativo**. Altera a Lei nº 10.292, de 27 de setembro de 2001, que denomina Rodovia Governador Mário Covas a BR-101, para atribuir nova denominação ao trecho da rodovia situado no Estado de Santa Catarina. Autoria: Senador Dário Berger. Relatoria: Senador Dalirio Beber. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Lido o relatório, encerrada a discussão e adiada a votação. **Item 2) Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2015 – Terminativo.** Inscreve no Livro dos Heróis da Pátria "O grupo de marinheiros, soldados da Força Expedicionária Brasileira e membros do I Grupo de Aviação de Caça que participaram da Segunda Guerra Mundial" e altera a Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, para dispor sobre a inclusão de ex-combatentes. Autoria do Projeto: Senador Paulo Paim. Relatoria do Projeto: Senador Dário Berger. Resultado: Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas), nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. Resultado: Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas), nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 3) Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2015 – Terminativo.** Altera a redação dos arts. 32 e 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para inserir novas disciplinas obrigatórias nos currículos dos ensinos fundamental e médio. Autoria do Projeto: Senador Romário. Relatoria do Projeto: Senador Roberto Rocha. Relatório: Não se aplica. Resultado: Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas), nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 6) Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2015 – Não terminativo.** Confere à cidade de Joinville, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Dança. Autoria: Deputado Marco Tebaldi. Relatoria: Senador Dalirio Beber. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Extrapauta, Item 13) Requerimento da Comissão de Educação nº 121, de 2015**. Em aditamento ao RCE nº 110, de 2015, que requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para tratar acerca dos programas Bolsa Atleta e Bolsa Pódio, especificamente em relação aos Jogos Rio 2016: índices quantitativos e qualitativos até 2015, perspectivas para resultados nos Jogos e o planejamento para o pós-Rio 2016, com os seguintes convidados, vimos convidar para participar da mesma: João Evangelista de Sena, treinador de Marcha Atlética; e Luciano Reinaldo Rezende, atleta do Tiro com Arco, beneficiado com o Bolsa-Atleta. Autoria: Senador Romário. Resultado: Aprovado. **Extrapauta, Item 14) Requerimento da Comissão de Educação nº 122, de 2015**. Requeiro, nos termos do disposto no art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, seja convidado a comparecer a esta Comissão, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Aloizio Mercadante Oliva, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários da sua pasta. Autoria: Senadora Ana Amélia e outros. Resultado: Aprovado. **Extrapauta, Item 15) Requerimento da Comissão de Educação nº 123, de 2015**. Requeiro, nos termos regimentais, em face do Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte nº 52, de 2015, aprovado em 19 de maio de 2015, que seja submetido à apreciação desta Comissão o Plano de Trabalho de Avaliação de Políticas Pú-

blicas (Resolução nº 44, de 2013) sobre o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva. Autoria: Senadora Lídice da Mata. Resultado: Aprovado. **Item 11) Requerimento da Comissão de Educação nº 114, de 2015**. Nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, requeiro que seja realizada por esta comissão Audiência Pública para tratar da Base Nacional Comum Curricular. Para debater o tema, sugerimos convidar o Ministro da Educação, Sr. Renato Janine Ribeiro, o Sócio-Fundador e Membro do Conselho de Governança do Todos pela Educação – TPE, Mozart Neves Ramos, e o Presidente do Instituto de CoResponsabilidade pela Educação (ICE), Marcos Magalhães. Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho. Resultado: Aprovado. O Senhor Presidente declara encerrada a presente Reunião às onze horas e trinta e três minutos do dia seis de outubro de dois mil e quinze, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, de 2015; ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 10, de 2012; ITEM) 8 PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 488, de 2015; ITEM 9) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 113, de 2012; ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 179, de 2015 e ITEM 12) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 120, de 2015; e para constar, eu, Willy da Cruz Moura, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Senador Romário e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR ROMÁRIO
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 50ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento do seguinte expediente.

Correspondência eletrônica do Deputado Federal Ricardo Barros (PP/PR), Relator Geral do Orçamento de 2016, colocando a Consultoria de Orçamento à disposição dos membros desta Comissão para orientar e facilitar a escolha das emendas, no Orçamento Geral da União de 2016.

A apresentação do conteúdo referente às áreas de atuação da Comissão terá duração de uma hora e poderá ser agendada para hoje, quarta ou quinta-feira no período da tarde.

As Srªs e os Senadores que desejarem participar da exposição, favor entrar em contato com a Secretaria desta Comissão.

Lembro a todos que o prazo para apresentação das emendas ao projeto de lei orçamentária para 2016 encerra-se às 12 horas do próximo dia 9 de outubro, sexta-feira.

Informo ainda que a reunião para definição das emendas a serem apresentadas pela CE ocorrerá no próximo dia 14 de outubro, quarta-feira, às 9h30.

A presente reunião será destinada a deliberação dos itens de nºs 1 a 12.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 212, de 2015
- Não terminativo -

Disciplina a profissão de Cientista.

Autoria: Senador Acir Gurgacz
Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves
Relatório: Contrário ao Projeto.
Observações:
1- Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Sociais.
2- A Matéria constou da Pauta do dia 29/9/2015.

Concedo a palavra à Srª Senadora Maria do Carmo Alves para proceder o relatório.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Oposição/DEM - SE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vou me ater à análise da matéria.

Nos termos do art. 102, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que tratem de, entre outros assuntos, normas gerais sobre a educação, instituições educativas, diretrizes e bases da educação nacional e formação e aperfeiçoamento de recursos humanos.

Dessa maneira, a apreciação do PL nº 212, de 2015, respeita as competências regimentalmente atribuídas a esta Comissão.

Em principio, a matéria é de natureza essencialmente trabalhista.

Dessa forma, caberia à CAS deliberar sobre a conveniência de regulamentação da profissão de cientista. Contudo, uma vez que a impropriedade dessa regulamentação afeta diretamente o sistema educacional do País, afigura-se pertinente entrar nesta seara.

De fato, não há razão para regulamentar a profissão, dado que a atividade de cientista é exercida por profissionais de diversas carreiras de acordo com tradições institucionais e normas consolidadas.

Por isso, pode-se afirmar que a prática da ciência é, em qualquer lugar do mundo, mais uma ocupação do que uma profissão específica.

No Brasil, exercem atividades de cientistas e poderiam ser genericamente chamados de cientistas profissionais de basicamente três segmentos: universidade, instituto de pesquisa e empresas.

Nas universidades, de acordo com o art. 207 da Constituição Federal, que prescreve a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, além da extensão, os cientistas são também professores e suas carreiras, seja na esfera pública, seja na instância privada, estão estruturadas com base na docência. Além disso, significativa parcela da produção científica nacional desenvolve-se pela interação das atividades de professores pesquisadores e de estudantes, principalmente no âmbito da pós-graduação.

Os institutos de pesquisa, por sua vez, possuem as carreiras de pesquisador – e, em alguns casos, também de tecnologistas –, que já se encontram devidamente organizadas, conforme normas de cada instituição ou do nível de governos que as mantém.

Nas empresas que desenvolvem atividades de pesquisa e desenvolvimento, igualmente já se consolidaram, com denominações diversas, as carreiras dos profissionais que se dedicam à pesquisa científica.

Conforme argumentaram Helena Nader, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, e Jacob Palis, Presidente da Academia Brasileira de Ciências, "a atividade profissional relacionada à ciência no Brasil espelha um mosaico dinâmico, em que cada segmento (universidade, instituto de pesquisa ou empresa) teve liberdade para definir suas próprias carreiras". Argumentam, ademais, que essa forma de organização possibilita um diálogo e uma interação profissional profícuos, de forma que as diversas carreiras "não se confrontam entre si, não se negam, não se excluem e nem se contradizem, mas, sim, se complementam".

Podem ser lembrados como exemplos dessa situação as parcerias estabelecidas pela Petrobras e pela Embraer com instituições de ensino e pesquisa tradicionais.

Assim, os presidentes da SBPC e da ABC avaliam que a falta de regulamentação da "profissão de cientista" não acarreta qualquer problema para a vida científica brasileira. Pelo contrário, a regulamentação seria nociva e eventualmente até onerosa, pela necessidade de alterar planos de carreira e regulamentos.

Adicionalmente, o projeto contém falhas como confundir o pós-doutorado com título acadêmico ou a contradição de prever gradação salarial por titulação e, ao mesmo tempo, estipular que a remuneração pode ser fixada mediante acordo individual.

Igualmente se deve questionar a atribuição de competência ao MTE, dado que, conforme dispõe o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição Federal, compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre a organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.

Assim, no que tange às suas implicações para a educação, não convém acolher as normas sugeridas pela proposição em apreço.

Em face do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senadora.

Coloco em discussão a matéria.

Não havendo quem mais queira discutir, encerro a discussão.

Devido à falta de quórum, para deliberação, suspendo a votação e passaremos ao item nº 4.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 231, de 2015
- Não terminativo -

Altera o art. 60 do Estatuto da Criança e do Adolescente para dispor sobre a participação artística, desportiva e afim.

Autoria: Senador Valdir Raupp
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.
Observações:
1- Na Reunião de 29/9/2015, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.
2- Matéria terminativa na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Consulto os Srs. Senadores sobre eventual manifestação decorrente do pedido de vista.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para as suas considerações finais.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Presidente Romário, cara colega Senadora Maria do Carmo, caro Senador Dalirio Beber, eu queria lembrar, como disse bem o Presidente Romário, que esse projeto foi relatado por mim na última reunião deliberativa da Comissão de Educação Cultura e Esporte e, de um modo geral, ele foi bem entendido. A iniciativa do Senador Raupp foi fazer uma atualização do Estatuto da Criança e do Adolescente relativamente à participação das crianças em iniciativas artísticas e esportivas.

O único problema levantado aqui pelo Senador Lasier foi dirimido, que ele queria o Conselho Tutelar, digamos, com um protagonismo coercitivo no sentido de fazer esse acompanhamento. O Conselho Tutelar não tem esse poder. As decisões sobre, digamos, a criança que vive em instituição de proteção à criança, é sempre ao Poder Judiciário que compete essa responsabilidade, o que eu acho absolutamente correto.

Mas foi solicitada, pela Senadora Simone Tebet, com muita propriedade – e o próprio autor, Senador Valdir Raupp, com quem conversei posteriormente assim entendeu –, a retirada da matéria para uma vista coletiva. Ele também entendeu, porque a palavra "afim" é uma palavra que permite muitas coisas, porque ela não está definindo nada, ela pode ser de A a Z. Então, para procedimento e clareza regimental e legislativa, eu fiz aquilo que não gosto de fazer em projetos de colegas Senadores que é fazer um substitutivo.

Mas foi a única forma, porque no *caput* do artigo, do projeto do Senador Raupp falava exatamente a palavra "afim". Vou ler o *caput:* "Altera o art. 60 do Estatuto da Criança e do Adolescente para dispor sobre a participação artística, desportiva e afim."

Então, para exatamente tirar qualquer dúvida, nós retiramos o "afim" e mantivemos no texto original, porque essa palavra, como estava no *caput*, se ela não fosse um substitutivo, não teria as condições legislativas para isso. Então mantivemos o relatório, com essa retirada e agora falta apenas a votação.

Não é, como disse V. Exª, terminativo na Comissão de Educação, ele será apreciado em outra comissão. Então por isso que é a apresentação. Não sei se há a questão do quórum para a questão de definir a matéria.

Essa é a minha justificativa, caro Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Por falta de quórum para deliberação, assim como aconteceu no projeto anterior, suspendo a votação.

Passaremos para uma outra oportunidade.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pela ordem, Presidente, enquanto V. Exª toma...

Estou apresentando um requerimento, se V. Exª, se o plenário da Comissão assim entender, extrapauta, um convite para que o novo, ex-novo Ministro da Educação, Aloizio Mercadante – é ex-novo, porque foi e agora é de novo. Então, é ex-novo –, o ex-novo Ministro da Educação Aloizio Mercadante venha à Comissão para falar sobre os planos e esses problemas relacionados ao Fies, ao Pronatec e ao Prouni, que tanto tem angustiado as famílias e sobretudo os estudantes.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

Assim que tivermos quórum, colocaremos em votação.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, de 2015
- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.292, de 27 de setembro de 2001, que denomina Rodovia Governador Mário Covas a BR-101, para atribuir nova denominação ao trecho da rodovia situado no Estado de Santa Catarina.

Autoria: Senador Dário Berger
Relatoria: Senador Dalirio Beber
Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.
Observações:
Sendo aprovado o substitutivo, a Matéria será incluída na pauta da próxima Reunião, para apreciação em Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Dalirio Beber para proferir o relatório.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Com muita honra, faço o relatório de um projeto de lei apresentado pelo Senador Dário Berger, que visa a homenagear o nosso ex-Senador Luiz Henrique da Silveira, conferindo a denominação de uma rodovia de importância, no Estado de Santa Catarina, para prestar e perenizar, digamos, a homenagem a uma grande figura pública que foi Luiz Henrique da Silveira, várias vezes eleito Deputado Federal, Prefeito da cidade de Joinville, por fim, Governador em dois períodos contínuos e agora, no final, Senador da República, infelizmente falecido no último dia 10 de maio.

Então, vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2015, de autoria do Senador Dário Berger.

O art. 1º do projeto de lei propõe seja alterado o art. 1º da Lei nº 10.292, de 27 de setembro de 2001, para dispor que o trecho da rodovia BR-101, "Rodovia Governador Mário Covas", compreendido entre os Municípios de Garuva (Km 0) e o Município de Passo de Torres (Km 465), trecho situado no Estado de Santa Catarina, passe a ter a denominação de Rodovia Senador Luiz Henrique da Silveira.

No art. 2º, consta a cláusula de vigência, a qual sugere que a futura lei entre em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificação, o autor da matéria defende a iniciativa diante da importância para Santa Catarina e para os seus cidadãos em imortalizar um político que sempre honrou seu Estado e o País.

A matéria foi distribuída para a apreciação exclusiva e terminativa da Comissão de Educação.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação apreciar matérias que versem sobre homenagens cívicas, caso do projeto de lei em análise.

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição, cabe igualmente à Comissão de Educação analisar a constitucionalidade e a juridicidade da proposição.

No que tange à constitucionalidade, a matéria não se inclui entre as relacionadas no §1º do art. 60 da Carta Magna como sendo de iniciativa privativa do Presidente da República e está de acordo com os demais preceitos constitucionais.

No que respeita à juridicidade o PLS 305, de 2015, também não infringe as vedações constantes na Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que regulamenta a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos. Entre as referidas vedações previstas por aquele diploma legal, vale destacar a estabelecida no art. 1º, que determina a proibição de atribuir nome de pessoa viva ou que tenha se notabilizado pela defesa ou exploração de mão de obra escrava, em qualquer modalidade, a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da Administração indireta.

Da mesma forma, é justa e meritória a iniciativa em tela ao homenagear o Senador Luiz Henrique da Silveira conferindo o seu nome a trecho de rodovia no Estado de Santa Catarina.

Como bem enfatiza o autor da matéria, Luiz Henrique da Silveira teve uma vida exemplar. Possuidor de vasta cultura, grande conhecedor da história do País e do seu Estado, amante e estimulador das artes nos mais variados sentidos, hábil e competente administrador público. Portanto, como reafirma o Senador Dário Berger, o Senador Luiz Henrique teve, sem dúvida, uma trajetória política de bons exemplos e de enorme relevância para o País e para o Estado de Santa Catarina.

Todavia, não obstante o reconhecimento do mérito da iniciativa proposta, não se pode deixar de considerar que tanto o Senador Mário Covas como o Senador Luiz Henrique possuem predicados inquestionáveis, com impecável folha de serviços prestados ao País.

Com efeito, a história da vida pública de Mário Covas é admirável. Em sua luta contra a ditadura militar foi, juntamente com Luiz Henrique, um dos fundadores do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), então único partido político de oposição legalizado do período. Foi Deputado Federal, Senador, e como Senador Constituinte foi defensor intransigente dos preceitos democráticos e um dos pilares da formulação da Constituição Cidadã.

Em 1988, Mário Covas foi um dos principais líderes dissidentes do PMDB que decidiram criar um novo partido, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), do qual ele foi o primeiro presidente. Pelo PSDB, elegeu-se Governador do Estado de São Paulo em 1994, tendo sido reeleito em 1998. Fez uma administração saneadora, marcada pela sua personalidade forte e pela fidelidade aos seus valores históricos. Morreu no início do ano de 2001, vítima de câncer, sem conseguir terminar o seu segundo mandato de governador.

Por sua vez, Luiz Henrique da Silveira igualmente se notabilizou por uma vida pública brilhante. Fiel em suas convicções, permaneceu no PMDB até o fim de sua vida. Começou sua trajetória política em 1971, no Município de Joinville, quando foi eleito Presidente do Diretório Municipal do MDB.

Foi Deputado Estadual, Deputado Federal por cinco mandatos, três vezes Prefeito de Joinville e teve dois mandatos como Governador do Estado de Santa Catarina. Luiz Henrique foi também Ministro de Ciência e Tecno-

logia durante o Governo do Presidente José Sarney. Teve, igualmente, participação importante na elaboração da nova Constituição, promulgada em 1988, como Deputado Constituinte, eleito em 1987, e como Líder do PMDB na Câmara dos Deputados, nesse mesmo ano. De 1993 a 1995 foi Presidente do Diretório Nacional do PMDB.

Eleito Governador do Estado de Santa Catarina em 2002, Luiz Henrique foi o primeiro governador reeleito da história do Estado de Santa Catarina. Como governador, Luiz Henrique notabilizou-se por sua luta incansável em prol da descentralização das decisões a partir de Florianópolis e o litoral, promovendo a interiorização das atividades econômicas, políticas e sociais de Santa Catarina.

O Senador Luiz Henrique morreu de causas naturais, em 2015, durante o seu primeiro mandato como Senador da República, eleito em 2010.

Feitas essas considerações, em comum acordo com o autor do projeto, entendemos conveniente que seria uma justa homenagem ao ilustre Senador Luiz Henrique dar seu nome à rodovia BR-280, que interliga diversos Municípios catarinenses, de São Francisco do Sul ao Município de Porto União, região que sedia o maior parque industrial do Estado de Santa Catarina e que foi escolhido pelo homenageado como seu berço político. Assim, presta-se justa homenagem ao Senador Luiz Henrique sem alterar a denominação da rodovia BR-101.

Com tal alteração, repito, a iniciativa mantém a justa e meritória homenagem proposta pelo Senador Dário Berger ao Senador Luiz Henrique da Silveira, sem, contudo, interferir na homenagem já prestada ao Governador Mário Covas. Ademais, o Estado de Santa Catarina, com isto, tem a oportunidade de homenagear três figuras públicas da mais alta magnitude que, juntas, trabalharam pela redemocratização do País, especialmente contra a cassação dos direitos políticos de todos os cidadãos e que atuaram na luta pelas Diretas Já e pela construção da Constituição Cidadã: Governador Mário Covas, na BR-101; Senador Luiz Henrique da Silveira, na BR-280; e o grande estadista e Presidente Nacional da Constituinte, Dr. Ulysses Guimarães, na BR-282, que liga Florianópolis até o Município de Paraíso, já na fronteira com a Argentina.

Diante do Exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2015, nos termos da emenda substitutiva apresentada a seguir.

> EMENDA Nº - CE (SUBSTITUTIVO)
> PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, DE 2015
> Denomina Senador Luiz Henrique da Silveira trecho da BR-280 situado no Estado de Santa Catarina.
> O Congresso Nacional decreta:
> Art. 1º Fica denominado Senador Luiz Henrique da Silveira o trecho da BR 280 situado entre o Município de São Francisco do Sul, Km 0, no Estado de Santa Catarina, e o Município de Porto União, Km 306,6, na fronteira entre o Estado de Santa Catarina e o Estado do Paraná.
> Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Este é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Eu coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu queria discutir.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – É apenas e tão somente para louvar a iniciativa apresentada nessas duas denominações a um Senador aqui nesta Casa e na carreira política, Deputado Federal combativo, integrante da chamada Ala Histórica do PMDB, amigo pessoal e íntimo do ex-Deputado Ulysses Guimarães, o Senhor Constituinte, e tendo, em Santa Catarina, feito uma revolução administrativa e política no Estado, com a descentralização, que é hoje referência, e aqui no Senado tendo também desempenhado um papel extraordinário em todas as comissões, especialmente na Comissão de Relações Exteriores, em que trabalhávamos juntos, mas também na Comissão de Assuntos Econômicos.

Então, o Luiz Henrique tem, para a política brasileira, para a política de Santa Catarina, mas sobretudo para a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal, uma relevância e um exemplo de comportamento, de conduta ética, de que todos nós nos orgulhamos.

Eu queria cumprimentar o Senador Dalirio Beber pelos dois relatórios e pelas duas iniciativas. Este é o meu voto, com louvor, pela iniciativa desta justa homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Sr. Presidente, eu penso que este projeto de lei presta uma homenagem a um dos mais ilustres membros desta Casa.

A Senadora Ana Amélia fez um breve relato da sua participação pelo Senado Federal, mas a sua carreira política não se resume ao Senado Federal. Luiz Henrique da Silveira foi Prefeito por três vezes da sua cidade de Joinville, foi Deputado Estadual, foi Deputado Federal por vários mandatos, foi Governador de Santa Catarina e foi o primeiro Governador reeleito da história de Santa Catarina.

Eu confesso que, como autor deste projeto de lei, vislumbrava prestar homenagem no trecho da BR-101 compreendido entre o Paraná e o Rio Grande do Sul.

Esta rodovia, a BR-101, foi denominada como Senador ou Governador Mário Covas. Embora eu entenda que o Senador Dalirio Beber seja do mesmo partido em que participou ou militou o Senador Mário Covas, a quem eu também tenho profundo respeito, e também penso ser um dos mais ilustres membros que passaram por esta Casa e também dos quadros políticos do Brasil, eu imaginava à época que a BR-101, compreendido esse trecho que acabei de mencionar, sintetizava mais a grandeza da homenagem a um ilustre companheiro que nos deixou prematuramente e que deixou um grande vazio no nosso Partido e, sobretudo, no Estado de Santa Catarina.

Entretanto, evidentemente, o Senador Dalirio Beber, como Relator e como Senador inclusive que substitui hoje o então Senador Luiz Henrique da Silveira, faz a alteração propondo que a homenagem seja prestada através da BR-280.

Se eu não me engano, a BR-280 liga São Francisco do Sul a Porto União, no Paraná, União da Vitória, de tal maneira que fica também esta questão como uma legítima homenagem, na expectativa que tenho de ver reconhecido um homem público da maior capacidade, de uma forma impressionante, de reunir amigos, um homem que escreveu uma história fabulosa não só em Santa Catarina, como no Brasil.

Ele era reconhecido como um dos políticos mais hábeis que passaram aqui pelo Senado Federal. E eu sinto muito a sua falta, uma vez que ele era para mim uma espécie de mestre, um professor, um companheiro que inclusive me ajudou muito na minha trajetória política. Quando eu fui Prefeito de Florianópolis, ele foi Governador, estabelecemos as parcerias.

De forma que eu tenho certeza absoluta de que este projeto de lei vai merecer a atenção e a aprovação de todos os Srs. Senadores, porque tenho convicção também de que o reconhecimento ao Luiz Henrique não é um reconhecimento meu, mas sim de todos os Senadores que trabalham nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Eu gostaria, Presidente, de manifestar aqui, de forma clara, o meu agradecimento à compreensão do nosso Senador autor do projeto que visava, e que visa, a homenagear o nosso saudoso Luiz Henrique da Silveira, que é Dário Berger. Exatamente em função dessa compreensão, para permitir que a Rodovia 280, que é exatamente a região de São Francisco do Sul, Araquari, Joinville, Jaraguá do Sul, Guaramirim, Corupá, São Bento, Canoinhas, Rio Negrinho, Mafra, que era a área de atuação do nosso à época Deputado Estadual e depois Deputado Federal por cinco mandatos, onde ele conseguiu consolidar a sua imagem como cidadão interessado nas causas públicas.

Por isso, esta é a homenagem que nós podemos prestar agora, com a compreensão do Senador Dário, e por isso o meu agradecimento, para permitir que pudesse permanecer a homenagem ao nosso grande político brasileiro Mário Covas, ao lado de Ulysses Guimarães, que era a figura com quem mais o Luiz Henrique se identificava. E fazia questão de trazer para a vida pública, para o presente, exatamente todos os ensinamentos dessa grande figura que foi o condutor do processo constituinte durante os anos de 1987 e 1988.

Então, eu quero agradecer a compreensão do nosso Senador Dário Berger, que é de Santa Catarina, do mesmo partido do Luiz Henrique da Silveira. Por isso a sua iniciativa no sentido de buscar na BR-101 a rodovia para prestigiar e homenagear Luiz Henrique da Silveira. Ele aquiesceu, nós conversamos várias vezes sobre isso, para permitir que três grandes figuras da política recente do Brasil pudessem ter homenagem em rodovias que cortam o Estado de Santa Catarina, uma de norte a sul e as duas outras de leste a oeste.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Passo a palavra ao Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Presidente Romário.

Eu quero cumprimentar o autor pela indicação de homenagear o nosso querido amigo que partiu tão cedo do nosso convívio, o Senador Luiz Henrique, que é reconhecido por todos nesta Casa como um grande Senador, um grande brasileiro, um grande Governador, um grande Deputado Federal e Estadual. Os Parlamentares de Santa Catarina fazem essa homenagem ao nosso querido amigo, então.

Como eu não participei das discussões, eu vou acompanhar aqui o voto do Senador Dalirio Beber. Mas eu gostaria muito que o Senador Dário tivesse conquistado inicialmente a sua intenção, que era de fazer a BR-101, do Paraná ao Rio Grande do Sul, como homenagem ao Luiz Henrique.

É a principal artéria de transporte de pessoas, é a maior rodovia, que tem maior fluxo. Acho que é por onde ele andou mais, que ia de Itajaí até a praia lá, em Itapema, por onde ele gostava de andar, Florianópolis, onde ele foi Governador.

Enfim, penso que o Governador e Senador Mário Cova é uma pessoa, claro, de renome nacional também, mas não viveu naquela região, ele não frequentou aquela região.

Mas, como já houve entendimento, então, eu voto aqui favorável, mas gostaria de dizer assim: "Olha, se eu pudesse transitar, todos os anos, como faço, pela BR-101, andando pela rodovia Luiz Henrique, seria um prazer muito maior".

Parabéns aos dois.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Apenas para parabenizar o autor da proposição pela justa homenagem e também o nosso Relator, que apresentou uma emenda substitutiva, um substitutivo, e, mostrando o equilíbrio que tem, chegou a um consenso com o autor, propondo essa alteração.

Eu não tive a oportunidade de conviver, como os demais colegas, com o Senador Luiz Henrique, mas sempre foi um homem que me sensibilizava, não só pela sua gentileza e competência – isso lhe era muito próprio. Mas ele sempre teve a minha admiração, mesmo antes de conhecê-lo, através das conversas que tinha com o meu pai, que era muito amigo dele, mas principalmente porque ele tem uma característica que está muito em falta na classe política, que é a credibilidade.

A credibilidade de um homem que passou anos da sua vida fazendo política, mas a boa política, a política com P maiúsculo, a política que busca realmente o benefício, o bem-estar da população. Nesse jogo aí, do que seria o ideal, eu não vou entrar no mérito, mas eu quero crer que nós estamos tratando talvez dos três maiores baluartes da redemocratização do Brasil: Mário Covas, Ulysses Guimarães e Luiz Henrique. Se não os três, um dos três maiores baluartes da redemocratização.

Então, tenho certeza de que, onde quer que eles estejam, eles estão se cruzando no firmamento. E, a partir de agora, eles também se cruzam nas rodovias norte a sul, uma das rodovias, e leste a oeste, as outras duas. Eles estão muito felizes. Independentemente do tamanho da homenagem, eu acredito que os três estarem com seus nomes marcados e eternamente lembrados no querido Estado de Santa Catarina é uma honra para os homenageados e quem se engrandece é a população de Santa Catarina.

Parabéns ao autor e ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, encerro a discussão, aguardando o quórum para a votação.

Voltamos ao item nº 1, Projeto de Lei do Senado nº 212, pois já temos quórum.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pela ordem, Presidente. Eu queria fazer uma solicitação ao Plenário, e a V. Exª, em primeiro lugar.

Dois projetos não terminativos já foram lidos. Se a gente pudesse, para assegurar o risco, pelo menos...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – É o item nº 1.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – É o item nº 1?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – É.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Ah, obrigada. Nós estamos com a sintonia fina, Presidente.

Trata-se de projeto que disciplina a profissão de Cientista, de autoria do Senador Acir Gurgacz e da relatoria da Senadora Maria do Carmo Alves.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Coloco em votação votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o relatório contrário ao projeto queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, contrário ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Item nº 4. Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2014, que altera o art. 60 do Estatuto da Criança e do Adolescente para dispor sobre a participação artística, desportiva e afim, de autoria do Senador Valdir Raupp. A Relatora é a Senadora Ana Amélia, favorável ao projeto.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Só para esclarecer os colegas Senadores aqui presentes, é que já foi explicado anteriormente, a Senadora Simone teve uma participação ativa junto com o Senador Lasier, mas, como ela está presente agora, foi feito um substitutivo, mas ainda pode haver aperfeiçoamento do texto para uma clareza total, já que se trata de matéria bastante sensível, porque envolve o trabalho das crianças na área artística e na área esportiva.

É claro que, na área esportiva, por exemplo, não se faz um atleta sem começar cedo. Para ser um atleta olímpico ou um outro atleta tem que começar cedo.

Então, acho que, nessa área, o Brasil precisa estimular com todos os cuidados e resguardos da lei na proteção do adolescente.

Na questão artística também. Não pode ser desperdiçado o talento de uma menina como aquela que apareceu na novela Avenida Brasil, que comoveu a todo mundo pelas sua expressão, sua capacidade e seu talento.

Então, combinei com a Senadora Simone Tebet que vou solicitar, pedir, ao Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que a Senadora seja a Relatora na CDH, vez que lá o projeto é terminativo, e o aperfeiçoamento será feito naquele momento.

Então, por isso, peço apoio aos Srs. Senadores para aprovarmos o projeto do Senador Valdir Raupp.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Em votação o relatório favorável ao projeto, nos termos do substitutivo.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Apenas para deixar claro o que gentilmente a Senadora Ana Amélia quis dizer.

Na realidade, o próprio projeto, em sintonia com a Constituição Federal, começa dizendo que é proibido qualquer trabalho de menor de 16 anos, como preceitua expressamente a Constituição Federal, salvo naquela condição de aprendiz. Só que, no §1º, quando tenta regulamentar a atividade artística lúdica e desportiva, dá a sensação nesse parágrafo de que isso aqui seria uma exceção. Portanto, de que isso seria uma relação de trabalho.

Como não é terminativo na Comissão de Educação, nós estamos analisando apenas o mérito e, quanto ao mérito, acho que chegou a hora realmente, passou da hora de se regulamentar essa questão, para se deixar muito claro, eu quero dizer que concordo com a Senadora Ana Amélia em relação substitutivo, tirando a palavra "afim", para impedir qualquer tipo de interpretação extensiva em relação a essa matéria, que é delicada e sensível, nós não podemos tratar essa questão como se fosse realmente uma relação contratual de trabalho, de serviços prestados, e na Comissão de Direitos Humanos, que é terminativo, e eu aqui devolvo a relatoria à Senadora Ana Amélia, acho que ela é a pessoa mais indicada para fazê-lo, ela poderá estar fazendo os aprimoramentos necessários para deixarmos este projeto de acordo com a intenção do autor, que é o Senador Valdir Raupp.

Parabenizo a Senadora Ana Amélia pelo substitutivo, deixando mais claro este projeto tão meritório.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

Encerro a discussão.

Em votação o relatório favorável ao projeto, nos termos do substitutivo.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 4, de 2015
- Terminativo -

Inscreve no Livro dos Heróis da Pátria "O grupo de marinheiros, soldados da Força Expedicionária Brasileira e membros do I Grupo de Aviação de Caça que participaram da Segunda Guerra Mundial" e altera a Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, para dispor sobre a inclusão de ex-combatentes.

Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Dário Berger
Relatório: Não se aplica.
Observações:
- Em 29/9/2015, foi aprovado Substitutivo oferecido ao PLS 4/2015, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal.

Ao substitutivo, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras se desejam oferecer emenda no turno suplementar, nos termos do art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal. (*Pausa.*)

Não havendo emenda na discussão suplementar, o substitutivo é dado como definitivamente adotado pela Comissão.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, de 2015
- Terminativo -

Altera a redação dos arts. 32 e 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para inserir novas disciplinas obrigatórias nos currículos dos ensinos fundamental e médio.

Autoria: Senador Romário
Relatoria: Senador Roberto Rocha
Relatório: Não se aplica.
Observações:
Em 29/9/2015, foi aprovado Substitutivo oferecido ao PLS 70/2015, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal. Ao substitutivo, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral.

Da mesma forma que no item anterior, consulto os Senadores e as Senadoras que desejam oferecer emenda no turno suplementar, nos termos do art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal. (*Pausa.*)

Não havendo emenda na discussão suplementar, o substitutivo é dado como definitivamente adotado pela Comissão.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, de 2015
- Não terminativo -

Confere à cidade de Joinville, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Dança.

Autoria: Deputado Marco Tebaldi
Relatoria: Senador Dalirio Beber
Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo a palavra ao Senador Dalirio Beber, para proferir o relatório.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Sr. Presidente, Senadoras e Senadores, cabe-me relatar mais este projeto de lei de autoria do Deputado Marco Tebaldi.

Relatório.

Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 88, de 2015 (Projeto de Lei nº 615, de 2011, na origem), de autoria do Deputado Marco Tebaldi, que propõe seja conferido ao Município de Joinville, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Dança.

O art. 1º da proposição confere a referida homenagem, e o art. 2º sugere que a futura lei entre em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificação, o autor da matéria afirma que a homenagem representará o reconhecimento do grande trabalho realizado em prol da dança pelo povo da cidade de Joinville.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 615, de 2011, foi aprovado pelas Comissões de Cultura (CCULT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

No Senado Federal, o PLC nº 88, de 2015, foi distribuído para a apreciação exclusiva da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Após a análise da CE, a matéria segue para a decisão do Plenário.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar sobre matérias que versem sobre homenagens cívicas, caso do projeto de lei em análise.

O Festival de Dança de Joinville é um evento consolidado pela tradição. Criado em 1983 pelo professor de balé Carlos Tafur e pela artista plástica Albertina Tuma, o festival é considerado, pelo Guinness Book, como o maior evento no mundo em número de participantes, cerca de 4,5 mil bailarinos.

Nesses mais de 30 anos, o Festival de Dança de Joinville se realiza, no mês de julho, durante dez dias consecutivos. Milhares de bailarinos e centenas de grupos de dança transformam a cidade, oferecendo uma média de 1,6 mil apresentações. O Festival consolidou-se como um ponto de discussão e de aprendizado e como panorama do que acontece de mais relevante na dança brasileira.

Junto com o Festival, vários outros eventos acontecem, como a Mostra de Dança Contemporânea (não competitiva), o Festival Meia Ponta (para crianças), a Feira da Sapatilha, o Encontro das Ruas, Rua da Dança, Palcos Abertos e Passarela da Dança.

O Festival engloba ainda a realização de cursos e de oficinas com fins de aperfeiçoamento profissional, *workshops* gratuitos para os coreógrafos inscritos no evento, seminários de dança, projetos comunitários, palestras, debates, entre outras ações.

Por suas relevantes contribuições à cultura brasileira, em 2011, o Instituto Festival de Dança de Joinville, entidade que promove o evento, recebeu o Diploma da Ordem do Mérito Cultural, conferido pela Presidente da República.

Outra demonstração da vocação de Joinville para a dança foi a sua escolha para sediar a única Escola do Bolshoi fora da Rússia. Seu ideal é o mesmo da Escola Coreográfica de Moscou, criada em 1773: proporcionar formação e cultura por meio do ensino da dança, para que seus alunos tornem-se protagonistas da sociedade.

Vale registrar que, em 1996, a Cia do Teatro Bolshoi realizou turnê no Brasil e que Joinville foi incluída no programa. Isso ocorreu no 14º Festival de Dança de Joinville. Os russos ficaram impressionados com a receptividade do público e com a reverência da cidade diante da arte.

Entre os fatores decisivos para a escolha de Joinville estava a profunda ligação da cidade com a dança, em função de seu tradicional festival anual. Além disso, o então Prefeito, o nosso saudoso Senador Luiz Henrique da Silveira, empenhou-se pessoalmente nos processos institucionais entre o Brasil e a Rússia e disponibilizou uma área de aproximadamente seis mil metros quadrados no Centreventos Cau Hansen para a instalação da sede, onde também funcionam o Instituto Festival de Dança e a Fundação Cultural de Joinville.

Por essas razões, é sem dúvida pertinente, oportuna, justa e meritória a iniciativa ora proposta de conferir ao Município de Joinville o título de Capital Nacional da Dança.

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição à CE, cabe igualmente a esta Comissão apreciar a constitucionalidade e a juridicidade da proposição. No que tange a esses aspectos, também não há reparos a fazer ao PLC nº 88, de 2015.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Em discussão a matéria.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Com a palavra, V. Exª.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Eu quero aproveitar a oportunidade para, preliminarmente, cumprimentar o Deputado Federal Marco Tebaldi pela iniciativa e estender também meus cumprimentos ao prezado e dileto amigo Senador Dalirio Beber.

De fato, Joinville se caracterizou, nos últimos anos, como a Capital da Dança no Brasil. Essa é mais uma característica marcante do então Prefeito Luiz Henrique da Silveira. Amante das artes, tinha na Escola Bolshoi uma de suas maiores paixões, e dentre as inúmeras atividades relacionadas à cultura, ele promoveu a cidade de Joinville, mesmo que indiretamente, na Capital Nacional da Dança. Na época em que o Senador Luiz Henrique foi Prefeito de Joinville, aquela cidade passou por uma verdadeira transformação. Não é por acaso que Luiz Henrique foi por três vezes prefeito da maior cidade de Santa Catarina, a mais pujante, aquela que tem uma economia forte e diversificada e que muito orgulha o Estado, pela contribuição econômica que proporciona a todos os catarinenses.

De maneira que esta é mais uma homenagem àquela cidade, a Cidade dos Príncipes, uma das que mais crescem e se desenvolvem, que contou com excelentes homens públicos que souberam dinamizar a Administração Pública, em conjunto com a iniciativa privada, para assim formar um misto de desenvolvimento econômico e social muito importante na região norte do Estado.

Portanto, considero oportuno este projeto, além de justo e legítimo, uma vez que Joinville mesmo se caracteriza como a Capital Nacional da Dança no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, eu solicitei a palavra pela ordem, mas vou apresentar primeiro meus parabéns ao Senador Relator desta matéria, Dalirio Beber, por se tratar realmente de uma matéria importante, que é conferir a Joinville o título de Capital Nacional da Dança.

Já foi relatado por todos, inclusive os catarinenses, a importância desse festival também para o Brasil. É importante para a economia da cultura e para a economia criativa do Brasil. Penso que, nessa dimensão, no dia em que já homenageamos Santa Catarina com a Rodovia Senador Luiz Henrique, seria mais uma homenagem a esse grande Senador, que tinha um orgulho enorme de haver, como o seu esforço, viabilizado, ajudado a levar para Joinville a Escola do Balé Bolshoi.

Portanto, quero parabenizar o relator e o autor desta importante matéria e dizer que voto com ela.

E, Presidente, após esta votação, eu gostaria de solicitar a V. Exª a inclusão extrapauta de um requerimento de nossa autoria.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Será incluído.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa, para as providências cabíveis.

Requerimentos extrapauta.

Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do requerimento de minha autoria.

EXTRAPAUTA
ITEM 13
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 121, de 2015
- Não terminativo -

Em aditamento ao RCE nº 110, de 2015, que requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para tratar acerca dos programas Bolsa Atleta e Bolsa Pódio, especificamente em relação aos Jogos Rio 2016: índices quantitativos e qualitativos até 2015, perspectivas para resultados nos Jogos e o planejamento para o pós-Rio 2016, com os seguintes convidados, vimos convidar para participar da mesma: João Evangelista de Sena, treinador de Marcha Atlética; e Luciano Reinaldo Rezende, atleta do Tiro com Arco, beneficiado com o Bolsa Atleta.

Autoria: Senador Romário

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Consulto os Senadores e as Senadoras sobre a inclusão, extrapauta, do requerimento apresentado pela Senadora Ana Amélia. (*Pausa.*)

Não havendo óbice, passo a palavra à Senadora, para o encaminhamento do requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Muito obrigada, Presidente Romário e colegas Senadores, pelo acolhimento da solicitação.

O requerimento, que tem também o apoio da Senadora Simone Tebet, trata de convidar o ex-novo Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, para comparecer a esta Comissão e falar sobre os problemas que estamos enfrentando com o Fies, Pronatec, Prouni e toda a área relacionada à educação, já que o Governo definiu que 2015 e 2016 seriam da Pátria Educadora. Então, penso que seria oportuno que, no retorno do Ministro ao comando do MEC, seria conveniente ouvi-lo aqui, nesta Comissão e Educação. Esse é o objetivo do relatório.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

É o seguinte o item aprovado:

ITEM 14
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 122, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do disposto no art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, seja convidado a comparecer a esta Comissão, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Aloizio Mercadante Oliva, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários da sua pasta.

Autoria: Senadora Ana Amélia e outros.)

Consulto os Srs. Senadores e Senadoras sobre a inclusão, extrapauta, do requerimento apresentado pela Senadora Lídice da Mata.

Não havendo óbice, passo a palavra à Senadora, para a leitura do requerimento.

Senadora Lídice da Mata, com a palavra.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Presidente, V. Exª, como Presidente desta Casa, deu-me a responsabilidade de analisar o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania, o Cultura Viva.

Recentemente, o Senado deliberou que todas as suas comissões temáticas devem ter a responsabilidade de analisar as políticas públicas que são efetivadas pelos ministérios sob a sua responsabilidade de acompanhamento e de contribuição, no caso nosso, Educação, Cultura e esporte.

Coube-me, portanto, avaliar e apresentar relatório sobre o Programa nacional de Cultura, Educação e Cidadania, o programa Cultura Viva, que baseia sua atividade na organização dos pontos de cultura. Segundo dados do Ipea, o Cultura Viva atende hoje, com suas ações, cerca de 8 milhões de pessoas e é, atualmente, uma das políticas culturais com maior capilaridade, em razão da presença nos 26 Estados brasileiros e no Distrito Federal, além de cerca de em mil Municípios.

O Cultura Viva tem como ação prioritária, como falei, o ponto de cultura. Os pontos funcionam como locais de recepção, articulação e disseminação de iniciativas culturais e não possuem um modelo único de atividade nem de instalações públicas. O que os une é a transversalidade da cultura, que abrange várias temáticas, a gestão compartilhada entre o Poder Público e a sociedade social e a atuação em uma rede solidária de bens e serviços.

Por isso, Sr. Presidente, estou apresentando uma proposta de trabalho para que nós possamos viabilizar esse relatório, de que consta uma diligência no Ministério da Cultura, uma audiência pública nesta Comissão com a participação do Ministério da Cultura e das associações nacionais relacionadas à cultura e uma diligência, pelo menos, numa capital brasileira, que acho que, pela diversidade de atividades culturais, pela dimensão, seria o Rio de Janeiro. E eu peço a inclusão – eu falei com a assessoria, acho que houve uma confusão, eles não acrescentaram – de também uma capital do Nordeste. Nesse sentido, apresento a capital da Bahia, Salvador.

Houve uma primeira indicação da consultoria parlamentar da nossa Comissão para que fizéssemos cinco audiências públicas. No entanto, preocupada com o tempo que temos para a aprovação desse relatório, que tem de ser aprovado ainda neste ano, sendo que nós devemos ir até mais ou menos o dia 10, 12 de dezembro no funcionamento da Comissão, eu reduzi a proposta a uma audiência pública aqui, em Brasília, uma diligência no Ministério da Cultura e duas diligências, uma no Rio de Janeiro, outra em Salvador.

Eu acho que, com essa proposta de cronograma, haverá condição de encerrar o nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

É o seguinte o item aprovado:

ITEM 15
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 123, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, em face do Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte nº 52, de 2015, aprovado em 19 de maio de 2015, que seja submetido à apreciação desta Comissão o Plano de Trabalho de Avaliação de Políticas Públicas (Resolução nº 44, de 2013) sobre o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva.

Autoria: Senadora Lídice da Mata.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Presidente, eu peço outro pela ordem.

Há um requerimento, o item 11, que é um requerimento do Senador Fernando Bezerra Coelho, que requer seja realizada nesta Comissão uma audiência pública para tratar da Base Nacional Comum Curricular. E, para debater o tema, ele sugere convidar o Ministro da Educação, à época, o Sr. Renato Janine Ribeiro.

Eu gostaria de subscrever esse requerimento e corrigi-lo no sentido de que seja convidado o atual Ministro de Educação, que vai assumir nesta semana, que é o Ministro Aloizio Mercadante, ex-Senador, que vai nos honrar muito com a sua participação nesta Comissão sobre esse tema. Não há prejuízo, creio, de sua posse estar se realizando agora, porque é um grande conhecedor de todas as ações no Ministério da Educação, até porque já foi Ministro da Educação muito conceituado em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

É o seguinte o item aprovado:

ITEM 11
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 114, de 2015
- Não terminativo -

Nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, requeiro que seja realizada por esta comissão Audiência Pública para tratar da Base Nacional Comum Curricular. Para debater o tema, sugerimos convidar o Ministro da Educação, Sr. Renato Janine Ribeiro, o Sócio-Fundador e Membro do Conselho de Governança do Todos pela Educação – TPE, Mozart Neves Ramos, e o Presidente do Instituto de Co-Responsabilidade pela Educação (ICE), Marcos Magalhães.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho e outros.)

Nada mais havendo a tratar, vou declarar encerrada a presente reunião, estando agendada para amanhã, quarta-feira, às 10h da manhã, audiência pública destinada a avaliar a política pública educação de tempo integral, o Programa Mais Educação, em atendimento ao Requerimento nº 52, de 2015, da CE, de iniciativa dos Senadores Paulo Paim e Fátima Bezerra, com a presença dos seguintes convidados: Jaqueline Moll, Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS); Leandro da Costa Fialho, Coordenador-Geral de Educação Integral da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB-MEC); Natacha Costa, Diretora Executiva da Associação Cidade Escola Aprendiz; Anderson George de Assis, Coordenador Estadual do Comitê Territorial de Educação Integral do Estado de São Paulo; Sueli Maria Baliza Dias, Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, de Minas Gerais.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 33 minutos.)

ATA DA 51ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE OUTUBRO DE 2015.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e treze minutos do dia sete de outubro de dois mil e quinze, na sala de reuniões número quinze da Ala Senador Alexandre Costa, **sob a Presidência do Senhor Senador Romário** e com a presença dos Senhores Senadores e das Senhoras Senadoras Fátima Bezerra, Ângela Portela, Lasier Martins, Paulo Paim, Wilder Morais, Gladson Cameli, Simone Tebet, Maria do Carmo Alves, Eduardo Amorim, Regina Sousa, Telmário Mota e Hélio José, reúne-se a presente Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Romário, declara aberta a reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nºs 52/2015-CE, de autoria do Senhor Senador Romário, e 93/2015-CE, de autoria do Senhor Senador Paulo Paim e da Senhora Senadora Fátima Bezerra, destinada à Avaliação da Política Pública "Educação de Tempo Integral" (Programa Mais Educação). Comparecem à Audiência Pública como expositores: **Senhora Sueli Maria Baliza Dias, Secretária Municipal de Educação de Belo Horizonte (MG); Senhora Natacha Costa, Diretora Executiva da Associação Cidade Escola Aprendiz; Senhora Jaqueline Moll, Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS); Senhor Leandro da Costa Fialho, Coordenador Geral de Educação Integral da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC); Senhor Anderson George de Assis, Coordenador Estadual do Comitê Territorial de Educação Integral do Estado de São Paulo**. Às onze horas e quarenta e seis minutos o Senhor Presidente, Senador Romário, declara suspensa a reunião pelo prazo de vinte minutos. Posteriormente, às doze horas, a reunião é reaberta, sob a Presidência da Senhora Senadora Fátima Bezerra, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Fátima Bezerra, declara encerrada a presente reunião às treze horas e trinta e seis minutos do dia sete de outubro de dois mil e quinze, determinando que eu, **Willy da Cruz Moura, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA FÁTIMA BEZERRA
Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 51ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública, atende ao Requerimento nº 52, de 2015, da CE, de minha iniciativa, e ao nº 93, de 2015, desta Comissão, de iniciativa dos Senadores Paulo Paim e Fátima Bezerra, para realização de audiência pública destinada a debater a política pública de educação de tempo integral, Programa Mais Educação.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

Os convidados são: Srª Jaqueline Moll, Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS); Sr. Leandro da Costa Fialho, Coordenador Geral de Educação Integral da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC); Srª Natacha Costa, Diretora Executiva da Associação Cidade Escola Aprendiz; Sr. Anderson George de Assis, Coordenador Estadual do Comitê Territorial de Educação Integral do Estado de São Paulo; e Srª Sueli Maria Baliza Dias, Secretária Municipal de Educação de Belo Horizonte.

Sejam todos bem-vindos!

Informo que esta audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com o serviço de interatividade com o cidadão Alô Senado, através do telefone 0800-61-2211, e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.gov.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Desculpem-me o atraso!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Passo a palavra à Srª Jaqueline Moll.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Presidente, peço desculpa pelo atraso. Eu fui indicado por V. Exª para ser coordenador deste debate, naturalmente, aqui, no plenário, fazendo perguntas, e a sua Presidência só valoriza a missão que V. Exª me deu.

Peço desculpa porque eu estava presidindo a Comissão de Direitos Humanos, e aprovamos, inclusive, um projeto seu, com referência à linguagem de Libras.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em relação aos documentos que forem impressos nas campanhas, que se tenha também esse cuidado.

Mas estou aqui agora para ouvir todos e fazer minhas perguntas.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado pela participação, pela presença.

A SRª JAQUELINE MOLL – Bem, então, bom dia a todos e a todas.

Quero saudar o Senador Romário – estive nove anos no MEC e tive duas oportunidades de conversar sobre esportes na escola e outros temas –; saudar o Senador Paim, meu conterrâneo, e dizer da alegria por ter pautado esse tema tão importante para a vida da República, embora possa não parecer; e saudar meus companheiros de Mesa.

Acho que a inteligência da Comissão de Educação do Senado se expressa quando há sociedade civil, Governo, universidade, Secretaria Municipal de Educação, aqui representada pela Profª Sueli, de BH, e esse seleto público.

Eu até tenho uma apresentação. Se for possível começarem a passar, eu agradeceria. (*Pausa.*)

O grande pano de fundo – e eu não posso me furtar a dizer isto, porque sou professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, há muitos anos; terminei meu doutorado em Educação há quase 20 anos – é que a educação brasileira é marcada por uma profunda indecisão congênita. Nós andamos como os passos de um tango: alguns para frente, muitos para trás. Há momentos da história em que nós damos mais passos à frente.

Eu costumo dizer, no estudo que tenho feito de políticas públicas, que nós temos tido alguns ciclos virtuosos na educação brasileira. Tivemos um ciclo impressionante no período que antecedeu a ditadura Vargas; um ciclo impressionante, virtuoso, no período de 1945 a 1964; e tivemos um ciclo impressionante de 2007 a 2013, meados de 2014. O ano 2013 é marcado pelo Fundeb, é marcado pelo PDE, e essa ação que nós vamos discutir aqui hoje, o Programa Mais Educação, é uma das ações do PDE.

Sr. Presidente, quero também voltar a essa grande carta de intenções para a educação brasileira que foi o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932. O Ministério da Educação distribuiu isso para todas as escolas.

Em 1932, eles diziam – vou ler só a primeira frase –: "Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade o da educação; nem mesmo os de caráter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional." E segue uma longa carta que, penso, se houvesse sido posta em prática, sem tantas descontinuidades e interrupções, estaríamos com problemas de outro nível. Seguramente, já teríamos alfabetizado toda a população, já teríamos um número muito maior de pessoas na universidade, já teríamos universalizado a educação básica.

A grande questão que está posta, quando se discute uma ação indutora à educação integral, como é o Programa Mais Educação, é a questão da democracia.

Quero começar trazendo para vocês – não posso me furtar a isso – Anísio Teixeira. Ele exerceu vários cargos importantes na República e dizia que só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar no País a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a escola pública. E ele dizia mais: ele dizia que a cara da escola é a cara da pátria.

Vou mostrar um pouco dos dados que, apesar dos avanços que tivemos, ainda mostram o quanto temos que avançar para melhorar aquilo que ele chama, em um dos seus escritos, de "a cara da pátria". Um projeto de educação que se expressa no sistema de educação escolar e na educação básica – hoje há 50 milhões de estudantes no Brasil – aponta qual é o projeto de nação. E qual é o projeto? Para se consolidar um ou outro projeto de nação, é preciso um projeto de educação. E nós trabalhamos exatamente na perspectiva de construir uma ação indutora.

O Mais Educação nunca se pretendeu, Senadores, à política de educação integral. Era a agenda que recolocava na agenda pública uma agenda indutora, um programa dentro dos programas do PDE, que recolocava na agenda pública a discussão da escola de turno. O Brasil, vergonhosamente, fica atrás, inclusive, dos nossos países latino-americanos.

Há poucos dias, estive em um grande seminário, organizado pela OEI, na República Dominicana, que tem 10 milhões de habitantes, como o Rio Grande do Sul; tem 2,5 milhões de estudantes e vai chegar, até 2018, com todos os seus estudantes com oito horas na escola. Eles entendem que, em vez de serem caixas de supermercado, ou engraxates... O trabalho vale, o trabalho é formativo. Quantas pessoas passaram pelo trabalho para serem o que são! Mas o mais importante, numa sociedade que amadurece, é ter esses jovens na escola, numa perspectiva de aprendizado das ciências, das tecnologias, das artes, da cultura, de todas as áreas que o desenvolvimento humano pode propor. E foi nessa linha que trabalhamos.

Trago também duas outras falas rápidas. Florestan Fernandes, que foi um grande Deputado do País, um grande sociólogo, penso que ele nos dá o mote para pensar a perspectiva de educação integral. Não basta só dizer que se é a favor da escola de tempo completo, ou da jornada ampliada, como está no art. 34 da LDB, ou da educação integral. Qual educação integral? Há um grande território de disputa aqui. Mais do mesmo? Dobrar o turno? Per-

guntem para qualquer filho de vocês se aguentaria ficar o dia inteiro na escola fazendo o que faz no turno em que já está. Qualquer criança minimamente tranquila diria: "Não, não quero."

Ele dizia: "Há muitos que pensam na educação para a classe trabalhadora como uma educação exclusiva. É trabalhador? Então vai ser operário. Precisa de uma educação técnica, precisa ser instruído, não educado; precisa ser adestrado, não polido. Intelectualizado? Ora, o trabalhador tem tanta necessidade de cultura quanto aquele que não é trabalhador, aquele que é proprietário dos meios de produção [e aqui é a sua linha marxista]. Temos de dar ao trabalhador essa mesma educação. O educador precisa conhecer o mundo, explicar o mundo, transformar o mundo, e, para isso, não basta dar ao trabalhador adestramento na situação de trabalho, horinhas a mais – 30, 40, 50. Não basta a escolaridade técnica. Ele precisa, inclusive, se possível, percorrer todos os graus de ensino. É um desafio enorme, porque nós nos acostumamos, sim, com uma sociedade em que uma minoria faz as grandes carreiras, e a maioria ocupa funções muito básicas, ou nem consegue se colocar mais no mercado."

E o Darcy Ribeiro, que foi o Relator da LDB vigente, a Lei nº 9.394, de 1996, e que foi um grande sonhador. Um homem de "fazimentos", como ele dizia. E fez uma grande obra, que são os CIEPs. Pouco avaliado, descontinuado e, por isso mesmo, pouco compreendido pela educação brasileira.

"A escola de dia completo, vale dizer, a que atende a seus alunos das 7h ou 8h da manhã até as 4h ou 5h da tarde, não é nenhuma invenção do Brizola, nem minha, nos CIEPs. É o horário das escolas de todo o mundo civilizado. Todas essas horas de estudo são absolutamente indispensáveis para fazer com que o menino francês aprenda a ler e escrever em francês, e o japonês, em japonês. Oferecer a metade dessa atenção – porque é isso que nós temos na nossa escola de turno – e às vezes menos ainda a uma criança mais carente que a daqueles países, porque afundada na pobreza e porque recentemente urbanizada, é condená-la a fracassar na escola e, depois, na vida: Crônica de uma Morte Anunciada, de Gabriel García Márquez. Nós sabemos que não funciona, e nós sabemos que fortes mecanismos seletivos levam meninos a fazerem toda uma vida na precariedade porque a escolarização é precária."

Esses são os fundamentos que nos levaram a fazer a proposição de um programa de educação integral, indutor para as políticas de educação integral, porque as políticas implicam tudo aquilo que está nas estratégias que acompanham a Meta 6 do PNE: reconstrução dos prédios, reforma dos prédios, professores de dedicação exclusiva, materiais, muito mais alimentação. Ainda há muito mais que andar, mas o Mais Educação, um programa que hoje – uma professora de Cabo Frio me dizia – está em agonia no cenário nacional pelo não repasse, pela descontinuidade do repasse de recursos, aponta para todas essas perspectivas de desenvolvimento humano integral.

Não basta só ensinar as operações matemáticas, o básico da leitura; já passou esse tempo da vida do País. Todos os nossos meninos e meninas têm direito a um desenvolvimento humano integral. Aprender a conhecer, aprender a ser, aprender a conviver, a fazer, aprender a cuidar.

Essa seria uma longa conversa. Está lá no Relatório Dellors, da Unesco, e está lá no Leonardo Boff.

Em 2007, nisso que eu chamei de ciclo virtuoso, surge o Programa Mais Educação, que é uma estratégia indutora e que chegou – eu mostrei aqui, Leandro, do Ministério, os anos em que estive à frente dessa diretoria – a 54 Municípios, em 2008, e a 4.836 Municípios em 2013. Nem todas as escolas, nem as escolas em que se está iniciando, acontecendo essa ação, são para todos os estudantes, mas é como uma semente, uma raiz para o debate da história que tem que ser retomado.

A escola não pode ser de turno; a escola não pode ser só para sentar, copiar do quadro, responder contas e desenvolver uma atitude passiva, o que, inclusive, descaracteriza a capacidade que esses meninos têm de criar, de inventar e de avançar.

Trago esse outro dado porque o Mais Educação, nesses anos, foi avançando – isso até 2013 – no atendimento e priorização de filhos de famílias que recebem o Bolsa Família. Em um País que sempre deu muito pouco para todos e muito menos para as classes populares, é necessário que tenhamos estratégias de discriminação positiva em relação a esses grupos sociais. Então, chegamos, em 2013, a 65% de escolas, em que a maioria pertence ao Programa Bolsa Família.

Esse foi um longo trabalho intersetorial entre Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Cultura, Ministério dos Esportes, fixando, inclusive, bases para uma perspectiva de ação mais intersetorial do Governo. Isso aponta para um outro paradigma, inclusive, de gestão pública. As questões de educação têm a ver com as questões de desenvolvimento, com as questões de cultura, com as questões dos esportes.

Sem dúvida nenhuma, o Mais Educação tem se caracterizado como uma estratégia que tem ajudado a repensar a escola. Ninguém diz que não há importância nos conteúdos que estão no art. 26 da LDB. A escola tem que ser constituída com os conteúdos das diferentes áreas do conhecimento, mas a escola é um lugar aonde se vai para aprender, inclusive, a viver em sociedade, a viver em comunidade; aprender a resolver conflitos.

Muitos desses meninos e meninas, primeiro, precisam ficar vivos para, inclusive, continuar indo à escola. E nós sabemos da expressão de homicídios de jovens negros no Brasil. Tivemos várias experiências de articulação do Mais Educação – eu incluiria aqui o Ensino Médio Inovador, que é outro programa que vem sendo descontinuado pelo Governo – que incidem na ampliação de jornada e na mudança do modo de a escola funcionar. Além disso, o Mais

Educação implicou – isso passa a ser descontinuado, a partir de 2014 –a articulação de muitas universidades para a formação de professores, a produção de conhecimento específico, a reconstrução da malha física, sim, porque fizemos uma ação articulada com o PDE, inclusive para recursos para quadras esportivas, e o avanço do debate sobre o professor de educação básica ser de uma só escola.

Em todo o tempo em que estive no Ministério, sempre aparecia alguém com saídas extraordinárias para os problemas da educação brasileira. A grande saída, sem dúvida, é resolver as questões estruturais que não foram resolvidas: prédio, para começar; prédio, condições de trabalho, biblioteca ou sala de leitura, espaço de esportes, que pode ser coletivo.

O Anísio Teixeira, nos anos 30, já propõe um modelo de escola parque e escola classe. Ele sabia que não é possível ter uma grande quadra em cada escola. Então, você faz um espaço para esporte, cultura, oficinas, e você tem várias escolas ao redor desse espaço polo que possam atender a esses meninos.

Então, o Mais Educação foi ajudando a construir saídas para tudo isso.

Eu só dou um exemplo – eu sei que meu tempo é muito curto, e isso me preocupa – sobre a infraestrutura, Srs. Senadores.

Outro conterrâneo, Senador Lasier Martins. Bom dia!

Esses dados são de 2012. Não há grande modificação neles desde então. Eles mostram o quanto o nosso País distribuiu mal os recursos educacionais. Já que temos dois Senadores gaúchos na plateia, eu vou lembrar Mario Quintana, quando dizia que democracia é dar a todos o mesmo ponto de partida. Para o ponto de chegada, os caminhos vão ser diversos. O nosso País nunca deu o mesmo ponto de partida para todos. Os filhos dos pobres e muito pobres sempre ficaram muito para trás, e esses dados comprovam isso.

Na primeira coluna – não vou ler cada um dos itens –, estão as escolas públicas excluídas, as que têm maioria de filhos das famílias que recebem Bolsa Família. Na segunda, são as escolas que têm a maioria dos filhos das famílias do Bolsa Família. Esgoto, 51% a 14%; água, 76% a 40%; internet – vamos dizer que isso é uma coisa básica, hoje, para um mundo absolutamente conectado ou muito conectado –, 60% a 25%; impressora – podem dizer "nem é algo tão..." –, 72% a 42%.

Em todos os itens, vocês vão ver que é menos. Só há um item que vai aparecer nessa segunda, que é a cozinha; as outras têm 94%, e as escolas que têm maioria de pobres e muito pobres tem 90%. Há, sim, a concepção de que muitas crianças só vão à escola para comer.

Então, isso mostra o quanto nós temos que avançar e o quanto nós temos que conseguir sair do discurso à prática, para fazer da educação uma política do Estado brasileiro, terminando com esses ciclos virtuosos que se esgotam completamente e que levam junto todas as construções feitas até então.

Ontem, na véspera desta audiência pública, foi publicado um excerto de uma pesquisa feita pelo Banco Mundial, que diz que o Programa Mais Educação não tem nenhuma repercussão no aprendizado das crianças. Eu quero ler a pesquisa. Não posso falar sobre ela, Senador Romário, porque eu não tive acesso ao conteúdo todo, mas tenho que dizer que temos que avaliar, inclusive, a metodologia que foi usada.

Nós pegamos o Ideb – todos conhecem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica –, inclusive pautando pelas provas em Português e Matemática, e nós comparamos. São só duas tabelas. Eu fiz aqui um recorte dos anos finais do ensino fundamental; a evolução em Português e a evolução em Matemática. São três colunas. Na primeira, escolas que têm o Mais Educação e que têm 100% das crianças em tempo integral, que era o que o Governador Brizola queria, e foi aquilo que ele concretizou no Rio de Janeiro; na segunda, são escolas com o Mais Educação, portanto, nem todos os alunos – aqui excetuando as que têm todos os alunos com tempo integral –; e, na terceira, o conjunto de escolas públicas menos as do Mais Educação.

Não é fácil ler tabela assim, mas vou mostrar para vocês as diferenças.

De 2007 para 2009, o acréscimo, quando são todos os alunos com tempo integral, é de 7,5% e, depois, de 2,8% na proficiência de Português. Quando são todas as escolas do Mais Educação, o acréscimo é de 11,2% nessa proficiência, nessa nota; depois, de 2009 a 2011, é de 1,1%. E nas escolas públicas de modo geral, que não têm o Mais Educação, o aumento, de 2007 para 2009, é de 9,7%; e de 2009 para 2011 é menos 0,3%.

As crianças aprendem mais, sim, mesmo que o objeto não seja diretamente, porque há uma mitificação imaginar que eu só aprendo Português na aula de Português. Um aluno que faz teatro, um aluno que produz um jornal escolar está aprendendo língua portuguesa; aliás, está aprendendo ligado à função que a própria escrita tem.

Na Matemática é a mesma coisa; você tem um aumento significativo. De novo os três grupos: de 2007 a 2009, 0,60%, no primeiro grupo, que é todo de tempo integral; e, no segundo, de 2009 a 2011, o acréscimo é de 7,8% na proficiência em Matemática. Perguntaram-me: "Por que você não trouxe 2013?" Porque eu saí do Ministério no final de 2013, e os dados só saem em 2014. E essa pesquisa, como tantas outras coisas, foi descontinuada pelo Ministério.

Quando todas as escolas são do Mais Educação, o acréscimo é de 3,8% na proficiência em Matemática, de 2007 a 2009, e de 4,3% de 2009 a 2011, enquanto que em todas as escolas públicas, excetuando essas do Mais Edu-

cação – portanto, excetuando as mais, mais pobres, com as condições que vocês viram ali –, o acréscimo é de 1,22%, de 2007 a 2009, e de 3,7% de 2009 a 2011. É menos do que essas escolas que são as piores e em piores condições.

O Mais Educação não levou mais professores para as escolas; muitas das críticas vêm daí. Propôs monitores, propôs articulação com universidades, porque era o possível. Se o Governo Federal tivesse dito: "só vai dinheiro para quem colocar mais professores em tempo integral", que é o ideal, não teríamos caminhado. Mesmo assim, as médias estão aí. E se nós pegarmos a proficiência de 2013, tenho certeza de que essa curva segue ascendente.

Preocupa-me muito que o Ministério da Educação, imediatamente após o resultado do *release* dessa pesquisa, já diga que vai modificar o Mais Educação e vai fazer mais Português e Matemática. Ora, se nós, para os nossos filhos, queremos que aprendam balé, que façam teatro, que aprendam línguas, que estudem informática, que pratiquem diferentes esportes, por que os filhos das classes populares não podem fazer o mesmo? Se depender que a mãe, empregada doméstica, pague para a criança fazer uma escolinha de uma ou de outra coisa, ele não vai fazer. O Mais Educação propiciou isso.

Eu garanto aos Srs. Senadores que, se visitarem as escolas em que o Mais Educação funciona no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro, a grande maioria em Pernambuco, na Bahia – estou vendo pessoas aqui do País inteiro –, em Minas, vocês vão ver a diferença, sim, no clima escolar e no modo como essas crianças estão se relacionando com o conhecimento. Muito se modificou.

É muito fácil jogar no lixo tudo isso; é muito fácil que uma grande agência internacional como o Banco Mundial diga que esse trabalho não serviu para nada. Foram anos da vida de muitas pessoas, e isso modificou a história de escolarização de muitos desses meninos. Todos sabem que uma das condicionantes do Bolsa Família é a frequência à escola, pois o Mais Educação deu sentido a essa frequência, inclusive ampliada no seu tempo. Para grande parte desses meninos, se não for à escola, é a rua; e não é a rua que tínhamos na infância. Eu tenho 50 anos, e nós brincávamos na rua; brincávamos, saíamos, voltávamos. Eu me refiro à rua da violência.

Nós não queremos uma hiperinstitucionalização das crianças, nós não queremos hiperescolarização; nós queremos articulação de instituições que possam nos ajudar nesse processo, e um processo que seja, de fato, coordenado e liderado pela escola, porque é na escola que a criança está e deve continuar nos próximos anos.

O Brasil jogou o futuro de milhões de pessoas fora. Gerações inteiras viveram para nada neste País.

Quando eu passo em Porto Alegre – moro no Menino Deus – pelos carrinheiros, que seguem com seus carinhos, tração humana, levando aquele peso, eu sempre penso: "aí poderia estar um Picasso, ou um Beethoven, ou um Einstein." Nunca vamos saber, porque são as oportunidades formativas que fazem diferença na vida das pessoas, sejam elas quais forem.

No nosso País é o Poder Público, sim, e o Governo Federal que têm grande responsabilidade – claro que também os governos estaduais e os municipais. Mas há muito sendo feito nesse caminho, e nós não podemos deixar que isso volte atrás.

Termino a minha apresentação.

Gosto muito da Hannah Arendt, uma filósofa que viveu nos campos de concentração. Portanto, ela não escreveu a partir do diletantismo filosófico, embora isso deva ser muito bom, ou seja, quem senta atrás da sua mesa e fala sobre o mundo. Não. Ela viveu o extremo da vida, que é a possibilidade permanente de não continuar viva e de viver a violência. Ela diz algo que acho que tem que calar todos: a tarefa de educação não é uma tarefa só da escola. A escola tem papel prioritário, e o Poder Público, numa sociedade tão desigual como a nossa, tem uma tarefa irrefutável, inalienável. E nós estamos indo pra trás.

A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína, que seria inevitável, não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens. Se os nossos jovens continuarem, como dizia Darcy Ribeiro, como carvão para queimar na produção de mercadorias, nós não teremos futuro. E o futuro são os fundamentalismos; é a impossibilidade, inclusive, de vivermos juntos.

Então, a tarefa educativa é uma tarefa de todos. A escola tem seu papel. O Programa Mais Educação, articulado dentro do PDE, tem ressonância direta na Meta 6 do Plano Nacional de Educação; e essa meta só existe porque nós palmilhamos um caminho com secretários municipais, com secretários estaduais, acima das disputas partidárias, que muito nos atrapalham na construção da educação pública no País.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Srª Jaqueline Moll.

Passo a palavra agora ao Sr. Leandro da Costa Fialho, Coordenador Geral de Educação Integral da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação.

O SR. LEANDRO DA COSTA FIALHO – Bom dia a todos e a todas. Bom dia, Senador Romário! Muito prazer em conhecê-lo pessoalmente. Lembro dos golzinhos que o senhor fazia no Grêmio, porque eu sou gaúcho também. Fez mais gols no Grêmio do que no Inter.

Eu queria cumprimentar os dois Senadores do meu Estado: Paulo Paim, no qual já votei muitas vezes; Senador Lasier, que representa o PDT, que tem uma forte história com a educação integral. Dentro da educação integral, sempre reconhecemos todo o trabalho que foi feito por Brizola, por Darcy Ribeiro, o CIEPs.

Então, que continue levando essa bandeira, Senador. Contamos muito com a sua eficiência no Senado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LEANDRO DA COSTA FIALHO – Então, melhor ainda.

Nós podemos ver que aqui na Mesa e no plenário, há posições de pessoas que estão em lugares diferentes. Eu estou no Governo, há pessoas da sociedade civil, como a Natacha, o Anderson, da escola, mas todos comungamos de um mesmo ponto: a educação integral precisa avançar no Brasil. Esse, realmente, é o caminho para a educação brasileira, não só pela questão da ampliação da jornada – que é um dos pontos; nunca nos pautamos pela ampliação da jornada –, mas porque ela faz algo muito interessante. Ela modifica a escola pública, e nós temos provas, como pesquisas qualitativas, universidades que pesquisaram, de que ela dá uma virada na educação brasileira. Aquela educação bancária, que sabemos que é do século passado, ninguém aguenta mais; ninguém quer ir para a escola, sentar e ficar estudando, quando o mundo das tecnologias está aí para os meninos e meninas.

A educação integral dá uma outra possibilidade para esses estudantes e dá uma possibilidade para o estudante filho do trabalhador. É para esse que a educação integral e o Programa Mais Educação sempre trabalharam, porque as camadas mais aquinhoadas da nossa sociedade sempre tiveram educação integral. O pai sempre pôs o filho no balé, no futebol, no inglês, na computação; só que o trabalhador não tinha condições de colocar o filho na educação integral, e é por essa escola pública de qualidade que nós lutamos, por uma educação integral.

A educação integral avançou muito de 2008 até agora no Brasil. Nós saímos de 1.380 escolas, e era difícil que as escolas aderissem. Em 2008, nós ligávamos para as escolas e pedíamos para que elas aderissem, porque era algo novo no Brasil. Apesar da experiência do CIEPs e apesar da experiência do Anísio Teixeira, é algo novo, é um fazer diferente, é um *modus operandi* diferente na escola.

No segundo ano, já tínhamos dificuldade. A política pública, acredito, acontece assim: vamos mostrando para a sociedade. Obviamente, nós não poderíamos começar em 2008, porque há uma curva de aprendizado nisso tudo; não poderíamos começar em 2008 com 60 mil escolas. Em 2009, já havia escolas e, graças ao resultado que as de 2008 foram mostrando, já havia fila de espera para as escolas que queriam entrar no Programa Mais Educação. A Meta 6 do PNE é que consigamos chegar a 50% das escolas públicas. Hoje, no Programa Mais Educação, existem em torno de 41% das escolas públicas com educação integral.

Esses dados são bons, mas não dá para comemorar, porque falta muita coisa ainda; falta muito para avançar.

Como a Profª Jaqueline falou no início, esse foi um programa indutor. Precisamos efetivar a educação integral como política pública no Brasil. Para isso, não é só o MEC que vai conseguir, não é só a sociedade civil; nós precisamos – e eu parabenizo esta audiência pública no Senado – de um esforço coletivo, um esforço da sociedade, independentemente de matizes partidárias. Temos visto nas eleições que qualquer matiz partidária, qualquer partido tem colocado como bandeira a educação integral. Então, é muito importante que consigamos esse apoio.

Em alguns dados, nós avançamos bastante também. Um dos grandes desafios ainda é o número de estudantes na escola. Quase 50% das escolas têm educação integral, mas, quando falamos dos estudantes, esse número cai para 11%, 12%, porque as escolas ainda não têm condições de trabalhar, toda a escola, com educação integral. Nós abrimos a perspectiva de que a escola fosse fazendo isso. Uma escola com mil alunos, muitas vezes, faz educação integral com 100, faz com menos alunos, porque não há condições.

Trabalhamos sempre na questão do campo. Uma das nossas prioridades sempre foi trabalhar com a exclusão. Nas escolas do campo, conseguimos avançar bastante – na maioria, escolas com Bolsa Família. Estamos trabalhando onde as políticas públicas não chegavam. Geralmente, o caminho que se trilha nas políticas públicas é trabalhar onde é mais fácil: na capital, na região metropolitana, na escola que está no melhor bairro, mas nós fizemos o caminho contrário. Isso aumentou bastante a nossa dificuldade, mas também sabemos que conseguimos chegar até aquele cidadãozinho que nunca teria a oportunidade de ter uma escola pública de qualidade.

Alguns outros dados também; alguns macrocampos, porque dividimos o programa. Nós dividimos por grandes temas a educação integral. Um dos nossos focos sempre foi o acompanhamento pedagógico, numa perspectiva de leitura desses meninos e meninas, porque sempre tivemos a certeza de que educação integral é escola, e precisamos melhorar a condição desses meninos; mas, dentro disso, também com muitas outras atividades, Senador Romário. Esporte e lazer sempre foram atividades muito procuradas, nas mais diferentes atividades esportivas. Então, há um legado muito grande que nós deixamos.

Há outros temas também que são caros para nós, e é muito importante que entrem na escola, como direitos humanos, promoção de saúde, memória da comunidade. Foram temas com os quais movimentamos o Brasil inteiro, para que esses meninos tivessem acesso a esses conhecimentos de forma diferenciada: através da

cultura, através do teatro, através do esporte, através das artes, sem nunca deixar de lado o acompanhamento pedagógico, que é superimportante.

Só que, lembrem-se, os meninos estão sete horas na escola. Eles vão chegar em casa e ainda vão ter que brincar, divertir-se. Portanto, esse horário ampliado ajuda, mas também tem que haver um acompanhamento pedagógico, porque ele não vai ter tempo de estudar 24 horas por dia; ele também tem que ter sua hora com a família, o seu lazer, o seu brincar.

Tivemos vários avanços conquistados, e isso foi fruto de muita discussão, de muita luta, de muita participação social – a Natacha, o Anderson e a Sueli também podem falar sobre isso. Nós conseguimos um valor maior para a alimentação escolar. A educação integral começou a melhorar várias questões da sociedade. Por exemplo, a educação integral ajudou – e não é o papel principal dela; nós somos escola, sabemos disso, mas há outros valores que começaram a se agregar – o enfrentamento da fome e da pobreza. Nós conseguimos isso porque o menino passou, a menina conseguiu; fazem três alimentações na escola. Começamos a desnutrição, e todos esses problemas vieram no bojo da educação integral, porque o recurso aumentou de R$0,30 para R$1,00, e os Municípios também sempre colocam uma contrapartida maior, sempre ajudam nesse processo.

Temos o valor do Fundeb (Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica), que é maior para quem tem educação integral; portanto, vai mais recurso também. A distribuição do recurso é diferenciada, é melhorada para o Estado e para o Município que tem educação integral.

Nós conseguimos também uma grande articulação com as políticas públicas. Nem vou citar todas aqui, porque a minha fala se estenderia demais, mas temos uma articulação muito forte com o Ministério do Esporte, com as atividades do Ministério do Esporte e ação articulada. Fazemos parceria com eles, formação, material. Estamos muito ligados ao Ministério do Esporte e da Cultura – mais cultura nas escolas –, ao Desenvolvimento Social, porque fizemos a opção de colocar os meninos, a maioria do Bolsa Família, na frente dos outros; e também pela questão de que trabalhamos com os temas aqui dentro, articulados com o pessoal que está no enfrentamento do trabalho infantil e outras temáticas. Uma articulação muito forte com os Ministérios, com outras políticas públicas – não dá nem para falar; precisaria de mais tempo.

A participação social também sempre foi muito cara para nós. Sempre foi muito caro para nós trazer a participação social. O Anderson, apesar de ser do Município, coordena o Comitê Intersetorial do São Paulo. Lá, sentam-se à mesa e discutem os problemas da educação, mas não só com os educadores. Eles trazem outros atores, e essa é uma das grandes vantagens da educação integral, porque trazem outros atores para debater esse problema – a Glaucie está ali também, a Vânia. Então, trazemos a saúde junto, a assistência social, porque sabemos que a educação não é panaceia para tudo, não consegue resolver.

Quando se chega com uma política pública, para ela ser efetiva, precisamos chegar com um conjunto de políticas públicas para atingir o objetivo. "Bom, se aqui a educação não resolve, existe a assistência social, que entra aqui; a saúde entra de outro jeito", e começamos a articular essas políticas no território.

Temos um grande desafio, porque fizemos uma expansão muito grande e sabemos disso, sabemos das limitações que temos. Devemos dar ênfase à qualidade das ações.

Nós precisamos investir mais. Por isso, precisamos do envolvimento da sociedade, dos Estados e dos Municípios, porque aumentamos muito o número de escolas, e fazer educação integral no Brasil não é uma coisa trivial. Não é. As experiências são esparsas, em que pese todo o esforço. Brizola e Darcy foram antes; foi a de maior escala no Brasil que tivemos. Eles têm os nossos cânones, o nosso conhecimento epistemológico. Nós bebemos neles, sim, para nos basear, mas não é algo trivial, porque as escolas do Brasil nunca tiveram educação integral.

Portanto, é um aprender a fazer novo. A educação integral no Brasil é um bebê ainda, tem sete anos. O Programa Mais Educação é indutivo, mas precisamos de muito mais: precisamos das universidades pesquisando, precisamos de formação. Temos n desafios nessa questão e precisamos investir mais em educação integral para conseguir mais qualidade. Em qualquer programa de política pública, quando ele dá escala, ele tende a perder qualidade. Então, temos que resgatar também a qualidade, e há alguns desafios.

Para encerrar, bem rapidamente, vou passar os grandes desafios da educação integral, para que possamos lutar e melhorar a educação pública brasileira, porque esses problemas não são da educação integral; são da educação pública brasileira. A educação integral pode ter desnudado esses problemas, porque, com mais tempo na escola, mais atores na escola, eles começaram a aflorar, a aparecer, mas esses são problemas de toda a educação pública brasileira.

Precisamos trabalhar muito na questão do currículo, porque precisamos ter um currículo amalgamado, um currículo com o qual eu consiga unir as artes, a cultura, o esporte; isso tudo integrado, porque isso é educação, sim.

Eu divido – não preciso de pesquisa nenhuma para provar; podemos fazer mil pesquisas nesse sentido – que um menino que está em contato com a cultura, com os esportes, se ele não vai ler mais, se ele não vai produzir mais, se ele não vai escrever mais e se ele não vai ser um aluno melhor em Matemática e Português. Vai ser,

sim, um melhor aluno em Matemática e Português. Temos também cuidado com isso, porque, quando falamos em educação integral, não fazemos nenhum discurso de desescolarização; nós não fazemos nenhum discurso de que não é preciso. É preciso, sim, Matemática e Português, mas precisamos aprender de outras maneiras também, porque copiar do quadro, Jaqueline, não dá mais. Isso é do século passado!

Precisamos, a médio prazo, construir uma carreira docente, porque temos professores parciais no Brasil de 20 horas. Precisamos começar a construir, e não vai ser em um ano. Sabemos disso. Por isso que eu digo que educação integral não é algo para ser feito em quatro, cinco anos, depois querer colher os resultados e achar que está tudo maravilhoso. Precisamos colocar professores de 40 horas nas escolas, porque os professores são parciais. Há um passivo de professores de 20 horas. Encerrando aquele passivo, precisamos construir um novo com professores de 40 horas. Isso não é algo automático, não é algo do dia para a noite. Precisamos de formação, e tenho insistido muito, quando vou aos Estados e Municípios, que já construímos inteligência suficiente na educação integral. Conseguimos fazer formação entre nós mesmos, com boas experiências, com o terceiro setor. É claro que precisamos das universidades, mas não precisamos depender só das universidade. Os Estados e os Municípios já têm coisas maravilhosas para contar. Portanto, estamos fomentando essa política de formação, que é um mostrar para o outro o que está fazendo e como está melhorando.

Um ponto fundamental – e, aí, Senadores, eu gostaria que os senhores nos ajudassem nisso – é a questão da infraestrutura. As escolas brasileiras são puxadinhos, na grande maioria. No campo, nem se fala! A Jaqueline já mostrou a exclusão. Se fizemos PAC para o Minha Casa, Minha Vida, para a construção de casas, o que é muito importante – é óbvio que o Brasil precisa disso –, está na hora de fazermos um PAC para a construção de escolas. Seria um PAC para 20 anos, para o próximo governo e para o outro também. O dia em que a escola pública tiver um prédio arquitetônico bom, no qual as pessoas se espelhem, como quando visitam os tribunais, se, em vez de visitarem uma empresa, visitarem uma escola que seja modelo, aí, sim, tenho certeza de que à educação brasileira será dada a devida importância neste País. Estou falando de Estados e Municípios e estou falando de nós mesmos, Governo Federal, que também precisa avançar.

A última questão muito importante: precisamos, sim, melhorar a gestão dos nossos processos, porque recurso precisa ser bem aplicado. Não podemos ficar concorrendo com programas. Por isso, temos uma boa articulação entre os programas que existem nos Ministérios, na ponta; precisamos melhorar a eficiência do recurso, precisamos melhorar a gestão, porque fazer educação integral é algo novo, que requer processos novos. Então, precisamos de formação, mas precisamos de mais dinheiro, sim, para a educação.

Não me venham com o discurso de que gastamos mal o dinheiro. Precisamos de recurso porque temos um passivo educacional neste País muito grande, e esse passivo rebate nas camadas mais pobres deste País. Enquanto outros países já resolveram o problema do analfabetismo, já têm prédios escolares maravilhosos, precisamos de um grande investimento para recuperar esse passivo. Precisamos, sim, de 10% do PIB, precisamos aumentar o PIB. Falar isso em época de vacas magras, de diminuição de orçamento, sabemos que é difícil, mas é preciso, sim, fazer um planejamento, a médio prazo, neste País, independentemente de quem esteja governando. Estou falando de Estados e Municípios, de um pacto social, para que consigamos resolver o problema desse passivo na educação.

Por último, acho que estávamos em sintonia, Jaqueline. Eu trouxe Hannah Arendt também. Ela diz que toda dor pode ser suportada, se sobre ela puder ser contada uma história.

Espero que este momento seja uma travessia e que possamos continuar com avanços nos investimentos da política de educação integral no Brasil. Construímos algo que tem ineditismo, que é inovador, mas já coloquei para vocês todas as limitações desse modelo. Precisamos avançar, porque ele não é uma panaceia, não vai resolver todos os problemas. Precisamos trabalhar de forma articulada, mas colocamos uma solução possível e viável, sim, para a educação pública brasileira, que não é trivial, não é fácil, exige um aprendizado, exige um amadurecimento, há algo que precisamos desenvolver, mas é uma solução possível, sim, está aprovada e temos que melhorar essa proposta.

Bom, era isso.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Sr. Leandro da Costa Fialho.

Passo a palavra agora à Srª Natacha Costa, Diretora Executiva da Associação Cidade Escola Aprendiz.

A SRª NATACHA COSTA – Obrigada, Senador Romário; muito obrigada pelo convite para estar aqui.

Eu queria começar dizendo da minha satisfação por estarmos discutindo educação integral hoje, aqui, nesta Casa. Educação integral, até meados de 2006, 2007, 2008, não era sequer mencionada. Era um assunto de poucos, apesar de haver uma trajetória no Brasil muito consistente, com Anísio, Darcy, mas não era um tema. Hoje, se é um tema, é porque há uma ampla rede mobilizada em todo o Brasil de Municípios, de escolas, que assumiram essa agenda como fundamental para a qualidade na educação brasileira.

Então, eu queria começar colocando essa discussão nesse patamar, que, acredito, seja o patamar dela. A minha ideia hoje, como representante da sociedade civil, é caracterizar a educação brasileira para que entendamos a importância da educação integral.

O Brasil deu conta – deu conta em parte – do que é chamado de políticas de primeira geração: garantiu a universalização do ensino fundamental, ainda não 100%, mas muito próximo disso, mas ainda tem grandes desafios em relação ao acesso à educação infantil e ao ensino médio; tem um grande desafio em relação à qualidade. Já conseguimos atingir melhores índices nos anos iniciais, mas existe uma queda progressiva nos finais do ensino fundamental, do ensino fundamental 2 e do ensino médio, e a evasão é um quadro grave, especialmente no ensino fundamental, especialmente na passagem do fundamental para o ensino médio. Um quarto dos estudantes que entram nas séries iniciais terminam o ensino médio no Brasil, ou seja, a escola perde seus estudantes ao longo da trajetória. Precisamos pensar quais são as condições que caracterizam e que criam essa situação.

Eu queria destacar alguns desafios importantes. A universalização do ensino fundamental é extremamente recente. Às vezes fazemos comparações que não levam isso em consideração. Estamos falando da década de 90. É anteontem! O esforço do Brasil de universalização é um esforço inédito no mundo. São 50 milhões de alunos, em mil escolas, com 2 milhões de professores. Este é um País continental, e para darmos conta da universalização no tempo exíguo que tivemos, nós o fizemos a partir de um modelo muito massificado. Era o que era possível fazer. Eu acredito que não era possível fazer diferente. Foi possível criar uma escola padrão para uma média, entre muitas aspas, esperada, mas a questão é que essa massificação, num contexto de profunda desigualdade, não atende às necessidades e aos interesses da população, dos estudantes que estão na escola.

O segundo ponto fundamental do desafio é que adotamos, também muito como resultado desse processo de massificação, mas também por uma questão de tradução do modelo escolar, um modelo instrucional e fragmentado. É este o nosso modelo: disciplinar, com tempos homogêneos, com uma lógica desvinculada das necessidades dos estudantes, muito pouco efetivo – as pesquisas no mundo inteiro mostram que essa fragmentação não é efetiva do ponto de vista da aprendizagem – e muito pobre em interações. Quer dizer, as interações são restritas a aluno/professor numa lógica instrucional. Não dá para ser menos interessante do que isso.

A nossa jornada escolar é insuficiente. Para conseguir colocar todo mundo para dentro do sistema, conseguimos atingir quatro horas e meia diárias. Isso é insuficiente; em qualquer lugar do mundo, é considerado insuficiente, mas é o que nós oferecemos hoje. Ainda oferecemos escolas de três turnos, ainda oferecemos o turno da fome no Brasil. Essa é uma realidade. Não dá para discutirmos educação sem entender isso.

Temos uma questão específica que tem muito a ver com a necessidade de se pensar educação integral, que é o fato de a política educacional ser totalmente centrada no equipamento escolar. Ela não tem nenhuma articulação com o território. Ao contrário da saúde, da assistência social, que desenvolveram mecanismos de articulação com o território, com os agentes comunitários de saúde, com os agentes dos CRAs, a educação não se estende aos territórios. Portanto, ela tem pouquíssimo conhecimento do perfil do seu aluno e vive um profundo isolamento. Ela não reconhece com clareza a sua clientela; portanto, ela tem muita dificuldade de construir um projeto que atenda às suas necessidades.

Nós vivemos – esta é uma questão que está aqui colocada hoje na nossa agenda – um problema: uma visão de curto prazo para tudo no Brasil. E, para a educação, isso é mortal, porque educação não se faz a curto prazo. Continuamos descontinuando políticas que avançam, que mostram efeitos positivos; nós descontinuamos, descontinuamos, e reinventamos, e reinventamos, e continuamos atrás da bala de prata.

Essa é a contextualização que eu queria fazer, porque acho que fundamenta um pouco a defesa que eu faço a seguir.

A educação integral, a nosso ver, é uma agenda de qualidade; justamente pós-universalização, é a agenda que pode conferir qualidade. A educação integral não é uma modalidade, não é uma modalidade ali para atender a um grupo de alunos, para ampliar o turno. Não. Ela é uma concepção de educação, uma concepção que reintegra o desenvolvimento, que diz que não adianta pensarmos em desenvolvimento intelectual ou em aprendizagem de conteúdo se não pensarmos no desenvolvimento do corpo. Um corpo não desenvolvido, atrofiado, não aprende, não se desenvolve, não constitui condições para a cidadania; uma afetividade comprometida não constitui condições para uma vida plena; um desenvolvimento simbólico não constituído, uma capacidade de ler o seu contexto, de atribuir sentido, de compreender a sua condição. Não contribui. Ou seja, não dá para pensar em educação sem pensar nessas múltiplas dimensões. E a nossa escola não se constituiu à luz desse referencial, e é isso que a educação integral tem procurado imprimir no debate no Brasil.

Temos a questão da jornada escolar, como eu já disse. Ela é importante. Quatro horas e meia não são suficientes, e precisamos dar conta dessa ampliação. E a questão do contexto: precisamos pensar a territorialização da ação pedagógica. O que se apresenta para os nossos estudantes precisa ir ao encontro das suas necessidades e interesses. A escola não pode ser simplesmente marcada por uma lógica de obrigatoriedade sem sentido. Eu

vou à escola para quê? Eu faço o quê na escola? Daí os dados de evasão. No segundo segmento, isso fica muito patente; não faz sentido para o nosso adolescente estar na escola, nem para o seu projeto presente, nem para o seu projeto futuro. Não faz sentido para o nosso estudante do ensino médio estar na escola, e precisamos enfrentar essa situação e esse debate.

A educação integral, então, aparece como meta; portanto, não tem saída. Vamos precisar dar conta disso. É muito importante ver a evolução; inclusive, o observatório do PNE, Todos Pela Educação, traz isso muito claramente. Com o Mais Educação – e aí começamos ver a importância do Programa –, começamos a conseguir apurar a questão da jornada escolar no Censo, e observamos ali que, de 2011 para 2014, praticamente nós dobramos de 26% para 42% a porcentagem das escolas que oferecem educação integral. É muito pouco tempo, e é, realmente, uma escalada muito grande.

Para trazermos diversas fontes, outra pesquisa que a Fundação Itaú Social fez com o Datafolha mostra a percepção para entendermos que a educação integral, nesse pouco tempo de uma discussão que não tinha lugar para uma discussão que está acontecendo hoje, ganhou também um lugar na percepção da população. Não à toa estava nos programas políticos das últimas eleições. Quando os brasileiros eram perguntados se já tinham ouvido falar em educação integral, 63% diziam que sim; quando a eles era explicado o conceito de educação integral, 90% declaravam que a educação integral é necessária para o futuro das novas gerações.

Essa é uma apuração feita em 2013. Portanto, também não estamos falando de alguma coisa que é de um grupo fechado.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Drª Natacha, perdoe-me quebrar a ordem dos trabalhos, mas, com a permissão do Presidente Romário, fala-se, fala-se, fala-se na educação integral, mas, mesmo que a senhora e os senhores já tenham falado bastante aqui, eu acho que está na hora de nós definirmos melhor, irmos mais fundo, identificarmos do que consiste uma educação integral ideal ou próxima do ideal.

A senhora falou, como também há pouco o Dr. Leandro e a Profª Jaqueline, que quatro horas e meia é pouco. Muito bem, então, qual é o tempo de que nós precisamos? Qual seria a ordem desejada, adequada de disciplinas? O que convém mais? Isto é, não sermos vagos. Às vezes, fica um pouco vaga a definição de educação integral.

No Rio Grande do Sul, o Governo do Colares criou 84 escolas de educação integral. Hoje existe uma só.

O SR. JAQUELINE MOLL – A de Canela.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – De Canela, que vou visitar nesta semana. Já está marcada uma visita. Eu ouço falar tanto nessa decantada escola de Canela, que pedi, e esta semana vou lá. Se não amanhã, na sexta-feira, vou lá visitar. Já está programado, para ver de perto como eles fazem, porque é a única escola em tempo integral verdadeira que existe no Rio Grande do Sul, que foi um centro educativo de destaque.

Nos anos 70, o Rio Grande do Sul era o primeiro em educação, Hoje, nós estamos em oitavo lugar. Houve uma decadência lamentável.

Portanto, Drª Natacha, peço que nos dê uma ideia aproximada, já que a matéria em discussão neste momento, do que consiste uma verdadeira educação integral. Quais são as disciplinas, qual é a ordem mais proveitosa?

Obrigado.

Desculpe, Presidente Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Tranquilo.

A SRª NATACHA COSTA – Posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Pode, claro.

A SRª NATACHA COSTA – Eu não diria que existe uma única resposta para a sua pergunta. Não existe uma única matriz para um programa de educação integral que seja possível generalizar e que dê conta da qualidade que pretendemos alcançar.

O que posso dizer é que não é o tempo que define. Há muitas experiências de educação integral. Tempo é importante, dada a matriz que apresentei, mas o que define é a intencionalidade educativa que está colocada. Ou seja, precisamos pensar em um currículo de matriz integral, um currículo que traga diferentes linguagens, que repense os tempos, que não coloque os tempos nessa fragmentação de disciplina, de 50 em 50 minutos. Não há fundamentação para isso, a não ser uma questão burocrática.

O que nós observamos é que há uma série de escolas no Brasil – inclusive estão sendo mapeadas hoje – que reconstituíram suas matrizes curriculares, seus projetos político-pedagógicos, e essas matrizes e projetos têm as seguintes características: integração disciplinar, interdisciplinaridade, trabalho com projetos, gestão democrática, com ampla participação das famílias e da comunidade na constituição do projeto e um trabalho muito articulado com as comunidades e com a cidade no sentido de ampliar o repertório desses estudantes e o acesso desses estudantes a outras oportunidades educativas.

Eu diria que essas são algumas características da educação integral. Essas matrizes, essas experiências estão sendo desenvolvidas no Brasil, e é em direção a elas que precisamos ir. O problema é que há muitas limita-

ções. Há uma dedicação dos professores às escolas totalmente fragmentadas e poucas redes que conseguem constituir a dedicação exclusiva dos professores a uma escola. Portanto, a possibilidade de construir um trabalho coletivo dentro da escola, de construção de um projeto político-pedagógico está muito limitada pelo desenho das políticas educacionais.

Temos uma escola que é muito fechada em si mesma. Portanto, a questão da gestão democrática passa, no máximo, pelo conselho escolar, por algumas estruturas muito burocráticas, e é para esse ponto que precisamos avançar. Mas há uma questão cultural que precisamos superar. Matrizes e referenciais para a educação integral nós temos, mas há uma questão cultural de concepção de educação que precisamos superar.

Não sei se pude responder, em parte, a sua pergunta.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito. Desculpe avançar, até porque, daqui a pouquinho, Senador Romário, nós teremos a reunião do Congresso. Não sei até quando poderemos ficar aqui. Convém informar aos nossos convidados que nós vivemos aqui numa roda-viva o dia inteiro. Até há pouco, nós tivemos a Comissão de Infraestrutura; agora está em andamento a Comissão de Educação; daqui a pouco, haverá a tão aguardada sessão do Congresso, que vai discutir os vetos. Por isso estou interferindo na ordem dos trabalhos, para não sair daqui sem satisfazer algumas perguntas.

Drª Natacha, no ano passado, o repórter de um jornal do Rio Grande do Sul, o jornal *Zero Hora*, que os gaúchos daqui conhecem tão bem, foi à Coreia do Sul ver por que houve um extraordinário desenvolvimento daquele país, que há 30 anos era muito mais atrasado do que o nosso e hoje está muito mais adiantado, basta ver a prosperidade na área das tecnologias e das inovações que nós vemos nas ruas e nas lojas todos os dias.

Foi constatado que três medidas fundamentais foram tomadas: primeiro, a destinação de verbas do governo coreano para o ensino público; segundo, a melhoria do salário dos professores – hoje, traduzindo para o nosso dinheiro, o real, nenhum professor de ensino médio ganha menos do que R$4 mil, podendo chegar a R$14 mil –; e, terceiro, a integração da sociedade e dos pais na vida da escola. Foram os três fatores fundamentais que desenvolveram esse país extraordinário de que hoje nós temos inveja, pela prosperidade que alcançou.

Pelo que estou entendendo, é o que a senhora está também retratando neste momento. Agora, para nós chegarmos lá, se quisermos seguir a mesma cartilha, o mesmo roteiro, seria necessário, em primeiro lugar, que o Governo destinasse mais verbas. Porém, está acontecendo o contrário.

O Pátria Educadora, como disse no início de sua fala a Profª Jaqueline, tem um problema de descontinuidade. Mostrou resultados em 2010, 2011 e 2012. Em 2013 não teve mais, por falta de continuidade, o que é um absurdo. Querem fazer o Pátria Educadora, mas substituem o Ministro da Educação a todo momento para servir a conveniências político-partidárias, e não chegamos a lugar nenhum. Cortam a verba do Fies, do Pronatec, do Ciência Sem Fronteiras, etc., e o que vemos é essa balbúrdia toda. Não chegaremos a lugar nenhum.

Nós ficamos muito na teoria. Para chegarmos lá, precisamos, no mínimo, se quisermos copiar alguém, de mais verba. Por isso, como disse há pouco o Dr. Leandro, nós precisamos aumentar o PIB dos 10%. Muito mais do que isso, pois 10% não dá para nada, mas o Governo está fazendo o contra-ataque, cortando. Faz o inverso, corta tudo.

Em segundo lugar, precisamos melhorar nossos salários. Lá no Rio Grade do Sul, estamos vendo essa crise terrível, uma greve em cima da outra, porque o Governo do Estado não consegue pagar o piso mínimo, o que causa descontentamento e completo desencanto do professorado.

A única coisa que nos resta fazer, o que sobra, é a terceira hipótese: chamar a sociedade, chamar os pais. E nós estamos com um projeto em discussão aqui no sentido de que os pais que não comparecem às reuniões da escola sejam punidos, sejam denunciados ao Ministério Público. Houve uma grande discussão a esse respeito em uma audiência recente aqui, também presidida pelo Senador Romário. Portanto, Drª Natacha, nós ainda estamos muito na teoria, mas buscamos, vamos lutar, e um dia nós chegamos lá.

Obrigado.

A SRª NATACHA COSTA – Eu só acho que estamos muito na teoria, mas o que eu pretendia mostrar é que o Mais Educação foi muito além da teoria, muito além da teoria.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Srª Natacha, a senhora tem mais cinco minutos.

A SRª NATACHA COSTA – O.k.

Hoje, segundo os dados, pelo menos, a partir do Mais Educação, 65% dos Municípios passaram a discutir educação integral; em 84% dos territórios onde o programa aconteceu, houve demanda por educação integral; 87% dos Municípios incluíram as diretrizes do Mais Educação. O fato de esse programa ir via PDDE para a escola faz com que a discussão sobre a educação e concepção de educação parta das escolas, e é aí que se formula.

Quer dizer, precisamos criar condições de macropolítica para que tenhamos professores, sim, bem remunerados, para que tenhamos dedicação exclusiva desses professores, para que tenhamos o desenvolvimento dessas áreas, mas precisamos de ações muito concretas na escola. Não podemos perder isso de vista. Temos que

territorializar a educação, criar condições para que a escola constitua bons projetos político-pedagógicos com diretrizes orientadas por premissas corretas que atendam as necessidades do País. É aí que precisamos chegar.

Realmente, descontinuar um programa como esse, que tem a capilaridade que tem, na minha opinião, é descontinuar um processo muito importante para a educação brasileira. São 5.570 Municípios que fazem parte desse programa. No nosso mapeamento, no Centro de Referências em Educação Integral, que é uma plataforma em que pesquisamos o tema, dos 34 programas que são referência para nós em educação integral, 76% deles têm incorporado mais a educação.

Ou seja, é, realmente, uma marca muito, muito forte no País.

Eu vou pular esse aqui, que eu não tenho tempo, mas fica disponível para vocês.

Articulação. A questão da gestão intersetorial. Educação não se faz só na escola. Educação exige a construção de condições que vão para além do que a escola é capaz de fazer. Condições de saúde, condições ligadas aos demais direitos sociais, condições de vida. Precisamos pensar a educação e a articulação. O Mais Educação fez esse esforço, o Mais Educação faz esse esforço.

Vejam os programas a que ele se articula. Vejam o impacto do Mais Educação nos alunos do Bolsa Família, que é a população mais vulnerável. Ou seja, é um programa que vai para o chão da escola, para o chão da comunidade, e precisamos falar de política educacional a partir desse referencial. Agora, não dá para continuar descontinuando investimento, a formação dos agentes. Isso aqui é um outro paradigma, é outra educação de que estamos falando. Nós estamos atravessando uma reconfiguração do projeto educativo. Os agentes envolvidos têm que se formar. O professor não deixa de fazer educação integral porque ele não quer. O gestor não deixa de constituir porque não quer. É porque não sabe. Esse não foi o referencial em que a formação dele se fundamentou. Então, precisamos continuar o processo de formação, de fomento ao debate, que era o que V. Exª estava dizendo.

A sociedade brasileira precisa discutir que educação é essa, precisa saber que dá para ser outra escola, que dá para pensar outra educação. Isso é possível de ser feito. Mas precisamos debater concepção e precisamos continuar construindo referenciais teóricos. Hoje eu acredito – assim como a sociedade civil, afirmo com bastante clareza – que precisamos constituir uma política clara de educação integral.

A educação integral é uma resposta para qualidade. E eu acho que o Programa Mais Educação tem lastro para apoiar essa construção. Tem um lastro de mobilização, tem um lastro de conhecimento e tem um lastro de uma inédita capilarização na política educacional. Jogar tudo isso fora, neste momento, na minha opinião, é jogar o bebê com água fora.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Srª Natacha.

Passo a palavra, agora, ao Sr. Anderson George de Assis, Coordenador Estadual do Comitê Territorial de Educação Integral do Estado de São Paulo.

O senhor tem dez minutos, Sr. Anderson.

O SR. ANDERSON GEORGE DE ASSIS – Bom dia a todos e a todas. Quero agradecer, em nome de todos os comitês existentes no território brasileiro, a minha participação aqui. É claro que vou falar do Estado de São Paulo, do chão da escola do Estado de São Paulo, mas acredito que representa a realidade dos comitês existentes em todo o País.

Quero agradecer ao Senador Romário e dizer que é uma honra estar em uma Mesa com importantes agentes, atores que discutem educação integral em todo o País. Isso é muito importante. Agradeço especialmente ao Senador Paulo Paim, a quem enviei *e-mails.* Sua equipe nos atendeu e, ao final desse atendimento, surgiu esta audiência pública. Muito obrigado por estarmos aqui.

Nós chamamos de Comitê Territorial porque há uma intersetorialidade nele. Hoje temos escolas, atores educativos, monitores e assistentes sociais, todos envolvidos nesse território. Nós somos um grupo de 310 Municípios envolvidos nesse Comitê. E é a ação local que norteia a construção de políticas públicas. Então, nós estamos falando de um País que não tem uma política pública ou até mesmo um modelo delineado de educação integral.

As escolas estão descobrindo isso fazendo a educação integral. O Mais Educação está permitindo isto: descobrir fazendo a educação integral. É isso que vai colaborar com a construção final.

Pode passar.

A adesão no Estado de São Paulo está assim: hoje, 310 Municípios, dos 645 existentes no Estado. É claro que consideramos aqui os Municípios que possuem escolas municipais, que estão no Comitê, e consideramos a Secretaria Estadual de Educação, pois é ela quem faz a comunicação com as escolas estaduais.

Esse é o nosso território do Comitê Territorial. Nós contamos, hoje, como a parceria do Comitê Regional do Noroeste Paulista, que é Votuporanga, do Comitê de Presidente Prudente, o Metropolitano de Campinas, da Baixada Santista, Comitê Municipal de São Paulo e o Comitê de Limeira. Então, esse é o nosso território. São polos de apoio, são polos de discussão de educação integral em todos o Estado de São Paulo.

Então, há uma grande mobilização em torno da proposta da educação integral, e o Mais Educação trouxe isso, pois é o único programa que nos permite a discussão hoje no País, o que já foi muito bem dito aqui pelos nossos colegas.

Assim, nós nos compreendemos, esses comitês. Nós somos uma mobilização. Não fomos ainda institucionalizados, não com mudança de cadeiras, mas reconhecidos por documento oficial, pelo Ministério da Educação. Há tempos que estamos pedindo esse reconhecimento, acredito que isso precisa sair o mais rápido possível.

Programas e ações do PDDE dos governos, dos Ministérios, vão direto para a escola, para tornar a escola, que é pública, um espaço verdadeiramente democrático. Nós ficamos no meio das políticas públicas. Nós mobilizamos, acompanhamos, promovemos ações, trocamos experiências e aprendemos, com essa troca de experiências, a nivelar os conhecimentos, além de assessorar e apoiar os Municípios na execução das políticas públicas ou dos programas federais.

Essa é a mobilização do Comitê na adesão das escolas públicas no Estado de São Paulo. Hoje, nós temos 3.874 escolas inseridas no Programa Mais Educação, entre municipais e estaduais. Este é o nosso mapa: 3.874 escolas inseridas no Mais Educação.

Eu trouxe, até para passar para o próximo eslaide, em que vamos falar da nossa realidade no momento, experiências de educação integral.

Eu trago a experiência do Município de Bebedouro, no Estado de São Paulo. Vejam que, desde 2005, quando o Município transforma centros sociais urbanos em centros educacionais municipais, eles começam a ter um caráter de educação integral. A partir de 2007, eles integram as oficinas, de teatro, judô, artes, esportes, etc., para dentro do currículo, para dentro da Geografia, para dentro da História, para dentro do Português. O Município de Bebedouro também é referência no Estado de São Paulo no que diz respeito a educação integral porque conseguiu fazer essa mobilização, essa articulação, e hoje tem escolas de tempo integral. É claro que também possui o Mais Educação, que vem colaborar com essa discussão, que vem ampliar essa discussão, mas já possui essa proposta.

O Município de Presidente Prudente, no oeste do Estado de São Paulo, também discute, há 24 anos, a educação integral. Lá existe um decreto, de 1990, com o espírito de cooperação mútua, uma atmosfera de confiança e iniciativa e participação da comunidade. Hoje, eles têm um programa de educação integral, que é o Programa Cidade Escola. É muito importante nós mapearmos principalmente esses dois Municípios – existem outros –, que têm dado grandes resultados. Eles servem como referência a Municípios do entorno, assim como a outros no Estado. São duas referências que eu trago de proposta de tempo integral, não só do Mais Educação, mas, realmente, de construir um programa de tempo integral no Município que atenda a todas as escolas.

O Comitê fez uma pesquisa – e ele pode, porque pode mobilizar –: o que as escolas sabem a respeito do Mais Educação? Nós conseguimos fazer essa pesquisa com 355 escolas. É claro, de um universo de 3.874, 355 escolas responderam a esse questionário. É claro que com autorização das suas secretarias.

Observem o que as escolas entendiam nesse momento: favorecer os alunos mais carentes; auxiliar os alunos com dificuldades escolares; integrar e socializar o aluno na escola e na sociedade; melhorar o rendimento desse aluno na escola; e desenvolver valores e atitudes para a vida.

Esse foi o levantamento que fizemos com as escolas. Foram 355 escolas consultadas.

Agora, isso nos preocupa, porque temos, neste momento, das 3.874 escolas inscritas no Mais Educação, 2.133 em funcionamento, pela falta de repasse de recursos federais. Na verdade, nós temos aproximadamente 1.741 escolas que interromperam as atividades pela falta de recursos do Governo Federal.

Se estamos, no Estado de São Paulo, com 45%, acredito que em todo País estejamos com essa mesma média, ou piores.

Então, vejam bem, neste momento, e no próximo mês pode ser que isso aumente, 1.741 escolas interromperam as atividades do Mais Educação pela falta de repasse do Governo Federal. Esse foi um levantamento que nós realizamos no dia 21 de setembro, e 300 Municípios responderam.

Outra situação preocupante e que vem ao encontro da fala da Profª Jaqueline Moll e da fala do Leandro Fialho: dos 754.438 alunos cadastrados via sistema PDDE – isso ainda não é censo, porque a falta de repasse de recurso gerou também um grande problema na hora de cadastrar esses alunos no censo, e isso será corrigido agora em outubro –, aproximadamente pouco mais de 414 mil estão na escola. E onde estão 339.493 alunos? Em média, 45%. Então, neste exato momento, mais de 300 mil alunos no Estado de São Paulo, quiçá em todo o País, estão fora das atividades de educação integral.

Nós pensamos, como a Profª Jaqueline Moll e outros já disseram aqui, que uma das propostas do programa era, como a escola não tem espaço físico para atender todos os alunos, estabelecer alguns critérios para a adesão desses alunos, e um dos critérios é alunos em situação de vulnerabilidade social.

Nós sabemos que esses alunos estão no ensino regular. Depois desse horário que eles deveriam estar na escola cantando, dançando, tocando violão, aprendendo a ser e aprendendo a fazer,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDERSON GEORGE DE ASSIS – ... eles podem estar neste lugar de onde a escola os tirou da vulnerabilidade. Eles podem estar na rua. Não na rua física, como a Profª Jaqueline Moll disse, em que a maioria de nós foi criada, mas na rua da exploração do trabalho infantil, do tráfico. Então, os mais de 300 alunos no Estado de São Paulo neste momento podem estar nesse espaço. E é exatamente a isto que o programa se propôs: tirá-los desse lugar.

Agora eu queria passar um vídeo.

Na verdade, o Vitor, que é lá do Município de Bebedouro, aluno dessa proposta de educação integral do Município de Bebedouro, é quem vai nos dizer se realmente o programa de educação integral surte algum efeito na vida dele.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ANDERSON GEORGE DE ASSIS – Eu tenho outro vídeo, também do Município de Bebedouro, que mostra a visão do gestor de uma escola em que existe a proposta de tempo integral. O vídeo mostra a visão desse gestor sobre a educação integral e como eles se mobilizaram.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ANDERSON GEORGE DE ASSIS – Eu queria voltar para o último eslaide, por favor.

A descoberta de outros atores educativos. Isso dentro da escola. Estou falando do chão da escola. Observem que interessante:

Nós descobrimos valores dentro da própria secretaria. Foi muito interessante, a primeira pessoa que nós descobrimos dessa área. Nós estávamos em uma escola onde tinha uma [funcionária de] serviços gerais e ela dizia para nós: 'Ah, eu gosto da hora que eu posso [...] contar alguma história para a criança'. [...] 'Então vamos ouvir você contar história'. Aí ela reuniu um grupinho e, contando história, um talento. Investimos nessa menina, tiramos do serviços gerais, proporcionamos alguns cursos para ela. Hoje é uma das melhores contadoras de história que nós temos, a Cida, requisitada pela Cultura, requisitada por todos. Sabe, um talento muito interessante, muito natural.

A escola, para dar conta dessa nova formação, reconhece outros atores educativos dentro do seu espaço, não só mais um professor da disciplina, mas sim outras pessoas que podem colaborar com a educação. A Cida, contadora de histórias, foi uma dessas pessoas que hoje colaboram no Programa Cidade Escola, em Presidente Prudente, Estado de São Paulo.

Por fim e bem rápido, eu gostaria de ler duas cartas, que serão disponibilizadas no Portal do Senado. Uma delas é a Carta de Limeira, elaborada pelo Estado de São Paulo, que propõe um redesenho ao Programa Mais Educação. Não dá tempo de ler porque são oito páginas, mas vou ler uma carta aberta e manifesto em defesa da educação integral das escolas públicas e das políticas de indução ao tempo integral. Essa carta foi escrita pelo Comitê do Espírito Santo, endereçada à Presidente Dilma e ao nosso querido Ministro, que já deixou o cargo.

Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação. Nem mesmo os de caráter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional. Pois, se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas, é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa que são os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade.

(...)

Este compromisso significa a conjugação dos esforços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, atuando em regime de colaboração, das Famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação básica.

(...)

Por isso solicitamos que seja retomado IMEDIATAMENTE o fortalecimento do Programa Mais Educação e seus desdobramentos enquanto política indutora de Educação Integral em Tempo Integral com o repasse das verbas aos Estados e Municípios, o retorno da disponibilidade de assessoria técnica por região, novos investimentos nos programas interministeriais como Atleta na Escola, Esporte na Escola, Mais Cultura nas escolas e a ampliação de espaços de debates com a recolocação da Educação Integral como política prioritária do MEC.

(...)

Assentado o princípio do direito biológico de cada indivíduo à sua educação integral, cabe evidentemente ao Estado a organização dos meios de o tornar efetivo, por um plano geral de educação, de estrutura orgânica, que torne a escola acessível, em todos os seus graus, aos cidadãos a quem a estrutura social do país

mantém em condições de inferioridade econômica para obter o máximo de desenvolvimento de acordo com as suas aptidões vitais.

(...)

Por fim, conclamamos o apoio e a sensibilização do Ministério da Educação – MEC e da Presidente da República, restabelecendo aos Municípios e ao Estado do Espírito Santo [assim como a todos os Estados brasileiros], o repasse dos recursos provenientes do Programa Mais Educação, de outro lado, reivindicamos que os Comitês Territoriais existentes sejam ouvidos diretamente na discussão da Base Nacional Comum Curricular em reunião de âmbito nacional com o Ministério da Educação para o regate das experiências curriculares desenvolvidas ao longo da política de indução deste Ministério, porque acreditamos que "A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo". (Nelson Mandela).

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Sr. Anderson.

Passo a palavra agora à Srª Sueli Maria Baliza Dias, Secretária Municipal de Educação de Belo Horizonte, por dez minutos.

A SRª SUELI MARIA BALIZA DIAS – Obrigada.

Bom dia a todos e a todas.

Quero saudar o Senador Romário, o Senador Paulo Paim, o Senador Lasier Martins, a Senadora Fátima Bezerra e a Senadora Regina Sousa. Agradeço o convite para estar aqui, que para nós é uma honra, em nome da Prefeitura de Belo Horizonte, da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte.

Vou relatar um pouco da experiência de educação em tempo integral em Belo Horizonte. De certa forma, nós ratificamos muito do que foi dito aqui.

Entendemos que, como disse Paulo Freire, é importante diminuir a distância entre o que fazemos e o que dizemos, de tal maneira que, em dado momento, a nossa fala seja a nossa prática. Eu acho que é um pouco isso quando falamos da Pátria Educadora e da educação em tempo integral. É preciso que realmente consigamos realizar ações que façam com que nossos meninos estejam mesmo dentro da escola, longe da violência, longe das drogas.

Eu apresento aqui, rapidamente, a base do Programa Mais Educação. Em Belo Horizonte, desenvolvemos as ações previstas como ações intersetoriais – diminuição das desigualdades educacionais, valorização das diversidades culturais, ampliação de tempo e espaços e oportunidades educativas – e reunimos profissionais de educação, famílias e diferentes atores sociais.

Essa é a nossa base, é de onde partimos para esse trabalho. O nosso trabalho então, com base na educação integral, pressupõe três grandes programas que são: o Programa Escola Integrada, o Programa Escola nas Férias e o Programa Escola Aberta. É assim que fazemos com que nossos alunos estejam na escola durante todo o ano, durante todo o tempo.

Desde 2002, Belo Horizonte possui uma lei que fala sobre a implementação da jornada em tempo integral. Em 2012, a Prefeitura cria um Polo Municipal de Educação Integrada, uma escola municipal, e eu falo dela um pouquinho na frente.

O objetivo do nosso trabalho é integrar todas as dimensões formadoras, social, ética, política, cognitiva, cultural, afetiva, para que dessa forma possamos desenvolver realmente um trabalho de educação integral.

Uma das diretrizes para esse trabalho é a intencionalidade pedagógica, que já foi comentada aqui. A Jaqueline falou, assim como a Natacha. Na verdade, nós não podemos pensar numa escola com dois turnos. Essa é a nossa base de concepção. Não temos um turno, que é o chamado turno regular, e um outro turno, que é um turno complementar. O nosso trabalho passa por uma intencionalidade pedagógica, fazendo com que o currículo preveja as ações que são feitas tanto como ações complementares como ações dentro de uma proposta curricular intencional.

Trabalhamos também com variedade e diversidade de campos de conhecimento, sobre o que vou falar um pouquinho depois; contexto cultural e educacional definido; perspectiva multissetorial, em que envolvemos então todos os setores possíveis; e a nossa base é que o nosso trabalho em educação integral não é reforço escolar. Nós também trabalhamos com reforço escolar, porque, quando nós trabalhamos com uma intencionalidade pedagógica envolvendo currículo e atividades, evidentemente que estamos também falando de um trabalho que pressupõe o acompanhamento escolar desse aluno nas suas outras disciplinas, mas ele não está unicamente voltado a isso.

Eu apresento aqui a evolução desse trabalho em Belo Horizonte.

Em 2007, quando foi implantado, contemplava 7 escolas e 2 mil estudantes. Estou falando de uma rede que contempla cerca de 200 mil estudantes. Hoje, são cerca de 195 mil estudantes na rede municipal de Belo Horizonte. Então, ele inicia, em 2007, com 2 mil estudantes. Em 2015, nós já universalizamos, e nossas 173 es-

colas de ensino fundamental atendem a pouco mais de 120 mil alunos. Desses 120 mil alunos, 65 mil participam do nosso programa. Para que isso aconteça, contamos com o trabalho de 173 professores coordenadores, que são os professores que...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Professora Sueli, desculpe-me por interrompê-la, mas abriu a sessão do Congresso e nós temos 30 minutos para registrar a presença.

Portanto, proponho que possamos ir até lá correndo para registrar a presença e voltemos a fim de continuarmos com a nossa audiência, pela importância da mesma.

Se o Presidente concordar, eu me desloco, vou lá, aperto o botão e volto, porque estou muito interessado em assistir aos debates e participar deles.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Claro, eu esperarei aqui por V. Exª.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Vamos sim. Sem prejuízo da audiência. Nós vamos apenas marcar a presença e voltamos, pois a sessão vai começar bem depois.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Declaro suspensa a reunião por 20 minutos.

(Suspensa às 11 horas e 46 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Boa tarde a todos.

Dando continuidade à nossa audiência pública, que trata da avaliação da política pública da educação de tempo integral, o Programa Mais Educação, concedemos a palavra à Profª Sueli Maria, que é Secretária Municipal de Educação de Belo Horizonte.

A SRª SUELI MARIA BALIZA DIAS – Muito obrigada, Senadora.

Continuando o que eu já estava expondo, eu falava da evolução da educação em tempo integral em Belo Horizonte e do nosso Programa Escola Integrada.

O Programa Escola Integrada iniciou-se em 2007. Hoje, 2015, nós já temos as 173 escolas de ensino fundamental integradas a esse programa, atendendo a 65 mil dos 120 mil alunos do ensino fundamental. Para isso, envolvemos 173 professores. É um professor coordenador para cada escola que desenvolve o programa.

Esse programa é trabalhado com um grande corpo de profissionais. Nós temos monitores de oficinas, que são pessoas contratadas para o trabalho de 8 horas nas escolas. É um contrato por afinidade, por temática desenvolvida. São pessoas que comprovam, por meio de currículo, experiência naquilo que fazem, mas voltando esse trabalho com ênfase para o território onde estão. Dessa forma, também buscamos fixar os profissionais dos bairros, das regionais – Belo Horizonte é dividida em nove regionais –, às escolas.

Trabalhamos também com voluntários. São pessoas que têm disponibilidade de tempo e que podem ir até as escolas, como contadores de histórias e outras atividades.

Temos bolsistas de instituições de ensino superior. São nove instituições de ensino superior ligadas, parceiras ao nosso programa. Temos agentes culturais, estagiários e coordenadores do Programa Segundo Tempo, como já foi dito aqui, que é um grande parceiro. Temos também monitores do Programa Saúde na Escola, que desenvolve um trabalho extremamente eficaz. Falarei dele daqui a pouco.

Esse programa envolve a direção escolar. Evidentemente que se o diretor não estiver absolutamente envolvido com o projeto, ele não se desenvolve com eficácia e eficiência.

Auxiliares de apoio à inclusão. Nós hoje temos cerca de 1,5 mil profissionais que fazem esse atendimento às nossas quase 4 mil crianças que estão incluídas em todos os programas, em toda a rede.

Acompanhantes pedagógicos. É um trabalho que é feito como multiplicador. Então, os acompanhantes são multiplicadores do processo.

Gerentes regionais. Cada regional tem uma equipe de gerência que apoia o projeto e os gerentes da Secretaria Municipal de Educação. Nós temos uma Gerência de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania dentro da Secretaria. A gerente está aqui comigo inclusive, a Profª Arminda. Essa gerência cuida da gestão de todo o programa na rede.

A prática de formação é uma constante no nosso trabalho. Nós temos formação centralizada, que são encontros feitos na Secretaria de Educação com professores coordenadores, monitores e agentes de informática.

Temos a formação regionalizada. Esses encontros acontecem nas regionais da cidade. E temos a formação dentro da escola.

Aqui, eu falo um pouquinho em números sobre o que significa essa formação.

De janeiro a agosto de 2015, nós tivemos, para cada monitor participante do programa, 8 horas/aula de formação. E já formamos 1.429 professores.

É aquele momento em que fazemos o alinhamento do programa, em que trabalhamos as práticas, em que esclarecemos dúvidas, enfim, são oito horas que eles passam conosco para esse fim.

Nós temos a formação centralizada de professores coordenadores. A cada dois meses eles vão até a Secretaria de Educação. Então, com oito horas de trabalho fazemos essa formação. E a formação regionalizada desses professores coordenadores, que são encontros mensais nas escolas ou na regional, a fim de que possamos ter esse alinhamento constante.

Portanto, nós acreditamos que um dos sucessos do nosso programa é exatamente a formação de todos esses profissionais que trabalham conosco. Sem essa formação não conseguimos realmente o alinhamento de que precisamos, no sentido de que os currículos e as atividades estejam todas dentro de um programa estabelecido.

Ali eu tenho fotos dessas formações.

O nosso trabalho no macrocampo que o programa define. Eu passo a detalhar agora cada um deles.

O acompanhamento pedagógico é uma constante para nós. No acompanhamento pedagógico nós privilegiamos a formação em língua portuguesa, matemática e tecnologias diversas. Inclusive, o resultado obtido é tão bacana, tão fantástico, que nós temos alunos que são campeões de xadrez em olimpíadas e em olimpíadas de matemática. Fazemos um trabalho de recuperação em língua portuguesa que realmente acontece e que é medido, ele é mencionado.

Nós temos o trabalho na área de direitos humanos. As escolas realizam trabalhos. Por exemplo, nós temos um projeto muito bacana, que é o de ouvidoria jovem, o ouvidor jovem. Cada regional tem cerca de três ouvidores jovens que são treinados dentro do Programa Escola Integrada. Nós hoje somos parceiros do Programa Transforma, que é uma formação para a preparação para as Olimpíadas de 2016. Aqui, os meninos trabalham. Inclusive foram finalistas da música escolhida para ser tema das Olimpíadas. Nós tivemos três escolas finalistas, entre cindo do País.

Nós temos o trabalho – cito alguns porque seria muito longo relatar tudo – na área de direitos humanos e o Projeto Vereador Mirim. Esses meninos passam por toda uma formação de cidadania, aprendendo um pouco sobre legislação. São cerca de 20 escolas envolvidas nesse projeto.

Educação econômica. Aqui, nós desenvolvemos um projeto com eles, que é o OPCA (Orçamento Participativo da Criança e do Adolescente). Há uma destinação de recursos para esse programa, para cada escola que participa. Os alunos aprendem a escolher os itens que desejam adquirir e a eleger seus representantes. Enfim, é uma verdadeira aula de cidadania.

No macrocampo meio ambiente há vários projetos, como o de hortas escolares. Participamos do Projeto Isidoro, que é um projeto que envolve a recuperação do Rio Isidoro, numa parceria com o Projeto Manuelzão. Quem é de Minas conhece esse projeto, que é a recuperação do Rio das Velhas e do Rio São Francisco.

Este ano lançamos, por meio do Escola Integrada, um trabalho de economia de água em todas as escolas, inclusive fazendo captação de água. Algumas escolas iniciaram o trabalho de captação de água. Isso tudo dentro do PDDE sustentabilidade. Há um trabalho também de compostagem na área do meio ambiente.

Esporte e lazer é um dos mais procurados. Nós temos todas as áreas de esporte e lazer, com crianças que conseguem ganhar campeonatos municipais, principalmente na área de artes marciais.

Na área de cultura e arte, temos um programa muito robusto na Secretaria Municipal de Educação, em parceria com a Fundação Municipal de Educação. Ele prevê um trabalho denominado Arte na Escola, por meio do qual grupos teatrais se apresentam, conversam com as crianças, trocam informações. Elas apreendem aquilo que foi trabalhado nas peças.

Temos também uma parceria com a Fundação Municipal de Cultura para o Escola Livre de Artes, que é um trabalho de formação para os nossos monitores da Escola Integrada que trabalham no campo das artes.

Trabalho de inclusão digital. Temos uma parceria com a Prodabel, que é a empresa de processamento de dados de Belo Horizonte, da Prefeitura de Belo Horizonte.

Temos o Projeto Conexão Aberta, que projeto envolve o Escola Integrada, é uma carreta que circula pelas regionais.

Aqui, são as oficinas de informática nos laboratórios das escolas. Essa camisa que os meninos usam demonstra o nosso programa.

O Programa Saúde na Escola é absolutamente exitoso no nosso trabalho de educação em tempo integral. No ano de 2014, para que os senhores tenham ideia, confeccionamos 2.370 óculos, porque acompanhamos as crianças e vimos essa necessidade. Em 2014, atendemos 102.374 crianças. Neste ano de 2015, já atendemos 76.059.

Aqui, um outro projeto dentro do macrocampo, o Educomunicação. É o Projeto Minicurtas. As crianças trabalham com a produção, seja por máquina fotográfica, por filmadora ou por telefone celular, de curtas que são depois selecionadas num grande evento, em que elas são premiadas.

Aqui, nós temos a Rádio Pedal, que é a rádio que as escolas montam, que circulam no bairro, no entorno da escola.

Portanto, chamo a atenção para o fato de que esses trabalhos envolvem conhecimento em todas as ciências: história, geografia, matemática, língua portuguesa. Tudo isso faz com que a criança descubra uma vocação, um talento, um interesse, e ela realmente fica na escola.

Nós temos ainda um projeto na área de educação científica. Aqui, é uma parceria com a Universidade Federal, com a estação ecológica da UFMG. Por meio dessa parceria nós realizamos a Fecatec, que é a feira de ciências. Isso envolve as escolas, e as crianças descobrem situações que talvez, em uma aula normal, não conseguiriam descobrir. Elas são motivadas a isso.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Profª Sueli, isso é projeto ou é realidade?

A SRª SUELI MARIA BALIZA DIAS – É realidade, tudo é realidade, Senador.

Para que tudo isso aconteça, nós temos 62 parceiros em convênios e contratos com a Secretaria Municipal de Educação e 195 parceiros que fazem contratos direto com as escolas.

Belo Horizonte, na verdade, se transforma em uma grande sala de aula. Onde quer que se vá em Belo Horizonte é possível encontrar meninos da escola integrada.

Para que isso aconteça eu ressalto inclusive o que está aqui embaixo na transparência, que são as visitas aos clubes. O que ocorreu? Os clubes deviam à Prefeitura impostos de longa data. A Prefeitura fez um contrato com esses clubes, e nós passamos a levar os alunos aos clubes.

Nossos alunos têm contato com clubes de classe média e média alta. Eles estão lá, durante a semana, em trabalhos com nossos parceiros do Segundo Tempo. Meninos com alta taxa de vulnerabilidade têm acesso a coisas que realmente nunca imaginaram ter. É questão de dar direito a quem tem direito, como dizia Hannah Arendt. É dar direito a quem tem direito, já que Hannah Arendt foi tão citada e eu também gosto muito dela.

Aqui, eu apresento o nosso rol de parceiros, ligados diretamente à Secretaria de Educação. São aqueles 62 aos quais fiz referência. Nós temos parceria com 14 clubes da cidade, 21 museus, 11 parques ecológicos. E cito aqui o Inhotim. Há um contrato, um convênio com o Inhotim, para onde nós levamos 35 mil alunos/ano para passarem o dia, com alimentação, dentro de uma política totalmente orientada, com professores. Há um parque de diversões e roteiros no circuito das grutas. Fazemos três roteiros. Temos convênios também com centros culturais, circos, salas de literatura e outros, que somam, então,12 convênios.

Eu mostro aqui algumas fotos da Fundação Zoobotânica, que é uma grande parceira nossa. Diariamente, ao visitar o zoológico, é possível encontrar alunos da Escola Integrada.

O Instituto Inhotim. Aqui, uma apresentação do Cirque du Soleil, feita especialmente para esses alunos.

Aqui, o Museu de História Natural da PUC. A PUC é uma grande parceira nossas, assim como a UFMG e tantas outras instituições de ensino superior de Belo Horizonte.

Aqui eu falo das instituições de ensino superior: PUC, UFMG, Faminas, UEMG, Cefet, UNA, UniBH, Newton Paiva e Faculdade Pitágoras. Atualmente nós temos 100 bolsistas, e a nossa meta é chegar a 300 bolsistas. Temos também convênio com instituições socioeducativas, e 59 ONGs atendem a 3.075 estudantes de 6 a 14 anos, nas quais são também desenvolvidos todos esses trabalhos e projetos. Para isso, temos um repasse *per capita* para que o trabalho seja bem realizado.

Temos o Programa Música na Escola. Em 2013, fizemos um chamamento público. Oito escolas se credenciaram. Nós oferecemos duas mil vagas para alunos que participam desses projetos nas escolas de música. Lá eles desenvolvem disciplinas de orquestração, instrumento, canto coral. É um trabalho extremamente exitoso e bonito. O trabalho é bonito.

Temos também, dentro das escolas mais computadas, 981 oficinas de musicalização. Aí são oficinas diversas que são desenvolvidas com os nossos monitores, aqueles a que me referi no início. São 136 monitores de música, selecionados a partir do conhecimento de música que têm.

Aqui, então, uma foto da apresentação do coral de 12 escolas de música. Essa apresentação foi feita no dia 12 passado, numa participação com a Orquestra de Música de Betim e a Orquestra de Música da Unimed. Foi um trabalho muito bonito. Nós fizemos aqui um coral de 500 vozes.

Bom, diálogo com a escola...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A senhora me permite, Profª Sueli.

A SRª SUELI MARIA BALIZA DIAS – Pois não.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A senhora está nos dando uma ideia muito boa da escola. Tudo isso é tempo integral, não é?

A SRª SUELI MARIA BALIZA DIAS – Isso.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – São escolas estaduais?

A SRª SUELI MARIA BALIZA DIAS – Municipais de Belo Horizonte.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – São municipais. Lá não tem havido greve dos professores?

A SRª SUELI MARIA BALIZA DIAS – Estamos em greve.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Estão em greve. E a verba para essas escolas?

A SRª SUELI MARIA BALIZA DIAS – Eu vou falar dela agora, Senador, se o senhor me permitir.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Eu queria pedir a compreensão da Profª Sueli e do Senador Lasier porque nós temos um problema em relação à sessão, a despeito de já termos registrado a nossa presença, mas daqui a pouco teremos que suspender a presente audiência pública. Portanto, concedo dois minutos para a Profª Sueli concluir, e imediatamente passarei a palavra para os Parlamentares.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pelo menos para fazermos algumas perguntas. Nem são minhas perguntas. São da equipe que trabalhou para trazer vocês aqui, e eles estão ansiosos: "E aí, Paim, não vai perguntar?". E eu digo: "Estou esperando a hora".

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Claro. Peço a compreensão da Profª Sueli e concedo exatamente dois minutos para que possa concluir.

Em seguida, vamos passar a palavra para os Parlamentares e para as pessoas que quiserem fazer uso da palavra.

Profª Sueli, dois minutos para a sua conclusão.

A SRª SUELI MARIA BALIZA DIAS – Ressalto que, para que tudo isso aconteça, além dos parceiros, nós temos 218 espaços locados, pois não damos conta de fazer tudo isso dentro das escolas. Temos uma frota de ônibus que atende especialmente ao Programa Escola Integrada. São 21 ônibus de frota própria, que circulam pela cidade e pelos roteiros. Oferecemos alimentação, entre 3 e 5 refeições/dia para os alunos que ficam lá dentro.

Temos o Polo de Educação Integrada. Como eu falei, é uma escola que foi feita apenas para o desenvolvimento desse trabalho. E é preciso haver um gerenciamento forte. O SIGPEI é um programa de gestão para contornar tudo isso.

Temos os festivais regionalizados. Neste ano, o tema é "Década Internacional dos Afrodescendentes".

(*Soa a campainha.*)

A SRª SUELI MARIA BALIZA DIAS – Já encerro, Senadora.

Para que tudo isso aconteça, existe o aporte de recursos municipais. Neste ano, o que está em nosso orçamento e está sendo executado são R$112.135.450,00 e um aporte federal previsto de R$16.246.101,00. Desses, só recebemos a metade no ano passado. Estamos sem receber, de modo que só a Prefeitura tem conseguido fazer. E ressalto que, realmente, se não fosse a Prefeitura, não conseguiríamos realizar esse trabalho tão exitoso.

Há muitos desafios à frente. Alguns já foram apresentados aqui.

Há cerca de três anos, a Fundação Itaú Social realizou uma pesquisa em que constatou o fato de que existe um efeito de transbordamento nesse trabalho. Os beneficiados não são apenas os alunos do programa, mas todos os alunos da escola e todas as famílias. As famílias descobrem situações que os alunos viveram e se interessam por isso. Então, todos se beneficiam. A sociedade se beneficia.

Só para encerrar, quero lembrar um provérbio de que todos nós gostamos muito: na verdade, é preciso haver toda uma aldeia para educar uma criança.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Agradeço à Profª Sueli.

Imediatamente, vamos passar a palavra para os Parlamentares.

Os autores do requerimento para a presente audiência foram o Senador Paulo Paim e eu. Portanto, de acordo com o Regimento, passo a palavra para o Senador Paulo Paim.

Em seguida, eu estou inscrita e a Senadora Regina também. O Senador Lasier quer se inscrever novamente?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Com a palavra, o Senador Paim, um dos autores do presente requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nós estamos correndo contra o tempo. Então, vou ser muito direto e entrar nas perguntas.

Cumprimento a fala de todos. Para mim, todos foram brilhantes e mostraram que este é o caminho: a escola de tempo integral, que, no fundo, todos nós defendemos. Precisamos de meios para chegarmos lá. Meus cumprimentos ao Anderson, à Natacha, ao Leandro, à Sueli e à Jaqueline, de forma bem direta.

Quero cumprimentar também a Profª Maria José Fernandes dos Reis Fink, do Rio Grande do Sul, que queria muito estar aqui, mas houve um problema, não pôde vir e pediu que eu registrasse: ela coordena o ensino médio no Rio Grande do Sul. Está feito o registro, Profª Maria José Fernandes.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar a equipe que organizou este evento, pela qualidade dos painelistas. Fiquei muito feliz. A equipe dos consultores do Senado organizou tudo. Nosso papel foi só chegar aqui, com a mesa pronta e as perguntas na mão.

Não somos especialistas da área. Eu sou um metalúrgico e me dedico, de forma geral, a temas de interesse do povo brasileiro, e a educação, sem sombra de dúvida, é um deles. Há uma frase que é carimbada: quem quiser ser um revolucionário trate da educação, senão não é um revolucionário. Quem não pensar na educação não é um revolucionário na essência da transformação de uma sociedade melhor para todos.

Então, quero, primeiro, cumprimentar a equipe de consultores do Senado; a equipe da Comissão pelo trabalho que fizeram para este momento acontecer; os assessores do meu gabinete, que colaboraram, dentro do possível, naturalmente, para estarmos aqui.

Essa decisão partiu do Presidente Renan, foi buscar recursos para que este tipo de evento acontecesse em todas as comissões. Cada comissão está tratando de três temas que consideram mais relevantes. Por exemplo, na Comissão de Direitos Humanos, de que sou o Presidente, a Senadora Regina vai ser a grande articuladora na questão da violência em relação às mulheres. Ela é a responsável. Aqui, o Senador Romário, por grandeza também da nossa Vice, indicou que eu fosse aquele que vai fiscalizar. Eu não gosto muito da palavra fiscalizar. Eu prefiro estar na equipe dos consultores, que vai trabalhar na coordenação.

Só para situar o porquê desta audiência, foram escolhidos três temas por todos os Senadores: Bolsa Atleta, Olimpíadas e Paralimpíadas de 2016 – não importa a ordem, claro –; Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania, chamado Cultura Viva, cujo debate também será aprofundado aqui; e Educação em Tempo Integral, que é o que está acontecendo hoje e que considero uma das mais importantes de todas.

Baseado nisso, que tentei sintetizar, eu vou apresentar as perguntas que a equipe fez. Está aqui por escrito, bonitinho. Não pensem que eu inventei. Claro que talvez, em parte, eu já esteja contemplado com as palestras e a fala de cada um dos senhores e senhoras. Cada um responda a que entender mais adequada. Aliás, eles são bem organizados, as perguntas estão dirigidas.

Ao representante do MEC, Sr. Leandro da Costa Fialho: tendo em vista a importância da educação integral, por que ela ainda não se tornou uma política pública de Estado? O que é preciso para que isso aconteça? O MEC tem estudos que avaliam os resultados do Programa Mais Educação? Qual é a situação do Programa Mais Educação dentro do atual quadro do ajuste fiscal? Ou seja, se foram ou não reduzidas as verbas para a educação, o que nós gostaríamos que não acontecesse.

À Diretora da Associação Cidade Escola Aprendiz, Srª Natacha Costa. Esse nome é de um filme que eu nunca esqueci, Tema de Lara. Acho que eu tinha 15 anos. Era Natacha, não era? Viu como eu me lembro? É a memória. Quando vi esse filme, eu tinha uns 15 anos. Teus pais se espelharam naquele filme.

A SRª NATACHA COSTA – Minha mãe é angolana e meu pai é português.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas viram o filme na época. O filme foi fantástico. Eu consegui influenciar para que uma neta se chamasse Natacha, baseado no filme da época, que era sobre a revolução.

Vamos lá. Estou perdendo tempo. Eu mesmo estou tirando o meu tempo.

À Diretora da Associação Cidade Escola Aprendiz, Srª Natacha Costa, a pergunta: o modelo de educação integral implementado por meio do Programa Mais Educação é o ideal ou é o modelo possível?

À professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – o sotaque aqui é da gauchada por conta deles –, Srª Jaqueline Moll: o que se espera da educação integral? É possível esperar uma melhoria da qualidade do ensino em relação à ampliação da jornada escolar? Acho que á falaram sobre isso, mas pergunto: o rendimento dos alunos melhora na escola de tempo integral?

Ao Coordenador Estadual do Comitê Territorial de Educação Integral do Estado de São Paulo, Sr. Anderson George de Assis: como as comunidades enxergam o Programa Mais Educação? O programa tem priorizado os alunos mais carentes? E vincular com o nosso tema aqui.

À Secretária Municipal de Educação de Belo Horizonte, que fez essa brilhante exposição também, Srª Sueli Maria Baliza Dias: como o Programa Mais Educação impacta a gestão da educação municipal? Em Belo Horizonte, há estudo de avaliação de impacto da educação integral no desempenho dos estudantes? Aí é no conhecimento, no saber, enfim.

Há duas perguntas a todos convidados e termina: quais são os principais problemas enfrentados atualmente pelo Programa Mais Educação? Que soluções indicam?

E a última: como o Senado pode contribuir para o sucesso da política de educação integral e o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação relativos ao tema? Essas duas são para todos, principalmente a segunda.

Aqui eu encerro, cumprimentando a todos vocês. Essa é uma contribuição da equipe que organizou este evento.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Antes de passar a palavra para a Mesa se pronunciar, nós queremos, claro, sempre atentos à participação do público, através do portal e-Cidadania, adicionar às indagações feitas pelo Senador Paim outras perguntas.

Esta vem do Maranhão, da Profª Arsênia Pereira de Sousa Medeiros: "O Programa Mais Educação tem sido a única ação educacional que efetivamente possibilita a ampliação da jornada escolar nas redes públicas de ensino. Qual a sua real importância quando efetivamente os repasses financeiros não são feitos de forma sistemática? Quando o FNDE pagará? Gostaria de saber quais os gargalos que impedem o Programa Mais Educação de ir adiante".

Na verdade, a maioria das perguntas, é bom dizer para a Mesa, inclusive para Leandro, Coordenador do MEC, diz respeito ao atraso do repasse das parcelas do Mais Educação, bem como todas as perguntas ressaltam a importância do Programa Mais Educação.

Por exemplo, esta, de Rosária Aparecida Dias Eugênio, de Minas Gerais: "A Meta 6 do Plano Nacional de Educação estabelece diretrizes para a educação integral. Como o Governo espera cumprir se o programa que propõe um ensaio para a educação integral ainda não foi completamente implementado com qualidade devido a inúmeras carências da escola?".

De Leonice Francisca, da Bahia: "Frente às necessidades cotidianas de atendimento aos estudantes das escolas públicas, de que maneira efetiva poderemos prosseguir com a educação em tempo integral, através do Programa Mais Educação, vez que os repasses de 2014 não foram concluídos e não há previsão ainda para 2015 e 2016? Gostaria de saber quando será liberada a segunda parcela do Mais Cultura. Gostaria de saber quando será aberta a plataforma do PDDE Interativo 2015 para a adesão no Programa Mais Educação".

Da Profª Cláudia, do Rio Grande do Sul: "O programa vai ter continuidade?".

Ana Cássia: "Gostaríamos de saber até quando é FNDE fará o pagamento da segunda parcela referente ao ano de 2014, para que as escolas possam executar o Programa Mais Educação. E quando abrirão a plataforma do PDDE Interativo 2015 para novas adesões".

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quero ver vocês se lembrarem de todas as perguntas. Se lembrarem, eu dou um prêmio para cada um.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Em síntese, Paim, é isto: as perguntas, em geral, eu acho que vocês perceberam, tratam de atualizar o repasse.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E eles entram muito bem no orçamento também. Eu nem quis fazer, porque achava que isso viria.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Exatamente. Em síntese, trata-se de indagação em relação à atualização do repasse financeiro, no que diz respeito ao programa, a quando vai ser aberto o período para novas adesões e à questão do PDDE.

Quer começar? Depois nós invertemos.

Peço aos nossos expositores o máximo de objetividade para melhor aproveitarmos.

O SR. ANDERSON GEORGE DE ASSIS – A pergunta era como as comunidades enxergam o Programa Mais Educação. Elas enxergam e reconhecem o Mais Educação, na medida em que participam desse processo de implantação, de operacionalização e de discussão do Mais Educação e da educação integral.

Na verdade, eles se apoderam desse movimento como direito humano indissociável. A comunidade diz: "Esse é o meu direito, é o direito do aluno". Nós não temos, discutindo educação integral, apenas professores, técnicos e universidades, mas nós temos o pai de família, quando é possível, claro, pois nem sempre é, os atores, os oficineiros, os monitores, cada um com a sua visão. E todas as visões vão contribuir para esse processo.

Quanto ao programa de priorizar os alunos mais carentes, é o primeiro critério, quando a escola não pode, e a grande maioria não consegue atender todos os alunos. Imaginem uma escola com 1,5 mil alunos, sem espaço físico, com três turnos. Ela não tem espaço físico para atender todos os alunos. Então prioriza alguns. Na verdade, existem critérios. E o primeiro critério diz respeito a alunos mais carentes e em vulnerabilidade social. São os primeiros a serem inseridos no Mais Educação. Eu acho que atende, porque é o primeiro critério. Não que seja seguido, mas, pelo menos, as escolas se atentam para isso.

O programa vem para superar a pobreza e dar novas oportunidades a alunos que, naquela comunidade, não teriam nenhuma chance de fazer inglês e judô, cantar, dançar, seja por condições financeiras, seja por configuração daquela comunidade. O Mais Educação vem prioritariamente para esses alunos, para dar novas oportunidades educativas a alunos carentes. Por isso eles são os primeiros a serem atendidos, mas, claro, o Mais Educação é para todos. Porém, por falta de espaço físico, a escola utiliza esse critério, que são os alunos mais carentes.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Profª Natacha, Diretora Executiva da Associação Cidade Escola Aprendiz.

A SRª NATACHA COSTA – Obrigada pelo professora.

A pergunta que o Senador me fez é se o Mais Educação é o ideal ou o possível. Eu acho que não é uma coisa nem outra. Eu acho que não é o ideal, na medida em que ainda não ganhou a centralidade que deveria ter, do ponto de vista de uma concepção de educação. Ainda é um programa, e eu acho que precisamos avançar para uma política de educação integral que deve orientar todos os aspectos de uma política educacional, com currículo, concepção curricular, formação inicial e continuada, financiamento e infraestrutura. Discutimos muita a questão da infraestrutura. Precisamos pensar numa perspectiva de desenho universal. A escola tem a sua infraestrutura. Ela é excludente, não é inclusiva. Precisamos pensar nisso, assim como na avaliação.

Hoje, a avaliação no Brasil é um debate muito central. Temos trabalhado para responder aos testes. Não temos colocado os métodos e instrumentos de avaliação a serviço da aprendizagem, a serviço do desenvolvimento. Precisamos discutir a avaliação. O que conseguimos avaliar do ponto de vista da larga escala é só o que conseguimos avaliar, não é o que devemos avaliar. Então, avançar para que possamos avaliar mais e melhor todas as competências que estão como objetivo da educação integral, como objetivo de uma educação comprometida com a emancipação, é fundamental.

Se nós não pensarmos educação integral como política e continuarmos pensando programaticamente, eu acredito que continuaremos reforçando a fragmentação de uma discussão de currículo que vai para um lado, uma discussão de programa que vai para outro, uma discussão de outros programas de outros setores que vai para outro, e não conseguiremos reunir todos os seus esforços numa visão comum e articulada.

Eu acho que não podemos perder de vista nisso a questão da territorialização, de entender que a educação e o projeto de educação precisam acontecer a partir da escola. Estimular e fortalecer esse processo de construção do projeto coletivo na unidade é muito importante. A política educacional não pode perder isso de vista. E acho que estamos no momento de disputa de recursos. Então, é muito importante enfatizarmos o que é estratégico e o que não é.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada.

Vamos passar a palavra agora para o Prof. Leandro, Coordenador-Geral de Educação Integral da SEB do Ministério da Educação.

O SR. LEANDRO DA COSTA FIALHO – Há muitas questões aqui, mas vamos nos deter eu acho que na principal, que diz respeito ao Ministério da Educação, na questão dos recursos e que também da avaliação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LEANDRO DA COSTA FIALHO – Inclusive, o Edmar, que assessorou muito bem esta reunião, fez até prévias conosco, pediu para falar um pouco mais do programa, mas eu acho que a Sueli, na sua fala, já contemplou o desenho do programa. Eu vou pular. Desculpe-me, Edmar, mas vou pular, porque vou focar na questão do recurso.

Como está atualmente o programa? Há um problema, todo mundo sabe disso, e mesmo que não houvesse uma crise financeira, temos algo chamado fluxo de caixa, ou seja, o dinheiro do Governo Federal não entra todo num mês só, não entra na nossa casa, não entra em lugar nenhum. Nós fizemos um encaminhamento, que foi o de as escolas olharem seus saldos e priorizarem pagamentos. Então, estamos priorizando. O FNDE está priorizando as escolas que têm até R$5 mil na sua conta.

Admito que, nos últimos meses, houve um problema e houve algum atraso mesmo nessa questão, mas foram pagas mais de 20 mil escolas que estavam com seu fluxo de caixa baixo. Então, a ideia é, à medida que escola vai executando, que ela vá recebendo o recurso. Nunca foi pensada pelo Ministro anterior e pelo atual, até porque já foi Ministro e sempre deu bastante ênfase e força para a educação integral, a possibilidade de se acabar com o programa.

Obviamente, em tempos de crises, tem que se fazer alguns ajustes no programa. Inclusive, está presente aqui o grupo. Foram chamadas pessoas de várias regiões para ver que ajustes são possíveis e que não vão interferir em quebra de sequência pedagógica, em quebras pedagógicas, como, por exemplo, em articulações que podem ser feitas no território, articulações de outras políticas públicas, para que não fiquem concorrendo e para que possam se somar.

A expectativa é muito boa com a chegada do novo Ministro, no sentido de que ele dê continuidade, até porque conhece o programa e já esteve nessa condição.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Leandro, permita-me, você teria condições de fazer um relatório, um resumo no que diz respeito aos repasses?

O SR. LEANDRO DA COSTA FIALHO – Um relatório em que sentido? Quantas escolas foram pagas?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Não. Com relação às parcelas que ainda estão em atraso, a fim de que possamos acompanhar e fortalecer todo esse movimento, junto ao MEC. Nosso objetivo aqui é exatamente ajudar.

O SR. LEANDRO DA COSTA FIALHO – Agora deve haver em torno de 5 mil escolas, de 60 mil, que estão com repasses atrasados. Os recursos já foram liberados, R$170 milhões: R$50 milhões para o Mais Cultura, que foi perguntado, e R$120 milhões para o Mais Educação. Nesta semana, deve estar chegando o recurso nas contas das escolas que estão em atraso. É bom que a escola cheque a situação, pois há algumas escolas em que, às vezes, o recurso não chega, mas por outro problema, como, por exemplo, inadimplência. Foram liberados R$170 milhões, portanto.

A expectativa é a de pagar todas as escolas até o final do ano, a segunda parcela, mesmo as que têm recurso maior em caixa. Nunca foi falado, dentro do Ministério, em hipótese nenhuma, que não seriam pagas as escolas. Foi só estipulada uma sequência para que fossem pagas.

Nós estamos agora trabalhando para que se abra a adesão de 2015 para as próximas escolas. Esse é o motivo por que veio o grupo de cinco pessoas – inclusive, o Anderson,que está na Mesa, é o representante da Região Sudeste –, para que pensemos num modelo de aproveitar ao máximo os recursos, porque, em crise, temos, sim, que nos preocupar com a questão financeira e temos que ver onde podemos aproveitar melhor os recursos sem que haja prejuízo da questão pedagógica.

A grande discussão agora é como reabrir, como fazer. Pois também é verdade que existem escolas que estão com muito pouco recurso na conta. Também há escolas que possuem o recurso, mas não executam na sequência. Precisamos pensar como vamos equalizar questões como a do fluxo de caixa com o desembolso da escola.

Basicamente é isto: vai haver, sim, nova adesão agora. A ideia inicial é que haja adesão para dois anos. Sabemos que é exaustivo o processo de adesão para a escola. Portanto, haverá uma previsibilidade maior, porque ela vai saber, durante dois anos, quanto vai receber de recursos.

Nós temos feito várias avaliações. Inclusive, um *pool* de universidades já fez pesquisas sobre educação integral. Muitos fatores melhoram, sim, a escola. A ambiência é um deles, que melhora várias condições, inclusive de aprendizado. A princípio, nosso foco nunca foi de que incidisse diretamente no aprendizado. Essa é uma consequência que vai surgindo, embora tenha dado passos largos para que isso acontecesse, como o aumento da questão de horas de acompanhamento pedagógico. Agora, sim, é o momento de começarmos a pensar – por isso falei na questão da qualidade – em melhorar a qualidade do programa e em dar ênfase à questão da aprendizagem dos alunos, porque isso é uma decorrência do portfólio, do conjunto de atividades que nós temos e que aumenta principalmente uma coisa que é importante e que não é medida em avaliações. E precisamos de indicadores para isso.

Só para concluir, Senadora, ela aumenta o repertório sociocultural e esportivo dos alunos e, com isso, haverá ganhos na aprendizagem.

Era isso.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Passo a palavra agora para a Profª Sueli.

A SRª SUELI MARIA BALIZA DIAS – Obrigada, Senadora.

Primeiro, eu queria dizer sucintamente que o nosso programa pressupõe a adesão dos alunos. As escolas não escolhem os alunos. As famílias escolhem estar nesse programa e, portanto, há uma troca permanente, Senador, de informações, de participação das famílias com o programa.

Nesse sentido, as comunidades enxergam o programa da melhor maneira possível. As crianças têm trânsito livre e são protegidas em lugares em que um cidadão comum, às vezes, não consegue passar tranquilamente. Então, as comunidades realmente abraçam esse programa.

Há vários estudos, várias dissertações de mestrado, inclusive de professores da rede – a Jaqueline conhece muito isso –, teses sobre o nosso trabalho de escola em tempo integral, de educação em tempo integral, de escola integrada, nos resultados dos alunos. Alguns estudos apontam que os alunos melhoram muito, principalmente em português e matemática, participando do Programa Escola Integrada. Isso nos tranquiliza muito, porque é um investimento muito alto que fazemos para que esse programa aconteça.

E que impacto o programa tem na educação municipal? Ele tem muito impacto na vida da escola. A escola tem que se organizar, tem que se preparar. O diretor tem que administrar, em grande parte, não apenas aquele edifício em que a escola se encontra, mas outro espaço, que é também alugado, para que a escola integrada aconteça.

Portanto, causa impacto tanto na gestão como nas práticas pedagógicas. Hoje, os professores – esse é um desafio que temos, ainda não vencemos – precisam entender a lógica desse funcionamento e que nin-

guém está tirando espaço de ninguém. Na verdade, todos estão juntos, formando, educando e trabalhando em prol das nossas crianças.

Era isso. Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Profª Jaqueline.

O SR. JAQUELINE MOLL – Como eu estive sete anos à frente do programa no Ministério da Educação e tive do Ministro Haddad a incumbência de coordenar nacionalmente a sua implantação e parte de sua implementação, porque sete anos é um bom tempo, por dever de ofício, tenho que dizer que o programa está agonizando. O Leandro trabalhou comigo todos os anos. Eu não tenho a menor dúvida da importância, acho que fica a experiência, mas está agonizando.

A experiência de Belo Horizonte é uma experiência importante, porque é o contraponto do que eu dizia sobre a descontinuidade das políticas. Vários partidos governaram, as coalizões políticas foram mudando, mas, desde a Escola Plural, há uma matriz que vem sendo mantida.

(*Interrupção do som.*)

O SR. JAQUELINE MOLL – São esses.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Na verdade, foi em Belo Horizonte que o programa começou.

O SR. JAQUELINE MOLL – Lá atrás. Aliás, Belo Horizonte é uma das inspiradoras do Mais Educação. Em 2007, eram três referências: Apucarana, no Paraná; Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense; e Belo Horizonte. Então, temos aqui um bom exemplo.

No Mais Educação, mesmo que não se assuma claramente a descontinuidade de repasses – e aí a Natacha tem toda razão –, há uma disputa de recursos neste momento. Mas eu quero lembrar que, no início deste ano, no início deste Governo, houve uma tentativa, no Ministério, inclusive, de terminar com a Coordenação-Geral de Educação Integral e de mudar a diretoria que cuida de educação integral, que passaria a ser uma diretoria de avaliação da educação básica. Então, há algo no ar. Eu acho muito ruim quando não se diz tudo. É evidente que nunca se diz tudo, mas há um campo de disputa.

Que programa é esse? Para onde vamos caminhar? Há a Meta 6, com suas estratégias. E, além da disputa de recursos, há uma disputa de projeto, porque o risco é, com as informações agora propaladas pelo Banco Mundial, que o Mais Educação vire um programa de reforço escolar para dar mais aula de português e de matemática. O que não vai adiantar, ao fim e ao cabo, se não conseguirmos incidir no conjunto das condições da escola.

Nós temos 126 anos de República e não fizemos a escola para todos que os países que levaram a sério a educação fizeram – 126 anos. Entramos no século XX com 90% da população analfabeta. Fomos até 1971 só com os quatro anos do ensino fundamental obrigatórios. Em 1971 é que os militares tornam obrigatório o ensino fundamental de 8 anos. Fazem isso diminuindo para um terço o orçamento da educação. Então, em que condições se faz isso?

Em 2009, o Presidente Lula propõe uma emenda à Constituição para tornar obrigatória a educação dos 4 aos 17 anos, e é nisso que nós estamos. Toda a construção do Plano Nacional é essa. O Mais Educação não é um adereço. Eu não acho também que ele seja o ideal, mas cumpre o seu papel como programa indutor. E Belo Horizonte mostra muito claramente. Se conversarmos com os 5 mil prefeitos e secretários de educação, eles vão dizer que o Mais Educação vem trazendo essa agenda.

Então, existe um campo em disputa, e o Ministério tem que dizer, sim, se vai pagar ou não. No Rio Grande do Sul, neste momento, se chega o dinheiro do PDDE para a escola, não chega o da alimentação; se chega o da alimentação, não chega o da escola. Portanto, é algo que vai sendo desmanchado.

O que é mais grave? O que traz um certo cinismo? Quer fazer ou não? Não é fácil fazer. Não é. Se fosse fácil, já teriam feito, mas exige intencionalidade política. E aí vem a pergunta que a sua equipe preparou para mim: o que se espera da educação integral?

Estou falando aqui de tempo integral como direito e estou falando de formação humana integral, uma formação que é cognitiva, que é ética, que é física e esportiva, que é moral, que é estética, o que faz uma pessoa ser uma pessoa inteira e que as camadas médias e altas da população financiam de seus bolsos para os seus filhos. Isto muda o País e é o que se espera: pessoas mais íntegras, pessoas mais felizes, pessoas que possam se colocar no mundo do trabalho. Nós sabemos que há um processo muito rápido de mudança, inclusive na estrutura produtiva – estou terminando –, e que não é fácil, nem todos vão ter emprego, mas temos que dar condições para que as pessoas possam gerar modos de fazer a sua vida.

Para terminar, Senadora Fátima, por quem tenho muito apreço, a primeira pergunta que fez o Senador Lasier é sobre o modelo. Não há modelo. Nós temos que reorganizar o tempo da escola, sair dessa coisa pequena das aulas de 45 minutos, que sequer permitem que o objetivo específico do dia seja realizado. Outro equilíbrio curricular pode, sim, nos levar para uma escola que tenha outro resultado, mais tempo e um tempo

de outro jeito. A média dos países da OCDE é de seis horas, mais atividades extras, porque as crianças sempre têm outras coisas.

A República Dominicana, que mencionei anteriormente, onde estive há pouco, país muito mais pobre do que o Brasil, vai disponibilizar a seus 2,5 milhões de estudantes, até 2018, oito horas na escola. O Uruguai está fazendo isso, tornando as cidades digitais, as cidades educadoras e as escolas em tempo integral, convergindo. Porque, na verdade, o que nós queremos é que toda a sociedade se reeduque.

As grandes questões de direitos humanos, de sustentabilidade ambiental, de combate às discriminações passam pela escola. Deixar a escola sem intencionalidade política, achar que dá para ficar ensinando apenas matemática e português e que isso vai fazer um País diferente deste é um engodo e uma mentira. Daqui a dez anos, nós vamos ver que o resultado vai ser esse.

Nós somos um País que costuma querer colher o que não plantou. Não dá para de novo ceifar aquilo que está sendo construído. E essa é uma luta de todos os educadores deste País, assim como dos gestores sérios e dos Parlamentares.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Muito bem, Jaqueline.

Quero cumprimentar toda a Mesa já por essa primeira participação e saudar a Profª Jaqueline, que, sem dúvida nenhuma, todo o Brasil reconhece como uma das grandes colaboradoras e que teve um papel muito importante à frente do Ministério da Educação para plantar a semente do Programa Mais Educação.

Temos agora inscritas eu e a Senadora Regina. Vou propor a S. Exª que faça suas indagações; em seguida, eu faço as minhas.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Bom dia.

Cumprimento os membros da Mesa e parabenizo-os pelas exposições. Educação é um tema que não se esgota, é um tema permanente em nossas vidas.

Eu queria aproveitar as perguntas do Senador Paulo Paim, que me contemplou bastante, e perguntar mais duas coisas.

Em relação à adesão, há alguma exigência que a escola deve apresentar para entrar no programa? Digo isso porque estou pegando o exemplo do meu Estado. Eu tenho uma irmã que trabalha no Mais Educação, é professora. Ela conta horrores. A cidade é quente. A escola aderiu, mas não tem a menor condição física, pois é uma região quente. A esta hora, a temperatura chega a 40º. Os meninos fogem, vão embora. Pulam o muro, escondem-se no banheiro, sobem no vaso sanitário. Se procuram por eles, olham por baixo da porte e não veem os pés. E eles vão embora. Não é agradável para eles. A maioria de nossas escolas foi construída na ditadura militar. Hão havia espaço, não havia auditório, que era para ninguém se reunir. Não há refeitório, porque a escola não foi construída para isso. Apenas sanitário, e sem chuveiro. A escola não é climatizada. E isso acontece em boa parte dos Estados. Pelo menos no meu Estado eu sei que acontece. Mas aderiram, está funcionando.

Aí eu entro na questão da avaliação: avaliação do programa e avaliação dos alunos. Como é feita? Quem está envolvido? Os pais participam? Pais, professores e alunos? Não basta um menino dizer que é bom, precisa que os outros se vejam no depoimento dele. Os outros meninos também acham que é bom, que melhorou?

Porque se for só um questionário... Minha irmã, por exemplo, que é professora, acha que ninguém considerou a avaliação dela, porque ela avaliou muito mal e as pessoas não querem perder o programa. Às vezes, não querem fazer uma avaliação real. Isso também existe.

Mas eu entro na questão da educação realmente integral no sentido de que não basta avaliar se o estudante melhorou a aprendizagem dos conteúdos, é preciso ver se ele se tornou uma pessoa melhor. Isso quem vai dizer são os pais e os professores. Ele às vezes passou por muitas coisas bacanas, mas continua a pestinha que sempre foi, dando trabalho, aprontando, ou seja, não mudou seu comportamento, ainda faz coisas ruins na comunidade. É preciso ter essa avaliação também, se a pessoa se tornou melhor, inclusive na questão do exercício da cidadania.

Alguém falou aqui sobre Belo Horizonte. E quero parabenizar Belo Horizonte, pois me parece que está no caminho do modelo das situações que o Município deve assumir, porque só o MEC não dá conta. Se o Estado e o Município não assumirem isso, também não vai dar certo. Em relação à educação integral, eles têm que estar presentes na escola.

Na área da saúde, por exemplo, por que nós regredimos no que diz respeito às vacinas? Este País tem um dos melhores programas de vacinação do mundo, mas quase ninguém está cumprindo as metas de vacinação. Isso também tem que estar na escola. Assim como tem que estar a educação ambiental, a educação fiscal, etc., para que o aluno se torne um cidadão e não apenas reproduza os conteúdos que lhe foram ensinados.

É nesse sentido que quero abordar a avaliação.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada, Senadora, pela participação.

Nós queremos agradecer – não é, Senador Paim? – e registrar a presença dos representantes do Distrito Federal, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Pernambuco. O Anderson, inclusive, está aqui na Mesa como um dos representantes.

Queremos registrar também, com muita alegria, a presença do Prof. Jordenes, que é gestor do CEF lá de Arapoanga, e dos Ministérios do Desenvolvimento Social, Educação, Cultura, Esporte, Saúde e Cidadania.

Eu também estou inscrita e queria me associar ao que já foi dito pelo Senador Paulo Paim e pela Senadora Regina Sousa. Nós estamos tratando de um dos temas mais importantes no que diz respeito à educação em nosso País.

O Programa Mais Educação tomou corpo especialmente a partir dos idos de 2007. De fato, ele nasceu com uma esperança muito grande de se constituir em uma grande aposta, do ponto de vista pedagógico, para que possamos avançar em um sonho do nosso País, que é a educação em tempo integral, a exemplo, como já foi mencionado aqui, do que já existe em outros países.

E um dos motivos, Sueli, Jaqueline, Leandro, Natacha e Anderson, que provocou esta audiência pública é a responsabilidade que nós, como legisladores, temos aqui de realmente nos posicionarmos frente a iniciativas legislativas que dialoguem com a realidade do nosso País.

Está em debate no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 255, de 2014, do Senador Wilson Matos, que tem como Relator o eminente Senador Cristovam. O projeto, sem dúvida nenhuma, é extremamente meritório quando visa alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 13.005, de 2014, que instituiu o novo Plano Nacional da Educação. Enfim, o projeto trata exatamente da escola de tempo integral no chamado ensino fundamental. O autor do projeto de lei, o Senador Wilson, justifica sua apresentação considerando especialmente o pouco tempo que os estudantes ficam na escola como um dos fatores que contribuem para o baixo rendimento escolar.

Ainda segundo o autor, a Meta 6 do PNE, que trata da educação integral, deveria ser alterada, assegurando que, progressivamente, todos os estudantes do ensino fundamental sejam atendidos em escolas de tempo integral até o fim da vigência do Plano Nacional da Educação.

Então, veja bem, o mérito do projeto ninguém há de contestar. Muito pelo contrário. Todos nós – não é, Paim? –, somos favoráveis. O que ocorre é que nós tínhamos que fazer um debate à luz da realidade que o nosso País enfrenta.

E não há como tratar de educação em tempo integral ou qualquer assunto relacionado à educação sem ter como âncora o novo Plano Nacional de Educação. Como todos nós sabemos, foram quatro anos de debate. Seguramente, o Plano Nacional de Educação mais discutido, mais ouvido, mais falado da história da educação deste País. Vocês sabem disso. Vocês inclusive participaram intensamente do Plano Nacional de Educação.

E o que diz o nosso PNE? O PNE diz exatamente, está aqui, que a Meta 6 é oferecer educação em tempo integral em no mínimo 50% das escolas públicas, de forma a atender pelo menos 25% dos alunos da educação básica. É o que está constando na Meta 6 do Plano Nacional de Educação.

Senador Paim, que realidade temos hoje? Nós temos uma oferta de educação em tempo integral que conseguiu chegar a apenas 9,8% dos estudantes das redes estaduais e a 13,9% de estudantes das redes municipais, em 40% de escolas estaduais e 25% de escolas municipais de ensino fundamental.

Esse é exatamente o quadro que existe hoje. Com o novo PNE, nos próximos dez anos, nós queremos chegar no mínimo a 50%. Ponto. O que o projeto propõe? O projeto propõe, na verdade, alterar essa meta, na medida em que ele quer antecipar. Ele propõe que, progressivamente, a gente vá avançando no que diz respeito à educação em tempo integral, mas assegurando, Profª Jaqueline, que até o final de 2024, que é quando terminam os dez anos, todos os alunos estejam com o direito à educação em tempo integral assegurado.

Eis o debate. Eis o debate. Aqui foi dito que isso pressupõe um regime de colaboração entre os entes federados, que passa por cooperação financeira e por cooperação técnica. Não é apenas cooperação técnica, é dinheiro.

E o que nós estamos vivenciando neste exato momento? À luz das dificuldades pelas quais passa o País, infelizmente há contingenciamento orçamentário. Nós estamos vivendo esse drama. E eu quero aqui me somar à Profª Jaqueline. São inaceitáveis os atrasos no que diz respeito ao Programa Mais Educação. Isso não é um programa qualquer, de maneira nenhuma. (*Palmas.*)

Ora, Senador Paim, Senadora Regina, nós estamos terminando 2015 e sequer os repasses de 2014 foram concluídos.

Vocês viram aqui todas as perguntas que foram feitas. Todas elas traduzem exatamente o quê? A angústia, a apreensão, a ansiedade que estão hoje espalhadas pelas escolas das redes estaduais e municipais, do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul, de todas as regiões.

Na verdade, estão todos se perguntando: "E quando será atualizado esse pagamento, Leandro? Quando o PDDE vai ser lançado novamente? Quando vai abrir o prazo para novas adesões?".

E isso precisa ser tratado com muito carinho, meus companheiros e minhas companheiras, porque existe uma lei. Nós estamos aqui debatendo o projeto do Senador, mas já em cima de uma realidade, que é uma lei cujo prazo já começou a correr. Já começou a correr o prazo. Já se foi um ano. Nós já celebramos um ano do novo Plano Nacional de Educação. Se nós temos um encontro marcado para 2024, no mínimo, nós temos que assegurar a meta que está constando aqui. E nós só vamos assegurá-la garantindo e ampliando a educação em tempo integral hoje, de olho na qualidade.

Eu repito: nós ainda temos um percentual mínimo de educação em tempo integral, apenas 9,8% de estudantes das redes estaduais e municipais. É muito pouco, vamos ter que ampliar.

Senador Paim, tenho aqui inclusive uma carta aberta e manifesto em defesa da educação integral e das políticas de indução ao tempo integral, endereçada à Presidenta e ao então Ministro da Educação, Renato Janine, do Comitê Territorial de Educação Integral do Estado do Espírito Santo. Na carta, eles dizem claramente que o que eles querem é que seja restabelecido aos Municípios e aos Estados o repasse dos recursos provenientes do Programa Mais Educação. De outro lado, reivindicam que os comitês territoriais existentes sejam ouvidos diretamente na discussão da base nacional comum curricular, em reunião de âmbito nacional com o Ministério da Educação, para o resgate das experiências curriculares desenvolvidas ao longo da política de indução desse ministério, etc.

Na verdade, é um manifesto bem realista e pede exatamente isto: a atualização do financiamento e a garantia do programa, sua continuidade e ampliação.

Por fim, quero aqui também, meus companheiros e minhas companheiras...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem revisão do orador.) – Presidenta, o Presidente Renan está pedindo para encerrarmos. Ele fez uma pequena suspensão e pede a nossa presença. Na pauta está o veto em relação ao Aerus, à nossa Varig, que, se não for votado hoje, eles vão morrer. Eles estão desde abril esperando. Talvez eu vou para lá e tente...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Já vamos encerrar, Senador Paim, que é o nosso professor aqui em matéria de luta em defesa da cidadania, sem dúvida nenhuma.

Mas quero dizer, meus companheiros e minhas companheiras, que não há motivo para ter desesperança. Há motivos para renovar a fé, a esperança e a capacidade de lutar em defesa da educação. Até porque, permitam-me, respeito quem pensa o contrário, acho que o que nós conseguimos plantar ao longo desses doze anos nos dá a condição de renovar a esperança em dias melhores para a educação.

Senador Paim, eu o respeito, mas é muito interessante quando as pessoas enchem a boca e dizem que não acreditam no Pátria Educadora, que isso nunca existiu. Há até certo tempo, não existiu mesmo, mas acho que falar do Pátria Educadora, por exemplo, é falar das últimas conquistas e avanços que alcançamos nos últimos doze anos, fruto da luta e da participação de todos nós.

É bom aqui lembrar, por exemplo, que em 2003 havia um orçamento que correspondia a 3,1% do PIB. Hoje esse orçamento já ultrapassa 6%. E houve uma conquista extraordinária no novo Plano Nacional da Educação, que foi consignar 10% do PIB, inclusive de *royalties* do pré-sal e do petróleo, para a educação. O orçamento em 2003 era de R$35 bilhões. Em 2013, professora Sueli, já ultrapassa R$101 bilhões.

Também quero aqui mencionar outra conquista extraordinária, que foi o Fundeb, talvez uma das leis mais importantes para o nosso País, pelo seu caráter universalizante, pelo seu caráter estruturante. Aliás, sem o Fundeb, Jaqueline, nós não tínhamos como avançar de maneira nenhuma no que diz respeito à educação em tempo integral. Era impossível.

E por aí vai. Eu poderia dizer, por exemplo, que em 2003 nós tínhamos 3 milhões de alunos nas universidades brasileiras. Hoje, são mais de 7 milhões. Nós poderíamos dizer que, em cem anos, só construíram 140 escolas técnicas no Brasil afora no que diz respeito à educação profissional. Em dez anos, já temos 508 novas unidades. Assim como a expansão do ensino superior, etc..

Estou dizendo tudo isso, Senador Paim, para reforçar que precisamos de muito mais e que vamos conseguir avançar muito mais, tendo como parâmetro o novo Plano Nacional da Educação, que não foi feito para ficar engavetado, não é para ficar como letra morta, como ficou o outro, já que metade das suas metas não foram realizadas.

Por isso, é evidente que nós nos somamos à luta em defesa do financiamento da educação. Eu tenho muita expectativa de que, com a vinda do Ministro Mercadante agora, com todo o respeito que tenho pelo Ministro Janine, pelo brilhante intelectual, pensador e professor que é, sem dúvida nenhuma, respeito sua carreira acadêmica, mas o Ministro Mercadante, que também já passou pelo Ministério da Educação, tem grande

capacidade de articulação política, e nós vamos reforçar cada vez mais essa luta, agora com o novo ministro, no sentido de dizer que não vamos tolerar corte na educação de maneira nenhuma. Nós não vamos.

O orçamento do Pátria Educadora tem que ser preservado. Tem que ser preservado o orçamento do Pátria Educadora, Jaqueline, em razão daquilo que você expôs, do ponto de vista de concepção e de modelo, e tem que ser feito esse debate junto a algumas instâncias do MEC.

Portanto, era isso. Peço desculpas se me alonguei.

A Jaqueline pediu que ouvíssemos o Prof. Jordenes, Senador Paim.

Professor, nós estamos com o tempo esgotado, mas vamos ouvi-lo. Apesar de a Mesa não poder facultar a palavra a ouvintes, mas, assim como o Senador Paim, eu quebro o protocolo e vamos ouvi-lo. Até porque em um debate deve haver espaço para ouvirmos os representantes da sociedade.

Com a palavra, o Prof. Jordenes.

O SR. JORDENES FERREIRA DA SILVA – Senadora, cumprimento V. Exª e toda a Mesa.

Senador Paulo Paim, meu ídolo, meu guru, é uma honra estar na frente do senhor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORDENES FERREIRA DA SILVA – Não, mas é a absoluta verdade.

Senhoras e senhores, eu sou fruto da escola integral. Tenho 40 anos de idade. Mas como pode isso? Miserável, filho de carroceiro, eu pedia para ficar na escola para fazer uma horta, para ficar mais tempo na escola, e pedia mais uma hora na sala de leitura para ficar mais tempo na escola. Havia uma dificuldade: eu tinha que ir para casa almoçar, mas não tinha almoço. Eu fingia que ia para casa e voltava para a escola. Então, eu fiz educação integral antes de ela existir porque vivi a educação integral. Eu vivo isso a minha vida inteira. Sou um educador, sou um professor. Tenho muito orgulho disso, não sei ser outra coisa.

O Mais Educação pegou a unidade que eu dirijo com o Ideb – que é o que as pessoas mais olham – de 1,7. E hoje ele é de 4,8. Só isso já justificaria para aqueles que querem índices.

É importante relatar alguns fatos.

Perguntei para o André: "André, que mancha é essa na sua blusa?". Havia duas manchas de óleo. Eram dois bifes que ele estava levando para casa do horário do almoço.

Não sei se o Senador se lembra, mas o Sandro era o melhor meio campo que já jogou no Colorado, se não me engano. Ele foi para o Tottenham. Um menino que nasceu na escola, foi criado na escola, treinou na escola e cobriu o refeitório que estamos construindo para a escola. Com a sua transferência para o Tottenham, parte do dinheiro veio para nós.

Isso quer dizer, senhoras e senhores, que educação integral não tem volta. Por que não tem volta? Porque nós estamos em Arapoanga, o bairro mais violento do Distrito Federal. Minto, é o segundo porque criaram um agora. Por lá entra o *crack* em Brasília. Então, o aluno opta por ganhar R$100 no tráfico por dia ou por ficar dez horas dentro da escola. Dez horas é o nosso horário.

O ideal são sete horas, facultando mais duas, se o aluno quiser ficar.

Convido o senhor para visitar a escola, está a 50 minutos daqui. Não fossem os ônibus da escola integral, eu não teria pego 60 meninos com 12 anos de idade, cujas certidões de nascimento constavam Brasília, mas eles nunca haviam pisado em Brasília. Eu os trouxe à Praça dos Três Poderes. Não fossem esses ônibus, eles não teriam vindo, porque não temos recurso para bancar um ônibus particular. Não fosse o Mais Educação, eu não teria colocado a Filarmônica de Brasília para tocar a Ave Maria de Bach, às 6 horas da tarde, quando os fogos tocam. Quando a droga chegou no bairro, estava tocando a Ave Maria na quadra para 5 mil pessoas, alunos, pais e mães e a comunidade, porque os portões estavam abertos.

E eu tenho que justificar por que comprei as flautas. Eu justifico e agradeço à Mércia e ao Geovani, que estão ali atrás, meus coordenadores, que me apoiam 100%. (*Palmas.*)

Quero dizer às senhoras e aos senhores que nós pegamos o nosso currículo. Lá tem aula de Língua Portuguesa, mas não é apenas Língua Portuguesa, é gramática, é leitura. Tem aula Geografia, mas não é apenas Geografia. Eles fazem um corte na terra e veem latossolo, cambissolo amarelo, vão conhecer.

Nós plantamos um pomar de frutas nativas, que eles não conhecem mais. O DF agora vive uma seca tremenda porque destruímos tudo. Lá dentro temos essas frutas. Educação integral não é dar aula, é promover felicidade. (*Palmas.*)

Por fim, eu queria pedir encarecidamente aos três Senadores que estão aqui – três Senadores formam uma República –, de todo o meu coração: reconduzam Jaqueline Moll para onde ela estava para que continue a fazer o que estava fazendo. Por favor.

Outra coisa: não deixem as verbas não chegarem nas escolas. Os senhores serão lembrados pela história. Eu farei questão de dizer para os meus alunos: "Foram essas três pessoas que estavam aqui por último que garantiram toda a continuidade para termos o que temos hoje". Nós não podemos perder isso.

Por último, Senador Paulo Paim, as águas do rio passam, mas o rio continua. O senhor nunca foi água de rio, o senhor sempre foi o rio, e é por isso que te respeito tanto.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Professor, que belo depoimento. Arrasou, não é, Senador Paim?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Belo depoimento, belo depoimento mesmo. E é exatamente pela força que esse programa tem, professor, que nós comungamos desse seu sentimento. Não há mais quem acabe com esse programa, de maneira nenhuma. Muito pelo contrário, vamos lutar para zelar por ele e para que cresça cada vez mais, inclusive à luz do que estabelece a legislação.

Nós vamos agora encerrar, passando a palavra para as considerações finais.

Vamos começar pela Jaqueline.

O SR. JAQUELINE MOLL – Eu não havia combinado isso com ele, até porque no meu momento pessoal é impossível ter qualquer...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Eu acho que tem aqui o consenso.

O SR. JAQUELINE MOLL – De qualquer modo, eu acho que o debate continua. Estou no Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul. Fui conduzida pelo Governador Tarso Genro, e ali nós temos uma comissão especial que está tratando disso, tentando continuar o debate nos espaços em que eu estou.

Quero apenas dizer, minha querida Senadora Fátima, que conheço há muitos anos, que todo o trabalho da...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pode chamar de professora.

O SR. JAQUELINE MOLL – Profª Fátima.

Na expansão da rede federal, há aquele grande debate sobre o Proeja. Nós também pensamos em educação de jovens e adultos, que não pode ser o dia inteiro, mas não é possível, em 40 horas, ensinar a fazer alguma coisa. A formação de adultos tem que trazer a literatura, a arte, ela tem que ajudar as pessoas a enxergarem um mundo que o seu cotidiano não deixa ver.

E quero lembrar que, se o PNE demorou quatro anos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961 demorou quinze anos no Congresso Nacional. De 1946 a 1961, os Deputados e Senadores se digladiaram, no Rio de Janeiro ainda, porque não votavam a lei da educação, pelo mesmo motivo das grandes brigas que existem hoje sobre o destino dos recursos, das verbas.

Mais dinheiro, sim. Mas mais dinheiro para reconstruir a estrutura física das escolas e para construir uma carreira não federal, mas nacional de professores. A Coreia só pode nos servir de parâmetro para isso porque as culturas são muito diferentes. Mas um salário mínimo para começar uma carreira docente com dignidade é um salário de R$4 mil, já que foi esse o montante usado aqui pelo Senador.

Então, o dinheiro tem que ser para isso. Nós corremos o risco de haver mais dinheiro e esse dinheiro ser consumido por bordas da educação e de não chegar nas questões estruturais. É essa a escola republicana, é isso que vai nos permitir construir a escola que há 126 anos está nos custando.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Vou passar agora à Profª Sueli.

Com certeza, Profª Jaqueline. E no que diz respeito à valorização dos profissionais da educação, temos as Metas 17 e 18. Tanto do ponto de vista da dignidade salarial como do ponto de vista da formação.

Com a palavra, a Profª Sueli, Secretária Municipal de Educação de Belo Horizonte.

A SRª SUELI MARIA BALIZA DIAS – Bem, quero agradecer o convite e a oportunidade de ouvir tantas experiências aqui, opiniões importantes.

Eu até digo muito para a Senadora Regina: Senadora, tudo que fazemos em Belo Horizonte e que eu apresento aqui sucintamente é com muito sacrifício. A questão das verbas, dos recursos, é com um sacrifício muito grande que fazemos, com muito controle e com muita gestão. Realmente, fazer educação em tempo integral sem recursos é impossível, não tem jeito.

E ratifico aqui a fala da Jaqueline, especialmente, que me antecedeu. Realmente, se não tivermos cuidado na condução das verbas, corremos o risco de ter mais dinheiro, mais recurso, mas de não ser bem gasto. Precisamos gastar bem, com aquilo de que realmente precisamos, como a valorização dos professores. Junto a isso, deve haver o envolvimento das famílias, a transparência no gasto desses recursos. É muito importante saber com o que se gasta. Essa é a grande discussão.

Belo Horizonte dá um passo à frente muito importante, mas é um passo com muito sacrifício. Se não fosse a intenção, uma vontade política muito grande, isso não estaria acontecendo.

Eu agradeço a todos e quero dizer, Senadora Fátima, para encerrar, que o PL do Senador Cristovam é, de fato, tudo que gostaríamos. Agora, precisamos realmente ter certeza de com que recursos vamos implantá-lo.

Belo Horizonte tinha uma meta de 95 mil alunos em educação em tempo integral para o ano de 2016, mas tivemos que congelar em 65 mil, pois não temos condições de passar disso sem recursos de outros entes.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada, Professora.

Com a palavra, o Sr. Leandro, Coordenador Geral de Educação Integral do MEC.

O SR. LEANDRO DA COSTA FIALHO – Eu queria agradecer a oportunidade de ter vindo no Senado, parabenizar mais uma vez esta audiência e dizer que quando às vezes olhamos a fotografia deste momento, que não é boa, em razão da contingência nacional de recursos que vivemos, e para cenários passados, eu me solidarizo com o que a Senadora Fátima disse, pois muito se caminhou na questão educacional neste País. Nós temos história para contar, temos muito do que nos orgulhar, sim, porque não se pensava em abordar um tema tão difícil como este. Eu acompanho isso desde o início, inclusive quando o Senador Paim foi ministro. E chegar agora a um tema de relevância no País foi...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LEANDRO DA COSTA FIALHO – O Senador Paim não. O Senador Cristovam, desculpe.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LEANDRO DA COSTA FIALHO – Desde o Cristovam. Desde o Cristovam, eu acompanho...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LEANDRO DA COSTA FIALHO – É, depois, veio o Paim, que inclusive todo mundo dizia que era seu parente. Nós lá do Sul sabemos que não é seu parente. Só tem o sobrenome igual.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LEANDRO DA COSTA FIALHO – Então, temos muito do que nos orgulhar quando olhamos para trás. Mas há desafios pela frente, sim, e citei vários.

Não dá para dizer que um corte de R$10 bilhões em educação não vai incidir sobre os programas. O que temos que fazer é dar passos largos a fim de tornar a política pública e de não depender de contingências financeiras, de não depender de governos que apoiem ou não.

Talvez o grande passo seria já começar pela questão financeira, que é a mais importante, embora haja muitos outros aspectos.

Eu poderia falar a tarde inteira, mas a questão financeira é a de que os recursos sejam repassados, que haja um repasse automático para as escolas, que haja um PDDE automático, para que possamos financiar. E sabendo que tem que colocar aqui alguns bilhões da educação, mais de R$1 bilhão certamente.

A Natacha falou que as políticas educacionais são feitas de escolhas, mas que os cortes afetam. A expectativa é de que o novo ministro consiga reverter parte disso, pelo menos. Também contamos com o apoio de V. Exªs e da sociedade no sentido de reverter essa questão dos cortes, porque, em educação, não é possível fazer o que queremos e avançar nas metas com os cortes. Se deve haver cortes, que seja em outras áreas, vamos estudar em que áreas, mas não cortar em educação, pois realmente não há mais o que cortar, nós já estamos sangrando.

Era isso. Obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Com a palavra, a Srª Natacha.

A SRª NATACHA COSTA – Eu apenas queria ponderar que a desigualdade no Brasil é profunda. Pensar em educação de qualidade sem considerar as barreiras que impedem o acesso à permanência das crianças na escola nos faz criar, com certeza, projetos sem nenhum alcance.

Nós temos um compromisso ético com nossas crianças e adolescentes, que é o de criar condições para a autonomia. Para esse problema, que é complexo, para um processo social, que é o que caracteriza a educação, precisamos construir soluções complexas. Portanto, temos que nos ater a um debate de educação qualificado, que ouça os educadores, que considere as dinâmicas locais e que possa construir, de fato, soluções e endereçamentos que vão ao encontro dos interesses e das necessidades das pessoas.

Era isso que eu queria deixar aqui e dizer que acho que educação integral, sem dúvida, é uma agenda que vai nessa direção.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada.

Com a palavra, o Sr. Anderson.

O SR. ANDERSON GEORGE DE ASSIS – Queria agradecer pela oportunidade de nós termos nesta Mesa os comitês. Isso é um reconhecimento da mobilização social que acontece nos territórios – hoje nós chamamos de territórios –, por todos os agentes incluídos na discussão da educação integral, que não é mais discutida apenas por universidades, por especialistas, mas por todos. E é essa a contribuição, porque é a ação local da escola que vai construir essa escola de educação integral.

Eu também agradeço a todos os comitês que estão nos apoiando neste momento, em todo o Território nacional. Hoje nós somos mais de 18 comitês, os colegiados organizados, territoriais, metropolitanos, regionais e municipais, espalhados.

Repito: os comitês necessitam de uma norma institucional do MEC, institucionalizando no sentido de nos reconhecer no Território nacional, como mobilização, porque não conseguimos participar dos debates dos Planos Nacional e Estadual de Educação. E estamos perdendo também a oportunidade de discutir diretamente na Base Nacional Comum Curricular. Portanto, é de extrema importância, necessário e urgente que os comitês sejam reconhecidos pelo MEC neste momento e que nós possamos participar de todas as discussões que ocorrem em todo o País referentes à Base Nacional Comum Curricular, reconhecendo que nesses espaços que são os comitês nós temos escola e sociedade. E aí eu incluo oficineiros, pais, a família, alunos, todos eles envolvidos. Não basta discutir apenas no campo dos profissionais da educação. Precisa ser discutido com toda a comunidade.

De fato, todos os comitês, não apenas os do Estado de São Paulo, garantem essa articulação e essa discussão por todos os atores educativos envolvidos nos territórios.

Era isso. Obrigado a todos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Em meu nome, em nome do Senador Paim, que também é autor da presente audiência, e da Senadora Regina, queremos agradecer a presença de todos os convidados e convidadas, pela importante contribuição que deram ao debate.

Neste momento de encerramento, Leandro, nós gostaríamos de reforçar a nossa cobrança junto ao MEC, cobrança pelo fortalecimento do Programa Mais Educação. E o fortalecimento neste momento, Leandro,...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se V. Exª me permite, foi divulgada agora uma notícia segundo a qual o MEC diz que o Programa Mais Educação é prioridade.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Boa notícia. (*Palmas.*)

Boa notícia. Estão vendo? É a audiência pública já contribuindo.

Portanto, o fortalecimento desse programa neste momento, claro, passa pelo esforço que o MEC tem que fazer no sentido de garantir a continuidade das ações para atualizar os repasses no que diz respeito ao PDDE Integral, ao PDDE Sustentável, ao Programa Mais Educação, Atleta na Escola, Esporte da Escola, Cultura nas Escolas, alimentação, etc.

Que possamos ter um relatório do MEC o mais rápido possível, dando conhecimento de todas essas iniciativas.

Nós queremos dar por encerrada a presente audiência pública.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. (*Palmas.*)

Agendada para amanhã, quinta-feira, às 10 horas, audiência pública destinada a avaliar as políticas públicas Bolsa Atleta e Bolsa Pódio, especificamente em relação aos Jogos do Rio 2016: índices quantitativos e qualitativos até 2015, perspectiva para resultados nos jogos e o planejamento para o pós-Rio 2016, em atendimento aos Requerimentos nºs 52, 110 e 121, de iniciativa do Senador Romário, com a presença dos seguintes convidados: José Cruz, jornalista do *site* UOL Esporte; João Evangelista de Sena, treinador de marcha atlética; Luciano Reinaldo Rezende, atleta beneficiado pelo Programa Bolsa Atleta (modalidade tiro com arco); e Mosiah Brentano Rodrigues, Coordenador Geral do Bolsa Atleta, Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento do Ministério do Esporte.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 36 minutos.)

ATA DA 52ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE OUTUBRO DE 2015.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e quatorze minutos do dia oito de outubro de dois mil e quinze, na sala de reuniões número quinze da Ala Senador Alexandre Costa, **sob a Presidência do Senhor Senador Romário** e com a presença dos Senhores Senadores e das Senhoras Senadoras Donizeti Nogueira, Simone Tebet, Maria do Carmo Alves, Eduardo Amorim e Hélio José, reúne-se a presente Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Romário, declara aberta a reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nºs 110 e 121/2015-CE, de autoria do Senhor Senador Romário, destinada à Avaliar os programas "Bolsa Atleta e Bolsa Pódio", especificamente em relação aos Jogos 2016: índices quantitativos e qualitativos até 2015, perspectivas para resultados nos Jogos e o planejamento para o pós-Rio 2016. Comparecem à Audiência Pública como expositores: **Senhor José Cruz, Jornalista do site UOL Esporte; Senhor Mosiah Brentano Rodrigues, Coordenador-Geral do Bolsa Atleta – Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento do Ministério do Esporte (Snear/ME); Senhor João Evangelista da Sena, Treinador de Marcha Atlética e Senhor Luciano Reinaldo Rezende, Atleta beneficiado pelo Programa Bolsa Atleta (Modalidade Tiro com Arco)**. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião às doze horas e doze minutos do dia oito de outubro de dois mil e quinze, determinando que eu, **Willy da Cruz Moura, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR ROMÁRIO
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 52ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública, atende aos Requerimentos nº 52, 110 e 121, de minha iniciativa, para a realização de audiência pública destinada a avaliar os programas Bolsa Atleta e Bolsa Pódio, especificamente em relação aos Jogos Rio 2016, índices quantitativos e qualitativos até 2015 respectivos para resultados dos jogos e planejamento para o pós Rio 2016.

Dando início à audiência pública, solicito ao secretário da comissão que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

Os convidados são Sr. José Cruz, jornalista do *site* UOL Esporte, Sr. João Evangelista da Sena, treinador de marcha atlética, Sr. Luciano Reinaldo Rezende, atleta beneficiado pelo Programa Bolsa Atleta, modalidade tiro com arco, e Sr. Mosiah Brentano Rodrigues, Coordenador-Geral do Bolsa Atleta, Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento no Ministério do Esporte.

Informo que esta audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do Jornal do Senado, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão Alô Senado, através do telefone 0800-61221, e com o e-Cidadania, por meio do Portal www.senado.gov.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expoentes via internet.

A finalidade desta audiência pública é avaliar os programas Bolsa Atleta e do Bolsa Pódio, especificamente em relação ao Jogos 2016, índices quantitativos e qualitativos até 2015.

A audiência pública contará com o serviço de língua brasileira de sinais, Libras, e será realizada em caráter interativo através de Portal e-Cidadania e do Alô Senado.

Gostaria de agradecer aqui a presença dos convidados. Nós vivemos um momento de esporte no País, desde quando começamos, há dois, três anos, os grandes eventos que começaram, como Copa dos Campeões, depois a Copa do Mundo, ano que vem, Olimpíadas, e depois das Olimpíadas, Paraolimpíadas. Então, o Brasil, ultimamente, tem respirado muito esporte, e, com certeza que a presença dos senhores aqui nesta audiência pública nos dará um pouco a noção de como vão as coisas, principalmente se referindo à Bolsa Atleta e à Bolsa Pódio, que é o que nós temos aqui nesta Comissão, neste momento que vamos fazer essa avaliação.

Gostaria de passar a palavra primeiro ao meu amigo, querido jornalista José Cruz, do *site* UOL Esporte.

O SR. JOSÉ CRUZ – Muito obrigado pelo convite, Senador Romário.

Srs. Senadores presentes, colegas da imprensa, em especial o meu amigo Walter Guimarães, parceiro de pesquisa e troca de ideias, é com prazer que eu compareço à Comissão para tratar de um assunto que eu tenho sido muito crítico, por vezes, nas minhas análises no *blog* do UOL. É muito bom estar aqui na presença de autoridades,

inclusive do próprio Ministério, para poder trocar ideias e fazer sugestões a esta Comissão diante de um tema tão importante para o esporte brasileiro.

O assunto Bolsa Atleta, na minha avaliação, e eu vou tratá-lo mais no final, e não se assustem porque isso é uma apresentação rápida para que se tenha a oportunidade do debate, mas eu acho que o assunto Bolsa Atleta tem que ser debatido no contexto das fontes públicas de financiamento do esporte, que não são poucos.

A bolsa, quando ela surgiu, havia apenas um recurso oficial além do Orçamento da União, que era a Lei Piva, e a Lei Piva era concentrada no Comitê Olímpico e no Comitê Paraolímpico brasileiro, assim não chegava nem nas federações, quanto mais aos atletas. O idealizador da bolsa, quando apresentou a proposta no Ministério do Esporte, fez com o objetivo de que o atleta tivesse acesso ao recurso especificamente para pagar o seu técnico, a sua alimentação, a sua viagem, etc.

Então, as fontes públicas de financiamento de esporte são o Orçamento da União, Lei Piva, e eu coloco ali os valores aproximados, a Lei de Incentivo ao Esporte, também tem participação expressiva, as estatais, que hoje são instituições importantes nessa estrutura do financiamento do esporte, as loterias federais, a Caixa prevê receber este ano em torno de R$12 bilhões, e, desse total, ela repassa 4,5% ao Ministério do Esporte, e o Ministério do Esporte, por sua vez, passa um percentual de 0,5% à Confederação Brasileira de Clubes, que cuida especificamente da formação de atletas, e 3% ela repassa às secretarias estaduais.

Então, reparem como é importante a participação das loterias também no financiamento do esporte brasileiro. Mais recentemente as Forças Armadas entraram nesse contexto, o Ministério do Esporte, com R$25 milhões do seu orçamento, e a Defesa, com R$15 milhões, e a Bolsa Atleta, que tem um orçamento de R$183 milhões. Então, eu faço esse resumo das fontes públicas para mostrar que a Bolsa Atleta é apenas um apêndice desse contexto todo do financiamento público do esporte. E, neste contexto, insere-se a Bolsa Atleta, mas há discrepâncias, como estou demonstrando aqui.

Maurren Maggi, por exemplo, nossa grande saltadora, ouro em Olimpíadas, é a 90ª do *ranking* atualmente, anunciou que havia parado de competir. Tornou-se comentarista de atletismo da TV Globo, e é bolsista, ela tem bolsa atleta este ano. E ela não está errada, não há nenhuma fraude, eu quero salientar isso aí, ela está dentro da legislação, porque a Bolsa Atleta usa o resultado do ano anterior para a concessão da bolsa deste ano. Então, a Maurren, que não está mais competindo, é beneficiada por um recurso que poderia estar indo para um atleta que está na iniciação, ou, quem sabe, um atleta juvenil.

Thomaz Bellucci do tênis é um outro exemplo que eu dou. Reparem que os esportes de alto rendimento, hoje, a maioria deles têm valiosas premiações internacionais, não é só o tênis, a maioria das modalidades hoje oferece valiosas premiações internacionais. O Belutti, este ano, já faturou 2,6 milhões em prêmios e 26 milhões na carreira, e é bolsista do Governo, e ele ainda tem a bolsa dos Correios, porque é os Correios o patrocinador do tênis. Então, há informação oficial de que os Correios também participam mensalmente com expressivo valor. Reparem que é o Estado participando, com várias fontes, em cima de apenas um atleta.

Marcelo Melo, terceiro em duplas do mundo, também premiações valiosos de 2,3 milhões só este ano, e é bolsista do Governo com 11 milhões, e também é bolsista dos Correios.

Canoagem, esse caso aqui, é uma modalidade nova no Brasil no pódio internacional, com resultados expressivos, nossos dois medalhistas, de ouro inclusive, que são bolsistas da Petrobras, do BNDES e tem a Bolsa Pódio. Reparem que são três órgãos do Governo concentrando os seus recursos em cima de apenas um atleta, no caso dois aqui, que são os dois medalhistas.

E temos a Bolsa Correios. Esportes aquáticos são seis milhões por ano só para premiar os nossos melhores atletas, isso é fora dos investimentos na confederação, e dois milhões para os tenistas, só para bolsas, é um contrato individual dos Correios e os nossos melhores atletas. Então, para aqueles atletas que já são premiados pela Bolsa Pódio, bolsa internacional, bolsa olímpica, etc.

E essa entrevista que eu fiz com o pessoal dos Correios, que eu mandei e-mail para eles, eu perguntei: "Esses investimentos são a partir de 2015?", e eles responderam: "Não, o programa já existe há vários anos", então, há vários anos os Correios já têm a sua bolsa junto aos atletas.

A questão é: o Ministério do Esporte poderia fazer essa avaliação.

Eu quero abrir um parêntese aqui para reconhecer que os nossos atletas, os atletas em geral, os de alto rendimento, eles têm vida curta em termos de competição, e eles têm de aproveitar para ter os seus ganhos e projetar o seu futuro, mas nós temos também que avaliar que o Estado está investindo em várias fontes em poucos atletas.

Mais um detalhe: as Forças Armadas. Boa parte dos bolsistas do Ministério do Esporte são militares e recebem por isso, e podem ser bolsistas também nos seus próprios Estados, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, enfim, Pernambuco, vários Estados hoje possuem Bolsa Atleta. Então, há uma quádrupla concentração de recursos públicos em cima dos nossos atletas.

E, então, eu concluo, é evidente a concentração de renda pública com competidores já premiados por outras fontes, com patrocínios privados, inclusive. Os nossos melhores atletas, de pódio internacional, além dos órgãos de

governo, também têm os seus patrocínios privados. Cada vez cresce mais a participação privada junto aos nossos atletas. E os demais atletas? E o que ficou em quarto lugar por cinco centésimos de segundo, por exemplo? E os que estão no início? E o deporto escolar? Existe bolsa para eles, é verdade, mas são valores bem mais reduzidos, e são esses que precisam também, muitas vezes, de maior preparação, disputar mais eventos, e, por isso, viajar mais. Para quem ainda não tem nada, a bolsa de incentivo do Estado é de R$370,00 mensais, que é a bolsa inicial, justamente aquele que está iniciando e aquele que tem mais despesas com seus técnicos, competições, etc.

Os problemas que eu vejo na Bolsa Atleta são dois. Primeiro, é o resultado do ano anterior. O Ministério usa o melhor resultado do ano anterior para disputar. Nós temos aqui um exemplo do Caio Sena da marcha atlética, e, por sinal, temos aqui o pai e o técnico do Caio Sena. Ele foi sexto lugar no campeonato mundial, um excelente resultado para o Brasil, um dos melhores resultados no Campeonato Mundial de Pista, e ele receberá a Bolsa Pódio, e tem direito à Bolsa Pódio com esse resultado, mas ele terá esse direito só no ano que vem, e deverá receber só em setembro, porque, pelos critérios do Ministério, ele abre a inscrição, depois tem todo aquele processo natural até a assinatura do contrato. Ou seja, ele deverá receber isso aí depois dos Jogos Olímpicos do ano que vem.

Eu faço essa colocação para mostrar que não é a crítica contra a bolsa nem contra a destinação, mas que, depois de tantos anos de criada, a bolsa precisa passar por uma grande avaliação dos seus critérios de destinação. Isso é fundamental. E não é uma avaliação interna do Ministério, mas uma avaliação que envolva técnicos, dirigentes, atletas, pais de atletas, principalmente, que são também beneficiados. Até porque a Bolsa Atleta tem-nos crido uma situação interessante.

O atleta, quando vai para a sua competição internacional, principalmente, detentor de uma bolsa digamos de sete, oito, onze mil reais, ele vai pressionado por ele mesmo para não perder aquele evento, porque aquele resultado vai ser importante para que, no ano seguinte, ele tenha a renovação da bolsa. Imagino que quando ele saia de casa o pai ou a mãe digam para ele: "Olha o nosso alimento. Olha a nossa subsistência, porque nós estamos dependendo do teu resultado". Então, ele vai pressionado também por seus pais. E, finalmente, pelo técnico, porque hoje boa parte do dinheiro da bolsa também paga os técnicos.

Então, o atleta entra superpressionando na competição, e quem sabe não tenha sido isso o resultado, a consequência de alguns resultados ruins que nós temos obtido ultimamente, a pressão. E o Senador Romário, que foi atleta, sabe muito bem o que é pressão, embora não tenha demonstrado isso muito ao longo da carreira, mas sabe bem o que significa uma pressão de um clube precisando de um resultado para poder depois sentar com um dirigente e fazer a sua renovação.

Então, a discussão sobre os critérios da Bolsa Atleta é imprescindível, é urgente, é necessária, não só sobre ela exclusivamente, como também sobre o contexto geral das administrações dos recursos.

E também eu recebi uma denúncia agora de um pai de atleta, e que eu me reservo o direito apenas de fazer um comentário, mas não é a primeira vez que eu escuto isso.

Como as bolsas estão muito valorizadas hoje, os próprios dirigentes brasileiros estão negociando com os atletas para que eles façam certas contratações de técnicos, inclusive, para que tenham seus nomes liberados junto ao Ministério do Esporte. As confederações brasileiras têm que homologar os nomes dos atletas junto ao Ministério do Esporte para que o ministério possa fazer essa concessão.

Então, eu acho que, diante dessa realidade, é preciso uma investigação muito rigorosa do ministério sobre a concessão da Bolsa Atleta, principalmente no que diz respeito aos critérios de concessão, para que se evite que se tenha prejuízos como o que acontece com o Caio Sena, por exemplo, e tantos outros atletas que estão credenciados a receber a bolsa, mas farão isso somente no ano que vem.

Finalmente, eu tenho aqui sobre a questão da fiscalização. O Brasil é muito grande. Fiscalizar bolsa é difícil, os funcionários não são suficientes. A CGU fez uma auditoria na Bolsa Atleta e fez essa conclusão sobre a carência de funcionários do ministério. E isso não foi só a CGU, o TCU também fez, e isso não é um problema específico que o Ministério possa resolver, porque é uma diretriz de governo não realizar concurso e não fazer contratações. Mas, em decorrência disso, nos vários setores do Ministério do Esporte hoje há carência de funcionários de carreira, o que faz com que quem esteja cuidando dos vários programas sejam funcionários contratados, terceirizados, são pessoas que não têm compromisso com o Estado, com o serviço público, porque são pessoas passageiras, e isso é um risco para o bom uso do bem público.

O próprio Tribunal de Contas da União em recente relatório, concluído agora este ano e divulgado, escreveu, com todas as linhas, que a falta de pessoal credenciado no Ministério para fiscalizar os recursos públicos destinados são sugestão de suspeita de corrupção. E isso é uma informação do Tribunal de Contas da União.

Com isso, eu encerro a minha apresentação, deixando esta sugestão de que é necessário fazer uma grande avaliação sobre o dinheiro público do esporte, não só da Bolsa Atleta, principalmente porque nós vamos ter o ano 2016, que é um ano olímpico, em que o Ministério do Esporte, o Governo Federal deverão honrar os compromissos assumidos, principalmente com atletas, mas não se tem segurança, não se tem firmeza do que acontecerá depois de

2016, diante da crise econômica que nós estamos vivendo. O que acontecerá com os vários programas do esporte? A maioria está garantida por lei, mas alguns também poderão sucumbir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Obrigado, Sr. José Cruz.

Passo a palavra, agora, ao Sr. João Evangelista da Sena, treinador de marcha atlética.

O SR. JOÃO EVANGELISTA DA SENA – Bom dia, Senador Romário, bom dia a todos os demais Senadores, os amigos da imprensa e os demais que estão aqui.

Meu nome é João Evangelista de Sena Bonfim, sou treinador e fundador do Centro de Atletismo de Sobradinho. Eu quero dizer que eu sou defensor da Bolsa Atleta, e hoje se, com dez anos, a bolsa acabar, nós vamos ter um prejuízo irreversível, porque muitos atletas não terão mais como continuar na sua prática esportiva.

Eu coloquei dois quadros. O primeiro, o de cima, é o Gabriel, campeão brasileiro dos dois mil metros com obstáculo, foi 4º sul-americano. Esse garoto morava numa favela de Sobradinho chamada Vila DNOCS, que hoje está mais urbanizada. Ele chegou lá para treinar comigo só com um objetivo: ganhar um par de tênis. Eu tive a sorte de ter aquela sensibilidade no momento e eu dei o par de tênis, e com esse par de tênis ele se tornou campeão brasileiro. Hoje ele é Bolsa Atleta só do DF, ele não optou pela federal.

Abaixo tem o Renê da Silva Lopes, que está de blusa azul escura, que é campeão brasileiro dos dez mil metros também. Mora na Vila Rabelo em Sobradinho. Ele pega dois ônibus com muita dificuldade. Ele é da Bolsa Atleta federal. Se desse garoto, ele tem 20 anos, tirarem a Bolsa Atleta, ele não tem mais como treinar, então ele vai cair no mercado de trabalho.

Eu li um livro de um treinador português chamado Manoel Muniz, que disse que, quando o atleta estava entrando em forma para disputar os campeonatos europeus, ele era chamado para a guerra nas colônias. Então, ele perdia o atleta.

No Brasil, nós não temos essa guerra, mas nós temos o mercado de trabalho. A família põe o garoto para trabalhar, 16, 17 anos, e a Bolsa Atleta adia essa entrada.

Eu, vendo todas as reportagens sobre a Bolsa Atleta, coloquei dez vantagens:

– faz com que o atleta se dedique exclusivamente ao esporte, claro sem esquecer o estudo;

- faz com que o atleta mantenha a sua base esportiva em ação continua. Ele está sempre focado de que ele tem que treinar, mas ele tem uma base que segura ele ali no treinamento, a Bolsa Atleta;

– mantém o atleta na sua região de origem, o que evita a desmotivação de treinadores, principalmente os que trabalham com iniciação. Então, se eu tenho 30 atletas que participam de brasileiro, se esses meninos forem para São Paulo, eu digo para você que eu vou ficar desmotivado. Como é que eu vou trabalhar no próximo ano se meus meninos foram embora? A Bolsa Atleta faz com que ele fique aqui em Brasília;

– a Bolsa Atleta faz com que os atletas iniciantes decidam permanecer no esporte. Porque ele está na iniciação, há o futebol, há o voleibol, e o que faz? Ele vai ganhar Bolsa Atleta no que ele é o melhor. Então, ele acaba decidindo por ficar na minha área, que é o atletismo;

- a Bolsa Atleta evita que campeões e talentos raros caiam no mercado de trabalho precocemente;

- a Bolsa Atleta permite que o atleta compre seu material esportivo, suplemento alimentar, ajuda nas compras de passagem e hospedagens para competições importantes. Não dá para fazer todas as competições, mas nas importantes ele tem condições de separar um dinheiro, ir para São Paulo, ficar num hotel, pagar a sua alimentação, e ainda há aquela coisa boa, que é ajudar seus familiares, porque: "Ah, mas não é para a área esportiva?". Não, ele vai ajudar também sua família;

- a Bolsa Atleta transforma um zé ninguém em um conquistador de sonhos, alguém que existe na sociedade. Um garoto que está trabalhando, que tem o seu ganha-pão, é o que muitos falam, é a inclusão social, a Bolsa Atleta permite isso;

8º – a Bolsa Atleta proporciona a renovação de novas gerações de campeões, pois cria-se a expectativa de que a esperança para novos atletas, ricos ou carentes, quer dizer, uma geração vai formando a outra. Aproveitando aqui a área do futebol e do Senador Romário, eu me lembro de quando ele estava no Vasco, já no fim de carreira, e só de ele estar ali, muitos garotos iam treinar só por causa dele. Um campeão numa equipe chama outros campeões e a Bolsa Atleta permite isso;

– a Bolsa Atleta é um início para o patrocínio almejado, mas, para muitas modalidades, é a única saída. Há muitas modalidades, inclusive da marcha atlética, o meu filho, por exemplo, é sexto do mundo e ele só tem a Bolsa Atleta, ele tem a Bolsa Atleta olímpica, que ele participou da Olimpíada de Londres;

- a Bolsa Atleta é importante para o desporto nacional, que, caso seja tirado esse apoio, será a derrocada final para o desenvolvimento esportivo do País, será um grande retrocesso.

Então, é isso que eu tenho que falar da Bolsa Atleta normal, e eu vou deixar a segunda parte para a Bolsa Pódio, sobre a qual a gente precisa esclarecer algumas coisas, inclusive para que todos possam se sensibilizar em relação aos critérios.

O que precisa melhorar na bolsa hoje, na bolsa comum? Primeiro, começar a pagar, no máximo, até o mês de março. Por exemplo, este ano começou a pagar no mês de agosto. Imagine um atleta que só recebe o seu salário no mês de agosto. E como é que ficam as outras despesas? E como é que fica a sua alimentação? Como é que ficam o suplemento, a academia, os treinadores? Começar a pagar em agosto menospreza as reais necessidades dos atletas, que precisam pagar suas despesas.

Segundo, é preciso ajudar atletas que saem do juvenil e que vão direto para a categoria adulta. É nessa fase que a maioria decide parar, quando, na Europa, o atleta começa a fazer seus melhores resultados em nível mundial.

Então, o que acontece? O garoto sai do juvenil e vai direto para o adulto. Nós temos uma categoria, principalmente no atletismo, que se chama Sub-23, essa categoria não recebe Bolsa Atleta. É e exatamente nessa fase que o atleta abandona o esporte, porque ele não tem ajuda nenhuma. Assim, um pedido que eu poderia fazer aqui era que tivesse também para o pessoal Sub-23.

E, por último, reajustar o valor de cada bolsa, pois estão defasadas. Desde 2011 que não há nenhuma correção, e isso faz com que o atleta acabe se desmotivando.

Agora eu vou passar para a Bolsa Atleta Pódio. Esse é o Caio Bonfim. Ele é terceiro no circuito de marcha mundial em 2014, este ano ele foi o quinto, participou de mais competições, mas este ano ficou mais apertado, descobriram que ele existia, então deram mais trabalho para ele. Ele foi bronze em Toronto, sexto no Mundial de Pequim, é o vigésimo no *ranking* mundial Olímpico e não tem a Bolsa Pódio.

A bolsa comum tem um critério que eu acho excelente. Funciona o seguinte. Como é que eu faço para ganhar essa bolsa? Tem que ganhar medalha. Você ganha medalha, abrem as inscrições, o ministério avisa, coloca na imprensa, todo dia tem chamada: "A bolsa está aberta. Vai encerrar dia tal", e o garoto vai, se inscreve, muito fácil, ele manda uma correspondência ou ele vai lá no DNIT, coloca sua documentação. E tudo que ele está dizendo que tem está lá, ele traz através de declarações, declaração da federação, declaração do clube, declaração da confederação. Então, há os critérios já certinhos. E o que faz a confederação? Confirma tudo isso. Então, é feita uma análise, depois a Bolsa Atleta sai normalmente. De cem vezes que nós entramos, nunca foi indeferido, porque há os critérios, as regras claras e o menino as obedece. Se ele foi quarto, como o Cruz já falou, ele não ganha, então ele não vai se atrever a se inscrever. A regra é o seguinte: tem que ganhar medalha.

Na Bolsa Pódio, já não há esses critérios. Os critérios para conquistar a Bolsa Pódio não são informados com clareza e transparência pelo Ministério do Esporte. Eu fui lá pessoalmente e não consegui descobrir como é que é, porque eu fui agora, inclusive eu estive lá com o Mosiah e o Secretário de Alto Rendimento, Sr. Carlos Geraldo, e eles me informaram: "Olha, há uma janela que abre em abril e fechou no dia 21 de agosto". Ora, gente, dia 21 de agosto foi um dia antes de abrir o mundial. O mundial adulto de atletismo realizado em Pequim começou no dia 22 e terminou no dia 30. No dia 23, foi a prova do Caio, mas a janela de inscrições dele já estava fechada. Então, o melhor resultado dele não foi computado, porque a janela já estava fechada. Se ele fosse se inscrever, iam dizer que já havia encerrado no dia 21. Então, o melhor resultado dele não pôde ser realizado para o Ministério do Esporte.

O Ministério do Esporte exige que o atleta fique em vigésimo no *ranking* mundial de forma isolada e determinante: "Olha, tem que ser isso". Mais à frente, vou mostrar o *ranking* mundial, o garoto que foi terceiro colocado na marcha é o Benjamin Thorne, um canadense, ele não participou de Toronto porque ele não ganhou a eliminatória dele e ele não estava entre os 20. Sabe o que aconteceu? Ele foi o terceiro. Então, não é isso que determina uma boa colocação. É o treinamento, é o dia do dia, é o ano até ele chegar a um resultado melhor.

A colocação do atleta no mundial de sua modalidade deveria ser uma exigência mais determinante, pois é realista. Então, quando o Caio foi sexto colocado no mundial, olha, eu conheci gente do COB que eu nunca conheci, o pessoal da cúpula da CBAt veio me procurar e eu ouvi uma expressão pela primeira vez na minha vida: "Olha, o Caio acaba de entrar no radar de medalhas", quer dizer, se ele foi sexto do mundo, ele pode ser uma medalhista. Então, o Caio entrou nesse radar.

A Érica Sena é a mesma coisa do Caio. Eu posso até dizer que ela é melhor do que o Caio.

Essa aí, no radar, ela está ali bem no centro, porque ela foi medalha de prata em Toronto, é a sexta no Mundial de Pequim também, terceira no Circuito Mundial de Marcha deste ano, ela já bateu recorde sul-americano este ano duas vezes e é a 16ª no ranque olímpico, em que ela está mais bem colocada que o Caio, e ela também não tem Bolsa Atleta. Por quê? Porque esses critérios não são claros. Eu fui à confederação e me disseram: "Você vai ao ministério, lá você consegue se inscrever, com essa inscrição nós vamos homologar". Só que eu não consegui fazer a inscrição, eu não consegui descobrir como é que funciona a coisa. Então, eu passei de volta para a confederação, através de um documento, e ele diz que estão estudando isso aí.

O Ministério do Esporte informa a quem procura que tem uma janela de inscrição, mas não permite que o atleta se inscreva nesse período. Quem deve inscrever é a sua confederação. Então, por que não fica igual a Bolsa Atleta comum, que você vai lá, faz a sua inscrição, é tudo certinho, e depois a confederação homologa? Mas eu não consegui fazer essa inscrição, só quero que os senhores entendam isso.

A janela do Ministério do Esporte, em relação ao atletismo, fechou no dia 21/08/2015, um dia antes de iniciar o Mundial de Pequim.

Aí o Caio recebendo a sua medalha em Toronto.

O Caio já está classificado para os Jogos Olímpicos de 2016, ele já começou esta semana o novo treinamento para as Olimpíadas. Dia 22 de novembro deste ano ele já vai fazer uma prova de 50 quilômetros, que é a sua primeira vez. Quer dizer, nós já estamos de vento em poupa.

Mas qual a importância, para que eu peça mais tempo, da Bolsa Pódio? A Bolsa Pódio tem uma coisa interessante, o atleta ganha mais. Por exemplo, o Caio, com essa sexta colocação, segundo o que já foi feito anteriormente, ele ganharia R$11.000,00, hoje ele ganha R$3.100,00, que é a Bolsa Atleta Olímpica. Outra coisa, ele pode pagar um médico e um fisioterapeuta e pode pagar o seu treinador. Eu não vou ser hipócrita aqui em dizer que ela não me beneficiaria. Claro, eu também quero ganhar. Eu sou aquele verdadeiro "paitrocinador". De 2011 para cá, a maioria das competições que o Caio foi para a Europa, saiu dos pais dele. Eu sou funcionário aposentado do Banco Central e minha esposa é advogada. Então, como meu filho mais velho já não mora conosco, nós colocamos todos os nossos investimentos para formar um campeão. Quer dizer, nós estamos ajudando o esporte brasileiro. Agora, será que é errado a gente receber pelo menos dois, três mil reais, pelo menos para colocar gasolina no carro, que há certo treinamento que fica a 100 quilômetros de Brasília. Então, fica essa observação.

O Ministério dos Esportes nos informou que o grupo do atletismo já está fechado. Não se pode colocar mais ninguém. Só vão entrar atletas novos no programa em setembro de 2016, que bate certinho com a informação do José Cruz. O que impedirá que atletas como o Caio Sena e Érica Sena, os dois são Sena, mas não são parentes, sejam beneficiados, consumando uma grande injustiça?

Aqui a relação de todos os atletas que ganham Bolsa Pódio hoje. Os que estão em amarelo são aqueles que estão ranqueados no *ranking* olímpico. No *ranking* olímpico são três por país. Por exemplo, o Japão possui dez atletas na frente do Caio, mas, no *ranking* olímpico, só vão ficar três. Então, é essa a observação mais importante. De 27 atletas, só sete estão no *ranking* olímpico, que é o primeiro critério que o ministério pede.

Aí, as observações. Dos 27 atletas que recebem a Bolsa Pódio, há as seguintes observações: somente sete estão no *ranking* olímpico; só dois atletas chegaram à final em Pequi, eu citei ali a Fabiana Murer, que foi a nossa única medalha, no salto com vara, que foi prata, e o Augusto, que foi nono; nove estão na Bolsa Pódio porque pertencem à equipe de revesamento.

Estão ali os nomes delas: Evelyn, Franciela, Jailma, Jonathan, Jorge, Liliane, Pedro, Vanusa e Wagner. Eles estão não porque estão bem no *ranking* mundial, mas porque fazem parte, compõem a equipe de revezamento.

Dezessete atletas foram convocados para o Mundial de Pequim. Desses 17, 15 foram eliminados logo na fase classificatória, no primeiro dia da competição. Somente nove foram primeiros colocados no Troféu Brasil. O Troféu Brasil é o nosso campeonato brasileiro máximo. Então, dos 27, só nove foram primeiros colocados. Somente duas atletas conquistaram medalhas individualmente no Pan: Fabiana Murer e a Jucilene, do dardo. Somente dois conquistaram por equipe: Aldemir Gomes e Bruno Lins, que fazem parte da equipe de revezamento. Mas não ganharam medalha individualmente.

A maioria está na Bolsa Pódio devido aos seus resultados de 2013, após o mundial de Moscou. Foi o que o Cruz já citou aqui. Então, de 2014 para cá, não entrou mais ninguém, e isso é um perigo, porque tudo vai... Como dizem lá fora, a fila anda, tem atletas melhorando, tem atletas que estão chegando e todos têm o direito de melhorar. Então, deu uma congelada e acabou resultando numa grande injustiça.

Cinco atletas não competiram nem no Pan, nem no mundial: Anderson, Evelyn, Jeferson, Jonathan, Jorge e Mauro. O Mauro é o Duda, que foi campeão mundial no salto em distância *in door* e o Anderson foi o sexto colocado. Para você ver, o Anderson está no programa porque foi o sexto colocado no Mundial de Moscou, em 2013, mas os dois estão machucados. Aí a Erica Sena no mundial, o Caio com os dois canadenses. A Erica Sena com a sua medalha, em Toronto.

Ranking olímpico na marcha atlética, de agosto a outubro de 2015. Você vê, o Caio está aqui em 20º colocado. No dia 21 de agosto ele estava exatamente nessa colocação, só que dois russos caíram, porque foram pegos no *doping*. Então, a colocação dele deve melhorar, porque ainda não foi homologado pela IAAF.

Ranking olímpico do feminino. Você pode notar que a Erica Sena está em 16º. Ela conseguiu esse resultado no dia 21 de março, em Dudince, lá na República Eslováquia.

E aí estou eu, treinador de atletismo, fundador do Centro de Atletismo Sobradinho, treinador de cinco atletas que recebem a bolsa federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Sr. João Evangelista da Sena.

Passarei a palavra agora ao atleta medalha de ouro no Parapan deste ano, Luciano Reinaldo Rezende.

O SR. LUCIANO REINALDO REZENDE – Bom dia a todos.

Vou contar um pouco da minha história. Eu iniciei no esporte paralímpico em 2009. No ano de 2010, comecei a praticar o tiro com arco. Nesse mesmo ano, já fiquei em terceiro colocado na minha categoria no campeonato brasileiro e passei a receber a Bolsa Atleta a partir de 2012.

Eu venho aqui para dizer que a Bolsa Atleta é extremamente importante. Se eu não fosse hoje servidor público federal do Superior Tribunal de Justiça, analista judiciário, eu digo que a Bolsa Atleta simplesmente não seria suficiente para suportar os gastos que o alto rendimento exige. Hoje, um equipamento de alto rendimento no tiro com arco custa, no mínimo, R$10 mil. Tivemos a alta do dólar recentemente, e o equipamento é todo importado, desde a ponta da flecha até a aljava, que é onde colocamos a flecha. Isso você tira de uma modalidade que não tem tanto reconhecimento no Brasil, apesar da recente visibilidade, por ser uma modalidade olímpica e paralímpica.

Eu digo o seguinte: se os investimentos forem melhor distribuídos, todas as modalidades podem crescer e vão crescer depois do Rio 2016. Agora, precisamos de que os investimentos continuem melhores e de uma forma mais inteligente. Hoje, 99,99%, segundo o Presidente do Comitê Paralímpico, dos investimentos destinados ao esporte, no Brasil, são destinados ao esporte olímpico. É uma quantidade, uma quantia muito pequena a que é destinada para o esporte paralímpico, e sabemos que o custo de manutenção de um atleta olímpico é alto; que dirá de um atleta paralímpico.

Eu acredito que, tanto nas Olimpíadas quanto nas Paralimpíadas, o Brasil vai ter um desempenho muito importante, que vai trazer muita satisfação para o povo brasileiro. Agora, precisamos de mais investimento.

Eu agradeço a oportunidade de estar aqui, defendendo uma modalidade que ainda vai crescer bastante no Brasil, que é o tiro com arco. É uma modalidade cujos custos são extremamente altos. Para você observar hoje, os projetos sociais estão despontando com os atletas. Com 17 anos, o Marcus Vinicius, lá do Rio de Janeiro, de Maricá, é uma revelação, mas, se não fosse o projeto social, ele não estaria hoje entre os 20 melhores do mundo.

É importante a Bolsa Atleta, é extremamente importante. Eu fiz tanto viagens nacionais, para participar de campeonatos brasileiros, quanto viagens internacionais, para participar de campeonatos de ranqueamento internacional, e, se não fosse a Bolsa Atleta, eu não seria capaz de representar o Brasil lá fora.

Eu agradeço a oportunidade. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Luciano.

Passo a palavra agora ao Sr. Mosiah Brentano Rodrigues, Coordenador-Geral da Bolsa Atleta, da Secretaria Nacional de Esportes de Alto Rendimento, do Ministério do Esporte.

O SR. MOSIAH BRENTANO RODRIGUES – Bom, inicialmente, queria agradecer o convite, Senador. Para mim, é uma felicidade poder falar de um programa tão importante quanto o Bolsa Atleta. Queria cumprimentar os integrantes da Mesa e todos aqui presentes, em especial o Luciano. Parabéns! Ele foi medalha de ouro agora, recentemente, no Parapan. Tive essa experiência, a felicidade de escutar o hino já, também, no pódio. Sei o que isso representa. Eu fui atleta olímpico, competi nos Jogos de Atenas, em 2004, competi também nos Jogos Pan-Americanos do Rio, em 2007, e conheço bem este outro lado, o do beneficiário, enfim, as necessidades do atleta lá na ponta.

Dando início, então, à fala sobre o programa, aqui são aspectos gerais sobre o programa. O objetivo dele é garantir condições mínimas de treinamento e uma maior tranquilidade para o atleta poder se preparar para futuras competições.

O programa visa a investir, então, prioritariamente em modalidades do programa olímpico e do programa paralímpico, e o grande diferencial é que a transferência é feita diretamente ao atleta, ou seja, tem participação, logicamente, das entidades, mas o recurso já é levado diretamente ao atleta, ele é o gestor desse recurso, ele pode, então, investir, de acordo com a necessidade que ele sente, respeitando, então, a especificidade de cada modalidade. O bolsista do programa independe de condição social, econômica, e independe também de necessidade de intermediários. É aquilo que eu já comentei anteriormente, que o recurso vai direto para o atleta.

A principal prestação de contas do atleta para o Governo é a continuidade dele na carreira. Já foi dito isso aqui, que, em alguns momentos, o atleta de outras épocas precisaria deixar o esporte. Enfim, a cada momento que enxergamos aquele atleta renovando o benefício, temos certeza de que ele tem resultado. Então, se ele tem resultado ano a ano, isso é o mais importante para o esporte brasileiro e também para o programa.

Outro ponto importante é que o programa serviu, então, de espelho, de modelo para alguns Estados. Podemos citar Paraná, enfim, Minas. São Paulo, por exemplo, tem, mas quem tem é bolsa de São Paulo, não pode ter impedimento, não pode acumular esse benefício.

Aqui, só fazendo um apanhado, então, do histórico do programa. A Lei nº 10.891, então, institui o Programa Bolsa Atleta em 2004. Ela já sofreu algumas alterações ao longo desses anos, alterações importantes. Podemos citar a Lei nº 12.395, que é a principal alteração. Foi essa lei que criou, entre outros dispositivos, entre outros aspectos, a Categoria Pódio e também a Categoria de Base. Foi essa lei também que tirou aquele critério de que atletas que recebiam já algum outro recurso, ou seja, tinham patrocínio, não poderiam receber a bolsa. Foi a partir dessa alteração que isso foi possível.

O Decreto de 2005 regulamentou, então, a lei publicada em 2004. A Portaria nº 164, de 2011 é a vigente hoje; é ela que estabelece os critérios objetivos para concessão da bolsa. Estabelece também os critérios para indicação de eventos. São aqueles eventos válidos para cada pleito. O Conselho Nacional de Esportes emite resoluções anuais que vão estabelecer critérios, então, principalmente para modalidades não olímpicas.

Aqui, as seis categorias hoje que o programa trabalha, de Estudantil, Base, até a Categoria Pódio. Nós vamos passá-las aqui mais detalhadamente.

A Categoria Estudantil, no valor de R$370, tem um limite também de idade. O atleta precisa, nessa categoria, estar matriculado em uma instituição de ensino e participar dos jogos escolares, universitários ou das Paralimpíadas. Nas modalidades individuais, ele precisa ficar entre os três primeiros colocados; nas coletivas, os atletas são eleitos ao longo do evento.

A Categoria de Base também tem um limite de idade. É preciso também ficar entre os seis primeiros e, nas modalidades individuais; já para as coletivas são eleitos, então, os dez melhores por sexo de cada modalidade.

A Categoria Nacional, o valor de R$925 para atletas a partir de 14 anos. Eles precisam estar vinculados a um clube ou a uma entidade prática – não necessariamente o clube –, federado, ficar entre os três primeiros colocados, ou mesmo no *ranking*. E, então, beneficiamos atletas desde a categoria iniciante até a categoria principal, que seria equivalente a infantil e adulto. Aqui, já trago alguns números, então, da Categoria Nacional. É a fatia maior do programa. Aqui que muitos atletas vão decidir se eles vão continuar ou não na carreira esportiva. Então, esse número é bastante expressivo: 68% estão aqui; não quer dizer que são só os atletas adultos, os principais, porque pagamos, por exemplo, nacionalmente, a bolsa para o campeão infantil, juvenil e adulto. Então, essa fatia se soma a outras categorias.

Aqui a Categoria Internacional, o valor de R$1.850. A idade mínima também é de 14 anos. São critérios comuns à categoria nacional. A diferença aqui é que o beneficiado recebe esse valor vinculado a um evento mundial, sul-americano ou pan-americano. Também nas categorias iniciante, intermediária e principal, equivalente a infantil, juvenil e adulto.

Aqui a Categoria Olímpica, o valor de R$3.100. A grande diferença aqui é que o atleta não precisa ganhar medalha nos Jogos Olímpicos, e, sim, ele precisa integrar, fazer parte da delegação olímpica. Então, o atleta que for para os Jogos Olímpicos tem direito a pleitear o benefício e também de manter esse benefício ao longo do ciclo, preparando-se para a próxima edição dos Jogos Olímpicos. Para isso, ele precisa participar, então, do circuito mundial de competições, manter-se em treinamento e vinculado ao seu clube, visando a futuras competições.

A Categoria Pódio, então, um valor entre R$5 mil e R$15 mil, focada, então, nos atletas de modalidades individuais que acompanham o programa olímpico e paralímpico. Para isso, o *start*, o ponto inicial, ele precisa estar entre os 20 melhores do mundo para poder pleitear esse benefício e tem que ter sido indicado, então, pela confederação ou pelo Comitê Olímpico. Ele também apresenta um plano esportivo e precisa ser aprovado e cumprir outros critérios fixados pelo programa.

Aqui um pouco do processo, para entendermos a linha, tudo que o atleta passa até ter, de fato, o benefício pago. Aqui, em verde, está destacado, porque esse momento diz respeito às confederações. Aqui o evento está acontecendo. Então, aconteceu o campeonato nacional no ano anterior, onde o Ministério não tem atuação direta – quem realiza esse evento é a confederação –, mas é esse resultado que vai ser considerado válido para o pleito do ano seguinte. Feito o evento, a confederação, então, indica os eventos ao Ministério do Esporte, que vai fazer uma análise desses eventos, vai cadastrar esse evento no sistema e ativar o sistema, então, para que as exceções tenham início.

Então, abertas as inscrições, o atleta vai lá, no formulário, procura o evento que já está cadastrado para poder realizar, então, a sua inscrição. Feita a inscrição, ele encaminha a documentação necessária. Toda ela está descrita lá, no nosso *site* e também na legislação vigente. Todos os atletas, então, que cumprirem com esses critérios têm o nome publicado no *Diário Oficial*, o que chamamos de atleta contemplado. Uma vez publicado no *Diário Oficial*, ele encaminha para nós o termo de adesão, que seria o contrato entre Ministério e Atleta, e, aí sim, ele se torna um bolsista e inicia o recebimento do benefício. Então, esse é o processo até ele começar a receber.

Feito o depósito da última parcela da décima segunda, ele precisa, então, nos encaminhar a prestação de contas, que também é composta por diversos documentos, declarações emitidas pela entidade nacional, que são as confederações, e pelo clube.

Aqui o processo do Atleta Pódio é um pouco diferente. Como já foi dito aqui, o atleta não tem acesso ao formulário, não é ele que faz a inscrição, como nas outras categorias. Se ele cumpre aquele perfil do Atleta Pódio, a confederação é responsável, então, por indicar esse atleta, esse atleta está dentro do perfil do Atleta Pódio. O Comitê Olímpico também pode fazer isso, e, com essa indicação, então, ele vai ser avaliado.

A inscrição dele, então, é composta basicamente pelo plano esportivo, que é o documento principal de todo esse processo. Por quê? O plano esportivo vai nos dar o histórico dos três últimos anos desse atleta, de resultados, enfim, vão pontuar também, nesse plano esportivo, as metas dele para os próximos 12 meses. Nesse plano esportivo ele vai indicar quem é o treinador principal dele, quem é a equipe multidisciplinar que vai dar suporte ao treinamento dele durante essa preparação, ao longo desses 12 meses. Também precisa nos enviar algumas declarações. E, feito

todo esse processo, ele é aprovado, essa avaliação é feita por um grupo de trabalho – não é única e exclusivamente pelo Ministério do Esporte, e, sim, é um grupo de trabalho onde o Comitê Olímpico, Comitê Paralímpico, enfim, as confederações participam. Uma vez aprovado, esse atleta é contemplado, precisa assinar o termo de adesão também. Então, ele se torna bolsista e inicia-se o pagamento. O atleta, então, é reavaliado a cada 12 meses. Essa reavaliação é feita em cima dos dados do plano esportivo, do acompanhamento feito pelo Ministério do Esporte, basicamente nos resultados esportivos do atleta.

Aqui, um pouco do crescimento, da evolução do programa ao longo dos anos, de número de contemplados. Vemos que cresceu bastante ao longo desses anos, e conseguimos, então, capilarizar o programa e atender um número bastante expressivo e importante de atletas em todos os Estados.

Aqui um pouco do orçamento disponibilizado para o programa ao longo dos anos, de 2005 a 2015. É um valor importante e investido direto no atleta para a sua preparação.

Aqui, só demonstrando um pouco da atuação do programa. Estamos em todos os Estados, temos beneficiados. Isso é muito importante também, não estamos concentrados apenas em um Estado ou uma região. Temos aí, logicamente, Estados que se destacam mais, que é o caso de São Paulo. Aqui está muito pequeno, mas o número maior é de São Paulo. Mas o importante é que conseguimos atender, ampliar, capilarizar o programa. Ele está em todos os Estados do Brasil.

Aqui, alguns filtros, para termos uma ideia de como o programa está atendendo os atletas. Aqui, por gênero, 42% são do sexo feminino, 58% do masculino. Aqui, por tipo de modalidade, o verde são modalidades coletivas, aqui de modalidades individuais. Aqui atletas divididos por colocação e aqui por olímpico e paralímpico. Então, o verde aqui representa os olímpicos e o laranja, os paralímpicos. Aqui, os atletas que recebem ou não algum outro tipo de patrocínio. Aqui temos essa fatia, que são os atletas que não recebem patrocínio, e aqui a fatia dos atletas que declaram que, sim, eles têm outra fonte que não só o Programa Bolsa Atleta.

Aqui, um pouco mais sobre a Categoria Pódio. Então, temos, ao longo desses anos, desde que o programa foi instituído e começou a ser implementado, foram avaliados 361 atletas, nós aprovamos até hoje 255, e 89 desses atletas indicados não foram aprovados.

Aqui só uma distribuição, então, das modalidades olímpicas, dentro do programa Atleta Pódio: 161 atletas vinculados a essas modalidades. Com relação às modalidades individuais paralímpicas, então, temos 94 atletas vinculados a essas modalidades. Destaque aqui, então, para a natação e para o atletismo.

Aqui a distribuição do Atleta Pódio. O Atleta Pódio está também bastante capilarizado, está em vários Estados do Brasil, mostrando que o programa também está conseguindo atender a especificidade de cada região e o esporte que é desenvolvido em cada região dessas. Aqui, com relação também ao Atleta Pódio, temos hoje que 60% desses atletas do sexo masculino e 40% do feminino; 63%, então, são de modalidades olímpicas individuais, e o restante em modalidades paralímpicas.

Bom, ficou pequeno, mas aqui é só um demonstrativo de como fazemos o controle das metas, o acompanhamento desportivo desse atleta. Aqui pegamos um exemplo, a Yane Marques, que é o pentatlo moderno. Estas aqui são informações prestadas no plano esportivo dela. Aqui, ela colocou a meta dela para determinado evento. Tem destaque aqui o campeonato mundial, em que ela ficou em terceiro lugar.

Vou pegar a minha cola aqui, porque eu também não estou conseguindo enxergar, não.

Bom, no campeonato mundial, a Yane colocou como meta o terceiro lugar, e conquistou o terceiro lugar. Então, nós a acompanhamos em todos esses eventos que ela indicou no plano esportivo. Então, temos isso mapeado e vamos acompanhando o atleta ao longo do exercício, ao longo do calendário esportivo. Aqui, nos Jogos Pan-Americanos, ela superou, então, a meta dela, que era ficar em segundo lugar; ela ficou em primeiro lugar nos Jogos Pan-Americanos. Então, é importante esse acompanhamento, porque, depois de 12 meses, ela vai ser reavaliada, e também para entender a evolução de cada atleta e perspectivas para futuro, não só da atleta, então, mas, quem sabe, da modalidade.

Aqui um outro monitoramento que fazemos. Aí é com relação não especificamente com o que está no plano esportivo, mas, sim, ao desempenho dele em diversas competições e aspectos. Ali ficou pequeno, mas, basicamente, aqui é o nome do atleta, aqui a prova de que ele participa, aqui o tempo que o atleta fez em determinado evento, a colocação dele. É essa a lógica aqui também, o tempo, colocação. E aqui essa coluna é importante, porque é o tempo que ele precisaria fazer para estar no pódio, se por acaso ele não fez, mas, enfim, é o tempo desejável, aquilo que ele precisa buscar.

Caso ele não esteja no pódio, ele precisa buscar este resultado aqui para estar no pódio. Este aqui é um exemplo do Mundial de Esportes Aquáticos que aconteceu em Kazan, mas temos exemplos também do mundial de... Isso é feito também em outros mundiais, de atletismo, enfim, outras modalidades. Este ano é um ano importante, de diversos mundiais acontecendo.

Aqui, alguns exemplos, então, do motivo de ser do programa, que é apoiar o atleta ao longo da sua carreira, não só em pontos específicos. Eu trouxe um exemplo só aqui de modalidades olímpicas. A Érika Miranda, então,

do Judô, é beneficiada do programa desde 2006, da Categoria Nacional. Ela passou pela Internacional, passou pela Olímpica e hoje é Pódio. Então, vimos acompanhando, investindo nela, não agora, mas, sim, ao longo da carreira dela, para que ela possa ter condições de investir melhor e se preparar melhor para diversos eventos e para contribuir da melhor forma para a modalidade.

Aqui um exemplo do esporte paralímpico. O Jovane é da esgrima paralímpica. Ele foi campeão dos Jogos Paralímpicos de Londres, em 2012. Ele é nosso bolsista, já passou pela Categoria Nacional, Internacional, e hoje é da categoria Pódio. Um outro atleta importante para o cenário paralímpico, e temos a felicidade e o orgulho de participar disso, de apoiá-lo ao longo da carreira e, enfim, subir no pódio junto com ele nos grandes eventos.

Aqui eu trago um exemplo, então, de visão futura já. Eu preferi pela minha modalidade, então, para mim fica mais fácil inclusive de enxergar isso. O Lucas foi, recentemente, na semana passada, campeão sul-americano juvenil. Já o apoiamos desde a Categoria Nacional – aí já tem pelo menos uns dois anos –, e a intenção, logicamente, é que ele cresça nessa curva, que ele chegue à Categoria Olímpica e, quem sabe, na Categoria Pódio, visando, logicamente, aos Jogos Olímpicos de 2020, já que ele é um atleta muito novo e não tem condição hoje de brigar por uma vaga em 2016.

Bom, encerro aqui a minha fala, agradeço pela atenção e fico à disposição aqui para eventuais dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Sr. Mosiah.

Senador Donizeti, por favor, com o uso da palavra.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidente Romário, Sr. José Cruz, Sr. João Evangelista, Mosiah Brentano e Luciano Reinaldo, começamos agradecendo a presença de vocês aqui, para colaborar com esta tarefa que a Comissão tem de avaliar esse programa como uma política pública que a Comissão de Educação está avaliando, cujo Presidente, Romário, também é o Relator.

As informações que vocês trouxeram aqui, para nós, eu as considero muito importantes. Por isso, eu queria alguns esclarecimentos.

Primeiro, ouvindo o Sr. José Cruz, eu vi que ele não é contra o programa, mas que ele tem uma série de críticas ao programa. E inculca-me um pouco o fato de que eu tenho um Bolsa Atleta e eu participo de competições que são premiadas pecuniariamente, e que não é pouco, e eu mantenho a Bolsa Atleta. Isso me preocupa, porque o camarada ganhou R$2,5 milhões, ele tem a Bolsa Atleta para ele treinar. Eu penso que esse benefício deveria ser, do meu ponto de vista, para os atletas competirem de forma amadora, e não profissional, porque, à medida que se é premiado no nível em que é o tênis no mundo, já é profissional – seja qual for a idade que você tiver, com esses prêmios você está profissionalizado. Qual atleta brasileiro, com raras exceções no futebol, vai ganhar um dinheiro desses no prêmio? Então, eu acho que essa é uma questão que o Ministério deveria observar se é assim.

Essa questão também de duplicidade dos prêmios, colocada pelo jornalista José Cruz também me parece que precisa ser observada. Poderíamos estar atendendo mais gente. Precisa ser observado. Eu não estou dizendo que é ilegal isso, que não deva ter, não; mas parece-me que eu tenho Bolsa Atleta, tenho patrocínio dos Correios e ainda aparece o patrocínio de uma empresa privada que quer botar o nome dela no meu uniforme. Aí eu penso que nós também precisamos racionalizar isso e discutir, mas não tenho conhecimento suficiente para isso.

Uma coisa que me parece correta e em que eu acredito é que o programa tem feito o bem. Isso é indiscutível, está aqui. Precisa de correção, precisa de uma avaliação, como foi colocado? Precisa de uma avaliação. Agora também uma outra coisa: se nós só podemos ter Bolsa Atleta para aqueles que estão ranqueados, até chegar ao *ranking*, como é o apoio para isso? Eu acho que se precisa pensar um programa que também apoie iniciativas, não sei se é lá através da escola, um programa que vá percebendo lá, na escola, a aptidão de cada esportista, atleta que queira praticar esporte, cada aluno que queira praticar esporte, que comecemos, de alguma forma, a apoiá-lo, para ele ranquear, porque, senão, quer dizer, é um esforço ou uma questão natural: apareceu, conseguiu participar das competições e, quando tem o apoio da família... Eu posso dizer, sou pai de um filho que é músico, e participamos de muitos festivais de música lá, no Estado do Tocantins, no período em que ele tinha de 10 até 17 anos. Isso tudo era bancado pela família. O festival tinha prêmios: se ganhasse, ganhou; se não ganhasse, não...

Então, Senador Romário, quer me parecer, viu Mosiah, que – se tem, eu não entendi que tem – é preciso termos uma preocupação de estar apoiando as pessoas para ranquearem. E aí, sim, a partir daí, para que ele tenha um apoio sistemático e ele possa se dedicar a aperfeiçoar o esporte, preparar-se melhor para as competições e trazer títulos para o País, parece-me que aí pode pesar mais no cofre da União para que ele tenha um apoio melhor, mas antes haveria de ter.

Hoje, quantos atletas nós apoiamos com o Bolsa Atleta e com o Bolsa Pódio? Quais são as modalidades? São todas? Qual o investimento médio *per capita*? Tem um que tem 11, 15, tem um que tem 370; na média, *per capita*, quando está dando isso?

E uma coisa que me chamou a atenção é a questão do plano de um ano. Eu acho o plano de um ano uma coisa muito pequena. Eu acho que deveríamos, ao inscrever-se apresentar um plano por um período mais longo. O trabalho de um ano é muito pouco, inclusive até para avaliar. Então, penso que o plano de trabalho para um atleta

que vai gozar do direito, do benefício da bolsa, seja Bolsa Atleta, seja Bolsa Pódio, precisaria ser um plano de mais longo prazo. Cada modalidade tem a sua longevidade; chega a um tempo em que não tem mais. Então, não é mais daquela modalidade que eu vou me ocupar, a que vou me ater – eu posso até ater-me a uma outra que permita a minha idade.

Seriam basicamente essas as considerações, mas me dou por muito satisfeito, Senador Romário, de poder estar aqui esta manhã, participando, para poder compreender melhor esse programa que eu tenho admirado, porque eu vejo que os nossos resultados melhoraram. E eu vi aquele rapaz que ganhou medalha na canoagem; é lá de Itaipu, não é isso? Eles são também de um programa social. Se não me engano, eles são alunos do Bolsa Família e hoje são medalhistas. Então, mais uma prova de que, se nós dermos oportunidade às crianças e aos jovens deste País, eles certamente opinarão e optarão por outro caminho que não o da marginalidade, do envolvimento com tráfico, etc., e o esporte é uma ferramenta extraordinária para vencermos os traficantes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

Eu tenho aqui algumas perguntas, só para podermos entender um pouco melhor, que, assim como o Senador Donizeti acabou de colocar, esta audiência pública tem o objetivo de avaliar a política pública, principalmente em relação ao Bolsa Atleta e ao Bolsa Pódio. Então, é interessante que possamos conhecer um pouco mais desses programas. Por isso é que montamos aqui quatro perguntas, uma para cada convidado.

A primeira será para o Luciano, nosso medalhista campeão. E, com muita fé, se Deus quiser, e Deus quer, no ano que vem, mais uma medalha para o nosso País no Parapan do Rio de Janeiro. Eu tenho aqui que você começou o esporte em 2008. Desde então, participou de inúmeras competições nacionais e internacionais. A partir de que ano o senhor começou a receber recurso do Programa Bolsa Atleta e como avalia a importância do programa no desenvolvimento do seu trabalho? Além disso, como atleta beneficiário, o senhor tem alguma outra sugestão que possa aprimorar ainda mais o programa? Essa é a primeira pergunta. Já vou fazer logo as quatro, para depois os senhores, por favor, responderem.

Ao Sr. Mosiah. Em um relatório do Tribunal de Contas da União, o TCU, apresentado em junho deste ano, constatou-se que, entre os anos de 2011 e 2013, o prazo médio para a concessão das bolsas do Programa Bolsa Atleta foi de aproximadamente 180 dias, desde a data da entrada da solicitação do Ministério do Esporte, até o recebimento do primeiro pagamento por parte do atleta. Percebe-se que houve uma melhora nesse aspecto, já que relatório anterior demonstrou que em 2009 esse prazo foi de mais de 400 dias. É possível diminuir ainda mais esse lapso temporal? E quais são as principais dificuldades do Ministério para que esse tempo seja reduzido? Por exemplo, a qualidade de serviços de servidores e informatização do sistema.

E ao Sr. João Sena. Atualmente, a idade mínima para recebimento de benefício de Bolsa Atleta é de 14 anos. Sabe-se, porém, que, em diversas modalidades, o atleta começa seus treinamentos muito antes dessa idade, como no caso da ginástica artística. O senhor, como técnico de atletismo, considera pertinente a alteração da legislação para prever que os atletas, principalmente das categorias Atleta de Base e Estudantil, possam fazer jus aos benefícios do programa antes da idade atualmente prevista?

E, por última, a última pergunta para o Sr. José Cruz. Em sua experiência jornalística investigativa, quais os problemas mais verificados quanto aos programas Bolsa Atleta e Bolsa Pódio? O senhor conhece alguma sugestão de aprimoramento feita por alguns atletas ou técnicos nesse período de investigação, na sua atuação no jornalismo?

Essas são as quatro perguntas. E Sr. Luciano, por favor, poderia começar a responder?

O SR. LUCIANO REINALDO REZENDE – Sim, Senador Romário.

O primeiro resultado efetivo, dentro da modalidade, eu alcancei em 2010, e, efetivamente, os recursos do Bolsa Atleta, eu tive acesso a eles em 2012. Com relação à avaliação do programa, acredito que ela é fundamental para a iniciação do esporte, porque algumas modalidades que não têm tanta visibilidade, tanto mídia nacional quanto internacional, é uma maneira de o atleta iniciar e desenvolver-se dentro da modalidade.

Eu tenho uma sugestão, que seria buscar uma alternativa ao *ranking* internacional, como medalhas, tanto continentais ou internacionais em um primeiro momento, para o Atleta Pódio, e também atualização dos valores, pois sabemos que o salário mínimo tem reajustes anuais; o Bolsa Atleta está com defasagem de anos dos valores.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Só uma curiosidade, Luciano. Você entende que, dentro da sua modalidade, poderia ser usada uma forma diferente para o pagamento dessas bolsas, tanto Bolsa Atleta como Bolsa Pódio, ou você entende, ou na sua concepção, da forma que é hoje, fora essa dificuldade que você colocou, principalmente o reajuste, está dentro do que realmente é o ideal para vocês, atletas?

O SR. LUCIANO REINALDO REZENDE – O Programa Bolsa Atleta traz subsídios para o atleta que está iniciando, desde que ele alcance boa colocação nos campeonatos, como cadete, juvenil, várias categorias. Dessa forma, o desenvolvimento do atleta acontece, só que a permanência, muitas vezes, é por necessidade de trabalho, necessidade de outras questões não existe.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Obrigado.

Sr. Mosiah, por favor.

O SR. MOSIAH BRENTANO RODRIGUES – Bom, mais especificamente sobre o período, o tempo entre inscrição, recebimento do benefício, como já foi apontado, já conseguimos reduzir bastante, nos últimos anos. Inicialmente, levávamos mais de 400 dias para começar a fazer esse pagamento; hoje, 180 em média.

Bom, é possível reduzirmos isso? Ainda é possível, sim, mas nós temos amarras, inclusive legais, que não deixam que reduzamos ou consigamos enxugar isso.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Desculpe, qual é a amarra legal?

O SR. MOSIAH BRENTANO RODRIGUES – No decreto, por exemplo, eu tenho 60 dias ali que não posso reduzir, que são pelo menos 60 dias, que é para complementação de documentação. Por exemplo, o atleta precisa me encaminhar um RG, documentos, ou a declaração da confederação, enfim. Se, por acaso, isso está ilegível ou se ele mandou sem assinar, tem algum problema, além do período que ele tem para encaminhar esse documento, eu preciso dar mais 30 dias para ele complementar essa documentação.

Ele não precisaria, no meu entendimento, mais 30 dias para eu encaminhar uma correção simples de uma declaração. Então, além do período que ele tem já, os 20 ou 30 dias normais para ele encaminhar a documentação, está amarrado em decreto que ele tem mais 30 dias para complementar essa documentação. Logicamente, isso visa a dar oportunidade para ele acessar o benefício.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Mas imaginemos que ele entregou, na inscrição, ele conseguiu entregar tudo 100%. O período de avaliação qual é, de análise, na verdade?

O SR. MOSIAH BRENTANO RODRIGUES – Bom, daí, esse atleta, sim, pode começar a receber antes dos outros, e isso acontece. Eu tenho uma folha de pagamento em um mês, que tem x atletas; depois da complementação a essa folha aumenta significativamente.

Outra amarra é com relação ao termo de adesão. É a mesma lógica: eu tenho lá os 30 dias para ele me encaminhar; se, por acaso, ele esqueceu de colocar no terno de adesão o número da conta dele, ou de veio sem assinar, enfim, ele tem mais 30 dias para fazer essa complementação. Aí, já tem um período muito grande, que não temos como enxugar. Fora, logicamente, os períodos, a necessidade administrativa para conseguirmos fazer análise desse pleito.

Então, isso, realmente, não temos hoje. Até podemos reduzir, mas eu acho que essa amarra hoje é o que não deixou reduzirmos mais do que já foi reduzido, de 417 dias, mais ou menos, para 180. Então, já conseguimos, no meu entendimento, reduzir quase que no limite, mas o ideal seria, logicamente, que isso acontecesse em um período menor.

Outro ponto importante citado pelo Senador é a questão do sistema. Isso, sim, vai nos ajudar bastante. Estamos melhorando muito esse sistema do programa. Vamos conseguir, através desse novo sistema, por exemplo, fazer um acompanhamento muito semelhante àquele que eu demonstrei no Atleta Pódio para outras categorias. Então, vamos conseguir entender.

As outras categorias também me encaminham a meta dele para aquele ano. A gente vai conseguir fazer essa mensuração, a gente vai conseguir também conversar talvez mais rapidamente com as entidades, com relação a encaminhamentos de resultados de eventos esportivos. Eu acho que o calendário vinculado ao programa vai ficar muito mais em tempo real. Isso vai nos auxiliar no momento de fazer essa análise do pleito do atleta, e acho que certamente a gente vai conseguir reduzir o período. Talvez não o ideal, por conta dessas amarras, mas acho que a gente consegue ainda reduzir um pouco mais esse período.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Só mais uma colocação. Primeiro, quero dizer que eu sou também totalmente a favor, 100%, da Bolsa Atleta e da Bolsa Pódio. Nosso próprio campeão, o Luciano, acabou de dizer da importância, e o treinador, o Sr. João Evangelista, também. Os dois colocaram a importância e o significado dessas duas bolsas na vida dos atletas. Mas existem algumas coisas que, por exemplo, eu entendo que são injustas para alguns atletas. Eu anotei aqui, na apresentação do Sr. João Evangelista, um quadro onde ele diz que o Ministério do Esporte informou que o grupo de atletismo está fechado. Só vai entrar atleta agora no programa em setembro de 2016, o que impedirá que atletas como Caio Bonfim e Erica Sena sejam beneficiados, consumando uma grande injustiça. Realmente, é uma grande injustiça. A pergunta é, Mosiah: existe uma forma de desfazer essa injustiça, para atletas, no caso, como esses dois que foram citados aqui?

Dando sequência aos eslaides que o Sr. João Evangelista mostrou, ele também me falou que vários atletas já não estão mais dentro de um *ranking*, desde o ano passado ou retrasado, e continuam ganhando, como se estivessem dentro do *ranking*. Eles estão até, especificamente nesses dois casos, do Caio e da Erica, tomando o lugar dessas pessoas que hoje evoluíram e estão em uma situação melhor de colocação nos seus esportes.

O SR. MOSIAH BRENTANO RODRIGUES – É uma importante colocação. Vale destacar aqui que o Pódio é regrado por editais e também pela legislação vigente. É importante também que essa categoria, especificamente neste ciclo, está focada, assim como este nosso encontro hoje, nos Jogos de 2016. O edital, então, está previsto para agosto, logicamente, porque os Jogos Olímpicos também vão acontecer em agosto. Então, os atletas precisavam desses 12 meses anteriores às Olimpíadas recebendo o benefício, para poder fazer essa preparação.

A janela da Bolsa Pódio ficou aberta, então, até agosto. A Confederação, que é responsável pela indicação, logicamente está ciente disso. Não consigo avaliar, lá na Confederação, por que essa avaliação mais específica da marcha e do Caio, que avaliação eles fizeram lá, internamente, para não indicar o atleta ao Ministério.

Logicamente, eu, como ex-atleta, entendo a posição tanto do Caio quanto do treinador. Entendo também que ele tem o perfil do atleta Pódio, e é uma vontade nossa, do Ministério. O programa existe para apoiar o atleta. Então, a gente espera, realmente, que esses atletas estejam dentro do nosso rol de atletas apoiados, mas cumprindo esses prazos, a janela fechada... A Confederação precisaria, de fato, ter provocado...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Desculpe, mas não é possível fazer uma reconsideração? Porque veja bem: ele e a moça são atletas ranqueados, premiados, inclusive, que vão disputar as Olimpíadas. Então, eu quero considerar que seria muito justo que eles estivessem sendo apoiados. Se houve esse desencontro da Federação, e aí o Sr. José Cruz colocou um boato que ele ouviu dizer, e a gente inclusive quer requerer que isso seja averiguado, porque pode ter acontecido isso.

A gente não poderia penalizar os atletas que estão aí e que podem contribuir com o País. O que nós poderíamos fazer? Um recurso deles, um pedido de reconsideração dos próprios atletas, feito à federação deles, com cópia para o Ministério, e o Ministério pressionar para ajudar a estudar isso? Alguma coisa está errada, pelo fato de eles não serem indicados. Isso é o que fica me parecendo.

O SR. MOSIAH BRENTANO RODRIGUES – Bom, isso acho que vai um pouco além. A gente pode levar...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Na verdade, eu acho até que você não tem como responder isso aqui, Mosiah. Mas é uma coisa – não é, Senador Romário – que gostaríamos de pedir que vocês...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Assim como esse caso, Mosiah, vamos imaginar que possam existir outros casos como esse. O Ministério do Esporte pode intervir diretamente em uma situação como essa, e dizer "opa, espera aí, esse aqui está dentro dos critérios para que seja paga determinada bolsa, mas ele não está"? O Ministério tem prerrogativa para mudar uma situação – vamos falar especificamente desses dois atletas –, se quiser?

O SR. MOSIAH BRENTANO RODRIGUES – Ele pode, como a gente já conversou anteriormente, eu e o professor. Se essa conversa tivesse acontecido um pouco antes, a gente poderia ter provocado já a confederação: "Confederação, nós temos esse e esse atleta, que têm esse perfil. Qual o motivo? Por quê?" A confederação os indica ou não. Aí a gente provocaria a confederação a fazer essa avaliação. Ocorre que não precisa avaliar o Mundial de Pequim. Já podia ter sido indicado antes. Não foi o resultado de Pequim que o credenciou ou não a estar encaixado no perfil do Programa Atleta Pódio. Ele já poderia ter sido indicado antes. Ele já estava.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Esses atletas, Mosiah – não sei se você também pode me responder isso, e se não puder, claro que a gente vai procurar outra pessoa do Ministério –, que já não estão mais ranqueados, que continuam recebendo esses valores, independente de quais sejam, mas que dentro dos critérios não fazem mais parte. Onde o Ministério do Esporte pode intervir nisso? Ou seja, eles estão ocupando a vaga de outros atletas que chegaram.

O SR. MOSIAH BRENTANO RODRIGUES – Dois pontos importantes. Primeiro, essa avaliação é feita pontualmente, de cada atleta, a cada 12 meses. Alguns pontos importantes: nós já temos algumas modalidades definindo as suas equipes olímpicas. Ou seja, a gente tem casos do judô, ou do vôlei, e outros casos, em que alguns atletas que estão sendo apoiados pelo Pódio já não têm mais condição, ou pelo menos já foi declarado pelas confederações que não estarão nos Jogos Olímpicos. Então, nós já estamos questionando a confederação, já estamos buscando essa informação oficialmente, para poder então definir quem permanece no programa até os Jogos Olímpicos e quem não vai mais representar o Brasil nesse evento e, logicamente, não cumpriria mais o critério do Atleta Pódio.

Outro ponto importante é que eu não precisaria tirar um atleta para colocar o Caio. A gente teria recurso para apoiá-lo, e a gente quer apoiá-lo. Mas precisaríamos dessa avaliação da entidade que administra a modalidade, quem está perto do treinador, quem está mais próximo do atleta, quem conhece a realidade, o potencial e, inclusive, a condição de ele chegar ou não a uma final, de ele chegar ou não a uma medalha. Então, acho que esses dois pontos são importantes nessa questão vinculada ao Pódio.

Eu sei que estou te devendo respostas de perguntas anteriores, mas eu vou retomá-las.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Outra coisa, Mosiah. Dentro do que você apresentou ali, nos eslaides: dimensão do Programa Atleta Pódio. Apareceram 361 atletas para serem avaliados, certo? Segundo você, foram aprovados 255 e 89 foram reprovados.

Quem faz essa avaliação? Qual é o órgão? É o Ministério, é a Confederação ou é a federação daquele determinado esporte?

O SR. MOSIAH BRENTANO RODRIGUES – Todos. É um grupo de trabalho que vai avaliar aquele atleta. Seria complicado fazer isso unilateralmente. O grupo de trabalho se reúne para fazer essa avaliação. O pontapé inicial é a indicação da modalidade, da confederação. "O Mosiah tem chance de chegar à final dos Jogos Olímpicos de 2016. O.k. Vamos levar o nome dele para o grupo de trabalho avaliar." Então, nesse grupo de trabalho, a gente tem o *ranking*

do atleta, um histórico dele. O técnico, ou seja, alguém do departamento técnico da confederação, vai falar mais especificamente daquela modalidade e daquele atleta. Então, a gente consegue, nessa discussão, fazer essa avaliação e aprovar ou reprovar. Conforme foi demonstrado aqui na apresentação, alguns atletas que foram indicados foram aprovados; outros não foram aprovados, de acordo com esses indicadores.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Uma outra pergunta. Para o senhor, será a última pergunta.

Essas ideias e sugestões que estão surgindo aqui, neste momento, o Ministério do Esporte pode levar para as confederações e para as federações? É uma injustiça que está acontecendo, principalmente com esses dois atletas. Eu acredito que talvez possa até estar acontecendo com outros atletas. É possível o Ministério levar isso para esse grupo de avaliação?

O SR. MOSIAH BRENTANO RODRIGUES – É possível, sim. O Ministério tem feito isso, inclusive não só com relação à categoria Pódio. Eu, pessoalmente, estive no centro de treinamento da canoagem de velocidade, em março, conversando com os atletas, tirando dúvidas, escutando quem está lá na ponta. É essa discussão que a gente está fazendo aqui sobre como avançar, como modernizar o programa. É bom escutar quem está lá na ponta, recebendo esse benefício. Já conversamos também com uma comissão de atletas do Comitê Olímpico, com uma comissão de atletas aqui do Ministério do Esporte.

Então, essa conversa vem acontecendo. A gente tem este entendimento de que pode, sim, modernizar o programa e tentar otimizá-lo para atender mais satisfatoriamente o atleta em vários aspectos. A gente tem, sim, feito essa conversa. Logicamente, de cada conversa vem uma contribuição. Essa é importante, e nós vamos levá-la com certeza, para as entidades que administram cada modalidade, seja para o Comitê Olímpico ou para o Comitê Paralímpico.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Obrigado, Sr. Mosiah.

O SR. MOSIAH BRENTANO RODRIGUES – Se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Claro.

O SR. MOSIAH BRENTANO RODRIGUES – Só quero complementar a pergunta que foi feita no início sobre quantos atletas nós apoiamos hoje.

Na nossa primeira lista de atletas contemplados agora, que diz respeito a modalidades olímpicas e paralímpicas, foram 6.093 atletas contemplados. No Pódio, hoje, há aquele número de 255. É importante destacar que, desses 6.093, aproximadamente 2.800 a gente pode considerar que são a base do nosso esporte, porque eles estão dentro da categoria infantil e juvenil. Então, entre 40% e 50% dos nossos beneficiados hoje vão alimentar as nossas categorias principais daqui para a frente.

Com relação ao plano esportivo, é de apenas 12 meses. Na verdade, ele é feito por 12 meses e é reavaliado a cada 12 meses, mas nós o acompanhamos ao longo dos meses e, lá pelo nono ou décimo mês, já temos esse plano esportivo para os próximos 12. Então, é só para não ter mesmo um documento muito extenso, e que talvez não seja muito fiel. É complicado, às vezes, para o atleta mensurar quem estará em determinado evento daqui a dois ou três anos e que condições ele tem, então, de chegar e brigar por determinado resultado. Mas isso é contínuo. Ele entra no programa, ele vai renovando esse benefício, e a gente vai avaliando o resultado dele ano a ano, e com isso tentando, ao máximo, auxiliá-lo na preparação para ele alcançar as metas que ele coloca para aquele período.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – O Ministério, então, tem esse sistema de ouvidoria, para a gente passar para eles esses problemas, essas sugestões, essas queixas que podem ser feitas?

O SR. MOSIAH BRENTANO RODRIGUES – Tem. Tem diversos canais pelos quais a gente responde todos aqueles questionamentos ou contribuições com relação ao programa ou com relação ao Ministério, seja pela ouvidoria, ou seja pelo sistema de informação ao cidadão. O Programa Bolsa Atleta atende pais, treinadores, confederações, diariamente. Então, o programa também está aberto para escutar e para dialogar com a sociedade, na verdade, e com a sociedade esportiva mais especificamente.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Desculpe, Mosiah, mas então esse plano de ação é como se fosse uma programação do ano? Você planeja: estarei nesse evento, naquele, etc.

O SR. MOSIAH BRENTANO RODRIGUES – Exatamente.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Não é objetivamente um plano de ação que eu possa propor. Tem a Olimpíada agora em 2016, daqui a quatro anos vai ter Olimpíada de novo, e eu vou fazer um plano para chegar às Olimpíadas em 2020. Não é isso, é só a programação do ano.

Então, me parece que seria bacana também pensar um planejamento de quatro em quatro anos, pelo menos, dado que, do ponto de vista das Olimpíadas, é de quatro em quatro anos. Mas ainda tem o Pan. Ainda tem o Pan-Americano no meio da corrida para as Olimpíadas.

Eu estou falando de planejamento, tanto do ponto de vista de que eu tenho que considerar a preparação do atleta, como também viabilizar a estrutura e os recursos para mantê-lo. Mas tudo bem, para mim está esclarecido.

O SR. MOSIAH BRENTANO RODRIGUES – A contribuição é excelente. A gente percebe isso não só no Pódio. Na categoria Olímpica também. O atleta que adere ao programa na categoria Olímpica tem direito aos próximos

quatro anos, para o ciclo olímpico, desde que cumpra critérios ano a ano. É mais ou menos essa lógica para o Atleta Pódio. Ele tem aquele benefício em longo prazo, mas logicamente desde que ele cumpra critérios ano a ano. Então, o atleta tem essa segurança. No momento em que ele entrou na categoria Olímpica, ele sabe que pode contar com aquele benefício até a próxima edição dos jogos. É visando a essa preparação. Ele tem que participar, logicamente, de eventos internacionais, preencher alguns critérios a cada novo pleito, mas, preenchendo esses critérios, ele tem esse apoio para manutenção e despesas com preparação e competições.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

Agora, o Sr. João Evangelista, por favor.

O SR. JOÃO EVANGELISTA DA SENA – Primeiramente, eu quero agradecer o Senador Romário por ter lembrado essa minha questão em relação aos meninos que foram sextos colocados. Na nossa ideia, pensamos assim: "Será que eu não estou um pouco enjoado? Não estou exigindo demais?" Mas eu notei que parece que sensibilizou, que não é uma coisa tão medonha exigir, pedir que eles sejam inseridos no Programa Bolsa Pódio.

O Ministério do Esporte eu tenho como parceiro. A confederação também. Eu trabalho com ela há 30 anos. O COB também é um parceiro. Brigar com um parceiro vai trazer problemas sérios. Se você perder o apoio de um COB ou de uma confederação, você vai ter problemas sérios. Então, tendo essa sensibilidade dos senhores, eu acredito que a ideia pode chegar mais adiante. Eu acho que é aquela ideia que, politicamente, falam: falta um pouquinho daquela colaboração, da força de vontade política de consertar uma injustiça. Para mim, é simples. É só alguém chegar e dizer assim: "Olha, vamos estudar melhor e, a partir de janeiro de 2016, o Caio e a Erica vão receber a Bolsa Pódio".

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Sr. João, o nosso Ministro é um craque. Ele vai ficar sensibilizado com isso.

O SR. JOÃO EVANGELISTA DA SENA – Está certo.

A sua pergunta, pelo que eu entendi, diz assim: era bom fazer uma competição, ou dar Bolsa Atleta para um garoto de oito ou dez anos no atletismo? Eu seria contra. Para o atletismo, eu seria contra. Por quê? Porque vai ter que fazer uma competição brasileira para eles ganharem e vai mexer com uma coisa na confederação.

A confederação só aceita campeonato a partir de 12 anos. Então, já vou ter que mexer com a lei da confederação. E eu vou mexer com outra coisa mais importante ainda, que é a idade do atleta, a parte de coordenação motora, neuromuscular. Se eu exigir de um garoto de dez anos que ele seja campeão brasileiro, o treinador vai pegar pesado no treinamento, o pai vai ter aquela ideia de querer o menino campeão. Aí, o que nós vamos fazer? Nós vamos ter muitos campeões mirins, mas que não vão passar dos 16 anos.

No atletismo, é uma questão delicada. No Brasil, nós vamos muito bem em campeonatos menores, no atletismo, mas não na fase adulta. Nós ganhamos até cinco medalhas em um campeonato mundial menor, mas, quando chega à fase adulta, como aconteceu agora em Pequim, uma medalha. Por quê? Porque nós trabalhamos muito precocemente, e isso faz com que – na linguagem usada pelos treinadores – estoure o atleta. Não estouramos muscularmente, mas a parte mental. O garoto não quer mais ver treino. Então, essa é a minha ideia. O ideal, realmente, é que seja a partir dos 14 anos.

Amanhã começa, em São Paulo, no Ibirapuera, o Campeonato Brasileiro Mirim Interclubes. Essa competição vale medalha. Haverá garotos de 13, 14 e 15 anos. Aí já é uma boa ideia para eles começarem e não serem muito exigidos, porque é nessa exigência que a gente destrói o garoto.

Essa é a minha resposta.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

Sr. José Cruz.

O SR. JOSÉ CRUZ – Para encerrar e para reforçar: não sou contra a Bolsa Atleta, mas sou a favor de uma grande reavaliação, dez anos depois de ter sido criada. Acho que para isso é muito importante a presença de um ex-atleta à frente desse programa, porque ele conhece muito bem as aflições dos competidores. O Comitê Olímpico Brasileiro hoje tem 30 ex-atletas olímpicos, todos com participação em Olimpíadas, e isso foi muito importante para o COB melhorar o desenvolvimento de seus programas e de resultados, inclusive. Então, é muito importante a presença do Mosiah nesse programa.

A primeira grande avaliação crítica que se tem da Bolsa Atleta é do Alexandre Guimarães, um consultor legislativo, que está aqui. É de 2009. É uma publicação do Senado Federal, cuja leitura eu sugiro. É uma bela avaliação. É um ponto de partida para se fazer a avaliação.

Eu vou citar só dois ou três casos aqui, para mostrar como isso é preciso ser feito. Não é uma avaliação exclusiva do Ministério, mas uma avaliação que envolva – como eu falei – atletas, pais de atletas, etc. Nós tivemos uma atleta que ganhou os 5 mil metros do atletismo no Pan-Americano de Toronto, e foi um sucesso nacional, porque nós não esperávamos ter medalha nessa prova. Com esse resultado, que foi o primeiro pódio internacional dela, ela melhorou significativamente, no ano seguinte, a sua Bolsa Atleta. No entanto, o tempo dela no mundo, no *ranking* mundial, é o 150º. Não vai nos levar a lugar nenhum aquela medalha. O tempo dela não nos leva a lugar nenhum, mas ela vai ganhar uma bolsa mais valorizada. Até pela idade dela, mais de 30 anos... Até pela idade, e já mãe. Ela

era velocista. Pela idade, passou a ser fundista, ganhou resultados, mas não vai nos levar a resultado internacional nenhum, porque o tempo dela é o 150º do mundo. Então, é um exemplo de que nem sempre o resultado pode ser a única avaliação para se melhorar a bolsa do atleta.

No ano passado – deu manchetes nacionais –, um velejador do Rio de Janeiro, de 83 anos, era bolsista. Nada contra os idosos, até porque eu sou um deles. E a idade não impede muito que os velejadores possam ser bons competidores, mas era de uma modalidade que não era olímpica, e era bolsista. Então, diante da carência do dinheiro público hoje e das dificuldades que enfrentaremos no ano que vem – acredito que possa haver até uma redução do orçamento. O orçamento deste ano, se não me engano, era R$183 milhões....

O SR. MOSIAH BRENTANO RODRIGUES (*Fora do microfone*.) – Esse foi o de 2013.

O SR. JOSÉ CRUZ – Olha, eu vou até pesquisar, mas na última pesquisa que eu fiz no Siafi, eu tinha lá o orçamento aprovado de R$183 milhões. Por isso é que eu fiquei surpreso quando eu vi aqui. Enfim, diante das dificuldades financeiras que teremos no ano que vem, é preciso ser rigoroso. Prioridades para a Bolsa Atleta.

Eu fiz aqui um levantamento, rapidamente, só para os senhores terem uma ideia. Uma atleta, a Érika Miranda, que foi citada aqui, é de Brasília. Ela foi embora de Brasília, para o Minas Tênis. Ela não foi de graça. O Minas a contratou. Então, ela já foi ganhando salário. Então, o atleta hoje está vinculado a um clube que paga: o Pinheiros, o Minas Tênis, o União, a Sogipa, de Porto Alegre. São clubes que pagam para ter os seus melhores atletas. O Sesi, em São Paulo, tem um programa enorme de atletas, com campeões, inclusive. O Sena conhece, não só no atletismo.

O atleta está vinculado ao clube que o recebe; ele ganha bolsa do Ministério do Esporte; ele tem uma bolsa estadual; ele tem o seu patrocinador estatal – Caixa, Correios, Banco do Brasil, Petrobras, Infraero –; ele tem um patrocinador privado; esse mesmo atleta pode ser militar, do Exército, da Marinha ou da Aeronáutica; e ainda pode ganhar prêmio em dólar, como acontece no tênis, como acontece no golfe, como acontece no judô. A premiação internacional hoje, e a nacional, inclusive, para o esporte de alto rendimento, é um fato real. Ao contrário de atletas que nós tivemos, campeões, João do Pulo, Adhemar Ferreira da Silva, Joaquim Cruz, Carmem de Oliveira, Magic Paula, era um tempo em que não existia essa fartura de dinheiro que nós temos hoje. Essas várias fontes não existiam, e foram campeões. Hoje, nós temos um atleta com até nove fontes de renda. O esporte se tornou um grande negócio. É *business*, é espetáculo. A televisão compra o espaço para transmitir, e paga caro, porque ela também vai vender caro aquele espaço.

A pergunta e o ponto de partida para essa grande discussão que eu tenho sugerido no meu blog para se fazer sobre o esporte de alto rendimento é: compete ao Estado ser o investidor do alto rendimento, já que isso é um negócio? Ou compete ao Estado cumprir o art. 217 da Constituição, que diz que o dinheiro público do esporte tem que ser aplicado prioritariamente no desporto escolar? Nós nem temos desporto escolar, quanto mais cumprir o art. 217.

Hoje o Estado se tornou o grande financiador do esporte de alto rendimento, do atleta de alto rendimento, que já ganha premiações valiosas. Que continue ganhando, porque, como eu disse, ele tem vida curta de competição, e precisa ganhar. Mas reparem que interessante: eu recebi aqui da assessoria um quadro nacional de Bolsa Atleta. Além da bolsa do Ministério do Esporte, da União, nós temos Amazonas, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Minas, Mato Grosso, Pernambuco, Rio, Rio Grande do Sul, Sergipe e Santa Catarina. São Estados que têm bolsa estadual. O atleta pode ter, além da sua bolsa nacional, a sua bolsa estadual. Vai ganhar também do BNDES e da Petrobras. Reparem, eu não estou sendo contra os ganhos, mas está sendo concentrado na cúpula, na elite, naquele que já tem muito, em detrimento do atleta que está iniciando e que está ganhando R$370.

É essa discussão, Secretário, que eu estou sugerindo que se faça, quem sabe, a partir do Conselho Nacional do Esporte, que tem o compromisso de homologar o nome dos atletas. Eu acho que, principalmente diante das dificuldades que teremos no ano que vem, do ano econômico, do orçamento, R$30 bilhões para serem encobertos, não se sabe como, e que repercutirão na redução do orçamento do Ministério do Esporte, inclusive, é preciso fazer uma reavaliação para que se tenha um critério mais rigoroso e que contemple aquele que menos ganha, em detrimento daquele que muito está ganhando, e que já está fazendo disso um meio de vida, porque o esporte se tornou, de fato, uma profissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Luciano, por favor.

O SR. LUCIANO REINALDO REZENDE – Gostaria de fazer só uma sugestão: que a inscrição dos eventos no Ministério do Esporte aconteça durante o ano todo, e não simplesmente em um período de 30 a 60 dias, porque cada modalidade tem um calendário nacional e internacional a cumprir, e os resultados vêm durante todo o ano.

Com isso, situações como a da marcha atlética ficam limitadas para o ano seguinte. Essa é a sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Luciano.

Senador, alguma consideração final?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Só quero agradecer a participação dos nossos convidados aqui e parabenizar o Luciano pela medalha. Ficaremos aqui na expectativa de que ele traga outras. Isso tem uma importância muito grande para a juventude brasileira. Uma coisa que o Sr. João Evangelista falou é que, se

há um ícone, um ídolo, você atrairá mais praticantes e inclusive trazendo pessoas que poderiam estar na rua, suscetíveis a serem atraídos pela criminalidade.

Vocês, jovens atletas, têm um papel importantíssimo neste País, que é encantar a juventude para isso, porque não está fácil. A juventude tem sido atraída por outras coisas que não essas que exigem disciplina, dedicação e sacrifício, sobretudo. Não é, Sr. José Cruz? Então, é importante o papel que vocês têm a desempenhar, como o Senador Romário tem desempenhado como atleta, e hoje está aqui na política trabalhando em defesa da sociedade brasileira.

Meus parabéns e obrigado pela oportunidade. Parabéns pela função que você está assumindo. Acompanhei você nas Olimpíadas, torcendo por ti, porque essa é uma coisa que eu gosto de assistir, as Olimpíadas. A Copa do Mundo eu assisto, sou apaixonado, mas não é tanto como as Olimpíadas.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Está certo, Senador.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Estou aqui, Senador Romário, torcendo para o meu time, que é o Santos, ganhar o Campeonato Brasileiro, apesar do Corinthians.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Boa sorte.

O Sr. Mosiah gostaria de passar um vídeo de três minutos, antes de encerrarmos.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem. (*Palmas.*)

Por favor, Sr. Mosiah.

O SR. MOSIAH BRENTANO RODRIGUES – Gostaria só, para encerrar, de agradecer a Mesa e a contribuição de todos, e dizer que os critérios do programa vêm sendo revistos. A gente já fez uma alteração na portaria em fevereiro de 2014 e em fevereiro de 2015. Isso vem se atualizando e se modernizando em busca de critérios mais claros, inclusive, mais fiéis e mais justos.

Quero dizer também que o Programa Bolsa Atleta hoje está consolidado. O dinheiro da Lei Piva pode ou não chegar ao atleta, o dinheiro das estatais pode ou não chegar ao atleta – logicamente, beneficia todo o esporte de forma direta ou indireta –, mas queria reforçar que o Programa Bolsa Atleta é um recurso que vai direto para o atleta. Ele é lei, foi criado em 2004, antes de o País ser sede dos Jogos Olímpicos, e vai seguir como legado após os Jogos Olímpicos. São pontos importantes.

É um esforço conjunto do Governo Federal, não só do Ministério do Esporte, apoiar esses atletas e tentar, da melhor forma possível, colocar o esporte na agenda – uma coisa que não acontecia lá atrás, na minha época – e proporcionar discussões como esta e, quem sabe, uma política esportiva consolidada que vá além de grandes eventos e possa de fato contribuir de forma ampla para o esporte como um todo, para o esporte nacional.

Obrigado pela atenção de todos e pelas contribuições. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Sr. Mosiah. Eu que agradeço a participação de todos vocês.

O Sr. Evangelista e o Sr. José Cruz querem fazer algumas considerações finais? (*Pausa.*)

Então, obrigado pela participação de vocês.

Ao Luciano, parabéns e boa sorte. Estaremos na torcida para o ano que vem.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, lembrando que está agendada para a próxima terça-feira, dia 13 de outubro, às 11h, reunião ordinária destinada à deliberação de proposições.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 10 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 12 minutos.)

ATA DA 53ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE OUTUBRO DE 2015.

Às onze horas e vinte e cinco minutos do dia treze de outubro de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência da Senadora Fátima Bezerra**, e com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins, Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Dário Berger, Eduardo Amorim, Douglas Cintra, Raimundo Lira, Hélio José e Marta Suplicy reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Wilder Morais, Gladson Cameli, Rose de Freitas, Otto Alencar, Jader Barbalho, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Dalirio Beber, Lídice da Mata, Romário, Roberto Rocha e Blairo Maggi. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Atas das Reuniões anteriores e suas aprovações, com o que todos concordam. Logo após, comunica-se o seguinte expediente: "Correspondência da Câmara Municipal de Novo Hamburgo, que apresenta moção em favor da prorrogação dos efeitos da Lei nº 11.438, de dezembro 2006, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo. Os Senadores que desejarem ter acesso à correspondência poderão dirigir-se à Secretaria desta Comissão. O documento vai ao Arquivo". Passa-se à deliberação da pauta. **Item 2, Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2015 - Não terminativo.** Altera a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médicos, para determinar a participação do Conselho Federal de Medicina nas avaliações dos cursos de Medicina. Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatório: Contrário ao Projeto. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator. **Item 10, Projeto de Resolução do Senado nº 2, de 2015 - Não Terminativo**. Denomina "Ala Senador Darcy Ribeiro" o segundo andar do bloco B do Anexo II do Senado Federal. Autoria: Senador Roberto Rocha. Relatoria: Senador João Alberto Souza. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CE. **Item 5, Projeto de Lei do Senado nº 179, de 2015 - Não terminativo.** Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior, para estabelecer critérios qualitativos e regionais na oferta de financiamento estudantil para os cursos de graduação. Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Concedida vista à Senadora Simone Tebet, nos termos regimentais. **Item 7, Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2012 - Não terminativo.** Dispõe sobre as diretrizes gerais da política pública para promoção da cultura de paz e dá outras providências – Estatuto da Paz. Autoria: Deputado Lincoln Portela. Relatoria: Senadora Marta Suplicy. Relatório: Contrário do Projeto. Resultado: Aprovado Parecer contrário ao Projeto. **Item 11, Requerimento da Comissão de Educação nº 120, de 2015 - Não terminativo.** Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a Educação ao Longo da Vida na perspectiva da Educação de Jovens e Adultos e a CONFINTEA BRASIL+6. Complementarmente, sugerimos a data de 12 de novembro para a realização da referida audiência. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Secretário da SECADI; 2. Prof.Licínio Carlos Viana Silva Lima, PhD.; 3. Representante da Unesco; 4. Representante do Consed - Conselho Nacional de Secretários de Educação; 5. Representante da Undime - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação; 6. Representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Autoria: Senadora Fátima Bezerra. Resultado: Aprovado. **Item 12, Requerimento da Comissão de Educação nº 124, de 2015 - Não terminativo**. Requeiro, nos termos regimentais, em aditamento ao RCE 89/2015-CE, a inclusão do sr. Abrão Augusto J. Quadros, representante da Associação Brasileira de Esclerose Lateral Amiotrófica, para participar da audiência pública que debaterá a Institucionalização do "Dia Nacional da Esclerose Lateral Amiotrófica – ELA, no Brasil, dia 21 de junho", como expositor. Autoria: Senador Romário. Resultado: Aprovado. **Item 4, Projeto de Lei do Senado nº 353, de 2015 – Terminativo.** Dispõe sobre a denominação do Campus Joinville da Universidade Federal de Santa Catarina. Autoria: Senador Paulo Bauer. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Lido o relatório, encerrada a discussão e adiada a votação. **Extrapauta: Item 13, Requerimento da Comissão de Educação nº 125, de 2015 - Não terminativo.** Requeiro, nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Internos do Senado Federal, a retirada do RCE nº 112, de 2015, aprovado na Reunião desta Comissão de Educação, realizada no dia 22/9. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Resultado: Aprovado. A Senhora Presidente declara encerrada a presente Reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos do dia treze de outubro de dois mil e quinze, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 1) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, de 2012; ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, de 2015; ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 488, de 2015; ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 417, de 2013; ITEM 9) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 113, de 2012; e para constar, eu, Willy da Cruz Moura, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente Senadora Fátima Bezerra e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA FÁTIMA BEZERRA
Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Bom dia!

Havendo número regimental, declaro aberta a 53ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento do seguinte expediente:

- Correspondência da Câmara Municipal de Novo Hamburgo, que apresenta moção em favor da prorrogação dos efeitos da Lei nº 11.438, de dezembro 2006, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo.

Os Senadores que desejarem ter acesso à correspondência poderão dirigir-se à Secretaria desta Comissão.

O documento vai ao Arquivo.

A presente reunião será destinada à deliberação dos itens de nºs 1 a 12.

Antes de dar início à nossa pauta de votação, quero dar conhecimento à Comissão que, nessa sexta-feira, eu participei do Seminário Nacional sobre Ciência, Tecnologia e Inovação e Financiamento Público da Educação. Esse seminário foi de iniciativa da Unale – União Nacional dos Legislativos Estaduais, entidade esta que, quando fui Deputada Estadual, integrei. Creio que aqui os demais que tenham passado pelo Legislativo Estadual também devam ter feito parte da Unale

O seminário também marcou a criação, por parte da Unale, da Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia, e lá a minha contribuição, Senadora Simone, foi exatamente no campo do financiamento da educação, porque o debate era ciência e tecnologia e financiamento da educação. Então, dei uma contribuição no item do financiamento da educação, pontuando para os Deputados Estaduais o debate, nesta Casa, acerca do Fundeb.

Os projetos aqui no Senado que tratam do Fundeb, seja no que diz respeito a propor sua manutenção, renovação, seja no que diz respeito à questão da participação financeira da União, estão sob minha responsabilidade. A Consultoria está fazendo um estudo, porque isso não é um tema qualquer, de maneira nenhuma; é um tema que exige muita discussão do ponto de vista das entidades federativas, porque o Fundeb mexe com o Município, mexe com os Estados e mexe com a União. E há um consenso entre nós, sem dúvida nenhuma, da necessidade imperiosa do Governo Federal ampliar a participação financeira junto aos Estados e Municípios. E eu, particularmente, tenho defendido que a forma mais objetiva, Senador Dário,do Governo Federal ampliar a participação financeira no que diz respeito à questão da educação é através do Fundeb, até porque o Funded, como costumo dizer, é um dos exemplos de pacto federativo mais exitoso que temos. Não precisamos inventar a roda; o que precisamos fazer com o Fundeb, primeiro, é garantir a sua manutenção e, aí sim, fazer o aperfeiçoamento que precisa ser feito, inclusive com as alterações que precisam ser feitas do ponto de vista do financiamento.

Então, nós fizemos essa discussão, e eu estou dando conhecimento aqui aos meus pares para dizer que, no dia 22, faremos realizar aqui o último debate daquele ciclo que promovemos acerca do PNE e do pós-Fundeb, cujo tema será exatamente o financiamento da educação. Então, nós vamos encaminhar um ofício a todos os Presidentes das comissões de Educação das Assembleias Legislativas, via Presidência da Unale, dado que foi uma solicitação deles, para que eles possam participar desse debate que vai ser exatamente, como disse, no dia 22.

Era isso, ou seja, apenas para dar conhecimento disso aqui e fazer o registro disso na Comissão de Educação, porque foi muito bom, muito proveitoso o debate. Eu falei lá em nome exatamente da nossa Comissão.

Vamos para o item 2 da pauta – o item 1 é terminativo, e não há quórum.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 312, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médicos, para determinar a participação do Conselho Federal de Medicina nas avaliações dos cursos de Medicina.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima.
Relatoria: Senador Donizeti Nogueira.
Relatório: Contrário ao projeto.
Observações:
- A matéria deverá ser apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Donizeti para proferir o relatório.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidenta, em razão de entendimentos que nós estamos fazendo com o Senador Cássio Cunha Lima, nós queremos pedir para retirar o projeto de pauta hoje. Voltaríamos a discutir com ele, e, depois, o projeto retornaria à pauta desta Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – O. k., Senador.

ITEM 10
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 2, de 2015
- Não terminativo -

Denomina "Ala Senador Darcy Ribeiro" o segundo andar do bloco B do Anexo II do Senado Federal.

Autoria: Senador Roberto Rocha.
Relatoria: Senador João Alberto Souza.
Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.
Observações:
- A matéria deverá ser apreciada pela Comissão Diretora.

Concedo a palavra ao Senador João Alberto Souza para proferir o relatório.

Trata-se do item 10, que denomina Ala Senador Darcy Ribeiro o segundo andar do bloco B.

Aliás, quando o Senador Darcy completaria anos?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Em 26 de outubro, Senador João Alberto, ele aniversariaria.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - MA) – Trata-se do Projeto de Resolução do Senado nº 2, de 2015, de autoria do Senador Roberto Rocha, que denomina Ala Senador Darcy Ribeiro o segundo andar do bloco B do Anexo II do Senado Federal.

Eu tive a satisfação de conhecer o Senador Darcy Ribeiro, e é muita alegria relatar esse projeto. Eu poderia ler alguma coisa a respeito de Darcy Ribeiro, um intelectual conhecido pelo Brasil inteiro.

Temos o Darcy antropólogo e indigenista, que viveu em duas tribos indígena e trabalhou com o Marechal Rondon no Serviço de Proteção ao Índio, onde formulou o projeto para a instalação do Parque do Xingu, criando ainda o Museu do Índio, no Rio de Janeiro.

Convidado pelo Presidente Juscelino Kubitschek, colaborou com Anísio Teixeira na elaboração das diretrizes para a educação em seu governo. Pouco depois, assumiu a incumbência de conceber e organizar a Universidade de Brasília, tornando-se seu primeiro reitor em 1962.

Na Presidência de João Goulart, Darcy Ribeiro foi Ministro da Educação e Cultura e, com o retorno do regime presidencialista, Chefe do Gabinete Civil. Esteve entre os primeiros cassados pelo regime militar, foi exilado por ao menos duas vezes e preso por vários meses.

No retorno definitivo ao Brasil, ajudou a fundar o Partido Democrático Brasileiro (PDT) e foi eleito Vice-Governador do Rio de Janeiro em 1982, na chapa encabeçada por Leonel Brizola. Nesse governo, lança o projeto do Centro Integrado de Educação Pública (Ciep) e o de construção do Sambódromo, entre outras iniciativas marcantes.

Eleito Senador em 1990, Darcy Ribeiro deixou como sua maior realização no Parlamento a elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Não há, assim, qualquer dúvida quanto aos altos méritos do homenageado, de quem disse Antônio Cândido que teve a "incrível capacidade de viver muitas vidas numa só, enquanto a maioria de nós mal consegue viver uma".

Por fim, no intuito de deixar clara a delimitação do espaço a ser denominado Ala Senador Darcy Ribeiro, tendo em vista seu caráter atípico, consideramos oportuno oferecer uma emenda que explicita a sua abrangência, conforme se segue.

O voto.

Tendo em vista o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 2, de 2015, com a emenda de redação ora oferecida.

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Resolução do Senado nº 2, de 2015, a seguinte redação:

"Art. 1º O segundo andar do bloco B do Anexo II do Senado Federal, compreendendo suas salas, corredores e o espaço fronteiro ao Auditório Petrônio Portela, passa a denominar-se Ala Senador Darcy Ribeiro."

Esse é o voto e o parecer, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório, com a emenda apresentada.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CE.

A matéria vai à Comissão Diretora.

Senador João Alberto, parabéns! Iniciativa mais do que meritória.

O Prof. Darcy Ribeiro, se vivo estivesse, teria 93 anos.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 179, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior, para estabelecer critérios qualitativos e regionais na oferta de financiamento estudantil para os cursos de graduação.

Autoria: Senador Raimundo Lira.
Relatoria: Senador Lasier Martins.
Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.
Observações:
- A matéria deverá ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.
- A matéria constou da Pauta da Reunião de 06/10/2015.

Concedo a palavra ao Senador Lasier Martins para proferir o relatório.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado, Senadora Fátima.

É um projeto de lei muito interessante. É de autoria do Senador Raimundo Lira e dispõe sobre o financiamento ao estudante do ensino superior, para estabelecer critérios qualitativos e regionais na oferta de financiamento estudantil para os cursos de graduação.

Vou direto à análise.

Cumpre à Comissão, nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias que disponham... Isso é o óbvio de quase todos os projetos.

No mérito, a proposição goza de relevância educacional. A histórica desigualdade de oportunidades educacionais, notadamente no acesso à educação superior, contribui para que as Regiões Norte e Nordeste apresentem indicadores de escolarização inaceitáveis nos dias de hoje, especialmente quando confrontados com os das outras três grandes Regiões do País.

São emblemáticos a esse respeito os indicadores mais atualizados, referentes ao Censo da Educação Superior de 2013. Quando se toma como referencial a população adulta de 25 a 34 anos, considerada a faixa etária com possibilidade de passagem recente por esse nível educacional, a desigualdade é gritante. Enquanto as Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste apresentam taxa de estudos em nível superior já concluídos ou em curso da ordem de 25% nesse segmento populacional, as Regiões Norte, com 15,2%, e Nordeste, com 13,6%, não atingem juntas 60% do indicador das três primeiras.

Quando se considera a faixa etária apontada como ideal para a frequência à educação superior, ou seja, dos 18 aos 24 anos, importante também por denotar os esforços presentes para a reversão do atual quadro de desigualdade histórica, os números evidenciam uma perspectiva de mudança muito lenta. Nas Regiões Norte e Nordeste, as taxas de matrículas alcançam 12,9% e 13%, respectivamente. Já nas demais regiões são verificadas taxas de matrícula líquida superiores a 20% – Centro-Oeste, 25,5%; Sul, 25%; Sudeste, 21,1%. Observe-se que, tomados em comparação os indicadores extremos, a taxa da Região Norte corresponde à metade da apresentada pela região Centro-Oeste.

Há, ainda, nessas estatísticas, outro dado importante a complementar a análise da evolução do acesso à educação superior. Trata-se do percentual de brasileiros com mais de 65 anos portadores de diplomas ou matriculados nesse nível de ensino. No Sudeste, é de 8,3% a parcela da população dessa faixa etária com histórico de acesso ao ensino superior. Nas Regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sul, esses percentuais são de 3,8%; 5,8%, e 5,3%, respectivamente. Na Região Norte, por sua vez, o indicador para o mesmo grupo é de apenas 3%, portanto pouco superior a 35% da taxa da região Sudeste.

Diante desses números, observa-se uma evolução gradual no sentido da redução da desigualdade inter-regional no acesso à educação superior. É visível também o patamar de equalização no acesso em que se encontram, na prática, as regiões do Centro-Sul do País hoje. Já as Regiões Norte e Nordeste parecem, no entanto, ter um longo caminho a percorrer para alcançar grau de cobertura mais equânime e condizente com o das demais.

As Regiões Norte e Nordeste têm tido expressiva dependência do setor público na oferta de educação superior. Em 2012, o setor privado respondia por mais de 40% das matrículas nesse nível de ensino nas Regiões Norte (44,4%) e Nordeste (58,9%). O Centro-Sul do País apresenta quadro diametralmente oposto ao dessa realidade. No Sudeste, o segmento é responsável por 80,2% da matrícula. No Sul, onde a participação do setor público é considerada elevada, há 65,2% de matrícula nas Instituições de Educação Superior (IESs) públicas.

Ora, conquanto fosse desejável, dado o dever constitucional do Estado com a educação, que a regra da oferta pública majoritária predominasse em todo o País e se refletisse em matrícula pública massificada, essa não é a realidade. Esse segmento, sozinho, não tem dado conta da expansão que se requer para o suprimento das demandas de educação superior presentes e no médio prazo para todas as regiões brasileiras. Daí a importância de iniciativas como o Fies.

Por fim, quando se toma em comparação apenas a matrícula em IESs privadas, as Regiões Norte e Nordeste respondem por 27% do total do setor no País, embora elas concentrem mais de 36% da população brasileira. A proporção de 27% não deve destoar muito da de cursos credenciados junto ao Fies. Deve-se ponderar que a operacionalidade da nova sistemática exigirá a dedução das matrículas de alunos de cursos dessas regiões com conceito 5, que não são muitos, para que, então, se recalcule a disponibilidade do fundo e dela sejam reservados 30% dos recursos para os cursos com conceito 3 e 4 do Norte e Nordeste.

Esse item, Senadora Fátima Bezerra, vai se prestar para a discussão, pois tem relação com as notas 5 e 3 ou 4 do Norte e Nordeste.

Quanto ao impacto da inovação no equilíbrio da distribuição inter-regional, mesmo se forem mantidos os atuais aportes orçamentários ao Fies, será mínimo. Grande parte das IES do Centro-Sul encontram-se consolidadas, dotadas de quadros profissionais altamente qualificados, além de possuírem histórico de atuação na melhoria de condições de oferta de seus cursos. Isso representa um diferencial em termos de desenvolvimento institucional e de possibilidade de alcance do conceito máximo em avaliação oficial. Assim, é pouco provável que venham a ter prejuízos com a adoção da nova sistemática. Pelo contrário, passam a contar com mais incentivos para a garantia de excelência no ensino.

Dessa maneira, o chamamento à parceria do setor privado qualificado, com ampla adaptabilidade às mudanças e inovações tecnológicas e do mundo do trabalho pode ser importante para alavancar oportunidades educacionais nas regiões a que se destina a medida. É de se entender, pois, que o projeto sob análise pode contribuir para uma inflexão no atual e persistente quadro de desigualdade no acesso à educação superior e, mais do que isso, contribuir para a redução da desigualdade social inter-regional.

Nesse sentido, é bastante meritório o objetivo do Senador Raimundo Lira em relação à alteração legislativa proposta. Tornar o Brasil menos desigual é objetivo dos mais nobres.

Todavia, em nossa avaliação, é possível aprimorar o projeto apresentado.

Toda solução legislativa que implique a instituição de alguma forma de reserva de vagas deve levar em conta que seu objetivo é eliminar determinada desigualdade.

Assim, espera-se que a reserva de vagas alcance seu objetivo em determinado horizonte de tempo. No momento em que a medida for bem-sucedida, a própria reserva de vagas deixará de ser necessária.

De tal modo, apresentamos emenda que estabelece o prazo bastante razoável de 10 anos para aplicação do disposto pela presente proposta legislativa. Ao fim desse prazo, o legislador poderá reexaminar a questão.

Além disso, a terminologia empregada deve guardar consonância com a legislação vigente.

Por esse motivo, apresentamos emenda para que em lugar da palavra "nota" seja utilizado o termo "conceito", que é o empregado no sistema de avaliação da educação superior objeto da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e na própria Lei do Fies.

Quanto ao mais, consideramos a proposição merecedora de acolhida do Senado Federal.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 179, de 2015, com as seguintes emendas:

> Emenda nº – CE
> Dê-se ao inciso II, do §8º, do art. 1º proposto para a Lei 10.260, de 12 julho de 2001, no art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 179, de 2015, a seguinte redação:
> "Art. 1º..... .....
> § 8º .....
> I — .....
> II – entre os cursos com notas 3 e 4, aqueles oferecidos nas Regiões Norte e Nordeste, de modo que sejam destinados para essas regiões, pelo prazo de 10 anos, ao pelo menos 30% (trinta por cento) dos financiamentos nos cursos que não obtiveram nota máxima". (NR)
> Emenda nº – CE
> Substitua-se o termo "nota"(s) pelo termo "conceito"(s) no §8º acrescido ao art. 1º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, pelo art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 179, de 2015, adotando-se as pertinentes adequações gramaticais no novo texto.

É o relatório.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Coloco em discussão a matéria.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Para discutir, Srª Presidente.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Pode discutir.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Então, com a palavra, a Senadora Simone.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu gostaria de parabenizar o autor da proposição, Senador Raimundo Lira. Ninguém tem dúvida quanto à relevância educacional desse projeto. É um projeto importante, meritório.

Quero agradecer ao Senador Lasier porque, pelo relatório, nós tivemos a clareza do projeto. Sem precisar ler o projeto, nós já o entendemos e temos agora a oportunidade de discuti-lo, como se o tivéssemos lido na sua integralidade, tamanha a riqueza de detalhes e informações colocadas aqui, no relatório.

Eu tenho só uma dúvida. Eu acho que é um projeto muito importante, de grande relevância. Eu fiquei muito feliz, quando primeiro não mexeu na questão da avaliação, garantido realmente financiamento do Fies para todos os cursos avaliados com conceito 5. Disso não podemos abrir mão, ainda que para Estados e regiões menos desenvolvidas, sob pena de ser um retrocesso, e isso me deixou tranquila em relação ao projetos.

A dúvida que eu tive é que, no relatório e também na justificativa do projeto, nós temos o percentual das matrículas existentes hoje nas instituições de ensino superior do Norte e Nordeste comparado com a Região Centro-Sul do País, seja em relação aos jovens de 25 a 34 anos, seja em relação ao que seria a faixa etária normal, dos 18 aos 24 anos. E aqui dá para se perceber realmente diferença gritante, é quase que o dobro de matrículas no Centro-Sul em detrimento do Norte do Nordeste.

E eu fiquei apenas com duas dúvidas. Primeiro, se nós já temos uma noção..., não sei, acredito que o Relator não tenha condições de nos passar essa informação agora, mas, como tenho interesse de pedir vista do projeto, sobre a relação de quantas dessas matrículas do Norte e Nordeste já são financiadas e em que proporção se dá esse financiamento pelo Fies, até para percebermos se não estamos sendo até tímidos em relação a fixar 30%. Segundo, nós não podemos esquecer quando nós colocamos o Centro-Oeste, e isso é um grande problema quando trabalhamos em desenvolvimento – falo muito isso na Comissão de Desenvolvimento Regional –, e colocamos o Centro-Oeste.

Temos que muitas vezes fazer uma diferença e tirar o Distrito Federal da análise do percentual, porque o Distrito Federal puxa para cima e positivamente os indicadores da Região Centro-Oeste, e nós não podemos esquecer. Não é nem pelo meu Estado, mas o Estado de Mato Grosso, por exemplo, o norte de Mato Grosso tem as mesmas características, perfis sociais e indicadores do norte do País, e são regiões muito pobres. Nós estamos falando, por exemplo, da região norte de Mato Grosso, cujo tamanho territorial corresponde a três, quatro Estados da Federação brasileira.

Então, por essa questão, vou solicitar vista, para ver se não precisaríamos de repente incluir o Centro-Oeste, excluído o Distrito Federal dessa questão, ainda que tenhamos que jogar esse percentual, Senador Lasier, de 30% para 40%. E é claro, é óbvio que o Ministério da Educação vai ter o entendimento de, ao conceder o financiamento, excluir, por exemplo, regiões mais desenvolvidas, seja Goiânia, seja minha cidade, Campo Grande, que é uma cidade que é a capital do Estado. E, com isso, não prejudicaríamos regiões mais pobres do Centro-Oeste.

Por isso, Srª Presidente, vou solicitar vista do projeto.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Com a palavra.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Com relação aos dados, Senadora Simone Tebet, tenho tempo para lhe fornecer. Nós não conseguimos colher esses dados, qual é hoje o percentual que o Fies já destina para o ensino do Norte e Nordeste. Vamos buscar esses dados.

E já esperamos que realmente algumas regiões vão reclamar também das suas deficiências. Eu diria que até lá no Rio Grande do Sul. Temos regiões muito avançadas, como temos regiões muito atrasadas.

Agora o objetivo, o mérito desse projeto, Senador Raimundo Lira, é que ele quer igualar mais as possibilidades do ensino superior aos brasileiros que hoje estão em desvantagem.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Srª Presidente, pela ordem, por favor.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – O Senador Donizeti Nogueira pediu a palavra. Depois, eu concedo a palavra ao Senador Hélio José.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidente, eu também vejo o projeto como de muito mérito, é uma discussão muito importante. E a minha questão – e até iria pedir vista, mas a Senadora Simone Tebet já pediu – é em relação aos conceitos 3 e 4. Eu tenho um pouco de dúvida sobre isso e gostaria de discutir.

Então, vou aproveitar a vista da Senadora Simone Tebet e tentar me inteirar melhor sobre essa questão, porque vejo que o projeto é passível de ser aprovado aqui nesta Comissão. É necessário, mas gostaria só de compreender melhor. Então, parabenizo o Senador Benedito de Lira.

O relatório do Senador Lasier Martins tem essa preocupação que eu gostaria de estudar melhor.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu queria só cumprimentar o nosso querido Senador Lasier Martins, pela importância do projeto por ele relatado.

As preocupações da Senadora Simone Tebet têm procedência, mas eu me preocupo muito, porque Brasília não é só o Plano Piloto. Por exemplo, temos as nossas cidades do Entorno. Eu ando muito por Ceilândia – a maior cidade do Distrito Federal –, Planaltina, Gama, e sei o tanto que é fundamental o Fies para que esses jovens possam estar em uma faculdade, estudando, pois passam muita dificuldade. A gente precisa analisar com cuidado essas questões, esses números. Se for o caso, eu até posso concordar em excluirmos o Plano Piloto, mas a gente precisa ver as periferias da nossa cidade, que têm dificuldades enormes, como outros pontos dos outros Estados brasileiros.

Eu estava até conversando com a minha querida Simone. Eu conheço o glorioso Estado do Mato Grosso do Sul e a nossa querida e linda Cidade Morena, Campo Grande, que também tem as suas periferias. Cuiabá também tem as suas dificuldades, assim como Goiânia, capital do meu Estado – sou goiano de Corumbá de Goiás. Então, a gente precisa distinguir o percentual, talvez – não sei – pondo três escalas: uma para situação mais carente, outra para as periferias dessas grandes cidades e outra para o normal.

A Senadora Simone pediu vista, e eu ia até pedir vista coletiva, mas acredito tanto na Senadora Simone que vou deixá-la com a vista e quero colaborar com S. Exª para analisarmos essa questão, principalmente com relação às periferias dessas grandes cidades e aqui do Distrito Federal.

Muito obrigado, Senadora Fátima Bezerra.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – O. k. A Mesa acata o pedido de vista, com base regimental, da Senadora Simone.

Sem dúvida, o projeto trata de um tema muito importante, porque nós não estamos tratando de uma política qualquer; nós estamos tratando de uma política que se insere no esforço para ampliar o acesso ao ensino superior no Brasil. Nós estamos tratando de uma política de financiamento muito importante e que teve, inclusive, um crescimento extraordinário ao longo desses dez anos, um crescimento enorme.

Então, quero só dizer que é muito saudável ver essa preocupação que a Comissão está tendo aqui, elogiando o relatório que o Senador Lasier fez, mas com a preocupação de aprofundar mais para fazer os ajustes necessários.

Vamos passar ao item 7.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, de 2012
- Não terminativo -

Dispõe sobre as diretrizes gerais da política pública para promoção da cultura de paz e dá outras providências – Estatuto da Paz.

Autoria: Deputado Lincoln Portela.
Relatoria: Senadora Marta Suplicy.
Relatório: Contrário ao projeto.
Observações:
- A Matéria recebeu Parecer da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e ainda deverá ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Concedo a palavra à Senadora Marta para proferir o relatório.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Obrigada, Presidente Fátima Bezerra.

É um projeto de iniciativa do Deputado Lincoln Portela, por meio do qual pretende estabelecer normais gerais de ordem pública e de interesse social, na forma de um Estatuto da Paz.

A proposição é composta de 19 artigos, distribuídos em três capítulos. O primeiro compreende os arts. 1º a 4º, que contemplam as diretrizes gerais da política de promoção da paz, além de arrolar os princípios que a norteiam. As competências constitucionais da União são apontadas, no art. 1º, como o ponto de partida e de ancoragem das ações a serem executadas no âmbito da política da paz.

O Capítulo II, formado pelos arts. 5º a 15, por sua vez, trata dos planos nacionais, regionais, estaduais e municipais que dão corpo à política de promoção da paz, articulando, numa perspectiva multidisciplinar, áreas de atuação governamental que incluem saúde, educação e segurança, em todos os níveis de governo.

Nesse capítulo, os arts. 6º a 9º são os que diretamente evocam medidas de cunho educacional. O art. 6º enuncia a emergência de inovação curricular no ensino médio tendente a difundir, entre os alunos, valores subjacentes à cultura de paz e à resolução pacífica de conflitos.

O art. 7º atribui ao Poder Executivo, nos níveis federal, distrital e estadual, a incumbência de promover nas respectivas universidades o estudo de estratégias de resolução pacífica de conflitos, que contenham as iniciativas de promoção de uma cultura de paz.

O art. 8º dispõe sobre a necessidade de a revisão dos programas curriculares incluir materiais didáticos que envolvam temas como educação para a paz, direitos humanos e democracia, e cujo conteúdo seja acessível a pessoas com deficiência.

O art. 9º obriga a União, os Estados e o Distrito Federal a abrirem, em programas de pós-graduação, linhas de pesquisa que tratem especificamente de questões relativas ao respeito aos direitos humanos e à promoção da paz; a elaborarem currículos que considerem as especificidades das crianças e adolescentes em conflito com a lei que se encontrem internados; e a assegurarem a educação básica nos estabelecimentos prisionais.

O capítulo III, composto pelos arts. 16 a 19, dispõe sobre os planos de promoção da paz social. O art. 19 configura a cláusula de vigência e determina que a lei entre em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, o autor ressalta, de início, a dimensão que a violência tem ocupado no cotidiano dos brasileiros. Para ele, uma abordagem integral da violência exige que mazelas como a fome, o desemprego e a exclusão social sejam vistas como manifestações desse fenômeno. Essa compreensão, a seu ver, exige uma perspectiva sistêmica de enfrentamento da violência, calcada, especialmente, nos princípios da liberdade, justiça, solidariedade e tolerância.

Ao chegar ao Senado Federal, a proposição foi distribuída à análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), da Comissão de Educação e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a quem caberá a decisão terminativa. A CDH aprovou parecer contrário ao projeto, sob o argumento essencial de que os temas nele tratados já encontram suporte jurídico na Constituição Federal, cuja eficácia independe da edição de normas infraconstitucionais.

Análise.

De acordo com o art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, cumpre à Comissão de Educação opinar sobre proposições que veiculem, entre outros temas, normas gerais sobre educação, cultura, ensino, diretrizes e bases da educação nacional e assuntos correlatos. Com efeito, no presente exame, mostra-se respeitada a competência regimentalmente atribuída a este Colegiado.

A cultura de paz, espinha dorsal do projeto, envolve assunto candente dos tempos atuais. Como segmentação da cultura geral e como política pública, ela tem a pretensão de forjar um novo *modus* social de con-

vivência, contraposto à violência em suas mais diversas manifestações. Assim, a proposição vem à baila numa hora de grande perplexidade para a sociedade brasileira. Para além das já conhecidas ações de torcidas organizadas e de vândalos nos estádios de futebol, incontidas mesmo com o rigor das medidas punitivas e repressivas do Estatuto do Torcedor, vemos surgir, aqui e acolá, manifestações violentas de rua. Mais recentemente, presenciamos atos de xenofobia, até então inéditos no País. Na mesma linha, vemos a imprensa divulgar atos de intolerância religiosa, um deles redundante em lesão corporal, que não considerou nem mesmo, em relação à vítima, a condição peculiar de criança.

Sob esse prisma, cabe ainda uma avaliação de que a escola pode ter negligenciado, na realização de sua missão de ensinar, a observância, dentre outros, do princípio do apreço à tolerância, prescrito no art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a nossa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A aplicação desse princípio implica o reconhecimento e a valorização do outro como ser singular, com todas as suas diferenças e particularidades. Entretanto, só para citar um exemplo, pesquisas recentemente publicadas a respeito do assunto, evidenciaram que crianças de famílias praticantes de religiões afro-brasileiras consideram a escola o lugar onde se sentem mais discriminadas e inseguras.

Por isso mesmo, a implementação do Estatuto da Paz parece, à primeira vista, deveras oportuna. A política de paz que o projeto pretende instituir está assentada em princípios e valores cuja difusão e consolidação não podem prescindir da atuação das instituições educacionais. A escola, como se sabe, tem sido largamente utilizada para a transmissão da cultura às novas gerações, mas também para a formação em valores. Trata-se de um dos espaços sociais mais propícios à transformação, dada a sua abertura ao livre pensar, ao debate franco e à circulação e produção de ideias novas.

A par disso, passamos à análise dos dispositivos concernentes à área educacional propriamente dita. A esse respeito, cumpre registrar certa dificuldade para compatibilizar e harmonizar a proposição com a legislação ordinária vigente.

Já no art. 6º, o PLC parece desconsiderar o fato de que a União, assim como os Municípios, também é provedora e mantenedora de instituições de ensino médio. Dessa maneira, não faria sentido excluí-la desse dispositivo, que trata de inclusão de temas ou matérias nos currículos do ensino médio, assunto por si só polêmico.

O mais grave do dispositivo, contudo, é que a competência para tratar de temas curriculares foi delegada pelo Congresso Nacional ao Poder Executivo, por meio de seus órgãos especializados competentes. Não bastasse isso, o dispositivo contém equívocos adicionais que vão desde o emprego formal da língua portuguesa à generalização da presença de crianças, ou seja, pessoas com idade inferior a 12 anos, nos termos do ECA, no ensino médio.

Como é de se esperar, nessa etapa da educação básica, a maioria dos alunos ingressa com 14 anos ou mais. Além disso, ao considerar apenas crianças, adolescentes e jovens, o dispositivo ignora igualmente a presença de adultos nesse nível de ensino, uma vez que o conceito de jovens foi restringido pela Lei nº 12.852/2013 às pessoas com idade de 15 a 29 anos.

No art. 7º, verifica-se visível afronta à autonomia assegurada às universidades, nos termos do art. 207 da Constituição. Embora o comando atribua múnus específico aos Poderes Públicos mantenedores de universidades, o dever de inclusão de disciplinas nos cursos oferecidos recai sobre as instituições de ensino. São elas, ao cabo, que se devem comprometer com estratégias de resolução pacífica de conflitos e que contenham as iniciativas de promoção de uma cultura de paz, conforme os princípios do art. 2º do PLC.

Além de configurar afronta à autonomia universitária, essa disposição deixa de observar duas questões importantes: a primeira é que nem todas as instituições de educação superior são constituídas como universidades; a segunda é que a medida não alcança as instituições privadas que constituem o local de estudo de mais de 70% dos estudantes de educação superior do País.

Em todo o caso, seria desnecessário solução legislativa, uma vez que, a exemplo do que acontece na educação básica, ao CNE cabe atribuição de elaborar diretrizes curriculares, conforme disposto na Lei nº 9.131/95. De acordo com essa norma, é o CNE, por meio de colegiado especializado, sua câmara de educação superior, quem decide sobre as diretrizes curriculares propostas pelo MEC para os cursos de graduação.

Em relação ao art. 8º, que trata da necessidade de atualização dos materiais didáticos em decorrência da revisão curricular empreendida, aqui, a nosso juízo, seria completamente previsível. Há ainda a utilização de terminologia anacrônica para designar pessoas com deficiência. Dessa forma, essa alteração legal seria, senão inócua, perniciosa.

O art. 9º, por sua vez, apresenta impropriedade ao designar atribuições muito específicas para diferentes instâncias do Poder Público explicitamente mencionadas, mas sem determinar a incumbência de cada uma. Além da incontornável tentativa de imiscuir-se em atividade situada no campo da autonomia das instituições

universitárias, gera despesa continuada sem a correspondente indicação de fonte de custeio, conforme previsto na legislação vigente.

Com efeito, no que tange ao aspecto educacional, a proposição apresenta problemas de difícil contorno que demandaria supressão maciça dos dispositivos em comento. Aprová-la como está, de igual modo, não garantia eficácia das diretrizes e medidas propostas. Ao contrário, poderia gerar descrédito na política da cultura da paz como um todo.

De toda maneira, nós entendemos que o germe da cultura da paz na área educacional foi fomentado por educadores e especialistas em todos os níveis de governo e diversas esferas sociais. Não foi à toa que o tema integrou as conferências da área e ganhou espaço no Plano Nacional de Educação hoje vigente, consoante formulação de estratégias 7.23 da Meta 7, de 2014.

Vou ler esta Meta 7: garantir política de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica, sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura da paz, em um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.

Nesses termos, cabe chamar a atenção do Parlamento e desta Comissão em especial, com vistas a buscar a executoriedade dessa estratégia, que poderá dar à cultura da paz a possibilidade de ser contemplada com políticas e ações de Estado mais concretas do que as suscitadas no PLC sob exame.

No mais, a proposição já encontra, e em boa parte de seu texto apenas o repete, substrato jurídico em comandos constitucionais plenamente vigentes. Especialmente nos Títulos dedicados aos Direitos e Garantias Fundamentais (II) e à Ordem Social (VIII), há princípios que dispensam a edição de normas infraconstitucionais destinadas a imprimir eficácia às diretrizes e demais medidas propostas pelo Estatuto.

Por essas razões, alinhamo-nos com a posição adotada na Comissão de Direitos Humanos de que a matéria não inova o ordenamento vigente.

Nada obstante, a pura e simples rejeição da proposição, embora fundamentada, por consubstanciar tema relevante, poderia, ainda que indiretamente, sinalizar o caráter secundário ou mesmo a falta de mérito do projeto.

Dessa maneira, além de se apoiar na decisão do colegiado anterior, é importante ter em mente que seria importante ter alternativas à proposição rejeitada. A esse respeito, cumpre lembrar que o tema da cultura de paz foi submetido à apreciação do Senado Federal por meio do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 178, de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim.

Dita proposição intenta, a partir de alterações na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida com Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB), fortalecer a cultura da paz nas escolas e suas adjacências. Aprovado e enviado à revisão da Câmara dos Deputados, o PLS em alusão foi autuado como PL nº 7.157, de 2010. Na Comissão de Educação daquela Casa (CE/CD), a proposta foi acolhida na forma de substitutivo. Atualmente, encontra-se com relatório favorável ao substitutivo em comento, com subemenda de alteração formal, aguardando manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC).

O substituto da CE/CD ao PL nº 7.157, de 2010 (PLS nº 178, de 2009), insere parágrafo único no art. 22 da LDB, para estatuir que "os estabelecimentos de ensino deverão atuar para disseminar o respeito, a solidariedade e a resolução pacífica de conflitos no ambiente escolar, promovendo ações educativas transdisciplinares orientadas para a construção de uma cultura da paz".

Com efeito, se for carreado à lei, esse dispositivo fechará o circuito da institucionalização da cultura de paz em nossas escolas iniciado por meio do PNE. Dado o seu caráter pedagógico, e a depender da forma com que venha a ganhar execução no âmbito das instituições de ensino, essa norma poderá ajudar, de forma permanente, a plasmar valores que guiarão as novas gerações de brasileiros que passarem por nossas escolas.

De toda maneira, é importante chamar atenção para o fato de que o PL nº 7.157, de 2010 (PLS nº 178, de 2009), encontra-se paralisado em sua tramitação na Câmara dos Deputados.

Diante do exposto, nosso voto é pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2012.

Concluindo, nós conseguimos perceber as boas intenções, mas aqui foi amplamente exposto que não traria nenhuma modificação relevante. Seria mais alguma coisa para custos e para atabalhoar as nossas leis, que hoje já não conseguimos cumprir nem fiscalizar mais da metade. Agora, que a cultura da paz é importante e que nós deveríamos, como o próprio relatório sugere, tentar elaborar a respeito de possibilidades outras, eu acredito. Por exemplo, eu me lembro de ações em escola, de que eu participei de perto, de treinamento para a resolução de conflitos. Nós temos toda uma geração, Presidente Fátima Bezerra, que aprendeu resolver conflito com desenho animado, e o desenho animado resolve conflito com um soco ou uma bomba, e as pessoas não aprendem o que é uma negociação. Se estão num lar onde os pais também dialogam pouco e onde não existe o hábito dessa negociação, o que chega na escola é soco também. E é tudo desenvolvido de acordo com a faixa de idade. Então, há possibilidade de fazer, por exemplo, psicodrama nas escolas, onde se possa aprender,

porque essas coisas se aprendem. Ninguém vai dizer: olha faça uma negociação. Se a pessoa nunca viu o que é uma negociação, como é que vai fazer?

Não adianta fazer um projeto enorme, porque já existem essas leis todas. Você tem que ter outros enfoques, e isso vem, provavelmente, na capacitação de professores em outras áreas que hoje não existem , não há instalado, porque o mundo mudou. Esses currículos são atualizados na grande maioria, mas muito desatualizados em formas de necessidades que nós temos hoje em relação à juventude.

Contudo, o voto é pela rejeição do projeto.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório. As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o relatório contrário ao projeto queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o parecer da Senadora Marta, que passa a constituir parecer da Comissão, contrário ao projeto.

A matéria vai à CCJ.

Parabenizo a Senadora Marta pelo relatório bastante circunstanciado que fez. De fato, a ideia é meritória, mas o parecer dela é extremamente pertinente.

Vamos ao item 4. (*Pausa.*)

Mas esse projeto é terminativo aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – *O. k*.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO. *Fora do microfone*.) – O Relator não está.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sim; o Relator ainda não está, mas o Senador quer apenas fazer a leitura.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Vamos votar os requerimentos, por favor.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Depois eu volto ao projeto, Senador Dário.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – É meu o projeto, Srª Presidente, só para esclarecer a V. Exª...,

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Mas o Senador Dário está presente!

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Sim; o projeto é meu e a relatoria é do Senador Dalírio Beber.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Não, não, Senador Dário. Aqui consta a autoria do Senador Paulo Bauer.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO. *Fora do microfone*.) – A Presidente chamou o item 4.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Item 4?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO. *Fora do microfone*.) – O seu seria o item 5.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – O Item 3 é que é meu.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Perfeito.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Esse projeto já foi lido e aprovado, em primeira discussão. Entretanto, como ele teve um substitutivo, parece-me que ele retorna, para efeitos formais, para aprovação em segundo turno.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Perfeito, Senador. Na verdade, são duas homenagens diferentes, embora ambas digam respeito ao seu Estado. Como exigem o chamado quórum terminativo, portanto, não podem ser apreciados hoje.

Na verdade, o que houve aqui foi um pedido para que o Senador fizesse apenas a leitura do Item 4.

O projeto de V. Exª, Senador Dário Berger, consta da pauta; só precisamos de quórum para fazer a votação.

Enquanto o Senador Cristovam se prepara, vamos dar prosseguimento à nossa reunião, tratando dos requerimentos, Senador Donizeti.

ITEM 11
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 120, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a Educação ao Longo da Vida na perspectiva da Educação de Jovens e Adultos e a CONFINTEA BRASIL+6. Complementarmente, sugerimos a data de 12 de novembro para a realização da referida audiência. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Secretário da SECADI;
2. Prof. Licínio Carlos Viana Silva Lima, PhD;
3. Representante da Unesco;
4. Representante do Consed – Conselho Nacional de Secretários de Educação;
5. Representante da Undime – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação; e
6. Representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra.

Em votação.
As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
O próximo é um requerimento de autoria do Senador Romário, subscrito por mim.

ITEM 12
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 124, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, em aditamento ao RCE 89/2015-CE, a inclusão do Sr. Abrão Augusto J. Quadros, representante da Associação Brasileira de Esclerose Lateral Amiotrófica, para participar da audiência pública que debaterá a Institucionalização do "Dia Nacional da Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA), no Brasil, dia 21 de junho", como expositor.

Autoria: Senador Romário.

Em votação.
As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado. (*Pausa.*)

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Nós agora vamos passar a palavra ao Senador Romário.

Eu quero apenas dizer, Senadora Simone, que, se V. Exªs desejarem, podem subscrever o requerimento que aprovamos aqui. Trata-se de uma audiência pública com o objetivo de debater a educação ao longo da vida. Estamos propondo a audiência, Senador Donizeti, para o dia 12 de novembro, a fim de que coincida com o Seminário Internacional sobre Educação ao Longo da Vida, que vai acontecer exatamente em nosso País, por intermédio da Confintea, e que vai reunir, na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), estudiosos, gestores, profissionais da educação e lideranças da sociedade civil engajados nos processos da educação de jovens, adultos e idosos, na perspectiva da educação popular como forma de educação ao longo da vida, com vistas ao levantamento de subsídios que proporcionem ao País a construção de medidas efetivas e coerentes com compromissos declarados por ocasião da VI Conferência Internacional de Educação de Adultos.

Com a palavra o Senador Cristovam, apenas para fazer a leitura do projeto de autoria do Senador Paulo Bauer, de que trata o item 4 da pauta.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 353, de 2015
- Terminativo -

Dispõe sobre a denominação do Campus Joinville da Universidade Federal de Santa Catarina.

Autoria: Senador Paulo Bauer
Relatoria: Senador Cristovam Buarque.
Relatório: Pela aprovação do projeto.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senadora Fátima Bezerra, eu fico muito satisfeito de que V. Exª tenha conseguido encontrar uma brecha para que este parecer seja lido, pois todo o Estado de Santa Catarina espera que nós votemos este projeto de iniciativa do Senador Paulo Bauer.

É um projeto cuja justificativa pelo autor argumenta a respeito do propósito de prestar justa homenagem póstuma ao professor, advogado e ilustre homem público catarinense.

A matéria foi distribuída para apreciação exclusiva e terminativa da CE.

Daí a importância de lermos este relatório e aprovarmos, quando houver quórum, porque ele é terminativo.

O professor, advogado e ilustre homem público, homem de Estado, eu diria, Luiz Henrique da Silveira, teve uma vida exemplar. Possuidor de vasta cultura, grande conhecedor da história do País e do seu Estado, amante e estimulador das artes nos mais variados sentidos, hábil e competente administrador público, deixou sua marca em todas as áreas em que atuou.

Poucos políticos deixaram uma marca tão profunda na história do nosso País, em todos os cargos que exerceu. E talvez nenhum outro tenha deixado tanta marca como ele no Estado de Santa Catarina. Sua reforma administrativa naquele Estado, quando governador, é um exemplo; sua competência para a articulação unida à sua vontade priorizando a cultura, permitiu a criação da magnífica experiência do Balé Bolshoi no Brasil; desde sua passagem pelo Ministério da Ciência e Tecnologia se transformou em um dos políticos mais identificados com a necessidade de desenvolvimento científico e tecnológico como base para o desenvolvimento social e econômico do Brasil.

Por sua vida e suas ações, o nome do brasileiro Luiz Henrique fará com que os alunos do *campus* da Universidade Federal de Santa Catarina em Joinville se lembrem, para sempre, da vida e da ação de um grande brasileiro, um ser humano especial. Com isso, o nome do *campus* será em si parte do processo de formação dos alunos.

Como bem lembra o autor da matéria, o Senador Paulo Bauer, foi Luiz Henrique, como Governador do Estado de Santa Catarina, que repassou ao governo municipal de Joinville os recursos necessários para a aquisição do terreno de 1,2 milhão de metros quadrados, onde, posteriormente, foi construído o *campus* Joinville da Universidade Federal de Santa Catarina.

Sendo assim, é, sem dúvida, justa e meritória a iniciativa de denominar Luiz Henrique da Silveira o Campus Joinville da Universidade Federal de Santa Catarina. Tal proposição, além de reconhecer a atuação desta Casa de um filho de Joinville, presta uma homenagem ao bacharel em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, que se tornou uma das figuras públicas mais respeitadas do País.

Tendo em vista o caráter exclusivo de distribuição a esta Comissão, cabe igualmente aqui apreciar a constitucionalidade e a juridicidade da proposição. No que tange a esses aspectos, o PLS nº 353, de 2015, está de acordo com os preceitos constitucionais e não fere as exigências estabelecidas pela Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que dispõe sobre a denominação de logradouros, obras civis e monumentos públicos.

É por tudo isso que, com muita emoção, com muita convicção, eu sugiro o voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 353, de 2015, do Senador Paulo Bauer, denominando *Campus* Luiz Henrique da Silveira o *campus* da Universidade Federal de Santa Catarina, que está localizado em Joinville.

Esse é o meu parecer, Senadora Fátima Bezerra.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Coloco em discussão a matéria.

Senador Dário com a palavra.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Srª Presidente, preliminarmente, quero cumprimentar o Senador Paulo Bauer pela iniciativa e acrescentar que o Senador Paulo Bauer, quando Luiz Henrique da Silveira foi Governador de Santa Catarina, exerceu suas funções junto à Secretaria de Estado da Educação, e ali formaram uma grande amizade.

Imagino que o Senador Paulo Bauer, que participou também ativamente das discussões da descentralização da Universidade Federal de Santa Catarina, que, diga-se de passagem, um dos grandes méritos da educação

superior conquistados por esse governo, fez parte e foi fundamental para a sua descentralização juntamente com o Senador Luiz Henrique da Silveira, que, à época, era Governador.

E eu, de certa forma – sabe, Senador Cristovam Buarque –, sou relativamente suspeito para falar de Luiz Henrique da Silveira, porque, para mim, além de ser um companheiro, um amigo, um correligionário, era um mestre, um líder, e, além de ser um líder, eu o admirava por ser um visionário, uma pessoa que me parece que sempre esteve à frente do seu tempo. E o reconhecimento que ele obteve ao longo da sua vida, em nível estadual e em nível nacional, é marcante. Eu diria que, falando-se de Santa Catarina, trata-se da maior liderança das últimas décadas que nós conseguimos perceber. E, em nível nacional, também conquistou destacada participação, recebendo o carinho e o reconhecimento praticamente de todos os Senadores e de todas as Senadoras em sua unanimidade, mas não só dos Senadores, como da política nacional como um todo.

Nada mais justo e legítimo do que essa homenagem. E posso perceber aqui a forma marcante como foi relatada pelo Senador Cristovam Buarque, com todo o respeito. Acho que nós não poderíamos talvez escolher um Relator melhor para fazer e prestar essa justa homenagem ao nosso, então, ex-Senador Luiz Henrique da Silveira, que passa a ter inscrito, vamos dizer assim, na cidade de Joinville, cidade onde ele viveu, da qual foi prefeito por três vezes, por onde foi eleito foi Deputado Estadual, Deputado Federal, enfim, cidade à qual dedicou toda a sua vida a fazer o bem, a construir, a somar e a multiplicar gestos que, agora, vêm ao Senado Federal esse projeto de lei para que nós possamos manifestar o nosso reconhecimento.

Infelizmente, essas homenagens só acontecem após o cidadão morrer. Mas eu acho que nós, homens públicos, mais do que o bom cargo, do que o bom emprego, do que a boa posição social, fundamentalmente, Senador Cristovam, nós estamos em busca de um reconhecimento como pessoa, como agente político que possa contribuir para o desenvolvimento do nosso Estado e o desenvolvimento do Brasil.

E isso o Luiz Henrique fez como poucos. Por isso, penso que é muito justa e legítima a homenagem que nós estamos prestando a ele neste momento, parabenizando mais uma vez o Senador Paulo Bauer pela iniciativa e parabenizando, cumprimentando, de maneira muito especial, o Senador Cristovam Buarque que fez um belo, um extraordinário parecer homenageando este que foi um dos grandes colegas que nós tivemos aqui no Senado Federal – Luiz Henrique da Silveira.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – *O. k.*, Senador Dário.

Continuando a discussão, passo a palavra rapidamente para o Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – O poeta e compositor Renato Russo diz, em uma canção, que os bons morrem jovens. Eu tenho um filho que é músico, e ele, homenageando Renato Russo, lembrando de Renato Russo, fez uma canção que diz que os bons morrem jovens e os maus parecem não morrer. O Senador Luiz Henrique é um desses bons e que morreu jovem. Certamente teria muito ainda a contribuir com o nosso País, com o Estado de Santa Catarina e com a humanidade. Mas ele foi chamado para outras tarefas. Certamente partiu com a compreensão de que realizou aquilo que o seu tempo permitiu, e realizou bem. E a nós, que aqui ficamos, certamente cumpre a tarefa de eternizar essas pessoas.

Por isso, parabenizo o Senador Paulo Bauer pelo projeto e parabenizo também o Relator, Senador Cristovam Buarque, pela paixão, pelo sentimento e pela clareza de suas palavras no relatório do projeto.

Então, com essas palavras, voto "sim" ao projeto, dizendo que nós temos a responsabilidade de eternizar aqueles que prestaram relevantes serviços ao nosso País, ao seu povo.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – *O. k.*, Senador Donizeti.

Vamos encerrar a discussão, uma vez que a matéria só será apreciada quando houver o quórum regimental necessário, posto que o projeto é terminativo. Mas nós nos associamos aqui ao brilhante parecer proferido pelo Senador Cristovam Buarque, bem como aos apartes feitos pelo Senador Dário e pelo Senador Donizeti. O Senador Luiz Henrique é mais do que merecedor da homenagem.

Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do requerimento apresentado pelo Senador Cristovam Buarque. (*Pausa.*)

Não havendo óbice, passo a palavra ao Senador Cristovam para a leitura do requerimento.

ITEM 13
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 125, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Internos do Senado Federal, a retirada do RCE nº 112, de 2015, aprovado na Reunião desta Comissão de Educação, realizada no dia 22/9.

Autoria: Senador Cristovam Buarque e outros.

Senador Cristovam, com a palavra para a leitura do requerimento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senadora, eu fico muito satisfeito de ter aqui sobretudo o Senador Donizeti para ouvir a opinião dele, sincera, sobre se devemos ou não aprovar esse requerimento.

Trata-se de uma proposta minha de fazer uma audiência pública para instruir o Projeto de Lei nº 189, de 2015, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues que dispõe sobre denominação e redenominação de logradouros, obras, serviços emolumentos públicos.

Tivemos um bom debate aqui em que me lembrei do papel histórico dos nomes e também emocionais, que os nomes de logradouros colocam. Não podemos deixar que certos logradouros tenham nomes de pessoas que a história mostrou seus erros graves, seus compromissos com crimes contra a humanidade. Ao mesmo tempo, temos lembrar que alguns logradouros adquirem uma personalidade nesse nome, que talvez não valha a pena mudar.

Citei o exemplo da Ponte Costa e Silva, que foi substituída por Honestino Guimarães, e que liguei para parabenizar o deputado pela decisão tomada, decisão do Partido dos Trabalhadores, decisão que achei muito correta. Todavia, fico pensando: e alguém que namorou passeando por aquela ponte, quando se chamava Arthur da Costa e Silva, vai sentir suas emoções prejudicadas pela mudança?

Por conta disso, continuo achando que tem que mudar mesmo, do ponto de vista histórico. Sugeri uma audiência. Essa audiência, se for feita, vai adiar muito a aprovação do projeto. O meu requerimento é no sentido de retirar a minha proposta de audiência.

Gostaria que essa aprovação não fosse feita só no calor da sugestão, mas, se houver tempo aqui, que se discuta a minha proposta de retirar a proposta de audiência, para que o projeto do Senador Randolfe seja aprovado o mais rápido possível. Precisamos ter um critério, e ele trouxe um critério. Esse debate pode ser correto do ponto de vista histórico, mas pode atrapalhar do ponto de vista legislativo.

Por isso, a minha proposta é retirar o meu requerimento anterior para que houvesse uma audiência pública.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – *O. k.*, Senador Cristovam. V. Exª foi bastante objetivo ao expressar aqui as razões que o levaram a apresentar o presente requerimento pedindo exatamente a retirada.

Como o Senador Donizeti tinha também subscrito, passo a palavra a ele, agora na fase de discussão.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Só para reafirmar que tenho muito convergência com o Senador Cristovam Buarque. As explicações dadas me levam a assinar novamente o requerimento com ele, pedindo a retirada, para dar celeridade a esse projeto de lei que considero muito importante.

Havia sido signatário do requerimento anterior e estou também sendo signatário nesse, para retirada, compreendendo as razões apresentadas pelo Senador Cristovam Buarque.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o presente requerimento queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agendando para amanhã, quarta-feira, às 9h30min, reunião extraordinária destinada à discussão e votação das emendas da Comissão de Educação, Cultura e Esporte ao Projeto de Lei nº 7 de 2015, que estima receita e fixa despesa da União para o exercício financeiro de 2016.

Logo após será realizada audiência pública destinada a institucionalizar o Dia Nacional da Luta Contra a Esclerose Lateral, em atendimento ao requerimento do Senador Romário.

A referida audiência pública contará com a presença dos seguintes convidados: Maria Cecília Oliveira, que é Presidente da Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves; Jorge Melo, Presidente do Movela – Movimento de Defesa dos Direitos da Pessoa com ELA; Gerson, Professor titular da Famusp; Sthanley Abdão, representante da Associação Lutando contra ELA.

Agradeço a presença de todos.

(Iniciada às 11 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 45 minutos.)

ATA DA 54ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2015.

Às nove horas e cinquenta e dois minutos do dia quatorze de outubro de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, **sob a Presidência do Senhor Senador Romário**, e com a presença dos Senhores Senadores Fátima Bezerra, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins, Paulo Paim, Simone Tebet, Dário Berger, Maria do Carmo Alves, Dalirio Beber, Blairo Maggi, Douglas Cintra, Regina Sousa, Telmário Mota, Ana Amélia e Hélio José, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer, os Senhores Senadores Ângela Portela, Wilder Morais, Gladson Cameli, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Otto Alencar, Jader Barbalho, José Agripino, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Lídice da Mata, Roberto Rocha e Eduardo Amorim. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. Prosseguindo, a Presidência informa que o objetivo da reunião é o de discutir e aprovar as emendas da Comissão de Educação, Cultura e Esporte à Lei Orçamentária Anual - LOA 2016. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Romário, passa a palavra ao Senhor Douglas Cintra, relator das Emendas ao Orçamento nesta Comissão, para proferir seu relatório. Prosseguindo, a Comissão analisa e aprova as seguintes emendas ao à **Lei Orçamentária Anual – LOA 2016**: **Emendas de Apropriação: Emenda nº 1 – Educação – Educação Básica - "0509 – Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica"**, no valor de R$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais), para a unidade orçamentária 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, do Ministério da Educação, apresentada pelos Senadores Lídice da Mata, Ângela Portela, Randolfe Rodrigues, Fátima Bezerra, Marta Suplicy, Ana Amélia e Raimundo Lira. **Emenda nº 2** – **Educação – Educação Profissional e Tecnológica - "6380 – Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica"**, no valor de R$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), para a unidade orçamentária 26101 – Ministério da Educação - MEC, apresentada pelos Senadores Wilder Morais, Lídice da Mata, Ângela Portela, Randolfe Rodrigues, Ana Amélia, Paulo Paim, Hélio José e Donizeti Nogueira. **Emenda n.º 3** – **Cultura - "20ZF – Promoção e Fomento à Cultura Brasileira"**, no valor de R$ 480.000.000,00 (quatrocentos e oitenta milhões de reais), para a unidade orçamentária 42902 – Fundo Nacional de Cultura, do Ministério da Cultura, apresentada pelos Senadores Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Simone Tebet, Fátima Bezerra, Ana Amélia, Paulo Paim, Cristovam Buarque e Helio José. **Emenda nº 4** – **Esporte - "5450 – Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer"**, no valor de R$ 650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais), para a unidade orçamentária 51101 - Ministério do Esporte, apresentada pelos Senadores Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Simone Tebet, Romário, Ana Amélia, Hélio José e Donizeti Nogueira. Finda a discussão e votação das Emendas da Comissão à Lei Orçamentária Anual - LOA 2016, a presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Romário,** encerra a reunião às dez horas, determinando que eu, **Willy da Cruz Moura**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR ROMÁRIO
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 54ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 1ª Sessão Legislativa ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se a discussão e votação das emendas desta Comissão ao Projeto de Lei nº 7, de 2015-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016.

Concedo a palavra ao Senador Douglas Cintra para proferir o relatório.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Sr. Presidente, no prazo estabelecido pela Comissão foram oferecidas 115 propostas de emenda ao Projeto de Lei de Orçamentária Anual para 2016. Dessas, 62 foram destinadas ao Ministério da Educação, 29 para o Ministério da Cultura, 20 para o Ministério do Esporte e uma para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Conforme consta da Resolução nº 1/2006, esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte pode apresentar até quatro emendas de apropriação. Portanto, apesar de considerar meritórias todas as sugestões oferecidas, tivemos que escolher apenas quatro proposições.

Demos preferência àquelas que receberam o maior número de apoio dos Parlamentares e que têm o maior alcance finalístico da ação governamental.

Acolhemos uma proposta para a Educação Básica, uma para a Educação Profissional e Tecnológica, uma para a Cultura e uma para o Esporte.

Na Educação Básica, decidimos reforçar com R$ 800 milhões a ação "0509 – Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica", a partir das propostas dos Senadores Lídice da Mata, Ângela Portela, Randolfe Rodrigues, Fátima Bezerra, Marta Suplicy, Ana Amélia e Raimundo Lira.

Já na Educação Profissional e Tecnológica, resolvemos aceitar a sugestão dos Senadores Wilder Morais, Lídice da Mata, Ângela Portela, Randolfe Rodrigues, Ana Amélia, Paulo Paim, Hélio José e Donizeti Nogueira, na forma de uma emenda que consigna R$450 milhões para a ação "6380 – Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica".

Para a Cultura, propomos alocar mais R$480 milhões para a ação "20ZF – Promoção e Fomento à Cultura Brasileira" com base nas propostas dos Senadores Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Simone Tebet, Fátima Bezerra, Ana Amélia, Paulo Paim, Cristovam Buarque e Hélio José.

Finalmente, no esporte optamos por acolher as propostas dos Senadores Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Simone Tebet, Romário, Ana Amélia, Hélio José e Donizeti Nogueira, e reforçar com R$650 milhões a ação "5450 – Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer".

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão de Educação Cultura e Esporte delibere pela apresentação das seguintes emendas de apropriação ao Projeto de Lei Orçamentária para 2016:

- R$800 milhões para a ação 0509, apoio ao desenvolvimento da educação básica, na unidade orçamentária 26298, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE, do Ministério da Educação;

- R$450 milhões para a ação 6380, fomento ao desenvolvimento da educação profissional e tecnológica, na unidade orçamentária 26101, Ministério da Educação;

- R$480 milhões para a ação 20ZF, promoção e fomento à cultura brasileira, na unidade orçamentária 42902, Fundo Nacional de Cultura, do Ministério da Cultura;

– R$650 milhões para a ação 5450, implantação e modernização de infraestrutura para esporte educacional, recreativo e de lazer, na unidade orçamentária 51101, Ministério do Esporte.

É o nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador. Coloco em discussão a matéria.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Eu gostaria só, se possível, de saber se o Senador Douglas tem cópia. Foi distribuída cópia do relatório para nós?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Tenho pronto aqui, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Eu gostaria que o Senador Douglas pudesse, enfim, esclarecer, de todas aquelas propostas que foram apresentadas, qual é a proposta que a comissão, que o relatório está apresentando, Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Acabou de ler aqui.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pois é; eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Está aqui.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – As que ficaram foram o apoio ao...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – O esporte, a implantação e modernização de infraestrutura para esporte educacional, recreativo e de lazer.

Então, Senador Romário, está muito bom.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – *O. k.*, Senadora?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Quero parabenizar o Senador Douglas, porque as propostas, enfim, respondem às necessidades, a gente olhando a educação como um todo.

Por exemplo, essa proposta aqui do apoio ao desenvolvimento da educação básica, Senador Romário, é muito importante, porque contempla desde a questão da creche até o ensino médio. Não é, Senador Douglas? Ela contempla, por exemplo, todas essas ações de creche, do Programa Caminho da Escola, enfim, as principais necessidades que os Municípios e Estados enfrentam, do ponto de vista de melhorar a questão de educação.

E quero parabenizo também pela questão da educação profissional e tecnológica, Senador. Muito importante, porque isso significa que a Comissão de Educação aqui do Senado, Senador Romário, está cada vez mais empenhada para que a gente tenha continuidade no que diz respeito à expansão e fortalecimento da educação profissional no Brasil, que passa pela continuidade da rede federal de educação profissional, Prona-

tec, etc.. etc, retomando, sobretudo, o protagonismo que tiveram os planos de expansão e fortalecimento da educação profissional.

E, no campo do esporte, está excelente: implantação e modernização da infraestrutura. E a questão também da cultura, no que diz respeito ao livro e à leitura.

Parabéns ao Senador Romário e ao Senador Douglas.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Quer falar alguma coisa?

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Apenas complementar o que é Senadora falou.

Nós procuramos exatamente aglutinar o maior grupo de emendas, ou seja, onde os Senadores mais colocaram emendas, pois consideremos que isso indicava quais eram os pontos que eles consideravam mais importantes. Dividimos duas para educação, uma para cultura e uma para esporte. E, assim, acho que conseguimos contemplar o interesse da maior parte, se não todos, dos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação as emendas.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Parabéns, Senador.

A matéria segue para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nada mais havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Informo que daremos início, em instantes, à audiência pública destinada a institucionalizar o Dia Nacional da Luta contra a Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA), em atendimento ao Requerimento n.º 89 e ao Requerimento nº 124, de 2015, desta comissão, de minha autoria, com a presença dos seguintes convidados: Maria Cecília Oliveira, Jorge Melo, Sr. Gerson Chadi, Sr. Sthanley Abdão.

(Iniciada às 9 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas.)

ATA DA 55ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2015.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às nove horas e cinquenta minutos do dia quatorze de outubro de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senhor Senador Romário e com a presença dos Senhores Senadores Donizeti Nogueira, Dalirio Beber, Douglas Cintra, Telmário Mota e das Senhoras Senadoras Fátima Bezerra, Maria do Carmo Alves e Regina Sousa, reúne-se a presente Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nºs 89 e 124, ambos de 2015, da CE, de sua iniciativa, para a realização de audiência pública destinada a institucionalizar o Dia Nacional da Luta contra a Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA). Comparecem à Audiência Pública como expositores: Senhora Maria Cecilia Oliveira, Presidente da Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves (Afag); Senhor Jorge Melo, Presidente do Movimento de Defesa dos Direitos da Pessoa com ELA (Movela); Senhor Gerson Chadi, Professor Titular do Departamento de Neurologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP) e Responsável pelo Centro de Pesquisa em Neurorregeneração e Esclerose Lateral Amiotrófica; Senhor Sthanley Abdão, Representante da Associação "Lutando contra ELA" e Senhor José Eduardo Fogolin Passos, Diretor do Departamento de Atenção Especializada e Temática da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde (DAET/SAS/MS). Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a presente reunião às doze horas e trinta e sete minutos do dia quatorze de outubro de dois mil e quinze, determinando que eu, Willy da Cruz Moura, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR ROMÁRIO
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Havendo número regimental, declaro aberta a 50ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública, atende aos Requerimentos nºs 89 e 124, ambos de 2015, da CE, de minha autoria, de minha iniciativa, para a realização de audiência pública destinada a institucionalizar o Dia Nacional da Luta contra a Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA).

Dando início à audiência pública, solicito ao secretário da Comissão que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

Os convidados são:

- Srª Maria Cecilia Oliveira, Presidente da Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves (Afag);

- Sr. Jorge Melo, Presidente do Movimento de Defesa dos Direitos da Pessoa com ELA (Movela);

- Gerson Chadi, Professor Titular do Departamento de Neurologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e responsável pelo Centro de Pesquisa em Neurorregeneração e Esclerose Lateral Amiotrófica;

– Sr.Sthanley Abdão, representante da Associação "Lutando contra a ELA, que ainda não chegou; e

– Sr. José Eduardo Fogolin Passos, Diretor do Departamento de Atenção Especializada e Temática da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde.

Sejam todos bem-vindos!

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência do Senado, do Jornal do Senado, da Rádio Senado, e contará com os serviços de interatividade com o cidadão: Alô Senado, através do telefone 0800-612211, e do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.gov.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

A audiência contará com o serviço de Língua Brasileira de Sinais (Libras) e será realizada em caráter interativo. (*Pausa.*)

Senhoras e senhores aqui presentes, estamos hoje reunidos nesta Comissão de Educação, Cultura e Esportes para debater e instruir o projeto de lei do Senado que irá instituir o Dia Nacional de Luta contra a Esclerose Lateral Amiotrófica, mais conhecida no Brasil pela sigla ELA. O principal sintoma da ELA é a fraqueza muscular, acompanhada de endurecimento dos músculos, inicialmente em um dos lados do corpo. Porém, existem outros sintomas, tais como cãibras, tremor muscular, reflexos vivos, espasmos e perda de sensibilidade. Trata-se de uma das principais doenças degenerativas do sistema nervoso, com incidência que varia de 0,6 a 2,6 pessoas por seis mil habitantes no mundo inteiro.

Em cerca de 10% dos casos, a ELA é causada por fatores hereditários, e, nos demais casos, a origem é completamente desconhecida. Acredita-se que, quando se manifesta o primeiro sintoma, mais de 80% dos neurônios motores já foram perdidos. Em média, a sobrevivência dos pacientes com ELA é de apenas três a cinco anos. Diversas personalidades reverenciadas pelo grande público já foram acometidas pela doença, como o físico britânico Stephen Hawking e o ator de cinema David Niven.

Inexplicavelmente, a moléstia atinge também um número considerável de jogadores e ex-jogadoras de futebol, como Washington, que fez dupla com Assis no Atlético Paranaense e no Fluminense, na década de 80, e o polonês Nowak, que em 96 atuou com seu compatriota Piekarski no Atlético Paranaense. Nowak faleceu aos 29 anos, em 2005, e Washington nos deixou, infelizmente, no ano passado, aos 60 anos de idade.

A alta incidência entre os futebolistas chama a atenção principalmente da Itália, que viu diversos de seus atletas atingidos, com destaque para o ex-zagueiro do Gênova, Gianluca Signorini, e o ex-atacante Stefano Borgonovo, da Fiorentina e da seleção italiana, ambos falecidos ainda jovens. Entretanto, ainda não existe um estudo final sobre a sua incidência relacionado com jogadores de futebol.

Apesar de nos comovermos com os casos dessas pessoas mais famosas, não é apenas por elas que estamos lutando. Se para elas já é difícil combater a doença, que dirá para um anônimo de vida comum, como um assalariado ou desempregado, pai de família, que leva uma vida difícil mesmo antes do aparecimento da grave moléstia.

Lembremos que não há cura reconhecida para a doença, mas apenas um medicamento que retarda a sua progressão. As pesquisas para encontrar a solução definitiva ainda são incipientes, embora haja todo um esforço de cientistas envolvidos na causa da ELA no mundo inteiro. Por isso é tão importante recordarmos o tempo todo a luta dos doentes, dos familiares, dos amigos, dos médicos e dos cientistas no combate à ELA.

Embora a batalha seja diária e não dê trégua durante o ano inteiro, é fundamental eleger uma data nacional para que a esperança se renove. Inicialmente pensamos em propor o dia 21 de junho, já que é o dia internacional do combate à doença, mas outras propostas para comemorar em nível nacional foram aparecendo. Algumas pessoas alegam que seria mais pertinente escolhermos outra data que não fosse a mesma do dia internacional, pois, além do dia internacional, teremos outro dia do ano para falar sobre a ELA em nosso País.

Hoje, aqui nesta audiência pública, teremos espaço para que os expositores se manifestem e possamos escolher o melhor dia para o Brasil ter a sua agenda para marcar o Dia Nacional da Luta contra a ELA. Após essa definição de datas, estaremos levando ao Plenário o nosso projeto de lei, que já está previamente redigido.

Representamos neste Parlamento não só os acometidos pela doença ELA, mas todos os brasileiros, e temos o dever de não apenas inaugurar uma data nacional e de combater o problema, mas de encaminhar soluções dentro das possibilidades que são alcançáveis.

Muito obrigado e esperamos ter aqui uma excelente audiência pública.

Dando início à nossa audiência pública, passo a palavra à Srª Maria Cecilia Oliveira, Presidente da Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves (Afag).

Por favor, Srª Cecília, a senhora dispõe de 10 minutos.

A SRª MARIA CECILIA OLIVEIRA – Obrigada, Senador Romário; obrigada a todos aqui presentes.

Num primeiro momento eu gostaria de salientar a importância que nós vemos, como uma associação de pacientes com doenças graves, no trabalho que o Senador Romário tem feito em prol da saúde no Brasil. Eu acho que, realmente, ele veio para fazer história, primeiro no campo, e agora na política. A gente sempre questionou: "mas será que vai entender de política", e a gente viu que não precisa ser um PhD em política, é preciso entender de pessoas. A gente precisa entender de pessoas, lutar por elas e saber que é necessário proteger alguns direitos fundamentais do indivíduo que, infelizmente, a gente tem visto, em nosso Brasil, rotineiramente, desrespeitados.

Então, as associações que estão aqui presentes, o Movela, a ABrELA, a Afag, são associações que lutam muito, diariamente, por esses pacientes. E, nessa luta, muitas vezes a gente acaba desanimando em alguns momentos, não vendo uma luz no fim do túnel, vendo uma total ineficiência de algumas políticas para pacientes com ELA.

Então, a gente considera que a instituição de um dia nacional é importante? É. Lógico, a conscientização de uma doença tem que ser todos os dias de um ano, mas com a criação de um dia a gente tem visto que provoca uma sensibilização nacional, e. Com isso, começa-se a mostrar muito mais essa patologia para a sociedade civil. E isso começa a abrir os olhos de todas as camadas da sociedade, seja por conscientização, seja por diagnósticos, seja por tratamentos, seja por realmente garantir alguns direitos que já estão estampados nas nossas leis, como o direito a uma aposentadoria.

Muitas vezes um paciente de ELA – o Jorge bem sabe disso – sofre em perícias até por conta do desconhecimento da doença, dos gravames, das especificidades, dos obstáculos que um paciente de ELA encontra no dia a dia.

Então, eu acho que é um grande passo, realmente, a criação de um dia nacional. Por quê? Porque a conscientização começa a tomar mais força, e tomar mais força para que todo dia ela realmente seja lembrada, assim como todas as patologias, principalmente as graves e as raras, que têm, sim, que ter essa lembrança diária, essa

conscientização para que a gente possa, cada vez mais, lutar por esses direitos que estão, infelizmente, sendo suprimidos dos pacientes.

Nós estamos em uma situação no País um pouco crítica, e a gente tem visto que isso, em muito, acaba fazendo com que os pacientes sofram desse resultado. E eu acho que a saúde realmente tem que ser vista como é vista e garantida na nossa Constituição: como um direito prioritário e fundamental. Se nós estamos passando situações difíceis, a saúde e a vida não podem ser relegadas a um segundo, elas são primordiais. Você não pode nem falar dos outros direitos se você não estiver vivo e com saúde; acho que tudo perde um pouco de sentido.

Portanto, essa importância que nós damos... "Ah, mas é só um dia". Não; um dia realmente é importante, porque desse dia você passa a ter consciência, no decorrer do ano, sobre determinada doença. E isso a gente tem visto com outras patologias que saíram do profundo desconhecimento das pessoas em razão de quê? Primeiro, instituiu-se um dia estadual, depois, um nacional, e, com aquela comemoração anual, isso foi se estendendo para o decorrer do ano e foi tomando um vulto muito importante.

É por isso que a gente tem que lutar. Um dia representa muito porque ele vai representar todo esse processo de conscientização e de luta pela efetivação desses direitos.

Eu gostaria também de agradecer todo o trabalho do Fogolin, que muito tem feito também pelos pacientes com doenças graves e raras. Eu sei que é um trabalho muitas vezes árduo – não é, Fogolin? Porque há coisas que não aparecem momentaneamente, a gente sabe disso. E é muito nobre e encorajador quando você vê que a pessoa fala assim: não, nós vamos começar a fazer algo. Isso é muito importante.

Audiências como esta têm que ser vistas com essa importância porque esse dia vai ser um marco para os pacientes de ELA. E eu acredito que, a partir de então, possa-se começar a lutar mais por esses pacientes, a fazer com que eles tenham, realmente, na prática, o que a lei já garante para esses pacientes.

Eu gostaria de agradecer, mais uma vez, esta iniciativa do Senador Romário; gostaria de agradecer a todos aqui presentes, ao Dr. Fogolin, ao Dr. Gerson, ao Jorge, por tudo o que têm feito por esses paciente; à ABrELA, que está aqui com a Élica, com o Dr. Abrahão, que são incansáveis também nesta luta e têm a minha profunda admiração.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Srª Maria Cecilia Oliveira.

Passo a palavra agora ao Sr. Jorge Melo.

O SR. JORGE MELO – Bom dia!

Para quem não me conhece, eu sou o Jorge, sou paciente de esclerose lateral amiotrófica, meu diagnóstico foi em 2009 e, em função da doença, eu acabei me tornando um ativista da causa. Em 2012, tive a honra de conhecer o, à época, Deputado Romário, e, desde então, temos procurado fazer um trabalho voltado para a conscientização; temos provocado o Poder Público e as suas mais diferentes vertentes para que o paciente de ELA tenha os seus direitos respeitados, os quais, infelizmente, hoje, não são, na maioria das vezes.

Próximo.

Então, Senador Romário, olha lá. Em 2012, aquele primeiro evento que aconteceu. A Mara... Lá no final, o Maurício Quintela. Lembra-se disso? (*Risos.*)

A ideia é essa!

Agora, por que será importante termos o Dia Nacional de Luta Contra a ELA?

Próximo.

Bom; a Cecília já falou aqui alguns motivos. Na verdade, cada um aqui poderá ter motivos próprios – pacientes, médicos, pesquisadores, diretores de associação –, mas eu separei seis.

A questão da visibilidade para o tema ELA é muito importante.

Ano passado foi um ano muito bom para a esclerose lateral amiotrófica, por dois motivos: o desafio do balde de gelo, que teve uma visibilidade enorme no mundo todo, e depois com o filme *A Teoria de Tudo*, que também trouxe uma visibilidade muito boa.

Mas nós estamos longe ainda do ideal – viu, Senador Romário? Há muito que se fazer. Conhecer a ELA não é suficiente. O importante é o médico, na hora em que ele estiver diante de um paciente com sintomas de ELA, conseguir diagnosticar que ele tem ELA. Aí é que o negócio começa a ficar complicado.

A questão também da aproximação junto ao Poder Público, obrigando o Poder Público a tomar medidas e a promover ações bem mais específicas, porque, quanto à esclerose lateral amiotrófica, existem questões que a envolvem que são comuns a outras doenças neuromusculares, mas existem questões que são muito específicas.

A própria realização de ações, de mobilizações, campanhas como a que estamos fazendo aqui hoje, em âmbito municipal, estadual, federal de forma bastante significativa para poder chamar a atenção da sociedade civil e do Governo, trazer uma mobilização da sociedade em torno disso.

Trazer mais conhecimento, conquistas sociais, respeito aos nossos direitos, que, conforme já disse, infelizmente muitas das vezes não são respeitados.

É um ganho fundamental a inserção nos meios de comunicação. Nós temos aqui, hoje, a imprensa, e provavelmente o Senador será entrevistado em função dessa audiência pública. É mais uma oportunidades para se falar sobre o assunto.

Uma reflexão sobre as questões relacionadas à ELA e o estímulo, como primeiro passo, para gerar comprometimento da sociedade com o tema.

Então, eu separei essas seis questões aí, mas existem outras tantas.

Próximo.

Na penúltima vez que nós fizemos uma audiência pública aqui, no dia 13 de julho, eu apresentei essa proposta para quem estava lá e eu acho interessante a gente voltar a esse assunto. Um dos grandes problemas da ELA hoje é o respeito a seus direitos previdenciários.

Então, Senador Romário, gostaria de mostrar ao senhor aqui que, na maioria das vezes, o auxílio-doença é negado ou dificultado pelo perito do INSS devido ao desconhecimento da doença. Então você tem um paciente com uma doença progressiva degenerativa, e o perito não reconhece isso. Então, temos casos de pacientes que não têm nem o direito ao auxílio-doença. Ele vai para reabilitação e pronto. Quer dizer, é uma coisa totalmente incabível. Quem conhece a doença sabe que esse paciente não tem condições de ser reabilitado.

A demora para a aposentadoria. Digamos que ele consiga o auxílio-doença – e, aí, estamos falando de outro caso. Há uma demora de dois, três, quatro, cinco anos para a aposentadoria. Enquanto isso, ele está perdendo os 25% a que tem direito referentes ao auxílio-doença, porque esses 25% de auxílio-doença só são permitidos quando se aposenta por invalidez por causa da doença, ou seja, da ELA. Então, esses 25% do auxílio-cuidador ainda exige uma nova perícia. Ele vai, marca uma nova perícia, e pode ser que o perito negue o auxílio-doença para ele. Ou seja, é uma burocracia desnecessária, retrabalhos desnecessários, que não contribuem em nada, nem com o Poder Público, nem com a qualidade de vida do paciente. Essa é que é a verdade. É uma contradição até.

Com relação ao desconto do Imposto de Renda, também a mesma coisa. Tudo que você faz no INSS, no caso o paciente de ELA, quando ele entra numa agência da Receita Federal, ele repete tudo de novo, vai a papelada toda de novo, vai comprovante disso, comprovante daquilo. Enfim, é muito papel, muita burocracia.

Ocorre que esse paciente, muitas das vezes, está bem debilitado já, está com a sua capacidade vital comprometida. Às vezes ele precisa passar uma procuração para alguém, que às vezes é o seu cuidador, pode ser a esposa, pode ser pai, mãe, filho, filha. Então, o cara vai ficar sozinho em casa enquanto a mãe está cuidando de burocracia, de papel desnecessário lá na Receita Federal, para ele ter direito à isenção do Imposto de Renda.

Eu passei por tudo isso. É uma complexidade enorme, Senador. É uma coisa de deixar você arrancando os cabelos.

Próximo.

No caso da lei, ressalto que a lei dispõe o seguinte: "o aposentado por invalidez tem direito a obter 25% de aumento em sua aposentadoria caso necessite de ajuda constante de um cuidador". Isso é exatamente o perfil do paciente de ELA. Então, por que se discute? Por que se questiona se a lei já diz que um aposentado por invalidez tem direito a obter 25% de aumento em sua aposentadoria se ele precisa da ajuda de um cuidador?

Por exemplo, estou aqui hoje, mas eu não poderia estar aqui sem um cuidador. O Leomar Gomes, que é Diretor Jurídico do Movela, está aqui comigo hoje. Eu não tenho condições de andar sozinho. Eu preciso de um cuidador. Na minha casa, eu preciso de um cuidador. E a esclerose lateral amiotrófica causa um comprometimento físico que leva você a precisar de um cuidador, em questão de meses, de um ano ou dois anos – não é, Dr. Gerson? Isso varia de paciente para paciente, mas ele, necessariamente, vai precisar de um cuidador.

E a lei ainda fala das situações em que o aposentado por invalidez terá direito à majoração de 25% prevista no art. 45 desse Regulamento. Eu citei aqui três: paralisia dos dois membros superiores ou inferiores, é o que acontece com os pacientes de ELA. Eu, por exemplo, tenho paralisia dos membros inferiores. Doença que exija permanência contínua no leito. Muitos pacientes de ELA ficam nessa condição – permanência contínua no leito – quando eles entram no estado de tetraplegia ou têm necessidade constante de BiPAP. E, ainda, a incapacidade permanente para as atividades da vida diária. Meu Deus do céu! É o perfil do paciente de ELA! Então, por que eu levei dois anos para conseguir provar ao INSS que eu tenho direito a 25% de desconto? Não dá para entender, porque a lei é muito clara. Concorda, Senador? É muito clara; não há o que se discutir.

Próximo.

Em relação ao desconto do Imposto de Renda na fonte, claro que isso aí já pega um grupo menor de cidadãos brasileiros acometidos da doença, mas direito é direito. Então a lei diz que "os portadores de doenças graves são isentos do Imposto de Renda desde que se enquadrem cumulativamente nas seguintes situações" – e eu citei apenas uma aqui: "paralisia irreversível e incapacitante". Isso se chama esclerose lateral amiotrófica, porque

esclerose lateral amiotrófica causa exatamente isso: paralisia irreversível e incapacitante. O perito não sabe disso, o perito não entende isso e o perito não acata isso. É muito triste! As pessoas choram e se desesperam, porque isso não é respeitado. Por desconhecimento, indiferença, por falta de alguma coisa? Eu não sei, mas é isso que acontece no dia a dia.

Próximo.

O que nós, pacientes de ELA, precisamos? É simples: estamos pedindo, colocando para a discussão aqui...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE MELO – ... que nós precisamos de uma aposentadoria compulsória a partir do diagnóstico da doença, porque temos aí pacientes que, com um ano, já estão entrando em estado de tetraplegia. Temos pacientes que, em dois anos, vão a óbito. Temos pacientes com sobrevida melhor, cinco, seis, sete, oito anos. Cada caso é um caso, mas eu entendo que, quando o paciente tem o diagnóstico de ELA, ele precisa dar prioridade à sua condição, cuidar da sua saúde, prolongar a sua vida, ter uma vida melhor, uma vida com mais qualidade e, se possível, ao lado de seus entes queridos.

A mesma coisa com relação ao auxílio-doença, diminuir esse tempo de concessão. A isenção do Imposto de Renda também no mesmo pacote. E fazer com que haja uma relação entre INSS e Receita Federal para que não haja retrabalhos, porque toda a papelada que o paciente apresentar no INSS ele, necessariamente, vai apresentar na Receita Federal de novo. Para quê? Se para o INSS ele cumpriu plenamente todas as exigências necessárias, para que ele vai ter que reapresentar tudo para a Receita Federal de novo? É um retrabalho muito ruim para uma pessoa que está com uma doença grave, debilitante e que, com certeza, vai levá-lo a óbito num tempo aí que a gente não sabe.

E outra coisa, Senador, que eu gostaria de propor em relação a isso é incluir a expressão "doenças do neurônio motor/ELA" na relação de doenças com direito à aposentadoria compulsória, na relação de doenças com direito a 25% para o auxílio-cuidador e na relação de doenças com direito à isenção do Imposto de Renda na fonte.

Na minha concepção, é muito simples: basta boa vontade política para fazê-lo. É a minha opinião.

Próximo.

Essa aí é outra encrenca. Nós temos problemas sérios no Brasil... Essa Portaria, Senador, é desrespeitada constantemente. Na outra audiência pública, a Élica falou sobre isso em São Paulo.

Agora regularizou, não é, Élica? Mais ou menos.

Olha é impressionante: nós, que atuamos em redes sociais, tomamos conhecimento de pacientes desesperados, angustiados porque ele vai à Secretaria de Saúde, e a Secretaria de Saúde não concede o BiPAP para ele. Simplesmente desconsidera a Portaria e o paciente fica sem BiPAP. Então, o BiPAP é uma das coisas mais importantes para o paciente de ELA, porque previne a degradação da função respiratória e faz com ele tenha uma vida melhor e uma maior qualidade de vida também.

Então, Senador, gostaria muito que V. Exª pudesse estar atento para isso. E no nosso Estado, no Rio de Janeiro, há uma empresa chamada TDN, que atende os pacientes do Rio. Então, o paciente que mora em Caxias não tem direito ao BiPAP. De Caxias a Botafogo são 15, 20km, e ele não tem direito. O cara que mora em Santa Cruz – e são 60km de Santa Cruz a Botafogo – tem direito ao BiPAP. Então, geograficamente, é um paradoxo. O cara que mora em Caxias não tem direito ao BiPAP, mas o cara que mora em Santa Cruz tem.

Então, a questão não é geografia; a questão é necessidade. Por que esse BiPAP não é distribuído no Estado todo? Qual é a diferença? Por que o paciente que mora em Santa Cruz é digno e o paciente que mora em Caixa não é digno? Entendeu? Não dá; é uma coisa que não se entende.

Um cara que mora em Niterói, a 15km do Rio, não tem direito a BiPAP.

Então, essa é uma questão humanitária. Deixou de ser direito, deixou de ser qualquer outra coisa, porque sem BiPAP o paciente não sobrevive, não respira numa determinada fase da doença.

Próximo.

E o que resta, Dr. Fogolin? Resta a judicialização. A judicialização não é causa, é consequência. A Cecília falou sobre isso na outra audiência pública. A judicialização não é causa; é consequência. Se o camarada tem uma doença neuromuscular, não consegue respirar, está com a taxa de respiração abaixo do necessário, ele vai fazer o quê? Vai entrar com uma ação judicial, porque ele quer respirar, quer sobreviver. E aí vem a judicialização.

Próximo.

Senador Romário, essa Lei nº 10.424 – e talvez alguns que estão aqui não a conheçam, como eu também não a conhecia; eu descobri essa lei recentemente, por orientação de uma advogada – foi criada pelo Fernando Henrique Cardoso, em 2002, e estabelece a internação domiciliar para pacientes com doenças do tipo da ELA.

É interessante, porque a lei é perfeita. Se essa lei fosse aplicada, traria para os pacientes de ELA um alívio, uma situação muito boa, muito tranquila, porque o melhor lugar de o paciente de ELA estar na fase mais avançada é no seio da família. Isso foi dito pela Drª Míriam aqui, na audiência pública do dia 13 de julho. Ela foi enfática: "paciente não pode morar em hospital; paciente tem que estar em casa". Então, o cumprimento dessa lei iria gerar economia para o Sistema Único de Saúde, já que estamos numa crise e, falando de recursos, de redução de gastos, essa lei, se aplicada, reduziria sensivelmente os gastos do SUS, Dr. Fogolin. Ninguém tem dúvida sobre isso. E por que ela não é respeitada, não é aplicada? Vai para a judicialização.

Próximo.

Essa é a lei. Não vou ler. Depois quem quiser, por favor, leia.

Próximo.

Temos um caso aqui que foi paradoxal nas redes sociais de ELA – o caso Faltermeier. O Gerson Faltermeier ficou cinco anos e quatro meses num hospital. Gente, isso foge de qualquer padrão de normalidade...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE MELO – ... Desculpe; já estou encerrando.

Então, é um caso que usamos sempre como modelo do que não deve acontecer com o paciente de ELA.

Próximo.

Finalmente, o nosso querido amigo Gerson Faltermeier conseguiu, através da judicialização, o direito ao *home care*. Olhem só, olhem o rosto desse senhor: um paciente de ELA, traqueostomizado, mas feliz, ao lado de seus familiares. É isso que nós pacientes desejamos e queremos.

Próximo.

Nós temos aqui outro caso de um paciente que já mora numa UTI desde 23/012014, nosso amigo Wellington com a sua esposa. Uma pessoa maravilhosa, que tem sido um exemplo para nós nas redes sociais de ELA.

Próximo.

Esse é outro caso: o Gilberto, de Volta Redonda. Ele conseguiu *home care* através de judicialização no plano de saúde – aí já não é SUS.

Próximo.

E. finalmente, quero falar sobre o Projeto de Lei nº 1.656. Existem muitos projetos de lei interessantes que favorecem e trazem uma mudança na qualidade de vida do paciente de ELA, mas esse PL nº 1.656 é muito diferenciado. Foi elaborado para atender todos os pacientes com doenças neuromusculares com paralisia motora. Então, não vou entrar em detalhes, mas, por favor, depois quem tiver interesse...

É muito importante que os Parlamentares possam atentar para esse projeto de lei e trabalhar para que ele tramite nas Comissões e, no menor tempo possível, seja aprovado, porque, com certeza, esse projeto de lei vai mudar muito e muito e muito para melhor a qualidade de vida dos pacientes de ELA e de outras doenças neuromusculares.

Próximo.

É interessante lembrar que, em 2011, a Mara participou de uma reunião com o Ministro da Saúde na época, que era o Padilha. Olha só a promessa dele: "o Ministério da Saúde formará um GT..." Esse negócio de formar GT e comissão, meu amigo, a experiência mostra que geralmente não leva a nada. "O Ministério da Saúde formará um GT para revisar a Portaria nº 1.370, de 2008, que estabelece a política de atenção às pessoas com doenças neuromusculares". Infelizmente nada aconteceu.

Próximo.

Por fim, o que queremos é um SUS de qualidade, valorizado e que possa nos trazer uma melhor qualidade de vida.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Jorge.

Passo a palavra, agora, ao Sr. Gerson Chadi, Professor Titular do Departamento de Neurologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e responsável pelo Centro de Pesquisa em Neurorregeneração e Esclerose Lateral Amiotrófica.

Por favor, o senhor dispõe do tempo que quiser.

O SR. GERSON CHADI – Bom dia a todos. Agradeço a presença de todos.

Eu trarei aqui a visão de um médico pesquisador, que conseguiu agrupar neste País um número recorde de pacientes arrolados em projetos de pesquisa em esclerose lateral amiotrófica.

Diferentemente das outras audiências públicas, em que fiz uma explanação até certo ponto informal, dada a importância dessa data e deste evento, eu escrevi um breve texto onde inclui alguns pontos que consi-

dero da mais alta importância para a institucionalização de um Dia Nacional de Luta contra a Esclerose Lateral Amiotrófica.

Exmo Senador Romário, Presidente desta audiência pública sobre a institucionalização do Dia Nacional da Luta contra a Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA), sempre sensível às causas das doenças raras, acatou essa solicitação do Movela, da ABLE e do Projeto ELA Brasil da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Não está presente ainda, mas me garantiu que aqui estaria, a Exma Deputada Mara Gabrilli, uma lutadora fervorosa pela melhoria da acessibilidade e, como tal, um anjo de esperança daqueles excluídos por condições ou fatalidades que o destino lhes impôs.

Digníssimos portadores da esclerose lateral amiotrófica; Sr. Jorge Melo; Sthanley Abdão, Presidente das Associações Movela e Lutando contra a ELA, que, a despeito de todas as dificuldades e limitações impostas pela doença, lutam bravamente por direitos e benefícios que possivelmente serão usufruídos mais plenamente pelas próximas gerações do que pelas deles próprios; faço referência aqui também ao Dr. Hemerson Casado, que deveria estar sentado nesta Mesa e só não está, porque a doença não lhe permitiu, ele que, no Estado de Alagoas, luta, à sua maneira, para não deixar apagar o sonho da cura dos portadores dessa doença; digníssimo Sr. Patrick Teixeira Pires, Embaixador da ONU para assuntos do milênio e incansável ativista mobilizador pela causa das doenças raras no País; digníssimos portadores da ELA, seus familiares, e de outras doenças raras aqui presentes ou que nos ouvem e demais presentes, esta audiência pública e as formas de mobilizações que ocorreram a seu favor, recentemente vindas não só da ELA, mas também de outras doenças raras das mais diversas, é o prenúncio de que as raras poderão deixar de ser órfãs neste País.

Mas por que a esclerose lateral amiotrófica? Por que um dia nacional dedicado a esta doença?

Respondo não pela perspectiva da realidade do cotidiano e do desfecho vivido e já sabido pelos portadores dessa doença, pelos seus familiares e pelos seus cuidadores, uma doença neurodegenerativa do adulto sem tratamento específico, sem cura e de evolução rápida. Não respondo também pela perspectiva da sociedade e dos seus dirigentes, que, após o desfecho global do balde de gelo de 2014, a campanha já conscientizou a todos das necessidades individuais e sociais dos portadores da esclerose lateral amiotrófica. Poderia responder como médico, arriscando dizer que, pelas características clínicas da doença e pela necessidade do seu diagnóstico, do seu tratamento ainda indisponível, da reabilitação e da ressocialização, a ELA oferece um modelo para a implantação de uma sistemática de saúde reprodutível e aplicável a outras doenças raras, por mais diversificadas que elas sejam; um modelo, diria, para a implantação da rede nacional de pesquisa e tratamento das doenças raras.

Entretanto, responderei aqui, senhoras e senhores e autoridades, de forma eloquente, como neurocientista. A ELA, através da descoberta do seu mecanismo neurodegenerativo e consequentemente da sua cura, abrirá, sim, portas para o entendimento dos mecanismos neurodegenerativos e a cura de inúmeras outras doenças neurodegenerativas e neuromusculares. Não detalharei os aspectos científicos disto aqui, tampouco impregnarei os senhores, num dia como hoje, com números e estatísticas, pois já o fiz em aulas que ministrei nos três eventos oficiais que ocorreram recentemente sobre a ELA e doenças raras, nesta casa e na Câmara dos Deputados. Mas também não vou usar o curto período a mim disponibilizado para declamar poesias ou dizer que os pacientes ELA são pessoas muito especiais. Em verdade, isso independe da doença rara que carregam. Não é isso que se espera de mim aqui.

Uso meu tempo aqui para alertá-los. A ELA não precisa mais de conscientização. A ELA precisa de ações, precisa de luta, de verdadeiras guerras contra os inimigos que já são conhecidos por todos. Neste campo de batalha, não há lugar para demagogias e oportunismos. E eu aponto seis grandes batalhas da esclerose lateral amiotrófica.

1) A falta de sistema multidisciplinar organizado que acompanhe todos os pacientes ELA do Brasil, em todas as fases da evolução da doença;

2) A dificuldade do diagnóstico e a falta de biomarcadores que definam objetivamente diversos aspectos clínicos da doença e o seu manejo;

3) Indisponibilidade de testes genéticos simples que definam o tipo de mutação nas formas familiares, omissão esta que, por si, só permite o alastramento da doença por sucessivas gerações, sem a menor possibilidade de aconselhamento familiar, o que evitaria isso;

4) Ausência de drogas ou outro tipo de abordagem terapêutica efetivamente capaz de aumentar a qualidade de vida dos pacientes, de prolongar significativamente a sobrevida deles ou de curá-los – o portador da ELA não quer saber de poucos meses adicionais de sobrevida, como se isto pudesse ser calculado, ele quer no mínimo sobrevida longa ou cronificação da sua doença;

5) A indisponibilidade de mecanismos de prevenção e controle efetivo das intercorrências, que são as responsáveis reais pela morte desses doentes; e

6) Indisponibilidade de mecanismos de prevenção dos efeitos das disfunções e desabilidades, incluindo-se aqui a ressocialização e combate da depressão e seus efeitos deletérios no sistema imunológico e nessas intercorrências.

A luta nessas suas batalhas não depende somente dos pacientes, familiares, cuidadores e dos médicos que assistem a esses doentes, mas fundamentalmente de políticas públicas que sejam capazes de organizar a cadeia assistencial para que tudo aquilo que deve ser oferecido ao doente chegue a ele com a qualidade devida.

E finalizo, acrescentando, Ex^mo^ Senador Romário, que a ELA é uma doença com características clínicas muito diversas, que são influenciáveis por fatores ambientais e genéticos. Deste modo, cada paciente ELA é um paciente. Os pacientes brasileiros não se comportam necessariamente de modo similar àqueles dos outros países, e nossas análises epidemiológicas preliminares já demonstram isso. Assim, não adianta importarmos, de forma sistemática, fórmulas mágicas de outros países. Essas poderão não funcionar plenamente nos nossos doentes. O custo será alto e poderá não ser capaz de cobrir os danos causados.

Neste momento, o que a ELA precisa das autoridades aqui presentes, a partir da institucionalização do Dia Nacional da Luta contra a esclerose lateral amiotrófica, é de legislação que garanta a sistemática organizacional das ações em saúde específicas para a doença e garanta também o incentivo à pesquisa. A falta da sistemática organizacional das ações em saúde e das ações para o desenvolvimento das pesquisas em esclerose lateral amiotrófica é, hoje, o principal obstáculo presente nas seis principais batalhas que citei ainda há pouco e em que a ELA, felizmente, está perdendo.

Certamente, obstáculos semelhantes têm feito outras doenças raras perderem também as suas batalhas. E talvez a formação de uma rede nacional de referência em pesquisa e tratamento das doenças raras pudesse encurtar o caminho das vitórias nessas batalhas, nas batalhas da qualidade de vida, da sobrevida e quem sabe da cura da esclerose lateral amiotrófica e de outras doenças raras.

O Patrick Teixeira, que está aqui, quer um Sarah para a Paraíba . Os 15 milhões de portadores de doenças raras querem um centro de referência especializado perto de si. Os médicos, equipe multidisciplinares e pesquisadores querem que esses centros trabalhem em rede.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Dr. Gerson.

Agradeço a presença do meu grande amigo Patrick Teixeira Dornelles.

Seja bem-vindo, Patrick!

Passo a palavra, agora, ao Sr. Sthanley Abdão, representante da Associação Lutando contra ELA.

O SR. STHANLEY ABDÃO – Bom dia a todos.

Senador Romário, muito bom dia. Muito obrigado por essa nobre atitude do senhor.

Cumprimento os demais ocupantes da Mesa. É uma satisfação muito grande estar aqui mais uma vez nesta Casa para falar um pouco desse assunto um tanto quanto complicado, tanto para nós, pacientes, como para os familiares, os amigos todos.

Agradeço a presença de todos aqui. A nossa intenção era que esta Casa estivesse cheia, lotada, porque o assunto requer cuidados e requer uma atenção especial. Agradeço aos meus amigos, familiares, e a todos que se dispuseram a estar presentes nesta audiência.

Nós pacientes sabemos que cada minuto da nossa vida é um minuto bastante sofrido e bastante dolorido. Mas a luta continua. Vamos lá!

Vou trazer uma breve apresentação a vocês. Hoje para mim é uma data muito especial, porque é o dia dessa propositura da criação do Dia Nacional de Luta contra ELA.

Pode passar ao próximo, por gentileza.

O tema desta nossa pequena apresentação: criação do Dia Nacional de Luta contra ELA.

Próximo.

O objetivo desta apresentação é propor à sociedade, através do nosso amigo Senador Romário, a criação do Dia Nacional de Luta contra ELA. E nós criamos, inclusive, uma logo, que com certeza é a nossa esperança de que se perpetue por muitos anos e que essa data seja lembrada como uma data de luta de todos nós.

Próximo.

Para isso, nós seguiremos um roteiro: apresentação; dificuldades dos pacientes – acho que vocês já perceberam que nós, pacientes, passamos por muitas –; acompanhamentos multidisciplinar – a gente toca muito nesse assunto porque a base do paciente de esclerose lateral está voltada hoje totalmente para um acompanhamento multidisciplinar –; o Dia Nacional de Luta contra ELA, o porquê dessa proposta, a nossa ideia, por que a gente defende esse dia; e a conclusão.

Por favor, o próximo.

Meu nome é Sthanley, tenho 47 anos, sou militar reformado da Força Aérea e portador de esclerose lateral, com os primeiros sintomas a partir de novembro de 2011. Mas, devido ao difícil diagnóstico, somente em janeiro de 2014 fecharam esse diagnóstico, e aí começou a luta contra ELA.

Dificuldades dos pacientes: o difícil diagnóstico. Como falei, e já é conhecido, sabido, esse diagnóstico leva em média 12 meses, e isso retarda bastante o tempo de uma atitude que se possa ter para garantir a qualidade de vida desse paciente. Se eu soubesse, há basicamente dois anos, que eu estava acometido com essa patologia, com certeza eu já estaria fazendo um tratamento multidisciplinar, com certeza eu já estaria fazendo uso dos recursos que garantem a melhor qualidade de vida do paciente, que é um BiPAP, que é uma alimentação adequada, ou seja, estaria vivendo uma vida diferente. Aquela máxima de que a gente só fecha a porta da nossa casa quando o ladrão entra e rouba.

Então, infelizmente, hoje o Brasil precisa de procedimentos médicos de uma saúde preventiva. Não adianta a gente querer cuidar de um paciente com ações preventivas quando ele está morrendo. A gente não vai ter resultados, muito pelo contrário. A gente vai é gastar muito dinheiro.

A aceitação da doença. Isso foi muito difícil no primeiro momento. Para qualquer paciente, a aceitação da esclerose lateral... Na maioria das vezes, o paciente dessa doença é hiperativo. Ele é um paciente que lê bastante, acompanha todos os movimentos, tudo que está acontecendo. Então, ele está ligado em tudo. Quando eu tive a notícia dessa doença, eu comecei a pesquisar. E fui por eliminação, fui pela parte mais forte: das doenças do neurônio motor, a esclerose lateral é uma doença muito agressiva e, devido a sua progressão acelerada, ela leva rapidamente o paciente a um estado em que ele vai ficar dependente de tudo, dependente para tomar banho, para botar uma roupa, para fazer tudo, até para comer. Acreditem se quiserem, isso é muito ruim, mas a gente é obrigado a aceitar.

Aí a questão é: a ficha caiu, e agora? Eu tenho ELA, o que eu vou fazer? Então, nós, pacientes de ELA, não temos muitas alternativas. Foi onde eu falei: eu não posso ficar parado. São muitas vidas que precisam de ajuda, são muitas vidas carecendo de ações que possam garantir uma melhor qualidade de vida. Como o Jorge mesmo falou, nós temos leis de 2002 que não são cumpridas, leis que, com certeza, melhorariam muito a nossa qualidade de vida, de nós pacientes de esclerose lateral e pacientes de outras patologias também.

Portanto, eu faço questão de reforçar isto: nós precisamos cobrar das autoridades um posicionamento em relação a essas leis, porque essas leis vão nos garantir vida. É um absurdo hoje a gente ter uma portaria do Ministério da Saúde, um órgão federal, que garante ao paciente a utilização de um BiPAP, que garante que ele consiga esse BiPAP, e até hoje essa portaria é ignorada pelo Brasil afora. Isso é uma vergonha num país igual ao nosso! Eu, graças a Deus, tenho condições de alugar um, porque até hoje eu também não consegui o meu. Mas eu pago o aluguel do meu BiPAP. E quem não tem condições de pagar? Como vai ficar a situação desse paciente? Rapidamente ele vai se degenerar, a doença vai progredir, e ele vai ficar numa situação complicada. Como o Jorge mesmo falou, é uma doença que não retrocede. É diferente de você ter uma fratura que vai ser consolidada com o tempo. A esclerose lateral ainda – ainda, assim espero e acredito – é uma doença que não tem cura. É uma doença que não nos traz nenhuma perspectiva. Então, temos que nos agarrar no que temos: se existem leis, essas leis têm que ser cumpridas, essas leis não podem ser ignoradas. Quanto mais ignoradas, mais óbitos teremos. Isso é fato.

Falta de recursos do paciente para busca de especialistas e um suporte nutricional adequado. Em Brasília, para vocês terem uma ideia, nós temos, em média, 300 pacientes com esclerose lateral amiotrófica. Eu acredito que pelo menos 80% desses pacientes passam por uma situação muito complicada. Por exemplo, a gente tem um centro de referência em Brasília, que é o HRAN, no qual os profissionais ali estão trabalhando com muito esforço, mas dependendo de total apoio. Os profissionais, se quiserem trabalhar – isso na Capital Federal, imaginem no resto do Brasil –, têm que trazer equipamentos de casa para trabalhar, ou seja, pacientes ali ficam à mercê. Nós temos ali pacientes que chegam 24 horas antes para serem atendidos e ficam ali esperando aquela consulta, com fome.

Isso me marcou nesses dias quando eu ouvi o relato de um paciente que esteve em uma consulta e conversou com algumas pessoas, e essas pessoas relataram para ele que estavam ali com fome, passando necessidades. É um absurdo isso! E é para isto que nós estamos aqui: para defender o direito desses pacientes. Eu acho que, se nos unirmos, se realmente vestirmos essa camisa, vamos conseguir dar uma qualidade de vida melhor para esse paciente.

Então, a falta de recursos é um divisor de águas, na verdade, porque esse paciente fica à mercê de um sistema que tinha tudo pra ser fantástico, sensacional, de acordo com os especialistas, um dos melhores sistemas de saúde do mundo, só que, infelizmente, mal gerido. Aí o paciente necessita desses recursos para ter um pouco de qualidade de vida e, como não tem, passa por essas situações, que são terríveis. Ninguém sabe o que é acordar às cinco horas da manhã, com essa enfermidade e ter que despertar, pegar um transporte,

partir para uma consulta médica, chegar lá e ficar aguardando o médico para ser atendido. É muito ruim. Isso para uma pessoa normal é difícil, já não é agradável, imagine para uma pessoa que está em um estado paralisado, em um estado complicado.

A nutrição na vida do paciente ELA é fundamental, é basicamente o pilar da vida do paciente de esclerose lateral. O paciente bem alimentado vai ser um paciente que vai ter uma evolução, digamos, tranquila – não é, Jorge? Eu estava conversando, esses dias, com um especialista em São Paulo, e ele me falou que são três bases, é um triângulo que mantém a vida do paciente de esclerose lateral: primeiro, a alimentação; segundo, a parte respiratória; e, terceiro, a parte muscular. Então, o paciente tem de estar assistindo nessas três partes. Se uma dessas partes falhar, fica o exemplo do triângulo de fogo. Isso é fato.

Essa é a atenção. Enquanto não se tem um tratamento adequado, enquanto não se tem um remédio específico, nós temos de dar importância ao que os especialistas dizem em relação ao tratamento multidisciplinar, que hoje é o fundamental para a vida do paciente de esclerose lateral e também com doença do neurônio motor.

O avanço rápido da doença. Classifico isso também como uma dificuldade para o paciente. Até pouco tempo atrás, eu ainda conseguia andar, com dificuldade, com apoio de bengalas, mas eu andava, eu me locomovia, eu dirigia meu carro. Eu tinha uma certa Independência, mas eu vi que a doença foi progredindo, e isso acabou me deixando em um estado em que, hoje, eu dependo do apoio de todo mundo. Isso é ruim.

O paciente de esclerose lateral precisa de uma assistência quase que 24 horas. Eu que sou meio durão, eu fico correndo dessa assistência, mas, infelizmente, essa é a nossa vida, é a realidade.

O próximo, por favor.

Acompanhamento multidisciplinar. Eu não canso de falar neste assunto, porque ele é fundamental. Não adianta eu dar um BiPAP para um paciente, se eu não acompanhar a parte nutricional dele; não adianta eu acompanhar a parte nutricional do paciente e não verificar a parte ventilatória dele; não adianta eu ignorar qualquer uma dessas partes, ou deixar de fazer uma fisioterapia. Esse paciente, com certeza, vai ter muitas perdas.

Já é comprovado que o paciente com acompanhamento multidisciplinar especializado – não adianta também querermos um acompanhamento multidisciplinar com profissionais que não conheçam a doença. Isso acontece bastante, infelizmente. Devido ao pouco conhecimento da doença, a formação é pouca. Com isso, vamos conseguir melhor qualidade de vida para o paciente e maior sobrevida.

O mais importante também, Senador, é que, com essa tratamento multidisciplinar, vai ocorrer a desospitalização. Isso é muito interessante, como o Jorge mesmo falou. Nós tivemos um paciente, o Jorge Fonte Meyer, do Rio de Janeiro, que ficou cinco anos dentro de uma UTI de um hospital. E aí eu pergunto a vocês: qual é o custo/dia desse paciente, que poderia está sendo tratado em casa? Esse paciente ficou na vaga de outra pessoa que precisava da UTI, mas devido, às vezes, a questões até burocráticas – não é, Jorge? –, infelizmente, esse paciente ficou cinco anos. E ficou à mercê desse sistema. Pegou tuberculose. Então, infelizmente, enquanto não houver uma atenção de fato para essa situação, vamos ficar reféns desses procedimentos.

Eu agradeço a Deus pelo Gerson estar vivo, porque era para ele ter morrido. É um sobrevivente da ELA, é um guerreiro.

Próximo, por favor.

Como paciente de esclerose lateral, eu sei bem dizer o que é viver com ELA. Eu fico vendo a evolução dessa doença e observo as respectivas, probabilidades favoráveis, que são as possibilidades terapêuticas que estão aí surgindo, e a esperança. Nós somos vencidos pela ELA todo dia. Todo dia a ELA está me batendo e levando um pedaço de mim.

Então, não adianta eu querer lembrar Dia da ELA como consciência. A gente tem que criar o dia de luta contra a ELA, de luta contra a esclerose lateral. De fato, esse dia vai ser lembrado pelo resto da vida. Então, a gente tem que fazer questão da criação desse dia, porque ele, para nós, é muito importante. Eu não sei se daqui a um mês, seis meses, eu estarei em condições de falar com os senhores da mesma forma que estou falando. Esse dia vai ser o nosso agente de comunicação para o resto da vida.

Por isso nós sugerimos a criação do Dia Nacional da Luta contra a ELA. Acreditamos que a criação desse dia contra essa terrível doença tomará uma importância muito maior no Brasil. Isso vai despertar pesquisas, vai despertar o conhecimento, realmente, da doença pela sociedade. Até antes de eu ficar doente, eu também não sabia nem o que era esclerose lateral, e Acho que todos aqui não sabiam, tirando o doutor Gerson, que já estuda há muitos anos, e o Jorge também, que vem na forma familiar da esclerose. A esclerose lateral se apresenta na forma familiar e na forma esporádica, sendo que a forma familiar representa um percentual muito baixo. A maioria dos pacientes são acometidos por esclerose lateral da forma esporádica.

Próximo, por favor.

Eu quero deixar aqui um relato que ouvi, esta semana que passou, de um paciente do Rio de Janeiro, que, inclusive, mexeu comigo. Eu vou ler aqui para vocês:

Gente, que coisa estranha. Comecei a sentir dor, achei que era coluna. Depois, achei que era distensão. Depois, schistosomose na coluna, e eu sempre pedindo a Deus para me salvar. Eu descobri que estava com ELA. Hora nenhuma eu questionei a Deus. Mas foi acontecendo. Braço, perna, outra perna, outro braço, cadeira de rodas, fala, alimentação por sonda, pulmão, traqueostomia, tudo com Deus. Pedir a Deus para ver a Copa das Confederações e vi. Vi até o Galo ser campeão da Libertadores. Quando fui entendendo o que era realmente o valor da vida.

Quando fui fazer traqueo, achei que iria morrer. Até cheguei a morrer por cinco minutos, mas voltei, isso tudo com Deus.

Moral da história: quando fico sabendo de alguém doente grave, não tenho nada para falar com os familiares, fico calado, faço orações e, às vezes, choro.

Gente, temos de morrer mesmo! Só neste momento em que estamos vendo este relato, há muita gente morrendo. No meu caso, estou por um fio de bigode. Se este tubo se soltar por uns minutinhos, já era! E alguém vai reclamar.

Deus continua comigo. Mas temos de ir, gente! Não vou falar que estou preparado para ir, mas Deus está preparado para me receber.

Esse é o relato do paciente Haendel Fonseca. Pedi autorização para ele para publicá-lo, e ele autorizou.

Pode passar ao próximo eslaide.

Aí está ele, numa situação de total dependência, imobilizado, paralisado, sem conseguir fazer muito.

Então, temos de nos conscientizar de que nossa luta é constante. Por isso, veio a nossa ideia, a nossa proposta em torno da criação do Dia Nacional de Luta Contra ELA.

Vou falar de uma coisa boa, de uma informação que recebi hoje diretamente do Japão.

Esse é um paciente nosso fazendo tratamento com Radicut ou Edaravone, no Japão. A nossa máxima é trazer à memória aquilo que nos traz esperança, e essa é uma esperança. Ele até escreveu: "O primeiro Radicut a gente nunca esquece." Esse paciente vai passar 30 dias no Japão, fazendo infusões de Edaravone. Hoje, ele até falou comigo que já sentiu uma reação, ao sentir o medicamento passando pelo fígado e pelos rins. Ele falou: "Sthanley, o medicamento aqueceu os meus rins, mas estou bem." Foi uma hora de infusão, mas ele está bem. Então, ele está sendo totalmente monitorado no Japão. Isso, para nós, é uma notícia muito boa, porque, se isso der certo com esse paciente, a esperança de muitos pacientes de esclerose lateral no Brasil aumenta. Estamos acompanhando isso. Vamos informar aos senhores sobre isso, com o passar dos dias.

Nosso objetivo, com essa apresentação rápida, é o de propor a criação do Dia Nacional de Luta Contra ELA. Eu acredito que devo ter conseguido convencer os senhores de que isso não é fácil, de que isso é difícil.

Deixo esta conclusão: essa doença não nos permite ter vaidades, interesses pessoais, nem muito menos discussões de ideologias que nada vão acrescentar na qualidade de vida dos pacientes de esclerose lateral. Precisamos, urgentemente, de ações concretas, praticas e desburocratizadas e de profissionais especializados, se não quisermos que aumente ainda mais a estatística de mortalidade em torno dessa sentença.

Que Deus nos abençoe na luta contra ELA!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Sr. Sthanley.

Quero agradecer a presença da Senadora Regina Sousa. Seja bem-vinda!

Passo a palavra agora ao Sr. José Eduardo Fogolin Passos, Diretor do Departamento de Atenção Especializada e Temática da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde.

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS – Bom dia a todos! Bom dia a todas!

Senador Romário, estar aqui, nesta audiência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, faz parte de um período em que estamos acompanhando tanto V. Exª como vários rostos que estão aqui presentes, na construção de algo que é uma dívida pública de longo tempo do Sistema Único de Saúde, que é a elaboração, a construção e a discussão de uma política específica de atenção às pessoas com doenças raras, no caso às pessoas com esclerose lateral amiotrófica.

Eu queria cumprimentar a Mesa, o nobre Senador Romário.

Senador Romário, desde 2011, desde a primeira audiência que tivemos na Câmara, a gente vem discutindo políticas voltadas às pessoas com doenças raras.

Cumprimento a Maria Cecília, que também participou disso. Desde 2011, a gente vem discutindo a implementação das políticas públicas.

Cumprimento o Jorge Melo, Presidente da Movela; o Prof. Gerson Chadi, Professor Titular da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, que desenvolve não somente o cuidado, mas também pesquisas voltadas à esclerose lateral amiotrófica; e o Sr. Sthanley Abdão, que também vem lutando não somente na As-

sociação mas também na sua vida, para que possamos sensibilizar as pessoas e promover melhoria na política pública de atenção às pessoas com doenças raras, especificamente com esclerose lateral amiotrófica.

Antes de iniciar, eu queria fazer um comentário. Temos um Sistema Único de Saúde público, universal. É o maior sistema público de saúde do mundo. Não existe país com mais de cem milhões de habitantes que ousou ter uma política pública e universal. Esse nosso Sistema Único de Saúde tem apenas 26 anos de idade, e muito ainda temos de avançar. Temos o maior sistema de transplante público. Não existe outro país que tenha um sistema de transplante como o do Sistema Único de Saúde no Brasil. Temos o maior programa de imunização. E mesmo aqueles que não utilizam exclusivamente o Sistema Único de Saúde, em algum momento de sua vida, vão utilizá-lo, por exemplo, na alta complexidade, principalmente porque 85% da população fazem o financiamento, porque quem faz uso do plano de saúde faz a dedução do seu Imposto de Renda do plano de saúde.

Mas fazer a gestão de um Sistema Único de Saúde para 200 milhões de habitantes também requer um financiamento adequado para esse sistema de saúde. E, para isso, é fundamental que coloquemos nesta Casa a necessidade de um sistema que seja financiado de maneira adequada para aquilo de que a gente precisa em termos *per capita*.

Mas temos também inúmeros desafios a enfrentar e temos de avançar. Neste caso específico, a discussão, nesta plenária, nesta audiência, gira em torno da atenção às pessoas com esclerose lateral amiotrófica, em torno da atenção às pessoas com doenças raras.

Eu queria colocar esse primeiro eslaide, para falar que, geralmente – eu sou médico formado pela Universidade de São Paulo –, é isso apenas que um profissional de saúde tem no seu banco da Academia. Geralmente, isso se dá não somente em relação à esclerose lateral amiotrófica, mas também em relação a qualquer doença.

Aí começa nosso primeiro grande problema em relação ao cuidado: olha-se para a doença, e não se olha para a pessoa. A formação acadêmica se dá, em grande parte, na questão da doença, da incidência, do sintoma, do diagnóstico, do tratamento. E aí, quando a gente faz um recorte e amplia nosso olhar para as pessoas com doenças raras, a gente percebe que, de quase oito mil doenças raras, apenas cem têm algum indício de tratamento clínico ou medicamentoso. Assim, grande parte da Academia e dos profissionais tem pouco a avançar para se fazer o cuidado. Mas não é nisso que a gente trabalhou durante esses três anos.

Senador Romário, todos os que estão aqui presentes e os que acompanharam nossa discussão durante os quatro anos de elaboração da política de doenças raras, percorri o País e fui a todas as audiências. Esta é mais uma audiência a que venho, com uma satisfação pessoal, e não apenas institucional. Não aprendi aquilo que era necessário às pessoas e aos familiares de pessoas com doenças raras no banco da Academia, mas, sim, durante estes quatro anos. E o principal pedido das pessoas, das associações e dos familiares não era relativo ao tratamento, mas, sim, relativo ao direito ao diagnóstico, relativo ao reconhecimento, ao acolhimento e ao cuidado.

Quando a gente olha a necessidade, grande parte do Sistema Único de Saúde e do Ministério olha a pessoa. Não somos o Ministério da doença, mas o Ministério da Saúde. E, olhando como Ministério da Saúde, é fundamental que a gente faça um recorte específico, porque, durante grande período de tempo, discutiu-se e se vem discutindo tabela de procedimento, financiamento através de tabela de procedimento. Eu, como pessoa, não sou um conjunto de procedimentos. Tenho necessidades desde a primeira porta de entrada, que é a atenção básica, até chegar a um hospital especializado ou a um cientista ou um profissional mais adequado.

Mas, antes de qualquer coisa, eu tenho que ter o direito de saber o que tenho e o direito de ser acolhido com dignidade. Isso perpassa grande parte da necessidade do atendimento multidisciplinar, porque, durante um bom período, o atendimento foi médico-centrado. E não é somente isso que traz a qualidade de vida.

Dessa forma, começo dizendo que o Sistema Único de Saúde procura e traz, na atenção específica às pessoas com doenças raras, em especial a esclerose lateral amiotrófica, a necessidade de que não é apenas focada no tratamento, mas em uma rede de atenção à saúde. E digo isso por todo esse conjunto de ações que cada um deles, tanto o Ministério da Saúde como o Sistema Único, como um todo, com seus gestores estaduais e federais, vem tentando trabalhar. E a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras deu um primeiro passo para isso. Antes, nós tínhamos a Política Nacional de Atenção ao Portador de Doença Neurológica, que é ampla. Claro que o Ministério da Saúde e o Sistema Único não têm políticas por doenças, pois seria muito difícil, sem sombra de dúvidas, trabalhar por doença. Eles trabalham por um conjunto de cuidados, desde o cuidado integral, acolhimento na atenção básica, encaminhamento e apoio de diagnóstico, e todas as ações necessárias, seja na atenção especializada e assistências específicas. E há também um ponto que queremos ressaltar aqui: pesquisa e desenvolvimento.

Além disso, um desenvolvimento que vai para além do cuidado, que é o complexo industrial da saúde, que também traz várias margens e necessidades de desenvolvimento também para o País, a partir do momento em que nos debruçamos sobre um desenvolvimento tecnológico de atenção, seja em pesquisa, medicamentos ou outras ações para as doenças raras.

E quais foram as dificuldades que observamos ao longo dessa trajetória? Um primeiro ponto: se fôssemos focar apenas no cuidado, a partir do conhecimento, da esclerose lateral amiotrófica, ou seja, a partir do diagnóstico, teríamos uma primeira dificuldade. Por quê? Grande parte das pessoas que tiveram o diagnóstico de esclerose lateral amiotrófica tiveram o diagnóstico tardiamente. E muitas vezes peregrinaram por várias portas do sistema e por várias portas de profissionais particulares. Quando não havia essa discussão através da Rede de Atenção à Saúde, era utilizada a rede social. Através da rede social, do contato com outras pessoas, fazendo com que essa teia de comunicação se fortalecesse e o sistema tivesse que trazer a reboque a necessidade da discussão.

O cuidado multiprofissional, reabilitação e, muitas vezes, medicamentoso. Eu aqui falo da formação acadêmica médica e de demais profissionais de saúde. Muito pouco a academia traz para o conhecimento. E digo isso em relação às doenças raras, quase 8 mil. São 8 mil doenças raras e muito pouco de conhecimento. Tem-se um conhecimento muito vasto na formação de outras necessidades, mas muito pouco da formação. Não na formação específica para um especialista, porque não existe e não existirá uma formação de especialista, como cardiologista, para cada doença rara, mas que haja uma formação básica de suspeição, minimamente, de diagnóstico.

Além disso, há as necessidades de integralidade do cuidado. Muitas vezes também, várias pessoas hoje com diagnóstico de esclerose lateral amiotrófica realizaram vários exames desnecessários e vários tratamentos que, em determinado momento, não trouxeram qualidade de vida para a pessoa e para seus familiares.

E há a necessidade de reconhecimento, pois, quando não há políticas específicas voltadas às doenças raras, muito pouco se tem de conhecimento de prevalência. E isso traz uma dificuldade para organizar o cuidado, pois grande parte dessas pessoas, como todos aqui sabem, que convivem e conviveram com a situação, muitas vezes, a partir de uma internação, não existe o diagnóstico de esclerose lateral amiotrófica, mas da sua complicação, seja por pneumonia, seja por uma dor na coluna, o que dificulta a organização e o conhecimento do número de pessoas, da prevalência de pessoas com a doença, a fim de que possamos nos debruçar sobre o assunto.

Além disso, incorporação tecnológica e pesquisas. Mas incorporação tecnológica e pesquisas que sinceramente repercutam benefício à qualidade de vida das pessoas e dos familiares.

Do ponto de vista do que vem se desenvolvendo – e é importante que, a cada fala, isto se torne realmente uma prática –, o que fizeram o Ministério da Saúde e o Sistema Único de Saúde durante os últimos anos a fim de diminuir a dívida histórica que havia em relação às pessoas com doenças raras, em especial a esclerose lateral amiotrófica.

O cuidado necessário às pessoas com esclerose lateral amiotrófica não é apenas em um hospital especializado, não é apenas com um profissional de ponta, seja um ultraneurologista, seja um pesquisador, pois o que está mais próximo da vida das pessoas, o que vai iniciar o diagnóstico é a atenção básica. Eu não posso apenas discutir o cuidado com as pessoas com esclerose lateral amiotrófica se eu não ampliar o cuidado principalmente no primeiro ponto, na porta de entrada dessas pessoas. Porque, ao primeiro sinal de sintomas, a pessoa vai na Unidade Básica de Saúde, ou mesmo quando já se tem o diagnóstico, pois se a pessoa mora no interior do País, quem está mais próximo dela é uma Unidade Básica de Saúde. Portanto, não podemos fazer a discussão apenas a partir da atenção especializada.

Nós sabemos que há locais em que a dificuldade realmente existe, e temos que avançar. Hoje, o Programa Saúde da Família alcança 60% da população e tem quase 40 mil equipes. Sem sombra de dúvidas, temos que ter estrutura para ampliar esse acesso com a unidade básica em funcionamento. São mais de 40 mil, com o programa de melhoria de qualidade das Unidades Básicas de Saúde.

O Programa Mais Médicos trouxe, sim, oportunidade para mais de 3,7 mil Municípios, e hoje atende mais de 50 milhões de brasileiros. Com isso, a equipe passa a ser completa. E quando se fala na necessidade de um diagnóstico mais precoce, a equipe completa na unidade básica traz a possibilidade de se ampliar a suspeição diagnóstica, seja de uma esclerose lateral amiotrófica, seja por outra doença rara. Daí a importância de medidas não apenas na atenção especializada.

Mas olhando para a atenção especializada, especialmente para o serviço de neurologia, nós temos também um conjunto de serviços que realizam o cuidado com a atenção neurológica como um todo.

Também do ponto de vista das doenças raras, o Brasil é hoje o segundo País no mundo a ter política pública voltada às pessoas com doenças raras. Existem inúmeros países que fornecem medicamentos, inúmeros países que promovem cuidados pontuais para determinadas doenças raras, mas política pública instituída, normatizada, regulamentada, é o segundo país a ofertar esse tipo de política. E não foi simples construir essa política. Não foi simples porque, primeiro, há necessidade de conhecimento, e, segundo, necessidade de falta de epidemiologia para poder programar. Esse conhecimento e essa necessidade nós fomos buscar ouvindo

especialistas e, acima de tudo, associações, usuários e pessoas com doenças raras. Aliás, talvez essa, Senador Romário, tenha sido uma das poucas políticas públicas em saúde genuinamente elaboradas e formuladas com o usuário do Sistema Único de Saúde.

Faço aqui também um adendo para dizer o seguinte: neste ano, em dezembro, nós teremos a XV Conferência Nacional de Saúde. Já tivemos as municipais e agora vamos para as regionais. É fundamental que não somente as pessoas com esclerose lateral amiotrófica, mas pessoas representadas por associações e pessoas com doenças raras possam, nesta XV Conferência, levantar a bandeira da política e levantar a bandeira de necessidades, para que no Plano Nacional de Saúde sejam pautadas as necessidades.

Portanto, é fundamental que não apenas em audiências, que têm um papel importantíssimo, mas também nos foros, nos espaços em que se discute o Sistema Único de Saúde, em que se discute políticas públicas, também haja representatividade. Até hoje, eu pouco vi de representatividade no Conselho Nacional de Saúde de pessoas ou representantes de pessoas com doenças raras participando de discussões. Esse é um espaço nosso, é um espaço do usuário do Sistema Único de Saúde.

Eu queria dizer que, a partir dessa política nacional, como o Prof. Chadi disse, e de centros de referência, hoje, o Sistema Único de Saúde e o Ministério da Saúde podem financiar, sim, serviços de referência de atenção às pessoas com doenças raras, de atenção às pessoas com esclerose lateral amiotrófica. Esta portaria, que eu não digo que é apenas portaria, porque como nós vivenciamos isso visceralmente na construção, e é uma política pública genuína, traz a oportunidade de um financiamento fora do teto.

E é uma política pública genuína, traz oportunidade de um financiamento. Por que eu quero dizer isso? Porque aqui é também um espaço para podermos esclarecer um pouco como funciona o Sistema Único de Saúde.

O Sistema Único de Saúde tem três esferas de gestão: o órgão federal, que é o Ministério da Saúde, formulador de políticas públicas e também responsável pelo repasse de recursos das políticas públicas; as gestões estaduais e municipais, que são os executores das políticas – e aqui eu acho muito importante, talvez não tenhamos tempo, mas tenho total dedicação para falar para vocês como funciona, porque, quanto ao que foi colocado sobre que a portaria dá assistência ventilatória não invasiva, sim, existe. O Ministério da Saúde financia. O Ministério da Saúde lançou essa portaria e financia. E, localmente, o gestor é quem faz essa assistência. É o gestor local que se utiliza dessa portaria, que oferta o cuidado, e o Ministério financia e repassa esse recurso.

Então, é importante que tenhamos também a oportunidade de receber as demandas de vocês, porque o papel do Ministério também é acolher essas demandas; embora não seja o responsável direto, nós temos a relação com gestores, e podemos ver realmente em que ponto nós podemos colaborar nesse sentido.

Mas o Sistema Único de Saúde funciona desta forma: o Ministério tem um papel formulador da política pública e repassa o recurso para essa política pública. Os Estados e Municípios também agregam o financiamento, mas são os executores das ações. E esta portaria traz um ponto importante para todos nós, para todas as pessoas com doenças raras, porque o financiamento para o cuidado das pessoas com doenças raras não é especificamente por procedimento.

Digo isso por quê? Imaginem: como doença rara tem uma prevalência baixa, se fôssemos trabalhar com consulta- pagamento, não haveria nenhum gestor e não haveria nenhum serviço interessado em habilitar. Mas o Ministério da Saúde passa um custeio para pagar toda a equipe multidisciplinar para fazer o acompanhamento das pessoas com doenças raras, como especificamente qualquer serviço de qualquer Estado que faz o cuidado à esclerose lateral amiotrófica pode habilitar como serviço específico, e o Ministério financia.

Além disso, todos os exames... E aí, Prof. Chadi, estão incorporados, no Sistema Único de Saúde, os exames de citogenética. Estão incorporados ao Sistema Único de Saúde 14 exames específicos, e, pelo Eixo I, que é o eixo que corresponde à esclerose lateral amiotrófica podem-se fazer esses exames. Além disso, está incorporado o aconselhamento genético, que hoje faz parte do rol do Sistema Único de Saúde. Agora, esses serviços precisam ser habilitados para que se receba esse recurso, para que se tenha acesso a esse recurso. É importante esse ponto de esclarecimento.

E essa portaria vai extrateto. O que significa isso? Significa que, a partir do momento em que um serviço que hoje... Vou dar o exemplo de um hospital que hoje já atenda pessoas com esclerose lateral amiotrófica, e, a partir de amanhã, ele pactua que quer ser um serviço de atenção especializada para o tratamento das pessoas. Ele pode encaminhar, o gestor pactua localmente e encaminha ao Ministério, que habilita esse serviço multidisciplinarmente, para se fazer o cuidado, e financia, com repasse mensal, o custeio dessa equipe. Financia extrateto, ou seja, para além do teto do gestor, o teto de média e alta complexidade, um recurso selado para esse cuidado. Então, é muito importante.

E a política foi construída nestes eixos estruturantes: o Eixo de Doenças Raras de Origem Genética e o Eixo de Doenças Raras de Origem Não Genética; o Eixo I, subgrupo 1, estaria mais focado para a esclerose lateral.

Quanto a essa política, eu não vou me ater a este eslaide especificamente, mas o que deu base para elaboração e formulação dessa política é que não se aceita apenas o serviço isolado. Quando o gestor, quando o secretário de saúde pactua e encaminha ao Ministério da Saúde, ele informa os serviços que vão fazer a reabilitação. O objetivo é transversalizar com a rede de atenção à saúde. Ele abrange todos os níveis de atenção. Deixa de se habilitar isoladamente um serviço e passa-se a exigir a rede integrada, ou seja, verifica-se quantas são as unidades básicas de saúde referência, se ele abrange um território regional de saúde ou ao Estado, ou se ele é referência para outros Estados, quem é a referência para o cuidado além do cuidado específico, onde ele vai fazer a reabilitação. Então, todo o plano é encaminhado para que se enseje a avaliação.

É simples? Não, é bem complexo, mas é o grande e primeiro passo dado para que se tenha um atendimento integral, para que se tenha um atendimento em rede às pessoas com doenças raras, em especial a esclerose lateral amiotrófica.

Eu quero falar um pouco sobre o componente da assistência farmacêutica. Por quê? Muito embora, para as doenças raras, poucas doenças tenham alguma evidência de tratamento medicamentoso, para a esclerose lateral amiotrófica, há um medicamento que hoje está instituído no seu protocolo. Esse medicamento, até então, estava no Componente Especializado da Assistência Farmacêutica.

Fazendo um muito breve histórico, a Assistência Farmacêutica tem alguns componentes que são: Componente Básico...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS – Eu vou concluir num instante, por gentileza.

Há o Componente da Rede Básica, o Componente Estratégico e o Componente Especializado, que é um conjunto de medicamentos desse Componente Especializado que são fornecidos ou pelo Ministério, com compra centralizada, ou com repasse de recurso, ou o gestor local adquire esse medicamento.

A esclerose lateral amiotrófica é contemplada pela Assistência Farmacêutica desse medicamento em relação ao protocolo, que é o medicamento chamado Riluzol. E há um ponto importante que eu queria destacar: algumas pessoas são beneficiadas; como o tratamento da esclerose lateral amiotrófica tem uma variedade de repercussões clínicas, algumas pessoas têm resultados com o Riluzol, outros, não, porque isso depende muito da variabilidade, do tempo de diagnóstico.

Pois bem, esse medicamento estava custando inicialmente R$9,55 cada unidade. O que o Ministério da Saúde fez? Como ele repassava o recurso para os gestores locais estaduais fazerem a aquisição, ele disse: "Através de uma parceria para desenvolvimento produtivo, o Ministério vai fazer a compra centralizada desse medicamento". Qual é a importância da compra centralizada? Há inúmeras vantagens. Se formos falar em relação numérica, quando o Ministério compra de maneira centralizada, ele tem poder de compra, porque ele faz uma compra em grande escala. E nós saímos do medicamento de valor unitário de R$9,55 para R$ 3,42, ou seja, 64% menos. Isso trouxe para o ministério a possibilidade de aplicar esse recurso de R$13 milhões no cuidado das pessoas. Além disso, com essa parceria de desenvolvimento produtivo, em que o laboratório farmacêutico da Marinha passa a realizar essa produção, ocorre uma transferência de tecnologia.

Então, além do cuidado, além da aquisição do medicamento, além da redução do valor do Riluzol, medicamento da esclerose lateral amiotrófica, no caso de outras doenças para as quais se possa também fazer esse processo, consegue-se transferir tecnologia na produção do medicamento. Ou seja, o mercado nacional passa a ter autossuficiência – se você não fizer isso, você pode ficar na dependência do mercado e da produção; isso já ocorreu com alguns medicamentos, já ficamos na dependência do mercado internacional –, ocorre a transferência da capacidade tecnológica de um laboratório público para outro laboratório público e brasileiro, e, por último, ocorre o desenvolvimento, acima de tudo, do complexo industrial da saúde, que traz não somente essa possibilidade de tecnologia, mas também agrega várias outras condições de ampliação.

Eu queria só, aqui na Assistência Farmacêutica... Estes são os quantitativos. A partir de novembro agora, começa a entrega às secretarias estaduais de saúde, e aqui está todo o desenvolvimento da distribuição destes medicamentos.

Para além disso, desde 2012, o Ministério incorporou 114 novos medicamentos e procedimentos do Sistema Único de Saúde, através da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias. Todos os países que incorporam tecnologia trazem consigo as suas legislações e comissões de incorporações de tecnologia. Recentemente, nós fizemos um trabalho, que eu também conduzi, sobre órteses e próteses e materiais especiais – e nós apresentamos aqui, nesta Casa; uma prótese de joelho entra no País no valor de R$2 mil e chega ao usuário no valor de R$18 mil. Se o Governo não tem essas ações, se ele não incorpora de maneira adequada, se ele não faz a regulação desse processo, quem sofre é o usuário, quem sofre é o paciente, porque isso se chama

bem credencial: quem usa não é quem escolhe, e esse usuário fica na dependência, muitas vezes, de um conglomerado de pessoas. Mas daí a importância de haver essa incorporação.

Só para concluir, vou falar das pesquisas sobre esclerose lateral amiotrófica. Somente de 2014 pra cá, foram mais de R$5 milhões, apenas para pesquisas da esclerose lateral amiotrófica. Aliás, na instituição da Política Nacional de Atenção às Pessoas com Doença Rara, nós lançamos um edital específico junto à Secretaria de Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, em especial ao Decit, departamento responsável por essas pesquisas; nós disponibilizamos também R$5 milhões para pesquisas em doenças raras, e abrimos uma linha de pesquisa para a esclerose lateral amiotrófica. Pois bem, não apresentaram pesquisas para a esclerose lateral amiotrófica! Em relação às doenças raras, houve outras pesquisas apresentadas, mas, no Eixo para Doenças Raras, não foram apresentadas.

Nós temos, durante esses últimos períodos, apresentado e disponibilizado pesquisas. Somente em 2014, temos quatro pesquisas específicas para a esclerose lateral amiotrófica.

Para concluir, vou falar das ações da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras.

Temos um painel de especialistas, e esse painel de especialistas, em maio 2014, elaborou a lista de doenças priorizadas para elaboração de PCDT (Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas). Agora, na sequência, nós chamamos mais de 60 especialistas para elaborar esses protocolos para doenças raras.

O Ministério da Saúde, tendo ciência de que existe uma necessidade de se fazer uma maior aproximação com os funcionários de atenção básica, lançou – e já vem capacitando através do Telessaúde – os profissionais teleconsultores para atenção básica. Esses teleconsultores vão orientar os profissionais da atenção básica sobre sintomas, diagnósticos e possíveis diagnósticos de doenças raras. Seis Estados já apresentaram esse processo de formação, e é junto com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Além disso, conforme eu já disse, foi lançado o edital de pesquisa em doenças raras (Edital CNPq/MS/SCTIE/DECIT nº 35/2014).

Houve também a inclusão, junto ao Ministério da Educação – e esse é um grande feito – do tema do aconselhamento genético. Antes, o médico formado não tinha a obrigatoriedade de sair da faculdade sabendo a ciência de indicar o aconselhamento genético; agora, através da Resolução nº 3, 20 de junho de 2014, que " institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina e dá outras providências", estabeleceu-se a obrigatoriedade, na formação médica, da indicação do aconselhamento genético.

Outra ação do Ministério tem sido o desenvolvimento de um aplicativo *mobile* para divulgação de informações sobre doenças raras, o Projeto RarasNet. A partir de um *smartphone*, o cidadão pode ter informações sobre doenças raras.

Enfim, há um conjunto de ações. O Ministério da Saúde tem um papel de formulação de políticas públicas, mas, além disso, nós vamos a audiências em alguns Estados, em alguns Municípios, para discutir e apoiar o gestor na implementação desta política pública. Foram várias secretarias de saúde que a equipe técnica visitou, e, pessoalmente, eu acompanho e visito.

Ocorreram também inúmeras participações em audiências públicas, congressos de especialistas e eventos de associações.

Durante esse período, nós tivemos a oportunidade de, acima de tudo, aprender e ter a sensibilidade de que, para construir uma política pública, não basta ter portaria: basta ter sensibilidade.

Esses são os passos iniciais que o Governo Federal vem fazendo em atenção às pessoas com doenças raras – especificamente, aqui nesta audiência, as pessoas com esclerose lateral amiotrófica.

Eu agradeço a oportunidade de ter falado e fico à disposição, aqui e além, para conversarmos. Todos sabem, a Maria Cecília me conhece, todos aqui me acompanham e sabem que podemos conversar para esclarecer alguns pontos e aproximar as pessoas. Afinal, esta Mesa só tem um objetivo: melhorar a condição de vida e dar qualidade de vida às pessoas e famílias com esclerose lateral amiotrófica.

Muito obrigado a todos. Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Dr. Fogolin, pela presença mais uma vez e pelas palavras.

Gostaria de comentar agora sobre nosso objetivo maior, que é a instituição de uma data nacional de luta contra a ELA. Ficou decidido que será mesmo o dia 21 de junho. Então, gostaria de aproveitar a oportunidade para dizer que já foi protocolado o Projeto de Lei do Senado 682, de 2015, que vou assinar aqui agora. Diz o projeto:

> O CONGRESSO NACIONAL decreta:
> Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional de Luta contra a ELA, a esclerose lateral amiotrófica, a ser celebrado, anualmente, no dia 21 de junho.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Além da audiência pública requerida pela Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que fixa critérios para a instituição de datas comemorativas, foram entregues mais de 2.000 assinaturas, a partir de uma consulta pública que apoia a ideia da criação da referida data.

Então, o que eu posso dizer a vocês é que, no que depender da minha parte como Senador, vocês terão sempre aqui uma voz ativa e um cara brigando pelos seus direitos. Eu sei exatamente o que vocês merecem e a dor que vocês têm – não só vocês, mas também familiares e amigos. E eu entendo que, com uma política pública bem formulada, vocês terão uma qualidade de vida bem melhor.

Alguém tem considerações finais a fazer? (*Pausa.*)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Presidente, eu só queria fazer um pequeno comentário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora, por favor.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Eu queria cumprimentar todos e todas.

Eu vi aqui, no relato do Ministério, que existem políticas, existem ações. O problema é o acesso lá na ponta. Quer dizer, a pessoa já tem o hábito de se automedicar; se ela sente um sintoma desses, não vai pensar que é uma doença rara, porque nós não ouvimos falar delas. Eu queria entrar nessa questão. Nós não ouvimos falar dessas doenças, a pessoa pensa que é uma doença qualquer e toma um comprimido; se continuar por uma semana, ela vai à UBS; chega lá na UBS, talvez ninguém trate como um sintoma de doença rara, e o quadro vai se agravando.

Então, a publicidade, a educação, falar mais dessas doenças eu acho que são os pontos principais, não só com relação à ELA, mas também com relação a outras doenças raras. A questão é falar de doenças raras, de que ninguém ouve falar neste País, nem na propaganda oficial, nem nos conselhos de Medicina. Não se houve falar de doença rara. A gente até se espanta quando vê as doenças acontecerem.

O próprio representante do Ministério da Saúde, o José Eduardo, falou uma coisa importante para vocês. Se existe uma entidade, é preciso organização para reivindicar assento no Conselho de Saúde! Digo isso especificamente com relação a doenças raras, não só a esclerose lateral amiotrófica. É necessário juntar as entidades de pessoas com essas doenças e reivindicar assento, porque aí vai se ouvir falar mais, pois há conferências, há encontros, há plenárias e um monte de coisas que acontecem, e as doenças vão ser mais conhecidas, mais divulgadas, e as pessoas vão poder se prevenir. Em todo e qualquer setor da saúde, a prevenção é o melhor remédio. Então, a questão é a doença não acontecer. Assim, é preciso que se fale. Eu acho que pode ser uma proposta que vocês podem encampar, essa questão da presença de representantes lá no Conselho Nacional de Saúde.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senadora.

Passo a palavra agora ao Sr. Patrick.

O SR. PATRICK TEIXEIRA DORNELES PIRES – Bom dia a todos.

O que eu gostaria e precisava muito de dizer é que as pessoas, a população em geral precisa ser mais participativa, engajar-se com mais ênfase e dedicação a essas causas.

Eu lancei uma petição pública, há uns dois dias, em prol de uma unidade do Hospital Sarah na Paraíba. Apesar de já ter feito uma boa divulgação nas redes sociais, até agora há pouco, só havia 58 assinaturas, assim como acontece com a petição da ELA, que ajudei a divulgar.

Eu queria dizer que pesquisadores como o Dr. Gerson Chadi é que deveriam ser os verdadeiros ídolos das pessoas. Eles cuidam da vida. O Dr. Gerson tem pouco mais de 100 seguidores apenas no Twitter; como pode? Se fosse mulher melão, por exemplo, ela teria um milhão de seguidores.

É por isso que quero conclamar as pessoas a serem protagonistas. Só assim as mudanças acontecerão.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Patrick, pela sua participação.

Sr. Jorge, por favor.

O SR. JORGE MELO – Eu gostaria de convidar o Dr. Leomar Gomes para trazer o livro. Nós vamos presentear todos os participantes da Mesa com um livro escrito pela Drª Leide Moreira.

Eu gostaria que a Érica, que conhece a Drª Leide, falasse um pouquinho sobre ela. Fale um pouquinho sobre a Drª Leide, por favor, Érica.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Por favor.

Concedo a palavra à Srª Érica Araium.

A SRª ÉRICA ARAIUM – Bom dia a todos.

Sou a Érica, sou gerente da ABrELA (Associação Brasileira de esclerose lateral amiotrófica), e está aqui, ao meu lado, o nosso presidente, Abrahão Quadros.

Já é o terceiro livro que a Leide escreve. Ela tem esclerose lateral amiotrófica há 8 anos. É uma advogada, mas atualmente está como escritora.

Enfim, esse foi o terceiro livro, que ela lançou agora em setembro, demonstrando, mais uma vez, a atividade da pessoa com esclerose lateral amiotrófica. Às vezes, as pessoas podem pensar que, por conta da imobilidade que a doença.

As pessoas podem pensar, por conta da imobilidade que a doença traz, que a pessoa não tem como se colocar no mundo ou que ela fica inconsciente, sem noção do que está fazendo. Isso não é verdade. O paciente com ELA tem consciência, sim, de tudo que acontece ao seu redor. São pessoas inteligentes e ativas que lutam pela causa. Prova disso é o Jorge, o Sthanley, o José Léda e os outros todos que participam dessa luta.

Ficamos muito felizes e agradecemos, aqui, em nome do Dr. Acary também, a oportunidade de estarmos presente, Jorge, neste momento, que é muito importante mesmo para o País, porque eu acho que ter um dia nacional em que a ELA seja lembrada e mostrada é um dia em que vai se dar o foco a isso. Não é fácil. A mídia, em geral, não se interessa em falar sobre a ELA, a não ser que isso esteja dando Ibope. No momento em que você precisa falar da doença, como, por exemplo, quando houve a falta do BiPAP, ninguém queria nos ouvir. Foi aqui que nós fomos ouvidos – não é, Jorge? – nas audiências públicas. O problema vai continuar, mas também vamos continuar a nossa luta para que as coisas mudem, pedindo sempre ajuda do Senador Romário, do Dr. José Fogolin.

Eu queria sugerir para nós todos aqui – se houver a possibilidade de uma nova audiência, não sei – tratarmos do assunto BiPAP, para que pudesse deixar de ser tão centralizada a distribuição e para que nós pudéssemos conseguir a sistematização da distribuição do BiPAP via UBS. O senhor falou agora do financiamento da Unidade Básica de Saúde, da atenção básica. Hoje, existe a oxigenoterapia, e, se o paciente chegar lá com uma prescrição médica, ele sai com o seu oxigênio, ele tem isso fornecido via SUS. Por que não isso acontecer com o BiPAP? O paciente chega com a prescrição médica e sai de lá com o BiPAP. E a promessa de uma equipe multidisciplinar atendendo pelo PSF, pelo PAD, pelo PID, enfim, todas essas siglas que já existem. São equipes que já existem. Então, nós não estamos nem pedindo que seja uma coisa nova, que haja mais dinheiro, mas apenas um investimento maior no quesito formação dessas pessoas, para que elas saibam com quem elas estão lidando, e a ampliação das equipes, porque, hoje em dia, o PSF está sucateado. Então, eu acho que seria uma coisa bem interessante, que facilitaria muito a vida do paciente – eu acho que também para o Governo. Não sei. É uma sugestão. Se pudermos, depois, dar andamento a isso...

Agradeço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado.

Dr. Fogolin, só uma pergunta em cima do que a Srª Érica acabou de dizer: existe, então, a possibilidade de ser melhor distribuído o BiPAP através de UBS?

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS – São dois pontos.

Primeiro, eu queria falar um pouco do grupo de trabalho que foi comentado. O Ministério da Saúde tem um grupo que é gerido pela Coordenação de Atenção Domiciliar. De 2011 para cá, foi instituída uma política específica de atenção domiciliar. São dois grupos de equipe. Um grupo é com equipe com fisioterapeuta, que é uma equipe mais multi, que consegue fazer esse acompanhamento, vinculada a uma hospital. E são os recursos, o custeio que o ministério repassa para essa equipe. Então, o gestor local, seja o gestor que vai utilizar uma equipe vinculada a um hospital ou uma equipe... Mas sempre vai ter de estar vinculada, porque, geralmente, a pessoa que tem um problema mais grave, como uma pessoa que já depende de um componente respiratório e está domiciliar, precisa ter um apoio, um respaldo de um hospital de referência, porque ela pode ter algumas complicações. Assim, geralmente, essa equipe está vinculada a uma região vinculada a um hospital. Então, hoje, o ministério já refaz. Então, o primeiro passo desse grupo foi instituir a equipe, porque, se fosse instituir primeiro o equipamento, seria um pouco mais complexo. Primeiro, vem a equipe. E esse grupo vem discutindo não somente o BiPAP, que é uma ventilação não invasiva, mas a ventilação invasiva. Nós discutimos sobre as pessoas que têm algumas doenças desmielinizante que precisam da medicação mecânica invasiva. Inclusive, em São Paulo, com o Prof. Dr. Acary, nós já fizemos uma discussão sobre essa ventilação.

Respondendo objetivamente, sim, o ministério

Respondendo objetivamente, sim, o ministério, hoje, no BiPAP, repassa através de um valor de tabela. E a atenção domiciliar já tem esse direito. Isso não é centralizado, é o gestor local que pode optar pela sua distribuição. Ele é um procedimento, equipamento ou manutenção. Ele, anteriormente, era apenas para serviços que eram de atenção especializada, de média ou alta complexidade. Hoje, ele está para atenção domiciliar também. Então, ele já tem essa possibilidade. O gestor local opta se vai fazer isso com uma equipe de atenção domiciliar ou se vai colocar através de um serviço especializado, através do hospital. Hoje, já existe a disponibilidade dessa ventilação mecânica não invasiva, no caso, o BiPAP, para a atenção domiciliar e para um serviço especializado. Agora, é o gestor que faz a sua estratégia. O ministério não influencia nessa estratégia, nessa autonomia.

O SR. JORGE MELO (*Fora do microfone.*) – Esse gestor de que o senhor fala...?

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS – Ah, desculpe. É a secretaria estadual de saúde ou secretaria municipal de saúde.

O SR. JORGE MELO – Ah, é uma gestão municipal ou estadual.

A SRª ÉRICA ARAIUM – Obrigada.

É que não acontece desse modo. Sabemos que hoje não é uma realidade. Só acontece através do TDN, assim como no Rio e em São Paulo. Já existe a possibilidade de o gestor de São Paulo simplesmente municipalizar. Quanto ao restante do Estado, não sabemos como ficará. Então, qual seria o caminho? É isso que eu queria depois...

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS – Só para complementar. A portaria, hoje, instituída dá ao gestor a possibilidade de ter o recurso repassado pelo ministério para o uso dessa ventilação não invasiva. Dentro da sua organização, ele pode centralizar isso com um serviço especializado ou com uma equipe de atenção domiciliar. Para ele ter a equipe de atenção domiciliar, ele habilita uma equipe também vinculada ao hospital, porém, o ministério já repassa regularmente aos gestores que pedem o procedimento do equipamento mais a manutenção. Aí ele, localmente, pode instituir. O gestor que eu digo é o secretário estadual ou o secretário municipal. É ele que organiza a sua rede. Ele pode centralizar num serviço especializado ou através da atenção domiciliar. Então, para isso, já há a sua possibilidade de repasse. O ministério, com a portaria, faz o repasse do recurso e organiza.

Agora, um passo que está sendo discutido é a ventilação invasiva, que é importante também para alguns complicadores. Esse grupo que não é a ventilação invasiva tem também outras necessidades para além da não invasiva.

E eu trago o seguinte: o grupo é importante, sim. Nós montamos o grupo que elaborou e formulou a política de doenças raras. Foi muito importante, porque nós trocamos algumas experiências com o usuário. Então, esse grupo que está discutindo a ventilação invasiva também... Há um pessoal do Ceará ou de Pernambuco que vem trabalhando a ventilação invasiva...

A SRª ÉRICA ARAIUM – Fátima Braga?

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS – Isso. Esse pessoal vem trabalhando a ventilação invasiva e foi escutado por esse grupo. Então, é muito importante fazermos essa discussão.

Objetivamente, pode. É o gestor que determina. O ministério repassa, e hoje o Sistema Único contempla essa ventilação.

A SRª ÉRICA ARAIUM – Senador, posso fazer uma última pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Claro.

A SRª ÉRICA ARAIUM – Objetivamente, as organizações devem se dirigir às secretarias estaduais e municipais para conseguir resolver isso.

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS (*Fora do microfone*.) – Sim.

A SRª ÉRICA ARAIUM – Obrigada.

O SR. JORGE MELO – Dr. Fogolin, só uma pergunta. Em relação ao Cough Assist, que é colocado na proposta do projeto de lei da Deputada Mara Gabrilli, eu citei que, em 2011, o Cough Assist foi levado ao Ministro da Saúde, que disse que ia criar um GT para discutir a inclusão do Cough Assist. Como está essa situação? O senhor sabe?

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS – Eu posso até retornar pessoalmente, mas o Cough Assist teve uma avaliação na Conitec. Para toda incorporação ao SUS – é uma lei, não é uma determinação do Ministério da Saúde –, há uma lei federal que traz que toda tecnologia nova incorporada ao Sistema Único de Saúde tem de ser avaliada pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias. Não é um grupo de ministério, o ministério faz parte desse grupo, que tem o Conselho Federal de Medicina, o Conselho Nacional de Secretários de Saúde, o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, representantes do usuário, do Conselho Nacional de Saúde. Esse equipamento tem de ser avaliado na Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias para poder ser incluído no SUS.

Eu posso responder, Jorge, de uma maneira mais geral, porque não é da minha área específica, mas, se não me engano, já houve uma avaliação dele. Então, eu posso direcionar isso a você: se houve a avaliação, está no processo de incorporação, está na portaria, como é que está. Já houve esse encaminhamento para a comissão, sim.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS – Se foi recusado pela Conitec, aí é a Conitec que avalia, lembrando que a Conitec não é Ministério da Saúde, é a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias. Se um conjunto de profissionais agregar outros estudos, ele pode ser colocado novamente para avaliação. Então, como ele está na Conitec, a avaliação da incorporação dele é feita por essa comissão, lembrando que essa comissão não é o Ministério da Saúde, é uma comissão formada por um conjunto de atores envolvidos na incorporação. E, se uma tecnologia não foi incorporada em determinado momento, ela pode ser novamente apresentada com as suas evidências.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

A SRª MARIA CECILIA OLIVEIRA (*Fora do microfone*.) – Posso fazer uma pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Por favor, Srª Maria Cecilia.

A SRª MARIA CECILIA OLIVEIRA – Fogolin, não haveria uma forma até para evitar essas situações que estão acontecendo – eu não sei se isso existe – em que o ministério conseguisse ter um retorno dos Estados, das secretarias estaduais, já que ele possibilita esse repasse e, muitas vezes, num determinado Estado que não cumpre a portaria, os pacientes judicializam? Não haveria como fazer um trabalho, talvez com uma força-tarefa, em que o Governo Federal olhasse esses Estados e falasse: "Por que os pacientes aqui estão judicializando algo para o qual já existe portaria e que nós podemos fazer o repasse para que isso seja fornecido para os pacientes?" Não dá para ser feito algo que vincule essa tarefa dos secretários de saúde? O que vemos é que apenas São Paulo cumpre mal e mal e Rio de Janeiro cumpre um pouco também, mas estamos falando de dois Estados. E o que acontece na maioria dos Estados do Brasil é o não cumprimento. E os pacientes com mais acesso acabam judicializando. Agora, será que não haveria como fazer esse dever de casa, perguntando: "Por que judicializaram, se havia a opção de fornecer, administrativamente?" Eu não sei se há como isso ser feito, e não simplesmente dizer: "Isso é disponibilizado para o Estado, mas cabe a ele executar ou não".

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS – Novamente, nós temos uma relação interfederativa. O Sistema Único de Saúde tem as suas leis. O ministério não tem gerência local. Então, que as audiências sendo feitas aqui se façam nos Estados, nas assembleias. O Ministério da Saúde não tem a autonomia de uma ingerência local em que possa falar: "Você é obrigado a fazer isso". O Ministério da Saúde não tem essa ingerência. A relação interfederativa é dessa forma. O ministério pode, sim, colaborar nas discussões das necessidades locais emanadas pela população através de inúmeras fontes, como a Ouvidoria. Há vários encaminhamentos que se fazem através da Ouvidoria, através do 136. O ministério pode se articular, como sempre faz, com os gestores. Agora, a autonomia é local. Então, que estas audiências aqui também aconteçam nas assembleias dos Estados, nas câmaras municipais, porque lá está o gestor que faz a assistência, o gestor que tem a autonomia desse cuidado. Então, é importante que haja esse levantamento. O ministério sempre está à disposição para elaboração, para formulação, para discussão, para qualquer ponto com o gestor, mas é uma autonomia local. Não existe um poder do ministério, não existe hierarquia entre secretaria municipal de saúde, secretaria estadual de saúde e Ministério da Saúde. No Pacto Federativo, a gestão trina do ministério é no mesmo nível hierárquico. Não existe um mandando no outro. É uma gestão federativa, é o Pacto Federativo. Agora, as ações locais, havendo uma audiência, seja nas assembleias estaduais, seja nas câmaras municipais, têm os seus efeitos locais de uma maneira mais efetiva. De todo modo, o Ministério da Saúde também está à disposição para discutir e abrir, como em outros setores. Quando faltam alguns medicamentos, nós entramos em contato e fazemos uma articulação, mas nós não temos autonomia de exigência, porque hoje a estrutura local tem discricionariedade.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

Passo a palavra agora ao Sr. Lennon.

O SR. LENNON CUSTÓDIO – Bom dia a todos e a todas. Quero parabenizar o Senador Romário por esta audiência, quero parabenizar meu amigo Jorge Melo, que está sempre na luta em defesa das pessoas com ELA; o Prof. Gerson, grande pesquisador; Sthanley; Dr. Fogolin e demais membros da Mesa.

Dr. Fogolin, inclusive tenho acompanhado seu trabalho e queria fazer só uma ressalva nas suas colocações. É muito importante o trabalho que o Ministério da Saúde vem fazendo, só que acho que está faltando um pouco de divulgação também por parte do Ministério. Muitas pessoas lá fora desconhecem as ações que o Ministério está promovendo, como chegar a essas ações. Essas portarias, há pessoas que não têm acesso a essas portarias. Então, fica muito difícil uma pessoa saber que o Ministério tem políticas públicas voltadas para a área da esclerose lateral amiotrófica, ou seja, muitas vezes, não tem acesso porque não conhece as ações que o Ministério vem travando.

Sou assessor da Deputada Federal Mara Gabrilli, inclusive ela pediu desculpas por não estar presente, ela está em um compromisso fora do Congresso Nacional, mas ela, juntamente com o Senador Romário, é uma grande ativista da luta das pessoas com deficiência aqui, no Congresso Nacional.

O senhor também falou, em relação a pesquisas, que, muitas vezes, o Ministério da Ciência e Tecnologia, em parceria com o Ministério da Saúde, tem recursos mas que, às vezes, não são apresentados projetos. Também por falta, às vezes, até de divulgação. Tenho conversado aqui com o Prof. Gerson Chadi sobre um projeto que ele tem de biomarcadores, e ele está correndo atrás de recursos de emenda parlamentar para poder viabilizar essas pesquisas, pesquisas importantes para as pessoas que estão na luta há muitos anos para saber o que pode ser feito com o diagnóstico dessa doença. Tenho conversado com a Deputada Mara, e a Deputada Mara já disponibilizou recursos no orçamento, emenda pessoal dela para essa pesquisa.

E quero dizer, Jorge, que é um prazer estar aqui vendo essa luta sua aqui em Brasília, da Sandra também, de outras pessoas aqui em Brasília, porque é importante: quanto mais audiências públicas e discussões tivermos para esclarecer a população sobre esses assuntos, melhor, cada dia mais, para cada um de nós.

Queria agradecer e parabenizá-los por esta audiência pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Lennon.

Passo a palavra ao Dr. Fogolin.

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS – Eu acho muito importante, a Deputada Mara Gabrilli sempre acompanhou todas as audiências de que nós participamos, tanto em São Paulo como aqui. Acho que a gente tem uma relação muito próxima.

Quanto à divulgação, eu acho importante esse relato. Até vocês participaram, houve um evento aqui em Brasília, organizado para a elaboração, nas discussões da elaboração do protocolo, e de lá nós lançamos os instrutivos. Todas as Secretarias de Saúde estaduais e as capitais receberam o instrutivo, não a portaria, porque a portaria, muitas vezes, é de difícil leitura. Nós encaminhamos a portaria e um instrutivo de um passo a passo para habilitar. Em algumas audiências nas Assembleias, eu, pessoalmente, participei, divulgando a própria política e como chegar. Para além disso, o Ministério lança nas redes sociais. Mas claro: sempre há necessidade.

Então, eu só queria dar o retorno: o Ministério fez os instrutivos, tem o seu *site* específico, e a gente precisa cada vez mais. Somente para fazer um relato sobre essa questão. Foi a única... Em poucas políticas tivemos o esmiuçamento de fazer um passo a passo como foi o de raras, e a gente encaminhou para cada gestor. Cada secretário estadual e cada secretário de capital têm um instrutivo que receberam.

Para além disso, também a gente traz, em relação a esse acompanhamento das pesquisas, nossa equipe do Decit, ela está aqui e pode também conversar paralelamente como entrar, como está esse processo, tem todas as suas vias. Mas é importante destacar: sempre, tanto nesta audiência que está discutindo o dia contra a esclerose lateral amiotrófica, quanto no dia 28 de fevereiro, que a gente sempre está discutindo em relação às doenças raras, que nós possamos, cada vez mais, discutir a divulgação nos espaços que a gente ocupa. Somente dessa forma a gente vai ter, um dia, uma audiência para discutir como se está implementando.

Dessa forma, a gente vai ter um dia uma audiência para discutir como está a implementação, se está boa ou se está ruim em relação a essa política. Então, agradeço. Leve à Deputada Mara Gabrilli o meu abraço.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Doutor.

Volto a palavra ao Dr. Gerson Chadi.

O SR. GERSON CHADI – Muito obrigado, Senador Romário.

Dr. Fogolin, gostaria de levar ao seu conhecimento alguns fatos e também lhe fazer perguntas sobre algumas das nossas dificuldades lá. Certamente, vamos conseguir melhorar a situação e talvez, como o assessor Lennon disse, muitas vezes a gente não esmiúça direito as portarias, os gestores locais não nos ajudam muito, mas, enfim, estamos caminhando.

Sobre essa nova sistemática do Ministério da Saúde em relação à disponibilização de recursos para doenças raras, não estou muito envolvido com isso, porque isso ficou na nossa faculdade, nas mãos da Drª Magda, da Pediatria. Especificamente para as doenças neuromusculares, a Drª Magda requisitou a participação da Drª Umbertina Conti Reed nas reuniões que houve no Ministério da Saúde a respeito disso, ou seja, de pagamento não mais por consulta ou por procedimentos, mas pagamento por bloco. Inclusive, tem um nome, eu me esqueci dele, do pagamento por bloco, o que, de certo modo é muito bom. Não sei se estou bem informado.

O pagamento por bloco significa que o paciente, o hospital vai receber uma verba de R$800,00 para o paciente. Isso inclui do diagnóstico ao processo de reabilitação. Nós ficamos muito felizes, particularmente, porque o diagnóstico molecular é uma coisa um pouco complicada no Hospital de Clínicas, um hospital que atende a um grande número de pacientes não só da região, mas do Brasil todo. Nós ficamos felizes. Talvez a gente consiga solucionar o problema, eu não diria do pagamento, mas da ajuda financeira para fazermos o diagnóstico molecular.

Nessa jornada com os pacientes com esclerose lateral amiotrófica, nos deparamos com uma situação muito peculiar no Brasil, que é familiar. Eu me coloquei à disposição desses pacientes, de forma digital, para entender o que acontece no Brasil todo. O diagnóstico genético, Dr. Fogolin, não é disponibilizado, não é feito no Brasil. Para a esclerose lateral amiotrófica, a grande maioria dos genes mais desenvolvidos é de autossômicos dominantes, o senhor sabe o que isso significa. Então, estamos vendo famílias com 50% de seus familiares doentes. Essa situação poderia ser mudada.

Nós conseguimos verba para implantar métodos de sequenciamento gênico para pacientes de esclerose lateral amiotrófica. Não conseguimos que esse dinheiro viesse do SUS. Não há no Hospital de Clínicas, e não estou falando no meu setor. Eu poderia estar equivocado, desinformado, mas a pediatria, por exemplo, um setor imenso, faz diagnóstico molecular, diagnóstico de mutação gênica, e eles não conhecem mecanismos de recebimento disso via SUS. Aí, fomos conversar com o auditor, que procurou no sistema mecanismos, locais, brechas para colocar isso como sendo um pagamento do SUS, o que não é possível. Então, você poderia usar uma alínea semelhante, uma alínea que não fosse a verdadeira. Nesse caso, o hospital receberia pelo pagamento, mas de algo que, efetivamente, não é aquilo que é apresentado ali no sistema.

Ou seja, isso não é correto, não é? Então, não fomos adiante, porque o nosso auditor lá é muito sério e disse: "Não, nós só vamos colocar aqui no sistema o exame com a nomenclatura correta". Então, ficamos parados nesta situação: como nós vamos disponibilizar? E, olha, temos ali um painel de mutações gênicas, Dr. José Fogolin, que inclui

as dez mais frequentes mutações em esclerose lateral amiotrófica. E eu tive a oportunidade, até a felicidade científica, de ver que o Brasil é totalmente diferente da Europa e dos Estados Unidos em relação às mutações gênicas. E eu estou agora muito convicto de que os nossos pacientes são diferentes dos pacientes da Europa e dos Estados Unidos.

Então, é assim: se eu tivesse esse recurso financeiro, sendo eu um estudioso da questão, seria meu interesse de colocar isso a um preço mais baixo possível. Ou seja, o preço é apenas para reposição de reagentes, enfim, manutenção de equipamentos, porque, em geral esses equipamentos estão na instituição com recursos de projetos de pesquisa. E o diagnóstico lá na instituição também é usado para o estudo, para, enfim, publicações científicas.

Então, Dr. Fogolin, se, como o senhor disse, o diagnóstico das mutações é pago pelo SUS, eu precisaria de uma assistência da sua equipe para nos auxiliar como fazê-lo, porque isso, realmente, vai beneficiar os pacientes do Brasil inteiro. Isso simplesmente porque temos ali isso montado.

É muito simples: o paciente, com seu médico, coleta o sangue, coloca o sangue num tubinho, e esse tubinho é mandado lá para o Hospital de Clínicas, e a gente faz o diagnóstico. Eu conversei bastante com Acary, nós estamos juntos nessa proposta. Então, esse é um ponto, Fogolin, que eu gostaria que o senhor ajudasse no esclarecimento.

Em relação ao projeto de pesquisa que não foi apresentado, realmente isso já complica a nossa vida, porque, como pesquisador... E sabemos que tudo é muito caro, todo dinheiro para pesquisa não pode ser desperdiçado, aliás, passamos 50% do nosso período atrás de recursos financeiros para fazer a pesquisa, quando poderíamos passar uma boa parte desse período lendo, enfim, escrevendo artigos científicos até de melhor qualidade.

Esse edital do Ministério da Saúde para doenças raras eu, particularmente, li e reli várias vezes. Esse edital não atendia a situação particular da esclerose lateral amiotrófica e outras doenças do gênero. Seriam aquelas raras hiper-raras e, fundamentalmente, atreladas à questão genética. Foi isso que entendemos pelo edital. Então, naquele edital, em particular, não apresentamos um projeto para esclerose lateral amiotrófica.

Por outro lado, na mesma data, no mesmo mês, que foi em outubro do ano passado, saiu um outro edital sobre doenças neurodegenerativas. Um edital de R$5 milhões. Nós ficamos muito animados, e aí já tínhamos recebido a atenção do Ministério da Saúde. Por isso eu digo que não é crítica, estamos construindo ideias e temos o Ministério da Saúde como parceiro. As dificuldades existem bilateralmente.

Então, avaliamos qual seria a maior necessidade dos pacientes com esclerose lateral amiotrófica para um projeto daquela envergadura, para um edital daquela envergadura. Neste momento, eu estava numa peregrinação em vários países na Europa, no final do ano passado, atrás de recursos financeiros para as nossas pesquisas aqui em esclerose lateral amiotrófica. Isso todos sabem, eu escrevi isso muitas vezes, está publicado, amplamente divulgado.

Em todas as portas em que eu batia em vários países da Europa eles diziam: "Olha, se você não caracterizar bem os seus pacientes com esclerose lateral amiotrófica, você não vai tirar dinheiro da Comunidade Europeia para investimento lá no seu País". Enfim, só para vocês saberem: como você vai caracterizar bem os pacientes em uma determinada doença? Através de biomarcadores: biomarcadores por imagem; biomarcadores moleculares; biomarcadores que podem ser marcas para o diagnóstico, marcas da evolução, marcas do prognóstico da doença. Ou seja, é fundamental! Não uma doença como a esclerose lateral amiotrófica, em que o diagnóstico é feito por exclusão e depende fundamentalmente da evolução da doença.

Então, se você tem um projeto de pesquisa em que vai ver a ação de uma droga ou de um procedimento, você precisa de parâmetros mais objetivos, de parâmetros mensuráveis, que mostrem claramente se aquela proposta terapêutica ou procedimental de fato está funcionando bem. Que não fique apenas na dependência de avaliações clínicas, de reflexos e outras, que muitas vezes são um pouco subjetivas.

Então, Dr. Fogolin, pedi ajuda de grandes autoridades na esclerose lateral amiotrófica mundial. Posso citar a Dr. Orla Hardiman, que é a papisa da esclerose lateral amiotrófica no mundo, editora da maior revista científica dessa área. Cito também vários pesquisadores importantes do Reino Unido, principalmente da Universidade Oxford, que estão bastante preocupados com a doença. E aqui juntei um grupo de pessoas com *expertises* diversas, porém com documentação importante, para escrevermos um projeto que fosse, de fato, o *break thru* – a quebra do paradigma – na esclerose lateral amiotrófica.

E nós apresentamos um projeto de R$980 mil, um projeto caro! Apresentamos nesta demanda do Ministério da Saúde. Um projeto caro, por que? Porque a metodologia nunca foi feita no Brasil. Nunca foi feita no Brasil, mas nós tínhamos pessoas – aliás uma delas viveu, foi um pesquisador na Alemanha durante seis anos e voltou para o Brasil com essa *expertise*, mas não a *expertise* para a doença neurodegenerativa ou para a esclerose lateral amiotrófica. A união de todas as *expertises* foi a responsável pela elaboração de um projeto de, em nossa opinião, grande envergadura. Esse projeto foi apresentado, mas foi aprovado no mérito, porém não na prioridade.

Então, por que eu digo isso? Porque nós sabemos claramente que o Ministério da Saúde está atento às demandas de desenvolvimento. Porém os seus recursos para desenvolvimento não são disponibilizadas diretamente pelo Ministério. Esses recursos são disponibilizados via Ministério da Ciência e Tecnologia.

Eu não sei, pela análise dos projetos aprovados – e todos os projetos são bons, são pesquisadores de excelência –, salvo engano de minha parte, esses projetos não contemplavam – alguns deles – questões específicas da área

de saúde e que poderiam ser contempladas por editais mais relacionados à ciência e tecnologia, como por exemplo o desenvolvimento de *induced pluripotent stem cells.* Eu desenvolvi *induced pluripotent stem cells* lá na faculdade de medicina. Fomos os primeiros a colocar um neurônio humano, no território nacional, vocês sabem disso. Esse neurônio é de um paciente de esclerose lateral amiotrófica, feito única e exclusivamente por pesquisadores nacionais.

Então, acho que, falando no que diz respeito à pesquisa e, na esclerose lateral amiotrófica, a pesquisa é o único caminho que, de fato, pode trazer a cura para uma doença em que os pacientes brasileiros são diferentes dos pacientes de outras nações. Eu acho que o Ministério da Saúde poderia avaliar um pouco melhor os seus editais no sentido de fazer com que eles atendam de fato questões especificamente relacionadas ao desenvolvimento terapêutico ou procedimental na área de saúde. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado.

Passo a palavra de novo ao Dr. Fogolin.

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS – Eu não vou me estender no proselitismo acadêmico, mas vou tentar ser bem objetivo. Vamos pular o muro da faculdade e vamos para a realidade.

Em relação ao conhecimento da portaria, eu acho importante esse destaque do Professor Chadi, porque, realmente, a gente precisa fazer chegar à academia esse conhecimento. Por que o hospital não conseguiu informar o procedimento? Tomemos como primeiro exemplo o Hospital das Clínicas, na Universidade de São Paulo. Eu estudei no Hospital das Clínicas. Para ele ser habilitado para fazer a cirurgia cardíaca e receber por aquela cirurgia cardíaca tem um ponto importante, que se chama habilitação. Por que habilitação? Todos os serviços que se destinam à realização de alta complexidade precisam de uma portaria chamada de Habilitação. Como é isso? Vou dar um exemplo concreto de onde o Professor Chadi e eu temos conhecimento. Ele precisa ser habilitado. Como é isso? Então, digamos que o Departamento de Neurologia, a Clínica Médica ou a Neurologia, se interesse, e o Professor Chadi diga que vai acompanhar a esclerose lateral amiotrófica e quero ser um serviço de referência. Ele precisa, através do diretor do hospital, fazer com que chegue à Secretaria de Estado, que é o gestor do Hospital das Clínicas, e peça a habilitação, pactue no Colegiado Intergestor Bipartite, que é onde se pactua, e encaminhe ao Ministério da Saúde a habilitação. Caso contrário ele não consegue informar a realização desse exame. Por quê?

Porque, se fôssemos abrir para qualquer serviço, informasse a produção, nós teríamos dificuldade, porque, para a alta complexidade, para acompanhamento específico, o financiamento é para aquele serviço, porque, senão, só sai fazendo exame sem fazer o acompanhamento. Então, existe uma necessidade, Professor, de que a gente tenha uma habilitação. A partir do momento em que eu habilito o serviço, eu recebo. Aí eu queria fazer uma correção, de que não são R$800,00. O Ministério repassa até R$40 mil mensais para o serviço, só para a equipe, mais R$ 800,00, a cada três meses, para alguns exames por doente. Então, o que acontece? Você pode fazer o acompanhamento através do acompanhamento clínico, e o Ministério da Saúde repassa o custeio mensal e repassa também por exame realizado por pessoa, que é extrateto. Ou seja, o que faz, o Ministério financia; o que faz, o Ministério repassa.

Um exemplo: na hemodiálise, você recebe aquilo que executa. Ou seja, é extrateto, não está no teto, porque temos duas formas de financiamento no Sistema Único: um dinheiro que o Ministério repassa no teto e o gestor utiliza, adequando à sua realidade, e um recurso que vai selado, digamos assim, para ser bem objetivo. Ou seja, aquele recurso é para cuidar de doença rara. Se foi habilitado para Esclerose Lateral, é para Esclerose Lateral.

O SR. GERSON CHADI – Mas, isso não está amplamente aberto para todas as doenças raras.

O SR. JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS – Sim, para as oito mil doenças raras. Então, destaco que é importante, vou encaminhar pessoalmente ao senhor o instrutivo e a própria portaria, porque o Senhor, como formador, um professor, é importante que faça essas discussões até no meio acadêmico. Nós tivemos a oportunidade de fazer essa discussão com os gestores. Então, o gestor, é claro, no Hospital das Clínicas, jamais iria conseguir informar, porque ele precisa ser habilitado. É importante fazer essa discussão. Nós fizemos essa discussão, o Município de São Paulo, a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo já está fazendo uma discussão de habilitar serviço. É importante que o Estado também participe, porque os hospitais de referência, os hospitais estaduais... Agora, é claro que cada gestor tem sua autonomia.

Mas, para o serviço que o senhor conduz, e conduz de forma brilhante, porque o conheço da própria faculdade, é importante que o hospital seja habilitado. Se ele não for habilitado. Se o gestor não habilitar o serviço, o Ministério não tem como repassar o recurso. Então, é importante que haja habilitação.

Segundo ponto. Para as pesquisas, estamos até aqui, tem total importância sentarmos com o senhor, a equipe do Decit está aqui, que é a equipe com a qual o senhor já vem fazendo contato, aliás já vem desenvolvendo uma pesquisa conosco no Ministério da Saúde e podemos ter todo o esclarecimento. Sim, foi apresentado. Claro, qual é o objetivo nosso aqui? Existem pesquisadores, existe o órgão que vai financiar e existe quem quer que aconteça.

Então, foi a primeira vez que houve linha de pesquisa para doenças raras. Aliás, hoje, se não me engano, está sendo votada a pauta da Comissão de Seguridade Social e Família, na Câmara, o Projeto de Lei 6566, que determina garantia de recursos para atividades voltadas a doenças raras. O que quero dizer com isso? Que grande parte de muito que está acontecendo nesta Casa deveu-se, especificamente, aos familiares e às associações, a alguns Parla-

mentares específicos, como o Dr. Solla, na época Deputado Romário e agora Senador Romário, mas a política trouxe a possibilidade de uma grande discussão. Então, o que quero destacar é que, na pesquisa, houve e ainda há editais, há editais que queremos discutir para os próximos anos. E há uma pesquisa específica que o senhor conhece e que vem sendo desenvolvida. Podemos esclarecer um pouco melhor, porque é uma coisa de pesquisador e fomentador de pesquisa.

Enfim, quero destacar, esclarecer e até passar para o Senador, primeiro, que, para receber o recurso, precisa ter habilitação. O Ministério habilita o recurso como chegou de Pernambuco, como chegou de outros Estados para habilitação. Mas, para que o Hospital das Clínicas de São Paulo, especificamente no exemplo que o senhor nos deu, possa receber o recurso para fazer esses exames e a equipe ser também financiada para realização do cuidado, preciso que chegue a habilitação, para que o Ministério possa financiar. Aí ele é marcado. O que significa ser marcado?

Quando um hospital, um serviço de saúde, um estabelecimento, é habilitado, no sistema de informação ambulatorial, que são os dados ou sistema de informação hospitalar, aquele hospital fica autorizado.

Por isso, no caso, quando o professor disse – o auditor não... Quem informa o sistema vai conseguir informar, mas aquele que for habilitado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

Sr. Sthanley Abdão.

O SR. STHANLEY ABDÃO – Pois bem, nós, como usuários desse sistema e atualmente passando por essa fase na vida, acredito que a Esclerose Lateral, a doença do neurônio motor, na minha vida está sendo mais um obstáculo, mas creio será vencida. Como penso, pela formação castrense da gente, essa doença, como as demais raras têm que ser vista como uma guerra: se abrirmos a guarda para o inimigo, ele vai nos derrotar.

Então, se não houver uma mobilização geral dos órgãos competentes – estou vendo a dedicação do Dr. Fogolin, a vontade de querer cooperar e ajudar – é de suma importância para que ações públicas possam ser de fato efetivadas e possamos garantir a vida dos pacientes que precisam do Sistema Único de Saúde.

Acredito no Sistema Único de Saúde como um excelente projeto, um modelo de saúde de âmbito mundial. Como todos sabem, ainda mais com a crise que o País enfrenta, sabemos que esbarra no problema de gestão, infelizmente.

Quero, Senador, em meu nome, como paciente, representando aqui também aquelas vozes que não mais conseguem falar, agradecer ao senhor por essa rica oportunidade, nesta manhã, de propor a criação desse dia. Realmente, hoje creio que será um divisor de águas para nós, pacientes da Esclerose Lateral.

Gostaria de agradecer a todos que compuseram esta Mesa, Dr. Fogolin, Dr. Chadi, a Cecilia, o Jorge, que são pessoas voltadas para a causa, agradecendo também todos que estão aqui presentes. Sei que se vocês estão aqui presentes é porque fazem parte deste processo, como amigos, familiares e também interessados pela doença.

Senador, gostaríamos de entregar às suas mãos o abaixo-assinado impresso com mais de 2.770 que imprimimos ontem. Hoje já deve estar passando de 3.000, porque a audiência ainda não acabou.

Passo às suas mãos esse catálogo de assinaturas e, se possível, quero fazer uma foto com as associações presentes, para que esse dia seja marcado como um diferencial na vida dos pacientes com Esclerose Lateral.

Pessoal da ABrELA a, do Pró-cura, queria que fizéssemos essa foto no final, para que fosse marcado, efetivado, como uma data importante para nós pacientes.

Muito obrigado a todos.

Que Deus nos abençoe na luta contra ELA. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem Sthanley. Gostaria de, mais uma vez, agradecer a presença dos convidados, Srª Maria Cecilia de Oliveira, Sr. Jorge Melo, Professor Gerson Chadi, Sr. Sthanley Abdão, Dr. José Eduardo Fogolin dizendo que, com certeza, essa audiência pública teve uma grande relevância, importância, para institucionalizar o Dia Nacional de Luta contra a esclerose lateral amiotrófica.

Muito obrigado a todos pela presença.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agendando para, amanhã, quinta-feira, às 10h, audiência pública destinada a debater o Marco Regulatório da Educação a Distância, em atendimento ao Requerimento nº 95, de 2015, desta Comissão, de iniciativa do Senador Paulo Paim.

Muito obrigado a todos pela presença. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 37 minutos.)

ATA DA 56ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2015.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e vinte minutos do dia quinze de outubro de dois mil e quinze, na sala de reuniões número quinze da Ala Senador Alexandre Costa, **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Paulo Paim** e com a presença dos Senhores Senadores Donizeti Nogueira e Lasier Martins e da Senhora Senadora Simone Tebet, reúne-se a presente Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente em Exercício, Senador Paulo Paim, declara aberta a reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 95/2015-CE, de autoria do Senhor Senador Paulo Paim, destinada a debater o "Marco Regulatório da Educação a Distância – EaD". Comparecem à Audiência Pública como expositores: **Senhor Luciano Sathler Rosa Guimarães, Diretor da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED); Senhora Gislaine Moreno, Diretora da Associação Brasileira das Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES); Senhor Alan Valente, Vice-Presidente do Fórum Nacional de Entidades Estudantis; Senhor José Roberto Covac, Diretor Jurídico do Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior (Semesp); Senhor João Roberto Moreira Alves, Diretor da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (CONFENEN); Senhora Nara Pimentel, Membro do Comitê de Coordenação Política da Associação Universidade em Rede (UniRede); Senhor Luiz Roberto Liza Curi, Conselheiro Presidente da Comissão EAD no Conselho Nacional de Educação (CNE) e Senhor João Paulo Bachur, Diretor de Políticas Regulatórias da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação do Ministério da Educação (SERES/MEC)**. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião às treze horas e vinte e seis minutos do dia quinze de outubro de dois mil e quinze, determinando que eu, **Willy da Cruz Moura, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em Exercício e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR PAULO PAIM
Presidente em Exercício da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 56º Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública, atende ao Requerimento nº 95, de 2015, de autoria deste Senador e de outros, para a realização de audiência pública destinada a debater o Marco Regulatório da Educação a Distância.

Dando início à nossa audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

Informo que a Mesa será composta em dois momentos: num primeiro momento, pelos seguintes expositores: Luciano Sathler Rosa Guimarães, Diretor da Associação Brasileira de Educação a Distância.Seja bem-vindo.

Convidamos o Conselheiro Relator do Marco Regulatório da Educação a Distância, do Conselho Nacional de Educação, Sr. Luiz Roberto Liza Curi. Sejam bem-vindos.

E convidamos a Diretora da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, Gislaine Moreno. Seja bem-vinda.

E, por fim, nessa primeira Mesa, Alan Valente, Vice-Presidente do Fórum Nacional de Entidades Estudantis.

Informo também, para situar o Plenário e todos aqueles que estão nos assistindo pela TV Senado e ouvindo pelo Sistema de Comunicação da Casa, que comporão a segunda mesa: José Roberto Covac, Diretor Jurídico do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Ensino Superior e também o Diretor da Confederação Nacional dos Estabelecimento de Ensino, Sr. João Roberto Moreira Alves.

E, em seguida na mesma mesa, naturalmente, o Diretor de Políticas Regulatórias da Secretaria de Educação e Supervisão da Educação, do Ministério da Educação, Sr. João Paulo Bachur. E também Nara Pimentel, que é membro do Comitê de Coordenação Política da Associação da Universidade em Rede.

Informo que esta audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do Jornal do Senado, da Rádio Senado, e contará com o serviço de interatividade com o cidadão: Alô Senado, através do telefone 0800 61 2211, e e-Cidadania, por meio do portal: www.senado.gov.br-ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Eu vou me dar o direito de fazer uma pequena introdução com um único objetivo: situar todos aqueles que estão assistindo pelo Sistema de Comunicação do Senado sobre o objetivo desta audiência de hoje aqui.

Eu, de pronto, cumprimento todos os professores e professoras que ajudaram na elaboração da presente reunião e também todos aqueles que estão nos assistindo pela TV Senado ou pela internet.

Enfim, sabemos das dificuldades que a categoria tem enfrentado ao longo dos anos com os baixos salários, violência nas escolas. E, por isso, sou daqueles que lamenta que o piso salarial – de forma constrangida temos que admitir – não é pago por inúmeros Estados, inclusive o meu. E a questão aqui não é partidária, porque, entra governo e sai governo, o piso continua não sendo pago lá no meu Estado do Rio Grande do Sul, que hoje, infelizmente, esta semana, está sob muita chuva.

Mais de uma centena de cidades estão em estado de calamidade, luz sendo cortada e milhares de pessoas desabrigadas. É claro que estamos fazendo apelo, quase diariamente, para que não somente o Município, que está fazendo dentro do possível a sua parte, mas o Estado como também a União colaborem com tudo aquilo que for possível. E a União, pela informação que nos chega, está também mandando recursos para o Estado.

Enfim, eu falava aqui das dificuldades da situação dos professores. Eu listava aqui indisciplina, dificuldades de aprendizagem dos alunos, a desvalorização da carreira, o não cumprimento do piso salarial, entre outras questões que nos preocupam muito.

Este é o momento de lembrar tudo isso. É um dia de luta porque hoje é o dia em que homenageamos os professores, mas, muito mais que um dia de homenagem, é dia de reconhecer as contribuições que os professores deram ao Brasil e ao mundo, para a construção de uma sociedade melhor para todos. Qualquer um que for perguntado irá sempre dizer que a educação é o principal instrumento para a revolução. A revolução de que falamos é a revolução do saber, do conhecimento, de comportamento, sempre na linha da melhoria. Foi pela educação que os países avançaram no mundo todo, e no Brasil não poderia ser diferente.

Mas não adianta dizer tudo isso, homenagear os nossos mestres, os professores – muitas vezes na tribuna a gente lembra: "lá na minha escolinha e depois no ginásio, no científico, que é o meu tempo, pois sou do tempo do ginásio e do científico – se não valorizarmos essa categoria tão importante de profissionais que dão sua vida para melhorar a vida do povo brasileiro.

Propusemos essa audiência para discutir a educação a distância. O Conselho Nacional de Educação está a um passo de aprovar um novo marco regulatório para essa modalidade de educação.

As normas ao serem aprovadas pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação apontarão novas diretrizes para a oferta de cursos e programas de Educação a Distância.

Acreditamos que se debate poderá contribuir com essa nova regulação, no sentido de que sejam ouvidos os anseios do setor e das necessidades fundamentais na formação da população.

A meu ver, a educação brasileira vive um momento histórico, de transição, pois a ideia é aproximar cada vez mais a educação a distância da educação presencial.

Por fim, para não atrasar, só queremos destacar aqui uma frase que marcou a vida de todos nós do inesquecível Paulo Freire: a luta dos professores em defesa dos seus direitos e da sua dignidade deve ser entendida como um momento importante de sua prática docente enquanto prática ética. Não é algo que vem de fora da atividade docente, mas algo que faz parte dela.

Com essa pequena introdução, situando o debate de hoje, de imediato passo a palavra para os nossos convidados. O tempo será de dez minutos a cada expositor. Claro que aqui a Presidência não será rígida quanto ao tempo, mas permitirei, no máximo, mais cinco minutos se necessário, para que todos possam expressar o seu ponto de vista sem prejuízo, inclusive, do debate no segundo momento.

Pela ordem que recebi aqui, que a Secretaria da Mesa organizou, o primeiro a usar a palavra será o Diretor da Associação Brasileira de Educação a Distância, o Sr. Luciano Sathler Rosa Guimarães.

Por favor, com a palavra.

O SR. LUCIANO SATHLER ROSA GUIMARÃES – Bom dia.

Eu quero saudar o Exmo Senador da República, Dr. Paulo Paim, na pessoa de quem saúdo as autoridades e convidadas aqui presentes, especialmente os Senadores membros da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

Eu saúdo, na pessoa do nosso Presidente, Prof. Doutor Fredric Litto, Presidente da Associação Brasileira de Educação a Distância.

Como o Senador Paulo Paim bem lembrou, hoje é Dia do Professor. E certamente é importante que, em debates futuros relacionados à EaD, também a classe profissional possa ter seus representantes participando deste debate, porque hoje temos milhares de professores sendo formados pela EaD e também atuando na educação a distância.

Então uma palavra de homenagem aos nossos professores.

Exmo Senador Paim, a responsabilidade desta Comissão é imensa. A educação brasileira precisa se transformar, pois estamos vivenciando, na verdade, uma tragédia. Hoje, a educação se tornou um mecanismo de

reprodução social que infelizmente reforça a exclusão. E a educação a distância se propõe a colaborar na transformação da educação.

Antes de tudo, quero convidar todos os senhores e senhoras aqui presentes e aqueles que nos assistem para que participem do nosso Congresso Internacional de Educação a Distância que se realizará em outubro, em Bento Gonçalves.

E a pergunta que nos move nesse Congresso, e vocês podem ver no eslaide é: "Se eu fosse ministro da educação faria o seguinte a propósito da Educação a Distância".

As nossas autoridades precisam repensar as políticas públicas para EaD com urgência.

E eu me permito tomar um pouco do tempo dos senhores e senhoras para nos localizarmos em termos da discussão da EaD no Brasil e no mundo. Para ficarmos apenas na educação superior, vamos lembrar que previamente temos, no ensino médio, uma evasão de 50% durante o seu período. Dos alunos que entram no ensino médio, metade não o completam. E dos que completam o ensino médio, um número muito pequeno que consegue adentrar a educação superior na idade correta.

Então, para focarmos apenas em educação a distância e em educação superior, precisamos lembrar a Lei 13.005, do Plano Nacional de Educação, em sua Meta 12. Vou focar apenas em um item para os senhores e as senhoras entenderem em que ponto estamos.

Nós determinamos na lei que precisamos elevar até 2024 a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos de idade e assegurar a qualidade de oferta e expansão para pelo menos 40% de novas matrículas no segmento público.

Ora, quando falamos de taxa líquida de matrículas na educação superior, o quadro que temos visto desde 2004 até 2012 tem essa evolução. Nós saímos de uma taxa líquida de matrícula de 10,8 em 2004 e chegamos, oito ou nove anos depois, a 15,9. Esta é a nossa taxa líquida de matrículas na educação superior brasileira.

Tendo em vista o crescimento do número de matrículas que observamos nos últimos anos, vocês podem verificar que, se, em 2018 – este ano e o próximo a taxa de crescimento de matrículas na educação superior vai ser menor do que nos anos anteriores, impacto da situação econômica – voltarmos a crescer no mesmo nível que crescemos em 2011, sendo muito otimista, chegaremos à taxa líquida de 19% em 2004. E a é meta é 33%. E 33%, meus caros, é chegarmos a um nível em que se encontram os nossos vizinhos latino-americanos

Nós precisamos praticamente dobrar a população universitária do nosso País para conseguirmos alcançar o nível dos nossos vizinhos latino-americanos e conseguirmos alcançar a meta que nós mesmos estabelecemos na Lei do PNE.

Ora, de onde virão essas matrículas? Se observarmos a evolução do número de instituições de educação superior no Brasil, verificaremos que temos uma limitação, pois, nos últimos cinco anos, praticamente estagnou o crescimento. Então, as matrículas têm crescido, mas o número de instituições permanece basicamente o mesmo.

Quando verificamos o número de matrículas que temos, a educação a distância hoje responde por cerca de 15% do total de matrículas na educação superior do Brasil. Nós tivemos um crescimento nos últimos cinco anos de quase 37% na EaD e apenas 17% na presencial. O decreto que nos garantiu um forte impulso foi o 5.622, de 2005, mas estamos sofrendo desde 2010, com as mudanças da Portaria MEC nº 40 e os novos instrumentos de avaliação do Imep e do MEC, uma estagnação muito forte no crescimento da EaD. Ou seja, hoje a regulação e o fluxo regulatório estão impedindo maior crescimento da educação a distância.

Um dado muito importante sobre a EaD é que hoje – talvez nem todos tenham conhecimento deste fato – 33% dos professores que estão sendo formados em cursos superiores para formação de professores estudam em EaD. Então, a educação a distância hoje colabora, e muito, com a formação dos quadros docentes para a educação básica.

Agora, por que a educação a distância é um imperativo que exige que mudemos a nossa legislação para ampliar com qualidade o acesso à EaD? Especialmente por causa desse dado aí: a proporção de pessoas da nossa população com mais de 25 anos que não têm curso superior. Quando falamos de taxa líquida de matrícula, falamos das pessoas na idade que chamamos correta de estudar. Reparem que chegamos a 2012 com 1,2% da população com ensino superior. É muito pouco. E a população economicamente ativa precisa continuar a estudar tanto para uma primeira graduação como para a educação continuada.

Olhando alguns números da OCDE, especialmente sobre qualidade e equidade, verificamos, segundo pesquisa feita especialmente na educação básica acerca do nível dos alunos do Brasil em relação a outros países – tentem achar o Brasil ali, quem está com óculos bem adequado; colaborei colocando um círculo. Lá estamos nós em penúltimo lugar na pesquisa da OCDE, muito abaixo da média desse organismo europeu, especialmente na capacidade dos nossos alunos em trabalhar com modelos matemáticas para situações complexas, usar pensamento crítico e habilidades de raciocínio lógico.

O nosso desafio é como expandir com qualidade. Nós já universalizamos na educação básica. Precisamos dobrar a população universitária e precisamos fazer isso com melhor qualidade. E a EaD a própria Unesco reconhece que é fundamental nesse processo. Nós temos cinco grandes urgências educacionais, dentre as quais ampliação de acessos, qualificação de oferta. Temos estudantes dentro de um novo perfil, os chamados nativos digitais, temos um novo perfil de professores e uma demanda por novos saberes.

Mais cinco minutos?

Há um esforço louvável e heroico por parte do Conselho Nacional de Educação – cumprimento a comissão sob a liderança do Prof. Doutor Luiz Roberto Cury, que assumiu a tarefa corajosa de mexer um pouco nas mudanças do processo regulatório e da legislação da EaD.

Mas há limites para aquilo que o Conselho Nacional de Educação faz, como tem sido apontado há vários anos pelo nosso Vice-Presidente fundador da Abert, emérito Prof. Dr. Márcio Formiga, que se encontra aqui presente.

Precisamos revisar urgentemente a legislação referente ao Fies, todo o marco regulatório do Fies. Pasmem aqueles que não sabem: hoje, alunos de cursos de EaD não podem se candidatar ao Fies, não têm o benefício do Fies. Por quê? Não há explicação. Nós precisamos estender o Fies também para os alunos da Educação a Distância.

O Decreto 5.622, que é o principal marco regulatório para a EaD, precisa ser alterado porque defendemos que a Educação a Distância não é modalidade, como é tratada no decreto. Se formos ao art. 80 da LDB, ficará claro que a EaD não é modalidade, mas um tipo de educação. Modalidade é bacharelado, licenciatura, tecnólogo e por aí vai. A EaD é um tipo de educação. Na hora em que definirmos que não é modalidade, veremos que ela tem uma série de mudanças decorrentes disso no seu próprio fluxo regulatório.

Também o Decreto 5.622 precisa extinguir, a nosso ver, o conceito de abrangência geográfica, o fato de as atividades presenciais obrigatórias serem nos locais indicados previamente aos alunos, conforme o projeto pedagógico de curso. Não faz sentido falar sobre abrangência geográfica num mundo cada vez mais alcançado pela Internet e pelos meios de comunicação.

Ainda quanto ao Decreto 5.622, precisamos do apoio do Senado junto à Presidência para alterar esse decreto em diálogo com a sociedade. Nós propomos que os polos de apoio presencial e os cursos de EaD sejam criados e reconhecidos conforme o nível de autonomia das instituições de educação superior. Ora, se a EaD não é modalidade, nós, como universidade, poderemos começar a ofertar EaD a qualquer momento, sem necessidade de um tipo de credenciamento que hoje, às vezes toma três, quatro, cinco anos até conseguirmos iniciar a operação.

Isso hoje criou uma barreira de entrada que fortalece a concentração de número de alunos em poucos grupos que visualizaram primeiramente a grande oportunidade da EaD. Nós hoje precisamos ampliar e democratizar o número de instituições que participam da EaD. Por isso, propomos que o nível de autonomia seja respeitado.

Especialmente dentro do fluxo regulatório, precisa ser revista a Portaria MEC nº 40 e os instrumentos de avaliação, principalmente cursos de graduação do INEP/MEC. Os polos – isso está previsto na resolução do CNE – de apoio presencial têm a sua infraestrutura e funcionamento ditados pelo projeto pedagógico institucional.

Ainda dentro do processo regulatório, propomos que as atividades práticas realizadas nos polos possam incluir simulações e realidade aumentada para facilitar o acesso e o bom uso, que as bibliotecas possam ser exclusivamente digitais nos polos de apoio presencial, se o projeto pedagógico assim o determinar. E temos a questão dos tutores – a distância e presencial. Dentro da resolução, a tutoria está prevista como um profissional na área de educação. Só que o tutor, hoje, não é uma profissão prevista na classificação brasileira de ocupações. E precisa ser incluído, e lá ser bem definido o seu papel para que possamos evitar a precarização do seu trabalho.

Quero chamar especialmente a atenção da Comissão para a LDB, que passou por uma revisão recente no art. 80, que trata da EaD. Lá está previsto que a educação a distância tenha direito à concessão de canais com finalidade exclusivamente educativa e que a educação a distância tenha uma reserva de tempo mínimo sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais. Nós poderíamos ter em todas as operadoras de TV a cabo hoje, por exemplo, a presença da EaD de forma democratizada, para ampliar o acesso à educação.

Com isso, encerro e chamo a atenção para aquilo que a Beth considera mais importante: trabalhar na revisão da regulação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Diretor da Associação Brasileira de Educação a Distância, Luciano Sathler Rosa Guimarães, que ficou exatamente nos 15 minutos, 14min30.

Convido a usar da palavra o Conselheiro Relator do Marco Regulatório da Educação a Distância do Conselho Nacional da Educação, Sr. Luiz Roberto Liza Curi.

O SR. LUIZ ROBERTO LIZA CURI – Bom dia. É um prazer muito grande estar aqui.

Agradeço e louvo essa e todas as outras do Senador Paulo Paim, que, de fato, vêm colaborando fortemente com o desenho, a implantação e o agendamento das políticas públicas educacionais brasileiras. É uma função essencial que o Senado desempenha em benefício da população.

Saúdo a Drª Gislaine Moreno, a Profª Ana Valente; Sr. José, da BMS; Sr. Vice-Presidente do Fórum Nacional dos Estudantes e Entidades; Luciano, Diretor da Abed, a quem agradeço a belíssima palestra que fez; Nara Pimentel, Sr. Covac, Sr. João Roberto Alves e todos os outros aqui presentes.

A palestra do Luciano foi ótima porque nos deu base para entender. em primeiro lugar, educação a distância do ponto de vista da conjuntura. Não se pode produzir qualidade, efetividade junto à sociedade e, portanto, eficácia e eficiência também vão ficar comprometidas se desenvolvermos políticas sem levarmos em conta a conjuntura. Não é possível haver um padrão de qualidade que seja, digamos, anacrônico ou que não pertença à história. Portanto, temos que olhar a educação a distância nesse contexto. Ela é essencial, necessária e tem um papel histórico muito relevante de proporcionar expansão com qualidade. A meta do PNE não é apenas de passar para 33% de demanda líquida e de 55% de demanda bruta. A meta é também de garantir a qualidade, e não se garante qualidade abrindo matrícula. A matrícula é fácil de abrir. O difícil é garantir o diploma. Mais difícil ainda, Senador, é garantir que o diploma gere emprego, inserção social adequada, desenvolvimento social para o indivíduo, para as suas famílias.

Portanto, essa é a perspectiva de efetividade que os senhores têm que ter. Resoluções de políticas públicas não se fazem para todos os proeminentes da arena, para instituições, para o Estado, para as corporações públicas ou para os sindicatos. Fazem-se políticas públicas para a sociedade. É a ela que temos que visar, como ficou bem claro aqui nos dados apresentados pelo Luciano. A meta é qualitativa, mesmo porque garantir matrícula pode até ser possível, mas temos que garantir que a evasão não continue, pois não adianta nada passar para 33% de matrículas e 70% de evasão. Hoje a média nacional é de 59%, 60%.

Então, temos que ter clareza de que queremos matrículas que retenham o interesse do ingressante e que ele possa desenvolver atividades cognatas à sua formação e que represente êxito e sucesso de vida. Além disso, temos a evasão informal, que é o diplomado disperso da sua área de informação, que não é baixa. Temos que cuidar de todos esses pontos. E a educação a distância é um instrumento para isso.

Políticas institucionais, ou seja, as políticas das instituições da educação superior que formam devem levar em consideração essas questões. Não podem repetir ou fazer um corte-cola com as resoluções, os marcos, diretrizes. Isso são indicações, garantias gerais de atendimento à sociedade. Agora, as políticas institucionais devem flexibilizar esse processo e garantir desempenho do que se pretende alcançar. Isso é uma política institucional.

É nessa direção que o Ineb deveria avaliar as instituições como a do credenciamento e do recredenciamento. Qual foi o desenvolvimento institucional? Para onde ela foi? O que ela construiu nesses anos? O que, de fato, se proporcionou à sociedade? Essa é uma questão essencial. Desse ponto de vista, a resolução simula esse processo, mais do que pretende ser um corte-cola para os desenhos do IPDI. Ela pretende ser um estímulo a esse processo na medida em que institucionaliza a EaD. O que significar institucionalizar a EaD? Significa uma coisa muito preciosa. Significa que não vai haver compartilhamento, cisão, divisão, ruptura do processo avaliativo. Hoje em dia, a EaD representa uma ruptura do processo avaliativo. Ou seja, ela é avaliada em separado.

O credenciamento de EaD se dá em separado do credenciamento institucional. O aditamento de polos se dá em separado do processo de desenvolvimento institucional. O reconhecimento de cursos se dá em separado. Isso não é possível. A primeira grande novidade da resolução é adicionar à instituição suas obrigações para que elas também expressem, simulem e acrescentem insumos às suas políticas institucionais. Veja: a EaD é um fator essencial de política institucional. Ela acrescenta tecnologia, formas de reforço ou aprendizado, amplia e amplifica o processo de interação entre pesquisa, ensino, extensão, proporciona diversidade e, mais, sob a forma de autoaprendizado, faz com que os estudantes corrijam sua formação pregressa e passem a produzir conhecimento, a responsabilizar pelo seu interesse pelas suas formas de aprendizado. Ela simula, pois, formas de avaliação cognatas ou consistentes com o reforço ou aprendizado e não com testes de verificação, se ele aprendeu ou não aquele capítulo do livro.

A Educação a Distância amplia esse espaço para a instituição. Por isso, é tão importante e é essencial que seja adicionada como política institucional.

Nessa medida, a resolução atinge diversas questões que você diz que são urgentes – você sabe muito bem disso. A primeira diz respeito à institucionalidade. E a expressão desse processo de institucionalidade se faz por toda a resolução. Vou citar alguns pontos. Depois, podemos entrar em questões específicas. O primeiro, uma instituição pode e deve surgir com a EaD própria. Ela não precisa mais ter o credenciamento institucional

presencial para depois de um tempo... Ela pode exercitar o seu projeto institucional de uma vez. Portanto, ela pode surgir como projeto institucional integrador, absolutamente arranjado para o seu desenvolvimento, que são as perspectivas ou modalidades – presencial ou a distância, modalidades que devem interagir. Portanto, devem perder um pouco o sentido aquelas regras burocráticas de 20% aqui, 15% ali para Educação a Distância. Quer dizer, deve haver plena interação e clareza na condução das modalidades para que possam ter personalidades e se complementarem no processo de desenvolvimento institucional. Então, a primeira questão é essa.

É claro que temos uma barreira no Decreto 5.622. Vencemos a barreira em articulação com a Sedes, vinculando atos subsequentes de credenciamento, formulados no mesmo processo avaliativo que é o que nos interessa. Portanto, é um ponto relevante.

Outro ponto relevante diz respeito ao processo de construção da oferta e sua abrangência nacional ou internacional. É essencial que os polos nesse aspecto possam expressar o projeto institucional. Ela tem competências virtuais amplificadas? Demonstra isso. Acho que não há nenhum problema. Está claro na resolução que não há mais limite de presencialidade em questões com biblioteca. Isso depende do projeto institucional. Ela tem competência institucional para manter uma biblioteca virtual? Demonstra isso no processo avaliativo.

A avaliação existe para reforçar bons projetos para a sociedade, não existe para comprometer a instituição frente ao Governo. Existe para comprometer a instituição frente à sociedade. Se ela tem um bom projeto institucional, vai demonstrar virtualidades, que vão ser sancionadas na avaliação. No entanto, se ela não tem competências tecnológicas para manter virtualidades, objetos ampliados, etc., vai ter mais dificuldade, vai ter que reduzir seu projeto EaD em semipresencialidades, como aliás hoje já ocorre. Mesmo nas limitações existentes, existem mais semipresenciais do que outras. Então, esse é outro aspecto importantíssimo. A perspectiva, por exemplo, de identificar laboratórios que possam ser virtuais já é plena.

O Brasil hoje vivencia realidades inclusive de intervenções médicas a distância, praticadas entre hospitais, evidentemente num ambiente controlado e numa perspectiva de vinculação previamente autorizada. Mas isso é uma demonstração, uma comprovação de que os laboratórios que envolvem as diversas tecnologias de suporte às práticas de aprendizado podem ser resolvidos com boas tecnologias e práticas.

Isso não elimina, nos polos, contatos, interações. Pelo contrário, temos que entender o polo como um *locus* dinâmico de interação inclusive com a sociedade. Prevê-se na resolução não a obrigatoriedade, mas a possibilidade de os polos também serem espaços extensionistas – para a OAB isso é muito importante –, de reprodução de pesquisas para regiões onde não há sequer educação superior. Já foi dito 200 vezes que temos 66% dos Municípios brasileiros sem nenhum tipo de informação e conhecimento instalado, nem presencial, nem a distância, de nenhuma natureza. Quer dizer, um polo tem a capacidade de organizar um projeto de pesquisa, além de agregar e dar novo sentido à interação entre pesquisa, ensino e extensão. É claro que é uma perspectiva, não uma exigência. A instituição tem seu projeto institucional. Sabe produzir, sabe aonde quer chegar e vai comprovar competência para isso. É esse o nosso interesse em geral.

Em relação aos instrutores, que são outro ponto de tensão, foi um avanço imenso a resolução de admitir o tutor como um profissional da educação, um profissional de suporte à docência, que não é o corpo docente, mas que não é qualquer funcionário. É um profissional que deve ser e já está preparado pela longa trajetória que a educação a distância já demonstra no País desde 2000, quando houve o primeiro decreto de educação a distância, que tive a honra de organizar quando estava na SESu. Quer dizer, desde 2000, a tutoria vem se desenvolvendo, demonstrando-se como uma atividade institucional. A vinculação formal dela na legislação como atividade de profissão é uma questão meramente de formalizar. Acho que nisso o Senador pode nos ajudar demais. Não é papel da resolução da CNE fazer isso, mas reconhecer o profissional de educação que não se confunde com o corpo docente, mas que não é apropriado do universo técnico-administrativo como um quebra-galho.

Tiramos essa ideia do quebra-galho e organizamos, com bastante clareza, o papel do tutor, como suporte ao docente, como existia no nosso tempo, Senador, o tutor até no presencial, com muita eficiência. Alunos de mestrado e doutorado eram tutores dos docentes, para reforço e aprendizado, que é o papel deles.

Bom, em relação à questão do processo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para me situar enquanto V. Sª dá uma olhada aí, eu recebi já umas 15 perguntas e no mínimo 10 falam exatamente da situação dos tutores.

O SR. LUIZ ROBERTO LIZA CURI – Isso é muito importante. Não vou me alongar muito, porque o Luciano já deu a base conjuntural. Só vou insistir no seguinte ponto: a resolução inteira, além de reforçar aspectos –última questão geral de que vou tratar – da necessidade de reordenar padrões de qualidade – isso é fundamental. Tem que ser reordenado de forma bastante eficiente para que dê margem à Seres, à SESu, ao Inep, à Capes construir políticas avaliativas e regulatórias adequadas e sustentadas. Isso é essencial.

Essa comissão existe desde 2013 e, desde então, vem fazendo reuniões abertas, não há reuniões fechadas. Mesmo no desenvolvimento de ordinárias, as representações da sociedade sempre estiveram lá, como a Abed e todas as outras. As que não se sentiram representadas foram chamadas, convidadas. Portanto, não há o menor problema em nós estendermos. Este projeto não está a um passo de ser aprovado. Isso é um passo largo de ser aprovado. Esse passo não é curto. Durante o processo de discussão na Câmara, cada conselheiro ou entidade que quiser mandar sugestões poderá fazê-lo porque elas vão ser colocadas na mesa em debate – não há restrição em relação a ideias e sugestões – até a resolução ser votada pela Câmara, processo que entrou em pauta semana passada. Tivemos o cuidado de aguardar tanto esta manifestação quanto a próxima, que será no dia 20, para que possamos talvez acrescentar à discussão novos elementos que por acaso haja.

Seres, SESu, Inep, Capes, UniRede, OAB, todos sentaram conosco esse tempo todo. Portanto, nossa preocupação não é construir uma resolução burocrática, mas uma resolução que seja resultado e expressão de um consenso, que possa representar avanço qualitativo, que possa fazer frente à necessária expansão com qualidade de que o País precisa, que o País requer, e terá....

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ ROBERTO LIZA CURI – ...como método do PNE e que possa evidentemente acrescentar estímulo de autonomia às instituições para que produzam políticas institucionais adequadas e, frente a essas políticas, possam dialogar com o Estado para possíveis alterações no processo de implantação dessas políticas que as resoluções ensejam. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, esse foi o Conselheiro Relator do Marco Regulatório da Educação a Distância do Conselho Nacional de Educação, Sr. Luiz Roberto Liza Curi.

O SR. LUIZ ROBERTO LIZA CURI – Só uma correção: presido a comissão. O relator é o meu colega Luís Dourado, que vem trabalhando com muita competência e dedicação nesse processo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas, como Presidente, se fosse Relator, a competência também seria certamente a mesma pela exposição que fez. Veio para mim como Relator. Mas peço à Assessoria que ajuste. Ela é Presidente do Conselho, e não Relator.

Recebi uma série de perguntas. Eu vou só fazer a leitura para situar o Plenário e os nossos convidados, que, no momento adequado, poderão responder.

"Gostaria de responder com relação à precarização das relações do trabalho, retirando os direitos trabalhistas no caso de tutores, que são pagos por bolsas. Os tutores são profissionais que executam atividades típica de magistério. Qual a proposta de atuação nesse sentido?"

Outra na mesma linha:

"Gostaria de saber com relação aos direitos trabalhistas, aos tutores, atribuições, etc., quais as propostas para aproximação da EaD e da educação presencial? Quais os desdobramentos para a Portaria 4.059, de 2004? Como fica a necessária Internet Banda Larga nas escolas e nas universidades?"

Depois lerei as outras.

Passo a palavra à Diretora da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior, Srª Gislaine Moreno, por favor, por dez minutos.

A SRª GISLAINE MORENO – Bom dia a todos.

É um prazer enorme estar aqui. Cumprimento e saúdo o Senador Paulo Paim e toda a Mesa. Estou aqui representando a ABMS, Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior, que representa mantenedores de instituições de todos os tamanhos – pequenas, médias, grandes – e situadas em todos os locais, em todos os Estados da Federação. Sendo assim, a ABMS tem propriedade para falar sobre como as instituições enxergam o marco regulatório.

Não preparei nenhum eslaide porque achei que melhor seria conversarmos a respeito da resolução. Queria primeiro testemunhar que o Prof. Curi realmente tem tido uma postura altamente flexível. A ABMES foi recebida algumas vezes, ofereceu contribuições e percebe que as contribuições foram incorporadas. Esta é a versão que tenho em mãos e sei que é avançada. Mas sei, Prof. Curi, que inúmeras versões existem.

O SR. LUIZ ROBERTO LIZA CURI (*Fora do microfone.*) – Catorze

A SRª GISLAINE MORENO – O Professor nos informa que são 14. Houve uma evolução muito grande desde a primeira versão até, pelo menos, a última a que tive acesso, ficando evidente que houve um amadurecimento muito grande, um acolhimento e a participação das instituições e dos alunos realmente foi importante para que chegássemos a esse nível que ainda não é o final, como disse o Professor, mas me parece que está bastante próxima de ser aquela que atende à necessidade do nosso País.

Educação a distância é um assunto sério. O Prof. Luciano disse que não gosta de chamá-la de modalidade. Realmente, deveríamos tratá-la como educação. Afinal de contas, um diploma de educação a distância

vale tanto quanto o ensino presencial. Não existe nenhuma diferença, muito embora ainda infelizmente exista algum tipo de preconceito que precisamos repudiar sempre. Não há nenhuma diferença na formação.

Falando especificamente sobre a resolução, vou abordar alguns temas, aqueles que já comentamos.

A obrigatoriedade de pesquisa nos polos, que, a princípio, havia sido estipulada como obrigatória para universidades, depois foi alterada e passou a ser "desde que prevista no PDI". O Prof. Curi diz que realmente é importante. Se o polo quer fazer, se a instituição planejou essa previsão no PDI e o polo tem condições, é um ganho para a comunidade.

Mas o que a AMBES achou mais interessante foi que o art. 3º estabelece a necessidade de cada polo ter envolvimento com a comunidade e, sobretudo, responsabilidade social. Isso realmente é fundamental porque o polo não pode estar desconectado da região onde está instalado. Embora pertença a uma instituição de ensino por vezes bem distante, o polo não pode estar deslocado. Precisa prestar realmente trabalho para a localidade onde está instalado.

Então, percebemos que houve um avanço realmente muito grande, e talvez o ajuste no termo, na forma de colocar, saneou essa dificuldade. E a questão da pesquisa, como não é obrigatória, mas, desde que a instituição perceba que tenha condições, pode fazer. Não há nenhum problema.

Outro avanço que esse marco regulatório propõe é o que está descrito no art. 5º, que se refere aos polos poderem ter organização própria e diferenciada desde que definidos e justificados os documentos institucionais.

Isso, gente, para o País é muito importante. Existem regiões que são muito pobres, de difícil acesso, são carentes e podem receber polos que excepcionalmente tenham alguma diferença. Hoje o instrumento de avaliação exige que todos os polos tenham a mesma estrutura.

A resolução permite – claro que em caráter excepcional – que os polos possam ter alguma diferenciação desde que a instituição tenha essa previsão. Isso quer dizer que localidades muito distantes não vão ter inviabilizada a possibilidade de ter educação superior, se estou correta na minha interpretação, Prof. Curi. Então, acho que isso abre espaço para a compreensão das limitações com maior dificuldade e reconhece o princípio da diversidade. Também é importante entender como exceção.

Há um ponto que a ABMES entende que ainda precisa de ajuste: o art. 28, cuja redação atual diz que – se é atual a versão que eu tenho – que ex-credenciadas na modalidade EaD que comprovem alta qualificação para o ensino e pesquisa e que tenham obtido conceitos positivos para além dos níveis satisfatórios – entendo 3, 4 ou 5, já que mínimo satisfatório é 3 – poderão, com base no instrumento normativo próprio do MEC expandir cursos e polos de EaD, de acordo com o previsto com o PDI, submetendo o processo de expansão à avaliação institucional quando do seu recredenciamento.

A expressão "universidade" aqui foi substituída por "instituição com alta qualificação para o ensino e a pesquisa". Então, para nós, isso cria uma subjetividade, que é uma instituição com alta qualificação para ensino e pesquisa. Uma faculdade que ofereça um bom doutorado passa, então, a ter autonomia para criar cursos novos. Portanto, estamos mudando a figura da autonomia universitária, expandindo-a.

Você está louco para falar, não é, Prof. Curi? Olhe os meus minutinhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Os convidados podem interagir porque dá uma dinâmica maior.

O SR. LUIZ ROBERTO LIZA CURI – Se me permite dois pontos...

A SRª GISLAINE MORENO – Se a sirene tocar, vai ser para ele, gente.

O SR. LUIZ ROBERTO LIZA CURI – Vai ser para mim. Para facilitar, porque talvez a gente só converse pessoalmente.

A questão do art. 28 é construída em interação com a comissão, com seus autores essenciais – inclusive a Seres está presente. Ela descreve alta qualidade. A Seres instrumento próprio vai definir, regular e expressar um processo avaliativo para isso. Podem ser indicadores relativos à Graduação, à Pós-Graduação *stricto sensu*, porque não é justo que uma instituição que se esforce para ter Pós-Graduação *stricto sensu* não tenha esses indicadores vinculados ao seu desenvolvimento institucional. Hoje os indicadores Pós-Graduação *stricto sensu* contam pouco ou quase nada para o IGC dela.

Então, eu acho que a ideia de alta qualidade expansiva – e se houve um indicador de extensão, que deve haver, no futuro, o CNE está lutando par isso, deve haver com posição do que representa seu esforço de qualidade.

Esse esforço de qualidade vai ser indicado pela Seres e avaliado pelo Inep. Não está determinado na resolução, mas está indicado uma espécie de desempenho acoplado ao esforço de qualificação atingida pelo projeto institucional. Ou seja, o desempenho constatado. Então, por favor, não há restrição aí.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª GISLAINE MORENO – Obrigada. Deu-me um bônus.

Criamos uma autonomia universitária, uma autonomia para as faculdades também, não é professor? Porque uma faculdade pode ter alta qualificação no ensino e pesquisa e, então, passa a ter autonomia para criar cursos também...

O SR. LUIZ ROBERTO LIZA CURI – Desculpe-me, só uma questão que também tem a ver com isso. Nós estamos preocupados com a sociedade. A Faculdade tem que ser reconhecida. Se uma Faculdade tem Doutorado, Mestrado, como algumas Faculdades brasileiras, deve ser reconhecida. Autonomia não pode ser restrição de expansão de benefícios para a sociedade. Por favor, autonomia não pode ser colocada como uma automática prescrição de direito de outras instituições. Eu acho que o que importa neste caso é o desempenho e qualificação ao alcance da sociedade.

A SRª GISLAINE MORENO – A nossa preocupação, professor, é que a resolução fique bem clara porque, depois, as notas técnicas aparecem e os cenários mudam. Então, as resoluções precisam ser claras, porque o cenário muda e amanhã aparecem novas normativas e as coisas se alteram. Então, quanto mais clareza, mais objetividade e menos subjetividade, melhor para as instituições de ensino.

Quanto à expansão ilimitada, muito embora nós representemos as instituições de ensino, temos muito medo dessa falta de limites para a criação de polos. Mesmo uma instituição que tenha conceito quatro, digamos que uma instituição seja avaliada, tenha dez polos e tire nota quatro. Amanhã ela não tem limite e cria mil polos. Ela foi avaliada com uma nota interessante, um conceito dentro daquela estrutura. Então, a expansão pode ser tão grande que ela deixaria de ter aquela nota. Nossa sugestão, até porque a ABMES, como eu disse, representa instituições pequenas e médias, a expansão possa ocorrer também, não fique limitada a apenas instituições mais fortes.

O SR. LUIZ ROBERTO LIZA CURI – A senhora me permite? A senhora tem toda a razão. É por isso – desculpe, Senador – que está aqui a referência ao PDI. O PDI é a descrição do projeto institucional, do seu desenvolvimento institucional e agora para valer. Não é qualquer PDI. O PDI expressa aonde ela vai chegar. E o PDI já é objeto de uma avaliação bastante intensa, que é a alteração do instrumento de credenciamento pelo CNE que o Inep implantou agora.

Então, veja, isso tudo vai estar no PDI, não pode fugir do PDI. Esse é um ponto importante. Então, não vai haver surpresa em relação à expansão. É aquela admitida no PDI, que é o confronto entre as possibilidades e o projeto de desenvolvimento.

A SRª GISLAINE MORENO – Então, a sugestão da ABMES é que essa expansão não seja ilimitada, mas que tenha percentuais, assim como o aumento de vagas.

Você já aumentou meu tempo também?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já.

A SRª GISLAINE MORENO – De novo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Dei-lhe mais um minuto. Depois vai ter mais cinco.

A SRª GISLAINE MORENO – Oba! Vou ter mais cinco depois.

A sugestão da ABMES é que esse aumento não seja ilimitado, mas seja... Por exemplo, hoje, para um curso, o aumento de vagas é condicionado ao CPC. Se você ver 4, você tem 50% a mais de vagas. Que também seja assim o número de polos para o qual você estabelece um limite, porque nós acreditamos – um pouco diferente do Prof. Luciano – que a regulação é importante, sim. Houve uma época no Brasil, em 2009, em que muitas instituições que haviam tido uma expansão muito grande de polos foram alvo de fiscalização e de saneamento porque criaram polos e muitos polos e, quando o MEC foi avaliá-los, não tinham a menor condição, a menor estrutura. Então, nós precisamos crescer. Nós acreditamos tanto que a EaD é a forma de desenvolver o País que não podemos nem de longe permitir que, de alguma forma, a expansão de EaD se dê de forma precária ou que não seja valorizada, ou que, de alguma forma, seja tida como uma modalidade pejorativa.

Então, precisamos garantir que existam polos com qualidade. Há uma forma muito correta de se expandir com qualidade, é possível se expandir, desde que se faça isso de uma forma bem-feita. Também, a ampliação do número de polos por uma instituição, hoje, é possível ser feito apenas depois...

Essa foi até suave, hein? Gostei dessa, foi melhor que as outras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Foi tão pedido que mandamos diminuir o barulho.

A SRª GISLAINE MORENO – Sobre a ampliação do número de polos, atualmente, é possível pedir que seja após o reconhecimento do primeiro curso, mudou um pouco, a proposta, agora, é que seja após dois anos do último ato de credenciamento ou recredenciamento institucional. Isso traz uma mudança pequena porque, na prática, os processos no MEC não são tão ágeis. Então, se você tinha antes um curso de dois anos, você

podia pedir reconhecimento e demorava uns três anos. A coisa acaba ficando aí quase que trocando seis por meia dúzia, a ampliação não ficou tão mais ágil assim.

Credenciamento simultâneo, também o Prof. Curi comentou. Hoje, para uma instituição ser credenciada para a oferta de educação a distância, primeiro, ela tinha que ter credenciamento para a EaD. A proposta, agora, é que não, que a instituição possa, simultaneamente, ser credenciada para o ensino presencial e para a EaD. Ficamos um pouco preocupados com a possibilidade de que uma instituição que ainda não tem experiência com o ensino presencial possa já partir para a EaD. A experiência com aluno presente, e talvez com os 20%, depois, aumentando esse percentual, é importante. Talvez, mais para a frente, estejamos preparados para que as nossos instituições possam nascer já com o ensino EaD. Acho que isso ainda é prematuro, acho que o País não está preparado. Ofertar EaD não é fácil, há que se ter um conhecimento profundo do relacionamento com o aluno, e a gente pode ver isso quando a instituição presencial tem o seu curso reconhecido e quer adotar os 20% que ela pode trabalhar na carga horária semipresencial.

Sobre as dificuldades que a instituição enfrenta, não é fácil. Quem conhece o ensino sabe, não é fácil trabalhar com carga horária semipresencial, imagine começar uma instituição já com ensino EaD, não é fácil, não é fácil. Talvez seja prematuro partirmos para isso.

Por fim, agradecemos pela forma como o tutor foi descrito ma proposta de resolução, foi uma forma que não desvalorizou, como o Prof. Curi comentou. O tutor é uma figura altamente importante na modalidade de educação a distância, altamente importante, não é menos importante do que o professor. Costumo dizer que é como médico e enfermeiro, têm funções diferentes: ora o tutor tem o papel que o professor não vai executar, tem que ser o tutor e, ora, o professor tem um papel que não vai ser o tutor, mas ele. Então, ambos são complementares, precisam existir.

O que nos preocupou foi – não anotei aqui o artigo, mas o parágrafo –quando se disse que, sob nenhuma hipótese, a IES credenciada pode se eximir da contratação docente e do tutor. É que, às vezes, o tutor presencial, que fica no polo, é contratado pelo próprio polo. Então, essa é uma relação trabalhista que precisa ser pensada, acho que podemos discutir mais esse assunto.

Por fim, agradeço o tempo que me foi concedido...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ficou dentro do segundo tempo, há um minuto ainda.

A SRª GISLAINE MORENO – Tenho um minuto?

Quero dizer que, de novo, Prof. Curi, a cada vez que o ouço falando sobre o tema, vejo-o mais apaixonado e vejo a evolução. E a ABMES tem ouvido muito os seus associados, tem discutido muito sobre esse assunto e, sobretudo, no que diz respeito à responsabilidade social, que é o trabalho importante que a ABMES faz, os polos têm sido muito importantes nas comunidades onde atuam.

(Soa a campainha.)

A SRª GISLAINE MORENO – Então, o polo não pode ter qualquer estrutura, os polos têm que ter uma estrutura importante e de relacionamento, não só com a IES que eles conhecem e da qual fazem parte, mas com a comunidade local.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

Diretora da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino, Gislaine Moreno.

De imediato, o Vice-Presidente do Fórum Nacional das Entidades Estudantis, Sr. Alan Valente.

O SR. ALAN VALENTE – Bom, eu gostaria de agradecer o convite, Senador, parabenizar a presença de todos e o trabalho que a Comissão e os demais têm feito.

Antes de começar, eu gostaria de homenagear os professores. Hoje é uma data especial e, assim como o Senador falou, merecem um pouco mais de atenção, um pouco mais de respeito, porque são como se fossem engenheiros do futuro, e estão faltando ferramentas para que eles possam concluir esse projeto. Vejo no ensino a distância também um passo importantíssimo, até para facilitar esse processo de valorização, de crescimento da educação, mas os professores são vitais para isso. Então, mais uma vez, parabéns aos professores de todo o País e agradeço por terem me feito o que sou hoje. Muito obrigado.

Bom, hoje, estou aqui representando um colega Ricardo Holz, que está representando os estudantes no XXVI Congresso Mundial de Educação e no Fórum Global de Educação Superior, na Unesco, ambos ocorrendo na África do Sul. Então, o Ricardo me pediu que o representasse. Para quem não o conhece, é o Presidente da Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância e, há muitos anos, vem lutando, defendendo a educação a distância como um todo, e os estudantes que ingressam nessa, a professora não gosta desse termo, modalidade de ensino, também não gostamos.

Bom, fizemos algumas considerações, vou ser um pouco redundante, até porque a Profª Gislaine falou quase tudo que eu ia falar, mas vamos lá, vamos concluir.

Para nós, é muito importante que a educação a distância seja discutida neste País, é vital, é urgente e é importante também que outras instâncias, como o Senado, o Conselho, a Câmara e todas as demais de grande importância neste País debatam a educação a distância. É importante que o diálogo se amplie e que a modalidade de educação a distância seja reconhecida como forma de alcançar índices melhores de educação no nosso atual cenário.

O marco regulatório proposto pelo Conselho já apresentou evoluções importantes e incorpora contribuições apropriadas como o entendimento de que não é possível exigir que os polos de universidades realizem pesquisas, a não ser que tenham condições apropriadas para tal. Também há um avanço no marco regulatório ao prever que possam existir polos com organizações diferenciadas, considerando que o nosso País abriga regiões com recursos e situações atípicas e que não podem ser desconsideradas.

Há rincões distantes onde o ensino na modalidade a distância poderá ser a única alternativa para a educação superior na região, mas é fundamental que haja atenção e controle naquilo que o art. 5º da Resolução descreve como organização própria e diferenciada em relação aos outros polos da instituição, seja a exceção bem definida, bem regulamentada e supervisionada pelo MEC, para que não haja discriminação, para que não haja polos precários, carência de condições de suporte tecnológico, para que o estudante não seja prejudicado no final.

O art. 28 também nos preocupa um pouco, porque permite que instituições tenham conceitos além do mínimo satisfatório, ou seja, acima de três, possam expandir os polos e cursos.

Não se estabelece na proposta da CNE, quer dizer, o senhor esclareceu agora, não tínhamos essa visão, acreditamos que, na normativa, não se estabeleciam os critérios dessa expansão. Isso nos preocupa muito.

Como a instituição pode crescer ilimitadamente sem garantir atendimento de qualidade também é uma preocupação que temos. É importante definir como será esse crescimento, garantir a qualidade dentro desse parâmetro de crescimento.

Por outro lado, não vislumbramos a necessidade de aguardar dois anos após o último ato de credenciamento para solicitar novos polos, conforme prevê o art. 18. A maturidade para solicitar novos polos deve ser analisada individualmente. As comissões de avaliação do MEC poderão determinar se existem ou não condições institucionais para novos polos, independente do tempo de credenciamento. Também nos preocupa não mais exigir para que a oferta de EaD tenha tido anteriormente experiência presencial, como prevê o artigo 10. O credenciamento simultâneo para o ensino presencial e EaD nos preocupa. Será que já atingimos a maturidade necessária para dar espaço? Não seria a experiência da educação presencial um caminho, um modo, um meio para se melhorar a educação do ensino a distância?

E, por fim, é fundamental que o ensino da modalidade EaD seja compreendido como apenas uma forma diferenciada de obter formação profissional. Portanto, nenhuma discriminação deve ser permitida, nenhum conselho profissional, nenhum órgão público ou ente, que se proponha a colher diplomados no ensino superior, possa rejeitar, discriminar diplomados do ensino a distância.

A Associação Brasileira de Educação a Distância, de Estudantes de Educação a Distância, perdão, orgulha-se de estar presente e de representar os estudantes na discussão do novo marco regulatório. E acredito que o Brasil se tornará uma Nação com índices mais elevados de escolaridade no nível superior, por meio da educação a distância, que, com recursos tecnológicos, torna a aprendizagem significativa e o conhecimento mais dinâmico e atualizado.

Desejamos escrever na história do nosso País contribuições que registrem que o ensino a distância renovou a forma de ensinar e aprender e que a metas do Plano Nacional de Educação foram plenamente alcançadas, tornando-nos uma Pátria, de fato, educadora.

Gostaria, também, de ressaltar, acho que alguém aqui tocou no assunto, não me recordo quem foi, que o Fies também é um dos nossos objetivos. É importante que o ensino a distância tenha acesso a essa ferramenta de acessibilidade à educação. O fato de o ensino a distância ser economicamente mais acessível não garante o acesso das pessoas de classes dicrômicas mais baixas, e é importante que o Fies seja um instrumento globalizado e isonômico, que todos tenham acesso ao Fies. inclusive e principalmente o estudante do ensino a distância.

Novamente, eu gostaria de agradecer a presença e a atenção de todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Vice-Presidente do Fórum Nacional de Entidades Estudantis. o Alan Valente.

O Luciano queria fazer um complemento rápido.

E veio uma pergunta específica aqui, permita-me que eu fale direto aqui, para o Curi, e pode me chamar de Paim também, meu linguajar não tem frescura, desculpe a expressão aqui.

Luciano, complementa, por favor.

E veio uma pergunta específica para ele, que é, de todas as que recebi a que mais acumulou pedido de informação.

Mas, primeiro, por favor, o Prof. Luciano.

O SR. LUCIANO SATHLER ROSA GUIMARÃES – É só a título de esclarecimento. A Abed é favorável que exista, claro, o processo de regulação e o fluxo regulatório que garanta, colabore com a garantia da qualidade da oferta da educação superior, seja presencial, seja a distância. Alertamos para o fato de que as mudanças em 2009 e 2010 impediram o crescimento mais forte no número de matrícula, e que esses instrumentos do Inep e a própria Portaria 40 do MEC precisam ser revistos, como está proposto aqui pela Resolução do CNE, para que possamos voltar a crescer.

Quero trazer um dado que, das 2.300 instituições de ensino superior que temos hoje, no Brasil, ao redor desse número, temos cerca de, talvez menos, de 300 credenciadas para a oferta de educação a distância, e, ainda assim, mais de 40% do total de matrículas na educação a distância, hoje, estão na mão de três ou quatro grandes grupos que atuam na educação. Nada de mal nisso, no sentido de que é normal o pioneirismo e o sucesso dos inovadores que percebem a oportunidade que tivemos com a EAD. Agora, precisamos expandir com qualidade e democratizar para que mais instituições possam ofertar EaD, inclusive começando, exclusivamente, por EaD, não há problema nenhum, porque estamos falando do hibridismo. Amanhã, não saberemos a diferença entre educação presencial e EaD. Esta é a grande questão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Professor Curi, é uma pergunta específica, se puder ler já, inclusive, fiz esta exceção, porque são respondidas no final.

O SR. LUIZ ROBERTO LIZA CURI – Está certo, é a Paula Scherre.

A pergunta é: "então, tutores não são professores, na fala do Curi?".

Bom, a resolução, neste caso, é bem clara, está certo, ela define profissionais da educação atuarem na EaD, define a formação, a interação da formação com a LDB, que indica a educação superior, no caso docente, que vá para além da graduação, tem que ter um nível de pós-graduação, portanto, define corpo docente no § 1º, art. 8º, e, no § 2º, define tutor.

Tutor da instituição, modalidade EaD, todo profissional de nível superior a atuar na área do conhecimento da sua formação como suporte das atividades docentes e mediação pedagógica junto com os estudantes na modalidade EaD. Essa é a função e atribuição do tutor que é distinta dos docentes. Não podemos confundir essas atribuições. Também, ao não confundir, não vamos diminuir o papel do tutor, que é essencial nessa mediação; é essencial, inclusive, manter-se uma formação adequada no processo de competências que atribui essa mediação consequência do aprendizado. É disso que se trata. Um tutor é um profissional da educação vinculado ao aprendizado, são carreiras distintas e diversas. Sem diversidades, não se consegue implantar projetos pedagógicos. O que não poderia ocorrer era um tutor que poderia ser meio docente e meio funcionário técnico-administrativo, quer dizer, era uma profissão que não garantia identidade adequada para que produza dignidade funcional.

O tutor é um profissional digno, necessário, essencial para o processo, que não é docente, nem funcionário, é tutor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Vou pedir aos meus convidados que retornem ao plenário e, de pronto, convidando para que assumam essa segunda parte do trabalho, o Diretor Jurídico do Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior, Dr. José Roberto Covac. Seja bem-vindo aqui

Convido, também, o Diretor da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, Confenen, Sr. João Roberto Moreira Alves.

Convido o Diretor de Políticas Regulatórias da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação, do Ministério da Educação, Sr. João Paulo Bachur.

E convidamos, também, o membro do Comitê de Coordenação Política da Associação Universidade em Rede, Srª Nara Pimentel.

Informo que todos os convidados terão as suas considerações finais, antes de encerrarmos o trabalho, e mesmo, se entenderem, os convidados da primeira mesa, para algum questionamento, para trocar informação, que é bom, dentro da linha do chamado, não é bom combate, é bom debate, no bom debate, poderão dialogar, interagir com os nossos convidados.

Para ganhar tempo, de imediato, passo a palavra ao Diretor Jurídico do Sindicato das Mantenedoras, Sr. José Roberto Covac.

Todos sabem que são dez minutos mais cinco.

Já está com você.

O SR. JOSÉ ROBERTO COVAC – Opa! Agora está.

Bom, em primeiro lugar, bom dia a todos.

Senador Paim, faço até um desafio ao Senador. Acompanho a sua carreira e vejo-o sempre com alguns focos: piso, Estatuto do Idoso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso, pessoa com deficiência, igualdade racial, juventude, autista.

O SR. JOSÉ ROBERTO COVAC – Então, agora, V. Exª coloque também a educação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já está aceito o conselho, inclusive, é um conselho. Já que se fala tanto em mudança no País, que a educação...

O SR. JOSÉ ROBERTO COVAC – A educação é fundamental nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ...se jogue nos eixos.

O SR. JOSÉ ROBERTO COVAC – O Paulo Bachur, também aqui presente, João Roberto Alves, a Naira, Conselheiro Curi, os demais membros da Mesa, queremos agradecer o convite que foi formulado ao sindicato, para ajudar, talvez, no debate, na importância do tema, do marco regulatório, e talvez, por ser advogado, muita gente vai dizer assim: o advogado adora legislação. De certa forma, tenho um pouco de preocupação com a legislação, para não virar ditadura da legislação, principalmente, quando se considera a educação.

O Prof. Curi falou uma coisa que achei muito interessante: muitas vezes, as instituições ficam tão preocupadas em atender ao MEC que quase fazem projetos na base do Control+C, Control+V.

Isso é tão prejudicial porque, muitas não atende à real necessidade da localidade, do seu entorno e do seu próprio projeto. Acho que, quando ele propõe aqui que as instituições tenham políticas institucionais, isso é essencial, é extremamente importante, para que haja, efetivamente, polos diferenciados, para que haja projetos em localidades diferenciadas.

Ontem, a Suzana Funghetto estava me falando de uma história, de quando foi nomear uma comissão para ir a Macapá. Ela disse: "professora, você vai ficar dois dias na Instituição, mas vai ficar seis dias viajando e, com um problema, tem que ser mala pequena, porque o último dia vai ser em barco". Quer dizer, nessa localidade, quais são as milhas existentes? Como funciona a internet? Ao mesmo tempo, o aluno vai precisar de um acesso à educação. Então, acho que, nesse sentido, realmente, é bastante importante.

Eu queria também, elogiar a iniciativa do Conselho e, ao mesmo tempo, reconhecer o espírito republicano do Conselho e do Conselheiro Curi, que, realmente, atendeu às diversas instituições, nas suas diversas colocações, e a dificuldade, muitas vezes - acho que quem é Relator e Presidente, o Senador sabe disso -, de contemplar um documento, tudo o que é necessário, realmente é difícil.

Aproveitando até a palavra da Gislaine aqui, em relação à clareza da resolução, é muito importante, porque, às vezes, acaba sendo contraditória, em certo momento, pode parecer que é necessário, realmente, ter pesquisa e extensão, em outro momento, não poderá, em outro artigo. Isso precisa ser realmente muito claro porque, depois, vai haver um instrumento de avaliação próprio nesse sentido, e este instrumento tem que ter uma um guia muito claro em relação àquilo que está sendo solicitado.

Por outro lado, acho que a importância do tema realmente é muito grande, mas tenho algumas preocupações em relação ao *day after*. Sempre que se altera alguma coisa na legislação, o problema é saber como é que isso vai funcionar no dia seguinte.

Hoje, temos um sistema de avaliação que é fantástico, se a gente for verificar, talvez até o único no mundo, totalmente eletrônico. No entanto, este sistema eletrônico está cheio de puxadinho, o chamado e-Mec. Nem sempre funciona, às vezes, trava, você não consegue inserir um curso em determinados polos. Trabalhou-se dois anos no e-Mec 2.0, mas não sabemos o que vai acontecer.

E a gente sabe que, por outro lado, o MEC acabou com o contrato de TI, no Ministério da Educação, então, não há alguém para fazer todo esse sistema. Esta é uma realidade, e é preocupante fazer toda uma alteração sem, no dia seguinte, ter a operacionalização dessa mudança. Isso é algo, realmente, extremamente preocupante.

Bom, embora seja um assunto que, se a gente voltasse há um ano atrás, estaríamos discutindo aqui, talvez, a importância do Fies na EaD. Era a bandeira "vamos expandir", era necessário. Hoje, está-se discutindo se haverá o Fies presencial ano que vem. Mas, sem dúvida alguma, esta pauta tem que continuar presente, em função das metas que estão estabelecidas no PNE. Também, aqui, como foi dito, acho que nenhum segmento privado que está representando as entidades tem a crença absoluta de que qualquer expansão precisa ser com qualidade, precisamos reconhecer isso. E, quando se propõem aqui políticas institucionais, de certa forma, está se recuperando aquilo que os Senais estão prevendo. Quando se fala em diversidade de curso, de instituição,

de regiões, isso traz de novo – revisitem a Lei do Senai – a importância dessa mudança que se propõe, aqui, na resolução.

Algumas questões que foram colocados aqui não vou reprisar, mas outras acho que é importante conceituar. Sei que houve muita pergunta sobre tutoria. No fundo, temos algumas atividades na instituição...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E continuam chegando.

O SR. JOSÉ ROBERTO COVAC – ... que são típicas da docência, e outras, não, sem prejuízo nenhum da importância da atividade.

Temos a figura dos preceptores, por exemplo, que, na área de saúde, é muito normal e muito comum e não está vinculado ao regime ou à qualificação da docência, e até por dois motivos: um, que já foi colocado aqui, diz respeito ao art. 66 da LDB, que estabelece que, para ser professor, tem que ter, no mínimo, especialização, e, no caso do tutor, não há essa obrigatoriedade.

Mas há um outro problema, que é com relação à jornada máxima que um professor tem hoje. Tramita aqui, na Casa, inclusive, a possibilidade, de um professor dar oito horas/aula, hoje, isso não é possível, ele tem que dar, no máximo, seis horas/aula, sendo quatro e duas. Com esse artigo da CLT que o Getúlio Vargas fez, naquela época, é o estacionamento, porque o professor tem que dar aula em várias escolas. Só o estacionamento ganha, professor não ganha com isso, a instituição não ganha com isso, e a efetividade dele seria mais importante se tivesse as oito horas/aulas. Então, essa definição de tutoria é importante, e, ao mesmo tempo, sugiro até que seja retirada do art. 8º quando se coloca a função docente dentro da mesma seção, porque isso pode criar uma confusão na interpretação do que é tutoria com relação ao próprio corpo docente da instituição.

Existe uma sessão que, praticamente, reproduz o que é o Decreto nº 5.622, acho que ela precisaria ser retirada, porque isso já é tratado pelo decreto, até por uma questão de hierarquia de normas, acho que não seria pertinente em relação a isso.

Há uma outra proposta, que acho que é importante. As instituições têm a sua experiência regulatória diferenciada. Uma instituição que inicia tem uma experiência menor, mas instituições que já estão aí, passaram pelo primeiro ciclo de avaliação que se iniciou no País, que foi o provão, condições de oferta de ensino, de curso; depois, veio o Enade, agora, com a avaliação de curso e de instituições, já tem uma trajetória. Por que motivo tratar essa mesma trajetória de quem tá iniciando? Talvez essas experiências possam ser utilizadas, inclusive disciplinando ali a Portaria 40 no art. 11, onde diz o seguinte: "A instituição que tiver CI e IGC cumulativamente a quatro poderá ter avaliação por amostragem.

Acho que seria o momento de essas instituições que já passaram por processo de recredenciamento ter a oportunidade de ter o fluxo regulatório diferenciado. Outra questão que o Prof. Curi colocou, relativamente ao art. 28, traz um tema muito importante. Já vivenciamos aqui, em 2004, quando foi aprovado o decreto do Centro de Educação Tecnológica. Esse centro, naquela oportunidade, a exemplo do que tem o Cefet, tinha autonomia para criar cursos nas áreas tecnológicos dentro daquelas áreas reconhecidas. Todos sabemos que o curso tecnológico tem a duração muito pequena, curta, e a instituição ter que se utilizar sempre do processo do fluxo regulatório, às vezes, ao pedir o curso, demora três anos, aquele curso já perdeu a sua necessidade, a sua pertinência. Então, acho que seria importante também termos um fluxo regulatório diferenciado, em função do encadeamento da experiência regulatória que têm as instituições.

Para finalizar, acho que valorizar as políticas institucionais das instituições remete a uma grande importância, porque se começa a acreditar um pouco mais nas instituições. Eu acho que é o momento de acreditar em instituições que já estão há muito tempo, que já comprovaram a sua condição regulatória de avaliação, e isso facilita, obviamente, a desonerar em determinados momentos a própria regulação.

Por último, credenciar ou recredenciar tanto as instituições como a modalidade a distância, ou curso à distância, é importante, sim, para reduzir o fluxo. Hoje, ficam processos que vão para o conselho para recredenciar, o processo de EaD não chegou ainda, fica paralisado um e outro, cria uma insegurança muito grande.

A única dúvida que tenho, Prof. Curi, e deixo essa indagação para o senhor: quando se coloca, na resolução, que a política institucional pode ser alterada no processo de recredenciamento, e uma universidade pode ter até o máximo de 10 anos de processo de recredenciamento, não seria muito tempo para não poder propor uma nova política institucional? Será que não seria necessário flexibilizar isso?

E aí faço uma indagação para a Seres, que tem um calendário próprio, por exemplo, para ditar os polos de ensino a distância. Se isso for condicionado ao recredenciamento, isso também vai reduzir a oportunidade de credenciar polos de ensino a distância. Então, já fica uma indagação.

Agradeço, aqui, os meus colegas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Diretor Jurídico do Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior, José Roberto Covac. Sei que ele fez uma provocação indireta para mim aqui, e vou responder, mas com muito carinho, porque ele merece, que é a questão CLT.

De fato, tenho muito cuidado com a CLT. É diferente, de forma pontual, buscarmos aqueles artigos que podem estar obsoletos. Do que discordo é que houve uma iniciativa, já, pela terceira vez, e em todas, tive que fazer um enfrentamento muito duro àqueles que querem aprovar no Congresso que o negociado está acima do legislado, ou seja, a CLT não vale mais, e vale a negociação entre as partes. Aí, tenho dito uma frase que está cunhada já: só por cima do meu cadáver é que vão aprovar essa proposta de revogar a CLT de Getúlio, de João Goulart, claro, a parceria de Brizola, de Pasqualini e tantos outros. Só para responder que não há problema nenhum de fazermos uma análise pontual da CLT e ver aquilo que está obsoleto. Mas querer revogar a CLT, como foi o caso recente aqui, e derrotamos ontem, na Câmara, quase por unanimidade... E eu disse esta frase, lá na sessão do Congresso, de que só por cima do meu cadáver vão revogar a CLT.

É só uma contribuição ao debate, porque, se não, fica o dito pelo não dito.

O SR. JOSÉ ROBERTO COVAC – Então, deixe-me provocá-lo mais um pouquinho?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pode provocar, só não vamos sair do tema aqui, mas estou à disposição, claro.

O SR. JOSÉ ROBERTO COVAC – Está dentro do tema. O que acontece? Realmente, o capítulo destinado aos professores, na CLT, não sofreu as atualizações necessárias frente ao mundo em que vivemos. Vou dar um artigo: "É vedado regência aos domingos". Está lá, na CLT. Muita gente vai perguntar: "Regência é aula?"

E, de fato, hoje, até no ensino a distância, a intermediação é utilizada muito no horário do Faustão, a pessoa não aguenta, vai lá e... E há intervenções em horários diferenciados. E a CLT, realmente, prende muito essa situação. Então, é uma sugestão de atualização frente aos novos momentos, não estou propondo a revogação da CLT, não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, muito bem, o senhor está concordando com o meu ponto de vista.

O SR. JOSÉ ROBERTO COVAC – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Analisar pontualmente a CLT é um debate, revogá-la, de jeito nenhum.

Quero, inclusive, comentar àqueles que estão assistindo pela TV Senado, pelos sistemas de comunicação, que este é um ciclo de debates. Fizemos um, na semana passada, sobre Educação em Tempo Integral; hoje é sobre Educação a Distância, buscando, depois de ouvir a todos, contribuir mesmo na legislação e mesmo com algumas propostas indicativas naquilo que for de competência do Executivo. Esse é o objetivo. E estou coordenando este ciclo de debates, serão três ou quatro, se não me engano, audiências públicas, nessa área.

De imediato, passo a palavra ao João Paulo Bachur, que é Diretor de Políticas Regulatórias da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação do Ministério da Educação.

O SR. JOÃO PAULO BACHUR – Obrigado, Senador Paulo Paim. Bom dia a todos. Cumprimento, na pessoa do Senador Paulo Paim, todos os colegas da Mesa, da primeira parte e da segunda, a excelente oportunidade e iniciativa de discutir a educação a distância com a sociedade. Acho que isso é louvável, merece muito elogio e mostra a importância que o tema da educação a distância tem para um País como o Brasil, na situação que a gente vive, com as taxas que a gente tem de matrícula no ensino superior.

Falando depois de muita gente que trouxe muita informação, muita colaboração para este debate, vou focar minha fala em alguns pontos bem específicos, tentar cuidar de alguns assuntos muito específicos, sem querer ficar repetindo o que já foi falado pelo Luciano, pelo Conselheiro Curi, pela Gislane.

São pouquíssimos eslaides, só pra ilustrar a preocupação do órgão regulador. Daí, vou falar dos pontos que a gente acha dos objetivos do marco regulatório e insistir um pouquinho na especificidade de uma regulação para a educação a distância.

Falou-se muito, aqui, que não é uma modalidade separada, e a diretriz adotada pelo Conselho de favorecer a institucionalidade e o projeto conjunto é meritória, correta, a Seres concorda com isso, mas há uma preocupação expressa na LDB de um regime especial para a educação a distância, e eu queria pontuar um pouquinho por que a Seres defende uma certa especificidade na regulação da educação a distância.

Então, rapidinho sobre o PNE, não vou insistir nisso, o Luciano já falou. A gente não vai cumprir a Meta 12, taxa líquida e bruta de matrícula sem educação a distância. É absolutamente impossível alcançar o interior do País, levar educação superior, se dois terços dos Municípios ainda não têm nenhum curso de educação superior. Isso é absolutamente impossível de ser alcançado só com educação presencial. Mesmo o investimento privado, que é ágil, que é rápido, às vezes, não chega onde precisa chegar para fazer toda a cobertura e chegar ao patamar de taxa líquida de matrícula bruta, compatível com os nossos colegas latino-americanos.

Então, a importância da EaD para isso é absolutamente indiscutível. A nossa preocupação é a seguinte: não se trata simplesmente de aumentar vaga, a questão é que essa expansão que precisa ser feita, para cumprir a Meta 12 do PNE, precisa ser muito pautada pela qualidade. Isso já foi falado aqui, é quase um lugar comum, mas eu queria trazer alguns dados que ilustram por que não basta só reduzir burocracia.

Todos conhecem os problemas que o MEC enfrenta pra cumprir o calendário regulatório, é um esforço constante, problemas de infraestrutura de pessoal, de TI são comuns, foi explanado, isso não é novidade para ninguém, mas é importante pontuar que, se a gente olha para a taxa de ocupação, conforme o Censo de 2013, vemos que, nesse ano, a gente tem 54% de ocupação total na isso, não é isso, total, no Sistema Federal de Educação Superior. E, quando a gente vai ver na EaD, a taxa é muito inferior, estamos com 32% quase. O novo Censo da Educação Superior de 2014, o Inep deve divulgar agora, em novembro, deve haver alguma atualização. Mas o que temos que ver é que temos, então, vagas para o sistema federal como um todo, para cumprir as metas do PNE. Estamos ocupando metade, o sistema está com metade da ocupação. Se a gente precisa dobrar o número de alunos, as vagas estão aí.

Então, o diagnóstico que isso nos permite fazer é que elas estão concentradas e não estão chegando onde precisam chegar, porque a demanda não está atendida. Historicamente, o Brasil matricula um terço dos egressos no ensino médio como ingressantes na educação superior. Isso não varia, historicamente, é um terço. Então, com 8 milhões e pouco de matrícula, 8,2 milhões, estamos com 2,4 milhões de ingressantes no ensino superior. Temos muito espaço pra expandir, muito. Só que a expansão tem que ser feita de maneira estratégica para aumentarmos a ocupação, essa taxa de ocupação, como o Conselheiro Curi falou, não é só uma questão de haver mais vagas. Precisamos destravar o gargalo do ensino médio para chegar mais gente no ensino superior e fazer um marco regulatório que leve a vaga para onde está a demanda.

Então, esse é o grande desafio.

Os meus eslaides eram só pra ilustrar esse ponto. Vou explicar um pouquinho qual é o grande desafio que a Seres entende por que se justifica uma regulamentação específica, que não entra em conflito com a institucionalização proposta na resolução do CNE, que é tema da nossa reunião de hoje.

A EaD tem uma característica muito específica, é quase um paradoxo, tem o maior potencial de inclusão social, se comparada com a graduação presencial, por conta da capilaridade, por conta da flexibilidade curricular, por conta da possibilidade de interiorização, permite ao estudante trabalhador compatibilizar um pouco o estudo com a tarefa fora da universidade. Então, o potencial de inclusão social dela é tremendo – isso não pode ser ignorado de maneira nenhuma. O lado que suscita preocupação, por parte do órgão regulador, vem como a maior velocidade de expansão na educação a distância. Então, é a maior capacidade de inclusão e, ao mesmo tempo, a expansão que o MEC tem que ter mais cuidado, porque ela sai muito rapidamente numa velocidade que o Estado não consegue acompanhar, do ponto de vista estrutural.

Isso porque educação a distância permite ganhos de escala fabulosos: com uma turma, com um corpo docente, é possível atender dois, três mil alunos. E com os recursos das novas tecnologias, então, isso se torna cada vez mais fácil. E o risco que o órgão regulador vê nessa expansão muito rápida é que, como é um setor pautado por uma concorrência acirrada, isso pode levar a que essa expansão acelerada seja feita em detrimento do investimento na qualidade e na metodologia.

É importante pontuar que educação a distância não é só tecnologia. A tecnologia favorece muito, mas educação a distância, desde o período em que era feita por meio do correio, com troca de cartas, sempre funcionou como um método eficaz que aposta na capacidade de autodidatismo, de organização e de disciplina das pessoas. Eu fiz curso de educação a distância numa época muito anterior à internet, à banda larga, e tudo era com troca de *e-mail,* com correção feita no arquivinho de Word, lá, e funciona.

Então, essa expansão muito rápida é o que preocupa o Ministério da Educação. Isso não é uma especificidade da educação a distância: o histórico do setor vem marcado por espasmos de liberalização – se sai do controle, fecha tudo, burocratiza a norma e prejudica o setor, prejudica o Estado. Eu cito um exemplo claro dos centros universitários: criados já com autonomia total, depois foram proibidos e levou-se cinco anos para ter um marco estável de centro universitário – e isso prejudicou muito setor – com iniciativas de supervisão do MEC que ainda estão em curso.

Quer dizer, nós estamos há dez anos lidando com uma legislação meio espasmódica: libera tudo e daí você fecha para lidar com a consequência. Então, a responsabilidade na definição do novo marco EaD é não fazer isso de novo. Isso foi feito com os centros universitários, mas foi feito com uma questão, por exemplo, da demanda social – vocês conhecem o setor melhor do que eu e vocês poderiam citar inúmeros outros exemplos.

Então, o ponto é: há um compromisso de todos em consolidar a educação a distância e em superar o estigma de que é uma educação que não é equivalente ou não tão de boa qualidade quanto a presencial. O ideal é fazer presencial; só quando não dá, você faz EaD. Esse estigma é o esforço conjunto que nós temos que

superar – nós, Estado, Conselho Nacional, o setor de educação, todo mundo tem que se engajar nisso, nesse compromisso com a qualidade, que foi mais de uma vez asseverado aqui nesta Mesa.

De fato, existe uma parte e a gente tem de compatibilizar a regulação...

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO PAULO BACHUR – ... com as novas tecnologias, com a nova realidade do setor. Então, eu gostaria de deixar muito claro aqui que não há nenhuma resistência do ponto de vista da Seres em discutir as bibliotecas totalmente virtuais, os novos ambientes virtuais de aprendizagem. A gente sabe que precisa haver uma aderência a isso e que a regulação precisa ser, digamos, modernizada e enxugada um pouquinho, para não travar uma expansão que a gente acha que é imprescindível para cumprir as metas do PNE.

Não obstante, há um ponto que explica por que a EaD precisa de uma regulamentação específica. E, aí, eu não sei se, no futuro, a gente, como o Luciano falou, não vai saber se é presencial ou a distância. Pode ser que no diploma não vai se saber, mas a regulação, enquanto a gente não mudar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a educação a distância vai demandar um regime especial.

A LDB, no art. 80, § 1º, fala que a educação a distância é uma modalidade – embora a gente possa discutir –, mas ela demanda regime especial e é de credenciamento específico pela União. Então, é um credenciamento separado do credenciamento presencial. E o Decreto nº 5.622, quando coloca isso – primeiro, você se tem que ser credenciada para presencial e depois EaD –, ele reflete um pouco essa disposição da LDB.

E eu gostaria de trazer um ponto aqui: por que o MEC não vê incompatibilidade entre isso que está disposto no Decreto nº 5.622 e o protocolo conjunto conforme previsto na resolução do CNE? Um pouco para evitar essa trajetória por espasmos de "libera tudo e depois fecha", a gente entende que essa regra do Decreto nº 5.622, embora o decreto precise de uma revisão, de uma atualização, ela ainda é meritória, porque a EaD é muito nova no Brasil e tem 10 anos, no máximo, a matrícula de EaD no Brasil.

Então, ainda é uma realidade muito nova para que a gente tome medidas "tudo ou nada", "ou pode tudo, ou não pode nada."

Então, esse meio-termo que eu vejo no Decreto nº 5.622, eu acho ainda meritório de ser preservado, porque você consegue fazer uma expansão mais controlada do que dizer: "Pode começar direto a distância." Começar direto a distância, nada impediria, por exemplo, que uma instituição de ensino começasse suas atividades com 200 polos e 10 mil vagas. Ou seja, isso é um desafio regulatório muito sério porque, se algo der errado, é um problema de uma magnitude muito maior do que começar com uma instituição que já está credenciada para presencial, que já tem um histórico regulatório que o MEC conhece, e que tem um corpo discente já divulgando a reputação da instituição. Quer dizer, o risco é muito menor quando você parte dessa premissa do que quando você fala tudo.

O que a resolução do CNE corretamente endereçou foi a possibilidade de você trazer para avaliação o projeto como um todo – embora sejam dois tempos diferentes, o projeto como um todo. E nada impediria pensar um trâmite paralelo dependendo do CI, do IGC, a definir. Mas a questão é: a expansão direta com toda autonomia, já na EaD, parece colocar um pouco em risco esse diagnóstico que a gente tem. A gente vê que não é falta de vaga, então, não é disso que se trata, sem prejuízo da necessidade de aprimoramento dos instrumentos e do processo regulatório do MEC. Precisa de mais agilidade, precisa ser modernizado, precisa ser simplificado – isso é um consenso –, mas não é uma questão de estar faltando vaga de EaD. A gente viu ali a demanda por vaga: ainda não está dando um para um a procura aluno por vaga.

Então, trazer essas preocupações, sensibilizar os atores envolvidos na negociação são pontos importantes para a gente concluir a regulamentação desse novo marco da EaD.

E gostaria de cumprimentar, não só o Conselheiro Curi, que está aqui e que foi o presidente da comissão de EaD do CNE, mas o Conselheiro Dourado, que fez a relatoria desse documento, pela abertura, pela franqueza no diálogo, pela capacidade de incorporar aportes de diversos segmentos da sociedade. É assim que eu entendo, que a Seres entende, que diretrizes nacionais devam ser construídas. A gente entende, também, que isso é um primeiro passo e não dá para você esperar da resolução do CNE a solução de todos os problemas da EaD. A gente precisa rever os referenciais de qualidade que já têm quase 10 anos e isso é inadmissível num segmento tão apoiado na tecnologia. E rever e modernizar o Decreto nº 5.622: existe muito espaço para aprimorar o marco regulatório.

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO PAULO BACHUR – E saúdo, então, a iniciativa deste debate na Comissão do Senado. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, João Paulo Bachur, Diretor de Políticas Regulatórias da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação do MEC.

Agora, vamos para o João Roberto Moreira Alves, Diretor da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino.

Eu pretendo, depois desta Mesa, fazer a leitura das perguntas que chegaram e destinar cinco minutos para cada um dos expositores para responder às perguntas que entender mais ligadas à sua área e, também, para as considerações finais.

João Roberto Moreira Alves.

O SR. JOÃO ROBERTO MOREIRA ALVES – Bom, em primeiro lugar, nós queremos saudar e parabenizar o Senador Paim pela iniciativa da realização deste encontro, e saudar os educadores neste dia 15 de outubro – e eu peço permissão para saudar na pessoa da Prof. Cida Horta, uma educadora que vem sempre marcando posições pelo seu trabalho; e estender, naturalmente, a todos os educadores que estão de forma ativa ou participaram da formação dessa nossa sociedade.

Vou dizer um pouquinho sobre a confederação. A Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino é uma entidade criada há 70 anos – 71 anos já chegando – e que congrega como entidade máxima representativa das escolas do segmento da livre iniciativa, do segmento privado. Atualmente, existem no Brasil 50 mil escolas, entre escolas de educação básica, que são 47,5 mil escolas, e escolas de educação superior, que completam esse quadro de aproximadamente 50 mil escolas.

A confederação vem acompanhando o trabalho da educação a distância já há muito anos.

A gente tem essa missão de colaborar com a confederação e colaborar durante muito tempo, porque integrei a diretoria da Associação Brasileira de Educação a Distância, junto com o Prof. Lito, junto com o Marcos Formiga, durante vários anos. E tem nos restado essa missão de buscar um acompanhamento de toda essa trajetória da educação a distância em nosso País.

Eu gostaria, inclusive, de colocar a confederação à disposição, sempre que necessário, para os assuntos, tanto do Executivo, quanto do Legislativo. E temos a certeza absoluta, por parte da sua diretoria, de que o nosso objetivo, sempre, é colaborar com o desenvolvimento da qualidade na educação.

Gostaria, também, de colocar um pouco sobre a trajetória da educação a distância em nosso País. Na realidade, nós temos 110 anos de educação a distância: a primeira escola de educação a distância em nosso País foi implantada em 1904. Talvez, tenhamos sobrevivido esses anos todos porque nós tivemos pouca legislação – e isso é um marco. Eu vou deixar, inclusive, com o Senador Paim um trabalho, um livro eletrônico sobre a história da educação a distância que eu tive a honra de ter o prefácio do Prof. Marcos Formiga, aqui presente, a quem eu saúdo também. Vou deixar e aqui conta um pouco. Nós estamos lançando neste ano uma nova edição já congregando e esperávamos – esperamos, talvez – apresentar já com o novo decreto regulamentador da educação a distância.

Mas vamos deixar algumas projeções, que são poucas, sobre uma visão da confederação sobre o marco regulatório. Obviamente, o marco principal é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estabelece todo um cenário global da educação. Já teve mais de 30 mudanças, mas, na área de educação a distância, apenas uma modificação ocorreu, de uma iniciativa, aqui desta Casa, do Senador José Jorge, que foi transformada e alterou um dispositivo do art. 80.

Uma coisa que a gente tem colocado sempre é acerca de se chamar a educação a distância como uma modalidade. Na realidade, não é. Os níveis de modalidades da educação estão contemplados na nossa LDB. São níveis: educação infantil, fundamental, médio e superior – não há qualquer dúvida nesse aspecto. E são modalidades: jovens e adultos, educação especial e educação profissional, que foi subdividida em dois capítulos em função de mudanças que ocorreram ao longo desses anos na LDB: uma da educação profissional técnica de nível médio e a outra da educação profissional e tecnológica. Então, em nenhum lugar, a lei maior fala em educação a distância como modalidade. E nós temos essa cultura que, às vezes, que foi traduzida até no decreto e que precisa ser corrigida. Porque educação a distância, na realidade, não é modalidade; ela é uma metodologia da aprendizagem ou outra terminologia que se tenha. E o art. 80 diz, claramente, que o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância em todos níveis e modalidades de ensino e de educação continuada. Então, o próprio legislador, o nosso querido Darcy Ribeiro deixou claro que, se fosse uma modalidade, não estaria sendo inserida nesse artigo como uma forma de níveis de modalidade a ser incentivada.

Existe apenas, Senador, eu acho, uma necessidade de uma única modificação em relação à LDB quando, no art. 80, § 1º, fala que a educação a distância é organizada com a abertura de regime especiais, como colocou o Prof. Bachur, e será oferecida por instituições especificamente credenciadas. E, aí, vem uma inconstitucionalidade, que fala "pela União". Há a necessidade de alterar a LDB para excluir a palavra "União". Há uma invasão de

competência dos Estados e do Distrito Federal. O que foi corrigido por um decreto, na realidade, foi uma delegação do indelegável, porque já é competência dos sistemas de ensino de legislar e, inclusive, de buscar o credenciamento – e já o fazem fazem e o fazem, diga-se de passagem, bem – para as escolas de educação básica.

Então, nós teríamos a necessidade, no nosso modo de ver, de não ter uma nova lei, uma nova legislação federal partindo do Congresso, para modificar essa disposição. A Lei de Diretrizes e Bases é satisfatória na área de educação a distância, e precisaria só se refletir sobre ela e se excluir, talvez, para evitar uma inconstitucionalidade esse credenciamento centrado na União.

Então, esse é o único ponto que nós entendemos ser necessário.

Alguns projetos de lei, nesse período de pesquisa que nós fizemos – um pouco mais do que dez projetos de lei –, tentando modificar a LDB nessa disposição. O mais recente, agora, inclusive rejeitado na Comissão de Educação da Câmara há questão de um mês, que estabelecia um dispositivo desnecessário, e o Relator deixou claro que não haveria qualquer necessidade de modificação.

Nós temos, aí, nos parágrafos, dizendo que a União regulamentará os requisitos para a realização dos exames e registros de diploma relativos aos cursos de educação a distância. É competência exclusiva federal: o Ministério da Educação tem o poder e a possibilidade da iniciativa de legislar sobre essa regulamentação, que, diga-se de passagem, até hoje não existe.

Também, outro dispositivo que fala que as normas para produção, controle e avaliação de programas de EaD, e autorização para sua implementação caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver a cooperação e a integração entre os vários e diferentes sistemas. Também a competência definida claramente do sistemas de ensino – do sistema federal e dos sistemas estaduais e do Distrito Federal.

Esse § 4º é um parágrafo extremamente importante, que precisa ser regulamentado, e que fala que os custos de transmissão serão reduzidos, inclusive com o incentivo a todo um processo da educação a distância. É competência do Executivo federal, mais no âmbito das comunicações... Porque, hoje, é um absurdo, Senador, se nós postarmos um livro ou postarmos uma revista pornográfica, pagamos exatamente a mesma coisa! E a legislação fala, só que você não consegue superar a barreira do agente postal que está recebendo a correspondência, o envelope, e ele tem que botar na balança; e paga-se exatamente o mesmo preço, por uma alguma coisa útil, de outra coisa que seja extremamente supérflua. Fala na concessão de canais com finalidade exclusivamente educativa. Também a competência do Executivo, através do Ministério de Comunicações, obviamente passando pelo Congresso Nacional. E fala na reserva de tempo mínimo sem ônus para o Poder Público.

Isso precisaria ser aperfeiçoado, porque os canais, às vezes, colocam às 4h da manhã um programa educativo bom, mas num horário completamente incompatível.

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO ROBERTO MOREIRA ALVES – Marco complementar. Nós temos, aí, decretos. Tivemos dois decretos, já revogados, em 1998 – dois anos após a LDB ou um ano e pouco. E temos, hoje, um novo decreto que é de 2005, com um arremedo em 2007, mas que estabelece claramente o marco regulatório.

Esse marco regulatório precisa ser modificado, pois está incompatível hoje. Por exemplo, em boa hora, o Ministério da Educação extinguiu a Secretaria de Educação a Distância. Se não era uma forma diferente, para que ter uma secretaria específica para a educação a distância? Incorporaram-se, na reforma feita pelo Governo Federal, as suas atribuições entre as secretarias. E nós temos a competência dos Estados e do Distrito Federal, através de normas complementares, dos conselhos de educação.

Há necessidade, sem dúvida nenhuma, de uma série de pontos e nós vamos listar rapidamente, nestes minutos que restam, nove tópicos.

O primeiro: que é entendimento da confederação que não inexiste a necessidade de novas leis para regular a educação a distância, exceto a alteração do § 1º do art. 80, excluindo a palavra "União".

Este é o entendimento: nós não precisamos de novas leis; nós precisamos ter, realmente, uma regulamentação complementar que permita. Portanto, que o Executivo federal altere o Decreto nº 5.622, é fundamentalmente importante – nós falamos, ali, em ritos que não são possíveis mais de serem cumpridos. E esse trabalho já foi iniciado, inclusive, na primeira passagem do nosso Ministro Mercadante: vários trabalhos foram feitos; reuniões em 2013, nós participamos, inclusive, de estudos na modificação. Temos certeza de que é fundamentalmente importante que se prossiga estabelecendo normas adequadas à estruturação do MEC e compatíveis com o avanço das tecnologias aplicadas à educação – nós temos um avanço tecnológico significativamente alto.

Um outro ponto, também, que a gente quer alertar é que é necessário que a Capes edite normas para os mestrados e para os doutorados. O primeiro decreto estabeleceu um prazo de 180 dias para a Capes definir.

A Capes não fez, nos 180 dias. No segundo decreto, a modificação tirou o prazo, mas a Capes continuou sem fazer. E nós continuamos sem ter mestrado e doutorado no Brasil através de educação a distância. Isso é um atraso em relação a outros países.

Que o sistema de educação dos Estados e do Distrito Federal regulamentem o funcionamento da educação a distância no âmbito das suas competências. Nós temos, hoje, das 27 unidades da Federação, pelo menos umas dez que não têm qualquer tipo de norma sobre educação a distância e, consequentemente, não há funcionamento de escolas de educação básica, profissional e ensino médio fundamentalmente através de educação a distância.

Que a União, através de decreto ou normas específicas, regulamente os aspectos específicos dos §2º, §3º e §4º. Ou seja, aqueles aspectos das comunicações, especialmente. Isso compete à União editar decreto, obviamente com a participação do Ministérios das Comunicações.

Que o Conselho Nacional de Educação abra um amplo debate sobre o conceito de presença, objetivando que se permita a presença virtual nos processos de avaliação dos alunos – foi colocado, inclusive, creio que pelo próprio Senador. Nós temos, hoje, a possibilidade de fazer um julgamento e condenar a 30 anos ou absolver alguém por um telejulgamento. Podemos fazer a telemedicina. Mas não podemos fazer a aferição de conhecimento, conferindo uma avaliação 7, 6 ou qualquer que seja a avaliação, a um aluno que não seja no cara a cara. Isso é um atraso e eu acho que o conselho tem, hoje, possibilidade de abrir essa discussão. Ou seja, a presença ou a garantia de que é o próprio aluno que faz o trabalho é perfeitamente possível pelos sistemas nos processos de avaliação.

E há entendimento da confederação de que é necessário que essas novas normas do conselho sejam precedidas pelo decreto, porque o que acontecerá? Muita coisa que hoje está, inclusive bem – e a gente tem que louvar o trabalho do Prof. Curi, do Prof. Dourado e de toda a comissão –, são positivas, mas entrarão, provavelmente, em choque, em alguns aspectos, com o decreto. Então, a gente precisa acelerar o decreto e, naturalmente, não haver o risco de sair o parecer, não ser homologado e ficar entre um daqueles pareceres que esperam anos e anos por uma homologação.

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO ROBERTO MOREIRA ALVES – Que o Ministério da Educação organize e mantenha um sistema de informação a que se refere o parágrafo único do art. 80 do decreto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O senhor tem um minuto.

O SR. JOÃO ROBERTO MOREIRA ALVES – Perfeito, estamos encerrando.

Esse ponto é fundamentalmente importante. Nós não temos, hoje, informação clara e disponível.

E está previsto no decreto que o Ministério da Educação permita a aplicação dos – hoje limitados a – 20% também nos cursos de pós-graduação *lato sensu*. Hoje, a legislação fala que é apenas nos cursos reconhecidos, mas em pós-graduação *lato sensu* não existe a figura de reconhecimento. E que se possa prever, talvez, até um aumento desse percentual.

E, finalizando, que existam esforços nacionais para a expansão dos credenciamentos. Nós temos, hoje, 294 instituições credenciadas de um universo de 2,3 mil de ensino superior, mas, na educação básica, não chegam, então, a 200 de 2,2 mil instituições de ensino.

Então, são essas as considerações.

E nós queremos agradecer a oportunidade de colocar e trazer, naturalmente, ao debate esse posicionamento da confederação, que tem um pouco do apoio do Instituto de Pesquisa e Administração da Educação, que presidimos.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Diretor da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen), o Sr. João Roberto Moreira Alves.

E, por fim desta Mesa, passamos a palavra ao membro do Comitê de Coordenação Política da Associação Universidade em Rede (UniRede), a Srª Nara Pimentel.

A SRª NARA PIMENTEL – O meu bom dia a todos.

Eu gostaria de, na figura do Senador, cumprimentar a todos e falar da importância deste debate. Nós temos acompanhado nacionalmente a discussão do marco regulatório e isso, para a gente, é muito importante.

Mas eu vou falar de dois lugares, na verdade: eu estou aqui representando a professora Ivete Martins Pinto, que é, hoje, a Presidente da UniRede; mas eu sou, hoje, Presidente do Fórum Nacional de Coordenadores do Sistema Universidade Aberta do Brasil. E nós falamos, aqui, de um espaço que é o espaço das instituições públicas – das federais, das estaduais e dos institutos federais de educação –, que, hoje, no Brasil, ofertam mais de mil cursos a distância e que têm mais de 230 mil professores sendo formados.

E nós vamos completar, no ano que vem, uma década de implementação de um sistema que, hoje, se infiltra pelo Brasil e que usa toda essa estrutura, tutoria, polos e tudo mais. Então, eu quero também me dar aqui o direito de falar desses dois espaços que são dois espaços importantes. A Prof. Ivete, infelizmente, não pode estar conosco e eu venho aqui falando da UniRede, que é uma associação que não nasceu hoje, mas nasceu em 1999, na verdade, na Universidade de Brasília. Eu sou professora da Universidade de Brasília e quero aproveitar para cumprimentar todos os professores: hoje é nosso dia! Eu tenho, aí, 28 anos de educação básica e mais alguns de ensino superior; em todos, eu entrei em sala de aula. E hoje é um dia muito especial para todos nós! (*Palmas.*)

Isso mesmo. Merecemos!

A UniRede, na verdade, nasce em 1999, inclusive na Universidade de Brasília, e hoje, em 2015, ela tem 57 instituições de ensino superior; dessas, 43, federais; 9, estaduais; e 5, institutos federais de educação.

Na verdade, vamos falar um pouquinho sobre o marco regulatório. Nós temos acompanhado muito a discussão do Conselho Nacional de Educação, sabemos da importância, e o fato de o conselho ter trazido essa discussão e ter chamado a comunidade – todo mundo que atua hoje na área da educação a distância – tem sido de extrema importância, porque tem havido um impacto muito forte dentro das instituições. Debater o marco regulatório, se debruçar sobre os decretos e sobre a prática hoje da educação a distância no âmbito das universidades têm sido muito importante. E o marco regulatório tem estartado e provocado as instituições a pensar em projetos de educação a distância. Então, a gente vê isso como muito positivo e que isso realmente tenha que avançar.

Então, a primeira questão quando a gente fala no marco regulatório é em que bases educacionais esse marco regulatório vai se firmar. Eu acho que o Curi fala muito bem quando ele diz que não é só a legislação, não basta legislar, é preciso pensar uma política institucional para isso. E, aqui, o apelo é no contexto da institucionalização de uma política no Brasil de que a gente sente muita falta.

Qual é a política do Estado para a educação a distância hoje? É fomentar os programas? A UAB? E, por onde quer que ande, é fomentar o quê? Afinal de contas, é subsidiar o quê? Em que projeto educativo essa modalidade está inserida? Qual é a importância da educação a distância também para as políticas educacionais? Porque, hoje, quando você se debruça sobre as políticas educacionais você vê uma colcha de retalho muito grande.

Na verdade, são ações, muitas vezes, contraditórias, esparsas e que não trazem um pano de fundo para a gente poder atuar com um pouco mais de segurança. E, aí, sim, o marco regulatório vem para amarrar e para congregar situações importantes.

E, também, qual o papel da universidade pública nesse cenário, que é um pouco o que eu estou tentando trazer aqui e é o espaço um pouco da nossa discussão. O que a gente a gente tem visto hoje e isso tem sido demandado ao longo de muitos anos: nós vemos muitas descontinuidades de projetos e de programas de educação a distância. Ofertas que, por falta de financiamento, por falta de aderência política, são descontinuadas. E a história que ele fala, de mais de cem anos, é esta história: a história de muitos projetos de lei, desde os anos 70, que foram para a gaveta e que não avançaram. Isto a gente tem que pensar: não avançaram, por quê? Talvez o contexto não fosse tão favorável quanto o contexto seja agora, mas é algo para a gente pensar.

Essa dependência de programas ligados a governo também tem dificultado muito, digamos assim, a nossa aderência. E nas públicas isso é muito forte, porque, diferentemente, o fomento vem do Estado. E, para isso, é preciso que o Estado incentive e nos ajude a ofertar cursos a distância.

A carência da revisão da legislação, como todos colocaram aqui, isso, o marco teórico inteiro, o marco legal inteiro precisa ser revisto. E isso a gente vem estudando e se soma ao coro de todo mundo que falou aqui.

Nós, também, estamos sendo submetidos a avaliações desconexas – e foi apontado, aqui, inclusive pelo Ministério da Educação. Também submetidos a credenciamentos temporários e isso faz com que a gente não veja a questão da educação a distância como algo integrado institucionalmente, mas como algo pontual de uma oferta aqui ou acolá. Isso é ruim para a educação superior pública.

Também sendo vista como uma educação paralela. Na verdade, a educação é a mesma, defenderam todos aqui, e não estamos falando de uma educação diferenciada. E, também, sendo vista em alguns momentos como uma panaceia para o acesso e para a permanência, sem se pensar na qualidade.

Não basta quantidade, não é mais matrículas, mais instituições, mas é a qualidade daquilo que está sendo efetivamente ofertado.

Nós precisamos reconhecer as contribuições do marco regulatório e esse debate precisa, inclusive, ser aprofundado. Eu acho que esse é o caminho, mesmo. Ele não está acabado, graças a Deus, e a gente ainda pode ajudar muito.

O primeiro, para nós, nas públicas: o reconhecimento da educação a distância como modalidade educativa precisa de aprofundamento, mas ele é positivo. A gente enxerga com positivo, porque, de qualquer forma,

quando as instituições públicas de ensino superior se envolveram com a educação a distância, isso aconteceu principalmente na última década – o sistema Universidade Aberta do Brasil vai fazer uma década agora, no ano que vem e foi aí que as públicas efetivamente passaram a ofertar cursos a distância, porque, até então, não havia fomento para isso. E ela acabou entrando por conta de ser um programa de forma muito fragmentada e pontual no âmbito das universidades: é aquele programa; é aquela oferta. Parece que isso não faz parte, digamos assim, do sistema de ensino superior. E isso é importante.

A outra coisa que a gente acha que o marco regulatório traz – e isso a gente já sente a diferença já na discussão e no debate do marco – é a questão de ser assumida institucionalmente, de a universidade parar, pensar e ir lá no seu PDI, contemplar, olhar para dentro dela mesmo e perceber qual é a capacidade que ela tem de implementar um curso a distância, porque ele tem especificidades – todos disseram aqui – e você não pode simplesmente ignorar. Ela não se faz assim, do nada. Ela não é a oferta pela oferta. Então, a gente acha que assumir institucionalmente na IES (PDI, PPI, PPC) é muito importante. E o marco contribui muito para esse projeto institucional orgânico que leva a instituição a discutir educação a distância.

O outro é a melhoria do processo de avaliação. Eu acho isso muito importante no marco porque chama a atenção para avaliação. E eu acho que o Bachur falou muito bem aqui, mas carece de especificidades, e a gente também reconhece.

Também essa questão do padrão de qualidade: nós temos situações muito díspares, nós temos realmente ofertas muito problemáticas. A educação a distância, quando entra nas instituições, ela virou meio que um arremedo do presencial: os projetos pedagógicos simplesmente incorporaram as tecnologias, mas não mudarem em essência na questão da inovação. Então, a qualidade precisa ser muito bem acompanhada, assim como no presencial. É o conjunto da educação como um todo, mas, na educação a distância, há margens para se camuflar determinados problemas que nós precisamos olhar com um pouco mais de atenção, que é a questão do padrão de qualidade. A questão da articulação entre ensino, pesquisa e extensão é fundamental nas instituições. Eu acho que nisso o marco ajuda bastante. E também a formação em serviço, que é uma discussão que precisa ser feita e que precisa ser aprofundada no âmbito da discussão de educação a distância.

O que a gente tem aberto? A gente tem aberto tudo isso, tudo o que se falou aqui: todos os decretos. O Decreto nº 5.800, que cria o sistema Universidade Aberta do Brasil; a Portaria nº 4.059, que trata da questão dos 20% – e essa questão dos 20% também é uma coisa que precisa ser limpada, porque é uma coisa que incomoda –; o Decreto nº 5.622, que tem ali amarras importantes e que a gente precisa rever.

(Soa a campainha.)

A SRª NARA PIMENTEL – A questão da tutoria. E aqui a questão da tutoria, nas públicas, é muito séria, porque não há como. Efetivamente, tem que se pensar: vai se criar um cargo, então? O que a resolução traz, de repente, é de um profissional. Nós vamos abrir concurso para isso? Porque, nas públicas, é só concurso para ser professor, entendeu? Então, é preciso pensar sobre isso. Essa distinção é importante também. Nós, hoje, temos um debate muito forte a respeito do papel do tutor, porque o tutor, por falta de estruturação das próprias instituições, assumiu papéis diferenciados no contexto de cada oferta, de cada curso, dentro de cada instituição.

A questão dos polos também é uma coisa muito séria hoje, na verdade, porque o próprio sistema Universidade Aberta do Brasil induziu a criação de polos que não têm, digamos assim, tanta infraestrutura, que não estão articulados, inclusive politicamente. E, em muitos casos, isso é um problema, porque existe a questão política também que influencia na determinação e na organização desse polo.

A questão do financiamento: nós precisamos falar do financiamento! Embora o marco regulatório... Mas, sem financiamento – eu sinto muito –, não anda! Não vai! Nós estamos sofrendo, agora, no sistema Universidade Aberta do Brasil, uma coisa muito séria que é, talvez, a descontinuidade de um sistema que sequer ainda conseguiu concluir, por falta de financiamento. É preciso discutir. E, quando a gente discute marco regulatório e quando a gente discute diretrizes e política educacional, o financiamento faz parte. Não tem como negar.

Referenciais de qualidade: são os referenciais de qualidade lá de 2003, que, hoje, engessam o problema e que precisam ser revistos também.

A dimensão docente: gente, vocês precisam olhar para dentro da universidade pública e ver no que se transformou isso! Esta questão das bolsas é muito séria no sistema hoje! E, nas públicas, é bolsa que o professor recebe. E, por conta de receber bolsa, o seu esforço docente, a sua trajetória acadêmica, até mesmo a sua trajetória como professor dentro da universidade, quando vai fazer sua progressão, conta e é questionada! Vamos discutir isso ou não vamos discutir isso? Temos muitas instituições públicas: hoje, 97, só de federais envolvidas com a educação a distância. E não dá para negar essa discussão da dimensão docente.

E, por fim, a avaliação considerando as especificidades dos cursos a distância.

Então, o nosso recado, como presidente do fórum, como pertencente a uma associação, é: sem políticas educacionais articuladas – e aí não é somente a educação a distância por si só – que contemplem a modalidade a distância na formação inicial e continuada, o novo marco regulatório será só mais uma resolução. É preciso regulação, acompanhamento, monitoramento e avaliação. Não para as políticas assentadas em programas! Vamos aproveitar e repensar isso. Isso é histórico em relação à educação a distância. Vamos pensar políticas de Estado e não políticas simplesmente de governo. Vamos pensar, sim, num projeto educacional com educação a distância, integrada ao presencial, com o uso de tecnologia na formação inicial e continuada, ressignificando e inovando toda a nossa educação, porque eu penso que é por aí que a gente pode melhorar – e muito – a questão da educação a distância no País.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Essa foi a Nara Pimentel, membro do Comitê de Coordenação Política da Associação Universidade em Rede.

Nós estamos com um problemão, que é bom também, porque são muitas as perguntas. E o pessoal ainda fez uma triagem, retirando algumas que eram repetidas, mas, assim mesmo, eu vou ler rapidamente. Se vocês puderem pegar algumas para responder.

Esta aqui, do João Roberto: "Existe algum fundo proveniente das entidades de ensino destinado à execução de projeto piloto para a implantação da EaD no Brasil?" Depois ele diz: "Se caso negativo, não seria de bom tom criar projeto para ser implantado no Estado do Amazonas por sua peculiaridade? Ou seja, extensão de 1,57 milhão de km^2, com baixa densidade demográfica, mais ou menos, dois habitantes/km^2." O João Roberto está aqui ainda?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Foi endereçado ao Dr. João Roberto. Então, João Roberto, está aqui, entregue.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k.

Cesar Lunkes: "Sobre as inúmeras exigências de acessibilidades feitas para os cursos presenciais: serão exigidas aos polos? Como fica a questão abordada pela Paula Scherre às 12h04: Lei da Inclusão da Pessoa com Deficiência?" Isso é o estatuto novo, todo mundo sabe, e eu fui o autor do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Porque ele diz aí: "Olhe para educação e não só para os estatutos."

Paula Scherre, novamente: "Como fica a necessária internet, banda larga, nas escolas e nas universidades?"

Fernanda Campos: "Quais são as propostas para aproximação da EaD e da educação presencial? Quais os desdobramentos para a Portaria nº 4.059/2004?"

Soraia Ribeiro: "Gostaria de saber com relação aos direitos trabalhistas, com relação aos tutores, atribuições, etc. Gostaria de saber com relação à precarização das relações de trabalho e retirando os direitos trabalhistas, no caso, de novo, de tutores que são pagos por bolsas.Os tutores são profissionais que executam atividade típica de magistério. Qual a proposta de atuação neste sentido? O próprio Governo Federal burla a lei com relação às condições trabalhistas! Tutor atualmente trabalha como professor, corrige provas, trabalhos, etc em educação superior somente ganhando bolsa de R$ 765!"

Paula Scherre: "No ano de 2015, foi sancionada a Lei Brasileira de Inclusão" – de novo o Estatuto da Pessoa com Deficiência –, com esse marco regulatório prevê a necessidade de exigir que materiais didáticos e ambientes virtuais de aprendizagem, por exemplo, também sejam acessíveis a estudantes com deficiências?".

"Um profissional com pós-graduação receber esse salário é uma vergonha!".

O Ricardo Siqueira, que está aqui, encaminhou uma pequena carta, não é Ricardo? Eu vou tentar ler, porque eu posso não entender bem a letra, mas vou tentar. Diz aqui o Ricardo, é uma carta pequena:

O Conselho Federal de Enfermagem realizou, em julho de 2015, fiscalização em 315 polos de curso EaD de graduação em enfermagem, onde foi identificada realidade preocupante para a formação de profissionais que serão formados para cuidar da saúde da população. Polos com salas fantasmas, inexistência de laboratórios, bibliotecas, menos de 7% dos cursos com aulas práticas, ou seja, com qualidade insuficiente para o cuidado das pessoas. Nesse sentido, o Confem se posiciona contrário à formação de profissionais de enfermagem a distância. Na opinião dos senhores, qual o posicionamento quanto à formação de profissionais de saúde a distância, garantindo a qualificação da assistência à saúde da população?

João Luis Machado: "Creio que é importante às engenharias e outros cursos com tradição na educação superior presencial experimentarem com qualidade 20% de carga não presencial. E, com tempo e experiência, poderem propor cursos com mais carga horária a distância".

Paula: "Para professores que já atuam nas universidades/faculdades, que já atuam no presencial, ao invés de eles(as) receberem simplesmente bolsas para atuarem no EaD, eles devem ter previstas, dentro de sua carga horária de trabalho, horas e condições de atuar no EaD".

João Luis de Oliveira Collares Machado: "Como levar o ensino a distância a quem está longe dos centros universitários, se não existe suporte logístico? Consequentemente, para isso, os alunos estão concentrados nas capitais. Como fazer, como validar curso em que o ensino a distância não atende à Lei de Diretrizes Básicas de sua formação?".

"Regulação de tutoria. Rever o valor da bolsa dos tutores e pagamento em dia também é preciso rever! Tutores com dois ou três meses com pagamento em atraso, porém cumprindo horários regularmente".

César Lunkes: "É necessário fazer uma pesquisa com diretores de escolas públicas para conhecer a realidade dos novos docentes formados em EaD que vão para sala de aula sem conhecimento mínimo. Participo regularmente de reuniões com diretores do Oeste de Santa Catarina e isso é muito sério. Merece uma melhor análise. O aumento da oferta de EaD visa atender às metas quantitativas do PNE? Quando se fala em qualidade que o EaD tem fora do Brasil leva-se em consideração que os nossos alunos não gostam de ler. Isso é cultural. Não dá para impor um modelo importado sem considerar a cultural local."

"O MEC já fez um diagnóstico sobre o ensino a distancia na área de engenharia? Como se aprende topografia a distancia, pois necessita de aulas práticas? Por que o EaD é mais procurado na Região Sudeste em vez de na Região Norte? O EaD não é uma forma de acabar com os professores?".

Tudo em forma de pergunta.

Aí a Scherre: "Tutor é professor, deve ser considerado e tratado como tal, tendo todos os direitos trabalhistas garantidos".

E, por fim, essa é a mais longa, eu vou ser bem direto para que termine. Essa aqui é uma só e não são todas essas folhas, é só a primeira aqui.

1) Há uma formação específica para o tutor?

2) Qual a remuneração do tutor?

3) Como o mercado vem reagindo diante dos profissionais formados em educação a distância?

4) Quais os itens mais polêmicos na oferta do EaD face ao novo marco regulatório?

5) Se não é modalidade, como podemos conceituar a educação do ensino a distância como tipo de educação?

6) Quais países, hoje, utilizam predominantemente a formação superior com ensino a distância?

Bom, me pediu aqui e eu vou respeitar a solicitação, o Conselheiro Presidente da Comissão EaD do Conselho Nacional de Educação, o Prof. Luiz Roberto Liza Curi, para ser o primeiro a responder. Tem cinco minutos. (*Risos.*)

Responda à pergunta que entenda mais adequada pela sua análise.

O SR. LUIZ ROBERTO LIZA CURI – Em primeiro lugar, eu queria fazer uma menção que um debate desses no Dia do Professor é emblemático. Emblemático porque nos mobiliza em torno de uma questão central que é, enfim, o aprendizado como êxito, como fator essencial e dinâmico da inclusão social e na economia brasileira.

A segunda coisa, é impossível responder sequer a uma pergunta em cinco minutos. Eu vou fazer uma solicitação, em respeito aos que fizeram às perguntas, para que isso seja encaminhado ao CNE – todas, inclusive, independente de outras respostas que possam ocorrer aqui ...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Assim o faremos.

O SR. LUIZ ROBERTO LIZA CURI – ... e nós responderemos por escrito a todas as perguntas. Vou solicitar ao Relator que colabore comigo, mas eu me comprometo com a resposta dessas questões. São todas muito relevantes, importantes e merecem ser respondidas de maneira adequada.

Eu vou fazer as minhas considerações finais indicando uma questão de fundo dessas todas, está certo? O que são competências? Por que a EaD produz uma competência mais frágil que o presencial? Não produz! A EaD, conduzida de forma profissional, não produz. A EaD, conduzida na expectativa de atender a mínimos regulatórios pode produzir. Como o presencial! Se alguém constrói um curso presencial para atender aos mínimos regulatórios, pode produzir uma fragilidade no processo de formação.

Se esse projeto não for um compromisso da instituição com o seu espaço formador da produção de conhecimento e de extensão, certamente ele será tênue. Agora, esse compromisso que antecede, a modalidade – seja modalidade, vocês podem dar outro nome. O que é relevante aqui, é que é um processo de ensino-aprendizado que deve ser conduzido por uma política curricular adequada. A política curricular é que coordena. Não pode haver um currículo para EaD e um currículo para presencial. A responsabilidade de construir um programa presencial é tão grande quanto do EaD. A responsabilidade de se construir um curso de engenharia é tão imensa tanto no presencial quanto no EaD. Ambos podem fracassar, ambos podem ter êxito.

As fraquezas da virtualidade, o espaço ampliado da edição de laboratórios possíveis de serem produzidos em ambiente virtual depende das políticas institucionais e do investimento da instituição em tecnologias de desenvolvimento. Quer dizer, quais são as tecnologias que sancionam essas atividades? Isso é de uma responsabilidade imensa, por isso que o projeto tem que ser avaliado. A avaliação não é um ato burocrático. A avaliação também não é só defesa da sociedade. A avaliação é um processo de prospecção e de transformação necessária, para que o País avance e a sociedade compreenda e desfrute desse desenvolvimento. É para isso que serve a avaliação.

Então, nós não vamos avaliar só do ponto de vista da restrição. Nós vamos avaliar do ponto de vista das perspectivas ofertadas para a sociedade. Isso depende de transformação. Se nós pensarmos só com a perspectiva do passado, nós não transformamos. Está certo? Nós temos que ter clareza de que políticas institucionais são de responsabilidade das instituições, que devem ter em diretrizes curriculares, por exemplo, indicações de como organizar o seu currículo. Também não pode ser um "corta e cola" para o currículo. Que as resoluções são indicações de diretrizes, também, para organizar políticas institucionais. E que o conjunto da avaliação vai verificar a potencialidade disso para a sociedade. E a regulação vai, obviamente, colocar isso em termos operacionais, em termos de implantação de política pública. Regulação é implantação de política pública, não é polícia. São meios de implantação de uma política pública. Essa é a importância da regulação. A supervisão é uma outra coisa! Mas a regulação é um passo essencial, que é o passo para a implantação da política. Como disse alguém aqui: é fácil fazer a resolução, o difícil é implantar. É fácil fazer uma diretriz, o difícil é construir o espaço...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ ROBERTO LIZA CURI – ... institucional para que ela seja...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto.

O SR. LUIZ ROBERTO LIZA CURI – ... obviamente, adotada e vivenciada.

Desse ponto de vista, a avaliação conjunta de projetos é uma questão natural. É natural que a instituição que tenha essa disposição se preocupe em organizá-la. Assim como uma instituição que tenha a preocupação de se viabilizar como tal tem que organizar todos os processos educativos no âmbito de um projeto institucional. Não só para atender à legislação, mas para atender ao seu projeto institucional e à sociedade. Para que seus egressos façam a diferença como instrumento de desenvolvimento. Para que haja, aí sim, políticas institucionais corretas que levem essas perspectivas para regiões onde se expressa um forte desequilíbrio de matrículas, que basicamente são as Regiões Norte e Centro-Oeste: 8% e 9%. Isso depende de política pública externa para conduzir instituições a uma maior abrangência e capilaridade regional no Território Nacional.

Portanto, eu queria só dizer isso. Acho que, ao dizer isso, eu comento as questões relativas ao credenciamento conjunto, ao art. 28 e a várias questões que foram apontadas aí. Mas a resolução tem esta intenção, a de estimular políticas institucionais para o desenvolvimento nacional. Não para o benefício institucional, mas para o desenvolvimento nacional.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Sr. Luiz Roberto Liza Curi, que falou como membro do Conselho.

De imediato, o Diretor da Associação Brasileira de Educação a Distância, Prof. Luciano Sathler Rosa Guimarães, por cinco minutos, como foi, muito bem, o Dr. Curi aqui.

O SR. LUCIANO SATHLER ROSA GUIMARÃES – Obrigado, Senador Paim.

Em todas as inserções que foram colocadas aqui, percebe-se que há algumas diferenças de posição, mas nós da Abed queremos aproveitar esses breves cinco minutos para fazer um apelo à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e ao Senado Federal.

Nós estamos vivendo um desastre, um erro político, com base em questões orçamentárias, quanto à Universidade Aberta do Brasil. A Universidade Aberta do Brasil é um programa, hoje coordenado pela Capes – como a Professora bem mencionou – e que visa especialmente à formação de professores para a educação básica. E o Ministério da Fazenda, infelizmente, incluiu em seus cortes as verbas para a UAB. Então, hoje, nós temos milhares de alunos – que são alunos das universidades federais – que não estão tendo aula ou que tiveram o seu atendimento precarizado pela absoluta falta de verba para a Universidade Aberta do Brasil.

Ora, nós não vamos sair dessa crise na qual o País se encontra se deixarmos de investir na EaD. Nós vamos atrasar o processo de saída da crise. A educação não pode passar por este tipo de coisa.

Então, hoje, nós queríamos fazer um apelo: que o Senado Federal encaminhasse algum tipo de documento ao Ministério da Educação, à Presidência da República, para que as verbas voltadas para a Universidade Aberta do Brasil possam ser restabelecidas aos níveis anteriores, para que alunos não fiquem sem aula, professores não fiquem sem trabalhar e tutores não fiquem sem receber.

E quanto à questão da tutoria, o senhor vai observar que a maior parte das perguntas que aqui chegaram, infelizmente, referem-se a tutores que atuam na Universidade Aberta do Brasil. Porque, realmente, o nosso Governo Federal escolheu um modelo que não respeita o direito trabalhista. Então, nós temos tutores trabalhando há vários anos e recebendo bolsa. Em todos os outros aspectos eles cumpririam, teriam direito aos direitos trabalhistas que a CLT prevê. Por que vamos manter esse pessoal com bolsa?

Então, nós precisamos que a questão da tutoria seja regulamentada como profissão – e aí tem que abrir um outro debate. E que, especialmente os tutores que hoje atuam na UAB, tenham, de alguma forma, a sua situação legal regularizada conforme a CLT. O Governo Federal está cometendo uma ilegalidade ao manter os tutores da UAB nesse tipo de relação de trabalho.

Então o nosso apelo principal, Senador Paim, é algum tipo de requerimento de informação, algum tipo de documento que mobilize o Governo Federal a restabelecer as verbas da UAB e evitarmos um desastre – que já está em andamento – e que pode conspurcar a imagem da educação a distância no País.

Uma outra questão que foi falada – e eu quero destacar – é a questão da virtualidade. É muito importante que nós possamos incluir, especialmente no Ministério das Comunicações, um diálogo com o MEC e conosco, com a sociedade civil em geral, para que a nossa população possa participar, por meio de cursos a distância, gratuitos, para um novo tipo de letramento digital.

O que é isso? Nós estamos na sociedade da informação. A sociedade da informação implica que as pessoas precisam aprender, cada vez mais, a lidar com tecnologias de informação e comunicação de uma forma competente. Não apenas para serem usuários de computadores, usuários de internet – e aí a banda larga na escola, hoje, tem que ser uma obrigatoriedade, de alguma forma, em todas as escolas do País...

(Soa a campainha.)

O SR. LUCIANO SATHLER ROSA GUIMARÃES – ... especialmente as escolas públicas terem banda larga,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto.

O SR. LUCIANO SATHLER ROSA GUIMARÃES – ... para terem crianças e adolescentes com acesso à internet. Mas que nós tenhamos cursos para letramento digital. O letramento digital é incluir a possibilidade de uma visão crítica, o desenvolvimento de pensamento crítico, no uso da informação que é hoje disponibilizada aos nossos alunos.

Parabenizo ao Senador Paulo Paim por este ciclo de debates. E, mais uma vez, agradecemos pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Luciano Sather Rosa Guimarães, que falou como Diretor da Associação Brasileira de Educação a Distância.

Eu só vou ler as últimas três perguntas.

Rafaela Bohrz: "Para qual *e-mail* enviar as perguntas para que cheguem ao CNE?". Só remeta para este mesmo, que daqui nós encaminhamos para o CNE.

George Tarcísio de Medeiros da Silva: "O marco regulatório prevê cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado) a serem ofertados de forma semipresencial e na modalidade EaD, já que os cursos de especialização têm apresentado enorme sucesso, principalmente na área de humanas e contribuiu para minimizar os custos. Além da regularização de tutores, é preciso regular as demais vagas e piso salarial, por exemplo: educacional, instrucional, assistente, técnico científico em EaD. A contratação nas instituições privadas não vê isso claramente!".

Bom, tudo vai ser encaminhado e vai ser respondido por escrito.

Por favor, Diretora da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, Gislaine Moreno.

A SRª GISLAINE MORENO – Bom, tentando ajudar a responder algumas das questões propostas. Se os egressos dos cursos de EaD são absorvidos pelo mercado de trabalho? Sim, são absorvidos como os outros. Houve, há algum tempo, uma restrição da área de Serviço Social, que não aceitava, não via com bons olhos o diploma de alunos formados em cursos a distância. Mas isso já foi superado. E os egressos da modalidade EaD são bem aceitos, sim. Até porque o aluno, quando conclui um curso na modalidade a distância, tende a ser ainda mais organizado, mais hábil para lidar no ambiente virtual, mais hábil para trabalhar em grupo. Então, ele tem um perfil muito interessante, não há nenhum tipo de restrição.

Quanto a se cursos de engenharia podem ser ofertados na modalidade a distância, é importante a gente pensar que, quando a gente fala em cursos EaD, existem formas diferentes de trabalhar. Você pode trabalhar com curso 100% *on-line* e você pode trabalhar cursos semipresenciais: uma aula por semana, um encontro semanal, dois encontros semanais. Então, o curso EaD não significa que inexistem encontros presenciais. Pelo contrário, inclusive a própria legislação estabelece que existem encontros presenciais que são obrigatórios, dentre eles: as provas, as atividades práticas, laboratórios, defesas de trabalho de conclusão de curso.

Então, o aluno, por exemplo, da enfermagem – como foi colocado aqui – ou o aluno da engenharia, vai ter que fazer a prática. Ele pode, alguma prática, fazer em ambiente virtual, mas ele vai ter que fazer práticas em laboratório no polo. Isso é obrigatório, isso não mudou! Isso não foi alterado.

Então, é possível fazer um curso EaD com menor número de encontros do que um curso presencial? Sim, em várias áreas. E daí a necessidade da importância do polo. Aí eu remeto àquela minha fala anterior, quando a gente falava em crescimento, em expansão de polos, há que se ter um cuidado. Porque o polo precisa ter uma estrutura para esses encontros presenciais, porque eles existem, também, em EaD.

Eu senti falta aqui, neste nosso importante evento, do Inep, porque nós falamos muito em avaliação. Quem vai avaliar se a instituição que está ofertando EaD está fazendo com qualidade? Onde culmina isso tudo? Na avaliação! E o Inep é quem faz a avaliação. E muitos itens estão inseridos nos instrumentos de avaliação. "Ah, mas como é que isso vai ser visto? Como é que isso vai ser analisado? Como é que isso vai ser cobrado?". Isso está transcrito no instrumento de avaliação. Então, o Inep não pode ficar fora dessa discussão, não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos convidá-los. Fica a sugestão já aceita.

A SRª GISLAINE MORENO – Que bom. E quando eu vi hoje na fala do Bachur, que eu gostei muito, achei que a fala da ABMES e da Seres foram muito aproximadas, vi que há algumas questões ainda em que o CNE e a Seres precisam se encontrar. Quase foi para a pauta de votação do CNE essa resolução, e a gente viu que ela ainda não está madura o suficiente para ter ido. Que bom, Senador, que esse momento aconteceu. E, por esse momento ter acontecido, pelo senhor ter tido essa iniciativa tão importante, a gente está discutindo aqui e percebendo que existem arestas importantes a serem aparadas. O assunto é sério! Que bom!

(Soa a campainha.)

A SRª GISLAINE MORENO – E que bom que o senhor também acolheu a ideia de chamar o Inep para essa manifestação.

Fico muito feliz, a ABMES ficou muito satisfeita de estar aqui e está disposta a continuar contribuindo.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Gislaine Moreno, Diretora da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior.

Alan Valente, Vice-Presidente do Fórum Nacional de Entidades Estudantis.

O SR. ALAN VALENTE – Bom, gostaria de agradecer novamente o convite. Foi bem esclarecedor este ato. E também achei que foi muito familiar, geralmente os estudantes se colocam em uma posição sempre contrária a tudo. E a gente viu alguns discursos aqui bem na linha, algumas preocupações bem na linha do interesse do estudante. Acredito que é importante esse tipo de debate. Acredito que é importante continuar até a gente conseguir aprovar, até a gente conseguir chegar a um ponto de consenso. E, novamente, parabenizar o Senador pela iniciativa, bem como aos demais.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Alan Valente, que falou pelos estudantes.

José Roberto Covac, Diretor Jurídico do Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior. Por favor.

O SR. JOSÉ ROBERTO COVAC – Vendo a história das competências aqui, lembrei de uma vez quando, logo no início da advocacia, um Presidente da Câmara pediu para fazer um projeto de lei para aumentar o salário mínimo. Eu disse ao Presidente da Câmara: "Não é competência, você não pode propor isso. Quem propõe é o Governo Federal". Ele falou: "Não se preocupe com isso". Aí, no dia seguinte ele encaminhou o projeto e foi vetado. Ele falou: "Eu tentei fazer e não deixaram".

Por que eu estou dizendo isso em relação à competência? Realmente há uma questão que, quando o fórum formulou o questionamento ao Conselho Nacional sobre essa resolução, uma delas era a questão da atribuição do CNE em propor ou não essa resolução. E, pelo nosso entendimento, realmente não cabe essa proposição, sem entrar no mérito de realmente o que foi posto, são iniciativas importantes!

E talvez o que ocorreu é que, em um certo momento, a Seres estava discutindo um marco regulatório e o Conselho um outro. Aí chegou, a uma certa altura, um rio chegou perto do outro e agora estão se conversando. Mas acho que é extremamente importante que realmente traga à luz, agora, a questão das competências efetivas. E precisa haver alteração, realmente, no decreto. Há necessidade de ter alteração no decreto, na Portaria nº 40, etc, mas corremos o risco de fazer uma alteração que pode ser questionada depois em função das competências.

Também gostaria de registrar ainda, em relação ao Conselho, que a gente tem observado, no Conselho Nacional, ao longo desses anos, uma série de modificações acabaram sendo realizadas. Mas ao Conselho, por

exemplo, compete deliberar sobre credenciamento, aditamento, transferência de mantença. E, pela falta da sua estrutura hoje, tem-se delegado muitas competências do próprio Conselho.

Está na hora de retomar o Conselho como realmente um órgão do Estado, tendo as condições para exercer efetivamente as funções para as quais foi criado.

Houve muitos questionamentos sobre tutoria aqui, sobre pagamento de bolsa. Como eu estou representando aqui instituições privadas, elas realmente não remuneram os seus tutores por intermédio de bolsa de estudo. Elas têm relação de trabalho, CLT, algumas convenções têm estabelecimento de cláusula específica na regulamentação da atividade do tutor, outras não têm. Mas o fato é que, no âmbito pelo menos particular, as entidades representativas aqui sempre orientaram para que os seus tutores tivessem realmente registro na CLT.

Por último, quero realmente agradecer. Acho que foi extremamente positiva essa discussão. Eu acho que o Congresso, quando abre as portas para discutir um tema desses com a sociedade, só fortalece a discussão. Eu acho que algumas luzes foram acesas nesse sentido. A Gislaine colocou um ponto importante: a avaliação. O Inep tem uma grande experiência na avaliação. Há muitos anos – este ano parece que foram mais de seis mil avaliações realizadas. E, no caso de EaD,...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ ROBERTO COVAC – ... a avaliação é pouco mais recente do que do presencial.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto.

O SR. JOSÉ ROBERTO COVAC – Então, realmente acho que vale entender a experiência do Inep nesse sentido. Até porque, no passado, as avaliações tiveram problema. Até de concepção, ia a um polo e queria verificar como era o funcionamento da comissão própria de avaliação. Queria saber como foi constituído o NDE naquele polo. E outras coisas que são próprias da sede.

Então, essas definições são realmente importantes que sejam feitas. E também nós não podemos esquecer que hoje o EaD é uma realidade para o aluno que está chegando à instituição. Nós não podemos esconder que essa, seja a metodologia ou várias coisas que foram colocadas aqui... O fato é o seguinte: o ensino a distância hoje é uma realidade, não temos mais como fugir dela! Talvez daqui a alguns anos a gente fique discutindo como é que vai ser o presencial, mas que vai avançar no ensino a distância, eu tenho certeza absoluta que isso vai acontecer.

Obrigado, também, mais uma vez, ao Senador. Muito obrigado a todos que participaram.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, José Roberto Covac, Diretor Jurídico do Sindicato das Mantenedoras.

José Roberto Moreira Alves, Diretor da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino.

O SR. JOÃO ROBERTO MOREIRA ALVES – Bem, nós queremos, em primeiro lugar, responder à colocação feita pelo colega acerca de se existe algum fundo proveniente para a implantação do EaD no Brasil. Não, não existe. Há o antigo Fust, na realidade, que acumula hoje uma reserva grande de recursos, tem auxiliado no superávit primário. Mas existe o Fundo de Universalização das Telecomunicações que tem recursos e que, naturalmente, nada impede que seja apresentado o projeto. Será negado, provavelmente, dizendo que falta a regulamentação, mas recursos existem e eu aconselho que esse seja um caminho.

Agora, quando se coloca a situação na Amazônia, mais especificamente do Amazonas – eu estendo a situação a todo o Norte, Nordeste e Centro-Oeste –, nós temos que pensar em modelos diferenciados de instrumentos de avaliação. Eu fiz um rápido levantamento das instituições que foram credenciadas nesses últimos seis anos (2010 até 2015 inclusive, estamos terminando): nós tivemos 83 instituições credenciadas. Do Norte tivemos apenas uma, que foi no Amazonas, em grau de recurso. O Conselho negou. Recorreu-se ao Pleno do Conselho e, depois de muito trabalho, conseguiu reverter. O Centro-Oeste teve apenas uma instituição credenciada neste ano. O Nordeste teve oito. Então, somando todas as Regiões – Norte, Nordeste e Centro-Oeste –, foram dez de um total de 83. Por que isso? Nós sabemos – e quem conhece a dimensão, todos conhecem a dimensão do Brasil – que é muito difícil você ter o mesmo modelo de Polo de Apoio Presencial no interior da Amazônia – e o Covac citou o caso de uma instituição, as dificuldades que existem de banda larga, etc. –, mas nós temos que pensar claramente em termos daquilo que já diz a legislação. Você tem que adequar a sua realidade sem perder os padrões de qualidade. Não podemos ter um padrão único de avaliação da Zona Norte de São Paulo, da Zona Sul do Rio de Janeiro, para ser, também, aplicado a todas as cidades do Brasil. Então, é necessária ser feita uma revisão desse aspecto.

Agora, há também – só para aproveitar esse...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para registrar a presença da Senadora Simone Tebet, que é também uma lutadora nesse campo da educação. Ela perguntou se estava terminando e eu disse: "Está terminando, mas se quiser fazer uma saudação".

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – Vou assistir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k.

O SR. JOÃO ROBERTO MOREIRA ALVES – Bem, só para fechar, Senador. Nós queremos louvar a iniciativa e fazer um grande apelo ao Ministério da Educação. Eu acho que nós precisamos ter – e isso já é consagrado – a transparência das informações! Nós não temos – apesar de prever o decreto – um sistema de informação sobre o desenvolvimento da educação a distância em nosso País. Se nós quisermos saber, por exemplo, quais são as instituições hoje credenciadas, nós não temos isso prontamente disponível. Se nós quisermos saber quais são as instituições que estão em processo de credenciamento, nós temos que pesquisar página por página do e-MEC, em cada instituição, para ver se tem um processo. E, nesse processo, nós não sabemos qual é a posição, qual é o desenvolvimento. E com isso temos, muitas vezes, a superposição de projetos.

Eu acho que seria muito salutar, e isso é simples de ser feito, a abertura dessa... Não vou chamar uma caixa preta, porque o Ministério tem sempre aberto o diálogo, e quero louvar, inclusive, essa postura. Mas o que às vezes falta é uma continuidade das ações. Nós vivemos em um momento em que é muito importante para qualquer instituição, pública ou privada, saber o que está sendo implantado. E nós só conseguimos saber depois, quando sai o parecer pelo Conselho, que torna pública a aprovação, o credenciamento ou não.

Isso é uma grande carência. Eu acho que seria um grande trabalho que neste momento nós pudéssemos ter com essa contribuição, abrir esse processo de informação. Porque sabemos que algumas iniciativas ocorreram. Nós temos problemas de continuidade. O Brasil é um líder absoluto mundial da troca de Ministros. Nós temos, ao longo de nossa história,...

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO ROBERTO MOREIRA ALVES – ... em 193 anos de independência tivemos 172 Ministros, média de um por ano. Neste ano já tivemos três.

Então, nós temos que, realmente, somar os esforços para dar continuidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto.

O SR. JOÃO ROBERTO MOREIRA ALVES – Então eu queria louvar o Senador, parabenizar, convidá-lo – eu acho que em nome da Abed –, que o senhor esteja conosco no Congresso de Educação a Distância, em Bento Gonçalves. Todos estão convidados, mas naturalmente a sua presença será importante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Será quando?

O SR. JOÃO ROBERTO MOREIRA ALVES – Será no último domingo deste mês. Abre em Bento Gonçalves e prolonga até quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como é lá em meu Rio Grande é mais fácil de eu chegar lá.

O SR. JOÃO ROBERTO MOREIRA ALVES – O senhor é o nosso convidado especial!

Muito obrigado, Senador.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, João Roberto Moreira Alves, falou pela Confenen.

João Paulo Bachur, Diretor de Políticas Regulatórias da Secretaria de Regulação e Supervisão, Seres/MEC.

O SR. JOÃO PAULO BACHUR – Obrigado. Eu vou me concentrar em três pontinhos, rapidinho, para encerrar este debate tão produtivo.

Inicialmente, fazendo coro aqui com a Gislaine, EaD nunca pressupõe a eliminação da interação presencial. A quantidade de carga horária presencial vai depender de cada curso. No caso de engenharia e de enfermagem, é indispensável que haja laboratório com professor, para que a carga horária de formação prática seja devidamente ministrada. Se isso não estiver acontecendo, é lógico que é um motivo para uma representação ao MEC para que a gente desencadeie uma supervisão e veja, no caso concreto, por que isso não está sendo feito. Mas em nenhum momento pressupõe a eliminação da interação olho no olho – nos cursos em que essa formação prática em laboratório e tudo mais, na área de saúde, na área tecnológica, seja indispensável.

Segundo ponto, Prof. João Roberto, o e-MEC tem essas informações, não há que se falar em caixa preta. Dá um certo trabalhinho ter que juntar tudo, mas aí é o trabalho do pesquisador que está interessado em compilar os dados. Mas os dados estão lá. E tem o Censo da Educação Superior com total transparência. Tudo o que tem de matrícula. O pesquisador interessado pode pedir para o Inep inclusive os microdados do censo, porque não tem nenhuma restrição em disponibilizar.

Quanto à questão dos tutores no sistema da Universidade Aberta do Brasil. Aqui é importante fazer uma marcação muito clara de que o tutor, como no setor público e no setor privado, não é o docente! O docente é o responsável pela aula e o tutor recebe uma bolsa. E é muito importante frisar que não há ilegalidade alguma no pagamento de bolsa para os tutores. Assim como não há ilegalidade no pagamento de bolsa-produtividade, pelo CNPq, para que professores publiquem artigos científicos. É uma forma de estímulo que é barata para o Estado, porque não tem o encargo, mas muito barata para a pessoa física, porque isso não tem incidência de Imposto de Renda.

Então, uma coisa é pensar no regime de contratação do Estado. No Estado precisa de concurso porque é regime jurídico único. Não dá para contratar tutor pela CLT, como mencionou o Diretor da Abed. Teria que fazer um concurso, e aí é uma questão de fomentar o engajamento EaD pagando uma bolsa, porque é uma forma mais ágil que está respaldada pela lei específica de bolsas do Ministério da Educação, Lei nº 11.273, permite pagar bolsa no âmbito dos programas do MEC.

Então, assim, há um respaldo jurídico, há um arcabouço próprio para isso. Enfim, não há nenhum óbice, nenhuma ilegalidade no recrutamento. Se o professor atua como tutor e recebe uma bolsa para ser tutor, é diferente de ele desempenhar atividade de docente como tutor, nisso há um desvio. Ele pode ministrar o curso como docente, mas ele pode receber uma bolsa para fazer função de tutoria. Não se confunde, não tem sobreposição de vínculo, não tem dificuldade alguma.

Encerro parabenizando, mais uma vez, iniciativa tão meritória quanto esta, Senador Paulo Paim, de conduzir um debate tão produtivo e tão importante para o País.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, muito obrigado João Paulo Bachur, que falou pelo Seres/MEC.

Por fim, membro do Comitê de Coordenação Política da Associação Universidade em Rede, Srª Nara Pimentel, professora.

A SRª NARA PIMENTEL – O.k, muito bem. Para a gente fechar, nesse dia especial, falar de educação.

Eu queria levantar três aspectos que eu considero importante nesse debate. Primeiro é que a gente está falando aqui também de uma mudança de cultura. Estamos hoje, no Dia do Professor, refletindo sobre o processo educacional no País inteiro. E temos que hoje também pensar uma mudança de cultura. Eu acho que trazer a inovação, as tecnologias, a modalidade a distância, implica também uma mudança de cultura interna. Isso é difícil de fazer na educação, não se faz da noite para o dia, isso leva décadas e, às vezes, até milhares de anos.

Nós temos uma formação Inicial que não leva em conta o uso de tecnologias, já no seu currículo, que é uma coisa que precisa ser pensada. Como é que os currículos estão sendo pensados e onde é que as tecnologias estão no âmbito dos currículos?

Então, quando a gente fala das competências aqui, quando a gente fala da importância da formação – a formação para o uso das tecnologias é fundamental! Quando ele fala em letramento é superimportante! Porque é preciso que isso esteja integrado ao jeito de ensinar. E aí você consegue ver, ensinar e aprender de forma diferente. E isso implica o professor olhar de outra forma o seu conteúdo, usando e lançando mão das tecnologias. Esse é um futuro muito próximo. É a gente parar de falar de educação a distância. É a gente lutar e criar políticas para usar a tecnologia no presencial e no a distância. Para atender a um estudante que é diferente, uma sociedade que é diferente e um professor que é diferente.

Então eu penso que rever marco regulatório, rever legislação, é também repensar os fundamentos da educação. Se não repensarmos, vamos replicar coisas. E esse é um risco muito grande que gente tem diante da perspectiva atual.

Então o debate ainda não está maduro, concordo plenamente. O debate precisa ser mais bem aprofundado e precisa ser ampliado para que a gente, daqui, pelo menos colha alguns frutos, e não fique na mesma, e não crie só mais um marco que regula algumas coisas, que beneficia instituições – como disse o Curi. Tem que beneficiar o processo educativo, isso é mais importante e é aí o processo educacional.

Eu acho que a formação continuada é importante. Acho que a questão da enfermagem, que a enfermagem coloca, é um aspecto que deve ser levado em conta. Eu fui coordenadora de articulação acadêmica na Capes na implantação do sistema Universidade Aberta do Brasil. E me lembro de um debate que a gente teve com a Associação de Enfermagem, em que eles se posicionavam completamente contra. E isso veiculou pela mídia. E por que é importante a gente lembrar isso? Porque o cuidado com a qualidade da educação é fundamental, porque tem muita coisa que realmente merece ser repensada. Mas aí eu digo a ele, não só não no a distância, mas no presencial também. Porque há muita, me desculpem, picaretagem no presencial também.

Outro dia eu vi um debate dos estudantes com o Ministro Mercadante, falando que são contra a questão dos 20% porque consideram isso uma forma de o professor não dar aula, de plagiar. E colocavam isso muito abertamen-

te. E o Ministro se posicionava: "Eu vou dar uma olhada, vou analisar essa situação". Mas tem isso também, mas tem no presencial também. Porque tem professor que não precisa ir para a sala de aula, me desculpem, não faz muita diferença.

Então, nós temos que pensar muito é na qualidade da educação e dos processos educativos. Eu acho que a formação inicial e continuada, e a questão do currículo, são importantes para a gente repensar a médio e longo prazos. Eu penso que as políticas públicas para a oferta de educação a distância, devem levar em conta o processo educativo como um todo, e aí a modalidade se inserir. Acho que essa insegurança que algumas áreas têm em relação à oferta de educação a distância, precisam ser vistas e olhadas com carinho. Por exemplo, a UnB oferta teatro a distância, artes a distância, música a distância, educação física a distância.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto.

A SRª NARA PIMENTEL – São ótimos! São excelentes! São elogiados! E nós estamos em lugares onde ninguém esteve, onde nenhum aluno – se não tiver o diploma da Universidade Brasília, essa é a diferença, nós estamos formando muita gente por todo este País, gente que jamais teria acesso ao ensino superior se não fosse por essa modalidade e, por trás, uma excelente universidade. Isso faz toda a diferença!

Então, eu queria deixar isso. Falar da autonomia universitária – que é um aspecto importante em qualquer nível que esteja –, a autonomia pedagógica de trazer inovação, de pensar projetos educativos e diferenciados, é fundamental para a melhoria da qualidade! Então, não modelos, não que deva ser assim ou assado. Deixem-nos fazer bem aquilo que a gente sabe fazer muito bem: que é ensinar! E deixa a tecnologia e favoreça que a tecnologia chegue e nos ajude a fazer aquilo que a gente faz melhor ainda.

Então muitíssimo obrigada. Obrigada pela participação.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, muito bem. Nara Pimentel que falou pela UniRede.

Por fim, eu queria só agradecer a todos. Esta é a segunda etapa de um ciclo de debates sobre a educação, que o Presidente Romário pediu que eu coordenasse. Eu confesso a vocês que eu sou um fã de audiências públicas. Cheguei ao Congresso há 30 anos. Entrei e nunca mais saí, não saí para nada. Quatro mandatos de Deputado Federal, dois de Senador, vou terminar com trinta e poucos anos este mandato. E eu aprendo muito com as audiências públicas. Em audiências públicas como esta, no debate firme no campo das ideias, apresentamos inúmeras propostas que viraram leis, e muitas. Inclusive que não eram de nossa iniciativa, mas fruto das ideias que vocês aqui apresentaram. Elas foram construídas, apresentadas para o Executivo, que incorporou. Deixe-me dar alguns exemplos rápidos: a lei dos autistas no Brasil, iniciativa das famílias que têm filhos autistas. Nos procuraram, fizemos audiência pública, saiu a proposta e acabou sendo realidade; Estatuto do Idoso, da Igualdade racial, da Pessoa com Deficiência; políticas de salário mínimo, doutor, só como contribuição e concordando com V. Exª. Eu também entendia isso, mas eu apresentei – na época do Presidente Sarney – a política de salário mínimo, inflação em alta, que acompanhasse o crescimento da inflação. Aprovado e sancionado!

Na época de Fernando Henrique Cardoso era a briga pelos cem dólares, o senhor deve estar lembrado. Apresentei e, claro, ouvi: "Você quer vincular ao dólar, como é que vai fazer isso? Então vai-se escrever "dólar" em uma lei?". Eu vinculei ao crescimento do dólar com um índice baseado na inflação da época, aprovamos e transformou-se em lei.

Na época do Presidente Lula, viajamos o País todo com uma comissão de Senadores e Deputados, e criamos uma proposta de lei para o salário mínimo, que deveria crescer conforme a inflação e o dobro do PIB – é claro que nós sabíamos que não passaria o dobro do PIB – e mandamos para o Executivo. O Presidente lula aprovou, de acordo com as centrais sindicais, a inflação e o PIB, e o salário mínimo sai de US$60 e chegou a US$300.

Eu poderia falar da bolsa Permanência, que foi uma ampla discussão e hoje é lei, e muito interessante. Poderia falar do Pronatec, que começou com o Fundep – quem é da área sabe que o Fundep cresceu aqui dentro do Congresso. Interagimos junto ao Executivo e o resultado foi o Pronatec. Não que a iniciativa seja a paternidade deste ou daquele, mas a construção coletiva dos dois Poderes, Legislativo e Executivo. Então, saio animado desta nossa audiência pública pela contribuição que os senhores e as senhoras deram.

Aquilo que for da competência do Legislativo, como disse muito bem o Dr. Covac, claro que nós faremos, e faremos com muita força e com o apoio de vocês; o que não for de competência nossa, podemos sugerir, podemos apresentar para, numa construção coletiva com o Executivo, avançarmos no campo da educação.

Saio daqui animado. Já que brinquei mais com V. Exª, vou pegar o seu conselho. Ele disse, Senadora Simone: "Paim, você trabalha em tantas áreas. Eu acompanho o seu mandato. Cuide um pouco mais da educação." Fica aqui este compromisso: assim o farei.

Senadora Simone para encerrar os nossos trabalhos.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Presidente, primeiro quero lamentar não ter chegado no início. Estava em outro compromisso. Como todos os outros Senadores, temos várias Comissões a ainda os Ministérios para percorrer, quando Prefeitos ou Governadores nos pedem socorro. Por isso, não participei desde o início desta audiência pública.

São muitas as audiências públicas na Comissão de Educação. Nós não temos condições de acompanhar todas, mas esta, em particular, eu gostaria. Estamos perto de um novo marco regulatório do considerado ensino à distância, que é tão polêmico, causa tanta divergência e debates acirrados, tanto a favor quanto contra.

Gostaria, primeiro, de dizer, *data venia* o que foi colocado pelo Dr. José Roberto, que o Senador Paim, além de ser um dos Senadores mais atuantes, é o que defende com maior galhardia a causa trabalhista e os direitos humanos, aqui, no Senado. Quando falamos em direitos humanos e cidadania, estamos falando, sem dúvida nenhuma, principalmente quando falamos em cidadania, em educação. Não há povo cidadão sem educação. Então, de alguma forma, mesmo que indiretamente, ele está a todo momento pensando na educação deste País. Mas concordo, nesse aspecto, com V. Exª: se ele estivesse nesta Comissão como titular, nós teríamos, sem dúvida nenhuma, avanços maiores, porque, quando o Senador Paim pega uma causa, ele veste a camisa e a coloca como sua bandeira e seu ideal maiores. Fico muito feliz de saber que ele é tão querido por toda a população brasileira, não só do seu Rio Grande do Sul.

Falo isso de coração, Senador Paim. V. Exª sabe do carinho que tenho.

Não quero me delongar – sei que muitos nem almoçaram ainda –, mas não posso deixar de trazer, neste dia, que é o Dia do Professor, minha palavra de estímulo ao professor. Que ele continue, que mantenha acesa no seu coração essa chama, essa paixão que tem por ensinar! Nós estamos precisando disso. Que não se deixe morrer no coração de cada professor – é uma oração que faço hoje – essa chama da esperança!

Vivemos num momento difícil, de crise econômica, crise política, crise de credibilidade, crise institucional, seja conjectural, seja estrutural, mas sabemos que iremos passar por ela, mas passaremos com muito mais rapidez se mantivermos a esperança. Que aqueles que constroem o futuro do nosso País, que são os construtores das pontes do nosso País, mantenham acesa a sua esperança!

Então, minha homenagem aos nossos queridos professores.

Quero dizer que tive a oportunidade e a felicidade, como professora do ensino universitário – dei aula durante 12 anos nas universidades do meu Estado – e como Prefeita municipal, de ter professores ao meu lado. Conseguimos grandes conquistas juntos. A primeira hora-atividade foi no meu Estado, foi uma das primeiras do País. A hora-atividade – e quem está nos ouvindo provavelmente não sabe do que estamos falando – é a oportunidade de o professor receber 100%, mas ter 1/3 do seu tempo para, em casa, preparar aula, corrigir e fazer suas avaliações e, na escola, fora de sala de aula, se preparar. Além disso, nosso piso salarial foi um dos primeiros do País também.

Enfim, falo porque acredito realmente na educação como o caminho.

No que se refere à educação a distância, Senador Paulo Paim, talvez seja a primeira de mais uma ou duas audiências que tenhamos de fazer até novembro, quando o Conselho Nacional de Educação estiver deliberando a respeito desse novo marco regulatório. Que ele possa – e encerrarei com isso – suprir as omissões e deixar mais claro que não vem para competir com o ensino presencial, mas para somar, em um país onde nós temos não mais do que 15% dos nossos jovens, entre 18 a 26 anos, nos bancos universitários. Enquanto não tivermos universidades presenciais suficientes para garantir a todo jovem, gratuitamente, o direito ao ensino superior e, com isso, a sua cidadania, que venha o ensino a distância, desde que com qualidade, com responsabilidade, com órgãos fiscalizadores que possam regulamentá-lo, para que possamos evoluir. Não se evolui num país sem educação! Não se fala em democracia amadurecida sem educação!

Parabéns, Senador Paim, pela audiência! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora Simone, que veio dar um brilho especial ao nosso encerramento.

Pegando a sua palavra "esperança", tenho falado muito de um menino que trabalha comigo que é cego e que, em uma das últimas poesias que fez, usou o termo "esperançar". Temos de "esperançar". Vamos todos "esperançar" na certeza de que passaremos por este momento difícil que o País está atravessando, mas que vamos atravessá-lo, vamos fazer a travessia.

Comunico que na próxima terça-feira, dia 20 de outubro, às 11h, haverá reunião deliberativa nesta Comissão. Será realizada a cerimônia de inauguração da galeria dos ex-Presidentes desta Comissão, com a aposição dos retratos dos últimos três ex-Presidentes: o Senador Cyro Miranda, o Senador Roberto Requião e a Senadora Fátima Cleide.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Vida longa aos professores do Brasil e do mundo!

(Iniciada às 10 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 26 minutos.)

ATA DA 57ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2015.

Às onze horas e quinze minutos do dia vinte de outubro de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senador Romário**, e com a presença dos Senhores Senadores Simone Tebet, Fátima Bezerra, Angela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins, Wilder Morais, Maria do Carmo Alves, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Dalirio Beber, Lídice da Mata, Roberto Rocha, Blairo Maggi, Eduardo Amorim, Douglas Cintra, Roberto Requião, Hélio José, Regina Sousa, Telmário Mota, Ana Amélia, Ronaldo Caiado e Randolfe Rodrigues reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Otto Alencar, Dário Berger, Jader Barbalho, Paulo Paim, Gladson Cameli e José Agripino. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Atas das Reuniões anteriores e suas aprovações, com o que todos concordam. O Senhor Presidente esclarece que a primeira parte da Reunião destina-se à cerimônia da inauguração da Galeria do ex-Presidentes da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal e à aposição de retrato dos três últimos Presidentes: Senador Cyro Miranda, Senador Roberto Requião e Senadora Fátima Cleide. A segunda parte da reunião será destinada à deliberação dos itens 1 a 11. Neste momento, a Presidência convida as autoridades presentes para se dirigirem ao corredor das Comissões, procedendo à inauguração da galeria de ex-Presidentes da Comissão de Educação Cultura e Esporte do Senado Federal e aposição de retratos dos três últimos Presidentes: Senador Cyro Miranda, Senador Roberto Requião e Senadora Fátima Cleide. Logo após, passa-se à deliberação dos itens. **Item 1) Projeto de Lei do Senado nº 11, de 2015 – Não terminativo**. Altera a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, para instituir novo piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica; e as Leis nos 9.615, de 24 de março de 1998, e 11.345, de 14 de setembro de 2006; e institui o percentual de cinco por cento incidente sobre o total de recursos arrecadados com as loterias administradas pela Caixa Econômica Federal. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Item 8) Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2014 – Terminativo**. Autoria: Senador Inácio Arruda. Relatoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator. **Item 9) Projeto de Lei do Senado nº 346, de 2014 – Não terminativo.** Acrescenta o inciso VI e o § 2º ao art. 18 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para determinar a obrigatoriedade das entidades do Sistema Nacional de Desporto prestarem contas ao Tribunal de Contas da União da aplicação de recursos públicos federais. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CE. **Item 10) Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2015 – Não terminativo.** Dispõe sobre a denominação e a redenominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1 e 2-CE. **Extrapauta, Item 13) Requerimento da Comissão de Educação nº 127, de 2015 – Não terminativo.** Autoria: Senadora Fátima Bezerra. Requeiro, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 7/2015-CE, aprovado por esta Comissão no dia 10 de março de 2015, a inclusão do Senhor Antonio Idilvan de Lima Alencar, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), como expositor da quarta e última mesa do Ciclo de Audiências Públicas destinado a debater alternativas para o financiamento da educação básica no Brasil que discutirá o tema "A construção do Sistema Nacional de Educação articulado em regime de colaboração: como fazer?". Resultado: Aprovado. **Extrapauta, Item 14 – Requerimento da Comissão de Educação nº 128, de 2015 – Não terminativo.** Autoria: Senadora Simone Tebet. Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam prestadas pelo Ministro de Estado da Educação, Sr. Aloizio Mercadante, as seguintes informações: 1. O Ministério da Educação, no âmbito do ajuste fiscal, promoveu cortes no Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)? Qual a magnitude desses cortes? 2. Há, atualmente, atrasos no repasse de recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) de 2014 referentes ao módulo básico? E no que diz respeito às verbas de ações agregadas do ano passado? Qual o montante dos valores atrasados e para quais funções eles se destinam? 3. Existe atraso no repasse de verbas do módulo básico do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) de 2015, geralmente pagas até junho? Já existe cronograma para as etapas de ações agregadas deste ano? 4. O Ministério da Educação tem programação para resolver o problema dos atrasos de repasses financeiros no âmbito do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), caso eles existam? Qual é o cronograma? 5. Existe previsão de reestruturação do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)? Haverá cortes de verbas? Quais serão os critérios para repasse? Resultado: Aprovado. **Item 12) Projeto**

de Lei do Senado nº 515, de 2015 - Terminativo. Institui o Ano de 2016 como o Ano do Empoderamento da Mulher na Política e no Esporte. Autoria: Senadora Fátima Bezerra. Relatoria: Senador Hélio José. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Lido o relatório, encerrada a discussão e adiada a votação. **Item 6) Projeto de Lei do Senado nº 417, de 2013 – Terminativo.** Institui o Dia Nacional de Combate à Tortura. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Lido o relatório, encerrada a discussão e adiada a votação. **Ficam adiados os seguintes itens: Item 2) Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2015; Item 3) Projeto de Lei do Senado nº 353, de 2015; Item 4) Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2012; Item 5) Projeto de Lei do Senado nº 488, de 2015; Item 7) Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2012 e Item 11) Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2015**. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Romário**, encerra a reunião às doze horas e cinquenta e oito minutos, determinando que eu, **Willy da Cruz Moura**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR ROMÁRIO
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Senhoras e senhores, muito bom-dia!

Tem início a cerimônia de inauguração da Galeria do ex-Presidentes da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

Durante a cerimônia, será realizada a aposição de retrato dos três últimos ex-Presidentes: Senador Cyro Miranda, Senador Roberto Requião e Senadora Fátima Cleide.

Neste momento, convidamos para comporem a Mesa o Sr. Senador Romário, atual Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal. (*Palmas.*)

A Srª Senadora Fátima Cleide, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte no ano de 2010. (*Palmas.*)

O Senador Cyro Miranda, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte no biênio 2013-2014. (*Palmas.*)

Gostaríamos de agradecer as presenças do Sr. José Eliton de Figuerêdo Júnior, representando o Governador em exercício do Estado de Goiás, e também o Sr. Simão Cirineu Dias, Chefe de Gabinete da Representação de Goiás no Distrito Federal.

Com a palavra o Exmo Sr. Senador Romário, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 57ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Informo que a primeira parte desta reunião destina-se à cerimônia da inauguração da Galeria do ex-Presidentes da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal e à aposição de retrato dos três últimos Presidentes: Senador Cyro Miranda, Senador Roberto Requião e Senadora Fátima Cleide. A segunda parte da reunião será destinada à deliberação dos itens 1 a 11.

Dando início à primeira parte dos trabalhos, gostaria de agradecer a presença dos ex-Presidentes da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal nesta reunião. É uma honra recebê-los aqui.

Faço referência à atuação da Senadora Fátima Cleide, que presidiu este Colegiado no ano de 2010, aprovando importantes proposições, como o Plano Nacional de Cultura (PLC 56/2010), a formação universitária para professores da educação básica (PLC 208/2009) e a melhoria das instalações para a prática de esportes olímpicos nas escolas públicas de educação básica (PLS 481/2009).

Com o Senador Roberto Requião à frente desta Comissão, no biênio 2011/2012, também foram aprovados importantes projetos, como o aumento da carga horária mínima anual no ensino básico (PLS 388/2007); o aumento da frequência mínima exigida para aprovação dos alunos no ensino básico (PLS 385/2007) e a inclusão das bibliotecas públicas estaduais e do Distrito Federal entre as destinatárias de exemplares de publicações e livros novos editados no País.

Na gestão do Senador Cyro Miranda (biênio 2013/2014) foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PLC 103/2012); a criação do Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying)* (PLC 68/2013); a instituição da residência pedagógica para os professores da educação básica (PLS 284/2012), além da atualização da legislação sobre direitos autorais (PLS 401/2011).

É com muita satisfação que recebo V. Exªs na Comissão para essa importante homenagem.

Passo a palavra ao mestre de cerimônias para prosseguimento da cerimônia.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Neste momento, fará uso da palavra a Srª Senadora Fátima Cleide, Senadora pelo Estado de Rondônia nas 52ª e 53ª Legislaturas e Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte no ano de 2010.

A SRª FÁTIMA CLEIDE – Bom dia a todos e a todas.

Srs. Senadores, Srªs Senadoras aqui presentes, senhores e senhoras, hoje é um dia de muito agradecimento para mim. Dia de agradecer, em primeiro lugar, a Deus; a minha família, na pessoa de meu companheiro, esposo e amigo aqui presente, Ernani Coelho, de agradecer aos amigos pela construção de uma história que é coletiva.

Quero agradecer aqui ao Senador Romário, Presidente desta Comissão, e dizer que é uma honra muito grande poder estar, neste dia, nesta cerimônia de aposição de fotografias de ex-Presidentes, na companhia do Senador Requião e do Senador Cyro Miranda. É uma grande honra para mim este momento.

Quero agradecer também aos amigos que caminharam junto na execução do mandato, de 2003 a 2011, a mim concedido pelo povo do Estado de Rondônia.

Nas pessoas do companheiro Hélio, que está aqui, da companheira Valéria e do Raimundo Júnior, quero agradecer aos amigos parceiros na construção dos sonhos, os amigos da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e do movimento social de mulheres indígenas, negros e negras e ambientalistas, base da minha formação política, e aos amigos Parlamentares que empunharam bandeiras como tarefas coletivas, lembrando Ideli Salvatti, Carlos Abicalil e Fátima Bezerra. Juntos, nós conseguimos fazer um trabalho que resultou em avanços significativos para a educação brasileira no Congresso Nacional.

Agradeço aos nossos assessores na área de educação, companheiro João Monlevade, grande mestre; companheira Zuleide Teixeira, assessora da Liderança do Partido dos Trabalhadores, e companheiro Ronald Pinto, que comigo dividiu a tarefa de discutir e apresentar propostas na área de educação durante o mandato.

Em nome de toda a militância do meu Partido, o Partido dos Trabalhadores, eu agradeço a presença da companheira Laisy Moriére, que é a Secretária Nacional de Mulheres, e também da companheira Selma Rocha, que é coordenadora setorial da educação, do Partido dos Trabalhadores, com quem divido hoje as alegrias e agonias na direção da Escola Nacional de Formação do meu Partido.

Senhoras e senhores, minha alegria no dia de hoje não se resume à aposição desta fotografia na galeria dos ex-Presidentes da Comissão de Educação. Ela se dá também não apenas pelo registro da minha presença como Presidente desta Comissão, mas pelo que essa presença significa para a história de alguns setores da sociedade, secularmente excluídos da participação política. É o registro da primeira mulher a presidir esta Comissão de Educação, em toda a história do Senado Federal. (*Palmas.*)

Foram necessários 121 anos para que isso se tornasse possível. E para quem aqui estava – Senador Flexa Ribeiro e Senador Alvaro Dias, muito obrigada pela presença – lembra como foi a luta para que isso acontecesse. É o registo também da primeira trabalhadora em educação, companheira Marta Vanelli, da CNTE – que aqui nos orgulha com sua presença –, é o registro da primeira funcionária de escola a chegar ao Senado Federal e assumir este importante cargo, é o registro da presença desta Comissão em um ano muito importante para a história da educação brasileira. O ano de 2010 foi o ano da realização da primeira Conferência Nacional de Educação, que mobilizou mais de 3 milhões de pessoas no Brasil, discutindo educação da creche ao pós-doutorado, e esta Comissão teve um papel muito importante, pois foi não apenas participante, mas foi protagonista desse processo, desde a sua organização como membro efetivo da comissão organizadora daquela conferência.

A Conae, naquele momento, discutiu amplamente os rumos do Plano Nacional de Educação, definidos através da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que muitos dos senhores tiveram a oportunidade de aprovar.

Lembro com alegria que esta Comissão contribuiu para os avanços obtidos pela sociedade brasileira nos últimos 13 anos, e os esforços que fizemos para promover a desvinculação dos recursos da DRU para a educação, a aprovação do Fundeb, do Piso Salarial Profissional Nacional para o magistério da educação básica, para garantir, em lei, a formação dos profissionais da educação e para incluir os funcionários de escola como profissionais de educação, além da luta pelos recursos do pré-sal para a educação brasileira. A essas conquistas, somou-se a aprovação do Plano Nacional de Educação.

Registro ainda que minha alegria é maior por ter tido a rara oportunidade de, na condição de trabalhadora em educação, testemunhar e contribuir para o esforço do governo do Presidente Lula, a partir de 2003, em tratar a educação como um direito. Para além do discurso de apoio à educação como – aspas –, "Porta para o

Futuro", os governos de Lula e Dilma, ao assumir seu compromisso de construir um Brasil para todos, um Brasil sem Miséria e a Pátria Educadora, o fazem com a adoção de políticas para todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, com destaque para a educação básica, em parceria com Estados e Municípios e privilegiando o diálogo com os vários setores representativos da sociedade civil, políticas essas voltadas a promover a democratização do acesso e da gestão, a qualidade da educação e novos eficientes padrões de gestão e financiamento, que reordenaram a política nacional consolidada no Plano Nacional de Educação.

Os governos de Lula e Dilma, com a contribuição importante desta Comissão de Educação do Senado Federal, desenvolveram políticas educacionais para todos os níveis, repito, etapas e modalidades de ensino, em consonância com o PNE, bem antes de sua aprovação pelo Congresso Nacional e efetivação em lei.

Para citar um exemplo, falo do caso da educação infantil. Em 2011, as matrículas foram de 6.908.052 alunos. Embora expressivo, esse número representa um enorme desafio a ser enfrentado para atender à Meta 1 do Plano Nacional de Educação, de atender 50% das crianças entre zero e três anos.

Mas, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, os esforços do Governo vêm antes dessa definição, o que torna possível alcançar a meta, desde que os Municípios se comprometam com ela. Desde 2007, o Governo Federal vem somando esforços com os Municípios para garantir a creche como um direito da criança e, em 2011, colocou o Proinfância no PAC como forma de garantir a expansão da rede de atendimento com recursos federais.

Assim como a infância, também as políticas para a educação escolar indígena, a educação escolar quilombola, a educação escolar para jovens e adultos, a educação do campo e dos povos das águas e da floresta têm buscado valorizar a identidade de cada um desses setores e comunidades, de modo a garantir o seu direito à educação.

Eu poderia ficar horas a fio aqui, citando os avanços das políticas educacionais dos últimos 13 anos, que passam ainda pela ampliação do ensino fundamental para nove anos, pela decisão de retomar a responsabilidade pública pelo ensino tecnológico e expandir a rede com a criação dos institutos federais de educação e a ampliação da matrícula no ensino superior, bem como a expansão das universidades federais e sua interiorização através do ProUni e Reuni e da abertura da academia brasileira para o mundo com o Programa Ciências Sem Fronteiras e outros.

Para validar todo esse esforço de institucionalização e ampliação das políticas é importante dizer que nós estamos prestes a consolidar outra grande luta da sociedade brasileira, que é o Sistema Nacional Articulado de Educação, que com certeza será muito bem discutido nesta Comissão, em audiência pública que se realizará no dia de amanhã.

No entanto, eu gostaria de deixar aqui registrado que, além da minha satisfação de ser a primeira mulher a presidir a Comissão de Educação do Senado Federal, a primeira trabalhadora em educação de base a presidir esta Comissão e a chegar ao Senado Federal, a primeira funcionária de educação a chegar ao Senado Federal, apesar da alegria com toda essa história, eu tenho que registrar que nada disso teria acontecido se não fosse a decisão de ter como diretriz política no Brasil o desenvolvimento com justiça social e a educação como vetor desse desenvolvimento.

Para concluir, quero expressar meu compromisso de lutar pela qualidade da educação e pelo Estado democrático de direito, duramente atingido pelas diversas tentativas de golpe que têm se acompanhado nos últimos meses neste País.

Tudo o que está aqui descrito, Senadora Ângela, com avanços da sociedade brasileira na educação, com a participação importante desta Comissão, é o que está sendo contestado pelos defensores do golpe, baseados em relatório aprovado pelo Tribunal de Contas da União, denominando de "pedaladas" o compromisso com o desenvolvimento com base na justiça social, na extinção da miséria e da fome e na promoção de oportunidades iguais para todos.

Por isso deixo aqui o meu agradecimento ao Presidente Lula e, à Presidenta Dilma, minha firme disposição de cerrar fileiras ao lado da primeira mulher eleita Presidenta da República. E dizer que estarei firme com as mulheres deste País e com os trabalhadores em educação na defesa da democracia e dos programas de inclusão social.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Muito obrigada Srs. Senadores e a todos que nos prestigiam neste momento. (*Palmas.*)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Neste momento, fará uso da palavra o Sr. Senador Roberto Requião, Senador pelo Estado do Paraná na 50ª, 51ª, 54ª e 55ª Legislaturas; Deputado Estadual, de 1983 a 1985; Prefeito de Curitiba, de 1986 a 1989; Governador do Estado do Paraná, de 1991 a 1994 e de 2003 a 2006, e Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte no biênio 2011, 2012.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Na verdade, nesta cerimônia singela de colocação das imagens dos antigos Presidentes, acredito que eu e o Cyro Miranda tivemos como oradora a nossa companheira que me antecedeu agora.

Então, acredito que, por economia de tempo e no processo, quero fazer das palavras da nossa ex-Senadora as minhas palavras, agradecer a presença de vocês.

Ela já disse da importância da Comissão. Nós demos continuidade a esse trabalho que passou pela Presidência dela e de tantos outros companheiros ao longo do tempo, fizemos também um trabalho interessante, profícuo, uma parceria muito produtiva com o próprio Ministério da Educação.

E, dessa forma, passo, se me permite o Presidente Romário, de uma vez por todas, a palavra para o nosso Senador Cyro Miranda. E agradeço a presença de todos vocês aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Por favor, Senador Cyro Miranda.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Esqueci de estabelecer que o Cyro poderá falar mais 40 minutos.

O SR. CYRO MIRANDA – Não, como sempre, serei breve.

Primeiro, quero agradecer ao Senador Romário e a toda a sua equipe a gentileza e atenção que nos dispensam nesse momento. Quero agradecer a presença dos ilustres Senadores Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Lasier Martins, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Blairo Maggi, Ana Amélia, Hélio José, Flexa Ribeiro, Cássio Cunha Lima e as presenças do representante do meu Governador Marconi Perillo e a do Dr. Simão Cirineu.

Meus agradecimentos, de início, vão ao PSDB pela oportunidade que na época foi me dada pelo Senador Alvaro Dias e também por Aloyso Nunes Ferreira, que me oportunizaram fazer uma gestão na Presidência desta Comissão.

Quero agradecer a todos os Senadores que compuseram, na Legislatura passada, esta Comissão. Talvez, provavelmente esta Comissão não teve na minha pessoa o melhor Presidente, mas teve a melhor Vice-Presidente desta Comissão, a Senadora Ana Amélia Lemos, com quem partilhei vários momentos de alegria, de ansiedade e de angústia.

Muito obrigado, Ana Amélia, de coração. (*Palmas.*)

O SR. CYRO MIRANDA – Eu quero agradecer a todos os componentes desta Comissão, que, sem eles, não seria possível realizar o trabalho que realizamos aqui, na pessoa do Júlio Linhares – que hoje não está presente por motivo de saúde, está em São Paulo, fazendo exame – e da Adriana. Quero cumprimentar todos os meus colaboradores. Quero cumprimentar também, aqui, de coração, a equipe do meu gabinete, o antigo Gabinete 51, que me deu sempre apoio, força suficiente para que atingíssemos os nossos objetivos. Não vou nominá-los, pois estão todos aqui presentes. Estou revivendo um filme aqui, como se não tivesse ainda saído desta Casa.

A equipe do Presidente Romário hoje tem a importância de todas as equipes que conduziram esta Casa.

Foi extremamente gratificante para mim a Presidência desta Comissão. Tenho, não como formação, a educação, mas, sim, como um viés de que a educação é a única mola propulsora de um acontecimento em um povo.

Esta Comissão é uma das mais importantes do Senado. Nós tivemos a oportunidade de fazer uma gestão, um conjunto, republicana, oferecendo oportunidade a todos os Senadores da Comissão e fora da Comissão, inúmeras audiências públicas, diversas audiências em todos os setores, para que nos auxiliassem nas nossas decisões e nos projetos.

Tivemos aqui, não vou enumerar os inúmeros projetos e as inúmeras fases que passamos aqui, mas tivemos o acontecimento principal nesta Casa que foi o Plano Nacional de Educação, que, com muita tristeza, recebemos um Plano Decenal com três anos de atraso, que deveria entrar em vigor no dia 1º de janeiro de 2011 e este Plano foi entrar em vigor no dia 1º de janeiro de 2015.

Graças a uma relatoria atenta do Senador Alvaro Dias, fizemos um projeto realmente de grande qualidade. Infelizmente, no plenário, nós fomos atropelados por um projeto que não atende às necessidades da educação brasileira, mas, enfim, o projeto aí está.

Temos ainda um temor com a educação brasileira. Nós sabemos que não se faz educação através de projetos, através de simples leis. Sabemos todos que a educação se faz através de muito trabalho, de muito planejamento. A Pátria educadora não se faz com promessas que não são cumpridas. A Pátria educadora não consegue sobreviver com um corte de verba de R$10 bilhões. A Pátria educadora não aceita seis ministros em quatro anos, quando muitas vezes não sabíamos nem quem era o ministro de plantão. Também a Pátria educadora exige respeito, muito respeito ao povo brasileiro. A Pátria educadora não se faz mascarando índices para obter melhores resultados, pseudorresultados. Enfim, se queremos ter uma Pátria educadora, precisamos pensar, planejar o governo, planejar a parte da educação como um todo, e não somente usufruir desse governo.

Portanto, Sr. Presidente Romário, temos certeza da importância desta Comissão que, além de orientar, é fiscalizadora das políticas de educação. Tenho a certeza de que, assim como Roberto Requião e Fátima Cleide estamos atentos para que o senhor continue com esse seu trabalho de sempre estarmos atentos a todos

os movimentos da educação. Sabemos que presidir esta Comissão é um ato de verdadeira coragem, pois nós temos muitas coisas, muitas pedras nos nossos caminhos, difíceis de serem transpostas, mas sabemos que a educação é essencial para o nosso povo, ela tem que ser o primeiro olhar de qualquer governo.

Eu me senti, então, realizado de estar com todos os senhores e de poder prestar um pequeno trabalho para o nosso povo brasileiro.

Agradeço a todos com quem convivi durante esses dois anos nesta Comissão.

Meu muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senador. Há algum Senador ou Senadora que queiram fazer uso da palavra? (*Pausa.*)

Por favor, Senador, Senador Cássio.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Apenas, de forma breve, já que é um momento festivo – os debates políticos os farei no plenário – para cumprimentar o Senador Requião, o Senador Cyro, a Senadora Fátima, em nome da Bancada do PSDB, reconhecendo todo o esforço, denodo, dedicação que cada um, a seu tempo, desenvolveu para contribuir com os trabalhos desta Comissão.

Portanto, em nome da nossa Bancada, saúdo a todos, felicito também o Senador Romário pelo trabalho que vem desenvolvendo à frente desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte. E, divergências à parte, iremos aplaudir a todos pela aposição das fotografias que será feita em poucos instantes, reconhecendo que esta Comissão cumprirá sempre, como sempre fez, tanto no presente como no passado, esse papel fundamental para as transformações de que o Brasil precisa. E as transformações só virão quando deixarmos retórica de lado e construirmos, de fato, as mudanças de que o Brasil tanto precisa.

Parabéns a todos!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senador Cássio.

Passo a palavra agora ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Romário; meu Líder, Senador Cássio Cunha Lima, com a permissão de V. Exª, que se pronunciou pela Bancada, eu não poderia deixar de, rapidamente, parabenizar a Senadora Fátima Cleide, o Senador Roberto Requião, e, em especial, ao meu querido amigo, irmão, Cyro Miranda. V. Exªs cumpriram, como presidentes desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal – como já foi dito, uma das mais importantes, senão a mais importante para a formação da geração futura – um papel de competência e dinamismo à frente da Comissão.

Quero fazer, Senador Cyro Miranda, minhas as palavras de V. Exªs. Como disse o Senador Cássio, não vamos debater politicamente, já que trata-se de momento festivo. Vamos deixar para a posteridade, como disse o Senador Requião, as imagens de V. Exªs perpetuando a passagem pela presidência da Comissão de Educação do Senado Federal.

Parabéns a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Obrigado, Senador.

Passo a palavra, agora, ao Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, Senador Romário, quero cumprimentar a Senadora Fátima Cleide, o Senador Roberto Requião e meu amigo particular Senador Cyro Miranda, que já não está mais conosco aqui nesta Casa.

Uso deste momento para cumprimentar os três ex-Presidentes, mas, especialmente, para enviar um grande abraço ao Senador Cyro, que foi a pessoa com quem eu tive muita proximidade quando cheguei aqui, em 2010. Ele foi o primeiro a me receber e a me dar um abraço de boas-vindas quando cheguei a esta Casa.

Então, Cyro, acompanhei seu trabalho de perto nesta Comissão, e, na posição que ocupava, tomou todas as decisões e providências que deveriam ser tomados naquele momento. Quero cumprimentar você e a Candy, sua esposa, que lhe acompanhou e lhe acompanha a cada momento e dizer-lhe que seja feliz na nova empreitada no Governo do Estado de Goiás. Não é fácil estar no Governo Estadual neste momento de crise econômica que vivemos, principalmente na função em que está agora, que é a de desmontar parte do Governo, de diminuir o tamanho do Governo, de fazer com que ele seja mais ágil, mais eficiente e mais barato.

Então, fica aqui o meu reconhecimento pelo seu trabalho e pela nossa amizade, assim como o reconhecimento dos trabalhos realizados pelo Senador Requião e também pela Senadora Fátima Cleide, do Estado de Rondônia, com quem também tenho bastante proximidade, pois tenho empreendimentos naquele Estado e sei da importância de S. Exª quando passou aqui pelo Senado Federal, na representação do Estado de Rondônia.

Parabéns a todos!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Obrigado, Senador.

Passo a palavra, agora, à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Presidente Romário, caros colegas que terão as suas fotografias apostas na parede dos ex–Presidentes desta Comissão.

Eu agradeço primeiro ao Senador Cyro, pela referência, cumprimos aqui juntos, coletivamente, um trabalho muito responsável. Mas penso que o ponto alto, Presidente Cyro, vai ser sempre meu presidente, foi na Meta 4 do Plano Nacional de Educação. Nenhum tema mobilizou tanto a sociedade brasileira, e eu sou do Rio Grande do Sul, um Estado em que as Apaes têm um papel da maior relevância, eu o conheço, é o voluntariado, são os pais, são a família que está ali dentro para cuidar das crianças deficientes. Aquele momento foi de grande ativismo da Comissão de Educação e também na questão polêmica da questão do Acordo Ortográfico. Digo apenas esses dois porque tiveram grande repercussão na mídia.

Aqui, nesta Comissão, não convivi com a Senadora Fátima, que foi a primeira mulher a presidi-la – também sou a primeira mulher a comandar a Comissão de Agricultura do Senado desta Casa –, o que é muito bom para nós, Senadora, que podemos mostrar que estamos aqui em pé de igualdade, não competimos, nós trabalhamos conjuntamente.

Vivemos momentos também emocionantes da Comissão, e eu aqui estava com o Senador Roberto Requião, que deu uma resposta ao estilo Requião, que nós todos conhecemos, ao ministro da educação que fez pouco caso de um convite feito por ele para que viesse falar aqui, e o Senador Requião conseguiu, com isso, em 30 minutos, a resposta adequada e o ministro veio aqui falar pela reação.

Então, tivemos emoções muito fortes aqui nesse tempo.

Quero cumprimentar a todos pelo trabalho realizado.

Nós todos temos responsabilidades com um País mais educado, mais justo e um País de paz.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senadora.

Passo a palavra, agora, ao Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Queria cumprimentar o nosso Senador Romário, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e cumprimentar também os demais ex-Presidentes desta Comissão, nas pessoas do nosso querido Requião, do nosso querido Cyro, e da nossa querida Fátima Cleide, Senadora aqui representando o nosso querido Estado de Rondônia. Que Deus tenha lá o nosso querido Eduardo Valverde.

Ao cumprimentá-los gostaria de dizer que esta Comissão é muito importante, porque é aqui que a gente discute os rumos da educação, da saúde também, porque sem educação ninguém vive bem de saúde mental principalmente, o esporte e a cultura, que, muitas vezes, são até relegados a segundo plano, e não podemos deixar que isso aconteça, porque os três assuntos são muito importantes para o nosso País.

Então, ao fazer esse registrar, parabenizo a passagem de S. Exªs pela presidência da Comissão. Cumprimentando a Fátima Cleide por ter sido a primeira Presidente; cumprimento meu conterrâneo e amigo Cyro Miranda também e cumprimento o nosso decano Requião, que sempre nos ensina aqui, a cada momento.

Parabéns a todos!

Que alegria do céu por estamos aqui juntos!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Passo a palavra ao Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Presidente Romário, falo, aqui, em nome do PDT, partido que tem como bandeira prioritária a doutrina e a prática em favor da educação, para cumprimentar o trabalho desenvolvido pelos ex-Presidentes desta Comissão, Cyro Miranda, Roberto Requião e Senadora Fátima Cleide, que deram as suas prestimosas contribuições para esta área tão carente no Brasil, um País tão grande, tão populoso, mas ainda com tantos analfabetos, principalmente analfabetos funcionais. Então, esta homenagem é mais do que justa.

E reconhecemos aqui, nesta Comissão, presidida pelo Senador Romário, a enorme responsabilidade que temos de trabalhar muito neste setor, ainda mais numa época de tenebrosas dificuldades como a que estamos vivendo. Mas não vamos esmorecer, vamos seguir os Presidentes da Comissão que, até bem pouco, estiveram à testa desta Comissão.

Muito obrigado, Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senador.

Passo a palavra à Senadora Ângela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Sr. Presidente, também quero parabenizar os ex-Presidentes da Comissão de Educação, Senador Roberto Requião, que fez uma excelente gestão aqui, trazendo para o debate, nesta Comissão de Educação, uma questão que é muito grave entre os jovens do nosso

País que fazem o curso superior, o curso de Medicina nos países da América Latina, a revalidação de diplomas em outros países. Isso foi muito importante, acho que foi um tema que marcou a sua gestão, entre outros, que foi amplamente debatido nesta Comissão, sob a sua liderança, sob a sua Presidência. Quero parabenizá-lo, Senador Roberto Requião, por seu trabalho à frente da Comissão de Educação.

Também parabenizo nosso querido Cyro Miranda, que trouxe uma excelente discussão, que foi marcante pra mim, o debate da questão da educação infantil. Como professora que sou, sempre me interessei muito pela educação do nosso País, a educação infantil, uma modalidade de ensino que foi amplamente valorizada pelo Governo Federal, através do Proinfância, que levou creches pra todos os Municípios do nosso País. E V. Exª, presidindo a Comissão de Educação, ampliou o debate sobre a importância da infância, da educação infantil, da creche em nosso País. Aproveito a oportunidade para registrar que, hoje, está havendo o Seminário da Primeira Infância realizado pelo Senado Federal.

Quero cumprimentar, também, e parabenizar a nossa companheira Fátima Cleide, ex-Senadora, que teve uma militância muito forte aqui, como Presidente da Comissão de Educação, no Fundeb, no Plano Nacional de Educação, ProUni, Fies, Proinfância. A sua luta aqui foi bonita, foi intensa e já teve resultados muito concretos, minha querida amiga Fátima Cleide. Sabemos, também, que você batalhou muito pela diversidade cultural, pela importância de também levar para as escolas públicas do nosso País o respeito aos *gays*, às pessoas que precisam de uma atenção especial e de uma compreensão, para que sejam respeitados na sociedade brasileira. Então, eu queria parabenizá-la e dizer que estamos aqui, continuando o trabalho sob a liderança do nosso Presidente, Senador Romário, para que possamos melhorar a educação do nosso País.

Muito obrigada a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Obrigado, Senadora.

Passo a palavra ao Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senador Romário, bom dia! Senador Requião, bom dia! Senador Cyro, bom dia! Senadora Fátima, bom dia! É motivo de muita alegria poder estar aqui, neste momento, e parabenizá-los pelo trabalho desenvolvido, porque se percebe que, nesse período, houve um crescimento e um investimento muito significativo na educação.

Ainda não alcançamos aquilo que gostaríamos, mas é incontestável o que foi investido na educação nesse último período. Por isso, parabenizo, em especial, a Senadora Fátima, por causa da minha convivência de irmã, de companheira de longa data, de quem acompanhei o trabalho mais atento, em função disso.

Certamente, a Comissão de Educação tem a sua marca neste processo da educação no Brasil, que tem o Programa Ciência sem Fronteiras, o Pronatec, o ProUni e tantos outros programas que podemos citar.

Então, meus parabéns!

Também não podemos nos esquecer que temos, na educação, o Bolsa Família, que é um programa que está lincado com a educação.

Meus parabéns, e que essas fotos estejam ali para registrar este momento importante da história do Senado brasileiro e do Brasil.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senador.

Como Presidente desta Comissão, eu gostaria de agradecer a presença de V. Exªs e dizer-lhes que não poderia ser diferente. É uma honra poder estar, hoje, presidindo esta Comissão, que teve, no passado, Senadores da competência de V. Exªs.

Muito obrigado pelas presenças.

E, agora, vamos para a homenagem.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Convidamos as autoridades presentes para se dirigirem ao corredor das Comissões, para proceder à inauguração da galeria de ex-Presidentes da Comissão de Educação Cultura e Esporte do Senado Federal e aposição de retratos dos três últimos Presidentes: Senador Cyro Miranda, Senador Roberto Requião e Senadora Fátima Cleide.

O Senado Federal agradece a presença de todos e deseja-lhes um bom-dia!

(Procede-se à homenagem.)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Passamos, agora, à segunda parte da presente reunião destinada à deliberação dos itens 1 a 11.

Gostaria de parabenizar todos os professores do Brasil pela passagem do Dia do Professor na quinta-feira passada, 15 de outubro.

Item 1.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 114, DE 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, para instituir novo piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica; e as Leis nº 9.615, de 24 de março de 1998, e nº 11.345, de 14 de setembro de 2006; e institui o percentual de 5% incidente sobre o total de recursos arrecadados com as loterias administradas pela Caixa Econômica Federal.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin;
Relatoria: Senadora Angela Portela;
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:
Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra à Senadora Angela Portela para proferir o relatório.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Muito obrigada, Sr. Presidente .

O projeto da Senadora Vanessa Grazziotin pretende instituir novo piso salarial nacional para os professores do magistério público da educação básica.

Vamos direto à análise do projeto.

A Constituição Federal inclui, no inciso VIII do art. 206, o piso salarial profissional nacional para os professores da educação escolar pública entre os princípios do ensino, nos termos de lei federal. O piso, instituído pela Lei nº 11.738, de 2008, é o valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das carreiras do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais.

Considerando os baixos salários, que historicamente têm sido pagos ao magistério no Brasil, a implementação do piso foi um grande avanço, que permitiu maior valorização desses profissionais. Esse novo patamar, espera-se, terá impacto na atratividade da carreira e na melhoria da qualidade do ensino.

Apesar disso, além de serem muitos os entraves para a consolidação do piso como política pública nos Estados e Municípios, ainda está longe de ser cumprida a Meta 17 do Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, segundo a qual os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica devem ser valorizados de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

O PLS 114, de 2015, busca justamente avançar mais no sentido de oferecer aos profissionais do magistério uma remuneração digna e condizente com o papel que desempenham. Ciente de que há limitações orçamentárias que poderiam impedir o cumprimento por alguns entes federativos de um piso mais elevado, a iniciativa da Senadora, ao mesmo tempo em que trata de aumentar o piso, limita o piso a 90% do maior valor pago atualmente por um ente da Federação, que corresponde a R$2.743,65.

Ademais, além de prever a integralização progressiva desse novo piso até 2018 para facilitar sua implementação, a iniciativa incumbe à União, durante cinco anos, a responsabilidade financeira pelo pagamento da diferença entre o piso salarial profissional em vigor e o que deve ser instituído pela lei decorrente da aprovação do PLS 114, de 2015. Passados esses cinco anos, a complementação da União, que deverá ser feita nos moldes do inciso VI do *caput* do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, limitar-se-á aos casos em que o ente federativo, considerando os recursos constitucionalmente vinculados à educação, não tenha disponibilidade orçamentária para cumprir o valor mínimo fixado.

Observa-se, pois, que a proposição em análise está também em consonância com a Estratégia 17, Meta 4 do PNE, segundo a qual deve ser ampliada a assistência financeira específica da União aos entes federados para implementação de políticas de valorização dos profissionais do magistério, em particular o piso salarial nacional profissional.

Por fim, consideramos meritório que o PLS não tenha simplesmente criado despesas sobre os cofres públicos, mas que tenha previsto um reforço na receita da União, através da destinação de 5% da arrecadação das loterias federais, esportivas e específicas de números ou símbolos administradas pela Caixa Econômica Federal para o custeio de parte da despesa com a complementação dos salários dos professores da educação básica. Em tempos de crise, quando se buscam ajustes fiscais, aumento de receitas e contenção de despesas, parece-nos sensato que a iniciativa de aumento do piso tenha sido acompanhada da previsão de verbas para fazer frente a essa obrigação.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2015.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de dizer que o mérito deste projeto é muito importante. Nós temos, aí, em todo o Brasil, a desvalorização salarial dos nossos professores. Em muitos Estados brasileiros, em Municípios, existem professores entrando em greve, por conta da desvalorização salarial, buscando uma condição de vida digna para desempenhar um papel tão importante que é o da formação das nossas crianças e dos nossos jovens.

Alguns, aqui, poderão questionar a questão do recurso. Mas, aqui, a Senadora Vanessa está prevendo uma destinação de 5% para ajudar a União, os Estados e Municípios da arrecadação das loterias federais. E eu gostaria que essa questão financeira específica fosse mais discutida na Comissão de Assuntos Econômicos, e que o mérito aqui de valorizar a educação pública em nosso País, de valorizar os nossos professores, de buscar o cumprimento da Meta 4 do Plano Nacional de Educação pudesse ter a compreensão dos nossos Senadores e fosse aprovada aqui na Comissão de Educação.

Quanto à discussão mais em relação ao financeiro, aos 5% da arrecadação da loteria, que pudesse ser discutido mais aprofundadamente na CAE, onde haverá discussão em caráter terminativo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Sr. Presidente, eu não vou entrar no mérito do projeto, é mais do que meritório, nós sabemos a dívida que temos com os professores neste País – um País que se quer dizer democrático não pode fazer o professor ficar à míngua como é o que acontece, hoje, no Brasil –, mas eu queria só tecer algumas considerações em relação ao projeto.

Sabemos que, hoje, o piso nacional que paga o piso dos professores, na realidade, não é um piso, é um teto. Na realidade, o que nasceu para ser o mínimo dos mínimos, hoje é o que a maioria dos Estados e Municípios brasileiros pagam; culpa muito mais dessa centralização de recursos na mão da União e falta de um novo pacto federativo.

Mas a grande realidade é que esse projeto, embora meritório, tem algumas questões que precisam ser analisadas com calma. Nós aprovamos nesta Casa uma PEC que estabelece que nós não podemos apresentar e aprovar nenhum projeto que aumente despesas para os Estados e Municípios sem a dotação orçamentária. Em que pese a autora ter colocado que, por cinco anos, a União estará subsidiando esses recursos para Estados e Municípios que não conseguirem arcar com essas despesas, cinco anos é um tempo muito curto. Nós estaríamos, de qualquer forma, infringindo essa emenda à Constituição, que eu acredito que será promulgada.

Além dessa questão em relação a não aumentar despesas para Estados e Municípios, nós ainda temos o fato de que nós não sabemos o que significa essa fonte orçamentária definida pelo projeto: 5% da receita das casas lotéricas ou da Caixa Econômica Federal no que se refere à loteria. Esse percentual significa o quê? E o que cobriria em relação às despesas que Estados e Municípios não conseguiriam arcar para atender a esse piso?

Uma outra questão desse projeto que me chamou atenção é que trabalha em cima do maior piso hoje pago no País, que é o piso do Distrito Federal. Mas o Distrito Federal tem um fundo constitucional – e eu fui socorrida aqui pelo Senador Anastasia, porque não sabia o montante desse fundo, eu acho que é na ordem de 1%, mas ele me socorreu dizendo que é algo em torno de 30 bilhões por ano que o Distrito Federal recebe justamente para custear despesas com segurança, saúde e educação. Então, generalizar e tentar tratar esta questão com base num ente da Federação que tem recurso financeiro diferenciado é um pouco complicado.

Acho que nós temos de ter responsabilidade, acho que é importante o projeto, sou a primeira defender os professores, sou professora, falo isso com muita tranquilidade porque fui uma das primeiras Prefeitas do País a pagar o piso nacional dos professores e a hora-atividade quando Prefeita, a primeira do meu Estado, falo com muita tranquilidade que nós temos que rever essa questão, mas nós não podemos vender ilusão. Nós estamos aqui para entregar sonhos para o Brasil e para a população, mas vender ilusão, utopia, nós não podemos ter essa irresponsabilidade.

Eu vou votar favoravelmente na Comissão de Educação, esperando que na CAE se ache uma solução para salvar o projeto, porque ele é meritório, mas, da forma como está, vejo até inconstitucionalidade por vício de iniciativa, mas vou votar favoravelmente pela questão do mérito.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Senador Romário, para discutir também.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado. Eu gostaria tão somente, de maneira muito célere, corroborar, *in totum, os* alerta e as advertências muito bem lançados pela Senadora, querida amiga e distinta representante de Mato Grosso do Sul, Simone Tebet, que colocou de maneira muito clara, muito precisa, extramente proficiente os pontos frágeis, que me parecem, do projeto. Mas, igualmente, espero que, na CAE, essas dúvidas sejam superadas .

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Senador Romário, o meu registro também vai ao encontro do que já foi dito aqui pela Senadora Simone Tebet. Precisamos esclarecer melhor essa questão desses 5%, a origem, o que é e como é isso aqui.

Acho que ela coloca, com muito mérito, a situação.

Então, a gente aprova aqui com o compromisso de, na CAE, tentar esclarecer a origem e como é que, de fato, a gente vai garantir tão importante projeto. Porque, na minha visão, se a gente puder melhorar o piso dos professores, sem gerar uma falsa ilusão, será muito importante. Não é, Senadora Simone?

Então, quero só me manifestar dessa forma.

Obrigado, Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Eu, como Relatora do projeto, quero agradecer a compreensão dos Senadores que se manifestaram aqui favoravelmente, embora colocando alguns pontos considerados frágeis.

Eu acho que a instância mais importante para discutir essa questão dos 5% da Caixa Econômica, da destinação da arrecadação das loterias, o momento oportuno é na Comissão de Assuntos Econômicos e, por esta razão, eu quero agradecer a compreensão de todos vocês. É muito bom a gente aprovar um projeto aqui na Comissão de Educação, que enxerga, que julga o mérito e a valorização desses profissionais do magistério. Como colocou muito bem aqui a Senadora Simone, e quero rebater um pouco, não se trata de utopia, não, é uma realidade. A necessidade de valorizar os nossos professores do País com melhores salários, com melhor condição de vida é uma realidade premente que está no dia a dia das crianças, dos jovens e dos adultos no nosso País. Professor valorizado, recebendo um recurso que possa lhe dar uma vida melhor, sem dúvida alguma vai ter todas as condições necessárias para poder dar boas aulas, para fazer investimento na sua formação, na sua capacitação e, assim, garantir a segurança de uma educação de qualidade para todas as nossas crianças.

Então, muito obrigada pela compreensão.

Eu sei que essa discussão em relação à geração de despesa que existe no projeto será muito bem debatida na Comissão de Assuntos Econômicos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senador Romário, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Sim, Senador.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Sr. Presidente, peço a retirada do item 8 de pauta, do qual sou o Relator, pois há uma demanda que preciso discutir e analisar novamente.

Solicito ainda a discussão do item 5, no qual apresentei uma emenda. Se possível, eu gostaria de discuti-lo. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Vamos seguir a ordem.

É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 49, de 2014
- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, para dispor sobre gratuidade de ingresso em museus.

Autoria: Senador Inácio Arruda e outros
Relatoria: Senador Donizeti Nogueira
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.
Observações:
1- Serão realizadas duas votações nominais: uma para o Projeto e outra para a emenda.

Passo a Presidência ao Senador Lasier Martins para que eu possa relatar o próximo projeto, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Item 9.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 346, de 2014
- Não terminativo -

Acrescenta o inciso VI e o § 2º ao art. 18 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para determinar a obrigatoriedade das entidades do Sistema Nacional de Desporto prestarem contas ao Tribunal de Contas da União da aplicação de recursos públicos federais.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatoria: Senador Romário
Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.
Observações:
Matéria a ser apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

Com a palavra o Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Presidente, peço permissão para ir direto à análise.

Nos termos do art. 102, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete a esta Comissão opinar sobre proposições que tratem de normas gerais sobre esporte, caso do PLS 346, de 2014.

No que concerne ao mérito, verifica-se que é extremamente relevante o projeto que ora examinamos. O esporte, como fenômeno que mobiliza multidões e, consequentemente, recursos financeiros da ordem de bilhões de dólares em todo o mundo, vem atravessando uma crise sem precedentes. Isso se deve, fundamentalmente, à combinação de má gestão com interesses escusos, que se refletem na prática contumaz de fraudes, enriquecimento ilícito, lavagem de dinheiro, corrupção e outros delitos. Dirigentes de grande destaque no esporte mundial, membros da FIFA e da nossa Confederação Brasileira de Futebol (CBF) são presos sob acusação de terem cometido diversos crimes, e grandes eventos esportivos, que movimentaram volumes expressivos de recursos, são colocados sob suspeição.

Diante desse quadro, faz-se necessário, sim, aperfeiçoar nossos mecanismos de fiscalização e controle sobre as contas das entidades de administração do desporto. E, em nosso entendimento, a proposição adota o melhor caminho para isso, incumbindo o TCU, instituição que conta com corpo técnico altamente qualificado, de examinar as contas das entidades do Sistema Nacional do Desporto.

É, portanto, inegavelmente meritória a proposição.

Sobre esses pressupostos, consideramos atendidos os requisitos de constitucionalidade e juridicidade. A proposição refere-se ao tema do esporte, matéria sobre a qual compete à União, de forma concorrente, legislar, conforme prevê o art. 24, inciso IX, da Constituição Federal. Conforma-se adequadamente ao ordenamento jurídico vigente, e a matéria de que se ocupa não integra o campo reservado pelo §1º do art. 61 da Constituição à iniciativa privativa do Presidente da República, sendo lícita a iniciativa parlamentar. O projeto é, também, lavrado em boa técnica legislativa, identificando-se apenas um detalhe a ser corrigido: a falta da indicação do título em que se situa o Capítulo V mencionado no §2º, que, por meio do projeto, é acrescentado ao art. 18 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. Propomos a devida correção na forma de emenda à proposição.

Voto.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 346, de 2014, com a seguinte emenda:

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 346, de 2014, a seguinte redação:
"Art. 1º O art. 18 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:
'Art.1º 1º .....
VI – tiverem suas contas de exercícios anteriores julgadas regulares pelo Tribunal de Contas da União, ou, no caso de suas contas serem julgadas regulares com ressalva, apresentem ao Ministério do Esporte plano de correção das irregularidades ou faltas de natureza formal apontadas pelo tribunal.
§1º A verificação do cumprimento das exigências contidas neste artigo será de responsabilidade do Ministério do Esporte.
§2º Para efeito do disposto no inciso VI, as entidades do Sistema Nacional do Desporto deverão apresentar, nos termos da legislação específica, contas da aplicação de todos os recursos mencio-

nados no caput ao Tribunal de Contas da União, sujeitando-se os seus administradores, em caso de infração, às sanções previstas no Capítulo V do Título II da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992.' (NR)"

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório, com a emenda apresentada.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto com a Emenda nº 1.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Devolvo à Presidência ao Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senador Lasier Martins, e muito obrigado a todos os Senadores e Senadoras pela aprovação do projeto.

Vamos ao item 10.

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189, de 2015
- Não terminativo -

Dispõe sobre a denominação e a redenominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatoria: Senador Lasier Martins
Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.
Observações:
Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Em 22/9/2015, após a leitura do relatório, durante a discussão da matéria, foi aprovado o requerimento para realização de audiência pública para instruir a matéria. Em 13/9/2015, foi aprovado requerimento da retirada do pedido de audiência pública.

Concedo a palavra ao Senador Lasier Martins para fazer as considerações finais, pois o relatório já foi lido.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS. *Fora do microfone*.) – De fato, o relatório já foi lido. A não ser que convenha repassar algum item, Senador Romário, podemos partir para a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras se alguém gostaria de continuar a discussão da matéria. (*Pausa.*)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Permita-me tão somente uma indagação ao Sr. Relator sobre o motivo por que foi pedido a retirada da audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – O pedido foi feito pelo Senador Cristovam Buarque e pelo Senador Donizeti Nogueira na última reunião.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Exato.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Na verdade, o Senador Cristovam Buarque tinha pedido a audiência, e eu encaminhei juntamente com ele, depois de uma discussão, para não atrasar o projeto, ele pediu a retirada e eu, novamente, fui signatário junto com ele, para retirar o pedido da audiência pública.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Houve a devolução, Presidente, sem nenhum acréscimo, nenhum reparo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

Não havendo quem mais queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório com as emendas apresentadas.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1, da CE, e 2, da CE.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Requerimento extrapauta, apresentado pela Senadora Fátima Bezerra.

Consulto as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do requerimento apresentado pela Senadora Fátima Bezerra. (*Pausa.*)

Não havendo óbice, vamos ao item 13.

ITEM 13
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 127, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 7/2015-CE, aprovado por esta Comissão no dia 10 de março de 2015, a inclusão do Senhor Antonio Idilvan de Lima Alencar, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), como expositor da quarta e última mesa do Ciclo de Audiências Públicas destinado a debater alternativas para o financiamento da educação básica no Brasil que discutirá o tema "A construção do Sistema Nacional de Educação articulado em regime de colaboração: como fazer?".

Autoria: Senadora Fátima Bezerra

Passo a palavra à Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente, Senador Romário, eu estava até o presente momento representando, inclusive, a nossa Comissão no VIII Seminário da Primeira Infância, que vai se desenrolar durante o dia todo, aqui, no Petrônio Portella. Aliás, um seminário muito importante, muito representativo.

Quero apenas, Senador Romário, pedir aqui o apoio, uma vez que, dando continuidade àquele ciclo de debates e tendo como parâmetro a questão do novo Plano Nacional de Educação e o debate do Fundeb, do pós-Fundeb, nós vamos realizar, portanto, o último ciclo, que será agora, quinta-feira, cujo tema central será o Sistema Nacional Articulado de Educação, e consideramos que é muito importante trazer aqui para esse debate, Senador Anastasia, o Presidente do FNDE, que, inclusive, já se colocou à disposição.

É só para isso, Senador Romário. A audiência pública será quinta-feira

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento extrapauta.

Consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras sobre a inclusão extrapauta do requerimento apresentado pela Senadora Simone Tebet. (*Pausa.*)

Não havendo óbice, vamos ao item 14.

ITEM 14
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 128, de 2015
- Não terminativo -

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam prestadas pelo Ministro de Estado da Educação, Sr. Aloizio Mercadante, as seguintes informações: 1. O Ministério da Educação, no âmbito do ajuste fiscal, promoveu cortes no Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)? Qual a magnitude desses cortes? 2. Há, atualmente, atrasos no repasse de recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) de 2014 referentes ao módulo básico? E no que diz respeito às verbas de ações agregadas do ano passado? Qual o montante dos valores atrasados e para quais funções eles se destinam? 3. Existe atraso no repasse de verbas do módulo básico do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) de 2015, geralmente pagas até junho? Já existe cronograma para as etapas de ações agregadas deste ano? 4. O Ministério da Educação tem programação para resolver o problema dos atrasos de repasses financeiros no âmbito do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), caso eles existam? Qual é o cronograma? 5. Existe previsão de reestruturação do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)? Haverá cortes de verbas? Quais serão os critérios para repasse?

Autoria: Senadora Simone Tebet

Passo a palavra à Senadora.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente. Agradeço a gentileza dos Srs.Senadores e das Srªs Senadoras

Trata-se de um requerimento extrapauta, mas, em função da matéria veiculada pela imprensa no final de semana, acho importante aprovarmos o requerimento, se assim entenderem os demais Senadores, para que possamos ter as informações necessárias e, a partir daí, tomar as devidas providências.

Trata-se de um requerimento de informações encaminhado ao Exmo Ministro da Educação, Sr. Aloizio Mercadante, a respeito de informações noticiadas pela mídia do atraso do repasse da ordem de quase R$3 bilhões ao programa Dinheiro Direto na Escola. Esse valor representa 50%, praticamente, dos recursos relacionados ao ano passado.

As informações são as seguintes:

1. O Ministério da Educação, no âmbito do ajuste fiscal, promoveu cortes no Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)? Qual a magnitude desses cortes?;

2. Há, atualmente, atrasos no repasse referentes ao exercício de 2014? E no que diz respeito às verbas de ações agregadas do ano passado? Qual o montante dos valores atrasados?;

3. Existe atraso no repasse de verbas do módulo básico de 2015, geralmente pagas até junho?;

4. O Ministério da Educação tem programação para resolver o problema dos atrasos de repasses financeiros referentes ao referido programa? Qual é o cronograma?, e, por fim,

5. Existe previsão de reestruturação do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)? Haverá cortes de verbas? Quais serão os critérios para repasse?

O requerimento é apenas para que tenhamos as informações necessárias para que possamos, depois, fazer o nosso juízo de valor e comentário.

Era essa justificativa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Eu gostaria de solicitar a V. Exª a inclusão extrapauta, pelo menos para leitura, do parecer do PLS 515/2015, devido à urgência do mesmo relativo ao projeto das Senadoras Fátima Bezerra e Vanessa Grazziotin e de V. Exª, que instituiu o ano de 2016 como o Ano do Empoderamento da Mulher na Política e no Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador, esse é um item terminativo e não temos quórum.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Perfeito. Era só para fazer a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Eu tenho que consultar às Srªs e aos os Senadores se se opõem à leitura. (*Pausa.*)

Com a concordância de S. Exªs, vamos ao item 12.

ITEM 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 515, de 2015
- Terminativo -

Institui o Ano de 2016 como o Ano do Empoderamento da Mulher na Política e no Esporte.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra e outros
Relatoria: Senador Hélio José
Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Tem a palavra o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Encontra-se em exame na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado, o PLS 515, de 2015, de autoria das Senadoras Fátima Bezerra e Vanessa Grazziotin e do Senador Romário, destinado a instituir o ano de 2016 como o ano do empoderamento da mulher na política e no esporte.O conteúdo da matéria vem disciplinado no primeiro artigo, restando ao seguinte a formulação das cláusulas de vigência.

O projeto não recebeu emendas.

Análise.

Como compete à CE manifestar-se sobre a matéria, consoante dispõe o art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, ainda segundo esse mesmo instrumento balizador de atividade legislativa, em seus artigos 48, inciso X, 49 e 91 inciso I, esta Comissão irá pronunciar-se terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar o mérito e substancialmente e subsidiariamente, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, os aspectos constitucionais, jurídicos e regimentais.

O PLS 515 de 2015, cumpre uma finalidade primordial, que é reconhecer e reforçar o papel da mulher nas atividades políticas e esportivas em que se encontram quantitativamente em posição desfavorável, conquanto do ponto de vista qualitativo nada deve ao desempenho masculino.

Conforme justifica a iniciativa, os autores chamam a atenção para o fato de que a participação feminina em todas as instâncias da sociedade brasileira é crescente e demonstra que o País despertou para essa importante tema. No esporte, a representação da mulher apresenta fortes desigualdades, em especial no que se refere às participantes em competições de atletas com deficiência, pela falta de oportunidades em se preparar para competir. No plano político, o poder feminino tem conquistado razoável espaço no Brasil e no mundo, conquanto ainda sub-representadas. A ONU Mulheres, entidade das Nação Unidas para a igualdade de gênero e empoderamento das mulheres, criada em 2010, em substituição ao Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento das Mulheres, de 1976, em uma das suas vertentes de atuação, liderança e participação política constatou que as mulheres estão sub-representadas como eleitoras em posições de liderança, seja em cargos eletivos, de serviços públicos, ou setor privado, ou na academia, isso ocorre apesar de sua habilidade comprovada como líderes e agentes de mudança, de seu direito de participação igualmente na governança democrática.

Por sua vez, a resolução de 2011 da Assembleia Geral da ONU sobre a participação política das mulheres denuncia que mulheres em todas as partes do mundo continuam a serem marginalizados na esfera política, muitas vezes como resultado das leis discriminatórias, práticas, atitudes e estereótipos do gênero, baixos níveis de educação, falta de acesso à saúde e também pelo efeito desproporcional da pobreza nas mulheres.

A ONU Mulheres tem apoiado em todo mundo a efetiva participação da mulher, não apenas na vida política, mas também nas atividades econômicas, educacionais e esportivas na assunção de posições de liderança, de modo a reconhecer o seu efetivo papel copartícipe na condução dos destinos do seu país e da humanidade em todas as áreas de atuação.

No Brasil, várias ações têm sido promovidas para a consecução desses objetivos. Na luta social, desde os primórdios da história brasileira, a mulher sempre se envolveu com maior ou menor fôlego nos movimentos de transformação da política, talvez pela influência da militância feminina nos Estados Unidos e na Europa. A mulher brasileira iniciou, já no século XIX, sua efetiva participação política, tanto que na Constituinte de 1891 foi aventada a possibilidade do voto feminino. Com efeito, o Texto constitucional aprovado, estatuiu, em seu art. 70, como eleitoras todas os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei. Apesar disso, entendeu-se que as mulheres não se enquadravam nesse grupo de cidadãos.

Em dezembro de 1910 foi fundado o Partido Republicano Feminino, cujo registro foi obtido no ano seguinte. Em 1922, Bertha Lutz constituiu a Federação Brasileira pela Progresso Feminino, responsável por dar início ao processo de participação cidadã feminina da vida social pelo exercício do voto.

Os primeiros resultados desse movimento foram obtidos no Rio Grande do Norte, publicado no dia 25 de outubro de 1927, a Lei nº 660, que regula o serviço eleitoral do Estado, estabeleceu, no art. 77 de suas Disposições Gerias, que poderão votar e ser votados, sem distinção de sexo, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por lei.

Em decorrência desse ato, Celina Guimarães Viana, de Mossoró, tornou-se, em 1928, a primeira eleitora brasileira, e Alzira Soriano a primeira prefeita eleita no País, para administrar um Município potiguar de Lajes, no biênio de 1929 a 1930. No entanto, por decisão da Comissão de Poderes no Senado, seu mandato não pôde ser concluído. Falo isso em homenagem e consideração a nossa querida Senadora Fátima Bezerra, potiguar de nascimento e que representa o Rio Grande do Norte nesta Casa.

Pouco depois, graças à edição do Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, o chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, Getúlio Vargas, instituiu o Código Eleitoral brasileiro, que determinou, em seu art. 2º, ser eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma do Código. Mas havia uma ressalva, só poderiam votar as mulheres casadas, desde que autorizados pelos maridos, e as viúvas e solteiras com renda. No entanto, a Assembleia Constituinte de 1934 expurgou tais restrições, consolidando o voto feminino com um direito das mulheres.

A primeira Deputada Federal foi Carlota Pereira de Queirós, eleita pelo Estado de São Paulo, em 1934. Em 1933, Bertha Lutz, considerada a maior líder na luta pelos direitos políticos das mulheres brasileiras, assume a cadeira na Câmara Federal. Em 1946, dezoito mulheres foram candidatas a Deputadas Federais, mas nenhu-

ma foi eleita para compor a Assembleia Nacional Constituinte. Em 1950, Ivete Vargas tornou-se a única mulher eleita para a Câmara dos Deputados, reeleita em 1954, 1958 e 1962. Também no ano de 1954, Nita Costa elegeu-se Deputada Federal pela Bahia. Eunice Michiles, em 1979, foi a primeira mulher a ocupar uma Cadeira no Senado Federal, em decorrência do falecimento do titular do mandato. Somente 11 anos depois, em 1990 foram eleitas Júnia Marise e Marluce Pinto para representar Minas Gerais e Roraima, respectivamente, nesta Casa. Em 1982, elegeram-se oito Deputados Federais. A Assembleia Nacional Constituinte, que gerou a Carta de 1988, contou com a presença de 24 mulheres eleitas no pleito de 1986.

No âmbito internacional, a ONU aprovou, em 1979, a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, integralmente ratificada pelo Brasil em 1994, assumindo a sua obrigação com a igualdade de gênero. Nos anos de 1890, a representatividade das mulheres não chegava a 5% do total das Cadeiras do Congresso Nacional. A nossa querida Lídice da Mata inclusive foi eleita prefeita de Salvador.

Para reverter esse quadro, foi aprovado pelo Congresso Nacional um projeto transformado na Lei nº 9.100, de 29 de outubro de 1995, que determinou a reserva mínima de 20% para as mulheres nas chapas concorrentes às eleições para as Câmaras Municipais. Em 1997, a Lei nº 9.504, de 30 de setembro, dispôs que no mínimo de 30% e um máximo de 70% do número de vagas às eleições seria destinada para candidatura de cada sexo.

Em 2009, com a Lei nº 12.034, de 29 de setembro, a Minirreforma Eleitoral, os partidos foram obrigados a preencher e não apenas reservar 30% das vagas destinadas ao partido ou à coligação para as candidatas. Isso foi muito importante. E, agora, com a nossa participação, nobre Senador Romário, foi acolhida pelo Senado a Proposta de Emenda à Constituição nº 98, de 2015, da autoria da Comissão de Reforma Política, que acrescenta um artigo ao Ato das Disposições Transitórias para reservar percentual mínimo de vagas para cada gênero, masculino e feminino, na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, e nas Câmaras Municipais, nas três Legislaturas subsequentes da seguinte forma: 10% das Cadeiras na 1ª Legislatura, 12% na 2ª Legislatura e 16% na 3ª. No dia 8 de setembro, a proposta foi encaminhada à Câmara dos Deputados, onde se encontra em análise.

Quero afirmar, nobre Senador Romário, Presidente desta Comissão, nobres Senadoras mulheres e nobres Senadores homens aqui, que esse número ainda é muito pequeno a considerar que as mulheres são mais de 50% da população brasileira.

Outra proposição aprovada pelo Senado e já restituída à Casa de origem é o Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2015, que altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 2015, e destina parte dos recursos do fundo partidário, observando um mínimo de 5% do total para criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres. O projeto também estabelece que a propaganda partidária gratuita deverá promover e difundir a participação política feminina, mediante a destinação de um mínimo de 10% do tempo, destinado a partido político.

Trata-se de iniciativas destinadas ao empoderamento da mulher na política, com o objetivo de reforçar a necessidade de sua participação na vida política e, em consequência, no processo decisório.

Estamos concluindo, nobre senhoras mulheres e senhores homens aqui, desta Comissão.

Quanto à participação feminina no esporte, as atletas brasileiras têm-se destacados nos jogos continentais internacionais e mostrado o seu potencial perante o mundo. Apesar disso, há ainda muito a ser feito no âmbito das políticas públicas, com o objetivo de reconhecer e fortalecer a efetiva representatividade da mulher na vida esportiva.

Na primeira Olimpíada da era moderna, ocorrida em Atenas em 1896, foi vedada a participação das mulheres nas competições. Pouco depois, no entanto, em 11 de julho de 1900, a primeira mulher recebia um ouro olímpico, a tenista inglesa Clarlotte Cooper. Foi a vencedora nas finais de simples e duplas mistas nos Jogos de Paris. Nesse ano, participaram seis tenistas e cinco golfistas, conquanto em torneio paralelo ao oficial.

Nos Jogos da Antuérpia, em 1920, estavam inscritas 63 mulheres e, nos de 1924, em Paris, foram 136 as concorrentes.

Nos Jogos de Amsterdã, em 1928, o Barão de Cobertin se demitiu do cargo de Presidente de honra do Comitê Olímpico Internacional por ser considerado traído pelos organizadores do evento, ao permitirem a presença de mulheres nas competições.

A maior delegação feminina brasileira ocorreu em 2008, na Olimpíada de Pequim, com a presença de 133 mulheres participantes, ou seja, 48% do total da delegação brasileira.

Nos Jogos de Londres, em 2012, o número de representantes femininas brasileiras diminuiu para 123 competidoras.

Nos Jogos Pan-Americano de Toronto, em 2015, a delegação feminina contou com expressivo número de 276 atletas, ou seja, 47% de todo o conjunto nacional, representado por 590 participantes.

Em 2016, o Brasil sediará os Jogos Olímpicos. O que se pretende é que o País desponte no cenário mundial como o *locus* gerador de oportunidades não apenas neste, mas em todos os campos das atividades humanas em que a mulher possa e deva demonstrar sua força, seu poderio e sua liderança.

Isso expresso, a instituição do ano de 2016 como o Ano de Empoderamento da Mulher na Política e no Esporte confirma o mérito da proposição em análise. Quanto à constitucionalidade do projeto não há reparos a fazer – é terminativo, só estou lendo e ficará para a próxima reunião –, tendo em vista que a competência da União para legislar a respeito do tema encontra-se respaldada pelo art. 24, inciso IX, da Constituição da República.

Ainda sob esse prisma, não suporta a matéria de iniciativa privativa da Presidente da República, segundo estabelecido no art. 61, § 1º, do CR, nem de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casa, à luz dos arts. 59, 51 e 52 também da CR.

Além do mais, a escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriado à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera da lei complementar.

Não se encontrou qualquer óbice quanto à regimentalidade da proposição. Cumpre salientar que inexiste registro de que o Senado já tenha deliberado sobre a matéria ou que haja iniciativa semelhante em tramitação nesta Casa, o que afasta as hipóteses de arguição de recomendação de prejudicialidade ou de tramitação em conjunto.

Sob a perspectiva de juridicidade, o PLS 515/2015 cumpriu as formalidades previstas na Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, relativo à instituição de datas comemorativas, pois no dia 27 de maio deste ano esta Comissão realizou uma audiência pública destinada a discutir a participação da mulher no esporte e na política, ocasião em que os presentes destacaram a necessidade de oferecimento de proposições nos moldes do que ora traz a constituição dos membros do Congresso Nacional.

O voto.

Diante do exposto, o voto é favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 515, de 2015, dizendo que o Senador Romário, que muito nos orgulha nesta Casa, junto com a Senadora Vanessa Grazziotin e a Senadora Fátima Bezerra, traz um tema de fundamental importância, porque o empoderamento da mulher na política e no esporte significa o futuro de uma nação pé no chão igual a essa que nós queremos construir a cada dia que estamos aqui nesta Casa.

Esse é o relatório e esse é o voto.

Muito obrigado, Senador Romário. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador Hélio José.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Assim que tivermos quórum, a colocaremos em votação.

Item 6.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 417, de 2013
- Terminativo -

Institui o Dia Nacional de Combate à Tortura.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatoria: Senador Telmário Mota
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
1- Em 16/09/2015, foi realizada Audiência Pública para instrução da matéria.
2- A Matéria constou da pauta da Reunião de 13/10/2015.

Concedo a palavra ao Senador Telmário Mota para proferir o relatório.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, Senador Romário, embora o relatório seja terminativo nesta Comissão e não havendo quórum, eu agradeço V. Exª por permitir a leitura do relatório.

Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 417, de 2013, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, do Amapá, do Norte do Brasil, que propõe seja instituído o Dia Nacional de Combate à Tortura, a ser celebrado, anualmente, em 14 de julho.

Em sua justificação, o autor da matéria argumenta entender necessária a instituição de uma data nacional destinada ao combate à tortura, a ser celebrada no dia do desaparecimento do cidadão Amarildo de Souza, que foi preso e torturado no Estado do Rio de Janeiro.

A matéria foi distribuída para a apreciação exclusiva e terminativa da CE e não houve, Sr. Presidente, nenhuma apresentação de emenda.

Análise do projeto.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar sobre matérias que versem sobre datas comemorativas, caso do projeto de lei em análise.

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição à CE, cabe igualmente a esta Comissão apreciar a constitucionalidade e a juridicidade da proposição.

No que tange à constitucionalidade, a matéria não se inclui entre as relacionadas no §1º do art. 61 da Carta Magna como sendo de iniciativa privativa da Presidência da República, e está de acordo com os demais preceitos constitucionais.

No que respeita à juridicidade, o PLS 417, de 2013, cumpriu as formalidades previstas na Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, relativa à instituição de datas comemorativas. Com efeito, no dia 16 de setembro deste ano, esta Comissão realizou audiência pública destinada a instruir o projeto de lei em análise, ocasião em que seus participantes destacaram a necessidade de aprovação da proposição que ora apresentamos à consideração dos membros do Congresso Nacional. Compareceram à referida audiência pública as seguintes autoridades: André Saboia Martins, Secretário-Executivo da Comissão Nacional da Verdade (CNV); Virginius José Lianza da Franca, Diretor da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça; Carlos Alves Moura, Secretário-Executivo da Comissão Brasileira Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CBJP/CNBB); Karolina Alves Pereira de Castro, Coordenadora-Geral de Combate à Tortura da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Hellen Falcão de Carvalho, Membro da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

O Brasil vive momento especial em sua história após a redemocratização, ao mesmo tempo em que assiste milhões de pessoas irem assiste milhões de pessoas irem às ruas, mobilizadas inicialmente por movimentos democráticos que reivindicavam acesso a direitos básicos, como um teto para morar, ou melhoria na qualidade de serviços, como o de mobilidade urbana, também presencia manifestações de violência, de intolerância, de apelos pela volta da ditadura, por parte de jovens.

Ao mesmo tempo em que promove resgate da sua memória, instituindo Comissões da Verdade para revelar os horrores da ditadura, continua a patrocinar instrumentos de repressão oficial que praticam torturas e chacinas contra a parcela mais fragilizada da sociedade.

Como bem afirma o autor da matéria, o caso Amarildo é emblemático para mostrar a permanência da tortura em nossa sociedade como método de investigação promovida pelo Estado.

Amarildo Dias de Souza era ajudante de pedreiro. Ficou conhecido nacionalmente por conta de seu desaparecimento, desde o dia 14 de julho de 2013, após ter sido detido por policiais militares e conduzido da porta de sua casa, na favela da Rocinha, à sede da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) do bairro.

Morador, desde que nasceu, da favela da Rocinha, na Zona Sul do Rio de Janeiro, Amarildo era o sétimo de doze irmãos, filho de uma empregada doméstica e de um pescador. Analfabeto, só escrevia o próprio nome, tendo começado a trabalhar aos 12 anos vendendo limão. Era casado com a dona de casa Elizabeth Gomes da Silva e pai de seis filhos, com quem dividia um barraco de um único cômodo. Conhecido como "Boi", trabalhava como pedreiro e fazia bicos na comunidade.

Entre os dias 13 e 14 de julho de 2013, uma operação batizada de Paz Armada mobilizou 300 policiais na Rocinha e prendeu suspeitos sem passagem pela polícia, logo depois de um arrastão ocorrido nas proximidades da favela. De acordo com a polícia, 30 pessoas foram presas, entre elas Amarildo. Ele havia acabado de voltar de uma pescaria e foi detido e conduzido por policiais militares da UPP da Rocinha na noite do dia 14. Desde então, não se conhece o paradeiro do pedreiro. Dois dias depois, a família registrou o seu desaparecimento.

O caso Amarildo virou um símbolo dos desaparecimentos não esclarecidos pela polícia. A campanha Onde está o Amarildo? foi iniciada nas redes sociais, especialmente pelo Facebook, com o apoio de movimentos como as Mães de Maio e da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência. Foram organizados atos por moradores da Rocinha, contando com a participação da sociedade civil. A repercussão aumentou, e artistas como MV Bill, Wagner Moura e Caetano Veloso manifestaram-se publicamente, assim como a Comissão da Verdade Fluminense. O desaparecimento também passou a ser conhecido internacionalmente, desde a Anistia Internacional ao *Financial Times*.

O Brasil não pode continuar a admitir a prática da tortura sob nenhum aspecto. Dessa forma, mais do que combater, é preciso atuar no sentido de evitar que voltem a se instalar no País regimes de exceção, nos

quais a tortura é parte inerente. É preciso alertar e manter a sociedade informada, educar os jovens para que saibam e entendam os horrores e as injustiças decorrentes da prática da tortura.

Sendo assim, é, sem dúvida, pertinente, oportuna, justa e meritória a instituição do dia nacional de combate à tortura, celebrado na data do desaparecimento do Amarildo. Tal iniciativa proporciona a oportunidade para a sociedade brasileira se mobilizar e refletir sobre os horrores de um Estado que pratica a violência contra os seus cidadãos, bem como de conhecer a história e manter viva a memória das vítimas da tortura.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 417, de 2013, do nosso ilustre Senador Randolfe Rodrigues.

Sr. Presidente, esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Brevemente, Presidente, mesmo porque nós apreciaremos e aí também teremos a oportunidade de debater melhor esse projeto na próxima reunião, quando tiver o quórum necessário para a sua aprovação. Mas, rapidamente, queria cumprimentar e agradecer o relatório, o parecer do Senador Telmário.

A ideia dessa matéria, inspirada no dia do desaparecimento de Amarildo, é para fazer referência a uma chaga lamentável deixada pelo autoritarismo, pela ditadura em nossa história. Nós constituímos um aparato de segurança, principalmente nos anos da ditadura, e devido a não termos tido uma revisão da Lei da Anistia e, por isso, os torturadores da ditadura terem ficado impunes, nós temos, lamentavelmente, a tortura como uma prática cotidiana dos aparatos de segurança, hoje, existentes. Não é regra e não são todos os agentes policiais que assim agem – é bom que se diga –, mas é uma prática cotidiana, porque nós não constituímos, principalmente com os aparatos de segurança em nosso País, uma cultura de respeito aos direitos humanos.

O triste e lamentável episódio ocorrido no Rio de Janeiro, Estado que o V. Exª muito bem representa nesta Casa, Senador Romário, com o pedreiro Amarildo é o retrato mais triste da ocorrência de torturas por parte de autoridades do Estado brasileiro que tinham o dever e a obrigação de zelar.

Por isso, considero oportuno, incluir, no nosso calendário cívico, uma data referente ao combate e à mobilização contra a prática da tortura e principalmente ao combate à tortura existente no Estado democrático de direito. Chaga tão triste e tão lamentável quanto à tortura que existiu, nos períodos e nos anos de arbítrio, é a tortura que ainda existe hoje e que vitima cidadãos inocentes e vitima principalmente os pobres. A principais vítimas da tortura, hoje, são outros milhares de "Amarildos" que existem Brasil afora e que são recepcionados pela autoridades policiais, muitas vezes que seus parentes, seus familiares tenham conhecimento, são submetidos a práticas das mais degradantes.

É esse o objetivo da matéria e eu queria agradecer aqui ao meu competente e digno representante do povo de Roraima, Senador Telmário Mota, pelo seu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadores.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão.

Vamos esperar a próxima reunião para obter quórum para a votação.

Comunico que amanhã, quarta-feira, às 10 horas, será realizada reunião extraordinária, em forma de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais e com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o tema Primeira Infância e Epigenética: um novo paradigma no desenvolvimento infantil. A audiência pública está inserida na programação da VIII Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz. Atende aos Requerimentos nº 86, de 2015, da CE, 27, de 2015, da CAS, e 130, de 2015, da CDH, de minha autoria, da Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Donizeti Nogueira.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos pela participação.

(Iniciada às 11 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 58 minutos.)

ATA DA 17ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE (58ª REUNIÃO); COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (30ª REUNIÃO); E COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (95ª REUNIÃO) DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 2015.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e onze minutos do dia vinte e um de outubro de dois mil e quinze, na sala de reuniões número quinze da Ala Senador Alexandre Costa, **sob a Presidência do Senhor Senador Romário** e com a presença dos Senhores Senadores e das Senhoras Senadoras Ângela Portela, Dário Berger, Edison Lobão, Elmano Férrer, Flexa Ribeiro, José Medeiros, José Pimentel, Lídice da Mata, Maria do Carmo Alves, Marta Suplicy, Simone Tebet, Telmário Mota, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves e Waldemir Moka, reúnem-se a Comissão de Educação Cultura e Esporte, a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Romário, declara aberta a reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nºs 86/2015-CE, 27/2015-CAS e 130/2015-CDH , de autoria dos Senhor Senador Romário e dos Senhores Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Donizeti Nogueira, respectivamente, destinada a debater o tema "Primeira Infância e Epigenética: um novo paradigma no desenvolvimento infantil", inserido na programação da VIII Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, organizada pelo Senado Federal, no período de 20 a 22 de outubro do ano corrente. Comparecem à Audiência Pública como expositores: **Senhor Luiz Antônio Corrêa, Psicólogo, Psicanalista e Pedagogo,** com o tema "O porquê da influência do afeto, do estímulo e da alimentação nas alterações neuroquímicas do cérebro"**; Senhor Gilles Cambonie, Pediatra e Neonatologista,** com o tema "Por que o ambiente materno durante a gravidez é tão importante para seu futuro filho?"**; Senhor Françoise Molénat, Psiquiatra,** com o tema "Melhorar o ambiente perinatal: metodologias inovadoras de formação interdisciplinar"**; e Senhora Maria Regina Maluf, Psicóloga,** com o tema "Por que atribuímos tanta importância à primeira infância? A emergência da linguagem, a inteligência e a memória, a aprendizagem da leitura". O Senhor Senador Romário passa a Presidência para a Senhora Senadora Lídice da Mata. Posteriormente, a Senhora Senadora Lídice da Mata passa a Presidência ao Senhor Senador José Medeiros. Por fim, o Senhor Senador José Medeiros devolve a Presidência para a Senhora Senadora Lídice da Mata. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente em Exercício declara encerrada a presente reunião às doze horas e vinte e nove minutos do dia vinte e um de outubro de dois mil e quinze, determinando que eu, **Willy da Cruz Moura, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente em Exercício da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Senadora Lídice da Mata, e pelos Senhores Presidentes das Comissões de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos e Legislação Participativa e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA LÍDICE DA MATA
Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

SENADOR EDISON LOBÃO
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

SENADOR PAULO PAIM
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 58ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, em conjunto com a 30ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, e com a 95ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Direitos Humanos, Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião convocada, na forma de audiência pública conjunta, atende ao Requerimento nº 86, de 2015, desta Comissão; nº 27, de 2015, da CAS; e nº 130, de 2015, da CDH, de minha autoria e dos Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Donizeti Nogueira, respectivamente, para realização da audiência pública destinada a debater o tema: "Primeira Infância e Epigenética: um novo paradigma no desenvolvimento infantil".

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa. (*Pausa.*)

Os convidados são a Srª Maria Regina Maluf, psicóloga; o Sr. Luiz Antonio Corrêa, psicólogo, psicanalista e pedagogo; o Sr. Gilles Cambonie, pediatra e neonatologista; e a Srª Françoise Molénat, psiquiatra. (*Pausa.*)

Agradeço a presença dos convidados, que, tenho certeza, serão aqui de grande importância e relevância nesta audiência pública.

Comunico que a presente reunião será transmitida no telão da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, localizada na Ala Nilo Coelho, no Plenário nº 2, no Auditório Petrônio Portela e no Interlegis.

Informo ainda que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão: Alô Senado, através do telefone 0800-612211, e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.gov.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

É uma honra para esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, juntamente com a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Assuntos Sociais, receber esta audiência pública, que integra a VIII Semana da Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, evento que se iniciou ontem e vai até o dia 22 de outubro, sobre o tema "A Epigenética e o Desenvolvimento Infantil".

Confesso que, quando me deparei com o tema, fui logo tentar descobrir o que é Epigenética, e descobri que preciso de um biólogo para me apoiar na explicação, mas o dicionário diz que o termo "epigenética" é utilizado para designar a informação genética que, com a ajuda de modificação de cromatina e DNA, ajuda ou inibe determinados genes. Ou seja, é o estudo da modificação dos genomas herdados durante a divisão celular, o que não envolve uma mudança na sequência... (*Falha na gravação.*)... pouco consegui entender desse significado, mas isso não é o mais importante, pois posso afirmar que qualquer pai entende muito bem o que seja a primeira infância, normalmente designada como os primeiros anos de vida do indivíduo. A primeira infância é uma fase determinante para a capacidade cognitiva e sociabilidade do indivíduo, pois o cérebro absorve todas as informações, e as respostas são rápidas e duradouras. Segundo especialistas, as crianças nessa fase precisam de oportunidades e estímulos para que possam desenvolver cada uma de suas aptidões. Estudos demonstram que é durante a primeira infância que o cérebro humano desenvolve a maioria das ligações entre os neurônios.

Eu tive oportunidade de praticar esse estudo por seis vezes; ou seja, tive a satisfação de conviver durante seis momentos distintos com cada um dos meus seis filhos. Tenho de admitir que esse convívio não me ensinou a teoria da Epigenética mas pude viver a prática junto a meus filhos e, por último, ganhei a minha caçula, Ivy, que me tem ensinado a ser um pouco criança novamente. Às vezes, me deparo com o aflorar do meu espírito infantil, seja em cima de um brinquedo, seja com brincadeiras que os adultos não estão acostumados a encarar, seja com os desafios do mundo infantilizado.

Ivy, minha princesinha, minha caçulinha, saiu da primeira infância, pois completou 10 anos, mas ainda é uma criança, e agradeço a ela, à Moniquinha, ao Romarinho, à Dadá, ao Rafinha e à Belinha por permitirem que, em alguns momentos da minha vida, eu possa voltar a ser criança, usufruindo do mundo mágico que eles nos levam a conhecer.

O grande objetivo deste evento que o Senado está realizando é apontar novas informações no campo da ciência e da prática educacional que contribuam para que o Poder Público e a sociedade deem mais atenção à primeira infância como fase primordial da formação e do desenvolvimento da pessoa.

Nesta semana, estamos tendo o prazer de conviver com excelentes palestrantes que atuam na área, pessoas renomadas e que dedicam suas vidas a estudar o desenvolvimento infantil. A semana não está apenas dedicada a essas pessoas, mas também aos pais que, como eu, são especialistas na prática vivida ao lado de seus pequeninos.

Ainda temos muito a aprender na teoria, mas a experiência única com cada filho ou filha nos dá a certeza de que o Brasil tem muito a fazer pela primeira infância. Eu, como Parlamentar, desejo contribuir sempre para que as políticas públicas se revertam em favor das nossas crianças. Desejo a todos um excelente debate, que faremos aqui nesta audiência pública.

Muito obrigado e, mais uma vez, agradeço imensamente a presença de todos os Senadores presentes e de todas as pessoas presentes, especialmente os convidados.

A audiência contará com o serviço de Língua Brasileira de Sinais (Libras) e será realizado em caráter interativo pelo portal e-Cidadania e pelo Alô Senado.

Passarei a palavra agora aos convidados. A primeira será a Srª Maria Regina Maluf, psicóloga, para tratar do tema "Por que atribuímos tanta importância à primeira infância? A emergência da linguagem, a inteligência e a memória, a aprendizagem da leitura".

Por favor, tem a palavra a Srª Maria Regina Maluf.

A SRª MARIA REGINA MALUF – Muito obrigada.

Eu vou ficar em pé, porque não consigo muito falar sentada.

Bom dia a todos. Agradeço a oportunidade de estar aqui com os senhores. Vou tentar contribuir para refletir sobre este tema que realmente está dentro do tema deste evento, da primeira infância, que trata da teoria dos sistemas epigenéticos.

Gostaria de dizer que me sensibilizaram muito as palavras de introdução do Senador Romário, quando disse que encontrou uma palavra que não sabia o que era e que foi se informar e verificar o que significa. Nós que trabalhamos com educação valorizamos muito a disposição de aprender.

O aprender a aprender eu acho que é uma das primeiras coisas que se tem de ensinar para a criança pequena, o que nós, adultos, perdemos muitas vezes, porque nos fixamos tanto na nossa zona de conforto, daquilo que já sabemos, e não temos mais disponibilidade para aprender. Isso é muito ruim, sobretudo para nós que trabalhamos com educação.

Esse é um esforço que estou fazendo constantemente, de aprender mais. E por quê? Porque a ciência não para. A ciência está se transformando constantemente. Eu vou me permitir fazer uma colocação que não estava prevista para fazer aqui, mas vou fazê-la, e cabe dentro da proposta deste evento.

Vamos falar do desenvolvimento da criança, desenvolvimento e aprendizagem; ou seja, o que nós podemos e estamos dispostos a fazer para favorecer esses primeiros anos de vida, dos quais depende todo o resto e dos quais depende a vida da sociedade, porque está há muito demonstrada por pesquisas com metodologia científica a associação entre os primeiros anos de vida, o atendimento que se faz para a criança nos primeiros anos de vida, e o que vai acontecer depois, no ensino fundamental, no resto da escolarização e na vida adulta. Portanto, são os alicerces; é a formação da mente da criança.

E, sobre isso, existem quatro grandes teorias de que todos já ouvimos falar e a que é dada muita ênfase, excessiva ênfase, eu penso, nos cursos de Pedagogia e em outros que formam educadores e professores. São as grandes teorias sobre o desenvolvimento da criança do começo do século XX, ou seja dos anos 1910, 1930, até 1940. Estou me referindo a Freud, Psicanálise, o desenvolvimento da criança entendido em fases psicossexuais.

Outra grande teoria nasceu com Pavlov, Watson; mais tarde, Skinner veio e interferiu bastante nela, modulando a teoria, e é a teoria da aprendizagem, que coloca toda a ênfase na aprendizagem. É uma grande teoria que fala da nossa reação a estímulos do meio ambiente.

Uma terceira grande teoria é a de Piaget. Todo mundo ouve falar de Piaget quando se fala dos primeiros anos de vida. É também uma contribuição fundamental, mas é uma contribuição anterior às mudanças de meio ambiente e à evolução dos métodos de pesquisa que nós vivemos nos dias de hoje. Não é suficiente. É uma grande teoria, mas não é suficiente. Outra teoria com que nós manejamos muito é a de Vygotsky, falando da importância do meio ambiente. Vygotsky morreu em 1939. Nós não podemos nos prender aos grandes pais. São os grandes pais da Psicologia do Desenvolvimento.

E termino falando da teoria dos sistemas epigenéticos, objeto deste evento, que vai nos buscar resposta para uma das maiores questões da educação infantil: a relação entre inato e adquirido. Uma criança se desenvolve desse jeito ou de outro porque ela nasceu assim, porque ela tem talentos, porque os genes dela determinam isso ou tudo depende do meio ambiente? Para essa grande questão – não estou dizendo que há uma resposta final –, a teoria epigenética traz uma boa solução quando nos mostra que os genes são modificáveis, e isso tem base na Biologia atual, nas neurociências. Os genes não determinam o nosso comportamento.

Isso salva muitos educadores da crença no determinismo, que é o que mais nos amarra.

"Ah, não tem jeito. Essa criança nasceu numa família que não tem condições. Os irmãos dela também não progrediram. Ah, não vai adiantar nada, porque ela não vai aprender nada do que eu vou falar para ela". Esse determinismo não tem mais nenhuma base científica. Ou seja, nós temos que trabalhar é com a relação de influência mútua, recíproca, dos genes sobre o meio ambiente e do meio ambiente sobre os genes no que diz respeito ao desenvolvimento da criança.

Com essa colocação, eu vou falar, acho que brevemente, sobre os grandes pontos que nós queremos. Por que primeira infância? Por que nós temos que nos preocupar com a primeira infância?

O outro grande ponto é sobre como se desenvolve a mente da criança. Nós temos respostas baseadas no conhecimento psicológico atual. Como se desenvolve a mente da criança? Porque ela está se formando. Nos dois primeiros anos de vida, é o cérebro que vai formar suas conexões. Nós temos evidências muito fortes da evolução do cérebro da criança nos dois primeiros anos e o que vem depois. Então, são anos fundamentais na vida da criança.

A partir dos dois anos, nós vamos ter a linguagem. Essa separação que nós fazemos entre creche e pré-escola ou educação infantil. A creche é mais ou menos de zero a três anos, quando a criança precisa muito mais de cuidados físicos e precisa do rosto humano, da interação com o rosto humano para se humanizar, para atualizar as potencialidades que estão no seu cérebro e que só vão se atualizar na relação com outros humanos.

Por fim, terceiro ponto: conhecimento útil. Há uma velha discussão sobre relação entre teoria e prática. Existem aqueles que dizem: "Teoria não serve para nada; não quero saber de teoria, não. Eu quero saber de coisas reais". E, por outro lado, há aqueles que dizem: "Para mim, a prática é que é importante". É uma dicotomia muito ruim que nós temos que ultrapassar, porque é a teoria que vai potencializar a prática e é a prática que vai nos possibilitar a elaboração de teorias, isto é, explicações possíveis, respostas possíveis que orientem a nossa prática para que ela seja efetiva, ou seja, consiga chegar aos objetivos da forma mais econômica, da forma mais rápida, da forma mais

fácil. É como pegar um caminho reto para chegar a um ponto para onde estamos indo ou pegar um caminho muito tortuoso. Vamos acabar chegamos, mas vamos demorar muito.

Conhecimento útil para pais e educadores e políticas públicas. Por que políticas públicas na educação? Ora, nós sabemos bem que temos mais de 50% de crianças brasileiras em situação de pobreza. Enfeitamos chamando de vulnerabilidade social, mas é uma situação de pobreza mesmo, é dificuldade de ter acesso aos bens e ter condições de vida favoráveis em todos os sentidos. Mais de 50% das crianças brasileiras. Então, é preciso, sim, políticas públicas para todos, mas quem depende de políticas públicas para a infância? É a faixa da população mais pobre, aquela que precisa ser ajudada, aquela que precisa ser socorrida. E quando nós vamos ajudar essas crianças?

Bom, vamos começar pelo começo. Tem que começar pelo começo. A criança mal alimentada, mal cuidada, mal atendida, sem relações humanas favoráveis ou com poucas relações humanas favoráveis, que tem dificuldade de atualizar o seu potencial social e emocional, quando chega ao ensino fundamental, no primeiro ano do ensino fundamental, vai encontrar muito mais dificuldade do que a criança que foi atendida nos primeiros anos de vida.

Então, é meio assim: vamos construir uma casa, mas vamos começar pelos alicerces, porque, senão, a casa cai. Se vamos educar melhor as crianças brasileiras, vamos começar pelos primeiros anos de vida, porque é lá que tudo vai se formar.

É nesse sentido que estou falando em bebê humano. Nós vemos o desamparo e dependência total. Quando nasce uma criança, dizem que ela é tão linda, todo mundo faz festa e tal, mas observem como ela depende totalmente de nós. Quanto tempo ela vai demorar para se mexer sozinha, para se alimentar? O animal humano é o único que nasce em dependência total dos cuidados da sua espécie. O bebê humano demora muito. Nenhum animal demora tanto tempo. O pintinho sai do ovo e já sai andando. Outros demoram um pouco para voar, mas daí a pouco já estão voando, daí a pouco já estão em pé. O bebê humano depende desses cuidados todos. Por quê? Porque o cérebro humano é assim. A teoria biológica da seleção nos explica um pouco isso, apesar dos mistérios todos que restam a respeito do cérebro. Mas o cérebro humano precisa de um tempo para se formar, pelo menos dois anos, que é quando a criança já tem conexões suficientes para poder falar, para poder andar, para se relacionar com outras pessoas. É o único animal que demora tanto tempo para se virar. Falo em dois anos, sim, para ela começar a andar, para começar a falar, mas, se nós a deixarmos sozinha, ela provavelmente não vai sobreviver. Não há outra espécie animal com dependência tão grande como essa.

Então, é preciso cuidar da criança nos primeiros anos de vida. Quando nós cuidamos nos primeiros anos de vida, como as pesquisas nos mostram, esse alicerce vai possibilitar a construção de uma casa sólida. Há associações bem demonstradas entre o menino que foi atendido até os seis anos e vai para o ensino fundamental ou a menina que foi atendida até os seis anos e vai para o ensino fundamental e aqueles que não o foram, ou seja, que sobreviveram em situação muito carente de cuidados. O que nós mostramos? Que a escola vai ser eficiente para aquele que teve um bom atendimento na primeira infância, na sua meninice, que chega ao ensino fundamental tendo desenvolvido algumas habilidades básicas. É isso que a pré-escola tem que fazer, é isso que a educação infantil tem que fazer, para que a criança chegue ao ensino fundamental em condições de aprender, de aprender bem.

Claro que, se nós não ensinarmos bem no ensino fundamental, ela não vai aprender nunca. Mas nós estamos falando do ensino infantil. O ensino infantil cria condições.

Primeiro, linguagem. Pensamento depende da linguagem. A criança precisa desenvolver linguagem, desenvolver vocabulário, desenvolver sintaxe, formar frases, compreender a linguagem, linguagem receptiva e linguagem expressiva. É isso que se faz na pré-escola. Ela não pode começar a aprender habilidades básicas como, por exemplo, ler, escrever e contar aos seis ou sete anos, porque essas habilidades têm condições prévias, que sensibilizam para isso. Na pré-escola, na educação infantil, a criança vai se sensibilizar ao que é ler, ao que é escrever.

Que cidadão é esse que nós queremos formar e que sai da escola depois de cinco ou seis anos de ensino fundamental e não consegue ler? E aí nós dizemos que nós estamos formando cidadão? Que cidadão nós formamos se nós não garantimos que ele aprenda a ler, escrever e contar e aprenda a interagir com a tecnologia digital? Quem não lida com tecnologia digital hoje não consegue nem fazer as coisas de banco, não se informa, não se vira em coisa nenhuma. Nós dependemos da tecnologia digital. A escola tem que garantir isso. Nós estamos dando escola para quase cem por cento das nossas crianças, mas como explicar que ela fique na escola até o quinto ano e não consegue ler, não consegue escrever, não consegue fazer continha?

Quando isso acontece – e eu me deparo com isso com enorme frequência –, eu costumo perguntar: "Mas essa criança fala?". E me dizem: "Fala!". Pergunto: "Ela fala bem?". Respondem: "Ela fala bem". "Mas essa criança se localiza no espaço? Ela consegue fazer coisas? Ela anda?" Aí respondem que ela consegue fazer tudo isso. Então eu pergunto por que ela não aprende a ler e a escrever. Porque nós não ensinamos. Esta é a única resposta: porque nós não ensinamos. Porque quem fala aprende a ler e a escrever. A escrita é colocar em forma gráfica a nossa fala.

A menina que foi atendida evita a gravidez precoce. Há uma relação fortíssima entre gravidez precoce e escolarização. Escolarizada, ela entende de saúde. Ela sabe como cuidar dos filhos. Ela sabe higiene. Ela sabe uma série

de cuidados de saúde que protegem a prole. Portanto, esse cuidado, que vai se consolidar no ensino fundamental, é o que tem que começar, sim, na educação infantil.

E aí cabe uma pequena observação. Eu digo que é pequena, mas não é tão pequena assim. Eu acho que nós avançamos muito em se tratando de educação infantil ao falar do brincar. É importante brincar? Claro que é importante brincar! Brincar é a atividade natural da criança, porque ela vai entender o mundo reproduzindo o mundo nas brincadeiras dela, que são brincadeiras que refletem a cultura dela. Mas nós não podemos parar aí. Brincar não é a essência da educação infantil. Do meu ponto de vista, a essência da educação infantil é a formação da mente. Brincar é um dos recursos para a formação da mente da criança, mas não é suficiente. Nós precisamos planejar situações agradáveis, sim, para a criança no nível do desenvolvimento da criança, no nível de compreensão da criança, mas atividades que abrem portas, janelas, que abrem novas possibilidades. Isto qualquer boa escola faz: formar a mente da criança nesses anos de atendimento. Brincar de forma espontânea ela brinca em qualquer lugar, na casa dela, na família, onde ela estiver. Mas a educação infantil tem que oferecer mais do que isto: formação da mente da criança.

A Psicologia, no século XXI, avança em vários sentidos e no sentido de levar em consideração mudanças no modo de vida, que tem impacto sobre o desenvolvimento cognitivo das crianças. Eu me referi às grandes teorias, de Freud, Piaget, Vygotsky, e, depois, fui parar na teoria dos sistemas epigenéticos. São teorias para explicar aspectos do desenvolvimento, mas nenhuma abrange todo o desenvolvimento da criança. Mas nós temos que pensar no que aconteceu de 1950 para cá. Que Psicologia é essa que nós temos de 1950 para cá? Aconteceu muita coisa.

E a Psicologia brasileira, no meu entender, ainda não segue um ritmo desejável. Que ritmo desejável? O ritmo de estudar problemas específicos, aproveitando as grandes teses das grandes teorias, aquilo que aprendemos com os clássicos, mas focando problemas atuais que os clássicos não tinham.

Piaget não tinha nem vídeo para gravar as crianças. Ele tinha que ficar olhando durante horas. Vygotsky ia estudar na montanha os seus colaboradores num momento de revolução cultural e educacional. Não existia internet, não existia televisão, o mundo não estava conectado. Nossos problemas hoje são outros.

Será que a Psicologia tem respostas? Tem respostas, sim, porque a Psicologia atual, de base científica, que usa uma metodologia que pode ser enquadrada, demarcada como científica – não vou falar de ciência agora porque acho que não cabe –, tende ao conhecimento com evidências, conhecimento que podemos demonstrar, conhecimento em que dizemos: "Eu estou dando esta resposta por isto aqui", e faz uma relação entre o antes e o depois, de precedente e consequente. É a Psicologia que explica, mas explica não o desenvolvimento inteiro, mas aspectos, partes do desenvolvimento.

E aí eu queria enfatizar a necessidade de nós educadores fazermos a distinção entre desenvolvimento e aprendizagem. Vejo no Brasil uma ênfase muito grande em falar do desenvolvimento na educação infantil, mas é preciso falar de aprendizagem. Aprendizagem significa que nós não vamos atuar somente para que a criança expresse potencialidades. Desenvolvimento é a expressão de potencialidades. Aprendizagem é outra coisa. Aprendizagem é aquele comportamento novo que nós adquirimos porque alguém está propiciando ocasião, estímulo ou condição de adquirir comportamentos novos. Aprender é aprender coisas novas, de acordo com a nossa cultura, de acordo com os nossos valores, de acordo com o tipo de criança que nós queremos formar. E educação tem direção, tem meta, tem ideário. Não tem educação de deixar acontecer. Educação não é isso. É como os pais fazem com seus filhos. Nós educamos naqueles valores que temos, naquela direção que temos. Educação precisa de ideário, sim.

Consideremos também as imensas mudanças na estrutura das famílias, que afetam o modo de vida no aspecto social, emocional e os vínculos das crianças tanto com adultos como com outras crianças.

Nossas teorias do desenvolvimento são pouco sensíveis – e estou falando de nós aqui, do Brasil – e há certas questões como o impacto da pobreza sobre a constituição do pensamento. As teorias clássicas não estudaram isso. As teorias clássicas trabalharam com a criança... É muito simples falar em nível socioeconômico médio, em classe média. Não é essa etiqueta, não. Quero dizer que há crianças que têm suas necessidades básicas satisfeitas, tanto físicas como sociais e emocionais, e crianças que não têm suas necessidades básicas satisfeitas. "Ah, mas criança pobre não pode ter necessidades básicas satisfeitas?" Pode, em parte. Ela pode ter muito afeto. Pode, embora as condições sejam adversas, mas vai faltar a ela o acesso a uma série de bens que a criança de classe média tem. Isso vai ter um impacto sobre a constituição do pensamento, da mente da criança. E terá impacto maior ainda se faltarem a ela as interações emocionais, sociais, positivas, construídas, isto é, bem-estar, que é uma meta para toda a humanidade. Não é só nossa, de brasileiro, nem de chinês, nem de americano, mas uma meta humana viver com bem-estar em todos os sentidos.

Um aspecto crucial para ser enfocado é: como é que as crianças desenvolvem teorias sobre outras mentes?

Aqui seria uma coisa específica. Não vou me deter porque nós não teríamos tempo para isso, mas nós queremos dizer: compreensão social. Como é que nós compreendemos outras pessoas? Quando nós nos olhamos, nós pensamos no que a outra pessoa está pensando, no que ela acredita, nós perguntamos o que ela está sentindo e o que ela pensa de nós. Ou seja, essa relação entre as mentes, que se baseia em inferências utilizando vários indicadores. Mas a vida social repousa, sim, nesse tipo de compreensão ou de cognição social, que muitos chamam de

teoria da mente, *mind theory*, que é uma linha de pesquisa para entender como se forma na criança, nos primeiros anos de vida, essa capacidade de entender o outro, de levar o outro em consideração, de considerar o que o outro pensa a respeito dela.

Estou terminando.

Aqui, estou falando da teoria da mente, que é algo muito importante na educação infantil, porque envolve justamente cognição social.

Nós vemos aqui crianças lidando com o mundo físico, com objetos e cores. E elas estão lidando entre si. Então, é uma situação que pode ser de construção de elementos do mundo físico, para entender o mundo físico e entender o mundo social. A educação infantil tem um papel importante no desenvolvimento dessas habilidades, que são fundamentais na nossa vida adulta e que já devem ter sido adquiridas, obviamente.

Enfim, a exposição da criança a interações sociais. As crianças vão à escola, recebem atenção educacional desde os primeiros anos, exercitam brincadeiras de faz de conta, beneficiam-se dos efeitos da comunicação com outras pessoas. Crianças, além de se desenvolverem, aprendem aquilo que nós estamos dispostos a ensinar a elas.

Inteligência. Já não se pode entender inteligência somente como resolução de problemas. Inteligência é, sim, resolução de problemas, mas esses testes clássicos de quociente intelectual, de medida de idade mental, têm ali a sua contribuição, mas é muito pequena. Precisamos de outros recursos para identificar a capacidade mental enorme, que chamamos de inteligência.

Vou finalizar com essa imagem, mostrando para vocês a importância de que psicólogos e educadores apostem na curiosidade da criança, no desejo de aprender, no prazer de aprender durante os primeiros anos. Muitas vezes, falamos em brincar, brincar, brincar, mas não dizemos de que brincar. O que é brincar? Aprender supõe um esforço, e uma criança de quatro ou cinco anos pode fazer esforço, gosta de fazer esforço, sente prazer em fazer esforço.

Algumas pesquisas foram feitas com crianças hospitalizadas. Ouvimos muito falar em fazer brincadeiras com crianças em hospitais, crianças de sete, oito, nove, dez anos. E é muito bom, claro que sim, alegrar a criança, fazer palhaçadas, fazer brincadeiras. Há experiências com classes especiais e classes de hospitais, com crianças hospitalizadas, muitas com doença terminal. Em São Paulo, há uma forte experiência de atendimento pedagógico à criança hospitalizada, claro que uma pedagogia adaptada à condição da criança, e os resultados são excelentes.

Vemos o prazer que a criança sente de continuar aprendendo apesar de estar doente, apesar de estar internada em um hospital, e a família dá conta disso. E os médicos costumam dizer que isso favoreceu a saúde da criança, porque, quando se mexe com mente, mexe-se com tudo, mexe-se com o corpo também.

Então, aprender, aprender a aprender, junto ao desenvolvimento. Eu estou colocando isso como uma questão para se pensar, e se pensar relacionando teoria e prática, o que vem da teoria e o que vem da prática.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Drª Maria Regina Maluf.

Passo a palavra agora ao Sr. Luiz Antonio Corrêa, psicólogo, psicanalista e pedagogo, que falará sobre o tema "O porquê da influência do afeto, do estímulo e da alimentação nas alterações neuroquímicas do cérebro."

O SR. LUIZ ANTONIO CORRÊA – Bom dia!

Inicialmente, eu gostaria de agradecer o convite ao Senador Romário e aos demais Senadores.

Vamos falar de uma coisa fantasticamente importante, que é a influência do afeto, do estímulo e da alimentação das alterações neuroquímicas.

Quando me reporto à epigenética, a alterações sobre cromossomos e neurotransmissores, eu estou me reportando à neuropsicopedagogia.

A neuropsicopedagogia é uma ciência transdisciplinar. Por que transdisciplinar? Porque ela transpassa as outras ciências, fundamentada nos conhecimentos da neurociência.

Vou trazer para vocês hoje informações fantasticamente interessantes sobre a importância desses itens que nós vamos abordar nessas alterações neuroquímicas do cérebro, potencializando a criança na sua melhor qualidade de vida e no seu melhor aprendizado.

A neuropsicopedagogia é fundamentada nos conhecimentos da neurociência para entender como funciona o cérebro da criança. Ela utiliza as interfaces da psicologia, entendendo a psicologia infantil, desenvolvimento, subjetividade, e da pedagogia, que vai trabalhar inteiramente a aprendizagem da criança, e tem como objeto formal de estudo a relação do cérebro com a aprendizagem humana numa perspectiva de reintegração pessoal, social e escolar. Hoje se trabalha muito a neuropsicopedagogia em educação especial inclusiva, entendendo como funciona o cérebro de crianças que possuem determinadas patologias.

Bem, inicialmente, eu gostaria de falar para vocês uma coisa fantasticamente importante. Hoje, nós já sabemos que existe uma aprendizagem na vida intrauterina. Há alguns anos, nós nem conversávamos com a barriga. Até se escondia a gravidez. A criança nascia de olhos fechados. Hoje, conversando com a barriga, a criança já faz conexões nervosas, já cria novas redes neurais dentro da barriga da mãe. É prova disso ela já nascer com os olhos abertos hoje.

A criança hoje, com dois anos de idade, está baixando aplicativo no *tablet*. Existe uma postulação minha que diz que hoje a criança não quer colo, quer *tablet*.

Nós temos que voltar a trabalhar essa inocência, essa infantilidade. É por isso que vou falar da emoção como questão *sine qua non*.

A neuropsicopedagogia habilita os profissionais da educação a entenderem todo esse processo desde a vida intrauterina até a vida da pessoa globalizada.

Como a criança aprende? Acho fundamental entendermos que aprender, primeiro, é uma questão de concentração. Eu quero dizer para vocês que o cérebro humano só consegue se concentrar em uma coisa de cada vez.

Um desses dias, eu dei uma entrevista na Bandeirantes, e a entrevistadora perguntou: "Mas o cérebro da mulher também?" Eu disse que a mulher faz várias atividades psicomotoras ao mesmo tempo, mas concentração neurológica é uma só. E a nossa educação está perdendo muito porque os nossos educandos não estão mais fixados, não têm mais um foco de atenção ao professor. E a aprendizagem tem uma relação intrínseca de concentração. Precisa haver concentração, organização, uma rotina. A criança não tem que estudar muito, nem nós. Nós temos que usar pouco, mas todo dia. Se nós tivermos uma organização de estudo diário, a aprendizagem será muito mais eficaz.

E ritmo neurológico. O que é ritmo neurológico? E aí, sim, nós vamos entender a questão da epigenética nessa relação do ritmo neurológico.

Eu quero mostrar para vocês que o estímulo tem uma função fundamental. Só que hoje o estímulo está muito evidente. Hoje, é raro uma criança que não tenha uma televisão em casa. Há 50 anos, mal e mal se tinha um rádio. Então, esse estímulo auditivo e esse estímulo visual vão fazendo com que a criança já crie novas redes neurais desde quando está na barriga da mãe, e, posteriormente, ela vai ter um desenvolvimento fantástico, porque, através da estimulação visual, auditiva e tátil, todas as áreas cerebrais – os lobos temporal, parietal, occipital, o sistema límbico – estão sendo estimuladas, e estão sendo criadas novas redes neurais, potencializando a criança para ser mais inteligente.

Mas existe uma questão fundamental no desenvolvimento da criança: a alimentação. A alimentação tem uma influência importantíssima nesse nosso desenvolvimento.

Primeiro, a bainha de mielina é um isolante elétrico que permite uma condução mais rápida e mais eficiente nos impulsos nervosos. Se vocês observarem aqui, nós estamos olhando vários neurônios. Eles não se comunicam. Existe um espaço entre eles chamado fenda sináptica. Quando eu estimulo uma criança com qualquer jogo ou brincadeira, vai passar a corrente elétrica dessa estimulação de um neurônio para o outro. O que facilitará essa corrente elétrica a se protelar é a bainha de mielina, um invólucro que vai ajudar na corrente elétrica, na rapidez, na velocidade elétrica no cérebro de todos nós.

Uma mãe que se alimenta bem, com qualidade, não com quantidade, uma criança, na primeira infância, que se alimenta muito bem, isso vai constituir essa bainha de mielina e vai potencializar essa conexão nervosa, oportunizando o ritmo dessa criança muito rapidamente. A velocidade pode chegar, nessas conexões, quando uma bainha é mielinizada, com uma qualidade de mielina, de alimentação e de proteína, a 340km/h. Então, o que é isso? É um monomotor. É o caso daquelas crianças que captam o conteúdo enquanto o professor está na metade da explicação, ou mesmo o de quem tem uma potencialidade rápida para entender as coisas.

Então, essa alimentação, na constituição da bainha de mielina, é condição *sine qua non* para a nossa aprendizagem. Para uma mãe viciada em drogas, para uma mãe muito carente, com uma precariedade de alimentação significativa, vai haver um prejuízo também muito grande na formação dessa bainha de mielina, que podemos chamar de desmielinização. E a velocidade na conexão nervosa dessa criança mal alimentada pode chegar a 8km/h. Então, a diferença é muito grande, de 340km/h para 8km/h. É o caso daquela criança ou, futuramente, daquele adulto que escuta a explicação, mas tem uma dificuldade gigante de entender.

Alguém pode perguntar se, então, vai ter que abandonar essa criança. Obviamente, não. Nós vamos trabalhar coisas visuais, táteis, palpáveis, falar de subjetividade, falar de abstração, energia nuclear... Para uma criança nesse nível, a dificuldade é grande. Sabemos que, *a posteriori*, com a neuroplasticidade cerebral, essa criança terá um desenvolvimento criando novas redes neurais. Mas os neurônios desmielinizados terão um prejuízo para a vida inteira. Então, claro que, quanto mais eu estimulo, se ela tiver uma alimentação adequada *a posteriori*, nas novas redes neurais, ela terá um desenvolvimento. Mas esses neurônios prejudicados, devido à primeira infância dela ou ao período gestacional, terão um prejuízo muito ruim para o resto da vida dessa criança.

Então, aqui nós estamos começando a ver o primeiro momento da importância da boa alimentação na constituição neural dessa criança para facilitar o ritmo, porque o ritmo neural é a velocidade cerebral com que nós conseguimos identificar as coisas. Hoje, na nossa idade, uma excelente alimentação e uma excelente estimulação potencializam significativamente nosso cérebro para nós termos essa habilidade de entender facilmente. Uma criança com significativo problema de desnutrição, com significativo problema de drogadição ou com a falta muito significativa de uma alimentação adequada vai ter um prejuízo fantástico nesse desenvolvimento da aprendizagem. A criança até tenta entender, mas essas conexões ficarão muito difíceis.

Nós sabemos que... Eu vou mostrar aqui para vocês algo sobre a fala. Primeiro, antes de falar, eu penso. Esta área aqui é chamada de Wernicke. Em 70% das pessoas, a comunicação se dá do lado esquerdo do cérebro. Nessa área Wernicke é onde eu organizo as palavras no pensamento. E essa área aqui, chamada Broca, é onde eu explicito o dito, o discurso, a minha fala. Então, minha fala é resultado do pensamento. Há até um livro do Vygotsky que diz que pensamento é linguagem. Todos nós, quando muito pequenos, não pensamos, ficamos só balbuciando ou, ecolalicamente, falando o dito da mãe – nenê, "gugu", "dadá' –, repetindo o que a mãe fala. *A posteriori*, com a maturidade neurológica, nós vamos organizando o pensamento, e a criança fica lá dizendo "ovo", "bola", "boneca", "nenê". E é importante que ela fale, porque, quanto mais ela fala, mais ela organiza o pensamento.

A fala é o resultado do pensamento. Por isso, quem mais fala mais memoriza, porque, quando eu vou falar, passa no hipocampo. Esse vermelhinho aqui do sistema límbico é uma das áreas da nossa memória. Temos a memória pré-frontal, mas temos no hipocampo. Então, quanto mais eu falo, mais eu organizo o pensamento e verbalizo. Então, a fala é resultado da organização do meu pensamento.

Às vezes perguntam como é que aquele pastor sabe a Bíblia de trás para frente. É porque ele celebra cultos há vinte anos, todo dia, às 7h, às 9h, às 11h. Então, quanto mais a gente verbaliza... Quando vocês começaram no seu trabalho, foi difícil. Depois, no primeiro ano, no segundo ano, você não precisa nem ver livro. De tanto que se verbaliza, as palavras vão se organizando no pensamento.

Essa relação entre pensamento e linguagem é intrínseca. Mas essa velocidade de conexão tem uma relação intrínseca com essa questão de mielinização. Quanto mais eu dispuser dessas proteínas no meu organismo, mais eu vou enriquecer a mielina.

A segunda questão sobre a alimentação como condição *sine qua non* para o desenvolvimento intelectual é que a própria alimentação... É através da glicose que a maioria dos nossos alimentos se transforma em açúcar. Não é que o diabético não possa comer muito doce; ele não pode é comer muito. Por quê? Porque a taxa glicêmica sobe e porque a maioria dos nossos alimentos se transforma em açúcar. Então, através do açúcar e do oxigênio no ciclo de Krebs, essa energia vai ser utilizada pelas vesículas para a liberação de substâncias neurotransmissoras.

E aqui o ponto fundamental: que substâncias neurotransmissoras? Nós sabemos, eu falei para vocês que existe uma eletricidade cerebral que é a sinapse elétrica. No nosso cérebro, só passa eletricidade. Só isso. Só que, entre um neurônio e outro, existe uma vesícula aqui, no axônio, onde estão os neurotransmissores que precisam ser potencializados através dessa eletricidade. Quando eu potencializo, através dessa queima do açúcar com o oxigênio, ele libera substâncias fantasticamente importantes para nossa aprendizagem. Que substâncias, senhores? Primeiro, uma criança que se alimenta bem vai produzir acetilcolina, uma substância fundamental na aprendizagem, na memória e na atenção.

Com 65 ou 70 anos, todos nós vamos, devido à idade, criar uma enzima que vai degradar a produção da acetilcolina. Por isso a demência. A demência vai ser natural. E é até interessante, porque envelhecer é a única maneira de viver muito tempo. Todos nós queremos viver muito, mas ninguém quer ficar velho. E a única maneira de viver muitos anos é envelhecendo. Só que a demência faz parte da nossa vida. Hoje, nós sabemos, com a neuroplasticidade cerebral, que, quanto mais atividade neurológica, mais potencialização nós temos. Só que essa enzima será notória para todos. Aí vamos tomando antidemencial, etc., mas para degradar essa enzima, não para melhorar a memória.

E essa enzima bloqueia a produção desse neurotransmissor chamado acetilcolina. Uma criança que se alimenta muito mal vai ter uma produção muito baixa de acetilcolina e vai ser uma criança, com certeza, com problema de aprendizagem, porque, no Brasil, as nossas escolas não avaliam inteligência; nós avaliamos memória da criança. Nós explicamos e perguntamos o que nós explicamos. A criança que tem uma boa memória e uma produção de acetilcolina equilibrada vai lembrar e vai tirar nota boa. Então, nós temos que mudar até o nosso sistema de avaliação. Nós temos que avaliar o potencial, não a memória. Crianças que têm boa memória serão as que terão notas altas. Só que hoje, na vida, não se exige apenas a memória; nós temos que ver criatividade e outras potencialidades.

Então, uma criança que se alimenta muito bem vai ter produção de acetilcolina equilibrada, vai ter uma memória legal. Uma criança que se alimenta mal ou cuja mãe se alimentou mal na gestação vai ter um prejuízo na sua produção de acetilcolina.

Outro neurotransmissor fantástico, devido à alimentação, é a dopamina. Dopamina, senhores, age primeiro na atividade motora. Baixa taxa de dopamina ocasiona Parkinson, catatonia; alta taxa produz surto psicótico. A dopamina é questão *sine qua non* hoje. Uma boa alimentação vai trabalhando a dopamina, que trabalha a recompensa do cérebro, trabalha atenção, trabalha motivação. Uma criança que come bem, senhores, será uma criança motivada na escola e para a vida; uma criança que come mal vai ser uma criança desmotivada, uma criança que não tem emoção, é fria. Então, vejam só a importância da dopamina hoje nessa relação de aprendizagem e até de comportamento humano.

Uma criança que come bem, senhores, terá serotonina, que vai trabalhar a emoção, vai trabalhar o humor, vai trabalhar a ansiedade, também envolvida no sono. Nós sabemos hoje, a neurociência nos explica, que existem dois momentos de consolidação da memória. O primeiro momento é no sono. Nós temos que dormir bem. O primei-

ro sintoma, senhores, de saúde mental é a insônia. Por quê? Insônia não é só não dormir; insônia é dormir às 23h e acordar às 3h; é dormir às 2h e acordar às 5h; dormir às 23h e acordar meia-noite, 1h, 2h, 3h, 4h, 5h. Isso vai ter um prejuízo não agora, mas *a posteriori,* para a própria cognição. Você vai começar a esquecer. Não esquecer nomes de pessoas famosas, mas vai esquecer coisas de curto prazo, de memória de curto prazo. A memória de curto prazo está efetivada aqui nessa região.

Por isso que a região occipital, que é a da visão, você não perde. Daqui a pouco, você vai dizer: "Como é o nome daquele ator? Ele tem cabelo branco, barba branca... A cara dele está aqui na minha frente, mas eu não consigo me lembrar do nome!" Isso porque a região occipital não é prejudicada com a demência, mas, sim, a memória de curto prazo. Quando não dormimos bem, a consequência é um efeito de problemas cognitivos, que é um problema na memória.

Então, crianças que não dormem bem terão sérios problemas de cognição. E isso tem uma relação intrínseca com a serotonina. Foi por isso que o Prozac foi a pílula da felicidade. Ele é um neurotransmissor – a serotonina, através da fluoxetina – que ajuda a pessoa a voltar a ter humor, ter interesse nas coisas. Então, uma criança que se alimenta muito mal será uma criança depressiva, com certeza. Ela não vai ter ânimo para fazer as coisas. Tem um prejuízo significativo.

Outra questão da alimentação tem relação com o ácido gama-aminobutírico (GABA). O GABA é fundamental, é o inibidor da atividade neurológica e ajuda nessa questão da ansiedade. Uma criança que se alimenta muito mal vai ser uma criança muito ansiosa; uma criança que se alimenta bem vai ser uma criança mais tranquila, mais calma. Então, o ácido gama-aminobutírico é fundamental hoje para equilibrar a nossa ansiedade. Uma criança que se alimenta bem vai devolver glutamato, que vai ajudar na aprendizagem, na memória; uma criança que não se alimenta bem vai ter sérios problemas na produção de glutamato e vai ter sérios problemas de concentração. Será uma criança completamente com o foco desviado.

Então, vejam, mais uma vez, a importância de uma excelente alimentação nessa constituição. Uma criança que se alimenta bem vai desenvolver e produzir norepinefrina, que é a noradrenalina, que regula também o humor, a emoção e a atenção. Vocês estão vendo aqui que a maioria dos neurotransmissores trabalha a atenção. E eu falei para vocês que a aprendizagem é concentração. Se não tiver atenção, se não tiver foco, não existe aprendizagem.

E, por último, vai trabalhar a endorfina, que tem ação analgésica. Ao ser liberada, a endorfina estimula a sensação de bem-estar, conforto e ainda o estado de humor e alegria.

Vejam aqui, neste primeiro ponto fundamental que eu estou abordando, a importância que a alimentação tem na produção de neurotransmissores. A professora nos falou anteriormente uma coisa muito importante: mesmo que a criança nasça com toda essa potencialidade, se nós não trabalharmos essas questões tanto de alimentação, quanto de afeto, de estímulo, essas questões externas terão uma alteração neuroquímica fantástica no desenvolvimento. Então, é importantíssimo que entendamos isso.

Hoje, a neuropsicopedagogia é uma ciência transdisciplinar, como eu havia verbalizado para vocês, relacionada à neurociência, à pedagogia e à psicologia. Ela habilita hoje os profissionais da educação a entender todo esse desenvolvimento e a saber o que será melhor fazer.

A professora havia abordado que, hoje, com a neuropsicopedagogia, nós temos uma avaliação neuropsicopedagógica que oportuniza ao educador encaminhar a criança para determinados profissionais, que vão saber o que fazer com essa criança. O grande segredo é nós entendermos a criança e entendermos metodologias funcionais e importantes para esse desenvolvimento.

Bem, nós sabemos também que a emoção tem uma importância vital. Eu falei, num primeiro momento, que hoje a criança não quer colo, ela quer *tablet*. Mas nós temos que voltar ao Papai Noel, ao coelho da Páscoa, à fada do dente. Nós sabemos que a emoção, senhores, vai trabalhar efetivamente o sistema límbico. Com quatro meses de vida intrauterina, temos a formação do sistema límbico. O sistema límbico é responsável pela memória, responsável pela emoção e responsável pela sexualidade. Então, quando nós trabalhamos a emoção da criança, nós trabalhamos a amígdala, trabalhamos o hipocampo, que trabalha a memória, que é ligada diretamente ao córtex pré-frontal, de funções executivas superiores. Então, a emoção tem uma relação intrínseca com cognição. O Wallon dizia da importância do afeto no desenvolvimento cognitivo.

Eu dou palestras no Brasil inteiro e fora dele e digo para as diretoras: "Diretoras, não adianta fazerem reuniões de pais". Afirmo isso só para ouvi-las perguntarem: "Por quê?" Porque só vão os pais dos melhores alunos. Quanto mais afeto... Afetividade também é cobrança, é punição, não é? Mas, quanto mais presentes nós estamos junto às pessoas, mais se desenvolve essa questão emocional e, com isso, mais se desenvolve a questão intelectual. A emoção e a cognição estão inteiramente ligadas. Pesquisem crianças que têm um desenvolvimento fantástico na escola e a sua relação familiar; depois, peguem as crianças que têm escolaridade muito baixa e vejam que, às vezes, nem família têm. Então, a relação familiar, em relação a essa proximidade e emoção, é questão *sine qua non* para o desenvolvimento.

Finalizando, eu quero enfatizar, nesse trabalho da neuropsicopedagogia – e o Senador Romário, que é do Rio de Janeiro, está aqui –, a Faculdade São Fidélis, uma das poucas faculdades no Brasil que investem em pesquisa,

Senador, e lá está sendo feito um trabalho fantástico junto à Prefeitura de São Fidélis, no sentido de haver um neuropsicopedagogo em cada escola, para que ele trabalhe tanto o desenvolvimento intelectual da criança que não tem nenhuma patologia, quanto o da educação especial inclusiva. O Diretor Presidente, Sr. Sandro Albino Albano, a Diretora Andréa Shirlei, o Prof. doutorando Fabrício Cardoso e a Drª Rita Russo são grandes pesquisadores na área.

Então, eu quero deixar a vocês o convite para conhecerem a Faculdade São Fidélis, no Rio de Janeiro, uma das poucas faculdades no Brasil que estão investindo hoje em pesquisa. Inclusive já existe um projeto atual pela presença de um neuropsicopedagogo nas escolas, para que ele entenda todo esse procedimento neurológico e ajude essas crianças.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Dr. Luiz Antonio Corrêa. Obrigado também por essa informação.

Antes de passar a palavra, eu gostaria de chamar a Senadora Lídice da Mata para presidir este finalzinho da nossa reunião.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Bom dia.

Quero agradecer a gentileza do Presidente em dar-me a oportunidade de dirigir esta Mesa e de participar dela neste momento.

Passo a palavra ao Sr. Gilles Cambonie, pediatra e neonatologista, que dissertará sobre o tema "Por que o ambiente materno, durante a gravidez, é tão importante para o seu futuro filho?"

O SR. GILLES CAMBONIE (*Tradução simultânea.*) – Bom dia a todos.

Srª Presidente, Srª Senadora Lídice da Mata, eu me chamo Gilles Cambonie, sou pediatra neonatal no Centro Hospitalar Universitário de Montpellier, uma cidade universitária do sul da França, no âmbito da pediatria neonatal e reanimação de recém-nascidos.

Nós vamos falar sobre por que é tão importante tratarmos do ambiente da gravidez, e vou dar alguns exemplos sobre o estresse no período perinatal, período esse que vai desde a gestação até as primeiras semanas de vida do recém-nascido.

Como introdução, eu gostaria de lembrar o que nós entendemos como estresse. É toda e qualquer situação que vai atrapalhar o equilíbrio homeostático – frio, calor, dor –, mas também ameaças psicológicas. Isso representa exemplos clássicos. Como o organismo vai se adaptar a uma série de relações fisiológicas e comportamentais ao *fight-or-flight*, como dizem os ingleses? Então, vamos nos adaptar e encontrar o estado inicial.

Terminologicamente, há o fator estressante e também a reação do organismo ao estresse. O estresse perinatal é um conceito completamente recente, porque nós podemos encontrá-lo nesta área, além de estudos e uma literatura interessante de 30 a 50 anos.

Há três grandes abordagens clínicas feitas a esse respeito. Como o ambiente perinatal e gestação excepcionais podem favorecer o surgimento dessas psicopatologias? Como o ambiente perinatal de obstáculo pode influenciar o desenvolvimento da criança? Há também outro tema que diz respeito à relação entre o estresse perinatal e o caráter prematuro.

O primeiro elemento são estudos epidemiológicos feitos durante acontecimentos graves, como a Segunda Guerra Mundial. Verificou-se que esse tipo de situação pode acarretar o aumento, por exemplo, do risco de esquizofrenia entre as crianças nascidas de mulheres grávidas durante esses acontecimentos terríveis. Houve estudos feitos em espaços temporais. Estudou-se, por exemplo, a relação entre uma fome terrível que atingiu a parte ocidental da Holanda, durante o inverno de 1944/1945, e seus efeitos, duas décadas depois, na prole de mulheres grávidas àquela época. A conclusão foi que houve um pique alto de esquizofrênicos.

Essa vulnerabilidade a distúrbios psicopatológicos corresponde a acontecimentos graves – falamos da Segunda Guerra Mundial e também de atentados, inundações, terremotos, furações, acidentes nucleares, etc. –, mas também a situações individuais das mulheres, como, por exemplo, morte do marido, uma gestação não desejada. Patologias psiquiátricas são relativamente variadas, mas podemos mencionar a esquizofrenia nos filhos dessas mulheres, quando esses eventos graves aconteceram durante a gestão, e também autismo e depressão.

Essas são situações excepcionais, mas há situações muito mais comuns na vida cotidiana. Podemos constatar, então, que a percepção do estresse é algo muito variável de um indivíduo para outro. Fazer uma escalada, por exemplo: para alguns, pode ser um grande estresse; para outros, uma fonte de prazer. A percepção individual varia também com relação aos obstáculos da vida cotidiana.

O estresse é, finalmente, um conceito multidimensional. Há fatores que podem engendrá-lo, conjunturais ou permanentes, mas há também fatores de acomodação: condições econômicas, estilo de vida, apoio social, personalidade do indivíduo e, finalmente, ansiedade, que vai resultar na percepção do estresse e será, inclusive, geral ou especificamente associada à gestação ou à depressão.

Nessa perspectiva, nós podemos observar a influência do estresse materno no temperamento da criança. Por exemplo, podemos fazer uma correlação entre o CRH com 25 semanas e distúrbios na criança, mas também entre

acontecimentos negativos durante a gestação e distúrbios na criança com seis meses. Há também uma correlação entre o estado de ansiedade na gestação e distúrbios de comportamento da criança com 25 meses.

Ora, com o desenvolvimento a longo prazo, a ansiedade materna, no final da gestação, pode gerar distúrbios emocionais na criança com idade de quatro anos, mas também a síndrome de hiperatividade, citada um pouco antes de minha apresentação, sobretudo entre meninos. A ansiedade excessiva da mãe durante a gestação está ligada à hiperatividade nesse menino com idade de cinco a sete anos, mas também a síndromes de depressão entre os jovens adolescentes.

Portanto, o que nós podemos dizer de modo razoável, nesse sentido, é que o estresse e a ansiedade crônica durante a gestação podem influenciar o comportamento do bebê, o seu temperamento, mas também, posteriormente, o desenvolvimento psicológico e cognitivo a médio e a longo prazo.

O terceiro grande tema de que falamos é: será que essas situações de estresse durante a gestação podem levar ao risco de prematuridade? A maioria das pesquisas feitas na população, de fato, confirmaram o risco dessa prematuridade, mas há também o risco de atraso de crescimento, que é associado a várias situações de estresse da mulher durante a gestação – ansiedade especificamente ligada à gestação, ansiedade com relação à integridade física do feto, ansiedade com relação ao risco associado ao parto e associado à gestação mais curta – e associado também a outros fatores como, por exemplo, depressão, falta de apoio social, dificuldade de acesso aos cuidados de saúde, exposição ao racismo, a preconceitos, a discriminações. Tudo isso está ligado ao risco de atraso de crescimento.

Como podemos explicar esses fenômenos? É aí que os experimentos com animais ajudam a compreender os mecanismos.

Sem entrar em detalhes, pois não temos muito tempo, houve dois tipos de experiências com camundongos que permitiram avaliar o efeito do estresse perinatal. Os camundongos foram imobilizados em tubos plásticos que reproduziam uma situação de promiscuidade social, expondo-os ao excesso de poluição sonora, dificuldades de acesso ao alimento ou ainda distúrbios do sono. Isso pode representar obstáculos variados, não tão importantes, mas difíceis de se viver na vida cotidiana.

O modelo experimental do estresse é a separação desse filhote – de rato, *hamster* ou camundongo – de sua mãe. Isso é algo extremamente estressante, sobretudo se ocorrer muito cedo, tanto para o bebê quanto para a mãe. O que nós pudemos observar nesses animais foram consequências de comportamento, sobretudo na resposta sobre a atividade de locomoção, na resposta com relação às anfetaminas, elementos de que falou o apresentador anterior. Isso sugere hiperatividade do sistema energético. E nós sabemos a importância desse sistema no que diz respeito à recompensa, ao risco futuro de vício.

Outro elemento que será objeto desse modelo é a interação, que é extremamente importante, entre os humanos e a capacidade de discriminar uma informação pertinente de uma informação que não o é. Isso é uma função de filtro, que diz respeito aos circuitos córtico-corticoides. E a interação desse tipo de função corresponde ao modelo, nos animais, da esquizofrenia humana.

Em seguida, no que diz respeito ao humor, a exposição desses animais a esses estresses perinatais acarreta distúrbios de humor, com indução depressiva, redução do comportamento da motivação, da curiosidade. Observamos também distúrbios de cognição, com alteração da noção espacial, da capacidade de aprendizagem. Depois, constatou-se uma exacerbação de distúrbios de memória associados, com o passar do tempo, à idade.

Consequências moleculares. Bem, nesse âmbito fenomenológico, vou descrever um pouco do que nós observamos nesses animais e como podemos explicar isso no âmbito do mecanismo químico.

No âmbito molecular, há vários eixos que foram trabalhados. São muitos eixos, e eu vou resumir alguns resultados principais. Um ponto importante é o eixo suprarrenal-pituitário do hipotálamo, que é um eixo importante para o efeito do estresse. Quando o sujeito percebe uma situação ameaçante, numa região na base do cérebro que se chama hipocampo, hipotálamo, ocorre a fabricação do hormônio do estresse, o CRH, que induz à produção de ACTH, que é fabricado no âmbito das suprarrenais, o cortisol nos humanos, que nos permite a adaptação a situações de estresse. Mas também esse hormônio, a corticosterona, vai ter efeito negativo sobre a produção. É o que nós chamamos de *feedback* negativo, essencial para restaurar o estado inicial do sujeito. Em situação de estresse permanente, isso é muito recorrente, isso é muito solicitado, sobretudo, a longo tempo, para o organismo.

Nos animais que foram expostos a esse estresse perinatal, não houve perturbação desses corticoides. Por outro lado, houve uma resposta ao estresse posterior, em que houve uma elevação prolongada desses corticoides que dizem respeito a uma diminuição do *feedback* negativo. Portanto, sugere que haja um distúrbio do sistema nervoso central na recepção desses corticoides. Veremos isso mais tarde.

O segundo elemento são fatores neurotróficos, elementos importantíssimos para a sobrevida e o crescimento dos neurônios. Nesse modelo, nós observamos que essas substâncias neurotróficas têm uma produção reduzida durante a vida em diferentes áreas críticas do cérebro, sobretudo no hipocampo, no córtex frontal, que dizem respeito ao comportamento cognitivo.

Outro elemento – peço aos senhores que olhem, com muita atenção, essa imagem que está à direita do eslaide – diz respeito à plasticidade do sistema nervoso central, isto é, finalmente, o que possibilita ao neurônio, uma célula nervosa, manter relações com seu meio ambiente vizinho. Isso possibilita comportamentos humanos muito elaborados, sofisticados, ditos superiores. À esquerda, temos uma situação de controle padrão e, à direita, um estresse perinatal. Vejam a que ponto a capacidade de comunicação dos neurônios é reduzida, a que ponto elas são empobrecidas quando o animal é exposto ao estresse perinatal.

Já que vamos tratar de um tema que é a epigenética, vamos tentar compreender como, finalmente, a qualidade dos cuidados de saúde pode influenciar a expressão dos genes. Vamos imaginar que somos um pequeno ratinho. Esse rato vem de uma excelente mãe, uma mãe compreensiva, amável, que alimenta como é necessário o seu pequeno, que lambe esse bebê. É uma mãe muito cuidadosa. Então, com a influência desses estímulos táteis na região do cérebro desse ratinho chamada hipocampo, há uma produção acelerada de um hormônio chamado serotonina, mas também o hormônio da tireoide. E isso vai favorecer a expressão de fatores neurotróficos chamados fatores de crescimento nervoso. Mas o ponto importante que devemos compreender é que a expressão desses fatores no sistema nervoso central vai modificar a vizinhança dos genes. Nós não vamos modificar a mensagem que se escreve no gene – a Drª Zucchi, que estava aqui, definiu isso ontem –, pois o gene é o alfabeto, e a epigenética é a linguagem. Então, esse meio ambiente do gene será modificado e também a expressão.

Portanto, isso será o caso desse neurotrófico de reações químicas clássicas. A falta de sincronicidade sensorial vai permitir a passagem do código genético para fabricar o receptor de glucocorticoides. Isso é importantíssimo porque, percebam os senhores, sobre a influência dessa maternagem, haverá mais receptores de glucocorticoides no âmbito do hipocampo. Em consequência, o eixo suprarrenal-pituitário do hipotálamo será menos reativo. E o ponto mais importante que devemos compreender, nesse elemento de programação, é que isso é apenas modulável durante a primeira semana desse animal. Então, é um período muito crítico, em que a maternagem tem papel importantíssimo, e muitas coisas devem vir da mãe para favorecer essa proximidade mãe-criança.

Vejam que, como esses exemplos, há vários. São 900 os genes que são influenciados pela qualidade da maternagem, genes esses que têm influência sobre o metabolismo energético, sobre a transmissão dos sinais entre as células, sobre a síntese de circulação e reciclagem das proteínas, mas também genes envolvidos na arquitetura da sinapse, isto é, como nós conseguimos esculpir, elaborar, fabricar o sistema nervoso central num indivíduo, desde a primeira semana de vida.

No âmbito, agora, transgeracional, trata-se de uma transmissão entre as gerações. Portanto, há modelos de depressão oriundos da depressão pós-parto, da prematuridade, do estresse perinatal que podem ser reproduzidos de geração a geração, enquanto o elemento estressador não for reduzido. Nós não entendemos muito bem isso, mas há possibilidade de uma reprodução transgeracional ligada às anomalias de mutilação de células germinais, aquilo que se chama de microRNAs.

Nós temos praticamente a possibilidade de modular o efeito do estresse no âmbito do sistema nervoso central a partir de um conceito de programação, um conceito que tem como base a hipótese de que uma modificação importante do meio ambiente fetal ou neonatal, sobretudo traumas emocionais, pode acarretar uma adaptação de funções que pode, claro, possibilitar a sobrevida do animal nesse meio ambiente hostil, mas também pode acarretar doenças, tanto na infância, quanto na idade adulta.

Durante essa semana, nos vimos que traumas emocionais importantíssimos durante a gestação e também o que acontece antes da gestação podem acarretar adaptações de estruturas e de função. Eu citei modificações no eixo suprarrenal-pituitário do hipotálamo, o processo de adaptação a longo prazo, ou seja, aprendizagem e adaptação. Nós vimos que haverá modificação bem crítica nos receptores. E tudo isso pode ser a origem de patologias na infância ou na idade adulta desse indivíduo, tais como distúrbios de humor, ansiedade, distúrbios de cognição, distúrbios de aprendizagem e também distúrbios de comportamento, por que não?

Estou concluindo, espero que os Srs. Senadores estejam convencidos e que possam fazer aquilo que é necessário com relação a essa situação filtro, que vai perturbar o desenvolvimento normal da criança, mas pode também agravar riscos de prematuridade e condicionar vulnerabilidades que levam a distúrbios psicopatológicos.

No que diz respeito à estratégia desse período de pré-natalidade – eu trabalho no Departamento de Neonatologia –, nós vamos estimular ao máximo essa estabilidade da criança e evitar essa ausência de sincronicidade sensorial de que lhes falei. Vamos favorecer a proximidade física e emocional mãe-criança, criança-mãe, isto é, o bem-estar psicológico da mãe na construção desse bem-estar entre a mãe e o filho. Esses elementos são essenciais para a construção e o desenvolvimento do sistema nervoso central.

Muito obrigado pela atenção. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Passo a palavra à Drª Françoise Molénat, psiquiatra.

A SRª FRANÇOISE MOLÉNAT – Eu agradeço muito à Srª Presidente desta Comissão, Senadora Lídice da Mata, a todos os Senadores, a todos os que aqui estão, como também agradeço aos organizadores, que nos receberam de

modo muito caloroso no Brasil. Eu tenho a honra de estar neste País pela segunda vez e aprecio muito a gentileza dos brasileiros que estão nos recebendo.

Na sequência do que acabaram de expor o meu colega Gilles e os expositores anteriores, a questão é: como fazer para melhorar o ambiente perinatal e como fazer para que, a partir da gestação, os profissionais que acompanham e monitoram os futuros pais possam enriquecer esse ambiente? Eu vou ser muito rápida e vou me centrar no essencial: as etapas precoces do desenvolvimento humano.

Gostaria de lembrar que, para a criança e para os pais, as etapas gestação, nascimento e primeira infância são uma única etapa, uma continuação. Por outro lado, para os profissionais, são etapas compartimentadas e são etapas muito sensíveis.

As interações acontecem desde a vida intrauterina, são as premissas da organização, e nós temos o interesse, portanto, de melhorar o bem-estar dessa mãe.

Eu gostaria de lembrar também que a emoção tem raízes na biologia. Toda experiência vivida deixa traços nos neurônios, e são essas emoções que vão organizar o julgamento, a ação e também a consciência de si. Tudo isso nós sabemos, mas é apenas a ponta do *iceberg*. É a emoção que nos faz raciocinar e agir. Portanto, é muito importante o contexto emocional para todas as etapas de que lhes falei.

Eu vou falar um pouco de uma experiência na França, não para que seja modelo, mas para apresentar-lhes uma dinâmica que se organizou em torno de encontros, que não estavam previstos, entre profissionais dos diferentes serviços, já que esses profissionais desejavam trabalhar juntos, e o Ministério da Saúde da França interessou-se por essa colaboração, por essa dinâmica interdisciplinar.

Nos anos 80, as práticas com relação a situações médicas clínicas com forte carga emocional começaram a se modificar – hospitalização, distúrbios, anomalias, etc. E os pais dos quais tivemos os testemunhos disseram-nos que essas situações terríveis puderam ser atravessadas, mas deixariam sequelas traumáticas se eles não tivessem tido o acompanhamento desses profissionais e se não tivesse havido diálogos entre esses pais e os profissionais.

Portanto, as pesquisas sobre as emoções nos confirmaram que uma emoção negativa só se transforma numa inter-relação que é marcada pela empatia. Então, essa é a questão maior dos traumas do passado, que podem se organizar em condições mais rigorosas no âmbito de experiências repetidas e de uma segurança de relação.

Quando coletamos esses testemunhos, nós dissemos: "Bom, está acontecendo alguma coisa. E se nós tentarmos usar essa interdisciplinaridade desses profissionais de saúde para situações mais complexas, marcadas por fatores de riscos psicológicos sociais maiores, mas não apenas psicossomáticos?" E aí começamos a nos dizer, finalmente, que tínhamos aí uma chance, sobretudo se fossem pais que estivessem numa situação de fragilidade. Uma gestação de uma mãe jovem em situação social de vulnerabilidade é vivida negativamente.

Então, as mentes se transformaram. Eu vou dar um exemplo de gestações com problemas de toxicomania, de vício. Trata-se da situação mais difícil, tanto para as famílias, para as crianças que vão nascer, quanto para os profissionais de saúde que acompanham essa gestação, pediatras e outros, porque não sabem o que fazer com essa gestação. São familiares que têm muita dificuldade de se expressar, temos a impressão de que essas mulheres estão em estado de ausência permanente.

Em 1995, muitas parteiras em hospitais na França, sobretudo enfermeiras, organizaram uma recepção para mulheres gestantes toxicômanas. Desde então, há um acompanhamento da gestação com cuidados corporais, uma operação baseada no corpo, envolvendo a família, os médicos de família e envolvendo a comunidade, porque a comunidade tem de ser envolvida. Houve também a presença do pai, que muitas vezes não queria participar disso. E o resultado foi uma transformação das situações. E não houve depois separação mãe-bebê, porque havia unidades onde essa mãe e esse bebê podiam ficar depois do parto. Essas mulheres foram revalorizadas e aceitaram, então, uma proteção.

Assim, uma confiança se estabeleceu graças ao acompanhamento médico marcado por essa empatia, e não pelo julgamento. Um estudo sobre essas crianças nascidas de mães toxicômanas mostrou que as crianças cujas mães eram particularmente prejudicadas pela vida, digamos assim, mas que tiveram esse acompanhamento desenvolveram-se melhor do que as crianças nascidas de mães que tinham problemas de toxicomania e não tiveram o apoio dessas equipes.

Esse resultado nos fascinou, porque não somente podemos ajudar essa criança recém-nascida, que será protegida, mas também os pais, que vão se alimentar de uma interdisciplinaridade de profissionais que trabalham com eles no âmbito dessa empatia, dessa solicitude e no âmbito de uma coerência de ação. Isso foi importantíssimo para os acontecimentos que vieram a seguir.

Uma nova ferramenta, então, terapêutica é essa interdisciplinaridade, que teve como eixo o acompanhamento médico, porque os pais que esperam uma criança vão encontrar um médico, uma enfermeira e vão também se sentir como todas as mães e pais. Então, a chegada de uma criança vai ser vivida positivamente. Em termos da mãe gestante, é uma ocasião de colocá-la num ambiente de segurança, de reconstrução e restabelecer a confiança dela em si mesma, mas também é um momento de colocá-la no sistema de saúde e nessa relação interprofissional com

os profissionais de saúde. E, se os pais tiverem grande dificuldade pedagógica, ou se as mães tiverem problemas de alcoolismo e toxicomania, essa interdisciplinaridade também funciona muito bem.

Portanto, qual formação, já que é o tema que me foi solicitado, que um profissional deve ter para melhorar essa qualidade do ambiente da mulher gestante, dos futuros pais, sobretudo o do bebê?

Trata-se, no fundo, de integrar o conjunto dos atores de saúde, integrar os elementos de saúde nesse acompanhamento perinatal. Além disso, respeitar a fisiologia das mulheres, associar os futuros pais, levar em conta os fatores de insegurança e oferecer respostas adaptadas aos pais, na medida em que eles forem expressando suas necessidades, porque isso não é óbvio; nem sempre eles podem expressar suas angústias, seus traumas do passado. E os resultados são ampliados pelo fato de que, durante esse período da procriação, a mulher grávida é muito permeável ao meio ambiente em que se encontra. O problema, porém, é essa compartimentação das disciplinas médicas, dos serviços médicos. Há também o abuso da medicalização, e nós temos de buscar uma melhoria desses aspectos.

Além desses fatores, há os aspectos emocionais. Muitas vezes, os pais não se sentiram acolhidos nem escutados em suas necessidades. Era preciso retomar todos esses aspectos. E os enfermeiros e médicos não tinham muito instrumental, não tinham ferramentas para lidar com essa interdisciplinaridade. Eles eram muito bem formados, capacitados, qualificados, mas como lidar com uma mulher toxicômana, agressiva, um pai que é violento, mas é o pai da criança?

Nós estamos ainda numa cultura do distúrbio. Nós sabemos cuidar do distúrbio, custa caro cuidar do distúrbio, mas nós não sabemos como lidar com a prevenção desse distúrbio, não sabemos como valorizar essa prevenção. A prevenção não diz respeito a um único profissional. A prevenção diz respeito a um trabalho interdisciplinar, coletivizado, que não faz parte da nossa cultura, tanto aqui no Brasil quanto na França, seja ela médica, seja psicológica.

Esta frase terrível os senhores já conhecem: "Vamos deixar a situação como está para vermos como é que fica". Bem, depois, finalmente, estaremos diante da catástrofe do fato consumado. E nós nos damos conta de que, durante o período perinatal, havia sinais de alarme aos quais não demos atenção, não soubemos dar as respostas. E essa resposta só é possível dar através da interdisciplinaridade e dessa colaboração. Se houver uma falta de atenção, uma falta de cuidado, o risco é que os pais venham a reviver um trauma. "Olharam-me esquisito porque eu sou viciada; eu não vim a nenhum encontro médico, eu sou relapsa". Essa experiência não pode se repetir, mas, se se repetir, ela vai fortalecer carências, traumas ligados ao passado afetivo, marcado pela desvalorização, pela negligência e pela falta de confiança em si mesmo.

Por outro lado, se esse "neocontexto" – desculpem o neologismo – de relação profissional pode oferecer esperança, segurança e uma escuta com atenção, nós temos aí a oportunidade de reorganizar isso. E são os neurocientistas que trabalham com a memória e nos dão explicações, com precisão, sobre como uma experiência repetida de segurança – que é marcada pelo prazer, pela satisfação – pode reorganizar traumas antigos, pode reorganizar circuitos dos neurônios, sem que necessariamente tenhamos que trabalhar diretamente com esses traumas.

Portanto, evidentemente, para nós, profissionais da saúde, isso é uma grande esperança, porque diz respeito à possibilidade de escaparmos dessa repetição transgeracional e de todas essas questões ligadas ao estresse de que falou há pouco o meu colega Gilles.

Contudo, as resistências são múltiplas. Como passar da pirâmide ao meio transversal para oferecer a uma família cuidados? Isso não é fácil. Não há muita literatura sobre isso. Cada um fica no seu canto, acomodado, e não ousamos olhar o que o outro está fazendo. Temos hábitos, representações muito negativas. É sempre a culpa do outro, nunca é minha, quando a coisa não funciona. Então, é preciso mudar as mentalidades e estabelecer essa interdisciplinaridade.

Qual é a motivação? Capacitação, formação, qualificação multidisciplinar para termos o novo prazer de trabalhar juntos, sair cada um do seu canto e inventar novas interfaces entre os profissionais de saúde, criar novos espaços de intercomunicação e poder trabalhar com essas famílias vulneráveis. É a eficiência e os resultados que são a nossa grande força motriz.

Trata-se de melhorar as relações de capacidade de cada profissional, as relações em cada equipe médica e acompanhar, com rigor, essa família que se encontra em vulnerabilidade, mas também ter o monitoramento precoce do recém-nascido antes que os distúrbios se deem, encontrar novos métodos pedagógicos e novas ferramentas de inter-relação para oferecer um ambiente favorável. Eu vou falar sobre essas experiências, que se basearam em simulações.

É muito interessante, mas, infelizmente, não temos tempo aqui. Então, eu vou lhes falar um pouco da gênese de um método pedagógico inovador, que se constituiu após uma pesquisa prospectiva em que comparamos as atitudes profissionais e o futuro dos pais e da criança, ao longo da gestação, nascimento e primeira infância, da qual lhes falei há pouco.

Entre 1986 e 1988 – já faz tempo –, nós estávamos tão interessados na eficiência dessa boa relação entre os diferentes profissionais que houve a primeira capacitação inter-regional e interprofissional. Os pais nos ajudaram muito com testemunhos e entrevistas, quando eles eram acompanhados em condições corretas. Eles viviam muitas

vezes em provas, em situações dificílimas com o seu bebê etc. Era um choque para eles, como eles puderam testemunhar. Como eles foram muito bem monitorados, acompanhados, eles nos deram a ferramenta para que nós pudéssemos organizar esse trabalho. Nós também temos testemunha de profissionais, colegas que melhoraram suas práticas e passaram a trabalhar de outro modo desde então.

O Ministério da Saúde francês, em 1986, se comprometeu e solicitou divulgarmos essa experiência em âmbito nacional e criarmos material didático para os profissionais de outras regiões do país. E a Comunidade Europeia, na época – não era União Europeia –, também acompanhou esse trabalho em vários países. Espanha, Grécia, Grã-Bretanha e Holanda vieram à França, à nossa cidade de Montpellier, para fazer capacitação conosco, para que nós pudéssemos reproduzir essa experiência e para que eles pudessem reproduzir nos países deles essa mesma dinâmica, essa mesma experiência.

Em 1995, graças ao estudo prospectivo de que lhes falei há pouco, que nos possibilitou encontrar uma correlação forte entre a falta de continuidade da rede profissional e o desenvolvimento da criança até os 5 anos, nós encontramos falhas de comunicação, rupturas na comunicação, que faziam com que os pais perdessem a confiança nas equipes de saúde, ficassem em casa e não viessem mais para os cuidados de saúde.

Essa pesquisa nos deu uma ideia de como criar um método pedagógico. Tratou-se de organizar uma apresentação clínica de uma situação real – evidentemente com o acordo da família, que não estava presente, mas que deu o seu acordo para que o fizéssemos –, uma apresentação prospectiva interdisciplinar reunindo todos os profissionais envolvidos na situação, como obstetra, enfermeira, parteira, médico da família, psicólogo, pediatras etc, todos os atores clínicos que participaram do processo desde o início da gestação até a primeira infância. Diante de um público como os senhores, mas também um público que reuniu todas as disciplinas envolvidas e que... Eu vou passar sobre isso. Portanto, esse método pedagógico foi tão revelador para os profissionais que estavam descobrindo o ponto de vista do outro colega e da família, isto é, nesse caso, o obstetra ouvia o pediatra, a assistência social ouvia o clínico geral. Esses profissionais nunca se falavam entre si e eles estavam descobrindo, cada um, o ponto de vista do outro: "Mas isso faz com que fiquemos mais inteligentes. Isso abriu a minha compreensão da dinâmica da família que estou tratando". Foi muito interessante. A experiência foi divulgada em todas as regiões da França e nesses países do qual eu lhes falei que fizeram estudo de casos semelhante. Também pudemos fazer esse exercício de empatia: "Se eu estivesse no lugar do obstetra, se eu estivesse no lugar do clínico geral, se eu estivesse no lugar do médico?"

Nós apresentamos, em Bruxelas, sede da Comunidade Europeia, durante dois dias, estudos de casos dificílimos que tivemos que preparar muito bem para essa apresentação. Eu nunca vou me esquecer disso, porque havia muitos médicos obstetras, pediatras, pessoas que de modo geral não se abrem muito e que não saíram das cadeiras – ficaram na sala durante dois dias. Então, eles tiveram a experiência de ouvir, de compreender a lógica das emoções, das relações, da evolução de uma família no tempo, nos encontros, nessa equipe interdisciplinar de que lhes falei. Então, tivemos que apresentar essa experiência de novo diante de 300 profissionais, médicos e enfermeiros, que deveriam compreender essa nova lógica da evolução dessa família no âmbito dessa equipe interdisciplinar que agiu. Era, muitas vezes, um choque. Há sempre essa impressão de, realmente, entrar na complexidade humana.

Essa ferramenta pedagógica foi validada graças a sua capacidade de reprodução e sua eficácia em vários tipos de terreno. Mesmo que nós não consigamos resolver todos os problemas, o objetivo é permitir que a criança seja protegida e, se possível, que os pais possam continuar sua trajetória de vida com a criança, porque eles serão acolhidos e reconhecidos nas dificuldades que viveram, já que botaram no mundo essa criança.

Também com relação a esses distúrbios de que lhes falei. Tudo isso é muito importante. Nas cidades onde aconteceram essas experiências – só para ilustrar aos senhores –, a divulgação desse método pedagógico aconteceu. E, também no âmbito internacional, fora Europa, vamos trabalhar com todos esses países. E foi muito importante para nós também, porque nós nos demos conta de que também não importa qual seja o contexto do sistema de saúde, a questão é como os profissionais de saúde podem estabelecer a comunicação entre si para oferecer aos pais um ambiente humanizado e frutífero, para que os pais possam se reconstruir dos traumas e distúrbios do passado e ter confiança no sistema de saúde e não ficarem em seu canto, em casa, como era antigamente. O Ministério da Saúde nos solicitou que redigíssemos referências bibliográficas para uma divulgação. E criamos o Plano de Perinatalidade que foi publicado em 2015, que também dizia respeito à segurança psicossomática. Por que o Ministério comprometeu-se nesse salto qualitativo? O relatório dizia respeito a quatro disciplinas: obstetrícia, pediatria, epidemiologia e psiquiatria pediátrica.

Deram-nos ferramentas e meios para que nós pudéssemos tratar da segurança emocional das mulheres, dos futuros pais, mas, sobretudo, do bebê. Escutar os pais desde o início da gestação graças ao acompanhamento perinatal precoce e divulgar as informações interdisciplinares e pluridisciplinares. Acho que a ideia que temos que ter em mente é que, nessa área, a empatia não basta. Para conseguirmos organizar essa interdisciplinaridade, é preciso muito rigor; rigor na transmissão, no controle, na vigilância, na capacidade de antecipar. Eu não tenho tempo, infelizmente, de falar sobre isso aqui – talvez hoje à tarde, nas oficinas. O ambiente pluridisciplinar do nascimento à pequena in-

fância é uma nova disciplina, uma disciplina transversal que integra todos os registros do ser humano, as etapas do desenvolvimento humano, que eram até então muito compartimentadas pelas práticas que tínhamos no passado.

Eu vou passar sobre isso. Vou muito rápido, infelizmente.

A segunda etapa é como favorecer o acordo pai/bebê. Um exemplo de algumas imagens para ficarmos motivados. Exemplos de posturas: os pais que tiveram esse acompanhamento bom serão pais muito receptivos com seu bebê, se nós ajudarmos esses pais a saber como lidar com isso, permitindo a esses pais que eles se abram também ao mundo. Aqui é um pai que acabou de sair da prisão e que esteve presente desde o primeiro dia de vida de seu bebê. Vejam aí: é o mesmo pai, é uma mãe toxicômana severa e como essa mãe vai ser ajudada a segurar o seu bebê de maneira segura, tanto para ela como para o bebê. Veja a postura que vai permitir a essa mãe organizar os seus primeiros afetos, os seus primeiros pontos de apoio, já que o bebê teve uma síndrome causada pela toxicomania da mãe. Então, nós ajudamos essa mãe a segurar melhor. As equipes de pós-parto são capacitadas para lidar com essa nova postura.

E o terceiro objetivo é não esperar a aparição de distúrbio tanto na mãe como na criança, com uma observação atenta do desenvolvimento prematuro desses distúrbios que se vão formar com os menores signos de anomalias no bebê. Isso vai nos permitir identificar esses distúrbios, mas também pais que aceitaram esse apoio.

Em conclusão: o acordo entre pais e bebês passa pelo acordo também entre os vários profissionais que acompanharam a família nesse período sensível. Isso se baseia num ambiente estruturado baseado no respeito mútuo dos profissionais. Os pais têm que perceber que eles estavam no centro desse ambiente, que eles eram o centro desse apoio e que o ambiente vai respeitar a complementaridade que há entre eles. É uma experiência vivida de um novo modelo educativo para esses futuros pais. Os pais vulneráveis percebem essas mudanças, mas precisamos de muito rigor, como eu lhes falei.

Eu gostaria de terminar com uma homenagem a esse grande psiquiatra brasileiro Salvador Celia, que dizia: "É uma luta, é preciso mudarmos as mentalidades".

E eu achei, no jornal francês *Le Monde*, de setembro de 2015, um artigo sobre a economia sem norte, a respeito das mudanças, algo como: "Primeiro, eles nos ignoram, depois eles zombam da gente, depois nos atacam, e depois a gente ganha". Eu acho essa frase muito bonita, uma frase de Gandhi, uma frase que nos motiva e nos encoraja. E acho que os senhores terão a mesma impressão, analogia entre a prevenção precoce, isto é, desenvolver os recursos naturais da criança e dos pais com os debates atuais sobre ambiente e sobre o PIB nos países.

Muito obrigada pela atenção de todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Agradecemos a presença de todos.

Agora, vamos passar a palavra para as considerações finais à Drª Maria Regina Maluf.

A SRª MARIA REGINA MALUF – Que considerações finais eu faria aqui? Eu acho que, ouvindo os colegas todos, há muita coisa realmente para considerar que reforça as minhas teses iniciais da necessidade de, em um sistema educacional que tem como objetivo a formação do cidadão brasileiro, que comece nos primeiros anos de vida. Eu acho que isso reforça muito a importância da educação nos primeiros anos de vida, educação que, necessariamente, começa na família ou no substitutivo, ali onde a família está. Onde entram o Estado, o Governo e as políticas públicas? Entram para dar suporte à família e dar continuidade a uma formação que não dá para fazer na família só. Então, a escola vem como uma extensão que vai garantir uma base comum a todos os cidadãos. Nós temos previstas, pela legislação, questões educacionais. Nós temos um Ministério da Educação. Então, ele vai oferecer uma base comum a todos os cidadãos.

Ouvimos os colegas todos nas suas colocações, que até começaram antes do nascimento, no período perinatal. Então, a educação vai se ocupar a partir do nascimento. E é preciso que realmente reforcemos as orientações, a formação de profissionais para o atendimento nos primeiros anos – eu diria, em termos de educação, sobretudo a partir dos 3 anos, quando a criança interage muito mais com o meio ambiente. Acho que tudo que nós ouvimos realmente reforça a conveniência, a necessidade e a hipótese principal de que atender as crianças nos primeiros anos de vida é colocar alicerce para uma boa educação e aumentar as chances de sucesso no ensino fundamental.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Agradeço a participação de todos os convidados.

Esta audiência se deu paralelamente à Semana da Primeira Infância, que anualmente acontece aqui no Congresso Nacional, e foi um esforço nosso, da nossa Comissão de Educação, da Comissão de Assuntos Sociais – que, no caso do Senado Federal, é a comissão que trata da saúde também – e da Comissão de Direitos Humanos. Foi uma iniciativa dessas três Comissões para que nós integrássemos à atividade formal do Senado esse debate que estamos fazendo paralelamente no nosso espaço territorial do Senado Federal.

É uma enorme satisfação ter tido a generosidade do Presidente desta Comissão, Senador Romário, para que eu pudesse conduzir os trabalhos. E foi uma enorme satisfação poder ter ouvido cada um dos senhores e senhoras que aqui se pronunciaram.

Vou passar a palavra ao Senador Medeiros.

Antes, porém, quero reafirmar que, nesta Comissão, esse debate tem formas de acompanhamento por toda a população que tem acesso aos canais e meios de comunicação do Senado, especialmente pelo portal e-Cidadania, para garantir a participação popular. Vou deixar no ar uma pergunta vinda através desse portal ao Dr. Luiz Antonio, da Srª Cintia G. Silva: "Dr. Luiz Antonio, há alimentos específicos que estimulam esses neurotransmissores mencionados em sua apresentação?" Fica a pergunta no ar para que o senhor responda depois.

E passo a palavra ao Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Srª Presidente, senhores convidados, todos que estão aqui nesta audiência, antes de começar a minha fala, eu queria parabenizar a Senadora Lídice da Mata, porque eu não sei se todos sabem que ela tem sido uma lutadora dessas causas. A Senadora Lídice da Mata é Presidente da CPI que investiga a morte de jovens e adolescentes, justamente o resultado de uma política de primeira infância inexistente ou malfeita. Quando eu cheguei aqui e vi que ela estava presidindo, eu pensei: a luta pela primeiríssima infância ganhou agora um reforço muito qualificado.

Eu queria dizer também que ontem ela esteve na Presidência do Senado, porque, aqui na Casa – creio que muitos aqui já sabem, mas outros não –, nós estamos trabalhando uma legislação, que é o Marco Legal da Primeiríssima Infância. É um projeto que já passou pela Câmara e que está maduro, pois foi amplamente discutido. Agora, estamos fazendo um requerimento, que a Senadora Lídice da Mata acaba de assinar como Líder – estamos conversando com os Líderes –, para que esse projeto possa ir direto ao plenário, para que possamos aproveitar esta semana de discussão aqui e, quem sabe, aprovar esse projeto.

Esse projeto vai suprir um vácuo legislativo no País e ordenar, ser um marco legal para primeira infância. Há políticas esparsas no País inteiro, mas que não estão coordenadas. Não existe uma política para essa fase da vida. E, como disseram todos os técnicos que já passaram aqui, os doutores que nos trouxeram provas, está claro que investir nessa fase é primordial. Há, inclusive, um estudo, a que tive acesso há poucos dias, que diz que cada dólar o Estado investe na primeira infância significa sete dólares de economia na outra fase. Então, isso está claro, sem falar dos transtornos. A Senadora Lídice da Mata, junto com a comissão de investigação, tem se deparado com verdadeiras tragédias no País inteiro. Os nossos jovens e adolescentes estão morrendo. E, muitas vezes, o pano de fundo está na falta de políticas públicas no início.

Era esse o registro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito bem. Obrigada, Senador José Medeiros, que contribui enormemente com esta Comissão e também com a CPI que investiga assassinatos de jovens no Brasil.

Vou passar a palavra ao Dr. Luiz Antonio para que ele não só responda à nossa internauta, como também faça as suas considerações finais.

O SR. LUIZ ANTONIO CORRÊA – Para a internauta: não, não existe nenhum alimento específico. Claro que existem estudos – até para autismo hoje – e pesquisas, mas nada cientificamente comprovado efetivamente. São estudos e pesquisas que, talvez, daqui a alguns anos, terão uma cientificidade. O grande segredo na alimentação é que, como a maioria dos alimentos se transforma em açúcar, juntamente com o oxigênio, isso potencializa a eletricidade cerebral e desencadeia na vesícula sináptica esses neurotransmissores. O importante é ela entender também que o fundamental é a qualidade da alimentação que se come e não a quantidade.

Finalizando, nas considerações finais, eu quero agradecer, mais uma vez, a todos os ouvintes e espero ter trazido algumas informações que tornem os Srs. Senadores conscientes da importância de uma política pública para a primeira infância, desde a vida intrauterina. Nós sabemos que, se uma criança tem um desenvolvimento tanto de boa alimentação como de afeto, isso vai provocar um desenvolvimento fantástico de equilíbrio emocional para a vida inteira. Primeira infância é questão *sine qua non*. Nós sabemos que nascemos com bilhões de neurônios e que cada neurônio tem a capacidade de fazer mais ou menos 10 mil sinapses. Num cérebro completamente equilibrado, a potencialização dele será de grande valia. Então, eu quero, mais uma vez, agradecer a todas as pessoas presentes aqui e aos ouvintes e voltar a mencionar a importância tanto do estímulo quanto do afeto e alimentação no desenvolvimento da criança.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Se não me engano, a Drª Françoise também quer fazer considerações finais.

A SRª FRANÇOISE MOLÉNAT (*Tradução simultânea.*) – Eu agradeço pelo convite. Foi uma manhã muito rica, com contribuições diferentes, mas todas vão no mesmo sentido.

Eu agradeço também terem possibilitado que esta manhã nos permitisse falar como fazer concretamente para reduzir o estresse perinatal. Nós sabemos que, quando uma mulher grávida, uma mãe pode se expressar, expressar sua ansiedade, sua angústia e é bem ouvida e bem reconhecida nas dificuldades que vive, o estresse vai diminuir seus efeitos. As pesquisas clínicas mostram isso. Há uma base científica nisso, mas também há um início de resposta que nós podemos ter, isto é, sairmos de nossa impotência. Nós lidamos com famílias que têm uma trajetória complicada, que cresceram em contextos vulneráveis e complicados. Então, nós sempre temos que lidar com a nossa impotência e nosso fatalismo, mas, diante disso, nós temos possibilidades que nos permitem pelo menos iniciar um caminho. Não sejamos utópicos, mas podermos fortalecer, favorecer, enriquecer esse ambiente no qual a criança nascerá.

Muito obrigada pela oportunidade, muito obrigada pela atenção. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada, Drª Françoise, por sua contribuição nesta tarde.

Passo a palavra ao Sr. Gilles, que vai fazer suas considerações finais.

O SR. GILLES CAMBONIE (*Tradução simultânea.*) – Obrigado.

As minhas considerações finais dizem respeito à questão que foi colocada pelo Dr. Corrêa há pouco sobre alimentação. Há alimentos miraculosos? Eu acho que há um, que é o leite materno. Esse é o alimento miraculoso.

Eu vou citar um estudo que foi feito no Brasil, um grande e belíssimo estudo que foi publicado em abril de 2015 numa revista de prestígio, que é a revista *The Lancet*. Foi uma equipe brasileira que fez um trabalho dificílimo de ser executado: no que os adultos se tornam com 30 anos de idade entre aqueles que foram amamentados exclusivamente por um ano ou se essa amamentação durou um período menor, por menos de um mês, por exemplo. Então, vimos resultados consideráveis, importantíssimos. E as populações que se beneficiaram dessa amamentação prolongada por um ano são pessoas que estiveram mais tempo na escola, mais tempo na universidade, que aproveitaram melhor, cujo coeficiente intelectual – o QI não é tudo, mas é um critério – foi absolutamente superior, com também uma condição financeira, em média, de R$400 superior.

Eu não conheço remédios ou alimentos que melhoram a *performance* de um indivíduo, mas o leite materno, sim.

No que diz respeito à França, implantarmos uma política de amamentação é muito complicado em nosso país. Isso quer dizer que nós estamos protegendo as mulheres para que elas possam amamentar, há licenças-maternidades. Implantamos uma legislação, mas não basta criar uma lei, nós temos que aplicá-la. O Estado tem que ser capaz de aplicá-la.

Numa tese na Universidade de Montpellier, nós nos interessamos pelas mulheres médicas que amamentavam e observamos que, entre essas mulheres médicas que amamentavam, elas não estavam tão informadas assim sobre os benefícios da amamentação. Apenas 20% entre elas conseguiam atender às condições impostas pela OMS, isto é, amamentação exclusiva nos seis primeiros meses.

São implicações importantíssimas para o futuro, implicações para nós todos e para os senhores que são responsáveis por legislar, Senadores. A amamentação é um cuidado médico ótimo para a nossa primeira infância.

Parabéns ao Brasil pela sua política de amamentação. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Já agradeci aos que estão aqui na mesa, mas o faço mais uma vez e agradeço a todas e todos aqui presentes. É impressionante como a maioria é de mulheres. Eu não me surpreendo, porque já tenho algum tempo de trabalho e vida parlamentar e tenho lidado sempre com esta situação: naquilo que diz respeito à criança, as mulheres estão sempre mais presentes.

Quero, com isso, justificar também a realização do debate de hoje. Ele se dá justamente para que nós possamos passar para a população, que nos assiste através da TV Senado e dos órgãos de comunicação da Casa, através daqueles Senadores que participam deste debate, e para que nos informemos com os especialistas a respeito daquilo que é a nossa obrigação debater e discutir, as políticas públicas do Governo ou do País.

Nesse sentido, fica muito claro, na minha opinião, que na política é essencial que nós nos voltemos para a população mais vulnerável e que o País possa ter esse centro de atuação. Nessa circunstância, fazer a conclusão, junto com o Unicef, que é um grande parceiro no caso da minha vida política em que atuo vinculando muito o meu mandato às causas da criança, do adolescente e da juventude, de que a compreensão que já tivemos há alguns anos de que tratar a criança é também, e principalmente e antes de tudo, tratar da família.

Quando falamos que há uma alimentação mágica ou uma alimentação indispensável para a saúde e desenvolvimento do cérebro ou para o desenvolvimento físico, emocional e mental das crianças, que é o leite materno, é preciso dizer que é necessário garantir a boa alimentação à mãe, alimentação saudável às mães dessas crianças. E, para isso, é preciso, portanto, haver políticas públicas que deem a possibilidade de esta mãe estar bem alimentada.

Quando tratamos da saúde na primeira infância e da saúde na formação emocional de zero aos três anos de idade, é preciso dizer, como política pública, que é indispensável uma política de creches, para que as crianças possam ser assistidas com a possibilidade de suas mães trabalharem. É preciso incluir um atendimento às famílias para que as avós que eventualmente já não trabalham e tiveram sua atividade no trabalho doméstico possam dar àquela família e àquela criança a atenção e assistência que as mães não podem dar pela sua inserção no mercado

de trabalho. É preciso, portanto, buscar acompanhar a política de atendimento em creches, verificando em que situação ela se encontra no Brasil, garantindo que os Municípios possam não apenas receber as creches, mas receber recursos para sua manutenção permanente. Nós vivemos, no Brasil, hoje, uma dificuldade com a concentração de recursos das receitas no Governo Federal. Os Municípios estão com grandes dificuldades de manutenção das creches. Alguns Municípios e alguns prefeitos já dizem que não querem a creche, porque vão receber o local físico, mas não vão ter os recursos para manutenção dos profissionais, da equipe interdisciplinar, que possa garanti a manutenção dessas creches.

Trata-se da construção e do acompanhamento de toda uma política pública que se relaciona com a saúde e com a educação em nosso País. Portanto, ela nasce interdisciplinar e é indispensável para que possa haver, amanhã, os resultados da criança de seis a oito anos com condições de aprendizado para alfabetizar-se na idade certa, tendo daí por diante os outros desafios da educação pública em nosso País. Refiro-me à educação pública, porque é a educação que, em tese, nós consideramos que é aquela de maior vulnerabilidade e que está justamente voltada para atender a essa população de que tratamos aqui.

Nesse sentido, creio que a mesa redonda de hoje cumpriu o papel de trazer esses especialistas que vieram para a Semana da Primeira Infância no Congresso Nacional e que trouxeram ao Senado todo esse conjunto de informações que nos permitirão fazer isso que o Senador José Medeiros sugeriu há pouco em relação à urgência para votação do Marco da Primeira Infância.

Essa proposta estava na Comissão da Agenda Brasil, que é uma comissão do Senado Federal composta recentemente para debater uma pauta de urgência do Brasil. Essa proposta estava nessa Comissão para ser analisada, mas, como nós consideramos que a urgência é tanta e que a Comissão ainda não tinha analisado essa pauta, ontem, eu fui, juntamente com uma Deputada Federal que compõe a Frente da Primeira Infância, até o Presidente da Casa para fazermos um acordo já que a pauta do Senado está trancada por uma medida provisória e por um projeto com regime de urgência – eu ainda não entendi essa urgência, mas ele foi enviado pelo Governo como urgente – que define o crime de terrorismo no Brasil. Nós precisamos remover essas duas matérias que impedem a votação de outras na Casa hoje, para que possamos aprovar, aí então, em regime de urgência, dada pelos Líderes da Casa, essa questão do Marco Legal da Primeira Infância. E esse debate aqui hoje, sem dúvida nenhuma, contribuiu muito para que pudéssemos caminhar para a unanimidade dos Líderes na concordância na aprovação dessa pauta no dia de hoje.

Mais uma vez, eu agradeço a presença aqui de tantas mulheres, que estamos acompanhamos o debate, como educadoras, psicólogas, pessoas envolvidas diretamente na existência das crianças brasileiras e na sua educação, com a preocupação com todas elas, esperando que, um dia, essa presença possa ser de 50% para que possam estar também os pais e os profissionais homens da saúde e educação, preocupados com essa questão e com todas as questões que dizem respeito à educação dos brasileiros e brasileiras. Agradeço a todos vocês.

Neste encerramento, tenho que cumprir as formalidades da Comissão. Por isso, comunico que, amanhã, quinta-feira, às 14h, será realizada a quarta audiência pública de um ciclo de quatro, portanto a última, destinada a debater as alternativas para o financiamento da educação básica no Brasil, com o subtema "A construção do Sistema Nacional de Educação articulado em regime de colaboração: como fazer", em atendimento aos Requerimentos nº 7 e 127, de 2015, da Comissão de Educação, de autoria da Senadora Fátima Bezerra, com a presença dos convidados já definidos nesses requerimentos.

Agradeço, de maneira especial, a participação do Senador José Medeiros e da Senadora Ângela Portela, que puderam contribuir também com a direção desta Mesa. E agradeço a todos os outros que estiveram aqui presentes, inclusive o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, que é parte da audiência, o Senador Lobão.

Antes de encerrar, registro a presença da Profª Jaqueline Wendland, da Universidade de Paris, brasileira, gaúcha, há 25 anos professora naquele país; da Drª Laurista Corrêa e de Lisle Lucena, organizadoras do evento da 8ª Semana da Primeira Infância. Temos prazer em tê-las aqui entre nós. Acho que a Profª Jaqueline já esteve aqui em outra reunião em que eu também presidia discutindo a primeira infância há dois anos – a minha memória ainda está possível de lembrar.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 29 minutos.)

ATA DA 59ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2015.

Às quatorze horas e cinquenta minutos do dia vinte e dois de outubro de dois mil e quinze, na sala de reuniões número quinze da Ala Senador Alexandre Costa, **sob a Presidência da Senhora Senadora Fátima Bezerra, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte,** e com a presença dos Senhores Senadores Donizeti Nogueira, Lasier Martins, Simone Tebet, Dário Berger, Álvaro Dias, Antônio Anastasia, Romário, Ana Amélia, Hélio José e Randolfe Rodrigues, reúne-se a presente Comissão. Justifica a ausência o Senhor Senador Cristovam Buarque. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a reunião e comunica que será realizada em duas partes, a primeira destinada à deliberação de requerimentos e a segunda destinada à realização da quarta Audiência Pública com o objetivo de debater as alternativas para o financiamento da educação básica no Brasil, tendo como subtema "A Construção do Sistema Nacional de Educação Articulado em Regime de Colaboração: Como fazer? ", atendendo aos Requerimentos nºs 7 e 127/2015-CE, de autoria da Senhora Senadora Fátima Bezerra. A Presidência informa a inversão da ordem da pauta, começando pela realização da Audiência Pública, seguida da deliberação de requerimentos. Comparecem à Audiência Pública como expositores: **Senhora Flávia Nogueira, Diretora de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação; Senhor João Ferreira de Oliveira, Presidente da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae); Senhora Gilvânia Nascimento, Presidente da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação; Senhora Suely Menezes, Presidente do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação (FNCEE); Senhor Idilvan Alencar, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); Senhor Heleno Araújo Filho, Coordenador do Fórum Nacional de Educação (FNE); e Senhor Binho Marques, Secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação (Sase/MEC)**. Ficam adiadas as seguintes matérias da primeira parte da reunião: **Item 1: Requerimento da Comissão de Educação nº 126, de 2015; e Item 2: Requerimento da Comissão de Educação nº 129, de 2015**. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião às dezessete horas e dez minutos do dia vinte e dois de outubro de dois mil e quinze, determinando que eu, **Willy da Cruz Moura, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente desta Comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA FÁTIMA BEZERRA
Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 59ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Informo que a presente reunião será realizada em duas partes. A primeira destina-se à deliberação dos requerimentos e a segunda destina-se à realização da quarta audiência pública destinada a debater as alternativas para o financiamento da educação básica no Brasil, tendo como subtema A Construção do Sistema Nacional de Educação Articulado em Regime de Colaboração: Como Fazer? Esta audiência pública atende ao Requerimentos nº 7 e nº 127, de nossa iniciativa.

Nós vamos inverter a ordem da pauta. Vamos começar pela realização da audiência e, depois, faremos a parte relacionada à deliberação.

Nós queremos dar boa-tarde a todas e todos presentes. Queremos, com muita alegria, já convidar, para a Mesa, a Srª Flávia Maria de Barros Nogueira, Diretora de Articulação com os Sistemas de Ensino, do MEC. Convido, com muita alegria também, o Sr. Idilvan Alencar, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Convido também o Prof. Heleno Araújo, Coordenador-Geral do Fórum Nacional de Educação. Convido também Suely Menezes, do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação. Convido, com muita alegria, Gilvânia Nascimento, Presidente da União dos Conselhos Municipais de Educação.

Eu quero aqui saudar toda a Diretoria Nacional da UNCME, Gilvânia, e, através de você, mandar um abraço para todos os conselheiros de educação do Brasil. A UNCME tem hoje um representante em cada Estado do Brasil. São quase 4 mil Conselhos Municipais de Educação filiados à UNCME. Portanto, seja bem-vinda.

Quero convidar também o Sr. João Ferreira de Oliveira. João está? Seja bem-vindo, João, Presidente da Associação Nacional de Política e Administração da Educação.

Bom, queremos agradecer a presença dos demais integrantes do Fórum Nacional de Educação, começando por Toni Reis, Presidente da ABGLT. Toni, sem dúvida nenhuma, tem dado uma contribuição muito importante ao debate sobre a educação brasileira, especialmente naquilo que fala da sua diversidade, naquilo que fala de

uma educação que dialogue com o respeito, com a solidariedade, que dialogue dentro de uma visão republicana, assegurando a educação para todos e todas. Quero fazer esse registro, porque acompanho o seu trabalho já há muito tempo. Nossa parceria vem desde a época da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

Quero saudar os demais Conselheiros do Fórum Nacional de Educação, através do Prof. Pedro Fernandes, Reitor da Universidade Estadual do nosso Estado, a UERN, e representa a Abruem no Fórum Nacional de Educação.

O Prof. João Batista pode vir para cá também. Ele representa o colegiado dos dirigentes da nossa gloriosa Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no País. Em nome dos três, abraço os demais conselheiros e conselheiras.

Eu quero, rapidamente, meus companheiros e companheiras, dizer que, quando nós assumimos o mandato de Senadora, no começo deste ano, nós reafirmamos o nosso compromisso de dar continuidade à luta pelo fortalecimento do financiamento da educação básica no Brasil. Luta essa que abraçamos já há muito tempo.

Inclusive quero registrar aqui a presença de Paulo Sena, nosso consultor do Congresso Nacional, mais precisamente da Câmara; registrar a presença de Zuleide Teixeira, nossa consultora aqui do Senado. Em nome de vocês dois, quero saudar os demais servidores, especialmente os consultores que trabalham nessa área da educação e que têm dado uma contribuição inestimável.

Mas, enfim, desde Deputada Federal lá na Câmara a gente tem se dedicado muito a este tema do financiamento da educação básica no Brasil. Por isso, Flávia, no início do nosso mandato nós propusemos um ciclo de audiências públicas com essa temática, a temática, Suely, do financiamento da educação com o foco voltado para a educação básica.

Nós propusemos quatro audiências públicas. Realizamos a primeira que foi o Fundeb, reformulações necessárias, perspectiva de prorrogação e desafios a vencer. O segundo debate versou sobre a implementação do CAQ, do CAQi e do CAQ, definições, fontes e mecanismos. O terceiro foi o tema da valorização dos profissionais da educação, dialogando com as Metas 15, 16, 17 e 18, que são as metas do PNE que tratam do piso, que tratam da carreira, que tratam da jornada, enfim, da elevação da remuneração média do magistério.

E hoje, Idilvan, o nosso intuito é realizarmos a última audiência pública desse ciclo, que tem exatamente como tema a construção do Sistema Nacional Articulado de Educação, por tudo o que o Sistema Nacional Articulado de Educação representa de acordo com a própria Constituição e de acordo com o nosso Plano Nacional de Educação, aprovado em 2014 com metas que nós consideramos ousadas. É de ousadia que a educação brasileira precisa, ousadia inclusive em matéria de financiamento para que a gente possa garantir a realização das metas do novo Plano Nacional de Educação nos próximos dez anos. Ainda hoje o ministro falava sobre isso, de um importante encontro que o ministro teve com o Fórum Nacional de Educação, não é Heleno?, marcando a volta dele ao Ministério da Educação.

Não há como, ao falar de educação básica, a gente não se deter sobre o Fundeb pelo que ele significa. Na verdade, o Fundeb é, sim, um dos mais importantes mecanismos de financiamento da educação básica no nosso País.

O Fundeb tem papel fundamental nesse processo e sua vigência até o ano de 2020 começa a nos preocupar. Daí por que temos que começar a refletir sobre como dar continuidade ao Fundeb, e, portanto, defender a sua prorrogação, fazendo as reformulações que precisam ser feitas, corrigindo o que precisa ser corrigido, e com um olhar, Idilvan, muito voltado para aquilo que é consenso em todo o País, que é a necessidade de ampliar a participação financeira da União. Idilvan, como Presidente do FNDE, já fica atento a esse tema, mas o fato é que há um consenso, e há também, por parte do MEC, sem dúvida nenhuma, essa sensibilidade e essa compreensão.

Quando a gente fala de Fundeb, a gente está falando, provavelmente, de um dos maiores fundos de natureza contábil no âmbito da educação. É um fundo que vai mobilizar, se eu não estou enganada, para o ano de 2015, parece-me, mais de R$130 bilhões. E é fato que 80% dos recursos do Fundeb são formados pelos Estados e Municípios.

Daí, repito, só para reforçar, o entendimento que temos de que é preciso, quando do debate de renovação do Fundeb, a gente ampliar a participação financeira da União.

Portanto, meus senhores e minhas senhoras, só assim conseguiremos valorizar os profissionais de educação, de maneira adequada, cumprindo as Metas 15, 16, 17 e 18 do Plano Nacional de Educação, a que já fiz menção, metas essas que determinam investimento na formação dos professores, o estabelecimento de um plano de carreira docente e a valorização do professor.

Desde a primeira audiência realizada, sobre as reformulações necessárias, as perspectivas de renovação e os desafios a vencer, no que diz respeito ao Fundeb, que esse debate foi realizado, está sendo realizado, sem

perder de vista a construção de um Sistema Nacional Articulado de Educação, em regime de colaboração, como prevê a nossa Constituição, em seu art. 23, parágrafo único:

Leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.

E ainda o art. 211:

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

Aqui eu quero também destacar, nesse processo, o novo PNE e o desafio que é construir o Sistema Nacional Articulado de Educação, a importância que foi a aprovação da Emenda Constitucional nº 59. Com essa emenda, nós reforçamos, na verdade, consolidamos a obrigação do Sistema Nacional Articulado de Educação, além de melhor delinear a duração do PNE, não é, Flávia? – na Emenda 59, estabelecemos que ele teria uma duração decenal – e explicitar também a necessidade dos entes federados trabalharem de forma articulada na condução e manutenção da educação no Brasil. Ademais, a Emenda 59 trouxe outro aspecto muito relevante, que foi estabelecer que os recursos destinados à educação teriam que estar vinculados a uma proporção do Produto Interno Bruto. Portanto, ressalto que a Emenda 59 foi muito importante do ponto de vista de reforçar o arcabouço legal, o arcabouço constitucional, no que diz respeito às mudanças em curso e que viriam, inclusive, a serem objeto de metas e estratégias no novo Plano Nacional de Educação.

O próprio Plano Nacional de Educação, que fala sobre o Sistema Nacional Articulado de Educação, no art. 13, coloca claramente que, no prazo de dois anos, deverá ser instituído o Sistema Nacional de Educação, através de lei, responsável pela articulação entre os sistemas de ensino, etc. A Meta 20 do Plano Nacional de Educação destaca, mais uma vez, na sua estratégia 20.9, regulamentar os parágrafos do art. 23 e do art. 211 da Constituição Federal, mais uma vez, estabelecendo prazos e colocando que o Sistema Nacional de Educação deverá ser feito por lei complementar – é bom que a gente tenha claro isso, não é maioria simples, é lei complementar – e virá exatamente para estabelecer as normas de cooperação entre a União, os Estados e o Distrito Federal em matéria educacional e articulação do Sistema Nacional de Educação.

Vou parar por aqui, até porque queremos agora ouvir os senhores e senhoras, com as contribuições que trarão para este debate, contribuições essas que serão muito importantes para nós aqui no papel de legisladores, Margarida, a quem aproveito a oportunidade para cumprimentar. Que possamos recebê-las com seriedade, com os pés no chão e apresentar iniciativas legislativas que sejam críveis, que possam ser realizadas.

Então, agradeço muito a presença dos senhores e das senhoras. Nós estamos aqui nesta mesa com representações da sociedade civil, do Poder Público. As pessoas que estão aqui nesta mesa exercem o papel de liderança na luta em defesa da educação pública, na luta em defesa da educação em nosso País. São pessoas que, inclusive, participaram intensamente dessa última década, em que tivemos avanços e conquistas importantes, inclusive no campo da legislação.

Passo, assim, a palavra a vocês, ressaltando que este tema de hoje, do Sistema Nacional Articulado de Educação, é muito presente no debate sobre o Plano Nacional de Educação, tanto que tem sido tema central nas últimas conferências que o Brasil tem realizado sobre educação. A última Conferência Nacional de Educação trouxe o PNE e o Sistema Nacional Articulado de Educação. Portanto, olhem a responsabilidade que todos temos.

Esta audiência se insere nesta perspectiva: que a gente possa fazer o bom debate e colher os melhores subsídios e avance na construção do Sistema Nacional Articulado de Educação.

Quero registrar a presença do Prof. Gil, representante do Proifes.

Vamos dar início à nossa mesa.

Vamos começar com Flávia, que é Diretora da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino, do Ministério de Educação (MEC).

Vamos conceder dez minutos para os expositores, mas, na medida do possível, se não forem suficientes, nós ajustaremos aqui.

Com a palavra a Profª Flávia.

A SRª FLÁVIA NOGUEIRA – Muito obrigada.

Boa tarde a todos, boa tarde a todas.

É com muita satisfação que mais uma vez a Secretaria de Articulação com o Sistema de Ensino, o Ministério de Educação, se faz presente aqui numa reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, do Senado Federal, coordenada pela sua Vice-Presidente, Senador Fátima Bezerra, que nos honra muito na convivência cotidiana na luta pelas questões da educação.

Então, para nós é uma grande honra, Senadora, estarmos aqui. Agradecemos mais esta oportunidade, que é muito especial por várias razões. Primeiro, porque fecha um ciclo de audiências públicas, das quais participamos em outros momentos, e que trouxeram para debates, por iniciativa da Senadora Fátima, temas que

são estruturantes do Sistema Nacional de Educação. E com muita coerência, o ciclo se encerra com a discussão se o sistema é importante e, se os sistemas são estruturantes, como fazer.

Então, para mim é uma grande satisfação poder dividir essa discussão com pessoas que estão aqui: Prof. Heleno, Suely, que é a nossa grande companheira, Gilvânia também, Prof. João Oliveira, e o Presidente do FNDE, que é o Prof. Idilvan, que também tem nos ajudado muito nos debates sobre o Sistema Nacional no interior do Ministério da Educação.

É com essa disposição, com essa alegria, com esse compromisso de debate, que a gente se faz presente aqui tentando colaborar nessa agenda.

Para começar essa discussão, queria lembrar da figura do então Deputado Carlos Abicalil, que teve toda uma história, ao longo da sua militância, no Estado do Mato Grosso, na construção do sistema estadual de educação.

Eu vivi no Mato Grosso por mais de vinte anos e, nesses vinte anos, foi com ele que eu aprendi muitas coisas relacionadas à necessidade da articulação, da colaboração e da especificação da cooperação federativa, no âmbito de um território, para a garantia do direito à educação que é um direito constitucional. Então, é preciso lembrar a figura do Prof. Carlos Augusto Abicalil neste momento, que, para nós, é muito importante porque aqui, dentro do Senado Federal, fazemos então uma discussão específica sobre o sistema.

Então, o Sistema Nacional de Educação também faz parte da história da Sase na medida em que ela foi criada em 2011 com esta expectativa e com esta finalidade: fazer o MEC ser mais proativo na agenda instituinte do sistema. Então, nesse sentido, quando a Sase foi criada – e o Prof. Carlos Abicalil era o nosso Secretário –, não tínhamos uma proposta de sistema madura como temos hoje, não tínhamos ainda esse acúmulo nacional construído, mas tínhamos um PL de PNE na época, em 2011, e o raciocínio do então Secretário Carlos Abicalil foi o seguinte: "Nós não temos uma proposta de sistema, mas nós temos um PL de PNE. Quanto mais articulada for a construção das metas nos Municípios e nos Estados, mais próximos nós estaremos, então, de um Sistema Nacional de Educação."

Por essa razão, toda a estrutura da Sase foi construída, naquele primeiro momento, em cima da construção de uma rede de assistência técnica que pudesse ajudar Estados e Municípios a construírem seus planos de educação em consonância com o PNE, e esse trabalho, que foi iniciado lá atrás com esse objetivo estratégico, foi continuado pelo Secretário Binho Marques, a partir de 2012, com a anuência do nosso Ministro Mercadante, que, naquela época, disse que esse trabalho deveria continuar e não deveria parar.

Esse trabalho continuou, não parou, e nós chegamos a um resultado muito positivo, a despeito das dificuldades todas que encontramos no País e a despeito da qualidade de alguns planos ainda ser questionável, quer dizer, precisarmos ainda melhorar muitos desses planos que foram elaborados com o compromisso de todos – do fórum nacional, dos fóruns estaduais, dos conselhos e com o envolvimento de toda a sociedade –, nós conseguirmos fazer com que o Brasil tivesse hoje praticamente todos os Estados, todos os Municípios, se não com todos os planos sancionados, pelos menos os planos elaborados e em tramitação nas Casas Legislativas. Isso, para nós, é motivo de grande alegria porque isso pavimentou o debate da construção do sistema. E esse debate também foi adensado por uma iniciativa que o Secretário Binho Marques tomou – aliás, não foi uma iniciativa, primeiro foi uma decisão. É preciso dizer com muita clareza que havia uma expectativa muito grande, logo que a Sase foi criada, como ela foi criada para – vamos dizer assim – fazer o MEC ser mais proativo nessa agenda, que ela fizesse uma proposta de sistema, um projeto de lei e oferecesse esse projeto de lei para o debate, já lá atrás, em 2011.

Quando, em 2012, o Secretário Binho Marques assumiu a secretaria, ele decidiu não fazer isso, ele decidiu construir esse caminho de uma outra maneira: ele decidiu adotar uma metodologia que ele chamou de construção sucessiva de consensos. O que significa isso? Partimos de um primeiro conceito sobre sistema, debatemos com a sociedade sobre esse conceito, criamos algum tipo de consistência de debate ou de acordo sobre os conceitos e aí passamos para outra fase que aprofunda esses conceitos. E esses conceitos vão se desdobrando, e acumulamos conhecimento coletivo suficiente para ter uma proposta que seja – vamos dizer assim – mais fácil de ser aceita e dialogada dentro do Congresso Nacional, que é onde efetivamente nós vamos ter a aprovação da proposta legislativa.

Então, foi nesse sentido que nós, na Sase, fizemos um primeiro documento, que, aliás, foi um livro – alguns autores estão nesta sala –, que trata do Sistema Nacional de Educação, diversos olhares, desde 1932, desde a época em que os pioneiros da educação nova lançaram um manifesto da educação.

Depois daquilo, com os mais diferentes olhares e com a ajuda de quatro pessoas que foram estratégicas para nós, ao longo desse processo – mais uma vez: Prof. Abicalil, Prof. Cury, Prof. Luiz Dourado, que está no Conselho Nacional de Educação e é uma pessoa que nos ajuda imensamente na construção desses conceitos e nesse diálogo necessário com o Conselho Nacional de Educação, e mais o Prof. Romualdo, da USP –, eles nos

ajudaram a elaborar dois textos de que certamente todos nesta sala têm conhecimento, que foram amplamente divulgados, discutidos e muito criticados também, Senadora, porque a crítica maior é de que os textos são muito teóricos, muito conceituais, que avançam pouco; mas no fundo, no fundo, esses textos trazem os conceitos principais que nos ajudaram a coordenar um debate nacional intenso.

Aqui, nós temos instituições nessa Mesa que nos ajudaram muitíssimo nesse trabalho. A ANPAE, desde o início, nos ajudou a construir textos de referência. O Conselho Nacional de Educação, que não está representado aqui, mas nos ajudou muito. O Fórum Nacional de Conselhos Estaduais, da Prof. Suely, que tem sido uma batalhadora na construção desses conceitos conosco. E a Prof. Gilvânia coordenando todo o trabalho nacional da UNCME, instituição que inclusive preparou documentos que nos ajudam a dialogar e a avançar nos conceitos do sistema.

Então, todo esse trabalho feito, todo esse trabalho realizado nos proporcionou acúmulos que nos fizeram chegar a um momento de maturidade suficiente para dizer, com toda clareza e muita certeza, que o Sistema Nacional de Educação, para, nós é uma reorganização da educação nacional de tal forma que possa realmente garantir o direito à educação, que é um direito constitucional. Ou seja, a educação nacional tem um tipo de organização, hoje, a qual está descrita na Lei de Diretrizes e Bases, é uma estruturação...

(Soa a campainha.)

A SRª FLÁVIA NOGUEIRA – ...consistente, mas ainda não é suficientemente orgânica para a garantia do direito. Então, nós precisamos trabalhar nessa reorganização, que, do nosso ponto de vista, tem de ser feita em quatro etapas, ou em quatro dimensões. A primeira dimensão é a da alteração da própria LDB, que durante um determinado momento, lá na sua trajetória, quando estava sendo discutida, continha um capítulo sobre sistema, que infelizmente não progrediu, não permaneceu na lei.

Para fazer retornar essa ideia para a nossa LDB, nós precisamos construir a regulamentação do art. 23, porque vai consolidar as normas de cooperação que serão capazes de sustentar ou de embasar o art. 211, que é: União, Estados e Municípios organizarão os seus sistemas em regime de colaboração.

Então, muitas vezes a gente fala em regime de colaboração, mas ele fica muito na dependência da vontade dos dirigentes, porque não existem regras vinculantes que orientem essa organização em regime de colaboração.

Então, sem essas regras vinculantes, que com toda razão a Senadora lembrou aqui, que é uma lei complementar que regulamenta o art. 23 da Constituição, nós não vamos ter organização dos sistemas de educação em regime de colaboração.

E, finalmente, outra etapa é a organização de toda a regra do financiamento, para que haja condições de serem cumpridas. Nós não podemos, mais uma vez, no Brasil, distribuir obrigações sem distribuir condições. Nós precisamos fazer isso de forma orgânica, articulada e em consonância, para que haja possibilidade de termos então regras de cobrança de dirigentes, de responsabilização de dirigentes, que talvez seja a famosa Lei de Responsabilidade Educacional.

Então, nesse contexto, para nós é muito satisfatório esse momento em que, junto com a coordenação do Fórum Nacional de Educação, nós conseguimos construir uma primeira ideia, uma primeira proposta de regulamentação do art. 23, que hoje está na mão do fórum, para o fórum discutir e sugerir, para que possamos dar o próximo passo dentro da agenda instituinte, cumprindo a agenda que propusemos a desenvolver no sentido de termos a tramitação desse Projeto de Lei Complementar, aqui, qualificando os projetos que já existem em tramitação nesta Casa e na Câmara dos Deputados também.

Então, o nosso objetivo foi construir uma proposta coletiva nesse sentido, e a gente espera que esse seja o caminho realmente mais frutífero, do ponto de vista da construção coletiva e do diálogo que a gente se propôs a fazer lá, quando a Sase foi criada.

Então, nessa proposta, Senadora, que já está na mão do fórum, porque nós construímos de forma coletiva com a coordenação, a gente tem uma inspiração muito grande no PLP 413, do Deputado Ságuas Moraes, que também é matogrossense – ele é de Goiás, mas é do Mato Grosso, como eu – e participou de toda essa construção do sistema de educação do Mato Grosso; e a gente aproveitou muito desse PLP, aproveitou muito desse debate acumulado ao longo de todo esse período, e aproveitou muito de todos os debates que nós fizemos nesta Casa, no Senado Federal, e também na Câmara dos Deputados, por intermédio das mais diferentes situações de audiências públicas e oportunidades que tivemos de construir esse debate.

Então, a gente espera que todos contribuam, neste momento, com esse projeto, com essa proposta que na verdade é uma das iniciativas para a construção do sistema. E ela é muito importante, porque nesse momento temos condições de discutir as regras federativas que devem ser vinculantes para que os sistemas de educação possam se organizar em regime de colaboração.

De maneira geral, era isso que eu falaria num primeiro momento, até para poder ser complementada pelas pessoas que estão aqui, porque são todas pessoas que estão juntas nesse processo, nesse caminho. E acho que todos podem falar até com mais qualidade do que eu sobre esse caminho que juntos estamos seguindo.

Mais uma vez, agradeço em nome do Ministério da Educação. E nos colocamos à disposição no 6º andar do MEC, que é a casa do regime de colaboração.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada, Prof. Flávia.

Passaremos, agora, a palavra para o Prof. Idilvan, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Antes, queremos agradecer a presença do Senador Hélio José, do Distrito Federal, que é integrante da Comissão de Educação e é um Parlamentar sempre presente e atuante.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Quero agradecer, Senadora Fátima.

Farei uma breve fala, porque estou até meio atrasado para uma audiência no Palácio do Planalto, mas fiz questão de ficar, primeiro, para saudar esse importante debate da construção do Sistema Nacional de Educação articulando o regime de colaboração. Como fazer? E as respostas, realmente, de V. Sªs são muito importantes para nos ajudar a fazer o nosso trabalho aqui nesta Casa.

Flávia Nogueira, que acabou de falar, é Diretora de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação. Obrigado, Flávia. Muito boa a sua fala.

Heleno Araújo Filho é Coordenador do Fórum Nacional de Educação (FNE). Heleno, tudo bem?

Gilvânia Nascimento é Presidente da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME). Seja bem-vinda!

Suely Menezes é Presidente do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação (FNCEE).

Está bem representativo, Senadora Fátima Bezerra. Parabéns por V. Exª ter conseguido organizar essa tão importante e seleta audiência.

João Ferreira de Oliveira é Presidente da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE). Parabéns, João!

O Idilvan eu conheço, o trabalho sério e importante o que ele está fazendo no FNDE. Que Deus o abençoe e você continue lá nos ajudando. Estive lá recentemente e preciso voltar novamente. Talvez semana que vem eu esteja ligando à sua secretária para voltar e continuarmos aquela conversa importante.

As nossas ações para colocar energia fotovoltaica aqui em Brasília estão bem encaminhadas nas quinze, dezesseis escolas que eu defini nas minhas emendas como exemplo de cidadania, de aproveitamento dessa energia abençoada que Deus nos deu – a energia solar – nas escolas, porque os alunos poderão levar para os pais, para as famílias, mostrando a realidade que é o fornecimento da energia alternativa solar nas escolas. As minhas emendas foram nesse sentido. Aqui em Brasília, eu coloquei quatro milhões na educação. E V. Sª nos tem ajudado muito quanto a isso, via FNDE, destravando, suprindo as dúvidas que o pessoal da Secretaria de Educação do DF tem tido.

Isso é importante. Eu estou querendo ir lá no Aloizio Mercadante e em você para discutirmos isso em nível de Brasil. Aqui na CE definimos uma emenda significativa para a área de educação. Eu pretendo que, pelo menos alguma parte, tentemos colocar nas escolas públicas estaduais nos 27 Estados brasileiros, escolas importantes, como exemplo, do aproveitamento da energia. Isso é cidadania, é para todos.

Então, eu quero dar um abraço a todos e dizer que eu estou indo ao Palácio do Planalto agora, para atender a um pedido da Presidência da República, mas foi com muita alegria que eu os ouvi na parte que eu pude, depois vou ler também as notas taquigráficas, vou assistir à gravação. Quero desejar sucesso a todos e lamentar que nesta Casa as coisas ocorram todas ao mesmo tempo.

Hoje mesmo, eu fui presidente de uma audiência pública importantíssima sobre desenvolvimento tecnológico na área de saúde. Também tivemos alguma dificuldade, havia só dois Senadores aqui, eu vim aqui, fiquei, fiz questão de ficar, porque é muita coisa ao mesmo tempo. Nós somos apenas 81 Senadores para todas as Comissões, enquanto, na Câmara, são 513 Parlamentares. Nossa Senadora Fátima era Deputada e lá pelo menos se distribui um pouco mais, porque são 513; mas aqui nós somos 81 para todas as Comissões; então, muitas vezes não podemos dar a atenção que gostaríamos de dar e esse assunto aqui é básico, fundamental para o nosso País, para a nossa cidadania.

Então, desejo sucesso a vocês, estamos acompanhando, sou membro desta Comissão, Fátima Bezerra representa todos nós com presteza, com garra, com bastante galhardia mesmo. É uma pessoa que está na ponta dessa discussão e tem o apoio de todos nós aqui no Senado para levar esta audiência e as propostas que daqui sairão.

Obrigado, um abraço Fátima, e desculpa eu ter que ir lá no Palácio agora, mas eu tenho que ir lá atender a Presidenta, está bom? Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada, Senador Hélio José, muito obrigada mesmo e, se você tiver oportunidade lá, dê um cochicho junto à Presidenta de que nós estamos aguardando que até a noite ela sancione também o projeto de lei que vai regulamentar a profissão dos artesãos no Brasil.

(Intervenção fora do microfone.) (Risos.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Exatamente. Mas, enfim, dizer que, como o Senador Hélio José colocou aqui, claro, é uma agenda muito intensa, mas fiquem certos de que o debate aqui, toda a contribuição, vai ficar devidamente registrado, para que tenha, viu Heleno, exatamente o bom uso, do ponto de vista de fundamentar as nossas iniciativas legislativas.

E nós vamos passar, agora, imediatamente, a palavra ao Idilvan Alencar, o Presidente do FNDE.

O SR. IDILVAN ALENCAR – Boa tarde a todos os presentes, queria cumprimentar e agradecer a Senadora Fátima pelo convite, é uma pessoa que está sempre ligada aos temas mais relevantes de educação deste País. Obrigado pelo convite. Cumprimento a colega Flávia, diretora da Sase; o Heleno, que representa aqui o Fórum Nacional de Educação; a Gilvânia, que representa a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, da cidade de Ilhéus; a Suely, Presidente do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação; o João Ferreira, que representa a ANPAE.

Ao falar sobre o Sistema Nacional de Educação, eu vou colocar exatamente nessa visão do FNDE e trazer um pouco a questão para o financiamento. Eu vi que debates importantes foram feitos sobre o Fundeb, CAQ, CAQi e valorização do magistério.

Se a gente for procurar alguns marcos na educação brasileira, temos vários. Vou resumir em quatro: Nós temos LDB; a Constituição Federal, que assegura direitos importantes ligados à educação; a Lei do Piso, em cujo processo a Senadora teve um papel importante; e nós estamos diante de um momento fundamental, o Plano Nacional de Educação.

Então, todo esse debate de financiamento – que sempre aconteceu – ele vem com mais força. Ele vem com mais força, a partir do Plano Nacional de Educação, especialmente porque há metas cujo prazo nós já estamos vendo aí.

Portanto, o que o Sistema Nacional de Educação pode contribuir com esse alcance de metas? Eu diria, Flávia, que o primeiro elemento de um Sistema Nacional de Educação é que ele economiza, ele racionaliza recurso. Ele é racional.

Eu tive a experiência de passar oito anos como Secretário Executivo de Educação do Estado do Ceará e o primeiro elemento que se coloca é que ele racionaliza gastos, ele otimiza gastos e, em relação ao FNDE, nós temos ações concretas que já fazem parte desse sistema. Esse sistema já existe numa certa dimensão. Ele precisa de regulamentação de competências, essa questão ainda tem uma fragilidade. Quando nós observamos o ensino fundamental, essa questão não é bem resolvida em nível nacional, em nível de sistema. Ainda há matrículas do ensino fundamental de competência da rede estadual. Isso é uma questão forte que tem impacto direto no financiamento e nós sabemos disso, mas há algumas ações que já existem.

Então, eu falo um pouco da alta do FNDE. O FNDE, essa autarquia que pertence ao Ministério da Educação, não é a responsável pela construção dos fundamentos desse sistema. Essa atribuição no MEC está com a Sase, que é a Secretaria que dá encaminhamento, que defende o CAQ, CAQi, mas nós somos parte importante desse processo. Somos parte importante.

Às vezes, eu faço uma comparação entre dois programas que nós temos no FNDE. O Programa Nacional do Livro Didático é um programa que tem um orçamento em torno de R$2,3 bilhões por ano e ele atende a todas as escolas públicas deste País. O Programa do Livro Didático faz a aquisição do livro, o fluxo demora três anos para a aquisição do livro. São três anos antes de começarmos o processo e ele entrega nas escolas do Brasil inteiro; O Programa de Alimentação Escolar (PNAE) já não tem essa finalidade desde o início, desde sua concepção. Vejam a diferença desse programa: ele é um programa suplementar. E, às vezes, esse PNAE é o único recurso que chega na escola para aquisição da alimentação escolar. Só para vocês vejam a diferença de escopo até na definição do programa.

Bom, será que o PNAE deveria ser um programa para atender a toda alimentação que se dá na escola ou ele está num regime de colaboração no Sistema Nacional de Educação? Essas discussões, às vezes, não estão claras e, às vezes, não são nem bem entendidas. Eu vou para alguns debates, em que se diz que o *per capita* da alimentação não atende à alimentação escolar da criança. E ele não tem esse objetivo, na própria definição do programa. Só para você ver, Senadora, como essa questão ainda precisa de um debate maior e mais específico.

A mesma coisa acontece com o Programa de Transporte Escolar (PNATE). No PNATE, nós enxergamos o Sistema Nacional de Educação muito mais forte com Estados e Municípios. Qual é o grande debate do PNATE? É o transporte do aluno do ensino médio, que está na zona rural, que é feito por um Município. E a maioria dos Estados não

consegue bancar esse transporte e quem paga a conta é o Município. A União entra com um valor complementar, mas um valor menor até do que o PNAE, em valores representativos.

Então, assim, eu gosto de colocar esse sistema de uma forma muito concreta, olhando para financiamento, porque é um pouco o papel do FNDE. Eu analiso os programas à luz do financiamento e observando a construção desse sistema. Ele realmente, Senadora e demais presentes, precisa, sim, de uma definição muito clara. Por que quem é responsável por transportar aluno da zona rural dos Municípios? É o Município? E há algumas questões que ainda estão em definição, por exemplo: transporte de alunos para universidade do Município, quem é o responsável? É a União? É o Estado? Mais uma vez é o Município. Então, por isso que eu entendo essa questão do sistema.

Lá no FNDE, nós temos o Proinfância, que é um programa que apoia a construção de creches, já foram feitas 2.800 e há mais outras 3.000 em andamento, aí agora com licitação. Tem o programa Caminho da Escola, tem o Proinfo, que dá computador nas escolas.

Mas, na minha fala, eu vou falar sobre o PAR (Plano de Ações Articuladas). Por quê?

Esse PAR é um instrumento criado em 2007 e é, sim, um instrumento de concretização, um pouco, de tangibilidade a esse sistema nacional. É uma forma muito forte que o Governo Federal tem de apoiar Estados e Municípios.

O PAR foi criado em 2007, ele teve o primeiro ciclo de 2007 a 2010, o segundo ciclo, de 2011 a 2014, e, nos próximos dias, o Ministro Mercadante vai anunciar a abertura do PAR no terceiro ciclo, que é 2015 a 2018.

Então, assim, lá, no FNDE, nós temos esse instrumento, essa ferramenta de gestão...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Ele vai anunciar o...

O SR. IDILVAN ALENCAR – É, nesse momento, as preocupações maiores...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Eu digo, vai anunciar o PAR?

O SR. IDILVAN ALENCAR – As preocupações maiores estão em relação ao Enem, um programa que vai acontecer no final de semana, mas o sistema já está praticamente finalizado, algumas diretrizes importantes já estão postas, e o Ministro vai fazer esse anúncio. Hoje mesmo ele adiantou algumas ações importantes, como o financiamento de módulos para ampliação de creches, que é uma ação importante, mas ele vai anunciar nos próximos dias.

Então, eu me reporto ao PAR como uma forma tangível de apoiar Estados e Municípios. O PAR é um instrumento de planejamento, também de planejamento, é importante que se diga, e, este ano de 2015, nós vamos ter um PAR interligado, conectado com o Plano Nacional de Educação. E, nessa concepção desse Sistema Nacional de Educação, nós precisamos, sim, saber o que é que vai-se liberar para Estados, o que é que vai-se liberar para Municípios e fazer essa análise.

Nós não podemos, de forma alguma, deixar de ser criteriosos em relação a esse instrumento de financiamento. Mais do que nunca o PAR precisa ter clareza nesse aporte de recursos. Esse cuidado, fazer um estoque do que já foi liberado para cada Município, para cada Estado, para que a gente possa ser justo, ser correto neste Brasil tão desigual e com tantas necessidades.

Então, Senadora, Flávia, e representantes de entidades...

(Soa a campainha.)

O SR. IDILVAN ALENCAR – Eu já estou encerrando a minha fala.

Então, sobre o aspecto do FNDE, a síntese é esta: percebermos esse sistema com as suas competências, especialmente sob o aspecto do financiamento. Quando eu falo de PNAE, de PNATE e Livro Didático, eu coloco três ações aí, bem distintas, que ainda precisam de muito debate e definição sobre o papel de cada um dos entes.

Então, essa é a contribuição nossa, do FNDE, nesse debate.Nós estamos participando ativamente do CAQ e do CAQi, porque eu acho que ele é um instrumento que vai permitir essa visualização mais clara, muito mais tangível em relação ao financiamento da escola básica, da escola ideal, do padrão mínimo de escola, e os caminhos para se chegar numa condição básica de oferta.

Então, eu acho que nós precisamos também não resumir o debate a simplesmente o valor do CAQ ou do CAQi para aquela escola ideal. Nós temos que atrelar à qualidade também. É preciso que se coloque em relação à qualidade as entregas, as entregas para o cidadão brasileiro.

Então, obrigado pela oportunidade.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Queremos agradecer a contribuição de Idilvan, Presidente do FNDE.

Nós vamos agora passar a palavra para João, Presidente da ANPAE.

Enquanto isso, queremos registrar aqui, com muita satisfação, a presença de mais integrantes do Fórum Nacional de Educação, como o Walisson Araújo, que é o Secretário Executivo do Fórum; Toni Reis, que a gente já registrou; Maria Luiza Pinho, do Fórum EJA; João Batista, do Conif, como já falei; o Prof. Pedro, da Abruem; Gil Vicente, do Proifes; Sumika, do Mieib; Hélber Vieira, do Inep; Margarida, da Anped; Gilmar Veron; e Alejandra Velasco, do Todos Pela Educação.

Com a palavra, o Prof. João Ferreira aqui, que vai falar pela ANPAE.

O SR. JOÃO FERREIRA DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos e todas.

Eu gostaria de saudar todos os presentes e tentar ir direto ao ponto.

Eu tinha me organizado aqui para fazer uma exposição. Como não tinha ideia de quanto tempo teríamos, vou meio que telegrafar aqui algumas ideias que alinhavei ali, principalmente como professor e menos como presidente da Anpae.

A ideia do Sistema Nacional de Educação não é uma ideia recente. Como todos nós sabemos, ela já estava na cabeça dos pioneiros da educação. Depois, no processo de redemocratização do País, isso aparece com muita força, sobretudo nos escritos do Professor Dermeval Saviani, e, de lá para cá, os movimentos sociais, aqueles que militam no campo da educação, vêm trabalhando fortemente com essa ideia. E nós avançamos significativamente nas duas conferências nacionais de educação. Acho que a proposta dessa audiência, e com essa pergunta – o que fazer? –, nos coloca uma provocação importante no sentido de pensarmos como materializar o que temos discutido há bastante tempo.

Diante da educação escolar brasileira e da organização desse sistema, todos nós problematizamos nas duas conferências essa ideia de que nós temos um sistema heterogêneo, diferenciado e bastante desigual do ponto de vista das regiões, dos Estados e dos Municípios na oferta da educação escolar, sobretudo na oferta da educação obrigatória, no sentido de garantirmos o direito à educação, direito social. E a ideia do Plano Nacional de Educação, do Sistema Nacional de Educação, certamente se coloca na direção de avançarmos na gestão mais articulada e cooperativa do Sistema Nacional de Educação, já constitucionalizado e a ser institucionalizado, a ser mais bem definido nesse processo.

Há, certamente, alguns aspectos significativos que o direito à educação nos coloca, em face dessa problematização em que já temos avançado, no sentido do financiamento da educação; do custo aluno/qualidade; da Meta 20 – sem ela, dificilmente avançaremos nessa direção; da gestão e avaliação democrática da educação; da formação e valorização docente, até chegar, evidentemente, ao projeto político-pedagógico da escola e nos processos de ensino e aprendizagem. Claro que tudo isso está articulado a essa dimensão da produção e universalização de uma educação básica de qualidade para todos.

Acho que o Brasil avançou muito pouco se pensarmos dos anos 30 para cá, sobretudo a partir da criação do próprio Ministério da Educação, em termos da oferta de escolarização obrigatória. Só com a Emenda Constitucional nº 59, de 2009, é que nós passamos a ter 14 anos de escolarização obrigatória, ainda com um desafio enorme no que diz respeito à educação infantil e ao ensino médio. Portanto, no final do ano que vem, se temos esse desafio da constituição do Sistema Nacional de Educação até junho de 2016, temos necessariamente que garantir a educação obrigatória como um direito público subjetivo até o ano de 2016.

E um aspecto que nós precisamos considerar é que nem sempre as políticas públicas que são pensadas, seja do ponto de vista da gestão, do financiamento, da avaliação do currículo, chegam efetivamente ao chão da escola. Nós não devemos deixar em segundo plano o fato de que temos diferentes modos de regulação e de que muitas vezes essas políticas que são efetivamente definidas não chegam e não alteram a prática educativa ou a prática em termos da elaboração e implementação do projeto político-pedagógico da escola. Acho que isto precisa ser levado em conta: é preciso considerar efetivamente os professores como intelectuais capazes de pensar o seu próprio trabalho e de realizar o seu próprio trabalho na direção do direito à educação.

Se fôssemos fazer um panorama, tomaríamos muito tempo, mas há hoje um panorama em termos da organização político-administrativa do Brasil, e esse esforço de repensar todo esse processo tem a ver exatamente com a articulação daquilo que, de certa maneira, está desarticulado na organização desse sistema, e às vezes até com certa concorrência entre os entes federados.

A emenda constitucional traz, portanto, no art. 214, a ideia de que a lei estabelecerá o Plano Nacional de Educação com duração decenal, com o objetivo de articular o Sistema Nacional de Educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias, etc., etc.

Há toda uma discussão se o sistema deveria ter precedido o plano, e certamente imagino que deveria ter precedido. De qualquer maneira, temos uma oportunidade histórica de construir e institucionalizar esse Sistema Nacional de Educação já na direção das metas do Plano Nacional, em articulação também com os planos estaduais e municipais de educação. E lembro o enorme avanço que foi o estabelecimento de metas de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto. Isso certamente foi um avanço.

E, caminhando na direção do que fazer, evidentemente que, quando a gente pensa no Sistema Nacional de Educação, dessa existência para essa consistência e efetivação, algumas questões vão se colocando, como, por exemplo: quais as características que definem esse sistema? Qual é a base, forma e conteúdo do sistema? Qual é a postura dos entes federados? É horizontal, de participação? Certamente, não é? E o que deve ser nacional para todos os sistemas de educação, certamente também com a liderança, Flávia, de vocês, com toda a experiência já da Sase, do MEC nessa direção, e o que deve ser federativo, ou seja, o exercício da autonomia dos sistemas? Portanto, outras questões também se colocam: em que consiste esse sistema? A efetivação do regime de colaboração em termos de cooperação territorial e federativa, e aí normalmente a gente tem já algumas sementes plantadas.

O Presidente do FNDE aqui colocava já a experiência do fundo com relação à questão do financiamento dos programas suplementares, mas nós temos algumas sementes, certamente, plantadas para podermos cultivar e fazer

avançar em termos de conteúdos mínimos nacionais para a educação, do próprio sistema nacional de avaliação da educação básica e da educação superior, integrado, da formação e valorização docente, da carreira e piso unificado, de formação continuada – esta aí o PAR, que já tem experiência acumulada – e também do CAQ, ou do novo Fundeb, ou o Fundeb nacional. E aí vão se colocando também questões sobre a composição e papel do Conselho Nacional, de quais os limites da regulação em torno das redes privadas, da composição e papel do fórum. Acho que já avançamos muito com a lei do PNE.

Penso que, dentre os desafios para implementação do sistema, é preciso, certamente, garantir um diálogo político ampliado e permanente, com ampla negociação, que é necessário entre os entes federados, incluindo as entidades civis organizadas, o Fórum Nacional de Educação, o Congresso Nacional, no contexto de ampliação e redefinição do regime de colaboração, tendo em vista a oferta da educação de qualidade para todos; também a formatação do marco legal, das instâncias, dos mecanismos e processos que vão dar a institucionalidade necessária ao sistema, de modo a permitir os avanços necessários. Os entes federados precisarão certamente assumir o firme propósito de promover maior articulação e colaboração até chegar à materialidade do sistema que queremos construir em prol dessa educação de qualidade. Garantir também a efetividade da meta 20 do PNE, que prevê a ampliação dos recursos para a educação até chegar aos 10% do PIB, sobretudo num contexto de crise econômica. Já vemos com muita preocupação os cortes orçamentários diversos, sobretudo na educação, o que certamente terá implicações para o cumprimento das metas.

E ainda mantermos o PNE como referência das políticas de educação e trabalharmos para sua efetivação, de modo articulado aos planos estaduais e municipais. O PNE foi uma grande conquista da sociedade brasileira e não pode ser letra morta como foi o anterior.

Portanto, ainda nessa perspectiva dos desafios para implementação do sistema, é fundamental a liderança da União – aqui temos Sase/MEC, FNDE, Inep, etc. –, todos aqueles que estão diretamente articulados à lei do PNE e às metas, na coordenação da Política Nacional de Educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

E também o papel fundamental no regime de colaboração, já que possui maior capacidade, como Flávia aqui revelava do ponto de vista da própria competência mais técnica, que foi fundamental na elaboração dos planos estaduais e municipais.

Aqui destaco esse papel em termos de recursos financeiros e técnicos para a implementação desse fundo nacional, do novo Fundeb, do CAQ e do CAQi na garantia desse padrão de qualidade em âmbito nacional, também no sentido de equalizar as oportunidades educacionais, exatamente para corrigir aquelas assimetrias que mostramos no segundo eslaide; a escola de tempo integral, que é um desafio para a educação brasileira. E nós precisamos avançar, até porque, quando se veem as comparações em relação ao PISA, elas são bastante desiguais, já que, nos países desenvolvidos, as escolas são basicamente de tempo integral.

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO FERREIRA DE OLIVEIRA – A implantação do PNE, institucionalização do sistema articulado.

Praticamente por último, eu gostaria de destacar um aspecto que nós precisamos discutir. É a questão da institucionalização do sistema, seja por meio de uma lei específica, seja por um marco legal a ser alterado por caminhos como os que Flávia colocava aqui. No documento da Sase/MEC, há um direcionamento no sentido das alterações na LDB, da regulamentação do art. 23, da adequação das regras de financiamento, da adequação do sistema de ensino, etc. Poderíamos ainda trazer o que está sendo discutido no Congresso sobre a Lei de Responsabilidade Educacional e leis específicas para a gestão democrática da educação.

Por outro lado, não podemos também deixar de discutir a questão da lei específica, prevista na lei do Plano Nacional de Educação, art. 13, que estabelece que o poder público deverá instituir em lei específica, contados dois anos da publicação desta lei. Trata-se exatamente do Sistema Nacional de Educação.

É difícil abandonar esse artigo, na medida em que, se o abandonarmos, vamos abandonar outros também. Imagino que seja possível pensar numa lei específica, com princípios, fundamentos, direitos e deveres, por exemplo, diretrizes do que é nacional e federativo, regime de colaboração e cooperação com competências compartilhadas, níveis e modalidades, na direção de manutenção do desenvolvimento e de ensino e áreas e dimensões que integram o Sistema Nacional de Educação. E certamente há muitos aspectos além daqueles que eu coloquei ali.

Precisamos, portanto, avançar em todos esses aspectos, na dimensão do diálogo e das conferências que devem ter continuidade, sobretudo pela ação do Fórum Nacional de Educação, das instâncias de articulação também previstas na lei, do monitoramento dos planos com indicadores de qualidade bem definidos, ampliando-se na direção daquilo que as Conaes apontavam, da gestão democrática da educação, do currículo comum nacional, da valorização do docente e, finalmente, do Custo Aluno Qualidade.

Penso que esses são aspectos importantes nesse processo do que fazer, pergunta colocada aqui, na construção do Sistema Nacional de Educação.

Espero ter trazido alguma contribuição.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Agradeço ao Professor João pela importante contribuição. João é Professor da Universidade de Goiás...

O SR. JOÃO FERREIRA DE OLIVEIRA – Federal de Goiás.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Universidade Federal de Goiás e aqui representa a Anpae.

Vamos passar agora para a Gilvânia, da União dos Conselhos Municipais, mandando um abraço para todos os conselheiros municipais pelos Estados que estão aqui, acompanhando a presente audiência.

Gilvânia, com a palavra.

Enquanto isso, quero também registrar com muita alegria a presença do Professor Paulo Figueiredo, representando a SBPC; Gilmar Veron, da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena; Felipe Malhão, aqui representando a União Nacional dos Estudantes; e Ariadne Luz, da Federação dos Psicólogos.

Concedo a palavra à Professora Gilvânia.

A SRª GILVÂNIA NASCIMENTO – Boa tarde!

Quero cumprimentar a Senadora Fátima Bezerra e agradecer também por convidar a Uncme para esta importante audiência pública. Inclusive estávamos conversando sobre o ineditismo desse convite. É a primeira vez que a Uncme está numa audiência pública no Senado Federal e, para nós, isso é extremamente importante.

Cumprimentando a Senadora Fátima, também cumprimento os colegas que me acompanham nesta Mesa.

Posso chamá-los de colegas, porque estamos todos dentro de uma mesma articulação, dentro de uma mesma discussão da garantia do direito à educação no Brasil. Então, saúdo a Flávia, o Heleno, o João, o Idilvan e a Profª Suely Menezes, que, assim como eu, também representa Conselho de Educação.

O tema "A construção do Sistema Nacional de Educação Articulado em regime de colaboração: como fazer" é extremamente complexo. Se não fosse, ele não demandaria tantas reuniões, tantas discussões e tantas articulações, como temos feito, para conseguirmos os consensos necessários, que nos ajudem, realmente, a entender o que é esse Sistema Nacional de Educação, qual a sua natureza e como ele vai estar a serviço da garantia do direito à educação para todos os brasileiros e brasileiras.

E, em relação ao como fazer, eu já queria começar dizendo a vocês que eu não sei se, até o final da minha exposição, eu vou conseguir dar alguma contribuição efetiva quanto ao que fazer, mas eu já diria, Senadora, que um aspecto específico de como fazer já está sendo feito. Esse aspecto já está sendo feito pelo Ministério da Educação com todo o movimento da Sase de articulação nacional para discutir o sistema em diversos momentos, com diversas estratégias de participação da sociedade, um diálogo qualificado com as instituições, uma busca incessante por contribuições que ajudem a desvendar e, de alguma maneira, a formatar isso que nós estamos chamando de Sistema Nacional de Educação.

Eu tenho a impressão também de que este como fazer está sendo exercitado da maneira que nós queremos através dessas audiências públicas. Não há como nós enfrentarmos o desafio da construção do Sistema Nacional de Educação se não houver, efetivamente, a participação da sociedade. Nós, como Uncme, entendemos que o primeiro aspecto do como fazer um Sistema Nacional de Educação é promover o efetivo diálogo com a sociedade. Isso precisa ser feito tanto pelo Congresso Nacional como pelo Ministério da Educação e pelas instituições. Esse é um grande exemplo também do Fórum Nacional de Educação e de todas as instituições aqui presentes.

Eu quero informar que, entendendo a importância da participação social e desta audiência pública no desvelamento de aspectos importantes do Sistema Nacional, nós estamos mobilizados, através da Diretoria Nacional da Uncme, para assistir a esta audiência via internet em todos os conselhos em que foi possível realizar uma reunião hoje. A nossa diretoria assiste. Eu quero, inclusive, aproveitar para saudar todos os membros da Uncme que ajudam a construir esse trabalho de gestão democrática no Brasil.

Nesse sentido, eu queria dizer para vocês que Flávia colocou muito bem, fazendo uma reflexão desde os pioneiros, a discussão de sistema, a discussão da necessidade de planejamento da educação brasileira. Eu entendo que isso é extremamente importante, mas eu vou, pela questão do tempo, reportar a minha fala sobre o Sistema Nacional pegando dois recortes importantes de um momento recente, que são os recortes exatamente da Conae 2010 e da Conae 2014. A Conae 2010 trazia como tema fundamental "Construção do Sistema Nacional Articulado de Educação: Plano Nacional de Educação (PNE) e suas Diretrizes e Estratégias de Ação". E discutimos amplamente um Sistema Nacional de Educação, entendendo que só fazia sentido pensar um Sistema Nacional a partir da perspectiva da articulação. Por outro lado, em 2014, nós discutimos como tema central do Conae "O PNE na Articulação do Sistema Nacional de Educação: Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração".

Entendo que, nessas duas temáticas centrais convocadas pela sociedade brasileira e discutidas legitimamente, nós já encontramos elementos importantes para pensarmos um Sistema Nacional de Educação, elementos que se traduzem aqui em Plano Nacional de Educação, diretrizes nacionais, regime de colaboração, cooperação federativa, participação popular. Então, nessas duas temáticas centrais da Conae, nós entendemos que podemos encontrar os elementos que aqui estamos buscando e debatendo para entender que Sistema Nacional é esse que vai dar conta de

construir uma educação de qualidade para todos os brasileiros e brasileiras num país da dimensão do Brasil, com grande diversidade e desigualdades regionais.

Por outro lado, eu trago ainda como um dos elementos que a Uncme tem discutido de maneira muito contundente... Inclusive, estamos vindo de cinco encontros regionais, onde tentamos estabelecer um diálogo por região para entender quais são as principais preocupações e contribuições à discussão de sistema, assim também como da base nacional comum.

Para esse debate dos cinco encontros regionais, nós contamos com a participação ativa da Sase, indo realmente às regiões, ouvindo e também colocando quais são os encaminhamentos que o Ministério tem feito nesse sentido, mas, principalmente, quero dizer para vocês que a relevância desses encontros regionais estava em exatamente escutar, trazer mais elementos para essa discussão.

Então, três elementos para nós são fundamentais nessa discussão de Sistema Nacional de Educação, sem prejuízo de outros que alguns colegas já colocaram e que nós podemos também colocar. Primeiro, temos de entender que a construção do Sistema Nacional de Educação deve estar a serviço da garantia do direito à educação e que nós estamos discutindo amplamente de que a educação nós estamos falando; que educação é esta que nós queremos construir para todos os Estados e Municípios deste imenso País.

Entender essa perspectiva da garantia do direito à educação e do Plano Nacional de Educação envolve discutir o Pacto Federativo, o regime de colaboração, mas principalmente entender que temos um elemento fundamental e concreto nesta discussão, que é o Plano Nacional de Educação.

Então, um Sistema Nacional de Educação, seja qual for a formatação da lei que nós vamos ter para instituir o sistema, deve considerar que o Plano Nacional de Educação, para nós, é a espinha dorsal desse sistema.

E aí um outro elemento importante é: que relação esse Sistema Nacional de Educação vai estabelecer com os demais sistemas de ensino? O que nós estamos entendendo como um Sistema Nacional de Educação que vai empoderar e fortalecer os sistemas estaduais e municipais?

Então é dessa relação que, de uma certa forma, discute responsabilidade, mas, ao mesmo tempo, articulação entre os entes federados, que entendemos que, realmente, pode ser compreendido o Sistema Nacional de Educação.

Nesse sentido, nós gostaríamos de comunicar para vocês algumas preocupações que temos discutido com os conselhos de Educação. Primeiro, ainda há uma grande hierarquização das relações entre os entes federados, e temos também, ao lado disso, um contexto de desigualdades que precisam ser superadas. Nós estamos falando aqui da educação do cidadão que é brasileiro, que não é de uma grande capital, que não é de uma cidade com 3 a 5 mil habitantes, mas de um cidadão que é brasileiro e que precisa ter a mesma qualidade de educação.

(Soa a campainha.)

A SRª GILVÂNIA NASCIMENTO – ... de norte a sul do País.

Nesse sentido, entendemos que é importante estabelecer objetivamente normas de cooperação federativa para garantir a educação como política de Estado. Nós não podemos continuar entendendo que esse regime de colaboração e de cooperação deva se dar no entendimento entre pessoas que, em um determinado momento, desejam cooperar mais ou menos. A sociedade precisa de respostas mais objetivas e de garantias que realmente deem conta desse grande projeto de educação que nós definimos nas nossas conferências de educação, que o Congresso Nacional aprovou e que a Presidenta sancionou sem vetos. Nós temos um projeto de educação para o País.

Claro que nós podemos, em momentos – e é por isso mesmo que se avalia um plano –, avançar nas diretrizes, nas estratégias. E aí vem o segundo elemento de grande preocupação nossa: para dar conta desse Sistema Nacional que tem esse Plano Nacional de Educação como articulador, como espinha dorsal, nós precisamos enfrentar a grande discussão do financiamento. É a discussão do Custo Aluno Qualidade, sim, mas é, principalmente, a discussão ampla do financiamento da educação no Brasil, porque nós precisamos realmente, de um lado, ter parâmetros de referência que deem conta de uma qualidade, mas, ao mesmo tempo, termos recursos que deem sustentabilidade a esses parâmetros.

Do contrário, nós não conseguiremos implementar a base nacional comum que todos consideram como elemento importante, a formação e a valorização dos profissionais da educação, os padrões educativos para as nossas escolas, e sequer conseguiremos implementar a gestão democrática da educação.

Nesse sentido, já encerrando, porque o meu tempo é curto, eu preciso dizer, porque é minha obrigação como Presidente da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, que nós consideramos que um Sistema Nacional de Educação precisa entender o papel dos conselhos de Educação: o Conselho Nacional de Educação, os conselhos estaduais e os conselhos municipais de Educação.

Quanto aos conselhos municipais de Educação, nós entendemos que eles são extremamente importantes para dar conta desse projeto de educação, porque conferem identidade à educação municipal. A Constituição de 1988 conferiu aos Municípios a condição de instituir os seus sistemas de ensino.

Como Uncme, nós lutamos para que os Municípios realmente tenham os seus sistemas instituídos, até porque o Sistema Nacional será um sistema de sistemas.

Finalmente, Senadora, quero dizer a todos que estão aqui presentes que é um desafio tratar da gestão democrática nos Municípios, nos Estados e até na União, mas é uma necessidade. Nós não entendemos mais a realização de política educacional sem termos um controle social fortalecido, conselhos funcionando adequadamente e em condições de responder às demandas do Município e, finalmente, sem zelarmos de maneira muito contundente pelo princípio da gestão democrática da educação.

Muito obrigada a todos vocês. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Agradeço à Professora Gilvânia pela importante contribuição ao debate.

Registramos com muita satisfação a presença do Senador Donizeti, do Tocantins. É o seu primeiro mandato no plano federal. Quero aqui fazer o registro de que S. Exª está estreando no Senado, mas estreando muito bem, do ponto de vista de competência, de seriedade, de dedicação, inclusive no que diz respeito aos temas da educação. Tem contribuído, e muito, com o debate aqui na Educação.

Queremos registrar agora, com muita satisfação, a presença entre nós, além da Diretora Flávia, do titular da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino, a Sase. A Sase é a prefeitura dos secretários – não é, Binho? –, dos secretários municipais e estaduais. Aqui há outra prefeitura. O mais visitado é o FNDE. (*Risos.*)

Esse é o mais visitado, porque é no FNDE que está o Orçamento.

Aliás, Idilvan deu aqui uma boa notícia, de que o Ministro vai anunciar brevemente a edição no novo PAR.

Enfim, Binho, registro com muita satisfação a sua presença.

Nós vamos dar continuidade ao debate com a Professora Suely e com o Professor Heleno.

Binho, não sei se você quer fazer alguma saudação.

Por favor.

O SR. BINHO MARQUES – Quero pedir desculpas por ter chegado a essa hora. E já terei que sair. Hoje, o Ministro marcou uma reunião com a CNTE, que vai acontecer daqui a pouco.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Mas a Sase está bem representada aqui. Pode ficar tranquilo.

O SR. BINHO MARQUES – Com certeza está mais bem representada pela Flávia do que se eu estivesse aqui.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Aliás, Binho, permita-me rapidamente: toda a equipe, viu? Nós estamos aqui com a Professora Ivanete Oliveira, que é Coordenadora do Plano de Mobilização Social pela Educação; com o Professor Luiz Hudson Guimarães, que é Assessor da SEB;Ana Cristina, da Sase; Luzia Rodrigues, da Sase, e Laila, que é assessora de comunicação do Fórum Nacional de Educação.

O SR. BINHO MARQUES – Mais o Alisson e o Roberval.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Eu já registrei.

O SR. BINHO MARQUES – Não quero tomar muito tempo. Eu já atrapalhei o suficiente.

Quero parabenizar a Senadora mais uma vez por este ciclo de debates. Participei de alguns. Isso fortalece o esforço de todos nós, do Fórum.

Hoje, tivemos uma reunião muito importante e significativa com o Ministro, na qual a senhora estava presente. Isso faz com que possamos aquecer o tema do Sistema Nacional de Educação, que nem sempre se mantém animado. A reunião do Fórum hoje foi muito representativa. O Ministro posicionou-se sobre vários temas.

Com relação ao Sistema Nacional de Educação, ele disse que vai agora ter uma reunião interna no MEC, para que a gente possa, nas próximas reuniões do Fórum, ter uma espécie de acordo. Ele se posicionou dizendo que o Ministério de Educação vai ter uma atuação muito ativa com a presença dos secretários, dependendo do tema, no Fórum, debatendo, discutindo, no sentido de buscar uma construção conjunta, buscar acordos e, muitas vezes, aquecer também o debate para que a gente tenha resultados mais significativos.

Com relação ao tema do Sistema Nacional de Educação, quero ressaltar aqui o papel do Fórum Nacional de Educação, que apresentou um documento hoje. Isso vai fazer com que o debate se intensifique. O nosso prazo é curto, é até junho do ano que vem. Da parte da Sase, quero dizer aqui que nós estamos completamente envolvidos nesse debate, e, ele acontecendo por dentro do Fórum, melhor ainda.

Reconhecemos nesse documento muito do que foi feito no nosso documento: o que foi feito pelo Deputado Ságuas, o que foi desenvolvido nesta Casa, permitindo-nos agora ter uma discussão mais objetiva. Nosso debate inicialmente foi muito conceitual; foi uma opção que nós tivemos, para que tivéssemos mais acordos antes de discutir detalhes e para que não tivéssemos uma lei fragmentada.

Eu acho que foi mais ou menos o que foi apresentado aqui pela Diretora Flávia. Não vou acrescentar; vou só parabenizar a todos do Fórum, todos da Mesa, todos os amigos queridos. Estamos nessa luta há muito tempo, e eu espero que ela seja, de fato, uma luta vitoriosa, para que, com um Sistema Nacional de Educação, tenhamos mais equidade, garantindo, de fato, um sistema que fiscalize, que cuide, que zele pela qualidade da educação para todos.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – O.k., agradeço ao Prof. Binho Marques, nosso Secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino.

Agora, vamos passar a palavra imediatamente para a Profª Suely, que é a Presidente do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação e, em seguida, encerrando aqui os trabalhos da nossa Mesa, vamos passar a palavra para o Prof. Heleno, que é o Coordenador-Geral do Fórum Nacional de Educação.

Concedo a palavra à Profª Suely.

A SRª SUELY MENEZES – Boa tarde a todos, a honra e o privilégio de participar desta Mesa tão diversa e tão importante. Quero saudar com muita alegria a Senadora Fátima Bezerra, pois, na verdade, é um orgulho para nós termos uma Senadora educadora, com uma luta tão feroz – eu diria – pelos interesses da educação deste País. Minha saudação ao Senador Donizeti, que veio prestigiar esta audiência; ao nosso Secretário Binho, que tem sido... A Senadora diz que é o espaço dos secretários, mas não é só assim não; é o espaço também dos conselhos estaduais e municipais.

A Sase é hoje um espaço de articulação, um espaço de negociação de que nós não abriremos mão mais. Não aceitaremos mais um MEC sem uma Sase e sem Binho e sem Flávia que possam, realmente, estar articulando conosco. Vamos começar a brigar por isso.

Minha saudação ao Heleno, nosso Presidente do Fórum Nacional; ao Idilvan; à Gilvânia; ao João Oliveira; a todos aqueles membros do nosso Fórum Nacional, que prestigiam este País inteiro e aos outros membros que aqui estão da Sase e que fazem parte desse grande grupo de educadores interessados em uma educação de qualidade.

O nosso tema de hoje é a construção do sistema e o como fazer. Eu diria: vamos continuar fazendo? Vamos continuar fazendo? Em verdade, eu até brinco que demorou tanto a nossa lei, que eu acho que estavam esperando a estruturação do MEC para geri-lo, porque, efetivamente, quando o Plano Nacional foi aprovado, a Sase e o MEC estavam muito bem estruturados para conduzir o processo de instauração, de implantação, enfim, de colocar o carro na rua, de colocar o carro andando.

E, nesse sentido, eu diria que é muito interessante nós admitirmos que a constituição do CNE foi iniciada. É claro que isso depõe contra mim, mas tenho 50 anos de chão de escola e nunca vi o País organizado e mobilizado em torno de metas concretamente colocadas.

Efetivamente, quebramos, inclusive, um paradigma deste País, um paradigma cultural, de um País que não estava muito acostumado a pensar junto. Pensava-se separado. Um País que não tinha conseguido alinhar, e, de repente, nós temos um País inteiro parando, pensando dez anos, pensando uma década de educação. Isso foi realmente um fator que nós não podemos deixar de registrar como o início do processo de sistema, ou melhor, a consagração do sistema iniciado, porque ele já veio sendo desenhado historicamente há muito tempo.

Logicamente, nós estamos sob a égide agora de uma lei organizadora. No início, eu não sei vocês, mas eu achei muito estranho. Como um plano pode ser articulador de um sistema? Parecia paradoxal dizer: eu vou ter um plano que articule, que organize um sistema. E hoje isso fica muito claro, porque a lei do PNE organizou; trouxe deveres de casa bem estruturados, trouxe prazos, trouxe uma consistência ao fazer. Ela é realmente uma lei organizadora e sistematizadora.

A partir disso, a partir de obedecer a essa lei, trabalhar os deveres estabelecidos por ela, nós começamos a materializar, em verdade, o regime de colaboração, que até bem pouco tempo era muito subjetivo e muito pouco claro nas nossas ações.

O art. 7º, quando diz que nós vamos ter de atuar em regime de colaboração para alcançar e implementar as estratégias do plano, ele está uma ordem e está dando uma sequência de trabalho. PNE articulador.

E aí começam os deveres de casa; o Estado, todo mundo tem de se unir porque, com um ano, nós teríamos de cumprir uma missão. Este País inteiro teria de colocar-se em planos de educação. Assim, você começa a perceber a importância de estarmos articulados efetivamente e o papel efetivo da Sase. A Sase fez um papel pedagógico, fez um papel didático. Ela foi até o Município, aos Estados e caminhou segurando um processo de construção coletiva desses planos, para chegarmos, hoje, ao número extraordinário de 95.4 % de Municípios com planos aprovados e praticamente 90% dos Estados com seus planos já aprovados e homologados.

Sem dúvida, nós podemos até pensar, em alguns momentos – e algumas pessoas até dizem: "Ah, mas isso não está certo, há planos que não estão bons, há planos fracos". Não importa, nós podemos pensar, sim, que alguns Municípios poderiam estar com um plano melhor, mas aí vem o segundo dever de casa, que é o monitoramento. O monitoramento do plano é exatamente isto: o acompanhamento. O que não estiver bom nós vamos ter chance de aprimorar. Nós temos prazos estabelecidos para revisões, para estruturações e a construção do sistema, porque um sistema tem de ser articulado de uma forma vertical e horizontal, numa visão federativa que nós, na prática, não tínhamos muita experiência em operacionalizar.

Nesse sentido, o monitoramento permite esse controle social do que nós precisamos fazer e que está escrito no plano. Hoje nós temos várias fontes de debate, mas o sistema tem assegurado todo um caminho traçado pela legislação, que é a Constituição alterada pela emenda e o art.13 da Lei nº 13.005, de 2014.

Um aspecto fundamental da construção desse Sistema Nacional é o que a Flávia relatou aqui. Talvez fosse muito mais prático e mais fácil fazer o que se fez no passado; desenhar uma lei e dizer: "cumpra-se"; dar prazos, revogar o que está antigo, tirar a pele, vestir outra pele, começar tudo de novo. Isso foi o que fizemos efetivamente e historicamente neste País. Difícil é construir consensos, e é esse trabalho que nós temos hoje de admitir que vem sendo importante dentro do processo de gerar essa legitimidade.

Ontem, recebemos o texto preliminar do PL que poderá desenhar a nossa futura lei complementar. E aí começamos a identificar no documento uma história de discussão e de consensos que foram sendo trabalhados ao longo dos últimos três anos aproximadamente. Isso é muito gratificante, porque não basta aprovar uma lei; se ela não tiver legitimidade, como demandas efetivas da sociedade, essa lei já nasce obsoleta ou ela nasce falida, ela nasce sem condições de implementação.

Então, a nossa alegria é poder ver uma lei que se desenha a partir de consensos não fáceis, certamente muito difíceis, porque, em cada esfera da nossa Federação, nós temos problemas diferentes, temos uma diversidade extraordinária, temos dificuldades de relacionamento e de negociação, mas, pouco a pouco, temos condições de ir superando essas questões para a construção desse sistema.

Algumas questões polêmicas. Uma das questões polêmicas é a própria questão da diferença, porque, muitas vezes, nós dizemos: não é igual colaboração e cooperação? Parecem sinônimos, mas, na prática, quando nós estamos falando da cooperação, nós estamos lidando com o art. 23. Na verdade, nós sabemos, pois está na Constituição, está na lei o que devemos fazer para uma educação de qualidade. Agora, traduzir isso em questões práticas.

(Soa a campainha.)

A SRª SUELY MENEZES – ...colocando, efetivamente, o caráter vinculante das obrigatoriedades, das responsabilidades, isso é uma missão de que esse sistema terá de se desincumbir.

Do mesmo jeito que colaboração é questão polêmica, porque a colaboração exige a adesão e a articulação entre sistemas. Nós precisamos estar unidos, mas também cada um quer atender a seus próprios interesses; os Municípios têm interesses diversos dos Estados, da União, e, nesse confronto, nós temos que, na verdade, chegar a consensos nessa construção permanente.

Algumas temáticas são obrigatórias nesse processo de construção coletiva, e o regime de colaboração terá de ser construído pelo exercício de pactuações e adesões. É um pouco diferente da cooperação, porque lá nós vamos ser obrigatórios. Vamos estabelecer os compromissos e as responsabilidades obrigatórias, mas terá de haver um espaço onde nós vamos pactuar aquilo que é de maior importância para cada parte desse sistema.

De regras de financiamentos, hoje, todos já falaram. Até temos aqui o FNDE, que é o papa dessa história, mas, sem dúvida, a expectativa deste País é de que nós possamos também chegar a consensos quanto a essa função supletiva da União e à função supletiva dos Estados. Não dá para pensarmos – não é, Professor? – em sistemas ou em visão sistêmica se nós tivermos um Município que, em um determinado momento, não sabe o que fazer com o povo dele. Alguém terá de dar essa resposta: quem pagará a conta daquele Município longínquo que não conseguirá gerar recursos suficientes para garantir a sua qualidade? Então, a visão sistêmica é exatamente esta diferença; é esta visão de que todos terão de participar do processo para garantir uma educação de qualidade para todos.

A substituição do Fundeb ao final da sua vigência é um outro desafio que, hoje, não pode ser esquecido no processo em que se discute o CAQ, um CAQ que, certamente, será diferente. Já conversamos tanto. Em um País tão diverso, não dá para pensar em um custo aluno específico.

Uma das questões que, desde o lançamento do documento da Sase, se discute com muita ênfase é: nós precisamos ter a coragem, nós precisamos ter a ousadia de poder mudar a LDB. A LDB que temos é boa, mas ela tem um tempo, ela tem demandas específicas. Ela hoje tem de ter respostas, novas ordens, uma nova dinâmica federativa que se impõe. Ela precisa ser mudada, porque é exatamente a organizadora. Nós temos de reorganizar essa educação nacional. Ela organiza, nós temos de reorganizar. Temos outros tipos de articulação, temos outras instâncias de negociação e temos de colocar tudo isso dentro, temos de colocar até os conselhos dentro; temos de colocar, exatamente, o papel de cada um. Quando nós raciocinamos em sistemas, nós brigamos muito porque um sistema – a gente brinca – tem três pernas: ele tem o Executivo, ele tem o normativo e tem a rede. O normativo está um pouco abandonado. Está capenga essa perna, e precisa ser fortalecida a perna do sistema.

Estabelecimentos de base comum, o que, na verdade, materializará a unidade deste País, o percentual de base comum que materializa o que nós sempre sonhamos. Hoje, nós não temos currículo neste País; temos

programas que não são nossos. São programas que nós adotamos, como filhos adotivos, que podem ser melhores em relação ao que imaginamos nas escolhas.

Há um debate que está em curso, e nós estamos torcendo para que ele chegue ao ponto desejado: valorização dos profissionais; políticas implementadas muito diferentes, muito diversas, tanto as municipais quanto as estaduais. Precisamos ter parâmetros mais seguros e discussões mais amplas, para que possamos diminuir as paralisações neste País. Precisamos ter consensos dos quais esse professor esteja participando e percebendo a dimensão da importância do seu papel dentro da educação brasileira.

O CAQ e o CAQi são talvez um dos pesadelos da Sase hoje, porque ela consegue, ela trabalha... Cada um que fala com a Sase diz alguma coisa diferente, diz alguma coisa que complica a compreensão do que é a qualidade da educação deste País, que acontece aqui em Brasília, que acontece em São Paulo, numa aldeia indígena do Xingu ou no interior de qualquer Município do Brasil. É um desafio, e eu tenho certeza de que, com tantas articulações e conversas, o caminho está se abrindo. As respostas estão começando a surgir, e nós vamos ter de construir isso com muita rapidez.

Gestão democrática. A Gilvânia já falou com propriedade sobre essa questão, a importância de este País trabalhar a gestão participativa. A maior dificuldade neste País é trabalhar em grupo, é trabalhar em colegiados, é poder achar soluções conjuntas. E esse é um exercício que precisamos concluir – já recebi aqui o aviso relativo ao tempo.

Incluir um dispositivo legal. Quero dizer da minha alegria ao trabalhar o tema, o preliminar texto do PL, e identificar a posição dos conselhos estaduais e dos conselhos municipais, claramente definida no documento – isso foi uma alegria muito grande.

Ah, há outra coisa que eu queria colocar.

Eu considero – não sei se a Gilvânia concorda comigo – que já é tempo de nós revogarmos que os Municípios poderão optar por se integrar ao sistema estadual. Eu penso que, num sistema federativo, essa autonomia tem de ser resguardada. Então, talvez possamos aproveitar a oportunidade... Não que os conselhos estaduais não gostem de abrigar os Municípios que não têm sistemas próprios como sua rede, mas penso que a autonomia do sistema municipal terá de ser pensada – nem que se desse um prazo de dez anos para que isso acontecesse, mas é tempo de os Municípios se prepararem para a autonomia.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Agradecemos à Professora Suely pela contribuição muito importante que acaba de dar ao tema, falando com muita convicção e com muita paixão, com muito entusiasmo. Agradecemos suas palavras generosas de incentivo.

Vamos passar agora, imediatamente, ao Professor Heleno, que é o Coordenador-Geral do nosso Fórum Nacional de Educação.

O SR. HELENO ARAÚJO FILHO – Obrigado, Senadora Fátima Bezerra, que já cumprimento e parabenizo pela iniciativa. Agradeço o convite e o espaço para discutirmos esse tema. Ao cumprimentá-la, estendo o cumprimento ao Senador, aos demais servidores aqui da Casa, aos assessores. Cumprimento também a Flávia e o Idilvan e, ao cumprimentá-los, cumprimento todos os membros do Executivo presentes nesta audiência. A Suely, a Gilvânia e o João, ao cumprimentá-los, cumprimento os demais 14 membros do Fórum Nacional que estão presentes nesta audiência pública.

Esta audiência nos traz, na construção do Sistema Nacional Articulado de Educação em Regime de Colaboração, dois pontos de que muita gente gosta: como fazer? Então, é uma pergunta que provoca outras perguntas, mas o pensar como fazer, já imaginamos, deve ser feito por muitas, várias, diversas cabeças e mãos, e é isso que se está tentando construir neste País.

Nós, no Fórum Nacional de Educação, estamos também participando desse processo de construção. Hoje, na nossa reunião do Pleno, definimos um grupo de trabalho que tem a participação de 23 entidades nacionais que se vão debruçar sobre uma proposta de projeto de lei para dar consequência a todo o debate teórico que a Flávia já citou aqui. Então, essas entidades, no grupo de trabalho, vão debruçar-se sobre isso durante os próximos 20 dias, para olhar esse projeto de lei, para apresentar suas contribuições. Vamos ter um tempo a mais de oito dias para que todos os membros do Fórum possam também avaliar isso e apresentar suas contribuições. Já pretendemos na próxima reunião do Fórum, no dia 24 de novembro, deliberar sobre o que o Fórum Nacional de Educação apresenta como contribuição nessa construção do Sistema Nacional de Educação.

Vem a pergunta: como fazer? Isso provoca outra pergunta: por que fazer? Sobre isso o Fórum também vai se debruçar. Consideramos – a Conae já aponta para isso – o porquê de se fazer o Sistema Nacional de Educação. É para que ele cumpra o papel de ser orientador e regulador das políticas educacionais. A sua finalidade deve concentrar-se em institucionalizar as políticas indicadas no Plano Nacional de Educação, de modo a torná-las

obrigatórias para todos os entes federados. Não será uma coisa opcional de Municípios ou de Estados. Haverá a determinação legal de que elas sejam cumpridas.

Como fazer? É preciso continuar nesse processo de gestão democrática, de efetiva participação, com a base da gestão democrática, com uma participação nessa construção que venha a atender aos princípios constitucionais que já aprovamos desde 1988 – faz muito tempo, e ainda não conseguimos efetivar isso –, que é a equidade educacional no País por meio de ações conjuntas entre os entes federados; a criação de ações sistêmicas entre os níveis, as etapas, as modalidades e os elementos constitutivos da educação; a busca de posturas democráticas entre a gestão pública e a sociedade civil. Esses princípios são importantes para se consolidar um projeto de educação pública, para que ela seja, de fato, nacionalizada, para que ela seja emancipadora e engajada nos propósitos de felicidade do povo e de prosperidade do País. É isto o que a gente quer: que as pessoas vivam com dignidade no País, que se garantam os direitos para todos e para todas.

Para isso, o que é preciso enfrentar? Já foram apontados aqui diversos desafios, mas quero destacar alguns nesse enfrentamento. Primeiro, temos de superar essa excessiva descentralização que já foi conferida pela LDB ao sistema de ensino. Essa autonomia de criar ou de alterar o projeto de lei tem de respeitar uma regra, um sistema, um processo que dê esse caráter nacional para a educação em nosso País, para, a partir daí, desenvolver as ações e as políticas necessárias.

É preciso enfrentar o que consideramos como desafio de peso, um grande desafio, que, agora, é a efetivação da destinação dos 10% do PIB para a educação. Já se aponta isso como o grande desafio. Disso se podem tirar novos recursos. Como trazer novos recursos para enfrentar o desafio já posto aqui do financiamento?

Outro desafio que está colocado para nós dentro do sistema é consolidar a Conferência Nacional da Educação como instância máxima de deliberação social sobre as políticas educacionais. Essa Conferência tem de apresentar seu documento final, aquilo que queremos como políticas educacionais para o nosso País.

Isso nos leva a levantar outra pergunta, outra questão, a partir do como fazer: aonde chegar? Aonde queremos chegar com o Sistema Nacional de Educação? Apontamos que é necessário conferir a este País a qualidade social ao aprendizado, empregar o caráter sistêmico às políticas educacionais e universalizar as matrículas na educação pública regular. O desafio está posto para nós desde 2009. Pela ausência de planejamento, pela ausência de um sistema, hoje os governantes dizem que têm muita vontade de garantir a universalização das matrículas às pessoas de 4 a 17 anos, mas alegam não ter estrutura, não ter condições. Os governantes, hoje, nos Municípios e nos Estados, não são os mesmos de 2009, governantes hoje nos Municípios e nos Estados não eram os mesmos de 2009, quando houve a determinação legal, e, pela falta de planejamento naquele momento, pela ausência do sistema, estamos aí, ainda, chegando em 2016 sem cumprir a Constituição Federal, sem garantir esse direito à educação.

Então, o sistema tem que chegar a esse ponto, chegar a esse cumprimento, a esse direito. Mas chegar para quê? Para fazer esse combate às desigualdades regionais, tendo como base de princípios aquilo que nós queremos que o sistema dê conta, que é dar continuidade às políticas sistêmicas voltadas à interação dos níveis básico e superior. Não dá mais para, na mudança de ministros, mudar o processo da política, para, na mudança de secretários estaduais e municipais, mudar todo o processo. Deve-se dar continuidade às políticas que deem conta do atendimento à educação. Não dá para que cada pessoa que chegue a esse espaço queira deixar sua marca histórica na vida da educação daquele Município, daquele Estado ou do País. Deve haver uma sequência, e o Plano Nacional de Educação é esse elemento importante para atravessar governos e garantir essa continuidade.

É preciso garantir o protagonismo do trabalho e das relações sociais no currículo. Estamos aí debatendo e discutindo a perspectiva desse currículo para dar conta de uma nação como o Brasil, com suas diversidades apresentadas.

É preciso garantir a expansão do financiamento, consolidar a gestão democrática, implementar uma cultura positiva para a avaliação dos sistemas, das redes, das escolas, instituições, dos estudantes, dos profissionais; já ligando isso ao art. 11 do Plano Nacional de Educação, que traz a necessidade de termos um Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica. Então, não dá mais para pensarmos uma educação social, uma educação solidária, uma educação que traga alegria para as pessoas se continuarmos avaliando apenas Matemática e Português, fechando todo o processo de atendimento e de expansão necessária para o currículo social que nós queremos.

É preciso garantir a efetivação da valorização da carreira dos profissionais da educação com diretrizes nacionais de carreira, que está tramitando nesta Casa desde 2003, e não só nesta Casa, mas na Câmara também, e nós não conseguimos garantir uma diretriz de carreira nacional como projeto de lei para este País.

Precisamos garantir a formação desses profissionais, os salários. Avançamos na perspectiva da Lei do Piso, mas sua implementação ainda é uma batalha pelos sindicatos, disputando nos Municípios e Estados deste País.

(Soa a campainha.)

O SR. HELENO ARAÚJO FILHO – É preciso que haja uma carga horária que garanta a exclusiva jornada de trabalho ao professor, um único vínculo, numa única escola, com salário digno para poder desenvolver suas atividades em condições de trabalho decentes e de estudo.

Deve-se garantir a reestruturação das escolas, a infraestrutura, a tecnologia, os espaços, tempos, os métodos pedagógicos.

Está aí o programa ou a tentativa do Ministério da Educação de trazer aqui o que tem de inovação e criatividade na educação básica. Muitas vezes, quando chega inovação e criatividade, encontramos muito em ONGs que pegam recursos públicos para fazer o trabalho, e não encontramos isso nas escolas públicas, porque essa infraestrutura nos falta para podermos desenvolver as atividades.

A regulamentação da oferta subsidiária do setor privado. A regulamentação do setor privado é fundamental. O Sistema Nacional de Educação deve dar conta disso. A extensão das políticas de transporte, merenda, do livro didático, toda a educação básica, que já foi implementada, mas consolidar isso de forma forte. E fazer um chamamento de toda a sociedade para defender de fato a educação pública, que também deve ser o papel do Sistema Nacional de Educação.

Dentro desse sistema, temos que consolidar, porque, por mais que a sociedade brasileira tenha conquistado o Fórum Nacional de Educação, na Conae, em 2010, através de uma portaria ministerial, consolida em parte o Fórum Nacional de Educação com a lei do PNE, que tem dez anos de vigência. Então, é importante que essa estrutura esteja dentro do Sistema Nacional de Educação para ser permanente, tendo a Conae, este órgão máximo de consulta do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação, para formular as políticas educacionais e tendo o Fórum Nacional de Educação responsável pela organização dos temas da Conae e pela sistematização e consulta permanente sobre suas deliberações.

Portanto, é importante que esse instrumento esteja contido dentro sistema, para fortalecer, aprofundar a democracia em nosso País e garantir a ampla participação de forma consolidada. Não podemos perder essa construção quando se muda governo. Temos que fortalecer a nossa luta a fim de garantir isso por todo um período de vida e de reconstrução de um Brasil que, de fato, traga um cenário para a educação brasileira que garanta o direito à educação com qualidade social e valorização de seus profissionais.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Agradeço ao Prof. Heleno pela importante contribuição que traz ao debate.

Vamos agora conceder a palavra ao Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Boa tarde a todas as nossas convidadas e a todos os nossos convidados!

Estou vendo que a Mesa está mais do que paritária. Em educação sempre acontece isso. Em outros espaços de empoderamento, Prof. Idilvan, isso geralmente não acontece. Que ótimo!

Em primeiro lugar, agradeço à Senadora Fátima Bezerra pelos elogios a mim tecidos – eu sei que são de amiga e são verdadeiros –, reconhecendo a tentativa de contribuir. Em segundo lugar, parabenizo-a pela relatoria que está fazendo sobre as políticas públicas de educação, no âmbito da Comissão de Educação. E esta audiência me chamou a atenção porque discute o financiamento da educação básica no Brasil.

Quando tomei posse nesta Casa, em 3 de fevereiro, em meu discurso de posse, eu disse, e tenho repetido, que carecemos de planejamento de longo prazo. Nós precisamos discutir que Brasil queremos construir, quanto custa, em quanto tempo vamos construir e quem paga a conta.

Felizmente, o Presidente Lula tem chamado a atenção da militância do PT e dos dirigentes do PT para a educação. Nós temos um plano de educação com visão de longo prazo. Isso é muito importante. De acordo com as exposições feitas aqui hoje, penso que, para tornar esse plano de educação em uma política de Estado, o Sistema Nacional de Educação – se é esse o nome – é fundamental. É um sistema que vai ficar, assim como o SUS e outros. E aí o Fundeb vence.

Penso que o momento de debater que processo de reestruturação e que modelo de financiamento nós vamos ter é agora mesmo, para que possamos chegar em 2020 com isso resolvido, e não apenas resolvido, mas consensualizado. Existe no Brasil a ideia de que há lei que pega e lei que não pega.

Eu tenho discutido muito agora o Código Florestal. E penso que essas são leis que pegam porque elas são resultado de um intenso e demorado debate. As pessoas não entendem por que demora tanto, mas é por isso que as leis pegam, porque, quando se aprova uma lei, ela já está de certa forma incorporada na vida da sociedade e principalmente dos atores que têm a responsabilidade de executá-la.

Pensando assim, cheguei aqui e apresentei uma emenda à Constituição, no art. 165, que obriga o Poder Executivo a fazer planejamento com visão mínima de 20 anos. Um planejamento estratégico antes do PPA,

para que o PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a LOA estejam amarrados a esse planejamento de longo prazo e não sejam apenas políticas de governo. Hoje, o que temos visto é que há políticas de governo, porque são apenas quatro anos. Aí ganha outro prefeito, ganha outro governador, ganha outro Presidente, e faz-se um novo PPA, e não existe um eixo estratégico de longo prazo em que se possa pensar. Na verdade, apresentei duas emendas, porque o Ipea me trouxe outra ideia, mais bem acabada, que também apresentei.

Recentemente, começou a tramitar nesta Comissão um projeto de lei de minha autoria. Eu convivo com escolas há muito tempo. E há algo que me intriga: às vezes, uma coisa pequenininha que a escola poderia resolver depende de orçamento, de licitação, etc. Essa história de gestão compartilhada eu acho que ajuda muito. Pensando em ajudar nessa questão, nós apresentamos um projeto de lei que é para ser, tirados os defeitos que tem a Lei Rouanet, a lei de financiamento da educação para algumas coisas. O projeto pretende buscar, no Imposto de Renda, 4% do imposto a ser pago pela pessoa jurídica e mandar direto para a educação, a partir de projetos, como se aprova na Lei Rouanet, e 6% da iniciativa privada para ir também diretamente para as escolas. A escola mobilizaria, apresentaria o projeto, o MEC, o FNDE e companhia, certamente, se essa lei for aprovada e, obviamente, se o Governo concordar com ela, regulamentariam a forma de fazer esse projeto andar.

Quanto à educação que queremos, eu acho que nós já sabemos. Quanto ao tempo que nós estamos propondo para construir, nós sabemos. E há fontes de financiamentos, mas eu só não sei se elas são suficientes para fazer a educação que queremos. Quando alcançarmos os 10% do PIB, esse valor será suficiente para fazer a educação que precisamos fazer? Eu não sei, eu não tenho conhecimento, até porque eu não sou especialista. Eu sou meio generalista em um punhado de coisas, mas eu não tenho nenhuma especialidade, especialmente no tema da educação.

Tentamos, com o nosso esforço, às vezes instintivo, dar a nossa contribuição. E esse projeto de lei que apresentei para a educação vai ser tema de debate nesta Comissão aqui, e eu espero que, se ele for compreendido, ele possa ser aperfeiçoado e que possamos dar a nossa contribuição aqui da melhor forma possível.

É certo que nós vamos tirar dinheiro que já está indo para a educação, mas isso pode servir como um elemento, na ponta, para o diretor de escola. Há diretor de escola, com o seu grupo ali, com a associação, que tira leite de pedra, que busca dinheiro e faz uma escola mais arrumada, mais bonita, gerando uma maior autoestima da comunidade escolar, muitas vezes, apelando à comunidade para ajudar. A lei pode abrir um caminho para esses diretores de escola fazerem a sua captação de recursos via projeto de lei, com a questão do Imposto de Renda para a educação.

No mais, é só parabenizar e aproveitar o momento aqui para dizer que amanhã vão se iniciar os primeiros Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, em Palmas. Nós estamos praticamente com o mundo inteiro lá. São mais de 1.500 credenciados da imprensa do mundo inteiro que estão presentes lá. Hoje, eu me reuni com o Ministro do Esporte, já estive lá, com o Prof. Idilvan, discutindo, porque sinto que, passados os jogos, não vai ficar nada para os povos indígenas brasileiros, a não ser a oportunidade de trazer para a pauta a temática dos problemas que eles enfrentam. Eu estive hoje no Ministério do Esporte discutindo isso, porque eu penso que a responsabilidade do nosso Governo, dos Ministérios do Esporte, da Educação e da Saúde, é, a partir desses jogos, de desenvolver uma política que seja como um legado dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas. Por exemplo, os xerentes, no Tocantins – eu estive com eles –, estão pedindo creche e escola. E há tanto menino! São mais de três mil pessoas na etnia dos xerentes. Eles querem duas escolas, duas creches e algumas quadras de futebol de salão, para eles praticarem esporte. Eu acho que nós temos que aproveitar e debater essa questão com o Governo, para podermos encaminhar isso. Senão, os índios vão aparecer bonitos na fotografia, alguém vai ganhar dinheiro com isso, porque a mobilização mundial é grande, e não vai ficar nada para os povos indígenas. Então, eu aproveito que nós estamos aqui, na Comissão de Educação, para reafirmar que a educação, a saúde e o esporte precisam botar o pé dentro das aldeias, não deixando isso só sob a tutela da Funai, porque a Funai tem de cumprir a assistência de tutora, mas o Governo tem outras responsabilidades que precisam ser cumpridas. Eu faço este apelo.

Obrigado pela participação aqui.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Donizeti, nós é que agradecemos. Desejamos que os jogos lá aconteçam sob o clima da paz, da celebração. Certamente, vai ser um evento muito bonito, e nós nos sentiremos honradamente representados por V. Exª lá.

Eu quero aqui, antes de concluir, já convidar V. Exª para assinar um requerimento que eu estou apresentando no qual estamos solicitando à Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado a criação de uma Subcomissão Permanente de Financiamento da Educação Básica no âmbito desta mesma Comissão, com o objetivo de discutir e propor alternativas para o financiamento da educação básica.

Nós acabamos de fazer um debate aqui. E eu diria mais: estamos concluindo esse ciclo de debates com chave de ouro, dadas, Prof. Heleno, a qualidade, a seriedade e a propriedade com que vocês aqui refletiram sobre os temas da educação. Saibam os senhores e as senhoras que este debate de hoje é muito importante para

subsidiar os passos seguintes, que vão ser a apresentação de iniciativas legislativas, inclusive começando com esta, Prof. João e Idilvan, começando com esta que é a criação de uma Subcomissão Permanente de Financiamento da Educação. Por quê? Porque sabemos do protagonismo que está colocado para a educação brasileira hoje, pelo legado que nós construímos nesses últimos tempos – e aqui foi mencionado – e pelo desafio e pela obrigação que nós temos não só de preservar esse legado, Profª Suely, mas de consolidá-lo e avançar em relação a ele, e o avanço está materializado exatamente nisto aqui, no Plano Nacional de Educação.

A Profª Suely falou muito bem aqui quando disse que a própria construção do Plano Nacional de Educação, na verdade, já é o próprio Sistema Nacional de Educação se desenhando. Eu costumo dizer que o próprio Fundeb, a meu ver, com todas as reformulações de que ele carece... Eu costumo dizer também, Idilvan, que o Fundeb é um bom exemplo de pacto federativo, de regime de colaboração, de regime de cooperação.

Então, nós estamos agora num momento em que temos que pensar o pós-Fundeb, nós estamos num momento em que temos que regulamentar a Constituição e o próprio PNE no que diz respeito à construção do Sistema Nacional de Educação Articulado, portanto um momento muito propício para que, repito, possamos não só consolidar as conquistas obtidas nesses últimos tempos, mas avançar em relação a elas.

E aí há uma matéria da qual não temos como fugir, que é a matéria, Idilvan, do financiamento. Quer dizer, a educação brasileira, na condição de protagonista do desenvolvimento do País, vive um momento de grandes desafios tanto no que se refere à realização de iniciativas governamentais, em função da concretização da Pátria Educadora, como diante da necessidade de superar dificuldades para a sua expansão e consolidação de políticas e programas.

Estamos diante da responsabilidade da execução do PNE, onde metas de vital importância têm relação direta com a necessidade de garantia de recursos, de buscar novas fontes de financiamento, como as Metas 15 e 16, a Meta 17, a Meta 18 e, finalmente, a Meta 20, que estabelece a ampliação do investimento público em educação pública de forma a atingir o patamar de 7% do PIB no quinto ano e de 10% ao final do decênio.

Quero ainda acrescentar na justificativa deste requerimento que, ao lado do PNE, inserido em suas estratégias, temos a necessidade, como já foi aqui comentado, de manter o Fundeb, de prorrogar o Fundeb. O Brasil, o Estado brasileiro, por tudo o que o Fundeb significa, tem a obrigação, no mínimo, de prorrogá-lo até 2024, que é exatamente o período de vigência do novo Plano Nacional de Educação. Claro que há o debate, inclusive, de que o Fundeb deva ser permanente, mas, no mínimo, ele tem que ter a sua prorrogação até coincidir com a vigência do Plano Nacional de Educação.

Além do que nós falamos aqui em relação às metas que dizem respeito à valorização salarial e profissional do magistério, é bom a gente não esquecer, de maneira nenhuma, a Emenda nº 59. Está aí o desafio de universalizar o ensino da educação infantil, o ensino médio, de ampliar o acesso à creche, de não esquecer aqui, Profª Margarida, por exemplo, da educação de jovens e adultos. Não podemos esquecer, por exemplo, da expansão da educação profissional e tecnológica, não só com programas como o Pronatec, Prof. João, mas trazer de volta aquele que foi considerado um dos projetos mais exitosos da era Lula e do Governo Dilma, que foi o plano de expansão e fortalecimento da educação profissional e tecnológica no Brasil, que levou novas unidades de institutos federais de educação profissional por este País afora, reacendendo a esperança dessa juventude e dando-lhes mais condições de igualdade de oportunidades.

A expansão do ensino superior. Nós estamos às voltas com o Enem, que vai oferecer, agora, novamente, quase mais um milhão de vagas – não é isso? –, entre bolsas e vagas nas universidades. Tudo bem, nós saímos de 1,4 milhão de alunos, no início da década de 2000, para, hoje, mais de 7 milhões. Porém, é bom não esquecer, Donizeti, que nós ainda temos um déficit de escolarização enorme. Nós precisamos de mais ensino superior, Prof. Pedro, no Nordeste brasileiro. Precisamos de mais vagas no ensino superior no Nordeste, no Norte e por este País afora.

Então, é pensando em tudo isso, meus queridos companheiros e companheiras do fórum, a quem quero aqui agradecer – viu, Heleno? – por termos encerrado este primeiro ciclo de debates coincidindo com a reunião muito importante, hoje, do Fórum Nacional de Educação, pelo papel que o fórum tem... Então, quero abraçar e agradecer a presença de cada um, de cada uma de vocês, pelo fato de a gente encerrar este ciclo recessivo, repito, com a representatividade, a legitimidade do próprio Fórum Nacional de Educação.

Que a gente possa agora aprovar este requerimento, instalar essa subcomissão, Profª Sueli e Profª Flávia, o mais rápido, Prof. Heleno, para que, através desta subcomissão, Senador Donizeti, a gente possa aprovar, o mais rápido também, aqui, no Senado e no Congresso Nacional, novas alternativas de financiamento para fazer valer a agenda do Plano Nacional de Educação.

O Prof. Idilvan quer dar um recado para V. Exª.

O SR. IDILVAN ALENCAR – Eu queria agradecer...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Antes, professor, eu tenho três perguntinhas aqui que acabei não fazendo.

A Senadora Fátima descreveu a coluna do que são as minhas perguntas. Como o Sistema Nacional de Educação, esse sistema que é para ser regulamentado, vai articular da educação básica à educação do ensino tecnológico, à educação superior? Como é que se articula? Como é que se pensa fazer essa relação? Eu acho que isso é muito importante. Talvez muita gente aqui nesta sala já saiba, mas eu não sei, e sei que lá nos Municípios, onde estão essas necessidades, as pessoas podem não saber, e uma boa resposta aqui pode dar uma informação para um conjunto de telespectadores e ouvintes da TV Senado e da Rádio Senado, porque, se esta reunião não está sendo veiculada ao vivo, ela será veiculada depois pela TV Senado e pela Rádio Senado. Então, considero importante essa resposta.

Por fim, aqueles que quiserem pesquisar o projeto de lei que eu apresentei, trata-se do PLS 691, de 2015, que já está em tramitação aqui, na Comissão de Educação.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – O.k.

Prof. Idilvan, o senhor quer dar um recado logo a ele?

O SR. IDILVAN ALENCAR – Rapidinho.

Eu queria, Senador, agradecer a sua iniciativa de ter entrado com um requerimento no Senado para celebrar os 60 anos do PNAE, do Programa Nacional de Alimentação Escolar, inclusive com a participação de merendeiras, que serão finalistas de um concurso que já está em andamento. Então, eu agradeço a sua iniciativa de prestigiar o Ministério da Educação e o FNDE com esse evento no Senado.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senadora, vai ser no dia 18 de dezembro.

O SR. IDILVAN ALENCAR – Dia 18 de dezembro. Isso mesmo.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – O.k. Estaremos juntos.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Ah, sim, eu sou signatário aí do requerimento. Pode contar comigo.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Ótimo! Excelente! Vamos fazer essa subcomissão funcionar o quanto antes.

Queremos aproveitar inclusive a presença do Prof. Paulo Sena, nosso consultor que, lá na Câmara, acompanhou atentamente todo esse debate sobre o Fundeb, para dizer que contamos com você, Paulo, para fazer essa ponte exatamente junto à Câmara. Que fique claro que, já como fruto deste ciclo de debates, nós estamos, portanto, apresentando esse requerimento, que, não tenho nenhuma dúvida, será apresentado por unanimidade – não é, Senador Donizeti? –, para, imediatamente, tratarmos, nessa subcomissão, de financiamento e com o foco voltado para o financiamento da educação básica.

Nós vamos passar a palavra para...

A Suely ou a Flávia vai responder a indagação do Prof. Donizeti?

A SRª SUELY MENEZES – Ainda há pouco, Senador, eu falava que o plano é estruturante, é organizador de toda essa meta de criação do sistema. Eu penso assim: o plano disse onde chegar e quando e o sistema vai dizer como. Mas vamos observar que as metas estão claramente definidas, com metas específicas para a educação infantil, do ensino fundamental, do ensino médio e do ensino superior. São metas que têm articulação entre si, mas estão claramente definidas dando orientação de como atingi-las ao mesmo tempo. Eu vejo que esta ideia de que o plano é articulador se consolida porque precisa de um sistema que garanta o como, a metodologia para atingi-las.

Não sei se era exatamente a questão. A Flávia vai complementar.

A SRª FLÁVIA NOGUEIRA – A ideia é essa mesmo.

Mas, primeiro, Senador, é com muita alegria que ouço sua fala. Acho que ela reflete muitos avanços que nós tivemos, mostra muitos desafios que ainda temos que enfrentar e que temos mais uma pessoa ao nosso lado para continuarmos a nossa luta. Eu gostei muito de ouvi-lo e fiquei muito feliz com as suas posições.

Com relação à sua questão, na mesma linha da Profª Suely, eu imagino que essa pergunta foi a que orientou todo o trabalho de elaboração dos planos municipais e estaduais de educação em consonância com o PNE, porque o direito tem que ser garantido ao cidadão ao longo da vida. Então, não interessa qual é o nível, qual é a etapa, qual é a modalidade, quem é o responsável. Do ponto de vista da garantia do direito, no território, essa articulação tem que acontecer. Esse é um princípio do sistema.

Portanto, a pergunta é: como essa articulação vai se dar efetivamente? Ela vai se dar efetivamente porque ela é um princípio do sistema. E, na medida em que a gente estabelece, na regulamentação do sistema, na descrição do sistema, de quem são as responsabilidades, a gente define, então, lá no território, como esse direito vai ser garantido, porque nós temos as responsabilidades mais bem definidas.

Nesse sentido, a Constituição já dá uma definição, já avança bastante com relação à definição da necessidade da garantia do direito e de algumas especificações de responsabilidades. Mas, com a regulamentação do sistema, a gente vai fazer com que essas responsabilidades fiquem ainda mais claras para que o direito seja realmente garantido no território.

Um exemplo muito prático: formação de professores. De quem é a obrigação de formar professores? Os professores são formados, basicamente, no sistema federal e no sistema estadual, seja nas universidades particulares, seja nas universidades públicas, tanto federais quanto estaduais. Acontece que esse profissional formado ali vai atuar em outro sistema, que é o sistema municipal, por exemplo, quando a gente fala de educação infantil ou ensino fundamental.

Então, nós temos que ter um diálogo muito claro entre esses sistemas para que, efetivamente, cada um cumprindo a sua obrigação, tenhamos o profissional formado com a qualidade necessária, no momento certo, fazendo o seu trabalho e trazendo qualidade à educação nacional.

Esse é o princípio do sistema, e é por essa razão que é importante que a gente deixe isso muito claro no momento da regulamentação.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Suscitou-me outra indagação, algo que tenho discutido. Às vezes, eu sinto que o infantil está meio misturado com a infância; aquela parte da creche e a saída para outro estágio está muito misturada com a infância e a infância misturada à juventude no sistema de ensino brasileiro. Não seria importante – talvez isso já aconteça e eu não tenha conhecimento – a gente ter isso bem definido? Uma faixa etária maior do infantil, depois uma faixa etária para a infância, para, enfim, entrar na adolescência? É na adolescência que está uma grande questão sobre a qual eu tenho debatido muito, a lei antidrogas, a abordagem que temos tido com os adolescentes em relação à droga.

As crianças crescem ouvindo muito "não" dos pais. Quando chega na adolescência, é o momento dela reagir contra o "não", e aí a gente segue dizendo a ela não à droga, não a isso, e às vezes a gente não faz abordagem nem com a linguagem nem com a explicação necessária para essa questão do combate à droga, que não está na pauta, mas de cujo fato eu me lembrei.

É muito importante a gente separar a infância da adolescência dentro do sistema, mas, às vezes, eu sinto que isso é bastante misturado.

A SRª FLÁVIA NOGUEIRA – Esses são exemplos dos acordos todos que temos que construir.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Terminou, Profª Flávia? (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Bom, mais uma vez, quero agradecer ao Prof. Idilvan, que representa aqui o FNE, o nosso Vice-Presidente, à Gilvânia, que representa a União dos Conselhos Municipais, ao Prof. João Ferreira, da Anpae, à Profª Flávia, diretora da Sase, à Profª Suely, do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais, ao Prof. Heleno, que representa aqui todo o Fórum Nacional de Educação, do qual, inclusive, eu faço parte representando este Colegiado.

Quero agradecer aos que acompanharam a presente audiência pública. Ela está sendo gravada e vai ser transmitida oportunamente, mas é interativa.

Quero mandar um abraço ao Leonardo Alcântara Arrais, do Distrito Federal, que faz comentários acerca dos aspectos da qualidade do aprendizado na colaboração dos diversos sistemas educacionais, tema da nossa audiência, e fala também sobre a sua preocupação quanto à questão da qualidade da educação, também tema central da nossa audiência.

Portanto, agradeço a todos e a todas, agradeço ao Senador Donizeti, mais uma vez, pela presença, pela contribuição, e ao Prof. Pedro, Reitor da nossa UERN, e encerro comunicando que, na próxima terça-feira, dia 27 de outubro...

Antes, eu quero aqui oficializar a você, Flávia, e ao Idilvan, que são representantes oficiais do MEC aqui, bem como ao Prof. Heleno, à Profª Suely, à Gilvânia e ao João que, com essa iniciativa de a gente criar uma subcomissão permanente aqui, na Comissão de Educação e Cultura, voltada principalmente para a busca de novas alternativas, de novas fontes de financiamento para a educação básica, olhando principalmente para o PNE, que queremos muito contar com a participação do fórum, bem como com a do MEC, nesse trabalho que vamos fazer.

Comunico que, na próxima terça-feira, dia 27 de outubro, às 10h, será realizada audiência pública com a presença do Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, destinada a apresentar as diretrizes do Governo Federal em relação, especialmente, aos ensinos básico e médio, bem como as plataformas que o Executivo pretende usar para melhorá-los e os recursos que planeja destinar à educação no Projeto Pátria Educadora, assim como os programas prioritários da sua pasta. Portanto, na próxima terça-feira, teremos a presença do Ministro.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada a todos e a todas. (*Palmas.*)

(Iniciada às 14 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 10 minutos.)

ATA DA 60ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2015.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia vinte e sete de outubro de dois mil e quinze, na sala de reuniões número quinze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora Fátima Bezerra, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Lasier Martins, Gladson Cameli, Simone Tebet, Sandra Braga, Dário Berger, Antônio Anastasia, Lídice da Mata, Roberto Rocha, Blairo Maggi, Douglas Cintra, Regina Sousa, Telmário Mota, Lindbergh Farias, Ana Amélia, Antônio Carlos Valadares e Randolfe Rodrigues, reúne-se a presente Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a reunião, convocada na forma de audiência pública, atendendo aos Requerimentos nºs 28 e 122/2015-CE, de iniciativa das Senhoras Senadoras Ana Amélia e Simone Tebet, e do Senhor Senador Cristovam Buarque, destinada a apresentar as diretrizes do governo federal em relação, especialmente, aos ensinos básico e médio; as plataformas que o Executivo pretende usar para melhorá-los; os recursos que planeja destinar à educação no projeto "Pátria Educadora"; e os programas prioritários do Ministério da Educação. Comparece à Audiência Pública como expositor o Excelentíssimo Senhor Aloizio Mercadante, Ministro de Estado da Educação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião às quatorze horas e um minuto do dia vinte e sete de outubro de dois mil e quinze, determinando que eu, Willy da Cruz Moura, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente desta Comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA FÁTIMA BEZERRA
Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 60ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública, em atendimento aos Requerimentos nºs 28 e 122, de 2015, de iniciativa dos Senadores Ana Amélia, já aqui presente, Simone Tebet e Cristovam Buarque, é destinada a ouvir o Exmo Sr. Ministro de Estado da Educação, Aloizio Mercadante, sobre as diretrizes do Governo Federal em relação aos ensinos básico e médio, às plataformas que o Executivo pretende usar para melhorá-los, aos recursos que planeja destinar à educação no projeto Pátria Educadora e aos programas prioritários do Ministério da Educação.

Dando início à audiência pública, solicito às Senadoras Ângela Portela e Ana Amélia que acompanhem o Exmo Sr. Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, para tomar assento à mesa. (*Pausa.*)

Nós gostaríamos de convidar também o Prof. Luiz Cláudio, Secretário Executivo do MEC, para tomar assento à mesa. Em nome dele, nós queremos também agradecer – registrando a presença deles – aos demais Secretários do MEC: Idilvan, Presidente do FNDE; Binho Marques, da Sase; Prof. Jesualdo, da Sesu; Prof. Newton Lima, ex-Reitor da Universidade Federal de São Carlos, ex-Presidente do Andes, ex-Deputado Federal, com quem, aliás, eu tive a alegria de conviver na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e que hoje é Presidente do Ebserh; e o Prof. Chico, do Inep. Em nome deles, eu quero saudar toda a equipe do MEC aqui presente.

Ministro, sem maiores delongas, nós gostaríamos de dar as boas-vindas ao senhor nessa volta ao Ministério da Educação, onde o senhor já esteve presente. Como Ministro, à época, já desenvolveu um importante trabalho à frente dessa agenda, que é uma das agendas mais importantes e estratégicas para o País, que é a agenda da educação. E agora o senhor volta ao MEC, e, portanto, seja bem-vindo. E seja bem-vindo aqui, a esta Comissão.

Esse requerimento é de autoria da Senadora Ana Amélia, aqui presente, da Senadora Simone Tebet, do Senador Cristovam, enfim, subscrito por todos nós. Nós temos já aqui a presença da Senadora Ângela, do Senador Lasier, do Senador Blairo.

Nossas boas-vindas à presença do senhor hoje, nesta audiência pública, pelas contribuições que V. Ex trará ao debate.

V. Exª está com a palavra.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Um bom dia a todos e a todas.

Eu queria inicialmente saudar a Presidenta, Senadora Fátima Bezerra, que sempre se dedicou à causa da educação, sempre foi uma militante destacada na agenda da educação brasileira. Saúdo a Senadora Ângela Portela, que nos acompanhou. Eu queria saudar a Senadora Ana Amélia, que foi a autora do requerimento, e

agradecer-lhe o convite, pois muito nos honra retornar a esta Casa; o Senador Lasier e o Senador Blairo Maggi. Agradeço aqui a presença de todos.

Eu queria dizer que a nossa equipe está completa aqui, com todos os Secretários. Além do nosso Secretário Luiz Cláudio Costa, temos também a presença do Idilvan Alencar, que é Presidente do FNDE; do Chico Soares, Presidente do Inep – tivemos, e ele em especial, um intenso trabalho na organização do Enem deste ano; do Presidente do Ebserh, Newton Lima Neto, que faz um trabalho também muito importante na gestão dos hospitais universitários; do Marco Antonio de Oliveira, que é Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior; do Jesualdo Farias, que é Secretário de Educação Superior (Sesu), ex-Reitor da Universidade Federal do Ceará e também ex-Presidente da Andifes; de Binho Marques, Secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino, que também foi Secretário Municipal e Estadual, Governador do Estado do Acre e que trabalha aí ajudando a construir o Sistema Nacional de Educação. Eu fiz uma apresentação bem abrangente, que eu acho que ajuda a aprofundar a reflexão.

Eu poderia fazer uma intervenção breve, mas eu acho que, se nós fizermos uma intervenção mais ampla, isso ajudará a pautar e contribuir para a nossa reflexão.

Eu começaria dizendo que o PNE deve ser o eixo estruturante de todas as ações do MEC, a nossa bússola, o nosso rumo. É uma política de Estado, com metas extremamente ambiciosas, e nós precisamos discuti-las com profundidade para haver um esforço conjunto não só do MEC, mas de toda a educação brasileira e também – por que não? – do Senado Federal, para que possamos alcançá-las ao longo da próxima década.

O art. 8 fala que os Estados e Municípios deverão elaborar seus planos de educação ou adequar os planos já aprovados em lei em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas no PNE. E o prazo é de um ano. Então, essa foi uma ação a que o MEC deu prioridade, ao longo desse último ano. Já há 96% dos Estados com a lei aprovada e outros, com consulta pública realizada e com projeto de lei enviado ao Legislativo – são aqueles em verde escuro, que ainda não foram aprovados, mas já há um projeto do PNE para os Estados. O MEC montou um portal, deu assessoria técnica e colocou a Sase totalmente dedicada a ajudar os Municípios e Estados na elaboração dos seus respectivos planos. E 99% dos Municípios também já aprovaram: já existe um Plano Municipal de Educação em 5.503 Municípios. Então, tivemos um avanço importante. Isso ajuda o planejamento. São ações coordenadas de todos os entes federados em direção ao PNE.

Educação básica.

Há a Meta 1, que tem uma exigência extremamente importante para este ano de 2016, ou seja, todas as crianças de 4 e 5 anos deverão estar na pré-escola já no ano que vem. Eu quero lembrar que essa é uma contribuição muito grande para que possamos melhorar a alfabetização, a leitura, a redação, as primeiras contas, porque a pré-escola ajuda a desenvolver as habilidades não cognitivas. Já há, inclusive, o Prêmio Nobel do Heckman, de Chicago, sobre o papel da creche e da pré-escola na formação do cidadão, na vida familiar, profissional, educacional. Então, é muito importante essa meta.

E, segundo os dados do censo de 2013, essa taxa estava em 81,4% – hoje, deve ser algo em torno de 87%, mas é uma previsão. No último dado censitário disponível, o de 2013, havia 81,4% das crianças de 4 e 5 anos na pré-escola, e temos de chegar a 100%, o que é um salto muito grande. A nossa estimativa é que hoje há pelo menos 700 mil crianças fora da pré-escola. E, no caso da creche, a taxa estava em 23,2%, e teremos de chegar ao total em 2024, ou seja, teremos mais tempo.

Agora, o que chama a atenção é quando pegamos os 25% mais pobres e os 25% mais ricos. Se nós pegássemos os mais ricos, em 2013, 91,8% já estavam na pré-escola; dos mais pobres, 75,5%. Quem não está na escola é quem mais precisa. Nós temos de fazer uma busca ativa nas periferias das grandes cidades, nas cidades do interior dos Estados mais pobres do Brasil, que é exatamente onde estão essas crianças que precisam ir para a pré-escola.

Nós concluímos 2.870 creches, naquele projeto bem bonito e pedagogicamente muito bem elaborado. Em obras, estão 2.231. Ocorre que é impossível atender a essa demanda apenas com a construção das creches. Então, o que nós lançamos? Nós lançamos um módulo em que, para as creches tipo b, já existentes, nós podemos colocar 96 crianças a mais, melhorando a infraestrutura, pedagogicamente adequada ao projeto anterior, com o custo de R$229 mil. Nós disponibilizamos para os prefeitos esse módulo. Para as creches tipo c, são 48 crianças a mais, com custo de R$175 mil. Disponibilizamos também esse projeto. E, para quem tem um parque infantil, uma pré-escola também, com um custo de R$273 mil para 32 a 96 crianças, dependendo do tamanho do projeto, ou seja, vai-se criar um parque infantil. E, para a integração das escolas existentes, também com 32 a 96 crianças, R$260 mil. Então, nós estamos fazendo mutirão no MEC para agilizar esse processo, colocando novas condições que ajudem a universalizar a pré-escola.

Eu queria chamar a atenção também para a Meta 5: alfabetizar todas as crianças até o final do terceiro ano do ensino fundamental, ou seja, até 8 anos de idade. Quando eu era Ministro da Educação, nós criamos a

ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização). Essa Avaliação Nacional da Alfabetização, no ano de 2014, mostra o seguinte: 22,2% das crianças não leem o que precisam; 34,4% das crianças têm insuficiência na escrita, ou seja, não escrevem o que precisariam; 57,1% não dominam os princípios da matemática que seriam exigidos nessa faixa etária.

Agora, o que é mais grave? É que, quando olhamos a distribuição desses dados, é exatamente nos Estados mais pobres, como já era de se esperar, que estão as defasagens maiores. Por exemplo, no Estado de Alagoas, 43,5% das crianças não aprenderam a ler o que deveriam até 8 anos de idade; em Sergipe, 43,2%; no Maranhão, 44,2%; no Pará, 42,5%. Em contrapartida, nos Estados do Sul, por exemplo, em Santa Catarina, 9,3%; no Paraná, 9,6%; em Minas Gerais, 9,3%. Mesmo em Estados como o Rio de Janeiro, 21,6% das crianças ainda não leem o que precisavam.

Nós precisamos de um grande esforço para a alfabetização. Isso tem de ser prioridade absoluta. Às vezes, quando falamos em dar ênfase a português e matemática, isso não quer dizer que as outras competências não tenham de ser estimuladas na escola, como a cultura, o esporte, a cidadania. Tudo faz parte do ambiente escolar, e é fundamental que elas estejam presentes, mas a ênfase em português e em matemática é porque, se elas não desenvolverem essas competências, elas não poderão acessar outras competências na escola. A criança precisa aprender a ler para ler para aprender. Se ela não lê, se ela não escreve, ela terá uma grande dificuldade de desenvolver as outras disciplinas. Então, esse é um grande esforço.

Na redação, por exemplo, 60% das crianças, em alguns Estados – no caso do Pará, 65% –, não escrevem o que precisariam na idade certa. E, na matemática, o quadro, então, é mais grave ainda: 81%. Nós chegamos a 82,9% no Amapá, onde elas não escrevem o que precisariam na idade certa.

Essa prioridade na alfabetização é um dos nossos grandes desafios. E esse exame foi feito exatamente para que esse quadro pudesse ser transparente e para chamarmos a atenção dos governadores, prefeitos, Senadores e, sobretudo, do MEC, para nós nos debruçarmos sobre essa agenda.

Uma das iniciativas que eu fiz, ainda quando eu era Ministro da Educação, foi o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. O que nós fizemos? Prevendo que a situação era essa, nós demos 303.044 bolsas para professores alfabetizadores, 11,9 mil orientadores de estudo, que são os professores universitários, em quase toda a rede, em 27 redes estaduais. O orçamento foi de mais de R$0,5 bilhão para melhorar a formação dos professores e professoras alfabetizadoras. No entanto, o que nós verificamos? Que algumas universidades deram um salto extraordinário. Vou citar, por exemplo, a Universidade de Rondônia, pois melhorou muito a alfabetização em Rondônia. No entanto, existem universidades nos Estados mais ricos do Brasil onde não se alterou praticamente nada do quadro que havia antes. Então, nós vamos ter de revisitar esse programa, de rediscutir o programa para melhorar a formação dos professores e a alfabetização na ponta.

Qualidade da educação. Nós temos o Ideb. Todos sabem que a nossa meta é chegar a 6, em 2024, que é a média da OCDE. Agora, se nós olharmos a rampa, nós vemos que começamos quando era uma planície e está virando um Everest. Então, a exigência da meta vai ser cada vez maior, sendo, portanto, mais difícil alcançá-la. Nos anos iniciais, nós temos evoluído acima da meta; nos anos finais, nós estamos ali um pouco abaixo da meta; e, no ensino médio, é onde nós temos a maior defasagem da meta em relação ao desempenho efetivos dos estudantes. Há aí um grande desafio da qualidade. Eu acho a Meta 7, qualidade, a mais importante. Nós precisamos ter grande compromisso com a qualidade da educação, apesar de termos ainda alguns desafios de acesso. Educação é acesso, permanência e qualidade. Esse tripé tem de andar junto.

Aqui está a média do Brasil em relação à média da OCDE no Pisa, de jovens com 15 anos, que são os avaliados. Nós temos muitos com defasagem idade/série. Em 2012, a ênfase foi em matemática. O Brasil vem melhorando muito em matemática, melhorando um pouco em ciência e melhorando um pouco em leitura. Principalmente em matemática, nós tivemos um desempenho em que saímos de uma fotografia muito ruim, mas o filme é muito bom. Em 2012, o Brasil foi o país que mais melhorou no mundo em matemática. Então, a fotografia ainda é ruim, mas o filme é muito bom. Vou repetir: o Brasil foi o país que obteve o maior avanço no aprendizado de matemática no Pisa, entre todos os países que participaram do programa, no ano de 2012. Apesar de sairmos de um patamar muito ruim, nós tivemos a melhor evolução entre todos os países.

Um dos instrumentos para nós darmos um salto na educação básica, especialmente aqui, no ensino fundamental, mas também no ensino médio, é a Base Nacional Comum Curricular. Ela está no PNE, ela está na LDB e ela é um instrumento de que todos os países que têm um bom padrão de educação já dispõem. Agora mesmo, o Luiz Cláudio esteve com a Presidenta visitando a Finlândia, que tem um índice destacado em educação. É verdade que é um país muito pequeno e que tem uma renda *per capita* muito alta, mas um dos instrumentos que eles valorizaram muito foi a base comum que eles têm, que eles reajustam a cada dez anos e que é a diretriz para a formação dos professores. Houve uma repactuação com todos os cursos de pedagogia a partir de uma

base comum: o direito que todo jovem, que toda criança tem de aprender pelo menos aquilo que está estabelecido na base nacional. Esse direito de aprendizagem é que nós temos de cobrar e implementar no Brasil.

Nós temos grupos de trabalho, com 116 especialistas e 29 equipes. Abrimos para audiência pública. Já houve 1,1 milhão de consultas. Então, há um envolvimento – e é fundamental – dos professores na construção da Base Nacional. E há aí uma série de encaminhamentos, que é esse calendário, a publicação da versão preliminar, o seminário nacional, ciclos de formação e discussão. Nós vamos ter um evento no dia 26 de novembro – e eu queria pedir à Comissão do Senado, Presidenta, que fizesse também um evento, no dia 26 de novembro – para discutir a Base Nacional. Nós queremos ir a todas as salas de aula para todos os professores debaterem a Base Nacional. Nós vamos colocar isso em rede nacional de rádio e televisão, a que o MEC tem acesso; vamos fazer a semana inteira de discussão da Base Nacional na TV Escola para mobilizar. Vamos pactuar isso com todos os Secretários de Educação do Consed já neste final de semana, em Manaus, e depois, com a Undime, para envolvermos os professores, na sala de aula, com um dia só discutindo a Base Nacional. E quero destacar: já há 1,1 milhão de acessos no nosso portal a esse programa. Depois, faremos seminários estaduais em março. Haverá o envio para o Ministério da Educação do documento final em abril, para o entregarmos para o Conselho Nacional de Educação em junho, como prevê o CNE. Então, há tempo. Agora, a construção tem de ser participativa. Há especialistas com grande competência que estão participando, mas, se o professor na sala de aula não se engajar, não se envolver, não se sentir participando desse processo de construção, tudo o mais será difícil depois, para a implantação.

Ensino fundamental.

Nós temos de universalizar o ensino fundamental de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos estejam na idade recomendada. Nós praticamente cumprimos a meta em termos da universalização, mas não estamos na idade certa. Então, vejam ali a taxa de frequência bruta. Ela é muito próxima à nossa meta, mas a taxa de frequência líquida ainda está longe. Nós temos muito trabalho com qualidade e nenhuma criança para trás. Nós temos de ter uma política de reforço escolar, nós precisamos acompanhar os que têm dificuldade para alcançarmos essa meta.

Educação em Tempo Integral.

O PNE, como tudo, tem uma meta ambiciosa: 50% das escolas; pelo menos, 25% dos alunos da educação básica. Hoje, nós temos 34,7% da escola. Na realidade, é uma jornada em tempo integral, mas não é uma escola de tempo integral. Muitas vezes, nós temos que improvisar parcerias para viabilizar as três horas adicionais. Temos 61 mil escolas que ofertam educação em tempo integral – três horas a mais – e representam 3,2% da meta, que é de 25%.

Então, nós temos ainda muita coisa a percorrer.

Agora, para o que eu queria chamar a atenção? É que, apesar desse esforço, a melhora na aprendizagem não está sendo acompanhada pelo Mais Educação da escola em tempo integral.

Aqui também nós temos um bom programa, mas ainda não deu os resultados que precisam dar. E nós vamos ter que rediscutir o programa.

Ensino Médio.

Vejam que a rede é fundamentalmente estadual. E a participação municipal e federal, mesmo particular, é relativamente pequena. Em 2014, oito milhões de estudantes são da rede federal, da rede particular, um milhão de estudantes e da rede municipal e federal há uma participação bastante pequena.

Nós crescemos 120% em 23 anos no esforço, basicamente, do Estado brasileiro para resolver a questão do ensino médio. Mas nós teríamos que universalizar todos os jovens de 15 e 17 anos já no ano que vem.

E quero chamar a atenção de que a nossa taxa é de 84%. Portanto, nós temos ainda muitos jovens fora da escola e, mais grave, muitos jovens com defasagem idade/série, que herdaram, exatamente nessa faixa etária, um ensino anterior que não tinha qualidade. Então, desde 2013, nós precisaríamos aumentar fortemente a taxa bruta e, depois, a taxa líquida em 2024.

Então, quero chamar a atenção para dois grandes desafios: no ano que vem, toda a criança de 4 e 5 anos tem que ir para a escola. Os país têm responsabilidade, os prefeitos têm uma imensa responsabilidade e nós temos um grande desafio. E, paralelamente, todos os jovens de 15 a 17 anos também têm que ir para a escola. Nós temos que fazer uma grande mobilização para cumprir essas duas metas e universalizar o acesso.

O que consideramos muito importante no caso do ensino médio? Articular melhor a Base Nacional Comum, que tem que dialogar com o Enem, com as cinco áreas de competência do Enem. Vocês viram o desejo de participação no Enem, a luta desses jovens para fazer o Enem. Portanto, nós temos que partir dessa motivação, dialogar com a Base Nacional Comum e também com o Ensino Técnico Profissionalizante, que é o Pronatec.

Para o que eu queria chamar a atenção? Hoje, 20% dos jovens de 18 a 24 anos estão na universidade ou concluíram a universidade. A meta do PNE é chegarmos a 30%. A pergunta que eu faço é a seguinte: o que nós

ofertamos para os 80% que não vão para a universidade? Apenas o ensino médio? Muitos desses jovens já estão com família constituída, já estão no mercado de trabalho precocemente. Nós temos aí um problema sério: se não vincularmos um ensino técnico profissionalizante ao ensino médio, nós não vamos responder à expectativa dessa juventude. O ensino médio regular não resolve a demanda por educação desses jovens, porque nem todos irão ou querem ir para a universidade. Então, nós precisamos trabalhar, eu diria, o ensino técnico profissionalizante pelo menos com uma parte da grade do ensino médio regular.

O Enem.

Vocês viram o Enem neste final de semana. Nós tivemos 58% de negros, pretos e pardos, eles se autoidentificam como tal; 57,5% são mulheres, e as mulheres cada vez têm uma presença maior na educação e no mercado de trabalho também, apesar de ainda existir muita discriminação em relação aos cargos de chefia; 79% já concluíram ou são concluintes do ensino médio. Nós tivemos 211.980 salas para aplicar o Enem em mais de 1.700 cidades. Percorremos 326 mil quilômetros.

E eu quero agradecer aos Correios. Nenhum malote chegou atrasado, nenhuma prova chegou depois do horário na sala dos seis milhões pelo menos de estudantes que fizeram o Enem nesse final de semana. Todos receberam no horário.

Segundo, não houve nenhum problema de sigilo das provas, que foram preservadas desde a elaboração e impressão ao transporte. Nós temos 64 mil malotes com cadeados eletrônicos, 60 batalhões do Exército, 30 mil homens da segurança trabalhando no sigilo, a Inteligência da Polícia Federal e da PM, a Polícia Civil e o Exército trabalhando de forma cooperativa.

Tivemos um grande Enem, um excelente resultado. Em termos de organização e qualidade da prova, eu diria que foi nota dez. Já passaram aqueles que fizeram o Enem, especialmente o Inep, os nossos parceiros todos. Eu diria que tiraram nota máxima na redação, na organização do evento.

Agora, para o que eu quero chamar a atenção?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Ministro, o Professor Chico está rindo de felicidade.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – É a primeira vez que ele ri nos últimos dois meses, porque ele só andava sério e angustiado. E o Luiz Cláudio, também. Ele está até rindo aqui.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Com certeza.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Agora, o que nós temos que verificar? Tivemos dez mil pessoas com deficiência visual fazendo o Enem; nove mil com deficiência auditiva; três mil participantes cegos. Então, tivemos prova com ledor, prova ampliada, prova em Braille, prova em Libras, prova com intérprete. Quer dizer, todo tipo de demanda e de acessibilidade.

Por que toda essa vontade de participar do Enem? Vocês viram a luta dos jovens para entrar? E daqueles que chegaram atrasados? Em toda coletiva, falamos: "Cheguem com uma hora de antecedência para não acontecer nenhum tipo de imprevisto." E todo ano se repetem os mesmos imprevistos, imprevistos de toda ordem.

Qual é o lado importante? É quase um milhão de vagas nas universidades federais, bolsas no ProUni e bolsas no Fies. Então, os alunos que estão participando do Enem têm uma grande oportunidade de estudar e chegar à universidade com um custo subsidiado pelo Estado brasileiro.

Então, nós precisamos pegar essa energia do Enem e alimentar o ensino médio, motivar o ensino médio e mostrar para o ensino médio as oportunidades que se abrem a partir do Enem.

Outro tema da educação básica é o Sistema Nacional de Educação, que nós temos dois anos para implantar.

Nós definimos quatro dimensões. Estamos discutindo com o Fórum Nacional de Educação, pois está prevista no PNE a sua participação. E vamos redesenhar a organização da educação nacional. Eu queria que, mais à frente, nós fizéssemos discussões – eu sei que a Comissão do Senado vem fazendo –, aprofundando só a questão do Sistema Nacional de Educação, que é uma das grandes exigências, uma cooperação federativa, um regime de complementaridade, de cooperação de todos os Entes federados na educação brasileira, na educação de qualidade.

Nós temos ali a alteração da LDB, a regulamentação do art. 23 da Constituição, a adequação das regras do financiamento, o CAQi e o CAQ, que precisam ser desenhados pós-Fundeb, e a adequação do sistema de ensino às novas regras nacionais. Então, essas quatro dimensões vão alimentar o novo sistema nacional.

Eu queria concluir falando do ensino básico e da formação de professores.

Nós temos metas também ambiciosas no PNE sob formação, que é a Meta 15. Qual é a nossa situação? Percentual de docentes com professores que possuem formação superior compatível às disciplinas que lecionam.

Só metade dos professores da educação básica tem a formação superior compatível com a sua disciplina. Metade não tem. Então, a continuação da formação, quer dizer uma formação continuada de qualidade é muito importante para nós alcançarmos as metas de qualidade e valorizarmos a carreira dos professores.

Então, o que estamos fazendo? No Pibid, nós temos 90 mil bolsas de estudo para os bolsistas da iniciação docente. Agora, um dado que chama a atenção: só 18% dos bolsistas do Pibid estão se tornando professores da rede básica. Só 18%. Então, nós fazemos um esforço para que esses alunos de licenciatura e pedagogia tenham um campo de prática na sala de aula. Não adianta formar um professor que lê Piaget e nunca viu um aluno na sua frente, nunca liderou uma sala de aula, nunca se dedicou à liderança, à mediação da produção do conhecimento e à aprendizagem.

Então, é um programa muito importante. Agora, nós queremos rediscutir esse programa. Nós queremos que esses jovens que estão fazendo a licenciatura, que estão fazendo pedagogia e todo o conjunto de estudantes da graduação tenham compromisso com a aprendizagem efetiva, especialmente com o reforço da aprendizagem, sobretudo, não exclusivamente, em português e matemática.

Então, nós queremos rediscutir esse programa. Hoje, o Pibid é uma iniciativa do aluno e da faculdade. Ele vai para a escola que quiser para fazer o estágio que acha que é conveniente.

Nós queremos que agora seja um compromisso primeiro com a qualidade de aprendizagem da escola pública. Então, a formação dele será condicionada a alguns compromissos. Nós vamos fazer a inscrição no MEC com um portal único e vamos estabelecer quais são as escolas prioritárias. E quais são as escolas prioritárias? Principalmente aquelas que não resolveram a alfabetização e a leitura.

Vinte e oito mil escolas respondem por 70% do problema da alfabetização no Brasil. Vou repetir: Vinte e oito mil escolas respondem por 70% da alfabetização no Brasil. Onde estão? Metade dessas escolas está no Nordeste, especialmente no Semiárido, e nas periferias das grandes cidades.

Nós precisamos redesenhar o Pibid. Vocês vejam que o Pibid acompanha muito as escolas particulares. Então, está basicamente concentrado em São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, um pouco na Bahia, muito pouco nos outros Estados do Nordeste e quase nada nas regiões Norte e Centro-Oeste. A bolsa está muito concentrada no Sul e no Sudeste.

Aí está a matrícula por regiões do Parfor, que é outro programa em que nós temos 51 mil professores da educação básica frequentando cursos nas universidades federais. Em 2014, tivemos 79 mil professores matriculados em 2.400 turmas especiais de 99 instituições de educação superior. Então, o Parfor é outro grande instrumento para nós melhorarmos a formação daqueles que já estão no exercício do magistério. E é um programa de grande alcance: 79 mil professores.

Aqui, ao contrário do Pibid, a concentração é na Região Norte e no Nordeste; pouco no Sul e no Sudeste. Quer dizer, quando há professor não titulado dando aula é nos Estados mais pobres. E o Pibid, que é a formação do professor de licenciatura, ocorre nos Estados mais ricos.

Nós vamos ter de rediscutir esses dois programas e integrá-los melhor ao esforço da aprendizagem e da alfabetização.

Saúdo também o Senador Telmário, aqui presente, a Sônia, a Regina, agradeço a presença, o Carlos Nobre, da Capes, que está ali atrás, o Marcelo Feres, da Setec, Secretaria de Educação Técnica, a Iara também, sofredora do SPOA, que cuida do orçamento do MEC.

Outro grande instrumento de formação dos professores é a Universidade Aberta do Brasil. Então, nós temos um total de 452 cursos. Eu já disse e quero repetir aqui, e falei no meu discurso de posse –Senadora Simone, agradeço a presença: nós precisamos enxugar a oferta de cursos. Não precisamos de 49 cursos de pedagogia na Universidade Aberta do Brasil. É melhor ter dois, três melhores cursos do Brasil do que uma oferta tão ampla.

Então, vamos selecionar, pelas instituições que ofertam, os melhores cursos. Com isso, nós vamos ter uma gestão mais focada na qualidade das ofertas e não simplesmente no interesse de uma universidade em ofertar aquele curso. Então, precisamos também dar uma arrumada na universidade aberta.

A educação à distância cresce no mundo inteiro. O sistema caminha para um sistema híbrido. Quer dizer, com a tecnologia da informação, com a internet, o professor não vai ser mais o único depositário do conhecimento, nem o principal no processo de aprendizagem. Nós vamos ter que usar cada vez mais tecnologia da informação, utilizando essa mediação no processo de formação.

Nós temos 372 mil vagas. Hoje, temos 117 mil ativos, formandos, 48 mil na universidade aberta, e temos 30 mil em processo de formação.

Professores da educação básica.

É algo espetacular: ingressantes, 109 mil; 49 mil estão ativos e 30 mil formandos. Então nós estamos melhorando a formação dos professores que estão em sala de aula no Brasil inteiro, usando a Universidade Aberta do Brasil. É um grande instrumento de complementação do esforço educacional do MEC.

Meta 17, sobre a valorização dos professores, e Meta 18.

O salário médio do professor terá que se aproximar do salário médio dos trabalhadores com escolaridade equivalente. Hoje está em torno de 76,5%. E nós temos um grande desafio. É o desafio do financiamento da educação. Quero falar disso ao final.

Quer dizer, não basta estabelecer a meta se não se derem condições para os prefeitos, para o Governo Federal e para os secretários de educação dos Estados alcançarem essa meta.

Nós já criamos o Fórum Permanente para acompanhar a atualização progressiva do valor do piso nacional. Estamos instalando essa comissão e estamos colocando uma rede de assistência técnica no *software* para ajudar no plano de carreira e remuneração, que é importante para a CNTE e para os secretários municipais, especialmente, e estaduais terem um instrumento para a discussão da carreira.

Outro programa que nós estamos lançando – foi um lançamento do Ministro Cid Gomes, reforçado pelo Ministro Renato Janine e por mim – é a Meta 19, que é a formação e a certificação de diretores de escola.

Nós estamos fazendo uma formação para 30 mil professores e pactuando com as redes que tiverem interesse a certificação prévia dos diretores. Ele pode ser eleito pelos seus pares, mas tem que fazer uma formação anterior e tem que ser certificado. Ele tem que dominar a legislação, tem que conhecer princípios de administração, tem que saber orçamento, tem que saber mediar conflitos.

É muito importante esse esforço para melhorarmos a qualidade dos diretores e contribuirmos para que eles tenham uma boa formação no desempenho dessa função que é tão difícil quanto essencial às escolas.

Então nós temos aí o programa. Depois, se quiserem, nós poderemos voltar.

Para concluir a educação básica, eu queria dizer o seguinte: o que nós vamos fazer? Nós vamos integrar os programas existentes. Nós vamos integrar o Mais Educação e o Educação em Tempo Integral com o Pibid, que é o estágio dos docentes, estudantes de licenciatura, com o Parfor, que são os professores que estão se formando, com o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e o PDDE, tudo isso integrado, com o foco na aprendizagem, especialmente de português e matemática. Quando eu digo especialmente, quero repetir, não quer dizer que nós estamos excluindo as outras disciplinas, muito menos a cultura e o esporte, que ajudam a motivar a presença do aluno na escola. O que nós estamos dizendo – e vou repetir, porque, às vezes, fazem questão de interpretar mal o que nós estamos falando – é que o papel da escola é ensinar. Não haverá aprendizagem para uma criança que não sabe ler. Ela precisa aprender a ler para poder ler para aprender. Não haverá aprendizagem para uma criança que não sabe escrever. Ela precisa aprender a escrever para poder desenvolver depois o processo de aprendizagem. Não há como aprender física e química sem conhecer abstração em matemática, a linguagem da matemática.

Então, o foco em português e matemática é para viabilizar as outras disciplinas e não para reduzi-las a apenas duas. Elas são instrumentos, são alicerces do processo de aprendizagem. Agora, têm que estar acompanhadas das outras dimensões, como a cultura, a cidadania, o esporte, porque tudo isso motiva a presença do estudante na escola e também forma um ser humano mais completo, integral, com uma visão mais holística da sociedade.

Agora vamos passar para a Educação Profissional e Tecnológica.

No Pronatec, nós já tivemos 8 milhões 119 mil matrículas. Cada vez as matrículas estão ficando melhores, do ponto de vista da qualidade, desenhando melhor a empregabilidade desses cursos. O controle de presença hoje é muito rígido, tanto pelo aluno, quanto pelo professor, pela instituição.

Este ano, nós temos 1,3 milhão matrículas do Pronatec. Há uma grande demanda por ensino técnico profissionalizante. Fizemos uma excelente parceria com o Sistema S e vamos aprimorar isso este ano e no ano que vem. Explicarei depois.

Houve uma fantástica expansão dos campos dos institutos federais. Nós tínhamos 140 campos. Criamos 214 de 2003 a 2010, mais 208. Temos hoje 562 campos disponíveis no Brasil todo. Essa é uma espécie de espinha dorsal, uma coluna vertebral de todo o esforço pela educação técnica e profissionalizante.

Acordo de Gratuidade do Sistema S.

Eu estava na Casa Civil e fizemos um acordo com o Sistema S para dedicar...

Eles vão investir em políticas públicas, especialmente em educação, este ano, em torno de R$5 bilhões. Então, se, no passado, nós transferimos recursos para o Sistema S, agora o Sistema S vai transferir recursos para as políticas públicas. É mais do que a gratuidade da oferta do serviço que eles já fazem.

Eles recebem 3,5% da folha de salário de todas as empresas do Brasil, arrecadam mais ou menos R$20 bilhões, têm uma poupança de R$20 bilhões, fazem um excelente trabalho, e nós queremos mais parceria. Como nós não temos condições de financiar, como fizemos... Por exemplo, para o Pronatec, nesses últimos três anos, houve um esforço de R$14 bilhões. Quarenta por cento foram para o Sistema S.

Agora que nós temos restrição orçamentária, eles vão nos ajudar, por exemplo, assumindo mais responsabilidade com o Pronatec, cumprindo o acordo que nós fizemos, e não foi cumprido, no Ciências sem Fronteiras,

ajudando a pagar as bolsas para podermos manter o Programa, e outras possibilidades que estão sendo adaptadas. Por exemplo, com a CNI, a Embrapii, o Sebrae, que tem outro foco na área de pequena e microempresa, o Senar, interesse na agricultura familiar. Então, estamos combinando um grande acordo. E o Sistema S vai investir R$5 bilhões por acordo, por convênio, com o Estado brasileiro. Isso vai ajudar muito o MEC, no ano que vem.

Apoio às Redes.

Nós temos o Pnae, a alimentação escolar, que atende 42,2 milhões de estudantes em 158 mil escolas. Repassamos R$3,7 bilhões. E 218 mil agricultores familiares participam hoje desse Programa de Alimentação Escolar.

O Programa Nacional do Livro Didático também é um programa que o Senado conhece bastante em todas as áreas. É um grande esforço que nós temos. Este ano de 2016 está entre os anos finais. O foco é o livro didático. Então, é um programa reconhecido pela pluralidade, pela competência, pela política de Estado que ele significa.

Educação de Jovens Adultos.

Nós temos a Meta 9, uma meta extremamente ambiciosa. O Brasil tem uma defasagem muito grande de idade/série. Estamos falando de 83 milhões de pessoas que não tiveram a escolarização adequada.

Estamos reduzindo fortemente o analfabetismo. A nossa meta é chegar a 7,5%. Temos 8,5%, que reduzimos fortemente. Agora, onde está o analfabetismo adulto? Especialmente na minha geração, com mais de 60 anos. Vinte e cinco por cento dos analfabetos têm mais de 60 anos. Não é o meu caso, evidentemente, mas já é um trabalhador cansado, e me enquadro nessa categoria. Carregou saco de cimento, está com uma enxada na mão, está numa linha de produção, trabalha o dia inteiro para sustentar a família. Então, trazê-lo de volta para a escola para a alfabetização é muito difícil, principalmente a população rural, que é onde está o grande desafio que nós temos.

Vocês vejam ali que, entre as pessoas com mais de 40 anos, nós estamos falando de 35% de analfabetismo no Brasil. Os jovens, nós já resolvemos, mas temos que continuar o esforço da alfabetização, e não apenas da escolarização, da melhora da aprendizagem da população jovem e adulta.

Eu vejo aqui um grande desafio. Na educação de jovens e adultos, o Fundeb investe R$5,6 bilhões por ano. E só 9% das matrículas, dos ingressantes, concluíram o processo de formação. Os prefeitos e os governadores têm interesse na matrícula porque é o critério de acesso ao Fundeb, mas o fluxo é muito ruim. Esses jovens e adultos não concluem a aprendizagem.

O que nós deveríamos fazer? É o que nós estamos discutindo no MEC com os secretários estaduais e municipais de educação.

Nós precisamos juntar o EJA com o Pronatec. Se você abrir uma janela para a formação técnica profissional, muitos adultos voltarão a estudar e vão complementar a sua escolarização formal.

Nós estávamos discutindo com um dos nossos secretários cujo pai é pedreiro, outro dia, na reunião. Ele falou: "O meu pai já está na terceira idade, é pedreiro, trabalha há 50 anos como pedreiro." Eu falei: pai, por que você não conclui o ensino médio? Ele falou: "Mas, filho, carregar saco de cimento, pegar na pá, na enxada, subir no andaime e ainda, no final do dia, eu vou estudar? Para que eu vou estudar geografia, filosofia, sociologia? Isso não vai alterar a minha vida e eu não tenho mais energia para isso."

Aí veio a segunda pergunta: "Pai, você lê a planta do arquiteto, do engenheiro?" Ele: "Não, não leio. Quem lê é o mestre de obras." "E para virar mestre de obras, você topa?" "Topo na hora. Me diz qual é o curso que eu vou fazer mestre de obras que eu topo."

Para virar mestre de obras, ele vai ter que melhorar a matemática, vai ter que melhorar o português, mas ele tem uma competência que o Estado brasileiro precisa reconhecer. Ele tem uma experiência, ele tem um conhecimento acumulado. Se nós reconhecermos esse conhecimento e complementarmos a grade de formação para ele dar um salto na sua carreira profissional, nós vamos trazer esses adultos de volta para a escola. E o Pronatec mostrou isso. Só que o Pronatec não articula a escolarização formal com a aprendizagem. Nós precisamos juntar no EJA essas duas coisas.

E mostrou por quê. Porque oito milhões se matricularam. Há uma grande demanda reprimida por ensino profissional e técnico. O Brasil, mesmo na recessão, aumenta a exigência da qualificação formal. As pessoas sabem que precisam se formar. Para os que estão desempregados é o momento de voltar a estudar e melhorar a sua competência profissional.

Volto a dizer: investir R$ 5,6 bilhões. São os Estados e os Municípios, não é o MEC, mas é o orçamento deles para ter o resultado de que só 9,4% concluem a aprendizagem, nós temos que revisitar esse programa com coragem. A única forma de nós avançarmos... E não é deixar de dar prioridade. É um absurdo que o Estado brasileiro nunca tenha dado oportunidade para essas pessoas estudarem. E não é porque estão em uma idade mais avançada, são jovens, adultos ou idosos, que eles não têm o direito de voltar a estudar.

Eu vi uma senhora com 72 anos fazendo o Enem pela sétima vez. Fez todos para tentar entrar. Nós tínhamos 1.600 participantes com mais de 65 anos no Enem. Então, há muita gente querendo estudar no Brasil. Agora, se nós juntarmos a educação técnica e profissional com a educação de jovens e adultos, eu acredito que vamos revitalizar esse programa.

Para concluir a educação superior, na Meta 12, nós estamos avançando muito. Vejam que nos últimos 13 anos, de 2000 a 2013, nós aumentamos em 170% as matrículas na educação superior. É um salto extraordinário! Passamos de 2,7 milhões para 7,3 milhões, mais do que dobramos. É um salto espetacular o que o Brasil fez, tanto na rede pública quanto na rede privada.

Em graduação, nós temos 6,1 milhões na modalidade presencial e 1,1 milhão à distância. É também um avanço fantástico. Vejam outro lado positivo: caiu o curso de Administração, aumentou Engenharia fortemente nos últimos anos e caiu Direito, o que é positivo. Nós tínhamos uma oferta de cursos de Direito fora da curva em relação a outros países. Eu acho que 14 anos de hiperinflação e recessão mudaram o perfil profissional. As engenharias mais do que dobraram nesse período.

Onde está a dificuldade? Matemática, Física e Química, que representam 2,4% das matrículas. E não saem desse patamar. Ao contrário, vêm perdendo força. É azul, não sobe.

Então, nós precisamos pensar um conjunto de iniciativas para estimular os jovens a fazer Matemática, Física e Química. É a base da ciência, a base da inovação, é fundamental para o sistema produtivo, para o conhecimento, para a ciência brasileira, para a tecnologia, e é muito baixo. A engenharia foi embora, mas não resolveu as ciências exatas.

Hoje nós temos 20% de taxa líquida e 30% de taxa bruta de escolarização. Melhoramos bastante. Mais do que dobramos ao longo dos últimos 10 anos. É um avanço espetacular.

Quanto à Lei de Cotas, agora, em 2015, 47% das matrículas vão para os estudantes da rede pública, o que é também uma grande política de inclusão, de ação afirmativa. E, para os céticos, a nota entre os alunos da escola pública e do Enem aberto, da concorrência aberta não é tão diferente. Em muitos cursos, ela está muito próxima. Então, os alunos da escola pública estão melhorando o desempenho e disputando essas vagas. É uma política forte de inclusão, inclusive com uma atenção especial para afrodescendentes, indígenas e população de baixa renda.

O Pnaes.

Não basta o acesso à universidade. Você tem que garantir a permanência do jovem pobre. E muitos mudam de Estado com famílias que não têm como contribuir nem sustentar. Então, nós estamos fazendo esforço grande. Veja que estamos aumentando ano a ano a política de assistência estudantil. Neste ano estamos investindo quase R$900 milhões em assistência estudantil, moradia, alimentação, transporte, saúde, inclusão, cultura, enfim, uma série de iniciativas para a permanência.

Para concluir, pós-graduação.

Também demos um salto extraordinário nos últimos anos. Temos 232 mil matrículas na pós-graduação. O doutorado está crescendo fortemente. O mestrado profissional também começou a crescer fortemente, o mestrado já vinha muito forte. Então é um avanço muito importante.

Eu me lembro de quando era Ministro da Educação. A USP tinha mais doutores do que toda a Região Norte junta. Então, não é só um problema de formar doutores. É preciso desconcentrar, interiorizar a formação e colocar profissionais qualificados com mestrado, com doutorado, com mestrado profissional especialmente nos Estados mais pobres do Brasil.

Está aí o número de titulados da pós-graduação. É um salto extraordinário. E a rede pública tem um papel fundamental. De 66 mil no total, cinquenta e cinco mil são garantidos pelo Estado brasileiro em termos de doutorado e mestrado.

O Ciência sem Fronteiras e as bolsas no exterior.

Nós temos 44.400 estudantes hoje com bolsa exterior. O Ciência sem Fronteiras tem neste momento 35.600 bolsas, apesar da desvalorização do real, o que onerou muito Estado, e de muitos do setor privado que não cumpriram o acordo de 25% da bolsa.

Eu não vou dizer quem não cumpriu. Só vou falar quem cumpriu. Quem cumpriu foi a Febraban. O sistema financeiro está cumprindo inteiramente o acordo. Quero agradecer às 21 instituições financeiras que estão honrando o acordo que fizeram com esses estudantes e à Vale. A empresa Vale cumpriu e vem cumprindo integralmente o seu compromisso. As outras não cumpriram o que prometeram.

Nós vamos atrás. Estou fazendo um apelo público aqui para que cumpram. Se cumprirem nós poderemos fazer editais em 2015 e melhorar. Nós mandamos em setembro 8,5 mil estudantes, que vão ficar, alguns desses, um ou dois anos no doutorado pleno, por exemplo.

Então é muito importante para manter o Ciência sem Fronteiras a participação do setor privado.

Por último, a avaliação da pós-graduação.

Nós temos hoje 6.400 cursos de pós-graduação. A Capes tem que fazer uma avaliação desses cursos. Se você pegar a avaliação artística, bibliográfica e técnica, nós estamos falando de 850 mil publicações.

O que isso representa? Uma dificuldade muito grande de fazer avaliação. A avaliação da pós-graduação é basicamente quantitativa. É a métrica de publicação em periódicos indexados, publicação de livros, artigos científicos e o impacto, as citações dessas publicações.

Nós queremos introduzir qualidade na avaliação, não apenas o volume de publicação.

A Capes tem uma comissão de alto nível para até março entregar uma nova proposta de indicador. E a maior crítica a esse sistema de avaliação é a das humanidades. Uma coisa é uma revista internacional, que tem muito peso na métrica, em Matemática, Física e Química, cujas regras são as mesmas no mundo inteiro. Em humanidades não é. Quando se fala de Política, Antropologia, Sociologia, há uma questão ideológica, regional, cultural. Uma revista internacional não tem necessariamente abertura para outra reflexão humanística. Então, nós precisamos também discutir, especialmente as humanidades.

O My English Online.

Nós tivemos 783 mil estudantes fazendo inglês. As visitas ao *site* nos últimos 30 dias foram quase 600 mil.

Eu quero chamar a atenção para o seguinte: o Ciência sem Fronteiras abriu o interesse por línguas. Não só inglês, mas francês, espanhol, chinês, japonês, etc. E o interesse não parou. Se vai haver mais bolsa ou menos bolsa, não muda o interesse.

Para concluir, no Fies nós temos 2 milhões, 144 mil contratos. Se quiserem depois eu digo as mudanças do Fies.

Muito rapidamente, foi fundamental mudar a política do Fies. No Fies, antes, a instituição escolhia o bolsista que teria acesso. Hoje há um portal no MEC. É o MEC que define os critérios.

O que nós mudamos? Os sinais são notas de um a cinco. As instituições estão acomodadas na nota três, porque um e dois não têm bolsa. Com três eu tem o menor custo e tenho o acesso ao Fies e ao ProUni. Por que a instituição vai para o quatro e o cinco? A não ser para disputar alguns nichos, ela não tem interesse em ter mais doutores, mais laboratórios, mais infraestrutura.

O que nós fizemos? Estamos dando mais bolsa para quem tem mais qualidade. Por exemplo, cursos nota cinco, só havia 8% de bolsa. Por que a instituição não punha mais? Porque ela sabe que ali vai pagar, porque são os melhores cursos.

Temos 26% de bolsa em 2015. O MEC falou que para os cursos de mais qualidade, quatro e cinco, haverá mais bolsas. Com isso nós estamos induzindo o sistema à qualidade. Estamos melhorando.

Segundo, quanto ao acesso ao Fies, hoje, não é o dono da escola que escolhe; é a nota do Enem. É meritocrática. Então, se há dois alunos na faixa de carência disputando a mesma vaga, quem teve melhor desempenho no Enem vai receber a bolsa. Então é um critério de meritocracia.

Outra coisa que mudou é que para entrar no Fies hoje tem que haver um desconto de 5% na matrícula e não se pode reajustar acima de um nível. Este ano, foi de 8,25% a mensalidade. Algumas instituições estavam abusando do reajuste. Então, houve um tensionamento. Há uma redução de recursos, mas é fundamentalmente uma mudança estrutural para melhor no Fies.

ProUni, 1,7 milhão de bolsas efetivas hoje. Está aí o que nós temos de matrículas no setor privado. Fies mais ProUni, 2,3 milhões de 5,3 milhões de matrículas. Quarenta e quatro por cento do sistema são ProUni e Fies.

Quanto à expansão da rede federal, também não vou me estender aqui.

Mais Médicos.

Vou deixar Ebserh e toda essa discussão final.

Só para concluir eu vou falar sobre esse gráfico.

Depois, no debate, alguém vai fazer pergunta para nós podermos falar.

Veja o que está acontecendo com internações, consultas e cirurgias a partir da criação da Ebserh. Veja os leilões e os pregões eletrônicos: 30% de redução de custos em itens homologados e, agora, mais 23% quando se fala de equipamentos. Ali é custeio; aqui, equipamentos.

Nós fazemos um pregão nacional dos hospitais. A redução é de 30% a 25%. Há muita gente contra a Ebserh. Em um edital de 2,6 bilhões em que nós economizamos 800 milhões, alguém perdeu 800 milhões, mas o povo brasileiro e o paciente na ponta, a universidade, ganharam 800 milhões.

Há muita gente – e eu respeito – que tem uma visão corporativa, às vezes ideológica contra a Ebserh. Esses eu respeito, mas muita gente perdeu. Só nos editais, 810 milhões em cima, mais 61 milhões são R$ 900 milhões que nos economizamos. Estavam em uma licitação em que nós não sabíamos exatamente o que acontecia.

É evidente que, ganhando escala, ganhando transparência, ganhando economicidade, a redução de custo é de pelo menos 25%. Então, com esse ganho de escala e de gestão, implantando UTI, melhorando a gestão,

melhorando o padrão – e está lá o Freitas que está cuidando disso também, ex-Presidente do FNDE que hoje está na Ebserh –, estão aqui os resultados: internações, consultas e cirurgias.

É um resultado espetacular! Melhorou! Estamos fazendo muito mais com melhores recursos e podendo contratar, porque o TCU exigia. Aqui está a previsão de leitos após contratação e contratações de profissionais sem ser precarizados.

Agradeço ao Senador Benedito de Lira a presença.

Por último, nós investimos 6,2% do PIB em educação. Estamos no padrão da OCDE. Veja que o Brasil está próximo da média da OCDE, que é 6,1; Brasil, 6,2. Portanto, o Brasil investe o que a média dos países dos países mais ricos do mundo investem em educação.

Educação básica, nós temos que melhorar. Na educação superior, nós estamos bem.

Agora, qual é o problema do Brasil? O problema do Brasil está ali embaixo.

A média do PIB *per capita* da OCDE é de 38 mil dólares; a nossa é de 15 mil dólares. Dizem: "Vamos comparar com a Finlândia?" Tudo bem, na Finlândia o PIB *per capita* é de 39 mil dólares. Não adianta dizer que o Brasil é a nona economia do mundo. Nós temos 210 milhões de habitantes. O que temos para investir por aluno é três vezes menos ou metade do que esses países investem. E nós somos cobrados para ter a mesma qualidade. Não é o problema do PIB. É o problema do PIB *per capita*, é o problema da riqueza efetiva que vai se traduzir no orçamento. Então, nós precisamos discutir com um pouco mais de cuidado essa questão.

Por último, está aí o orçamento do MEC, que cresceu muito.

Eu só quero terminar dizendo o seguinte: os *royalties* do petróleo – depois, se quiserem, podemos discutir – não deram a receita esperada, porque o preço do petróleo caiu.

E eu termino, colocando uma questão para o Senado: como vamos cumprir todas essas metas se não rediscutimos o financiamento da educação brasileira?

Dizer no PNE que é um percentual do PIB não resolve, porque o PIB não entra no Orçamento. Só entra no Orçamento o que o Congresso votar de receita e de despesa.

Então nós precisamos discutir, com profundidade, como vamos melhorar o financiamento da Educação no curto, no médio e no longo prazo, para assegurar essas metas, esforço tremendo que o Estado brasileiro, em todos os níveis, prefeitos, governadores e a União estão fazendo.

Muito obrigado. Era isso.

Estou inteiramente aberto ao debate. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada, Ministro.

Nós já temos a relação de inscritos, começando pelas Senadoras Ana Amélia e Simone Tebet, que foram as autoras do presente requerimento.

Depois, só para dar conhecimento da lista, temos o Senador Cristovam, que não se encontra aqui ainda, porque está presidindo um seminário na Comissão de Ciência e Tecnologia, da qual S. Exª é Presidente. Depois, o Senador Lasier, a Senadora Regina, o Senador Telmário e o Senador Donizeti.

As inscrições continuam abertas. A Senadora Sandra Braga já chegou, assim como o Senador Benedito de Lira.

Senadora Ana Amélia, antes de passar a palavra a V. Exª, eu queria fazer um registro breve.

Aproveitando a presença do Ministro e do Professor Chico Soares, Presidente do INEP, queremos saudar a equipe do MEC pela realização do Enem. Realizar um exame, um concurso dessa magnitude e apresentar o grau de eficiência que foi apresentado, Ministro, realmente merece o nosso reconhecimento.

Todos nós sabemos da dimensão do Enem. Não é à toa que ele só perde para a China em termos de dimensão. É considerado o segundo maior programa de inclusão social no mundo, no que diz respeito à questão do ingresso no ensino superior.

Rapidamente, permitam-me dizer da minha alegria não apenas como Senadora, mas também como professora, Professor Chico Soares, ao perceber a sabedoria e a sensibilidade pedagógica da equipe do Enem por apresentar como tema da redação a violência contra a mulher na sociedade brasileira.

Sabemos que só muito recentemente, com o advento da Lei Maria da Penha nesses últimos 10 anos, Senadora Ana Amélia, esse tema ganhou, digamos assim, mais espaço na agenda da sociedade, do ponto de vista da discussão, do debate.

Foi de uma felicidade enorme os professores, a equipe do Enem, Senadora Simone, terem sugerido esse tema. Sabemos que é um tema que aflige a vida das meninas, das mulheres. É um drama cotidiano. E nada mais adequado, Ministro, do que a escola para refletir, discutir, debater um tema com o qual esses jovens se deparam no dia a dia, seja dentro das suas casas, no bairro onde eles moram, nos locais que frequentam.

Ao dar visibilidade a esse tema, ao trazer esse debate para dentro da escola, repito, Professor Chico Soares, a equipe do Enem revelou uma sabedoria e uma sensibilidade pedagógica extraordinárias.

Concluo dizendo que ontem, por exemplo, a Senadora Regina lá estava, e nós condenamos uma audiência pública da campanha que o Senado desencadeou no início deste ano, chamada "Mais Mulheres na Política".

Foi uma audiência pública muito concorrida, com uma grande participação de mulheres das mais diferentes matizes, dos movimentos sociais, do poder público. Enfim, foi uma audiência com uma participação extraordinária.

E quero dizer aos senhores que o Enem roubou a cena ontem, na audiência pública que foi realizada lá em Natal, não é isso, Senadora Regina?

Quero, então, fazer o registro, porque o Enem é uma política pública muito importante. Ele se constitui hoje, Senadora Ana Amélia, seguramente em um dos mais importantes caminhos para reacender a esperança da nossa juventude, para dar rumo à vida da nossa juventude.

Passo imediatamente a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Presidente Fátima Bezerra.

Caro Ministro Aloizio Mercadante, sou grata pela exposição ampla e detalhada do sexto Ministro que ocupa o MEC no Governo da Presidente Dilma Rousseff. Sexto porque V. Exª já esteve lá e agora retorna ao cargo.

Ao Secretário Luiz Cláudio Costa, os agradecimentos, inclusive da bancada gaúcha, porque S. Exª tem sido sempre, em todos os momentos, atencioso com as demandas do Rio Grande. E o Ministro Aloizio também não é diferente.

No seu nome, Secretário Luiz Cláudio Costa, eu queria saudar todos os representantes do Ministério da Educação.

Começo, Senadora Fátima, com essa provocação ou exortação feita por V. Exª, dizendo que, de fato, o tema é relevante, até porque há professoras sendo agredidas por alunos e alunas dentro da escola.

Eu penso que esse é o ambiente da paz. A escola tem que ser o ambiente da paz.

E tem que começar em casa essa educação para a paz. Então, não é apenas a questão do gênero da violência, mas é a cultura da paz que temos de perseguir.

O Ministro encerrou com uma pergunta que é a mesma que o seu colega da Saúde faz: como nós vamos encontrar um caminho para financiar a educação? É a mesma que se faz: como vamos encontrar um caminho para financiar a saúde em nosso País?

Ministro, eu entro exatamente no tema do Enem, porque acompanhei as explicações de V. Exª.

Trinta por centro de abstenção é o normal em um exame dessa envergadura? Qual é a razão dessa abstenção?

Como nós, no Rio Grande do Sul, somos vizinhos de Santa Catarina e igualmente vivemos o drama da enchente, houve uma excepcionalidade no caso de Santa Catarina: a data que V. Exª prudentemente estabeleceu para assegurar aos estudantes catarinenses de cidades que sofreram gravemente com as enchentes e com a impossibilidade técnica de levar as provas para as escolas.

Quando serão feitas essas provas para os nossos irmãos catarinenses, tão perto do nosso Estado do Rio Grande do Sul?

Eu acompanhei a sua exposição, Ministro, e notei que o senhor passou aparentemente ao largo do ajuste fiscal.

No relatório que o Relator do Orçamento para 2016 está fazendo, ele chega ao ponto de mencionar uma redução de 10% no próprio Bolsa Família, que é, digamos, um programa intocável do ponto de vista da redução de recursos, no meu entendimento. A informação que temos em relação ao Pronatec é de que haverá uma redução de 60% das vagas.

No ajuste fiscal proposto, há a tentativa de pegar recursos do sistema S para financiar o déficit fiscal. E o senhor está dizendo que o Sistema S vai contribuir com 40%, cinco bilhões de reais. Então, como vai ficar? Não será mexido o sistema S no ajuste fiscal? Como está sendo composto?

O senhor disse que em 2015 será um 1,3 milhão de alunos que estarão dentro do Pronatec. Eu também gostaria de saber como será esse plano de casamento do Pronatec com o EJA. É interessante a proposta. Como ele vai funcionar?

Quanto ao Ciência sem Fronteiras, eu não posso cobrar, assim como o senhor, de quem não pagou sem saber quem não o fez. Então, eu gostaria de saber quem não pagou o Ciência sem Fronteiras, que também está sendo abalado pelo ajuste fiscal.

No Ciência sem Fronteiras, os alunos que o fazem e que ficarão muito bem preparados, eles voltarão com algum compromisso de trabalhar em favor do Brasil, de ajudar no desenvolvimento tecnológico do nosso País?

Quando V. Exª era Ministro, na primeira fase, aqui mesmo na Comissão de Educação, eu indaguei a V. Exª sobre o edital para o curso de Medicina na cidade de Ijuí, no Rio Grande do Sul, e V. Exª deu uma resposta

claríssima, perfeita, no sentido de que, havendo as condições, como o número de hospitais para a residência, entre outras, haveria.

Foi feito um edital não só Ijuí, mas também em São Leopoldo, no Vale do Sinos. Houve o edital e as duas entidades que se imaginava seriam, digamos, não recompensadas ou premiadas, porque edital prevê igualdade de tratamento, mas, pelo envolvimento das duas instituições, a Unijuí a Unisinos, com as comunidades, são instituições comunitárias, uma com mais de 60 anos e outra com esse tempo de existência...

Depois de algumas manifestações da bancada do Rio Grande do Sul a respeito desse tema, nós soubemos que Ministra do Tribunal de Contas Ana Arraes mandou suspender a seleção das mantenedoras de ensino superior para a implantação do curso de medicina em 39 Municípios, não apenas nesses dois a que estou me referindo.

O resultado deveria ser publicado, mas diante dos indícios de favorecimento na determinação das instituições, o TCU vai averiguar melhor o processo de escolha.

Então queria uma palavra sobre isso, porque esse tema é muito importante para o Rio Grande do Sul, caro Ministro.

Também o senhor falou da economicidade do Ebserh.

Quando esse tema foi discutido por meio de uma medida provisória, havia contradição no Rio Grande do Sul. A faculdade de Medicina de Porto Alegre e o Hospital de Clínicas eram favoráveis, porque já vinha operando com eficiência.

Em Santa Maria eram contra. Mas ouvi os servidores do Hospital de Clínicas e todos foram favoráveis. Então, decidimos apoiar isso. Fico animada com esses números de eficiência gerencial e de gestão de que V. Exª está falando.

Há outra questão, Ministro, que ouvi no seu discurso quando de sua posse, na qual estive presente. Sentei-me ao lado da Senadora Fátima Bezerra, quando V. Exª abordou uma questão extremamente preocupante.

Hoje de manhã, no *Bom Dia Brasil,* do Ifet de Sergipe está um aluno estudando em casa porque desde julho está sem aula.

No seu pronunciamento, o senhor abordou esse tema com preocupação – creio que nem falava como pai, mas como gestor – sobre a questão dos alunos e da sociedade. A greve das universidades federais durou mais de 139 dias, mais de quatro meses. Ela teve início no dia 28 de maio e se encerrou no dia 13 de outubro.

Eu queria saber como o MEC trabalha com esse tema, avaliando que isso terá repercussões, sem dúvida, sobre a qualidade do ensino para os nossos estudantes.

Então, são essas as questões para V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – A Senadora Ana Amélia fez uma intervenção bastante ampla, e eu perguntaria, Senadora Simone, se abriríamos para mais duas inscrições e passaríamos para ele. Pode ser, Senadora?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu concordo plenamente, Senadora Fátima Bezerra.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – É uma questão de objetividade.

Então, nós vamos ouvir a Senadora Simone agora e depois o Senador Lasier.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Presidente, Senadora Fátima.

Em seu nome comprimento os colegas Senadores e as Srªs Senadoras e, em nome do Ministro Mercadante, cumprimento todos os técnicos do Ministério da Educação que se fazem presentes.

Eu vou começar, e não poderia ser diferente, Ministro, como Presidente que sou da Comissão Mista do Congresso Nacional do Combate à Violência Contra Mulher. Não poderia deixar de fazer um agradecimento especial a toda a sua equipe, à equipe do MEC que pôde escolher com tanta proficiência um tema que nos atinge no dia a dia e atinge a maioria dos jovens que foram fazer a prova lá no MEC, porque envolve as suas famílias.

Dados estatísticos são assustadores no Brasil. Somos um dos países mais violentos do mundo em relação à mulher. Uma em cada quatro mulheres, no Brasil, sofreu, sofre ou sofrerá algum tipo de violência.

Então, quando o MEC traz para uma prova como esta do Enem, de avaliação para que esses jovens possam ingressar numa universidade, um tema dessa relevância, está colocando sete milhões de futuros adultos do Brasil, que vão gerenciar e administrar este País, para pensar nas redes sociais, para debater esse tema.

Então, eu gostaria de parabenizar o MEC e dizer que espero que ele, de alguma forma, possa contribuir para diminuir esses índices vergonhosos que nós temos.

Em relação à educação, Ministro, ao tema da nossa audiência pública, agradecendo a sua presença e de toda a equipe, quero dizer que, na realidade, o requerimento foi de autoria da Senadora Ana Amélia. Nós o subscrevemos devido à sua importância e não poderíamos perder a oportunidade de fazer algumas perguntas a V. Exª.

Eu vou direto ao final da sua fala.

V. Exª comentou que nós não podemos comparar o Brasil com a China, com a Finlândia ou mesmo com a Coreia, principalmente Coreia e Finlândia – a China, fui eu que coloquei aqui –, porque a renda *per capita,* que o PIB *per capita* da Coreia é o dobro do PIB *per capita* do Brasil. Mas é importante lembrarmos que a Coreia do Sul tinha um PIB *per capta* muito menor do que o do Brasil. Ela só saiu da miséria e hoje tem PIB *per capita* que é o dobro do brasileiro graças a investimentos na educação.

Então, nós podemos comparar, sim. A questão talvez seja outra, diferente um pouquinho da linha da Senadora Ana Amélia, se o problema é só financiamento público, se o problema é só falta de recursos ou se, na realidade, diante do que temos para hoje, que são esses recursos, diante da questão dos ajustes fiscais, em relação à dificuldade financeira, se não teríamos que focar em dois pontos principais. E por mais que eu tenha chegado mais tarde um pouco na sua apresentação, faltou-me um pouco de informação em relação à questão da valorização do professor.

Eu ficaria com duas questões primordiais a meu ver, que nós não podemos perder nunca como foco em relação à educação.

Avançamos muito, é verdade, em relação à universalização. Hoje, nós temos uma consciência maior em relação à importância da educação para o mundo e para o País, mas creio que nós não avançamos como deveríamos no que se refere à valorização do professor, à gestão e ao controle de gastos.

Nesse aspecto, fiquei feliz quando vi que o MEC está fazendo um estudo no que se refere à integração e aprimoramento desses programas, como o Programa Dinheiro Direto na Escola, o Pibid, o Parfor e a Política Nacional de Alfabetização, revendo uma possível junção do EJA em relação ao Pronatec.

Pode não parecer politicamente correto. Como vamos unificar algum programa, programas que muitas vezes estão certos? Diante das dificuldades financeiras, talvez seja hora de repensar esses programas. Aquilo que não está sendo eficiente, vamos repensar e, quem sabe, juntar mais recursos para valorizar o professor.

Quando eu falo da valorização do professor, não estou falando de aumento salarial única e exclusivamente. Estou falando em dar condições para esse professor dar uma boa aula.

E aí a pergunta: o que nós estamos fazendo ou vamos fazer de forma mais concreta para qualificar melhor esse professor? As universidades, na área de Licenciatura, terão investimentos diferenciados, professores diferenciados? Nós estamos pensando em uma política de cargos e salários, no sentido de se implantar a meritocracia na ascensão desse professor? Ele não vai receber maiores salários única e exclusivamente pelo tempo em que está em sala de aula, mas também pela sua qualificação como profissional?

Quanto essa questão da valorização do professor, eu gostaria que V. Exª pudesse nos passar aquilo que o MEC pensa e se coloca hoje a valorização como algo prioritário.

Por fim, como falei também dessa questão de controle de gastos e de gestão, vendo que o problema é, sim, financiamento, mas não só financiamento público em relação à educação, eu gostaria que V. Exª pudesse nos posicionar em relação ao que o MEC pensa em relação à questão que está acontecendo no Estado de São Paulo, de pensarmos em colocar crianças, por faixa etária, em escolas separadas, visando utilizar os espaços físicos que sobrarem para ser investidos ainda em educação, quem sabe em educação infantil. Mas a questão seria essa diferenciação por faixa etária para procurar com isso melhorar a qualidade de ensino, focar em relação a isso.

No ensino infantil e no ensino básico, como o MEC está vendo a questão de ajudar Estados e Municípios no financiamento, uma vez que o Governo Federal fica com grande parte dos recursos públicos dos impostos pagos pela população brasileira? Hoje, Estados e Municípios enfrentam dificuldade em relação ao financiamento, porque ficam com ensino infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que são hoje os nossos grandes gargalos.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – O próximo é o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Senadora Fátima.

Em primeiro lugar, agradeço a vinda do Ministro Mercadante à Comissão de Educação, porque nós estávamos precisando conversar com V. Exª sobre esse tema tão relevante para o Brasil.

V. Exª fez uma exposição inicial muito eficiente, com muita disposição e, pelo que senti, com muita confiança no seu trabalho, o que é positivo. Mas ninguém ignora os grandes problemas que enfrentamos nesta área tão importante.

Então, Ministro Mercadante, eu tenho três perguntas a formular a V. Exª: uma sobre o risco de apagão de professores; outra sobre orçamento e uma terceira pergunta sobre o risco de fechar uma importante escola de tempo integral no meu Estado, o Rio Grande do Sul, por falta do socorro das verbas.

Ministro Mercadante, a primeira pergunta é sobre o risco de apagão de professores no Brasil, porque a carreira do magistério não atrai mais, ou atrai minimamente. A falta de professores é um fato em quase todas as escolas públicas do País.

E quando não faltam professores, muitas vezes falta qualidade dos professores. Isso acontece, elementarmente, por causa dos salários.

Os salários não são mais atrativos, são muito baixos. Então, como V. Exª vai enfrentar esse problema para impedir esse desestímulo dos professores, o que nos leva ao risco de um apagão, que em determinados lugares já é um fato, já é uma realidade, no Rio Grande do Sul isso já acontece?

Com relação ao orçamento, sobre o qual, V. Exª discorreu, mostrando que os países mais adiantados têm orçamentos grandiosos, diferenciados do nosso. Mas o Ministro Mercadante comanda o 15º maior orçamento de educação do mundo, segundo a BBC, grande empresa britânica, que tem escritório no Brasil. Isso, de certo modo, dificulta aquele lema criado pelo Governo Dilma: Brasil Pátria Educadora. No mesmo ano em que a Presidente anuncia o Brasil Pátria Educadora, anuncia o enxugamento profundo de verbas no seu Ministério de R$ 9,43 bilhões, no orçamento, afetando o Feis, o Ciências sem Fronteiras, o Pronatec e até as creches, sobre as quais V. Exª falou como prioridade do Plano Nacional de Educação. E, pelos números que tenho aqui, e me atenho apenas aos da cresce – os outros também são conhecidos, os outros dados numéricos – são 3 bilhões de cortes na área das creches.

Ora, V. Exª já selecionou trabalhou no Governo Dilma por dois anos, conhece muito bem a questão. Acho que já adiantou alguma coisa do que pretende levar a cabo agora nessa sua segunda presença. O Brasil é apontado como um dos países de mais investimentos em educação no mundo, seria o 15º, mas, segundo o Pisa, o Programa Internacional de Avaliação de Alunos, o Brasil está em que 53º lugar, o que faz supor que o problema no Brasil é de má gestão – e nós temos convicção disso.

(Soa a campainha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Segundo uma declaração de V. Exª, depois que assumiu, e a imprensa a transcreveu, apesar dos cortes no orçamento, vamos precisar de trabalhar mais com menos, e isso se faria com criatividade e eficiência. O que V. Exª entende como trabalhar com mais criatividade se não há recursos? Como gerar criatividade se os professores ganham mal, recebem baixos salários, são desestimulados, há pouca estrutura nas escolas?

E, para concluir, trago um exemplo do meu Estado, Ministro Mercadante: há 20 anos, o Rio Grande do Sul tinha 20 escolas de tempo integral; hoje, rigorosamente, tem apenas uma, na concepção de escola de tempo integral, isto é, além do currículo convencional ministra natação, artes, dança, agricultura, ecologia. Essa escola do Rio Grande do Sul, que fui visitar há poucos dias, de tanto ouvir falar nela e por ouvir falar nas dificuldades, situa-se no Município de Canela, e ela foi criada em 1993. Essa escola tem 1,147 mil alunos dos quais 900 cumprem o tempo integral, das 7h30 da manhã às 5h00 da tarde.

Lá, como eu disse, os alunos cumprem o currículo e participam de aulas de natação, agricultura, ecologia, artes, dança, esportes, teatro. Só que os recursos não estão chegando lá. Então, o que eles estão fazendo? Eles têm de fazer rifas, jantares, a comunidade faz almoço para salvar essa escola.

E aí vou para os números que não chegam lá: por exemplo, tinha que chegar lá para o projeto, que é da União, é um programa federal, Mais Educação, sobre o qual V. Exª falou há pouco, que é para o ensino fundamental, e eles não receberam nenhuma verba em 2015, e são apenas R$ 150 mil para o Mais Educação; o segundo projeto federal o ProEMI, que é específico para o ensino médio, são apenas R$56 mil, não chegaram lá neste ano que está terminando; o terceiro programa é o PDDE, sobre o qual V. Exª falou, o Programa Dinheiro Direto na Escola, apenas R$22 mil para manutenção da escola, isso também não chegou lá. Então, como falar em escola de tempo integral se a única escola de tempo integral do Rio Grande do Sul, que funciona como tempo integral, não recebe esses recursos ínfimos, miseráveis quase?

É isso, Ministro. Sei do seu esforço, da sua disposição, das dificuldades. Mas como vamos enfrentar tudo isso: risco de os professores abandonarem as escolas, porque não atraem mais; o orçamento é cortado; e um exemplo de escola de tempo integral tão importante, que é a bandeira maior do meu Partido, o PDT, como V. Exª percebeu, a única escola que temos no Sul com 1,147 mil alunos vive de rifas e de jantares, essas coisas?

Obrigado pela atenção.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Nós vamos agora passar a palavra ao Ministro, para responder esse bloco de três perguntas.

Com a palavra o Ministro.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Agradeço, Senadora.

Queria começar pela Senadora Ana Amélia, Senadora Simone, Presidenta Fátima, tratando do tema do Enem, que eu sei que foi questionado por algumas vozes.

Primeiro, gostaria de fazer uma menção à Simone de Beauvoir, que é uma intelectual de grande prestígio internacional. Eu disse que na educação podemos divergir, mas temos que estar abertos a conhecer, discutir e refletir sobre o tema. A minha leitura sobre a Simone de Beauvoir, de quem li quase toda a obra... Eu fiquei viúvo em 1982, e minha mulher era feminista, editava o jornal *Nós Mulheres,* era uma jornalista da Abril, e ela sempre insistiu que eu lesse Simone de Beauvoir.

No dia em que ela morreu, quando cheguei em casa, porque é muito difícil chegar em casa sem a pessoa estar lá, eu comecei a ler Simone de Beauvoir, virei a madrugada e depois quis ler praticamente toda obra Simone de Beauvoir. A Simone de Beauvoir diz o seguinte, que a gente não nasce mulher, a gente se torna mulher. O que ela está discutindo é a condição histórica da mulher, é a conquista do direito de cidadania.

Essa é uma reflexão que temos que fazer especialmente num país como o nosso. As mulheres não votavam até os anos 30. No casamento, eram relativamente incapazes, estavam um pouco acima das crianças, dos loucos e dos índios; relativamente incapaz, juridicamente até 1962.

Sobre o tema da redação, quando se pergunta por que persiste a violência contra mulher, há raízes profundas, culturais, institucionais, legais, que nós, com todo o esforço que vem se fazendo recentemente. Isso, talvez porque haja uma Presidenta mulher, que tratou disso com enorme prioridade, com a Lei Maria da Penha, a Lei do Feminicídio, as casas de abrigo das mulheres nos Estados, enfim, um Ministério para dar ênfase, a Secretaria Nacional hoje, tudo isso não mudou como deveria, na velocidade que precisamos. Então, chamar à reflexão esse tema acho que é uma grande contribuição que todo mundo deveria aplaudir – não é uma pergunta oficialista; está se perguntando por que persiste a violência contra a mulher.

Agora, seria fantástico um país como o Brasil censurar uma autora como Simone de Beauvoir: isso pode ser tudo, menos educação. Educação é a pluralidade, é o debate, é a crítica, é a abertura de caminhos, é o estímulo à reflexão. E não há uma passagem no Enem que não seja simplesmente um chamado à reflexão; não há imposição; não há doutrinação; é uma reflexão –pare para ouvir, tenha uma atitude crítica, estude e conheça! Então, eu também compartilho integralmente dessa avaliação, que foi um grande avanço.

Nós tivemos, de fato, alguns Ministros no Governo da Presidenta Dilma, mas uma só política. Eu era Ministro em 2010, em 2011, do Ministério da Ciência e Tecnologia, ajudei a formatar o Pronatec, o Ciência sem Fronteiras, desenhar o Fies, etc.; fui Ministro da Educação por dois anos e depois todos os que vieram sempre deram continuidade aos principais programas e às diretrizes. Por sinal, quero ser muito sincero, Senador Anastasia, é um prazer encontrá-lo aqui, e lembro-me quando era Governador de Estado, Educação tem que ser política de Estado. Ou nós realmente despartidarizamos e vamos tratar as parcerias republicanas dos entes federados e os partidos um pouco acima do tom da disputa eleitoral, ou nós não avançaremos no que precisamos. Como Ministro da Educação farei todo o esforço para que seja assim e fiz assim quando fui Ministro da Educação.

Então, os programas, as parcerias, são republicanas. As dificuldades são de todos os entes federados. E precisamos ter o espírito de construir juntos as alternativas.

Concordo inteiramente com a Senadora Ana Amélia sobre a cultura de paz de que nós precisamos nas escolas. Eu contratei, quando era Ministro da Educação e ficou pronta agora, uma pesquisa com o Conselho Federal de Psicologia, o Fórum Nacional de Psicologia e oito universidades federais, e a Coordenadora à época é a Reitora e hoje Presidente da Andifes, que é o Fórum de Reitores, a Reitora Maria Lucia. E a pesquisa ficou pronta agora, e, inclusive, sugeriria, Presidenta, que a senhora a convidasse para uma audiência.

Vamos começar a discussão no MEC agora, porque foi feita pesquisa com professores, com estudantes, com pais de aluno para tratar violência, *bullying*, sexualidade, religião, enfim, toda a problemática da discriminação e dos conflitos e como criar uma cultura de mediação e de paz nas escolas brasileiras, respeitando as diversas posições, tendo uma atitude pedagógica construtiva em relação a isso. Acho que seria uma grande contribuição.

Sobre ajuste fiscal. Olha, qualquer um que estuda economia sabe que a economia tem um desenvolvimento cíclico. Há momentos de crescimento, auge do ciclo, desaceleração, crise e recessão. Foi assim em toda a nossa história econômica, é assim nesse momento, e nós precisamos ter respostas adequadas a todo esse desafio.

Se nós olharmos que, em 2014, nós tivemos o desabamento, o colapso dos preços das *commodities,* se nós olharmos o entorno da América Latina, praticamente todos os países da América Latina vivem um quadro de desaceleração, de crise, de recessão e de problemas orçamentários, e, em geral, os países emergentes, porque o preço petróleo, que era US$111, caiu US$48,5, e os países exportadores de petróleo tiveram um baque tremendo. A Rússia está com uma recessão de 4% no PIB, o Equador, o Peru, a Bolívia, Angola ou qualquer outro país que exporta petróleo, a Angola. A mesma coisa ocorre com a soja, com o milho, com todos os produtos de exportação.

Como se não bastasse isso, nós tivemos uma seca que vai para o quarto ano no Semiárido do Nordeste, gravíssima, que impactou a produção de alimentos e o custo do Estado para manter o abastecimento de água com mais de 1 milhão de cisternas, 8 mil carros-pipas, Bolsa Estiagem, Programa Garantia-Safra e o aumento do investimento para oferta hídrica no Semiárido. Isso atingiu o Sudeste e puxou o preço da energia, porque nós temos uma matriz mista, mas a hídrica é muito mais barata que a à gás, e nós tivemos que rodar a Termogás.

Tivemos a Operação Lava Jato, que vai contribuir para melhorar seguramente a gestão das estatais e punir quem quer que seja que esteja envolvido, mas há um custo imediato que é de pelo menos 1% do PIB, é o que é consultoria do Maílson da Nóbrega diz, a Tendências, a LCA diz. E o Jerry de Oliveira, que foi meu colega de faculdade, mas é um militante histórico do PSDB, fala em 2,5% do PIB neste ano de impacto.

Então, paralisou-se a cadeia de gás e petróleo, paralisou-se a indústria da construção civil pesada. E tudo isso fez uma recessão num ambiente político difícil, a receita do Estado caiu fortemente. Ou nós tomamos medidas, para repor pelo menos uma parte dessa receita, ou não adianta simplesmente falar que, de fato, a despesa está caindo.

Está caindo, está caindo para todos os entes federados. Os Municípios estão com problema de receita, os Estados estão com problema de receita, a União está com problema de receita e todo mundo tem que fazer o ajuste. Quanto mais cedo nós fizermos e melhor a qualidade do nosso ajuste, mais cedo sairemos da crise, porque vamos contribuir para baixar os juros e diminuir o custo fiscal, que a taxa de juros elevada traz para combater a inflação.

Então, acho que esse é um grande tema do Congresso Nacional, e a educação não é diferente. A disposição do MEC é ajudar a construir o que for necessário para nós melhorarmos a receita. No caso da educação, especialmente se forem receitas permanentes, como foram os *royalties* do petróleo e o Fundo Social do Pré-Sal, que dão longevidade às metas para educação.

A relação do Pronatec com Sistema S. O Presidente da CNI Robson Andrade tem um papel extraordinário nisso; o Ministro Armando Monteiro, que é Presidente honorário do Conselho da CNI também.

Qual é o acordo? Eles fizeram 40% do Pronatec. Eles farão mais o ano que vem, porque nós repassamos 40% do que eles fizeram com recurso orçamentário. Por que não, num momento de dificuldade orçamentária, eles aplicarem mais, eles têm 20 bilhões de poupança e uma receita de 20 bilhões por ano, por que não assumirem mais decisivamente, por exemplo, o Pronatec? Por que não pagarem as bolsas do Ciência sem Fronteiras, que o Sistema S não pagou, para citar, por exemplo, um exemplo? Não citarei todos, mas mando a lista para a senhora depois. Por que não pagar, no ano de 2016, as bolsas do Ciência sem Fronteiras? Por que o Pronatec não pode ajudar a financiar a Embrapii, que repassa todo o recurso para inovação, partindo da demanda das empresas?

Então, acho que é uma atitude muito bonita que estamos construindo. E como eles sabem fazer educação técnica profissional. Nós começamos e não estávamos nem no *ranking* da olimpíada mundial, que é o World Skills de ensino técnico profissional, e, este ano, o Brasil ficou em primeiro lugar, entre 69 países.

Por que ficou em primeiro lugar? Porque criamos 8 milhões de matrículas. Chegamos ao MEC, e o MEC era proibido de fazer ensino técnico-profissional; demos um salto extraordinário.

Vai dar para manter o ritmo do ano passado ou do ano retrasado? Não. Talvez façamos um pouco menos de matrícula, mas 1,3 milhão é um esforço imenso.

Agora, acho que a senhora tocou num ponto que é uma saída muito boa, que é o que estamos dizendo. Nós estamos investindo R$5,6 bilhões e é necessário investir. Só que só se formam, a partir da inscrição, da matrícula, 9%, 9,4% dos inscritos.

Vamos fazer EJA com ensino técnico-profissional, porque nós vamos permitir uma escolarização com a qualificação profissional, que é o que está motivando as pessoas.

Fui nas formaturas do Pronatec – não sei quais Senadores e Senadoras foram – e é uma coisa belíssima você ver aqueles trabalhadores, aquelas trabalhadoras receberem o diploma, o orgulho que eles têm, a motivação que eles têm, os depoimentos que recebemos. Lembro que fui, pelo menos na época do Governador Anastasia, a algumas. É uma parceria muito inteligente.

Então, vejo que, se fizermos isso, vamos ter muito mais recursos para o Pronatec este ano. Quanto ao Sistema S e EJA é um redesenho.

Medicina. Não houve nenhuma suspeição de favorecimento a quem quer que seja no edital da Medicina – vamos primeiro esclarecer, vi essa notinha no *Correio Braziliense*. Não houve.

O que houve foi que 100 cidade se inscreveram, foi feita a vistoria, e 39 Municípios tinham condições de abrir curso de Medicina. O que é a mudança de metodologia que fiz quando era Ministro? Agora não é mais a política de balcão, eu vou lá e peço uma faculdade de Medicina e o MEC autoriza, não.

Tem que haver cinco leitos SUS para cada estudante; tem que haver três estudantes para cada equipe da Saúde da Família; tem que haver três residências médicas pelo menos nas cinco áreas prioritárias do SUS. Depois, quem quiser disputar esse espaço, que é o campo de prática, para formar um médico, porque médico não é curso de cuspe e giz, tem que ter a vivência do hospital, terá que investir na estrutura do SUS. Então, vai apresentar um programa de investimentos.

Além disso, 101 instituições se inscreveram para disputar as 39 possibilidades. Então, há uma licitação pública. Quais eram os critérios? Melhor desempenho acadêmico.

Então, em geral, tem que ter nota quatro nos cursos que oferece, o Conselho Nacional de Saúde só aprova quando tem nota quatro; tem que ter bom desempenho acadêmico, histórico da instituição. Segundo, projeto pedagógico, o melhor projeto pedagógico.

Qual é o tema que pegou? Não é nada disso. O tema que pegou e que as três instituições que questionaram das 101, nesse momento, o edital, é a condição econômico-financeira para sustentabilidade do curso.

Para você abrir um curso Medicina, você tem que investir direto, para começar, pelo menos R$10 bilhões e tem que ter oxigênio para manter o curso, o custeio, independentemente da receita que você vai receber no futuro.

Não há nada pior no MEC do que fechar um curso. Eu fechei 200 de vestibulares, porque não tinham condições e tiraram nota um e dois. Portanto, quem não tiver mais qualidade não vai abrir, porque dar aula não é vender sabonete, tem que ter qualidade, e é obrigação do Estado regular.

Mas eu fui obrigado a fechar a Gama Filho, que era uma instituição de 40 anos. Nós fizemos o Termo de Ajustamento de Conduta na Justiça, eles não conseguiam pagar a folha, não mantinham o curso. Os alunos vieram chorar no MEC de Medicina, dizendo que estavam há três, quatro anos, e perguntando o que iria acontecer com eles.

O Senado fez audiência pública, na época era o Flexa Ribeiro o Presidente da Comissão, e eu falei que iríamos fechar, mas faríamos uma matrícula assistida. Nenhum aluno da Gama Filho ficou fora do curso com o mesmo valor que pagavam antes. Todos foram transferidos, todos estão se formando e tiveram continuidade.

Porém, a Gama Filho está no Rio de Janeiro. Qual é a chance de a gente transferir para uma pequena cidade do interior que não tenha um curso semelhante? Então, a responsabilidade do MEC é a seguinte: tem que haver sustentabilidade econômico-financeira.

Quem fez análise econômico-financeira foi a FGV, uma instituição totalmente independente e de notório saber. Ela disse: "Essa instituição tem uma relação dívida-patrimônio, tem um fluxo de caixa, tem condições ou não de assumir o curso. Se ela diz que não tem, eu prefiro ficar com FGV do que abrir um curso que depois de amanhã algum Ministro vai ter que fechar."

Então, as três instituições são pequenas e eu acho que têm uma situação econômico-financeira que talvez não dê nesse momento para fazer. Tive uma audiência com a Ministra Ana Arraes, que compreendeu inteiramente o problema. Acho que está muito motivada para resolver o mais rápido possível, porque são 39 cursos que estamos ofertando e ela está fazendo análise técnica. Respeitaremos o TCU, e tenho muita confiança de que teremos uma boa solução.

O problema básico é a sustentabilidade econômico-financeira, porque a FGV estabeleceu que quem tirou abaixo de seis no índice deles não têm condições abrir. E o questionamento é: por que não estava no edital? É verdade, poderia estar no edital.

No próximo seguramente estará. Porém, não prejudica a isonomia, porque, como ninguém tinha acesso a esse critério, ninguém ficou prejudicado. Agora, o que ela mostra lá, inclusive nessa instituição que recorreu ao TCU, é que não tem condições econômico-financeira, para abrir um curso; não tem fluxo de caixa; não tem capacidade de investimento, para sustentar um bom curso de Medicina, é só isso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ministro, quando o senhor diz que são duas pequenas instituições financeiras, o senhor está se referindo...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Não, a instituição que recorreu ao TCU é uma.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim, mas o senhor fala que a nota mais importante nessas exigências definidas pelo MEC se deve à capacidade financeira da sustentação que o senhor fala ou ela vai levar em conta as outras? Que peso terá esse...?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Não, não. Leva tudo em conta. Mandarei depois detalhadamente o edital, que foi objeto de audiência pública, sem nenhum questionamento. Todas as instituições que participaram pactuaram com aquelas regras.

O desempenho acadêmico, histórico-acadêmico é o projeto pedagógico para o curso, é o investimento que ela faz na infraestrutura, é o valor da mensalidade. Agora, ela tem que apresentar condições econômico-financeiras. Você não pode abrir um curso Medicina com alguém que não tem, porque vai virar uma Gama

Filho. Só quem está lá sabe o quanto é doloroso viver essas situações. A melhor coisa que há para um Ministro é abrir vaga; a coisa mais chata que há, mais difícil, é fechar uma vaga.

Então, tenho absoluta segurança do parecer do TCU em relação a essa questão. Todos os dados estão sendo ofertados. E mais, nós convidamos a UnB, a área de Economia da UnB, para fazer auditoria do parecer da FGV, para dizer se a análise técnico-financeira da FGV tinha rigor ou não.

Agora, só para concluir, nunca foi assim. Quando eu cheguei ao MEC, era um monte de Senadores, Deputados, Governadores, Prefeitos, empresários, pressionando para abrir ou não abrir o curso. E o Prof. Adib Jatene, por quem tenho imenso respeito e consideração, que era Presidente da Comissão de Saúde, disse-me que não poderíamos aceitar essa regra de balcão e teríamos que dizer qual era o campo de prática, como esses alunos iriam se formar. E construímos com ele essa metodologia.

O Conselho Nacional de Saúde não aceita nenhum curso que não tenha nota quatro em todas as suas avaliações. Então, acho que demos um salto extraordinário. É o primeiro edital que nós fazemos, mas acho que é republicano, transparente, vai permitir uma concorrência muito mais saudável do que aquela política oculta que nós tínhamos em que o MEC decidia se abria ou não abria, sem nenhuma transparência, sem um critério que permitisse esse debate que estamos fazendo. Então, acho que nós teremos um excelente resultado nesse ponto.

Foram muitas perguntas, só pergunta complicada.

Sobre a Ebserh. Vou deixar os dados todos aí, mas o que a Ebserh fez? Primeiro, o TCU proibiu terceirização precária paga com dinheiro do SUS. Vocês são obrigados a fazer concurso e podem fazer por CLT.

Eu sinceramente, acho que um hospital, se não for CLT, me desculpe, mas não vai funcionar bem. Há funções que têm que ser CLT. Agora, é um concurso público.

Todos os contratados, os hospitais que estão na rede Ebserh, são por concurso público e um concurso CLT. Ele é contratado pela CLT, mas é um concurso. Então, acabou apadrinhamento e a terceirização, que é o que o TCU não queria.

Segundo, esse é o lado corporativo que resiste. Vi, por exemplo, a Reitora vai vir aqui, a Maria Lucia, perguntem para ela sobre a Ebserh. Havia 44 mil horas-ano que ela pagava de adicional de hora extra, antes da Ebserh.

Acabou, porque o trabalhador não ia, era todos estatutários, tinham estabilidade, não iam. E o Estado pagava para o outro que ficava no lugar dele. Arrombavam-se as finanças do Ministério, e não se conseguia aumentar internação, cirurgia e qualidade.

Então, nós enfrentamos um corporativismo, olhando para o paciente. Lá no MEC tenho uma plaquinha na minha sala, e todos os secretários têm que ter: "Antes de decidir, pense no estudante!" E, no Ebserh, antes de decidir, pense na formação dos médicos e no paciente!

Então, isso melhorou a qualidade dos hospitais e o resultado está ali. É extraordinário o crescimento de cirurgia, o que é inquestionável. Aumentou cirurgia, internação, todos os resultados.

Segundo tema, que acho que é onde está o verdadeiro problema. Para economizar 900 milhões nos pregões eletrônicos, alguém perdeu 900 milhões. Vou dar um exemplo para vocês: prótese e órtese.

Onde apareceu o problema? No pregão da Ebserh. Foi ali que vimos que havia uma máfia, um oligopsônio de quatro empresas que impunha um preço abusivo na órtese e prótese, que virou até CPI no Congresso.

Quebramos essa estrutura, porque você faz um pregão eletrônico. Por que eu não posso comprar uma cama, um ato cirúrgico, um tomógrafo pelo pregão, se no pregão estou juntando todas as faculdades, estou fazendo uma coisa transparente, que agiliza administrativamente? Por que o sujeito quer fazer, como outro dia tive uma reunião com uma das faculdades que não entrou ainda na Ebserh, o hospital, que fez 80% das compras por emergência? Por que não adere ao pregão e compra pelo valor que estamos ofertando? Vamos comparar os preços.

Então, há uma guerra ali, mas, desculpe-me, uma parte é ideológica e corporativa; a outra é a aliança do mal informados com os mal-intencionados. Os mal-intencionados é que me preocupam, porque eles perderam 900 milhões, mas nós viemos mesmo para acabar com essa farra. Então, nós queremos eficiência na Ebserh.

Aí já passo para outra coisa: o que é criatividade, Senador Lasier, para enfrentarmos queda de recursos? Tudo bem, podemos dizer o seguinte: não queria que caísse receita; eu também não queria, eu queria que o PIB crescesse.

Se estivéssemos crescendo 7%, não teríamos problemas orçamentários. Mas nós não estamos; estamos crescendo menos dois, menos três. Temos problemas orçamentários.

Qual é a obrigação para melhorar? É fazer melhor, com mais eficiência, para gastarmos melhor o dinheiro que nós temos.

Então, por exemplo, em todos os contratos de terceirização no MEC, nós vamos cortar 20%; vamos cortar 20%. Estamos espremendo tudo. E vocês vão ver que vamos fazer a mesma coisa com menos recursos, e

vamos entregar, porque gasto público eu não vou dizer que é cabelo, porque tenho pouco, mas é unha, você tem que cortar sempre, tem sempre coisa para cortar. Então, dá para cortar, e vamos cortar.

Por que as universidades brasileiras – já falei isso para a Andifes e vou falar para o Conif... Temos 63 universidades e 40 institutos federais. Por que não fazem um único pregão para comprar as coisas, iluminação, ar refrigerado, equipamentos para laboratórios, computadores, porque essa área de TI é uma área que tem muito desperdício? Por que não fazem um pregão eletrônico e compram centralizadamente e com transparência?

Nós vamos economizar 30%, como aconteceu com a Ebserh. Vamos ganhar 30% do nosso orçamento de custeio e investimento, que é o que vai permitir administrar. Isso é criatividade.

Dou outro exemplo: energia. Fizemos no MEC um programa de consulta que teve 2 milhões de pessoas participando, para dizer como economizar, nas universidades e institutos, energia e água. Deem sugestões! Premiamos as instituições, as melhores ideias.

Em vez de comprar em baixa tensão a energia, eu compro em alta tensão e faço uma subestação. Estamos fazendo uma parceria com o BNDES, que financia esses programas de eficiência energética, com todas as universidades e institutos, e vou reduzir em 60% o meu custo de energia, que é um custo muito alto.

Por que não fazemos o Uber? Não quero discutir com taxista, quero discutir nas universidades e no MEC, e vamos ter um Uber para os carros. Então, chega de haver frota de carro, e empresa terceirizada adora frota de carro! Vamos fazer um Uber, cada um tem o horário que quer ir, e vamos otimizar o transporte nas universidades e nos institutos.

Então, nós vamos ter que ser criativos. Não é só dizer que o problema é que o Congresso não deu. Espero que os senhores votem receita e aumentem a receita dos Estados, Municípios, mas acho que temos que enfrentar esse debate.

Eu, particularmente, defendo integralmente a CPMF: é um imposto fácil de arrecadar, não dá para sonegar, pagam pessoa física e jurídica, pagam quem sonega e quem não sonega. Mas há um problema que desagrada muito que é um imposto que pega o caixa dois. Vamos falar as coisas como elas são. É muito melhor brigar contra a CPMF, porque a Receita não vai chegar ao meu caixa dois, do que pegar outra coisa seja lá o que for.

Então, acho que a CPMF é um imposto que tem várias contribuições. Tivemos ela por sete anos. E não gerou nenhuma distorção importante.

Eu sei que é duro falar de receita, mas deixe eu falar. Só passar agora para concluir.

Quanto à questão da valorização dos professores. Qual é a folha de pagamento dos professores municipais e estaduais no Brasil? São R$100 bilhões – R$100 bilhões!

O Senado votou o aumento do piso. Eu acho que hoje nós temos que tomar muito cuidado com esses movimentos, porque impomos aos Estados e Municípios uma política, sem dizer qual é a receita que eles vão ter para pagar.

O Senado falou seguinte: 5% da loteria. Quanto é 5% da loteria? 650 milhões.

Então, digam-me como é que esses 650 milhões vão pagar o aumento do piso que os Estados e Municípios não conseguem pagar hoje, não conseguem pagar. Sabe quanto aumentamos o piso salarial, em termos reais, nos últimos quatro anos? Aumentamos 45%, mais do que o salário mínimo ou qualquer salário de qualquer outra categoria neste País.

Nós partimos de um patamar muito baixo, mas um crescimento real de 45% e acham que é pouco? A receita dos Estados e Municípios não cresceu 45%. Eles estão tendo que tirar alguma coisa para puxar o piso, e também não adianta acelerarmos o piso demais e achatar a carreira, porque aí não há motivação profissional.

Agora, falo, Senador Lasier, por exemplo, do Rio Grande do Sul, um problema que eu vejo. Olhe a folha de aposentados e pensionistas do Estado e vamos ver onde está o problema da educação do Estado, porque para cada professor que está dando aula há dois aposentados em casa. Nós dávamos aposentadoria com 25 anos para a professora e 30 anos para o professor!

Então, para colocar uma professora, tem que pagar dois que estão em casa. Vamos, por exemplo, dar um bônus para quem está aposentado voltar a dar aula, pelo menos alguns reforços. Talvez consigamos encontrar uma saída, mas, se não enfrentarmos essa questão da relação que nós tínhamos...

Lembro-me votando contra mudar a lei. Eu era professor e fui cobrado. Fundei a Andes; fui vice-presidente da Andes; fui sete anos Presidente da PROPPG; fui presidente da associação dos docentes. Agora, é um absurdo eu professor universitário me aposentar com 30 anos, e um pião da construção civil, que sobe andaime, precisar de 35 anos, ou, na linha de produção, com uma enxada no campo precisar de 35 anos.

O Senador Valadares votou comigo naquela época – acho que só nós dois somos daquela época aqui –, votamos favoráveis à mudança da regra. Mantivemos ainda alguma coisa para ensino fundamental, no ensino básico, mas vejo que há um problema grave que é a folha de aposentados e pensionistas. Não cuidamos desse problema, e hoje está arrebentando as finanças dos Estados mais antigos.

Tocantins ainda não tem esse problema, Donizeti, porque ainda é muito novo. Você abre o olho e vai ver o que vai acontecer! Vi governador fazendo cabo virar coronel, e o Rio Grande do Sul tem 300 coronéis da brigada aposentados para 27 na ativa. Como é que o Estado melhora a segurança?

Acho que nós precisamos discutir isso com profundidade. Não há solução simples. E não adianta dizer que o MEC vai cobrir.

Como é que o MEC vai cobrir uma folha de 100 bilhões se todo o nosso orçamento não chega a esse valor? Porque o dinheiro não fica no MEC. Ele é repassado ou para as universidades, mas, principalmente, para a rede básica; mais de 64% do nosso orçamento vai para Estados e Municípios, é repassado, só que tentamos repassar induzindo a qualidade olhando para o que é prioridade.

Sobre escola em tempo integral. Estávamos dando escola em tempo integral para 61 mil escolas. Só que o que estamos olhando? Senador, 28 mil escolas representam 70% do problema de não aprender a ler, a escrever e aprender matemática.

Ou priorizamos essas 28 mil escolas ou estaremos fazendo um *apartheid* educacional no Brasil. Onde estão essas escolas? Na pobreza das grandes cidades, no Semiárido nordestino, no interior da Amazônia, é ali que estão. Metade dessas escolas estão no Nordeste brasileiro.

Então, vamos ter que olhar com outro olhar o desafio da aprendizagem da leitura. Mostrei os dados para os senhores. Há Estado em que 85% das crianças não aprendem a somar e dividir até 8 anos de idade; há Estados em que 60% não aprendem a escrever um texto elementar, que deveria aprender até os 8 anos.

Então, a base nacional comum e a ênfase... Nós vamos integrar todos esses programas para poder focar naquilo. Vou repetir: se a criança não aprender a ler, ela não vai ler para aprender depois.

Só para terminar, prometo. Sobre o fechamento das escolas em São Paulo. Em geral, sou muito cuidadoso em falar da rede alheia, porque eu tenho que trabalhar pactuando respeitar, principalmente quando há qualquer tipo de possível divergência partidária, porque, se o Ministro da Educação começar a usar o MEC, para fazer palanque partidário, nós vamos dar com os burros n'água.

Vou repetir. Acho que temos que tratar educação como uma questão suprapartidário e política de Estado. Acho que Pátria Educadora não deveria ser o lema desse Governo, tinha que ser pela próxima década, porque nós temos um atraso histórico e um desafio monumental, e nunca seremos um país desenvolvido, se não resolvermos essa questão.

Então, fecharam 96 escolas em São Paulo. Do ponto de vista pedagógico, Senadora Simone, não vejo problema em você separar por faixa etária. Talvez até faça sentido.

Agora, quanto ao problema da mobilidade em São Paulo, os pais têm problema de, se não escolhem a escola mais perto de casa, vão ter problema de transporte. Então, há uma questão para ser ajustada e mediada.

Do ponto de vista pedagógico, eu acho que até é recomendável que você tenha faixas etárias específicas, ou seja, colocar uma criança, por exemplo, que está na alfabetização convivendo com um menino que está no último ano do ensino médio, isso não é recomendável do ponto de vista pedagógico. Agora, como fazer essa transição, é muito delicado no momento em que há essa coisa toda.

Sobre as crianças de quatro, cinco anos, eu mostrei ali, Senador Lasier, o nosso esforço. Nós fizemos cinco programas para repassar recurso para os prefeitos, que vão ser pressionados pelo Ministério Público, para colocar 700 mil crianças que não estão na pré-escola hoje, e não têm dinheiro para isso, muitos Municípios não têm. Então, o MEC está fazendo um mutirão para resolver isso.

Não havia esse recurso no orçamento, e demos prioridade a isso. São 5 módulos. Vou abrir rapidamente, está logo no comecinho.

Esse é o primeiro módulo. São 96 crianças a mais, gastando R$229 mil. Eu faço um cômodo a mais com a mesma qualidade pedagógica nas creches tipo B; nas creches tipo C, eu ponho 48 crianças a mais, gastando R$175 mil, nós pagamos integralmente essa construção. Quem não tem um modo de educação infantil cria um modo de educação infantil, pode colocar até 96 crianças, e nós pagamos R$273 mil; quem apenas tem uma escola pode criar um espaço específico, e nós pagamos R$260 mil.

Então, nós fizemos um esforço grande no MEC, estamos fazendo, para ajudar os prefeitos. E o Senado tem que acompanhar essa questão, porque votamos uma meta, e não se dão os recursos necessários... Eu acho que não deveríamos retirar a meta agora.

Temos 2016 inteiro. Vamos trabalhar para tentar atingir a meta. Não podemos sair criminalizando o gestor público.

Os prefeitos daqui a pouco estão enquadrados na Lei de Responsabilidade Fiscal, porque pagaram o piso. Se não pagaram o piso, estão enquadrados no Ministério Público, porque não cumpriram o piso. Se ele cumpriu o piso, não consegue fazer a creche, e está enquadrado na Lei de Responsabilidade, porque não cumpriu a lei de colocar todas as crianças.

Enfim, estamos criminalizando os gestores, sem dar condições para que eles cumpram as coisas. Então, é fácil estabelecer uma meta, e deixar o outro cumprir. Nós precisamos ser parceiros na busca dessas soluções dos gestores municipais e estaduais, e o nosso Governo vai ser.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – O.k.

Eu preciso só administrar aqui, porque vimos que o Ministro voltou com muito entusiasmo... (*Risos.*)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Voltei mesmo!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ele só não respondeu sobre a questão das greves.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Só um momentinho.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Apagão de professores e greve. Só esses dois comentários.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – O.k.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Onde estão os problemas? Matemática, física e química. É um problema muito mais profundo.

Há um problema cultural. Por exemplo, o Brasil adora humanidades, e tem pouca motivação para ciências exatas. Se pegarmos alguns países da Ásia, eles têm motivação muito maior para ciências exatas, e há muito menos ênfase para humanidades. Na China, por exemplo, a pessoa só pode fazer uma vez o exame tipo Enem deles, na vida; entrou, entrou; se não entrou, nunca mais.

Eu vi o filme sobre a hora que o jovem vai fazer o Enem. A família chora, se abraça, vem o avô, o tio, o primo, todo mundo. Aquele negócio é tudo ou nada na vida deles.

Eles estão com 9 milhões de participantes, nós estamos com 7 milhões – uma diferença pequena. Eles têm 1,4 bilhão de pessoas, e nós temos 200 milhões. Nós deixamos fazer quantas vezes quiserem.

Este ano caiu o número de ausentes para 25%. Nós só suspendemos o Enem onde a Defesa Civil, a Secretaria de Educação do Estado falou que não havia condições. Só duas cidades em Santa Catarina, Rio do Sul e Taió, e uma escola no Pará, porque caiu a luz, e não se conseguiu fazer voltar em tempo.

Então, no Rio Grande do Sul não houve essa demanda específica, parou de chover no final de semana, e foi mais fazer o exame. Em Santa Catarina havia inundação das escolas. Foram as duas cidades mais duramente atingidas.

Então, precisamos olhar a formação em química, física e matemática. A olimpíada de matemática está ajudando muito a matemática. Quanto à física e química, há mais dificuldade.

Acho que precisamos fazer um programa para estimular, quero ser cientista, desde o ensino médio. Pegar os melhores alunos, dar uma bolsa, fazer parceria com as universidades, começando a alimentar, para termos mais gente nessas áreas das ciências exatas. Acho que vamos ter que trabalhar, o buraco é bem embaixo.

Sobre as greves, gostaria de dar um quadro para vocês e vejam se não precisamos discutir isso. Em 2015: Acre, 62 dias de greve a rede pública; Amapá, 61; Distrito Federal, 52; Goiás, 82; Mato Grosso do Sul, 14 dias de greve; Pará, 72 dias de greve; Pernambuco, 60 dias de greve; Piauí, 80 dias de greve; Paraná, 45 dias de greve; Roraima, 70 dias de greve; Santa Catarina, 16 dias de greve; Sergipe, 36 dias de greve; São Paulo, 92 dias de greve; Tocantins, 83 dias de greve.

Nas capitais: Florianópolis, 23 dias; Goiânia, 38 dias; Macapá, 47 dias; Maceió, 22 dias; Porto Velho, 8 dias.

Universidades federais. Em 2012, sentei na cadeira e começou uma greve. Desta vez, pelo menos, sentei na cadeira e acabou a greve. Agora, melhorou a minha vida para caramba, ainda mais, porque sentei lá e tinha sido vice-presidente da Andes, fundador da Andes.

Publicaram um artigo meu que tinha saído na *Veja* na época. A *Veja* na época publicava artigo meu. Chamava-se "O feijão e o sonho", que falava sobre a greve.

Tivemos os docentes, em 4 anos, 8 meses e 15 dias de greve; então, 17,8% do tempo dos estudantes foi em greve. Servidores técnico-administrativos, nos 4 anos, 10 meses e 8 dias de greve; 21,4% em greve. Institutos técnicos federais, em 4 anos, 9 meses e 6 dias de greve; 19,2% em greve.

Se eu pegar a folha de pagamento, que é mais ou menos 7,2 bilhões, vamos colocar que 70% fez greve, são 5 bilhões que eu paguei de salário, o Estado brasileiro pagou, para os alunos terem aula, num país em que a educação é um grande desafio, em que nós precisamos formar gente o mais rapidamente possível, porque falta mão de obra em algumas áreas, porque estamos qualificando, nós perdemos R$5 bilhões de salário que foram pagos, e o serviço não foi prestado.

Eu fiz greve, fui dirigente de associações de professores e acho que é um direito fundamental o direito de greve, mas nós precisamos discutir algum acordo sobre isso. Falei para CNTE, para as entidades, precisamos fazer um acordo sobre direito de greve e educação, porque no hospital não acontece isso, porque as pessoas

morrem. Na saúde, as pessoas têm dor. Agora, na educação ninguém sente dor, a ignorância não dói, ela vai ficando, e ninguém sente.

De repente, como vamos continuar com esse ritmo? No caso dos professores universitários, me desculpem. Eu fiz um acordo, em 2012, que foi 25% na média a 45% de reajuste salarial, o melhor reajuste de todos os servidores federais, e acho que foi o melhor do Brasil, porque o setor privado não dá reajuste desse tamanho como nós fizemos.

Como é que depois você tem uma outra greve dos técnicos administrativos, dos trabalhadores da educação, que foi o segundo melhor reajuste, junto com os militares, em 2012? Aí, no ano seguinte há greve, no outro ano há greve, e há 3 ou 4 meses sem greve. Tudo bem, professor faz tese, melhora a produção acadêmica, tudo isso ele tem que fazer, mas ele tem que dar aula.

A universidade existe para isso. A razão de ser não é pagar salário, mas dar aula. Todo mundo sabe a dificuldade financeira que o Estado brasileiro atravessa.

Há 690 mil trabalhadores demitidos este ano. Como é que eu posso fazer 120 dias de greve? Como essas crianças ficam três ou quatro meses de greve?

Elas nunca mais vão aprender o que elas não aprenderam neste período. "Ah! Mas existe reposição!" Não é a mesma coisa acumular matéria. Segundo, o que ela perdeu ela perdeu para o resto da vida, aqueles dois ou três meses nunca mais serão repostos.

O que estou fazendo aqui... E já estou numa idade da minha vida em que não vim, para fazer média. Sinceramente, não estou no MEC, para fazer média, não estou preocupado com o que estão falando.

Acho que é preciso diálogo. E não é com medidas autoritárias que vamos resolver isso. É preciso chamar as entidades sindicais e fazer um acordo, precisamos ter um método.

Tem que haver direito de protestar, de parar. Mas quem tem estabilidade e recebe o salário por que não vai fazer greve? Vai para casa e continua recebendo o salário, vai fazer o que quer.

Então, acho que esse é um tema que precisa ser discutido, sim. Acho que o Congresso Nacional precisa discutir isso com maturidade, com diálogo. Não estou pedindo aqui para acabar com o direito de greve, mas criar um procedimento, um pacto em relação a como se exerce esse direito, principalmente quando estamos falando de crianças que não têm nenhuma forma de se defender, ficando três, quatro anos com as dificuldades que nós temos na qualidade de ensino no Brasil.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Srª Presidente. O Ministro talvez não tenha entendido a minha colocação, e gostaria só de uma complementação da parte dele, que acho importante.

Estou muito satisfeita com a preocupação que o MEC está tendo em relação a essa questão de integrar, controlar gastos, uma política de gestão eficiente, tornar cada vez mais eficiente o pouco que se tem dentro do orçamento do Ministério da Educação. Eu só queria reforçar – e senti um pouco falta na fala de V. Exª e agora se confirmou – a questão da valorização do professor. Quando estamos falando de valorização do professor, nós não estamos falando de aumento salarial, é importante que se diga isso.

São 100 milhões que se gastam com a folha de pagamento dos professores. Concordo. Isso quem paga são Estados e Municípios que têm dificuldade.

O Congresso tem uma responsabilidade muito grande de não aumentar ainda mais os gastos dos Estados e Municípios, mas nós não vamos conseguir avançar em absolutamente nada no que se refere à educação, pelo menos não avançar mais do que nós já avançamos, se nós não valorizarmos o professor naquilo que ele mais precisa, porque não é só o piso que é vergonhoso, sim, Ministro. Estamos falando de R$1,917 mil, e o próprio PNE fala – não sei se é a meta 17 – que nós teremos mais três ou quatro anos apenas, até 2020, menos do que isso, 2019, para podermos equiparar o salário do professor ao mesmo nível do profissional do mesmo nível, e nós estamos um pouco longe disso.

Bom, essa é uma questão que temos que trabalhar em conjunto. O Congresso Nacional está à disposição do Governo para solucionar. Mas o que eu sinto – e esse é o grande problema – é como resolver o problema da qualidade desse professor, como estamos preparando esse professor em sala de aula, o que nós estamos fazendo para ter universidades focadas numa licenciatura realmente plena que prove, que dê ao aluno, às crianças, um professor com capacidade de formar.

Então, quando falamos em valorização do professor, estou falando de aumento salarial, sim, mas também estou falando em meritocracia, em pós-graduação, em educação continuada para esse professor. E aí, sim, o MEC precisa auxiliar os Estados e Municípios neste sentido.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Bem rapidamente. Eu tinha falado isso na minha apresentação inicial, mas, só para esclarecer, porque é um tema muito relevante. E todos estão preocupados com isso.

O salário do professor no Brasil é muito baixo, principalmente na rede básica, muito baixo. O que eu disse é que, nos últimos quatro anos, nós aumentamos 45% acima da inflação e que nenhuma categoria teve

esse crescimento, nem quem ganha salário mínimo. Então, houve o esforço e o reconhecimento muito grande – prefeitos, governadores e Governo Federal estão num esforço de melhorar numa folha que tem o impacto de R$100 bilhões.

Então, não quero dizer que não é baixo, mas que estamos fazendo um esforço muito grande para recuperar. Agora, Senadora, só 50% dos professores da educação básica têm a formação superior compatível com a disciplina que eles lecionam. Metade não têm.

Então, o que estamos fazendo? Noventa mil bolsas do Pibid, para que ele possa fazer uma aprendizagem na escola pública. Problema: nós damos 90 mil bolsas, e só 18% desses estudantes de pedagogia e licenciatura estão virando professores no final do processo. Temos que vincular essas bolsas à aprendizagem, porque hoje não há nenhum compromisso de aprendizagem; é um projeto individual dele e do curso que ele faz, está muito centrado no Sudeste isso.

Parfor. São professores da rede básica que estão fazendo a graduação, ou mestrado profissional, ou curso de pós-graduação nas universidades federais. São 79 mil professores hoje que estão fazendo o Parfor. São 99 turmas especiais, 2,4 mil turmas em que estamos fazendo exatamente isto, a formação continuada, principalmente no Nordeste e Norte. Temos a Universidade Aberta, com 367 cursos, em mais de 81 instituições públicas, com 372 mil vagas, 117 ativos, 48 se formaram e 30 estão se formando.

Então, o que estou dizendo é o seguinte: há um esforço, especialização, licenciatura, mestrado profissional. E a discussão de carreira que o MEC – está aqui o Binho, que está coordenando isso, está montando um *software,* uma assessoria, para discutir a carreira, porque tem dois anos para discutir – é exatamente a carreira que avance com a valorização, que não é só salário, é também salário.

Por último. No Dia do Professor eu fui visitar uma escola no Piauí, em Cocal dos Alves, uma cidade que tem menos de 6 mil pessoas, mais exatamente 5,7 mil habitantes. A escola ganhou 150 medalhas na olimpíada de matemática, e, no passado, mais três medalhas de ouro.

A chance de uma escola dessa receber três medalhas de ouro é uma sobre 347 mil, usando um cálculo probabilístico. Ela teve o melhor desempenho pelo Ideb das escolas nessa faixa da pobreza, 80% dos estudantes da Escola de Cocal dos Alves estão entrando no Enem nas universidades federais.

Eu fui lá pelo seguinte, o salário é o mesmo, as condições materiais melhoraram muito, nós até inauguramos uma sala poliesportiva, alguns laboratórios e tal, mas não é nada excepcional. Os estudantes estão lá no Semiárido, na pobreza.

O que faz a diferença? Ali havia um professor da universidade federal, que é da escola, matemático de excelência, que foi lá, formou uma equipe e um professor, o Amaral – e eu até dei uma plaquinha no Dia do Professor para ele, simbolizando todos os professores –, dedicou-se à matemática, mobilizar para as olimpíadas da matemática. Metade dos alunos são egressos da escola. Então, eles têm um amor pela escola, a escola ganhou autoestima e cresceu, e todos os indicadores da escola são espetaculares.

Eu quero ver depois, no Mato Grosso do Sul, espero que a senhora vá comigo. Hoje vou à Bahia e, amanhã, ao Ceará. Vou visitar todas as melhores escolas, Estado por Estado, e chamar a atenção para o fato de que a educação também é uma atitude educadora; é salário, são condições materiais, mas tem que ter uma atitude, tem que ter amor por aquilo que se faz.

Nós temos que motivar, premiar, reconhecer e dar visibilidade àquilo que está acontecendo, às melhores experiências educacionais na rede, para inspirar o conjunto da rede. Não dá para ficar o tempo inteiro: "Coitadinho do professor!", e é mesmo, ganha pouco, trabalha muito, é uma profissão sacrificada, mas, apesar dessas condições, é possível fazer melhor, vamos fazer melhor, porque é disso que o Brasil precisa, e vamos continuar lutando para melhorar as condições tanto da formação acadêmica, da formação continuada. Por exemplo, para o alfabetizador, nós damos 300 mil bolsas de estudo para fazer os formadores, que são os professores alfabetizadores, com 18 mil professores universitários trabalhando para melhorar a formação continuada deles.

Então, tem que haver tudo isso, mas tem que haver uma atitude educadora permanente e chamar a atenção de que é possível isso.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Ministro, com certeza esse tema da valorização dos profissionais de educação será objeto ainda aqui de reflexão e de pergunta dos demais Senadores. Nós temos, Senador Donizeti, uma lista ainda grande, há nove Senadores e Senadoras inscritos. Em face do horário avançado, vamos propor agora ouvir todos os Senadores, e o senhor vai anotando e, ao final, o senhor se coloca.

Quero mais uma vez dizer aqui que o Senador Cristovam manda mais um bilhetinho, pedindo desculpas e compreensão, é que ele não conseguiu chegar até aqui, porque continua presidindo o seminário sobre energia nuclear na Comissão de Ciência e Tecnologia.

Antes de passar a palavra ao Senador Telmário, Ministro, queria só dar conhecimento a V. Exª que, junto ao Senador Cristovam, Senadora Simone, Donizeti e outros, apresentamos um requerimento para criar uma Subcomissão Permanente de Financiamento de Educação Básica aqui no Senado, para que possamos nos debruçar sobre esse tema, dando nossa contribuição a tudo isso que nós estamos discutindo aqui: desafio grandioso que é ter o financiamento suficiente para realizar as metas do PNE, destacando aqui, inclusive, o que a Senador Simone pontuou, as Metas 15, 16, e 17, que tratam da política de formação, da carreira, da jornada, da remuneração salarial.

E lembro, Senadora Simone, que a Meta 17 não é para ser cumprida daqui a dez anos. Nós apresentamos uma emenda à época que antecipou, tem data para acontecer, no prazo de seis anos. E um ano já se foi. Bem como as outras metas de expansão.

E também, Ministro, considerando ao lado do desafio de termos financiamento adequado, Senadora Ângela, para garantir as metas do PNE, inclusive o novo piso com toda a sua política de formação, há um outro item aqui que o Brasil inteiro está de olho, que é o Fundeb, que termina em 2020. Evidente que todos queremos a permanência do Fundeb. E ele vai permanecer.

Mas queremos não só defender a permanência do Fundeb como também aproveitar para tratar da ampliação do Governo Federal com respeito à participação financeira. É preciso, através do Fundeb, a gente fazer um novo pacto federativo entre o Governo Federal, os Estados e os Municípios, e ampliar a participação financeira do Governo Federal frente aos Estados e Municípios.

Então, antes que o senhor me pergunte: "E de onde vem o dinheiro, Fátima?" Eu vou dizer: essa subcomissão é exatamente para pensar sobre isso. Por que não apresentar uma emenda à emenda da CPMF para carimbar parte desses recursos para a educação? Vamos propor esse debate aqui; vamos, sim; vamos propor o debate da CPMF, uma emenda para que parte dos recursos da CPMF, assim como há o debate da saúde, seja destinada.

Vou concluir. Outra coisa, Senador Randolfe, por que não insistir na ideia do imposto sobre grandes fortunas, e não carimbar, consignar que parte desses impostos venha para financiar o presente e o futuro do País, que é financiar exatamente o Plano Nacional de Educação?

Quero deixar aqui até para o debate dos demais membros: estamos apresentando o requerimento para a criação de uma subcomissão permanente com foco para pensar alternativas de financiamento para a educação básica. E nós queremos trabalhar rápido e, até o final do ano, apresentar nossas sugestões.

Com a palavra o Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Srª. Presidente, muito obrigado.

Como somos nove Senadores para falar, faremos de forma muito rápida, o que facilita as respostas do Ministro Mercadante, que aqui cumprimento e por quem tenho muito carinho.

Como agora, na ordem, V. Exª estava falando, a Senadora Regina, do nosso Piauí, professora, que tem toda a autoridade de abordar o assunto – e que há muitos, o Cristovam é pai da educação; você, mãe; a Ângela é diretora. Então, aqui é uma escola inteira. (*Risos.*)

Eu sou o segundo a falar.

Precisamos dar celeridade, porque o Ministro vai viajar, temos outro compromisso, e o tema é muito importante.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Srª Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro, vou também ser breve, porque muita coisa já foi dita.

Eu quero me aportar à Meta 5, que trata da alfabetização até oito anos de idade. Eu entendo, com a experiência de professora de alfabetização à universidade, que aí reside a solução de alguns problemas. Por exemplo, não produzir a longo prazo novos analfabetos, adultos analfabetos.

Se a gente cuida desses meninos até o quinto ano, não serão analfabetos no que diz respeito a letramento. Podem até ser em tecnologia, em outras coisas, mas se eles aprendem a ler, escrever e calcular nesses anos iniciais, eles nunca mais serão analfabetos, ainda que abandonem a escola. E dificilmente abandonarão, porque tomarão gosto por isso.

Então, essa meta não pode esperar até 2024. Ela está aqui de forma muito genérica. Precisa-se dizer que, daqui a dois, três anos, a gente tem que sentir o resultado dessa meta, porque vai resolver daqui a anos a questão do adulto.

E essa é outra experiência que tive em relação a adultos. Eu tinha uma angústia muito grande, porque os adultos se matriculavam para serem alfabetizados e, na metade do ano, saiam. E, no ano seguinte, eram matriculados os mesmos adultos.

Isso é generalizado: os mesmos se matriculam todos os anos, daí o dado de 9% posto pelo senhor. De certa forma está-se jogando um dinheiro fora. Então, precisa-se repensar.

Essa ideia de aliar o Pronatec vai ser bom para melhorar os índices, mas há a questão também da formação dos professores. E falo também por experiência, a gente não aprende a ensinar nos nossos cursos de licenciatura. Faz tempo que fiz, estou com 65, faz tempo que sai da universidade, mas sei, por família, que não se aprende a ensinar.

Essa é a preocupação. Aprende-se o conteúdo, mas não é só saber conteúdo, insisto nisso. Já falei sobre isso quando o Ministro Janine esteve aqui.

Tem que haver a formação de como ensinar. Talvez seja por isso que o pessoal de Cocal dos Alves sabe como ensinar matemática, porque aqueles meninos pedalam 7km, meninos mirradinhos, de oito, nove anos de idade, indo para a escola de ensino fundamental, e os irmãos para o ensino médio. Todos muito interessados, porque todos eles querem uma medalha no futuro.

Também em Teresina, eu visitei, na semana passada, uma escola de tempo integral. Lá há, pelo menos, cinco escolas que já atingiram o Ideb de 2020. Visitei a Didácio Silva, na semana passada, e vi a paixão que aqueles meninos têm pela escola. Às cinco horas da tarde, os meninos não querem ir embora, ficam enrolando. Então, há um mistério. Podiam tentar fazer uma jornada com esse pessoal que se dá bem, que consegue ter resultado, visitando outras escolas para incentivar, porque há um mistério ali. O pessoal diz que a água de Cocal dos Alves que os meninos bebem é diferente.

Em Teresina, em Piripiri, em Campo Maior, também há escolas que já atingiram o Ideb de 2020. Então, é preciso saber o que acontece. Agora, acho que tem muito a ver com a formação, a questão do aprender a ensinar também.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada, Senadora Regina.

Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidenta Fátima, Ministro Mercadante, Secretário Luiz, eu fiquei muito animado com a parte da exposição que assisti, com as respostas que o Ministro Aloizio Mercadante já nos deu aqui.

Penso que uma coisa é certa: para cuidar de gente, é preciso gostar de gente. As escolas têm o melhor desempenho – todas que já conheci até hoje –, porque há uma dedicação, além da remuneração que os professores recebem, e a comunidade escolar se envolve.

Pensando nisso, apresentei um projeto de lei que está aqui em tramitação, que é uma espécie de Lei Rouanet para a educação, de forma que as associações de pais e mestres, através de projetos, possam captar recursos do Imposto de Renda para ajudar a resolver aquele problema da pequena reforma, do computador, da manutenção, etc. Esse projeto está em tramitação aqui, na Comissão. Ainda não houve um diálogo com o MEC sobre isso, mas gostaríamos de conversar.

Por fim, eu penso que avançamos muito. No dia em que tomei posse aqui, eu fiz um discurso no qual eu perguntava: que Brasil nós queremos construir nos próximos 30, 50 anos? Quanto custa esse Brasil que queremos construir? Como vamos construir esse Brasil? Quem paga a conta? E aí vamos nos dar conta de que fazemos política.

É certo que hoje temos o Plano Nacional de Educação, que é um planejamento de longo prazo, mas trabalhamos com o PPA, que é um plano de quatro anos. É exatamente uma política de governo, não dá para ser uma política de Estado. Nesse sentido, também entramos com uma emenda para o art. 165, que obriga o Poder Executivo a fazer planejamento estratégico de longo prazo, com visão mínima de 20 anos. E aí o Ipea me trouxe outra proposta mais bem acabada que a minha, e também entrei com ela, que está em tramitação. Eu acho que é isso, precisamos de planejamento.

O Plano Nacional de Educação – o Presidente Lula tem nos chamado a atenção internamente, no Partido, para que debatamos isso – é um bom caminho, mas esbarramos na questão do financiamento. Precisamos responder a isto: que educação queremos, quanto custa e quem paga a conta, porque o dinheiro existe e está em algum lugar. Precisamos buscá-lo para investimento no futuro do nosso País, porque a educação é o caminho.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada, Senador Donizeti.

Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Eu mudei de posição, porque o Senador Donizeti é alto, eu sou muito baixinho e não estava olhando o Ministro Mercadante.

Primeiro, quero parabenizá-lo, Ministro, e dizer que V. Exª falou uma coisa interessante. Hoje, sem nenhuma dúvida, V. Exª é uma das pessoas mais bem preparadas para esse grande desafio. O senhor é um homem que conhece, como ninguém, o Estado brasileiro, que conhece as suas entranhas, a parte financeira, econômica, estrutural. Então, tudo o que a educação precisa e necessita V. Exª saberá buscar.

Quanto ao financiamento, sem nenhuma dúvida, é por isso que sou contra essa questão de a Petrobras fazer a entrega do nosso pré-sal. Acho que, sem nenhuma dúvida, é uma fonte perene que pode fortalecer todas essas metas que são previstas hoje para a educação. Não tenho nenhuma dúvida de que V. Exª vai estar ali, com uma equipe preparada, para buscarmos isso que é tão importante. Não há como; em todo país, em toda nação, em toda sociedade, a única escada do desenvolvimento é a educação. E V. Exª está preparado.

Eu fiquei mais feliz quando V. Exª disse: "Olha, não preciso mais fazer média com ninguém." Então, também sai dos ombros de V. Exª essa carga da política, do ceder pela pressão. V. Exª traça essa meta. Conte sempre com o meu apoio. Em nível nacional, eu tinha que lhe dizer isso.

Agora, deixe-me voltar para a minha terrinha, porque eu preciso deste momento, que é ímpar. Não sei se a Senadora Ângela já falou, mas ela tinha me pedido para ser advogado dela hoje. Eu sempre advogo para a Senadora Ângela, porque ela foi, sem nenhuma dúvida, uma das grandes responsáveis por eu estar aqui hoje. Devo muito à querida Senadora.

Ela tem um projeto muito importante, que é o Instituto Federal Indígena, o primeiro do Brasil. Esse projeto está parado. Ele é da maior importância para o nosso povo, pois 18% do eleitorado de Roraima – 60 mil, numa população de 500 mil – são indígenas. É nesse sentido que quero também conversar com V. Exª. Preste atenção.

O meu Estado de Roraima hoje – e eu queria que V. Exª anotasse esse número, Ministro, que é importante – tem 382 escolas estaduais, das quais 255 são indígenas e 127 não são indígenas. E aí vamos aos números: 74.431 alunos, 14.161 indígenas, 60 mil não indígenas. Vamos à proporção: se você dividir 60.170 alunos por 127 escolas, há 473 alunos por escola. Uma média boa, que não é indígena. Agora, a indígena: há 255 escolas e só 14.161 indígenas, ou seja, 36 alunos por escola, enquanto para os não indígenas dá quatrocentos e poucos. Aí o Estado não suporta. Por isso, essa greve.

Hoje o nosso Estado virou estado de sítio. Hoje os índios fecharam a estrada que sai de Roraima para a Venezuela, a 174, que vai ao Município de Pacaraima, fecharam a que vai para Manaus e fecharam a que vai para a Guiana Inglesa. Os professores indígenas, que estiveram em greve um dia desses e que fizeram um acordo, voltaram agora à greve, não indo à frente do Palácio, não indo reivindicar, mas fechando as estradas. Estão fechadas as estradas. O Estado todo está fechado, porque o Estado não tem como suportar essa demanda e as necessidades deles.

Qual é o nosso pedido, Ministro? Que estudemos um Fundeb de forma especial para as comunidades, que possa dar suporte a essas reivindicações e a essas demandas de muitas escolas, ou, então, a federalização da educação indígena, como é feito hoje na saúde indígena, que está federalizada. Se fizessem a federalização indígena também, isso nos ajudaria muito e descarregaria muito o Estado nesse sentido. Queria, então, fazer esse apelo.

Quero parabenizá-lo. Sei aqui que a Senadora Fátima e a Senadora Simone já o fizeram pelo tema do Enem, sem nenhuma dúvida, um tema revolucionário, num momento muito próprio. Quero também parabenizar o Ministério por isso, na pessoa de V. Exª, e dizer que sou um dos que acreditam profundamente que V. Exª é o homem para fazer a nossa Pátria educadora.

Conte comigo. Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – O Senador Telmário tem sido muito atuante nesta Comissão, Ministro.

Passo a palavra ao Senador Benedito de Lira e, em seguida, ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Quero cumprimentar nossa prezada Presidenta Fátima, caro Ministro, Dr. Luiz Cláudio,também os técnicos do Ministério e as Srªs e os Srs. Senadores.

Ministro Mercadante, quando se fala em ensino público, fico muito feliz, porque, durante toda a minha vida acadêmica, fui aluno exclusivamente do ensino público. Quando fui estudante naquela época, não havia a modernidade que há hoje, era o curso primário. E, quando o aluno chegava à segunda série primária, ele já sabia ler, escrever e já conhecia as quatro operações. Eu fico triste hoje, porque, no meu Estado, por exemplo, vejo alunos da 7ª série que não sabem escrever e não sabem ler.

Ministro, durante muito tempo, este País se preocupou muito mais com o ensino superior do que com o ensino básico e com o ensino técnico. Houve um avanço no ensino técnico recentemente, a partir do governo do Presidente Lula, que autorizou, de uma só vez, a construção de mais de 500 escolas técnicas, que hoje são os institutos federais de educação. Eu digo isso porque também fui aluno da escola técnica do meu Estado. Formei-me na escola técnica. Meu segundo grau foi na escola técnica.

Eu gostaria de lhe fazer um apelo, até porque sei da sua vontade e, ao mesmo tempo, do grupo técnico que o cerca: dê mais ênfase, Ministro, ao ensino técnico para que o jovem, ao sair da escola, saia qualificado para enfrentar o mercado de trabalho.

Eu me lembro muito bem de que, quando eu terminei o meu curso, outros colegas chegavam ao mercado de trabalho para concorrer a uma vaga, e o dono da empresa ou os recursos humanos perguntavam: "O que você sabe fazer?". E aquele que tinha apenas tido a aprendizagem acadêmica dizia: "Não sei nada". O ensino técnico não só prepara para a vida, como também prepara para enfrentar a universidade.

Esse é um apelo que eu faço a V. Exª para dar também mais ênfase ao ensino técnico no País. Pode-se dizer que há o Pronatec, mas o Pronatec dá uma formação rápida, com cursos de 200, 300, 50, 80, 100 horas, para a formação de pessoas para determinadas faixas de emprego.

Na minha concepção, Ministro, o senhor já fez um comentário muito bom com relação à escola de tempo integral. Eu sei perfeitamente que isso demanda muitos recursos, porque é preciso fazer uma reformulação total. Aí vem o Mais Educação. Certo dia, eu perguntava ao Secretário de Educação do meu Estado por que não começava a preparar as escolas para ter ensino de tempo integral. Primeiro, porque você dava uma formação diferente ao garoto, à criança, ao adolescente e, ao mesmo tempo em que o tirava da rua, ele passaria de 7h da manhã até 5h da tarde na escola não só se preparando academicamente, mas recebendo outros ensinamentos. Ele sairia dali e, ao chegar a casa, não daria mais trabalho aos pais, ficaria em casa. Numa conversa que tive também no FNDE, disseram-me que havia necessidade de reformulação das escolas e esse era o maior investimento.

Eu sei perfeitamente que nós estamos passando por dificuldades, porque também a educação não se faz de um dia para a noite, mas é preciso que se faça uma programação. É como o senhor acabou de dizer – eu gostei muito dessa sua afirmativa –, a educação não deve ser projeto de governo, mas sim programa de Estado, porque quem chega terá que dar continuidade. Assim, nós poderemos alcançar os objetivos que todos desejamos.

Foi feito um comparativo entre o Brasil e a Coreia do Sul. É preciso também que se faça a comparação entre a dimensão dos dois países, o tamanho do nosso e o tamanho do deles. Agora, na verdade, houve e há investimento nessa área. E todo país que faz investimento nessa área, maciçamente, tem resultados.

Vem aí a grande pergunta: onde se vai buscar o dinheiro? Há a CPMF, de que estamos em análise. Eu dei uma sugestão e estou cobrando todos os dias, inclusive cobrei hoje do meu querido companheiro e amigo Presidente da comissão especial que trata da Agenda Brasil: os jogos de azar. Por que não regulamentar, com certa urgência, esses jogos? Eu tenho estatística, por exemplo, de mais de 194 países que têm a regulamentação dos jogos e que têm uma renda considerável para os cofres públicos. No Brasil, por exemplo, não existe. Há algumas restrições? Sim, tem que haver. A CPMF também é um projeto polêmico, mas teremos que analisar.

Se nós não pensarmos no futuro desses jovens, logicamente o que nós estamos fazendo aqui? Eu disse, certo dia, que estamos aqui em determinadas disputas, mas já acabou a eleição. Quando a eleição termina, desarmamos o palanque. Vamos cuidar da responsabilidade que cada um tem para com essa atividade.

Outra coisa, por exemplo, o senhor fez observações no que diz respeito aos cursos de Medicina. Criar um curso de Filosofia não tem problema. Mas, ao se autorizar um curso de Medicina, está se mexendo com a vida. E eu passei por esse período, não como dono de escola, e lembro muito bem que, quando V. Exª assumiu o Ministério da Educação pela primeira vez, eu já vinha pedindo, lutando, andando como *office-boy*, de birô em birô, no Ministério da Educação, para viabilizar. E está aqui o Prof. Luiz Cláudio, que foi fundamental. Todos foram fundamentais, na proporção que V. Exª bateu na mesa e mandou que se tomasse a decisão: "É para andar! Processo não é para ficar nas gavetas, é para andar!".

Se a escola ou a instituição estiver aparelhada, estiver com todas as condições, e a escola, a instituição, melhor dizendo, que nós pleiteávamos... Nós temos um déficit lá, no meu Estado, de mais de 300 médicos/ano, e a grande maioria dos médicos que se formavam lá vinha embora para os seus Estados de origem, para a universidade, que só tinha, naquela época, 50 vagas.

Ainda na sua gestão, o senhor colocou mais cem vagas na universidade, e o processo andou com todas as precauções, porque a instituição se preparou, a instituição fez investimento, a instituição tinha um quadro de professores com mestrado e doutorado, a instituição tinha uma biblioteca que talvez a Universidade de Alagoas não tenha, a instituição tinha os equipamentos para receber os jovens, na proporção que o Ministério autorizou para o curso de Medicina.

Eu queria, nesta oportunidade, Ministro, aqui, publicamente, agradecer a V. Exª, ao Prof. Luiz Cláudio, ao Mozart, que foram responsáveis para que o processo andasse. Em determinado momento, eu chegava à sala do Dr. Luiz, e ele me dizia: "Está com dificuldade, porque a nota foi feita em tal tempo, quando ele não era ainda fiscalizado pelo Ministério da Educação". Ainda era sob o controle do Conselho Estadual de Educação de Alagoas. Quando passou para o Ministério da Educação...

Termino já, Senadora, mais dois minutinhos. Para um assunto deste aqui não teríamos que ter horário, nem limite. Vocês estão mastigando aí, e nós não estamos. Consequentemente... (*Risos.*)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Vou pegar daqui o avião e não vou almoçar. Se eu não me precaver...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Eu queria aproveitar a oportunidade, Fátima, para agradecer ao Ministro Mercadante, porque eu sei perfeitamente da sua determinação em tocar o Ministério da Educação. Ele o fez, em 2012 e 2013, e o fará a partir de agora. Espero que V. Exª se contente em terminar o Governo da Presidente Dilma como Ministro da Educação. Não vá pensar em outro Ministério, não! Fique lá! (*Risos.*)

O senhor não deveria ter saído de lá para ir para a Casa Civil, não. Devia ter ficado lá. Tenho certeza absoluta de que esses cento e tantos dias de greve que a universidade e outras escolas tiveram não teriam ocorrido.

Há determinadas pessoas que são talhadas para determinada função. Por exemplo, o Senador Blairo. O Senador Blairo Maggi é o maior produtor de soja do mundo. Então, ele é Senador porque gosta de fazer *hobby*, mas ele está felicíssimo quando está no campo, em cima de um trator. E assim sucessivamente.

Por isso, eu digo: V. Exª, como disse o Telmário, conhece tudo e conhece todos. Monta uma equipe competente, técnica, capaz de tocar as coisas. Então, vamos, Ministro, trabalhar isso aí. Desse quinhão, tire um percentual para a educação, que precisa. O Governo precisa pegar dinheiro para botar na educação e na saúde.

Já há o compromisso do pré-sal. Por que não há também esse compromisso dos jogos de azar, que vão dar ao Governo, oficialmente, mais de R$20 bilhões/ano? E, quando todos os jogos estiverem instalados, isso vai a R$65 bilhões. E deixamos isso no ralo, porque há um desencontro... Religião é uma coisa. Religião é uma coisa. Ninguém está discutindo religião. "Ah, mas o jogo leva a isso." E a cachaça? E a droga? E o fumo? Não existe tudo aí oficialmente? Cada propaganda bonita na televisão! Uma moça com um bocado de caixa de cerveja Itaipava, não é? Os caras ficam todos doidos pedindo garrafa de cerveja a ela, porque ela é sensual. (*Risos.*)

Então, vamos fazer as coisas sem pensar na mediocridade. O País não precisa mais ser medíocre, e nós temos esse tipo de relacionamento, infelizmente.

Por isso, Ministro, eu queria aproveitar a oportunidade para dizer ao senhor: vamos investir na escola em tempo integral – sei perfeitamente que o senhor vai fazer isso –; dar mais ênfase à escola técnica com regularidade de ensino, independentemente do Pronatec; e, logicamente, dar apoio às universidades, para que possamos ter não só o ensino de qualidade no ensino básico, no ensino de primeiro e de segundo graus, mas também na universidade.

Eu queria cumprimentar V. Exª pelo êxito do concurso do Enem que foi feito agora. Eu assisti e, infelizmente, houve alguns problemas. Mas é aquela história: há muita gente que se acomoda. Se o sujeito tem o horário de uma hora da tarde para chegar a determinado lugar e tem dificuldade de mobilidade urbana, ele tem que sair de casa às 4h da manhã. Agora só vai haver Enem para o ano. Então, eu vi o desespero de muitos jovens, infelizmente. Mas as coisas foram feitas com absoluta tranquilidade, e eu queria cumprimentar V. Exª por isso.

E advogue a tese – Dr. Blairo, o senhor está com a responsabilidade, pois agora é o Relator dos jogos de azar –, vamos regularizar logo isso para podermos ter dinheiro para a educação e para a saúde em quantidade.

Obrigado, Ministro. Obrigado, querida.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – O.k.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Meu relatório será entregue em 15 dias.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Queremos, agora, passar imediatamente a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, só ressaltando aqui, claro, a contribuição importante que o Senador Benedito de Lira acaba de dar ao debate, inclusive destacando dois aspectos fundamentais: a questão do financiamento e a questão da expansão da educação profissional e tecnológica, Ministro. O Pronatec é muito importante, festejado por todos nós, mas o Brasil inteiro espera que o Governo dê continuidade à expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica, anunciando uma nova fase.

Imediatamente, o Senador Antonio Carlos Valadares; depois, o Senador Anastasia e o Senador Blairo Maggi.

Eu só faria um apelo, tendo em vista que o Ministro vai ter que se retirar, porque tem compromissos, vai ter que se deslocar e pegar um voo daqui a meia hora.

Mas vamos passar, imediatamente, ao Senador Antonio Carlos Valadares...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Meu nome está na relação, Presidente?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Está, sim.

Senador Antonio Carlos Valadares; Senador Anastasia; eu, que estava inscrita e estou passando para o Senador Blairo Maggi; depois, Senadora Ângela Portela; e Senador Randolfe.

Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, para contribuir com a viagem do Ministro, eu teria a fazer umas dez perguntas e farei apenas duas ou três.

A primeira é relacionada ao pronunciamento do Senador Benedito de Lira, que falou, entre outras coisas, sobre o financiamento da educação. Eu estou, como todos nós que compomos esta Comissão, preocupado

com a possibilidade de, por exemplo, o fundo do pré-sal não ter a perspectiva futura em face da queda dos preços do barril de petróleo, porque, se o custo da exploração do pré-sal chegar a um preço tal em que o barril chegue só a US$40, do ponto de vista operacional, econômico e financeiro, não será possível a exploração do pré-sal, segundo especialistas.

Sobre o financiamento também, eu gostaria de dizer que aqui há um projeto que eu apresentei, na outra legislatura, e reapresentei agora, já que, na primeira legislatura, o relator não deu bola. Mas agora tivemos um relator mais ativo, que foi o Senador Benedito, que já aprovou esse projeto sobre o imposto sobre grandes fortunas, que é previsto na nossa Constituição e nunca foi regulamentado. Esse projeto está tramitando ainda em outras comissões aqui do Senado Federal. Eu queria a sua opinião sobre isso.

Outra questão, que também aqui foi muito discutida, é a do piso salarial, criado depois de muita luta e ansiosamente esperado pelos professores, pelo magistério, em 2008, praticamente dez anos depois da Constituição Federal.

Existem duas decisões mais recentes que considero importantes: uma do Supremo Tribunal Federal, que considerou constitucional a fixação do piso dos professores; e uma resolução, anterior a essa decisão do Supremo, que foi assinada pelo Ministro Mercadante, que complementa o piso salarial no caso de impossibilidade, ou seja, de o Município ou o Estado não ter dinheiro para fazer isso.

Eu gostaria de saber, diante das dificuldades vivenciadas não só pelo Ministério, mas pelo Governo como um todo, como compatibilizar essa necessidade de complementar o salário dos professores em relação a Estados e Municípios e a pequenez dos recursos hoje existentes no âmbito federal.

Por fim, pergunto sobre o Fies, que é o programa que financia o custo de ensino superior para estudantes brasileiros. Em 2014, o montante de recursos foi de 13,7 bilhões. Neste ano de 2015, há dificuldades e, segundo informações, 178 mil pessoas tentaram celebrar novos contratos e não conseguiram. Esse programa vem passando por um processo de reformulação, no âmbito do Ministério, que se traduz na redução do número de vagas e na definição de novos critérios. O senhor poderia comentar as mudanças ocorridas e de que forma as metas do programa vêm sendo impactadas...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – ... pelo ajuste fiscal em curso?

As outras perguntas eu passo à mão de V. Exª para que, no avião, tendo tempo, depois do almoço, possa ler e, possivelmente, no futuro, responder-me.

Agradeço a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Anastasia e, em seguida, o Senador Blairo.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Srª Presidente, eminente Ministro Aloizio Mercadante, Srªs Senadoras, Srs. Senadores.

Estimado Ministro, permita-me saudar V. Exª, agradecer a sua presença aqui e saudar, igualmente, a sua equipe, integrada por muitos mineiros competentes, a quem cumprimento na pessoa do seu Secretário-Executivo, Dr. Luiz Cláudio.

Ministro Mercadante, não vou tecer aqui indagações, em razão da celeridade e da demanda da nossa Presidente, em razão do adiantado da hora, a despeito de que a educação – e V. Exª disse muito bem que a ignorância não dói, e, por isso mesmo, acaba que, quando são feitas as enquetes, muitas vezes a saúde e a segurança são colocadas em primeiro lugar –, nós todos sabemos, de fato, é a política de fundo que significa o futuro do desenvolvimento de uma nação e, no Brasil, evidentemente está na mesma quadra.

Eu gostaria, de maneira muito sintética, de fazer aqui três rápidas observações.

A primeira delas é uma preocupação que nos é fundamental – e sei que também é de V. Exª, pela sua abordagem, a que assisti não daqui, mas de meu gabinete, pela televisão –, que é o tema da gestão pública. Não há dúvida alguma, eminente Ministro Mercadante, quando V. Exª cita o exemplo daquela escola no Piauí, que evidentemente são vários os insumos, os ingredientes, os elementos que levam a essa diferenciação. Um deles, talvez dos mais relevantes, é a gestão, a preocupação com a boa gestão, que certamente dá a diferença na questão dos resultados.

Desse modo, fico feliz de ter acompanhado os resultados positivos de meu Estado de Minas Gerais, como V. Exª aqui demonstrou, um Estado que não está entre os mais ricos da Federação, a despeito de ser uma economia forte, de nós termos uma posição de destaque em todos os indicadores realizados pelo MEC, *vis-à-vis*, por exemplo, ao GDF, que é uma unidade federada muito mais rica do que a maioria dos Estados. Como é possível explicar isso? O envolvimento da comunidade escolar, a dedicação dos professores e a boa gestão.

Esses programas são essenciais, e nós não nos acostumamos, no Brasil, lamentavelmente, nas décadas e séculos de nossa história, a nos desdobrar nas políticas públicas nas atividades-meio. Isso prejudica muito. Então, tenho a mais serena convicção de que, nessa gama de projetos que V. Exª vai encetar no Ministério, novamente sob sua tutela, evidentemente esse é um tema a que vai se dedicar, porque não há recursos, e não haverá.

É uma ilusão acreditar – ouvi aqui colegas e também tenho essa vontade – que recursos do pré-sal venham a irrigar a educação. Isso não vai acontecer nos próximos 10, 15 ou 20 anos. Não ocorrerá. Dinheiro de CPMF também não haverá. O que existe é o que há, e é pouco. Então, devemos ser criativos, empreendedores, engenhosos, para identificarmos fontes que permitam, de fato, funcionar, e, mais do que isso, funcionar bem, com aquele pouco que nós temos.

Eu queria também acrescer o aspecto relativo à família. Temos, no Brasil, um estímulo que não é muito grande com referência à inserção da família no processo educacional, ao contrário dos países orientais, que V. Exª citou muito bem. Nós temos que tentar estimular mais a participação da família – premida por muitas dificuldades, eu sei, mas isso é fundamental, porque, em a família se envolvendo no dia a dia, na rotina, na faina diária do aluno, é evidente que aquele ambiente vai estimulá-lo. E tenho certeza de que V. Exª saberá desdobrar-se nessa ação.

Quero cumprimentá-lo muito pelo seu pronunciamento sobre a questão da greve, que ouvi aqui extremamente satisfeito. O Senador Aloysio Nunes é autor de um projeto de lei que regulamenta o dispositivo constitucional. Está na CCJ, solicitei a designação como relator, e vou contar muito com a participação de V. Exª e dos demais colegas, para que possamos, de fato, depois de tantos anos, ter uma regulamentação, que é imprescindível no caso da greve do serviço público, que, como os números que V. Exª trouxe aqui a lume, são muito violentos.

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – E, por fim, permita-me tão somente – concluindo, Srª Presidente – uma coisa um pouco menor. Vou apresentar, na semana que vem, na Comissão, um requerimento, e eu me baseio tão somente em informações que não posso confirmar que são verdadeiras. Por isso mesmo, o requerimento é hipotético por enquanto.

Eu recebi ontem de uma delegação, em Belo Horizonte, a cópia de um livro didático, da rede pública, que seria um livro aprovado e adotado pelo Ministério da Educação. Não sei se é verídico e, por isso, estou apresentando o requerimento. Nesse texto, coloca-se uma expressão que me pareceu tão espantosa – na semana seguinte, vou encaminhar, caso a Comissão aprove –, que é uma apologia às Farc, da Colômbia. Estou só dando notícia, porque me assustou e me arrepiou tanto, mas isso será encaminhado. Só comento aqui, *a latere*.

Queria cumprimentar V. Exª pela exposição, desejar muito boa sorte no comando do Ministério, a despeito sempre, como V. Exª diz, de posições políticas, mas é claro que o objetivo sempre é prestigiar a educação, que para nós todos desta Comissão é uma grande prioridade.

Meus cumprimentos.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Blairo e, em seguida, Senadora Ângela Portela.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Srª Presidenta, Senadora Fátima Bezerra. Cumprimento também o Ministro Aloizio Mercadante e o Dr. Luiz Cláudio da Costa, Secretário.

Primeiro, Ministro Aloizio, quero dar-lhe as boas-vindas novamente a esta Casa e também ao Ministério da Educação. Faço coro aqui com o Senador Benedito quando ele diz que V. Exª não deveria ter saído dessa tão importante pasta, porque nós, de fato, teríamos avançado muito nesse período. Não que o seu trabalho na Casa Civil não tenha sido importante. Foi importante, mas o retorno é saudado por todos nós.

Eu, particularmente, tenho uma reclamação a fazer – e quero crer que ela seja decorrente da sua ausência no Ministério da Educação – quanto à criação da Universidade Federal de Rondonópolis. Nós avançamos muito nessa questão. Por muitos anos, discutimos lá, internamente, na cidade. É a segunda maior cidade do Mato Grosso, é a que tem a maior população e também, economicamente, é um centro comercial muito grande. E os três Senadores de Mato Grosso, neste momento, têm domicílio eleitoral na cidade de Rondonópolis – tanto o Senador Wellington Fagundes, quanto o Senador José Medeiros, e eu também tenho o meu domicílio eleitoral lá. Moro há mais de 35 anos naquela cidade. Nós, então, estamos sempre pleiteando a finalização da criação dessa universidade.

Por várias vezes, aquele *campus* foi solicitado ao Ministério. Várias mudanças, tanto de ordem de construção física quanto da criação de cursos de doutorado e ampliação dos cursos efetivos, foram feitas.

E quero crer que esse *campus* da Universidade Federal de Mato Grosso na cidade de Rondonópolis esteja absolutamente pronto, maduro, no tempo para ser criado como uma universidade autônoma. E é o desejo nosso, é o desejo da sociedade da região sul do Estado do Mato Grosso.

Com a sua volta, eu gostaria de retomar essa conversa. Já solicito – conversei antes aqui, na sala, com V. Exª, reservadamente – uma audiência para a próxima semana, para retomarmos esse trabalho. E eu gostaria aqui, em nome dos três Senadores da região sul do Estado, da cidade de Rondonópolis, de pedir ao Ministro Aloizio Mercadante que coloquemos na ordem de discussão, novamente, essa questão.

Existe até um compromisso político com a própria Presidente Dilma, já assumido conosco há algum tempo, de que, no momento em que tudo estiver pronto, maduro, acertado, justo, nós faremos ou ela fará a criação disso. Então, eu gostaria de pedir isso ao Ministro, para podermos retomar essa questão, que é uma pauta antiga e muito desejada da cidade de Rondonópolis, que é a minha cidade.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senadora Ângela; depois, Senador Randolfe.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Srª Presidenta, Senadora Fátima Bezerra; Sr. Ministro Aloizio Mercadante, seja muito bem-vindo. É um grande prazer, sempre, na Comissão de Educação, receber V. Exª, que sempre faz excelentes apresentações, exposições muito claras, muito objetivas, que comprovam o seu conhecimento, a sua capacidade em guiar os rumos do Ministério da Educação. Cumprimento também o Secretário-Executivo, Dr. Luiz Cláudio.

Eu gostaria, Ministro, de iniciar parabenizando o MEC, V. Exª e toda a sua equipe pelo Enem. Este ano, realmente, foi um sucesso. Nós tivemos, sem dúvida nenhuma, a demonstração da consolidação desse grande exame, que acolheu 7 milhões de jovens. É o segundo maior exame no mundo e exige uma logística espetacular. Por essa razão, eu gostaria de parabenizar toda a equipe do MEC. Considero que o nível de abstenção de 25% foi elevado, mas foi o menor na série já existente no exame.

Quero destacar também a escolha do tema da redação: "A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira". Excelente tema. Isso leva para o debate entre os jovens essa chaga que existe na sociedade brasileira. Aqui, no Congresso Nacional, Deputadas e Senadoras lutam, insistentemente, para acabar, para diminuir esses índices de violência contra as nossas mulheres.

Eu gostaria também de lembrar aqui ao Ministro Aloizio Mercadante que a Presidenta Dilma, ao lhe dar posse, disse textualmente: "Meu amigo Aloizio Mercadante retorna ao MEC para dar sequência a nosso compromisso maior de fazer do Brasil uma Pátria educadora". E eu lembro que, tanto na sua primeira passagem pelo MEC como agora, a segunda vez em que está à frente do Ministério, V. Exª sempre insistiu na busca de um ensino de qualidade, e essa deve ser uma prioridade absoluta para o Governo.

Eu gostaria que V. Exª comentasse, considerando este momento de ajuste fiscal, de crise econômica, como V. Exª vai agir, que medidas vai tomar no curto, médio e longo prazo, para que realmente consigamos melhorar a qualidade do ensino no nosso País. Ressalto a confiança que a Presidenta Dilma tem em V. Exª para alcançar esse objetivo e também para atingirmos as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação, que é de fundamental importância.

Agora, vou voltar a um tema que aqui maioria dos Senadores colocou, que é o piso salarial nacional dos professores. É um tema polêmico, considerando as dificuldades orçamentárias de Estados e Municípios, lembrando que, em janeiro agora, teremos um novo piso divulgado. Como fazer, considerando todas essas dificuldades? Será possível, nessas condições econômicas de ajuste fiscal, valorizarmos os nossos professores com um salário mais digno?

Aqui se colocou, com muita propriedade, a questão da valorização dos professores, no investimento em formação, em capacitação. Tudo isso é muito importante, mas é muito importante também pagar o professor com dignidade para que ele tenha condições de ter vida digna e, ele próprio, com o apoio do Poder Público, de investir na sua formação, porque a melhoria da qualidade de ensino passa, necessariamente, pela valorização dos nossos profissionais de educação.

Para concluir, eu gostaria de agradecer ao Ministro Aloizio Mercadante. O Senador Telmário falou aqui sobre o Instituto Federal Indígena do nosso Estado. V. Exª autorizou...

(Soa a campainha.)

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – ... há dois anos, a criação do primeiro Instituto Federal Indígena do nosso País, lá em Roraima, Estado que tem 15% da população indígena e cuja grande maioria das escolas é indígena, com sérias dificuldades. E nós gostaríamos, eu e o Senador Telmário, de pedir-lhe, Ministro, que dê continuidade a esse projeto, que é tão importante, que é tão relevante.

No plano de expansão dos institutos federais, a nossa capital foi contemplada com o Instituto Federal da Zona Oeste, que, na primeira etapa, Ministro, vai atender 1.250 alunos de ensino médio, técnico, profissionalizante e superior, bem em uma região onde existe forte densidade de populações, de famílias de baixa renda. Então, esse Instituto Federal da Zona Oeste é de fundamental importância. A primeira etapa já está concluída, e nós pedimos o seu apoio para a segunda etapa, que vai atender 3,2 mil alunos – na terceira etapa, serão 5,2 mil alunos. Esse projeto é prioritário para a nossa capital, considerando a quantidade de jovens que ele vai atender no ensino profissionalizante e no ensino técnico e superior.

Era isso, Sr. Ministro. Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Randolfe.

Registro a presença também do Senador Lindbergh Farias.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Srª Presidente, Sr. Ministro e Dr. Luiz Cláudio, Secretário-Executivo, eu me alinho àqueles que defendem que o senhor deveria ter continuado no Ministério da Educação, principalmente pelo trabalho que o senhor estava fazendo, de que sou testemunha, e que acho que sofreu interrupção com a sua saída, não pela sua situação na Casa Civil, mas pela condução que V. Exª estava dando no Ministério da Educação, que considero importante ter sequência.

Quero – já foi também lugar comum aqui – cumprimentar V. Exª sobre o tema do Enem, mas eu queria ilustrar com alguns dados que remetem à importância do tema dessa redação. O Brasil é o sétimo lugar no *ranking* mundial de violência contra a mulher. Segundo dados – não brasileiros, mas da ONU –, a violência ocorre por parte dos homens, em todas as fases: a violência do pai contra a criança, contra a filha; a violência do marido e do namorado, até os 60 anos; e até os casos de violência dos filhos.

Não é à toa que saudamos a Lei Maria da Penha, quando surgiu a necessidade da legislação, porque tínhamos uma epidemia no Brasil, por conta da nossa formação inclusive, de violência contra a mulher. E talvez por isso crie tanta polêmica apresentar Simone de Beauvoir como tema de uma redação, porque a estrutura da sociedade patriarcal, machista brasileira e a terrível onda conservadora, também patriarcal, machista brasileira acham que Simone de Beauvoir é o que há de mais revolucionário, quando ela é precursora de direitos fundamentais que as mulheres têm hoje. Então, fazendo lugar comum, quero cumprimentar o acertado tema da redação do Enem, como tem ocorrido nos últimos exames nacionais relacionados pelo Ministério da Educação.

Eu queria, Ministro, fazer somente duas provocações por duas preocupações minhas. Primeiro, sei a realidade de ajuste fiscal que vimos e sei o quanto está padecendo, em especial, a educação com os cortes e ajustes. Preocupa-me, entre tantos outros dados – e alguns já foram debatidos aqui –, a informação que chega sobre redução ou até extinção do Programa Nacional Biblioteca da Escola, que tem por finalidade abastecer os livros das bibliotecas escolares do País. Eu considero esse um dos programas mais destacados que há no Ministério da Educação. Queria saber qual a veracidade dessa informação e, se há algo nesse sentido, apelar a V. Exª, dentro do possível, para a manutenção do programa pelas conquistas que ele tem.

O segundo aspecto, Ministro – já foi destacado aqui pela Senadora Regina –, é sobre a alfabetização. O Plano Nacional de Educação estabelece a meta, para este ano de 2015, de até 93,5% de alfabetização e, até o final desta década, ou seja, até 2020, de erradicação total do analfabetismo e redução do analfabetismo funcional em 50%. Isso até 2020.

Estou preocupado. Acho que, se há algumas das metas do PNE em que o Estado brasileiro tem que fazer um profundo esforço para resolver, para atender, é essa. E essa não é só recurso; é principalmente parceria. Há programas...

(Soa a campainha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Já concluo, Srª Presidente.

Há programas, inclusive com países irmãos, como o "Sim, eu posso", feito com o Governo cubano e aplicado no Brasil através do Movimento dos Sem Terra, que provam que é possível alcançar essa meta. A minha cidade, Macapá, capital do Amapá, através da prefeitura, é uma das instituições, um dos governos que apostam em cumprir essa meta erradicando o analfabetismo, até o final do ano que vem, na cidade, através dessa metodologia, através do "Sim, eu posso" e através também da parceria com o MST.

Eu pergunto a V. Exª o que o Ministério está pensando para alcançarmos essa meta nesse tempo aqui definido; se há contingenciamento, limitação de recursos em relação a isso; e, por fim, o que é possível ser feito para avançar em parcerias como essa que citei, com programas como esse que citei, através do método "Sim, eu posso" e através do Movimento dos Sem Terra.

Obrigado. E cumprimento V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada, Senador Randolfe.

Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito rapidamente, Senadora Fátima Bezerra, passei para dar um abraço no Ministro Aloizio Mercadante. Ele sabe que, às vezes, podemos ter posições diferentes, mas eu respeito muito o Ministro Aloizio Mercadante pela capacidade intelectual, pela capacidade de pensar o Brasil de forma articulada. Então, ele sabe que eu falo isso não é para levantar... Mas, no PT, saiba, sempre, Ministro Mercadante, que, quando surge o debate sobre o seu nome, eu o defendo, porque vejo essas qualidades, que são raras hoje nos homens públicos brasileiros.

Fiz questão de passar aqui para trazer este abraço, desejar boa sorte e também parabenizar o Ministério, como um todo, pelo sucesso do Enem, que chamou outra discussão. Eu fiquei impressionado com a reação de Deputados, como Bolsonaro, como Feliciano, porque os números são absurdos. Há um estudo do Ipea que fala em mais de 500 mil estupros por ano, no Brasil. E o mais grave: 70% – isso é grave – em crianças e adolescentes. É gravíssimo esse tema!

Ao mesmo tempo em que trago esta saudação, quero aproveitar para expressar algumas preocupações. Lá no Rio de Janeiro, tenho conversado com o reitor da UFRJ. E vendo, por exemplo, o tal do abono de permanência, Ministro. Estou convencido de que há um grande equívoco. Nós temos, lá na Universidade Federal do Rio de Janeiro, quase 20% do corpo de funcionários que se aposentariam, se o abono permanência deixasse de existir, e um número enorme de professores. Então, das duas uma: ou vamos deixar a universidade sem professor – e nós sabemos o que isso significa: desastre completo – porque, se formos fazer concurso novamente ali, vamos pagar muito mais. O que estamos pagando ali são 11% a mais. Então, não me parece ter lógica. Parece que, naquela correria do ajuste, na hora, calcularam aqui um bilhão, mas, na verdade, o Estado brasileiro vai gastar muito mais se for repor, porque terá que repor aqueles professores.

Não sei como é que se faz esse debate dentro do Governo, mas, sinceramente, esse tema do abono permanência eu não consigo entender. Eu nem devia fazer essa pergunta, porque não vou poder ficar para escutar a resposta, porque tenho uma reunião de Liderança que vai discutir hoje o PL sobre o terrorismo, que estamos querendo tirar da pauta. Mas é um ponto que me preocupa.

Em relação ao PNE, eu diria à Senadora Fátima Bezerra e ao Ministro Mercadante que nós temos que criar uma grande defesa em cima do PNE. Há 20 dias, houve uma reunião de economistas do PSDB aqui, no Senado Federal, em que um dos centros da reunião dos economistas do PSDB foi dizer que o PNE era de uma irresponsabilidade fiscal gigantesca.

Nós começamos, nesse debate, na discussão econômica, a ver claramente alguns setores defendendo que, se não aprovarmos a CPMF, nós teremos que ir para os recursos obrigatórios que são remetidos à educação e à saúde.

Sinceramente, nós achamos que o caminho para o País, neste momento em que se aprofunda a recessão – acho que ter um Ministro com a força do Mercadante na área de educação nos ajuda –, não pode ser mais cortes em programas sociais e cortes em recursos que são garantidos pela Constituição para a educação e para a saúde.

Vim aqui, Ministro, mais para lhe dar um abraço e desejar toda a sorte do mundo. Acho que a educação brasileira ganha muito com a sua entrada, novamente, no Ministério da Educação.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Lindbergh, Ministro, rapidamente, primeiro, nós queremos passar à assessoria do Ministro várias perguntas que vieram dos internautas, já que a nossa audiência é interativa.

Segundo, quero pedir desculpas – na verdade, ele esteve aqui durante um bom tempo – e registrar a presença do Deputado Federal Mauro Pereira, do PMDB, do Rio Grande do Sul.

Terceiro, Ministro, quero me associar também a este tema que o Senador Lindbergh pontuou agora: a questão do abono de permanência. Senador Lindbergh, esse não é um tema que está afligindo só a Universidade Federal do Rio de Janeiro, mas todas as universidades do País, pelas razões, inclusive, já expostas aqui por V. Exª. Dessa forma, esperamos contar, é claro, com a sensibilidade do Ministro Mercadante para que esse ponto possa ser revisto, porque, de fato, esse abono de permanência não vem na direção de fortalecer a nossa luta, de expansão e qualidade da universidade brasileira, de maneira nenhuma.

Quarto, Ministro, passo às suas mãos a cópia do nosso requerimento, o qual mencionei no início desta audiência. Está assinado por mim e por vários Senadores: Senadora Ângela, Senador Cristovam, Senadora Simone. Qual é a ideia? A ideia é constituir uma subcomissão permanente, Idilvan, Presidente do FNDE, para tratar, fundamentalmente, do financiamento da educação básica.

Essa subcomissão, Ministro, inclusive, vem depois de concluirmos aqui a realização de um ciclo de debates temáticos, que tratou desde a questão das reformulações necessárias, perspectivas, prorrogação e desafios a vencer com relação ao Fundeb. Porque nós temos colocado que o Fundeb, por tudo o que significa, para

uma das modalidades mais importantes da educação brasileira, que é a educação básica, pelo alcance que ela tem... Falar de educação básica é falar de uma rede que, de manhã, de tarde e de noite, atende a mais de 50 milhões de crianças e jovens por este País afora. Então, o Fundeb é uma conquista muito importante para a educação básica. Nós teremos, portanto, que manter o Fundeb, mas vamos aproveitar agora esse debate para reformulá-lo, inclusive naquilo que já colocamos para o senhor: a necessidade de o Governo Federal ter uma participação financeira maior junto aos Estados e Municípios.

Nós realizamos esse ciclo de debates, em que tratamos desde o Fundeb, o pós-Fundeb, a valorização do magistério, o novo piso salarial, a Meta 17 e as demais metas, como construir o novo Sistema Nacional de Educação, como realizar as metas do novo Plano Nacional de Educação, culminando com o financiamento. E essa subcomissão, Ministro, vem nessa direção de contribuir com o debate.

Volto a dizer, por que não, Senadora Regina, apresentar uma emenda para que a CPMF, Senador Benedito, venha para a educação? O senhor coloca aqui também o tema dos jogos de azar. Foi colocado o tema das loterias, bem como o tema do imposto sobre grandes fortunas. Enfim, quero deixar claro para o senhor que nós, como Comissão de Educação e Cultura do Senado, temos consciência do papel que nos cabe, como Legislativo, de dar a nossa contribuição para que possamos realizar a agenda, hoje, mais importante, mais estratégica para o nosso País, que é a agenda da educação, começando pela realização das metas do PNE.

Muito obrigada pela sua presença.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Obrigado, Presidenta. Vou tentar ser bem objetivo.

Primeiro, em relação ao que disse o Senador Benedito, aproveito para dizer que me sinto muito honrado pelos comentários de todos os que apoiaram minha volta para o MEC. Sei que, aqui, nesta Casa, quem falou é sincero, mas sei também que muita gente achou muito bom porque eu saí da Casa Civil. Também acho que é sincero.

Mas não é você, não! (*Risos.*)

Aqui, você, o Lindbergh...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Eu sempre disse que ali você estava no lugar errado, que tinha de ficar onde está.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – ...o Randolfe, a Ângela são sinceros, mas há um pessoal que queria mesmo era me ver longe da Casa Civil, por razões que, evidentemente, reconheço e que são altamente meritórias. Isso é da democracia. É assim. Mas me sinto muito melhor no Ministério da Educação, inclusive porque saí do meu silêncio obsequioso, vou debater o tempo inteiro. Deixei de ser goleiro e, agora, vou ser centroavante. Eu quero é fazer gol, debater, sair da urgência, porque a área mais estratégica no Brasil é a educação, que é a minha casa. Então, estou muito feliz e muito motivado para esse trabalho.

Concordo, inteiramente, Senador Benedito, em fortalecermos o ensino técnico e profissionalizante. No Pronatec, há a parte de Cursos FIC com essa carga horária, mas o curso técnico é um curso de dois anos. E há também essa matrícula de cursos mais qualificados. Precisamos fortalecer tudo, porque uma mãe do Bolsa Família não vai diretamente para um curso técnico, uma vez que ela não passou pelo ensino médio, mas ela pode profissionalizar-se, ter um emprego melhor, sair do Bolsa Família e entrar no mercado de trabalho. Então, temos de ter várias modalidades.

Acho que esse é um tema a que nos devemos dedicar muito, principalmente a relação entre educação de jovens e adultos e o ensino técnico e profissionalizante. Não faz sentido investirmos R$5,6 bilhões do Fundeb em ensino técnico e profissionalizante para que apenas 9,4% dos que se matriculam concluam o aprendizado. Por quê? Porque ele tem uma família, ele tem responsabilidade e compromissos, ele trabalha o dia inteiro, ele não vai percorrer todo o ciclo formal. Mas, se trabalharmos no sentido de ele avançar na escolarização formal a partir da formação técnica e profissional, vamos dar um grande salto.

Em relação à regulamentação do jogo, estou totalmente aberto a essa pauta. Acho que o Brasil e o Senado deveriam estar abertos a discutir isso. A América Latina quase toda já o regulamentou. Na Europa, a maioria dos países já o regulamentou, bem como os Estados Unidos. Então, a única sugestão que faço é a seguinte: se for para vincular à educação, muda-se o nome, pois, em vez de jogo de azar, passará a se chamar jogo da sorte, porque vai ajudar mais.

Acho que é elementar regulamentarmos alguns deles, como, por exemplo, o jogo pela internet. O brasileiro joga, e todo o dinheiro fica nos países que o regulamentaram. Estamos jogando dinheiro fora! A pessoa não vai deixar de jogar. Prefiro que ela jogue, pague imposto, gere emprego e gere atividade no Brasil a que ela jogue numa sede nos Estados Unidos, nos países da Europa ou em qualquer outro país. Então, essa é uma coisa fácil de se resolver, porque não faz o menor sentido. Não há como o Estado coibir isso.

A criação de cassinos têm de ser feita em áreas reservadas, delimitadas, em que não se dê acesso a qualquer um. São áreas que precisamos desenvolver, a exemplo do deserto de Las Vegas, que virou o que virou.

Quem sabe podemos pegar as áreas mais carentes do País e criar lá um polo em que se pode jogar sob determinadas condições? Então, devíamos discutir quais seriam essas condições e pegar as melhores práticas internacionais. Sou 100% de acordo a que se vincule isso à educação.

Aproveito para falar sobre financiamento, Senador Valadares. Fomos Senadores aqui por oito anos. V. Exª é sempre um Senador muito dedicado às causas públicas. Falo do imposto sobre grandes fortunas. Apresentei um projeto em 1991 sobre a regulamentação do imposto sobre grandes fortunas. Acho esse imposto absolutamente justo, primeiro porque o sujeito só paga depois que morrer. Todo mundo tem direito a deixar fortuna para seus herdeiros, mas, em um País em que a maioria da população não tem herança qualquer, deixa-se para os herdeiros a maior parte da fortuna, mas se deixa alguma coisa como herança social. Isso faz todo o sentido.

Nós já temos o imposto intervivos, o imposto de doações, que é um imposto estadual e que arrecada hoje entre R$4 bilhões e R$5 bilhões. Não acho que, com o imposto sobre grandes fortunas, vai haver um salto arrecadatório espetacular, porque a fortuna foge, o dinheiro é volátil. Uma parte da fortuna está no imposto referente à repatriação. Há uma parte da fortuna que está lá fora. Se fizermos bem feito a repatriação, vamos colocá-la para dentro e vamos ter uma receita extraordinária devido a um dinheiro que, hoje, não gera emprego e não gera renda.

Está de parabéns o Senador Randolfe e a CPI por terem proposto essa regulamentação. Não sei por que a Câmara está demorando tanto.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Ministro, e a tributação de lucros e dividendos? No passado, até 1995, eram 15%. Na verdade, se se colocassem novamente os 15%, poderia haver um impacto de arrecadação de R$50 bilhões.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – A minha sugestão é a seguinte. A Senadora Fátima propôs aqui uma subcomissão para financiamento da educação. Nós já fizemos juros sobre capital próprio, IOF. Nós estamos fazendo uma série de mudanças. Acho que tudo isso deveria entrar na discussão.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Exatamente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Com seriedade, poderíamos fazer propostas viáveis, razoáveis, que melhorariam a arrecadação. Eu tenho muita simpatia por isso.

Os Estados Unidos têm imposto sobre grandes fortunas num modelo inteligentíssimo. Uma parte do imposto pode ser paga para uma fundação. Em vez de para o Imposto de Renda, paga-se para uma fundação. Por que Bill Gates, Kellogg ou Guggenheim e muitos outros grandes magnatas têm uma fundação? É por que eles são mais generosos que os nossos? Não! Porque o Imposto de Renda come a fortuna deles se eles não doarem. Então, eles doam para uma fundação que tem critérios de aplicação dos recursos, que vão para a educação, para a ciência e tecnologia, para o meio ambiente e para a cultura. Mas essa é uma forma também de se dialogar e de se estimular a generosidade, que, para alguns, é genuína e que, para outros, ao ser estimulada, melhora bastante.

Então, acho um imposto muito justo. O sujeito o paga uma vez só no final da vida. Acho que devíamos regulamentá-lo.

Em relação ainda à Faculdade de Medicina de Alagoas, acho que essa é uma luta sua. Ela foi aberta porque você se empenhou e porque a Faculdade merecia. É uma instituição pública, mas ela tinha qualidade, ela tinha histórico, ela preenchia todas as condições, tinha campo de prática. Foi regulamentada na época muito pelo empenho do Senador Benedito, mas porque tinha o histórico e as condições para ser incorporada como universidade.

Sobre o piso nacional – é a pergunta do Senador Valadares –, R$1,3 bilhão são destinados para dez Estados para a complementação do piso. Essa comissão que estamos constituindo serve exatamente para discutir essa complementação adicional, porque não há acordo entre os Estados sobre isso.

Quanto ao Fies, temos 311 mil bolsas novas neste ano. Agora, onde está o ruído do Fies? Houve uma redução? Houve uma redução, mas ela não é tão significativa. O ruído maior é que se mudou o método. Antes como era? A faculdade dizia qual era o estudante, qual era o curso. Ela fazia a inscrição e reajustava a mensalidade do jeito que achava que tinha de reajustar. Agora, acabou essa conversa. É o Portal do MEC que acolhe as inscrições, não mais a faculdade. Tem de se registrar no Portal do MEC. Segundo, não entra se ela não der um desconto inicial de 5% do valor que ela cobra dos demais. Estamos trabalhando com a escala. Então, ela está dando um desconto, que é dinheiro subsidiado. Terceiro, ela não tem mais liberdade de reajustar a mensalidade. Há um teto que o MEC fixa, que, hoje, está em 8,25% por mês, abaixo da inflação. Então, ela vai ter de fixar um teto para reajustar. Quarto, nós estimulamos a qualidade. Por exemplo, os cursos nota 5 – a nota vai de 1 a 5 na avaliação do MEC – só tinham 8% das bolsas do Fies; neste ano, têm 26%. Por quê? Porque nós fixamos isso. São os cursos de melhor qualidade os de nota 4 e nota 5. Os de notas 1 e 2 não recebem nem Fies nem Prouni. O setor estava todo acomodado na nota 3. Por quê? Ele recebe o Fies e o Prouni, ele gasta menos no

corpo docente, com menos professores titulados, com menos bibliotecas, com menos infraestrutura, com menos laboratórios. Por que ele vai para a nota 4 ou para a nota 5? Agora, nós o estamos estimulando a avançar para as notas 4 e 5. Eles têm mais custo, mas têm mais bônus, e o Fies é um desses elementos. Então, é uma indução em relação à qualidade.

A política do Fies hoje é muito melhor do que era antes. Não é do tamanho que gostaríamos, porque temos restrições fiscais.

Em relação ao que disse o Senador Anastasia, concordo inteiramente com ele que a gestão da escola é fundamental. Por isso, estamos fazendo esse curso para certificar os diretores de escola. O PNE e a LDB falam em um critério democrático de escolha, que não pode ser o apadrinhamento político. Tem de haver um processo de consulta, e nós o respeitamos. Agora, o critério para ser, por exemplo, professor de Educação Física não pode ser o fato de ele ser o mais bonito da escola. Isso não é critério! O diretor agora tem de fazer um curso para ser diretor, tem de dominar a legislação, tem de saber administrar, tem de ter noções de gestão financeira, tem de conhecer a questão pedagógica. Ele tem de ter essa visão, porque ele é fundamental na qualidade do ensino. E aí a comunidade pode escolhê-lo se ele é um diretor formado e certificado para ser diretor. É isso que estamos pactuando com o Consed. O MEC forma, o Consed exige a certificação, para que se possa disputar o cargo de diretor.

Acho – o Jesualdo foi Presidente da Andifes, o Luiz Cláudio foi Presidente da Andifes – que vamos ter de discutir também a eleição de reitor. Tem de haver alguns critérios para a eleição de reitor, porque não podemos simplesmente estimular o corporativismo, o fisiologismo e outras práticas que não estão diretamente associadas à meritocracia e à qualidade do ensino. Acho que precisamos – o Newton também foi comigo da primeira direção da Andes e foi reitor – discutir isso também e aprimorar um pouco a legislação, mantendo a consulta à comunidade e a democracia.

Ouvi, por exemplo, a Andifes sugerindo outro dia que se acabasse com a reeleição, para que houvesse o mandato de cinco anos sem reeleição. Esse pode ser um grande caminho para darmos um salto na gestão das universidades. Essa foi uma sugestão da Andifes. Eles estão discutindo isso lá num grupo de trabalho, para aprimorar os critérios para a eleição de reitor.

Concordo integralmente com a recomendação de integrar as famílias na escola. Acho que há várias políticas que ajudam nisso. A ONU, inclusive, tem um programa muito interessante sobre o qual estamos refletindo.

Sobre a relatoria da Lei de Greve, temos todo o interesse em contribuir no que for necessário, fazendo isso de forma democrática, ouvindo os sindicatos, sem nenhum autoritarismo, mas estabelecendo algumas regras para a educação. Não dá para haver três meses de greve, do jeito que está acontecendo. Isso está prejudicando muito a formação dos estudantes. Isso não pode continuar.

Eu queria concordar inteiramente... O Senador Blairo falou da Universidade Federal de Rondonópolis. Nós vamos analisar o caso com todo o carinho. Eu me comprometo com ele de, ainda neste ano, tomar a decisão. Se forem preenchidas as condições, o *campus* será criado, ou melhor, mandaremos um projeto de lei para transformá-lo em universidade. Ele tem de ser votado aqui pelo Congresso. Mas vamos olhar isso com toda a atenção. O Jesualdo, que é nosso Secretário de Educação Superior, já anotou isso.

A Senadora Ângela e o Senador Telmário falaram sobre a questão...

Bom, sobre a questão do livro didático levantada pelo Senador Anastasia, a política de aprovação do livro didático não é o MEC que faz, mas, sim, comissões acadêmicas de competência específica que envolvem todas as universidades, ex-comitês, para não haver dirigismo estatal. Imaginem se o Ministro começar a dizer o que é livro e o que não é livro! Vamos perder uma das políticas mais elogiadas do mundo, que é a nossa política, porque ela é plural e respeita o critério acadêmico. Tudo é feito por edital, por concorrência pública e por uma comissão altamente qualificada.

Agora, se algum livro elogiou as Farc, eu questionaria esse livro. Acho que o debate está correto. Da mesma forma, por exemplo, os corretores deram nota 10 para uma redação que disse que a ditadura existia na Venezuela. Tirou nota 10 a redação, porque o que vale na redação são as cinco competências, e o texto, apesar da visão ideológica e política de quem o escreveu, preenchia as condições próprias de uma boa redação.

Então, o MEC tem de tomar muito cuidado para não ideologizar suas atitudes, para que haja uma escola laica, plural, aberta ao debate, à crítica, à discussão. É preciso estimular todas as correntes do pensamento. Mas vamos analisar especificamente, assim que eu recebê-la do Senador Anastasia, essa questão.

Senadora Ângela, a senhora e o Senador Telmário trataram de um tema que penso ser fundamental: como dialogar com os povos indígenas do ponto de vista da educação? Eu, quando estava no MEC, deixei um projeto que é bastante ousado, que não foi implementado, mas que está para ser discutido. Vou voltar a tratar desse assunto. Eu propunha criar o Instituto Federal Indígena em São Gabriel da Cachoeira, onde, como acontece em Roraima, a maioria da população é indígena. Agora, qual é a dificuldade de se criar um instituto indí-

gena? É que não adianta você achar... Por exemplo, quando eu estava no MEC, nós demos à bolsa de estudos de permanência o dobro do valor para quem era índio aldeado. Foi dado o dobro do valor. Por quê? Porque ele vive na aldeia e tem o sacrifício de vir para a cidade. O custo é muito maior, há dificuldades. Ele não tem família na cidade. Isso ajuda a valorizar os povos indígenas, mas não dialoga com a cultura indígena, não reconhece a cultura indígena. Acho que é ótimo os índios poderem fazer curso de Medicina, de Veterinária, de Agronomia. Tudo isso é muito positivo. Mas onde estará a cultura indígena no processo de formação do seu povo? Então, precisamos dialogar com essa questão.

O que nós pensamos? Pensamos em criar um instituto, que teria um estatuto jurídico diferente. Seria uma OS no caso de São Gabriel da Cachoeira. Haveria professores das competências, das áreas, das disciplinas em que queremos formá-los, para melhorar a comunidade, mas seriam reconhecidos saberes indígenas, a fim de serem dados cursos da cultura, dos valores, das tradições indígenas, do saber tradicional.

Evidentemente, como uma liderança indígena, como, por exemplo, o pajé de uma comunidade, vai passar num concurso para ser professor universitário, em que é preciso ter doutorado? Não vai passar nunca. Ele nunca vai entrar na universidade nem no instituto. Então, temos de pensar bem em como construir esse espaço.

Há algumas situações específicas no Brasil, mas acho que vale a pena dialogar sobre isso, para que a comunidade indígena se identifique muito mais com aquela instituição, ou seja, ao mesmo tempo em que você está ensinado Agronomia, Veterinária Medicina, Enfermagem, você está também reconhecendo a cultura indígena e valorizando-a no âmbito da escola.

Concordo integralmente que o salário dos professores tem de continuar crescendo, que o piso tem de continuar crescendo. Mas quero voltar a dizer que aumentamos, em quatro anos, em 45%, aumento real, acima da inflação, o piso dos professores, e a receita dos Municípios, dos Estados e da União não cresceu nessa velocidade. Portanto, tivemos de retirar de algum lugar para colocar naquilo que é estratégico. E vai continuar crescendo, mas tem de haver um ritmo nas finanças que acompanhe isso.

Por isso, essa subcomissão da Senadora Fátima é muito importante, sobre como financiar a educação. Vamos abrir esta discussão: se é tributação sobre lucros e dividendos, se é Imposto sobre Grandes Fortunas, se é o jogo da sorte. Se for para a educação, será jogo da sorte, com regras, com limites, com critérios. Vamos abrir essa discussão e pensar sobre isso, porque só o pré-sal não vai dar.

Pus ali, no final da apresentação, os dados do pré-sal. Vou deixar tudo isso com vocês, para quem quiser olhar. Há todas as informações. Está bem ampla a apresentação. Mas, no final, fiz um quadro sobre o pré-sal. Em 2013, foram R$93 milhões; em 2014, R$1,5 bilhão; em 2015, R$2,4 bilhões; em 2016, no PLOA, está o valor de R$4,4 bilhões – a RNP acha que é um pouco abaixo disso –; em 2017, a Agência Nacional de Petróleo prevê que sejam R$4,1 bilhões; em 2018, R$5,2 bilhões; em 2019, R$5,9 bilhões. Depois, avança. Os Estados e Municípios também começam a receber a partir de 2020. No total, isso vai aumentando progressivamente, e vai melhorando a receita. Isso aí é calculado pelo preço do petróleo de hoje. É evidente que, se aumentar o preço do petróleo, a receita será muito maior. Se fosse de US$110 o preço do barril, seria o dobro disso ou mais, porque houve a desvalorização do real. Mas caiu para um patamar de US$50. Então, esse é o preço que a Agência Nacional de Petróleo prevê em termos de *royalties*.

Então, há uma contribuição, mas isso não resolve o financiamento. Eu lutei muito pelo Fundo Social do Pré-Sal e pelos *royalties* do petróleo, mas sempre disse que isso não resolveria o problema do financiamento. Repito o que eu dizia à época: não adianta botar no PNE o PIB, porque o PIB não chega ao MEC, não chega à Secretaria Estadual de Educação nem à Secretaria Municipal. Só vai chegar ao MEC o que o Senado e a Câmara votarem de orçamento.

Portanto, briguem muito pela educação, para melhorar a receita. É lógico que é papel da oposição ser sempre contra qualquer aumento de imposto, ser sempre a favor de que se aumente o gasto, ser contra qualquer redução de gasto, mas a conta não fecha. Todo mundo aqui começou a fazer política muito cedo e não foi à aula de Matemática. Não fecha a conta. Eu me lembro de que, quando eu era Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, todo mundo queria baixar imposto. Todo mundo quer aumentar a despesa, não quer déficit e critica o Governo pela Lei de Responsabilidade Fiscal porque há déficit.

Então, precisamos discutir com seriedade o financiamento, para estabelecer metas que sejam viáveis. Prefiro partir das metas para discutir o financiamento a rebaixar as metas do financiamento que nós temos.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Até porque, Ministro...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Agora, é duro votar imposto! Imposto, se fosse bom, não se chamava imposto. Está certo?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pois é!

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Seria voluntário ou qualquer outra coisa. Só o nome "imposto" já diz isso. Ninguém gosta de imposto. Agora, é o imposto que vai resolver isso. Precisamos melhorar a receita.

Acho a CPMF um imposto extraordinário para o momento em que nós vivemos. Talvez, isso possa ser feito por um tempo, de forma transitória, para ajudar a superarmos este período de dificuldades. Repito: por que ele é bem razoável? Porque, por exemplo, se você vai aumentar o IPI, você vai pegar a indústria. A CPMF pega a pessoa física e a jurídica. Por exemplo, o sujeito que recebe R$1,5 mil vai pagar R$7,00 de imposto, o preço de uma cerveja. Tudo bem! Mas, se essa cerveja for bem aplicada em saúde e em educação, a vida de todos vai melhorar, inclusive a da família dele. Quem recebe R$15 mil vai pagar aproximadamente R$70,00. Qual é a vantagem? Quem ganha mais vai pagar proporcionalmente mais. É um imposto neutro do ponto de vista da progressividade. Vai pegar o caixa dois, vai pegar quem sonega, vai pegar a economia informal. É o único imposto que não tem como sonegar. É automático! É baixo o custo. Ele é muito eficiente e ajuda a Receita a fiscalizar.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Ministro, eu queria só fazer um rápido complemento.

Por se tratar de agenda tão estratégica para o País, o PNE, nossa expectativa, nosso esforço no âmbito desta Comissão vai se dar exatamente para que possamos contribuir efetivamente com essas alternativas de financiamento que deem ao Estado brasileiro, Senador Benedito, a condição de realizar as metas do novo Plano Nacional de Educação.

Não podemos, de maneira alguma, pensar em retrocesso, em rebaixar essas metas, muito pelo contrário. Muito pelo contrário! O Brasil não pode mais adiar, de maneira alguma, agendas como, por exemplo, a da valorização do magistério. Não é questão de corporativismo, é uma questão concreta, fundamental e imprescindível para alcançarmos a melhoria da qualidade do ensino. O Brasil não pode, de maneira alguma, por exemplo, rebaixar as metas de expansão da oferta educacional do País, inclusive depois do impulso que ela ganhou nestes últimos 12 anos.

Então, sabemos que vamos contar, sem dúvida alguma, com a participação do MEC, para nos ajudar efetivamente neste debate, assim como vamos chamar a sociedade civil para cá, porque é nosso dever, é nossa obrigação dar essa contribuição efetiva para ajudar no financiamento do PNE.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Deixe-me concluir, então.

Agradeço à Senadora Fátima. Há total acordo e sintonia em relação à valorização dos professores e às metas.

Senador Randolfe, primeiro, eu queria que o senhor agradecesse ao Prefeito de Macapá, Clécio Luís.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Estivemos juntos no sábado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Às 9 horas da manhã, eu estava ligando para ele, porque pegou fogo o quadro de uma escola. Estavam muito preocupados que não houvesse a restituição da luz. Era uma escola estadual. Eu o acionei, e ele, na hora, foi para lá. Você foi junto com ele. Resolvemos a questão. A luz voltou.

Caiu um poste em Ribeirão Preto, e tivemos de subir o poste. Caiu a energia em algumas cidades. Caiu o cabo de energia entre Sergipe e Bahia. Caiu o cabo inteiro, e tivemos de restituí-lo.

Então, você tem de monitorar, no dia da prova, também a energia e a água. Em algumas escolas, há problema de abastecimento de água e de segurança. Enfim, é uma operação de guerra muito complexa.

Agradeço a V. Exª e ao Prefeito. Fiquei de visitar o Amapá. Agora, estou mais compromissado ainda em estar lá o mais brevemente possível.

Concordo inteiramente com a reflexão sobre a questão do tema da redação. Acho que é uma contribuição, uma reflexão sobre uma agenda que o Brasil precisa superar. Não podemos aceitar isso e nos acomodar com essas condições.

Já falei sobre a questão da Simone de Beauvoir. Acho que, ao dizer que não se nasce mulher e que a pessoa se torna mulher ao longo da vida, ela está falando da construção do lugar, da cidadania, da participação da mulher na sociedade contemporânea ao longo da história. Somos um Brasil em que, até a década de 30, as mulheres não votavam e em que, até 1962, a mulher era juridicamente relativamente incapaz, ela estava um pouquinho acima das crianças, dos povos indígenas, dos loucos, que são absolutamente incapazes. Ela era relativamente incapaz, não tinha nenhum direito. Só foi reconhecido algum direito com a Lei do Divórcio muito mais tarde.

Então, acho que o Brasil precisa olhar a condição da mulher e discutir isso. É evidente que o Enem não pode ser o "Exame Nacional da Educação Marxista"! Não o é. Não o será jamais. Mas, enquanto estivermos lá, também não será o "Exame Nacional da Educação Machista". Nós viemos para mudar essa cultura. (*Palmas*.)

Então, precisamos mudar essa visão.

Sobre a biblioteca nas escolas, neste ano a prioridade é o Programa Nacional do Livro Didático, o PNLD. No ano que vem, serão os anos finais, mas está mantido o programa. Há o problema de administrar os recursos devido às nossas dificuldades.

Sobre a alfabetização, concordo integralmente com V. Exª. Há duas exigências neste ano. Uma delas é colocar todas as crianças de 4 anos e de 5 anos na escola. São 700 mil crianças que estão fora da escola. Essas crianças na pré-escola são os filhos da pobreza. Então, uma criança filha de uma mãe não letrada tem, em média, um vocabulário que é um terço daquele obtido numa família letrada. Então, quando ela vai ser alfabetizada, ela não tem como aprender a ler e a escrever o que ela não fala. Então, a pré-escola ajuda a criança a desenvolver o vocabulário e as habilidades não cognitivas, a aprender a disciplina da escola, o material pedagógico. Enfim, isso é fundamental para melhorarmos a alfabetização, não só a alfabetização adulta. Vinte e dois por cento das crianças não aprendem a ler e a escrever até 8 anos de idade na escola.

Vou mostrar o Estado de V. Exª. Vamos dar uma olhadinha nisto aqui: é um quadrinho para colocarmos no quarto, para, todos os dias, antes de dormir, pensarmos um pouco nisso. Vou entupir vocês com informação, mas isso ajuda, para que eu não precise falar isso de novo em todas as audiências a que eu vier. Olhem lá! No Amapá, 44% das crianças não aprendem a ler e a escrever até 8 anos de idade. Quanto à leitura, 59,8% das crianças não aprendem a ler e a escrever até 8 anos de idade.

Em Matemática, 82,9% não aprendem o que deveriam em termos do início da aritmética e da matemática até os 8 anos de idade.

Então, precisamos olhar a alfabetização. Damos bolsas para 280 mil professores e professoras alfabetizadores, mas isso não está resolvendo o problema. Temos o Pibid, mas ele não está resolvendo; temos o Parfor, mas ele não está resolvendo; temos o Programa Mais Educação, mas ele não está resolvendo.

O que identificamos? Setenta por cento desse problema estão em 28 mil escolas. Se atacarmos o problema dessas 28 mil escolas, vamos resolver 70% da aprendizagem de crianças até 8 anos de idade. Vamos ter determinação e criatividade para fazer isso, integrando os programas.

Em relação à população adulta, vamos ter de mexer no EJA. É outra coisa que mostrei. Estamos investindo R$5,6 bilhões no EJA e R$5,6 bilhões do Fundeb, e só 9,4% de quem se matricula concluem a formação. Então, o EJA tem de ser repensado. E só vejo um caminho: juntar a alfabetização e a conclusão dos ciclos com a formação técnica e profissional, que é o que motiva o trabalhador a estudar. A partir do interesse dele em se reinserir no mercado de trabalho e em se qualificar, vamos buscar a escolarização formal, que acho que seria o nosso caminho.

Para encerrar, Senador Lindbergh, quero dizer que a admiração é mútua, bem como a amizade, que é muito grande. Agradeço muito a menção.

Sobre o abono permanência, vamos discutir os critérios. Tenho dúvida se a gente deveria dar 11% de reajuste para o trabalhador. A gente retira a contribuição e, portanto, dá um bônus de 11% para qualquer aposentado que queira continuar no serviço público. Tenho dúvida se isso deve ser automático. Mas, talvez, isso possa ser mantido para algumas categorias estratégicas cujo estímulo interesse ao Estado brasileiro.

Agora, o mais importante é: se não vamos fazer dessa forma, onde vamos cortar? Se não vamos cortar, onde vamos aumentar a receita? Vou insistir: a conta tem de fechar! Agora, não se quer enfrentar a CPMF, não se quer votar juros sobre capital próprio, a Câmara não vota a DRU. Tudo isso está sendo protelado. Vamos ter um problema dramático nas áreas estratégicas, que é saúde, educação e desenvolvimento, no Brasil, e isso vai acontecer daqui a dois meses.

Então, o Congresso precisa se debruçar sobre o tema do Orçamento e sobre a responsabilidade de votar o Orçamento. Acho que é muito importante que a gente o faça.

Termino, agradecendo a todos e saudando também a Carolina, a Cacá, que tirei do Senado para trabalhar lá comigo todos esses anos. Ela já está comigo há 15 anos.

Marcelo Zero também é um grande companheiro, assessor da bancada. Quero agradecer a presença dele.

Saúdo o Gonzaga, em nome dos servidores que permaneceram aqui, na Casa. Ele trabalhou comigo todos aqueles anos na Comissão de Assuntos Econômicos. Enfrentamos grandes peleias. É um grande e competente servidor. Esta Casa está cheia de excelentes servidores.

Por último, tenho os dados aqui da Escola Neusa Mari Pacheco, do Rio Grande do Sul, Estado do Senador Lasier. Pagamos R$11.850,00 do PDDE e R$76.550,00, em 2014, do PDDE e do Mais Educação. Este ano, já pagamos R$76.550,00. E, do ProEMI, pagamos R$56 mil neste ano. Então, uma parte já foi paga; o resto será pago. Vou deixar os dados com ele. Mas, se a escola tem alguma dificuldade, isso não pode ser debitado só nas costas do Governo Federal. Esse é o discurso que, muitas vezes, a gente ouve, mas a nossa participação é complementar, não é essencial. Quer dizer, a rede estadual é de responsabilidade fundamental do Estado, mas temos uma participação, uma complementação. Fazemos tudo o que podemos.

Só há um jeito de melhorar: o voto de vocês no Orçamento. Por favor, preservem o Orçamento, preservem a educação e melhorem o financiamento.

Deixei a sua questão por último, Regina, que, comedora de pó de giz, como eu, colocou a questão da alfabetização: ensinar a ensinar. Acho que esse é o grande desafio das escolas de Pedagogia. Não adianta um professor ler Piaget, teoria e Pedagogia se ele não tem a menor ideia do que é uma sala de aula e de como ele ensina as crianças daquela faixa etária com a qual ele vai trabalhar. Então, parabéns por sua preocupação!

Espero que vocês todos continuem a ajudar o MEC.

Obrigado, Senado. Um bom trabalho! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada, Ministro. Nós queremos agradecer a sua presença, bem como a de toda a sua equipe: o Prof. Luiz Cláudio, Secretário Executivo; o Presidente do Inep, Chico Soares; o Presidente do FNDE, Idilvan Alencar; o Presidente da Ebserh, Newton Lima; o Secretário da Sase, Binho Marques; o Secretário da Seres, Marco Antonio; o Secretário da Setec, Marcelo Feres; o Secretário da SESu, Jesualdo Farias.

Queremos dizer também que a sugestão que o Ministro fez do debate sobre a Base Nacional Comum Curricular já está agendado para o mês de novembro.

Por fim, queremos comunicar que, amanhã, às 10 horas, será realizada uma audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada a debater o transporte de menores de 10 anos e a utilização do dispositivo de retenção para crianças em veículos de transporte escolar, em atendimento aos requerimentos de iniciativa do Senador Dalirio Beber e da Senadora Marta.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada a todas e a todos.

(Iniciada às 10 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 01 minuto.)

ATA DA 18ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE (61ª REUNIÃO); E COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA (35ª REUNIÃO) DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2015.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e dezessete minutos do dia vinte e oito de outubro de dois mil e quinze, na sala de reuniões número quinze, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Dalirio Beber e com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Delcídio do Amaral, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Garibaldi Alves Filho, Gladson Cameli, José Pimentel, Lasier Martins, Marta Suplicy, Sandra Braga, Simone Tebet, Vicentinho Alves, Waldemir Moka, Wellington Fagundes e Wilder Morais, reúnem-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Justifica a ausência o Senhor Senador Hélio José. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a reunião e consulta os Senhores Senadores sobre a inclusão extrapauta do Requerimendo nº 129/2015-CE, que trata da inclusão de um convidado para expor o assunto, objeto da presente reunião, com o que todos concordam e o requerimento é aprovado. Prosseguindo, o Senhor Presidente Eventual, Senador Dalirio Beber, inicia a reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nºs 96 e 129/2015-CE, e nºs 57 e 74/2015-CI, de autoria dos Senhores Senadores Dalirio Beber e Paulo Bauer, ao Requerimento nº 109/2015-CE, de autoria da Senhora Senadora Marta Suplicy e ao Requerimento nº 73/2015-CI, de autoria do Senhor Senador Lasier Martins, destinada a debater o tema "O transporte de menores de 10 anos e a utilização do dispositivo de retenção para crianças em veículos de transporte escolar". Comparecem à Audiência Pública como expositores: Senhor Alberto Angerami, Diretor do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran); Senhora Maria Aparecida Martinelli, Assessora da Diretoria de Avaliação da Conformidade do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Dconf/Inmetro); Senhor Luiz Moan, Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea); Senhor Renato Soares, Presidente da Associação Nacional dos Transportadores Escolares e Passageiros (Atep); Senhor Pedro Januário, Presidente do Sindicato dos Transportadores Escolares de São José e Região do Estado de Santa Catarina (SNETRE/SJ/SC); Senhor Jorge David Salgado (Formiga), Diretor Social da Associação Regional de Transporte Escolar de São Paulo (Artesul) e Senhor Donay Jacynto Neto, Presidente do Sindicato dos Transportadores Escolares do Estado de São Paulo (Sintesp). Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a presente reunião às doze horas e nove minutos do dia vinte e oito de outubro de dois mil e quinze, determinando que eu, Willy da Cruz Moura, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual, Senador Dalírio Beber, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR DALIRIO BEBER
Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Bom dia a todos e a todas!

Iniciamos agora nossa audiência conjunta das Comissões de Educação, Cultura e Esporte e Comissão de Serviços de Infraestrutura, visando tratar de um assunto que tem chamado atenção e preocupado enormemente os segmentos diretamente envolvidos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 61ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação Cultura e Esporte, em conjunto com a 35ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos a audiência, consulto os Srs. e as Srªs Senadoras sobre a inclusão extrapauta de requerimento apresentado por mim visando a inclusão de mais um convidado para apresentar e expor o assunto, digamos, objeto dessa nossa reunião. (*Pausa.*)

Não havendo óbice, farei a leitura do requerimento.

ITEM [N]
Requerimento nº 129 de 2015.

Requeiro, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 96, 2015, da Comissão de Educação, para acrescentar no rol de convidados o Sr. Donay Jacynto Neto, Presidente do Sindicato dos Transportadores Escolares do Estado de São Paulo (Sintesp).

Autoria: Senador Dalirio Beber e Paulo Bauer.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Sim, Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Há um solicitação aqui da Senadora pelo Espírito Santo para incluir o nome do Sr. Fabiano Oliveira, Vice-Presidente da UGTEB Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Como a reunião é conjunta, Senadora Marta, inclusive na Infraestrutura acabamos de fazer aprovação do representante da Artesul, que foi requerimento de sua autoria, apresentado aqui.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Não foi da minha. Foi de outra pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Da Artesul, de São Paulo.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Então, entendo perfeitamente. É impossível. Foi de última hora.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Certo. Temos sete expositores que, com certeza, vamos esclarecer muito esse assunto, para que possamos tomar uma decisão.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Com certeza estaremos bem representados.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Oposição/PSDB - SC) – A presente reunião, convocada na forma de audiência pública conjunta, atende aos Requerimentos nºs 96 e 129/2015, da Comissão de Educação e os de nºs 57 e 74, de 2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, de iniciativa dos Senadores Dalirio Beber e Paulo Bauer e aos Requerimentos nºs 109, de 2015, Comissão de Educação, Cultura e Esporte, de iniciativa da Senadora Marta Suplicy e nº 73/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, de iniciativa do Senador Lasier Martins, para realização da audiência pública destinada a debater o transporte de menores de 10 anos e a utilização do dispositivo de retenção para crianças em veículos de transporte escolar.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

O primeiro de nossos convidados é o Sr. Alberto Angerami, Diretor do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran); Sr. Luiz Moan, Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea); Srª Maria Aparecida Martinelli, Assessora da Diretoria de Avaliação da Conformidade do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (DCONF/INMETRO); Renato Soares, Presidente da Associação Nacional dos Transportadores Escolares e Passageiros (ATEP); Pedro Januário, Presidente do Sindicato dos Transportadores Escolares de São José e Região do Estado de Santa Catarina (SNETRE/SJ/SC); Jorge David Salgado (popular Formiga), Diretor Social da Associação Regional de Transporte Escolar de São Paulo (Artesul) e Donay Jacynto Neto, Presidente do Sindicato dos Transportadores Escolares do Estado de São Paulo (Sintesp).

A todos os convidados agradecemos o fato de aceitarem o convite formulado pelas Comissões no sentido de estarem aqui na manhã deste dia, para aprofundarmos o conhecimento em torno das implicações que a portaria, aliás, que a resolução do Denatran tem, com certeza, preocupado e o impacto que terá a partir do dia primeiro de fevereiro do próximo ano, quando os seus efeitos, ou seja, quando entrará em vigor e passará a ser uma exigência a todos os transportadores de estudantes de 0 a 7 anos e meio, uma vez que ela trata desse assunto.

Temos sete debatedores.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com serviços de interatividade com o cidadão, Alô Senado, através do telefone 0 800-612211 e por meio do Portal e-Cidadania, do Senado Federal, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Portanto, temos um público bastante grande, não só aqueles que estão aqui no nosso auditório, mas, com certeza, no Brasil inteiro, em função de que este evento foi bastante divulgado, e por impactar quase todas as cidades brasileiras que adotam o transporte escolar, com certeza, todo mundo estará acompanhando, ouvindo com atenção as exposições dos nossos convidados, bem como também interagindo, via internet, sobretudo nossos Parlamentares, Senadoras e Senadores, que vão acompanhar no próprio auditório.

Vamos estabelecer algumas regras para permitir que possamos ouvir todos os sete convidados. Em princípio, digamos, um horário que poderia de 10 minutos, mas chegamos à conclusão de que como temos sete debatedores, seriam oito minutos essa exposição. Se for necessário uma pequena tolerância, concederemos, para permitir que, de fato, o assunto seja bem exposto e que todo mundo saia satisfeito da audiência pública conjunta das Comissão de Educação, Cultura e Esportes e da nossa Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Portanto, iniciamos convidando o Sr. Alberto Angerami, Diretor do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) para que fosse nosso primeiro expositor.

O SR. ALBERTO ANGERAMI – Bom-dia a todos!

Sou Diretor do Denatran e, por força da lei, o Diretor do Denatran é Presidente do Conselho Nacional de Trânsito. O Conselho Nacional de Trânsito é um colegiado, tem 11 membros representantes de diferentes Ministérios.

Em 2008, mais precisamente no dia 28 de maio de 2008, foi editada a Resolução nº 277, que entrou em vigor só em 2010. Essa resolução falava e fala ainda sobre os equipamentos de segurança para crianças nos veículos. A exigência dos equipamentos de segurança nos veículos era feita apenas para os carros de passeio. A partir daí, algumas entidades de proteção à criança começaram a mandar representações, requerimentos pretendendo que a medida dos equipamentos de retenção nos veículos de passeio fosse estendida também aos veículos escolares.

Em meados do ano passado, foi para a pauta do Contran uma minuta de resolução para que essa medida fosse adotada. Um dos conselheiros pediu vista e, quando eu assumi a Presidência do Contran, em março deste ano, todos os pedidos de vista foram reexaminados, já que as regras do Contran determinam que os pedidos de vista, os processos, sejam apreciados em 30 dias. Um deles era para que os veículos escolares saíssem da exceção, como táxis, ônibus urbanos, etc.

Tenho algumas representações dessas entidades, uma das quais firmada por 33 entidades idôneas, datada de 21 de julho de 2014. Dentre elas está a Sociedade Brasileira de Pediatria, o Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente, enfim, muitas entidades.

Foram formulados vários itens, entre eles, que seja obrigatória a presença de monitor escolar nos veículos escolares, que haja a melhoria na formação dos condutores do transporte escolar, que seja obrigatória a formação de qualidade do monitor escolar, que seja obrigatória a utilização do veículo micro-ônibus padrão certificado pelo INMETRO, obrigatoriedade do uso de cadeirinha e cinto de segurança, obrigatoriedade da lista de presença das crianças nos veículos, obrigatoriedade de as escolas destinarem locais adequados e seguros para o embarque e desembarque das crianças em frente à escola e sem travessia de vias. Adequação para transporte de crianças com deficiência, pesquisa de dados estatísticos específicos sobre acidentes, pesquisas de testes de impacto para analisar a segurança das *vans* escolares, enfim...

Outro documento foi um ofício encaminhado ao Denatran pelo Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot Monteiro de Barros, em razão de uma instauração de um procedimento naquela Procuradoria, tendo em vista que a Resolução nº 277, de 28 de maio de 2008, não exigia que os veículos escolares possuíssem os equipamentos de retenção para a segurança das crianças.

A instauração desse procedimento se deu em razão de uma representação do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul. Esse procedimento ainda tramita na Procuradoria-Geral da República.

Em razão de tudo isso, foi para a pauta a minuta da nova resolução e editaram-se duas resoluções. As Resoluções nº 533 e nº 541, exigindo que os veículos, as *vans* escolares, os veículos escolares, os ônibus escolares, micro-ônibus escolares possuíssem esses instrumentos de retenção, que todos sabem. Até um ano de idade, o bebê conforto; de um a quatro, a cadeirinha; e de quatro a sete anos e meio, assento de elevação.

A Resolução nº 277 dizia, no art. 1º, que todas as crianças até dez anos de idade deveriam ser transportadas nos bancos traseiros dos veículos. A partir do momento em que foi editada a resolução, nós começamos a fazer gestões sabendo que as *vans* têm cintos de dois pontos, para que os equipamentos fossem...

(Soa a campainha.)

O SR. ALBERTO ANGERAMI – ...ajustados para os veículos com cintos de segurança de dois pontos.

E o INMETRO, na quinta-feira passada estive no Rio de Janeiro e tomei conhecimento, pelo seu presidente, proibia, segundo portaria, que os equipamentos de cintos de dois pontos está sendo revogada e, até o fim deste mês, será revogada. Portanto, não haverá nenhum gasto para os proprietários de *vans*, porque os cintos poderão, esses equipamentos poderão ser usados em cintos de dois pontos.

Quando foi editada a Resolução nº 277, os veículos fabricados até 2000 tinham cinto de segurança de dois pontos. E o INMETRO permitiu que se usassem os equipamentos nesses veículos também com cintos de dois pontos. É bastante seguro. Como as fábricas terão que produzir esses equipamentos, isso vai levar algum tempo e, óbvio, que os transportadores não terão que, de forma açodada, colocar os equipamentos, e o prazo de 1º de fevereiro será, obviamente, adiado.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Queria agradecer a apresentação do Sr. Alberto. E, de imediato, passarmos a ouvir o segundo expositor, a segunda expositora, que será a Maria Aparecida Martinelli, Assessora da Diretoria de Avaliação da Conformidade do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Presidente, queria que V. Exª fizesse minha inscrição aí para que, posteriormente, eu pudesse me manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Oposição/PSDB - SC) – O.k..

Com a palavra, a Srª Maria Aparecida.

A SRª MARIA APARECIDA MARTINELLI – Bom dia a todos!

Serei breve em minha exposição; talvez me atenha ao tempo destinado.

Algumas questões que eu acho importante esclarecer é que a regulamentação para os Dispositivos de Retenção Infantil, que nós chamamos de DRC, no País, ela é compartilhada entre o INMETRO e o Contran/Denatran. Então, cabe ao INMETRO a regulamentação da fabricação e comercialização no País desses dispositivos, e cabe o Contran/Denatran a regulamentação do uso dos dispositivos nos veículos. Então, nós trabalhamos de forma conjunta, as duas instituições.

Em janeiro de 2014, foi aprovada essa Portaria nº 18. Ela aprova o RTQ, que é Regulamento Técnico da Qualidade desses dispositivos, com base na Norma nº 14.400, a NBR, a norma brasileira. E esse regulamento estabelece os requisitos de segurança que esses dispositivos têm que atender. Toda a parte de ensaios aos quais os dispositivos têm que ser submetidos estão listados nessa portaria. Então, são os requisitos de segurança, de desempenho que os dispositivos têm que atender.

Posteriormente, em outubro, foi aprovada uma outra Portaria, a nº 466, que aprova um aperfeiçoamento do regulamento de avaliação da conformidade desses dispositivos. São dois documentos conjuntos. Um estabelece os requisitos de segurança e o outro, o RAC, estabelece como aqueles requisitos vão ser avaliados, como será a amostragem. Então, uma série de procedimentos.

Essa portaria ainda está em prazo de adequação. Nós estabelecemos um prazo de adequação de 36 meses. Então, ela entrará em vigor efetivamente em outubro de 2017. E, quando ela entrar em vigor, ela vai cancelar outras portarias. E a original, que deu início a todo o trabalho em relação aos Dispositivos de Retenção Infantil, é a Portaria nº 38, de janeiro de 2007.

Existem dois artigos na Portaria nº 466, aos quais o Dr. Angerami já se referiu, que estabeleciam uma proibição de comercialização desses dispositivos, cuja fixação fosse feita com cinto de duas pontas. Então, um prazo em junho para fabricantes e importadores e o outro para a comercialização em todo o mercado.

E por que foi feita essa proibição? Como é que o INMETRO interpretou? Ao estabelecer essa Portaria nº 466, o INMETRO procurou fazer em estreita observância ao que estava previsto na Resolução Contran nº 277, de 2008, que estabelece as condições de segurança para o transporte de crianças menores de dez anos e a utilização desses dispositivos.

E essa proibição foi feita em função da avaliação que o INMETRO fez da resolução do Contran, em que havia figuras ilustrativas, havia uma cartilha, em que não aparecia em nenhum momento a fixação com o cinto de duas pontas.

Todavia, essa questão foi esclarecida entre o Denatran e o INMETRO, foi objeto de uma comunicação do Denatran ao INMETRO no sentido de que não há, na Resolução nº 277, nenhum impeditivo para a utilização dos dispositivos sendo fixados com o cinto de duas pontas. E o INMETRO então, nesse entendimento com o Denatran, esclareceu que ele não tem nenhum impedimento em reavaliar a sua decisão para atender a posição do Denatran em relação ao tema, já que o INMETRO tem que se ater aos requisitos do dispositivo, mas o uso, toda a regulamentação do uso, cabe ao Contran/Denatran.

E os artigos da Portaria nº 466, que estabelecia essa proibição, eles estão sendo objeto de uma nova portaria em que serão revogados.

Então são essas as considerações que eu gostaria de fazer, desde que o dispositivo atenda às regras de segurança e, havendo essa determinação do Denatran, ele poderá ser fixado com o cinto de duas pontas.

Bom eram essas as considerações, eu queria agradecer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Nós é que agradecemos à Srª Maria Aparecida Martinelli pela sua exposição, e vamos imediatamente para a ouvida do Renato Soares que é Presidente da Associação Nacional dos Transportadores Escolares e Passageiros – ATEP.

Com a palavra Renato Soares.

O SR. RENATO SOARES – Bom dia a todos!

Bom dia Presidente. Agradeço pela minha participação nesta audiência pública. Eu gostaria de contribuir com esta audiência informando o seguinte: em 2010, quando o nosso amigo, Dr. Angerami, disse que a Resolução nº 277 previa a obrigatoriedade das cadeirinhas para as crianças menores de dez anos, essa mesma resolução também, ela dizia que o transporte escolar...

Desculpe-me, mas há um vídeo que precisa ser passado.

Perdão, Presidente.

(Procede-se à apresentação de Vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Oposição/PSDB - SC) – O.k..

Então, agora, com a palavra o Renato Soares.

O SR. RENATO SOARES – Obrigado, Presidente.

Mas, voltando a falar da Resolução nº 277, que foi editada em 2008 e deveria entrar em vigor em 2010, essa resolução previa, naquela época, sim, a obrigatoriedade de os alunos que utilizam o serviço de transporte escolar fossem transportados em cadeirinhas e nesses assentos elevados.

Naquela época, o Presidente do Denatran era o Dr. Alfredo Peres. Nós tivemos uma reunião com eles e conseguimos demonstrar naquela reunião, a ATEP junto com algumas lideranças nacionais, a dificuldade que nós tínhamos em fazer essa adequação à realidade do transporte escolar. Demonstramos também que o transporte escolar, desde a criação do Código de Trânsito Brasileiro, de 1997, que regulamentou mesmo a questão do transporte escolar, nós tínhamos zero de acidentes.

Os veículos hoje de transporte escolar, que são vistoriados e legalizados, seja através do Estado, seja através do Município, tiveram zero de acidente com vítimas fatais. Quer dizer, é possível melhorar o que já é melhor. Qualquer pesquisa que se faça no Google hoje, qualquer pessoa vai enxergar e ver que os veículos que são realmente regulamentados, os veículos que são vistoriados, os veículos que são autorizados pelo Município ou pelo Estado, esses veículos tiveram zero de acidentes com vítimas fatais. Eu acho que nós podemos construir, sim, um transporte escolar ainda melhor. Podemos melhorar aquilo que já é melhor, mas ainda assim nós temos que entender a dificuldade que existe no setor de transporte escolar.

Agora nós estamos vendo, finalmente, o final de uma história que eu diria, macabra, Presidente, que criaram uma historinha aí dizendo que existia padronização de veículo que alguém tinha que vender uma *van* e comprar um ônibus de 280 mil. Graças a Deus essa história finalizou-se, pelo menos parece que se finalizou. O transportador escolar ficou apavorado entendendo que naquele momento ele tinha que desfazer da sua *van* e comparar um ônibus. E eu não estou aqui falando nada contra ônibus não. Parabéns às empresas que produzem ônibus, que produzem *vans*, que fazem esses veículos seguros. Agora o que não dá é para jogar essa conta para o transportador escolar pagar. O que não dá é que o transportador escolar, que é um serviço privado, que depende de uma contratação entre pai e transportador, que é um serviço que, apesar de ser um serviço coletivo, de uma utilidade pública, mas não é um serviço público, não é um serviço na sua essência, porque não depende de licitação, é uma contratação que existe entre pai e transportador, é uma contratação em que o transportador diz se ele pode pegar o aluno, se ele não pode pegar o aluno... Eu estou dizendo porque essas obrigações que vêm fazendo, que vêm colocando, imputando, ao transportador escolar, vão dificultando e fechando o meio de trabalho.

Hoje um transportador, se ele for obrigado, num primeiro momento, se ele for obrigado a usar um veículo, um dispositivo de segurança, para uma criança de uma determinada idade, ele vai preferir dizer que não pega aquele aluno porque ele não tem como adequar aquilo no sistema.

Como o serviço é privado, não dá para poder dizer que aquele transportador é obrigado a pegar esta ou aquela criança. Ele faz a sua rota, ele é contratado, é um serviço de iniciativa privada, quer dizer, é dizer o seguinte, tratar brasileiros que deveriam ser tratados de forma iguais, diferente.

A pergunta que nós fizemos na época para o Dr. Alfredo Peres, quando a Resolução nº 277 excluiu os veículos de transporte escolar, era a seguinte: "Por que o filho do pobre ele vai num ônibus lotado com 70 passageiros segurando na cadeira, às vezes no colo do pai ou da mãe e o filho do que tem condição, classe média, rico, vai dentro de uma *van* e tem que ir preso num dispositivo de segurança?"

Então é dizer que um grupo de brasileiro precisa ter segurança e que um outro grupo de brasileiro não precisa.

O que nós precisamos aproveitar, esse ensejo de uma audiência pública, Senadores e Presidente, é para entender que o transporte escolar precisa de subsídio do Governo Federal. Nós tivemos aqui em 2002, na Câmara dos Deputados, na primeira audiência pública que nós solicitamos, que a associação nacional solicitou, para dizer o seguinte: "Olha, nós precisamos comprar veículo de transporte escolar com isenção de ICMS. Nós precisamos comprar veículo de transporte escolar financiado pelo BNDES, assim como têm os taxistas, assim como têm os Procaminhoneiros. Nós precisamos de subsídio, porque cada vez que nós conseguimos comprar um veículo que seja mais barato, aí sim nós conseguimos ofertar uma qualidade àquilo que já é melhor".

Volto a dizer: dá para melhorar aquilo que é melhor. Mas nos veículos de transporte escolar legalizados e autorizados pelos Municípios que são vistoriados a cada seis meses, cumprindo o que determina o Código

de Trânsito Brasileiro, foram zero acidentes com vítima fatal, desde 1997, quando foi criado o Código de Trânsito Brasileiro.

Então eu espero ter contribuído, apesar de que eu resumir uma história do transporte escolar, resumir todas as nossas dificuldades, resumir o que o setor precisa para que se coloque no mercado como um serviço de transporte ainda melhor do que já é em oito minutos é muito pouco. Mas eu agradeço a minha participação.

Quero dizer que a associação nacional pode contribuir; quero dizer que nós, como liderança nacional das pessoas que participaram ativamente desse processo desde 2010, estamos abertos para receber mesmo as informações de todo o setor, seja transportador, seja de outras associações, sindicatos, para, juntos, construirmos um transporte escolar que ainda pode ser muito melhor.

Eu agradeço.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Obrigado, Renato Soares.

Antes de nós passarmos ao outro expositor, gostaríamos de agradecer e destacar a presença do Deputado Arnaldo Faria de Sá, de São Paulo, bem como a do Sr. Fabiano de Oliveira, Presidente da União Geral do Transporte Escolar Brasileiro, Espírito Santo; da Kátia Rodrigues, Presidente do Sindicato dos Transportadores Escolares do Estado de São Paulo; o Donay já está na Mesa; o Albenir Nogueira de Souza, Presidente do Sindicato do Transporte Escolar do Distrito Federal; a Eudenice Nascimento, Presidente da Cooperativa de Transportadores Escolares do Distrito Federal; Ivone Rodrigues Frederico, representante da União Nacional de Transportadores Escolares; André Frederico, representante da União Nacional de Transportadores Escolares; Fagner Festa, representante do Sindicato dos Transportadores Escolares de Osasco e região e Rubens do Campo Ribeiro, representante da Cooperativa de Transportes Escolares do Extremo Sul de São Paulo.

Portanto, vamos agora, digamos, ao nosso quarto expositor, que é o Pedro Januário, Presidente do Sindicato dos Transportadores Escolares de São José e Região, do Estado de Santa Catarina.

Com a palavra, por oito minutos, o Sr. Pedro Januário.

O SR. PEDRO JANUÁRIO – Gostaria de cumprimentar o Presidente da Mesa, Senador Dalirio Beber, e estendo os meus cumprimentos ao Senador Dário Berger. É um prazer muito grande, como Presidente do Transporte Escolar do Estado de Santa Catarina, representar não só aquele Estado, mas o transporte escolar do Brasil.

Causa-me estranheza, como transportador escolar, essa decisão do Denatran, decisão essa, do ponto de vista do transportador escolar, como outras que já vieram, a exemplo, em um passado não muito distante, daquela que tivemos acerca da situação dos *kits* de primeiros socorros, onde fala a legislação que nós não podemos nem tocar numa vítima acidentada. Tem que zelar pelo local e dar um conforto. E não muito longe dessa data veio a lei, a resolução do extintor, que praticamente já veio morta. E surpresa, Senador Dário Berger, agora, a situação das cadeirinhas.

O carro, quando sai da montadora, ele passa por um estudo técnico e tem uma engenharia toda em cima desse produto. As próprias considerações da Anfavea para alterar, produzir um novo carro, fazer um estudo, demoram de quatro a cinco anos. Como do dia para a noite vamos alterar esses veículos? E não só isso, o que preocupa o transportador escolar é como vão fazer o transporte com essas cadeirinhas no momento em que não estão sendo usadas? Vai causar mais transtorno ainda. Um objeto solto num veículo ele vem a causar um acidente maior do que ele preso. E não agora com as colocações que fizeram falando que pode ser operado com cintos de duas pontas.

Na realidade, eu acho que estão muito distantes a teoria e a prática, porque nós transportadores escolares estamos vendo a teoria, estamos conhecendo, mas estamos vivendo a prática. E como já falou o nobre amigo, Renato, o índice de acidentes pode-se dizer que é zero. O transportador escolar é um transportador qualificado, os carros passam por vistoria a cada seis meses. Além disso, vamos fazer um raciocínio rápido, breve, Senadora Marta Suplicy. Por que incluir agora no transporte escolar o uso das cadeirinhas? E o táxi, por que não vai usar? O transporte rodoviário, por que não vai usar? Os senhores imaginam uma criança nessa faixa de idade pegar um ônibus em Porto Alegre e ir ao Rio de Janeiro? Vai ter segurança?

Meus amigos, a coisa, a situação é muito mais séria, sabe, Senador Dalirio Beber, do que nós imaginamos. O transportador escolar está preocupado. Não é de agora essa situação, de que vai ser feito um estudo, que estão preparando, que vão prorrogar o uso, isso e aquilo...

Meus amigos que vão prorrogar, vão prorrogar o problema. Nós temos que resolver. Nós temos que trabalhar com a realidade. O transportador escolar trabalha com vida. O transportador escolar transporta o que é mais especial em uma família, que são os filhos. O pai quando contrata um serviço de transportador escolar ele está contratando porque ele conhece, ele sabe que ali é um profissional, é uma pessoa qualificada.

O que o transportador escolar, na realidade, precisa é de incentivos fiscais. Como foi falado, os táxis, as grandes transportadoras têm incentivo, têm isenções. E nós, ao contrário, nós não temos isenções, nós temos cobranças, e cobranças que nós temos que arcar com elas. Você cumpre ou não trabalha.

Então, eu espero, em meu nome e no nome da categoria, que esta Casa, de imediato, solicite a sustação dessa resolução. Não adianta trabalharmos com a intenção de querer prorrogar o problema para resolver. O problema tem que ser resolvido agora. Hoje é dia 28 de outubro. Novembro vem o recesso e entra a resolução em vigor. Não vamos adiar esse problema. Vamos resolvê-lo.

O transportador escolar gostaria que ficasse registrado que não é contra a mudança, não é contra as alterações que venham a somar segurança, é contra, sim, resoluções que ficam muito distantes entre a teoria e a prática. Então temos que analisar o que vai realmente somar, o que vai realmente criar segurança.

Com isso é que o Denatran deveria se preocupar, com a prática da solução. Na verdade, essa resolução veio e já entrou na contramão, porque a categoria não foi ouvida em nenhum momento. Ao contrário, está sendo ouvida a categoria para dizer: "Ah, nós vamos prorrogar, vamos fazer este estudo, vamos fazer isso é aquilo". E na verdade não é isso.

Gostaria de agradecer o espaço ao transportador escolar nesta Casa. Espero que hoje não seja adiada uma decisão, mas seja encaminhada definitivamente a sua sustação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Eu peço aos nossos convidados que se mantenham, porque afinal de contas a nossa audiência aqui visa dar a oportunidade a todos de se manifestarem, e nós conhecermos um pouquinho mais para que os nossos Senadores possam, com base nessa orientação e nesse conhecimento ampliado, tomar as decisões que todo mundo deseja, para poder restabelecer ou manter a paz em um importante serviço como é o transporte escolar.

Então queria agradecer, digamos, a manifestação do Pedro Januário e passar de imediato a palavra ao Jorge Davi Salgado, o popular Formiga, que é Diretor Social da Associação Regional de Transporte Escolar de São Paulo, a Artesul.

Oito minutos para a sua exposição.

O SR. JORGE DAVID SALGADO (FORMIGA) – Bom dia a todos!

Cumprimento o Presidente Dalirio Beber, e, em nome de S. Exª, todos os Parlamentares. Cumprimento todos os condutores que aqui estão, inclusive os que vieram de São Paulo. Quero cumprimentar o Deputado Arnaldo Faria de Sá, que é um guerreiro e que tem nos acompanhado. Cumprimento também as demais instituições e a todos os presentes.

Como foi dito aqui, estamos muito felizes em termos este espaço, espaço que não tínhamos participado ainda. E hoje, graças a Deus, em primeiro lugar, nós aqui estamos.

Como isto começou? Um programa de TV recebeu uma reclamação de uma mãe que exigiu do condutor que colocasse um bebê-conforto para transportar uma criança de um ano. Infelizmente, esse condutor não procedeu de forma correta, porque o correto seria, sim, colocar esse bebê-conforto. Somos a favor da segurança. Tanto é que, por volta de 2008, o Denatran fez uma alteração – e eu vou falar agora por São Paulo, porque não é em todo o Brasil – de que as *vans* poderiam ter 30 pessoas dentro, líquido, 28 crianças. O Denatran entendeu que ali haveria um comprometimento da qualidade do transporte e da própria segurança, e foi reduzido.

Nós não fizemos carreata. Nós não fomos às ruas. Nós não reclamamos. Por que não reclamamos? Porque nos pareceu ser, no mínimo, razoável. Antes de transportadores escolares, nós somos pais, nós temos filhos, alguns têm netos, e você tem o sentimento de segurança dessas crianças. Somos referência de educação. Todo gesto nosso dentro de uma van pode agregar à educação dessa criança alguma coisa ou pode prejudicar. Então, este é um carinho que nós temos no dia a dia.

Nós não estamos de acordo, no caso, que esse condutor relutou e não quis atender esta mãe de forma correta. Porém, após isso, houve uma repercussão grande. Essa repercussão se deu numa velocidade terrível, que nos surpreendeu. Apenas uma ligação aqui para Brasília resultou numa publicação que, ainda que estivesse dentro de uma programação, nos surpreendeu, nos chocou, porque rapidamente estava dito: " a Resolução nº 533 e tal, que incluía as *vans* até 3,5 mil kg.

Inclusive, em algumas oportunidades que alguns condutores tiveram aqui, nós soubemos que não haveria nenhuma alteração que não nos fosse posicionada. Surpreendentemente, na data de 17 de dezembro, estávamos em São Paulo, em uma manifestação, quando fomos surpreendidos pela imprensa dizendo: "Olha, mas e a Resolução nº 541?" Então, ficamos até chateados, porque nós tínhamos notícia de que isso não iria acontecer e aconteceu.

Pois bem, alguns que me antecederam aqui fizeram algumas considerações importantes. Ausência de sinistralidades. Isso é um fato primordial, aplica-se custo de seguro em relação à sinistralidade, ou seja, se ela é zero

ou perto de zero, quer dizer que é um equipamento aprovado. O.k.? É um equipamento aprovado. Nós temos também experiências até de sinistro, Renato. Recentemente, na capital de São Paulo, tivemos três acidentes. Os três acidentes – o pessoal não gosta que comente, mas tem que comentar –, um deles em 16 de junho, quando um carro em fuga da polícia colidiu com uma *van* que estava parada desembarcando uma criança. Havia 14 crianças. Essa criança, que estava já sendo desembarcada, sofreu escoriações leves. Perda total de um veículo.

Na Avenida Angélica, um novo acidente. Um ônibus abruptamente parou, e esse condutor colidiu com a traseira desse ônibus. Havia 13, 14, não sei quantas crianças, mas nenhuma teve algum dano físico importante.

Recentemente, no acesso da Avenida Radial Leste, quando uma *van* fazia a curva, a pastilha de freio pulou de onde era acomodada e esse carro virou. Graças a Deus, mais uma vez, houve ausência de dano físico. Significa dizer que esse padrão de segurança hoje existente é aprovado através da experiência, como vocês muito bem mencionaram. Não há problema.

Ou seja, modernização, Renato, eu acho bacana. Eu gostaria de ter um terno com uma grife. Eu tenho um terno, poderia ter um de uma grife, mas não me permite comprar. Ou seja, eu tenho um equipamento que resolve o problema. Nós temos um transporte que é aprovado, que é seguro. Por que mudar? Por que modernizar uma coisa que você não sabe qual vai ser a experiência ainda? Nós estamos trocando algo seguro por uma possibilidade, a princípio, de melhora do ponto de vista de segurança? Não sabemos. Nós temos certeza é de que esse índice que você disse é verdadeiro. Não dá para questionar. Não tem como questionar.

Eu pergunto a vocês outra situação, operacionalmente falando, nem chegamos a um filme. Você vai de manhã, coloca as crianças pequenas, às 11h30 ou 12 horas leva-as para casa. Você tem algumas cadeiras e você vai ter que resolver esse problema. Se você tira e deixa no carro, você expõe essas crianças a essas cadeiras voarem, alguém brecar ou acontecer qualquer coisa, e essas cadeiras soltas. Não há local onde colocá-las. Então, operacionalmente, ele é inviável, não há nenhuma possibilidade.

Do ponto de vista técnico, nós vimos aí, o veículo não é preparado, os engenheiros disseram isso, ele não tem uma estrutura para isto.

E na própria fala anterior, não no dia de hoje, e pode me corrigir, Sr. Luiz, se não for verdade isso, parece-me que ele disse o seguinte: para preparar esses carros, seria perto de quatro anos, Não é isso? Cinco anos. Então, o que nós pedimos, como categoria? Que seja revogada a resolução. É um equívoco, porque a sinistralidade não desperta a necessidade, ela não sinaliza nesse sentido.

Somos a favor, sim, de políticas que venham ao encontro de necessidades da categoria, que possam inclusive permitir que se invista em equipamentos novos. Somos a favor de ter equipamentos novos. A realidade de hoje do País não permite nenhum custo.

Gente, se a segurança está resolvida, por que vamos criar uma saída, criar uma despesa, criar todo um clima de instabilidade? Nós não temos recurso para mudar hoje qualquer coisa, Renato. Não dá!

Então, o que nós pedimos? Percebemos que o Contran já está sensível. Ele já está sinalizando acerca disso. Pedimos que ele confirme: "Está revogado". Não queremos aumentar o tempo de desespero. Nós não queremos ter mais insônia. O que nós queremos é sair daqui, se possível hoje, com a seguinte solução: "Foi revogado". Acabou! Gente, vamos dormir, vamos programar o Natal, vamos programar o Ano-Novo, podemos fazer alguma coisa. É isto que nós queremos.

Diante de tudo que está colocando aí, o que nos resta somente é agradecer a sensibilidade de todos os políticos que têm se envolvido com a questão, que estão cada vez mais buscando informações e convictos. Somos a favor da segurança e pedimos essa resolução o quanto antes.

Eu agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Agradecemos a manifestação e a exposição do Jorge Davi Salgado, o Formiga.

Passamos, de imediato, a palavra ao Donay Jacynto Neto, Presidente do Sindicato dos Transportadores Escolares do Estado de São Paulo – Sintesp.

O senhor tem oito minutos para a exposição.

O SR. DONAY JACYNTO NETO – Obrigado, Presidente.

Bom dia a todos os Senadores e Senadoras, ao meu amigo Arnaldo Faria de Sá, grande companheiro, combativo nas nossas causas. Não é só esta, não é Arnaldo, há várias aí do transporte escolar em nosso Estado e na nossa cidade de São Paulo.

Na verdade, Presidente, eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer a cada uma das lideranças aqui presentes do transporte escolar do País, porque sem elas e sem essa organização que se formou em torno dos temas que envolvem o transporte escolar no País nós não estaríamos aqui hoje.

Eu gostaria muito de lembrar que nós somos aproximadamente 100 mil veículos de transporte escolar no País. Esta é uma frota muito significativa, que, como já foi dito aqui, infelizmente, não goza de nenhum be-

nefício ou incentivo fiscal para renovar essa frota, nem do ponto de vista do veículo, nem do ponto de vista de incentivo do Sistema Financeiro Nacional. O nosso recurso é oriundo do sistema privado. Nós temos que recorrer aos bancos privados e não temos também nenhum tipo de linha de crédito especial para renovação da nossa frota.

É fundamental lembrarmos e reforçarmos toda a questão que foi levantada aqui do ponto de vista de baixíssimos índices de sinistralidade, e que o veículo de transporte escolar, a categoria, todos os envolvidos nesse processo do transporte escolar defendem a segurança dos nossos alunos acima de qualquer coisa.

Eu hoje desafio qualquer um a me provar qual categoria, no sistema de transporte deste País, que zela mais pela segurança das nossas crianças do que nós?!

Colocado isso, é fundamental buscarmos na memória algumas situações que foram criadas por nós mesmos. Na década de 80, quando toda a regulamentação do transporte escolar se deu no País, no Estado de São Paulo, nós tivemos o pioneirismo da nossa querida Líder Lurdinha, que encaminhou uma série de ações junto ao Detran de São Paulo, para homologar uma série de dispositivos que hoje são recorrentes no meio, mas que à época eram absolutamente novidade, desde os veículos tipo Kombi até os micro-ônibus e ônibus que eram usados.

Depois, com a homologação e a chegada dos veículos importados, ouviu, Formiga, que na década de 90 deram um *up* do ponto de vista de melhoria no conforto e na qualidade dos veículos, a Lurdinha ajudou pessoalmente a homologar cada uma daquelas *vans* que chegaram ao País. Eram veículos novos, importados, que vinham com a necessidade de homologar capacidade. Aí, nós subimos e conseguimos, numa luta incessante, aumentar a capacidade de crianças transportadas em cada um desses veículos. Contudo, no final das contas, nós avolumamos e incorporamos na categoria do transporte escolar a excelência do ponto de vista de equipamento veicular.

Hoje, os nossos veículos, as nossas *vans,* sejam de qualquer tipo, contam com um aparato legal que nos cerca, além das vistorias, de equipamentos como o tacógrafo, que é um equipamento que registra a velocidade e todas as oscilações do veículo. Nós brincamos que é a nossa caixa-preta, não é, Formiga? Temos uma caixa-preta dentro do veículo de transporte escolar, que é o tacógrafo. Temos a questão dos cintos, que, antes mesmo de ser uma obrigação no Código de Trânsito Brasileiro, já era uma obrigação para todo veículo de transporte desde a década de 80. Temos toda uma questão de sinalização externa, que já deu uma caracterização e uma padronização para os nossos veículos. Qualquer veículo de transporte escolar no País devidamente legalizado e regularizado conta hoje com uma identidade visual explícita, como é uma ambulância, como é qualquer outro tipo de veículo.

Cercado de tudo isto, o que nos coloca hoje em pauta aqui, e fundamentalmente me preocupa muito, e nós já expressamos isso para o Dr. Angerami na audiência pública que houve na Assembleia Legislativa, em São Paulo, é o fundamento de base para esse tipo de situação que ocorre.

Infelizmente, não é feita uma discussão séria, profunda e oportuna dos tipos de veículos homologados ou que recebem o CAT emitido pelo Denatran aos fabricantes. Nós precisamos discutir isto, na íntegra e na base. Por quê? Todo esse tipo de problema hoje, além das questões que já foram colocadas aqui – operacionalmente não dá, o custeio é difícil, a questão do dia a dia vai ser complicada, e nós ainda não sabemos se a segurança efetiva está garantida, porque só temos veículos aí de duas pontas –, o que está colocado é que o desenvolvimento de engenharia das *vans* e dos veículos que são fabricados no País precisa sofrer um estudo sério. Nós precisamos de veículos destinados e fabricados com uma concepção que garanta ao transportador escolar o acesso barato a esse tipo de veículo, com a segurança que ele já tem hoje.

Então o que solicitamos aqui hoje? Na verdade, fazemos um apelo aos Srs. Senadores e Srªs Senadoras.

Senadora Marta, a senhora voltou aqui, e eu gostaria muito de agradecer a participação da senhora e o espaço que está sendo dado aqui, através desta Comissão.

Eu gostaria que pudesse ser realizado, de verdade, um estudo e um planejamento nacional, para que as questões do transporte escolar, seja no Denatran, seja no Contran, seja no Ministério da Educação, contem com a participação de quem opera. Nós não palpitamos, infelizmente. Nós somos agentes coadjuvantes nesse processo. Nós gostaríamos de participar disso.

O Dr. Alberto Angerami, sensivelmente a essa proposta, colocou-se à disposição, inclusive lá na Assembleia Legislativa, para que, na próxima reunião do Contran, pudéssemos estar lá representados. É um passo importante para nós. Mas de qualquer forma, nós gostaríamos, num plano futuro, de corrigir esse problema na base, que era efetivamente ter nas câmaras temáticas, principalmente na Câmara Temática de Veículos, que existe no Contran, representantes dos operadores de transporte escolar. Existem n representante de n segmentos no Contran, nessa câmara temática específica. Por que não um representante, em nível nacional, do transporte escolar, que pudesse ali, ele e um suplente, dar voz às nossas necessidades?

E que pudéssemos antecipar, Senador, essas questões que hoje estão nos afligindo.

Volto aqui e reforço o pedido que foi feito por cada um dos colegas que são aqui do segmento, representando parte do transporte escolar do nosso País. Do jeito que está hoje não pode! O caminho é pela revogação do que está aí colocado. Nós precisamos começar a voltar para a prancheta de estudos e redesenhar todo e qualquer tipo de exigência que vai ser feita ao transportador escolar antes de ela acontecer.

Nós estamos aqui à disposição. Nós nos mobilizamos, vimos, pegamos avião. Alguns vêm de ônibus, outros vieram de *vans* à audiência pública que houve na Câmara dos Deputados, e o Deputado Arnaldo Faria de Sá tanto nos ajudou naquele dia. Nós nos disponibilizamos, só precisamos ser convocados, acionados. Precisamos ter essa participação efetivamente garantida.

Então, mais uma vez, eu gostaria de colaborar. Faço minhas as palavras de todos os colegas, que se expressaram aqui muito bem. E eu acho que este registro precisava ficar em pauta: que a segurança do transporte escolar, a segurança das crianças que nós levamos está acima de qualquer questão. Ninguém defende mais a segurança dos nossos alunos do que o transportador escolar, que opera isso todos os dias.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Obrigado, Donay Jacynto Neto, por sua exposição bastante brilhante, didática.

Antes de nós passarmos ao sétimo expositor, eu gostaria de destacar a presença do Senador Garibaldi Alves, que é o Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura. Já pela manhã, muito cedo, ele convoca todos os Senadores para produzirem aquilo que deve ser apreciado, discutido e aprovado naquela Comissão. É uma honra tê-lo aqui nesta reunião conjunta das duas Comissões.

Eu gostaria apenas de informar que aqueles que estão nos assistindo pela internet fizeram mais comentários do que perguntas. Mas é importante que se nominem aqueles que buscaram pelo menos fazer comentários a respeito da nossa audiência pública.

O Hélio Meneses, de São Paulo, comentou: "O veículo escolar é o meio de transporte mais seguro do Brasil. Veja mais notícias no nosso portal."

Anna Flávia Schmitt Wyse Baranski, de Santa Catarina: "Deveria existir transporte escolar exclusivo para menores de dez anos."

Isabel Cristina Gregório, de São Paulo:

> "Aqui no Brasil, temos a cultura 'dos males o menor', porque, se a criança for utilizar nosso maravilhoso transporte coletivo, ela vai esmagada, a contenção é feita pelo excesso de pessoas esmagando a criança. Discutir que transporte coletivo não é transporte de gado não rola, não é?" (*Risos.*)

E Marcos Domingos Greco, de São Paulo, diz:

> Trabalho com transporte escolar há mais de 28 anos, no trajeto das 11h20 às 13 horas. É um entra e sai de crianças de todas as idades no meu veículo. Se for preciso mudar esses dispositivos sempre, vai ficar impraticável. Já há os cintos de segurança. [E ele ainda afirma] Nos Estados Unidos, os veículos escolares não usam.

Então, estas foram as manifestações dos nossos internautas.

Vamos à sétima exposição, para depois fazermos o debate com os nossos Senadores aqui presentes.

Com a palavra o Sr. Luiz Moan, que é o Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – Anfavea, para a sua exposição.

O SR. LUIZ MOAN – Bom dia a todos e a todas!

Permita-me, Senador Beber, na sua pessoa, cumprimentar todos os Srs. e as Srªs Parlamentares presentes.

A Anfavea tem se preocupado bastante com a questão de segurança no transporte. Estamos participando de vários diálogos, sempre pregando o adequado planejamento, para que evitemos a tomada de medidas que depois tenhamos que retornar.

A questão do transporte escolar não é exclusiva do transporte escolar. Nós temos a questão dos ônibus. E aqui eu quero aproveitar e dizer que nós dizemos "*van*", não existe essa figura no Código de Trânsito. Quando falamos micro-ônibus e ônibus, o micro-ônibus abrange esses veículos que popularmente chamamos de *van*. Por isso, para toda a regulamentação técnica, nós falamos em ônibus e micro-ônibus.

Mas nós temos problema também na frota de automóveis. Nós temos uma frota de automóveis bastante antiga, que utiliza-se ainda de cinto de dois pontos.

Então, dentro desse planejamento, dentro dessa visão, várias discussões que nós tivemos, inclusive com várias entidades governamentais, eu queria saudar aqui a posição do INMETRO de voltar a permitir não somente a certificação, como a produção de dispositivos de retenção complementares para cinto de dois pontos. Assim

como acabei de ouvir agora do Diretor Angerami, a disposição do Contran de suspender essa portaria até que haja um tempo suficiente para essa produção.

E eu queria dizer o seguinte: como proposta da Anfavea, eu acho perfeito sempre pensarmos num potencial de melhoria da segurança no transporte. O dispositivo de retenção complementar para o cinto de dois pontos, eu queria chamar a atenção, que ele será importante para ônibus, para os automóveis mais antigos, assim como para o transporte escolar, com uma condição: por que não um dispositivo de retenção complementar de cinto de dois pontos individual? O que quer dizer o seguinte: o pai da criança tem o seu próprio dispositivo. Eu acho que essa seria uma saída planejada, fruto de um diálogo bastante profundo, como a Anfavea nós fizemos. E, se essa criança, um dia, tiver que pegar um ônibus, como foi citado aqui, de Porto Alegre para o Rio de Janeiro, ela tem o seu próprio dispositivo para utilizar nessa viagem interestadual.

Então, nós, da Anfavea, achamos importante que esse diálogo continue, achamos importante a disposição do INMETRO de voltar a permitir a certificação e a produção de dispositivos de retenção para o cinto de dois pontos. Gostamos muito da sua palavra, Diretor Angerami, de suspender a aplicação dessa portaria nesse momento, para que haja possibilidade de as indústrias produzirem adequadamente um volume para esse novo dispositivo de retenção.

E a nossa proposta da Anfavea é que esse dispositivo seja de caráter individual, que o pai que deseja proteger a sua criança compra, como ele compra hoje um bebê-conforto, como ele compra hoje uma cadeirinha para o seu automóvel. Então, eu acho que essa seria a grande saída que nós poderíamos, como Anfavea, propor para essa questão. Volto a dizer, não apenas transporte escolar, mas também para o transporte de ônibus e como transporte via automóveis mais antigos, que só dispõem do cinto de dois pontos.

Essa é a contribuição, Senador Berger, da Anfavea a essa discussão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Muito obrigado ao Presidente da Anfavea, Sr. Luiz Moan, pela sua contribuição aqui, nesta reunião conjunta das nossas duas Comissões, de Infraestrutura e de Educação.

Na sequência, digamos, em que pese o Regimento Interno não prever, o Deputado Arnaldo Faria de Sá pediu, digamos aqui, pelo menos uns dois minutinhos para uma pequena participação nesta nossa reunião das Comissões em conjunto.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB - SP) – Senador, eu queria cumprimentá-lo e também todo o Senado por essa preocupação.

Nós tivemos uma audiência na Câmara, tivemos uma lá em São Paulo também. O Dr. Angerami já disse que está disposto a suspender a aplicabilidade da resolução, o que é importante. Na verdade, ele não pode decidir sozinho, porque ele é, cumulativamente, Diretor do Denatran e Presidente do Contran. Ele vai levar a proposta, e os pares do Contran é que dele decidem. Acho que é possível isso.

Eu só não entendi uma coisa que o Luiz Moan falou: individual, proteção individual. Isto é que eu não entendi: onde vai fixar essa proteção individual no veículo?

O SR. LUIZ MOAN – Cada proprietário, cada pai de um filho que está no transporte escolar compra o seu próprio dispositivo de retenção, que é, pelo que nós vimos, um dispositivo portátil. Ele leva e, ao sentar a criança no carro, prende com o cinto de dois pontos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB - SP) – Logicamente, eu acho que a solução é aquela proposta do Dr. Angerami, de suspender. Isso é o importante.

Queria cumprimentar o Donay, cumprimentar o Formiga, cumprimentar o Renato e o Pedro, que fizeram exposições extremamente importantes. Queria mandar um abraço do tio Rubinho, lá do extremo sul de São Paulo, e digo que nós queremos resolver, porque, na verdade, fevereiro está aí. Se não dermos uma solução agora, com o final do ano se aproximando, todo o mundo vai ficar sem saber o que fazer. E, na verdade, quem tem que decidir essa questão é o Denatran, o Contran. Espero que o Diretor Angerami faça isso. Do contrário, tanto o Senado aqui, a Senadora Marta Suplicy apresentou um projeto de licitação, lá na Câmara também, apresentamos um projeto de licitação e espero que não precisemos decidir dessa maneira.

Rapidamente, queria cumprimentar o Senador Dalirio Beber pela Presidência de uma audiência extremamente importante e, certamente, nós, adultos, estamos mais preocupados com as crianças do que se possa imaginar.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Obrigado, Deputado Arnaldo.

Também gostaria de destacar que o primeiro requerimento apresentado por esta audiência foi também de iniciativa do nosso Senador Paulo Bauer, que foi Secretário de Estado da Educação e, por isso, digamos, ele conhece muito bem o assunto. Infelizmente, hoje a agenda dele não permitiu que ele aqui estivesse, até para contribuir com outras informações que a experiência lhe proporcionou.

E, na sequência, com a palavra a Senadora Marta Suplicy, que também é autora de requerimento e da proposição do decreto legislativo, para questionar os nossos expositores.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Primeiro, eu quero parabenizar todos os expositores. Peço desculpas, porque eu tive que me ausentar, porque nesta Casa é tudo muito corrido. Havia um projeto de interesse de São Paulo em outra Comissão, e eu tive que ir. Valeu a pena ter ido. Mas deu para ouvir suficientemente alguns dos expositores, para ter uma opinião da importância dessa audiência, porque a principal preocupação, eu acredito, de todos nós, é a segurança da criança, a segurança, no meu caso particular, dos netos, mas a segurança, de quem está nos assistindo, dos filhos e das crianças brasileiras como um todo.

O transporte público e o transporte privado escolar é extremamente útil, porque muitas de nossas crianças, principalmente em grandes metrópoles, não têm como se locomover até a escola. E aí dependem muito, muito, de um transporte escolar. E essa questão, por isso, está em pauta hoje.

Primeiro, eu vou começar parabenizando o Diretor do Denatran, Alberto Angerami, pela sua posição em compreensão em sustar o que estava sendo exigido para 2016, essa adaptação seria impossível ter um êxito.

Depois, digo que achei muito interessante, porque estive conversando, a partir dessa audiência, com os transportadores escolares, e foi mencionado aqui, e eu achei muito importante, para dar clareza ao que nós estamos discutindo, o zero de fatalidade no transporte escolar. Olha, nós estamos falando de números altíssimos de acidentes no Brasil. É zero! Zero é zero, gente! Não teve nenhum acidente. Acidente com lesão grave, até onde eu saiba, nenhum também. Então, isso é muito importante levar em consideração.

E eu quis saber como são esses transportes escolares, pelo menos os da minha cidade e, pelo que eu pude entender, já existe um banco – o banco não é reto, não é um banco como o de um micro-ônibus ou uma *van* –, mas é um banco em que a criança senta, mas tem um lugarzinho para pôr o pezinho, e ele é mais curtinho. Então, ele é adaptado para criança, ele já é adaptado para criança. E é um ônibus, pelo menos na cidade de São Paulo, que é obrigado a andar a 30 por hora. Talvez isso também tenha ajudado, e também a responsabilidade dos condutores escolares, no sentido de levar 20 crianças, uma coisa muito séria, tenha levado a essa diminuição muito sensível de acidentes.

A partir dessas constatações todas, eu também ouvi quando o Donay Jacynto Neto colocou, e eu achei muito adequada a sua preocupação, a sua proposta da participação de todos que trabalham na área terem, pelo menos, uma suplência, alguma fala. Porque o que eu percebo das resoluções que vêm para o que as pessoas vivem no cotidiano são anos-luz. Não tem nada a ver. Eu até falaria, eu pediria, também, mais consultas com as mães, que são as interessada. Porque eu fiquei pensando – e posso estar enganada, porque não sou uma *expert* nisso –, mas, se você puser a cadeirinha – é isso o que está sendo sugerido – não vai dar uma bela de uma confusão? Cada vez que for entrar uma criança: põe; tira.

Eu lembro, quando os meus filhos usavam transporte escolar, pequenininhos, e eu mesma usei transporte escolar, eu lembro que, às vezes, mudava o tipo de trajeto e levava-se uma hora para chegar em casa. Isso não vai acarretar também um tempo muito maior de locomoção para cada criança: tirar e pôr; tirar e pôr; tirar e pôr? Gente, vocês já imaginaram uma criança de 2, 3, 4 anos, 5 anos, 6 anos, ficar 40 minutos em uma *van?*

No entanto, se forem inventar tudo que estão querendo inventar para algo que está funcionando, e nós estamos vendo turbulência sendo criada, eu acredito que é muito difícil ser a favor de algo que vai trazer "novidades" – entre aspas – numa área que a segurança até agora não mostrou nada de equivocada. Foi trazido por internauta que até nos Estados Unidos não existe isso de "cinto assim, ou cinto assado". Então, eu fico, muito, querendo saber mais e fico muito na dúvida de tudo isso que está sendo produzido.

Nós já tivemos o kit de primeiros socorros, depois nós tivemos aquele do incêndio, agora estão inventando a cadeirinha, Deputado, para depois "desinventar" tudo e dizer que não precisa. É muito sério! Nós estamos falando que existem pessoas que dão a sua vida nisso, que trabalham cotidianamente há anos, que investiram todas as suas economias para comprar veículos dessa natureza e que são satisfatórios até hoje. Não há nada de acidente para falar que tem que ser mudado. De onde vem essa criação? De onde vem essa exigência? De onde surgiu essa brilhante ideia? Essas são as perguntas que eu gostaria que fossem respondidas. Eu gostaria, se alguém da Mesa souber, diga-me de onde vem essa brilhante ideia de se fazer tudo isso.

E aí vejo a animação do Sr. Luiz Moan que diz: "Olha, nós podemos fazer, nós vamos poder fazer os estudos, vai demorar alguns anos." Eu gostaria de perguntar, primeiro, antes de tudo, e não sei se é uma pergunta ao Sr. Angerami agora: eu não sei, mas deve haver – imagino –, no Denatran, condição de fazer os estudos ou os pré-estudos adequados para saber se nós temos que fazer esse investimento. É muito complicado um investimento desse. É muito grande, tanto para a própria Anfavea criar isso, como para obrigar a todos os condutores escolares. E seria interessante saber se, realmente, vale a pena esse esforço. Se der que vale a pena e que fará uma diferença extraordinária, aí nós temos que pensar na outra etapa: como nós vamos financiar isso? Porque eu acho que o que foi levantado aqui é justíssimo também. Você não vê nenhum transportador

escolar que está numa situação muito nababesca para poder simplesmente ir no banco e trocar o seu veículo. A maioria está pagando o seu veículo por causa de todas as dificuldades econômicas, inclusive no transporte que é de prefeitura e no que é privado. Pois, vá fazer um empréstimo nos bancos hoje para ver como é que é!

Então, eu acho que todas essas ponderações deverão ser levadas em conta antes de partirmos açodadamente: "Não, a Anfavea vai fazer o projeto e daqui a quatro anos está pronto." Não é assim – não é?

Eu acho que essas questões são muito sérias e é preciso muita maturidade para que a gente possa resolver.

Muito obrigada. Era isso o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Senadora Marta, eu acho....

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Desculpe-me, Dalirio, eu esqueci uma coisa: eu ainda queria falar que eu fiz essa proposta, o PDS 374, que susta a resolução do Contran. E queria fazer aqui um pedido, de público: se V. Exª pode ser o Relator na Comissão de Justiça?

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Com certeza, com certeza.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Ótimo! Teremos um bom Relator. E isso deve voltar para a Câmara e aí já vamos poder contar com o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

E a outra questão, também, que eu gostaria de colocar é que fiz um PLS, o Projeto de Lei nº 693, para alterar o Código de Trânsito para o Contran poder, antes de fazer qualquer resolução – porque a nossa experiência tem sido, assim, bastante desagradável para população, e, aí, eu digo, brasileira, citando novamente os primeiros socorros, etc. –, que tenhamos sempre uma audiência pública, antes de qualquer resolução que impacte desta forma, como o *kit* e coisas variadas, a população brasileira.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Antes de o representante do Denatran se manifestar aqui, eu gostaria de perguntar a V. Sª, para clarear um pouquinho. Primeiro, com relação ao INMETRO: se ele permite, agora, o cinto com dois pontos de fixação. E a outra seria quanto à iniciativa de sustação dos efeitos dessa resolução: quanto tempo levaria? Porque nós temos o trâmite normal do decreto legislativo, que terá que passar aqui e também na Câmara. Mas havendo, digamos, disposição e iniciativa do próprio Conselho Nacional de Trânsito, em quanto tempo nós poderíamos contar com essa manifestação da sustação?

O SR. ALBERTO ANGERAMI – Muito bem. A próxima reunião do Conselho vai ser dia 17 de novembro – o próximo mês. E vai ser colocada em pauta essa questão do adiamento, em primeiro lugar.

Quando se edita uma resolução, são ouvidos órgãos técnicos do próprio Contran, que dá respaldo ao Denatran – aliás, do Denatran, que dá respaldo ao Contran. E, além disso, nós temos as câmaras temáticas que são compostas por pessoas da sociedade civil, técnicos, *experts* nos assuntos tratados, que analisam, para que nós possamos editar um ato administrativo, que é a resolução.

Além do mais, nós temos um fórum consultivo, que foi restabelecido no Denatran, que são pessoas de todos os Estados ligadas ao trânsito. E quando vamos colocar em pauta uma resolução, uma minuta de resolução, o fórum consultivo dá o aval ou não, autoriza ou não. Eu estou aqui com o meu engenheiro, o Milton, que é quem tratou do assunto "cadeirinhas" e que é um especialista em equipamentos de segurança nos veículos.

Na realidade, desde que foi editada a Resolução nº 277, os pais – muitos pais, e as redes sociais mostram isso – diziam: "Por que nós temos que transportar com tanto zelo os nossos filhos e os veículos escolares não são obrigados a usar esses equipamentos de retenção?" Essas perguntas eram feitas dezenas, centenas e milhares de vezes. Óbvio que nós fomos instados a tomar uma providência porque recebemos várias representações de entidades de proteção às crianças.

O nosso objetivo maior, hoje, lá no Denatran, é preservação de vidas porque o número de acidentes no trânsito brasileiro chega a ser uma catástrofe: são 50 mil mortos...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB - SP) – O trânsito em geral – não é?

O SR. ALBERTO ANGERAMI – O trânsito em geral.

Nós não podemos raciocinar só em termos de São Paulo. O que vem acontecendo no Brasil inteiro com relação a acidentes é realmente de se assustar. Na Guerra do Vietnã, em 13 anos, morreram 58 mil soldados. Aqui, num ano, morre o equivalente a isso. São 50, 51 mil pessoas. Então, o nosso grande trabalho é a preservação de vidas.

E temos recebido recomendações, quase que diárias: "Não mexam no bolso do trabalhador."

Eu sou apenas um profissional, não sou a filiado partido político nenhum, e estou tentando buscar, com as minhas ações, o bem comum, sempre. Óbvio que eu estou aberto ao diálogo, só não compareci na Câmara porque eu bati o joelho e não podia andar. Mas eu estou sempre pronto a discutir. Ninguém é dono da verdade, nós voltamos atrás, e todas as ponderações que estão feitas estão sendo feitas aqui vão ser bem analisadas, inclusive em São Paulo – eu disse.

E convidei representantes da categoria para participar, sim, como ouvintes da reunião do Contran. É um colegiado: eu não decido. Eu posso expor a minha opinião, mas são os membros do Contran que vão decidir. Eu estou muito sensível com tudo aquilo que foi colocado – e são pessoas idôneas, pessoas que colocam bem as coisas. Então, nós vamos, sim, acertar, da melhor maneira possível. Porque o grande objetivo de todos... Os meus filhos, cinco filhos, usaram o transporte escolar, afeiçoaram-se ao transportador. Eu sei que os transportadores escolares afeiçoam-se aos alunos, aos estudantes, às crianças; sentem saudades durante as férias. Uma vez, fui surpreendido pelo meu transportador escolar, que me disse: "Puxa, eu estava com muita saudade dessas crianças durante as férias!" Então, eu sei que é uma categoria esclarecida, ponderada, e nós temos tido um diálogo respeitoso e vamos continuar com esse diálogo respeitoso. Nós queremos o melhor. Todos nós buscamos o quê? A segurança das crianças, e isso vai acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Oposição/PSDB - SC) – A seguir, vamos ouvir o nosso Senador por Santa Catarina, Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Bem, Senador Dalirio, preliminarmente, eu quero saudar a todos os expositores e cumprimentar os autores do requerimento do qual V. Exª faz parte junto com o Senador Paulo Bauer e com expressiva, também, contribuição da Senadora Marta Suplicy, a quem eu também quero cumprimentar.

Bem, eu quero saudar de maneira especial os expositores, na pessoa do meu prezado amigo, Pedro Januário, que representa o Sindicato dos Transportadores Escolares de São José e Região. Esse Município foi o Município que eu tive a honra de dirigir os seus destinos por dois mandatos consecutivos, e evidentemente que muito me honra observar aqui a presença do Pedro Januário representando os interesses daquela comunidade no tocante, sobretudo, ao transporte escolar.

Bem, indo direto ao assunto, para entender de maneira mais objetiva o conteúdo e os nossos interesses com relação a esse assunto aqui – sobretudo para quem está nos assistindo através da TV Senado, através da Rádio Senado, através das redes sociais das quais já tivemos inúmeras participações –, é bom que a gente explique um pouquinho mais didaticamente o objetivo desse nosso encontro.

Esse serviço, pelo o que eu percebo, é um serviço que opera através de credenciamento dos órgãos municipais e dos órgãos de controle de trânsito, propriamente dito. Então, eles recebem uma autorização da prefeitura e efetivamente começam a operar. E esse serviço, pelo o que eu percebo – e como prefeito que fui, tanto da cidade de São José, como da cidade de Florianópolis, e como a Senador Marta Suplicy também foi uma extraordinária prefeita e tem conhecimento –, essa questão das crianças, sobretudo das crianças, é uma preocupação essencial do gestor público, sobretudo com relação a esse serviço que é fundamental e de complementação, vamos dizer assim, da educação das nossas crianças e dos nossos jovens.

Pois hoje eu fiquei impressionado com o fato de que circulam no País mais de 100 mil veículos de transporte escolar. Isso representa um vetor importante na economia do País, na geração de emprego, de renda e de oportunidades.

E o que mais me deixou tranquilo nessa audiência pública, Senadora Marta Suplicy, é que nós não temos informações de incidentes ou de acidentes graves que pudessem ensejar, de nossa parte, uma alteração abrupta dos procedimentos que estão em andamento até hoje.

Bem, de forma que eu quero, aqui, expressar a minha preocupação com relação a esse assunto. E quero parabenizar de forma bastante significativa a Senadora Marta Suplicy, que se antecipou – se antecipou, vamos dizer assim – a todos esses episódios e sugeriu ao Congresso Nacional um projeto de decreto legislativo o qual tem por objetivo a sustação dessas duas resoluções, tanto a 533, quanto a 541, e que tem por objetivo a questão da segurança, principalmente das nossas crianças. Mas que está relacionado a essa questão da retenção e da questão do cinto de segurança de dois pontos para três pontos, e, sobretudo, da cadeirinha que, se for o caso, pudesse ser adaptada aos veículos, para que, assim, num entendimento dessas resoluções, dessas portarias, pudesse oferecer mais segurança ainda às nossas crianças.

Eu posso perceber, também, que, no dia a dia, mães e pais sistematicamente devem entrar em contato com os órgãos de controle exigindo, vamos dizer assim, ou sugerindo, ou solicitando, mais segurança para as suas crianças, porque, afinal de contas, existe um ditado que diz que, "se você quer me agradar, você agrade ao meu filho." Assim, se você promove segurança ao meu filho, aos meus filhos, você está promovendo segurança a mim mesmo, ao meu futuro e ao futuro dos meus semelhantes e da minha família, propriamente dita. De maneira que eu acho que esse projeto, essa audiência pública são importantes e fundamentais.

E eu pude perceber aqui, diferentemente de outras audiências públicas, que existe uma convergência grande de interesses, inclusive dos órgãos de controle – não é? Não existe uma radicalização no sentido de manter as normas existentes. E eu percebo que isso pode ser construído. Eu acho que nós devemos estar sempre discutindo a questão da segurança no transporte escolar – não só no transporte escolar, mas em todos os

transportes. No entanto, Dr. Alberto, que isso possa ser construído de maneira mais coletiva, de uma forma mais participativa, onde todos os agentes possam dar a sua opinião, e, ao final, nós construirmos uma legislação que seja viável, oportuna, e que possa trazer maior segurança, sobretudo para as nossas crianças.

Portanto, eu queria, aqui, expressar a minha satisfação com o que eu ouvi, com a convergência que pude perceber e com a expectativa que nós temos de que essas duas resoluções possam ser sustadas no próximo encontro colegiado do Contran. E que se possa permitir que a gente continue discutindo essa questão, e que os transportadores das nossas crianças e do transporte escolar possam sair daqui com a segurança necessária em continuar trabalhando, nunca esquecendo dos pontos elementares que envolvem essa questão que é o transporte de crianças, notadamente a segurança.

E, doravante, nós aqui também vamos tocar, Senadora Marta Suplicy, o seu projeto de decreto legislativo, porque, vai que o Contran não suste administrativamente as suas resoluções, nós daremos continuidade ao processo de decreto legislativo, onde temos autonomia necessária e suficiente, para que, quando observarmos um exagero nas atribuições dos órgãos, seja ele federal, sejam outras instituições, possamos utilizar-se dessa prerrogativa e desse instrumento.

Quero parabenizá-la, Senadora Marta Suplicy, por dar um passo importante, além de expressar aqui a minha profunda admiração pelo seu passado, presente e futuro. Não poderia estar em melhores mãos, vamos dizer assim, a questão dessa iniciativa da sustação dessa resolução, na expectativa que temos de continuar discutindo essa questão e, ao final, encontrar um caminho que possa atender a segurança das crianças e também os interesses das pessoas que exercem esse importante e fundamental serviço para a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Não resta dúvida quanto à belíssima manifestação do nosso Senador de Santa Catarina, Dário Berger. Agora, vamos ouvir uma palavra muito sábia, que é do nosso Presidente da Comissão de Infraestrutura, o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Não tão sábias. (*Risos.*)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Trata-se apenas de um registro, porque estou satisfeito com a participação da nossa Comissão de Infraestrutura, da qual sou Presidente, através da contribuição do Senador Dalirio Beber, que está na Presidência dos trabalhos, e do Senador Dário Berger.

Não farei qualquer aprofundamento da questão, porque não disponho de dados de informações tão precisos. O que me ocorre dizer no momento à Senadora Marta Suplicy é cumprimentá-la e congratular-me com S. Exª, por essa iniciativa que está adotando em benefício de segurança das crianças de até 10 anos de idade.

Não tenhamos dúvida de que devemos preocupar-nos, sobretudo com as crianças nessa idade. E o transporte escolar tem uma responsabilidade muito grande na segurança dessas crianças.

Então, queria deixar aqui essas minhas congratulações e dizer que vou pedir desculpas aos expositores presentes à Mesa, pois vou ter de me retirar, mas vou fazer isso confiante de que, através das decisões do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), tendo à frente o Dr. Alberto Angerami, teremos decisões as mais profícuas.

Também já fui prefeito da minha cidade natal, mas foi há uns 500 anos. (*Risos.*)

Naquela oportunidade, fui prefeito por ocasião até da redemocratização do País. Fui prefeito em 1985, fui eleito e assumi em 1986.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – V. Exª foi o primeiro prefeito eleito?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Fui o primeiro prefeito eleito após a redemocratização.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Parabéns a V. Exª.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Agradeço a V. Exª.

Quero deixar, então, evidente que o desafio e o problema – é claro que hoje é muito maior – está entregue em boas mãos. Também confio que os sindicatos de transportadores possam ter o maior e o melhor cuidado. Não se trata apenas de legislar e fiscalizar, mas, também, da parte dos senhores, de terem a responsabilidade, o carinho e apreço pelos pais dessas crianças no seu transporte.

Então, sem maiores considerações, quero congratular-me pela realização desta audiência pública, que foi uma proposta da Senadora Marta Suplicy, do Senador Dalirio Berger, somando-se as duas Comissões, representadas por esses Senadores.

Muito obrigado, Senador Dalirio Berger.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Obrigado, Senador Garibaldi Alves Filho. Vamos nos encaminhar para o término desta nossa audiência pública. Gostaria de agradecer a exposição de cada um de V. Sªs pela maneira responsável e de extremo bom-senso, para que, de fato, pudéssemos conhecer em profundidade essa questão, que tem perturbado não só a vida dos transportadores, mas com certeza também dos nossos professores e dos pais, que são os que se utilizam desse serviço, a fim de fazer com que seus filhos frequentem a escola, sejam levados com segurança e voltem com segurança a seus lares.

Então, vamos dar um minuto para as considerações finais a cada um, a começar pelo Renato Soares, que está aqui a minha direita.

O SR. RENATO SOARES – Obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria só de dar alguns esclarecimentos e parabenizar a Senadora Marta Suplicy pela fala. Acho que ela foi bastante pertinente e parece ser bastante conhecedora da matéria sobre transporte escolar. Também não poderia ser diferente, pois ela foi Prefeita da cidade de São Paulo, com a maior frota de transporte escolar.

Temos sim que avançar. E a Senadora Marta Suplicy citou o fato de os veículos de transporte escolar, lá em São Paulo, trafegarem a 30 km por hora. Na realidade, no Código de Trânsito Brasileiro, os veículos escolares podem trafegar a 60 km por hora, desde que a via não permita velocidade menor que esta. Ou seja, isso tudo é registrado no tacógrafo. Temos um equipamento de segurança registrador que, se a via permite 30 km, são 30 km; se a via permite 60 km; são 60 km; se ela permite 80 km, continuam sendo 60 km por hora.

Queria também fazer uma consideração sobre o que nosso Presidente da Anfavea falou, Sr. Luiz Moan.

(Soa a campainha.)

O SR. RENATO SOARES – Eu vou me estender um pouco.

O Sr. Moan disse sobre essa questão de o dispositivo ser independente. Entendemos ser complicada essa questão do dispositivo independente, porque continua o problema de se colocarem e tirarem esses dispositivos no momento da rota escolar.

Outro problema também é que se o pai não trouxer esse dispositivo na hora do embarque, quem é que vai ser penalizado no caso de uma fiscalização. Então, deixo essa questão.

Outro ponto importante a se considerar é que a frota de transporte escolar transporta 3,5 milhões de alunos na zona urbana e 4,5 milhões, na zona rural. Quer dizer, é preciso que haja um dispositivo de segurança para atender a zona urbana, assim como para a zona rural.

O Denatran também tinha, no passado, aprovado uma resolução que exigia no veículo de transporte escolar câmara de ré. Essa resolução entrou em vigor, e vários transportadores escolares, no Brasil inteiro, tiveram que se adequar, colocando câmara de ré, Logo depois, a resolução foi sustada, porque entenderam que a câmara de ré não era mais um equipamento de segurança.

Para finalizar a nossa fala, na última reunião que tivemos com o Diretor Angerami, ele nos recebeu de forma respeitosa e nunca se negou a receber a nossa Associação. Foi-nos prometido, naquela ocasião, que seria editada uma resolução, que considero de tamanha importância e segurança para o transporte escolar, que é a livre parada para os veículos de transporte escolar. Imagine: um carro-forte pode parar em qualquer lugar, independentemente de a placa permitir ou não, para embarcar e desembarcar dinheiro; o motorista de transporte escolar não pode parar num determinado local para poder embarcar e desembarcar aluno, porque ali tem uma placa de "Proibido Parar". Ou seja, o aluno tem que andar 50 metros, às vezes, 100 metros, para chegar na porta de um prédio...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Só um comentário, se me permite. Em São Paulo, há algo que se chama ciclovia agora, que também eles podem dar uma palavrinha a respeito.

O SR. RENATO SOARES – Então, eu gostaria de dizer que o transporte escolar precisa dessa resolução. O Dr. Alberto Angerami nos tinha feito essa promessa de que a livre parada aconteceria, assim como acontece com os veículos de carro-forte. Não é possível que o dinheiro tenha de ter mais segurança do que uma criança.

A nossa intenção, com isso, é embarcar e desembarcar essa criança o mais próximo de sua residência, e aí, sim, é uma questão de segurança.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Muito obrigado, Renato.

Passo às considerações finais à Srª Maria Aparecida Martinelli.

A SRª MARIA APARECIDA MARTINELLI – Sr. Presidente, quero agradecer a oportunidade de ter participado desta audiência pública. Quero dizer que as ponderações e as posições apresentadas serão levadas à presidência do INMETRO e que a instituição continuará colaborando, no sentido de construir uma solução para esta questão tão bem abordada hoje aqui.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Obrigado.

Agora, para as suas manifestações, passo a palavra para o Formiga.

O SR. JORGE DAVID SALGADO (FORMIGA) – Quero agradecer ao Presidente da Mesa, a todos os Senadores que nos deram essa oportunidade, e dizer que, em relação à fala do Sr. Alberto Angerami, no que tange às demandas, na ocasião passada, das mães, para que se colocasse essa cadeirinha na *van*, se elas tivessem recebido a resposta de que a sinistralidade era zero, elas teriam se acalmado, porque, na verdade, o que faltou

no meu entendimento de condutor, pela informação que o senhor passou, se fosse explicado não só às mães, mas a essas instituições, que não existe sinistro, não existe fatalidade, acredito que essa resolução não teria acontecido.

Os mínimos acidentes, na maioria das vezes, são por falta de fiscalização, como nas regiões mais extremas do País: crianças transportadas em carrocerias de caminhões. Então, a fiscalização é muito importante. A prática de transporte clandestino, hoje, também tem pesado e alguns casos fazem parte.

Para fechar, essas cadeirinhas, como disse muito bem a Senadora, vão acrescer no tempo. Se reduz a capacidade de transporte e acresce no tempo, preocupo-me ainda mais. Talvez, essa velocidade hoje respeitada ficaria um pouco comprometida. Nós somos fiscalizados diariamente. Como o Renato disse, há equipamentos e tacógrafos, para nos fiscalizar. Fazemos três vistorias por ano.

Então, espero que isso seja considerado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Obrigado, Formiga.

Com as suas considerações finais, o Sr. Alberto Angerami.

O SR. ALBERTO ANGERAMI – Quero agradecer aos senhores essa oportunidade e reiterar que o Diretor do Denatran está sempre à disposição das pessoas, dos interessados, para dialogar e para voltar atrás, sim, por que não? Quero dizer que editamos quase sempre medidas preventivas. Quando editamos um ato administrativo, como uma resolução, sempre pensamos nos acidentes.

A realidade é que, no Brasil, existem muitos acidentes com veículos escolares, e os senhores me disseram, na última reunião, que são muitos os veículos escolares clandestinos. Via de regra, esses acidentes acontecem com esses veículos.

Com relação ao estacionamento dos veículos, concordo plenamente. O meu jurídico analisa e vai para o fórum consultivo. Essa é uma postura municipal. Quem sabe a senhora poderá resolver esse problema no futuro.

Estamos sempre abertos ao diálogo.

Muito agradecido.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Obrigado, Sr. Alberto.

Transferimos a palavra para as considerações finais ao Sr. Luiz Moan.

O SR. LUIZ MOAN – Obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade. Como disse, a Anfavea está sempre aberta ao diálogo, ao planejamento adequado, de tal forma que possamos evitar idas e vindas.

Queria somente esclarecer um ponto. O dispositivo suplementar não é só a cadeirinha. Todos nós temos na cabeça que é somente a cadeirinha. Existem vários tipos de dispositivos. Espero que o INMETRO, junto com o Contran, analisem e coloquem os outros dispositivos à disposição da sociedade brasileira.

Então, queria colocar bem esse reparo e volto a dizer que a proposta da Anfavea seria que esse dispositivo pudesse ser utilizado de forma individualizada.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Desculpe-me, para mim, isso não ficou claro. O senhor fala de um dispositivo ou de um carro novo?

O SR. LUIZ MOAN – Falo de um dispositivo que dê mais proteção à criança.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Obrigado, Sr. Luiz Moan.

Com a palavra, o Pedro Januário.

O SR. PEDRO JANUÁRIO – Gostaria de fazer meu agradecimento e mostrar que, quando há união, sempre se chega a um determinado ponto e se resolve uma situação.

No Brasil, nunca se falou tanto do transporte escolar como agora. O administrador público jamais esperava que o transporte escolar desse um voo tão alto.

Saio satisfeito daqui com o seu encaminhamento, Senadora e, de público, com mais certeza, pelo pouco que conheço dos Senadores Dário Berger e Dalirio Beber, sei que o transporte escolar estará amparado nesta Casa.

Espero que essa decisão chegue antes do Papai-Noel, porque o transporte escolar tem sofrido muito. É uma angústia muito grande.

Fica aqui o meu agradecimento muito especial.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Obrigado, Pedro Januário.

Agora, com a palavra o Donay Jacynto Neto.

O SR. DONAY JACYNTO NETO – Senador, muito obrigado.

Gostaria de pedir uma gentileza à Casa: que pudesse ser disponibilizado a íntegra desta reunião, através da TV Senado, pois nem todos tiveram acesso ou acompanharam ao vivo, para que possamos reproduzir isso em nossos Estados. A categoria fica muito ansiosa para saber o que está sendo debatido, e, às vezes, ficamos nessa necessidade.

Gostaria de agradecer a cada um dos Senadores envolvidos nesse processo, em especial à Senadora Marta Suplicy, que teve a iniciativa, Senadora do nosso Estado, da nossa cidade.

Muito obrigado, Senadora. Quero dizer a V. Exª o seguinte: precisamos também da sua ajuda para resgatar o programa Vai e Volta, que V. Exª tão brilhantemente construiu na nossa cidade, e que, infelizmente, a atual gestão dilapidou. Ele está completamente destroçado. Sofremos demais com isso. São 2 mil transportadores escolares, Senadores, que fazem o Vai e Volta na cidade de São Paulo, que infelizmente estão a Deus dará, com uma situação de orçamento absolutamente sucateada, e as nossas crianças, que precisam do transporte escolar, estão sofrendo muito. São crianças que realmente precisam muito desse serviço gratuito que a Prefeitura de São Paulo nos oferece.

Quero fazer o registro de que, Senadora – infelizmente, o Jornal Nacional em especial adora muito colocar isso em horário nobre – se trata, em geral, de veículo de transporte escolar dos rincões do País, utilizado de forma indevida pelas prefeituras, nos finais de semana, levando time de futebol, levando gente de uma cidade a outra. Aí ocorrem os acidentes. Quando o transportador escolar regular, que faz o seu serviço, a sua atividade, de forma fiscalizada e regular, os incidentes são muito perto de zero mesmo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Muito obrigado.

Queria agradecer em nome da Comissão a todos os que nos brindaram com as suas exposições, contribuindo para que o Senado Federal pudesse conhecer melhor essa problemática que surgiu em função das duas resoluções.

Gostaria de agradecer a presença das Senadoras, dos Senadores e de todos os convidados que estiveram na manhã de hoje participando. A partir de hoje à tarde, há um *link* do Senado, com acesso a toda a audiência pública.

Para finalizar, convoco para a próxima terça-feira, dia 03 de novembro, em caráter excepcional, às 11h30, reunião extraordinária desta Comissão, destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 10 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 09 minutos.)

ATA DA 62ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE NOVEMBRO DE 2015.

Às onze horas e trinta e seis minutos do dia três de novembro de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senador Romário**, e com a presença dos Senhores Senadores Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Paulo Paim, Gladson Cameli, Simone Tebet, Sandra Braga, Otto Alencar, Dário Berger, Maria do Carmo Alves, Dalirio Beber, Eduardo Amorim, Douglas Cintra, Regina Sousa, Telmário Mota e Fernando Bezerra Coelho reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Atas das Reuniões anteriores e suas aprovações, com o que todos concordam. Neste momento, a Presidência comunica o recebimento dos seguintes expedientes: *E-mail* **do cidadão Silvio Machado de Barros Júnior**, reivindicando que pessoa diplomada em curso superior sequencial de formação específica na área de educação possa exercer atividades de professor em escolas públicas e solicitando a proposição de lei que permita o pagamento de 50% do valor da passagem de transporte coletivo urbano aos professores da educação básica. Livro *Educação não é consumo!*, Dr. Ricardo Furtado, entregue nesta Comissão pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino. **Aviso nº 1.206-GP, do Tribunal de Contas da União**, encaminhando cópia de despacho, em 8/10/2015, relativo a pedido de reexame interposto pela Autoridade Pública Olímpica contra o Acórdão nº 1.856/2015-TCU-Plenário. O referido recurso foi conhecido, suspendendo-se os eleitos do item 9.4 do mencionado acórdão. O Senhor Presidente esclarece que a primeira parte da Reunião destina-se à apresentação do relatório com conclusões da Avaliação de Política Pública "Bolsa Atleta", para deliberação da Comissão em cumprimento ao art. 96-B, §3º, do Regimento Interno do Senado Federal e que a segunda parte será destinada à deliberação dos itens nºs 1 a 14. É passada a Presidência dos trabalhos ao Senador Dalirio Beber para a leitura do relatório com conclusões da Avaliação de Política Pública. **Avaliação de Política Pública -** É apresentado o relatório com conclusões da avaliação da política pública "Bolsa Atleta", para deliberação da Comissão em cumprimento ao art. 96-B, §3º, do Regimento Interno do Senado Federal. Relatoria: Senador Romário. Em 19/5/2015, foi aprovado o Requerimento nº 52/2015-CE, para avaliação das seguintes políticas públicas pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte: Bolsa Atleta; Programa Mais Educação; e Programa Cultura Viva. Em 8/10/2015, foi realizada Audiência Pública sobre "Os programas Bolsa Atleta e Bolsa Pódio, especificamente em relação aos Jogos Rio 2016: índices quantitativos e qualitativos até 2015, perspectivas para resultados nos Jogos e o planejamento para o pós-Rio 2016", conforme Requerimentos nº 110 e nº 121, de 2015-CE, de iniciativa do Senador Romário. O relatório é lido pelo Senador Romário. Resultado: Aprovado o Relatório. A Presidência é passada ao Senhor Senador Romário. Dá-se início à segunda parte da reunião. **Item 1) Projeto de Lei do Senado nº 307, de 2015** – Não terminativo. "Altera a Lei n° 12.858, de 9 de setembro de 2013, que dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 e no art. 196 da Constituição Federal; altera a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989; e dá outras providências, para vincular 50% (cinquenta por cento) da destinação para as áreas de educação ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação". Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho. Relatoria: Senador Dalirio Beber. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo). **Item 11) Tramitação conjunta: Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2010 - Não terminativo.** Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para estabelecer prazo de validade do Exame da Ordem. Autoria: Senador Paulo Duque. **Projeto de Lei do Senado nº 397, de 2011 - Não terminativo**. Altera o § 1º do art. 8º do Estatuto da Advocacia, a fim de estender por três anos a validade da aprovação na primeira etapa do Exame de Ordem. Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Senador Gladson Cameli. Relatório: Pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2010, e favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 397, de 2011, com duas emendas que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2010, e favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 397, de 2011, com as Emendas nº 1-CE e 2-CE. **Item 14) Requerimento da Comissão de Educação nº 131, de 2015 – Não terminativo.** Nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, requeiro que seja realizada por esta comissão Audiência Pública para tratar da Base Nacional Comum Curricular. Para debater o tema, sugerimos convidar a senhora educadora Guiomar Namo de Mello, o senhor Haroldo Torres, pesquisador e fundador do Plano CDE, a senhora Anna Helena Altenfelder, Superintendente do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária, e o senhor Denis Mizne, Diretor Executivo da Fundação Lemann. Autoria: Se-

nador Fernando Bezerra Coelho. Resultado: Aprovado. **Item 10) Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2015 – Não terminativo.** Denomina Rodovia Engenheiro Isaac Bennesby a rodovia BR-425 entre o distrito de Abunã e a cidade de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia. Autoria: Deputada Marinha Raupp. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Item 9) Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2015 – Não terminativo**. Acrescenta §§ 2º e 3º ao art. 1º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteroides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências. Autoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatoria: Senador Telmário Mota. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CE e 2-CE. **Item 16) Requerimento da Comissão de Educação nº 132, de 2015 – Não terminativo**. Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para tratar do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e dos resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) de 2014, com os seguintes convidados: Manuel Palácios – Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC); Maurício Holanda Maia – Secretário da Educação do Estado do Ceará; Mozart Neves Ramos – Diretor do Instituto Ayrton Senna; Magda Becker Soares – Professora titular da Universidade Federal de Minas Gerais; Vinicio de Macedo Santos – Professor Livre docente da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Autoria: Senador Telmário Mota. Resultado: Aprovado. **Item 13) Requerimento da Comissão de Educação nº 130, de 2015 – Não terminativo.** Considerando ter chegado ao meu conhecimento o material anexo, cópia de parte do livro Habilis, alegadamente obra didática selecionada pelo Ministério da Educação - MEC para a rede de escolas públicas, requeiro, com base no art. 58, § 2º da Constituição Federal, e art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, por intermédio desta Comissão de Educação Cultura e Esporte, informações ao Ministro de Estado da Educação acerca da procedência desta informação, bem como do texto anexo, no qual se faz apologia de entidade terrorista em ação na Colômbia, e caso sejam verídicos, requer-se as devidas explicações. Autoria: Senador Antonio Anastasia. Resultado: Aprovado. **Ficam adiados os seguintes itens: Item 2) Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2012; Item 3) Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2015; Item 4) Projeto de Lei do Senado nº 353, de 2015; Item 5) Projeto de Lei do Senado nº 417, de 2013; Item 6) Projeto de Lei do Senado nº 515, de 2015; Item 7) Projeto de Lei do Senado nº 488, de 2015; Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2012; Item 12) Requerimento da Comissão de Educação nº 126, de 2015.** Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Romário**, encerra a reunião às doze horas e quarenta e três minutos, determinando que eu, **Willy da Cruz Moura**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR ROMÁRIO
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 62ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas são aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Srªs e Srs. Senadores o recebimento do seguinte expediente:

E-mail do cidadão Silvio Machado de Barros Júnior, reivindicando que pessoa diplomada em curso superior sequencial de formação específica na área de educação possa exercer atividades de professor em escolas públicas e solicitando a proposição de lei que permita o pagamento de 50% do valor da passagem de transporte coletivo urbano aos professores da educação básica.

Livro *Educação não é consumo!*, Dr. Ricardo Furtado, entregue nesta Comissão pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino.

Aviso nº 1.206-GP, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia de despacho, em 8/10/2015, relativo a pedido de reexame interposto pela Autoridade Pública Olímpica contra o Acórdão nº 1.856/2015-TCU-Plenário. O referido recurso foi conhecido, suspendendo-se os eleitos do item 9.4 do mencionado acórdão.

Os Senadores que desejarem acesso ao conteúdo do expediente poderão dirigir-se à Secretaria desta Comissão.

Informo que a primeira parte da presente reunião destina-se à apresentação do relatório com conclusões da Avaliação de Política Pública "Bolsa Atleta", para deliberação da Comissão em cumprimento ao art. 96-B, §3º, do Regimento Interno do Senado Federal. A segunda parte será destinada à deliberação dos itens nºs 1 a 14.

Passo a Presidência dos trabalhos ao Senador Dalirio Beber para a leitura do relatório com conclusões da Avaliação de Política Pública.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Cumprimentar as Senadoras e os Senadores e dizer que é uma honra presidir, neste momento, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte exatamente para ouvirmos a relatoria na Avaliação de Política Pública.

Apresentação do relatório com conclusões da avaliação da política pública "Bolsa Atleta", para deliberação da Comissão em cumprimento ao art. 96-B, §3º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Relatoria: Senador Romário

Observações:

- Em 19/5/2015, foi aprovado o Requerimento nº 52/2015-CE, para avaliação das seguintes políticas públicas pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte: Bolsa Atleta; Programa Mais Educação; e Programa Cultura Viva.

- Em 8/10/2015, foi realizada Audiência Pública sobre "Os programas Bolsa Atleta e Bolsa Pódio, especificamente em relação aos Jogos Rio 2016: índices quantitativos e qualitativos até 2015, perspectivas para resultados nos Jogos e o planejamento para o pós-Rio 2016", conforme Requerimentos nº 110 e nº 121, de 2015-CE, de iniciativa do Senador Romário.

Concedo a palavra ao Senador Romário para a leitura do relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Srªs e Srs. Senadores desta Comissão, lerei o resumo do relatório feito, que está disponível a todos desde a semana passada.

Passo ao relatório.

Avaliar uma política pública é investigar seus efeitos no mundo real, com o propósito de fornecer insumos para sua continuidade e eventual ampliação, para a modificação de algum aspecto de sua concepção ou execução, ou simplesmente para subsidiar a decisão por seu encerramento.

A avaliação do Programa Bolsa Atleta, nos limites do trabalho realizado, revelou-se extremamente relevante.

Julgamos relevante registrar que é a primeira vez que esta Comissão estuda um tema no campo esportivo para produzir uma análise de caráter mais sistemático.

Foram verificados aspectos positivos e alguns negativos.

O primeiro aspecto positivo é que não se falou em interferência política no que diz respeito à escolha dos atletas. Contudo, verificou-se que essa interferência na seleção e indicação de atletas realizada pode haver dentro das confederações e federações.

A continuidade do programa é outro aspecto relevante.Iniciado em 2005, o programa se mantém de forma regular e, em linhas gerais, em processo de aperfeiçoamento e ampliação.

Destaca-se ainda o fato de a transferência dos recursos ser feita diretamente ao atleta beneficiário. Isso possibilita que cada atleta defina suas prioridades na aplicação desses recursos, comprometendo-se somente com seu resultado esportivo, condição imprescindível para que continue recebendo a bolsa no ano seguinte.

Há também problemas de concepção e gargalos na operação do programa.

Primeiramente, a Lei nº 12.395, de 2011, permitiu que os atletas pudessem acumular o recebimento do Bolsa Atleta e de outros patrocínios pessoais por eles obtidos, possibilitando a ampliação de suas fontes de recursos. Essa possibilidade de acumulação tem sido alvo de críticas ao programa. Os escassos recursos federais para o esporte deveriam ser dados, preferencialmente, a atletas que não possuem outras formas de financiamento.

Alguns beneficiários são contemplados por alguns programas estaduais ou municipais, por programas mantidos pelas Forças Armadas ou obtêm financiamento privado.

Entenda-se que se deve avaliar cuidadosamente e estabelecer limites.

Outro problema visualizado foi a falta de prioridade no reajuste dos valores pagos aos atletas.

Identificou-se também que o prazo para início do pagamento do benefício é excessivamente longo – em média, 180 dias após a solicitação.

Quanto ao Bolsa Pódio, atletas que atendem aos requisitos previstos em lei e não foram indicados pelas confederações para o recebimento do benefício, sem que houvesse transparência dos critérios utilizados. Outra crítica foi sobre a abertura do período de inscrição, realizada em um único momento no ano não se levam em conta os calendários das diversas modalidades. Assim, atletas de algumas modalidades deixam de receber o benefício nesse prazo.

Após expor todos esses pontos, acrescentamos algumas recomendações: é necessário ouvir especialistas e, principalmente, atletas atendidos; é preciso reajustar os valores dos benefícios para compensar as perdas com a inflação; tem-se de reduzir o tempo entre a inscrição e o recebimento da bolsa; deve-se estabelecer re-

gras sobre o acúmulo do Bolsa Atleta com outros benefícios e formas de patrocínio; é necessário reexaminar a regra da concessão da bolsa pelo resultado do ano anterior, pois pode gerar distorções e a exclusão de atletas com elevado potencial esportivo dos certames; é importante verificar a possibilidade e viabilidade técnica e operacional de abertura do período de inscrição, em especial para a categoria Atleta Pódio, em mais de um momento ao ano.

Ainda com relação à categoria Atleta Pódio, considera-se pertinente criar mecanismos que vinculem a indicação, por parte das confederações, de atletas ranqueados entre os 20 primeiros do mundo em suas modalidades específicas para impedir a subjetividade e a falta de transparência na indicação de atletas.

Finalmente, nossa principal recomendação é que esta Comissão continue a acompanhar o programa e a manter a interlocução com os gestores.

Além disso, apresentamos proposição para corrigir alguns dos problemas verificados.

Este é o relatório que submetemos à aprovação dos ilustres pares desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Queria agradecer e parabenizar o Senador Romário, que conduziu este trabalho com tanta profundidade.

Vou perguntar se os Srs. e as Srªs Senadoras gostariam de fazer algum comentário a esse respeito? Se não, deixamos essa matéria para ser submetida à aprovação pelos Senadores numa reunião seguinte, porque faltam apenas três presenças para que nós possamos, realmente, submeter matérias não terminativas à aprovação.

E, com isso, eu devolvo a Presidência ao titular da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Obrigado, Senador.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 307, DE 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei n° 12.858, de 9 de setembro de 2013, que dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 e no art. 196 da Constituição Federal; altera a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989; e dá outras providências, para vincular 50% (cinquenta por cento) da destinação para as áreas de educação ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho
Relatoria: Senador Dalirio Beber
Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.
Observações:
Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Dalirio Beber para proferir o relatório.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Encontra-se em exame desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 307, de 2015, do Senador Fernando Bezerra Coelho, que destina ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) 50% dos recursos dos *royalties* do petróleo e do Fundo Social do pré-sal vinculados à educação.

Para tanto, o projeto altera a Lei n° 12.858, de 9 de setembro de 2013, que dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural.

A proposição determina que a lei sugerida entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação do projeto, o autor lembra as deficiências de qualidade da educação básica brasileira e ressalta a necessidade de prover novos recursos para o Fundeb, como forma de permitir o cumprimento de metas do Plano Nacional de Educação (PNE) vigente.

Após a deliberação da Comissão de Educação, a matéria será apreciada, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Da Análise.

Nos termos do inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que versem, entre outros assuntos, a respeito de normas gerais sobre educação, instituições educativas, e diretrizes e bases da educação nacional. Dessa maneira, a apreciação do PLS nº 307, de 2015, respeita a competência regimentalmente atribuída a esta Comissão.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que vigorou de 1998 a 2006.

É um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual – um fundo por Estado e Distrito Federal, num total de vinte e sete fundos –, formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal. Além desses recursos, ainda compõe o Fundeb, a título de complementação, uma parcela de recursos federais, sempre que, no âmbito de cada Estado, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente. Independentemente da origem, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica.

Com vigência estabelecida para o período 2007-2020, sua implantação começou em 1º de janeiro de 2007, sendo plenamente concluída em 2009, quando o total de alunos matriculados na rede pública foi considerado na distribuição dos recursos e o percentual de contribuição dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a formação do fundo atingiu o patamar de 20%.

O Fundeb trouxe significativa contribuição para a criação de mais equidade na educação básica, em sequência à inovação representada pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), voltado para o ensino fundamental. Nos dois casos houve maior racionalização dos recursos disponíveis no âmbito das redes de ensino públicas em cada Estado. Contudo, apesar do papel redistributivo exercido pela União, por meio de sua complementação, os dois fundos não corrigiram satisfatoriamente as desigualdades interestaduais e inter-regionais. Ademais, mostraram-se insuficientes para enfrentar adequadamente os grandes desafios de qualidade da educação básica pública em nosso País. Dessa forma, o aporte de recursos adicionais ao Fundeb, por meio da complementação federal, revela-se uma medida imprescindível. A aprovação da Lei n° 12.858, de 2013, representa outro grande avanço no financiamento da educação pública. Por meio dela, são destinados ao setor 75% dos *royalties* do petróleo e 50% dos recursos do chamado Fundo Social do pré-sal. É bem verdade que a lei confere prioridade às aplicações desses recursos na educação básica. Todavia, sem efetuar vinculação ao Fundeb.

Em 2014, essa fonte gerou R$1,5 bilhão para o Ministério da Educação. Os recursos não foram maiores em razão da concessão de liminar contra as novas regras de distribuição dos *royalties* e participações especiais devidos pela exploração do petróleo introduzidas pela Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012. De todo modo, os valores envolvidos são inferiores ao montante da contribuição federal ao Fundeb, nos termos da legislação vigente.

Da forma como o PLS está redigido, não se garante que os recursos do petróleo a serem destinados ao Fundeb constituam acréscimo à complementação federal mínima de 10% do montante do fundo. Se aprovado o projeto nos termos originais, a União poderia simplesmente utilizar os "novos" recursos para cumprir o percentual mínimo constitucional de sua participação no fundo. Em suma, poderia significar tão somente uma operação contábil, embora cumpra lembrar que os recursos do pré-sal devem crescer significativamente, a médio e longo prazos.

Desse modo, afigura-se a necessidade de determinar na lei que os novos recursos a serem vinculados ao Fundeb não serão contabilizados no valor mínimo de contribuição da União referidos no art. 6º da Lei nº 11.494, de 2007.

Ademais, a medida proposta tem grande repercussão, o que exige a observação de norma da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 – que dispõe sobre a elaboração, a redação e a alteração das leis – a respeito do estabelecimento de período de vacância adequado a sua implementação.

Em suma, no mérito educacional, julgamos válido o acolhimento da proposição, com as referidas ressalvas, que nos conduzem à apresentação de emenda substitutiva.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 307, de 2015, na forma do substitutivo a seguir apresentado, que é, apenas e tão-somente, digamos, na parte da ementa, com relação ao Fundeb e, depois, com relação ao 50%, aí, sim, relativos aos recursos dos incisos I, III e IV, e que serão destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Então, os recursos destinados ao Fundeb de que trata esta Lei não serão contabilizados no mínimo de contribuição, é o § 2º. E o 3º, então, refere-se à vigência da Lei, que entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir do dia 1º de janeiro do exercício subsequente.

Este é o relatório e o voto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Por falta de quórum, encerraremos a discussão e adiaremos esta votação.

ITEM 11
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 2010
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para estabelecer prazo de validade do Exame da Ordem.

Autoria: Senador Paulo Duque

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, de 2011
- Não terminativo -

Altera o § 1º do art. 8º do Estatuto da Advocacia, a fim de estender por três anos a validade da aprovação na primeira etapa do Exame de Ordem.

Autoria: Senador Eduardo Amorim
Relatoria: Senador Gladson Cameli
Relatório: Pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2010, e favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 397, de 2011, com duas emendas que apresenta.
Observações:
Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Gladson Cameli para proferir o relatório.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vêm ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) os Projetos de Lei do Senado (PLS) nº 188, de 2010, de autoria do Senador Paulo Duque, e nº 397, de 2011, do Senador Eduardo Amorim, que tramitam em conjunto. Ambos dispõem sobre o Exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), com o fim de fixar, por período determinado, a dispensa de realização da primeira etapa do exame para candidatos aprovados nessa fase.

Com essa finalidade, as proposições alteram a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, o Estatuto da Advocacia. O PLS nº 188, de 2010, pretende tornar válida, por cinco anos, a aprovação obtida na primeira fase do Exame de Ordem, quando este for realizado em duas etapas. O autor justifica a inovação sustentando ser injusta a submissão de candidato reprovado na segunda fase do exame a novas provas da primeira etapa.

Na mesma linha, o PLS nº 397, de 2011, intenta assegurar ao candidato aprovado na etapa de provas objetivas do Exame de Ordem o direito de participar, pelo prazo de três anos, da segunda etapa prático- profissional.

O autor adota argumentação similar para justificar o projeto.

Distribuídas à apreciação da CE, as proposições serão analisadas, na sequência, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

As proposições, que tramitam em conjunto por força da aprovação do Requerimento nº 1.035, de 2011 – PLEN, do Senador Wellington Dias, não receberam emendas.

Análise.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), opinar acerca de proposições que versem sobre normas gerais sobre educação, ensino, instituições educativas e formação e aperfeiçoamento de recursos humanos. Daí a regimentalidade da presente manifestação.

No que concerne ao mérito dos projetos, alinhamo-nos, de maneira geral, com as ponderações apresentadas pela Senadora Ana Amélia, à ocasião de sua designação para a Relatoria da matéria. Por essa razão, apoiamos nossa análise, em grande parte, nos percucientes arrazoados oferecidos pela ilustre Parlamentar.

De fato, até o momento, a habilitação parcial e temporária apresenta-se como importante inovação na realidade em que intervém. Há de se registrar, contudo, que a proposta não encerra exatamente uma novidade quando se examinam algumas práticas correntes na realidade educacional e do mundo do trabalho no País. Além dos tradicionais exames supletivos, que admitiam a aprovação parcial em disciplinas, foi comum, antes da Constituição de 1988, a aprovação parcial de candidatos internos em certames seletivos de acesso a empregos públicos de instituições como o Banco do Brasil.

Hoje, no campo acadêmico, caso emblemático, consolidado e bem-sucedido de extensão da validade da fase preliminar de seleção é o de candidaturas a cursos de Mestrado e Doutorado filiados à Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração (ANPAD). A entidade realiza anualmente três edições de etapa preliminar aos certames de seleção, denominada "Teste Anpad", para aferição de habilidades consideradas importantes dos candidatos aos cursos. A Anpad emite certificado com os resultados obtidos pelo candidato, os quais são postos à disposição dos Programas e por eles adotados como fase classificatória ou eliminatória. A validade máxima desse certificado é de dois anos, o que corresponde a seis edições do teste.

Nesse contexto, cabe apontar, por outro lado, que a aprovação parcial e temporária afigura-se estranha aos processos de seleção para ingresso em cursos de graduação, os tradicionais vestibulares, realizados em mais de uma fase. Não se conhece nenhum caso de instituição que admita essa forma de aproveitamento de resultado parcial obtido em ocasião pregressa. Nada obstante, o surgimento de tendência à diversificação das formas de realização desse tipo de avaliação, notadamente a difusão de exames seriados, ao longo do ensino médio, revela a busca de alternativas que possibilitem resultados parciais e cumulativos.

Mais recentemente, já se vislumbra e se admite uma inflexão no modelo vigente de seleção para o ensino superior. A utilização do resultado no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), no Sistema de Seleção Unificada (SISU), e a possibilidade de mais de uma edição do Sisu em um mesmo ano para seleção de candidatos às universidades públicas, ensejam a extensão da validade do Enem, no mínimo, para tais edições.

No que tange à aprovação parcial no Exame de Ordem, entendemos que a medida é meritória porque elide barreiras, não raro de natureza econômica, que impedem o acesso ao exercício profissional da advocacia. O candidato hipossuficiente que não tem meios de se dedicar integralmente aos estudos é duplamente punido quando supera a primeira fase do Exame e se vê obrigado a refazê-lo no todo. Além da perda do não aproveitamento...

Sr. Presidente, eu gostaria de pedir que o Plenário fizesse um pouco de silêncio.

Ou, então, posso ir direto ao voto, se os pares permitirem, para facilitar a nossa vida.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Por favor, Excelência.

Por favor, Plenário.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Desculpe, é porque se não, não consigo.

Além da perda do não aproveitamento e da tensão pela submissão a novas provas, é obrigado a pagar a inscrição no Exame. Só por amenizar esse aspecto do Exame, a proposição já seria digna de acolhida.

Quanto ao mais, há de se atentar ao fato de que a aprovação no Exame de Ordem é condição indispensável para o exercício da advocacia e a Constituição Federal determina ser a lei o balizador da qualificação exigida para tal exercício. Com efeito, parece-nos legítimo que o Parlamento contribua para o aprimoramento da norma, mediante ampliação de seu apelo social.

A propósito, a própria OAB vem admitindo, muito recentemente, a dispensa da primeira fase para candidatos com resultado positivo nas provas correspondentes. De certo modo, pode-se atribuir essa flexibilização à discussão gerada na sociedade pelos projetos sob exame.

Todavia, a extensão do direito de participação em uma única edição subsequente do Exame, nos moldes de resolução interna da OAB, não satisfaz o intento de nenhuma das proposições.

A respeito dos prazos, julgamos, no entanto, demasiado elástica a validade de cinco anos de uma aprovação na primeira etapa. Por isso mesmo, posicionamo-nos no sentido de ampliar para duas edições do Exame a validade da aprovação na primeira etapa. Trata-se de medida pautada no princípio da razoabilidade, que, de um lado é favorável aos candidatos, de outro, mantém a preocupação da OAB com a qualidade da formação dos futuros profissionais da advocacia.

Por fim, cabe apontar a imprecisão do enunciado do art. 1º do PLS nº 188, de 2010. A redação do dispositivo não atende às recomendações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, a serem observadas na elaboração das leis. Por essa razão, em que pese à primazia regimental da citada proposição em relação ao PLS nº 397, de 2011, entendemos que este se encontra em melhor condição de ser aproveitado e aprovado com intervenção mínima desta relatoria.

Com os aprimoramentos suscitados, esperamos corroborar o mérito educacional das iniciativas sob análise. Do ponto de vista regimental, cumpre esclarecer que, frente ao voto pela aprovação do PLS nº 397, de 2011,

é forçoso recomendar a declaração de prejudicialidade do PLS nº 188, de 2010. Em todo caso, o entendimento ora expendido será oportunamente submetido à douta CCJ, a quem caberá decidir quanto à juridicidade e constitucionalidade das proposições.

Voto.

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 397, de 2011, com as emendas a seguir, e pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2010.

EMENDA Nº 1 – CE

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 397, de 2011, a seguinte redação:

Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para estabelecer prazo de aproveitamento de resultado de aprovação obtido na primeira etapa do Exame de Ordem.

EMENDA Nº 2 – CE

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 397, de 2011, a seguinte redação:

"Art. 1º O art. 8º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, passa a viger com a seguinte alteração:

'Art. 8º .....

.....

§ 1º O Exame de Ordem é regulamentado em provimento do Conselho Federal da OAB, assegurada ao candidato aprovado na primeira etapa a habilitação para participar na segunda etapa das duas edições subsequentes do exame.

.....' (NR)"

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Coloco em discussão a matéria.

Senador Eduardo Amorim, com a palavra.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente, Sr. Relator, colegas Senadores, quero pedir o apoio para tal projeto, argumentando que já está muito bem fundamentado pelo Relator.

Na verdade, o que a OAB faz é um filtro pela ausência, talvez, do Estado na sua fiscalização, no seu controle das faculdades de advocacia. Esses filtros deveriam ter sido realizados anteriormente. Deveria haver um controle melhor sobre essas faculdades, sobre essas universidades, sobre essa graduação, não necessitando depois, realmente, se fazer exame algum, nem da OAB. A Medicina não faz, outras graduações também não fazem, mas, tudo bem, a OAB faz.

Mas eu entendo que é justo que o cidadão que passa na primeira fase, na prova escrita, assim chamada, possa ter uma ou duas oportunidades, como pede aqui o Relator, em outras etapas. Em outras provas, Sr. Presidente, na prova de residência médica, quando nós saímos da residência médica e vamos fazer esse teste, fazemos a prova escrita e temos aí tempo indeterminado para fazer a segunda etapa. Aqui está-se determinando, pelo menos, que o candidato tenha duas oportunidades. É o mínimo, Sr. Presidente. Não é justo que por um motivo, às vezes, de qualquer ordem, caso não possa fazer o primeiro exame, seja reprovado. Não é um concurso. Aqui é apenas uma prova, uma etapa de comprovação, volto a dizer, fruto da omissão do Estado, que não a fez ainda na graduação.

Para tanto, peço o apoio dos colegas Senadores, para que se busque essa justiça e se dê essa oportunidade a esses candidatos bacharelados em curso de Direito.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao plenário.

O item 1 é o Projeto de Lei do Senado nº 307, que já foi lido. Vamos apenas colocar, agora, em votação.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1 desta Comissão, Substitutivo A.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, só para registrar a nossa satisfação e a nossa alegria com o relatório do Senador Dalírio Beber que, certamente, aprimorou a nossa iniciativa legislativa. S. Exº foi direto ao ponto corroborando a nossa ideia de que os recursos alocados do pré-sal pudessem ser considerados recursos adicionais, não deixando prevalecer um mero jogo contábil.

Portanto, quero registrar a minha alegria com o trabalho conduzido pelo Senador Dalírio Beber.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Senador Dalírio Beber, por favor, passo a V. Exª a Presidência desta Comissão mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Na primeira etapa da nossa reunião da Comissão, houve a apresentação do relatório com as conclusões da avaliação da política pública Bolsa Atleta, para deliberação da Comissão, em cumprimento ao art. 96B, §3º, do Regimento Interno do Senado Federal.

O Senador Romário fez a leitura dessa avaliação, e, como não tínhamos, na oportunidade, presença de número suficiente de Senadores para submetermos à votação, estamos fazendo agora.

Transfiro a palavra ao Senador Romário caso ele queira fazer alguma consideração antes de submeter o relatório á discussão e votação.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Na verdade, peço a todos pares que votem positivo, porque tenho certeza de que esse é um relatório elaborado a várias mãos, que será bastante interessante para o Bolsa Atleta daqui para frente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Alguém gostaria de fazer alguma manifestação? (*Pausa.*)

Diante disso, consultamos os Srs. e Srªs Senadoras para a aprovação.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Devolvo a Presidência ao Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Obrigado, Senador Dalírio Beber, obrigado a todos os Srs. Senadores.

ITEM 14
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
Nº 131, de 2015
- Não terminativo -

Nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, requeiro que seja realizada por esta comissão Audiência Pública para tratar da Base Nacional Comum Curricular. Para debater o tema, sugerimos convidar a senhora educadora Guiomar Namo de Mello, o senhor Haroldo Torres, pesquisador e fundador do Plano CDE, a senhora Anna Helena Altenfelder, Superintendente do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária, e o senhor Denis Mizne, Diretor Executivo da Fundação Lemann.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra Coelho para a leitura do requerimento.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, requeiro que seja realizada por esta comissão Audiência Pública para tratar da Base Nacional Comum Curricular. Para debater o tema, sugerimos convidar a Srª educadora Guiomar Namo de Mello, o Sr. Haroldo Torres, pesquisador e fundador do Plano CDE, a Srª Anna Helena Altenfelder, Superintendente do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária, e o Sr. Denis Mizne, Diretor Executivo da Fundação Lemann.

No dia 16 de setembro, o Ministério da Educação, apresentou a primeira versão da Base Nacional Comum Curricular, em que propõe a unificação das bases dos ensinos infantil, fundamental e médio em todo o País.

O documento, segundo o próprio MEC deixa claro no seu portal da internet, está aberto a críticas e sugestões até o dia 15 de dezembro deste ano. A base curricular deve ser construída com a colaboração de professores, estudantes, movimentos sociais e todos os interessados em colaborar com uma melhor qualidade do ensino.

Estamos convictos de que a reforma curricular é um dos pilares para o resgate da qualidade do ensino no País. Por isso, proponho que realizemos uma audiência pública para discutir o texto apresentado pelo MEC. Será, certamente, um momento extremamente rico, em que poderemos apresentar as nossas contribuições e ouvir pesquisadores e estudiosos.

Essa Base Curricular Comum, Sr. Presidente, é fruto da nossa última Política Nacional de Educação e é tida, pelos especialistas, pelos educadores, por aqueles que têm interesse em promover a melhoria dos indicadores educacionais do nosso País, como um dos passos mais importantes para que a gente possa ter um movimento adiante no sentido de virar uma página que ainda muito nos envergonha e nos entristece, os resultados educacionais, nos anos iniciais, no País inteiro, notadamente nas regiões menos desenvolvidas, mas, de forma geral, enfim, os indicadores educacionais do Brasil deixam a desejar em função de, hoje, apesar de já ostentarmos a condição de sermos a sétima ou oitava economia do mundo, no *ranking* dos países em desenvolvimento o Brasil aparece em longínquo 57º lugar em termos de indicadores educacionais.

Portanto, eu acho que esse é um passo importante; acho que esta Comissão deve centralizar esse debate, com a vinda desses especialistas, desses pesquisadores; e, depois, Sr. Presidente, eu acho que a própria Comissão poderia fazer um debate nacional, promovendo reuniões, nas mais diversas regiões do País, acerca desse tema, quando nós estaremos construindo essa Base Curricular Comum, até junho do próximo ano.

Portanto, espero que essa primeira audiência possa, de fato, galvanizar o interesse do Congresso Nacional, liderado por V. Exª, como Presidente da Comissão de Educação do Senado Federal, para que possamos, aqui, dar luz e voz a esse debate que é muito importante para o futuro da educação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Passo a palavra à Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Sr. Presidente, eu queria apenas sugerir que nós incluíssemos um representante do MEC na lista de convidados para a audiência, uma vez que há lá alguém responsável por isso, que já elaborou, que já colocou o tema em discussão. Então, seria interessante incluir uma pessoa também do MEC.

Estou vendo aqui que são estudiosos, pesquisadores; então, penso que uma pessoa representando o Ministério nessa área seria interessante e enriqueceria ainda mais a audiência.

Pode ser, Senador?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Na realidade, eu não me oponho, Sr. Presidente; mas é que nós estávamos com a estratégia de ouvir esses especialistas e, na sequência, chamar o Ministro Aloizio Mercadante, para discutir o mesmo tema.

O Ministro Aloizio Mercadante, quando esteve aqui, nesta Comissão, na semana passada, disse que promoveria um debate pela televisão, ocupando o espaço da televisão, no dia 27 de novembro. Então, a nossa ideia é a de que o Ministro Aloizio Mercadante pudesse vir aqui, ainda no mês de dezembro, para que pudéssemos, antes do encerramento da consulta pública, ouvir a opinião do titular da Pasta da Educação, depois de recebidas todas as sugestões e todas as contribuições que estão ocorrendo no âmbito dessa consulta pública que está em vigor.

Mas, se V. Exª...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – É que a gente sabe que lá, no MEC, há especialistas que cuidam desses assuntos. Então, uma audiência que contasse com a presença de quem elaborou ou de quem construiu, eu acho que... E o Ministro poderia fazer o fechamento, depois da consulta pública.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador, V. Exª fará o aditamento?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. *Fora do microfone*.) – Posso fazer, sem nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – O. k.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ITEM 10
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 109, de 2015
- Não terminativo -

Denomina Rodovia Engenheiro Isaac Bennesby a rodovia BR-425 entre o distrito de Abunã e a cidade de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia.

Autoria: Deputada Marinha Raupp.
Relatoria: Senador Otto Alencar.
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:
A Matéria constou da pauta da Reunião de 20/10/2015.

Concedo a palavra ao Relator *ad hoc*, Senador Douglas Cintra, para proferir o relatório.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 109, de 2015 (Projeto de Lei nº 3.648, de 2012, na origem), da Deputada Marinha Raupp, objetiva denominar Rodovia Engenheiro Isaac Bennesby, a BR-425 entre o distrito de Abunã e a cidade de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia.

Em sua justificação, a autora da proposição destaca que o homenageado foi um destacado engenheiro civil, tendo exercido cargos técnicos relevantes e mandatos eletivos, como os de Prefeito de Guajará-Mirim e de Deputado Estadual. Por tais motivos, com o projeto que ora examinamos, pretende atribuir seu nome à extensão total da BR-425.

Na Casa de origem, a proposição foi aprovada conclusivamente pelas Comissões de Viação e Transportes (CVT), de Educação e Cultura (CEC) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), nos termos do art. 24, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

No Senado, o projeto foi distribuído apenas à Comissão de Educação (CE).

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Compete à CE, nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a emissão de parecer sobre proposições referentes a homenagens cívicas, caso da proposição que ora examinamos.

Verifica-se, na proposição, plena observância dos critérios expressos na Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que permite a atribuição, mediante lei especial, de designação supletiva àquela de caráter oficial aos terminais, viadutos ou trechos de vias integrantes do Sistema Nacional de Viação. São admitidas, para esse fim, "designações de fatos históricos ou nomes de pessoas falecidas com relevantes serviços prestados à Nação ou à Humanidade".

No que se refere à técnica legislativa, a matéria respeita os ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que trata da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

No que concerne ao mérito, consideramos justa e oportuna a homenagem que se pretende realizar. Profissionais que se destacaram por sua competência técnica e dedicação à causa pública, como foi o caso do Engenheiro Isaac Bennesby, merecem ter seus nomes eternizados, para que as novas gerações possam conhecer sua história e os exemplos que deixaram para toda a Nação.

É, portanto, meritória a proposição.

Visto tratar-se de apreciação terminativa, cabe à CE verificar, também, a regimentalidade, juridicidade, a constitucionalidade e a técnica legislativa, aspectos plenamente observados pelo PLS nº 109, de 2015.

Voto.

Diante do exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2015 (Projeto de Lei nº 3.648, de 2012, na origem).

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai ao plenário.

Item 9.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 120, de 2015
- Não terminativo -

Acrescenta §§ 2º e 3º ao art. 1º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteroides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências.

Autoria: Senador Davi Alcolumbre
Relatoria: Senador Telmário Mota
Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.
Observações:
1- Em 20/05/2015, foi realizada Audiência Pública para instrução da Matéria.
2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Telmário Mota para proferir o relatório.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, Senador Romário, Srªs e Srs. Senadores, vem à análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 120, do Senador Davi Alcolumbre, que acrescenta os §§2º e 3º ao art. 1º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteroides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências.

O art. 1º da proposição acrescenta dois parágrafos ao art. 1º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000. O primeiro parágrafo a ser acrescido determina aos estabelecimentos esportivos, academias, clubes e similares a obrigatoriedade de afixação, em locais de fácil visualização, de mensagens de advertência quanto aos malefícios do uso indiscriminado de esteroides anabólicos androgênicos ou peptídeos anabolizantes, suas consequências e penalidades legais.

A segunda alteração a esse artigo estabelece que o Poder Executivo definirá as competências dos órgãos e entidades da administração federal encarregados em aplicar as sanções previstas na lei que é objeto da proposição.

O art. 2º do PLS em análise define a cláusula de vigência da lei, que será a data de sua publicação.

Na justificação da proposta, o autor informa que os esteroides anabólicos androgênicos (EAAS) são derivados sintéticos da testosterona e foram desenvolvidos com o objetivo de minimizar seus efeitos masculinizantes. Com o passar do tempo, difundiu-se a ideia de sua associação à melhoria da performance de atletas, bem como à busca de um corpo esculpido segundo um falso padrão de beleza reproduzido pela mídia.

Entretanto, salienta o autor que, tanto no Brasil como em muitos outros países, o uso dessas substâncias é considerado doping. Assim, o objetivo do PLS é promover uma fiscalização efetiva de academias, centros esportivos, faculdades de educação física e instituições de ensino em geral, de forma a combater o uso dessas drogas, a partir de uma educação voltada ao esclarecimento de nossos jovens e adolescentes.

A matéria foi distribuída à CE e à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que se pronunciará em decisão terminativa. Aberto o prazo regimental, não foram oferecidas emendas ao texto do projeto.

Análise.

Nos termos do art. 102, I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar acerca de proposições que versem sobre educação e desporto, temas afetos ao PLS nº 120, de 2015.

Primeiramente, é necessário destacar o mérito da proposição.

De fato, tem-se cultuado em nossa sociedade um ideal de beleza que se distancia da realidade da maioria de nossa população. São padrões associados à imagem de modelos e atletas, que têm no vigor físico o instrumento de seus trabalhos.

Iludidas por esse padrão de beleza imposto pela mídia, muitas pessoas buscam uma maneira de nele se enquadrarem, numa tentativa vazia de aceitação social. Essas pessoas, na busca de tal objetivo, por vezes fazem uso de substâncias maléficas à saúde, como é o caso dos esteroides anabólicos androgênicos. A promessa de redução do tempo necessário para se obter um corpo definido é uma das principais causas do uso de substâncias anabolizantes, sobretudo entre os jovens.

Assim, é bastante pertinente o texto do PLS nº 120, de 2015, que busca uma maneira de alertar os praticantes de atividades físicas em clubes, academias e estabelecimentos similares acerca dos malefícios causados pelo uso dos esteroides anabólicos androgênicos. A educação e conscientização de jovens e adolescentes é um caminho necessário na luta contra o uso de substâncias anabolizantes, não devendo, porém, ser dissociada de outras ações de caráter preventivo.

Com relação ao tema, foi realizada por esta Comissão, no dia 20 de maio deste ano, audiência pública com a presença de Meiruze Sousa Freitas, Superintendente de Medicamentos e Produtos Biológicos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). A convidada, após explanação relacionada à matéria, posicionou-se favoravelmente ao mérito da proposição.

Ao fim deste relatório, propomos duas emendas, que visam a corrigir pequenas imperfeições no texto do projeto. A primeira, na ementa da proposição, que, entre outras correções, passa a explicitar o objetivo da alteração proposta. A segunda, para excluir do texto do projeto o §3º que se pretende acrescer ao art. 1º da Lei nº 9.965, de 2000. De fato, o parágrafo suprimido em nada altera o ordenamento jurídico pátrio, visto que somente repete atribuição do Poder Executivo prevista no art. 84, IV, da Constituição Federal.

Ressaltamos que, após a análise desta Comissão, a matéria seguirá para decisão terminativa da CAS, onde será feita a apreciação dos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2015, com as emendas que se seguem.

EMENDA Nº 1 – CE

Dê-se à ementa do PLS nº 120, de 2015, a seguinte redação:

"Altera o art. 1º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteroides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para obrigar os estabelecimentos que especifica a afixar mensagens de advertência sobre os malefícios do uso indiscriminado de esteróides anabólicos androgênicos (EAAS) ou peptídeos anabolizantes, suas consequências e penalidades legais."

A segunda emenda dá ao art. 1º do PSL 120, do parágrafo XV, a seguinte redação:

"Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, passando o atual parágrafo único a constituir seu § 1º:

§ 2º Os estabelecimentos esportivos e similares, academias de ginástica e clubes afixarão em suas dependências, em locais de fácil visualização, mensagens de advertência sobre os malefícios do uso indiscriminado de esteróides anabólicos androgênicos (EAAS) e peptídeos anabolizantes, suas consequências e penalidades legais." (NR)

Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Coloco em discussão a matéria.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nº 1 e 2 desta Comissão.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, posso pedir a inclusão da matéria extrapauta?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Certo. Requerimento extrapauta. Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do requerimento apresentado pelo Senador Telmário Mota.

Não havendo óbice, passo a palavra ao Senador Telmário Mota, para leitura do requerimento.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) –

ITEM 16
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
Nº 132, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para tratar do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e dos resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) de 2014, com os seguintes convidados: Manuel Palácios – Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC); Maurício Holanda Maia – Secretário da Educação do Estado do Ceará; Mozart Neves Ramos – Diretor do Instituto Ayrton Senna; Magda Becker Soares – Professora titular da Universidade Federal de Minas Gerais; Vinicio de Macedo Santos – Professor Livre docente da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

Autoria: Senador Telmário Mota

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Justificativa.

Em artigo publicado no jornal Correio Braziliense, do dia 8 de outubro de 2015, o Educador Mozart Neves Ramos comenta os resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), de 2014, recentemente divulgado pelo Ministério da Educação (MEC). Entre os dados que mais chamam a atenção, ressalto o fato de que 50% das crianças até 8 anos de idade não se encontram no nível adequado de alfabetização. Ramos, então, avalia o impacto negativo desse dado, considerando-o uma bomba relógio social de efeito terrivelmente nocivo ao País. Em seguida, sugere que a experiência do Estado do Ceará de promoção da alfabetização deveria ser copiada por todo o Brasil, reforçando a colaboração entre os entes federados para promover a alfabetização de todas as crianças.

Diante do diagnóstico que a ANA ofereceu e da indignação do educador, consideramos ser necessário trazer o debate para os fóruns desta Casa, uma vez que temos a responsabilidade de legislar sobre o assunto e de avaliar as políticas implementadas pelo Executivo.

Nesse sentido, propomos a realização de audiência pública para debater o problema tratado por Ramos, convidando autoridades e especialistas para analisarem os dados da ANA e apresentarem as alternativas de mudanças, lembrando que o problema não se restringe à alfabetização, mas também ao aprendizado de matemática. Tendo em vista que a referida avaliação faz parte do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), aprovado nesta Casa por meio da Lei nº 12.801, de 24 de abril de 2013, sugerimos que o debate também trate dessa política, com vistas a avaliar os resultados alcançados até agora e a necessidade de aperfeiçoamento.

Em razão da importância do tema para o desenvolvimento social do nosso País, solicito aos nobres pares a aprovação desse requerimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Aprovado o requerimento.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidente, eu queria parabenizar o Senador Telmário pela temática e queria ver a possibilidade... Não posso apresentar hoje, mas na próxima reunião da Comissão, aditar uma pessoa que eu gostaria que viesse, mas preciso consultá-la sobre o interesse dela em vir.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador, sabe que o homem é diferente da mulher. Muita gente fala ao mesmo tempo, ela acaba absorvendo. Neste momento, foi tirada minha atenção. Nós estávamos tratando de um assunto pertinente ainda ao meu requerimento, e...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – É para incluir mais uma pessoa no seu requerimento.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Vou verificar e, na próxima reunião, apresentar a possibilidade de aditar mais uma pessoa no requerimento.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Obrigado e peço desculpas. Claro, acho que o debate só fica enriquecido. Quanto mais pessoas debaterem esse assunto, vamos aprimorar o objetivo do requerimento, Sr. Presidente, não há dúvida.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Sr. Presidente, o senhor pode me dizer quantos componentes já fazem parte do requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Quatro.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Nós não podemos também fazer as audiências públicas com muitos participantes, porque aí nós varamos a tarde. Acho que seria interessante observar essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Comunico que amanhã, quarta-feira, às 11 horas, será realizada reunião extraordinária, em forma de audiência pública, destinada a debater a política pública Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva, em atendimento ao Requerimento nº 123, de 2015, desta Comissão, de autoria da Senadora Lídice da Mata, que começará a partir das 11 horas.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidente.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Apenas o seguinte: o item 13, um requerimento subscrito pelo Senador Anastasia. Como é apenas o encaminhamento de um pedido de informação, eu gostaria de subscrevê-lo para dar andamento a esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – O.k., Senador.

Concedo a palavra ao Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) –

ITEM 13
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
Nº 130, de 2015
- Não terminativo -

Considerando ter chegado ao meu conhecimento o material anexo, cópia de parte do livro Habilis, alegadamente obra didática selecionada pelo Ministério da Educação (MEC) para a rede de escolas públicas, requeiro, com base no art. 58, § 2º, da Constituição Federal, e art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, por intermédio desta Comissão de Educação Cultura e Esporte, informações ao Ministro de Estado da Educação acerca da procedência desta informação, bem como do texto anexo, no qual se faz apologia de entidade terrorista em ação na Colômbia, e caso sejam verídicos, requerem-se as devidas explicações.

Este é o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Aprovado.

Passo a palavra agora ao Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, só para dar conta rapidamente dos primeiros Jogos Mundiais dos Povos Indígenas. Eu e o Senador Telmário estivemos na abertura, depois continuei lá sábado e domingo e, agora, no encerramento, fiquei, sexta e sábado, acompanhando os jogos. Os jogos foram algo extraordinário, uma pena não contarmos com a sua presença lá, Presidente; não foi possível.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Infelizmente.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Foi algo extraordinário. Penso que os jogos, como cantou essa extraordinária compositora, cantora, intérprete Margareth Menezes, na sua voz única, que calou toda a arena, com mais de cinco mil pessoas, na música do Caetano Veloso, O índio: Em palmas, um índio desceu do céu, seguindo... O índio é esse, os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas; Palmas é aquele ponto equidistante, que fica no hemisfério sul, entre o Atlântico e o Pacífico.

Na realização dos jogos, foram mais de 1.700 atletas, diversas modalidades, mais de 160 mil pessoas visitaram a vila e participaram ativamente de tudo que ali aconteceu, desde a feira de produção da agricultura tradicional dos povos indígenas à feira de artesanato, conduzida pelo Sebrae, e a feira de agricultura familiar, produzida pelo MDA.

Então, coisas extraordinárias aconteceram ali. Os próximos jogos indígenas estão previstos para daqui a dois anos, no Canadá. Foi criado e anunciado o comitê que vai coordenar os próximos jogos dos povos indígenas.

Penso que Marcos Terena, Carlos Terena, os idealizadores dos jogos, marcaram uma intervenção importante na conjuntura, trazendo para a agenda do País a pauta dos povos indígenas. Cumpre agora, ao Governo, às autoridades, nós, os legisladores, podermos inserir essa pauta na agenda brasileira, tão merecida e necessária.

Então, os jogos foram um acontecimento extraordinário, importante. Palmas recebeu e movimentou a economia, mais de R$22 milhões, na ocupação dos hotéis, bares e restaurantes. Mais de 200 veículos de comunicação de diferentes países lá estavam presentes. Os jogos marcaram a vida do Estado de Tocantins, de Palmas e do Brasil. Por isso, quero parabenizar os idealizadores e realizadores, e a visão do Prefeito Carlos Amastha, de tentar fazer dos jogos não só mais um evento, contribuiu muito para isso.

O apoio da Presidenta Dilma, ajudando a viabilizar os recursos, também contribuiu muito para a realização dos jogos. Os povos indígenas vieram mostrar que não são só figuras exóticas, mas seres humanos com cor, cheiro, cultura, tradições, para contribuir com o País.

Agradeço a oportunidade de poder fazer essa constatação, nesta manhã, na Comissão de Educação, Cultura e Esportes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Eu gostaria também de estender meus parabéns a todos aqueles que participaram direta e indiretamente desse grande evento. Apesar de eu não poder ter estado presente, acompanhei. A gente sabe que foi um sucesso completo. Parabéns!

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 43 minutos.)

ATA DA 63ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 2015.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às onze horas e dez minutos do dia quatro de novembro de dois mil e quinze, na sala de reuniões número quinze da Ala Senador Alexandre Costa, **sob a Presidência do Senhor Senador Romário,** e com a presença dos Senhores Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Gladson Cameli, Simone Tebet, Maria do Carmo Alves, Lídice da Mata e Regina Sousa, reúne-se a presente Comissão. Justifica a ausência o Senhor Senador Cristovam Buarque. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nºs 52/2015-CE, de iniciativa do Senhor Senador Romário, e 123/2015-CE, de iniciativa da Senhora Senadora Lídice da Mata, destinada à Avaliação da Política Pública "Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva". Comparecem à Audiência Pública como expositores: **Senhor Frederico Barbosa, Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Senhor Alexandre Santini, Diretor da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura (SCDC – MinC); e Senhor Yuri Soares, Membro da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura**. O Senhor Senador Romário passa a Presidência para a Senhora Senadora Lídice da Mata. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião às treze horas do dia quatro de novembro de dois mil e quinze, determinando que eu, **Willy da Cruz Moura, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente em Exercício, Senadora Lídice da Mata, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA LÍDICE DA MATA
Presidente em Exercício da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 63ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública, atende aos Requerimentos nºs, 52, de 2015, desta Comissão, de minha autoria, e 123, de 2015, desta Comissão, de autoria da Senadora Lídice da Mata, para realização de audiência pública destinada a debater a Avaliação da Política Pública "Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - Cultura Viva".

Dando início à audiência pública, solicito ao secretário da Comissão que acompanhe os convidados para tomarem assento à Mesa: Sr. Alexandre Santini, Diretor da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura; Sr. Yuri Soares, Membro da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura; e Sr. Frederico Barbosa, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Sejam todos bem-vindos!

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, Agência Senado, *Jornal do Senado*, Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão Alô Senado, através do telefone 0800-612211, e do Portal e-Cidadania, por meio do *site* www.senado.gov.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores na internet.

A audiência contará com o serviço de Língua Brasileira de Sinais (Libras) e será realizada em caráter interativo através do Portal e-Cidadania e do Alô Senado.

Agradeço aos convidados. É um prazer tê-los aqui. Tenho certeza de que esta audiência pública será de grande importância, relevância para o objeto desta reunião.

Como é de praxe, o Sr. Yuri já está chegando, vou convidar para presidir estes trabalhos a minha amiga e Senadora Lídice da Mata, que também é autora desse requerimento. Por favor, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Bom dia a todos!

Agradeço a gentileza do Presidente, Senador Romário, que vem dirigindo esta Comissão também e que deliberou que eu fosse a Relatora dessa política pública.

Dessa forma, nós vamos fazer esta audiência de hoje visando cumprir o objetivo determinado pela Mesa Diretora do Senado no sentido de que todas as Comissões tenham relatores que analisem as políticas públicas que são das suas atribuições específicas. Nós, portanto, ficamos encarregados de fazer um relatório a respeito dessa política pública, e a presença dos senhores aqui vai direcionar o nosso posicionamento.

Passemos diretamente a palavra ao Sr. Frederico, para darmos início efetivamente aos nossos trabalhos.

V. Sª disporá de 15 minutos.

É tempo suficiente?

O SR. FREDERICO BARBOSA – Suponho que sim.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Se houver necessidade, a gente amplia um pouco. Está certo?

Então, vamos ao Cultura Viva.

O SR. FREDERICO BARBOSA – Bom dia a todos!

A ideia, eu imagino, é falar um pouco das avaliações que a gente fez em relação ao Cultura Viva.

A gente faz, basicamente, três ciclos de avaliação e um momento de planejamento. Assim, eu vou contar um pouco como é que a gente caminhou. Não sei se vai ajudar muito, se está alinhado com o objetivo desta Comissão, mas enfim...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Irá sim.

O SR. FREDERICO BARBOSA – Nós fizemos várias avaliações do programa. Há uma questão que é a pesquisa...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. *Fora do microfone*.) – Não vai explicar um pouco o que é o programa?

O SR. FREDERICO BARBOSA – Ah, sim. Então, Senadora, eu acho que seria melhor o Santini fazer isso.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Ele está sugerindo que a gente inverta a ordem, fazendo assim com que o Sr. Alexandre Santini inicie, pois, justamente, dará o conceito essencial do Programa Cultura Viva.

Muito obrigada.

O SR. ALEXANDRE SANTINI – Acho que pode ser uma boa medida, enfim, a gente faz uma apresentação do programa e, depois, vai para os processos de avaliação, embora eles tenham sido, também, em grande medida, processos que correram paralelamente.

Em primeiro lugar, queria saudar a Comissão e agradecer pelo convite. Quero dizer que é uma honra ser aqui recebido tanto pelo Senador Romário, que, além de ser meu conterrâneo, carioca, tem uma atuação no Senado que nos honra e nos orgulha, bem como saudar a Senadora Lídice da Mata, que também tem uma larga trajetória de luta em favor do povo brasileiro e também tem sido sempre uma Parlamentar atenta e preocupada com as questões ligadas às políticas culturais.

Saúdo a todos e todas que estão aqui presentes, as assessorias, enfim, as representações que a gente pode receber aqui neste momento, bem como aos demais Parlamentares.

Vamos falar do Cultura Viva. A Política Nacional de Cultura Viva, como é atualmente chamado o programa, existe há 10 anos, portanto, desde 2004.

Ele foi criado por uma portaria cuja ação estruturante mais conhecida são os Pontos de Cultura. Acredito que a maioria já tenha ouvido falar deles ou conheça os Pontos de Cultura como um instrumento de política pública hoje reconhecida em todo o Brasil, inclusive em outros países da América Latina.

Nós acabamos de vir, na semana passada, do II Congresso Latino-americano de Cultura Viva Comunitária, realizado em El Salvador – o primeiro congresso foi realizado na Bolívia. Então, existe, hoje, um amplo movimento na América Latina inspirado por esses políticas, que também contempla a implementação de políticas inspiradas nesse modelo de política cultural em outros países também.

Então, de certa forma, essa é uma política cultural do País, que hoje inspira, influencia e constitui um repertório comum para a implementação de políticas culturais em outros países.

Vamos ver aqui, a apresentação do primeiro eslaide.

Isto é um pouco do histórico. A criação do programa, em 2004, na primeira gestão do governo Lula, durante a gestão do Ministro Gilberto Gil, dando continuidade na gestão do Ministro Juca Ferreira, que agora retoma o Ministério também na perspectiva de fortalecer e ampliar essa política.

O programa trabalha com o conceito ampliado de cultura, quer dizer, pensando na cultura em seu sentido amplo, antropológico, contemplando as dimensões simbólicas, cidadãs e econômicas. A ideia do Ponto de cultura tem a ver com esse do-in antropológico, dessa massagem que estimula as pontas, os eixos culturais do País, quer dizer, as diferentes iniciativas nas comunidades, as iniciativas nos territórios são apoiadas e estimuladas através desse programa. Quer dizer, é um programa que aposta fundamentalmente no protagonismo da sociedade.

Então, o Estado dispõe os recursos para que a sociedade possa realizar as suas atividades e iniciativas culturais, mas não o Estado dizendo o que aquela organização ou aquele setor da sociedade tem que fazer. O Estado dá a ele condições para que possa desenvolver as suas iniciativas culturais.

Pode ir adiante.

Então, é uma base social que trabalha com um público bastante amplo e diversificado. Vai desde os grupos, vamos dizer, de base comunitária – de indígenas, quilombolas, matrizes africanas – até a cultura digital, grupos

ligados às minorias, mulheres, LGBT, negros, infância e juventude bem como a produção cultural que se dá na periferia das cidades, produção cultural urbana e jovem, e todos os tipos de linguagens artísticas e culturais. Portanto, uma das características fundamentais dessa política é justamente essa dimensão da diversidade e a possibilidade de trabalhar com os mais diferentes grupos e recortes sociais, identitários da sociedade brasileira.

Pode ir adiante.

A ideia de que a cultura é um elemento também para se pensar a inclusão social e a transformação a partir da base da sociedade, da inclusão social, cidadania, direitos culturais, então, entendendo a cultura como um centro em que se pode também trabalhar um conjunto de políticas. A cultura atua também no enfrentamento à violência, ao extermínio da juventude negra; atua no reconhecimento das identidades; na dimensão do acesso a outros direitos, no caso das culturas indígenas, por exemplo; a dimensão cultural está ligada ao acesso à terra; ao acesso e à discussão do meio ambiente. Portanto, entendendo que a cultura é transversal a uma série de setores e políticas publicas, então, entendendo a cultura como um elemento estruturante para se pensar as diferentes dimensões dos direitos na sociedade.

Pode ir adiante.

Em números, até o momento, segundo estudos mais recentes, são 4.502 Pontos de Cultura ou iniciativas que já foram beneficiadas ao longo desses 10 anos em 27 Estados brasileiros, com presença em cerda de mil Municípios e, segundo dados do Ipea, são 8 milhões de beneficiados por essa política, tanto daqueles que atuam diretamente nas iniciativas quanto os que, no raio de ação das atividades culturais dos pontos de cultura nas comunidades, são beneficiados, direta ou indiretamente por essa política.

Pode ir adiante.

Essa é uma definição de Pontos de Cultura, que está inclusive na própria Lei nº 13.018, de 2014, que é a Lei Cultura Viva, aprovada no Congresso Nacional em julho de 2014:

> Ponto de Cultura pode ser qualquer entidade sem fins lucrativos, grupos ou coletivos, com ou sem constituição jurídica, de natureza ou finalidade cultural, que desenvolvam e articulem atividades culturais em suas comunidades ou em redes.

Esse é um conceito amplo mas que, de certa forma, define a ideia do Ponto de Cultura. Há uma mudança importante aí, que a lei e a instrução normativa nos permitiu avançar, porque até então, nos editais do Ministério da Cultura, só podia ser considerado Ponto de Cultura a entidade que tivesse constituição jurídica, com CNPJ, até de três anos etc. Mas entendemos que existe um conjunto de iniciativas culturais na sociedade que podem ser reconhecidas ou que se reconheçam como Pontos de Culturas, mas que não necessariamente tenham essa formalização jurídica. É preciso que o Estado tenha políticas também para esse conjunto de iniciativas. Então, essa definição é mais ampla, porque abarca tanto aqueles que têm constituição jurídica quanto os que não a tem.

Pode ir adiante.

A ideia de que a partir dos Pontos de Cultura você estabelece também uma Cultura de Rede entre as iniciativas, de que o Ponto de Cultura só se realiza plenamente quanto se articula em rede, então, é possível que essas organizações entre si troquem metodologias, experiências, serviços, produtos, estabeleçam circuitos culturais, circulação da sua produção e do seu fazer cultural entre si, e que compartilhem também as suas infraestruturas instaladas. Há Pontos de Cultura que têm sede e há aqueles que não têm. Há os que têm equipamentos e outros que não têm. E eles podem também, nessa lógica colaborativa da rede, estabelecer um circuito de trocas e de intercâmbio entre a infraestrutura, os produtos e os serviços desenvolvidos por esses organizações.

Pode ir adiante.

Como se pode fomentar os Pontos de Cultura? Temos os editais próprios do Ministério da Cultura. Este ano nós lançamos três editais: edital Pontos de Mídia Livre, edital de Redes e o edital Pontos de Cultura Indígena; as Redes estaduais e municipais, porque, desde 2008/2009, a principal forma de estabelecimento de novos Pontos de Cultura é através de edital. O Ministério da Cultura realiza convênios com os Estados e com os Municípios e, através desses convênios, são realizados os editais para a constituição de Redes estaduais e municipais e também consórcios intermunicipais, que também são iniciativas que agregam um número maior de Municípios que podem formar uma rede comum.

E, claro, aproveitamos nossa vinda a esta Casa para dizer que as emendas parlamentares são instrumentos importantes de fortalecimento dessa política e que podem ser destinadas tanto para a formação das redes quanto para apoios a projetos e eventos específicos que envolvam a Rede de Pontos de Cultura, atividades de formação e as Teias, que são os encontros dos Pontos de Cultura. Inclusive, Senadora, a nossa expectativa é realizar a próxima Teia nacional na Bahia, em Salvador, e gostaríamos que a senhora estivesse presente, também estão todos convidados.

Há também a perspectiva de realizar – porque nunca houve, já tivemos seis edições do evento, desde 2006, em 2016 completará 10 anos – as Teias, que são os encontros nacionais dos Pontos de Cultura, que é uma grande mostra da diversidade cultural brasileira e, ano que vem, portanto, estaremos completando 10 anos da realização desses encontros, que sempre contam com a ampla adesão dos Pontos de Cultura e de representações de diversos segmentos da cultura brasileira.

Pode ir adiante.

É importante falar da Lei Cultura Viva, que foi o resultado de um intenso processo de participação social, que envolveu os Pontos de Cultura, Parlamentares, gestores estaduais e municipais, universidades e órgãos de controle. A lei foi apresentada em abril de 2011 pela Deputada Jandira Feghali, na Câmara dos Deputados, e foi aprovada ano passado, em 23 de julho de 2014.

Consideramos que foi de tramitação rápida, que também foi intensamente acompanhada pela sociedade civil. Em cada momento de votação, em cada comissão temática por que passava o projeto sempre havia intensa atuação nas redes sociais, envio de *e-mails* para Parlamentares, vindas a Brasília. Muitas vezes os Pontos de Cultura... Eu mesmo estou no Ministério da Cultura nesta gestão, mas eu sou de Pontos de Cultura, eu fui de Ponto de Cultura selecionado por edital e tudo e eu era um dos que vinha a Brasília, nas comissões, para fazer com que a lei fosse aprovada. Então, essa foi realmente uma conquista da sociedade brasileira, porque foi um trabalho articulado entre a sociedade civil, o Parlamento e o Governo, que puderam atuar em conjunto.

Essa lei é muito importante, como vocês verão mais adiante, não só para garantir que a política se transforme em uma política de Estado, quer dizer, deixa de ser somente um programa e ganhe o seu *status* de política de Estado de permanência, mas como também pelos instrumentos que ela se estabelece, que são instrumentos que, em grande medida, simplificam os processos de repasse de recursos, prestação de contas e ampliam a possibilidade do reconhecimento pelo Estado das organizações e iniciativas culturais como Pontos de Cultura.

Pode ir adiante.

Essa é a Meta 23 do Plano Nacional de Cultura, que é o de fomento a 15 mil Pontos de Cultura até 2020. Essa é uma Meta usada, uma Meta importante que a gente precisa de todo esforço não só do Governo mas também do Parlamento e da sociedade para permitir que ela seja alcançada. Para vocês terem uma ideia, hoje nós precisaríamos de um orçamento de mais ou menos de R$113 milhões/ano para se chegar a essa Meta. E o orçamento da política está bem abaixo desse patamar. Então a gente precisa realmente... E aí todo esforço no sentido da aprovação de novos mecanismos de financiamento à cultura como o Procultura, que está tramitando nesta Casa, como a PEC da Cultura, que era a PEC 150, agora é um substitutivo, que garante 2% da cultura, são também questões fundamentais para que se possa realmente avançar para o cumprimento dessa Meta 23 do Plano Nacional de Cultura.

Pode ir adiante.

Como eu já coloquei aqui, temos os Pontos de Cultura como referência para diversas políticas culturais na América Latina influenciando vários países. Como disse, acabamos de vir de um congresso com representações de 15 países da América Latina em que ou se está implementando políticas inspiradas no Cultura Viva e nos Pontos de Cultura, ou em que a sociedade demanda que sejam implementadas. Existem experiências de leis aprovadas também em nível local, em cidades como Lima, Medellín, que têm utilizado largamente essa experiência de Cultura Viva dos Pontos de Cultura como referência para a implementação de políticas culturais. Agora, na semana que vem, a Costa Rica lança o primeiro edital de *Puntos de Cultura*. Então há também um processo de implementação dessa política em outros países. E há hoje um programa chamado Programa IberCultura Viva, no âmbito da Organização dos Estados Ibero-americanos, que articula também 10 países e um fundo comum.

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE SANTINI – Vou adiantar aqui porque o meu tempo está contado.

Pode ir adiante.

Os instrumentos da política. Hoje, nós temos um Cadastro Nacional dos Pontos de Cultura, que é uma plataforma, chamada Rede Cultura Viva, que permite que uma entidade ou coletivo cultural que não seja Ponto de Cultura, possa se cadastrar e, através de uma processo de seleção simplificado, de um reconhecimento que será feito através de uma comissão paritária que envolve tanto o Governo quanto a sociedade civil, essa entidade poderá ser reconhecida como um Ponto de Cultura. Isso não significa necessariamente um fomento direto, mas esse reconhecimento tem um valor político e simbólico importante. Eu sempre cito a Mãe Beth de Oxum – que inclusive será agraciada com Ordem do Mérito Cultural, que é uma liderança de Pontos de Cultura de Olinda, Pernambuco, ela tem um terreiro de candomblé, na periferia de Olinda – quando diz que no momento em que ela colocou uma placa de Ponto de Cultura na porta da sua instituição, a polícia parou de

invadir as festas, as manifestações que ela fazia. Então, o reconhecimento como Ponto de Cultura também é importante, especialmente na base da sociedade.

Temos o Termo de Compromisso Cultural, que é um novo instrumento de financiamento. Quer dizer, entre o Estado e a sociedade, a gente conseguiu, com a aprovação dessa lei, tirar os Pontos de Cultura da lógica do convênio, que é uma lógica inadequada para a relação entre o Estado e a sociedade. Ainda hoje existem centenas de Pontos de Cultura que estão com problemas de prestação de contas, tomada de conta especial junto aos órgãos de controle. Então, a formulação de Termo de Compromisso, que foi feito inclusive em diálogo com os próprios órgãos de controle, com as consultorias jurídicas, enfim, foi no sentido de criar um instrumento mais simplificado e mais adequado à realidade das organizações culturais, tanto que hoje a gente consegue já trabalhar a parte do Ministério da Cultura, nos Estados e Municípios.

Pode ir adiante.

Então, temos o cadastro, como processo de autodeclaração, reconhecimento e cartografia dos Pontos de Cultura; o Termo de Compromisso Cultural, como os prêmios e as bolsas, que são instrumentos previstos na lei e regulamentados, e a participação social, que é uma dimensão fundamental dessa política, que tem o protagonismo da sociedade, em que você tem as Teias, os fóruns, os grupos de trabalhos, os encontros, as instâncias representativas, como é o caso da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura – o Yuri está chegando aqui –, então esses são instrumentos de implementação da política.

Entendemos que a política de base comunitária do Sistema Nacional de Cultura e ao mesmo tempo um Sistema Rede, porque atua privilegiando protagonistas, a sociedade civil e a participação social.

Somos todos Pontos de Cultura. Esse é o lema que costumamos trabalhar, para que possamos entender, a sociedade brasileira, que nós temos, hoje, por 4,5 mil Pontos que já foram apoiados, mas se nós formos ampliar esse olhar, nós temos talvez 10, 15, 50 mil iniciativas culturais que podem ser reconhecidas como Pontos de Cultura.

E a nossa perspectiva é ampliar essa base, inclusive para que ela, a partir desse reconhecimento possa, junto com o Governo, junto com o Parlamento, lutar por novas formas de incentivo, pela ampliação do orçamento e do fomento a essas iniciativas.

No último eslaide deixamos os nossos contatos no Facebook, no Instagram, no *Twitter* e também os nossos contatos na Secretária de Cidadania e Diversidade Cultural.

É isso.

Obrigado. Estamos à disposição para o que for necessário.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigado, Alexandre.

Passo a palavra ao segundo expositor, Yuri Soares, a quem saúdo pela presença, que representa a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura. No entanto, como você acaba de chegar, vou deixar que se ambiente, oportunidade em que passo a palavra ao Sr. Frederico Barbosa, Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que faz exatamente a avaliação da política desenvolvida.

O SR. FREDERICO BARBOSA – Obrigado.

O Santini já fez a apresentação do desenho do programa, então fica mais fácil dizer o que a gente fez em termos de avaliação.

Vou tentar ser rápido para poder me aprofundar nos instrumentos avaliativos que a gente usou. De início, um dos problemas da avaliação é lidar, em alguns casos, e nesse caso é bem claro, com o encantamento de uma ação pública. Então, é uma ação que tem uma fala sobre o Brasil que é muito encantadora, que é uma fala de massageamento dos pontos nevrálgicos de produção de cultura, do-in antropológico, uma revitalização das atividades, do dinamismo cultural e assim por diante. Então, é um programa que é difícil avaliar, exatamente porque a fala que ele tem a respeito da produção cultural e da cultura encanta. Então, a gente tem que fazer algumas coisas, tomar algumas decisões no processo de avaliação que são bem complicadas, que são algumas reduções, o uso de algumas premissas e o estabelecimento de alguns focos que dialogam com essa produção simbólica, essa produção discursiva a respeito do programa e de o programa fazer uma política que, em alguns casos, precisa de um tipo de tratamento que nem sempre é identificado e reconhecido por quem faz a política, como uma visão muito adequada para expressar o que é de fato o programa.

Eu não sei se fez sentido o que eu disse, mas temos que fazer alguns recortes. E foi isso que a gente fez em vários momentos na primeira pesquisa, a nossa demanda, o nosso desafio de fazer uma pesquisa de impacto. Tendo sido implementado o programa, o quanto esse programa foi capaz de transformar certas realidades? Que impactos esse programa causou nas realidades socioeconômicas e culturais de algumas comunidades, que eram objeto ou se relacionavam com Pontos de Cultura?

Então essa era a demanda ou a pergunta avaliativa que o Ministério fez para o Ipea, que a gente tinha que responder. Isso originou a primeira rodada de avaliação.

Para fazer uma pesquisa de impacto a gente tem que, basicamente, saber o que já acontecia naquela comunidade. Então a gente tinha uma dificuldade para isso, porque a gente não tinha informação nenhuma do desenho, do perfil daquelas comunidades que estão sendo, agora, objeto de uma política pública ou que se relacionava com uma política pública. Então a gente não tinha o que chamamos de T0 (zero), um momento que permite, ao ser fixado, uma avaliação em relação ao momento posterior, o momento T1, em que a política já estava em funcionamento. Então a gente tomou uma decisão: ao invés de fazermos uma avaliação de impacto, a gente fez uma avaliação de desempenho.

O que esse programa efetivamente faz? Depois de uma associação, uma comunidade ser transformada em Pontos de Cultura recebendo recurso, o que aconteceu? Qual é o desempenho global dessa política?

Então era esse o nosso foco inicial. Toda pesquisa avaliativa envolve questões desse gênero: o que eu estou avaliando? Então a gente resolveu fazer uma avaliação em duplo sentido, que era uma avaliação do desempenho das associações, que agora eu passo a falar como Pontos de Cultura, e também o desempenho do Estado ao projetar uma política de base comunitária e associar o fomento a uma dinamização do que chamamos de Pontos de Cultura. Era essa a ideia original.

Para isso, a gente tinha que selecionar o tipo de ação do ministério, que era passível de avaliação, do que é efetivamente o programa. Então, a gente teve certa dificuldade, em um primeiro momento, para definir o que era efetivamente esse programa.

O Santini colocou aqui, em termos gerais, naquele momento isso não era tão claro, e a gente precisa fazer um movimento de explicitação do que se queria fazer com aquele programa. Ora, se eu tenho uma fala, um discurso que é encantador, eu tenho que limpar terreno. Eu tenho que estabelecer as premissas exatas da ação. Eu tenho que descrever em uma linguagem avaliável, em uma linguagem aferível, em uma linguagem passível de um contraste com efetivamente o que é feito, de uma maneira mais precisa. Então, a gente resolveu usar uma metodologia que, à época, estava sendo usada pelo Ministério do Planejamento, que é a reconstrução da teoria do programa.

Quais são as apostas teóricas que são feitas no programa, naquele momento do programa – agora vou sempre patinar uma pouquinho nesse temas –, que é passível de uma avaliação?

Por trás do discurso, que é um discurso do encanto, um discurso do do-in, que é um discurso, enfim, com o qual a gente se identifica, porque encanta, o que efetivamente é feito no programa? Isso, para a gente, era opaco. Então, a gente usou essa metodologia para explicitar essa teoria, essas apostas do programa, que é o modelo lógico. Então esse é o primeiro momento: o que efetivamente é feito no programa?

O modelo lógico tem uma série de passos. No final das contas, em um primeiro momento do programa era isso: um série de ações, subações, produtos, enfim, a gente não discutiu muito isso hoje, mas a gente pode aprofundar isso em outro momento ou na conversa que iremos fazer posteriormente; então, havia uma série de ações que eram passíveis de certa avaliação: concessão de bolsas, apoio à iniciativa de economia solidária, Escola Viva, capacitação para ampliação ao acesso e produção e difusão culturais, Teia, Prêmio Cultura Viva... Todas essas ações compunham ou eram elementos que explicitavam o que se falava a respeito do programa. Faz sentido isso, gente? Então, era isso que a gente tinha que avaliar.

Essas ações, mesmo depois do modelo lógico, ainda não eram claras. O que tinha saído do papel, o que era objeto de ação, o que era feito nos Pontos e Pontões e assim por diante, isso não era claro também. Então, o que a gente fez? A gente, além do modelo lógico, que era uma explicitação das apostas, dos elementos fundamentais que seriam objeto de uma avaliação, resolveu fazer uma aplicação juntamente com o Ministério da Cultura, de questionário a todos os Pontos de Cultura naquele momento. A gente estimava mais ou menos 500, mas a gente conseguiu visitar 300, por uma série de razões. Então a gente aplicou um questionário fazendo um levantamento de questões relacionadas àquelas ações. Você conhece a ação tal? Você realiza a ação tal? Você tem o digital? Você conhece o Escola Viva? Você funciona nessa modulagem? Enfim, uma série de perguntas que permitiram, então, a gente saber da aderência das associações, dos Pontos, dos Pontões ao próprio programa. Então era mais ou menos essa a questão.

Depois, na aplicação do questionário, como a gente foi observando uma série de elementos que eram da realidade, do cotidiano dos Pontos, a gente também fez um grupo focal, que é recuperar as informações da observação direta de campo.

Então essa foi a primeira avaliação que pressupunha todos esses elementos. Pressupunha uma organização do programa e alguns indicadores, indicadores quantificados, mas todos eles com uma base conceitual relacionada com o que se apostava que deveria ser feito em termos do programa em geral.

Então, temos alguns indicadores que elaboramos: indicador de esforço – e não teremos tempo de passar em cada um deles –, indicador de infraestrutura, indicador de acessibilidade, indicador de sustentabilidade, indicador de participação, indicador de inclusão econômica.

Todos esses elementos faziam parte do discurso do programa, daquilo que encanta, mas tivemos que fazer uma redução de forma a medir, de forma a dar um tratamento empírico para o desempenho do programa. No final das contas, em uma logística extremamente complicada de visitas a n números de Pontos em n Municípios no Brasil, uma logística extremamente complicada para ser feita, chegamos a esses indicadores.

Olhem a potência do programa: aplicamos questionários em mais ou menos 360 Pontos, com 4 mil pessoas envolvidas diretamente e de forma permanente com os Pontos, uma média de 11 pessoas. Vejam só: esse é um número significativo. Não é um ministério, mas é quase um ministério da Cultura, só que em rede, funcionando no território.

Número de voluntários: mais 1,5 mil, uma média de 4. Olhem a quantidade de pessoas mobilizadas em termos de uma política pública que gasta pouco, que é relativamente barata, embora, para ampliar para 500 mil, o orçamento tenha que ser exponenciado, mas olhem a capacidade que esse programa tem de mobilizar recursos humanos!

Há mais alguns elementos para os quais chamamos a atenção. Frequência habitual a Pontos: 124 mil pessoas. Uma média de 323 pessoas por Pontos. E não estou dizendo frequência só no sentido da fruição, porque muitos desses casos é fruição no sentido de ir ver, mas, em muitos outros casos, existe um processo pedagógico, de capacitação, de educação. Vejam a potência desse programa também nesse sentido.

Frequentadores habituais, depois daquele número de 8 milhões, saiu derivado dos frequentadores esporádicos e fizeram uma regra de três simples e chegaram a 8 milhões, mas, naquele momento, os frequentadores esporádicos, 1 milhão de pessoas. Então, o programa, ali, tem uma capacidade impressionante de mobilizar.

Espaços em situação precária. Aí a gente começa a chegar aos problemas. Então, a gente encontrou 32% de espaços em situação, do ponto de vista do próprio Ponto ou do Pontão, precária. Podemos olhar pelo outro lado: quase 70% dizem que o espaço é interessante. Mas, para os 30%, falta algum tipo de ação. Era mais ou menos isso que a gente queria evidenciar.

Na acessibilidade, que é uma regra geral, também temos uma série de problemas. São 35% com problemas de acessibilidade, e assim por diante.

Há também indicadores de sustentabilidade, que medem o que o Santini falou, que é capacidade de troca, de geração de recursos, de oferecer um certo dinamismo econômico às atividades daquelas associações, então, temos esses indicadores e as médias. Temos vários problemas neste caso.

Vou passar rapidamente, devido ao pouco tempo.

No final das contas, fizemos outra pesquisa, e não vai dar tempo de chegar à terceira, mas essa pesquisa, apesar de eu ter mostrado só os resultados na ponta, a gente levantou também uma série de problemas do órgão público, do mediador da política e que são aquelas clássicas que todos conhecem: falta de recursos humanos; protocolos de ação pouco claros e, às vezes, confusos; dificuldades conceituais na elaboração da política, e já isso vimos inclusive no modelo lógico, mas na elaboração de editais, existia certa opacidade em relação aos conceitos e a alguns elementos que eram fundamentais na elaboração da política;

as dificuldades de monitoramento da política, e aí eu não estou falando de prestação de contas, mas de um acompanhamento mais perene das dificuldades que a sociedade civil tem para estabelecer redes, por exemplo, não existia um sistema de monitoramento adequado para isso; o próprio conceito de rede oferecia certa opacidade para isso porque, quando temos uma ideia de quase tudo é rede, nada se transforma em rede. Teríamos também que definir melhor o que é rede para termos uma atuação mais organizada.

(Soa a campainha.)

O SR. FREDERICO BARBOSA – Nesse sentido, a gente foi entender – rapidamente vou finalizar – o que eram as redes.

O que são efetivamente as redes? Fizemos uma imersão, e tivemos que reduzir o número de Pontos e Pontões, que eram objeto da pesquisa, para entender o que eram essas estruturas. O que efetivamente são os Pontos de Cultura? E encontramos uma coisa interessante, que inclusive rebate com o que vimos na primeira pesquisa, que era o seguinte: um Ponto de Cultura tanto pode ser a associação inteira como pode ser uma ação dentro de uma associação com uma capacidade organizacional muito maior do que uma simples associação de cultura popular.

Então, o Ponto de Cultura tem várias posições dentro de uma estrutura associativa. Essa foi uma coisa interessante e levantou outra questão: a da atuação em rede. Ora, se tenho um Ponto com essas diferenças todas ou Pontos com essas diferenças todas, também preciso saber como eles atuam efetivamente nas comunidades: se é em rede ou não é em rede, se atua sozinho, se a rede é local, se é comunitária, se tem uma base territorial maior. Para quê? Para que eu tenha um instrumento de política que atue de forma efetiva no desenho dessas diversas formas de rede.

Fizemos, então, uma pesquisa com outro teor, que é mais etnográfica. A partir daí, geramos uma série de problemas para o processo que chamamos no GT de Cultura Viva, que era uma necessidade de reorganizar alguns dos elementos. Não vai dar tempo de falar sobre isso.

Agradeço e desculpem a rapidez da fala.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Nós é que agradecemos. Essa exposição vai servir muito, já que faremos uma avaliação de resultados. O seu trabalho certamente será muito importante para a nossa construção de relatório.

Passo, finalmente, à palavra ao Sr. Yuri Soares, que representa a Comissão Nacional de Pontos de Cultura.

O SR. YURI SOARES – Bom dia a todos e a todas.

Primeiramente, justificar o meu atraso. Além de produtor cultural, sou também professor da rede pública do DF e estamos tendo uma assembleia em frente ao Palácio do Buriti. Estamos em greve. Por isso, demorei a chegar aqui. Tinha que resolver algumas coisas na assembleia antes, até porque eu também sou do comando de greve. Inclusive, antes de começar minha fala, fazer um carinhoso pedido ao Senado Federal, principalmente a quem tiver um contato mais direto com o nosso Governador Rodrigo Rollemberg, para que converse carinhosamente com S. Exª, para que avancemos nas negociações da nossa greve.

Saudar todos e todas presentes, na pessoa da nossa Senadora Lídice da Mata, grande parceira do movimento cultural de longa data, Alexandre Santini, Frederico Barbosa e demais presentes.

Quero me apresentar também. Eu sou o Yuri, da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura. Integro dois Pontos do DF: o Ponto de Cultura Mapati, que é um teatro na Asa Norte, e o Ponto de Memória de Planaltina, que fica em Planaltina, Distrito Federal.

Algo que eu tenho certeza que os senhores já sabem, mas é sempre importante pontuar nas nossas falas como sociedade civil, e tenho quase certeza que o Santini já pontuou isso no início de sua fala, é essa grande inovação que são os Pontos de Cultura, porque eles marcam uma virada na percepção do Estado sobre como ocorre, como é feita a cultura no Brasil.

O Estado, percebendo que não tem condições de fazer diretamente a cultura e que sequer deveria ser o agente principal a realizar, a organizar essas redes culturais, ao invés disso, ele passa a reconhecer os Pontos e as Redes que já existem. Então, os Pontos de Cultura e as redes de Pontos de Cultura não passam a existir quando o Estado dá um documento. Aquele documento, aquele financiamento, aquele fomento, na verdade, é um reconhecimento de uma prática já existente. Então, a maioria dos Pontos de Cultura que temos hoje são práticas culturais, organizações e redes que já existem há muitos e muitos anos, antes de existir a própria política pública, em toda sua diversidade. Temos Pontos de Cultura que lidam com questões relacionadas ao gênero, à sexualidade, à memória, ao patrimônio e a diversas outras pautas.

Mas, como já foi falado aqui pelo Santini, para que essa política pública tenha uma envergadura do tamanho que o Brasil precisa, do tamanho que a cultura brasileira precisa, necessitamos, sim, de uma discussão mais aprofundada sobre financiamento, e, nisso, o Senado Federal é importantíssimo.

Não é novidade para ninguém que vivemos um cenário de crise econômica mundial que chega também ao Brasil. E, a nosso ver, a postura que o Governo Federal tem tomado frente a essa crise é equivocada ao copiar modelos que vimos sendo aplicados principalmente na Europa, ao acreditar que simplesmente um ajuste fiscal ou o arrocho do orçamento, e, nisso, normalmente, a cultura é uma das áreas vistas como as primeiras a sofrerem aquela tesourada, aquele facão orçamentário do Governo Federal, a cultura sempre é uma das primeiras a sofrer com esses cortes. E já vimos, na Europa, que esse modelo não funciona. Acaba se criando, na verdade, uma espiral da recessão: corta orçamento, diminui a circulação, gera desemprego, gera desindustrialização, diminui o pagamento de impostos e, então, realiza novos cortes. O exemplo mais claro é o da Grécia, que passou anos e anos nesta política de ajuste recessivo que somente piorou a situação orçamentária grega, somente piorou a situação do povo grego, até chegar a esse contexto atual em que elegeram um governo que está tentando fugir dessa lógica recessiva.

Então, o Senado Federal precisa fazer essa discussão ampla, que não diz respeito apenas à cultura, diz respeito a todas as áreas governamentais, da necessidade de pressionar o Governo Federal para buscar outras formas de sairmos desse cenário complicado que vivemos.

Todos sabemos que não é um cenário nem um pouco simples. Um exemplo é a discussão que temos com diversos movimentos, centrais sindicais, movimentos culturais e que está colocada na rua. Falo da própria questão da CPMF, que é um imposto que atinge principalmente os estratos mais ricos da população. Quando essa discussão da CPMF chegar ao Senado, espero que os Senadores discutam a importância de colocarmos também a cultura dentro desse novo fundo de financiamento. Assim como a saúde, a educação e a previdência, a cultura é essencial para darmos um salto qualitativo, um salto civilizatório no Brasil, o que percebemos ser necessário quando vemos diversos setores da sociedade pedindo intervenção militar, vários discursos homo-

fóbicos agressivos, machistas, quando vemos a violência crescendo tanto do ponto de vista da criminalidade, mas também do ponto de vista do ódio. Parece que há um ódio crescente e uma falta de tolerância com o próximo, com as outras pessoas, com o diferente, com a diversidade. Só se constrói uma cidadania que respeite a diversidade, respeite as pessoas e avance culturalmente, se tivermos programas, como o Cultura Viva, sendo empoderados cada vez mais.

Também precisamos avançar na concepção de cultura como processo. E aí discordo, e há uma discussão desse tipo na comissão nacional, um pouco do que foi falado pelo Santini, de que tudo é Ponto de Cultura. Acreditamos que é preciso avançar nessa discussão sobre o que é Ponto de Cultura, porque um evento não é Ponto de Cultura. Nenhum preconceito com os eventos. Os eventos, nós, Pontos de Cultura, todos os realizamos: *shows*, festas, encontros, debates. Mas temos discutido principalmente duas coisas importantes para definir o que é um Ponto de Cultura. Um, precisa ter alguma base territorial. Precisa ter um enraizamento na sua comunidade, mesmo que seja em diversas comunidades, quando se tratar de redes, mas ele precisa ser fruto de algum território. E ele precisa ter existência ao longo do tempo. Não pode ser algo que surge e some a todo momento. Então, um Ponto de Cultura precisa ter base territorial e espaçamento no tempo.

Precisamos, e nisso também quero dialogar aqui com o Senado, avançar na regulamentação da lei. Tivemos uma primeira instrução normativa, editada pelo Ministério da Cultura, que avançou em algumas questões relacionadas à burocracia, mas há também algumas divergências, como é o caso de colocar a possibilidade de universidades públicas serem Pontões.

Acreditamos que Pontos e Pontões de cultura devem ser, assim como diz a própria lei, entidades privadas, de direito privado. Se começamos a colocar entes e agentes públicos como Pontos e Pontões de cultura, começamos a confundir esse princípio inicial de que os Pontos de Cultura são o reconhecimento do Governo de que quem faz a cultura é a sociedade. Sabemos que, muitas vezes, as universidades têm boa vontade para realizar cultura, para organizar cultura, mas não é o papel delas como instituições governamentais serem elas próprias as protagonistas do Programa Cultura Viva. Então, precisamos avançar nessa discussão sobre o papel das universidades no Programa Cultura Viva. Não queremos tirar as universidades do Programa Cultura Viva. Acreditamos que o papel das universidades no Programa Cultura Viva é como instituições de ensino, pesquisa e extensão. Elas podem criar matérias nos seus currículos sobre cultura, sobre o Programa Cultura Viva. Elas podem realizar pesquisas sobre cultura, como vários pesquisadores realizam – o Frederico está aí e não me deixa mentir. Várias universidades, vários pesquisadores têm como seu objeto de pesquisa o Programa Cultura Viva. Podem também realizar os seus programas de extensão. nós temos diversos casos de sucesso no Brasil em que as universidades, a partir da extensão universitária, conseguem dialogar com a comunidade, dialogar com os movimentos culturais. Eu mesmo sou oriundo disso. Venho de um programa de extensão da Universidade de Brasília, chamado Comunicação Comunitária, os senhores devem conhecer, através do Prof. Fernando Paulino, que já veio ao Senado várias e várias vezes.

Precisamos avançar em diversas questões da regulamentação da Lei Cultura Viva, principalmente na questão da gestão compartilhada. É preciso que o Ministério da Cultura avance, chamando a própria Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, o Legislativo, tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado Federal, pesquisadores, na regulamentação do restante da lei. Regulamentamos um pedaço da lei, mas precisamos regulamentar a lei de forma completa.

Por fim, dizer que temos tido esse diálogo com a sociedade civil, com os Parlamentares, com o Ministério da Cultura. Estamos avançado na discussão internamente com o próprio movimento social, com o Governo, com outros movimentos sociais. Obviamente, como eu já disse, existem algumas divergências, mas eu acho que até o momento a gente tem conseguido tratar de uma maneira muito respeitosa e tranquila essas divergências.

Mas não basta apenas nós discutirmos a letra da lei. Reforçar aqui, de novo, a importância de a gente fazer uma discussão ampla com a sociedade sobre essas duas questões: financiamento e modelo civilizatório. Porque a gente precisa ampliar o espaço para a diversidade, para o respeito, para uma sociedade mais igualitária, com menos agressividade no debate político e, para isso, o Programa Cultura Viva é essencial.

Nós temos diversos relatos de todo o Brasil acerca da importância de que quando o Ponto de Cultura realiza suas atividades, não somente avança aquela comunidade do ponto de vista econômico, porque, afinal, a partir de um edital de fomento, você começa a pagar aos agentes culturais que, muitas vezes, é a primeira verba que eles estão recebendo. A gente teve, lá em Planaltina, exemplos clássicos: grupos de catira, grupos de dança, poetas e músicos, que receberam o seu cachê pela primeira vez na sua vida artística. Isso é importante, não somente para a valorização desses artistas, mas para a própria economia local. Porque aquele artista vai consumir no supermercado da sua cidade, vai fazer circular aquela economia local – como é próprio caso do Bolsa Família, todos os estudos mostram que quando você coloca dinheiro diretamente na comunidade aquilo gera um crescimento econômico de grande magnitude. Mas também, e principalmente, na questão da autoes-

tima. Quando você valoriza essa cultura local, você começa a mostrar que essas comunidades não são apenas espaços – como coloca a grande mídia – de violência, de problemas, que têm que resolver com a polícia. Isso não resolve! O que resolve é você empoderar e dizer: "Olha, existe uma história dessa comunidade. Essas pessoas são portadoras de direitos de diversas áreas, tanto na questão da cultura, educação, saúde e da própria segurança". A autoestima daquela comunidade, daqueles indivíduos, melhora muito. E isso é importante para a gente resolver uma série de índices sociais correlatos.

É isso.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada.

Passo a palavra à Senadora Fátima Bezerra. Antes, porém, Fátima, eu quero deixar aqui uma pergunta para o Sr. Alexandre. Com base na exposição do Sr. Frederico, fica claro ali que há um problema de repasse para os Pontos de Cultura, com repasses atrasados em cerca de 83% dos casos. Então, eu queria que fosse explicado o que está acontecendo, se essa é uma questão...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Em torno de quanto?

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Oitenta e três por cento, se eu não me engano.

O SR. YURI SOARES – É um dado mais antigo, mas ainda existe.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – É um dado mais antigo, mas ainda existe. E eu ia justamente perguntar isso: se é uma situação que vem desde o início dos Pontos de Cultura – que são dez anos, em torno desse período a manutenção dos Pontos sempre foi com essa relação de repasses atrasados – ou se é uma coisa nova, em função da situação de crise orçamentária e financeira pela qual o Governo passa.

E, nessa dimensão, também gostaria de perguntar – porque como eu sou autora do requerimento, junto com o Romário, então, digamos assim, nós perguntamos antes – qual é a prioridade orçamentária que têm os Pontos de Cultura no orçamento geral do Ministério.

Muito obrigada.

Com a palavra a Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senadora Lídice, eu quero, primeiro, saudá-la pela iniciativa – junto com o Senador Romário – de promover a realização deste debate.

Estender aqui meus cumprimentos aos nossos convidados, ao Alexandre, representando aqui o MinC; ao Frederico, aqui em nome do Ipea, que traz aí a apresentação de uma pesquisa muito importante, bem como ao Yuri, da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura.

Não tenho nenhuma dúvida, Senadora Lídice, de que falar sobre o Programa Cultura Viva, a meu ver, é falar em uma das ações mais saudáveis que foram implementadas no País do ponto de vista, exatamente, de promover a cultura popular. Digo isso porque tenho acompanhado essa luta, desde o início. Lembro-me de que, em 2002, quando me candidatava, pela primeira vez, Senadora Lídice, a Deputada Federal, lá pelo meu Estado, o Rio Grande o Norte, chegava lá em Santa Cruz, que é a chamada região do Trairi, e, portanto, recebia as reivindicações dos grupos que, com muito esforço, promoviam a cultura local naquele Município e naquela região, mas com toda a limitação e com toda a precariedade. Por quê? Porque não havia, nem por parte do Governo estadual nem por parte do Governo Municipal, tampouco por parte do Governo federal, nenhuma política, nenhuma ação que trouxesse um incentivo e um apoio financeiro.

Lembro-me de que eu olhava aquilo ali – e o grupo se chamava Arte de Rua, o grupo lá de Santa Cruz – e via quanta ousadia daqueles meninos e daquelas meninas. Com toda a dificuldade eles se instalaram lá num bairro que se chamava Paraíso, nunca me esqueci do nome. É um bairro, inclusive, popular lá da cidade de Santa Cruz, numa região bastante popular, mesmo com toda a dificuldade, eles conseguiram lá um local, alugaram e estavam lá tentando promover a cultura do bairro e do lugar. Eles, portanto, claro, nos pediam para ajudá-los etc. Eu dizia, naquele momento, das limitações que a gente tinha, com nosso mandato. Primeiro, não temos ações voltadas para esse tipo de atividade. Essas ações quem tem de ter é o Poder Executivo etc. O mais evidente é que, naquele momento, havia uma lacuna, conforme já aqui mencionei. Mas, de repente, eu olhava para eles e dizia: "Olha, nós estamos aí num debate, numa discussão... De repente, se Lula for eleito Presidente, se eu conseguir também ser eleita Deputada Federal, vamos lutar para que, no plano nacional, a gente comece a dar uns passos, do ponto de vista de ter programas, ações concretas para apoiar, para incentivar, iniciativas como essas".

Bom, aí o tempo passou. Quis o destino e o povo que Lula fosse eleito Presidente, e que eu fosse eleita Deputada também, pela primeira vez. De repente, vem o Ministro Gilberto Gil, vem hoje o Ministro Juca, vem essa turma todinha, vêm os militantes da cultura em todo o País. Essa rede gesta, exatamente, esse programa maravilhoso que foi o Ponto de Cultura.

Tenho a alegria, Yuri, e a honra, inclusive, de dizer que, naquele primeiro momento, para efetivar os primeiros Pontos de Cultura em todo o País, o Ministério pedia muito a nós, Parlamentares, a colaboração através de emendas. Tenho a alegria de dizer que sou autora da emenda que instalou os primeiros Pontos de Cultura no Rio Grande do Norte, Senadora Lídice. Começaram exatamente lá por Santa Cruz, com o Arte de Rua. Hoje esse Ponto é referência não só para o meu Estado, mas para o Brasil.

O Rio Grande do Norte, hoje, tem uma rede com 53 Pontos de Cultura, uma rede muito pequena ainda diante, exatamente, da riqueza que tem o nosso Estado, desde a questão dos grupos de teatro, da música, da dança, enfim, da questão da cultura popular. Afinal de contas, estou falando aqui também de um Estado que é a terra do Mestre Luiz da Câmara Cascudo, que tão bem registrou e tão bem divulgou a cultura popular do nosso País.

Aliás, faço um parêntesis aqui, Senadora Lídice, para, mais uma vez, convidar V. Exª, a todos e todas para a bela exposição sobre Câmara Cascudo, que está sendo realizada neste exato momento no Museu da Língua Portuguesa de São Paulo. Câmara Cascudo adentrou ao Museu da Língua Portuguesa, a exposição está belíssima e vai até fevereiro.

Enfim, voltando ao Programa Cultura Viva, este o depoimento inicialmente que eu gostaria de dar aqui. Como Deputada, ao longo deste período todo, nos somamos a vários outros Parlamentares para que pudéssemos avançar e hoje podermos dizer aqui que isto não é mais um programa, não é mais uma ação, isso é uma política de Estado. Não tenho nenhuma dúvida de que o projeto Cultura Viva inaugura exatamente um novo modelo de política cultural no nosso País, por chegar a esse estágio, ou seja, ser uma política de Estado para além de governos.

Segundo, Yuri, para mim, a riqueza do Programa Cultura Viva é que não chega de cima para baixo. Pelo contrário. O Programa Cultura Viva, o êxito dele vem de baixo para cima. Ele está condicionado a quanto mais associado à realidade do lugar, à identidade cultural daquele lugar, quer dizer, quais as manifestações mais presentes, o que é aquilo que mais a população deseja etc. Daí porque o programa é muito inteligente, Alexandre, neste aspecto, de não inventar moda, não precisa inventar moda. O que precisamos é de incentivo financeiro, o que precisamos é de orçamento, o que precisamos é exatamente isso que está sendo feito: desburocratizar o programa. Porque, por outro lado, o drama que esses Pontos de Cultura, não só no meu Estado, mas pelo País afora, têm enfrentado por conta da rigidez, da burocratização, enfim, os chamados órgãos de controle etc., que existem, pois as normas têm que ser respeitadas, mas o Ministério também literalmente tem que ter, Senadora Lídice, e vou concluindo, criatividade para tentarmos desburocratizar isso cada vez mais.

E pesquisa como essa, Frederico, vem exatamente na direção de contribuir. No meu Estado, conforme já mencionei, são 53 Pontos de Cultura espalhados em todas as regiões, mas são pouquíssimos ainda. Temos 4,5 mil em todo o Brasil. O Plano Nacional de Cultura, do qual tive a honra de ser a Relatora quando Deputada Federal, prevê uma meta de 15 mil Pontos de Cultura. Então, precisamos avançar muito nessa direção.

Meu Estado, assim como os demais, Senadora Lídice, enfrenta, por exemplo, problema ainda relacionado a repasses, que V. Exª mencionou aqui. A última parcela, com relação aos Pontos de Cultura, Alexandre, não foi ainda efetivada, embora tenha problema também lá do ponto de vista local.

Mas encerro, dizendo da nossa disposição, da disposição de nosso mandato em, cada vez mais, se somar a esta luta para fortalecer, para fazer avançar ações como essa. Somo-me às perguntas feitas pela Senadora Lídice. Afinal de contas, diante de todo esse contexto que estamos passando, Alexandre, o que tem mesmo de orçamento? Vi aqui que vocês colocaram na questão de fomento, inclusive incluíram aqui a questão de editais, redes estaduais, redes municipais, consórcios, emendas parlamentares para Redes de Pontos, projetos e eventos culturais, formação de Teias municipais, estaduais e nacional. Se você pudesse falar um pouquinho sobre o tema de formas de fomento.

Em síntese, seria isso. E, por fim, perguntar a você se já iniciou a rodada de novos convênios para novos Pontos de Cultura por este País afora.

Aqui fica, em nome do Rio Grande do Norte, o nosso apelo para que a gente possa firmar um novo convênio para ampliar a rede de Pontos de Cultura lá no Rio Grande do Norte.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sugiro que Alexandre possa responder.

Quero explicar, Senadora Fátima, que a senhora vai nos dar um grande apoio, a sua fala já dá uma grande contribuição à nossa relatoria. Aqui no Senado, desde o ano passado, se iniciou essa prática, de que cada Comissão analisa o desempenho de uma política pública de um Ministério a que essa comissão tem relação, atribuição de trabalho. Eu pude analisar, no ano passado, a principal política de infraestrutura do Ministério do Turismo, e fazer essa avaliação agora, para mim, é uma oportunidade grande, tanto por ter sido uma estimuladora, desde o início, da gestão Gil e Juca, mas também da alegria de ter de volta o Ministro Juca e poder

contribuir com isso. Vocês podem ficar tranquilos. Não é uma posição do Senado, nem mesmo da Relatora, fazer uma crítica destrutiva à política que está sendo colocada, seja qual for. Nossa obrigação é analisar o desempenho da política e sugerir, inclusive, caminhos, modificações etc., dentro do nosso relatório.

Tínhamos até uma sugestão inicial de fazermos um "passeio" – entre aspas – pelo Brasil, ir a cinco Estados, mas isso se tornou impossível, onde nós realizaríamos audiências públicas para debater os Pontos de Cultura. Também por razões orçamentárias do Senado, nós cortamos essa parte, vamos fazer essa audiência e depois uma conversa aprofundada com o Ministério da Cultura, no sentido de recolher material de qualquer dúvida que tenhamos a respeito desse assunto, mas também estou insistindo com o Presidente, para ver se nós conseguimos fazer pelos menos duas diligências para análise daqui. Posso até sugerir a ele que a gente faça uma diligência em Brasília, porque não gastaríamos nada para realizar...

O SR. YURI SOARES – Nossos Pontos estão abertos para vocês. Só deixando claro. Nós adoraríamos, inclusive.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Nós poderíamos fazer uma diligência em Brasília para analisar o desempenho. É claro que eu desejo fazer uma diligência no meu próprio Estado, que tem uma tradição e uma importância grande na política de Pontos de Cultura, até para buscarmos mais.

Dito isso, passo a palavra ao Sr. Alexandre.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senadora Lídice, me permita. Pois é, de repente V. Exª pode falar sobre essa ideia inicial, que era a questão das audiências, eu sei que também há a questão orçamentária, a realidade aqui do Senado, mas de repente me veio uma ideia: será que a gente não podia fazer uma de caráter regional? Tudo bem, a gente compreende, e vai lá para a Bahia.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Uma da Região Nordeste toda?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pois é.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Temos que sentar para acertar isso com o Presidente Romário, para ver a possibilidade de isso acontecer. O Presidente Romário e o Presidente da Casa também. Na do Ministério do Turismo, eu fiz três audiências públicas grandes aqui, mas nós tivemos um tempo maior para a organização.

Enfim, vamos lá. Conto com V. Exª para me ajudar no convencimento, para a gente fazer um grande debate, quem sabe no Nordeste, sobre os pontos de cultura.

Com a palavra o Sr. Alexandre.

Quem sabe a gente arranca o Ministro também para ir.

O SR. ALEXANDRE SANTINI – Opa! Seria ótimo!

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – A gente podia, inclusive, organizar o seguinte, até para facilitar mais a mobilização: fazer de manhã, em Salvador, juntando parte do Nordeste; e, de tarde, em Natal, juntava outra banda do Nordeste.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Está bom, vamos tentar.

O SR. ALEXANDRE SANTINI – O Ministério quer se somar também a essa caravana. Nós também participamos.

Em primeiro lugar, eu quero, mais uma vez, agradecer a oportunidade e saudar, especialmente, a Senadora Fátima Bezerra. Senadora, eu sou de Pontos de Cultura. Antes de estar no Ministério da Cultura, eu sou de Pontos de cultura desde 2005, o primeiro edital. Então, eu sempre acompanhei a luta da senhora junto aos Pontos de Cultura. Quando nós estivemos aqui lutando pela aprovação da Lei Cultura Viva, em todos os momentos, como Deputada, a senhora estava presente, participando. Então, sabemos do seu compromisso e do seu engajamento na defesa dessa política. Então, em primeiro lugar, agradeço também a sua participação e a sua contribuição a todo esse processo. Inclusive, em 2014, nós estivemos em seu Estado, realizando a Teia da Diversidade, que foi em Natal, o encontro dos Pontos de Cultura. O Rio Grande do Norte também é um Estado bastante significativo para o Cultura Viva e para os Pontos de Cultura em todo o País.

Sobre a questão dos atrasos dos repasses, dos atrasos dos pagamentos que foi colocada aqui, primeiro, eu quero dizer o seguinte: existe um problema estruturante aí – aliás, há alguns –: entre 2005, 2007, 2008, era só o Ministério da Cultura que fazia convênio direto com os Pontos de Cultura. E o Ministério da Cultura não tem uma estrutura operacional e administrativa que possa dar conta de uma quantidade de convênios desse tamanho – chegou-se a 600, 700 Pontos de Cultura conveniados diretamente com o Ministério da Cultura. Então, havia dois problemas. Primeiro, havia uma incapacidade operacional do Ministério naquele momento, que há até hoje, porque não há carreira, concurso e uma série de coisas que precisam ser feitas para que haja essa estrutura. E, por outro lado, o modelo de convênio entre Estado e sociedade civil, para a realidade dos Pontos

de Cultura, é um modelo extremamente inadequado, é um modelo que não atende a essa relação. Nós estamos falando de um repasse de recursos no valor de R$60 mil por ano, de R$180 mil em três anos. Quer dizer, o modelo de convênio é um modelo para valores de milhões de reais, para coisas que se fazem entre entes federados, entre governos. E a sociedade civil, as entidades culturais comunitárias, ter que se submeter a esse mesmo ordenamento jurídico é algo extremamente inadequado. Então, eu acho que, fundamentalmente, o problema do chamado atraso dos repasses começa por essa questão estruturante do modelo de aporte dos recursos.

A partir de 2008/2009, acontece uma situação que é a descentralização do programa. Então, as redes passam a ser geridas pelos Estados e Municípios. O Ministério estabelece convênio com os entes federados, que fazem os seus editais. Isso permite a ampliação, saindo de 600, 700 para 4.500, que é o que há hoje. Ao mesmo tempo, o problema continua, porque até à aprovação da lei, o modelo que era o repasse de recursos do Estado e do Município para o Ponto de Cultura, continuava sendo ainda baseado no modelo de convênio. Então, continua se mantendo uma estrutura inadequada. Agora, com a aprovação da Lei Cultura Viva e da Política Nacional Cultura Viva, ela insere um novo mecanismo de financiamento, que é o Termo de Compromisso Cultural, cujo modelo de prestação de contas é mais simplificado, assim como a própria forma de apresentação de projeto. Então, mantém-se toda a segurança jurídica tanto para o Estado quanto para a organização, mas cria-se um modelo mais simplificado. Esse é um processo que está em implementação. Nós fizemos o primeiro edital baseado no Termo de Compromisso Cultural neste ano, que é o edital de Redes lançado pelo Ministério da Cultura. E os Estados e os Municípios estão se adequando a essa realidade.

Muitas vezes, o atraso acontece não só na dificuldade do repasse do recurso pelo Ministério, como também no depósito da contrapartida. É o caso, por exemplo, do Estado da Bahia. Nós estamos lá com 127 Pontos de Cultura selecionados, R$6 milhões do Ministério da Cultura já estão na conta do Governo do Estado da Bahia, mas não houve, até o momento, o depósito da contrapartida do Estado. Então, aproveito aqui e faço uma pelo, como disse, carinhoso também, para que a senhora ajude. Sabemos também que não é porque o Governo não quer fazer, é porque há uma situação de crise, e é necessário estabelecer prioridade. É importante dizer que, em muitos casos, esse tipo de situação acontece também.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Alexandre, a contrapartida está em torno de quantos por cento?

O SR. ALEXANDRE SANTINI – A contrapartida pode ser de um terço até 50%. No caso do Estado da Bahia, eles estabeleceram, no convênio, que haveria uma contrapartida de 50%.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Perfeito!

O SR. ALEXANDRE SANTINI – Eles estabeleceram uma contrapartida de 50%, porque é um convênio de três anos. Na verdade, R$18 milhões são investidos pelo Ministério, e R$9 milhões são investidos pelo Governo do Estado. Mas o que se aguarda para fazer o primeiro pagamento é a primeira parcela da contrapartida de R$3 milhões. Quer dizer, existem 127 novos Pontos a serem conveniados já selecionados através de edital. Isso se dá no caso do Estado da Bahia.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senadora Lídice, permita-me!

No caso da Bahia, você está falando o que está havendo dentro desse novo edital? Já é um novo convênio?

O SR. ALEXANDRE SANTINI – Já é um novo convênio. Na verdade, esse convênio é de 2013. Então, ele já foi depositado há tempo e já foi feito. Já havia uma rede anterior. A Bahia já tem uma rede de Pontos de Cultura. Esse é um convênio para uma nova rede. Então...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Tudo bem!

O SR. ALEXANDRE SANTINI – Só que, agora – chego à pergunta da senhora –, com esses novos Pontos de Cultura, já serão celebrados termos de compromisso cultural. Quer dizer, esse convênio já é adequado aos novos instrumentos da política. Então, todo o processo de repasse e de prestação de contas já é adequado ao novo modelo. Não sei se era isso que...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Perfeito! Deixe-me só dizer que, infelizmente, não pude estar aqui no início da sua apresentação, pois eu estava em outra audiência pública. Mas eu tinha uma curiosidade. Veja bem: tínhamos mais de 4,5 mil Pontos de Cultura, literalmente. Vocês lançam um novo edital. A minha curiosidade é a seguinte, Senadora Lídice: há novos convênios? Ou vocês...

O SR. ALEXANDRE SANTINI – Quer saber se são organizações que já eram Pontos antes ou se são novas organizações?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Quero saber se são novas organizações. Vou dar o exemplo do meu Estado. É um exemplo bem concreto, que deve valer para os demais. Nós tínhamos um convênio em curso no Rio Grande do Norte no que diz respeito a Pontos de Cultura. Foi um convênio feito entre a gestão estadual, através da Fundação José Augusto, e o Governo Federal, o MinC, de 53 Pontos. É claro que es-

tamos pleiteando celebrar um novo convênio para ampliar novos Pontos de Cultura. É sobre isso que pergunto. Está entendendo? Pergunto exatamente isto: vocês lançaram esse edital, e novos convênios foram celebrados?

O SR. ALEXANDRE SANTINI – Sim. O novo edital não impede que aquelas organizações que já tenham sido apoiadas anteriormente possam concorrer e possam ganhar. Agora, há sempre uma renovação grande, até porque, se você entender o Ponto de Cultura como um apoio continuado... Você apoiou aquela iniciativa durante um período. Se ele deu continuidade, demonstrou capacidade de execução, aprovou... É evidente que, se ele não tiver a aprovação do projeto desenvolvido anteriormente, ele não poderá celebrar um novo. Mas entendemos que o Ponto de Cultura envolve continuidade. Então, você amplia para novos, mas, ao mesmo tempo, você dá a possibilidade de que aqueles que tenham tido um bom desempenho possam ter continuidade também. Acho que temos de trabalhar nessa lógica.

O que acontece? Existem editais para serem lançados já com recursos do Ministério depositados em Estados que podem fazer uma ampliação importante. Por exemplo, o Estado de São Paulo celebrou um convênio para o estabelecimento de mais de 300 novos Pontos de Cultura no ano que vem. Há 127 Pontos na Bahia já prontos para serem conveniados. Então, já há a perspectiva de ampliação importante com recursos que já estão disponíveis nos caixas dos Governos estaduais.

Então, respondendo à questão do orçamento, quando falamos do orçamento do Ministério da Cultura para os pontos de cultura, temos de falar não só do orçamento do MinC, mas também desse orçamento que já está no caixa dos Governos dos Estados e também da contrapartida que existe, porque os Estados e Municípios também têm de depositar suas contrapartidas.

Fora isso, existem os rendimentos das aplicações desses convênios, que são recursos expressivos também. Muitas vezes, há atraso nos pagamentos, mas há um efeito que, por um lado, é ruim, mas que, por outro lado, permite a ampliação dos recursos, porque há saldos de rendimentos, e esses saldos de rendimentos podem ser reinvestidos nas ações do programa, como na realização de encontros, em editais de prêmios, de fomentos, de fortalecimento.

Então, quando falamos do orçamento do programa, entendendo-o como essa política nacional, nós falamos tanto do orçamento do MinC quanto desse orçamento que está descentralizado nos Estados e Municípios.

A Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural tem o maior orçamento proporcional entre as Secretarias do Ministério da Cultura, justamente porque é uma política estruturante. Agora, esse orçamento é grande, do ponto de vista relativo às demais Secretarias do Ministério, e muito pequeno diante da demanda, da necessidade de ampliação dos Pontos de Cultura para atingir a meta do Plano Nacional de Cultura. Temos, hoje, o orçamento da Administração Direta em torno de R$35 milhões – com algum corte, talvez, ele pode chegar a trinta, trinta e poucos – e, no Fundo Nacional de Cultura, em torno de R$20 milhões. Essa é a composição do orçamento, hoje, da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural para os Pontos de Cultura.

Em relação a novos convênios, Senadora, a gente abriu um programa no Siconv para novas redes de Pontos de Cultura. A gente abriu um período de inscrição, que foi amplamente divulgado, para novas redes estaduais e municipais, e agora vamos manter esse programa aberto durante o ano inteiro, ou seja, os Estados e Municípios que tiverem interesse em ampliar as suas redes poderão se inscrever nesse programa, aberto no Siconv, para apresentar uma proposta de rede. É isso. Ela é analisada segundo critérios de densidade populacional, relevância da proposta apresentada, contrapartida apresentada. Tudo isso entra no escopo dos critérios para celebração de convênios de novas redes.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXANDRE SANTINI – Nós estamos tentando manter de forma permanente.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sei.

O SR. ALEXANDRE SANTINI – Ele continua aberto. Se a pessoa, hoje, quiser entrar lá, políticas novas, Cultura Viva, ações de novas redes, o programa está aberto, inclusive para a gente entender também qual é a demanda dos Estados e Municípios para ampliação das redes.

Senadora, estamos voltando a esse momento, que a senhora colocou muito bem no início do programa, em que a destinação de emendas parlamentares é um elemento fundamental para ampliação. Não só as emendas individuais, como as das comissões, as de bancada, inclusive para isso, para que a gente possa fortalecer e ampliar a política.

Fica também esse convite, o esforço do Ministério para a gente poder realizar um trabalho conjunto aqui, com esta Casa, para que a gente tenha possibilidade de pensar a ampliação dessa política na escala e na dimensão que nós sabemos que a sociedade brasileira tem de necessidade para ampliação desses Pontos de Cultura, entendendo aquilo que o Frederico colocou muito bem, que o Ponto de Cultura é, vamos dizer, um agente articulador potente das comunidades. Então, o jovem que está num Ponto de Cultura não está ocioso,

não está na rua, não está na droga. A cultura traz para ele uma dimensão de pertencimento, de cidadania e de integração na sociedade.

Esse é o papel fundamental que o Ponto de Cultura cumpre na base da sociedade brasileira.

Desde já, muito obrigado.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Eu só queria dizer algo com relação ao Yuri, porque ele fez uma observação sobre as universidades.

Claro que eu entendo o quanto você considera importante o papel das universidades. E é verdade, Yuri. Por exemplo, sobre a Teia Nacional, que, com muita alegria, foi realizada em Natal, no ano passado, quero aqui dar um testemunho, só foi possível, Senadora Lídice, realizar a Teia Nacional em Natal por conta do envolvimento, do compromisso e da dedicação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, junto com a Ufersa. Se não fossem essas instituições, nós não teríamos conseguido realizar a feira de maneira nenhuma. Além do mais, essas instituições, no meu Estado, têm se notabilizado pelo quanto elas têm promovido a cultura, seja, inclusive, no campo acadêmico, com cursos de gestão cultural, seja, claro, no envolvimento direto com a sociedade.

Só para ficar claro para mim, porque não entendi direito. Você levantou aqui algumas preocupações com relação às universidades participaram do edital?

O SR. YURI SOARES – Sim, até, inclusive, do meu lugar de fala. Eu também vim de uma universidade. Fiz história na Universidade de Brasília.

Como eu disse, eu vim também de um programa de extensão da Universidade. Foi através desse programa de extensão que eu tive contato com boa parte do movimento cultural de Brasília. Era justamente porque realizávamos ações de extensão em Planaltina. Eu mesmo não moro em Planaltina. Mas através desse programa de extensão nós tínhamos contato com essas comunidades.

Inclusive foi justamente através desse programa de extensão que esse debate foi colocado pelo próprio professor coordenador do programa, de que o papel da universidade quando realiza a extensão universitária não deve ser de protagonista. Ela deve estar sempre junto, apoiando na questão do ensino, da pesquisa e da extensão como Estado, como agente fomentador, mas não como agente proponente, agente protagonista. O protagonista é a comunidade, é a organização social. A universidade está ao lado. Ela não está à frente nem acima. Isso foi muito importante.

Dialogando dentro da comissão nacional, percebe-se essa preocupação em diversos movimentos, justamente porque a universidade tem a sua própria história, a sua própria forma de organização, inclusive as suas próprias burocracias.

Nós, que viemos da educação, sabemos que a burocracia do Ministério da Educação muitas vezes é pior do que a burocracia do Ministério da Cultura, porque dentro da educação estamos submetidos a uma série de ordens, como, por exemplo, o conselho universitário, conselhos superiores em geral, planilhas orçamentárias, chefias de departamento, chefias de instituto. Então é temerário colocar o movimento cultural e o movimento de Pontos de Cultura dentro desse tipo de organização.

O ex-Ministro da Educação, Renato Janine, inclusive comentou isso na época em que ainda era Ministro, dizendo que é necessária, sim, uma aproximação entre a cultura e a educação, aproveitando o potencial que a cultura tem de ser mais livre, justamente por não estar submetida a tantos regramentos e currículos aos quais estamos tão acostumados na educação.

Então é preciso trabalharmos juntos, mas sem submeter o movimento cultural a todos esses regramentos institucionais, conceituais e acadêmicos que vêm do campo da educação, não só em termos de universidade, mas de escolas também. Estou falando isso como professor da rede básica aqui do DF.

Quando se trata de alguma atividade ou ação cultural dentro da escola, há toda a questão da reunião dos professores, do conselho de classe, do conselho escolar, da direção, da gerência regional de ensino, tudo isso a que estamos acostumados.

Se colocarmos um Ponto de Cultura tendo que se submeter a todas essas questões, inclusive à origem conceitual...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Mas por que tem que ter isso?

O SR. YURI SOARES – Porque a educação sempre tem isso. Eu não conheço uma escola, por exemplo, em que se consiga realizar alguma atividade sem passar por todos esses foros.

Então é necessário, sim, que a universidade participe. Nós temos diversas parcerias com universidades por todo o Brasil, em São Paulo, no Rio Grande do Sul, em Brasília, mas sem colocar dentro dessa lógica acadêmica e burocrática...Estamos falando justamente de desburocratizar o movimento cultural. Então, colocar essas questões no âmbito do Ministério da Educação será burocratizar ainda mais, tendo em vista os editais que

nós temos, como Proest, Mais Cultura nas Universidades, em que há uma série de críticas ao nível altíssimo de burocratização do Ministério da Educação.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Senadora.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Ainda fica dentro da fala dele. Por isso eu o interrompi um pouco. Desculpe perguntar o porquê.

Quando o Ministro Janine esteve aqui, eu falei isso, sobre a questão do Ponto de Cultura dentro da escola. E quando o Ministro Juca esteve aqui, eu também falei isso.

Primeiro, quero dizer que, para mim, Ponto de Cultura é o maior instrumento de democratização da cultura que nós temos. De repente as pessoas se descobriram fazendo cultura, produzindo cultura.

A lavadeira que, enquanto lava roupa, canta aquela musiquinha, aquela cantiga, descobriu que aquilo é cultura e foi lá num estúdio e alguém gravou a música. Então, eu acho fantástico o Ponto de Cultura, mas eu tenho uma experiência, fui gestora no Governo estadual por oito anos, como Secretária de Administração, mas eu era considerada a madrinha da cultura porque, como eu liberava dinheiro, eu costumava facilitar a vida deles – até hoje, quando eles me encontram, o pessoal da Secretaria.

Na sua pesquisa senti falta de uma pergunta: quantos Pontos foram instalados e fecharam? Porque há Pontos fechados, que não sobreviveram.

E voltando à questão do Ponto de cultura, o grande problema que os Pontos de Cultura enfrentam é o local, é o abrigo, quem abriga o Ponto de Cultura. As secretarias de cultura dos Estados, por exemplo, não têm espaço culturais em todos os Municípios. Nós temos 224 Municípios e deve haver espaço cultural em uns 30.

Por isso que eu defendia e continuo defendendo, até que me convençam do contrário, o Ponto de Cultura na escola. Já há lá um público, o que aumenta a participação desse público, como foi mostrado aqui. E há a possibilidade de fazer a integração escola-comunidade, abrir a escola para a comunidade. Mas sem burocracia. Eu entendo que é o abrigo só que a Secretaria de Educação vai dar porque ela tem, na escola sempre tem um canto sobrando e o Ponto de Cultura pega pouco espaço. Os que eu conheço são pequenos, mas funcionam maravilhosamente. Num cantinho ali e ele monta lá o estúdio, a rádio, tudo lá.

Entendo a Secretaria de Educação como uma parceira que vai abrigar, porque, inclusive, se ela não tiver sala sobrando na escola, ela tem mais facilidade de construir uma sala. Não é que ela vai gerenciar o Ponto de Cultura; o Ponto de Cultura vai se gerenciado pela comunidade, pelas entidades proponentes, pela Secretaria de Cultura. Mas ela precisa ser parceira nisso, porque eu entendo que resolveriam muitos problemas. Eu tenho um exemplo, quando falei do fechamento, de Ponto de Cultura que foi conseguido por uma entidade, que, como estava de bem como prefeito, ele alugou casa, pagava luz e água, pagava um funcionário para ficar lá, abrir, fechar, limpar. Mas, depois, se desentenderam politicamente e o prefeito não pagou mais a água, mandou cortar a luz, não pagou mais o aluguel. E o que aconteceu? A pessoa da entidade levou os equipamentos para casa porque não tinha uma sede. A maioria dessas entidades e associações de moradores não têm uma sede para colocar as coisas.

Por isso, eu defendo nas escolas, sem que as escolas entrem no gerenciamento.

O SR. YURI SOARES – O problema em várias escolas é justamente o programa Mais Cultura nas Escolas, porque, no momento da execução, a direção da escola fala: "Está faltando algumas outra coisa de uma atividade pedagógica; a gente vai pegar do Mais Cultura na Escola e fazer isso e, depois, a gente repõe." Ou seja, em várias escolas os diretores estão tendo um alto nível de ingerência. E o nosso medo é que isso aconteça também, ou seja, nós queremos essas parcerias, assim como elas já acontecem, mas deixando claro que a gerência é do ponto de cultura, não é da direção da escola.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – No próprio convênio que se fizer estabelece-se o critério....

O SR. YURI SOARES – Não é da direção da escola, não é da instituição universitária.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Não vai ter ingerência da escola nem ingerência regional nem da coordenadora. Não vai haver ingerência. É uma parceria em que a educação entra com o abrigo, com o espaço, porque a gente sabe que ninguém vai tomar aquele espaço do Ponto de Cultura. Nós tivemos muitos pontos fechados por conta da história do local. As pessoas levam para casa e acaba se perdendo e acaba não funcionando mais.

Nós temos pessoas lá com equipamentos em casa. E não funcionada nada. Tenho conhecimento de alguns Municípios nessa situação.

Então, acho que a parceria é o melhor caminho desde que se faça um ajuste de conduta dizendo o que é.

O SR. YURI SOARES – Qual o papel de cada um. Isso é importante.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Eu entendo que não tem que haver ingerência. Ela está cedendo um espaço. A escola tem que chamar a comunidade para participar mais. E seria uma forma de a comunidade vir mais para a escola também.

Acho que, assim, a gente poderia ter mais Pontos de Cultura, porque acho que as pessoas nem se inscrevem nem pedem pensando na despesa que não é coberta pelo Ponto, a questão do local, aluguel, água, luz, uma pessoa que faça limpeza e que faça as coisas.

O SR. YURI SOARES – Nisso a gente tem total acordo. Nós queremos avançar nessa parceria da cultura com a educação e acreditamos que, inclusive, o papel do Senado é importantíssimo nisso para, justamente, deixarmos bem claro, logo no início, qual é o papel do Ponto de Cultura, qual é o papel da escola nessa parceria. Porque, se deixamos vago, a tendência é o diretor da escola, o chefe de departamento da universidade, ingerir muito.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada por sua contribuição.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senadora Lídice, só bem rapidinho.

Apenas para fazer uma retificação. Eu rendi homenagens ao primeiro Ponto de Cultura lá do meu Estado do Rio Grande do Norte, em Santa Cruz, região de Trairi, eu chamei de Arte de Rua. Na verdade, o nome mesmo do Ponto de Cultura, Alexandre, é Arte Viva. O que não deixa de ser arte de rua.

E quero me associar também a essas considerações feitas pela Senadora Regina. Yuri, eu acho que isso tem que dimensionado com muito carinho: a questão da educação e da cultura. E por uma série de razões, a primeira pela indissociabilidade que há entre um tema e outro. Isso é consenso. E, para que, a partir daí, a gente possa exatamente potencializar e fortalecer cada vez mais as ações que dizem respeito à promoção e fortalecimento da cultura. E você sabe que uma coisa é o orçamento da cultura, e outra coisa é o orçamento da educação.

Eu dou como exemplo a questão do livro, da leitura e da literatura. Há tempos que a gente vem fazendo um debate aqui no Congresso Nacional e, felizmente, esse assunto está repercutindo junto ao Governo, no sentido de que o quanto é necessário, já que o MEC tem ações voltadas para o livro e para leitura – evidentemente que deve ter – e o MinC também, haver esse casamento do ponto de vista programático e do ponto de vista da ação que fortaleça a questão orçamentária e etc.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada, Senadora.

Eu gostaria de, agora, caminhar para as considerações finais, porque temos um horário definido para encerramento.

O Senador Romário nos encaminhou uma série de perguntas para os três colaboradores nossos. Então, eu vou encaminhar para que cada um de vocês possa nos responder e que possa constar do nosso relatório e a gente analisar dentro dessa perspectiva da relatoria.

Como o Frederico tomou conhecimento das perguntas antes, enquanto vocês falavam, vou perguntar se ele tem condição de dar resposta a algumas das perguntas e depois me encaminhar.

O SR. FREDERICO BARBOSA – Eu respondo agora?

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Por escrito.

O SR. FREDERICO BARBOSA – Por escrito, não.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Por escrito dá para responder?

O SR. FREDERICO BARBOSA – Dá, claro.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Está bem.

Eu pedi que eles tirassem cópia e pensei até em ler aqui as perguntas, mas, de qualquer forma, vocês vão receber três cópias para que cada um possa responder.

Peço desculpas às Srªs Senadoras porque, como Relatora, para mim, é importante ouvir todas as perguntas, mas tenho um compromisso já firmado com o Eurolat, que se reúne aqui hoje, da qual sou integrante, e vai iniciar neste horário.

Nós estamos aqui com o presidente da parte europeia do Eurolat e o Senador Requião é o presidente da parte latino-americana, eleito na última reunião. Por isso nós vamos nos encontrar e eu precisava participar também deste encontro.

Já estão aqui as perguntas e sugestão para o Ministério da Cultura, perguntas para o representante do Ipea e para o Yuri, sobre os Pontos de Cultura.

Pediria que vocês enviassem as respostas por escrito e as encaminharei ao Senador Romário, ao tempo em que também procuro incorporá-las ao meu relatório.

Peço a nossa Senadora Regina que possa enviar também as suas colaborações, porque, como a nossa audiência pública pretende fazer um relatório da política, qualquer assunto que aqui não tenha sido tratado, que

V. Exª possa nos encaminhar, inclusive fazendo uma reunião com os Pontos de Cultura dos seus Estados, eu e a Senadora Fátima estamos aqui numa conspiração para tentar fazer uma audiência pública ainda no Nordeste. Então, poderíamos ter sua participação decisiva. Mas, isso não acontecendo, peço a V. Exª e à Senadora Fátima, que tanta contribuição tem a dar a esse assunto, que nos encaminhe posteriormente um pequeno relatório, que eu possa incorporar ao nosso trabalho.

Mas ainda temos tempo e é possível sonhar com a nossa audiência pública.

Eu já pude participar de outros debates aqui, senhores, e a Senadora Regina, que tem uma experiência de escola muito grande, pela audiência de que pude participar com o Ministério da Educação, creio que nos oferta essa visão de escola mais integrada à comunidade e que todos nós como referência.

Creio que ela se integra também a uma visão que hoje todos nós buscamos viabilizar, que é uma ideia de escola de tempo integral. Nem sempre uma escola de tempo integral num local físico como escola, mas uma escola que se articule com outro tipo de referência.

Creio que a preocupação de Yuri está justamente em que essa coisa não se misture e não se transforme em uma outra parte da escola. Por uma razão muito simples: a cultura tem que ter liberdade total de criar. Nós temos a esperança de que eles possam fornecer à sociedade esse espaço de criatividade sem regras predefinidas, que nem sempre a escola tem condição de dar.

Nós todas que somos sonhadoras de uma escola livre também buscamos incorporar essas experiências todas de maneira cada vez mais integrada à escola.

Eu quero agradecer a participação das duas Srªs Senadoras que até o momento se encontram aqui e os Srs. Frederico Barbosa, pesquisador do Ipea; Alexandre Santini, que representa aqui o Ministério da Cultura, através da Diretoria da Cidadania e Diversidade Cultural; e Yuri Soares, da Comissão Nacional de Pontos de Cultura, que deram uma grande contribuição hoje ao debate.

Esperamos contar com a colaboração dos senhores para a continuidade da organização desse relatório.

Muito obrigada.

Convoco para a próxima terça-feira, dia 10 de novembro, em caráter excepcional às 11h30, reunião extraordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Iniciada às 11 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas.)

ATA DA 64ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2015.

Às onze horas e quinze minutos do dia dez de novembro de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência da Senhora Senadora Lídice da Mata**, e com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Paulo Paim, Gladson Cameli, Simone Tebet, Sandra Braga, Otto Alencar, Maria do Carmo Alves, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Blairo Maggi, Eduardo Amorim, Douglas Cintra, Regina Sousa, Telmário Mota, Marta Suplicy, Ronaldo Caiado e Fernando Bezerra Coelho reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Atas das Reuniões anteriores e suas aprovações, com o que todos concordam. Logo após, passa-se à deliberação dos itens. **Item 9) Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2015 – Não terminativo**. Altera a redação do parágrafo único do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a divulgação dos resultados dos processos seletivos de acesso a cursos superiores de graduação. Autoria: Deputado Diego Andrade. Relatoria: Senadora Sandra Braga. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **Extrapauta, Item 16) Requerimento da Comissão de Educação nº 137, de 2015 – Não terminativo.** Requeremos, nos termos regimentais, o encaminhamento do relatório final proferido pelo Grupo de Trabalho Técnico destinado a debater Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, composto pelos professores Ernani Pimentel, Pasquale Cipro Neto e Carlos André Pereira Nunes conforme termos do Requerimento nº 62/2013-CE, para a Presidência da República, o Ministério das Relações Exteriores e a Academia Brasileira de Letras. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Resultado: Aprovado. **Item 15) Requerimento da Comissão de Educação nº 136, de 2015 – Não terminativo.** Requeiro, nos termos regimentais e em aditamento ao Requerimento nº 104/2015- CE, a inclusão como expositor, do Sr. Silva Lopes Etiambulo Agostino – Presidente da PAPED – Federação Angola das Pessoas com Deficiência; Presidente da ANDAAssociação Nacional dos Deficientes de Angola. Foi negociador da ONU durante a guerra, onde perdeu o braço direito e a perna esquerda em combate e foi promovido a General. Apresentará o tema: a reinserção econômica e social das famílias e dos excombatentes mutilados na guerra, na sociedade Angolana. O evento acontecerá no INTERLEGIS, no dia 03 de dezembro e faz parte da Semana de valorização da Pessoa com Deficiência do Senado Federal. Autoria: Senador Romário. Resultado: Aprovado. **Item 14)** Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal (CF), e do art. 90, incisos II e V, e 93, inciso I,do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para tratar acerca do Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2015, que cria o Estatuto do Cigano, com os seguintes convidados: Sra. Desirée Tozi, Gerente de Projetos da Secretaria de Política para Comunidades Tradicionais da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR); Sra. Elisa Costa,Presidente da Associação Internacional Maylê Sara Kalí (AMSK); Sr. Wanderley da Rocha, representante da Associação Nacional das Etnias Ciganas (ANEC); Sr. Robson de Araujo Siqueira, antropólogo, pesquisador da Universidade Federal de Pernambuco. Autoria: Senador Hélio José. Resultado: Aprovado. **Ficam adiados os seguintes itens: Item 1) Projeto de Lei do Senado nº 523, de 2015; Item 3) Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2015**; **Item 4) Projeto de Lei do Senado nº 353, de 2015; Item 4) Projeto de Lei do Senado nº 417, de 2013; Item 6) Projeto de Lei do Senado nº 515, de 2015; Item 7) Projeto de Lei do Senado nº 488, de 2015; Item 8) Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2012; Item 10) Projeto de Lei do Senado nº 109, de 2014; Item 11) Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2015; Item 13) Requerimento da Comissão de Educação nº 133, de 2015.** Nada mais havendo a tratar, a **Senhora Presidente, Senadora Lídice da Mata**, encerra a reunião às doze horas e vinte e um minutos, determinando que eu, **Willy da Cruz Moura**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA LÍDICE DA MATA
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 64ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Desportos, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Srs. Senadores e Srªs Senadoras – em especial – presentes que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Informo que a presente reunião destina-se à deliberação dos itens de nºs 1 a 15. No entanto, os itens de nºs 1 a 8 são projetos terminativos. Como ainda não temos quórum, vamos diretamente ao primeiro projeto não terminativo, cuja relatora está aqui entre nós – agradeço a disposição –, a Senadora Sandra Braga.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, de 2015
- Não terminativo -

Altera a redação do parágrafo único do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a divulgação dos resultados dos processos seletivos de acesso a cursos superiores de graduação.

Autoria: Deputado Diego Andrade
Relatoria: Senadora Sandra Braga
Relatório: Favorável ao Projeto.

Com a palavra a Relatora, Senadora Sandra Braga.

A SRª SANDRA BRAGA (PMDB - AM) – Obrigada, Srª Presidenta.

Relatório.

Chega para exame desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 42, de 2015, de autoria do Deputado Diego Andrade, que modifica a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A proposição, composta de dois artigos, visa a assegurar, nos processos seletivos para ingresso em cursos de graduação de nível superior, que todos os candidatos tenham o direito de conhecer suas notas ou indicadores de desempenho nas provas, exames e demais atividades da seleção e sua posição na ordem de classificação geral. Para tanto, o art. 1º da proposição modifica o parágrafo único do art. 44 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

O art. 2º do PLS, por sua vez, dispõe sobre a cláusula de vigência, estipulada para a data de publicação da lei em que se transformar.

A matéria foi apreciada pelas Comissões de Educação e de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados. Nesta Casa, foi distribuído apenas para a Comissão de Educação e deverá ser apreciada também em plenário.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

O PLC nº 42, de 2015, dispõe sobre educação e instituições educativas, o que o situa no âmbito de competência da Comissão de Educação, nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição encontra-se conforme a Constituição Federal, que atribui à União a competência para legislar privativamente sobre diretrizes e bases da educação nacional. A matéria também se insere adequadamente no ordenamento jurídico, em sintonia com o texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Conforme a redação atual do parágrafo único do art. 44 da lei, são assegurados aos candidatos aprovados em processos seletivos para acesso ao ensino superior o conhecimento da relação nominal dos classificados, com a respectiva ordem de classificação, e o cronograma das chamadas para matrícula nos termos do edital. Trata-se de dispositivo acrescentado à LDB pela Lei nº 11.331, de 25 de julho de 2006, com vistas a garantir a publicidade dos resultados dos processos seletivos, contribuindo para a transparência dos certames.

O texto legal, no entanto, ao tratar apenas dos candidatos classificados, deixou de fora os demais concorrentes que, mesmo sem lograr classificação nas vagas, têm direito a obter informações sobre seu desempenho nos exames.

De fato, sob o ponto de vista do interesse público, a divulgação dos dados apenas dos classificados não é suficiente para assegurar a necessária transparência e controle dos processos seletivos. Nessa direção, a proposição em comento visa a obrigar que os resultados sejam disponibilizados a todos os candidatos, embora continuem sendo tornados públicos apenas aqueles obtidos pelos candidatos classificados.

Além do aspecto de transparência, que já salientamos, essas informações são bastante úteis para o candidato não selecionado, uma vez que lhe permitem mensurar suas dificuldades e potencialidades, com vistas à preparação para processos seletivos subsequentes. Sob esse ângulo, a proposição é meritória e merece a acolhida desta Comissão.

Voto.

Em virtude do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2015, Projeto de Lei nº 1715, de 2011, na origem.

Obrigada, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Obrigada, Relatora.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Coloco em discussão a matéria.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Presidente, eu gostaria de pedir vista desse processo por conta de uma preocupação só. Primeiro, eu acho que já existe essa transparência; segundo, o constrangimento a que a pessoa pode ser exposta por tirar uma nota muito ruim. Mas já existe; todos os resultados estão na internet para a pessoa ter acesso.

Como queria ver o projeto como um todo, vou pedir vista.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – A senhora tem o direito regimental assegurado.

A Relatora queria voltar a falar.

A SRª SANDRA BRAGA (PMDB - AM) – Eu só queria esclarecer aqui, para ajudar a nossa Senadora, que esse resultado está disponível apenas para o candidato. Isso não será publicado. Ele apenas tem o direito de pedir, de requerer o seu resultado diretamente para ele. Só serão publicados aqueles que serão classificados e que estão dentro do...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI. *Fora do microfone*.) – Isso já existe. Isso já existe.

A SRª SANDRA BRAGA (PMDB - AM) – Aí eu não sei lhe confirmar.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI. *Fora do microfone*.) – Do Enem, por exemplo, o resultado de todo mundo – quem não passou, quem passou – está lá.

Mas eu queria pedir vista. Na próxima semana, a gente devolve.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Está mantido o pedido de vista?

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Isso, eu estou pedindo vista.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para complementar, eu acho que o que está havendo é uma insegurança se realmente atende ou não.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Certo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Claro que nós queremos que atenda.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Claro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas, quanto mais transparência, melhor. Assim eu entendi o pedido da Senadora Regina, mas também elogio aqui o brilhante relatório da Senadora Sandra Braga. Eu acho que, em uma semana, esclarecemos isso, Senadora Sandra, e votamos a matéria com tranquilidade, como já fizemos aqui em tantos outros momentos.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada, Senador Paim.

Com a palavra, o Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senadora, eu só quero pedir a inclusão na pauta de um requerimento assinado por mim e pela Senadora Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Imediatamente será atendido.

Foi concedida vista da matéria. Se quiserem, vista coletiva. O Senador Paim pediu vista coletiva para que...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Para ser coerente com a minha fala – já homenageando a Senadora Relatora –, eu peço vista coletiva, porque nós queremos assegurar que o relatório dela, que – entendo eu – foi muito bem articulado, muito bem feito, seja aprovado, desde que tiremos uma pequena dúvida que existe entre mim e a Senadora Regina. Comungamos da mesma dúvida. E com esse esclarecimento, votamos na semana que vem.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pronto. Vista coletiva.

O item 10 e o item 11 são não terminativos, mas os seus relatores não estão presentes.

Vamos ao requerimento extrapauta do Senador Cristovam.

Consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras sobre a inclusão extrapauta do requerimento apresentado pelo Senador Cristovam Buarque. (*Pausa.*)

Não havendo óbices, passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque para a leitura do requerimento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senadora, trata-se de um requerimento muito simples, pedindo encaminhamento do relatório final proferido pelo grupo de trabalho técnico destinado a debater o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, composto pelos professores Ernani Pimentel, Pasquale Cipro Neto e Carlos André Pereira Nunes, conforme termos do Requerimento nº 62, de 2013, para a Presidência da República, o Ministério das Relações Exteriores e a Academia Brasileira de Letras.

Se a senhora deseja, eu posso ler a justificação, mas o fato é que...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Não é necessário.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Não é necessário.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – V. Exª inclusive, a Senadora Ana Amélia e eu também tivemos a oportunidade de debater esse assunto aqui, se não me engano, dois anos atrás e tivemos uma audiência com a Casa Civil à época. Se não me engano, é na mesma direção.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

É o seguinte o item aprovado:

EXTRAPAUTA
ITEM 16
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 137, de 2015
- Não terminativo -

Requeremos, nos termos regimentais, o encaminhamento do relatório final proferido pelo Grupo de Trabalho Técnico destinado a debater Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, composto pelos professores Ernani Pimentel, Pasquale Cipro Neto e Carlos André Pereira Nunes conforme termos do Requerimento nº 62/2013-CE, para a Presidência da República, o Ministério das Relações Exteriores e a Academia Brasileira de Letras.

Autoria: Senador Cristovam Buarque e outros)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pela ordem, Senadora Lídice da Mata.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pois não, Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senadora Lídice da Mata, eu sou o Relator do Projeto de Lei nº 138, de 2012, do Senador Paulo Davim. É terminativo.

Passando a lei, conversando, encontrei um problema do qual, apesar de médico, não tinha conhecimento, que eu chamo hoje de um problema "sociomédico". Eu não sabia que, considerando a Bolívia, o Paraguai, a Argentina – os países da América do Sul –, nós tínhamos 22 mil estudantes de Medicina nessas escolas médicas. A maioria na Bolívia, em Santa Cruz de la Sierra. A maioria é composta de brasileiros, e quatro mil desses estudantes são acrianos.

Eu preparei uma emenda a esse projeto, que estabelecia a necessidade de se fazer a residência médica ou no país de origem, ou aqui no Brasil. Houve uma reação muito grande, e fui ouvir os interessados e esses estudantes que estão fazendo esse curso fora do Brasil. E as alegações me comoveram muito.

Eu tive até algumas agressões no meu Facebook, ameaça de morte, mas coisa que, lá no Sertão, onde eu nasci, dizem que "quem diz que mata nunca mata" e "quem cala consente a fala do capitão". Então eu não me calei e fui conversar com eles.

A maioria deles me informou que eles ou os pais venderam imóveis aqui no Brasil, venderam casas e carros para estudar lá fora, porque o curso médico no Brasil custa três vezes mais – na faculdade particular de Medicina – do que lá fora. Aqui custa em torno de R$8 mil, R$7 mil; lá custa R$2 mil, R$3 mil. Então, este é o motivo pelo qual eles vão fazer os cursos médicos lá fora: o custo é menor.

Eu retirei a emenda da residência médica. Como professor da Universidade Federal da Bahia por muitos anos, nós tínhamos, na Universidade, no colegiado de cursos, a necessidade, já àquela época, de no mínimo dois anos de residência. Hoje são quatro anos de residência. Para a Ortopedia e a Traumatologia, por exemplo, são necessários quatro anos para se ter direito ao título de especialista. Por isso eu apresentei essa possibilidade

de fazer a residência. Retirei a emenda, porque vi que se tratava de um problema também social. Eles estavam lá, fora do País, querendo vir para o País fazer o concurso do Revalida e, a partir daí, procurar um concurso para residência médica, para uma especialização na área que escolhessem de livre e espontânea vontade.

Eu sei que nós não temos quórum hoje para a votação, em caráter terminativo, desse projeto do Senador Paulo Davim, do qual eu sou Relator. Eu pergunto a V. Exª se eu poderia ler o relatório, para que ele pudesse ser votado em uma oportunidade em que nós tivéssemos quórum suficiente para essa votação, diante das solicitações, das provocações – eu diria assim – que eu recebi desses alunos, desses pais de alunos de vários Estados do Brasil, inclusive do nosso Estado, da Bahia. E deparei com essa questão.

Fui realmente checar a informação. No Brasil, o valor da mensalidade de uma faculdade médica particular é realmente isto: em torno de R$7 mil, R$8 mil por mês. É o valor que se paga. E, lá fora, é praticamente um terço desse valor. Há também outra facilidade: aqui nós temos o Enem e o vestibular; lá não se precisa do vestibular. Chegam, matriculam-se e já vão estudar Medicina.

Mas o Revalida, como está posto, de alguma forma é um teste que vai mensurar isso. E, claro, aqui, para exercício da atividade como especialista, tem que se fazer residência médica. O nosso colega Senador Eduardo Amorim sabe muito bem disso, porque é um profissional da área de saúde. Se eu não me engano anestesista, é isso mesmo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Como?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Clínica da dor também.

Então, eu pergunto se é possível ler aqui o relatório, para que pudéssemos votá-lo em outra reunião, quando houvesse quórum suficiente para isso.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sem dúvida, Senador Otto Alencar. V. Exª pode ler o seu parecer e, inclusive, a Comissão, se desejar, pode debatê-lo. Na próxima sessão ou no momento em que tivermos quórum, votamos.

Passo a palavra a V. Exª.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu passo, então, à leitura do relatório do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2012, de autoria do Senador Paulo Davim.

O projeto visa a instituir o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Universidades Estrangeiras. De acordo com este projeto, o Exame tem a finalidade de subsidiar os procedimentos de revalidação conduzidos por universidades públicas, ao abrigo do art. 48, §2º, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB). Destina-se, assim, a verificar a aquisição de conhecimentos, habilidades e competências requeridas para o exercício profissional compatível com princípios e necessidades do Sistema Único de Saúde, em nível equivalente ao exigido dos médicos formados no Brasil.

O Exame será realizado em duas etapas, tendo como base Matriz de Correspondência Curricular definida pela União. Contará, ainda, com a colaboração das universidades públicas participantes que firmarem termo de adesão específico e do Conselho Federal de Medicina (CFM). Poderão candidatar-se portadores de diplomas de medicina expedidos no exterior cujos cursos sejam devidamente reconhecidos pelo órgão competente do país onde foram concluídos.

Na justificação, o autor informa que o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Universidades Estrangeiras já existe, tendo sido criado por meio de portaria conjunta dos Ministérios da Educação e da Saúde. A intenção do projeto, portanto, ao elevá-lo à categoria de lei, é consolidá-lo, transformando-o em política de Estado.

A matéria recebeu parecer favorável nas Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar sobre matérias relativas a normas gerais de educação, instituições educativas e formação e aperfeiçoamento de recursos humanos. A matéria objeto do PLS nº 138, de 2012, encontra-se, portanto, entre os assuntos regimentalmente atribuídos à apreciação deste colegiado.

Além da análise de mérito, por se tratar de decisão terminativa, nos termos do art. 91 do Risf, a CE deve manifestar-se, também, sobre a constitucionalidade e a juridicidade da proposição.

O Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Universidades Estrangeiras é conhecido como Revalida e vem sendo aplicado anualmente desde 2011, quando foi instituído pela Portaria nº 278, de 17 de março

de 2011. Antes disso, em 2010, o Exame foi aplicado como projeto-piloto, atendendo à crescente demanda por um mecanismo que padronizasse e agilizasse os procedimentos de revalidação de diplomas estrangeiros na área da medicina.

Nos cinco anos que se passaram desde então, o Revalida consolidou-se como instrumento capaz de apoiar as universidades participantes no atendimento da demanda por revalidação de diplomas médicos obtidos no exterior, sem abrir mão da garantia de qualidade e equivalência da formação obtida por aqueles que, tendo estudado no estrangeiro, pretendem exercer a profissão no País.

A primeira edição do Exame, em 2011, contou com 677 inscritos e 37 universidades participantes. Em 2014, chegamos a 2.157 candidatos e 41 universidades aderentes.

O Revalida tem contado com o aval do Conselho Federal de Medicina, que o considera instrumento adequado para revalidação dos diplomas estrangeiros, uma vez que combina questões de múltipla escolha, prova discursiva e prova prática. Essa última avalia habilidades clínicas em simulações de situações reais de atendimento médico. A Matriz de Correspondência Curricular do Exame abrange conteúdos, competências e habilidades nas cinco grandes áreas do exercício profissional da medicina: cirurgia, medicina de família e comunidade; pediatria; ginecologia e obstetrícia; e clínica médica.

Não há dúvida, portanto, de que o Revalida é uma das boas iniciativas, que merece ser cristalizada em lei, para ter sua continuidade assegurada.

De fato, contrastando-se a portaria interministerial que regulamenta o Revalida com o PLS nº 138, de 2012, não se verificam grandes diferenciações. O PLS, apropriadamente, tem menor nível de detalhamento operacional do que a norma infralegal, evitando adentrar minúcias e atribuições de tarefas para os órgãos públicos encarregados do exame. A diferença mais significativa refere-se à inclusão, pelo PLS, do Conselho Federal de Medicina como colaborador da União na implementação do Revalida, o que nos parece uma medida positiva para garantir a relevância e qualidade técnica da iniciativa.

No tocante aos quesitos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, não há reparos a fazer.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2012, com a emenda a seguir:

EMENDA Nº – CE

Acrescente-se ao art. 6º do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2012, o seguinte parágrafo único – esta emenda é de minha autoria porque não havia data para ser feito, o Ministério da Educação não tinha essa data prevista, e eu coloquei uma emenda com a seguinte letra de lei, Senadores e Senadoras:

> Art. 6º .....
> *Parágrafo único*. Fica determinado que o Ministério da Educação realizará o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Universidades Estrangeiras, Revalida, no primeiro trimestre de cada ano, caso haja a necessidade, por provocação dos interessados.

Então, esse é o Parecer com essa emenda que estabelece a data para que seja feito aqui no Brasil o Revalida.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir encerro a discussão e transfiro a votação, adio a votação para o momento em que obtivermos quórum.

Item 12.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Srª Presidente, é exatamente sobre isso. Eu gostaria de retirar esse meu requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pois não.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu acho que ele se choca com o meu requerimento anterior, que eu considero mais importante e urgente.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – O.k.

Há mais dois requerimentos, mas infelizmente os senhores autores dos requerimentos não estão presentes, de maneira que vamos apreciar o item 15, Requerimento da Comissão de Educação nº 136, de 2015, do Senador Romário e que eu também assinei para permitir a sua votação.

ITEM 15
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 136, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais e em aditamento ao Requerimento nº 104/2015-CE, a inclusão como expositor, do Sr. Silva Lopes Etiambulo Agostino – Presidente da PAPED – Federação Angola das Pessoas com Deficiência; Presidente da ANDA- Associação Nacional dos Deficientes de Angola. Foi negociador da ONU durante a guerra, onde perdeu o braço direito e a perna esquerda em combate e foi promovido a General. Apresentará o tema: a reinserção econômica e social das famílias e dos ex-combatentes mutilados na guerra, na sociedade Angolana. O evento acontecerá no INTERLEGIS, no dia 03 de dezembro e faz parte da Semana de valorização da Pessoa com Deficiência do Senado Federal.

Autoria: Senador Romário

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Em discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidenta, não é exatamente sobre essa questão, mas é sobre a Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência do Senado Federal.

Srª Presidenta, durante 20 anos – 20 anos precisamente –, eu trabalhei exaustivamente, não só eu, foram 1.500 reuniões, cinco encontros nacionais no País, para discutir e elaborar o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Depois de todos esses debates, enfim, tivemos quatro Relatores, Celso Russomanno, Flávio Arns, Mara Gabrilli e, aqui no Senado, por indicação minha – e tenho muito orgulho de ter feito isso –, o Senador Romário.

Houve somente uma questão que não estava sendo ajustada depois de toda essa caminhada em nível nacional e aqui no Estado. Como ficaria o nome? O nome original era Estatuto da Pessoa com Deficiência e, por sugestão da Câmara, Lei de Inclusão Nacional, um nome mais longo, fizemos um acordo e fica sendo: Lei Brasileira de Inclusão – Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Para surpresa nossa – e aí eu faço um apelo aqui à assessoria do Senador Romário: não sei o que é que aconteceu que, nos cartazes que falam dessa iniciativa da Comissão, muito positiva, em que eu sou um dos painelistas, simplesmente sumiu o nome do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Um acordo que fizemos eu e o Senador Romário, pessoalmente. E o Senador Romário chamou a sua assessoria e disse: "Quero atender o pedido do Paim: que o nome original, fruto dessa caminhada em nível nacional, seja mantido".

Eu não sei por que sumiu. Se alguém pudesse me explicar por que é que sumiu o nome, não sei se a assessoria, ou alguém. Simplesmente sumiu. Como sumiu o nome? É que nem você dizer que o Estatuto da Igualdade Racial não é mais Estatuto da Igualdade Racial, é o Estatuto do Negro, como alguns queriam na época. Prevaleceu o Estatuto da Igualdade Racial! O Estatuto da Juventude podia ser Código Nacional da Juventude, mas prevaleceu o Estatuto da Juventude. Nesse caso, também prevaleceu o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Por isso que nós não entendemos. É um evento do qual eu vou participar com muito orgulho, junto com o Senador Romário, e as pessoas estão me perguntando: "Mas que evento é esse? O Estatuto vai ser tratado ou não?" Porque as pessoas não sabem o que é que é Lei Brasileira... – como é que é a sigla que usa? CDI, como é que é? Nem sei.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – LBI! Quem sabe o que é LBI? Eu não sei! Então, para evitar esse problema...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Certamente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ...eu faço um apelo para que a gente corrija esse problema. Só isso, Srª Presidente. E nada contra, sou favorável aqui ao requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Fazemos uma recomendação ao Senador Romário, para que possa fazer essa modificação através de sua assessoria, que possa levar essa recomendação do Senador Paim.

Os Srs. Senadores que aprovam esse requerimento queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Com a chegada do Senador Hélio José, nós poderemos apreciar o item 14, que é um requerimento de sua autoria. Por isso mesmo concedo a palavra ao Senador Hélio José para leitura do requerimento.

Já encontrou, Senador?

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Já achei aqui. Perfeito, Senadora Lídice.

ITEM 14
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 135, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal (CF), e do art. 90, incisos II e V, e 93, inciso I,do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para tratar acerca do Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2015, que cria o Estatuto do Cigano, com os seguintes convidados: Sra. Desirée Tozi, Gerente de Projetos da Secretaria de Política para Comunidades Tradicionais da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR); Sra. Elisa Costa, Presidente da Associação Internacional Maylê Sara Kalí (AMSK); Sr. Wanderley da Rocha, representante da Associação Nacional das Etnias Ciganas (ANEC); Sr. Robson de Araujo Siqueira, antropólogo, pesquisador da Universidade Federal de Pernambuco.

Autoria: Senador Hélio José

A justificativa, vou lê-la rapidamente.

Não obstante os povos ciganos estejam presentes no Brasil desde 1574, apenas agora se discute com maior profundidade a criação de um marco legal verdadeiramente abrangente e representativo de suas realidades e de suas necessidades.

Geralmente tratados como um grupo homogêneo pela sociedade em geral, na realidade os povos ciganos são compostos por várias etnias, com traços e culturas diferentes, que precisam ser respeitados e valorizados.

Nesse sentido, a audiência pública que ora propomos tratará da contribuição desses povos para a formação da sociedade brasileira, suas características e suas necessidades, entre as quais se destacam os temas de acesso à saúde, à educação, à terra e ao trabalho.

Para tanto, convidamos o responsável pelos assuntos referentes aos povos ciganos no âmbito da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), dois representantes da Associação de Etnias Ciganas e um antropólogo, pesquisador e autor de dissertação de mestrado sobre ciganos no Brasil.

A questão é lógica: nós, para discutirmos um tema dessa magnitude, não tínhamos condições de fazê-lo sem ouvir as partes envolvidas. Por isso o requerimento, Senadora Lídice da Mata.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Os Srs. Senadores que o aprovam queiram...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidenta, permita-me antes.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para dizer que a autoria do Estatuto do Cigano é deste Senador e eu quero cumprimentar a iniciativa do Senador Hélio José para que se faça um debate sobre o Estatuto do Cigano.

Quando nós começamos o Estatuto da Pessoa com Deficiência, não havia 80 artigos; terminou com mais de 200, fruto de iniciativas como a sua, de um amplo debate com a sociedade.

Meus cumprimentos. Faço questão de estar junto nesse dia, só não mude o nome do Estatuto Cigano para Código dos Ciganos Nacional. Isso pode acontecer. Só não faça isso, no resto pode contar comigo para todas as alterações no mérito, que é o fundamental.

Parabéns a V. Exª.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Com certeza, Senador Paulo Paim. Agradeço a V. Exª e agradeço a V. Exª também, Senadora Lídice da Mata.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Como nós só temos agora pauta com projetos terminativos e não temos quórum, eu comunico que, amanhã, quarta-feira, às 11h, será realizada reunião extraordinária em forma de audiência pública, destinada a debater a Base Nacional Comum Curricular, em atendimento aos Requerimentos nº 131/2015-CE, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho, e 134/2015-CE, da Senadora Regina Sousa, com a presença dos seguintes convidados: Anna Helena Altenfelder, Superintendente do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária; Élsio Corá, Diretor de Currículos e Educação Integral Substituto do Ministério da Educação; Alice Ribeiro, Secretária Executiva do Movimento pela Base Nacional Comum; Antonio José Vieira de Paiva Neto, Secretário de Educação do Estado do Rio de Janeiro e patrocinador do Eixo Base Nacional Comum; Katia Smole, Diretora do Grupo Mathema.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 21 minutos.)

ATA DA 65ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2015.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às onze horas e quatorze minutos do dia onze de novembro de dois mil e quinze, na sala de reuniões número quinze, da Ala Senador Alexandre Costa, **sob a Presidência do Senhor Senador Romário,** e com a presença dos Senhores Senadores Fátima Bezerra, Lasier Martins, Gladson Cameli, Simone Tebet, Eduardo Amorim, Douglas Cintra, Regina Sousa, Raimundo Lira, Ronaldo Caiado e Fernando Bezerra Coelho, reúne-se a presente Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nºs 131/2015-CE, de iniciativa do Senhor Senador Fernando Bezerra Coelho, e 134/2015-CE, de iniciativa da Senhora Senadora Regina Sousa, destinada a debater a Base Nacional Comum Curricular. Comparecem à Audiência Pública como expositores: **Senhor Élsio Corá, Diretor Substituto de Currículos e Educação Integral do Ministério da Educação; Senhora Katia Stocco Smole, Diretora do Grupo Mathema; Senhora Alice Ribeiro, Secretária Executiva do Movimento pela Base Nacional Comum; e Senhora Anna Helena Altenfelder, Superintendente do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec)**. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Romário, passa a presidência dos trabalhos ao Senador Fernando Bezerra Coelho, autor do Requerimento. Após as exposições dos convidados, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros desta Comissão. Usam da Palavra a Senhora Senadora Regina Sousa, autora do Requerimento, e os Senhores Senadores Lasier Martins e Fátima Bezerra. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião às treze horas e oito minutos do dia onze de novembro de dois mil e quinze, determinando que eu, **Willy da Cruz Moura, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em Exercício, Senador Fernando Bezerra Coelho, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO
Presidente em Exercício da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 65ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública, atende ao Requerimento nº 131, de 2015, desta Comissão, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho, e ao Requerimento nº 134, de 2015, desta Comissão, de iniciativa da Senadora Regina Sousa, para a realização de audiência pública destinada a debater a Base Nacional Comum Curricular.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

Os convidados são a Srª Anna Helena Altenfelder, Superintendente do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec); o Sr. Élsio Corá, Diretor Substituto de Currículos e Educação Integral do Ministério da Educação; a Srª Alice Ribeiro, Secretária Executiva do Movimento pela Base Nacional Comum; o Sr. Antônio Neto, Secretário de Educação do Estado do Rio de Janeiro; e a Srª Katia Stocco Smole, Diretora do Grupo Mathema.

Sejam todos bem-vindos! (*Pausa.*)

Muito obrigado às senhoras e aos senhores pela participação nesta audiência pública. As reais boas-vindas vou deixar a cargo do meu amigo e Senador Fernando Bezerra.

É sempre de praxe nesta Comissão, nesta audiência pública, passarmos a Presidência ao autor do requerimento. Hoje é a vez do nosso eterno Ministro, Senador e amigo Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu queria, inicialmente, agradecer ao Presidente da Comissão de Educação do Senado Federal, Senador Romário, pela gentileza de me dar a honra de presidir esta audiência pública, na qual apresentei requerimento de proposta para que pudéssemos ter aqui a oportunidade de ouvir importantes especialistas, conhecedores, interessados em relação a esse tema, que é fruto de uma decisão do Governo Federal, de propor a construção da Base Nacional Comum Curricular.

Essa proposta foi apresentada pelo MEC, no dia 16 de setembro deste ano, e esse é um desejo, é uma inspiração de muitos que entendem que essa iniciativa poderá contribuir, de forma decisiva, para a melhoria dos indicadores educacionais no nosso País.

A previsão da construção desta Base Comum Curricular está presente desde a edição da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996; e, ao longo desse processo, tem havido um esforço, uma tentativa de melhorarmos o ambiente dentro das escolas, o ânimo, o estímulo e a preparação dos nossos professores para oferecimento de serviços educacionais que possam, de fato, estimular nossas crianças e nossos adolescentes.

De todas as experiências vivenciadas por Estados, por Municípios brasileiros – eu tive a oportunidade de ser prefeito de Petrolina em três ocasiões; participei de diversas iniciativas colocadas pelo MEC e também por diversas outras instituições, como o Instituto Ayrton Senna, todas voltadas para o aperfeiçoamento e a melhoria dos resultados educacionais no Brasil –, identifico que essa última iniciativa do MEC encontra um amplo respaldo por secretários de educação, por prefeitos, por gestores, por especialistas, até porque estamos procurando tirar lições do aprendizado e da experiência de outros países que conseguiram transformar a educação em um instrumento de construção de uma sociedade melhor.

Então, estou, primeiro, muito feliz, meu caro Presidente, Senador Romário, pela Comissão ter acolhido a proposta de podermos fazer esta audiência pública para ouvir aqueles que, há muito, lutam e anseiam pela oportunidade de que possamos dar esse passo, superando as eventuais resistências no sentido de que possamos sonhar um dia, neste País, em termos a mesma qualidade, o mesmo conteúdo, evidentemente que resguardando as especificidades regionais e locais, mas que que nós possamos assegurar ao aluno da escola lá de Petrolina, lá do Amapá, lá do Rio de Janeiro, lá de São Paulo a mesma qualidade de ensino.

Então, acho que estamos diante de uma grande oportunidade. Mesmo neste momento de crise que se abate sobre o País, nós temos aí verdadeiramente uma chance de identificar e definir as melhores políticas públicas que permitam a educação ser o instrumento de transformação real da sociedade brasileira.

Portanto, quero dar as boas-vindas à Alice Ribeiro, à Katia Smole, à Anna Helena Altenfelder, ao Antônio José Vieira de Paiva Neto e ao Élsio Corá e agradecer a vocês pelo atendimento ao convite para esta audiência, com o fim de debatermos e aprofundarmos esse tema aqui.

Eu queria fazer uma consulta sobre como poderíamos iniciar as falas. Faço apenas uma observação: que cada fala não se estendesse além de 10 minutos, 12 minutos, para que tivéssemos a oportunidade da participação dos Srs. Senadores, porque, a partir de 13 horas, já é difícil assegurar a presença, em função dos compromissos que os Srs. Senadores têm em outras comissões ou em outras atividades, já que o nosso plenário reabre a partir das 14 horas. Então, eu consulto quem gostaria de abrir as falas. Posso seguir esta ordem. Seria a Alice a abrir? (*Pausa.*)

Então, eu ofereço a palavra à nossa primeira convidada, Alice Ribeiro, Secretária Executiva do Movimento pela Base Nacional Comum, graduada em Relações Internacionais, Mestre em Direitos Humanos e Democratização e em Administração Pública e Governo. Liderou a área de pesquisa e conteúdo do movimento Todos Pela Educação e, em parceria com a Unesco, foi coordenadora da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro.

Alice esteve comigo no meu gabinete, foi uma grande estimuladora desta audiência, e eu quero agradecer a ela pela troca de informações que tivemos, que redundaram na concretização desta audiência pública.

Alice, a palavra está com você.

A SRª ALICE RIBEIRO – Muito obrigada, Senador. Muito obrigada a todos.

É um prazer estar aqui hoje tendo esta oportunidade de discutir a Base Nacional Comum brasileira. Por isso, agradeço não só ao Senado Federal, como também à Presidência da Comissão de Educação e ao Senador Fernando Bezerra.

Saúdo também os meus companheiros de Mesa, Anna Helena Altenfelder, Élsio Corá e Katia Smole.

Para falar um pouquinho da Base Nacional Comum, eu gostaria de começar dando um passo atrás e explicando rapidamente o que é o Movimento pela Base Nacional Comum.

O movimento é um grupo plural e diverso que, há dois anos, trabalha para facilitar e acelerar a construção de uma base nacional comum de qualidade para o Brasil. E nós fazemos isso de três formas principais. A primeira delas é mobilizar atores em torno da causa – como, por exemplo, no caso aqui, esta audiência no Senado é uma oportunidade incrível para nós mobilizarmos atores relevantes no Parlamento do País com relação à causa. A segunda forma é produzir estudos e pesquisas para subsidiar esse debate. Hoje nós contamos com cerca de 25...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Alice, se você me permitir, você está falando em mobilização, e eu cometi aqui uma pequena falha, mas é para informar que esta audiência tem a cobertura da TV Senado. (*Risos.*)

Então, a mobilização nós já estamos realizando, pela Agência Senado, pelo Jornal do Senado, pela Rádio Senado. E a audiência contará com serviços de interatividade com o cidadão pelo Alô Senado, através do telefone 0800-612211, e pelo portal e-Cidadania, no endereço eletrônico www.senado.leg.br/ecidadania. A

presente reunião está sendo transmitida ao vivo, e será possível o recebimento de perguntas e comentários aos expositores, via internet.

Desculpe-me a interrupção. Devolvo a palavra a você, e eu só quis dizer que essa mobilização já está ocorrendo ao vivo.

A SRª ALICE RIBEIRO – Em tempo real. Perfeito, Senador.

A segunda forma como temos trabalhado para alimentar o debate sobre uma construção de uma Base Curricular Comum para o País é disponibilizar estudos, pesquisas, evidências nacionais e internacionais. Hoje, contamos com um corpo de cerca de 25 pesquisas que foram feitas com instituições renomadas, como o próprio Cenpec, a Fundação Carlos Chagas, enfim, com uma série de pesquisadores renomados do País e de fora do País que tem levantado como são os currículos nos Estados no ensino fundamental II e no ensino médio, quais são os consensos e dissensos a respeito da construção de uma Base Curricular Comum, enfim, uma série de informações relevantes que ajudam a entender de que estamos falando e a alimentar esse debate.

A terceira forma é envolvendo os professores em toda as fases de elaboração deste documento, porque, embora o movimento seja uma entidade não governamental, pretendemos e promovemos que todos os níveis de governo, não só o MEC, mas também os Estados e Municípios, estejam engajados nessa construção da Base Curricular Comum e que, principalmente, os professores não só de escolas particulares, mas, principalmente, de escolas públicas, que envolvem a maior parte dos nossos alunos no País, estejam acompanhando essa discussão em todas as suas fases. Então, apoiamos muito a decisão do MEC de trazer professores de sala de aula para construção do documento e queremos que esses professores – e estamos promovendo isto – participem da leitura crítica do documento. Minhas colega Kátia vai falar mais sobre isso. E, principalmente na fase de implementação, eles vão ser fundamentais.

Quem faz parte desse movimento? Hoje, contamos com uma série de atores de diversos setores. Então, há pessoas que estão no terceiro setor, na academia, no setor público – pessoas que estão na gestão pública municipal, na gestão pública estadual, na gestão pública federal da educação –, no Parlamento. É um grupo bastante plural e bastante diverso, que vem discutindo a questão da construção de uma Base Curricular Comum.

O que é essa Base? Segundo o entendimento do Movimento pela Base Nacional Comum, esse é o conjunto essencial de aprendizagens, ou seja, conhecimentos e habilidades essenciais, aos quais todos os estudantes brasileiros têm o direito de ter acesso e de que todos os estudantes brasileiros têm direito de se apropriar durante sua trajetória na educação básica, ano a ano, desde a educação infantil até o ensino médio.

Essa Base é importante, porque, com ela, os sistemas educacionais, as escolas, os professores e os pais vão ter um guia importante para participar da vida escolar de seus filhos, acompanhando-a mais de perto. Por exemplo, sabemos que, quando um menino está estudando na rede municipal e passa para a rede estadual, existem lacunas de aprendizagem muito grandes; se ele se muda de um Estado para outro, existem lacunas de aprendizagem muito grandes; se ele se muda de uma escola para outra, existem lacunas de aprendizagem muito grandes. Trazer esse norte claro do que é direito de os alunos aprenderem a cada ano em cada etapa da educação básica é um fator de equidade muito grande para a educação nacional. E essa razão é uma das principais razões por que acreditamos que a criação de um documento como esse traz um norte claro importantíssimo para o País como um todo e para um realinhamento do sistema educacional brasileiro.

O que é essa primeira versão da Base Nacional Comum? Ela está disponível para todos no *site* do MEC em www.basenacionalcomum.mec.gov.br. Ela deve ser obrigatória para todas as escolas de educação básica do País, públicas, privadas, todas. Ela é parte integrante dos currículos das redes e escolas. Eu queria chamar atenção para isto: a Base não é o currículo, a Base é um ponto comum de todos os currículos, são as aprendizagens essenciais que devem constar em todos os currículos de todas as escolas e sistemas de ensino no País. Este esquema dos círculos no eslaide ali mostra isto: a Base Nacional Comum integra os currículos de todas as redes e os currículos de todas as escolas. Ela aponta um conjunto essencial de aprendizagens comuns. Ela trata de uma parte do que aprender. Ela não trata de como ensinar, de como avaliar, de como devem ser as relações entre escola e comunidade e por aí vai. Isso segue sendo de responsabilidade das redes e das escolas. E ela deve ser construída pelo MEC, junto com os professores, os Estados e os Municípios, com participação da sociedade por meio de consulta pública.

Esse é o momento em que nos encontramos. É uma oportunidade que temos como País para identificar e propor a educação que queremos, a educação que é de direito das nossas crianças e adolescentes.

Então, até o dia 15 de dezembro está aberta uma consulta pública neste *site* do MEC, e temos, como cidadãos e como atores da área da educação brasileira, o dever e a oportunidade de participar e de melhorar esse documento.

E por que ter uma base nacional comum? As evidências mostram que, para promover a equidade, um sistema educacional precisa ter um norte curricular comum, claro, que defina os conhecimentos e habilidades

que todos os alunos têm o direito de aprender. Essa parte eu vou deixar para a minha colega Katia falar um pouco mais, já que ela vai tratar da questão dos professores. Mas o que a gente nota, nas nossas evidências, é que a base quer a base: professores, gestores, alunos apontam para a necessidade desse norte curricular claro.

E aqui eu trago uma informação interessante de uma pesquisa, feita com alunos, com professores universitários, com empregadores, que mostra um pouco do quanto que a escola atual está distante dos projetos de vida dos alunos dos nossos jovens. E aqui a gente traz algumas aprendizagens que têm sido apontadas por essa pesquisa como relevantes e que, hoje, a escola não está propiciando para todos os alunos; nem todas escolas propiciam isso para todos os alunos.

Então, por exemplo, eu gostaria de chamar atenção, na área de matemática, algumas coisas que os alunos, os empregadores, os professores universitários têm destacado que tem sentido falta: por exemplo, os alunos, os jovens têm tido muita dificuldade para dar troco, conseguir calcular juros simples, conseguir calcular porcentagens, entender planilhas, tabelas, gráficos. São coisas muito básicas que não estão sendo apropriadas pelos nossos alunos. E isso mostra um pouquinho desse distanciamento e desse descolamento entre a escola que existe hoje e as necessidades que os jovens enfrentam nas suas vidas, enfrentam para continuar os estudos ou não, enfrentam para entrar no mercado de trabalho.

Então, é importante lembrar que a escola precisa não só propiciar uma formação integral do indivíduo, que é fundamental, mas trazer instrumentos muito relevante para que ele possa aprender a aprender, aprender a aprender a vida inteira. E aí é importante que essa base nacional converse com isso.

Aqui a gente trata um pouco da questão do realinhamento do sistema. Com uma base nacional comum, a gente consegue fazer com que a formação inicial e continuada dos professores responda ao que é esperado que os alunos saibam, que as avaliações externas olhem para isso, os recursos didáticos, os concursos de admissão nas redes, os currículos das redes e escolas; tudo isso deve convergir para esse conjunto de aprendizagens essenciais para cada aluno.

Então, é importante que haja essa clareza do norte curricular, porque isso reorienta todo o sistema e traz uma maior equidade.

(Soa a campainha.)

A SRª ALICE RIBEIRO – Ai meu Deus!

Aqui eu queria trazer um exemplo de comparação de índices de livros didáticos do terceiro ano do Plano Nacional do Livro Didático. Isso mostra um pouco qual é a realidade encontrada nas nossas escolas. Na prática, o que a gente tem notado é que os currículos das escolas são muito pautados, por um lado, pelos livros didáticos utilizados e, por outro lado, pelas matrizes de avaliação.

E, hoje, os nortes curriculares existentes para o País são tão amplos e tão genéricos que eles permitem interpretações tão amplas que caiba esse tipo de disparidade. Em um livro, os números vão até 999, em outros vão até 3 mil; no primeiro livro, há divisão com três algarismos no dividendo, no outro, com dois algarismos no dividendo; no primeiro, trata-se de hora e minuto, no terceiro, leitura de horas; no primeiro, trata-se de frações, e, no segundo, não se trabalham as frações. Então, alunos que estudam em escolas, por exemplo, com livros diferentes assim, acabam tendo acesso a uma aprendizagem completamente diferente. E é uma inversão! Na verdade, o que deveria pautar os livros didáticos, pautar as matrizes de avaliação, a formação dos professores especialmente é esse norte curricular comum, e não o contrário.

Também é importante lembrar que essa base curricular comum está prevista em lei, está tá prevista na Constituição Federal, na LDB, nas Diretrizes Curriculares Nacionais e, por último, no Plano Nacional de Educação.

Bom, vou deixar isso para o meu colega do MEC, que vai apresentar um pouco mais do processo feito pelo Ministério da Educação, o Consed e a Undime. E gostaria de falar um pouco da importância que esta Comissão de Educação tem para não só olhar para esse documento e fazer recomendações concretas, e análises concretas sobre esse documento da base curricular comum e, também, para levar suas discussões para a ponta,..

(Soa a campainha.)

A SRª ALICE RIBEIRO – ... para levar essa discussão para os Estados.

Então, gostaria de fazer um convite e um apelo: que esta Comissão seja parceira, como tem feito isso em diversas frentes e nesta também, para nos ajudar a levar essa discussão para a ponta, porque é importante que todos os professores, todos os sistemas, de fato, discutam esse documento e aproveitem essa oportunidade de contribuir para a melhoria dele.

Agradeço muito pela oportunidade e estou à disposição para perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Alice.

Ofereço, na sequência, a fala para Katia Smole, Doutora pela Faculdade de Educação da USP, São Paulo, licenciada em de matemática. Atuou como técnica e pesquisadora do Centro de Aperfeiçoamento do Ensino de Matemática; participou da autoria dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio de 1999, contribuindo especialmente para a área de ciências da natureza e matemática; coordena as ações do Grupo Mathema, que presta assessoria a redes de ensino.

Com a palavra Kátia Smole.

A SRª KATIA STOCCO SMOLE – Obrigada. Muito bom dia!

O lugar de onde eu falo é o lugar da escola. Acho que, no movimento pela base, eu sou uma das vozes da escola, porque estou em escola com a minha equipe todos os dias e, neste momento, no movimento pela base nacional desde o começo, ajudando na coordenação do levantamento das primeiras impressões de professores e especialistas a respeito do documento que está em consulta pública.

Então, retomando, eu queria muito reforçar que a composição desse grupo, que é de aproximadamente 90 pessoas, que está analisando em profundidade os objetivos e a proposta da base colocada a público, é representante em sua grande parte dos professores. Uma das pesquisas do movimento pela base cujo nome é Conselho de Classe, entrevistou professores numa amostra representativa, em parceria com o Ibope, e fez uma pesquisa representativa dos professores da educação básica no Brasil todo. E, ao contrário do que os discursos dizem, os professores querem a base; eles sentem falta de ter uma diretriz, um norte. Eles não querem algo que os impeça de atuar naquilo que lhes é específico, que é a sua metodologia, a sua forma de atuar, a sua relação com os alunos, mas eles acham, 82% concordam plenamente ou parcialmente, que precisa haver um currículo para que se saiba mais claramente o que se espera que cada aluno aprenda.

Então, isso para nós foi importante, porque, de uma certa forma, desestabiliza a ideia de que os professores não querem. Às vezes, esse discurso de que o professor não quer é de gente que não está conversando com o professor. O Ibope foi a campo e traz uma informação importante.

Por que nós imaginamos, entre outras coisas, que os professores querem uma base? Primeiro, porque um professor, muitas vezes, não sabe o que se espera dele como resultado da aprendizagem dos alunos, porque uma hora é a Prova Brasil, que determina, outra hora é o livro didático, outra hora é algum sistema de ensino que a prefeitura ou a escola adota. E também por causa dos resultados.

Se vocês olharem esse painel muito rapidamente, vão ver que, a partir dos dados da última Prova Brasil, o Inep nos traz informações de um cenário catastrófico em matemática. Ao final do nono ano do ensino fundamental, o Estado que mais tem resultados chega a 20%, que é Minas Gerais. Os nossos outros Estados estão numa situação terrível. Língua portuguesa é um pouco melhor.

Quando o professor vê isso? Quando um sistema vê isso? Às vezes, esse resultado é díspar num próprio sistema, num próprio Estado, numa própria prefeitura. Então, esse cenário não se resolve com uma base nacional comum, mas a base pode ajudar muitíssimo a diminuir essa desigualdade e, portanto, aumentar a equidade em todas as áreas do conhecimento. É isso que nós temos em matemática, porque ainda não temos Prova Brasil para outras áreas, outros componentes além de matemática e língua portuguesa.

Então, o movimento pela base nacional comum, em parceria com o ITS, que é o mesmo instituto que fez a consulta pública do marco civil da Internet, criou uma metodologia para propiciar uma análise da base pelo o que nós podemos chamar de um grupo espelho, porque eles são professores e especialistas das diferentes áreas do conhecimento, de diferentes componentes curriculares, representantes de escolas públicas e particulares de todas as regiões do Brasil.

E essa amostra foi composta considerando que há um número específico de alunos na escola pública e na escola privada – a amostra de professores foi proporcional a isso – representantes da educação infantil até o ensino médio e de todas as regiões do Brasil, também considerando o censo escolar para selecionar a amostra de professores. Esse grupo terminou a leitura – nós já tivemos um encontro presencial – organizamos as informações, e as primeiras evidências não são conclusivas, mas apontam para direções muito claras.

O grupo considera que a Base tem aspectos muito positivos. Não há ninguém no grupo que tenha dito que não é preciso ter uma Base. Eles dizem: "Ela contém temas relevantes, ela apresenta progressão ano a ano" – é uma meta eu saber, a cada ano, o que vai ser ensinado e, a cada ano, ser um pouco mais do que o ano anterior. Além disso, ela propõe um bom nível de expectativas de aprendizagem, mas também, como era esperado, há aspectos a serem melhorados.

Um aspecto que é consenso é que a proposta para a educação infantil precisa de uma profunda revisão. Há 100% de consenso – não só nesse grupo, mas falando desse grupo – de que não é possível considerar que crianças de zero a 5 anos sejam iguais e tenham os mesmas metas, sem especificidades. Há um salto entre o que se espera na educação infantil e o que está proposto para Matemática, Ciências e alfabetização lá no primeiro ano.

Com isso, também se perde um posicionamento mais bem definido em relação à alfabetização. Há a questão de que a alfabetização não tem claros os princípios daquilo que se espera que as crianças aprendam.

Ainda há uma proposta de maior equilíbrio entre as habilidades cognitivas, ou seja, se enxerga que os objetivos estão num nível um pouco baixo de exigência no sentido de que estão muito concentrados em fazer, calcular, ler e não em coisas mais desafiadoras, como analisar, criar, inferir.

E há um foco para a educação integral. Há uma crítica vinda dos 90 leitores de que a Base tem um foco muito no conteúdo e menos em habilidades socioemocionais e competências que precisam ser trabalhadas para o século XXI.

Também há uma proposta de melhoria da integração entre áreas. Para ficar num exemplo claro e curto: em Química, exige-se determinada aprendizagem de balanceamento de equações químicas, mas não há logaritmos em Matemática. Como é que se faz estudo de balanceamento e de PH sem logaritmos? Esse é um exemplo bem extemporâneo, mas ele mostra que, às vezes, a integração entre áreas e entre componentes curriculares até está prevista no documento introdutório, mas ela não se concretiza na proposta dos componentes curriculares.

Outra coisa é a questão do tempo: 85% dos examinadores desse documento disseram claramente que não cabe no tempo que está previsto. E é interessante... Eu não tinha aqui, Alice, mas nós fizemos o exercício de expor, nas paredes de um espaço, todos os objetivos previstos da Base, da educação infantil ao ensino médio. Não cabe nas cabeças das pessoas tudo aquilo que se espera.

Então, o que parece ter acontecido? Todos os apaixonados escreveram... Eu escrevi Matemática, outro escreveu Ciências, o outro escreveu Língua Portuguesa, História... Eu esqueci de pôr História, mas já vou dizer que História tem uma crítica também bastante grande... E depois todo mundo ficou apaixonado, mas esqueceu de enxergar o tempo: não cabem nos 60% previstos lá no documento em consulta.

A outra questão é que História está muito polêmico. O Secretário Palácios esteve conversando conosco, ele já disse que há uma questão, o grupo aponta isso.

E a educação inclusiva... Não é que ela seja desconsiderada, mas o grupo considera que ela é um tema muito importante e ainda não foi tão bem elaborado assim.

Então, para terminar, eu queria dizer que passos importantes foram dados. Eu diria que concordo em gênero, número e grau com o Sr. Senador, porque acho que é um momento ímpar. Eu participei da definição dos parâmetros curriculares do ensino médio, mas naquele momento eu não vi a mobilização que estou vendo agora na sociedade. Então, queria que não perdêssemos isso, como sociedade, como pais, professores.

Acho que nós precisamos dar a nossa contribuição. Eu penso que o Ministério está muito aberto às críticas – se não estivesse, não teria colocado em consulta pública. Então, mais do que dizer "sou contra" ou "sou a favor", é preciso perguntar: "Como eu posso ajudar?" Acho que esse é o movimento.

O Ministério tem o desafio do tempo, tem o desafio da complexidade e tem o desafio de usar todas as contribuições que virão. Eu queria até ouvir um pouco sobre como é que vamos ser ouvidos nisso.

Este País precisa ter coragem, nós precisamos ter a coragem de, neste momento, afirmar "Esta é a Base". Ela não é definitiva, não é para sempre. Daqui a 5 ou 10 anos podemos revê-la, mas, neste momento, os nossos alunos e professores precisam ter alguma coisa um pouco mais definida em relação ao que vão ensinar, e não vão perder autonomia por isso – depois nós podemos conversar mais a respeito.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Katia.

Eu queria fazer o registro da presença do Senador Lasier Martins e da Senadora Regina Sousa, que já estão acompanhando esta audiência pública.

Na sequência, ofereço a palavra para Anna Helena Altenfelder, Superintendente do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária, o Cenpec.É pedagoga, mestre e doutora em Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atua há 10 anos no Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária como formadora, autora de materiais de orientação para professores e gerentes de projetos.

Como a palavra a Srª Anna Helena.

A SRª ANNA HELENA ALTENFELDER – Obrigada, Senador.

Quero começar agradecendo a oportunidade de estar aqui, cumprimentando meus colegas da Mesa, o Senador Fernando Bezerra e, em nome dele, os demais Senadores aqui presentes.

O Cenpec é uma organização da sociedade civil que há 28 anos desenvolve projetos e pesquisas na área de educação, sempre com foco na educação pública, e que faz parte do movimento pela Base Nacional Comum e, dentro desse contexto, nós produzimos duas pesquisas.

Há uma pesquisa na qual nós analisamos todos os currículos para os anos finais do ensino fundamental vigentes nos Estados, as suas concepções, os seus modos de implementação e uso. Acreditamos que, ao compreender melhor como os currículos estaduais efetivamente chegam na sala de aula, na escola, os impasses e os desafios, podemos produzir um conhecimento importante para se pensar a Base Curricular Comum.

Outra pesquisa foi feita em torno dos consensos e dissensos sobre a Base Nacional Comum Curricular, na qual entrevistamos 100 atores de diferentes setores da sociedade, professores, professores universitários, acadêmicos, membros de sindicato e de movimentos sociais que se preocupam com as questões curriculares.

O que indicam esses resultados da pesquisa dos currículos vigentes?

Num primeiro momento, como a Alice já mencionou, uma forte relação com a avaliação externa, a do nacional ou do próprio Estado. Nesse sentido, uma ênfase muito grande em Língua Portuguesa e Matemática, que são os componentes curriculares avaliados em larga escala; os usos dos próprios descritores das avaliações como objetivo de aprendizagem; e uma ênfase muito grande na dimensão cognitiva em detrimento do desenvolvimento integral, considerando habilidades sociais, culturais, emocionais.

Na verdade – a Alice mencionou isto – o que vemos no Brasil é uma inversão. Primeiro, nós construímos uma avaliação nacional, e essa avaliação nacional passou a pautar o currículo – é preciso, lógico, primeiro decidir o que ensinar, o que os alunos têm direito de aprender e, depois, pensar numa avaliação.

A avaliação é um recorte. Como toda avaliação, ela mede algumas aprendizagens. Quando acontece essa inversão de a avaliação se tornar o currículo, nós estamos negando às nossas crianças habilidades, competências e aprendizagens importantes. O exame dos currículos estaduais mostra essa forte vinculação com a avaliação, o que é preocupante e mostra a necessidade de uma Base Curricular Nacional que avance nessa questão.

Percebemos também um grande desafio em relação à formação docente. Existe pouca articulação dos documentos curriculares com a formação inicial dos professores. As faculdades de Educação, de Pedagogia, assim como as licenciaturas, não têm como objeto de estudo, de reflexão de ensino, os documentos curriculares estaduais. Isso faz que, quando os professores cheguem à sala de aula, fiquem muito distantes da reflexão do que ensinar, do que deve ser ensinado e, aí, acabam, por falta de condição, de apoio e de formação, usando os livros didáticos como parâmetro e como referência.

Temos também a questão da formação continuada. A discussão sobre o currículo não faz parte da formação inicial, tampouco da formação continuada, e há uma rotatividade muito grande nos quadros de professores, não os efetivos, mas os temporários, o que faz com que as iniciativas de formação continuada nesse sentido se percam, porque os professores acabam saindo.

Outra questão bastante presente nas duas pesquisas é que é necessária uma atenção maior em relação à diversidade. A diversidade – é interessante – aparece nos currículos como uma orientação. Na introdução dos documentos se diz que é importante considerar a diversidade, entendendo como diversidade as diferentes etnias, raças, gêneros, mas também as questões da identidade local, da cultura local dos Municípios e do Estado. Isso é apontado como importante, mas isso não constitui o currículo e, muito menos, apoia as escolas no sentido de como trabalhar isso. A diversidade, muitas vezes, é abordada como um conteúdo para ser ensinado aos diversos, voltado para as diferentes modalidades de educação. Então, as questões indígenas para as escolas indígenas; a educação de jovens adultos para o EJA, sem, por exemplo, considerar que a educação indígena é constitutiva da identidade nacional e, portanto, deve ser pensada, refletida e aprendida por todas as crianças do nosso País.

A partir disso, na nossa análise da Base Nacional Curricular... Tendo como ponto de análise essas questões levantadas nas pesquisas, quais são, no entender do Cenpec, os pontos de atenção para a Base Nacional Comum?

Eu vou passar aqui bem rapidamente, porque acho que a Alice a Katia já abordaram isso.

A questão do desenvolvimento integral: os aspectos culturais, afetivos e cognitivos de forma integrada na perspectiva do desenvolvimento integral não estão sendo considerados.

A questão da articulação entre as diferentes disciplinas e mesmo a questão da progressão, embora exista, no nosso entender pode ser mais bem cuidada.

A questão da diversidade: aqui está relacionada a garantia do direito dos diversos, as diferenças não podem se tornar desigualdade. Nesse sentido, deve-se incluir como conteúdos e diretrizes nos temas integradores os valores democráticos e republicanos de natureza universal, relativos ao enfrentamento de todas as formas de discriminação.

A educação infantil, que a Katia já mencionou, principalmente nas questões de alfabetização, é um ponto de preocupação.

Para terminar, nós colocamos um ponto de atenção que aparece com muita força nas pesquisas que nós realizamos nos Estados. É que, para além e depois que a Base for aprovada, nós temos um grande desafio, que é o da implementação.

Em todos os Estados analisados – e foram 23 Estados – as questões de implementação do currículo são um grande desafio, elas acabam não chegando à escola, à sala de aula ou, se chegam, são mal compreendidas pelos professores. E por quê? Por conta da precarização da formação inicial, que infelizmente é uma realidade em nosso País.

A Base é importante, defendemos a existência da Base, mas, se não pensarmos juntos a questão da formação inicial em nosso País, nós não vamos avançar na direção da qualidade da educação que queremos para todos. Formar bem os nossos professores vai na direção de garantir o direito ao aprendizado que todas as nossas crianças, adolescentes e jovens têm.

Então, trata-se de pensar a questão da implementação, apoiar professores, apoiar as secretarias municipais de educação. Enfim, é preciso começar já a pensar nas questões da implementação.

Era o que gostaria de trazer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Anna Helena.

Quero fazer o registro das presenças dos Senadores Valdir Raupp e Raimundo Lira e também do Líder do Governo, Senador Delcídio do Amaral, que aqui esteve, mas já se retirou.

Nós recebemos a primeira comunicação através da internet: veio de Doralice dos Santos Scafi. Ela informa que a Secretaria de Educação de Mogi Mirim, em São Paulo, está acompanhando esta audiência e espera esclarecer algumas dúvidas.

É com alegria que passo agora a palavra, para encerrar as apresentações dos nossos convidados, ao Sr. Élsio Corá, Diretor Substituto de Currículos e Educação Integral do Ministério da Educação, graduado, mestre e doutor em Filosofia, docente da Universidade Federal da Fronteira Sul, membro do Grupo de Pesquisa em Ética e Ética Aplicada da Universidade Federal de Santa Maria, atual Coordenador do Ensino Fundamental do MEC.

Com a palavra o Sr; Élsio Corá.

O SR. ÉLSIO CORÁ – Bom-dia a todos.

Gostaria de saudar e parabenizar, em nome do nosso Ministro Aloizio Mercadante, esta sessão e, de modo especial, saudar os nossos Senadores Fernando Bezerra, Regina Sousa, Valdir, Raimundo e Delcídio, que estão aqui conosco.

De maneira bem especial, gostaria de fazer uma saudação ao Senador Lasier Martins, que representa o nosso Estado do Rio Grande do Sul, e ao Romário.

Enquanto meus colegas falavam, eu dizia aqui o seguinte. Falamos tanto de escola, desses lugares, e tanto o Romário quando o Lasier foram importantes na minha infância. Então, faço esta saudação e parabenizo também os demais colegas por fazerem parte desta Mesa tão bem qualificada.

Gostaria de iniciar minha apresentação a partir daquilo que o nosso Senador destacou no início: a Base Nacional Comum tem uma história. O Senador bem lembrou da LDB, mas já podemos encontrar apoio na Constituição Federal, na LDB já citada, no Currículo em Movimento, na Primeira Conae, nas diretrizes curriculares – onde, de fato, a Base hoje se apoia – e em vários outros programas, inclusive o PNAIC e o PNEM, que tratam da alfabetização, e também no Pacto para o Ensino Médio. A Conae e, aí sim, o Plano Nacional de Educação, de fato, nos coloca, enquanto MEC, prerrogativas no intuito de enviar ao Conselho Nacional de Educação esse documento da Base finalizado.

Gostaria primeiramente de destacar alguns pontos fortes que os meus colegas da Mesa já destacaram, mas eu trago também alguns outros.

É importante perceber que, a partir desse documento que foi divulgado, documento preliminar de 16 de setembro... Antes disso e após isso, nós tivemos uma grande articulação, e eu gostaria de citar alguns importantes nisso: Consed, Undime, Uncme, secretarias estaduais e municipais de Educação, conselhos, comitês estaduais e territoriais de educação integral, universidades e escolas e sociedade civil organizada, que também faz um trabalho importante em termos de pesquisa e divulgação da Base e também de outros estudos.

Um ponto importante, que já foi destacado pelos meus colegas aqui na Mesa e que coloco também como um dos objetivos, é a formação humana integral. Acho que esse é um grande desafio, já foi pontuado aqui, e nós precisamos também deixar isso mais claro no texto.

Gestão democrática; processos de tomada de decisão participativos e transparentes; participação ativa da família e comunidade; oportunidades educativas diversificadas e integradas ao currículo; novos tempos, espaços atores e novas oportunidades de aprendizagem e, aí sim, um currículo contextualizado e pertinente, principalmente se ancorando naquilo que os colegas já destacaram.

Eu falava no início, e de fato a escola, e assim o espaço construído, é um sistema de lugares e de sítios nos quais ocorrem as interações mais importantes da vida. E é por isso que a Base Nacional Comum, quando pensa a escola, quando pensa o território, quando pensa essa Parte Diversificada olhando para as questões

regionais, olhando para questões locais, de fato, garante que Estados e Municípios tenham, no seu currículo, algo que também os identifique. Essa identificação, por sua vez, confere à escola, ao lugar de pertencimento uma identidade. Eu acho que é importante destacar isto, a ideia de pertencimento. A escola nos dá e tem essa função, de fato, de ser um espaço de convivência, um espaço de formação e construção de identidades, e por isso que é tão importante nós destacarmos a questão do pertencimento. Nós pertencemos a uma escola, pertencemos a um lugar, e a Base Nacional Comum, acredita-se que, a partir do seu texto final, conseguirá colocar isso, de fato, em evidência.

E a escola também é o lugar e o espaço de possibilidades e de novos olhares sobre o mundo. Então, é muito importante isso, todos nós já passamos numa escola, todos nós já passamos pela universidade, e sabemos o quanto isso potencializa o nosso olhar reflexivo, inclusive, sobre o mundo e sobre onde nós atuamos.

Também o território vem a ser referência curricular. Acho isso extremamente importante, e vale a pena destacar. Também nós acreditamos que isso dará condições à participação das famílias, uma rede de proteção social e principalmente uma qualificação dos espaços públicos em torno das nossas escolas.

E, aí sim, nós acreditamos que o currículo passa a ser relevante e pertinente para os nossos alunos, ou seja, um currículo ligado e colado à vida do estudante, da escola, dos professores. Então, é importante destacar essa parte da Base, tanto a Base Nacional Comum com conhecimentos específicos, e principalmente com relação à Parte Diversificada.

Vou tentar aqui me ater a meu tempo, mas principalmente nós temos, com a Base, a garantia dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Isso aqui acho que é importante destacar também, que é o ancoradouro, a base da Base, eu diria, que está sendo desenvolvida.

E com isso, nós acreditamos que, a partir desse documento aprovado pelo Conselho Nacional de Educação, algumas outras questões virão. Por exemplo, política nacional de infraestrutura escolar, política nacional de avaliação da educação básica, política nacional de materiais e tecnologias educacionais, já destacada aqui; política nacional de formação e valorização dos professores. Principalmente, nós destacamos que a Base, como já foi dito também, vai ser uma referência curricular, e isso é importante. Referência curricular, acho que esse conceito a gente precisa, inclusive, esmiuçar mais, no sentido de também dar mais fundamentação àquilo que está sendo desenvolvido pelo MEC e pela comunidade em geral.

É importante também destacar que há um entendimento nacional em torno do que é importante no processo de desenvolvimento dos estudantes brasileiros, quer dizer, no início, desde a educação infantil, até o ensino médio, aquilo que é direito de todo estudante brasileiro, não importa o território, não importa o seu Estado ou a cidade, que tenha direito a acessar. Acho que essa também é uma questão importante a ser destacada.

E aí vem outra questão: como eu posso participar? Nós temos um documento preliminar, que todos podem acessar através do *site*, que daqui a pouco eu passarei aos senhores, mas nós podemos de três maneiras contribuir. Isso é importante até para os telespectadores que estão acompanhando esta reunião: cadastro individual; cadastro por rede de ensino – tanto das escolas estaduais, municipais e privadas – e cadastro de organizações diversas, sociedade civil organizada. Essa aqui também é uma questão importante.

Nós temos um cronograma já divulgado, que foi elaborado em consenso com as secretarias estaduais através do Consed. Esse cronograma já está bastante difundido. No final, se ainda o tempo me possibilitar, estarei trazendo aos senhores.

(Soa a campainha.)

O SR. ÉLSIO CORÁ – Então, aqui, com relação ao site, é importante que todos acessem: basenacionalcomum.mec.gov.br. Quem ainda não acessou, por gentileza, peço que todos acessem, que divulguem nas suas redes. É muito importante que a gente participe de maneira expressiva nesse debate, também com sugestões a esse texto preliminar.

Alguns reflexos que nós esperamos da Base:

Direito de acessar e se apropriar, durante a sua trajetória, da educação básica, então, ano a ano, como já foi destacado, a todo estudante brasileiro.

Disponibilizar os elementos fundamentais que precisam ser ensinados nas áreas do conhecimento. Então, as quatro grandes áreas: Matemática, Linguagens, Ciências da Natureza e Ciências Humanas.

Orientar a construção do currículo das mais de 190 mil escolas de todo o nosso País. Importante.

Orientar a formulação do projeto político-pedagógico das escolas.

A partir da Base, os mais de 2 milhões de professores continuarão podendo escolher os melhores caminhos de como ensinar, principalmente por meio da Parte Diversificada. Importante isso, já foi destacado, já destaquei, mas é importante colocar isso, que cada Estado, que cada Município, que cada região olhe para seu currículo dentro das especificidades que marcam a sua região e sabendo que esse aluno que está na es-

cola nesse momento, depois, na sua idade adulta, tanto na vida pessoal quanto na profissional, levará esses conhecimentos consigo.

Entendimento nacional em torno do que é importante no processo de desenvolvimento dos estudantes. Um grande...

(Soa a campainha.)

O SR. ÉLSIO CORÁ – Um grande instrumento de gestão escolar, um subsídio de gestão, e, aí sim, um dispositivo para reorientar as avaliações da educação básica, os processos de produção de materiais didáticos, formação inicial e continuada de professores.

Por último, depois, se nós tivermos um tempo, poderei... Eu gostaria de finalizar com uma citação de Fernando Pessoa, haja vista que nós temos os prós e os contras, quem é a favor e quem é contra. E aí eu escolhi essa citação porque a considero bem expressiva e precisa naquilo que tange aos contrários e aos "a favor" da Base Nacional Comum.

Permitam-me ler aqui:

> Encontrei hoje em ruas, separadamente, dois amigos meus que se haviam zangado um com o outro. Cada um me contou a narrativa de por que se haviam zangado. Cada um me disse a verdade. Cada um me contou as suas razões. Ambos tinham razão. Ambos tinham toda a razão. Não era um que via uma coisa e outro outra, ou que um via um lado das coisas e outro um lado diferente. Não: cada um via as coisas exatamente como se haviam passado, cada um as via com um critério idêntico ao do outro, mas cada um via uma coisa diferente, e cada um, portanto, tinha razão.
> Fiquei confuso desta dupla existência da verdade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Élsio.

Agora vamos abrir para o debate.

Já registro as inscrições da Senadora Regina Sousa e do Senador Lasier Martins.

Eu farei essa abertura.

Nós vamos fazer todas as perguntas numa rodada única e depois teremos a manifestação dos nossos convidados e as considerações finais para o encerramento da nossa audiência.

As duas perguntas que trago seriam as seguintes: primeira, quais são as aprendizagens importantes para as crianças e os jovens do Século XXI? O mundo está se transformando com velocidade de informação das redes; então, qual é o desafio para quem ensina? Qual é o desafio da escola num mundo que vive em profundas transformações? E se vocês, seja o movimento pela base, seja o MEC, têm algum sentimento sobre o que dizem os nossos jovens que estão na escola. Qual é o sentimento deles em relação à perspectiva de implementação dessa política?

Essa seria a minha primeira pergunta.

A segunda pergunta talvez seja mais dirigida ao Élsio, mas creio que as nossas convidadas também poderiam fazer alguns comentários.

Como se mobiliza a sociedade, os atores interessados para uma participação mais efetiva nesse processo?

A Alice, na conclusão da sua intervenção, falou da importância de ajudarmos num processo de mobilização até que a proposta última fosse encaminhada à apreciação do Conselho Nacional de Educação.

Então, de que forma aqueles que estão nos acompanhando pela TV Senado, aqueles que estão interessados nessa discussão podem contribuir? Como é que o professor que está nos assistindo lá no Norte do País, aquele que está lá no Semiárido, aquele que está lá fronteira do Rio Grande com a Argentina, como é que esse pessoal que quer, que aproveitou ou que esperou a chance de participar de uma política como essa, como é que se pode ensejar essa participação?

Com um pouco mais de Élsio, e depois de encerrada a consulta pública, quais são os passos? Como podemos, de certa forma, acompanhar as análises e as reflexões que o MEC irá realizar para construir a proposta que será submetida ao Conselho Nacional de Educação?

Essas seriam as minhas duas indagações.

Na sequência, ofereço a palavra à Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Bom dia a todos.

Sr. Presidente, senhores convidados, Senadores e Senadoras, vou fazer algumas considerações, mais do que perguntas, como professora de formação e de chão de escola que fui por muito tempo.

É sempre bom abrir a discussão. Parabenizo o MEC pela iniciativa de colocar em discussão. Agora, há alguns obstáculos para essa discussão acontecer.

Será que o pessoal lá do chão da escola está discutindo isso?

Quero dar um testemunho.

Eu fui do Conselho Estadual de Educação do meu Estado até o ano passado, quando saí para ser Senadora. E vemos que há uma acomodação pela coisa feita. Então a tendência é pensar que o que o MEC determinou está bom, a não ser as entidades que se dedicam a esses estudos. Mas o chão da escola, a comunidade escolar tem essa tendência de se acomodar e pensar que já está bom.

Dou o testemunho dos projetos político-pedagógicos que eu analisava lá no Conselho Estadual de Educação. Tudo cópia. E não era somente escola pública, não. Havia escola particular de primeira grandeza. Nós víamos que estava copiado de alguém. Havia até consultorias especializadas em vender projetos político-pedagógicos. E sugeriam coisas que a escola não tinha condições de fazer, porque ela não tinha os instrumentos para isso. Como haviam copiado de uma escola que tinha, eles colocavam isso no seu projeto político-pedagógico.

Então o grande desafio é fazer essa discussão chegar à escola. Tem que haver o engajamento das secretarias de educação municipais e estaduais para pautar isso. Os cursos de formação continuada têm que ser pautados. Tem que pautar, passar uma semana discutindo isso aqui. É tema do curso de formação. Quer dizer, precisa haver todo esse cuidado do MEC para fazer isso chegar. Estão acontecendo "n" cursos de formação continuada nos Estados. Então tem que ser inserida essa pauta.

Nós temos o obstáculo da formação dos professores também. Creio que nesta Comissão todo mundo já me ouviu dizer isso. Não se ensina a ensinar. Esse é o grande problema. Nos anos 70, eu fiz universidade e me formei como professora. Mas continua como antes. Eu tenho irmãos, sobrinhos, parentes fazendo o mesmo curso, e continua igual. Não se ensina a ensinar. Ensinam muito conteúdo, mas não se ensina a ensinar esse conteúdo. Então a formação também precisa ver isso.

A questão da diversidade tem que fazer parte, tem que constar, porque é o tema do momento. Creio que o Enem lavou a alma de muita gente como eu, por exemplo, ao ver que sete milhões de cabeças foram pensar naquele assunto da violência contra a mulher. Muitas delas sofreram violência, muitos praticaram violência, outros presenciaram, outros denunciaram. E, depois, isso gerou uma discussão que outros sete milhões ou mais já fizeram. Então é preciso. Agora não há fundamentalismo que impeça a discussão desses temas na escola. Os alunos agora vão exigir, porque foram pegos de surpresa com esse tema. Então eles vão exigir que se trate de igualdade racial, que se trate de intolerância religiosa e de homofobia. Foi um gol de letra que se fez com esse tema no Enem.

E há algo que atrapalha. Por mais que se diga que os anos iniciais não tenham anualidade, existe anualidade. É o primeiro ano, o segundo ano, o terceiro ano, quando deveria ser um ciclo, porque as competências que as crianças devem ter, umas terão em dois anos, outras, em três anos, outras, em quatro anos, mas já vão ter. Elas têm condição, cada uma no seu ritmo. Agora, quando se anualiza, o menino se sente rejeitado. Se ele não acompanhou, dizem para os pais: o seu filho não acompanha? O seu filho tem problema de aprendizagem?

Uma mãe me disse, numa conferência de educação em que eu era palestrante: "Só se fala que as crianças têm problema de aprendizagem. Ninguém fala que os professores têm problema de 'ensinagem'".

Eu contei isso para o Ministro Janine. Ele gargalhou. Mas é verdade. Existe o problema da "ensinagem". Então o menino vai repetir porque não adquiriu certas competências. E não poderia ser assim. Ele tem que ir adiante. Daí a necessidade de professor auxiliar, porque um só com 40 meninos na sala... Vai haver sempre aqueles que vão embora e aqueles que ficam. E alguém tem que conduzir os que ficam. Eles vão chegar, mas no seu ritmo.

Então essa questão da anualidade tem que ser discutida, porque em tese não é para haver, mas há. O menino passa do primeiro para o segundo e para o terceiro. Se não passa, significa que ele foi reprovado, ficou retido, o que é ruim para ele, para a sua autoestima, para tudo, porque os coleguinhas foram e ele ficou. Isso precisa ser discutido com muita ênfase. Eu digo sempre: se cuidarmos das crianças até o quinto ano, elas não serão analfabetas. Nós não vamos ter os *(incompreensível)* daqui a 20 anos. Eles podem ser analfabetos em outras coisas, tecnologias, mas no letramento, se fizerem bem do primeiro ao quinto, eles não serão analfabetos.

Eram essas as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Senadora Regina Sousa.

Na sequência, ofereço a palavra ao Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Senador Fernando Bezerra.

Em primeiro lugar, quero me congratular com V. Exª por ter requerido esta audiência pública muito importante para tratarmos da base curricular comum, e deplorar que a Comissão esteja hoje com o quórum tão baixo diante de matéria tão relevante.

Até há pouco, e V. Exª estava junto, nós tínhamos em andamento a Comissão de Infraestrutura. E contamos o tempo todo com uma média de 14 Senadores presentes. Ali se tratava da infraestrutura. Agora, nós não chegaremos à infraestrutura se não tivermos educação.

Aqui está a comprovação de um certo desleixo com isso, que é fundamental para o Brasil.

A nossa Comissão tem 27 integrantes. Comparecem dois, três, quatro no máximo. É lastimável o que vem acontecendo!

Por outro lado, eu fico intrigado com essa demora para chegarmos a uma base curricular comum. Esse movimento começou em 2013, com o intuito de acelerar a construção de uma base nacional comum, de qualidade. Acelerar. Mas uma aceleração de dois anos, e ainda não temos a conclusão? A que se deve isso? Será por falta de uma política eficiente? Política pública? E entre parênteses eu lembro que, em dez meses, neste ano de 2015, nós já tivemos três Ministros da Educação. Isso é um absurdo!

Será que essa não é uma das causas dessa lentidão na educação brasileira, que é precaríssima? Isso tem sido comprovado pelos exames do Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Os nossos resultados estudantis são constrangedores. Isso não se deve à falta de política? Como é que trocando de Ministro três vezes em dez meses nós vamos ter uma proposta de educação suficiente?

Essa é a pergunta que eu deixo com a Drª Alice, se ela admite que a coisa não vem de cima.

Há poucas semanas tivemos aqui outro debate. Eu estava me lembrando da ocasião, porque a empresa jornalística do meu Estado – e saúdo o Professor Élsio, que é meu conterrâneo – mandou um jornalista para a Coreia do Sul, para investigar por que aquele país teve um desenvolvimento tão rápido e tão grande.

Hoje, aquele país que há 30 anos estava muito longe, atrás do Brasil, está muito à frente, especialmente pelo uso das novas tecnologias a que só chegamos com educação básica. E lá se verificou a contribuição financeira, a importância que o governo daquele país dá à educação. A remuneração dos professores.

Eu me lembro de ter lido essa reportagem. E o meu prezado Élsio sabe que o Zero Hora do Rio Grande do Sul é um jornal de grande circulação, mandou um jornalista para Seul que constatou que, convertido o dinheiro coreano para o real, o salário mínimo de lá corresponde a R$4.500 hoje. E pode chegar a um teto de R$14 mil.

Então, Drª Katia, eu lhe deixo essa pergunta. Eu notei pouca dedicação ao problema de valorização dos professores. Sem valorizar os nossos professores não chegaremos a lugar algum.

A Drª Anna Helena disse que há uma precarização na nossa formação inicial e se não cuidarmos disso não chegaremos ao desenvolvimento desejado.

Então a educação no Brasil é muito desconsiderada. É desconsiderada por esta Comissão, é desconsiderada pelas políticas de governo, é desconsiderada pela demora do Plano Nacional de Educação e por esse trabalho da base curricular comum, para o qual vamos precisar de três anos para chegar a alguma conclusão. E ainda se História, que é uma matéria polêmica... Se estudar a história do Rio Grande do Sul, vai-se esquecer da conspiração mineira. Então não vai se estudar a história de Minas Gerais.

Quanto a isso, em um mês de discussão há de se chegar a uma conclusão. Aqui se levam três anos.

Perdoem-me se estou sendo muito severo, muito duro, muito austero, mas eu sou um inconformado.

Eu pedi para participar desta Comissão quando entrei no Senado, mas tenho sofrido muitas decepções. O Brasil está parado, a Presidente da República, perdida. Falta de políticas em quase todos os setores. Vamos ter um crescimento econômico este ano de 3 abaixo de zero. Então está tudo errado! E a educação tem tudo a ver com isso. Se nós não valorizarmos, se não começarmos pela educação, não chegaremos a lugar algum, mas como andamos devagar nesse setor.

Era o que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Senador Lasier Martins.

Na sequência, para a resposta às indagações que foram feitas e para a apresentação das considerações finais, eu vou oferecer a palavra primeiro à Anna Helena, depois à Alice, à Katia e, por fim, ao Élsio.

Com a palavra a Srª Anna Helena.

A SRª ANNA HELENA ALTENFELDER – Obrigada.

São bastante provocativas as colocações.

Eu vou começar fazendo uma consideração sobre a pergunta "quais são as aprendizagens do Século XXI e quais são os desafios da escola".

Eu sempre reflito com relação à aprendizagem do Século XXI. Uma das ditas aprendizagens do Século XXI é a cooperação, mas, se pensarmos, a cooperação é uma aprendizagem importante durante toda a história do homem, desde quando eles cooperavam para caçar, na época da pré-história.

Então temos que pensar como essas habilidades de cooperação, por exemplo, de pensamento crítico e de criatividade se atualizam na sociedade que temos. Na verdade, parece que não são habilidades novas, mas como é que elas conversam com o contexto atual?

O grande desafio da educação é que, sim, temos que pensar nas competências do Século XXI, conversar com os nossos jovens, mas, como o Senador dizia, infelizmente no Brasil a educação ainda não é uma prioridade. Ela é prioridade no discurso. E nunca foi, historicamente.

Hoje, nós temos o grande desafio de pensar na escola do Século XXI, na escola que esteja articulada com os interesses dos jovens, mas temos também dívidas históricas, anacrônicas, do Século XIX e do Século XX. Nós não sabemos alfabetizar as nossas crianças, que chegam ao terceiro ano sem saber ler e escrever, nós não valorizamos os nossos professores, nós não sabemos formar os nossos professores.

Então me parece que o grande desafio que temos é, ao mesmo tempo, saldar essas dívidas e pensar na educação do Século XXI. E não adianta ir por um caminho ou por outro. Nós temos que fazer isso de forma articulada. Esse é o grande desafio.

Em relação ao pronunciamento da Senadora, também sou professora. Realmente é um desafio. Nessa pesquisa que nós fizemos nos Estados, os currículos não chegam à sala de aula. E muitas vezes, do mesmo jeito que o PPP das escolas, o projeto político-pedagógico das escolas é um documento copiado ou alheio, as propostas curriculares do Estado também não conversam com a realidade dos Estados, não conversam com as condições de trabalho do professor, não conversam com a falta de infraestrutura.

Então realmente temos que pensar nisso, senão todo esse trabalho que está sendo feito pode se perder e ficar na gaveta.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Anna.

Com a palavra a Alice.

A SRª ALICE RIBEIRO – Muito obrigada pela oportunidade de comentar essas observações tão pertinentes.

Gostaria de chamar a atenção também para alguns pontos levantados pela Senadora Regina Sousa.

A pergunta sobre se as escolas estão de fato comentando a base é extremamente pertinente, se essa discussão está chegando ao chão da escola.

Temos notado que há algumas escolas e algumas redes que são superativas. Nessas a discussão está acontecendo, mas essa não é a realidade do País como um todo, não só pela própria proatividade das redes e das escolas em promover essa discussão, mas pela dificuldade de tempo para fazer isso.

Saudamos a iniciativa do MEC de deixar essa consulta pública aberta por três meses, mas a gente sabe que é um ano muito delicado e é um período muito delicado, inclusive com aplicação de provas como Enem, Prova Brasil, durante esse processo. Então o que a gente nota é que as escolas têm pedido mais tempo para poderem fazer as suas discussões.

Nesse caso, é importante que a gente conte com a ajuda, não só das redes e de quem chega nos Estados, mas, também, dos veículos de comunicação em massa, com vistas a se fazer uma sensibilização por meios acessados pelos professores. Por exemplo, a revista Nova Escola é um grande meio para isso. Então, é precisa haver uma campanha muito ampla, que busque chegar, de fato, ao chão da escola. É uma oportunidade que a gente tem agora de contribuir.

Eu gostaria de comentar sobre a questão das aprendizagens também importantes para o século XXI e essa escola que a gente tem hoje. A gente fala muito dos jovens "nem, nem", que nem estuda, nem trabalha. Eu gostaria de falar das escolas nem, nem, que nem forma para educação integral, nem oferece uma educação integral para o indivíduo e também não oferece qualquer tipo de instrumentalização para atuação em sociedade no século XXI, para que os jovens possam seguir seus sonhos, possam concretizar seus projetos de vida.

Obviamente, nós temos escolas excelentes, mas o que a gente nota, na educação do País, é que essa não é uma realidade para todos. Então, eu queria chamar atenção para essa escola e algumas coisas que dizem os jovens, tal como o Senador Fernando Bezerra perguntou. Como a Anna Helena falou, a questão da leitura e escrita, contas, aprendizagens que são básicas para que você possa aprender a aprender pela vida toda, isso não tem sido garantido para todas as nossas crianças, adolescentes e jovens.

Outras questões que eles sentem falta: por exemplo, a questão do inglês. Eles notam que, muitas vezes, eles precisam no trabalho ou para conseguirem jogar um joguinho na Internet, e eles não conseguem entender termos. Precisam pesquisar no Google para entender e poder acompanhar. A questão das operações, como

a gente falou, de saber dar um troco, calcular porcentagem; são instrumentos muito recorrentes no dia a dia, que não estão sendo oferecidos para todos no Brasil.

É interessante notar o que eles falam, também, com relação à metodologia. Eles chamaram a atenção, nessa pesquisa feita com eles, que eles gostam muito dos modelos de aulas de cursinho, porque são aulas muito mais dinâmicas. Não é aquela aula em que o professor, eventualmente, vai para o quadro, passa a disciplina e o aluno anota, mas são aulas em que os professores se mostram bastante criativos, fazem músicas, versinhos, coisas que ajudam a gerar uma reflexão maior sobre aprendizado. Então, isso é um pouco do que os alunos trazem nessas pesquisas.

Sem dúvida, aí, a questão da formação dos professores é fundamental, Senadora. Não se ensina a ensinar. Então, a expectativa que nós, do movimento, temos com a base é que, de fato, essa base enseje essa mudança na formação inicial e continuada dos professores, de forma a oferecer a eles instrumentos para que saibam atuar em sala de aula. Os próprios professores notam dificuldades com isso. Existem pesquisas que mostram que menos de 30% do tempo nas graduações é dedicado às questões de didática, ou de trabalhar os conhecimentos em sala de aula.

Respondendo à provocação e ao inconformismo do Senador Lasier – compartilho com S. Exª –, eu gostaria de chamar atenção de que esse tempo de demora para construir a base não é de três anos, é mais grave que isso. A Constituição Federal tem 27 anos, a LDB tem 19 anos. E esse instrumento está previsto desde a Constituição/ passou pela LDB, pelas Diretrizes e, na verdade, eu acho que demandou um amadurecimento do País, Senador. Uma leitura que a gente tem feito é que é uma construção, como o Prof. Élsio falou, que demandou que o País, inclusive, saísse de um período autoritário e deixasse de entender o estabelecimento claro de padrões de aprendizagem comuns a todos como uma intervenção que não fosse bem-vinda.

Então, acho que precisamos passar, a duras penas, por um período longo de entendimento de que esse estabelecimento de padrões de aprendizagem não engessam a realidade das escolas, não interferem dessa forma, como é dita, na autonomia dos professores e que, na verdade, traz um elemento de equidade importante para o País como um todo.

Uma coisa que eu gostaria de chamar atenção é que eu também fico inconformada com a demora, mas saúdo com muita alegria a continuidade desse processo. A gente nota que isso entrou na agenda do Ministério da Educação, dos Estados, dos Municípios, apesar das instabilidades políticas, das trocas que aconteceram nos últimos tempos. Isso está na agenda, isso está prosseguindo e está prosseguindo de uma forma que permite a contribuição do País como um todo.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Drª Alice, não lhe parece que o Ministério da Educação deveria ser integrado por especialistas, não por políticos? O Ministro não poderia ser político e, sim, alguém que entenda de educação! Porque o regime militar já terminou há mais de 20 anos, e nós continuamos aí marcando passo e trocando de ideia, de propostas a todo instante. E o País com um elevado número de analfabetos, ainda. Se juntarmos os analfabetos totais, com analfabetos funcionais, nós temos aí em torno de 50 milhões de brasileiros acima de 15 anos. Este País não se desenvolver nunca se continuar com esses índices, e com o ensino da matemática, do português e de ciências ainda deficientes, contraditórios.

Então, é por isso que lhe fiz a pergunta: não é uma questão de política pública o nosso maior problema?

A SRª ALICE RIBEIRO – Olha, nós, no movimento, temos a defendido muito que a questão da base curricular comum deve ser uma política de Estado e não de governo. Então, é uma política pública importante para o País, independentemente de quem está na linha de frente da tomada de decisão. É claro que isso depende dessas pessoas, mas deve ser uma política que encontra continuidade, que encontra respaldo, que encontra condições para se gerar um debate aprofundado, que leve, desde a construção dessa base de uma forma federativa até a preocupação que a Anna Helena traz, que é a de implementação.

Então, a nossa maior preocupação, e por essa razão, a gente considera muito importante contar inclusive dentro do movimento pela base com pessoas e instituições tão diferentes e que estão em lugares diferentes, inclusive da atuação na educação, porque a gente acredita que essa é uma bandeira que deve ser levada à frente por todos, como um projeto de Estado e não de governo.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Doutora, para concluir.

Só que uma política de Estado só é viabilizada por política de governo, porque o Estado, em si, é uma abstração. Então, tem que ter governo que construa uma política de Estado e que seja tão convincente que vai ser seguida pelos outros governos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Na sequência, eu ofereço a oportunidade para Katia.

A SRª KATIA STOCCO SMOLE – Questões da maior relevância. Todas que mereceriam um dia todo, um mês todo, muito tempo de debate. Então, eu queria começar, Senador Lasier, dizendo que não há como discor-

dar da questão da formação dos professores, sem dúvida, e da valorização. Eu queria destacar que nós estamos com um problema sistêmico, e, uma hora, essa cadeia precisou ser interrompida.

Podemos pensar nessas relações todas enredadas, mas há uma fato: eu tenho uma educação básica de qualidade ruim, eu envio ao ensino superior para fazer a formação do professor um estudante que chega com uma qualidade ruim de aprendizagem. Então, hoje, é muito comum. E, aí, quando ele entra lá, muitas vezes, a universidade tem que acolher e refazer o que a educação básica não fez.

Sendo assim, você tem, desde a base, uma complexidade muito grande. A base nacional comum não vai resolver tudo, mas ela pode interferir significativamente nesta relação. E a valorização do professor, a meu ver, não é só uma questão salarial. Eu sou professora e durante muito tempo fui professora de educação básica pública no Estado de São Paulo, eu sei o que dá aula para 50 alunos, eu sei porque eu dei, e eu sei porque eu trabalho diretamente com as escolas nas quais isso ainda acontece. E devo dizer que não é só na educação pública; nós ainda temos, em alguns Estados do Brasil, situações de escolas particulares que têm 70 alunos em sala. Você não ensina 70 pessoas ao mesmo tempo, considerando as diferenças individuais. Então, essa é uma questão que não passa apenas pelo quanto o professor ganha, mas como a sociedade o vê. A não ser iniciativas muito pontuais, como do Todos pela Educação ou de alguns organismos pontuais, nós vemos poucas pessoas falando bem de quanto é importante ser professor.

Eu participo de um projeto muito interessante, no Rio de Janeiro, com a Secretaria Estadual de Educação, e nós trabalhamos com educação pública fazendo coisas lindas, e a nossa maior foi agora, quando chegou ao final o terceiro ano do projeto, e nenhum aluno do ensino médio daquele lugar disse que queria ser professor. Essa é a situação terrível que nós estamos vivendo.

Então essa valorização passa, sem dúvida, por condições de trabalho, ela passa pela boa formação, ela passa por questões salariais, mas ela passa por uma valorização social. Esta sociedade, incluindo os próprios professores, criou um discurso de que é tão ruim ser professor que ninguém quer ser professor.

Olha o médico. O médico tem condições muito difíceis de trabalho, mas as pessoas continuam querendo ser médicos. O curso de medicina da USP de São José do Rio Preto é um dos mais procurados. Eu queria muito que o curso de pedagogia fosse. As licenciaturas em matemática, história, geografia estão fechando.

Nós temos uma questão social da maior importância. E, aí, eu vou me remeter a fala da Senadora Regina Souza porque há duas questões, Senadora, que me desacomodaram. A questão da acomodação é uma questão social também. Quando eu vejo a Alice dizer: "Olha, isso tem a ver com o movimento da redemocratização", então, nós temos uma sociedade que absorve, absorve, absorve, absorve...

Os Estados brasileiros passaram por greves enormes neste ano. Fazia muito tempo que nós não tínhamos tantas greves e de tão longa duração, com violência contra os professores. Não foi um pai defender o professor. Não vai um pai bater na porta do governador dizer: "Sr. Governador, eu quero aula para o meu filho. Como é que você vai resolver essa questão?"

Então, essa desmobilização é uma desmobilização da sociedade, que me remete à pergunta do Senador Fernando. O que eu preciso aprender? Eu preciso aprender a ser gente nessa sociedade. Eu preciso aprender o que significa, hoje, compartilhar, tomar decisão, dar opinião, me posicionar, dizer "isso, pra mim, eu não quero". Mas eu, também, preciso saber matemática, mas eu também preciso saber ler e escrever.

Então, o que me incomoda um pouco é as pessoas dizerem assim: "Ah, essa base precisa ser considerar as diferenças regionais". Deve! Tanto que o Professor Élsio pode dizer que não é para 100% do tempo da escola. É preciso que cada um olhe. Mas, gente, saber ler e escrever qualquer cidadão neste País precisa, e nós falamos língua portuguesa, tanto aqui, como no Acre, em Manaus, em qualquer escola. Está bom, há as linguagens indígenas, as questões regionais, mas a matemática é a mesma no mundo inteiro.

Há uma ciência que todo mundo precisa entender. Eu preciso entender a minha regionalidade do ponto de vista de biomas, de sistemas, de ecossistemas, mas espera aí, tem coisas que são iguais. Então, se eu não sei matemática... Eu estava me lembrando de uma pesquisa, conduzida pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e divulgada pelo jornal *Estado de São Paulo*, que traz um dado estarrecedor: 48% de pessoas adultas, brasileiros com oito anos de escolaridade – eu tive oportunidade comentar sua pesquisa – não sabem multiplicação básica. Não se faz ciência, não se avança.

Eu preciso saber as coisas de ser cidadão e eu preciso saber conhecimentos específicos, que me permitam trabalhar, que me permitam, enfim.

Para finalizar, eu queria fazer uma sugestão em relação a essa questão...

Ah, só uma coisa, Senadora, essa questão dos ciclos, se tivéssemos oportunidade, isso seria uma coisa muito bonita de se debater. Por quê? Tendo a oportunidade de conhecer outras experiências curriculares no mundo, nós vimos que esta discussão que a senhora traz é uma discussão ferrenha em muitos lugares. Então, tudo parece caminhar uma coisa mista, no seguinte sentido: o ciclo também deu ao Brasil uma desculpa para

não alfabetizar aos 7 anos. Então eu vou passando e reprovo todo mundo no terceiro ano do ciclo. Então, ele criou um sistema perverso. Eu concordo que esta visão da terminalidade, ou seja, se eu faço *check list*, como aluno, e estou reprovado, ela é ruim. Por isso que todo trabalho de implementação da avaliação precisa ainda ser bastante discutido. Mas só para dizer que as discussões são tão imensas em torno disso, porque, no fundo, o que nós estamos entendendo da base é que é um mapa, muito mais do que alguma coisa assertiva. É para eu dizer assim: "Está bom, você tem toda a primeira fase do ensino fundamental, os anos iniciais, para aprender, mas há umas coisas que você precisa fazer no primeiro ano, outras no segundo". É muito mais uma diretriz para o professor e até para família, que, quando tem coisas tão genéricas não sabe muito bem o que fazer.

E a última coisa é a questão do "E depois? O que nós vamos fazer?" É a questão de como é que a base chega à base. Uma sugestão para o Ministério: acho que falta transparência. Acho que o documentário está difícil de ler, Professor Élsio. Eu já trouxe essa questão. É uma lista imensa. Quando eu fui ler a parte de matemática, que é a minha área, eu fiz um exercício com a minha equipe. Eu peguei todos os objetivos, da educação infantil terceiro ano do ensino médio, por eixo, e fui distribuindo, porque aquela lista interminável e, quando você lê o décimo, você não lembra mais o primeiro.

Então, precisa melhorar um pouquinho a forma da leitura e precisa informar a população: "Olha, nós estamos aqui. Esperamos de vocês isso." E, quando começarem a chegar os resultados, contem para nós o que vocês estão fazendo com eles. Isso dará transparência e credibilidade.

Senadores e Senadora, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Obrigado, Katia. E, agora, encerando esta audiência, ofereço a palavra a Élsio.

O SR. ÉLSIO CORÁ – Bom, acredito que as questões levantas tanto pelos Senadores Fernando Bezerra, Regina Souza e por nosso Senador Lasier Martins são na sociedade, fazem eco a tantas pessoas e, de fato, encontram ressonância nos diversos diferentes cantos do Brasil. Então vou tentar respondê-las, também, tentado não ser repetitivo daquele que já foi colocado pelos meus colegas da Mesa.

Com relação aos sentimentos dos jovens, com relação à base, acho que essa é uma questão importante. Nós tivemos já em nível de Secretaria de Educação Básica, mais propriamente, Diretoria de Currículos e Educação Integral encontro com a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. De fato, Senador, aquilo que o senhor traz é importante. A gente vê que o com nosso jovem está politizado. Então essas reuniões nos deram, também, uma dimensão daquilo que o nosso jovem deseja e quer encontrar com relação à educação.

Além disso, eu não destaquei na fala inicial, até pela questão do tempo, mas, desde que foram reunidos especialista para construir esse documento, nós tivemos várias reuniões com diferentes entidades e instituições, tanto universidades quanto secretarias estaduais e municipais, no sentido de fomentar as discussões em nível de Estado. Então, cada Estado já fez um cronograma próprio. Isso é importante destacar. Hoje, um dos motivos de eu estar aqui é porque hoje nós estamos tendo, no Ministério da Educação, uma reunião com os representantes dos Estados, que estão fazendo de seu trabalho lá na ponta no sentido de divulgar, fazer reuniões, dialogar de fato com a sociedade e com a escola.

Com relação à mobilização, eu também trago aqui o cronograma de atividades com relação à base. Nós já tivemos alguns Estados que fizeram um dia de parada no sentido de debater esse tema dentro das escolas, dentro do seu tempo e, também, das formações, respeitando o tempo de cada Estado por questões já levantados aqui. Mas nós teremos, em dezembro, o dia 1º/12, então, o dia primeiro de dezembro será o Dia Nacional da Base Nacional Comum.

Essa data é importante destacar. No dia 15/12, nós teremos o primeiro ciclo de processamento das contribuições à proposta preliminar e entrega dos pareceres individuais de setores críticos. Quer dizer, em janeiro, nos teremos, e aí, sim, colega Kátia, a publicação do relatório do primeiro ciclo de contribuições. Quer dizer, o MEC sabe da importância disso, de uma linguagem transparente no sentido de divulgar aquilo que ele está sendo feito; em fevereiro. Nós teremos o segundo ciclo de processamento das contribuições à proposta preliminar.

Em março, então, a publicação da proposta revisada da Base Nacional Comum Curricular, e aí sim, em março do ano que vem, seminários estaduais da Base Nacional Comum.

Quer dizer, nós estaremos, em cada Estado, analisando, juntamente com a comunidade de cada região, esse texto. Em abril e em maio, haverá a produção da proposta final e do relatório das contribuições e do debate público. E aí sim, em junho, a entrega da proposta final.

É importante também destacar que nós já viemos fazendo esses encontros, esses debates, esses simpósios, nas várias regiões do País. Tanto eu quanto os meus colegas, tanto o diretor quanto o secretário, têm participado. E percebemos – aí já entrando na questão levantada pela Senadora Regina –, de fato, que a Base está chegando onde nós nem imaginávamos.

Quer dizer, eu estive recentemente em uma cidade do sudoeste do Paraná, em Palmas. É uma cidade centenária. Foi uma terça-feira. De fato, impressionou-me muito a participação da comunidade dos Municípios em torno de Palmas, como Pato Branco, Mangueirinha, Coronel Domingos Soares e tantas outras cidades. Eram mais de seiscentas pessoas.

Então, percebemos que, de fato, é importantíssimo que o chão da escola a encontre e a Base também ressoe nesses vários rincões do Brasil. Acredito que a senhora destaca isso bem. E estamos tentando, de fato, fazer com que a Base chegue às escolas, nos mais distantes rincões deste País.

Com relação ao que o Senador Lasier Martins colocou, de fato...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ÉLSIO CORÁ – ... sobre a política eficiente, não só no nosso Brasil, mas em todos os países, nós sempre esperamos os bons resultados. E a atual equipe diretiva do MEC, principalmente através do nosso Secretário de Educação Básica, o Manuel Palácios, tem colocado, desde o início, a questão da Base Nacional Comum, a questão da alfabetização e a questão de uma Política de Formação de Professores que seja, de fato, pertinente e atuante naquilo que a sociedade, no todo, espera.

E percebemos, por meio dessas reuniões que esta Casa promove, juntamente com todas as organizações aqui presentes, a importância do debate com relação à educação, mas, principalmente, com relação à Base Nacional Comum, que encontra ressonância não somente nessas instituições aqui reunidas, mas encontra ressonância e muita empatia com os professores, com as Secretarias Estaduais e Municipais, na sociedade no todo.

Então, sabemos que há pontos a serem melhorados e, com certeza, eles já foram levantados. Existem outros ainda, que poderíamos citar. Ouvimos Senadores dizendo: "Ah, vamos padronizar." Não, não é isso que esperamos da Base. A Base será um documento de referência.

De fato, além de ser um documento de referência, nós ficamos muito contentes com o trabalho que foi feito pelos especialistas. Esses especialistas construíram esse texto preliminar. Mas ele é um texto preliminar e é necessário aí sim aquilo que o Lasier destacou, bem como demais Senadores, a Regina e o Fernando, e os aqui presentes, a comunidade em geral: de fato é necessário que toda a sociedade conheça o texto, se cadastre e faça as suas sugestões.

Eu acredito que aí sim nós teremos a educação que nós tanto almejamos e que às vezes se mostra tão distante daquilo que nós preconizamos, em termos de políticas públicas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Élsio.

Eu queria, antes de encerrar, fazer uma observação, sobretudo em relação à manifestação do Senador Lasier Martins.

Ele falou com o coração, falou com sentimento muito forte das decepções e frustrações que vem vivenciando, sobretudo neste ano tão conturbado, tão traumático para a sociedade brasileira, que acumula também as suas frustrações e as suas decepções. Mas o que me tocou foi quando ele se referiu à questão da valorização do professor e lembrou a ida de um jornalista do *Zero Hora* à Coreia.

E eu me lembro que, na Coreia, o vestibular mais disputado é para o magistério, mais do que para medicina, mais do que para as engenharias. Isso tem a ver com o que a Kátia falou, com o reconhecimento social de que o professor é um profissional importante para a transformação e a construção de uma sociedade mais igual, mais justa, mais fraterna e mais solidária.

E aqui, no Brasil, percebemos que temos quase duzentas mil vagas em aberto para os ensinos de matemática, física e química. Nós estamos tendo um apagão de professores. Os jovens não se estimulam a fazer o curso de magistério; e não se estimulam porque os professores são muito mal remunerados. Essa é a primeira grande realidade. Depois, os professores não são reconhecidos socialmente, os professores são ameaçados dentro da sala de aula. Os pais não reconhecem o papel do professor na formação dos seus filhos.

Essa é a triste realidade da sociedade brasileira. Por isso, eu acho que nós temos de nos animar, Lasier Martins, com essa oportunidade. Desde 1988 – e eu fui Constituinte em 88 –, que nós sonhávamos com a possibilidade de construirmos essa Base Curricular Comum. Ela chegou. Chegou em um momento complicado, mas chegou. E acho que temos de aproveitar este momento e não desperdiçar essa oportunidade.

Eu mesmo apresentei aqui uma Proposta de Emenda à Constituição, a PEC 80, que cria a Carreira Nacional do Professor do Ensino Fundamental. Esse profissional não dá para ser pago apenas pelos Municípios brasileiros. Os Municípios brasileiros estão quebrados, os Municípios brasileiros não conseguem nem pagar o piso mínimo para a remuneração do professor.

Eu ontem fui procurado por diversos Senadores. "Fernando, precisamos aqui aprovar um decreto legislativo porque o MEC está anunciando o novo piso para o professor, e as Prefeituras não têm como pagar."

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Essa é a proposta também do Senador Cristovam Buarque. É uma espécie de federalização.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Correto! Mas temos de ter coragem para enfrentar isso. E tem de ser por meio de PEC; não pode ser algo autorizativo, não. Nós vamos viver um novo momento na economia brasileira. O Brasil não vai quebrar. O Brasil é maior do que os problemas que nós estamos enfrentando.Nós vamos vivenciar um outro ciclo de desenvolvimento, de crescimento. E vamos priorizar, como já priorizamos, que os recursos do Pré-sal vão para a educação. Temos de ter dinheiro para pagar melhor os nossos professores, para que eles possam ser valorizados e reconhecidos.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Só primeiro precisamos que volte a ter valor o petróleo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Correto.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O barril está lá embaixo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – É. Mas com US$40, ainda assim, segundo o Ministro de Minas e Energia, remunera e dá para ir buscar esse petróleo lá na área do Pré-Sal.

Então, eu queria me solidarizar e subscrever todo o sentimento de indignação que foi aqui exposto pelo Senador Lasier Martins.

Eu vou oferecer a oportunidade para que a Senadora Fátima Bezerra possa se pronunciar.

Mas eu queria me dirigir finalmente à minha amiga Alice Ribeiro, que, de certa forma, foi a grande incentivadora e estimuladora desta Audiência Pública. Dizia ela que o Senador Romário, que teve de se ausentar, mas que é o Presidente desta Comissão, já concordou comigo, já me estimulou e já apoiou, e nós vamos colocar esta Comissão de Educação do Senado Federal como uma incentivadora do debate para a construção dessa Base Curricular Comum.

E o primeiro passo que nós vamos dar – vou apresentar e formalizar um requerimento, e creio que o Senador Lasier vai me acompanhar nesse esforço – é convidar o Ministro Aloizio Mercadante para vir aqui, até porque o Ministro, na última visita a esta Comissão de Educação, falou que estava dedicado a este tema. Ele vai, inclusive, fazer uma espécie de entrevista coletiva, uma grande audiência no dia 27 de novembro, se não me engano, para falar sobre a Base Nacional Comum Curricular.

Então, nós vamos sugerir a ele que possa vir ou em dezembro, ou em fevereiro, para trazer as primeiras contribuições, as primeiras análises, as primeiras sistematizações de todo esse processo de consulta pública que estamos vivenciando.

Nós vamos realizar, na Comissão de Educação – falo isto com autorização do Senador Romário –, três audiências sobre esse tema fora de Brasília. Estou sugerindo uma no Rio Grande do Sul, uma no Rio de Janeira e uma em Pernambuco, para que possamos abranger o Sul, o Sudeste e o Nordeste. Vamos procurar fazer isso entre março e abril, prazo em que se encerram todas as contribuições, todos os debates, porque, a partir de maio, o MEC vai vivenciar a fase de sistematização do documento final.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Fernando Bezerra, fico muito satisfeito por V. Exª incluir o Rio Grande do Sul, porque, nos anos 70, Rio Grande do Sul era o primeiro Estado brasileiro em educação. Hoje, está em oitavo lugar. Estamos precisando de uma sacudida na educação do Rio Grande do Sul – do Brasil, mas particularmente do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Com certeza.

Quero informar à Alice que, na próxima reunião da nossa Comissão, esse requerimento será formalizado. Acredito que deveremos deliberar pela sua aprovação, como é o desejo do nosso Presidente, o Senador Romário.

Na sequência, para encerrar, ouviremos as contribuições da Senadora Fátima Bezerra, que é uma grande interessada no tema da educação, é educadora, é uma guerreira, uma lutadora. Portanto, vou dar a ela a oportunidade de também dirigir algumas palavras antes de encerrarmos esta audiência pública.

Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Fernando Bezerra, quero cumprimentá-lo e parabenizá-lo pela iniciativa.

Cumprimento também os nossos convidados: Katia, Diretora do Grupo Mathema; Élsio, do MEC; Alice, do Movimento da Base Nacional Comum; e Anna Helena.

Saúdo também os colegas Senadores e os demais presentes.

O tema é extremamente relevante. Em boa hora, V. Exª apresenta esta sugestão de promover o debate, até porque a Comissão de Educação do Senado não pode jamais deixar de participar – e participar intensamente, como é o seu desejo – de um tema tão relevante como esse. É relevante porque falar da Base Nacional Comum Curricular significa dialogar com uma modalidade da educação básica muito expressiva.

Vocês, especialistas, sabem melhor do que eu da expectativa que há de que esse debate contribua para que possamos superar as dificuldades pelas quais passa – não é de hoje –, por exemplo, a modalidade do ensino médio no Brasil. Vocês sabem que não é de hoje.

Dói muito ver, por exemplo, a Rede Federal de Educação Profissional no Brasil ser disputada como o é. E por que isso? Exatamente pela qualidade que essa rede apresenta.

No Rio Grande do Norte, nesses 12 anos, assim como em Pernambuco e nos demais Estados da Federação, sem dúvida nenhuma, houve um crescimento extraordinário nas matrículas da educação profissional, graças às políticas do governo Lula e do Governo da Presidenta Dilma. É inegável isso. No Rio Grande do Norte havia duas escolas: uma em Natal e outra em Mossoró. Nós hoje contamos com 21 novas escolas técnicas. Mas é dramático ver ainda a quantidade de jovens que está fora da escola porque não há vaga suficiente.

Em Mossoró, para se ter uma ideia, Élsio, a disputa é de sete para um. Isso não é diferente nos outros Estados, mas estou dando esse exemplo para fazer uma reflexão. Por que há uma corrida enorme à Rede Federal de Educação Profissional? E por que, infelizmente, quando se chega às redes estaduais, há inclusive escolas fechando pela falta de alunos? É verdade ou não o que eu estou dizendo? Alguém pode dizer: mas o que isso tem a ver com a Base Nacional Comum Curricular?

É claro que tem tudo a ver, porque nós esperamos que contribua, de fato, para que, na parte curricular, haja um currículo atrativo, um currículo que prepare o aluno não só para o mercado de trabalho, não, mas também para a vida. Eu sou daquelas, Alice, que acham que a melhor cartilha no campo da educação é a cartilha que combina formação geral com ensino profissionalizante. Estou me referindo exatamente à questão do tema do ensino médio.

Então, quero só saudar.

Peço desculpas a vocês porque não pude estar aqui desde o início, mas estamos acompanhando, Senador Fernando Bezerra, até porque, neste ano, nós realizamos aqui um ciclo de debates temáticos sobre o PNE e sobre o Fundeb, que é outro desafio. Todos os projetos sobre o Fundeb que tramitam nesta Casa estão sob a minha responsabilidade, inclusive um de V. Exª, e nós temos que pensar bem. Isso não é uma política qualquer, não é um fundo qualquer. O Fundeb é uma das políticas de caráter mais estruturante, mais importante, por quê? Porque diz respeito a uma das maiores modalidades da educação, que é a educação básica, pelo alcance que tem.

Então, vamos, junto com o Senador Fernando Bezerra, contribuir com esse debate.

Por fim, quero dizer que não estive antes aqui, porque estava também tratando de educação. Na verdade, hoje é mais um dia de mobilização em defesa da agenda da educação. Estavam aqui cerca de 500 professores e funcionários que vieram de todos os Estados da Federação, inclusive de Pernambuco e todos os Estados do Nordeste – viu, Regina? Eles estão aqui, é claro, mais uma vez, para conclamar o Congresso Nacional, o Senado e a Câmara a se envolverem na agenda que consideram prioritária para a luta em defesa da educação. Eles querem que os Senadores tomem partido, tomem partido, por exemplo, pelo cumprimento da lei do piso; tomem partido, por exemplo, para não deixar mexer no critério de reajuste do piso; tomem partido, por exemplo, contra a terceirização, contra a Lei da Mordaça, e por aí vai, Senador Fernando Bezerra.

Então, nossos cumprimentos a você. Estaremos junto com você também e com os demais Senadores nesse debate, que é muito importante.

Quero dizer que o caminho é este, Élsio: o caminho é ouvir a sociedade, promover o diálogo, etc., para que tenhamos, ao final, uma proposta a ser encaminhada ao Congresso Nacional que reflita sobre os anseios da sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Senadora Fátima Bezerra.

Antes de encerrar, convoco para, amanhã, dia 12 de novembro, às 10h30min, reunião extraordinária destinada à votação das emendas desta Comissão ao Projeto de Lei nº 6, de 2015, do Congresso Nacional, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016/2019.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 8 minutos.)

ATA DA 66ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2015.

Às dez horas e cinquenta e sete minutos do dia doze de novembro de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, **sob a Presidência do Senhor Senador Cristovam Buarque**, e com a presença dos Senhores Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Simone Tebet, Otto Alencar, Dário Berger, Antonio Anastasia, Lídice da Mata, Romário, Blairo Maggi, Eduardo Amorim, Douglas Cintra, Regina Sousa, Ana Amélia, Hélio José e Fernando Bezerra Coelho reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer, os Senhores Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Paulo Paim, Wilder Morais, Gladson Cameli, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Jader Barbalho, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Alvaro Dias, Dalirio Beber e Roberto Rocha. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. Prosseguindo, a Presidência informa que o objetivo da reunião é o de discutir e aprovar as emendas da Comissão de Educação, Cultura e Esporte ao Plano Plurianual - PPA 2016-2019.

Neste momento, o Senhor Presidente em exercício, Senador Cristovam Buarque, passa a palavra ao Senador Douglas Cintra, relator das Emendas ao PPA 2016-2019 nesta Comissão, para proferir seu relatório. Prosseguindo, a Comissão analisa e aprova as seguintes emendas ao **Plano Plurianual - PPA 2016-2019**: **Emendas à despesa: Emenda nº 1 – Educação** - **Universalização da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade**, apresentada pelo Senador Romário. **Emenda n.º 2 – Cultura - Fomentar 8 (oito) mil Pontos de Cultura, em consonância com a Política Nacional Cultura Viva**, apresentada pelos Senadores Lídice da Mata, Cristovam Buarque, Randolfe Rodrigues e Wilder Morais. **Emenda n.º 3 – Esporte - Implantação de 500 (quinhentos) Centros de Iniciação ao Esporte**, apresentada pelos Senadores Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues e Wilder Morais.

Emendas ao Texto: Emenda n.º 4 – **Educação – Artigo 14 Parágrafo único Inciso II - Modifica o art. 14 do projeto do PPA para ampliar os mecanismos de transparência e controle do Congresso Nacional sobre a implementação do Plano Plurianual**, apresentada pelo Senador Cristovam Buarque. Finda a discussão e votação das Emendas da Comissão ao Plano Plurianual - PPA 2016-2019, a presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente em exercício, Senador Cristovam Buarque**, encerra a reunião às onze horas e um minuto, determinando que eu, **Willy da Cruz Moura**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
Presidente em exercício da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Bom dia a cada uma e a cada um.

Havendo número regimental, declaro aberta a 66ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas desta Comissão ao PLN 6/2015, do Congresso Nacional, que institui o Plano Plurianual da União para o período 2016-2019, que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Concedo a palavra ao Senador Douglas Cintra, para proferir o relatório.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Sr. Presidente, o parecer preliminar ao projeto do Plano Plurianual para 2016 a 2019, aprovado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), estabeleceu que cada comissão permanente pode apresentar até três emendas à despesa, assim consideradas aquelas que incluam novas iniciativas ou metas ou que ampliam as já contidas no projeto.

O referido parecer preliminar não estabeleceu limites às emendas ao texto.

No prazo estabelecido por esta Comissão, foram oferecidas 82 propostas de emendas ao PPA 2016-2019, sendo uma de texto e 81 à despesa.

A proposta de emenda ao texto, de iniciativa do Senador Cristovam Buarque, modifica o art. 14 do projeto do PPA, para ampliar os mecanismos de transparência e controle no Congresso Nacional sobre a implementação do Plano Plurianual.

Não resta dúvida de que essa proposição irá contribuir para que o Poder Legislativo desempenhe melhor seu papel, e, por essa razão, ela recebe nosso apoio.

Em relação às três emendas à despesa, decidimos apoiar uma para a educação, uma para a cultura e uma para o esporte.

A primeira é a universalização da educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade, proposta do Senador Romário.

Essa emenda tem por finalidade fazer com que o PPA contenha dispositivo que reflita meta já constante no Plano Nacional da Educação. Exatamente por isso, Presidente, nós a escolhemos.

A segunda é fomentar oito mil pontos de cultura em consonância com a Política Nacional de Cultura Viva, proposta pelos Senadores Lídice da Mata, Cristovam Buarque, Randolfe Rodrigues e Wilder Morais, com o objetivo de ampliar o acesso da população aos meios de produção, circulação e fruição cultural.

A terceira é a implantação de 500 centros de iniciação ao esporte, sugestão dos Senadores Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues e Wilder Moraes.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte delibere pela apresentação de quatro emendas ao Projeto de Lei nº 6, de 2015, sendo uma de texto e três de despesas, todas mencionadas anteriormente no relatório.

É o nosso relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Agradeço ao Senador Douglas.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação as emendas.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As emendas estão aprovadas. A matéria segue para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.Ao encerrar, convoco para a próxima terça-feira, dia 17 de novembro, em caráter excepcional, às 11h30, reunião extraordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. Agradeço a todos os presentes.

(Iniciada às 10 horas e 57 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas.)

ATA DA 67ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 2015.

Às onze horas e trinta e quatro minutos do dia dezessete de novembro de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Romário**, e com a presença dos Senhores Senadores Fátima Bezerra, Cristovam Buarque, Sandra Braga, Alvaro Dias, Romário, Douglas Cintra, Hélio José e Ronaldo Caiado reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Comunico o recebimento do seguinte expediente: Ofício nº 172/2015 – SF, da Presidência do Senado Federal, o qual encaminha cópia do Ofício nº 259, de 2015, GM/MEC, do Ministro de Estado da Educação Aloizio Mercadante, em resposta ao Requerimento de Informação nº 895, de 2015, de iniciativa desta Comissão, relativo ao Programa Institucional de Iniciação à Docência. O expediente encontra-se à disposição na Secretaria desta Comissão aos Senadores que desejarem acesso ao seu conteúdo. Por falta de quórum, é encerrada a reunião. Ficam adiados os itens de 1 a 13. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Romário**, encerra a reunião às onze horas e trinta e quatro minutos, determinando que eu, **Willy da Cruz Moura**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR ROMÁRIO
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Bom dia!

Comunico às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento do seguinte expediente: Ofício nº 172/2015 – SF, da Presidência do Senado Federal, o qual encaminha cópia do Ofício nº 259, de 2015, GM/MEC, do Ministro de Estado da Educação Aloizio Mercadante, em resposta ao Requerimento de Informação nº 895, de 2015, de iniciativa desta Comissão, relativo ao Programa Institucional de Iniciação à Docência.

O expediente encontra-se à disposição na Secretaria desta Comissão aos Senadores que desejarem acesso ao seu conteúdo.

Convoco, para a próxima terça-feira, dia 24 de novembro, em caráter excepcional, às 11h30, reunião extraordinária desta Comissão destinada à deliberação de projetos.

Por falta de quórum, encerraremos esta reunião.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada.

Bom dia para todos.

(Iniciada às 11 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 35 minutos.)

ATA DA 68ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2015.

Às onze horas e quarenta minutos do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Romário**, e com a presença dos Senhores Senadores Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Paulo Paim, Simone Tebet, Sandra Braga, Dario Berger, Ricardo Franco, José Agripino, Dalírio Beber, Lídice da Mata, Eduardo Amorim, Douglas Cintra, Regina Sousa, Walter Pinheiro, Telmário Mota, Lindbergh Farias, Ana Amélia, Raimundo Lira, Hélio José, Marta Suplicy, Antonio Carlos Valadares reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. É dispensada a leitura das atas e aprovam-se as atas das reuniões anteriores. Comunica-se o recebimento do Ofício Circular nº 19, de 2015-GM, MinC, do Ministério da Cultura, Juca Ferreira, com convite aos membros deste colegiado para participar do evento Emergências, Encontro Global de Cultura, Ativismo e Política, o qual ocorrerá no período de 7 a 13 de dezembro na cidade do Rio de Janeiro. Em seguida, a Presidência passa à deliberação dos itens. **Item 1) SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, de 2015 – Não terminativo.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para dispor sobre a identificação, o cadastramento e o atendimento dos alunos com altas habilidades ou superdotação na educação básica e superior. Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Substitutivo; contrário à redação dada ao art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, inserida no art. 2º do SCD; pela substituição, na ementa, da expressão "- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional" pela descrição ", que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional"; e pela supressão da expressão "Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional" no caput do art. 2º do SCD. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Substitutivo; contrário à redação dada ao art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, inserida no art. 2º do SCD; pela substituição, na ementa, da expressão "- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional" pela descrição ", que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional"; e pela supressão da expressão "Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional" no caput do art. 2º do SCD. **Item 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 109, de 2014 – Não terminativo.** Modifica o art. 28 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para dispor sobre a dispensa por justa causa do atleta e a cláusula indenizatória desportiva a ela referente. Autoria: Senador Alfredo Nascimento. Relatoria: Senador Dário Berger. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CE e 2-CE. **Item 9) TRAMITAÇÃO CONJUNTA: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, de 2014 – Terminativo**. Inscreve o nome de Francisco José do Nascimento no Livro dos Heróis da Pátria. Autoria: Senador José Pimentel. **TRAMITA EM CONJUNTO: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 187, de 2014 – Terminativo.** Inscreve o nome de Francisco José do Nascimento, conhecido como Dragão do Mar, no Livro dos Heróis da Pátria. Autoria: Senador Inácio Arruda. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2014, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2014, e de uma emenda que apresenta. Resultado: Lido o Relatório. **Item 4) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, de 2015 - Não terminativo.** Altera a redação do parágrafo único do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a divulgação dos resultados dos processos seletivos de acesso a cursos superiores de graduação. Autoria: Deputado Diego Andrade. Relatoria: Senadora Sandra Braga. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Item 14) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, de 2015 - Não terminativo.** Denomina o trecho da BR-158, entre a cidade de Santa Maria e a cidade de Rosário do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, como Rodovia Dr. Mário Ortiz de Vasconcellos. Autoria: Deputado Paulo Pimenta. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Item 16) TRAMITAÇÃO CONJUNTA: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 438, de 2012 - Não terminativo.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a prevenção à violência nos estabelecimentos de ensino. **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares. **TRAMITA EM CONJUNTO: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 251, de 2014 - Não Terminativo.** Cria o Programa de Prevenção da Violência na Rede Educacional Brasileira. Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatório: Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 438, de 2012, com uma emenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2014. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 438, de 2012, com a Emenda nº 1-CE, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2014. **Item 10) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, de 2015 - Não terminativo.** Declara Dom Helder Câmara Patrono Brasileiro dos Direitos Humanos. Autoria: Deputado Arnaldo Jordy. Relatoria: Senador Douglas Cintra. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Item**

17) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, de 2014 - Não terminativo. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de instrumentador cirúrgico. **Autoria:** Deputado George Hilton. Relatoria: Senadora Marta Suplicy. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **Item 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, de 2015 – Terminativo.** Altera a Lei nº 10.292, de 27 de setembro de 2001, que denomina Rodovia Governador Mário Covas a BR-101, para atribuir nova denominação ao trecho da rodovia situado no Estado de Santa Catarina. Autoria: Senador Dário Berger. Relatoria: Senador Dalirio Beber. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-CE), que será submetido a Turno Suplementar. **Item 6) Projeto de Lei do Senado nº 353, de 2015 – Terminativo.** Dispõe sobre a denominação do Campus Joinville da Universidade Federal de Santa Catarina. Autoria: Senador Paulo Bauer. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. **Item 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 417, de 2013 – Terminativo.** Institui o Dia Nacional de Combate à Tortura. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. **Item 8) Projeto de Lei do Senado nº 515, de 2015 – Terminativo.** Institui o Ano de 2016 como o Ano do Empoderamento da Mulher na Política e no Esporte. Autoria: Senadora Fátima Bezerra, Romário e Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senador Hélio José. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. **Item 13) Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2012 – Terminativo.** Institui o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos expedidos por universidades estrangeiras. Autoria: Senador Paulo Davim. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. Resultado: Aprovados o Projeto e a Emenda nº 1-CE. **Item 2) Projeto de Lei do Senado nº 682, de 2015 – Terminativo.** Institui o Dia Nacional de Luta Contra a Ela - Esclerose Lateral Amiotrófica. Autoria: Senador Romário. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. **Item 12) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 113, de 2012 – Terminativo.** Confere ao Município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro, o título de Capital Nacional dos Cosméticos. Autoria: Deputado Nelson Bornier. Relatoria: Senador Lindbergh Farias. Relatório: pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. **Item 18) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 133, de 2015 - Não terminativo. R**equeremos, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Permanente, composta de 7 (sete) membros titulares e igual número de suplentes, destinada a discutir e propor alternativas para o financiamento da educação básica no Brasil. Autoria: Senadora Fátima Bezerra. Resultado: Aprovado. **Item 20) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 139, de 2015 - Não terminativo.** Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 115/2015-CE, a inclusão do Sr. Wilson Matos, Reitor da Unicesumar, para participar, como expositor, de Audiência Pública desta Comissão destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2014, que "altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei n° 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação, para instituir a escola de tempo integral no ensino fundamental". Autoria: Senador Romário. Resultado: Aprovado. **Item 21) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 140, de 2015 - Não terminativo.** Requeiro, nos termos regimentais, que seja incluído para participar de Audiência Pública com a finalidade de debater a respeito "dos povos ciganos no Brasil" um representante do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. **Ficam adiados: Item 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 657, de 2015; Item 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 488, de 2015; Item 19) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 138, de 2015.** Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Romário**, encerra a reunião às treze horas e treze minutos, determinando que eu, **Willy da Cruz Moura**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR ROMÁRIO
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Bom dia a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 68ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e da aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento do Ofício Circular nº 19, de 2015-GM, MinC, do Ministério da Cultura, Juca Ferreira, com convite ao membros desse colegiado para participar do evento Emergências, Encontro Global de Cultura, Ativismo e Política, o qual ocorrerá no período de 7 a 13 de dezembro na cidade do Rio de Janeiro.

O expediente encontra-se à disposição na Secretaria desta comissão aos Senadores que desejarem acesso ao seu conteúdo. Informo que a presente reunião destina-se à deliberação dos itens nºs 1 a 20.

Item 1:

ITEM 1
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para dispor sobre a identificação, o cadastramento e o atendimento dos alunos com altas habilidades ou superdotação na educação básica e superior.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Favorável ao Substitutivo; contrário à redação dada ao art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, inserida no art. 2º do SCD; pela substituição, na ementa, da expressão "- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional" pela descrição ", que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional"; e pela supressão da expressão "Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional" no caput do art. 2º do SCD.
Observações:

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para proferir o relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem revisão do orador.) – Cumprimento o Senador Crivella, que é o autor dessa proposta. Na verdade, a gente fez pequenas correções, que não mexem em nada no conteúdo. Então, o mérito, sem sombra de dúvida, e prezo muito isso, é do autor, Senador Crivella. Por isso, eu vou ler somente análise.

De acordo com o art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, cumpre a essa comissão opinar sobre proposições que tratem, entre outros assuntos, de diretrizes e bases da educação nacional. Dessa forma, a presente manifestação respeita a competência regimentalmente atribuída a esse colegiado.

Consoante ao disposto no art. 22, XXIV, da nossa Constituição, a iniciativa para legislar sobre diretrizes e base da educação nacional e privada da União. Além disso, os autores das matérias que deram origem ao SCD estão devidamente legitimadas a apresentá-las com fundamento no art. 61, também da Constituição, que trata da competência legislativa.

Ademais a matéria foi apresentada sobre a espécie legislativa adequada e tem potencial para inovar o ordenamento vigente e com eles se harmonizar. Assim, no que tange à constitucionalidade e juridicidade não há qualquer óbices a regular a tramitação do projeto. No que respeita ao mérito, a proposição é relevante por imprimir maior visibilidade no âmbito da LDB ao segmento da população escolar constituído por estudantes com HSD.

O pleno desenvolvimento do potencial desses estudantes, que, em muitos países são conhecidos como talentosos, é visto como estratégico para o próprio desenvolvimento nacional, ante contribuições potenciais para engrandecimentos local os mais diversos campos das artes, passando pelo esporte, a ciência e assim vai. Em termos numéricos, de acordo com as estimativas de organismos internacionais na área de educação, o segmento composto por pessoas com AH/SD alcançou, aproximadamente, 5% da população.

No caso do Brasil, considerada a população escolar de cerca de 50 milhões de estudantes, teríamos 2,5 milhões de estudantes com essa condição, um patrimônio latente, expressivo em capital intelectual. Contudo, nossos censos escolares não conseguem detectar a presença desses estudantes no sistema educacional e evidenciar, assim, não a sua existência, mas a sua invisibilidade, o que traz prejuízos para o seu atendimento e para o futuro do País. A par disso, as medidas vinculadas pelo proposição sob exame, do nobre Senador Crivella, se mostram oportunas.

De certo, elas se prestarão à propiciar ações concretas de identificação de alunos com AH/SD e seu atendimento, reforçando, assim, as disposições dos arts. 58 e 59 da LDB, dedicados à educação especial como um todo. Nesse sentido, merece destaque, na proposição, o cadastro nacional concebido pelo ilustre Senador

Marcelo Crivella. Em futuro próximo, esperamos o surgimento, em nosso País, de centros especializados no atendimento de superdotados, como os existentes em Israel. Desse modo, o cadastro ora em discussão poderá viabilizar a mobilidade e o intercâmbio de talentos em todo o Território nacional.

De outra sorte, não podemos deixar de louvar as preocupações que moveram o Deputado Eduardo Barbosa, ao tentar trazer à LDB, simultaneamente, flexibilidade e coercitividade, com o intuito de ampliar a efetividade das ações de atendimento aos estudantes com AH/SD. Contudo, cumpre destacar que as medidas propostas pelo ilustre Parlamentar deveriam ter sido submetidas a exame mais judicioso.

A esse respeito, é forçoso apontar que a classificação das crianças na primeira série do ensino fundamental, que o projeto admite e que hoje é vedada, tem dupla possibilidade. Decerto, a primeira é a de que crianças pequenas com AH/SD, devidamente identificadas ou diagnosticadas, possam ser classificadas na 1ª série do ensino fundamental, o que constituiu o propósito do Deputado e é positivo. Na outra ponta, há o viés negativo da classificação, impeditivo ao ingresso da criança no ensino fundamental.

Da mesma forma, a admissão da progressão parcial, independentemente de previsão no regimento do estabelecimento de ensino, conforme propõe o SCD, não garante a universalização desse instituto. Ao contrário. Ao retirar a flexibilidade de previsão nos regimentos escolares, se a legislação dos sistemas de ensino for contrária à progressão parcial, os direitos de estudantes com AH/SD serão ainda mais restringidos em relação ao avanço em matérias específicas. Dessa maneira, fizemos pequenas mudanças mais importantes.

No tocante à inserção dos estudantes com AH/SD para fazer jus a ações excepcionais que foram concebidas pelo legislador para atender outro tipo de clientela, a proposição cria uma confusão metodológica e conceitual que foge ao espírito da LDB. A "aceleração" nos estudos foi pensada para os estudantes com problemas de aprendizagem e, especialmente, de atraso escolar. Para os alunos adiantados, e aqui entram aqueles ditos ou diagnosticados com AH/SD, o legislador cunhou o termo "avanço". A LDB contempla as duas situações em dispositivos diferentes. Misturá-las não traz qualquer garantia de efetividade, mas pode tornar a lei redundante e confusa.

Por tudo isso, parece-nos que o único dispositivo de alteração do art. 24 que tem mérito é o que afeta a possibilidade de classificação na 1ª série do ensino fundamental. Entretanto, sua redação deveria ter feito uma ressalva para contemplar apenas o aspecto positivo do acesso para as crianças com AH/SD, sem qualquer tipo de prejuízo às outras crianças. Devido à forma com que foi elaborada essa mudança no art. 24 da LDB, aconselha-se a sua reapresentação por meio de uma nova proposição, uma vez que o RISF não permite o desdobramento de dispositivo.

Ainda no que concerne à técnica legislativa empregada na elaboração do SCD, cumpre lembrar que se encontra parcialmente em vigor a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, cuja ementa "fixa as diretrizes e bases da educação nacional", motivo pelo qual também é conhecida como LDB. Por essa razão, para que a ementa do SCD reflita corretamente a referência à Lei nº 9.394, de 1996, sugerimos que essa norma seja ali descrita na forma em que foi sancionada, como a lei que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional".

Na mesma linha, cabe alertar para a menção ao objeto da lei que está sendo alterada na ementa do projeto, como sói ocorrer com todas as proposições. Desse modo, com apoio também na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que trata da elaboração das leis, julgamos desnecessária a repetição da descrição da norma no *caput* do art. 2º do projeto. Em razão disso, sugerimos a supressão desse texto, sem qualquer prejuízo, como eu dizia na abertura, para o mérito da grande iniciativa do nobre Senador Marcelo Crivella.

Assim, o voto é pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 17, de 2015 (ao Projeto de Lei do Senado nº 254, de 2011), rejeitando-se a redação dada ao art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, inserida no art. 2º do SCD; substituindo-se, na ementa do SCD, a expressão "Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional" pela descrição "que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional"; e suprimindo-se, no *caput* do art. 2º do SCD, a expressão "Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional".

Sr. Presidente, com essa rápida explicação técnica no campo da legislação, nós votamos pela aprovação do projeto do Senador Crivella, com o intuito de que ele vá rapidamente à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira mais discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao substitutivo da Câmara dos Deputados, com adequações redacionais em contrário à alteração do art. 24 da Lei nº 9.394, de 1996, proposta pelo art. 2º do SCD.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Peço a V. Exª a palavra apenas para agradecer a V. Exª, por ter pautado o projeto, e ao meu colega Paim, pelo relatório.

E gostaria de lembrar aqui uma história muito interessante que é a história do Gauss, considerado o maior matemático da história. Esse menino era filho de um jardineiro muito pobre e, com 8 anos, foi para a escola. E o professor deu a eles uma tarefa que era somar de 1 a 1000, para as crianças passarem o dia ali atarefados. Em cinco minutos, Gauss apresentou a resposta porque aquele menino descobriu que, somando 1 mais 1000, dava 1001; 2 mais 999, dava 1001; 3 mais 998, dava 1001. Então, ele pensou: "É simplesmente eu dividir pela metade e multiplicar por 1001, e está resolvido." O professor ficou assombrado: "Esse menino precisa de uma bolsa!" Deram uma bolsa para ele, e ele foi o precursor de toda a teoria de permutação, de combinação, de arranjo, que hoje rege os números dos telefones, as placas de carro, e que garante que a gente não repita números nessas tantas coisas que fazemos na vida – inclusive na programação dos computadores.

O Brasil tem 2,5 milhões de crianças que, seguramente, são superdotadas. E nós temos também uma grande violência no nosso País por parte dos adolescentes. A gente vê o seguinte: muito desses meninos que hoje estão na violência são o quê? Eles são grandes escritores, artistas, jogadores de futebol, eles são matemáticos, eles químicos, eles são pessoas superdotadas que não conseguem, por falta de oportunidade, e também por falta de uma política nossa para identificá-los, transbordar – vamos dizer assim – o seu talento, a sua aptidão. E aí acabam frustrados fazendo, na violência, o seu modo de viver. Isso são coisas que ocorrem. Quer dizer, um grande potencial que o sujeito tem acaba indo, Paim, para o crime. Se você ver, há muitos criminosos envolvidos nos comandos aí que são pessoas inteligentíssimas, mas que, infelizmente, nós não soubemos aproveitar os seus talentos, e descambaram para a violência.

Então, eu quero agradecer muito ao Senador Paim e ao Senador Romário por ter pautado. E faço votos que a Presidente não vete, sancione e que o Ministério da Educação possa, realmente, correr atrás desses nossos gênios. Quem sabe, aí, está a cura do câncer? Quem sabe, aí, está um melhor aproveitamento da biodiversidade brasileira? Olhem, a grande riqueza no mundo não é mais o petróleo; a grande riqueza do futuro é a biodiversidade; e o Brasil é o campeão da biodiversidade; e nós conhecemos muito pouco da nossa biodiversidade. Nós precisamos de gênios, e os gênios estão aí. Vamos descobri-los!

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Senador Dário.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Eu queria fazer uma solicitação a V. Exª: em função de compromisso inadiável que tenho, queria solicitar a possibilidade de inversão de pauta do item 15 para logo em seguida. Caso contrário, se essa possibilidade não existir, eu vou pedir para V. Exª sobrestar porque, infelizmente, não vou poder relatar o projeto que é de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Será feito.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Obrigado.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente, apenas para discutir o projeto e dar aqui o meu testemunho, Senador Crivella, Senador Paim e demais colegas Senadores.

Senador Crivella, o senhor tem toda a razão: cerca de 10% das nossas crianças têm algum tipo de hiperatividade, de dislexia. Ou seja, elas não conseguem ler e se concentrar como nós lemos e como nós nos concentramos. Isso é provado. Como é que eu aprendi isso? Não só pela Medicina, mas também aprendi em casa: crianças extremamente carinhosas e que não conseguem se concentrar, como normalmente nós nos concentramos, às vezes por excesso de produção de neurotransmissores em algumas áreas do cérebro, outras vezes pela falta de produção em outras áreas do cérebro.

Portanto, ela tem que ter uma atenção especial.

Infelizmente, as nossas escolas, nem as públicas nem as particulares, estão preparadas para fazer esse enfrentamento. Ou seja, para compreender, para ler, para diagnosticar e para dar oportunidade a essas crianças.

Parabenizo o autor e o relator deste projeto, que dá oportunidade aos diferentes. Assim, eles buscam a igualdade. Dou aqui o meu testemunho e parabenizo mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

Item 15:

ITEM 15
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 109, de 2014
- Não terminativo -

Modifica o art. 28 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para dispor sobre a dispensa por justa causa do atleta e a cláusula indenizatória desportiva a ela referente.

Autoria: Senador Alfredo Nascimento
Relatoria: Senador Dário Berger
Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.
Observações:
1- Em 17/06/2015, foi realizada Audiência Pública para instrução da matéria.
2- A matéria constou da pauta das Reuniões de 10/11/2015 e 17/11/2015.
3- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Dário Berger, para proferir o relatório.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Peço licença aos Srs. Senadores para ir diretamente à análise, uma vez que esta tema já foi de certa forma discutido nesta Comissão.

Nos termos do art. 102, I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar acerca das proposições que versem sobre normas gerais sobre desportos, tema afeto ao PLS nº 109, de 2014.

A proposição visa a alterar o art. 28 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, a Lei Pelé, para reintroduzir no ordenamento legal a possibilidade da demissão motivada do atleta profissional. Como é observado na justificação da proposição, o tema estava previsto, anteriormente, na Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976, que foi integralmente revogada quando da edição da Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011. Desde então, os tribunais do País vêm utilizando, subsidiariamente, a Consolidação das Leis do Trabalho para tratar do tema da demissão por justa causa do atleta profissional.

Julgamos correto o entendimento de que é necessário fazer os ajustes e os complementos necessários nas normas em vigor. A proposição sob exame trata desses temas essenciais para o desenvolvimento do desporto profissional e, sobretudo, do futebol no Brasil.

É conhecido o fato de que o contrato desportivo é dotado de natureza especial em razão de diversos aspectos, entre os quais estão aqueles de caráter pessoal, as questões disciplinares e os referentes à imagem do atleta. Especialistas como o jurista Álvaro Melo Filho têm alertado há tempos para a necessidade de uma legislação especial que trate adequadamente dessas especificidades. Temos, atualmente, uma lei consideravelmente abrangente para o esporte profissional, a Lei Pelé, mas isso não a isenta de algumas lacunas.

E o tema abordado na proposição que ora examinamos é um dos mais sensíveis, pois precisa ser tratado na perspectiva da busca do equilíbrio entre a garantia do retorno do investimento dos clubes e a preservação dos direitos dos jogadores, no caso do futebol. Esse equilíbrio é essencial para que os clubes sigam com os necessários investimentos na área esportiva e para que nossos jogadores, em campo, realizem o espetáculo do futebol com a qualidade e a técnica que esperamos ver.

Entendemos ser pertinente o tratamento do tema no principal diploma legal do esporte brasileiro e julgamos adequada a forma escolhida.

É, portanto, em suas linhas gerais, meritório o projeto. Identificamos, no entanto, algumas correções a serem promovidas no texto proposto.

Julgamos necessário, inicialmente, tornar claro que no caso de demissão motivada em que seja estabelecida multa a ser paga pelo atleta, ela deve ser proporcional aos prejuízos causados à entidade esportiva. Dessa forma, evitaremos excessos em uma relação em que o atleta figura como parte vulnerável. Entendemos, também, ser necessário substituir a expressão "eliminação" por "desfiliação" no texto proposto para o §11 do art. 28 da Lei nº 9.615, de 1998. Da mesma forma, é preciso, no mesmo dispositivo, substituir a expressão "entidade de direção desportiva máxima" por "entidade de administração do desporto", para fins de compatibilização com a terminologia adotada nos demais dispositivos da mencionada Lei nº 9.615, de 1998.

No que concerne à constitucionalidade, à juridicidade e à regimentalidade, à exceção das questões apontadas, não identificamos outros reparos a serem feitos na proposição. Exame mais detalhado desses aspectos será realizado pela CAS, que nos sucederá na análise da matéria e se manifestará em caráter terminativo.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 109, de 2014, com as emendas que se seguem.

> Emenda:
> Dê-se à alínea c, que o art. 1º do PLS nº 109, de 2014, acrescenta ao inciso I do art. 28 da Lei nº 9.615, de 1998, a seguinte redação:
> "Art. 28 .....
> I - .....
> .....
> c) pela dispensa motivada do atleta, nos prejuízos que desse fato resultarem à entidade de prática desportiva, caso em que não poderá exceder aquela a que teria direito o atleta em condições idênticas.
> ....." (NR)
> Emenda, da CE:
> Dê-se ao §11, que o art. 1º do PLS nº 109, de 2014, acrescenta ao art. 28 da Lei nº 9.615, de 1998, a seguinte redação:
> "Art. 28 .....
> .....
> §11. Constitui justa causa para a dispensa motivada do atleta – além das arroladas nas alíneas a a l do art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – a desfiliação do atleta imposta pela entidade de administração do desporto nacional ou internacional. (NR)"

Então, na verdade, Sr. Presidente, o senhor que conhece bem essa matéria, aliás, o senhor faz parte daquele percentual, do projeto anterior, de alunos superdotados, porque V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Obrigado.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – ...representa aquilo de mais sublime que existe no futebol brasileiro, sendo que uma Copa do Mundo, pelo menos, a gente deve a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Eu lembro quando o Senador Romário desceu do avião com a bandeira do Brasil nas costas. Aliás a bandeira já tremulava na janela do avião.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Bons tempos.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Bons tempos aqueles, vamos esperar que esses tempos possam voltar.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Volta, se Deus quiser.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Então, como V. Exª conhece essa matéria, nada mais fiz do que consolidar, vamos dizer assim, em lei, os itens já estabelecidos pela Consolidação das Leis do trabalho, além de aplicar que desfiliação do atleta também pode ser um motivo de demissão de justa causa.

Era esse o relatório. Agradeço a V. Exª e submeto à apreciação dos nobres Senadores que compõe essa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação, o relatório.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2, da CE, a matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Parabéns, Senador Dário Berger, um excelente relatório.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Obrigado.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente, também solicito inversão de pauta para o item 9, que é de nossa relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Como não temos quórum ainda, Senador, V. Exª poderá apenas fazer a leitura.

Item 9:

ITEM 9
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, de 2014
- Terminativo -

Inscreve o nome de Francisco José do Nascimento no Livro dos Heróis da Pátria.

Autoria: Senador José Pimentel

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 187, de 2014
- Terminativo -

Inscreve o nome de Francisco José do Nascimento, conhecido como Dragão do Mar, no Livro dos Heróis da Pátria.

Autoria: Senador Inácio Arruda
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatório: Pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2014, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2014, e de uma emenda que apresenta.
Observações:
1- Serão realizadas duas votações nominais: uma para o Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2014, e outra para a emenda.
2- A votação do Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2014, com relatório pela recomendação de declaração de prejudicialidade, será realizada pelo processo simbólico, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 5, de 2015.
3- A matéria constou da pauta da Reunião de 17/11/2015.

Serão realizadas as votações nominais, no caso, quando houver quórum.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Amorim para proferir o relatório.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente, colegas Senadores, na verdade, são dois projetos que tratam do mesmo assunto: o PLS 184 e o PLS 187, de 2014, que inscrevem o nome de Francisco José do Nascimento, conhecido como Dragão do Mar, no Livro dos Heróis da Pátria, de autoria do Senador José Pimentel e do Senador Inácio Arruda, respectivamente.

O objetivo, Sr. Presidente, é inscrever o nome de Francisco José do Nascimento, o Dragão do Mar, no Livro dos Heróis da Pátria.

A aprovação do PLS 184, de 2014, do Senador José Pimentel, e a prejudicialidade do PLS 187, de 2014, do Senador Inácio Arruda, têm razões regimentais. Como manda o art. 260, II, "b", do Regimento Interno do Senado Federal, a proposição mais antiga deve ter precedência sobre as demais. Assim, o relatório é pela aprovação do PLS 184, com a emenda, a fim de constar o nome pelo qual o marinheiro Francisco José do Nascimento ficou conhecido: Dragão do Mar.

Portanto, Sr. Presidente, sendo sucinto, o nosso voto, ante o exposto, é pela aprovação do PLS 184, de 2014, com a emenda a seguir, e pela declaração de prejudicialidade do PLS 187, de 2014.

Emenda:

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2014, a seguinte redação:

"Art. 1º Fica inscrito o nome de Francisco José Nascimento, o *Dragão do Mar*, no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves."

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

A discussão nós faremos na próxima reunião, assim que tivermos quórum.

Item 4:

ITEM 4
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, de 2015
- Não terminativo -

Altera a redação do parágrafo único do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a divulgação dos resultados dos processos seletivos de acesso a cursos superiores de graduação.

Autoria: Deputado Diego Andrade
Relatoria: Senadora Sandra Braga
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:
Em 10/11/2015, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

O Relator *ad hoc* será o Senador Paulo Paim, que substituirá a Relatora, Senadora Sandra Braga, que não se encontra presente.

Concedo a palavra ao Relator *ad hoc*, Senador Paulo Paim, para suas considerações.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, Senador Romário, por indicação de V. Exª, faço a leitura *ad hoc*, em nome da Senadora Sandra Braga, que é a Relatora oficial do projeto.

Vou direto à análise.

O PLC nº 42, de 2015, dispõe sobre educação e instituições educativas, o que o situa no âmbito de competência desta Comissão, nos termos do art. 102 do Regimento Interno.

A proposição encontra-se conforme a Constituição Federal, que atribui à União a competência para legislar privativamente sobre diretrizes e bases da educação nacional. A matéria também se insere adequadamente no ordenamento jurídico, em sintonia com o texto da LDB.

Conforme a redação atual do parágrafo único do art. 44 da lei, são assegurados, aos candidatos aprovados em processos seletivos para acesso ao ensino superior, o conhecimento da relação nominal dos classificados, com a respectiva ordem de classificação e o cronograma das chamadas para matrícula, no termos do edital. Trata-se de dispositivo acrescentado à LDB pela Lei nº 11.331, de 25 de julho de 2006, com vistas a garantir a publicidade dos resultados dos processos seletivos, contribuindo para a transparência dos certames.

O texto legal, no entanto, ao tratar apenas dos candidatos classificados, deixou de fora os demais concorrentes que, mesmo sem lograr classificação nas vagas, têm direito legítimo a obter informações sobre seu desempenho nos exames.

De fato, sob o ponto de vista do interesse público, a divulgação dos dados apenas dos classificados não é suficiente para assegurar a necessária transparência e controle dos processos seletivos. Nessa direção, a proposição em comento visa a obrigar que os resultados sejam disponibilizados a todos os candidatos, embora continuem sendo tornados públicos apenas aqueles obtidos pelos candidatos classificados.

Além do aspecto de transparência, que já salientamos, essas informações são bastante úteis para o candidato não selecionado, uma vez que lhe permitem mensurar suas dificuldades e potencialidades, com vistas à preparação para processos seletivos subsequentes. Sob esse ângulo, a proposição é meritória e merece a acolhida desta Comissão.

Voto. Em virtude do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2015 (Projeto de Lei nº 1.715, de 2011, na Casa de origem).

É o voto, Sr. Presidente, pela aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador, antes de colocar em discussão a matéria, gostaria de consultar algum Senador ou Senadora que queira ainda discutir a matéria.

Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação, o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

O relatório foi aprovado, e passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Senadora Ana Amélia, com a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Se puder inverter a pauta para o item 14, não havendo nenhum compromisso com os demais Senadores, em cinco minutos já apresento o projeto também, como Relator *ad hoc*.

Antes disso, gostaria, em homenagem a seu Estado, registrar que, ontem, tive a honra de representar, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, a Procuradora da Mulher do Senado Federal, Senadora Vanessa Grazziotin, em um importante evento, liderado pela Deputada Marta Rocha, composta uma comissão especial por Deputadas de vários partidos em que o objetivo o empoderamento da mulher no esporte.

Como ano que vem será a Olimpíada e é um evento que, por si só, justifica a relevância que terá, e o esporte tem sido o caminho mais adequado, diria, para inclusão social, para educação, para disciplina, para uma série de valores e virtudes que o esporte tem. Mais do que isso, o esporte também tem trazido para esta Casa muitos ex-atletas, como o caso de V. Exª, do Danrlei, no Rio Grande do Sul, que foi goleiro do Grêmio, e também o nosso querido campeão do judô, Deputado Federal, dois líderes que o esporte projetou no nosso Estado.

Queria, então, dizer que representei a Senadora Vanessa e, como esta é a Comissão de Cultura e Esporte, e V. Exª conhece muito bem o Rio de Janeiro, estavam lá três mulheres de grande força e competência na era do esporte, a Janete Vidor, a Adriana Behar e a Rose do Rio, que acho que V. Exª conhece muito bem.

Queria transmitir essa informação e agradecer a V. Exª e aos colegas pela inversão desta pauta.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Primeiro, quero parabenizá-la pelo evento de ontem, houve muita repercussão, repercussão bem positiva.

Parabéns, Senadora.

Item 14:

ITEM 14
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, de 2015
- Não terminativo -

Denomina o trecho da BR-158, entre a cidade de Santa Maria e a cidade de Rosário do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, como Rodovia Dr. Mário Ortiz de Vasconcellos.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta
Relatoria: Senador Lasier Martins
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:
A matéria constou da pauta das Reuniões de 10/11/2015 e 17/11/2015.

Designo como Relatora *ad hoc* a Senadora Ana Amélia, a quem concedo a palavra para oferecer o seu relatório, por favor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente Romário, V. Exª teve muito cuidado nesta comissão de já não aprovar matérias que não eram da competência do Congresso, pois são do Poder Executivo.

Então, como isso já foi liquidado, neste caso específico, trata-se de uma rodovia federal, mas que está coberta pelo preceito constitucional em relação à constitucionalidade, porque, como diz V. Exª, o PLC 50, de 2015, do Deputado Paulo Pimenta, não se inclui entre os relacionados no §1º do art. 61, da Carta Magna, como sendo de iniciativa privativa do Presidente da República, e está de acordo com os demais preceitos constitucionais.

Este preâmbulo é apenas para dizer que foi muito bem o Deputado Paulo Pimenta ao propor a indicação do nome do engenheiro Dr. Mário Ortiz de Vasconcellos, nascido em Rosário do Sul e que foi o idealizador do trecho da rodovia que liga as cidades gaúchas de Santa Maria, no coração do Estado, a Rosário do Sul.

Com localização estratégica, essa rodovia sinaliza o começo do desenvolvimento nas regiões Centro, Campanha e Fronteira Oeste do Estado do Rio Grande do Sul, e impulsionou muito a economia de toda aquela região.

Assim, é muito justa e meritória a iniciativa de homenagear o ilustre rosariense Dr. Mário Ortiz de Vasconcellos, engenheiro, que por duas vezes foi Prefeito de Rosário de Sul, conferindo o seu nome ao trecho da rodovia que idealizou e que tantos benefícios trouxe ao nosso Estado.

Esta homenagem representa também o reconhecimento do povo gaúcho à trajetória de vida e às realizações de uma de suas mais importantes personalidades, no caso, o Dr. Mário Ortiz de Vasconcellos, que dará nome a esse trecho da BR-158, entre Santa Maria e Rosário do Sul.

É esse o voto, pela aprovação do PLC nº 50, de 2015, de autoria do Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão favorável ao projeto.

A matéria vai a Plenário.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Presidente, o item 2 é de V. Exª e sou o Relator. Se voltar à pauta original, como temos quórum, podíamos aprovar o seu projeto. Eu sei que V. Exª dá preferência ao dos outros, mas estou advogando em nome de V. Exª. Eu sou só o Relator.

Não há quórum?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Infelizmente, não temos quórum ainda, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Eu gostaria que V. Exª me informasse, Presidente, quanto ao PLS 438, em que situação ele está na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – PLS nº 438.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Se possível, eu gostaria de pedir a inversão.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – É o item 16, que será lido agora.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Ele trata do Programa de Prevenção à Violência na rede educacional brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Exatamente.

Item 16:

ITEM 16
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 438, de 2012
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a prevenção à violência nos estabelecimentos de ensino.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares.

Observações: Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2014, também não terminativo. Cria o Programa de Prevenção à Violência na Rede Educacional Brasileira.

Relatório favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 438, de 2012, com uma emenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2014.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares para proferir o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, por economia processual, passamos à análise desse projeto, uma vez que ele foi distribuído a todos os Senadores e as Senadoras.

Nos termos do inciso I do art. 102 do Risf, compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que versem a respeito de normas gerais relativas a educação, instituições educativas e diretrizes e bases da educação nacional. Dessa maneira, a apreciação do projeto em tela respeita a competência regimentalmente atribuída a esta Comissão.

A preocupação com a violência nas escolas tem estado presente em diversas proposições analisadas por este colegiado. De fato, em muitas capitais e grandes cidades, há registros cotidianos de agressões físicas e verbais, *bullying*, intimidações, assédio sexual e outros tipos de violência nas escolas, que impedem que o processo educativo se desenvolva em sua plenitude.

A violência nas escolas acomete alunos e professores e reflete o caráter violento de nossa sociedade. Isso acaba por alimentar um círculo vicioso: ao verem reproduzidas as situações de violência em seu próprio ambiente, os estabelecimentos de ensino terminam contribuindo para um contexto de normalização da violência social, em que todos se conformam a um papel de vítima ou de agressor. A escola perde, assim, sua faceta de transformação da sociedade pela formação integral dos cidadãos, além de ver prejudicado o próprio processo de ensino-aprendizagem.

Nesse contexto, a importância dos projetos em análise é indiscutível. Fruto das preocupações de nossos jovens – representados, neste caso, pelos Jovens Senadores que, ao vencerem concurso de redação promo-

vido pelo Senado, tiveram a chance de simular uma legislatura aqui em Brasília –, a matéria recebeu ajustes relevantes na CDH.

As proposições em análise trazem para a alçada dos estabelecimentos de ensino a responsabilidade de promover programas de prevenção à violência, voltados para a promoção de um ambiente escolar seguro, pacífico e solidário.

Ao fazê-lo, no entanto, é possível verificar pontos de divergência na forma de tratamento do tema. O PLS 251, de 2014, prioriza a criação de Núcleos Multidisciplinares de Prevenção nas escolas e unidades de internação socioeducativa, enquanto o PLS nº 438, de 2012, caminha na direção de atribuir às instituições de ensino a responsabilidade pela prevenção, nos termos da autonomia assegurada pela LDB.

Assim, julgamos que o primeiro, embora meritório, estabelece obrigações à Administração Pública (criar os referidos núcleos) e legisla sobre assuntos que têm caráter muito específico para serem abordados em termos de diretrizes e bases, ou seja, de fundamentos da educação. Atividades didáticas e culturais têm caráter pedagógico, logo são atribuições dos docentes e não objeto da lei em sentido abstrato.

Ademais, dada a realidade diversa de nossas escolas públicas, estabelecer uma única estratégia para lidar com um problema como o da violência pode não ser uma medida eficaz. Cada escola e cada comunidade, a partir de suas dificuldades, deve construir suas próprias soluções, com o apoio do poder público.

O PLS 438, de 2012, por sua vez, parte de uma visão mais abrangente ao buscar uma solução para o problema, alterando a LDB para atribuir aos estabelecimentos de ensino a incumbência de promover programas com vistas a assegurar um ambiente escolar seguro, pacífico e solidário, nos termos do seu art. 1º.

O art. 2º da proposição e seu parágrafo único, no entanto, adentram em seara de competência administrativa dos sistemas e estabelecimentos de ensino, ao versar sobre parcerias e sobre o tipo de atividades a serem realizadas, matéria que tampouco se coaduna com a competência da União para legislar sobre diretrizes e bases. Ademais, o texto do referido dispositivo apresenta pouca carga normativa, limitando-se a dizer que os estabelecimentos "poderão" estabelecer parceria ou que essa parceria "poderá" envolver determinadas atividades, com evidente caráter autorizativo. Nesse sentido, consideramos que, no âmbito de diretrizes e bases, o art. 1º da proposição se mostra adequado, o mesmo não ocorrendo com o art. 2º.

Dessa forma, com o intuito de trazer mais efetividade ao PLS e compreendê-lo à definição de linhas gerais, preservamos o teor do art. 1º e alteramos o art. 2º para inserir diretamente sobre o título do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que trata da prevenção, dispositivo que determina a promoção de ações sistemáticas e continuadas para prevenir a violência nas escolas e entidades de atendimento a crianças e adolescentes.

Diante do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 251, sem, no entanto, deixar de reconhecer a sua importância e a magnitude de suas ideias, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 438, de 2012, com uma emenda.

A emenda ficará assim ao art. 2º:

> Art. 2º O art. 70-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:
> VII - promoção de ações sistemáticas e continuadas para prevenir a violência nos estabelecimentos de ensino e nas entidades de atendimento a crianças e adolescentes, com a participação dos profissionais constantes no inciso III deste artigo.

É o parecer, salvo melhor juízo, Sr. Presidente, desta comissão.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação, o relatório.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão favorável ao PLS nº 438, de 2012, com a Emenda nº 1, da CE, e contrário ao PLS nº 251, de 2014.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Item 10:

ITEM 10
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, de 2015
- Não terminativo -

Declara Dom Helder Câmara Patrono Brasileiro dos Direitos Humanos.

Autoria: Deputado Arnaldo Jordy
Relatoria: Senador Douglas Cintra

Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:

Concedo a palavra ao Senador Douglas Cintra, para proferir o relatório.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Sr. Presidente, a proposição possui dois artigos: o art. 1º concede a D. Helder Câmara o referido título; e o art. 2º prevê a vigência da futura lei a partir da data de sua publicação.

Na justificação, o autor argumenta que o arcebispo emérito de Recife e Olinda foi um grande defensor dos direitos humanos durante o regime militar brasileiro, tornando-se, além de uma liderança religiosa, uma destacada referência em todo o mundo na luta pela paz e pela justiça social.

A nossa análise de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa a proposição atende.

No mérito, não há dúvidas de que o nome de D. Helder Câmara se agiganta quando consideramos a defesa dos direitos humanos no Brasil, tanto por sua empenhada dedicação aos que padeciam por terem fome e sede de justiça, como por sua admirável coragem em defendê-los nas mais adversas condições.

D. Helder Pessoa Câmara nasceu em Fortaleza, em 1909, ordenando-se padre na mesma cidade, em 1931. Ao mesmo tempo em que atuava em missões pastorais, ingressa na Ação Integralista Brasileira, de extrema direita, o que definiria depois como "um erro de juventude". Após transferir-se para o Rio de Janeiro, no ano de 1936, começa a perceber que o verdadeiro embate não se dava entre os regimes capitalista e comunista, como aprendera no seminário, uma vez que ambos costumam oprimir o ser humano e negar seus direitos.

Em 1952, D. Helder é eleito bispo-auxiliar do Rio de Janeiro, fazendo-se um dos principais responsáveis pela criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em outubro do mesmo ano.

Com sua personalidade carismática, torna-se cada vez mais popular junto ao público, especialmente quando cria, em 1956, a Cruzada de São Sebastião, organização civil que se propunha a urbanizar, humanizar e cristianizar as favelas da então Capital do País. Ao perceber, no entanto, que as causas das más condições de moradia e da pobreza eram mais profundas, avança em um processo de questionamento da ordem econômico-social e política, coincidindo com o momento de profunda renovação da Igreja Católica, impulsionado pelo Concílio Vaticano II.

Às vésperas da derrubada do governo constitucional pelo movimento político-militar de 1964, Dom Helder Câmara é nomeado arcebispo de Olinda e Recife. Logo surgem alguns desentendimentos entre o arcebispo e os novos detentores do poder, que irão se agravar com o tempo.

Mesmo sendo alvo de uma campanha difamatória na maioria dos órgãos da imprensa, que se transformará na proibição de se referir a seu nome, Dom Helder Câmara mantém-se firme em uma posição independente de defesa da democracia e da justiça social e de efetivo apoio aos que sofriam a repressão do regime militar, cada vez mais impiedosa.

Impedido de se manifestar no Brasil, o arcebispo de Olinda e Recife vai levar ao mundo sua mensagem de ativa solidariedade às populações oprimidas pelo sistema econômico e político, tanto no Brasil como no conjunto dos países menos desenvolvidos. A partir do final da década de 1960, passa a denunciar a prática sistemática da tortura contra os opositores da ditadura.

Por tais ações, destemidas e contagiantes, Dom Helder Câmara recebe diversos títulos honorários, incluindo, em 1969, os prêmios Memorial Juan XXIII, na Espanha; o Martin Luther King, nos Estados Unidos; e o Internacional Viareggio da Paz, na Itália. Indicado por quatro vezes para receber o Prêmio Nobel da Paz, não se tornou o primeiro brasileiro a receber a honraria apenas pela pressão política do governo ditatorial.

Dom Helder aposenta-se do cargo de arcebispo em 1985, sem deixar, contudo, de manter-se participante até sua morte, em 1999, aos 90 anos de idade.

Pela grandeza e destemor de sua atuação em prol das pessoas oprimidas, no Brasil e no mundo, e pelo empenho lúcido e incansável na promoção da justiça e da fraternidade, é altamente meritória a concessão, a Dom Helder Câmara, do título de Patrono Brasileiro dos Direitos Humanos, razão pela qual temos a grata satisfação de manifestar nossa posição favorável à presente matéria.

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei da Câmara nº 132 de 2015 e, no mérito, pela sua aprovação.

Eu só quero registrar, Presidente, a minha honra de poder relatar um projeto sobre alguém que viveu tanto tempo em Pernambuco e cuja grande trajetória pude acompanhar.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador. Parabéns.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação do relatório.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Item 17:

ITEM 17
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, de 2014
- Não terminativo -

Dispõe sobre a regulamentação da profissão de instrumentador cirúrgico.

Autoria: Deputado George Hilton
Relatoria: Senadora Marta Suplicy
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:
Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy, para proferir o relatório.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Obrigada, Presidente.

Trata-se do Projeto de Lei nº 75, de 2014, vindo da Câmara, de 2014, do Deputado George Hilton, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de instrumentador cirúrgico.

A proposição visa a assegurar o devido reconhecimento profissional ao instrumentador cirúrgico, estabelecendo as condições para o exercício profissional; as atribuições; os deveres, a ética e a disciplina.

Na sua justificação, o autor afirma que o ambiente hospitalar é, por definição, típico para o desenvolvimento das ações e promoção, proteção e recuperação da saúde. Dentro deste contexto, os instrumentadores cirúrgicos são os responsáveis nos procedimentos cirúrgicos, pela qualidade e a segurança dos pacientes, diminuindo o risco de infecções hospitalares e maximizando o sucesso das intervenções cirúrgicas. Estas importantes atribuições demandam a necessidade de um profissional com qualificação específica. Nada mais justo do que a pronta regulamentação da referida profissão.

Não foram apresentadas emendas. Eu vou entrar na análise:

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais dar parecer sobre o presente projeto de lei.

A regulamentação de profissões insere-se no campo temático do Direito do Trabalho, e sob a ótica desta Comissão, exigem formação específica.

Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, prevista no art. 61 da Constituição Federal. Cabe ao Congresso Nacional legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta.

Observados esses pressupostos, temos que a proposição original não apresenta vícios de inconstitucionalidade nem de ilegalidade.

No mérito, é importante salientar que o inciso XIII do art. 5º da Constituição Federal estabelece que é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer. Por sua vez, o art. 22, inciso XVI, da CF dispõe que é competência privativa da União legislar sobre organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício da profissão.

Assim, resta evidente, pela sua importância e pela sua complexidade, que as atividades de instrumentador cirúrgico exigem do profissional uma habilitação específica, que agora a lei passa a reconhecer.

No âmbito da Câmara dos Deputados, a proposição foi aprovada nos termos dos pareceres proferidos pela Comissão de Seguridade Social e Família; da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

O instrumentador cirúrgico é o profissional da área da saúde que, habilitado para tanto, tem o papel de acompanhar e participar da cirurgia em todas as fases, além de exercer atos direcionados a prestar serviços ao paciente e à própria equipe cirúrgica.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece que a educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas:

I - articulada com o ensino médio;

II - subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio.

Além de dispor que a educação profissional técnica de nível médio deverá observar:

I - os objetivos e definições contidos nas diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação;

II - as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino;

III - as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico.

Por fim, assegura que a educação profissional técnica de nível médio articulada será desenvolvida de forma:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno;

II - concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer:

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado.

Os diplomas de cursos de educação profissional técnica de nível médio, quando registrados, terão validade nacional e habilitarão ao prosseguimento de estudos na educação superior.

Tais disposições da LDB relativas à formação profissional estão satisfeitas pelo art. 2º do PLS que trata da habilitação técnica para o exercício profissional, não havendo reparos a serem feitos.

Registre-se, por oportuno, que as atividades desse profissional são importantes para a dinâmica do hospital, para o trabalho da equipe cirúrgica e para o melhor resultado do tratamento do paciente, extrapolando, em muito, o momento da cirurgia.

Ante os princípios que regem, nos dias atuais, a saúde, e em conformidade com as normas ético-profissionais que regem qualquer atividade da saúde, a responsabilidade do instrumentador cirúrgico transcende o campo técnico, atingindo uma dimensão social.

O profissional em instrumentação cirúrgica não está descompromissado da sensibilidade com relação ao cliente-paciente, posto que influencia no seu equilíbrio emocional, favorecendo-lhe e contribuindo na promoção da saúde, quando desenvolve suas atividades em campo cirúrgico, auxiliando o cirurgião, e proporciona um trabalho que requer uma habilitação adequada, e assim passa a oferecer à sociedade segurança técnica e qualificação profissional.

É necessário, pois, investir no profissional instrumentador cirúrgico não apenas no sentido de se empregarem esforços em favor da formação e de competentes profissionais, mas também de forma a responder pela demanda vigente, movida por nova mentalidade e consciência que se posicionam em nossa sociedade.

No Brasil, estabeleceram-se cursos oficiais para qualificação e formação do profissional instrumentador cirúrgico a partir do ano de 2000. O surgimento desses cursos deixou expresso tratar-se de atividade/função distintas de qualquer outra na área da saúde, e somente admissível o respectivo exercício quando qualificado, especificamente, na instrumentação cirúrgica.

Nesse sentido, encontramos pronunciamentos do Conselho Federal de Medicina e do Conselho Nacional da Saúde, do Ministério da Saúde. Parecer, datado de 10 de abril de 1996, do Conselho Nacional de Saúde, proferido no Processo nº 25000.010967/95-385, deixou expresso que: "a instrumentação não pode ser exclusiva nem privativa sendo permitida aos profissionais da saúde com qualificação específica".

Em expediente do Conselho Federal de Medicina, datado de 15 de setembro de 1998, dirigido à Associação Nacional de Instrumentadores Cirúrgicos (ANIC), informa-se que – aspas –: "Esclarecemos que o Conselho Federal de Medicina entende que a Resolução CFM n° 1.490/98 é clara quando explicita que o instrumentador deve ser devidamente qualificado".

A proposição que ora apreciamos foi precisa ao resguardar os direitos daqueles que já estiverem exercendo a profissão em data anterior a 2 (dois) anos a contar de 31 de dezembro de 2001.

Fundamenta-se no fato de ter se instituído, no Brasil, cursos regulares e oficiais de qualificação profissional de instrumentador, a partir do ano de 2000, conforme referido. Os instrumentadores, a partir de então, tendo à sua disposição cursos regulares, deverão portar diploma de qualificação específica, como recomendado pelo Conselho Nacional da Saúde e Conselho Federal de Medicina.

Dessa forma, acreditamos que a regulamentação desta profissão contribuirá para que a saúde, no Brasil, conte, cada vez mais, com profissionais qualificados para a prestação de um serviço de qualidade.

VOTO

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 75.

Como acabei de ler, eu concordo, plenamente, com os argumentos. Acredito ser um projeto que chegou da Câmara já bastante estudado, passado em diversas comissões, chegou redondo à Comissão de Educação.

Qualquer pessoa que já tenha se submetido a uma operação, ou acompanhado um familiar, sabe da importância do instrumentador cirúrgico e da necessidade da sua qualificação. O projeto também protege os que já exercem essa profissão há algum tempo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Por favor, Senador.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Acho que o relatório está bem detalhado, mas, infelizmente, só tomei conhecimento agora, não porque não estivesse publicado, mas por conta da rotina aqui. Eu gostaria de pedir vista da proposição para, em prazo regimental, devolvê-lo, em condições de votar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Sr. Presidente, podemos aproveitar enquanto há quórum, pois eu já li o item 8 e gostaria de votá-lo. É um terminativo, sobre o empoderamento da mulher no esporte e na política.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Sr. Presidente, eu cheguei agora e vou ter que sair daqui a dez minutos. A sugestão que eu ia dar era de fazermos um acordo, aqui na Comissão, de votarmos os terminativos com velocidade; agora, os relatórios têm que ser lidos de forma abreviada. Eu tenho dez minutos e sei que há três terminativos. Se pudessem ser votados...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Sete projetos já foram lidos e vamos colocá-los na ordem. O primeiro será o item 5.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, se me permitir, no que se refere ao item 2, eu faço o relatório em dois minutinhos, e já poderíamos votá-lo no mesmo bloco.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Só para me referir ao projeto anterior. Foi pedido vista, e peço que possamos ter vista coletiva.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vista coletiva. Apoio.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Vista coletiva concedida.

Item 5:

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, de 2015
- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.292, de 27 de setembro de 2001, que denomina Rodovia Governador Mário Covas a BR-101, para atribuir nova denominação ao trecho da rodovia situado no Estado de Santa Catarina.

Autoria: Senador Dário Berger
Relatoria: Senador Dalirio Beber
Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.
Observações:
1- Sendo aprovado o substitutivo, a Matéria será incluída na pauta da próxima Reunião, para apreciação em Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.
2- Em 06/10/2015, foi lido o Relatório, encerrada a discussão e adiada a votação.

Concedo palavra ao Senador Dalírio Beber para encaminhar a votação.

A discussão já foi encerrada.

Em votação o substitutivo...

V. Exª vai querer encaminhar?

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Na verdade, já foi lido o relatório. E é o encaminhamento para votação de um projeto de lei que visa homenagear o nosso ex-Senador Luiz Henrique da Silveira, atribuindo à BR-280, que liga São Francisco do Sul à cidade de Porto União, o nome do Senador Luiz Henrique da Silveira.

Acho que é uma homenagem justa. Tenho certeza de que o Senado, a Comissão vai aprovar e o plenário do Senado também vai referendar.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Em votação o substitutivo oferecido ao projeto pelo Relator Senador Dalirio Beber.

Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Ricardo Franco.

O SR. RICARDO FRANCO (Bloco Oposição/DEM - SE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Regina Souza.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com o Relator, cumprimentando também o autor pela iniciativa em prol de um grande colega que perdemos, Senador Luiz Henrique. Uma justa homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Marta Suplicy.

Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – O substitutivo foi aprovado e será submetido a turno suplementar, nos termos do art. 228 e 232 do RISF.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Item 6:

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 353, de 2015
- Terminativo -

Dispõe sobre a denominação do Campus Joinville da Universidade Federal de Santa Catarina.

Autoria: Senador Paulo Bauer
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
Em 13/10/2015, foi lido o Relatório, encerrada a discussão e adiada a votação.

Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque para encaminhar a votação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Para ganhar tempo, Senador, eu acho que é conhecido demais o nosso Senador e a razão pela qual dessa homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

Colocamos em votação.

Donizete Nogueira.
O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Com o Relator, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Cristovam Buarque.
Paulo Paim.
O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Simone Tebet.
A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Ricardo Franco.
O SR. RICARDO FRANCO (Bloco Oposição/DEM - SE) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Dalirio Beber.
O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Lídice da Mata.
A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Douglas Cintra.
O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Regina Souza.
A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Com o relator.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Lindbergh Farias.
O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Ana Amélia.
A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Hélio José.
O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Antonio Carlos Valadares.
O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Aprovado o projeto.
A matéria será encaminhada à Mesa para providências cabíveis.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Item 7:

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 417, de 2013
- Terminativo -

Institui o Dia Nacional de Combate à Tortura.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatoria: Senador Telmário Mota
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
1- Em 16/09/2015, foi realizada Audiência Pública para instrução da matéria.
2- Em 20/10/2015, foi lido o Relatório, encerrada a discussão e adiada a votação.

Em votação o projeto.
Donizeti Nogueira.
O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Cristovam Buarque.
O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Paulo Paim.
O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Simone Tebet.
A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Ricardo Franco.
O SR. RICARDO FRANCO (Bloco Oposição/DEM - SE) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Dalirio Beber.
O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Lídice da Mata.
A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Douglas Cintra.
O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Regina Sousa.
A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Lindbergh Farias
O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Ana Amélia.
A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Hélio José
O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Antonio Carlos Valadares.
O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Aprovado o projeto.
A matéria será encaminhada à Mesa providências cabíveis.

Item 8:

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 515, de 2015
- Terminativo -

Institui o Ano de 2016 como o Ano do Empoderamento da Mulher na Política e no Esporte.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra, Romário e Vanessa Grazziotin
Relatoria: Senador Hélio José
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
Em 20/10/2015, foi lido o Relatório, encerrada a discussão e adiada a votação.

Concedo a palavra ao Senador Hélio José para encaminhar a votação.
O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Rapidamente, Sr. Presidente. É com muito prazer que relatei este projeto.
Ontem, houve esse evento lá no Rio de Janeiro. Não pude ir, mas vou lá no dia 7. A Deputado Martha Rocha, da Alerj, fez um evento grande ontem.
E é muito importante a aprovação desse projeto, que trata do empoderamento da mulher na política, no esporte, o qual tive muito prazer de ser o Relator. Solicito aos meus pares que votem "sim".
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Em votação o projeto.
Senador Donizeti Nogueira.
O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Com o Relator, Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Cristovam Buarque.
O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Paulo Paim.
O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com as mulheres.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Simone Tebet.
A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de justificar o meu voto. E tenho certeza de que a alma feminina do Senador Lindbergh Farias vai compreender que eu vou gastar aqui no máximo dois minutos, mas não posso, como Presidente que sou da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher, representando aqui as Deputadas Federais e as Senadoras – e tenho duas grandes Senadoras ao meu lado, a Senadora Regina Sousa e a Senadora Ana Amélia, como a Senadora Lídice da Mata e a Senadora Marta Suplicy –, deixar de elogiar a Senador Fátima Bezerra pela proposição. Gostaria de agradecer gentilmente o relatório feito pelo Senador Hélio José e reforçar, na realidade, que o ano de 2016 é um ano atípico para o Brasil. Além de estarmos sediando os Jogos Olímpicos e Paralímpicos também, teremos eleições municipais, quando escolheremos a renovação dos gestores municipais, seja nas Prefeituras, mais de 5,6 mil, seja nas Câmaras de Vereadores.
E a importância de instituir este ano como o ano do empoderamento da mulher não só no esporte, mas na política é fundamental, porque os dados no que se refere à essa questão da participação da mulher na política no Brasil são vergonhosos: nós ocupamos a posição de 110º país em participação feminina na política. É importante dizer que nós não conseguimos avançar, nós temos uma média apenas de 10 a 12% das mulheres nos parlamentos brasileiros e nos poderes executivos municipais e estaduais. Portanto, corresponde a um ano que pode ser funda-

mental para conscientizarmos a população brasileira de que o empoderamento da mulher não significa dar mais poder para a mulher em si, mas fazer com que a mulher, com a sua sensibilidade, com a sua competência, com a sua alma de mãe, possa participar do progresso e desenvolvimento do País.

Então, quero aqui, mais uma vez, elogiar a autora, parabenizar o Senador Hélio José e aproveitar para pedir, mais uma vez, a compreensão dos Srs. Senadores, mas eu não posso deixar aqui de pedir aos Senadores que participem. Nós estamos nesta semana, numa campanha internacional – e já iniciamos no Brasil, no dia 20, porque comemoramos o Dia da Consciência Negra, Senador Paulo Paim –, ou nas duas semanas, de 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres. E esses 16 dias de ativismo fazem parte de um calendário internacional. São 160 países que hoje participam desta campanha.

No caso do Brasil, ele é um pouco mais extenso, porque aproveitamos o calendário do dia 20, já que, no Brasil, diferentemente do mundo, ainda temos um agravante, nós ainda temos que olhar a mulher negra de forma diferenciada. Isso pelo caso de assassinato de mulheres – são 13 por dia –: 66,7% dos assassinatos de mulheres são de mulheres negras. Por isso que antecipamos a nossa campanha.

E aqui faço todo um deferimento à nossa Comissão, Senador Paulo Paim, Senadora Regina Sousa, que tem como foco principal diminuir ainda essa desigualdade entre homem e mulheres; e, entre mulheres, entre mulheres brancas e mulheres negras. Essa é a nossa grande missão.

Desculpem o tempo que tomei, mas acho importante fazer o convite: amanhã, às 14h30, no Salão Nobre do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, estaremos lançando oficialmente a campanha internacional dos 16 dias de ativismo contra essa barbárie que é esta violência: o assassinato, a violência física, moral e sexual contra as mulheres.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

Só uma correção: não é uma autora, são os autores. No caso, eu também faço parte e a Senadora Vanessa Grazziotin também.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, então, Senador Presidente pela alma feminina.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Obrigado.

Senador Ricardo Franco.

O SR. RICARDO FRANCO (Bloco Oposição/DEM - SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Voto conhecido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – O projeto foi aprovado.

A matéria será encaminhada a Mesa para as providências cabíveis.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – É possível ler o item 2 agora, Sr. Presidente, porque o Senador Paim estava...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – É terminativo?

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – É o item 2 é terminativo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É terminativo, mas que quero dizer que eu só vou ler o item final.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Item 13:

ITEM 13
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, de 2012
- Terminativo -

Institui o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos expedidos por universidades estrangeiras.

Autoria: Senador Paulo Davim
Relatoria: Senador Otto Alencar
Relatório: Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta.
Observações:
1- Serão realizadas duas votações nominais: uma para o Projeto e outra para a emenda.
2- Em 10/11/2015, foi lido o Relatório, encerrada a discussão e adiada a votação.

A matéria recebeu parecer da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda.

Votação nominal.

Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Contra.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Contra, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Ricardo Franco.

O SR. RICARDO FRANCO (Bloco Oposição/DEM - SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Qual é o projeto? É o 2?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não. Não é o 2, não.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – É o 13.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Contra.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Presidente, eu quero saber se meu voto... Eu disse contra, achando que contra era a posição do Relator. Eu quero corrigir. Eu voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

Aprovado o projeto e a emenda...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Presidente, nós pulamos na verdade...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Desculpa.

Em votação agora a emenda.

Se os Srs. Senadores concordarem, poderemos repetir a votação do projeto para a emenda.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com o Relator.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Todo mundo concorda.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – A emenda é aprovada.

Aprovado o projeto e a Emenda nº 1 da CE.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Sr. Presidente, pularam o item 2, na verdade, que é um projeto meu, terminativo, que fala em transformar Nova Iguaçu com o título de Capital Nacional dos Cosméticos.

Pouca gente sabe, mas nós temos 15% da produção dos cosméticos na cidade, de que eu fui Prefeito, de Nova Iguaçu. Eu estou aqui. Já que eu estou aqui, vamos colocar para votar esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Item 2:

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 682, de 2015
- Terminativo -

Institui o Dia Nacional de Luta Contra a Ela - Esclerose Lateral Amiotrófica.

Autoria: Senador Romário
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
Em 14/10/2015, foi realizada Audiência Pública para instrução da matéria.

Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para proferir o relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse é um projeto do Senador Romário. Eu vou sintetizar o relatório no que disse o Sr. Jorge Melo, Presidente da Movela, que aponta os aspectos positivos da sua iniciativa, Senador.

Diz ele:

1 – [...] trará mais visibilidade para o tema ELA e todas as suas demandas, e as legitimará.

2 – Estimulará a realização de ações, mobilizações e campanhas a nível nacional, estadual e municipal, e de forma bastante significativa por parte da sociedade civil e do governo, e mobilizará a sociedade em torno de nossa causa.

3 – Permitirá uma maior e melhor aproximação junto ao poder público, e o obrigará a tomar medidas e prover ações específicas ao tema.

4 – Gerará conhecimento sobre a importância de nossas conquistas sociais e a validação e respeito aos nossos direitos.

5 – Trará um ganho fundamental na inserção nos meios de comunicação.

6 – Provocará reflexão sobre as questões relacionadas a ELA e estimulará um primeiro passo para gerar comprometimento da sociedade com o tema.

Só dizer, Sr. Presidente, que ELA significa Esclerose Lateral Amiotrófica. É de autoria do Senador Romário.

O voto é favorável por todos esses motivos e o relatório aqui está muito claro.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Paulo Paim.

Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Ricardo Franco.

O SR. RICARDO FRANCO (Bloco Oposição/DEM - SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Lindbergh Farias.
O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Ana Amélia.
A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Hélio José.
O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Antonio Carlos Valadares.
O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Aprovado o projeto. A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.
Gostaria de agradecer a todos pelo voto.

Item 12:

ITEM 12
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 113, de 2012
- Terminativo -

Confere ao Município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro, o título de Capital Nacional dos Cosméticos.

Autoria: Deputado Nelson Bornier
Relatoria: Senador Lindbergh Farias
Relatório: pela aprovação do Projeto.
Observações:
A Matéria constou da pauta das Reuniões de 22/9/2015, 29/9/2015, 06/10/2015, 13/10/2015, 20/10/2015, 03/11/2015, 10/11/2015 e 17/11/2015.

A votação é nominal.
Concedo a palavra ao Senador Lindbergh para proferir o relatório.
O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Não vou nem fazer a leitura. É um projeto do Deputado Nelson Bornier, que hoje é o Prefeito da cidade, do qual sou o Relator aqui, criando o título para a cidade de Capital Nacional dos Cosméticos.
Como já falei aqui, 15% da produção de cosméticos do País saem de Nova Iguaçu. Pouca gente sabe disso, mas isso orgulhará muito a pequena cidade de Nova Iguaçu.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.
Coloco em discussão a matéria. (*Pausa*.)
Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.
Em votação o projeto.
Senador Donizeti Nogueira.
O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Com o Relator, Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Cristovam Buarque.
O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Paulo Paim.
O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Simone Tebet.
A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Ricardo Franco.
O SR. RICARDO FRANCO (Bloco Oposição/DEM - SE) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Dalirio Beber.
O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Lídice da Mata.
A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Douglas Cintra.
O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Regina Sousa.
A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Lindbergh Farias.

Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Voto com o Relator, mas quero também que o Relator traga a receita dos produtos para manter pele jovem e sem rugas. (*Risos.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Vou trazer um *kit* de Nova Iguaçu.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Antonio Carlos Valadares. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Aprovado o projeto. A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Item 18:

ITEM 18
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 133, de 2015
- Não terminativo -

Requeremos, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Permanente, composta de 7 (sete) membros titulares e igual número de suplentes, destinada a discutir e propor alternativas para o financiamento da educação básica no Brasil.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra e outros.

Concedo a palavra à Senadora Fátima Bezerra para a leitura do projeto, ou o Senador Donizeti Nogueira pode proferir a leitura.

Antes da leitura, Senador, gostaria de agradecer a presença do Senador Ricardo Franco, novo componente da Comissão. Seja bem-vindo! É um prazer tê-lo nesta Comissão, Senador.

Por favor, Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Requerimento:

Sr. Presidente, requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Permanente, composta de sete membros titulares e igual número de suplentes, destinada a discutir e propor alternativas para o financiamento da educação básica no Brasil.

Justificação.

A educação brasileira, na condição de protagonista do desenvolvimento do País, vive um momento de grandes desafios, tanto no que se refere à realização de iniciativas governamentais em função da concretização da Pátria Educadora, como diante da necessidade de superar dificuldades para sua expansão e consolidação de políticas e programas.

Estamos diante da responsabilidade de execução do Plano Nacional de Educação, onde metas de relevante importância têm relação direta com a necessidade de garantia de recursos, como as metas 15 e 16 (com estratégias responsáveis pela formação e carreira dos (das) profissionais da educação); a meta 17 (da valorização dos(das) profissionais da educação, incluindo o piso salarial); a meta 18 (dedicada a organização de carreiras); e finalmente a meta 20, que estabelece "ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do PIB do País no 5º ano de vigência desta Lei, e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB no final do decênio".

Ademais, importante destacar a urgência de uma discussão aprofundada sobre os caminhos a serem construídos em relação ao financiamento da educação básica no Brasil.

O Fundeb, importante fundo contábil utilizado na manutenção e ampliação da educação básica, tem sua vigência prevista para até 2020. É necessário discutir como será realizada a ampliação da contribuição da União para o Fundo, bem como definir um novo prazo de vigência, compatível com as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação, e com outros planos que virão.

Pela relevância de garantirmos a qualidade da educação, propomos a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte a criação de subcomissão destinada a discutir e propor alternativas para o financiamento da educação básica no Brasil.

Sala da Comissão, 27 de outubro de 2015.

Senadora Fátima Bezerra (PT - RN), Vice-Presidenta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte; Senador Donizeti Nogueira (PT - TO); e Senador Cristovam Buarque (PDT - DF).

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Passo à leitura de requerimento de minha autoria.

Item 20:

ITEM 20
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 139, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 115/2015-CE, a inclusão do Sr. Wilson Matos, Reitor da Unicesumar, para participar, como expositor, de Audiência Pública desta Comissão destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2014, que "altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei n° 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação, para instituir a escola de tempo integral no ensino fundamental."

Autoria: Senador Romário

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, há um requerimento meu, extrapauta. É só um aditamento.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Requerimento extrapauta.

Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão, extrapauta, do requerimento apresentado pelo Senador Paulo Paim. (*Pausa.*)

Não havendo óbice, está incluído o item extrapauta.

ITEM 21
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 140, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, que seja incluído para participar de Audiência Pública com a finalidade de debater a respeito "dos povos ciganos no Brasil" um representante do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

Autoria: Senador Paulo Paim

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, é sobre os povos ciganos no Brasil. É uma audiência pública e está aprovada por este Colegiado. Estou pedindo que seja incluído o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, que é um único ministério, para que mande um representante, já que vai discutir o projeto que cria o Estatuto dos Ciganos, que é de nossa autoria.

Obrigado, Presidente.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Comunico que amanhã, quarta-feira, às 10h, no auditório Petrônio Portella, será realizada a abertura da 9ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, com o tema "Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei Brasileira da Inclusão: do papel à realidade", que será realizado no dia 25 de novembro a 3 de dezembro.

A programação do evento encontra-se disponível na Secretaria desta Comissão.

Comunico ainda que no dia 26/11, quinta-feira, às 10h, será realizada reunião extraordinária, em forma de audiência pública, destinada a instituir o Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2013, que dispõe sobre o processo de escolha de dirigentes das instituições de ensino superior, em atendimento ao Requerimento nº 99/2015, desta Comissão, de autoria do Senador Cristovam Buarque, com a presença dos convidados Ivan Camargo, Heitor Gurgulino, Maria Lúcia Cavalli Neder, Paulo Rizzo, Marcos Formiga.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos pela presença.

(Iniciada às 11 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 13 minutos.)

ATA DA 69ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2015.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e seis minutos do dia vinte e seis de novembro de dois mil e quinze, na sala de reuniões número quinze, da Ala Senador Alexandre Costa, **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Cristovam Buarque,** e com a presença dos Senhores Senadores Simone Tebet, Regina Sousa, Hélio José e Ronaldo Caiado, reúne-se a presente Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 99/2015-CE, de iniciativa do Senhor Senador Cristovam Buarque, destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2013, que "Dispõe sobre o Processo de Escolha de Dirigentes das Instituições de Ensino Superior". Comparecem à Audiência Pública como expositores: **Magnífico Reitor da Universidade de Brasília, o Senhor Ivan Camargo; Senhor Marcos Formiga, Professor-Pesquisador da Universidade de Brasília; Senhor Eduardo Rolim de Oliveira, Presidente da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais e de Ensino Técnico e Tecnológico - Proifes; Senhor Heitor Gurgulino, Presidente da Academia Mundial da Arte e Ciência; Senhor Gustavo Henrique de Sousa Balduino, Secretário Executivo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes; e Senhor Paulo Rizzo, Presidente do Sindicato dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – Andes-SN**. Após as exposições dos convidados, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros desta Comissão. Usam da Palavra os Senhores Senadores Hélio José e Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião às doze horas e sete minutos do dia vinte e seis de novembro de dois mil e quinze, determinando que eu, **Willy da Cruz Moura, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em Exercício, Senador Cristovam Buarque, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
Presidente em Exercício da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Um bom dia a cada uma e a cada um.

Havendo número regimental, declaro aberta a 69ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 99, de 2015, de minha autoria, para realização de audiência destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2013, que dispõe sobre o processo de escolha de dirigentes das instituições de ensino superior.

Dando início à audiência, solicito ao Secretário da Comissão que acompanhe os convidados para tomarem assento à Mesa. (*Pausa.*)

Nós temos aqui o Prof. Eduardo Rolim; temos o Prof. Ivan Camargo; o Prof. Heitor Gurgulino está aqui dando uma entrevista; chega o Prof. Paulo Rizzo; e o Prof. Marcos Formiga. Estamos esperando a Profª Maria Lúcia Cavalli Neder, que deve estar chegando.

Quero chamar atenção para a razão deste debate, que vai pela televisão para toda a sociedade – e espero que a comunidade acadêmica, especialmente a universitária, esteja atenta –, que é debater o critério de escolha de reitores.

Na verdade, vamos precisar fazer aqui uma audiência bem mais ampla para discutir como é a estrutura universitária de que o Brasil precisa para fazer uma sociedade do conhecimento e da inovação. Creio que a nossa estrutura não está satisfazendo. Nós vamos precisar de uma estrutura, inclusive, que ponha as universidades dentro de um sistema maior: um sistema que leve em conta os institutos de pesquisa, que são independentes; que leve em conta o papel do setor empresarial na inovação; que leve em conta a educação de base, sem o que não adianta nada estarmos discutindo sobre a universidade, porque é na educação de base que começa a universidade; e como ela será um vetor do progresso no Brasil, já que, daqui para frente, o progresso é o conhecimento – é dele que vem o progresso. Acabou o tempo em que o que fazia o progresso era a infraestrutura física, como as pontes, as estradas, as hidrelétricas. Não; hoje, é mais conhecimento, inclusive para fazer pontes, hidrelétricas, ou outra maneira – que não sejam pontes e hidrelétricas – é o conhecimento, e passa pelas universidades.

Nós temos esse projeto sobre a escolha de reitores, então, vamos começar o debate por isso e faremos outros debates sobre a estrutura universitária.

Eu tenho a satisfação de dizer que tudo indica que hoje – era para ser ontem, mas, com os fatos que ocorreram nestas últimas horas, não foi possível – estaremos, hoje, aprovando o marco do sistema de ciência e tecnologia, que foi fruto de um grande debate. O Prof. Heitor Gurgulino nos dá muita satisfação de estar conosco por sua experiência.

Hoje, devemos estar aprovando a lei, que irá para a sanção da Presidente imediatamente, mas, ainda assim, não estamos satisfeitos, até porque, ali dentro, não há um trabalho específico sobre as universidades.

Bem, dando início, vou seguir na ordem da direita para a esquerda, começando pelo Prof. Eduardo Rolim.

O SR. EDUARDO ROLIM DE OLIVEIRA – Está ligado?

Muito bom dia, Sr. Senador Cristovam Buarque, ex-Reitor da Universidade de Brasília, meu colega, professor das Universidades Federais do Brasil, em seu nome cumprimento todos os Parlamentares que estão presentes; eu queria cumprimentar meus colegas de Mesa, todos pessoas muito eminentes da comunidade científica e acadêmica do Brasil.

O Proifes Federação, hoje, é uma entidade que representa professores das universidades federais, dos institutos federais e professores civis de escolas militares também. Vimos, aqui, atendendo o convite da Comissão de Educação do Senado, do Senador Cristovam, com o espírito de fazer justamente este debate que já estávamos fazendo um pouco antes de começar a reunião, da importância da relação da sociedade com a universidade, da relação da universidade federal com a sociedade.

Sabem todos que a universidade federal, desde a Constituição de 1988, é uma entidade de natureza especial. É um dos poucos órgãos da Administração Federal que é considerado pela Constituição Federal, no art. 207, como órgão autônomo. O que significa isso, na realidade? Significa que o Constituinte entendeu que era importante que a universidade federal, pelo papel que realiza na sociedade, pelo desenvolvimento no ensino, na pesquisa, na extensão, fosse considerada pela sociedade, instituição representando a sociedade, como um órgão que merecia ter capacidade de se autogerir do ponto de vista financeiro, do ponto de vista acadêmico, do ponto de vista administrativo. E essa autonomia que está consagrada lá desde 1988, na realidade, se formos observar bem os processos que fomos vivendo de lá para cá, esta autonomia, na prática, pouco teve capacidade de se expressar na realidade, porque a universidade, hoje, é regida por uma série de leis que tolhem a sua autonomia. É regida por uma série de processos nos quais tem dificuldades muito grandes de gerir o seu patrimônio, de gerir o seu orçamento, de sorte que possa cumprir, efetivamente, o seu papel.

Por conta disso, já há muitos anos, a nossa entidade, e outras entidades também da sociedade civil, e, aí, falo especialmente da Andifes, que é a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, tem discutido muito esse papel e com é que se regulamenta a autonomia que está prevista na Constituição, no art. 207. E, quando vimos fazer o debate a respeito desse projeto de lei, queremos justamente fazer este debate mais profundo a respeito da regulamentação da autonomia das universidades federais. O que estamos discutindo nesta audiência pública é um projeto de lei que visa, em essência, determinar como se escolhem os reitores das universidades federais, os diretores das unidades e também alguns princípios de organização dela.

Entendemos, e esta é a opinião que gostaríamos de expressar neste debate, que, na realidade, a discussão teria que ser muito mais ampla do que simplesmente um projeto de lei que visa a mudar um outro projeto de lei, que, na nossa opinião, também não está correto. Para isso, vou contextualizar um pouco a questão, dizendo que, hoje, temos uma forma de escolha de reitor que é determinada desde 1996, na lei atual que determina isso.

A escolha de reitores, hoje, da universidade federal brasileira é feita de uma forma um pouco estranha. Na realidade, o que determina a lei? Que o conselho superior da universidade ou qualquer colégio eleitoral que contenha 70% de professores – e isso é uma determinação, inclusive, que vem da Lei de Diretrizes e Bases da Educação -–deverá ouvir a comunidade, sem determinar exatamente como isso se dá e apenas dizendo que se essa consulta for realizada pelo próprio conselho deverá seguir a proporção de 70% de docentes. Mais do que isso, determina que a votação se dê numa votação uninominal e secreta no conselho universitário, o que é uma coisa absolutamente absurda porque faz com que a gente tenha, na realidade, nas sessões dos conselhos universitários que escolhem o reitor, uma espécie de teatro. Simula-se uma votação, posto que não podemos, num conselho superior, determinar que o primeiro votado na consulta pela comunidade é o reitor da universidade. Somos obrigados, cada conselheiro – e sou conselheiro da Universidade Federal do Rio Grande do Sul –, a dizer que cada um de nós tem de fazer um voto numa única pessoa, de uma forma secreta. Obviamente, temos de fazer combinações para respeitar o resultado das consultas.

O que nós defendemos, na realidade? Por isso é que nós somos contra, em essência, àquilo que determina esse projeto de lei que nós estamos discutindo nesta audiência pública. O projeto de lei é, na minha opinião, um pouco confuso porque diz que o processo de escolha dos dirigentes das universidades será feito de forma paritária, numa consulta à comunidade, no exercício da autonomia da universidade. É essa a questão,

justamente, que eu gostaria de debater com os senhores senadores e com a sociedade que nos está assistindo pela televisão.

Nós achamos que existem realidades muito diferentes, que existem processos históricos diferentes em cada uma das universidades federais. Algumas delas definiram que esse caminho da consulta paritária seria o caminho mais adequado para sua realidade; outras universidades não entendem dessa forma. A minha universidade, por exemplo, não faz consultas paritárias.

A UFRGS, desde 1994, antes portanto da lei de 1996, definiu no seu Estatuto que o Conselho Universitário era obrigado a fazer uma consulta à comunidade. Talvez sejamos a única universidade do Brasil que determina estatutariamente, que nós somos obrigados a fazer consulta, o conselho é obrigado. E aí, seguindo a lei, essa consulta é feita com uma proporção, nesta última eleição, de 70% de docentes. Em outras ocasiões já foi feita com 50%; em outras com 40%. Enfim, houve vários processos históricos diferentes.

A posição que o Proifes – Federação expressa – e como disse nós representamos professores tanto de universidades federais, de institutos federais de ciência, de educação, de ciência e tecnologia, quanto professores civis de escolas militares – é a de que nós não devemos ter uma regra nacional, até para poder respeitar essa ideia de que a sociedade brasileira, via Constituição, definiu lá em 1988, de que as instituições são autônomas. Não é possível, na nossa opinião, que se diga explicitamente na lei que a consulta será com 70%, que será com 50% de docentes ou que será paritária. Porque, na realidade, isso fere exatamente o princípio mais fundante – e que para nós é caro – que é o princípio da autonomia universitária.

Por isso a nossa defesa – especificamente falando da questão da eleição para reitores e diretores de unidades – é de que a lei nacional deve dizer o contrário do que diz hoje: que a gente tem que ter uma lista tríplice e que o Presidente da República escolhe a partir da sua própria decisão, independente da vontade da comunidade, um dos três que foi escolhido lá na consulta.

Na nossa opinião, essa consulta deve se encerrar dentro dos muros da universidade. O Presidente da República deve nomear o reitor a partir do que a universidade escolheu dentro do âmbito da sua autonomia constitucionalmente definida. Mas a Lei Maior deve preservar esse princípio fundamental que é o princípio da autonomia universitária. Portanto, não é a lei que deve dizer se a consulta será paritária, se será com 70%, com 50%. A forma de escolha do reitor deve ser democrática – e eu acho que isso a lei deve prevenir, deve garantir –, mas quem deve escolher a forma como se resolve dentro da própria universidade é a comunidade universitária. Essa é a nossa posição clara em relação a isso. Até porque, a forma como está sendo colocado aqui, dizendo que simplesmente 1/3 dos votos tem que ser dos estudantes, 1/3 dos professores, 1/3 dos técnicos administrativos, não define exatamente o que significa isso.

Porque se a gente, por exemplo...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO ROLIM DE OLIVEIRA – ... não faz uma ponderação de eleitores, um membro apenas, de uma dessas categorias que vota, tem direito a um terço do peso, independentemente se na outra categoria votam sete mil, dois mil ou cinco mil pessoas.

Então, em nossa opinião, a lei não deve chegar a esse tipo de detalhe. Ela deve garantir autonomia.

E para concluir, eu queria dizer que, em nossa opinião, esse debate tem que ser mais amplo, justamente como disse o Senador Cristovam no início, na abertura da reunião. A gente deve discutir a relação da universidade com a sociedade, a gente deve discutir como que a universidade se organiza para poder cumprir o seu papel relevante para a sociedade brasileira e como que essa relação vai se organizar.

Então, por isso, o Proifes-Federação, assim como a Andifes também, possui um projeto de lei orgânica de autonomia universitária, de lei orgânica das universidades e dos institutos federais, que prevê, entre outras coisas, na questão da eleição para reitor, como eu já disse antes, que ela se deu autonomamente dentro da universidade, mas prevê uma série de outras questões que nós julgamos que são muito importantes. Ela prevê a criação de um conselho interuniversitário composto pela sociedade, pelas entidades sindicais, pelos reitores, pelo Parlamento, pelo Governo Federal, para que possa se discutir de uma forma ampla, na sociedade, como que se distribui, por exemplo, os recursos entre as universidades, quais os cursos que vão ser abertos, quais as áreas que a universidade tem que cumprir.

Além de uma série de outras questões que eu não teria tempo de colocar aqui como a autonomia das procuradorias, como a questão do orçamento, enfim, uma série de outras grandes questões.

Então, vou passar às mãos do Senador Cristovam o nosso projeto de lei, anteprojeto de lei orgânica de autonomia, pois eu acho que esta Casa tem a necessidade de fazer um debate bem mais amplo sobre a questão.

Especificamente, então, sobre o projeto de lei em tela, a nossa opinião é de que ele não deve... Ele deve, sim, acabar com a lista tríplice, deve, sim, acabar com as formas atuais de escolha de reitor, mas repassando autonomia universitária na forma como os dirigentes serão escolhidos.

Muito obrigado.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Senador Cristovam, eu queria só fazer uma...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Só para saudar o Gustavo Balduino que está conosco. E vou deixar por último, já que está aqui, chegou agora.

Quero dizer que – me esqueci de avisar – nós estamos colocando dez minutos, por isso tocou a campainha, mas se precisar de mais tempo não se preocupem, nós vamos respeitar.

Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Quero cumprimentar V. Exª pela importância do tema requerido. Quero cumprimentar, também, o nosso Magnífico Reitor Ivan Camargo, da Universidade de Brasília; o nosso Presidente da Academia Mundial de Arte e Ciência, Heitor Gurgulino; o Secretário Executivo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Gustavo Henrique Sousa Balduino, amigo aqui de Brasília – não é, Gustavo? –; o Paulo Rizzo, Presidente do Sindicato dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), um abraço; o Marcos Formiga, Presidente Professor-Pesquisador da Universidade de Brasília – UnB, na qual me formei em Engenharia Elétrica, em 1982, na turma do Ivan Camargo, estudamos juntos; e, também, o Eduardo Rolim Oliveira, Presidente da Federação dos Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais e de Ensino Técnico e Tecnológico (Proifes), parabéns pela exposição.

É um assunto bastante relevante e que mexe bastante com a comunidade científica, com os alunos e com os funcionários.

Eu me lembro muito bem de que eu entrei na UnB em 1978 e saí em 1982, em fevereiro. Então, foi o meu período universitário, de 1978 a 1982, período no qual não havia democracia e o nosso Reitor era o Zé Carlos Azevedo e havia toda uma luta para conquistar essas liberdades que hoje nós temos. Estamos aqui hoje tendo condições de estar discutindo a questão de uma escolha, de um processo de escolha democrática para reitor e vice-reitor. E lá a gente enfrentava toda aquela questão do Azevedo naquela época e, depois, acabamos conquistando. E o Cristovam passou a ser o nosso reitor, logo depois que a gente conseguiu conquistar a liberdade do direito de escolha.

Eu parabenizo V. Exª por esta discussão, acho que o projeto que V. Exª apresenta, dar paridade aos três setores principais da universidade, é muito importante, pelo que eu conheço.

Tenho três filhas que estudam na UnB, então, eu sei o tanto que é importante a participação dos alunos – que não podem ficar de fora –, mas tem que haver uma proporcionalidade, tem que haver uma situação na qual os professores tenham um peso significativo e os funcionários também. E que essa escolha seja entre pessoas renomadas e graduadas, para não haver nenhuma falta de sequência com aquele que vai assumir.

Então, eu parabenizo V. Exª pelo seu projeto, parabenizo pelo debate. Eu vou ter que sair, porque tenho audiência pública agora – da Consciência Negra – no plenário. Eu vou ter que ir para lá. E também há a CMO. Eu só não queria deixar de cumprimentá-los e passar por aqui para apoiar essa importante iniciativa do nosso Senador Cristovam Buarque.

Ontem, nesta Casa, tivemos um dia muito triste. Nós tivemos que acatar algumas questões, encaminhadas pelo STF, acerca de uma pessoa muito amiga e querida de todos nós. Mas eu creio que a justiça e a racionalidade irão prevalecer. E foi o que esta Casa fez, confiando na Justiça brasileira e dando credo à questão da posição que o STF definiu, esta Casa referendou aqui e espero que tudo corra bem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado ao Senador Hélio José. E eu passo a palavra agora ao Prof. Ivan Camargo, reitor da minha Universidade de Brasília.

O SR. IVAN CAMARGO – Da nossa universidade, Sr. Senador. É uma honra estar aqui com o senhor, Senador. Meu caro amigo, Senador Hélio. Quero cumprimentar o Gustavo, Eduardo, Sr. Heitor, Paulo Rizzo e o meu amigo Formiga.

Vou tentar ser breve, Senador, mas eu queria cumprimentá-lo pela iniciativa. Falar de eleição, falar de forma de definir o reitor da universidade, mais do que isso, definir a governança da universidade. Vários colegas, Senador, falaram: "Ivan, não vá. Ano que vem há eleição na Universidade Brasília. Não fale nada! Tudo o que você falar pode ser usado contra você!" Então vou ser muito cauteloso. Até que posso, sim, não é, Senador, há essa possibilidade de ser candidato no ano que vem. E, na Universidade de Brasília, foi combinado lá atrás, antes das últimas eleições, que não haveria nenhuma mudança nesse processo. Então é bom falar isso, não

está prevista nem programada nenhuma reunião do conselho, que haja qualquer tipo de mudança na Universidade de Brasília.

Agora, insisto um pouquinho que é fundamental a discussão da governança. Não acho que esteja razoável a governança hoje. Há uma dificuldade muito grande de você lidar com os problemas acadêmicos. E aí nós não botamos a culpa em ninguém! Usando nossa autonomia, nos organizamos de uma maneira em que está muito difícil tomar decisões importantes. Eu participei – eu não posso colocar a culpa em ninguém – das definições da expansão da nossa universidade, viu Cristovam, quanto ao Reuni. E me incomodaram vários processos. Ficamos muito fechados internamente, em vez de ouvir o que a comunidade estava querendo. Se ouvíssemos o que a comunidade estava querendo, evidentemente abriríamos mais mil vagas de Medicina – que tem 120 candidatos para uma vaga. E não, abrimos vagas onde tinha um candidato por vaga. Então, um equívoco da nossa forma de governança, da nossa forma de decisão.

Senador, eu tenho – não deveria me meter muito nesse assunto –, sim, críticas ao processo atual, à forma como estamos definindo o nosso reitor, eu tenho sérias críticas! Uma – que eu tenho certeza que o senhor concorda comigo – é que essa forma de seleção tende a uma partidarização da universidade. Não há jeito de ser diferente! Então, candidato partido a, candidato do partido b, com apoio dos seus partidos, fazem com que esse processo eleitoral seja distorcido e atrapalhe enormemente o andamento da universidade.

Tivemos ontem, Senador, um debate interno na Universidade de Brasília, sobre o espaço acolhedor – uma forma que é indispensável para a universidade desenvolver projetos de ensino pesquisa. E tudo o que acontece pós-processo eleitoral é mais ou menos uma divisão interna da universidade, um Fla-Flu, uma coisa: "Ah, você é meu inimigo".

Absolutamente inútil para a vida acadêmica. Então, isso incomoda bastante, atrapalha bastante a governança da nossa universidade.

Uma segunda crítica que acho importante externar neste debate é a questão de que esse processo, como foi o processo do Reuni, que critiquei agora há pouco, está muito fechado internamente na universidade. Nós nos fechamos, os professores, os servidores, os estudantes, internamente, sem uma participação maior da comunidade. Não me parece que é o caminho correto para a definição dos nossos reitores.

Como sugestão – e tenho ouvido muito – aproveitando que há outro Senador ex-aluno, meu colega, uma comunidade que talvez pudesse fazer parte, Senador, seria a comunidade dos ex-alunos da universidade. É impressionante como a comunidade dos ex-alunos é uma comunidade isenta e torce muito para que a universidade dê certo. Não sei se vale a pena botar ou não botar, mas tenho essa certeza de que nossos ex-alunos têm um carinho muito grande e teriam esse cuidado de eventualmente participar, representando a sociedade numa definição mais isenta e com mais participação da sociedade.

Ouvindo o colega Eduardo Rolim falando, parece-me também, em tese... Os colegas da Andifes... O Gustavo está aqui. Costumo discordar de tudo o que o Gustavo fala, mas é difícil discordar dele, porque ele também é ex-aluno da UnB, muito bem formado, com uma oratória muito boa. A Andifes está querendo, de fato, uma lei que defina autonomia e a minha posição é ao contrário. Toda lei restringe autonomia, sempre. Não há uma que não restrinja.

Gostaria de fazer o processo inverso. Vamos confiar nas universidades. Se houvesse um consenso de que assim é muito melhor ou assado é muito melhor, poderíamos fazer a lei, mas não há esse consenso. Caminhar na direção de confiar na universidade: "Vocês vão definir como fazer." Isso me parece que, neste momento, seria mais sensato do que amarrar. Eventualmente, com os processos avançando talvez consigamos uma definição mais clara de como é melhor. Em muitas situações, a definição da Universidade de Brasília pode ser diferente do Rio Grande do Sul, que é diferente do Ceará, Piauí. Dar essa liberdade às universidades me parece que seria uma ação muito, muito, positiva.

Então, em defesa da autonomia, em defesa também de uma consulta mais ampla à sociedade, tirar a universidade e ir contra, ir fortemente contra, não a politização. Claro que todos nós fazemos política constantemente na universidade, isso não tem o menor problema. Agora, a reitoria não pode estar partidarizada, não pode estar dividida, não pode dividir a comunidade acadêmica, porque aquele espaço tem que ser espaço para diversidade de pensamento, para liberdade, para que consigamos inovar e fazer ciência.

Então, eram esses pontos que queria trazer para este debate.

Agradeço muito, Senador, a honra de estar aqui. Comentei com ele que vou pedir para tirar uma foto e colocar no meu currículo do lado do meu Senador.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Primeiro, essa honra é mútua; segundo, não precisaria, porque temos centenas de fotos juntos como colegas. Depois, você é meu chefe como reitor da universidade que me emprega.

Quero passar a palavra agora a uma das figuras pelas quais tenho a maior admiração, que é o Professor Heitor Gurgulino, por sua formação no ITA, pelos cargos que ocupou no mundo acadêmico no Brasil e até por ter sido, por dez anos, reitor da Universidade das Nações Unidas, em Tóquio. Ele não foi apenas reitor, mas posso dizer que ele foi o reitor. Ele que fez aquilo que estava engatinhando caminhar de cabeça erguida.

Aliás, por coincidência, viajo hoje para lá, porque sou membro do Conselho da Universidade.

Prof. Gurgulino.

O SR. HEITOR GURGULINO – Muito bom dia a todos. Muito grato ao Senador Cristovam Buarque por esse convite para participar deste debate.

Não sei se estou atualizado para isso, porque quando passamos dos 80... Já estou com 87 e já me afastei dos trabalhos da universidade há alguns anos.

Gostaria de mencionar, rapidamente, que tive três experiências de reitor de universidade: a primeira foi na Universidade Federal de São Carlos, em 1970, ainda na época do governo militar. Era uma lista sêxtupla de nomes que foram colocados.

Eu fui contratado professor um mês antes da reunião do conselho universitário, que fez a lista sêxtupla. E, finalmente, eu fui escolhido reitor. Foi uma experiência fantástica ser o primeiro reitor da Universidade Federal de São Carlos, que só tem esses poucos anos de vida, mas já se encontra entre as quinze primeiras do Brasil. Eu fico muito orgulhoso por isso, que as sementes plantadas naquela época produziram um trabalho.

Mas realmente o trabalho na Universidade Federal de São Carlos foi um pouco, também, reflexo da minha vivência no ITA, que o Cristovam acabou de mencionar. Eu fui também professor do ITA com 22 anos de idade em 1950. Portanto, dei aula para o primeiro presidente da Embraer, que foi criada dezesseis anos depois.

A experiência do ITA era o seguinte: professores de tempo integral, alunos de tempo integral, não colar. Eram os princípios básicos de funcionamento do ITA. E realmente um grupo de professores internacionais, não só brasileiros como de outros países. O que interessava era a melhor qualidade para a formação dos alunos. Realmente, o ITA sempre foi uma escola que foi excelente para os alunos.

Segunda experiência depois de São Carlos, Senador Cristovam mencionou, foi a Universidade das Nações Unidas. Lá, a escolha do reitor é feita pelo conselho universitário da Universidade das Nações Unidas, que tinha na época 24 membros, por uma comissão presidida pelo presidente do conselho, o representante do secretário-geral das Nações Unidas, o representante do diretor-geral da Unesco e dois membros do conselho.

Eram cinco pessoas nesse comitê, que tinham que fazer uma lista de não menos de três e não mais que cinco nomes do mundo inteiro. Então, é um processo diferente do que nós estamos falando aqui de seleção, mas para dizer que há um critério que funciona, me parece, razoavelmente para essa Universidade das Nações Unidas.

Porém, agora o conselho foi reduzido à metade, de maneira que eu não sei como é que vai ser o processo de escolha no futuro. É independente de país, independente de política, independente, vamos dizer assim, de qualquer outra coisa que não fosse o mérito dos candidatos que foram selecionados para essa lista.

Finalmente, a minha terceira experiência foi aqui em Brasília, no Senado Federal. Precisamente, eu fui escolhido vice-reitor acadêmico pelo Presidente do Senado Federal na época. Era uma escolha direta, não tinha processo, não tínhamos um conselho. Temos um conselho universitário, mas a indicação do reitor, já está no estatuto, é o próprio Presidente do Senado. Os vice-reitores acadêmicos, executivos, administrativos são indicados pelo reitor, que é o Presidente do Senado.

São três experiências que eu tive na minha vida nesses meus 65 anos de vida acadêmica. Na verdade, eu acho que é uma boa ideia a lista tríplice, não vou ser contrário a essa ideia. Acho que foi interessante porque você dá uma opção para o próprio conselho universitário e para a comunidade acadêmica escolher um, dois ou três nomes.

Agora, eu acho que eles têm que ser indicados em função do número de votos que obtiveram: um, dois, três. E diria que, normalmente, a escolha deve ser do primeiro da lista. Esse é o consenso da comunidade universitária. No passado, ocorreram distorções. Houve casos de universidades brasileiras públicas federais que escolheram o nome mais votado porque ele, precisamente, era da área médica e o grande número de funcionários do hospital da universidade levou a que ele fosse o primeiro indicado. Então, ele foi escolhido reitor e realmente não estava qualificado para essa função. Esse é um caso que existe, concreto, um caso brasileiro.

Um nome só, com o maior número de votos, pode ser a escolha. Eu não estou muito favorável a essa proposta do projeto de lei que está em discussão, que é a eleição paritária, 30%, 30%, 30%. Eu preferiria, se tiver que haver uma proporção, que ficassem com 70% os docentes participantes. Eu preferiria essa porque eu acho que os alunos vão passar quatro, cinco anos na universidade, os funcionários estarão lá o tempo todo, mas realmente quem dirige a universidade são os docentes.

Agora, pode ser – e isso é importante – que o conselho universitário tenha não só representantes da comunidade universitária, da comunidade externa, representantes das associações de classe, sindicatos, o que seja, mas que possa ter uma participação externa à comunidade. Acho isso importante porque realmente, na própria Universidade Federal de São Carlos, nós tínhamos participantes da comunidade que pertenciam ao nosso conselho.

Acho que é importante pensar no mérito. Esse é um ponto. Não é só a questão de popularidade. Pode haver um partido apoiando um candidato, mas eu consideraria o mérito.

Esse é o ponto chave, na minha opinião, para a escolha do reitor.

Então, finalmente, eu preferiria a Lei nº 9.192, de dezembro de 1995, que ela se aplicasse também aos dirigentes dos institutos federais, que têm uma outra lei que dá essa composição paritária de 33,3%. Na minha experiência vivida no Brasil e fora do Brasil, uma participação da comunidade externa é importante, mas o ponto principal deve ser o mérito dos candidatos que vão ser indicados nessa lista.

Essa é um pouco a minha opinião, Senador Cristovam. Eu estou afastado da universidade já há alguns anos, mas a minha vivência, a minha experiência mostra isso.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, professor.

Eu quero aproveitar para dizer que esse projeto que estamos discutindo não é meu; eu sou o Relator, e a minha ideia é apresentar um substituto. Eu não vou ficar preso ao projeto, porque é uma prerrogativa que eu tenho como Relator. Quando vier para cá, pode-se até voltar para o anterior, mas a minha ideia não é ficar preso a esse projeto. Eu acho que o assunto é muito mais complexo e exige muito mais reflexão e uma proposta mais consistente.

Eu quero, antes de passar a palavra para o Prof. Paulo, dizer que está presente a Léia de Souza Oliveira e outros da Direção da Fasubra, do sindicato dos trabalhadores em educação das nossas universidades federais.

Prof. Paulo.

O SR. PAULO RIZZO – Bom dia! Eu queria, em primeiro lugar, saudar o Senador Cristovam, o Prof. Cristovam pela iniciativa de fazer esta audiência pública. Como ele acabou de dizer, ele é Relator e terá que fazer um substitutivo, ter um posicionamento ao construir alguma proposta a partir do que foi apresentado.

Então, é extremamente importante que estejamos nesta Mesa – eu saúdo a todos –, fazendo este debate. E como este debate diz respeito à participação dos segmentos e, como se escolhe os dirigentes – e o Senador acabou de mencionar a presença dos representantes da Fasubra –, eu penso que seja importante, porque nós aqui todos somos representantes de professores, que os segmentos técnicos, de servidores técnicos, administrativos e de estudantes também sejam ouvidos e possam se expressar neste debate, porque, senão, ele vai ser viciado. Como nós vamos decidir sobre... Como vai se estabelecer uma lei que vai decidir sobre a participação dos segmentos que compõem a universidade, no processo de escolha, sem ouvir a todos? Então, fica a minha sugestão para que todos possam ser ouvidos.

Já foi colocado aqui que a escolha de dirigentes está relacionada à questão da autonomia. A autonomia é um tema antigo e muito caro para produção e difusão do conhecimento. O debate da autonomia vem desde a luta de afirmação da ciência, nos séculos passados, contra a inquisição, contra os preconceitos, e a própria ideia da laicidade na educação, da autonomia, tem a ver com a liberdade da produção e difusão do conhecimento.

Então, a autonomia não é apenas uma questão democrática ou de gestão; ela está associada à liberdade da produção do conhecimento, à própria possibilidade do desenvolvimento do conhecimento. Houve muitas lutas, ao longo da história, em vários países, pela autonomia. Registro, na América do Sul, a luta dos estudantes de Córdoba pelo alto governo das universidades, que significa a universidade definir a sua própria governança, e os constituintes consagraram a autonomia como um princípio no texto constitucional, no art. 207.

Reparem que o art. 207 não pede lei complementar. Vários dispositivos constitucionais dizem, conforme a lei, que aquele princípio terá que ser regulamentado por lei. O art. 207 diz que as universidades gozam de autonomia didático-científica, de gestão financeira e patrimonial, afirma o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, mas não diz conforme a lei nem reclama uma lei regulamentadora. Então, eu queria levantar isso como primeiro elemento, porque isso não quer dizer que não possam existir leis infraconstitucionais que regulem questões relativas às universidades, mas não pode haver uma lei que queira regulamentar algo que já está definido na Constituição e que venha, de alguma forma, a reduzir ou cercear essa autonomia.

Nós, como sindicato, temos lutado muito em relação a um elemento constitucional que diz, por exemplo, e a Constituição o faz quando fala dos servidores públicos, que eles têm direito à sindicalização e o direito de greve, conforme a lei. Bom, todos os projetos de lei que surgiram até hoje para regulamentar o direito de greve, de alguma forma, vão restringindo esse direito. Então, é o mesmo o raciocínio com relação à autonomia.

A autonomia significa duas coisas: a primeira é que os processos são definidos conforme as universidades assim o decidem; e a segunda é que garantia da autonomia é ter o financiamento público garantido, não há autonomia de produção do conhecimento sem que haja os recursos que possam financiar.

Bom, qual é o problema desse projeto de lei? O problema desse projeto de lei é que ele tenta substituir uma lei existente, uma lei que, na nossa interpretação, já fere o art. 207, porque a lei hoje existente sobre a escolha de dirigentes, que estabelece, caso haja consulta... E mais grave, algo que nós queremos destacar aqui: por que a nomeação é pelo Presidente da República? Por que tem lista tríplice? Se tem lista tríplice, seja qual for o processo de escolha, cabe ao Presidente da República decidir entre os três que ali foram indicados.

Nós já tivemos um problema, na época em que o Paulo Renato era Ministro, na nomeação de um reitor da UFRJ, porque ele não escolheu aquele que tinha sido o mais indicado pela comunidade, mas ele estava respaldado na lei para fazer isso.

Então, o nosso entendimento é de que não tem que haver dispositivo legal regulamentando a escolha de dirigentes. E as universidades vão definir. E, dentro das universidades, podem existir coisas diferentes, porque, dentro das universidades, na sua estrutura interna, há diferenciações.

Eu quero dar o exemplo da Universidade Federal de Santa Catarina, onde eu trabalho. Desde a primeira eleição que houve até agora, recentemente acabamos de ter eleição, as eleições são paritárias. No entanto, dentro da universidade, há unidades em que a eleição não é paritária. Há unidades em que o peso dos professores é 70%; há unidades, como aquela em que eu trabalho, por exemplo, em que a eleição é universal. Parece que vivemos uma contradição, mas não há contradições. São relações políticas diferentes. E são políticas mesmo, que se constituíram das correlações de força, dos entendimentos de cada setor, o que levou a essas diferenças. E eu acho que as universidades podem ter formas de escolha diferentes, tanto é que há hoje essas formas diferenciadas.

Por fim, para concluir, penso, portanto, que não só a escolha de dirigente, mas também a autonomia como um todo não requer regulamentação. A participação da sociedade é importante, mas é preciso entender que a sociedade está presente dentro da universidade, compreender que o segmento estudantil é aquela parcela da sociedade que está usufruindo daquela prestação de serviço público. Então, ela já está, de alguma forma, presente, não que não possa haver outros segmentos participando, mas é preciso olhar os estudantes, compreendendo que eles são a parcela da sociedade que está ali recebendo aquele serviço.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO RIZZO – Quero mencionar, para concluir, mais um artigo da Constituição, que é o art. 206, que estabelece os princípios da educação. Há uma PEC tramitando, a PEC 395, que quer fazer modificação num dos itens do art. 206, que é o item que fala sobre a gratuidade do ensino nos estabelecimentos oficiais.

De acordo com essa PEC, que está tramitando na Câmara, faria uma exceção para os cursos de especialização, mas é curioso, porque o *caput* do artigo permanece: "A educação se baseia nos seguintes princípios:" – lá num item vai dizer – "gratuidade dos estabelecimentos oficiais, exceto para...". Na hora em que você estabelece "exceto", você acaba com o princípio, porque não cabem exceções em princípio.

Eu estou chamando a atenção, no final da minha fala, para isso, porque eu penso que é preciso entender, quando se trata das definições legislativas, o que os Constituintes estabeleceram. Quando fala da gratuidade dos estabelecimentos oficiais, estabeleceram isso como um princípio, pela razão de que o conhecimento nos estabelecimentos oficiais é público. Esta é a função da universidade pública: a produção e a difusão pública do conhecimento. Por isso, ela tem que ter uma gestão democrática, autônoma. Acredito, portanto, que não deve haver lei regulamentando a escolha de dirigentes.

Desculpe por ter passado um pouquinho. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Agradeço muito, professor.

Passo a palavra ao Prof. Marcos Formiga.

O SR. MARCOS FORMIGA – Bom dia para todos.

Eu queria saudar, inicialmente, o Senador Cristovam Buarque, Relator do PLS em discussão nesta audiência, saudar os ilustres colegas que compõem esta Mesa, saudar também, pela presença, a Senadora Regina Sousa, que representa o Estado do Piauí, e as lideranças de estudantes, de funcionários, de professores aqui presentes.

Prof. Cristovam, nada mais oportuno do que esta provocação. A universidade brasileira clama por reforma. A universidade realmente deveria estar em permanente mutação, portanto, em permanente reforma. A nossa está congelada, esclerosada.

Desde 1968, não se faz uma reforma de fato. Tentou-se, no início deste século, fazer uma reforma. Foi pedido um regime de urgência urgentíssima, e o próprio Executivo suspendeu. Naquela ocasião, mais de 200 instituições foram convocadas para contribuir para a reforma da universidade ou, como eu melhor denomino,

a reforma da educação superior, uma vez que nós vivemos num país onde universidade é exceção. Em 2.400 instituições de educação superior, apenas pouco mais de 200 são de fato universidades. Então, não podemos falar apenas em reforma da universidade, mas sim em reforma da educação superior. É o que clama o Brasil.

Na ocasião, estava na assessoria da Presidência da CNI quando o então Ministro Tarso Genro foi à CNI pedir a colaboração do setor empresarial. Eu acredito que a CNI levou muito a sério aquela solicitação do então Ministro e apresentou uma proposta que a Academia Brasileira de Ciência e a SBPC consideraram como uma das melhores contribuições feitas ao projeto. Lamentavelmente, ele não foi à frente. O projeto foi substituído por – dizia-se dentro do Ministério – um rearranjo nas universidades federais através do Reuni, aqui já citado pelo Reitor Ivan Camargo.

É um momento muito importante utilizar esse projeto, no meu entender, bastante incompleto e infeliz, do Senador Delcídio do Amaral, e se substituir por algo mais consistente, mais de acordo com o que o País e o seu sistema universitário reclamam.

Para isso, eu tentei fazer uma apresentação breve, em que faço um retrospecto do que acontece lá fora. Universidade é uma instituição muito influenciada pela sociedade, não apenas a sociedade brasileira. Conhecimento, ciência, tecnologia, universidade, educação superior é algo que perpassa as fronteiras do País. Portanto, para fazer uma boa reforma, temos de ver, estudar, conhecer, analisar, adaptar o que existe de bem-sucedido lá fora.

Aqui está o exemplo. Primeiro, eu começaria fazendo uma correção: na própria discussão aqui, *a latere*, eu conversei com o Senador Hélio José e disse que não é o Senador Cristovam que está propondo a proporcionalidade, que é da autoria do próprio PLS do Senador Delcídio. Essas correções precisam ser feitas. Daí a breve referência à legislação anterior e à legislação que está em vigor.

Em 1968, como já foi referido, houve aquela reforma universitária incompleta – é a última. Lamentavelmente, apenas foram extintas cátedras, que foram substituídas pela departamentalização. O mundo inteiro já não utiliza departamentos, o mundo inteiro já não usa departamentos unidisciplinares, e nós continuamos, 40 anos, 50 anos depois, insistindo com o modelo ultrapassado. Então, havia aquele viés do sistema autoritário e a lista sêxtupla, a que ao Prof. Gurgulino se referiu, pela qual ele foi escolhido para a Universidade Federal de São Carlos. Não havia nenhuma consulta externa. O Conselho Universitário era autônomo e exclusivo ao fazer a definição dessa lista.

Em 1995, lembrem bem que saímos do regime ditatorial e o País clamava por democratização. Em boa hora, a universidade, mesmo não tendo isto na sua legislação, tentou democratizar o processo. Lembro-me muito bem da escolha direta, não autorizada pelo então Reitor da UnB, quando, no primeiro turno, ganhou o nosso colega de departamento – meu e do Cristovam – Prof. Dércio Munhoz. O Ministro não levou em conta. O então Conselho Universitário propôs pelo sistema antigo, e o matemático Geraldo Ávila foi, contra tudo e contra todos, nomeado Reitor. Ainda bem que a Nova República assumia, com a redemocratização, e a movimentação na Universidade de Brasília, em todos os seus segmentos, e a sensibilidade do então Ministro da Educação Marco Maciel fizeram com que a universidade fizesse uma nova consulta. E foi feita pela ADUnB, não foi ainda pelo regime de legislação autorizada. Foi quase uma consulta em paralelo. E o Prof. Cristovam liderou essa consulta e, finalmente, foi nomeado para a pacificação da Universidade de Brasília.

No governo Fernando Henrique se estabeleceu uma nova lei da consulta facultativa – facultativa, olhem bem –, em 1995, levando essa proporcionalidade. Eu acho muito simpática a forma de democratização em que o corpo docente tem e deve ter, majoritariamente, a preferência nessa escolha, ouvindo os outros dois segmentos em proporções iguais.

A LDB – e aqui se faz referência histórica ao nosso amigo e responsável pela sua aprovação, Senador Darcy Ribeiro – consagra o conteúdo daquela legislação anterior. Reafirma, portanto, a proporcionalidade prioritária para o corpo docente.

E, finalmente, veja bem como demorou, de 1968 a 1995, se retira aquela parte autoritária que ainda constava na legislação.

Em 2008, com a criação dos institutos federais – vejam a contradição do Ministério da Educação –, há uma lei, na LDB, quando se estabelecem os institutos federais, ele sequer obedece àquilo que determina LDB, a lei maior da educação brasileira. E lá está, para estranha compreensão, a paridade um terço entre os três segmentos.

Finalmente estamos chegando ao tema desta audiência pública, o PLS que determina...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS FORMIGA – Professor, eu tenho mais tempo para falar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Fique à vontade.

O SR. MARCOS FORMIGA – Obrigado.

Ele propõe, através de uma informação muito superficial, consultou a universidade de Brasília e, na Universidade de Brasília, informa-se que, das 57 instituições de educação superior, 37 optaram ou realizam escolha através do sistema proporcional. Eu acho essa uma estatística completamente furada, mas é a que consta na apresentação do projeto.

Chegou a hora, portanto, de se fazer uma reflexão mais profunda, e necessária, e urgente sobre a governança – talvez esse seja o termo melhor, concordando com o reitor – do que apenas a escolha dos seus dirigentes.

Espero que tenha prosseguimento o requerimento do Senador Cristovam Buarque e saia apenas da restrição apresentada pelo PLS de escolha de dirigentes. O problema é muito maior do que esse.

Como é que isso acontece lá fora? Eu peguei dois exemplos, dois países com universidades acima de qualquer suspeita pela sua qualidade: o exemplo americano e o exemplo inglês. Mas volto a ter um caso particular brasileiro, que está indo muito bem e precisa ser lembrado.

Nos Estados Unidos, escolhi Harvard. Analisei também a Yale, que é muito parecida, mas preferi trazer aquela que é considerada a mais bem avaliada universidade do mundo. O processo lá é assumidamente autocrático: professor, aluno e servidor não votam. Como é que eles fazem? É absolutamente ditatorial? Não, existe um sistema de consulta, uma espécie de pesquisa de opinião no ano anterior à escolha. Professores, estudantes e servidores sugerem nomes a dois colegiados: o Harvard Corporation, que equivale ao conselho do reitor com seus decanos, pró-reitores – esse é o órgão máximo da Universidade de Harvard –, ouvindo o comitê de supervisão, que tem 30 membros.

Aqui, novamente o comentário: a participação, dita pelo Prof. Ivan, de valorizar o ex-aluno, as chamadas *alumni*, as associações de alunos, é fundamental. Se eles passaram por lá, na tradição anglo-saxônica, há sempre o interesse de manter contato permanente. A universidade manda, a cada dois anos, uma ficha para saber onde estão e o que fazem. Então não se perde nunca o contato com a universidade no exterior. E eles são muito ouvidos.

Quando a lista sêxtupla é elaborada, não significa a obrigação de ser sequer um professor da própria universidade. Muitos reitores de outras instituições são candidatos e são escolhidos. E o sucesso é tão grande nesse processo que há reitor da Universidade de Harvard que passou 40 anos no cargo sucessivamente sendo reconduzido pela avaliação do seu desempenho. E esse desempenho tem um item importantíssimo. Reitor, na estrutura anglo-saxônica, significa, antes de tudo, ser capaz de alavancar recursos financeiros. Esse é um item determinante. Se ele é um bom captador de recursos, ele permanecerá lá. É claro que há outros fatores, mas estou falando do ponto-chave para essa recondução.

Só para se ter uma ideia, o *endowment* da Universidade de Harvard hoje rende US$37 bilhões anualmente. Isso significa 20% mais do que todo o orçamento da nossa maior universidade brasileira, a USP. O rendimento do *endowment* é 20% maior do que o orçamento da Universidade de São Paulo. Não estou falando do orçamento da universidade, mas do rendimento do seu fundo. É função do reitor fazer com que esse fundo seja cada vez maior.

Portanto o mandato é indefinido e vai depender do seu desempenho.

Vejamos o exemplo inglês. Há um anúncio de publicação, um edital nas maiores revistas, nos maiores jornais dizendo: há vaga para reitor da Universidade de Oxford, para a Universidade de Cambridge, para a Universidade de Londres, e assim por diante. Aí o comitê de seleção, formado pelo reitor e pelos membros da alta direção, contrata consultores externos. Vejam bem, há um trabalho de consultoria externa para que a seleção seja feita. Essa consultoria pode ser também composta por membros da própria instituição. Os candidatos submetem carta de interesse, formulário padronizado e *curriculum vitae*. O mais importante é ele se enquadrar na descrição do trabalho, *job description*: o que se quer do reitor, quais são os ônus, quais são os bônus. É um contrato. Ele sabe exatamente quanto vai ganhar a cada ano. Então há uma relação muito bem definida entre contratado e contratante.

Quanto às etapas da seleção, há as entrevistas, porque pode ser mais de uma, e a apresentação pública do plano, quer dizer, o comitê pode convidá-lo para, numa audiência pública, defender o seu projeto. Ele passa por entrevistas de tópicos específicos relativos à universidade, à pesquisa, à ciência e à educação no seu país. Ele faz dinâmica de grupo com o pessoal da comissão de seleção ou com grupos de pesquisa e professores da universidade. E quando há algum motivo, aplicam-se testes psicométricos. Se isso fosse adotado no Brasil, alguns candidatos a Presidente da República não teriam passado. E referências pessoais. Vejam que ele é examinado de uma maneira extremamente rigorosa não apenas quanto a sua capacidade intelectual, mas com relação à parte comportamental e a sua forma de liderança.

Ainda no mesmo processo, quais são os atributos que vão definir a escolha? Experiência na gestão de organizações complexas – não é fácil gerir, administrar uma universidade –; visão e pensamento estratégicos,

saber fazer escolhas; conhecimento do setor de educação superior; habilidades de articulação e negociação em rede; domínio em gestão financeira; reputação e reconhecimento profissional; comprometimento com equidade e diversidade; comprometimento com desenvolvimento dos colaboradores: funcionários, estudantes, consultores, etc.; e mandato com duração flexível – novamente, o tempo é definido em função do desempenho: se está indo bem, continua; se está indo mal, obrigado, até logo, está encerrado o seu contrato.

Para não dizer que não falei em flores, o Brasil também tem um caso a ser exposto como bem sucedido, e o exemplo está aqui perto, na esplanada. O MCTI está acertando, e acho que esse é um processo que vai melhorar cada vez mais. O que faz o MCTI, hoje, para escolher os dirigentes de seus institutos nacionais de pesquisa? O Ministro nomeia um comitê de busca. A portaria do Ministro é composta por cinco membros destacados da comunidade e externos à instituição. Não há nenhum membro que pertença ao próprio instituto para o qual está sendo escolhido dirigente. No edital, exige-se que seja feita uma lista tríplice a ser entregue ao Ministro para a escolha. Quais são os critérios? Ser cidadão brasileiro, nato ou naturalizado, com título de doutor e notório conhecimento e experiência profissional na área; visibilidade junto à comunidade científica e tecnológica; experiência em políticas públicas; capacidade de interagir com o setor empresarial para mobilização de recursos – vejam aqui a influência do modelo anglo-saxônico chegando ao Brasil, até porque alguns desses institutos são organizações sociais e, se não houver levantamento de recursos externos, eles terão dificuldades financeiras para se manter –; experiência gerencial e administrativa alinhada com as políticas setoriais do Governo Federal; liderança para motivar pesquisadores e colaboradores; visão de futuro para o crescimento científico e tecnológico do País; e comprometimento com o plano diretor da própria instituição e com as políticas de planos governamentais em ciência, tecnologia e inovação do Governo e do próprio Ministério. Esse é um bom caminho, no meu entender, a ser adaptado para os outros dirigentes de instituições de educação superior.

O cenário atual e futuro das universidades mostra uma mudança radical. O que chamamos de universidade, aqui, é muito diferente do que é a universidade lá fora. As nossas precisam se mirar, se espelhar no que acontece lá fora. Não dá para querer ser um país com uma das maiores economias do mundo e continuar com a limitada visão da educação superior brasileira. As instituições são muito menores do que a grandeza que o desafio estabelece.

As universidades hoje, no exterior, se fortalecem por meio de redes de pesquisa. Nesse item, eu diria que o Brasil, graças ao trabalho da Capes, do CNPq, das universidades federais e estaduais, principalmente paulistas, conseguiu formar uma rede de pesquisa, grupos de pesquisa de substancial qualidade. Nesse setor, vamos relativamente bem. Mas, com relação à articulação com o setor empresarial, a chamada tríplice hélice – academia, governo e empresa –, estamos ainda engatinhando.

A participação da sociedade nas universidades brasileiras é muito limitada e, consequentemente, muito limitada a participação do setor empresarial na governança dessas instituições. E não tem saída, gente. O mundo inteiro tem que apelar para esse bom casamento.

Crescente internacionalização e estímulo à mobilidade docente, discente e institucional. Fernando Seabra, que aqui esteve, Reitor de Coimbra, deixou um bom livro dizendo o seguinte: estamos vivendo, agora, uma quarta missão da universidade. Além da formação, da pesquisa e da extensão, a quarta veio para ficar e chama-se internacionalização. Qualquer instituição, para se chamar universidade, hoje, tem que ter um viés de internacionalização.

E essa mobilidade que começou com os professores na Idade Média e continuou com os estudantes no século XIX e nos séculos XX e XXI passou às instituições. Hoje, se você vai ao Catar, como nós, eu e o Reitor Cristovam, fomos e lá vimos os *campi* das melhores universidades do mundo ao lado do centro de convenções em Catar, as maiores universidades estão em Cingapura, então, as universidades são chamadas itinerantes. Elas não podem mais se restringir apenas ao local onde funcionam.

A valorização dos *rankings*. Quer dizer, todo mundo quer saber qual é a minha posição relativa no *ranking* internacional. Hoje, é um instrumento que o próprio Brasil, através da *Folha*, ainda em uma situação muito limitada, faz. E eu faço críticas severas ao *ranking* da *Folha*, mas elogio a iniciativa. Precisam ser feitos *rankings* cada vez mais frequentes para a gente saber quem está melhorando e quem precisa melhorar dentro do sistema universitário brasileiro.

Avaliação centrada no impacto econômico das publicações mais do que na quantidade de artigos. Nós somos o 13º em produção científica e o 27º em impacto das nossas pesquisas. Então, temos que inverter essa relação. A Suíça, um país pequeno, é o primeiro lugar em impacto na qualidade de suas pesquisas, quer dizer, não é preciso que sejam escritos tantos artigos, mas é preciso ter artigos de qualidade que sejam capazes de serem citados, recitados e que tragam efeitos de utilização pelo sistema produtivo, saiam da prateleira, saiam da revista científica e tragam benefícios para a sociedade.

Crescimento e atenção aos grandes desafios globais, sustentabilidade, propriedade intelectual, riqueza e bem-estar social.

Formação, pesquisa inter, multi e pluridisciplinar. É aquela extinção dos departamentos. Quem não extinguiu está na hora de extinguir, temos que trabalhar com setores. É aquilo que você fez há 35 anos, ao chegar à UnB: criar o Ceam e outros centros em que a temática é mais importante que a disciplina.

E, por último, a qualidade e meritocracia como vetores essenciais à classe mundial. Isso aqui é o que está acontecendo lá fora. Se queremos fazer uma boa educação superior, seja em universidades, seja em centros universitários, seja em faculdades, temos de, de certa forma, olhar com muita atenção o que se faz bem lá fora.

Concluindo e agradecendo a paciência de todos, sugestões, a título de conclusão. Substituir o processo de seleção, seja proporcional seja paritário – nem um nem outro, a meu ver, resolve –, por critérios profissionais meritocráticos adotados internacionalmente. De certa forma, já é utilizado com sucesso pelo MCTI para a escolha dos seus dirigentes nos institutos de pesquisa.

Redirecionar o centro dinâmico das discussões universitárias brasileiras, centradas em eleições de dirigentes – aqui anunciaram como partidarizada, como corporativistas –, para temas estratégicos e desafiadores, em busca do que se chama lá fora de multiversidade, não mais universidade. Já estamos em uma outra era, na era do conhecimento. E para isso temos que levar em conta a autonomia, que é um poder derivativo, não é autonomia que se dá a instituição; é a sociedade que confia autonomia à instituição.

Portanto, quando se fala em autonomia, e o nosso colega da Andes fez isso muito bem, o art. 207 apregoa, mas jamais foi regulamentado, e as universidades, aqui estão dois, três reitores, podem confirmar, em seus pronunciamentos já disseram isso, não existe autonomia na universidade brasileira. É uma tentativa muito tênue, muito tímida. Autonomia é coisa muito mais séria, muito mais importante do que o exercício que hoje fazemos muito limitadamente.

Qualidade, a palavra-chave, internacionalização, multidisciplinaridade, impacto e resultados reais, tangíveis para a sociedade. A universidade só tem sentido se ela estiver servindo à sociedade, ao povo. E esse sentir, esse servir significa melhorar a qualidade de vida da população.

Por último, agradecendo a todos, fica aqui uma lembrança do sempre lembrado Eduardo Galeano: "Somos o que fazemos, mas, principalmente, o que fazemos para mudar o que somos".

A universidade brasileira precisa de mudança.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Formiga. Só queria acrescentar – pode deixar esta última; é a última, não é? – que eu sou um admirador do Galeano, nunca o conheci, mas quando ele fala em veias abertas da América Latina eu sempre digo: o ruim não foi abrir as veias do Brasil, o ruim foi tapar os neurônios da nossa população. Se tivessem levado todo o ouro, todo o ouro, todo o ouro, e deixassem uma população educada, a gente não iria sentir falta do ouro. Então, aqui eu vou, mais uma vez, também, dar uma contribuição. Somos o que fazemos, mas, principalmente, o que fazemos para mudar o que somos para conseguirmos, assim, mudar o mundo, porque mudar o que somos se não servir para mudar o mundo fica apenas como coisa de psicanálise.

Eu passo a palavra, agora, ao meu amigo Gustavo Balduino.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Presidente, pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Professora Regina, que nos dá a honra de estar conosco.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Desculpe interromper, mas é que aqui a gente tem n funções e estou sendo chamada para outra atividade, ficam as coisas no mesmo horário. Eu gostaria de ouvir a todos, mas queria dar a minha pequena contribuição sobre o assunto, porque preciso sair para outro compromisso.

Então, primeiro, quero cumprimentar a todos. Senti falta do segmento servidor entre os convidados, porque faz parte, tem voto, tem direito a voto e acho que deveria também estar aqui sendo ouvido.

Mas, primeiro, gostaria de dizer que sou pelo princípio da escolha pelo voto. Acho que não inventaram nada ainda melhor do que essa forma de se escolher as pessoas pelo voto, porque a gente pode errar, mas pode acertar depois.

E acho que não tem que ter lista tríplice; seria o mais votado, se a gente está falando de democracia. Na lista tríplice, você corre o risco de colocar alguém que não representa quase nada. O terceiro colocado pode ter tido uma representação ínfima e pode ser escolhido. Então, eu acho que não tem que ter. Acho que o Prof. Marcos está no ideal, mas ainda bem distante de nós, estou falando da nossa realidade agora. Então, eu acho que quem tem que estabelecer tudo é o regimento da universidade, porque lá já vão estar previstos os impedimentos de quem não pode participar, lá vão estar previstas as condições de destituição, no caso de não

estar atendendo. Então, não vejo porque ter essa interferência de uma lei muito rígida, porque eu acho que qualquer segmento que se sinta prejudicado vai para a luta, vai para cima e acaba impondo a mudança. E é muito melhor que a mudança nasça do processo democrático. Então, acho que não precisaria ter lista tríplice e o percentual teria que ser estabelecido lá na discussão democrática também, porque, suponho, os regimentos são discutidos democraticamente nas universidades, então, deveria estar lá, não precisaria formalizar em lei, porque cada um iria estabelecer o que lhe convém.

Fiquei preocupada sim! Estudantes passam – não sei quem falou –, mas eles estão sempre presentes, são outras pessoas, então, acho que eles têm que participar também, porque eles estão ausentes como pessoa, CPF, mas outros estão lá, são destinatários do serviço, então, têm que opinar, não tem como. E já falei dos servidores, que eu acho que também precisavam estar aqui sendo ouvidos.

Há alguns pressupostos. Por exemplo, eu vi ali: bom captador de recursos como sendo talvez a qualidade mais importante em alguns lugares. Mas pode ser um bom captador de recursos e ser um péssimo gestor, porque a gestão não é só isso, a gestão é coletiva, é democrática. Por isso tem que ter mandato. Não podemos ficar muito tempo – como 40 anos – com uma pessoa que seja autoritária, um ditador; não dá!

Então eu acho que tem que ser a eleição pelo voto direto, voto universal. Nada de conselhos, porque os conselhos podem já ter o vício de sua formação na origem. Então eu acho que é voto universal mesmo, estabelecidos os percentuais como prevê o regimento.

É claro que é o Presidente da República quem nomeia, porque é um cargo público federal. Vai nomear – só o ato de nomear –, mas a indicação já veio, é uma pessoa só, já escolhida pela comunidade universitária. Acho que, com todos os erros que possam acontecer, essa ainda é a melhor forma de se escolher os dirigentes.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Senadora. Eu só quero dizer que, um dia desses, Senadora, eu conversava com um amigo meu que é vizinho da Universidade de Brasília e ele estava dizendo que queria votar para o próximo reitor, porque toda vez que aumenta uma vaga lá ele perde mais cinco minutos no trânsito. Ele acha que sofre com a universidade. (*Risos.*)

Essa é uma brincadeira.

Mas, por exemplo, as mães que estão agora com crianças padecendo de microcefalia por causa do vírus Zika, essas mães têm que participar da escolha do reitor das universidades brasileiras! Porque, se a universidade ficar muito isolada dessas doenças pelas quais padece o povo brasileiro, ela não cumpre...

Então, não há dúvida, tem que ter voto! Agora, quem vota? Esse que é o problema. Votar só a comunidade leva a dizer que a comunidade é dona da universidade. Quem é contribuinte do imposto – e com esse imposto é mantida a universidade – não deve ter o direito de votar também? Como? Não sei, vamos conversar. Mas, o voto é fundamental. Agora, quem vota é realmente uma questão que temos que trabalhar para definir a escolha dos reitores.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Só para complementar isso que você falou, quem vota? Eu acho que nós, na discussão, nos encontramos. Estamos vendo aí o Conselho Tutelar. Ainda está incipiente a votação, mas já é o voto universal. Então, qualquer eleitor pode votar para escolher o conselheiro tutelar da sua cidade. Ainda está pouco divulgado, mas já está melhorando muito. Já é a segunda eleição. Então, eu acho que encontraremos a forma na discussão. Sempre na discussão democrática.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – É isso que estamos fazendo aqui.

Gustavo.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DE SOUSA BALDUINO – Bom dia a todos. Bom dia, Senadora.

Senador Cristovam, quero parabenizar pela iniciativa desse tema relevante, cumprimentar os colegas de Mesa e dizer que o fato de ter ficado por último ajuda no sentido de ter todo o conjunto de informações já apresentadas para esse coletivo de forma a ganhar um pouco mais de tempo. Por outro lado, também, complica, porque muitas coisas já foram faladas. Mas é importante fazermos este debate e entendermos o processo histórico. Quando perdemos a noção da história, talvez tomemos decisões muito afobadas no momento, na circunstância e na realidade.

O Prof. Formiga e outros da Mesa relataram – como o Prof. Gurgulino – momentos da história do Brasil que tratam desse tema. De forma resumida, queria trazer para este debate que a universidade, primeiro, de alguma forma, espelha a sociedade. Então, o que está ocorrendo na sociedade brasileira, no caso, estamos falando da universidade brasileira e, em especial, da federal, que já é uma redução, um recorte muito grande em termos de ensino superior e em termos de universidade, nós não falamos sequer de 20% do ensino superior quando falamos das universidades, temos que compreender essa dimensão, mas dizendo que ela espelha um pouco a sociedade, quase sempre com maior intensidade.

Nós lembramos que, no período da ditadura, a universidade tinha um reflexo. O Prof. Gurgulino acabou de relatar que ele entrou um mês antes e virou reitor. E foi nomeado pelo Presidente da República, que escolhia em uma lista sêxtupla.

Em seguida, veio o processo de democratização do País, que influenciou a universidade também. E o Prof. Formiga relatou muito bem que o Cristovam foi um protagonista desse processo de transição dentro da UnB. Foi eleito o Prof. Décio Munhoz, não foi aceito. Foi nomeado o Prof. Geraldo Ávila, uma pessoa altamente reconhecida do ponto de vista acadêmico – ninguém tem dúvida disso –, que não resistiu à direção, porque não tinha legitimidade naquele processo de transição que ocorria na UnB, mas ocorria no Brasil inteiro também. Houve uma nova eleição e o Prof. Cristovam virou reitor.

Passado aquele primeiro momento de democratização do País e das universidades – e isso aconteceu em várias universidades do Brasil, em maior ou menor intensidade naquele período, as eleições –, passado aquele momento, nós entramos em outra fase da sociedade brasileira, onde a dicotomia colocada era a eficiência, o gerentismo, contra o gasto do recurso público. Aí tinha que escolher um bom gerente, um bom gestor para a universidade, podia se gastar pouco recurso público e, mais do que isso, com a universidade. Inclusive, por isso se expandiu muito o setor privado, mas era a lógica do País naquele momento. Passado um pouco isso, estamos agora – não sei se encerrando, mas certamente em uma fase já há algum tempo – na fase da democratização do acesso, da inclusão, contra uma análise meritória, de meritocracia da universidade. Mas hoje a sociedade inteira inclui – ou trabalha para incluir –, seja no Bolsa Família, a sociedade; seja na universidade, criando vagas; no ensino a distância, criando *campus* novos. Então, hoje, a conjuntura da sociedade é a inclusão *versus* uma visão meritocrática ou elitista da sociedade. Esse debate está colocado e se reproduz dentro da universidade. E a universidade absorveu o sentido da sociedade, reproduzindo, dentro dela, escolhas que a sociedade faz em seu ambiente mais amplo.

Foi importante citar aqui – acho que o Prof. Gurgulino falou e o Prof. Formiga também – um dado relevante. Na eleição do Prof. Cristovam, na primeira tentativa, vamos dizer, quando não foi considerado, tínhamos candidatos da UnB – digo "tínhamos", porque eu era aluno à época e, de alguma forma, até eu me envolvia um pouco com isso, não é?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Fez a minha campanha. Se arrependeram depois.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DE SOUSA BALDUINO – Não, mas acabou que mandamos o senhor para o Senado. Foi bom para o Senado, não é? (*Risos.*)

Mas havia um candidato, salvo engano o nome dele era Hélio Ladeira. Ele não era da universidade e disputou, porque não havia nenhuma restrição a isso. Disputou e o debate dele era um debate dissociado daquela comunidade, mas era legítimo, ninguém questionava o fato de ele ser candidato, a lei não proibia. Muitos questionavam. E ele não teve êxito, certamente. Então, lá atrás, mesmo um de fora da universidade podia disputar eleição com a anuência, porque a eleição era feita pela associação de docentes, e incluía o nome dele. Então, não havia nenhuma restrição e nenhuma exigência de ser membro da universidade. É um dado histórico isso. E não foi só na UnB.

Processos eleitorais do ponto de vista histórico. Vou citar alguns aqui de memória e vaga. Nós já tivemos em universidades, no começo do processo, eleições universais, em que cada aluno era um voto, cada professor era um voto, universal. A Universidade do Pará e a do Amazonas viveram essa experiência. Na Universidade de Brasília, é paritário, o reitor acabou de reportar isso aqui. A UFMG que, possivelmente, em minha opinião pessoal, é uma das melhores – senão a melhor – universidades federais do Brasil, é 70% e 30%. A URGS – que é uma grande universidade também – acabou de relatar aqui agora. Em Alfenas é 80% para professores e técnicos administrativos e 20% para funcionários. Alagoas é paritário, mas o fator de ponderação não é exatamente valorizando os participantes dos segmentos, o que significa dizer que se participar um funcionário equivale a um terço dos votos.

Então, nós temos vários tipos de participação na escolha do dirigente. O que eles têm em comum e de interessante, mas que merece de fato análise mais aprofundada? É que o resultado – eu tenho uma única coisa assegurada – cria uma estabilidade institucional. Nenhuma pessoa, por mais competente que seja... E aí, Prof. Formiga, aqueles atributos elencados para a escolha do dirigente todo candidato a reitor da universidade Federal que o senhor perguntar fala que tem aqueles atributos, todos falam. E aí a sociedade, a comunidade escolhe, dentro daqueles atributos com os quais ela mais se identifica e outros a mais.

Mas o fato é que, independente do modelo de escolha, hoje em dia é assegurada a estabilidade institucional, que é um valor importantíssimo para a universidade e para a academia. Não necessariamente um grande gestor, e eu costumo dizer que a universidade, escolhendo um professor de seu quadro para poder ser dirigente, aquele professor raramente é formado para ser gestor. Se ele for um bom professor, ele é um

excelente pesquisador ou cientista. Ele pode ser um bom gestor por acidente, por circunstâncias da vida, mas não é a lógica da universidade formar gestores para dirigir a própria universidade no nosso modelo. Não necessariamente é um grande cientista, mas certamente é o mais votado, por aqueles processos diversificados.

No entanto, essa diversificação, essa escolha interna até hoje não assegurou a plenitude de exercício da gestão com tranquilidade. Reitor eleito majoritariamente por três segmentos tem reitoria invadida um mês, dois meses depois. O Prof. Cristovam se recorda que ele começou a sua gestão com greve e terminou com greve na UnB. É uma realidade da universidade brasileira federal.

O conceito de democracia, em suas bases, vamos chamar assim, mais universais, é unânime até, é universal – liberdade de expressão, direito de escolha, regras transparentes e estáveis –, tem um caráter universal. No entanto, o exercício desses fundamentos é variado. Nesse debate de eleição – todos aqui já participaram de inúmeras vezes ao longo da militância na educação, vamos dizer assim –, existem duas analogias que sempre são colocadas de forma retórica e, às vezes, como sofisma, mas são didáticas: faz sentido os funcionários da prefeitura elegerem o prefeito? Faz sentido os passageiros elegerem o piloto do avião? Nenhum caso precisa... No da prefeitura, precisa ser representativo de todo o Município. E, no do avião, é preciso ter um mínimo de técnica, senão ele vai cair. Então, se cada um vai votar – pode ser paritário, pode ser universal – para prefeito ou para piloto, não pode ser nem os passageiros tampouco os funcionários da prefeitura.

O que eu quero dizer é que o modelo de decisão da democracia e da liberdade de expressão não é o mesmo da universidade e nem de outros ambientes. Como disse o Senador Cristovam, é razoável imaginar que a população que vota no Presidente da República, que paga impostos não possa se manifestar sobre quem vai dirigir a universidade que ela financia e que tem a obrigação de ter uma relação com ela? Como isso vai ser alcançado?

É importante também, então, assegurar que, nesse processo histórico, nós chegamos hoje a um momento – e esse PLS permite isso – de debater a experiência recente, com o cuidado de que as experiências têm que se consolidar, e, no Brasil, nós temos o péssimo hábito de mudar a cada dia, na expectativa de ser moderno, quando, na verdade, nós estamos sendo instáveis e não exercitando a experiência de forma plena. É possível, ainda, exercitar a experiência do modelo que nós temos hoje com aprimoramento, mas sem necessariamente dizer que ele é um modelo ruim. Claro que se pode aprimorar.

A posição da Andifes: o primeiro ponto é que a autonomia universitária deve ser o fator diretivo desse processo, porque, como eu disse, a universidade tem como característica diferenciada para o exercício da sua democracia o conceito de autonomia.

(Soa a campainha.)

O SR. GUSTAVO HENRIQUE DE SOUSA BALDUINO – Da mesma forma, a Andifes tem uma proposta a que, de alguma maneira, o Prof. Ivan se referiu aqui, que é a proposta de lei orgânica. Nessa proposta de lei orgânica que organiza a autonomia do ponto de vista da Andifes, para as federais, portanto, prevê que o processo eleitoral deva ser encerrar dentro da universidade. Essa é a posição da Andifes. E que não deva haver lista, deva ser um candidato único, enviado para o Governo Federal, ou para o Ministro, ou para o Presidente da República. Esta é a proposta da Andifes: autonomia como núcleo, como base conceitual; o processo se encerra internamente na universidade; e vai um único nome, não uma lista tríplice ou sêxtupla como foi antigamente.

Esse conceito todo, esse conjunto de informação, vamos dizer assim, permite-nos imaginar que há experiências de várias naturezas, com várias qualidades, no mundo inteiro e no próprio Brasil, no próprio País. O modelo da USP é diferente do modelo das federais; o modelo americano é diferente do nosso. Se nós pudéssemos identificar o modelo ideal e transportar ou aplicar aqui seria muito bom, mas não existe esse modelo ideal. E a transposição de modelos de manifestação institucional não é simples, não é trivial. Qualquer que seja o modelo de eleição de eleição de reitor, ao final, aquele eleito, aquele escolhido que vai estar na cadeira de reitor precisa ter os meios. Por isso, mais uma vez, a questão da autonomia e, novamente, a questão do financiamento.

Esse projeto de lei tem o mérito de levantar esse debate. Mas, como já foi dito anteriormente, ele é muito reduzido. O principal problema da universidade hoje, certamente, não é a paridade ou não paridade, e eu acabei de citar várias universidades que têm modelo diferente e que estão tranquilamente institucionalizadas, sem nenhum problema: onde é paritário não existe problema nenhum; onde é 70% não existe problema nenhum institucional; e funcionam. Não pode ser uma disputa de poder.

Dentro dessas perspectivas, mais no campo das sugestões, vou me aventurar a dizer o seguinte: primeiro, tem que haver algum mecanismo que cobre responsabilidade acadêmica dos eleitos. Por que eu digo isso? Hoje, na universidade, quem milita na área das que são públicas, federal ou especial, percebe o seguinte: o Ministério Público, o TCU, ou seja, todo mundo cobra do reitor se ele fez a licitação certo, se ele empenhou corretamente, mas ninguém pergunta se houve evasão ou se não houve, e qual é a nota da pós-graduação.

Então, ele é obrigado a responder de forma, vamos dizer assim, contundente e muitas vezes repressiva sobre valores que são comuns ao serviço público e, muitas vezes, exagerados na cobrança até pelo desconhecimento de quem cobra, e não é obrigado a responder pelo que tem que fazer como dirigente da atividade-fim da universidade. Ele é capaz de ganhar uma medalha no TCU se ele não fizer nada, porque não vai haver nada contra ele lá, e não é capaz de ganhar uma reprimenda da sociedade e do Ministro se a evasão aumentar ou se o curso de pós-graduação não progredir, não virar nota 5, 6, 7. Então, é preciso que o processo de escolha comprometa e cobre do escolhido resultados acadêmicos, porque essa é a função da universidade.

Outro aspecto que já foi dito aqui com outras palavras, mas que eu queria reforçar, é que o processo de escolha tem que assegurar a interação com a sociedade. Não é razoável imaginar que, na universidade federal, a sociedade, que financia, fique apartada desse processo. Lá trás, no ambiente da ditadura, não se justificava porque não havia o fundamento da legitimidade, mas agora são questões que a gente precisa pensar. Um presidente eleito com 70 milhões de voto será que não pode dar palpite sobre quem vai ser reitor de uma universidade federal diante de uma política pública nacional? Ele não tem legitimidade? Quem tem é aquele professor que fez concurso só há um mês e entrou lá, ou aquele servidor que está lá há um mês, ou aquele aluno recém-passado no vestibular? Eles têm mais legitimidade que o Presidente da República, com 70 milhões de votos? Não é razoável imaginar um negócio desses em nenhum conceito de democracia, em nenhum conceito de instituição pública. Na medida em que só os seus usuários se manifestam, isso deixa de ser público. Então, a interação com a sociedade tem que ser uma coisa fundamental.

Outra questão que deve ser considerada em qualquer processo de escolha é o perfil de quem vai. Vou citar um exemplo de que o Senador Cristovam, o Reitor Ivan e muitos aqui devem se recordar: por ocasião da substituição do Prof. Ibañez como reitor, foi lançada a candidatura de um servidor técnico-administrativo – porque não havia proibição à época – que era do quadro de vigilantes da Universidade de Brasília. E foi tema de polêmica: debateu-se muito mais se o vigilante podia ser ou não candidato do que, propriamente, o que aqueles outros candidatos iriam propor para a universidade. Por essa razão, por essa candidatura, veio a lei do Paulo Renato, exigindo doutorado e botando 70%. Foi o fator catalizador, o fator, vamos dizer assim, definitivo para que o Estado e o Governo, à época, se manifestassem: tem que ser doutor e, 70%, docente.

Suponhamos que não exista nenhum critério para isso: na universidade, pode ser colocado simplesmente quem tem mais voto? Isso é uma característica do processo eleitoral de hoje: ele assegura uma única coisa, ou duas, melhor dizendo: a estabilidade institucional e que quem tem mais voto vai ser reitor. As outras características e atributos não são aferidos. O resultado eleitoral é que confere esses atributos. Portanto, é preciso identificar perfeitamente, da melhor maneira possível, o perfil de quem vai dirigir. E as normas de escolha do reitor têm que identificar isso. Não é qualquer pessoa que pode ser reitor da universidade. Em nenhum lugar do mundo isso é assim.

Lembrei-me, agora, de um comentário a ser feito, a partir da fala do Prof. Formiga, que é interessante a gente entender que a transposição dos modelos não é uma coisa, vamos dizer assim, natural ou fácil. No Brasil, nós temos um conjunto de instituições muito maior do que o das públicas, que é o das privadas. Lá, o dono tem autonomia, e todos aqueles atributos ele busca. Em tese, as instituições privadas deveriam ter melhor educação e melhor ensino, porque não têm nenhuma restrição para escolher o dirigente. Pode ser escolhido o melhor ou o mais titulado, o melhor captador de recurso, o melhor gestor. Mas, não o fazem, por quê? E, se o fazem, não têm o êxito acadêmico, por quê?

Então, não quer dizer que, pelo fato de ter um excelente dirigente, vai ter o resultado que se espera da universidade. Havard será Havard, e que bom que Havard é Havard: o mundo precisa mais do que os Estados Unidos! Mas não tem como transpor o modelo de Havard para o Brasil simultaneamente – não foi o que o senhor propôs, mas eu estou dizendo que não é simplesmente uma transposição linear.

Por fim, Senador, eu gostaria de apontar como posição da Andifes, e tenho certeza de que o senhor vai ser sensível a isso, uma nova audiência num novo momento, porque esse tema não pode se reduzir a esse assunto que está no PLS. A sua ideia do substitutivo é muito rica, muito importante. Convide os servidores técnico-administrativos, a Fasubra, a UNE e outros atores que não são de dentro da universidade. É fundamental que a sociedade seja escutada. E não há como a escutar a sociedade sem escutar, primeiro, a comunidade: docentes, alunos e técnicos, não exclusivamente.

Queria pedir a todos, em especial, ao senhor, e é redundante ao que nós tivemos recentemente, apoio ao PL 77, de 2013, que cria o Código de Ciência e Tecnologia, é o nome figurativo dele. É fundamental. Isso será muito mais importante para a universidade e para a sua autonomia do que propriamente a forma de escolher dirigentes, diferentemente do que está colocado hoje.

Da mesma forma, quero manifestar a posição da Andifes em relação à PEC 395. A Andifes, pelo seu conselho pleno, ouvindo e discutindo com todos os reitores, apoia o texto original da PEC 395, que prevê a pos-

sibilidade de cobrança nos cursos de pós-graduação *lato sensu*. Da mesma forma, discorda – Senador, isso vai chegar para o senhor aqui – que seja cobrado para o mestrado profissional *stricto sensu*. Essa é a posição da Andifes, claramente, sobre um tema que está na ordem do dia.

Por fim, para falar que eu não falei dos espinhos, mal plagiando, não é possível que, para a sociedade brasileira – e aí todos nós estamos envolvidos, em especial esta Casa, que faz leis –, não criemos uma regulamentação clara que respeite o direito de greve dos servidores públicos, em especial, dos da universidade. Tem que haver uma regulamentação. Um exemplo é a Universidade Federal de São Carlos. Foi-me dito ontem pelo reitor que, de 2013 até agora, foram 350 dias de paralisação dos servidores técnico-administrativos. As razões são diversas: a necessidade de mobilização, a dificuldade de o Governo fazer a interlocução, mas, certamente, 100 dias de greve não pode ser motivo de orgulho para ninguém. Tem que haver uma regulação para esse processo. O prejuízo que está trazendo para a educação, por qualquer que seja a razão, é muito grande. Responsabilizem os gestores, os governos e os trabalhadores pela decisão de entrar em greve. Não é possível que nós continuemos tendo greves da forma como está ocorrendo no Brasil e nas universidades, em especial, sem uma regulamentação do serviço público.

No mais, quero agradecer. Tenho a certeza de que essa proposta vai continuar sendo debatida, e nós voltaremos aqui para poder analisar o seu substitutivo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Muito obrigado, Gustavo.

Eu quero, em primeiro lugar, dizer que essa preocupação com as greves, que você trouxe, é muito oportuna e não só nas universidades: na educação de base também. Talvez até seja mais grave o estado quase permanente de paralisação de aulas das nossas crianças. Nós temos que enfrentar isso de uma maneira que resolva e faça com que o principal objetivo seja: e a educação vai bem ou não vai bem? Tem que haver salário bom para a educação ir bem; para a educação ser ruim, não é preciso haver salário bom. Então, eu estou de acordo e agradeço muito.

Eu quero dizer o seguinte aqui: primeiro, também, Gustavo, nós vamos fazer quantas audiências forem necessárias. Já se esperou tanto tempo que nós podemos esperar mais tempo, entrar o próximo ano, antes de ter o que eu espero seja um substitutivo a essa proposta que chegou aqui.

Eu quero dizer três pontos. Primeiro, nós estamos aqui porque precisamos discutir: para que escolher? Por que não sorteia? Para que escolher? Segundo, quem escolhe? E terceiro, como escolher? Nós já começamos pelo como escolher, mas temos que analisar os outros aspectos. É claro que temos que discutir para que escolher o dirigente de uma instituição universitária. Tem que escolher, porque hoje o pensamento não sai mais, salvo raríssimos casos, de um pensador isolado, solitário, escondido. Hoje o pensamento é fruto, é produto de uma entidade complexa, que nós chamamos de universidade, que pode ser multiversidade ou outro nome. Então, nós vamos precisar de um coordenador para isso.

Está cada vez mais complexo o pensamento, então precisa-se de coordenações e, além disso, de recursos. Então, precisa-se de coordenador para conseguir recursos. Mais que isso: está ruim a maneira como nós fazemos o conhecimento hoje na estrutura viciada e antiga dos anos 90. Hoje é outra coisa a que tem que surgir. Como diz o Formiga, talvez nós tenhamos que mudar o nome de universidade. Então, é preciso alguém que coordene a mudança. Reitor gestor apenas não é bom gestor em tempos de mudança. Nós precisamos de alguém que lidere a mudança, mas a mudança radical que nós precisamos fazer na estrutura.

Finalmente, acho que precisamos de alguém que coordene a descoberta da ética como um instrumento fundamental de fazer avançar o conhecimento. Conhecimento sem regras éticas está levando à tragédia do avanço técnico perverso, porque não é orientado de forma correta.

Pois bem, dito isso, eu vou falar: a quem escolher? Não é em quem votar, é a quem escolher. É estranha coincidência, Formiga, você mostrar duas listas aí de quais devem ser os componentes que definiriam o reitor: a dos institutos tecnológicos daqui e de um outro na Inglaterra, e cada uma com nove itens. Eu tinha a minha lista, com exatamente nove – eu até tentei colocar dez, porque ficava um número mais bonito. Agora, parece e não parece, a maneira como eu coloco é diferente, mas algumas coisas coincidem, e não em ordem de importância.

Primeiro, eu acho que quem vai dirigir a universidade tem que ser uma pessoa contemporânea com o futuro, não pode ser uma pessoa presente da gestão de hoje. Tem que ser uma pessoa contemporânea das mudanças de que o mundo precisa – e aí nós temos que saber as mudanças da universidade para mudar o mundo – e das mudanças de que a universidade precisa para o tempo da tecnologia da informação, para o tempo, em breve, de cirurgias colocarem *chips* na nossa cabeça e nós começarmos a saber Matemática sem ter estudado. Nós temos que pensar quais são as transformações que virão.

Eu creio que, na hora, tem que ser também alguém preocupado com a comunidade ao redor. Então, primeiro, compromisso com o futuro, contemporâneo com o futuro. Segundo, tem que ser gestor, tem que saber

como gerir, e eu volto a dizer que eu nem estou falando na ordem da importância, nem é um ou outro, porque nós dizemos: "colocou gestor, logo só pensa nisso." Não; comecei com contemporâneo do futuro.

Tem que ser alguém que tenha uma habilidade para a gestão, tem que ter o sentimento do papel e da estrutura do sistema de geração do conhecimento, que entra no conteúdo da Inglaterra. Tem que ser alguém que saiba: "eu estou aqui na universidade, porque ela faz parte de um sistema muito mais complexo de geração de conhecimento, onde estão os institutos de pesquisa, onde estão as empresas, onde estão os órgãos do governo, eu faço parte de um sistema", primeiro ponto. Segundo: que esse sistema faz parte de uma nação e que essa nação faz parte da humanidade. Tem que entender que o mundo não termina nos limites do *campus*, que os limites vão muito além do *campus*. Quem não tiver essa visão não será um bom reitor para as nossas universidades.

Segundo, eu acho que tem que ser, correndo o risco da definição, um humanista. Eu acho que um tecnocrata não vai conseguir fazer a universidade de que nós precisamos, tem que ser alguém que vá além da visão tecnocrática, tanto do ponto de vista da pedagogia, como do ponto de vista de cada uma das áreas.

Outro: tem que ser alguém que não apenas aceite, mas comemore a diversidade, não só racial, étnica, não só de opções sexuais, não só de religiões, tem que ser alguém que seja aberto ao mundo diverso como é. Querer impor uma determinada maneira de ser, de ver o mundo não dá um bom reitor. Reitor tem que ter modéstia de saber que a maneira de ele ser, de ele pensar pode não ser a melhor.

O outro é que ele seja respeitado academicamente em sua área. Isso aqui parece besteira, mas não é. Quem não tem o mínimo de respeitabilidade em sua área não é respeitado pela comunidade. A comunidade trata com desprezo, e isso prejudica o trabalho dele.

O outro: tem que ter um compromisso com um mundo melhor para todos. Tem que ser uma pessoa que diga: "Isso que está aí, que nós chamamos de mundo e de civilização, não está bem, nós temos que fazer um mundo diferente."

Tem que ter trânsito, aceitação e respeito na comunidade de fora da universidade. O reitor tem que ser uma pessoa para quem o Presidente da República baixe a cabeça, respeite. Não pode ser uma pessoa que não seja respeitada pela comunidade externa.

Finalmente, eu falei de trânsito, aceitação e respeito pela sociedade, agora eu vou dizer: tem que ter trânsito, aceitação, respeito e, na medida do possível, ser querido pela sua comunidade. Aí, tem que ser algo mais do que aceito, respeitado, tem que ser querido, não por todos, porque isso não existe, mas pelo conjunto, por uma boa parcela, pelas pessoas. Tem que haver uma relação amorosa do reitor com a sua comunidade interna. Com a comunidade externa, não; não precisa gostar dele, tem que respeitar, isso sim.

Vocês viram que eu não coloquei aqui um item que está na lista, Formiga, do componente para os institutos. Eu não coloquei ser brasileiro. Não. É possível ter, sim, um estrangeiro que case com tudo isso que está aqui e que seja capaz de fazer um belo trabalho. Eu não vou dizer que pensei isso por causa do nosso Ibañez, porque o Ibañez nasceu na Espanha, mas cresceu aqui. Ibañez era brasileiro. É brasileiro. Ibañez é brasileiro. Então, não é nesse sentido de ter nascido fora, é de a gente até importar um reitor que seja capaz de chegar aqui, sentar e ser um bom reitor. É possível, mas é raro. Mas é possível.

Aí entra no tema mais importante aqui, que é como escolher. Como escolher? Eu falei brincando, aqui, da ideia do sorteio, porque eu dizia lá, quando era reitor, eu já dizia: a eleição direta é provisória, é para a gente balançar a universidade, para fazer com que a universidade tenha um choque de ideias aqui dentro, para que ela se questione, mas não vai durar para sempre. E até eu brincava: um dia, eu espero que a gente sorteie entre os membros da comunidade quem vai ser o reitor. E até brincava: e deve ganhar quem for o último, vai tirando, tirando, tirando. Quem perder, a gente condena a ser reitor, com todos os sacrifícios que tem.

Pois bem, tirando esse critério, vamos ver os outros. Seleção. Pode ser uma seleção por concurso, concurso mesmo, põe na sala e faz um concurso. Ou pode ser através do que chamam lá fora de "caçador de cabeças", que é o que aparentemente faz Harvard. Você abre e deixa que se inscrevam. E aí cria um conselho que vai escolher qual dos inscritos é o mais preparado, inclusive, com a lista dos nove itens que eu coloquei ou outros. É um critério.

Outro: eleição direta, que pode ser paritária, pode ser universal ou outra proporção, mas essa aqui não atende alguns dos itens que eu coloquei antes. Por exemplo, dificilmente ou não necessariamente a eleição paritária, universal ou com outra proporção escolhe um contemporâneo com futuro, ou um bom gestor, ou alguém com sentimento do sistema de produção de conhecimento. Por quê? Porque houve uma mudança das primeiras eleições diretas para as últimas. As corporações e os partidos passaram a ser decisivos nas eleições, o que não era no começo. E isso prejudica. Prejudica porque a pessoa é escolhida não por ter essas qualidades que eu listei ou outras, mas por ser do meu partido ou não ser. Aí você diz: "Mas se é do meu partido tem tudo isso aqui". Não é verdade. No passado, quando a gente tinha muita nitidez ideológica de um partido ou ou-

tro, era assim. Mas não é mais. Além disso, as corporações passaram a defender muitos interesses específicos trabalhistas até, ou de facilitação da vida, perderam a dimensão institucional. Então, ela pura e simplesmente pode não bastar como instrumento, ela tem alguns complicadores.

Agora, eu estou de acordo que não tem que mandar para presidente nenhum dizer quem vai dizer. No Uruguai, não precisa. O ex-presidente do Uruguai, qual o nome dele?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Não, bem lá atrás, ele era professor da universidade e era Presidente da República. Ele me contou que teve dificuldade em receber o salário de presidente, porque não guardou o comprovante de que tinha ido votar para escolher o reitor. Eu me lembro de que ele disse que a secretária passou horas e horas mexendo nas gavetas e ele, presidente, só votava como professor.

Costa Rica, não escolhe.

Então, com esse ponto de vista eu estou de acordo, mas é preciso que haja alguém que represente a sociedade. Não vejo por que tenha que ser o Presidente da República, ou o governador, ou o prefeito. Mas tem que ter alguma forma de trazer toda a comunidade científica para participar da escolha de cada reitor em cada universidade, porque, se o reitor faz parte de um complexo maior de ciência, tecnologia, cultura, ele não pode ser escolhido só pelos seus colegas. Tem que ouvir a voz da comunidade científica, a SBPC ou sei lá o quê.

E tem que haver uma maneira de trazer para a escolha do reitor a comunidade externa, ou seja, tem que haver um processo. Até para ser querido aqui, para ser aceito, tem que ser eleição, senão a gente não consegue saber se a pessoa tem boa relação com os seus colegas. Mas tem que trazer os outros. Há aquele que eu falei brincando que mora perto da UnB e que, no trânsito, é atrapalhado; ou contribuinte; ou os doentes da rede pública de saúde. Eles têm que participar da escolha de quem vai ser o diretor da escola de Medicina da faculdade. Se não, só vai formar doutor para ganhar dinheiro, tratando de rico, e não cuidando das doenças cujos pacientes não podem pagar um bom médico. Então, é preciso que a gente tenha escolha e que a sociedade participe, que entrem na escolha as outras pessoas que não são da comunidade. A universidade tem que ser pública e não corporativa e nem mesmo estatal apenas. O conceito não é estatal, é pública. E se é pública, o público tem que participar, o público tem que participar da escolha dos dirigentes.

Se nós tivéssemos um sistema democrático funcionando muito bem, se nós tivéssemos partidos muito bem organizados, o público seria representado pelos partidos e pelos políticos. Hoje não é. Eu reconheço, como um dos políticos, que nós não representamos, de fato, o público; representamos eleitores, representamos outros grupos, mas o público em si, essa entidade mágica que o presidente viria a representar, não está sendo representado, até porque o próprio presidente é prisioneiro dos seus eleitores específicos, do seu partido, dos financiadores de campanha, cada um de nós termina recebendo dinheiro e esses caras acham que a gente tem que atender o que eles querem.

Então, a gente tem que trazer uma maneira de fazer com que a sociedade participe. E aí tem algumas maneiras, sim, que têm a ver com isso aí. Em vez de ser eleição pura e simples, direta, ser uma relação de uma eleição com um conselho e esse conselho ser mais do que o conselho universitário, mas não é um conselho de fora. Então, pode ser um conselho que misture o conselho universitário com o conselho social, com o conselho comunitário, juntos, escolhendo o reitor. E esse conselho universitário pode ser especial, só para eleição; se reúne uma vez para escolher o reitor. Então, os seus membros foram escolhidos de tal maneira que quem votou neles já votou sabendo em quem esse conselheiro iria votar para reitor. Há cinco reitores, cada um apresenta os seus conselheiros e até ele próprio pode ser candidato. E a comunidade faz a eleição. Aí eu, sinceramente, ao invés de proporcionalidade, tenho mais simpatia pelo universal, até porque a maioria dos estudantes – os que têm mais interesse na universidade não somos nós professores, nem são os funcionários, são os alunos, porque nós estamos ali por um tempo, o aluno fica para a vida inteira com aquele diploma com a assinatura da universidade –, se a universidade ficar ruim no futuro, fica com o diploma prejudicado. Então, ele tem um compromisso institucional, menos corporativo. Que seja até o voto universal, mas para escolher o eleitor; não escolhe o reitor, escolhe o eleitor do reitor. Esses eleitores, que já foram escolhidos, sabendo, sim, em quem eles votariam para reitor, constituiriam um colégio eleitoral. Nesse colégio, a gente somaria um colégio representando a sociedade, que pode ser, como eu disse, a SBPC, pode ser a federação de indústria, pode ser o colégio de médicos. Esse conselho, junto, poderia escolher o reitor e não tinha que mandar para presidente. Poderia até submeter a um plebiscito da comunidade, poderia. Escolhe e submete a um plebiscito para ver se a comunidade está de acordo, para você ver que há muitas alternativas que a gente precisa pensar. Essas alternativas, a meu ver, vão exigir muito trabalho.

Eu estou muito contente de ser o Relator do projeto, pela liberdade que eu tenho de apresentar um completamente diferente na hora em que vier aqui, e os Senadores podem recusar o meu, podem votar em

outro, mas a minha ideia é apresentar uma, uma proposta. E essa proposta quero apresentar levando em conta o Brasil, levando em conta o sistema nacional de conhecimento e informação e, aí dentro, um pedacinho disso são as universidades e, dentro desse pedacinho, as federais, que é o que trata diretamente isso aqui.

Então, essa é a ideia que quero conduzir. E eu espero contar com vocês outras vezes e também com representantes da comunidade interna, servidores, professores, vizinhos e com a sociedade em geral. Vamos debater, porque é muito importante. Como está...

Eu fui beneficiado, porque eu considero a coisa mais importante da minha carreira ter sido reitor, não tenho a menor dúvida disso; Governador foi menos importante, Senador é menos importante, Ministro é menos importante do que reitor. Eu fui beneficiado por um sistema, que era o paritário, mas já dizia, naquela época, que não era um sistema que devesse demorar muito. Isso há trinta anos. Vê como você está ficando velho, Gustavo, trinta anos. (*Risos.*)

Então, eu agradeço muito a vocês e digo, finalmente, ao Gustavo que a 77, já foi votado tudo aqui e estamos esperando que seja votado agora no plenário, seria ontem, mas, com a tragédia que aconteceu ontem, nós tivemos que passar todo o dia discutindo o assunto que envolve o Senador Delcídio, que, por coincidência, é o autor desse projeto, é uma coincidência, mas nós não pudemos votar ontem. Eu espero que votemos hoje, porque, de fato, a comunidade vai ter uma coisa muito simples.

E quero chamar a atenção para isto: o que é que vai trazer de bom essa nova lei? Quebrar amarras que impedem o bom funcionamento do trabalho de pesquisa, a burocracia, que você chegou a tocar aqui, do Ministério Público, burocracia de licitações. Como é que pode um instituto de pesquisa ter um sistema de licitação para comprar um equipamento igual ao que é preciso para construir uma ponte? Primeiro, para a ponte, você tem regras fáceis para saber que um custo menor dá uma boa ponte. Um equipamento não é um custo menor, é a qualidade. Depois, a ponte dura 100 anos, ou deveria pelo menos, mas, um equipamento, dois anos. Então, não pode ser o mesmo critério. A forma de contratar, tudo isso está tratado ali.

Ainda não é o ideal, tanto que nós tínhamos muitas emendas, e os Senadores todos se convenceram de não apresentar nenhuma para que o projeto não voltasse para a Câmara, o que iria atrasar três, quatro, cinco anos. Que já fosse direto para o plenário, como eu espero, e que votemos hoje.

Olhe, vocês vão ainda ouvir falar muito desse assunto de escolha de reitor, de escolha de dirigentes, eu não estou com pressa. Se esperamos trinta anos, podemos esperar mais trinta meses, digamos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Trinta meses eu não diria, porque eu já não estou aqui, meu mandato termina talvez em menos de trinta meses, mas nós vamos votar e eu vou precisar muito de vocês, dos que estão aqui ouvindo, dos que participam também, dos reitores, de todos.

Muito obrigado a cada um. (*Palmas.*)

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 6 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 7 minutos.)

ATA DA 70ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1 DE DEZEMBRO DE 2015.

Às onze horas e trinta e cinco minutos do dia primeiro de dezembro de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Romário**, e com a presença dos Senhores Senadores Fátima Bezerra, Angela Portela, Donizeti Nogueira, Lasier Martins, Gladson Cameli, Simone Tebet, Sandra Braga, Dário Berger, Ricardo Franco, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Dalirio Beber, Lídice da Mata, Eduardo Amorim, Regina Sousa, Telmário Mota, Hélio José, Marta Suplicy. O Senador Cristovam Buarque justifica ausência. É dispensada a leitura das atas e aprovam-se as atas das reuniões anteriores. Comunica-se o recebimento do Aviso nº 70, de 2015, contendo o Aviso nº 1.354, TCU, do qual encaminho exemplar do Relatório Sistêmico de Fiscalização da Educação, exercício de 2014, apreciado pelo Acórdão nº 528, de 2015, TCU, plenário. Em seguida, a Presidência passa à deliberação dos itens. **ITEM 13) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 37, de 2015 - Não terminativo.** Institui o Dia Nacional do Teatro do Oprimido. Autoria: Deputado Chico Alencar. Relatoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Favorável ao Projeto**. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. ITEM 16) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 142, de 2015 - Não terminativo.** Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal (CF), e do art. 90, incisos II, IX e XI, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para ouvir o Ministro do Tribunal de Contas da União, Dr. Bruno Dantas, sobre o Relatório Sistêmico de Fiscalização da Educação – Exercício 2014 (Fisc Educação 2014), em que "estão registradas questões estruturantes na área de educação a serem enfrentadas para que os objetivos traçados nos instrumentos de planejamento, notadamente no Plano Nacional da Educação (PNE 2014-2024), sejam devidamente alcançados e reflitam, de fato, em melhoria da qualidade da educação nacional, questão de extrema relevância para a sociedade brasileira"**.** Autoria: Senador Romário. Resultado: Aprovado. **ITEM 12) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, de 2014 - Não terminativo.** Dispõe sobre a regulamentação da profissão de instrumentador cirúrgico. Autoria: Deputado George Hilton. Relatoria: Senadora Marta Suplicy. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 312, de 2015 - Não terminativo.** Altera a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médicos, para determinar a participação do Conselho Federal de Medicina nas avaliações dos cursos de Medicina. Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Concedida vista ao Senador Antonio Anastasia, nos termos regimentais. **ITEM 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, de 2014 - Não terminativo.** Dispõe sobre a implantação de programas de software nas bibliotecas públicas para uso de deficientes visuais. Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Favorável ao Projeto, com três emendas que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CE a 3-CE. **Extrapauta, ITEM 18) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 185, de 2015 - Não Terminativo.** Institui a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla. Autoria: Deputado Eduardo Barbosa. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 3) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, de 2015 – Terminativo.** Altera a Lei nº 10.292, de 27 de setembro de 2001, que denomina Rodovia Governador Mário Covas a BR-101, para atribuir nova denominação ao trecho da rodovia situado no Estado de Santa Catarina. Autoria: Senador Dário Berger. Relatoria: Senador Dalirio Beber. Relatório: Apresentado em Reunião se houver emenda. Resultado: Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas), nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 199, de 2012 – Terminativo.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), para dispor sobre o caráter público dos trabalhos acadêmicos de conclusão de curso na educação superior. Autoria: Senador Blairo Maggi. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: pela aprovação do projeto, com três emendas que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1. Resultado: Retirado de pauta a pedido da Relatora. **ITEM 17) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 143, de 2015 - Não terminativo.** Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição da República, da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, especialmente em seu art. 2º, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, destinada a debater a instituição do Dia do Policial Legislativo, de que participem: o Diretor da Secretaria de Polícia do Senado Federal; o Diretor do De-

partamento de Polícia da Câmara dos Deputados; o Presidente da Associação da Polícia do Congresso Nacional; o Presidente da União Nacional de Polícias Legislativas. Autoria: Senador Dário Berger. Resultado: Aprovado. **ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 109, de 2013 – Terminativo.** Determina a disponibilidade de tablets para o uso individual dos estudantes das escolas públicas de educação básica, até 2023. Autoria: Senador Cícero Lucena. Relatoria: Senador Alvaro Dias. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Lido o Relatório, encerrada a discussão e adiada a votação. **Ficam adiados: Item 14) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 138, de 2015; Item 15) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 141, de 2015; Item 1) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 657, de 2015; Item 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 10, de 2012; Item 6) TRAMITAÇÃO CONJUNTA: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, de 2014 e PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 281, de 2014 e PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 381, de 2014. Item 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, de 2014; Item 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, de 2015.** Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Romário**, encerra a reunião às doze horas e trinta e cinco minutos, determinando que eu, **Willy da Cruz Moura**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR ROMÁRIO
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 70ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Srªs e aos Srs. Senadores o recebimento do Aviso nº 70, de 2015, contendo o Aviso nº 1.354, TCU, do qual encaminho exemplar do Relatório Sistêmico de Fiscalização da Educação, exercício de 2014, apreciado pelo Acórdão nº 528, de 2015, TCU, plenário.

O relatório encontra-se à disposição na Secretaria desta Comissão aos Senadores que desejarem acesso ao conteúdo.

Informo que a presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 17.

ITEM 13
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 37, de 2015
- Não terminativo -

Institui o Dia Nacional do Teatro do Oprimido.

Autoria: Deputado Chico Alencar
Relatoria: Senadora Angela Portela
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:

Concedo a palavra à Senadora Ângela Portela para proferir o relatório.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Vamos ao relatório.

Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 37, de 2015 (Projeto de Lei nº 6.970, de 2010, na Casa de origem), de autoria do Deputado Chico Alencar.

Em seu art. 1º, a proposição sugere a instituição da referida efeméride a ser comemorada no dia 16 de março e, na cláusula de vigência, propõe que a futura lei entre em vigor na data de sua publicação.

Conforme justifica, o autor da matéria propõe, pela grande relevância, reconhecida mundialmente, da metodologia do teatro do oprimido, a instituição da efeméride, a ser celebrada anualmente na data de nascimento do seu criador, o teatrólogo Augusto Boal. De acordo com o Deputado, essa iniciativa servirá como justo reconhecimento de que a grandiosidade de sua obra continua a ser vivenciada no seu País natal através do Centro de Teatro do Oprimido.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 6.970, de 2010, foi aprovado pela então Comissão de Educação e Cultura (CEC) e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

No Senado Federal, o PLC nº 37, de 2015, foi distribuído para a apreciação exclusiva da CE. Após a análise desta Comissão, a matéria segue para a decisão do Plenário.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE apreciar matérias que versem sobre datas comemorativas, caso do projeto de lei em análise.

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição à CE, cabe igualmente a esta Comissão apreciar a constitucionalidade e a juridicidade da proposição. No que tange a esses aspectos, não há reparos a fazer ao PLC nº 37, de 2015. Todavia, é importante lembrar, no que diz respeito à juridicidade, que, a partir do final do ano de 2010, a apresentação de proposição que visa instituir data comemorativa passou a ser regulamentada pela Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010. De acordo com essa norma legal, antes da apresentação da iniciativa para instituir data comemorativa, é exigida, entre outras providências, a realização de consultas e/ou audiências públicas com os profissionais do setor, no sentido de atestar a relevância nacional da instituição da pretendida efeméride. Contudo, em relação ao projeto de lei ora em análise, é importante também enfatizar que, em atendimento ao Requerimento nº 4 da Comissão de Educação, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) apresentou parecer no qual afirma:

Os projetos de lei cuja tramitação se iniciou, na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal, antes da publicação da Lei nº 12.345, de 2010, devem ser considerados válidos, pois foram apresentados na forma da legislação então vigente e submetidos à apreciação da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Assim, no que diz respeito à juridicidade, a matéria está resguardada.

Relativamente ao mérito, é inegável a relevância do Teatro do Oprimido como instrumento de resistência e de transformação da realidade, assim como de renovação da linguagem teatral. Elemento de inclusão e de formação de cidadania, o Teatro do Oprimido congrega grupos em todo o Brasil, especialmente comprometidos com ações em defesa da cidadania. Seu modelo oferece um teatro a serviço da promoção do diálogo e da busca de alternativas concretas para a resolução de problemas reais.

A criação do dramaturgo Augusto Boal tornou-se, no âmbito das artes cênicas, um dos mais importantes, reconhecidos e difundidos modelos de prática cênico-pedagógica, cujas feições teóricas e práticas se inscreveram como marco estético e social da dramaturgia em todo o mundo.

Difundido mundialmente, estudado por teóricos de diversas áreas, o Teatro do Oprimido teve o seu reconhecimento internacional coroado pela indicação do seu criador ao Prêmio Nobel da Paz de 2008. Em 2009, pouco antes de sua morte, Augusto Boal foi nomeado Embaixador Mundial do Teatro pela Unesco.

Diante disso, é sem dúvida justa e meritória a iniciativa ora proposta, como forma de homenagear o criador e de reconhecer o valor do Teatro do Oprimido para as artes, para a cultura e para a democracia de nosso País.

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2015.

Esse é o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

ITEM 16
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 142, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal (CF), e do art. 90, incisos II, IX e XI, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para ouvir o Ministro do Tribunal de Contas da União, Dr. Bruno Dantas, sobre o Relatório Sistêmico de Fiscalização da Educação – Exercício 2014 (Fisc Educação 2014), em que "estão registradas questões estruturantes na área de educação a serem enfrentadas para que os objetivos traçados nos instrumentos de planejamento, notadamente no Plano Nacional da Educação (PNE 2014-2024), sejam devidamente alcançados e reflitam, de fato, em melhoria da qualidade da educação nacional, questão de extrema relevância para a sociedade brasileira".

Autoria: Senador Romário

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Pausa.*)

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Poderia haver uma inversão de pauta? Eu tenho um não terminativo, que é o da instrumentadora. É o item 12, página 163.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Será feito.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu já li o relatório.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Pela ordem também, Presidente.

O item 4, após atendida a Senadora Marta Suplicy, se a gente puder...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – O.k.

ITEM 12
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, de 2014
- Não terminativo -

Dispõe sobre a regulamentação da profissão de instrumentador cirúrgico.

Autoria: Deputado George Hilton
Relatoria: Senadora Marta Suplicy
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:
1- Em 24/11/2015, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.
2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Consulto os Senadores sobre eventual manifestação decorrente do pedido de vista.

Concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy para suas considerações finais.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Bem, Sr. Presidente, não tendo sido apresentado voto em separado, eu gostaria de reiterar a importância dessa profissão, não levantando de novo os mesmos argumentos, mais técnicos, mas fazendo cada um lembrar se já foi operado na vida e a importância que tem um instrumentador qualificado

E acredito que esse projeto faz exatamente isto: ele atende uma classe que hoje está lá, trabalha, às vezes tem anos de experiência, às vezes tem menos, mas já há cursos que preparam, e eu acredito que a regularização dessa profissão vai ser um avanço bastante grande para que possa haver não só uma dignidade maior na profissão, o que é importante, é o exercício dessa profissão, mas também de uma melhor qualificação. As pessoas se estimulam quando têm a possibilidade de ter uma carreira regulamentada.

Em virtude disso, eu acho que os caros colegas já estão amplamente conhecedores do pleito dos instrumentadores e eu acho que poderíamos votar, se não houver objeção por parte dos outros.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

Consulto se algum Senador ainda gostaria de discutir a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Item 4.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 312, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médicos, para determinar a participação do Conselho Federal de Medicina nas avaliações dos cursos de Medicina.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima
Relatoria: Senador Donizeti Nogueira
Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.
Observações:
Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Donizeti Nogueira, para proferir o relatório.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o projeto, já qualificado aí na introdução pelo Presidente, eu vou direto ao relatório.

Na justificação do projeto, o autor lembra a significativa expansão do número de cursos de Medicina, muitos dos quais de qualidade questionável. Argumentou também que, até então, não haviam sido tomadas as providências para a criação de marco regulatório das avaliações bianuais previstas na Lei nº 12.871, de 2013. Defendeu ainda ser preciso criar um controle externo sobre esse processo de avaliação, de forma a assegurar a qualidade na formação de médicos, papel que, nos termos do projeto, deve ser desempenhado pelo CFM.

Após análise da Comissão de Educação, o projeto será apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais em caráter terminativo.

Não foram oferecidas emendas à proposição.

Análise.

Nos termos do inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que versem, entre outros assuntos, a respeito de normas gerais sobre educação, instituições educativas e diretrizes e bases da educação nacional. Dessa maneira, a apreciação do PL nº 312, de 2015, respeita a competência regimental atribuída a esta Comissão.

O Programa Mais Médico, instituído por medida provisória convertida em Lei nº 12.871, de 2013, tem, nos termos legais, a finalidade de formar recursos humanos na área médica para o Sistema Único de Saúde. Entre seus objetivos, encontram-se os de: aprimorar a formação médica no País e proporcionar maior experiência no campo de prática médica durante o processo de formação e fortalecer a política de educação permanente, com a integração ensino-serviço por meio da atuação das instituições de educação superior na supervisão acadêmica das atividades desempenhada pelos médicos.

Nessa linha de formação de recursos humanos, art. 9º da Lei nº 12.871, de 2013, prevê o estabelecimento de avaliação específica para o curso de graduação em Medicina a cada dois anos, com instrumentos e métodos que avaliem conhecimentos, habilidades e atitudes a serem implementadas no prazo de dois anos, conforme ato do Ministro de Estado da Educação.

Ademais, cria a avaliação específica anual para os programas de residência médica, a ser implementada no mesmo prazo pelo pela Comissão Nacional de Residência Médica, CNRM. A mesma lei prevê ainda que essas avaliações sejam implementadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Inep, no âmbito do sistema federal de ensino.

Sob a justificação que, até o momento, essas avaliações não foram regulamentadas, o projeto em exame julga que sua supervisão pelo CFM resolveria a omissão.

Conforme o art. 9º da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, cabe à União assegurar um processo nacional de avaliação das instituições das educação superior, bem como autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos dos seu sistema de ensino.

Para cumprir essas incumbências, foi criado, por meio da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes. Nesse sistema de avaliação, são considerados o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e outros aspectos do funcionamento das instituições e seus cursos. O Inep, órgão subordinado ao Ministério da Educação, conduz esse processo de avaliação da educação superior, produzindo indicadores e um sistema de informações que subsidia as políticas para o setor e orienta a sociedade sobre a qualidade do ensino. Os principais instrumentos desse processo de avaliação são constituídos pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) e as avaliações *in loco* realizadas por comissões de especialistas. A cada três anos, é gerado o Conceito Preliminar do Curso – CPC, que leva em conta os resultados do Enade e as condições da oferta dos cursos.

A mudança da sistemática de avaliação dos cursos de Medicina constitui um processo complexo, que independe de eventual controle externo. Não há dúvidas de que o CFM representa um referencial de peso nas decisões relacionadas à formação médica no País. Contudo, não há de se admitir que o órgão tutore, por força legal, as ações do Estado nesse campo. Até porque, embora possa opinar sobre a matéria, não tem estrutura para a função pretendida pelo projeto.

Não vemos procedência para que a União se subordine a um órgão de representação de classe profissional na condução do processo de avaliação de qualquer curso ou instituição de seu sistema de ensino.

Os termos do art. 9º da Lei nº 12.871, de 2013, são, em nossa visão, adequados, no que se refere ao papel da União e, em particular do Inep, na avaliação da educação superior. Por outro lado, não vemos óbice para que o CFM participe do processo de avaliação na qualidade de observador.

Voto.

Em vista do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2015, na forma da seguinte emenda substitutiva:

> Projeto de Lei do Senado nº 312, DE 2015
> Altera a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médicos, para determinar a participação do Conselho Federal de Medicina nas avaliações dos cursos de Medicina.
> O Congresso Nacional decreta:
> Art. 1º O §2º do art. 9º da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:
> Art. 9º.....
> .....
> §2º As avaliações de que trata este artigo serão implementadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no âmbito do sistema federal de ensino, podendo o Conselho Federal de Medicina participar na condição de observador." (NR)
> Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É esse o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Coloco em discussão a matéria.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, eminentes Senadoras, eminentes Senadores, com todo respeito ao parecer da lavra do eminente Senador Donizeti Nogueira, a quem cumprimento pelo trabalho, percebo que há uma grande distinção entre a proposta original do Senador Cássio, que pretende a supervisão, para o substitutivo que, que fala em observador.

Então, desse modo, peço vista desse projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Vista concedida, Senador.

Passo a Presidência ao Senador Lasier Martins, para que eu possa relatar aqui a próxima matéria, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) –

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, de 2014
- Não terminativo -

Dispõe sobre a implantação de programas de software nas bibliotecas públicas para uso de deficientes visuais.

Autoria: Senador Ciro Nogueira
Relatoria: Senador Romário
Relatório: Favorável ao Projeto, com três emendas que apresenta.
Observações:
Matéria a ser apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.

Concedo a palavra, portanto, ao Senador Romário, para proferir o relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senador Lasier, Presidente desta Comissão neste momento.

Vou direto à análise.

Compete a esta Comissão opinar sobre proposições que tratam de normas gerais sobre cultura e instituições culturais, conforme o art. 102, inciso I, do Regulamento Interno do Senado Federal (Risf).

A proposição sob exame apresenta o mérito inegável de buscar oferecer meios pelos quais as pessoas com deficiência visual tenham maior acesso ao conhecimento e à informação.

Esses meios consistem justamente naqueles que o acelerado desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação venha a oferecer.

Muitas das limitações relacionadas à escrita braile, a exemplo da dificuldade de sua aprendizagem, foram superadas com a criação de programas de computador e com a adaptação de periféricos que aumentam

enormemente a capacidade de uma pessoa com deficiência na visão de adquirir autonomia para explorar todo um imenso universo de textos escritos.

De forma a citar apenas uma das ferramentas disponíveis para leitura digital, a escolha deve recair sobre o Dosvox, sistema desenvolvido desde os anos 1990, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que permite a acessibilidade digital por meio de um sintetizador de voz, o único a fazê-lo em língua portuguesa quando foi criado. Seu conjunto de programas, que foi adaptado também ao espanhol, é distribuído gratuitamente pela internet.

Estima-se que mais de 40 mil pessoas o utilizem, sendo possível observar com o seu uso, de acordo com a Wikipédia, "um aumento muito significativo no índice de independência e motivação das pessoas com deficiência visual, tanto no estudo, trabalho [como na] interação" interpessoal.

Constatamos, assim, como a tecnologia de leitura digital pode ter contribuição decisiva para garantir não só mais educação e cultura, mas também maior autoestima e qualidade de vida às pessoas com deficiência visual.

Julgamos, além disso, que as bibliotecas públicas podem ser importantes aliados, ao lado do sistema educacional, na promoção da acessibilidade digital das pessoas com deficiência visual. A restrição às bibliotecas que se encontram em Municípios com mais de 50 mil habitantes, por sua vez, justifica-se pela busca da adequada proporcionalidade entre custos e benefícios. Podemos esperar que, futuramente, esse limite venha a ser reduzido.

A medida prevista pela proposição vem complementar as disposições da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Em especial, seu art. 68 determina que o Poder Público adote "mecanismos de incentivo à produção, à edição, à difusão, à distribuição e à comercialização de livros em formatos acessíveis". No primeiro parágrafo do mesmo artigo, fica estabelecido, ademais, que, nos editais de compras de livros que comporão o acervo de bibliotecas, o Poder Público deverá coibir a participação de editoras que não ofertem seu catálogo também em formato acessível.

Assim, o projeto de lei sob exame não apenas mostra plena adequação ao espírito do Estatuto da Pessoa com Deficiência, como vem dar mais amplos efeitos a suas medidas concretas, tendo em vista o almejado fim de facilitar o acesso da pessoa com deficiência à informação, dispondo que as bibliotecas públicas dispondo que as bibliotecas públicas deverão criar e manter as condições adequadas para o uso dos livros em formatos acessíveis. Esses, por sua vez, são definidos no §2º do art. 68 da citada norma como "os arquivos digitais que possam ser reconhecidos e acessados por softwares leitores de telas ou outras tecnologias assistivas que vierem a substituí-los, permitindo leitura com voz sintetizada, ampliação de caracteres, diferentes contrastes e impressão em Braille".

Ressaltamos, em conclusão, que a proposição, por determinar que o conjunto das bibliotecas públicas passe a contribuir, de modo efetivo, para a expansão do universo da informação e do conhecimento das pessoas com deficiência visual, deve ser apoiada.

Entretanto, com a preocupação de contribuir para seu aperfeiçoamento, apresentamos três emendas.

Na primeira delas, substituímos a ementa, por julgar que seu âmbito é mais amplo do que a simples "implantação de programas de *software* nas bibliotecas públicas para uso de deficientes visuais", sendo importante, a nosso ver, a referência ao conceito de "acessibilidade".

A segunda emenda consiste em uma simples alteração de redação no art. 1º, substituindo a expressão redundante "programas de *software*".

Por fim, julgamos importante, com a terceira emenda apresentada, deixar patente a garantia de atendimento especializado pela biblioteca a respeito de como utilizar os recursos disponíveis e deles obter o melhor aproveitamento. Procuramos assegurar esse atendimento, sem o qual a medida teria seu alcance social muito reduzido, da forma mais sucinta, por meio de breve acréscimo ao parágrafo único do art. 1º da proposição.

Em todas as emendas apresentadas, sugerimos a substituição da expressão "deficientes visuais" por "pessoas com deficiência visual", terminologia utilizada pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, e, coerentemente, também adotada pela Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

Voto.

Consoante as razões expostas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2014, com as emendas que apresentamos a seguir.

EMENDA Nº – CE

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2014, a seguinte redação:

Dispõe sobre a acessibilidade das pessoas com deficiência visual nas bibliotecas públicas.

EMENDA Nº – CE

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2014, a seguinte redação:

Art. 1º As bibliotecas públicas, nos municípios com mais de cinquenta mil habitantes, deverão facilitar o acesso das pessoas com deficiência visual a seus computadores, por meio da implantação de *software* destinado a esse fim.

EMENDA Nº – CE

Dê-se ao parágrafo único do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2014, a seguinte redação:

Parágrafo único. Para efeito do disposto no *caput*, as bibliotecas deverão garantir atendimento especializado e reservar espaços exclusivos às pessoas com deficiência visual, contendo mesas, cadeiras e teclados específicos para seu uso.

Esse é o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 3.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Também é da lavra do Senador Romário um item extrapauta...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – ... e já passo a Presidência, de pronto, a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Gostaria de consultar os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras sobre a possibilidade de inclusão extrapauta do PLC nº 185/2015, relatado por mim, que *institui a Semana da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla,* oportunidade esta que considero pertinente, pois, esta semana, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte está realizando, em parceria com o Núcleo de Acessibilidade do Senado Federal, a Semana da Valorização da Pessoa com Deficiência.

Não havendo oposição à inclusão extrapauta, retorno a Presidência ao Senador Lasier Martins, para que eu possa relatar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Portanto, trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 185, de 2015, não terminativo.

ITEM 18
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 185, de 2015
- Não Terminativo -

Institui a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla.

Autoria: Deputado Eduardo Barbosa
Relatoria: Senador Romário
Relatório: Favorável ao projeto.

Concedo a palavra ao Senador Romário, para proferir o relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vou direto à análise.

Compete a esta Comissão manifestar-se sobre a matéria, consoante dispõe o art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Por tratar-se de projeto distribuído unicamente a esta Comissão, caberá a ela pronunciar-se também quanto aos aspectos constitucionais, jurídicos e regimentais.

Ao propor a instituição da referida efeméride, a iniciativa busca, sobretudo, torná-la oficial, haja vista que, já há várias décadas, a sociedade brasileira celebra, informalmente, a Semana Nacional do Excepcional, posteriormente alterada para Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla, com o objetivo, conforme consta da justificação, de sensibilizar governos e comunidades em relação às potencialidades das

pessoas com deficiência, e para chamar a atenção para as necessidades específicas desse segmento populacional, tanto para a definição de políticas públicas quanto para o combate ao preconceito e à discriminação.

O projeto vem ao encontro dos termos da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e do seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, no dia 30 de março de 2007, aprovados pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, e promulgados pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

A Convenção ressalta, em seu art. 3º, como princípios gerais:

a) O respeito pela dignidade inerente, a autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e a independência das pessoas;

b) A não discriminação;

c) A plena e efetiva participação e inclusão na sociedade;

d) O respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade;

e) A igualdade de oportunidades;

f) A acessibilidade;

g) A igualdade entre o homem e a mulher;

h) O respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência e pelo direito das crianças com deficiência de preservar sua identidade.

E, em seu art. 8º, preconiza:

a) Conscientizar toda a sociedade, inclusive as famílias, sobre as condições das pessoas com deficiência e fomentar o respeito pelos direitos e pela dignidade das pessoas com deficiência;

b) Combater estereótipos, preconceitos e práticas nocivas em relação a pessoas com deficiência, inclusive aqueles relacionados a sexo e idade, em todas as áreas da vida;

c) Promover a conscientização sobre as capacidades e contribuições das pessoas com deficiência.

2. As medidas para esse fim incluem:

a) Lançar e dar continuidade a efetivas campanhas de conscientização públicas, destinadas a:

i) Favorecer atitude receptiva em relação aos direitos das pessoas com deficiência;

ii) Promover percepção positiva e maior consciência social em relação às pessoas com deficiência;

iii) Promover o reconhecimento das habilidades, dos méritos e das capacidades das pessoas com deficiência e de sua contribuição ao local de trabalho e ao mercado laboral;

b) Fomentar em todos os níveis do sistema educacional, incluindo neles todas as crianças desde tenra idade, uma atitude de respeito para com os direitos das pessoas com deficiência;

c) Incentivar todos os órgãos da mídia a retratar as pessoas com deficiência de maneira compatível com o propósito da presente Convenção;

d) Promover programas de formação sobre sensibilização a respeito das pessoas com deficiência e sobre os direitos das pessoas com deficiência.

Ao instituir, oficialmente, a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla, estará o Brasil não apenas reforçando os compromissos assumidos pelo País perante as demais nações signatárias da Convenção, como também – e principalmente – distinguindo essa expressiva camada da população representada por pessoas com deficiência, mediante o desenvolvimento de ações destinadas a promover seu bem-estar e o pleno exercício de sua cidadania.

Ainda quanto ao mérito, deve-se ressaltar, ademais, que a proposição, nos termos em que foi concebida, se reveste de inegável oportunidade, ao pretender, em suma, a inclusão e a consequente participação dessas pessoas no conjunto social, seja por meio do respeito a seus direitos e da valorização de seu potencial artístico, intelectual e atlético, seja na demonstração da capacidade de cada uma delas na assunção de posições de relevo no mercado de trabalho e na atividade produtiva.

Relativamente à constitucionalidade da proposição, a competência da União para legislar a respeito encontra-se respaldada pelo art. 24, XIV, da Constituição. Ainda sob esse prisma, não suporta matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, segundo o estabelecimento do art. 61, §1º, da CR, nem de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, à luz dos arts. 49, 51 e 52 também da CR.

Além do mais, a escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera da lei complementar.

Quanto à juridicidade, a iniciativa encontra-se igualmente adequada, pois foram atendidos, em particular, os pressupostos da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que fixa critério para instituição de datas comemorativas. O autor do projeto e a própria Câmara dos Deputados se valeram para tal do Ofício FNA nº 95, de 2012, expedido pela Federação Nacional das Associações dos Pais e Amigos dos Excepcionais, mediante a

qual foi encaminhado, conforme consta na justificação, o resultado da enquete realizado no mês de abril de 2012, em que se indagou o interesse popular em transformar a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla em data comemorativa do calendário oficial brasileiro.

Não há, portanto, reparos a fazer ao projeto.

Diante do exposto, o voto é favorável à aprovação e, consequentemente, ao prosseguimento da tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 185, de 2015.

Esse era o meu relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Aproveito, Senador Romário, para cumprimentá-lo. Tem sido notório o seu espírito humanitário, com os vários projetos que tem apresentado aqui no Congresso, sempre defendendo a dignidade das pessoas com deficiência. Isso exalta ainda mais seu espírito humanitário, quando se sabe que V. Exª teve a felicidade de receber uma constituição física que o tornou um dos mais famosos atletas de futebol do mundo. Se me permitem os colegas, V. Exª está marcando um gol daqueles que o senhor marcava pela seleção brasileira e pelo Barcelona.

Devolvo-lhe a Presidência da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senador Lasier, por presidir esta Comissão neste momento e pelas palavras em relação a mim.

ITEM 3
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, de 2015
- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.292, de 27 de setembro de 2001, que denomina Rodovia Governador Mário Covas a BR-101, para atribuir nova denominação ao trecho da rodovia situado no Estado de Santa Catarina.

Autoria: Senador Dário Berger
Relatoria: Senador Dalirio Beber
Relatório: Apresentado em Reunião se houver emenda.
Observações:
Em 24/11/2015, foi aprovado Substitutivo oferecido ao PLS 305/2015, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal. Ao Substitutivo, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral.

Em discussão.

Consulto as Srªs e os Srs. Senadores que desejam oferecer emendas, no turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal. (*Pausa.*)

Não havendo emendas na discussão do turno suplementar, o Substitutivo é dado como definitivamente adotado pela Comissão.

A matéria será encaminhada à Mesa, para as providências cabíveis.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Só para eu expressar, preliminarmente, minha grande satisfação em poder ser autor de uma homenagem a um dos mais proeminentes e destacados Senadores que esta Casa já teve. Falo do Senador Luiz Henrique da Silveira, um homem que foi visionário, que esteve sempre à frente do seu tempo. Acho que até está fazendo muita falta nesse momento o nosso convívio.

Era um líder extraordinário; exerceu inúmeros cargos não só na República, como em Santa Catarina. Destacou-se em Santa Catarina como o maior e o mais atuante líder das últimas décadas e, lamentavelmente, deixou-nos de forma inesperada e prematura.

Evidentemente, esta é uma homenagem justa e legítima. Entretanto, penso que o Senador Luiz Henrique merece muitas outras homenagens ainda por aquilo que ele representou para o povo brasileiro, especialmente para o povo de Santa Catarina, onde foi governador duas vezes consecutivas.

De maneira que quero, aqui, agradecer às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores e agradecer a V. Exª, Presidente. Repito: estamos fazendo uma justa e legítima homenagem a uma das mais altas personalidades que já passaram pelo Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Passo a palavra agora ao Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Eu gostaria de cumprimentar nosso Senador Dário Berger pela iniciativa de ter proposto uma homenagem a esta importante figura da política catarinense.

Senti-me extremamente honrado por ser o Relator dessa matéria, porque, nos vários anos de convivência ao lado do Senador Luiz Henrique da Silveira, especialmente na condição de prefeito da cidade de Joinville e, logo na sequência, governador em dois mandatos consecutivos no Estado de Santa Catarina, aprendemos a conhecê-lo mais e, cada vez mais, também a admirá-lo, pela sua conduta sempre muito firme, muito correta na gestão da coisa pública. Com certeza, ele faz grande falta aqui, no Senado Federal, onde, durante os primeiros quatro anos de mandato, ele foi extremamente produtivo, em razão não só da sua competência, mas, acima de tudo, em função da sua habilidade conciliadora de fazer com que, em torno dos projetos em que ele atuava como Relator, ou até mesmo como autor nos debates, houvesse convergência para permitir que a legislação que desta Casa emanasse pudesse, de fato, melhorar a vida dos brasileiros. Por isso, senti-me muito honrado.

Quero novamente parabenizar o nosso Senador Dário Berger pela iniciativa de propor esta justa homenagem ao nosso saudoso e grande Luiz Henrique da Silveira.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Passamos agora ao item 8.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 199, de 2012
- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), para dispor sobre o caráter público dos trabalhos acadêmicos de conclusão de curso na educação superior.

Autoria: Senador Blairo Maggi.
Relatoria: Senadora Simone Tebet.
Relatório: pela aprovação do projeto, com três emendas que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1.
Observações:
1- em 12/03/2013, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Wellington Dias;
2- Serão realizadas três votações nominais: uma para o Projeto, outra para as emendas de Relator e uma terceira para a Emenda nº 1.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Com a palavra a Relatora, Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Eu gostaria de pedir a retirada de pauta desse projeto só para que possamos aperfeiçoar o relatório.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – O.k. Será retirado de pauta o projeto do item 8.

ITEM 17
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 143, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição da República, da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, especialmente em seu art. 2º, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, destinada a debater a instituição do Dia do Policial Legislativo, de que participem: o Diretor da Secretaria de Polícia do Senado Federal; o Diretor do Departamento de Polícia da Câmara dos Deputados; o Presidente da Associação da Polícia do Congresso Nacional; o Presidente da União Nacional de Polícias Legislativas.

Autoria: Senador Dário Berger.

Concedo a palavra ao Senador Dário Berger para leitura do requerimento.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, inciso II, da Constituição da República, realização de audiência pública para debater a instituição do Dia do Policial Legislativo, nesta Comissão. Para isso, estou propondo convidar o Diretor da Secretaria de Polícia do Senado Federal; o Diretor do Departamento de Polícia da Câmara dos Deputados; o Presidente da Associação da Polícia do Congresso Nacional; e o Presidente da União Nacional de Polícias Legislativas.

A justificativa se dá em função de que a convocação de que trata este requerimento objetiva atender, em especial, ao disposto na Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que, em seu art. 2º, determina a realização de audiência pública destinada a comprovar a obediência ao critério de alta significação da homenagem, segundo parâmetros por ela oferecidos, previamente ao oferecimento de projetos de lei destinados a instituir efemérides.

Independentemente do suporte constitucional e legal, sua realização proporcionará debater a viabilidade de se instituir a referida efeméride, e, assim decidido, sobre o dia a ser consagrado a comemorar a atuação dos policiais legislativos no desempenho das atividades a eles cometidas pelas disposições normativas.

Tais são as razões que nos levaram a submeter à elevada consideração dos membros desta Comissão o presente requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 109, de 2013

- Terminativo -

Determina a disponibilidade de tablets para o uso individual dos estudantes das escolas públicas de educação básica, até 2023.

Autoria: Senador Cícero Lucena

Relatoria: Senador Alvaro Dias

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações:

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, para proferir o relatório.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Muito obrigado, Presidente Romário.

É louvável a iniciativa do Senador Cícero Lucena, mas é recorrente e absolutamente justificável, no Senado, em razão da produção legislativa bastante profícua, muitas vezes, existirem projetos semelhantes apresentados. Alguns saem à frente e são aprovados; outros, muitas vezes, mesmo apresentados com anterioridade, acabam sendo prejudicados pela aprovação de projetos mais recentes. Isso tem ocorrido, insistentemente, na Casa, e é o caso.

O Senador Cícero Lucena apresentou esse projeto, que, com relação ao mérito, não há o que discutir, consideramos louvável iniciativa. Apesar disso, temos que votar pela rejeição, já que há outras propostas anteriormente aprovadas.

Consideramos, por exemplo, que a norma proposta por ele encontra-se vigente, em razão de um projeto assemelhado, consistente em promover a inclusão digital dos estudantes e professores das redes públicas, por meio de ações que alcançam também escolas conveniadas. Esse foi, precisamente o propósito da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, que contempla, entre outras medidas, a criação do Programa Um Computador por Aluno.

Essa lei procurou garantir, por meio do Regime Especial para Aquisição de Computadores para Uso Educacional, a aquisição, em larga escala, por preços significativamente mais baixos, de computadores portáteis, para distribuição a alunos e professores da educação básica. Passados mais de cinco anos desde o início de sua vigência, ainda não foram avaliados os resultados da inovação. Portanto, a lei existe, mas, na prática, o resultado é pífio.

Com efeito, ante o fato de se destinar à distribuição de equipamentos de informática para uso educacional, a Lei nº 12.249, de 2010, abarca o objeto desse projeto do Senador Cícero Lucena.

Assim, não nos parece recomendável iniciar uma nova ação sem avaliar os resultados de medida anterior adotada com a mesma finalidade. Ademais, entendemos não ser necessária a edição de nova lei para a disponibilização de *tablets* para alunos da rede pública de ensino, o que poderá ser feito no âmbito do Programa Um Computador Por Aluno, sendo natural, inclusive, que programas de distribuição de livros didáticos se

adequem paulatinamente a novos suportes de informação e de tecnologia para oferecer materiais didáticos digitais e aparelhos de suporte.

Lembramos ainda que a Estratégia 7.15 do Plano Nacional de Educação (PNE) – aliás, esta Comissão promoveu um grande debate em torno do Plano Nacional de Educação, com 35 especialistas convidados, que trouxeram uma extraordinária contribuição para o aprimoramento da proposta, e tive a satisfação de ser o Relator do Plano Nacional de Educação –, instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, requer, para o fomento da educação de qualidade, em todas as etapas e modalidades, a universalização, até o quinto ano de vigência da Lei, do acesso à internet, em banda larga de alta velocidade. A estratégia prevê também que se triplique, até o final da década, a relação computador/aluno nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação. Portanto, a legislação já oferece competência ao Poder Executivo para tomar as providências.

Infelizmente, o Brasil ainda padece de limites de infraestrutura, que impedem que todos os brasileiros, estejam onde estiverem, possam acessar esses recursos, possam se familiarizar com recursos tecnológicos. Segundo estudo realizado em 2013 com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica, mais da metade das escolas públicas brasileiras tem infraestrutura de nível elementar, ou seja, não conta com computadores, com bibliotecas ou com laboratórios de ciências.

Dessa forma, entendemos que não se coaduna com a realidade do País a proposição que prevê a disponibilização de *tablets* para todos os alunos da rede pública de ensino, a partir do sexto ano do ensino fundamental e até a conclusão do ensino médio. A distribuição desses aparelhos disputará os mesmos e escassos recursos com outras ações necessárias para a melhoria da educação, inclusive com aquelas estabelecidas como prioritárias pelo Plano Nacional de Educação.

Diante do exposto, é claro que lamentando, votamos pela rejeição. Nós gostaríamos que a realidade fosse outra. De qualquer maneira, já existem leis – eu me referi ao Programa Um Computador Por Aluno e também ao Plano Nacional de Educação – para que esse objetivo possa ser alcançado. E que ele seja alcançado o mais rapidamente possível, Sr. Presidente!

O voto é pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem!

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão.

Adio a votação, para quando houver quórum.

Comunico que, amanhã, quarta-feira, às 10h, será realizada reunião extraordinária em forma de audiência pública destinada a debater "Os limites e as possibilidades da inclusão de pessoas com deficiência na educação profissional", em atendimento aos Requerimentos nºs 103, 104 e 136, de 2015, de minha autoria. A audiência está inserida na programação da IX Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, com o tema "Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei Brasileira de Inclusão: Do Papel à Realidade", e contará com a presença dos seguintes convidados: Loni Elisete Manica, Doutora em Educação; Geraldo Caliman, Doutor em Educação; Valter Júnior de Melo, Professor de Software "Leitor de Tela".

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 35 minutos.)

ATA DA 71ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE DEZEMBRO DE 2015.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia dois de dezembro de dois mil e quinze, na sala de reuniões número quinze, da Ala Senador Alexandre Costa, **sob a Presidência do Senhor Senador Romário,** e com a presença dos Senhores Senadores Donizeti Nogueira, Paulo Paim, Gladson Cameli, Simone Tebet, Antônio Anastasia, Eduardo Amorim, Telmário Mota, Hélio José e Ronaldo Caiado, reúne-se a presente Comissão. Justifica a Ausência o Senhor Senador Cristovam Buarque. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nºs 103 e 104/2015-CE, de iniciativa do Senhor Senador Romário, e 136/2015-CE, de iniciativa dos Senhores Senadores Romário e Lídice da Mata, destinada a debater os "Limites e as Possibilidades da Inclusão de Pessoas com Deficiência na Educação Profissional". Comparecem à Audiência Pública como expositores: **Senhora Loni Elisete Manica, Doutora em Educação; Senhor Geraldo Caliman, Doutor em Educação; e Senhor Valter Júnior de Melo, Professor de Software "Leitor de Tela"**. Usa da Palavra o Senhor Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião às onze horas e vinte e cinco minutos do dia dois de dezembro de dois mil e quinze, determinando que eu, **Willy da Cruz Moura, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Senador Romário, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR ROMÁRIO
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Bom dia a todos. Muito obrigado pela presença.

Havendo número regimental, declaro aberta a 71ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 103, 104, de 2015, desta Comissão, de minha autoria e aditamento nº 136, de 2015, desta Comissão, de minha iniciativa e da Senadora Lídice da Mata, inserindo-se na programação da 9ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência para realização de audiência pública destinada a debater o tema "Os limites e as possibilidades da inclusão de pessoas com deficiência na educação profissional".

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão que acompanhe os convidados para tomarem assento. (*Pausa.*)

Agradeço a presença dos convidados: Sr. Geraldo Caliman, doutor em educação; Srª Loni Elisete Manica, doutora também em educação; Sr. Valter Junior de Melo, professor de *software* leitor de tela.

O Senado Federal está promovendo a 9ª Semana de Valorização da pessoa com deficiência, intitulado Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei Brasileira de Inclusão, do papel à realidade. Esta ação de hoje integra esta semana. O livro tem como autores dois doutores em educação, ambos imbuídos e determinados em realizar pesquisas que revertem em favor do público excluído.

São dois pesquisadores e estudiosos da área da Pedagogia Social aqui no Brasil. Esta área ainda é nova no Brasil, mas é extremamente difundida em países de primeiro mundo, como na Alemanha, Itália e Espanha, inclusive a Itália é o local de formação Dr. Caliman, mas uma vez sejam bem-vindos. É um prazer tê-lo aqui, doutor, que está comigo nesta mesa aqui ao meu lado direito.

O livro apresenta o resultado de uma pesquisa inédita realizada em 18 Estados do nosso País e que trata basicamente dos limites e possibilidade de realizar a inclusão de alunos com deficiência na educação profissional e no mercado de trabalho. O resultado apresentado neste livro tende a fazer luz sobre as principais atitudes dos órgãos governamentais e não governamentais perante as dificuldades enfrentadas e as superações exercidas para que as inclusões aconteçam.

Assim, a pretensão de que, relevadas as dificuldades e necessidades para implementar a inclusão, efetivamente, nas escolas de educação profissional, o livro contribui com possibilidades reais de orientar as políticas públicas na área da pessoa com deficiência.

Parabéns aos autores, em especial à minha assessora Loni, minha amiga, com quem eu compartilho momentos de grande alegria, como momentos em que vivemos na aprovação unânime deste Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei Brasileira da Inclusão. Momento que eu e Loni estivemos lado a lado e que choramos

juntos pela alegria em ver nossos sonhos se concretizando e percebendo que as pessoas com deficiência já poderiam comemorar.

Agradeço também a presença aqui dos senhores citados e, começando nossa audiência pública, passo aqui a palavra ao Prof. Caliman que fará uma breve apresentação.

O SR. GERALDO CALIMAN – Primeiramente, saúde todos vocês, sobretudo o Senador Romário.

A temática que estamos desenvolvendo hoje está ligada ao livro que estamos lançando. Esse é o segundo, visto que, no ano passado – há um ano –, estivemos também aqui lançando praticamente o volume anterior.

Trabalho como professor do Doutorado em Educação da Universidade Católica de Brasília há 11 anos. Esse livro nasce de uma pesquisa que foi feita pela Loni, uma pesquisa, como dizia o Senador Romário, com amplitude nacional, em 18 Estados, algo de grande envergadura.

Entro, nessas publicações, como *expertise* na área de metodologia da pesquisa. Durante quatro anos, ajudei a Loni a executar esse trabalho, mas ela é a pessoa mais interessada e especializada nesse campo.

Sou também coordenador de uma cátedra da Unesco. No Brasil, há cerca de 15 cátedras da Unesco, e a Católica sedia uma delas. Essa é voltada para o assunto "juventude, educação e sociedade". Por isso, temos muito interesse em estudar essa temática.

Também vou contar rapidamente um pouco da minha formação e o que me leva a trabalhar com temas como este.

Na Itália, em 1988, conheci uma família... Morei 15 anos lá. Fui professor de uma universidade na Itália por dez anos e lá fiz a minha formação. Encontrei, naquela universidade, uma Faculdade de Educação em que havia um curso destinado à formação de pedagogos sociais, em Pedagogia Social. Foi exatamente nesse campo que comecei a trabalhar.

Naquele país, conheci Emanuele, que tinha síndrome de Down. O pai era *carabinieri,* a mãe, enfermeira, e ele tinha uma irmã. A irmã faleceu ainda jovem, infelizmente. Emanuele era muito integrado na comunidade em que vivia. O pai faleceu, a mãe infelizmente também faleceu, e Emanuele ficou sozinho. Quem cuida do Emanuele é uma figura que, na Itália, se chama educador profissional. O educador profissional é formado por currículos de Pedagogia Social.

Toda essa pesquisa tem uma ótica no campo da Pedagogia Social, até porque a Loni também estudou muito esse assunto.

Sem entrar muito no campo da Pedagogia Social, sem falar o que ela é, ressalto que se trata de uma pedagogia que subsidia as metodologias pedagógicas em muitas atividades, no campo da educação, que não estão necessariamente ligadas à escola.

Se alguém faz um programa de recuperação para toxicodependentes, um programa de prevenção ao uso de drogas, quem consegue elaborar um projeto socioeducativo para esses programas? Certamente, alguém que fez pedagogia poderia fazê-lo, mas somente a pedagogia não seria suficiente. Então, é necessária – a Europa já descobriu isto há muitos anos, há décadas – a formação de pessoas especializadas no campo de uma pedagogia voltada à dimensão social da educação.

Na Alemanha, na Itália e na Finlândia, essa pedagogia também era muito desenvolvida. Inclusive, na Finlândia, eu perguntei a uma especialista na área por que ela é tão desenvolvida. Eu dizia assim: "Lá, vocês não têm pobreza, a qualidade da educação é ótima." E ela dizia: "Também é importante uma dimensão social da educação para lembrar aos nossos jovens a responsabilidade social deles, na sociedade, a cidadania, a não indiferença social e assim por diante."

A instituição pesquisada, presente em todas as unidades da Federação, atua em unidades fixas ou unidades móveis, levando a educação profissional para ambientes que extrapolam os muros da escola e, em alguns momentos, tem forte interface com metodologias e processos educativos estudados nessa perspectiva da pedagogia social.

Essa pesquisa realizada foi construída na perspectiva da pedagogia social, como dizia, uma área orientada à educação de pessoas que, no seu processo formativo, precisam privilegiar as relações sociais e humanas, tanto quanto os conhecimentos e as tecnologias.

Então, a base da pedagogia social são as relações humanas, e não o processo de ensino-aprendizagem, nem tanto o conhecimento, mas as relações, aquela atitude de confiança que as pessoas têm umas com as outras. Daí uma ligação importante com esse mundo também das pessoas com deficiência. Durante muitas décadas e anos, quem cuidou das pessoas com deficiência foram pessoas que estavam nesse âmbito da educação não formal, e, portanto, hoje também queremos que sejam especializados, mas para trabalhar bem como educadores profissionais.

Essa pesquisa ouviu gestores dos centros de educação profissional, seus alunos, seus docentes. Ver esse docente a partir da dimensão do educador social é também entender que ele não é somente um técnico, um

instrutor, mas é entender, é reconhecer a importância do seu engajamento na pedagogia da vida, na pedagogia cidadã, na pedagogia social.

O docente que instrui e educa as pessoas com deficiência, além de realizar um trabalho com foco nas unidades da cidadania e do trabalho social e educativo, também precisa reconhecer que, enquanto ministra aulas para alunos com deficiência, está engajado na transformação de grupos socialmente atingidos pela discriminação e, dessa forma, realiza um trabalho para o cidadão em consonância com a educação social.

Um docente que deseja, além de transmitir conteúdos, educar na diversidade e intervir no modo de vida dos jovens em situação de discriminação, ou mesmo de jovens excluídos ou marginalizados pela sua condição de deficiência, buscará compreender quem é esse aluno, ou seja, reconhecer as características principais de quem seja a pessoa com deficiência que está na sala de aula, para melhor entendê-la em suas necessidades especiais.

Finalizo, lembrando que aqui, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, estão em andamento dois projetos de lei voltados ao reconhecimento profissional do educador social no Brasil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GERALDO CALIMAN – Esse reconhecimento está em tramitação no Projeto de Lei nº 5.346 – isso, na Câmara – e, no Senado, no Projeto de Lei do Senado nº 328, de 2015.

Temos a esperança de que esses projetos cheguem a um bom termo e possamos ter uma base para construir, no Brasil, a formação dos educadores sociais em níveis diferentes: de técnico de segundo grau, em nível de universidade e em nível também de *stricto sensu* e *lato sensu*, que são especializações, mestrados e doutorados. É essa a nossa esperança.

Agradeço a possibilidade de estar aqui, lançando este livro, e espero que ele contribua para a educação das pessoas com deficiência.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, doutor. Muito obrigado pela sua fala.

Passaremos agora a palavra ao Sr. Valter Junior de Melo, Professor de Software "Leitor de Tela".

Por favor, Professor.

O SR. VALTER JUNIOR DE MELO – Permitam-me ficar de pé, porque, em seguida, vou cantar e será melhor estar de pé.

Quero saudar todos, naturalmente, o Senador Romário, todos que integram a Mesa, todos os presentes.

Sou deficiente visual e faço parte de um segmento especial, na medida em que perdi a visão na vida adulta. Tenho 47 anos e fiquei cego aos 22. Portanto, faz 25 anos que fiquei cego, com perda total, numa questão envolvendo o nervo ótico.

O que ocorre é que, de fato, para quem, na vida adulta, perde a visão, a percepção do quanto ela faz falta é imediata, a percepção do quanto é poderosa, porque você fecha os olhos e, ao abri-los, já tem uma imensidão de informações que chegam instantaneamente, e a perda se demonstra na medida em que você vê que não consegue mais ler os livros, a interação com a TV fica muito prejudicada, as coisas mais simples. E descortina-se diante de você, então, o caminho da readaptação. É um caminho difícil, mas, uma vez trilhado, ele traz, para quem o percorre, sem dúvida, recompensas – e muitas –, graças a trabalhos como o da Profª Loni e do Prof. Caliman. Por quê?

Recentemente, escrevi um livro autobiográfico, e o título dele é *O que pode dar esperança*. Na hora de uma perda, o que fica latejando no peito é o quanto você não poderá mais fazer, o que você não poderá mais recuperar, e algo que traz esperança traz consigo também vida e muitas possibilidades. Foi o que pude observar, por exemplo, quando, nessa caminhada da readaptação, descobri a existência de programas para computador, *softwares*, chamados "leitores de tela", que fazem o que o nome diz: leem o que está na tela. Agora, descobrir isso foi algo maravilhoso, na medida em que, usando o computador, pude voltar a ler, ler o que estava na tela. E o que aparecia na tela? Notícias, entretenimento, informações diversas. E eu não só podia ler, mas escrever, mandar *e-mails*, navegar na internet, usar comunicadores instantâneos e interagir também com redes sociais, ou seja, não só recuperei o que havia perdido, como passei a conquistar coisas que, na época em que fiquei cego, nem sequer existiam, porque a internet não era tão difundida no Brasil. Mas, ao descobrir isso, se é algo bom, fica aquela sensação: e as outras pessoas que não conhecem? Este País é muito grande.

Recordo-me que, em 2005, fui cantar num evento. Lá, havia uma professora chamada Loni, que me convidou para fazer um trabalho de formação de instrutores das escolas do Senai, para que eles pudessem receber deficientes visuais em suas aulas, em seus cursos. Aí, vi a oportunidade maravilhosa não só de saber, mas de poder compartilhar. Assim, começamos, e um pouco do muito que a professora faz está traduzido neste livro, também no primeiro que lançou, e isso me dá uma alegria muito grande porque, graças a Deus, tem aumentado a difusão do conhecimento acerca do quão fácil é e ao alcance de nós está possibilitarmos às pesso-

as com deficiências, as mais diversas – falo da deficiência visual porque é a minha –,o acesso à informação; e, com esse acesso, a volta ao mercado de trabalho, a capacidade de interagir com a sociedade e, em vez de ficar lamentando o que perdeu, poder celebrar os ganhos que passa a ter.

Por isso, olho para este livro que está sendo lançado com muita alegria, porque ele não só apresentará as possibilidades, mas também apresentará limites, para que não haja frustração, para que as pessoas não gastem tempo, nem energia, nem recursos no que não é adequado. Mas, graças à professora, à sua experiência é que isso se torna possível. Então, meu elogio é devido, é justo, e fico muito feliz com este recurso que, agora, chega às mãos de tantas pessoas.

Agradeço a oportunidade de estar aqui para dividir isso com vocês e gostaria de terminar cantando uma música, o nome dela é "Quem são eles"? Ela se refere a uma categoria de pessoas que você pode ter visto passar pela cidade, no seu ambiente de trabalho ou estudo.

São os deficientes visuais. Eles têm um comportamento peculiar em vários aspectos. Ao cantar, a mensagem da canção vai fazê-los perceber isso.

Agora, o que há de notável é o fato de que, sendo dada a eles uma oportunidade, sem dúvida eles a abraçam e o fazem com maestria. Eles nos chamam a atenção pelo que conseguem fazer de olhos fechados. Quando chegamos mais perto para ver, não é algo tão difícil. Por isso mesmo, pode ser compartilhado.

Vamos cantar.

(Procede-se à execução da música.)

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Valter.

Parabéns por tudo que você falou e pela voz. A música é realmente emocionante.

Agora, antes de passar a palavra para a Loni, quero informar que esta audiência pública está sendo exibida pela TV Senado, pela Agência Senado, pelo Jornal do Senado, pela Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão através do Alô Senado, cujo telefone é 0800-6122111, e pelo Portal e-Cidadania, por meio do endereço eletrônico www.senado.leg.br/ecidadania, que está transmitindo ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores na internet.

Também quero agradecer às pessoas que estão trabalhando no serviço de Libras (Língua Brasileira de Sinais), que são a Rita de Cássia e o Diego Ramos.

Muito obrigado.

Quero dizer que não só estamos comemorando esta 9ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência como estamos fazendo o lançamento oficial deste livro, deste maravilhoso livro da minha amiga Loni e do Prof. Geraldo Caliman, *Inclusão das Pessoas com Deficiência na Educação Profissional e no Trabalho*, cujo prefácio tive o prazer e a honra de escrever.

Estou muito honrado não só por esse motivo, mas por poder estar aprendendo a cada dia com uma pessoa maravilhosa, uma grande profissional e uma pessoa que realmente se dedica ao tema, referente às pessoas com deficiência.

Loni, eu lhe agradeço. Não preciso nem dizer que as portas do meu gabinete estão abertas, porque você que tem a chave! (*Risos.*)

Na verdade, é uma honra poder estar vivendo este momento no Senado e, principalmente, junto com você.

Muito obrigado por tudo que você tem me ensinado, que tem ensinado a todos nós do gabinete e, tenho certeza, a todos deste País.

A palavra agora é com você.

A SRª LONI ELISETE MANICA – Que difícil, depois de ouvir o Senador falar! Já fiquei emocionada com o Valter; agora, é mais complicado!

Ai, Senador, que chato!

Bom dia a todos.

Estou muito feliz de ver esta sala lotada e de pessoas que estão engajadas nesse tema. Claro que aqui há cinco pessoas que são da minha família, mas, quanto ao restante, há algumas que não conheço, outras que são amigas, mas todas estão aqui porque esse tema, realmente, importa na vida delas. E isso me deixa feliz; deixa-me feliz ver que ainda temos esperança de poder fazer um pouco mais para essas pessoas.

Eu sempre falo que sou muito feliz também por ter aprendido desde que nasci a conviver com a diferença, porque eu já nasci no meio dela. Eu tenho um irmão que tem 53 anos. Ele tem dois anos a mais que eu. Na verdade, quando eu nasci, ele não caminhava, não falava, pouco fazia, e eu tive o privilégio de ensinar muitas coisas e de aprender muito mais com ele; e aprender o quanto o mundo era cruel com as pessoas com

deficiência. Ao puxá-lo pela mão ou ao ir para a escola, eu via o quanto eu era torturada por ver o meu irmão ser chamado por termos pejorativos, como "louquinho", "lá vem a pessoa débil mental". São terminologias que algumas pessoas, infelizmente, ainda utilizam.

Então, nasci nesse meio e tenho a honra de dizer que eu tive uma mãe que nos ensinou e que luta até hoje, com mais de 70 anos. Ela coordena a Apae; a vida dela é dedicada à Apae. Ela nos ensinou a viver com a diferença e com o preconceito, que eu não aceitava em relação ao meu irmão. Acho que foi por aí, por ver a força da minha mãe e por ter essa motivação pessoal, que era o meu irmão, que me fez sempre seguir estudos nessa área.

Hoje, nós estamos lançando mais esse fruto. Nós tivemos este primeiro livro, que é um pouco maior, porque ele traz um pouco da trajetória das pessoas com deficiência, das terminologias. O livro foi lançado, como o Prof. Caliman falou, no ano passado. E nós tivemos uma pesquisa que foi dividida em dois grande momentos: um era voltado aos docentes, e o outro voltado, então, à inclusão propriamente dita, limites e possibilidades. Nesse primeiro momento, nesse primeiro livro, nós tínhamos feito um livro para os docentes, mais voltado aos docentes, que se chama *Um novo jeito de ser docente*, que é receber essas pessoas na educação profissional e saber como tratá-las, como trabalhar.

Isso tudo foi oriundo de uma pesquisa que eu tive a oportunidade de fazer e que durou quatro anos, como o Prof. Caliman falou. Eu levei cinco no doutorado – porque fiz um como aluna especial, para fazer a prova, pela segunda vez, e ser aprovada. Mas foi uma pesquisa em que dediquei muito tempo, chorei muito, quase desisti. O Prof. Caliman se lembra disso. Todo aluno no doutorado sofre, mas, no final, vemos as recompensas. E este livro que estou lançando hoje é uma dessas recompensas, dessa pesquisa inédita que nós fizemos no Brasil.

Aqui, vou pedir licença para o meu chefe, meu amigo, que é uma pessoa que tem me ensinado muito, principalmente por ser um pai, como ele é, extremamente dedicado; ele é um paizão, como eu digo. Não é só porque ele colocou um pôster de todos os filhos no gabinete – todo mundo vê os filhos o tempo todo –, mas porque ele realmente dedica a sua vida a esses filhos. E a Ivy é uma pessoa especial na vida dele. Eu sinto que, depois da vinda da Ivy – ele pode dizer isto; eu não conhecia o Romário, como conheço hoje –, ele teve um olhar mais forte em relação às pessoas com deficiência.

Eu posso dizer que sou privilegiada, que Deus tem me dado o privilégio de poder pensar, de poder sonhar, de poder criar, de poder escrever, de poder falar muitas vezes por intermédio da escrita. O próprio Senador diz: "Loni, me ajuda aqui; você pode escrever alguma coisa." E eu me sinto livre para dizer aquilo com o qual nós dois concordamos. Ele é uma pessoa que me faz feliz, porque ele assina embaixo. Dificilmente, muito raramente... Comigo ainda não aconteceu de ele me proibir de fazer determinada ação. Então, a todas as ações com as quais sonhamos ele vai junto, e isso é o que me motiva também no trabalho.

Eu vou tomar a liberdade de ler esse prefácio que ele assina, porque eu o acho lindo e quero compartilhar com vocês.

Ele diz assim:

> Quando me deparei com o convite para fazer o prefácio do livro que tem como autora principal a colaboradora do meu gabinete, Loni Elisete Manica, logo pensei em nosso ponto em comum, que é a admiração em trabalhar na área das pessoas com deficiência, pois este assunto é uma das minhas bandeiras como Parlamentar.
>
> Também tomei conhecimento de que o outro autor, Dr. Geraldo Caliman, além de Ph.D. na área da pedagogia social, tem sido referência no Brasil quando o assunto está relacionado às minorias.
>
> O que une a Loni ao meu mandato no Senado Federal é o entusiasmo dessa assessora em estudar e aprofundar conhecimento na área das pessoas com deficiência, o qual está aliado ao meu desejo em fazer mais e melhor a este segmento, proporcionando maior qualidade de vida para mais de 45 milhões de brasileiros, conforme o último censo demográfico.
>
> Há mais de dez anos, Papai do Céu me deu uma filha com síndrome de Down, chamada Ivy, a qual foi a minha motivação para ocupar uma cadeira no Parlamento. O meu conhecimento na área é rotineiro, e é muito mais prático do que teórico. Foi a partir do nascimento da Ivy que fiquei mais interessado em conhecer e acompanhar a área das pessoas com deficiência. E foi a partir daquele momento que percebi o quanto essas pessoas são esquecidas, discriminadas e, muitas vezes, excluídas em nossa sociedade.
>
> Minha filha teve e tem o privilégio de utilizar todo o tipo de apoio, seja por meio de uma alimentação saudável, apoio médico, educação individualizada ou qualquer outro tipo de adequação, adaptação ou acessibilidade. Mas, se por um lado, eu vejo a Ivy com todas essas possibilidades – se desenvolvendo, crescendo e respondendo aos anseios educacionais e profissionais –, por outro lado me

deparo com tantas pessoas que não nasceram em uma família com recursos financeiros para arcar com o pagamento desses apoios.

Este é um dos motivos que impulsionam o meu mandato, ou seja, criar legislação que proporcione às pessoas com deficiência possibilidades de desenvolvimento.

Nessa obra, que tem a Loni como autora, encontraremos respostas ousadas, que são evidenciadas a partir de uma redação simples e refletem os anseios daqueles que se dispuseram a participar da pesquisa. Observei que não houve apenas a participação dos docentes e dos gestores que atuam com as pessoas com deficiência, mas também o que pensam e almejam os próprios alunos com deficiência, os quais, muitas vezes, são esquecidos de serem consultados na criação das políticas públicas e que, a meu ver, deveriam ser os primeiros a expressar o seu querer.

O conteúdo do livro apresenta a construção de textos a partir de relatos de autores. Reconheço que o Brasil avançou nessa área, mas sei que ainda temos muito que fazer.

O meu dia a dia como Parlamentar tem me mostrado que tenho sido instrumento para apoiar na melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência. Sempre que posso, ouço a voz da sociedade e crio um relato "projetos de lei", que favorecem a vida escolar e profissional das pessoas com deficiência.

Enquanto político, eleito pelo povo, me sinto motivado e engajado a fazer o melhor para a sociedade.

O meu desejo é o de que este livro percorra o mundo e seja utilizado no suporte e aperfeiçoamento da educação profissional para as pessoas com deficiência.

Para os autores, deixo os parabéns pela pesquisa, coleta, análise, redação e divulgação dos dados gerados, os quais foram transformados em texto que originam este livro.

Para a galera com deficiência ["galera" é uma terminologia que o nosso Senador usa muito], deixo o meu recado: vocês fazem parte dos meus objetivos de vida. Foram vocês que me ensinaram a compreender o potencial de cada indivíduo, foram vocês que me ensinam a respeitar a diversidade e são vocês que fazem o meu mandato ter um significado vivo de que podemos fazer mais.

A nossa caminhada se dá lado a lado. Precisamos estar juntos. Só assim seremos mais fortes em defesa de objetivos comuns.

Romário Faria, Senador da República. (*Palmas.*)

Esse é o prefácio do nosso Senador, meu atual chefe, que está aqui, e tenho a honra de ter também o Senador Paim aqui nesta Mesa, que foi meu chefe antes do Senador Romário, que é um grande parceiro nessa luta. Ele, inclusive, fez o lançamento desse nosso primeiro livro, o Senador Paim, e hoje estamos com os dois lançamentos e com o Senador Paim e com o Senador Romário.

Rapidamente, para vocês conhecerem um pouquinho do que tem no livro. O que temos? Primeiro, toda a legislação foi descrita no primeiro livro, e procuramos trabalhar as respostas das pessoas em cada capítulo, a partir da legislação que já existe.

O capítulo 1 – vou passar bem rapidinho, para vocês ficarem instigados a querer o livro – mostra as principais questões que foram feitas nesse segundo bloco e que geraram esse segundo livro. Entre elas estava o que é real na inclusão, o que podemos fazer na educação profissional, o que é real, o que é ideal e o que é utópico.

Muitas vezes, queremos uma educação inclusiva extremamente radical e nos deparamos com alguns obstáculos dentro da sala de aula que vemos que não é possível. Então, esse professor passa a ser mais do que um mediador, passa a ter uma criatividade imensa para tentar descobrir qual a metodologia que ele pode utilizar para explicar algumas coisas para os alunos com deficiência.

Aí entra um ponto muito importante da pesquisa: como ela foi feita? Como foi feita essa metodologia? Foram pesquisados alunos, gestores e docentes com os mesmos tipos de questões, voltados a limites e possibilidades reais de se fazer uma inclusão na educação profissional e no mercado de trabalho. Depois disso, compilamos as respostas. Juntamos resposta por resposta, e não mais por segmento; separamos os assuntos e criamos os textos, que resultaram no Capítulo 3, em que vemos bem claramente quais são os limites e as possibilidades dos alunos docentes e gestores.

Ainda no Capítulo 3, levantamos um item extremamente importante, que diz respeito às dificuldades do empresário para cumprir a cota. Parece-me que também fazemos uma coisa ideal no Brasil, que é, a partir de uma legislação, ter tudo muito fácil, e o sonho todo estar concretizado. Não é verdade. A legislação existe, mas os obstáculos ainda existem.

Temos inúmeras pessoas com deficiência, e o último censo nos mostrou que mais de 63% das pessoas com deficiência são analfabetas ou não conseguiram terminar o ensino básico. Esse é um número muito sig-

nificativo. Então, não podemos imaginar que pessoas adultas e analfabetas possam ir para uma classe regular e estar incluídas.

Questiono isso e fiz um texto a partir da pesquisa. Não sou eu que questiono. Lembro sempre que o Prof. Caliman fala assim: "Loni, não se esqueça de dizer que a sua análise é das respostas que vieram dos segmentos." É verdade. Não são minhas, não inventei. É a sociedade que responde às questões e aos textos e é ela que levanta as dificuldades de fazer a inclusão em determinados momentos e para determinadas categorias de pessoas com deficiência. É ela que também levanta as dificuldades do empresário para o cumprimento de cotas.

Não podemos dizer que tudo é maravilhoso e que eles têm número e contingente necessário para esse cumprimento.

No Capítulo 4, então, a gente faz já o final, já vai indo para o final. E a gente já fecha, então, um cruzamento entre todos os segmentos e essas respostas, chegando à análise e às categorias que são geradas a partir disso.

Então, número 1. Eu tive que transcrever relatos obtidos nas gravações, porque nem todos eu consegui fazer por redação escrita. Então, eu tive que ouvir muitos que eram analfabetos e, a partir daí, fazer um relato. Depois, eu tive que organizar os dados – eu tinha muitos dados, a minha casa era cheia de papel, e eu tive que, junto com o Professor Caliman, descobrir qual era a melhor maneira de organizar os dados.

A partir disso, nós chegamos a essa metodologia que escolhemos para a análise dos dados. Tivemos também a escolha e a análise das categorias, que só vieram a partir das respostas. Essas categorias são as que surgem no livro, e pode-se dizer assim: "Bom, essas são categorias que são sugestões para a sociedade no real, o que posso e o que não posso fazer em relação à inclusão na educação profissional".

Depois desse cruzamento das categorias, então, eu não podia deixar de levantar junto com os pesquisados – e também pelo meu conhecimento e a minha trajetória – sugestões de como encarar essas pessoas e essas dificuldades que me foram apresentadas no decorrer da pesquisa. Então, no final, eu apresento as sugestões.

No Capítulo 5, eu cito vários itens e coloco algumas categorias. O impressionante é que existe a preferência de todos os pesquisados no sentido de que as turmas sejam com alunos com deficiência. Por quê? Quando eu fui pesquisar a educação profissional, vi que normalmente esses alunos são analfabetos, e eles não estavam em turmas inclusivas, eles estavam em turmas que se chamam segregadas.

E eu escrevi um artigo que saiu em uma revista agora, há pouco, na *Iberoamericana* – eu tive a felicidade de ser aprovada. O artigo divulgado se chama "Incluir é excluir?". Ele analisa, justamente, esse número 1 aí, ou seja, será que todas as pessoas com deficiência desejam estar em uma classe regular, mesmo analfabetas, mesmo tendo algumas dificuldades, mesmo não conseguindo aquela inclusão que são obrigadas a querer? Eu falo nesse texto sobre isso, o que me vem junto com as pessoas com deficiência.

Eu faço sempre questão de dizer que eu almejo, eu quero essa inclusão, eu sou uma educadora que almeja a inclusão. Junto com o Senador Romário – e antes com o Senador Paim – a gente sonha com essa inclusão verdadeira. Mas eu não posso dizer que vou colocar alunos com 53 anos, como meu irmão, analfabeto, em uma turma de alfabetização com alunos de sete anos. Eu não posso dizer que ele vai para uma EJA, que é oferecida à noite, longe de casa, e que meus pais, com 82 anos e com setenta e poucos anos, vão poder levá-lo e buscá-lo todas as noites – são eles que dedicam os cuidados especiais a esse meu irmão. E eu não posso dizer que o quero dentro de casa, porque eu não o quero dentro de casa. Ele tem que sair, ele tem que ir para a sociedade, ele tem que ter uma escola que o aceite. Então, nós temos que criar alternativas, sim, para essas pessoas também.

Outra situação que surge no livro e que vocês vão ver: a possibilidade de se ter maior número de cursos. Às vezes, um aluno chega com a deficiência em determinada escola e diz: "Eu quero fazer mecânica". E ele ouve: "Mas tu és cego, como é que vais fazer mecânica?". E ele fala: "Eu quero fazer mecânica de autos". E o professor diz assim: "Mas eu não tenho como garantir que tu não vais te machucar, eu não posso garantir que, no laboratório, tu te saias bem".

E aí, eu pergunto: quem garante que esse aluno não vai ser um bom aluno na mecânica de autos? Nós tivemos inúmeros, inúmeros exemplos de alunos que queriam ir para determinados cursos, mas a gente lhes oferecia outros cursos – "Não, vai para informática, vai para outro curso". Na verdade, ele escolhe o curso, ele vai, ele se dedica e ele sai de lá, mesmo cego, sendo um excelente profissional.

Então, eu não ouso, como educadora, dizer que existem cursos determinados para a pessoa com deficiência. Se a Ivy quiser fazer Medicina, quiser fazer dança, se ela quiser ser uma cantora, se ela quiser ser uma educadora... Não é o Romário que vai escolher, eu acredito que ela tem que ter essa vontade própria de dizer o que ela quer ser.

E é isto que a pesquisa mostra também: dificuldades em realizar essa inclusão no mercado formal. Ainda existe uma resistência por parte dos empresários e, na pesquisa, eles dizem isso. Muitas vezes, o empresário não acredita, só o quer porque ele tem que cumprir uma cota e, às vezes, esquecem-no, deixam-no de lado.

Mas ele não quer isso, ele quer produzir, ele quer ser também um ser inserido dentro daquela empresa. Então, o empresário também tem que começar a ver essas pessoas com outros olhos – isso também está no nosso livro.

Eles são 99%, só um dos pesquisados disse ser a favor da extinção da escola especial. Isso me chamou a atenção, porque era um momento em que estava muito polêmico este assunto – acaba-se com as Apae, não se acaba com as Apae, acaba-se com as Pestalozzi, acaba-se com escola especial? E quando eu fui pesquisar os gestores, os docentes que trabalham com essas pessoas e as próprias pessoas, ouvi que a maioria das pessoas que estavam lá na escola formal tinha passado por uma escola especial. Isso me chamou a atenção também. Eles estavam estudando lá em determinado curso da educação profissional, para serem construtores, panificadores, para trabalharem com alimentos. Só que me chamava a atenção que, em algum momento da vida dele, ele tinha passado por uma escola especial, ou seja, foi a escola especial que trabalhou hábitos, atitudes, que trabalhou o básico da educação formal que ele tem que ter, para incluí-lo depois no ensino regular. Então, eles me respondem: "Não queremos, em nenhum momento, que a escola seja extinta" – apesar de ainda existir frente para isso.

E há sugestões de trabalho. Eles dizem que as Apae e as Pestalozzi não podem trabalhar em parceria com as escolas regulares. Lá, nas Apae, eles têm ambientes, eles têm maquinários, eles têm todos os consultórios. Eu conheço uma Apae, que é a Apae de Santo Ângelo, onde eu me criei, que era uma casinha de madeira, mas hoje é um quarteirão. As pessoas apostam nessas instituições, elas também ajudam financeiramente essas instituições porque elas veem resultados. Lá há equipes de médicos, psicólogos, um mini-hospital dentro da Apae se o aluno precisar, e há a escolaridade.

Então, por que não podemos fazer o contrário? Por que não podemos, em vez de levar esses alunos que estão dentro das escolas especiais para a escola regular, chamar os alunos da escola regular para dentro das Apae? Colocamos classes lá dentro também, e eles vão ter o direito de conviver, e esses alunos não vão perder todos os aparatos que têm as Apae. Quem sabe? É uma lei que pode surgir. Em vez de se colocar uma inclusão radical, de esses alunos terem que sair de locais onde eles já têm médicos, estrutura psicológica, aparelhos que medem audiometria, exame de coração, teste de pezinho... Eles têm tudo isso e mais: professores dedicados à escolaridade formal.

Então, vamos aumentar as salas da escolaridade formal e vamos trazer os alunos da escola regular. É uma saída, porque o que a pesquisa demonstrou – não fui eu, foi a pesquisa – é que eles dizem o seguinte: "Nós gostaríamos que as escolas especiais também trabalhassem junto com as escolas regulares". Então, temos que procurar alternativas.

O aluno pode escolher o tipo de escola – isto aqui saiu em todas as falas. Então, hoje o Romário pode dizer: "A melhor escola para a minha filha é esta, eu estou escolhendo porque ela só tem dez anos". Daqui a uns dias, ela pode dizer: "Pai, eu não quero mais esta escola. Eu gosto da outra escola lá, onde vão minhas amiguinhas. Eu gosto da escola Y". E o pai vai dizer: "Não, mas esta é que tem a especialista, esta é que tem..." "Pai, eu quero ir para lá, eu quero tentar." Ele não vai dizer não, eu o conheço. Então, ele já está identificado com essa trajetória de pessoas com deficiência, e ela vai ter a oportunidade.

Agora, eu queria que todos os pais dessem essa oportunidade para que os filhos dissessem: "Pai, eu quero ficar aqui. Pai, eu quero ficar lá." Façam uma experiência com seus filhos, não os obriguem a ficar em lugares em que não são felizes, porque a educação e a aprendizagem vão ser muito piores para esses alunos.

Então, para terminar: no Capítulo 6 desse livro, eu trago sugestões. É importante esse capítulo, porque o livro todo faz essa abordagem e, no final, ele traz sugestões. Eu perguntava assim quando eu pesquisava: "Muito bem, esse problema aparece, mas o que tu farias se tu estivesses no lugar de um docente?" E aí surgem várias sugestões, e essas sugestões estão ali e são sugestões práticas, sugestões que podem ser feitas, que são reais, que são cabíveis na educação. Podemos, então, dizer que podem ser tomadas não como receitas, mas como sugestões. Não existe receita, eu não posso dizer que esse livro vai ensinar o professor da filha do Romário a trabalhar. Não posso, porque cada ser é indivíduo único, é uma pessoa única, tem as suas particularidades. O que eu posso dizer é: ele vai ler esse livro e vai ter um embasamento melhor, teoricamente, para fazer a diferença, mas eu não posso dizer que algum autor trará um passo a passo, uma receita de como capacitar determinado aluno com deficiência – nem outro aluno, nenhum aluno. Podem existir metodologias, mas não existe um passo a passo para isso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Loni, eu pedi para o Presidente, e ele disse: "Não, faça um aparte para ela." É só para explicar que, no plenário – faz parte da Semana da Pessoa com Deficiência – eu tenho que abrir agora o troféu, a Medalha Dom Hélder Câmara, e eu vou ter que ir lá abrir. E eu disse para o Romário que eu só queria dizer esta frase: o Romário me representa em qualquer lugar e, como ele me representa, eu saio sabendo que eu estou muito bem representado aqui, porque o conheço, confio nele, ele é meu parceiro.

O.k., pessoal? (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E, quanto à Loni, com alegria, trabalhei com ela. Vou lá abrir a reunião.

A SRª LONI ELISETE MANICA – Obrigada, Senador, obrigada por sua presença aqui.

Encerrando aqui, pessoal, nós temos algumas conclusões – que eu não vou ler – que vou deixar que vocês procurem no livro. Principalmente, pessoal: aí é o Valter Júnior, é ele que escreve atrás do meu livro; a quarta capa é feita pelo Professor Valter Júnior.

E aqui só abro parênteses para falar do Valter Júnior. Eu queria agradecer pelas palavras que ele apresentou em consideração a minha pessoa e dizer que o Valter me ensinou muito, porque, quando decidimos fazer um curso, eu e o Valter, e montar esse curso, nada similar existia. Não existia curso a distância para professor poder capacitar alunos cegos em aulas de informática.

Eu sabia que nós poderíamos fazer alguma coisa diferente. E aí eu falei: "Valter, tu te animas a montar comigo um curso a distância para 800 escolas do Brasil, para todos os professores de informática, para eles poderem aprender a trabalhar com alunos cegos?" E o Valter disse: "Vamos!" E aí eu e o Valter fomos.

A repercussão foi fantástica. Nós fizemos cinco apostilas, que foram todas redigidas pelo Valter. Lá, nós tivemos aulas a distância através de satélite, conseguimos capacitar, motivar os professores.

Pessoal, hoje eu não tenho esses números exatos, porque eu estou há quatro anos já longe desse trabalho de inclusão no Brasil, mas tenho a satisfação de dizer que nós tínhamos inúmeros alunos cegos que antes não faziam curso de informática e que agora fazem curso de informática, eles estão sendo capacitados na informática. E devemos isso também ao Professor Valter.

Depois, claro, que ele ousou criar essas apostilas, ele já cedeu os direitos autorais para várias instituições que também já copiaram o curso que é dele, que era nosso, que nós idealizamos, e também já foi chamado a várias cidades para dar cursos a outros professores, e o resultado foi fantástico.

Então, eu queria terminar dizendo que, às vezes, a gente sonha e, do mesmo jeito que eu sonhei com esse curso para cegos e chamei o Valter, eu sonhei uma vez com o curso a distância em Libras, há muito tempo – ninguém almejava fazer Libras presencial, imaginem à distância! E deu tão certo que eu fui a Cuba apresentar esse trabalho num seminário de Libras – porque deu certo. Então, às vezes, eu sonho com algumas coisas – como esta de trazer os alunos para conhecer as Apae –, às vezes eu sonho e o sonho se concretiza.

E a gente ousa. Claro que pode dar errado. A gente tem 50% de chance sempre de dar certo e 50% de dar errado, mas a gente não pode dizer que passou por este mundo sem tentar. E é esse o legado que eu quero deixar para o meu filho. Eu faço uma referência ao meu filho no livro, porque eu quero que ele se lembre sempre disso. Eu não quero que ele passe a vida dele aqui em vão, seja na área de pessoas com deficiência, seja em outra área que escolher na sua vida, mas que possa fazer diferença, que passe por esta vida dizendo: "Eu tentei. Eu errei, 50% deu errado, não deu certo." Ao meu sobrinho e ao meu filho, que estão aqui, eu deixo esta mensagem: sempre tentem! Vocês dois são engenheiros fantásticos e vocês devem tentar, ousar. Há só 50% de chance de errar, mas há chance de acertar – se vocês pegarem um Senador Romário, vocês vão ter mais chance de acertar, porque ele assina embaixo, e a gente pode fazer!

E aqui está o contato para quem quiser comprar o livro. Nós vamos sortear, eu e o Professor Caliman vamos doar 35 livros hoje que nós compramos para vocês. Este primeiro livro foi doado pela Unesco, foi todo patrocinado, e nós ganhamos 800 livros distribuídos para o Brasil todo; neste segundo, não tivemos mais essa parceria, então vamos ter 35 livros. Os demais que estiverem interessados podem procurar a editora para comprar. Nós não vamos ganhar nada, nem eu nem o Caliman, mas vocês vão ganhar o conhecimento que nós adquirimos.

Mais uma vez, eu tenho que agradecer ao meu Senador, que aqui está. Sei que ele tem mil coisas e tinha que estar em outros lugares, mas ele priorizou estar aqui comigo. Então, eu fico assim, Senador, sensibilizada de estar ao seu lado, porque sei que o senhor é um pai que faz a diferença e, principalmente, Senador, porque o senhor não está fazendo a diferença para a Ivy: o senhor está fazendo a diferença para 45 milhões de brasileiros.

Eu não estou ganhando com isso. Eu não estou ganhando com o Senador ao falar isso. Eu estou ganhando, e posso dizer isso, porque eu sou uma pesquisadora, uma especialista nessa área. O Senador é uma pessoa que vibra com isso. Ele chora, ele assina, ele grita, ele vai atrás, ele pede por favor aos parceiros para que votem com ele tudo o que vem em benefício das pessoas com deficiência. Eu tenho a honra de dizer que sou feliz por estar ao lado dele e que nós vamos fazer ainda muito juntos. Se Deus quiser, ele vai poder me dar essa honra de fazermos algumas coisas juntos.

Obrigada, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Com certeza, Loni, faremos ainda muitas coisas juntos. Só não vou chorar hoje, basta você, senão todo mundo vai ficar chorando aqui!

Mais uma vez, agradeço a presença do Dr. Geraldo Caliman, do Dr. Valter Junior de Melo, professor de *software*, e agradeço especialmente a você, Loni. Desejo muita sorte no livro. Que realmente as pessoas possam ter a possibilidade e a oportunidade de ler não só este livro, como também o primeiro, que eu tenho certeza de que é um livro que faz muita diferença, ou vai fazer muita diferença, na vida daqueles que tiverem essa oportunidade.

Antes de encerrar a reunião, o Valter quer cantar mais uma música para a gente. Por favor, Valter.

A SRª LONI ELISETE MANICA – Ele tem vários CDs. Quem quiser pode adquirir os CDs do Valter. Ele também é músico, além de professor.

O SR. VALTER JUNIOR DE MELO – O nome dessa canção que eu vou cantar é Sentidos. Ela tem muito a ver com o que vimos aqui nesta manhã, porque, em tempos de crise, é sempre muito bom pensar que existem possibilidades. Nós temos como interagir com este mundo que nos cerca, e essa canção vai considerar o mundo a partir da visão cristã, sendo criado por Deus. Se falta a visão, você percebe o mundo com a audição; se falta a audição, você percebe com a visão; se falta visão e audição, você sente pelo tato, ou seja, sempre haverá uma janela para interagir, para aprender, para comunicar, uma janela para a vida. Vamos cantar!

Está no *pen drive*, a Jane vai levar rapidinho para ele. Se estiver complicado, posso repetir a outra, o que for mais fácil.

Eu fiz essa canção pensando nisso, porque é complicado para quem não enxerga encontrar uma pessoa que não enxerga e não ouve. Aí você fala: "Mas como assim? Eu não enxergo, mas ouço. E ele?". Eu conheci um casal, os dois com deficiência visual, com um filho com deficiência auditiva. Então, os pais não veem, o filho não ouve. E eles se relacionavam como? Os pais faziam gestos de Libras e o filho tocava a mão deles. É claro, o filho surdo via os pais fazendo gestos. Ou seja, sempre há um caminho, sempre há uma possibilidade. Considerar essa realidade nos dá força para prosseguir, e isso é muito importante.

Essa canção toma por base a realidade do mundo que nos cerca e nos aponta para a realidade de que em torno de nós, e talvez bem próxima, está a solução.

Música brasileira para falar dessa realidade que também é nossa.

(Procede-se à execução da música Sentidos.)

O SR. VALTER JUNIOR DE MELO – Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado mais uma vez, Professor.

Antes de encerrar, eu gostaria de agradecer a presença do novo Coordenador do Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais do Senado, Sr. Pérsio Henrique, e de toda a equipe do Senado.

Convoco para amanhã, quinta-feira, às 9h, reunião extraordinária em forma de audiência pública a ser realizada neste plenário destinada a debater Lei Brasileira de Inclusão: do Papel à Realidade, finalizando a 9ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, em atendimento aos meus Requerimentos nºs 103 e 104, de 2015, e ao Requerimento nº 136, de minha iniciativa também e da iniciativa da Senadora Lídice da Mata.

Amanhã, contaremos com a presença dos seguintes convidados: Luiz Garcia, Diretor de Relações Institucionais do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB); Alex Ellis, Embaixador do Reino Unido no Brasil; Loni Elisete Manica, que está aqui ao meu lado e estará aqui amanhã, de novo, conosco; e Luciano Ambrósio Campos, Assessor de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que é do gabinete do Senador Paulo Paim.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Que todos tenham um grande dia.

Muito obrigado a todos pela presença.

(Iniciada às 10 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 25 minutos.)

ATA DA 72ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE DEZEMBRO DE 2015.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e um minuto do dia três de dezembro de dois mil e quinze, na sala de reuniões número quinze, da Ala Senador Alexandre Costa, **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Dário Berger,** e com a presença dos Senhores Senadores Simone Tebet, Eduardo Amorim, Douglas Cintra, Telmário Mota, Ana Amélia, Hélio José e Ronaldo Caiado, reúne-se a presente Comissão. Justifica a ausência o Senhor Senador Cristovam Buarque. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nºs 103 e 104/2015-CE, de iniciativa do Senhor Senador Romário, e 136/2015-CE, de iniciativa dos Senhores Senadores Romário e Lídice da Mata, destinada a debater a "Lei Brasileira de Inclusão: do Papel à Realidade", inserida na programação da 9ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. Comparecem à Audiência Pública como expositores: **Senhora Loni Elisete Manica, Doutora em Educação; Senhor Luiz Garcia, Diretor de Relações Institucionais do Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB; Senhor Alex Ellis, Embaixador do Reino Unido no Brasil; e Senhor Luciano Ambrósio Campos, Assessor de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Gabinete do Senador Paulo Paim**. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião às onze horas e quarenta minutos do dia três de dezembro de dois mil e quinze, determinando que eu, **Willy da Cruz Moura, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em Exercício, Senador Dário Berger, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR DÁRIO BERGER
Presidente em Exercício da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 72ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 103 e 104, de 2015, de autoria do senador Romário, e ao Aditamento nº 136, de 2015, de iniciativa da Senadora Lídice da Mata e do Senador Romário, inserindo-se na programação da 9ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência para realização de audiência pública destinada a debater o tema "Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei Brasileira de Inclusão: do Papel à Realidade".

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão que acompanhe os convidados a tomarem assento à Mesa. (*Pausa.*)

Composta a Mesa, convido a Srª Daniela Ribeiro Ferreira, que é funcionária do Serviço de Impressão em Braile, para cantar o Hino Nacional.

E peço que fiquemos todos de pé, em posição de sentido.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Cumprimento, mais uma vez, e agradeço a Srª Daniela Ribeiro Ferreira pela interpretação do Hino Nacional Brasileiro.

Informo que esta audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado, e contará com os serviços de interatividade com o cidadão Alô Senado, através do telefone 0800-612211, e o e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá, ao vivo, a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Srªs e Srs. Senadores, senhores professores, alunos universitários, demais participantes desta audiência pública sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei da Inclusão: do Papel à Realidade.

Hoje, dia 3 de dezembro, comemoramos, no mundo inteiro, o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, que foi criado pela Organização das Nações Unidas, em 1992, que tem por objetivo estimular uma reflexão sobre os direitos à cidadania e as perspectivas desse segmento da população.

Estima-se que haja, no mundo, cerca de 650 milhões de pessoas com, pelo menos, uma deficiência, sendo que a mais comum delas é a deficiência visual. A deficiência não torna as pessoas menos cidadãs e, ao contrário do preconceito ainda generalizado, não as torna incapazes.

Frequentemente se observam casos em que uma pessoa com deficiência desenvolve concentração e percepção de forma extraordinária. Exemplos dessa superação ocorrem a todo momento, registrados na vida

de grandes cientistas e benfeitores da humanidade, empresários que se tornaram grandes empreendedores, filósofos, inventores, atletas e artistas mundialmente reconhecidos.

Mesmo assim, com todo esse potencial cotidianamente comprovado, as pessoas com deficiência costumam ser rejeitadas ao pleitearem um emprego, o que demonstra a persistência do preconceito.

Em 2010, a pesquisa do IBGE revelou que temos 23,9% da população com algum tipo de deficiência. Em nosso País, 8,3% da população possuem pelo menos um tipo de deficiência severa, ou seja, aquelas pessoas para as quais a deficiência implica grande dificuldade ou mesmo a impossibilidade de ouvir, enxergar ou de se locomover. Nessa condição, enquadram-se 3,4% dos brasileiros com deficiência visual; 1,12% com deficiência auditiva; 2,33% com grande dificuldade ou impossibilidade de se locomover; e 1,4% com deficiência mental ou intelectual.

O levantamento do IBGE revelou ainda uma incidência de 7,53% de pessoas com deficiência na faixa de 0 a 14 anos; 24,94% entre 15 e 64 anos; e 67,73% a partir dos 65 anos.

Em relação à deficiência severa, os índices foram de 2,39% até os 14 anos; 7,13% entre 15 e 64 anos; e 41,81% entre os brasileiros a partir de 65 anos.

Felizmente, senhoras e senhores, os direitos das pessoas com deficiência estão na pauta dos poderes públicos, dos órgãos não governamentais e de numerosas instituições do Brasil e do mundo. A bem da verdade, não se podem negar os avanços nessa área, assim como o reconhecimento, que vem acontecendo, de que as pessoas com deficiência, ao contrário da noção ultrapassada e preconceituosa, são produtivas e absolutamente aptas ao relacionamento social.

O esporte é uma das muitas áreas que devemos priorizar para que as pessoas com deficiência possam, de fato, serem reconhecidas e inseridas na vida social. De qualquer forma, é importante registrar o desempenho desses atletas paralímpicos brasileiros, pois é uma demonstração do seu potencial em resposta às políticas públicas adequadas. É uma demonstração, principalmente, do seu espírito de luta, de sua determinação e de sua capacidade de superação.

Seria injusto negar os esforços do Governo brasileiro nessas últimas décadas, no sentido de superar o modelo assistencialista, para promover uma efetiva integração das pessoas com deficiência ao mercado de trabalho e ao convívio social. Desse modo, temos o que comemorar nessa data instituída pela ONU como Dia Internacional da Pessoa com Deficiência. Refiro-me ao Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei Brasileira de Inclusão, a qual não se trata de um texto definitivo ou sem reparos, mas resulta de muitas discussões e análises após longa tramitação nesta Casa e na Câmara dos Deputados.

Ainda assim, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, é um marco na legislação, pois representa um mecanismo eficaz de promoção e de garantia dos direitos fundamentais desse segmento da nossa sociedade. Entre outras inovações, o Estatuto da Pessoa com Deficiência cria o Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência e o auxílio-inclusão, que consiste em uma renda auxiliar para o trabalhador com essa condição; institui uma reserva de 3% dos imóveis para pessoas com deficiências, nos programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos; e estabelece uma reserva de 2% das vagas em estacionamento e 10% de veículos das frotas de táxi acessíveis para pessoas com deficiência.

Além disso, o diploma permite o uso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para a compra de órteses e próteses e proíbe as escolas privadas e os planos de seguro privado de saúde de cobrarem valores a mais de alunos e de segurados em razão de sua condição de deficiência.

No que concerne ao esporte, aumenta de 2% para 2,7% a participação na arrecadação do sistema de loterias federais, com repercussão na parcela destinada ao esporte paralímpico, que passa de 15% para 37,04%.

Como disse, não se trata de uma legislação rematada, que não possa ser aprimorada. Pode ser e certamente será, para que as pessoas com deficiência em nosso País venham a usufruir de uma atenção especializada e da observância de todos aos seus direitos, para que a sociedade brasileira inaugure uma nova etapa da nossa vida democrática, de efetiva pluralidade e de inserção social.

Apesar dos avanços que obtivemos nas últimas décadas, é necessário reconhecer que ainda há muito que mudar, não apenas na legislação, mas na execução de políticas públicas e na mentalidade da nossa sociedade.

Nessa ocasião, ao ressaltar a iniciativa da ONU de criar esse dia, 3 de dezembro, para propiciar uma reflexão mundial sobre os direitos das pessoas com deficiência, quero levar minha homenagem a todos os brasileiros, a todas as brasileiras, para que celebremos essas conquistas e, ao mesmo tempo, conclamemos a continuar nessa luta pelos direitos e pela plena cidadania das pessoas com deficiência, para que um dia nós nos tornemos, de fato, uma sociedade democrática, inclusiva e pluralista.

Desejo, enfim, uma excelente audiência pública a todos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Bem, agora passo a registrar a presença dos nossos expositores, que, com muita honra, trazem um relevo todo especial à nossa audiência pública: Sr. Alex Ellis, Embaixador do Reino Unido no Brasil; Dr. Luiz Garcia, Diretor de Relações Institucionais do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB); Doutora em Educação Leoni Elisete Manica. Os universitários estão aqui a me corrigir e a me orientar, a quem agradeço: Loni Elisete Manica.

E, também, o Assessor de Inclusão da Pessoa com Deficiência, do Gabinete do Senador Paulo Paim, Sr. Luciano Ambrósio Campos.

Esses são os nossos expositores.

Cada expositor terá direito a usar a palavra por aproximadamente 10 minutos, evidentemente, com uma pequena tolerância, se for possível e necessária.

E nós vamos dar início, então, às nossas exposições. Vamos começar com o Embaixador, que é o posto mais alto que nos premia, vamos dizer assim, com sua presença.

Passo a palavra, então, ao Sr. Alex Ellis.

É assim o nome?

O SR. ALEX ELLIS – É assim.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – É assim?

O SR. ALEX ELLIS – É.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Alex Ellis) – Alex Ellis [élis].

O SR. ALEX ELLIS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Poderia ser Ellis [elis] também.

O SR. ALEX ELLIS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Embaixador do Reino Unido no Brasil.

O senhor está com a palavra.

O SR. ALEX ELLIS – Muito obrigado.

Muito obrigado a todos. Obrigado por esta oportunidade de falar.

Queria agradecer. Um agradecimento especial para a Loni, com quem tenho trabalhado muito, desde o princípio, sobre essas questões.

Estou aqui, e vocês podem perguntar: por que uma parte do estrangeiro está aqui falando sobre essas questões? Um ou outro de V. Exªs já me ouviram falar, talvez.

Estou aqui primeiro porque eu apoio essa causa pessoalmente, é lei. Todo trabalho é feito pelo Senado, em parte. O meu filho está no espectro autista, então é uma área de muito interesse para mim pessoalmente. Segundo, porque o meu país é um país que leva esse tema muito a sério, sempre levou.

Não podia haver tolerância para um embaixador britânico, tenho que manter a pontualidade britânica, então vou falar por pouco tempo. Ao final, gostaríamos de mostrar um pequeno vídeo.

Eu queria falar sobre as Paralimpíadas. O Luiz vai falar mais sobre isso depois, mas queria falar um pouco sobre a origem dos Jogos Paralímpicos.

Talvez vocês já conheçam essa história, mas é uma história engraçada e conta alguma coisa, o que está atrás desse espírito, dessa lei que acabei de receber.

É a história de um senhor que se chama Joseph Coltman. Não era um britânico, era um alemão, judeu, refugiado, fugiu da Alemanha em março de 1939. Foi cirurgião, neurocirurgião, e trabalhou durante a guerra num hospital que se tornou muito famoso para soldados, pilotos, que tinham terríveis lesões na coluna. E basicamente naquela época todo mundo achava que não valia a pena tratar essas pessoas. Poder-se-ia tratar, mas reabilitação, não.

Então o Joseph Coltman não só era um grande cirurgião, mas era um grande ser humano, porque ele rejeitou esse conceito. Espero que esta lei rejeite esse conceito, porque você não pode incluir.

Ele decidiu organizar uma competição de tiro com arco entre dois hospitais no Reino Unido, que estavam cheios de pacientes em cadeiras de rodas. Ele decidiu por essa competição, e não foi por acaso, no mesmo dia que começaram as Olimpíadas em Londres de 1948. Nessa competição havia só duas equipes, uma de cada hospital, e quatorze atletas. Daí vem a origem dos Jogos Paralímpicos. Essa foi a semente que depois cresceu.

Vale a pena lembrar que ele fez isso porque ele não era só um profissional, ele era um ser humano e viu o potencial que existia em qualquer pessoa. Essa é a coisa mais importante para eu lembrar, o potencial.

Estou aqui também para falar sobre o que aconteceu com essa ideia. Tivemos vários Jogos Paralímpicos, começando em 1960, se não me engano, o primeiro. E chegamos a Londres em 2012, na minha cidade, capital do Reino Unido. E nunca me esqueço da publicidade que foi feita pelo emissor na televisão para Jogos Paralímpicos em 2012. Porque as Olimpíadas foram um grande sucesso, excelente. E num dia depois das Olim-

píadas apareceu em todo o país *Thanks For The Warm Up*, muito obrigado pelo aquecimento, ou seja, vamos agora para as verdadeiras olimpíadas.

Em parte porque o emissor para as Paralimpíadas foi diferente do emissor para as Olimpíadas. Então eles realmente pegaram isso. E foi um grande sucesso, quase todos os estádios foram lotados, por volta de três milhões de ingressos foram vendidos, se não me engano, um grande sucesso. Mais atletas, mais países que antes. Uma excelente cerimônia de abertura e de fechamento. Muito emocionante, eu diria.

Foi excelente para os atletas, como tem que ser. Foi excelente para os espectadores e também um fato curioso, foi muito bom para os patrocinadores. Um ano depois publicaram um estudo sobre o valor do *brand* dos patrocinadores, porque aumentou. Por causa disso, o nosso comensal de Paralimpíadas recebeu muito mais patrocinadores. As próprias empresas viram que vale a pena, é um bom investimento para o futuro. É uma coisa importante, estivemos falando sobre isso antes.

Então, chegamos ao Brasil em 2016. Vocês têm uma enorme vantagem.

O Brasil é o brasileiro e, por natureza, inclusivo, gosta de incluir. Isso é visto diariamente no comportamento, na rua, no dia a dia do brasileiro e isso é muito importante. Oportunidade de ir para paralimpíadas para exatamente transmitir uma mensagem sobre o Brasil ao mundo e também aos brasileiros. A coisa que mais me deu prazer em Londres, em 2012, foi o orgulho do meu próprio país, das Olimpíadas e das Paralimpíadas. Então, vai ser uma oportunidade fantástica.

O Brasil tem excelentes atletas paralímpicos, está criando muitas instalações que vão ser muito importante como legado para o futuro. Temos uma forte conexão com o Brasil nas paralimpíadas, sempre tivemos excelente cooperação, temos alguns atletas brasileiros que têm treinado no Reino Unido e até tem namoradas inglesas. Acho que, no ano passado, nós tivemos os jogos de escola, as olimpíadas escolares de que o Reino Unido participou também.

Então, vai ser uma excelente oportunidade para refletirmos sobre este ponto muito básico. Nascemos todos com o nosso potencial. Cada ser humano nasce com um potencial. Se vamos concretizar ou realizar esse potencial ou não, não sabemos. Isso depende de muitas circunstâncias.

Acho que a maior ou a melhor oportunidade que podemos dar aos nossos filhos, aos outros filhos, às crianças, é a possibilidade de realizar esse potencial. Isso começa por olhar para o ser humano como ser humano e não como deficiente ou incapacitado, como ser humano com nome, com personalidade.

Não quero dizer que se você está incapacitado é uma pessoa melhor ou pior do que outras pessoas. Você é ser humano. Então, criar as condições em que cada ser humano pode realizar o seu potencial é a grande tarefa que temos como sociedade no Brasil, no Reino Unido, porque quando você consegue concretizar ou realizar esse potencial por autoexpressão isso dá mais alegria do que qualquer outra coisa.

Vou mostrar, se vocês me permitem, um pequeno vídeo de como brasileiro, o britânico e outros conseguiram realizar o seu potencial nas Paralimpíadas de Londres em 2012.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Parece bem britânica mesmo a participação do senhor, que nos brindou com uma bela exposição e, além do mais, com um vídeo do qual o Brasil participou de maneira muito decisiva e de forma competitiva.

Agradeço mais uma vez a sua presença, sentimo-nos muito honrado com a presença do Embaixador do Reino Unido na nossa audiência pública, especialmente no Senado Federal, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Agora, passo a palavra ao Sr. Luiz Garcia, diretor de relações institucionais do Comitê Paralímpico Brasileiro. V. Sª tem a palavra.

O SR. LUIZ GARCIA – Bom dia, Senador, bom dia a todos, em primeiro lugar, gostaria de agradecer, em nome do Comitê Paralímpico Brasileiro, do nosso presidente Andrew Parsons, o convite da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para participar do debate da Lei Brasileira de Inclusão: do Papel à Realidade.

Quero cumprimentar os membros da Mesa, em nome do Senador Dário Berger, cumprimentar a Loni, Embaixador Alex Ellis, Luciano, aqui representando também o Senador Paulo Paim, a quem também gostaria de deixar um cumprimento, assim como o Senador Romário e a Deputada Mara Gabrilli, que foram tão importantes e fundamentais nas relatorias para que a Lei Brasileira de Inclusão virasse uma realidade.

No segmento do esporte paralímpico, fomos contemplados, como já bem colocado aqui pelo Senador Berger, com a alteração dos percentuais repassados através da Lei Agnelo/Piva, a Lei das Loterias. Fomos de 0,3% do total arrecadado para 1%. Isso praticamente triplica a receita que recebemos através das loterias. Entendemos que é um justo reconhecimento aos resultados alcançados pelos nossos para-atletas, que são exemplos de superação, dedicação, garra e determinação.

Os atletas paralímpicos são referência para todas as pessoas com deficiência, pois demonstram, de maneira clara e inequívoca, que o foco tem que estar sempre na capacidade de cada um, não na deficiência, mas naquilo que cada um de nós é capaz. Entendemos que é isto que eles demonstram, que você criando as condições, os obstáculos podem ser superados.

E o papel do Comitê Paralímpico Brasileiro é este, criar, garantir condições, para que os nossos atletas, para que cada um deles, cada indivíduo tenha condições de realizar seus sonhos, atingir seus objetivos e ter sua cidadania plena.

Gostaria de fazer uma apresentação aqui, são dois vídeos que contam um pouquinho da história do Comitê Paralímpico Brasileiro.

Bom, esses são os resultados do Brasil nas últimas edições dos Jogos Paralímpicos. Vocês podem ver um crescimento acentuado e, nas últimas duas, não tão acentuado, porque a nossa disputa começa a ficar muito mais difícil.

Nós entramos ali, em 2008, entre os dez principais países, entre as dez potências. Em Londres, a nossa meta era o sétimo lugar. Nós atingimos essa meta.

E como é que a gente faz isso? A gente faz isso através de um planejamento estratégico. Nós sentamos, planejamos com todas as nossas Confederações, em curto, médio e longo prazo, todas as nossas ações, estabelecemos objetivos e vamos, constantemente, reavaliando as nossas atuações para fazer ajustes de rumo, as correções necessárias para que consigamos atingir esses objetivos.

Então, nós podemos dizer que, até o momento, dos nossos macro-objetivos, nós atingimos 75% deles. Era a manutenção do primeiro lugar no Parapan em Guadalajara, 2011, cumprimos esse objetivo; o sétimo lugar nos Jogos Paralímpicos de Londres 2012, eu me emocionei aqui, mais uma vez, vendo o vídeo que o Embaixador mostrou, porque eu estive lá, vivi aquilo tudo e realmente foi uma experiência fantástica; neste ano, acho que todos tiveram aí a oportunidade de acompanhar o desempenho do Brasil em Toronto, nos Jogos Parapan-Americanos, onde, novamente, de maneira brilhante, conquistamos o primeiro lugar no Parapan; e a nossa última meta macro, durante esta gestão, é o quinto lugar no Rio de Janeiro, um desafio muito grande, uma meta muito ousada.

Nosso Presidente costuma dizer que temos que passar, simplesmente, dois países com pouca tradição no esporte, pouco investimento, que são os Estados Unidos e a Austrália. (*Risos.*)

Mas a gente está muito confiante.

Então, aí, são as nossas metas, cumpridas, em Londres, sétimo lugar, 21 medalhas de ouro, 14 de prata, 8 de bronze. Vocês podem, aqueles que podem, está escrito ali, Luciano, mas um dado interessante é a quantidade de modalidades em que nós conseguimos medalhar.

Então, se eu não me engano, são mais de 9 modalidades em que nós conseguimos medalhas, que é um dado muito interessante.

Novamente, aqui, Parapan de Toronto, primeiro lugar, com 109 medalhas de ouro, 74 de prata e 74 de bronze. Nós tivemos mais medalhas de ouro do os Estados Unidos e o Canadá juntos, só para vocês terem uma ideia.

Comitê Paralímpico Brasileiro. Nossa sede é aqui, em Brasília, estamos completando aí 20 anos, somos um rapazinho. Foi criado em 1995. Neste ano a gente está completando 20 anos. Representamos o Brasil junto ao Comitê Paraolímpico Internacional e o nosso foco é no esporte de alto rendimento.

E eu gostaria de citar que, apesar de o nosso foco ser o esporte de alto rendimento, nós não nos damos por satisfeitos com isso. A gente gosta de trabalhar desde a base e a gente entende também o nosso papel dentro da sociedade, representando as pessoas com deficiência, o papel dos nossos atletas em demonstrar sua habilidade e capacidade para todas pessoas com e sem deficiência no País, mas principalmente para aquelas com deficiência, do que elas são capazes de fazer tendo as condições adequadas.

Então, a gente sabe que o nosso papel social é muito maior do que só cuidar do esporte de alto rendimento.

Nós estamos à frente de 22 modalidades. Somos a Confederação Brasileira também, então, a gente tem um papel duplo. Além de sermos o guarda-chuva das Confederações e de preparar as delegações, nós somos a Confederação de cinco modalidades, as duas maiores em tamanho, que são atletismo e natação, e a gente faz o acompanhamento técnico de todas essas 22 modalidades, para garantir que aqueles objetivos traçados sejam alcançados.

A gente trabalha com o conceito de teia. Esse conceito de teia, Senador, significa que todas as nossas ações têm que se comunicar, se entrelaçar, tem que haver relação entre elas. Ou seja, tudo que a gente faz tem impacto na sequência, nas coisas que são paralelas.

Então, aqui o nosso atleta, que começa lá no clube escolar paralímpico, passa pela Paralimpíada Escolar, são garotos de 11 a 17 anos, eles sabem que têm um caminho, eles podem ir para uma seleção paralímpica de jovens, vão ser observados lá, vão participar dos circuitos de loterias, entram nos programas das Loterias

Caixa de Alto Rendimento, enfim, vão para uma Paralimpíada, para um Parapan, então aí há todo um caminho bem definido e muito claro onde eles interagem em todas essas ações, projetos e programas que nós fazemos.

Um deles, o mais recente – no qual eu estive à frente nos últimos dois anos e a gente começa a implementar no ano que vem – eu acho que tem muito a ver com o tema que a gente está conversando aqui, que é o Programa de Transição de Carreira de atletas do CPB. Ele não é um programa de emprego, ele não é um programa pós-carreira, ele é um programa de instrumentalização, de capacitação e de educação dos nossos atletas para que eles tenham a sua cidadania plena desde o momento em que eles começam no esporte paralímpico até aquele momento que, eventualmente, chega na vida do atleta, quando ele deixa de competir, mas ele continua produtivo para a sociedade. E ele vai continuar produtivo não só através do esporte, dentro do esporte ele vai trazer uma série de valores, ele vai agregar valores, a resiliência, a determinação, o espírito de equipe, o cumprimento de regras, o trabalho em equipe, mas a gente vai, através de parcerias, como a Universidade Estácio, que é um grande parceiro, a EF Englishtown, a Deco, a gente vai capacitar os nossos atletas para que...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ GARCIA – ... eles estejam prontos também para o mercado de trabalho mais para frente.

Eu vou mostrar um vídeo, que tem sido a nossa campanha neste ano, onde perguntamos: o que é impossível para você?

(Procede-se à exibição de vídeo.) (Palmas.)

Como falei, o nosso próximo desafio é o quinto lugar no Rio de Janeiro. Estamos trabalhando muito.

A gente coloca aqui o que a gente precisa e quais os desafios para esse quinto lugar no quadro de medalhas.

Sabemos que a nossa dificuldade maior para avançar é na questão de equipamentos e coisas que têm a ver com tecnologia, ou seja, cadeiras especiais, equipamento de tiro com arco, barcos, equipamento de esgrima, enfim, porque material humano, treinadores, atletas, pessoas todas que trabalham, nós temos. Nós temos excelente material humano. E temos trabalhado muito para também poder oferecer os equipamentos.

A Lei Brasileira de Inclusão é muito importante para nós porque uma das coisas que ela nos vai garantir é a manutenção do Centro de Treinamento Paralímpico Brasileiro. É uma obra que está 99% concluída, está para ser inaugurada. Vai ser utilizada no ano que vem já com preparação da Delegação brasileira, aclimatação, o polimento final.

Essas são imagens um pouco antigas, é uma área de 94 mil metros construída, temos alojamento para 280 atletas, e 15 modalidades podem ser treinadas aí. É de altíssimo rendimento, tudo coisa de primeiríssimo. Fomos a vários centros para conhecer o que tem de melhor. Há algumas fotos da obra aí no estágio atual. Já está em fase final de acabamento e aquisição de equipamentos.

É uma obra que custou R$264 milhões, mais R$24 milhões em equipamentos, que estão sendo adquiridos agora. Previsão de entrega é agora no final do ano. É uma coisa grandiosa.

Programa de Transição de Carreira, de que já falei um pouco, mas haverá um vídeo curto que mostrará um pouco melhor o que é esse Programa de Transição de Carreira.

Dá para apresentar ainda o vídeo?

(Procede-se à exibição de vídeo.) (Palmas.)

O SR. LUIZ GARCIA – Vou passar um pouquinho rápido.

Esses são alguns dos valores que a gente está preparando no pós-Londres, cuidando da nossa garotada, alguns nomes que vocês vão ver aí. Não só garotada, a gente tem jovens atletas que não são tão jovens, que às vezes começam um pouquinho mais tarde, mas com quem a gente também consegue trabalhar.

Esse é muito jovem. Está com 19 anos. Bruninha, Verônica.

Esses todos já são a geração depois dos Jogos de Londres. São novas promessas para o Rio de Janeiro. A gente continua trabalhando aqueles que medalharam lá, e há essa garotada toda nova aí, que vai brilhar ano que vem. A Márcia não é tão nova, mas é esse caso.

Senador, me permita me estender um pouquinho aqui, mas acho que a gente tem algumas histórias interessantes.

A Márcia trabalhava, era dona de casa, e a gente detectou que ela tinha condição de evoluir muito no esporte paralímpico. Conseguimos levá-la para os programas de patrocínio, os programas que a gente faz, e ela passou a se dedicar somente ao esporte. É a primeira brasileira da história a ganhar uma medalha no halterofilismo, seja olímpico ou paralímpico. É uma jovem.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ GARCIA – Outra coisa que a gente gostaria de dizer é que, em termos de preparação, a gente está hoje exatamente onde a gente gostaria estar para a Rio-2016.

Estamos nas redes sociais. Quem quiser nos seguir, estamos em todas elas: Twitter, Facebook...

Para terminar a minha apresentação, queria pedir para passar mais um vídeo. Esse é sobre Toronto, para finalizar a minha apresentação.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Bem, agradeço também a exposição do Dr. Luiz Garcia, Diretor de Relações Institucionais do Comitê Paralímpico Brasileiro.

Dando continuidade à nossa audiência pública, concedo a palavra à Doutora em Educação, Loni Elisete Manica.

A SRª LONI ELISETE MANICA – Bom dia a todos. Antes de saudar aqui, agradecer ao Senador Dário pela gentileza de estar conosco hoje aqui. Dizer que hoje é o dia em que o mundo todo está tratando deste assunto: é o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência! Então, é o dia em que nós estamos aqui mas, com certeza, outros lugares no Brasil estão mobilizados com este tema e, também, fora do Brasil.

Eu vou pedir só... Luciano, queres falar antes de mim? Porque como o Luciano vai falar da trajetória. Tu te importas de eu falar primeiro? Posso ir?

O SR. LUCIANO AMBRÓSIO CAMPOS (*Fora do microfone*.) – Pode ir.

A SRª LONI ELISETE MANICA – Obrigada, Luciano. Eu e o Luciano trabalhamos juntos, então ele vai falar um pouco sobre a trajetória que foi desenvolvida para chegarmos ao estatuto. E eu já havia ficado com o compromisso de falar mais sobre o estatuto mesmo.

Primeiramente, agradecer aqui ao Senador Romário pela oportunidade também de estar aqui. Eu sou, também, assessora do Senador Romário nesta área de pessoas com deficiência. E temos feito uma grande parceria – como falamos ontem aqui – em relação à legislação e aos avanços das políticas públicas para as pessoas com deficiência. Então, eu estou realmente representando o Senador Romário neste momento. Claro, ele estaria aqui na Presidência, estaríamos juntos mais uma vez, mas hoje ele realmente teve um compromisso inadiável. Ele esteve conosco em todos os momentos desta semana – na Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência – e, neste momento, ele não pode estar. Então, eu estou não só falando aqui como doutora na área, mas, também, em relação a estar aqui representando o nosso Senador.

Dizer, também, que eu estou feliz aqui com a presença do nosso representante da Associação da ELA, que tem sido também um grande parceiro, o Sthanley. A ELA, para quem não sabe, é a esclerose lateral amiotrófica. E o Sthanley é portador de ELA e tem sido bastante parceiro aqui. É bom te ver por aqui, Sthanley, muito bom!

Também aos que estão aqui, porque sabemos que as pessoas que estão aqui são pessoas que saíram de suas casas interessadas nesse tema. Então, agradecer aqui ao Pérsio, também, à equipe do Senado inclusão que está conosco.

Bom, eu fiquei responsável de falar um pouquinho sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei Brasileira de Inclusão. O Luciano, depois, vai falar um pouquinho sobre a trajetória, nós tivemos a oportunidade, inclusive, de participar, na época, juntos como colegas.

Claro que é difícil falarmos aqui, em tão pouco tempo, de uma lei que tem 127 artigos. Daria para falarmos uma hora de cada artigo. Então, falar em poucos minutos dessa lei é realmente quase que impossível. Então, eu vou tomar a liberdade de passar muito rapidamente alguns eslaides. Eu até havia preparado uma palestra para um seminário, mas, como nós estamos em uma audiência, eu vou tomar a liberdade de passar – e claro que ficam à disposição os eslaides, qualquer pessoa que tenha alguma dúvida e tenha interesse de aprofundar o assunto, eu me coloco à disposição no gabinete do Senador Romário.

O que é o Estatuto da Pessoa com Deficiência – a Lei Brasileira de Inclusão? Ela nada mais é do que a adaptação da convenção – que já existia, que já foi aprovada no Brasil, que tem força de emenda constitucional. E vem em consonância total com a convenção, sem perder de vista a realidade que nós temos, que é a nossa realidade brasileira. Inclusive ontem foi o Dia do Samba. O samba é a nossa realidade, também, brasileira. Então, fazendo aí uma alusão também a outros pontos do Brasil.

O que é essa convenção que se tornou tão importante para o nosso País e que hoje, então, essa Lei Brasileira de Inclusão – Estatuto da Pessoa com Deficiência – vem contribuir para que ela realmente seja cumprida? Essa lei abre um novo momento, eu diria que o Brasil é um antes da convenção e é outro após a convenção – assim como o Brasil é um antes da Lei Brasileira de Inclusão e é outro após essa lei. Por quê? Porque ela mexe com algumas coisas muito importantes, muito fortes, que já estavam enraizadas dentro da comunidade, das próprias pessoas com deficiência e dentro da sociedade em geral. E um dos pontos fortes em que essa lei mexe é justamente o conceito. Porque nós tínhamos um conceito extremamente tipificado. Hoje ela remete a

uma identificação de deficiência muito mais ampla, onde a avaliação para se ver se a pessoa tem ou não tem determinada deficiência vai se fazer a partir de uma análise biopsicossocial, quer dizer, não é mais somente na doença, com foco na doença, ela é biológica, é psicológica, é social.

E isso, claro, requer uma equipe multidisciplinar para fazer a avaliação. E essa equipe multidisciplinar também não pode ser só o médico. Vai ser o médico, o fisioterapeuta, o psicólogo, o educador e muito mais. Então caberá ao Poder Executivo trabalhar com essas questões de regulamentação desse conceito.

Eu trouxe alguns artigos que foram bastante debatidos durante a trajetória da última relatoria, que teve como autor o Senador Romário. Eu tive o privilégio de trabalhar com ele e de apoiá-lo nessa relatoria final.

Um dos artigos bastante polêmicos foi este: deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa.

Até determinado momento, a pessoa com deficiência em alguns pontos não tinha o direito de escolher o que gostaria de ser e de fazer.

Hoje ela pode casar, constituir uma união estável, ela pode exercer direitos sexuais e reprodutivos, pode conservar a sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória.

Isso também parece um absurdo, mas acontece ainda na nossa sociedade. A partir de agora há uma lei e não se pode mais fazer isso.

O art. 9º, referente ao atendimento prioritário, é o atendimento de todas as instituições em todas as questões de serviço público, sempre com esse atendimento prioritário, inclusive na comunicação e na acessibilidade à comunicação.

Nós dedicamos o art. 10 até o art. 17 ao direito à vida.

O direito à vida é bastante amplo. Faz referência à tecnologia assistiva, à acessibilidade, à reabilitação, ao material e a equipamentos adequados. Toda essa questão foi tratada do art. 10 até o 17.

Do art. 18 ao art. 26, nós tratamos do direito à saúde.

No direito à saúde, nós temos o serviço de habilitação e reabilitação, o respeito à especificidade, à identidade de gênero e à orientação sexual. Também foi bastante polêmico, mas avançamos nisso. Atenção sexual e reprodutiva, incluindo o direito à fertilização assistida.

Esses são os avanços que nós tivemos na questão da saúde. E também os direitos da pessoa como cidadã, como humana, como, retificando, uma pessoa que realmente tem os direitos das outras pessoas que não têm deficiência. Esse é o avanço em termos de saúde.

Há a questão das operadoras de planos de saúde, que não podem cobrar nada a mais porque a pessoa tem uma deficiência. Então esses valores diferenciados são proibidos.

E a minha área, o meu chão, digamos assim, que é o direito à educação, tratado do art. 27 até o art. 30. Ali nós conseguimos avançar em muitos itens, principalmente na questão da disponibilização de professores com atendimento educacional especializado e uma educação superior à educação profissional e tecnológica com igualdade de oportunidades. Houve alguns vetos, de que vou falar um pouquinho rapidamente, mas temos essa garantia na lei, além da inclusão de conteúdos curriculares de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, o acesso da pessoa com deficiência à igualdade de condições dos jogos. E de um dos ganhos na lei o Luiz já falou, que é o percentual financeiro.

O Senador Romário foi lutador incansável pela lei, mas particularmente por esse item da lei. E o Luiz sabe disso.

Quanto à questão das instituições privadas, é vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza, mensalidades e anuidades, mesmo que ela tenha um apoio profissional, como tradutor e intérprete de Libras, educação básica com uma exigência de mínima...

(Soa a campainha.)

A SRª LONI ELISETE MANICA – Eu vou lhe pedir só um pouquinho mais...

As salas de aula.

Eu vou ter que voar aqui.

O art. 29 foi vetado pela Presidência da República. E ouso dizer que houve uma falha no assessoramento, porque as escolas técnicas, muitas delas... Eu trabalhei por 14 anos no ensino técnico e sei que elas já atingem esse percentual de 10%. Então constar da lei só ratificaria e fortaleceria a questão das pessoas com deficiência, a educação profissional, a educação de graduação.

Nós temos que lembrar que essas pessoas foram excluídas socialmente. Com isso, não houve a escolaridade formal dessas pessoas. O último censo mostrou que 63% dessas pessoas não têm escolaridade, são analfabetas ou têm uma escolaridade básica não concluída.

Isso é importante. Seria, a nosso ver, um ponto muito importante na lei que foi infelizmente vetado.

A questão dos processos seletivos, que agora são todos acessíveis.

Outro veto é a reserva mínima de 3% nas unidades habitacionais em relação não a esse, mas em relação à definição de projetos e adoção. A lei só dizia: "Utilizar tipologias que estejam ligadas ou em consonância com os princípios do desenho universal". O que foi feito? Foi retirado isso da lei. Princípios do desenho universal não significa nós estarmos com o desenho universal completo, até porque eu acho que isso é uma utopia, nem eu vou ver isso enquanto viver. Mas eu queria pelo menos ter conseguido dizer que os princípios do desenho universal seriam levados em consideração em qualquer construção. Infelizmente, também foi vetado.

O direito ao trabalho, que é o art. 34, o direito à habilitação profissional.

E a lei cria o auxílio-inclusão. Isso é importantíssimo. Até então... O Senador Romário inclusive é autor de uma lei que dizia que toda pessoa com deficiência que saísse do emprego formal e ficasse desempregada voltaria a receber o auxílio que é dado pela Previdência, que é o Benefício de Prestação Continuada (BPC); esse é o título desse benefício. O que acontece? Com isso, quando ela ia para o mercado de trabalho, ela parava de receber durante o período em que estava trabalhando. Isso fazia com que muitas pessoas não quisessem ir para o mercado de trabalho. Hoje existe o auxílio-inclusão: a pessoa que vai para o mercado perde o BPC, mas passa a receber o auxílio-inclusão. Então, seria praticamente dizer: "Você pode ir para o trabalho, porque você não vai perder seu auxílio; você vai receber com outro nome, e, se você, por acaso, ficar desempregado, você passa também a receber."

Outro avanço é o cadastro nacional, o cadastro da inclusão.

A questão da reserva de 3% dos imóveis é um ganho muito importante...

(Soa a campainha.)

A SRª LONI ELISETE MANICA – ... porque é a acessibilidade que está sendo colocada em questão.

E isto foi uma briga que até tivemos dentro do plenário, já na fase final da lei, que seria a reserva de 10% de dormitórios acessíveis. Nós conseguimos. Eu entendo que uma população como a do Brasil, que quer um desenho universal, deveria ter um percentual até muito maior; deveríamos começar com 50%, até porque eu acho que todos, 100% acessíveis, seria muito bom. E aí alguns empresários hoteleiros acham que 10% é uma margem muito alta, e eu afirmo que não é, porque as pessoas com deficiência, os idosos estão recebendo hoje, estão no mercado de trabalho e podem pagar para viajar, para se hospedar, etc.

A reserva de vagas de garagem.

A questão das escolas privadas a lei privada proíbe cobrar qualquer adicional.

Foi vetada a questão dos procedimentos judiciais. Isto aqui é uma polêmica...

(Soa a campainha.)

A SRª LONI ELISETE MANICA – ... então, nem vou entrar nisso aqui.

Um item inovador... Já estamos direcionando para o final – eu disse que, para falar de uma lei de 127 artigos, só voando.

Um item inovador é a curatela. Hoje a pessoa tem o direito, e o juiz deve dar preferência à pessoa que tenha vínculo de natureza familiar, afetiva ou comunitária com o curatelado. Ele hoje tem o direito de escolher alguns aspectos afetivos e emocionais da sua vida.

Há outras questões aqui em que não vou entrar, porque realmente teriam que ser muito debatidas.

Só lembro outro veto que nós tivemos, infelizmente. É o que trata da remuneração em face da extinção da relação de trabalho, que garantia a compatibilidade entre a atividade laboral remunerada e a pensão por morte. Isso foi vetado.

Outro veto vergonhoso que houve: toda empresa com 50 ou mais empregados seria obrigada a preencher um percentual com pessoas com deficiência. Que vergonha isso! Sabem quantas pessoas eles teriam de contratar? Uma pessoa! Isso faria com que os outros 49 pudessem socializar-se com essa pessoa nessa vida de trabalho. Infelizmente, foi vetado.

Outro veto também vergonhoso, a meu ver, é que, a cada 20 veículos de uma autoescola, haveria um veículo adaptado para pessoas com deficiência poderem fazer aulas. Quer dizer, hoje ela compra o carro, hoje ela tem IPI reduzido no carro, mas, infelizmente, ela não tem um carro adaptado na autoescola; ela tem de usar o seu carro, porque foi vetado que as autoescolas tenham um carro numa frota de 20 carros. Eu também acho isso uma vergonha para o nosso País.

Outro veto também vergonhoso é no ponto referente a que todos os segmentos de deficiência tenham o IPI reduzido. O surdo, que nós tínhamos colocado na lei brasileira de inclusão, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, infelizmente, não tem esse direito.

(Soa a campainha.)

A SRª LONI ELISETE MANICA – ... apesar de ser uma pessoa com deficiência.

(Soa a campainha.)

A SRª LONI ELISETE MANICA – A lei permite o uso do FGTS e a lei obriga o Poder Público a fomentar publicação de livros. E isso vem em consonância com o Tratado de Marrakesh, que foi aprovado agora, e, então, nós agora teremos livros acessíveis.

Há a questão dos sítios acessíveis também. E 10% dos computadores de *lan house* hoje vão ter que ter acessibilidade, vão ter que ter leitor de tela – isso também é muito bom –, boletos acessíveis etc.

Eu vou ter não falar mais da nossa lei, infelizmente, mas eu fico à disposição para um outro momento em que possamos discutir com mais calma essa lei.

Quando eu escuto que essa lei é um retrocesso, eu sinto vergonha de dizer que sou brasileira, porque essa lei foi um avanço significativo. O Luciano vai falar sobre os quase 13 anos em que estivemos trabalhando numa lei. A sociedade inteira participou da criação dessa lei.

(Soa a campainha.)

A SRª LONI ELISETE MANICA – E, ao ouvir que ela tem algum tipo de retrocesso, eu me sinto extremamente infeliz. A lei avançou, nós ganhamos, as pessoas com deficiência ganharam.

A questão aqui não é saber qual o problema das pessoas com deficiência, mas, sim, qual o problema da sociedade, porque hoje não é mais a pessoa com deficiência que se prepara para ir para a sociedade e, sim, a sociedade que se prepara para receber essa pessoa com deficiência. Então, o problema hoje não é mais saber se a pessoa com deficiência vai ter ou não acessibilidade, mas saber se a sociedade vai recebê-la, porque a lei é essa.

Eu estou muito feliz por o Senador Dário estar aqui conosco, porque eu acredito que é mais um Senador nessa luta. Eu fico juntando os nossos Senadores. Infelizmente, às vezes, não enchemos uma mão para dizer que há Senadores engajados na causa.

Eu faço aqui a entrega de dois livros de minha autoria para o Senador levar para o gabinete – ontem, foi o lançamento deste – e para que tenhamos mais parcerias nesta área. Será mais um Senador engajado na luta pelas pessoas com deficiência. (*Palmas.*)

Eu tenho certeza de que as legislações aqui podem não ser cumpridas na íntegra, mas elas começam a mexer com uma sociedade toda. E o nosso objetivo é fazer a legislação e fazer com que a fiscalização faça com que essa legislação seja realmente colocada em prática.

Eu agradeço, mais uma vez, em nome do Senador Romário, e parabenizo o mundo, porque hoje, Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, é o dia em que o mundo dedica a pensar em novas possibilidades, em novas ações emergenciais para que essas pessoas tenham igualdade de oportunidades.

Muito obrigada.

Eu me coloco à disposição, no gabinete do Senador Romário.

Obrigada, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Somos nós que agradecemos a participação na nossa audiência pública da Srª Loni Elisete Manica, Doutora em Educação e assessora do nosso eminente e destacado Senador Romário. Eu agradeço também a distinção do oferecimento de suas duas obras, que recebo com muito carinho e respeito. Vou ler, com certeza.

Antes de passar a palavra para o Luciano, eu queria registrar, com muita satisfação, a presença, nesta audiência pública, da Srª Brasilena Trindade, Professora do Curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal do Maranhão, que veio especialmente para participar desta audiência pública. Muito obrigado pela sua presença. Seja bem-vinda. Fique à vontade. (*Palmas.*)

Dando continuidade à nossa audiência pública, passo a palavra ao Sr. Luciano Ambrósio Campos, assessor de inclusão de pessoa com deficiência do gabinete do Senador Paulo Paim.

O SR. LUCIANO AMBRÓSIO CAMPOS – Obrigado, Senador Dário.

Antes de começar, cumprimento as pessoas da mesa, o Sr. Senador Dário Berger, que está presidindo, os painelistas que me antecederam, o Embaixador Alex, o Luiz Garcia, do Comitê Paralímpico Brasileiro, a Loni, Doutora em Educação, ex-colega de gabinete, agora assessora do Senador Romário. Cumprimento também os presentes.

Eu quero falar da minha imensa alegria em participar aqui, neste dia, Dia Internacional das Pessoas com Deficiência.

O meu papel aqui hoje, como a Loni já falou, é traçar um histórico do Estatuto. Para falar de um percurso que durou cerca de 15 anos, eu acho que eu precisaria mais ou menos de uns dois dias, mas vou tentar fazê-lo em 15 minutos.

Para começar, inicialmente, o que motivou o Senador Paulo Paim a entrar nessa seara foi uma experiência vivenciada dentro de sua própria casa. Ele teve uma irmã que, perto de completar 50 anos, tornou-se completamente cega. E ele conta que ela sempre dizia: "Renato [pois é Paulo Renato o nome dele], eu vivo a vida do meu jeito, eu sou feliz do meu jeito". Baseado nessa frase, na carga emocional que trazia, na força interior que isso trazia, e na determinação com que ela enfrentava as dificuldades e as limitações e com tentava viver e ser feliz, baseado nessa força interior, o Senador começou a se perguntar qual seria o seu papel a fim de contribuir para a melhoria das condições de vida da pessoa com deficiência. Ele passou a chamar para refletir com ele pessoas envolvidas com o tema, representantes de movimentos e de órgãos que tratavam de pessoas com deficiência. Ele passou a refletir sobre qual seria o seu papel e como ele poderia trabalhar para a melhoria da legislação, ampliando os direitos, etc. Desde o início, a preocupação do Senador era, claro, ampliar e consolidar os direitos já existentes, não perdendo de vista conquistas que as pessoas com deficiência já tinham, conforme alguns temiam inicialmente, mas esse temor foi logo se desfazendo, e movimentos de pessoas com deficiência também passaram a enviar sugestões para o então Deputado Paulo Paim, no sentido de contribuir com essa tarefa de que ele se incumbiu.

As críticas também vieram, claro, foram todas ouvidas, e muito contribuíram para a melhoria do documento.

Com relação à tramitação, por que o nome estatuto? Era anseio das pessoas com deficiência que houvesse uma legislação específica para tratar de seus direitos. E também seria o nome mais adequado, legislativa e juridicamente falando, exatamente por tratar de direitos de um segmento da população, assim como – de autoria também do próprio Senador Paim – o Estatuto do Idoso, que ainda era um projeto, o Estatuto da Igualdade Racial e o já existente Estatuto da Criança e do Adolescente. Portanto, o nome escolhido e também desejado pelas pessoas com deficiência era Estatuto da Pessoa com Deficiência.

O Senador apresentou o projeto na Câmara dos Deputados no ano 2000, pois ele ainda era Deputado. Lá foi criada uma comissão especial para analisar o projeto de lei do Estatuto da Pessoa com Deficiência. E foi entregue a relatoria ao Deputado Celso Russomanno.

Em 2003, Paulo Paim, eleito Senador, reapresentou o projeto no Senado. E passou a haver a tramitação paralela, na Câmara e no Senado. Mais ou menos nessa época também, começava a ser discutida em âmbito internacional a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. De certa forma, os debates de um e de outro documento iam se contaminando reciprocamente. As pessoas estavam envolvidas. O Brasil teve uma participação fundamental na elaboração da Convenção.

E como também estava sendo discutido em âmbito interno, um documento dessa magnitude, é claro que também houve contaminações; houve influência de um e de outro, influência de parte a parte.

Manifestações que julgamos importantes, manifestações de apoio ao Estatuto, posso destacar três delas. Uma aconteceu em 2003, lá na cidade do Recife. Era um seminário sobre empregabilidade da pessoa com deficiência. Nesse seminário, em que havia representantes de mais de 20 entidades de pessoas com deficiência, foi decidida a formação de um grupo de trabalho da Região Nordeste que pudesse contribuir com sugestões para o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Passa mais um pouquinho e, em 2005, nós recebemos também, em nosso gabinete, moção de apoio que veio da cidade de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, do Fórum Estadual Permanente da Pessoa com Deficiência, em conjunto com a FADERS (Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades); algumas secretarias de Estado e várias instituições. Recebemos moção de apoio, em 2005, dessas instituições.

Já em 2008, aconteceu na cidade de São Paulo, na Câmara de Vereadores, uma manifestação que também apoiou. De lá saiu também moção de apoio ao documento. Estiveram presentes nessa audiência mais de 200 pessoas, representantes de entidades, de pessoas com deficiência. Vale a pena citar algumas: a Associação Brasileira de Síndrome Pós-Poliomielite, o Centro de Vida Independente Araci Nallin, a Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiências e a associação em defesa dos direitos da pessoa deficiente. Só para citar alguns.

Bom, voltando um pouquinho no tempo, quando o Estatuto foi apresentado aqui, no Senado, teve a relatoria do Senador Flávio Arns, na Comissão de Direitos Humanos, em condição terminativa. Lá, ele foi aprovado por unanimidade, em 2006. Daí foi remetido à Câmara e passou a tramitar com a relatoria do Deputado Celso Russomano.

(Soa a campainha.)

O SR. LUCIANO AMBRÓSIO CAMPOS – Em 2007, as discussões internacionais avançaram, e a convenção internacional foi aprovada. Em 2008, o Brasil ratificou essa convenção, e, em 2009, ela passou a ter força de emenda à Constituição.

Nesse momento também, em torno dessa época, o movimento de pessoas com deficiência entendeu que ainda cabia mais uma análise do Estatuto, por se tratar de um documento importante e abrangente; achou que cabia ainda mais uma análise do projeto à luz da convenção internacional.

(Soa a campainha.)

O SR. LUCIANO AMBRÓSIO CAMPOS – Com esse objetivo, foi criado mais uma vez um GP (Grupo de Trabalho) para fazer essa análise. Esse grupo foi criado no âmbito da Secretaria Nacional da Pessoa com Deficiência e teve a participação do nosso gabinete. Nessa época a Loni trabalhava conosco. Nós participamos desse GT; o Deputado Eduardo Barbosa; a Deputada Rosinha da Adefal; a Deputada Mara Gabrilli, que assumiu a relatoria do Estatuto em 2012. Enfim, esse foi o GT.

O Estatuto foi aprovado; foi entregue a relatoria da Mara em 2015. O Senador Romário também pegou e rapidamente apresentou o seu relatório, que foi aprovado.

E, em julho de 2015, ele foi sancionado.

A Loni, que me antecedeu, falou sobre os ganhos do Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei Brasileira de Inclusão, mas a caminhada não acabou. Ele foi aprovado em 2015, mas o principal desafio começará em 2016, que será levar esses ganhos para a sociedade, fazer com que a sociedade se aproprie desses direitos, para que o Estatuto da Pessoa com Deficiência não se torne simplesmente mais uma sigla na mão de intelectuais. Para que tenha vida, é preciso que ele faça parte da vida das pessoas, da vida de todos, pessoas com e sem deficiência.

(Soa a campainha.)

O SR. LUCIANO AMBRÓSIO CAMPOS – Todos precisam se apropriar disso. É preciso que ela esteja na vida das pessoas, na mão de todos, nas ruas, nas escolas, nas lojas, enfim, nos órgãos, principalmente no coração das pessoas. É na consciência das pessoas que precisa estar o Estatuto.

O Senador apresentou o Estatuto, mas desde o início e durante todo o processo não foi um projeto isolado. Ele teve a participação fundamental dos movimentos de pessoas com deficiência e de toda a sociedade. Então ele não foi um movimento isolado. O Estatuto da Pessoa com Deficiência tem a participação de todos.

É uma lei perfeita? É claro que não é. Vai precisar de ajustes? Sempre. Que bom isso! Os conceitos evoluem, as coisas são dinâmicas. Os conceitos são dinâmicos. E certamente vai sempre precisar ser aprimorado também, mas vamos nos apropriar desses direitos que nós temos e trazer para a sociedade, transformando isso que já foi um sonho em realidade.

É isso.

Obrigado, gente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Agradeço também a participação do Luciano Ambrósio Campos, Assessor de Inclusão da Pessoa com Deficiência do Gabinete do Senador Paulo Paim, a quem quero dedicar um registro, por se tratar de uma pessoa das mais atuantes aqui, no Congresso Nacional, que se destaca no dia a dia. Tive a honra de conhecê-lo quando aqui cheguei, há pouco mais de seis meses.

Quero agradecer também a participação em todos os projetos, programas e ações dos quais o Senador Paulo Paim participa com muita dedicação, sendo um dos recordistas de aprovação de projetos aqui, no Senado Federal.

Dando continuidade à nossa audiência, eu quero me manifestar, mencionando que, embora programas governamentais tenham alterado essa triste realidade que nós vivemos ainda no Brasil com relação às pessoas com deficiência, parece-me que ainda temos um longo caminho a percorrer. E é nesse sentido que este tipo de audiência tem por objetivo principal alertar, dar um sinal claro de que precisamos unir esforços no sentido de estabelecer uma nova relação entre as pessoas que de alguma forma apresentam alguma deficiência, não só através de leis, mas sobretudo através de atitude.

Na longa trajetória das nossas vidas, nós nos deparamos com muitos desafios. Superá-los é uma questão de atitude, é uma questão de grandeza. E grande é aquele que consegue antever o futuro, mas com simplicidade e respeito às pessoas. Creio que esta audiência pública tem muito a ver com o respeito às pessoas.

Felizmente os tempos mudam. O tempo passa rápido. E, com a mudança desse tempo, também surgem novos desafios, novos objetivos, novas lideranças, inclusive novos conceitos.

Conceitos que há dez anos eram consolidados, que há vinte anos eram consolidados hoje já necessitam, muitas vezes, ser reavaliados no seu aspecto conceitual, que é o que nós estamos fazendo aqui hoje. O que nós não podermos perder, de forma alguma, é a esperança, porque quem não tem esperança não tem futuro. E também, dentro desse cenário, eu quero dizer que isso que nós estamos fazendo aqui é sobretudo uma atitude, além da responsabilidade, de amor. E quem não tem amor no coração não tem nada.

Portanto, eu quero ainda expressar aqui que, na minha carreira política, eu tive a honra de ser prefeito de duas importantes cidades do meu Estado de Santa Catarina. A primeira delas foi a cidade de São José, cidade muito próxima de Florianópolis. Na oportunidade, tivemos uma excelente relação com essa área. Ato contínuo, também tive o privilégio de ser prefeito de Florianópolis por duas vezes consecutivas. Fui eleito e reeleito.

Aproveito esta oportunidade para mandar um abraço muito cordial a um grande amigo que se chama José Roberto Leal, portador de deficiência. Ele é presidente da Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos (Aflodef), mais conhecido como Zezinho, que faz um excelente trabalho, com quem, nos oito anos da minha administração, tive uma parceria exemplar, apoiando essa associação nos seus mais legítimos e profícuos desafios, que era o atendimento às pessoas com deficiência. Então, ao Zezinho, ao José Roberto Leal, presidente da Aflodef (Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos), deixo um abraço cordial deste Senador que hoje, eventualmente, preside a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, onde estamos debatendo com nossos expositores aqui, e comemorando o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência.

Mais uma vez, agradeço a presença de todos.

Agradeço, em especial, a presença do Embaixador do Reino Unido, Sr. Alex Ellis.

Agradeço a presença do Dr. Luiz Garcia, Diretor de Relações Institucionais do Comitê Paralímpico Brasileiro.

Agradeço a presença da Srª Loni Elisete Manica, doutora em educação e assessora do Senador Romário.

Agradeço também ao companheiro Luciano Ambrósio Campos, Assessor de Inclusão da Pessoa com Deficiência, do gabinete do Senador Paulo Paim.

Agradeço, igualmente, a presença da representante do Maranhão Srª Brasilina Trindade, professora do curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal do Maranhão. Aproveito para mandar um forte e robusto abraço, no nome dela, a todo o povo maranhense.

Quero registrar também, com muita honra, a presença do Vice-Presidente da Associação Brasileira Lutando contra ELA, Sr. Sthanley Abdão, cadeirante. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Ficamos muito satisfeitos e muito felizes.

Pois não.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Pois então, eu acho que, como estamos ultimando a nossa audiência pública, quero registrar mais uma vez a presença de todos e, encerrando, convoco para a próxima terça-feira, dia 8 de dezembro, em caráter excepcional, às 11h30, reunião extraordinária desta Comissão, destinada à deliberação de proposições.

Além disso, aproveito para convocar reunião extraordinária em forma de seminário, que será realizada na próxima quarta-feira, no dia 9 de dezembro, às 10h, com a finalidade de instruir o PLS nº 255, de 2014, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e a Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação para instruir a escola em tempo integral no Ensino Fundamental, com a presença do Magnífico Reitor da Cesumar e autor da matéria instruída, o ex-senador Wilson Matos, dentre outros convidados.

Portanto, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a presença de todos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 11 horas e 40 minutos.*)

Fale com o Senado
0800 61 2211